00100.111535/2021-10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI SUP. ÚNICO AO Nº 161, SÁBADO, 2 DE OUTUBRO DE 2021

## ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

# COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**
Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**
1º Vice-Presidente

**Senador Romário (PL-RJ)**
2º Vice-Presidente

**Senador Irajá (PSD-TO)**
1º Secretário

**Senador Elmano Férrer (PP-PI)**
2º Secretário

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**
3º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**
4º Secretário

---

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
3ª - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochael**
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quesia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**
Coordenadora de Elaboração de Diários

**Alessandro Pereira de Albuquerque**
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Mardem José de Oliveira Júnior**
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---


**1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL**

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2021 ..... 6

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2021 ..... 40

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de julho de 2021 ..... 78

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2021 ..... 84

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2021 ..... 133

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2021 ..... 159

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2021 ..... 164

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2021 ..... 179

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2021 ..... 198

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2021 ..... 200

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2021 ..... 224

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2021 ..... 258

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2021 ..... 298

Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de agosto de 2021 ..... 403

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2021 ..... 477

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2021 ..... 550

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2021 ..... 604

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2021 ..... 656

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2021 ..... 699

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2021 ..... 728

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2021 ..... 741

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2021 ..... 787

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2021 (republicação) ..... 791

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2021 ..... 795

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2021 ..... 898

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de setembro de 2021 ..... 906

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de setembro de 2021 ..... 907

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de setembro de 2021 ..... 908

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2021 ..... 909

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2021 ..... 980

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2021 ..... 1000

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2021 ..... 1002

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2021 ..... 1006

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2021 ..... 1099

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2021 ..... 1154

Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 2 de setembro de 2021 **(Realizada em conjunto com a 17ª reunião da CMA)(vide item 1.13)** ..... 1183

Ata da 11ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de setembro de 2021 **(Realizada em conjunto com a 18ª reunião da CMA) (vide item 1.13)** ..... 1222

Ata da 12ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de setembro de 2021 **(Realizada em conjunto com a 20ª reunião da CMA) (vide item 1.13)** ..... 1271

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2021 ..... 1310

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2021 ..... 1315

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de setembro de 2021 ..... 1351

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2021 ..... 1352

1.12 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 1ª Reunião, realizada em 24 de março de 2021 ..... 1372

Ata da 6ª Reunião, realizada em 2 de julho de 2021 ..... 1384

Ata da 7ª Reunião, realizada em 14 de julho de 2021 ..... 1424

Ata da 8ª Reunião, realizada em 6 de agosto de 2021 ..... 1431

1.13 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2021 ..... 1460

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2021 ..... 1478

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2021 ..... 1485

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de setembro de 2021 ..... 1540

Ata da 17ª Reunião, Conjunta, realizada em 2 de setembro de 2021 **(Realizada em conjunto com a 10ª reunião da CRA)(vide item 1.10)**

Ata da 18ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de setembro de 2021 **(Realizada em conjunto com a 11ª reunião da CRA)(vide item 1.10)**

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2021 ..... 1583

Ata da 20ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de setembro de 2021 **(Realizada em conjunto com a 12ª reunião da CRA) (vide item 1.10)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia seis de abril de dois mil e vinte e um, no Plenário Virtual do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Ciro Nogueira, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Reguffe, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia e Carlos Fávaro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, José Serra, Lasier Martins, Omar Aziz, Irajá, Fernando Collor, Alessandro Vieira e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2021 - CAE, de autoria Senador Otto Alencar (PSD/BA), e REQ 5/2021 - CAE, de autoria Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Finalidade:** Prestar informações sobre o suposto cartel formado entre as distribuidoras de combustíveis, que dominam o mercado. **Participantes:** Alexandre Barreto de Souza, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); e Rodolfo Henrique de Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). **Resultado:** Audiência pública interativa remota realizada. Usaram da palavra os Senadores Esperidião Amin, Jean Paul Prates, Oriovisto Guimarães e Angelo Coronel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Otto Alencar**

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/04/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Vamos começar a reunião, que se propõe, através do requerimento que nós aprovamos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, a discutir um tema que é muito importante para todos os consumidores do País que é a questão dos preços dos combustíveis. Nós já havíamos discutido isso antes.

No ano de 2018, Almirante Saboia e Dr. Alexandre Barreto, eu aprovei no Senado Federal o Projeto de Resolução nº 63, que tinha como princípio cancelar uma resolução da Agência Nacional de Petróleo, que determinava a venda de combustíveis por distribuidoras. Era um apelo muito grande dos produtores e das usinas de etanol aqui no Nordeste e no Brasil.

Eu conversei com eles, recebi vários no meu gabinete. Eles lutavam por isso há muito tempo. Então, aprovamos no Senado. Essa resolução foi para a Câmara dos Deputados ainda em 2018; lá não foi apreciada. Agora me parece que o Presidente Arthur Lira vai colocar em votação. Deveria ser feito até antes, até porque o Parlamento existe para isto: para a maioria aprovar ou não aprovar um projeto de resolução dessa natureza. Todos os Senadores estão aqui para ouvi-los a respeito desse tema, que é um tema importante.

Eu vou iniciar, concedendo a palavra ao Dr. Alexandre, que é o Presidente do Cade. Desde 2018, Dr. Alexandre, um documento chamado "Repensando o setor de combustíveis: medidas pró-concorrência" foi editado, estudado no Cade, até pela provocação que aconteceu naquele período, na greve dos caminhoneiros, com a venda direta do etanol, dos combustíveis para ampliar a concorrência e diminuir os preços; o que não aconteceu, embora o Governo tenha feito um esforço muito grande. O próprio Presidente da República está muito envolvido nisso, mas não aconteceu. Aumenta o gás de cozinha, aumenta o etanol, aumenta a gasolina e aumenta o diesel. O diesel, sobretudo, tem um reflexo muito grande na inflação.

Então, passarei a palavra ao Dr. Alexandre Barreto, depois ao Almirante Rodolfo Henrique de Saboia, para que ele possa fazer a explanação a esse respeito.

A reunião é uma reunião para ouvir o ponto de vista técnico, saber o que é que está acontecendo e quais são os caminhos, por exemplo, que podem ser tomados ou pelo Cade ou pela Agência Nacional de Petróleo para estabelecer concorrência e, consequentemente, com concorrência não há como não haver uma diminuição dos preços.

Portanto, eu passo a palavra a V. Sa., pelo período de dez minutos, para V. Sa. fazer a sua explanação.

**O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA** (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, muito bom dia! Eu quero inicialmente agradecer o convite feito pela Comissão de Assuntos Econômicos. Para mim é uma enorme honra...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Alexandre, me desculpe! Eu conversei muito antes, e não declarei aberta a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou declarar aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para debater a questão dos combustíveis.

Eu peço desculpas a V. Sa. pelo meu ato falho. Então, está aberta a reunião para discutir esse tema.

Com a palavra V. Sa.

**O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA –** Senador, V. Exa. não erra nunca. A sua assessoria não orientou adequadamente. V. Exa. não erra.

Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, mais uma vez, muito obrigado, muito bom dia. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bom dia! Agradeço convite, a convocação feita pela CAE. Para mim é uma honra voltar à CAE; mais essa oportunidade para debater esse assunto de tamanha relevância para o País.

Se V. Exa. autorizar, Presidente, eu vou disponibilizar para as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores uma curta apresentação, alguns eslaides que foram preparados para guiar a apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – São dez minutos, mas tem tolerância, não tem problema.

**O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA –** Obrigado, Senador, mas eu prometo me ater ao tempo inicialmente disponibilizado.

Indago a V. Exa. se aparece na tela a apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Aparece.

**O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA –** Perfeito, está aqui.

Sr. Presidente, é uma apresentação curta, são apenas cinco eslaides que vão orientar, de maneira geral, a apresentação. (*Pausa.*)

Acho que está o.k.

V. Exa. vai me conceder as desculpas, porque eu tenho alguma dificuldade tecnológica. Indago se aparece para todos a tela com a apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Sim.

**O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA –** Perfeito.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, como eu disse, é uma apresentação curta – em linhas gerais, eu vou apresentar o que o Cade vem fazendo acerca do assunto combustíveis, no âmbito da sua competência –, complementada pela apresentação realizada pelo Almirante Saboia, Presidente da ANP. E, obviamente, na sequência, eu me coloco à inteira disposição de V. Exas. para que possa apresentar maiores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações, sanar eventuais dúvidas por meio da apresentação realizada. Como eu disse, nessa primeira etapa, eu não pretendo esgotar os assuntos, mas tão somente delinear a essência da apresentação.

O primeiro ponto, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é importantíssimo salientar, é acerca da competência do Cade. É do conhecimento de V. Exas., mas é importante ressaltar: o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), uma autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, é o órgão do Poder Executivo responsável pelo fomento da política de defesa da concorrência no Brasil, e, para atingir essa missão, atua principalmente em duas vertentes. A primeira vertente: na análise de atos de concentração, ou seja, todo o processo de fusão e aquisição entre empresas no Território nacional ou fusões globais que tenham efeito no Brasil que ultrapassem o limite de faturamento que foi definido pelo Senado, em lei, passa previamente pelo crivo do Cade. O objetivo dessa função é impedir a formação de empresas com poder de mercado suficiente para que possa causar algum dano à concorrência, algum prejuízo ao consumidor.

E o segundo grande eixo de atuação do Cade consiste justamente na investigação e no julgamento de infrações à ordem econômica que estão elencadas na Lei 2.529, infrações essas que podem ser divididas, didaticamente, em dois grandes blocos. Existem aquelas condutas que se caracterizam por uma coordenação, por uma colusão entre concorrentes, o que caracteriza o cartel; e existem as condutas chamadas de condutas unilaterais, que são aquelas condutas em que uma empresa que detém o poder de mercado abusa do seu poder de mercado para induzir maiores preço, induzir pior qualidade, resultando em prejuízo ao consumidor.

Feita essa breve apresentação sobre o papel do Cade, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu passo agora, brevemente, a descrever o que nós temos feito acerca desse mercado nos últimos anos.

Inicialmente, é importante dizer, para contextualizar o tema, que o mercado de combustíveis no Brasil é caracterizado por uma cadeia bastante complexa, da qual fazem parte diferentes agentes econômicos. De uma maneira simplificada, podemos explicar a cadeia como a gente tendo desde o primeiro elo, a montante, até o último elo, a jusante, a extração de combustíveis e também a produção de etanol nas usinas. Após a etapa de extração, o segundo elo é o refino do combustível, realizado em Território nacional pelas refinarias da Petrobras, ou ainda há possibilidade de importação desse combustível. O terceiro grande elo é o das distribuidoras, e o último elo é o das revendedoras, que são os postos de gasolina, que vendem diretamente para o consumidor.

O mercado, o produto combustível se caracteriza pela sua homogeneidade. Então, a gasolina é basicamente uma *commodity*. Isso quer dizer que não há uma grande diferenciação entre a gasolina que é vendida no posto A e a gasolina que é vendida no posto B – não há diferenciação entre a gasolina que é vendida no Maranhão e a gasolina que é vendida em Santa Catarina. É essencialmente uma *commodity*. Obviamente, temos alguns produtos diferenciados, como a gasolina aditivada e, obviamente, também não consideramos nessa equação a adulteração dos combustíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também é um mercado, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, caracterizado por uma transparência maior com relação aos preços praticados do que observamos em outros mercados. Os preços são abertos, são livres. A Agência Nacional do Petróleo inclusive trabalha no sentido de disponibilizar para os consumidores esses preços. A Petrobras, em certa medida, procura tornar transparente o seu processo de formação de preços. A gente pode voltar a falar sobre esse assunto um pouco mais tarde.

Além disso, temos um histórico de controle de preços praticado pelo Governo até meados dos anos 90, quando passamos por uma verdadeira transformação nesse setor, e temos a adoção do preço livre nos combustíveis.

Isso leva para o que eu quero apresentar – este eslaide –, Sr. Presidente, a uma tendência de homogeneização de preços: leva a uma tendência de que os preços praticados, pelo menos em uma mesma praça, sejam muito próximos. É importante enfatizar isso – e volto a falar sobre esse assunto também um pouco mais tarde –, porque uma coincidência de preços, um fenômeno que, em Direito Concorrencial, é conhecido como paralelismo de preços, não significa necessariamente que estamos tratando de um cartel, muito embora, não obstante essa observação, o mercado de revenda de combustíveis, principalmente, seja um mercado que, sim, de maneira regular, tem sido investigado pelo Cade. Nós temos diversos indícios de cartéis em investigações específicas que foram conduzidas pelo Cade.

Antes de passar adiante, também falando um pouco sobre a característica desse mercado no Brasil, é importante esclarecer que, quanto aos *players* desse mercado, na extração, desde a quebra do monopólio do petróleo, nos anos 90, nós temos diversas empresas que atuam na extração do óleo cru no Brasil. No segundo elo, que é o elo do refino, nós temos no Brasil praticamente a Petrobras atuando nesse mercado, com 98% do mercado hoje. No mercado de distribuição, algo em torno de 50% a 60% do mercado é dominado por três grandes distribuidoras. E há o elo da revenda, o elo dos postos, bastante pulverizado.

Com relação às informações que nós temos sobre a formação do preço do combustível, o estudo mais recente que nós temos, de 2018, indica que seria algo em torno de 13% do preço total a margem que é capturada, a margem das distribuidoras e das revendas; 11%, o custo do etanol anidro – eu estou fazendo um recorte da gasolina –; 29% seriam a parte relativa aos tributos estaduais; 16%, os tributos federais; e 31%, a realização da Petrobras, ou seja, o custo do óleo cru.

Como eu havia mencionado, Sr. Presidente, nós temos no Cade diversos processos abertos para investigação de infrações à ordem econômica no mercado de combustíveis. Ao todo, contando desde 2013, nós tivemos 28 processos já julgados, e atualmente há 11 investigações em andamento. Desses 28 processos já julgados, que abrangeram 17 unidades da Federação – mais da metade das unidades da Federação, isso em casos já encerrados –, foram aplicadas multas da ordem de R$495 milhões em condenações realizadas pelo Cade, em condutas da mais diversa ordem: formação de cartel entre postos de combustíveis; tabelamento de preços praticados por sindicatos; indução de conduta comercial uniforme, que ocorre quando sindicatos ou cooperativas indicam aos seus associados ou aos seus sindicalizados qual o preço a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser praticado. Todas essas condutas caracterizam infração e levaram nesse período, nos últimos anos, a condenações da ordem de R$495 milhões. Atualmente temos, como já disse, 11 processos em andamento, e boa parte desses processos dizem respeito a atuações de sindicatos no sentido de induzir uma conduta comercial por parte dos seus associados.

Uma investigação bastante paradigmática conduzida pelo Cade – é bem possível que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores vão se recordar –, conduzida no ano de 2017 aqui em Brasília, levou a uma intervenção do Cade no setor de revenda em Brasília, inclusive com o afastamento da direção da empresa que dominava o setor de combustíveis no DF.

Eu volto a falar, um pouco mais tarde, acerca dos processos de investigação, procurando me ater ao tempo que o Presidente nos indicou, mas também gostaria de destacar uma outra vertente de atuação do Cade.

Essa vertente não vai na linha investigativa. Lembro que tivemos 28 processos julgados e 11 processos em andamento, mas também existe outra frente de trabalho conduzida pelo Cade, que é o que chamamos, no nosso jargão, de advocacia da concorrência, que consiste em, com base nas informações de que dispomos e no acesso a informações que temos ao mercado, levarmos ao Poder Legislativo, levarmos a agências reguladoras, levarmos a outros órgãos de Governo sugestões e medidas que podem ser tomadas para resolver problemas concorrenciais no setor.

Como o Presidente Otto mencionou, em 2018... (*Pausa.*)

Temos outro microfone aberto? (*Pausa.*)

Perdão. Continuando.

Em 2018, Presidente Otto, o Cade emitiu um documento denominado "Repensando o setor de combustíveis" no Brasil, sugerindo para outros órgãos de Governo a adoção de medidas que consideramos pró-concorrenciais, lembrando – é importante enfatizar – que nem todos os problemas relativos a preços no setor de combustíveis podem ser imputados à prática de cartel, nem todos os problemas podem ser imputados à prática de abuso de posição dominante. Como eu já disse, é um setor bastante complexo que demanda por parte da sociedade como um todo uma reflexão sobre características do setor e a adoção de medidas que podem ajudar no aumento da concorrência e na redução de custos desse mercado específico e que vão passar por questões legislativas, regulatórias, tributárias, dentre outras. No documento, foram nove medidas pensadas pelo Cade para repensar o setor de combustíveis. O documento está disponível para toda a população no nosso *site*. Eu vou solicitar à nossa assessoria parlamentar aqui no Cade que encaminhe para o gabinete das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores a cópia desse documento, mas, basicamente, nós havíamos pensado em discussões sobre verticalização no setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um ponto muito importante que foi abordado pelo Presidente Otto Alencar. O Cade sugeriu, naquele documento, que fosse repensada a vedação para que produtores de álcool pudessem vender diretamente para os postos revendedores o etanol. Hoje nós verificamos, em diversas praças, que ocorre o que chamamos de passeio do etanol, uma vez que o etanol que sai da usina é basicamente o mesmo etanol que é vendido no posto. Porém, hoje há a obrigatoriedade de que o distribuidor atue como intermediário – o Estado não permite que haja a venda direta. *Mutatis mutandis*, seria como se o Estado proibisse que o produtor de hortifrúti vendesse direto para o consumidor e houvesse a necessidade do supermercado para que ocorresse essa venda. Há uma série de razões que acredito que vão ser objeto de um debate mais aprofundado, como questões tributárias, questões de segurança, mas nós temos a convicção de que, uma vez superadas essas questões, a retirada do intermediário traria mais eficiência para o setor, e haveria uma passagem de benefícios para o consumidor final.

Algumas outras medidas que constam do documento que nós iremos repassar a V. Exas. dizem respeito à extinção da vedação de importação de combustíveis diretamente pelas distribuidoras; ao repensar a relação entre revendedores e distribuidores, uma vez que nós temos esse mercado caracterizado por revendedores chamados de bandeiras brancas e os postos embandeirados, sendo essa relação de exclusividade garantida pela regulação no Brasil; e a algumas medidas necessárias sobre a forma de tributação do combustível.

Como é do conhecimento de V. Exas., hoje o processo de substituição tributária é concentrado nas distribuidoras, com a estimação do valor do combustível a ser vendido pelas revendedoras para ser pago por substituição pelas distribuidoras – é o que chamamos do valor fixo de *ad rem*, que é fixado pelas distribuidoras, para facilitar a arrecadação pelos Estados. Obviamente, principalmente neste cenário de crise fiscal, não se pode descuidar do aspecto relativo à tributação nos Estados, mas a forma como é realizada a tributação no setor de combustíveis pode estar trazendo prejuízos para o consumidor.

Além disso, há algumas outras medidas. Presidente Otto, a gente pode voltar a elas mais adiante se for do interesse de V. Exas.

Por último, para finalizar esta breve introdução ao tema e voltando ao papel investigativo no Cade, eu quero trazer ao conhecimento de V. Exas. um projeto que está em andamento, um projeto sigiloso no seu detalhamento, mas que obviamente pode ser apresentado desta maneira para as Sras. Senadoras e para os Srs. Senadores. Desde já, deixo o convite, Senador Otto, para que, a critério de V. Exa., ao fim da pandemia – que virá, permita-me –, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores possam vir ao Cade para mostrarmos *in loco* o funcionamento desta ferramenta ou para que possa obviamente ser realizada, em uma reunião da CAE, se formos entrar em aspectos específicos, a critério de V. Exa., uma reunião sigilosa. A ideia é que criemos hoje, com base em informações que são disponibilizadas pela ANP, um filtro no Cade que nos permita ter o mapa, em tempo real no Brasil, dos preços praticados nos postos de combustíveis. Foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





criado um filtro estatístico, econométrico, que, a partir do comportamento do preço de mercado, nos permite ter indícios se está ocorrendo cartel naquele mercado ou não.

É importante dizer e enfatizo, já para terminar, que o fato de termos preços coincidentes não significa necessariamente que é um cartel, mas o comportamento de preços de uma determinada região ao longo de um tempo pode nos fornecer indícios da existência de um cartel.

Um exemplo muito simples para V. Exas. compreenderem essa dinâmica de preços é um caso que, inclusive, já foi investigado pelo Cade. Imaginem uma cidade onde haja três grupos dominando o setor de revenda, o setor de postos, e digamos que o preço de equilíbrio para o consumidor fosse de R$4,50. Se os três agirem de maneira coordenada, podem subir esse preço de R$4,50 para R$5,50, ou seja, criando uma gordura, uma margem adicional de R$1, graças ao cartel, e passar a simular descontos: o posto A pratica R$5,50 durante um tempo; o posto B pratica R$5 durante um tempo; o posto C pratica R$6 durante um tempo. Aparentemente há uma concorrência, quando não há; os três estão agindo de maneira combinada para elevar os preços e fazer o rodízio de descontos entre si.

Essa dinâmica é analisada pelo Cade. Nós temos esses processos em andamento. Terei satisfação enorme em apresentá-los em detalhes mais adiante para as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

Presidente Otto, procurei me atentar... Já peço desculpas a V. Exa., porque fui um mau aluno e excedi muito o meu tempo, mas, como V. Exa. sabe, é muito amplo o tema, o debate é sempre muito bom.

E obviamente estou aqui à disposição das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores para voltar ao tema à medida que for solicitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço ao Dr. Alexandre Barreto pela explanação que foi feita, do Cade.

E, como está previsto, passarei a palavra ao Almirante Rodolfo Saboia para que ele possa também fazer a sua explanação. E a tolerância que foi dada ao Alexandre será dada também ao Almirante Saboia, sem nenhuma dúvida, para que ele possa fazer a explanação em nome da Agência Nacional do Petróleo.

Com a palavra...

Pede a palavra aqui o Senador Esperidião Amin – não sei se ele ainda está presente. (*Pausa.*)

Parece que ele está em deslocamento, num automóvel.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Estou presente.

Estou presente, Presidente, mas eu vou aguardar a exposição.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E parabéns pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Almirante Rodolfo Saboia, para fazer a sua explanação.

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar; muito obrigado a todos pela oportunidade que me dão de discutir este tema de tanta relevância para o País, que é a questão do preço dos combustíveis, na medida em que é um preço que tem uma repercussão muito grande na economia. Eu vejo esta como uma oportunidade de nós mostrarmos a complexidade que há por trás de um mercado como esse, como já foi antecipado pelo Presidente do Cade, e é muito bom aumentarmos a quantidade de informações que podem contribuir para um melhor entendimento da questão para que as melhores soluções possam ser encaminhadas. Então, agradeço o convite e a oportunidade às Sras. e aos Srs. Senadores de oferecerem à ANP a chance de poder apresentar a sua visão da questão.

Eu pergunto se estão todos vendo aqui a minha apresentação. (*Pausa.*)

Acho que agora entrou, não é? (*Pausa.*)

O.k.

Senhores, vou apenas fazer um preâmbulo sobre a missão da agência, da ANP.

A ANP tem dois motes: costuma-se dizer que a agência regula, contrata e fiscaliza e que ela trabalha do poço ao posto, ou seja, é de uma amplitude gigantesca a atividade que é regulada pela agência. É importante ter essa compreensão, para entender de que forma a agência funciona e não perder de vista também que ela faz isso... A agência não é formuladora de políticas; ela é uma executora da política emanada do Conselho Nacional de Política Energética. É sempre importante lembrar essa premissa para que possamos entender de que forma a agência opera.

Eu vou fazer uma brevíssima apresentação aqui sobre o mercado de distribuição de combustíveis líquidos e a venda direta de etanol.

*Grosso modo*, a cadeia de abastecimento do Brasil funciona desta maneira: no primeiro ano da cadeia, nós temos os importadores, os produtores e as usinas. Aqui no produtor nós temos a refinaria e o formulador e também as usinas, no caso do etanol e do biodiesel. No segundo elo da cadeia, nós temos o distribuidor – e aqui há números que os senhores podem verificar, em metros cúbicos, que representam o volume movimentado por cada um desses atores em cada elo, em cada um desses elos da cadeia – e, no final, nós vamos ter o revendedor ou o transportador-revendedor-retalhista, que também é uma figura que existe nesse mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O papel da ANP na defesa da concorrência.

Então, é importante destacar alguns tópicos nesse aspecto do trabalho da agência:

- A regulação do setor deve promover a concorrência de forma a proteger os interesses do consumidor quanto a preço;

- Os indícios de infração contra a ordem econômica são encaminhados ao Cade, conforme estabelece o art. 10, da Lei nº 9.478, de 1997;

- Existe em vigor um acordo de cooperação técnica entre a ANP e o Cade em vigência até o ano de 2028;

- Compete ao Cade avaliar e julgar os indícios de infração à ordem econômica – ou seja, a ANP não tem esse papel; ela tem o papel de monitoramento do mercado, acompanhamento, mas não tem o papel, a competência de julgar indícios de infração;

- Nas raras denúncias recebidas pela ANP sobre o setor de distribuição de combustíveis automotivos, não foi possível comprovar indícios de infração à ordem econômica.

É importante mencionar também que a agenda regulatória da ANP para 2021 engloba a atualização do marco regulatório de distribuição de combustíveis líquidos, que obedece a essa resolução, com foco no aumento da competição e na simplificação de regras, incluindo estudo sobre a desverticalização do setor. Então, é importante termos em mente também que esse é um farol que a agência tem sempre procurado usar para orientar as suas atribuições, o farol do aumento da competição e de simplificação de regras.

Nós podemos observar, nos últimos anos, no mercado de distribuição, o comportamento que vai ser apresentado neste eslaide.

Atualmente, são cerca de 160 distribuidoras de líquidos no Brasil. Nos últimos anos, observa-se uma redução na concentração do setor de distribuição de gasolina e diesel, aqui apresentados com base em levantamento a respeito dos quatro principais agentes econômicos do setor de distribuição de gasolina e diesel.

Esse gráfico que está apresentado abaixo indica que o estabelecimento dessa nova política de preços da Petrobras, com base na paridade de preços internacionais, em 2016, com o aumento da importação, favoreceu a competição nos diversos elos da cadeia. Então, nós podemos observar aqui que, nos últimos cinco anos, na evolução dos quatro principais agentes desse mercado, eles tiveram a sua fatia de mercado reduzida no mercado de gasolina em 8% e, no mercado de diesel, em nove pontos percentuais; ou seja, isso é uma indicação de que há uma redução da fatia de mercado desses agentes econômicos no mercado total desses derivados.

Também pode ser observado o reflexo da revenda de combustíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um fato que é muito apontado como importante para aumentar a competição no mercado de combustíveis seria a questão da chamada tutela de bandeira, que também tem apresentado um comportamento interessante nos últimos anos. Primeiramente, é importante mencionar que hoje o mercado de posto não bandeirado já corresponde a 45% do mercado de postos de revenda de combustíveis e 55% correspondem aos chamados postos bandeirados, ou seja, vinculados a uma distribuidora.

É importante verificar, por esse gráfico que nós podemos ver aí, que esse é um outro mercado que está em aparente transformação e o número de postos não bandeirados está se aproximando do número de postos bandeirados. Essa é mais uma característica peculiar que esse mercado vem apresentando, nos últimos anos, que deve ser mencionada.

Essa distribuição não é homogênea ao longo do território; ou seja, não há em qualquer parte do País essa participação de 45% ou 55% por parte de não bandeirados e bandeirados respectivamente, mas é uma indicação de que o mercado tem uma dinâmica que está caminhando para o equilíbrio entre essas duas situações.

Com relação agora à questão da venda de etanol, vamos abordar alguns aspectos importantes também.

Pelo modelo atual, que está previsto na Resolução ANP 43, de 2009, no seu artigo 6º, "o fornecedor somente poderá comercializar etanol combustível com: I) outro fornecedor cadastrado na ANP; II) distribuidor autorizado pela ANP e adimplente com a contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC)".

Pelo modelo atual, nós podemos ver nessa figura, a usina que produz etanol hidratado precisa vender para uma base de distribuição, e essa, então, vai fazer a venda para os postos de combustíveis ou para o setor de revenda. Pelo novo modelo, nós estamos antevendo uma figura chamada de distribuidor vinculado à refinaria, que estará autorizado a fazer a comercialização do produto com as revendas ou os postos de combustível.

Então, na venda direta do etanol hidratado, na comercialização do etanol hidratado, o combustível, entre produtor, fornecedor e revendedor varejista, poderá se dar sem a participação do distribuidor de combustíveis líquidos autorizado.

Tecnicamente – é importante destacar isso –, a ANP, até com base nos princípios que ela observa, de simplificação do mercado e de busca permanente do aumento da competitividade, é a favor da venda dieta; ela não vê nenhum problema na autorização da venda direta do etanol. No entanto, ela esbarra em algumas exigências, em algumas premissas às quais ela precisa obedecer.

Então, é importante destacar aqui por que a ANP não pode implementar hoje a venda direta. É porque, de acordo com a Resolução do CNPE n° 2, de 2020, a comercialização, por produtor, de etanol hidratado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustível diretamente com revendedor será regulamentada pela ANP, considerando-se as seguintes diretrizes: "I - isonomia concorrencial no aspecto tributário e preservação da arrecadação de tributos de alíquota específica (*ad rem)* em relação à comercialização do etanol hidratado com distribuidores de combustíveis;".

Então, é importante termos em mente que a ANP não pode contrariar as premissas definidas na política pública emanada do CNPE, haja vista que as questões tributárias ainda estão sendo tratadas pelo Ministério da Economia, conforme demanda do próprio CNPE quando acionou essa determinação da promoção da venda direta.

Então, é importante nós termos em mente que existe aqui a divisão da arrecadação do tributo PIS/Cofins, entre o produtor e o distribuidor, desses valores aqui apresentados e que a mera introdução da venda direta indiscriminada, pelas regras atuais, traria como efeitos negativos da venda direta, sem o ajuste tributário, o desequilíbrio concorrencial e a perda de arrecadação.

Aí nós caminhamos novamente para o recurso do qual a agência precisou se valer para permitir que aos produtores fosse possível uma venda que independesse da passagem por um agente distribuidor que não fosse vinculado a ele próprio, produtor. Então, o agente vinculado ao fornecedor só adquire o etanol hidratado combustível do fornecedor com o qual ele possui esse vínculo. A arrecadação tributária equivalente ao distribuidor autorizado vai ser possível e vai manter a isonomia concorrencial e a arrecadação prevista, e esse agente que fará o papel do distribuidor vinculado não precisará mais ser autorizado pela ANP, mas meramente cadastrado junto a ela, e os requisitos para os cadastros levam em consideração a preexistência de autorização como produtor.

Então, esse foi o artifício do qual a agência precisou se valer, para que fosse possível, sem implementar *ipsis literis* a venda direta, permitir ao produtor contornar o elo da cadeia de distribuição, sem incorrer em desobediência às premissas estabelecidas no CNPE.

Então, Sras. e Srs. Senadores, esse é o pano de fundo inicial que eu gostaria de apresentar, do ponto de vista da agência, para permitir que nós possamos iniciar aqui um debate a respeito dessa questão.

Muito obrigado mais uma vez pela oportunidade.

E estou à disposição de todos aqui para contribuir com este debate importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço ao Almirante Rodolfo Saboia a sua explanação e a sua presença nesta reunião.

Eu queria voltar – e depois passar a palavras aos Senadores – só ao que falou o Dr. Alexandre Barreto sobre o passeio do etanol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso colega Senador Vanderlan Cardoso, do Estado de Goiás, numa reunião que nós tivemos, nos contou do passeio do etanol produzido em Pirenópolis. Ele é produzido na usina em Pirenópolis, de lá vai para Goiás, para uma distribuidora, e depois que chega a uma distribuidora, em Goiás, vem para o posto de combustível em Pirenópolis. Ou seja, vai 320km a Goiás e volta. Roda 640km para chegar ao consumidor, ao posto de combustível. Desse passeio do etanol é que não entendemos o porquê, por que essas usinas não podem comercializar diretamente, o que é o fruto do nosso projeto de resolução que foi aberto no Senado e está na Câmara dos Deputados para apreciação.

Pela ordem de inscrição, vou passar a palavra primeiro ao Senador Esperidião Amin, depois ao Senador Jean Paul Prates e, depois, ao Senador Oriovisto.

Então, com a palavra meu estimado amigo, Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – ... desta reunião.

Realmente, nós estamos tendo uma aula de logística de combustíveis, e por isto eu me inscrevi, para aprender e para me solidarizar com a sua iniciativa, Senador Otto Alencar, porque nós mal e mal aprendemos com os efeitos dessas oligopolizações e quintais e acho que esta reunião tem este principal objetivo – que já está cumprido – de nos ensinar não apenas o papel do Cade e da ANP, mas também o que se pode fazer no varejo, na vida, no cotidiano, para defender a sociedade brasileira de abusos, dúvidas e equívocos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Nobre Senador Jean Paul Prates, V. Exa. dispõe da palavra.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Presidente, muito obrigado.

Eu gostaria de pedir um tempinho a mais, porque é um assunto em que tenho algumas perguntas, basicamente cinco perguntas, mas preciso fazer um preâmbulo explicativo.

Quero primeiro saudá-lo, Presidente, pela iniciativa desta reunião e pela qualidade dos convidados. ANP e Cade são importantes aqui e vou explicar por que são importantes nessa relação praticamente simbiótica em relação aos mercados de combustíveis, que são diversos.

Quero saudar o Senador Oriovisto, que estou vendo aqui; o Senador Wellington Fagundes; o Presidente da ANP, Rodolfo Henrique – bem-vindo! –; o Presidente do Cade, Alexandre Barreto, que sempre nos recebe muito atenciosamente lá no Cade, porque a gente já teve muitas conversas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria aqui fazer então uma conversa com o Senador Esperidião, que esteve conosco aqui, não sei se ainda está, e também com os demais presentes. Essa conversa é um pouco filosófica sobre a questão do que é mercado e, no caso dos combustíveis, quantos mercados existem. Por que isso é importante? Porque nós estamos avaliando, Senador Otto, várias questões, não só essa do etanol, mas várias questões, repetidamente, sobre esse setor.

Eu venho desse setor, de origem, só trabalhei com petróleo durante toda a minha vida, por isso posso falar de cadeira, não tenho problemas nem falsa modéstia em relação a isso. Esse é um setor diferente de muitos outros, porque, de um produto original, de uma matriz troncal original, que é o petróleo cru, saem vários subprodutos derivados de petróleo transformados através de uma máquina chamada refinaria. E essa refinaria alguns comparam, Senador Wellington e Senador Oriovisto, com um boi. Quando você abate o boi, dele sai a picanha, sai pé, sai orelha, sai um monte de pedaços, alguns muito mais baratos e desvalorizados do que o todo, do que a média do preço da arroba, e outros muito mais caros do que a média do preço da arroba. Essa é uma das lógicas, mas eu prefiro pensar em uma coisa muito mais complexa, porque cada produto subderivado de uma refinaria, inclusive, tem usos diferentes. O da carne é comer, o diesel, a gasolina atingem mercados diferentes: podem ser usados numa térmica, podem ser usados como combustível para o mercado automotivo, outros produtos são a base do setor petroquímico, portanto, eles são, por sua vez, insumos, matérias-primas para uma terceira etapa de industrialização, que é a petroquímica, como é o caso da nafta, que é muito próxima da gasolina e, portanto, concorre com ela na área da produção, da origem, do refino.

Aonde eu quero chegar com isso? É que eu acho que há uma confusão na raiz, Senador Otto – o Senador Angelo Coronel chegou aí também –, entre mercado e atividade. Eu diria que, talvez na maioria das situações, mercado e atividade coincidem, por isso a gente acaba chamando de *market share* do refino, *market share* da carpintaria, *market share* da fabricação de móveis, etc., etc. Mas, na verdade, isso não é mercado, isso é atividade econômica. Uma coisa é atividade econômica e outra coisa é mercado, e explico o porquê: o mercado, por alguma coisa, pode ser atendido por várias atividades econômicas diferentes. É o caso da gasolina, do diesel e do etanol. Andar de carro com o combustível que o propulsione pode ser feito a gasolina, a etanol ou agora até mesmo a gás natural no mesmo carro, sem ter que trocar de motor. Com diesel já é outra coisa, porque é um motor específico. Mas esses três, num carro *flex*, aceitam um ou outro, tanto faz, o importante é você andar com o carro. Então, o mercado é este: mercado de combustível automotivo que propulsiona carros *flex*, carros a gasolina e a álcool. A forma de chegar a esse lugar... Eu já tiro o GNV, porque o GNV tem uma situação específica, tem que ter um aparelho específico para usar no carro, mas em relação a esses dois produtos é igual.

O mercado é assim: diesel na Bahia, gasolina no sul, ou no Rio Grande do Sul. Para caracterizar o mercado... Eu nunca entendi por que o Cade diz "mercado de refino". E é aí que eu quero chegar: não existe o mercado de refino, existe a atividade econômica regulada de refino. onde, sim, pode haver uma análise sobre predominância de um determinado agente, hegemonia e não monopólio ou oligopólio, porque não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um mercado, é uma atividade. Há uma atividade a que se atribui hegemonia ou não, dominância daquela atividade ou não.

Agora, para o produto do refino, que são a gasolina e o diesel, hoje, no Brasil – e desde 1997, quando eu participei, orgulhosamente, da feitura da lei do petróleo –, está aberto o mercado. É um mercado em que qualquer um pode entrar e vender gasolina e diesel, comprar lá fora, produzir aqui dentro... Lá na Bahia, Senador Angelo e Senador Otto, há uma refinaria pequenininha que estava lá até hoje, Dax não sei o que... Não sei se foi viável e se ainda funciona, mas alguém foi lá e fez uma refinaria. Em São Paulo, há outra. Manguinhos é uma refinaria privada. "Ah! Mas são pequenas, são pouco dominantes." É problema do histórico do setor de petróleo do Brasil, que empreendeu através da Petrobras, nacionalizou algumas refinarias como a de Manaus, em uma certa época, enfim, e ficamos com uma situação dominante, como a Air France domina o Aeroporto Charles de Gaulle, em Paris, como há outras situações em vários outros mercados e atividades por aí.

A descompressão disso se dá ao longo do tempo com as forças de mercado atuando, mas não matando a empresa principal ou forçando-a a sair dos mercados por alegação, a meu ver, exagerada de que ela domina o mercado do refino. Não existe mercado do refino. O que existe é o mercado do diesel no norte de Minas, ou no sul da Bahia, ou na região de influência do Nordeste.

Esse é basicamente um problema que eu vejo muito crônico, porque toda hora a gente fala nesse assunto, e, no setor de petróleo, isso é praticamente um sacrilégio, porque, como eu disse, de várias atividades diferentes pode ser gerado o combustível para atender aquele determinado consumidor. O que caracteriza o mercado é a chegada ao consumidor – por isso o *market share*.

O *market share* da Petrobras pode ser atendido, como é hoje, inclusive, pelas refinarias dela e pelo petróleo que ela importa, aliás, pelos derivados que ela importa. Ela atende o mercado XPTO, lá em Pernambuco, com diesel dela e diesel importado. Outras empresas poderiam fazer o mesmo. Tudo está acessível. Inclusive, a ANP sabe, o Dr. Geraldo Rodolfo sabe que, desde 1997, por uma mera autorização, sem nem sequer haver edital, concorrência, como é na exploração de produção, é dado e é outorgado o direito de se construir uma refinaria no Brasil. Se não houve interessados até hoje... Até houve vários anúncios, etc., mas, se isso não saiu ainda, é porque certamente a escala não foi atingida, o pessoal não se entusiasmou, não foi dada a condição, sei lá, a segurança jurídica...

E aí vem a questão da paridade internacional. Havia a alegação de que a questão da paridade internacional de preços seria um empecilho básico. Nós, no Brasil, praticaríamos – e aí, justiça feita, não nos governos do PT, mas desde sempre – preços na bomba regulados, de uma certa forma, para atender a uma certa estabilidade da economia em relação à volatilidade natural dos preços de petróleo. O preço de petróleo é a coisa que mais varia no mundo e não é controlado por ninguém, Senadores – por ninguém. Houve um tempo em que a Opep ainda o controlava. Hoje nem a Opep consegue mais – porque ele é mais dirigido pela própria demanda do que pelos cartéis, ou agora criptocartéis – controlar o preço do petróleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é mais volátil do que o dólar, porque o dólar ainda se associa a qualquer outra moeda. É a *commodity* mais internacionalizada e mais volátil. Portanto, nenhum país a controla. E, por isso, o Brasil correu atrás, seis décadas, da autossuficiência em petróleo, para depender menos; não para se libertar, não para trazer a realidade virtual de um mercado, como na Venezuela, vender diesel a centavos e sair do mercado mundial. Não é isso, pelo menos em relação a derivados, mas pelo menos ter um preço paritário, próximo do internacional, e poder ajustar, de tempos em tempos, para dar um pouco mais de segurança para o agro, para o frete ferroviário e rodoviário, para uma previsibilidade maior.

Na época do Governo Temer, faz-se essa experiência da volatilidade em tempo real. Deu no que deu: greve dos caminhoneiros, que foi o grande grito desse processo. O Brasil não estava acostumado – e não está ainda – a esse grau de volatilidade. E não faz sentindo, porque é um país que conquistou autossuficiência e tem um parque de refino confortável. Claro que a gente pode trabalhar com combustível importado, mas, em todos os países, em todos esses mercados internacionais, principalmente o do Atlântico Sul, o importador tem um papel eventual: ele cobre falhas de mercado e entra naquelas falhas, jamais ele é priorizado, como está sendo agora.

Por que eu digo isso? Foi feito – e aí vêm as perguntas – aquele termo de compromisso, o termo de ajuste de conduta ou TCC do Cade com a Petrobras, que agora está dando o que falar, Alexandre, como a gente já havia conversado, porque ele foi feito em cima de uma alegação dos importadores de combustível muito específica, lá no Maranhão. Criou-se um processo, a Petrobras não se defendeu, o que é estranho. Ela não se defendeu, não apresentou defesa e, em vez de se defender num processo específico de *dumping*, alegado em algum lugar da costa do Norte, apresentou refinarias à venda e reconheceu o domínio no mercado do refino, que eu já disse aqui que não existe.

O Cade não teve tempo – e não sei, aí a explicação é do Cade – e não teve condições de fazer um levantamento, de fato, nos mercados que estavam sendo alegados ali como dominados pela Petrobras. E aí eu digo que os mercados tinham que ser: o diesel em tal lugar, a gasolina em tal lugar, o combustível...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Jean Paul, desculpe interromper, mas V. Exa. tem que formular a pergunta.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou fazer a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor está como expositor para fazer a pergunta.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Como é que o TAC, esse TCC, foi feito sem um estudo dos mercados? Primeira coisa. Segundo, por que em momento nenhum o Cade se perguntou por que a Petrobras não se defendeu? Não houve um processo? Houve uma defesa, alegação da Petrobras? Ela não fez aquilo naquele dia, em vez de simplesmente entregar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





refinarias, inclusive a da Bahia? Por que, de lá para cá, a Petrobras nunca apresentou um pedido de extensão do prazo?

V. Exas. deram um prazo para a Petrobras vender essas oito refinarias, e ela agora alega que está vendendo abaixo do preço, Senador Otto, por causa da pandemia. Ora, se ninguém vende nada disso numa pandemia, por que ela mesma não foi ao Cade? O Cade, claro, daria essa extensão de prazo. "Olha, mais dois anos para você vender, porque eu sei que a pandemia está aí, os ativos estão baratos, você vai vender mal isso aí e tal." Isso é ruim para o País. Então, esses estudos foram feitos...

Em relação à ANP, há um problema desde o início, quando a gente fez o Estatuto da ANP – eu participei, com o Dr. Rodolfo, lá do primeiro organograma e tudo. Havia sempre esta dúvida: até onde vai o papel da ANP e até onde vem o Cade e entra em cima. A ANP regula, contrata, fiscaliza e também instrui os processos. Se ela instrui os processos, significa que quem faz a primeira averiguação de dominância do mercado é justamente a ANP, porque é ela que tem os registros dos *market shares* e tal, etc., faz todos os ajustes, os registros do E&P, do transporte, do refino. Então, a ANP foi consultada, trouxe elementos de dominância de mercado?

E tudo isso eu pergunto, porque o etanol – para fechar, Senador Otto, é essa a questão – pode... Eu não tenho nada absolutamente contra, por exemplo, a que ele saia direto da usina, porque ele é um produto diferente da gasolina e do diesel, ele não passa por refino, estabilizador de qualidade, etc., etc. Mas por que ele não pode ser vendido diretamente, já que vai atingir o mesmo mercado, que é o mercado automotivo de carros *flex*? Então, poderia ser feito isso, mas também tem que ser analisado do ponto de vista do mercado, como ponto de contato com o usuário, e não com a atividade. Por isso é que eu fecho justamente fazendo este paralelo: refino e produção de etanol mostram que, no mercado de petróleo e derivados, é preciso separar o que é atividade econômica do que é mercado no usuário final.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Para concluir, Senador. (*Pausa.*)

Pois não, eu espero que tanto o Dr. Alexandre quanto o Dr. Rodolfo tenham visto as perguntas que foram formuladas pelo Senador Jean Paul, mas eu passo a palavra ao Senador Oriovisto, para que ele, como Senador inscrito, possa também formular aquilo que deseja perguntar ao Dr. Rodolfo e ao Dr. Alexandre Barreto.

Com a palavra o Senador Oriovisto.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Otto. Bom dia aos colegas Senadores, aos nossos convidados, Dr. Alexandre e Dr. Rodolfo.

A minha pergunta é muito específica. Eu vi, na imprensa, alguns dias atrás, o anúncio por parte da Petrobras de que, a partir de 1º de maio, o nosso gás, o gás que usamos, o gás de petróleo deverá sofrer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento de 39% – deve ser um impacto muito forte na nossa economia –, e eu vejo, desde julho do ano passado para cá, aumentos sucessivos no gás. Já li algumas explicações de que esse preço ficou represado durante muito tempo e que agora, então, está indo para um valor de mercado. A Petrobras argumenta que importa quase 30% do que ela vende de gás. E, se ela importa, se o preço é em dólar e sobe e se, no mercado internacional, esse preço varia, ela tem duas opções: ou ela compra caro, vende barato e assume o prejuízo ou o Governo tem que subsidiar isso, ou ela deixa o mercado desabastecido.

Então, me parece uma situação dramática, porque, lá no início do Governo Bolsonaro, o Ministro Paulo Guedes falava em quebrar o preço do gás pela metade – não sei se vocês se lembram disso. A metade, naquele tempo, significaria alguma coisa como R$35 o botijão. Esse botijão já chega hoje, em Mato Grosso, a R$100. Com esse aumento de 39% que anuncia agora, ele vai passar de R$100 em todos os Estados brasileiros, o que é uma situação absolutamente dramática, principalmente para quem ganha salário mínimo. Um botijão de gás vai custar quase 9% do valor do salário mínimo, ou quase 10%.

Então, como a única produtora de gás no nosso País é a Petrobras, não há muito por onde fugir. Quer dizer, ou o Governo vai subsidiar esse gás, ou vai retirar impostos que incidem sobre ele, ou nós vamos ter uma situação já agora, a partir de 1º de maio, realmente insustentável. Não vejo o que a ANP possa fazer a respeito, não vejo o que o Cade possa fazer a respeito, porque o que a Petrobras coloca é uma realidade econômica clara: subiu lá fora, eu tenho que cobrar mais caro aqui dentro – ponto final.

Só que as consequências caem no colo da política, não é? Que saída vocês veem para essa questão do gás, que me parece uma das mais sérias?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Oriovisto.

Queria complementar com algumas perguntas dirigidas ao Almirante Rodolfo Saboia.

A primeira delas: por que motivo a Agência Nacional do Petróleo descontinuou o aplicativo de preços que permitiria ao consumidor descobrir o combustível com preço mais barato? Há até um decreto do Presidente da República, de agora, de fevereiro, o Decreto nº 10.634, de 2021, que versa exatamente sobre esse assunto. Então, descontinuou-se esse aplicativo que dava as informações ao consumidor.

Segundo: desde outubro de 2020, a Agência Nacional do Petróleo, em seu *site*, não divulga mais a informação dos preços praticados pela distribuição? Segunda pergunta.

Terceira pergunta: a solução colocada pela Agência Nacional do Petróleo para venda direta consiste em um distribuidor vinculado, ou seja, a usina vai ter que constituir um CNPJ, um novo distribuidor com menos exigências. Assim, o etanol hidratado sai do CNPJ da usina, passa para o distribuidor vinculado sem ter movimentação física do produto e nenhuma agregação de valor, e depois é entregue no posto. Dessa forma, solicito a V. Sa. os esclarecimentos: a) distribuidor vinculado é venda direta na opinião da Agência Nacional do Petróleo?; b) distribuidor vinculado, à luz da Lei de Liberdade Econômica, não traz apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

burocracia, com a constituição de uma empresa de fachada, que não tem utilidade?; c) V. Sa. entende que o distribuidor vinculado está na linha, com as manifestações recentes do Presidente da República?

A quarta pergunta: V. Sa. tem conhecimento da Resolução da Agência Nacional do Petróleo nº 777, de 5 de abril de 2019? Pode nos explicar as motivações para a edição da referida resolução?

São essas as perguntas que eu formularia ao Sr. Almirante Rodolfo Saboia.

Com a palavra o Almirante Rodolfo Saboia. Em seguida, para responder, o Dr. Alexandre Barreto.

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA** (Para expor.) – Obrigado, Senador Otto Alencar. Muito obrigado pelas perguntas de todos. Muito obrigado, Senador Jean Paul Prates. Eu sempre gosto muito de assistir ao Senador Jean Paul Prates. É sempre uma oportunidade que me traz duas alegrias: primeiro, porque eu aprendo muito sempre; segundo, porque eu vejo a bandeira do glorioso Botafogo sempre ali atrás ornamentando o seu escritório.

Então, Senador, me atendo à pergunta de V. Exa., a participação da ANP no TCC assinado entre o Cade e a Petrobras se limitou ao Diretor-Geral da ocasião. Ele assinou como testemunha esse termo, e a ANP participou dele subsidiando, com dados do seu banco de dados, para que os termos do acordo fossem construídos. Foi basicamente limitada a isso a participação da agência na formulação do TCC.

Senador Oriovisto Guimarães, com relação a esse aumento de 39% do gás, anunciado, é importante, primeiro, nós fazermos uma diferenciação aqui. Esse aumento se refere ao gás natural; o GLP, o gás de cozinha, o gás de botijão, não tem nada a ver com o gás natural, ele não sofrerá necessariamente impactos decorrentes desse aumento do gás natural. Isso é um aumento estabelecido em contrato entre a Petrobras e as distribuidoras, que possuem uma fórmula no contrato – é um contrato comercial entre partes que contém um fórmula que diz como serão feitos esses reajustes: a periodicidade e em que termos, que basicamente incluem o preço do transporte e o preço da molécula; e, no preço da molécula, entram o preço do petróleo, o câmbio e o IGPM, que é o índice acordado para fazer parte dessa fórmula de reajuste, repito, de um contrato comercial entre partes, entre a Petrobras e a distribuidora à qual ela fornece. Mas é muito importante destacar este aspecto de que o GLP, o gás de cozinha, não está enquadrado nesse reajuste que foi anunciado pela Petrobras. Isso é para o gás natural exclusivamente.

Senador Otto Alencar, aplicativo de preço. Esse aplicativo de preço... Eu assumi aqui a ANP em dezembro do ano passado; a informação que eu tive é que esse aplicativo foi descontinuado em março do ano passado. Por quê? Porque, para funcionar, ele dependia de informações enviadas de órgãos estaduais, secretarias de fazendas estaduais, com os quais a ANP não estava conseguindo estabelecer esse canal de comunicação para viabilizar o funcionamento desse aplicativo. Por isto é que ele se tornou ineficiente e obsoleto: porque os dados de que a ANP dispunha para fazer o aplicativo funcionar não estavam disponíveis para o seu funcionamento a contento. Essa foi a informação que eu tive a respeito do funcionamento desse aplicativo. Ele foi descontinuado, e já tem mais de um ano que ele foi descontinuado. Eu vim a descobrir,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, a existência dele relativamente há pouco tempo; quando eu cheguei, ele já não existia mais. Mas esta é a explicação: porque ele dependia de parcerias com todos os Estados, para permitir que ele tivesse uma abrangência nacional, e esse fluxo de informações, essa parceria, não foi possível de ser estabelecido na grande maioria dos Estados. Se não me engano, apenas com um Estado – de que eu não me lembro qual foi agora – é que foi possível o estabelecimento dessa parceria. Isso rigorosamente inviabilizava o funcionamento do aplicativo, sob pena de torná-lo inócuo, porque as informações não eram confiáveis – as que estariam lá.

Distribuidor vinculado. Eu gostaria de voltar a tocar num ponto. No momento em que a questão que é premissa da resolução do CNPE, que determinou à ANP a liberação da venda direta do etanol a partir da alteração da regulação; no momento em que a questão tributária, que também é uma premissa dessa mesma resolução, no momento em que for superada essa questão tributária, já que era previsto, na própria resolução, que para o problema fosse apresentada uma solução pelo Ministério da Economia... Inclusive, a própria resolução que prevê o distribuidor vinculado atrasou, porque estávamos aguardando o equacionamento da questão tributária, uma vez que era premissa que não pudesse haver perda de arrecadação na regulação que decorreria da venda direta. Nós aguardamos o equacionamento dessa questão tributária por parte do Ministério da Economia, o que não aconteceu. Então, a ANP recorreu à figura do distribuidor vinculado. Mas, no momento em que essa questão tributária estiver equacionada e superada, no dia seguinte, a ANP pode iniciar um processo regulatório que permita a venda direta *stricto sensu*, em que o produtor vai poder fazer a venda direta ao revendedor. Não há nenhum impedimento a que isso seja feito, uma vez que se quer que essa premissa da própria resolução do CNPE seja equacionada. Então, a ANP não tem nenhuma preferência pelo modelo em que a distribuidora seja obrigatória ou que precise da figura do distribuidor vinculado. Ela apenas não pode deixar de cumprir a resolução. No momento em que essa equação estiver resolvida e que o tributo seja todo aplicado num outro elo da cadeia que, obrigatoriamente, vai ser observado, seja no produtor, seja no revendedor, essa questão deixa de ser um problema para a ANP. A ANP apenas não foi capaz de eliminar rigorosamente o elo da distribuição por conta dessa questão.

A Resolução ANP 777 eu estou tentando saber qual é, porque, de cabeça, eu não tenho conhecimento. Direito de liberdade econômica...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Há a pergunta, Almirante, que eu fiz sobre... Porque o *site* da ANP não divulga mais a informação dos preços praticados pela distribuição.

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA** – Há essa informação de por que o preço da distribuição não está...

Senador, este é um fato de que eu tomei conhecimento há pouco tempo: de que essa informação que costumada ser apresentada dos preços na distribuição... A informação que eu tenho aqui é que esses preços estão disponíveis. Eu tenho até um *link* aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Desde outubro de 2020, o *site* não publica essas informações com os preços praticados na distribuição.

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA** – Eu recebi a informação aqui de que... Eu tenho até o *link* para fornecer – foi atualizado em 22 de fevereiro. Mas eu posso aprofundar essa averiguação para saber se, de fato, essas informações não estão mais atualizadas a partir de novembro. As informações ainda constam do *site* – não sei se elas estão desatualizadas. Mas eu me comprometo com V. Exa. a fazer uma verificação em que ponto esse problema, essa atualização está interrompida ou algo que o valha.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Agradeço, Almirante Rodolfo Saboia.

Passo agora ao Dr. Alexandre Barreto, para que ele possa responder às perguntas formuladas pelo Senador Jean Paul e pelo Senador Oriovisto.

**O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, se V. Exa. permitir, rapidamente quero corrigir um lapso cometido no início da apresentação. Eu não cumprimentei o Presidente da ANP, o Almirante Saboia. Faço-o agora, Almirante, e peço desculpas pelo lapso ao início.

Também quero deixar registrado que o Cade e a ANP têm procurado atuar em parceria, em cooperação, para juntos trocarmos informações e buscarmos a adoção das melhores políticas, visando ao bem comum.

Passando às questões trazidas pelo Senador Jean Prates, eu me somo ao Almirante Saboia quando digo que é sempre um prazer e um desafio ao mesmo tempo conversar com o Senador Jean Prates. O Cade sempre se colocou e se coloca à disposição do Senador Jean Paul para trocas profundas de conhecimento acerca das matérias.

As questões trazidas pelos Senador Jean Paul Prates vão na essência da atividade da autoridade antitruste na verdade. Antes de passar à resposta direta, quero fazer uma breve introdução sobre alguns pontos que explicam, norteiam e delimitam a atuação do Cade quando da consideração de um mercado específico.

Quando da análise de um possível abuso de posição ou do nível de concentração de um mercado específico, o Cade possui um instrumental de análise muito bem estabelecido, que inclusive é transparente, disponibilizado por toda a sociedade através dos guias que estão disponíveis em nossas páginas. Procurando explicá-los de maneira resumida, basicamente se verificam duas dimensões do mercado em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que o Senador Jean Paul Prates conhece bem, mas, com a permissão de V. Exa., farei um breve introito para dividirmos a questão com as demais Senadoras e os demais Senadores.

O mercado é analisado sob o ponto de vista do produto e ele é analisado sob o ponto de vista geográfico. Então, como bem colocado pelo Senador Jean Paul Prates, quando se analisam combustíveis, por exemplo, a pergunta é: falar-se em mercado de gasolina faz sentido ou deve-se falar em mercado de combustível para veículos automotores? Deve-se falar em mercado para carros de passeio ou mercado de veículos utilitários? E a resposta não é simples. A cada mercado há que se fazer uma análise profunda da dinâmica do mercado, para basicamente responder a uma pergunta: um aumento de preços praticado por um produtor em um determinado produto pode ser contestado por um outro produtor? Isso nos ajuda a delimitar o que é o mercado relevante sob análise. Então, por exemplo, trazendo de volta o assunto que discutimos aqui hoje – etanol e gasolina concorrem entre de si ou deveriam concorrer entre si, dado que boa parte dos veículos automotores no Brasil utilizam motor *flex*, ou seja, podem utilizar tanto o etanol quanto a gasolina. A pergunta é: um aumento do preço da gasolina pode ser contestado pelos produtores de etanol? Se a resposta for "sim", etanol e gasolina competem no mesmo mercado.

Sobre dimensão geográfica: "O aumento de preços praticado no mercado de São Paulo pode ser contestado por um produtor no Estado do Rio de Janeiro? Se a resposta for 'sim', trata-se do mesmo mercado; se a resposta for 'não', trata-se de mercados distintos". A depender do mercado relevante em análise, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, ele pode ser classificado como desde em um nível mundial – e temos mercados relevantes mundiais, em que a concorrência está no globo – até mesmo em um bairro. Uma padaria, por exemplo, é um mercado relevante em um bairro. E, tentando buscar um exemplo de mercado mundial, analisa-se agora no Cade o mercado de produção de bombas de pistão hidráulicas. Esse é um caso muito específico, mas, como são três os grandes produtores no mundo, se trata de um mercado mundial.

E a resposta para a definição de o que é cada mercado, Senador Jean Paul, obviamente, como V. Exa. sabe, depende de estudos profundos acerca do mercado em si.

De fato, Senador Jean Paul, não se pode falar que ser grande é um problema. Ser grande não é um problema, nem no Brasil nem em nenhum país do mundo, mas abusar do tamanho é um problema que atrai a competência do Cade, sem dúvida nenhuma. E nós não temos nenhum – nenhum! – exemplo no Cade de alguma investigação que tenha sido aberta, e muito menos há que se falar em condenação, derivada única e exclusivamente da posição de uma empresa no mercado.

Eu chamo a atenção das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, porque, inclusive, na semana passada, nós tivemos conhecimento de um projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados pelo qual se procura incluir na Lei 12.529 justamente um inciso, dentre aqueles que constam do §3º do art. 36, em que se criminaliza, digamos, ou se torna uma infração justamente o tamanho de mercado. Obviamente essa proposta vai ser objeto de discussão no Congresso, mas o que eu posso afirmar é que hoje, de modo algum,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se incrimina, não se investiga nenhuma empresa pura e simplesmente pelo seu tamanho de mercado. Porém, Senador, se houver algum indício de abuso desse poder de mercado, o Cade não só pode, mas o Cade deve, na verdade, de ofício ou por provocação, atuar para investigar se de fato há o cometimento da infração ou não.

E, como todo processo administrativo, essa investigação deve ser acompanhada do devido processo legal, do direito ao contraditório, para se garantir às empresas investigadas pelo Estado o direito de apresentarem a sua posição, o direito de apresentarem as suas provas, para que o Estado possa conduzir da maneira mais transparente e com segurança jurídica a sua investigação.

Trago agora especificamente para o caso da Petrobras que levou ao estabelecimento do acordo em 2019 entre o Cade e a Petrobras, Senador: "O que havia em termos de investigação no Cade que motivou o acordo formulado entre Cade e Petrobras?". O processo aberto, o processo principal aberto em 2018, seguido de investigações internas conduzidas pelo Cade para se entender a dinâmica de mercado nacional no setor de combustíveis, e, de fato, uma denúncia inicialmente recebida pelos importadores da prática de preço predatório pela Petrobras... E usamos o termo "preço predatório"; não utilizamos o *dumping* em Direito Concorrencial, porque *dumping* se refere a questões de comércio no exterior.

E a denúncia recebida era de que a Petrobras estaria praticando preço em algumas praças abaixo do preço de mercado e, dessa forma, inviabilizando a concorrência potencial dos importadores – e o importador representa no Brasil um concorrente de fato possível para a Petrobras, uma vez que 98% do parque de refino no Brasil, se somado todo o faturamento do refino, pertencem à Petrobras. Quando fomos investigar o caso, Senador Jean Paul, o que foi verificado pelo Cade? Essas informações constam do termo do acordo que foi assinado. A Petrobras, de fato, naquele momento – estamos falando de 2018 –, praticava no Território nacional o que se convencionou chamar de paridade do preço internacional.

E apenas um pequeno parêntese: dado que temos uma atividade praticamente oligopolizada – praticamente não, é oligopolizada –, praticamente monopolizada, em que o preço é livre, temos uma situação completamente anômala em termos de mercado, em que há necessidade ou de regulação de preço ou de uma atuação constante da autoridade antitrustre para evitar abusos do monopolista de fato. Dado que a opção do legislador nacional é tornar o preço do combustível ou o preço nesse mercado livre, temos a necessidade constante e premente de uma atuação constante para impedir o abuso por parte do oligopolista.

Voltando à questão da Petrobras, Senador Jean Paul, em 2018, o que se verificou? Que a lógica da construção do preço de paridade internacional no Brasil se dava pela média dos preços praticados nas refinarias da Petrobras – e a informação inicialmente recebida era a de que era uma média aritmética simples entre as três refinarias da Petrobras. As informações levantadas pelo Cade ao longo do ano de 2018 efetivamente demonstraram que os preços praticados em cada uma das refinarias variaram de maneira bastante acentuada. Então, não era um preço homogêneo praticado pela Petrobras: o preço praticado nas refinarias de uma determinada praça era diferente do preço praticado em uma refinaria em outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinada praça. Havia indícios de que, nas praças onde o importador poderia ser um concorrente de fato – no Nordeste principalmente, dado que a Região Nordeste e a Região Norte do Brasil têm uma facilidade logística na importação de combustível, dada a proximidade do hemisfério norte, que é o nosso maior fornecedor possível de derivados de petróleo –, os preços praticados pela Petrobras estavam abaixo do preço de paridade internacional, o que levou a uma externalidade negativa no sentido de que o compromisso da Petrobras, que era da prática da média, ou melhor, do preço de paridade internacional, levou à necessidade do aumento do combustível nas refinarias do Sul e Sudeste. E isso levou a um aumento considerável do preço dos combustíveis praticado no Sul e Sudeste. Tínhamos indícios ainda, Senador Jean Paul Prates, de que, após a prática de preços abaixo do PPI nas Regiões Norte e Nordeste e a redução dos volumes de importação, a Petrobras voltou a aumentar os preços no Norte e Nordeste.

Esse era o andamento da investigação em curso no Cade naquele momento – estamos falando de 2018. Então, nós tínhamos indícios – e repito: indícios – de que sim, a Petrobras estaria praticando o que chamamos de subsídio cruzado entre as suas diferentes refinarias, para manipular preços de forma a impedir a importação efetiva e a concorrência pelo importador. Eram indícios, indícios que foram suficientes para o Cade levar adiante o inquérito investigativo.

O inquérito não se concluiu, porque no curso do inquérito... E essa é uma prática relativamente comum do Cade, a nossa política de acordo é bastante exitosa. Nós encerramos dois em cada três casos no Cade por meio de acordo, pelo qual as empresas se comprometem a cessar a prática investigada pelo Cade e a recolher aos cofres da União os valores equivalentes à multa com algum desconto. Consideramos essa prática, do ponto de vista de gestão pública, extremamente positiva, porque cessa a conduta, permite antecipação da multa, reduz o custo administrativo da investigação e reduz a lide judicial. Então, consideramos essa política bastante exitosa, e ela é reconhecida, inclusive, pela OCDE como uma política de sucesso, uma das melhores do mundo.

Foi-nos proposto, Senador Jean Paul Prates, pela Petrobras um acordo que levaria, pelo lado do Cade, à cessação da investigação, à interrupção da investigação – suspensão, melhor dizendo, da investigação – e, por parte da Petrobras, à cessação da conduta. Na dinâmica de negociação, de que forma a Petrobras propôs a cessação da conduta? Por meio da cessação da prática e mais: pelo desfazimento da sua posição de mercado. Essa é uma questão em que, da maneira como foi colocada, Senador Jean Paul, posso afirmar que nenhuma autoridade antitruste do mundo se negaria a tal acordo. Se estávamos falando em abuso de posição dominante, a empresa investigada pelo Cade reconhece a prática do abuso e propõe, como remédio concorrencial, se desfazer da sua posição dominante. Então, repito, essa é uma condição que vai atacar na essência o problema e não poderia ser recusada pela autoridade antitruste.

E nesse ponto é importante enfatizar também que, pela própria independência que a Constituição e a legislação garantem ao Cade, a investigação feita, obviamente, com bom senso, razoabilidade e responsabilidade para com o País, não irá diferir uma prática concorrencialmente infrativa praticada por uma empresa estatal daquela praticada por uma empresa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guardadas as proporções, o acordo remete ao que aconteceu nos Estados Unidos no final do século XIX, início do século XX, quando havia uma empresa monopolista nos Estados Unidos que foi dividida entre outras empresas por ordem da Suprema Corte americana. Isso é apenas a título de exemplificação, obviamente são casos completamente distintos, mas remete àquele caso.

Agora, é importante dizer também, Senador, que obviamente o Cade tem uma responsabilidade grande com a manutenção do ambiente competitivo no País. E o desenho do remédio que foi proposto – e essa é uma atuação a qual levamos com bastante seriedade –, o desenho do mercado pós-acordo foi objeto de um estudo bastante profundo por parte do Cade, porque, na medida do que podemos fazer, nós queremos nos assegurar que condições de mercado pós-operação, pós-apreciação do Cade, sejam as mais pró-competitivas possíveis.

No acordo, por exemplo, foram elencadas algumas condições para a Petrobras para que se criassem pressões competitivas entre diferentes refinarias do País, de modo que refinarias que estivessem em regiões contíguas pudessem exercer pressão competitiva umas sobre as outras. E ainda o desfazimento dessa estrutura de mercado nacional pode viabilizar a participação do importador como um concorrente efetivo.

Um exemplo, entre parênteses, que a gente pode utilizar para demonstrar essa preocupação que o Cade tem remete ao Estado de V. Exa. Hoje nós analisamos a venda de um ativo – também da Petrobras, coincidentemente – no mercado de gás natural, que é a UPGN de Guamaré. Nós estamos nos cercando, na análise desse processo de venda, de cuidados, inclusive fazendo determinações ou recomendações à Petrobras para que o processo de venda do ativo da UPGN de Guamaré possibilite, no pós-venda, uma maior participação de todos os *players* do mercado a esse ativo para assegurar uma competição efetiva.

E esse é o nosso objetivo maior, Senador Jean Paul Prates. V. Exa. pode ter certeza de que nos cercamos de todos os cuidados possíveis, com a melhor informação à época, para garantir que haja uma injeção de competitividade nesse setor.

Dessa forma, objetivando as respostas, Senador, às três perguntas feitas por V. Exa., acho que foi demonstrado que o TCC foi realizado com diversos estudos de que dispúnhamos à época para a realização do acordo. Posso garantir a V. Exa. que a Petrobras se defendeu, sim, que ela apresentou o seu ponto de vista, lembrando que, se a investigação fosse a fundo e tivesse sido comprovado o abuso de posição dominante por parte da Petrobras, poderia, em tese, ser aplicada uma multa que remontaria a bilhões, quiçá dezenas de bilhões de reais, para a Petrobras – seria aplicada pelo Cade no caso de condenação.

Com relação à última pergunta, extensão de prazo, Senador Jean Paul Prates, sim, a Petrobras solicitou ao Cade extensão de prazo, e isso foi concedido. Obviamente, o Cade está aberto a petições não só da Petrobras, mas de todas as empresas que têm acordos formulados com o Cade nesse contexto da pandemia. Entendemos que se trata de uma situação excepcional e, obviamente, teremos razoabilidade e bom senso para conceder prazos adicionais para o cumprimento dos acordos formulados com o Cade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço perdão, Presidente Otto, mas a pergunta foi bastante extensa, e eu me senti na obrigação de dar uma resposta satisfatória para o Senador Jean Paul Prates – não sei se o consegui, mas, obviamente, estou aberto... Obviamente, Senador, o Cade, o meu gabinete, está permanentemente aberto. Já temos uma reunião marcada com V. Exa. e com o Senador Jaques Wagner. E, se o momento aqui da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos não permitir que eu possa apresentar respostas com mais profundidade a V. Exa., poderemos ter a continuidade dessa conversa se V. Exa. quiser, mas, obviamente, neste momento, nesta reunião, estou à completa disposição das Sras. e dos Srs. Senadores.

Passo rapidamente, Senador Otto, às questões trazidas pelo Senador Oriovisto.

Acredito que o Presidente Saboia abordou, endereçou bem a questão. É importante separar o mercado de GLP do mercado de gás natural. O GLP é um derivado do petróleo, inclusive produzido nas refinarias; o processo de formação do gás natural é um processo distinto.

O que rapidamente levo à reflexão de V. Exas. é que, a exemplo do mercado de combustíveis, no mercado de gás e até mais, nós temos um monopólio de fato de diversos elos do setor, e, quando temos um monopólio de fato de um elo do setor do mercado sob análise, o aspecto da formação de preços sempre vai remeter a questões excessivamente complexas. Se há um monopólio de fato, o preço deve ser regulado pelo Estado ou não? O preço deve ser objeto de subsídio ou não? Deve-se quebrar o monopólio de fato ou não? São opções políticas, Sras. e Srs. Senadores. Cabe ao Estado se posicionar sobre qual modelo melhor entende que pode atender às demandas da sociedade.

O que eu posso afirmar ao Senador Oriovisto é que, no mercado de gás, a exemplo do que fazemos hoje no mercado de combustíveis, de maneira geral, estamos com o olhar atento. Também temos um acordo com a Petrobras no setor de gás natural. Entendemos que injetará e trará mais concorrência e competitividade para esse setor.

São esses os pontos, Senador Otto. Permaneço à disposição de V. Exa. e dos demais Senadores e Senadoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Dr. Alexandre, parece-me que o Senador Jean Paul fez um questionamento a respeito da venda da refinaria de Mataripe, aqui no nosso Estado. O que se avalia... Inclusive o próprio Senador e alguns outros técnicos com *expertise* no mercado acham que essa venda, além de ser num período impróprio, na pandemia, também teve o seu preço subestimado. E me parece que o seguro da refinaria de Mataripe era estimado, se não me engano – o Jean Paul deve ter esse número – em mais de US$3 bilhões, e foi vendida por um preço subestimado, pelo menos é isso o que está sendo noticiado. Eu queria perguntar ao Dr. Alexandre se ele tem informações mais detalhadas a respeito dessa venda.

**O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA** (Para expor.) – Perfeito, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Refinaria Landulpho Alves (RLAM), do glorioso Estado da Bahia, de fato, é parte do pacote de desinvestimentos trazidos pela Petrobras, dentro do acordo geral de venda de refinarias. O aspecto da precificação, Presidente Otto, não faz parte do acordo e foge à competência do Cade. O que posso afirmar a V. Exas. é que a Petrobras assumiu o compromisso conosco – isso consta do documento assinado pela empresa – que a sistemática do desinvestimento obedeceria às regras que foram estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União. Então, um acórdão paradigmático do TCU... Inclusive, ontem eu tive uma audiência no Tribunal de Contas da União para tratar exatamente desse assunto. Um acórdão paradigmático do TCU, de nº 442, de 2007, em linhas gerais estabeleceu que a Petrobras deveria aplicar a sistemática revisada em todos os projetos de desinvestimento, e essa sistemática revisada levaria a um acompanhamento *pari passu* dos projetos de desinvestimento da Petrobras pelo Tribunal de Contas, de modo que fosse garantida a transparência do processo e a correta precificação do processo.

Mas, repito, Presidente Otto: essa é uma matéria que remete ao Tribunal de Contas da União. Nós não entramos, no Cade, na questão da precificação do ativo. Guardadas as proporções, seria como se uma empresa privada se comprometesse a vender um ativo mediante um acordo com o Cade. Não cabe ao Cade ditar para a empresa qual preço deve ser praticado para aquele ativo.

O que eu posso também garantir a V. Exa., novamente fazendo menção das questões trazidas pelo Senador Jean Paul Prates, é que o Cade terá completa razoabilidade e bom senso ao analisar eventual pedido de dilação de prazo efetuado pela Petrobras. Dito isso, tenho plena convicção de que o Tribunal de Contas da União está vigilante nessa questão da precificação do ativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Pede para falar o Senador Angelo Coronel, a quem concedo a palavra.

Senador Angelo Coronel.

**O SR. ANGELO CORONEL** (PSD - BA. Para interpelar.) – Cumprimento o Presidente da CAE, Senador Otto Alencar, meu conterrâneo, e os nossos convidados, Dr. Alexandre e Dr. Rodolfo.

Ouvi atentamente algumas explanações tanto por parte dos Senadores como também por parte dos convidados.

Aqui na Bahia, no Nordeste como um todo, nós temos um problema sério: quando há aumento de preço nas bombas, ou seja, pelos revendedores, a sociedade e o Ministério Público colocam os revendedores como os grandes vilões desse preço – fora da nossa vontade, vamos assim considerar. Enquanto isso, nós temos uma carga tributária dos derivados de petróleo em que os Governos estaduais, numa sanha de cobrar impostos... A gente praticamente, quando abastece, paga mais em impostos do que pelo produto. Então, espero que na nossa reforma tributária consigamos equalizar essa carga tributária para baratear os preços nas bombas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber do Dr. Alexandre e do Dr. Rodolfo – principalmente do Dr. Rodolfo – a respeito da nossa autossuficiência em petróleo, porque hoje o Brasil importa o *brent*, variando em torno de 60 a US$68 o barril, para poder refinar. Antigamente, dizia-se que o Brasil produzia muito óleo, mas também cresceu muito o consumo do líquido. Como é que está essa conta hoje, para que o Brasil não fique dependente da variação cambial, que é outro vilão que está fazendo com que o consumidor brasileiro pague preço aviltante nas bombas?

Então, eu queria saber isso aí. Resumindo: qual é a nossa autossuficiência em petróleo, para não dependermos do mercado internacional? O nosso mercado de refino já tem capacidade de refinar, para atender ao mercado nacional também?

Muito obrigado.

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA –** Posso responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode sim.

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Angelo Coronel, pela pergunta.

O Brasil hoje exporta petróleo e importa derivados. É basicamente a posição em que o Brasil se encontra hoje em relação ao mercado de petróleo. E, sobre a subpergunta... Metade da pergunta do senhor diz respeito a se o Brasil é autossuficiente nos derivados de petróleo. Essa é uma pergunta difícil de responder, porque, se eu colocar todas as refinarias que o Brasil tem hoje operando com o fator de utilização mais elevado possível, o que não é sustentável por muito tempo, pode até ser que alcance a autossuficiência em alguns derivados de petróleo, mas não vai conseguir alcançar em todos nem por muito tempo, porque refinarias têm que parar para fazer manutenções e isso impede o seu funcionamento.

O fato é que, como o Senador Jean Paul Prates mencionou, o Brasil tem trabalhado, ao longo das últimas décadas, com preços administráveis. Os preços dos derivados de petróleo são administrados pelo Governo, e o brasileiro se acostumou a ter esse preço conduzido dessa forma. Como eu costumo dizer, a gente pode até mexer no preço que o consumidor vai pagar, mas, sobre o preço do produto, a gente vai sempre depender de um vínculo com o mercado internacional. É muito difícil o Brasil se isolar do mercado internacional de combustíveis e manter a capacidade de investimento que é necessária, porque, se nós praticarmos dentro do nosso país um preço mais baixo do que o mercado externo pratica, ninguém vai investir aqui no Brasil, porque vender o produto aqui em detrimento de exportar é prejuízo, e isso inibe os investimentos.

Então, é importante a gente compreender que é uma iniciativa muito difícil de ser implementada essa de o País se isolar do restante do mundo, no que diz respeito ao preço do petróleo. É claro que o preço dos derivados do petróleo têm uma infiltração na economia muito maior, mas, por exemplo, o trigo é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*commodity* também; quando o preço do trigo aumenta lá no exterior, o pão aumenta aqui no Brasil também. É claro que o trigo é uma coisa e o petróleo é outra, mas é muito difícil o Brasil tentar se isolar do preço internacional e continuar recebendo investimentos.

O Governo – e aí já é uma questão de políticas de governo, com as quais a ANP não se envolve –, seja ele qual for, pode eleger políticas sociais para proteger ou camadas sociais, ou grupos de trabalhadores específicos, para implementar políticas sociais relativas a reduzir... Como eu disse: pode-se reduzir o preço ao consumidor, mas não se vai reduzir o preço que o produto tem em si no mercado internacional, porque, se um produtor aqui produz e vende por "x" e lá, exportando, ele vende por "x" mais meio "x", ele vai querer exportar. Aí vai ter que ser implementada uma ferramenta para inibir que isso aconteça, para impedir que a nossa produção seja exportada quando nós temos uma demanda interna.

Então, é muito difícil isolar os preços dos combustíveis internamente no País e continuar sendo atrativo de investimento.

Eu espero que tenha contribuído, com essa explicação, para a sua pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pergunto ao Senador Angelo Coronel se ele quer fazer uma réplica ou outro questionamento.

**O SR. ANGELO CORONEL** (PSD - BA. Para interpelar.) – Vou fazer outro questionamento, Presidente.

Eu ouvi atentamente a resposta do Dr. Rodolfo – é realmente uma equação de difícil fechamento –, mas ouvi também que os senhores, tanto o Sr. Alexandre quanto o Sr. Rodolfo, falaram sobre a questão do etanol saindo das usinas diretamente para os postos de combustíveis.

Eu tenho a concepção de que isso só vai beneficiar quem está próximo das usinas, e também haverá um problema seríssimo, porque haverá veículos que chegarão à divisa de um Estado que tem produção de álcool, atravessarão a divisa e terminarão abastecendo em outro Estado onde há a produção de álcool, ou seja, prejudicando assim o consumo dentro de alguns Estados.

Essa questão do etanol direto para as usinas, a meu ver, também vai simplesmente incentivar muito a sonegação, porque, na verdade, nós sabemos que hoje o passeio de álcool no Brasil é um dos grandes calos que os Estados têm na questão da sonegação de receita.

Então, eu queria saber do Dr. Rodolfo se existe realmente alguma maneira de controlar, de a usina ou a ANP – e eu sei que a ANP não vai fazer isso – bancar também esse frete, porque quem está próximo à usina vai pagar o etanol de um preço, quem está a mil quilômetros de uma usina não vai pagar o mesmo preço do etanol. Então, nós vamos ter aí uma questão de uma concorrência desleal de mercado.

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA** (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a ANP não entra na discussão sobre a decisão política em si, de promover a venda direta ou não. Na medida em que isso foi uma orientação do CNP para ser objeto de regulação da agência, à agência cabe apenas executar essa regulação demandada. Tivemos que recorrer ao artifício que recorremos na medida em que houve um óbice de caráter tributário, mas essa avaliação por parte da agência não acontece mais a partir do momento em que a resolução do CNPE atribui à agência a decisão de promover a venda direta do etanol.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

Eu não sei se ele vai...

V. Exa. pediu a palavra...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Sim, Presidente.

Rapidamente, para fazer alguns comentários. E, aí, Presidente Otto Alencar e Senador Angelo Coronel, certamente V. Exas. terão muita atenção nisso, porque, em primeiro lugar, claro, com todo respeito ao Presidente Alexandre Barreto... Eu respeito muito a atividade que vocês têm desenvolvido, porque realmente ela é muito complicada, estão sempre em cima do fio da navalha num processo como esse, de produtos, como eu disse, muito diversos, de origens diversas e de alegações diversas.

Evidentemente que eu sei que o Cade agiu com o máximo de diligência nesse caso e agiu até onde poderia agir, mas o que o seu relato... Pela primeira vez eu ouço esse relato, Senador Otto, Senador Coronel, de que, na verdade – vamos aqui resumir numa frase – a refinaria da Bahia está sendo vendida em plena pandemia pela metade do preço por causa de uma postura... Aliás, não por uma postura; por indícios de uma postura, em 2018, que a Petrobras teria praticado, no Maranhão ou no Pará, sei lá o quê, e que teria sido denunciada por importadores de combustível por prática não concorrencial, antieconômica, anticoncorrência.

O inquérito não se concluiu sobre essa prática específica. Não foi analisada só essa prática. Simplesmente a Petrobras vai e imola oito refinarias... E aí, a saber: a prática foi no Norte do País. A Petrobras oferece a Refinaria de Canoas, no Rio Grande do Sul; a de Minas; a da Bahia; a do Paraná; a do Amazonas; a de Pernambuco...

O Presidente do Cade, em nenhum momento, parou para imaginar que o remédio parece que estava sendo oferecido generosamente demais? Uma *overdose* cavalar de remédio para uma postura antieconômica em um Estado, em um ponto do tempo e da geografia brasileira específicos, em que o inquérito sequer se concluiu?

Não se desconfia, aqui fora – não do Cade, mas da Diretoria da Petrobras –, que ela tenha se aproveitado desta denúncia, para justificar uma coisa que o Governo não quis dar comando para fazer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o Governo quer vender a Petrobras, vender a refinaria da Petrobras. Isso está claro, essa é uma posição ideológica deste Governo: querer se desfazer, quebrar a Petrobras em pedaços e vendê-la em pedaços, porque acha que, assim, vai estimular a concorrência.

E a minha pergunta também vem nisso. Olha o contrassenso, Senador Otto! Se o preço já é PPI – e aí eu queria depois fazer dois encaminhamentos aqui que se referem à explicação sobre isso –, se o preço já é paridade internacional, como o fundo árabe vai fazer um milagre de vender abaixo do preço internacional, já que Governo alega que, ao vender a refinaria, os preços vão cair? Como os preços vão cair, se a Petrobras já pratica o preço internacional e é disso que a gente vive reclamando todos os dias? A Mubadala árabe vai praticar preços abaixo do mercado, e aí vai ser autuada pelo Cade também? A história não fecha, pessoal, não fecha! Essa história não tem lógica.

E aí, para desbastar um pouco isso, talvez fosse bom a Comissão de Assuntos Econômicos aproveitar esse ensejo e se assegurar, junto aos dois dirigentes que estão aqui, de que a gente vai enviar alguns pedidos de informação e eles serão respondidos. Por exemplo, eu não sabia que havia sido estendido o prazo para a Petrobras vender a Rlam, que ela havia pedido isso. Eu não sabia disso. Talvez seja bom perguntar, Senador Otto, que prazo, afinal, está valendo agora, porque a Petrobras está dizendo que está vendendo a baixo preço, porque está no meio da pandemia, está com pressa, que o Cade está exigindo que ela venda até o final do ano. Então, é um problema importante.

Desculpem tomar tempo aqui, mas é porque, com as declarações, incidentalmente, por um propósito de uma outra coisa que é o álcool, a gente acabou ouvindo coisas importantíssimas que nunca tinha ouvido sobre o processo das refinarias. Uma outra coisa é a de que foi feita uma análise profunda que o inquérito não concluiu, mas houve estudos sobre a venda dessas refinarias. Eu nunca vi esses estudos. Eu gostaria de saber se nós teríamos acesso a esses estudos. O estudo que eu conheço – que, inclusive, enviei ao Cade oficialmente – é o estudo da Brasilcom, das empresas distribuidoras, que indica que, em todas essas áreas de influência, das oito refinarias que estão à venda, haverá a tendência à formação de um monopólio regional privado, portanto, incontrolável pelo Governo brasileiro, como acionista controlador da Petrobras. O estudo do Cade que contradita isso eu não conheço. Nós deveríamos conhecê-lo, para ficarmos mais tranquilos.

Por fim, quanto à questão dos mercados, para mim é muito claro: as funções de cada elo da cadeia estão justamente ligadas a cada mercado. Um país se preocupa com o petróleo, a origem dos produtos; uma região, uma área de influência trabalha com refinarias e distribuidoras, e é a elas que se deve buscar a atitude competitiva ou não; um bairro, como mencionou o Presidente do Cade, está no limite da atitude do posto de gasolina. Cada um desses elos da cadeia agrega uma margem de lucro; uma atividade agrega valor àquele produto, porque, na pior das hipóteses, agrega logística de chegada ao seu bairro e tem uma margem que é atribuída a ele. E cada um desses é investigado, em várias instâncias diferentes, desde o Procon

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





municipal, passando pelos estaduais, até o Cade. Então, isso aí está funcionando maravilhosamente, não há problema nenhum em relação isso.

O que nós não podemos é misturar, na retórica para a mídia, o que é margem de distribuição, o que é o posto de gasolina cartelizado em um bairro com a atitude que o Governo brasileiro escolheu, lá atrás, em Temer, e, agora, em Bolsonaro, de praticar preço internacional, na porta da refinaria, que é o que está na origem do preço alto do combustível hoje. Não são os impostos dos Governadores, não é a margem da distribuição, que sempre foi um percentual em cima do preço original, não é a margem do posto, o que pode até ser investigado caso a caso, mas isso sempre foi assim; é o PPI na porta da refinaria.

E aí volto a perguntar? Qual é a expectativa de baixar preço vendendo refinarias se as refinarias privadas ou públicas estão praticando preço de convergência internacional? Não faz sentido essa venda.

Então, eu queria pedir, Senador Otto, que a gente encaminhasse – eu vou fazer com mais calma – três ou quatro pedidos de informação, tanto ao Cade quanto à ANP, para que a gente possa esmiuçar um pouquinho mais a lógica original desse processo que agora está redundando na venda da Rlam pela metade do preço. Foi uma atitude lá atrás que acabou... Uma borboletinha bateu asas e provocou um *tsunami* de vendas de refinarias. E eu acho que a gente não pode passar sem analisar isso com maiores detalhes e até ensejar que o Cade revise algumas das suas posturas ou peça que se suspenda esse processo.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

V. Exa. vai encaminhar, então, os pedidos de informações para o Cade e para a Agência Nacional do Petróleo, Senador Jean Paul?

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Seria para os dois. Vamos fazer questionamentos diferentes para os dois, mas principalmente para o Cade são os mais importantes, uma vez que a ANP – e eu lamento por isso também – não participou tão efetivamente do processo, apenas ficou como testemunha, assinando o papel, e com o banco de dados, passivamente. Eu acho que à ANP também cabe – ao Diretor-Geral aqui, depois, com a sua nova gestão – ter um papel um pouco mais valorizado nesse processo, nessas futuras análises. Enfim, vamos estimular isso também com os nossos questionamentos.

Eu queria também, Presidente, deixar consignado aqui que eu tinha pedidos de requerimentos extrapauta. Não sei se o senhor vai avaliar ou colocar em votação, mas, logo que for possível... É em relação ao Banco do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Jean Paul Prates, esta é uma audiência pública. Não foi convocada como reunião deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Nós podemos fazê-lo numa outra reunião.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Colocaremos os requerimentos de V. Exa. para votação.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Eu agradeço a V. Exa.

Eu pergunto se algum outro Senador deseja formular algum questionamento. Algum outro Senador? (*Pausa.*)

Bom, vejo que nenhum outro Senador vai fazer ou deseja fazer nenhum questionamento. Cabe-me apenas agradecer ao Dr. Rodolfo Henrique de Saboia, que é Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, pelo seu atendimento. Foi um convite – não foi uma convocação – que nós fizemos. Ele chegou até antes do que eu cheguei aqui, mostrando essa disciplina da Marinha, como Almirante. Também agradeço ao Alexandre Barreto pela sua presença.

A única coisa que eu pediria tanto ao Dr. Henrique quanto ao Dr. Alexandre é que pudessem responder às informações que foram formuladas pelo Senador Jean Paul Prates. Isso pode ser respondido e encaminhado para o seu gabinete. No caso das perguntas que eu fiz ao Dr. Rodolfo Henrique de Saboia, que também pudesse responder a respeito, sobretudo sobre essa Portaria 77, da Agência Nacional do Petróleo. Eu sei que V. Sa. chegou recentemente – há seis meses só e é um órgão complexo – e não tem como ter isso na cabeça de pronto para responder, mas é uma portaria de que realmente V. Sa. poderia ter conhecimento, para nos dar as informações a respeito do tema que nós solicitamos.

Quero agradecer a todos os Senadores que participaram e quero declarar encerrada...

V. Exa. quer falar? Deseja falar mais? (*Pausa.*)

Está bom.

Então, está encerrada esta audiência pública que nós fizemos hoje. Acho que ela contribuiu bastante para esclarecer vários pontos, e esperamos que possamos, logo depois, também, se for necessário, discutir esse tema, que é um tema importante.

O Dr. Rodolfo pede a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA** (Para expor.) – Eu gostaria só de confirmar o número da portaria para a qual o senhor pediu as informações: seria a Portaria 777, de 2019, ou seria a 77?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Seria a Portaria 777, de 2019.

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA –** Está bom. É só para eu saber, para ir buscar essa informação, porque eu sou muito... O próprio número da portaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Essa portaria é do dia 5 de abril de 2019. Inclusive, com relação à portaria, as motivações...

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA –** Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – ... por que essa portaria foi editada pela Agência Nacional de Petróleo.

Agradeço a V. Exa.

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA –** Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Está encerrada a audiência pública.

Nós poderemos voltar a qualquer momento, porque é um tema superimportante esta questão do preço e do aumento dos combustíveis, que reflete diretamente na economia da população brasileira.

Muito obrigado a todos os senhores.

(*Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezoito horas e um minuto do dia cinco de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Lasier Martins, Giordano, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Cid Gomes e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Rose de Freitas e Carlos Fávaro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Confúcio Moura, José Serra, Reguffe, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Omar Aziz, Irajá, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 9, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, da Constituição, combinado com o art. 4, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome da Senhora FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 16 (dezesseis) votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 27, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Barreto de Souza." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira (*Ad hoc*), substituiu Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 17 (dezessete) votos favoráveis e um voto contrário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 21, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com mandato até 31 de dezembro de 2025, na vaga decorrente do término do mandato de Henrique Balduíno Machado Moreira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 17 (dezessete) votos favoráveis e um voto contrário. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 23, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor FERNANDO CAIO GALDI, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com mandato até 31 de dezembro de 2021, na vaga decorrente da renúncia de Gustavo Machado Gonzalez." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 16 (dezesseis) votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 5, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 1º, § 2º a § 5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação da Senhora VILMA DA CONCEIÇÃO PINTO, para ocupar o cargo de Diretora da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 17 (dezessete) votos favoráveis e um voto contrário. Usam da palavra os Senadores Ciro Nogueira, Giordano, Vanderlan Cardoso, Esperidião Amin e Cid Gomes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 4ª e da 5ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Otto Alencar**

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação sobre indicações de autoridades.

Estamos com 12 Senadores. Eu pediria aos Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos que possam dar presença, para que nós tenhamos quórum suficiente para deliberação, no entanto, isso não implica que não possamos iniciar nossa reunião.

Eu pediria aos que serão sabatinados, Dr. Alexandre Cordeiro Macedo... O Dr. Alexandre Cordeiro Macedo está presente? Não está presente o Dr. Alexandre Cordeiro, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica? Se estiver na sala, peço que o conduzam aqui.

Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, Otto Eduardo... Eu vou chamar de dois em dois, podem se sentar na terceira ou quarta fila.

Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo. Pode sentar.

Sr. Alexandre, por favor.

Sr. Otto, por favor, aqui à direita. (*Pausa.*)

Esta reunião é destinada à deliberação das autoridades indicadas para as seguintes instituições: Banco Central do Brasil, Cade, Comissão de Valores Mobiliários e Instituição Fiscal Independente.

Os indicados farão suas exposições no tempo de dez minutos. Então, será concedida a palavra ao Senador, de acordo com a inscrição.

Vamos começar pelo Sr. Alexandre, do Cade. O Relator é o Senador Angelo Coronel, que está em voo. Eu passo então a relatoria *ad hoc* ao nobre Senador Ciro Nogueira.

**O SR. CIRO NOGUEIRA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, mediante a Mensagem nº 27, de 2021, o Presidente da República submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12, §1º, da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e com o art. 5º do Anexo I do Decreto 9.011, de 23 de março de 2017, o nome do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de quatro anos.

O Sr. Alexandre Cordeiro Macedo possui graduação em Economia no Centro Universitário de Brasília e em Direito pelo Instituto de Educação Superior de Brasília, pós-graduação em Processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Administrativo Disciplinar pela Universidade de Brasília e mestrado em Constituição e Sociedade pelo Instituto Brasiliense de Direito Público.

Atualmente é doutorando em Direito Econômico pela Universidade Federal de Minas Gerais.

O indicado é servidor público desde 2014, tendo sido Técnico Judiciário do Superior Tribunal de Justiça entre 2004 e 2006.

Desde 2006, ocupa o cargo de Analista de Finanças e Controle do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Nessa condição, o Sr. Alexandre Cordeiro Macedo foi instrutor de Processo Administrativo Disciplinar (2007-2012), Assessor do Corregedor-Geral da União (2009-2010) e Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral da União (2010-2012). Foi ainda Secretário-Executivo do Ministério das Cidades e Conselheiro do Cade.

Na seara acadêmica, o Sr. Alexandre Cordeiro é professor de Direito Econômico e de Análise Econômica do Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público desde 2015. É também professor visitante da Universidade do Vale dos Sinos desde 2014, tendo lecionado as disciplinas Lei Anticorrupção e Direito Concorrencial. É também professor visitante da Antonin Scalia Law School da George Mason University, nos EUA. Além disso, segundo seu Currículo Lattes, vê-se que o indicado publicou diversos artigos acadêmicos em periódicos sobre questões envolvendo o campo do Direito Econômico.

Atualmente, o indicado é Superintendente-Geral do Cade, sendo que sua indicação ao cargo de Presidente dessa autarquia, conforme mensagem do Presidente da República, será objeto de deliberação do Senado Federal.

O Sr. Alexandre Cordeiro Macedo tem vasta experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo e em Direito Econômico, tendo já ocupado cargos importantes na hierarquia do Cade: Conselheiro e Superintendente-Geral.

Em atendimento ao art. 383, os seguintes documentos que foram entregues à Comissão dentro do prazo exigido:

- Declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional;

- Declaração de que participa como sócio cotista da empresa JK Global Partners, não sendo, no entanto, gerente ou administrador da referida sociedade;

- Declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal e distrital, acompanhada da Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa junto ao Governo do Distrito Federal, e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Declaração da existência do Processo Cível nº 2015.01.1.005661-8, e que não possui outras ações judiciais nas quais figure como autor ou réu; e

- Declaração de que, nos últimos cinco anos, não atuou em juízos e tribunais, em conselhos de empresas estatais ou em cargos de direção em agências reguladoras, ressalvados os cargos de Conselheiro e Superintendente-Geral do Cade, cargo que ocupa atualmente.

Informa, por fim, em declaração assinada e datada de 1º de julho de 2021, que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade objeto de sua indicação.

Há nos documentos entregues pelo Sr. Alexandre Cordeiro Macedo uma certidão positiva de débitos de valores relativos a IPTU e TLP.

Entendemos que esses débitos decorrem de uma disputa judicial na esfera cível entre o indicado (coautor) e as empresas Empreendimentos Imobiliários Monte Brasília e Rapha Construtora Ltda. relativo à rescisão do contrato de compra e venda de um imóvel. A sentença proferida em primeira instância declarou a rescisão do referido contrato de compra e venda. Como ainda cabe recurso da decisão, o imóvel objeto da lide continua em nome do autor, sendo as guias referentes ao IPTU e à TLP emitidas em seu nome. Confirmada a decisão da primeira instância, a dívida será das corrés. Assim sendo, há dúvidas sobre os reais devedores do imposto e da taxa à Fazenda do Distrito Federal.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Lido o relatório pelo Senador Ciro Nogueira, passo a palavra ao Dr. Alexandre para fazer a sua explanação.

**O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO** (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Otto Alencar, na pessoa de quem cumprimento as demais Senadoras e Senadores aqui presentes; servidores do Cade e da CGU que nos assistem *on-line*; demais colegas advogados e economistas; minha família; senhores jornalistas e servidores do Senado Federal, muito boa tarde.

Eu sou Alexandre Cordeiro, candidato ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Esta é a quarta vez que, com muita satisfação, me submeto à avaliação de V. Exas., me colocando à inteira disposição para todas as perguntas aqui que se fizerem necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, contudo, gostaria de fazer um breve resumo e apresentar a V. Exas. as razões pelas quais acredito estar apto a assumir a Presidência do Cade, se assim os Srs. Senadores entenderem.

Meu currículo já foi lido no relatório. Então, vou passar essa parte.

Especificamente nas questões atinentes aos últimos seis anos em que me dediquei ao Cade, seja como Conselheiro, seja como Superintendente-Geral, acredito que acumulei um amplo conhecimento e experiência na área do Direito Concorrencial que podem ser resumidos nos números abaixo.

Em termos de fusões e aquisições, nós analisamos nesse período mais de 1.650 atos de concentração, com volume superior a R$5 trilhões, que é quase o PIB brasileiro, considerando que o PIB de 2020 foi de R$7,4 trilhões. Isso envolveu aproximadamente 3 mil requerentes, mais de 1,9 mil mercados relevantes distintos, com destaque para geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, petróleo, gás natural, atividade de atendimento médico, corretagem de seguro, dentre outros. A média de análise dessas fusões, em termos gerais, foi de 25 dias.

Em relação às condutas, foram mais de 400 processos de investigação de condutas anticompetitivas, com mais de mil pessoas físicas e jurídicas, relacionando 80 mercados relevantes distintos. Hoje, nós temos um estoque de 307 casos no Cade de conduta. Foram celebradas colaborações premiadas em um número total... E, aqui falando especificamente dos acordos de Termo de Compromisso de Cessação, nos últimos quatro anos, 101 acordos foram celebrados, o que trouxe, em termos de contribuições pecuniárias e multas aplicadas, R$4,3 bilhões aos cofres públicos, sendo arrecadado ao Fundo de Direitos Difusos R$1,8 bilhão. Foram também assinados 49 casos em acordos de leniência; 10 buscas e apreensões; e analisadas um total de 5.078 denúncias nesses últimos quatro anos.

Esses números têm a capacidade de mostrar a importância da instituição para a economia brasileira bem como a experiência por mim adquirida nesses últimos seis anos especificamente.

Cumpre destacar também o papel, Srs. Senadores, do Cade no cenário internacional. Além do ingresso do Cade como membro associado da OCDE, a autarquia vem recebendo diversos prêmios pela qualidade dos serviços prestados na defesa da concorrência.

O Cade foi considerado por quatro vezes a melhor agência das Américas, em 2011, 2015, 2017 e 2018, prêmio esse dado pela Global Competition Review, ficando à frente de tradicionais agências, como Federal Trade Commission, dos Estados Unidos, e o DOJ, também dos Estados Unidos, e Competition Bureau, do Canadá. Ficou como as três melhores agências do mundo no ano de 2020; recebeu prêmios de melhor *soft law;* e figura entre os cem melhores lugares para trabalhar no Brasil, sendo a única instituição pública.

Sem deixar de resgatar as conquistas do passado – e aqui eu já me dirijo para o final –, o nosso foco é no futuro também e sabemos que enfrentaremos diversos desafios, especialmente no mundo pós-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia. O número de fusões e aquisições tem aumentado significativamente, e é possível perceber uma consolidação natural dos mercados. O crescimento da economia vai impingir uma nova dinâmica no mercado, a demanda reprimida durante todo esse tempo e liberada a curto prazo possivelmente vai exercer forte pressão sobre os preços e qualidade dos produtos, e a concorrência é uma forma de mitigar esses efeitos.

Essa, portanto, é a missão institucional do Cade, e, se V. Exas. assim me permitirem, eu continuarei dando o meu melhor para cada vez mais servir à concorrência e ao Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Como pede a palavra, Senador Giordano, do Estado de São Paulo.

**O SR. GIORDANO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP. Para interpelar.) – Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Alexandre Cordeiro Macedo.

Inicialmente eu o parabenizo pela indicação para presidir o Cade, esse importante órgão da administração pública brasileira, bem como pela conduta de V. Sa., como Superintende-Geral do Cade. Também o parabenizo pelo seu vasto currículo acadêmico e profissional.

É importante ressaltar a importância do Cade para a economia nacional. É a partir dele que as grandes operações são aprovadas ou rejeitadas, o mercado se torna mais concentrado ou mais livre, os monopólios são formados ou destruídos. É um órgão de Estado e não de Governo. Tornou-se um importante órgão para a economia nacional, em razão de sua capacidade e competência técnica de analisar questões complexas jurídicas e econômicas que envolvem fusões e aquisições práticas de cartel e monopólios. Assim, em razão de tamanha importância do cargo que V. Sa. pretende ocupar, gostaria que o senhor respondesse a alguns questionamentos.

Na sua visão, quando o Cade poderia intervir ou punir práticas unilaterais exclusionárias realizadas por agentes monopolistas ou com grande poder de mercado e por quê?

Alguns juristas defendem a criação de varas especializadas em Direito Concorrencial para que sejam proferidas decisões mais técnicas pelo Poder Judiciário. Qual é a posição de V. Sa. sobre esse assunto?

E, por fim, gostaria de saber se V. Sa. tem algumas sugestões de melhorias na legislação acerca do Direito Concorrencial que este Senado poderia debater.

Agradeço desde já, desejo boa sorte e, pelo que ouvi aqui, o senhor não tem um currículo – não é? – , o senhor tem uma biografia. Parabéns! (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – O seu está funcionando aí? Troque com ele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO** (Para expor.) – Alô, alô. Agora, funcionou.

Obrigado, Senador Giordano, pela pergunta.

Bom, essa é uma pergunta de extrema importância, porque esta é a missão institucional mesmo do Cade: evitar que infrações à ordem econômica possam ocorrer. Isso está disposto no art. 1º da Lei 12.529 e principalmente lá no *caput* do art. 36, quando fala da necessidade de se reprimirem as infrações contra a ordem econômica. E isso tem acontecido. Evidentemente, a economia tem as suas falhas, o mercado tem os seus problemas, e a missão institucional do Cade é justamente a gente conseguir evitar que isso possa acontecer. E, lá no §3º do art. 37 da lei, descrevem-se quais são esses ilícitos concorrenciais, desde cartel, que é considerada a pior das condutas, até outros tipos de condutas de abuso de posição dominante, como venda casada, contratos de exclusividade, desconto condicionado, açambarcamento, uma série de outras condutas.

Portanto, essa é realmente a missão institucional do Cade, e o Cade tem tentado fazer isso. Se o senhor analisar os números do Cade, a gente tem, hoje, em estoque aproximadamente 307 processos de conduta, a maioria delas por cartel, mas a gente tem percebido, inclusive, uma nova dinâmica mundial, com condutas unilaterais com maior potencial ofensivo, e isso principalmente a partir da economia digital, desse novo modelo econômico que a gente tem percebido com essas plataformas. E, portanto, há uma dificuldade maior, inclusive, de a gente processar, se valendo, aí, da regra da razão, porque a gente tem que, ao final do dia, demonstrar o resultado líquido para a economia. Então, o trabalho não é fácil; é muito difícil, parece que a gente está sempre enxugando gelo, um passo atrás, mas não. No Cade – mundialmente falando, porque a gente tenta trazer as melhores práticas internacionais –, a gente está na vanguarda disso e sempre com o objetivo específico de lutar pela concorrência e fazer essa promoção à concorrência.

Em relação à segunda pergunta que o senhor fez que é sobre juízes especializados nos tribunais, o Cade, até um tempo atrás, incentivou que se fizesse isso. É uma matéria muito específica que envolve uma carga de conhecimento econômico muito grande para que se julguem as matérias de fusão, aquisição e condutas unilaterais. Então, é importante, sim, que haja pessoas que entendam do assunto.

Existe uma discussão jurisprudencial interessante sobre o mérito da decisão administrativa do Cade. E, quanto ao mérito de ato administrativo, há uma discussão jurídica se pode ou não ser tocado pelo Judiciário afora as questões de razoabilidade e proporcionalidade. Então, quando se pensa nisso, tem que se ter o cuidado necessário para, se forem ou não fazer varas específicas de Direito Concorrencial – e nós já temos duas no Rio de Janeiro –, como seria essa relação do mérito do ato administrativo com a alteração do Judiciário.

Sugestões legislativas, Senador, nós temos algumas, sim. Eu acho que a gente tem que estar sempre evoluindo, especialmente nas ações de indenizações privadas, essas são importantes, o que a gente vai chamar de *double damage*, resguardar a regra de ouro do acordo de leniência, inclusive há projetos de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta Casa específicos para poder tratar isso, aumentar o *enforcement* privado e juntando com *enforcement* público. Então, isso realmente são alterações legislativas que podem fazer com que aumente a capacidade de promover a concorrência por essa instituição.

Obrigado, Senador. Espero ter respondido.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Vanderlan.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Presidente Otto...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Já temos quórum de votação? Já está funcionando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Os Senadores que quiserem votar já podem se dirigir...

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode votar no painel. Está funcionando o painel.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Vai ser na cédula, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – No painel. Cédula é coisa de Davi Alcolumbre, uma coisa jurássica. Eu já evoluí para o painel.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Para interpelar.) – Parece que a cédula estava mais rápida, Presidente.

Sr. Presidente, meus cumprimentos. Cumprimento os Senadores e Senadoras que estão presente no Plenário virtual, nesta Comissão. Parabenizo, Sr. Presidente, nossa primeira reunião aqui da nossa Comissão de uma série que virá.

Sr. Alexandre, eu vi aqui no seu currículo, que foi lido aqui pelo nosso Senador Ciro – parabenizo o Ciro por essa relatoria –, mas a gente tem algumas dúvidas, principalmente neste momento que a gente está vivendo, com relação aos monopólios, que foi muito bem aqui falado pelo nosso Senador Giordano, de São Paulo. É uma preocupação muito grande já que, num momento tão difícil de pandemia, em que muitos setores... Alguns estão até sumindo do mapa, sendo bem prejudicados, como o turismo, por exemplo, e a gente vê aí alguns setores que detêm monopólios, como o petróleo – hoje mesmo houve mais aumento do gás, do diesel, da gasolina, que já é a mais cara do mundo –, como setores do aço, uma das retomadas da economia, o aço que vai para a construção civil e tudo, mas nós já estamos aí com cento e tantos por cento, quase 150% de aumento, e nós somos um dos maiores produtores de minério de ferro do mundo. Nós temos aí o monopólio do fertilizante do adubo, que já subiu quase 100% em dólar, em dólar, ou seja, esses que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





detêm esses monopólios estão isentos de crise, aliás, estão tirando proveito dessa crise. E eu até defendi, nesses dias, que nós poderíamos até ter uma CPI em cima dos monopólios, já que a moda está muito em CPI, em cima desses monopólios.

Alexandre, com certeza, pelo seu currículo, nós vamos aprová-lo, o Senado Federal vai aprová-lo por esses quatro anos. Mas, por exemplo, há o monopólio da resina: tudo quanto é embalagem que há praticamente é resina, e 80% estão na mão de uma empresa, que já aumentou mais de 100% também – mais de 100%, Senador, as resinas. É um monopólio isso, é embalagem, é papelão e tantas coisas de que está existindo um monopólio, e agora esses setores crescem mais do que tudo, lucros altíssimos. A Petrobras nunca deu tanto lucro como está dando, às custas do suor do brasileiro.

Então minha pergunta para V. Exa.: o Cade vai agir com dureza sob a sua Presidência aí, com relação a esses monopólios? Essa é a minha pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Sr. Alexandre.

**O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO** (Para expor.) – Travou aqui de novo. Está funcionando? Ah, sim.

Senador, obrigado pela pergunta.

Esta é a missão institucional do Cade: evitar não só os monopólios, mas, mais do que isso, evitar que os monopólios abusem da posição dominante que eles acabam adquirindo. Existem duas formas de adquirir esses monopólios: ou porque a empresa vai crescendo de maneira orgânica, e aí, quando fica grande, abusa da posição dominante; ou porque ela vai adquirindo outras empresas e, a partir daí, cria um grande grupo em que consegue influenciar as condições do mercado. O Cade tem essa missão institucional, mas ele fica restrito ao que a lei determina – não é? – lá no art. 36, por exemplo, que é cuidar desses monopólios ou cuidar do abuso da posição dessas empresas quando elas realmente cometem algum tipo de ilícito concorrencial. E a gente tem visto isso em diversas maneiras. Por exemplo, o senhor citou um mercado que é o mercado de petróleo e combustíveis da Petrobras. A Petrobras tinha um caso no Cade específico de abuso de posição dominante na parte de refino, e a forma que o Cade encontrou de mitigar esse problema foi fazer um acordo com a Petrobras para justamente diminuir esse monopólio – não tinha mais o monopólio legal, mas o monopólio de fato – e, portanto, vender 50% da capacidade de refino da Petrobras, e aí, portanto, conseguir gerar uma pressão competitiva e os preços voltarem para um patamar competitivo.

A gente sabe de toda essa dificuldade, a gente sabe dos problemas que existem, não só no setor de petróleo, mas do gás, por exemplo. E aí a mesma estratégia foi realizada com a Petrobras: o TCC do gás adequando ao novo mercado de gás, tentando desverticalizar a Petrobras a partir da parte de tratamento, com a Petrobras ficando especificamente com a produção. E aí ela tem uma concorrência com outras produtoras de petróleo, e, portanto, o gás, que é um subproduto da extração do petróleo, que antes era entregue de graça para a Petrobras, hoje não passa a ser comercializado, com a necessidade de haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidores livres; portanto, a retirada da Petrobras das distribuidoras, das transportadoras, e com acesso livre ao tratamento, isso faz com que o mercado do gás seja efetivamente competitivo. Isso tudo é um processo: a gente começou isso em agosto de 2019, as refinarias estão à venda, já vendemos uma refinaria, as outras estão em processo de fechamento dos acordos e, portanto, bem avançados, não é?

E não são só esses monopólios. A gente tem monopólios, inclusive, naturais, monopólios que são regulados, monopólios legais, e isso que o senhor falou, Senador, é um problema, é uma tendência mundial mesmo. O nível de concentração é uma tendência mundial. A gente percebe isso quando a gente vai fazer um *benchmarking* internacional, conversando com outras autoridades, analisando os outros mercados. A gente tem, por exemplo, além dessa tendência, uma preocupação com a economia digital, porque isso tudo é feito numa velocidade muito maior, e nos preocupa – não é? – como essas empresas se tornam tão grandes assim, especialmente na área de *big tech.*

Mas imagino que o Cade tem algumas ferramentas para poder tentar segurar a ocorrência dessa concentração, associadas a um aspecto regulatório e, portanto, a gente tenta cumprir a nossa missão institucional, que é justamente evitar as concentrações, mas, quando essas concentrações existem e são prejudiciais, aí, sim, o Cade conseguir atuar.

Espero ter respondido, Senador. Estou à disposição para outras perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Quero saudar o nosso querido califa, nosso Senador Otto Alencar, cumprimentá-lo pela forma objetiva com que está conduzindo esta reunião, cumprimentar os indicados, seus respectivos Relatores especialmente. E me dirijo ao Dr. Alexandre, cumprimentando, então, o seu Relator, o nosso Presidente do partido, nosso amigo Ciro Nogueira. E desejo colocar objetivamente três questões; uma delas não contrariando, mas mostrando o outro lado da moeda da indagação do meu querido amigo, Senador Vanderlan.

Há concentrações e concentrações. O que que o mundo está fazendo? O mundo está fazendo a maior concentração através de fusões e incorporações que a história já conheceu. Ao lado da resina, eu vou colocar um outro elemento do qual todos dependemos. Nós não atentamos, Senador Cid, ao que aconteceu com os semicondutores e com os *chips*. A majoração no preço de semicondutores e *chips* no primeiro semestre deste ano, no mercado internacional, foi de 300%, ou seja, os valores foram triplicados. Não foi à toa que há 20 dias, mais ou menos, a Volkswagen interrompeu aqui no Brasil a sua linha de montagem, porque *chips* semicondutores são ou da Intel, que vai criar mais duas fábricas dela no Estado do Arizona, nos Estados Unidos, ou de Taiwan. E quem quiser que fique na fila.

Espera-se que esse atropelo perdure por cinco anos. Eu creio que com toda a evolução tecnológica possa ser reduzido, mas isso mostra o grau da nossa dependência com um produto com valor agregado muito alto, com tecnologia e aquela relação de troca: 300 mil toneladas de minério de ferro por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





contêiner de *chip.* Só aconteceu uma coisa: agora não é mais meio contêiner, é um quarto ou um quinto do contêiner que paga as 300 mil toneladas. E nós temos que fazê-lo por uma questão tecnológica.

Mas as minhas três perguntas ao prezado amigo Alexandre, cuja carreira eu conheço há bastante tempo, até na parte acadêmica dela – e merece o meu aplauso pelo seu desenvolvimento de conhecimento –, se dividem em três partes. As minhas perguntas são três.

Primeira: neste cenário de concentrações, nós não temos que ajudar, com uma modernização de legislação, o Cade a enxergar o que está acontecendo aqui e o que está acontecendo lá fora? Porque, se nós analisarmos apenas o que está acontecendo aqui, nós poderemos desfavorecer a geração de empregos, porque, se não houver a associação para concorrer com quem está lá fora, provavelmente a instalação brasileira vai deixar de existir – primeira pergunta.

Segunda: essa concentração também está sendo feita do ponto de vista político. Eu, por exemplo, não tinha atentado para o fato de que Reino Unido, que saiu da União Europeia, junto com a União Europeia, sua – entre aspas – "rival", junto com os Estados Unidos, Canadá e México formaram um novo Nafta. Para quê? Para aumentar o seu poder de barganha. Leia-se, para aumentar a sua força para enfrentar outros gigantes. Isso tem repercussão na avaliação que o Cade faz junto com os aspectos levantados pelo Senador Vanderlan; eu estou falando de competitividade.

E, finalmente, uma coisa é o mercado geográfico Brasil ou Mercosul, como se queira escolher o que é mercado geográfico, e outra coisa é o comércio internacional. E hoje, com a globalização já consumada, vitoriosa, apesar de qualquer inteligência política, eu acho que o nosso Cade deve ser equipado com leis que favoreçam esse outro olhar.

E V. Sa. sabe do que eu estou falando. Quando é que nós vamos ter um *player* internacional brasileiro, fora a agropecuária? É difícil, porque, se o nosso *player* brasileiro for competir e adquirir instalações industriais, por exemplo, em outros países, pode ser brecado pelo Cade, porque no processo industrial globalizado – e o senhor sabe que é um caso concreto que estou lhe mencionando, a que estou me referindo –, ao tentar proteger o mercado geográfico, nós acabamos favorecendo o competidor internacional. É muito difícil nós nos situarmos nessa fronteira entre o que é bom para o nosso consumidor e o que é bom para o nosso *player,* o nosso representante industrial, que, se não crescer para ser competitivo no mundo, vai acabar sendo adquirido por uma empresa sediada em outros cenários que compreendem essa diferença.

São essas três indagações, junto com a renovação do meu cumprimento pessoal, do meu apreço pelo seu esforço, que resultou, meritoriamente, nessa conquista profissional, que eu chancelarei com a maior convicção.

**O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, pelos cumprimentos e, especialmente, pela pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, essa é uma discussão mundial. O senhor tocou em um ponto que o mundo inteiro discute: quais são os objetivos, por exemplo, de uma autoridade antitruste, qual é o limite dela. Isso se discute há muito tempo, e agora essa discussão está mais acirrada ainda. Por que isso? Vou dar um exemplo para o senhor. Quando a Siemens comprou a Alstom, e o caso esteve aqui, no Brasil, o caso foi reprovado pela autoridade antitruste europeia e recebeu severas críticas, tanto do Governo francês quanto do Governo alemão, porque o papel daquela autoridade – pelo menos assim eles entendiam – era de cuidar especificamente das questões concorrenciais. Esse era o foco, e não se preocupar com outras questões quaisquer, ou, por exemplo, política industrial, a criação de um campeão nacional, alguma coisa nesse sentido.

Assim são as autoridades antitruste ao redor do mundo. No entanto, existe, sim, uma tendência de ter um olhar mais holístico e uma discussão enorme se vale a pena a autoridade antitruste trazer para dentro de sua análise questões sociais, ambientais, tributárias ou mesmo industriais.

O Cade, até hoje, tem permanecido mais ortodoxo em relação a isso. Não que não sejam importantes essas questões sociais, ou questões ambientais, ou de sustentabilidade, ou de política industrial, mas o Cade tem entendido que outras instituições podem ser melhores para fazer isso do que o próprio Cade, sem ampliar tanto o escopo, porque as decisões deixariam de ser tão técnicas e, portanto, tão boas.

Mas isso que o senhor está falando é fato, é motivo de preocupação, a gente já tem discutido isso no Cade e é possível que a gente evolua nesse aspecto. Então, é um assunto a ser debatido, é um assunto a ser discutido. Em todos os fóruns internacionais de que eu participo, a gente discute especificamente esse tipo de abrangência dos objetivos do direito concorrencial, especialmente das autoridades antitruste; portanto, isso está na pauta, sim.

No caso concreto que o senhor mencionou, a decisão teve exatamente esse foco; portanto, pode ser que esse seja o pontapé inicial para se pensar, em um futuro próximo, em ampliar essas questões.

Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Nenhum Senador? Outro qualquer Senador ou Senadora deseja perguntar ao Dr. Alexandre? Nenhum Senador ou Senadora?

Olha, nós precisamos de quórum de votação, para deliberar, de 14 Senadores votantes. Então, nós abrimos a votação em nove Senadores.

A votação está aberta.

Eu vou passar, então, a palavra ao Sr. Otto, do Conselho de Valores Imobiliários. O Relator é o Senador Ciro Nogueira. Depois V. Exa. relata, ele faz a explanação dele. A ordem dos fatores não altera o produto. Você pode fazer a sua explanação por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** (Para expor.) – Muito boa noite, Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Sr. Vanderlan Cardoso, Vice-Presidente da CAE...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu pediria ao Senador Cid e o Senador Vanderlan para que votassem.

Quem mais não votou? O Ciro já votou? Ciro e Cid já votaram? Ciro também não.

Pode seguir. Vamos ver se consegue pelo menos...

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO –** Exmo. Sr. Senador Ciro Nogueira, Relator do processo que trata da minha indicação, Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores, ilustríssimos coindicados à sabatina de hoje, a todos os demais presentes nesta audiência pública, muito boa noite.

Sinto-me extremamente honrado em participar desta audiência pública e agradeço pela oportunidade de me apresentar perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE) para avaliação, por V. Exas., de minhas experiências e qualificações profissionais e acadêmicas que justificam a minha indicação para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme foi criteriosamente relatado pelo Exmo. Sr. Relator, Senador Ciro Nogueira.

Caso tenha a honra de ver a minha indicação aprovada hoje aqui nesta elevada Comissão e, posteriormente, no Plenário do Senado Federal, sinto-me preparado para cumprir essa nova missão com espírito público e bons propósitos, reconhecendo a enorme responsabilidade de exercer esse múnus público em função da inquestionável relevância da CVM, que é a autarquia federal responsável por regular, fiscalizar e sancionar os diferentes participantes do mercado de capitais, mercado esse que tem importância fundamental na promoção do desenvolvimento econômico do nosso País ao permitir a captação direta da poupança popular, tão necessária nos investimentos de expansão da capacidade produtiva de nossas empresas.

Assim, passo a narrar brevemente meu histórico acadêmico e profissional, destacando minhas experiências e qualificações técnicas e acadêmicas que julgo relevantes para serem consideradas nesta ocasião.

Há mais de 25 anos eu atuo como advogado, consultor e parecerista.

Formei-me em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; obtive meu grau de Mestre em Direito Comparado pela Escola de Direito da Universidade de Miami; cursei o MBA em Petróleo e Gás pela Coppe/UFRJ, em 2003 – o Senador Jean Paul Prates foi meu professor à época –; estou cursando o meu doutorado em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (USP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atuo como advogado, consultor e parecerista em questões de Direito Financeiro e Societário, mercados de capitais, insolvência, arbitragem e contencioso. Presto serviços a clientes nacionais e estrangeiros, desempenho atividades de Direito Societário, fusões e aquisições na assessoria jurídica a sociedades em questões de governança corporativa, elaboração de estudos e pareceres relacionados ao Direito Societário, constituição de sociedades, *joint ventures*, associações e consórcios.

Na área de mercado de capitais e mercado financeiro, atuo realizando consultoria em relação às normas da Comissão de Valores Mobiliários, da B3, conferindo assessoria jurídica aos agentes de mercado e companhias abertas, também auxiliando os meios de pagamento, *m-payment*, cartões de crédito e débito, estruturação e regulação de fundos de investimento, participações e outros tipos de fundos, processos administrativos e ações judiciais.

Fui sócio de vários renomados escritórios de advocacia, citando Stroeter, Royster Advogados Associados à Steel Hector & Davis LLP, de 1997 a 2005, com sede nos Estados Unidos, tendo trabalhado nos Estados Unidos entre os anos de 1999 a 2001; e no renomado escritório Motta Fernandes Rocha Advogados, de 2005 a 2016; e até recentemente, o Escritório Lobo & Martin Advogados, que fundamos, eu e meu sócio, em 2016.

Fui o primeiro advogado brasileiro a ser membro efetivo da ICC FraudNet, uma associação mundial de advogados com experiência em combate a fraudes, com sede em Londres; atuei na redação da nova lei de crédito em El Salvador em 2007; fui membro do comitê editorial da INSOL, de 2014 a 2016 – a INSOL também tem sede em Londres –; atualmente, sou Vice-Presidente do Comitê Financeiro do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA); membro do corpo de árbitros de várias relevantes câmaras de mediação e arbitragem.

Sou membro dirigente da Seção de Insolvência da International Bar Association (IBA), que é a maior associação de advogados do mundo; sou Vice-Presidente do Fórum Permanente de Direito de Arbitragem; e membro do Fórum Permanente de Direito Econômico da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; sou membro das comissões da Ordem dos Advogados do Brasil, seccionais do Rio de Janeiro e Federal, que tratam de mercado de capitais e Direito Societário.

Uma das minhas vivências mais enriquecedoras, a qual muito me honra, é ter exercido o cargo de Conselheiro titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o "conselhinho" do Banco Central, de 2015 a 2018, que é o órgão recursal competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões da própria CVM, além do Banco Central e Coaf. Foi uma experiência verdadeiramente enriquecedora poder entender como funciona o tribunal administrativo especializado em matérias tão complexas que ali são debatidas mensalmente.

Fui professor contratado de Direito Societário e mercado de capitais da graduação e pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, de 2009 a 2019. Sou professor convidado da graduação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas e da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

Como advogado e professor de Direito, sou convidado, na condição de debatedor e palestrante, a participar de vários eventos técnicos organizados no Brasil e no exterior.

Sou autor e publiquei, individualmente e como coautor, diversos livros e artigos técnicos no Brasil e no exterior sobre temas relacionados ao mercado de capitais, fusões e aquisições e insolvência.

Julgo que a experiência de atuar junto a profissionais extremamente preparados e tecnicamente qualificados será uma fonte de inspiração e troca. A ética, o profissionalismo, o compromisso com o estudo e a pesquisa de todos os que integram o colegiado, Presidente e membros da diretoria da CVM, procuradores, membros da AGU, advogados, servidores, secretários e funcionários, criam um ambiente de rica troca de conhecimento, contribuindo para que a CVM seja um órgão de excelência.

A CVM, como se sabe, tem como funções primordiais a regulação, orientação e fiscalização do mercado de valores mobiliários. Atualmente, existem mais de 400 companhias abertas listadas na bolsa, que, somadas, possuem valores de mercado superiores a R$5 trilhões, além de contar com cerca de 3,5 milhões de pessoas físicas registradas na bolsa de valores, números esses em pleno crescimento.

Com relação ao mercado de fundos de investimento, mercado esse que já existe há 70 anos no Brasil, os números são realmente impressionantes, indo para mais de 6,5 trilhões este ano.

Com o atual cenário econômico da taxa de juros baixa, o mercado de valores mobiliários brasileiro está em franca expansão, o que aumenta ainda mais a responsabilidade da CVM no desempenho das suas funções, de modo a eliminar as falhas de mercado existentes e tornar o ambiente mais democrático e seguro a todos os participantes.

Entre os assuntos de maior relevância da agenda normativa da CVM, destaca-se: proposta da nova regulação das ofertas públicas de valores mobiliários, proposta da nova regulação dos fundos de investimento, pauta ESG, comunicação sobre demandas societárias.

Vale ressaltar, também, que, no mês passado, a CVM colocou em audiência pública nova proposta de regulamentação sobre *brazilian depositary receipts* (BDRs), que são certificados de depósito emitidos no Brasil com lastro em valores mobiliários no exterior. Trata-se de tema relevantíssimo para o mercado de capitais, tendo em vista que envolve diversas jurisdições, sendo necessária uma significativa cooperação internacional entre os diferentes reguladores de mercado de capitais.

Outro ponto que merece especial atenção diz respeito aos criptoativos, que não possuem regulação no País. De todo modo, este ano a CVM autorizou a negociação de ETF, fundo de índice de criptoativos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Já para concluir.

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO –** Já para concluir, feitas essas explanações e ciente da enorme responsabilidade envolvida na atuação do cargo para o qual fui indicado em razão da minha experiência profissional, tanto no setor privado quanto no setor público, me considero apto e preparado para exercer o cargo de Diretor da CVM.

Caso aprovada a minha nomeação por V. Exas., minha atuação será pautada com absoluta seriedade, independência, eficiência, de modo a contribuir com a evolução, bom funcionamento e democratização do mercado de capitais brasileiro.

Agradeço a atenção de V. Sas. e coloco-me à inteira disposição para dirimir dúvidas e responder às perguntas formuladas por V. Exas. desta elevada Comissão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu quero esclarecer aos Srs. Senadores e Senadoras que nós estamos votando em globo, já que todos os relatórios dos Srs. Relatores foram favoráveis às indicações do Dr. Alexandre; da Dra. Fernanda Magalhães, que deve estar presente também; do Dr. Fernando Galdi, que está presente também; Dr. Eduardo Fonseca Lobo; e Dra. Vilma da Conceição Pinto, do Instituto Fiscal Independente.

Então, eu quero tranquilizar a todos os que eu citei aqui que os Senadores estão votando, dando os cinco votos dos que estão sendo aqui sabatinados.

Pergunto aos Srs. Senadores...

Passo a palavra ao Senador Ciro Nogueira, que é o Relator do Otto, meu xará.

Depois, se algum dos Senadores desejar formular perguntas, estará aberto para pergunta.

Senador Ciro.

**O SR. CIRO NOGUEIRA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Como Relator.) – Vou aqui ler o Parecer, Sr. Presidente.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com mandato até 31 de dezembro de 2025, na vaga decorrente do término do mandato de Henrique Balduíno Machado Moreira.

Conforme esses dispositivos, o Presidente da República tem competência privativa para nomear e o Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, ocupantes de cargos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos que tenham sido determinados em lei. É o que determina a Lei nº 6.385, de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 2002, para os membros dirigentes da CVM.

Além disso, o art. 6º da mencionada Lei nº 6.385, de 1976, exige a aprovação do Senado Federal para a nomeação de Presidente e Diretores da CVM, entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos de mercado de capitais.

Anexos à referida Mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e as certidões e declarações do indicado, além de cópias de documentos acadêmicos, jurídicos e fiscais.

O *curriculum vitae* do Senhor Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo mostra excepcionais credenciais profissionais e acadêmicas, à altura do cargo a que foi indicado.

É bacharel em Direito, com graduação concluída em 1995. Em 1999, obteve o título de mestre em Direito Comparado pela University of Miami Law School; em 2003, concluiu o MBA em Óleo e Gás pela Coppe da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e, atualmente, cursa o doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo, com previsão de conclusão e apresentação de tese em 2023.

Profissionalmente, o indicado atua como acadêmico e advogado.

É professor, nos níveis de graduação e mestrado, de Direito Societário e Mercado de Capitais, pela Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, onde ingressou em 2009. Também leciona, como professor convidado, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

É advogado militante, consultor e parecerista, com atuação centrada em Direito Societário e Financeiro e em temas de governança corporativa, arbitragem e contencioso. O indicado tem importante e extensa atuação em conselhos e entidades profissionais e corporativas, tendo, inclusive, sido Conselheiro titular no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, circunstância por ele declarada na documentação anexa à Mensagem nº 21, de 2021, o que satisfaz a exigência do art. 383, inciso I, alínea "b", item 5.

O Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo é, ainda, autor de copiosa produção acadêmica e bibliográfica, além de dominar os idiomas inglês, espanhol e francês.

Dessa forma, a documentação enviada cumpre o propósito de apresentar as atividades profissionais do indicado e atender ao disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato nº 2, de 2011, desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Em complementação ao currículo, conforme exigido pelo art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, o indicado apresentou declarações sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos itens de 1 a 4 da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, com documentação comprobatória nos casos pertinentes, nos seguintes termos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) que possui 4.999 cotas de emissão do Escritório Lobo e Martin Advogados, do qual foi administrador até 7 de maio de 2021 e que, confirmada sua indicação, irá transferir tais cotas aos demais sócios do referido escritório;

b) que foi titular de cotas de outros dois outros escritórios de advocacia, nos quais nunca teve posição de administrador;

c) que está regular perante os fiscos municipais, estaduais e federal;

d) que não é autor ou réu de ações judiciais em tramitação;

Adicionalmente, informou que jamais teve cargo de direção ou função administrativa na empresa Gyrodata Incorporated e Gyrodata International LLC.

Por fim, em atendimento ao que dispõe a alínea "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado expôs por escrito sua trajetória, demonstrando experiência profissional de excelência, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral compatíveis com o exercício do cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Assim, tendo em vista a documentação enviada e considerando a extensa e densa trajetória profissional e acadêmica do indicado, entendemos que esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Henrique Balduíno Machado Moreira.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – A palavra está franqueada. Os Srs. Senadores que desejam... Senador Líder do Governo, Fernando Henrique... Fernando Bezerra. (*Risos.*)

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar; prezados Senadores e Senadoras, eu queria aproveitar para cumprimentar todos que estão sendo sabatinados e que estão tendo seus nomes apreciados por esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Cumprimento o Sr. Otto Eduardo Fonseca. Queria cumprimentar o Sr. Fernando Caio Galdi. São os dois indicados para a Comissão de Valores Mobiliários.

Queria fazer um cumprimento também à Sra. Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, a indicada para o Banco Central; queria cumprimentar também a indicação para o IFI da Sra. Vilma da Conceição Pinto, que vai para a vaga aberta com a saída do nosso companheiro, o amigo Josué Alfredo Pellegrini.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria e faço assim por último uma saudação toda especial ao Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, que está sendo designado para a Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Eu estou aqui no Senado Federal, este é o meu sétimo ano de mandato, e pude acompanhar a indicação do Dr. Alexandre Cordeiro para conselheiro, depois para superintendente e agora sua indicação para a presidência do Cade. Quero dar um testemunho do seu trabalho, da sua dedicação, do seu zelo, da sua abnegação em todas as matérias que tramitaram no Cade durante esses últimos anos, mas sobretudo sempre muito solícito em atender às demandas, especialmente do Senado Federal, em se colocar à disposição para dirimir dúvidas, para poder dialogar, conversar e, com isso, manteve as portas do Cade sempre abertas para o debate. Portanto, eu faço, de forma muito singela, essas observações, mas entendo que é um dever meu, como Senador, reconhecer uma figura tão qualificada e que fez um trabalho que o credenciou para essa indicação. O trabalho dele à frente do Cade nesses últimos anos é que criou as condições para que ele pudesse merecer essa honrosa indicação para a Presidência do Cade.

E isso, Sr. Presidente, eu quero também dizer que é uma característica de todas as nomeações para as agências reguladoras. Pode-se criticar, divergir do Governo do Presidente Bolsonaro, mas, nas indicações para as agências reguladoras, sempre procurou e buscou os melhores quadros técnicos, valorizando servidores de carreira, servidores das agências ou profissionais de mercado altamente conceituados, como é o caso aqui da diretora do Banco Central, uma indicação que é o seu reconhecimento pelos relevantes serviços prestados quando exerceu sua atividade em instituições privadas no mercado financeiro brasileiro.

Portanto, eu quero fazer este registro e agradecer a presença dos Senadores nesta segunda-feira, neste esforço concentrado, cumprimentar o Presidente Otto Alencar, que tomou todas as providências necessárias para esta mobilização de assegurar aqui o quórum necessário para que a gente pudesse fazer essas votações que vão deslanchar as atividades de muitas dessas instituições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Líder Fernando Bezerra.

Eu comecei pelo Alexandre e pelo Otto, convidaria a Dra. Fernanda Magalhães e a Dra. Vilma Pinto para que pudessem vir aqui à frente.

Dra. Fernanda, indicada para o Banco Central do Brasil; e a Dra. Vilma Conceição Pinto, do Instituto Fiscal Independente, que é um órgão que presta grande e relevante serviço ao Senado Federal e ao Brasil. Que elas pudessem se sentar aqui. O Relator Senador Vanderlan que vai relatar aqui a Fernanda, e eu pedi ao meu amigo Esperidião Amin que, na ausência do Senador Tasso Jereissati, que seria o Relator da Vilma, já conversei com ela...

Tasso está com dengue; não é Covid, não. Ele pegou dengue. Então... (*Falha no áudio.*) ... de relatar. Esperar que ele melhore, se recupere, porque realmente é uma enfermidade que traz grandes transtornos ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organismo das pessoas, mas eu queria também, antes de tudo isso, Cid, Vanderlan, Amin e os outros Senadores que já saíram, fazer um registro que me surpreende muito.

Desde mais ou menos um ano e meio a dois anos que a Bahia vem sendo retaliada e discriminada pelo Presidente da República. Todos os Estados tiveram direito a iniciar solicitação de empréstimos e foram contemplados. O meu Estado, o estado da Bahia, hoje se encontra no espaço fiscal B. Tem todas as condições, pela organização fiscal que tem de ter o empréstimo. Nós estamos lutando há muito tempo por um empréstimo, pequeno até, de US$40 milhões para a modernização da estrutura fiscal do Estado, no âmbito da Secretaria da Fazenda.

Eu conversei já com o Ministro Guedes, que sempre tem uma maneira bem cordial de nos receber, muito acessível, com a sua estrutura lá do Ministério da Economia, e ele, no dia 26, mandou um dos assessores dizer que tinha encaminhado isso para o Palácio do Planalto, para que a mensagem pudesse ser encaminhada para cá, à Comissão de Assuntos Econômicos, que eu presido. E nós lutamos por isso.

Recebi um telefonema do Líder do Governo, que acabou de sair, o Senador Fernando Bezerra, de que a mensagem estaria aqui hoje. Recebi um telefonema do Ministro Ramos, dizendo também que a mensagem estaria aqui hoje. Hoje, durante o dia inteiro, nós procuramos contato, para ver se seria encaminhada a mensagem, mas tivemos a informação de que a mensagem não seria encaminhada. Então, é um processo claro de cerco, de retaliação ao meu Estado, de uma forma, inclusive, já prevista em todos os aspectos que nós estamos enfrentando.

Às vezes, a imagem, o que pensa o Presidente da República é que pode, pela pressão, dobrar quem tem honra, dignidade e firmeza nos seus atos, nas suas convicções. Portanto, da minha parte eu lamento o meu Estado ficar discriminado sem ter direito, não é a recurso de fundo perdido, é a empréstimo, mas a Bahia não se dobra. Muito menos eu vou me dobrar, tomar decisões que não sejam decisões sintonizadas com o que eu penso, com a minha maneira de proceder, com aquilo que eu considero como ideologia política e administrativa na defesa do meu Estado, o Estado da Bahia, que é um Estado muito bem organizado.

O Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, foi o Governador que mais cumpriu os seus compromissos – a análise foi feita agora – no Brasil. Nós temos também hoje o Estado da Bahia como o segundo maior Estado do Brasil em investimento – ele tem a 22ª renda *per capita* e é o segundo maior Estado em investimento. Nós temos investimento em várias áreas – na infraestrutura, na educação, na saúde –, uma avaliação correta do Governo... E, infelizmente, por não pensar igual, por não proceder igual – e também jamais procederíamos igual ao Presidente da República em tudo, em costumes, em linguagem, em procedimento, em retaliação –, o meu Estado continua da mesma forma. Desde que chegamos aqui, lutamos, com o Estado organizado... Repetindo: espaço fiscal B. Para um Estado como a Bahia, não é tão fácil chegar a essa condição. Aliás, é uma tradição no meu Estado ter Governadores que são responsáveis pelas suas ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma colocação... Eu peço, inclusive, desculpas à Dra. Fernanda, à Dra. Vilma, ao Galdi, que também está ali, e aos Srs. Senadores, mas, quando se recebe uma informação dessa natureza e se percebe que existem uma clara discriminação e um cerco contra a Bahia e até mesmo contra todo o Nordeste, realmente não há como se calar diante de um fato dessa natureza. Eu queria agradecer a todos e pedir até desculpas pelo meu desabafo aqui.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Cid.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – Eu entendo claramente o seu desabafo. Não há nada que deixe alguém sério, honrado e digno mais indignado do que ver a discriminação, ver a retaliação, ver a picuinha e a mesquinharia de prejudicar um Estado por divergências que uma representação ou pelo menos parte de uma representação política desse Estado venha a ter.

Isso, meu caro Senador Otto Alencar, é algo que creio que nós deveríamos repudiar. O serviço público tem que ser republicano, ele tem que ser impessoal. Se o Estado ou o Município, algum Município baiano, preencheu os pré-requisitos, atendeu as exigências, que não são poucas... Eu tenho uma experiência de Governador, e isso passa pela Cofiex, isso passa pela Seain, isso passa pela Secretaria de Tesouro Nacional. Eu sei bem o que é a maratona de exigências para que o Estado ou o ente federativo possa, de fato, simplesmente pleitear um aval, porque, em se tratando de empréstimos internacionais, há uma exigência internacional de que a União dê o seu aval. Então, meu caro Presidente Otto Alencar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Quem está com esse som aí?

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Talvez seja uma sabotagem do...

Então, olhe, eu não sou do... Na minha conduta pessoal, eu não sou de praticar aquela máxima do olho por olho, dente por dente; ao contrário: eu estou muito mais para a conduta de quem teve uma face agredida e entregou a outra face.

Mas nós não estamos tratando de interesses pessoais nossos. Não é o interesse do Senador Otto Alencar, não é o interesse do Senador Cid Gomes. Isso é entre jogo. E eu fico vendo: se isso acontece com a Bahia, talvez isso possa acontecer muito brevemente com o Ceará, muito brevemente com Goiás ou qualquer outro Estado brasileiro. E eu acho que esta Casa deveria de alguma forma se insurgir contra esse tipo de postura. E eu tomo a liberdade... Hoje nós já votamos aqui cinco mensagens, das quais quatro são de origem do Poder Executivo, mostrando V. Exa. principalmente a sua conduta, que poderia já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoalmente ter evitado, num gesto seu, e nenhuma dessas matérias teria sido votada aqui hoje. Ao contrário, o que eu vi foi o seu empenho para que elas fossem votadas, sem nenhum juízo de mérito em relação a cada um dos indicados. E repito: não é tradição olho por olho, dente por dente.

Mas eu sugiro, se V. Exa. aquiescer, que a gente, amanhã, em Plenário, coloque isso, para que, se não vier essa matéria, repetindo, já aprovada por todas as instâncias técnicas – a gente não está aqui falando de nada de não cumprir exigências –, a gente também não vote matérias que sejam do interesse do Executivo. Eu me coloco à sua disposição nesse sentido, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço, Senador Cid, as suas palavras.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Presidente, pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Vanderlan.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ao chegar ao Senado Federal – acho que faz dois anos e meio –, nas conversas em que eu tive com V. Exa., o senhor sempre me reportou isto: essa retaliação que pode estar acontecendo com o Estado da Bahia. E o que a gente vê aí, Sr. Presidente, nesses dois anos e meio em que nós estamos aqui, são US$40 milhões, US$50 milhões, US$100 milhões, US$200 milhões, inclusive esse montante até para cidades pequenas, não grandes.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Então, a gente não pode... Eu concordo com o Senador Cid, nós temos que tomar providência, porque eu conheço o Estado da Bahia, temos empreendimentos lá, sei o quanto cresceu e a seriedade com que é conduzido ali o Governo da Bahia.

Então, solidarizo-me com V. Exa. e com a fala do Senador Cid aí. Nós vamos tomar providência.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Senador Vanderlan.

Realmente, jamais, Senador Cid, Senador Vanderlan, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, tomaria uma decisão igual, de não colocar em votação, de fazer esse esforço para que as autoridades pudessem aqui ser sabatinadas e apreciadas, senão eu estaria procedendo igual ao Presidente da República.

Então, eu disse aqui, nas minhas palavras, que o procedimento é diferente, eu jamais tomaria uma decisão... Eu fui Líder aqui do PSD, o Lucas Barreto me acompanhou de forma independente, mas votamos todas as matérias de interesse do Brasil e do Governo, e, em nenhum momento, tomei uma decisão para retaliar ou para fazer uma vindita contra o Governo, de quem eu discordo e tenho posição independente em vários aspectos, mas nunca, jamais tomarei uma decisão de retaliar absolutamente, sobretudo, se eu tomasse uma decisão dessa, estava contra o meu País, e eu jamais faria isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria passar a palavra ao Senador Vanderlan, que é o Relator da Dra. Fernanda Magalhães. Nós estamos já num horário um pouco avançado; só pediria que pudessem ser sucintos, porque nós já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Já está votada, todas as duas já estão votadas; certamente aprovadas, porque todas as duas são merecedoras.

Vanderlan.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório já se encontra há algum tempo... Ao nosso relatório, creio que todos os Senadores e Senadoras tiveram acesso. Atendendo o pedido de V. Exa., vou pedir, então, a dispensa a leitura do relatório, já que nós já votamos, Fernanda, não é? Já votamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Pode explicar só o voto.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Certo. Então, a gente só explica o voto.

Então, eu quero aqui dizer à Fernanda Magalhães Rumenos Guardado que as informações que obtivemos de V. Exa., pelo conhecimento que V. Exa. tem, com certeza, o seu nome foi muito bem escolhido para essa função. Então, eu quero pedir a dispensa do relatório para nós caminharmos e ganharmos tempo aqui.

Sr. Presidente, está liberado?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Está liberado.

Eu vou passar só à Fernanda para ela fazer uma pequena explanação, um pequeno expediente, aqui no Senado, por cinco minutos. Pode passar um pouquinho, porque há tolerância com as mulheres sempre. (*Risos.*)

**A SRA. FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO** (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Vanderlan Cardoso, Relator do processo que trata da indicação do meu nome à diretora do Banco Central Brasil; Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores; demais autoridades presentes, profissionais da imprensa e aqueles que nos assistem pela TV Senado, uma boa noite!

É com enorme honra e satisfação que compareço a esta Comissão na condição de indicada ao cargo de diretora do Banco Central do Brasil. Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, a honra concedida ao indicar o meu nome à apreciação desta Casa, bem como ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto Campos Neto, pela confiança para que eu possa desempenhar missão tão relevante e contribuir para a condução da política econômica.

Caso também receba o voto de confiança desta Comissão e minha indicação seja confirmada pelo Plenário do Senado Federal, comprometo-me desde já a aplicar, com perseverança, meus conhecimentos e minha experiência profissional na execução de política monetária e no conjunto dos desafios do Banco Central do Brasil.

Minha trajetória como economista começou há mais de 20 anos. Possuo sólida formação acadêmica, aliada com a vivência prática na análise dos ciclos econômicos no Brasil e no mundo, e experiência em fóruns internacionais. Concluí graduação em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2001, seguindo minha especialização no ano seguinte, com mestrado em Economia na mesma instituição, concluído em 2004. O foco dos meus estudos sempre foi economia monetária, área que venho acompanhando atentamente tanto no âmbito doméstico como externo.

Iniciei minha carreira profissional como economista na equipe econômica da GAP Asset Management, onde permaneci por cerca de cinco anos e meio. Nesse período, aprimorei minhas técnicas de acompanhamento econômico do Brasil e de economias como Estados Unidos e China, além de trabalhar com projeções de cenários e riscos desses países de forma a orientar a avaliação em torno da precificação de diversos ativos financeiros. Dessa forma, pude vivenciar, de dentro do mercado financeiro, todos os desenvolvimentos e impactos da grande crise financeira internacional de 2008.

Em 2010, transferi-me para a recém-criada Vinci Partners, gestora de recursos no Rio de Janeiro, com a missão de criar e liderar a área macroeconômica da empresa. Frequentei fóruns internacionais, como as reuniões semestrais do FMI, em Washington, e reuniões anuais na China. Em 2012, passei a integrar, como economista sênior, a equipe de macroeconomia do Banco Plural, sob a chefia de Mário Mesquita, ex-diretor do Banco Central, novamente acompanhando a economia brasileira e internacional.

Em 2015, iniciei o doutorado em Economia na PUC-Rio, com o intuito de aprofundar meus conhecimentos na área e não apenas aprender novas técnicas de pesquisa, como também ter contato com a fronteira de conhecimento e pesquisa em macroeconomia. Especializei-me em Macroeconomia, Economia Monetária e História Econômica, tendo como orientador Tiago Berriel, então Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central. Participei de fórum de apresentação de trabalhos acadêmicos e de discussão no Brasil e no exterior durante esse período, enriquecendo minha experiência acadêmica e o contato com a comunidade econômica. Fui professora de Economia Monetária para graduação na PUC-Rio em 2003, 2015 e 2017, e ministrei aulas de Teoria Monetária II para o mestrado profissional em Economia e Finanças da mesma instituição, em 2018. Em 2019, após a defesa de minha tese, fui admitida como economista-chefe do banco Bocom BBM, sendo responsável por liderar o time de pesquisa macroeconômica nas análises das economias de Brasil e China, assim como por traçar cenários econômicos e de risco para o banco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre acreditei no valor das mentorias e na necessidade de contribuir com a sociedade com o debate econômico. Nesse espírito, em 2016, iniciei a coordenação de um grupo de estudos em macroeconomia no Instituto de Pesquisa e Política da Casa das Garças, um instituto de pesquisa econômica localizado no Rio de Janeiro. O grupo consiste em uma série de palestras de economistas com experiências no desenho de políticas públicas para alunos de graduação de diversas faculdades de economia, com o intuito de aproximar os alunos da experiência prática econômica desses economistas. O grupo, cujo acesso é gratuito, vem funcionando anualmente desde então. Integrei também como *senior fellow* o corpo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). Organizei e participei de eventos públicos sobre a relação entre a economia brasileira e as economias americana e chinesa.

Esse é o conjunto de competências que trago para contribuir com os demais integrantes da diretoria colegiada no cumprimento da missão do Banco Central do Brasil de garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente, competitivo e fomentar o bem-estar econômico da sociedade. Tenho convicção de que minha formação acadêmica e experiências profissionais, aqui brevemente relatadas, me capacitam a desempenhar o cargo de diretora do Banco Central do Brasil, caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores, gostaria de tecer alguns breves comentários acerca do objetivo fundamental do Banco Central de assegurar a estabilidade de preço, zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro e de fomentar o bem-estar econômico da sociedade. Com respeito ao seu objetivo fundamental, a experiência internacional e a literatura acadêmica sugerem que há uma inflação estável e baixa, que permite menor volatilidade nos ciclos econômicos, maior previsibilidade sobre horizontes longos em investimentos na economia, propiciando assim as condições para um crescimento sustentável e inclusivo. O Banco Central vem tendo sucesso em perseguir as metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional nos últimos anos, usando as bandas em torno da meta para acomodar choques de preços inesperados e evitar volatilidade excessiva na economia.

Sobre a estabilidade e a eficiência do sistema financeiro, deve-se notar que o Banco Central tem assegurado um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, com planejamento e gerenciamento adequado dos riscos financeiros, uma intermediação eficiente de recursos, contando sempre com regulação prudencial e supervisão reconhecidas por sua eficácia e sucesso. Cabe aqui notar os avanços relevantes feitos nos últimos anos pelo Banco Central no sentido de garantir mais competição e transparência ao setor bancário sem renunciar à adequada supervisão, de modo a garantir um suprimento de crédito ainda mais eficiente e produtos financeiros mais baratos e acessíveis à população.

Caso V. Exas. aprovem o meu nome para o cargo de diretora do Banco Central do Brasil, assumo, desde já, o compromisso de trabalhar com afinco para desempenhar minhas atribuições de auxiliar a diretoria colegiada do Banco Central no cumprimento de sua missão.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição de V. Exas. para atender a eventuais questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Vanderlan.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Como Relator.) – Sra. Fernanda, primeiro, parabéns pela sua explanação e pelas suas colocações!

Nós vimos neste ano, Fernanda, já a revisão do nosso PIB. Se eu não me engano, já é a quinta vez que ele está sendo revisado para cima – ainda bem. Isso é motivo até de um certo otimismo, embora a gente esteja com essa pandemia aí ainda, com muitos irmãos e irmãs brasileiros morrendo. A minha pergunta é baseada nessa revisão de PIB, de crescimento, de recuperação da economia: como a senhora vê os recentes indicadores de recuperação da economia e o seu reflexo sobre o nível de empregos?

**A SRA. FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO –** Posso responder?

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Senador Presidente Otto...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode, claro.

**A SRA. FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO** (Para expor.) – Obrigada, Senador Vanderlan, pela pergunta e pelos elogios que o senhor teceu em relação à minha pessoa. Muito obrigada.

Como o senhor falou, os indicadores mais recentes de atividade econômica têm, de fato, surpreendido para cima, e isso tem levado a um processo de revisão altista nas projeções de PIB deste ano não só no mercado financeiro, como, nas próprias previsões do Banco Central, o último relatório de inflação trouxe essa revisão para cima. Sem dúvida, isso mostra que a gente está tendo uma resiliência maior da economia ao longo dessas novas ondas de pandemia que a gente viveu, o que é surpreendente.

O impacto sobre o emprego, na minha opinião, tende a aparecer de maneira mais clara à medida que o processo de vacinação avance. E, quanto a esse crescimento – que é desigual, pois existem setores que ainda estão sofrendo –, à medida que o processo de vacinação e o processo de reabertura da economia avancem ao longo do segundo semestre, muito provavelmente a gente vai ver um ritmo de recuperação dos indicadores de mercado de trabalho mais forte. Vale notar que os indicadores de emprego formal do Caged, que são os coletados pelo Ministério da Economia, têm surpreendido para cima também, têm performado bem, mas ainda existem muitas pessoas que estão à parte do mercado de trabalho por conta das limitações ainda da própria pandemia.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu gostaria de, cumprimentando a prezada indicada e, como eu já votei, futura diretora do Banco Central,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro realçar o seguinte: salvo melhor juízo, trata-se da primeira indicação para o Banco Central autônomo. Ou eu estou enganado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E que bom que começou com uma mulher. Eu sou de um estado feminino, mais feminino até do que a Bahia, porque é o nome de uma mulher: Santa Catarina. Fico feliz quando uma mulher é promovida a esta função e gostaria que a senhora comentasse apenas um tópico. Eu acho que o companheiro Vanderlan perguntou sobre o mais importante que é o emprego, porque é a visão humana e social da busca de recuperação. Mas eu hoje fiquei satisfeito com um índice que surgiu também.

Nós alcançamos, é claro que graças à desvalorização relativa do dólar e a outros fatores não tão merecedores de elogios, mas o fato é que nós registramos hoje a menor relação entre dívida e PIB dos últimos 11 anos. Eu queria que a senhora fizesse a leitura disso para eu entender quais são as perspectivas econômicas, porque, com essa relação longe do 100%, sem qualquer revisão metodológica – ninguém está falando de dívida líquida ou bruta. Ainda não houve nenhuma alteração metodológica, portanto, o índice é bruto –, o que se pode esperar com este indicador especificamente? Se é que eu li direito a notícia.

Obrigado.

**A SRA. FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO** (Para expor.) – Obrigada, Senador Esperidião Amin, pelos comentários e pela pergunta. Acredito que o senhor possa estar se referindo à dívida líquida, Dívida Líquida do Setor Público, que realmente vem caindo. Quando a gente olha pelo lado da Dívida Bruta do Governo Geral, ela vai mostrar uma outra foto, vai mostrar uma foto de uma dívida que subiu bastante no último ano por conta de todo o esforço fiscal e também por conta da queda do próprio PIB, que é o denominador, mas que terminou o ano de 2020 em um patamar mais moderado do que se imaginava, do que se temia ali em meados do ano passado.

Então, quais são as perspectivas para dívida/PIB, tentando responder...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu estou me referindo à apuração de hoje da dívida líquida.

**A SRA. FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO –** Da dívida líquida, não é?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De hoje.

**A SRA. FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO –** Correto. Certo.

Pensando pelo ponto de vista da dívida líquida, o que a gente pode esperar? A dívida líquida acaba tendo essa diferença em relação à dívida bruta por conta das reservas. Então, há a valorização do... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – A dívida bruta está em torno de 90, 89...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Caiu para 85; era 88.

**A SRA. FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO** – Oitenta e cinco.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Ela terminou o ano passado com 89.

**A SRA. FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO** – Isso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Oitenta e oito e pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, 89,1, parece, no ano passado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E agora está com 85.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Qual foi o motivo?

**A SRA. FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO** – Você tem tanto um crescimento do PIB, que é a parte de baixo da relação, então isso ajuda; uma melhora do resultado fiscal também no primeiro trimestre, mais arrecadação... Então, tudo isso tem ajudado essa relação dívida/PIB a ficar abaixo do que se projetava alguns meses atrás.

Agora, olhando para frente, que era a pergunta do Senador...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente. Não, que o dado é de uma queda de 3,5 pontos não há dúvida nenhuma: perto de 89, caiu para 85, em números redondos. Isso é um grande número. E é dado do primeiro semestre. Nós estamos no dia 5; portanto, é um dado atualizado.

Agora, se isso é uma boa notícia, o que eu posso esperar? Essa é a minha pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Nós aprovamos aqui, fui Relator inclusive, a PEC dos fundos, recursos dos fundos públicos que ficavam, ao final do ano, para fazer superávit primário.

Agora, com a aprovação da PEC emergencial, houve alguma influência de entrada de recursos para diminuir esse valor ou não?

**A SRA. FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO** (Para expor.) – Respondendo primeiro ao Senador Otto, eu acredito que ainda não teve impacto a questão dos fundos. Eu posso estar enganada, mas eu acredito que os fundos ainda não tiveram impacto nesse resultado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando à questão de mais longo prazo de desenvolvimento da dívida/PIB, sem dúvida, é uma boa notícia se observar uma relação dívida/PIB abaixo do que se imaginava, mas, olhando para frente, ainda estamos falando de um tamanho de dívida/PIB que é superior ao de nossos pares emergentes. Então, a média dos países emergentes é de uma dívida/PIB em torno de 64% do PIB, se eu não me engano, e a gente está falando aqui de 80 e baixos. Então, ainda é relativamente superior.

Olhando para frente, o que interessa? O que vai determinar a trajetória da dívida/PIB do Brasil nos próximos cinco, dez anos, por um lado é o crescimento da própria economia, um processo de reformas, de melhoramentos que aumentem a produtividade e a eficiência da economia, que gerem um crescimento maior. E, pelo lado do numerador, que é o lado da dívida, o custo dessa dívida, os juros que são cobrados para se aceitar a dívida pública, e também o tamanho os resultados fiscais prospectivos. Então, uma diminuição dos déficits primários ao longo do tempo é essencial para se estabilizar essa dívida/PIB no tempo e, eventualmente, vê-la caindo. Mas são alguns componentes que trabalham paralelamente para determinar essa evolução no longo prazo.

Espero ter respondido.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Vou passar a palavra à Dra. Vilma da Conceição Pinto.

O Relator era o Senador Tasso Jereissati. Pediria ao Senador Esperidião Amin para que pudesse relatar.

Vou passar a palavra à Dra. Vilma para fazer sua explanação.

Eu já havia conversado com ela e com o meu estimado amigo Felipe Salto, que é da Instituição Fiscal Independente. Nós sempre trocamos boas ideias; ele tem uma visão muito real do Brasil na área da economia. E me impressionou muito a conversa preliminar que eu tive com a Dra. Vilma da Conceição Pinto. Ela tem uma noção muito clara da economia do nosso País, mostrou muita competência, tem realmente um currículo que vai dar uma grande contribuição à Instituição Fiscal Independente.

Eu quero, inclusive, parabenizá-la pela sua carreira, pela maneira como ela conseguiu galgar todos esses degraus para estar aqui hoje. É um cargo de relevante importância, é o Instituto Fiscal Independente. Portanto, fiquei muito feliz com a sua presença e com a conversa que nós tivemos.

Então, passo a palavra à Dra. Vilma, para que ela possa fazer a explanação do seu *curriculum vitae* e do seu pensamento também.

**A SRA. VILMA DA CONCEIÇÃO PINTO** (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Boa noite a todos os presentes. Sr. Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, a quem agradeço a indicação para o cargo de Diretora da IFI, a Instituição Fiscal Independente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado Federal; Sr. Senador Tasso Jereissati, que não está presente aqui, mas foi o Relator do processo que trata da minha indicação nesta Comissão; Sras. e Srs. Senadores e demais presentes, é com muita honra que recebo essa indicação.

As IFIs são instituições públicas independentes, destinadas a fortalecer o compromisso com a sustentabilidade das finanças públicas por meio das seguintes funções: avaliação do desempenho fiscal, realização de avaliações e previsões macroeconômicas e orçamentárias e elaboração de estimativas de efeito fiscal de medidas que tenham um impacto relevante. Adicionalmente, as IFIs atuam para acompanhar de perto as chamadas metas fiscais.

Desde a sua criação, ao final de 2016, a IFI tem cumprido com excelência essas funções, aumentando a transparência das contas públicas, realizando estudos de eventos fiscais relevantes e apresentando para a sociedade previsões macroeconômicas e das contas públicas.

Considerando o atual contexto econômico e social em que o País se encontra, o papel da IFI ganha maior relevância. Artigo recente do Banco Mundial mostrou a importância das IFIs no contexto da pandemia da Covid-19 e destacou que, à medida que os países emergem da pandemia, os conselhos fiscais podem ajudar os governos a reorientar o foco para finanças públicas, zelando pela sustentabilidade, dadas as suas características e atribuições singulares.

O Brasil vive uma situação de desequilíbrio fiscal desde, pelo menos, 2014, quando foi evidenciado, depois de mais de 15 anos, um déficit fiscal primário, situação em que as receitas não financeiras já não são suficientes para pagar as despesas não financeiras do exercício. O déficit fiscal é persistente, de modo que estamos caminhando para o oitavo ano consecutivo nessa situação.

É inegável que foram feitos esforços no sentido de reduzir essa trajetória, mas ainda há desafios a superar para alcançar o reequilíbrio fiscal com qualidade e eficiência dos gastos públicos.

Dentre os desafios existentes, podemos citar a necessidade de melhorar as políticas de assistência aos mais vulneráveis e retomar investimentos públicos eficientes.

O último relatório de acompanhamento fiscal da IFI alertou que o desafio fiscal ainda não foi superado, e a dívida pública segue cerca de 30 pontos percentuais acima da média dos outros países emergentes.

Este relatório também mostrou que o cenário macroeconômico está melhorando e que essa melhora de curto prazo favoreceu as contas públicas com aumento de receita e redução do endividamento, reduzindo o risco de descumprimento das metas atuais, mas alertou que o País ainda amarga um desemprego muito elevado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tudo o que a IFI do Senado tem feito em quase cinco anos de existência, sinto-me lisonjeada por ter sido indicada para compor o Conselho Diretor da instituição e acredito que a experiência adquirida em anos de trabalho com pesquisa na área de finanças públicas tenha motivado essa indicação.

Minha trajetória começou quando eu ainda estava no curso de graduação e fui contratada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o FGV IBRE, inicialmente como estagiária e, depois, como funcionária, no período de 2012 a 2020. Assim, minha atuação profissional como economista especialista em finanças públicas teve início na FGV IBRE, onde eu tive a oportunidade e o prazer de aprender e trabalhar com grandes economistas da área de finanças públicas, dentre os quais eu destaco o economista José Roberto Afonso, atual Conselheiro da Instituição Fiscal Independente e especialista em finanças públicas e federalismo fiscal. Nesse período, como responsável pelas projeções e análises de política fiscal no IBRE, escrevia mensalmente artigos sobre conjuntura fiscal para o Boletim Macroeconômico; também escrevi dezenas de textos para discussão, notas técnicas e artigos relacionados às finanças públicas nos níveis de setor público consolidado, governo central e entes subnacionais.

Concluí minha graduação em Ciências Econômicas em fevereiro de 2014 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); em março de 2018, obtive o grau de Mestre em Economia Empresarial e Finanças pela Escola de Pós-Graduação em Economia, atualmente Escola Brasileira de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, a FGV EPGE; e tanto o trabalho de conclusão de curso quanto a dissertação do mestrado foram relacionados à política fiscal.

Na Uerj, eu busquei estimar os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre o nível de endividamento dos Estados brasileiros e, na EPGE, eu busquei estimar e avaliar o resultado fiscal estrutural sob a perspectiva de uma regra de política fiscal. Na minha dissertação, sob orientação da Economista Sílvia Maria Matos, avaliei o resultado estrutural seguindo metodologia da Secretaria de Política Econômica e identifiquei que o resultado pode mudar consideravelmente a depender da metodologia de hiato de produto que venha a ser utilizada.

Em meados de 2020, eu me licenciei do Ibre e passei a assessorar o Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, o Economista Renê Garcia Junior, cargo que ocupo atualmente. Nesse período, fiz acompanhamento de assuntos econômicos e de finanças públicas, além de participar de grupos de trabalho em que elaborei avaliações técnicas, termos de referência e subsidiei a elaboração de projetos de lei.

Antes de encerrar, Presidente, eu gostaria de falar um pouco da responsabilidade de substituir o Diretor Josué Pellegrini. Nos anos em que Pellegrini permaneceu na Diretoria da IFI, tornou-se uma grande referência profissional. Seus trabalhos sobre finanças dos entes subnacionais, endividamento, além de tantas outras contribuições acadêmicas, deixam um legado muito positivo. Vejo como uma grande responsabilidade substituir Josué Pellegrini.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, para concluir, eu acho que só o fato de estar aqui, perante esta Comissão, já me deixa bastante agradecida a algumas pessoas. Eu queria agradecer a minha mãe, Maria Carmélia, e ao meu pai, falecido, Jorge Henrique, que tanto me motivam a ser uma pessoa melhor; meus irmãos, amigos de longa data, sempre inspirações para mim, tanto do ponto de vista pessoal como profissional; o Felipe Salto, Diretor Executivo da IFI, que está aqui presente; aos meus colegas do Ibre e da Secretaria da Fazenda, com quem pude aprender e compartilhar conhecimentos. Então, certamente estou sendo injusta com algumas pessoas por não as mencionar, mas só o fato de estar aqui acho que me faz ser agradecida a todas elas.

Fico à disposição da Comissão para as perguntas.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Passo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, que relatará *ad hoc.*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ilustre indicada Vilma da Conceição Pinto, eu quero dizer que recebo com muita honra a missão de referendar o relatório e o parecer do Senador Tasso Jereissati não apenas pelos dotes como político, como homem público, mas como meu amigo e patrício, patrício no sentido da origem: não chega a ser um califa, como é o nosso Presidente, mas tem o seu califado também.

E peço permissão, Sr. Presidente: como boa parte do parecer contém exatamente as informações curriculares e biográficas da indicada, eu faço questão de ler apenas três pequenos parágrafos.

Portanto, a Sra. Vilma da Conceição Pinto atende aos requisitos formais previstos no art. 383, inciso I, do Regimento Interno. Tem perfil acadêmico e profissional que, sem dúvida, a credencia ao cargo de diretora da IFI e também atende aos demais requisitos previstos no regimento.

Impende assinalar que a IFI é importante órgão, já consagrado pela qualidade de seus trabalhos – e não estou dizendo isso por nenhuma pressão do chefe da instituição, que está aqui ao meu lado; estou dizendo isso espontânea e livremente, junto com o Senador Jereissati – não só entre os diversos agentes econômicos responsáveis pelo funcionamento da economia, como nos meios acadêmicos.

A indicada certamente contribuirá no desenvolvimento das relevantes atribuições dessa instituição. Portanto, concluímos – e faço minhas as palavras do Senador Tasso Jereissati – que o nome de Vilma da Conceição Pinto está em condições de ser votado nesta Comissão para ocupar o cargo de Diretora da Instituição Fiscal Independente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao concluir, Sr. Presidente, eu não posso deixar de estender o meu orgulho pessoal por participar deste momento da sua vida profissional, acadêmica e técnica e dizer que, sem dúvida alguma, nós confiamos nos bons serviços que a IFI continuará a prestar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Senador Esperidião Amim.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Caio Galdi, para que ele possa... Já estamos no fim da reunião, o Relator é o Senador Vanderlan. Peço que faça uma explanação a respeito do seu currículo; logo depois, ele poderá ir direto ao resumo do voto e do relatório.

Fernando Galdi.

**O SR. FERNANDO CAIO GALDI** (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Exmo. Sr. Senador Vanderlan Cardoso, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e Relator do processo que trata de minha indicação para o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários; Exmos. Senadores e Exmas. Senadoras, boa noite.

Agradeço a Deus a oportunidade de ser sabatinado pelo Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode relaxar um pouco. Vou mandar abrir o painel.

Abra o painel, por favor, para ele ficar mais solto aí. Pode abrir o painel de votação, porque todos estão esperando.

Você vai falando. Quando abrir, você estará eleito. Aí, você vai relaxar mais ainda. Pode continuar.

**O SR. FERNANDO CAIO GALDI** – Obrigado.

É uma enorme honra receber a indicação para o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, autarquia federal que exerce papel fundamental para ajudar no desenvolvimento econômico de nosso País.

Em respeito ao tempo de V. Exas. e ao adiantado da hora, serei breve na minha exposição.

Acredito reunir a experiência profissional, formação técnica adequada e espírito público esperados para o exercício do cargo para o qual fui indicado. Nesse sentido, gostaria de destacar, de maneira sucinta, alguns pontos de minha formação acadêmica e trajetória profissional que considero de relevância para a avaliação da indicação de meu nome por esta Comissão.

Ao longo dos últimos 17 anos, grande parte de minha experiência profissional e acadêmica tem relação direta com as áreas de atuação da Comissão de Valores Mobiliários. Sou doutor em Controladoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, tendo passado um período de pós-doutoramento na Universidade do Arkansas, nos Estados Unidos. Também me formei no curso de Operador de Mercado Financeiro pela Fundação Instituto de Administração e cursei um programa intensivo de empreendedorismo na Universidade Califórnia, Berkeley. Possuo certificação de Gestor de Recursos pela Anbima e, atualmente, curso pós-graduação em Direito Societário e Mercado de Capitais na Fundação Getulio Vargas.

Tenho atuado, há mais de 15 anos, na docência e pesquisa, ministrando aulas em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, além de ser editor associado da revista científica *Brazilian Business Review* e pesquisador CNPq nível 2. Minhas pesquisas têm sido publicadas em periódicos internacionais e nacionais e incluem assuntos relacionados diretamente ao mercado de capitais. São 52 artigos científicos publicados, além de ser coautor de dois livros e de ter participado como autor convidado em 12 capítulos de livros.

Paralelamente à minha atuação acadêmica, minha experiência profissional também está alinhada ao escopo de atuação da CVM. Fui cofundador e atuei como gerente e diretor de uma gestora de recursos independente, tendo a oportunidade de vivenciar diversas etapas de atendimento à regulação de *compliance* e às normas da CVM e da Anbima.

Minha experiência profissional também inclui a atuação como membro do Comitê de Auditoria em instituição financeira, listado em bolsa, sob regulação do Banco Central e da CVM. O Comitê de Auditoria exerce papel de monitoramento e controle de temas relacionados aos controles internos, auditoria independente, ouvidoria e divulgação de informações ao mercado. Também possuo experiência de atuação como testemunha técnica na Câmara de Arbitragem da Bolsa e como membro do Conselho Superior da Câmara de Arbitragem Cindes/Findes, além de ter participado como parecerista técnico em diversos casos envolvendo questões de contabilidade societária e mercado de capitais.

Acredito, portanto, reunir os atributos para poder contribuir com a missão da CVM de desenvolver, regular e fiscalizar o mercado de valores mobiliários no Brasil. Um mercado de capitais desenvolvido e confiável, no qual os investidores, em especial os investidores individuais, se sintam protegidos é uma das engrenagens fundamentais para o crescimento sustentável da economia, com a alocação eficiente de recursos e geração de renda. Neste contexto, a CVM tem o dever de zelar para que o mercado de valores mobiliários funcione de maneira justa e equitativa, agindo de maneira assertiva para que não sejam criadas condições artificiais de demanda ou oferta de valores mobiliários, manipulação de preço, realização de operações fraudulentas e uso de práticas não equitativas.

Caso tenha a minha indicação aprovada por V. Exas., não medirei esforços e trabalharei orientado pelo dever de informar e proteger os investidores, facilitar o acesso ao capital pelas empresas brasileiras, fazer cumprir a legislação sobre o mercado de capitais e títulos de valores mobiliários, além de buscar contribuir positivamente com a regulamentação no mercado de capitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico à disposição para responder as perguntas de V. Exas.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, estão todos eleitos. Dra. Fernanda Magalhães teve 16 votos; o Alexandre, 17; O Otto Lobo, 17; o Fernando, 16; e a Vilma, 17. Todos foram contemplados aqui.

Senador Vanderlan, para o seu relatório.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu quero parabenizar a Fernanda, o Alexandre, o Otto, o Fernando Caio Galdi e a Vilma da Conceição, por essa aprovação maciça dos nomes de vocês. Quero parabenizá-los.

Quero cumprimentar aqui, Sr. Presidente, o Felipe Salto, que sempre nos atendeu, nos auxiliou em tudo que é pedido ao IFI. O Felipe sempre nos atendeu aqui no Senado Federal, e ele falou de uma maneira, Vilma, tão carinhosa a seu respeito, da sua competência, que temos certeza de que nós vamos ser muito contemplados também com essa indicação sua, e a aprovação do seu nome. Parabéns!

Fernando, o seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica adequadas do indicado. Fica, assim, esta Comissão em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Fernando Caio Galdi, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Em virtude da natureza da matéria, essas eram as considerações relevantes a apresentar neste relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Quero parabenizar todos.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, pela ordem, Senador.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Eu tenho uma pergunta a fazer ao Fernando. Posso fazer agora ou o senhor vai...?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode fazer.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Pela ordem.) – Primeiro, Fernando, obrigado por este livro. Você é um dos colaboradores aqui: A*gronegócio sem fronteiras – temas atuais de gestão, financiamento e tributação*. É um tema de que eu gosto muito. Obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha pergunta para você, Fernando: como as pequenas e médias empresas podem se beneficiar do acesso ao mercado de capitais?

**O SR. FERNANDO CAIO GALDI** (Para expor.) – Alô?

Obrigado pela pergunta, Senador Vanderlan.

Bom, o mercado de capitais tem muito a contribuir para as pequenas e médias empresas, sem dúvida alguma. Normalmente é visto pelo público em geral que o mercado de capitais só é acessado pelas grandes empresas, empresas listadas em bolsa, mas, nos últimos anos, por conta do desenvolvimento da tecnologia, já existem mecanismos para que empresas em estágio inicial, por exemplo, *startups*, consigam acessar o mercado de capitais por meio do que a gente chama de plataforma de investimento participativo. E também está sendo sedimentada uma regulamentação e uma legislação cada vez mais atual – e aqui no Brasil há a MP 1.040, recente, que está tratando sobre o conceito de Nota Comercial, que justamente é um título de dívida que poderia ou poderá ser emitido por empresas limitadas, porque normalmente pequenas e médias empresas têm esse tipo societário, para acessar o mercado de capitais. Então, com o uso da tecnologia, a inovação na legislação, a inovação na regulação da CVM, o mercado de capitais tem, sem dúvida alguma, muito a contribuir para o crescimento das pequenas e médias empresas e para o crescimento do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria parabenizar todos, a começar pela Dra. Fernanda Magalhães. Parabéns! Nenhuma pessoa alcança um cargo dessa natureza sem ter conhecimento, sem fazer uma carreira profissional. Eu creio que V. Sa. vai prestar grandes serviços ao Banco Central. O Presidente do Banco Central também é merecedor do nosso respeito, nossa consideração, e esse trabalho do Banco Central é fundamental neste momento em que estamos vivendo uma crise de saúde pública muito grave, uma pandemia muito grave, que abala a economia.

Quero também saudar a Dra. Vilma Conceição Pinto, de uma indicação que eu fiz aqui para o IFI, que me orgulha muito, Vilma, pela sua capacidade, pelo seu currículo, pelo seu trabalho. Você chega aqui por meritocracia, você merece estar aqui sentada ao nosso lado e vai contribuir muito com o IFI, presidido pelo Felipe Salto. Por mérito é muito bom alcançar os cargos, como todos que estão aqui.

E vou me referir agora aos homens, ao Otto Eduardo Lobo, meu xará, boa sorte para você! Ao nosso Fernando Galdi, que não é o pintor, mas é o homem dos valores mobiliários, e, por último, ao nosso Alexandre Macedo, que foi o primeiro, e vou saudá-lo por último, desejando a todos um bom trabalho em favor do Brasil, para que nós possamos atravessar este momento difícil, mas que, tranquilamente, dá para ser superado na vida nacional que estamos vivendo, com trabalho, com dedicação e, sobretudo, com espírito público. Quando eu falo em espírito público é a defesa do Erário, defesa dos interesses do Brasil, da nossa economia. E que o País possa, a partir de um novo momento, gerar emprego e renda para a população, que vive um momento dramático com o desemprego chegando a quase 15%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre sou um crítico da economia dos economistas que são, sobretudo, oriundos de bancos privados, porque eles sempre se sustentam em quatro indicadores, Vanderlan: se o juro está controlado, se a bolsa está subindo, se a inflação está controlada, e o outro indicador... Inflação, juros, não é? E bolsa, juros e inflação: estão controlados, está tudo bem. E o dinheiro não circula para quem produz, como é o seu caso, que emprega muitas pessoas, e para quem tem direito a salário para comprar aquilo que você produz.

Então, eu acho que é uma coisa até antiga. Os romanos diziam que o Estado só avançava quando o dinheiro circulava na mão de quem produz e quem consome. Então, eu acho que a economia agora tem a condição de, se livrando da pandemia, ter esse dinheiro circulando, diminuir o depósito compulsório, os recursos empoçados. Como você falou aí, sobre a pequena e a microempresa, circular esses recursos para que o Brasil possa voltar ao desenvolvimento econômico e, consequentemente, uma situação mais favorável do que a que nós estamos vivendo agora.

Portanto, eu quero agradecer a presença de todos e encerrar a reunião, desejando boa sorte a todos vocês.

Está encerrada a reunião.

Antes disso, temos que colocar em votação as Atas da 4ª e da 5ª Reuniões, não é? A 4ª Reunião me traz uma lembrança muito forte. Nessa 4ª Reunião que eu presidi aqui, o projeto relatado me deixa muita saudade, até muita emoção. Ele foi relatado pelo Senador Major Olimpio, em benefício do Estado de São Paulo, uma coisa que beneficiou muito a capital do Estado de São Paulo. Ele relatou naquela cadeira ali e, depois, infelizmente, ele foi tragado pela Covid-19 e fez uma falta muito grande ao Senado Federal. Eu aproveito até para fazer essa homenagem póstuma ao Senador Major Olimpio e coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam as Atas da 4ª e da 5ª Reuniões permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 18 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezoito minutos do dia treze de julho do ano de dois mil e vinte e um, na sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Eduardo Braga, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Lasier Martins, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Marcos Rogério, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, José Serra, Reguffe, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Giordano, Otto Alencar, Omar Aziz, Irajá, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Fernando Collor e Leila Barros. Deixam de comparecer os (as) demais Senadores (as). A presidência declara aberta a reunião, dando início à apreciação da pauta. **Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 3/2021-CN ("dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências"), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**. O Presidente concede a palavra ao relator das emendas, senador Nelsinho Trad, que faz a leitura do relatório. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, com o encaminhamento das seguintes emendas ao PLN nº 3/2021-CN: **Emenda nº 1 –** Programa: 2212 – Melhoria do ambiente de negócios e da produtividade / Ação: 210E – Promoção do desenvolvimento industrial / Produto (Unidade de Medida): Iniciativa implementada / Acréscimo de Meta: 40 (quarenta); **Emenda nº 2 –** Programa: 2212 – Melhoria do ambiente de negócios e da produtividade / Ação: 210C – Promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas, microempreendedor individual, potencial empreendedor e artesanato / Produto (Unidade de Medida): Empresa apoiada / Acréscimo de Meta: 20.000 (vinte mil); **Emenda nº 3 –** Programa: 2212 – Melhoria do ambiente de negócios e da produtividade / Ação: 210D – Fomento à inovação e às tecnologias inovadoras / Produto (Unidade de Medida): Iniciativa implementada / Acréscimo de Meta: 1000 (mil); **Emenda nº 4 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, art. 20; **Emenda nº 5 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, art. 20; **Emenda nº 6 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap II, art. 4º; **Emenda nº 7 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, art. 22; **Emenda nº 8 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, art. 22; **Emenda nº 9 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, art. 79, Inciso I; **Emenda nº 10 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção III, art. 78, Inciso XI; **Emenda nº 11 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo III, Seção III, Inciso X; **Emenda nº 12 –** Tipo: Modificativa / Referência: Corpo da Lei, Cap II, art. 4; **Emenda nº 13 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo III, Seção III, Inciso X; **Emenda nº 14 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo III, Seção III, Inciso X; **Emenda nº 15 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap VIII, Art. 121, § 2º; **Emenda nº 16 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo III, Seção III, Inciso X; **Emenda nº 17 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXIV; **Emenda nº 18 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo III; **Emenda nº 19 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap VII, Seção I, Art. 108; **Emenda nº 20 –** Tipo: Aditiva / Referência:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anexo III, Seção I, Inciso LXIV; **Emenda nº 21 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXIV; **Emenda nº 22 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXIV; **Emenda nº 23 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo II, Inciso XIV; Alínea c; **Emenda nº 24 –** Tipo: Substitutiva / Referência: Anexo III; **Emenda nº 25 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo III; **Emenda nº 26 –** Tipo: Modificativa / Referência: Corpo da Lei, Cap VIII, Art. 121, Inciso VI; **Emenda nº 27 –** Tipo: Aditiva / Referência: Anexo II, Inciso IV; **Emenda nº 28 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art. 22; **Emenda nº 29 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção III, Art. 78, Inciso XI; e **Emenda nº 30 –** Tipo: Aditiva / Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art. 22. Antes de encerrar os trabalhos, a ata é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos. A presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

**Senador Vanderlan Cardoso**
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos no exercício da Presidência

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. PSD - GO. Fala da Presidência.) – Com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta reunião se destina à discussão e votação das emendas desta Comissão ao PLN nº 3/2021, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências", a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator designado: Senador Nelsinho Trad.

Eu queria esclarecer a esta Comissão que o relatório preliminar foi apresentado ontem e o tempo para a reunião receber as emendas foi muito curto e que, agora, nos últimos instantes, chegaram muitas emendas ao Relator, o Senador Nelsinho Trad, para que ele analise.

Então, eu queria abrir a palavra aos Senadores que estão presentes. Estou vendo aqui o Senador Nelsinho Trad na tela. Se já estiver pronto o relatório, Senador Nelsinho... O.k.?

Este é o meu Líder, o Senador Nelsinho Trad, rápido como um foguete – são 50 emendas.

Mas antes de passar a palavra ao nosso Relator, eu quero aqui me manifestar pela recuperação – e pedindo a Deus – do nosso Líder, o nosso Presidente da CAE, o Senador Otto, para que se restabeleça o mais rápido possível. É muito bom vê-lo aqui na condução, não é, Senadores e Senadoras que estão aí participando desta reunião? – ver o Senador Otto aqui nos dirigindo.

O Relator designado é o Senador Nelsinho. Foram apresentadas 50 emendas a esta Comissão, sendo 23 de meta e 27 de texto.

Com a palavra o Relator das emendas, o Senador Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, é um prazer receber a honra desta relatoria. Gostaria de agradecer, em especial, ao nosso Líder, sempre Líder, Otto Alencar, que está se recuperando dessa terrível doença e, com certeza, vai ficar muito bom, melhor do que já é.

Quero dizer a todos o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto Lei 3, de 2021, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 3, de 2021-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 (LDO 2022) compreenderá:

I – as metas e as prioridades da administração pública federal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – a estrutura e a organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União;

IV – as disposições relativas às transferências;

V – as disposições relativas à dívida pública federal;

VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, aos empregados e aos seus dependentes;

VII – a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento;

VIII – as disposições relativas à adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação;

IX – as disposições relativas à fiscalização pelo Poder Legislativo e às obras e aos serviços com indícios de irregularidades graves;

X – as disposições relativas à transparência; e

XI – as disposições finais.

De acordo com as normas de tramitação do projeto, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CAE tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2022: a) Texto do Projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2022; d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; e) Anexo IV.1. – Anexo de Metas Fiscais; e f) Anexo IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Não há limite ao número de emendas de texto.

O Anexo de Prioridades e Metas será elaborado por meio de emendas de inclusão de ação orçamentária e respectiva meta. A apresentação de emenda para inclusão de ações no Anexo de Prioridades e Metas deve observar o limite de três emendas por Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional.

Encontra-se em análise, por esta Comissão, 50 propostas de emendas apresentadas por vários Senadores, entre eles: Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Otto Alencar, Paulo Paim, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre tais propostas, 27 são propostas de emendas de texto e 23 relativas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Esse é o relatório, caro Senador Vanderlan Cardoso, que preside esta reunião.

Quanto à análise, as emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, em momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as emendas de texto (1 a 27), assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022:

a) Emenda 15, na ação 210E – Promoção do Desenvolvimento Industrial, do Senador Omar Aziz, que engloba as Emendas 8 (Senador Nelsinho Trad), 20 Senadora Kátia Abreu) e 21 (Senador Jean Paul Prates);

b) Emenda 5, na ação 210C – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato, do Senador Irajá, que engloba as Emendas 7 (Senador Nelsinho Trad), 2 (Senador Omar Aziz), 12 (Senador Paulo Paim), 17 (Senador Vanderlan Cardoso),19 (Senadora Kátia Abreu) e 22 (Senador Jean Paul Prates); e

c) Emenda 3, na ação 210D – Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras, do Senador Luiz do Carmo, que engloba as Emendas 6 (Senador Irajá), 10 (Senador Nelsinho Trad) e 11 (Senador Paulo Paim).

Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, em 13 de julho de 2021.

Relator, Senador Nelsinho.

É isso, nobre Presidente Vanderlan Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

As emendas estão em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Emendas nºs 15, 5 e 3, de meta, e nºs de 1 a 27, de texto, renumeradas como Emendas nºs 1 a 30, CAE, estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sr. Relator, Nelsinho, antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e nove minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, Esperidião Amin, José Aníbal, Reguffe, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Telmário Mota, Leila Barros, Acir Gurgacz, Izalci Lucas e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Omar Aziz, Irajá, Marcos Rogério, Fernando Collor, Alessandro Vieira e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4199, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar); altera as Leis nºs 5.474, de 18 de julho de 1968, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e revoga o Decreto do Poder Legislativo nº 123, de 11 de novembro de 1892, e o Decreto-Lei nº 2.784, de 20 de novembro de 1940, e dispositivos da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e das Leis nºs 6.458, de 1º de novembro de 1977, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.483, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, 12.599, de 23 de março de 2012, 12.815, de 5 de junho de 2013 e 13.848, de 25 de junho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3129, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Cria estímulos para a navegação no Brasil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 421, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Revoga os incisos II e III do art. 6º da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências, para desonerar a navegação de cabotagem." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 423, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Isenta de tributos a importação de embarcações, máquinas para leme de embarcações e hélices de embarcações e suas pás, bem como altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para isentar os adubos (fertilizantes) do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2948, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, para eliminar restrições ao afretamento e à aquisição de embarcações para uso na navegação brasileira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 422, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, e a Lei nº 10.233, de 5 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências, para modernizar o controle do tráfego marítimo no acesso às instalações portuárias." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2835, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o Anexo III da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para reduzir a taxa de emissão de certificado de homologação de tipo de avião, helicóptero, dirigível e balão." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), por 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8/2021, ficam dispensadas, na apreciação das matérias, a apresentação de redação para o turno suplementar, bem como suas respectivas fases de emendamento e votação. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2920, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 7.797, de 10 de julho de 1989, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, para repassar aos Municípios e ao Distrito Federal 20% (vinte por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), por 15 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, ficando prejudicados o projeto e a Emenda nº 1-CMA. **Observação:** Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8/2021, ficam dispensadas, na apreciação das matérias, a apresentação de redação para o turno suplementar, bem como suas respectivas fases de emendamento e votação. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1905, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 64, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 20, de 2021** que: "Requer que o Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, proceda à devolução da Medida Provisória nº 1.065, de 2021, que "Dispõe sobre a exploração do serviço de transporte ferroviário, o trânsito e o transporte ferroviários e as atividades desempenhadas pelas administradoras ferroviárias e pelos operadores ferroviários independentes, institui o Programa de Autorizações Ferroviárias, e dá outras providências", ao Poder Executivo." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Em reunião realizada nesta data, colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 20/2021-CAE. Usam da palavra os Senadores Nelsinho Trad, Kátia Abreu, Carlos Viana, Jean Paul Prates, Plinio Valério, Oriovisto Guimarães, Zequinha Marinho, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Lasier Martins, José Aníbal, Tasso Jereissati, Leila Barros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington Fagundes e Jayme Campos. O Senador Esperidião Amin enfatizou sobre a Medida Provisória nº 678, durante o processo de votação nominal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Otto Alencar**

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/31

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de matérias.

Não temos ainda quórum para deliberação.

Aproveito a presença do meu Líder, o Senador Nelsinho Trad, que é Relator de uma matéria superimportante e que ele já vem discutindo, como é próprio do trabalho do Senador Nelson Trad, da maneira de conduzir as relatorias da sua responsabilidade, com vários segmentos interessados no projeto BR do Mar. É sobre a navegação de cabotagem e estabelece critérios mais contemporâneos, dando condições para que esse tipo de navegação possa inclusive colaborar, diminuindo as cargas de tantas rodovias no Brasil, que tem poucas ferrovias. Hoje existem grandes dificuldades com os portos, e isso pode,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perfeitamente, avançar bastante. Então, o Senador Nelson já discutiu, já fez reuniões, já acolheu emendas de vários Senadores no sentido do aperfeiçoamento dessa matéria.

Ele está presente, e eu gostaria de passar a palavra a ele para que ele pudesse colocar as suas razões, até porque parece-me que ele vai discutir mais para aperfeiçoar o projeto do qual ele é Relator.

Senador Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Pela ordem.) – Presidente Otto Alencar, é um prazer estar participando desta reunião sob o seu comando, o que para nós causa uma satisfação muito grande.

É apenas para lhe informar que o relatório se encontra quase pronto, 90% já estão devidamente construídos e pacificados. Estão faltando alguns detalhes, porque, no nosso entendimento, um projeto polêmico como esse precisa ter esses ajustes para que a gente possa, de uma maneira mais tranquila, fazê-lo lido, debatido e votado nesta Comissão.

De tal sorte que eu solicito, diante dos termos regimentais, que V. Exa. possa retirá-lo de pauta hoje e colocá-lo na próxima sessão ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos. Até lá já vão estar devidamente equacionadas essas questões. Era essa a solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Nelson Trad. Eu acolho a solicitação de V. Exa.

Está retirado de pauta e será pautado na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que não será dia 7 de setembro, pelo feriado. Então, fica para o dia 14 de setembro, quando nós vamos apreciar essa matéria.

Pede a palavra, pelo sistema remoto, a nobre Senadora Kátia Abreu, a quem eu passo a palavra.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, colegas Senadores e Senadoras!

Está me ouvindo, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Estou ouvindo.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada.

Bom dia, Nelsinho Trad e todos que nos acompanham.

Eu "levantei a mão", Sr. Presidente, por precaução, caso hoje fosse lido o relatório. Na verdade, eu não conheço o conteúdo do relatório ainda. Eu sei da competência, da eficiência do Senador Nelsinho Trad, mas eu tenho duas emendas fundamentais que são pilares desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, o meu projeto de lei foi protocolado muito antes dessa MP. É costume dos Governos passarem por cima dos Senadores e publicarem medidas provisórias sem considerar os projetos em tramitação. É uma matéria que eu estudo – modestamente, não sou especialista – profundamente há mais de dez anos na minha vida. E o Governo se recusa a acatar pontos importantíssimos que, na verdade, irão modernizar a cabotagem no País. O Nelsinho Trad tem conhecimento desses pontos, já foram colocados para a sua assessoria. E, caso hoje fosse lido, eu iria pedir vista do projeto para entendê-lo melhor e ter a convicção de que as emendas que, na verdade, significam o meu projeto de lei foram contempladas.

Mas eu ainda não tenho oportunidade, vou esperar mais uma semana para o Senador Nelsinho Trad apresentar o seu relatório.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela ordem, o Senador Carlos Viana.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Primeiramente, o meu bom-dia a todos que nos assistem, senhoras e senhores que acompanham a TV Senado e a nossa rádio.

Em segundo, mas não menos importante, dar a V. Exa. os nossos parabéns agora presencialmente pelo *cumpleaños* que nós tivemos recente. Pedi que Deus abençoe com saúde o senhor e a sua família. É um grande companheiro aqui no Senado.

Quero também, Sr. Presidente Otto Alencar da nossa Comissão, reforçar aqui o pedido do Senador Nelsinho Trad, também pelo Governo, de adiamento da leitura, uma vez que, entre os dois ministérios, ainda existem pontos – da Infraestrutura e da Economia – que precisam ser finalizados.

Naturalmente – nesses últimos meses o assunto vem, no Brasil, gerando uma grande discussão – há contribuições que serão trazidas ao projeto e que, tenho certeza, o Relator irá analisar com atenção. Quando estiver pronto, nós da Liderança vamos encaminhar, para que a gente possa entregar ao Brasil, ao nosso País, um sistema de cabotagem, essa BR do Mar, tão avançado quanto os países hoje já desenvolvidos. Então reforço aqui o pedido de adiamento da leitura do relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, nobre Senador Carlos Viana. Nós já acertamos aqui para apreciar essa matéria no dia 14 de setembro, dando um prazo para que possam discutir, reestudar e fazer um relatório que atenda, realmente com modernização, a cabotagem.

Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Senadora Kátia com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Apenas para complementar o que disse o Senador Carlos Viana: eu acompanho essa matéria já desde 2019; na verdade, no meu modo de imaginar e do que eu conheço dessa matéria, ela não tem e não terá tão cedo um acordo entre o Ministério da Infraestrutura e o da Economia. E eu devo confessar que o Ministério da Economia tem todas as razões para não concordar com esse texto, pois, na verdade, o texto principal da medida provisória não permite a abertura da cabotagem no País, não permite o que nós pretendemos – como também quer a economia e que é coincidente com o meu pensamento –, em que há anos nós estamos trabalhando.

Quando nós aprovamos o projeto de lei de abertura dos portos, permitindo o porto privado misto em 2012, Sr. Presidente, já naquela época nós gostaríamos de ter feito as duas matérias juntas, tanto a abertura dos portos como também o sistema de cabotagem, a modernização da cabotagem no País. Eram duas matérias muito densas, muito complexas, muito importantes. À época, decidiu-se apenas aprovar os portos.

De lá para cá, Sr. Presidente, a partir dessa medida provisória – e eu modestamente fui uma das lutadoras por ela desde então –, mais da metade da carga escoada hoje no eixo Arco Norte está toda em função dos portos novos, de 2012 para cá, os portos privados mistos. Na verdade, um grande cartel do porto público não permitia que os empreendedores pudessem ter portos no Brasil. E, com o texto da BR do Mar – discuti inúmeras vezes com o Ministro da Infraestrutura –, esse projeto, essa cabotagem não ficará de pé, não se modernizará, e como veio do Governo continuará sendo uma das mais caras do Brasil. Eu peço muito a reflexão do Relator Nelsinho Trad. É pacificado em todo o empreendedorismo do País que a forma como a BR do Mar veio não atende às necessidades do País, sob hipótese alguma.

Mais uma vez, eu quero reiterar que o Ministério da Economia, os técnicos do Ministério da Economia estão, ao meu ver, corretíssimos com relação a essa matéria.

Muito obrigada.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço à Senadora Kátia Abreu e passo a palavra ao Senador Carlos Viana.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Apenas para complementar, a preocupação da Senadora Kátia Abreu – que é a nossa e é de todos aqueles que têm acompanhado o assunto no País –, para que o nosso Relator e colega Nelsinho Trad possa entender, eu vou falar, por exemplo, de um caso específico, que é a questão da exportação de minério de ferro.

Constantemente aqui chegam empresas, por meio de embaixadas, buscando contratos de compra de minério de ferro para fugir do oligopólio que virou a China hoje, lá, com a questão da Vale e o minério sendo vendido apenas em poucos pontos, assim como é com o café e outras *commodities* – você tem aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que compram uma grande quantidade e que depois fazem o mercado respeitar o preço que querem. Então, há grandes siderúrgicas chinesas, siderúrgicas de outros países que vêm buscar o minério de ferro no Brasil.

Quando nós temos a mina disponível para fornecer o minério, Senador Nelsinho Trad, senhoras e senhores, Senador Jean Paul, que acabou de chegar, nós não temos como levar o minério para o porto, porque os contratos das ferrovias que podem ser usadas para tornar a exportação mais em conta foram entregues antecipadamente, inclusive à própria mineradora Vale. Quer dizer, ela tem o negócio dela, em compensação ela vai agigantando e impedindo outros. Você não tem como levar de caminhão. Quando você consegue o contrato por uma ferrovia para entregar o minério no mar, na beirada, para você embarcar, você hoje não tem no Brasil janelas portuárias. Os navios maiores, que eles chamam de Panamá, hoje não conseguem, nos portos brasileiros, Senador Otto, que têm disponibilidade para ancoragem e atracação desses navios Panamá, janela portuária; estão todas elas já contratadas. Daí a importância em tornar esse mercado mais dinâmico, em mudar essas regras, para que os exportadores tenham mais disponibilidade.

Nós já temos portos privados vindo em grande quantidade, mas nós temos que mudar essas regras, porque, de toda maneira, o setor de exportação brasileiro precisa crescer, mas ele encontra dificuldades na hora de embarcar essas mercadorias. Ou você respeita e paga o preço que já está posto no mercado ou, então, você está fora dele e não consegue fazer as compras. Daí a importância desse projeto de cabotagem, que pode tornar a nossa economia, a nossa exportação muito mais dinâmica.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Obrigado, nobre Senador Carlos Viana.

Antes de passar aqui às matérias, houve um pedido de retirada de pauta aqui do item 4, que é de autoria da Senadora Rose de Freitas. O Senador Angelo Coronel, Relator, pede a retirada de pauta. Então, retirado de pauta o BR do Mar e esse item 4 também, que é não terminativo.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI N° 4199, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar); altera as Leis nºs 5.474, de 18 de julho de 1968, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e revoga o Decreto do Poder Legislativo nº 123, de 11 de novembro de 1892, e o Decreto-Lei nº 2.784, de 20 de novembro de 1940, e dispositivos da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e das Leis nºs 6.458, de 1º de novembro de 1977,*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.483, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, 12.599, de 23 de março de 2012, 12.815, de 5 de junho de 2013 e 13.848, de 25 de junho de 2019.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatório:** Não apresentado

**Observações:** *Foram apresentadas 43 emendas ao PL 4199/2020, 1 emenda ao PLS 421/2014, 3 emendas ao PLS 423/2014, 11 emendas ao PL 2948/2019 e 8 emendas ao PLS 422/2014*

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI N° 1905, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações.*

**Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

**Relatoria:** Senador Angelo Coronel

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Observações:** *A matéria será apreciada pela CTFC, em decisão terminativa*

Antes de iniciar, eu queria apenas fazer uma observação que me parece necessária, em resposta ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, quando aqui ele esteve na reunião da Comissão Temporária da Covid-19 e, de alguma forma, fez uma crítica muito ácida aqui ao Senado Federal, inclusive tentou até atingir o Presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, quando ele disse que a CPI havia puxado o Presidente Rodrigo Pacheco para impedir o funcionamento e a tramitação das matérias, o que não é verdade, sobretudo da matéria que ele encaminhou para o Congresso Nacional e que tramita ainda na Câmara dos Deputados, que é, na verdade, a reforma tributária. Iniciou com aquela fusão do PIS/Cofins, que está lá ainda sem apreciação, sem deliberação, depois a questão do Imposto de Renda, das modificações, do imposto sobre lucros e dividendos, que ainda não encontrou um relatório que pudesse ser apreciado e aprovado na Câmara dos Deputados.

O Senado tem votado, na minha opinião, todas as matérias de interesse do País – o Presidente Rodrigo Pacheco as tem colocado –, tem funcionado, mesmo no sistema remoto. Aqui nós apreciamos várias matérias importantes, e o Ministro diz algumas coisas que... Não tem nenhuma razão de estar se dirigindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Senado Federal dessa forma, sobretudo quando o Instituto Fiscal Independente, que, por ser independente, opina de acordo com as suas atribuições, funciona aqui como consultoria de todos nós, seus vários técnicos renomados comandados pelo Dr. Felipe Salto. Eles têm mandato conferido, têm autonomia para trabalhar e opinar a respeito de temas sobretudo no que tange a ajuste fiscal, teto dos gastos, matérias que, no dia a dia, são caras ao Congresso Nacional e ao Brasil.

Desde 2016, foi estabelecido o teto dos gastos. Eu votei a favor desse teto do gasto, embora, na época, fosse Senador independente, porque achava que teria que conter a gastança que existia naquele tempo para, de alguma forma, dar estabilidade fiscal ao País.

O Ministro parece desconhecer essa autonomia do Instituto Fiscal Independente. Em março, ele fez uma ampla explanação a respeito do Senado Federal. Diversos Senadores se manifestaram, defendendo aqui a autonomia do Senado Federal. E o que se vê é a repetição permanente do Ministro, quase fazendo uma militância política, diante de um Poder que é um Poder independente... Ele pode falar pelo Ministério da Economia, se manifestar representando o Poder Executivo, mas não colocando na conta do Senado Federal matérias que, como ele falou, são bombas, dizer que o Senado está produzindo bombas. O Senado nunca produziu bombas. Não partiu daqui nenhuma bomba que pudesse prejudicar as finanças do Governo. Não vejo nenhuma dessas bombas.

O que está acontecendo na verdade é que o Governo Federal busca uma saída para não pagar os precatórios, que são de natureza de recebimentos normais, de acordo com a lei. O que o Governo Federal não quer é pagar os precatórios do Fundeb devidos aos Estados. Os Estados têm o direito de receber aquilo que realmente a lei e a decisão do Supremo Tribunal Federal deram. O que o Ministro quer é não pagar, postergar o pagamento dos precatórios, está querendo parcelar precatórios, e parcelamento de precatório, parcelamento de dívida significa acumulo de dívida, e vai incidir sobre ela juros, enfim, aumentando esse volume das dívidas.

O que o Ministro tinha que fazer na verdade era tomar uma posição para resolver as questões principais da fragilidade fiscal do Brasil, não querer fazer um orçamento, inclusive, paralelo, aumentando a dívida pública, a dívida bruta da União, quando você vê que o Brasil, com seus indicadores econômicos, está fragilizado em todos os sentidos. Juros com tendência de alta – já estão em quase 6% os juros. Cada item, cada pontinho dos juros que sobe, cada 1% dos juros que sobe significa 40 bilhões a mais na dívida pública. Vou repetir: cada pontinho dos juros que sobe são 40 bilhões de aumento na dívida pública. Inflação da cesta básica atingindo um ponto altíssimo.

Eu tenho aqui os números que levantei; isso é muito grave – isso é muito grave –, é conta realmente para as pessoas tomarem conhecimento do que aconteceu. Por exemplo: aumento dos combustíveis, dolarizados, aumentam quase todos os dias, toda semana; aumento do feijão, este ano, 43% – o quilo do feijão está quase R$10 –; aumento do arroz, em torno de R$6; aumento do óleo de soja, era R$2,50 no início do ano – R$6. Então, os itens da cesta básica já tiveram uma inflação bem acima de dois dígitos, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele tem que dar uma explicação para isso. Quando ele fala, não vou nem falar, não vou nem estender ao Presidente da República, que, ao contrário de orientar a comprar o feijão, orientou a comprar rifle, como se o povo pobre, 104 milhões de brasileiros hoje, que estão recebendo, mensalmente, menos de R$450, pudessem, com R$400 por mês, comprar um rifle para atirar nas pessoas. É um desatino completo, totalmente fora da realidade.

A bolsa oscilando e sempre caindo, a dívida pública com viés de aumento, teve a queda, chegou, no final do ano passado, a 89,1, caiu para 85; está em viés de aumento, porque estão aumentando os juros, está tomando, vai aumentando a dívida pública, porque está tomando com juros mais altos. Os juros, com a projeção que nós temos, podem chegar, ao final do ano, a 8%, o que significa que vamos ter mais quatro pontinhos aí para multiplicar por 40 bilhões; serão mais 160 bilhões da dívida pública ao final do ano.

Todos os itens fragilizados, os principais itens da economia, todos eles fragilizados, e o Ministro não toma consciência. O que ele quer? Parcelar precatório e fazer um orçamento paralelo para financiar, no ano que vem, o Auxílio Brasil. Vamos fazer o financiamento do Auxílio Brasil dentro do teto dos gastos, cortando despesa, diminuindo a sangria que acontece permanentemente no custeio operacional da máquina pública.

Portanto, querer colocar na conta do Senado Federal, dizendo que o Senado fez pauta bomba? Absolutamente, eu rejeito isso. E aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, na minha cabeça, um Estado só avança quando ele gasta menos do que ele arrecada. Não está assim o Brasil; está com uma dívida alta, 85, 86 do PIB hoje, aumentando mais ainda, mas aqui, no Senado Federal, tudo o que vier para gastança será discutido com os Srs. Senadores e Senadoras para saber até onde vai e até onde é necessário aumentar dívida pública para custeio de atividades que não estão previstas no Orçamento da União este ano, tampouco estarão previstas no ano que vem, para deixar de pagar precatório aos Estados. E com esse parcelamento, e com esse calote nos Estados, sobretudo do Fundeb, pagar aqueles projetos que são meramente de interesse da reeleição do Presidente da República.

Não há projeto. O projeto é a reeleição do Presidente da República. Mesmo que o Brasil continue andando para o fundo do poço, interessa que se atenda às necessidades grupistas, setoriais e até pessoais do próprio Presidente da República.

Portanto, esta Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos, não vai, de jeito nenhum, se distanciar daquilo que significa uma coordenação fiscal responsável, para não aumentar despesas que o País já não suporta mais. Nós vemos hoje o que está acontecendo: fuga de capitais. O exportador que está vendendo para fora deixa o dólar lá fora. Mesmo com o aumento dos juros aqui, ele prefere ficar com o dólar lá fora, porque é muito mais seguro. Essa instabilidade fiscal é que está levando a essa situação toda!

Essa beligerância permanente, de dois anos e oito meses, do Governo Bolsonaro com os Poderes começou com o Congresso Nacional, foi para o Supremo Tribunal Federal. Já houve desarmonia em todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o País, quando, na minha opinião, na situação em que estamos vivendo, deveríamos ter um líder para harmonizar, com paz, segurança, entendimento, diálogo com Prefeitos e com Governadores. Como é que vinte e tantos Governadores pedem uma audiência com o Presidente da República, para encontrar uma saída, e é negada essa audiência? Todos os Presidentes da República, Senador Carlos, Senador Nelsinho, Senador Jean Paul Prates, tiveram esse diálogo! Tem que se ouvir o que está acontecendo lá na ponta, e não estabelecer que aquele que pensa diferente do Presidente da República do ponto de vista ideológico ou doutrinário é um inimigo do Brasil, quando não o é! A liberdade e a democracia dão toda a tranquilidade de termos o direito de pensar no que gostamos e no que acreditamos que é o caminho certo.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, quero apenas corroborar enfaticamente as suas palavras.

Nós vemos aí que o Governo entrou em um clima de tudo ou nada. Vai para o tudo ou nada e vai jogar a sociedade, como faz com o STF, como faz com os Governadores dos Estados, injustamente, inapropriadamente, porque é um termo genérico demais... Se você está descontente com um ou outro elemento, com uma ou outra decisão, Senador Carlos, expresse isso. Agora colocar a sociedade... Usar as suas redes sociais e o poder que o Governo tem, inclusive dinheiro público, para jogar a sociedade contra as instituições é golpismo mesmo, é golpismo barato!

O Governo, Senador Otto, não conversa com ninguém; essa é que é a verdade. Há muito tempo, nós temos essa reclamação aqui. Nós estamos votando coisas importantes. O Senado está fazendo trabalhos importantíssimos para o Estado brasileiro. Eu mesmo, como Relator desse projeto das ferrovias, disse isto desde o início: estou fazendo um projeto não para o Governo Bolsonaro, nem para o Governo Lula, nem para o Governo que virá depois, não, mas para o Estado brasileiro. No entanto, projetos de marco regulatório, projetos de reforma trabalhista, de reforma de direitos, exigem, clamam por debates, por diálogos com a sociedade. O Governo apresenta projetos, concebe ou recebe de *lobbies* projetos, proposições legais, legislativas, e nos envia isso por MP ou por projeto de lei, através de aliados da base, e quer celeridade, imediatamente imprime celeridade! E, como vem a Câmara sendo dominada pelo tal centrão, quando passam pela Câmara, Senador Carlos, pioram os projetos terrivelmente! Os projetos já são ruins, não dialogam com os Governadores, não dialogam com os setores, com os empresários, com os trabalhadores, com os sindicatos, com os usuários daqueles serviços. Criam projetos, na maior parte das vezes factoides, que acabam virando realidades muito ruins para o País, sem discussão nenhuma, sem plano de impacto.

Ainda ressoa aqui nesta Casa a tramitação da MP da Eletrobras, cujo estudo de avaliação da empresa ainda não ficou pronto: nós já autorizamos vender, como vender, e não sabemos quanto vale, nem como vai ser feita essa venda. Assim vai sendo feito... Não atabalhoadamente, porque isso não é inocente: isso é deliberado! Projetos que são concebidos no seio do Planalto, nas salas dos *lobbies* vêm para cá... Aliás, vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





para a Câmara primeiro, pioram terrivelmente, cravam "jabutis e jacarés" lá dentro – porque jabuti não morde; jacaré morde, ouviu, Senador Amin –, e depois vem para cá, e a gente se vê numa situação às vezes de ter que aprovar o projeto original achando bom, porque o projeto que vem da Câmara é tão piorado, é tão casuístico, é tão direcionado especificamente para grupos específicos, às vezes para Parlamentares específicos, e quando chegam aqui a gente se vê aliviado quando aprova um projeto. Quer dizer, isso é uma estratégia, isso não é uma coisa desastrada, não é uma coisa inocente: "Ah, o Governo não sabe preparar, não sabe trabalhar". Sabe muito bem.

Quando nos anos 90 se abriram setores de eletricidade, telecomunicações, petróleo – o Senador Otto se lembra disso –, Fernando Henrique teve a hombridade de trazer esses projetos em formato de lei e de fazer discussões aqui nas duas Casas, discussões longas, profundas, com especialistas, com impacto, e foram feitas abertura – aqui para nós – muito bem-sucedidas, algumas delas, garantindo as estatais, garantindo a formação de órgãos reguladores, e isso tem funcionado. Todavia, esta forma de fazer agora, atabalhoada – propositalmente atabalhoada –, para mim é "tapa na cara" todos os dias de cada um de nós aqui. Desculpem-me, mas é.

Para falar da reforma tributária, o Senador e Presidente Rodrigo Pacheco está, sim, há algum tempo, segundo consta, porque eu sou o Relator de um projeto justamente sobre este assunto da tabela de Imposto de Renda, da isenção, da distribuição de dividendos, da tributação de dividendos, é o PL 1.952, de 2019... Há um projeto aqui nesta Casa do Senador Eduardo Braga, se não me engano o autor, que já tinha feito todo o consenso com vários Senadores desta Casa, com o Senador Anastasia, o Senador Kajuru, o próprio Senador Otto, e esse projeto nós aguardamos a pedido do Governo e da Câmara, porque viria de lá o projeto da reforma tributária. Então, não é o Senado que está demorando absolutamente nada! Aliás, a minha proposta é de que, já que estão nos acusando de demorar, vamos levar o Projeto 1.952 para votar. Pronto, é o mesmo teor: é a tabela da isenção, os dividendos, a tributação dos dividendos, a redução do imposto da CSLL e aquele acordo com aquela analogia com a OCDE de reduzir impostos de pessoas jurídicas e aumentar Imposto de Renda sobre as pessoas físicas. É isso aí, vamos fazer isso. Se estão nos acusando de demorar, vamos agir.

Parabéns, Senador Otto!

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço.

Senador Plínio Valério, que pede a palavra já há algum tempo.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Senador Otto, quanto à minha palavra eu digo já qual era o assunto, mas primeiro é para dizer que eu assino embaixo de tudo que o senhor falou aí dessas críticas, nessa resposta ao sempre atrapalhado Paulo Guedes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também a celeridade que o senhor deu àquele projeto – com o qual o senhor concorda, tem um projeto igual –, para estudarmos se taxam ou não as grandes fortunas.

Mas o meu pedido, Senador Otto, é porque Manaus é uma hora a menos, e eu estou vendo a discussão, e vai se alongar, se for possível – se for possível – a gente inverter a pauta, o meu é o item 5, o projeto que eu vou relatar. Se eu pudesse relatar o quanto antes, porque Manaus, repito, é uma hora a menos, e a gente tem que ir para a rua, e é impossível não notar que se está na rua.

Se for possível, eu gostaria de relatar assim que me fosse dada a oportunidade. É um projeto de autoria do Senador Oriovisto. É o item 5 da pauta, eu acho, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Consulto se algum Senador tem objeção à proposta do Senador Plínio Valério de inversão da pauta, porque ele está em Manaus, tem um uma questão de fuso horário, para ele relatar aqui o item 5.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu acho que vou facilitar o trabalho pedindo vista desse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Desse projeto?

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – O projeto é o item 5, do Relator....

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Item 5. Uma dedução de...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – ... Plínio Valério.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) –

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 64, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR)

**Relatoria:** Senador Plínio Valério

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:** *A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto*

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, se for possível nos dar vista, a Bancada do PT pede.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Oriovisto quer falar. Com a palavra. Senador Oriovisto com a palavra.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, me ouve?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Ouço bem.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Está bem.

Sr. Presidente, primeiro, para pedir que o pedido de vista seja convertido em pedido de vista coletivo, para que nós tenhamos um retorno do processo o quanto antes. Segundo, para me congratular com o seu pronunciamento e também, como o Plínio Valério, assinar embaixo de tudo que o senhor disse e ainda agregar mais um fato. Também assinar embaixo em muito no que disse o nosso Senador que falou logo após o senhor...

Meu Deus do céu, a minha amnésia está terrível. Socorro!

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Jean.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Jean Paul Prates.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Jean Paul Prates, ô meu Deus. (*Risos.*)

Jean Paul, desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – O sistema remoto faz isso, Senador.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – De vez em quando dá um branco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por nada; obrigado, Senador Oriovisto, é uma honra.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – É a idade, Otto, é a idade.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não, é o sistema remoto que deixa a gente um pouco confuso. Eu, no sistema remoto, já errei algumas vezes, agora, aqui presencial é difícil errar.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – É fato, a gente está vendo ao companheiro do lado.

Mas eu quero, Sr. Presidente, além do pedido de vista coletivo, dizer, agregar algo ao seu discurso, porque eu faço parte da Comissão Mista para discutir a reforma tributária que o Senado assinou, que é a PEC 110, que assinamos todos nós, 54 Senadores assinaram essa proposta. Sr. Presidente, o Presidente da Comissão Mista, Senador Roberto Rocha, trabalha há três anos, ele e a sua equipe, na análise dessa proposta, uma proposta robusta, uma proposta que tem uma visão total sobre os tributos e uma proposta que realmente mexe com tudo, mexe com ICMS, mexe com todos os impostos, torna transparente, um trabalho de fôlego.

Nunca, nunca, o Ministro Paulo Guedes tinha se pronunciado contra essa reforma, mas ele nunca também expressou um apoio total a isso. E o que que aconteceu na última reunião que nós tivemos com a presença do Ministro? Eu fiz uma indagação clara a ele: "Ministro, sem a liderança do Ministério da Economia não é possível, nós não vamos a lugar nenhum. O senhor tem os técnicos, o senhor tem os meios, o senhor pode, sim, propor uma reforma global dos tributos neste País, que o País tanto precisa". É óbvio, Senador Otto: criar mais um imposto é matéria muito simples, criar mais um imposto sobre transações financeiras, criar mais um imposto sobre distribuição de lucro das empresas, criar mais um imposto sobre grandes fortunas, criar mais um imposto sobre herança, criar mais um imposto é muito fácil, é só achar um fato gerador e fazer uma lei em cima. Agora, uma visão global que mostre que a carga tributária no seu todo não vai aumentar é um projeto de gente grande; precisa técnica, precisa ciência, precisa patriotismo, precisa de uma série de ingredientes que eu não vejo nesse Governo. E precisa não ser atabalhoado, como diz o Jean Paul Prates, não pode ser atabalhoado; tem que ser pensado, tem que ser analisado, tem que ser discutido. Remendos, depois de 1988 para cá, já fizemos 17 remendos a essa colcha de retalhos que é o sistema tributário brasileiro.

E finalmente o Ministro se posicionou: "Não, não, eu não quero essa reforma. Eu não quero a 110. Eu quero a reforma do Imposto de Renda, eu quero ir por partes" e tal. A reforma do Imposto de Renda é só mais um imposto que ele quer criar, é só aumentar a carga tributária total. E, lá na Câmara, botaram tanto jabuti nela, que no fim até o Governo ficou contra, porque, quando você mexe com imposto, você mexe com a sociedade inteira. Os mais diversos segmentos se manifestaram: Municípios, Estados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federação das indústrias, dos bancos, todo mundo. Claro, é natural. A sociedade tem que participar de uma reforma tributária, uma reforma tributária tem que ganhar a confiança da sociedade, e a Câmara reflete isso. O Deputado tem que conversar com a sociedade, o Senador também tem que conversar com os Estados, com os Municípios e com a sociedade. E deu no que deu, o próprio Governo acabou ficando contra mais esse remendo que está lá, e que está lá parado, e que não vai a lugar nenhum, porque nunca foi feito por esse Ministério da Economia... Se ele tem críticas ao Senado, eu tenho uma crítica muito séria à atuação dele enquanto Ministro: nunca foi feito, Ministro Paulo Guedes, por parte desse Ministério da Economia, que tem todos os computadores na mão, todos os melhores técnicos em tributação do Brasil à sua disposição, o senhor tem especialistas no sistema tributário americano, especialistas no sistema tributário europeu, o senhor tem todas as condições para fazer um projeto grande, sério... Não gosta da 110, não gosta da 45? Mande outro, mas mande um projeto sério, não mande mais um remendo. De remendo nós já estamos cheios, e esses remendos são sempre para aumentar a carga tributária, não diminuem a complexidade, não diminuem a confusão que são os tributos.

Então, eu quero parabenizar, Senador Otto, a sua colocação. Eu acho que o Paulo Guedes, com a atuação que está tendo, não tem condição nenhuma de criticar a Instituição Fiscal Independente deste Senado e nem este Senado, porque primeiro ele teria que cumprir bem a função com que ele está, e, no que diz respeito à reforma tributária, decididamente ele não o fez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Oriovisto. O Senador Oriovisto pede e foi solicitada a retirada de pauta do item 5... Coletiva, de forma coletiva. Portanto, nós o apreciaremos na próxima reunião, no dia 14.

Está retirado de pauta.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI N° 2920, DE 2019**

**- Terminativo -**

*Altera as Leis nºs 7.797, de 10 de julho de 1989, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, para repassar aos Municípios e ao Distrito Federal 20% (vinte por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente.*

**Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO)

**Relatoria:** Senador Luiz do Carmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Observações:** *Matéria apreciada pela CMA, com parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (substitutivo)*

Passo a palavra para o Senador Zequinha Marinho, que vai relatar *ad hoc* o projeto terminativo do Senador Vanderlan Cardoso, que tem como Relator o Senador Luiz do Carmo. Em substituição e por aceitação, falará o Senador Zequinha Marinho, a quem eu passo a palavra.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente. Muito obrigado.

Eu quero aqui fazer o relatório *ad hoc* do projeto de lei, do qual passo à leitura neste momento em função de o titular, Senador Luiz do Carmo, estar em São Paulo fazendo um rápido tratamento de saúde.

Submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 2.920, de 2019, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso. O projeto altera as Leis nºs 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para repassar aos Municípios e ao Distrito Federal 20% dos recursos do fundo.

Com esse objetivo, o art. 1º da proposição acrescenta os §§1º e 2º ao art. 3º da Lei nº 7.797, de 1989, para determinar que 20% dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente serão repassados aos Municípios e ao Distrito Federal, ao cumprirem o disposto no *caput* do art. 18 da Lei nº 12.305, de 2010, em parcela única no mês de janeiro de cada ano, observando-se os critérios aplicáveis à distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios de que trata o art. 159, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal.

Dispõe também que os recursos não distribuídos na forma do §1º serão acumulados para distribuição no ano seguinte de acordo com o disposto no mesmo parágrafo.

O art. 2º adiciona o §3º ao art. 18 da Lei nº 12.305, de 2010, para estabelecer que os recursos acumulados na forma prevista pelo §1º do art. 3º da Lei nº 7.797, de 1989 – proposto pelo projeto – não se sujeitam à priorização prevista no §1º do art. 18 da PNRS.

O art. 3º do PL 2.920, de 2019, prevê que a lei que dele resultar entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída a esta Comissão para decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas. Na Comissão de Meio Ambiente foi apresentada emenda substitutiva.

Análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consoante o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem competência para opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas.

Com relação ao mérito da proposição, conforme destacado na Comissão de Meio Ambiente, observamos que o autor está correto ao observar que o Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 1989, tem como objetivo custear projetos de uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental, e que esses objetivos abarcam os projetos de gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos.

Dessa maneira, notamos que o desígnio do projeto é sanar a falta de recursos para o pleno cumprimento das obrigações ambientais dos Municípios, em especial quanto à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Acreditamos que a proposição merece ajuste, para especificar que os recursos distribuídos deverão ser utilizados com o fim de satisfazer as obrigações ambientais dos Municípios e do Distrito Federal, em especial quanto ao cumprimento das regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Contudo, para firmar a clareza do texto de acordo com as normas em vigor, acrescentamos a expressão: "nos termos da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (Novo Marco Regulatório do Saneamento)". Assim, modificamos o substitutivo originário da Comissão do Meio Ambiente para que se torne compatível com a nova legislação, visto que o projeto é de 2019 e o Novo Marco Regulatório do Saneamento é de 2020.

Sem tal modificação, haverá possível incongruência na matéria que está sendo deliberada.

Do ponto de vista orçamentário e financeiro propriamente dito, trata-se de destinação de recursos para fins específicos, tendo efeito nulo ao final do exercício. Ademais, a expressão "poderão", que consta da proposta, não obriga nem mesmo tal vinculação.

O substitutivo, desse modo, considera prioritária na destinação dos recursos do fundo a sua aplicação na área de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelos Municípios e pelo Distrito Federal, por meio da alteração do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, porém sempre enfatizando que tal ação seja feita nos termos da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (Novo Marco Regulatório do Saneamento).

Conclui-se por não haver nenhum elemento que implique óbice para a aprovação nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

O voto, Presidente.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 2.920, de 2019, na forma do seguinte substitutivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CAE (SUBSTITUTIVO)
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Os arts. 3º e 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º .....
Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 2º poderão ser repassados, nos termos da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (Novo Marco Regulatório do Saneamento), para aplicação no serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos caso cumpram o disposto no caput do art. 18 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010."
"Art. 5º.....
.....
IX – Serviço Público de Limpeza Urbana e de Manejo de Resíduos Sólidos.
....."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Estes são o relatório, a análise e o voto, Presidente, feitos pelo nosso querido Senador Luiz do Carmo, do Estado de Goiás, que, nesse momento, faço aqui na condição de Relator *ad hoc*, solicitando a todos os colegas a aprovação desse relatório, por achar conveniente, natural e importante para que a gente aprimore o serviço da questão ambiental em nosso Município, podendo destinar esses recursos aos Municípios para apoio dessas atividades.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço ao nobre Senador Zequinha Marinho e o parabenizo pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.920, de 2019, que é o substitutivo indicado pelo Relator da CAE, com a Emenda nº 2.

A votação é nominal e os Senadores e Senadoras já podem votar.

Quem estiver de acordo com o relatório do Senador vota "sim", quem não estiver de acordo, "não".

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Nós temos quórum de votação. Informo aos Senadores e às Senadoras que precisamos ter no painel 13 votos para deliberação da matéria por voto nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Oriovisto com a palavra.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, primeira pergunta. Quem está à distância, quem está remoto pode votar também?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode sim, claro... Não...

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu não estou conseguindo o caminho eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. pode declarar o voto...

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Voto "sim", Sr. Presidente. Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pronto. Registrado o voto "sim" do Senador Oriovisto.

Senador Jean Paul Prates.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Só para aproveitar o tempo para fazer um breve comentário sobre esse projeto, Senador Otto.

É muito importante que a gente tenha presente para os Municípios, para os Prefeitos e Prefeitas, a importância dessa questão da gestão integrada de resíduos sólidos.

E que esteja presente também – porque para alguns não é tão óbvio assim – a diferença entre lixão e aterro sanitário. Há muito picareta aí buscando contrato com as prefeituras, diz que dá conta do lixo e o Prefeito diz: "Ah, é mais barato do que o aterro aí para onde eu levo o lixo". E o cara acha que está livre da responsabilidade ambiental, não está. O Prefeito ou a Prefeita que destinar os seus resíduos sólidos para o picareta de passagem e depois for descoberto que o picareta colocou o lixo, enterrou o lixo sem manta, não levou para destinação adequada, queimou o lixo em algum canto aí, está solidariamente, aliás, principalmente responsável pelo crime ambiental. É bom deixar isso bem claro para todos, porque isso é um problema que grassa pelo Brasil. O cara acha que passou o lixo para alguém e que aquela pessoa assumiu a responsabilidade por ele. Não assumiu, o crime ambiental é de responsabilidade objetiva. Quem o gerou ou não geriu direito é responsável até a sua destinação final e correta. Portanto, isso aqui, esse projeto – aqui eu parabenizo os Senadores Vanderlan e Luiz do Carmo – ajuda justamente a financiar isso. Então, não há que haver a desculpa sequer de que não há recurso e muito menos a ignorância da lei, que não pode ser alegada nesse caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era apenas para fazer esse alerta de como é importante a gente ter recursos destinados aos Municípios e que os Municípios, seus Prefeitos e Prefeitas saibam, de fato, o que estão fazendo quando destinarem seus resíduos sólidos.

Era isso, Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Jean Paul Prates.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero registrar a minha satisfação de ver dois califas na reunião: o grande califa e o califa mineiro... (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Obrigado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é sinal de que nós temos chefe, temos bons chefes. E califa, como diz o Senador Jean Paul Prates, que representa a nossa confederação árabe, é difícil de reunir esse povo, há de convir que são dois grandes califas.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – *Shukran*, *shukran*, Senador.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – *Shukran, ya al back.*

Então, eu queria aproveitar essa ocasião para... Eu não vou fazer uma reminiscência completa dessa questão da destinação final dos resíduos sólidos, mas eu lembro, Senador Carlos Viana, que, como Prefeito, o que eu enfrentei nos anos 1989 e 1990 para superar o problema do lixo na ilha de Santa Catarina. Depois de 20 anos de briga, conseguimos fazer um condomínio do aterro sanitário, a mais ou menos 25km do centro geográfico do Município de Florianópolis, que hoje é utilizado por 22 Municípios e já está quase exaurindo a sua capacidade. Então, não vou castigá-los com essa memória. Mas tivemos embates os mais curiosos, fizeram músicas sobre o assunto para mim e para outros Prefeitos anteriores e que me sucederam.

Agora, questão específica deste projeto – eu vou votar a favor, já votei a favor – é que, pela primeira vez, nós estamos movimentando uma peça do tabuleiro para dizer de onde é que vem o dinheiro para acabar com qualquer desculpa de postergação. Esse é o mérito deste projeto. Seja aprovado ou não, ele alerta para o seguinte: não têm cabimento as constantes postergações da data para isto; e a mais escandalosa é de 2015. O que existe hoje de acórdão do Supremo Tribunal Federal, se não me engano a ADI 5127, da Ministra Rosa Weber e do Ministro Fachin, sobre "jabuti"... Esse acórdão foi obtido a partir de uma ação direta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





inconstitucionalidade sobre a MP 678. Se a assessoria da Casa puder anexar depois ao meu pronunciamento – Medida Provisória 678.

A Medida Provisória 678, Senador Jean Paul, tinha um inciso de um parágrafo de um arquivo, ou seja, ela tinha uma linha: ela incluía, no regime diferenciado de contratação, estabelecimentos penais, ou seja, você pode usar o RDC também para construção de penitenciária, cadeia e etc. Tinha uma linha. Foram enxertados nela 22 "jabutis" – de legislação sobre cartório e registro de imóveis até postergação do prazo para o desenvolvimento do plano de destinação de resíduos sólidos, ou seja, esse lixo já andou até de braço dado com "jabutis" e chegou ao Supremo. E foi lá que se estabeleceu a regra para expungir dos textos esse corpo estranho, que pode ser "jabuti" – e o Senador agora Jean Paul tornou membro da mesma família do "jacaré". Então, o "jabuti" está aumentando muito a sua rede social.

Em síntese, eu acho que esse projeto... Daqui a pouco vamos discutir se essa destinação de 20% está certa, se isso não tem que ter projeto de lei complementar. Eu não vou discutir esse aspecto importante, formal do projeto, mas ele pelo menos acrescenta esse aspecto educativo. Primeiro, não dá para terceirizar responsabilidade, em resumo é isso. A responsabilidade é da gestão municipal. E, olhem, nós achamos até que, mesmo que os Municípios estejam nesta ou naquela dificuldade, nós reconhecemos que tem que haver uma fonte de financiamento para isso, seja a custo zero, seja por transferência de recursos orçamentários, seja por financiamento. Mas a grande lição é: não terceirize a sua responsabilidade. Não pense que, contratando uma solução, um puxadinho, você se livra. E, segundo, nós achamos que é tão importante que vale a pena ter uma linha de crédito mais ou menos firme para custear o cumprimento da lei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – ... Esperidião Amin.

Já há número suficiente? Já estão 13 já... Precisamos mais um Senador para completar 14 votos.

Senador Vanderlan pede a palavra.

Concedo a V. Exa., Senador Vanderlan, via remota.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente... Está me ouvindo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Estou ouvindo bem.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Bom, primeiro quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, por mais esta reunião da nossa CAE. Quero cumprimentar a todos os Senadores, Senadoras que estão participando, aqueles que estão vendo aí através da *web*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, o PL 2.920, que é de minha autoria, de 2019, altera a Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente para destinar recursos aos Municípios que possuem Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Esse PL, Sr. Presidente, foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente com uma emenda substitutiva relatada pelo Senador Styvenson Valentim, promovendo, dessa forma, um ajuste para especificar que os recursos distribuídos deverão ser utilizados com o fim de satisfazer as obrigações ambientais dos Municípios e do Distrito Federal, em especial, Sr. Presidente, quanto ao cumprimento das regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O Senador Luiz do Carmo deu uma nova redação para adequar o referido projeto aos termos da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, o novo marco regulatório do saneamento – que nós aprovamos –, para aplicação no serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, caso cumpra o disposto no *caput* da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Assim, Sr. Presidente, já agradecendo, solicito aos nobres pares apoio ao PL 2.920/2019, de minha autoria.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Vanderlan, agradeço a V. Exa.

Passo a palavra ao nobre Senador Lasier Martins.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente Otto.

Presidente Otto, voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

Já temos número suficiente para abrir o painel e ver o resultado da votação... Dezesseis Senadores já votaram, portanto...

A abertura do painel, por favor.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Sr. Presidente, uma palavra aqui de complemento...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Carlos Viana, por favor.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Para discutir.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre essa questão do tratamento dos resíduos sólidos, Senador Amin e Senador Jean Paul, eu tenho trabalhado uma experiência agora, em Minas Gerais, que acredito possa, muito breve, se tornar também uma experiência importante para outros Estados. Nós conseguimos, junto ao Ministério do Meio Ambiente, o valor de R$100 milhões, oriundos das multas ambientais. No Brasil, a maior parte das multas vem do petróleo, da exploração na costa brasileira, mas, no nosso caso, nós temos milhões e milhões de reais em multas que advêm da mineração, do desrespeito, muitas vezes, de contratos não cumpridos e por aí vai. E nós temos, dos 853 Municípios, uma boa parte deles onde os Prefeitos estão respondendo, no CPF, como pessoa física, ao Ministério Público sobre essa questão do tratamento do lixo.

Nós sabemos, Senador Amin, que são três questões muito preocupantes que envolvem a administração pública, especialmente municipal. A questão das empreiteiras, das construtoras com planos diretores, a questão do transporte urbano com preço de passagens e a questão do lixo. São assuntos muito delicados, que constantemente estão envolvidos em processos, denúncias de corrupção e por aí vai.

Então, o que nós fizemos? Nós reunimos os consórcios e levamos a eles um projeto do próprio Ministério do Meio Ambiente, dentro da lei que nós temos; esses consórcios se alinharam a essa proposta do ministério; e nós conseguimos selecionar 22 deles com plena capacidade de cumprimento de todas as regras. Esses 22 consórcios representam 303 Municípios mineiros, a maioria com IDH muito baixo, e agora, o ministério finalizando essa seleção, nós vamos equipar esses 22 consórcios, que têm sede em 26 cidades, com parte desse recurso de R$100 milhões. E a nossa intenção é de, no prazo máximo de 24 meses, acabar definitivamente com o problema do resíduo sólido em pelo menos 300 Municípios.

Então, ao relatório do Senador Zequinha eu votei "sim". Acho a matéria muito interessante. Mas há uma urgência muito grande em que se possa levar aos Prefeitos uma solução dentro do Governo Federal.

Eu espero que, assim que esse processo estiver iniciado em Minas Gerais, a gente possa apresentar aos Estados brasileiros – a Bahia, o Rio Grande do Norte, Santa Catarina, outros Estados todos –, para que possam tirar também uma boa experiência. Esse dinheiro das multas ambientais vai para um fundo ou vai para o Tesouro, em alguns casos, e não retorna para o meio dele, que é exatamente as políticas de proteção em nosso País.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Querido Senador Carlos Viana, se o Presidente me permite esse complemento...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Depois o Senador José Aníbal, por favor.

Pois não, Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Gostaria – só porque é o mesmo assunto, Senador Carlos – de já me disponibilizar para ouvir a experiência de Minas.

Nós no mandato temos um programa de apoio aos governos chamado Lixo Zero RN, que é justamente destinado a esse tipo de apoio, inclusive em cima de consórcios. E a gente nota, Senador Otto, que às vezes ninguém quer o lixo, não é? Mas, quando você monta o processo, todo mundo quer ser a sede do consórcio e começam as brigas em função das decorrências disso aí.

E uma das coisas que a gente descobriu é a importância dos transbordos, porque é através do transbordo que você está presente em cada um desses Municípios, coletando o lixo na cidade para fazer o transbordo. Quem faz o transbordo é justamente o consórcio ou a empresa contratada por ele do aterro sanitário. Então, isso transforma numa logística reversa, numa distribuição ao contrário. Você coleta em cada uma das cidades – há os catadores, há todo o processo anterior a transportar o lixo todo, porque não faz sentido levar o lixo todo para uma cidade, para depois separá-lo, então você já separa na origem; leva o resíduo que você tem que realmente descartar; e aí há uma sede principal onde está o aterro, e aí onde há uma atividade de maior tamanho.

Essa experiência é fundamental, porque os desentendimentos ocorrem na origem da formação dos consórcios. Uma vez superado isso, a solução técnica é perfeitamente viável e operacional. E gera emprego em todos os lugares que estão utilizando esse serviço.

Parabéns, Senador Carlos.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador José Aníbal com a palavra.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Fui estimulado pela fala do Senador Carlos Viana.

Eu fui Secretário de Energia em São Paulo durante mais de três anos, no começo da década anterior, 2011 a 2014. E eu foquei muito essa questão do processamento de resíduos sólidos urbanos.

E visitei várias plantas pelo mundo afora e vi – não me contaram – a geração de muitos megawatts de energia, ou de vapor para uso industrial ou de energia, em vários países. Posso lhes garantir que eu tentei muito implantar isso em São Paulo. Inclusive, um dos meus principais assessores foi a China – a China me convidou, mas eu não podia ir ver lá –, pois a China está investindo muito nisso. Ainda estava um pouco experimental, mas já tinha uma planta em operação.

Agora, há uma enorme resistência dessas empresas de lixo. Ali é um interesse muito consolidado para que o lixo continue sendo lixo, para que nós fiquemos aqui infindavelmente tentando encontrar soluções para o lixo. Se eu tivesse tido mais tempo – eu cheguei aqui há 15 dias –, essa questão seria uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão que a gente podia ter colocado aqui. Eu vi a abertura que o Senador Jean Paul, o Senador Esperidião têm para isso, porque é uma solução extraordinária.

A planta mais impressionante que eu conheci fica a 500m da Torre Eiffel, nas margens do Rio Sena. Não há nenhum impacto ambiental. Processam 500t de lixo/dia. E, dos Municípios em volta de Paris, o pessoal da terceira idade todo dia vai num ônibus visitar a planta. A empresa adotou essa política de divulgação para que as pessoas se certifiquem, nos painéis todos que estão lá, que não há nenhuma emissão; ao contrário, há geração de energia, há geração de vapor, o vapor é usado para calefação nas residências. E há também o lixo especial, o lixo separado, lixo seco, que vai para outras destinações. E as empresas interessadas é que se encarregam de fazer essa operação de separação do lixo seco, de separação do lixo de metal... E, quanto ao resíduo final do processamento do resíduo sólido para geração de energia, há um canal por baixo da avenida do cais do Sena e uma barca do outro lado, uma barcaça, que recebe esse resíduo. Quando a barcaça está cheia, ela vai embora e entra outra. Ele é usado como base para o asfaltamento; é um resíduo que é reutilizado, ou seja, é processamento de 100% do resíduo sólido.

Mas há uma dificuldade enorme nas empresas de lixo do Brasil. A gente poderia encontrar caminhos do ponto de vista legislativo, com a máxima urgência, para que realmente se estimule isso, pois é o melhor caminho. É o caminho de Barcelona, é o caminho do porto, é o caminho dos japoneses, é o caminho de Londres, que tem planta na região, na cidade de Londres. Então, é um caminho que pode servir muito bem ao Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, agradeço ao Senador José Aníbal.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Votaram favoravelmente 15 Srs. Senadores; nenhum voto contra.

Nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria e será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates para relatar o item 2, que é um item de autoria do Senador Angelo Coronel.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI N° 2835, DE 2019**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera o Anexo III da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para reduzir a taxa de emissão de certificado de homologação de tipo de avião, helicóptero, dirigível e balão.*

**Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

**Relatoria:** Senador Jean Paul Prates

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

Eu passo a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Pois não, Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei 2.835, de 2019, do Senador Angelo Coronel, que altera o Anexo III da Lei 11.182, de 2005, que cria a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e dá outras providências, para reduzir a taxa de emissão de certificado de homologação de tipo de avião, helicóptero, dirigível e balão.

Eu vou passar diretamente à análise.

Em princípio, já analisado em caráter terminativo por esta Comissão de Assuntos Econômicos...

Por ser a única Comissão a analisar este projeto de lei, é necessário então tratar dos aspectos formais. A proposição atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, aí sim, deve-se ponderar que, embora o processo de homologação de uma aeronave seja complexo, a taxa cobrada por esse serviço não pode inviabilizar o desenvolvimento e o crescimento desse grupo particular de aeronaves, que representa justamente a porta de entrada das aeronaves experimentais que, após obter o Certificado de Voo Experimental, podem pleitear a certificação desse tipo.

Como relata o próprio autor do projeto, "o Brasil está prejudicado em diversas atividades esportivas e aeronáuticas [e até turísticas, eu acrescentaria], pois a referida taxa, até o presente momento, não foi recolhida pela Anac, por sua onerosidade, figurando como caráter proibitivo às categorias".

Identificamos, no entanto, algumas oportunidades de melhoria no texto. A primeira delas refere-se à necessidade de se adequarem também as Taxas de Fiscalização da Aviação Civil (Tfac) constantes na tabela do Anexo III, que trata de Adendo ao Certificado de Homologação de Tipo.

Os valores dos adendos representam aproximadamente um décimo do valor cobrado para a emissão do próprio certificado. É preciso ainda aproveitar para analisar, atualizando a legislação, e incluir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certificação de tipo para aeronaves não tripuladas, os *drones*, que, ao nosso ver, também devem possuir o mesmo valor sugerido pelo autor do projeto para dirigível e balão.

Como o objetivo do PL em análise, é estimular a certificação de aeronaves leves, dirigíveis e balões, concordamos com a Anac em manter os valores atuais para as demais aeronaves. A certificação de aeronaves com peso máximo de decolagem com mais de 2,7 toneladas deve continuar sendo realizada com todo o rigor necessário, o que inclui a cobrança de taxas compatíveis com os custos envolvidos na certificação.

Outro tema relacionado a esse projeto em discussão trata da certificação e renovação de certificado de organização de manutenção estrangeira sob acordo internacional – isso é uma disparidade grande. Uma questão recorrentemente enfrentada pela Anac, quando da pactuação de acordos bilaterais, é a desproporcionalidade dos valores das Tfac previstas na nossa legislação diante do que praticam outras autoridades de aviação civil. Como não há taxa específica para certificação e renovação de certificado de organização de manutenção estrangeira sob acordo internacional de aceitação recíproca, a Anac aplica taxas com valores da ordem de R$20 mil (por analogia a outros serviços da tabela), quando os valores praticados internacionalmente são de cerca de um terço desse valor, a exemplo do que é estipulado pelas autoridades de aviação civil americana (FAA), europeia (Easa) e canadense (TCCA).

Por fim, faz-se necessário adequar algumas nomenclaturas encontradas no Anexo III – fizemos essas adequações –, e, diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL 2.835, de 2019, na forma da emenda substitutiva apresentada.

É esse o relatório, Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

É uma matéria de caráter terminativo.

Eu pergunto se algum Senador ou Senadora pretende discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria.

A discussão está encerrada.

Encerrada a discussão, passa-se à votação nominal do projeto de lei do Senador Angelo Coronel, tão bem relatado pelo Senador Jean Paul Prates.

Os Srs. Senadores podem começar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Oriovisto.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, estou sofrendo muito com o meu telefone. É só para declarar meu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Oriovisto. Agradeço a V. Exa.

Vota "sim" o Senador Oriovisto Guimarães.

Senador Tasso Jereissati com a palavra.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente. Finalmente V. Exa. me vê.

Voto "sim". Quero deixar registrado o meu voto.

E, no projeto anterior, também "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O Senador Tasso Jereissati declara o voto "sim".

Senadora Leila Barros.

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores no dia de hoje.

Eu tentei também votar no remoto aqui, porque estou acompanhando as Comissões e a CPI, estou no gabinete, em reunião.

No item 3 e no relatado neste momento pelo Senador Jean Paul, o meu voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Quero registrar o voto da nobre Senadora Leila Barros. Ela vota "sim" nas duas matérias que foram aqui relatadas. (*Pausa.*)

Enquanto os Senadores estão votando, eu gostaria de comunicar ao nobre Senador José Aníbal, que está substituindo o nosso ícone da economia e um dos melhores ministros da Saúde da história do o Brasil, o Senador José Serra, que eu estou indicando V. Exa. para relatar as matérias que eram da responsabilidade do Senador José Serra: o que dispõe sobre o limite global da dívida consolidada da União, bem como altera a Resolução nº 40, de 2001, para dispor sobre o limite global da dívida pública consolidada em Estados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Distrito Federal, além do outro projeto, o 42, de 2017, que dispõe sobre tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora e o que institui a Política Nacional de Bibliotecas.

Se V. Exa., dentro das matérias que estão tramitando aqui, observar alguma dessas que ainda não têm Relator, se for do seu interesse, V. Exa., pode, a qualquer momento, me acionar, que eu estarei retornando as provocações de V. Exa.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer muito e dizer que quero, sim, assumir toda a atividade que o Serra vinha desenvolvendo, até porque tenho falado com ele quase cotidianamente, e ele, às vezes, me cobra sobre... Cobrava-me especialmente a questão das ferrovias...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... que sabia que estava em boas mãos aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... com o nobre Senador Jean Paul.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Sem dúvida.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – E, certamente, deve estar tão surpreso – eu estive com ele ontem –, já pensando hoje, amanhã, em um diálogo com o Senador Jean Paul, com o Ministério da Infraestrutura, para levar o projeto à votação. E fomos surpreendidos por essa medida provisória de hoje. Isso é – os franceses usam essa expressão – um desejo de não dialogar.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Se houvesse o desejo de dialogar, dialogava. Quer dizer, então, isso nos coloca numa outra situação, que vai nos exigir um esforço grande.

O projeto original é do Senador José Serra. O Senador Jean Paul tem uma boa convergência com isso, estava fazendo sugestões, e nós vamos ter que trabalhar em regime de urgência para agora tentar, por iniciativa nossa, parlamentar, retomar o diálogo com o Governo, mas, sobretudo, dialogar com a Casa, para mostrar que esse projeto não pode ser objeto de "jabutis", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Não pode ser um projeto objeto de penduricalhos. É um projeto crucial para o País, para uma questão tão desafiadora como é e tão necessária e urgente como é o transporte ferroviário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Concordo plenamente com V. Exa. Parece até birra do Governo Federal, com uma matéria dessa tramitando como projeto de lei, editar uma medida provisória nesse sentido, quando poderia haver uma discussão aqui do ministério com o Senado Federal, para avançar e aprovar a matéria que está sendo relatada.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Eu próprio, Senador, convidei um dos mais importantes conselheiros lá do ministro, lá do ministério, para um diálogo, na semana passada, aqui. Conversamos durante uma hora. Ou seja, não havia nenhuma postergação do nosso lado. Era o desejo de fazer avançar. No entanto, fizeram a medida provisória. É uma lástima que tenham feito desse modo.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Nobre Senador Lasier Martins com a palavra.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – "Sim", Presidente. Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Registro o voto do Senador Lasier Martins. Voto "sim".

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Senador Otto...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Carlos Viana.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Senador José Aníbal, sobre a medida provisória, com relação ao marco das ferrovias, eu posso dizer que tenho participado das negociações diretamente com o Governo, inclusive com o Ministério da Infraestrutura e também com o Senador Jean, que é o nosso Relator.

O que está acontecendo é que os Estados começaram a regulamentar, de uma forma infraconstitucional, vamos dizer assim, as licenças para a construção de ferrovias. E há uma discussão, porque hoje o tema é do Governo Federal. Naturalmente, o que se quer é evitar um embate jurídico com os Estados, em uma discussão que pode, inclusive, atrasar ainda mais as licenças, e não as concessões, para as ferrovias.

Temos conversado com o Senador Jean Paul no sentido de que essa medida provisória abarque... Que ele seja o Relator! Possivelmente, isso será colocado pelo Presidente Rodrigo Pacheco. Todas as propostas do projeto de lei que está conosco, do marco, que tem sido discutido, serão incorporadas à medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





provisória, para que a gente tenha um texto comum. O Governo está disposto a resolver essa questão, para que nós tenhamos mais agilidade nas decisões, para se evitar um embate com os Estados, até porque há grandes projetos nacionais já planejados que começam a enfrentar planejamentos semelhantes, vamos dizer assim, ou caminhar com planejamentos semelhantes nos Estados.

O que a gente observa – o Senador Jean Paul colocou bem – é que a questão do *lobby* não se aplica só ao Governo Federal. Os *lobbies* de ferrovias estão se aplicando também nos governos estaduais, nas Assembleias Legislativas. Se nós começarmos a não ter uma coordenação nacional, uma lei, uma regulamentação no País, nós vamos começar, infelizmente, a ter discussões e atrasos, porque vai virar uma questão jurídica.

Esse é o posicionamento com relação à medida provisória.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Mas, Senador Carlos Viana, faço só uma pequena observação. Isso que você acaba de dizer poderia ter sido dito a mim e ao Senador Jean Paul: "Olha, estamos fazendo porque estamos secundando o propósito de vocês de acelerar o processo de votação. Não é uma forma impositiva ou uma maneira de dizer que não quer o diálogo". Considero relevante o que você esclarece, mas, realmente, isso teria boa validade se tivesse sido feito antes com quem está mais diretamente envolvido com o projeto e com tanto propósito de aprová-lo, como o Governo e aqueles que querem que as ferrovias realmente avancem no Brasil com uma boa regulação e com um bom estímulo ao investimento.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Obrigado, Senador José Aníbal. É que, como o Senador Jean Paul pode colocar, essa é uma discussão que já vem se arrastando nos últimos meses, desde o início do ano, inclusive.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – É.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Nós estamos discutindo o andamento do marco. O Senador Jean Paul já fez, inclusive, três relatórios. E, agora, recentemente – esta é uma decisão que foi tomada há menos de um mês –, decidiu-se pela questão da medida provisória, em conjunto, naturalmente, com o Senado, para que a matéria possa ser mais célere.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Só não andou mais, Senador, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Encerrada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... o projeto é de 2018, e o Senador Jean Paul Prates fez o seu parecer em 2019 já. E aí tivemos todo o desafio da pandemia, que não nos permitiu avançar. Mas, agora, a disposição era essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Encerrada...

Para a votação, já há número suficiente.

Peço que se faça a abertura do painel.

Senador Wellington Fagundes, com muita alegria, vejo V. Exa. aqui, na nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado, meu bom baiano! Parabéns pelo seu aniversário!

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Obrigado. Valeu!

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Senador Otto, eu queria cumprimentar todos os companheiros da Comissão.

Nessa questão da medida provisória, a gente teve muitas tratativas realmente com o Governo. Inclusive, tivemos uma reunião com o Ministro Ciro Nogueira. E havia certa pressão do Ministro da Infraestrutura para apresentar essa medida provisória.

Agora, o que se definiu foi que o Senador Jean Paul Prates apresentaria o seu projeto, projeto esse para o qual nós – eu quero testemunhar aqui como Presidente da Frenlogi – tivemos muitas discussões. O Senador Jean Paul Prates sempre esteve à disposição. Inclusive, apresentamos emendas, as quais ele acatou, discutiu conosco em muitas reuniões. E agora aqui o entendimento.

A medida provisória sendo editada, é claro que ela atropela um trabalho que o Senador Jean Paul Prates vem fazendo há muito tempo. Inclusive, aqui a gente sempre, com a ternura, o chama de o "PT do Novo", porque ele é uma pessoa que consegue dialogar com todos, com o Governo e também aqui com os Parlamentares.

A edição da medida provisória vai, primeiro, para a Câmara, não é? É isso mesmo, pela informação que eu tive. Se ela vai para a Câmara, o nosso Senador Jean Paul Prates fica, a princípio, afastado até que se resolva na Câmara, para depois vir aqui para o Senado. Então, eu não... Eu acho que nós precisamos ter um entendimento, provavelmente com o Presidente Rodrigo, porque ela vem para as mãos do Presidente do Congresso, e ele é que vai tomar a decisão.

Mas eu não sei se o Senador Jean Paul Prates falou antes sobre esse assunto, eu gostaria de ouvi-lo sobre como é que ele está analisando, e isso até porque, o Mato Grosso, nós fomos o primeiro Estado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovar a emenda constitucional para permitir que o Estado pudesse fazer trecho de ferrovia dentro do Estado – especificamente no caso era o avanço da ferrovia Ferronorte, da minha cidade, Rondonópolis, até Cuiabá, até o Nortão. E fazemos isso com total tranquilidade porque, se fosse para ter uma visão bairrista, era melhor que ficasse lá. Não, mas nós queremos a integração do Estado e somos totalmente favoráveis ao projeto do Senador Serra. Entendemos que é um projeto importante, que é um avanço, tanto é que está sendo produzido isso pelo Senador Jean Paul Prates com muito diálogo.

Então, eu gostaria mesmo de ouvir o Senador. E, se for o caso, Senador Jean Paul Prates, eu já proponho aqui ao Presidente Otto que ele designe uma comissão liderada por ele mesmo para a gente conversar com o Senador Rodrigo Pacheco e, ainda hoje, ver qual é o encaminhamento, porque não podemos aceitar um atropelamento também de um serviço feito por um Senador assim extremamente competente e que ouviu a todos. Eu acho que esse é o mais importante, desde os setores empresariais – e eu falo isso como Presidente da Frente Parlamentar de Logística – e estivemos, inclusive, com a CNT, enfim, com muitos setores.

Então, eu gostaria muito de colocar essa sugestão, porque é importante. Um trabalho feito pelo Parlamento não pode a gente, digamos... Mesmo a medida provisória, vamos ter que aprovar, mas é claro que o trabalho foi feito e com muita dedicação. Por isso, eu encaminho esse pedido, mas, claro, antes ouvindo o Senador Jean Paul Prates.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Wellington, o grande problema aqui é que as modificações, as melhorias e até as impugnações que já foram feitas aqui no Senado Federal de medidas provisórias que vieram ou foram alteradas retornam para a Câmara, e a Câmara coloca da mesma maneira que chegou lá. Então, o Senado é totalmente desconhecido no seu trabalho que foi feito. Sobretudo aquela medida provisória, que foi relatada aqui pelo Senador Irajá, que o Senado debateu muito, voltou para lá e a Câmara botou exatamente como ela queria, e retirou todas aquelas modificações que eram positivas, inclusive com retirada de várias matérias estranhas ao projeto. Esse que é o grande problema, começa por lá, vai vir por aqui, volta para lá e fica do mesmo jeito.

Então, eu acho que é um atropelo realmente ao trabalho do nobre Senador Jean Paul Prates. O Governo deveria pelo menos ouvi-lo, conversar, poderia se aprovar aqui, voltava e viria depois, se fosse alterada, para o Senado Federal. Nós somos aqui a "Casa revisora", entre aspas, porque, na verdade, não tem revisão absolutamente nenhuma.

Senador Jean Paul Prates.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Presidente, acho que o Governo e o Senado vão me ouvir nessa hora aqui, porque a gente sabe que vários comunicantes e a própria divulgação desta Comissão de Assuntos Econômicos, que é muito importante, servem a esse propósito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero explicar aqui, do início, essa questão.

Em primeiro lugar, não há que se falar em negligência nem atraso por parte do Senado. O projeto foi relatado em sete meses, um projeto complexíssimo, como todos aqui reconhecem, é um marco regulatório. E, quando eu falo em marco regulatório, eu falo em marco regulatório verdadeiro, não é *fake,* não. Marco regulatório é aquele que estabelece novos instrumentos de outorga, novas atribuições para uma agência reguladora ou a própria criação dela e definições técnicas para uso em normas inferiores, infralegais. Isso é a definição de marco regulatório.

Aquela lei do saneamento, por exemplo, não tem nada de marco regulatório. Aquilo foi uma lei para permitir a venda das empresas de água e para mudar contratos, mais nada. Ali não tinha nenhum aspecto de marco regulatório, no entanto, foi chamado de marco regulatório. Virou moda agora chamar tudo de marco regulatório. Qualquer Governo que entra resolve mudar as regras dos setores e chama de marco regulatório para dar um verniz de segurança jurídica: "Ah, agora vai, agora que sim. Todos que estavam antes não fizeram nada, agora eu vou fazer".

E esse caso das ferrovias não é diferente, só que, neste caso, nós transformamos o projeto em um marco regulatório sim, porque, de fato, havia ausência do instrumento de outorga "autorização". Estavam admitidos dois instrumentos, a concessão e a permissão, a concessão para as ferrovias em geral e a permissão para as ferrovias urbanas, passageiros. E não havia possibilidade das chamadas ferrovias no domínio privado, direito privado, que é quando qualquer um de nós pode apresentar um projeto de uma ferrovia para escoar uma produção de uma fazenda, de um conjunto de fazendas, ligar-se a uma ferrovia troncal e aquilo ser seu; você mesmo compra suas máquinas, você mesmo coloca seu trilho, opera aquilo ali dentro da regulação, dentro da civilidade de um marco regulatório estabelecido. Ao criar um instrumento de outorga novo, imediatamente se tem que criar também atribuições novas para a agência reguladora e uma série de outras questões vinculadas a esse novo instrumento.

Mas nós não paramos por aí ao relatar esse projeto, nós, depois de quatro audiências públicas, duas sobre trens de carga, uma sobre trem de passageiro, que é um capítulo à parte, e uma sobre experiências internacionais, em que trouxemos especialistas do Japão, dos Estados Unidos, da Austrália e até de sistemas menos convencionais e mais criticados, como o da própria Índia e o da China, até para ver onde é que se acerta, onde se erra, chegamos à conclusão de que eram necessários alguns capítulos adicionais. Então, falamos, por exemplo, de ferrovias ociosas, Senador Wellington, Senador Carlos, porque existem muitas no Brasil.

O sistema ferroviário, hoje, se não me engano, retrocede aos anos 1920 em termos de extensão de linhas ferroviárias, porque muito do que foi construído foi abandonado, foi deixado para trás ou está lá e não está sendo usado, porque, como esses concessionados teriam que pagar grandes somas de dinheiro para repor aquilo e devolver – porque é uma concessão, os bens são reversíveis para a União, então você tem que repor o *status quo* antes para poder devolver para a União –, ninguém devolve. O cara fica sentado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cima, não opera, não interessa operar e não fica para não devolver, para não ter aquele pagamento. Nós resolvemos essa questão, colocamos um capítulo para ferrovias ociosas.

O Senador José Serra já havia inovado colocando autorregulação para vários aspectos técnicos, principalmente trânsito, tráfego ferroviário, questões técnicas, especificamente técnicas; jamais as regulatórias e as de mercado, autorregulação para isso não serve, nesse caso a agência reguladora entra.

Enfim, fizemos um trabalho hercúleo, inclusive conciliando, como já relatei várias vezes, posições antagônicas dentro do próprio Governo Federal. Como sempre o Ministério da Economia – aliás, como em qualquer governo, no Estado, no nível federal, o Ministério da Fazenda – tem posições do ponto de vista econômico, tem que zelar ali por um certo conservadorismo e tal, austeridade, todo aquele processo. Então, houve conflitos bastante difíceis de conciliar entre o Ministro da Infraestrutura e o Ministro da Fazenda que o Senador do PT Relator aqui acabou conciliando, organizando, fazendo uma redação de consenso.

Então, não foi um processo simples. Mesmo assim, Senador, foi entregue em outubro de 2019 a primeira versão do relatório. Então, como dizem uns aqui agora, virou moda, "atentai", imprensa: o relatório do projeto das ferrovias saiu originalmente em outubro de 2019, reeditado em novembro de 2019, outra edição com pequenas alterações. Veio a pandemia e vieram também esses conflitos internos do próprio Governo, que não têm nada de mais, não há crítica nenhuma nisso, normal. Marco regulatório é uma lei pesada.

Interrompemos as análises, Senador, pela decisão do Colégio de Líderes e do Presidente do Senado, dos projetos estruturantes, marcos regulatórios, etc., durante a pandemia, porque na época nós dizíamos: "Poxa, estão morrendo 2 mil pessoas lá e a gente está aqui se debruçando em cima, por exemplo, da BR do Mar ou do projeto das ferrovias. Dá um tempo nisso, e a gente volta daqui a quatro, cinco meses". A coisa se estendeu um pouco mais, mas, enfim, estamos aqui analisando isso de novo. Aceleramos o processo, retirando-o da Comissão de Infraestrutura e levando direto para o Plenário. O projeto já está no Plenário para votação, e o Relator é o mesmo Relator.

Surpreende-me um pouco – e aí quero falar sobre a medida provisória – essa solução da medida provisória, primeiro porque soa às pessoas muito estranho, soa como se fosse: "Olha, o relatório do PT, vamos atropelar, não fez o trabalho, etc.". Não é verdade. E isso, de fato, vamos fazer justiça, o Ministro jamais disse, mas soa isso. E, segundo, Senador Otto – e aí peço a atenção de todos –, que essa questão dos editais, Senador Wellington, Senador Carlos, alegada para a MP, essa questão de: "Ah, o Mato Grosso começou a licitar autorizações em Mato Grosso, então vamos correr com uma medida provisória", isso é o rabo abanando o cachorro. Então, porque um Estado resolveu tomar iniciativa de queimar a largada de uma coisa que vai ser legal – não há problema nenhum, vai ser, a lei vai alcançar esses casos –, daqui que ele faça a licitação e daqui que ele cumpra e vá assinar o contrato de autorização, instrumento de outorga novo, instituído por esta lei, precisa dela para isso, a lei vai abarcar esses casos tranquilamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, porque o cara queimou a largada, nós aqui vamos atropelar tudo de uma vez e aceitar um texto novo – que eu ainda não vi, mas provavelmente não é exatamente o mesmo do projeto de lei, então vai voltar com pontos polêmicos que o outro lado vai começar a reclamar de novo –; vai para a Câmara primeiro; vem para o Senado e, mesmo que eu diga "olha, eu vou ser o Relator" e recoloque os pontos do projeto de lei, aí é o que o Senador Otto falou: volta para a Câmara, e eles voltam de novo para o projeto original. Então, isso é uma estratégia clara. Está todo mundo falando discurso bonito, mas a estratégia feia está lá por trás.

Até que me provem o contrário, eu baterei o pé aqui para a gente botar o projeto em votação, porque aí a iniciativa é do Senado, do Senador José Serra, com relatoria do Senador Jean. Aprovado pelos Senadores, vai para a Câmara e vai ter que voltar. "Ah, mas Mato Grosso vai fazer na frente". Paciência! Paciência. O que é que Mato Grosso fez? Podia fazer um edital para concessão; quis fazer com autorização. Por quê? Porque "ah, está vindo uma lei aí, eu vou me abraçar com ela". Perfeito! Aguarde, dê mais prazo, espere mais um pouco. Agora o Governo de Mato Grosso, com todo o mérito, com todo... Não estou fazendo crítica nenhuma ao fato de eles gerirem isso, mas queimaram a largada, e aí nós todos, o Senado inteiro, o Ministério da Infraestrutura, o Presidente da República, o setor ferroviário do Brasil todo ser pautado porque o cachorro abanou o rabo? Eu acho que é exagero.

E isso não resolve. Veja, o que o Senador Wellington e o Senador Carlos colocaram é correto, mas há apenas um pequeno detalhe: não é que o Estado não pudesse fazer; ele hoje já pode fazer, mas se fosse concessão ou permissão. O que ele não pode fazer é autorização porque isso não está no regime jurídico para as ferrovias. Nós é que o estamos colocando. E estamos colocando nas instâncias federal, estadual e municipal. Os três entes poderão fazer concessão, permissão ou autorização. Tudo detalhadinho, arrumado lá, e ainda fizemos as definições técnicas. O Brasil não definia sequer o que era infraestrutura ferroviária nas suas leis. Não havia definição de trem, não havia definição de vários termos técnicos que são necessários para as portarias, normativas. Então, se gerava confusão terminológica: um chamava de uma coisa, outro chamava de outra. Nós uniformizamos isso. Foi um trabalho danado!

Aí vai vir uma medida provisória, de que eu ainda não conheço o teor, mas provavelmente recupera algum texto ou alguma coisa unilateralmente oferecida, porque a medida provisória tem essa natureza, é o Poder Executivo se expressando unilateralmente e valendo a partir daquele dia, e o pretexto – porque é um pretexto – é que o Governo de Mato Grosso saiu licitando uma coisa. Ora, é a mesma coisa que o Senador Otto, na Bahia, ou o Governador Rui resolver licitar um bloco do pré-sal lá na Bahia, lá na Bacia de Camamu: "Ah, vou fazer aqui uma licitação de bloco de petróleo no mar". Ele não pode fazer isso! Não está na jurisdição do Estado. "Ah, mas eu vou fazer, porque está vindo uma lei lá e...". Ótimo, você vai fazer e vai ficar esperando, porque a ilegalidade vai atingi-lo, ou a lei que será feita abraçará o seu projeto e acolherá esse caso. Foi isso que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o que eu... Evidentemente, é ótima a sugestão de fazermos uma comissão, conversarmos com o Presidente Rodrigo e chegarmos a um consenso. Eu acho que o consenso é perfeitamente possível aqui. Se houver outra razão para que a MP prevaleça... Eu acho que essa está fraquinha; nota 5 para ela. Se chegar aqui uma coisa nota 10, realmente, aí tem razão. Aí eu já me coloco, já me coloquei à disposição disso, quer dizer, eu relato a MP sem problema nenhum.

Vou colocar o texto do PL todo de novo lá, vai mudar de casca – em vez de PL, vai ser uma MP –, mas o teor, o mérito e tudo vão ser os mesmos, porque foi o resultado de um trabalho coletivo, não é uma coisa vaidosa da parte do Senador Jean. Eu sou o porta-voz hoje de mais de 70 artigos técnicos que foram apreciados em mais de 35 reuniões intergovernamentais com outros e quatro audiências públicas, reuniões com usuários – não é só com o *lobby* do trem –, operadores ferroviários, operadores independentes, trabalhadores do setor ferroviário, os Estados, os Municípios, enfim, tudo isso; e também os operadores investidores e o Ministro, que trabalhou praticamente... A cada 45 dias, o Senador do PT falava com o Ministro Tarcísio Freitas. Pergunte a ele se não é verdade. É verdade, ele diz isso a todo mundo. E nós trabalhamos juntos. A equipe do Ministério é uma equipe de primeira qualidade: técnicos, servidores da casa, e outros acolhidos recentemente trabalharam duramente conosco, assim como técnicos do Ministério da Fazenda também. A Frenlogi, importantíssimo processo de discussão com a Frenlogi... Só o que há lá dentro da Frenlogi... São várias vozes importantes... A CNT...

Então, vamos pensar bem, vamos trabalhar com o Presidente Rodrigo, que saberá, certamente, agir salomonicamente, corretamente nesse processo e eventualmente até convencer o Governo de que a gente colocar o projeto para tramitar é melhor. E o Mato Grosso que espere mais três semanas. O que é isso? Três semanas. O Governo comanda a Câmara, praticamente, como a gente disse aqui desde o início, não há problema nenhum em colocar isso em pauta lá. O Presidente vai correr lá, vai estapear todo mundo e vai conseguir botar para votar. Votem, tragam de novo para cá, a gente faz as alterações finais e acabou, resolveu-se o problema. Isso abraçará legalmente o projeto de Mato Grosso.

É isso, Presidente, obrigado.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós temos que lembrar, mais uma vez – eu acho que é importante registrar –, que esse projeto de lei, na origem, é do Senador José Serra. Está aqui o Senador José Aníbal, com toda a sua experiência. Então, Senador Carlos Viana, eu acho que é praticamente cortar um protagonismo de alguém que merece pela sua história também, o Senador José Serra.

E, claro, o respeito ao trabalho que o nosso Relator já acabou de dizer aqui que não foi um trabalho pessoal, foi muito mais um trabalho em que a gente buscou, de todas as formas, ouvir a sociedade.

Por isso, eu acho que estar com o Presidente Rodrigo Pacheco é muito importante.

É um apelo que faço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Sim, sem dúvida.

Olha, a minha conclusão, pela experiência que eu já tenho aqui, é que o Governo quer que essa matéria termine na Câmara, ela virá para cá e voltará para lá. E, na Câmara, quer dizer, a medida provisória começando por lá, virá para cá e, se aqui for modificada e designado o Senador Jean Paul Prates, fazem-se as alterações, ela retorna para lá, e lá vai ser colocada como o Governo quer, até porque, lamentavelmente, a maioria da Câmara dos Deputados faz exatamente aquilo que é a cartilha do Governo Federal: "eu quero assim, vai ser assim e acabou".

Esse é o diagnóstico, digamos assim, de certeza de o que está acontecendo no Parlamento brasileiro. Tem sido assim em todas as matérias importantes: altera-se no Senado, volta para lá, o Governo conversa com os Líderes, chama o centrão e diz: "eu quero que se aprove dessa forma". Aprovou e acabou. Essa, infelizmente, é a autonomia perdida da Câmara dos Deputados, como em todas as matérias, inclusive a que foi discutida aqui no Senado Federal. O Senador Irajá Abreu ouviu, fez reuniões, alterou aquele projeto de lei – me passou o número dele agora –, voltou para lá, retirou-se tudo o que se colocou aqui no Senado Federal de avanços e botou como veio de lá. Ou seja, é a marmita, é o projeto marmita, tem que fazer como o Governo Federal quer. Vem para cá, muda, vai para lá e faz do jeito que o Governo Federal quer.

Senador Carlos.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Obrigado.

Primeiro, Senador Otto, Senador Jean Paul, Senador Wellington, Senador José Aníbal e os que estão acompanhando a Comissão, todos, eu pedi tranquilidade de nós aguardarmos primeiramente o texto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Para saber. Isso. Porque não há diferença nenhuma, até o momento, Senador Jean Paul, entre o que o Governo quer – e eu acompanhei – e o que V. Exa. fez. E quero deixar bem claro também que o Governo tem uma admiração – e eu digo porque ouvi isso de todos os que participaram – pelo trabalho que foi feito pelo Senador Jean Paul, porque, apesar de ser um partido de oposição, ele não tratou esse assunto como oposição, ele tratou esse assunto pelo interesse do Estado brasileiro.

A autorização é um dos instrumentos mais modernos que nós teremos do gerenciamento inclusive para os Municípios. Eu, quando li a proposta, o relatório, fiquei admirado pela visão que o Senador Jean Paul tem, inclusive, da abertura no mercado. O que eu posso colocar aos senhores é que nós estamos diante de um investimento bilionário no País que vai redefinir o futuro brasileiro com relação às ferrovias. E nós precisamos, Senador José Aníbal, colocar, com muita tranquilidade, uma determinação, uma lógica federal, um planejamento nacional para que autorizações hoje que estão sendo colocadas... E não é só Mato Grosso, Minas Gerais também criou já um plano estratégico ferroviário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que não venha, de certa forma, futuramente se tornar um problema jurídico. Não será. A gente não quer. Mas se hoje essa questão avança e nós não damos uma decisão aqui com mais rapidez, aí nós vamos atravancar – que é uma expressão popular – o crescimento de um setor de que nós precisamos com muita rapidez.

Quero deixar muito claro aqui, Sr. Presidente Otto, o posicionamento do Ministério da Infraestrutura e do Governo com relação à aprovação e principalmente ao trabalho do Senador Jean Paul, que é reconhecido como um dos mais importantes. E a autonomia desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Sem dúvida.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – O Senado tem autonomia de decidir. Se ficar decidido com o Presidente Rodrigo Pacheco que a medida provisória não deve avançar, ela morre no Senado. É uma possibilidade. Esta Casa tem toda autonomia para isso. Mas a proposta original é essa de nós darmos uma resposta mais rápida e evitarmos que futuramente tenhamos questionamentos jurídicos que impeçam o crescimento de um setor tão importante para o futuro da economia brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Presidente Otto Alencar, primeiro, eu queria endossar totalmente a sua fala. Eu acho que esse aspecto é crucial: inverteu o processo todo. E endossar a fala do Senador Jean Paul.

Senador Carlos Viana, o Governo não fez o que fez o Senador Jean Paul: a quantidade de audiência pública, a consulta plural a todos os setores da sociedade. É um trabalho que tem envergadura. E há um caminho muito rápido. O Senador mostrou aí agora que em três, quatro semanas nós poderemos fazer esse projeto ser votado aqui. Por que nós precisamos da medida provisória? O Presidente do Senado tem a condição de rejeitar essa medida provisória diante desses fatos aqui expostos. Não se trata de nenhuma precipitação aqui, a precipitação foi lá.

Eu estou surpreso, quarta-feira passada eu chamei o principal assessor do Ministro nessa área e mostrei a ele toda a disposição, disse a ele inclusive que estava conversando com o Senador Jean Paul, a nossa ideia era levar à votação. Ele me ouviu, eu falei, destaquei a relevância do projeto sob todos esses aspectos que foram mencionados aqui e ele certamente informou ao Ministro. Disse: "Olha, não tenho nenhuma resistência a votar isso, ao contrário, tenho todo o interesse, o projeto original é do Senador José Serra". Aí vem essa medida provisória totalmente fora de propósito, e agora o Senador Otto Alencar chamou a atenção para esse aspecto de que esse processo começa então na Câmara, quer dizer, tira tudo que foi construído aqui por quem propôs, o Serra, por quem é Relator e por vocês todos que estão aqui. Quer dizer, é pacificador trazer isso para cá, para que a Câmara e os que se interessam tenham mais tempo de estudar, avaliar e, queira Deus, corroborar aquilo que a gente votar aqui ou fazer aprimoramentos, mas não jabutis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria pedir, Presidente, que houvesse uma iniciativa de conversa com o Presidente Rodrigo Pacheco ponderando todas essas questões levantadas aqui.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – E para complementar, Senador Otto, apenas para finalizar aqui, quero dizer que a nossa atenção com o ministério, Senador Carlos e Senador Wellington, foi tal que, na quinta-feira passada, nós compartilhamos a última versão do texto, que eu coloquei ontem no sistema, com antecipação com o ministério, para justamente seguir no que a gente havia combinado, que nesta semana colocaríamos em pauta no Plenário o nosso projeto das ferrovias. O que absolutamente não compromete o cronograma do Mato Grosso ou de Minas, porque, como eu disse, o projeto, o processo começou, é um edital, começou a tramitar, o pessoal vai se candidatar, vão ver credenciais financeiras, técnicas, isso leva um mês, um mês e meio.

Então – Senador Jayme também está aí –, esse projeto do Mato Grosso absolutamente não será comprometido com a nossa votação aqui desse projeto de lei, de forma nenhuma. Ao contrário, o projeto de lei vai abraçar esse processo do edital lá na frente. Não vai comprometer a legalidade, porque se alguém quiser comprometer a legalidade, já estará comprometida agora porque já avançou, já fez o edital. Então, se quiser contestar o edital alguém... Mas eu duvido que alguém vá contestar um edital de investimento como esse. Por quê? Um espírito de porco? Não, o cara fez o edital, ele cometerá ilegalidade se assinar um instrumento de outorga que não existe no marco legal lá na frente, mas por enquanto, ele está se preparando. Ele pode chegar no dia um da lei e dar um instrumento de outorga. Está tudo preparadinho, o vencedor já saiu, as credenciais financeiras, técnicas, operacionais, jurídicas, etc. já saíram e o cara está lá esperando. Ele vai assinar o instrumento de outorga quando a lei virar lei, e a lei virará lei muito mais brevemente através de um projeto de lei que já está ou já deveria estar no Plenário para votação, com relatório, seis relatórios prontos entregues desde 2019 – por várias razões que eu expliquei aqui não progressaram em 2020 –, mas será mais rápido porque irá para a Câmara, volta da Câmara para cá, a gente assegura que as modificações e os jabutis não apareçam, Senador Otto, e o projeto será sancionado pelo Presidente da República. Acabou-se o problema. Por isso que eu disse que esse pretexto é um pretexto "rabo abanando o cachorro", não faz sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas, olha, Senador Jean Paul Prates – eu quero até saudar aqui a presença do Senador Jayme Campos, que conhece bem essa matéria –, essa medida provisória, se for para fazer a tática usual, ela vai ficar na Câmara até próximo de caducar. Aí, quando faltarem oito dias para caducar, ela chega aqui. Foi sempre assim.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vai vir no último dia para cá.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Foi sempre assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí indica-se um Relator para fazer a toque de caixa. Nós modificamos aqui; volta para lá e eles botam da mesma forma.

Já aconteceu no Senado Federal, quando o Senador Renan era Presidente, por duas vezes, coisa dessa natureza. E ele devolveu a medida provisória por duas vezes. Pegou e devolveu a medida provisória, para votar o projeto de lei do Senado. Aí sim, o Senado vai mostrar a sua autonomia e o seu poder. Até porque o Presidente do Senado é Presidente do Congresso Nacional. O Renan devolveu, duas vezes, duas matérias dessa natureza; duas medidas provisórias que ficaram lá, importantes, chegaram aqui no final já, para caducar. O Renan devolveu, para aprovar o projeto de lei que havia no Senado. Aí sim, se acontecer isso, o Senado Federal mostra a sua autonomia e o seu poder.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Para analisar esse projeto de lei que já está aqui. O Senador Jean Paul Prates discutiu, debateu, conversou, ouviu, modificou, alterou; e agora se recebe medida provisória do Governo Federal sem avisar. Absolutamente uma falta de cortesia e de respeito aqui ao Senado Federal.

Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, prezado amigo Otto Alencar, demais Senadores, Paulo, Carlos Viana, Wellington Fagundes.

Olha, nada mais é do que isso aí, apenas assim, quase como se fosse um pretexto para colocar alguma dificuldade por parte do Ministro Tarcísio. E me parece que ele levou na birra, parece aqueles meninos que zangam, porque não deu caramelo, fica de beicinho para lá, para cá.

Olha, é até uma desmoralização por esta Casa aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... na medida em que esse Projeto 261 já está há alguns anos, me parece que é de 2018 ou 2019. Até hoje não foi votado. Houve uma marra, uma demora, etc.

Pois bem, agora, na reta final, depois de várias audiências – tivemos, até semana passada, audiência –, o Jean Paul, que zelosamente é o Relator, foi lá, fez um relatório maravilhoso, belíssimo, matando ponto a ponto, e com discussão com o Ministério da Infraestrutura, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, etc. Ora, e foi acordado, lá na Casa Civil – é bom que se esclareça aqui, meu caro Relator –, que, nesta semana, V. Exa. ia apresentar; só não apresentou na semana passada pelo fato de que V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha compromisso no seu Estado do Rio Grande do Norte, não é isso? Pois bem, agora, traiçoeiramente – que me desculpe –, ontem edita medida provisória.

O senhor me disse aí, meu caro Presidente Otto Alencar, que o Renan devolveu por duas vezes. Eu estava aqui na Casa. E Garibaldi Alves – também eu estava aqui quando ele foi Presidente – também devolveu uma vez. O que precisa é esta Casa aqui reagir na defesa daquilo que é seu papel: cumprir não só a Constituição, mas, sobretudo, o Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente. Concordo com V. Exa.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Caso contrário, nós não valemos o troco aqui.

O Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, tem que devolver. Ele não tem a obrigação, regimentalmente, de encaminhar para a Câmara Federal lá. Ele, de bate-pronto aqui, *ex officio*, devolva para a Casa Civil, até porque nós comunicamos o Presidente da Casa, dias atrás – o Senador Otto é testemunha, o Senador Carlos Fávaro –, que nós já tínhamos articulado na Casa Civil, e o Ministro Ciro Nogueira, respeitosamente, educadamente, comprometeu-se conosco de que iria segurar a medida provisória, pelo fato de que nós tínhamos o 261 já pronto para ser votado.

E se comprometeu conosco, também, o Presidente Rodrigo Pacheco, a que, quando essa matéria fosse protocolada, iria ser votada esta semana, porque a discussão já foi feita na Comissão. Bastaria apresentar no Plenário a reforma acordada. Não haveria dificuldade nenhuma.

Agora, eu, particularmente, Senador Otto, lá atrás, em dezembro – V. Exa. lembra – de 2020, fui o único que colocou obstáculo para votar, porque a maioria absoluta do Senado não tinha conhecimento desse 261. Tanto é verdade que, quando pedi pela ordem – e, se o Senador Davi não me atendesse, iria pedir pela questão de ordem; caso contrário, iria pedir verificação de quórum –, eu já tinha apoiamento suficiente de vários Senadores, porque não se tinha conhecimento, não se inteirou, de fato, do que era o novo marco regulatório em relação às rodovias e ferrovias do Território brasileiro.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. De antes do recesso. Agora, o último movimento... Antes do recesso.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agora não: todo mundo, já excessivamente, tem conhecimento.

Então, eu quero fazer um apelo a V. Exa., que é respeitado nesta Casa, aos demais pares aqui: nós temos que botar o quê? O que dizemos lá no Mato Grosso: botar o Rodrigo Pacheco na parede, para que ele devolva essa matéria antes de encaminhar para a Câmara. Caso contrário, é a tal da verdadeira desmoralização do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Sem dúvida.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu já estou velho. Eu estou fazendo agora 70 anos, dia 13, é o mês do aniversário...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Não parece, não.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Estou velho, cabeça branca já...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas não parece, não, Jayme. Parece que está mais novo.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Caindo os dentes... (*Risos.*)

E eu não estou com essa disposição mais aqui, de passar como troco, aqui, como guri de cueiro, criança de mandar recado. Tenho seis mandatos e com mais um atenuante. Eu tenho seis mandatos e eu volto a repetir aqui, Otto, meu Presidente: eu sou independente. Não vim aqui para ser refém de qualquer que seja, não estou atrás de fazer aqui negociata...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Reconheço isso muito bem.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu sou independente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Sei disso. Sei disso.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Recebo aqui, Carlos Viana, R$23,4 mil. Não estou atrás... Não vendo meu voto. Não faço barganha...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Sem dúvida. Parabéns, Senador Jayme.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu voto com a minha consciência...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Parabéns!

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Aquilo que é bom para o Brasil vai ter o apoio do cidadão Jayme Campos. E eu vou reagir.

E faço um apelo aos senhores, à sociedade brasileira, que é hoje quem realmente defende os interesses na sua plenitude. Que seja reto na sua exposição. Que não seja maria vai com as outras, a depender do vento está virando para lá... Não. Jayme Campos não veio aqui para isso.

Dois mandatos, Senador Otto Alencar: um mandato de Governador e três mandatos de Senador da República. Wellington conhece a minha história. Iniciamos juntos, na década de – ele já é mais novo – 90.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já iniciei em 1982, com 27 anos de idade. E até hoje sobrevivo da política, pela minha coerência – pela minha coerência. E, sobretudo, é aquela velha história: para mim, o que vale é a palavra do cidadão...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... é o fio de bigode, como o meu velho pai, que morreu com noventa e tantos anos, sempre ensinou. Nove filhos de um pai e uma mãe só e dois de criação. Esse foi o grande legado que deixou para nós, era um homem respeitado, foi Prefeito, foi Vereador, foi tudo na vida.

Então, eu faço um apelo aqui aos meus caros pares aqui: nós temos que falar com o Rodrigo Pacheco. Faço um apelo a V. Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Vou falar com ele.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não deixe desmoralizarem o Senado Federal, nesse exato momento em que nós precisamos ter o quê? A respeitabilidade da opinião pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Jayme Campos, parabenizo V. Exa. V. Exa. sabe que cada um de nós constrói a nossa própria história, e eu conheço a história de V. Exa.

É uma história de honra, dignidade, trabalho, coerência, correção e, acima de tudo, autonomia nos votos, porque nenhum Senador pode vir aqui ao Senado Federal para não ter liberdade de votar de acordo com a sua consciência e com as suas convicções. É o caso de V. Exa.

Nesse caso, o Senador Jean Paul Prates e todos os Senadores que participaram longamente das discussões do projeto não podem, de uma hora para a outra, sem avisar o Senado Federal, o Congresso Nacional, ver uma medida provisória editada porque o Ministro da Infraestrutura acha que a ideia melhor é a ideia dele, desrespeitando o que foi discutido aqui pelos Senadores.

Então, na minha opinião, em um caso dessa natureza – claro que não posso interferir em decisões do Presidente, a quem eu respeito muito, até porque tem sido um Presidente laborativo, que tem trabalhado, que tem correspondido à nossa expectativa –, seria o caso de devolução, para aprovar o projeto, encaminhar para a Câmara e aprovar como matéria oriunda aqui do Senado Federal, porque se vier para cá, como vem, de afogadilho, e de última hora aprovarmos e voltar para lá, nós estaremos dando um atestado de falta de altivez e de autonomia do Senado Federal.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Quero só fazer um aparte a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se me permite, Presidente...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Esse projeto é do Senador José Serra. Está velho aqui, não é, Jean Paul? O José Serra, de forma competente, elaborou esse projeto, discutiu. Agora pegam esse projeto e jogam na lata do lixo?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não dá, não é, amigo?

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Jayme, Presidente Otto... Senador Wellington, rapidamente...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Gostaria de sugerir, se for o caso, que a gente faça um requerimento conjunto, se V. Exa. entender que é melhor, já neste sentido, a Comissão aprovando um requerimento, pedindo ao Senador Rodrigo Pacheco a devolução.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Podemos encaminhar dessa forma.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Acho pertinente.

Só para um alerta, rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É porque eu fui olhar aqui, por indução do Senador Carlos, a MP, o texto da MP. Obviamente, ele não é igual ao texto nosso, "consensuado" e tal, ao suado texto do projeto de lei. Mas, Senador Jayme, queria chamar a atenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou colocar em votação o requerimento, a proposta do Senador Wellington Fagundes...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Antes que seja tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – ... de se encaminhar aqui, pela Comissão de Assuntos Econômicos, essa provocação ao Presidente do Senado para que tome providência nesse sentido, porque eu acho que todos estão concordando aqui...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Não, Excelência. O Governo... No meu caso, como Vice-Líder, eu voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Está bem. Eu pergunto ao Senador Jayme Campos: vota a favor?

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Eu me abstenho nessa sugestão.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou, eu vou... Me permita só um segundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Jean Paul Prates, então, está aprovado com o voto contra do Senador Carlos Viana.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. Espere aí, eu só... Eu vou dar uma razão ao Senador Carlos. Eu vou dar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a abstenção.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – O Senador Carlos me permita aqui ouvir rapidamente...

O projeto que veio, a MP que veio, Senador Jayme, pelo que eu estou interpretando rapidamente aqui, enterra o edital de Mato Grosso e o de Minas, porque ela coloca um artigo lá, claramente, que diz: "Compete aos Estados" – §1º do art. 4º –, "ao Distrito Federal e aos Municípios a outorga do serviço de transporte ferroviário das ferrovias que não se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 20 da Lei 12.379, de 2021". E a Lei 12.379 diz justamente que o Subsistema Ferroviário Federal é composto de toda e qualquer ferrovia que atenda grandes fluxos de transporte de carga, que possibilite o acesso a portos, que articule com segmento ferroviário internacional, etc., etc., que promova ligações necessárias à segurança e à economia nacional, um quesito completamente subjetivo, sujeito a subjetividades.

Então, me arrisco a dizer – vamos interpretar melhor aqui, vamos ver melhor com a análise – que o texto da MP vem de encontro – e não ao encontro, como o projeto faz – aos editais estaduais. Então, vamos abrir o olho aí em relação a isso também.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, nós estamos... Eu vou aqui só declarar o resultado da votação do PL 2.835, 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Votaram SIM, 16; NÃO, 0.

Abstenção, 0.

Então, está aprovado.

Vai à SGM.

Também vou colocar aqui, em votação, um requerimento apresentado pela Comissão, conjunto.

Àqueles Parlamentares que quiserem discutir, vou colocar em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum voto contrário, está aprovado.

Vamos, então, remeter esse requerimento, o mais rápido possível, ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco.

A Secretaria preparando já, depois, a redação final, nós vamos...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Gostaria de que V. Exa. pautasse o requerimento (*Fora do microfone.*)

aproveitando aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já foi aprovado.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Já foi?

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já foi aprovado...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... com o voto de V. Exa.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Com certeza!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E a Secretaria já está preparando para que a gente entregue, pessoalmente, no início da sessão, lá no Plenário, ao Presidente Rodrigo Pacheco.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – No início da sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pediria aqui, ao Senador Jayme, inclusive, à Liderança – viu, Senador Jayme? –, para organizar a nossa ida lá, logo na abertura, claro, como Presidente, porque o Presidente Otto Alencar teve que sair.

Então, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada no dia 24 de agosto.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Será publicada no *Diário do Senado*.

Não havendo nada mais a tratar, declaro, então, encerrada a reunião.

*(Iniciada às 09 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Ciro Nogueira, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Giordano, Lasier Martins, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Rogério Carvalho e Alessandro Vieira, e ainda do Senador não membro Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Mara Gabrilli, Maria do Carmo Alves e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 107, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Leandro Fonseca da Silva." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Senhor Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, indicado para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com 11 votos favoráveis e 3 contrários. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 6, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor ROMISON RODRIGUES MOTA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato de Alessandra Bastos Soares." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Senhor Romison Rodrigues Mota, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, com 12 votos favoráveis e 2 contrários. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Sérgio Petecão**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/07

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento de cópias de expediente de assembleias legislativas, câmaras municipais e entidades contendo considerações sobre a pandemia do coronavírus, o Sistema Único de Saúde e relações trabalhistas.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria da Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

Informo que a reunião tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com o serviço de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800-612211, e o nosso e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos indicados, via internet.

Informo que a presente reunião destina-se à leitura dos relatórios das MSF nº 107, de 2020, e MSF nº 6, de 2021 e à arguição e votação do Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da ANS e do Sr. Romison Rodrigues Mota, para exercer o cargo de Diretor da Anvisa.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores, por sistema de videoconferência, para leitura e debate dos relatórios. Entretanto, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de dois pontos de votação secreta: *drive thru* instalado na entrada da garagem coberta, e três pontos de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa.

Para melhor organização da reunião, inicialmente os Srs. Relatores farão as leituras dos seus respectivos relatórios e, em seguida, será concedida a palavra aos indicados para as suas exposições iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, será aberta a fase de arguição, as Sras. e os Srs. Senadores inscritos poderão usar a palavra por até dez minutos cada, assegurado ao interpelado igual prazo para resposta e facultada a réplica e tréplica por cinco minutos.

O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, às autoridades a serem sabatinadas e aos servidores diretamente envolvidos na reunião, no estrito exercício de suas atribuições.

**ITEM 2**

**MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor ROMISON RODRIGUES MOTA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato de Alessandra Bastos Soares.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:** *Após a arguição do indicado, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Relatoria do nobre Senador Nelsinho Trad, que já se encontra presente, e o relatório está pronto para deliberação.

Concedo a palavra ao nobre Senador e Líder do PSD nesta Casa, para a leitura do seu relatório.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Como Relator.) – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, a que tenho a honra de pertencer, Senador Sérgio Petecão, na pessoa de quem gostaria de saudar todos os outros colegas Senadores que aqui se encontram.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e, em consonância com o disposto no art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal, por meio da Mensagem 6, de 2021 (Mensagem 74, de 2021, na origem), o nome do Sr. Romison Rodrigues Mota para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Junto à mensagem, foram encaminhados também o *curriculum vitae* do indicado, declarações e certidões expedidas por órgãos públicos, além de argumentação escrita em que o indicado defende sua adequação ao cargo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O currículo recebido aponta que o Sr. Romison é formado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado de Goiás, além de possuir especializações em Gestão Financeira pela Faculdade Faria Alves, e em Vigilância Sanitária pela Fiocruz.

Iniciou sua trajetória profissional na iniciativa privada no setor financeiro da Planalto Empreendimentos, onde trabalhou até 1995, antes de atuar nas empresas Nasa Administradora de Consórcio e Nasa Veículos Ltda., até março de 2005. Foi aprovado, neste ano de 2005, em concurso público para cargo efetivo de Analista Administrativo, especialidade Economia, da Anvisa, carreira à qual pertence até os dias atuais – ou seja, nobre Presidente Petecão, é um funcionário de carreira.

Na Agência, exerceu a função de Gerente de Orçamento e Finanças, de fevereiro de 2011 a maio de 2015, para depois ser nomeado para o cargo de Gerente-Geral de Gestão Administrativa e Financeira, em que permaneceu até abril de 2020, após ser escolhido mediante processo seletivo. Posteriormente, foi Diretor Substituto da Terceira Diretoria da Anvisa – de abril a novembro de 2020 – e também Diretor Substituto da Quarta Diretoria, posição que também ocupa até o presente momento.

A documentação mencionada apresenta as atividades profissionais exercidas pelo indicado com vistas a atender ao disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado. O indicado não apresentou relação de publicações de sua autoria.

Para satisfazer as exigências descritas na alínea "b" do inciso I do art. 383 do Risf, o indicado apresentou as seguintes declarações:

I. não ter parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

II. não ter participação atual como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, embora tenha sido sócio de empresa já liquidada e baixada, desde 2007, junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

III. ter regularidade fiscal perante as três esferas do Governo, com as certidões negativas (ou positivas com efeito de negativas) comprobatórias dessa situação, em anexo;

IV. inexistirem ações judiciais, cíveis ou criminais nas quais figure como autor ou réu, conforme certidões negativas anexadas e emitidas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pelo Superior Tribunal de Justiça;

V. não ter participado, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais ou em conselhos de administração de empresas estatais;

Sobre a atuação em funções de direção de agências reguladoras, declara ter exercido a posição de Diretor Substituto da Terceira Diretoria da Anvisa, de 7 de abril a 5 de novembro de 2020, data em que assumiu o cargo de Diretor Substituto da Quarta Diretoria da mesma agência, em que permanece até os dias atuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para demonstrar que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretor da Anvisa, em obediência ao disposto na alínea "c" do inciso I do art. 383 do Risf, o Sr. Romison Rodrigues Mota encaminhou argumentação escrita, na qual relata que iniciou sua vida profissional muito cedo, na informalidade, passando a atuar formalmente na iniciativa privada aos 16 anos de idade, e que progrediu até ocupar cargos de gestão nas empresas por onde passou.

No setor público, reporta que ingressou na Anvisa, órgão em que também se desenvolveu profissionalmente, capacitando-se para ocupar as posições descritas em seu currículo. Enfatiza ainda seu desempenho em duas diretorias da agência, oportunidade em que pôde contribuir para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, no que se refere aos aspectos regulatórios, com a flexibilização e a simplificação de normativos e a adoção de procedimentos necessários à autorização de uso de equipamentos de suporte respiratório e de outros dispositivos médicos e insumos necessários à assistência de pacientes com a doença.

Destaca também sua contribuição para a edição de regulamentos técnicos que incluíram o oxigênio medicinal e as vacinas contra a Covid entre os produtos essenciais que dependem de anuência prévia da Anvisa para que sejam exportados. Sobre os referidos imunizantes, cita sua participação no processo decisório que culminou com a aprovação do uso emergencial no Brasil.

Por fim, para afiançar sua afinidade moral e intelectual em relação ao exercício do cargo para o qual foi indicado, cita seus 16 anos de atuação profissional na Anvisa – repito: 16 anos de atuação profissional na Anvisa –, além de sua formação educacional, importante no desempenho de suas funções administrativas e gerenciais na agência e aprimorada pelo curso de especialização em Vigilância Sanitária ministrado pela Fiocruz.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão tem condições plenas de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Romison Rodrigues Mota para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na vaga decorrente do término do mandato de Alessandra Bastos Soares.

Sr. Presidente, lendo o relatório, faço aqui um adendo da vasta experiência de mais de 15 anos do indicado como funcionário efetivo da Anvisa e que, com certeza, recebendo o aval desta Casa, haverá de desempenhar suas funções a contento do desenvolvimento que prestam os seus membros naquele órgão.

É só, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. A gente tem como praxe, uma vez que já foram distribuídos os relatórios dos que vão ser sabatinados, que V. Exa. pode, com a anuência do Plenário, abrir já o processo de votação para a gente agilizar. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Líder Nelsinho, seguindo aqui uma orientação da nossa assessoria, que tem experiência, o Senador Lucas, como não está presente aqui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Gomes, eu vou designar como Relator *ad hoc*. Ele vai ler, e já fazemos as duas votações, em cinco minutinhos.

**ITEM 1**

**MENSAGEM (SF) N° 107, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Leandro Fonseca da Silva.*

**Autoria:** Presidência da República

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Eduardo Gomes.

Com a palavra o Senador Lucas Barreto, por favor.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Senador Presidente da CAS, Sérgio Petecão, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhoras que prestigiam a nossa sessão da CAS. Aqui eu quero fazer um registro especial de um amigo de toda esta Casa que nos visita e que vem prestigiar esta sessão também que é o nosso amigo Vítor, aqui presente. Então, é só para registrar a presença do nosso amigo Vítor, que daqui a pouco terá uma reunião conosco. Quero falar de quanto o Senado tem respeito pelo senhor e do carinho que os Senadores têm pelo senhor. Seja muito bem-vindo.

Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, é sobre a Mensagem nº 107, de 2020, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato de Leandro Fonseca da Silva.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 107, de 2020 (Mensagem nº 739, de 2020, na origem), submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Leandro Fonseca da Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e as declarações do indicado, além de cópias de documentos jurídicos e fiscais.

• Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf (2015);

• Conselho Nacional de Saúde (2017-2018);

• Grupo Hospitalar Conceição (2017-2019);

• Caixa Participações (2016-2019);

• Caixa Seguridade (2017-2019).

Para enfatizar sua qualificação, o indicado incluiu carta em que manifesta sua convicção de que sua experiência profissional e de gestão e sua habilidade para mediar conflitos o habilitam para o desempenho do cargo de Diretor-Presidente da ANS, em atendimento ao disposto na alínea "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Dessa forma, a documentação enviada cumpre o propósito de apresentar as atividades profissionais e acadêmicas do indicado e atender ao disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Quanto ao item 2 dessa alínea, referente às publicações de sua autoria, não constam informações a respeito.

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos cinco itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Assim, a documentação enviada pelo indicado para atender a esses requisitos contém declarações e certidões.

Para atender ao item 1, ele envia declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional. Quanto ao item 2, por meio de outra declaração de sua autoria, ele informa que participou do quadro societário da empresa Vitrine Empreendimentos Ltda., no período de 18.11.2003 a 14.06.2006.

Acerca da regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, do item 3 do mencionado dispositivo do Regimento Interno, o indicado declara ter: i) Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares, emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU); ii) Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e iii) certidão, também emitida pelo TSE, afirmando não constar registro de inscrição do indicado perante a Justiça Eleitoral – ou seja, nada consta.

Assim, tendo em vista a documentação enviada e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Leandro Fonseca da Silva.

Lido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agradecemos a leitura do nosso querido Senador Lucas Barreto.

Concluídas as leituras dos relatórios, passo a palavra aos indicados para suas exposições, por até dez minutos.

Concedo a palavra ao Sr. Romison Rodrigues Mota.

Sr. Romison Rodrigues Mota, fique à vontade. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Paulo para que tome assento à mesa, por favor.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente Senador Sérgio Petecão...

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Fique à vontade, Romison.

Boa sorte!

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente Sérgio Petecão...

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Romison, 30 segundos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu gostaria de pedir a V. Exa., tendo em vista os vários compromissos que nós temos na manhã de hoje, diante do fato de que ainda vão ser sabatinados dois indicados aqui e se V. Exa. permitisse, que abrisse o painel para que nós pudéssemos já iniciar o processo de votação, até porque nós já tivemos a oportunidade de ímpar de receber em nossos gabinetes os dois indicados. Conhecemos perfeitamente os seus currículos, a sua capacidade e o seu compromisso, certamente, de trabalhar em favor, naturalmente, dessas agências, onde é fundamental termos gente competente, eficiente.

Então, com a devida vênia, peço ao senhor para abrir o painel para que possamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Esta Presidência agradece a experiência de V. Exa. com a grande contribuição, e é nessa linha que nós vamos encaminhar.

Eu peço que a nossa assessoria cuide aí da votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós iremos abrir a votação, enquanto os nossos indicados farão uso da palavra por 10 minutos.

Sr. Romison.

**O SR. ROMISON RODRIGUES MOTA** (Para expor.) – Obrigado, eminente Senador Sérgio Petecão.

Inicialmente, eu agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, pela confiança em mim depositada e pela indicação do meu nome ao Senado Federal. Agradeço ao Exmo. Sr. Presidente deste Senado Federal. Agradeço ao Presidente desta Comissão, eminente Senador Sérgio Petecão. Agradeço imensamente ao Relator, eminente Senador Nelsinho Trad, em nome de quem agradeço às Sras. e aos Srs. Senadoras.

Agradeço aos Diretores da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres, nosso Diretor-Presidente, à Dra. Meiruze de Souza Freitas, à Dra. Cristiane Rose Jourdan e ao Dr. Alex Machado Campos, pela presença aqui nesta reunião. Agradeço também aos mais de 1,6 mil servidores da Anvisa pelo trabalho realizado, principalmente pelo compromisso com a saúde pública, o que ficou amplamente demonstrado nas ações realizadas durante a pandemia.

Não poderia deixar de agradecer também à minha esposa Elenita e a meus filhos, Pedro Henrique e Paulo Vítor, pelo apoio incondicional e pelo companheirismo que encontro ao retornar ao nosso lar, muitas das vezes após dias extenuantes de trabalho.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, tenho 31 anos de experiência profissional, dos quais os 15 anos iniciais foram construídos na iniciativa privada. Peço permissão para iniciar esta exposição tendo como marco inicial minha trajetória na Anvisa, onde ingressei em 2005 por meio de aprovação em concurso público de provas, títulos e curso de formação.

Entrei em exercício no dia 6 de abril daquele ano, na área de execução orçamentária e financeira da agência, na Gerência de Orçamento e Finanças, gerência da qual assumi a titularidade em fevereiro de 2011. Em maio de 2015, assumiu o cargo de Gerente-geral de Gestão Administrativa e Financeira. Em abril de 2020, já no início da pandemia do coronavírus, fui designado, por meio de decreto presidencial, para compor, como servidor da Anvisa, a lista de substituição da Diretoria Colegiada da agência, nos termos da até então recente Lei Geral das Agências Reguladoras. Dessa forma, fui convocado para assumir uma das vagas da diretoria, ficando, no período de 7 de abril a 5 de novembro, responsável pela supervisão das unidades subordinadas à Terceira Diretoria. Em 19 de dezembro, fui novamente convocado para assumir, como substituto, uma das vagas da Diretoria da Anvisa, dessa vez supervisionando as áreas de inspeção e fiscalização. Durante esses dois períodos como diretor substituto, ao lado dos demais diretores e do corpo de servidores altamente qualificados e comprometidos, participei do processo de construção, de flexibilização e de simplificação de dezenas de normativos necessários ao enfrentamento da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas ações, Srs. Senadores, possibilitaram a disponibilização de centenas de registros de produtos essenciais no combate do coronavírus a exemplo de saneantes nas suas diversas formas, de ventiladores pulmonares e de produtos para diagnóstico *in vitro* para a detecção da Covid-19.

Tivemos a oportunidade também de trabalhar regulamentos que visaram à flexibilização excepcional dos procedimentos regulatórios relativos a oxigênio medicinal e também dos regulamentos excepcionais que possibilitaram o enfrentamento da escassez dos medicamentos anestésicos, sedativos e bloqueadores neuromusculares utilizados no processo de intubação orotraqueal de pacientes acometidos da Covid-19 e internados em Unidade de Terapia Intensiva.

Esses normativos visaram, por um lado, flexibilizar procedimentos para a importação desses medicamentos e, por outro, ampliar a produção nacional desses mesmos medicamentos por meio da simplificação dos procedimentos de registros e pós-registros e também pela autorização excepcional para que as indústrias reduzissem de 14 para 7 dias o período utilizado para a realização dos testes de esterilidade e a consequente liberação do produto para a comercialização.

No que se refere às vacinas, item primeiro na lista de essenciais para combatermos a pandemia, foi com muito orgulho e com enorme senso de responsabilidade que participei do processo decisório que culminou com a aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, naquele marcante dia 17 de janeiro de 2021.

Portanto, no último ano, o mais crítico dos 21 anos de existência da própria Anvisa, tive a oportunidade de servir o meu País estando à frente de uma das diretorias da agência, onde pudemos empregar ações concretas que permitiram combater ou pelo menos minimizar os efeitos da pandemia do coronavírus.

Sem descuidar um só minuto dos assuntos relativos à pandemia, acredito que é hora também de pensar nos desafios futuros da agência. Temos que continuar trabalhando na modernização, simplificação e automatização de procedimentos. Temos que fazer um trabalho de análise de cada um dos regulamentos de simplificação de excepcionais editados durante a pandemia para avaliar quais poderão ser adotados na situação ordinária no pós-pandemia. Cito como exemplo a necessidade que a Anvisa tem de atuar mais fortemente no pós-mercado e esse é um tema do qual também sou um entusiasta.

Para avançarmos nessa transição, considero necessária a atualização da legislação sanitária, considero que o processo administrativo sanitário carece de melhorias, pois a sua baixa efetividade torna a fiscalização ineficiente e praticamente anula o caráter educativo que a aplicação da sanção deveria ter ao agente infrator.

Pretendo trabalhar junto com as áreas envolvidas e com o apoio da diretoria colegiada da agência na reestruturação desse importante processo de trabalho. Considero importante estimular o credenciamento de laboratórios analíticos recentemente regulamentados pela RDC 390, de 2020. Esse credenciamento permitirá a ampliação da rede de laboratórios para a realização de análise de orientação, de controle e até mesmo fiscais, permitindo ampliar a capacidade de monitoramento da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essa rede de laboratórios, teremos condições de ampliar os programas de monitoramento analítico, de forma a abarcar os mais diversos produtos sujeitos à vigilância sanitária, criando uma vigilância permanente e ativa, que se antecipe a eventuais desvios de qualidade desses produtos.

Enfim, senhoras e senhores, temos um futuro desafiador no âmbito da Vigilância Sanitária, o que me faz sentir orgulhoso de estar aqui sendo escrutinado para uma vaga de Diretor da Anvisa.

E me coloco à disposição dos senhores com o compromisso de exercer com zelo e dedicação o exercício da atividade de Diretor da Anvisa, caso meu nome seja aprovado por este Senado Federal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agradecemos a exposição do Sr. Romison Rodrigues Mota.

Já concedo a palavra ao Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho.

**O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO** (Para expor.) – Bom dia a todos.

Peço licença para realizar alguns agradecimentos antes de iniciar a minha fala.

Agradeço a S. Exa. o Senador Petecão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e ao Senador Eduardo Gomes, que é Relator do processo na Comissão. Agradeço também ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde pela minha indicação. Agradeço a todos os Senadores e Senadoras e demais autoridades aqui presentes, física ou virtualmente, e a todos os servidores desta Casa que viabilizaram a organização desta sabatina e que me dedicaram a mais cordial atenção.

Agradeço à minha esposa a compreensão diante desta jornada e da ausência de casa, a meu filho, Rafael, e à minha filha, Beatriz.

Agradeço a presença ao Diretor Antônio Barra, em nome de quem saúdo toda a Diretoria da Anvisa aqui presente, Dr. Alex, Dra. Meiruze, Dra. Cristiane.

Agradeço aos diretores e servidores da Agência Nacional de Saúde Suplementar que, ao longo desses mais de 2,5 anos de mandato como Diretor, tanto me apoiaram e demonstraram grande compromisso com o serviço público, em especial numa atividade de tamanha relevância como a saúde suplementar, sobretudo neste momento da maior crise sanitária mundial, em que todos na ANS se dedicaram com a abnegação e muitas horas diárias de trabalho árduo.

Em 2003, obtive a graduação em Direito pelo Centro Universitário de Ensino de João Pessoa e, desde então, venho trabalhando no serviço público, seja nas esferas estadual, federal e municipal.

Em 2018, tive a oportunidade de ser indicado para o cargo de Diretor na Agência Nacional de Saúde Suplementar e de ter sido sabatinado e aprovado pelo Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde setembro de 2018, tenho a honra de estar como Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, compondo a Diretoria Colegiada dessa importante agência reguladora.

Iniciei minha jornada na ANS como Diretor de Gestão, onde permaneci até junho de 2019, passando, então, a assumir a Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras, diretoria onde permaneço até hoje.

Enquanto Diretor da Agência, participei de diversos avanços no aprimoramento da instituição, seja para fortalecimento da sua governança e gestão, seja para sua atuação regulatória, em que posso destacar a implementação do capital baseado em risco, que visa a incentivar a boa gestão dos riscos pelas operadoras, promovendo o refinamento da regulação econômica setorial voltada a contribuir com a sustentabilidade do mercado, ampliando a segurança operacional para a promoção de melhor assistência aos beneficiários, representando um verdadeiro avanço nas normas prudenciais do setor; o aprimoramento das regras de portabilidade de carência, com o intuito de ampliar a concorrência e empoderar o consumidor; o Plano de Transformação Digital da ANS, que objetiva gerar mais eficiência e aprimorar a jornada dos usuários que utilizam os serviços prestados, além da certificação de boas práticas em atenção à saúde, que visa a incentivar as operadoras a desenvolverem um cuidado cada vez mais qualificado aos seus beneficiários, dentre outras ações no período.

Participar da Agência tem sido um estímulo e uma oportunidade. A possibilidade de liderar e manter uma parceria com os servidores da Agência, que tão bem me receberam, tem permitido o enfrentamento dos desafios do setor. E ainda há muito o que se fazer para promover o melhor possível para a nossa sociedade, seja na assistência à saúde, seja na sustentabilidade, bem como na estabilidade do setor. Fazer parte do corpo diretivo da ANS é um desafio em qualquer circunstância, dada a complexidade das múltiplas atribuições que cabem à agência e à sua missão institucional na cadeia do sistema de saúde suplementar. O momento delicado atual que o País vivencia, contudo, exige mais do que nunca experiência e compromisso com o interesse público, requisitos dos quais, humildemente, considero que a minha trajetória profissional até aqui me ajudou a tornar realidade as ações desenvolvidas à frente da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras, diretoria responsável pela autorização do funcionamento das operadoras de planos e o seu monitoramento econômico-financeiro de modo a preservar a solvência, a aplicação adequada dos recursos financeiros dessas instituições que são de grande relevância social, pois prestam assistência à saúde, um serviço que é essencial à sociedade e, dessa forma, é também uma diretoria que atua visando à ordem econômica do setor regulado.

É inegável que a pandemia do vírus coloca o mundo e a humanidade em provação, e não é diferente com a agência, que exerce funções fundamentais no apoio ao combate aos efeitos perversos da incidência do Covid-19, estando no centro das atenções do nosso Governo e da nossa sociedade civil. Nesse sentido, cabe salientar que temos trabalhado arduamente na adoção de medidas para o enfrentamento da pandemia. Podemos citar a incorporação de testes junto ao rol de cobertura obrigatória e a viabilização da telemedicina nos serviços prestados pelas operadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes do meu ingresso na ANS, em 2016, fui nomeado Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde, onde tive a oportunidade de discutir e mediar soluções dos mais diversos temas referentes à saúde. Durante esse período me mantive acompanhando as ações do Ministério para as demandas da Agência Nacional de Saúde, a exemplo da construção da cooperação técnica para o intercâmbio de dados e compartilhamento de recursos tecnológicos com o objetivo de melhoria dos processos do ressarcimento ao SUS. Tenho experiência de mais de 17 anos na área de direito à saúde e essa experiência vem também por minha atuação na área do direito à saúde como advogado militante e como Procurador-Geral do Município de Esperança, onde tive a possibilidade de conhecer o cotidiano da judicialização e do direito à saúde – é vizinha à sua cidade, Senador.

O meu compromisso ao longo desses anos de administração pública, a militância no direito à saúde e, sobretudo, mais intensamente nos últimos dois anos, a atuação como Diretor da ANS, além da experiência da gestão na administração pública habilitam-me para o desempenho do cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Habilidade para mediar conflitos, ouvir atentamente às demandas e buscar melhores soluções são também características pessoais a destacar. Soma-se a isso meu conhecimento da sociedade brasileira de norte a sul, de leste a oeste, lidando diretamente com as necessidades da população pelas oportunidades e funções que desempenhei à frente dos ministérios nos quais atuei.

Sras. e Srs. Senadores, como cidadão brasileiro, sinto-me honrado em participar desta audiência e colocar os meus serviços à disposição deste País.

Queremos estabelecer maior articulação em todos os órgãos da administração pública a fim de promover melhor diálogo e unir esforços em prol de um bem comum. Queremos promover ainda mais transparência na informação, possibilitar comparabilidade e permitir ainda mais o empoderamento dos beneficiários e contratantes para que eles possam optar por quem lhe gera mais valor na entrega de um serviço de qualidade, por quem promove, de fato, a gestão em saúde e se preocupa com quem está cuidando. Não apenas prevenção da doença, mas também promoção e desenvolvimento da saúde, adotando as melhores práticas de governança e gestão.

Um Brasil com mais saúde é o que mais desejamos, pois um Brasil com saúde é um País capaz de ser produtivo e de gerar desenvolvimento, e a ANS pode contribuir com esse papel. Assim, entendo que a ANS precisa ser ainda mais reconhecida pela sociedade. Meu empenho será de fazer a ANS aumentar ainda mais a capacidade de escutar o cidadão e de produzir informações acessíveis na linguagem simples, para que todos os beneficiários possam compreender os seus direitos e compreender como comprar um plano e como escolher o melhor plano.

Sabemos que a pandemia poderá trazer efeitos nefastos no campo do cuidado. As operadoras precisam adotar, ficar atentas, e a ANS, sob a minha liderança, contribuirá para que se desenvolvam programas assistenciais que tratem os efeitos desta pandemia para um cuidado coordenado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos induzir a operadora de plano de saúde ao alinhamento com as melhores práticas na gestão de saúde, estando sempre em busca de levar os melhores desfechos assistenciais, pois o País envelhece e temos que cuidar desse novo cenário e do novo futuro da melhor forma possível. Queremos incrementar os estudos e pesquisas, aproximar-nos ainda mais da academia para conhecer cada vez mais a realidade do setor e regulá-lo para manter o equilíbrio.

Na visão que temos, a agência deve estar cada vez mais próxima de todos os envolvidos nesse setor, ouvindo e dialogando com transparência de informações e compromissos públicos; construindo juntos, com a agenda regulatória da ANS, com coerência, integridade e foco na sua missão institucional; colaborando tecnicamente com as Casas Legislativas; trazendo insumos para o aprimoramento no marco da saúde suplementar; avançando nas ações de proteção dos dados sensíveis dos beneficiários, mantendo a eficiência na operação assistencial e na disponibilização das informações para a coordenação maior do sistema de saúde suplementar brasileiro, por meio da Rede Nacional de Dados em Saúde, otimizando tempo e recursos; reduzindo a burocracia de acesso entre o público e o privado; construindo pontes de conexão e viabilizando a extinção de desperdícios.

Devemos buscar o equilíbrio de forças entre os atores – cidadãos, empresas contratantes, operadoras, prestadores –; enfim, devemos buscar harmonizar as relações em prol de uma justiça comum, do fortalecimento das pactuações e contratualizações.

Um setor que movimentou, em 2019, mais de R$210 bilhões, que realizou mais de 1,6 bilhão de procedimentos e que atende a mais de 48 bilhões de brasileiros certamente é um setor complexo e trata-se de uma tarefa de grande responsabilidade. Assumo o compromisso, caso tenha a honra de ser votado pelos senhores e senhoras, de termos mais comunicação e informação de forma acessível, para que os atores envolvidos promovam maior participação de todos através de encontros, consultas públicas, previsibilidade de ações que auxiliem no planejamento de todos os envolvidos, flexibilidades, utilizando instrumentos apropriados em resposta às mudanças das condições, efetividade, eficiência, custo efetivo baseado na coleta de dados e nas políticas, confiabilidade nos processos bem definidos, possibilitando a tomada de decisões e mais transparência.

Assim, diante do exposto, tenho a certeza da responsabilidade e do desafio que assumo caso venha a ser aprovado por V. Exas. como Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, mas certo de que buscarei trabalhar com afinco para que tenhamos uma saúde suplementar com mais qualidade para os beneficiários, sustentabilidade e continuidade na prestação da assistência à saúde.

Coloco-me à disposição para questionamentos que porventura vierem. E, por fim, peço licença para citar um pensamento de Aristóteles: "A felicidade e a saúde são incompatíveis com a ociosidade". E é baseado nisso que busco, diuturnamente, agir, movimentar, correr atrás para entregar o que, como servidor público, tenho a missão de oferecer à nossa sociedade brasileira.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós agradecemos a fala do nosso sabatinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já agradecemos aqui a todos os participantes do nosso e-Cidadania. Chegam aqui muitas perguntas, muitas perguntas: da Sra. Fernanda Teixeira, de Minas Gerais, do Sr. José Roberto, de São Paulo, da Sra. Emily Machado, de Santa Catarina, do Sr. Henrique Bottega, do Rio Grande do Sul, do Sr. Valdemagno da Silva, de Pernambuco, do Sr. Wilson Bicalho, de São Paulo, do Sr. Geova Chagas, de Minas Gerais, de Vic Sá, do Rio de Janeiro.

Nós vamos só aguardar um pouquinho, porque nós vamos, agora...

Concluídas as exposições dos indicados, passo a palavra aos nossos Senadores e Senadoras por até dez minutos para arguição dos nossos indicados.

Aqui, pela ordem de inscrição, nós temos a nossa querida Senadora Zenaide Maia, nossa ilustre Vice-Presidente desta Comissão.

Já quero dizer a V. Exa. que estou morrendo de saudade, e é um prazer ter sua participação agora, aqui, nesta sabatina.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente Sérgio Petecão, eu também estou com saudade, e meu abraço para a nossa primeira-dama.

Eu queria cumprimentar aqui nossos sabatinados, Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho e Romison Rodrigues Mota.

Eu vou fazer as perguntas aqui, Presidente, cumprimentando meus colegas Senadores.

O reajuste de plano de saúde em 2020... Ao contrário de grande parte dos setores da economia, a crise sanitária desencadeou aumento de lucros para as operadoras de planos de saúde na medida em que as pessoas buscaram individualmente ou por adesão de plano de saúde e seguro de vida.

Com o aumento dessa demanda, houve o incremento de 30% só entre os meses de fevereiro e março de 2020. Por outro lado, o isolamento social implicou a redução a demanda dos usuários de planos por procedimentos de caráter não emergenciais, como exames, consultas e cirurgias preventivas e eletivas, porque esses procedimentos foram todos adiados.

Com o aumento dessa demanda, houve o incremento de 30% só entre os meses de fevereiro e março de 2020. Por outro lado, o isolamento social implicou a redução de demanda dos usuários de planos por procedimentos de caráter não emergenciais, como exames, consultas e cirurgias preventivas e eletivas. E esses procedimentos foram todos adiados.

Portanto, embora recebendo o pagamento das parcelas, as operadoras não tiveram que arcar com despesas com os serviços e prestadores. Dados da própria Agência Nacional de Saúde Suplementar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2020 indicam quedas significativas das taxas de sinistros ocorridas até o segundo semestre do ano passado, alcançando uma média histórica de queda de 75% em outubro de 2020.

Por fim, segundo a ANS, o segmento das operadoras de planos de saúde alcançou uma alta lucratividade, em 2020, da ordem de 49,5% se comparado com o ano de 2019. Até o terceiro trimestre de 2020, apresentaram um lucro líquido de R$11 bilhões, comparado ao mesmo período de 2019.

Diante dessa constatação, eu queria perguntar o seguinte: quais mecanismos a Agência Nacional de Saúde Suplementar tem adotado para conter os abusos das operadoras na imposição de reajustes em patamares superiores ao da inflação? Primeira pergunta.

Segundo: quais os parâmetros mínimos de qualidade que a ANS tem exigido para autorização da operação de planos de saúde e quais os controles exercidos para assegurar uma adequada e qualificada cobertura aos beneficiários? Porque a gente sabe que uma das maiores queixas é justamente a dificuldade de os planos de saúde executarem os exames. Petecão, todos os Senadores sabem disso porque a gente recebe muitas queixas.

Terceiro: como a ANS tem assegurado níveis de contrapartida que assegurem a dignidade na remuneração dos profissionais prestadores e a devida qualidade e segurança da assistência dos usuários? Aqui eu já cito a enfermagem. Tenho olhado para esses profissionais que estão presentes, em que há um número de óbitos muito grande, e a gente está vendo que não é no serviço público que há enfermeiro ganhando menos do que um salário mínimo.

Quarto: no caso de rescisão contratual, a ANS poderia ter uma articulação com o sistema público, de forma a garantir continuidade na prestação de assistência dos beneficiários?

As perguntas são essas para o senhor. São várias, mas eu vou me deter a essas aqui porque são muito importantes e é onde há mais queixas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós agradecemos aí a participação...

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente, aí a pergunta que eu vou fazer para o da Anvisa é depois desse aqui, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Primeiro, a pergunta vai ser direcionada aqui à ANS.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A Paulo Roberto Vanderlei Rebello.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o Sr. Paulo Roberto para responder aos questionamentos feitos pela nossa Senadora Zenaide Maia.

**O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO** (Para expor.) – Senadora, obrigado pela pergunta, obrigado pelo questionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, com relação aos reajustes de plano, de fato, em razão da pandemia que nós vivemos em 2020 e ainda estamos vivendo, houve uma redução da sinistralidade nos planos, ou seja, as pessoas deixaram de sair das suas casas, de procurar o sistema de saúde, ocasionando, portanto, uma redução desse serviço.

É bom lembrar que o reajuste de plano de saúde, na verdade, reflete o consumo e a sinistralidade de um ano anterior. Em 2019, houve a apuração da sinistralidade dessas questões, e a gente vai cobrar a partir de 2020. O reflexo de 2020, nós estamos cobrando agora, a partir de 2021, que é o que vamos fazer amanhã, quando teremos uma reunião da diretoria colegiada, em que soltaremos os valores com relação ao reajuste individual.

Em 2020, muito embora estivéssemos vivendo um momento de pandemia, o valor que estava sendo cobrado, como eu disse, é reflexo do consumo retroativo, por isso que houve um valor positivo de 8,14. Este ano, em razão da baixa sinistralidade do ano passado, já há uma sinalização de que o valor do reajuste vai ser negativo, ou seja, o que demonstra que o que nós fazemos, na verdade, é seguir as regras, seguir o que está estabelecido no nosso cálculo de reajuste. Por isso é que houve esse sentimento de que a agência pode ter sido insensível em razão do período de 2020, da pandemia. Então, esse é o motivo.

Com relação à questão da remuneração dos prestadores, de fato, nós regulamos apenas um ente dessa cadeia, que, na verdade, são as operadoras. E essa relação entre operadora e prestador é feita entre as partes. A gente, na verdade, tem normas que estabelecem a necessidade de contratualização, de estar escrito em contrato, e isso vem sendo cumprido. Caso haja alguma discordância do que foi estabelecido, existe um canal específico para que os prestadores entrem em contato com a agência, para que a gente possa sanar esse possível problema.

Com relação à rescisão, é uma bandeira a gente estar cada vez mais próximo, como eu falei aqui no meu discurso, do Ministério da Saúde, para fazer mais integração. Há várias ações e várias frentes em que nós podemos avançar nesse sentido. Então, esse é um ponto que eu posso colocar na pauta, com relação à, uma vez havendo rescisão do contrato, gente conversar com o Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga, para ver de que forma a gente pode atender essa questão.

Agora, lembro que todos os brasileiros têm direito à utilização do sistema público de saúde, tenham plano ou não. Então, uma vez automaticamente ele tendo rescindido o seu contrato no plano privado, ele vai ser acolhido e ter uma cobertura no sistema público de saúde.

São essas as palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Voltamos a palavra à Senadora.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Diga-me uma coisa: quer dizer que, com relação ao público que usa planos de saúde, com certeza, quando for avaliar, 75% de queda no atendimento da assistência se deve pelo fato de as pessoas não procurarem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente observa que uma pergunta que eu fiz ao senhor também foi sobre esse aumento sempre acima da inflação, o aumento dos planos de saúde. Mas eu queria perguntar: quer dizer que provavelmente não vai haver aumento ou vai ser negativo, devido a essa queda na assistência do ano anterior? Porque o senhor disse que refletiu 2019...

**O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO –** Isso.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... e 2020 vocês vão definir neste ano.

**O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO –** Isso, Senadora. Amanhã nós divulgaremos o percentual de reajuste. E esse valor será negativo, sim, que é exatamente o reflexo da baixa sinistralidade que houve no ano passado.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Isso é uma boa notícia para a população, não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora, a senhora está contemplada com a resposta?

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Estou contemplada com a resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A senhora vai fazer questionamento à ANP?

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vou, vou fazer à Anvisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Desculpe, à Anvisa! Desculpe.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Certo? É à Anvisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Da Anvisa! Desculpe!

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – É para a Anvisa. Deixe-me fazer aqui as perguntas que eu separei.

Como eu sou médica de formação e sou do SUS, vejo isso. Vocês imaginem que o plano de saúde chegou a 75%. Senador Petecão, imagine o que há de cirurgias eletivas represadas no nosso SUS, hein? (*Pausa.*)

A primeira coisa que eu queria falar, que me preocupa muito, é sobre essa regulamentação de agrotóxicos no País. Chamo a atenção para o fato de que a Anvisa autorizou o uso de mais de mil novos agrotóxicos nos últimos três anos. E há uma portaria que regulamenta, uma regulamentação da Anvisa, recente, de 2020, que alterou o índice de periculosidade, ou seja, de toxicidade dos agrotóxicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faria a seguinte pergunta: a Anvisa vai continuar debruçada sobre a liberação de novos agrotóxicos no País? Porque é uma quantidade muito grande. E, sobre essa questão desses mais de 1,1 mil agrotóxicos autorizados, nos últimos três anos, pela Anvisa, e ainda mais essa alteração na mudança do grau de toxicidade, que faz com que apenas seis deles sejam considerados de alta toxicidade, o que foi aprovado? Que essa alta toxicidade só fosse considerada para aqueles agrotóxicos que causam grandes danos e até morte poucas horas depois do contato, da ingestão ou do uso, porque isso é um problema muito grave, porque estão levando em consideração... Sabe, eu estou perguntando isso porque me chama a atenção essa quantidade de agrotóxicos autorizada. Eu lembro, quando eu era Deputada, que a gente tinha dificuldade, quer dizer, a Anvisa não liberava tantos agrotóxicos, e estão sendo liberados, mesmo muitos agrotóxicos que não são mais usados.

Eu queria dizer aqui aos colegas Senadores que a gravidade para a gente não é só o contato, a pulverização, contaminando rios, peixes, tudo. Porque sempre me perguntam, e eu queria que o senhor me respondesse. Dizem assim: "Mas a Europa importa os alimentos brasileiros, frutas, tudo do agronegócio, mesmo tendo agrotóxicos...". Só, gente, que há uma diferença muito grande. Vejam bem, o Brasil importa esses agrotóxicos, faz renúncias fiscais bilionárias. O *Valor Econômico* mostrou que, só em 2019, o Brasil deixou de arrecadar R$14,5 bilhões com renúncias fiscais para a importação de agrotóxicos. Mas a diferença... Por que é mais prático para os outros países, mesmo sabendo que o Brasil está usando agrotóxicos, importar? Porque eles vão ter aqueles critérios da percentagem de agrotóxicos para importar para o seu povo. E a gente aqui...Todos eles não vão ter os rios nem o próprio mar contaminados por agrotóxicos. Então, é melhor comprar de outro país e evitar que os agrotóxicos contaminem tudo.

Hoje, ninguém está livre do agrotóxico. E, apesar de não se falar aqui, eu sei que o agrotóxico, na grande maioria, é teratogênico, ou seja, ele já causa doença ao bebê no útero da mãe, é abortivo. A gente sabe que a Sociedade de Oncologia prova que o índice de câncer está maior do que o normal e está relacionado, também, ao uso de agrotóxico.

Então, finalizando a pergunta: o que é que o senhor... Porque a gente está aqui e eu seu que com essas agências reguladoras a gente tem que ter o maior cuidado, porque a gente aprova aqui e vai... O senhor questionou, alguma vez, a Anvisa sobre essa aprovação de um número assustador de novos agrotóxicos para o País?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Sr. Romison, fique à vontade para responder aos questionamentos feitos pela nossa Senadora.

**O SR. ROMISON RODRIGUES MOTA** (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia. Agradeço-lhe pela pergunta e pela oportunidade de prestar esses esclarecimentos. Agradeço-lhe, também, Senadora, pela forma combativa com que a senhora sempre defendeu a Anvisa, a nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante esclarecer, Senadora, prezados Senadores, que, em 2019, foi aprovado um novo marco regulatório desses produtos na agência, um novo marco que modernizou a forma como a Anvisa vem fazendo com todos os seus marcos regulatórios, alinhando-se às melhores práticas regulatórias do mundo. No entanto, nesse novo marco não trouxe qualquer tipo de flexibilização para as análises de agrotóxicos. No ano passado, quando eu estive como substituto no âmbito da 3ª Diretoria, supervisionei a GGTOX, que é a nossa Gerência-Geral de Toxicologia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – São 1.179. Não é?

**O SR. ROMISON RODRIGUES MOTA –** Isso.

Se observarmos os números de análise da Anvisa em todos os produtos, nós veremos que os tempos da Anvisa, de todos os registros, não só de agrotóxicos, diminuíram, fruto de uma modernização nos processos de trabalho de todas as áreas da agência. É necessário porque, ao longo dos anos, a agência vai perdendo servidores e a gente vai tendo mais demandas do setor regulado. Então, um dos fatores que possibilitou a diminuição do prazo de análise e consequentemente de registro de agrotóxico foi a mudança no processo de trabalho.

Agora, é importante dizer que a Anvisa trabalha com uma lista de prioridades estabelecida pelo Ministério da Agricultura, lembrando sempre que o órgão registrante de agrotóxicos é o Ministério da Agricultura. A Anvisa é uma perna desse tripé da análise do produto, que é feita pelo MAPA, pela própria Anvisa e pelo Ibama.

No que se refere à RDC de 2019, que a Senadora muito bem citou, trata-se do GHS, que é o sistema de classificação globalmente unificado desses produtos, o marco anterior da Anvisa para classificação desses produtos tinha 27 anos, ele era de 2003, e o Brasil era o único país do mundo que utilizava aquele tipo de classificação. E aquele marco regulatório não favorecia uma correta comunicação para o público que utilizava esses produtos, ou seja, ele colocava numa mesma categoria produtos menos danosos com produtos extremamente danosos. A adoção desse novo marco possibilitou que a Anvisa comunicasse melhor qual o verdadeiro risco de cada um desses produtos.

É importante dizer que, não obstante essas quantidades de produtos que foram aprovadas nos últimos anos, vários desses produtos, uma grande parte, são produtos destinados ao pequeno produtor, ao produtor da economia solidária, que são produtos de baixíssimo risco.

Não obstante esse avanço da Anvisa na redução dos prazos, nós ainda temos uma quantidade considerável de produtos há muitos anos na fila da Anvisa. Então, o que nós temos que fazer é reduzir esse prazo, porque a gente considera que esse processo pelo qual o setor regulado faz um protocolo de um pedido à Anvisa tem que ser analisado num prazo razoável. Não dá para a gente ficar com o processo em fila por longos anos. A Anvisa, realmente, tem que decidir com a celeridade de que o setor e a sociedade necessitam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, o que eu considero importante reforçar, Sra. Senadora, é que não houve qualquer flexibilização na regulação de agrotóxico. Houve, sim, procedimentos internos, inclusive com aporte de novos servidores, o que não foi fácil, porque são servidores muito específicos, com conhecimentos muito específicos para poderem fazer essa análise, mas esse aporte de servidores contribuiu para que diminuísse um pouco a fila que ainda é muito grande de análise desses produtos.

Importante, também, para finalizar, dizer que a Anvisa continua vigilante, fazendo, anualmente, por meio da sua agenda regulatória, a reclassificação de produtos, a reanálise de produtos, e, na necessidade, no que a Anvisa entender que está dentro da sua área de atuação, não tenha dúvida de que a gente vai atuar. E, se houver itens proibitivos em algum desses produtos, a Anvisa, com certeza, irá atuar no âmbito regulatório para coibir esses usos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Olhe, quer dizer que o senhor diz que esses 474 agrotóxicos, em 2019, que foram aprovados, 493, em 2020, e, em 2021, até agora, 230 – isso é só agrotóxico –, foram só para não deixar na fila e modernizar? Eu tenho uma opinião diferente.

Quero dizer ao senhor que eu tenho o maior respeito pela Anvisa, sempre tive – é tanto que, nessas questões de vacina, eu sempre achei que a Anvisa tinha que... Mas me desculpe: quando o senhor diz que a burocracia para se liberar um agrotóxico é mais importante do que a vida, porque vai só jogar esses agrotóxicos... É muita coisa, Sr. Romison. São 1.179! É muito agrotóxico, que estava tudo na fila e que está dando... Uma mudança interna foi o suficiente para liberar essa quantidade toda? Essa resposta que o senhor me deu não me convenceu muito não, porque eu acho que, antes de tudo, a Anvisa tem uma responsabilidade muito grande, não é só o Mapa. É claro que o MAPA, o interesse dele – e eu não vou tirar aqui o interesse do MAPA – é o lucro, é o setor lucrativo. E, aqui, a Anvisa tem que balancear. Ela não pode ser...

A gente aqui está em defesa da vida, gente. E a gente sabe que não pode uma medida levar em consideração só a morte imediata pelo agrotóxico, a médio e longo prazo, a contaminação dos rios, dos peixes. Isso tem comprovação científica. Eu não acho que é a questão de modernizar; eu digo que flexibilizou. Não sei que critério os senhores usaram, porque, em dois anos e seis meses, 1.179.

E outra pergunta que eu queria fazer: qual sua posição sobre o registro do paraquate, que já é proibido em muitos países e que existe um compromisso de não ser mais autorizado aqui no Brasil?

**O SR. ROMISON RODRIGUES MOTA –** Obrigado, Senadora.

Primeiramente, talvez eu não me fiz muito claro na minha resposta, eu peço desculpas por isso e esclareço que não houve nenhum tipo de flexibilização no sentido de escoar a fila somente por escoar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os processos foram detidamente analisados pela equipe de técnicos da Anvisa, servidores concursados, lotados na Gerência-Geral de Toxicologia, e eles têm uma responsabilidade muito grande. Então, todos os processos foram exaustivamente analisados.

No que se refere ao paraquate, eminente Senadora, desde 2017 esse produto foi regulamentado pela Anvisa como de proibição de uso. Àquela época, a Diretoria Colegiada decidiu por dar três anos para a apresentação de estudos sobre mutagenicidade e também de biomonitoramento que possibilitassem a reclassificação e a permissão de continuidade desse uso. Esse prazo venceu em 2020. Houve o pedido de prorrogação desse prazo, mas, simplesmente por questões de entendimento jurídico pela impossibilidade de prorrogação desse prazo, a Diretoria Colegiada da Anvisa, por maioria, votou, nesse ano de 2020, pela não concessão de um novo prazo, e, ato contínuo, foi regulamentado um período para escoamento desses produtos que ainda estavam de posse dos agricultores.

De forma que, se não me falha a memória, a última cultura em que está permitindo usar é agora, nos meses de julho, agosto – tem isso lá no anexo da RDC –, e, a partir desse período, a utilização do produto está proibida no País. Esses produtos que estão sendo utilizados são apenas os produtos que já estavam de posse dos produtores. Portanto, desde setembro de 2020, não se produzem nem se importam mais ingredientes à base desse produto.

Muito obrigado.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só uma última pergunta, senhor: quem faz o biomonitoramento desses agrotóxicos de que o senhor falou? Porque, de acordo com o que foi feito em 2017, o paraquate só podia ser usado até 2020. E quem mostrou que existia estoque, três anos depois de ter sido dado esse prazo? Como é controlado? Quem faz esse monitoramento? É uma pergunta que eu gostaria de fazer.

**O SR. ROMISON RODRIGUES MOTA** – Perfeito, Senadora.

Em 2017, foi concedido o prazo de três anos, para que as empresas detentoras do registro apresentassem esses estudos à Anvisa, para que a Anvisa pudesse avaliar esses estudos e, se fosse o caso, rediscutir a continuidade da utilização do produto. As indústrias, ou seja, os detentores do registro do produto não apresentaram esses estudos, motivo pelo qual a Anvisa manteve a sua decisão de 2017 pela proibição do produto.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, senhor, pelas respostas, mas a gente vai ficar de olho nesses agrotóxicos. São nossos descendentes que vão pagar um preço caro por isso – muito caro! –, a curto, médio e longo prazo. E é um risco muito grande ser avaliada só a ação aguda do veneno, que leva à morte em poucas horas. Agora, a médio e longo prazo, nós temos que continuar monitorando.

E espero que, com essa premência de vacinas para salvar vidas da Covid, a Anvisa se debruce mais sobre esse assunto do que sobre os agrotóxicos, porque já há muito – viu, Sérgio Petecão? –, só em três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





anos, 1.179, quase 1.200. É muito! Eu costumo dizer que... O meu amigo Colatto, quando era Deputado, a gente tinha essa comissão de redução de agrotóxico no Brasil, e o Colatto dizia assim: "Zenaide, você é médica, não pode estar chamando de agrotóxico, não; é fitossanitário". Aí, eu dizia: "Bote aqui no seu copo d'água e beba, que eu garanto dizer que é fitossanitário, e não agrotóxico". (*Risos.*)

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós agradecemos aí a participação da nossa querida Senadora Zenaide.

Eu acho que o sonho de todos nós era que não se tivesse que usar nenhum tipo de agrotóxico. Esse seria o nosso sonho, mas, infelizmente, temos que avançar e, graças a Deus, hoje, o nosso País é um dos grandes produtores do mundo.

Queremos aqui agradecer a presença do Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa, muito obrigado pela sua presença, com certeza; do Sr. Alex Machado Campos, também Diretor da Anvisa, obrigado, Alex, pela sua presença; da Sra. Cristiane Rose Jourdan Gomes, Diretora da Anvisa, obrigado também pela presença; da Sra. Meiruze Sousa Freitas, obrigado, Meiruze, também Diretora da Anvisa; do nosso querido amigo Vitor Saback, Diretor da Área de Hidrologia da Agência Nacional de Águas, obrigado; e dos demais senhores que nos dão o prazer de abrilhantar aqui, com as suas presenças, esta tão importante sabatina para nós. (*Pausa.*)

Temos aqui, no nosso e-Cidadania, centenas de perguntas. Graças a Deus, nós temos aqui uma participação popular muito grande! Quanto às pessoas que não forem contempladas com as respostas, a nossa assessoria já quero que encaminhe aos nossos sabatinados, para que eles possam responder por escrito.

Há duas perguntas aqui, e uma do Sr. Geová Chagas, de Minas Gerais, que vai para ANS: "A ANS consegue fazer com que as operadoras de plano de saúde cumpram com os contratos na hora em que os usuários mais precisam?", é uma pergunta básica.

**O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Obrigado pela pergunta, Geová Chagas.

Existe uma resolução na agência que determina os prazos máximos de atendimento dessas pessoas, ou seja, uma vez solicitada a realização de qualquer procedimento, a operadora tem por obrigação viabilizar o atendimento daquilo que está, obviamente, dentro do seu contrato e dentro do prazo adequado que está previsto na norma. Uma vez não cumprindo esse prazo, ele tem que entrar em contato com a sua operadora, para tentar resolver essa questão, e, uma vez não conseguindo, deve ligar para o número da agência 0800-7019656.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um detalhe e um número importante, Senador: das reclamações que nós tivemos ao longo de 2020, 90% dessas reclamações foram solucionadas pela agência antes mesmo de abertura de qualquer processo sancionador, ou seja, demonstrando que a agência vem, cada vez mais, preocupada com essa questão, dando resolutividade a essas demandas do consumidor e alta resolução aos problemas que são apresentados, ou seja, a cada dez reclamações, nove são solucionadas pela agência, num ambiente de solução de conflito sem ser judicializado, ou seja, na esfera administrativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Sr. Paulo Roberto, mais uma pergunta aqui. Vic Sá, do Rio de Janeiro: "Considerando que já cumpriu dois mandatos sucessivos como Diretor na ANS, a Lei 9.986, de 18/07/2000, não veda uma terceira recondução?".

**O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO –** Obrigado pela pergunta, Vic Sá.

Na verdade, eu não estou cumprindo um segundo mandato nem estou pleiteando recondução; eu estou cumprindo meu primeiro mandato. E, em razão da alteração legal que houve na Lei 13.848, possibilitou-se uma qualificação no cargo de Diretor-Presidente, que seria uma nova indicação, e não uma recondução. Então, na verdade, eu estou indo para uma indicação ao cargo Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Então, não procede essa afirmação de Vic Sá.

De qualquer forma, obrigado pela pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agora, eu gostaria de fazer um apelo e um agradecimento. Essa é uma questão pessoal minha e lá do meu Estado, Estado do Acre. O senhor sabe, Sr. Paulo Roberto, que eu sou do Acre, uma região de fronteira; fazemos fronteira com o Peru e com a Bolívia. E, ali, naquela região, nós temos um fluxo muito grande de imigrantes, de pessoas que entram e saem deste País, por exemplo, nós tivemos um exemplo agora dos haitianos, que fazem aquele trajeto ali, via Assis Brasil, que é uma fronteira com o Peru. Eu diria que não seria nem um tipo de privilégio; seria um tipo de tratamento diferenciado.

E, aqui, eu tenho que reconhecer e agradecer o esforço do Governo Federal, na pessoa do Presidente Bolsonaro. Hoje, para você ter uma ideia, nós temos lá no Estado... Eu tive a oportunidade de estar presente numa ação de saúde, no Município de Sena Madureira, com o Prefeito Mazinho Serafim, em que estavam sendo atendidas pessoas com 32 anos. Isso para mim é um avanço muito grande. E eu sou daqueles defensores da vacinação em massa; eu só acredito que este País, que só iremos fazer esse enfrentamento dessa pandemia, quando conseguirmos avançar o máximo na vacinação do nosso povo. Então, eu acredito e tenho feito o que posso para ajudar nesse sentido, porque não adianta só ficar torcendo, e não contribuir; tem que torcer e dar a sua contribuição por menor que seja. Mas eu fiquei muito feliz, quando cheguei lá à comunidade Cazumbá, que é uma comunidade bastante afastada da nossa capital e também do Município de Sena Madureira, e as pessoas estavam recebendo a vacina Janssen, que é uma vacina nobre, pelo menos é o que se fala no mundo. E jovens de 32 anos estavam recebendo essa vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nesse sábado, houve um arraial da vacinação, em Rio Branco, lá na nossa capital. E, aqui, eu queria parabenizar o Secretário de Saúde Frank Lima e o Prefeito da minha capital, Tião Bocalom, em que foram vacinadas mais de 4 mil pessoas; para nós, lá no Acre, isso é muita gente. Então, todas as medidas possíveis e impossíveis até, porque nós temos aquelas localidades muito afastadas, nós temos os nossos povos indígenas, em comunidades de difícil acesso. E passaram alguns abençoados orientando, de uma forma equivocada, para que esses indígenas não tomassem a vacina, porque isso... Aí, inventaram várias conversas. Chegaram a dizer que, se tomassem a vacina, eles iam virar jacaré. Eu passei numa comunidade indígena e vi isso; eu vi, não foi ninguém que me disse. Mas, graças a Deus, com a conscientização das pessoas, nós estamos avançando muito.

E, aí, fica o meu pedido: não queremos privilégio; acho que todo mundo tem que ser tratado igual, mas eu queria um olhar especial, por conta da nossa geografia. Nós estamos aqui numa região de fronteira, uma fronteira aberta, com selva, rios, igarapés, e o Governo Federal precisa dar um tratamento diferenciado para o Estado do Acre, até no sentido de nós combatermos, ali, o acesso de outras pessoas para dentro do País. Isso vai ajudar o nosso País.

E aqui, mais uma vez, eu quero agradecer o Governo Federal pela atenção, pelo envio de vacinas de todas as espécies que chegam ao nosso Estado. Quero também agradecer ao Governo do Estado do Acre, que tem feito um esforço grande no sentido de dar celeridade a essa vacina, e agradecer a todos os Prefeitos e parabenizá-los, porque nós sabemos que a logística lá no nosso Estado é muito difícil, em Municípios, como Thaumaturgo, como Porto Walter, em que as pistas estão fechadas, para onde é preciso ir de barco, de helicóptero, mas, graças a Deus, estão chegando as vacinas!

Então, Sr. Paulo Roberto, eu gostaria que, como, com certeza, o senhor vai estar lá à frente da ANS, pudesse ter esse olhar diferenciado para o meu tão sofrido Estado do Acre.

O Senador Carlos Portinho pediu a palavra ali.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Apenas para fazer coro ao elogio quanto à vacinação. Tive a felicidade e a sorte de ser vacinado com a Janssen na semana passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Pois é, eu tomei a Pfizer e vou tomar a segunda dose, se Deus quiser, mas estou muito feliz. Só pela sensação de tomar a vacina, eu acho que já resolve a metade da ansiedade da gente. Então, eu fiquei muito feliz quando tomei, e imagino a satisfação das pessoas, principalmente das pessoas mais humildes. Eu tenho certeza de que não é diferente da gente, não é, Senador?

Senador Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS) – Senador Petecão, primeiramente, quero parabenizar V. Exa. por esta sessão inicial dos trabalhos, cumprimentar os dois indicados, o Dr. Romison e o Dr. Paulo Roberto, e estendo esses cumprimentos ao Presidente da Anvisa, Dr. Barra, e dizer que a gente cumpriu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com nosso dever regimental fazendo a sabatina, debatendo e apreciando os nomes, inclusive com as votações já devidamente encaminhadas.

Eram estas as considerações que eu gostaria de fazer a V. Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Nelsinho Trad, agradeço as palavras de V. Exa., nosso Líder do PSD, uma pessoa pela qual tenho um carinho e um respeito muito grandes, e também lhe agradeço pela contribuição, a motivação para que nós, cada vez mais, possamos focar no nosso trabalho aqui, no Senado.

Eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração da votação. Vamos aguardar aqui.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Tivemos 14 votos.

Tivemos, para o Sr. Paulo Roberto, 11 votos SIM e 3 NÃO. Não houve nenhuma abstenção. Total de 14 votos.

Tivemos, para o Sr. Romison Rodrigues Mota, da Anvisa, 12 votos SIM e 2 votos NÃO, o que totaliza 14 votos. (*Pausa.*)

Diante do resultado da nossa Comissão de Assuntos Sociais, a matéria irá ao Plenário.

Agradeço a presença do nosso convidado, agradeço a presença de todos os Senadores que participaram desta tão importante sabatina e aos nossos dois sabatinados, Sr. Paulo Roberto e Sr. Romison. Desde já, eu os parabenizo pela vitória.

Antes de encerrarmos a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e, mais uma vez, agradecendo a presença de todos os senhores. Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e sete minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Renan Calheiros, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Lasier Martins, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Ciro Nogueira, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Lucas Barreto, Angelo Coronel e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2022)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 3/2021-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências". **Resultado:** Aprovadas as seguintes emendas: Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – "8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde". Meta: 2.000; Emenda nº 2 – "4295 – Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas". Meta: 500; Emenda nº 3 – "20QH – Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde". Meta: 100.000. Emendas de Texto: Emenda nº 4 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 79, Inciso I; Emenda nº 5 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 16, Inciso III; Emenda nº 6 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 40. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Sérgio Petecão**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/13

**A SRA. PRESIDENTE** (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao PLN nº 3/2021-CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências".

Informo que a reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores por sistema de videoconferência.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proferir o relatório das emendas à LDO.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC. Como Relator.) – Sra. Presidente, primeiramente quero agradecer a sua disponibilidade de sempre – sempre à disposição aqui da nossa Comissão. Sei que você está com a agenda corrida aí no nosso querido Rio Grande do Norte, mas nem por isso deixou de atender aqui a nossa Comissão.

Se V. Exa. me permite, eu quero ir direto aqui à análise do relatório...

**A SRA. PRESIDENTE** (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Permitido. Tudo o.k.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

Vamos direto aqui à análise do relatório, para que possamos dar uma acelerada aqui.

A ideia aqui foi de contemplar a todos os Parlamentares que apresentaram as emendas. Nós temos aqui o Senador Nelsinho Trad, a Senadora Mara Gabrilli, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Paulo Paim. Foram esses que apresentaram aqui as emendas.

Então, vamos à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

No que se refere às propostas de emendas ao texto apresentadas, somos pela admissão de todas elas – significa dizer que nós atendemos todas as emendas – e, inexistindo limitação quantitativa para tal modalidade de emenda, para valorizar a iniciativa de cada Parlamentar, entendemos que todas devem ser acolhidas e apresentadas à CMO.

Já em relação às emendas para inclusão de meta, em que pese o mérito das propostas apresentadas, nota-se um sério descompasso entre o número de propostas, 23, e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar, que são 3.

Comissão de Assuntos Sociais.

Para a escolha das emendas, o critério que utilizamos foi primeiramente o quantitativo, de tal modo que se atendesse ao maior número de Senadores. Além disso, tendo em vista a grande variedade e pouca repetição das ações propostas, optamos por selecionar uma ação vinculada à segurança alimentar para completar as indicações desta Comissão.

Vamos aqui à leitura do quadro das indicações das emendas.

Descrição da ação: estruturação de unidades de atenção especializada em saúde; atenção aos pacientes portadores de doenças hematológicas; implementação da segurança alimentar e nutricional na saúde.

Vale, por fim, destacar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Vamos ao voto.

Ante o exposto, somos pela apresentação por esta Comissão de todas as emendas de texto elencadas no Anexo 2, assim como das emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 a seguir apresentadas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC) – Programação 5.018, Ação 8.535. Estruturação de unidade de atenção especializada em saúde. Meta 2000; Emendas 3, 5 e 25. Autoria: Senadores Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Mara Gabrilli.

Programação 5.017. Ação 4.295. Atenção aos pacientes portadores de doenças hematológicas. Meta 500; Emendas 8 e 22, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Mara Gabrilli.

5.033...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC) – ... 20QH. Segurança alimentar e nutricional na saúde. Meta 100.000; Emenda 20, de autoria do nobre Senador Paulo Paim.

É o voto, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. e Sras. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas foram aprovadas.

Sr. Presidente, queria só parabenizar pelas emendas, no momento em que a gente tem mais de 60 milhões de brasileiros passando fome, como a gente diz – aqui se chama insegurança alimentar –, e também por esse cuidado rigoroso da Senadora Mara Gabrilli com as pessoas com doenças hematológicas, que a gente sabe que é uma situação difícil. Então, parabéns pela aprovação, pelo relatório.

As emendas foram aprovadas e serão encaminhadas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. e Sras. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

O senhor quer falar? Ou posso encerrar, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Presidente, quero mais uma vez agradecer a sua atenção e a sua disponibilidade de sempre atender a esta Comissão.

Nós temos aqui no Plenário a presença do nosso Senador Jayme, a quem queria agradecer também, e encerrarei a sessão.

Nada mais havendo a tratar...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Jayme.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Senador Sérgio Petecão, eu gostaria apenas de suscitar a V. Exa. que orientasse a Secretaria desta Comissão, na medida em que o acesso aqui, naturalmente até por um pouco de tempo para chegar a esta Comissão aqui, e demorou muito a internet, se é possível me fornecer depois uma cópia desse relatório que foi aprovado. Agora nós tomamos conhecimento de que realmente foi aprovado.

De qualquer forma, cumprimento V. Exa. e a Senadora Zenaide, que vejo aqui, na certeza absoluta de que essas emendas nossas de Comissão poderão ser atendidas em parte pela Comissão de Orçamento e certamente, com isso, estaremos conseguindo avançar, sobretudo no papel que compete a esta Comissão.

Serei breve. Cumprimento V. Exa., Sr. Presidente, e espero que a nossa Comissão de Assuntos Sociais, que é muito importante para o Brasil, possa, dentro em breve, voltar a se reunir, se possível a partir do mês de agosto, para discutirmos várias matérias de interesse da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós agradecemos a participação do nosso ilustre Senador Jayme Campos.

Dentro da mesma linha do solicitado pelo nosso Senador, eu comunico a todos os Senadores que esta Comissão irá disponibilizar cópia desse relatório, se for necessário, para que nós possamos avançar nesse debate, que é da maior importância para esta Comissão.

Mais uma vez, Senadora Zenaide, muito obrigado, de coração.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Bom dia, querida!

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Lucas Barreto, Jayme Campos, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros, Fabiano Contarato, Eduardo Braga e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Giordano, Angelo Coronel, Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 410, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Equipara a síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) às deficiências físicas e intelectuais, para os efeitos jurídicos, em todo o País." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 2016** que: "Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à Emenda nº 3-PLEN. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5503, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4691, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 10 de outubro de 1975, que "Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências", para tornar obrigatória a notificação de doenças raras." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 72, de 2012 - Terminativo -** que: "Inclui os profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional no Programa Saúde da Família - PSF." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 357, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CE e 2-CE. **Resultado:** Retirado de Pauta. **Observação:** Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender à solicitação constante do OF. SGM-252/2021, referente a requerimento para audiência de outra Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Sérgio Petecão**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/31

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes:

– Aviso nº 1.269, de 2020, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão 2.098, de 2020, que trata de auditoria operacional realizada para verificar se a estratégia adotada pela Fundação Nacional de Saúde estava garantindo o cumprimento das metas de saneamento dos Municípios na área de atuação da referida fundação;

– cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, Ministérios e entidades contendo considerações sobre a pandemia do coronavírus, a população indígena e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestações dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestações, os documentos serão arquivados no final do prazo.

Informo que foi retirado de pauta o item 8, Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2015, a fim de ser encaminhado à Secretaria da Mesa para atender à solicitação constante de ofício referente a requerimento para audiência de outra Comissão.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 8**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 357, DE 2015**

**- Terminativo -**

*Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes.*

**Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS)

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CE e 2-CE.

**Observações:**

*1- A matéria recebeu parecer favorável, com emendas, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.*

*2- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)*

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas suas bancadas.

Estão presentes aqui o Senador Paulo Rocha e o nosso querido Senador Jayme. (*Pausa.*)

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mão poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada no *chat*, nos computadores deste Plenário.

Vamos ao item 1.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com certeza, Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Queria pedir inversão de pauta, do item 5, que trata de um projeto do qual eu sou Relator. Ele foi retirado de pauta na semana passada ou anterior e voltou à pauta. Gostaria de ter a consideração da Mesa para fazer a inversão de pauta, uma vez que o projeto está prontinho...

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Lógico, lógico.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e aproveitando o quórum, que deu para a votação.

Parece-me também que o Senador Jayme Campos tem a mesma proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paulo Rocha, é lógico que um pedido seu aqui é quase uma ordem, mas a nossa assessoria, sabendo que V. Exa. iria pedir, para o senhor ver o tamanho do seu prestígio nesta Comissão... O seu item é o item 1.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ah, é?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Veja aí. Só confira.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado pela consideração dos nossos...

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A nossa assessoria, sabendo que o senhor iria pedir, já se antecipou. Veja o tamanho do prestígio desse homem!

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É o item 1 mesmo? Então, vou só ler aqui.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 410, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Equipara a síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) às deficiências físicas e intelectuais, para os efeitos jurídicos, em todo o País.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senador Paulo Rocha

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1.

**Observações:**

*1- Em 30/08/2021, a Senadora Mara Gabrilli apresentou a Emenda n° 1.*

*2- Em 31/08/2021, o Senador Paulo Rocha apresentou relatório reformulado.*

*3- A matéria consta da pauta desde a reunião de 24/08/2021.*

*4- A matéria recebeu Parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Concedo a palavra ao nobre Relator, o Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Presidente, este projeto é um projeto muito simples – só tem quatro artigos –, mas ele tem um alcance humano muito importante.

Essa doença, essa síndrome trata da questão da neurofibromatose, que leva a deficiências físicas e intelectuais. A lei tem um efeito jurídico muito importante em todo o País, por isso a gente quer louvar a iniciativa do Deputado Sergio Vidigal, que traz, depois de aprovado lá na Câmara, para nos debruçarmos sobre esse assunto tão importante.

A proposição assegura às pessoas com a síndrome os mesmos direitos e garantias de benefícios sociais das pessoas com deficiência física ou intelectual prevista na Constituição Federal.

O art. 2º determina que os órgãos competentes promovam estudos para a elaboração de cadastro único no País das pessoas com a síndrome que contenha as seguintes informações: i) condições de saúde e de necessidades assistenciais; ii) acompanhamentos clínico, assistencial e laboral; e iii) assim como também os mecanismos de proteção social.

Já o art. 3º estabelece que as despesas resultantes da aplicação da lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente.

O art. 4º é aquele artigo que faz o cumprimento da lei, que determina a data em que entra em vigor a lei.

No âmbito desta Comissão, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Mara Gabrilli. Nós já tínhamos nos debruçado sobre e feito um relatório anterior, mas, de posse da emenda da Senadora Gabrilli, que entrou em tempo, e dada a autoridade que tem sobre o assunto, a que se dedica, não só porque também é acometida de deficiências, então, em respeito a ela e ao seu trabalho, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reexaminou no sentido de assegurar a aprovação da sua emenda. Portanto, é muito importante atender essa emenda da Senadora Mara Gabrilli.

Com relação ao mérito, devemos louvar a iniciativa e deve-se observar que o objetivo da proposição está em consonância com a tutela constitucional dos direitos das pessoas com deficiência, assentada nos princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e na justiça e integração sociais.

Assim, dadas as repercussões clínicas da enfermidade que acarretam intenso sofrimento físico e psicológico, aliadas ao preconceito e à segregação social dela decorrentes, nada mais justo que equiparar as pessoas com neurofibromatose à pessoa com deficiência para que tenham a mesma proteção constitucional e legal e façam jus aos direitos e às mesmas ações afirmativas asseguradas às pessoas com deficiência.

Também, no mérito, consideramos pertinente a determinação estabelecida pela proposição de que sejam conduzidos estudos com o objetivo de subsidiar a elaboração de cadastro único das pessoas com a síndrome, o que poderá contribuir para o desenvolvimento de ações de saúde e de proteção social voltadas especificamente para esse grupo populacional.

Com relação à emenda da Senadora Mara Gabrilli, manifestamos nossa concordância com a proposta por entendermos que ela aperfeiçoa a proposição ao estabelecer que a equiparação da pessoa com neurofibromatose à condição de pessoa com deficiência siga os parâmetros gerais fixados para essa avaliação na Lei Brasileira de Inclusão.

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 410, de 2019, com a Emenda nº 1 da CAS.

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

A matéria está em discussão.

Com a palavra a nossa querida Senadora e Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Zenaide Maia, por favor.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Essa é uma matéria importantíssima.

Quero parabenizar o nosso Relator, o Senador Paulo Rocha, a nossa Senadora Mara Gabrilli, porque é o seguinte: a doença de von Recklinghausen, que a gente chama de neurofibromatose – eu acho que alguém já viu um filme antigo –, nessas pessoas, cria um aspecto de lesões de pele, fora a lesão neurológica, que dão um aspecto tal que algumas dessas pessoas, muito antigamente, eram usadas em circos. Há um filme mostrando os problemas físicos e psicológicos que essas pessoas sofrem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto é mais do que justo, Paulo. Parabéns, Paulo Rocha.

E é uma doença que eu achava que já tinha esses direitos todos, porque há uma dificuldade neurológica, a apresentação, o aspecto não é agradável à visão das pessoas, além principalmente das lesões neurológicas.

Parabéns a esse projeto de autoria da Câmara dos Deputados. Parabéns ao Senador Paulo Rocha (*Falha no áudio.*) ... fazer às pessoas com síndrome de von Recklinghausen ou neurofibromatose.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim, V. Exa. pediu a palavra ou não? A assessoria da Mesa aqui me pergunta. Não? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai ao Plenário.

Item 2.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 65, DE 2016**

**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Jayme Campos

**Relatório:** Favorável à Emenda nº 3-PLEN.

**Observação:** *A Emenda recebeu Parecer favorável na Comissão de Meio Ambiente.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, amigo Sérgio Petecão, grande Senador pelo seu querido Estado do Acre, que bem representa essa população aqui no Congresso Nacional e hoje nos honra sobremaneira com a sua Presidência nesta Comissão de Assuntos Sociais, eu peço a vênia a V. Exa., para que eu possa entrar na fase da análise, tendo em vista que este projeto já se encontra disponibilizado aqui e que todos nós Senadores que fazemos parte da Comissão tivemos acesso.

A análise.

A apreciação da Emenda nº 3 – Plen, por esta Comissão obedece ao disposto no art. 277, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos desta Emenda, o inciso IV do art. 2º da proposição, que ora apresenta a seguinte redação:

> Art. 2º.....
> IV – responsável técnico de empresa especializada: profissional com formação superior, registrado em conselho de classe que reconheça o exercício das atividades de que trata esta Lei, com capacitação comprovada na área, sujeito a atualização e treinamento periódicos, no mínimo, a cada dois anos, sendo responsável diretamente pela execução dos serviços, treinamento dos operadores, aquisição de produtos saneantes desinfestantes e equipamentos, orientação da forma correta de aplicação dos produtos, no cumprimento das tarefas inerentes ao controle de vetores e pragas sinantrópicas, e por possíveis danos que possam vir a ocorrer à saúde e ao ambiente.

Passaria a ter a seguinte:

> Art. 2º .....
> IV – responsável técnico: profissionais que possuem atribuição definida em sua regulamentação da profissão para assumir a responsabilidade técnica das empresas especializadas, de executar serviços, treinar operadores, orientar na aquisição de produtos saneantes, desinfetantes e equipamentos e na aplicação dos produtos, para o controle de vetores e pragas sinantrópicas e por possíveis danos que possam vir a ocorrer à saúde e ao ambiente.

Em sua justificativa, a autora da emenda sustenta que os termos originais da proposição representam o estabelecimento de reserva de mercado, ao fixar a necessidade de formação de nível superior e registro em órgão de fiscalização profissional para exercer a função de responsável técnico de empresa de controle de pragas e vetores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aduz que tal restrição impossibilitaria a atuação dos técnicos agrícolas que, em virtude do Decreto 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, possuem a competência para responsabilizar-se pelas empresas especializadas que exercem atividades de dedetização, desratização e no controle de vetores e pragas (art. 6º, XXIV, do decreto). Por conseguinte, muitos técnicos capacitados e experientes se veriam proibidos de assumir a responsabilidade técnica pelas empresas regulamentadas em lei.

Cremos que a autora da emenda apontou ponto relevante ao indicar que os termos originais do projeto estabelecem reserva de mercado.

Concordamos que a redação dada originalmente ao inciso IV do art. 2º representa efetivamente uma restrição excessiva e indevida ao ingresso e permanência de profissionais gabaritados no mercado de trabalho.

Uma vez que o controle da pragas, vetores e infestações não se encontra no âmbito de atuação exclusiva de uma única profissão – sendo possível objeto de ação de diversos profissionais (a partir de sua atuação originária) –, exigir qualificação excessivamente restritiva configuraria um empecilho à concorrência, sem a contrapartida da adequada proteção da saúde e segurança da população.

Voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação da Emenda nº 3 – Plen ao PLC nº 65, de 2016.

É o voto, Sr. Presidente.

Cumprimento, com certeza, o ilustre Relator, o prezado amigo Eduardo Gomes. Um belo relatório, com certeza acabando com a reserva de mercado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Coloco a emenda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à Emenda nº 3.

A Emenda vai ao Plenário.

Já queria aqui registrar, agradecendo ao Relator, os inúmeros telefonemas que nós recebemos aqui de técnicos agrícolas do País todo, pedindo que se votasse essa Emenda nº 3. E queria, na pessoa do nosso amigo José Paulo, o Capitão que é Presidente do Sintag lá do Acre, parabenizar todos os técnicos agrícolas que estavam aguardando ansiosamente a votação deste Plenário.

Obrigado ao nosso querido Senador que fez a leitura, o Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 3.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI N° 5503, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.*

**Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS)

**Relatoria:** Senador Jayme Campos

**Relatório:** Favorável ao Projeto.

**Observações:** *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao nobre Senador amigo Jayme Campos para a leitura do relatório.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Petecão, prezado amigo particular; Senador Paulo Rocha, grande e brilhante Senador do Estado do Pará, que certamente acabou de relatar uma matéria muito importante, quero louvar aqui o brilhante e grande Senador da República, meu amigo Senador Paulo Paim, pela iniciativa deste projeto, que, certamente, é um projeto meritório e que tem a consideração e o respeito de todos nós, não só Senadores, mas, sobretudo, da sociedade brasileira, até porque os projetos do Senador Paulo Paim sempre têm interesse de toda a nossa comunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está acompanhando a nossa reunião o Senador Paulo Paim, viu?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O Senador Paulo Paim, como sempre, é um craque, e o mais importante é que ele luta sempre pelos interesses dos menos afortunados. É um Senador com quem eu tive a primazia de conviver nos primeiros oito anos do meu primeiro mandato e, desta feita, estou ao seu lado aqui. Para mim, é uma honra – é bom que se registre aqui – ser Relator deste projeto de interesse da sociedade brasileira, particularmente dos menos afortunados.

Com a devida vênia, peço a V. Exa. para ir diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à seguridade social e previdência social, conforme o inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

A iniciativa do projeto de lei, a nosso ver, é meritória, como já disse e repito. Vejamos o porquê, a partir da análise do que são os regimes previdenciários desde a Lei nº 11.053, de 2004.

Desde janeiro de 2005, quando a Lei nº 11.053, de 2004, entrou em vigor, os participantes podem escolher o regime tributário que se aplicará quando receberem seus benefícios previdenciários ou resgatarem o total de suas contribuições. A opção é pelo regime progressivo ou regressivo de tributação.

No regime progressivo, que é o sistema tradicional da Receita Federal, a tributação segue a tabela progressiva do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), com as faixas atualizadas pela última vez em abril do ano-calendário de 2015. Para quem resgata de uma só vez o dinheiro aplicado no plano, o IR – ou seja, o Imposto de Renda – incide sobre o valor do resgate, com base na alíquota única de 15%.

No momento da Declaração de Ajuste Anual do IRPF, esse imposto pode ser restituído ou compensado. Por exemplo: caso o valor recebido seja tributado pela alíquota de 27,5%, a diferença entre os 15% pagos e os 27,5% devidos deve ser paga no momento da Declaração de Ajuste Anual do ano fiscal de referência do pagamento.

Para quem recebe o dinheiro como uma renda mensal de aposentadoria, o imposto incide diretamente sobre a renda recebida, de acordo com as alíquotas da Tabela Progressiva Mensal do IPRF.

No regime regressivo, instituído pela Lei nº 11.053, as alíquotas do imposto são decrescentes, de acordo com o prazo em que os recursos permanecem no plano de previdência. Nesse caso, não há compensação na Declaração de Ajuste Anual do IRPF, já que o recolhimento definitivo é feito na fonte. O interessado tem vantagem tributária se investe por muito tempo. Isso porque tanto para quem opta por resgatar seus recursos de uma só vez, como para quem deseja receber o benefício previdenciário na forma de renda mensal, as alíquotas diminuem desde 35% a 15%, de acordo com o prazo em que os recursos ficaram aplicados. Simplificando, pode-se dizer que o regime de tributação regressivo é indicado para quem planeja poupar em plano de previdência por mais tempo. Afinal, quanto maior o período em que o dinheiro ficar aplicado, menor a alíquota do IRPF. Ao contrário, o regime progressivo é indicado para quem efetua contribuições com visão de curto prazo e para aqueles que estão perto de usufruir do benefício de aposentadoria.

Todas essas variáveis técnicas interagem, ainda, com a modalidade de plano de previdência do qual o cidadão participa. Caso se trate de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), as alíquotas, independentemente do regime tributário escolhido, incidem sobre o total, seja do benefício mensal, seja do valor global resgatado. Sendo um plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGPL), a tributação recai apenas sobre os rendimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se considera que, somado à imprescindível análise de todas essas sofisticadas variáveis técnicas, o cidadão tem ainda que contemplar diversos condicionantes de ordem pessoal vinculados a seu perfil, sua situação familiar e orçamentária e seus objetivos de curto e longo prazo, percebe-se o quão difícil é a decisão acerca do regime de tributação a ser aplicado em um plano de previdência específico, principalmente se essa decisão tem que ser feita no ato da contratação do plano. E pior: se é irretratável, definitiva.

Em vista desse contexto, fica evidente o prejuízo que a inflexível regra vigente quanto à escolha do regime de tributação traz para o cidadão, especialmente para aquele que, em face de uma situação emergencial, vê-se compelido a resgatar o montante dos recursos acumulados em seu plano de previdência, com o ônus de ter que pagar muito mais imposto do que pagaria se lhe fosse permitido optar, na ocasião, pelo regime de tributação. É por isso que se considera que a proposta de se permitir que a opção pelo regime tributário possa ser feita no momento da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados é justa e deve ser apoiada.

Para os fundos de pensão e seguradoras, a mudança não traz qualquer repercussão relevante. Na verdade, apenas a Receita Federal teria algo a perder com a mudança do PL nº 5.503, de 2019. Mas a possível perda de arrecadação tributária tende a não ser significativa, principalmente quando se considera que é função do Estado incentivar a poupança de longo prazo, tão essencial para o crescimento de qualquer economia. Ademais, como já destacamos acima, a tabela do IRPF não é corrigida há quase cinco anos, prejudicando aqueles que estão no regime progressivo.

Concluindo, Sr. Presidente.

Diante do exposto, conclui-se que a proposição não vislumbra óbices de ordem econômica que impeçam sua aprovação. Tampouco, verificamos problemas quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação.

Voto.

Destarte, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.503, de 2019.

É o meu voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Matéria em discussão.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim para discutir a matéria.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente Sérgio Petecão, meus cumprimentos a V. Exa. e me permita que eu faça este comentário. V. Exa., independentemente da questão ideológica de cada um, situação, oposição, está colocando os projetos na pauta atendendo a todos e, consequentemente, só podemos elogiar V. Exa., pois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse é o critério tão sonhado que aconteça em todas as Comissões do Senado e da Câmara. V. Exa. está dando o exemplo.

Quero também, além de cumprimentar o meu querido amigo Sérgio Petecão, cumprimentar meu também querido amigo Jayme Campos, que fez um relatório preciso. Eu farei alguns comentários, mas terei que repetir, querido amigo Jayme Campos, pela precisão do seu relatório. Seu relatório foi rápido, objetivo e claro.

Eu só destaco, numa linha que V. Exa. já falou, que esse PL permitirá que os participantes ou assistidos de plano de previdência complementar possam optar, como V. Exa. destacou muito bem, pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou – esse é o destaque – do resgate dos valores acumulados. Porque ele pode ter que desistir do plano, então ali ele tomará a decisão que for mais adequada para ele na situação de emergência em que ele se encontra.

Quando então aprovada essa lei, permitirá que o beneficiário decida pelo modo de tributação quando do efetivo gozo do benefício e não no momento somente do ingresso no plano. A rigidez da regra no ingresso de forma definitiva pode trazer prejuízo ao cidadão, especialmente àquele que, por qualquer razão emergencial, é compelido, é obrigado a resgatar o valor.

Termino, meu amigo Jayme Campos, portanto, só dizendo: a opção no momento do resgate, como V. Exa., com muita elegância, capacidade e competência colocou, é a mais favorável ao participante, que poderá optar pelo regime de tributação menos oneroso. Esse é o objetivo do projeto, que vai para a CAE de forma terminativa.

Explico, Sr. Presidente Sérgio Petecão e meu querido amigo Jayme Campos, que me propuseram até que eu, quem sabe, apresentasse uma emenda ou outra. Eu digo: olha, isso poderá ser feito, se assim entenderem, lá na CAE, mas, aqui, o projeto está perfeito, baseado no parecer do Relator Jayme Campos.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, só para fazer um comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Quero parabenizar os dois, mas, além dos elogios que o Senador Jayme Campos fez ao Paulo Paim – sua dedicação, um companheiro que traz projetos que têm essa função de solidariedade social –, o Paim também disputa com o Sarney quem é que vai ficar mais tempo aqui no Senado. (*Risos.*)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sobre o querido amigo ex-Presidente Sarney, permita-me que eu diga, fui Vice-Presidente dele quando ele foi Presidente do Senado. E tenho muito orgulho de dizer que fui Vice-Presidente de um ex-Presidente da República. Mas com certeza ele ganhou, porque esse é o meu último mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Último mandato... Essa história é velha, não é? Essa história do Paim é velha. Está só começando, Paim.

Eu pergunto se a nobre Senadora Leila Barros está presente na nossa reunião.

Leila? (*Pausa.*)

Leila Barros, está presente? (*Pausa.*)

Não está, não.

Vamos encerrar a nossa reunião.

Convoco para o dia 14 de setembro, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

E já agradeço ao Senador Paulo Rocha e ao Senador Jayme Campos, que estavam presentes, e aos demais Senadores e Senadoras que estão aí de forma semipresencial.

Obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e oito minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato e Eduardo Braga, e ainda dos Senadores não membros Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcelo Castro, Giordano, Lucas Barreto, Maria do Carmo Alves e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação de Subcomissões**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2021 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 8/2021 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Finalidade:** Instalação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Aprimoramento das Políticas Públicas direcionadas às Pessoas com Doenças Raras e da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e eleição dos respectivos Presidentes e Vice-Presidentes. **Resultado:** Instaladas a Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Aprimoramento das Políticas Públicas direcionadas às Pessoas com Doenças Raras e a Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. São eleitos a Senadora Mara Gabrilli, Presidente, e o Senador Flávio Arns, Vice-Presidente, e o Senador Flávio Arns, Presidente, e a Senadora Mara Gabrilli, Vice-Presidente, respectivamente. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2022, de 2019** que: "Regulamenta o exercício da profissão de despachante documentalista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim (*Ad hoc*), substituiu Senador Otto Alencar. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 4-PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário à Emenda nº 4-PLEN. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 129, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a profissão de cerimonialista e de suas correlatas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3986, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às motocicletas ou motonetas de fabricação nacional equipadas com motor de cilindrada não superior a duzentos e cinquenta centímetros cúbicos adquiridas por motociclistas profissionais (mototaxistas), cooperativas de trabalho ou pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4691, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 10 de outubro de 1975, que "Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências", para tornar obrigatória a notificação de doenças raras." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 72, de 2012 - Terminativo -** que: "Inclui os profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional no Programa Saúde da Família - PSF." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e votação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Sérgio Petecão**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/14

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está provada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. e às Sras. Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes: cópia da Moção nº 19, de 2021, da Câmara de Chuí, Rio Grande do Sul, a qual apresenta apoio à construção do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas; cópia do Ofício 214, de 2021, da Câmara Municipal de Igrejinha, Rio Grande do Sul, a qual encaminha a Moção nº 734, de 2021, com repúdio à exigência pelo INSS de prova de vida de aposentados; cópia de carta de entidade ligada aos direitos dos povos indígenas contendo considerações sobre restrições de uso de território de povos indígenas isolados.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão.

E fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos senhores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à instalação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Aprimoramento das Políticas Públicas Direcionadas às Pessoas com Doenças Raras e da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, bem como a eleição dos seus respectivos Presidentes e Vice-Presidentes, em atendimento aos Requerimentos nºs 1 e 8, de 2021, desta Comissão; e a segunda parte destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Afirmo que, a pedido do Senador Flávio Arns, por uma questão de agenda, faremos agora a instalação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Aprimoramento das Políticas Públicas Direcionadas às Pessoas com Doenças Raras; depois, daremos início à segunda parte da reunião, com a deliberação de proposições; e, por último, faremos a instalação da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

Dando início aos trabalhos, designo, nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes Senadoras e Senadores para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Aprimoramento das Políticas Públicas Direcionadas às Pessoas com Doenças Raras: titulares, Senadora Mara Gabrilli, Senador Flávio Arns, Senadora Nilda Gondim, Senadora Maria do Carmo Alves e Senadora Zenaide Maia; suplentes, Senador Romário, Senador Izalci e Senador Paulo Paim.

Tendo em vista a manifestação de candidatura da Senadora Mara Gabrilli para a Presidência e a manifestação do Senador Flávio Arns para a Vice-Presidência e tendo sido esta a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta.

Consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada.

As Senadoras e os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleitos a Senadora Mara Gabrilli Presidente e o Senador Flávio Arns Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Aprimoramento das Políticas Públicas direcionadas às Pessoas com Doenças Raras.

Consulto se os Senadores eleitos gostariam de fazer uso da palavra.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra a nobre Senadora Mara Gabrilli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu só queria manifestar a minha felicidade com a instalação dessas duas Subcomissões da CAS, que são importantíssimas para a gente conseguir aprimorar política pública para esse público que é tão vulnerável, que são as pessoas com doenças raras e as pessoas com deficiência. Eu fico até emocionada de como a gente vem se dedicando aqui no Senado às demandas desses brasileiros e das famílias. E, além disso, as pautas das duas Subcomissões estão sempre inter-relacionadas, sempre se complementando, de tal forma que as duas Subcomissões vêm trabalhando desde o começo em conjunto também com a Subcomissão da Pessoa Idosa. E um item que a gente vem discutindo bastante, Presidente, que é muito importante, é a Política Nacional do Cuidado, porque uma parcela relevante da população, de pessoas idosas, de pessoas com deficiência, de pessoas com doenças raras, precisa de outras pessoas para serem seus braços, suas pernas, seus olhos, seus ouvidos, seu apoio, precisa de um familiar ou de um cuidador profissional para poderem se alimentar e se locomover e se higienizar.

Olha que a pandemia da covid mostrou agora o quão vulneráveis são essas pessoas, justamente por estarem impedidas de adotar 100% um distanciamento ou um isolamento social. Então imaginem uma mãe ou um familiar cuidador que foi infectado pelo coronavírus: quem vai prover os cuidados necessários para esse filho? Aliás, Presidente, essa é uma aflição diária das mães que têm filhos com deficiência, principalmente hoje, quando, com mais tecnologia, com mais recursos de saúde, essas pessoas estão vivendo mais, e os pais têm um desespero: "Com quem meus filhos vão ficar na hora em que eu partir?". Então é um tema que a gente precisa abraçar.

E a Subcomissão de Doenças Raras pretende discutir a implantação também de uma rede de atenção especializada, num país como o nosso, que tem essa dimensão continental. E a gente tem que falar de prevenção, tem que falar de política de diagnóstico, tem que falar de triagem neonatal, e são desafios que a gente assume com coragem para poder ofertar tecnologias inovadoras e para contribuir para o planejamento de médio e longo prazo, absorvendo os avanços da medicina no SUS.

Presidente, eu quero fazer um agradecimento, como Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Aprimoramento das Políticas Pública direcionadas às Pessoas com Doenças Raras, às queridas Senadoras Nilda Gondim, Maria do Carmo, Zenaide Maia e aos queridos Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Romário, e ao meu Líder Izalci.

Eu quero agradecer muito por assumirem comigo esse desafio e esse compromisso no resgate da dignidade humana e da valorização da vida. Eu sempre compreendi, Presidente, essa luta em prol das pessoas que necessitam de mais apoio, de mais cuidados como um potente acelerador para um Brasil mais justo, mais igualitário, mais desenvolvido e melhor para todo cidadão.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Mara Gabrilli, eu não poderia deixar de registrar esse trabalho maravilhoso que V. Exa. realiza aqui, nesta Comissão, uma Senadora que tem uma participação muito forte, muito ativa. A criação dessa Subcomissão apenas mostra a sua preocupação, a sua sensibilidade com as pessoas que mais precisam.

Então, queria parabenizar V. Exa. e todos os membros das duas Comissões.

E queria fazer um registro especial aqui também e agradecer a presença da querida Senadora Nilda Gondim na nossa Comissão.

**A SRA. NILDA GONDIM** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O Senador Arns tinha pedido a palavra. Em seguida, passo para a senhora, está bem, Senadora?

**A SRA. NILDA GONDIM** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o Senador Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Eu quero cumprimentar V. Exa., Senador Sérgio Petecão, Presidente da CAS, uma das Comissões mais importantes na saúde, previdência, assistência e trabalho, e cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli pela proposição da criação da Subcomissão relacionada a doenças raras.

A gente tem que pensar que são doenças raras; porém, são muitas doenças raras, não é? Isso significa que nós temos identificadas e com políticas públicas ainda inadequadas para a minoria delas. São cerca de 8 mil doenças com poucas pessoas em cada uma delas, mas isso significa cerca de 15 milhões de brasileiros. Muitas audiências públicas foram realizadas por esta Comissão no ano de 2019. E a Senadora Mara Gabrilli apontou a necessidade de que isso continue, inclusive essa articulação, Sr. Presidente, com a Subcomissão das Pessoas com Deficiência. Porque nós tivemos os relatos de famílias, de mães em que o não atendimento de uma condição rara pode levar à deficiência. Então, nós temos que cuidar muito disso – na área da deficiência, os desafios também continuam e sempre continuarão grandes –, numa articulação necessária com profissionais, famílias, pessoas com deficiência.

Quero agradecer inclusive a gentileza da Senadora Mara Gabrilli de me convidar para ser o Vice-Presidente da Subcomissão sobre Doenças Raras. Faço isso com prazer, com alegria e quero me empenhar ao máximo para que os resultados sejam muito bons.

Parabéns para a nossa Comissão.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Também já parabenizo e agradeço a participação do Senador Flávio Arns aqui nesta Comissão e a participação nessas duas Subcomissões que iremos criar nesta reunião de hoje. Ele tem uma participação muito ativa aqui nesta Comissão, tem sido um grande colaborador nesta Comissão. E quero agradecer, agradecer de coração esse trabalho maravilhoso que tanto ele como a Senadora Mara realizam aqui na nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Então, obrigado, Senador Flávio Arns.

Com a palavra a nobre Senadora Nilda Gondim.

**A SRA. NILDA GONDIM** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discursar.) – Obrigada, Sr. Presidente Sérgio Petecão, muito obrigada. Obrigada também a todos que colaboram com esta Comissão tão relevante, que é a CAS.

Nobres colegas Senadores e Senadoras, eu fico muito à vontade e feliz de estar participando desta Subcomissão que trata de doenças raras, Sr. Presidente, porque a gente vê tantas doenças ainda que não são nem identificadas e tantas pessoas vítimas dessas doenças que nós temos que ter esse olhar direcionado para essa Subcomissão. Então, ela está entregue em excelentes mãos. Mara Gabrilli representa isto: é um exemplo de uma Senadora atuante, participativa, que ama aquele trabalho que faz com pessoas com deficiência e com doenças raras. Então, está em excelentes mãos, tanto dela como também do Senador Flávio Arns, que se identificam tanto com essa camada social que precisa ter esse olhar. E eu fico muito feliz de participar também dessa Subcomissão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Também agradecemos a nossa Senadora Nilda Gondim, que sempre faz questão de estar presente aqui, ao vivo, na nossa Comissão, ajudando. Tem ajudado bastante aqui os trabalhos da Comissão. Então, fico muito grato – viu, Senadora? – pela sua participação e a sua sensibilidade, principalmente com as pessoas mais carentes.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Presidente Sérgio Petecão, primeiro eu cumprimento V. Exa. V. Exa., de pronto, quando foi proposto principalmente por esses dois Senadores, Senadora Mara Gabrilli e Senador Flávio Arns, dois lutadores incansáveis por essa causa e tantas outras causas, V. Exa. pautou de imediato a matéria e já está dando posse agora para a nossa querida Presidenta Mara Gabrilli e o nosso querido Flávio Arns.

Na figura dessa querida Senadora Nilda Gondim, eu cumprimento toda a Comissão. A Senadora Nilda Gondim não tem quem não goste dela, viu? Se os filhos, os netos estão ouvindo, podem saber que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela é muito querida aqui no Senado. Então, na pessoa dela eu cumprimento todos os outros Senadores e Senadoras desta Comissão.

Eu fiquei muito feliz quando me convidaram para estar na Comissão. Eu sempre digo que, na questão de ser suplente ou titular, para mim tanto faz em qualquer Comissão que eu esteja. Quando me convidam, eu me sinto já contemplado. Estamos juntos. Contem comigo sempre.

Havendo reunião, estarei lá, para dar quórum, para ajudar a votar, para discutir e caminhar junto com vocês.

A Subcomissão sobre Doenças Raras, o nome já diz... O Flávio falou muito bem, o Flávio Arns, a Mara Gabrilli também, a Nilda também, da importância dessa Comissão. E o Presidente Sérgio Petecão foi na mesma toada. Eu quero só me somar. É uma equipe do mais alto nível. Eu olhei todos os membros da Comissão. Vamos, com certeza, fazer um trabalho que vai fortalecer a nossa querida Comissão, que para mim é uma das mais importantes, que é a Comissão de Assuntos Sociais. Esta Comissão tem um papel fundamental. O social passa por aqui, não é? As políticas humanitárias, as políticas da previdência, as políticas dos que têm deficiência, as políticas de idosos, todas passam por esta Comissão.

Então, um abraço a todos. Estamos juntos!

Um abraço, Senador Sérgio Petecão.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim, agradecemos também a V. Exa., que, eu diria, é o grande líder desta Comissão, que é nosso incentivador, a pessoa que motiva todos nós, por esse trabalho maravilhoso que V. Exa. realiza.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso eu garanto que eu sou, não como vocês, mas é assim que eu sou.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós estamos apenas aqui tentando ajudar.

Vamos aproveitar que o nosso Senador Flávio Arns está... Ele está lá ainda? Está, não é? Ele tinha pedido para se votar no final, porque ele tinha uma agenda, mas percebo que ele fez questão de estar aqui presente, para que nós possamos já fazer a instalação da outra Subcomissão.

Dando reinício à primeira parte da reunião, passamos à instalação da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

Designo, nos temos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes Senadoras e Senadores para comporem a Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência: como titulares, Senador Flávio Arns, Senadora Mara Gabrilli, Senadora Nilda Gondim, Senador Romário e Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a manifestação de candidatura do Senador Flávio Arns para a Presidência e a manifestação da Senadora Mara Gabrilli para a Vice-Presidência, tendo sido essa a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos eleição por aclamação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta.

Consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Declaro eleitos o Senador Flávio Arns como Presidente e a Senadora Mara Gabrilli como Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

Consulto se os Senadores eleitos gostariam de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns, Presidente da Subcomissão.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Também já falei, já me manifestei anteriormente, inclusive mostrando a relação profunda que existe entre a área de doenças raras e a área da pessoa com deficiência.

É um desafio grande que temos no Brasil e, para esse desafio, quero convidar as famílias, as pessoas com deficiência, os profissionais, os Senadores, as Senadoras, para juntos construirmos e implementarmos políticas públicas que garantam a cidadania, os direitos humanos, a participação, as chances de oportunidades, com bom atendimento na caminhada pela vida, nessas duas áreas fundamentais. Faço o chamamento para que juntos possamos construir bons resultados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Flávio Arns, mais uma vez, quero parabenizá-lo, desejar sucesso aí à frente dessa tão importante Subcomissão.

Nós aqui, como Presidente desta Comissão, tentamos dar... Quando a nossa assessoria aqui da Comissão nos comunicou, nós procuramos dar a maior celeridade possível por entender que é de fundamental importância a criação dessas duas Subcomissões.

Então, parabéns tanto para o senhor como para a nossa querida Mara Gabrilli. Sucesso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conte aqui com esta Comissão para que nós possamos realizar um excelente trabalho.

Senador Zequinha Marinho, chega a informação de que V. Exa. gostaria que se retirasse o item 2 da pauta. Já vamos a... Fique à vontade.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, obrigado pela abertura da palavra. Eu quero aqui, neste momento, pedir a V. Exa. que retire de pauta o item 2, porque achamos importante ouvir um dos setores interessados nesse tema e nós resolvemos sentar para fazer uma rápida adequação do tema para podermos então pedir nova pauta, para que o projeto de lei seja completo e possa abarcar os segmentos do ramo do cerimonial completos. Está certo?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k. Já solicitamos aqui à nossa assessoria que retire o item 2 da pauta de hoje.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

(Matéria não lida:

**2ª PARTE**

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 129, DE 2018**

**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre a profissão de cerimonialista e de suas correlatas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Zequinha Marinho

**Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.

**Observações:** *)*

Vamos ao item 3.

**2ª PARTE**

**ITEM 3**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI N° 3986, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às motocicletas ou motonetas de fabricação nacional equipadas com motor de cilindrada não superior a duzentos e cinquenta centímetros cúbicos adquiridas por motociclistas profissionais (mototaxistas), cooperativas de trabalho ou pessoas com deficiência.*

**Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO)

**Relatoria:** Eduardo Gomes

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

**Observações:**

*Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senador Petecão; Senadores e Senadoras, primeiro, minhas congratulações ao Senador Irajá pela iniciativa.

Segue o relatório.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em análise nesta Comissão o Projeto de Lei nº 3.986, de 2019, do Senador Irajá, que concede isenção do IPI a motocicletas ou motonetas de fabricação nacional equipadas com motor de cilindrada não superior a 250 centímetros cúbicos adquiridas por motociclistas profissionais (mototaxistas), cooperativas de trabalho ou pessoas com deficiência.

A justificação da proposta reside na necessidade de se estimularem as atividades dos mototaxistas, por meio da redução dos encargos financeiros incidentes sobre a aquisição de seu instrumento de trabalho. O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última proferir parecer terminativo sobre a matéria.

Até o momento, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos regimentais, compete à CAS discutir e votar projetos de lei afetos às relações de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando, portanto, a atribuição regimental desta Comissão, a análise da matéria será limitada, neste momento, aos seus impactos sobre a vida dos trabalhadores abrangidos, cabendo à CAE opinar sobre os aspectos econômico e tributário, especialmente no que diz respeito ao impacto da renúncia de receitas nela prevista aos cofres públicos, assim como da eventual compensação financeira da mencionada dispensa de arrecadação.

Sobre o mérito, a proposição merece ser aprovada.

A atividade de mototaxista é responsável pelo sustento de milhares de famílias brasileiras.

Baratear o custo de aquisição de motocicletas constitui estímulo para que cada vez mais trabalhadores possam buscar, no transporte de passageiros e mercadorias, a sua fonte de sustento, ainda mais em um momento de crise econômica, como a atualmente vivida no Brasil.

Diante do exposto, somos favoráveis à proposta, sugerindo apenas um aprimoramento ao texto.

Consiste ele em exigir do motociclista e do motorista que querem se beneficiar da isenção ora examinada a comprovação de que, no momento da aquisição da motocicleta, motoneta ou carro, não tenham anotado em sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) mais do que oito pontos, o que corresponde ao cometimento de, no máximo, duas infrações de natureza média.

Além disso, deve-se exigir deste motorista, na forma do regulamento, a comprovação de que adquiriu todos os equipamentos de segurança necessários ao transporte de passageiros.

Tais exigências devem ser feitas apenas em relação ao motociclista ou ao motorista profissional, e não às pessoas com deficiência, pois, em última instância, elas colaboram para preservar a vida daqueles que se utilizam do serviço prestado por esses trabalhadores.

Voto.

Por essas razões, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.986, de 2019, com a emenda oferecida.

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Senador Zequinha.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu não poderia deixar de ressaltar a importância desse projeto para essa classe extremamente importante para o Brasil de hoje. É um mercado que surgiu não faz muito tempo, mas é um mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente necessário para atender pessoas e locais que outros tipos de transporte jamais poderiam atender.

Eu me lembro muito bem de que, quando se discutia a questão do mototaxista, o pessoal do táxi dizia que eles estavam roubando passageiros dos taxistas, mas não é; cada um tem seu mercado, cada um tem seu nicho, e a gente pôde ver como os dois transportes – o taxista e o mototaxista – puderam se acomodar ao longo do tempo.

O taxista há muito tempo já tem o desconto do IPI quando compra um carro novo. Já não paga mais IPI; o Governo tira o Imposto sobre Produtos Industrializados. O que o mototaxista e o motofretista querem é apenas uma isonomia entre um e outro: que aquilo que se dá ao taxista se dê também ao mototaxista, porque a finalidade, por exemplo... O cliente do taxista tem melhores condições econômicas do que o cliente dos mototaxistas, que é de uma classe mais carente e mora em lugares que, de repente, o táxi não pode entrar, mas a moto pode entrar. Quem conhece a Região Norte, principalmente, sabe que as nossas cidades, nas suas periferias, vivem dilemas ainda muito complicados, Senadora Nilda. E fico muito feliz pelo relatório e o parecer favorável do nosso Senador Eduardo Gomes, que traz a essa classe um mínimo de justiça, fazendo isonomia entre o taxista, o mototaxista e o motofretista. Isso é muito importante para que a gente ajude esse setor.

E agora, durante a questão da pandemia, Senadora, esse pessoal teve um papel preponderante no atendimento à população, no levar e trazer a medicação, a alimentação. Enfim, cresceram muito e foram verdadeiros heróis neste momento de dificuldade da vida do povo brasileiro. Então, minhas homenagens.

Eu presido a Frente Parlamentar em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas, juntamente com outros Senadores importantes – parece-me que V. Exa. faz parte, Presidente, dessa frente parlamentar –, e quero aqui cumprimentar a todos. Tenho certeza de que a gente vai conseguir chegar com esse projeto aprovado ao final, no Plenário. E quero dizer a V. Exa. e a todos que já vou pedir a relatoria desse projeto lá na CAE, para que a gente possa continuar apoiando-o, porque ele é fundamental para a vida desse tipo de transporte no Brasil, especialmente pela nossa Região Norte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Zequinha, eu quero concordar 100% com V. Exa. Nós que moramos no Norte... Eu nem sei como seria lá no Acre, no interior do Acre, se não houvesse os mototaxistas. É uma classe que cumpre um papel social muito importante e que atende aquelas pessoas mais necessitadas, as pessoas mais humildes.

Então, o Senador Irajá está de parabéns. O nosso Relator, Senador Eduardo Gomes, também fez um belo relatório. Já quero me colocar à sua disposição para que possamos dar a maior celeridade possível na aprovação dessa proposta, que atende os interesses de uma classe que neste momento que este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País está passando, precisa muito do nosso apoio. E V. Exa. tem essa sensibilidade e entende muito dessa questão. Então, quero me colocar à sua disposição para que possamos acelerar a aprovação desse projeto.

Parabéns, Senador.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 1.

**2ª PARTE**

**ITEM 1**

**EMENDAS DE PLENÁRIO AO**

**PROJETO DE LEI N° 2022, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Regulamenta o exercício da profissão de despachante documentalista.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Nilda Gondim

**Relatório:** Contrário à Emenda nº 4-PLEN.

**Observações:**

O relatório da emenda é do Senador Otto Alencar. Como ele não está presente, nós pedimos que a nossa querida Senadora Nilda Gondim seja Relatora *ad hoc*.

Relatório contrário à Emenda nº 4, do Plenário.

Concedo a palavra à nobre Senadora Nilda Gondim para leitura do relatório.

Senadora, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. NILDA GONDIM** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou tirar essa máscara, porque eu acho horrível falar com a máscara.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Fique à vontade. Fique à vontade, Senadora. É quase impossível.

**A SRA. NILDA GONDIM** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) – É quase impossível. Eu também concordo.

A referida emenda, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães, altera o parágrafo único do art. 1º do PL nº 2.022, de 2019, para dispensar a obrigatoriedade de registro do despachante documentalista no conselho profissional da categoria.

Análise.

Na linha do quanto exposto no parecer aprovado por esta Comissão, a regulamentação da profissão de despachante documentalista colabora para que o referido ofício somente seja exercido por pessoas com a devida qualificação técnica. A determinação de que os trabalhadores em foco sejam registrados em seu conselho profissional é o mecanismo adequado para garantir que a finalidade da norma seja atingida no mundo dos fatos.

Nesse sentido, dispensar o registro do mencionado profissional em seu conselho de classe suprime da norma o único mecanismo eficaz para garantir que o PL nº 2.022, de 2019, colabore, de fato, para a desburocratização da vida dos administrados em seus afazeres junto à administração pública. A facultatividade do registro sugerida na emenda em exame equivale, na prática, à sua própria inexistência.

A justificativa trazida na Emenda nº 4 – PLEN como fundamento para a dispensa do registro em comento, qual seja, a natureza de pessoa jurídica de direito privado do aludido conselho profissional, não se sustenta ante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O entendimento do Supremo Tribunal Federal se consolidou, a partir do julgamento do MS nº 22.643-SC, de relatoria do Ministro Moreira Alves, no sentido de que as citadas entidades ostentam natureza autárquica, integrando, portanto, a administração pública federal.

O Supremo Tribunal Federal, ao firmar a mencionada tese, atribuiu ao Estado o dever de garantir que somente pessoas devidamente qualificadas exerçam as profissões regulamentadas por lei, em face da necessidade de se preservar o interesse público afetado por aquelas atividades que o Parlamento entendeu relevantes a ponto de restringir o postulado do livre desempenho de ofício ou profissão consagrado no art. 5º, XIII, da Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo, ainda que a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, atribua ao Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas do Brasil personalidade jurídica de direito privado, a referida entidade, à luz da jurisprudência consagrada no Supremo Tribunal Federal, ostenta natureza autárquica, exercendo a relevante função de fiscalizar o exercício da profissão de despachante documentalista.

Diante de tal entendimento do Supremo Tribunal Federal e da relevante função exercida pelo CFDD/BR, inviável o acolhimento da Emenda nº 4 – PLEN, sob pena de privar-se de efetividade o PL nº 2.022, de 2019, que reserva o exercício da nobre profissão em exame a pessoas que preencham os requisitos elencados no art. 5º da proposição em testilha.

Voto.

Por todas essas razões, o voto é pela rejeição da Emenda nº 4 – PLEN.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Senadora Nilda Gondim. Coloco a emenda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 4 – PLEN.

A emenda vai a Plenário.

Item 7.

**2ª PARTE**

**ITEM 7**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 72, DE 2012**

**- Terminativo -**

*Inclui os profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional no Programa Saúde da Família - PSF.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta.

**Observações:**

*1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 03/08/2021.*

*2- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato, para leitura do relatório.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos e todas Sras. e Srs. Senadores. Quero cumprimentar também, neste momento, a minha querida Senadora Nilda Gondim, a quem eu tenho grande apreço e admiração, na certeza de que V. Exa. em muito dignifica a honrada classe das mulheres, em especial das Senadoras da República Federativa do Brasil.

Gostaria de pedir a permissão a V. Exa., Sr. Presidente, para proceder à leitura imediatamente da análise.

Conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS manifestar-se sobre o mérito de matérias atinentes à proteção e defesa da saúde e às competências do SUS.

Por se tratar de decisão em caráter terminativo, cabe a esta Comissão, também, emitir parecer acerca da constitucionalidade, da juridicidade, nela incluídos os aspectos de técnica legislativa, e da regimentalidade da proposição.

O PLC não apresenta vícios de inconstitucionalidade, uma vez que cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares. Da mesma forma, não se verifica vício de injuridicidade. Quanto à regimentalidade, o seu trâmite observou o disposto no RISF.

No que tange ao mérito, concordamos com a Relatora que nos antecedeu na análise da matéria, a Senadora Rose de Freitas, cujos argumentos aqui sintetizamos, de que a proposição merece ser acolhida. Na prática, acreditamos que essa proposta irá aprimorar o atendimento prestado e melhorar a qualidade de vida da população, inclusive em termos de saúde preventiva e não somente de reabilitação.

Cabe lembrar que o acesso aos profissionais de fisioterapia é muito desigual nas diferentes regiões do País e está restrito, via de regra, aos grandes centros urbanos, deixando desassistidos os segmentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais carentes da população e os habitantes das pequenas localidades no interior. Assim, a inserção desses profissionais no PSF pode contribuir para mitigar essa ausência. O mesmo pode ser dito em relação aos profissionais de terapia ocupacional, na medida em que a sua presença nas equipes promoverá o acesso de usuários que estavam alijados desse tipo de assistência.

Por fim, a proposição merece um pequeno reparo, que será promovido na forma de emenda de redação. Desde 2006 a denominação do – aspas – "Programa de Saúde da Família (PSF)" – fecha aspas – passou a ser – aspas – "Estratégia de Saúde da Família (ESF)" – fecha aspas –, consoante o disposto no §1º do art. 2º da Portaria nº 750, de 10 de outubro de 2006, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. Por esse motivo, apresentamos emenda de redação para atualizar e também tornar mais genérica a terminologia utilizada na proposição em análise.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2012, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº CAS (de redação)
> Substitua-se a expressão "Programa Saúde da Família – PSF" e a sigla "PSF", pela expressão "estratégia de saúde da família", na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2012.

Esse é o relatório. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

Obrigado pela oportunidade. Mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. pela Presidência desta tão importante Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agradecemos ao nobre Senador Fabiano Contarato.

Nossa assessoria aqui desta Comissão nos comunica que o nosso quórum... Nós temos apenas a presença de sete Senadores. Nós temos quatro Senadores *on-line* e três aqui presenciais... Dois presenciais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Então, como já fizemos a leitura, a nossa assessoria aqui nos orienta para que a gente faça só essa primeira parte. O relatório vai ser dado como lido e ficam adiadas, Senador Contarato, a discussão e a votação. Nós as faremos na próxima reunião desta Comissão. Está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o nosso quórum – já foi dito aqui – está muito baixo, convoco para o dia 21 de setembro, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Lembro que amanhã às 10h teremos reunião remota desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 3.517, de 2019, que "dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade ou outro transtorno de aprendizagem".

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos os Senadores que participaram da nossa reunião na manhã de hoje.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado!

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Lucas Barreto, Angelo Coronel e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Giordano, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 159/2019 - CAS, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 18/2020 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 3517, de 2019, que "dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem". **Participantes:** Rafael Bernardon, Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; Nídia Regina Limeira de Sá, Diretora de Educação Especial da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação; Katya Luciane de Oliveira, Representante do Conselho Federal de Psicologia; Fauston Negreiros, 2º Secretário da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional; Helio Braunstein, Representante do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo; Vera Regina Vitagliano Teixeira, Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia do Estado de São Paulo; Iane Kestelman, Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção; Luis Augusto Rohde, Professor do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Ana Luiza Navas, Pesquisadora Associada da Rede Nacional de Ciência para Educação; Maria Ângela Nogueira Nico, Presidente da Associação Brasileira de Dislexia; Augusto Buchweitz, Pesquisador do Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul e Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; Rauni Jandé Roama Alves, Psicólogo especialista em Neuropsicologia e Psicopedagogia Aplicada à Neurologia Infantil; Fabiola de La Lastra Helou, Presidente da Associação Dislexia de São Paulo; Gabrielle Maria Coury de Andrade, Membro da Associação Mato-grossense de Dislexia; e Andrea Basílio Chagas, Pessoa com dislexia. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

**Senador Rogério Carvalho**

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Jayme Campos, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Giordano, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3517, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008) - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008. **Observação:** 1- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. 2- Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado Federal, do Requerimento nº 14-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1253, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estende aos contribuintes residentes no exterior a isenção do Imposto de Renda concedida a rendimentos de aposentadoria e pensão recebidos por pessoas portadoras de moléstias graves." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 169, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para tornar obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4691, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 6.259, de 10 de outubro de 1975, que "Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências", para tornar obrigatória a notificação de doenças raras." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 72, de 2012 - Terminativo -** que: "Inclui os profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional no Programa Saúde da Família - PSF." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 350, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que "regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição e dá outras providências", para dispor sobre o tempo de serviço prestado pelos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias" **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2018 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de Biotecnologista." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame do relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 793, de 2015 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 14, de 2021** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3517/2019 (Substitutivo-CD),que "dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Sérgio Petecão**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/21

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, CAS, da 3ª Legislatura Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Já quero registrar, no Plenário, a presença do nosso querido Senador, pelo Estado do Pará, o amigo Senador Paulo Rocha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Queremos registrar aqui também a presença da D. Marfisa Galvão, Secretária de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Rio Branco, que está assistindo esta reunião. Sejam bem-vindos, Secretária e Vice-Prefeito!

Comunico às Sras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes, cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas e Câmara Municipais e entidades, contendo considerações sobre a pandemia do coronavírus e outros termos relacionados à saúde e questões trabalhistas.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como também nas matérias terminativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Informo que foi retirado da pauta o item 9, Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2018, a pedido do Relator, o Senador Eduardo Gomes.

(É a seguinte a matéria retirada:

**ITEM 9**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 213, DE 2018**

**- Terminativo -**

*Regulamenta o exercício da profissão de Biotecnologista.*

**Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

**Relatoria:** Eduardo Gomes

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.)

Também participam da nossa reunião de hoje a Senadora Leila Barros; o Senador Fabiano Contarato; o Senador Flávio Arns; a Senadora Mara Gabrilli; o Senador Paulo Paim; e a nossa Vice-Presidente, a nossa querida Senadora Zenaide Maia. A Secretária Marfisa manda um abraço, Senadora Zenaide Maia.

Item 1.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI N° 3517, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2008)**

**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Mara Gabrilli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008.

**Observações:**

*1- A matéria recebeu Parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos.*

*2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte .*

*3- Em 15/09/2021, foi realizada audiência pública para a instrução da matéria.*

Concedo a palavra à nobre Senadora Mara Gabrilli para a leitura do relatório.

Senadora...

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de ir direto à análise. Acho que todos já tiveram acesso ao relatório.

Análise.

A competência desta Comissão para apreciar a matéria sob análise encontra respaldo no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e às competências do Sistema Único de Saúde.

Ademais, consoante os arts. 285 e 287 do Risf, emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação. Logo, nesta fase de tramitação do PL nº 3.517, de 2019, somente é possível aceitar ou rejeitar o substitutivo, na íntegra ou em parte.

Quanto ao mérito, observamos que a principal inovação proposta pelo SCD é a de prover atenção especial a qualquer pessoa com transtorno de aprendizagem e não somente àquelas com dislexia ou com TDAH. Nesse sentido, julgamos pertinente a iniciativa, haja vista que a ideia original não atenderia às crianças com problemas de aprendizado decorrentes de outras afecções, como é o caso da disgrafia e da discalculia, por exemplo.

Causados por alterações do desenvolvimento neurológico, os distúrbios de aprendizagem, em geral, manifestam-se nas crianças em idade escolar, embora alguns casos passem totalmente desapercebidos e sejam somente diagnosticados na idade adulta. Isso é muito comum.

Segundo a Associação Americana de Psiquiatria, estima-se que 5% a 15% das crianças em idade escolar têm dificuldades de aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não forem diagnosticados e tratados tempestivamente, os distúrbios de aprendizagem podem ter consequências que prejudicam a qualidade de vida e ocasionam fraco desempenho nos estudos, evasão escolar, depressão e desemprego.

Até o momento, os transtornos de aprendizagem não têm cura. Todavia, sabe-se que o tratamento tempestivo e adequado pode efetivamente diminuir a intensidade dos sintomas. Para isso, deve-se prover a essas pessoas fácil acesso a profissionais capazes de estabelecerem o diagnóstico e instituírem o tratamento. Nessas situações, crianças em terapia conseguem aprender habilidades que as auxiliam a encontrar maneiras eficientes de compensar suas dificuldades. Deve-se ressaltar, entretanto, que pacientes que não têm acesso ao tratamento precoce têm alta susceptibilidade de apresentarem as complicações anteriormente citadas.

Portanto, além de ampliar o número de pessoas que se beneficiarão das ações e serviços previstos, o substitutivo sob análise pretende aproximar ainda mais as redes de ensino e de saúde, sem, contudo, incorrer no erro de confundir as atribuições de cada área. Desse modo, pode-se facilitar a articulação da assistência prestada às pessoas com problemas de aprendizagem, notadamente no que tange ao diagnóstico precoce, ao tratamento tempestivo e ao acompanhamento permanente e especializado. São iniciativas que podem, de fato, contribuir para atenuar os impactos psicológicos e sociais causados pelos transtornos de aprendizagem.

É importante lembrar que o bom ou o mau prognóstico das crianças com distúrbios de aprendizagem não depende apenas de fatores biológicos, mas do diagnóstico precoce e, consequentemente, do início do atendimento escolar especializado o mais cedo possível. O foco é facilitar a inclusão da criança na escola, prevenindo as consequências emocionais e comportamentais desastrosas do não reconhecimento dos distúrbios pela sociedade. Podemos prevenir e combater essas consequências com informação, para que crianças inteligentes e criativas não fiquem à margem do processo de socialização garantido por meio da educação e da cultura, e garantido pela nossa Constituição.

No segundo semestre de 2011, esta Senadora, quando em exercício do mandato de Deputada Federal, apresentou seu primeiro relatório ao então PL nº 7.081 de 2010, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, apontando que o substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família encontrava respaldo em abundante doutrina e estudos científicos, bem como em ampla discussão da sociedade civil organizada e internamente nos próprios órgãos governamentais.

Ainda assim, durante a relatoria na Câmara, houve um debate intenso entre duas visões absolutamente antagônicas sobre o tema aqui discutido.

Como forma de esclarecer as principais divergências apontadas na discussão do tema, deve-se lembrar que, de um lado, havia o posicionamento de um grupo que negava a própria existência da dislexia e do transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e que apontava uma enorme preocupação com um movimento crescente do consumo medicamentoso pela sociedade, particularmente de nossas crianças. Para essas pessoas, apoiadas, na ocasião, sobretudo pelo Conselho Federal de Psicologia, o que se chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de "dislexia" ou "TDAH" seria somente o traço comportamental de uma criança ou um jovem que se coloca de maneira diferente da regra que se espera dele. Portanto, criar rótulos como "dislexia" seria vitimizar a personalidade desses jovens, sempre sob o pretexto de vender remédios.

Do outro lado, estava aquele grupo que não se conformava, de maneira alguma, com a negação dos distúrbios e que reforçava a existência destes, amparado por uma base científica profundamente robusta e reconhecida internacionalmente por diversas entidades, sobretudo pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Para essas pessoas, a política de negar os distúrbios é injusta e temerária, já que culmina na recusa de oferecer aos pacientes diagnosticados recursos, técnicas, estratégias e, somente nos casos devidos, medicamentos que significariam a melhora na qualidade de vida dessas pessoas.

Diante desse cenário controverso, Sr. Presidente, discutimos cada ponto apresentado, no período de dois anos, com a participação de Parlamentares, especialistas, entidades, familiares, pessoas diagnosticadas e Governo. É importante que os nobres colegas Senadores e Senadoras conheçam todo o processo de tramitação deste PL para que tenham a convicção de que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, que se encontra agora em análise no Senado, é fruto de um diálogo democrático, conciliador e transparente.

Existe uma enorme preocupação com um movimento crescente do consumo medicamentoso pela sociedade, particularmente de nossas crianças. Essa igualmente é a preocupação desta Senadora, que vê no bom e adequado diagnóstico, conforme proposto pelo presente projeto, o combate à medicalização.

Ainda assim, devemos ressaltar que somente para os casos com o diagnóstico do TDH há indicação para uso medicamentoso, talvez, se assim o médico acreditar. E, por outro lado, na dislexia e outros distúrbios de aprendizagem, não há essa indicação. O complexo e qualificado debate confirmou nosso posicionamento de afastar qualquer tese que negue o reconhecimento da dislexia e do TDH, e, dessa forma, chegamos à conclusão de apresentar um texto substitutivo com referência expressa a esses distúrbios, com o respaldo de organizações como a Associação Brasileira de Psiquiatria, a Associação Brasileira do Déficit de Atenção, a Academia Brasileira de Neurologia e a Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, entre diversas outras associações.

Acreditamos, Presidente, que as crianças com distúrbios de aprendizagem como dislexia ou TDH têm o direito de serem reconhecidas, bem como de serem atendidas no sistema de educação e de saúde com cuidado individualizado, de forma a garantir a maximização de suas potencialidades e também da sua qualidade de vida no geral.

Por essas razões, consideramos que o projeto original foi efetivamente aprimorado pelo substitutivo da Câmara dos Deputados.

O voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.517, de 2019, Projeto do Senado nº 402, de 2008.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, antes de devolver a palavra, eu só queria destacar que realizamos aqui nesta Comissão, como já havia dito, uma audiência pública no último dia 15, para instruir o projeto. O Senador Rogério Carvalho presidiu o debate, que contou com diversos convidados e foi bastante produtivo. As famílias, as mães, as pessoas com dislexia e TADH clamaram pela urgência de terem uma política para esse segmento, e eles já esperam há mais de 12 anos. Ficou muito clara a necessidade de a aprovarmos o quanto antes.

Por isso, eu peço apoio das Senadoras e dos Senadores, para que a gente possa aprovar também um requerimento de urgência e levar a matéria diretamente à apreciação em Plenário.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Primeiramente, quero parabenizar a nossa Senadora Mara Gabrilli.

A nossa assessoria aqui da Comissão já nos comunicou que a nossa audiência pública foi maravilhosa, uma participação extraordinária. Então, eu queria, mais uma vez, não parabenizar só a Senadora Mara Gabrilli, mas todos aqueles que, de forma direta ou indireta, ajudaram para que nós pudéssemos fazer essa audiência. Parabéns!

Eu quero registrar aqui a presença, já que está aqui, participando da nossa reunião, do Senador Veneziano Vital do Rêgo. E também está aqui presente, no Plenário da Casa, a nossa querida Senadora Nilda Gondim. Obrigado, Senadora. Senadora que participa de todas as sessões aqui, junto conosco.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Quero cumprimentar, em primeiro lugar, V. Exa., caro Presidente, a nossa Vice-Presidente também, Senadora Zenaide Maia, a Senadora Mara Gabrilli, os demais Senadores e Senadoras, e dizer que concordo inteiramente com o relatório apresentado pela Senadora Mara Gabrilli. Inclusive, considerei muito importante e interessante toda a trajetória desse projeto de lei lá na Câmara dos Deputados, quer dizer, um esforço que já foi despendido em função do tema e que tem que ser reconhecido também, sem dúvida alguma, no Senado. Participei da audiência pública outro dia, escutei os vários pontos de vista, a audiência foi interessante, proveitosa, e o tema é essencial. Distúrbios de aprendizagem – eu costumo usar a palavra disfunção de aprendizagem, mas é o distúrbio de aprendizagem; há as duas traduções, não é, em inglês seria *learning disabilities* –, dislexia, transtornos do déficit de atenção, hiperatividade e outros distúrbios de aprendizagem merecem de toda a sociedade brasileira serem estudados, estudadas as disfunções, não é?

São coisas que afetam sobremaneira a vida da criança, do adolescente, do adulto, da família, e termos um olhar sobre essas disfunções é muito importante; termos, sempre que necessário, o diagnóstico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diferencial, porque isso também é importante. A deficiência intelectual tem algumas características, quer dizer, ela não é muitas coisas. A primeira característica é: não é! Não é deficiência visual, não é deficiência auditiva, não é intelectual, não é múltipla, não é motora. A segunda característica é que existe uma discrepância entre aquilo que a criança e o adolescente realizam e aquilo que eles podem realizar. A gente vê que a criança, o adolescente poderiam oferecer mais nesse sentido, então, há uma discrepância grande, e isso pode ocorrer em algum dos processos cognitivos. Eventualmente, um distúrbio na percepção, na memória, na linguagem, nos conceitos, como é o caso da dislexia, e afeta todo o comportamento cognitivo dessas crianças e adolescentes. Então, preparar as nossas escolas para a abordagem correta disso, qualificar os profissionais, dar o apoio para as famílias, envolver outras áreas sempre que necessário, como foi dito pela Senadora Mara Gabrilli, a saúde; sempre que necessário, e, se houver, equipes multidisciplinares.

Então, eu diria que o projeto vem em boa hora. Inclusive muitas dessas pessoas com disfunção, distúrbio de aprendizagem devem estar sendo confundidas, muitas vezes, com pessoas com deficiência intelectual, que são duas coisas completamente diferentes. Lá nos Estados Unidos, onde eles têm esses levantamentos bastante detalhados, a área da deficiência mais prevalente é a área da disfunção de aprendizagem e não do déficit, da deficiência intelectual.

Então, que bom que nós temos esse projeto de lei bem discutido na Câmara. E sou a favor inclusive do relatório de urgência para que esse projeto, que deveria ir para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, vá diretamente ao Plenário.

Agradeço. Parabenizo a Senadora Mara, V. Exa.. E que bom, é uma área essencial para o bem-estar de tantas pessoas no Brasil.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agradecemos a participação do nosso querido Senador Flávio Arns.

Com a palavra a nossa Vice-Presidente desta Comissão, a nobre Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, bom dia.

Colega e amiga Senadora Mara Gabrilli, desse assunto, Mara, eu lembro quando a gente já lutava na Câmara dos Deputados.

Eu queria dizer o seguinte: a sociedade tem que ter esse olhar diferenciado. Eu concordo com Mara. Um olhar num diagnóstico precoce. Não é para serem todos os tratamentos medicamentosos, a gente sabe disso. E a gente sabe que o que precisa é desse acompanhamento integral para esses educandos, porque muitas vezes, quando não dão o diagnóstico, essas crianças começam a ser tratadas como se tivessem um déficit intelectual e na verdade não é, é a maneira como se vê. E a gente sabe que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





quanto mais cedo observadas e diagnosticadas, essas crianças passam a ter uma inclusão na sociedade e uma vida praticamente normal. Eu conheço várias pessoas que foram diagnosticadas com esse déficit de atenção e que hoje têm uma vida normal, mas porque tiveram esse apoio.

E para o que eu chamo atenção e quero parabenizar Mara, o Sr. Presidente e esta Comissão é o seguinte, a gente não pode, devido a uma dificuldade de colocar acompanhamento integral nas nossas escolas para essas crianças e adolescentes, estar aqui fazendo de conta que não está fazendo. É difícil? Não. Temos que fazer isso.

Eu sempre costumo dizer que uma sociedade que não consegue integrar, abraçar as suas pessoas com déficit de estudo e de aprendizado ou pessoas com algum tipo de deficiência, se a gente analisar, é essa sociedade que está deficiente. Porque eu cito aqui, um deficiente físico, um cadeirante, se tiver acessibilidade, aquilo deixou de ser um problema para ele.

Outra coisa, se todos os meios de comunicação obrigatoriamente tivessem a janela de libras, a tradução, para aquelas pessoas que têm deficiência auditiva, aquilo já não seria mais um problema para a vida delas, já se sentiriam incluídas.

Parabéns, Mara! E vamos em frente aí.

Obrigada, Sr. Presidente.

Também a favor do requerimento de urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é rapidinho, para encaminhar.

Esses projetos têm uma profundidade de humanismo muito grande, por isso não só a gente parabeniza a Senadora Mara Gabrilli, mas a própria Comissão e a sua Presidência por pautar e priorizar a aprovação desse tipo de projeto. Eu acho que todos nós estamos comprometidos e sensibilizados.

O encaminhamento da Bancada do Partido dos Trabalhadores é aprovar com louvor, inclusive a urgência, para que a gente aprove uma legislação dessas tão importante para as nossas crianças. Se já são importantes as crianças de todo o Brasil, imaginem as que têm esse tipo de deficiência! Portanto, é nossa obrigação, como representantes do povo, ter essa sensibilidade humana para com nossas crianças.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra a Senadora Nilda Gondim.

**A SRA. NILDA GONDIM** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada! Obrigada a toda a equipe, que tem sido de uma prestatividade enorme.

Cumprimento o nosso Senador Paulo. Cumprimento todos os presentes, via internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero dizer uma coisa a você – vou ser breve –: esse projeto é altamente louvável. Eu tenho que parabenizar Mara Gabrilli, parabenizar Flávio Arns, parabenizar todos que têm um olhar, uma sensibilidade diferente para essas pessoas, porque essas pessoas precisam de tratamento, apoio, atenção e generosidade para que possam ter oportunidade de surgir com tratamento novo, com assistência e conviver com a gente de forma natural, harmônica, porque elas têm tratamento. Então, eu quero parabenizar, louvar e, como pediu nossa amiga Zenaide, nossa Mara, nosso Flávio Arns e Paulo, que a gente consiga rapidamente aprovar esse grande e relevante projeto.

Obrigada, amigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agradecemos mais uma vez a participação da nossa Senadora Nilda Gondim e registramos também a presença, aqui, do nosso querido Senador Jayme Campos.

Seja bem-vindo!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei nº 3.517, de 2019, que é o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Coloco em votação o requerimento de urgência, pedido aqui por alguns Parlamentares, para a matéria apresentada pela Senadora Mara Gabrilli.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Item 2.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI N° 1253, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Estende aos contribuintes residentes no exterior a isenção do Imposto de Renda concedida a rendimentos de aposentadoria e pensão recebidos por pessoas portadoras de moléstias graves.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

**Relatoria:** Flávio Arns

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

**Observações:** *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

Eu passo à análise diretamente, Sr. Presidente.

A competência da CAS para opinar sobre o PL nº 1.253, de 2019, está prevista no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, já que se trata de matéria relativa à tributação incidente sobre o pagamento de benefícios da previdência social.

Em termos constitucionais, a competência da União para legislar sobre Direito Tributário e Imposto sobre a Renda tem fundamento nos arts. 24, I, 48, I, e 153, III, todos da Constituição Federal. A matéria está entre as atribuições do Congresso Nacional, segundo o art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito. Foi respeitado, também, o disposto no §6º do art. 150 da Constituição Federal, que exige lei específica para a concessão de isenção tributária.

Em relação à juridicidade, não há óbice à regular tramitação do projeto.

A técnica legislativa empregada no PL nº 1.253, de 2019, pauta-se pelas determinações contidas na lei de regência, a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No âmbito da política de apoio às comunidades brasileiras no exterior, instituída pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010, o Ministério das Relações Exteriores, por seu Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, promoveu gestões junto ao INSS para que as aposentadorias e pensões pagas por aquela autarquia fossem remetidas diretamente à conta bancária do beneficiário residente no exterior.

Uma vez implementado o serviço, os beneficiários no exterior, a partir de maio de 2013, passaram a reclamar, indignados, que as aposentadorias, qualquer que fosse seu valor, eram gravadas no Brasil por Imposto de Renda da Pessoa Física à alíquota de 25%, por força do art. 7º da Lei nº 9.779, de 1999. As reclamações mais frequentes têm origem em residentes em Portugal e na Alemanha. Desde 2012, o Ministério das Relações Exteriores tenta reverter esse quadro no âmbito do Poder Executivo, porém sem sucesso.

O PL nº 1.253, de 2019, não propõe alterar a alíquota de 25% prevista no citado art. 7º da Lei nº 9.779, de 1999. Seu propósito é garantir que ela não incida sobre os rendimentos de aposentadoria e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensão, reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos por portadores de moléstia profissional ou de doenças graves, sempre que recebidos por beneficiários residentes ou domiciliados no exterior. A fonte pagadora e remetente dos benefícios poderá ser tanto a Previdência oficial (Regime Geral da Previdência Social; Regimes Próprios) quanto a Previdência Complementar.

A isenção pretendida já é prevista para os residentes no Brasil. As doenças graves são as seguintes: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, aids e fibrose cística.

Para garantir a inclusão da fibrose cística (mucoviscidose) na lista de doenças graves que dão ensejo à isenção alvitrada pelo projeto, apresentamos emenda que acresce, à parte final do proposto art. 7º-A, o seguinte texto: "observado o disposto no §2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995".

O PL nº 1.253, de 2019, é omisso acerca do procedimento de comprovação do acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, requisito essencial para a prevenção de fraudes. Isso porque o direito à isenção se estende à moléstia contraída depois da concessão da aposentadoria, reforma ou pensão. Se o beneficiário contrair a moléstia quando já residir no exterior, a lei precisa prever o rito de comprovação.

Nesse particular, os avanços tecnológicos, acelerados pela pandemia da covid-19, já permitem que o laudo pericial seja emitido por médico perito do país de residência do portador da moléstia. Exemplo é a Portaria Conjunta nº 9, de 25 de agosto de 2020, do INSS e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

O normativo admite que o pedido de "Aposentadoria por Incapacidade Permanente" seja instruído com relatório médico emitido por médico perito do país de residência do interessado, desde que indicado pela Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, mesmo que aquele país não tenha celebrado acordo internacional com o Brasil. Nesta senda, também propomos, na emenda, o acréscimo de parágrafo único ao art. 7º-A, que copia esse louvável precedente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.253, de 2019, com a seguinte emenda:

> Dê-se ao art. 7º-A da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1.253, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 7-A. Ficam isentos do imposto de que trata o art. 7º desta lei os rendimentos dispostos nos incisos XIV e XXI do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, observado o disposto no §2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. O acidente em serviço ou a moléstia poderão ser comprovados mediante laudo pericial emitido por médico perito do país de residência do portador, nos termos do regulamento."

Essa é a análise, Sr. Presidente, e também o voto.

Quero novamente parabenizar a Senadora Mara Gabrilli pela proposição desse projeto de lei agora relatado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Paulo... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente Sérgio Petecão.

Presidente, eu queria, na verdade, cumprimentar tanto a Mara Gabrilli como o Senador Flávio Arns, que fazem um trabalho belíssimo – está aqui presente também a Senadora Zenaide Maia – nesses projetos, tanto o anterior como este.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, percebi eu que, na sequência, temos aqui um projeto que vai na mesma linha, pois trata das pessoas com deficiência, do Senador Fabiano Contarato. E, na sequência, existem outros projetos. Por que eu digo isso, Senador Sérgio Petecão? Para cumprimentar V. Exa., porque, hoje, 21 de setembro – 21 de setembro –, é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, e, consequentemente, a pauta hoje da nossa Comissão trata, de forma especial, esse tema. Então, concordo com todos os temas e, ao mesmo tempo, também digo que hoje é um dia de grande mobilização no País em relação aos direitos das pessoas com deficiência. E a melhor forma de homenageá-las, tanto eles como elas, é aprovando projetos como esses que estão na pauta.

Parabéns a todos os Senadores e Senadoras!

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Muito bem, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2018**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para tornar obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS).*

**Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**Relatoria:** Fabiano Contarato

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

Antes de partir direto para a análise do relatório, Sr. Presidente, eu tomo a liberdade de deixar claro aqui para todas as Sras. e Srs. Senadores e para quem nos acompanha o meu repúdio ao comportamento do Ministro da Saúde, com aquele gesto obsceno que ele fez, passando a imagem totalmente criminosa do Brasil nos Estados Unidos. Ele, na verdade, praticou um crime de ato obsceno, expresso no art. 233, que diz: "Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público". Eu, sinceramente, esperava muito mais desse Ministro da Saúde, não um ato criminoso como ele assim o fez.

Como também quero repudiar a fala do Presidente da República hoje na abertura da ONU. Foi repleta de *fake news*. Falou que o Brasil é exemplo em proteção ambiental, e não é; é uma vergonha mundial; continua insistindo no tratamento precoce, a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica; economia galopando ladeira abaixo... Então, foi um festival de mentiras praticado pelo Presidente da República nessa abertura da ONU, que merece aqui o repúdio. E eu aqui como Senador, representando o Estado do Espírito Santo, quero declarar esse repúdio tanto à fala do Presidente da República como ao comportamento do Ministro da Saúde.

Perdoe-me pelo desabafo. Passo diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a este Colegiado, de acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, pronunciar-se sobre assuntos relativos à proteção e defesa da saúde e às competências do SUS. Além disso, por ser a única Comissão a analisar a matéria, incumbe à CAS manifestar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade, de regimentalidade e de técnica legislativa da matéria.

Inicialmente, cabe destacar que não existem óbices quanto à constitucionalidade da proposta, pois a matéria está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Além disso, a proposição está em conformidade com as atribuições do Congresso Nacional, estabelecidas pelo art. 48, e com a iniciativa legislativa concedida aos parlamentares (art. 61).

Também não se verifica vício de injuridicidade. E, quanto à regimentalidade, constata-se que o trâmite do projeto de lei observou o disposto no Risf.

Em relação ao mérito, há que ressaltar a importância da iniciativa, que irá beneficiar as pessoas com TEA.

Em nosso País, as iniciativas governamentais especificamente direcionadas ao acolhimento de pessoas com diagnóstico de autismo desenvolveram-se tardiamente. De fato, pode-se afirmar que só há poucos anos o autismo passou a fazer parte, oficialmente, da agenda política da saúde. A despeito disso, a intensa mobilização de ativistas, principalmente associações de pais e familiares, levou à aprovação de uma norma federal específica para o autismo. Assim, em 27 de dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, um marco histórico na luta pelos direitos e pela inclusão social das pessoas com autismo.

O TEA é um transtorno neuropsiquiátrico crônico. Tem início precoce e se desenvolve na primeira infância. Apresenta grande variabilidade na intensidade e na forma de expressão dos sintomas, especialmente relacionados a dificuldades de comunicação e relacionamento social. Possui etiologias múltiplas, que combinam fatores genéticos e ambientais, entre outros.

Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas, o autismo afeta cerca de 1% da população mundial, ou seja, 70 milhões de pessoas. Os dados epidemiológicos internacionais indicam maior incidência no sexo masculino. No Brasil, ainda não existem estimativas de prevalência confiáveis.

Toda pessoa com suspeita de TEA deve ser encaminhada para avaliação diagnóstica. Estudos destacam que a intervenção precoce é fundamental para a melhoria do quadro clínico, gerando ganhos relevantes no desenvolvimento da criança. Também, pode reduzir consideravelmente os gastos das famílias com o tratamento das crianças com TEA, bem como as despesas dos sistemas de saúde pública. A necessidade de serviços e cuidados pode, contudo, estender-se por toda a vida do indivíduo.

O tratamento de pessoas com TEA tem como um de seus objetivos fundamentais o de habilitá-las para desempenhar e participar de modo ativo e independente nas atividades sociais cotidianas. O projeto terapêutico deve ser individualizado e atender às demandas do paciente e de seus familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A procura por esse tipo de serviço tem aumentado no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a proposição sob análise vem aprimorar o texto da Lei nº 12.764, de 2012, para dispor sobre a atenção às pessoas com TEA no âmbito do SUS, preferencialmente por meio da criação de serviços especializados, que visam a responder às especificidades clínicas desse grupo populacional. Essa demanda decorreu do fato de esse segmento, no que tange às suas particularidades, não se sentir devidamente contemplado pela política de saúde mental vigente no País.

Por fim, a proposta merece um pequeno reparo, para atender aos requisitos de técnica legislativa estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Para tanto, é necessário ajustar a sua ementa, para que explicite de forma precisa o objeto da lei, segundo dispõe o art. 5º da referida LCP. Por essa razão, apresentamos uma emenda de redação para corrigir essa falha.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2018, com a seguinte emenda que apresento:

> EMENDA Nº CAS
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2018, a seguinte redação:
> "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para dispor sobre a atenção integral à saúde da pessoa com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS)."

É esse o parecer.

Agradeço mais uma vez também e aqui quero reforçar a luta em defesa de todas as pessoas com deficiência hoje, neste dia tão especial. No Brasil, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Infelizmente, isso está longe de ser realidade. Infelizmente, no Brasil nós temos um abismo entre pobres, negros, índios, quilombolas, pessoas com deficiências, LGBTs, pessoas idosas, pessoas que vivem com HIV. É necessário que o Parlamento dê uma resposta para que esse princípio constitucional de que todos somos iguais perante a lei um dia seja uma realidade no Brasil. Por enquanto, lamento dizer, ele encontra-se deitado eternamente em berço esplêndido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai ao Plenário.

**ITEM 7**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 72, DE 2012**

**- Terminativo -**

*Inclui os profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional no Programa Saúde da Família - PSF.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Fabiano Contarato

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta.

**Observações:**

*1- Em 14/09/2021, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e votação.*

*2- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Lembrando ao nobre Senador que inclusive já foi feita a leitura do relatório.

Eu já coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Vamos abrir a votação.

Temos quantos Senadores presentes? Assessoria, por favor. (*Pausa.*)

Enquanto os nossos Parlamentares presentes no Plenário estão votando aqui no nosso sistema presencial, os Senadores que estão *online* já podem se manifestar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadores que estão *online* já podem se manifestar.

Paim. Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – "Sim", Sr. Presidente. Meu voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Voto "sim", do Senador Paulo Paim.

Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Voto "sim", Sr. Presidente. "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Leila Barros.

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, meu voto também é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Leila.

Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – O voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Senador.

Senador Veneziano Vital do Rêgo. Senador Veneziano Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Senador Veneziano Vital do Rêgo, se estiver presente, por favor, se manifeste! (*Pausa.*)

Precisamos de três votos. Temos oito Parlamentares votando. A assessoria da Mesa está entrando em contato aqui com os Senadores. Precisamos de três votos para encerrar a votação.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Oi, Presidente! Eu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A Senadora Mara Gabrilli vota "sim". Voto "sim" da Senadora Mara Gabrilli.

Precisamos de dois votos.

Senador Veneziano! Senador Veneziano, se estiver presente, por favor! (*Pausa.*)

Senador Veneziano! Senador Veneziano, a sua presença está sendo solicitada aqui. Porque ele está aqui, não é? Ele registrou presença. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falta apenas um voto, mas a nossa assessoria da Mesa aqui está mantendo contato com vários Senadores, colegas Senadores e Senadoras...

Veneziano, vamos votar aí, Veneziano.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu queria que o senhor, por gentileza, Senador, se pudesse registrar o meu voto "sim", porque eu não estou conseguindo fazê-lo pelo telefone.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Peço desculpas, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, que isso! Nós é que agradecemos, Veneziano; obrigado mesmo. Muito obrigado

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Um abraço, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, querido.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Meus cumprimentos ao Senador Fabiano Contarato.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está bom, meu irmão.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – E aos demais outros Senadores que fizeram essa pauta tão pertinente, entre estes a Senadora Mara e o Senador Flávio. Eu não pude estar pessoalmente para cumprimentá-los, a partir do senhor e demais outros e outras, a Senadoras Zenaide e a Senadora Nilda. Muito feliz a iniciativa de nós reservarmos esta reunião para que tratássemos sobre os deficientes e as causas que todos nós temos que nos envolver em suas defesas.

Um abraço, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Sr. Vice-Presidente da Casa, Senador Veneziano Vital do Rêgo, obrigado. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Vamos à abertura dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Tivemos 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Eu consulto o nobre Senador Flávio Arns... Temos um projeto seu aqui na pauta. Ele é terminativo. Pergunto se fazemos a leitura dele ou deixamos para fazê-lo na semana que vem. V. Exa. é que decide.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – É de autoria do Senador Paulo Paim. Se V. Exa. permitir, eu já faço a leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É o item 10, Senador.

Então, fique à vontade. Já vamos avançar.

**ITEM 10**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 793, DE 2015**

**- Terminativo -**

*Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.*

**Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS)

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta.

**Observações:**

*Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Agradeço, Sr. Presidente.

Passo à análise diretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 22, inciso XXIII, da Carta Magna, compete à União legislar privativamente sobre seguridade social, motivo pelo qual a disciplina de penalidades incidentes sobre a ausência de recolhimento tempestivo de contribuições previdenciárias aos cofres públicos encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos tribunais superiores, razão por que aos Parlamentares, nos termos do art. 48 da Carta Magna, é franqueado iniciar a discussão legislativa sobre o assunto. Por isso, o Senador Paulo Paim apresentou o projeto.

Além disso, a normatização da multa em testilha prescinde da edição de lei complementar, motivo por que a lei ordinária afigura-se apta a inserir a proteção em foco no ordenamento jurídico nacional.

Não menos importante destacar que, nos termos dos arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS, a nossa Comissão, opinar terminativamente sobre projetos de lei de autoria de Senadores que versem sobre seguridade social.

Ainda sob o prisma do exame formal da proposição, calha salientar que o art. 45 da Lei nº 8.212, de 1991, cuja alteração é pretendida pelo PLS 793, de 2015, foi revogado pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. O conteúdo do referido art. 45, entretanto, foi remanejado para o art. 45-A, §2º, do diploma de 1991. A proposição, neste particular, incorre no vício de técnica legislativa descrito no art. 12, III, "c", da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o que, entretanto, não obsta a sua aprovação caso este Parlamento a considere meritória.

No mérito, a proposição merece lograr aprovação.

Na linha da justificação esposada pelo autor da proposição, o Senador Paulo Paim, não é justo impor ao trabalhador que não tinha a obrigatoriedade de efetuar recolhimentos ao RGPS o pagamento de multa para que possa efetuar a contagem recíproca de tempo de serviço.

A multa, como se sabe, destina-se a apenar o devedor que não honra tempestivamente a obrigação pecuniária que o liga ao credor, não havendo, assim, fundamento lógico para a sua incidência quando inexiste o seu fato gerador, qual seja, o dever de efetuar os mencionados recolhimentos.

Por se tratar, assim, de proposição que isenta o referido trabalhador de injusta punição, a sua aprovação é recomendável.

Apenas três emendas de redação merecem ser feitas.

A primeira é no sentido de estabelecer que o conteúdo do §7º que se busca inserir no art. 45 da Lei nº 8.212, de 1991, revogado pela Lei Complementar nº 128, de 2008, seja alocado no art. 45-A do citado diploma legal, mediante a inserção de um §4º em seu bojo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda emenda relaciona-se ao art. 2º da proposição. Ao contrário do que consta no aludido dispositivo, o art. 96 que se busca alterar é da Lei nº 8.213, de 1991 (consoante esposado na ementa da proposição), e não da Lei nº 8.212, de 1991, referida no *caput* do citado art. 2º. Além disso, já existe um parágrafo único no art. 96 da Lei nº 8.213, de 1991, motivo por que a alteração que se pretende fazer nele deve ser inserida em um §2º, renumerando-se o atual parágrafo único para §1º.

A última emenda é necessária para adaptar a ementa da proposição ao conteúdo da primeira e segunda emendas.

Pelo exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 793, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim, com as seguintes emendas.

Como são curtas, eu vou lê-las.

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 793, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 45-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:
'Art. 45-A.
.....
§4º A multa a que se refere o §2º deste artigo não se aplica ao tempo de atividade rural exercido pelos segurados mencionados na alínea a do inciso I ou no inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1991, em período anterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social.'"

Emenda seguinte.

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 793, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 2º O art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, numerando-se o atual parágrafo único como §1º:
'Art. 96. .....
.....
§2º A multa a que se refere o inciso IV deste artigo não se aplica ao tempo de serviço anterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social.' (NR)"

E, finalmente, Sr. Presidente, a última emenda.

EMENDA Nº - CAS
Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 793, de 2015, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> "Modifica o art. 45-A da Lei nº 8.212 e o art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço, o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório."

Esse é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação, com as emendas de redação.

Sempre faço isto: parabenizo o Senador e amigo Paulo Paim pela iniciativa de apresentação de projeto de lei muito importante, sem dúvida alguma.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim, como nós não vamos poder discutir o projeto – vai ser só dado como lido –, eu vou encerrar aqui e, em seguida, já passo a palavra para V. Exa.

O relatório é dado como lido, e ficam adiadas a discussão e a votação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, era mais ou menos o que V. Exa. encaminhou: como não há quórum, e ele é terminativo, eu só queria agradecer muito ao Senador Flávio Arns, que aprimorou tecnicamente e também socialmente o projeto. Agora, o projeto está redondinho, e, como nós não vamos discuti-lo hoje, eu me guardo, então, para defender, no caso, o projeto com a redação dada pelo Senador Flávio Arns no dia em que V. Exa. colocá-lo em votação.

Obrigado, Presidente Sérgio Petecão.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Nós já agradecemos a participação de todos os nobres Senadores na nossa reunião de hoje.

Convoco para o dia 28 de setembro, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela participação de todos.

(*Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

ÀS QUATORZE HORAS E VINTE E SEIS MINUTOS DO DIA CINCO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM, NO ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENADOR DAVI ALCOLUMBRE, REÚNE-SE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA COM A PRESENÇA DOS SENADORES SIMONE TEBET, FERNANDO BEZERRA COELHO, ROSE DE FREITAS, MECIAS DE JESUS, ESPERIDIÃO AMIN, CIRO NOGUEIRA, VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PLÍNIO VALÉRIO, TASSO JEREISSATI, JORGE KAJURU, MARCOS DO VAL, SORAYA THRONICKE, EDUARDO GIRÃO, ANTONIO ANASTASIA, LUCAS BARRETO, VANDERLAN CARDOSO, OTTO ALENCAR, JORGINHO MELLO, ZEQUINHA MARINHO, PAULO PAIM, ROGÉRIO CARVALHO, FABIANO CONTARATO, CID GOMES E NELSINHO TRAD. DEIXAM DE COMPARECER OS SENADORES EDUARDO BRAGA, RENAN CALHEIROS, ORIOVISTO GUIMARÃES, OMAR AZIZ, MARCOS ROGÉRIO, TELMÁRIO MOTA, ELIZIANE GAMA E WEVERTON. HAVENDO NÚMERO REGIMENTAL, A REUNIÃO É ABERTA. PASSA-SE À APRECIAÇÃO DA PAUTA: INDICAÇÃO DE AUTORIDADE. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2021 - NÃO TERMINATIVO - QUE: "SUBMETE À CONSIDERAÇÃO DO SENADO FEDERAL, NOS TERMOS DO ART. 123, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O NOME DO ALMIRANTE DE ESQUADRA CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NA VAGA DECORRENTE DA TRANSFERÊNCIA PARA A INATIVIDADE DO MINISTRO MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS, A PARTIR DE 19 DE MARÇO DE 2021." AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR ANTONIO ANASTASIA. RELATÓRIO: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO. RESULTADO: A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR NOS TERMOS DO ART. 123, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 18 (DEZOITO) VOTOS FAVORÁVEIS E 1 (UM) VOTO CONTRÁRIO. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ENCERRA-SE A REUNIÃO ÀS DEZESSEIS HORAS E ZERO MINUTOS. APÓS APROVAÇÃO, A PRESENTE ATA SERÁ ASSINADA PELO SENHOR PRESIDENTE E PUBLICADA NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, JUNTAMENTE COM A ÍNTEGRA DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

SENADOR DAVI ALCOLUMBRE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde!

Eu quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras.

Quero cumprimentar os nossos servidores do Senado Federal, as servidoras também.

Quero cumprimentar o Ednaldo, nosso Secretário da Comissão de Constituição e Justiça, e, na pessoa do Ednaldo, cumprimento todos os colaboradores da CCJ e, de maneira carinhosa, todos os servidores do Senado Federal, que têm auxiliado todos nós Senadores e Senadoras a cumprirmos as nossas obrigações num momento muito triste da história da nossa humanidade e do nosso País.

O Senado tem se debruçado sobre temas importantes, e temos conseguido dar as respostas necessárias, com a celeridade que o momento exige de todos nós Senadores e Senadoras.

Por isso, eu quero exaltar, nesta reunião da Comissão de Constituição e Justiça, a instalação, na verdade, desde a eleição em fevereiro, de nossa eleição e posse, junto com o Senador Presidente Professor Antonio Augusto Anastasia, como Vice-Presidente desta Comissão... E agradeço também aos meus colegas Senadores que fazem parte desta Comissão a confiança depositada no nosso nome, para que pudéssemos conduzir os destinos desta Comissão, ladeados com todos os Senadores e Senadoras, sempre buscando, mesmo neste momento de dificuldade, a conciliação da agenda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Nelsinho, a agenda do Senado é a agenda do Brasil.

Por isso, eu quero iniciar a minha fala aqui, na Comissão, exaltando a disposição e o trabalho de todos os colegas Senadores e Senadoras, mas fazendo este registro aos servidores do Senado Federal, que se têm dedicado muito para que possamos exercer o nosso mandato e dar as respostas de que o Brasil precisa do Senado Federal. São tantas as matérias votadas importantes, com agenda muito debatida, com reunião sempre constante do Colégio de Líderes!

Quero cumprimentar o Presidente Rodrigo Pacheco pela condução da nossa Casa. Com sensibilidade, com um estilo próprio de ser, paciente, habilidoso, tem conseguido conduzir o nosso Senado Federal e tem promovido uma agenda institucional muito importante, como Presidente do Senado e do Congresso, nessa relação institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, por sistema de videoconferência, para debate e leitura do relatório. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de uma urna de votação secreta *drive-thru* instalada na entrada da garagem coberta e de duas outras urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e uma urna dentro desta sala.

O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, também à autoridade a ser sabatinada e aos servidores da Secretaria de Comissões e das áreas de tecnologia do Senado Federal, no estrito exercício de suas atribuições. Caso necessário, um assessor poderá adentrar a sala de reuniões para atender a demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fins de preservação do combate à transmissão do Covid-19 no âmbito do Senado Federal e também, no que couber, estando de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020, com os Atos do Presidente nºs 2, 4 e 6, de 2020, e 2, de 2021, este que altera o Ato nº 3, de 2020, com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, e também com os Atos da Diretoria-Geral nºs 4, de 2020, e 3, de 2021.

O relatório da indicação constante da pauta foi apresentado à Comissão e divulgado pelo portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, também combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

Portanto, a presente reunião destina-se à deliberação dos seguintes itens: item 1... (*Pausa*.)

Na verdade, nesta reunião, a gente tem um item na pauta para deliberar; na outra reunião, que, após encerrarmos esta, vamos abrir, é que nós vamos fazer a sabatina de outros dois indicados. Já está aqui também a minuta da abertura da próxima, que seria a 4ª Reunião Extraordinária, assim que concluirmos esta.

Então, como único item da pauta desta reunião, a 3ª Reunião, há a Mensagem ao Senado Federal nº 5, de 2021, não terminativo.

**ITEM 1**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Almirante de Esquadra CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, a partir de 19 de março de 2021.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia

**Relatório:** pronto para deliberação.

O autor da mensagem é a Presidência da República.

O Relator da matéria é o Vice-Presidente, professor, Senador Antonio Anastasia.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridade no âmbito da CCJ.

Eu gostaria de solicitar ao Senador Marcos do Val que pudesse ir ao gabinete da Secretaria da Comissão para acompanhar o indicado, para que ele adentre o recinto para a sua sabatina. (*Pausa.*)

Eu gostaria que V. Exa. já conduzisse o sabatinado de hoje, Senador Marcos do Val, para o seu assento à mesa. (*Pausa.*)

Muito obrigado, Senador Marcos do Val.

Sr. Almirante, fique à vontade! (*Pausa.*)

Como o relatório do Relator, Senador Antonio Anastasia, foi dado como lido, acho que a gente já pode ir direto à fala do sabatinado e, em seguida, à arguição dos Srs. Senadores. Naturalmente, o Relator da matéria vai fazer, no decorrer da explanação e também da sabatina, as suas considerações em relação ao relatório apresentado, mas ele já está publicado, com vista coletiva. Então, a gente avança na sabatina.

Para a inquirição do candidato, cada Senador... (*Pausa.*)

Só estou informando o procedimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a inquirição do candidato, cada Senador interpelante disporá de 10 (dez) minutos, assegurado igual prazo para resposta, imediata, do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por 5 (cinco) minutos, nos termos do art. 383, II, alínea "f", do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa*.)

Sr. Almirante, nós não temos um tempo estipulado para a sua manifestação, seu pronunciamento, sua exposição. Acho que nós poderíamos ceder a V. Exa. um prazo de 15 minutos. Se V. Exa. achar que necessita de mais, só solicita, que eu estendo o prazo. Não há um período estabelecido, previamente, regimentalmente, mas acho que a sua manifestação é muito oportuna, nesta oportunidade, na CCJ. Portanto, só para que V. Exa. possa ter uma noção, nós vamos dar os 15 minutos, mas fique à vontade para fazer as suas ponderações.

Concedo a palavra ao Sr. Claudio Portugal de Viveiros, para fazer a sua exposição na CCJ.

Eu queria cumprimentar também, antes da fala do Sr. Almirante, o Senador Lucas Barreto, que acaba chegar ao plenário da CCJ.

Senador Esperidião Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Chegou porque aceita determinações, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Esperidião Amin, fique à vontade.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Davi Alcolumbre; Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Relator, Senador Antonio Anastasia; Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores; demais autoridades presentes; senhoras e senhores, boa tarde a todos!

Inicialmente, eu gostaria de declarar que me sinto muito honrado em estar nesta distinta e importante Comissão, submetendo a indicação do meu nome para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Agradeço ao nobre Senador Antonio Anastasia por acolher a relatoria e pelas gentis palavras a mim dirigidas.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este momento difícil, pelo qual passamos em virtude da pandemia, restringe a presença física de familiares e amigos. Presto uma homenagem aos meus pais, *in memoriam*, Maria Rosa e José Viveiros, que escolheram o Brasil para viver, transmitindo exemplos e valores que forjaram o meu caráter.

À minha amada esposa e companheira de todas as singraduras, Márcia Cristina; aos meus filhos, Rafael e Daniel; às minhas noras, Débora e Marina; ao meu neto, Heitor; aos meus quatro irmãos e demais familiares, dedico a minha gratidão, pois são meu porto seguro.

Peço licença para apresentar um breve relato das minhas origens e das atividades profissionais.

Este marinheiro é um cidadão temente a Deus, devotado ao seu País, nascido em 2 de fevereiro de 1959, na cidade de Varginha, em Minas Gerais.

Logo em seguida, a minha família mudou-se para Fortaleza, no Ceará. Com apenas 15 anos, prestei o concurso para o Colégio Naval, estabelecimento de ensino médio da Marinha do Brasil, situado em Angra dos Reis, e em 1975, imbuído por servir a Pátria, começava a longa jornada que me levaria a embarcar em diversos navios.

Após concluir o Colégio Naval, em 1977, ingressei na Escola Naval, o mais antigo estabelecimento de ensino superior do Brasil, localizada na Ilha de Villegagnon, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1980, completei a fase de formação a bordo do navio veleiro Esmeralda, da Armada do Chile, e no navio-escola Custódio de Melo. No total foram sete anos de intensos estudos e treinamento militar, sedimentando os conceitos fundamentais de hierarquia e de disciplina. Aos 22 anos, no posto de 2º Tenente, iniciei a carreira operativa no saudoso navio aeródromo ligeiro Minas Gerais. Em seguida, realizei o curso de aperfeiçoamento em eletrônica. Promovido ao posto de 1º Tenente, embarquei na fragata Niterói. Em 1988, já no posto de Capitão-Tenente, conclui o curso de Aviônica, na França, e fui servir no 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral.

Nesse período de Tenente, os muitos dias de mar, os cursos e os exercícios operativos contribuíram significativamente para o meu crescimento profissional. Em 1991, assumi o primeiro comando no mar: o aviso de instrução Aspirante Nascimento, destinado ao ensino prático dos aspirantes nas lides navais. Nessa ocasião, ainda jovem, tive a plena percepção da responsabilidade em avaliar e decidir sobre situações diversas que envolviam a minha tripulação. Nos oito anos seguintes, nos postos de Capitão de Corveta e Capitão de Fragata, continuei a embarcar em navios e a servir em organizações militares, dentre as quais menciono a fragata Liberal, a Escola de Guerra Naval, o Estado-Maior da Armada, o comando da Força de Superfície, o navio-escola Brasil, e o gabinete do Comandante da Marinha, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desempenho as atividades de assessor junto ao Senado Federal, testemunhando o relevante trabalho realizado nesta Casa nos temas de interesse da nossa sociedade.

De 2001 a 2002, exerci a função de Oficial de Ligação da Marinha do Brasil junto ao Comando em Chefe da Esquadra do Atlântico, da Marinha dos Estados Unidos da América, ampliando o conhecimento sobre a cultura daquele país, os procedimentos operativos e as tecnologias avançadas, tendo testemunhado os fatos trágicos de 11 de setembro. De volta ao Brasil, embarquei no Estado-Maior da Armada, onde fui promovido ao posto de Capitão de Mar e Guerra, em agosto de 2003. Em 2005, fui designado para comandar o navio desembarque Doca Ceará, com capacidade para transportar helicópteros, embarcações e cerca de 600 militares, constituindo mais um motivante desafio de liderar pessoas.

Após essa honrosa missão, em 2007, retornei à Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, para realizar o curso de Política e Estratégia Marítimas, juntamente com o curso de Gestão Internacional, MBA, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituto Coppead. Em 2008, de volta a Brasília, dirigi o Centro de Comunicação Social da Marinha, ampliando relacionamento com a imprensa e os meios de comunicação. Em seguida, assumi o cargo de Assessor Chefe Parlamentar do gabinete do Comando da Marinha, renovando essa experiência ímpar na minha carreira, quando pude contribuir com os temas afetos à Marinha do Brasil junto aos representantes do Poder Legislativo.

Após março de 2010, ao ser promovido ao almejado posto de Contra-Almirante, dirigi o Centro de Inteligência da Marinha e a Escola de Guerra Naval. Em março de 2013, fui promovido a Vice-Almirante, posto no qual exerci os cargos de Diretor de Portos e Costas; Comandante do 2º Distrito Naval, com jurisdição nos Estados da Bahia e de Sergipe; e Comandante do 1º Distrito Naval, com jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo, além das Ilhas de Trindade e Martim Vaz. Nesses dois comandos distritais, responsáveis por extensas e importantes áreas no continente e na Amazônia Azul, interagi com diversas instituições governamentais e do setor marítimo e fluvial.

Em março de 2018, quando da minha promoção a Almirante de Esquadra, último posto da carreira, fui designado para servir no Ministério da Defesa, na Chefia de Assuntos Estratégicos e, após, por um breve período, na Chefia de Operações Conjuntas, ambas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Nesse mister participei de atividades voltadas ao relacionamento internacional e sobre aspectos estratégicos e operacionais.

Finalmente, em maio de 2020, assumi a chefia do Estado-Maior da Armada, meu último cargo na ativa, prestando assessoria direta ao Comandante da Marinha, promovendo estudos e coordenando grupos de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em todas as organizações militares em que servi, tive a preocupação de conhecer a história de vida de militares e servidores civis a mim subordinados, buscando compreender a visão e os anseios desses valorosos colaboradores.

Tudo isso que vivi na Marinha me propiciou conhecimento e perspectiva não somente dos temas intrínsecos à atividade militar, mas também nas áreas de ciências sociais e da geopolítica.

Neste momento gostaria de expressar o meu orgulho e satisfação pela navegação realizada, bem como a reconfortante sensação do dever cumprido. Espero poder corresponder às expectativas ao lidar com as particularidades do cargo ora em questão, motivado a prosseguir contribuindo com o País.

Por fim, tendo a experiência pessoal e profissional destes 46 anos de serviço ativo como alicerce, dirijo-me ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Exmo. Sr. Davi Alcolumbre, às Exmas. Sras. Senadoras e aos Exmos. Srs. Senadores que compõem esta importante Comissão, a fim de submeter o meu nome à aprovação desta Casa, para desempenhar o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, certo de que continuarei a realizar as tarefas que me forem confiadas com o mesmo entusiasmo e conduta que sempre demonstrei ao me dedicar ao serviço da nossa querida Marinha do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Almirante Claudio.

Passamos agora à fase de arguição.

Concedo a palavra ao Relator do indicado, Senador e Vice-Presidente desta Comissão, Antonio Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador Davi Alcolumbre.

Cumprimento as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

Cumprimento, de modo especial, o eminente Almirante Claudio Portugal de Viveiros, ora indicado ao Superior Tribunal Militar.

Permita-me, Presidente Davi, antes de iniciar a sabatina, cumprimentar V. Exa. pela primeira sessão de trabalhos, digamos assim, desta CCJ sob a Presidência de V. Exa., já que, infelizmente, em razão da tragédia da pandemia, não podemos fazer ainda as reuniões, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente em agosto voltarão à quase normalidade. Então, cumprimento e desejo os augures de boa sorte, como sempre, a V. Exa. e a todos os pares.

Eminente Almirante Viveiros, primeiro, quero cumprimentá-lo. V. Exa. fez aqui, de fato, um relato objetivo, cirúrgico e extremamente bem fundamentado. E nós todos, que já conhecíamos o relatório que tive oportunidade de tecer sobre a indicação presencial de V. Exa., pudemos aprofundar o conhecimento da sua trajetória.

É interessante observar que V. Exa., meu conterrâneo mineiro, percorreu todo o Brasil praticamente no exercício das suas funções na nossa Marinha de guerra. E a experiência amealhada durante essas décadas de trabalho permitiu a formação de um oficial-general da mais alta qualidade que temos hoje a servir à República Federativa do Brasil. V. Exa., iniciando ainda muito jovem, como consta no relatório e na visita tão gentil que me fez e relatava a sua vida – já que teve de sair do convívio familiar antes dos 15 anos de idade para fazer os cursos que levaram à Escola Naval, à Academia Naval e, posteriormente, a toda carreira da Marinha, inspirado, talvez, no exemplo de seus pais, que deixaram Portugal e que vieram para o Brasil tentar aqui a sorte no novo continente, na Nação irmã, que é o Brasil de Portugal –, se empenhou ao máximo ao conseguir, por mérito, uma carreira reconhecida e aplaudida.

É interessante observar, ao longo do currículo de V. Exa., que V. Exa. exerceu praticamente todas as funções nas mais diversas áreas da nossa Marinha. Não só na área do comando operacional, mas no comando acadêmico, nas questões de relacionamento internacional, na questão de planejamento, na Assessoria Parlamentar junto a este Senado Federal, ou seja, V. Exa., se me permite, é um oficial completo no sentido de que conseguiu, de fato, palmilhar com êxito, com reconhecido sucesso todos os setores da nossa Marinha, culminando com a chefia de Estado-Maior da Armada, que é o segundo posto abaixo do comandante mais alto da hierarquia da nossa Marinha. Então, de fato, o currículo de V. Exa. fala por V. Exa., além do seu desempenho pessoal.

Então, eu quero cumprimentá-lo por essa longa trajetória, que V. Exa., infelizmente, em razão do tempo, teve também, como no meu relatório, de resumir para conhecimento dos Senadores, que todavia já têm por antecedência o conhecimento do preparo, do reconhecimento do seu trabalho, do denodo, da proficiência e de todo empenho que V. Exa. tem em sua carreira, que já é longa e repleta de sucesso.

Portanto, devemos aplaudir a indicação feita pelo Senhor Presidente da República de V. Exa. ao posto de Ministro do Superior Tribunal Militar, representando nas vagas destinadas a oficiais e generais da Marinha, tendo em vista a sua formação, que é plena e completa, como nós observamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, faço esta introdução, para este cumprimento do Relator, já que é meu dever nesta função esclarecer os pares do perfil e da competência do indicado para exercer a função junto ao Poder Judiciário.

Em segundo lugar, eu me permitirei, até em respeito a todos os colegas, que certamente vão se manifestar, em submeter a V. Exa. tão somente uma indagação. Nós todos sabemos, eminente Almirante Viveiros, que a Justiça Militar federal brasileira tem uma competência muito específica, vinculada basicamente nas questões penais vinculadas aos praças e oficiais das nossas Forças Armadas. Em 2017, nós tivemos a votação deu uma lei ordinária no Congresso que aumentou, espraiou um pouco a competência da Justiça Militar brasileira também ainda na esfera penal.

A minha indagação, que é meramente, como se diz, de *lege ferenda*, para um futuro, discussões posteriores, talvez até um pouco teóricas, mas exatamente em razão de que a Justiça Federal brasileira, a Justiça Comum Federal está muito assoberbada, com muitas ações, com demora muito longa nos julgamentos, quem sabe – e eu queria perguntar a opinião de V. Exa. –, em um futuro incerto, mas eventual, nós não poderíamos aumentar mais ainda a competência da Justiça Militar federal brasileira para ser competente também em questões processuais administrativas referente aos integrantes das Forças Armadas? É uma indagação que me pareceria até com um viés econômico, porque utilizaria uma estrutura já posta para uma matéria que hoje está assoberbada e em que há até uma demora no julgamento da Justiça Federal comum. E nós temos a Justiça Federal especializada, que é exatamente a Justiça Militar federal.

Então, é a indagação que submeto a V. Exa., para indagar a sua opinião, sabendo, de antemão, que é meramente uma questão teórica, que não se cogita neste momento, mas nós temos sempre de evoluir e aperfeiçoar as instituições, como aconteceu em 2017, com esse alargamento das competências.

Quero concluir, Sr. Presidente, cumprimentando mais uma vez o eminente e distinto Almirante Viveiros pela indicação e agradecendo a V. Exa. pela minha indicação como Relator de um oficial-general de tal porte e, de fato, com essa competência e eficiência, como mencionamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho mais um Senador inscrito, o Senador Esperidião Amin, mas eu queria registrar e agradecer a presença aqui, no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, de S. Exa. o Sr. Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Muito obrigado, Ministro, pela presença. Sei que V. Exa. veio participar da sabatina dos indicados para o TST, mas V. Exa. também participa da indicação do Superior Tribunal Militar, e eu agradeço a presença de V. Exa. aqui, no Plenário.

Queria agradecer também à Dra. Kátia Rejane de Araújo Rodrigues, que é Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Acre e também Vice-Presidente do Norte do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – seja bem-vinda, Dra. Kátia, do Norte, do Acre, participando da sabatina.

E agradeço também à Dra. Izabella de Castro Ramos, que é esposa do indicado Dr. Amaury Rodrigues Pinto Junior, para o Tribunal Superior do Trabalho. Então, queria agradecer a presença da Dra. Izabella, que também é juíza e que vem participar da arguição, da sabatina do indicado para o TST, seu marido.

Próximo Senador inscrito, Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, queria cumprimentar o ilustre Almirante Claudio Viveiros e requerer a V. Exa. – para que não se diga que eu estou retardando – que abra a votação. É o requerimento que eu lhe faço, tenho certeza de que com a aplauso de todos.

A partir de agora, eu já não conto mais com unanimidade, porque vou começar divergindo do Senador Anastasia, o que é quase herético nesta Casa e neste Plenário em especial.

Eu subscrevo tudo o que ele falou com duas pequenas ressalvas ou acréscimos. Primeiro, eu acho que o ilustre Almirante Claudio Portugal de Viveiros não teve no seu currículo a felicidade de visitar, ou frequentar, a nossa latitude, sempre esteve acima, acima da latitude sul.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esteve no 1º Distrito Naval, no 2º Distrito Naval, no Setor de Inteligência, ou seja, as águas mais frias, especialmente nessa época, não foram...

Mas eu quero lhe dizer que, no último fim de semana, estive, com o Comandante do 5º Distrito Naval, que foi desterrado de Florianópolis para o Rio Grande – isso é sempre um desterro, não é? Nós tínhamos a cidade de Desterro, mas quem foi desterrado foi o Comando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do 5º Distrito Naval –, visitando, Sr. Ministro, as instalações que estão sendo construídas na Escola de Aprendizes-Marinheiros para receber as mulheres, fruto de uma emenda parlamentar da Deputada Angela Amin, ou seja, essa dificuldade física vai ser superada.

E visitei também um museu que ajudei a implantar em Florianópolis, um museu da Marinha, onde existe, para orgulho do Senador Davi Alcolumbre e do Senador Lucas Barreto, dois exemplares de sabres dos fuzileiros navais que tomaram a Guiana Francesa. Estão lá no museu, mas está devidamente raspada, na lâmina do sabre, a informação de que a procedência era francesa, ou seja, nós tomamos a Guiana Francesa usando armas *made in France*, isso em 1808, 1809, e parece que demos à Guiana Francesa o melhor Governador da sua história, que era um brasileiro.

A outra divergência é que... É um acréscimo o que quero fazer. O senhor teve a ventura de ter como Relator o Senador Antonio Anastasia, e ele, por uma questão de modéstia mineira, não ressaltou essa curiosidade – de Varginha para os mares do mundo! Isso explica também que Minas devota grande carinho pela cidade de Mar de Espanha, que é o único mar próprio que Minas tem.

Então, eu queria enaltecer a sua carreira e pedir que o senhor leve para o Superior Tribunal Militar a lembrança de um colega de farda chamado Benjamin Sodré, que foi Comandante do 5º Distrito Naval quando ele era sediado em Florianópolis. E o Benjamin Sodré é autor de um dos atos desportivos mais elogiáveis do Brasil. Ele fez um gol pela Seleção Brasileira das Forças Armadas contra o Chile – olhe bem contra quem! – e o juiz validou o gol, mas ele pediu que fosse anulado porque ele fez com a mão, ou seja, praticou um ato de galanteria futebolística.

Então, eu espero que, no Superior Tribunal Militar, especialmente subscrevendo as sugestões do Senador Antonio Anastasia... Eu não diria que é um alargamento, mas, com este aprofundamento das atribuições que se discutem para a Justiça Militar, que o senhor possa continuar honrando não apenas o berço – Varginha, Minas Gerais –, mas também a carreira, ao longo desses 46 anos, e a Justiça Militar, se Deus assim permitir.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

A próxima é a Senadora Soraya Thronicke.

Antes de V. Exa., vou acolher a manifestação do Senador Esperidião Amin. E vejo que não há objeção do Plenário para que a gente possa proceder ao início da votação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabatinado. Portanto, eu determino à Secretaria-Geral da Mesa que abra o início das votações na CCJ de hoje.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fabiano Contarato, seja bem-vindo!

Podem abrir o início da votação. E solicito também à Secretaria que informe os Senadores que estão nos gabinetes aguardando o chamamento para que eles possam exercer o direito do voto. Eu vejo que o quórum está bem qualificado hoje na CCJ, graças a Deus, presentes aqui.

A próxima é a Senadora Soraya Thronicke e, como última Senadora inscrita, concedo a palavra a V. Exa.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, todos os presentes, é um prazer estarmos aqui reunidos neste esforço concentrado.

Falar depois do Senador e Professor Anastasia e do Senador Esperidião Amin, mente brilhante literalmente – não é, Senador? –, é sempre muito difícil, porque sempre é um *show* que eles nos concedem aqui todas as vezes em que têm a palavra. Então, é sempre muito auspicioso estar aqui e ouvi-los.

Sr. Almirante, eu não tenho dúvidas acerca da sua capacidade, da sua técnica, o seu currículo é extenso, é vasto. Então, isso nos traz muita segurança e temos a certeza de que o senhor irá desempenhar um excelente papel. O Presidente Jair Bolsonaro foi muito feliz na indicação do seu nome. É o que eu tenho a dizer.

Mas eu gostaria de aproveitar este momento justamente para que o senhor compartilhasse um pouco mais da sua experiência e discorresse um pouco mais sobre a Justiça Militar. Nós sabemos que ela tem pouco espaço no dia a dia dos brasileiros. Eu gostaria que o senhor aproveitasse a nossa audiência, este momento todo, para esclarecer a todos a importância da Justiça Militar, bem como do Superior Tribunal de Justiça no nosso dia a dia, na vida dos brasileiros.

E quero desejar ao senhor sucesso. Que Deus o abençoe nessa missão!

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sr. Almirante, eu vou colher a última manifestação. O Senador Fabiano Contarato pediu a sua inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar o Senador Cid Gomes, que acaba de chegar a nossa Comissão para prestigiar a sua sabatina, mas eu queria passar a palavra ao Senador Fabiano Contarato. E aí, como existe uma indagação do Senador Anastasia, da Senadora Soraya, que o senhor respondesse em bloco, logo em seguida, quando terminar a fala do Senador Fabiano.

Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar o Sr. Claudio Portugal de Viveiros e queria fazer alguns questionamentos para o senhor. De forma bem didática, eu vou fazer essas perguntas e, à medida que o senhor puder, o senhor responde posteriormente. Tudo bem, Sr. Presidente? (*Pausa.*)

Perfeito.

Eu queria saber se é papel de um Ministro do STM alertar a população sobre as consequências das eleições do ano que vem. Qual a visão do senhor sobre manifestações de integrantes da Corte nesse sentido? Para eu me fazer entender sobre por que eu estou perguntando isso, é porque, recentemente, o Presidente do STM, General Luis Carlos Gomes Mattos, concedeu entrevista à revista *Veja* e declarou que, aspas: "A oposição está esticando demais a corda", fecho aspas. Disse ainda que a oposição, aspas, "... não tem apreço pela democracia e são os que defendem a ditadura e apoiam os ditadores", fecho aspas. Sabe-se que o papel da Justiça Militar é assegurar que as Forças Armadas não representem ameaça à paz social, à democracia, às instituições e à estabilidade política, social e econômica. Enquanto aspirante ao cargo de Ministro do STM, qual a opinião de V. Exa. sobre as declarações do Presidente do STM à *Veja*?

Outro questionamento: segundo matéria de hoje do jornal *Folha de S.Paulo*, um único oficial general foi punido pelo STM nos últimos dez anos – veja, nós estamos falando em um único oficial punido nos últimos dez anos –, com uma condenação de dois meses de detenção. Outros 20 processos foram arquivados nesse período. O STM tem cumprido o seu papel no combate à impunidade?

Ainda ao senhor: na sua visão, segundo as regras que regem a disciplina militar, um general da ativa pode subir num palanque com o Presidente da República?

Mais um questionamento: o Brasil é signatário da Agenda 2030 da ONU, que tem entre seus objetivos a promoção da igualdade de gênero na sociedade brasileira. Quais as considerações de V. Exa. acerca da participação de mulheres na estrutura militar? Há espaço para a evolução nesse sentido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro questionamento, se der para o senhor responder: as Forças Armadas são, historicamente, uma instituição conservadora. Isso não pode significar, no Estado democrático de direito, espaço para discriminação a quem quer que seja. Como V. Exa. avalia hoje a participação de militares da comunidade LGBTQIAP+ na estrutura militar?

V. Exa. considera adequada a composição atual de dez militares e cinco civis no STM?

São esses os meus questionamentos.

Espero que o senhor me contemple com todas as respostas, por gentileza.

Muito obrigado, Sr. Presidente; é uma satisfação enorme vê-lo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fabiano, pelas palavras de V. Exa.

Quero agradecer a presença do Líder do PSD na Câmara, nosso Deputado baiano, Deputado Brito. Seja bem-vindo!

Concedo a palavra ao Dr. Claudio Portugal de Viveiros para iniciar a sua resposta.

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** (Para expor.) – Eu gostaria de inicialmente agradecer os questionamentos que foram recebidos e a oportunidade de prestar os esclarecimentos. Eu farei esses comentários a partir de cada questionamento que foi feito pelos Exmos. Senadores e Senadora. Ao Senador Antonio Anastasia, eu queria comentar a respeito dessa sua proposição...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – ... em termos da ampliação do escopo da Justiça Militar, do rol de atividades da Justiça Militar. Como o senhor mesmo falou, é uma Justiça especializada. Constando da nossa Constituição, está previsto lá no art. 124 que compete à Justiça Militar da União processar e julgar os crimes militares previstos em lei. Então, essa questão está bem delimitada no âmbito da nossa Constituição e das leis infraconstitucionais. O art. 9º do nosso Código Penal Militar estabelece quais são os crimes militares. Então, ele delimita, ele circunscreve o papel da Justiça Militar. Mas, evidentemente, o debate, a discussão são válidos em termos de ampliar ou não a competência da Justiça Militar. Isso já foi motivo, no passado, de novas discussões. Procurou-se manter essa característica, por uma questão, inclusive, de competência e de qualidade das votações em termos de qualificação das suas decisões.

Então, Senador Anastasia, eu acho que, como o senhor propôs, é algo passível de debate. Existem propostas aqui em andamento no Congresso Nacional, que preveem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





alterações na nossa legislação penal militar. Esse debate pode ser construído e debatido. No momento, efetivamente, o arcabouço jurídico que nós temos define que a Justiça Militar trata especificamente dos crimes militares. Espero ter atendido o seu questionamento.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – O Senador Esperidião Amin já se retirou, mas eu queria fazer um adendo ao Senador Esperidião Amin, quando ele comentou que a minha experiência foi muito focada no paralelo acima do Rio de Janeiro e não no sul. Na verdade, como marinheiro, eu tive oportunidade de navegar muitas vezes pelos mares do sul, que muitas vezes são mares agitados. Então, há um local lá na Região Sul chamado Cabo de Santa Marta, onde os marinheiros já conhecem bem a questão do estado do mar. E como diz o ditado, mar calmo nunca fez bons marinheiros. Então, os bons marinheiros...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu queria pedir a atenção do Plenário – nós estamos em processo de arguição do sabatinado – para que os Senadores pudessem aguardar só um pouquinho. Nós tivemos um problema no processo de contabilização da votação. Eu queria aqui pedir, como os Senadores estão aqui, Senadora Simone, só que aguardassem um pouquinho, porque o Prodasen pediu alguns minutos para reiniciar o sistema. Eu queria pedir que todos ficassem aqui em Plenário, rapidamente, enquanto o nosso sabatinado responde, e pedir a atenção do Plenário para a manifestação do Almirante Claudio.

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – Então, comentando sobre as afirmações do nobre Senador Esperidião Amin, a Região Sul também foi parte da minha experiência profissional. Tive inúmeras oportunidades de navegar por aquela região, atraquei em portos de Santa Catarina, São Francisco do Sul, Itajaí. Portanto, tenho o maior respeito e admiração pela vocação também marinheira que existe naquela região do País.

O Senador Esperidião Amin também... Eu gostaria de mencionar ou ressaltar o fato de que ele esteve visitando as instalações onde serão construídos os navios que a Marinha está engajada em construir, no estaleiro em Itajaí, que são as fragatas da Classe Tamandaré. Então, é mais um fato relevante que envolve a nossa aproximação com a Região Sul do País.

Nós temos o 5º Distrito Naval, na cidade de Rio Grande também, onde há uma grande tradição marítima pesqueira. Por conta disso, eu diria para o Senador Esperidião Amin que a gente tem também toda uma experiência profissional, toda uma recordação das navegações que fizemos em águas do Sul do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Soraya Thronicke, agradeço a sua pergunta, Senadora. Eu gostaria de encaminhar as minhas considerações comentando a respeito do que a senhora propôs sobre qual a importância da Justiça Militar no Brasil. Eu faço uma retrospectiva histórica no contexto.

A Justiça Militar, na sua corte superior, é a mais antiga do País. Ela foi instalada em abril de 1808, portanto tem 213 anos de existência. Ela ocorreu por força da vinda da família real, que saiu de Portugal diante do avanço das tropas napoleônicas na Península Ibérica, quando a corte portuguesa então se transferiu para o Brasil. Nesse aspecto, foi instalada, então, a Justiça Militar naquela ocasião. No decorrer dos anos, ela sempre permaneceu ativa.

Aliás, dentro do período republicano, a Justiça Militar sempre foi contemplada nas constituições republicanas, portanto ela é reconhecidamente presente em todas as nossas constituições republicanas.

Em 1934, Senadora Soraya, a Justiça Militar passou a compor o Poder Judiciário. Ela saiu do Poder Executivo e passou para o Poder Judiciário, como justiça especializada que é. Além disso, em 1946, adquiriu esse nome que ela tem até hoje, Superior Tribunal Militar. Enfim, é toda uma retrospectiva histórica importante que mostra o valor da Justiça Militar.

Eu dou como argumento, como informação que o Conselho Nacional de Justiça elaborou um trabalho, um estudo, nos idos de 2013, 2014, em que analisava as diversas justiças especializadas e reconheceu a importância das justiças especializadas e da Justiça Militar como sendo uma delas. E isso fez com que houvesse proposições que se transformaram em projetos legislativos, que foram aprovados e que foram aprimorando a nossa Justiça Militar.

A Justiça Militar, também por força do Conselho Nacional de Justiça – e é, inclusive, uma aspiração da Justiça Militar compor o Conselho Nacional de Justiça, ter uma representação do Conselho Nacional de Justiça –, recebeu um prêmio recentemente, um prêmio de qualidade do Conselho Nacional de Justiça. Isso em função dos resultados e dos trabalhos que foram realizados no Superior Tribunal Militar.

O Superior Tribunal Militar tem atendido, tem correspondido às expectativas da Justiça brasileira, inclusive no que diz respeito às metas que são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, tem superado essas metas, tem atendido as prioridades do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam, por exemplo, julgar mais casos do que os que são processados ou que ingressam na Justiça Militar, para diminuir a quantidade de processos que estão pendentes de julgamento, apreciar os processos que são mais antigos, para que não haja tanta demora. E esta é uma característica da Justiça Militar: a celeridade.

Então, em função dessa composição, que é a Justiça Militar, que é formada por um escabinato – escabinato esse que compõe ministros de origem civil e ministros de origem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

militar... Então, são uma série de aspectos, Senadora, que nos levam a afirmar que a Justiça Militar tem feito o seu papel, é importante para o País e se circunscreve dentro os limites da Constituição. Como eu disse, no art. 124 está prevista a existência da Justiça Militar. E compete a ela, então, processar e julgar os crimes militares que estão definidos na lei, no caso, principalmente o Código Penal Militar.

Espero ter respondido a sua pergunta.

Senador Fabiano Contarato, muito obrigado pelas questões. Vou buscar aqui apontar passo a passo o que o senhor colocou.

Sobre as afirmações do Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar, eu, em primeiro lugar, considero que essas afirmações são dentro de um contexto da possibilidade de liberdade de expressão, de manifestação do seu pensamento. Então, eu acho que não seria impróprio que ele tivesse feito algumas manifestações dentro do contexto de livre manifestação do pensamento. Não teria aqui maiores considerações a respeito das afirmações que ele fez, até por uma questão de ética, mas eu entendo que talvez o principal aspecto, Senador Fabiano, que ele queira salientar, quando ele faz os comentários, é a devida separação das funções entre os diversos órgãos da estrutura do País. Então, dentro de cada competência, que houvesse, então, uma definição clara da separação de funções de cada segmento.

Além disso, sobre a matéria da *Folha de S.Paulo*...

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Presidente, por gentileza, me permite só fazer uma complementação na resposta dele? Ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe só ele concluir que eu passo para V. Exa. de novo na réplica.

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – Senador Fabiano, sobre a pergunta sobre a matéria que há na *Folha de S.Paulo*, é importante ressaltar que o sistema, a conduta dos processos que são encaminhados ao Superior Tribunal Militar... No caso específico, nós temos a primeira instância, e a segunda instância é o Superior Tribunal Militar. Por força de lei, os oficiais-generais são encaminhados diretamente para o Superior Tribunal Militar. E, nesse aspecto, eles são encaminhados a partir da provocação do Ministério Público Militar, com a sua independência, com a sua isenção. Então, os resultados que são apresentados são baseados na avaliação inicial, através do Ministério Público Militar, que oferece, então, as denúncias.

Outro aspecto importante é que, no caso específico do Superior Tribunal Militar no que diz respeito a oficiais-generais, o encaminhamento do Ministério Público Militar é feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretamente pelo Procurador-Geral da Justiça Militar. É ele que faz o seu encaminhamento. Então, é uma característica.

E outra característica também que já foi motivo, inclusive, de manifestação do próprio Ministério Público Militar e do Superior Tribunal Militar é que não há nenhuma tendência de que haja parcialidade, que haja impunidade ou que haja algum tipo de privilégio nesse encaminhamento.

Inclusive, para que o senhor tenha conhecimento, dentro do contexto da lei que organiza a Justiça Militar, os processos que são encaminhados para o Superior Tribunal Militar de oficiais-generais têm como relator um ministro civil, não é um ministro militar. Então, quem relata os processos que chegam ao Superior Tribunal Militar vindos de oficiais-generais... A relatoria é direcionada para os ministros civis que compõem o Superior Tribunal Militar.

Sobre a questão que envolveu o General Pazuello, aquilo foi tratado fora do âmbito da Justiça Militar, porque não se tratava de um crime militar. Aquilo foi procedido de acordo com o regulamento disciplinar do Exército, foi adotado no contexto de um procedimento administrativo disciplinar, em que o General Pazuello apresentou por escrito e verbalmente as suas argumentações junto ao Comandante do Exército. Então, eu diria ao senhor que foi cumprido todo o processo previsto e que foram dados a ele, dentro dos princípios que regem a Justiça, o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. Portanto, coube ao Comandante do Exército fazer a avaliação, compete a ele fazer a avaliação do que aconteceu naquele episódio.

Sobre a questão da agenda que fala sobre igualdade de gêneros, eu diria ao senhor que, particularmente – é claro que eu posso afirmar por todas as Forças, mas particularmente –, até pelo contexto de eu ser oficial da Marinha, que, nesse aspecto da mulher, da presença da mulher na Marinha... O Senador Esperidião Amin, inclusive, mencionou que nós estamos preparando as escolas de aprendizes-marinheiros agora para receber mulheres. No caso das mulheres especificamente, a Marinha já admite as mulheres há cerca de 40 anos. As mulheres são admitidas na Marinha já tem... Completaram agora 40 anos de participação da mulher na Marinha. E é cada dia mais importante a presença delas. Vem crescendo essa participação, vem aumentando essa participação. Fazem um excelente trabalho e estão galgando, a cada dia que passa, mais funções, inclusive na área operacional. O que no começo se colocava na área administrativa, na área de apoio, nós já temos agora... A Escola Naval, que é a nossa escola de formação de nível superior, já está agora direcionando mulheres não só mais para o Corpo de Intendentes da Marinha, mas também para o Corpo da Armada e para o Corpo de Fuzileiros Navais.

Outro aspecto relevante para citar ao senhor como exemplo da presença da mulher na Marinha, no caso, é que a Marinha já teve duas almirantes mulheres: uma da área médica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra da área técnica, da área de engenharia. Então, isso são demonstrações do papel crescente, importante e significativo da presença da mulher na Marinha.

Então, nessa questão de igualdade de gênero, eu posso dizer para o senhor que, na Marinha e nas Forças Armadas como um todo, vem crescendo essa participação e com excelentes resultados. Eu acho que é uma questão evidentemente de respeito a essa necessidade de dar espaço à presença da mulher nas Forças Armadas.

Por fim, sobre a questão que o senhor coloca da discriminação, eu quero mencionar e invocar um texto da Constituição, logo nos seus princípios fundamentais, que prevê que não deve haver discriminação de qualquer natureza. Esse é um item previsto nos princípios fundamentais, no preâmbulo da nossa Constituição. Portanto, nós que temos que seguir a Constituição; temos que estar atentos a isso.

Também uma questão fundamental e que considero importante é o respeito à dignidade humana. É preciso que se tenha bem consciente a importância do respeito à dignidade humana.

Mas também gostaria de salientar que é importante também que todos tenham perfeita consciência de que a conduta do profissional, a conduta do militar tem que estar pautada na ética prevista no Estatuto dos Militares. Então, seja qual for a orientação, seja qual for a situação que se envolva, é preciso que o militar tenha condições de acompanhar o que está previsto nos nossos estatutos, em termos de ética militar, em termos de comportamento, de compostura, de posicionamento oficial e também no campo particular. Então, é importante que haja essa presença.

Por fim, Senador – já complementando aqui –, quando o senhor cita a composição do tribunal, o tribunal, como eu comentei na resposta para a Senadora Soraya, caracteriza-se pela celeridade dos seus feitos, além do formato de escabinato, que prevê a associação entre o conhecimento profundo jurídico dos ministros de origem civil e também essa composição feita com os ministros de origem militar. Como o senhor viu aqui que eu coloquei na minha apresentação, nós temos uma longa experiência profissional, uma longa vivência das lides militares. E é feita essa combinação entre conhecimento jurídico, profundo conhecimento jurídico – que, lógico, nós também teremos que ter –, e também o conhecimento da vida, a experiência, a vivência, que nós temos que trazer. E essa composição, além de ser na forma de escabinato, tem o propósito de que a gente consiga ter celeridade, porque, em termos de Justiça, celeridade é um fator fundamental para que se possa praticar a justiça. Então, essa composição leva em consideração a capacidade de processar.

Aliás, falando sobre desempenho, as médias que nós temos obtido lá no resultado do Superior Tribunal Militar é que os processos que são julgados têm sido superiores aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos que ingressam – em média. Inclusive durante a pandemia. O tribunal não parou em nenhum momento. É claro que teve que se adaptar a questões de videoconferência, mas não houve nenhuma paralisação, não houve retrocesso; pelo contrário, a produção foi bastante significativa durante esse período da pandemia.

Espero, Senador Fabiano, ter atendido suas expectativas.

Obrigado pela pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixa eu só fazer mais uma explicação rapidamente: o sistema do Prodasen está com problema, estão tentando corrigir. Eu vou devolver a palavra rapidamente para o Senador Fabiano, temos só um Senador inscrito. Antes de eu passar...

Funcionou? (*Pausa.*)

Funcionou? (*Pausa.*)

Não. Então, nós vamos fazer na urna aqui.

Deixa eu aproveitar logo esse intervalo, antes de passar a palavra para o Senador Fabiano, para acelerar. Como foi aprovado aqui, por acordo, iniciarmos a votação ainda na sabatina do indicado e como deu problema o sistema, está aqui a urna. O Secretário-Geral da Mesa vai levar da Comissão lá para a cabine de votação. Eu rubriquei aqui 27 cédulas. Vou chamar pela ordem da titularidade. Então, enquanto eu concedo a palavra para o Senador Fabiano, eu chamo logo, na primeira titularidade, pelo PMDB, que eu estou vendo aqui, Senadora Simone Tebet, para ir exercer o direito de voto.

Pode levar para...

Está fechado? (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria fazer mais um esclarecimento para V. Exa., que essa fala do Presidente do STM, o General Luis Carlos, ela para mim é muito grave, porque ele não tem um CPF; ele é um CNPJ. O magistrado não pode ser político-partidário. Então, quando ele fala que a oposição está esticando demais a corda e que a oposição não tem apreço pela democracia, isso é muito grave. Então, é necessário sim se portar, porque isso não é liberdade de expressão. Eu volto a falar: aqui o princípio não é isso. A liberdade de expressão ali tem um limite e, nesse contexto, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

magistrado tem que ser imparcial e, nessa fala do Presidente do STM, muito me preocupa quando ele faz essa afirmativa.

O senhor também, na hora em que eu questiono sobre a participação de militares da comunidade LGBT, eu fiquei com a impressão de que o senhor afirmou que a orientação sexual é uma infração ética. É isso? Porque eu não entendi. O senhor falou assim: "Não, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação", isso está expresso no art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal. Mas, quando o senhor traz isso e, para justificar a fala do senhor, o senhor fala: "É bem verdade que o comportamento dele tem que ficar em consonância com a ética...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... das Forças Armadas", no caso ali, eu fiquei na dúvida se eu entendi, de forma equivocada, que a orientação sexual seria uma infração ética, porque, se for isso, aí, cai por terra o princípio, esse fundamento da República Federativa do Brasil de abolir toda e qualquer forma de discriminação.

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – O senhor me permite, Senador?

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente.

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – Só apenas...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como tréplica já, para concluir.

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – Apenas como complementação.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A sabatina é para esclarecer – não é, Sr. Presidente? –, com todo o respeito. Se nós estamos, aqui, os Senadores e se há oportunidade enquanto se está votando, eu quero esclarecer para eu ter até mesmo a plena convicção, porque é um Superior Tribunal Militar que teve uma fala do seu Presidente que tem repercussão, e houve um General que foi o Pazuello, que foi para cima de um palanque do Presidente da República. Eu perguntaria ao senhor: o senhor subiria num palanque junto com o Presidente, se não fosse para uma pauta estritamente das Forças Armadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – É, Senador, eu confesso ao senhor que, talvez, não fosse adequado eu, na condição, agora, inclusive de candidato a Ministro do Superior Tribunal Militar, me colocar numa situação como a que aconteceu.

Agora, sobre a questão da ética, o que eu queria deixar claro para o senhor – é exatamente o inverso talvez da percepção que o senhor teve – é que, em todos os sentidos, assim como está no mandamento constitucional a questão do bem geral de todos, de não haver discriminação, da mesma forma a ética é aplicada indistintamente a todos os militares, qualquer que seja a sua orientação. Em termos de... Não particularizando que a ética militar só será cumprida, só deve ser cumprida por um segmento do grupo – não é nisso. Todos são iguais perante a lei, e nós devemos ter respeito à dignidade humana.

Então, o que eu quero colocar é que todos nós, qualquer que seja o militar, temos que estar cientes e cumprir os preceitos que existem na ética militar. Então, é aplicado a todos os militares. Não está direcionado para que seja para um grupo ou para outro grupo. É como a própria Constituição, que se aplica indistintamente a todos nós; também é uma forma para os militares. O Estatuto dos Militares prevê o comportamento ético. Então, eu quero dizer apenas que todos nós devemos ter o comportamento de postura, inclusive no tratamento dessas questões.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente.

Sr. Presidente, só mais um minuto, por gentileza.

Mas o senhor não concorda comigo? Um dos princípios que rege a administração pública é a eficiência, está lá no art. 37 da Constituição Federal – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência –, mas quando a gente joga luz para um Superior Tribunal Militar e você faz uma análise dos dez anos, você verifica que apenas um único, uma única pessoa foi penalizada com uma suspensão de dois meses, com a condenação de dois meses, e os outros vinte processos – veja, em dez anos – foram todos arquivados, isso não passa para a população um comportamento de que a instituição, o Superior Tribunal Militar seria uma instância máxima que está chancelando um corporativismo? Porque é isso, não é? Nós, infelizmente, temos que entender que também é uma premissa constitucional de que todos somos iguais perante a lei, mas, infelizmente, quando você vê a atuação, por exemplo, dos magistrados para um segmento de alta vulnerabilidade como os mais pobres, você vê uma exacerbação de condenações que ocorre. Mas quando você traz isso para um Superior Tribunal Militar e você verifica, nos dez últimos anos, que apenas um foi suspenso, foi condenado a dois meses – dois meses? –, isso não passa para a população e para nós, Senadores, que o STM estaria sendo, de alguma forma, corporativista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – Bom, Senador, como eu havia mencionado, a questão de submissão de um processo relativo a um oficial-general é encaminhada pelo Ministério Público Militar. Portanto, se o Ministério Público Militar entendeu que não haveria fatos ou dados pertinentes que pudessem resultar ou não na condenação, essa é uma questão importante que deve ser considerada. E como eu falei para o senhor também, é importante salientar que para não se entender que há algum tipo de corporativismo... Aliás, essa é característica do próprio tribunal, isso não é aplicado ao tribunal, o tribunal procura, de forma isenta, fazer os seus julgamentos.

O que acontece é que o encaminhamento, até para se desfazer dessa imagem que o senhor está mencionando, é de que quem julga no Superior Tribunal Militar demandas que são oriundas de oficiais generais é um ministro civil, não é um ministro militar.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas quem vota são os militares. Então, não adianta você ter um voto de um civil se a maioria é militar. Obviamente que ali vai ter...

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – Mas cada ministro é independente no seu voto, Senador.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Concordo, mas eu só estou trazendo fatos que comprovam que, em dez anos, apenas um militar foi penalizado.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

Eu vou passar a palavra ao Senador Cid e, em seguida, ao Senador Veneziano.

Com a palavra...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, o senhor me permite uma questão? – é uma questão de ordem, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Claro.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Esse sistema de votação que nós estamos usando não faz parte da campanha do voto impresso não, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Se fizer, eu não voto, Presidente. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Depois que a Soraya... Está vendo, Soraya, como é, depois que você foi falar?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu nunca pensei que o Davi Alcolumbre iria apoiar...

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu também, não. (*Risos.*)

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Ao contrário, Senador Amin, isso é uma comprovação de que só vale o voto impresso na falha do voto digital. (*Risos.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É um consolo, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Foi bem, foi bem.

Com a palavra o Senador Cid Gomes.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores integrantes desta Comissão, Almirante Claudio, para mim é uma alegria participar aqui deste evento, desta reunião em que se faz a sabatina de V. Exa. Tenho certeza de que V. Exa., pelo seu currículo e pela sua formação, preenche as necessidades, as atribuições, as qualificações para assumir tão importante vaga. E fico mais feliz ainda de que o meu Estado, o Estado do Ceará, tenha contribuído, embora que modestamente, para a sua formação, uma vez que o senhor passou lá boa parte da sua infância e, pelo que entendi, o início da adolescência, até ir à Escola Naval de Angra dos Reis. Então, nós cearenses ficamos orgulhosos por essa modéstia contribuição.

Na realidade, eu queria fazer uma provocação, um questionamento a V. Exa., que é muito mais, de alguma forma, uma crítica ao Parlamento brasileiro, não é? A gente tem visto de forma recorrente o Parlamento, quer seja ele em nível estadual, quer seja em nível federal – o Congresso Nacional, Senado e Câmara –, aprovarem medidas de anistia a policiais militares – a militares, enfim, para não ficar só na... –, e isso, de alguma forma, tem contribuído para abalar um dos principais, se não o principal, princípios militares, que é a hierarquia, não é? Na medida em que você quebra a hierarquia, você está ferindo de morte os princípios militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor consideraria razoável que a sua casa futura – eu tenho certeza de que esta Comissão e, mais tarde, o Plenário irão aprovar a sua indicação – faça arguições junto ao Supremo Tribunal Federal para considerar inconstitucionais essas iniciativas ou esses projetos de lei que concedem anistia a militares que infringiram as suas obrigações?

Era essa a minha solicitação, o meu questionamento. Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como temos mais um Senador inscrito, o senhor responde o bloco de dois Senadores.

Com a palavra o Vice-Presidente do Senado, Senador Veneziano.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para interpelar.) – Senador Davi Alcolumbre, Presidente da nossa Comissão, devo primeiro saudá-lo e, fazendo por extensão, todas e todos os demais integrantes deste Colegiado, até pela ventura, com os devidos e necessários e exigíveis cuidados que esta Presidência e a Presidência do Senado tiveram e mantêm, para que nós pudéssemos retornar às nossas atividades, senão na plenitude do desejável, mas já suficientemente para que desta produção pudéssemos responder, por exemplo, como estamos a fazê-lo, sabatinando na tarde de hoje três indicados, dois ao Tribunal Superior do Trabalho... E, na oportunidade, já me antecipo, abraçando, saudando, cumprimentando o nosso Presidente competentíssimo, figura extremamente excelsa da judicatura nacional, Dr. Ives Gandra – seja sempre muito bem-vindo ao Parlamento –; demais outros e outras que aqui vêm convidados para acompanhar as sabatinas dos dois próximos muito prováveis integrantes do Tribunal Superior do Trabalho, e V. Exa.

Eu fiquei aqui desde o início, como os demais outros, a observar a sua postura, a sua forma extremamente equilibrada, tranquila, de quem claramente demonstra uma formação. Quem tem formação, quem tem histórico, quem tem dedicação a ofícios, como a sua carreira e a sua trajetória bem puderam ser pontuadas pela sua modesta exposição de minutos que lhe foram reservados e também pela subscrição de uma das mais referenciadas autoridades entre nós, Senador Antonio Anastasia, fica de pronto e largamente atendido. Não tenho dúvidas disso.

E no caso, se me for conferida a oportunidade de votar na condição não de titular, mas de suplente, eu quero já antecipar que, com muita alegria, o faço no reconhecimento aos seus méritos, porque por eles há resposta à sua indicação.

Mas eu queria ouvi-lo, Almirante Claudio, entendendo um pouco das considerações que foram feitas pelo Senador Fabiano Contarato – numa delas, particularmente, V. Exa. há de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





convir – e as nossas condições como representantes. V. Exa. também o é, mas, antes de nos portarmos e nos posicionarmos, eu sempre faço um esforço para colocar-me na condição de cidadão, de cidadão brasileiro, de eleitor que, muitas das vezes, é instado a precipitações em palavras e em comportamentos de autoridades que deveriam se ater aos cuidados nas palavras e nas posturas.

Onde você quer chegar, Senador Veneziano? Preocupa-me – e deve ter preocupado e por essa razão, S. Exa. o Senador Fabiano Contarato assim fez – declarações trazidas pelo próprio Presidente da República, que, a meu ver, deveria ser a pessoa primeira a não se permitir, fazendo considerações de participações possíveis, até mesmo instando em determinados momentos a presença militar fora do contexto que lhe é cabível e previsto constitucionalmente, ou seja, dando-nos a ideia, vez por outra – e nessas palavras e em algumas das suas observações, seguido por aqueles que o acompanham –, de que as forças militares poderiam ser chamadas, convocadas, caso necessário – e o caso necessário nós não enxergamos –, se assim fosse exigível.

Eu queria ouvi-lo muito francamente, porque aqui e acolá, como bem disse... E eu entendo. Nós não queremos jamais, longe de nós, constrangê-lo à condição de que está sendo nesta tarde sabatinado. V. Exa. terá, no convívio com os demais próximos pares, essa situação. Então, não é nem de mim nem foi do Senador Fabiano Contarato o desejo de constrangê-lo a se contrapor, desde já, com o companheiro que, muito provavelmente, repito, pelos seus merecimentos, V. Exa. encontrará como integrante do Superior Tribunal Militar. Mas eu queria ouvir do Almirante Cláudio qual a sua posição no instante – tomara que não se repita! – em relação à posição das Forças Armadas no contexto nacional. Ou seja, V. Exa. entende como pertinente, oportunas, vez por outra, ouvirmos palavras contextualizadas a momentos nacionais e que em nenhum instante assim sugeririam que as Forças Armadas nacionais poderiam estar presentes fora dos limites da sua jurisdição? Ou seja, eu queria que, de fato... E V. Exa. terá um papel; afinal de contas, há uma importância bastante significativa quando estiver a ocupar um dos assentos entre os 15 assentos. Então, se o Almirante, futuro magistrado, integrante do Superior Tribunal Militar, vier a ser instado a falar sobre situações como as que já aconteceram, qual será o seu posicionamento: de entender que, de fato, não é cabível que as Forças Armadas fujam aos limites constitucionais ou, caso contrário, se posicionar como nós assim não desejamos?

São considerações que eu faço a S. Exa., mas decerto já acolhendo o meu entendimento e a convicção de que V. Exa. haverá de ter, com competência, com qualificativos, predicados que a todos nós sobejam no conhecimento, um trabalho e uma história produtiva à frente do Superior Tribunal Militar. Mas eu queria ouvi-lo a esse respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sr. Cláudio, só um minuto.

Eu vou fazer um rito procedimental aqui. Eu tenho vários suplentes que querem votar, mas eu preciso chamar o nome para garantir que eu chamei o titular, e, na ausência, nós passamos para o suplente exercer o direito de voto. E, quando chegarem os titulares, eu já informo que, se o suplente votou na vaga do titular, o titular não vai mais votar.

Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Renan Calheiros. (*Pausa.*)

Simone Tebet já votou.

Fernando Bezerra já votou.

Rose de Freitas. (*Pausa.*)

Mecias de Jesus já votou.

Esperidião Amin já votou.

Ciro Nogueira já votou.

Então, o suplente dessa rodada presente é o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que solicito que exerça o direito de voto.

Do Bloco Podemos/PSDB/PSL, Plínio Valério já votou, titular.

Tasso Jereissati. (*Pausa.*)

Não vota, que só vale presencial. Isso é o quórum.

Jorge Kajuru. Oriovisto Guimarães. Marcos do Val já votou. Soraya Thronicke já votou.

Não temos aqui no Plenário nenhum suplente presente.

Bloco PSD, Antonio Anastasia votou. Titular, Lucas Barreto, votou.

Omar Aziz. (*Pausa.*)

Senador Vanderlan Cardoso, titular, já votou.

Na ausência do titular Omar Aziz, convido o Senador Otto Alencar para exercer o direito de voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bloco Vanguarda, DEM/PL/PSC, titular, Davi Alcolumbre, já votou. Titular Marcos Rogério. Titular Jorginho Mello. (*Pausa.*)

Na ausência de dois titulares, convido o suplente, Zequinha Marinho, para exercer o direito de voto.

Aqui, Senador.

Bloco Resistência Democrática, PT/PROS, Paulo Paim, titular, já votou. Telmário Mota. Rogério Carvalho já votou. Não temos também nenhum suplente presente.

Bloco Independente, Eliziane Gama, titular. Weverton, titular.

Teremos ainda duas votações nominais presenciais, logo quando terminarmos esta sabatina.

Senador Fabiano Contarato, titular, votou.

Nesse bloco está presente o suplente, Senador Cid Gomes. Solicito que o Senador Cid Gomes exerça o direito de voto.

O último Senador inscrito é o Senador Veneziano Vital.

Concedo a palavra para o Almirante Claudio, para fazer a sua manifestação, e vou encerrar a votação.

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** (Para expor.) – Inicio aqui a minha fala, respondendo ao Senador Cid Gomes.

Gostaria de registrar, Senador, a minha honra e a minha satisfação em poder ser uma pessoa que teve uma infância – nascido em Minas Gerais – no Ceará. Tenho família lá, e meus pais, depois de Minas Gerais, escolheram o Ceará para trabalhar. Eu fui aluno do Colégio Militar de Fortaleza. Não tenho nenhum militar na família; prestei concurso, fui aluno do Colégio Militar de Fortaleza. Costumo saudar os colegas de Marinha, que são cearenses, com a famosa frase "saudações alencarinas". Então, tenho muita satisfação e agradeço muito toda a acolhida que o Ceará proporcionou também à minha família e a mim, nesse período da infância que eu passei lá. Então, muito obrigado.

Eu queria comentar ao senhor que o tema anistia é bastante sensível, bastante delicado, porque a Constituição – me atendo a ela – prevê algumas restrições aos militares, embora o caso que o senhor está relatando diga respeito à Justiça dos Estados, em termos de órgão da segurança pública, mas, no caso da nossa Constituição, deixa claro que não há autorização para se cometer greves nessa área dos militares, assim como também não pode ter filiação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

político-partidária, não pode haver sindicalização – isso, para os militares da ativa. Então, a anistia, nesse aspecto, é um assunto bastante sensível, bastante complicado, porque tem relação direta com os pilares da vida militar, como o senhor mesmo mencionou: hierarquia e disciplina.

Então, o exemplo é fundamental na nossa vida militar. A gente diz, inclusive, que o exemplo é fundamental no exercício da liderança. Então, eu vejo como algo bastante complexo atribuir, pelo que entendi do senhor, que propostas legislativas concedam anistia sem avaliação das consequências que isso pode causar nos pilares da hierarquia e da disciplina. Então, respondendo ao senhor, realmente é um assunto bastante sensível.

Entendo que existem pontos de vista, e o Parlamento é a Casa para se discutir diferentes opiniões e respeitá-las, obviamente, mas considero que é bastante complicado, é bastante complexa essa questão de conceder anistia para militares que promoveram atos de insubordinação. Então, isso é muito importante, e nós temos que ter isso em mente nos tribunais militares.

Na verdade, hoje, no Brasil, nós só temos três Estados que têm uma Justiça Militar Estadual, que são Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os Estados que têm mais de 20 mil militares policiais e bombeiros podem criar a sua Justiça Militar, mas acho importante esse processo ser bastante discutido no âmbito do Parlamento, em função das consequências, volto a repetir, na questão da hierarquia e da disciplina.

Senador Veneziano, muito obrigado. Eu acho que a postura das Forças Armadas, e isso tem sido dito frequentemente, tem que estar completamente circunscrita ao que prevê a nossa Constituição. Então, qualquer afirmação fora dessa questão está totalmente fora da questão constitucional.

No art. 142 da Constituição aparece a missão das Forças Armadas: defesa da Pátria, garantia dos Poderes constitucionais, enfim, garantia da lei e da ordem. Então, tirando por base esse mandamento constitucional, as Forças Armadas têm que se manter, e vêm se mantendo, fieis a esse princípio para que a gente não extrapole o que está previsto na Constituição.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concluiu?

**O SR. CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS** – Concluí, sim, senhor. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Solicito ao Secretário-Geral que faça a condução coercitiva da urna e a traga para o plenário da Comissão.

Convido o Senador Marcos do Val para fazer o escrutínio dos votos, por gentileza, aqui na Mesa.

Vamos entregar a chave para o homem que vai fazer a apuração.

V. Exa. pode se sentar ali ao lado, Senador Marcos, e fazer a contagem dos votos que foram depositados na urna pelos titulares e pelos suplentes, na segunda chamada de votação.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Primeiro voto, voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Um voto "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dois votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Três votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Quatro votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Cinco votos "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Seis votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sete votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Oito votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nove votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dez votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Onze votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Doze votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Treze votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Catorze votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Quinze votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Um voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Um voto "não".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dezesseis votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dezessete votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O último, voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dezoito votos "sim".

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – E um voto "não", 18 votos "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós tivemos 19 Senadores votantes, confere o número de votantes com o número de cédulas, sendo 18 votos "sim" e um voto "não".

Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O indicado Claudio Portugal de Viveiros teve 18 votos SIM e 01 voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

A escolha do nome do Sr. Claudio Portugal de Viveiros foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal. (*Palmas.*)

Queria agradecer a sua presença, lhe desejar muito sucesso e muito êxito na nova missão, agora dependendo apenas da votação do Plenário do Senado Federal, mas, naturalmente, com o esforço que foi empreendido para todos os Senadores participarem da sabatina de V. Exa., com uma votação expressiva no Plenário da CCJ, pela história de V. Exa., pelo currículo, pelo legado construído na vida militar, V. Exa., sem dúvida nenhuma, estará na lista de autoridades no Plenário do Senado Federal que será deliberada pelo Plenário do Senado Federal. Sem dúvida nenhuma, desejo muito sucesso.

Em nome da Comissão, agradecemos a presença de V. Exa.

V. Exa., se quiser, pode acompanhar para a sala da Comissão, que nós vamos proceder a uma próxima reunião com outras autoridades, mas, desde já, muito obrigado, muito sucesso e muito êxito na nova missão.

Está encerrada a reunião, esta primeira reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

ÀS DEZESSEIS HORAS E ZERO MINUTOS DO DIA CINCO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM, NO ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, SOB AS PRESIDÊNCIAS DOS SENADORES DAVI ALCOLUMBRE E ANTONIO ANASTASIA, REÚNE-SE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA COM A PRESENÇA DOS SENADORES SIMONE TEBET, FERNANDO BEZERRA COELHO, ROSE DE FREITAS, MECIAS DE JESUS, ESPERIDIÃO AMIN, CIRO NOGUEIRA, VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PLÍNIO VALÉRIO, TASSO JEREISSATI, JORGE KAJURU, MARCOS DO VAL, SORAYA THRONICKE, GIORDANO, LASIER MARTINS, EDUARDO GIRÃO, LUCAS BARRETO, VANDERLAN CARDOSO, OTTO ALENCAR, JORGINHO MELLO, ZEQUINHA MARINHO, PAULO PAIM, ROGÉRIO CARVALHO, FABIANO CONTARATO, CID GOMES E NELSINHO TRAD. DEIXAM DE COMPARECER OS SENADORES EDUARDO BRAGA, RENAN CALHEIROS, ORIOVISTO GUIMARÃES, OMAR AZIZ, MARCOS ROGÉRIO, TELMÁRIO MOTA, ELIZIANE GAMA E WEVERTON. HAVENDO NÚMERO REGIMENTAL, A REUNIÃO É ABERTA. PASSA-SE À APRECIAÇÃO DA PAUTA: INDICAÇÃO DE AUTORIDADES. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) N° 11, DE 2021 - NÃO TERMINATIVO - QUE: "SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL, NOS TERMOS DO ART. 111-A, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, A INDICAÇÃO DO SENHOR AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR, JUIZ DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, COM SEDE NA CIDADE DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, NA VAGA DECORRENTE DA APOSENTADORIA DO MINISTRO MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO." AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR VANDERLAN CARDOSO. RELATÓRIO: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO. RESULTADO: A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, NOS TERMOS DO ART. 111-A, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 19 (DEZENOVE) VOTOS FAVORÁVEIS, 1 (UM) VOTO CONTRÁRIO E 1 (UMA) ABSTENÇÃO. ITEM 2 - MENSAGEM (SF) N° 26, DE 2021 - NÃO TERMINATIVO - QUE: "SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL, NOS TERMOS DO ART. 111-A, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO, A INDICAÇÃO DO SENHOR ALBERTO BASTOS BALAZEIRO, PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, NA VAGA DESTINADA A MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, DECORRENTE DA APOSENTADORIA DO MINISTRO JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA." AUTORIA:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR ANTONIO ANASTASIA. RELATÓRIO: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO. RESULTADO: A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR ALBERTO BASTOS BALAZEIRO PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, NOS TERMOS DO ART. 111-A, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 20 (VINTE) VOTOS FAVORÁVEIS E 1 (UMA) ABSTENÇÃO. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ENCERRA-SE A REUNIÃO ÀS DEZESSETE HORAS E CINQUENTA E SEIS MINUTOS. APÓS APROVAÇÃO, A PRESENTE ATA SERÁ ASSINADA PELO SENHOR PRESIDENTE E PUBLICADA NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, JUNTAMENTE COM A ÍNTEGRA DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

SENADOR DAVI ALCOLUMBRE

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que mantenha o painel para o início da próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Eu gostaria de convidar S. Exa. o Senador Vanderlan Cardoso e S. Exa. o Vice-Presidente, Senador Antonio Anastasia, para que a gente possa conduzir os sabatinados da sessão de hoje, indicados pelas Mensagens nº 11 e nº 26 para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Queria que o Senador Anastasia e o Senador Vanderlan, respectivamente os Relatores dos indicados, pudessem acompanhar os nossos convidados ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça. (*Pausa.*)

Dr. Amaury Rodrigues Pinto Junior à esquerda e Dr. Alberto Bastos Balazeiro à minha direita.

Fiquem à vontade!

Fiz questão de convidar os dois, Sr. Vice-Presidente Anastasia, para que a gente possa fazer, naturalmente, uma reunião muito produtiva na presença dos dois indicados para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. (*Pausa.*)

**ITEM 1**

**MENSAGEM (SF) N° 11, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação do Senhor AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pronto para deliberação

**ITEM 2**

**MENSAGEM (SF) N° 26, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso I, da Constituição, a indicação do Senhor ALBERTO BASTOS BALAZEIRO, Procurador-Geral do Trabalho, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a membro do Ministério Público do Trabalho, decorrente da aposentadoria do Ministro João Batista Brito Pereira.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia

**Relatório:** Pronto para deliberação. Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Para inquirição dos candidatos, cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para resposta imediata dos interpelados, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos, nos termos do art. 383, §2º, alínea "f" do Regimento Interno do Senado Federal.

Da mesma forma que fiz, Dr. Balazeiro e Dr. Amaury, eu vou estipular um prazo inicial de 15 minutos para as manifestações de V. Exas. Concederei, primeiro, a palavra ao Dr. Alberto Bastos Balazeiro; em seguida, ao Dr. Amaury Rodrigues Pinto. Portanto, nós vamos fazer as duas arguições, as duas manifestações dos dois indicados, e, em seguida, abro para os questionamentos e as indagações dos Senadores. Então, da mesma forma, como não temos um prazo estipulado, vou dar 15 minutos, mas, se V. Exas. acharem e solicitarem prorrogação de prazo para essa fala inicial, eu também darei o tempo que for necessário.

Concedo a palavra ao Sr. Alberto Bastos Balazeiro.

**O SR. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO** (Para expor.) – Boa tarde a todos os presentes. Queria cumprimentar o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, estimado Senador Davi Alcolumbre. Cumprimento também o Exmo. Vice-Presidente da Comissão e Relator da nossa indicação, o estimado Senador Antonio Anastasia, agradecendo ainda por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a orientação e grande gentileza comigo. Queria cumprimentar também S. Exa. o Desembargador Amaury, cumprimentar os Exmos. Srs. e Sras. Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, Srs. Senadores e Deputados que também prestigiam esta inquirição, Deputado Antonio Brito, Exmo. Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e decano da Corte, Ives Gandra da Silva Martins Filho, que muito nos honra com a sua presença, representando neste ato S. Exa. a Presidente da Corte, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. Cumprimento também o Exmo. Presidente da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras de Trabalho, Dr. José Antonio Vieira de Freitas Filho. Cumprimento também a Procuradora-Geral de Justiça do Acre, Dra. Kátia Rejane de Araújo, representando neste ato a Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados; Dra. Ivana Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Acre...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Do Amapá.

**O SR. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO** – Do Amapá, perdão.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dra. Ivana Lúcia Franco Cei, nossa PGJ do Amapá. As mulheres tomando conta dos Ministérios Públicos estaduais.

**O SR. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO** – Senhores magistrados, procuradores e procuradoras do trabalho que assistem, prestigiam a presente sessão, os colegas Marcelo Brandão e Luís Carneiro, o Procurador-Chefe da minha regional da Bahia, Dr. Márcio Amazonas.

Cumprimento ainda meus pais, Alberto e Angela, a minha esposa Karen, minha filha Lara, a caminho, minha irmã Márcia, meu cunhado Ricardo, colegas do Ministério Público...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO** – ... todos os familiares e amigos que acompanham a reunião e todos que nos assistem pelos canais da TV Senado.

Minhas senhoras e meus senhores, gostaria inicialmente de consignar a elevada honra que é comparecer perante o Senado Federal, através desta Comissão, para ter o meu nome examinado para compor o colendo Tribunal Superior do Trabalho, após indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na vaga decorrente da aposentadoria do estimado Ministro João Batista Brito Pereira. Aliás, ser indicado na vaga do Ministro Brito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pereira, magistrado de envergadura, e ter na relatoria o eminente jurista Senador Anastasia, de profundo histórico comum do trabalho, já são por si só motivos de honra e orgulho. Estou consciente da profunda responsabilidade que acompanha essa indicação, tendo em vista a centralidade institucional que o Tribunal Superior do Trabalho desempenha na estabilização da jurisprudência trabalhista e, com isso, nas relações de trabalho em nosso País.

Na condição de profissional do Direito, com mais de 20 anos de atuação nessa área, a possibilidade de integrar a nossa mais alta corte trabalhista representa um momento muito especial de uma carreira de Estado na esfera jurídica laboralista. Não há dúvidas de que é a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho que garante a segurança das relações jurídicas do mundo do trabalho. Assim, a judicatura é um componente essencial da arquitetura institucional, o que, por sua vez, é pressuposto necessário para a efetivação dos desideratos constitucionais do desenvolvimento econômico e do pleno emprego digno.

Já se afirmou que o Direito é a forma institucional da vida de um povo. Nós também somos o conjunto de regras que disciplina nossa convivência. Com sua proverbial sabedoria, os antigos romanos já diziam que onde está a sociedade está o Direito. O Direito é a ordenação da razão com vistas ao bem comum. Nesse sentido, é papel fundamental da normatividade garantir a segurança e a estabilidade das relações sociais. A segurança é um pressuposto e, ao mesmo tempo, uma função do Direito.

No genial sistema de tripartição dos Poderes, conforme a concepção dos clássicos do pensamento político, a nobre e relevante função das cortes de Justiça é buscar a aplicação das normas jurídicas aprovadas pelo Poder Legislativo. Num Estado de direito, segurança e liberdade somente são asseguradas com o pleno respeito aos regramentos jurídicos aprovados pelo Parlamento. Enquanto aplicadores e cultores do Direito, nossa missão é dar concretude às decisões sufragadas pelo Poder Legislativo no seu nobre mister de legislar e expedir comandos gerais de obediência obrigatória para todos os destinatários.

Por certo, em um momento de profundas mudanças no mundo do trabalho, o Parlamento brasileiro tem buscado enfrentar essa realidade. Ainda recentemente, tivemos uma significativa reformulação da legislação do trabalho, cujos impactos ainda estão sendo registrados, mesmo porque o mundo foi surpreendido com os desafios da crise sanitária global. Também nesse caso, o Parlamento brasileiro aprovou regramentos direcionados ao mundo do trabalho para atenuar os maléficos efeitos da pandemia.

A lei é, portanto, uma conquista civilizatória, é a demonstração de que a sociedade atingiu sua plena maturidade política. Os textos legais expressam significados políticos do pacto que sustenta e alicerça a sociedade. Daí emerge a necessidade de pleno acatamento à legalidade vigente, pois ela garante o respeito à liberdade e à igualdade. Assim, tenho plena consciência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do relevante papel da Corte Superior do Trabalho para garantir os caminhos da paz social e do justo equilíbrio das relações entre capital e trabalho. A aplicação da norma jurídica é um dos momentos mais sublimes da própria razão de ser da construção legislativa, pois é nesse momento que a referida norma se distancia do campo da abstração, no qual foi concebida, para se imiscuir no mundo da vida, transformando realidades. Sou grato a Deus por oportunizar a vivência e trajetória que me permitiram hoje comparecer perante este Senado Federal.

Antes do ingresso no Ministério Público do Trabalho, tive a oportunidade de exercer ativamente a advocacia nas searas privada e pública. Tais experiências me permitiram vislumbrar a importância da advocacia militante e da preservação das prerrogativas dos advogados para a correta prestação jurisdicional. Na advocacia, pude perceber não só a relevância, como os desafios de implementação de políticas públicas e da própria gestão pública em face dos impactos das decisões dos órgãos da Justiça do Trabalho. Firmemente, acredito que essa experiência me permitirá ter adequada sensibilidade na ponderação dos casos que se apresentarem perante o Tribunal Superior do Trabalho.

Já no Ministério Público do Trabalho, vivenciei intensamente a instituição e desempenhei múltiplos cargos administrativos e de execução em múltiplas temáticas. Mais uma vez, tive o privilégio de, ao exercer a chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, na Bahia, interagir intensamente com o Tribunal Regional, de forma harmoniosa e proativa, vislumbrando os desafios e gargalos da magistratura trabalhista.

Também no exercício da chefia, enfrentamos outro desafio, precisamente o de renovar a estrutura física do órgão no Estado por meio da construção de sedes para sete unidades no interior e um novo prédio para a sede ministerial em Salvador, sempre contando com recursos originários deste Parlamento e gerando grande economia com o encerramento de locações e melhor atendimento à população, essa, sim, nossa finalidade precípua.

Enquanto Procurador-Geral do Trabalho, cargo que honrosamente exerço hoje após sufragado no apoio e votação de ampla maioria da categoria, pude instituir o Gabinete Judicial do Procurador-Geral do Trabalho, iniciando uma atuação direta e finalística junto ao Pleno e Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho.

Também na esfera nacional, implementamos programa de reorganização orçamentária consubstanciado, dentre outras ações, no encerramento de locações, dotando o órgão de cerca de 24 sedes em um mandato de 24 meses, gerando economia e melhores serviços às comunidades dos rincões do Brasil.

Mais uma vez, tratou-se de período de profundo aprendizado junto à Corte Superior trabalhista. Busquei ativamente contribuir com os debates em todas as oportunidades e aprimorar minha percepção jurídica para a correta construção da jurisprudência, sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocando a atuação do Ministério Público do Trabalho em sintonia com os preceitos que engrandecem o papel da Corte, notadamente o diálogo e a preocupação com a percepção plural de todos os impactos sociais das decisões.

Necessário também registrar que desempenhei o papel de Procurador-Geral do Trabalho, enfrentando os impactantes efeitos da pandemia na seara laboral. Destaco que foi exatamente pela abertura ao diálogo, evitando-se extremos, que foi possível construir diretrizes de atuação que, respeitando sempre a independência funcional dos membros, foram adotadas e colocaram o Ministério Público do Trabalho em papel de colaboração e não de adversário em face de diversos órgãos públicos, setores econômicos e entidades sindicais em todo o País. Foi através dessa construção de consensos que foi costurada uma atuação firme, porém respeitosa dos interesses sociais em espaços de atuação dos gestores.

Acredito que essa visão de construção de consenso e de mediações nos coloca em sinergia com a própria moderna atuação que o colendo TST vem desenvolvendo em suas mediações pré-processuais e na efetivação da política nacional de autocomposição.

Destaco também que tive a satisfação de ser Diretor-Geral Adjunto da Escola Superior do Ministério Público da União, oportunidade em que pude vislumbrar ainda mais de perto a importância da formação continuada para o aprimoramento da atuação dos agentes públicos. Entendo que, da mesma forma, na magistratura, se faz necessária essa atualização legislativa constante, até para que se possa chegar à desejável uniformização dos entendimentos desde as primeiras instâncias, favorecendo, assim, a previsibilidade e reduzindo-se custos sociais com decisões díspares.

Acredito que todas essas experiências particulares me permitiram aprimorar minha percepção jurisdicional e me colocam apto ao exercício da magistratura no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

Se, nesta minha jornada, me for mais uma vez conferida a alegria da confiança institucional, representada pela manifestação de V. Exas., ressalto que esta é a tônica da atuação que acredito mais adequada: a tônica do equilíbrio, do diálogo, da ponderação e do resguardo do papel das instituições. Afirmo, assim, que a defesa altiva da Constituição e de seus valores é feita exatamente com o respeito aos limites constitucionais impostos e a valorização dos Poderes constituídos: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Por fim, é inegável que o Tribunal Superior do Trabalho será chamado a enfrentar questões cada vez mais complexas e decorrentes da própria transformação das relações de trabalho, o que deve ser feito sempre com prudência e diálogo. De fato, há de se ter sempre a deferência à resolução realizada dentro do devido processo legislativo democrático e, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventual ausência de norma para a situação inovadora, se valer das técnicas de integração jurisdicional, sempre levando em consideração todos os atores sociais que possam ser impactados.

Coloco-me à disposição de V. Exas. neste momento para responder integralmente a todos questionamentos, sempre coerente com os princípios e compromissos que defendo, equilíbrio, diálogo e serenidade, que me permitiram chegar até aqui.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dr. Balazeiro.

Concedo a palavra, por igual período, ao Sr. Amaury Rodrigues Pinto Junior.

**O SR. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR** (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente desta egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que me honram com suas presenças nesta reunião em que se deliberará a Mensagem 194, que me indicou para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, peço permissão, Sr. Presidente, para saudar particularmente os Senadores do meu Estado de Mato Grosso do Sul: a Senadora Soraya Thronicke, a Senadora Simone Tebet e o Senador Nelsinho Trad, Líder do Partido Social Democrata no Senado.

Cumprimento aqui o Ministro Ives Gandra Martins Filho, decano do nobre Tribunal Superior do Trabalho, cuja presença me honra; cumprimento meu companheiro de sabatina, Dr. Alberto Balazeiro.

Sr. Presidente, peço licença para cumprimentar a minha família, presencialmente, a Juíza Izabella de Castro Ramos, meus filhos Octávio, Pedro Henrique, Vitor, Julia e Alice.

Também cumprimento os ministros do Tribunal Superior do Trabalho, desembargadores, juízes, advogados, servidores, familiares e amigos que me acompanham virtualmente pela TV Senado.

Ao início da minha apresentação, registro o meu agradecimento pessoal ao Senador Vanderlan Cardoso pelas palavras generosas com que V. Exa. descreveu minha trajetória profissional no relatório que distribuiu aos Senadores no âmbito desta Casa.

É com singular alegria e emoção que compareço perante esta egrégia Comissão para ser arguido por V. Exas. na expectativa de ser alçado ao digníssimo cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Não poderia ser diferente, pois este momento representa o ápice da minha carreira profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo sido distinguido pela escolha unânime dos ministros que integram o Tribunal Superior do Trabalho e pela indicação do Sr. Presidente da República, busco agora a chancela do Senado Federal. O legislador constituinte, sabiamente, atrelou a escolha dos ministros de tribunais superiores à chancela dos três Poderes da República. Afinal, o Tribunal Superior do Trabalho tem como missão manter a integridade e a uniformidade de interpretação da legislação de um país com dimensões continentais. Suas decisões influenciam e conduzem relações jurídicas tão distintas, que se poderia dizer de universos diferentes. Disciplina-se desde o trabalho rural no cultivo do mate no Rio Grande do Sul até aquele executado na extração mineral no Amapá; desde o trabalho dos petroleiros em plataformas continentais, na extração de petróleo, passando pelo trabalho na região industrializada de São Paulo, até o trabalho pantaneiro executado no meu querido Mato Grosso do Sul.

A aprovação de V. Exas., portanto, não é apenas um ritual de passagem, representa a verificação institucional de uma escolha feita pelos demais Poderes da República e sua adequação aos anseios da sociedade brasileira.

Por isso, faço rápido registro da minha experiência profissional, forma de atuar e comprometimento com a missão que se avizinha, colocando-me à disposição para responder a todos os questionamentos que V. Exas. entenderem cabíveis para a concessão deste importante aval constitucional.

Neste ano, completo 32 anos na magistratura do trabalho e a tenho como vocação, tendo sempre buscado dignificar a honrosa função pública com muito comprometimento, ética, imparcialidade, mas também com humildade e empatia em relação a todos aqueles com quem me relaciono.

Natural de Curitiba, Paraná, onde me bacharelei pela Faculdade de Direito de Curitiba, em dezembro de 1988, ainda durante a formação acadêmica, despertei para a causa da justiça e, em especial, das relações jurídicas da competência da Justiça do Trabalho. Um ano depois de formado, fui aprovado em concurso público e tomei posse no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, isso em dezembro de 1989. Fui titular das varas do trabalho de Mundo Novo e 2ª Vara do Trabalho de Campo Grande. E, em maio de 2001, fui promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul, no qual fui Presidente no biênio 2007-2008. Desde o início deste ano, ocupo novamente o honroso posto de Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul, 24ª Região.

No ano de 2008, fui Presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho, o Coleprecor. Também já fui Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 24ª Região e, em três oportunidades, fui Diretor da Escola Judicial do meu tribunal, tendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda ocupado a Vice-Presidência e a Presidência do Conselho Nacional das Escolas Judiciais da Magistratura do Trabalho, o Conematra.

Nessas três décadas de magistratura, busquei permanente aperfeiçoamento do todo, de modo a bem desenvolver as atribuições jurisdicionais e as vinculadas à gestão administrativa, institucional que a carreira me proporcionou. Por tal razão, concluí meu doutorado pela Universidade de São Paulo, a USP, tendo como tese a quantificação do dano em acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, o qual resultou, em 2015, na publicação da obra com o mesmo nome.

Se V. Exas., Senadores e Senadoras, entenderem por aprovarem-me nesta sabatina de assento constitucional, chegarei ao Tribunal Superior do Trabalho, órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, que comemora, em 2021, oito décadas de existência, ajustando-se às demandas da sociedade cidadã e promovendo a prestação jurisdicional que aperfeiçoa as relações de trabalho brasileiras, dando eficácia às leis aprovadas pelo Poder Legislativo. Levarei comigo premissas de atuação pautadas na aplicação da lei com ponderação e imparcialidade, atento às consequências econômicas e sociais das minhas decisões e consciente que, por trás de cada processo, existem vidas humanas que clamam por dignidade. Trabalharei incessantemente, na colenda Corte Superior, para garantir a segurança jurídica, tão almejada pelos envolvidos nos processos judiciais trabalhistas, e com respeito ao princípio da celeridade processual, pois acredito que o tempo de duração do processo é essencial para a consolidação de uma distribuição de justiça digna e oportuna.

Ao tomar posse na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, destaquei que testemunhamos tempos inéditos e inquietantes, que colocam as coisas em perspectiva e nos trazem à inevitável reflexão: somos seres frágeis.

Por conseguinte, afirmo a V. Exas. que não há caminho viável, distante das virtudes, da humildade, da sensibilidade, empatia, disciplina e comprometimento coletivo com propósitos elevados. Os cidadãos, especialmente fragilizados no momento presente, aguardam dos atores e agentes públicos que desempenhem suas funções em potência máxima, mensurando com sensibilidade as consequências de seus atos e visando à retomada da vida digna em sociedade, a qual as circunstâncias da pandemia ameaçam profundamente há quase dois anos.

Dia 27 de maio último, dados divulgados pelo IBGE referem taxa de desocupação da ordem de 14,7%, e taxa de subutilização da mão de obra, no trimestre encerrado em março, em 29,7%, perfazendo 33 milhões de trabalhadores nessa situação. São 14 milhões de desempregados, 6 milhões de desalentados que deixam de procurar ocupação formal, 34 milhões na informalidade e, conforme elementos do Caged, 500 mil empregadores com CNPJ desapareceram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR** – ... constituindo o maior número em toda a série histórica.

Ainda que o Caged demonstre saldo positivo todos os meses de 2021, com a abertura, em abril, de 121 mil novas vagas com carteira, ou seja, vagas formais, o cenário é de preocupação aguda. Daí porque iniciativas como a do Senado Federal, que, há pouco mais de um mês, aprovou o PL 5.228, de 2019, a chamada Lei Bruno Covas, que deverá se constituir na nova lei do primeiro emprego, buscando alternativas para melhor inserção do jovem no mercado de trabalho, deve ser louvada como uma medida proativa e reagente ao instante crítico que vivemos.

A Justiça do Trabalho também buscou alternativas...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR** – ... para, como instituição, se adequar aos novos tempos e bem servir à sociedade, promovendo e estimulando o método dialógico da mediação e tendo a conciliação como a característica marcante. Mediações extraprocessuais, inclusive, foram inseridas na Justiça do Trabalho.

Acredito veementemente, Exmos. Senadores e Senadoras, que seja esse o perfil que devo manter como ministro, se aprovado por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, somando minha disciplina e comprometimento às elevadas funções e desafios dos Exmos. Ministros membros do Tribunal Superior do Trabalho.

Em conclusão, Sr. Presidente, peço licença, neste momento tão especial para mim, para homenagear todos os juízes brasileiros, e o faço citando o Délio Maranhão na ontológica obra: *Instituições de Direito do Trabalho*. Disse o autor:

> O juiz não é apenas um lógico que fabrica silogismos, nem a sentença, um pedaço de lógica. No determinar o sentido da lei, na avaliação dos interesses em conflito, na procura de uma solução legal, mas, igualmente, justa, a atuação do juiz reflete sua personalidade. Ele não é um autômato, mas um ser humano, sensível às exigências da vida social, compenetrado de que a justiça, escrita nas alturas siderais, desce por seu intermédio, até às choupanas dos homens e cônscio, acima de tudo, de que de sua dignidade como pessoa humana depende a dignidade do direito.

Agradeço a oportunidade, pessoalmente histórica, de ser ouvido em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, e permaneço à disposição para responder às questões que V. Exas. entenderem adequadas para o momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria ressaltar, mais uma vez, algumas autoridades que estão presentes: o Dr. Luís Carlos Gomes Carneiro Filho, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região do Ministério Público do Trabalho, que se faz presente prestigiando a nossa Comissão e esta sabatina; o Sr. Márcio Amazonas Cabral de Andrade, Procurador do Trabalho e Secretário de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – também seja bem-vindo! –; o Sr. José Antonio Vieira de Freitas Filho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) – seja bem-vindo! –; o Sr. Marcelo Brandão de Morais Cunha, Procurador do Trabalho na Bahia – seja bem-vindo! –; e quero registrar novamente a presença de S. Exa. o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, que neste ato também representa a Presidente do tribunal, a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.

Vou passar a palavra... Como já foi disponibilizado todo o relatório apresentado pelo Senador Vanderlan e pelo Senador Antonio Anastasia, eu vou conceder a palavra para que eles possam fazer as suas manifestações – informo que o relatório já foi disponibilizado. Como Relatores da matéria das duas indicações, eles desejam naturalmente fazer as suas manifestações.

Concedo a palavra na ordem inversamente à sabatina do Sr. Amaury, que teve como Relator da matéria o Senador Vanderlan. Portanto, ele agora tem a palavra, o Relator da indicação do Dr. Amaury, o Senador Vanderlan Cardoso.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente Davi, cumprimento-o, já agradecendo pela confiança dessa tão importante relatoria que a mim foi confiada. Quero cumprimentar o Senador Anastasia, o nosso Vice-Presidente, os Senadores e as Senadoras, e quero cumprimentar aqui o Desembargador Amaury.

Olha, Desembargador, é uma responsabilidade muito grande quando nós Senadores ou Senadoras somos escolhidos para uma relatoria de autoridade ou de projetos, e não foi diferente com V. Exa., não, essa escolha à minha pessoa. E, quando isso acontece, da minha parte eu procuro conhecer melhor quem é a pessoa. No seu caso, primeiramente, procurei com os nossos companheiros, Senadores – no caso, a Senadora Soraya Thronicke, do Mato Grosso do Sul; a Senadora Simone Tebet; e o Senador Nelsinho Trad.

Procurei saber da sua pessoa, da condução, até da questão familiar que eu vi aqui. Está com a sua esposa presente, a Juíza Izabella. Falou aí muito bem nas suas colocações e nos seus cumprimentos aos seus filhos. Quero parabenizá-lo por isso. Se eu não me engano, são cinco, não é? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cinco filhos.

Então, a gente procura saber... Mas eu também fui procurar saber, tanto com a classe empresarial de Mato Grosso do Sul quanto com os sindicatos, para ver se o senhor era um desembargador, uma pessoa justa. E todas as informações que nós tivemos, que eu obtive, foram totalmente positivas.

O Senador Nelsinho Trad disse: "Olhe, é um grande amigo, inclusive é até vizinho. Olhe com carinho". A Senadora Simone também há pouco veio a subscrever juntamente comigo, na hora, porque é esse carinho que essas pessoas têm com o senhor. Na sua fala aqui, no seu discurso, a gente viu que o senhor é uma pessoa de família, responsável e justa. É disso que nós estamos precisando, Senadora Soraya, no TST, já que as discussões nos últimos tempos, principalmente aqui nesta Casa, no Senado Federal, têm sido debatidas com relação aos novos projetos de lei, quando vêm com relação à CLT ou com direitos e tudo mais que tem sido feito.

Eu tenho procurado pessoas para nos orientarem até mesmo com relação a algumas matérias que chegam para nós e, aí, eu quero me dirigir já ao nosso também indicado aqui, o Procurador Balazeiro.

Várias vezes estive com ele, procurando entender melhor e até mesmo discutindo alguns projetos de lei com relação à questão trabalhista – discutindo e pegando a opinião. Então, quero parabenizá-lo. Meu parecer, nossa relatoria já tem alguns dias, como o nosso Presidente Davi falou. Já praticamente aqui acho que todos já tiveram acesso.

Quero parabenizar pela sua fala. O senhor vai, com certeza, ter êxito aqui nesta Casa. Da minha parte, sim, com certeza.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Agora, como Relator da indicação do Dr. Balazeiro, concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Senador Antonio Augusto Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Davi Alcolumbre.

Antes da minha intervenção, Sr. Presidente, eu tomo a liberdade de indagar a V. Exa., à semelhança da sabatina anterior, se V. Exa. poderia consultar o Plenário e, não havendo oposição, abrir a votação. E parece – eu tive uma notícia que é auspiciosa – que o sistema, aparentemente, voltou a funcionar. Mas, de todo modo, submeto antes da intervenção essa indagação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Anastasia, só um minuto. Como há uma manifestação do Relator e o Senador Vanderlan também tinha feito essa solicitação, e eu vejo que há convergência no Plenário para a gente iniciar a votação, até para gente tentar fazer o teste, porque o Prodasen e a equipe técnica da área de informática já informaram à nossa Secretaria que conseguiram disponibilizar o sistema de votação eletrônica.

Então, diante da manifestação de aquiescência do Plenário, eu determino à Secretaria da Comissão que proceda ao início da votação no sistema eletrônico e solicito que a Senadora Soraya exerça o direito de voto, como signatária e primeira do sistema eletrônico de hoje, moderno, sem voto impresso, tranquilamente o voto eletrônico, como disse o Senador Cid Gomes.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eminentes sabatinados, eu quero também, Presidente, cumprimentar os nossos convidados. E me permita uma saudação especial ao caro amigo Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, que aqui se encontra e que eu revejo depois desse período longo de falta de encontros pessoais. Mas é uma honra revê-lo aqui no Plenário do Senado.

Tive a honra de ser designado por V. Exa. Relator do eminente Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Alberto Balazeiro, para as funções de Ministro do egrégio Tribunal Superior do Trabalho, e fiz a relatoria com imensa alegria, eminente Ministro Balazeiro.

Na realidade, a exposição feliz de V. Exa., da mesma forma que a exposição do futuro Ministro, Desembargador Amaury, ambas brilhantes e muito claras...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Gostaria de pedir a atenção...

Senador Anastasia, só um minuto.

Eu gostaria de pedir a atenção ao Plenário, por gentileza. Nós temos um orador utilizando da sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – Mas dizia, eminente Presidente, que, de fato, ambas as exposições foram muito claras, muito sólidas, muito profundas e demonstraram de modo cabal a capacidade de ambos para o exercício das funções.

Tendo sido Relator do eminente Procurador-Geral, eu não posso deixar aqui, já que o eminente Relator, Senador Vanderlan, também de maneira igualmente eficiente, fez o relato de seu relatado, Desembargador Amaury, de fazer a mesma referência ao Procurador-Geral do Trabalho, que, a despeito da juventude, tem uma experiência profunda nas relações do trabalho e no mundo jurídico do trabalho, não só ocupando diversas funções como membro do Ministério Público do Trabalho até galgar a sua posição mais alta, que é a chefia do *Parquet* do Trabalho, ocupando cargo de Procurador-Geral do Trabalho e, por isso, indicado à unanimidade para exercer essa função, e agora muito bem escolhido por Sua Excelência o Presidente da República para o cargo de Ministro do TST.

Eu não poderia deixar aqui, Ministro Balazeiro, sob pena de receber em minhas bases...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador, só um minuto.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir a atenção dos Senadores, por gentileza. Nós não estamos conseguindo... Eu não estou conseguindo aqui... A gente está fazendo esta sessão e estamos ainda com um problema para nos auxiliar aqui na CCJ. É um problema de ordem técnica, e acho que a gente não vai conseguir exercer o direito do voto. Vamos recorrer à urna impressa, à votação em cédula, que foi uma sugestão do Senador Esperidião Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, as cédulas são com os dois nomes. Eu só vou... Eu quero só atenção para o Senador Anastasia terminar. Já que deu problema, então não precisa mais pedir nada para o Prodasen; para como está aí. Vamos fazer na cédula, para terminar essa confusão aqui.

Atenção ao Senador Antonio Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – Ao retomar a palavra – muito grato, Sr. Presidente –, eu já sou aqui advertido pelo meu eminente Líder permanente, Senador Otto Alencar, relembrando a origem baiana do nosso Procurador-Geral, o que nem precisava. Aliás, essa advertência sempre severa do meu eminente Líder é a função mais uma vez para enaltecer e cumprimentar o Procurador-Geral do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas dizia, eminente Dr. Balazeiro, que se eu não fizer menção aos meus conterrâneos, seus colegas – aproveito para saudar a presença dos inúmeros Procuradores do Trabalho aqui presentes, na pessoa do Dr. Arlélio, Procurador-Chefe de Minas Gerais, e da nossa cara e comum amiga, Dra. Maria Amélia Bracks – eu seria crucificado em minha terra. Então, a referência é de grande estima, mas, sobretudo, de consideração e respeito à proficiência da sua atividade à frente da Procuradoria-Geral do Trabalho como administrador e conhecedor profundo dessa legislação do trabalho, sempre exatamente no papel de tentar compor, nessa justiça, que é a social, os conflitos entre o capital e o trabalho.

Então, essas referências são fundamentais, e o relatório espelha o seu preparo, que é absoluto para o exercício.

E aproveito também para saudá-lo, porque, por uma feliz coincidência, V. Exa. ocupará a vaga do Ministro João Batista Brito Pereira, caríssimo amigo meu, que tive a honra, quando estava no Ministério da Justiça, de participar da sua indicação, àquela época, para a vaga que V. Exa. agora ocupará, na mesma época em que o Ministro Ives também teve a oportunidade de ser indicado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, para o Tribunal, já que ele também é oriundo do Ministério Público do Trabalho, para muita honra da instituição. Então, essas referências positivas.

E quero relembrar a ambos que eu, pessoalmente, tenho um apreço imenso pelos seus trabalhos, a mercê dos anos que atuei no Ministério do Trabalho – quatro anos – e, de fato pude apreender na prática o papel fundamental do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho como um todo.

E gostaria de submeter tão somente uma questão, para não me alongar, até fazendo eco ao que o Desembargador Amaury fez a referência. Tenho aqui, no Senado, em todas e todas as sabatinas feitas ao longo dos últimos seis anos, na área do Judiciário, quase uma obsessão, um mantra com referência à composição extrajudicial dos conflitos. Nós não podemos permitir que o Brasil continue nessa verdadeira sanha judicante em termos que número de processos, o que onera, inclusive muito, o custo-Brasil. Nós temos de tentar soluções extrajudiciais, como já temos feito. E fiz referência ao Desembargador Amaury. Aliás, a Justiça do Trabalho é precursora, porque quando foi criada, há 80 anos, ela já veio, desde o início, com o embrião da mediação. Então, por isso mesmo é que eu indago a ambos, de maneira muito célere, muito sucinta, como mais podemos caminhar nesse sentido?

Aliás, votamos aqui no Senado, recentemente, a nova Lei de Licitações, eu, a Senadora Soraya e a Senadora Simone, que também é professora de Direito Administrativo, e nós conseguimos votar ali uma cunha...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – ... naquele antigo princípio da indisponibilidade do interesse público, para a composição na área do Direito Público, muito mais importante, então, na área do Direito do Trabalho.

Então, exatamente, indago quais mais etapas de procedimentos temos de fazer para estimular e fomentar essa composição?

Cumprimentando e saudando a ambos, dando parabéns, tenho certeza de que serão aplaudidos e aprovados os futuros Ministros do Superior Tribunal do Trabalho.

Eu agradeço, Presidente, a oportunidade e a designação de V. Exa.. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Antonio Anastasia, Relator da matéria.

Senador Vanderlan, eu vou iniciar o mesmo procedimento. Nós temos aqui cinco Senadores inscritos. Eu vou identificar a lista dos titulares e vou chamando, de maneira muito sucinta, para não atrapalhar a manifestação dos Senadores e também a arguição que está sendo feita aqui na CCJ, mas vou pela lista dos titulares que eu vejo aqui presentes, vou entregando a cédula...

Ednaldo, a urna? A urna já está lá? Abra-a. (*Pausa.*)

Está aqui a urna.

Dr. Ednaldo, leve-a lá por gentileza, para a cabine de votação.

Vou conceder a palavra aos Senadores inscritos e vou, de maneira muito sucinta, solicitando que cada Senador venha pegar a cédula.

A cédula de votação está rubricada e nela estão os dois nomes dos dois indicados, na mesma cédula. Então, vota-se na mesma cédula para as duas indicações.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Dr. Amaury Rodrigues Pinto Junior, Dr. Alberto Bastos Balazeiro, nós sabemos que os requisitos para os senhores ocuparem um cargo como esse são notável e notório saber jurídico e reputação ilibada. Como bem disse o Relator, o Senador Vanderlan, o Relator de V. Exa., Dr. Amaury, ele veio perguntar para as pessoas de perto, não é? Então, em relação a V. Exa. é que passamos essa notícia e afiançamos o seu nome. E, em relação ao Dr. Alberto Balazeiro, uma das pessoas que afiançou o seu nome foi o próprio Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





Amaury e o Dr. Paulo Douglas, Procurador do Trabalho do nosso Mato Grosso do Sul. Então, o senhor está muito bem alicerçado nesse sentido. Quero lhe desejar sucesso. Que Deus abençoe a sua missão!

Em relação ao Dr. Amaury, eu gostaria também, primeiramente, de agradecer ao Presidente Jair Bolsonaro pela indicação do seu nome para desempenhar essa honrosa missão no Tribunal Superior do Trabalho. Nós, sul-mato-grossenses, conquanto o senhor seja paranaense, já o adotamos há muito tempo. Então, o Paraná perdeu um Ministro e nós é que nos orgulhamos de tê-lo aqui conosco neste momento e de tê-lo, se Deus quiser, como Ministro do TST.

Como nós já sabemos muito bem em relação ao notório e notável saber jurídico de V. Exas., e isso é aqui inquestionável, eu queria destacar o outro lado do Dr. Amaury, que é a vocação para o magistério.

Ontem, conversando com a minha mãe, ela me contou que teve despertado seu interesse pelo Direito do Trabalho quando foi sua aluna na graduação. Ela é mais velha do que V. Exa., mas é que V. Exa. começou muito novo, como a Senadora Simone Tebet, que também começou muito nova. Então, ela me disse que teve despertado seu interesse pelo Direito do Trabalho porque suas aulas eram muito dinâmicas, ativas e interessantes. Hoje ela é Analista do TRT da 24ª Região, assim como minha irmã. Então, minha mãe, Ilda Vieira Genoud, e minha irmã, Renata Vieira Genoud, são duas servidoras do TRT da 24ª Região que tiveram esse despertar com V. Exa.

Quero enaltecer aqui a presença da Dra. Izabella de Castro Ramos, sua companheira também de profissão – obrigada, Izabella, pela presença; parabéns pelo seu trabalho e por acompanhar o Dr. Amaury aqui. Quero enaltecer também a presença do Ministro Ives Gandra, que muito nos prestigia neste momento aqui, e dizer que os jurisdicionados estarão bem amparados com V. Exas. aqui atuando de uma forma mais abrangente.

Eu espero, Dr. Amaury, que aqueles que estão iniciando na seara, no estudo da ciência jurídica, possam continuar tendo V. Exa. como professor. Eu também fui sua aluna, por pouco tempo, na Ematra, porque tive que me mudar de Campo Grande, então não consegui terminar o curso. O senhor não vai lembrar, mas eu fui sua aluna e também, então, lá em casa, somos três alunas suas.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não fale isso. Pode parecer que faz muito tempo, que ele não vai lembrar; ele lembra, Senadora. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele começou muito jovem.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Foi um dia desses.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Um dia desses.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Foi um dia desses. Pronto.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, eu tenho aqui a honra de ter, na minha formação jurídica, o Dr. Amaury e a nossa própria colega Simone Tebet, também muito nova, que enveredou pela seara do magistério.

Então, nós não podemos perder a oportunidade...

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Temos a pronúncia de todas as idades aqui.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... professores como vocês, porque não é qualquer um que teve esse prestígio e esse privilégio. Então, eu me sinto muito privilegiada. Vai aqui o abraço da minha família toda.

Eu queria, gostaria de pedir aos nossos amigos, aos nossos Senadores, aos colegas: eu, Soraya, estou aqui para afiançar o seu nome e dizer que ninguém se arrependerá de lhe dar este voto de confiança.

Quero agradecer ao Relator pela excelente relatoria e terminar dizendo que toda autoridade – nós sabemos – vem de Deus e que eu tenho certeza que Deus já lhes concedeu muita sabedoria e vai conceder ainda muito mais sabedoria, o que nós precisamos no nosso País, principalmente neste momento tão difícil, em que precisamos reconstruir empresas, retomar o crescimento no sentido também de gerar empregos... Então, nós precisamos de um caminho de equilíbrio no nosso País em relação a proteger empregados e empregadores também – um depende do outro.

Então, nós confiamos muito no trabalho de vocês.

Que Deus os abençoe e muito obrigada pelo dia de hoje aqui e por essa honra de estar aqui hoje.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Marcos do Val.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Bem rápido, é só para mandar uma mensagem. A Desembargadora Ana Paula, do Espírito Santo, está aqui me intimando, mas está mandando um abraço e falando muito bem do senhor. O voto é garantido já.

Parabéns, parabéns pela carreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Próximo Senador: Senadora e Professora Simone Tebet.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu dei aula para criança no jardim de infância, Presidente, por favor. Falar que eu dei aula para a Senadora Soraya...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Foi a Senadora Soraya que falou.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vão achar aqui que eu estou no formol, por favor.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Excelente professora, excelente.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É uma queridíssima amiga.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ela tinha 15 anos, 14.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – E eu, 14. (*Risos.*)

Presidente, na sua pessoa, cumprimento os colegas Senadores e, na pessoa da queridíssima Senadora Soraya, cumprimento as demais Senadoras.

Gostaria, na pessoa dos sabatinados, Dr. Alberto Bastos Balazeiro e Dr. Amaury Rodrigues Pinto Junior, mui dignos, Procurador-Geral do Trabalho e Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul, de cumprimentar todas as autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permitam-me, na pessoa da Dra. Isabel, cumprimentar também o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho que se faz aqui presente, representando a nossa Presidente, o Dr. Ives Gandra.

É um prazer muito grande, uma emoção muito grande estar aqui hoje, Sr. Presidente.

Eu sempre costumo dizer que, em sabatinas, o aval principal não é o da sabatina feita no dia da CCJ. E, por mais importantes que sejam os brilhantes relatórios, que têm as tintas da razão, porque isso faz parte de um rito, do feitio do processo legislativo, na realidade, o aval já foi dado muito antes pela história de V. Exas. A história de vida profissional de V. Exas. os trouxe até aqui, história de competência, de ética, de trabalho. V. Exas. já foram sabatinados. Talvez esta seja a última das etapas, concluída agora com os relatórios do Senador Anastasia e do Senador Vanderlan.

Então, deixo aqui todo o meu desejo de sorte e sucesso. Que Deus possa abençoá-los!

Eu sei que a missão não é fácil, especialmente num momento como este, num momento de pandemia e pós-pandemia. O Dr. Amaury foi muito feliz quando disse que, praticamente, mais da metade da população economicamente ativa está fora do mercado de trabalho. Nós estamos falando de mais de 33 milhões de pessoas subutilizadas no País, nós estamos falando de 15 milhões de desempregados. Parece tão simples! São números, mas, por trás de cada número, há a vida de pessoas desalentadas, que já estão em 6 milhões, que desistiram de procurar emprego, porque se cansaram de ir atrás de uma placa escrita assim: "precisa-se de", porque eles vão encontrar uma outra placa: "não há vagas". É muito triste.

Eu me lembro, emocionada, porque estou aqui diante do Dr. Amaury, que faz parte, um pouco, da minha história de vida pessoal, Dr. Alberto, eu me lembro, já que estão falando tanto de faculdade, de que, no final da década de 80, início da década de 90, quando fui fazer faculdade no Rio de Janeiro, e eu ainda era menor de idade, aos 16 anos, eu pegava ônibus, passava pelo centro do Rio de Janeiro – eu, que vinha de um Estado pequeno, de uma cidade ainda pequena, como era a nossa querida Campo Grande naquela época – e via pessoas, famílias buscando comida na lata de lixo.

Aqui não vai nenhuma fala no sentido de apelar para o emocional de quem quer que seja, mas, exatamente, de trazer um pouco da razão, para que nós, no Congresso Nacional, e para que V. Exas., no Tribunal Superior do Trabalho, possam levar em conta, como disse aqui o Senador Anastasia e já o disse antes Rui Barbosa – e eu acho que é nesse sentido que o Senador Anastasia preza tanto por esse tema –, que justiça tardia não é justiça; é injustiça institucionalizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse aspecto, é preciso, sim, entender os novos tempos, é preciso entender que nós estamos na era da modernidade, que nós não podemos mais nos apegar a filigranas, que é necessário reinterpretar o texto constitucional à luz da razão, mas também à luz da emoção; que, por trás daquelas letras bonitas, existe uma quantidade imensa, milhões de brasileiros esperançosos, esperando que ela cumpra o seu dever de Carta Cidadã.

Então, que nós possamos, com o aval da Justiça, e esse é o papel do Congresso Nacional, desburocratizar, garantindo, óbvio, a segurança jurídica, garantindo sempre o princípio do contraditório, da ampla defesa, o devido processo legal. Não podemos mais ter uma Justiça que tarda e, por tardar, falha; e, por falhar, entra no descrédito perante a população mais humilde, que não entende de normas, que não entende de Constituição, só entende de barriga vazia. É disso que eles entendem hoje, é de saber que, no último dia do mês, eles não têm condições, eles têm que fazer uma opção muito cruel: pagar o aluguel ou colocar comida na mesa.

Então, sob esse aspecto, eu quero desejar aos senhores, a V. Exas., que estarão ali cumprindo uma missão muito importante na defesa não só do trabalhador, mas na defesa do Direito, olhando pelos dois lados, que V. Exas. possam também levar justiça a todos. Nesse aspecto, eu encerro. Eu não vou fazer perguntas.

Se me permitir. Dr. Alberto, eu preciso direcionar o agradecimento ao Dr. Amaury. Quando ele foi Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da primeira vez, em 2007 e 2008, ele concedeu à minha família o orgulho de ter uma placa com o nome do meu pai, levando o nome do Fórum Trabalhista de Campo Grande. Então, estar aqui neste momento, Dr. Amaury, podendo, de alguma forma, constar nos *Anais* desta Casa e desta Comissão, com a minha assinatura, dando o meu voto a V. Exa., quem faz esse voto não sou eu; quem faz esse voto é a minha família e, de alguma forma, meu saudoso pai, pela sua competência, pela sua sensibilidade, pela sua história de vida, mas também por reconhecer, naquele momento, a grandeza do trabalho do meu pai, que sempre, como homem da justiça, procurou honrar o Poder Judiciário, tendo também, de alguma forma, uma história muito próxima ao Desembargador, hoje Ministro Ives Gandra.

Então, fica aqui a minha homenagem e fica aqui o meu depoimento, que é um depoimento movido não só pela razão, mas pela emoção do momento, que é um momento que não só nos comove, mas também nos indigna diante de tudo que estamos presenciando neste momento triste da quadra brasileira.

Muito obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet, pelas palavras também em relação aos nossos indicados, sabatinados aqui na CCJ.

Antes de passar a palavra para o Senador Fabiano Contarato, que está inscrito, eu vou fazer o que eu fiz ainda há pouco, porque eu vi que já concluiu a presença de todos que estão aqui na CCJ da titularidade da Comissão. Para a gente aproveitar a presença dos suplentes que estão aqui, eu vou fazer a chamada regimental dos titulares e reafirmo novamente que, caso chegue um titular cujo suplente já tenha votado, o titular não vai mais poder votar.

Pelo MDB, Eduardo Braga; Renan Calheiros; Simone Tebet já votou; Fernando Bezerra Coelho já votou; Rose de Freitas; Mecias de Jesus; Esperidião Amin já votou; Ciro Nogueira já votou; Plínio Valério já votou; Tasso Jereissati; Jorge Kajuru; Oriovisto Guimarães; Marcos do Val já votou; Soraya Thronicke já votou.

Então, neste bloco eu convido o Senador Giordano para exercer, como suplente, o direito de voto. (*Pausa*.)

No bloco do MDB, convido o Senador Veneziano, Vice-Presidente, para exercer o direito de voto. (*Pausa*.)

Senador Anastasia já votou; Senador Lucas Barreto já votou...

Senador Omar Aziz?

Senador Vanderlan Cardoso já votou.

Neste bloco, eu convido o Senador Otto Alencar para votar. (*Pausa*.)

Senador Davi Alcolumbre – já votei.

Senador Marcos Rogério?

Senador Jorginho Mello?

Senador Paulo Paim já votou?

Senador Telmário Mota?

Senador Rogério Carvalho já votou.

Senadora Eliziane Gama?

Senador Weverton?

Senador Fabiano Contarato já votou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse bloco, eu convido o suplente, Senador Cid Gomes, para exercer o direito de voto.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar os dois que estão sendo alçados aos cargos de ministros do TST e quero deixar claro para vocês que é com muita satisfação que estou fazendo parte hoje desta sabatina para falar da minha admiração pela Justiça do Trabalho. Quando eu vejo Parlamentares fazendo movimentos para pensar em acabar com a Justiça do Trabalho, podem ter certeza de que, aqui no Senado, vocês terão um Senador que estará sempre na defesa intransigente dessa Justiça, que talvez, dentre todas do Poder Judiciário, é a Justiça que mais tem o olhar para o hipossuficiente, é a Justiça que não sabe olhar o salário como aquilo que, infelizmente, já foi provado do trabalho intermitente, porque vocês sabem ser humanizadores, humanizar a dor, ter a empatia de se colocar na dor do outro. Eu acho que isso é muito forte e talvez por isso eu tenha essa predileção com a Justiça do Trabalho porque, quando nós falamos em acolher o trabalhador na sua amplitude, dentro de um momento em que passamos pelo sistema de uberização nas relações trabalhistas, é necessário que a Justiça do Trabalho seja altiva, é necessário que vocês cumpram o mandamento constitucional de entender qual é o caráter do salário de um trabalhador, que não é simplesmente pagar por aquele trabalho, mas ele tem uma função social muito mais ampla. Eu falo porque, no meu curso de Direito, eu estagiei no sindicato e ali eu via juízes do trabalho, Ministério Público do Trabalho, aguerridos na defesa desse Direito do Trabalho tão discriminado, muitas vezes, e discriminado muitas vezes pelo próprio Legislativo.

Quero fazer uma saudação especial ao Professor Ives Gandra. Ele não me conhece, mas nós o conhecemos e ele muito dignifica a missão de ser docente dos juristas brasileiros. Eu optei por ser professor de Direito Penal e Processo Penal num Estado em que se criminaliza a pobreza, num Estado em que se julgam as pessoas pela cor da pele, num Estado em que se trata de forma diferente o gênero. Sabemos que apenas a premissa constitucional, desde o dia 5 de outubro de 1988, diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, mas nós aprovamos recentemente projeto que determina igualdade salarial, se se desempenha a mesma função, e está havendo uma resistência enorme. Em pleno século XXI, estamos nos debruçando sobre isso.

E eu queria aqui, mais uma vez, fazer esse elogio publicamente e também falar do meu querido Espírito Santo. No meu querido Estado do Espírito Santo, no TRT, existem desembargadores que são extremamente humanizados. Eu tenho orgulho de falar da atual Presidente, Desembargadora Ana Paula Tauceda Branco, do que já foi, Marcello Maciel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





Mancilha, de todos que estão lá. Eu seria injusto se não falasse deles, mas é porque tenho e sempre tive um carinho e uma deferência muito grande.

E aqui eu quero, mais uma vez, deixar claro para vocês que esta Casa também tem que fazer seu mea-culpa, porque nós viemos de uma reforma trabalhista em 2017 – eu nem sonhava em ser político, eu assumi o meu primeiro mandato em 2019 –, que vilipendiou com a CLT. Foi ali que se estabeleceu o trabalho intermitente; foi ali que se terceirizou a atividade-fim; foi ali que se estabeleceu que mulheres grávidas e lactantes trabalhassem em ambiente insalubre e, se não fosse o Supremo Tribunal Federal, como guardião da espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição Federal, declarar inconstitucionalidade, essas mulheres estariam trabalhando em ambientes, em locais insalubres; foi ali que se estabeleceu que a homologação da rescisão de contrato de trabalho, que antes era feita pela Delegacia Regional do Trabalho ou pelo sindicato, passasse a ser feita pelo empregador. É colocar a galinha para a raposa tomar conta.

Nós temos que ver isso, porque a relação de força é totalmente desproporcional e, mais uma vez, quem sofreu com isso foi o trabalhador, mas não podemos deixar de falar que, lá na reforma trabalhista, houve a digital do Senado Federal. E isso é necessário dizer sistematicamente.

Depois, vem este outro discurso: agora, vamos continuar alavancando a economia, gerando emprego e renda. Então, mais uma vez, esse foi o discurso lá em 2017, que só fez aumentar o abismo entre os milhões de pobres e a concentração de riqueza na mão de tão poucos, precarizando a relação trabalhista, 60 milhões de brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza, 25 milhões de desempregados e subutilizados.

Aí, veio a reforma da previdência. Mais uma vez, nós Senadores aprovamos a reforma da previdência, com o mesmo discurso: vamos alavancar a economia, gerar emprego e renda. Mais uma vez, quem está pagando é o trabalhador. Então, eu faço esse desabafo aqui, porque esta Casa de leis tem a sua coautoria ou codelinquência no que tange a esse vilipêndio desses direitos, para mim sagrados, expressos na Constituição Federal e na nossa tão almejada Consolidação das Leis do Trabalho, que foi aviltada.

Nesse sentido, eu quero fazer alguns questionamentos – serei breve –, por favor.

Temos visto, nos últimos anos, reformas profundas na legislação trabalhista, muitos casos na reforma trabalhista de 2017, enfim. Como V. Exas. avaliam as alterações recentes na legislação trabalhista que reduziram a proteção aos trabalhadores, especialmente em relação ao acesso à prestação jurisdicional?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo questionamento: a discussão sobre o vínculo entre plataformas digitais – e aí, para ser mais claro, uberização – e os trabalhadores cadastrados pautará a Justiça do Trabalho nos próximos anos. Qual é a visão de V. Exas. sobre esse tema? Qual é o papel do TST na potencial precarização das relações do trabalho?

Terceiro questionamento: V. Exas. consideram... Eu tenho observado – e aí com toda a humildade, porque não é minha área, a trabalhista – que o Supremo Tribunal Federal tem operado um verdadeiro esvaziamento da competência da Justiça do Trabalho. Então, V. Exas. consideram que a competência da Justiça do Trabalho tem sido limitada por decisões recentes do STF, como no caso das ações sobre complementações de benefícios previdenciários (Recurso Extraordinário 1.265.549), dos transportes rodoviários de cargas (Recurso Extraordinário 606.003), e dos serviços estatutários (Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.395)? São necessários aperfeiçoamentos legislativos quanto à competência da Justiça do Trabalho? E, se for, eu me coloco à disposição para aqui apresentar aquilo que for melhor para efetivar isso.

Quarto e último, para não me alongar. A pandemia alterou profundamente as relações de trabalho e as atividades econômicas das empresas. Sabemos a importância da vacinação para a volta à normalidade e às atividades presenciais. Considerando que é dever do empregador manter as condições sanitárias do local de trabalho e que a Constituição Federal, no art. 7º, item XXII, garante, como direito dos trabalhadores, a – aspas – "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança" – fecha aspas –, V. Exas. consideram possível que o empregado que recuse a vacina seja demitido por justa causa?

Sr. Presidente, muito obrigado.

Espero que V. Exas. me respondam de forma didática esses questionamentos.

Mais uma vez, quero parabenizá-los e, desde já, contem, obviamente, com o meu voto "sim" na aprovação de ambos. Eu tenho certeza de que ambos dignificarão em muito a honrada classe dos juízes trabalhistas, da magistratura do Direito do Trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Fabiano Contarato.

Dando sequência à lista de inscritos, convido para sua indagação o eminente Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião, a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está ligado.

Eu quero me valer desta oportunidade para, em primeiro lugar, homenagear a carreira que cada um dos senhores nossos sabatinados conseguiu cumprir até aqui e ressaltar que, na entrevista que tivemos hoje pela manhã, alternadamente com um e com outro, fiz questão de salientar o profundo respeito à carreira de cada um e também. Concordo com o Senador Fabiano Contarato quanto à relevância da Justiça do Trabalho até porque, no próprio Novo Testamento – e o nosso patrono dos indicados, o prezado Ministro Ives Gandra, sabe mais do que eu sobre isto –, não foram poucas as menções e parábolas à relação de trabalho, uma relação de trabalho naturalmente de 2 mil anos atrás.

Eu creio que é de suma importância que nós nos atualizemos, institucional e funcionalmente, na questão deste novo mundo de trabalho que nós temos, tanto no aspecto da mencionada uberização ou precarização do trabalho, que se debate no mundo inteiro... Uberização virou sinônimo de precarização na linguagem jurídica e popular, mas também em algo que foi muito dinamizado pela pandemia que é o trabalho remoto. E muitas dessas práticas, Senador Veneziano, vieram para ficar. Só como um exemplo, faça aqui cada um de nós a sua avaliação pessoal: quantas consultas médicas presenciais cada um de nós teve e quantas remotas nós tivemos nesses 15 meses? Garanto que o placar é 4 a 1, na média, em favor da remota, ou seja, veio para ficar, e a telemedicina também veio para ficar. Há um complemento da relação humana com o recurso tecnológico.

Em face disso, eu vejo com muita satisfação que ambos têm a percepção dessa modernidade, que foi avassaladoramente ampliada pela pandemia.

E, na esperança de que os senhores possam ajudar a Justiça do Trabalho a seguir esse caminho e nos ajudar também a aprimorar a legislação, é que eu já votei e, ainda que não possa, claro que votei a favor da indicação de ambos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Esperidião Amin.

Está encerrada a lista de inscritos, mas o Senador Vanderlan Cardoso, Relator, teve de se ausentar e me incumbiu de apresentar duas indagações, uma para cada um. Então, se me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitem, eu vou lê-las rapidamente, são pequenas, e uma delas, inclusive, coincide com a minha.

A primeira dirige-se ao Procurador-Geral Dr. Balazeiro: "Sabendo que o nosso Poder Judiciário está abarrotado de processos, qual é a sua opinião sobre o emprego dos métodos autocompositivos, como a conciliação e a mediação, como forma de agilizar soluções e litígios na Justiça do Trabalho?"

É o mesmo objeto da indagação que fiz.

E a questão ao Desembargador Amaury: "Sabendo que a Justiça do Trabalho tem como principal característica o protecionismo ao trabalhador, como V. Exa. enxerga a necessidade de equilíbrio nas relações de capital e trabalho, sabendo que não existe emprego e empregado sem a figura do empregador? Como V. Exa. enxerga a figura do empresário nos litígios de natureza individual e coletiva?"

Indagações que ele faz a ambos, pedindo escusas por não fazê-las pessoalmente por estar em uma agenda aqui mesmo no Senado, uma agenda municipal.

Então, dando sequência à nossa sabatina, eu passo a palavra ao Procurador-Geral Dr. Alberto Balazeiro, para responder às indagações que lhe foram formuladas e, logo depois, ao eminente Desembargador Amaury Rodrigues.

**O SR. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO** (Para expor.) – Muitíssimo obrigado, estimado Senador Anastasia.

Inicialmente eu queria agradecer a V. Exa. pela gentileza do relatório e das menções que foram feitas, produto da bondade de V. Exa. como nosso professor de Direito Constitucional e Direito Administrativo. Queria agradecer a V. Exa. e aos colegas de Minas também, Arlélio e Maria Amélia, por toda a extrema gentileza e pela relatoria de V. Exa., que muito me honra.

A temática que V. Exa. me indaga e que também foi indagação do Senador Vanderlan é uma temática que é muito cara: a questão da conciliação e do reforço do papel da Justiça do Trabalho e das instituições trabalhistas como um todo, no sentido de conduzirem as soluções consensuadas, as soluções mediadas. Eu até recentemente acompanhei projeto de autoria de V. Exa. relacionado às concessionárias, buscando a instituição de comissões de conciliação nas concessionárias previamente ao ajuizamento das ações.

Então, queria saudar, inicialmente, essa iniciativa de V. Exa., que tem um grande peso, até porque todos nós que vivenciamos a questão das concessionárias identificamos que é uma solução muito mais rápida que evita a judicialização excessiva. Dentro da instituição do Ministério Público do Trabalho, inicialmente, nós buscamos instituir os chamados Nupias, à luz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da existência na Justiça do Trabalho dos Cejuscs, quer dizer, os centros pré-processuais de conciliação, que buscam fazer conciliações de diversos temas da área dos conflitos trabalhistas, evitando também a judicialização e soluções que já são até históricas e relacionadas aos conflitos coletivos, e também estender um pouco o próprio conflito individual do trabalho, evitando a judicialização.

No âmbito do Covid, nós instituímos um GT que pôde trabalhar exatamente com essas soluções e que deu uma saída muito grande em relação ao tema. Eu me recordo aqui de soluções, como, nas greves de rodoviários em Pernambuco, a difícil tarefa de negociar com redução de salários, em meio a uma parada na pandemia, conduziu a que se evitassem inúmeras demissões; eu me lembro da atuação da 6ª Região. Também me recordo, no próprio núcleo pré-processual do Tribunal Superior do Trabalho, sob a condução de S. Exa. o Vice-Presidente do tribunal, o Ministro Vieira de Mello, a questão das companhias aéreas, que foi algo, Ministro Ives, muito, muito complexo, por conta da parada da atividade das companhias na pandemia, em que também, com a conciliação, se evitaram as demissões e, ao mesmo tempo, se conferiu até estabilidade aos empregados que aderissem a essa formatação de redução de salários durante o período, Senador Contarato, em que havia a parada completa da atividade, quer dizer, assim como garantiu a manutenção da renda.

Particularmente eu entendo, por essas experiências que eu relato, que o futuro do Poder Judiciário passa muito por aspectos conciliatórios e, inclusive, antes da formação do litígio, tanto pelo aspecto da própria economia da máquina, que é um peso, como pela pacificação social que produz muito mais contingente do que a decisão em si, que é um ato de força emanado ainda que do Poder Judiciário, do poder legalmente conferido, mas é ato de força. Então, eu acho que a papel nosso é fortalecer esses institutos, a mediação, a conciliação pré-processual e, a partir daí, ir estimulando que haja uma redução da judicialização. Campanhas têm sido feitas nesse sentido, tanto na fase de conhecimento, como na fase de execução, e os resultados têm sido expressivos. A própria dicção dos termos de ajuste de conduta celebrados pelo Ministério Público do Trabalho também traduz isso de fazer um ajustamento para evitar o ajuizamento de uma ação e de uma contenda.

Dando sequência às indagações, apenas cumprimento a Senadora Soraya, por, gentilmente, aludir aos queridos colegas, ao colega Paulo Douglas, colega muito querido de atuação, que é um colega que tem uma história conosco, inclusive na Comissão Legislativa aqui no Congresso Nacional, agradeço a V. Exa. muito pela menção; à Senadora Simone Tebet também, que trouxe a importância da necessidade de formalização dos vínculos de emprego, do trabalho da desburocratização. Entendo, Senadora, que o aspecto da desburocratização passa muito pelo futuro do mundo do trabalho. Todos nós vivemos a questão do eSocial e quão importante foi o eSocial, inclusive como banco de dados para as instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, nós formamos convênio com o próprio Ministério da Economia para ter acesso direto a essas formulações, às construções do banco de dados. É impressionante o nível de informações que você obtém, e esse nível de informações a partir da desburocratização. A própria chamada Lei da Liberdade Econômica trouxe a carteira de trabalho digital, algo também importante. Eu entendo que a desburocratização é um dos caminhos para se reduzir custo trabalhista sem necessariamente avançar em debates sobre direitos. Então, é uma temática que eu acho que o Congresso Nacional...

O Senador Fabiano me perguntou sobre sugestões, a desburocratização é um tema em que poderia se avançar, sem avançar em direitos, mas podendo avançar em redução de custos que atenderia aos dois lados da relação, fugindo desse falso antagonismo. É algo também que nos preocupa muito: a questão da formalização dos vínculos e da redução de postos.

Em paralelo, até porque é um tema, Senadora, que é muito caro também a nós, a questão da aprendizagem ajuda muito na questão da formalização. Por quê? Ainda hoje eu vi uma matéria sobre a questão da indústria, o desafio, Senador, da indústria de formar mão de obra. São 300 mil postos necessários e pouca qualificação para esses postos. Então, a aprendizagem se abre como uma porta para que você tenha uma formação profissional e não gere precarização, que é o que todos nós aqui combatemos.

Em relação às indagações do Senador Contarato, queria inicialmente aludir à reforma trabalhista. São três anos de reforma trabalhista, basicamente, Senador – aquelas três leis principais: a 13.429, a 13.467, que é mais conhecida, e a 13.874, que é a chamada Lei da Liberdade Econômica. São três anos de uma realidade de uma lei, uma lei que modificou não menos que cem artigos da CLT. Então, é uma alteração que passa pelo direito material, direito processual e direito coletivo. Nesse período, fomos assolados por essa pandemia, então, a gente tem um cenário ainda que permite pouco grau de avaliação em relação à própria aplicação.

No Supremo Tribunal Federal, V. Exa. aludiu, são trinta e quatro ações diretas de inconstitucionalidade e quatro ações diretas de constitucionalidade, quer dizer, ainda há uma temática sendo aos poucos solucionada. Em que pese 19 delas tratarem da questão da contribuição já solucionada, mas ainda há um caminhar. Alguns pontos como a questão a que V. Exa. aludiu, que é um ponto que eu iria trazer, a questão do trabalho da gestante, lactante em condições insalubres, o Supremo Tribunal Federal fez o devido corte na matéria, tratou da matéria e deixou essa questão solucionada. Mas sobre a temática a reforma, mesmo tendo três anos, ainda estamos numa fase, principalmente, em razão da questão da pandemia. O fenômeno da uberização é tratado aqui, é um fenômeno muito complexo, como a questão da indústria 4.0, a forma como as relações de emprego estão se dando modernamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive a oportunidade de conversar com V. Exa., aqui no Parlamento, sobre um projeto importante. Existem três projetos centrais aqui que tratam dessa matéria e que são projetos que têm diversas abordagens, diversas temáticas. Algo que me parece muito claro, que todos concordam, acho que é a tônica de todos projetos, Senador Anastasia, é a questão da garantia de condições mínimas de saúde e segurança. Pude conversar com V. Exa. e com a Deputada Tabata, à época, da necessidade da garantia dessas condições mínimas de saúde e segurança. Evidentemente, é uma matéria que tem os contornos da concretude do caso da primazia da realidade, do caso concreto, mas que o espaço do Parlamento nessa temática se afigura essencial, inclusive para assegurar a riqueza desse debate e as condições mínimas de saúde e segurança a que aludo.

V. Exa. citou algumas decisões do Supremo sobre a questão da competência da Justiça do Trabalho. A Emenda Constitucional 45 trouxe uma gama maior de matérias. Já de início, a própria Adin 3.395 limitou a questão do servidor público, que foi uma matéria muito debatida à época e trouxe alguns debates, inclusive, relacionados à questão do chamado Reda, porque alguns Estados têm uma formatação diferente, mas isso é algo que nos preocupa também porque são meios de contratação que também oneram o Poder Público e, às vezes, sem a devida estabilização do servidor público e da qualidade dos serviços prestados – sem falar na questão da precarização. Recentemente, sobre a decisão que o senhor citou do transportador autônomo de cargas, eu somo, acresceria, a decisão relacionada à questão do representante comercial também. Eu acho que são matérias que, aos poucos, o TST e o Supremo vão debatendo para encontrar caminhos de preservar o que foi conquistado pela Emenda Constitucional 45. Há debates ainda na Casa em relação a essa questão penal também, atribuição penal, dos crimes correlatos ao mundo do trabalho.

Ao Senador Esperidião Amin também agradeço a gentileza de nos atender hoje pela manhã, tratando da temática do trabalho remoto, do *home office,* que é uma temática... A própria reforma trabalhista, a Lei 13.467, tratou da questão do trabalho remoto, do teletrabalho, e, na sequência, veio a pandemia. Alguns dispositivos da Lei 13.467, de fato, foram prejudicados pela pandemia porque tratavam de um teletrabalho em condição diferente – por exemplo, a questão do estabelecimento por contrato em comum acordo. No momento em que houve a pandemia, todos foram colocados na contingência do teletrabalho – a preservação de saúde e a segurança –, e essa contingência não permitiu que houvesse uma devida cobrança desse tipo de matéria. Mas temas novos surgirão, Senador Amin, como a questão da etiqueta digital, a questão da limitação de jornada, a questão do acesso à privacidade, os meios de formatação da própria... Computadores, mesas, ergonomia. Tudo isso deve avançar, e o espaço, mais uma vez, do Parlamento será muito importante, somando-se ao que foi construído no período da reforma. Digo a V. Exa. que algumas convenções coletivas de trabalho já estão tratando especificamente até da questão do trabalho remoto e do *home office*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-me à disposição de V. Exa.. Verifique se a alguma questão eu não respondi aqui, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Dr. Balazeiro.

Eu vou passar a palavra agora ao Dr. Amaury.

**O SR. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR** (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu, em relação às manifestações, gostaria de fazer um... Quero dizer que eu sou privilegiado, na verdade, porque eu tenho duas Senadoras de Mato Grosso do Sul aqui nesta Comissão de Constituição e Justiça, e, acima de tudo, duas Senadoras que são também amigas. A Senadora Soraya falou que eu sou sul-mato-grossense. Eu sou, não é? Eu sou paranaense também porque eu amo o meu Paraná – eu sou torcedor do Coritiba, que está na Série B, mas está bom –, mas eu sou sul-mato-grossense de coração. Eu estou em Mato Grosso do Sul desde 1989. Eu tomei posse na magistratura e fui para Mato Grosso do Sul, e amo Campo Grande, acho Campo Grande uma cidade maravilhosa. Fui Juiz em Mundo Novo, quer dizer, eu conheço o interior do Estado também; trabalhei em Dourados, trabalhei em Jardim, trabalhei em Corumbá.

Então, assim, eu conheço o Mato Grosso do Sul e realmente sou um representante sul-mato-grossense, mas eu gostaria de dizer, primeiro, que eu me lembro da Senadora Soraya. Essa simpatia não pode ser esquecida, da Dona Hilda. Então, tive a alegria de poder trocar algumas ideias, porque, na verdade, um professor troca ideias, ele não vem dizer o que é certo e o que é errado. Ele traça algumas pontes, que são básicas, e o aluno raciocina, aprende a raciocinar, a trabalhar nessa questão de raciocínio, não é? É importante. Então, eu tive a alegria e agradeço muito a sua referência.

Em relação à Senadora Simone, eu tive a alegria de ser o presidente, mas a escolha do Senador Ramez Tebet para o nosso fórum foi uma escolha colegiada e mais do que merecida. O Senador... Eu mesmo tive a oportunidade, a alegria de tratar com o Senador Ramez Tebet. E ele ajudou muito o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. O tribunal foi instalado em 1993, e o Senador Ramez Tebet foi importantíssimo. Então, houve a homenagem, o Fórum Trabalhista de Campo Grande hoje é Senador Ramez Tebet, e é algo mais do que merecido, não há o que agradecer. Na verdade, nós é que agradecemos, foi a forma que tivemos de agradecer ao Senador por tudo que ele fez pelo Mato Grosso do Sul e, principalmente, pela Justiça do Trabalho.

Então, para mim é uma alegria. Agradeço muito as referências, as homenagens. E eu me sinto, como eu disse, privilegiado, porque Mato Grosso do Sul está muito bem representado aqui nesta egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer uma referência rápida, pois o Senador Antônio Anastasia tocou na questão da composição extrajudicial, a pergunta do Senador Vanderlan também. Acho muito importante. A Justiça do Trabalho cada vez mais tem atuado nessa questão da composição extrajudicial e, vejam, principalmente no âmbito coletivo, caro colega Alberto, a mediação extrajudicial se mostra maravilhosa e se mostra excepcional.

Eu, como Vice-Presidente, ainda no começo da pandemia era o mediador, eu fazia autocomposição no âmbito coletivo, no segundo grau de jurisdição. E aconteceu algo interessante, que vou narrar a V. Exas.: bem no começo da pandemia, eu tive que fazer uma mediação com todas as entidades hospitalares de Mato Grosso do Sul, capital e interior. Por quê? Porque os hospitais estavam vazios e eles precisavam negociar com os trabalhadores a questão, porque eles não queriam demitir. Eles não queriam demitir, mas eles também não poderiam manter um corpo de servidores sem a função, sem exercer, sem a entrada de renda. Então, sindicato dos enfermeiros, sindicato dos médicos, sindicato dos trabalhadores nos hospitais e as entidades hospitalares vieram à Justiça do Trabalho, e nós fizemos conciliação em toda a época da pandemia, essa parte inicial, aproveitando a legislação própria em negociações que evitaram demissões naquela época.

Não sei se V. Exas. se recordam, no começo, ninguém queria ir para hospital, tinha medo de ir para hospital. Então, os hospitais esvaziaram, não tiveram... E, depois, foi o contrário; os hospitais superlotaram, os trabalhadores tinham de cumprir até mais do que o horário normal e, novamente, a negociação se fez necessária. Então, a negociação... E, olha, a negociação extrajudicial evita judicialização, evita abarrotar a Justiça do Trabalho.

A Justiça do Trabalho desempenha um papel fundamental, um papel importantíssimo, mas, se ela ficar abarrotada, acontece o que a nossa Senadora Simone destacou, a demora, que é uma injustiça institucionalizada. Nós não podemos trazer à Justiça do Trabalho como uma solução para tudo; ela é importantíssima e vai ser cada vez mais importante se ela for bem utilizada. Então nós temos... E eu me deparo... A Juíza Izabella ali se depara, na primeira instância, com ações trabalhistas de pessoas que trabalharam dois dias, que trabalharam três dias. Isso poderia ser objeto de negociação, de conversa, e se evitar uma ação por algo que a gente poderia resolver perfeitamente no âmbito da conciliação.

Agora, é preciso haver garantias. Isso é importante. Primeiro, nós estamos treinando mediadores, nós estamos fazendo treinamento de servidores para serem mediadores; os juízes estão treinando também para fazer a mediação. E nada impede que essa mediação seja feita até fora da Justiça do Trabalho, mas com as garantias necessárias para evitar fraude. Por quê? Porque é claro que essa é uma preocupação da Justiça. A Justiça não é contra a conciliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extrajudicial, a Justiça não é contra a mediação; a Justiça tem a preocupação de que não existam fraudes que tragam prejuízos ao trabalhador hipossuficiente.

E aqui vou colocar mais uma questão que foi levantada pelo Senador Fabiano Contarato, que diz respeito à Justiça do Trabalho ser uma Justiça protetiva. Eu sempre digo nas aulas – V. Exa. falou do magistério –, eu sempre digo para os advogados... Nós conversamos com os advogados, e eu digo: "O juiz do Trabalho é imparcial; a Justiça do Trabalho, a rigor, não é protetiva; quem é protetiva é a legislação". O juiz tem que aplicar a lei. Se o juiz aplica uma lei que é protetiva, Sr. Presidente, ele vai ter que atender o fim daquela lei, o objetivo daquela lei. O juiz, por si, tem que ser imparcial; ele precisa ser imparcial, porque nós... Eu tenho 32 anos de magistratura, eu trabalhei – deixe-me contar aqui –, com certeza, mais de 15 anos na primeira instância, fazendo audiências, e eu sei que há bons empregadores e maus empregadores; bons reclamantes e maus reclamantes. O juiz tem essa experiência. E, graças a Deus, que é assim.

Então, na verdade, na Justiça do Trabalho, o juiz é imparcial, o juiz precisa... Agora, ele aplica uma legislação que é protetiva, que vê no trabalhador o hipossuficiente e estabelece critérios de proteção da hipossuficiência. E aí o juiz, porque prometeu cumprir a lei e a Constituição, precisa trabalhar com essa lei protetiva, protegendo.

Então, essa é a nossa preocupação com a questão da conciliação extrajudicial. Não há nenhuma oposição da Justiça do Trabalho, agora, nós temos preocupações com as garantias contra fraudes, contra algo mal feito, mas a Justiça do Trabalho tem contribuído, tem aumentado, e eu acho que o Poder Legislativo tem grande função em relação a isso.

Em relação à pergunta do Senador Fabiano – e o Senador Fabiano disse que iria continuar assistindo lá do gabinete dele –, ele me pediu expressamente para que eu responda a questão do empregado que se recusa a receber uma vacina, se ele está sujeito a ser dispensado com justa causa. E a minha resposta só pode ser "não", porque ninguém pode ser obrigado a tomar vacina, porque é um direito, até a incolumidade física. Como é que eu posso ser obrigado a tomar uma vacina?

Então, assim, não me parece que reste qualquer dúvida de que o trabalhador tem o direito de ser vacinado, mas ele também tem o direito de dizer "não, eu tenho medo, eu não quero ser injetado por alguma coisa em que eu não acredite". Então, assim, me parece que o caso jamais... Claro que o empregador tem o dever e a responsabilidade de manter um ambiente saudável. E aí, nesse sentido, nós vamos trabalhar com essa questão dos perigos da Covid.

Então, o empregador proporciona... Olha, o Senado: o Senado está funcionando aqui, hoje, mas está funcionando com separações, obrigada a utilização de máscara – perfeito –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diminui o número, os espaços de proximidade. O empregador vai ter que fazer isso também; é essa a responsabilidade dele, proteger o trabalhador. Agora, o direito do trabalhador de ser vacinado ou de recursar a vacina é sagrado, é constitucional, e isso não pode importar, então, em dispensa com justa causa ou mesmo em advertência, em nenhuma penalidade, porque é um direito do cidadão, um direito como cidadão – não é nem como empregado, é como cidadão.

Em relação à questão das plataformas digitais, que também foi levantada pelo Senador Fabiano Contarato, a primeira pergunta foi: como é que o TST vai atuar nessa questão? E eu digo para vocês que a experiência mostra que o TST vai demorar para atuar nessa questão. Por quê? Porque passa por instâncias, é a primeira instância. Nós temos aqui algumas sentenças reconhecendo o vínculo de emprego em situação das plataformas digitais, outras negando; nós já temos decisões de tribunais regionais reconhecendo ou negando, mas o Tribunal Superior do Trabalho ainda não, e eu acredito que ainda leve um tempo para apreciar essa questão, e aí eu acho que é importante a atuação do Poder Legislativo. Por quê? Porque, de fato, a situação da uberização é realmente delicada.

Vejam só, eu não tenho ocupação, eu não tenho um emprego; eu vou usar o meu carro para tentar receber... Quer dizer, é uma hipossuficiência, não tenha dúvida. É uma situação de carência, porque, se você não tiver necessidade, você não vai passar dias... Às vezes, o motorista do Uber fica até dez, onze horas da noite, às vezes atravessa a noite. Ele não vai fazer isso se não precisar. Mas, se é vínculo de emprego ou se não é vínculo de emprego, é uma questão muito difícil, é ainda algo a ser debatido nas instituições.

Mas esse motorista de Uber precisa de proteção, e essa proteção vem de uma regulamentação, porque, se houver uma legislação tratando especificamente, reconhecendo o vínculo ou não, pode dizer... Ou pode-se dizer que não tem, mas que tem esses direitos; o dono da plataforma digital tem que respeitar esse, esse e esse direito. A partir daí, esse trabalhador vai estar mais protegido, me parece, porque, se não, ele vai ficar dependendo de decisões pontuais e, vejam, a Justiça do Trabalho depende de prova. Então, em algum caso, vai reconhecer um vínculo, em outro não vai reconhecer. É uma situação de insegurança jurídica.

Então, ao meu juízo, carece que a Justiça do Trabalho, carece que o Poder Legislativo, que o Congresso Nacional pense na questão da uberização e dos direitos que eventualmente um motorista de Uber possa vir a ter. E, olha, eu não estou dizendo para reconhecer vínculo, eu estou dizendo que é preciso estabelecer um mínimo de proteção para esses trabalhadores, porque eles são trabalhadores. Então, se o Congresso reconhecer que ali há vínculo de emprego... Ele pode vir com essa colocação. Há direitos semelhantes advindos do vínculo de emprego. Vocês podem ter certeza de que as empresas de plataforma digital trabalharão com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa história, trabalharão com essa situação, mas isso proporcionará segurança jurídica, e isso é importante, isso é importante no ambiente brasileiro: segurança jurídica.

O que eu temo... "Eu não sei se eu vou ser condenado ou se eu vou ser absolvido", esse que é o problema. "Eu não sei, pode ser que eu ganhe na Justiça, pode ser que eu perca." Isso é problemático, isso é complicado. Então, eu penso que carece de uma legislação que estabeleça mais claramente os direitos que possam ter motoristas de Uber.

Essa plataforma digital veio para ficar e, aí, eu chego na observação do Senador Esperidião Amin, na modernidade resultante da pandemia e nas mudanças que vieram para ficar. E, aí, eu digo a V. Exas. que tudo tem seu lado bom e tudo tem seu lado ruim. A pandemia trouxe morte, trouxe tristeza, trouxe desemprego, trouxe redução da atividade produtiva, mas ela também trouxe a modernização, também trouxe essa oportunidade de mudar situações que nós não vamos...

Eu vou dar um exemplo: sessões no Tribunal Regional do Trabalho. Eu falo no tribunal, mas eu já estou assistindo às sessões do Tribunal Superior do Trabalho que são telepresenciais, e os advogados, que tinham que sair, Senadora – muito obrigado –, os advogados que tinham que sair...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dr. Amaury, eu não sei quantas perguntas ainda tem...

**O SR. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR** – Não, é esta.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É porque o Presidente Otto Alencar, Presidente da CAE, quer iniciar...

**O SR. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... a sessão da CAE aqui no mesmo plenário.

**O SR. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR** – Perfeito.

Só, então, concluindo: as sessões extrapresenciais, as sessões virtuais que nós realizamos permitem que o advogado, que antes precisava se deslocar lá de Minas Gerais para fazer audiência em Campo Grande, para fazer uma sessão em Campo Grande, participe telepresencialmente. Os custos do próprio Poder Judiciário diminuíram muito. A quantidade de despesas com diárias e passagens praticamente desapareceu.

Então, o Senador Esperidião Amin muito bem lembrou essa modernização e essas mudanças que vieram para ficar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, desculpa o excesso aqui de abordagem, mas eu agradeço imensamente a atenção de V. Exas. e cumprimento os Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dr. Amaury, eu queria até, em nome da Comissão, exaltar a sua fala aqui. Se a gente não tivesse mais a outra Comissão que precisa sabatinar outras autoridades nesta semana de esforço concentrado, eu estava muito entusiasmado com a sua fala, com a do Dr. Balazeiro. De fato, o senhor aprofunda os assuntos e tem, como magistrado, um grande conhecimento dessa agenda, da agenda da legislação trabalhista brasileira.

Então, eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar o Dr. Balazeiro, agradecer a presença dos senhores aqui, agradecer, até esse adiantado da hora, a presença de todos os Senadores e Senadoras.

Como nós não temos mais nenhum Senador inscrito para arguição, nós vamos encerrar a votação.

Eu queria convidar o Senador Vanderlan Cardoso para que me ajudasse no escrutínio da votação das duas autoridades.

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que faça a condução coercitiva da urna e traga aqui para o plenário.

Vou solicitar o Senador Vanderlan aqui. (*Pausa.*)

Coloca uma cadeira aqui para o Senador Vanderlan. É para poder contar, porque eu quero ir anotando aqui.

V. Exa. pode ir separando aqui do lado, o microfone está aí também. Vamos fazer uma coligação aqui com esses microfones e eu vou anotando aqui, Senador Vanderlan.

Empresta-me uma caneta.

Eu queria que V. Exa. falasse ao microfone, porque, como é uma cédula com dois votos, queria que V. Exa...

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Primeiro voto, Amaury Rodrigues Pinto Junior, "não"; Alberto Bastos Balazeiro, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto. Balazeiro...

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – "Sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... "sim"...

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Amaury, "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... Amaury, "não".

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Amaury Rodrigues Pinto Junior, "sim"; e Alberto Bastos Balazeiro, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Balazeiro, dois votos "sim"; Amaury, um voto "sim" e um voto "não".

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Amaury, "sim"; Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; Balazeiro, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Quatro votos "sim" para o Dr. Balazeiro. Três votos "sim", Amaury; e um voto "não", Amaury

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Em branco.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – ... e Alberto Balazeiro, em branco.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Em branco.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amaury, abstenção; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

Amaury, "sim"; e Alberto Balazeiro, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A Secretaria-Geral...

Amaury Rodrigues: 19 SIM; 1 NÃO; e 1 abstenção.

Alberto Balazeiro: 20 SIM; 1 voto em branco; e 1 abstenção.

Muito obrigado, Senador Vanderlan. (*Pausa.*) A escolha do nome do Sr. Amaury Rodrigues Pinto Junior foi aprovada pela Comissão.

A escolha do nome do Sr. Alberto Bastos Balazeiro também foi aprovada pela Comissão.

As matérias vão ao Plenário do Senado Federal.

Gostaria de agradecer a presença de todos os Senadores e Senadoras e cumprimentar, nessa nova missão, o Dr. Balazeiro e o Dr. Amaury.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 16 horas, a reunião é encerrada às 17 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, José Aníbal, Giordano, Lasier Martins, Eduardo Girão, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Carlos Portinho, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Fernando Collor, Humberto Costa, Jaques Wagner, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Dário Berger e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Kátia Abreu, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Angelo Coronel e Rodrigo Pacheco. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Paim e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 35, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea “e”, e do art. 128, § 1º, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República, com mandato de dois anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 6 (seis) votos contrários. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Davi Alcolumbre**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/24

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Queria cumprimentar os Senadores e as Senadoras. Gostaria de cumprimentar os servidores do Senado Federal, cumprimentar o nosso Vice-Presidente, Prof. Antonio Augusto Anastasia, que teve que se ausentar para uma audiência fora, mas já está a caminho e pediu que eu pudesse abrir a reunião mesmo na sua ausência, já que nós temos o quórum regimental alcançado.

Queria aproveitar esta oportunidade para cumprimentar os procuradores de justiça dos Estados, na pessoa – Senador Fabiano, seja bem-vindo, bom dia – da sua Presidente, Procuradora-Geral de Justiça do meu Estado, do Estado do Amapá – em meu nome, em nome do Senador Lucas Barreto, em nome do Senador Randolfe Rodrigues –, a Procuradora Ivana Lúcia Franco Cei, que é Presidente Nacional do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG). Seja bem-vinda, Dra. Ivana. Na sua pessoa, também cumprimento o Ministério Público dos Estados.

Cumprimento o Dr. Eitel Santiago, Subprocurador-Geral da República. Cumprimento o Sr. José de Lima Ramos Pereira, Procurador-Geral do Trabalho, o Sr. Carlos Vinícius Alves Ribeiro, Procurador da República. E cumprimento a Procuradora Claudia Dantas Ferreira da Silva e os Procuradores Samuel Sales Fonteles, Andre Alisson Leal Teixeira e também o Dr. Paulo Celso, Procurador do Amapá, Promotor de Justiça.

Novamente agradeço o apoio de todos os nossos servidores, tanto os servidores da CCJ, na pessoa do Edinaldo e toda a sua equipe, e também dos nossos colaboradores dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinetes, que trabalham diuturnamente para que a nossa atividade parlamentar tenha sucesso e êxito.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3º Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores pelo sistema de videoconferência, para participarem do debate.

Contudo, informo ao Plenário e aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de uma urna de votação secreta *drive-thru* instalada na entrada da garagem coberta e de duas outras urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e uma urna dentro da sala.

O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores e, também informo, à autoridade a ser sabatinada, aos servidores da secretaria de Comissões e das áreas de tecnologia do Senado Federal, no estrito exercício de suas atribuições.

Caso seja necessário, um assessor poderá adentrar na sala de reunião para atender à demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a sua finalidade cumprida.

As regras e os procedimentos para a reunião – gostaria de fazer este informe – foram definidos para fins de prevenção da transmissão do covid-19 também no âmbito do Senado Federal e das suas Comissões. E, no que couber – repito, no que couber –, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com os Atos da Comissão Diretora nºs 7, 8 e 9, de 2020, e também com o art. 24 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, com os Atos do Presidente nºs 2, 4 e 6, de 2020, e nº 2, de 2021, que alteram o Ato nº 3, de 2020, com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, e também com o Ato da Diretoria-Geral nº 4, de 2020, e nº 3, de 2021.

O relatório da indicação constante da pauta foi apresentado à Comissão e foi divulgado pelo portal do Senado Federal.

Assim, informo, respeitando todos os atos mencionados, que ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado, também combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

A presente reunião destina-se à deliberação de um único item.

**ITEM 1**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**MENSAGEM (SF) N° 35, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "e", e do art. 128, § 1º, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República, com mandato de dois anos.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Eduardo Braga

**Relatório:** Pronto para deliberação.

A autoria da mensagem é a Presidência da República.

Fiz a designação do Relator: Senador Eduardo Braga.

Também gostaria de aproveitar esta oportunidade para me manifestar em torno da decisão da indicação, levando em conta o critério de que – no mandato que cumpre o Procurador-Geral da República –, a sua sabatina, há dois anos, teve pela Presidente da época, Senadora Simone Tebet, a indicação do Senador Eduardo Braga. Em respeito à decisão da Senadora, então Presidente da CCJ, Simone Tebet, e também reconhecendo o trabalho do Senador Eduardo Braga como Relator da matéria, já que se trata de uma recondução, achei por bem indicar o Líder da maior bancada no Senado Federal, membro titular desta Comissão, para ser o Relator da matéria.

Portanto, faço esses esclarecimentos.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Eu gostaria de convidar alguns Senadores para que pudessem acompanhar o indicado para se fazer presente à mesa.

Convido o Senador Eduardo Gomes.

Gostaria de convidar o Senador Weverton.

Gostaria de convidar o nosso Presidente Fernando Collor.

Convido o Senador Wellington Fagundes.

E convido o Senador Líder Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, basicamente, um de cada partido político que compõe esta Comissão, para acompanhar o Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras até a Mesa. (*Pausa.*)

Senador Marcos Rogério fazendo...

Entregue?

Obrigado, Líderes.

Presidente Collor, obrigado.

Líder Weverton.

Dr. Aras, seja bem-vindo! (*Pausa.*)

Em nome do Senado Federal e em nome desta Comissão, seja muito bem-vindo, Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República.

Para inquirição do candidato, cada Senador interpelante disporá de dez minutos. Será assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas, também imediatas, por cinco minutos, nos termos do art. 383, II, f, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por gentileza, eu gostaria de pedir aqui para encostarem essa porta.

Muito obrigado.

Gostaria, neste momento, de conceder a palavra a S. Exa. o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras.

Gostaria de informar a V. Exa. que V. Exa. disporá de até 30 minutos e, se V. Exa. desejar ampliação, dilatação desse prazo, nós estamos em conformidade com o pedido de V. Exa., mas o prazo regimental é de até 30 minutos.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** (Para expor.) – Bom dia, Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Davi Alcolumbre, e S. Exas. o Sr. Vice-Presidente, Senador Antonio Anastasia, e o Sr. Senador Eduardo Braga, Relator; as Sras. e os Srs. Senadores presentes; todos os que nos acompanham pela rede mundial de computadores; meus colegas do Ministério Público e os servidores.

Estou profundamente honrado e mesmo feliz de estar, mais uma vez, na presença e sob o escrutínio de V. Exas. após a indicação para o novo biênio no cargo de Procurador-Geral da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. Depois de longo período de necessário distanciamento social, posso voltar presencialmente a esta Casa, agora que o Brasil se encontra em fase avançada de vacinação.

A pandemia da covid-19 foi um terrível infortúnio que não só ceifou vidas e mudou hábitos, mas também desafiou as nossas instituições, impulsionando-as de maneira mais intensa no aperfeiçoamento à eficiência, à celeridade na resposta aos nossos concidadãos.

Honra-me estar aqui porque, tal como mencionei há 23 meses perante esta Comissão, as instituições nacionais são o produto da habitualidade dos agentes públicos no desempenho de suas funções, sendo fortes marcas da cadeira do PGR velar pelo pacto que nos une, que é a Constituição da República Federativa do Brasil, e fortalecer diálogo e cooperação contínuos com as demais instituições do Estado brasileiro.

E, nesse sentido, a sabatina é um desses momentos em que se concretiza relevante participação desta egrégia Casa Legislativa no democrático sistema de freios e contrapesos. Mais que isso: cabendo ao Senado Federal escrutinar os Indicados pelo Presidente da República para ocupar os altos cargos e sendo ambas as instituições personalizadas por representantes do povo e dos entes da Federação, passar por este rito significa, ao final, passar pela escolha da Nação brasileira.

Por ocasião da sabatina, quando da primeira indicação, trouxe a V. Exas. um panorama da minha visão sobre os desafios que se colocavam sobre o Ministério Público e o apontamento de caminhos e linhas que norteariam a minha atuação. Comprometi-me a fortalecer o Ministério Público no caminho delineado pela Lei Maior, harmonizando unidade e independência funcional, aprimorando mecanismos de enfrentamento à macrocriminalidade e contribuindo para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Já agora é meu dever prestar contas da confiança depositada e do resultado dos 23 meses de atuação como Procurador-Geral da República, tendo cumprido, creio, todos os compromissos firmados com V. Exas. por ocasião da primeira sabatina. E assim o faço, complementando a exposição geral contida no lustroso relatório apresentado a V. Exas. pelo eminente Senador Eduardo Braga.

O Ministério Público é uma instituição republicana de atuação tipicamente contramajoritária, uma vez que a Constituição lhe incumbiu da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais indisponíveis. É dizer: o Ministério Público brasileiro tem, como premissa, amparar-se na Constituição e nas leis, que constituem nossos pactos e consensos e que servem para o caminho seguro, sobretudo em meio a circunstâncias adversas.

Segurança jurídica é, ao final, um amortecedor para os impactos sofridos pela sociedade e um estabilizador para as relações sociais e para a atuação das instituições da República,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notadamente em momento como este, em que vivenciamos uma extrema polarização de toda a sociedade brasileira.

Mesmo em meio às turbulências advindas da inesperada pandemia, tenho satisfação em olhar para atrás e ver tudo que conseguimos realizar nesses últimos 23 meses, o que não seria possível sem o inestimável apoio dos meus colegas, tanto Subprocuradores-Gerais da República quanto Procuradores Regionais da República, Procuradores da República, Promotores de Justiça de todo o Brasil, competentes e comprometidos com o aperfeiçoamento do Ministério Público brasileiro e que atuam por delegação do Procurador-Geral da República ante a impossibilidade material de o PGR atuar pessoalmente nas muitas frentes decorrentes do cargo.

Por opção do Constituinte brasileiro, o Procurador-Geral da República atua em todos os processos da competência do Supremo Tribunal Federal, perante o Conselho Nacional de Justiça e a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça. Assim, também preside o Conselho Nacional do Ministério Público, acumula o cargo de Procurador-Geral Eleitoral e é o chefe do Ministério Público da União, com os seus ramos, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Ministério Público Eleitoral. O Procurador-Geral da República ainda representa o Ministério Público Brasileiro no âmbito interno, defendendo o pacto federativo e perante a comunidade internacional, através da Secretaria de Cooperação Internacional, sendo a autoridade central nas comunicações que dizem respeito a outras nações.

Assim, os resultados obtidos, bem como os dados relativos às centenas de manifestações processuais, deliberações administrativas e a presença em sessões de julgamento, muitas vezes concomitantes, não são uma realização pessoal, incumbindo-me ter sido um coordenador que prezou pelo diálogo e pelo respeito à independência funcional de todos os colegas.

E no mesmo espírito de conciliação e diálogo foi que, na presidência do Conselho Nacional do Ministério Público e na chefia do Ministério Público da União, conseguimos uma atuação integrada, coordenada e harmônica entre todos os ramos do Ministério Público. O maior e melhor exemplo dessa atuação harmônica foi o Giac (Gabinete Integrado de Acompanhamento ao Coronavírus), também conhecido pela sigla, que foi instalado logo após a pandemia, em 16 de março de 2020, com o objetivo de promover a integração do Ministério Público brasileiro ao esforço nacional de controle e prevenção da epidemia nacional, em articulação com o Ministério da Saúde...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – ... e as demais autoridades sanitárias que integram o Sistema Nacional de Vigilância em saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Giac, oito subgrupos temáticos discutem as questões mais críticas e urgentes relacionadas à pandemia, desde o fornecimento de equipamentos de proteção individual e a disponibilização de insumos hospitalares até medidas de isolamento e de assistência social às populações vulneráveis.

Celebramos 11 parcerias e acordos de cooperação com diferentes órgãos, como ministérios, conselhos de saúde, Conselho Federal de Medicina, e disponibilizamos um portal na internet com dados não só de atuação do próprio Gabinete Integrado, mas de todo o Ministério Público brasileiro, disponibilizando documentos; *links* para consultas em tempo real de dados oficiais; painéis para acompanhamento de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais; acervo bibliográfico; painel de acompanhamento de contratações, despesas e orientações de enfrentamento à desinformação e à *fake news*, tudo para facilitar e dar agilidade e uniformidade ao trabalho de procuradores e promotores.

Na crise do fornecimento de oxigênio, o Giac acompanhou a situação em várias unidades federativas, com a solicitação de tomada de providências para evitar o desabastecimento...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – ... em relação aos Estados do Amazonas...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – ... Mato Grosso, Piauí, Pará, Roraima, Rondônia e Amapá.

Em relação ao chamado *kit* intubação, foram realizadas mais de cem ações...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – ... todas documentadas, entre solicitações de providências, encaminhamentos de ofícios, realização de reuniões e encontros que viabilizaram e auxiliaram na distribuição de mais de 4 milhões de unidades de medicamentos hospitalares por meio do Giac.

Portanto, acompanhamos *pari passu* cada uma das fases da epidemia em todo o Território nacional, coletando e disponibilizando informações e orientações que têm a possibilidade de uma resposta pronta do Ministério Público a cada um dos desafios que a crise sanitária nos impõe em todos os níveis da Federação.

No âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, nós nos debruçamos sobre questões ambientais, econômicas e sociais de alta complexidade e de grande impacto, como o acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizado com a nossa participação no valor de R$37,6 bilhões para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho. Ainda estamos discutindo e contribuindo para sanear a composição do litígio de Mariana, assim como fizemos em Maceió com o caso da Braskem, quando houve o afundamento de bairros inteiros de Maceió. Acreditamos que, só nessas três operações, conseguimos buscar a recomposição do meio ambiente em aproximadamente R$100 bilhões, ressaltando algo muito importante: que esses valores podem ser aumentados se não forem suficientes para recompor o meio ambiente.

Lançamos o projeto Respeito e Diversidade, com o fito de pacificação social para promover a tolerância. E também na Escola Superior do Ministério Público da União, desenvolvemos a disciplina de Ontologia do Ministério Público, para que cada membro do MP brasileiro possa se comunicar, de forma adequada, no universo da Constituição e das leis, com a classe política e econômica, com o cidadão em geral, com seus pares, com a sua família.

No âmbito do Ministério Público Federal, recebemos a casa com um desafio orçamentário importante e com um acervo expressivo de processos judiciais acumulados.

Temos um sistema informatizado denominado Único, que atende a todo Território nacional, interligando unidades em mais de 200 cidades brasileiras, somando cerca de 16,5 mil computadores ligados em nuvem, com uma infraestrutura robusta, inclusive no âmbito da segurança jurídica.

No começo da nossa gestão, contudo, os sistemas informatizados vinham num nível de instabilidade tal que havia paralisação de sistemas quase diariamente. Deparamo-nos ainda com sérios problemas, sobretudo nos sistemas informatizados que possibilitavam ocultamento de processos e procedimentos, inclusive, do órgão correcional. O sistema utilizado para as eleições internas, inclusive para a lista tríplice ao cargo de PGR, possibilitava graves inconsistências e era totalmente inauditável. Também graves irregularidades foram constatadas no sistema de distribuição interna dos processos. Na nossa gestão, buscamos sanear todas essas fragilidades e ainda estamos tentando concluir esse trabalho de saneamento.

Hoje temos um sistema, um ambiente informatizado estável e muito mais seguro, conseguindo até aqui manter o Ministério Público Federal incólume de ciberataques, ao menos externos, com aperfeiçoamento de mecanismo de distribuição de processo, sempre em busca de mais transparência e impessoalidade.

No enfrentamento à criminalidade, o modelo de forças-tarefas apresentava uma série de deficiências, passando pela falta de regulamentação, ausência de critérios objetivos não só para o estabelecimento, mas também para a destinação de valores resultantes de acordos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colaboração premiada e pagamento de multas, além de altos custos com diárias, passagens, segurança e escoltas de membros. O modelo não se revelou sustentável do ponto de vista administrativo, orçamentário e mesmo finalístico, uma vez que se verificava a inobservância do princípio do promotor natural, ao submeter membros a seus pares, com quebra da independência funcional.

Assim é que cuidamos de manter uma estreita relação com o Tribunal de Contas da União para fazer a verificação dos pagamentos de diárias em excesso, passagens aéreas em excesso e, assim, buscarmos um orçamento e aplicação das despesas de forma saudável. O TCU não tem nos faltado na fiscalização da gestão, como lhe incumbe fazer, nos termos da Constituição.

O modelo das forças-tarefas com pessoalização culminou em uma série de irregularidades que vieram a público, tais como os episódios revelados na Vaza Jato, a frustrada gestão de vultosas quantias arrecadadas em acordos de colaborações e em acordos de leniência, por meio de fundos não previstos em lei. Foram duas tentativas: a tentativa da fundação, da criação de uma fundação para gerir R$2,5 bilhões, e outra tentativa de outra fundação internacional de gerir mais um patrimônio de R$2,3 bilhões, por parte de um ente estrangeiro que, no Brasil, só obteve CNPJ após a formalização de um documento interno ao Ministério Público Federal.

A deficiência de institucionalidade, sobretudo em alguns procedimentos de investigação, culminou também em uma consequente lacuna de documentação de ações importantes em prejuízo ao princípio da impessoalidade e da legalidade.

Foi de sabença notória que equipes da antiga força-tarefa da PGR, em tempos passados, realizaram viagens a Nova York e à Suíça no contexto de suposta cooperação internacional, da qual não foram encontrados registros no sistema da PGR. O Ministro Lewandowski, nos autos de processo, cobrou da Corregedoria esses documentos internacionais, e temos tido muitas dificuldades para localizá-los. Em resposta a tais disfuncionalidades, remanejamos força de trabalho, fortalecendo a atuação nas áreas finalísticas; aperfeiçoamos procedimentos de fluxo de trabalho; também implementamos os primeiros Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, os GAECOs federais, que, embora previstos desde 2013, só vieram a ser implementados na nossa gestão.

Já existem GAECOs federais em 15 unidades da Federação, dentre eles no Ceará. O Senador Girão me cobrou várias vezes: por que não chegava ao Ceará a Lava Jato? E, agora, Senador Girão, se V. Exa. estiver nos ouvindo, não há mais motivo para essa sua indagação, porque agora há um sistema de compartilhamento de informações em todo o Brasil para todos os membros do Brasil, sob a supervisão da Corregedoria-Geral do Ministério Público. Permitindo o quê? Que todas as unidades do MP Federal brasileiro tenham acesso aos terabytes disponíveis para conhecimento de todos. Então, Senador Girão, como representante do Ceará, e Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ceará, tenham certeza de que já há um Gaeco federal lá para compartilhar informações antes não admitidas. Outras sete unidades de Gaeco já se encontram com pedidos de constituição e sob análise para instalação, todas com seus dados devidamente armazenados nos sistemas institucionais, sob supervisão correcional.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Federal como um todo, apresento aqui alguns dados que exemplificam resultados positivos em várias frentes de atuação e melhorias que implementamos em nossa gestão.

Quanto à produtividade e à celeridade, embora os dados revelem incremento importante na entrada de demandas judiciais, até mesmo em decorrência da pandemia, tivemos reduzido o prazo médio de permanência de um processo judicial no Ministério Público Federal, que era de quase três dias, 3,1 dias, e passou para apenas dois dias.

Em nosso Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), nossas pesquisas apontam, primeiro, que crescemos, em 2020, de 105 mil demandas de atendimento para 209 mil demandas de atendimento em todo o Brasil, mas o que é gratificante, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é saber que antes a satisfação do usuário era de 33% e agora subiu para 77,7%.

No que toca à transparência, implementamos pela primeira vez a ferramenta MPF em Números, com informações de atuação do Ministério Público Federal disponíveis ao público, cumprindo o dever de prestar contas à sociedade não só da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, mas também quanto aos resultados da atividade-fim desenvolvida em todo o País. Para conferir mais segurança da informação e maior institucionalização da atuação finalística, estabelecemos a obrigatoriedade de cadastro e armazenamento de todos os documentos e processos nos sistemas informatizados, aperfeiçoamos o controle de acesso às informações sigilosas contidas nesses sistemas e regulamentamos o compartilhamento de dados, ou seja, todos sabem o quanto a imprensa abordou a questão do banco de dados de Curitiba – 1 terabyte. Esse 1 terabyte, assim como os bytes do Rio de Janeiro, todos se encontram hoje reunidos num só sistema, disponíveis para todos os membros do Ministério Público brasileiro, sob a supervisão da Corregedoria-Geral. Isso significa dizer, Sras. e Srs. Senadores, que nenhum Estado da Federação estará fora da perspectiva de obter a informação necessária para as suas investigações, e sem abuso, porque para ter acesso, tem controle de acesso, de horas, de minutos e de impressão.

A Escola Superior do Ministério Público Da União – é muito importante aqui esta abordagem – ampliou a oferta acadêmica, e foram realizados, somente entre 2020 e 2021, 450 ações de capacitação para membros e servidores. Importantes e estratégicos projetos estão sendo implementados, a exemplo do projeto da TV Escola Superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à atuação, no particular, do gabinete do PGR, tivemos resultados expressivos em todas as áreas, somando até aqui cerca de 38 mil manifestações, somente considerados os processos judiciais nos últimos 23 meses. No controle concentrado de constitucionalidade, resolvemos um problema antigo, que era o do acúmulo progressivo de representações de inconstitucionalidade pendentes de exame, que se avolumaram em um acervo, recebido no início da gestão, que só nesse aspecto somavam 820 procedimentos para medidas ou não de natureza constitucional. Além de estarmos hoje com a análise dessas representações em dia, protocolamos, neste período de 23 meses, 286 petições iniciais perante o Supremo Tribunal Federal, para os quais adotamos o procedimento de dar um tratamento igualitário a todos os entes da Federação, ajuizando em bloco ações contra as leis análogas à lei objeto da representação dirigida à PGR. No geral, reduzimos o acervo de representações de inconstitucionalidade em quase 90% e o acervo de processos judiciais de controle concentrado em cerca de 70%. Buscamos, de maneira a preservar as capacidades técnicas e as competências institucionais dos Poderes constituídos, defendendo uma prudente e autocontenção da jurisdição constitucional em assuntos que avançam sobre definições de programas, de políticas e de matérias próprias dos Poderes Executivo e Legislativo.

Cumpri, neste aspecto em especial, o meu dever aqui comprometido na última sabatina: não permitir que o Ministério Público quisesse se substituir ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário ou ao Poder Executivo.

Cumprir a Constituição é compreender a separação dos Poderes, é poder saber que o dever de fiscalizar condutas ilícitas não dá aos membros do Ministério Público nenhum poder que é inerente aos poderes constituídos e que se encontram definidos no art. 2º como independentes e harmônicos entre si.

Nos processos da competência originária e recursal cíveis, no Supremo Tribunal Federal, atuamos buscando uniformidade de tratamento de questões jurídicas, alcançando uma atuação consistente e coerente em milhares de manifestações. Estruturamos uma nova unidade no gabinete, para uma atenção maior aos recursos extraordinários, com repercussão geral não só perante o STF, mas como uma unidade de coordenação das demandas com potencial de recurso de repercussão geral em todo o Brasil, contando com grupos de apoio, compostos por procuradores da República e de promotores de diferentes unidades da Federação e ramos do MPU.

Na esfera criminal, apresentamos 46 denúncias contra autoridades, com prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça; realizamos 34 acordos de colaboração premiada com incremento expressivo dos valores das multas em comparação com acordos anteriores e instauramos mais de 150 inquéritos; realizamos, ainda, 35 operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesses 23 meses sem vazamento seletivos ou espetáculos midiáticos. Talvez, se nós tivéssemos, a cada duas grandes operações por mês, divulgado, feito o vazamento do seletivo das operações dos investigados, talvez, eu estivesse numa posição de muito elogio como quem distribuiu flechadas para todo o Brasil, criminalizando a política; mas assim não o fiz, porque me comprometi com V. Exas. de cumprir a minha função constitucional com parcimônia, sem escândalo, sem estrépito, mas com a dignidade que cada político merece como representante do povo brasileiro.

A par disso, os acordos já homologados somam mais de R$213 milhões e mais de US$4 milhões em multas. Ainda que a discrição na nossa atuação tenha frustrado os apreciadores da espetacularização de investigações, alimentando uma curiosidade mórbida que não só prejudica a eficácia das apurações, mas expõe investigados a uma execração pública e a uma condenação antecipada, cumprimos o compromisso de uma atuação sóbria, técnica, de um PGR que não é somente o titular da ação penal, mas também é o defensor da ordem jurídica e dos direitos e garantias fundamentais.

Na recuperação de ativos ilicitamente enviados ao exterior, bloqueamos cerca de US$866 milhões, 92 milhões de euros, 13 milhões de francos suíços e repatriamos US$112 milhões e mais de 1,2 milhão de euros no Brasil.

O número crescente de representações criminais tem chegado todos os dias à PGR, muitas veiculando uma tentativa de criminalização de atos políticos ou de manifestações críticas, algumas, inclusive, acobertadas pela imunidade parlamentar.

Em recente ofício, encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, destaquei que o Procurador–Geral da República é tanto o titular da ação penal como o defensor dos direitos e garantias individuais, sobretudo para que não atinjamos a política, senão naquilo que é efetivamente necessário para o combate à criminalidade.

É assim que nós agimos com observância estrita das normas constitucionais e legais, buscando uma persecução penal balizada na ciência jurídica penal, sobretudo quanto à configuração de tipos penais. Ao tomar conhecimento da notícia de crime, a Procuradoria–Geral da República tem instaurado notícia de fato, internamente, para uma análise criteriosa, antes de tomar as providências cabíveis, informando oportunamente o Poder Judiciário das suas conclusões.

Esse foi o caminho, por exemplo, para apurar possível tentativa de interferência na Polícia Federal, abril de 2020; os atos antidemocráticos, abril de 2020; suspeitas de declarações e apologia à homofobia pelo Ministro da Educação, setembro de 2020; atuação do Ministro da Saúde na pandemia, janeiro de 2021; suspeita de advocacia administrativa pelo então Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Meio Ambiente, maio de 2021; suposta prática de prevaricação do Presidente da República, junho de 2021. Em todos esses procedimentos, primeiro, nós fizemos uma análise profunda para não criar dificuldades injustas para quem quer que seja.

Há dois anos, comprometi-me perante este Colegiado a buscar o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público como uma instituição de Estado. Defendi que a confiança da sociedade precisa voltar-se às instituições e não às pessoas. Acredito que a eficiência na atuação do PGR não deve ser mensurada por proselitismos ideológicos, operações policiais espetaculosas ou embates na arena política. E assim pautei minha atuação na discrição, no diálogo e na compreensão de que cabe ao PGR ficar adstrito ao discurso jurídico, manifestando-se nos autos, conduzindo investigações com rigor técnico, cumprindo a lei, que assim o determina. Denúncias açodadas sem lastro probatório suficiente depois acabam frustrando expectativas e mesmo desacreditando o sistema de justiça punitiva; agrada uma plateia do presente, imediatista e apaixonada, ao custo do enfraquecimento do direito, da justiça e das instituições. Não há maior dor na humanidade do que uma condenação injusta. E o pior, uma condenação sem o devido processo legal. E o que se fez, nos últimos dois anos, foi um trabalho criterioso, permanente, contínuo e duradouro para que nenhum cidadão brasileiro, no âmbito da Procuradoria-Geral da República, sofresse investigação ou acusação seletiva, ou permeada pelo descaso, que pudesse causar lesões definitivas na honra de quem quer que seja.

A falta de participação diária do Procurador-Geral da República nos debates provocados pela mídia, ou de apresentação de respostas para combater críticas ou acusações dos veículos da imprensa, não se deram em razão de omissão, mas sim, em respeito à vedação legal dirigida a magistrados e membros do Ministério Público, impositiva, de que manifestar opiniões sobre questões objeto da atuação finalística, ou mesmo o sigilo das investigações, simplesmente impede a revelação de fatos e atos, sob pena mesmo de frustrar o esclarecimento da verdade real.

É dever do membro do Ministério Público manifestar-se nos autos. É dever do membro do Ministério Público, mesmo com a liberdade de expressão no que toca ao seu exercício da atividade finalística, não buscar os holofotes, nem buscar manifestar opinião pública ante críticas infundadas e incompreensões que acabam reverberando pela atuação de parte da imprensa que abraça um jornalismo descomprometido com a credibilidade das fontes e descuidado em conferir a veracidade das premissas de fatos.

Coloco-me serenamente ao escrutínio de V. Exas. para esclarecer, para trazer luzes às premissas básicas, que foram, muitas vezes, não apreciadas, submetendo-me aos questionamentos que V. Exas. julgarem relevantes à deliberação desta egrégia Casa Alta da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro esta breve prestação de contas reafirmando o compromisso de preservar a atuação equilibrada, imparcial, independente e transparente, comprometida com a Constituição Federal e com a defesa dos direitos fundamentais, com o diálogo, a busca de consensos e de uma atuação harmônica com os Poderes da República e demais instituições.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a todos, muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dr. Augusto Aras. Queria agradecer a V. Exa. por se limitar ao tempo estabelecido pelo Regimento.

Queria prosseguir com o rito. Nós passamos agora para a fase de inscrição, mas informo que, no início da reunião, já comecei a coletar todas as manifestações que foram trazidas até esta Presidência e aqueles Senadores que já fizeram as suas inscrições.

Novamente gostaria de informar que cada Senador inscrito terá dez minutos, como fiz no início da reunião. Para os Senadores presentes no Plenário as inscrições serão feitas na lista, e para os Senadores que estão presentes remotamente – nós já atingimos o quórum de 27 Senadores – serão feitas através do sistema remoto. Acho que a Secretaria já está passando para a lista principal. Então, já estou aqui com as inscrições feitas pelos Senadores que estão remotamente.

Informo aos Senadores inscritos que terão a palavra concedida de forma intercalada entre as duas listas: os presentes fisicamente e os presentes remotamente.

Gostaria de conceder a palavra a S. Exa. o Relator desta indicação e também Líder do MDB no Senado Federal e membro titular desta Comissão. Com a palavra o Senador Eduardo Braga. E informo a V. Exa. que, respeitando o ato da Mesa – a matéria já foi dada como lida, como falei no início da reunião –, terá o tempo que for necessário para fazer a sua manifestação, podendo se utilizar de trechos do relatório, mas sem um tempo limitado. Como Relator da matéria, acho importante V. Exa. utilizar esse momento para fazer as suas ponderações em relação ao ora sabatinado.

Com a palavra o Líder Eduardo Braga, Relator da matéria.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Eminente Presidente Davi Alcolumbre, eminente sabatinado Dr. Augusto Aras, primeiramente, Presidente, quero agradecer a V. Exa. a deferência que me dá de poder relatar novamente a figura pública e o servidor público Augusto Aras, desta feita, para a recondução ao cargo de Procurador-Geral da República, em um momento, Dr. Augusto Aras, complemente diferente do primeiro momento em que V. Exa. foi indicado para a Procuradoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse o nosso Presidente, o relatório já foi dado como lido. Entretanto, eu quero aditar o meu relatório, porque foram decisões posteriores ao meu relatório e que reputo pertinentes em função do momento que vivemos de enfrentamento entre Poderes, de crise entre Poderes da República.

Portanto, Sr. Presidente, aditando o meu parecer, quero fazer menção à decisão do eminente Ministro Alexandre de Moraes que trata de questão de notícia-crime apresentado pelo Exmos. Srs. Senadores da República Fabiano Contarato e Alessandro Vieira. Decide, no dia de ontem, dia 23, S. Exa. o Ministro. Vamos diretamente à decisão:

> Flagrante a ausência de justa causa, a consequência é o indeferimento do pedido com imediato arquivamento da representação. Nesse sentido, conferir ao Inq. 4429 [petições tais] [...] e Inq. 4811, todos da Primeira Turma e de minha relatoria. Em hipóteses semelhantes e em processos de minha relatoria, a ausência de "justa causa" para instauração de investigação criminal em face do Procurador-Geral da República por crime de prevaricação acarretou o respectivo arquivamento [...].
> Observa-se, por fim, que a representação, genericamente, indicou eventual incidência do crime de responsabilidade, previsto no art. 40, item 2, da Lei nº 1.079/50, afirmando que o "comportamento insidioso do Procurador-Geral da República" e o "conjunto de fatos" levam à conclusão de que o "Procurador-Geral da República procedeu de modo incompatível com a dignidade e com o decoro do seu cargo". Eventual análise dessa imputação, entretanto, deverá ser realizada no juízo constitucional competente: o Senado Federal.
> Diante do exposto, nos termos dos arts. 21, inciso XV, "e" e 231, §4º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, determino o arquivamento da presente petição, sem prejuízo de requerimento de nova instauração no Supremo Tribunal Federal, na hipótese de surgimento de novos elementos [...].

Ou seja, dentro da regra das quatro linhas, obedecendo à forma legal, houve a decisão do Ministro Alexandre de Moraes, portanto, determinando o arquivamento. E, aqui, torno pública a decisão do Ministro Alexandre Moraes.

De igual modo, aditando ao meu relatório decisão do Ministro Dias Toffoli, Sr. Presidente: "Tratando-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado pelo Vice-Presidente e membro do Conselho Superior do Ministério Público José Bonifácio Borges de Andrade e outros, apontando-se a autoridade coatora, o Procurador-Geral da República Augusto Aras".

Decisão, Sr. Presidente, do voto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Como se vê, não havendo justa causa para abertura de investigação a respeito dos fatos narrados, que, inclusive, são coincidentes na queixa-crime e na referida representação apresentada ao Conselho Superior, também não se verifica qualquer ilegalidade ou abuso de direito no eventual encaminhamento da referida representação pelo Vice da PGR ao Senado Federal, tendo em vista que, conforme também apontou o Ministro Alexandre Moraes, a representação [...].

Enfim, aquela questão já aspeada e repetida.

Portanto, Sr. Presidente, conclui o eminente Ministro Dias Toffoli: "Por todo o exposto, por ser manifestadamente inadmissível, com fundamento no art. 21, §1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento à presente impetração, prejudicado o pedido de liminar".

Portanto, o Ministro Toffoli também arquiva e indefere, o que complementa o nosso relatório.

E, Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta a V. Exa., se eu faço todas as perguntas e ele responde ao cabo, ou se eu faço um conjunto de perguntas e ele responde. Como que V. Exa...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para registrar a necessária aplicação do art. 14. Uma vez que foi referida a representação apresentada por mim e pelo Senador Fabiano Contarato, necessário se faz apresentar a nossa fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Alessandro, eu queria pedir a atenção dos Senadores e ao Senador Fabiano, de fato, naturalmente, foi mencionado pelo Senador Eduardo Braga, mas apenas como informação sobre as decisões que foram apresentadas posteriormente ao relatório. Como o Senador Eduardo Braga, agora, coloca claramente que são apenas para complementação do seu voto as decisões proferidas pela Suprema Corte do Brasil, após o relatório entregue, e não foi mencionado de maneira...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pejorativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... ofensiva, naturalmente, eu queria a compreensão de V. Exa...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas faltou o complemento. Se estamos em complemento de informação, que se informe que vamos recorrer evidentemente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Naturalmente.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – .... da decisão do Ministro Alexandre, uma vez que a situação fática não é referida apenas por dois Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Naturalmente, Senador.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... mas por um número elevadíssimo de instituições jurídicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Isso será um embate jurídico, que, naturalmente...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fabiano.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – ... o próprio Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que é inadmissível uma decisão monocrática de arquivamento. Por isso, impõe-se aqui o registro de que isso será objeto de interposição de recurso. Mas, se o nosso nome foi citado, nós queremos deixar claro que isso, além de violar art. 28 do Código de Processo Penal, viola também uma decisão do próprio Supremo Tribunal Federal, que determina que não pode arquivamento por decisão monocrática.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fabiano, eu agradeço as ponderações de V. Exa. Os Senadores têm toda a legitimidade para fazer as suas manifestações, mas, para a gente organizar um rito processual, nós estamos num momento de arguição. E, naturalmente, Senador Eduardo, todos nós acompanhamos que, de maneira nenhuma, em hipótese nenhuma, o Senador Eduardo Braga fez menção desrespeitosa aos nomes de V. Exas. Ele apenas fez menção a um recurso, e ao nome do autor do recurso, e ao nome do Relator da matéria.

Então, Senador, para a gente não polemizar, Líder Eduardo, eu quero iniciar com V. Exa., já como Relator da matéria, respeitando as ponderações de todos os Senadores nesta Casa dos iguais, e queria consultar o Secretário-Geral, porque nós tínhamos feito um rito... Pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu faço as perguntas e, ao cabo, ele responde?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim, isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Melhor!

Mas, Sr. Presidente, apenas para dizer que dei conhecimento à Casa, de ofício, que me sinto na obrigação, tendo em vista que o relatório tem, com relação ao Dr. Aras, a obrigação de informar ao Plenário sobre tudo que pese em relação ao Dr. Aras, e que as duas ações foram devidamente arquivadas, e que caberão, na forma da lei e na forma do Estado democrático de direito, os recursos necessários; apenas isso! Não fiz nenhum juízo de valor.

Mas, diante da decisão de V. Exa., eu quero dizer que também quero poder aqui, Dr. Aras, formular algumas perguntas a V. Exa. provenientes do e-Cidadania, que é o sistema que o Senado tem para que o povo possa nos mandar perguntas. Então, eu formularei perguntas do e-Cidadania e perguntas de minha autoria para que V. Exa. possa fazê-las.

Primeira pergunta, Dr. Aras: temos assistido a muitas manifestações públicas, ultimamente, de Parlamentares, Ministros, autoridades e representantes de instituições diversas em defesa da democracia, da independência e da harmonia dos Poderes constituídos. Não se trata de meros discursos, mas de respostas a um ambiente hostil que se estabeleceu entre as instituições. Qual tem sido a postura do Ministério Público e como definir a sua responsabilidade constitucional nesse contexto? Esta é a minha primeira pergunta, Dr. Augusto Aras.

A primeira pergunta do e-Cidadania – e pincei apenas quatro – vem do Lucas Reis, do Amazonas, e ele faz a seguinte pergunta: "O senhor se considera leal ao Estado ou ao Governo?".

Segunda pergunta: passar por um processo de indicação e recondução ao cargo que possui natureza política, com indicação do Presidente e aprovação dos Senadores, garante ao Procurador-Geral atuar dentro dos princípios especialmente em relação à independência e à autonomia funcional plena? Aqui não me refiro somente à sua atuação, mas também ao modelo adotado.

A segunda pergunta do e-Cidadania, vem de Sidney Amorim, do Distrito Federal, Dr. Augusto: "Qual é a sua posição pessoal e qual será a sua posição institucional sobre o relatório da CPI da Pandemia, que provavelmente responsabilizará o Governo?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira pergunta: recentemente, o nosso sistema eleitoral foi questionado, colocado como sujeito a fraudes, levando o Congresso Nacional a debater um projeto de retorno do voto impresso, não aprovado na Câmara dos Deputados. Foram várias as manifestações em defesa do nosso atual sistema eleitoral. V. Exa., como fiscal de todo processo eleitoral pela PGE – e V. Exa. ocupa o cargo de PGE –, como o senhor se manifesta em relação a esse tema? Essa é a terceira pergunta promovida por nós.

Vamos à última pergunta dos internautas. Raphael Barbosa, de Goiás: "A PGR fiscaliza os atos do Presidente? É lícito divulgar *fake news*? Sigilo de 100 anos é democrático?".

Quarta pergunta ao eminente Procurador, formulada por nós: a defesa dos direitos individuais e coletivos, especialmente em relação à saúde, considerando a pandemia, que nos atingiu de forma severa, levando à morte de mais de 570 mil brasileiros, teve a atenção devida do Ministério o Público? É possível listar as ações promovidas pelo Ministério Público em defesa da saúde pública e do cidadão?

A CPI da Pandemia já identificou diversos casos de ações e omissões que poderão resultar em crime contra a saúde pública. Quais investigações foram ou serão destacadas no âmbito do Ministério Público em relação à pandemia do coronavírus?

No meu Estado, Estado do Amazonas, chegamos ao absurdo de termos mortes por falta de oxigênio. Como esse fato específico está sendo tratado pelo Ministério Público, principalmente em relação às responsabilidades de autoridades municipais, estaduais e federais?

Por fim, estamos aqui discutindo uma recondução de quem já conhece o sistema, as responsabilidades constitucionais, os desafios que se colocam, muitas vezes, como barreiras a serem transpostas. Por isso, pergunto: o que muda nesse próximo mandato como Procurador da República?

Membros do Conselho Superior do Ministério Público afirmam a existência de irregularidades na tramitação de representação que acusa V. Exa. e o Vice-Procurador Humberto Jacques de se omitirem de investigar atos do Presidente Bolsonaro. Para tanto, indago a V. Exa. maiores esclarecimentos sobre a questão ora suscitada, havendo eu já manifestado aqui as decisões dos dois Ministros do Supremo. No mesmo sentido, eu o questiono sobre o pedido de Senadores e Senadoras para que V. Exa. se tornasse investigado por crime de prevaricação em virtude de suposta omissão em relação a atos do Presidente Jair Bolsonaro. Vale lembrar que o primeiro teve negado o seu seguimento pelo Ministro Dias Toffoli, e o segundo foi arquivado pelo Ministro Alexandre de Moraes. Contudo, se faz necessário o esclarecimento perante esta Comissão de Constituição e Justiça e a Nação brasileira que nos assiste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às vacinas contra a covid-19, o Brasil chegou, nesta terça-feira, a 55,58% da população vacinada com, pelo menos, uma dose de vacina contra a covid, segundo dados do Consórcio de Veículos de Imprensa. No entanto, apenas 24,36% dos brasileiros – esses números já estão mais avançados, em torno de 25% a 26% – estão totalmente imunizados, seja com a segunda dose da vacina CoronaVac, AstraZeneca e Pfizer, seja pela dose única da Janssen.

Muitos especialistas apontam que houve omissões do Governo Federal: estabeleceram um protocolo nacional, ausência de campanhas educativas em rede aberta, maior prazo na aplicação da AstraZeneca e da Pfizer, problemas no planejamento e ritmo de vacinação. De que forma a Procuradoria-Geral da República está tratando as supostas ilegalidades, irregularidades e vícios apontados por especialistas, tendo em vista que o relatório que brevemente deverá ser aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito...

Quero registrar a presença do nosso eminente Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco. (*Pausa.*)

Dr. Aras, então, continuando, após as saudações mineiras pertinentes: ... tendo em vista, inclusive, o fato de que o destino do relatório da CPI ora em curso no Senado será exatamente a Procuradoria-Geral? Então, gostaria de poder ouvir a posição de V. Exa.

E, por fim – já estou me encaminhando para o fim –, a emenda constitucional que permitirá ao Governo parcelar em até dez vezes o pagamento de precatórios a partir de 2022. Precatórios são dívidas da União com pessoas físicas, pessoas jurídicas, Estados e Municípios, reconhecimentos em decisões judiciais definitivas, ou seja, que não são mais passíveis de recursos e que devem ser pagas pelo Governo. Qual a posição da Procuradoria da República sobre esse tema?

Sr. Presidente, diferentemente do que eu tenho acompanhado em outras Comissões, levei menos de 30 minutos para poder formular as minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Braga, nosso Relator da matéria. Vai ficar com crédito para a próxima.

Eu queria agradecer, antes de passar a palavra ao Dr. Aras, a iniciativa do nosso Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, de comparecer à Comissão de Constituição e Justiça para prestigiar esta Comissão e naturalmente participar deste momento histórico para o Senado Federal.

Seja bem-vindo, Presidente Rodrigo, à Comissão de Constituição e Justiça, em uma data importante, em que o Plenário desta Comissão e logo mais o Plenário do Senado, que V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preside, deverá deliberar sobre a indicação do Dr. Augusto Aras para a sua recondução ao cargo de Procurador-Geral da República.

E quero aproveitar, Dr. Aras, para também informar aos Senadores e aos nossos convidados que se encontra conosco aqui S. Exa. o Sr. Ministro de Estado da Cidadania, o Deputado Federal baiano, João Inácio Ribeiro Roma Neto.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Como?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pernambucano, Deputado eleito pelo Estado da Bahia. Isso é para V. Exa. ver...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Como é o império pernambucano!

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... como é o império pernambucano! (*Risos.*)

**O SR. JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO** (*Fora do microfone.*) – E cidadão amapaense também!

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E cidadão amapaense também. É só para registrar.

Seja bem-vindo, Ministro João Roma! Carinho e respeito pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo à frente desse Ministério tão importante, em reconhecimento também à sua desenvoltura no que diz respeito ao auxílio, à atenção aos vulneráveis, àqueles que mais precisam do Estado brasileiro e à interlocução presente e constante com esta Casa e com o Parlamento brasileiro.

Seja muito bem-vindo!

Eu vou conceder a palavra...

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcos do Val.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – É só uma... Se é possível já abrir o painel para a gente iniciar a votação enquanto seguem as perguntas. É só uma sugestão, caso seja possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu solicitei isso à Secretaria-Geral da Mesa, como se dava o procedimento nesses casos específicos. E todos os outros Presidentes de Comissão, atendendo à solicitação do Plenário, como a feita por V. Exa., autorizaram o início da votação durante a arguição.

Então, do mesmo modo, seguindo esse entendimento dos meus antecessores, eu quero autorizar o início das votações, já que nós estamos neste momento de deliberação semipresencial. Mas, neste caso concreto, nós precisamos da presença física do Senador onde estão as urnas disponibilizadas pelo *drive thru* e aqui também, no plenário da Comissão.

Então, eu autorizo.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há muito tempo que eu não o aplaudia tanto. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E eu vim de casa inspirado, Senador Fernando, e eu pensei: o que era que eu tinha que fazer para o Senador Esperidião Amin me aplaudir. Consegui!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há muito tempo que as duas margens do Rio Jordão não concordavam tanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Esperidião. Já consegui ganhar o meu dia.

Concedo a palavra ao sabatinado, Dr. Augusto Aras, e informo naturalmente que, por determinação do Senador Esperidião Amin, está aberta a votação.

Com a palavra o Dr. Augusto Aras.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o voto é auditável aqui.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** (Para expor.) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a pergunta exige uma certa abertura para a compreensão do papel do Procurador-Geral da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, é importante registrar, como dizia o saudoso Paulo Bonavides, que o Ministério Público não é de Governo, nem é de Oposição; o Ministério Público é constitucional, e esta importância constitucional faz com que não se meça a posição, a eficiência e o trabalho do Procurador-Geral da República por alinhamento ou desalinhamento com posições ideológicas ou políticas de quem quer que seja.

Eu posso, nesta oportunidade aqui, dizer algumas decisões que tomei e que não foram concordes com o Governo, mas foram concordes com a Constituição.

Apenas para ilustrar, eu quero dizer que a manifestação do PGR foi em favor da obrigatoriedade das vacinas; a manifestação do PGR foi pela constitucionalidade do art. 43 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que deu suporte ao inquérito dito das *fake news*, que, na verdade, após a provocação do Procurador-Geral da República, na ADPF 572, recebeu os limites postos pela própria Suprema Corte à sua realização. Este Procurador-Geral da República também requereu o inquérito dos atos antidemocráticos e, assim, também manteve esse inquérito na via da primeira instância, porque não foram constatadas as participações de Parlamentares nos atos de organização e financiamento; mas, como todos sabem, inquérito apura fatos; não apura pessoas, mas fatos. Isso não significa dizer que, no futuro próximo ou não, Parlamentares ou pessoas com prerrogativa de foro não venham a ser investigados. Também este Procurador-Geral da República se manifestou encaminhando recomendação ao Ministério das Relações Exteriores para assegurar a permanência dos diplomatas venezuelanos no Brasil, o que foi acolhido pelo então Ministro das Relações Exteriores; também a possibilidade de gestores locais adotarem medidas de enfrentamento da epidemia, tais como quarentena, isolamento ou distanciamento social, manifestação deste Procurador-Geral; outrossim manifestação contra a privatização total – total, total – dos serviços postais e do Correio Aéreo Nacional; também a inconstitucionalidade da jornada de 12 horas por 36, mediante acordo individual. Este PGR discordou em 30% dos pedidos de liminares oriundos do Governo Federal e em 80% das suas manifestações em matéria de covid e teve 80% de suas manifestações acolhidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Na verdade, quando se fala em alinhamento ou não, está-se a desconhecer que o Procurador-Geral da República e o Ministério Público Federal como um todo devem agir dentro da técnica jurídica formal. Não podem se igualar a quem recebe um mandato eletivo, têm que trabalhar dentro da Constituição e das leis, de maneira que, quando, eventualmente, o Procurador ou o Ministério Público manifestam-se pelo não conhecimento de uma ação e, em outro parecer, manifestam-se no mérito, isso não significa, em um caso ou em outro, defender ou não uma certa posição, mas defender dentro da técnica jurídica formal a lei que direciona o seu posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cargo de Procurador-Geral da República, o cargo de Procurador da República, o cargo de membro do Ministério Público de qualquer ramo exige não só atuação técnica, mas também equilíbrio e diálogo. O PGR não é sensor de qualquer autoridade, mas é o fiscal das condutas que exorbitem a legalidade. E é muito importante dizer aqui que, quando o PGR sai da sua função no seu discurso, da sua linguagem jurídica para adentrar a linguagem da política, ou judicializa a política ou criminaliza a política. Esse é o triste dado da realidade.

O eminente Senador Eduardo Braga trouxe duas decisões do Supremo Tribunal Federal...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Acabou?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, não.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – ... trouxe duas decisões da Suprema Corte ontem. Essas duas decisões revelam, simplesmente, não que cidadãos não possam a qualquer tempo acessar a via judicial: o direito de ação, o direito de petição, o direito de representação não sofre limites, a não ser quando é abusivo e atrai uma multa, como má-fé processual.

Mas o difícil da relação da criminalização da política é, às vésperas de uma eleição, um candidato a Senador, a Deputado, a Prefeito, a Governador receber medidas judiciais que surpreendem e, muitas vezes, atentam e destroem a candidatura do candidato, por uma divulgação antetempos, por um escândalo provocado por uma simples medida que não tem nenhuma repercussão a não ser desafiar um devido processo legal.

É importante preservar não somente a ideia de que o PGR deve se ater ao discurso jurídico, que é o discurso com base na lei, na Constituição, sem se imiscuir no dia a dia da política. A política é para os políticos e, afora as intervenções ilegais da política que cabem ao PGR, é a Constituição, que V. Exas. votaram, que diz que quem resolve problemas políticos é esta Casa, quando julga os crimes de responsabilidade, que, tecnicamente, são meras infrações políticas, não são crimes propriamente dito, reservando-se ao Procurador-Geral e ao Ministério Público apenas os crimes comuns e não qualquer outra infração política.

É também nesse contexto que respondo ao eminente Relator, neste primeiro momento, em que aqui temos a oportunidade de nos manifestar sobre a atuação na covid, especialmente, Senador, na capital de V. Exa. A capital de V. Exa., tão sofrida pela falta do oxigênio. Eu devo dizer a V. Exa., vou apresentar números que talvez nem V. Exa. saiba. Talvez. Mas eu perdi umas três noites dialogando com as autoridades sanitárias e mesmo com a empresa White

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Martins para prover a Região Norte de oxigênio. E, por isso, eu quero dizer que, antes mesmo da criação, antes mesmo do reconhecimento pela OMS da existência de uma pandemia, a Procuradoria-Geral da República e o CNMP constituíram um órgão denominado Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19, do novo coronavírus, o Giac. Esse Giac tem uma produção excepcional, com números que eu vou aqui apresentar a V. Exa. Cadê os números do Giac?

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir... Eu queria pedir, Senadores, Senadoras.

Só um minuto, Dr. Augusto Aras.

Eu queria pedir, porque eu estou sendo cobrado na Mesa por alguns Senadores em relação a não conseguirem ouvir as respostas do nosso sabatinado. Então, assim de forma muito carinhosa, os Senadores estão solicitando que eu possa... Eu queria pedir aos nossos convidados – que são muito bem-vindos – que a gente possa prosseguir com a sabatina.

O seu tempo será restabelecido, Dr. Aras.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Obrigado, Senador Davi, Presidente da CCJ.

Posso continuar? (*Pausa.*)

Bem, por intermédio do Giac, nós temos aqui registrado um quantitativo, em um ano e meio, de 296 reuniões realizadas, sendo que, em 2020, foram 172 reuniões realizadas oficialmente; em 2021, 124 reuniões realizadas; ofícios, em 2020, 184 expedidos; em 2021, até 20 de agosto, 247 ofícios, totalizando, nesse período da covid, 431 ofícios. Quanto aos quantitativos de procedimentos extrajudiciais e judiciais, no âmbito do Ministério Público Federal, envolvendo questões relativas à pandemia, de janeiro de 2020 a agosto de 1991, foram 1.967 medidas extrajudiciais e 11.281 medidas judiciais do Giac, no âmbito da covid. O Giac promoveu ainda informes e boletins que somam 213 informativos e 74 boletins, durante um ano e meio.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Presidente, eu perdi o fio da meada da apresentação quando ele estava falando sobre Manaus aqui. Eu gostaria que ele retomasse, especificamente Manaus.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Pois não, Senador. Eu estou apresentando aqui os números de atuação do Giac. O Giac é o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19, do novo coronavírus. É um órgão formado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinete do Procurador–Geral com o Conselho Nacional do Ministério Público e tem duas coordenadoras: a Subprocuradora–Geral da República, Célia Delgado, e a Conselheira Nacional Sandra Krieger.

O Giac atuou, durante um ano e meio, promovendo todas essas reuniões oficiais, ofícios, e atendendo a demandas de todo o Brasil – de todo o Brasil. Especialmente participou das ações ligadas desde a questão primeva da falta de *kit* intubação e até mesmo ao chegar à grande questão do oxigênio lá em Manaus, quando as nossas colegas Subprocuradoras–Gerais da República mantiveram contato diretamente, seja com o Ministério da Saúde, seja com a Anvisa, seja com o Governo do Estado, seja com a White Martins, que era a única fornecedora em condições de atender àquela demanda. De forma que o Giac tem um serviço, como eu estava dizendo, e repito, em que adotou 1.967 medidas extrajudiciais em defesa da população brasileira em relação ao enfrentamento da covid; ajuizou 11.281 medidas judiciais; expediu 213 informativos e 74 boletins. Além disso, Senadores Eduardo Braga e José Aníbal, o Giac carreou para os cofres públicos recursos de multa: 1,6 bilhão oriundo da Petrobras; 51 milhões do caso Geddel Vieira Lima; 2,6 milhões do acordo de colaboração premiada da operação Calvário; 5 milhões para a Fiocruz; 32,7 milhões para a Petrobras; 156 milhões, parcela da delação de Eike Batista, num total de R$2.496.223.315,24.

Afora isso, o Ministério Público atuou no sentido de destinar valores de multas e acordos em ações judiciais e extrajudiciais ao combate da epidemia. Somente no gabinete do PGR, foram destinados quase R$2,5 bilhões. Considerado o MPU, ou seja, sem se considerarem os MPs estaduais, foram mais de R$4,7 bilhões. Esse valor é equivalente aos custos da vacinação de mais da metade da população brasileira até aqui.

E dessa forma, Senador Eduardo Braga, em relação à covid, eu deposito estes documentos, que revelam que não faltou a atuação da PGR e do PGR em nenhum momento nesses 18 meses de enfrentamento ao novo coronavírus, com todos os números aqui postos, à disposição de V. Exa.

Outrossim, é também importante deixar registrado, no âmbito do enfrentamento à epidemia da covid, que tivemos todo o MP brasileiro atuando em todo o território brasileiro, apresentando demandas ao Giac. E o Giac encaminhou essas demandas aos órgãos competentes, federais, estaduais, distrital e municipais. Cobrou providências, recebeu respostas e encaminhou as respostas aos membros do Ministério Público brasileiro.

Com isso, evitou-se o emperramento da máquina judiciária. Só em uma capital de um Estado da Federação, o Prefeito, desesperado, procurou o Conselho Nacional para dizer que já tinha quase 5 mil ordens judiciais, recomendações e ofícios do Ministério Público. E perguntou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao corregedor se ele deveria responder àqueles ofícios, aos papéis, ou deveria manter as medidas sanitárias em curso.

Tudo isso revela o quanto o Ministério Público tem contribuído para o enfrentamento da covid.

Celebramos onze parcerias de acordos de cooperação firmados entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público Federal, o Ministério da Infraestrutura, para o estabelecimento do fluxo regular de informações entre órgãos e promoções de ações integradas a fim de impedir interrupções no fluxo logístico e no abastecimento.

Fizemos um acordo com o Ministério da Saúde, a Anvisa, o Conass e o Conasems para o compartilhamento de informações técnicas e apoio técnico institucional. Fizemos acordo com o Conselho Federal de Medicina para a recepção e tratamento de informações estratégicas. Tivemos toda uma infraestrutura capaz de manter os procuradores da República e promotores, em todo o Brasil, permanentemente instruídos, permanentemente demandantes, permanentemente recebedores das nossas atuações.

Quanto à escassez de oxigênio, foram realizadas diversas reuniões, pedidos de informações, recomendações, divulgação de conteúdo, procedimentos administrativos e ajuizamento de ações judiciais pelo Giac e por membros do Ministério Público. No âmbito do Giac e PGR, foi instaurada a Notícia de Fato, em 20 de janeiro de 2021, compilando as informações relacionadas à atuação dos membros do Ministério Público brasileiro no enfrentamento à questão da escassez de oxigênio medicinal utilizado no combate à epidemia.

Houve a promoção do diálogo pelo PGR e pela coordenadora interina do Giac com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, as Forças Armadas, o Ministério da Saúde, a empresa White Martins e outros órgãos, obtendo soluções emergenciais para a crise em Manaus, com a chegada do produto no dia 15 de janeiro de 2021.

Foi também determinada a realização de um inquérito epidemiológico e sanitário para apurar as causas e responsabilidades do referido colapso. Esses elementos foram entregues à CPI da Covid, em especial ao Senador Girão, que manteve contato permanente com toda a PGR. Enfim, terminamos por pedir a abertura de um inquérito contra o Ministro da Saúde para apurar os fatos e eventuais responsabilidades acerca dessa medida.

Sras. Senadores, Srs. Senadores, muito mais informações tenho em mãos, mas não quero deixar de responder às demais perguntas que me foram dirigidas pelo Senador Eduardo Braga, até porque temos uma longa e feliz oportunidade de prestar contas a V. Exas. do tanto que fizemos e tão pouco foi divulgado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Senador Eduardo Braga, como guardião da democracia, o Ministério Público Federal, o Ministério Público brasileiro tem o dever de manter-se na ordem jurídica, ou seja, dentro do quadro normativo da Constituição e das leis.

Não se trata, como dito, de um procurador-geral ou de um Ministério Público leal ao Estado, a governo nenhum. Trata-se de um Ministério Público leal à Constituição.

O sistema eleitoral foi questionado nesse período. Todavia, a Procuradoria-Geral da República tem 74 membros, dos quais o Vice-Procurador-Geral Eleitoral é um Subprocurador-Geral da República. Este colega tem ampla independência funcional e manifestou-se, claramente, pela idoneidade do sistema de votação utilizado, ante a falta de comprovação de fraudes.

Pessoalmente, este modesto Procurador-Geral compareceu aos trabalhos junto ao Tribunal Superior Eleitoral, dando a sua presença para legitimar o processo eleitoral e os seus resultados.

E, finalmente, perante a imprensa, Sr. Presidente, declarei que o Presidente da Câmara Federal, ao levar ao Plenário a discussão do projeto que buscava alterar o sistema eleitoral, teria um resultado, alguém ganharia, alguém perderia, mas não se trata de ganhar ou perder. Trata-se da observância do princípio da maioria, que orienta a democracia brasileira.

Desta forma, não faltou, em nenhum momento, a atuação do Procurador-Geral. E esta atuação do Procurador-Geral se faz...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – ... por meio de todos os seus colegas Subprocuradores-Gerais da República.

Repito: não existe uma subprocuradoria-geral da República. Só existe um órgão intitulado Procuradoria-Geral da República, integrado por 74 membros, dos quais um deles, neste momento, tem a oportunidade de ocupar o cargo.

Mas este Procurador-Geral da República precisa estar presente em 16 instituições e, neste momento, este Procurador-Geral da República deveria estar em Porto Príncipe, representando o Ministério Público brasileiro perante a comunidade lusófona. Não podendo disso participar, lá se fazem presentes dois Subprocuradores-Gerais da República. No dia 30, outros colegas irão representar o Procurador-Geral da República no Panamá, onde serão celebrados acordos de colaboração sobre lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e para efeito, também, de tráfico de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu vou numerar para V. Exas. o que V. Exas., na Carta de 1988, entregaram ao Procurador-Geral, mas entregaram, também, os meios, os colegas. São 74. Obrigações do Procurador-Geral da República: processos da competência do Supremo Tribunal Federal; assento no Conselho Nacional de Justiça; processos na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça; Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público; Procurador-Geral Eleitoral; participação no Conselho de Justiça Federal; participação no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais; articulação de todos os ramos do Ministério Público da União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público Militar; participação na Escola Superior do Ministério Público da União; presidir o Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União; presidir o Conselho Superior do Ministério Público Federal; indicar, participar e fiscalizar, naquilo que é possível, administrativamente, as atribuições da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; ouvidoria do Ministério Público Federal; manter o diálogo institucional com as associações de classe; representar institucionalmente, no âmbito interno e estrangeiro, o Ministério Público brasileiro como autoridade central; atender às solicitações dos eminentes 81 Senadores, Deputados Federais e autoridades que solicitem audiências com o chefe do MPU; além de participar das relações perante os três Poderes.

É por isso, Srs. Senadores, que o Procurador-Geral da República tem mais 73 colegas para auxiliá-lo. E, desses 73 colegas, aproximadamente 30 estão, por força da Lei Complementar nº 75, de 1993, obrigados a participar desses cargos, que são privativos de Subprocuradores-Gerais da República.

Ainda nas perguntas dos cidadãos dirigidos a este Procurador-Geral da República, quero dizer que, quando o Subprocurador-Geral da República se manifesta, como fez o meu colega Renato Brill de Góes, como fez o meu colega Paulo Gustavo Gonet Branco, no âmbito da Procuradoria-Geral Eleitoral, assim o fizeram em nome do Procurador-Geral da República. Quando se fala na colega Célia Regina Delgado, Coordenadora do Giac, fala-se em nome do Procurador-Geral da República. Quando se fala em nome da Subprocuradora-Geral da República Lindôra, fala-se em nome do Procurador-Geral da República.

E, aqui, uma peculiaridade, Senador Eduardo Braga, que eu quero ter a oportunidade de esclarecer aos Srs. Senadores: a Dra. Lindôra e a Dra. Célia fizeram o mesmo trabalho de delegação nas gestões do Dr. Gurgel, cuidavam de todas as ações criminais no STJ. Houve apenas a mudança de modelo na contemporaneidade, mais cedo, porque, tradicionalmente, todos os procuradores que antecederam nos últimos seis anos, oito anos tinham um modelo de delegação, porque procurador-geral algum tem condições de atender a 16 posições obrigatórias de participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os colegas – são sete Câmaras de Coordenação –, são minimamente 21 Subprocuradores-Gerais da República, e é assim que a instituição Procuradoria-Geral da República, que tem um chefe, um titular, que é o Procurador-Geral da República, que responde por essa instituição, não pode fazê-lo sozinho. Ou conta com seus colegas ou termina por acumular, como eu recebi, mais de 5 mil processos no acervo – processos de toda a natureza –, mais de 5 mil processos, dos quais 90% estão em dia na nossa gestão! Isto é trabalho, isto é ter um grupo de colegas trabalhando, todos com independência funcional.

Este Procurador teve pelo menos cinco críticos ferrenhos, que assinam petições contra ele, ocupando cargos de delegação no Supremo, no TSE. Nenhum deles acusou este Procurador-Geral de interferir, de pedir favores, de pedir qualquer tipo de concessão – nenhum deles! –, porque este Procurador-Geral assumiu esse cargo, investido por V. Exas., na ambiência da valorização da independência funcional; na valorização dos colegas Subprocuradores-Gerais da República, que são os velhos, os velhos na carreira. Ninguém chega a Subprocurador-Geral com menos de 25 anos de carreira – presume-se que pessoas experimentadas tenham mais conhecimento não só do Direito, mas também dos fatos da vida que influenciam o Direito.

Mas, ainda nessa sequência de perguntas populares, é muito importante dizer que o Procurador-Geral, este que fala a V. Exas., não é comentarista político, não pode estar respondendo todo dia uma demanda que é típica de quem tem mandato.

Este Procurador tem o dever de se manifestar no universo do discurso jurídico, primordialmente, nos autos, sem espetáculo, sem escândalo, para não macular, para não prejulgar, para não causar as lesões que estão desprestigiando as condenações ocorridas nos últimos seis anos, oito anos. No final de semana, tivemos mais uma sentença anulada. As anulações dessas sentenças ou são por vícios legais, ou são por defeitos de instrução processual.

O que se reclama deste Procurador é o cuidado que este Procurador tem em fazer imputações, investigações, acusações dentro da lei. Cuidadosamente, analisando cada um dos casos, cada fato, cuidadosamente!

E devo pedir vênia a todos os Srs. Senadores e Senadoras. Na nossa gestão, são 300 investigações e ações penais em curso – só na nossa gestão –, com medidas gravosas, prisões, buscas e apreensões, afastamento de cargos públicos de autoridades com prerrogativa de foro no Supremo e no STJ. Não houve uma decisão que tenha sido derrubada nem pelo Supremo nem pelo STJ; todas as decisões foram mantidas. E a explicação para isso é que não houve vazamento seletivo, não houve investigação seletiva, não houve denúncia seletiva, não houve forjação de provas. O que há é o cuidado permanente para não criminalizar a política, não judicializar a política, não prejudicar o desenvolvimento das empresas, embora mantendo fiscalização através dos seus órgãos competentes; é o cuidado em garantir a cada cidadão – cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador é um cidadão, cada Ministro do Supremo é um cidadão, o Procurador-Geral é um cidadão – seus direitos e garantias fundamentais para que as condenações não ocorram de forma tão irresponsável que possa alguém, supostamente inocente, passar anos na cadeia, para, depois, em um momento seguinte, ser exonerado de toda e qualquer responsabilidade.

Nessas perguntas, Senador Relator Eduardo Braga, vindas dos cidadãos, o Procurador-Geral da República já demonstrou que, se tivesse qualquer alinhamento, o único alinhamento seria com esta Carta – esta Carta! Já demonstrou que contraria, sim, posicionamentos de Governos, mas também este Procurador não é procurador da oposição, não. Este Procurador tem respeito pela maioria, que é o instrumento da democracia. Quando uma Casa ou ambas as Casas, legislativamente, aprovam um projeto de lei, assim se valem do princípio da maioria. E este Procurador compreende que o constitucionalismo moderno reserva ao Ministério Público e ao Poder Judiciário a posição contramajoritária, ou seja, a posição de quem cumpre a norma, porque o clamor das ruas, o desejo do povo tem um representante, tem 81 representantes nesta Casa. Não é o Procurador, não é o juiz que deve refletir essa vontade que têm aqui os legítimos representantes. É preciso que o Procurador aja, a Justiça também, dentro da Constituição e dentro da ordem jurídica. Como diria Ruy Barbosa, "fora da lei não há salvação". E certamente ele é um dos maiores galardões desta Casa na sua história.

Finalmente, Sr. Senador Eduardo Braga, há uma pergunta sobre a emenda constitucional dos precatórios. Não posso respondê-la porque o processo legislativo deve ser adequado, mas ele pode não chegar ao fim com resultado muitas vezes previsível. Só é possível ao Procurador-Geral da República e mesmo ao julgador se manifestar sobre as leis. Eventualmente, o Supremo Tribunal Federal admite a intervenção quando há vício de ilegalidade, vício formal, não vício de natureza material.

De outra parte, eu renovo, ratifico o meu compromisso com esta Casa de bem cumprir a Constituição e as leis do meu País. E assim o farei quando receber o relatório da CPI da covid. Posso dizer a V. Exa. que o Giac tem fornecido todos os elementos de que dispõe à CPI da covid, exatamente para que a CPI da covid tenha aquelas informações já coletadas pelo Ministério Público. Muito há por se fazer, mas certamente que o Procurador-Geral da República tem a equipe do Giac que acompanha diariamente os debates da CPI, coleta dados e analisa a cada reunião da CPI os depoimentos coligidos. Tenham a certeza de que o Procurador-Geral da República, qualquer que seja ele, à época do recebimento desse relatório, já terá uma equipe estudando todos os elementos que foram coligidos. E, assim, será muito mais fácil, em 30 dias, examinar as milhares e milhares e milhares de páginas que hoje já compõem a CPI.

Dito isso, eu agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de fazer essa abertura. Certamente ficarei muito satisfeito em poder apresentar a V. Exas. aqui uma série de esclarecimentos, lançar luzes sobre uma série de informações equivocadas e que certamente são o resultado muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes de pessoas que não têm formação jurídica, que trabalham com comunicação e que muitas vezes não leem as peças, as peças jurídicas elaboradas pela Procuradoria-Geral da República, repito, pelos membros da Procuradoria-Geral da República, que sou eu apenas ocasionalmente o chefe desse Ministério Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dr. Augusto Aras.

Eu queria passar ao próximo Senador inscrito...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, é apenas para agradecer ao Dr. Aras.

Eu me dou por satisfeito com as suas respostas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Braga, que abre mão da réplica e da tréplica ao nosso Procurador.

Eu queria passar... Foi feita uma inversão. Eu tenho uma lista de 21 Senadores inscritos, titulares e suplentes.

Eu vou fazer de três em três, mas eu queria fazer o seguinte: eu queria – naturalmente todos os Senadores, há uma regra regimental para priorizar o titular – atender da melhor maneira possível os suplentes. Então, eu vou fazer de três em três e vou colocar dois titulares e um suplente, porque a gente vai conseguir dar celeridade ao processo, tanto aos presentes fisicamente como aos presentes remotamente.

Qual é a sugestão, Líder?

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – De quatro em quatro: três titulares e um suplente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pode ser? Consulto o Plenário se pode.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pode.

Então, Dr. Augusto, espero que os quatro não façam o editorial feito pelo Senador Eduardo Braga dos questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu informo a V. Exa. que fique atento, porque teremos quatro Senadores fazendo a arguição de V. Exa.: três titulares e um suplente.

Foi feita uma permuta do Senador Jorge Kajuru, que era o primeiro inscrito, com o segundo inscrito, Senador Rogério Carvalho.

Então, eu queria também pedir os dez minutos. Eu vou colocar o cronômetro aqui para a gente tentar seguir da melhor maneira possível, porque vai ter réplica e tréplica.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, tem como só ler...

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – A minha sugestão é cinco minutos para cada um, Sr. Presidente, porque senão não acaba nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O problema é que, regimentalmente – eu chamei o Dr. Ednaldo –, e, na alínea "f" do art. 383, está expressamente escrito: "10 (dez) minutos, assegurado igual prazo para resposta, imediata, do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por 5 (cinco) minutos."

Então, se fizerem todos como o Eduardo Braga...

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Modicamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... modicamente, a gente vai conseguir dar celeridade, e 17h, se tudo der certo, estaremos no Plenário do Senado deliberando esta matéria.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, tem como só ler, então, os dez primeiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou ler, é porque eu vou ter que fazer o intercalado, mas eu vou ler os que estão inscritos: Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Lasier Martins, Marcos Rogério, Marcos do Val, Telmário Mota, Fabiano Contarato, Fernando Bezerra, Nelsinho Trad, Soraya Thronicke, Mecias de Jesus, Zequinha Marinho, Oriovisto Guimarães, José Aníbal, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Humberto Costa e Carlos Fávaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho, por dez minutos.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os colegas Senadores e Senadoras e o Procurador-Geral, Augusto Aras, e cumprimentá-lo pelos dois anos que esteve à frente da Procuradoria. A gente só sabe a dor e a delícia de ser e de exercer um cargo público quando a gente vive esse cargo público.

Mas aqui eu queria trazer algumas reflexões, que reputo fundamentais para o País, para o exercício da Procuradoria-Geral da República e para a condução dessa Procuradoria pelo seu Procurador.

Primeiro, nós temos que superar aquilo que incomoda a mim, e talvez incomode a muitos brasileiros e talvez a alguns Parlamentares, que é a situação do nosso País em que a vontade de determinados agentes públicos fica acima do que está no nosso ordenamento jurídico, do que está na nossa Constituição, do que está na lei.

Nós sabemos que a Constituição de 1988 marcou para a história do Brasil um novo tempo na defesa dos direitos difusos da população brasileira e dá ao Ministério Público estadual e ao Ministério Público Federal esse dever de cuidar dos direitos difusos, dos direitos quando, por algum motivo, eles são negados ou são subvertidos. Cabe ao Ministério Público, na sua totalidade, a responsabilidade de ser o guardião desse direito difuso. E, assim, nós temos o direito à vida, os direitos que estão impressos na Constituição Federal, dentre eles, o direito à liberdade, o direito à democracia, o direito a votar e ser votado, ou seja, nós temos um capítulo da Constituição formado por aquelas que são as cláusulas pétreas, como, por exemplo, o trânsito em julgado, ou seja, você só é culpado após o trânsito em julgado. São as cláusulas pétreas da nossa Constituição.

E a gente tem visto que se fala pouco ou se tem pouca, ou não se valoriza, ou não se dá a importância para a atuação do Ministério Público, da Procuradoria-Geral no que diz respeito àquilo que é a essência de uma carta política que orienta a função de um Procurador-Geral, do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos, que é a defesa da essência da vida em sociedade, que é regrada por uma Carta Magna.

Nesse sentido, nós temos alguns crimes que precisam ser acompanhados, como, por exemplo, os crimes contra o meio ambiente, os crimes contra a democracia. E eu, na condição de Relator do projeto da lei do Estado democrático de direito, acho que a gente coloca um novo instrumento para deixar no passado a Lei de Segurança Nacional e ter limites e, ao mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo, possibilidades de exercício da liberdade com limites, limites que estabelecem a possibilidade do convívio pleno em sociedade.

Eu queria colocar aqui, Sr. Procurador, algumas questões. Uma o senhor já mencionou. Nós estamos diante de uma das maiores catástrofes humanitárias da humanidade, uma catástrofe sanitária sem precedentes e nós estamos fazendo uma investigação de como se conduziu o Governo, seus assessores, parte da sociedade que se envolveu e que influenciou na condução para aumentar contágio, para aumentar o uso de medicamentos ineficazes, quer dizer, questões que, de alguma forma, contribuíram para, de forma enganosa, conduzir a população a um determinado caminho.

Essa CPI cumpriu e vem cumprindo um papel muito importante e diferente de outras. A sociedade acompanhou, como em nenhuma outra CPI, o dia a dia desta CPI, porque se tratava de uma CPI que avaliava a morte daquilo ou a perda daquilo pelo que a gente mais tem amor, que são os nossos irmãos, são os nossos pais, mães, filhos, ou seja, aquele bem maior é o que se perdeu com essa catástrofe sanitária, que é a vida. Portanto, tanto interesse da sociedade.

Então, de que maneira... V. Exa. já se colocou aqui como comprometido, mas eu queria saber qual o grau de compromisso da PGR, do PGR, na análise e V. Exa. já falou aqui que não está nesta função para exercer lado, mas para exercer o que a lei estabelece como guia para conduzir o seu trabalho, encaminhar os pareceres e oferecer ou não as denúncias necessárias, para que a gente possa dar consequência ao resultado desta CPI.

Outra questão, Sr. Procurador Antônio Aras, nós temos acompanhado reiterados ataques – notadamente do Presidente da República e de apoiadores – às instituições democráticas do País, em especial ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional, e estamos vendo a insubordinação de forças policiais, militares, nos Estados, que embarcam na tentativa de questionar a democracia, o Estado democrático, a liberdade e o bem maior, que é o funcionamento pleno da nossa democracia, a partir do exercício, da expressão das pessoas e da expressão do voto. Como V. Exa. vê o risco de uma conflagração e como podemos... e como V. Exa., o Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, pode agir para mitigar, reduzir, interromper, demandar à Justiça que se interrompam determinadas ações que são nitidamente uma agressão à democracia, às instituições democráticas e às liberdades individuais, que são uma garantia constitucional pétrea da nossa Constituição. Então, fica aqui uma pergunta também dentro disso, mais objetiva e mais direta: a insubordinação de policiais militares nos Estados, como lidar com isso? Nós não podemos deixar que uma força armada pelo Estado se coloque contra a liberdade de expressão da sociedade brasileira. Não é para isso que ela existe, como não é para isso que nenhuma força, seja ela militar, seja ela policial se insubordine contra a democracia e as instituições democráticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Líder Rogério.

Concedo a palavra ao Senador titular Jorge Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente da CCJ, Davi Alcolumbre.

Eu quero começar mostrando ao Dr. Augusto Aras todo o meu respeito ao senhor como homem público e que aqui nenhuma questão, nenhuma colocação de minha parte será da ordem pessoal. Perfeito? Inclusive, nós temos amigos em comum e eles sabem da minha maneira de agir.

Eu já começo expondo um princípio de minha parte. Conforme meu primeiro projeto de lei nesta Casa, em fevereiro de 2019, eu sou contra radicalmente a reeleição de Prefeito, Governador e Presidente da República. O projeto continua esperando para ser colocado em pauta. Aliás, acho que ele não vai ser nunca, mas, pelo menos, eu apresentei esse projeto, por considerar que a continuidade de mandatos não traz benefícios; pelo contrário. O Procurador-Geral da República é indicado, não eleito, mas a recondução não é obrigatória, a meu ver, acertadamente. Tanto é que a sua antecessora, Dr. Augusto Aras, Raquel Dodge, poderia ser reconduzida ao cargo, e não foi.

Assim, repito e insisto, por coerência de minha parte e não por qualquer idiossincrasia de ordem pessoal – e quero manifestar de público aqui, porque nada na minha vida é secreto; eu entrei nesta Casa dizendo que não concordaria com o voto secreto e declararia para o Brasil, para a Pátria amada, o meu voto –, que o meu voto é contra o seu segundo mandato à frente da Procuradoria-Geral da República, pela minha coerência e também pela sua gestão, em que há virtudes e, a meu ver, falhas. Exemplo: no mês passado, cinco integrantes do Conselho Superior do Ministério Público Federal pediram ao senhor para investigar o Presidente Jair Bolsonaro pelo crime de abuso de poder, a propósito das reiteradas declarações do Chefe do Executivo contrárias ao processo eleitoral, inclusive sugerindo que, sem o voto impresso, podemos não ter eleições em 2022. O que o senhor, não como comentarista político, juridicamente, pela importância do seu cargo, da sua pasta, o que o senhor achou? Porque eu não me senti convencido quando o senhor respondeu para o colega Eduardo Braga. Eu ficaria muito feliz de saber a sua opinião realmente, o que o senhor tem realmente a dizer sobre essas atitudes do Presidente da República sobre o tema eleições. Ficaria muito satisfeito com essa resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só três perguntas, Presidente Eduardo Braga, para a gente caminhar. A segunda: Dr. Aras, eu conheço procuradores, e há Parlamentares com essa mesma opinião, que chegaram a comparar os seus dois anos de gestão na PGR, comparando-o com Geraldo Brindeiro, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, tido como o maior engavetador de processos do País, ou seja, o senhor foi chamado, várias vezes, de Geraldo Brindeiro. De que forma que o senhor reage e que o senhor responde objetivamente?

Por fim, para mim, o caso, Sras. e Srs. Senadores, aqui à minha direita, meu ídolo Amin, que deve ter lido, o Senador Eduardo Braga também leu, o editorial de hoje do jornal *O Estado de S. Paulo* é gravíssimo. Ele trata das manifestações convocadas, Dr. Aras, para 7 de setembro. O editorial de um dos maiores jornais do País diz não ter dúvidas de que o objetivo é invadir o STF e o Congresso, o que, de forma alguma, pode ser considerado manifestação de pensamento ou expressão de opinião política.

Segundo o jornal, as ameaças são gravíssimas, pelo simples fato de terem sido feitas, e *O Estado de S. Paulo* diz que o Congresso, e evidentemente tem razão o jornal, o Congresso tem de reagir, e o Ministério Público, da mesma forma, precisa acionar a Justiça, de forma a invadir essa ação criminosa da qual eu peço a sua opinião juridicamente e a sua opinião até como brasileiro, se isso realmente ocorrer no próximo dia 7 de setembro.

São essas perguntas. Creio que cumpri o tempo, Senador Eduardo Braga, Presidente.

E repito, nada pessoal, de forma alguma, mas já fui lá e já registrei o meu voto. E como eu sempre declaro publicamente, aqui todo mundo sabe, o meu voto é contra, pelos princípios que apresentei aqui e opiniões.

Obrigado, Senador Eduardo Braga.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu que agradeço a V. Exa., Senador Kajuru.

Passo a palavra ao Procurador Augusto Aras. (*Pausa.*)

Perdão, perdão, perdão, desculpa. Mas agora o quarto...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Terceiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Terceiro. Então o terceiro é o Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Por acaso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por acaso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Portanto, não era em causa própria. Não era em causa própria.

Eu quero cumprimentar o nosso Procurador-Geral da República. Tomo a liberdade de tirar a máscara, porque eu estou guardando uma distância razoável.

E quero formular, junto com a minha manifestação de apreço e de aplauso ao seu relatório, e de um modo geral, à sua gestão, vou formular duas perguntas de natureza institucional e que têm a ver com isso o que se chama confronto entre Poderes. Nas duas, discordo da posição que a Procuradoria-Geral da República tomou. Sou obrigado a respeitar.

A primeira diz respeito à auditabilidade do voto. Senhores, o voto não é auditável no modelo de urna que o Brasil usa, tecnologicamente demonstrado e faticamente também. O fato consta de um processo da urna 458, de Içara, em 2014, quando foram perdidos, deletados, 287 votos, remanescendo 103, que acabaram sendo votados por apenas 43 eleitores, em cédulas, ou seja, os votos foram perdidos. Este e outros incidentes – este tem número de processo – comprovam que o voto não é auditável.

O remédio para isso foi estabelecido no art. 59-A do Código Eleitoral. A Presidente Dilma vetou, o Deputado Jair Bolsonaro, então, apresentou essa emenda e ela foi... O veto foi derrubado por 368 votos a 50, na Câmara, e por 56 a favor da derrubada do veto, no Senado. Contudo, enquanto o Tribunal Superior Eleitoral investia contra esse dispositivo, a Procuradoria-Geral da República se manifestou contra a adoção desse mecanismo pelo qual o voto impresso ficava retido, numa espécie de emissora de cupom fiscal, e não tinha contato com o eleitor. A Procuradoria-Geral da República alegou que isso contrariava o direito ao voto secreto, dando margem a que o TSE, em 2018, monocraticamente, e em setembro do ano passado – já tendo V. Exa. como Procurador-Geral da República –, colegiadamente, com um voto contra e uma manifestação de um Ministro de que a sua convicção pessoal não era essa, aceitou, com todo o respeito, essa acrobacia que hoje se revela um entrave para esse impasse, que se fala, da segurança eleitoral. Repito, respeitosamente: o voto não é auditável. Auditável pode ser a urna, o sistema. O voto não é auditável e nós temos que evoluir. Santa Catarina foi o berço da urna eletrônica. Eu não quero que volte o passado, mas quero progredir.

O segundo ponto é sobre o Inquérito 4787. Dr. Augusto Aras, o meu avô materno era um artesão italiano de Bevilacqua, Verona. Hoje, eu comentei sobre isso com o meu amigo Kajuru. Ele trabalhou na restauração de algumas casas que serviram à inquisição e se transformou, se converteu num anticlerical empedernido. Por ter visto coisas que serviram à tortura da inquisição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





ele chegou a proibir a minha avó de batizar os seus filhos e filhas, inclusive a minha mãe. É claro que a minha avó, nascida em Pádova, o traiu. Claro. Padovana, papa-hóstia, vai aceitar ordem de um ateu, anticristão, que queria que ela não batizasse os filhos? Então, isso é uma controvérsia familiar que eu herdei e, com isso, eu aprendi a lidar com as contrariedades também.

Mas eu quero dizer para o senhor o seguinte: este Inquérito 4787 é a ressurreição da inquisição. E eu tentei, ainda na votação da Lei de Segurança Nacional, estabelecer uma punição explícita para o juiz que, sendo vítima de uma agressão, abre um inquérito, aliás, aporta um inquérito que teve começo, mas não tem fim, não tem tipificação de crime, não tem nominação de investigado a ser chamado, e, depois, ele julga e, no caso do Supremo Tribunal Federal, não há recurso.

Meu querido amigo Rogério Carvalho me beneficia com a sua presença. Ele até declarou, vou falar, porque ele está presente, ao dizer que não podia votar na minha emenda, ele disse: "Estou à disposição para apoiar proposição autônoma para aprimorar o referido tema, que estaria atendido pelo art. 112, do Código de Processo Penal". Eu não diria isso se ele não estivesse presente, porque não estou falando mal. Estou lendo as notas taquigráficas do que ele falou.

Neste caso, do Inquérito 4787, já sob a sua gestão, a Procuradoria-Geral da República se manifestou, se eu não estou enganado, pela sua constitucionalidade?

Então, eu quero dizer para o senhor o seguinte: essas duas intervenções da Procuradoria-Geral da República – institucionalmente eu estou falando –, para mim, cidadão, complicam a vida do País. Primeiro, por permitirem que se imagine que o sistema eleitoral brasileiro, que é o melhor do mundo, provavelmente, não possa ser aperfeiçoado. Pode e deve, pela auditabilidade do voto, que hoje não é auditável.

Modéstia à parte, aos 62 anos de idade, eu concluí o meu doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento, e já tinha sido analista de sistemas antes. Eu conheço um pouquinho para dizer que o voto não é auditável.

Segundo, eu acho que este inquérito afronta o Estado democrático de direito. Ele empodera o juiz e o tribunal de tal sorte que constitucionaliza o despotismo, a perseguição e aquilo que o senhor não fez, que é a seletividade na acusação e na denúncia.

Então, eu queria ouvir de V. Exa. o que V. Exa. pensa institucionalmente da posição da Procuradoria-Geral da República – eu respeito, mas contesto em gênero, número, grau e, principalmente, em oportunidade.

E, para concluir, queria chamar a sua atenção para um fato que vai acontecer amanhã. Amanhã serão julgadas redemarcações – ou pelo menos vai se iniciar o julgamento – de terras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas. Afeta o Brasil inteiro. E quem provocou esta ação foi a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina. Eu rogo que a Procuradoria-Geral da República, representada nesse feito, leve em consideração o que tem relativamente pacificado isso, que é o marco temporal. Sem o marco temporal, nós vamos despejar um pouco mais de querosene nas questões que hoje afligem a todos nós.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agradecendo ao Senador Esperidião Amin e obedecendo ao que foi acordado – de quatro, um sendo suplente –, o Senador Lasier, por favor, com a palavra, registrando que o Senador Luis Carlos Heinze não está presente no plenário.

Com a palavra o Senador Lasier.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é farinha gaúcha do mesmo saco. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E de boa qualidade.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Saco parecido ao dos catarinenses.

Bom, obrigado pela deferência, Presidente Eduardo Braga. Saúdo o Dr. Augusto Aras.

Eu venho acompanhando, lá do gabinete, que várias perguntas que eu pretendia fazer já foram formuladas, mas eu quero insistir com relação a *fake news*, Dr. Aras, como capitulação penal que eu não consigo enxergar no Código Penal, porque já existem outras figuras penais, como a injúria, a difamação, a calúnia. Então, eu gostaria que... Porque nós aprendemos que não existe crime sem previsão legal. *Fake news* não está no Código Penal.

Como V. Exa. enquadra a *fake news* no Direito Penal se as partes ofendidas já têm outras alternativas com previsão legal? Essa é uma pergunta.

Uma outra, Dr. Aras: por que V. Exa., no dia 12 de agosto, agora recente, encaminhou ao Supremo um parecer pela rejeição das ações movidas pelos partidos Cidadania, PSB e PSOL para suspender a execução das emendas de Relator do chamado "orçamento secreto", que teria sido criado para garantir apoios políticos no Congresso, num esquema, no entanto, discriminatório, seletivo, sem transparência, com o dinheiro público, a chamada RP 9, que foi, inclusive, objeto de amplas reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo,* onde especialistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

batizaram essa operação como "tratoraço", ferindo os princípios da impessoalidade e da transparência?

Então, eu fico surpreso. V. Exa., como fiscal da lei, por que o seu parecer foi pela rejeição daquelas ações propostas por aqueles três partidos? – considerando o momento que nós estamos vivendo, com os cofres bilionários sendo abertos para essas emendas discriminatórias e em plena época da pandemia.

Então, Sr. Presidente, são fundamentalmente essas duas perguntas, porque estou percebendo que os colegas vêm fazendo perguntas que eu pretendia fazer.

E, se possível ainda, com relação à Lava Jato, no dia 25/09/2019, estávamos aqui nesta mesma sala – V. Exa., aí e eu, aqui – e eu perguntei sobre a Operação Lava Jato e obtive a seguinte resposta, V. Exa. falando:

> [...] a Lava Jato é este marco importante e é o resultado de muitas experiências que a antecederam. Nós precisamos tratar a Lava Jato como toda e qualquer operação, [em] todos os seus princípios e valores, [...] É fundamental que os agentes públicos, especialmente e no particular, do Ministério Público e da magistratura se manifestem nos autos, se manifestem especialmente, como recomendam as doutrinas americana e alemã, somente na fase da ação penal. [...] Nós precisamos compreender a Lava Jato como a soma das boas experiências, das boas práticas que ali se encontram, e é nesse aspecto que eu defendo que esta boa Lava Jato seja incorporada a todo o Ministério Público [...].

Então, V. Exa., como Procurador-Geral, deu andamento a algo semelhante a uma nova Lava Jato, com as mesmas características de busca dos grandes saqueadores do dinheiro público?

Então, são essas três perguntas, Dr. Aras: uma sobre o conceito de *fake news:* onde V. Exa. a enquadra na lei penal? Outra: por que o pronunciamento de V. Exa. no caso do "tratoraço'? E esta última sobre a Lava Jato, que V. Exa. saudava, mas nós não vimos até hoje se alguma providência semelhante, com aquele êxito alcançado pela Lava Jato, V. Exa. trouxe nesses seus dois anos de gestão.

Era isso.

Agradeço a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra ao nosso Procurador, Dr. Augusto Aras. E como nós fizemos esse bloco de quatro – um a mais, Dr. Augusto –, eu vou dar para V. Exa., em vez de 10 minutos, 12 minutos para tentar que o senhor possa responder a todas as perguntas.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Srs. Senadores Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Esperidião Amin e Lasier Martins.

Concentrando as respostas, eu vou começar pela última, do Senador Lasier Martins, que é muito importante, porque as operações da Lava Jato, que se localizaram em Curitiba, Rio e São Paulo, ganharam muita notoriedade e prestaram bons serviços a partir das experiências anteriores, da Operação Sundown, do Banestado e de outras tantas operações que geraram um acúmulo de experiências e conhecimentos.

Todavia, as forças-tarefas como modelo de investigação e de acusação geraram disfuncionalidades a partir da pessoalização, o que gerou distorções, gerou uma certa criminalização da política para manter permanentemente os alvos em estado de atenção. E, na nossa percepção, a institucionalidade da Lava Jato em GAECOs federais, que são instituições que já existem em funcionamento nos Estados há 25 anos e que, no Ministério Público Federal, foram criados em 2013, a forma dos GAECOs federais geraria muito mais conforto – conforto no sentido de segurança jurídica – para os procuradores que faziam parte dos GAECOs. As Lava Jatos foram constituídas em GAECOs, só que esses procuradores passaram a ter direitos, garantias, a ter asseguradas as prerrogativas, a ter orçamento próprio, a ter prestação de contas também. O Gaeco de Curitiba, no particular, tinha um único ofício com um único Procurador titular, que era o Dr. Deltan Dallagnol. Hoje, nós temos cinco ofícios – nós aumentamos de um para cinco. Nós não só aumentamos para cinco ofícios: nós temos 36 servidores em cargos de comissão, indicados pela unidade de Curitiba, para servirem a esses cincos procuradores com cinco ofícios especializados. Dessa maneira, os GAECOs federais estão sendo implementados não para enfraquecer o combate à corrupção. Ao contrário. O exemplo de Curitiba revela que hoje um procurador do Gaeco de Curitiba tem a segurança de não sair dali, porque tem a garantia de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, prorrogáveis... Antigamente, não. Antigamente um colega buscava um procurador em Roraima, no Amapá ou mesmo em Ponta Porã e levava para o Paraná, para Curitiba, de maneira que aquele procurador fazia falta – fazia falta no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste –, e não havia reposição. Hoje, nós temos os GAECOs não só estruturados e organizados, mas com recursos financeiros submetidos à prestação de contas. Isso é bom para os colegas que trabalham investigando, isso é bom para o cidadão investigado, porque cria um sistema de responsabilidade e acaba com o personalismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, eu espero que todos compreendam que nós temos hoje 15 GAECOs – nós não tínhamos nenhum antes. Nós tínhamos três forças-tarefas: uma de Curitiba, uma do Rio e uma de São Paulo. Hoje nós temos 15, mas não temos só 15 GAECOs, Senador Lasier, Sras. Senadoras e Srs. Senadores; nós temos GAECOs em todo o Brasil que podem usar não só o nosso banco de dados unificado com um terabyte só de Curitiba, que nós compartilhamos com todo o Brasil, mas com tantos gigabytes do Rio de Janeiro, de São Paulo e de todos os Estados.

Doravante, eu espero que o Senador Girão não diga: "Dr. Aras, por que a Lava Jato não chega ao Ceará?". Não chegava antes, porque a unidade de Curitiba era isolada, não era conectada. Doravante, todo o Ministério Público estará conectado. Os GAECOs são 15. Já temos mais 7 GAECOs em formação. E, com isso, os GAECOs federais vão trabalhar com segurança para os membros e com segurança para o cidadão investigado. Quer dizer, o nível de desacertos como essas decisões judiciais que vêm sendo anuladas, o nível de desacerto no que toca à perseguição ou a investigações seletivas, denúncias seletivas, tudo isso vai diminuir.

Mas eu quero dar uma boa notícia a V. Exa. e a todos os Srs. Senadores e Senadoras: nós gastamos o ano de 2021 reestruturando o Ministério Público Federal em todo o Brasil. Analisamos cada unidade das 200 unidades. Nós fizemos uma análise de cada unidade para efeito de desmobilizar as unidades que não tinham demanda que justificassem a sua existência e transferir aqueles colegas e servidores e aportes financeiros para grandes centros que exigem uma maior força de trabalho. Com isso, nós pudemos acrescentar... Em Curitiba não há mais um só ofício. Há cinco ofícios. O Gaeco federal de Curitiba tem hoje condição de fazer cinco vezes mais. Então, eu espero que com isso tenha não somente justificado, mas honrado o meu compromisso com V. Exa. quando indagado na sabatina anterior.

Ainda em relação ao Senador Lasier, que tem uma pergunta que coincide com a do Senador Amin...

Senador Amin, eu acho que o número do Inquérito é 4.781, que é o de *fake news*, salvo engano. É o 4.781. No início nós ficamos aqui meio tumultuados, mas é 4.781. Então, é o inquérito... Nesse inquérito, nós nos manifestamos pela constitucionalidade do art. 43 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal em razão do fato de que aquela norma não tem nenhuma norma similar no ordenamento jurídico brasileiro para proteger a pessoa dos ministros do Supremo, seus familiares e servidores que ali atuam. Se nós fôssemos estender muito aquela norma, até o PGR, que lá tem assento, teria direito àquela norma. Mas o mesmo não ocorre em relação a outros tribunais. Aquela norma só existe, art. 43, ali para o âmbito dos ministros do Supremo. A constitucionalidade decorre de precedentes do próprio Supremo que datam de 1992, salvo engano, Ministro Sepúlveda Pertence, Ministro Maurício Corrêa, dentre outros, já tinham afirmado a sua constitucionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é preciso aqui, Senador Amin e Senador Lasier e Sras. Senadoras e Srs. Senadores, esclarecer alguns pontos. Quando eu tomei posse e encontrei o inquérito de *fake news*, eu me debrucei para estudar o assunto porque encontrei uma orientação posta dentro do Ministério Público, que era desconsiderar todo e qualquer papel público oriundo daquele procedimento.

Como alguém que milita há 40 anos na área jurídica, eu não poderia aceitar que um agente público recebesse um papel público e simplesmente o jogasse na lata do lixo. Então, eu me manifestei no sentido clássico do papel do Ministério Público: recebido qualquer documento público, qualquer papel público, eu queria três, ou quatro, ou cinco posições, que foi a minha orientação.

Se eu recebo do Ministro relator o inquérito, eu verifico:

I - se há indício suficiente de autoria e de materialidade;

a) se houver, dentre os investigados, autoridade com prerrogativa de foro, eu denuncio no Supremo ou no STJ;

b) se não tem prerrogativa de foro, eu encaminho para a instância competente;

II - não há nenhum elemento de autoria e de materialidade, eu arquivo;

III - há elementos de autoria de materialidade, mas não há autoria, eu requeiro a complementação das diligências.

E assim foi a minha primeira orientação, que serviu de norte para a nossa instituição, Ministério Público Federal.

Em seguida, houve alguma dificuldade nesse relacionamento de observar regras clássicas do Direito Penal e do processo penal, que são essas que eu acabo de declinar. Havendo dificuldade, eu ajuizei a ADPF 572, pedindo ao Supremo...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É 4.787, instituído pela Portaria do STF 69, de 2019. É o que eu tenho aqui: 4.787.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Talvez seja um avulso, talvez seja um avulso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, o Inquérito é nº 4.787, instituído pela Portaria do Presidente do STF 69, de 2019.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Senador, esse número tem a ver com a Codesa. É isso? Codesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o inquérito chamado por alguns de *fake news* e por outros chamado de antidemocrático.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Não, não. O 4.787 é Codesa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Que é também palco da ADPF 572.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Talvez, Senador, esse 4.787 seja um filhote, um avulso do 4.781.

Bom, aí fizemos a ADPF 572 pedindo ao Supremo que estabelecesse...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Art. 43?

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Isso. Pedindo que estabelecesse os limites objetivos...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Do art. 43?

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Do 43.

O Supremo cumpriu, estabeleceu esses limites.

A partir daí, o ministro relator passou a enviar, a cada prática de ato processual, à Procuradoria. A Procuradoria, então, passou a fazer uma fiscalização desse inquérito e já pediu inúmeros arquivamentos desses avulsos, que são pequenos inquéritos dentro do inquérito-mãe, por conta da falta exatamente de elementos. Também a Procuradoria já pediu inúmeras declinações desse inquérito. O que provavelmente cause alguma dificuldade em todos é a ideia de um inquérito sem fim – o inquérito tem que ter fim –, e esse talvez seja o problema.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ele não tem fim nem começo.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Pois é, mas é preciso estabelecer um fim. Então, o fim de um inquérito normalmente está posto no seu objeto. O grande problema que nós estamos vivendo, e eu não estou aqui fazendo defesa do Ministro relator nem da Corte, é uma polarização permanente, gravíssima para o País, gravíssima para as instituições democráticas, gravíssima para todos, que faz com que todo dia haja um novo fato, e este novo fato provoque um avulso desse inquérito, que vai, assim, se...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há 26 meses. Dia 29 faz 26 meses do inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Pois é.

Nós temos enunciados que recomendam que, se um fato não foi apurado em 24 meses, deve ser arquivado. Mas nós estamos preocupados com o assunto. O grande problema nosso como instituição, Senador, é conciliar – e eu digo conciliar no sentido mais profundo da palavra – a norma, o direito diante de um momento tão tumultuado como o que nós estamos vivendo.

Então, eu estou explicando a este Senado qual foi a opção do Procurador-Geral como chefe administrativo do MPU: receber os papéis, não os desprezar, porque ao agente público não é dado desprezar denúncias de ilicitude, é obrigatório comunicar à autoridade competente, mas fazê-lo dentro do seu universo funcional.

Se tiver alguma dúvida, eu continuarei respondendo sobre a questão do inquérito de *fake news*, mas foi uma posição...

Pois não.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Se V. Exa. permite, nós tivemos três prisões muito polêmicas, Dr. Aras. V. Exa. encontrou eco com *fake news* nas prisões do jornalista Eustáquio, do Deputado Daniel Silveira, apesar da sua inviolabilidade do mandato, e do Presidente do PTB, Roberto Jefferson? Há relação nessas prisões com *fake news* ou V. Exa. encontra um outro motivo para referendar as prisões?

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Senador Lasier, nesse universo de *fake news*, é importante dizer que, em primeiro lugar, nós relacionamos *fake news*, do ponto de vista macro, como um fenômeno muito antigo. As *fake news* são as mentiras que são publicadas, não há novidade. O Código Eleitoral de 1965 já dizia, já pune como crime quem divulga conduta sabidamente inverídica, mas não é só. Existem *fake news* lícitas, como alguém declarar que acredita que o homem nunca foi à lua ou que a terra é plana; como existem ilícitas, no crime contra a economia popular, na publicidade enganosa do CDC, art. 37, salvo engano, na eleitoral, como eu acabei de dizer; e caluniosas, que estão submetidas à norma penal.

O grande problema, no caso concreto que V. Exa. apõe, é que nos manifestamos contra prisões inicialmente – inicialmente –, porque a liberdade de expressão, segundo doutrina constitucional e jurisprudência do próprio Supremo, é controlada *a posteriori*, ou seja, primeiro o indivíduo tem que ter garantida a sua liberdade de expressão e depois haver um controle.

Assim é que o Ministério Público Federal não se manifestou contra a prisão do Deputado Daniel Silveira, mas, sim, para medidas cautelares; assim como o Ministério Público não se manifestou pela prisão do ex-Deputado Roberto Jefferson, naquele momento primeiro, porque ele não tinha prerrogativa de foro e porque não havia cautelaridade naquele momento, mas, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

momento posterior da prisão, tanto do Daniel Silveira, quanto do Roberto Jefferson, houve ameaças reais aos Ministros do Supremo. De maneira que, se, num primeiro momento, a liberdade de expressão era o bem jurídico constitucional tutelado mais poderoso que existe dentro da nossa Constituição e da Constituição americana, que é o primeiro dos princípios; num segundo momento, já se abandonou a ideia da liberdade de expressão para configurar uma grave ameaça. E, aí, o art. 43, que é o que dá suporte ao inquérito das *fake news*, passa a ter uma importância que não teria antes. Por quê?

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – A liberdade de expressão não estaria contemplada propriamente nas *fake news*, mas a ameaça direta e frontal já não poderia ser ignorada.

Então, essas explicações são importantes, porque nós precisamos separar. Primeiro, eu estou há 23 meses nesse cargo. Eu sou sofro críticas diariamente e eu não processei um caminhão de jornalistas por isso. Eu recebo as críticas e procuro assimilá-las, vendo o que é veraz, o que é idôneo, o que eu posso corrigir. Eu vejo outras críticas que não têm nenhum fundo de verdade, porque a premissa básica é falsa e, às vezes, não posso responder, porque, se eu responder, eu estou promovendo mais ainda uma ofensa a terceiros ou a mim mesmo.

Tenho neste momento aqui o grande momento, da minha vida pessoal e da minha gestão, de esclarecer toda e qualquer dúvida deste Senado. Eu não quero deixar uma pergunta sem resposta, porque eu posso garantir a V. Exa. o seguinte: com 34 anos na carreira, 31 anos de professor, eu posso me aposentar de ambas as carreiras. Eu posso levar uma vida mais tranquila, mas eu estou aqui para cumprir meus compromissos com V. Exas.

Eu disse a V. Exas., lá atrás, que eu não tolerava investigação seletiva, acusação seletiva, vazamento seletivo. Eu não tolerava violação ao contraditório, à ampla defesa, à punição injusta – que eu ouvi, internamente, dentro da minha instituição, e fora da minha instituição. Eu não tolerava, por princípios e valores que cultuo, certas posturas de criminalização da política, não só externa, mas também interna.

Então, a minha presença nesta Casa, hoje, para dar sequência a dois anos, se V. Exas. me permitirem, é a preocupação de não dizer assim: "Olha, Marco Túlio Cícero, vós dissestes que os maus triunfam, porque os bons se afastam". Eu digo: eu não me qualifico como bom, mas eu tenho boas intenções, embora as intenções, muitas, estejam em lugares errados, mas eu tenho um bom propósito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também tenho experiência política, não só como estudioso da ciência política, da filosofia política, da antropologia política, da sociologia política. Eu não sou só alguém que tem formação jurídica; eu tenho formação em outras áreas.

Eu também sou filho de político. Meu pai foi Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, presidente de partido e eu sei o quanto sofre um político. E eu acho uma covardia, Senador Lasier, que alguém que tem o dever de trabalhar com o discurso jurídico use a caneta, que deve submissão à norma, para desequilibrar o jogo da política, seja judicializando, seja criminalizando. Sabe por quê, Senador? Porque com a norma o indivíduo se despe da sua responsabilidade pessoal, moral, íntima para dizer: "Ó, foi o legislador quem fez isso aqui ó, não fui eu não." Mas acontece que o discurso da política, V. Exas. sabem mais do que eu, é o discurso do diálogo, é o discurso da integração, é o discurso da busca do consenso social numa democracia. E, no discurso jurídico, não existe esse consenso, a não ser quando há uma justiça negociada, quando há uma colaboração premiada, quando há um acordo de leniência, quando há uma transação penal ou quando há uma transação cível. Quer dizer, vivemos uma época em que o direito penal negocial tem toda a sua importância. Mas eu não posso aceitar, por exemplo, que eu saia do meu cargo de PGR, em que eu tenho o dever de observar a lei, para discutir politicamente, em pé de igualdade com um político, que não tem a caneta da norma por si, porque isso desequilibra o jogo. Isso é covarde.

E é isso que me move a dizer a V. Exa. aqui, com toda a fidedignidade, com toda a confiança em todos os que estão aqui me escutando pelo Brasil inteiro: o que me move aqui é pensar, é sonhar que esta Carta é a Carta de fazer a paz e a harmonia sociais, é o ordenamento jurídico para garantir democracia, para garantir economia, meio ambiente, respeito a crianças, idosos, mulheres, minorias. É essa a confiança que eu tenho e procuro fazer isso.

Mas eu vou continuar as perguntas, porque eu acho que eu respondi a V. Exa...

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Só faltou uma, Dr. Aras.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu só quero pedir desculpas. É 4.781. Onde eu falei 4.787 é 4.781.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Obrigado, Senador.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Dr. Aras, eu havia feito três perguntas.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Eu vou responder. Se V. Exa. me permitir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – ... o parecer no tratoraço.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Falarei agora.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – No momento em que V. Exa. levanta a Constituição...

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Sei.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – ... parece-me que os princípios da impessoalidade e da transparência foram atropelados no caso do tratoraço.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Falo agora, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dr. Augusto, como nós temos um procedimento – era para responder aos quatro e ouvir a réplica e a tréplica dos quatro – e como houve essa participação do Senador Lasier, que, no meu entendimento, também não prejudica, porque ele teoricamente teria um tempo, ele já fica contemplado quando o senhor responder. Mas eu queria, assim que terminasse, que os Senadores também não levantassem novos questionamentos e aguardassem ele responder para poderem depois fazer a réplica e a tréplica.

Então, eu queria só pedir ao senhor para a gente fazer esse procedimento.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Obrigado, Presidente.

Posso continuar, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Senador Lasier, em relação ao Orçamento secreto, primeiro quero dizer a V. Exa. que é juridicamente e fisicamente impossível ter Orçamento secreto. Não dá para... Não dá. Isso não significa dizer, e está escrito no meu parecer, que nós devamos abrir mão de fiscalizar a destinação das verbas públicas, porque o tratoraço está na destinação da verba pública. Outros desvios estão no final da linha desses recursos públicos.

Por outro lado, o orçamento está previsto em lei, e essa lei é feita por ambas as Casas legislativas. De maneira que o prestígio que nós temos, que o Ministério Público precisa dar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidentemente em respeito à Constituição, naquilo que não é, flagrantemente ao menos, inconstitucional, é prestigiar a lei, que goza da presunção de constitucionalidade.

Então, V. Exa. tem razão, como homem público, de questionar os critérios para a distribuição das verbas do orçamento, mas quem decide essa destinação são os Parlamentares. Eu posso discordar. Eu posso discordar da lei e concordar com V. Exa.. Eu posso concordar que devesse haver uma manifestação proporcional para as verbas, mas eu não posso ignorar que essa lei saiu do Parlamento e que o Parlamento tem autonomia constitucional. E essa autonomia constitucional deve merecer o meu respeito, até que essa autonomia se revele afrontosa à Constituição.

Então eu sei das dificuldades. Peço vênia a V. Exa. pelo tempo, mas o parecer já foi dado, é público, e V. Exa. certamente, na hora em que precisar conversar comigo, eu o atenderei com satisfação, porque assim o fiz todas as vezes em que V. Exa. solicitou. E, para mim, é meu dever atender a Casa da jurisdição constitucional do PGR e do Supremo.

Eu gostaria de atender ao nosso Senador Kajuru.

Peço ao Senador Rogério vênia para responder ao Senador Kajuru, em particular no que toca à questão da reeleição.

Senador Kajuru, eu concordo com V. Exa. que a reeleição é um instituto que causou um grande problema para este País. Eu não tenho dúvida de que oito anos, quatro e mais quatro, criam certo... Não criam, aumentam a possibilidade de certos vícios eleitorais contaminarem a máquina pública administrativa.

Mas, no caso da recondução, são dois anos. Numa recondução por mais dois anos, não está prevista a limitação para o PGR, mas está prevista essa limitação de dois anos, dois mais dois, para todos os procuradores-gerais dos Estados e da União. De maneira que eu posso afirmar a V. Exa., e eu faço a declaração aqui neste momento: eu peço a Deus energia para conduzir mais dois anos dessa casa, do Ministério Público, se esta Casa me aprovar. Mas eu não tenho condições físicas, emocionais de continuar numa peleja tão difícil de se fazer entender. Fazer entender que as gestões que me antecederam, com as exceções naturais, se encaminharam para a política e que eu me recuso a fazer política, porque eu acho que é covardia usar a caneta para criminalizar a política, criminalizar a economia, criminalizar o jornalismo.

E digo mais a V. Exa., como jornalista que é e conhece muito esse setor: as poucas ações que ajuizei foram porque as adjetivações foram pessoais, não foram críticas fundamentadas. Só por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu respondo em parte a V. Exa. Quero dizer a V. Exa. que os números institucionais que apresentei aqui, apenas para a área de saúde, já me afastam de qualquer tipo de engavetador.

Nenhuma administração anterior fez trezentas medidas, duas operações por mês, grandes operações. Ontem, ainda tivemos uma, no Rio de Janeiro. Nenhuma gestão anterior fez duas grandes operações por mês, durante 23 meses, contando a V. Exa. que nós temos dois meses, por ano, de férias coletivas. Nenhuma administração anterior – que me perdoem meus colegas, peço vênia, peço desculpas, mas eu tenho o dever de responder a V. Exa. – levou às barras dos tribunais, com prisão, com afastamento de cargo, com busca e apreensão, 300 autoridades com prerrogativas de foro no Supremo e no STJ. E mais: nenhuma dessas decisões foi cassada por nulidade, por abuso de direito, por invalidade; todas foram mantidas e só revogadas quando perderam a utilidade. No Eleitoral foram mais de 21 mil manifestações; no gabinete do PGR, como eu disse aqui, foram 38 mil manifestações.

Senador Kajuru, nos últimos 23 meses eu não fiz nada, a não ser trabalhar: eu não vi meu pai, de 90 anos, eu não vi minha mãe, não vi meus filhos – minha neta acabou de nascer, uma das netas –, eu não tive amigos, eu não frequentei restaurantes, eu não fiz viagens, eu só fiz uma coisa. Ganhei até um presentinho, um livrinho religioso, em homenagem à Virgem Maria, de um servidor pobre, humilde, que me vê todo dia chegar primeiro e sair por último, e de me agradecer.

Então, quero dizer a V. Exa. que, data vênia, perguntado por um jornalista como eu gostaria de ser visto no futuro, eu, num lapso, num repente, respondi: formalmente, pelo meu Lattes. Mas eu quero responder a V. Exa., com o respeito que tenho e pelos amigos comuns que temos, que são pessoas por quem tenho apreço pessoal: eu quero ser lembrado como o Procurador que restabeleceu a função constitucional, aquele que cumpriu a Constituição, aquele que cumpriu as leis, aquele que não criminalizou a política, mas aquele que foi forte para cumprir a Constituição quando foi necessário, que foi forte para tomar medidas amargas quando foi necessário. Mas eu não quero ser aquele que vai obstar o político, a economia, as religiões. Eu quero ser aquele que cumpre a lei e a Constituição.

Então, é a única coisa que eu posso dizer a V. Exa., com um certo grau de conforto e confiança, porque pessoas comuns a nós dois nos conhecem e podem dizer qual é a nossa conduta. Então, eu espero ter respondido a essa situação.

A última, do Senador Kajuru, foi o editoral da *Folha* de hoje sobre a questão...

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Do *Estadão*.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Do *Estadão*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a questão dos temores. Quero dizer a V. Exa. que este mês... Eu vou responder.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou ter que ir.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Vá tranquilo, mas eu vou responder.

Quero dizer a V. Exa. que, neste mês de agosto, três Ministros do Supremo, todos três constitucionalistas – Gilmar, Barroso e Alexandre de Moraes –, declararam: "As instituições estão funcionando normalmente". Eu me associo a todos eles. As instituições estão funcionando normalmente. Isso não significa dizer que não vivamos um clima de polarização extremamente danosa à democracia. Na obra, ainda recente, "Como as Democracias Morrem", do Levitsky e de um outro colega do qual me esqueço o nome, eles dizem que a polarização é "o pior veneno para a democracia".

Porque, na polarização, um procurador como eu, que tem compromisso com esta Casa, de cumprir a Constituição, não agrada nem ao Governo, nem agrada à oposição. A ele é imputada a omissão, quando ele só age com cautela e cuidado para não passar do limite.

Imagine V. Exa.: quem me acusou, talvez, foi por algum equívoco da imprensa, porque a imprensa leva a equívocos, V. Exa. sabe. Nós temos o caso da Escola Base e tantos outros casos da imprensa que nós conhecemos, de equívocos danosos. Mas o importante é que esta Casa é a Casa da verdade, a Casa do Estado de direito.

Então, é importante dizer: imagine V. Exa. se eu fui omisso em certas posições, como dizem alguns. Imagine se os 300 que foram presos, afastados, estiveram sob busca e apreensão, resolvessem me processar, inversamente, porque eu fui excessivo? Eu tenho a impressão de que seria muito mais gravoso.

Então, eu me dirijo a V. Exa. e a todos os Senadores e Senadoras com a confiança de que o Ministro Alexandre, o Ministro Dias Toffoli analisaram as minhas condutas para perceber que nós temos sido rigorosos com a Constituição. Não temos aberto mão de nada da Constituição. Mas eu não posso valorar a retórica política à luz do Direito, salvo quando a retórica política sai da sua casa política para atingir o Direito.

Um exemplo para concluir essa resposta. Quando, nesta semana, eu recebi a manifestação de um cantor sertanejo, a retórica política dele e dos demais já feria as normas jurídicas, o que me obrigou a tomar uma posição. Mas, enquanto a retórica política se estabelece, desde o Vereador da cidade do Município mais humilde ao Presidente da República, eu tenho que esperar um ato mínimo de concreção ou, ao menos, indícios de que esse ato de concreção possa vir a ser praticado. Se eu me meter no discurso político – olha a ideia de um censor –, eu me tornaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um censor da política. E eu não sou um censor; eu sou o fiscal de condutas ilícitas dentro da legalidade, dentro da norma.

Então, eu gostaria de dar essa explicação a V. Exa. no que toca a essa comparação, em que tentam me colocar como um ilustre colega, que talvez tenha sido vítima das incompreensões.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Dr. Aras, satisfeito com todas as suas colocações.

Só para não haver nenhuma dúvida: o senhor pensa totalmente diferente do Presidente da República ou tem a mesma linha dele sobre o voto impresso?

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Senador Kajuru, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a questão básica posta pelo Senador Amin, há poucos instantes, nos coloca num grande dilema.

O grande dilema é que V. Exas. têm que escolher um dos caminhos, episodicamente, sobre que matéria discutir. A discussão da matéria da auditabilidade das urnas, talvez, tenha sido colocada num momento em que a polarização destrói a capacidade de se encontrar o consenso social. E, neste momento em que a polarização destruiu essa possibilidade de consenso social, eu devo dizer a V. Exa. que restou a democracia pela legitimação do procedimento, que foi a Câmara Federal levar a Pleno a questão do voto impresso e, lá, por maioria, venceram aqueles que pensavam que não se teria que mudar o voto impresso.

Então, é essa situação que se põe. Todos nós queremos o aprimoramento do sistema, desta Casa, do Ministério Público Federal, do Brasil, enfim...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Posso responder ao Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como o Senador Rogério Carvalho saiu...

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... eu vou conceder aos Senadores que estão aqui a palavra e V. Exa. aguarda ele retornar.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – O.k., o.k. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito como titular, Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para registrar, nesse bloco serão o Senador Fabiano Contarato, o Senador Marcos do Val, o Senador Marcos Rogério, e aguardarei a presença de um titular para completar o bloco.

Senador Fabiano Contarato, com a palavra.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente. Sras. e Srs. Senadores, boa tarde ao Dr. Aras. Mais uma vez, agradeço o comparecimento de v. Exa. a esta Comissão de Constituição e Justiça.

Eu tenho a plena convicção que V. Exa. sabe discernir o que é uma manifestação preservando o princípio da impessoalidade. A gente pode errar, mas é com boa-fé, jamais com má-fé.

O senhor disse aqui que o Ministério Público não é oposição ou governo, que o Ministério Público é constitucional; mas eu também quero dizer aqui que a oposição e o direito de petição também são constitucionais.

Inconstitucional é expor a população ao risco em plena pandemia. Nós temos 575 mil brasileiros que perderam a vida. Isso está violando o art. 196 da Constituição Federal. Inconstitucional também é impedir a demarcação de terras indígenas, como diz o art. 231; é não combater o desmatamento ilegal, como diz o art. 225; e, principalmente, inconstitucional é atacar as instituições democráticas, como prevê o art. 60.

Também é constitucional o dever de investigação criminal do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a quem levei esses fatos que nós reputamos que devessem ser apurados por aquele conselho. As questões de mérito, Sr. Procurador, colocadas por mim e pelo meu querido Senador Alessandro Vieira, não foram analisadas pelo Supremo; apenas informaram que compete ao Senado analisar eventual cometimento de crime de responsabilidade.

No entanto, as omissões citadas foram apresentadas também ao Conselho do MPF, órgão responsável pela investigação criminal do Procurador-Geral da República, que, até o momento, com todo o respeito, foi impedido por V. Exa. de se manifestar sobre o tema.

Nossa representação, protocolada naquele órgão, foi posta em sigilo por V. Exa. Foi posta em sigilo por V. Exa. aquela manifestação junto ao Conselho Superior do Ministério Público e não foi encaminhada ao Relator, como determina a Lei Complementar nº 75.

Esse quadro levou o vice-presidente do Conselho a impetrar um mandado de segurança junto à Justiça Federal para exercer sua função institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu pergunto: por que a representação foi posta em sigilo se as informações são de interesse público?

O senhor aqui citou uma frase de que eu também gosto muito, de Rui Barbosa, quando ele diz: "Com a lei, pela lei, dentro da lei, porque fora da lei não há salvação".

O colegiado do Conselho Superior poderá se manifestar sobre esses fatos imputados a V. Exa. como determina a lei?

Com o advento também da Constituição Federal de 1988, a teor do que determina o art. 129, o Ministério Público exerce duas funções: ele é titular da ação penal pública e ele é *custos legis*, ele é fiscal da lei.

Diante disso, eu pergunto, com todo o respeito: onde estava a Procuradoria-Geral da República quando presenciou, por exemplo, o Presidente da República difundindo o tratamento precoce? Porque a difusão de tratamento precoce é crime de charlatanismo, está previsto no art. 283, e é crime de ação penal pública incondicionada, e o titular é V. Exa.

Onde estava a Procuradoria quando presenciou o Presidente difundindo a imunidade de rebanho, que é crime de epidemia qualificada, é crime hediondo, também de ação penal pública incondicionada?

Onde estava a Procuradoria quando presenciou a existência de um gabinete paralelo dentro do Ministério da Saúde? Nós sabemos que dentro da administração pública não pode haver gabinete paralelo porque isso é crime de usurpação de função pública, lá do 328 do Código Penal, ação penal pública incondicionada.

Onde estava também a Procuradoria quando presenciou o Presidente se recusando a adquirir vacinas da Pfizer 101 vezes? Isso é prevaricação, previsto no art. 319.

Onde estava a Procuradoria quando presenciou a omissão do Presidente na crise de Manaus? As pessoas morreram por asfixia. Asfixia é uma das formas qualificadas de homicídio. Isso está expresso no art. 121:

> Art. 121. Matar alguém.
> [...]
> § 2º Se o homicídio é cometido:
> [...]
> III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde estava também a Procuradoria da República, quando surgiram indícios de irregularidades na aquisição da Covaxin? Cogita-se até corrupção passiva, expressa no art. 317 do Código Penal, para funcionário, e corrupção para quem não seja funcionário.

A Procuradoria também, com todo o respeito, deveria se manifestar quando presenciou, por exemplo, o Presidente não fazendo uso de máscaras, não utilizando álcool em geo e sem fazer distanciamento social. Isso é infração de medida administrativa preventiva.

E aqui eu quero fazer uma ressalva. Nesse caso das máscaras, Sr. Procurador Dr. Augusto Aras, eu lembro que o senhor assinou a Portaria nº 825, de 2020, cujo o art. 6º, II estabelece, abro aspas: "Proibição de acesso e de permanência de qualquer pessoa que não esteja utilizando máscaras de proteção facial [...]" – fecho aspas – para ingresso nas dependências da Procuradoria Geral da República. V. Exa. assinou essa portaria.

Por que essa determinação de proteção destinada aos membros e servidores do MP, na Portaria nº 825, não vale para os milhares de brasileiros, de cidadãos brasileiros expostos a riscos da doença pelo Presidente da República?

Na visão de V. Exa., a conduta de não utilizar máscaras e de causar aglomeração pode configurar, em tese, o crime de epidemia do 267 ou infração de medida sanitária preventiva?

Perdoe-me, mas 575 mil pessoas morreram. Sr. Procurador, olhando nos olhos do senhor, eu perdi uma parente de 44 anos nesta pandemia também. Eu nunca vi o Presidente percorrendo os hospitais, solidarizando-se com as famílias. Eu nunca vi o Presidente falando: "Olhem, usem máscara, acreditem na ciência, usem álcool em gel. Não vamos aglomerar". Daí a importância da atuação do Ministério Público como *custos legis*, como fiscal da lei, como *dominus litis*, como titular da ação penal pública nos termos art. 129, I, da Constituição Federal: compete, privativamente, ao Ministério Público exercer a titularidade da ação penal pública.

Onde estava também a Procuradoria quando surgiram esses indícios de compra da AstraZeneca com negociações espúrias? Isso é, no mínimo, um estelionato, expresso no art. 171: "Obter [...] vantagem [...] [indevida] [...] induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa".

Onde estava também a Procuradoria quando presenciou o Presidente da República usando dados falsos do Tribunal de Contas da União para minimizar a pandemia? Isso é, no mínimo, um crime de uso de documento falso ou de documento falso do 297 e do 304, sem falar, Sr. Procurador, nos crimes políticos e de responsabilidade previstos tanto no art. 85, VII, da Constituição, como na Lei nº 1.079, de 1951.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui deixar claro que nós temos outro momento grave no Brasil, que é uma crise política, quando vemos o Presidente da República – o senhor também é egresso, assim como eu, da Ordem dos Advogados do Brasil – atacando a Ordem dos Advogados do Brasil. Nós presenciamos o Presidente da República atacando a imprensa, Sr. Procurador – atacando a imprensa! Nós presenciamos o Presidente também atacando o sistema eleitoral, especialmente o Tribunal Superior Eleitoral, no qual o senhor é Procurador-Geral Eleitoral, nos termos da lei. Nós presenciamos o Presidente participando de movimentos antidemocráticos para fechar o Congresso Nacional e o próprio Supremo Tribunal Federal.

Eu não estou aqui, e longe de mim, para julgar absolutamente ninguém, porque cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é. O tempo irá se manifestar efetivamente e a história será implacável para todo aquele que, de qualquer forma, tenha concorrido para o agravamento dessa pandemia, seja por ação, seja por omissão. O tempo, a história vai dizer onde estava efetivamente e como agiu o Ministério Público, como guardião dessa espinha dorsal, chamada Estado democrático de direito, como prevê a Constituição da República Federativa do Brasil, para a manutenção da ordem pública e para a proteção das instituições e a harmonização entre os Poderes – o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. O tempo vai dizer e será implacável com todos nós.

Eu, como Senador, um humilde Senador, tenho duas funções na minha vida: ser Professor de Direito Penal e Processo Penal e ser Delegado de Polícia.

Eu estou como Senador, mas aprendi que todo poder emana do povo e deve ser exercido por nós, seus legítimos representantes, na defesa e na luta por um verdadeiro Estado democrático de direito para redução da desigualdade, para a efetivação de todos os direitos individuais e coletivos expressos no art. 5º e no art. 6º da Constituição Federal. O tempo irá nos responder tudo isso e eu espero que o senhor tenha plena convicção de que minha fala aqui está sendo tão somente dentro daquilo que eu reputo de extrema importância, porque o Código Penal é claro, quando estabelece, no art. 13, que a omissão é penalmente relevante quando a gente tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado. E que nós sabemos também que o art. 6º e o art. 196 determinam que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado. E eu não tenho dúvida de que o principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde, está sendo violado por ação e por omissão por parte do Presidente da República. Eu não tenho dúvida de que ele está agindo, inclusive, a título de dolo – talvez não no dolo direto, expresso no art. 18, que diz que o crime é doloso quando a gente quis o resultado, mas com dolo indireto, ou assumiu o risco de produzi-lo.

Eu espero que o Ministério Público Federal tenha a altivez, a sobriedade, a serenidade, o equilíbrio para efetivamente deflagrar a ação penal, doa a quem doer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senado Fabiano.

O próximo orador desse bloco é o Senador Marcos do Val.

Só para informar que o Senador suplente acaba de chegar. Então, ele falará neste bloco, Senador Luis Carlos Heinze, conhecido como "Tchê".

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Aqui eu quero dar as boas-vindas ao Dr. Aras e dizer, quando ele fala que paga um alto preço, simbolicamente dizendo, de não estar com a família, com os pais, com os filhos, que a gente passa isso aqui e a sociedade lá fora não faz ideia disso, a mínima ideia de como é difícil exercer essa função e a pressão que sofremos, muitas das vezes injusta.

Sr. Procurador, o combate à corrupção é um valor inegociável para toda a sociedade brasileira. A intolerância do povo brasileiro com o uso criminoso da máquina pública, em benefício de políticos, partidos e empresas, é absoluta. De que forma a PGR tem agido para garantir que as ações de representação, corrupção não se esvaiam para que não voltemos ao estado letárgico que vivíamos até o desvendar dos conluios ilegais feitos por empresas, autoridades públicas, que causaram, durante anos, prejuízos irreparáveis às estatais, aos fundos de pensão e ao nosso País?

É só essa a minha pergunta, Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcos do Val, esta Presidência agradece a V. Exa. por não ter utilizado o tempo que tinha à disposição.

O próximo titular do grupo, Senador Marcos Rogério... Do bloco, perdão.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento S. Exa., o Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A indicação de V. Exa. para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República traz à tona importante debate relacionado ao adequado funcionamento das instituições em nosso País.

Primeiro, eu quero fazer um registro de que recebi em meu gabinete V. Exa., oportunidade em que me foi apresentada ali uma prestação de contas por V. Exa. à frente da PGR, sua linha de ação, seu compromisso com a defesa da Constituição Federal. Fiquei, particularmente, satisfeito. Sou um defensor do papel do Ministério Público, que, ao fim e ao cabo, cumpre a tarefa de defender os interesses da sociedade, seus direitos, suas garantias, mas gostaria de registrar que toda atuação, para ser legítima, deve ser exercida nos limites da Constituição e da lei. Nada fora dessa cobertura pode ser justificado, pode ser legitimado. Por mais meritório que seja o movimento desta ou daquela instituição, sem obediência ao devido processo legal, não há como prosperar, não há como se sustentar no tempo por ofensa a um postulado básico da Carta de 1988: o princípio da legalidade.

Essa legalidade, essa obediência ao devido processo, obviamente deve-se dar na interface com o Poder Judiciário, mas também no campo interno, nas práticas internas da instituição. Não há espaço para segredismo, não há espaço para ocultismo de atos ou de procedimentos que terão repercussão interna e externa.

O Ministério Público, fundamental ao País, se enfraquece quando deixa de seguir a Constituição Federal e a lei. O fiscal da lei também deve ser o primeiro a cumpri-la, e vejo que há um esforço nessa direção liderado por V. Exa. Ouvi isso no momento em que dialogamos no gabinete e hoje, durante suas falas aqui, nessa mesma direção, nesse mesmo rumo de acerto, de adequação.

Portanto, as paixões da política não devem vincular a conduta institucional do Procurador-Geral da República ou de qualquer membro do Ministério Público – e aqui falo Ministério Público em sentido amplo, não apenas o Ministério Público Federal –, sob pena de deslegitimar seu papel, contaminar sua atuação. Mas essa postura de desapego às preferências políticas não cabe só para um lado; deve-se impor a quaisquer das preferências. E digo isso, porque é muito comum observarmos aplausos quando a iniciativa atende determinadas preferências, e é preciso ser coerente quanto ao papel e à isenção que queremos ver no nosso Ministério Público. Não pode haver no Ministério Público do Brasil ala de esquerda ou ala de direita. O Ministério Público é maior que isso, deve servir ao País dentro do seu papel constitucional.

O Ministério Público Federal, ao coadjuvar os Poderes constituídos, é essencial ao sistema de freios e contrapesos estabelecidos na Constituição Federal, tendo especial relevância na concretização do princípio fundamental da República, plasmado no art. 2º da Constituição: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe ao Ministério Público Federal, à PGR, zelar por esse dispositivo, como se fosse um amortecedor, e também pela defesa da ordem jurídica do regime democrático e dos direitos humanos.

V. Sa. tem 34 anos de Ministério Público e *curriculum* brilhante. Vem se desincumbindo dessa missão com serenidade e prudência, sendo algumas vezes – é bom que se diga, caro Relator Eduardo Braga – mal compreendido, mal interpretado por sua temperança, que, em momento algum, deve ser confundida com supostas omissões.

Por fim, destaco os atributos que me farão – e aqui declaro – votar a favor da recondução de V. Exa.: temperança, capacidade de diálogo, visão institucional, equilíbrio e sensatez na condução da PGR, e isso num período de intensos debates, embates, pandemia e polarização política. Isso é fundamental! Talvez em nenhum outro momento isso se mostra, se revela tão fundamental. E V. Exa. dispõe justamente dessas qualidades, desses atributos que acabo de mencionar.

Eu concluo apenas deixando uma pergunta a V. Exa.: como V. Exa. avalia o quadro institucional atual? Avalia que as instituições democráticas estão sendo ameaçadas ou o que há é o tensionamento natural entre Poderes, causado por uma circunstância absolutamente peculiar, nova para todos, gerada pela pandemia da covid-19, que, por sua vez, possui sérios desdobramentos na economia, nos empregos, nos salários, enfim, na vida das pessoas. É o único questionamento que faço a V. Exa., mais uma vez registrando aqui votos de louvor pela postura de V. Exa. à frente da PGR.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Marcos.

Senador Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Em sinal de respeito à assessora que saiu correndo, vamos aguardar dez segundos – dez, nove, oito...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Cuidado para não matar o velhinho, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... sete, seis, cinco, quatro, três, dois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Outro suplente? Ele já veio me cobrar aqui, ainda agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Luis Carlos, por gentileza.

É porque eu estou esperançoso de que o Senador Luis Carlos também vai fazer...

Pronto.

Senador Luis Carlos Heinze, com a palavra V. Exa.

Em seguida, vou passar a Presidência dos trabalhos para o Vice-Presidente, Antonio Augusto Anastasia.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Sr. Procurador Augusto Aras, prazer estar com V. Exa. novamente. Quero fazer uma colocação, de que também o recebi no meu gabinete e vi o relatório que V. Exa. apresentou com seus colegas Subprocuradores que lhe ajudam a conduzir o Ministério Público Federal do Brasil, na Procuradoria-Geral da República.

Agora, eu já lhe falei e gostaria de fazer um questionamento específico. Alguns temas que foram colocados aqui pelo Senador Marcos Rogério, em cima de esquerda, direita, enfim... Aqui há um problema, e a minha inconformidade, Sr. Procurador, é no que diz respeito à alteração da própria legislação brasileira.

Nós temos aqui a questão indígena, problema sério que nós temos hoje, no País. Perguntei ao Senador Collor se ele era Constituinte. Acho que não tem nenhum Constituinte aqui de 1988, dos colegas que se estão aqui conosco hoje. E, quando foi colocado o art. 231: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens"...

A questão específica aqui, Sr. Procurador, é que a minha inconformidade, Senador Collor, é que, infelizmente, o Ministério Público Federal, uma ala do Ministério Público, o próprio Supremo Tribunal Federal tentam alterar isso, que foi feito pelos legisladores. Deputados e Senadores fizeram essa lei, e foi sancionada a Constituição de 1988, mas, infelizmente, Senador Anastasia, que é um grande jurista mineiro, essa alteração hoje está no Supremo Tribunal Federal. "As terras que tradicionalmente ocupam", o que quer dizer isso? Era 1988. Agora aqui, fala, nesse marco temporário, que remota a 1500. Se eu quiser dizer que no Rio de Janeiro, na praia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Copacabana, Senador Girão, existiam índios, é claro que existiam! Aqui, então, nós temos que desmanchar, porque ali existiram índios.

Agora, a forma específica da lei é essa aqui: que tradicionalmente ocupam, destinam-se a sua posse permanente, bom, na data da Constituição. E, por isso, esses problemas se arrastam hoje no Brasil. Nós temos mais de 500 processos, em vários Estados. Perguntar aqui para o Senador Weverton, que também tem esse processo no Maranhão; eu tenho no Rio Grande do Sul 30 processos lá, e as questões se arrastam hoje, em função da interpretação de colegas seus do Ministério Público Federal.

Esse assunto vai ao Supremo Tribunal Federal e – pasmem! – o Supremo Tribunal Federal já pacificou esse tema com um relatório do Ministro Ayres Brito, no caso Raposa Serra do Sol. Ele tem as 19 condicionantes de que aquilo é claro. São as 19 condicionantes do caso Raposa Serra do Sol. Mas, infelizmente, hoje o próprio Supremo discute essa questão e está uma ação lá, neste instante, do Ministro Fachin, rediscutindo esse assunto de novo.

Então, essa é uma preocupação. O que adianta nós fazermos as leis aqui no Congresso Nacional, serem sancionadas, enfim. Daqui a pouco, o Ministério Público desrespeita essa lei. O Supremo Tribunal Federal faz a interpretação que eles querem. Fora um outro fato aqui também grave: a lei do Código Florestal 12.651. V. Exa. acho que participou dela, Senador Collor. Esse aí já é de 2012.

Eu tenho um problema... não é um problema. O seu avô, Lindolfo Collor, tinha terras no Rio Grande do Sul. Tinha terras... Há até um Município com o nome do seu avô. Lá, Senador Girão, nós temos campo nativo. São lá 8 milhões de hectares. Isso fui eu que escrevi. Acertei com o Deputado Aldo Rebelo, que era o Relator da matéria, e disse: "Aldo, nós temos que resolver esse impasse dos campos nativos, que têm no Rio Grande do Sul, que têm em Santa Catarina, que tem um pouquinho no Paraná". Mas só no meu Estado, Senador, havia 8 milhões de hectares. E essas áreas estão consolidadas com atividades agrossilvopastoris. Esse é o termo que estão.... Quem usasse com agricultura, estava consolidado; quem usasse pecuária, estava consolidado; quem usasse com floresta, estava consolidado.

Mas, infelizmente, hoje nós temos o bioma Pampa-Mata Atlântica, que os procuradores estaduais e federais estão entendendo como querem essa lei. Não é assim. Então, quem tinha campo nativo podia romper hoje para plantar soja ou em São Francisco de Paula, batata inglesa, ele podia usar essa matéria. Agora não, ele desrespeitou a lei. A lei quem escreveu fui eu. Eu estava, na Câmara, naquele momento em que começamos a discutir esse assunto com o Presidente Fernando Henrique Cardoso em 2001 e votamos em 2012. Esse termo eu usei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, infelizmente, Ministro Aras, colegas seus, do Ministério Público, interpretam diferente. Mas como é que vão interpretar e fazer uma lei, porque eles não fizeram a lei? Eu fiz a lei. Eu, legislador, sabia o que eu queria dizer especificamente nesse caso aqui dos campos nativos. Se eu quiser moldar o campo nativo e plantar amanhã soja ou plantar batata inglesa ou outra atividade, pode fazer. E hoje dizem não, porque não está interpretado assim. A interpretação eles fazem como querem. Não podem interpretar como querem, porque a lei não foi eles que fizeram. Essa é a preocupação, Ministro Aras, que a gente que a gente tem de colegas seus, do Ministério Público.

Esse assunto hoje tem centenas, tem dezenas de processos, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, de procuradores entrando com ação contra os produtores rurais, com multas milionárias, porque romperam o campo nativo. E esse campo nativo, estive recentemente agora com o Ministro Gilson, nas missões do Rio Grande do Sul. Os indígenas... Os padres jesuítas trouxeram gado de corte para o Brasil, lá por altura de mil, seiscentos e vinte e poucos, 1600. Quer dizer então que esses campos já são consolidados desde 1626, 28, 82, 1600. Mas como é que eu não posso mexer nessa atividade para transformar campo nativo em agricultura? E a lei é clara.

Então, essa é uma questão que coloco para V. Exa., que eu sei que é difícil. E, na linha de que o Senador Marcos Rogério fala, aqui, procurador de direita, procurador de esquerda... Mas aqui há um fato claro, eles não podem interpretar a lei como eles querem que seja; têm que respeitar quem fez a lei. A Constituição de 1988, eu não trabalhei aqui, não estava aqui naquela ocasião, mas falei com inúmeros Deputados e Senadores que fizeram a lei em 1988 e trabalharam comigo nessa questão indígena. Eles escreveram a lei, eles sabiam o que queriam dizer na lei.

Como a questão do Código Florestal, eu trabalhei nessa lei e eu ajudei, o Deputado Moacir Micheletto, falecido; o Deputado Valdir Colatto, existente ainda; o Deputado Aldo Rebelo. Ele redigiu como nós pedimos, e essa forma obrigava o que a gente queria. Mas infelizmente hoje, Senador Girão, alguém interpreta diferente, que não é assim. E querem dar essa interpretação.

Então, esses dois fatos, Ministro Aras, são importantes. Nós temos que fazer essa colocação, porque não podemos admitir que um fato desse, extremamente importante... Eu sou dono da terra, eu quero usar para o que eu quiser. Posso usar. Há os lavrados, no Norte, Nordeste, no Norte do País. Então essas áreas todas lavradas aqui, campos nativos lá na outra parte, que possam ser utilizadas.

Então, nesse sentido, apenas eu quero deixar gravado aqui: votei em V. Exa. pelo excelente trabalho que V. Exa. faz, mas eu vejo a ideologia dentro desse processo, com procuradores, em vários Estados da Federação, que causam esse conflito entre os índios e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brancos, não respeitando o que diz o próprio art. 231 da Constituição. Já interpretam diferente, como eles querem interpretar, e remontam a quando o Brasil foi descoberto. Não pode acontecer assim.

A mesma coisa é essa questão das áreas, dos campos nativos de que falam, porque isso, fui eu que escrevi, Senador Girão. Eu disse ao Deputado Aldo Rebelo: "Aldo, eu tenho um problema no Rio Grande do Sul, e há vários Estados que têm essa situação. Se um dia, eles quiserem mudar de atividade, podem mudar, mas infelizmente hoje, eu tenho dezenas de ações no Rio Grande do Sul em cima do bioma Pampa e do bioma Mata Atlântica".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Heinze, agradeço a V. Exa.

Concluído esse bloco, passo a palavra ao eminente Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, para, no prazo de até 15 minutos, responder às indagações feitas.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Srs. Senadores Contarato, Marcos do Val, Marcos Rogério e Senador Heinze.

Senador Contarato, quero dizer a V. Exa. que, como eu declinei, no início das minhas falas, o Procurador-Geral da República tem 16 grandes eixos de atuação, o que faz com que o titular do cargo tenha que se valer de todos os seus colegas disponíveis, que têm que ser em torno de 25 a 30 subprocuradores-gerais, para cumprir a sua tarefa. De outra parte, o Ministério Público, seja através do Procurador-Geral da República, seja através de seus colegas, seus pares, precisa respeitar as competências dos Poderes constituídos e não superar as atribuições do cargo de membro do Ministério Público. V. Exa. coloca fatos que são extremamente delicados para a vida pública nacional, fatos, especialmente, que dizem respeito à calamidade pública, à pandemia, ao enfrentamento desse grande inimigo invisível que é o vírus da covid-19. Atualmente, estamos próximos, e que Deus nos proteja, da variante Delta.

Nesse aspecto eu quero, de uma forma genérica, inicialmente, dizer a V. Exa. que a descrição que fiz da atuação do Giac revela, em números e em resultados, o quanto nós contribuímos – com noites infindáveis perdidas por colegas de todo o Brasil, não só da PGR, mas de todo o Brasil – fiscalizando, recebendo demandas, fazendo a interlocução com órgãos públicos e distintas esferas administrativas, devolvendo soluções, sugerindo soluções. Vou só dar um exemplo a V. Exa. do quanto a nossa instituição trabalhou e tem trabalhado no episódio da covid.

Nós não tínhamos condições de imaginar que o ano de 2021 seria tão agressivo na covid. Tínhamos grandes esperanças no planeta de termos superado a questão da covid, mas o mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





todo se preparava para as férias de verão, em janeiro e fevereiro. E, no mês de novembro, lembro-me bem de que as colegas que ali atuam no Giac, por delegação do Procurador-Geral, questionaram o Ministério da Saúde sobre como é que ele estava preparando as férias de verão no Brasil, assim como em todo o mundo onde há verão nesse período, para enfrentar o risco da segunda onda. Graças àquela intervenção nossa é que nós conseguimos fazer com que a OMS buscasse um plano de contingência para o efeito de uma demanda de férias de verão, em plena pandemia, que se pensava, naquele momento, estaria superada, e não se superou.

Quero também dizer a V. Exa. – V. Exa. é um professor de Direito e aqui temos muitos – que o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário, os operadores do Direito, não trabalham, em regra, com incertezas empíricas ou relações factuais. Nós aprendemos que o nosso objeto de trabalho, de regra, são as relações jurídicas. Eventualmente, nós trabalhamos com questões factuais, nas ações de Estado, nas investigações de paternidade, na verificação de um crime de falsidade, se um documento é inautêntico ou não. Mas as incertezas empíricas, que são aquelas que refogem ao conhecimento do operador do Direito, devem ser manejadas, trabalhadas, refletidas, à luz das áreas do respectivo conhecimento.

No enfrentamento à covid, basta dizer a V. Exa., como disse há pouco, que chegamos a ter um Prefeito de uma capital com quase 5 mil demandas judiciais e ministeriais, e o Prefeito não sabia se desviava os médicos e os enfermeiros dos hospitais para responder às autoridades do sistema de Justiça ou se ia cuidar dos doentes.

O Giac conseguiu contornar tudo isso, conseguiu centralizar as demandas e as respostas às demandas, e, com isso, muito e muito aqui foi dito em números, que podem ser constatados por V. Exa. e eu posso disponibilizar aqui à Mesa esse material que trouxe, para conhecimento dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Todavia, é preciso que nós não percamos de vista que o uso das máscaras, que é um elemento crucial, ou melhor, a não utilização das máscaras é um ilícito. Nós sabemos que é um ilícito – é um ilícito. Todavia, é um ilícito de que natureza? Cível, administrativa, penal? Bem analisadas as coisas – bem analisadas as coisas –, trata-se de um ilícito administrativo, e a sanção nesse campo é a multa.

Brasileiros têm negligenciado o uso da máscara. Quando nós vamos aos parques públicos, as pessoas estão andando ou correndo sem máscara; ou, quando vão a restaurantes, com as cautelas devidas, as pessoas bebem água, se alimentam sem máscara. O uso da máscara é, realmente, obrigatório, como defendi no Supremo, e o nosso parecer foi acolhido, mas é preciso ter alguma cautela na criminalização do uso da máscara. E isso, porque, do ponto de vista técnico-jurídico formal, nós não podemos esquecer que o Direito Penal é a *ultima ratio*. O Direito Penal se submete ao princípio da fragmentariedade. Antes de se aplicar o Direito Penal, é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verificar se não é aplicável o Direito Civil, o Direito Administrativo, com suas sanções, até porque todos sabemos que não há cadeia para todo mundo.

Fizemos uma pesquisa na jurisprudência de todos os tribunais brasileiros e não encontramos, Senador Anastasia, uma única condenação – uma única condenação – por falta de uso de máscara. Condenação criminal – criminal. Mas nós sabemos, por exemplo, que o Presidente da República já foi apenado com multa administrativa em vários Estados da Federação.

Mas por que não há criminalização do uso de máscara, sendo ela compulsória, ou melhor, sendo obrigatória, não compulsória? Quem disse que ela é obrigatória foi esta Casa, e o Supremo confirmou que ela é obrigatória, mas há uma diferença entre compulsoriedade e obrigatoriedade. A obrigatoriedade impõe uma sanção; e a compulsoriedade poderia compelir a pessoa a um constrangimento físico, o que, desde a *Lex Poetelia Papiria,* de 470 a.C., já não se admite que venha a ocorrer.

Então, o uso da máscara é obrigatório; o uso da máscara é um ilícito. A evolução desse ilícito para a esfera penal é que é a nossa grande dificuldade, e a própria jurisprudência dos nossos tribunais revela que multa cabe, prisão é o nosso desafio.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Só me permita um aparte, por gentileza?

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Pois não.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Com todo o respeito, o senhor não pode comparar o comportamento de uma pessoa, de um brasileiro comum, com o do Presidente da República. O Presidente da República tem responsabilidade no comportamento dele.

E essa justificativa de que não há cadeia... Eu não sou punitivista, mas é um crime que está previsto no art. 268, que é uma infração de medida sanitária preventiva, com pena de detenção de um mês a um ano e multa. Não vai ficar preso, mas a responsabilidade criminal, administrativa e civil se impõem.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Não tenho dúvida da ilicitude, não tenho dúvida de que há uma multa, mas também não tenho dúvida de que, num sistema em que vige o princípio do Direito Penal negocial e despenalizador, falar-se em pena de natureza criminal, que é diferente de outras sanções, pode ser algo extremamente perigoso, algo que vai criminalizar mais ainda uma sociedade tão conturbada como a nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, nós não podemos, no âmbito da política, fazer uso daquilo que Günther Jakobs trata como "direito penal do inimigo". Não podemos tratar de direito penal do inimigo. É preciso compreender que, se o direito penal não é do amigo, também não é do inimigo – também não é do inimigo, da Oposição ao Governo, nem do Governo contra a Oposição. O direito penal que se quer é o direito penal do cidadão; é o direito penal da Constituição. É isso que nós precisamos ter em conta.

Eu não tenho dúvida de que muitas das observações do Senador Contarato no que toca à questão da covid podem vir a ter grande repercussão após a CPI da covid, muito, muito, muito, mas é preciso apurar os fatos, apurar as provas para saber o que é que se tem, o que que se apurou.

O Ministério Público tem inquérito em curso. O Ministério Público requisitou a instauração de inquérito epidemiológico e sanitário. O Ministério Público tem trabalhado com isso tudo, mas é preciso esperar e respeitar as conclusões da CPI aqui do Senado para que o Procurador-Geral tome a atitude que deve, para que o Congresso Nacional, de sua parte, tome a atitude que deve, sem temer desagradar. Essa é uma atividade finalística. Os senhores são livres para deliberar; e o Procurador, fundamentadamente, também é livre – fundamentadamente, não caprichosamente, fundamentadamente.

De outra parte, alguns dos exemplos trazidos pelo Senador Contarato nos levam a algumas situações em que não se trata de eventuais responsáveis ligados ao Procurador-Geral, porque existem instâncias a serem observadas. O Procurador-Geral não tem interferência junto à primeira instância, junto à segunda instância, nem sequer aos seus pares. De maneira que as manifestações todas exemplificadas pelo Senador passam por um juízo de causalidade, de um nexo de causalidade a ser oportunamente apreciado, até porque, no que toca às questões do processo eleitoral, a PGE se manifestou através do Vice- Procurador-Geral Eleitoral, e este modesto PGR, do mesmo jeito, perante a imprensa.

Ainda na sequência, devo dizer ao Senador Marcos do Val que a nossa gestão privilegiou o combate à macro e à microcriminalidade. No combate à macrocriminalidade, a nossa gestão institucionalizou as forças tarefas através dos GAECOs federais, dirigindo uma série de recursos, de pessoal, materiais, aumentando em muito o número de colegas que ora atuam. Especialmente, como disse ao Senador Lasier e ao Senador Oriovisto, em Curitiba hoje há cinco ofícios especializados em combate à corrupção – era apenas um – e mais 36 servidores só para atender a esses ofícios. E hoje temos no Brasil 15 GAECOs já instalados e funcionando e mais 7 em curso. Ou seja, aumentamos o combate à corrupção, mas, mais do que isso, nós passamos a propor uma cultura da qualidade da apreciação das provas, dos indícios, para evitar que denúncias venham a ser declaradas inválidas tantos anos depois, depois que pessoas cumpriram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pena! Passamos a fazer aquilo que V. Exa., como profissional, já fez muito: buscar qualificação técnica profissional. E isso fizemos e temos feito na nossa Escola Superior do Ministério Público.

Dessa forma, o combate à corrupção levou, na nossa gestão, repetindo o que eu já tinha dito, a duas grandes operações por mês – duas grandes por mês! –, 300 autoridades com prerrogativa de foro. E isso tudo sem que o Judiciário tenha declarado, em nenhum momento, a nulidade de nenhuma prova, de nenhuma denúncia. Tudo escorreitamente feito. Pode-se dizer demorado, mas é melhor demorar do que frustrar adiante.

O Senador Marcos Rogério coloca a questão do quadro institucional brasileiro e as ameaças que se apresentam. Essa é uma zona muito cinzenta, é onde a retórica política precisa ser distinguida numa zona fosca, no lusco-fusco, daquilo que é real. Às vezes, as bravatas da internet, as bravatas ditas numa *live* não têm nenhuma propensão ou aptidão para se transformar em realidade, e, às vezes, também têm. O desafio do Ministério Público, contando com o apoio da Polícia Federal, com o apoio do Supremo Tribunal Federal, é separar esse joio do trigo. Para o que é política, o que é retórica política, nós não podemos abrir inquéritos todos os dias, sob pena de nós não termos como sequer dar conta – e o Supremo, menos ainda.

Saibam V. Exas. que nós recebemos 106 representações por mês só para o PGR – só para o PGR – e 209 mil demandas para todo o Ministério Público Federal. Isso gera um desgaste tremendo, porque cada papel recebido é analisado de forma cuidadosa, é analisado e não tratado como algo sem maior importância. Para quê? Para que não façamos, não repitamos os erros do passado. E, por isso, o quadro institucional atual tem contado com a atuação do Ministério Público Federal no que toca à instauração de inquéritos, às investigações, às eventuais denúncias, mas sempre com um cuidado muito rigoroso, Professor Anastasia, para que não misturemos a retórica política com o discurso jurídico, porque isso só faz mal à sociedade e ao Estado.

Outrossim, em relação ao Senador Heinze, que fala com razão das questões indígenas, Senador Heinze, não existe aquilo... O Supremo Tribunal deverá, amanhã, quarta-feira, julgar a questão do marco temporal indígena. Será um momento importante para as comunidades, porque muitas das comunidades indígenas que algum dia estiveram envolvidas nesse processo há muitos anos já não mais lá estão. Lá estão agricultores, produtores. O marco temporal que o Supremo poderá vir a reconhecer, seguindo a orientação do *leading case* da Raposa Serra do Sol, vai exigir, em cada caso, a aferição concreta, o que, numa ação de controle concentrado, é muito difícil. Eu imagino – e falo isto por mim –, a minha percepção é a de que o marco temporal tem que levar em consideração o tempo das ocupações e a lei vigente à época. É um princípio antigo do Direito Romano: *tempus regit actum*, ou seja, a lei do tempo vai reger a solução do ato.

Mas V. Exa. tem muita razão quando se queixa que muitos colegas dão interpretações que refogem ao autor da lei. É a diferença entre a *mens legis* e a *mens legislatoris*. A *mens legislatoris*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma; a *mens legis* é outra; e a *mens juris* é aquela que busca atualizar a norma aos fatos contemporâneos.

Eu tenho me debatido muito no âmbito dos meus colegas que tratam da matéria indígena para que todos possam ler o capítulo dedicado aos indígenas como está aqui na Constituição, mas sei que há uma natural tendência ideológica de alguns de escreverem a sua própria Constituição. É para isso que existem os órgãos correcionais, é para isso que existem os tribunais para retificar as condutas ilegais. É para isso que existem homens como V. Exa., que conhecem a matéria com profundidade, para denunciar os eventuais excessos e desvios.

Tenha certeza, Senador Heinze, de que eu não sou um legalista no sentido pejorativo da palavra, mas eu respeito muito o espírito da Constituição, que há de ser o espírito do tempo, o espírito da nossa contemporaneidade, senão as normas não têm nenhum valor fora da sua mínima efetividade.

Acho que respondi, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Procurador-Geral.

Entrevejo que não há nenhum pedido de réplica pelos Senadores que o indagaram.

No próximo bloco, nós teremos, em ordem: o primeiro é o Sr. Senador Telmário Mota; em segundo, o Senador Fernando Bezerra; em seguida, a Senadora Soraya Thronicke; e, em quarto, o Senador Zequinha Marinho.

Eu indago ao eminente Procurador-Geral: V. Exa. gostaria de fazer uma breve interrupção?

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Sr. Presidente, se os eminentes Senadores precisarem, eu, claro, estou aqui disponível. Eu estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Então, vamos dar continuidade...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Padrão Ulysses Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – No momento em que V. Exa. desejar alguma interrupção, por gentileza... Não queremos também sacrificá-los sob o ponto de vista físico.

Dando continuidade, primeiro orador desse bloco, com a palavra o Exmo. Senador Telmário Mota para a sua indagação em dez minutos.

Senador Telmário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Sr. Presidente Professor Senador Antonio Anastasia, quero saudar os Senadores aqui presente na pessoa do Senador Collor de Mello; e as Senadoras na pessoa da Soraya. Quero, Sr. Presidente, cumprimentar o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras na pessoa da Dra. Fabiana Costa Barreto, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

O Dr. Aras já passou por essa sabatina. Ele já não é mais uma incógnita; já sabemos quem é o Dr. Aras. Porque é fácil: o subjetivo você não materializa. O subjetivo você não leva num saco e diz: "Olha: aqui, um saco de fidelidade; um saco de amizade; um saco...", não, não há. É preciso o tempo nos provar os fatos, se realmente aquelas promessas acontecem ou não acontecem.

O Ministério Público – não todo, mas uma boa parte – trilhou um caminho que nos parecia extremamente perigoso, que era midiático, partidário, interferindo continuamente nos demais Poderes, no Executivo, no Legislativo, no próprio Judiciário. E o Dr. Aras, quando passou aqui, disse: "Eu vou trazer o Ministério Público para o seu leito, eu vou trazer o Ministério Público cumprir com o seu papel".

Isso, Dr. Aras, nós constatamos nessa sua gestão. Hoje, nós temos um Ministério Público discreto e só com duas cores partidárias – verde e amarela –, um Ministério Público que não tem se afastado das normas da justiça e da legalidade.

Aqui já foram ditas muitas coisas que nos contemplaram, mas, aparentemente, pesaria contra o Dr. Aras uma ação de membros do próprio Ministério Público. Estou com o jornal aqui: "Toffoli nega pedido contra Aras feito por membros do Conselho Superior do Ministério Público". Estou com outro jornal aqui: "Moraes arquiva pedido de Senadores para investigar Aras por suposta prevaricação". Ou seja, com certeza, o Dr. Aras não praticou nenhuma ilegalidade e não cometeu nenhum abuso de poder, porque essa decisão foi tomada aos olhos de membro do Supremo Tribunal Federal.

Aí eu me lembrei daquela carta-testamento de Getúlio, do dia 24 de agosto de 1954. "Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e [...] se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam; e não me dão o direito de defesa". Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam; e não me dão o direito de defesa. Ora, esse chamado direito de defesa é extremamente cruel.

Recentemente, no meu Estado, houve uma operação da Polícia Federal chamada Desvid-19, para apurar desvios do covid-19, que envolveu outro Senador, e a Polícia fez todas as ações. Em um dia, eu estava numa Comissão dessas, no dia seguinte, o jornal me liga e fala: "Senador, o que o senhor tem a falar sobre essa Desvid-19 e o que está sendo apurado no Estado de Roraima?" Eu falei: "Não tenho nada, porque eu nem conheço". "Não, mas o Ministro Barroso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





acabou de dizer que o Senador fulano não pode conversar com você porque você também é investigado". Quase me matou do coração, Fernando Bezerra, nesse dia, porque eu nem sabia, nunca mexi com covid, não havia nem recurso lá, e, de repente, você é investigado.

Hoje, veio a resposta, a Polícia Federal concluiu o relatório. Bom, aí meus adversários fizeram festa. Era rádio, jornal, televisão todo dia dizendo que o Telmário desviou dinheiro do covid, com sensacionalismo, com matéria tendenciosa, rancorosa, raivosa... E a gente ali, esperando o andamento da investigação. Hoje, tivemos acesso aos autos. Olhe só: na minha casa, não houve busca e apreensão porque o Ministério Público não viu elementos para isso; pela própria Polícia Federal e pelo Judiciário, ia haver.

E melhor: a própria Polícia Federal concluiu hoje que não tem nada contra a minha pessoa, portanto, pede até para tirar o meu nome. Imaginem, se não fosse uma PGR ajuizada, fosse aquela midiática, eu estava até esta hora destruído.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Não, a mídia destrói um. É aí que não tem mais jeito, a imagem da gente fica irrecuperável, não tem nada que pague.

Então, eu quero parabenizar... E V. Exa. também diz assim, V. Exa. inclusive falou: às vezes é você ter mais cautela, porque toda corda quebra, pode ser velha, nova, depende da força que vai ser colocada nela. A nossa democracia tem 33 anos, é uma corda nova, mas fácil de ser quebrada. Se V. Exa. não tivesse esse cuidado e esse zelo, era fácil de tocar fogo, botar gasolina nessa fogueira e pudesse aí quebrar, Eduardo, a nossa democracia.

Portanto, eu até brinquei um dia desses aqui – para concluir já, Presidente Antonio Anastasia –, disseram assim: "Ora, o Aras também concorre ao Supremo Tribunal Federal". Eu falei: "Pois eu vou sacrificá-lo um pouco, porque, na PGR, tem gente na altura dele, mas ele já está identificado e precisa ficar aí mais esses dois anos para a gente tocar as instituições com tranquilidade, com amor, com paz e com sabedoria".

E, já no final, Getúlio diz assim: "Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue [derramado] será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória". Ao ódio você tem respondido com o seu perdão, aos que pensam que te derrotaram, tu vais ser reconduzido.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota, que, no 67º aniversário do suicídio do Presidente Getúlio, relembra sua carta testamento, que é a data de hoje.

Senador Fernando Bezerra, para a indagação de V. Exa.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, antes de registrar minhas colocações iniciais, gostaria de cumprimentá-lo, Presidente Anastasia, e, na sua pessoa, o Presidente Davi Alcolumbre, saudar o meu amigo e Líder Senador Eduardo Braga, Relator da mensagem. Cumprimento de igual forma o Exmo. Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras.

Senhoras e senhores, o Estado democrático de direito é uma concepção filosófica e histórica que consagra os direitos fundamentais e garantias constitucionais. Esse modelo ideal de Estado, todavia, é fruto da pluralidade de esforços no sentido de assegurar a efetivação dos valores e avanços trazidos pela Constituição Cidadã de 1988, que tenho o orgulho de ter subscrito. É dessa democracia ou desse regime democrático que surge a instituição Ministério Público, elementar e pressuposto da própria essência do Estado democrático de direito, assim como também o são o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.

Reforçando esse entendimento, é de fundamental importância que tenhamos à frente do Ministério Público Federal alguém comprometido com os valores democráticos. Neste sentido, nossa visão se ancora na figura do Dr. Augusto Aras, homem público de longa e virtuosa carreira jurídica, que ascendeu ao último e almejado degrau da carreira de Procurador da República e cuja função vem desempenhando com altivez, equilíbrio e senso de justiça, atributos que caracterizam sua atuação ao longo de 34 anos dedicados ao Ministério Público, onde ingressou em 1987. Exercendo a chefia da Procuradoria-Geral da República, V. Exa. defendeu com afinco o equilíbrio na relação entre os Poderes – ainda que debaixo de algumas críticas –, a independência do Ministério Público, as prerrogativas constitucionais dos investigados e a defesa impessoal da ordem jurídica e democrática.

Ademais, cumpre destacar a atuação de V. Exa. no enfrentamento da pandemia da covid-19, através da criação de um gabinete integrado de acompanhamento da pandemia. Procuradores e promotores foram designados, em todos os Estados brasileiros, para atuarem de forma articulada com outros órgãos. Ainda estabeleceu um esforço conjunto para dar continuidade às mais de 14 mil obras paralisadas no Brasil, por meio do Programa Integrado para Retomada de Obras, objetivando diminuir a judicialização, garantindo a conclusão de importantes obras e possibilitando o desenvolvimento socioeconômico do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho a convicção de que V. Exa., com a renovação do apoio desta Casa, continuará atuando com independência e autonomia à frente das elevadas atribuições que lhe conferem a função de Procurador-Geral da República, promovendo justiça com independência e impessoalidade, atacando o excesso de ativismo e evitando injustiças irreversíveis.

Neste sentido, Sr. Presidente Antonio Anastasia, quero dirigir o seguinte questionamento ao Dr. Augusto Aras.

Eu gostaria de abordar, Dr. Aras, sobre o Inquérito nº 4.781, também conhecido como inquérito das *fake news,* instaurado e presidido, e chegando à fase processual, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que se diz a própria vítima da conduta motivadora da sua instauração. Traduzindo para os nossos espectadores e para o público em geral, ao abrir o inquérito, o Ministro Dias Toffoli o fez sem provocação de outro órgão, usualmente a Procuradoria-Geral da República ou a Polícia Federal, usando como fundamento para tal arbítrio o art. 43 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, pelo qual, em face de ocorrência de infração à lei penal na sede ou dependência do tribunal, envolvendo autoridade ou pessoa sujeita à sua jurisdição, seu Presidente instaurará inquérito para que se apure o ocorrido.

Ainda designou o Ministro Alexandre de Moraes como relator sem consultar os pares ou proceder ao sorteio entre os ministros da Corte. Como uma mesma e única instituição pode se considerar vítima de suposta ilegalidade, determinar a instauração de inquérito destinado a apurá-la, fazer essa instalação, presidi-lo, ter o poder de decretar prisões, medidas acautelatórias e restritivas de direitos e, ao seu final, oferecer denúncia e ela própria julgar a conduta daqueles que foram ali indiciados?

Eu pergunto: isso é Estado democrático de direito? Como é possível que os ministros concentrem diversos papeis, de vítima, investigador e julgador, sem que isso signifique quebra da imparcialidade do julgamento? O que nos interessa saber é como V. Exa., Dr. Augusto Aras, explica para o cidadão o Supremo Tribunal Federal ignorar completamente o Ministério Público e se arvorar na função constitucionalmente atribuída ao órgão ministerial, de titular da persecução penal, acumulando-a com a de julgador, incluindo no bojo do amplíssimo objeto do inquérito das *fake news* todo o qualquer tema que lhe aprouver, mesmo os ocorridos após a sua instauração.

Essa é a minha indagação, mas, ainda aproveitando o meu tempo, Sr. Presidente, eu queria dirigir estas minhas próximas palavras ao Presidente Davi Alcolumbre. Na ausência dele, eu rogo que V. Exa. possa levar este meu apelo ao Presidente Davi Alcolumbre.

A Constituição Federal estabelece que compete ao Presidente da República indicar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dentre cidadãos com mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, cabendo a esta Casa Alta do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamento a competência para aprovar o nome do indicado. Todavia, nossa Carta Magna não dispôs sobre o prazo para que essa indicação seja deliberada. Diante dessa omissão, a demora para essa deliberação é extremamente prejudicial à atividade jurisdicional do Supremo Tribunal Federal, principalmente diante do excessivo número de processos pendentes de julgamento e da possibilidade de empates nas votações.

Como bem se sabe, a Corte que exerce função de guardiã da Constituição Federal deve, por expressas disposições legais, ser composta por 11 ministros. A vacância do cargo de um único ministro acarreta prejuízo de considerável monta à Corte, tendo em vista que os processos se acumulam e outros têm que ser redistribuídos em razão da urgência e importância das demandas. Diante de tamanha relevância, deve ser ressaltado o papel do Senado Federal no processo de escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal. Isso porque funciona como órgão constitucional de controle jurídico-político da indicação formulada pelo Presidente da República.

Nesse sentido, rogo a V. Exa. que leve este meu apelo ao Presidente Davi Alcolumbre para que dê prosseguimento ao processo de escolha do indicado pelo Presidente da República e agende a sabatina do Dr. André Mendonça para que o Senado Federal possa exercer seu mister constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Líder, Senador Fernando Bezerra.

Convido para suas indagações S. Exa. a Senadora Soraya Thronicke, próxima inscrita nesse grupo.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente Anastasia, na sua pessoa quero saudar também o Presidente Davi Alcolumbre. Quero saudar o sabatinado de hoje, o nosso PGR, Augusto Aras; o seu Relator, Senador Eduardo Braga; todos os Senadores e servidores.

Sr. PGR, o senhor disse que a política é para os políticos. E quero aqui também dizer do meu respeito ao Ministério Público, do carinho que tenho com o Ministério Público. Sou da área jurídica; então, sempre trabalhamos em harmonia, enfim. Mas eu gostaria de voltar a um assunto que é o assunto que o Senador Heinze falou, sobre a questão de promotores ativistas. A preocupação nossa é que a própria nomenclatura, o próprio nome "promotor de justiça" diz que esse agente público promove a justiça. Que justiça? A justiça para todos, indistintamente – para todos os brasileiros –, é o que determina a nossa Constituição Federal.

E, às vezes, nós vemos – e eu não gosto de generalizar jamais. Então, aqui são poucos membros, que eu gostaria de destacar, que atuam promovendo justiça para alguns, e não para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos. Temos casos, no meu Estado e Brasil afora, que em ações de reintegração de posse, com liminares de reintegração de posse, quando nós vamos cumprir, com reforço policial, enfim, nós já temos a atuação de certos promotores de justiça ali, insuflando, juntamente, às vezes, com a própria Funai... Nós temos muitas denúncias e relatos desse tipo de comportamento. Às vezes eles mobilizam Funai e até mesmo um braço da nossa querida Igreja Católica, que é o Conselho Indigenista Missionário. Nós ficamos perplexos, porque não sabemos de onde sai tanto dinheiro para financiar tudo aquilo – financiar, às vezes, invasões – e não conseguimos cumprir uma liminar de reintegração de posse, não conseguimos cumprir uma decisão judicial.

E destaca-se que decisão judicial deve ser cumprida por qualquer brasileiro, qualquer pessoa, inclusive Presidente da República. Ninguém está acima da lei. E, aí, nós não conseguimos cumprir por conta dessas questões que ficam pairando no ar e que a gente não consegue entender. E a gente fica até preocupado. Por mais que tenhamos liberdade de expressão, por mais que tenhamos imunidade parlamentar, nossa atuação tem limites, não é? Então, nós nos preocupamos, sim, com o que falamos.

Essa preocupação é latente. Por que esse tipo de coisa acontece e não é coibida? Porque a forma correta de se insurgir contra uma decisão judicial é com um recurso, simples assim, o que é para todas as pessoas, mas a gente percebe essa situação. E aqui eu não estou culpando nem produtores rurais, nem os indígenas, de forma alguma. Eu vejo que eles são, muitas vezes, vítimas dessa situação, são feitos de massa de manobra. O que nós queremos é que essa solução seja resolvida de uma forma que se faça justiça para todos os brasileiros e não para alguns brasileiros.

O que nós percebemos dessa política toda de terras indígenas é que, com o passar de todos esses anos, não temos nenhum lado satisfeito, os dois lados estão insatisfeitos, os dois lados estão abandonados. É igual à questão da reforma agrária, na qual se jogam as pessoas em lotes e não dão a elas o título que é tão sagrado e essas pessoas ficam à mercê de altos juros de bancos, enfim. É a mesma questão. Nós queremos que os indígenas possam produzir como os brancos, possam ter prosperidade e encontrar um caminho. Só estou contextualizando porque a questão é mais voltada à atuação de certos agentes do Ministério Público Federal.

Então, eu pergunto para V. Exa., o que deve ser feito nesses casos?

Qual é, também, a opinião de V. Exa. acerca do próximo julgamento que o STF fará em relação a esta questão e discutindo novamente, depois de 2009, voltamos a discutir, a questão do marco temporal?

Para finalizar, gostaria de saber de V. Exa., o senhor já falou, mas se temos alguma novidade, algo extra a se dizer em relação ao combate à corrupção, ao combate ao crime de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colarinho branco. Nós fomos eleitos com essa pauta. Essa pauta para mim é extremamente sagrada, pois, no Brasil, nós temos um problema sério de corrupção, e o Ministério Público é o legitimado, é o autor dessa ação penal, então, é de vocês que nós esperamos uma atitude, um braço forte, um braço firme, porque não temos. O Judiciário é inerte. Já estávamos discutindo com o Senador Fernando Bezerra essa questão dos inquéritos, mas, enfim, não vou nem tocar nesse assunto agora, o Ministério Público é o titular dessa ação penal e é de vocês que nós esperamos algo, um retorno, uma resposta para a sociedade.

No mais, eu gostaria de pedir aos colegas o voto favorável a V. Exa., a recondução de V. Exa.

Quero parabenizar o Presidente Jair Bolsonaro pela recondução, principalmente por um atributo que o senhor demonstra, tem demonstrado nesses dois anos: essa capacidade de trazer harmonia, de conversar, de ser uma pessoa que consegue manter este diálogo entre os Poderes. Isso é de extrema importância, a sua abertura, pelo menos comigo e com os demais colegas, lá dentro da PGR, esse diálogo franco que o senhor sempre manteve. Então, eu acredito que o senhor tem mais, tem muito mais a dar, mais a fazer e, por isso, eu peço a sensibilidade dos nossos colegas para que lhe deem o voto "sim".

Muito obrigada, boa sorte, que Deus o abençoe.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Agradeço, eminente Senadora Soraya Thronicke.

Convido o ilustra Senador Mecias de Jesus para suas indagações. Com a palavra V. Exa., Senador Mecias.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia, quero primeiro agradecer ao Senador Zequinha Marinho pela gentileza de trocar o nome, na ordem, comigo. Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, em especial o Dr. Augusto Aras, que, merecidamente, pela capacidade técnica, pelas condições, colocou, durantes esses dois anos, o Ministério Público com um olhar principal para a cidadania, para a Constituição, respeitando a todos. Eu quero, Dr. Augusto Aras, dizer que já votei, votei pela recondução de V. Exa.

Vou fazer aqui duas perguntas, de certa forma, relatando um pouco do que acontece, regionalizando um pouco lá para o meu Estado de Roraima.

Migrantes venezuelanos, Dr. Aras, lotam as ruas de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, causando notória vulnerabilidade social no Estado de Roraima. Diante da pandemia e crise econômica, fica difícil para o Estado brasileiro e, em especial, para o nosso pequeno Estado de Roraima, acolher os problemas sociais decorrentes do país vizinho. O Estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roraima tem enfrentado sozinho diversos problemas sociais no plano da educação, saúde e segurança pública, ou seja, na garantia do mínimo existencial para a população roraimense.

O fluxo migratório tem provocado cenários de crises em todos os países, em vários países. De que maneira o Ministério Público pode atuar na preservação da soberania e garantia dos direitos fundamentais e sociais da população brasileira, sobretudo neste momento em que o Estado de Roraima volta a apresentar, volta a receber cerca de 2 mil migrantes venezuelanos por dia? Já temos, em Roraima, cerca de 120 mil venezuelanos – em Roraima, nas nossas ruas, nos nossos bairros, no nosso interior –, e agora volta novamente essa crise, com cerca de 2 mil venezuelanos por dia.

A segunda, Dr. Augusto Aras. Nós lutamos diariamente aqui, no Congresso Nacional, para que a União promova a interligação de sistemas isolados dos Estados ao Sistema Interligado Nacional. Esses investimentos desenvolvem a política energética nacional e asseguram menores custos das tarifas de energia e dignidade às famílias brasileiras. O Estado de Roraima, como V. Exa. sabe, é o único do País que não está integrado ao sistema elétrico nacional e clama para sair do isolamento energético. As unidades que possuem sistemas isolados, não interligados ao Sistema Interligado Nacional, a pobreza é ainda maior, com altas tarifas de energia, e falta o básico para a sobrevivência das pessoas, deixando milhares de famílias em situação de extrema necessidade.

A Lei nº 14.182, de 2021, com a emenda de minha autoria, determina que "uma vez concluído o Plano Básico Ambiental-Componente Indígena traduzido na língua originária e apresentado aos indígenas, fica a União autorizada a iniciar as obras do Linhão de Tucuruí". Com autorização recente pelos indígenas em razão da Resolução nº 1, de 27 de fevereiro de 2019, do Conselho de Defesa Nacional, fica a União autorizada a iniciar imediatamente as obras do Linhão de Tucuruí, para atendimento do interesse de defesa nacional.

De que maneira a PGR pode atuar na garantia dos interesses de defesa nacional, assegurando o cumprimento da lei e, ao Estado de Roraima, sair do isolamento e ser integrado ao sistema energético nacional?

São as duas perguntas.

Por último, Presidente Anastasia, quero me juntar às palavras do Senador Fernando Bezerra, que pede ao Presidente Davi para pautar, na CCJ, a sabatina do Dr. André Mendonça. Quero fazer um apelo ao Presidente Davi. O Presidente Davi é um Senador querido por todos nós, competente, trabalhador, defensor do Amapá e do Brasil, e está acima de quaisquer picuinhas que possam vir a tentar fazer no Senado Federal com ele ou com o Senado Federal. É nesse sentido que eu quero apelar ao Presidente Davi, a V. Exa. e ao Presidente Rodrigo Pacheco para que pautem o nome do Dr. André Mendonça, indicado para o Supremo Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. O Dr. André Mendonça é um homem íntegro, competente e comprometido com a manutenção dos mandamentos constitucionais.

Portanto, essa é, por último, Sr. Presidente Anastasia, a minha última fala.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu é que agradeço, caro Senador Mecias de Jesus, a intervenção de V. Exa., que fica registrada.

Agora, seguindo a metodologia elaborada pelo Presidente Davi Alcolumbre, eu convido o eminente Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, para responder às indagações que lhe foram dirigidas, por até 15 minutos.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sra. Senadora e Srs. Senadores, pelas perguntas.

Obrigado pela oportunidade de fazer alguns esclarecimentos nesta sessão.

Em relação à indagação do Senador Fernando Bezerra, o sistema acusatório constitucional brasileiro assegura que a polícia investigue, que o Ministério Público acuse e que o juiz julgue.

O art. 43 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal foi declarado constitucional desde os idos de 1990, de 1992, salvo engano, em razão de não haver uma norma símile no Brasil que proteja a integridade física e a honorabilidade dos Ministros da Corte, de seus familiares, dos servidores e de quem por ali milita. Evidentemente, quando eu assumi esse cargo, eu busquei equacionar essa questão constitucional e o fiz não somente através de práticas como as aqui já narradas, como o fiz também ajuizando a ADPF nº 572, na qual o Supremo Tribunal Federal estabeleceu limites ao objeto do inquérito e uma série de condicionantes à época.

Por último, pende ainda no Supremo Tribunal Federal uma ADPF, que aguarda julgamento, para dispor sobre outros detalhes, que, provavelmente, são esses detalhes que V. Exa. bem questiona nesta oportunidade. Creio que nós teremos a oportunidade, nessa ADPF que está pendente de julgamento, de organizar a aplicabilidade do art. 43, porque, efetivamente, os membros desta Casa, os membros do Supremo, enfim, todos merecem proteção.

Só que, em relação ao Supremo, não existe uma norma contemporânea àquela proteção. Dir-se-ia que esta Casa, o Congresso Nacional, pode disciplinar essa proteção e que essa também é uma matéria legislativa. No dizer do Ministro Barroso, talvez seja a preferência legal, essa seja uma matéria de preferência legal. Mas que não deixemos os nossos Ministros da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suprema Corte sem a possibilidade de proteção, porque o Poder Judiciário é fundamental para que nós tenhamos um funcionamento regular.

De outra parte, a Senadora Soraya traz aqui a menção a condutas indevidas de membros, colegas. Quero dizer a V. Exa. que alguns já foram punidos – acho que V. Exa. tem conhecimento disso –, seja pela Corregedoria-Geral, seja pela Corregedoria Nacional. Todos os excessos, todos os desvios não são bem-vindos. O Ministério Público tem que ser uma instituição que promova justiça. Promover justiça não significa promover conflito, não significa promover apenas interesse de alguns. Significa promover interesse público, interesse público primário.

Em relação ao combate à corrupção, eu creio que discorri longamente sobre o aprimoramento dos GAECOs federais, as garantidas dadas nos GAECOs aos procuradores, com mandato de dois anos, renovável sempre, com a independência funcional garantida, sem intervenção de Procurador-Chefe, sem intervenção de procurador-Geral, sem nenhuma intervenção. Prestigiei a independência funcional. Tenho dado garantias de orçamento para cada unidade. E dos 15 GAECOs, hoje, faltam apenas sete serem constituídos e estão em curso.

Ainda completo, informando a V. Exa., que todos esses GAECOs estarão interligados, compartilhando os dados que estão disponíveis para todo e qualquer procurador no Brasil. Então, esse compartilhamento é muito importante, porque todos se lembram da discussão de Curitiba. Curitiba tinha um terabyte de dados guardados lá sem comunicação. Hoje todos os dados são compartilháveis. Então, nós temos cuidado dessa questão do combate à corrupção. E quero dizer a V. Exa. que nós temos duas grandes operações por mês. *Data venia*, eu acho que é suficiente para dizer assim: essa instituição está funcionando como nunca dantes, porque nunca se viram duas grandes operações por mês. São 300 autoridades com prerrogativa de foro no Supremo e no STJ e que já foram presas, afastadas, busca e apreensão, investigadas, respondem a processo.

Na sequência, o Senador Mecias de Jesus pergunta sobre a questão do imigrante. Como é que o MP pode ajudar?

Senador Mecias, nesse aspecto a questão é muito mais complexa, porque a questão da Operação Acolhida é uma questão humanitária, internacional. E nós precisamos ter um Ministério Público que trabalhe com valores básicos, desde a proteção à infância, aos idosos, à mulher, à educação, enfim, é uma situação muito complexa e que eu sei que V. Exa., no seu Estado, tem enfrentado, porque a pandemia ainda está em curso. Nós todos ainda estamos vivendo e viveremos por muito tempo sob as dificuldades da pandemia. E Deus permita que, com o término da vacinação, melhores dias todos tenhamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que tenha concluído, Sr. Presidente, essas informações. Apenas complementando ao Senador Mecias que o Linhão de Tucuruí foi destinatário dos nossos cuidados. É por isso que o Linhão está em curso, e, em breve, espero que Roraima esteja integrada a todo o sistema nacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Dr. Augusto Aras.

Não havendo registro de réplica, eu sigo para o próximo bloco convidando o primeiro inscrito, Senador Zequinha Marinho, para sua indagação; a seguir, o Senador Oriovisto; e, depois, o Senador Alessandro, que estão presentes.

Senador Zequinha, por gentileza, com a palavra V. Exa.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero neste momento cumprimentar todos os colegas, cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Dr. Augusto Aras e dizer da satisfação de poder revê-lo.

Eu quero, inicialmente, fazer aqui uma alusão à forma como o Procurador conduziu esse primeiro mandato. Todos nós já assistimos em outros momentos lá atrás que o PGR era sempre motivo de muita preocupação, porque não sabíamos exatamente qual era a denúncia que naquele momento estava sendo processada contra alguém, principalmente o Governo. Claro que, se houver necessidade, tenho certeza de que V. Exa. também tem o punho, a competência e a isenção para fazer acontecer, mas a gente via de forma muito preocupante, porque nos parecia algo com conteúdo político, o que faz mal à função de um procurador.

Então, nossos parabéns e nossos cumprimentos pela maneira discreta, principalmente. Apareceu pouco, só o suficiente, mas produziu muito, que é o segundo item desse primeiro momento.

Os números apresentados por V. Exa. aqui demonstram que, às vezes, falou pouco na televisão, na mídia, mas produziu bastante, aquilo que a sociedade e que todos nós esperamos de uma Procuradoria, porque num Estado democrático os poderes e as atividades são distribuídos, e cada uma das instituições precisa responder a contento, porque onde a Justiça não funciona, lamentavelmente, não há desenvolvimento, as coisas não prosseguem. Então, também por isso, pela produtividade, nossos cumprimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer a V. Exa. que a sua permanência na PGR nos dá tranquilidade. Tenho certeza de que o Brasil, de que a República vai ter mais dois anos de tranquilidade sabendo que pode contar com essa instituição e com alguém com equilíbrio, com firmeza, com determinação, que não precisa fazer zoada para trabalhar, para produzir, que não precisa fazer a política partidária aqui fora, mas a política da institucionalidade.

Quero aqui registrar mais uma vez – e eu o faço todas as vezes que tenho a oportunidade de conversar com V. Exa. – aquilo que outros colegas, como a Senadora Soraya Thronicke, acabaram de mencionar: o problema do ativismo no meio do Ministério Público, e aí não se pode ignorar. As universidades, especialmente as universidades públicas, foram aparelhadas, e elas fazem a política entre os jovens que se formam ali. Esses jovens são os nossos promotores, são os nossos procuradores, naturalmente, e vêm para as suas atividades com a cabeça feita e, às vezes, com a bandeira empunhada, o que faz mal à sua função como procurador.

Lá no nosso Estado do Pará... E aqui está, vejo o Senador Jader Barbalho, que é um homem experiente, vivido, que acompanha a luta da Amazônia e de nosso Estado, sabe das dificuldades que nós enfrentamos com os promotores e os procuradores, que, às vezes, em vez de tocarem e fazerem a promoção da justiça para todo mundo que tenha direito, às vezes, escolhem um lado para trabalhar. Mas nós já conversamos sobre isso, e eu tenho certeza de que V. Exa., com a maturidade e a serenidade que tem, vai continuar trabalhando para que a gente também tenha tranquilidade lá na ponta, lá longe, onde a sociedade demanda sobremaneira a ação de um promotor imparcial.

Nós temos algumas questões relacionadas – e aí é Brasil todo – ao Código Florestal brasileiro. A gente encontra hoje dificuldades. Eu faço parte da Frente Parlamentar da Agropecuária, estou lá contribuindo, ajudando, saí daqui para ir para lá, já retornamos. Por exemplo, encontramos procuradores entrando com ações contra o Código Florestal. Esse Código Florestal foi amplamente debatido, trabalhado. Foi uma coisa inédita poder aprovar isso na Câmara e aqui no Senado. "Ah, mas o Código Florestal não pode ser aplicado no bioma da Mata Atlântica, não pode ser aplicado no Pantanal, não pode ser aplicado na Amazônia, não pode ser aplicado no Cerrado". Então, a quem se destina essa lei? Ficou complicado a gente ter que conviver ouvindo isso, porque, na verdade, você tem que dispor do que se tem – e o que se tem é o Código Florestal – e não ficar inventando. Se a lei anterior foi substituída pela nova lei, ela não tem mais o que fazer senão ser arquivada. E o novo código precisa ser usado pelos nossos promotores. E não me cheira bem ver alguém que tem que promover a justiça de forma imparcial entrando com ações nessa direção.

As questões ambientais, como já temos comentado, a questão do marco temporal não só para a questão fundiária, mas também para a questão indígena, é importante que a gente observe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, porque, senão, a gente nunca vai colocar ordem nesse assunto – é o meu ponto de vista. Inclusive, demos entrada, recentemente, no PL 2.922, que estabelece exatamente um marco legal para reconhecimento, demarcação, uso e gestão de terras indígenas. A gente precisa reconhecer direitos. O direito dos indígenas precisa ser preservado, não se pode alterar, não se pode deixar isso numa área cinzenta, mas o direito do proprietário da terra também, porque o País tem que prezar pelo direito à propriedade, não é? Então, não se pode fazer justiça pendendo para um lado ou pendendo para outro. Entendemos que, aprovando o PL 2.922, nós vamos poder fornecer aos senhores uma ferramenta de trabalho tranquila, transparente e equilibrada.

Assim, entendemos que V. Exa. vai dar sequência ao trabalho que começou, fazer um grande mandato, talvez até melhor do que o primeiro mandato, produzir muito mais, porque, quando se chega, para arrumar a casa, é uma dificuldade. Agora não há mais casa para arrumar, já está arrumada, e V. Exa. vai com a sua equipe, que o senhor falou ainda há pouco, vai deslanchar nesse trabalho. O Brasil, com certeza, vai ganhar muito mais e todos nós.

Parabéns, vamos à luta, que Deus nos ajude, que Deus lhe abençoe e lhe ilumine nesta nova etapa!

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Zequinha Marinho, agradeço as indagações de V. Exa.

E convido o eminente Senador Oriovisto Guimarães para sua intervenção.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente Antonio Anastasia, Sr. Procurador-Geral da República Augusto Aras, demais colegas, é uma satisfação estar aqui hoje e, pela segunda vez, participar da sua sabatina. Lembro que, por ocasião da sua primeira indicação à PGR, o senhor esteve comigo no meu gabinete e eu lhe fiz várias indagações, mas me permita lembrar de apenas uma. Eu lhe indaguei o seguinte: Sr. Augusto Aras – que até então não era Procurador-Geral da República –, amanhã ou depois, o senhor pode estar numa situação de ter que optar entre a gratidão ao Presidente, que o está indicando, e a letra da Constituição, de que lado que o senhor ficará? E me lembro muito bem da sua clara resposta que motivou o meu voto favorável à sua condução, que foi: "Ficarei sempre ao lado da Constituição".

Procurador, eu hoje ouvindo aqui o discurso do meu colega Fabiano Contarato, percebi uma veemente condenação às suas atitudes em inúmeros episódios que ele, do enfoque dele, entendia que o senhor deveria ter agido diferentemente de como agiu. Também, ouvindo outros Senadores, como Marcos Rogério, ouvi grandes elogios à sua atuação, não só de um Senador, de vários Senadores que o elogiaram e não sem razão, mostrando os seus acertos, também segundo o ponto de vista deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiel àquela primeira indagação que lhe fiz lá atrás é que faço a pergunta de hoje. O que eu mais quero do Procurador-Geral da República é independência – independência, independência para poder ser fiel à Constituição! Sem independência não se pode ser fiel à Constituição. Havendo um compromisso, seja ele partidário, seja ele de gratidão, seja ele de interesse próprio numa eventual promoção futura, a fidelidade à Constituição é letra morta, não vai existir.

Quase que impossível julgar uma pessoa baseado nessa dialética própria do mundo do contraditório, e não é à toa que eu estou aqui cercado de juristas, treinados nessa arte, e todos falam muito bem. E eu, que não sou dessa área, que gosto mais das ciências matemáticas e um pouco de Filosofia e de Economia, confesso que, quando ouço um discurso, como o do Contarato, e outro, como o do Marcos Rogério, fico pensando em Aristóteles, que a virtude está no meio, que para cada virtude existem sempre dois vícios: um deles é a ausência da virtude e o outro é o excesso dessa virtude. Ele dava exemplos simples, como, por exemplo, para se ter saúde, ou uma boa alimentação. O que é uma boa alimentação? A ausência, alimentação de menos leva à doença, leva à fragilidade do corpo; em demasia, igualmente, leva à obesidade, leva a outras situações. E assim é com tudo. Com a coragem, por exemplo, de que os gregos gostavam tanto, a falta dela é covardia; o excesso dela é temeridade.

E, no seu caso, deve ser muito difícil ser virtuoso, muito difícil! Eu também tenho uma outra frase de um outro filósofo, de que agora eu não me lembro do nome, mas que eu gostaria de citar e que diz que os homens não são o que falam, mas são o que fazem. E, juntando essa fala a números, que é uma coisa de que eu gosto, eu tenho a questioná-lo. E aí vai a pergunta, que é a seguinte: duas pesquisadoras da FGV de São Paulo, do curso de Direito da FGV de São Paulo, Eloísa Machado e Luíza Pavan, fizeram uma pesquisa sobre 287 ações que questionam a constitucionalidade de atos do Presidente da República – 287 ações nesses últimos dois anos! Dessas ações, apenas 1,74%, ou seja, cerca de cinco ações foram promovidas, foram patrocinadas pela Procuradoria-Geral da República. É um número pequeno, que me faz pensar, que me faz meditar: por que um número tão baixo? Será o Presidente da República assim tão obediente às normas constitucionais ou será a Procuradoria-Geral da República muito cuidadosa ou cuidadosa em excesso? Porque o cuidado em excesso também pode ser um vício, segundo Aristóteles, não é?

Outra questão que elas apresentam e que é um dado interessante é que 93,9%, ou seja, praticamente 94% das manifestações da PGR coincidem, na sua essência, estão alinhadas com as posições da Advocacia-Geral da União. Por óbvio que o senhor não pode ser o procurador... (*Pausa.*)

Por favor, fique à vontade! Eu aguardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por óbvio que o senhor não pode ser o procurador da Oposição. Eu adorei a sua frase: não está lá um Procurador-Geral da Oposição. Mas por óbvio também que o senhor não pode ser um procurador do Presidente da República. Nenhum dos dois serve ao Brasil. Essa coincidência de 93,9% das manifestações da PGR alinhadas com a Advocacia-Geral da União me preocupa. O 1,74% das ações de manifestações e inconstitucionalidades do Senhor Presidente da República me preocupa.

E eu peço ao senhor que me explique um pouco desses números, porque também, pelo pouco que conheço do Presidente Jair Bolsonaro, na sua forma de agir; aliás, eu nunca estive com ele pessoalmente, então, eu o conheço uma figura pública, não como pessoa. Mas posso, pelo que percebo da figura pública, que ele jamais o teria indicado novamente para a PGR se o senhor tivesse tido um confronto de opinião com ele, como tiveram os Comandantes do Exército, da Marinha e Aeronáutica, que foram sumariamente demitidos. Então, nada contra que o senhor se dê bem com ele, aliás, acho até muito bom, mas esses números levantados por essas pesquisadoras motivam a minha indagação.

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Pois não, eminente Procurador.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** (*Fora do microfone.*) – ... Senador Oriovisto...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Vamos só concluir o grupo, para não quebrarmos aqui o procedimento, eminente Procurador-Geral, e o senhor responderá em breve.

Então, sendo assim, eu agradeço ao Senador Oriovisto pela sua intervenção e convido o eminente Senador Alessandro Vieira para fazer as suas indagações.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Procurador-Geral Augusto Aras, tentarei ser o mais objetivo possível em respeito aos colegas.

Meu posicionamento com relação à atuação profissional do Sr. Augusto Aras é notório. Juntei voto em separado, Sr. Presidente, em sentido oposto ao manifestado pelo Sr. Relator, recomendando a não recondução do Sr. Augusto Aras. Elenquei 20 motivos claros nesse sentido, mas o documento é público, não preciso cansá-los.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como também já foi mencionado nesta nossa sessão, apresentei junto ao STF, na companhia do Senador Fabiano Contarato, notícia no sentido do possível cometimento de crime de prevaricação por parte do Sr. Procurador-Geral da República, Antônio Augusto Aras, mas é importante registrar, Sr. Presidente, colega Oriovisto, que essa não é uma opinião isolada política, do Senador Alessandro ou do Senador Fabiano. A Comissão Arns também apresentou notícia no mesmo sentido, um grupo de Subprocuradores do MPF, Subprocuradores do MPF referidos por V. Exa., Sr. Augusto Aras, como aqueles mais velhos, experientes e calejados da instituição, apresentou notícia no mesmo sentido; a ABI (Associação Brasileira de Imprensa); dos 73 Subprocuradores em exercício, 41 já questionaram a atuação de V. Exa., 41 de 73; dos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal, seis já manifestaram retardo no exercício das suas atribuições funcionais, seja por ausência de manifestação, seja por insuficiência de manifestação.

São fatos concretos e que mostram claramente que nós não temos aqui um debate político de narrativas. Nós temos um debate consciente, uma sabatina efetiva no tocante ao exercício concreto das atribuições que a Constituição Federal deu ao Procurador-Geral da República, e são atribuições de grande relevo constitucional. Seguramente, e aí o Professor Anastasia vai nos acompanhar nesse desafio, merecem algum tipo de ajuste, porque não é justo também garantir a um único cidadão tanto poder concentrado. A impossibilidade de recorrer das decisões de V. Exa. acaba impondo um peso excessivo.

E exemplifico: quando V. Exa. apresenta parecer no sentido do arquivamento da investigação do famoso caso dos cheques do Queiroz na conta da Sra. Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, o senhor o faz em um despacho de apenas duas laudas e o senhor se refere apenas a notícias de jornais. Importante registrar que, nesse caso, o Presidente da República Jair Bolsonaro reconhece que os depósitos eram referentes a valores a ele devidos, ao Presidente da República.

Investigação que tramita já há longo tempo e que apura um possível caso de peculato na modalidade de apropriação de recursos na chamada "rachadinha", que tem um apelido engraçado, mas que é crime, é desvio de dinheiro público.

Não tenho notícia de manifestação de V. Exa. no tocante às mais recentes informações ventiladas por parte da senhora cunhada do Senhor Presidente da República Jair Bolsonaro que aponta a prática dessa mesma situação, a apropriação de recursos de servidores, a chamada "rachadinha", pelo próprio Senhor Presidente da República no seu exercício do cargo de Deputado Federal. Nenhuma manifestação de V. Exa. nesse sentido.

O Ministro Alexandre de Moraes, em despacho monocrático, enfrentou a questão da prevaricação, da suposta prevaricação atribuída a V. Exa. O colega Fabiano Contarato, claro, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstrou claramente que a própria jurisprudência do Supremo aponta a impossibilidade desse tipo de rejeição monocrática, mas de toda sorte, assim o fez o Ministro Alexandre de Moraes.

Eu me sirvo da própria decisão, do próprio despacho do Ministro Alexandre para definir, para aqueles que nos acompanham, do que é que a gente está tratando:

> O tipo penal, previsto no art. 319 do Código, descreve três condutas penalmente relevantes [ao tratar de prevaricação]: (a) retardar indevidamente, ato de ofício [ou seja] (atrasar, procrastinar, delongar); (b) deixar de praticar indevidamente, ato de oficio (omissão, abstenção); [ou] (c) praticar ato contra a disposição expressa da lei. Em todos os casos [sublinha o Ministro Alexandre de Moraes], é necessário que o funcionário tenha atribuição para a prática do ato, uma vez que, o ato for retardado, omitido ou praticado não for de sua competência, [não podemos considerar isso prevaricação].

E ele vai mais adiante e aí negrita: "O traço marcante do crime de prevaricação consiste no fato de que o funcionário retarda, deixa de praticar o ato de ofício ou pratica contrariamente à disposição expressa da lei para [abre aspas] 'satisfazer interesse ou sentimento pessoal'".

E aí ele cita inúmeros precedentes da Corte: Ministro Barroso, Toffoli, Marco Aurélio, Carlos Britto, enfim, uma infinidade, Ministro Ilmar Galvão.

E aí começo a citar: "Remansosa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser indispensável à configuração do delito de prevaricação, a demonstração concreta do interesse ou sentimento pessoal que teria movido o agente público, sem o que é atípica a conduta".

O Mestre Heleno Fragoso, também citado pelo Sr. Ministro Alexandre de Moraes, vai mais a fundo:

> O interesse pessoal pode ser de qualquer espécie (patrimonial, material ou moral). O sentimento pessoal diz com a afetividade do agente em relação às pessoas ou fatos a que se refere a ação a ser praticada e pode ser representado pelo ódio, pela afeição, pela benevolência etc. A eventual nobreza dos sentimentos ou altruísmo dos motivos determinantes são indiferentes para a configuração do crime, embora possam influir na medição da pena.

Está em *Lições de Direito Penal*, volume II, p. 426.

E, por fim, o Ministro Alexandre de Moraes vai e cita Nelson Hungria, no que ele chama de considerações muito atuais sobre o tema:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O interesse pessoal pode ser de natureza material (patrimonial) ou moral. Este último pode ser identificado até mesmo no caso em que o funcionário trai o seu dever por comodismo, ou para cair nas boas graças de César ou assegurar-se de aura popular, como Pilatos, em cuja clássica bacia, ainda hoje, desgraçadamente muitas mãos se lavam do sangue dos justos. [...] Por sentimento pessoal, entende-se a afeição, a simpatia, a dedicação, a benevolência, a caridade, o ódio, a parcialidade, o despeito, o desejo de vingança, a paixão política, o desprazer da prepotência ou do mandonismo, a subserviência, o receio de molestar os poderosos [...].

Me apego à fala do meu antecessor, que não é jurista, nosso querido Senador Oriovisto, mas é um homem vivido e inteligente. Não há como conquistar a boa vontade do Presidente Jair Bolsonaro, quando se confrontam os seus entendimentos, as suas ideias e as suas posturas. Ao longo dos últimos dois anos, V. Exa. se notabilizou justamente por isto, por não confrontar essas posturas, mesmo quando as posturas do Presidente Bolsonaro foram contrárias à saúde pública e à democracia. É essa, essencialmente, e não qualquer outra, a razão pela qual não é possível conceder a V. Exa. o voto pela recondução, ainda que – e faço questão de registrar – V. Exa., seguramente, seja reconduzido com larga aprovação desta Casa. Essa larga aprovação da Casa, seguramente, está baseada num mantra que V. Exa., durante vários momentos da sua fala hoje, professou: não criminalizar a política. Concordo plenamente com V. Exa, não podemos criminalizar a política, mas o caminho para isso é excluir os criminosos da política e não, de qualquer forma, acobertar atos que possam ser considerados como criminosos.

Então, essas são as considerações que faço, Sr. Presidente Anastasia, e faço questão de registrar. Não há qualquer tipo de sentimento pessoal ou individual com relação a V. Exa., mas há, sim, uma obrigação minha, como Senador da República, de cobrar o estrito cumprimento daquilo que se espera do Procurador-Geral da República. E, na minha opinião, estou aqui para isso; na minha opinião, o senhor não atendeu a esses requisitos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu é que agradeço, eminente Senador Alessandro Vieira.

Passo a palavra ao próximo inscrito no bloco, o eminente Senador e Líder Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente Antonio Anastasia, Sr. Procurador-Geral da República Antônio Augusto Brandão de Aras, o meu questionamento está indiretamente inserido – a resposta - em alguns pontos da fala do nobre Senador que me antecedeu, Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, tivemos a veiculação de notícias que informavam que ministros do STF estariam cobrando o cumprimento de prazos por parte da Procuradoria-Geral da República. Gostaria de procurar saber e entender como é que tem sido esse relacionamento com a nossa Suprema Corte? Basicamente era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Nelsinho Trad.

Eu convido agora o eminente Procurador da República, Dr. Augusto Aras, para as suas respostas às indagações formuladas pelos Srs. Senadores.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Sr. Senador Oriovisto; obrigado, Sr. Senador Alessandro Vieira; obrigado, Srs. Senadores Zequinha Marinho e Nelson Trad.

O Sr. Senador Zequinha Marinho já se retirou.

Senador Oriovisto Guimarães, percebo, pela informação que V. Exa. trouxe, que foi uma matéria de jornal em que um segmento da FGV ligado à Faculdade de Direito fez uma pesquisa com estudantes de Direito. Essas pesquisas não correspondem à verdade. E mais: 90% de todas as manifestações do Procurador-Geral da República no que tocam às ações da covid foram acolhidas pelo Supremo Tribunal Federal; 30% de todas as liminares propostas pelo Governo foram rejeitadas pelo Procurador-Geral da República; quase 300 ações constitucionais – recorde na história do Ministério Público Federal – foram propostas na minha gestão. E não foi levado em conta por esses pesquisadores, estudantes o fato de que há uma diferença nas minhas manifestações técnicas entre o conhecimento de uma ADPF e o julgamento do mérito de uma ADPF. O não conhecimento de uma ação constitucional de ADPF, se proposta pelo Governo, frustra o Governo, mas isso não foi levado em conta.

Essas pesquisas da FGV, não obstante o nível de qualidade e excelência da FGV em outras áreas do conhecimento como em economia, do plano jurídico têm merecido duras críticas do Supremo Tribunal Federal, especialmente do Ministro Gilmar Mendes e do Ministro Ricardo Lewandowski, porque não guardam grau de cientificidade capaz de influenciar de forma significativa e verdadeira o resultado apresentado.

Então, desta leitura que V. Exa. fez, peço vênia para divergir, como peço vênia para encaminhar para o seu gabinete um voto do Ministro Lewandowski e do Ministro Gilmar Mendes dizendo das inconsistências da pesquisa feita em relação ao Supremo Tribunal Federal, que se assemelha em inconsistências na avaliação à PGR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este PGR, e faço essa declaração em respeito a V. Exa., há 23 meses recebe críticas de matérias cujos fatos não têm fontes inidôneas, cujos fatos nem sequer são objeto de pedido de explicações à própria Secretaria de Comunicação do PGR. É uma luta insana – é uma luta insana!

Senador Oriovisto, há horas em que eu me lembro das tragédias feitas por certo jornalismo – porque não é total, é uma parte – que geram tragédias familiares, como a da Escola Base, ou como julgamentos históricos, que não vou trazer à baila, mas é muito importante dizer que, em muitos dos ataques que sofro, se o jornalista tivesse ido à fonte para ler a petição, verificaria que havia um engano, que era algo despropositado.

Eu diria mais: quando recebo uma infâmia pela imprensa, eu percebo que a importância da imprensa é muito maior do que a que eu posso supor. E eu me penitencio – me penitencio –, porque quis ser um Procurador-Geral não escandaloso, não pirotécnico, não dado à espetacularização. Procurei ser um Procurador-Geral da República que respeitasse o sigilo dos inquéritos, como manda a lei, que respeitasse os investigados, que respeitasse todos os atores de um processo, para que, quando alguém fosse condenado, fosse condenado com a observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, com um promotor e um procurador imparciais, competentes e com atribuições.

Mas de uma coisa eu saio daqui convicto: se esta Casa me reconduzir, eu vou partir para me comunicar melhor com a imprensa, para evitar que novos equívocos ocorram.

E quero dizer também a V. Exa. que esses números que o senhor apresentou foram impugnados por mim perante a FGV, inclusive em nota pública, que eu estava procurando aqui para lhe encaminhar, para mostrar que não é verdade isso.

A nossa gestão superou...

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Dois jornais – *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo* – deram ampla repercussão a esses números.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – V. Exa. sabe que uma matéria repercute de forma direta; é o que se chama vulgata da vulgata. Quem faz a primeira leitura e não verifica as fontes fica repetindo, repetindo, repetindo.

Para passar agora ao Senador Alessandro Vieira, eu vou agora informar algumas dessas vulgatas da imprensa. Por exemplo, os cheques, Senador Alessandro Vieira, nunca chegaram aqui na Procuradoria, porque a Primeira-Dama Michele Bolsonaro não tem prerrogativa de foro. Não chegou na Procuradoria-Geral nenhum dado real para que tratasse dos cheques da Primeira-Dama, embora tenha vindo uma representação de um advogado que já fez 200

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representações contra todas as autoridades do Brasil, todas feitas com meras páginas de jornal que não se prestam como prova, e o Supremo já disse isso. Inclusive, o Ministro Marco Aurélio, indignado com esse tipo de procedimento que se tornou praxe no Supremo Tribunal Federal... Determinadas personalidades públicas protocolizam uma representação no Supremo, vão para a imprensa e noticiam. No dia seguinte, levam à PGR o mesmo documento e noticiam na imprensa. No dia seguinte, na PGR, um servidor manda reunir as duas representações. É mais uma matéria na imprensa. No dia seguinte, o Procurador manda abrir uma notícia de fato, que é uma averiguação preliminar, e é mais uma matéria na imprensa. Ao fim e ao cabo, são dez matérias na imprensa sem nenhum valor técnico-jurídico.

Srs. Senadores, Sr. Senador Alessandro Vieira, não só os cheques – não só os cheques – o Ministro Marco Aurélio levou ao Pleno do Supremo: o Pleno, por unanimidade, mandou arquivar... A questão do cheque ainda pende lá no Rio de Janeiro. A Justiça do Rio vai julgar, não o PGR, não o STJ, não o Supremo, salvo em grau de recurso se algum dia chegar até aqui.

A questão do Queiroz. Eu me manifestei contra o *habeas corpus* do Queiroz; eu me manifestei duas vezes contra os *habeas corpus* do Senador Flávio Bolsonaro, que não está aqui presente. Nós fizemos inquéritos e ações penais contra seis Ministros do Presidente Bolsonaro. Nós temos quatro inquéritos contra o Presidente Bolsonaro. E eu não estou querendo aqui dizer que não estou cumprindo compromisso, não, porque o meu compromisso é com a Constituição, mas eu estou dizendo que a rachadinha, por exemplo, nunca chegou a Brasília. Chegaram a Brasília, sim, dois *habeas corpus* do Senador Flávio, e todos os dois mereceram pareceres contrários meus. Eu assinei os dois; não foram os meus colegas que me auxiliam na PGR.

Eu queria dizer a V. Exas., apenas esclarecer rapidamente, o tipo de representação que eu recebo, a que eu sou obrigado a dar um parecer, e sobre a qual eu sou obrigado a me manifestar e o Supremo é obrigado a se manifestar. Eu vou só dizer aqui rapidinho: o Pastor Silas Malafaia falso – não é esse, não é o verdadeiro – fez 96 representações. Não foi ele, não. Estou falando o nome dele porque ele sabe que não foi ele, ele me comunicou que não foi ele e representou para apurar o culpado. Nós fizemos 96 manifestações de falsidade em nome do... Uma quadrilha usando o nome do Pastor.

Um outro, useiro e vezeiro em representar, esse não vou ler, não, porque vou é tomar o tempo de V. Exas. É uma vergonha, mas eu vou passar para ver o que tem.

Mas, eu vou dizer o seguinte: Senador Oriovisto, o meu compromisso com a Constituição é tanto que isto aqui são todas as manifestações cruciais para um programa de um candidato do Governo à reeleição, todos contra. Mas não são contra porque são contra o Governo; não são a favor da Oposição; é porque essas manifestações – são centenas de manifestações –, que atingem diretamente qualquer pretensão eleitoral, são contra a Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não me parece honrado sair fazendo propaganda, dizendo que foi contra. Então, a história me fará justiça, como fará a V. Exas., e eu tenho certeza de que o meu compromisso com essa Constituição permanece de pé, embora haja incompreensões, e a divergência permite que nós toleremos as incompreensões.

Por isso é que eu também não tenho nada de pessoal, muito menos com o Senador Alessandro, com o Senador Contarato ou com qualquer um. A minha formação cristã, profundamente cristã – sem ser evangélica, mas católica, praticante – me faz ter um sentimento, eu diria, parodiando o dia da carta-testamento: ao ódio eu respondo com o perdão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu peço ...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu vou dar a palavra à réplica, indagando, primeiro, ao Senador Oriovisto, ao Senador Alessandro e ao Senador Nelsinho: querem usar da réplica?

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Alessandro Vieira.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não se trata exatamente de uma réplica, Sr. Presidente, mas de um esclarecimento. Eu não consegui acompanhar a referência à candidatura à reeleição.

Eu não entendi. Era à sua recondução que o senhor se referia? Ao Presidente da República? Eu...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – ... ao candidato ao Governo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Faltou compreensão do trecho, porque V. Exa. falou rápido. Se o senhor puder esclarecer, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Um esclarecimento, por gentileza, do Dr. Aras ao Senador Alessandro Vieira.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** (Para expor.) – Eu quis dizer que, se eu quisesse fazer proselitismo de qualquer natureza, não teria juntado aqui dezenas e dezenas de manifestações contrárias a um possível candidato à reeleição, só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem quer ser reconduzido não faz tantas manifestações contrárias; e não foram contrárias, é isso que eu quero deixar claro; foram apenas manifestações que coincidem ou divergem por coincidência. São coincidentemente... São divergentes das manifestações de Governo.

É essa a explicação, só isso. Não é por ser contra o Governo nem a favor da Oposição: é ser a favor da Constituição. Foi isso que eu quis dizer, para deixar bem claro para que quem nos escuta não deturpe as minhas falas.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Essas manifestações foram oficiais?

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Total, totalmente. Todas estão nos autos. Se V. Exa quiser encaminho para V. Exa. todas, imediatamente.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Por favor.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Por favor, encaminhe todos os pareceres para o Senador Oriovisto.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E aí, sim, mas a título de réplica, quero questionar se V. Exa. se preocupou, se deu ao trabalho de instaurar a notícia de fato para a apuração, mesmo que sucinta, das duas notícias. A primeira é a dos cheques, que chegaram à sua mão por uma representação do advogado a que V. Exa. se refere; e a segunda é a questão de uma possível rachadinha praticada durante o exercício de mandato parlamentar pelo hoje Presidente, que veio através de áudios, vídeos, enfim, e de matéria publicada.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Respondo a V. Exa.

Primeiro, foram abertas as notícias de fato, mas em relação não ao cheque, porque não temos atribuições constitucionais para os cheques – são lá do Rio de Janeiro. No segundo caso...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Rachadinha.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – ... a rachadinha, foi aberto, sim, com um detalhe que V. Exa. sabe bem como jurista que é: a Constituição diz que o Presidente é imune pelos atos fora do mandato.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas não a investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Bom, essa é a opinião de uma... Há apenas uma decisão nesse sentido. Todas as demais decisões do Supremo são em sentido contrário.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E a opinião de V. Exa. é?

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – A minha opinião ainda vai ser... já foi manifestada – eu creio que já foi manifestada. Eu não tenho a lembrança para responder a V. Exa. neste instante, mas, certamente, como é pública, será fácil V. Exa. encontrar, porque, na nossa gestão, tudo é público na PGR.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Nelsinho, para uma...

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** – Eu devo uma resposta ao Senador Nelsinho. Senador Nelsinho, muito obrigado pela oportunidade de fazer um esclarecimento.

Senador Nelsinho, existem prazos próprios e prazos impróprios. Quem não é da área jurídica não tem obrigação de saber disso, mas é importante esclarecer. Os prazos próprios são aqueles expressamente previstos em lei. Os prazos impróprios são aqueles gerais em que não há prazo, e não há consequência pela não observância desses prazos. Esses prazos impróprios são de, no mínimo, cinco dias e, em média, de quinze dias. Só que, nos inquéritos policiais, não existe prazo para inquérito, porque o titular do inquérito é o Ministério Público. Normalmente, nós temos inquérito aqui de 13, 14, 15 renovações de 60 dias. Nós temos inquéritos aqui de eminentes Parlamentares com quatro anos e três meses em transcurso no Supremo Tribunal Federal, e nem por isso se diz que esses inquéritos violaram o prazo. O certo, Senador Nelsinho, é que não existe prazo de 24 horas em lugar nenhum. Só existe prazo de 24 horas no Direito Eleitoral, na propaganda no rádio e na TV durante a campanha eleitoral.

Esse assunto eu oficiei ao Presidente do Supremo, eu oficiei aos ministros do Supremo. Pedi a compreensão de S. Exas., até porque S. Exas. têm o livre convencimento para, independentemente do parecer do Ministério Público, em ações não penais, se manifestar em tutela de urgência, qualquer que seja ela. O prazo de 24 horas, como é um prazo inadmissível, nós já estamos tendo esse cuidado do Supremo de cumprir os prazos impróprios de cinco dias, no mínimo, e de quinze dias, sabendo que sessenta dias é o prazo do inquérito.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando continuidade, então, ao próximo bloco, convido o eminente Senador Eduardo Girão para a sua indagação.

Com a palavra V. Exa., Senador Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente Anastasia, Vice-Presidente da CCJ.

Eu queria, antes de começar, ao mesmo tempo em que já dou as boas-vindas ao Dr. Augusto Aras a esta Comissão para esta sabatina, manifestar o meu sentimento, o meu protesto e meu sentimento de discordância com as prioridades desta Comissão. Respeito quem pensa diferente, mas duas mensagens chegaram juntas aqui: a mensagem de recondução do Procurador Augusto Aras e a mensagem do Ministro André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal. E me causou, confesso, indignação, porque eu acho que a gente está aqui no Senado e, não obstante a credibilidade desta instituição, por pesquisas, todos nós somos afetados por pesquisas de institutos que mostram que a gente vem caindo em termos de aceitação popular, o Senado Federal. Eu acho que atitude como essa de não trazer para um momento, um dia como hoje, quando há um esforço concentrado de Senadores, a indicação do Ministro André Mendonça apequena o Senado Federal. Até porque, Presidente, nós temos dez Ministros, hoje, no Supremo Tribunal Federal. O Dr. Augusto Aras ainda tem mais o mês de setembro para fazer essa sabatina, para responder aqui a todos os questionamentos e ser reconduzido. O Supremo Tribunal Federal, não. Se der um empate hoje, e aí, como é que fica? Eu acredito que isso não é saudável para a República.

E eu faço aqui um apelo pela liturgia, um apelo pela credibilidade e o fortalecimento da democracia, que a gente paute, o mais rápido possível, o Ministro André para que a gente possa fazer as perguntas para ele, para que a gente possa, de forma democrática, definir, porque o Brasil precisa de um novo Ministro do Supremo.

Eu queria, Dr. Augusto Aras, em primeiro lugar, agradecer a menção que foi feita ao meu nome aqui no início dos trabalhos. Eu estava na CPI. Sou titular. Mas recebi a informação do senhor celebrando uma cobrança nossa, que é o Gaeco chegar aos Estados. Já são 7 Estados, 15 Estados em que já chegou o Gaeco para de certa forma operações de combate à corrupção serem fortalecidas, embora, com todo o respeito ao senhor, eu acredito que numa força-tarefa como nós tínhamos, a Lava Jato, o foco era todo em cima daquelas operações. Então um Gaeco federal vai ter várias denúncias. Eu acredito que uma das razões para desmantelar a Operação Lava Jato, que é um símbolo do combate à corrupção no Brasil, que é a esperança de muita gente de que a Justiça fosse para todos, que inspirou novos magistrados, que inspirou novos políticos, uma das razões para desmantelar foi a desativação formal das forças-tarefas que estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

focadas, assim como nós tivemos, no Petrolão, um resultado fantástico, a partir de esforço concentrado dos procuradores.

Nos últimos meses, Dr. Augusto Aras, nós temos visto aí a Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem de uma certa forma cometido, no meu modo de entender, inúmeras arbitrariedades, ao arrepio da delimitação constitucional de suas atribuições. Não se investiga, por exemplo, apesar dos apelos, Estados e Municípios.

A Polícia Federal ontem mesmo fez mais uma operação. Presidente, já são mais de cem operações no País, mas a CPI, apesar de ter sido instalada com dois requerimentos – um para investigar eventuais ações e omissões do Governo Federal, que está certo, tem que investigar, mas também há um outro requerimento, assinado por 45 Senadores da Casa, que a CPI ignora solenemente –, só está observando um requerimento, essa é a prática que a gente vê.

Inevitavelmente, Procurador, o relatório da CPI será encaminhado a V. Exa. Indago: qual o papel da PGR diante de um relatório tendencioso, em que há conflito de interesses flagrantes a começar por um Relator que tem um filho Governador? Qual o espaço de investigação tem o Ministério Público Federal sobre a execução de verbas federais por Estados e Municípios? Essa é uma pergunta que eu queria fazer para o senhor.

A outra questão diz respeito à liberdade de expressão, que está ameaçada no Brasil. Nós vemos uma escalada autoritária no País, tanto na CPI, com quebras de sigilos bancários, fiscais, telemáticos, coincidentemente de conservadores – essa é a grande realidade –, e de pessoas que têm ideias divergentes das narrativas que são muitas vezes impostas goela abaixo. E essas pessoas estão tendo aí, inclusive jornalistas, seus nomes citados, investigação em cima deles, a partir da CPI, por exemplo, o jornalista Alexandre Garcia, com 50 anos de profissão, que passou por várias emissoras.

Eu fico muito preocupado com o TSE também desmonetizando canais, blogues, vindo se reunir aqui na Casa, no Congresso Nacional, com lideranças partidárias, influenciando diretamente na questão do voto auditável, por exemplo.

E eu gostaria de lhe perguntar exatamente: a Presidência da República também não é uma entidade essencial à democracia? Pode o Presidente ser chamado de genocida ao passo que não pode criticar os ministros do Supremo? Há diferenças de importância entre o Poder Executivo e o Judiciário? Seriam o Supremo e os seus ministros imunes à crítica pública? Estaria o Supremo a adotar dois pesos e duas medidas?

E, como a última pergunta sobre essa questão da liberdade de expressão, sobre essa escalada autoritária que a gente está vendo, porque eu estou muito preocupado com essa questão, com esse encaminhamento que vai ser dado sobre essa censura prévia que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está vendo no Brasil, eu indago: o que a PGR pensa sobre isso? Qual é o seu pensamento sobre esse princípio constitucional fundamental? Isso é, realmente, algo que me deixa muito preocupado.

Alguns Senadores apresentaram pedidos ao Supremo Tribunal Federal para investigar V. Exa. por suposto crime de prevaricação, por não ter determinado a abertura de inquérito contra o Presidente, em razão de suas críticas ao sistema de votação eletrônico, sem a possibilidade de auditoria. Na opinião de V. Exa., há crime em se defender a possibilidade de auditar um sistema de votação, buscando mais segurança, mais transparência? Cometeu o Presidente da República um crime nesse sentido? Isso é muito importante para que a gente possa fazer uma análise deste momento atual e eu lhe agradeço e lhe agradeço, sobretudo, pela parceria que fizemos com a PGR e com o Ministério Público Estadual, no Ceará, sobre as emendas parlamentares. Cada centavo, Senador Anastasia, Presidente, que a gente envia de emendas para o Estado do Ceará, para as prefeituras, para as entidades, a gente comunica. Fizemos uma parceria pioneira, inédita, com a PGR e com o Ministério Público Estadual para que haja uma fiscalização conjunta. Então, eu lhe agradeço por essa iniciativa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Girão, antes de passar a palavra ao eminente Procurador-Geral da República, o eminente Relator, solicita a palavra.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, queria aqui, eminente e caro colega Eduardo Girão, a quem eu tenho muito respeito, fazer uma ressalva na indagação ao Dr. Aras. Não há relatório escrito nem apresentado. Assim como o Senador Eduardo Girão é membro titular da Comissão Parlamentar de Inquérito, eu também sou. E não há relatório apresentado. Portanto, não há como adjetivar sobre o relatório neste momento.

Creio que feita essa correção, vamos aguardar resposta do Procurador às indagações do eminente Senador, mas não há relatório aprovado neste momento para ser adjetivado.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou falando em suposição. A opinião é minha aqui, que é imparcial.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, mas é que V. Exa. disse que o relatório é tendencioso, que o relatório é isso, é isso e o relatório não existe. V. Exa. está fazendo uma afirmação sobre um documento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E mais, o relatório terá que ser aprovado pela Comissão. Portanto, o relatório do Relator será submetido a voto. Talvez a falta de experiência no Parlamento, é a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito de V. Exa. talvez justifique, mas a verdade dos fatos é que não há relatório.

Não dá para adjetivar, neste momento, o relatório.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Eduardo Braga, a opinião é minha, eu tenho direito a emitir minha opinião. É um relatório que, para mim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, mas, para mim, do jeito que está a condução é parcial.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, o que eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senhores, senhores...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... era apenas fazer uma pergunta.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não dá para adjetivar o que não existe.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu pediria aos eminentes Senadores... O tema nosso aqui, neste momento, é a sabatina.

Com a palavra o eminente Sr. Procurador-Geral da República para esclarecer o Senador Girão.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** (Para expor.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Senador Eduardo Girão, em primeiro lugar, eu peço vênia ao Senador Girão para dizer que eu só poderei me manifestar sobre a CPI quando receber o relatório, que parece que ainda não ocorreu, por falta de conclusão. Segundo lugar, dizer a V. Exa., Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Girão, que a liberdade de expressão, a par de ser o primeiro dos princípios, para todo e qualquer cidadão brasileiro, também avança sobre um sistema de responsabilização política, civil, penal, administrativa de membros de todos os Poderes. Isso quer dizer que a liberdade de expressão tem V. Exa. quando manifesta a sua vontade por opiniões, palavras e votos; quando o julgador, fundamentado na Constituição e nas leis, decide; quando o Chefe do Poder Executivo, no âmbito das suas atribuições, também se manifesta; e quando o Procurador-Geral e os membros do Ministério Público em geral, exercendo independência funcional na atividade finalística, podem se manifestar também sobre um determinado ponto de vista, desde que manifestados.

Então, a liberdade de expressão tem duas grandes vertentes: uma vertente que é peculiar a um sistema de responsabilização, que certos Poderes e autoridades têm, e um sistema geral e abstrato, de que é titular qualquer cidadão. No Brasil, a liberdade de expressão assegura a não censura prévia, de maneira que toda e qualquer responsabilização no que toca à liberdade de expressão só poderá ser feita *a posteriori*. Isso faz com que tenhamos um sistema bem peculiar ao Chefe do Executivo Federal, que é o Chefe de Estado e Chefe de Governo, e, por isso, ele não responde a crimes no curso do seu mandato, exceto os anteriores ao mandato, fora do mandato, como há um regime peculiar para os Ministros do Supremo e o Procurador-Geral da República e como há para os Srs. Senadores, Parlamentares, que são as imunidades materiais.

Dessa forma, é muito complexo, como a imprensa tende ou aqui algumas vezes eu fui instado, traçar a linha divisória entre a liberdade de expressão de um Chefe do Poder Executivo e a de outra autoridade. A mim me parece que o primeiro critério para distinguir o ato político, a retórica política do discurso jurídico é a repercussão, porque no Direito um fato jurídico é aquele que, emanado da vontade consciente de alguém, produz efeitos na órbita jurídica. Isso é noção geral, é um conceito bem geral. Então, se a retórica política atinge o patrimônio subjetivo jurídico de alguém, aí entramos no Direito. Fora disso, isso é retórica política. Eu vou dar um exemplo a V. Exa.

Várias perguntas foram feitas aqui – para acabar – sobre o que eu achava sobre ameaças ao sistema, à institucionalidade e tal. Olha, nós só podemos medir qualquer tipo de ameaça, nós só podemos medir a retórica ou o discurso jurídico se nós dermos concreção a esse discurso. Fora disso, nós não temos como fazê-lo. É possível que, em algumas circunstâncias, nós até tenhamos indícios de fatos, nós tenhamos um fundado receio de que alguma lesão venha a ocorrer em razão de um fato previsível, inevitável, mas isso não é a regra. Daí por que a grande dificuldade do PGR para não criminalizar a política é não supor que um discurso mais duro ou menos duro vai invadir uma esfera de proteção jurídica e dali extrair uma ação.

Só para terminar, imaginem V. Exas.: eu recebo no meu gabinete 106 representações mensais. O MP Federal inteiro recebe 209 mil. Se eu fosse ajuizar inquéritos todos os dias para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apurar cada representação, o Supremo não ia fazer mais nada, não ia fazer mais nada, ninguém ia fazer mais nada. Só o falso pastor – e eu peço desculpas ao pastor, porque eu o citei, mas ele foi vítima e é bom que se saiba que ele não... Só o estelionatário que usou o nome do pastor fez 96 apresentações contra autoridades de distintos Poderes. E eu tenho que me manifestar seriamente, o Supremo tem que se manifestar seriamente e, só depois, quando o pastor tomou conhecimento, é que nós fomos ver que era tudo falso, tudo mentira. E nós estamos apurando quem foi o criminoso.

Eu agradeço a V. Exa. pela oportunidade e quero dizer, para terminar, só para terminar: eu tenho independência funcional tanto quanto um garoto ou uma garota que acaba de entrar na instituição assim também o tem. V. Exa., quando vota, também tem imunidades materiais. O juiz tem liberdade de convencimento devidamente fundamentada. A esta acusação de prevaricação eu peço muita vênia, mas, felizmente, o Supremo Tribunal Federal, em duas decisões, reconhece que a minha independência funcional me dá o direito de aquilatar a idoneidade de certos atos para interferirem ou não na esfera jurídica, porque, do mesmo jeito que eu posso ser tido por algum adversário interno como omisso, o juiz pode ser tido como prevaricador, porque não julgou em dez dias, que é o prazo que o julgador tem, ou um Senador pode ser tido como prevaricador, porque não votou uma matéria em tantos dias.

Para terminar, quero dizer que o ex-Presidente da Câmara Federal Rodrigo Maia sofreu uma notícia crime neste ano, em fevereiro ou maio, não me lembro mais, porque não botava em pauta os pedidos de *impeachment* do Presidente da República. Ali, a manifestação deste PGR foi no sentido de que a liberdade do Presidente fazia com que S. Exa. tivesse o juízo de valor discricionário e de legalidade, respectivamente, para poder decidir quando fazê-lo. O parecer foi acolhido, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal.

Chegou o último inscrito. Pois não, estou disponível.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Dr. Aras.

Com a chegada do Senador José Aníbal, o derradeiro inscrito, eu convido V. Exa. para as suas indagações.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar.) – Sr. Procurador, Sr. Presidente, Antonio Anastasia, eu queria, em primeiro lugar, recuperar uma fala do Senador Eduardo Braga. Ele fez algumas ponderações ao procurador. Uma delas foi uma afirmação com relação a Manaus – e nós somos, os dois, amazônidas; ele do Amazonas e eu de Rondônia. E, portanto, foi com muita atenção que eu acompanhei toda aquela situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Eduardo Braga disse singelamente, mas com muita clareza: tivemos mortes por falta de oxigênio. O Brasil inteiro acompanhou isso.

E depois ele lhe perguntou o que muda num próximo mandato, na sua recondução como Procurador-Geral da República. Eu queria fazer uma ponderação. Vi que o senhor respondeu as questões que foram colocadas, mas eu não fiquei convencido da postura da Procuradoria-Geral da República com relação a esse episódio de Manaus.

Há coisas na política, na vida, que são emblemáticas. Eu acho que esse episódio de Manaus foi um episódio dos mais emblemáticos de toda essa tragédia que o Brasil está vivendo. Ele foi emblemático porque a solidariedade dos brasileiros do Brasil inteiro fez chegar até garrafas de oxigênio a Manaus. Os venezuelanos mandaram também. Todo mundo se mobilizou, não é? Era uma questão tão obviamente desesperadora e que tinha que ser resolvida, não tinha como esperar, que também as pessoas se cotizaram, se organizaram, compraram equipamentos, compraram até produção, fábricas de produção de oxigênio. E aqui eu me lembro de um ator extraordinário, Paulo Gustavo, de uma generosidade imensa, que fez isso e infelizmente morreu porque não conseguiu tomar a vacina – ela não chegou a tempo.

Tudo isso me leva a crer que a gestão de todo esse episódio foi e está sendo uma gestão muito deletéria. Da parte do Presidente da República é quase uma não questão. Ela não está presente na fala dele, ela não está presente na agenda dele, ela não está presente na vida dele. Ele nunca foi a um hospital, que eu saiba. Devia ter ido a vários. Nunca foi a um posto de vacinação, ele é contra, parece; ele não usa máscara; e ele não tomou conhecimento da falta de oxigênio de Manaus. Não tomou conhecimento. O Presidente da República tem a obrigação de estar muito bem informado. A sua assessoria todo dia elenca os principais assuntos do dia, com certeza. Ele ignorou intencionalmente; mais do que isso, o seu Ministro foi, num momento quase que coincidente com a crise, a Manaus distribuir cloroquina, fazer política de cloroquina e aquelas outras drogas que ele sugeriu e que continua a sugerir.

Então, Dr. Aras, eu acho que essa postura do Presidente mereceria ter tido da parte da Procuradoria-Geral uma inquietação, um questionamento, para dar satisfação, em primeiro lugar, às famílias daqueles que morreram; em segundo lugar, a todos nós brasileiros e, sobretudo, àquela corrente de solidariedade, de afetividade, de atenção a irmãos que estavam vivendo aquela dificuldade.

Portanto, eu posso até votar – eu não tive ocasião de votar aqui... Eu posso até votar na sua recondução, mas, como disse o Senador Eduardo Braga, que expectativa que a gente tem de mudança? Não porque eu queira essa mudança, até porque eu vi, durante a sua fala, a sua sensibilidade para esse momento difícil que o Brasil está vivendo, muita inquietude, muita ansiedade, muito pouca abertura para se criar uma convergência a favor, por exemplo, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retomada do crescimento, que começa a acontecer. Essa retomada pode ser abortada. E isso significa menos emprego, menos renda, mais ampliação desse sofrimento que o Brasil vive há quase dois anos.

Então, o País, quer dizer, uma pessoa que ocupa um cargo da expressão que o senhor ocupa, tanto quanto nós aqui, Senadores, não podemos ignorar essas situações objetivas que o País vive. Nós podemos até divergir em aspectos políticos, conjunturais, de outra natureza, mas ninguém aqui pode deixar de ter o mesmo propósito de dar uma chance ao País. E não ficar cotidianamente tensionando o País, estressando o País.

A gente aprendeu, desde criança, que, quando se decide com ódio, com raiva, em geral se decide errado. É preciso que haja mais sensatez. Nós temos aí presidindo a reunião agora um Senador que é um mestre, mineiro, não só da ação racional, baseada em evidências científicas, conhece perfeitamente. Eu não sou advogado, mas, enfim, eu quis apenas fazer essa fala aqui.

Ontem tivemos a oportunidade de trocar algumas ideias. Vi o senhor reiterando aqui seu compromisso com a democracia, com as instituições. Vejo hoje, por incrível que pareça, até dentro do Parlamento, gente que desdenha das instituições. Essas pessoas tinham que ler alguma coisa para ver como é que essas sociedades que evoluíram no mundo, boa parte delas evoluíram muito em função das instituições, dos poderes, da harmonia, da independência. E o quanto isso é fundamental para manter um ambiente de democracia, liberdade, total liberdade, liberdade de expressão, não é? Não estou falando de agressão, de expressão, de manifestação, de razão.

Eram essas minhas considerações. Não tenho nem expectativa de uma resposta sua. Eu acompanhei, mesmo quando não estava aqui, e anotei três páginas das suas falas, anotei uma boa parte da fala do Senador Eduardo Braga e de outros Senadores. Mas queria ressaltar isso. Há um compromisso que é indelével, que é absolutamente necessário com os brasileiros em primeiro lugar, não é? Com as instituições, com a democracia. E há situações que merecem, sim, ser acolhidas pela Procuradoria-Geral da República, para que haja uma ação de questionamento de postura, de atitude do Governo. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador José Aníbal. Agradeço a menção simpática e gentil à minha pessoa.

E convido o eminente Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, para responder ao eminente Senador José Aníbal.

**O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Sr. Senador José Aníbal, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador José Aníbal, o Ministério Público encontra limites de atuação na Constituição e nas leis. Em relação a Manaus, o Giac, que é aquele órgão que, incumbido de cuidar do enfrentamento à covid, atuou firmemente no oxigênio e obteve êxito, contribuindo para mitigar as mortes. Mais que isso, o Ministério Público fiscaliza a aplicação de verbas e já ofereceu denúncia criminal contra o Governador, contra o Vice-Governador e contra 16 outras pessoas incumbidas da aplicação das verbas da covid.

O Ministério Público vai cumprindo a sua função, mas ele não pode substituir esta Casa na fiscalização do Poder Executivo, no exercício, seja do Governo, seja do Estado. O Ministério Público não é do Governo, não é da Oposição, ele é do Estado, mas é constitucional.

V. Exa. tenha a certeza de que nós vamos continuar lutando juntos para enfrentar a crise da pandemia. Que Deus permita que acabe logo! Tenha certeza de que, até lá, nós vamos fiscalizar não só as políticas públicas de saúde, promovendo a catalisação da sua realização, mas também a fiscalização dos recursos.

Eu só queria lembrar uma coisa: nós não podemos interferir nas competências desta Casa, do Congresso Nacional, porque as competências maiores de edição de leis e de fiscalização dos Poderes são desta Casa. Eu não posso ser o censor, eu só posso ser o fiscal de condutas ilícitas.

Eu agradeço muito a V. Exa., a V. Exas. presentes, a V. Exa. Sr. Presidente Davi Alcolumbre, ao Presidente Antonio Augusto Anastasia, pela oportunidade deste momento ímpar da minha vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu gostaria de agradecer ao Professor Antonio Augusto Anastasia, nosso Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; cumprimentar a Senadora Kátia, linda como sempre – seja bem-vinda! –; cumprimentar o Senador José Aníbal e de também desejar-lhe sucesso nessa missão, Senador Aníbal, V. Exa. assumiu um mandato a partir da licença do Senador José Serra, nosso amigo Senador. Todos nós, Senadores, estamos muito esperançosos na recuperação dele, nesse tratamento de saúde. A gente reconhece a atuação do Senador José Serra. Tenho certeza absoluta de que V. Exa. o substituirá, nesse período de licença para tratamento de saúde, como fez aqui, hoje, participando, trazendo para a gente palavras de reflexão em relação a esta sabatina e para votações que acontecerão nesse período. Então, seja muito bem-vindo!

Quero cumprimentar, também, porque vejo aqui, o Senador Jader Barbalho, nosso Senador Jader. Nosso Relator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Calma, Relator, vai dar tudo certo. A fé é a esperança nas coisas não vistas. Não é, Senador Girão?

Quero cumprimentar V. Exa. Leve o meu abraço ao Governador Helder Barbalho, um grande Líder do Norte do Brasil, nosso amigo.

E quero dizer aos Senadores, agradecer, aqui; agradecer ao Dr. Augusto Aras, cumprimentá-lo pela sabatina de hoje. V. Exa. fez questão de responder a todos os Senadores e Senadoras. De fato, quero reconhecer a sua capacidade intelectual, seu desprendimento, a sua coragem de exercer um cargo tão importante, tão relevante na estrutura do nosso País.

Que Deus lhe abençoe e lhe proteja sempre!

Consulto os Senadores sobre se todos já votaram – mas eu confirmo, no painel, que todos já votaram.

Não temos mais lista de oradores inscritos.

Está encerrada a votação.

Gostaria de solicitar à Secretaria da Mesa que proclame o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Votaram SIM 21 Srs. Senadores e Sras. Senadoras; votaram NÃO, 6.

Nenhuma abstenção.

Total: 27.

Está aprovada a escolha... (*Palmas.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... do Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras por esta Comissão.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – É para pedir a V. Exa., submetido ao Plenário, o pedido de urgência coletiva para o Plenário, Sr. Presidente.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Subscrevemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como de praxe, eu acolho a manifestação de V. Exas. e encaminho a matéria diretamente para o Plenário para ser deliberada ainda hoje.

Muito obrigado a todos e a todas.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, José Aníbal, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Cid Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Davi Alcolumbre e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 6, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, o nome do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP no biênio 2021/2023, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho." **Autoria:** Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP no biênio 2021/2023, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 7, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor RINALDO REIS LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor RINALDO REIS LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados, com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 8, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO CEZAR PASSOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor PAULO CEZAR PASSOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 9, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha nome do Senhor OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 10, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 1º, §2º, da Lei nº 11.372, de 2006, a indicação do Senhor JAIME DE CASSIO MIRANDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar." **Autoria:** Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor JAIME DE CASSIO MIRANDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 6 - Ofício "S" n° 11, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso IV, da Constituição Federal e ao art. 1 º da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, a indicação do Senhor ANTONIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, conforme lista tríplice do Ministério Público Federal." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ANTONIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, conforme lista tríplice do Ministério Público Federal, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Antonio Anastasia**

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/25

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores por sistema de videoconferência para debates. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial por meio de uma urna de votação secreta *drive-thru* instalada na entrada da garagem coberta e de duas outras urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e uma urna dentro da sala.

O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, à autoridade a ser sabatinada, aos servidores da secretaria de Comissões e das áreas de tecnologia do Senado Federal, no estrito exercício de suas atribuições.

Caso seja necessário, um assessor poderá adentrar na sala de reunião para atender à demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a sua finalidade cumprida.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que coube, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; com os Atos da Comissão Diretora nºs 7, 8 e 9, de 2020; com o art. 24 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021; com os Atos do Presidente nºs 2, 4 e 6, de 2020, e nº 2, de 2021, que alteram o Ato nº 3, de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020; e com o Ato da Diretoria-Geral nº 4, de 2020, e nº 3, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os relatórios das indicações constantes da pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo portal do Senado Federal.

Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 6.

**ITEM 1**

**OFÍCIO "S" N° 6, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, o nome do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP no biênio 2021/2023, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.*

**Autoria:** Conselho Nacional do Ministério Público

**Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo.

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**ITEM 2**

**OFÍCIO "S" N° 7, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor RINALDO REIS LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.*

**Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais.

**Relatoria:** Senador Fabiano Contarato.

**Relatório:** Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 3**

**OFÍCIO "S" N° 8, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO CEZAR PASSOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.*

**Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais.

**Relatoria:** Senador Lucas Barreto.

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**ITEM 4**

**OFÍCIO "S" N° 9, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.*

**Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais.

**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão.

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**ITEM 5**

**OFÍCIO "S" N° 10, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 1º, §2º, da Lei nº 11.372, de 2006, a indicação do Senhor JAIME*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*DE CASSIO MIRANDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar.*

**Autoria:** Conselho Nacional do Ministério Público.

**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia.

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**ITEM 6**

**OFÍCIO "S" N° 11, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso IV, da Constituição Federal e ao art. 1 º da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, a indicação do Senhor ANTONIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, conforme lista tríplice do Ministério Público Federal.*

**Autoria:** Procuradoria-Geral da República.

**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro.

**Relatório:** Pronto para deliberação.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Convido, deste modo, os indicados para a gentileza de comparecerem ao recinto desta reunião e a esta Mesa, postando-se nos locais designados com os respectivos nomes, e agradecendo muito a deferência da presença de todos.

Sejam todos muito bem-vindos. (*Pausa.*)

Todos já devidamente acomodados.

Eu cumprimento todos os sabatinados indicados e, conforme a orientação da Secretaria da Comissão, nós vamos conceder a palavra a cada qual, por até dez minutos, para a sua exposição inaugural. Decorrido esse tempo, começaremos a sabatina pelos eminentes Senadores Relatores, que farão individualmente e, depois, por blocos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, eu concedo a palavra, pela ordem apresentada na pauta desta Comissão, ao Sr. Ângelo Fabiano Farias para a sua exposição, por até dez minutos.

Dr. Ângelo, por gentileza.

**O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS** (Para expor.) – Bom dia.

Bom dia, senhoras e senhores.

Cumprimento o Exmo. Presidente em exercício da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Antonio Anastasia, na pessoa de quem peço licença para saudar os demais colegas sabatinados nesta sessão. Cumprimento o Exmo. Senador Veneziano Vital do Rêgo, Relator do meu processo de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público. Aqui peço licença para fazer um agradecimento especial a V. Exa. pela forma gentil com que me recebeu nas várias vezes que conversamos, Senador, agradecendo também pelo relatório e pela confiança depositada. Quero dizer a V. Exa. que é uma honra ter o processo relatado pelo senhor.

Saúdo os demais Senadores e Senadoras desta Comissão e desta Casa, e o faço nas pessoas da Senadora paraibana Daniella Ribeiro, do Senador Jorge Kajuru, do Senador Sérgio Petecão, da Senadora Simone Tebet, que também está na Comissão, do Senador Lucas Barreto, com os quais buscamos dialogar nas diversas reuniões realizadas para a apresentação do meu nome e da minha trajetória profissional.

Saúdo todas as Procuradoras e todos os Procuradores do Trabalho, fazendo-o nas pessoas do nosso Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, e do nosso Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, José Antonio Vieira de Freitas Filho, aqui presente.

Às colegas e aos colegas de Ministério Público do Trabalho, um agradecimento especial pela expressiva votação e, sobretudo, pela confiança para, se aprovado pelo Senado Federal, honrosamente representar nossa instituição no CNMP.

Cumprimento os Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União na pessoa da Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, minha amiga Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Amapá, e os Presidentes das associações do Ministério Público, na pessoa do Presidente da Conamp, Manoel Murrieta.

Cumprimento os Conselheiros e ex-Conselheiros do CNMP aqui presentes, na pessoa do Conselheiro Sebastião Caixeta.

Peço licença, Sras. e Srs. Senadores, para fazer uma saudação especial às três mulheres que iluminam minha vida e que são sustentáculo e alicerce na construção da minha trajetória:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha mãe, Valdelice, que nos assiste em João Pessoa, Paraíba; a minha esposa, Tônia; e minha filha, Ágatha, que, com seus sete anos, na inocência da infância, ainda não tem dimensão da importância deste momento vivenciado pelo seu pai.

Cumprimento os magistrados, os servidores desta Casa, advogados e os espectadores que nos assistem presencialmente ou pela TV Senado.

Por fim, agradeço a Deus pela graça de poder viver esta ocasião tão marcante e especial em minha vida.

Minhas senhoras e meus senhores, antes de iniciar um resumo sobre minha trajetória e acerca dos principais aspectos de uma eventual futura atuação no Conselho Nacional do Ministério Público, se merecer a aprovação dos membros desta Comissão e do Plenário do Senado Federal, o que humildemente peço a V. Exas., cabe-me agradecer pela honra em ser sabatinado por esta Casa como indicado ao CNMP, momento que certamente representa o coroamento de uma vida e de uma carreira dedicada aos estudos e ao trabalho em favor do serviço público brasileiro.

Nasci na cidade de Recife, Pernambuco, em 1980, Senador Anastasia, mas fui criado praticamente toda a minha infância, adolescência e juventude na Paraíba, nas cidades de Monteiro, Cariri paraibano, Senadora Daniella, e de João Pessoa, capital do Estado, onde morei e estudei grande parte da minha vida.

Filho de Lúcio Costa, advogado, falecido em 2019, e de Maria Valdelice, dentista, tive como maior herança dos meus pais os valores da humildade, da ética, da honestidade e da fé no trabalho e nos estudos. Permitam-me aqui fazer um agradecimento especial a eles por tudo que fizeram por mim e por meus irmãos em toda a vida. Tenho certeza de que meu pai, se ainda vivo estivesse, estaria muito orgulhoso e feliz de ver seu filho aqui sentado.

Formei-me em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba no ano de 2003, aos 23 anos. Em 2004, aos 24 anos, tomei posse, após aprovação em concurso público, no cargo de analista judiciário executante de mandados da Justiça Federal na Paraíba, tendo trabalhado nas cidades de Sousa, Sertão paraibano, e de Campina Grande, que, a propósito, é a terra do Senador Veneziano e da Senadora Daniella.

Após cinco anos como servidor da Justiça Federal, fui aprovado para o cargo de Procurador do Trabalho, tendo ingressado no Ministério Público do Trabalho em 2009, aos 29 anos, com lotação inicial em Porto Velho, Rondônia. Oficiei ainda na cidade de Santos durante três anos e, hoje, atuo na Procuradoria Regional do Trabalho, Senador Kajuru, da 10ª Região, em Brasília.

No Ministério Público do Trabalho, já exerci diversas funções administrativas e finalísticas, Senador Lucas, tendo atuado em todas as atribuições ordinárias de primeiro e segundo graus:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fui Vice-Procurador-Chefe, Vice-Coordenador Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário e titular de coordenadorias regionais de atuação do MPT, como a de Promoção de Igualdade e Oportunidades, de Meio Ambiente do Trabalho, dentre outras. Durante esse período de ricas experiências, pude vivenciar as distintas realidades dos Estados do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sudeste.

Em 2016, fui eleito Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, tendo sido reconduzido em 2018. Na ANPT, também desempenhei as funções de Vice-Presidente e Diretor Financeiro.

Coordenei, de maio de 2019 a março de 2020, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público brasileiro (Frentas), que congrega entidades como AMB, Conamp, ANPT, Anamatra, ANPR, Ajuf, ANMPM, a AMPDFT e a Amagis-DF, representativas de cerca de 40 mil magistrados e membros do Ministério Público.

Durante os seis anos de atuação perante o Congresso Nacional, como Presidente e Vice-Presidente de minha entidade de classe, busquei sempre contribuir com as discussões de propostas legislativas de interesse do Ministério Público, das instituições que compõe o sistema de Justiça e da sociedade brasileira, participando de audiências públicas, reuniões com Parlamentares, emitindo notas técnicas e levando a visão de procuradoras e procuradores do trabalho a Parlamentares, período em que aprendi a admirar muito o Senado Federal e a Câmara dos Deputados e a compreender a necessidade de estabelecimento de um diálogo permanente com o Parlamento brasileiro.

No CNMP, fui Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional de novembro de 2013 a maio de 2014. Ainda, durante os quatro anos como Presidente e dois anos como Vice, na atuação em defesa do Ministério Público do Trabalho e de seus membros e na representação da classe, pude conhecer e acompanhar de perto a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público e sua evolução como órgão de controle e de fiscalização administrativa, financeira e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

Essas experiências motivaram-me a concorrer à eleição para a cadeira do MPT no CNMP, no intuito de contribuir para o fortalecimento do órgão, para a prevalência do respeito às instituições e suas respectivas funções e para o aprimoramento do Ministério Público brasileiro.

Creio que CNMP pode avançar ainda mais no cumprimento de sua missão constitucional, sobretudo no que tange ao planejamento da atuação uniformizada e socialmente efetiva do Ministério Público, na indução de boas práticas na atividade fim, bem como na ampliação do controle social e da fiscalização administrativa e financeira, cobrando uma maior transparência de seus atos, evitando e reduzindo eventuais ilícitos administrativos e com atuação mais vigorosa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Anastasia, para coibir eventuais excessos dos membros do Ministério Público, por meio da orientação e da punição disciplinar daqueles que descumprem deveres funcionais.

Se tiver a honra de ser Conselheiro do CNMP, com o voto da maioria absoluta das Senadoras e dos Senadores, quero ajudar a construir um Ministério Público que passe a contribuir, cada vez mais, para a construção de soluções conciliadas com os demais Poderes e instituições e para a defesa do regime democrático; um Ministério Público que sai dos seus gabinetes e vai ao encontro da sociedade, dos cidadãos e dos Poderes constituídos, para dialogar, ouvir e entender problemas e dificuldades e para encontrar caminhos para a concretização de direitos fundamentais, sobretudo aqueles relativos à infância e juventude, saúde, educação, trabalho, igualdade, proteção contra a violência doméstica, inclusão de pessoas com deficiência, segurança pública, transporte, dentre outros.

Agradeço, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a honra de poder me dirigir a V. Exas. e ser sabatinado nesta Comissão, comprometendo-me, se aprovado, a exercer o mandato de Conselheiro do CNMP com responsabilidade, equilíbrio, firmeza, respeito e diálogo.

Com essa breve apresentação, peço às Sras. e aos Srs. Senadores a aprovação de meu nome para o Conselho Nacional do Ministério Público, estando à inteira disposição de V. Exas. para receber quaisquer questionamentos.

Muito obrigado, Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Dr. Ângelo. É impressionante: V. Exa. parece que cronometrou, porque terminou exatamente na hora e num texto escrito. Então, meus cumprimentos. Isso é coisa rara. Meus cumprimentos.

Eminente Dr. Rinaldo Reis Lima, por gentileza, com a palavra V. Exa. (*Pausa.*)

**O SR. RINALDO REIS LIMA** (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Eu quero inicialmente cumprimentar o Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, Senador Antonio Anastasia; cumprimentar o meu Relator, o Relator do meu processo, o Senador Fabiano Contarato, que acabou de chegar; cumprimentar todas as Senadoras e todos os Senadores aqui presentes e todos desta Casa; cumprimentar meus colegas em sabatina – Ângelo Fabiano, Antônio Edílio, Jaime de Cassio, Oswaldo D'Albuquerque e Paulo Passos; cumprimentar a nossa Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, a Dra. Ivana Franco Cei; cumprimentar o Presidente da Associação Nacional do Ministério Público (Conamp), o Dr. Manoel Murrieta, que é o aniversariante do dia e eu aproveito para parabenizar; cumprimentar todos os presentes nesta Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejo muitos amigos lá atrás, Procuradores–Gerais de Justiça, presidentes de associações, e tantos que representam o Ministério Público – eu tenho um apreço imenso por todos. E quero cumprimentar, muito especialmente, todos que assistem a esta reunião pela internet, especialmente as pessoas da minha família, todos os membros e servidores do Ministério Público e da Corregedoria Nacional e tantas pessoas que torcem e rezam por mim – eu carrego todas no meu coração – e que estão no Rio Grande do Norte, no Ceará, na Paraíba, em São Paulo, aqui em Brasília e até mesmo no Canadá.

Eu queria fazer uma leitura muito breve, Sr. Presidente, do meu currículo. Prometo não tomar muito tempo.

Nasci em Tauá, no sertão do Ceará, no dia 19 de julho de 1963. Sou o sexto de nove filhos de Geraldo Feitosa Lima e Alaísse Loiola Reis Lima.

Estudei sempre em escolas públicas e me formei em Direito pela Universidade Federal da Paraíba no *campus* de Sousa.

Trabalhei no Banco do Brasil de 1981 a 1997 em diversas agências do interior da Paraíba e, por último, na cidade de Natal, onde fui gerente de agência.

Ingressei no Ministério Público do Rio Grande do Norte em 1997, como Promotor de Justiça substituto, e fui titular de Jardim de Piranhas, São Miguel, Pau dos Ferros e Natal, onde ainda sou Promotor de Justiça.

Lecionei as matérias de Probidade Administrativa e Processo Civil Coletivo na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Presidi a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte de 2008 a 2012 – dois mandatos consecutivos – e também fui Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte por dois mandatos consecutivos, de 2013 a 2017. Presidi o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público brasileiro entre 2016 e 2017. Exerci os cargos de Coordenador-Geral e Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público entre 2017 e 2019.

Em 2019, Sr. Presidente, eu tive a honra de ser eleito pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil e fui indicado para o cargo de Conselheiro do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) para o biênio 2019/2021. Fui sabatinado por esta Comissão de Constituição e Justiça e aprovado pelo Plenário do Senado. Fui empossado no cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público em 22 de outubro de 2019 para o mandato de 2019 a 2021 e fui, uma semana depois, eleito por aclamação Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público para o mandato de 2019 a 2021, cargo que eu exerço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com muita honra ainda neste momento. E fui reeleito, no começo deste ano, pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil e indicado para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público para o biênio 2021/2023.

Essa é uma breve síntese, Sr. Presidente, no que importa destacar.

Eu passo agora a algumas atuações do CNMP e da Corregedoria Nacional, mais especificamente, e alguns pontos que eu vejo como importantes para destacar aqui nesta reunião.

Atendendo a um convite formulado pelo Dr. Aras, Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, eu acatei, com muita honra, a missão de ser Corregedor Nacional do Ministério Público. Eu aceitei essa missão por ter a firme fé de que o Ministério Público, instituição pela qual eu tenho verdadeiro amor e devoção, pode ser uma instituição ainda melhor, que sirva melhor à sociedade brasileira e promova justiça com equilíbrio, respeito e harmonia com todos os Poderes e instituições e também todas as autoridades públicas do Brasil.

A Corregedoria Nacional, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, divide-se basicamente em duas áreas: a área correicional e a área disciplinar. Neste mandato e gestão, eu estabeleci como foco correicional o aprimoramento da qualidade da atuação do Ministério Público em matéria criminal, buscando implementar modelos de excelência e resolutivos na prevenção e combate aos crimes violentos letais, intencionais, que são os homicídios. Demos ênfase para o feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. E, da mesma forma, tratamos, pela conexão com esse tema, sistema prisional e controle externo da atividade policial. Já realizamos essa correição em praticamente todos os Estados do Norte e do Nordeste, que, lamentavelmente, são hoje os que têm o maior índice de violência no Brasil. E fazemos sempre parcerias com os governos. Ao final de cada correição, nós buscamos uma parceria para melhorar a atuação da segurança pública com os governos estaduais. O MP precisa priorizar o que é prioridade para a sociedade. E por isso nós escolhemos este tema, segurança pública, mais especificamente crimes violentos letais intencionais.

Antes do final do meu mandato, eu vou lançar o Manual das Promotorias de Segurança Pública, que já está no prelo e que será um roteiro para todas as promotorias que trabalham com essa matéria em todo o País. Também implantei um sistema 100% virtual de correição nos órgãos de controle disciplinar do Ministério Público, que consiste em verificar e acompanhar toda a atividade disciplinar das corregedorias e dos demais órgãos de todos os Ministérios Públicos do Brasil, para prevenir e evitar andamentos que não estejam de acordo com a lei, como também evitar a prescrição das faltas disciplinares, da punição nas faltas disciplinares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, nós instauramos uma correição extraordinária, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, inovadora na história da Corregedoria Nacional. Sentimos a necessidade de verificar a regularidade da aquisição e da utilização de todos os equipamentos e sistemas de investigação utilizados pelo Ministério Público em todo o Brasil, notadamente os que adentram a intimidade das pessoas, tais como interceptação de voz, de imagem e de dados.

Na área disciplinar, nós atuamos com vigor, priorizando por trazer e manter na Corregedoria Nacional todas as notícias de faltas mais graves e mais relevantes para a imagem do Ministério Público. Apuramos, perseguimos e punimos todas as falhas e todas as situações de desvio funcional dos membros que chegaram ao nosso conhecimento e que, por qualquer circunstância, revelaram a importância de serem julgadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em que restaram suficientemente provados o dolo, a má-fé ou a falta de zelo dos membros do Ministério Público.

Nunca houve corporativismo e nem leniência por parte da Corregedoria Nacional e do Conselho Nacional do Ministério Público. Houve arquivamentos, sim, quando ao final restaram inconsistentes as eventuais acusações ou fundadas em prova não aceita pela nossa Constituição Federal.

Nesses quase dois anos, nunca houve até o momento reformas de decisões da Corregedoria pelo Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público e nem pelo Judiciário, embora alguns recursos internos tenham sido manejados pelos interessados e alguns até ainda estejam pendentes de decisão, mas todas as minhas decisões – quero ressaltar isso aqui –, todas as decisões do Corregedor Nacional são sujeitas ao controle dos demais conselheiros e ao controle do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público.

Focamos no respeito às pessoas em geral, mas, principalmente, em relação às autoridades públicas; entendemos que é preciso haver respeito pela classe política e o fim da criminalização da política, Senador Anastasia. Constata-se uma sensível diminuição das agressões em redes sociais, e isso se deve a uma atuação muito firme nessa seara por parte de todo o Conselho Nacional. Direito de livre manifestação não é direito de livre agressão, é o nosso entendimento.

Ainda no respeito às pessoas, atuamos firmemente combatendo assédios e discriminações de toda natureza. O Senador Fabiano Contarato – hoje o meu Relator –, por conta deste episódio que acabou nos aproximando, sabe bem das injustiças que eventualmente podem ser feitas pelo Ministério Público...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RINALDO REIS LIMA** – ... e que precisam ser sanadas, precisam ser resolvidas. No caso do Senador Fabiano Contarato, eu acho que ele pode eventualmente dar o testemunho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós resolvemos no Conselho Nacional – e eu tive essa missão e acho que foi resolvido – a contento esse episódio.

Quando vejo o meu MP fazendo uma injustiça, digo a mim mesmo que este não é o meu Ministério Público.

Quero só muito rapidamente agradecer, Sr. Presidente, a Deus e a Nossa Senhora, que sempre me iluminam e me protegem; ao Presidente Davi Alcolumbre; ao Presidente Antonio Anastasia, aqui neste momento; ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que foi o meu Relator anteriormente e me deu tanta ajuda também; ao meu Relator, Senador Fabiano Contarato; ao Senador Lucas Barreto, que estabelece o gabinete dele como um *bunker* do Ministério Público, e à sua funcionária Claudinha Peres, que é nosso anjo da guarda; ao Senador Fernando Bezerra, que também deu uma grande ajuda; e ao Dr. Aras, que acreditou em mim e me apoiou a todo momento.

Quero agradecer a todos os Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil, que me estimularam, me elegeram e aqui afiançaram o meu nome; aos meus colegas de luta também e de peregrinação no Senado; e a todos os membros e a todos os servidores da Corregedoria Nacional, do Conselho Nacional e do meu Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me ter ultrapassado o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Rinaldo.

Dando sequência à sabatina, convido o Dr. Paulo Cezar Passos para a sua exposição, por até dez minutos.

Dr. Paulo César, com a palavra V. Exa.

**O SR. PAULO CEZAR DOS PASSOS** (Para expor.) – Bom dia.

Gostaria de cumprimentar aqui o Senador Antonio Anastasia, que preside esta sessão; cumprimentar, em especial, o meu Relator, Senador Lucas Barreto, que sempre foi gentil e sempre nos tratou de uma maneira que não esqueceremos

Quero cumprimentar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores e, em especial, peço licença para cumprimentar os Senadores do meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Gostaria de cumprimentar aqui as Senadoras Simone Tebet, Soraya Thronicke e Nelsinho Trad, que sempre tiveram comigo, na minha trajetória como membro do Ministério Público, o respeito mútuo e a transparência no diálogo. Quero cumprimentar, em nome de todos os Procuradores e Procuradoras-Gerais de Justiça, que me deram a confiança do voto para representá-los, a Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, a Procuradora-Geral de Justiça do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amapá Ivana Cei, e o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Manoel Murrieta, dois diletos amigos, que representam com galhardia o Ministério Público brasileiro.

Gostaria de cumprimentar também o meu Procurador-Geral de Justiça, meu amigo, Alexandre Magno, que aqui se faz presente, e o Presidente da minha associação, Romão Avila, que aqui também se faz presente, dois amigos e companheiros de jornada e de ideal. Eu gostaria de cumprimentar, em especial, os meus amados pais, Cido e Minerva, que me assistem lá de Campo Grande pela televisão, e os meus amados filhos e razão da minha existência, Thales e Gabriel, que também me assistem. Ambos cursam Direito lá: um na Universidade Federal e outro na Universidade Católica. Espero passar a ambos aquilo que eu sempre disse, porque o exemplo é talvez o maior ensino àqueles que dependem da gente. E quero cumprimentar a minha esposa, Luciana, que aqui se faz presente e sempre me dá o apoio.

Sras. e Srs. Senadores, bem rapidamente, a minha jornada começa quando eu nasci, em 1967, no interior de São Paulo, em Pereira Barreto. Meus pais foram, quando eu era muito novo, para Campo Grande. Meus pais não tinham sequer o segundo grau, ambos estudaram em escola pública, já adultos. Quando fomos a Campo Grande, eu digo a V. Exas., não tínhamos nada. Conseguimos construir, com a união da família e muita dedicação e estudo, uma família que é unida até hoje. Eu tenho orgulho de ter um pai que talvez hoje seja o advogado mais velho do Estado de Mato Grosso do Sul, que até hoje, com os seus 85 anos, continua na labuta e nos dando exemplo daquilo em que acreditamos.

Eu estudei sempre em escola salesiana, fiz a minha universidade no Estado de Mato Grosso do Sul, tive a oportunidade de fazer o mestrado na Universidade do Paraná e doutorado na Universidade de São Paulo. Ingressei na Defensoria Pública com 22 anos, e no Ministério Público com 24 anos, em 1992. Tive a oportunidade de, no Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ter sido Presidente da entidade de classe, Procurador-Geral de Justiça por dois mandatos, 2016 a 2018 e 2018 a 2020, tive a oportunidade de presidir o Conselho Nacional de Procuradoras e Procuradores-Gerais de Justiça.

Na minha carreira, eu sempre pautei a minha atuação no respeito às pessoas, no diálogo com todos, e essa, para mim, talvez seja a maior dificuldade de uma geração de promotores e promotoras de justiça, de procuradores e procuradoras, que é o diálogo. Todos nós seis que aqui estamos hoje, Sras. e Srs. Senadores, temos o mesmo compromisso de ter um diálogo franco e transparente e de cumprir a disposição do art. 130-A da Constituição Federal, que é o controle disciplinar, financeiro e administrativo do Ministério Público brasileiro. Esse é um compromisso de todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito rapidamente, escrevi algumas palavras que gostaria de dizer a V. Exas. Tenho absoluta consciência de que estamos aqui dentro de uma arquitetura constitucional, que consagra uma prática democrática e republicana da mais alta relevância, que é a submissão dos nossos nomes a esta Casa eleita pelos brasileiros, para que, caso aprovado por V. Exas. e pelo Plenário, possamos exercer tão elevada função de ser Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Meus olhos se voltam para o pacto maior da nossa Nação, a Constituição de 1988, cujo preâmbulo ecoa a instituição de um Estado democrático destinado a assegurar o exercício de direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias.

Caso tenha a confiança de V. Exas., exercerei a função de Conselheiro com a maior lealdade e transparência e, principalmente, Sras. e Srs. Senadores, como foi dito aqui pelo colega Rinaldo, sem leniência com eventuais descompromissos com a ordem constitucional e a ordem legal.

Como Procurador-Geral de Justiça, por vezes, tive que cortar na própria carne da instituição. Como Procurador-Geral de Justiça, por vezes, tive que oferecer acusações contra membros da minha instituição e membros do Poder Judiciário. Caso tenha a confiança de V. Exas., da mesma maneira que exerci meus mandatos, exercerei o mandato de Conselheiro, com diálogo, com lealdade, com transparência, mas com absoluta firmeza no compromisso com a Constituição e com as leis. Agradeço a atenção, espero ter cumprido o tempo e me coloco novamente à disposição de V. Exas. para qualquer indagação que se fizer necessária. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Paulo Cezar. Agradeço a V. Exa.

E dando sequência à ordem dos sabatinados, convido o eminente Dr. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto para a sua exposição, igualmente por até dez minutos.

Com a palavra V. Exa., Dr. Oswaldo.

**O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO** (Para expor.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Anastasia; o Sr. Relator, Senador Sérgio Petecão, que honra o Ministério Público do Acre no Parlamento Brasileiro; as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores; meus colegas sabatinados; o Presidente da Conamp, Manoel Murrieta; a Presidente do CNPG

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Conselho Nacional de Procuradores-Gerais), Dra. Ivana Cei; minha família, na pessoa de minha amada esposa, Susye, que está aqui presente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, sou Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto, natural de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Tenho 51 anos, nascido em 23 de dezembro de 1969.

Agradeço e louvo a Deus por mais esta honrosa oportunidade de poder estar diante de V. Exas., como representantes democraticamente eleitos pelos cidadãos brasileiros, para fazer deste ato um ato de prestação de contas e demonstração dos serviços prestados pelo egrégio Conselho Nacional do Ministério Público à sociedade brasileira, representando a Corte máxima administrativa do Ministério Público, instituição constitucionalmente reconhecida como essencial à Justiça.

Sou Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, onde ingressei no dia 11 de fevereiro de 1994. Fui Procurador-Geral de Justiça nos biênios 2014-2016 e 2016-2018. Também fui Corregedor-Geral do Ministério Público do Acre de 2003 a 2005. E atualmente, como cediço, exerço a função de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público neste biênio e também de Ouvidor Nacional do Ministério Público.

Fui Vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público brasileiro nos anuênios de 2014, 2015, 2016 e 2017. Fui Presidente, com muita honra, do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, onde também exerci a Vice-Presidência.

Atuei como representante do Ministério Público do Acre no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde exerci a Vice-Presidência e a Presidência.

Na área acadêmica, tenho mestrado em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, com pós-graduações em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes e MBA em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, sendo formado em Direito pela Universidade Federal do Acre (Ufac).

Minha trajetória como Conselheiro Nacional do Ministério Público adveio pela minha posse em 22 de outubro de 2019, após aprovação por esta augusta Casa Legislativa.

Na 1ª Sessão Extraordinária do CNMP, em 28 de outubro de 2019, fui eleito, por aclamação, para exercer a dignificante função de Ouvidor Nacional do Ministério Público, para mandato de um ano, sendo reconduzido, em outubro de 2020, pelo mesmo período.

Constando de minhas responsabilidades e das expectativas depositadas na minha pessoa pelo Ministério Público do Acre e pelo Ministério Público brasileiro, através do Conselho Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Procuradores-Gerais, busquei exercer com denodo, comprometimento e espírito republicano, nesse biênio 2019-2020, as elevadas funções atribuídas ao cargo de Conselheiro do CNMP e Ouvidor Nacional do Ministério Público, sempre atento ao diálogo interinstitucional e democrático, com todos os Poderes e instituições de Estado.

Gostaria de elencar, rapidamente, algumas temáticas e atitudes consideradas, por mim, mais relevantes, a partir das quais defenderei – tais premissas – para a continuidade de uma atuação efetiva no cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público:

– manter e fortalecer o diálogo, que sempre pautou a minha atuação profissional, e o estreitamento institucional entre os Poderes, instituições de Estados e todos os ramos e unidades do Ministério Público brasileiro adotando, sempre que possível, o sistema de resolução multiportas das questões submetidas ao crivo da Corte de controle;

– ampliar e aprimorar a escuta ativa e qualificada do cidadão, fortalecendo e ampliando o espaço de participação democrática no CNMP e no Ministério Público;

– prosseguir na luta pela implementação efetiva da política de autocomposição e do paradigma da Justiça negociada, em defesa da democracia e tendo a vítima na centralidade da estratégia de atuação;

– firmar o debate da viabilidade da implementação de sistemas de gestão administrativa voltados para o controle e a eficiência orçamentária;

– prosseguir contribuindo com a gestão de conhecimento e formulação de teses, no âmbito das Comissões, especialmente na defesa dos direitos fundamentais e humanos, relações de gênero, raça, etnia e gerações, defesa dos direitos da criança e do adolescente, das mulheres vítimas de violência, do meio ambiente e do consumidor, entre outros grupos vulneráveis.

Hoje integro ativamente quatro comissões do CNMP com as seguintes temáticas: Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência, Comissão de Planejamento Estratégico, Comissão de Enfrentamento à Corrupção e Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, tendo presidido de forma interina a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público e a Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público.

Na qualidade de Ouvidor Nacional, tendo sido o primeiro membro da carreira ministerial a assumir tal função, buscamos executar uma série de ações destacando a efetiva implementação da Rede de Ouvidorias do Ministério Público, a ampliação dos canais de comunicação do cidadão com o Ministério Público, a instalação da Ouvidoria do Sistema Ouvidoria Cidadã e do canal especializado Ouvidoria das Mulheres, tudo visando a aperfeiçoar e otimizar os serviços ao público, propiciando uma escuta ativa e qualificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao assumir a Ouvidoria Nacional importa destacar, sobremaneira, que busquei empreender ações destinadas à consolidação do papel da Ouvidoria Nacional, juntamente com as demais Ouvidorias das unidades e ramos do Ministério Público.

Destaco algumas das nossas principais ações: Ouvidoria Nacional Itinerante para conhecer as boas práticas do Ministério Público brasileiro; Encontro de Ouvidores do Ministério Público promovendo um amplo debate; instituição da Rede de Ouvidorias; ampliação dos canais de atendimento; Ouvidoria das Mulheres para o atendimento, recebimento, encaminhamento e agilização de procedimentos relativos à violência contra a mulher – desde sua criação, em maio de 2020, até junho de 2021, a Ouvidoria das Mulheres recebeu quase 1,3 mil demandas –; Acordo de Cooperação entre o CNMP e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para melhorar o fluxo de atendimento do Disque 100 e do Disque 180, que combatem a violência contra a mulher e a violência aos direitos humanos em geral; Acordo de Cooperação Técnica entre o CNMP e o STJ, que tem por objetivo o intercâmbio de dados, conhecimentos, informações e experiências entre as ouvidorias dos órgãos, aperfeiçoando a comunicação interinstitucional entre o CNMP e o STJ, tendo como foco melhor servir à sociedade; Memorando de Atendimento entre o CNMP e o Unicef, resultado da iniciativa da Ouvidoria Nacional, que visa unir esforços em defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Organizamos e aprovamos, no Plenário da Casa, o Regimento Interno da Ouvidoria Nacional. Trabalhamos pela implementação de uma política nacional de atendimento ao público, visando melhorar o atendimento ao cidadão. Ampliamos as instalações da Ouvidoria Nacional, visando adequar o espaço para o atendimento das pessoas com deficiência. Elaboramos, juntamente com o Conselho Nacional de Ouvidores, o diagnóstico da pandemia do coronavírus. Após iniciado o Programa Nacional de Imunizações da Covid-19, a Ouvidoria Nacional instituiu um canal para recebimento de denúncias dos casos conhecidos como fura fila, tendo recebido, até julho...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO** – ... deste ano, 1.565 denúncias de todo o País.

Nesse contexto, Sr. Presidente, fico à disposição de V. Exas., Sras. Senadoras e Srs. Senadores, para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Nesta oportunidade, agradeço à minha família: meus pais, Albuquerque e Zenilde, que me assistem por via remota; minha esposa, Susye; meu filho Yan Odin; meus filhos do coração Rafic, Samile, Suqui e Enzo; minha tia mais amada, Antonieta; e a todos os amigos que contribuíram e estão na oração, os quais homenageio nas pessoas do Dr. Celso Jerônimo, Corregedor-Geral do Ministério Público do Acre, e do Dr. Admilson, Promotor de Justiça do Acre, que se deslocou de Rio Branco apenas para estar presente neste momento especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Ministério Público do Acre e ao Ministério Público brasileiro, que, através do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, me concederam a honra de renovar minha indicação para compor, novamente, o CNMP.

Por fim, Sr. Presidente, já encerrando, que o nosso bom Deus, do alto de Sua infinita soberania e graça e sob as bênçãos de Nossa Senhora, nos conceda saúde, disposição e renovado compromisso, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, com a soberania e, sobretudo, sabedoria para a consecução dos planos delineados, pois estou certo de que, como nas palavras dos provérbios de Salomão, em seu coração o homem planeja o seu caminho, mas o Senhor determina os seus passos.

A todos os que estão aqui presentes ou que me acompanham pelos canais de comunicação, minha sincera e eterna gratidão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr.Oswaldo D'Albuquerque.

Cumprimentando V. Exa., eu convido o próximo sabatinado, para a sua exposição, o eminente Dr. Jaime de Cassio Miranda, para fazer, também por até dez minutos, Dr. Jaime, sua exposição.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA** (Para expor.) – Bom dia, senhoras e senhores.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Senador Antonio Anastasia, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em exercício, e que muito me honra com a relatoria da minha indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Com certeza, Senador Anastasia, este é o momento mais importante e significativo da minha vida profissional.

Cumprimento as Exmas. Sras. Senadoras e os Exmos. Srs. Senadores aqui presentes.

Gostaria de estender os cumprimentos aos nobres colegas desta sabatina.

Cumprimento os membros do Ministério Público brasileiro que aqui se encontram, nas pessoas da Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais e Procuradora-Geral de Justiça do Amapá, Dra. Ivana Cei; do meu Procurador-Geral de Justiça Militar, Dr. Antônio Pereira Duarte; e do Conselheiro representante do Ministério Público Militar no CNMP Dr. Marcelo Weitzel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento as nossas entidades de classe, nas pessoas do Presidente da Conamp, Dr. Manoel Murrieta, nosso aniversariante, e do Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Dr. Edmar Jorge de Almeida.

Cumprimento também os membros e servidores do Ministério Público Militar, do Conselho Nacional do Ministério Público e deste Senado Federal e o faço na pessoa da Sra. Claudia Dias, assessora do gabinete do Senador Lucas Barreto.

Gostaria, ainda, de fazer um cumprimento muito especial para algumas pessoas que me assistem neste momento, mas que não puderam se fazer presentes: meus pais; minha esposa, Aninha; minhas filhas, Luana, Laís e Amanda; meus genros, Bruno e Vinícius; e meus queridos netinhos, Benjamin e Matias.

De acordo com o que preconiza o Regimento Interno do Senado Federal, passo agora fazer a minha apresentação.

Meu nome é Jaime de Cassio Miranda, nasci em Brasília, no Distrito Federal, no ano de 1960, no então Hospital Distrital de Brasília, hoje conhecido como Hospital de Base. Sou filho de Jair Miranda e Marieta Dias Miranda, verdadeiros candangos que deixaram a cidade de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, no longínquo 1958, e que, com o distanciamento de suas raízes, vieram ajudar na construção da nova capital e na edificação da nossa família. Sou o quarto de uma família de cinco filhos.

Realizei o ensino fundamental em escolas públicas em Brasília, na Escola Classe 113 Sul, colégio Caseb. No ano de 1975, ainda com 14 anos, após aprovação em concurso público, ingressei para o Banco do Brasil. Hoje conto com 46 anos de serviços prestados.

No ano de 1977, após aprovação em concurso para a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena, Minas Gerais, ingressei para a Força Aérea Brasileira. De lá, segui para a Academia da Força Aérea, em Pirassununga, onde concluí o Curso de Oficiais Aviadores em dezembro de 1983.

No Comando da Aeronáutica, trabalhei por 23 anos, atingi o posto de Major Aviador, trabalhei 12 anos no Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos e voei aproximadamente 3 mil horas de voo.

Minha formação jurídica teve início no ano de 1991, no curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Concluí o curso em julho de 1996, na Universidade de Brasília.

Em outubro de 1999, ingressei para o Ministério Público Militar, após a aprovação, em primeiro lugar, no concurso para Promotor de Justiça, e fui lotado na Procuradoria de Justiça Militar em Brasília. Fui promovido a Procurador de Justiça no ano de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No período de março de 2003 a junho de 2004, cursei pós-graduação em Direito Internacional dos Conflitos Armados, na Universidade de Brasília.

À frente do Parquet das Armas, além da atividade fim, exerci funções administrativas das quais destaco: Diretor-Geral do Ministério Público Militar, em duas ocasiões, de 2004 a 2005, e, depois, de 2012 a 2016; e Procurador-Geral de Justiça Militar por dois mandatos, 2016 a 2018 e 2018 a 2020.

Aproveito, então, esta oportunidade para citar um pouco das realizações do MPM durante essas duas gestões: a informatização de todos os procedimentos administrativos, de todos os processos judiciais e de todos os procedimentos extrajudiciais. Essa revolução virtual possibilitou a adequação e o preparo antecipado do Ministério Público Militar para o enfrentamento do contexto atual em razão da pandemia, na realização de *home office* e audiências a distância.

Também destaco: a criação da Ouvidoria do Ministério Público Militar; a implantação do teletrabalho; a criação da Secretaria de Direitos Humanos e Direito Humanitário; a implantação da plataforma de ensino a distância; o Manual de Polícia Judiciária Militar; a finalização da primeira fase da construção da sede da Procuradoria de Justiça Militar, no Rio de Janeiro; a criação do Núcleo de Combate à Corrupção; e a modernização de todo o parque tecnológico do MPM.

Após a transmissão do cargo de Procurador-Geral de Justiça Militar para o Dr. Antônio Pereira Duarte, em abril de 2020, fui convidado pelo Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, para ocupar a função de Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público.

Na coordenação da Secretaria-Geral, realizei ações voltadas à melhoria e à modernização administrativa do CNMP. Assim, mesmo diante da atipicidade do exercício do ano de 2020, por conta da eclosão da covid-19, a administração do Conselho Nacional logrou êxito na plena e judiciosa aplicação dos recursos públicos, quando obteve a melhor execução orçamentária desde a sua criação no ano de 2005.

Após apresentar, por assim dizer, essa prestação de contas da minha trajetória profissional com relação aos aspectos administrativos e financeiros, tanto no Ministério Público Militar como também no Conselho Nacional do Ministério Público, gostaria de destacar importantes atividades realizadas no CNMP, ao longo dos seus 16 anos, que têm contribuição direta da Secretaria-Geral do Conselho.

Além do aspecto sancionatório, que deixo de comentar, considerando que o tema já foi tratado por S. Exa. o Dr. Rinaldo Reis, Corregedor Nacional do Ministério Público, o CNMP realiza importante trabalho para a sociedade brasileira como sua participação; no Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repercussão; no Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos; no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, através do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida, conhecido como Frida; na transparência com o Manual do Portal da Transparência do Ministério Público; no combate à corrupção através da criação, em 2018, da Comissão de Enfrentamento da Corrupção; no enfrentamento às questões de saúde pública através da Comissão de Saúde e nos muitos projetos que desenvolve como, por exemplo, o respeito e diversidade, que têm por objetivo reunir instituições de diversos segmentos para disseminar, segundo conjunto de iniciativas, a cultura do diálogo, do respeito e do pluralismo de ideias.

Assim, Sr. Presidente, meu Relator, Senador Antonio Anastasia, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, faço a minha apresentação e trago também um pouco da atividade realizada no Conselho Nacional do Ministério Público.

Finalizo afirmando que, caso tenha o meu nome aprovado por V. Exas., assumo o compromisso de honrar a história do CNMP e de lutar pelo seu aperfeiçoamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Jaime. Cumprimento V. Exa. pela exposição, agradecendo-lhe as palavras, na qualidade do seu relator.

Eu convido agora o derradeiro expositor dessa primeira fase desta Reunião, na sequência dessa sabatina, o eminente Dr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira, igualmente para a sua exposição, por até dez minutos.

Com a palavra V. Exa., Dr. Antônio Edílio.

**O SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA** (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Senador Antonio Anastasia, Presidente desta egrégia Comissão.

Desde logo, apresento meus cumprimentos à Senadora Daniella Ribeiro, que muito me honra com a relatoria do meu nome perante esta Casa.

Cumprimento as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores e agradeço-lhes a acolhida respeitosa que eu tive, nos últimos dias, dentro do Senado Federal. E faço aqui uma referência; na verdade, duas referências – e peço a permissão de todos – a dois Senadores aqui presentes que é o Senador Cid Gomes, que canta e encanta a minha terra de coração e nascimento, que é Varjota, na região metropolitana de Sobral, e o Senador Veneziano, que, ao lado da Senadora Daniella, também presente e aqui como Relatora, muito conferem brilho e enaltecem a minha terra de acolhimento, que é a Paraíba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Deputado Silvio Costa Filho, aqui presente e sempre presente me acompanhando em momentos importantes. Meus colegas Eitel Santiago, Secretário de Relações Institucionais, e Ubiratan Cazetta, Presidente da ANPR, também me apoiando em presença, apresento-lhes meus cumprimentos e, em nome deles, cumprimento e agradeço meus colegas que me colocaram na lista tríplice, com quase 400 votos, e estendo esses cumprimentos, de forma especial, ao Dr. Augusto Aras, que hipotecou essa confiança dos colegas e me indicou a esta Casa para passar pelo correto e devido julgamento de V. Exas.

Eu sou natural, Senador, da cidade de Varjota, no Estado do Ceará, e sou radicado na Paraíba. E aqui, para citar Mateus, sem deixar o meu amor pelo Ceará, evidentemente, acabei plantando o meu coração na Paraíba, porque foi lá que eu encontrei o meu tesouro – Renata aqui presente, que me deu três outros tesouros, que me acompanham à distância: Alice, Augusto e Miguel.

Eu comecei a minha vida pública ainda aos 22 anos como Promotor de Justiça no Estado do Maranhão. Tenho impressão de que, naquela época, eu fui o Promotor de Justiça mais jovem – pelo menos, não tenho notícia de outro nessa situação. E agradeço muito pela minha formação de base, porque o Ministério Público estadual nos dá o contato com gente, e nós precisamos, para crescer, ter contato com gente, sentir os dramas das pessoas. É isso que nos dá o verdadeiro crescimento como seres humanos.

Em seguida, eu migrei para o Ministério Público Federal, onde estou há 25 anos. E, no Ministério Público Federal, eu passei 12 anos como Procurador Regional da República no Tribunal Regional Federal da 5ª Região e outros seis anos como Procurador Regional Eleitoral. Fui também Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos e do Conselho Penitenciário da Paraíba. Fui Procurador-Chefe em dois Estados diferentes. Então, são quase três décadas do que eu chamaria de um intenso diálogo de aprendizado, porque, quando a gente atua em órgãos coletivos e, principalmente, em órgãos coletivos de tomada de decisão, a gente começa a perceber que a nossa verdade, muitas vezes, não passa apenas da nossa verdade e que a verdade em si é uma coisa muito maior pela qual nós temos que lutar através do diálogo, através do processo amplo de compreensão, de alargamento das expectativas e das perspectivas, para ver se a gente consegue alcançá-la.

Eu aprendi, desde cedo, que é na divergência que se chega lá, é na divergência que a gente consegue evoluir. Eu não gosto, eu não aprecio tanto quem concorda comigo; eu prefiro quem discorda, porque, quando eu estou diante de quem concorda comigo, a impressão que eu tenho é que estou diante de um espelho, estou olhando para mim mesmo refletido no outro, e eu prefiro alguém que me traga uma perspectiva diferente de vida para que eu possa levar isso em conta nos meus pensamentos, nas minhas reflexões e, de alguma forma, evoluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, eu tenho a impressão, principalmente em relação a quem está em cargo de controle – e é o caso nosso – de que a gente tem que se pautar nessa visão mais ampla, nesse espírito alargado; tem que se deixar levar por uma espécie de reflexividade e tentar entender os problemas e as situações não a partir do nosso ponto de vista, mas, principalmente, tentando se colocar no ponto de vista do outro. Olhar para nós mesmos a partir do outro eu acho que é o grande ponto. Eu me apresento aqui a V. Exas. exatamente dentro desta perspectiva: a perspectiva de que sou "humano, demasiado humano" – para citar uma expressão de Nietzsche –, e, sendo humano, eu preciso dialogar, eu preciso ouvir. E minha ideia, se V. Exas. me indicarem e me aprovaram para o Conselho Nacional do Ministério Público, é trabalhar ouvindo, é trabalhar tentando enxergar o Ministério Público principalmente a partir das críticas que são lançadas ao Ministério Público. Se eu ficar olhando a minha instituição de dentro, eu não vou conseguir me ver. Eu tenho que fazer uma espécie de exercício e me colocar lá fora, um exercício mental que não é fácil: colocar-me lá fora e tentar olhar para mim mesmo, para ver se eu me enxergo, para ver se eu me vejo e me vejo a partir do olhar do outro, porque é o olhar do outro que me aprova, que atesta a minha existência. Eu não sou ninguém olhando para mim mesmo. Eu só sou alguém se alguém atestar que eu existo. Eu sou muito consciente disso.

E minha perspectiva em vir para o Conselho Nacional, que é o órgão de controle maior, é o órgão onde se pode funcionar como agente indutor, indutor de boas práticas, de boas experiências, indutor que aprende principalmente com os erros e tropeços, porque se a gente não tropeça, não aprende a andar. Eu acho que eu já tropecei muito na minha vida. Eu tenho 28 anos de Ministério Público, apesar de ser razoavelmente jovem. Tenho 51 anos de vida. Eu vim de uma formação de base. Passei por muitas dificuldades. O Senador Cid sabe o que é a cidade de Varjota, no Estado do Ceará. Ele sabe as dificuldades que a gente passa, ele sabe o que é sobreviver no sol do Sertão do interior do Ceará. Às vezes eu brinco que a gente passa pela própria seleção natural, porque, quem escapa, já escapa sendo fortalecido de alguma forma. A vida do sertanejo, a vida de quem vem do interior e luta, não é fácil. Eu não tive vida fácil, mas fui galgando o meus caminhos aos poucos, sem passar por cima de ninguém, nunca na minha vida. Sempre fui muito transparente e fui muito aberto. E foi esse diálogo que eu fiz com cada um dos 60 Senadores que visitei nesta Casa. Tentei mostrar que esse é meu perfil, essa é minha perspectiva. Venho com a ideia de funcionar no Conselho Nacional do Ministério Público exatamente trazendo essa perspectiva de alguém de dentro que se esforça para olhar a instituição de fora.

E me apresento a V. Exas. pedindo que vejam esse meu perfil, vejam essa minha história e que façam o devido julgamento. Façam o devido julgamento e me aprovem, se tiverem que me aprovar, e me reprovem, se o meu perfil não merecer a aprovação.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA** – Mas, repito, meu perfil, minha história é de inclusão, minha história é de participação no debate através de uma visão alargada de vida e da minha instituição. E é com isso que eu quero chegar ao Conselho Nacional do Ministério Público, na certeza de que posso dar alguma contribuição à minha instituição, vendo-a a partir das exigências da sociedade e, especialmente, desta Casa.

Muito obrigado a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Antônio Edílio.

Agradeço a V. Exa.

Está, portanto, concluída essa primeira fase da reunião relativa à exposição.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Lucas Barreto.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há um pedido de todos os Senadores para que se abra a votação, porque todos já conhecem, todos já receberam os senhores candidatos ao Conselho, ao CNMP, que estão aqui, ao Conselho Nacional do Ministério Público. E vai começar a leitura do relatório agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Agora nós vamos começar a sabatina. As indagações dos Senadores, pelos Relatores primeiro. O relatório já foi considerado lido.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP) – Ah, foi considerado lido! O.k. Certo, certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu coloco, então, não havendo...

Pois não.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP) – E antes da sabatina, Sr. Presidente, eu só quero trazer uma pergunta que é do e-Cidadania, para que ele possa responder quando da sua sabatina. É para o Sr. Paulo Cezar dos Passos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeito.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP) – É de João Silva, do Rio de Janeiro: "Recursos repassados da União para os entes federados têm um acompanhamento do MP quando provocados"?

Só para que ele já tenha ciência da pergunta do e-Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Fica registrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP) – Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pela condução desta reunião, como sempre, com maestria.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Lucas. Agradeço a V. Exa.

Não havendo oposição do douto Plenário, eu determino à Secretaria que abra o sistema de votação.

Nós vamos agora fazer, portanto, a sabatina da seguinte forma, até com o objetivo também de agilizar: pelo Regimento, os Relatores têm a precedência para fazer as indagações, que serão dirigidas não só aos seus relatados, mas também aos demais, identificando, por gentileza, aqueles a quem se destinam as perguntas – ou é pergunta genérica para todos ou dirigida individualmente. Faremos em grupos de três em três, e, depois, concluída a fase dos Relatores, pela lista de inscrição, que será feita alternadamente entre os Senadores presentes e aqueles que estão em presença remota. Então, nós faremos esse sistema.

Antes, todavia, de iniciar, eu gostaria de fazer um registro: a Comissão de Constituição e Justiça se sente muito honrada com a presença de diversas autoridades, que aqui estão presentes prestigiando esta sabatina.

É uma lista muito longa, e eu vou, então, tomar a liberdade de saudar a todos nas pessoas da Dra. Renata Gil, eminente Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; do Dr. Manoel Murrieta, Presidente da Conamp, que é aniversariante, como fomos aqui certificados e, por isso, também recebe todos os nossos cumprimentos; do eminente Dr. José de Lima Ramos Pereira, Procurador-Geral do Trabalho; do Dr. José Antonio Vieira de Freitas Filho, que é o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); do Dr. Ubiratan Cazetta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; e de saudar os familiares dos eminentes sabatinados, nas pessoas da Dra. Renata Augusto Oliveira Magalhães Teixeira, esposa do Dr. Antônio Edílio, da Dra. Susye Almeida D'Albuquerque Lima, esposa do Dr. Oswaldo Albuquerque; da Dra. Luciana Cristina, esposa do Dr. Paulo Cezar dos Passos; e, ao mesmo tempo, de cumprimentar todos que nos acompanham pela TV Senado, de modo especial uma saudação ao eminente Ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça, que já me comunicou aqui que está acompanhando *pari passu* esta sabatina.

Deste modo, nós vamos dar, portanto, sequência, relembrando que as inscrições serão feitas pelo levantar a mão daqueles que estão remotamente, e a lista de inscrições está aqui para os que estão presentes.

Será dada a palavra de forma intercalada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, o primeiro Relator a fazer as suas indagações será o eminente Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Pois não, Senador Sérgio Petecão, pela ordem V. Exa.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC. Pela ordem.) – Eu só queria confirmar a minha inscrição. Já estou inscrito, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – V. Exa. está inscrito automaticamente como Relator.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC) – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Então, só relembrando a ordem dos Relatores: Senador Veneziano, Senador Fabiano, Senador Lucas Barreto, Senador Sérgio Petecão, eu próprio, que declino evidentemente por estar presidindo, e a Senadora Daniella; depois, entra a ordem dos inscritos.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – V. Exa., portanto, é o quarto.

Senador Veneziano Vital do Rêgo, portanto, com a palavra V. Exa. para as suas indagações.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para interpelar.) – Presidente Antonio Anastasia, os nossos cumprimentos a V. Exa. nos presidindo e ao fato que é sempre para nós gratificante tê-lo na condução, porque, afinal de contas, é o reconhecimento desta Casa aos seus valores múltiplos e sempre saudados com muita sinceridade por todos e todas pares deste Senado Federal. Como V. Exa. já bem o fez e até para que nós ocupemos e nos valhamos do tempo reservado, há algumas considerações que podem ser vistas como perguntas, como indagações, mas eu quero neste instante, que, para mim, é um instante diferenciado, Presidente – eu não sei se são as impressões que restam aos companheiros presentes e aos Senadores e Senadoras que se fazem presentes virtualmente –, eu extraio e colho desta sabatina algo de muito importante para o momento não apenas político, mas das relações institucionais que terminam, por consequência direta, a se fazerem presentes sobre a sociedade. Então, as saudações que V. Exa. dirigiu a todas as autoridades presentes, nominadas, reconhecidas por justeza e justiça, eu quero saudar a todos os familiares, e quão bom estarmos diante daquilo que não se deve ausentar da nossa relação humana num universo que, a cada dia que passa, se torna mais individualista. É muito bom quando nós observamos os companheiros, os senhores indicados, as autoridades, mencionarem os queridos pais, as menções aos filhos, às senhoras companheiras, no caso aqui, indicados que são, que trazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consigo a alegria, a emoção pelos esforços que cada um demonstrou ter tido ao longo de trajetórias tão belas, muito belas, pessoas que aqui tiveram, quase que na sua totalidade, uma formação acadêmica no ensino público, o que mostra o quão valioso foi e o quanto deveria continuar sendo referência para políticas públicas de governos. Isso é muito importante e também me chamou a atenção, Senador Antonio Anastasia.

Eu fui designado, para uma alegria pessoal, para poder relatar, modestamente, com uma facilidade que me trouxeram os seus pares, integrantes do Ministério Público do Trabalho, o nome do indicado Ângelo Fabiano. E por que eu digo que facilita ao Relator, como também aos demais outros Relatores comigo: o Senador Sérgio Petecão, a nossa conterrânea Daniella Ribeiro, o Senador Fabiano Contarato, o Senador Antonio Anastasia? É muito mais, não é só gratificante, mas termina por nos trazer essa tranquilidade ao fazermo-nos Relatores de pessoas que são merecedoras dessa indicação.

O relatório conclusivo, o pleito, a demanda, o requerer, o propor, o chamar aos demais outros integrantes a acolher a nossa sugestão para que nós aprovemos a indicação do Dr. Ângelo Fabiano são exatamente por aquilo que ele próprio, Sr. Presidente, Antonio Anastasia, bem o fez, como cada um dos indicados também assim se postaram a trazer.

Convidados a exporem-se, em rápidos momentos, no tempo que lhes é reservado, eles trouxeram as suas experiências pessoais, todas elas muito ricas. Aí a alegria de estar falando a um quase paraibano, que se fez paraibano pelo tempo que lá em nosso território está, e também lhe agradecemos muito, e o quão é honroso ouvir o carinho daqueles que, deixando as suas terras natais, se fazem junto a outros tão fortemente ligados como se nas terras natais permanecessem.

É o caso de Dr. Ângelo, pernambucano, e é o caso de um estimadíssimo companheiro, como ele próprio faz questão de dizer, hoje, quem sabe, mais paraibano do que próprio cearense, da querida cidade de Varjota, o nosso Governador Ministro Cid Gomes.

Queria fazer essas observações, Dr. Ângelo. V. Sa. tem, de fato, sobre o seu currículo, sobejadas razões para que nós pudéssemos aqui pedir a sua aprovação.

E por que eu digo que é uma das observações que eu faço desse momento, que não é meramente, Presidente Antonio Anastasia... E esta Casa tem se mostrado a dar um valor maior, querido Kajuru, às sabatinas, que não devem, porque assim não foi proposto e assim não está na Constituição, meu irmão Nelson Trad, ser tratadas como um "protocolismo" que nós devemos atender constitucionalmente, pura e simplesmente, não! Nós devemos extrair e nós devemos aproveitar – como, agora pela manhã, assim o fazemos – para saber os sentimentos daqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estarão durante os próximos dois anos, alguns inclusive à recondução, se portando e se postando nas atribuições que serão e são próprias do Conselho Nacional do Ministério Público.

Por que digo isso, Sr. Presidente? Porque, nesta quadra de últimos anos, todos nós, salvo e com o respeito àqueles que pensem diferente – Dr. Antônio Edílio disse que se alimenta das divergências, como eu, porque você pode crescer muito mais nas divergências do que nas convergências, em que pese lutemos por estas convergências –, o que se notabilizou foi a tentativa da execração do exercício não da política, mas da atividade político-partidária. E o que eu tenho visto, nestes últimos meses, conversando com muitos dos membros do Ministério Público, nas suas esferas, em todas elas, é o realçar de uma visão diferente, sem perdas, porque quem faz o dia a dia da atividade político-partidária, em nenhum momento, está a requerer ou, em nenhum instante, senhores e senhoras representantes do Ministério Público, ousamos em propor que V. Exas. desconheçam, querido Senador Sérgio Petecão, as suas obrigações próprias. Em nenhum instante, assim o fizemos ou faríamos. O que nós gostaríamos era de ter o estreitamento do diálogo – e a palavra diálogo foi por cada um dos senhores mencionada repetidas vezes –, o estreitar das relações institucionais, para que matérias possam ser construídas sem que nos seja deixada de lado a competência que é do Parlamento nos seus níveis, mas que nós ouçamos, que nós nos engrandeçamos, que nós nos permitamos que sugestões sejam inseridas, para que nós aperfeiçoemos matérias – como é o caso desta que vai estar proximamente sendo discutida, e quiçá com a relatoria do Senador Antonio Anastasia, o Projeto de Lei 2.505, que trata sobre a improbidade administrativa. E por que não conversar com o próprio Ministério Público, a expor qual é a visão dos agentes públicos e não apenas os agentes políticos, como muitos ainda querem e teimam em confundir com o Ministério Público? Por que não? É dessa forma que nós poderemos apresentar um projeto melhor acabado que atenda não aos agentes públicos, não ao Ministério Público, mas à sociedade brasileira. Essa é uma observação que eu faço, porque ouvi do Dr. Ângelo, que é o nosso relatado, eu ouvi de Dr. Rinaldo, eu ouvi de Dr. Paulo, eu ouvi de Dr. Antônio Edílio, eu ouvi de Dr. Jaime todas essas considerações. E eu louvo e tenho absoluta certeza de que não é o passar, não é a aprovação que este Colegiado...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu vou terminar, Sr. Presidente, mas só para concluir aquilo que o meu coração está a sugerir – está a sugerir. Eu não diria e não me atreveria a fazer-me na consciência e na vontade pessoal dos meus companheiros, mas eu torço para que todos nós aqui tenhamos unissonamente essa decisão de vê-los aprovados ao CNMP.

Vamos estreitar essa relação. Vamos construir juntos, sem que ultrapassemos os nossos limites. O exercício da política impõe a ela os seus limites. O exercício de fiscal da lei, daquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que acompanha, daquele que denuncia, daquele que não pode ser concordante com o malfeito, também tem seus limites. E foi exatamente pelo exasperar-se, foi exatamente pelo ultrapassar desses limites, sem aqui querer apontar culpados, mas houve e sobrou responsabilidades para todos, é que nós estamos desejando fazer com que haja uma harmonia.

Aqui foi falado – eu acho que pelo Dr. Paulo, que fez uma menção constitucional e dizia que, lá no CNMP, será uma voz ao lado dos demais integrantes já presentes e dos novos companheiros que com ele estarão a fazê-lo: harmonia. Não há dificuldades para isso.

As campanhas que sordidamente se levantam, levantam-se para que nós estejamos a desconstituir aquilo que pode ser respeitosamente realizado.

Então, eu quero parabenizar o Dr. Ângelo.

Quero aqui saudar a dois paraibanos que mandam mensagem, e um deles fez questão de vir: Dr. Leonardo Quintans, que é do Ministério Público da Paraíba, e Dr. Edísio Souto, que fez sempre menções repetidas – e eu o tranquilizava sobre o sentimento que eu pude colher das figuras desses dois companheiros, como também pude dos demais outros.

Eu queria deixar uma pergunta... não, uma observação feita em forma de pergunta a quem de cada um dos indicados, ou todos, quem sabe. Nós estamos também vivendo num cenário onde há muitos questionamentos. Eu ouvi de alguns dos expoentes, companheiros expositores, preocupações que aludem às questões ambientais, às questões de práticas sexistas, racistas, que são tremendas, e corretamente, lutas de todos nós, mas, eu não posso desconhecer, do Senador Fabiano Contarato, que é um ávido defensor contra essas violências que se repetem reiteradamente no nosso País. Eu queria saber dos senhores, queria ouvi-los a esse respeito, como também, ao ouvir situações que dizem respeito às mulheres e ao número considerável, perigoso, que periclita a cada dia, dos feminicídios, como o CNMP pode se fazer, de fato e eficientemente, em relação a algumas atitudes, algumas medidas, algumas ações provenientes do Executivo, sem perdas dos seus limites, no tocante a essa sanha licenciosa armamentista que nós estamos vendo no País.

Eu queria ouvir algumas observações para saber como poderíamos ter ou como haveremos de ter do CNMP uma participação junto às pessoas, saindo dos nossos gabinetes, assim como é exigível ao homem público, assim exigível também às demais autoridades.

Presidente, peço perdão a V. Exa. e aos demais companheiros por ter me estendido muito além, mas eu não queria perder esta oportunidade, que nos é muito cara, de fazer observações e de aqui pedir o voto de apoiamento aos seis indicados, particularmente ao meu querido – e por mim relatado – Dr. Ângelo Fabiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito grato. Minhas desculpas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Veneziano. Primeiro agradeço as palavras de V. Exa. Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, que, evidentemente, muito denso, profundo, foi muito adequado e oportuno. Parabéns pela manifestação.

Dando sequência, convido também o próximo Relator, eminente Senador Fabiano Contarato, por até 10 minutos, para as suas indagações.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu quero deixar registrada aqui a minha alegria porque recebi, de forma *online*, todos os cinco sabatinados e não tenho dúvidas de que todos dignificam muito a honrada classe do Ministério Público. E eu tenho certeza de que os atos falam mais do que as palavras. O que credencia vocês para serem aprovados – e aqui eu faço um apelo a todos os Senadores – é o histórico de vida de vocês, não é apenas este momento.

O meu indicado, o querido Conselheiro, que é Corregedor do Ministério Público, Dr. Rinaldo Reis, tem 27 anos de história. Ouço um colega que entrou no Ministério Público com 22 anos de idade. Assim é a história de todos os cinco sabatinados. Os atos falam mais do que as palavras, eu não tenho dúvida disso.

Quero deixar clara aqui a minha admiração ao Ministério Público. E não falo isso da boca para a fora. Na Constituição Federal de 1988, que é a Constituição Cidadã, que é a espinha dorsal do Estado democrático de direito, no seu art. 129, o Ministério Público foi eligido a uma das mais nobres funções: ele exerce, duplamente, a função de *custos legis*, de fiscal da lei, e de *dominus litis,* de titular da ação penal pública. É nesse sentido que o Ministério Público – seja estadual, seja militar, seja o Ministério Público do Trabalho, seja o Ministério Público Federal –, efetivamente, está fazendo de tudo para tornar este Brasil mais justo, mais fraterno, mais igualitário, mais inclusivo, mais plural.

Quando eu recebi o convite, confesso que fiquei surpreso; porque foi o Dr. Rinaldo que me procurou e que me fez essa oferta. Eu me senti tão prestigiado, Dr. Rinaldo – a palavra foi essa –, porque eu estou aqui há pouco tempo, no Senado, eu nunca fui político. Eu tenho duas missões na minha vida: ser servidor público e ser professor de Direito. Estas são as minhas funções, eu estou como Senador. Infelizmente, esta Casa, com todo o respeito aos colegas, é uma Casa de vaidades. Então, eu jamais imaginei que eu pudesse ser convidado a ser o Relator de uma pessoa que, estando à frente da Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

feito valer efetivamente aquela espinha dorsal chamada Constituição da República Federativa do Brasil.

Por isso, muito me honra ser o Relator do senhor. Falo isso não só como Senador, mas, como minha mãe já dizia que os atos falam mais que as palavras, eu tomo a liberdade aqui de falar. Eu já disse que o que credencia todos os cinco sabatinados a estarem aqui e serem aprovados – para mim, tinham que ser aprovados com unanimidade, com todo o respeito – é a história de vida de todos vocês, como homens, mulheres, como pessoas que, efetivamente, dignificam a honrada classe dos seres humanos, a instituição à qual vocês pertencem.

Mas eu quero aqui tomar a liberdade de fazer um depoimento pessoal, expondo minha vida pessoal. Eu sou casado, eu tenho um esposo. O Estado me deu uma certidão de casamento. Sempre sonhei em ser pai, mas sempre achava ser difícil, porque vivemos num País sexista, homofóbico, racista, preconceituoso, misógino, xenofóbico, e achava que esse sonho estaria distante.

Sempre fui criado numa família católica e sempre fui perseguido por uma voz constante, Senador Kajuru, em que as pessoas falavam... Eu passei, com 23 para 24 anos, para Delegado de Polícia, feito pela USP, em São Paulo – não estou falando isso por vaidade –, passei em primeiro lugar. Eu focava muito no estudo, porque eu achava que eu estava errado. Eu ia, Senador Nelsinho, para a igreja, ajoelhava e chorava, pedindo para que Deus mudasse aquilo em mim. Quando eu aprendi que efetivamente... E só pude me dar a liberdade de ter minha primeira relação homoafetiva aos 26 anos de idade.

Então, sonhar ser pai parecia ser muito distante, porque esta Casa fecha, constantemente, as portas para a população LGBTQIA+. Prova disso é que todos os direitos dessa população não se deram aqui por lei – direito ao casamento, direito à adoção, direito ao nome social, direito à declaração de Imposto de Renda, direito ao recebimento de pensão, direito de doar sangue e criminalização da homofobia. São alguns direitos. Nenhum se deu pela via adequada, porque esta Casa, sistematicamente, fecha a porta para essa minoria – que eu não chamo de minoria; eu chamo de maioria minorizada.

Assim como quando se fala das mulheres: 52% da população brasileira são de mulheres. Elas não são minorias; elas são maiorias minorizadas. Quando se fala dos índios, dos quilombolas, das pessoas com deficiência.

Eu fui eleito para essas pessoas. E aqui eu quero dar esse testemunho de que, casado, eu me habilitei; Deus me deu o meu anjo Gabriel, com 2 anos e 8 meses. E, quando entrei com o processo de adoção na Vara da Infância e Juventude, um membro do Ministério Público teve a ousadia de escrever na promoção que ele era contra, porque a filiação no Brasil só poderia ser resultante... um filho só poderia ter a filiação "um pai" ou "uma mãe", jamais "dois pais". E ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usou a expressão "pior ainda, filho de duas mães". Vocês não sabem o que é ouvir isso. Vocês não têm noção do ato de violência que me atingiu e atingiu a minha família, porque, com um mês, Gabriel já me chamava de papai; com um mês, Gabriel já chamava Rodrigo de papai. E eu tinha acabado de ser eleito Senador da República, e eu tinha que vir para cá, Senador Anastasia, e, todas as vezes que eu precisava, eu tinha que autorizar o meu esposo a trazer o nosso filho, porque um Promotor de Justiça, que está ali para cumprir aquela premissa que está no art. 3º, de que um dos princípios, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação.

Ele foi preconceituoso, ele foi homofóbico e me causou um dano irreparável, um dano que não se paga com dinheiro, um dano emocional, porque o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que tem que se analisar o bem-estar da criança. Em nenhum momento, aquele Promotor de Justiça pensou no meu filho. Ele não pensou no meu filho.

A juíza sentenciou e determinou a dupla paternidade. Ele, não satisfeito, apelou e foi para o Tribunal de Justiça. E o Tribunal de Justiça, à unanimidade, manteve a sentença determinando a inscrição da dupla paternidade.

Em pleno século XXI, eu fui vítima disso, Senador Kajuru, mas eu, como o Presidente, que gosta de usar o Hino, eu também usei: "verás que um filho teu não foge à luta".

Esperei transitar em julgado e representei contra esse membro do Ministério Público. E aqui eu quero fazer a ressalva de que esse comportamento não se coaduna com a instituição Ministério Público, jamais! Isso é exceção. E busquei a tutela jurisdicional do Estado. Eu busquei, eu bati à porta, como um simples cidadão, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, e foi ali... Eu nunca tinha encontrado, na minha vida, o Dr. Rinaldo, como nenhum Conselheiro, e foi ali que foi decidida uma suspensão de cinco dias ao Promotor de Justiça.

Naquele momento, eu verifiquei que aquilo que a minha mãe dizia, que os atos falam mais que as palavras, eu pude constatar, na minha pele, Senador Zequinha; por mais que as pessoas tenham divergências ideológicas, nós temos que entender que essa vida é muito rápida, que a digital... Qual é a digital que nós vamos deixar aqui para os nossos filhos, para as nossas filhas?

Agora, na pandemia, Deus nos deu Mariana, com um ano e dez meses, e, novamente, entrei na mesma vara para a dupla paternidade. Caiu para o mesmo Promotor, que, agora, mudou completamente a manifestação, aquiescendo, determinando, concordando com a dupla paternidade.

Eu tive que expor a minha família, eu tive que me expor, Senador Veneziano. Isso não é fácil! Hoje, eu sei o que é local de fala, porque só quem passa sabe efetivamente como dói um comportamento homofóbico, racista, preconceituoso, misógino; só quem sofre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer um apelo aos meus queridos Senadores e Senadoras: se, por pior que seja o criminoso, a Constituição Cidadã diz que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, quem somos nós para recusar qualquer um dos cinco sabatinados que aqui estão?

Não sejamos levianos, não sejamos injustos, não cometamos injustiças que jamais quereríamos sofrer. Sejamos empáticos, vamos nos colocar na dor do outro.

Então, Dr. Rinaldo e todos os demais quatro sabatinados, tenham em mim um humilde Senador, que está com as portas abertas na defesa intransigente da instituição chamada Ministério Público, porque eu tenho orgulho de dizer que essa é uma das instituições que mais lutam para a manutenção e defesa da democracia brasileira.

Finalizo, para não ser delongo, porque já foi muito complacente comigo o meu querido Senador Anastasia. Como eu amo... Eu acho que eu caí no Direito, Senador Lucas, por acaso, porque eu amo a literatura, eu quero fazer uma homenagem a Mario Quintana, porque, às vezes, Senador Kajuru, a gente vê aqui nesta Casa tanta vaidade, Senadores que gostam de *status*, cargos, funções, salários... Minha gente, a pandemia está aí! Essa vida é muito curta! Eu não sei se eu chego em casa, eu não sei se eu vou conseguir voltar para o Espírito Santo e encontrar meus filhos, que são a razão da minha vida!

Para vocês e para todos que estão nos ouvindo, eu quero saudar com uma poesia do Mario Quintana, que diz:

> A vida é o dever que nós trouxemos para fazer em casa.
> Quando se vê, já são seis horas!
> Quando se vê, já é sexta-feira!
> Quando se vê, já é Natal.
> Quando se vê, já terminou o ano.
> [Quando se vê, já não sabemos mais por onde andam os nossos amigos.]
> Quando se vê, perdemos o amor da nossa vida!
> Quando se vê, [já] passaram 50 anos!
> Agora é tarde demais para ser reprovado.
> Se me fosse dado um dia, outra oportunidade, eu nem olhava o relógio.
> Seguiria sempre em frente e [...] [diria para os meus amigos: olha, vocês são extremamente importantes para mim.]
> Seguraria o amor que está [muito] a minha frente e diria [...] [eu te] amo.
> [...] [Dessa forma eu digo]: não deixe de fazer algo que goste devido à falta de tempo.
> Não deixe de [estar com quem você ama] por puro medo de ser feliz.
> A única falta que terá será a desse tempo que, infelizmente, [não] [...] voltará [mais].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns Dr. Rinaldo. Parabéns a todos os quatro.

Eu tenho muito orgulho de vocês! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eminente Senador Fabiano Contarato, a liturgia da função de Presidente desta Comissão – de qualquer Comissão no Senado – nos impede, em tese, de tecer considerações. A nossa função é dirigir os trabalhos, mas é impossível, ao ouvir um testemunho, um depoimento tão candente, tão humano, tão sensível como o de V. Exa., não nos emocionarmos.

Então, eu quero fazer aqui o registro da nossa, digamos assim... As palavras nos fogem neste momento, mas quero dizer, de fato, do quanto nos emocionou, a mim e, eu tenho certeza, a todos que acompanham – não só aqui, presencialmente, mas também pela televisão, pela rádio, pelo YouTube – a manifestação de V. Exa., que foi de uma propriedade, de um acerto, de uma oportunidade extraordinárias, dentro desta sabatina, porque lembrou V. Exa. muito bem: cabe ao Ministério Público ser o grande defensor, no Brasil, dos direitos humanos, da igualdade, da defesa das questões minoritárias, daqueles preconceitos que ainda existem na nossa sociedade. As ponderações e as observações de V. Exa. vieram de maneira extremamente feliz, somadas, é claro, a esse depoimento de cunho pessoal, com que V. Exa., de maneira tão nobre, aqui abriu o seu coração e os seus sentimentos.

Então, eu peço escusas aos meus pares para fazer aqui esse registro. Tenho certeza de que falo em nome de todos os membros do Senado, não só neste momento, mas de todo o corpo senatorial brasileiro. Eu quero, portanto, cumprimentá-lo e dizer que foi extremamente adequado, oportuno – e mais do que isso, emotivo e sensível – o pronunciamento de V. Exa. Meus cumprimentos!

Dando sequência aos nossos eminentes Relatores, como o Senador Lucas Barreto declinou... E eu lhe indago da Presidência. Ele havia me dito, mas a palavra é de V. Exa., Senador Lucas, para fazer indagação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – V. Exa. havia declinado. Eu passo, então, ao Senador Sérgio Petecão, o próximo Relator, para a sua manifestação, por até dez minutos.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC. Para interpelar.) – O senhor me permite tirar a máscara? Eu não consigo falar com a máscara. (*Pausa.*)

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Antonio Anastasia, na sua pessoa eu queria saudar os demais colegas Senadores aqui, inclusive os que já fizeram uso da palavra.

Hoje é um dia muito importante para todos nós, principalmente para os membros desta Comissão, a Comissão de Constituição e Justiça. Ontem nós tivemos o prazer de votar aqui, no Plenário do Senado, o nome do Procurador-Geral, Dr. Aras, e de outros membros também do Conselho Nacional do Ministério Público. E hoje estamos aqui mais uma vez. E eu estou tendo o prazer de relatar aqui a indicação do nosso Procurador, lá do meu Estado, do nosso humilde Estado do Acre, que é o Dr. Oswaldo D'Albuquerque.

O Dr. Oswaldo teve uma passagem brilhante pelo Ministério Público do meu Estado. É uma pessoa que... Ele já fez a leitura do seu currículo, e é uma pessoa que nos orgulha muito, e ele está pleiteando aí uma reeleição. Com certeza, eu já queria aqui pedir o apoio dos meus colegas para que nós possamos votar e dar esse apoio ao Procurador Oswaldo D'Albuquerque no Conselho Nacional do Ministério Público. Eu, ouvindo atentamente os meus colegas que já fizeram o uso da palavra, me sinto contemplado.

Inclusive, Dr. Oswaldo, chegou aqui uma pergunta, e irei fazer a V. Exa., do nosso *e*-Cidadania. Coincidentemente o nome do nosso ouvinte aqui é Sr. João Ferreira, que é lá do Rio de Janeiro, e João Ferreira é o nome do meu pai, Senador Kajuru. Coincidência, não é? João Ferreira. Só que o meu pai é João Ferreira da Cunha, e este aqui é o João Ferreira, lá do Rio de Janeiro. Já, já, faço a pergunta do Sr. João Ferreira.

Eu tenho dito que sou um Parlamentar municipalista, até porque as pessoas moram é nos Municípios. No meu Estado são poucos Municípios, e Municípios de difícil acesso. Para terem uma ideia, nós temos quatro Municípios isolados: Santa Rosa, Jordão, Thaumaturgo e Porto Walter. Eu estive agora em Santa Rosa, aonde não se chega mais de jeito nenhum, porque agora nós estamos no verão acriano e os rios secam. Para terem uma ideia, gastei 18 horas de voadeira para ir ao Município, saindo de Manoel Urbano até Santa Rosa do Purus – 18 horas de voadeira. Agora, o Rio Purus secou, e aí não é possível ir, só se vai de avião pequeno. São os Municípios isolados.

Na mesma linha dos demais colegas que apelaram aos nossos sabatinados que estão aqui hoje, é de fundamental importância estreitar a relação entre o Executivo, o Legislativo e o Ministério Público, porque um Prefeito de Santa Rosa do Purus, um Prefeito de Thaumaturgo, um Prefeito de Porto Walter não pode ser tratado como um Prefeito do interior de São Paulo, pois é uma realidade totalmente diferente. Eu tenho certeza de que, lá na Paraíba, temos Municípios em situações parecidas, iguais – não iguais aos do Acre, mas situações parecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes... É lógico, isto ocorre com uma minoria, a gente tem que reconhecer que isto ocorre com uma minoria: alguns membros do Ministério Público, por estarem naquela função, tratam os Prefeitos como se os Prefeitos fossem verdadeiros adversários. Um Prefeito está ali, primeiramente, porque foi eleito de forma democrática. É preciso que nós possamos ter esse entendimento, principalmente neste momento de tanta dificuldade por que o País passa. É importante que nós do Parlamento, os membros do Executivo – Prefeitos, Governadores – e os membros do Ministério Público e do Judiciário possamos estar em maior sintonia. Esse é o apelo que eu faço aqui a esses amigos que vão ser sabatinados.

Vou fazer de tudo para ajudar, para que nós, diante do que já foi dito aqui, diante da leitura dos currículos que nós acompanhamos aqui... Eu tive o prazer de receber todos em meu gabinete. São pessoas altamente preparadas que vão ajudar nessa intermediação em nossos Estados.

As divergências sempre vão existir, como já foi dito aqui pelo colega – sempre vão existir –, mas o diálogo tem que prevalecer. É preciso prevalecer! É preciso prevalecer!

Agora vou puxar uma sardinha para o Ministério Público do meu Estado. Eu vi agora uma ação maravilhosa, comandada pela nossa Procuradora, que é a Dra. Kátia Rejane, e de todos os membros do Ministério Público no Estado. Nós passamos por uma enchente – e o povo sofre muito nas enchentes –, e eu tive a oportunidade de ver um vídeo em que o Ministério Público saiu do ar-condicionado e foi lá onde estavam as pessoas mais carentes. Qual é o problema disso? Qual é o problema de um procurador, de um membro do Ministério Público estar mais próximo, principalmente das pessoas mais carentes, de ver a verdadeira realidade daquelas pessoas, como elas vivem? E, com certeza, para eles, para alguns membros ali, foi um aprendizado. Eu assisti a um vídeo em que fiquei encantado e muito orgulhoso do Ministério Público do meu Estado, muito orgulhoso mesmo.

Está concorrendo até a um prêmio, não é, Dr. Oswaldo? Está concorrendo a um prêmio nacional aí...

**O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO** (*Fora do microfone.*) – Está como finalista.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC) – Está nas finais do... Porque, para nós que estamos lá no Acre, isso é motivo de muito orgulho, e parece ser pequeno, mas não é pequeno. Tem uma simbologia muito grande para todos nós.

Então, Dr. Oswaldo, vou aqui à pergunta do Sr. João Ferreira, lá do Rio de Janeiro, no nosso e-Cidadania: "O CNMP tem como visão fortalecer, fiscalizar e aprimorar o Ministério Público, zelando pela unidade e pela autonomia. Existe zelo?". Dr. Oswaldo, esta é a pergunta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do nosso ouvinte, que está lá no Rio de Janeiro: existe esse zelo? O CNMP cumpre esse papel de cuidar? Então, essa é a pergunta.

Já finalizando, Dr. Oswaldo, eu queria, na sua pessoa, desejar boa sorte a todos, a todos que estão aí hoje sendo sabatinados. Espero que nós possamos – já faço um apelo aos colegas Senadores – dar o quórum necessário.

Vamos votar hoje, Presidente? Vamos votar hoje...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC) – Que possamos dar o quórum necessário, até porque já vem sendo postergada essa votação, tanto a sabatina aqui nesta Comissão, como a votação no Plenário. É de fundamental importância que nós possamos, hoje, votar todos os membros que estão aqui presentes na nossa CCJ.

Boa sorte, Dr. Oswaldo. O senhor nos orgulha muito. Tenho muito orgulho de V. Exa. pelo trabalho que tem realizado aqui no CNMP e pelo trabalho que realizou lá no meu Estado, como Procurador e como membro do Ministério Público do meu Estado. Boa sorte! Fica a pergunta, Dr. Oswaldo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Sérgio Petecão. Meus cumprimentos porque V. Exa. traz o testemunho do Estado do Acre e do trabalho do Ministério Público realizado em seu querido Estado e também aqui registra fatos até diferenciados, como as 18 horas para se chegar à sede do Município. Isso de fato é algo que impressiona.

Parabéns ao Senador, querido Senador Sérgio Petecão.

O próximo Relator, que seria eu, que, naturalmente, declinarei das indagações, mas não posso deixar, eminente Dr. Jaime de Cassio Miranda, meu relatado, de dirigir tão somente a indagação do e-Cidadania, que a população faz, como fez agora o Senador Petecão.

O Sr. Geovane Rocha, do Mato Grosso do Sul, indaga a V. Sa: "O senhor acredita que o MP desempenha um bom papel em defesa da Constituição e da democracia"? É a indagação, portanto de Geovane Rocha, do Mato Grosso do Sul.

Aproveitando essa referência ao Ministério Público Militar, eu quero registrar e saudar a presença agora entre nós do Dr. Antônio Pereira Duarte, meu caro conterrâneo, Procurador-Geral da Justiça Militar; e o Dr. Edmar Jorge de Almeida, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próxima e derradeira Senadora Relatora, para, depois, darmos a palavra aos sabatinados e iniciarmos a lista de inscritos, é a Senadora Daniella Ribeiro.

Por favor, com a palavra V. Exa., Senadora Daniella.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente e colegas Senadores e Senadoras, cumprimento todos os sabatinados e os servidores desta Casa. Cumprimento, de forma muito especial, quem eu relato e indico na manhã de hoje, a minha indicação, na minha relatoria, o Dr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira.

Sr. Presidente, para não quebrar esse clima que hoje me parece que está bem sensível, antes de tudo, eu queria dizer que a própria... Acho que todo mundo falar e terminar a gente ficando por último é muito ruim. Vou ser sincera logo. (*Risos.*)

Ficar por último é muito ruim, porque todo mundo já adiantou o que falar, mas o que eu gostaria de dizer, como Relatora, sobre o meu querido Dr. Edílio é que, na Paraíba, sua história chega à frente da sua pessoa, e isso é muito importante, assim como chegam a de cada um de vocês que estão aqui, que estão sendo sabatinados e que vão, com toda certeza, hoje serem confirmados para as indicações. Tanto é assim que nós estamos aqui – quando vocês citam Senador Veneziano e Senadora Daniella, nós somos situação e oposição na Paraíba – juntos em torno de um nome pela seriedade, pela sensibilidade, pelo histórico, por sua caminhada de vida, que foi contada por ele mesmo. Então, por isso, em poucas palavras, Sr. Presidente, nesta manhã – e muito nos emocionou inclusive o depoimento do Senador Fabiano Contarato –, eu venho aqui apenas confirmar e pedir aos colegas Senadores que, hoje à noite ou mais tarde... Eu não sei...

Qual é o horário, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – A sessão está marcada, Sra. Senadora, para 16h.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Às 16h.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Como item 1 da pauta, a votação de autoridades.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Pronto.

Então que, às 16h, estejamos lá para confirmar essas pessoas que hoje mostraram, assim como nós, que saíram do meio do povo. O que eu mais sinto – vou ser muito sincera – no Senado Federal é a falta do povo, porque nós saímos do meio do povo para chegar aqui, mas para representá-lo e ajudá-lo, e acalenta o meu coração o fato de poder ajudar o meu Estado. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por outro lado, a falta de tê-los perto de mim me afeta profundamente. E isso é fato, tanto é assim que eu criei um projeto aqui no Senado, e eles me acompanham, pela fundação do meu partido, uma vez por mês. Com a pandemia, a gente parou esse projeto, mas é justamente para que eles possam vir, conviver e ver o dia a dia de um Senador, de uma Senadora, e também pela falta realmente de sentir essas pessoas junto a mim. E, hoje, o que eu vi aqui foi justamente isto: o Ministério Público, o Conselho Nacional do Ministério Público, aqueles que estão buscando as suas vagas, apresentando-se aqui, colocando-se como pessoas, como humanos e que desejam ajudar, ser empáticos, como o são – porque a gente não muda de um dia para outro, não muda a chave, a gente já é assim –, e levar consigo, nesses espaços tão importantes, essa sensibilidade, esse respeito, essa empatia, que está faltando muito hoje no nosso País, lamentavelmente, com o nosso povo, essa empatia, sensibilidade e cuidado com os nossos cidadãos e cidadãs, brasileiros e brasileiros, já que temos aqui pessoas de todas as localidades.

Eu queria cumprimentar também o Dr. Ângelo, que esteve comigo no gabinete, como todos os outros, e também pela menção que me fez – muito grata.

Enfim, concluindo, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de ser a Relatora de Dr. Edílio, que muito me honra. Assim como Fabiano falou, para mim foi muita honra, Dr. Edílio. O senhor realmente honra a nossa Paraíba naquilo que faz e, com toda a certeza, vai honrar, através da sua indicação hoje confirmada pelo Senado Federal, que é o que eu creio e peço aqui.

Assim, deixo duas perguntas do e-Cidadania:

Geovane Batista, do Mato Grosso do Sul: "Como o MP pode contribuir para o fortalecimento da democracia nesse momento de crise política?".

Luan Carlos, de Santa Catarina: "O CNMP tem um grande múnus público a ser exercido; junto a este conselho, qual, em sua opinião, é o maior desafio a ser enfrentado?"

Eu já as deixo com o senhor.

Presidente, muito obrigada. Um bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senadora Daniella, só uma indagação: as duas indagações do e-Cidadania foram dirigidas ao sabatinado Dr. Antônio Edílio?

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sim, foram dirigidas ao Dr. Edílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeito. Muito obrigado. Agradeço muito a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com as indagações, a intervenção da eminente Senadora Daniella Ribeiro, nós fechamos com chave de ouro essa fase da sabatina, que é a posição dos Relatores.

E cumprimento V. Exa., Senadora Daniella, pela observação, pela constatação do clima de sensibilidade e humanidade que rege esta reunião, tão necessárias no Brasil dos dias de hoje. Parabéns a V. Exa.!

Desse modo, nós vamos agora passar a palavra para os sabatinados para responder às indagações que foram porventura dirigidas a eles e também àquelas que foram dirigidas pelo Senador Veneziano a todos os sabatinados.

Acredito que o tempo de cinco minutos será suficiente porque não são muitas questões. De maneira, portanto, objetiva, vamos seguir a mesma ordem.

Portanto, Dr. Ângelo Fabiano, com a palavra V. Exa.

**O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS** (Para expor.) – Obrigado, Presidente Anastasia, por esta oportunidade de poder responder aos nobres Senadores e Senadoras.

Eu queria agradecer, inicialmente, ao Senador Veneziano Vital do Rêgo pelas suas exposições, com as quais concordo integralmente. Eu acredito que nós, membros do Ministério Público, o Conselho Nacional do Ministério Público e os Poderes, sobretudo o Poder Legislativo, precisamos cada vez mais estreitar essas relações, estreitar diálogos, porque apenas com divergências e construindo convergências é que nós podemos construir soluções.

Eu tenho uma experiência no Congresso Nacional, como Presidente da associação e Vice-Presidente da associação, de seis anos, então conheço muito bem, Senador Veneziano, a importância do Parlamento. Nada se faz, em questão de política pública, em questão de materialização do direito, em questão de concretização dos direitos fundamentais, que não seja passando pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

E, nesta condição, se eu tiver a honra de chegar a Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, quero, junto com outros colegas aqui – o Dr. Paulo foi muito direto e muito feliz quando fez essa explanação; isso não é apenas um pensamento meu, é um pensamento de todos os outros sabatinados –, buscar construir soluções: que o Ministério Público passe a ser o Ministério Público que sai dos seus gabinetes e vai lá, à ponta, e que possa conversar não apenas com os Parlamentares, com o Poder Executivo, com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário, mas, sobretudo, com as organizações sociais, entidades da sociedade civil, para que nós possamos conhecer os problemas reais e as dificuldades.

Aqui, eu trago até uma notificação da lavra do Senador Anastasia, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, em que, com muita felicidade, o Senador Anastasia trouxe, lá no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





Código Civil, naquela lei de introdução, que, nas decisões administrativas, controladoras ou judiciais, têm que ser utilizadas as consequências práticas da decisão.

O membro do Ministério Público não faz política pública, quem faz política pública é o gestor, mas, logicamente, o membro do Ministério Público, num papel de concertação de diálogo, pode fomentar essas políticas públicas, a fim de se evitar, de se prevenir problemas, de se evitar a judicialização. É isto que o próprio Senador Sérgio Petecão trouxe: evitar que Prefeitos de pequenas cidades tenham seus trabalhos, sua atuação como Prefeitos, como Chefes do Poder Executivo tolhidos por uma ação do Ministério Público. Então, o Ministério Público precisa ser mais sensível às reais dificuldades, sobretudo, hoje no momento de crise que nós vivenciamos. Este é o nosso espírito, Senador Veneziano, de também buscar construir, junto com a política, soluções para o nosso País.

Nós, aqui, todos somos contra também essa posição de que o Ministério Público venha eventualmente a criminalizar a política brasileira. O Corregedor Nacional do Ministério Público foi muito feliz quando ele trouxe dados de punições que têm sido aplicadas, no âmbito do CNMP, que fizeram essas situações reduzirem. É esse espírito que nós queremos levar, evitando que alguns membros venham a se exceder nos seus papéis ministeriais e, se houver esse excesso, nós tenhamos a firmeza de punir ou de orientar e separar o joio do trigo, para que o Ministério Público seja fortalecido, mas, acima de tudo, o respeito e o diálogo entre os Poderes constituídos e a divisão das funções trazidas na nossa Constituição Federal. Então, esse é o nosso pensamento com relação a essa questão.

Queria fazer uma saudação ao Dr. Edisio Souto, que o senhor comentou, querido amigo, advogado paraibano, que tem muito me ajudado aqui nessa caminhada...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS** – ... e ao Dr. Leonardo Quintans.

Queria aqui continuar, parabenizando o Senador Fabiano Contarato pelo seu testemunho, que nos emociona, nos sensibiliza, por essa situação pessoal vivenciada. Saiba que fico feliz quando vejo que o Conselho Nacional do Ministério Público trouxe ali uma resposta que se esperava para aquela situação que envolvia o Senador, como pai de família que foi em busca de ter a legítima adoção dos seus filhos, o que gerou, inclusive, a mudança do entendimento do promotor de Justiça. Concordo com o Senador Fabiano Contarato da necessidade de que o Ministério Público brasileiro venha, cada vez mais, a trabalhar em favor do que ele chama de maiorias minorizadas, para que nós possamos incluir, cada vez mais, as mulheres nos mercados de trabalho, em todos os ambientes, a promoção da igualdade de gênero, a promoção da igualdade racial, a questão do combate à violência doméstica, que já foi trazida aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Conselho Nacional do Ministério Público tem uma Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, onde há um cadastro nacional de casos de violência doméstica, e é um trabalho sério, profundo, de integração do Ministério Público brasileiro, para que esses casos sejam bem conduzidos e que haja resposta, a fim de se reprimirem casos de violência, seja feminicídios, seja situações de lesão corporal e tudo que nos choca, para evitar que esses casos venham a se repetir de uma forma exacerbada. O Brasil hoje é o quinto País no mundo em casos de violência contra a mulher.

Com relação ao que foi falado pelo Senador Sérgio Petecão, eu queria dizer também, mais uma vez, aqui, apenas reforçar, da importância de se estreitarem as relações, porque esse é o pensamento de todos nós. Concordo com V. Exa. quando disse que um Prefeito de um Município muito pequeno, como do Acre, de Rondônia, da Paraíba, do Cariri Paraibano, de qualquer cidade ali, às vezes, não tem aqueles mesmos acessos orçamentários, de recursos orçamentários, financeiros, de materiais e humanos que tem o gestor de uma grande cidade e de uma média cidade no Estado de São Paulo, por exemplo. E tem que ser o membro do Ministério Público sensível a essas situações, para saber entender e dialogar.

A nossa linha aqui é justamente evitar essa judicialização excessiva pelo Ministério Público, para que o Ministério Público...

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC) – Não é privilégio, é tratamento diferenciado.

**O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS** – Sim.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PSD - AC) – Ninguém tem direito de ter privilégio. Tem que ter a sensibilidade, o senhor está correto.

**O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS** – Sim, Senador, é isso que nós queremos.

E a nossa visão é que o Ministério Público atue para a solução pacífica de conflitos. A atividade judicial do Ministério Público, que é legítima e tem que ser feita nos últimos casos, precisa ser acionada apenas naquelas situações em que não houve a possibilidade de consenso. E deve-se olhar ainda mais com esse viés compositivo em relação à administração pública, Presidente, em razão das dificuldades que o gestor público tem.

Apenas para finalizar aqui, já passei meu tempo, queria também agradecer à Senadora Daniella Ribeiro pelas saudações à minha pessoa. E, Senador Veneziano e Senadora Daniella, só fiz nascer praticamente em Recife, mas sou paraibano de coração, inclusive minha vida toda. Então me considero paraibano.

Obrigado, Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Ângelo. Agradeço as respostas.

Passo agora ao Dr. Rinaldo Lima para as suas respostas.

**O SR. RINALDO REIS LIMA** (Para expor.) – Sr. Presidente, renovo todas as saudações.

Para ser bem objetivo, porque o tempo é curto, eu quero me referir aqui ao que foi dito pelo Senador Veneziano, quando ele mencionou que o Brasil ainda é vítima e como são comuns as práticas racistas, sexistas e também como infelizmente é extremamente comum ainda – são números alarmantes – a violência contra a mulher.

E, essa, Senador Veneziano, tem que ser a preocupação de todos nós, inclusive como cidadãos, como pais que somos. Eu tenho duas filhas e eu trato esse tema da violência contra a mulher como algo de extrema gravidade, de extrema seriedade. E queria dizer a V. Exa. e a todos os Senadores e Sanadoras aqui presentes que essa tem sido uma preocupação constante do Conselho Nacional do Ministério Público. Nós já temos, hoje, um Ministério Público em todo o Brasil muito atuante nessa temática da violência contra a mulher. Nós temos, também, no Conselho Nacional do Ministério Público, uma comissão, a Comissão de Direitos Fundamentais, que trata com muita importância e com muita abrangência essa matéria da violência contra a mulher.

Nós precisamos, realmente, diminuir esses números. Se não é possível acabar com isso, porque infelizmente seria talvez uma utopia, nós precisamos, então, diminuir esses números e tirar o Brasil desse quinto lugar de país mais violento do mundo em relação às mulheres.

O Conselho Nacional do Ministério Público se debruça sobre esse tema, Senador Veneziano, com extrema preocupação e com extremo cuidado. Tem que ser assim e vai continuar sendo, tanto que é prática do Conselho Nacional do Ministério Público, é bem comum no nosso Conselho Nacional do Ministério Público, estar sempre premiando iniciativas que visem à diminuição desse índice imenso que nós temos de violência contra a mulher no Brasil.

As práticas racistas e sexistas são outra coisa, também, intolerável. Nós não podemos aceitar isso, e o Ministério Público não pode, de forma nenhuma, ser conivente com isso. O Conselho Nacional do Ministério Público, como órgão de controle e como órgão orientador de todo o Ministério Público brasileiro, tem também adotado práticas, orientações e muitas vezes... E fica aí o que o Senador Contarato narrou e que sempre nos emociona. Eu fui o Corregedor que apurou essa situação que ele relatou e ainda hoje eu me emociono quando o ouço falando isso.

Em relação a essas práticas, Senador Veneziano, Senador Lucas, Senador Kajuru e todos aqui presentes, se a injustiça já doí por doer, normalmente, quando é praticada por qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa, eu acho que muito mais dói quando a injustiça vem de dentro de quem tem que fazer a justiça. Uma injustiça – e eu falei isto aqui no início...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RINALDO REIS LIMA** – ... uma injustiça praticada pelo Ministério Público é uma injustiça qualificada, é uma injustiça que dói em dobro.

O Conselho Nacional do Ministério Público tem por obrigação, tem por missão trabalhar para que o Ministério Público promova a justiça efetivamente. Essa tem que ser a missão de todos os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, Senador Kajuru. Dizendo isso, acho que falo, rapidamente, sobre o que o Senador Contarato narrou aqui.

Só para finalizar, em relação ao que o Senador Petecão também falou, nós sempre defendemos isso, Senador: as divergências e o diálogo fazem parte, têm que fazer parte da vida do Ministério Público. Não há Ministério Público sem divergências. Obviamente, o Ministério Público não está para concordar, para, simplesmente, acenar com tudo, mas, diante das divergências, há de imperar, sempre, o diálogo, e é isso que o Conselho Nacional do Ministério Público também tem feito, é isso que nós como conselheiros já temos feito e é essa a missão que todos nós pretendemos abraçar pelos próximos dois anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E continuo à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Rinaldo.

Agradeço a V. Exa.

Dr. Paulo Cezar, por gentileza.

**O SR. PAULO CEZAR PASSOS** (Para expor.) – Mais uma vez, cumprimentando-o, Senador Anastasia, que preside esta reunião.

Eu gostaria, antes de responder à indagação, de fazer um cumprimento especial ao Ministro Mauro Campbell, que nos assiste. É uma honra ao Ministério Público brasileiro ter o Ministro Mauro Campbell, que foi Procurador-Geral de Justiça no Superior Tribunal de Justiça.

Diante das indagações dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, a visão de todos nós, que é uma visão que não é só minha, é que o regime democrático repousa na vontade popular e se materializa na prática das instituições, que concretizam o debate público.

O Parlamento é a celebração da vida política. Ao Ministério Público, seguindo a diretriz da Constituição de 1988, cabe a missão de salvaguardar o pleno exercício da vida política. A atuação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério Público – e isso tem que ser deixado claro – não substitui a política. O comprometimento do Ministério Público se dá com as instituições democráticas e os direitos fundamentais.

Existe um livro de dois Professores de Harvard, o Steven Levitsky e o Daniel Ziblatt, *Como as democracias morrem*, que traz dois fundamentos basilares e que servem para nós do Ministério Público quando se lê o art. 127 da Constituição. Ao Ministério Público compete tolerância mútua, porque somos uma instituição plural, e respeito às instituições. Essa é a visão que o Ministério Público tem que ter, da tolerância e do respeito às instituições. E compete ao Conselho Nacional do Ministério Público tornar concreto e real aquilo que, por vezes, a Constituição traz apenas como promessa.

Eu digo aqui e repito: o Ministério Público não substitui a política, e, portanto, o diálogo com a classe política é fundamental para o exercício das nossas atribuições.

Durante 13 anos, eu tive a oportunidade de ser promotor de Justiça do primeiro tribunal do júri da minha capital, Campo Grande. Os senhores e a senhoras, talvez, não vivenciem, diariamente, aquilo que eu vivenciei, das mortes das pessoas: pai matando filho, filho matando pai – o sofrimento das famílias. E, quando nós encaramos, no olho – e esse é o respeito que eu tenho pelo Parlamento –, quando nós encaramos nos olhos daquelas pessoas, tanto dos acusados quanto daqueles que sofreram as consequências desses crimes, nós percebemos quão importante é a política na vida das pessoas. As políticas públicas que são desenvolvidas e o debate político que é travado pelas senhoras e pelos senhores, nos mais diversos níveis, transformam a vida das pessoas e tocam diariamente todo cidadão no Estado brasileiro.

Por isso, nós todos que estamos aqui pedindo a aprovação temos esse compromisso de respeito à classe política e de auxiliar na construção de um Ministério Público cada vez melhor e mais condizente com os desafios da modernidade.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PAULO CEZAR DOS PASSOS** – Em relação à pergunta que me foi feita pelo cidadão do Rio de Janeiro, sobre a fiscalização do Ministério Público aos recursos federais que são repassados aos Estados, é uma obrigação constitucional do Ministério Público (art. 127 da Constituição), é uma obrigação legal do Ministério Público (arts. 56 e 57 da Lei de Responsabilidade Fiscal); e, notadamente em relação à covid, decorre do §3º do art. 77 da Constituição, do Ato das Disposições Transitórias, da Emenda nº 20, e o Ministério Público vem desempenhando, tanto no plano federal quanto no plano estadual, as suas atribuições.

Eram essas as minhas respostas e me coloco à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Paulo Cezar. Agradeço a V. Exa. as respostas.

Dr. Osvaldo D'Albuquerque Lima Neto agora.

Com a palavra V. Exa..

**O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO** (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu renovo os cumprimentos.

Eu inicio, Sr. Presidente, pelas perguntas e considerações do Senador Veneziano e do Senador Fabiano Contarato, dizendo que é função, aliás, é dever funcional do membro do Ministério Público receber, atender e tratar com urbanidade a todos: partes, autoridades e o público em geral. É dever funcional do membro do Ministério Público.

E o Conselho Nacional do Ministério Público tem procurado fazer com que isso seja uma concretude, coibindo essas condutas que desbordam do dever funcional. Não foi diferente na época em que fui Procurador-Geral do Ministério Público acriano. Eu sempre preservei e fomentei o diálogo entre os Poderes e entre as instituições de Estado.

E isso nós estamos a fazer novamente no CNMP, tanto no âmbito do trabalho de gabinete como no trabalho da própria Ouvidoria Nacional. E sobre essa política de atendimento e de diálogo nós temos aqui, como exemplos a demonstrar que trabalhamos e buscamos trabalhar em parceria e de forma integrada com todos os Poderes, com todas as instituições de Estado, a celebração de diversos termos de cooperação, a saber: com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, como já citei; com o STJ, o Superior Tribunal de Justiça – e aí quero cumprimentar aqui, especialmente, o Ministro Mauro Campbell também, que honra o Ministério Público brasileiro junto ao Superior Tribunal de Justiça; com o próprio Unicef já estamos tendo um memorando de entendimento para atuação conjunta; e estamos também já nas tratativas finais para a celebração de um termo de cooperação com esta augusta Casa Legislativa, com o Senado Federal, onde, entre os resultados que esperamos obter neste termo com o Senado, está também a instalação da Ouvidoria das Mulheres.

E aí eu passo à questão do atendimento ao público. O Senador Veneziano falou da questão de sair do gabinete. Quando fui Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Acre, em dois biênios, nós exercemos isso na prática, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Nós tínhamos um programa chamado MP na Comunidade. Ele teve 62 edições, das quais 60 foram realizadas no meu mandato, nos quatro anos em que estive à frente do Ministério Público.

Nós saíamos do gabinete, mas não saía apenas o Ministério Público, saímos de forma integrada com várias instituições públicas, várias entidades privadas. Chegamos a ter perto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

50 parceiros em edições. Nós atendemos na comunidade rural; no bairro mais vulnerável da cidade para quase 80 mil pessoas diretamente, Senador, o que representa 10%, quase 10% da população do Estado do Acre.

Então, o Ministério Público, além de atender bem, além de ter que atender – porque é dever funcional –, tratar com urbanidade a todos, deve também sair do gabinete para que exerça a sua função.

Ouça a população! O lema da Ouvidoria Nacional é "ouvir é servir"; "ouvir e servir", porque nós precisamos ouvir a realidade social de cada local para sabermos como trabalhar e quais são os clamores por justiça, os clamores por direitos da população.

O Ministério Público tem exercido, sim...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO** – Já estou encerrando.

Nós recebemos... instituímos a Ouvidoria da Mulher, temos fomentado a instalação da Ouvidoria da Mulher, no combate a este verdadeiro câncer que assola o mundo, nas outras unidades em ambos os Ministérios Públicos. Já a temos instalado nos seguintes Ministérios Públicos: Pará, Amapá, Paraíba, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, há pouco – vamos instalar no Acre na semana que vem –, no STJ, no TRE de Goiás e a implementação aqui no Senado Federal.

Recebemos denúncias dos seguintes países pela Ouvidoria da Mulher: Itália, Portugal, China, Estado Unidos, Marrocos, Turquia, Alemanha, Argentina, Peru, Canadá e França.

Devido ao tempo, vou adiantar aqui a pergunta do Senador Petecão, do nosso cidadão do Rio de Janeiro, do e-Cidadania: o Ministério Público zela, sim, não só pela autonomia da instituição Ministério Público, como também, e nisso temos como concretude, edição, inclusive, de enunciado nesse sentido, do poder-dever de gestão dos procuradores-gerais e das administrações dos Ministérios Públicos, por suas unidades e ramos, e o Ministério Público tem uma Comissão de Preservação da Autonomia para trabalhar por essa preservação.

Mas atua também, e tem atuado muito fortemente, na fiscalização de condutas excessivas, de abusos, de excessos, o que contribui para manter a unidade da instituição, com bons profissionais, com as práticas corretas, cumprindo devidamente as suas funções, e através ...

Como é que se exerce isso? Pelas comissões, no caso da preservação da autonomia; e a fiscalização, pelo trabalho do plenário, dos conselheiros e conselheiras, pelo excelente trabalho desenvolvido, atualmente, pelo Corregedor Nacional, Dr. Rinaldo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO** – ... que tem, inclusive, um levantamento feito nesse sentido, e nas correições, sindicâncias e procedimentos disciplinares.

Nós, dentro do Conselho Nacional, temos a tranquilidade e a certeza de que esta gestão trabalhou muito fortemente para coibir esses abusos. Por quê? Porque diminuíram consideravelmente manifestações despropositadas em nível de imprensa e isso reflete o trabalho dessa composição do CNMP, que eu e o Dr. Reinaldo temos a honra de estar a compor, em razão do que pleiteamos a nossa recondução.

Não sei se estou saindo, deixando de ler aqui algum questionamento, mas, como o tempo encerrou, eu fico aqui também à disposição para qualquer outro questionamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Oswaldo.

Agora, o nosso eminente Dr. Jaime de Cassio Miranda, para as suas respostas.

**O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Inicialmente, eu queria fazer menção ao questionamento do Senador Veneziano Vital do Rêgo com relação à parte de violência às mulheres. O Dr. Reinaldo já falou a respeito disso, o Dr. Oswaldo também e os outros colegas.

O Conselho Nacional do Ministério Público tem uma preocupação extremada com essa situação. E, digo, foi até criada pelo Dr. Oswaldo D' Albuquerque a Ouvidoria das Mulheres. É um canal próprio e de extrema necessidade, de extrema importância. E, conversando com a Dra. Gabriela, que está à frente dessa situação, ela nos relata um aumento expressivo de feitos, que até então, antes de existir a Ouvidoria das Mulheres, tinha de uma forma tímida. Depois que surgiu isso, aumentou sobremaneira. E eu acho que esse é um trabalho importantíssimo que o Conselho Nacional do Ministério Público faz para a sociedade brasileira.

E, no mesmo caminho, eu até citei aqui na minha fala, é o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, através do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida, chamado de Frida, que deu até origem a uma lei recente, em que houve até um acordo muito grande, um entrosamento grande entre o CNMP, o CNJ e esta Casa, o Senado Federal.

Eu queria fazer um agradecimento ao Senador Fabiano Contarato. Eu tenho 22 anos de Ministério Público, e eu nunca tinha me emocionado tanto ouvindo palavras favoráveis ao Ministério Público de alguém de fora do Ministério Público. Eu tenho certeza de que isso vai ficar marcado para a história desta Casa e para a nossa história pessoal. Temos muito a agradecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, dentro da ideia também que já foi levantada aqui, temos muito a contribuir para o Senado, através do nosso entendimento de Ministério Público, através da nossa experiência do Conselho Nacional do Ministério Público.

Com relação ao questionamento feito pelo Sr. Geovane Batista sobre o Ministério Público na defesa da Constituição e da democracia, assim, a essência do Ministério Público já é essa. Ele já nasce no art. 127 da Constituição Federal, dizendo que lhe incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Então, a essência do Ministério Público já está aí: defender a democracia, defender o regime democrático.

Dentro da situação que vivemos hoje – de estarmos sendo sabatinados aqui para o CNMP –, eu queria trazer um pouco do aperfeiçoamento dessa visão do Ministério Público feito pelo CNMP.

E eu gostaria de citar algumas comissões, que são num total de dez, constroem essa via de fortalecimento da nossa democracia e seus diversos aspectos: a Comissão da Infância, Juventude e Educação; a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo de Atividade Policial e Segurança Pública; a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; a Comissão de Meio Ambiente; a Comissão da Saúde; e a Comissão de Enfrentamento da Corrupção. Há mais outras quatro, mas essas quatro constroem diretamente...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA** – ... os alicerces para essa defesa da Constituição e da democracia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Jaime.

Agradeço a V. Exa.

Dr. Antônio Edílio agora. Com a palavra, por derradeiro, V. Exa. para as suas respostas.

**O SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA** (Para expor.) – Prezado Presidente, de início, eu quero me acostar aqui às homenagens que foram feitas ao Ministro Campbell, uma pessoa de inteligência privilegiadíssima – quem o conhece sabe disso. E, muito mais do que inteligência, o Ministro Campbell tem muito talento e uma alma que não cabe no próprio corpo. Então, é um prazer tê-lo como uma pessoa em que podemos confiar, merecendo especialmente a confiança dele.

Antes de passar propriamente para a resposta, eu gostaria de fazer um registro. Eu fiquei muito emocionado com a fala do Senador Contarato – muito! Eu anotei aqui uma pequena frase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que me chamou a atenção, apesar de ser pequena. Ele disse: "A nossa vida é muito curta". Isso me fez lembrar Pascal, que diz que nós somos um pequeno traço entre duas eternidades. E essa eternidade que vem depois, a grande eternidade, muitas vezes nos chega muito mais rápido do que nós pensamos. Realmente temos que colocar os pés no chão e perceber o tamanho que nós somos como seres humanos.

Presidente, a pergunta que me fizeram foi: como o MP pode contribuir para o fortalecimento da democracia neste momento de crise política? Duas palavras: democracia e política. O que é a política? Qual é a importância da política? Penso que, na sociedade complexa e moderna em que vivemos, não há como viver sem política. A política é tudo. A política está no homem, está na relação do homem com o homem. A vida pública sem a política seria uma vida pública de despotismo ou um retorno à barbárie. Eu imagino até que, sem a política no estágio atual da sociedade, voltaríamos à era das cavernas. Então, como responder à pergunta: qual o papel do Ministério Público na crise política? Primeiro, deve-se fazer o esforço possível para arrefecer a crise política naquilo que lhe cabe e no pouco que lhe é possível, mas cada um tem que dar a sua contribuição dentro desse contexto. Eu acho que esse é o principal papel.

Indagou-se sobre o fortalecimento da democracia. O que é a democracia? Às vezes, a gente pensa que a democracia tem uma concepção apenas formal, uma soma de votos, é contabilizar voto, é votar e ser votado. A democracia é muito mais do que isso. Ela tem uma concepção substancial, e essa concepção substancial, na minha visão, passa exatamente pelas instituições e pelos institutos. Na minha visão, se queremos fortalecer a democracia, temos, sim, que pensar no seu aspecto formal, mas, principalmente, no seu aspecto substancial da institucionalidade, do respeito às instituições, das instituições em relação às instituições, das pessoas em relação às instituições.

Esse respeito tem que haver. Esse fortalecimento é uma necessidade. Se não trabalharmos pensando no fortalecimento das instituições, vamos, sim, afetar a democracia em seu sentido substancial e vamos de alguma forma avançar numa crise política que não traz coisas boas, porque sem a política não há coisas boas. Não vivemos numa sociedade tribal, rudimentar. Vivemos numa sociedade complexa, numa sociedade das diferenças e temos que valorizar essas diferenças. E essas diferenças só encontram valor se for através da política e através do exercício da democracia em seu sentido mais nobre, que é o sentido substancial.

Então, é a resposta que eu apresento aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Antônio. Agradeço muito a V. Sa.

E agora vamos para a nova fase desta nossa reunião, para a ordem dos inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro inscrito é o eminente Senador Jorge Kajuru, mas, antes de dar a palavra a V. Exa., eu quero registrar, Senador Kajuru, a paciência, a presença sempre pontual que V. Exa. tem nas sessões. Está aqui desde o início, observando a ordem, mas, pelo Regimento, só nesse momento, infelizmente, como V. Exa. compreende, é que chegou o momento das suas indagações. Peço escusas por isso, mas V. Exa. compreende bem, V.Exa. que é sempre o primeiro nas reuniões que fazemos aqui no Senado, sob o ponto de vista da sua sempre assídua presença, simpática e competente presença.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Inicialmente, Senador Antonio Anastasia, insofismavelmente, a grande referência deste Congresso Nacional, eu aproveito esse seu carinho de reconhecimento ao que faço com o maior prazer desde aqui às 9 horas da manhã – agora 12h38 –, e o senhor não me viu sair desta cadeira em nenhum momento. E sou diabético, deveria ir até o toalete.

Mas, francamente, penso que esses momentos deveriam receber, por parte de 81 Senadores, uma atenção maior – e aí eu vou logo à palavra –, presença aqui. Claro, entendemos que há, simultaneamente, uma CPI da Pandemia, mas, mesmo assim, eu gostaria que esta nossa reunião estivesse mais repleta por tudo que ouvimos e acompanhamos até agora.

Exceto os Relatores dos indicados, aqui estamos apenas o exemplar Senador do Mato Grosso do Sul, Nelsinho, meu amigo e meu médico, porque me salvou em um momento difícil, o Nelsinho e eu que não somos Relatores. Alguns passaram, votaram, cumpriram o dever, mas perderam grandes momentos. O principal deles... Eu quero me dirigir ao ser humano Fabiano Contarato, que por existir ser humano como ele é que eu ainda acredito na raça humana. Eu confesso que sou muito próximo de Raul Seixas. Eu não acredito em quase nada nessa vida, pelo que eu já passei também, como ele, e é de domínio público, os 40 anos que vivi de carreira nacional na televisão brasileira.

Mas, Fabiano, quando você citou Mário Quintana, o gaúcho – e eu tive a honra de ser seu amigo e, mensalmente, estar no mesmo hotel que ele até a sua morte, em Porto Alegre; hotel que inclusive pertencia a Paulo Roberto Falcão, o ex-jogador de futebol; e Quintana morreu ali solitariamente –, Quintana responderia para você, Contarato, ao sofrer as injustiças que sofreu, de forma curta, quando ele dizia: "Eu passarinho! Eles passarão".

Quando Contarato fala – e aqui eu tenho um amigo de carinho especial, de um coração enorme e de um preparo também raro, que é o Senador Veneziano –, quando ele usou a declaração imortal "eu te amo", eu me lembrei de Shakespeare, que dizia que a gente deve dizer, Senador Anastasia, a todas as pessoas que a gente ama toda hora "eu te amo", "eu te amo", até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





porque pode ser a última vez. Isto falta mais entre nós aqui; e falta especialmente neste momento do País, em que aqui não podemos apenas falar de flores – e será um questionamento respeitoso meu a um dos indicados aqui.

Antes de chegar até lá, eu digo que discordo de alguns colegas que não dão importância à sabatina como esta aqui hoje. Eu tenho respeito total. São seis indicados, são seis homens públicos aqui dentro, que podem e tem tudo para um desempenho a ser seguido por outros colegas em todo o Ministério Público brasileiro. Portanto, eu peço até desculpa aos senhores, aos seis, por esta Casa não estar tão cheia como deveria – como estava ontem com a presença do Dr. Aras.

E eu insisto. Eu aprendi com Paulo Francis, em seu *Diário da Corte*, um jornalista impagável, que a gente deve manter uma distância cética de todos os Poderes. Ao mesmo tempo, me ensina o meu conselheiro político voluntário, que fez história neste Senado Federal, o gaúcho Pedro Simon: "Kajuru, nessas sabatinas procure você, como jornalista, se informar bem de cada indicado. Busque as informações, se baseie em pessoas em que você acredita na Justiça, em qualquer esfera, para você votar conscientemente, Kajuru. O voto de uma autoridade, Kajuru, é tão importante quanto um projeto especial no Plenário do Senado".

Então, eu quero dizer para aqueles que rotulam Kajuru como sempre do contra em votações que realmente eu voto contra. E não voto secretamente. Eu aviso na frente da pessoa qual é o meu voto e qual é a minha razão, como fiz ontem diante do Dr. Augusto Aras – e ele respeitou a minha posição, porque eu disse que não era nada pessoal e expliquei por que iria votar contra antes de entrarmos na sala.

Aqui eu me preparei e vou surpreender esses que me colocam como do contra. Os seis nomes aqui são altamente qualificados, bem recomendados, e eu tenho o prazer de dizer que fui lá e votei "sim" nos seis. Isso raramente aconteceu nesses meus dois anos e meio de mandato – é verdade! Mas eu saio com essa felicidade desta reunião presidida, repito, por este homem que também faz a gente acreditar na raça humana, que é o mineiro Antonio Anastasia.

Deixo aqui, rapidamente, duas perguntas – e já estão aqui na frente o Dr. Rinaldo e o Dr. Ângelo, que poderiam responder em nome de seus colegas.

Conforme a Constituição, incumbe ao Ministério Público a defesa do regime democrático. Está disseminada hoje no meio político-partidário, assim como na opinião pública, a convicção de haver ameaça grave à manutenção do regime democrático, na forma definida pela Carta de 1988. Pergunto ao Dr. Rinaldo ou ao Dr. Ângelo ou a outro colega que quiser responder: ao ver de vocês, em primeiro lugar, o Ministério Público cumpre hoje a contento a tarefa constitucional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

defesa do regime democrático? Se isso, na opinião de um dos senhores, não se verifica, pergunto quais as razões dessa falha.

E concluo, Presidente, para não fugir do tempo, porque sempre sou disciplinado com relação a tempo: esse é o momento, volto a falar, que não é só de flores, é de mais espinhos. Por quê? Ontem tivemos um susto, uma perplexidade ao ler um editorial de um dos maiores jornais do País, *O Estado de S. Paulo*, prevendo um 7 de setembro sombrio. Pelo amor de Deus, a gente voltar a viver 1964, sabendo o que acarretou ao Brasil passar pelo Golpe de 1964! E há, todo mundo sabe – e eu tenho opinião própria; não sou Governo, não sou oposição; eu tenho posição –, orquestradamente, sabemos de onde vem, o que *O Estado de S. Paulo* antecipou ontem, porque, na verdade, o que se espera de 7 de setembro é invasão ao STF, é invasão a este Congresso Nacional. E as esferas da Justiça precisam ficar atentas e precisam reagir, porque será uma ação criminosa à nossa democracia. Essas ameaças são gravíssimas!

Então, não há como eu deixar essa segunda pergunta para prazerosamente ouvir.

Muitíssimo obrigado, Presidente.

Creio que cumpri o tempo, querido Anastasia e demais colegas que tanto respeito aqui nesta Casa.

Boa sorte aos seis. Nós nos veremos novamente no enfrentamento das ideias, cada um com o seu papel.

E digo, para terminar, que esse tempo todo aqui não foi perdido; foi ganho.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado.

Agradeço muito as palavras do Senador Jorge Kajuru e o cumprimento igualmente pelas perguntas de densidade que apresentou. E agradeço as palavras a mim dirigidas.

O próximo Senador inscrito presente é o Senador Nelsinho Trad, a quem tenho o prazer de ceder então, portanto, ao meu Líder, a palavra para as suas indagações.

Com a palavra V. Exa., Senador Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de, primeiramente, registrar a minha satisfação de poder estar presente numa reunião como esta – eu não diria tanto essa expressão satisfação, mas o privilégio. O que transcorreu aqui nesta manhã, desde a sábia presidência empenhada por V. Exa., que tem todo um rito, peculiar à sua personalidade, de educação, de fineza, de respeito ao andamento dos trabalhos, que enobrece a todos nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O discurso feito, e mais do que ele, eu diria o testemunho dado pelo Senador Fabiano Contarato emocionou não só nós, que somos acostumados com grandes oradores, mas, eu percebi, os assessores aqui do plenário, muitos deles enxugando lágrimas, e os próprios sabatinados.

Eu digo que, agora há pouco, eu tive outra alegria, não na qualidade de médico, mas na qualidade de amigo e de estar convivendo diariamente com essa pessoa, que para nós realmente aqui é uma referência, que é o Senador Kajuru. Eu, daqui de onde estou, fiz um sinal para ele, que outrora, em outros meses, não conseguia enxergar, e ele me enxergou, ele me viu, o que é sinal de que o tratamento a que ele está sendo submetido na sua visão – e, para quem não sabe, o Kajuru tem um percentual muito pequeno de visão – está dando certo. E isso me deixa realmente com mais uma alegria nesta manhã.

E eu quero aqui ressaltar, também na mesma linha dos outros que assim o fizeram, cada um enaltecendo, vangloriando, com o seu Estado, a indicação desse ou daquele, que eu tenho um motivo muito feliz de poder estar aqui porque, pela primeira vez na história do Mato Grosso do Sul, nós temos um membro, um filho da nossa cidade, do nosso Estado, aqui presente; filho do Sr. Aparecido e da D. Minerva, que devem estar orgulhosos da presença dele, o Dr. Paulo Cezar Passos, no ambiente tão seleto do Colegiado a que chegou. E é importante ressaltar para os colegas Senadores e para quem está nos acompanhando na TV Senado que o Dr. Oswaldo, o Dr. Rinaldo, o Dr. Paulo Cezar, o Dr. Antônio Edílio, o Procurador do Trabalho, Dr. Ângelo, e o Procurador Militar, Dr. Jaime, chegaram aqui após serem submetidos, cada um no seu respectivo *parquet*, a uma votação dos seus pares, votação essa que foi disputadíssima. Ninguém chegou aqui por ter um sorriso bonito, por ser bonzinho aqui, por ter relacionamento ali, não; foi toda uma história e uma trajetória a que cada um teve que se submeter para poder ter a referência, o referendo e o aval dos seus pares, para aqui poder ser sabatinado.

E, olha, eu pressenti que essa manhã ia ser assim maravilhosa como foi, porque ontem – eu também vou dar o meu testemunho – o Senador Otto me telefonou e me pediu para que eu fosse até o gabinete dele, porque ele queria atender o Dr. Antônio Edílio junto comigo, porque ele não poderia estar presente, e eu ouvi a história desse ser humano, que realmente também me sensibilizou. Ele se formou advogado e, dali três meses, ele fez o concurso e passou como Promotor, num concurso que a gente sabe que é altamente disputado e concorrido. E contou também um pouco da sua história de ser humano, dando para ver o ser diferente que ele é.

E, olha, essa fornada que vai sair daqui, para ir lá cada um ocupar o seu devido posto, vai ser de grande valia para a sociedade.

Então, Sr. Presidente, antes de fazer a minha pergunta, eu pediria para os colegas que aqui estão, Cid Gomes, Kajuru, Veneziano, para que a gente pudesse fazer um apelo ao Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo Pacheco, desde que haja o quórum, para que esses nomes possam ser apreciados no Plenário, porque de nada adianta nós termos feito todo esse esforço, e isso ficar mais um tempo adormecido, como a gente já viu acontecer até com o nome de V. Sas.

Mas o meu questionamento não poderia ser diferente; eu vou ter que fazer o questionamento ao Procurador-Geral Paulo Cezar dos Passos.

Aqui ao lado, nobre Senador Anastasia, nós participamos de um seminário de direito ambiental, muito bem inspirado que foi pelo Ministro Antonio Herman Benjamin, onde juristas alemães vieram dar o testemunho da experiência de cada um a respeito do direito ambiental naquele país, para que a gente pudesse, daqui, produzir o nosso trabalho. Produzimos um livro dessa rotina de trabalho que tivemos durante dois dias.

O meu questionamento é o seguinte. É comum se colocarem em contradição a produção agropecuária e a proteção ao meio ambiente. Entendo ser esse um falso dilema. O Brasil, sobretudo o Mato Grosso do Sul, tem demonstrado ser possível obter grandes safras com proteção ambiental, o desenvolvimento sustentável. Está cada vez mais claro que os produtores sérios – é lógico que há as exceções – compreendem a importância de se evitar o desmatamento. Infelizmente, nos últimos anos, o desmatamento de nossas florestas tem causado graves consequências ao meio ambiente e também ao agronegócio. O ano de 2021 é o terceiro ano seguido de uma seca histórica em áreas como o Pantanal, com perdas de milhares de hectares desse bioma em razão de incêndios. A estiagem nesse ano tem sido evidente e tem provocado quedas fortes na nossa produção agrícola lá no Mato Grosso do Sul. Ademais, nobre Senador, meu irmão Veneziano Vital do Rêgo, nós tivemos uma geada muito forte que queimou a vegetação e isso...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS) – ... tornou-a mais propícia para a disseminação dos incêndios que por lá está acontecendo. O Ministério Público é parte fundamental para a proteção do meio ambiente. Como é que V. Exa. enxerga a atuação do Ministério Público na proteção ambiental? O Ministério Público tem tido condições de cumprir com excelência sua função constitucional nessa área? Em que medida o Conselho Nacional do Ministério Público pode contribuir para o aperfeiçoamento da própria instituição na questão ambiental?

A outra pergunta, que eu vou deixar para o sabatinado Antônio Edílio, faz referência à representatividade do Ministério Público no Conselho Nacional do Ministério Público.

O Conselho Nacional foi concebido como órgão de controle administrativo e financeiro. Na composição do conselho, contudo, predominam integrantes do ministério: 8, de um total de 14. Em outros países que eu pesquisei, a participação de membros indicados pelo Poder Legislativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em conselhos similares é muito maior do que no nosso, do que no Brasil, onde apenas dois membros são escolhidos para esse Poder. Na França, os membros egressos do próprio Ministério Público são minoritários na composição do respectivo conselho.

Na visão de V. Sa., a predominância de membros do próprio Ministério Público e do Poder Judiciário, seja no Conselho Nacional do MP ou no CNJ, não estimula, ao final, decisões com esse viés mais corporativo – o que é de se esperar –, frustrando ou mitigando o alcance de objetivos que motivaram a própria criação desses órgãos?

E termino aqui, Sr. Presidente, e já que fui inspirado pelo Senador Fabiano Contarato, que recitou um poema de Mario Quintana, com quem o Kajuru teve o prazer de conviver no mesmo hotel, eu vou ter que citar uma poesia de Manoel de Barros.

Manoel de Barros foi um homem nascido na beira do Pantanal, do Rio Paraguai, muito amigo do meu pai, e faleceu já com uma idade avançada, mas nunca deixou a sua genialidade e a sua simplicidade. Eu sempre o visitava, na condição de Prefeito de Campo Grande. Uma vez, Senador Cid, eu falei para ele: "Eu queria homenagear o senhor com alguma coisa. O senhor está vivo, e isso para a gente é um motivo de alegria. Eu tenho um artesão que faz umas peças, reproduzindo animais do Pantanal, e eu vou fazer isso num espaço que tem na esquina da Prefeitura, na sede da Prefeitura, e eu vou botar o nome do senhor nessa praça. Eu só vou lhe pedir uma coisa: que o senhor vá lá comigo inaugurá-la quando estiver pronta".

E o fiz, na simplicidade desse artesão, que tentou reproduzir os bichos ali – a capivara parece mais um jacaré... (*Risos.*)

... o jacaré parece mais uma cobra, mas saiu. Eu falo para V. Exas. que é o lugar onde se bate mais foto em Campo Grande é nesse quadrado. Por onde a gente ali passa, para no sinal – fica perto do fórum –, está todo mundo lá, batendo uma foto. E a gente botou uma estátua do Manoel de Barros, sentado, lendo um livro.

E ele disse o seguinte no dia da inauguração, ele falou: "Nelsinho [ele me chamava assim], não convida ninguém. Só vamos nós dois". E fui eu, ele e o meu assessor. Eu não chamei ninguém para a inauguração, tenho até a foto, tamanha era a simplicidade dele.

> Dou respeito às coisas desimportantes
> e aos seres desimportantes.
> Prezo insetos mais que aviões.
> [...]
> Tenho em mim um atraso de nascença.
> Eu fui aparelhado
> para gostar de passarinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho abundância de ser feliz por isso.
Meu quintal é maior do que o mundo.

"Quando eu crescer eu vou ficar criança."

Manoel de Barros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito bem, Senador Nelsinho.

A cereja do bolo dessa nossa sabatina aqui, como a Senadora Daniella tinha feito referência, num ambiente extremamente positivo e harmônico, que sempre nos estimula.

Cumprimento V. Exa. pelas indagações.

Nós, então, temos, agora, a conclusão dos inscritos.

O Senador Cid não se inscreveu, mas gostaria de se manifestar?

É um prazer.

**O SR. CID GOMES** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Para interpelar.) – Presidente, eu estou aqui receoso de, numa manhã, já entrando pela tarde, de tão inspirados pronunciamentos, eu falar aqui, até porque não me preparei para isso, mas o momento me força a dar uma breve palavra. E não poderia deixar de ser, Presidente e senhores futuros integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público, sobre a honra que tenho de ver o meu Estado ter sido o local de nascimento de dois dos seis indicados aqui hoje ao Conselho Nacional.

O Ceará é um Estado que tem 80% do seu território no Semiárido, e o Semiárido nordestino é o mais habitado do mundo. Repito: é o Semiárido mais habitado do mundo. Isso já significa que é a região, no mundo, que tem o maior percentual de pessoas convivendo numa região onde a chuva, o índice pluviométrico está abaixo de 750mm por ano. Cerca de 75% do território cearense é cristalino, a pedra aflora; portanto, além da dificuldade de chuva, é inviável a agricultura moderna em bases mecanizadas, exatamente por ter solos muito rasos.

O Ceará tem 4,4% da população brasileira e é responsável por apenas 2,1% do Produto Interno Bruto brasileiro. Isso quer dizer que o cearense vive, em média, com metade da renda *per capita* dos brasileiros, que é considerado ainda um país em desenvolvimento – essa é a nova nomenclatura para países subdesenvolvidos, o que é de verdade o nosso País e boa parte dos países que têm situação de renda parecida com a do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em meio a tudo isso, pode-se concluir facilmente que a natureza é absolutamente adversa e que o Ceará consegue se destacar em muitos momentos, e um desses momentos certamente é este.

E eu costumo então, resumindo, Presidente, dizer que o bom do Ceará são os cearenses. Isso é que tem permitido ao Ceará ter local de destaque, ocupar funções de destaque, pela qualidade, pela característica, pela resiliência dos nascidos naquela terra. A natureza é tão adversa que as pessoas têm que procurar se sobrepor e superar as dificuldades que são naturais.

Certamente, foi isso que fez o nosso Edílio, saído da Varjota, que é a cidade que tem o açude que pereniza o Rio Acaraú, que é o rio que banha a minha cidade, consequência disso, o rio mais importante do mundo para mim. (*Risos.*)

Assim dizia o poeta português.

O nosso outro conterrâneo nasceu em Tauá, pelo que vi aqui, que é, de todas as cidades cearenses, talvez a mais adversa, porque lá não chega nem a 750mm; são 450mm a média anual de pluviosidade na região dos Inhamuns, cuja sede é a cidade de Tauá.

Portanto, eu queria aqui enaltecer, na pessoa dos dois, o trabalho, a vida, a dedicação de cada um dos senhores que irão cumprir essa missão à frente do Conselho Nacional do Ministério Público.

Mas eu não poderia deixar, na minha inquietude, de fazer uma provocação, uma provocação no bom sentido. Sem querer abusar já do horário, eu ousaria perguntar a cada um que se disponha a responder qual seria a tarefa mais importante do Conselho Nacional do Ministério Público que não tem sido levada a cabo ao longo desses anos.

E, perdoem a ousadia, eu faria aqui uma reflexão: eu sou filho de defensor público, meu pai era, como se chamava, advogado dos pobres, advogado dos necessitados, teve vários nomes e, hoje, o nome oficial é defensor público. A minha vida inteira foi vendo o papel da defesa e, por consequência disso, o vilão, na minha casa, era o promotor de justiça, era o que acusava, era o que criava dificuldades para o meu pai de cumprir a missão, para mim, absolutamente honrosa, de defender as pessoas.

Essa é uma questão filosófica, não é? O homem é o lobo do homem ou o homem é bom, e a natureza é que o corrompe? Eu sempre advoguei a tese de que o homem é bom, e se existem os maus, é a natureza que os corrompe. E certamente não sou ingênuo, sei que há pessoas más, de índole ruim, embora, em boa parte, sejam vítimas de uma situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou fazendo esse arrodeio todo para... Lembram o nome – eu esqueci agora – de um Ministro da Saúde que foi acusado de comprar umas bicicletas, e sempre procuram assim coisas jocosas?

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. *Fora do microfone.*) – Alceu?

**O SR. CID GOMES** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE) – Alceu, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Alceni Guerra.

**O SR. CID GOMES** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE) – Alceni Guerra.

E aí ele foi acusado durante muitos anos disso, e acho que, já morto, no processo foi – ou à beira da morte, porque acho que se estivesse morto o processo teria sido arquivado, mas à beira da morte – inocentado, e ficou claro que aquilo não passava de uma grande armação, o que é comum na política; nós políticos, muitas vezes, somos os grandes responsáveis por isso. E sempre procurando assim situações jocosas.

Eu não vou nem citar mais ninguém porque um só, um inocente que tenha pagado o preço de um crime que não cometeu já justificaria a necessidade de a gente ter absoluto rigor, absoluta preocupação e cuidado para que não se acuse injustamente, porque, muitas vezes, vai-se a honra jogada ao vento, e é difícil recolher e repor a verdade. Muitas vezes, a acusação ganha – muitas vezes, não, sempre a acusação ganha muito mais espaço.

Então, seria possível a gente discutir um meio, um caminho, uma forma, um instrumento legal para que se dê aos integrantes do Ministério Público, em última análise – ou em principal análise, é o principal papel do Conselho Nacional do Ministério Público –, alguma forma de fazer com que temam, levantem ou atentem para essa preocupação de não desonrar alguém, de não acusar sem que essa acusação tenha um fundamento realmente rigoroso, tenha um fundamento profundo?

Esses são os dois questionamentos que eu gostaria de deixar a cada um dos futuros integrantes do Conselho Nacional, até porque já votei favoravelmente a todos os cinco e, de modo especial, orgulhando-me do tauaense e do varjotense cearense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Cid Gomes, cumprimentando-o pelas referências ao Estado do Ceará, e, me permita, eminente Senador Cid, V. Exa. disse que o melhor é o cearense. A qualidade do capital humano é muito importante, e daí a educação. E aí eu relembro sempre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empenho de V. Exa. e do seu governo, e a educação pública do Estado do Ceará é uma referência nacional, especialmente, no nível fundamental.

Parabéns.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Pois não, Senador Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – É só rapidinho. Desculpe-me!

É porque no fundo, no fundo, o nosso espelho Cid Gomes, que reinventou o Ceará, no fundo, no fundo, Presidente Anastasia, ele está com uma inveja enorme, porque os dois que nasceram no Ceará não nasceram na Paris dele, porque ele acha que Sobral é a Paris. Então, ele queria que tivesse um aqui hoje nascido em Sobral. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – É, mas foi perto.

Eu vou dar a palavra agora aos sabatinados, para as respostas, começando com o eminente Dr. Ângelo Farias, por gentileza.

**O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS** (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Gostaria de agradecer também aos nobres Senadores Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Cid Gomes e também saudar o Senador Renan Calheiros.

Senador Kajuru, antes de iniciar aqui uma breve resposta às suas perguntas, questionamentos, eu queria agradecer imensamente a V. Exa. pelo voto de confiança e por também expor aí a qualificação dos nomes de todos os colegas que têm uma história já consolidada no Ministério Público, e dizer que aqueles que gostam de futebol, como eu gosto, apesar de o Vasco hoje estar em condições um pouco mais precárias, nós todos somos admiradores do trabalho que o senhor fez no jornalismo esportivo, durante tanto tempo. Então, eu queria deixar esse registro aqui consignado.

Com relação à questão da defesa do regime democrático, Senador Kajuru, essa é uma das missões constitucionais do Ministério Público. Nós vivenciamos, neste momento, um momento de tensão entre Poderes e tensão de uma forma geral. E há, na perspectiva do Ministério Público, a necessidade de se buscar primeiro distensionar as relações, a partir de um diálogo, a partir de uma conversação, a partir de criar campos e espaços para uma maior interação e integração entre os Poderes – e isso em todas as áreas. E o Parlamento é fundamental para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas se chegar o momento em que o regime democrático... E a democracia, nós temos que verificá-la e visualizá-la em dois aspectos: a democracia representativa, que é o que os senhores hoje aqui fazem, representam o povo e os Estados da Federação, que é uma democracia extremamente importante; e a democracia participativa, que é uma democracia mais no sentido material, que nós temos que fomentar a cada dia. E o Ministério Público precisa defender o regime democrático.

No momento, eu acredito que o Ministério Público tem que ficar, logicamente, atento e alerta a situações que eventualmente possam vilipendiar o regime democrático; e, a partir desse momento, haverá a necessidade de o Ministério Público, não apenas do Procurador–Geral da República, mas de os membros do Ministério Público de primeiro grau, em todas as suas carreiras e em todos os seus planos de atuação, estarem atentos a essa questão relativa ao regime democrático. E isso eu digo de uma forma geral. O que eu vejo hoje, apesar dos tensionamentos que nós temos verificado, é que as instituições têm funcionado, com erros e acertos; as instituições têm funcionado e tem havido o sistema de freios e contrapesos.

Então, com essa perspectiva, acho que o Ministério Público tem que contribuir como aquele órgão espectador, mas participador ativo desse sistema, para, se eventualmente surgir algum tipo de situação que demande a atuação do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, no exercício da independência funcional, e os outros colegas – 12,9 mil no País inteiro – poderem fazer o seu papel, a partir da atribuição de cada um, Senador Kajuru.

Com relação à questão do 7 de setembro, de fato, aqui, nenhum de nós, nenhum de nós, como democratas que somos, incentiva invasões a Poderes, ao STF, ao Congresso Nacional. Se, de fato, houver algum tipo de situação como essa que demande a intervenção do Ministério Público, que o Ministério Público tome as providências necessárias para que essa situação seja resguardada e para sejam respeitadas não apenas as instituições, como também as autoridades que ali desempenham aquelas funções.

Com relação ao Senador Nelsinho Trad, eu queria agradecer também as palavras de S. Exa. e dizer também que concordo com S. Exa. quando diz que a proteção ambiental deve andar junto da produção agrícola – uma não funciona sem a outra. É fundamental haver esse equilíbrio.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS** – O Ministério Público, de uma forma geral, por meio daqueles que atuam no meio ambiente e atuam também na ordem econômica, pode ter condições de buscar equilíbrio para essa situação, a partir de um desenvolvimento sustentável.

E, com relação aos questionamentos do Senador Cid Gomes: Senador, eu queria dizer que eu sou filho de defensor público também. Então, já vivi essas agruras, se iria para o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





Público ou não. Não sou cearense, mas sou paraibano, pernambucano, ali do seu Estado vizinho. Acho que a tarefa mais importante hoje do Conselho Nacional – não só do Conselho Nacional, Senador Cid, mas acho que do Ministério Público, de uma forma geral – que não tem sido feita a contento, sob a minha ótica, de uma forma geral, é se comunicar com a sociedade – a comunicação de uma forma geral. A comunicação é prestar contas da sua atuação à sociedade, aos Poderes constituídos e buscar efetivar meios de controle social para que o Ministério Público possa evoluir – evoluir com os seus erros e evoluir com seus acertos. Então, se eu pudesse hoje dizer um ponto que precisa ser aprimorado, para mim, é a comunicação de uma forma geral.

E eu falo da comunicação também com relação a esta questão que o senhor fala: a utilização, muitas vezes, de entrevistas, de situações em que há uma antecipação negativa ou uma atribuição de culpa, de juízo de valor. Isso não é algo positivo para ninguém, muito menos para aquele que é atacado em sua honra. Então, é necessário que o membro do Ministério Público... E o CNMP tem atuado com critério nessa questão da utilização da liberdade de expressão, que deve ser respeitada, mas que, como qualquer direito fundamental, tem seus limites. Então, se se atinge a honra de uma pessoa ou o patrimônio moral, sobretudo para um político... O maior patrimônio do político é a sua honra. É com aquele nome, com a sua honra que ele busca o seu processo de prestação de contas à sociedade e a sua reeleição, enfim, a prestação de contas de seu mandato. Então, há que ter o membro do Ministério Público uma cautela redobrada para evitar ofensas às honras ou algum tipo até de cometimento de crime contra a honra, difamação, calúnia e injúria e outras situações mais, e não expor Poderes também. É preciso que o membro do Ministério Público tenha a sua liberdade respeitada, mas com cautela adicional.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Ângelo.

Dr. Rinaldo.

**O SR. RINALDO REIS LIMA** (Para expor.) – Sr. Presidente, eu renovo todas as saudações iniciais. Quero iniciar, muito rapidamente, cumprimentando o Senador Jorge Kajuru, que nos direcionou aqui uma pergunta.

Primeiro, quero agradecer ao senhor, Senador, pela sua atenção. O senhor nos recebeu a todos nós, nos ouviu atentamente, fez seus questionamentos, apontou sugestões. Nós agradecemos demais, Senador, a sua atenção. E já agradeço também, antecipadamente, o voto que o senhor já depositou ali favoravelmente a todos nós.

Gostaria de dizer, Senador, que, se o Ministério cumpre hoje a contento o papel de defensor do regime democrático, eu acho que nós estamos numa situação de tensionamentos tão grande,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





como disse o meu colega Ângelo Fabiano, que eu acho que ninguém tem cumprido o seu papel de defensor de regime democrático ou seu papel constitucional em defesa da nossa sociedade, em defesa da nossa Nação, porque, infelizmente, no momento em que nós estamos, parece que todos são obrigados a assumir um lado. Nós estamos diante de extremismos no nosso País. E isso é muito ruim. E, ainda, quando ninguém assume um lado – e eu me coloco nesta posição de não assumir lados extremos, porque eu acho que, qualquer que seja o extremo, ele é ruim para a sociedade, ele é ruim para a democracia –, mesmo quando a pessoa não assume esse extremismo, ela é rotulada, de alguma forma ela é levada e a imagem dela acaba sendo levada de alguma forma a ser defensora daquela situação, daquela posição ou daquela autoridade.

Então, eu acho que está precisando haver diálogo. O Ministério Público não é o único defensor do regime democrático. Aliás, esta Casa é a principal defensora do regime democrático, porque é ela quem institui, através da Constituição Federal, que nasce aqui, toda a nossa democracia e cabe a ela, principalmente, lutar bastante para que nós tenhamos instituições fortes.

Mas, respondendo, objetivamente, talvez o Ministério Público não esteja cumprindo o seu papel de defensor do regime democrático. Mas eu quero deixar aqui registrado que essa é minha posição apenas como cidadão, porque as principais personalidades, as principais instituições que são defensoras do regime democrático não estão sujeitas, pelo menos no nível em que nós temos hoje de problemas no País, ao CNMP e nem mesmo ao MP, que são o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, o Poder Executivo e o Procurador-Geral da República, que não é sujeito, na sua atuação, a um controle do Ministério Público e nem mesmo ao Conselho Nacional do Ministério Público, mas apenas a este Senado, que é quem pode, eventualmente, julgá-lo e perquiri-lo.

Em relação à pergunta do Senador, querido conterrâneo, Cid Gomes... Muito obrigado, Cid Gomes, por ter feito menção ao meu Tauá, dos Inhamuns...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RINALDO REIS LIMA** – ... que eu amo demais. O Senador se esqueceu de dizer que é a terra que, apesar de ter tão pouca água, tem o melhor queijo e a melhor carne de bode do Brasil...

**O SR. CID GOMES** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – E a melhor manta.

**O SR. RINALDO REIS LIMA** – A melhor manta de bode sai de lá do meu Tauá querido, do meu torrão, do meu torrão natal que eu amo. Todo cearense é louco pelo Ceará, ainda que saia, ainda que tenha que morar em outros locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, tentando responder brevemente, para não fugir do meu tempo, Senador, eu acho que hoje, do ponto de vista prático, o Ministério Público precisa voltar a ter protagonismo na segurança pública. Eu digo isso por um pensamento, e não só por um pensamento, mas por uma prática que eu adotei como Corregedor nacional de visitar todos os ministérios públicos das capitais e dos Estados mais violentos do Brasil – estive no Ceará, tenho diversas pesquisas e estudamos bem o Ceará; estamos, hoje, inclusive, em Sergipe, a minha equipe está em Sergipe, e eu tive que me deslocar para cá –, porque nós entendemos que o Ministério Público precisa voltar a ser protagonista nessa área de segurança pública. Ele não pode ficar dentro dos gabinetes. O promotor de Justiça não pode ficar dentro do gabinete apenas esperando que cheguem os inquéritos, os processos e ele não faça nada, olhando para a realidade, sentindo a realidade.

Então, essa tem sido uma luta minha, particular, como Corregedor nacional e é o que eu tenho feito, então, pela Corregedoria Nacional e pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito obrigado, Senador, pela pergunta. Obrigado a todos pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Dr. Rinaldo.

Antes de dar a palavra ao Dr. Paulo Cezar, eu quero fazer aqui uma referência: o Senador Nelsinho Trad acaba de enviar, aqui, aos colegas Senadores a referência à Praça Pantaneira, em Campo Grande, de fato, principal ponto turístico, uma das principais atrações, e os comentários são os mais positivos possíveis. Parabéns pela iniciativa como Prefeito de Campo Grande! Meus cumprimentos ao colega e Líder.

Dr. Paulo Cezar.

**O SR. PAULO CEZAR DOS PASSOS** (Para expor.) – Quero renovar os cumprimentos e, sendo bastante objetivo, agradecer as palavras do Senador Kajuru.

Senador, eu sempre o admirei pela sua sinceridade e fiquei muito feliz pelas palavras que V. Exa. dirigiu a todos nós e pela maneira sempre cordata e educada em todas as oportunidades em que tivemos contato com o senhor. Sinto falta também – e vou fazer minhas as palavras do Ângelo – da sua atuação na área esportiva. Fui jogador de futebol, não dos melhores, dos piores, e sou um torcedor fanático do Santos Futebol Clube. Pena que meu time não ajuda muito. Agradeço muito ao senhor.

Ao Senador Cid também, que fez uma colocação de que o pai era Defensor Público. Eu fui Defensor Público e tenho pela Defensoria Pública um carinho muito grande e um relacionamento até hoje, em que pesem posições, às vezes, diferentes, de enorme respeito e admiração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho, primeiro, eu agradeço as palavras e a menção à minha família. Saiba que meu pai sempre foi muito amigo do seu pai, e o seu pai foi um dos maiores exemplos para toda uma geração de pessoas do nosso Estado. É um motivo de honra e de satisfação ter V. Exa. aqui ao nosso lado, que é um exemplo para todos nós, do Estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

Em relação à pergunta que me foi dirigida sobre o meio ambiente, evidentemente, o meio ambiente, pela própria Constituição Federal, é fundamental para o nosso desenvolvimento humano, mas é fundamental também o equilíbrio entre o meio ambiente, principalmente num Estado como o nosso, de Mato Grosso do Sul, e a agropecuária.

Essa atuação equilibrada é uma atuação que o Ministério Público do Mato Grosso do Sul vem tendo. Inclusive, no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, desde 2013, há o chamado Programa DNA Ambiental, pelo qual nós efetuamos o controle do desmatamento ilegal, inclusive objeto de prêmio finalista do Conselho Nacional do Ministério Público.

É importante que agora – e aqui está o nosso Procurador-Geral de Mato Grosso do Sul, o Dr. Alexandre Magno –, na segunda-feira próxima, iremos lançar um programa de alerta de incêndio, principalmente na região do Pantanal, com o Corpo de Bombeiros. Os fazendeiros receberão por SMS os comunicados de foco de calor, juntamente com... Estamos formando uma articulação para as brigadas voluntárias, uma vez que o Pantanal, nos dois últimos anos, tem sido violentamente assolado pela seca e por incêndios que vêm atingindo o nosso bioma.

No âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, as experiências tanto do Ministério Público de Mato Grosso do Sul como de outros ramos do Ministério Público podem ser redimensionadas através da Comissão de Meio Ambiente que existe no âmbito do Conselho Nacional.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PAULO CEZAR DOS PASSOS** – E, principalmente, eu reitero aqui a necessidade desse diálogo com a classe produtora, com a classe política e com o Ministério Público. Talvez esse seja um dos maiores desafios do Conselho Nacional do Ministério Público, que é desenvolver uma política institucional que permita à sociedade e ao Estado brasileiro um desenvolvimento em todos os setores, em obediência à Constituição e às leis, mas tendo como norte o ser humano, que é a razão da existência de todas as nossas instituições.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu que lhe agradeço, Dr. Paulo Cezar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ao Dr. Oswaldo D'Albuquerque, para as suas respostas.

**O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO** (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu quero fazer uma referência, porque realmente, na resposta, na manifestação anterior, esqueci-me de fazer referência à fala do Senador Fabiano Contarato, que nos emocionou a todos. Quero dizer que sempre buscamos combater todo tipo de violência e preconceito. E, Sr. Presidente, na minha vida pessoal e profissional, eu procuro manter sempre uma coerência.

Ao instituir a Ouvidoria das Mulheres no CNMP, nós já tínhamos, anteriormente, no âmbito da Procuradoria Geral do Ministério Público do Acre, criado o Centro de Atendimento à Vítima. Aliás, fomos o primeiro Ministério Público a instituir esse Centro de Atendimento à Vítima, através de lei. E isso ocorreu decorrente justamente da oitiva qualificada, através de audiências públicas com a população, que fez essa indicação quando da reformulação do nosso planejamento estratégico. O CAV, como nós chamamos, é um órgão auxiliar especializado em atendimento à violência de gênero. Por intermédio do CAV, foram criadas leis estaduais e municipais e reconhecimento de nome social de pessoas transsexuais. Igualmente, em razão dessa iniciativa do CAV, tramitou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 191, de 2017 – nós criamos o CAV em 2016 –, propondo alteração no art. 2º da Lei Maria da Penha.

Só no seu primeiro ano de funcionamento, o CAV realizou quase 1,4 mil atendimentos, e, em 2019, o Ministério Público acriano, em razão do CAV, foi premiado pelo Fórum Nacional de Segurança Pública por esta iniciativa.

Na nossa gestão também, nós instituímos o respeito ao nome social, no âmbito do Ministério Público estadual, que também foi fator determinante para a criação de iniciativas da mesma natureza. Inclusive, legislativas – estaduais e municipais.

Agradecendo aqui as manifestações do Senador Kajuru, do Senador Cid e do Senador Nelsinho, eu entendo que é função do Ministério Público buscar uma interlocução entre os Poderes, para a defesa do regime democrático, em atenção aos preceitos constitucionais e que cabe a cada um dos membros, pela sua própria autonomia, estar atento à realidade do local e buscar a defesa dessa conquista do povo brasileiro.

Quanto à questão da proteção ambiental, agronegócio, que já foi muito bem colocada como resposta pelo Dr. Paulo Passos – que eu quero aqui corroborar –, quero apenas fazer referência também à necessidade de adoção de providências nos locais da ocorrência dos fatos, para que se garanta o desenvolvimento sustentável, mas não se prejudique o agronegócio. Isso pode ocorrer – e aí voltamos à questão do diálogo interinstitucional e à oitiva da população – mediante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





a adoção de procedimentos como audiências públicas e recomendações. Podemos, inclusive, evitar com isso a adoção de demandas judiciais demoradas e que não trazem, muitas vezes, um resultado positivo imediato.

Eu entendo, Sr. Presidente, que o Conselho Nacional tem, sim, cumprido o seu múnus constitucional, zelando pela autonomia da instituição do Ministério Público e pelo respeito da instituição à defesa do regime democrático, à ordem jurídica e aos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme prescreve a nossa Carta da República.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO** – A defesa do regime democrático é uma missão constitucionalmente outorgada ao *parquet* brasileiro, que pode ser, resumindo e novamente ressaltando, alcançada mediante o diálogo e o enfrentamento das violações ao Estado democrático de direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Oswaldo. Agradeço as repostas.

Agora o Dr. Jaime Miranda, por gentileza.

**O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA** (Para expor.) – Renovando os cumprimentos, eu entendo que os colegas já abordaram bem os principais fatos.

Eu só queria falar do que o Senador Cid Gomes trouxe, há pouco, em cima dos dois questionamentos, da tarefa mais importante do CNMP, Senador, que não tem sido plenamente alcançada.

Eu concordo com o Dr. Ângelo Fabiano: eu acho que a comunicação talvez seja hoje o nosso maior calcanhar de Aquiles. Eu estou à frente da Secretaria-Geral há um ano e seis meses e percebo que se produz muito, que o Ministério Público faz muito, mas ele ainda não consegue comunicar toda a tarefa que é feita para a sociedade. Então, eu entendo que precisamos, sim, crescer nessa atividade.

Se eu entendi perfeitamente, o senhor questionou se seria possível um instrumento legal para trazer alguma forma para que o Ministério Público não desonre as pessoas com acusações frágeis. Eu entendo que esse instrumento já existe e que, inclusive, é a razão de estarmos aqui: é o CNMP. Se há um instrumento que pode fazer com que haja um controle, para que não aconteçam acusações frágeis, é o Conselho Nacional do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós também ainda não chegamos a uma condição ideal – e temos que pensar que só temos 16 anos: o CNMP é do dia 21 de junho de 2005 –, já temos um trabalho aí espetacular do que já foi feito até hoje. O Dr. Rinaldo tem um relatório da Corregedoria feito no ano passado, que faz um estudo do que foi feito em termos de investigação, de punição, de arquivamentos, etc., e nós superamos qualquer outro tipo de instituição semelhante à nossa. Mas, se ainda assim existem fragilidades, nós precisamos aperfeiçoar ainda mais. Mas já existe um instrumento, e esse instrumento é o CNMP, acredito eu.

**O SR. CID GOMES** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE) – V.Sa. me permite um aparte?

**O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA** – Por favor.

**O SR. CID GOMES** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE) – Bom, eu sou engenheiro. Então, perdoem aí, o engenheiro procura encontrar formas de automatização. E algo que eu imaginava, algo que eu sempre imaginei – não sei se já é aplicado, não sou estudioso do Direito, eu vou até procurar me informar melhor sobre isso – seria algo tipo assim, grosseiramente, o que eu queria era burilar isso com a instituição e com vocês que têm esse papel: algo relacionado ao desempenho, não é? Então o promotor tal entrou com 100 ações e, dessas 100 ações, 99 não tiveram êxito. Para mim, esperar a denúncia, esperar a abertura de um processo, a meu juízo, isso será ineficaz – são 12,5 mil –, mas algo que automatize, em que haja o desempenho, que possa medir o desempenho: o procurador, o promotor tal ingressou com tantas ações e teve êxito. E estabelecer percentuais, metas, percentuais de êxito no ingresso das ações. Isso vai expor também aqueles que fazem – perdoe-me– litigância de má-fé, não é?

Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu que agradeço, Senador Cid Gomes.

Alguma complementaridade?

**O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA** – Não... É com esse sentido mesmo. Eu entendo que o Conselho Nacional do Ministério Público tem possibilidade, através da sua Corregedoria, de fazer um trabalho com esse sentido...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA** – ... e, por outro lado também, dentro daquilo tudo que a gente vem defendendo, dessa possibilidade de aproximação com os Senadores, para a gente poder aperfeiçoar essa ideia.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Obrigado, Dr. Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por derradeiro, Dr. Antônio Elídio.

**O SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou pedir permissão ao Senador Nelsinho para seguir aqui na pergunta do Senador Ciro... Senador Cid – me perdoe –, do Senador Cid Gomes, que muito me honra aqui com a "cearensidade" e com a conterraneidade e o vínculo da terra, que nós temos em comum, lá na região norte do Estado do Ceará.

O Senador traz uma ideia interessante – está certo? –, a ideia é interessante, de haver dados, de haver dados para a gente fazer leitura de dados. Eu acho que a gente só pode se conhecer se a gente tiver os dados.

A gente só pode se enxergar se a gente tiver as informações que permitam essa visão da nossa própria realidade, das nossas ações, dos nossos resultados. Acho interessantíssima essa ideia lançada pelo Senador. É um tema que tem que ser amadurecido e discutido. O CNMP é o local propício para fazer esse tipo de debate.

Senador, o senhor faz uma pergunta. O que é que o CNMP falta fazer? Vou entrar aqui num tema polêmico. E vou entrar num tema polêmico, porque eu não sou de fugir da peleja, nunca fui e nunca serei. Eu acho o seguinte: uma coisa fundamental é desestimular investigações e acusações com olho na popularidade. Essa história de atender o clamor público não dá certo.

Vou dar um exemplo ao senhor, um exemplo clássico, está lá na Bíblia, é o julgamento de Cristo. O julgamento de Cristo levou em conta o clamor popular. Qual foi o resultado? Condenaram Cristo e absolveram o ladrão, que era Barrabás. Esse é o exemplo mais clássico que nós temos de que o sistema de justiça de olho na popularidade não funciona. O sistema de justiça há de ser absolutamente racional.

E não é uma racionalidade qualquer, ele tem que ser baseado numa espécie de racionalidade referenciada, não numa racionalidade livre; em uma racionalidade que tem por referência a Constituição, as leis e padrões, padrões de atuação, porque o sistema, Senador, o sistema de justiça no Brasil e em qualquer outro lugar do mundo, desde sempre e de hoje, o sistema de justiça dos homens não é um sistema perfeito.

Rawls já diz, e já diz há muito tempo, um filósofo do Direito, que é um sistema imperfeito e que produz resultados injustos. Por que é imperfeito? Porque o homem é imperfeito. Não existe o super-homem dito na filosofia, não existe a pessoa perfeita; apenas Deus é perfeito. O homem não tem perfeição.

E fecho aqui... Até anotei uma frasezinha de uma autora da qual eu gosto muito que é Hannah Arendt. Não é exatamente assim, apenas anotei pelo que lembrei. Ela diz que "é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enxergar a maior quantidade possível de variedades". Então, a gente que trabalha com justiça precisa enxergar a maior quantidade possível de variedades. Acho que isso é muito importante. O CNMP, com uma nova composição, renovada, está fazendo sempre um novo recomeço, porque a cada renascer é um novo recomeço. E aqui estamos num novo renascer. Tenho a impressão de que se pode trabalhar e avançar nessas questões e tenho confiança em meus colegas de que vamos avançar exatamente nesse sentido.

Passo aqui já a agradecer ao Senador Nelsinho Trad a gentileza com que me recebeu, a atenção. Foi uma atenção tão grande que eu me senti acolhido como se fosse uma pessoa conhecida e fiquei até com inveja – eu seu que a inveja é uma coisa feita – do meu amigo Paulo, por compartilhar uma amizade respeitosa com o senhor, de tanto tempo.

Senador, o que eu vou responder ao senhor a respeito da composição do CNMP pode até parecer corporativo, mas eu não sou corporativo. Eu me lancei numa eleição, dentro da minha classe, e a minha pauta não era corporativa, porque a minha visão é institucional mesmo no Ministério Público. Eu acho que a questão corporativa é uma sequência natural da institucionalidade.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA** – Na medida em que reforçamos a nossa instituição, a questão das vantagens vem no conjunto. Então, é uma consequência natural.

O que é que eu devo dizer ao senhor sobre essa questão de o CNMP ter uma composição mais de fora do que de dentro?

Há uma coisa muito cara ao Ministério Público, que não o é para o Ministério Público, mas para a sociedade: é a autonomia. Então, o meu receio é de que, havendo uma composição maior de fora do que de dentro, a gente afete essa autonomia. E quem vai perder não somos nós procuradores, promotores; quem vai perder é a sociedade.

Eu tenho a impressão de que o modelo de CNMP atual, com procuradores da casa num número maior, mas sendo permeável, permeável à sociedade, através de pessoas de fora, como é, e que têm dado uma grande contribuição, eu tenho a impressão de que esse é o modelo mais vigoroso, no sentido da institucionalidade. Não é do corporativismo.

E um detalhe: esse é o modelo do CNJ. O CNMP é uma réplica do CNJ. Se o senhor for ver Ministério Público e magistratura na Constituição, vedações, restrições de Poderes, na verdade, tudo é magistratura. Tanto Ministério Público, como magistratura, nesse contexto de obrigações, de responsabilidade, de ações, de perspectiva, tudo é magistratura, como o é na Europa quase toda, em que o Ministério Público está dentro do quadro da magistratura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, se a gente mantiver o modelo do CNJ para o Ministério Público, com isso, sim, a gente vai estar dando uma grande contribuição social, porque, a despeito de, realmente, haver algumas ações desviantes aqui e acolá, não podemos prejudicar a instituição como um todo, e, sim, punir as ações desviantes.

Essa é a minha visão, está certo? É uma visão muito sincera que eu passo para o senhor. Evidentemente, não tenho nenhuma pretensão de certeza, de verdade em cima dessa visão. É apenas trazendo uma contribuição. O senhor como Senador, o senhor como político que vive uma realidade muito maior do que a que nós vivemos é quem tem muito melhores condições de fazer essa avaliação e encaminhamento melhor em defesa da nossa sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Antônio Edílio. Cumprimento V. Exa. pelas respostas.

Estamos, aparentemente, todos satisfeitos e, desse modo, não havendo mais quem queira arguir os indicados, consulto se todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras já votaram.

Como o quórum já está completo, eu vou encerrar a votação.

Declaro encerrada a votação e determino à Secretaria que apure o resultado.

Nesse meio tempo, eu peço aqui escusas, porque, por uma falha, como me foi dito, eu não saudei aqui a Dra. Ivana, eminente Presidente do Colégio dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, que estavam comigo hoje, pela manhã.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Vamos, agora, fazer aqui a leitura das votações.

O indicado Ângelo Fabiano Farias recebeu 25 votos SIM e 1 voto NÃO. A escolha do Sr. Ângelo Fabiano Farias foi aprovada pela Comissão.

O indicado Rinaldo Reis Lima recebeu 24 votos SIM e 2 votos NÃO. A escolha do Sr. Rinaldo Reis Lima foi aprovada pela Comissão.

O indicado Paulo Cezar Passos teve 25 votos SIM, 1 voto NÃO. A escolha do Sr. Paulo Cezar Passos foi aprovada pela Comissão.

O senhor indicado Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto, 25 votos SIM, 1 voto NÃO. A escolha do Sr. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto foi aprovada pela Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado Jaime de Cassio Miranda, 25 votos SIM, 1 voto NÃO. A escolha do Sr. Jaime de Cassio Miranda foi aprovada pela Comissão.

E o indicado Antônio Edílio Magalhães Teixeira também 25 votos SIM, 1 voto NÃO. A escolha do Sr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira foi aprovada pela Comissão.

As matérias vão ao Plenário para a votação.

Quero esclarecer e até pedir, Senador Nelsinho Trad, porque, no Plenário, nós vamos fazer todo o empenho, todas as Lideranças, nós todos, para que sejam votadas hoje, à tarde, as indicações, lembrando que há necessidade de um quórum qualificado de maioria absoluta para aprovação, 41 votos a favor, o que levará, naturalmente, o Presidente Senador Rodrigo Pacheco a perceber a composição do quórum para colocar os nomes, mas terá todo o esforço de todos nós para que isso ocorra na data de hoje. Eu quero cumprimentar a todos e agradecer pelo clima amistoso e muito producente desta nossa sabatina.

Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia seis de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Plínio Valério, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Paulo Rocha, Leila Barros, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho e Lucas Barreto. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 7, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato de Alex Braga Muniz em 14 de maio de 2021." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 17 (dezessete) votos favoráveis e 3 (três) votos contrários. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 8, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor ALEX BRAGA MUNIZ, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, no mandato a iniciar em 20 de outubro de 2021, decorrente do término do mandato de Christian de Castro Oliveira, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 16 (dezesseis) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 25, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor TIAGO MAFRA DOS SANTOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato de Débora Regina Ivanov Gomes." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 17 (dezessete) votos favoráveis e 3 (três) votos contrários. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Marcelo Castro**

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/06

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Ressalto que a reunião é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800-0612211.

A reunião se destina à apreciação das Mensagens nºs 7, 8 e 25, de 2021.

Sras. e Srs. Senadores, inicialmente cabe assinalar que, por força constitucional, reserva-se ao Senado Federal a competência privativa para aprovação, mediante voto secreto, de indicados pelo Presidente da República aos cargos de Diretor Presidente e aos demais cargos da diretoria colegiada da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já são quase 20 anos contribuindo com a cultura brasileira, nobres Senadoras e Senadores. A Ancine foi criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, como uma autarquia especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e, desde novembro de 2019, encontra-se vinculada ao Ministério do Turismo.

A agência é dirigida pela diretoria colegiada, composta de um Diretor Presidente e três outros Diretores, nomeados pelo Presidente da República, com mandatos de cinco anos, vedada a recondução.

Nessa esteira, é a responsável, dentre outras atribuições, pelo cumprimento das diretrizes aprovadas pelo Conselho Superior de Cinema (CSC), órgão a quem compete definir a política nacional de cinema, aprovar políticas e diretrizes gerais para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, estimular a presença do conteúdo brasileiro nos diversos segmentos do mercado e estabelecer a distribuição da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Condecine).

A grande responsabilidade do cargo de Diretor da Ancine por si só nos demonstra a importância de indicações técnicas para ocupação de cargos em sua diretoria colegiada.

Fica-nos claro, Sras. e Srs. Senadores, que a Ancine é o pilar gestor do desenvolvimento da indústria audiovisual e sua diretoria deve estar alinhada com os preceitos fundamentais que regem o arcabouço regulatório desse setor, com a própria Constituição Federal incluindo o capítulo da ordem econômica.

Chamo a atenção, ilustres pares, que a indústria de audiovisual, geradora de empregos e renda, já foi responsável por quase 3% do PIB nacional. É, portanto, imprescindível que a Agência Nacional de Cinema seja o vetor da recuperação do setor, principalmente nesse período de pandemia.

Temos, sim, em nossas mãos, Sras. e Srs. Senadores, a responsabilidade de contribuir com a cultura brasileira e com a posição que o Brasil deseja ocupar no mercado internacional de bens simbólicos.

Este é o momento para os indicados à Diretoria da Ancine contratualizarem com este Senado Federal e com a sociedade civil seus compromissos para o desenvolvimento do setor. Não percamos esta oportunidade.

Assim, dada a importância da agência para o setor cultural brasileiro e a necessidade de tê-lo em pleno funcionamento, Sras. e Srs. Senadores, este Senado Federal decidiu fazer um esforço concentrado para sabatina e votação de autoridades indicadas pelo Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que tenhamos uma tarde produtiva!

Assim, convido para compor a Mesa... Vou fazer aqui um esclarecimento de que a minha intenção era convidar os três indicados para serem sabatinados ao mesmo tempo, mas dada a situação física aqui da Mesa, por causa da pandemia, nós vamos fazer os dois Diretores inicialmente e, posteriormente, a gente faz, então, a indicação do Diretor Presidente.

Então, convido para compor a Mesa o Sr. Vinicius Clay Araujo Gomes, indicado para exercer o cargo de Diretor da Ancine. (*Pausa.*)

Pois não. Fique à vontade aí, sente-se.

E o Sr. Tiago Mafra dos Santos, indicado para exercer o cargo de Diretor também da Ancine. (*Pausa.*)

Inicialmente, procederemos à leitura dos relatórios referentes às mensagens.

Após a leitura, será concedida a palavra para os indicados, pelo prazo máximo de dez minutos, e passaremos a palavra aos Srs. e Sras. Senadoras na ordem de suas inscrições.

Então, eu vou fazer uma inversão de pauta e iniciar pelo item 3, que é Relator o Senador Izalci.

O som está muito forte.

**ITEM 3**

**MENSAGEM (SF) N° 25, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor TIAGO MAFRA DOS SANTOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato de Débora Regina Ivanov Gomes.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação.

Mensagem n° 25, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Sr. Tiago Mafra dos Santos, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga decorrente do término do mandato de Débora Regina Ivanov Gomes.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, Relator, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero agradecer a V. Exa. a inversão da pauta, porque eu estou inscrito aqui, na CPI, e só há mais dois ou três na minha frente, e eu precisava retornar imediatamente.

Mas, Presidente, antes de ler o relatório, só para dizer que, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu estava na relatoria, ainda na fase de antes da pandemia, do PL que tratava do Condecine. Então, realmente, é um assunto muito importante que a gente precisa imediatamente retomar para discutir esse projeto. Só para registrar a importância de definirmos logo a direção da Ancine para podermos discutir essa matéria, que eu acho que é muito importante para o País.

Peço, então, a V. Exa. que eu possa ler o relatório.

Presidente, com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 25, de 2021 (Mensagem nº 292, de 2021, na origem), submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Tiago Mafra dos Santos, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga decorrente do término do mandato de Débora Regina Ivanov Gomes, em 30 de setembro de 2019.

Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e as declarações do indicado, além de cópias de documentos legais e fiscais.

O *curriculum* informa que o Sr. Tiago Mafra dos Santos é brasileiro, casado, tem 43 anos, é graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro/RJ, e possui especialização em Direito Civil e Empresarial pelo Instituto Damásio de Direito da Faculdade Ibmec, São Paulo.

O indicado exerce, desde o ano de 2006, o cargo de Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual na Ancine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na agência, ele ocupou diversas funções, dentre as quais se destacam as de Assessor e Superintendente Substituto na Superintendência de Registro, Secretário-Executivo Substituto, Secretário de Políticas Regulatórias Substituto e, desde fevereiro do ano corrente, Secretário de Políticas Regulatórias, cargo que ainda ocupa.

Dessa forma, a documentação enviada apresenta as atividades profissionais do indicado e visa a atender ao disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos cinco itens da alínea b do inciso I do art. 383 do Regimento.

Para atender ao item 1, o indicado declara que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional.

Quanto ao item 2, declara que não participa nem participou, em qualquer tempo, como gerente ou sócio administrador de empresas ou entidades não governamentais.

Em atendimento ao item 3, o indicado declara estar em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, apresentando cópias de: Certidão Negativa de Débitos da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro; declaração de pessoa não inscrita no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro, emitida pela Subsecretaria de Tributação e Fiscalização daquele município; e Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Relativamente ao item 4, declara a inexistência de ações judiciais em curso nas quais figure como autor ou réu.

Com relação ao item 5, o indicado declara que sua atuação, nos últimos cinco anos, esteve circunscrita ao exercício das atribuições inerentes ao cargo efetivo de Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual na Ancine.

Por fim, em atendimento à alínea c do inciso I do art. 383 do Regimento, o indicado exibe argumentação escrita na qual demonstra possuir experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, apresentando um resumo de seus quase 15 anos de carreira dedicados à Agência Nacional do Cinema.

Assim, tendo em vista a documentação enviada, e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberar sobre a indicação do Sr. Tiago Mafra dos Santos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema, na vaga decorrente do término do mandato de Débora Regina Ivanov Gomes.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Vou passar, então, a palavra ao Sr. Tiago Mafra dos Santos por dez minutos.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, V. Exa. já vai deixar o painel aberto para as votações? Porque, como eu já conheço, já fiz o relatório, se eu pudesse já votar, eu já votaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vou abrir o painel.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Antes de iniciarmos as arguições, consulto a Comissão se podemos iniciar o processo de votação.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, ontem foi procedido assim. Como nós, daqui a pouco, teremos mais comissão para votar, eu acho que, se puder abrir o painel, facilita. Eu, por exemplo...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu quero dizer que lamento muito contrariar, porque eu não queria perder a presença dos dois aqui. Mas, já que eles pedem, eu concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós só podemos mudar o Regimento se houver a concordância unânime.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu vou fazer um apelo ao Senador Amin...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ah, concorda? (*Risos*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está aberto o painel para quem quiser fazer o totem. Está certo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... a palavra saudade com mais intimidade, porque a melhor definição de saudade foi feita por um velho pernambucano. Perdido no Acre, quando ele disse: "saudade é como um parafuso que no buraco cai. Só entra se for torcendo porque, batendo, não vai. E depois que enferruja lá dentro, nem distorcendo sai".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Genial.

Declaro aberto o processo de votação, que será feito nas urnas eletrônicas instaladas na Ala Senador Alexandre Costa e na garagem do Senado. A votação estará aberta para os três indicados.

Passo a palavra ao Sr. Tiago Mafra dos Santos por dez minutos.

**O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS** (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde, Sras. e Srs. Senadoras e Senadores. Boa tarde, Sr. Presidente da Comissão Exmo. Senador Marcelo Castro. Boa tarde a todos os presentes, aqueles que nos acompanham remotamente.

Envio um especial agradecimento ao Relator da minha indicação, Senador Izalci Lucas, pela apresentação de relatório em curtíssimo espaço de tempo. Eu sei como o tempo dos Srs. Senadores é complexo. O Senador sempre atento a questões culturais, educacionais e de inovação tecnológica.

Considerando que a minha presença nesta Comissão é resultado de anos de dedicação ao serviço público, onde por vezes a família é colocada em segundo plano, preciso fazer uma primeira consideração à minha família. Conceder os créditos dessa obra à minha esposa, Carolina, à minha filha Isabel, que faz aniversário amanhã e não vai ter minha presença, mas ela entende, e ao meu filho recém-nascido Pedro.

Agradeço meus colegas servidores, especial os que estão comigo lá na Secretaria de Políticas Regulatórias, servidores que elevam o serviço público ao nível de excelência, com certeza. Cabendo especial menção aos colegas Andre Marques, Roberto Perez, Akio Nakamura e Fábio Barcelos. Todos servidores efetivos e com mais de uma década de Ancine.

Acredito, Senadoras e Senadores, que o momento seja de celebração. Penso que é o momento ideal para que essa importante agência restabeleça sua estabilidade institucional com a nomeação, se assim for, é claro, a vontade desta Comissão e do Senado Federal, de três diretores devidamente sabatinados e aprovados em Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A efetivação de sua diretoria e a estabilidade de mandato, prevista na lei das agências reguladoras, ao meu ver, assentará o início de um novo ciclo de gestão da Ancine para o setor audiovisual. Não que a interinidade tenha obstado o tratamento de questões herdadas de gestões passadas ou afastado a Ancine do enfrentamento de desafios regulatórios apresentados por mudanças do setor e, é claro, daqueles decorrentes da pandemia.

Muito pelo contrário. Aceitei o desafio de participar da Secretaria de Políticas Regulatórias da Ancine e estar presente diante desta nobre Comissão pela convicção da necessidade das medidas tomadas e decisões levadas a cabo pela Ancine.

Acredito que foi essa gestão que possibilitou que hoje estejamos debatendo o audiovisual e a indicação pelo Presidente da República de três servidores públicos e possamos avaliar como perene e essencial ao Estado a implementação de políticas para o audiovisual...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu pediria aos presentes que fizessem silêncio, por obséquio. Não temos muitas pessoas aqui. O orador está falando, de certa forma é uma desconsideração. Além disso, atrapalha também a audição dos Srs. Senadores. Agradeço pela colaboração. Muito obrigado.

Pode seguir com o seu pronunciamento, Sr. Tiago

**O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS** – Obrigado, Presidente.

Audiovisual, que, para além da evidente importância econômica, como geração de riqueza, empregos para o Brasil, é elemento essencial para a formação e construção de identidade nacional de um povo. Identidade que se traduz na imagem que o brasileiro tem de si e do mundo que o cerca. Garante ainda a preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

Estando em uma Comissão Permanente cujos temas, educação, cultura e esporte representam pilares fundamentais e essenciais na existência de um País justo, igual e próspero, há que se refletir como todas essas dimensões dialogam e se utilizam, em algum momento, do audiovisual como veículo de sua promoção e efetivação.

Acredito que esse pode ser um dos caminhos a ser tomado pelo audiovisual e estou convicto de que a Ancine pode auxiliar o Senado na reflexão e construção de políticas públicas que incrementem e ampliem, através do setor audiovisual, o alcance das políticas de educação, cultura e esporte.

Tenho quase 15 anos de função pública vivenciados na Ancine, na condição de servidor público efetivo, integrante da carreira de especialista em regulação. Ingressei na Ancine em 4 de setembro de 2006, permanecendo, por minha formação como advogado, por 14 anos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superintendência de Registro. É a área técnica da Ancine responsável pelo registro dos agentes econômicos e pelo registro de todas as obras audiovisuais que circulam no País.

A unidade realizou, no período em que estive lá, mais de 14 mil registros – produtoras, distribuidoras, exibidoras, empacotadoras, programadoras e radiodifusoras –, tendo emitido mais de 42 mil certificados de produto brasileiro – certificado que atesta a origem e independência da obra – e mais de 700 mil licenciamentos para exploração comercial de obras publicitárias, não publicitárias, brasileiras e estrangeiras no País.

Inicialmente sem função comissionada, contribuí por meio de assessoramento técnico no desempenho da área. Em abril de 2011, passei a exercer a função de Assessor do Superintendente de Registro e, a partir de fevereiro 2013, desempenhei, de forma cumulativa, a função de Superintendente Substituto. Ao longo desses mais de sete anos na acumulação dessas duas funções, participei da reformulação de instruções normativas, edição de instruções normativas, com destaque para a regulamentação infralegal da Lei nº 2.485, de 2011, participei da construção de sistemas informatizados da casa.

A área de registro, Senadoras e Senadores, é passagem obrigatória de todos aqueles que atuam no setor e de todas as obras audiovisuais exibidas e produzidas no País, o que me permitiu vivenciar e acompanhar de perto as modificações, os novos arranjos de mercado e a evolução das formas de fruição e consumo de obras audiovisuais pelo público brasileiro, além de me permitir um constante debate com agentes do setor sobre suas dificuldades e novas possibilidades de arranjos entre essas empresas, agentes de diferentes dimensões e portes econômicos.

Acredito que esse acúmulo de experiência tornou-me apto a assumir a missão de chefiar a Secretaria Executiva da Ancine e promover a restruturação das áreas de regulação da agência, desafio assumido em julho de 2020, com a concretização do primeiro objetivo, que culminou na extinção da Secretaria Executiva e na criação da atual Secretaria de Políticas Regulatórias.

Buscávamos, com essa reformulação, uma maior sinergia entre as áreas de regulação, a melhoria da atividade regulatória da Ancine e uma maior capacidade institucional para enfrentar os desafios da inovação e transformação digital e dos novos modelos de negócio que se apresentam para o setor audiovisual.

Nesse novo contexto regimental, a Secretaria passou a ser a unidade central de coleta, análise e publicação de informações sobre o mercado audiovisual.

Destacarei alguns estudos... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destacarei alguns estudos e avaliações produzidos pela Secretaria na minha gestão.

Como primeiro destaque, a avaliação que o serviço de oferta de conteúdo audiovisual em programação linear, via internet, não se enquadraria como serviço de acesso condicionado. Sendo certo, e isso estava indicado na nossa avaliação, de que uma legislação específica garantiria uma correção, uma adequação, uma diminuição das assimetrias regulatórias e tributárias, e definiria regras concorrenciais e de proteção da ordem econômica.

Fizemos também a análise sobre os efeitos regulatórios da aquisição de controle unitário entre dois grandes agentes multinacionais do mercado de Telecom e TV paga, com a reflexão de que a suspensão dos canais envolvidos na operação causaria mais danos ao mercado do que qualquer suposto benefício que poderia advir de sua vedação; limitando, é claro, o acesso aos consumidores e reduzindo a oferta de conteúdo, aqui incluídos os de origem brasileira.

Destaco também a avaliação constante que a secretaria vem fazendo sobre os efeitos da pandemia no segmento de exibição cinematográfica – um dos segmentos, se não o mais, afetados pela pandemia em virtude do encerramento das suas operações, fechamento de salas em todo o País. Esse mesmo estudo sobre setor de exibição, como forma de mitigar esses efeitos econômicos, recomendou, complementada com questões específicas no que tange às obrigações de acessibilidade – como forma de mitigar, repito, mais uma vez, os efeitos econômicos sofridos pelo setor –, a prorrogação da entrada em vigor dessas obrigações por dois anos.

Destaco também que está em curso, atualmente, a realização de uma avaliação de resultado regulatório sobre todo o arcabouço regulatório do segmento de Ceac; avaliação cujos primeiros elementos já dialogam com o GT do Ceac, conduzido no âmbito do Ministério das Comunicações, do qual faço parte, como representante da Ancine, representante convidado do GT pela Ancine.

Por fim, ilustrando a importância da economia do audiovisual e da preservação à execução da política pública setorial, destaco o estudo da secretaria sobre o valor adicionado pelo setor audiovisual entre 2015 a 2018. Os números apurados dão conta de que, em 2018, o valor adicionado pelo setor, na economia, foi de 26,7 bilhões, superando indústrias relevantes como a farmacêutica e a têxtil.

O estudo também revelou mudanças na composição no valor gerado pelo setor, demonstrando que a evolução tecnológica que possibilita o estabelecimento de novas modalidades de consumo audiovisual num nível cada vez mais personalizado, exclusivo, garantiu o forte crescimento do segmento de vídeo por demanda. Hoje, o vídeo por demanda representa 20,9% do valor adicionado pelo setor na economia; em 2012, esse percentual era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de apenas 4,1%. Assim, acredito que um dos principais desafios que está a nossa frente é o adequado tratamento legislativo e regulatório do VOD, bem como o de outras modalidades de fruição audiovisual através da internet, como é o caso do já citado serviço de programação linear via internet.

Outra importante missão que a Ancine vem desempenhando, com notáveis resultados, é a promoção do combate à pirataria. Há anos o Brasil figura como um dos primeiros países que mais utilizam conteúdo ilegal de filmes e séries, com perdas estimadas em R$15 bilhões por ano. Entendo que a Ancine deve continuar e avançar na adoção de medidas efetivas ao combate à pirataria e ampliar sua participação em ações coordenadas entre os mais diversos entes públicos e privados.

Pela breve exposição dos temas que permeiam a atuação das áreas de regulação, bem como se pode depreender pelos dados da riqueza gerada pelo setor, estamos diante de setor economicamente estratégico, de alta e dinâmica complexidade e de crescente e contínua inovação, com enorme potencial de geração de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico. Dessa forma, entendo como imperativo que o Brasil aproveite as grandes possibilidades na indústria audiovisual para a superação da atual situação e a retomada do crescimento econômico.

Penso ainda que a participação efetiva das produções brasileiras no mercado, especialmente as independentes, é fundamental para o desenvolvimento do setor, tanto em termos de rentabilidade quanto de visibilidade, participação que deve contar com o financiamento público, pautado pela formulação de políticas de investimento eficiente e alinhadas a metas e resultados e que promova o crescimento do setor fora do eixo Rio-São Paulo.

A avaliação que acredito dialoga com meritórios projetos apresentados pelo Senado, mas faço uma ressalva: entendo que a descentralização de recursos deve se dar sempre através do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Devemos garantir a efetivação dos repasses financeiros para o FSA e seu emprego em ações que estimulem a regionalização da produção audiovisual brasileira e desenvolvimento regional fora do eixo Rio-São Paulo. Destaco aqui o papel que a FSA teve por conta da crise causada pela pandemia de Covid-19, com diversas ações emergenciais voltadas à manutenção da capacidade produtiva de emprego e renda das empresas do setor. O que entendo deve ser ampliado na permanência dos efeitos da pandemia ou até que se retorne à normalidade.

O fundo público em questão, se bem gerido pela Ancine, em conjunto com os demais entes públicos (Estados e Municípios), garantirá a eficiência no uso de recursos públicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrando que sua aplicação se dá num contexto de um amplo arcabouço normativo e administrativo criado para resguardar seu uso e prestar contas perante a sociedade.

Por tudo o que foi dito, diante dos desafios postos e do enorme potencial do audiovisual enquanto atividade econômica e cultural capaz – reforço mais uma vez – de contribuir para a promoção da Língua Portuguesa e construção da identidade nacional, além de ser capaz de amplificar as políticas públicas de educação, cultura e esporte, sendo, portanto, setor estratégico, gerador de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico, acredito, senhoras e senhores, Senadoras e Senadores, que minha experiência e conhecimento do setor audiovisual, acumulados ao longo de quase 15 anos de serviço público junto a Ancine, possam auxiliar o País e esta Casa legislativa no estabelecimento ou reformulação de marcos legais e regulatórios que promovam o desenvolvimento e crescimento do setor.

Obrigado pela atenção e o tempo dispensado por esta nobre Comissão e me coloco à disposição para perguntas e esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo ao Sr. Tiago, vamos seguir a nossa pauta aqui:

**ITEM 1**

**MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato de Alex Braga Muniz em 14 de maio de 2021.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação.

Relator: Senador Wellington Fagundes.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para a leitura do seu relatório. Com a palavra.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, companheiro Marcelo Castro, cumprimento todos os Senadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas gostaria inicialmente de agradecer-lhe, Sr. Presidente Marcelo, a confiança em mim depositada para relatar esta indicação do Sr. Vinicius Clay Araujo Gomes para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), como V. Exa. já leu, na vaga decorrente do término do mandato de Alex Braga Muniz.

Nosso relatório, Sr. Presidente.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória...

Sr. Presidente, como nós estamos aqui com todas as condições sanitárias e de distância, eu vou me permitir tirar a máscara para poder ler.

Combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 7, de 2021 (Mensagem nº 176, de 2021, na origem), submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Vinicius Clay Araujo Gomes, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga decorrente do término do mandato de Alex Braga Muniz, em 14 de maio de 2021.

Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e as declarações do candidato, além de cópias de documentos legais e fiscais.

O currículo informa que o Sr. Vinicius Clay Araujo Gomes é brasileiro, casado, tem 43 anos, é graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal da Bahia e possui especialização em regulação da atividade cinematográfica e audiovisual pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O indicado exerce, desde o ano de 2006, o cargo de especialista em regulação da atividade cinematográfica e audiovisual na Ancine. Na agência, ocupou diversas funções, dentre as quais se destacam as de Coordenador de Desenvolvimento de Mercado, Coordenador de Gestão Integrada e de Análise de Negócios, Superintendente de Desenvolvimento Econômico, Secretário de Políticas de Financiamento, e Diretor Substituto, cargo que ainda ocupa, por designação do Presidente da República, desde 5 de fevereiro de 2020.

Dessa forma, a documentação enviada apresenta as atividades profissionais do candidato e visa a atender ao disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f", da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos cinco itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Risf.

Para atender ao item 1, o indicado declara que não possui parentes que exerçam ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

Quanto ao item 2, declara que não participa nem participou como gerente ou sócio administrador de empresas ou entidades não governamentais.

Em atendimento ao item 3, o indicado declara estar em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, apresentando cópias de: Certidão Negativa de Débitos da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro; Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e declaração de pessoa não inscrita no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro, emitida pela Subsecretaria de Tributação e Fiscalização daquele Município.

Relativamente ao item 4, declara a existência de ações judiciais em curso nas quais figure como autor ou réu.

Eu vou reler aqui, Sr. Presidente: a inexistência, a inexistência. Eu vou ter que ler novamente, para ficar muito claro: relativamente ao item 4, declara a inexistência de ações judiciais em curso nas quais figure como autor ou réu.

Com relação ao item 5, o indicado declara que sua atuação, nos últimos cinco anos, esteve circunscrita ao exercício das atribuições inerentes ao cargo efetivo de Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual na Ancine, além do exercício eventual de função comissionada, destacando as de Superintendente de Desenvolvimento Econômico, Secretário de Políticas de Financiamento e também Diretor Substituto.

Por fim, em atendimento à alínea "c" do inciso I do art. 383 do Risf, o indicado exibe argumentação escrita na qual demonstra possuir experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, apresentando um resumo de seus quase 15 anos de carreira dedicados à Agência Nacional do Cinema.

Assim, tendo em vista a documentação enviada e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Vinicius Clay Araujo Gomes para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema, na vaga decorrente do término do mandato de Alex Braga Muniz.

É isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes o relatório circunstanciado.

O Senador Esperidião Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, Sr. Presidente, eu queria só me inscrever, porque temos mais um indicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então vou passar a palavra...

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu gostaria também, Sr. Presidente, na ordem.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pela ordem, Senador Esperidião Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, o senhor, por favor... Damas à frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sempre.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Certo. Senadora Leila, o Espiridião, que é um pouco mais moço, e depois o Portinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não tenho a menor dúvida.

Passo a palavra então ao Sr. Vinicius Clay Araujo Gomes, por dez minutos.

**O SR. VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES** (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Senador Marcelo Castro... (*Pausa.*)

Agora sim, né?

Boa tarde, Exmo. Senador Marcelo Castro, Presidente desta conceituada Comissão; boa tarde, Exmo. Senador Wellington Fagundes, Relator dessa matéria, na pessoa de quem cumprimento todas as Senadoras e Senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito a oportunidade de me apresentar e de me submeter a essa arguição e a oportunidade de aqui celebrar a importância do audiovisual e da Ancine para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do nosso País. Estou, realmente, muitíssimo honrado em me submeter a esta sabatina, especialmente por ser o primeiro servidor da Agência Nacional do Cinema indicado para a sua diretoria. Temos um quadro técnico que é reconhecido por sua qualificação e do qual eu me orgulho muito de participar.

Nesta fala inicial, pretendo apresentar um resumo dos quase 15 anos de função pública por mim vivenciados, todos no exercício de atividade técnica relacionada à execução da política audiovisual. Em seguida, farei uma breve exposição sobre alguns dos desafios e oportunidades que vislumbro para a gestão pública do audiovisual brasileiro.

Conforme mencionei, sou servidor efetivo, integrante da carreira de especialista em regulação, desde setembro de 2006. Tenho orgulho de ter participado do desenvolvimento dessa agência que completa, também em setembro, 20 anos de sua criação. Compreendo que a administração pública é incremental, que muito foi feito até aqui, mas que há pontos para aperfeiçoar e corrigir e, sem dúvida, há muito por fazer.

Entre as funções que desempenhei na Ancine, gostaria de destacar que, como Superintendente de Desenvolvimento Econômico, fui responsável pela gestão de linhas de crédito, investimento e apoio concedidos por meio do Fundo Setorial (FSA). Tais funções me permitiram atuar na implementação, na execução e na gestão desse fundo, que, há pelo menos dez anos, se constitui no principal mecanismo de fomento ao setor e que, ao lado dos mecanismos de incentivo fiscal, vem possibilitando o financiamento de uma ampla produção audiovisual.

Como resultado das políticas executadas pela Ancine, passamos de 30 produções brasileiras em salas de cinema, em 2001, ano de criação da agência, para 167 obras distribuídas em 2019, um expressivo aumento de 457%. Observamos ainda um grande salto na área de infraestrutura de exibição nesse período. Em 2001, havia 1.620 salas de cinema no País, número bastante inferior aos 3.507 cinemas registrados em 2019. Esses são alguns dos muitos números que revelam a importância da política audiovisual e da Agência Nacional de Cinema.

Em 3 de setembro de 2019, fui designado o Secretário de Políticas de Financiamento, com atribuição de supervisionar as ações de fomento realizadas no âmbito da Ancine. Tenho, desde então, atuado para aperfeiçoar a gestão e o controle dos recursos públicos destinados a atividade audiovisual, visando a obter maior eficiência em sua aplicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já em 5 de fevereiro de 2020, em razão de vacância na diretoria colegiada, fui designado para exercer a função de Diretor Substituto, função esta que exerço até a presente data, em consonância com o previsto na nova lei das agências reguladoras. Nesse período, foi aprovado pela diretoria o novo planejamento estratégico para o ciclo 2020-2023: contribuir para a reestruturação da área administrativa da agência, com redução de níveis hierárquicos e racionalização de cargos comissionados.

Aprovamos também a estrutura regimental das áreas de fomento, aperfeiçoando a aprovação, o acompanhamento e a prestação de contas de projetos audiovisuais. Adicionalmente, houve readequação nas áreas de regulação, com vistas à melhoria da atividade regulatória desempenhada pela Ancine, especialmente diante dos desafios da inovação e transformação digital, bem como das novas possibilidades e modelos de negócio para o setor audiovisual.

No plano das atividades de fomento, destaca-se a recuperação da capacidade operacional da Ancine, com vistas ao equilíbrio entre o financiamento público e a efetiva fiscalização dos recursos aplicados pelos beneficiários. Tais medidas permitiram reforço da área de prestação de contas e ainda garantiram o fomento a, aproximadamente, 500 projetos de produção audiovisual nos últimos 12 meses mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19.

Igualmente, destacam-se os atos no sentido de asseverar a responsabilidade fiscal da gestão, incluindo o saneamento da situação financeira do FSA, que se encontrava em situação deficitária. Isso possibilitou a preservação dos compromissos até então assumidos e assegurou recursos para novas ações de investimento.

Ademais, linhas de crédito e apoio foram ampliadas ao longo de 2020, beneficiando empresas produtoras, distribuidoras e, sobretudo, empresas exibidoras, que puderam utilizar-se desses recursos para evitar o encerramento em definitivo das suas atividades, o que resultaria em desemprego e redução drástica do mercado exibidor, com efeitos negativos para toda a cadeia produtiva do audiovisual.

O crescimento do parque exibidor brasileiro é um dos aspectos mais positivos da política audiovisual recente. Mesmo assim, ainda somos um país carente em salas de cinema na comparação com outros países do mundo, mantendo uma relação entre salas de cinema e número de habitantes inferior à Argentina e ao México, por exemplo.

Portanto, entendemos como um importante vetor para a difusão cultural no País a construção de mais salas de cinema, sobretudo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas também nas demais Regiões, principalmente em cidades do interior e nas periferias e comunidades carentes das grandes capitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As salas de cinema ainda representam considerável fonte de receita para as produções audiovisuais, além de se constituírem num espaço relevante para a cultura, para o entretenimento e para a socialização.

A ampliação do número de salas de cinema está em linha com o objetivo de tornar os serviços e os produtos audiovisuais acessíveis a uma maior parcela da sociedade brasileira, e esse é um dos principais desafios que se impõe.

Para tanto, além de ampliarmos o número de salas, entendo que é necessário estimular a parceria entre a produção independente e a radiodifusão, que tem o potencial de entregar conteúdo gratuito e falado em língua portuguesa para praticamente todo o Território nacional.

Igualmente fundamental para a ampliação do acesso aos serviços e conteúdos audiovisuais é o avanço da infraestrutura da internet banda larga no País. E o impacto dessa expansão da internet, associado ao desenvolvimento tecnológico, tem nos permitido vivenciar e acompanhar rápidas transformações nos meios de produção, difusão e consumo audiovisual nesses últimos anos.

O audiovisual está cada dia mais presente na vida do cidadão, seja na tela do celular, do computador ou da TV, constituindo-se em elemento propulsor da economia mundial. E no Brasil não é diferente. Os números apurados pela Ancine dão conta de que, em 2018, o valor adicionado pelo setor audiovisual na economia brasileira foi de R$26,7 bilhões. Os dados revelam, ainda, que o audiovisual supera indústrias importantes, como a farmacêutica, a têxtil e a de equipamentos eletrônicos. Tais números demonstram a relevância do setor audiovisual para a economia, bem como a necessidade de preservação da política pública setorial. Uma vez aprovado para compor a Diretoria da Ancine, pretendo subsidiar tecnicamente a revisão dos marcos legais e a reformulação das operações de fomento à atividade audiovisual. Esse processo deve considerar o necessário equilíbrio na distribuição de recursos entre os diversos elos da cadeia: a desconcentração de recursos, o incremento das linhas de crédito ao setor produtivo, o apoio aos novos talentos e à capacitação profissional, bem como o estímulo ao desenvolvimento tecnológico.

Entendo que essas mudanças são necessárias para impulsionar a economia audiovisual no País, valendo-se das oportunidades trazidas pelo cenário de convergência tecnológica e do seu impacto nos hábitos de consumo.

Nessa perspectiva, torna-se ainda mais essencial a internacionalização do conteúdo audiovisual brasileiro, o que passa pelo estímulo à coprodução, pelo apoio à distribuição de obras brasileiras no exterior e pela criação de mecanismos voltados a atrair produções e investimentos estrangeiros para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, também se revela fundamental ampliar a produção regional por meio da distribuição equilibrada dos recursos disponíveis, da articulação entre os entes federativos e buscando garantir a formação e o fomento a artistas e técnicos de todas as regiões do País, de modo a promover a descentralização do emprego e da renda resultantes do investimento público.

Para além dos números que revelam o potencial do audiovisual como atividade econômica, é inquestionável a sua relevância também como atividade cultural e sua enorme capacidade de contribuir para a promoção da língua portuguesa e para o fortalecimento da identidade nacional.

Nesse sentido, o fomento à produção independente deve seguir como prioridade. E pretendemos realizá-lo com transparência, em diálogo com o setor e visando estabelecer uma relação baseada nos princípios da administração pública e em valores como ética e confiança.

Considero pertinente salientar a sinergia existente entre a atividade audiovisual e a educação. Se, por um lado, a produção de conteúdo audiovisual educativo teve ampliada a sua importância nesse contexto atual, é também de se sublinhar que, hoje, há 67 cursos de graduação em cinema, com 9.181 vagas anuais para a formação de profissionais que pretendem atuar no setor audiovisual. (*Pausa*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Sa. fique à vontade para concluir a sua explanação, a sua fala.

**O SR. VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES** – Muito obrigado, Presidente. Mais uns três minutos, e creio que eu concluo.

Materializar a sinergia entre cultura e educação, entre audiovisual e educação, mais precisamente, por meio de ações integradas, seja na formação técnica e artística, seja no intercâmbio acadêmico, seja, ainda, na produção documental e de material didático em suporte audiovisual, parece ser um bom caminho a ser trilhado nesse próximo ciclo de gestão.

Gostaria ainda de abordar aspectos relacionados ao campo da regulação, tendo em vista a minha experiência de dois anos nas áreas de fiscalização e análise de mercado.

Tenho a compreensão de que as competências regulatórias da Ancine são primordiais para garantir o crescimento sustentado do setor. Para isso, é necessário consolidar um ambiente regulatório equilibrado, pautado na estabilidade e na segurança jurídica. Desse modo, objetiva-se preservar os agentes econômicos que já atuam no setor, ao passo em que se viabiliza a entrada de novos agentes, sobretudo empresas nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os efeitos de uma regulação adequada também tendem a promover o investimento privado. E, por esse ângulo, a política regulatória deve almejar a superação de barreiras comerciais e jurídicas ao ingresso de novos agentes econômicos na atividade, assegurando a livre iniciativa e a defesa da concorrência. E, nessa lógica, observa-se a necessidade de interlocução junto ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência e à Agência Nacional de Telecomunicações, sobretudo tendo em vista o marco setorial da TV por assinatura, a Lei 12.485.

Vale frisar que percebo os serviços audiovisuais como complementares e compreendo que cada um deles exerce papel significativo nesse ecossistema complexo que compõe a economia do setor audiovisual. Nesse sentido, entendo que é necessário, por um lado, reduzir as assimetrias regulatórias e tributárias, buscando o equilíbrio entre os diferentes serviços audiovisuais, e, de outro, evitar a constituição de novas barreiras à entrada.

Entendo que a Ancine pode subsidiar tecnicamente os debates sobre a matéria e contribuir positivamente para o processo legislativo.

Compreendo que, ao garantir a competição setorial, a tendência é contarmos com uma maior oferta de serviços audiovisuais ao consumidor e a um preço que permita o mais amplo acesso possível por parte da população. Tais ações se coadunam com os anseios da sociedade brasileira, e, nesse ponto de vista, considero ainda imprescindível ao sucesso da política pública brasileira a universalização do acesso às obras audiovisuais, especialmente àquelas financiadas com recursos públicos.

Finalizando, para dar conta dos desafios que estão postos e potencializar as oportunidades identificadas para o fortalecimento institucional e para a expansão da economia audiovisual, com o consequente aumento da geração de emprego e de renda, entre outros resultados em favor da sociedade brasileira, pretendo contribuir com minha experiência na Ancine, no planejamento, formulação e execução de políticas públicas, bem como com o conhecimento acerca do mercado audiovisual que acumulei ao longo de quase 15 anos de atuação profissional nessa agência reguladora.

O audiovisual pode mudar a vida das pessoas para melhor. Eu acredito nisso e pretendo seguir trabalhando nessa direção.

Muito obrigado pela atenção e fico à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Sa.

E vamos dar continuidade aqui... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia é que os três indicados pudessem sentar-se aqui à Mesa para a gente fazer a sabatina dos três conjuntamente. Por uma questão de espaço físico, nós, então, começamos com dois; aí, vamos pedir a um de V. Sas. que fique no Plenário e que o Alex venha para cá, para fazermos, então, darmos continuidade. Só por uma questão de espaço físico, mas os três estão sendo sabatinados ao mesmo tempo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Apesar de todos sabermos que V. Exa. é professor do dom da ubiquidade, nós vamos acatar a sua decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ah, se eu tivesse esse poder! (*Risos.*)

Então, vamos ao item 2 da pauta.

Convido, então, o Sr. Alex Braga Muniz para sentar-se aqui, à Mesa.

**ITEM 2**

**MENSAGEM (SF) N° 8, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor ALEX BRAGA MUNIZ, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, no mandato a iniciar em 20 de outubro de 2021, decorrente do término do mandato de Christian de Castro Oliveira, que renunciou.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação.

Passo a palavra ao Senador Carlos Portinho, para fazer o seu relatório.

Com a palavra V. Exa., Senador.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro.

Vou pedir as escusas para tirar a máscara. Além de já ter tido a Covid, fui vacinado em dose única, e estamos aqui mantendo a distância necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria, inicialmente, agradecer – e não poderia ser diferente – pela minha primeira participação nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL pela vaga de titular nesta Comissão. Faço-o com grande gratidão. Realmente, o assunto do esporte, da cultura e da educação, mas, especialmente... Aliás, especialmente os três, porque fui professor universitário, venho do esporte.

E quero agradecer especificamente ao nosso Presidente, Senador Marcelo Castro, pela relatoria que me concedeu do Sr. Alex Braga Muniz, por ter uma ligação familiar com o cinema brasileiro e com o setor cultural. Sinto-me, por isso, prestigiado e bastante apto para poder relatá-lo.

Seguindo o relatório, com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 8, submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Alex Braga Muniz, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Ancine (Agência Nacional do Cinema), no mandato a iniciar-se em 20 de outubro de 2021, decorrente do término do mandato de Christian de Castro Oliveira, que renunciou.

Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e as declarações do indicado, além de cópias de documentos legais e fiscais.

O Dr. Alex Braga Muniz informa em seu *curriculum* que é brasileiro, casado, tem 42 anos. A sua formação acadêmica inclui o título de Bacharel em Direito, formado pela excelente Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Quanto à sua experiência profissional, o indicado é membro da Advocacia-Geral da União desde o ano de 2002. No órgão, exerceu, entre outras, as funções de Coordenador de Consultoria da Procuradoria Federal junto à Ancine e Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Ancine, por um período de oito anos.

Além disso, foi Diretor da Agencia Nacional do Cinema (Ancine), desde 2017. Em 30/08/2019, tornou-se Diretor-Presidente Substituto da agência, encerrando suas atividades em 14/05/2021. Participou como membro do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual e também participou do Conselho Superior do Cinema.

Dessa forma, a documentação enviada apresenta as atividades profissionais do indicado e visa atender ao disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em atendimento ao item 2 da citada alínea "a", o indicado lista duas publicações de sua autoria, ambas de 2019. A primeira no âmbito do X Seminário Internacional de Políticas Culturais. A segunda, publicada pela *Revista Exibidor*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos cinco itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno.

a) Nos termos do art. 383, I, "b", item 1 c/c §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado declara que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional.

b) Nos termos do art. 383, I, "b", item 2 c/c §2º, apresentou declaração informando ser sócio minoritário, na proporção de 7% do capital, da empresa SES (Sistemas Especiais de Saneamento Ltda.), bem como declarou que não participa nem participou como gerente ou sócio administrador de empresas ou entidades não governamentais.

c) Nos termos do art. 383, I, "b", item 3 c/c §3º, do Regimento, o indicado declara estar em situação de regularidade fiscal nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, apresentando cópias de: Certidão Negativa de Débitos da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro; Certidão Negativa de Débitos relativa a imóvel de sua propriedade, emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Niterói; e Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – então, negativa é – de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

d) Nos termos do art. 383, I, "b", item 4 c/c §2º, do Regimento Interno do Senado, declara a inexistência de ações judiciais em curso nas quais figure como autor ou réu. Ademais – e aqui eu faço a minha nota – este Relator diligenciou e constatou que o indiciado, ou melhor, o indicado – perdão – não é, no sentido legal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... não é – o indicado não é indiciado –, no sentido legal, réu na Ação 5093858-30.2020. 4.02.5101, em que não houve, até o momento, o recebimento nem de denúncia nem tampouco houve citação no processo.

e) Nos termos do art. 383, I, "b", item 5 c/c §2º, do Regimento, o indicado declara que sua atuação, nos últimos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa palavra é semelhante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prossigo: o indicado declara que sua atuação, nos últimos cinco anos, esteve circunscrita ao exercício do cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Agência Nacional do Cinema e Diretor da Ancine.

f) Por fim, em atendimento à alínea "c" do inciso I do art. 383 do Regimento do Senado, o indicado exibe argumentação escrita na qual demonstra possuir experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, apresentado um resumo de seus quase 20 anos de carreira como advogado e procurador federal, sempre atuando junto à Agência Nacional do Cinema – servidor público, assim como todos aqui sabatinados.

Assim, tendo em vista a documentação enviada e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Alex Braga Muniz para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema, no mandato a iniciar-se em 20 de outubro de 2021, decorrente do término do mandato de Christian de Castro Oliveira, que renunciou.

Eu quero aqui acrescentar que fui procurado, Sr. Presidente, tanto pela Associação de Produtores Independentes quanto pela Bravi, a Brasil Audiovisual Independente, pelo Sicav (Sindicato da Indústria Audiovisual) e pelo Conne (Conexão Audiovisual Centro-Oeste, Norte e Nordeste).

Dos três primeiros, nós tivemos a oportunidade de receber algumas perguntas, que eu vou dirigir a todos.

Posso aqui antecipar que, do ponto de vista das três organizações, o Sr. Alex, que esteve interino, poderá exercer com competência, porque é servidor de carreira da Ancine, o seu mister, e conta com isso com o apoio, mas, lógico, quer o setor alguns comprometimentos, que eu vou aqui encaminhar, nas minhas arguições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Carlos Portinho.

Vamos passar a palavra, então, ao Sr. Alex Braga Muniz, pelo prazo de 10 minutos, com a tolerância que já foi demonstrada aqui com os dois que o antecederam.

Com a palavra V. Sa.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** (Para expor.) – Muito obrigado. Muito boa-tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro; Exmo. Sr. Relator, Senador Carlos Portinho, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Senadores e as Senadoras que acompanham e participam da presente audiência. Orgulho-me muito de estar, hoje, presente, submetido a esta arguição.

Como mencionou o Exmo. Sr. Relator, minha experiência, minha formação profissional se confunde com a Agência Nacional de Cinema, se confunde com a atividade audiovisual brasileira. Eu sou advogado, sou Procurador Federal, membro da Advocacia-Geral da União, desde o ingresso por concurso público. Desde 2002, exerço as minhas funções na Agência Nacional do Cinema.

Tive a oportunidade, nesse período, de exercer funções jurídicas, inclusive chefiando a procuradoria.

A Ancine me deu a oportunidade de defender causas valiosas ao cinema e ao audiovisual brasileiro até mesmo no Supremo Tribunal Federal, claro que em articulação e colaboração com os demais órgãos da Advocacia-Geral da União, mas questões relacionadas à constitucionalidade da cota de tela cinematográfica, questões relacionadas à constitucionalidade da Lei do SeAC, da Lei da Televisão por Assinatura, questões relacionadas à constitucionalidade da chamada "Condecine das Teles", que é a contribuição que financia, que custeia o financiamento da atividade audiovisual brasileira. Tive a honra, o prazer e a oportunidade de atuar na defesa desses temas.

E nós acabamos – digo nós porque em conjunto com a própria Ancine, a atividade audiovisual e os demais órgãos da AGU – logrando êxito na defesa dessas questões, ajudando não só a implementar, mas a consolidar uma política pública para o audiovisual.

Tive uma experiência de gestão recente, como mencionada pelo Senador Portinho. Lidamos com desafios históricos da agência, problemas sistêmicos da agência agravados e intensificados por um duro momento, pela dura situação da pandemia de Covid-19, que trouxe sérios impactos e efeitos negativos à atividade audiovisual. Gostaria de destacar aos senhores que foi com muita seriedade e serenidade que enfrentamos esses desafios.

Fico feliz de estar nesta arguição de hoje, junto com dois indicados que participaram desse processo, que dedicaram esforços, os melhores esforços e energia para o aprimoramento e o aperfeiçoamento de procedimentos. Não buscamos críticas, não buscamos rupturas, não buscamos conflitos. Fizemos aquilo que entendemos adequado no momento de resolver problemas complexos. Cumprimos e fizemos cumprir a lei. Corrigimos procedimentos, estabelecemos ou estabilizamos relações e situações no intuito de criar ambientes de discussão, ambientes para possível formação do consenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Agência Nacional do Cinema tem características específicas com as quais nós nos deparamos e lidamos. A Ancine, ao contrário de outras agências, é uma agência que regula, fomenta e fiscaliza. Então, a busca do equilíbrio dessas atividades é uma constante, é um desafio constante.

Não podemos esquecer que a Ancine foi criada com a participação direta do setor. Ela veio atender uma demanda do setor, especialmente o setor de produção independente, no sentido do desenvolvimento de uma indústria audiovisual brasileira. Por isso, são grandes das interações entre a agência e os diversos elos da cadeia produtiva, especialmente da produção independente. É grande, é importante, é necessária a articulação da agência entre esses diversos agentes econômicos para efeito do melhor desenvolvimento da política audiovisual.

E não apenas isso, a Ancine arrecada e fiscaliza a Condecine, que integra o Fundo Setorial do Audiovisual, hoje a maior fonte de financiamento da atividade audiovisual, além de que ela opera esse fundo setorial pelo lançamento de linhas, celebração de contratos e fiscalização desses contratos, secretariando também o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual.

Demos conta, acredito eu, de boa parte desses desafios, muitos ainda se avizinham, mas o horizonte de hoje nos parece melhor que o horizonte de ontem. Nosso vetor foi a lei geral das agências reguladoras.

Lembro-me de que, em 2017, salvo engano, o Senador Anastasia questionava sobre a importância do modelo das agências reguladoras, discutia-se já o que seria a lei geral das agências reguladoras. Digo que, no caso, para a Ancine, que preserva essas características, foram fundamentais o modelo e a figura de agência reguladora para que ela pudesse manter as suas atividades nesse período, se fortalecer, se preservar e continuar.

A lei permite avanços de gestão. O indicado, Vinicius Clay, mencionou que planejamento estratégico e planos de gestão são instrumentos transparentes que permitem o acompanhamento da atuação administrativa e a avaliação da gestão, mecanismos esses implementados.

A lei induz o aprimoramento de decisões técnicas, faz análises de impacto regulatório, de notícias regulatórias, das notas técnicas. Recentemente, mérito do indicado Tiago Mafra, à frente da Secretaria de Políticas Regulatórias, foi um período muito rico em análises técnicas, com a consequente publicidade e transparência, porque essas análises são colocadas em consulta pública para a coleta de contribuições e também para a coleta de subsídios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As reuniões de diretoria colegiada da Ancine passaram a ser públicas, e, uma vez públicas, os interessados puderam passar a se manifestar, defender seus pleitos, melhor compreender do que se tratava e o que estava sendo dito.

Trouxemos avanços em integridade e em colegialidade. Uma agência que regula, que fomenta e que exerce diferentes funções é fundamental. É essencial que essa agência tenha um programa de integridade, e, portanto, no último ano, pela primeira vez, a Ancine implanta o seu programa de integridade.

E, por último e não menos importante, a agência faz valer a sua colegialidade, submetendo todas as questões a uma diretoria colegiada, plural e técnica. Tudo isso por quê? Todo esse esforço e dedicação por quê? Porque acreditamos, por convicção e dever de ofício, que o setor audiovisual é economicamente estratégico, gera emprego, renda e desenvolvimento econômico, é a atividade mais dinâmica e inovadora da economia criativa e do entretenimento. Em 2018, no último dado que temos atualizado, o valor adicionado ao setor audiovisual foi de R$26,7 bilhões. Esses números mostram que o audiovisual supera indústrias relevantes como a indústria farmacêutica, a têxtil e a de equipamentos eletrônicos.

A evolução tecnológica vem possibilitando o estabelecimento de novas modalidades de consumo e a criação de janelas que permitem a fruição do produto audiovisual num nível cada vez mais personalizado e exclusivo.

Para que o Brasil aproveite essas grandes oportunidades que hoje se abrem, é necessário construir um ambiente regulatório adequado. Por falar em ambiente regulatório adequado, o desafio é o tratamento do viodi, como mencionou aqui na abertura desta reunião o Senador Izalci, e o tratamento do Serviço de Programação Linear via Internet.

Esses serviços se consolidam juntamente com a tevê paga e aberta, que ainda exerce um protagonismo no consumo de obras audiovisuais como um dos mais importantes segmentos de consumo audiovisual.

Como eu disse, o setor é dinâmico, é inovador, e o Brasil precisa aproveitar essas oportunidades.

Para além das questões regulatórias e criando-se um ambiente regulatório, é necessário garantir a participação da produção brasileira independente, é necessária a preservação de direitos, é necessária a comunicação pública dessas obras, é necessário o acesso ao conteúdo brasileiro pela população brasileira e que esse conteúdo circule como expressão da cidadania, no âmbito interno, e como expressão da identidade nacional, no âmbito externo.

Criou-se, ao final do trabalho que eu descrevi, um ambiente para um novo horizonte. Os senhores devem ter visto, pelos jornais, climas de insegurança e dúvidas sobre o regular

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionamento da atividade audiovisual. Eu gostaria de afiançar aos senhores que a situação orçamentária e financeira do fundo setorial está equalizada. Foram assegurados os recursos para cumprimento dos compromissos assumidos, inclusive a conta de realocação de recursos orçamentários da própria Ancine.

A Ancine fez esforços de austeridade para transferir recursos do próprio caixa da Ancine para custear despesas operacionais do fundo setorial. Foram preservados recursos para novos investimentos. Hoje, temos R$448 milhões à espera da próxima reunião do comitê gestor para investimentos. Desses, R$357 milhões foram obtidos ao final do ano passado, quando a Ancine completa um novo modelo ou consolida um novo modelo. A Ancine, junto com o Ministério do Turismo, e, portanto, o comitê gestor, inauguram um novo modelo de governança do fundo setorial. Fomos aquinhoados, então, com a disponibilidade de R$357 milhões para investimento, o que afasta a tendência de déficit desse fundo.

Caminhando para a conclusão, Sr. Presidente, nosso foco passa a ser a recuperação da atividade nesse momento pós-pandemia; o desenvolvimento regional, tão valioso para nós e para o nosso País, que traz consigo o estímulo ao iniciante, o estímulo ao jovem, o desenvolvimento equilibrado do País, tudo com a participação de representantes do setor. Uma gestão transparente, com critérios e com publicidade já trouxe alguns resultados.

No ano de 2020, houve um aumento expressivo – e o Senado é o local mais apropriado para disso falar –, houve um aumento dos investimentos regionais na proporção dos anos anteriores. Ou seja, estabelecendo regras claras, objetivas e um processo transparente de seleção e de escolha se tem uma distribuição mais equitativa dos investimentos do fundo. Aumentaram também os investimentos em produtoras iniciantes.

Acreditamos, então, que sejam possíveis avanços e mudanças capazes de fortalecer o audiovisual brasileiro. Eu acredito que essa é a função precípua do órgão regulador: A de favorecer um ambiente econômico adequado ao pleno exercício de atividades econômicas pelos agentes envolvidos.

Essa é uma breve argumentação. Resume os anos de vida pública por mim vivenciados, um pouco do trabalho de gestão realizado no último ano com a colaboração dos colegas aqui indicados e um pouco das expectativas e dos horizontes que certamente vão ser buscados e alcançados.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Sr. Alex.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos passar agora à fala das interpelações e das arguições. Então, em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, eu concedo a palavra à Senadora Leila Barros.

Com a palavra.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente Marcelo Castro, Presidente desta Comissão de Educação aqui do Senado Federal.

Cumprimento o senhor, como os colegas Senadores e, enfim, Senadoras. E também os indicados para a Agência Nacional de Cinema, o Sr. Alex Muniz, diretor presidente; Vinicius Clay, diretor; assim como o Tiago Santos.

Bom, eu vou fazer de forma genérica, mas direcionada ao Sr. Alex. E peço também para que, caso o Sr. Vinicius e tanto o Tiago se sintam à vontade para também ajudarem nessas respostas, eu agradeço.

Eu faço parte da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cinema e do Audiovisual e tenho acompanhado muito as angústias do setor, principalmente a falta de diálogo da atual gestão da Ancine com o setor.

Tenho acompanhado, tenho conversado, dialogado e tenho algumas perguntas, até porque caso o senhor passe pelo menos aqui nesta Comissão e o seu nome seja apreciado no Plenário, acho que são importantes essas respostas até para todos os colegas e todos que nos acompanham nesta audiência de hoje.

Uma delas é que os produtores independentes, repetidas vezes, afirmam que a diretoria colegiada não dialoga com eles. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Alex, Vinicius e até mesmo ao Tiago, qual é o cronograma para a implementação da Câmara de Produção, anunciada meses atrás, mas que nunca foi implementada? Eu pergunto a vocês a data em que será implementada. É a partir da posse de vocês? Existe a garantia? Porque até o momento houve uma promessa e isso não aconteceu.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** (Para expor.) – Sem prejuízo da palavra dos demais indicados, Senadora Leila, digo isso porque Vinicius compunha a diretoria quando votamos pela instituição dessa câmara.

O objetivo dessa câmara, Senadora Leila, era um trabalho complementar ao Conselho Superior de Cinema e também ao Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual. Ou seja, que esse espaço fosse um espaço de discussão, focado, como eu disse, numa característica da agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ancine é criada para atender uma demanda do setor, especialmente da produção independente. Então, esse seria o núcleo de produtores independentes, plural, coletivo, sem os limites de vagas próprios do Conselho Superior e do Comitê Gestor e funcionaria de forma complementar a esses dois órgãos.

O objetivo era que isso acontecesse de forma concomitante e não de forma concorrente. Nossa expectativa era que o Conselho Superior fosse constituído já no início do ano; ele só foi constituído agora. Nossa esperança era que o Comitê Gestor iniciasse um novo ciclo de debate, de investimentos para o lançamento de novos editais, cuja premissa e diretriz é a participação setorial e, portanto, se faz imprescindível e relevante essa comissão. Ambas essas situações demoraram um pouco, retardaram um pouco, o que nos fez aguardar para a constituição dessa comissão, pelo menos até maio, no período em que se concluía o meu mandato.

Para além da recomposição da diretoria, acho que a iminência da convocação do Conselho Superior de Cinema para o início dos debates, a iminência de uma reunião do Comitê Gestor, que é quem gere os recursos do fundo setorial, onde vão ser debatidas novas linhas, questões relacionadas à regionalização, acho que é o momento oportuno para a criação desse espaço plural, porque as experiências da Ancine em câmaras técnicas são muito positivas em termos de formação de consenso: há uma experiência da Câmara Técnica de Exibição de Cinema, a Câmara Técnica de Combate à Pirataria, a Câmara Técnica de Acessibilidade e agora a Câmara Técnica de Produção.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas a data, a data da implementação? O senhor tem uma data prevista? Porque existe uma expectativa da sua recondução ao cargo, porque o senhor já vem de uma gestão anterior. O senhor tem uma data? O senhor teve um tempo para planejar isso, para se programar.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Eu acho que a data deve ser a da recomposição da Diretoria Colegiada. No meu caso, o início do meu mandato é em outubro, mas acho que tão logo haja a recomposição, a eventual recomposição pelos dois nomes que aqui estão, a Ancine passa, pela primeira vez, em cerca de um ano e meio, a ter pelo menos dois diretores efetivos e sabatinados, portanto, com condições de legitimidade até mesmo para promover essa interação e essa articulação com o setor para a composição dessa câmara.

Mas, Diretor Vinícius, como...

**O SR. VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES** (Para expor.) – Eu agradeço o questionamento feito pela senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, é fundamental a constituição dessa Câmara Técnica de Produção, com a participação ampla de representantes da produção independente. É uma reivindicação muito antiga do setor, é uma reivindicação histórica que nós atendemos, é a primeira vez que se constitui a Câmara Técnica de Produção no âmbito da Ancine. Nós adotamos, tomamos esse compromisso, aprovamos a criação da câmara técnica, mas, de fato, enfrentamos dificuldades para sua composição até aqui, faço minha as palavras do indicado Alex. E, uma vez recomposta a Diretoria Colegiada da Ancine e tendo em vista a próxima reunião do Comitê Gestor, já agendada para o dia 4 de agosto, creio que este é o momento mais do que oportuno para a constituição dessa câmara. Aliás, uma das diretrizes do Comitê Gestor para a elaboração das novas ações do fundo setorial é justamente garantir a ampla participação do setor, e nós pretendemos fazê-lo por meio dessa câmara técnica, inclusive, para além de consultas públicas, oitivas, etc.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então a data seria prevista para a primeira reunião desse colegiado, no dia 4 de agosto?

**O SR. VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES** – Perfeito.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

Eu gostaria de perguntar, porque muitas vezes eu já ouvi essas reclamações de que a Ancine foi convidada, por diversas vezes, para participar de audiências públicas na Câmara dos Deputados para debater questões relativas à gestão da agência. Eu pergunto: por que em nenhum dos convites foi enviado um representante? Eu pergunto porque estou falando em nome dos Deputados também. Os senhores acham que o Congresso Nacional não é representativo do povo brasileiro, até do próprio setor também?

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Não, em absoluto, Senadora, essas convocações para participação da Comissão de Cultura foram pontuais. Sempre tive deferência à Presidente da Comissão, esclarecendo os motivos de minha ausência nas ocasiões. A argumentação... Bom, primeiro é preciso esclarecer que a Ancine sempre prestou e presta todas as informações necessárias ao Congresso Nacional quando demandada, seja requerimento de informações, seja para contribuir e subsidiar proposições legislativas.

No caso específico das duas reuniões da Comissão de Cultura, eram reuniões que contavam com a participação do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União. No momento em que estavam em curso investigações e apurações em detrimento das pessoas dos diretores e da própria Ancine, de maneira que a participação violaria o direito de defesa dos participantes e até a defesa institucional da Ancine, mas essas questões foram informadas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, que entendeu por bem preservar o modelo de participação com a presença do Ministério Público e com a presença do Tribunal de Contas, mas a Ancine, em contrapartida, sempre manteve em seus canais de comunicação todas as informações necessárias para o diálogo seja com o setor, seja com o Parlamento.

Senadora Leila, o caminho para a solução de problemas e crises é o consenso, é o diálogo. E o diálogo se faz pela política e o espaço adequado é o Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado. Se em algum momento, pelas condições que vivenciava a Ancine de precariedade – em uma das ocasiões faltavam cinco dias para o término do meu mandato e eu não me sentia legitimado a responder sobre o futuro da política audiovisual –, mas, se, em algum momento, nós propusemos formas alternativas de participação, foi no intuito de colaborar com o debate, de evitar o conflito, evitar desinformação e investir esforços, como eu disse, na construção de um espaço, do melhor espaço possível para a construção do consenso e para o debate.

Pareceu, em algum momento, Senadora Leila, que era necessário um esforço de credibilidade. Num ambiente de polarização, num ambiente de crise de credibilidade onde os propósitos, as intenções e as biografias são postas em dúvida, nós entendemos que o melhor caminho era trabalhar, oferecer resultados e, aí, conquistar o espaço de dialogar. O que parece é que, no final desse ciclo, se não alcançamos, estamos muito próximos desse ambiente, que é um ambiente de troca de ideias, de troca de informações. Não estou dizendo o consenso da concordância, mas daquela divergência fundamentada e construtiva.

**O SR. VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES** – Nada a reparar aí na fala do indicado Alex Braga.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu concordo com o senhor, mas eu acredito que, para que exista uma construção nesse sentido, até na questão de credibilidade, é importante que a Anvisa chame – a Ancine, me desculpe –, a Ancine chame para a mesa o setor para dialogar. Isso tem faltado. Eu tenho certeza do que eu estou falando.

Com relação ao Fundo Setorial Audiovisual: desde que o senhor assumiu, o senhor disse que há um rombo no fundo, resultante de editais de 2018. O senhor pode explicar qual seria esse rombo e em que data houve a posição deficitária do fundo?

Outra coisa, porque eu gostaria de lincar uma pergunta na outra: se o senhor pode nos dizer qual é o saldo do fundo de 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2020 e, desse saldo, qual foi o montante reservado à linha de fomento, ano a ano, e qual foi o impacto da indústria desse represamento, porque houve um represamento. A gente sabe que houve um represamento. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual o interesse ou a vantagem de se manter o alto valor parado na conta? Eu gostaria de saber.

E se esses recursos não deveriam servir para honrar os compromissos já assumidos, porque houve compromissos assumidos anteriormente pela Ancine que não foram cumpridos – e nós sabemos quais são, com relação a obras, a projetos – e por que não foram dirigidos para as contratações.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero informar que o Sr. Tiago Mafra também está participando dos debates e pode responder também, viu? Está sendo sabatinado.

Então, quando V. Sa. sentir que deve responder e esclarecer, pode falar à vontade.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, eu não sei se eu posso fazer um complemento, se me permite a Senadora, até para que todos possam compreender um pouco do histórico, dos últimos anos, da Ancine, e as dificuldades pelas quais o Sr. Alex Braga, na condução como substituto, teve que agir e se pode mencionar para que todos fiquem esclarecidos.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Eu vou dar um exemplo, pegando o ano...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu gostaria, então...

Permite-me?

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Por favor.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só como carona, porque eu também fiz essa pergunta. Eu queria acrescentar ao que o Senador Portinho aditou ao que a Senadora Leila indagou o seguinte: já que vai fazer um retrospecto de 2018 até hoje, quais os compromissos remanescentes de cada período? Ou seja, 2018 fechou com um saldo financeiro é uma coisa, mas com compromissos de quanto? É um balanço econômico e não apenas financeiro. Idem para 2019, idem para 2020. Eu sei quanto é que tinha na conta, no final de 2020. Eu sei. E quanto é que tinha no fundo, mas quanto é que tinha de compromisso, porque isso é que mostra a saúde. Até o... Tanto os médicos quanto os psiquiatras, representados aqui pelo Dr. Marcelo, sabem que há diferença entre o balanço econômico e o balanço financeiro. O não pagamento de uma obrigação me dá saldo de caixa, mas não elide o compromisso. Então, esse balanço eu acho que anualizaria a pergunta da Senadora Leila, subscrita por nós todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O relatório. Apresentou o relatório...

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Eu vou tomar como exemplo o ano de 2018 e fazer um breve retrospecto ao histórico do fundo setorial, isso com muita tranquilidade, já antecipando que essa matéria foi objeto de uma auditoria operacional do Tribunal de Contas da União, com resultados muito valiosos para que esse episódio não se repita e para que haja um aprimoramento do modelo de governança do Fundo Setorial do Audiovisual.

Historicamente, sabemos que existe recurso orçamentário e recurso financeiro. Historicamente, os anúncios de lançamentos de editais e os editais eram lançados à conta de recursos orçamentários, ou seja, à conta de inscrições em restos a pagar. Vale dizer, o cumprimento das obrigações financeiras ficava dependente, condicionado pela realização financeira daquele empenho. Isso criava um risco para a continuidade e para a segurança da política.

Essa situação foi sendo agravada com o passar dos anos, e citamos o ano de 2018, sem prejuízo, Vinícius Clay, de você trazer outros exemplos. O ano de 2018 é um bom exemplo desse fenômeno. Em 2018, houve o empenho de R$600 milhões para investimento. Houve uma liberação de financeiro de R$389 milhões. Os editais lançados, Senador Esperidião, foram da ordem de R$1,135 bilhão. Ou seja, assumiu-se um compromisso de R$976 milhões além daquilo de que se dispunha de financeiro. Nós não chamamos de rombo, Senadora Leila; nós chamamos de descompasso, desencontro de contas.

O que foi preciso fazer quando assumimos a gestão? Lembramos que assumimos a gestão num cenário de afastamento judicial e de ruptura institucional. Eu assumo o lugar interinamente do então diretor-presidente afastado. Vinícius Clay, à época, assume o lugar do Secretário de Financiamento, então afastado, e a partir daí iniciamos um processo de apuração e de diagnóstico. Nosso propósito era garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos editais lançados, para que não houvesse insegurança e descontinuidade da política pública.

Senadora Leila, talvez Vinícius tenha os números precisos, mas o que eu gostaria de dizer para a senhora é que, ao fim e ao cabo, a política de gestão com compromisso de recursos de 2019 e 2020 garantiram esses R$976 milhões para honrar e cumprir esses anúncios realizados...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Novecentos e setenta e seis milhões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Milhões. Nos últimos dois anos, nós obtivemos R$976 milhões para honrar com compromissos assumidos sem o correspondente lastro financeiro pelas gestões passadas.

E não apenas isso. Por entender que a política pública não é uma política de retrovisor, nós empreendemos todos os esforços para obter disponibilidade financeira para o lançamento de novos editais e de novas chamadas.

Tivemos uma satisfação de que, no ano de 2020, ano da nossa gestão, tínhamos R$300 milhões empenhados, e para a gestão financeira que a Diretoria da Ancine fez, obtivemos um financeiro de R$657 milhões. Então acho que foi a primeira vez em que o fundo tem um superávit, vamos dizer assim, de financeiro tão expressivo. Com isso, nós conseguimos equilibrar as contas.

Eu vou aproveitar a pergunta, Senadora Leila, para uma informação muito valiosa, porque vem do Tribunal de Contas, órgão que tem a função constitucional de auxiliar esta Casa, diante de uma representação por paralisação, por suposta paralisação das atividades da Ancine, representação essa formulada pelo Ministério Público do Tribunal de Contas, a partir de matéria jornalística. E isso é só um registro. Achamos que pessoas públicas devem, sim, prestar contas, e sempre. O Tribunal de Contas decidiu, em paralelo a essa representação, fazer uma auditoria operacional do fundo setorial. Essa foi uma das razões colaterais do atraso, inclusive na convocação da Câmara Técnica de Produção, porque, no final do ano passado e início deste ano, nós dedicamos – não é, Vinícius? – cerca de 90 dias a um trabalho de imersão dos auditores do Tribunal de Contas, trabalho muito valioso, reuniões semanais com todas as equipes.

E eu gostaria de registrar as conclusões desse relatório sobre a redução do ritmo de seleções e contratações do fundo, observada nesse último ano. Redução de ritmo não é paralisação. Diz o relatório:

> Reputa-se que as medidas adotadas pela atual gestão da autarquia, de contenção temporária de comprometimentos e desembolsos, se fizeram não apenas necessárias, mas imprescindíveis, na medida em que os recursos financeiros em caixa, isto é, mantidos pelos agentes financeiros, não seriam suficientes para honrar as obrigações previamente assumidas, caso a política de investimento mantivesse o ritmo de execução dos exercícios imediatamente anteriores. Em outras palavras [diz o relatório], as referidas providências se mostraram indispensáveis para reequilibrar a posição financeira do fundo e assim garantir a continuidade da política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa auditoria está hoje apensada ao processo de representação, que conta com manifestação e pronunciamento similar do Ministério Público do Tribunal de Contas. Portanto, o órgão formulador da representação, quando analisa não só os aspectos orçamentários e financeiros, mas também a situação da Covid, diz o Ministério Público do Tribunal de Contas: "Os dirigentes da Ancine foram prudentes ao reduzir o ritmo dos novos projetos e reservar parte do orçamento para o incremento de novas despesas", porque a esse momento era informado pelas entidades representativas que prazos seriam comprometidos. E, de fato, foram. A Lei Aldir Blanc – e veio a Aldir Blanc 2, que prorroga esse prazo de 12 meses para 24 meses – é prova de que esses prazos foram comprometidos, mas também os orçamentos foram comprometidos. Vou dar um exemplo clássico: antigamente se transportavam 12 numa van, agora têm que ir seis. Portanto, não é mais uma van, mas três vans para o transporte. Há um aumento de custos.

Diz o Ministério Público do Tribunal de Contas da União: "Manter o volume financeiro das liberações, diante da queda de arrecadação provocada pela desaceleração da economia e da impossibilidade de os agentes trabalharem e concluírem seus projetos, pode resultar em uma quantidade grande de obras inacabadas com passivo financeiro a ser justificado. Simplesmente determinar que os gestores do FSA realizem aprovação e liberações sem atentarem para a situação que os projetos em andamento estão enfrentando é algo temerário para os gestores e para os próprios produtores".

Ele enfatiza: "Estamos saindo de uma segunda onda de Covid e uma terceira não está descartada. Não parece razoável comprometer o recurso do FSA diante da certeza de que o cronograma e o custo do que foi inicialmente ajustado precisará ser revisto".

Essas constatações, aqui, dialogam com o que fora deliberado na última reunião do Comitê Gestor, salvo engano, Vinicius, de 12 de maio, em que uma das diretrizes para os novos investimentos é considerar a situação da Covid e a recuperação da atividade no cenário pós-Covid.

Temos hoje, Sras. e Srs. Senadores, 2,1 mil projetos em fase de execução, perfazendo um investimento de R$2 bilhões. Não estou me referindo a projetos em fase de prestação de contas, são projetos que estão em execução. Muitos desses projetos ainda necessitam de recursos para a sua conclusão, para a sua finalização. E é por isso que esses novos recursos, esses cerca de R$450 milhões, certamente – não é Vinicius Clay? – serão dedicados também a resgatar e amparar esses produtores que foram surpreendidos pela situação de Covid.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só para complementar sua resposta aqui: a pandemia é de 2020. Então, está claro que eu entendo, 2020/21, a paralisação das produções. Mas eu questionei o senhor sobre o saldo do fundo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2018 e 2019 e se foi reservada uma linha de fomento naqueles anos também. Isso não foi respondido. Em 2018 e 2019. Em 2020 e 2021 eu entendo que nós tivemos a pandemia. Mas, em 2018 e 2019, o que aconteceu? Enfim, esse recurso do fundo não foi... Acredito que ele não tenha sido investido conforme a expectativa do setor. Então, gostaria de uma explicação de vocês.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu gostaria de fazer um adendo também.

O Alex citou que, antes, eram contratadas produções sem os recursos financeiros integrais, se eu entendi bem. Eu queria só uma explicação aí, a reboque do que a Senadora Leila...

Digo antes, naturalmente, nesse período aí, anterior, até a gestão de vocês, 2018, 2019.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – O Vinícius Clay tem maiores informações sobre o assunto, mas eu gostaria de deixar claro que todos os recursos disponíveis no Fundo Setorial foram e serão aplicados em favor da atividade. Aquelas disponibilidades necessárias para arcar com os compromissos dos editais de 2018 e 2019, Senadora Leila, estão sendo investidas e estão reservadas para o investimento dos projetos que estão em curso.

Recursos de crédito, valores de crédito foram também utilizados no ano de 2020. Costuma-se dizer que a Ancine não lançou editais em 2020. A Ancine lançou. A Ancine lançou linhas de crédito de capital de giro para empresas do setor audiovisual. Nós nos orgulhamos dessa linha, linhas lançadas com o BNDES e que conseguiram, num curto espaço de tempo, colocar à disposição de todos os agentes da atividade, R$400 milhões, em valores com carência, com taxas subsidiadas, com indutores para a manutenção de empregos.

Pudemos criar, também, aquilo que foi o nosso programa, a gente tem sempre aquele programa do coração, que é o Programa de Apoio ao Pequeno Exibidor, aquela sala de cinema dos pequenos Municípios. Conseguimos que 577 complexos fossem contemplados com valores não-reembolsáveis para ajudar a custear as despesas do fechamento e da interrupção temporária de suas atividades.

Então, investimento, crédito e valores não-reembolsáveis foram todos colocados à disposição e investidos no setor.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sr. Presidente, perdoe-me a deselegância...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Veneziano.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – É só para dirimir – e o nosso propósito é tão somente, não só o propósito, a necessidade... É exatamente por essa razão que cá estamos a ter este momento de sabatina.

V. Sa. respondeu pela Procuradoria da Ancine? Em qual período, por gentileza?

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Até o ano de 2017.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – De dois mil e quanto até...

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – De 2009 a 2017.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – De 2009 a 2017.

E aí, na esteira daquilo que V. Sa. identificou – com o que todos nós concordamos –, V. Sa. não fez qualquer gestão para que fatos dessa natureza, de comprometimentos sem haver o financeiro não fossem impedidos por quem respondia pela presidência da Ancine, sendo procurador da Ancine?

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – O Comitê Gestor do Fundo Setorial é um órgão do então Ministério da Cultura e, atualmente, do Ministério do Turismo. Existia uma prática de governança que nós mudamos na nossa gestão em que as decisões eram tomadas no Comitê Gestor, não passavam pela diretoria colegiada da Ancine. Vale dizer: as propostas que o Presidente da Ancine apresentava ao Comitê Gestor não eram submetidas ao colegiado da Ancine, e, portanto, não eram objeto de processos administrativos na Ancine.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Simplesmente, vocês cruzavam os braços e as coisas aconteciam dessa forma.

Isso é um ponto relevante!

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – As coisas eram deliberadas no Comitê Gestor.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Mas convenhamos, para quem tem formação na área – e V. Exa. deixou muito claro e não se discute a sua formação técnica, o currículo de V. Sa. é bastante vasto –, convenhamos, não é o fato de não passar que sugeriria a omissão da Ancine e a omissão de quem, com todo respeito, não é... Com todo respeito, mas V. Sa., na condição de procurador dessa autarquia, sabendo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que agora está a nos retratar, apontando falhas com as quais nós concordamos, ou seja, do apontamento e da indicação com o que nós não nos comprometemos, ou seja, você fazer compromisso sem ter como pagar e V. Sa. ficar calado, perdoe-me, não é absolutamente compreensível,

É apenas um registro, Sr. Presidente,

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas é porque... Desculpa interromper, mas é que eu acho que o sistema de liberação de recursos era a conta-gotas, de acordo com as etapas da produção – e isso ia acumulando, se eu não me engano. Essa foi a razão da minha pergunta.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Senadora...

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Então, só para que eu não faça nenhum juízo temerário ao seu comportamento: só ocorreu uma única vez esse procedimento, no caso, em 2018, ou em outros anos isso pode ter sido verificado?

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Em outros anos... Isso aconteceu em outros anos.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – É aí onde eu estou a dizer.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – A questão que deve ser esclarecida, Senadora, é que, no exercício das funções de assessoramento e consultoria, me é dado a opinar naquilo que me é submetido e eu tomo providências a partir do momento que tomo conhecimento.

Tomamos conhecimento. Muitos servidores de carreira, com anos de experiência na Ancine, o próprio então Secretário de Financiamento, Vinicius Clay, ficamos surpresos quando fizemos um diagnóstico da Ancine e encontramos informações que não eram do conhecimento do corpo diretivo, do corpo de servidores e do corpo técnico da agência.

É por essa razão, Senador, que o Tribunal de Contas entendeu por bem fazer uma auditoria de governança do fundo e, a partir daí, elencar cerca de uma dezena de recomendações, no sentido de fortalecer a governança, vale dizer, desde princípios básicos.

Muitas vezes, a desinformação no setor do audiovisual se dá porque, muitas vezes, nós ficamos perplexos com o óbvio. Senador, não era feita uma análise de capacidade operacional para lançamento dos editais, quiçá de disponibilidade financeira. Se eu vou anunciar um edital que objetiva selecionar cem projetos, dois requisitos mínimos devem existir: eu devo ter capacidade de analisar os cem projetos e eu tenho que ter recursos para financiar os cem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





projetos, sob pena de frustrar expectativas e prestar um desserviço a uma atividade tão relevante. E isso era praticado rotineiramente e reiteradamente na Ancine.

A Diretoria Colegiada da Ancine e, por consequência, o seu corpo de servidores e o seu corpo técnico eram alijado de decisões tomadas no âmbito do comitê gestor do fundo setorial. Muitos dos problemas hoje enfrentados são resultados dessas falhas de governança.

Como eu falei, nós dedicamos nossa energia, até a custo de acusações, mas nós vamos responder a elas, tentar esclarecer os fatos... Nossa energia não foi para criticar, não foi para acusar. Nesse momento tão sério, tão delicado, concentramos nossa energia nas correções, nos processos de correção, e tivemos aí o reconhecimento do Tribunal de Contas, junto com novas recomendações que nos ajudaram, e vão nos ajudar, no lançamento dessas novas linhas que, espero eu, sejam anunciadas ou iniciadas na reunião do dia 4 de agosto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A palavra continua com a Senadora Leila.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom, eu vou finalizar, porque certamente os meus colegas aqui terão outros questionamentos.

O último que eu tenho é que os produtores aqui das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste reclamam que a cota legal de 30% dos investimentos, prevista em lei, e também de ocupação das grades de TV não foi cumprida na recente gestão.

Eu pergunto a vocês o que vocês têm a dizer sobre essa questão, dessa conta de 30% que ainda não foi... não tem sido liberada.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Senadora Leila, existe uma imposição legal para que parcelas dos recursos do fundo sejam investidas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Houve uma construção normativa para compreender também a Região Sul, incluindo Espírito Santo e Minas Gerais.

Historicamente, não se tem alcançado essas metas. Nosso compromisso no lançamento das próximas linhas é não só alcançar, mas ultrapassar essas metas. Entre as diretrizes aprovadas na resolução do comitê gestor, por meio de proposta da Ancine, está o compromisso com a regionalização, mas trago para a Sra. Senadora um dado muito interessante: A Ancine adotou um programa de integridade. Dentro de muitos desses problemas de governança da agência, desde a apresentação de propostas pelo Presidente da Ancine sem avaliação técnica e orçamentária por parte da Ancine, nós encontramos inconsistências e impropriedades na priorização de projetos audiovisuais. Não conseguimos encontrar qual critério era utilizado para um projeto ser contratado em detrimento do outro. Uma das...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu mencionei, usando os benefícios trazidos pela Lei Geral das Agências, que impõe lá a integridade – e nem precisava fazê-lo, a Ancine adota o seu programa de integridade –, passamos a atuar, Senadora Leila, com transparência e critérios objetivos. O resultado disso nos foi muito satisfatório, isso sem lançar nenhum edital novo, só com base naquilo que havia sido lançado. Houve um aumento significativo do percentual de produtoras fora do eixo Rio-São Paulo contratadas. Nada contra Rio-São Paulo, mas eu dou um exemplo: em 2020... Em 2019, 57% dos contratos eram da Região Sudeste. Em 2020, a partir da aplicação dos novos critérios, esse percentual cai para 46%, à medida que o percentual das outras regiões aumenta. Em 2021, ele cai para 41%.

Não diferente a situação... Aliás, mais estimulante é a situação dos iniciantes, que são aqueles produtores que estão no primeiro, segundo e terceiro filme. Quando nós publicamos uma lista e passamos a dar um tratamento isonômico... Veja, o que a gente chama é que não é uma lista burra, não é? É uma lista que tem critérios de priorização. Obras que vão ter lançamento próximo; obras que estão em fase de finalização. Existem critérios para que você possa priorizar um projeto em detrimento do outro, mas critérios objetivos, claros e bem definidos.

Aumentou-se, nos anos de 2020 e 2021, em 10% a participação dos iniciantes nos investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual.

Eu queria dizer, Senadora Leila, que esse cenário nos estimula a manter esse modelo de funcionamento de forma clara, objetiva e olhar com maior cuidado para os agentes regionais.

**O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS** – Presidente? Presidente, posso fazer uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Sr. Tiago.

**O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS** – Desculpe a interrupção.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, com todo o direito. V. Sa. está aqui para isso mesmo. Pode prestar seus esclarecimentos.

**O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS** – Não, não, é só para não... Na verdade, o meu silêncio às primeiras perguntas foi de concordância para corroborar com a manifestação dos dois indicados.

Sobre a situação realmente do fundo, eu, como servidor, também deveria ter essa obrigação, e realmente não disponho de dados. Foi exatamente depois de tomar conhecimento do desvelamento dessa situação e das ações tomadas, eu, como servidor há 15 anos da casa, decidi, por convicção, participar dessa gestão como secretário de políticas. Então, assim, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





também fui surpreendido como era conduzido o fundo. E olha que eu sou pesquisador, sou interessado no assunto, sei como é que se modela o fundo, pesquiso fundo, ano a ano, e, de fato, fui surpreendido pelo modelo de gestão do fundo.

Cabe ressaltar aqui que o fundo, mesmo abaixo do valor necessário para o mercado, ainda é muito mais eficiente que a maior parte dos fundos públicos de investimento setorial. É um fundo público.

Então, se fizer um *benchmark* com o Fust e Fistel... Não estou dizendo em termos de porte, que obviamente é muito reduzido, mas ele é muito eficiente, ainda que abaixo de sua integralidade de recursos que lá existem; e, por gestão macroeconômica, não vêm para a conta, não podem ser desembolsados na sua integralidade.

Agora, eu concordo com a Senadora Leila sobre a necessidade de você incrementar as políticas públicas para a região fora do Rio e São Paulo. Eu tenho um dado aqui, tirado do IBGE, da participação de empregos no setor audiovisual por região: Sudeste, em 2019, 60% dos empregos estavam na Região Sudeste. Então, não é só investir em produção, não é só ter produtores produzindo obras, mas é a garantia de que haja efetiva participação dos cidadãos dessas regiões nas produções.

Como dado, por exemplo, a Região Norte conta com apenas 5% dos empregos gerados no setor. É um número muito abaixo do Sudeste. Se pegar, por exemplo, Rio e São Paulo, Rio tem 20%, São Paulo, 33% dos empregos gerados. Então, assim, é um dado que corrobora a preocupação da Senadora e as palavras dos meus colegas. Mas é isso, é para... O meu silêncio foi de concordância. Eu deixei, porque realmente eu não participei das gestões. Mas sou um observador e, ao tomar conhecimento, decidi ajudar a gestão mais do ponto de vista de regulação, mas com convicção de que – acertado até, parece que confirmado pelo TCU – não era só essencial, mas necessária a gestão feita naquele momento.

Então, era só para prestar esses esclarecimentos.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Sr. Tiago, está esclarecido.

Senadora Leila.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Como falei, eu agradeço. Agradeço aos indicados as respostas e, agora, deixo a palavra aos meus colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS** – Obrigado, Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Próximo inscrito, Senador Esperidião Amin, com a palavra para fazer a sua sabatina.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Apesar de ser terça-feira. Sabatina, como se sabe, era uma instituição dos sábados, de avaliação do que você aprendeu na semana.

Presidente, eu acho que foi muito importante, mesmo que tenha sido, aparentemente, apenas um ato de cavalheirismo, dar a palavra, primeiro, para a Senadora Leila.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Agradeço, mestre.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi realmente importante, porque o meu *script* era o mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. não só tem razão, como V. Exa. pode ter constatado que a Senadora Leila foi a única que falou aqui com o tempo ilimitado.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu agradeço, agradeço.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E que isso não sirva de exemplo, mas ela abordou, inclusive, os tópicos que eu tinha aqui nos meus subsídios, ou seja, nas informações e questionamentos.

Então, eu quero cumprimentar os três indicados.

Ouviu, Senador Portinho? Os três indicados – sem nenhuma conotação, que poderia ser perversidade de sua parte, mas ninguém vai pensar isso.

E quero lhes dizer que eu fiquei satisfeito até por saber que são pessoas ligadas ao setor, ligadas ao fomento do setor, até porque a agência tem um nome... Eu não quero discutir aqui com o Senador Anastasia, mas agência reguladora é outra coisa. É muito mais uma agência de fomento, em primeiro lugar, e regulação; regulação na busca de critério, de governança, de explicitação de critérios e prioridades de política pública.

Mas eu queria dizer que, mesmo não sendo profissional, sou um curioso desta área. O Senador Dário Berger foi Prefeito de Florianópolis já neste século – neste milênio, portanto –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas o Fundo de Apoio ao Cinema de Florianópolis data de 1989, como lei municipal. E eu era o Prefeito nessa época. Então, eu sou um curioso. Como Governador, lançamos os editais, os primeiros editais, inclusive, para filmes de longa-metragem. Conseguimos patrocinar o primeiro longa-metragem moderno, porque o primeiro de Florianópolis fez jus ao seu nome, O Preço da Ilusão – ninguém assistiu –, nos anos 50 do século passado.

Então, eu tenho acompanhado, de alguma forma, como observador, como torcedor e, às vezes, até como interlocutor das pessoas que são movidas por essa paixão profissionalmente. E eu tenho um apreço muito grande por quem tem a capacidade de transformar essa paixão, essa arte fascinante do audiovisual em algo que chega a ser preferido, que chega a ser voluntariamente procurado, até produzindo aficionados.

E acho que não custa nada que os senhores também nos deem uma ideia do que representa isso para a economia brasileira, porque eu acho que muito pouca gente sabe o quanto monta, na economia brasileira, o giro do audiovisual. Em 2018, pelo que eu tenho de dados oficiais, chega a quase R$30 bilhões – antes da pandemia, evidentemente. Isso envolve 300 mil pessoas. Então, não é um ramo econômico... Agora, tirando a paixão, é um ramo econômico muito importante. E é lógico que ele não pode ser concentrado. E a busca de critérios jamais satisfará a todos. Então, eu estou me baseando nas perguntas que a Senadora Leila fez para transformar as perguntas em uma espécie de advertência e sugestão.

O Dr. Alex se formou com 22 anos?

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** (*Fora do microfone.*) – Com 23 anos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não; 22. Se está há 20 anos como advogado e tem 42, alguma coisa está errada aí na conta.

Eu também me formei em Direito...

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – É que eu sou de setembro. Então, eu fico sempre na virada.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sou de dezembro. Eu também me formei com 22 anos de idade em Direito. Você se formou três meses antes do que eu, comparando com a minha idade. E entrou direto para a Procuradoria?

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Como bom aluno da universidade pública, com minha formação prevista para dezembro de 2001, eu prontamente me formei em maio de 2002, por conta das greves, e ingressei na AGU em agosto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso hoje seria um fura fila.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – ... de 2002.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já que está na moda o fura fila da vacina, isso seria um fura fila. Mas é lícito, é legal; eu conheço o mecanismo. Eu lhe dou parabéns.

Então, queria salientar aqui o seguinte – é uma advertência e uma sugestão –: muitos reclamam da falta de diálogo. Muitos. E a Senadora Leila começou por isso; foi sua primeira pergunta. Eu transformo a pergunta numa sugestão, que, eu me permito dizer, é quase um conselho: não tenha medo de dialogar. Vá firme, ouça e nem sempre concorde, porque também os que vão te ouvir nem sempre vão concordar. Não há nada de mal nisso. Isso faz parte da coexistência. E quem lida com a arte tem que saber coexistir. Então, é uma advertência e uma sugestão. Esbanje diálogo! Isso vale para o Alex, para o Tiago e para o Vinícius. Confrontar ideias não é ruim. O pior é esconder, o pior é partir para soluções mais extremadas. Coexista, regionalize mesmo!

Minha sugestão: faça reuniões, depois dessa do dia 4 de outubro, regionalizadas. O polo de Florianópolis é um polo modesto, mas o Sul do Brasil... Eu não sei se vocês já fizeram alguma vez uma reunião descentralizada no Sul do País. Já fizeram? (*Pausa.*)

Pois é, imaginem no Norte, com toda aquela riqueza cultural; no Nordeste... No Centro-Oeste está implícito isso. Então, eu acho que vocês devem regionalizar o debate. Por isso, o diálogo será muito necessário.

E eu tenho muita compreensão para o que alguns criticam. Paralisia: eu acho que a prudência na gestão financeira gera credibilidade. É muito complicado. Você aprova um projeto plurianual.

Uma produção cinematográfica pode durar mais, pode varar o ano e, às vezes, pode varar mais do que um ano ou dois anos, e é lógico que os desembolsos – não é isso, Senador Marcelo? – prosseguem ao longo... Há imprevistos. Há acidentes.

Então, eu louvo, eu compreendo – eu diria – a precaução que até o Tribunal de Contas registrou. Mais do que nunca, nós temos que tomar cuidado para não assumir compromissos, que depois não serão cumpridos, e aí vem o descrédito, vem a desmoralização e vêm os favorecimentos, porque, aí, sim, o furar a fila passa a ser outra coisa. Quando eu tenho dez para pagar cem, é muito difícil haver soluções publicáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





E acho que vocês vão ter que conceber e propor para o Parlamento essa função reguladora, que foi objeto, inclusive, da intervenção correta do Senador Veneziano. Uma coisa é fomentar – fomentar dentro de critérios, de política pública, de visão nacional – neste continente Brasil do ponto de vista cultural e as suas manifestações e as suas criações.

Então, eu queria sugerir que vocês debatessem. Repito: abusem do diálogo, não abusem da execução financeira ou do comprometimento financeiro, porque realmente nós estamos vivendo um período anormal; 2020 e 2021 serão registrados como períodos absolutamente anormais. E a arte que vai florescer nesse pós-pandemia vai ser muito interessante. Haverá muitos efeitos e fluidos desse momento de tristeza, de dor, de solidão, de canseira e de impaciência. Então, a captação disso no audiovisual vai ser muito interessante. Mais um motivo para vocês regionalizarem, a partir desse dia 4 de agosto. Vocês vão fazer uma reunião, provavelmente, no Rio.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Aqui, em Brasília.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em Brasília.

Abram a vista e a presença, pelo menos nas cinco regiões do Brasil, para ouvirem, para conversarem, para escutarem desaforo; tudo isso significa energia.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Sim.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque o falado não contunde e pode enriquecer.

Então, essa é a minha contribuição, secundando praticamente todas as perguntas que a Senadora Leila em boa hora fez também em meu nome.

Obrigado.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Esperidião Amin.

O próximo inscrito é o Senador Carlos Portinho, com a palavra.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Marcelo Castro, e a todos os aqui sabatinados.

Eu quero lembrar que o cinema brasileiro, como grande produto da nossa economia, além de revelar diversos atores, artistas e atrizes e além de todo esse mercado de trabalho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele gera, hoje tem campeões de bilheteria, e isso é um trabalho da Ancine, um trabalho de muitos anos.

Faço aqui referência à memória do autor Paulo Gustavo, um campeão de bilheteria; ao produtor e diretor Roberto Santucci e à atriz Ingrid Guimarães, de "De pernas pro Ar", campeão de bilheteria. São filmes que, na grade da tevê, batem grandes produções de Hollywood.

Quero também fazer referência aos produtores independentes. O Brasil, representado em Veneza, recentemente, pelo diretor Lucas Vasconcelos, jovem, Daniel van Hoogstraten e tantos outros que desenvolvem essa cadeia de cinema, e eu tenho certeza, Senador Esperidião, que, talvez, a interinidade – e eu acho que esse é o maior – a que eu não atribuo a nenhum dos três. Isso é uma questão de política pública –, a interinidade foi muito prejudicial, além da Covid, naturalmente, à produção do cinema nacional, somada, pelo que eu compreendi aqui, a um sistema que eu vi, muito parecido quando fui Secretário de Ambiente do Estado do Rio...

Lá temos o Fecam, que é o fundo ambiental. Quando eu olhei a carteira de projetos do Fecam e o que o Fecam tinha – projetos importantíssimos, e todo dia chegava projeto ambiental importante, porque a produção é incessante, como é a produção de cinema –, eu olhava o saldo do fundo e falava "gente, para! Não dá, por melhor que seja o projeto, a gente absorver para dentro da carteira um projeto se eu não tenho um financeiro para executá-lo. Eu já estou com dificuldade de pagamento nas parcelas do que está em execução, como é que eu posso assumir mais compromisso?" E foi nesse sentido, Senador Veneziano, que foi minha compreensão sobre o que estavam falando, até porque, como há etapas no financiamento de uma produção, pelo que eu entendi, os recursos eram suficientes para uma etapa, mas faltava para as etapas seguintes. E isso veio se acumulando nas gestões passadas até que, talvez até pelo viés de advogado que é o sabatinado Alex, ele deve ter se deparado com aquilo e falado "para! Não posso continuar assinando, porque eu estou assinando sem previsão financeira".

Então, por maior que seja o interesse do setor em produzir e produzir mais, tem que ser compatível com a disponibilização dos recursos, e isso, pelo que eu entendi de tudo aqui, é o que represou e que gerou várias demandas judiciais a partir do momento em que eles estabeleceram uma fila com direções previamente debatidas do que seria privilegiado, aqueles pagamentos, produções já perto do fim, etc, e aquele que fica atrás fica insatisfeito e fala "opa, vai faltar dinheiro para mim. Deixa eu ir lá na Justiça, que o juiz vai dar uma canetada, como dá na fila de saúde e passa..." É o famoso fura-fila. E fura a fila.

Então, eu queria, a partir dessa minha observação, fazer algumas perguntas. A primeira é dirigida ao Alex.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como os indicados pretendem desburocratizar esses processos em relação à execução dos recursos? Quais os planos para desburocratização e criação de regras exequíveis pelas empresas, ao mesmo tempo em que viabilizem a fiscalização eficaz? Porque é como disse o Alex: também não adianta eu liberar mil projetos num ano se eu não tenho como fiscalizar mil projetos.

Eu gostaria que se manifestasse.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** (Para expor.) – Senador Portinho, nós, a Ancine trabalhou com algumas premissas ao longo da sua história, e aqui o que nós estamos fazendo é um diagnóstico. Nós entendemos que todos trabalharam e contribuíram com suas melhores intenções e melhores esforços.

Mas, na construção da política audiovisual, muito embora a medida provisória fosse muito clara no desenvolvimento de uma atividade audiovisual vocacionada à formação de uma indústria, todo o arranjo normativo da Ancine não se dedicou a dizer o que não pode, e dar certa liberdade aos arranjos, aos modelos de negócio, à livre iniciativa, algo que é muito natural da atividade audiovisual. É uma atividade ligada à inovação, à criação, novos modelos surgem a todo momento.

A partir do momento em que a Ancine diz o que pode, o volume de exceções é um crescente. Quando a agência começa a ter áreas que tratam do mesmo assunto com interpretações diferentes, você passa a ter conflitos internos de tratamento. Quando não existem metas e diretrizes para o investimento, uma meta muito simples, concluir um filme, você passa a impor prejuízo ao produtor. O produtor apresenta um orçamento, vamos supor, de R$1 milhão. Se eu tenho R$1 milhão e acredito que aquele projeto vale R$1 milhão, eu deveria investir R$1 milhão e atingir a meta, o objetivo de ver aquela obra concluída. Ou, se eu acho que ele não vale R$1 milhão, eu digo vale 800. Consiga os 200 e eu lhe dou os 800. O que acontecia historicamente é que, para além dessas duas primeiras situações, o fundo sempre concorreu com menos do que o produtor precisava para cumprir suas etapas de produção.

Então, são produtoras que vivem a insegurança dos pedidos de exceção, tentando adequar a realidade da vida aos modelos e aos padrões estabelecidos nas normas da Ancine. Vivem, convivem – essa segunda etapa conseguimos resolver na interinidade –, convivem com interpretações distintas de áreas de um mesmo processo linear e são forçadas a sempre voltar para a fila, porque sempre precisam de mais investimento para concluir seu projeto. Isso aumenta e aumenta e muito o risco do produtor. Isso aumenta e aumenta e muito o risco de que, ao fim e ao cabo, a sua prestação de contas tenha problemas porque, é claro, ele teve o seu cronograma, ele teve o seu orçamento desorganizado. Então, na nossa percepção, o maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peso da chamada burocracia do audiovisual é esse sistema perverso de análise, aprovação e acompanhamento de projetos audiovisuais.

Durante a interinidade, foi possível fazer as mudanças internas, reestruturação de áreas, evitando sobreposição, sombreamento de funções, otimizando e qualificando a mão de obra, mas o aperfeiçoamento dessas regras e a adoção de uma nova lógica de um fundo que tenha como meta a conclusão da obra é um desafio para esse novo ciclo de gestão.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu gostaria de juntar aqui algumas perguntas do setor e que se tornam, de certa maneira, compromissos. A primeira delas é com relação à questão do VOD, que foi, inclusive, um tema aqui que o nosso Senador Izalci colocou, e eu me posicionei, inclusive, pela alíquota da Condecine sobre essas obras. Entendo que o *streaming* vai substituir gradativamente, já está acontecendo e será definitivo. O meu filho, por exemplo, não assiste a canais de tevê fechados, ele assiste aqui ao que tem no celular, no *streaming*.

Eu gostaria de saber, primeiro, a posição da Ancine. E acredito – e aqui posso estar enganado, estou só me antecipando, quero até que me corrijam se eu estiver errado – que a interinidade também tenha prejudicado a discussão por parte da Ancine dessa política pública. Eu gostaria de saber, a partir da sua nomeação, como é que você enxerga que a Ancine pode se posicionar com relação à questão do VOD.

E gostaria também, na mesma linha do compromisso... O Presidente Bolsonaro já havia dito... Que não me ouça aqui o Senador Izalci, que gostaria de trazer a Ancine para Brasília. Mas eu, como carioca e Senador do Brasil, Senador do Rio de Janeiro, gostaria de saber se a Ancine será mantida no Rio de Janeiro ou se pelo menos a sua ideia é manter a Ancine no Rio de Janeiro.

VOD e sede da Ancine seriam as minhas perguntas.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Eu talvez peça para o Tiago falar um pouco de VOD. O Tiago vem tratando disso e participando com brilhantismo no grupo de trabalho de SeAC, criado no âmbito Ministério das Comunicações, que, por razões de convergência tecnológica, vai produzir entendimentos e conclusões muito relevantes sobre VOD.

Mas eu não vou deixar de falar da questão da sede da Ancine no Rio de Janeiro e em Brasília. Primeiro, eu sou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o *streaming.*

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Netflix, Amazon...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu também aprendi agora isso.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Primeiro, Senador Portinho, o senhor se esqueceu de dizer, quando fez referência...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vou pedir ao Senador Carlos Portinho e aos mais jovens que, quando forem falar desses assuntos, levem em consideração o septuagenário. (*Risos.*)

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem toda razão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Me explique o que é *video on demand.*

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É aquilo que você paga para assistir. É o *pay-per-view*. De alguma maneira, é parecido.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Quando o Flamengo perde, por exemplo?

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desliga a tevê. (*Risos.*)

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Bom, por falar em territorialidade, só faltou o Senador Portinho, quando fez referência ao Paulo Gustavo, campeão de bilheteria... Aliás, Minha Mãe É Uma Peça 3 foi o maior campeão de bilheteria do cinema brasileiro no ano de 2020. Os resultados das multinacionais de cinema no Brasil foram superiores ao do mundo todo. Existe uma compreensão de que o conteúdo local é muito relevante para o mercado de exibição cinematográfica. Então, temos que cuidar, sim, da produção cinematográfica. Mas só faltou o Senador dizer que ele é de Niterói. Niterói é aquela cidade ali. O Rio de Janeiro fica na região metropolitana de Niterói. (*Risos.*)

Mas a questão de Brasília, Senadora Leila... A questão de Brasília é uma compreensão de que... Até para efeito do que o Senador Esperidião disse, Brasília é onde estão os representantes do Estado, Brasília é o *hub* do Brasil. A Ancine tem que estar mais presente em Brasília como o primeiro passo nesse processo de regionalização. O Brasil é muito grande, é muito vasto, tem necessidades diversas. O audiovisual dialoga com inovação tecnológica.

Então, não basta, Senador – o senhor tem toda a razão –, só estabelecer critérios e abrir editais; é preciso formar a demanda, é preciso capacitar jovens, é preciso investir em polos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





tecnológicos. E a participação dos entes locais, das prefeituras e do Estado é muito importante, porque cada Estado conhece a sua necessidade, tem o conhecimento e tem a *expertise*.

Não raras vezes, quando nós conversamos ou estamos aqui em Brasília conversando com o Senador, muitas vezes dizem, ou algum Deputado diz: "A Ancine é aquela instituição que fica ali no Rio, não é?". Então, ela se tornou quase uma autarquia local, quando, na verdade, ela é uma autarquia nacional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Exato.

Então, a nossa compreensão é a de que temos que ter uma maior participação em Brasília, sem prejuízo de que algumas áreas da agência, talvez, funcionem melhor em Brasília. Eu penso que, se pela lei das agências a Ancine tem autonomia orçamentária e financeira, por que a sua Gerência de Finanças e Orçamento não está em Brasília, para facilitar a dinâmica e melhorar o funcionamento da agência, ou outros órgãos que têm uma interface muito próxima em Brasília?

Então, aumentar a participação da Ancine em Brasília e a presença dos diretores e do seu corpo técnico, para dialogar com o Congresso Nacional e para haver aqui os encontros – Prefeitos e secretários vêm frequentemente a Brasília –, esse é o espírito da vinda para Brasília.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

**O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS** (Para expor.) – Senador Presidente, com licença...

Eu queria complementar... Em relação ao VOD, é um debate que está em curso. Eu acho que muitos falam em demora legislativa. Eu acho que não é demora. Eu acho que é um... Se você pegar o mercado em 2018, como ele era em 2018 e como ele é hoje, verá que ele é totalmente diferente. Novos *players* entraram. Realmente, havia só um agente internacional no Brasil; hoje já uma entrada de novos agentes tão representativos quanto esse mais vultoso.

É um segmento que realmente... É exatamente isto que você falou: quanto ao *share* de audiência, o Ibope mostra que, a cada cem domicílios, hoje em dia, já se chega a 20% das TVs assistindo aos conteúdos *over the top*, que são os que abrangem... A TV aberta permanece na casa dos 40%, e a TV paga, infelizmente, começa a reduzir seu *share* de audiência na casa dos 25%. Então, acredito que, tão logo, o VOD vai passar inclusive a própria TV paga. Isso para um ambiente de mercado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu queria dialogar um pouco com o Senador Esperidião Amin. Fiquei muito feliz com as colocações, com a preocupação sobre o papel da agência como reguladora.

Eu entendo que a regulação não se deve dar de forma estanque dos outros ambientes de debate, de formulação de políticas, como é aqui o Senado. Eu gostaria de ver a Ancine... Ela realmente atua de forma estanque, mas eu gostaria de ver Ancine participando do fluxo de proposições. Por exemplo, no VOD é importante a nossa participação, inclusive para avaliação, e não só para avaliação pré. Na verdade, a própria formulação de políticas exige que, depois de editada, haja um acompanhamento. Aí é o papel da agência reguladora: é regular por informação, é antecipar movimentos, é saber quais movimentos foram feitos e que não estão gerando eficiência de mercado, quais são as correções necessárias a serem feitas, esse é o papel da agência.

Sobre o VOD especificamente, o debate que deve ser feito é: quais produções, quem são as produtoras, quem são as empresas que devem atuar no mercado, se há necessidade ou não de vedar algum arranjo, se há alguma barreira, se há necessidade de haver a garantia de cota – esses são os debates que estão na mesa –, qual o modelo de financiamento mais adequado, lembrando que é um setor que já vinha investindo no País em produções. O principal agente divulgou, ano passado, investimentos na casa de 300 milhões noticiados. Então, assim, é verificar qual o melhor modelo de financiamento, qual é o melhor Cydia, como operar?

A gente já verificou, eu fiz uma análise na Secretaria de Políticas Regulatórias sobre a incidência de Condecine Título no segmento de VOD, e ela é completamente inadequada, não serve para um segmento que funciona por catálogo. Na verdade, o que isso vai fazer é a redução, você vai provocar a redução de catálogos e aumento na assinatura. E aí eu avanço até um pouco nos debates de cota, por exemplo, no próprio VOD. Eu acho que uma preocupação anterior, vendo até pela audiência, uma preocupação anterior não é a garantia, não é pensar essencialmente na garantia do conteúdo brasileiro nessas plataformas, mas o acesso, a ampliação do acesso a elas, lembrando que são tecnologias de fruição de audiovisual via internet. Então, acho que a maior preocupação – e o Senado aqui tem travado excelentes debates, feito propostas excelentes no incremento do acesso à banda larga –, essa é uma preocupação que eu entendo mais imediata.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito.

Eu gostaria só de encerrar minha participação, Sr. Presidente, fazendo uma pergunta que me veio também de alguns produtores independentes, quanto à Cota de Tela do cinema e das cotas do SeAC, Lei do Acesso Condicionado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ao Alex, gostaria de saber o posicionamento dele, há uma crítica de que a Ancine não estaria fiscalizando as cotas de cinema e as cotas da Lei do SeAC. Gostaria de saber seus apontamentos sobre essa fiscalização e com relação ao cumprimento da MP 228, de 2001, que está envolvida na questão.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** (Para expor.) – As cotas de SeAC, da televisão por assinatura, estão sob responsabilidade da Secretaria do Tiago Mafra. Talvez seja oportuno que ele responda, até informando os percentuais em que se supera a cota estipulada por lei, o que mostra que a cota é um indutor valioso.

No que diz respeito à Cota de Tela, em 2017 a Ancine elaborou uma análise de impacto regulatório para definir qual seria o melhor modelo de fixação dessa Cota de Tela. A Ancine se encarrega dos estudos, mas a cota é fixada por ato Presidente da República e, portanto, uma decisão de governo. Mas a Ancine, como agência reguladora, encarrega-se e incumbe-se desses estudos.

A Ancine se deparou com uma nova realidade. Antigamente – e nós nos lembramos disto –, um filme ficava a semana inteira no cinema. E assim o era, porque ele vinha numa lata de metal e ele ali era exibido num projetor analógico. Com o processo de digitalização, passou a se tornar possível que os cinemas programem mais de um filme por dia. É o que se chama de multiprogramação ou programação por sessão. Então, era preciso atualizar esse modelo de cota, até para que a produção nacional aproveitasse as potencialidades e os benefícios desse novo modelo.

Não se logrou êxito na implantação desse modelo no ano de 2017 para 2018. No ano de 2018 para 2019, não houve a edição do decreto de cota de tela, ele não foi submetido ao então Presidente Michel Temer para assinatura. E, no ano de 2019, a Ancine, já num modelo muito valioso, que é o chamado da regulação por consenso, cria uma câmara técnica de cinema – a gente espera que a câmara técnica de produção tenha este mesmo resultado –, e eles consensuam qual seria o melhor modelo de fixação da cota de forma que fosse produtivo para todo o setor. Como eu disse, a partir da experiência de Minha Mãe é uma Peça 3, mesmo os exibidores que seriam os afetados pela obrigação têm interesse nos resultados das produções locais, porque elas preenchem as lacunas e os intervalos que aqueles grandes *blockbusters* e os grandes lançamentos deixam na sua grade de programação. Essa cota foi implementada, por uma felicidade nossa, ou seja, a Ancine vê uma análise de impacto regulatório feita pela servidora Luana Rufino, que chegou a também assumir o encargo de Diretora substituta e saiu por um motivo nobre, a maternidade. E conseguimos implementar esse modelo de cota.

No terceiro mês da cota, março, 17 de março, todos nós temos ali o alerta fatal de que teríamos que interromper e paralisar as nossas atividades. E aí os cinemas se fecharam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





interromperam suas atividades, tiveram seu faturamento reduzido, perda de liquidez... Aliás, toda a atividade audiovisual ou todas as atividades tiveram esse impacto. Esse cenário nos impediu... Porque nós sabemos que há um pressuposto de aplicação da lei que é a possibilidade material de ela ser exigida. Não há filme no cinema fechado. Então, a Ancine passa a se dedicar a tentar manter, seja pelo Programa de Apoio ao Pequeno Exibidor, que eu mencionei, as pequenas salas, seja pela oferta de crédito aos cinemas para capital de giro, para que se mantenha a possibilidade de reabertura... E, nesse período, não houve a possibilidade de se exigir a cota de tela.

A questão da Ancine em relação à cota de tela, que vence agora em setembro, pois ela tinha um prazo de vigência... A grande questão da Ancine é que não se repita o modelo anterior. O estudo da Ancine mostra que houve uma evolução tecnológica, e, então, é preciso que se parta... A Ancine não defende que é a verdade absoluta, é passível de debate, é passível de discussão, mas talvez o ponto de partida seja a compreensão de que hoje nós não trabalhamos por dia, trabalhamos por sessão. E a lógica da cota como ela é hoje é por dia. Então, esta é a compreensão da Ancine: a gente acredita que o lugar do debate, da construção do consenso e da modulação dessa obrigação é o Parlamento. E a Ancine está disposta a contribuir com informações, já tendo esse primeiro passo dado, uma regra inclusive antes da Lei Geral das Agências, quando a Casa Civil estimulava a realização de AIRs. Dentre os três premiados como boa prática regulatória, a AIR da Ancine sobre cota de tela foi premiado, o que nos trouxe muito orgulho. E, a partir daí, a Ancine passou a usar e abusar da prática das análises de impacto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS** – Perfeitas as colocações do Alex. Quero só acrescentar aqui: cota de TV paga a gente vem finalizando, a gente verifica que ela é cumprida acima do limite. Nos canais brasileiros, por exemplo, é 20% além do limite estabelecido por lei. Quanto à cota de tela, eu acrescentaria o seguinte: em 2020, muito por conta de Minha Mãe é uma Peça 3, os dias da obrigatoriedade foram cumpridos, não no critério que a gente adota de multiplicidade de títulos, mas a quantidade de dias de ocupação no cinema por filme brasileiro foi cumprida em 2020. Fazendo um exercício para 2019, ainda que sem o decreto, a gente teve o cumprimento da cota de tela, se observado o modelo de 2020 em 2019. Então, me parece que a ocupação se dá por conta de um resultado até financeiro dessas obras.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo aí a participação do nobre Senador Carlos Portinho, vamos passar a palavra à próxima inscrita, que é a Senadora Zenaide Maia, que, para honra e orgulho nosso, está remotamente conectada desde o início desta reunião.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Quero aqui cumprimentar o Sr. Presidente e saudar nossos sabatinados: Tiago Mafra, Vinicius Clay e Alex Braga.

Esta pergunta aqui eu vou fazer ao Sr. Alex: como Diretor-Presidente substituto, o senhor nomeou como servidor da Ancine, no ano passado, o cidadão francês Vincent Olivier, um militante conhecido de extrema direita, inimigo dos movimentos afirmativos. O que o levou a crer que esse cidadão seria uma boa contratação para a Ancine? Que talentos ele demonstrou? Quais são os critérios que fundamentam a política de contratação da agência atualmente?

A outra pergunta: esse servidor continua na Ancine? Como ele tem desempenhado o papel dele?

Eu vou fazer (*Falha no áudio.*) ... só tenho duas perguntas para fazer.

A outra pode se dirigir ao Sr. Alex e ao Sr. Vinicius: a Lei Aldir Blanc, promulgada em de 30 de junho de 2020 e criada dentro do escopo de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, iniciada em março, prevê, em seu art. 12, a prorrogação automática dos prazos dos projetos da execução nos órgãos de fomento, tais como a Ancine, por 24 meses. Quantos projetos existem em curso na Ancine? Foram todos beneficiados com a prorrogação de 24 meses? Porque a gente tem algumas queixas de que há projetos que foram prorrogados por pouquíssimo tempo. Como o senhor explica a agência prorrogar projetos com prazo inferior a 24 meses e apenas projetos com prazos vincendos dentro do interregno da Lei Aldir Blanc? Já que um ato normativo não pode se sobrepor à lei, o senhor se compromete a ratificar a Resolução da Diretoria Colegiada de nº 106, a fim de respeitar a Lei Aldir Blanc?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** (Para expor.) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Eu vou responder à primeira pergunta, deixar a segunda pergunta para o indicado Vinicius Clay.

Senadora Zenaide, a Ancine conta no seu quadro com alguns cargos de funções administrativas simplórias. Havia uma vacância de algum desses cargos, houve uma indicação de uma pessoa com currículo compatível, nos termos do decreto presidencial que trata da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





contratação e da nomeação. Houve a nomeação desse servidor. E, ao que me parece, possivelmente, a Senadora faz referência às notícias que surgiram nos jornais após a nomeação.

Eu tinha feito a análise do currículo, e a área de recursos humanos fez análise do currículo e da compatibilidade do currículo para a minha nomeação. E o que eu pude apurar é que é um servidor dócil, comprometido, dedicado, trabalhador, sereno, de maneira que não tive motivos, tanto do ponto de vista do resultado quanto do ponto de vista comportamental, para uma eventual exoneração. Cumpre lá regularmente, pacificamente, suas atribuições, cumprindo os requisitos exigidos para a investidura no cargo de nível médio e técnico que ocupa.

**O SR. VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES** – Sobre o questionamento feito...

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só um minuto. O que mais se notabilizou no currículo dele na área de cinema?

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Na verdade, Senadora Zenaide, a função que ele exerce é uma função burocrática e administrativa, não é? A Ancine tem várias funções que são essencialmente administrativas, do trato burocrático, e são essas funções às quais ele se dedica. As atividades de alta performance, as atividades de maior dedicação, como não podem deixar de ser, e pelas especificidades da agência, acabam sendo reservadas e dedicadas aí a servidores de carreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Esse é o Vinicius, com a palavra para responder.

**O SR. VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES** (Para expor.) – Obrigado.

Sobre o questionamento feito em relação à Lei Aldir Blanc, ela, de fato, foi fundamental para amenizar os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o setor audiovisual. Inicialmente a lei foi editada prorrogando os prazos dos projetos por 12 meses, e, em seguida, a prorrogação se estendeu para 24 meses – inclusive o projeto foi de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Nós tomamos a decisão de prorrogar todos... A lei foi editada, publicada em 30 de junho de 2020. Nós tomamos essa decisão, na diretoria da Ancine, com base num parecer jurídico formulado pela consultoria jurídica do Ministério do Turismo e que foi seguido pela Procuradoria Federal junto à Ancine. Ambos indicavam que todos os prazos deveriam ser prorrogados por um ano, vencendo, no caso, em 30 de junho de 2021. Foi feita a prorrogação. No caso, agora, todos os prazos estão prorrogados até 30 de junho de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve uma série de questionamentos feitos por representantes do setor, pleiteando que os prazos considerassem não a data de publicação da lei, mas sim a data de vencimento de cada projeto audiovisual. Com base nesses questionamentos, nós formulamos uma nova consulta à Procuradoria Federal junto à Ancine e estamos aguardando o resultado para, se for o caso, se necessário, se couber, retificar a decisão anteriormente tomada pela diretoria.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – E – só para um complemento – não há prejuízo imediato, porque o Congresso Nacional entendeu por bem prorrogar esse dispositivo, não é, Vinicius? Você fez referência a 30 de junho de 2021, mas agora a nova data é 30 de junho de 2022, porque esse prazo foi ampliado não para 12 meses, mas por prorrogação automática para 24 meses. Então, enquanto não concluída a análise jurídica para se definir a forma de contagem de prazos, certo é que estão suspensos os prazos desses projetos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Concluída a parte dos questionamentos da Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não; V. Exa. está inscrito aqui.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Ah, o senhor está se referindo à nossa Senadora...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – À nossa queridíssima Senadora Zenaide Maia. (*Risos.*)

Agora vamos passar...

Senadora, concluiu?

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Concluiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ah, muito agradecido! É uma honra para nós.

O próximo inscrito é o Senador Jean Paul Prates, que tem a palavra para fazer os seus questionamentos.

E eu vou pedir à Senadora Leila, que é a nossa Vice-Presidente, que assuma a Presidência aqui, para que eu possa exercer o meu direito e dever de voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Aproveito para cumprimentá-lo, Presidente Marcelo Castro, enquanto se encontra em transição. Cumprimento também a Senadora Leila.

Não vou fazer grandes questionamentos, diretores, apenas ratificar algumas posições aqui já manifestadas. Alguns questionamentos que eu tinha já foram respondidos ou parcialmente tocados aqui de alguma forma, mas é importante para mim, como norte-rio-grandense, representante do Rio Grande do Norte aqui no Senado, juntar-me aqui ao Senador Portinho, ao Senador Amin, lembrando como locais cênicos – o próprio nome já diz, não é? –, locais turísticos naturalmente acabam atraindo o investimento em cultura, em cinema; locais principalmente ao ar livre, locais que acabam desenvolvendo festivais de cinema, como nós temos, por exemplo, lá no Rio Grande do Norte, em São Miguel do Gostoso, um festival que é feito na praia, com cadeiras de praia, ao luar; um festival também em Baía Formosa, do mesmo jeito, numa praça ao ar livre, muito agradável. A Paraíba também tem iniciativas nesse sentido, e o Senador Veneziano sabe disso; e temos um festival no interior, no Sertão, no Seridó, o Seridó Cine-Fest; e o próprio Cine Verão, os festivais de Natal, que já são bastante tradicionais. E a Paraíba também, como eu disse, se junta a isso, até pelo público também – a Praia Formosa é bem pertinho ali de Pipa, é tudo ali, então o pessoal se junta todo; nós somos todos irmãos ali.

Quero dizer isso para ratificar, mais uma vez, essa insistência nossa com a descentralização dos recursos, com a questão das cotas. Queria talvez alguma colocação no sentido de como é que os senhores veem a própria existência dessas cotas; a sua factibilidade, de fato, não é? Como é o plano de cumprimento, pelo menos em relação ao Nordeste?

Enfim, quero salientar a importância desse processo de regionalização, que tem resultado aí em gratas surpresas, não é? Temos aí o curta nosso que está em Cannes agora, lá do Rio Grande do Norte. Temos, basicamente, três filmes: O Marinheiro das Montanhas, que tem a ver com o diretor nascido em Fortaleza, de origem árabe argelina; Sideral, que é esse de que eu falo, que é o nosso curta, do diretor potiguar Carlos Segundo; e Céu de Agosto, que também está em Cannes 2021. Então, isso significa que, apesar de todas as dificuldades, temos tido aí ainda grande sucesso e bem como resultado dessa questão da regionalização.

O meu outro ponto é em relação à judicialização excessiva – e aí, talvez, muito curto, porque vocês já explicaram a maior parte dos casos. Mas como vocês veem para se desfazer assim desse imbróglio todo aí? Existe um processo que me chamou atenção: uma única ação versa sobre uma iniciativa de 782 projetos – uma única ação, 782 projetos –, desde 2016 a 2018, que não receberam os recursos devidos. E há também ações relacionadas com improbidade. É bom explicar que a improbidade também pode se referir ao não uso de recursos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não necessariamente a... Então, talvez fosse a oportunidade de V. Sas. explicarem aí algumas dessas ações.

E, por fim, quero dizer para – e aí é um convite –, quando tiverem já confortavelmente passado dessa fase de sabatina, nos seus devidos postos de diretoria, conversarmos sobre a nossa relatoria do PLS 57, de 2018, que diz respeito, justamente, ao VOD (Video On Demand), ao *streaming,* de autoria do Senador Humberto Costa, que eu tenho a honra de relatar aqui.

Quero pedir o apoio para a nossa mobilização pela Lei Paulo Gustavo, em homenagem não só ao próprio brilhante ator Paulo Gustavo, como à Niterói do Senador Portinho. Acho muito importante neste momento, apesar de a pandemia estar nos seus estertores – oxalá consigamos sair dela até o final do ano! – ações emergenciais de socorro ao setor cultural. Continua premente isso. Isso não passou. Os efeitos da pandemia são, ainda, bastante longos nesse setor. E continuar esse diálogo conosco, portanto, não só sobre a Lei Paulo Gustavo, sobre essa questão do *streaming*, já que vocês estão envolvidos nos grupos de trabalho aí.

E quero, em relação à questão da sede – eu, como originário, nascido em Botafogo, botafoguense de nascimento –, me irmanar aqui com meu irmãozinho Portinho, no sentido de sugerir uma saída honrosa, que é a mesma que eu sugeri em 1997 para a ANP, para ficar a sede no Rio de Janeiro, que é a história do escritório central, com sede estatutária, o que for, e escritórios ou postos avançados, pequenos, enxutos, por região. Eu acho que é uma solução que acaba agradando a todo mundo e mantendo a sede na cidade que cenicamente se destacou mais e onde há a maior parte da produção cultural, mesmo sabendo que o projeto de descentralização é muito importante. E aí esses postos avançados enxutos podem fazer bastante diferença nas nossas regiões.

E, finalmente, quero saudá-los; dizer que serão submetidos, mais uma vez, a uma nova transição de Governo, a partir de 2022 e 2023, com um mandato, portanto com muita responsabilidade, e que tenham isso sempre presente. Vocês são parte. Eu sempre digo a todos de agências reguladoras que sou um dos maiores entusiastas e defensores das agências reguladoras que este Congresso pode ter. Em mim encontrarão, sempre, um defensor intransigente até do papel das agências reguladoras como instrumentos de Estado brasileiro, e não como de Governo, de passagem ou de concepções ideológicas, tanto de um lado, quanto de outro, independentemente. A agência reguladora é o Estado brasileiro em cada um desses setores, regulando de forma isenta, de forma clara, de forma transparente, de forma honesta.

Então, obrigado a vocês.

Era o que eu tinha a dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Senador Jean Paul Prates. Acompanho sua atuação proativa em favor do audiovisual.

Ouvindo o encadear das perguntas e uma correlação lógica entre regionalização e *streaming*, parece que se caminha para que, dentre as formas de financiamento do *streaming*, haja também os mecanismos de incentivo, que são muito virtuosos.

Não podemos deixar de ter em perspectiva que existem dois modelos de financiamento: o chamado indireto, em que as empresas aplicam diretamente recursos de renúncia fiscal; e, no caso do audiovisual, há uma diferença para a Lei Rouanet, porque os investidores são participantes do ecossistema e, portanto, criam ali relações virtuosas e que muito ajudam a circulação, a comercialização da obra e a sustentabilidade das produções e das produtoras.

Eu penso que Ancine e Congresso poderiam começar a debater as cotas nos mecanismos de incentivo. Vale dizer, esse instrumento tão virtuoso, que gera aproximação, uma articulação entre agentes, muito concentrado no eixo Rio-São Paulo, por questões óbvias que já dissemos aqui, por questões de capacitação e de *expertise*, que ele possa também ter aí seu mecanismo indutor para além do eixo Rio-São Paulo.

O Fundo Setorial funciona como esse elemento de estimular novos entrantes, de promover inovação e capacitação, até para que os produtores possam se habilitar a acessar essas linhas, obter um contrato com uma grande programadora, com uma grande provedora de *streaming* e, aí, sem dúvida, gerar um maior desenvolvimento nacional e um desenvolvimento regional.

Fala-se muito em aumentar os limites desses mecanismos de incentivo. Hoje, uma parceria de uma distribuidora com uma produtora está na casa dos R$3 milhões, muito dinheiro, mas não viabiliza uma produção, e as produtoras são forçadas a passar o chapéu, obter outros financiamentos e entrar naquele círculo vicioso, que nós mencionamos, do risco.

Então, seja talvez pensar na evolução dos modelos, seja no VoD, seja nos modelos tradicionais, para que haja um compromisso desses investidores em contemplar, nas suas carteiras, iniciantes, projetos regionais, para termos um desenvolvimento mais equilibrado. Isso, claro, sem prejuízo das linhas regionais, da franca participação de produtoras locais e, fora do eixo Rio-São Paulo, em toda e qualquer linha lançada pela Ancine.

Eu vou entrar também na questão dos 782 projetos. Essa história é um pouco longa, mas eu vou me encurtar.

Fruto de desinformação, polarização, agonia, a pandemia nos trouxe legítimos sentimentos de desconfiança, suspeita e insatisfação. Em dado momento, houve um déficit de credibilidade da Ancine, do Governo. Embora a Ancine seja independente e autônoma, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





contaminação é natural. As produtoras passaram a crer... Apesar das declarações enfáticas, especialmente minhas e do Vinicius, de que iríamos, como fizemos, garantir os compromissos, essas produtoras passaram a ingressar com ações judiciais, legítimas – todos têm direito ao acesso à Justiça. O problema é que essas ações chegaram a um volume de cerca de 220 ações judiciais, e isso passou a dificultar a organização e o gerenciamento de projetos pela Ancine.

Existe um expediente chamado suspensão de liminar, em que a AGU pede ao presidente do tribunal que ele suspenda essas ações para que o ente público possa, com o benefício da dúvida, se reorganizar. O Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região suspendeu essas ações, reconhecendo esse cenário orçamentário, financeiro, operacional da Ancine, e passou a acompanhar a evolução dos projetos. Consequência disso foi que o Ministério Público Federal, talvez também envolto em desinformação, ajuizou uma ação civil pública substitutiva dessas dezenas de ações judiciais alegando a paralisação de 782 projetos e, inclusive, cumulando com uma ação de improbidade em detrimento dos diretores. Essa acusação de improbidade se deu porque não houve tempo hábil para a celebração de um termo de ajustamento de conduta, por algumas discordâncias de forma. Fato é que o Ministério Público entrou com essa ação pedindo a análise dos 782 projetos.

Nós apresentamos a defesa. Como mencionou no meu relatório o Senador Portinho, a Lei da Ação de Improbidade tem um procedimento preparatório, ela não se torna uma ação antes que o juiz analise a defesa técnica. Nós apresentamos – eu, o Vinicius, o outro diretor da Ancine, o Procurador-Chefe da Ancine – as defesas técnicas, pedindo a absolvição.

Esses relatórios do Tribunal de Contas, essas decisões judiciais do TRF constam como prova preconstituída da negativa de ato de improbidade. Enfatizo que a acusação de improbidade é pelo conhecido art. 11. Não estamos sendo acusados de lesar o Erário nem de enriquecimento ilícito. São acusações até com um certo grau de subjetividade.

Mas o fato é que, em relação aos 782 projetos, o Órgão Especial do Tribunal Regional Federal, julgando um recurso do Ministério Público, no dia 1º de julho, reconheceu que a Ancine vem adotando medidas para analisar os projetos, vem fazendo o que é possível, o que é adequado para enfrentar esse passivo que se formou, por causas e circunstância conhecidas, e que se lançou para além da capacidade da Ancine, que se lançou para além da disponibilidade financeira.

Em abril de 2019, o então Presidente da Ancine teve que suspender as atividades da Ancine porque o dinheiro acabou. Então, o número encontrado pelo Tribunal de Contas da União... Porque ele faz uma média histórica, e eu vou aproveitar isso, Senador, para elogiar o corpo de técnicos da Ancine. Se hoje esses...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria aproveitar, Alex, se me permite, rapidamente, até para lhe pedir se esse relatório está disponível em algum lugar para nós, porque você está se referindo a ele várias vezes e eu não o encontrei. Pedi à assessoria, que também não encontrou.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Podemos disponibilizar...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se for possível, que disponibilizasse para nós...

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – ... aos Srs. Senadores todas essas informações que nós estamos...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... porque nós não encontramos, e é interessante, depois, a gente prospectar mais.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – É muito interessante. Com certeza enviaremos.

O TCU diz que, no último bimestre de 2018, o FSA recebeu 796 projetos. A média histórica era de 48 projetos. Então, além do problema do déficit financeiro, houve uma hipertrofia administrativa, aumentou-se numa proporção muito grande. É claro que isso... É isso que a Justiça reconhece, é isso que o Órgão Especial do Tribunal Regional Federal, pela unanimidade dos Desembargadores mais antigos do tribunal, reconhece e diz: "Anda bem a Ancine. Encontrou problemas, encontrou adversidades, adotou as providências necessárias e, dentro das suas possibilidades, caminha".

O representante do Ministério Público Federal no dia hoje ou no dia de ontem peticionou no processo, já silenciando sobre ação de improbidade. Não quero dizer que isso significa uma desistência tácita, mas ele ali já declara que não são 782 projetos; estão pendentes 208 projetos.

Gostaria, Senador, que não fosse nenhum. Mas o que a gente está fazendo aqui, e deve ser feito por justiça... A Covid impactou também o corpo de funcionários da Ancine. Todos tiveram que se estabelecer a uma realidade remota, cuidar de seus familiares, cuidar de seus filhos, e ainda assim se dedicaram a forças-tarefas que nos permitiram, em um intervalo de dez, onze meses, analisar mais de 600 projetos, o que significa que hoje a Ancine promove o investimento de mais de um projeto, mais de uma obra, mais de um filme-série por dia. Quem sabe aumentamos esse número? Mas estamos, com todas as diversidades, manter esse número.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Ainda bem! Estou satisfeito com a resposta. Acho que era muito importante a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





oportunidade dada para esclarecer, porque, de fato, é um número muito grande, enfim, uma recorrência, talvez até decorrente do início meio atabalhoado da gestão deste Governo em relação à Ancine, porque foram muitas declarações.

Eu aqui respeito todo o processo, compreendo que o Presidente Bolsonaro seja do jeito que é. Já o conhecemos do Rio de longa data, etc., mas talvez declarações como esta: "Vai ter um filtro sim. Já que é um órgão federal, se não [...] [tiver] filtro, nós extinguiremos a Ancine. Privatizaremos [...] ou extinguiremos". Isso no começo da gestão.

Depois teve uma declaração: "Se a Ancine não tivesse, na sua cabeça toda, mandato, eu já tinha degolado todo mundo". Esse tipo de declaração certamente gerou pavor na turma que estava com projetos por lá e deve ter um pouco acelerado esse processo.

Passado isso e com a gestão que vocês vêm conduzindo.... Eu sei que é difícil lidar com o Presidente, que, às vezes, fala em um tom um pouco mais alto ou bastante mais agressivo do que o necessário, para se diferenciar, talvez, de outras fases históricas, etc., mas isso impõe, de novo, aquela responsabilidade dos agentes do Estado brasileiro de dizer: "Não, espera aí. Vamos matar essa bola, botar no chão, jogar o joguinho normal, acalmar as pessoas para não ficar todo mundo desesperado". Provavelmente esse processo também foi influenciado com essas subjetividades.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – Senador Jean Prates, eu gostaria de tranquilizá-lo...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – ... porque, infelizmente, o Ministério Público Federal não dá atestado. Ele podia investigar e, não encontrando nada, dar um atestado, ainda que válido por três meses. Mas essa investigação sobre a suposta paralisação de 782 projetos – e ela é suposta porque não houve paralisação, se hoje existe a certeza de que são pouco mais de 200 projetos – se inicia para apurar a censura. Então...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente. Exatamente onde eu queria chegar.

Quando o Presidente diz: "Vou fazer um filtro e vou matar um monte de coisa que está aqui dentro que eu acho errado", é subjetividade e gera pavor total.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** – E podemos dizer que o Ministério Público investigou a Ancine, o Tribunal de Contas investigou a Ancine, e não há censura, Senador Jean Prates, na Ancine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Excelente.

Eu vou apenas pedir que V. Sas., quando nós fizermos as audiências sobre o projeto do VoD, compareçam conosco aqui. Às vezes a gente teve dificuldade. Eu entendo, você já explicou, que a interinidade e que, às vezes, os chamados do Senado foram muito em cima do final do período de exercício, mas, agora, como eu disse, renovados, reconduzidos e confortavelmente sentados nas cadeiras de diretor, gostaríamos de contar com vocês aquando viermos discutir assuntos. Não só neste, como em outros assuntos do tema, é importante a agência estar presente. Obrigado.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Jean Paul.

Vamos, agora, ao último Senador inscrito, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Com a palavra para os seus questionamentos.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu renovo aqui os meus cumprimentos a V. Exa., a alegria de podermos estar, não nas condições ideais, plenas, voltando aos nossos trabalhos, mas fazendo um esforço. Conquanto com as limitações necessárias, exigíveis, estamos tentando dar essa resposta. É fundamental.

Antes mesmo de fazer algumas considerações, porque as minhas arguições praticamente foram feitas pelo brilhantismo, pela iniciativa da Senadora Leila e, depois, também pelos demais outros companheiros, meu querido Senador Carlos Portinho, um dos nossos Relatores, saúdo o Senador Izalci e o Senador Wellington, que, com V. Exa. ao seu lado, foram responsáveis também por outros relatórios.

Eu queria aqui abraçar – quiçá, pudesse beijar – uma figura que é muito cara, meu querido Senador Marcelo Castro, à nossa convivência, que é a nossa Deputada Soraya Santos, que é uma figura muito querida, muito amada, muito competente. Tivemos nós a honra de poder tê-la, principalmente eu, porque fiquei muito, muito lisonjeado e feliz. Portinho, você que é conterrâneo de Soraya, sabe muito bem do que eu estou a dizer. Fica aqui o meu registro a uma mulher competentíssima, brilhante, que merece sempre as nossas referências.

Mas olha, meu querido Senador Marcelo Castro, o quão importante é uma reunião como esta. Meu estimado e multifacetário de conhecimento geral Senador Jean Paul Prates, nesta passagem – e como torcedor para que não seja uma passagem pela metade de um mandato;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós tenhamos a sua representação aqui por um período mais longo –, quiçá pudéssemos dotar audiências como estas, em todas as sabatinas, Soraya, que também são feitas na Câmara dos Deputados, enfim, seria muito bom. Em vez de nós constituirmos com impressões enviesadas, aqui nós estamos a fazer com que dúvidas sejam dirimidas, com que o debate seja desnudo, despojado de quaisquer ressentimentos ou ranços, Senador Marcelo.

Pois bem, foi nesta reunião, que já se prolonga por mais de três horas – e temos que concluí-la, porque estamos no processo de desacumulação de obrigações, e a Comissão de Infraestrutura não pôde nem esperar para que nós aqui deixássemos o ambiente e já instalou a audiência para oito sabatinados convidados –, que vimos, Senadora Leila e meus companheiros que ainda permanecem, situações como, vou citar: esta Casa discutiu fundos através do projeto que foi relatado pelo Senador Otto Alencar. A Senadora Leila lembra, o Senador Jean. Eu acho que o Senador Carlos Portinho ainda conosco não estava. Mas V. Exa. estava. E foi uma luta tremenda, Srs. Alex, Tiago, Vinicius, e eu aqui cochichava, se deselegante, peço desculpas, mas dizia: "Tiago, você falou sobre algo muito importante". É preciso que haja o estreitamento, porque, às vezes, o Parlamento legisla, oferece sugestões, nós queremos colaborar, mas não ouvimos, não temos contrapontos, não temos uma colaboração, um chamar a atenção. E, naquele momento, se não fosse uma voz muito forte, um dos fundos que estava como proposta a sua extinção, claro que essa matéria ainda não foi a Plenário, seria o fundo da cultura. Lembram? Não é isso? E nós evitamos.

Vou citar outro caso, e o Dr. Vinicius falou, e aí a Ancine poderia ter levantado a voz, até pela sua condição autônoma, junto ao Palácio do Planalto, Senador Jean Paul Prates, porque, se não fosse a nossa posição para derrubar o veto presidencial em relação à prorrogação da lei que eu tive a oportunidade, modestamente, de relatar, proposta pelo Senador Wellington Fagundes, bilhões, dois terços dos 3 bilhões que estavam reservados para a Aldir Blanc, Soraya – permita-me a liberdade –, estariam perdidos. E foi essa prorrogação a que fizeram menção V. Sas. que nos dão a oportunidade de que esse setor, que juntamente com o setor turístico foi o mais afetado e ainda continua a ser, tanto quanto preocupações já demonstradas, uma delas foi do Senador Portinho, ao propor um debate mais amplo que vai à Câmara Federal, que estava cheio de visões preconceituosas, e a comunidade europeia já pôs em prática, que é o Certificado de Imunização. Então, nós sabíamos disso.

Então, eu estou falando que as agências que têm – praticamente todas elas, Jean – 20 anos, Marcelo, de constituição, de instalação, de funcionamento, dão provas de que precisam também se aperfeiçoarem, A citada exposição do Dr. Alex trouxe-nos exatamente isso. O Dr. Alex, corroborando também as palavras do Dr. Tiago, disse o quê? Disse que fatos daquela natureza aconteciam sem que houvesse conhecimento, porque um comitê ou um conselho não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dava ao procurador e demais outros integrantes o conhecimento sobre algo que se arrastava reiteradamente e de forma equivocada.

Por que falo isso? Porque, se nós constituirmos com uma relação mais próxima das agências que legalmente têm, por ano, que prestar contas, mas não custaria nada que os presidentes de todas elas estivesse conosco, anualmente, para falar, para fazer esse debate, para tirar essas dúvidas, para fazer o diálogo. Se o Dr. Alex trouxe-nos as explicações que foram provocadas, educadamente, pela Senadora Leila e também repetidas pelo Senador Jean, ele próprio não teria deixado de ir a um convite que foi formulado pela Câmara Federal. Concorda? Se V. Sa. tem na leitura do Tribunal de Contas da União, na leitura do próprio Ministério Público Federal esse documento ao qual faz menções, não teria razão alguma; muito pelo contrário, já estaria fazendo a sua própria defesa, em vez de pensar que estaria se autoincriminando.

Então, nós precisamos fazer isso. Essa aproximação, o seu compromisso de instalar até o mês de outubro, se eu não estiver enganado, nas palavras do Sr. Vinicius, agosto ou outubro – agosto a mim me parece – , é fundamental, porque, afinal de contas, tudo ocorrendo muito bem pelos méritos de V. Sas., chegando ao Plenário e sendo aprovados, é muito importante que os mandatos não parem ou não levem a parar a ideia de inacessibilidade, porque muitos... Não estou dizendo que os senhores, mas muitos vêm aqui, se apresentam, dizem que vão se comprometer com essa data, com essa linha, com essa política, recebem de nós o voto de confiança do Senado Federal e depois somem, desconhecem esses compromissos que foram firmados no momento da nossa sabatina. Às vezes, até o esvaziamento se dá por isso, porque o cidadão diz: "Olha, eu pergunto, está tudo muito bem, está céu de brigadeiro e, logo em seguida, tudo muda" – tudo muda.

Então, são algumas colocações que eu gostaria de fazer, sem perdas, absolutamente. Aqui é apenas uma exposição colaborativa que nós estamos a fazer. Quando arguimos, não arguimos para constranger, não arguimos muito longe para provocar, não, é para estabelecer aquilo que fundamentalmente é o papel do Legislativo, que é exatamente oferecer sugestões.

Essa oportunidade nos deu o Senador Marcelo Castro, nesse retorno. Parabenizo V. Exa., que nos deu essa oportunidade. Eu me sinto, portanto, agraciado com as colocações que foram feitas, com as respostas que foram apresentadas. Na questão de 2018, utilizando-se dos recursos que, outrora, existiam para fazer frente... Mas, se eu não estiver enganado, corrija-me, Dr. Alex, a mim me parece que a responsabilidade da Condecine, que é a principal fonte... Parece-me que arrecada a média anual de 1,2 bilhão, se eu não estiver enganado. Ou seja, se foram feitos os compromissos vencidos pela gestão interina, nós poderemos pensar aqui... Se V. Exa. puder imaginar que já existe uma reserva considerável para que novos projetos, para que novos editais, em razão de que, nesses dois últimos anos, não foram lançados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





publicizados, que possam ser retornados esses processos de lançamentos. Quero crer que isso é possível de acontecer.

Pois bem, Sr. Presidente, muitíssimo grato a V. Exa. Aos meus companheiros, as minhas desculpas por ter me estendido. Aos sabatinados, que estes possam ter, claro, vencida essa etapa e, muito provavelmente, vencida a etapa de Plenário. Mas que estreitemos esse debate do *streaming*. O debate do VoD precisa vir para cá. Não é possível que nós façamos com respeito, Soraya, à Câmara, à Casa, aquilo que aconteceu recentemente – e sem perdas ao direito de cada um de nós de ter se posicionado assim ou de forma diferente – com debates tão importantes, como o da Eletrobras. Chega de última hora e a gente não discute um tema de uma maior gravidade – de uma maior gravidade. Não nos custa fazê-lo.

Presidente, obrigado.

A todos os presentes, os meus cumprimentos.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, só um complemento da fala do querido...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senadora Leila.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... companheiro Senador Veneziano.

É só para lembrar aos sabatinados que, coincidência ou não, quatro desses Senadores que estão aqui ficarão mais quatro anos. Ficaremos quatro anos. (*Risos.*)

Então, nós teremos o tempo suficiente, sim, para acompanhar o trabalho dos senhores e, inclusive, lembrar a vocês sobre esta sabatina aqui, que acredito que tenha sido muito produtiva e muito democrática.

Eu parabenizo a todos por este momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu me permito aqui parabenizar a todos, especialmente o Senador Veneziano, que fez uma síntese muito boa da riqueza que foi esse debate hoje à tarde aqui, nesta sabatina que nós fizemos.

Mas nós somos acompanhados aqui pela população brasileira, através do e-Cidadania, em que eles fazem observações, fazem sugestões, e eu vou aqui fazer aos sabatinados as observações que eles fizeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, ao Sr. Vinícius.

O João da Silva Ferreira Neto, do Rio de Janeiro, pergunta: "Como fazer para o funcionamento dos mecanismos de fomento oriundos das políticas públicas de incentivo à cultura?"

O Sr. Wilson Bicalho, de São Paulo: "Sr. Vinicius, qual a sua visão sobre a contribuição do cinema nacional na imagem do Brasil no exterior?" Uma excelente pergunta.

O Sr. Valdemagno Silva Torres, de Pernambuco: "O que o sabatinado acha sobre censura e meio cinematográfico?"

Isso as perguntas dirigidas ao Sr. Vinicius Clay. Vou passar às perguntas dirigidas ao Sr. Tiago Mafra.

Felipe Fernandes de Araújo, Rio de Janeiro: "Como a regulação da Ancine implica as políticas de incentivo à cultura e à preservação da mesma em paralelo com a gestão de custos?"

Do Sr. João Silva Ferreira Neto, Rio de Janeiro também: "Como fazer para o funcionamento dos mecanismos de fomento oriundos das políticas públicas de incentivo à cultura?"

E ao Sr. Alex Braga, que não podia deixar de ser, para quem são dirigidas a maior parte das perguntas.

Sr. Guilherme Nunes, do Rio de Janeiro: "Consta que o senhor responde a ação de improbidade e que o Ministério Público Federal não aceitou seus argumentos de defesa. Eu acho que isso já foi respondido, mas a pergunta aqui está sendo feita. A quem dizer sobre isso? Deve ser o que dizer sobre isso?"

Antônio Cendon, São Paulo: "O senhor é a favor da prorrogação da cota de tela cinematográfica e das cotas da lei de TV por assinatura que expiram em 2021 e em 2023?"

Do Sr. João da Silva Ferreira Neto, Rio de Janeiro: "Como fazer para o funcionamento dos mecanismos de fomento oriundos das políticas públicas de incentivo à cultura?"

Do Sr. João da Silva, o mesmo João da Silva Ferreira Neto: "A agência vai difundir o acesso nas mais variadas regiões do Brasil?"

Sr. Paulo Sérgio Campos da Costa, São Paulo: "O senhor já tem algum projeto em mente para a criação de aplicativos ou *site* para apresentar todos os materiais produzidos? Desejo-lhe sucesso".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tarcísio Pereira, de Santa Catarina: "Há previsão de concurso público para ingressar como servidor na Ancine ainda em 2021 ou até 2022?" Esse parece que gostaria de trabalhar na Ancine.

Wilson Bicalho, São Paulo: "A Ancine tem projeto a curto e médio prazo para mostrar o Brasil ao mundo através das telas de cinema?"

Do Sr. Deny Eduardo: "Quais suas propostas para a capilarização dos recursos para o audiovisual? Em sua opinião, essa capilarização é necessária?" Deny Eduardo novamente: "Na sua opinião, qual o melhor modelo de financiamento do setor?"

Roger Ribeiro Vieira, do Rio Grande do Sul: "O senhor pretende contribuir e estimular a criação de novas produtoras audiovisuais independentes? Haverá algum fomento para estas?"

Roger Ribeiro Vieira, do Rio Grande do Sul: "O senhor pretende renovar ou relançar os programas de incentivo e fomento a audiovisual já existentes?"

Valdemagno Silva Torres, Pernambuco: "Vai haver alguma restrição quanto à participação de entes da União em produção cinematográfica e de vídeo?"

V. Sas. veem que são muitos os questionamentos, são muitas as observações. Acho que V. Sas. poderiam fazer um apanhado geral e esclarecer alguma coisa que não tenha sido esclarecida durante a nossa reunião.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Presidente, perdoe-me. É porque está tendo a sessão na CI, eu fui chamado...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente compreensível, Senador Veneziano.

**O SR. ALEX BRAGA MUNIZ** (Para expor.) – Presidente, eu acredito que boa parte das perguntas tenham sido respondidas, mas uma me chamou em especial a atenção.

A medida provisória que instituiu a Ancine traz, no seu art. 27, um dispositivo muito valioso, ainda não regulamentado, que é a possibilidade de que obras financiadas por recursos públicos, depois de algum tempo – e claro que respeitados os direitos de comercialização, ou seja, se elas estiverem no mercado, elas estariam fora desse escopo –, sejam acessadas por escolas, televisões educativas, e a Ancine está implementando e fazendo estudos para regulamentação desse dispositivo. Acho que aí converge com a pergunta feita, se a Ancine em algum momento vai ter um catálogo para se colocar à disposição da sociedade. Eu acho muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante, porque estamos falando de juventude, de educação. Então, estamos trabalhando, ou trabalhamos, e vamos retomar esse trabalho tão logo possível.

**O SR. VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES** (Para expor.) – Sobre as perguntas a mim dirigidas, primeiro, sobre como melhor funcionariam os mecanismos de fomento à atividade audiovisual.

De fato, precisamos buscar reduzir o peso da burocracia nos processos de fomento e, para além disso, é necessário considerar um maior equilíbrio na distribuição dos recursos, entre os diversos elos da cadeia, não só em produção, distribuição, exibição, mas também em capacitação, festivais. É necessário reduzir a concentração de recursos em poucas empresas. É necessário estimular a entrada de novos agentes. É necessário estimular que iniciantes também tenham oportunidade. Então, esses são os principais pontos, além, claro, da necessidade premente de ampliar a regionalização dos recursos.

Sobre o ponto que trata da imagem do Brasil no exterior e como o cinema pode contribuir para isso, se eu não me engano o Senador Jean Paul Prates falou com muita propriedade que a produção audiovisual pode alavancar inclusive o turismo, ela pode melhorar muito a imagem.

A gente tem diversos exemplos de cidades, de regiões que tiveram seu turismo impulsionado em função de obras cinematográficas e de séries de tevê. Então, é necessário ampliar a distribuição de obras brasileiras no exterior, não só em cinema e em TV, mas nas plataformas de VOD também, e também a participação brasileira em festivais internacionais.

Sobre a última a pergunta, a censura é inadmissível.

**O SR. TIAGO MAFRA DOS SANTOS** (Para expor.) – Vou procurar ser bem breve, mas parabenizo a abertura ao público de apresentação de questões.

Informo ao público que todas as avaliações, estudos da Ancine sobre alcance das obras, receita, faturamento, participação de obras nacionais, todas elas são condensadas num local no nosso *site*, que é o Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, então convido o público que acesse esse local. Convido também especialmente o Felipe Fernandes.

Sobre esse debate de regulação, que ele entre em contato com a gente. Lá é um ambiente público de debate, e eu peço que ele entre em contato, por exemplo, com a Ouvidoria, que nos procure. A gente abre consulta pública, abre para o cidadão a manifestação.

São essas as colocações. E, especialmente destacar, para quem está nos assistindo, sobre o Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, que contém todos os estudos, avaliações e dados do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, Sras. e Srs. Senadores, eu quero aqui agradecer a presença dos Senadores que nos honraram aqui não só com suas presenças, mas com suas contribuições, seus questionamentos, suas observações.

Vou enumerar aqui os Senadores que estiveram presentes nesta reunião ou pessoalmente ou remotamente: Senador Dário Berger, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Esperidião Amin, Senadora Leila Barros, Senador Carlos Viana, Senador Paulo Paim, Senador Fabiano Contarato, Senador Jorginho Mello, Senador Eduardo Girão, Senadora Mailza Gomes, Senador Paulo Rocha, Senadora Rose de Freitas, Senador Styvenson Valentim, Senador Jean Paul Prates, Senadora Zenaide Maia, Senador Carlos Portinho, Senador Wellington Fagundes, Senador Izalci Lucas, Senador Humberto Costa, Senador Antonio Anastasia, Senador Plínio Valério, Senador Nelsinho Trad e Senador Zequinha Marinho; foram os que eu consegui observar.

Quero também aqui agradecer a presença honrosa de alguns Deputados Federais que se interessaram pelo tema e aqui compareceram durante muito tempo. O eterno Deputado Federal Edinho Bez, o Deputado Odorico Monteiro, o Deputado Mauro Lopes. E, por fim, aquela que se sentou aqui, desde o início até o final, a nossa queridíssima e competentíssima Deputada Soraya Santos, que honra não só a representação feminina e política do Rio de Janeiro, como do nosso querido Brasil. E dizer aos sabatinados que nós vamos abrir o painel daqui a pouco para verificar a votação.

Entendo que V. Sas., pelo que eu pude observar, serão aprovados. Aquilo que o Senador Esperidião Amin e o Senador Veneziano, principalmente, falaram, eu quero reforçar: quem exerce um cargo público, eu acho que tem o dever da transparência, do diálogo, de estar aberto para o diálogo, para o entendimento.

Quero reforçar a questão aqui da regionalização. E nós estamos aqui, acredito, antecipadamente, aprovando o nome de V. Sas. para exercer um mandato. Um mandato de cinco anos, que não é pouco tempo, mas esse é o espírito das agências, que são órgãos de Estado. E as pessoas precisam realmente de um mandato para terem a sua autonomia e não estarem sujeitos a chuvas e trovoadas, a questionamentos por não ser uma questão de governo, mas, sim, de Estado.

Eu citei o exemplo aqui, e quero reforçar, da Anvisa. Eu fui Ministro da Saúde e sempre tive a Anvisa como uma das instituições mais respeitáveis, mais técnicas, mais científicas, mais autônomas, mais independentes do Brasil. Sempre elogiei o papel da Anvisa, mas evidentemente que houve, ao longo dessa pandemia, alguns questionamentos. E a Anvisa fez os processos da maneira mais aberta, mais transparente. Passou um dia na televisão; o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteiro acompanhando. E eu acho que, ao final, a Anvisa se firmou mais uma vez como uma instituição científica, independente, autônoma, que está a serviço da ciência, da tecnologia, do Brasil e da humanidade também. Então, acredito que esse seja o papel que V. Sas. têm.

E aqui não custa a gente relembrar que, evidentemente, é um dever nosso, da Comissão, acompanhar o trabalho de V. Sas. Então, acredito que, daqui a um ano mais ou menos, seria bom que a gente da Comissão aprovasse a vinda de V. Sas. aqui novamente, para que pudessem prestar contas daquilo que estão fazendo. E o que nós precisamos é disto: é de diálogo, de entendimento.

Eu confesso aqui aos senhores que eu vim para cá com uma certa concepção, havia muitas críticas do novo comando da Ancine e de como é que isso se daria. E digo, particularmente, a V. Sas. que eu estou plenamente satisfeito, convencido. Acho que esse diálogo foi muito enriquecedor. V. Sas. agiram de uma forma muito correta, com muita transparência, dando todas as informações, tirando todas as dúvidas. E acredito que eu votei – posso declarar aqui meu voto – com muita consciência, com muita segurança de que V. Sas. farão um bom trabalho à frente da Ancine.

Não é só o meu compromisso, mas também o meu desejo, meu anseio, como brasileiro, ter uma agência tão importante para o Brasil, não só do ponto de vista cultural, mas também do ponto de vista econômico, de emprego, de renda para tantos brasileiros que vivem dessa atividade.

Sendo assim, então, eu peço ao nosso secretário para que promova o resultado da votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, o Sr. Vinicius Clay, nós tivemos 20 votantes, 17 a favor.

Está aprovado o nome do Sr. Vinicius Clay. O Sr. Alex Braga teve 16 votos, então está aprovado também. O Sr. Tiago Mafra, também com 17 votos, aprovado.

Então, parabenizo a todos.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 25 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dezesseis horas e vinte e um minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Lasier Martins, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Dário Berger, Mailza Gomes, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5682, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a adoção de critérios técnicos de mérito e desempenho e de participação da comunidade escolar para a nomeação de gestores escolares." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com o acatamento parcial da Emenda nº 1, nos termos da emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Aviso n° 36, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2353/2018 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que tratam do terceiro relatório de acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei 13.005/2014, em observância ao artigo 214, da Constituição Federal de 1988. (TC 034.984/2017-8)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento, assegurada a realização de audiência pública, conforme REQ 71/2019-CE. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 486, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a admissão e a permanência de criança ou de adolescente em bailes funk, eventos com livre fornecimento de bebidas alcoólicas ou eventos semelhantes." **Autoria:** CPI dos Maus-tratos - 2017. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta e pela rejeição das emendas nº 1-PLEN e nº 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 256, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Reconhece as escolas de samba como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3984, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução integral dos pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6553, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6576, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2011) - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Síndrome de Down e a Semana Nacional de Ações Públicas e Sociais no Campo da Síndrome de Down." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela rejeição do projeto e restabelecimento dos termos do PLS nº 377/2011, originalmente aprovado no Senado Federal. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 111, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Rei Pelé, destinada a homenagear esportistas brasileiros de destaque." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 871, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PPS/ES). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3467, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4253, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional da Pessoa Idosa." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-CDH, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 4, de 2021** que: "Requer aditamento ao Requerimento 2/2021-CE, para inclusão da Senhora Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares, no rol de convidados da Audiência Pública." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 5, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a privacidade e o uso de dados coletados nas escolas públicas brasileiras." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Marcelo Castro**

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/16

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação das matérias constantes da pauta. A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital.

Quem estiver aqui, no Plenário, pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois em "votações abertas em Comissões" e, então, procurar a votação da Comissão de Educação em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, após autenticação com a senha no Sistema de Deliberação Remota (SDR) e, escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico ainda que ficam retirados de pauta os itens 5, 6 e 9, a pedido de seus respectivos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI N° 3984, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução integral dos pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.*

**Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO)

**Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo

**Relatório:** Pela aprovação.

**Observações:**

*A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

**ITEM 6**

**PROJETO DE LEI N° 6553, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Mailza Gomes

**Relatório:** Pela aprovação.

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 9**

**PROJETO DE LEI N° 871, DE 2019**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar.*

**Autoria:** Senador Marcos do Val (PPS/ES)

**Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha

**Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

**Observações:**

*A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.*)

Iniciando nossos trabalhos, passamos à deliberação dos itens de nºs 1 a 11, à exceção dos 5, 6 e 9.

Designo os membros titulares para compor a Subcomissão Temporária para avaliar os impactos da pandemia de covid na área de educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente de forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais: pelo bloco Unidos pelo Brasil, o Senador Confúcio Moura; pelo Bloco Podemos/PSDB/PSL, o Senador Flávio Arns; pelo PSD o Senador Antonio Anastasia; pelo Bloco Vanguarda, o Senador Wellington Fagundes; e pelo Bloco da Resistência Democrática, a Senadora Zenaide Maia.

Item 1 da pauta.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI N° 5682, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a adoção de critérios técnicos de mérito e desempenho e de participação da comunidade escolar para a nomeação de gestores escolares.*

**Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com o acatamento parcial da Emenda nº 1, nos termos da emenda que apresenta.

**Observações:**

*1. Em 9/08/2021, foi apresentada a Emenda n° 1.*

*2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

A Emenda nº 1 é de autoria do Senador Jean Paul Prates.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Agradeço, Sr. Presidente.

Quero cumprimentá-lo, assim como os demais membros da Comissão e agradecer também pela leitura da indicação dos vários partidos em relação à Subcomissão que pretende fazer uma radiografia a educação na pandemia e propor também encaminhamentos, soluções, fazer o debate com setores da sociedade. Isso realmente vai implicar a possibilidade de normalidade, de desenvolvimento. Não simplesmente as pessoas voltarem para a escola, mas também a gente pensar em conjunto para que escola esses alunos, crianças, adolescentes e adultos vão voltar. Então, será uma radiografia com os Senadores representando os partidos: Senador Confúcio Moura, Senador Anastasia e também a amiga Senadora Zenaide Maia, que nos acompanha aqui também, o Senador Wellington Fagundes. Em conjunto, podemos pensar já na abordagem, na metodologia, nos cronogramas para essa finalidade.

Eu estou relatando o projeto de lei do Senador e Líder Confúcio Moura e passo a fazer a leitura da análise diretamente, Sr. Presidente.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, como é o caso da proposição em análise.

Embora caiba à CCJ, como já foi anunciado, a apreciação da constitucionalidade do projeto, não há como analisar o mérito da matéria sem recorrer inicialmente ao texto da Constituição Federal, cujo art. 206 prevê, entre os princípios que devem reger a educação escolar, o da gestão democrática do ensino público e o da garantia do padrão de qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses princípios são não apenas reiterados pela LDB, mas constituem preocupação do legislador ao longo da principal lei que norteia a educação em nosso País.

Assim, por exemplo, a qualidade da educação escolar surge na LDB como diretriz do financiamento educacional público, como fundamento dos processos de avaliação institucional e como requisito para a autorização de funcionamento dos estabelecimentos privados de ensino.

No que concerne à gestão democrática, cumpre destacar o disposto no art. 14, que determina ser da responsabilidade dos sistemas de ensino definir as normas pertinentes na educação básica pública, de acordo com as respectivas peculiaridades e conforme dois princípios: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A LDB silencia a respeito da escolha dos gestores escolares na educação básica pública, decerto devido à interpretação, sustentada por reiteradas manifestações do Judiciário, de que cabe ao Poder Executivo fazer as nomeações para os cargos em comissão de diretor de escola pública.

Ocorre que existem muitas evidências na literatura especializada de que os gestores escolares exercem papel-chave no bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Diretores com capacidade técnica e qualidades relacionadas à liderança, à autoridade, à inovação e ao espírito motivador constituem um dos principais fatores intraescolares que afetam os resultados acadêmicos dos alunos.

Essa constatação contrasta com a ampla extensão do fenômeno da indicação por critérios políticos para a direção de escolas públicas. Conforme lembrou a justificação, levantamento de 2014 do IBGE apontou que 74,5% dos Municípios observavam apenas a indicação política para o cargo de direção escolar. Segundo pesquisa de 2018 também do IBGE, divulgada em 2019, esse índice havia caído para 69,5%, ainda incrivelmente alto.

Mesmo que em parte dos casos a indicação política possa ter recaído em profissionais com competência técnica e apoio da comunidade escolar, por certo, em numerosas situações, os escolhidos não possuíam as qualidades necessárias para o adequado exercício das funções inerentes ao cargo.

Dessa forma, em muitas redes de ensino públicas, foram buscadas fórmulas para associar competência técnica e respaldo da comunidade escolar na designação dos gestores dos estabelecimentos educacionais. A eleição foi adotada por vários entes federados, frequentemente acompanhada de requisitos predefinidos, como qualificação específica. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros casos, deu-se preferência ao concurso próprio para o cargo de dirigente. Contudo, essas fórmulas tendem a ter caráter legal precário, pois, mesmo quando apresentam bons resultados, ficam sujeitas à descontinuidade ocasionada por mudanças políticas.

Por conseguinte, representaria um avanço condicionar a escolha dos gestores das escolas a critérios que levem em conta os referidos princípios constitucionais de garantia de padrão de qualidade e de gestão democrática do ensino, sem a definição rígida do processo a ser estabelecido em cada rede pública, a fim de preservar a prerrogativa de indicação dos diretores de escola pelo titular do Poder Executivo.

Convém notar que o Plano Nacional de Educação estabeleceu como sua Meta 19 que deveriam ser asseguradas condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação – e o plano é de 2014 –, "associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas", com a previsão de recursos e apoio técnico da União para tanto.

A primeira estratégia estipulada para atingir essa meta é a de priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica sobre a matéria, "que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar".

Merece ser destacada, ainda, a estratégia de "desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares e de aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão".

Enfim, julgamos que a sugestão trazida pelo nobre Senador Confúcio Moura no PL em análise apresenta-se em conformidade com o Plano Nacional de Educação vigente e com as demais disposições pertinentes da LDB.

A respeito da Emenda nº 1, de autoria do nobre Senador Jean Paul Prates, acatamos a sugestão de inserir no inciso III do art. 14 da LDB a expressão “garantida a consulta à comunidade escolar”. Por outro lado, optamos por não acatar a proposta de inserção de parágrafo único, que prevê hipóteses de restrição na indicação dos gestores, pois consideramos ser mais adequado que esse tipo de detalhamento normativo seja tratado no âmbito de cada ente federativo, à luz das particularidades dos sistemas locais de ensino.

Ademais, qualquer profissional da educação, independentemente da categoria de sua formação, pode ser selecionado para a gestão de escolas, de acordo com o seu mérito, desempenho e assentimento da comunidade escolar, ressalvada a eventual exigência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificação específica para a função, a ser proporcionada a todos os interessados. Por conseguinte, a emenda será aproveitada parcialmente. Discutimos isso com o Senador Jean Paul Prates e com o próprio autor, Senador Confúcio Moura.

Em conclusão, no que tange ao mérito educacional, o projeto de lei em tela faz jus ao acolhimento do Colegiado da Comissão de Educação.

Voto.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.682, de 2019, e, parcialmente, da Emenda nº 1, na forma da emenda apresentada a seguir.

> EMENDA Nº – CE
> Dê-se ao inciso III do art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.682, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 1º.....
> 'Art. 14. .....
> .....
> .....
> III – adoção de critérios técnicos de mérito e desempenho para a nomeação dos gestores escolares, garantida a consulta à comunidade escolar e vedada a indicação que não considere esses requisitos.'"

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin para discuti-la.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, é com muita satisfação que eu participo de mais uma reunião da nossa Comissão de Educação e fiz questão de estar aqui, até para homenagear o fato de nós já termos realizado reuniões anteriores com deliberação, aplaudindo todos aqueles que já reuniram as Comissões respectivas e lamentando, em público, aqui, mais uma vez, que a nossa Comissão de Constituição e Justiça ainda não tenha agenda, o que é uma falta, para mim, inexplicável, uma vez que todos os projetos, inclusive este, irão para a Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição e Justiça para tratar de um assunto que é tanto vestibular prévio quanto o último item que se deve preencher, que é a constitucionalidade, juridicidade e serviço ao cidadão que a lei possa prestar.

Segundo, é para celebrar, com meu querido amigo, nosso quarto Senador catarinense, Flávio Arns, o debate deste projeto. Ainda que pontual, ele é, a meu ver, Senador Marcelo Castro, talvez o coroamento do conceito moderno de democracia na escola.

Como Governador do Estado, eu adotei, por lei, a eleição dos diretores de escolas estaduais, em 1985, no final de um grande estudo que resultou no Plano Estadual de Educação, com 741 recomendações, fruto de 1,5 mil reuniões comunitárias. O processo foi iniciado em 1983, interrompido pela enchente, mas prosseguiu. E nós, inclusive, aprovamos o avanço progressivo nas séries do ensino fundamental. Santa Catarina foi a pioneira unidade da Federação a criar os oito anos de ciclo fundamental. Em 1969, foi aprovada a Lei catarinense 1.969.

Então, quem escolhe o administrador escolar? É indicado politicamente, partidariamente. Nós evoluímos para a eleição do diretor de escola. Tivemos idas, vindas, ganhos, perdas. E, no ano 2000, a então Prefeita de Florianópolis, Angela Amin, modificou as regras que tinham sido adotadas, em 1986, pela Prefeitura de Florianópolis, subordinando a participação – enfrentou mil dificuldades – do professor para disputar a direção à apresentação de um plano de gestão. Não é mais eleger o mais simpático, nem aquele que tem a melhor proposta; é aprovar, como se fosse um concurso, um plano de trabalho, como se fosse uma dissertação de mestrado, uma prova final de administração escolar, e os admitidos disputarem, todos com disputa na comunidade, ou seja, foi uma evolução. Isso já faz 21 anos. Hoje praticamente todos os grandes Municípios de Santa Catarina já têm eleição do diretor de escola com uma pré-qualificação.

Então, a minha dúvida, que eu endereço ao meu amigo Flávio Arns, é a seguinte: A adoção de critérios técnicos de mérito e desempenho de quem? De quem?

Então, é uma dúvida, porque, quanto à vedação de indicação que não considere esses critérios, inclusive o de participação da comunidade, eu concordo em gênero, número e grau. A minha dúvida é quais são os requisitos de gestão, de capacidade de gestão, de cursos prévios que foram mencionados no relatório do Senador Flávio Arns, se tem que ter curso de gestor escolar – uma coisa é ser professor, outra coisa é ser gestor escolar –, dentro do critério de que o limite de uma escola não ultrapassa o da sua direção. A direção pode não empurrar para cima, mas pode empurrar para baixo o desempenho de uma unidade escolar.

E até concluo, já que falei da Deputada Angela Amin. A mãe dela foi diretora de escola concursada, ou seja, de um concurso para que o professor fosse habilitado a ser diretor escolar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cargo efetivo, isso muito antes, na década de 50 do século passado, ou seja, faziam o curso de magistério, faziam o curso de gestão escolar, habilitava-se a ser diretor e podia ser nomeado, com a participação democrática da comunidade.

Nós não podemos esquecer da qualificação do gestor escolar, e é isso que eu entendo que nós não podemos deixar de muito claramente delimitar e definir. Essa é a razão da minha intervenção, que eu pediria que o nosso querido Senador Flávio Arns pudesse esclarecer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

Passo, então, a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, Relator da matéria.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

Eu vejo que o próprio autor da matéria também está acompanhando, o Senador Confúcio Moura, mas eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Esperidião Amin por me designar como quarto Senador do Estado de Santa Catarina.

A família do meu pai, toda ela, é de Santa Catarina. Dom Paulo Evaristo Arns, Dra. Zilda, meu pai, que era Osvaldo Arns, lá de Forquilhinha, foram pioneiros perto de Criciúma, e a família da minha mãe também é de Santa Catarina, de Brusque. Então, vamos dizer, nós temos um amor especial por Santa Catarina.

Eu quero concordar inteiramente com o que o Senador Esperidião Amin colocou em termos da importância do gestor escolar. Eu, inclusive, fui secretário de educação no Paraná e sempre dizia: o bom diretor, a boa diretora, competente, pode levantar a escola ou, de fato, rebaixar a escola.

Agora, nós tomamos muito cuidado porque, aqui no Paraná, nós também tínhamos – pelo menos tínhamos, eu não sei como é atualmente – um plano de gestão. Mas isso pode ser adotado em um Estado ou em outro Estado. Pode haver cursos de qualificação, que nós também tínhamos e temos, cursos de qualificação para ser um bom professor, um bom pedagogo... É uma situação; ser um bom gestor é outra situação. Não é? Mas cada Estado pode adotar outros critérios também.

Então, a preocupação é deixar ainda, apesar de toda esta abordagem, uma área, assim, de independência e de liberdade para os Estados atuarem, mas sempre dentro dos critérios de mérito e desempenho – mérito e desempenho –, não da indicação, como o próprio Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperidião Amim colocou, unicamente partidária. Eu até usei a palavra política, mas o correto até é muito mais aspectos partidários do que propriamente políticos.

Então, eu penso assim, que tem que haver mérito e desempenho, tem que haver o que nós acrescentamos, a consulta à comunidade escolar, e comunidade escolar são os donos da escola. Eu sempre usei essa expressão. Quem que é o dono da escola? É comunidade escolar, os pais, os alunos, professores, profissionais da educação, conselho escolar, aquela comunidade que tem que cuidar daquela escola. Então, garantir a consulta à comunidade escolar.

E não pode haver indicação que não considere esses pré-requisitos. Agora, quais são os critérios de mérito e desempenho, aí existe essa liberdade, não é? Para os Estados, às vezes, as soluções sobre as quais a gente sequer chegou a pensar, a cogitar e que... Como aconteceu com o Fundeb: há Municípios de vários locais do Brasil que adotavam critérios, assim, muito interessantes e que podem orientar, inclusive, outros Estados a fazerem de forma igual.

Então, há, vamos dizer, uma abertura e, ao mesmo tempo, dizendo: "Olha, mérito e desempenho". O que é mérito para vocês aí em tal Estado? Então, tem que haver a regulamentação que considere mérito e desempenho. Eu considero importante o que foi falado, mas talvez outros Estados queiram... Tudo na vida é uma caminhada: Santa Catarina e Paraná têm uma caminhada diferente da do Rio Grande do Sul; o Rio Grande do Sul, diferente da de São Paulo, não é? Então, é uma caminhada a favor de mérito e desempenho na gestão da escola.

Então, eu acho que estaria bem assim, salvo melhor juízo. Aí eu acho que a redação, para mim, está bem clara, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou satisfeito, Presidente, com a digressão do nosso Senador Flávio Arns, e minha homenagem também ao autor da proposta, o Senador Confúcio Moura.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

Vamos, então, ao próximo inscrito, que é o Senador Confúcio Moura, autor desse projeto tão importante para o futuro da nossa educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Bem, Sr. Presidente, Senadores presentes, eu creio que vocês estejam todos me ouvindo, não é?

É uma satisfação muito grande ouvir essa apresentação... (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A internet de V. Exa. está travando, Senador Confúcio Moura.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A minha preocupação maior é que... (*Falha no áudio.*)

Então... Eu estou falando aqui do próprio Senado. Não estou entendendo o motivo...

Pode considerar as minhas palavras como ditas – está bem, Senador? –, por estarmos com dificuldade de internet.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, agora está bem. Pode falar.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então está bom. Muito bem.

A minha preocupação é justamente esta: onde a escola tem um bom gestor... Porque o gestor escolar é como um Prefeito. Há escolas que têm três mil alunos, dois mil e poucos alunos; há também escolas que têm uma comunidade de professores e trabalhadores; há os alunos... Antes de tudo, esse gestor escolar tem que ser um gestor de todos, ele administra conflitos: há conflitos de professores, conflitos de pais, de vizinhança, até dos vizinhos do bairro, enfim, e também avalia o nível de pais e a eficiência dos alunos na escola. Quando muda o Prefeito, ele normalmente escolhe – em determinadas regiões, na maioria dos Municípios brasileiros – aquele cabo eleitoral, aquela pessoa que ajudou na campanha, e a pessoa está totalmente fora... Se você perguntar o que é MEC, ele não sabe o que é MEC (Ministério da Educação). Se você perguntar o que é Fundeb, ele não sabe o que é Fundeb. Então, a linguagem da educação é uma linguagem por si só complexa, fora a gestão dos recursos.

Ele também administra, ele tem autonomia de gestão de compras, ele tem a comunidade, os mercados da vizinhança que vendem para a escola; ele tem que armazenar os estoques de cadernos e papéis; ele tem que verificar a qualidade das aulas dos professores, os professores faltosos; ele tem que verificar o aluno que não está comparecendo às aulas e mandar ir atrás desse aluno para que ele volte à escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a complexidade de um gestor escolar é muito grande. Comparando, assemelha-se muito à estrutura de um Prefeito municipal.

Então, a escola, em determinados locais, é o maior equipamento público existente ali. O pessoal vai andando na rua e pergunta: "Onde é que fica a casa de fulano de tal?" "Depois da escola, segunda à direita, depois da escola isso, assim... ". A escola é uma referência no bairro, normalmente. Então, se a gente quiser, de fato, que a educação melhore, tem que se começar pela gestão cuidadosa, tanto a preparação... Por exemplo: a eficiência e a qualidade da gestão... Isso é medido de várias maneiras. A preliminar pode ser contratar até uma universidade, uma faculdade, para fazer a seleção dos candidatos interessados. Só nessa prova de seleção prévia simples, você já elimina quase todo mundo, porque muita gente tem medo de fazer prova; e depois você vai qualificando, vai verificando os compromissos e fazendo o que o Espiridião falou: um plano de trabalho. É como um plano de governo.

Então, este é o meu objetivo: que a gente passe a melhorar a escola através da gestão. Onde há boa gestão, normalmente há um grande desempenho escolar, e os alunos aprendem mais.

Eu quero agradecer muito pelo relatório do Senador Flávio Arns, muito minucioso e detalhado, pelas considerações importantes do Senador Esperidião Amin e de todos os demais Senadores que estão presentes a esta reunião.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Confúcio Moura.

Passo a palavra ao próximo Senador inscrito.

Senador Izalci Lucas com a palavra.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o nosso querido Senador Confúcio Moura pela iniciativa, o nosso belo relatório aí também do Senador Flávio Arns, e quero dizer a V. Exas. que talvez seja uma das matérias mais importantes em termos de educação. É incrível como a gente observa... Eu conheço bem várias escolas, públicas e privadas, no Brasil todo. Inclusive, nosso querido Presidente Marcelo Castro, conheço lá o Dom Barreto, Maria Goretti, a educação do Piauí... A gente conhece bem essa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão da gestão democrática, eu já presenciei de tudo. A minha mãe, para quem não sabe, era servente de escola pública aqui em Brasília, depois merendeira.

Aqui em Brasília, para vocês terem ideia, houve um período de gestão democrática em que o porteiro da Universidade de Brasília conseguiu vários votos pra ser o Reitor da universidade. Nós tivemos aqui diversas escolas cujo diretor era o servente e eu não tenho nada, muito pelo contrário, tenho o maior carinho do mundo pelos servidores da educação, o pessoal da área de limpeza, de coordenação. Tenho o maior carinho, mas a minha mãe, por exemplo, que era merendeira, não estava preparada pra ser diretora de escola. E eu vi isso. Já vi também eleições em que o diretor abre mão de uma cobrança, de uma obrigação de cumprir a carga correta, fazer realmente o planejamento, em troca de voto. Eu já vi tudo isso. Já vi também leis aqui aprovadas e a forma de conduzir com pré-requisito de um plano de metas, de estabelecer realmente um programa para ser avaliado com curso de qualificação. Eu já vi tudo isso.

Mas eu já tive a oportunidade de visitar duas escolas, uma ao lado da outra, completamente diferentes. Eu digo a vocês: o diretor da escola, o gestor é, no mínimo, 70% da escola – 70 –, porque, quando você coloca um líder competente, ele consegue realmente integrar a equipe, integrar, sensibilizar, incentivar. A escola muda. Então, num espaço de 200m aqui, de duas escolas, aonde eu uma vez fui fazer uma palestra, na primeira a que cheguei, maravilhoso: o som preparado, os alunos aguardando, maior respeito, maior carinho. Na segunda, do lado, mesmo tema, mesma palestra, uma esculhambação geral: o som não funcionava, a metade dos alunos não foi... Uma bagunça total. Então, o diretor faz a diferença. Então, não dá para brincar com gestão.

Acho até, Senador Flávio Arns, senador Confúcio Moura, que nós temos que descentralizar ao máximo a gestão da escola. O diretor tinha que ter autonomia, para poder fazer realmente aquilo que ele acha necessário e em que muitas vezes é impedido por causa da legislação, porque não tem autonomia pra fazer, às vezes.

Eu tenho presenciado os diretores aí comprando fiado para a escola funcionar, botando dinheiro do próprio bolso... Internet é uma das dessas questões. Os caras pagando internet do bolso para a escola ter pelo menos alguma coisa de tecnologia dentro da secretaria, dentro da diretoria...

Então, esse projeto é importantíssimo. Eu acho até que a gente precisa agilizar a votação desse projeto para que a gente possa ainda exigir que, a partir do ano que vem, haja realmente – nos Estados, nos Municípios, respeitando a autonomia de cada um, mas, na lei geral, na LDB – regras claras para que não ocorra o que vem acontecendo neste País. O primeiro passo realmente, para começar a melhorar a educação, é uma boa gestão, porque, quando você tem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





próprio diretor que não é qualificado, que é realmente fruto de questões partidárias, como foi dito aí, ou parente disso, parente daquilo e que não entende absolutamente de escola, é um desastre.

Realmente eu quero dizer que esse tema, Senadores e Senadoras, é de suma importância; eu não tenho palavra para dimensionar o tanto que é importante, não só porque seria o óbvio, para qualquer direção de escola, haver uma pessoa competente, uma pessoa que tivesse desempenho – isso é o óbvio –, mas, lamentavelmente, nem sempre o óbvio é reconhecido no nosso País. Eu aprendi isto: sabedoria é reconhecer o óbvio. Então, eu quero aqui parabenizar a sabedoria do Senador Confúcio pela iniciativa do projeto; a sabedoria do Senador Flávio Arns por relatar esse projeto.

E faço um apelo a todos – eu já tinha falado, estou ficando chato; desde quinta-feira da semana passada, eu estou cobrando do nosso Presidente do Plenário –: gente, nós vamos perder completamente a nossa credibilidade se não for devolvida a Medida Provisória 1.060, Senadora Zenaide. Nós aprovamos, por unanimidade, a banda larga nas escolas, Senador Flávio Arns; aprovou-se na Câmara; o Presidente vetou; o Congresso derrubou o veto – é banda larga nas escolas! Agora, vem uma medida provisória tratando do mesmo tema que nós já aprovamos, cujo veto derrubamos. O Congresso vai ficar desmoralizado, porque, para toda matéria que a gente aprovar, daqui para frente, virá uma medida provisória tratando do mesmo tema, desmoralizando todos os nossos Parlamentares.

Então, eu faço um apelo. Eu não quero mais... Mas eu queria que cada Líder, principalmente o meu Presidente da Comissão de Educação, que é banda larga nas escolas, que a gente conversasse. Com o Senador Rodrigo já conversei; ele realmente entende. Já há um parecer técnico dizendo isso. Então, eu vou dizer para vocês: se a gente não tiver uma medida muito dura com relação a essa medida provisória, a gente vai ter sérios problemas daqui para frente. Mas eu parabenizo demais. Isso realmente, apesar de ser óbvio, é muito urgente, relevante e merece, inclusive, ir para o Plenário e aprovar-se imediatamente essa matéria.

Era isso, Sr. Presidente.

Parabéns a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos, então, seguir. Quero, no entanto, parabenizar o Senador Confúcio Moura pela iniciativa dessa matéria tão importante para a gestão democrática das nossas escolas, que conjuga o critério de mérito, de desempenho, de votação, que é muito importante. E o Senador teve a brilhante ideia de apresentar esse projeto, tão bem relatado pelo competente Senador Flávio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arns, que é uma das metas do nosso PNE, nosso programa, nosso Plano Nacional de Educação, e essa meta não foi cumprida ainda, não foi alcançada.

Eu concordo aqui, quero concordar com as palavras do nobre Senador Izalci Lucas. Ele fez referência a dois colégios que são dos melhores do Brasil, lá do Piauí, o Dom Barreto e o Santa Maria Goretti; são realmente escolas que nos orgulham muito, tanto como piauiense como brasileiro, sabendo que são escolas de primeira categoria.

Bom, não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, da Comissão de Educação.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**ITEM 2**

**AVISO N° 36, DE 2018**

**- Não terminativo -**

*Encaminha cópia do Acórdão nº 2353/2018 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que tratam do terceiro relatório de acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei 13.005/2014, em observância ao artigo 214, da Constituição Federal de 1988. (TC 034.984/2017-8).*

**Autoria:** Tribunal de Contas da União

**Relatoria:** Senador Izalci Lucas

**Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento, assegurada a realização de audiência pública, conforme REQ 71/2019-CE.

Concedo, assim, a palavra ao Senador Izalci Lucas, para a leitura do seu relatório.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu só quero aproveitar, antes de ler o relatório, para dizer que, sobre aquela questão da reunião da Comissão de Educação na segunda-feira, eu fiz realmente essa questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Plenário, para que a gente pudesse discutir essa questão na terça-feira, talvez quarta, mudar o dia, porque a gente vai ter sérios problemas de quórum qualificado para votação. Então, é uma coisa para que está sendo aguardada uma posição da Mesa e do Presidente, mas é só para dar uma satisfação a V. Exa., porque eu acho que eu fiquei de também trabalhar isso.

Eu peço a V. Exa. para ir direito à análise do voto, Presidente.

Bem, o relatório sobre o qual se baseia o acórdão em tela ressaltou, decerto devido à extensão da matéria, que "não pretende ser exaustivo em suas análises, tendo o texto primado pela objetividade e concisão". Ainda assim, numerosos dados relevantes foram evidenciados sobre os sucessos parciais de execução do Plano Nacional de Educação, mas, principalmente, sobre as dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelas três esferas de governo para observar as estratégias e avançar no cumprimento das 20 metas do plano.

De início, o relatório avaliou a situação relativa às providências previstas no corpo da Lei 13.005, de 2014, que não constam das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação. A Tabela 1, apresentada no anexo, expõe o estado de cumprimento dessas normas. A situação apurada é claramente negativa. Apenas uma providência havia sido implementada e ações importantes para a efetivação das metas do Plano Nacional de Educação não haviam avançado. A criação do SNE (Sistema Nacional de Educação) foi objeto de proposição na Câmara dos Deputados, sem alcançar aprovação, quando seria de se esperar, em nossa avaliação, a iniciativa do Poder Executivo, dada a necessidade de envolver órgãos de elaboração e execução das políticas públicas de educação com alcance nacional no sistema a ser criado. Avaliação semelhante pode ser dada em relação ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), ainda que exista certa consolidação de ações do Ministério da Educação no campo da avaliação educacional da educação básica – como também da educação superior. Conforme apurado pelo Tribunal de Contas da União, as reuniões da Instância Permanente de Negociação e Cooperação Federativa, objeto de duas portarias do MEC, não entraram na rotina de fomento de ações de cooperação entre os níveis de governo, providência fundamental para a implementação de diversas estratégias do Plano Nacional de Educação.

Quanto aos planos de educação dos governos subnacionais, embora o resultado seja de implementação parcial, de fato quase todos os entes federados aprovaram seus planos. Dos dois Estados que faltavam aprovar seus planos quando da conclusão do relatório do Tribunal de Contas da União, restou apenas o Rio de Janeiro, uma vez que Minas Gerais aprovou seu plano no final de 2018. Entre os Municípios, segundo o *site* PNE em Movimento, apenas Ribeirão Preto não aprovou seu plano (consulta em 12 de abril de 2019).

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste Plano Nacional de Educação.

As projeções feitas pelo Tribunal de Contas da União indicam que a universalização da pré-escola pode ser alcançada em 2020, portanto, além do prazo previsto no plano, que era de 2016. A respeito das creches, as projeções sinalizam o risco de que a meta não seja cumprida, embora por pouco. A projeção para 2024 é de 46,5% de atendimento. O mais grave nas projeções consiste no risco de agravamento das desigualdades de acesso segundo a renda familiar, em desacordo com a Estratégia 1.2, que prevê redução, para menos de 10%, da diferença de acesso às creches entre as crianças oriundas das famílias do quintil mais rico e do quintil mais pobre da população. Essa desigualdade, que apresentava o índice de 34,6% em 2014, tem projeção de crescimento para 41,3%.

Diante da necessidade de criação, até 2024, de 1,9 milhão de vagas na educação infantil, com a construção de 28 mil estabelecimentos de ensino, o TCU destacou a relevância do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), do Governo Federal. Contudo, apurou-se que, entre 2007 e 2016, somente 3.476 obras do programa haviam sido concluídas.

O tribunal também faz referência a outras ações que ele mesmo empreendeu com o fim de avaliar as medidas adotadas pelo Governo Federal e pelos Municípios para avançar no cumprimento das estratégias relacionadas a essa meta do PNE, entre elas a tomada de contas (Acórdão 2.775, de 2017 – Tribunal de Contas da União, Plenário), que apurou, entre outros aspectos: a) ausência de definição de responsáveis pelas estratégias da Meta 1 do PNE; b) não realização de levantamento da demanda por educação infantil, como forma de planejar a expansão da oferta; c) ausência de publicação das listas de espera por vagas na rede pública de educação infantil; d) ausência de definição de metas de expansão da rede pública de educação infantil; e) não realização da busca ativa, como meio de identificar e matricular crianças fora da escola; f) ausência de mecanismos para priorização das crianças mais pobres no acesso às creches, a fim de reduzir as desigualdades educacionais; g) ausência de acompanhamento da frequência escolar das crianças de quatro e cinco anos beneficiárias do Programa Bolsa Família; h) existência de escolas do Proinfância concluídas, mas que não entraram em funcionamento; e i) intempestividade na concessão do apoio financeiro aos Municípios para a manutenção inicial das escolas do Proinfância.

Além dessa auditoria, o Tribunal de Contas realizou duas fiscalizações no Proinfância, que identificaram problemas como abandono de obras, falhas de construção, baixo índice de obras realizadas por meio de “metodologias construtivas inovadoras” e ressarcimentos insuficientes ao Erário diante de falta de prestações de contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe assinalar que, no ano de 2018, a Comissão de Educação analisou, no âmbito de sua iniciativa de avaliação de políticas públicas, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, o cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

A par de também reconhecer os avanços do atendimento no setor, o relatório da Comissão de Educação identificou diversos problemas políticos, gerenciais e de articulação político-administrativa nas principais ações relacionadas ao cumprimento da meta e de suas estratégias.

Dessa forma, alertou sobre a necessidade de maior interlocução entre os gestores das diferentes esferas federativas, "inclusive com a participação dos entes estaduais que, salvo poucas exceções, não têm se envolvido em ações relativas à meta 1". O documento ressaltou também o caráter imprescindível da continuidade e do aprofundamento das políticas e dos programas federais de apoio aos entes subnacionais. Contudo, lembrou a necessidade de "aprender com a experiência para evitar os equívocos cometidos no passado (como mostraram as auditorias dos órgãos de controle), de forma a assegurar a eficiência e efetividade das ações". O relatório destacou, ainda, os problemas que a acentuada judicialização do acesso a creches pode acarretar nas iniciativas adotadas pelos Municípios com o fim de conferir prioridade de atendimento às crianças de famílias de menor renda.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do Plano Nacional de Educação.

A partir dos dados do Inep, o tribunal estimou que universalização – índice de 100% – do acesso à escola da população de 6 a 14 anos deve ser alcançada em 2022. O índice em 2014 encontrava-se em 97,7%. No que se refere aos jovens de 14 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído, as projeções sinalizaram que, em 2024, seu índice deve atingir 90,3%, portanto, abaixo da meta do Plano Nacional de Educação. Em 2014, o índice foi de 74,3%.

No que tange à busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola (estratégia 2.5), o tribunal destacou a ação de dois programas federais voltados para segmentos vulneráveis da população. O primeiro deles, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), foi desenvolvido pelo então denominado Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com o fim de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, ressalvada a condição de aprendiz, mediante a transferência direta de renda às famílias, com exigência de frequência escolar. A segunda ação, então empreendida pelo MDS e pelo Ministério da Educação, consiste no acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família – estratégia 2.4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório mencionou os resultados da TC (Acórdão nº 1.007, de 2016 – TCU, Plenário) que objetivou avaliar a qualidade da infraestrutura das escolas públicas de ensino fundamental. A auditoria apurou "falhas infraestruturais graves nas escolas examinadas, sobretudo naquelas de menor porte e localizadas no interior dos Estados". O Tribunal encaminhou ao MEC recomendações com o fim de reverter essa situação.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano Nacional de Educação, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

As projeções para as duas taxas referidas indicaram que a meta não deve ser alcançada. A população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica deve atingir o índice de 89,5% em 2024 – o índice em 2014 era de 83,8%. Por sua vez, a população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou já concluiu a educação básica deve atingir o índice de 79,9% – a taxa líquida em 2014 foi de 65,7%.

A respeito do nível elevado de abandono e evasão escolar no ensino médio (11,2% entre 2014 e 2015), o relatório destacou estudos que expõem as principais razões apresentadas pelos alunos para essa situação: o desinteresse pelos conteúdos ensinados nas escolas e a necessidade de trabalhar e obter renda.

Como iniciativa federal que busca alterar o aspecto pouco atrativo da escola no ensino médio, é destacada a reforma operada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que procura, entre outras ações, diversificar as opções curriculares. É mencionado também o Programa Ensino Médio Inovador, que apoia os sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal a desenvolver currículos inovadores, como forma de atender às expectativas e necessidades dos estudantes. Outro ponto abordado consiste na necessidade de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino médio de nível técnico, dado o nível baixo de integração do ensino regular com a educação profissional no nível médio: apenas 5,7% em 2016, no segmento público.

O relatório menciona ações que foram desenvolvidas referentes ao ensino médio. Foi o caso da TC (Acórdão nº 1.897, de 2017 – TCU, Plenário) em que se buscou monitorar a adoção de recomendações proferidas em outra auditoria, bem como examinar aspectos relativos à observação das estratégias da Meta 3. A esse respeito, o relatório lembrou, por exemplo, a não implementação do Sinaeb e alertou “para a incompatibilidade da alocação orçamentária dos entes estaduais frente aos compromissos assumidos e para deficiências no acompanhamento local da implementação da Meta e de suas estratégias”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meta 4: universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. O relatório assinalou que o Censo Demográfico do IBGE de 2010 indica que 82,5% das crianças e jovens de 4 a 17 com deficiência frequentavam estabelecimentos de ensino. Não há como fazer projeções do índice, uma vez que não existe série histórica a respeito. Inexistem também informações sobre a frequência escolar de indivíduos com transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação.

O índice de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação em classes comuns da educação básica atingiu 88,4% em 2015, mas o relatório absteve-se de fazer projeção para o índice em decorrência de questões metodológicas.

Em 2016, somente 15% das escolas da educação básica ofereciam atendimento educacional especializado (AEE). No setor público, o índice atingiu 18,3%. A esse respeito, igualmente não foi feita projeção, mas é clara a distância da universalização do AEE preconizada pela meta.

O relatório abordou sucintamente ações federais relacionadas a algumas estratégias, como o Programa BPC na Escola, o qual, por meio de dados do Censo Escolar e da relação de beneficiários do benefício de prestação continuada, identifica a situação escolar das crianças e dos adolescentes de zero a 18 anos que recebem o benefício. O Programa Caminho da Escola, por sua vez, passou, desde 2012, a contar com modalidade específica para a aquisição de veículos acessíveis.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Também não são feitas projeções sobre essa meta. O nível de alfabetização das crianças é mensurado pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que mede, de forma censitária, as habilidades de leitura, escrita e matemática dos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental das escolas públicas. A primeira edição da avaliação foi realizada em 2014.

O relatório apresentou dados da avaliação de 2014. Cabe lembrar que as habilidades de leitura e matemática são divididas em quatro níveis de proficiência: os níveis 1 e 2 são considerados insuficientes e os níveis 3 e 4, suficientes. As habilidades de escrita possuem cinco níveis de proficiência: os níveis 1, 2 e 3 indicam insuficiência e os 4 e 5, suficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O desempenho dos alunos nas habilidades de escrita, matemática e leitura apresentaram, respectivamente, índices de insuficiência de 56%, 57% e 35%.

O relatório mencionou duas ações federais relacionadas ao cumprimento da meta. Uma delas, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que constitui compromisso formal assumido pela União e pelos entes subnacionais para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do terceiro ano do ensino fundamental.

Já o Programa Mais Educação, reformulado em 2016, passou a buscar melhoria dos resultados de alfabetização e letramento das crianças do ensino fundamental.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

O índice de escolas públicas da educação básica com matrículas em tempo integral (estabelecimentos com ao menos um aluno que permanece no mínimo sete horas diárias em atividades escolares) foi de 52,5% em 2015, indicando superação da meta.

Já o índice de matrículas em tempo integral na rede pública de educação básica, que atingia 17,6% em 2014, foi projetado para 25,7% em 2018 e 39,9% em 2024, também indicando o cumprimento da meta com certa facilidade.

Assim, o tribunal ressaltou o caráter pouco desafiador estabelecido pelo legislador em relação à Meta 6.

Sobre as ações federais relacionadas à meta, o relatório mencionou o Programa Novo Mais Educação, restrito ao ensino fundamental, e a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

– anos iniciais do ensino fundamental: em 2015, 5,2; em 2017, 5,5, em 2019, 5,7; e em 2021, 6,0;

– anos finais do ensino fundamental: em 2015, 4,7; em 2017, 5,0; em 2019, 5,2; e em 2021, 5,5;

– ensino médio: em 2015, 4,3; em 2017, 4,7; em 2019, 5,0; e em 2021, 5,2.

Reproduzimos nos Gráficos 1, 2 e 3, apresentados no anexo, a evolução das metas originais do plano nacional para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





como os índices apurados entre 2007 e 2015 e as projeções para 2017, 2019 e 2021. Ressalte-se que, após a conclusão do relatório, foram divulgados os resultados do Ideb 2017. A projeção feita para o ensino médio (3,8) foi precisa, enquanto no ensino fundamental houve uma pequena diferença de 0,1 para menos, nos primeiros anos, e para mais, nos anos finais.

A evolução dos índices e as respectivas projeções mostram que, nos primeiros anos do ensino fundamental, os resultados superaram o esperado e há tendência de que as metas do PNE sejam ultrapassadas. Nos anos finais do ensino fundamental houve superação das metas nas três primeiras rodadas de avaliações. Em 2011, ocorreu uma inflexão e os resultados ficaram aquém das metas. As projeções indicam a continuidade dessa tendência.

Já no ensino médio, constata-se uma tendência de estagnação pelo menos desde 2011, último ano em que a meta foi atingida – ou superada. Dessa forma, a diferença entre as expectativas e os resultados cresceu. As projeções mantêm essa tendência.

O relatório desagregou informações de 2015 sobre as duas variáveis que compõem o Ideb – aprovação e proficiência média – e observou a piora nos dois índices na progressão das etapas de ensino.

O tribunal reconheceu a complexidade da matéria, expressa no grande número de estratégias. Algumas razões dos entraves no rendimento dos alunos foram apontadas na avaliação das metas 2 e 3, mas o documento ressaltou a necessidade de que o poder público identifique melhor e elimine esses entraves.

Foram enfatizados dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2016 sobre deficiências na infraestrutura e nos recursos das escolas públicas, como a falta de bibliotecas (68,8%), quadras esportivas (68,4%), refeitórios (61%) e laboratórios de informática (57,3%). A respeito do tema, é lembrado o descumprimento do prazo de dois anos, contados da publicação da lei do Plano Nacional de Educação, para que a União, em colaboração com os governos subnacionais, estabelecesse parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica (estratégia 7.21).

No que concerne às ações do Governo Federal, são destacadas a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e programas que buscam melhorar a infraestrutura das escolas ou fornecer apoio aos estudantes, como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), o Programa Internet para Todos, além das iniciativas mais tradicionais: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), o Programa Caminho da Escola, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Saúde na Escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi lembrada ainda a formalização e execução dos Planos de Ações Articuladas (PAR), mediante os quais os entes subnacionais recebem apoio técnico e financeiro em caráter suplementar e voluntário da União para melhorar o funcionamento de suas redes escolares, com base em diagnósticos realizados pelas respectivas secretarias de educação, a partir de orientação do Ministério da Educação (estratégia 7.5).

O tribunal lembrou auditoria realizada em 2015 em ações do PDDE e do PAR, nas quais constatou problemas como "insuficiência dos controles administrativos [...] adotados pelo MEC e pelo FNDE para acompanhar as atividades relacionadas e fiscalizar a adequada aplicação dos recursos públicos transferidos".

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A escolaridade média da população de 18 a 29 anos aumentou 1,6 ano de estudo, entre 2004 e 2014, e totalizou 9,9 anos. As projeções feitas pelo relatório indicam que em 2024 o total atingido será de 11,6 anos, abaixo, portanto, da meta.

Já a população do quartil de renda mais pobre teve elevação menor entre 2004 e 2014 –, de 5,6 anos para 8 anos, mas as projeções indicam o valor de 10,5 anos em 2024.

Em 2014, a região de menor escolaridade era a Nordeste – evolução de 7 para 9,1 anos entre 2004 e 2014 – e as projeções sinalizam também que a meta não será alcançada na região, com 11,4 anos em 2024. As projeções indicam igualmente que, ao final do Plano Nacional de Educação, a região com menor escolaridade passará a ser a Norte, com 11 anos de estudos.

A equiparação entre a escolaridade média de negros e não negros também não deve ser alcançada em 2024 – projeções de 11,3 e 12,2 – embora a diferença entre as duas populações tenha tendência de redução: 1,9 ano em 2004; 1,4 em 2014; e projeção de 0,9 em 2024.

No que se refere às estratégias para reduzir essas desigualdades, o relatório mencionou ações federais voltadas à educação de jovens e adultos (EJA): o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), iniciativas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A respeito desta meta, o relatório mencionou o cumprimento do acordo celebrado entre o MEC e as entidades dos serviços sociais autônomos para a oferta de vagas gratuitas em cursos de formação inicial e continuada e de educação profissional técnica de nível médio.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

A taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais evoluiu de 88,5% para 91,7%, entre 2004 e 2014. O índice de 2015 – 92,3% – ficou abaixo do previsto para aquele ano. Nem mesmo em 2017 (índice de 93%) a meta intermediária foi atingida. Por sua vez, a meta de erradicação em 2024 provavelmente não será atingida: as projeções indicam o índice de 95,2%.

Existem diferentes critérios para a definição de "analfabetismo funcional" e sua mensuração nem sempre é simples. O Inep utiliza como critério o período de cinco anos de estudo, o que corresponde à duração dos anos iniciais do ensino fundamental. Assim, a população com 15 anos ou mais de idade que não completou os cinco anos é considerada analfabeta funcional. Segundo esse critério, o índice evoluiu de 24,4% para 17,6%, entre 2004 e 2014. A projeção para 2024 é de 11%, o que sinaliza o descumprimento da meta do Plano Nacional de Educação.

Cabe ressaltar que, nos dois critérios de analfabetismo, os índices são piores no Nordeste, na área rural, entre a população negra, entre a população com idade mais elevada e nos segmentos de menor renda, o que exige políticas focadas no combate a essas desigualdades.

Nas ações federais, o relatório mencionou novamente o Programa Brasil Alfabetizado. Também fez referência ao Programa Educação em Prisões, mas apontou o baixo índice de detentos que estudam nas prisões brasileiras. O tribunal aludiu ainda à não implementação pela União da estratégia 9.4, que prevê a criação de benefício adicional no programa nacional de transferência de renda (Bolsa Família) para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

O relatório não fez projeções para essa meta, mas os índices sinalizam enorme distância a ser percorrida para o seu cumprimento. A integração da EJA à educação profissional no nível fundamental evoluiu de 0,2% para 2,5%, entre 2008 e 2014. No nível médio, a evolução foi de 0,9% para 3,3%, no mesmo período – o índice chegou a cair, em 2015, para 3%. A estagnação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos índices observada a partir de 2012, apesar do início da implantação do Pronatec nesse ano, representam sinal bastante ruim para o cumprimento da Meta 10.

Três ações federais relacionadas a essa meta foram mencionadas no relatório: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), o Pronatec EJA e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens do Campo (ProJovem Campo).

Cumpre lembrar que, no âmbito de seus relatórios de avaliação de políticas públicas, a Comissão de Educação analisou, em 2017, o Pronatec, cujas ações têm impacto direto no cumprimento das Metas 8, 10 e 11. Entre as conclusões do relatório encontra-se a "gritante ausência de indicadores sólidos de desempenho, atrelados ao estabelecimento de um foco preciso e de uma pontaria certeira". Foi apontada no programa uma característica que o Pronatec compartilharia com outras políticas públicas, a saber, "o início açodado, sem estudos mais consistentes sobre impacto e aderência e sem a construção de estruturas mínimas de funcionamento adequado".

Também foi assinalada a forma pouco criteriosa de expansão do programa, com foco no número matrículas, principalmente em 2014, ano em que o programa "'inchou', sem que, em contrapartida, fossem desenvolvidas ferramentas para avaliar a qualidade dessas matrículas".

Foram reveladas, ainda, a precariedade dos mapas de demanda (salvo algumas exceções) e a falta de interlocução entre os atores do programa, tanto entre os ofertantes de cursos, quanto entre os demandantes, responsáveis por identificar as necessidades de formação.

Dura crítica igualmente foi feita ao "número 'mágico'" das 160 horas como carga mínima dos cursos de formação inicial e continuada (cursos FIC), reveladora de mais uma falta de aderência ao mundo real, por desconsiderar o potencial dos cursos de aperfeiçoamento de 60 a 80 horas inseridos no conceito de *skills* (competências-chave).

Dessa forma, o relatório da Comissão de Educação recomendou a remodelagem do programa, com o estabelecimento de indicadores de acompanhamento consistentes, que considerem tanto a aderência entre o curso oferecido e o perfil do aluno e também a empregabilidade, quanto os critérios de inserção social e de desenvolvimento da cidadania.

Nesse sentido, o documento recomendou a definição de "dois grandes agrupamentos de ações e iniciativas": um focado no mercado de trabalho e nos índices de empregabilidade, que teria por fim atender às demandas do mercado de trabalho, inclusive com prospecção de suas mudanças; o outro agrupamento, voltado para populações socialmente vulneráveis, teria foco no resgate da cidadania e na inserção social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

A educação profissional pode ser oferecida de forma integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio. Em 2015, as matrículas tinham a seguinte distribuição: 21,9%, 15,9% e 57,3%, respectivamente. Em 2013, o total de matrículas era de 1.602.946 – 49,5% delas no setor público –, o que sinalizava a meta de criação de pelo menos 3.205.892 vagas até 2024, totalizando 4.808.838 matrículas. Já as vagas criadas no segmento público deveriam atingir o contingente de 1.602.946.

As projeções, no entanto, indicam apenas 2,82 milhões de matrículas em 2024 (58,7% da meta). Não é feita projeção para a participação do segmento público, mas as oscilações da participação do setor no crescimento de matrículas em 2014 (4,7%) e em 2015 (34,7%) sinalizam dificuldade também no cumprimento desse aspecto da meta.

No que tange às ações federais, novamente a referência é o Pronatec, particularmente suas estratégias de expansão de vagas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nas redes públicas estaduais e nas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical. Cabe destacar ainda a criação, em 2017, no âmbito do Pronatec, do MedioTec, que busca parcerias entre instituições de ensino públicas e privadas, de modo a permitir que alunos matriculados no ensino médio regular público cursem, no contraturno, programas de formação técnica na rede privada.

O tribunal mencionou, ainda, as quatro fiscalizações que realizou no Pronatec, entre 2015 e 2017. A primeira procurou avaliar a efetividade do programa. Já a segunda consistiu em auditorias para averiguar regularidade da aplicação dos recursos financeiros no âmbito do Bolsa-Formação. A terceira também foi dirigida ao Bolsa-Formação, mas com o foco na efetividade de suas ações. A quarta, aludida na seção referente à Meta nº 8, tratou do cumprimento do acordo de gratuidade celebrado entre o MEC e entidades do Sistema S.

As auditorias realizadas no Bolsa-Formação encontraram diversas irregularidades, como: ausência de reconfirmação da matrícula e o cancelamento desta nos casos de descumprimento dos requisitos de permanência no programa; falhas nos editais de seleção de profissionais para o programa; oferta de cursos sem alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho; e deficiência em focar os beneficiários do seguro-desemprego, um dos públicos prioritários do programa.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A taxa bruta de matrículas nos cursos de graduação evoluiu de 18,6% para 32,1%, entre 2004 e 2014. O índice projetado para 2024 é de 44,4%; portanto, abaixo da meta.

Quanto à taxa líquida de matrículas, a variação entre 2004 e 2014 foi de 12,3% para 21,2%. O valor projetado para 2024 é de 29,5%, o que também indica risco de descumprimento da meta. O relatório ressaltou a desigualdade no acesso à educação da população mais pobre. O índice de escolaridade líquida do quintil mais pobre da população, que era de 0,6% em 2004, tem projeção para 4,9% em 2024. Essa situação dá mais relevância às estratégias da meta de promover maior inclusão social, por meio de políticas de assistência estudantil.

Sobre o terceiro indicador, o relatório assinalou a oscilação da participação do setor público na expansão das matrículas, mas apontou que, entre 2005 e 2015, o índice nunca superou 25%, o que levanta dúvidas a respeito do cumprimento da meta de que 40% do crescimento de matrículas ocorra nas instituições públicas.

O relatório destacou três ações federais no processo de expansão do acesso à educação superior: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Fez-se menção, ainda, à auditoria realizada em 2016 pelo tribunal para avaliar a sustentabilidade, a eficácia e a regularidade do Fies. Diversos problemas foram identificados, revelando falta de planejamento adequado no processo de expansão dos financiamentos. Essa auditoria foi objeto do Aviso da Comissão de Educação nº 5, de 2018, do TCU, de que a Comissão de Educação tomou conhecimento.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Assim como na Meta 6, faltou ao legislador qualquer senso de desafio na fixação dos indicadores abordados nesta meta. Em 2013, o índice de mestres e doutores já era de 71,8%, subiu para 73,4% em 2014 e atingiu a meta de 75% em 2015. Quanto à proporção de doutores, a meta foi superada em 2014, com o índice de 35,5%.

O relatório chamou a atenção, porém, para o desequilíbrio entre o setor público e o privado, bem como para as desigualdades regionais. No primeiro caso, considerando números de 2014, a rede pública federal e a rede pública estadual possuíam, respectivamente, 61,7% e 53,5% de doutores e 88,4% e 81,4% de mestres ou doutores. Já na rede pública municipal havia 14,1% de doutores e 51,8% de mestres ou doutores. A rede privada com fins lucrativos, por sua vez, contava com 11,9% de doutores e 56,8% de mestres ou doutores. Quanto à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





questão regional, o relatório apontou os casos dos Estados do Amapá, de Rondônia e de Tocantins, com mais de vinte pontos percentuais abaixo da média nacional em 2014.

O relatório destacou ainda os objetivos da estratégia 13.8, de elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% e, nas instituições privadas, 75%, em 2020.

Em 2014, o segmento público apresentou a taxa de 44,7%, enquanto no setor privado o índice foi de 32,6%, em ambos os casos, portanto, com números distantes da meta.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Em 2004, formavam-se no Brasil 26,7 mil mestres e 8,1 mil doutores. Em 2014, foram 51,5 mil mestres e 17 mil doutores. As projeções indicam que em 2024 devem se formar no País 61,4 mil mestres, o que ultrapassaria a meta. Já o contingente de doutores projetado para 2024 é de 24 mil, portanto, abaixo da meta.

Mais uma vez o tribunal apontou as desigualdades regionais. Assim, 48,7% dos títulos de mestre e 59,9% dos títulos de doutor foram concedidos na região Sudeste.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano Nacional de Educação, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II, III do *caput* do art. 61 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Como indica o Gráfico 4, apresentado no anexo, em 2015, 52,2% das funções docentes da educação básica eram ocupadas por professores com formação superior compatível com a disciplina que lecionavam. A projeção para 2024 é de que essa proporção atinja apenas 61,8%, portanto, aquém da meta.

Desmembrando a educação básica por etapas, ocorre avanço maior nos anos iniciais do ensino fundamental, enquanto nos anos finais dessa etapa observa-se projeção mais baixa. A educação infantil avança mais do que o ensino médio, mas deve permanecer com proporção inferior de funções docentes ocupadas por professores com a titulação adequada.

A Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica foi instituída pelo Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que busca identificar e suprir as necessidades dos sistemas de ensino por formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram mencionadas no relatório as seguintes ações federais referentes à Meta 15: o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). As três ações são apoiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste Plano Nacional de Educação, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Em 2008, 24,6% dos professores da educação básica tinham pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*. O índice subiu para 31,4% em 2014. A projeção para 2024 é de 44,6%, abaixo da meta estipulada.

Como em outros aspectos, também se verifica desigualdade entre as regiões. Em 2015, o índice atingiu 50,8% na região Sul e 39% na região Centro-Oeste, mas apenas 27,8% e 21,1% nas regiões Nordeste e Norte, respectivamente.

Sobre o outro indicador, o Inep faz referência apenas aos professores em regência de classe. O índice daqueles que realizaram cursos de formação continuada era de 31,6% em 2014. A projeção para 2024 é de 38,1%, bem distante da meta.

O relatório mencionou decisões do Plano Plurianual 2016-2019: Programa 2080 – Educação de qualidade para todos – e o Objetivo 1008, de fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino. Nesse sentido, são mencionadas as metas: 04KA – "Apoiar a oferta de 1,2 milhão de vagas em cursos de formação continuada para professores, demais profissionais da educação e gestores"; 04KB – "Apoiar a oferta de 361 mil vagas em cursos de formação continuada para professores, demais profissionais da educação, gestores e membros da comunidade escolar"; e 04K9 – "Ofertar 90 mil novas matrículas em cursos de pós-graduação (especializações e mestrados profissionais), destinados a professores da educação básica". Os índices de cumprimento dessas metas do PPA 2016-2019 apurados pelo tribunal foram de, respectivamente: 43,02% (2016), 1,91% ("até o momento") e 22% (2016).

Meta 17: valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste Plano Nacional da Educação.

O Inep estabeleceu como indicador a razão entre o salário médio dos professores da educação básica da rede pública e o salário médio de não professores com escolaridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equivalente. Foram excluídos do cálculo os professores da rede federal, que se encontram bem acima da média salarial dos demais docentes do segmento público. Além disso, nas remunerações docentes e não docentes foram considerados os profissionais com 12 anos ou mais de estudo.

Os aumentos do salário real dos professores nos últimos anos foram responsáveis por avanços significativos nessa matéria. No período 2004-2014, os não professores tiveram aumento salarial 1,2% acima da inflação, enquanto os professores tiveram ganho real de 39,4%. Desse modo, a razão entre o salário médio dos professores da educação básica da rede pública não federal e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente, que era de 59,3% (ou seja, R$1.966 *versus* R$3.317) em 2004 subiu para 81,6% (ou seja, R$2.740 *versus* R$3.356) em 2014 e tem projeção para 100% em 2020. Dessa forma, é possível que se atinja a meta do Plano Nacional de Educação.

Existem, naturalmente, diferenças entre os Estados. Assim, por exemplo, enquanto a razão foi mais favorável aos professores em Roraima (154,2%), Sergipe (132,3%) e Amapá (119,4%), a situação foi menos favorável em outros, como Rondônia (77,2%), São Paulo (78,7%) e Piauí (79,5%).

O relatório destacou o cumprimento da estratégia 17.1, mediante edição da Portaria MEC nº 618, de 24 de junho de 2015, que "dispõe sobre o Fórum Permanente para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica".

Meta 18: assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Todos os Estados da Federação declararam possuir Planos de Carreira e Remuneração (PCR), contudo, apenas sete estados (26%) teriam aprovado seus planos de carreira após as novas diretrizes editadas pelo Conselho Nacional de Educação, em 2009, enquanto quinze (56%) apontaram a sua criação entre 1998 e 2009 e cinco (18,5%) entre 1974 e 1997.

Entre os Municípios, 2.032 (36,5%) afirmaram ter elaborado seus PCRs entre 2010 e 2014, enquanto 2.743 (55%) entre 1998 e 2009 e 191 (4%) entre 1976 e 1997. O total de 575 (10,3%) Municípios não possuía PCR e não se obteve informação de 29.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, precisariam modernizar seus PCRs, em consonância com as normas do Conselho Nacional de Educação, 74% dos Estados e 63,5% dos Municípios, supondo-se que os PCRs dos demais estejam realmente de acordo com as diretrizes do conselho.

Em 2016, o MEC instituiu a Rede de Assistência Técnica dos Planos de Carreira e Remuneração com o intuito de oferecer suporte técnico em redes e sistemas de ensinos públicos para a elaboração e a adequação do PCR.

O relatório não apresentou dados sobre a evolução da aplicação do piso nacional e a composição da jornada de trabalho do professor, em decorrência da não implementação, no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (Simec), do sistema específico de coleta de informações para o monitoramento junto aos Estados e Municípios. Contudo, levantamento feito pelo MEC no final de 2016, com base em declaração dos próprios Municípios, indicou que apenas 2.533 (45% deles) cumpriam a legislação do piso.

Em 2014, auditoria coordenada pelo Tribunal de Contas no ensino médio constatou "prática rotineira de contratações temporárias" pelas secretarias estaduais de educação. E 11 Estados apresentavam índices de contratação de professores temporários entre 40% e 67%, "com indicações de que esse cenário devesse persistir ou que até piorasse, pois algumas redes que já tinham elevada participação do vínculo precário com professores continuavam fazendo da contratação temporária uma regra".

Meta 19: assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

O cumprimento dessa meta é de mais difícil mensuração, dadas as diferentes acepções do conceito de gestão democrática da educação. Para acompanhar o desenvolvimento da matéria, o Inep escolheu indicadores referentes às estratégias 19.1, 19.6 e 19.7, conforme apresentado nos parágrafos seguintes. Os indicadores se basearam no questionário contextual respondido pelos diretores de escola por ocasião da aplicação, em 2013, da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) e da ANA. Não há, portanto, indicadores históricos para fundamentar as projeções.

No que se refere aos diretores de escolas públicas, constatou-se que sua escolha se deu da seguinte forma: 45,6% apenas por indicação; 21% apenas por eleição; 12,2% por processo seletivo e eleição; 10,9% apenas por processo seletivo ou concurso público; 5,2% por processo seletivo e indicação; e 5,2% por outra forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao envolvimento da equipe escolar na elaboração do projeto pedagógico das escolas públicas, apuraram-se os seguintes modelos: 42%, modelo próprio e discussão com a equipe; 39,5%, modelo adaptado e discussão com a equipe; 7,6%, modelo pronto e discussão com a equipe; 2,1%, modelo adaptado; 1,7%, modelo pronto; 1,3%, modelo próprio; 3,4%, não há proposta pedagógica; e 2,4%, não se sabe como foi o processo.

Sobre a constituição do conselho escolar nas escolas públicas, o resultado foi: 63,4% formado por professores, funcionários, alunos e pais ou responsáveis; 20,3% por professores, funcionários e pais ou responsáveis; 2,1% por professores, alunos e pais ou responsáveis; 0,9% por professores, funcionários e alunos; e 0,9%, outras formações.

Quanto às reuniões anuais do conselho escolar nas escolas públicas, apurou-se a seguinte frequência: 64,4%, três vezes ou mais; 17%, duas vezes; 10,6%, não existe conselho; 5,8%, uma vez; 2,3%, nenhuma vez.

A respeito de programas que repassam recursos financeiros para as escolas públicas, encontrou-se o seguinte resultado: 90,3% são beneficiárias de programa federal; 47,6%, de programa estadual; 50%, de programa municipal; e 14,2%, de apoio de empresas ou de doadores individuais.

Por fim, em relação às "condições existentes para o exercício do cargo de direção" de escolas públicas, foi apurado que: 88,3% afirmaram existir apoio de instâncias superiores; 93,3% indicaram apoio da comunidade; e 35,3% apontaram interferência externa na gestão.

Significativa também a constatação de que somente 22,4% das escolas municipais recebem recursos de programas estaduais, enquanto 35,9% das escolas estaduais recebem recursos de programas municipais.

Entre as iniciativas federais mencionadas estão o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE), o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública (Pneg), o Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), o Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares e, naturalmente, o PDDE.

O tribunal destacou também sua iniciativa de 2017, a Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, elaborada juntamente com o FNDE. Sobre a mencionada auditoria relativa à infraestrutura do ensino fundamental, o TCU apurou "a falta de participação efetiva do conselho escolar na definição das prioridades da escola" e "a falta de transparência à comunidade escolar sobre as prioridades eleitas para a aplicação dos recursos do PDDE".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

O primeiro indicador, o investimento público total em educação em relação ao PIB, evoluiu de 4,5% para 6%, entre 2004 e 2014, e tem projeção de 7% em 2019 e de 7,9% em 2024. Já o investimento direto em educação em relação ao PIB (exclui o complemento da aposentadoria, as bolsas de estudo, o Fies e as transferências para o setor privado) evoluiu de 3,8% para 5%, entre 2004 e 2014, e tem projeção de 5,9% em 2019 e de 6,6% em 2024. Dessa forma, a meta intermediária pode vir a ser cumprida considerando o investimento público total, mas não a meta final.

O relatório faz considerações sobre o impacto do Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre os recursos federais destinados à educação, particularmente aqueles dirigidos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Embora alguns analistas afirmem que as regras do Novo Regime Fiscal tendem a proteger os recursos educacionais em tempos de crise, uma vez que o valor do exercício imediatamente anterior é corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPCA), existe a perspectiva de que o crescimento da receita líquida de impostos se revele superior à inflação ao longo do período estabelecido pela emenda constitucional. O relatório considerou a receita corrente líquida realizada entre 2010 e 2017 e aplicou as duas regras. A perda para a educação seria de R$45,5 bilhões se a regra do Novo Regime Fiscal estivesse em vigor durante o período. Tomando-se apenas os anos de crise de 2015 e 2016, ainda assim a perda teria sido de R$3,8 bilhões.

Em relação às estratégias da meta, o tribunal destacou o descumprimento dos prazos para implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e do Custo Aluno Qualidade (CAQ) para a educação básica, que eram de 2016 e 2017, respectivamente.

Conclusões e recomendações.

As conclusões do relatório do TCU sinalizam o “risco generalizado de não cumprimento das metas do PNE”. A Tabela 2, apresentada no anexo, sintetiza a situação relativa à observação das 20 metas do plano.

A par de retomar em suas conclusões os pontos de fragilidade concernentes às providências necessárias ao avanço no cumprimento das metas, o relatório apresentou recomendações, corroboradas pelo voto do Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues, e pelo respectivo acórdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As principais recomendações foram dirigidas ao MEC, em prazos já prescritos. São elas: 1) encaminhamento ao TCU de relatório com avaliação sobre a possibilidade de cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, "indicando as correções necessárias para o seu alcance e a execução física e financeira das ações orçamentárias e dos programas e políticas relacionados"; 2) informação das datas das próximas reuniões da instância permanente de negociação e cooperação federativa de que trata o artigo 7º, §5º, da Lei do PNE, a serem realizadas em 2018, bem como as pautas definidas para essas reuniões; 3) encaminhamento ao TCU das atas das reuniões dessa instância permanente de negociação realizadas, tanto em 2018 como em anos vindouros, até 30 dias após a realização de cada evento.

O tribunal determinou igualmente ao MEC, bem como aos então denominados Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério do Desenvolvimento Social, o envio conjunto de estudo de viabilidade da criação do benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização, conforme prevê a estratégia 9.4 do PNE, e, ainda, relatório com informações sobre as ações adotadas e a adotar para estimular a demanda e a frequência escolar no âmbito da educação de jovens e adultos.

Também ao então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, assim como à Casa Civil da Presidência da República, o tribunal deu ciência de que a ausência de compatibilização entre as leis de diretrizes orçamentárias e o PNE, revelada em vetos de dispositivos que buscam dar prioridade ao plano, afronta a Lei 13.005, de 2014, e compromete o cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação.

Para o acompanhamento da Meta 4, o tribunal determinou ao IBGE que se pronuncie sobre a conveniência de coleta de dados necessários à aferição anual do acesso à educação básica da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Já ao Inep, requer-se manifestação sobre a adoção de percentual de alunos de 4 a 17 anos das mesmas categorias da população que recebem atendimento educacional especializado, ou indicador equivalente.

Foram feitas também determinações aos próprios órgãos de controle do Tribunal de Contas da União sobre o acompanhamento da execução do Plano Nacional de Educação.

Ao Senado Federal e à Câmara Federal, o tribunal solicitou atenção à elaboração da lei de criação do Sistema Nacional de Educação e da Lei de Responsabilidade Educacional, documentos de grande relevância para o cumprimento de várias das disposições do PNE.

Leio o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, o voto é pelo conhecimento do Aviso da Comissão de Educação nº 36, de 2018, oriundo do Tribunal de Contas da União, atinente ao Acórdão 2.353, de 2018, e pelo seu arquivamento, nos termos do art. 133, III, do Regimento Interno do Senado Federal, assegurada a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater as questões atinentes ao referido aviso, nos termos do seguinte requerimento.

> REQUERIMENTO Nº - CE
> Requeiro, nos termos [...] do Regimento [...] atinentes ao Aviso nº 36, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre o acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Educação 2014-2024, com a presença de representantes das seguintes instituições:
> 1. Tribunal de Contas da União (TCU);
> 2. Ministério da Educação (MEC);
> 3. Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed);
> 4. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime);
> 5. Todos pela Educação;
> 6. Professor Celso Niskier – Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes).

Esse é o voto, Presidente.

Quero só dizer, Presidente, para finalizar, que é óbvio que, com a pandemia, tudo isso mudou. A gente vai ter que fazer um esforço muito maior do que o que está nesse relatório e nesse voto.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Exa., Sr. Senador Izalci Lucas.

Eu fico com inveja de V. Exa. Eu gostaria de ter a garganta, as cordas vocais iguais às suas para passar duas horas lendo um relatório e ainda chegar ao final com voz.

Vamos, então, passar a matéria à discussão.

Está inscrita, para discutir a matéria, a Senadora Zenaide Maia, a quem eu passo a palavra com muita honra.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colega Izalci, como tudo é a respeito da educação em si, eu quero registrar, já parabenizando o Senador Confúcio e o Senador Flávio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arns pela relatoria, que a escolha de gestores com critérios técnicos e de mérito é de uma importância fundamental. Isso me chamou a atenção porque eu vi uma entrevista do Sr. Ministro da Educação dizendo que a universidade deveria ser para poucos.

Como membro da Comissão de Educação, eu não poderia deixar de chamar a atenção para isso, com um projeto desse, com isso aí, com esse relatório que foi feito pelo Izalci, como o senhor falou, exaustivamente.

Mas, Senador Flávio Arns e colegas, o que me assustou foi quando ele disse, em sua declaração, que crianças com deficiência atrapalham o aprendizado das outras. É o maior gestor da educação do País! Essas declarações me chocaram bastante, porque um Ministro da Educação, no mínimo, teria que defender a educação pública, Presidente, uma educação pública de qualidade para todos, algo de que a grande maioria das pessoas precisa.

Aí diz que a universidade... É como se quisesse... Nada tenho contra o ensino técnico! Eu sou uma grande defensora dos institutos federais e tudo! Mas o Ministro da Educação não pode defender que as universidades sejam para poucos, muito menos nessa nossa luta árdua de inclusão social. A única maneira de se fazer inclusão no País é através da educação. Ele diz que as pessoas com deficiência atrapalham o aprendizado das outras crianças! Isso é muito chocante para mim.

Mas eu também quero chamar aqui a atenção, parabenizando o nosso colega Izalci, para essa MP 1.060. O Congresso aprovou a banda larga para as escolas neste momento de pandemia, quando se escancarou esse diferencial em que a maioria dos alunos não tem esse acesso, não esquecendo... Eu estou defendendo aqui a boa gestão. Como falou aqui o nosso Presidente, no Piauí há cidades em que se ganham as Olimpíadas de Matemática todo ano; isso, praticamente, vem das escolas do Piauí. A gestão é interessante, mas tem que haver recursos. Então, essa MP 1.060 nem era para ter sido recebida. O Congresso aprovou a banda larga para as escolas públicas, o Presidente vetou, e a gente derrubou o veto. Aí ele chega com uma medida provisória para a mesma coisa.

Então, quero parabenizar esta Comissão, com o nosso Presidente, que nos enche de orgulho, e com todos esses participantes.

Nós temos que falar sobre essas questões. Aqui nós estamos defendendo critérios técnicos e mérito, compromisso, entusiasmo. Eu não acredito em eficácia, eficiência, quando o gestor não tem... Além de ter critérios técnicos, ele tem que ser entusiasta da educação. É aquele gestor que procura o aluno que está faltando aula! É o entusiasmo! Preocupa-me porque a falta de defesa da escola pública pelo gestor maior da educação é difícil para a gente, é difícil entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas só quero parabenizar... Eu também parabenizo o Izalci porque ele foi firme, mostrou dados, fez uma prestação de contas para a gente do que a gente quer e aonde queremos chegar, mas temos que começar por isso aí, colocando gestores com mérito, com técnica e com entusiasmo, gente que defende a educação pública, que acredite que a gente pode, sim, ter uma educação pública de qualidade. A gente deve isso à maioria da população, que não pode pagar uma escola privada.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Zenaide Maia.

Passo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Flávio Arns, para discutir a matéria.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Eu quero, da minha parte, Sr. Presidente, enaltecer o trabalho do Tribunal de Contas da União, um relatório bastante detalhado, aprofundado. A gente vê exatamente muitos desafios aí, imensos desafios em relação àquilo que o Congresso Nacional aprovou, que é o Plano Nacional de Educação, nas suas várias metas. E temos de nos debruçar sobre isso.

Então, o relatório do Senador Izalci Lucas é neste sentido de tomarmos conhecimento e de, ao mesmo tempo, debatermos os resultados.

O que me entristece muito nesta situação é que, amanhã, nós temos, na pauta do Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 13, que aponta para o caminho de não obrigar Prefeitos e Governadores a aplicarem o percentual mínimo previsto na Constituição para a educação, alegando problemas da pandemia.

Os desafios são gigantescos, as despesas continuaram no decorrer da pandemia, com pagamento de pessoal, com despesas administrativas, com merenda, com infraestrutura. Basta dizer, por exemplo, da internet, da Medida Provisória 1.060, em função daquilo que nós já aprovamos no Senado.

Quando nós chegarmos ao Município, nós vamos ver que a escola não tem internet banda larga. Por isso nós aprovamos o projeto de lei. Foi vetado, derrubamos o veto. Mas, ao mesmo tempo, se nós formos adiante, nós vamos ver que o aluno não tem o equipamento, que a casa do aluno não tem internet. Agora, os alunos, voltando da pandemia, vão precisar muito mais de recursos ainda dentro da escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que priorizar educação em tempo integral, contraturno, apoio para os alunos, equipamento. Tantas são as escolas sem banheiro, sem água potável, sem internet! A família tem que pagar internet na casa. E quantas famílias que não têm condições, obviamente, de pagar quando estão lutando pela sobrevivência!

E a PEC 13 diz que estão anistiados os Prefeitos, estão anistiadas as administrações que não utilizaram o recurso da educação, como estava previsto na Constituição. Estamos mudando a Constituição para anistiar. Seria muito melhor dizer que, já que houve problemas e que não puderam aplicar os recursos, que tenham o ano de 2022 para fazerem essa compensação ainda, porque os recursos vão ser necessários. O relatório do TCU, lido pelo amigo Senador Izalci Lucas, aponta nessa direção.

Então, é um tratamento assim... A gente pensa: "Poxa, vamos mudar a Constituição para dizer que você está anistiado? Não utilizou os recursos que a Constituição determina e agora está anistiado por causa disso". Eu acho que é um retrocesso gigantesco, quando toda a realidade mostra que nós temos que aplicar muito mais recursos em educação.

Então, quero parabenizar o Senador Izalci Lucas nesse sentido. A gente vai se debruçar ainda sobre isso, em uma audiência pública, ao que me parece, pelo que foi proposto, para debatermos mais as conclusões.

Esperamos que essa PEC que entrou na pauta do Senado do dia de amanhã... Apesar da insistência da Confederação Nacional dos Municípios, que a gente ache outros caminhos, mas não tirando dinheiro da educação! Se a gente quiser que o Município vá para a frente, só há um caminho: pela educação. Tem que se investir mais em educação, não anistiar quem não aplicou os recursos previstos na Constituição em educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns!

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, submeto o relatório à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento do aviso.

Aprovado ainda requerimento para realização de audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI N° 256, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Reconhece as escolas de samba como manifestação da cultura nacional.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados, iniciativa da Deputada Federal Maria do Rosário.

**Relatoria:** Senador Paulo Paim.

**Relatório:** pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Marcelo Castro, é com satisfação que passo à leitura do meu parecer do projeto da também gaúcha Deputada Maria do Rosário.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei nº 256, de 2019, da Deputada Maria do Rosário, que reconhece as escolas de samba como manifestação da cultura nacional.

A proposição compõe-se de três artigos somente. O primeiro reconhece as escolas de samba, seus desfiles, música, práticas e tradições como manifestação da cultura nacional. O segundo define que compete ao poder público garantir a livre atividade das escolas de samba e a realização de seus desfiles carnavalescos. O terceiro, por fim, determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Na justificação, a autora ressalta a importância do Carnaval e das escolas de samba para a cultura brasileira e para a identidade nacional.

No Senado Federal, a proposição foi encaminhada, em caráter exclusivo e não terminativo, à Comissão de Educação, onde não foram apresentadas emendas. Se aprovada, deverá ser apreciada pelo Plenário.

Análise.

O projeto em análise é meritório. Não há dúvidas de que as escolas de samba e os elementos culturais e artísticos que por meio delas se manifestam são manifestações de indiscutível importância para a cultura brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como bem destaca a autora, o Carnaval é um dos principais elementos que vêm à tona quando se indaga acerca dos símbolos constituintes de nossa cultura, os símbolos de brasilidade. As escolas de samba, nesse contexto, e os seus elementos – música, samba, dança, coreografias, desfiles, fantasias e tradição – são componente imprescindível e indissociável do que hoje se conhece como carnaval brasileiro.

As escolas de samba surgiram na primeira metade do século passado, na forma de agremiações ou associações culturais. Trata-se de manifestações genuinamente nacionais, fruto da releitura das festas carnavalescas de origem europeia ocorrida em solo nacional, que deu origem, com a fusão de elementos tropicais, africanos e ameríndios, entre outras manifestações, ao carnaval brasileiro.

Os desfiles dessas agremiações culturais unificaram as mais diversas linguagens estéticas e costumes – os cortejos e as procissões, a tradição carnavalesca dos ranchos, blocos e cordões, os batuques e os sambas –, sendo palco para valorização das culturas indígena e afro-brasileira, bem como para o protagonismo das classes urbanas menos favorecidas.

Com a evolução e o crescimento dos movimentos populares ligados às escolas de samba, a sua importância transbordou para além das fronteiras culturais. Detêm hoje importante papel também na economia. Como ressalta a autora do projeto, são milhares de empregos gerados nas oficinas dos barracões, nos ateliês de costura, no segmento de música e sonorização, entre tantos outros, refletindo também no comércio, no turismo, na hotelaria e no conjunto do setor de serviços.

Ademais, complementa, o impacto econômico gerado pelo Carnaval no Rio de Janeiro em 2018 foi de R$3 bilhões, enquanto o de São Paulo movimentou R$400 milhões.

Importa destacar que a Constituição Federal estabelece que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (art. 215) e que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (art. 215, §1º).

A proposta em análise – indo para o final, Presidente –, portanto, é meritória e está em plena consonância com os referidos preceitos constitucionais, ao reconhecer como manifestação da cultura nacional uma criação genuinamente brasileira: as escolas de samba.

Quanto à regimentalidade, temos que à CE compete apreciar as matérias que versem sobre cultura, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É incontestável, ademais, que compete à União reconhecer uma manifestação cultural em âmbito nacional, não havendo qualquer restrição para que isso seja feito por projeto de lei de iniciativa parlamentar. O fato de que essa lei tenha nítida significação cultural, econômica e ambiental afasta a hipótese de que se trate de lei meramente declaratória e, portanto, de juridicidade questionável.

De tal modo, avaliamos o projeto como meritório, além de mostrar-se adequado no que tange à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Portanto, Presidente, mediante tudo isso, o voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 256, de 2019.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Paulo Paim.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Paim pede a palavra.

Pois não, Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu sei que não vai constar no relatório, mas foi assim feito na Câmara dos Deputados e pediram que eu também o fizesse aqui, sugerindo que a lei venha a ser chamada – eu sei que o nome é simbólico – de Lei Nelson Sargento.

Nelson Sargento nasceu do Rio de Janeiro em 25 de junho de 1924, compositor, cantor, pesquisador da música popular brasileira, artista plástico, escritor, autor, foi um dos sambistas mais importantes da Estação Primeira de Mangueira, na qual integrou e presidiu a ala dos compositores da escola. É esse resumo só, Presidente, no sentido de que a lei seja considerada, a exemplo de outras que já aprovamos, Lei Nelson Sargento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu vou aproveitar ainda que eu estou com a palavra e queria ver se possível... Chegou a mim, aqui no meu Estado, esse requerimento, e eu queria ver se eu posso, neste momento ou mais tarde... É um adendo a um requerimento que eu já aprovei. É V. Exa. que orienta. Não tem nada a ver com essa votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa., se quiser, pode tratar do assunto agora, não tem problema, não.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Então, de imediato, Presidente.

O tema já aprovado em requerimento e ampliado pelos outros Senadores será tratado numa audiência pública é: educação no Brasil, educação a distância e o acesso gratuito à internet.

Proponho, para a audiência, a inclusão da Sra. Elizabeth Guedes, que é Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares. Eu achei mais do que justo que as universidades particulares devam também participar dessa audiência. Então, proponho esse adendo aos Senadores e às Senadoras, sob a orientação de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Acatada a sugestão de V. Exa., que vai fazer parte do requerimento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Submeto o requerimento do Senador Paulo Paim, que requer, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que a audiência pública objeto do Requerimento 2, de 2021, terá como tema a ser abordado: educação no Brasil, educação a distância, e o acesso à internet.

Submeto o requerimento à aprovação dos Srs. e Sras. Senadoras.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 12**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 4, DE 2021**

*Requer aditamento ao Requerimento 2/2021-CE, para inclusão da Senhora Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares, no rol de convidados da Audiência Pública.*

**Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS))

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos ao item 7 da pauta.

**ITEM 7**

**PROJETO DE LEI Nº 6576, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2011)**

**- Não terminativo -**

*Institui o Dia Nacional da Síndrome de Down e a Semana Nacional de Ações Públicas e Sociais no Campo da Síndrome de Down.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senador Lindbergh Farias

**Relatoria:** Flávio Arns

**Relatório:** Pela rejeição do projeto e restabelecimento dos termos do PLS nº 377/2011, originalmente aprovado no Senado Federal.

Concedo, então, a palavra ao Senado Flávio Arns para a leitura do relatório.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Agradeço ao Sr. Presidente.

O relatório já foi distribuído também.

Se V. Exa. me permite, farei uma síntese do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Como foi dito, é de autoria do Senador Lindbergh Farias, que é uma pessoa bastante envolvida com a área da pessoa com deficiência. O projeto é extremamente meritório. É uma iniciativa voltada à sensibilização, à conscientização da sociedade sobre todos os aspectos que envolvem a pessoa com síndrome de Down, do nascimento à sua caminhada pela vida. Projetos dessa natureza são essenciais para todas as áreas de deficiência. É necessário trabalhar com a sociedade, abrir oportunidades, chances, fazer com que a cidadania aconteça, as chances e oportunidades.

Contudo, o projeto – é lei original 377, do Senador Lindbergh Farias – mudou substancialmente de escopo ao ser aprovado pela Câmara dos Deputados. Em que sentido basicamente? Houve a imposição de programas e ações que acarretam despesas aos Estados e Municípios, assim como a ausência dos cálculos que preveriam as despesas a serem incorridas pela União, com a demonstração da origem dos recursos para seu custeio, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Temos razões também para pensar que a proposição aprovada a contrapelo das determinações constitucionais e jurídicas atinentes e não sendo as demais objeto de veto teria reduzida probabilidade de produzir os efeitos pretendidos. Avaliamos que um conjunto de medidas semelhantes voltadas à promoção e ao atendimento das pessoas com síndrome de Down possam e devam ser objeto de uma proposição diferentemente delineada, que equacione melhor a questão da geração de despesas e da definição das responsabilidades dos entes federativos.

De tal modo, avaliamos que a posição mais coerente com a análise que empreendemos e com os aspectos de inconstitucionalidade e injuridicidade apontados seja a de rejeitar o substitutivo. Deixando muito claro: o Senado apresentou o projeto do Senador Lindbergh Farias; foi aprovado, foi para a Câmara dos Deputados, que apresentou um substitutivo. Nós estamos, então, rejeitando o substitutivo enviado pela Câmara dos Deputados e restaurando, assim, os termos do PLS nº 377, que era o original do Senador Lindbergh Farias, de 2011, originalmente aprovado por esta Casa, cuja essência é instituir o Dia Nacional da Síndrome de Down.

O voto, então, Sr. Presidente é pela rejeição do PL nº 6.576, de 2019, sendo em decorrência restabelecidos os termos do PLS nº 377, de 2011, originalmente aprovado no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Senador Lindbergh Farias, que é uma liderança, como eu disse, pai de uma menina com síndrome de Down também, com toda a autoridade como Senador, como pai, como família e, a partir do esforço dele, nos unirmos a favor de chances, oportunidades, cidadania, direitos humanos para todas as pessoas com deficiência.

É o voto, Sr. presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não. Sr. Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim pede a palavra para discuti-la.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – É rápido, Presidente. Eu sei que já estamos com o adiantar da hora. Somente quero cumprimentar o Senador Flávio Arns pela coerência e cumprimentar o Senador Lindbergh Farias. O Senador Flávio Arns rejeita o substitutivo da Câmara e mantém o projeto original, fruto de uma construção coletiva dos Senadores. Flávio Arns, na época, ajudou muito também, e na verdade é uma forma de a gente também homenagear o grande Senador Lindbergh Farias.

Era isso, Presidente. Obrigado.

Parabéns, Senador Flávio Arns.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, submeto-a à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao substitutivo da Câmara e favorável ao restabelecimento dos termos do PLS nº 377, de 2011, originalmente aprovado no Senado Federal.

A matéria vai ao Plenário.

**ITEM 8**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 111, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Rei Pelé, destinada a homenagear esportistas brasileiros de destaque.*

**Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ)

**Relatoria:** Senadora Leila Barros

**Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.*

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros, para leitura do seu relatório.

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Boa noite, Presidente desta Comissão de Educação, Senador Marcelo Castro. Cumprimento o senhor, todas as Senadoras e Senadores neste início de noite de segunda-feira.

Sr. Presidente, pergunto ao senhor se eu posso ir direto à análise.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem dúvida, Senadora.

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada.

O nome do Pelé permanecerá como uma das altas expressões do esporte mundial no século XX, cujo significado para nosso País é difícil de dimensionar. O futebol encontrou no Rei Pelé a mais plena realização de suas possibilidades, ao aliar a força física e o empenho obstinado a uma magistral visão de jogo, assim como a uma inteligência e habilidade que surpreendiam seus adversários com lances geniais, por vezes alcançando o plano do sublime.

Pelé é o rei, sobretudo porque foi um jogador completo, que usava tanto os pés como a cabeça para obter o resultado mais eficaz, que tantas vezes ocorria para ser o mais belo.

Se seu sucesso nos gramados se deveu muito aos brilhantes parceiros que teve, a exemplo, entre tantos, de Pepe, Coutinho e Nílton Santos, de Garrincha, Jairzinho e Tostão, a excepcionalidade da atuação de Pelé também era voltada para o conjunto do time e se refletia no desempenho de cada um de seus jogadores. Com Pelé, o futebol brasileiro tornou-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incontestavelmente o melhor, levando-nos à conquista quase sucessiva de três Copas do Mundo, sendo ele o único jogador que integrou três seleções que obtiveram tal título.

Nenhum nome melhor, Sr. Presidente, que o do Rei Pelé para prestigiar uma premiação voltada para aqueles que se distinguem, por seu talento especial, no esporte brasileiro. A Comenda Rei Pelé se distingue nitidamente daquelas já instituídas pelo Senado Federal que se voltam para o universo dos esportes: a Comenda do Mérito Esportivo, concedida, anualmente, a até cinco atletas brasileiros que se destaquem em competições esportivas olímpicas ou paraolímpicas e a Comenda do Mérito Futebolístico Associação Chapecoense de Futebol, concedida a até cinco pessoas físicas (atletas, dirigentes e outros profissionais) ou jurídicas que tenham se destacado em competições esportivas ou na promoção do futebol.

São abarcados, na proposta em análise, diversos esportes, especialmente os coletivos, desenvolvidos no âmbito profissional, em alguns dos quais o Brasil já vem há muito sobressaindo no plano internacional. A difusão desses esportes junto à população, por meio da premiação de seus atletas mais destacados, é, ademais, um importante estímulo à prática esportiva e a uma vida não sedentária.

Julgamos que apenas um aspecto mereça ser alterado e é o que diz respeito à premiação de um único atleta a cada concessão do prêmio, conforme estabelecido em seu art. 2º. Seria um caso singular de premiação instituída pelo Senado Federal, em que se prevê que haverá, anualmente, apenas um agraciado.

Ressalte-se, ademais, que o panorama esportivo brasileiro mudou muito desde a época em que Pelé atuava, não havendo mais a prevalência tão marcada do futebol masculino. Temos hoje diversos esportes que despertam grande interesse da população, inclusive nas modalidades femininas. Com apenas um agraciado, é difícil atender a um quadro tão amplo e diverso, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Propomos, assim, conforme a emenda que apresentamos, que a Comenda Rei Pelé seja concedida, anualmente, a até quatro agraciados, sendo dois de cada sexo.

A proposição, além de meritória, encontra-se adequada à ordem constitucional e jurídica.

Ajusta-se, igualmente, ao padrão estabelecido para a instituição de premiações na Casa, que passou a vigorar, em termos práticos, com a edição da Resolução nº 8, de 2015.

O voto, Sr. Presidente.

Em consonância ao exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 111, de 2019, com a emenda que apresentamos: Dê-se ao art. 2º do Projeto de Resolução do Senado nº 111, de 2019, a seguinte redação: "Art. 2º A Comenda, acompanhada da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessão de diploma de menção honrosa, será concedida anualmente pela Mesa do Senado Federal a até dois agraciados de cada sexo, durante sessão especialmente convocada para esse fim".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senadora Leila.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Izalci com a palavra para discutir a matéria.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu quero primeiro dizer que sobrou voz aqui para a gente poder homenagear o Rei Pelé. Eu quero parabenizar o Romário pela iniciativa, parabenizar a Leila pelo belo relatório, mas eu tive o privilégio de conhecer o Pelé já na Copa de 1970 principalmente, mas cheguei a assistir também a várias partidas em 1966. Eu nasci em 1956, então, em 1962 eu ainda tinha poucos anos, mas a gente pôde assistir diariamente, não só pelo futebol, mas principalmente pelo exemplo que ele deu. Eu me lembro muito bem de que uma das coisas que ele nunca fez foi exatamente incentivar a utilização de bebidas alcoólicas, cigarro... Então, isso foi um exemplo forte para os nossos jovens, porque naquela época se usava muito o esporte para incentivar o uso de drogas, principalmente o cigarro, a bebida e outras mais. Então, eu não poderia deixar de testemunhar.

Eu vi a Leila na vinda dele aqui, inaugurando... (*Falha no áudio.*) ... em Samambaia.

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Isso.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tive o privilégio de conversar com ele, houve vários autógrafos em várias fotos que ele me deu, e foi uma bela homenagem também. A Senadora Leila conheceu bem a importância desse centro em Samambaia e quanto nos orgulhou muito, aqui no DF, ter Pelé como o nosso símbolo maior no esporte.

E a parabenizo, então, Leila, pelo relatório, incluindo inclusive a mudança de quatro em quatro anos, para que outros Parlamentares pudessem também participar, os novos Senadores, e essa questão de prestigiar as mulheres também... Acho que foi muito bacana. Então, parabéns pelo relatório! Parabéns, Romário também, pela iniciativa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é isso. A gente precisa homenagear as pessoas enquanto elas estão vivas; depois que estão mortas, não adianta. Então, o Pelé merece realmente todo o nosso respeito, nosso carinho.

E parabéns pela iniciativa!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, submeto à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo... (*Pausa.*)

Ah, perdão! O assessor, o secretário da Mesa me lembra aqui que o Senador Paulo Paim está pedindo a palavra para discutir. Pois não.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, deixa eu lhe falar bem rápido. É que, embora eu nunca tenha sido profissional, fui apaixonado pelo esporte desde criança. Cheguei, no máximo, ao juvenil – viu, Leila? Fui, no máximo, juvenil. Dali não passei. Mas sou apaixonado.

Vou ser bem resumido.

Este belo momento que agora o Senado está concedendo ao Brasil, para mim, é uma homenagem ao Pelé, é uma homenagem ao Romário, é uma homenagem a você, Leila; é uma homenagem aos nossos atletas, e vem no momento adequado, em Tóquio, onde fomos ouro, inclusive, no futebol.

E termino já dizendo, Presidenta, Presidente – já falei Presidenta em homenagem a você, porque eu ia falar de você –, que a tua emenda, Leila, coroa, assim, com medalha de ouro essa homenagem, em que você coloca a premiação a dois atletas de cada sexo. É mais do que justo. Nós, que peleamos tanto... Nós, que eu digo, somos todos nós que estamos aqui, neste Plenário, neste momento, e também, acredito, os 81 Senadores, pela igualdade. E, com essa emenda, você completou.

Por isso, parabéns, Romário! Parabéns, Leila! Parabéns, Pelé! Parabéns a todos os atletas de Tóquio que você homenageou como ninguém naquele Plenário! Eu não poderia deixar de falar essas rápidas palavras.

Parabéns, Leila! Obrigado. É bom saber que no mundo existem pessoas iguais a você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Declaro encerrada a discussão.

Submeto...

A Senadora Leila pede a palavra.

Pois não, Senadora Leila, com grande prazer.

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou ser muito rápida.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Fique à vontade, Senadora. Fale à vontade aí.

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Imagina.

Eu acompanhei toda a reunião, mesmo às vezes saindo aqui com o vídeo, mas eu quero agradecer as palavras generosas dos meus colegas, o Senador Izalci Lucas, Paulo Paim... Vocês, que são pessoas muito queridas... O Senador Flávio Arns, que eu estou vendo aqui também no vídeo... É um prazer caminhar, trilhar essa jornada ao lado de vocês e aprender tanto.

Eu acho que é mais do que justo. Eu fui atleta, e a gente sabe que, muitas vezes, o esporte feminino é esquecido no País, ainda mais em certas modalidades que, predominantemente, são mais masculinas. Então, a gente teve esse cuidado, porque a gente tem que reverenciar, porque as mulheres treinam tanto quanto, submetem-se a sacrifícios tanto quanto, ausência de família, enfim, e tantas outras situações. Eu acho que é importante a gente abrir esse espaço para fazer essa discussão, lembrando que a Olimpíada de Tóquio foi uma Olimpíada em que um homem e uma mulher levaram as bandeiras dos seus países. Foi a primeira vez, na edição dos jogos, que houve essa abordagem com relação à equidade, essa questão do sexo, de priorizar justamente a participação da mulher e do homem, porque a Olimpíada, de certa forma, sempre teve uma participação maior dos homens, e até nisso também a gente está mudando.

A participação das mulheres também no Brasil este ano foi importantíssima. Nós ganhamos ali, eu acredito, nove medalhas. Também foi a melhor participação feminina em jogos olímpicos.

Então, assim, só felicidade. Eu acho que é o momento de a gente realmente parar para refletir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem, digamos, uma dívida com o esporte, tanto com o esporte olímpico quanto com o paraolímpico. E eu quero abrir essa discussão, essa reflexão com os colegas aqui. Então, eu peço muito a vocês para que a gente possa refletir sobre os projetos que há na Casa, que serão muito importantes, não só para o aprimoramento, o acesso da atividade física nas escolas, porque eu acho que a gente tem que implementar não é só a cultura olímpica e paraolímpica no País; nós temos que implementar, no Brasil, a cultura do bem-estar, da saúde, da promoção de saúde, dos valores que o esporte realmente agrega na formação das nossas crianças, dos nossos jovens, porque, no esporte, a gente lida com frustração diariamente, gente; a gente ganha e perde, a gente aprende rapidamente que a gente tem um outro dia para fazer diferente – basta a gente acreditar e buscar.

Então, é importante a gente fazer essa discussão na Casa, e eu acredito que o Congresso está preparado para isso. E, aí, buscar essa parceria junto ao Governo Federal, para a gente implementar uma política esportiva forte no nosso País, mas, lembrando, não só uma política de alto rendimento, mas uma política de discussão da educação física, da valorização do profissional de educação física na escola, no ensino brasileiro.

Era isso que eu queria dizer, e muito obrigada, Sr. Presidente, por me designar Relatora dessa comenda, que é mais do que justa, como o Senador Izalci falou. A gente tem que homenagear os nossos ídolos, as pessoas que são referência no nosso País, de preferência quando elas ainda estiverem vivas. Então, o Pelé é uma figura muito forte, não só para o futebol nacional, masculino e feminino, mas é uma figura muito forte, é uma presença brasileira muito forte no esporte mundial.

Ao Pelé!

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Parabéns, Senadora Leila, pelas suas palavras aí, tão oportunas, com tanta emoção e com tanta vibração.

Submeto, então, o relatório à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

A matéria vai à Comissão Diretora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento extrapauta.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 13**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 5, DE 2021**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a privacidade e o uso de dados coletados nas escolas públicas brasileiras.*

**Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

*(Iniciada às 16 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 03 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dezesseis horas e trinta e oito minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Izalci Lucas e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2021 - CTFC, de autoria Senador Reguffe (PODEMOS/DF), e REQ 5/2021 - CTFC, de autoria Senador Reguffe (PODEMOS/DF). **Finalidade:** Debater a saúde suplementar no Brasil, com foco no regime jurídico dos planos de saúde oferecidos pelas operadoras, abordando os seguintes temas: o fato de os planos de saúde não colocarem à disposição dos consumidores planos de saúde individuais, obrigando as pessoas a contratarem planos de saúde coletivos; autorização da ANS para reajustes anuais dos planos de saúde individuais em percentuais sempre acima da inflação; papel da ANS no reajuste de planos de saúde coletivos; o desempenho, nos últimos anos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no âmbito da regulação, normatização e fiscalização de entidades de assistência médica, hospitalar e odontológica; atuação da ANS na regulação, normatização e fiscalização das relações jurídicas e comerciais mantidas entre operadoras de planos de saúde e os prestadores de serviços profissionais médicos e odontológicos, bem como entre as operadoras e os hospitais, além de outros temas de interesse da sociedade, no que tange a saúde suplementar no Brasil. **Participantes:** Rogério Scarabel Barbosa, Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; Alexander Jorge Saliba, Presidente da Associação Brasileira de Auditores em Saúde - AUDIF; Daniela de Assis Moya Yokomizo, Primeira Secretária da Associação Brasileira de Odontologia Seção do Distrito Federal - ABO-DF; Matheus Zuliane Falcão, Analista do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec; Vera Valente, Diretora Executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde; Marco Aurélio Ferreira, Diretor de Relações Governamentais da Associação Nacional de Hospitais Privados - Anahp; Frederico Moesch, Coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça - Senacon/MJ; e César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira - AMB. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Reguffe**

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/21

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater a saúde suplementar no Brasil, com foco no regime jurídico dos planos de saúde oferecidos pelas operadoras. Esta reunião objetiva discutir toda a questão envolvendo planos de saúde hoje no nosso País, desde os preços que são oferecidos aos consumidores, como o reajuste dos preços se dá, o serviço oferecido, a relação dos planos de saúde com os prestadores de serviços, tanto do ponto de vista médico como também do ponto de vista odontológico, e as garantias dos consumidores.

Eu sou autor de um projeto aqui, o PLS 133, de 2015, que visa dar tratamento jurídico de plano individual aos planos coletivos com menos de cem vidas. Hoje já é muito difícil se achar um plano individual no mercado. O consumidor, muitas vezes, tem que adquirir planos coletivos, e aquilo pode simplesmente ser rescindido e o contrato não ser renovado anualmente caso esteja dando prejuízo para a operadora.

Muitas vezes, hoje, no Brasil, são feitos planos com seis vidas, sete vidas, oito vidas, em que não se tem nenhuma garantia para aquele consumidor. Então, isso deve ser objeto, sim, de reflexão de todos nós, inclusive da Agência Nacional de Saúde Suplementar. E todos fazermos uma discussão de como podemos melhorar isso para todos os lados, para que tenhamos segurança jurídica, mas que tenhamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também uma proteção para o consumidor, que muitas vezes com muita luta consegue adquirir um plano de saúde e, quando ele precisa desse plano, às vezes ele não consegue que o plano dê a contrapartida devida.

Então, é importante que tudo isso seja debatido democraticamente. Para isso, foram convidados todos aqui. Esta é uma primeira reunião, que não deve se esgotar hoje, mas é uma primeira audiência pública que nós vamos fazer aqui no âmbito desta Comissão. Será a primeira audiência pública desta Comissão e, por isso, é um tema muito importante.

Quero também avisar os telespectadores que nós, na semana que vem, faremos uma audiência pública sobre a questão dos combustíveis, sobre o preço dos combustíveis no Brasil. E, na outra semana, daqui a 15 dias, uma audiência pública sobre a questão do desmatamento.

Esta é a primeira audiência pública que nós estamos fazendo. Para ela foram convidados os seguintes palestrantes: Sr. Rogério Scarabel Barbosa, Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Saúde Suplementar; Sr. Gustavo de Barros Macieira, da Diretoria de Desenvolvimento Setorial; Sra. Carla de Figueiredo Soares, da Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos; Sr. Pedro da Silveira Villela, da Diretoria de Desenvolvimento Setorial; e o Sr. Frederico Villela Cortez, da Diretoria de Fiscalização, também da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Além dos convidados da Agência Nacional de Saúde Suplementar, também serão palestrantes e também foram convidados: Sr. Alexander Jorge Saliba, Presidente da Associação Brasileira de Auditores em Saúde; Sra. Daniela de Assis Moya Yokomizo, 1ª Secretária da Associação Brasileira de Odontologia Seção Distrito Federal; Sr. Mateus Zuliane Falcão, analista do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Sra. Vera Valente, Diretora Executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde); Sr. Marco Aurélio Ferreira, Diretor de Relações Governamentais da Associação Nacional de Hospitais Privados; Sr. Frederico Moesch, Coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; e Sr. César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira.

Eu darei, tentando respeitar o tempo previsto aqui pela TV Senado, 30 minutos para os convidados da Agência Nacional de Saúde Suplementar poderem colocar suas visões aqui. Após isso, eu darei 8 minutos para cada um dos demais – 30 minutos somados para a Agência Nacional de Saúde Suplementar – depois, mais 8 minutos para cada um dos demais convidados. No final, cada um terá mais 2 minutos para fazer uma réplica, a Agência Nacional de Saúde Suplementar e também cada um dos convidados, um breve comentário final.

Convido a falar, em primeiro lugar, o Sr. Rogério Scarabel Barbosa e a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Com a palavra o Sr. Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA** (Para expor.) – Boa tarde, Senador, boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos da Mesa, todos os convidados.

Senador, como são muitos temas, todos eles muito complexos, então, nós trouxemos membros de quase toda a agência, de quase todas as diretorias. Nós temos aqui a Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos e vamos, então, assistir a uma apresentação da nossa Gerente Daniele Rodrigues.

Nós temos também, de outra diretoria, da Diretoria de Fiscalização, penso que o Frederico vai fazer uma apresentação também, e também, depois, com o Pedro Villela e com o Gustavo Macieira, a apresentação da Diretoria de Desenvolvimento.

Então, como o tempo é muito curto, eu já vou aqui, sem delongas, mas desde já agradecendo o convite. Eu acho que este é um local adequado, é um local muito bom para nós debatermos sobre esses temas e ver se todos juntos conseguimos ter sempre uma saúde suplementar melhor no nosso País.

Então, eu já vou passar aqui rapidamente para fazer nossa apresentação e fico aqui à disposição para nós debatermos, se ficar um ponto relevante, para vocês poderem entender, para que nós assim o façamos.

Daniele, por gentileza.

**A SRA. DANIELE RODRIGUES CAMPOS –** Oi, Dr. Rogério, boa tarde. Boa tarde, Senador, boa tarde a todos os integrantes da Mesa. Vocês estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente.

**A SRA. DANIELE RODRIGUES CAMPOS –** Tá.

Dr. Rogério, a gente esquematizou a apresentação com a Fabrícia iniciando com todo o panorama da saúde suplementar, e depois eu começo a falar sobre os reajustes. Está bom?

Então, eu vou passar para a Fabrícia. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Acho que deu algum probleminha no áudio.

**A SRA. FABRÍCIA GOLTARA** (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos. Eu não estava habilitada aqui para poder compartilhar.

Cumprimento todos os participantes desta audiência pública. Meu nome é Fabrícia, eu sou servidora da casa, da ANS, há 15 anos. E estou como Gerente-Geral de Estrutura e Produtos atualmente.

Eu vou compartilhar a minha tela aqui, para não demorar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores conseguem ver o compartilhamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não. Não está dando para ver, não.

**A SRA. FABRÍCIA GOLTARA –** Só um minutinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sua conexão...

**A SRA. FABRÍCIA GOLTARA –** Foi?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Entrou. Agora parece que entrou.

**A SRA. FABRÍCIA GOLTARA –** Entrou. Então, está bom. Vocês me ouvem bem?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sim, estamos ouvindo perfeitamente.

**A SRA. FABRÍCIA GOLTARA –** Então, vamos começar.

Eu trago aqui primeiro o panorama do setor de saúde suplementar e, posteriormente, algumas regras de contratação de planos de saúde. (*Pausa.*)

Então, trazendo um panorama do setor de saúde suplementar, hoje temos 93% dos beneficiários em planos regulamentados, ou seja, pela Lei 9.656, de 1998, ou seja, por todo o arcabouço regulatório da agência, e apenas 6,8% dos beneficiários do mercado hoje encontram-se em planos anteriores à Lei 9.656 e, portanto, não estão submetidos à regulamentação da Agência.

O mercado conta, ainda, com 699 operadoras com beneficiários ativos, 17.962 planos disponíveis para a comercialização e, em relação à distribuição dos beneficiários por tipo de contratação, temos 19% nos planos individuais familiares, 13% nos planos coletivos por adesão e 68% dos beneficiários encontram-se nos planos coletivos e empresariais. Totalizando dados de maio de 2021, 48,1 milhões de beneficiários, é a maior marca do setor desde 2015.

Os beneficiários de planos de saúde estão distribuídos, por modalidade de operadora, da seguinte forma: as medicinas de grupo contêm 40% desses beneficiários; as cooperativas médicas 36%; as seguradoras 13%, as autogestões 9% e as filantrópicas apenas 2%. O quadro ao lado indica a quantidade de beneficiários em milhões. Então, com dados de abril de 2021, temos 19 milhões de beneficiários vinculados às medicinas de grupo, em 275 operadoras; 17,5 milhões nas cooperativas médicas; 6 milhões de beneficiários vinculados a 8 operadoras; 4 milhões em autogestões e menos de 1 milhão em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filantropia. O quadro apresenta uma constância dos beneficiários por modalidade de operadoras, apenas ocorrendo, em 2016, que as medicinas de grupo superam as cooperativas médicas.

Já na distribuição por tipos de plano – esses dados do lado esquerdo, de beneficiários por tipo de contratação, eu já passei aos senhores –, eu trouxe esse eslaide aqui para trazer o crescimento anual de beneficiários na saúde suplementar. O ano de 2020, que é o ano do início da pandemia, trouxe um aumento, um acréscimo de beneficiários para o mercado de saúde suplementar num total de 1,2% e houve um incremento de beneficiários em todos os tipos de contratação, sendo o coletivo por adesão o que teve mais adesões.

Já em relação à distribuição dos beneficiários por cobertura assistencial, há uma grande concentração nos produtos que possuem a cobertura completa, que é a ambulatorial e a hospitalar. Nos planos ambulatoriais, que são os que concedem apenas consultas, exames e alguns tratamentos, mas não incluem a internação, temos só 4% dos beneficiários vinculados, e nos planos exclusivamente hospitalares, apenas 1%. Em quantidade de milhões de beneficiários, hoje, há a concentração de 46 milhões nos planos de cobertura completa. Apesar do dado ser de 2016 a 2021, essa é uma constância do mercado de saúde suplementar e a preferência, tanto pela oferta das operadoras quando pelo consumo dos beneficiários, é por planos com cobertura total.

Já em relação aos planos disponíveis para a comercialização, hoje, dos 18 mil planos disponíveis, 53% dos planos são empresariais, 22% são individuais e 25% são coletivos por adesão. Em relação à cobertura, 90% dos planos são ambulatoriais e hospitalares, 7% ambulatoriais e 3% apenas exclusivamente hospitalares.

Esse gráfico mostra, de 2010 a 2021, a quantidade de planos ofertada no mercado. No ano de 2010 eram 18.700. Houve uma queda, em meados de 2014 e 2015. Hoje, em 2021, estamos quase no mesmo patamar da quantidade de produtos comercializados em 2010.

Sobre a quantidade de planos disponíveis por contratação, temos 9,4 mil planos empresariais, 4,6 mil coletivos por adesão e 3,9 mil planos individuais. Também há uma constância da maior oferta relacionada ao plano empresarial. O plano individual foi o segundo até meados de 2016, quando foi superado pelo plano coletivo por adesão, e, a partir dessa linha aqui de 2019, há um incremento da oferta de planos em todas as segmentações, sendo mais acentuado no plano empresarial, mas também seguido pela adesão e pelo individual.

Sobre o número de operadoras que disponibilizam esses planos por tipo de contratação, das 699, hoje temos 618 que vendem planos empresariais, 550 que comercializam planos coletivos por adesão e 479 operadoras que comercializam planos individuais.

Agora, eu vou passar para as regras de contratação de planos de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei nº 9.656, de 1998, estabelece toda a estrutura do setor de saúde suplementar, mas, especificamente em relação à comercialização e aos planos de saúde, ela traz, no seu art. 10, o plano referência, que é um plano de cobertura ambulatorial hospitalar com obstetrícia, de acomodação em enfermaria e é de oferecimento obrigatório a todos os consumidores de saúde suplementar. Hoje, de acordo com os dados da agência, apenas 6% dos beneficiários da saúde suplementar são vinculados ao plano referência.

O art. 12 faculta a oferta de planos de saúde nas segmentações previstas em lei, indicando assim que as operadoras são livres para ofertar os planos de acordo com o seu modelo negocial.

O art. 16 prevê as características que os produtos de planos de saúde devem ter e prevê os seguintes tipos de contratação: individual/familiar, coletivo por adesão e coletivo empresarial. A partir dessas premissas, a agência elabora a sua regulamentação e traz as regras específicas para cada tipo de contratação.

Então, hoje a gente tem o plano individual/familiar, regulamentado pela RN nº 195. Ele é um plano de livre adesão a qualquer beneficiário, não se exigindo qualquer qualificação para que ele faça parte de um plano individual. É possível a imputação de carência de acordo com os prazos máximos estabelecidos em lei. O índice de reajuste é o autorizado pela ANS, mas, tendo em vista o tempo curto e como a Daniele vai fazer uma apresentação específica sobre reajuste, eu vou passar. Em relação à rescisão unilateral, ela é vedada pela lei, salvo nos casos de fraude, inadimplência superior a 60 dias e desde que previamente seja notificado o consumidor. A exclusão do beneficiário só pode ocorrer a pedido do titular.

O plano empresarial contratado por empresário individual foi o último a ser regulamentado, foi regulamentado em 2017. Ele permite que todo empresário que exerça uma atividade economicamente organizada possa contratar um plano empresarial. Nesse plano, pode ser imputada a carência. Ele tem umas regras específicas sobre reajuste. Em relação à rescisão unilateral desse contrato, ela só pode ocorrer uma vez ao ano, no mês de aniversário do contrato e com prévia notificação de 60 dias desse empresário. A exclusão do beneficiário também só pode ocorrer a pedido do empresário individual. Já o plano empresarial contratado por pessoa jurídica, para que o beneficiário possa aderir a esse tipo de contratação, ele tem que ter um vínculo ou empregatício, ou estatutário com a pessoa jurídica contratante da operadora – estatutário, leia-se servidor público – e tem regras diferenciadas por quantidade de vínculos de vidas nesses contatos. Então, se ele tem menos de 30 vidas, é possível a imputação de carência; e, se ele tem mais de 30 vidas, os beneficiários são isentos de carência, desde que eles entrem em até 30 dias da celebração do contrato da pessoa jurídica contratante com a operadora ou que eles entrem a partir do seu vínculo com a pessoa jurídica contratante. Então, se eles assinam contrato de trabalho, se já existe um contrato em vigor, eles têm 30 dias para optar se vão fazer parte ou não desse contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à rescisão unilateral entre a pessoa jurídica contratante e a operadora, ela vai ocorrer da forma estabelecida em contrato. Isso é diferente da exclusão de beneficiário de um plano coletivo. A exclusão de beneficiário de plano coletivo só pode ocorrer a pedido da pessoa jurídica contratante, sendo vedado à operadora a exclusão desses beneficiários, salvo nos casos de fraude ou perda de elegibilidade do titular ou do dependente e desde que prevista em contrato.

O plano coletivo por adesão é aquele em que se solicita do beneficiário uma vinculação com uma associação e tem que ter caráter profissional classista ou setorial. Normalmente são associações profissionais, entidades de classe que são as pessoas jurídicas contratantes desses planos. Não é possível a imputação de carência, independentemente do número de vidas, se a adesão ocorre no mês de celebração do contrato ou no aniversário, e as regras relacionadas à rescisão unilateral e à exclusão do beneficiário são idênticas às regras que eu acabei de explanar sobre os planos empresariais.

Em relação a todos os beneficiários de todos os tipos de contratação, todos eles têm direito, hoje garantido, de portabilidade, sendo que os planos individuais a têm desde 2009; os coletivos por adesão, desde 2011 e os coletivos empresariais foram incluídos na RN nº 438, de 2018.

Aqui eu trago só uma linha do tempo de algumas regulamentações específicas da agência relacionadas à contratação de plano de saúde, pois a agência trabalha monitorando o mercado, com os dados que são fornecidos, e pauta o seu atuar de acordo com a dinâmica do mercado.

Então, por exemplo, em 2009, nós implementamos a portabilidade de carência pela primeira vez no setor, regulamentamos o tipo de contratação e o papel das administradoras de benefícios; em 2011, nós regulamentamos os prazos máximos de atendimento aos beneficiários e também o direito dos aposentados e dos demitidos, previstos nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656; em 2012, regulamentamos o agrupamento de contratos para um reajuste único; em 2016, regulamentamos a contratação *on-line* e o cancelamento de contrato a pedido do beneficiário; em 2017, a possibilidade de o empresário individual contratar o plano empresarial; em 2018, aprimoramos as regras de portabilidade para incluir todo o setor e conceder a todos os beneficiários o direito à portabilidade; e, por último, em 2019, alteramos a metodologia do reajuste individual, que a Daniele vai trazer de maneira mais específica, e também publicamos a agenda regulatória que está em vigor de 2019 a 2021, que, dentre os vários projetos que estão contemplados nessa agenda, no eixo equilíbrio da saúde suplementar, nós prestigiamos o tema 3, que é o acesso a planos privados de assistência e saúde, para debater com toda a sociedade como a agência pode ampliar o acesso de beneficiários aos planos de saúde, no intuito de aumentar o mutualismo desse setor, aumentando a base de beneficiários da saúde suplementar e estimulando a concorrência para que as operadoras possam entregar cada vez mais aos beneficiários uma assistência à saúde de qualidade.

Era isso que eu queria trazer para os senhores e, tendo em vista o tempo, eu já vou passar a palavra à Daniele Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

**A SRA. DANIELE RODRIGUES CAMPOS –** Boa tarde.

Estão me ouvindo, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Perfeitamente.

**A SRA. DANIELE RODRIGUES CAMPOS –** Estou também compartilhando a minha tela. Vocês estão conseguindo ver?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Perfeitamente pelo menos o início dela.

**A SRA. DANIELE RODRIGUES CAMPOS –** Agência pública, reajustes.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Exatamente.

**A SRA. DANIELE RODRIGUES CAMPOS** (Para expor.) **–** Então, boa tarde a todos, cumprimento o Senador e agradeço a oportunidade de participar dessa audiência, podendo trazer o olhar da ANS e todas as regras que definem como se darão os reajustes nos planos de saúde.

Também sou servidora da casa desde 2005 e estou há seis anos na Gerência Econômico-Financeira e Atuarial dos Produtos, que é a gerência que tem a responsabilidade de estabelecer a política de reajuste de preços dado o arcabouço legal sobre o assunto.

A ideia é trazer para vocês, para os senhores, toda a regulamentação de uma forma bastante ampla, assim, como um panorama da regulamentação, explicando o porquê da especificidade de cada regra para cada tipo de contratação.

Bem, a primeira ideia que eu gostaria de trazer para os senhores são os princípios básicos que permeiam o setor de saúde suplementar, e o princípio básico, inclusive, do setor de seguros, é o mutualismo, que é uma associação entre membros de um grupo, da qual as suas contribuições são utilizadas para propor e garantir benefícios aos seus participantes.

Então, o setor de saúde suplementar está baseado no mutualismo em que muitas pessoas contribuam para garantir a utilização e o pagamento da assistência à saúde de poucos ou de alguns que a utilizam. Então, ela é baseada num sistema em que muitos contribuem para a utilização de alguns.

E um outro princípio básico do setor de saúde suplementar é o pacto intergeracional. Todos conhecem algumas regras. Com o passar da idade, aumenta o risco da assistência à saúde e, consequentemente, maiores são as despesas assistenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No setor de saúde, existe o pacto intergeracional. O que ele prega? Ele prega que os beneficiários que são mais jovens subsidiem as mensalidades dos beneficiários mais idosos, de modo que o plano não fique nem tão barato para que seja atrativo para os idosos e nem tão caro, que repulse e que impeça a entrada dos beneficiários mais jovens.

Outros princípios que são básicos do setor é que se busca a manutenção do equilíbrio econômico entre as partes. Esse pacto entre as operadoras e os beneficiários tem que visar ao equilíbrio econômico desse contrato, de modo que os beneficiários, ao repassarem o seu risco de assistência à saúde para as operadoras de saúde, possam ter a garantia de que, no momento da necessidade daquela assistência médico-hospitalar, a operadora estará lá e entregará o que foi contratado.

Um outro princípio do setor é a estabilidade das regras regulatórias. Isso dá previsibilidade para todos os atores do setor – digo prestadores, digo operadoras e digo beneficiários –, de modo que eles tenham a certeza de que o beneficiário que contratou o plano terá a sua assistência garantida, o prestador será remunerado ao prestar o serviço à operadora e a operadora receberá o pagamento dos beneficiários.

Um outro princípio é a preservação da relação contratual. Tudo isso é para garantir a assistência médico-hospitalar.

Bem, como foi colocado, o setor de saúde tem como se fossem alguns mundos diferenciados entre eles. Então, nós temos a Lei 9.656, que foi o marco regulatório que dividiu o setor de saúde em dois grandes mundos: os planos antes da lei e os planos pós-lei. Como colocado, a gente tem 94%, praticamente, dos beneficiários nos planos pós-lei e são esses beneficiários, esses planos que seguem a regulamentação específica da ANS.

Nós temos várias modalidades de operadoras, totalizando aquelas quase 700 operadoras, que têm, cada uma, a sua regra de negócio, o seu nicho de mercado. Então, são operadoras que atuam baseadas numa regra geral única, mas elas têm muitas especificidades no seu negócio.

E temos as contratações também diferenciadas, que são: as individuais, as coletivas por adesão e as coletivas empresariais.

Tudo isso somado – planos antes da lei, planos depois da lei, operadoras com modalidades e gestão de negócios diferentes, planos também com contratação diferentes – faz com que a ANS precise ter regras específicas para cada um desses, para cada ente, para cada especificidade desse setor. Por isso, nós temos regras de preços e regras de reajustes diferentes para cada tipo de contratação: se é um plano antes ou se é um plano após a lei, se é uma operadora odontológica ou se é uma operadora médico-hospitalar.

Eu entro agora nos tipos de reajuste e na forma como as mensalidades contratadas pelos beneficiários podem mudar. Então, o beneficiário, quando contrata um plano de saúde, tem um preço de entrada. Esse preço de entrada varia de acordo com a faixa etária com que o beneficiário ingressa no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





plano e corresponde ao risco assumido pela operadora para que essa dê a assistência médico-hospitalar quando o beneficiário precisar.

Feita a entrada do beneficiário no plano de saúde, como é que essa mensalidade vai variar ao longo dessa relação contratual entre o beneficiário e a operadora? Então, ele pode ter dois tipos de variação de mensalidade. Um é quando ele mudar de faixa etária. Essa variação de mensalidade por faixa etária visa garantir o pacto intergeracional, visa evitar uma seleção de risco. Ela é um reconhecimento de que o risco do beneficiário varia de acordo com a sua idade. Então, uma forma é a variação da mensalidade por mudança de faixa etária e a outra é um reajuste anual dessa mensalidade por variação de custos.

Por que existe essa variação anual por variação de custos? Para que o preço da mensalidade acompanhe o aumento dos custos e o aumento da quantidade de eventos realizados, para garantir a continuidade do serviço médico-hospitalar. Caso contrário, o beneficiário entraria no plano, os preços dos insumos aumentariam, e não seria possível que a operadora continuasse arcando com esses custos médico-hospitalares.

Esses dois tipos de aumento, tanto a variação de mensalidade por faixa etária quanto o reajuste anual por variação de custos, precisam estar previstos no contrato. E essas regras dependem tanto do tipo de contratação do plano quanto da época da contratação do plano.

Então, a variação por mudança de faixa etária é um aumento aplicado em razão da mudança de faixa etária do beneficiário, quando ele muda de faixa etária. Ela ocorre cada vez que o beneficiário atinge uma idade que represente o início de nova faixa etária.

Desde o Estatuto do Idoso, que data de 2003, desde 1º de janeiro de 2004, a regra é que nós tenhamos dez faixas etárias, sendo que o reajuste da última faixa etária para a primeira pode ser, no máximo, seis vezes. E também há uma regra de transição entre a primeira e a sétima faixa e a sétima e a décima, de modo a impedir, no caso, que as operadoras carreguem os preços nas últimas faixas etárias. Ela visa garantir o pacto entre gerações.

Não há necessidade de autorização prévia da ANS, desde que a cláusula esteja de acordo com a norma vigente à época de contratação. E as regras são diferenciadas em função da data de contratação do plano. Então, aqueles planos que foram contratados até 1998 devem seguir as faixas etárias e as regras de reajuste por faixa etária do contrato; os que foram contratados entre 1998 e 31/12/2003, antes da vigência do Estatuto do Idoso, são aqueles planos com sete faixas etárias; e os planos contratados a partir de janeiro de 2004 até o momento seguem tanto as regras da 9.656 quanto do Estatuto do Idoso, sendo a última faixa etária com mais de 59 anos. Então, o Estatuto do Idoso fez com que a ANS adaptasse as regras do reajuste por faixa etária, trazendo a última faixa etária, que era de mais 70 anos, para mais de 59 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o reajuste anual por variação de custos é o aumento – eu já expliquei – aplicado em razão da variação dos custos médico-hospitalares. Ele só pode ocorrer uma vez a cada 12 meses e no aniversário do contrato. Visa garantir a sustentabilidade do plano e tem regras específicas em função da data e do tipo de contratação do plano.

É possível que o beneficiário tenha, em determinado ano, tanto a variação por mudança de faixa etária quanto o reajuste anual com variação de custos. Se for um ano em que ele esteja mudando de faixa etária, ele terá os dois tipos de reajuste.

Eu entro, agora, no reajuste anual por variação de custos. A primeira ideia que eu gostaria de trazer é que os reajustes anuais por variação de custo não são índices de preço, eles são índices de valor. E qual é a grande diferença entre o índice de preço e o índice de valor? O índice de preço varia de um período para o outro em função da variação do custo, do preço daquele produto. Então, se eu estiver falando de um artigo específico, por exemplo: um lápis, num ano, custou um valor; no outro ano, ele vai custar outro valor. Vai ter ali os custos para fabricar aquele produto. O que é um índice de valor? O índice de valor mede a variação tanto do preço quanto da quantidade.

Por que o reajuste anual da ANS é um índice de valor? Porque ele leva em conta o aumento dos custos daquele produto e da quantidade daquele produto. Um exemplo que eu posso trazer é o seguinte: o preço de uma consulta médica. Se uma consulta médica, de um ano para outro, custava R$100, num ano, e custou R$150 no ano seguinte, a variação não seria só de 50%. Se num ano foram realizadas duas consultas e, no outro ano, quatro consultas, isso também será levado em conta. Então, é tanto o aumento do valor daquele procedimento quanto da quantidade de procedimento.

Bem, o reajuste anual dos planos coletivos também tem algumas regras que são únicas para o plano coletivo. Então, ele reflete o aumento dos custos médico-hospitalares; ocorre a cada doze meses, no aniversário do contrato; ele é negociado entre a pessoa jurídica contratante e a operadora. Então, a ANS entende... Existe uma previsão legal de que a autorização de reajuste dos planos individuais é feita pelo órgão regulador. No caso dos planos coletivos, não existe essa autorização do órgão regulador. Então, para os planos coletivos, existem outros tipos de monitoramento, de regulação. São regras específicas de acordo com o tamanho do contrato. É um monitoramento que é feito com os reajustes que são informados. A comunicação do reajuste à ANS é obrigatória. Então, todo ano, no aniversário do contrato, as operadoras têm a obrigatoriedade de informar para cada contrato reajustado qual foi o reajuste praticado. E existe também uma regra de transparência, desde 2015, segundo a qual a operadora precisa informar à pessoa jurídica contratante qual foi a metodologia de cálculo e a base de cálculo, avisar toda a memória de cálculo utilizada no reajuste dos planos coletivos para a pessoa jurídica contratante. Essa regra também é obrigatório ser informada ao beneficiário se este solicitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós fazemos, como monitoramento, pesquisa de agrupamento de contratos e a visita técnica, que ainda não entrou em prática, porque o primeiro ano dela seria 2020, e, em função da pandemia, a gente vai começar no segundo semestre a visita técnica de forma remota.

Bem, os contratos com até 29 vidas precisam ser agrupados. Isso é uma proteção que a ANS encontrou para garantir o mutualismo dos contratos, para diluir o risco e promover estabilidade nesses contratos menores, fazendo com que o reajuste não fosse um motivo de expulsão de um contrato pequeno da operadora. Como é que foi feita essa regra? Todos os contratos da operadora com até 29 vidas precisam ser juntados, precisam ser agrupados para a aplicação de um único reajuste nesses contratos. Então, aqui eu tenho um exemplo. Se a gente tem três contratos – A, B e C –: um com 29 vidas, um com cinco e um com 80, o que o agrupamento de contratos fez? Quais são as regras que estão valendo desde 2012 – o primeiro ano foi 2013? Esses dois contratos, com 29 vidas e com cinco vidas, devem ser agrupados para fins de um único reajuste. Então, neste exemplo anterior, em vez de o contrato com 29 vidas receber 10% e o com cinco vidas receber 18%, eles, agrupados, receberiam 11% de reajuste, e o contrato C, que tem mais de 30 vidas, tem um reajuste que é próprio.

Essa regra não se aplica a planos exclusivamente odontológicos; a planos exclusivos para ex-empregados, pois estão regulamentados por uma RN específica; a planos com formação de pressupostos estabelecidos, porque os planos pós-estabelecidos não têm reajuste; e aos planos firmados antes da Lei 9.656, ou seja, a planos não regulamentados. Por exceção, toda essa regra do 309 se aplica a todos os outros planos. Então, independentemente de a contratação coletiva ser adesão ou empresarial, tendo menos do que 29 vidas, eles precisam ser agrupados.

E por que o número foi de 29 vidas na ocasião? Para se obedecer à regra de carência. Na regra de carência, todos os planos com mais de 30 vidas não estão sujeitos à carência e os com até 30 vidas estão sujeitos à carência. Então, para que se protegessem esses contratos de que, por um reajuste mais alto, o contratante precisasse romper o seu contrato e ter que procurar uma nova operadora e cumprir uma nova regra de carência, o número definido à época foi 30 vidas.

Bem, para os reajustes com mais de 30 vidas, o órgão entende que há uma livre negociação entre as partes. Existe uma pessoa jurídica defendendo aqueles beneficiários que estão ali protegidos por ela, há um maior poder de negociação com a operadora, inclusive porque muitos contratantes financiam parte desse contrato, faz parte da negociação do reajuste alterar fator moderador, se o plano tiver fator moderador, e o reajuste segue as condições estabelecidas no contrato. Então, existe uma regra, uma cláusula de reajuste que é negociada entre a operadora e a pessoa jurídica contratante, e aquela regra é a que vale no momento do reajuste.

Eu trago aqui a composição dos beneficiários por porte de contrato. Então, nós temos hoje mais de 80% em contratos com mais de 30 vidas e temos 19% em contratos com até 29 vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago aqui, à direita, o comportamento dos reajustes, desde 2016, dos planos com até 29 vidas e dos planos com mais de 30 vidas e, aqui, no meio, o reajuste médio para todos os tipos de contrato. Então, nós temos que o reajuste dos contratos com até 29 vidas é de mais de quatro pontos percentuais do que o reajuste com mais de 30 vidas, e, em média, os reajustes dos contratos coletivos são de 7,9% no ano de 2020. Esse número vem caindo desde 2016. E essa diferença do reajuste dos contratos com mais de 30 vidas e dos contratos com até 29 vidas já foi menor em 2016, logo depois, em seguida à regulamentação da 309, mas ela vem se afastando, novamente, nos últimos anos.

Esse eslaide mostra, esse gráfico mostra...

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Dra. Daniele, um minuto para concluir para a gente tentar aqui respeitar o tempo.

**A SRA. DANIELE RODRIGUES CAMPOS –** Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Eu dei alguns minutinhos de tolerância, mas, só para a gente poder cumprir o tempo, inclusive por causa da TV Senado, um minuto para concluir.

**A SRA. DANIELE RODRIGUES CAMPOS –** Tudo bem. Eu concluo em um minuto. Está bom.

Esse gráfico mostra os reajustes ao longo do tempo por contratação e por porte de contrato, mostrando que todos eles caem, mas que a adesão com até 29 vidas é a que mais oscila. Ela é a que mais tem esse sobe e desce dos reajustes.

O reajuste anual individual ou familiar tem uma regra vigente desde 2019. Nós estamos no terceiro ano dessa regra de reajuste. É uma regra que utiliza especificamente o valor das despesas assistenciais da contratação individual. Até 2018, nós usamos as regras dos contratos coletivos, dos reajustes dos contratos coletivos para reajustar os planos individuais. Então, desde 2019, a regra leva em conta a despesa dos planos individuais e também leva em conta o IPCA expurgado. Então, ela é composta... É o valor Cap ponderado. Ele considera 80% da variação das despesas e 20% do IPCA expurgado do ano anterior. Essa regra é totalmente... Ela tem um avanço porque todos os dados utilizados nela são públicos e auditados. São dados do próprio mercado de planos individuais. E há uma transferência também de ganhos de eficiência para os consumidores, porque do valor das despesas assistenciais é descontado ainda um fator de ganho de eficiência e de variação de faixa etária.

Ano passado nós tivemos a suspensão de reajuste de setembro a dezembro, e foi permitida a recomposição a partir de janeiro de 2021. As regras de 2021, o reajuste já foi calculado, a nota foi enviada para o Ministério da Economia e estamos no aguardo do retorno dessa nota para a aprovação do reajuste de 2021 agora para os planos individuais familiares.

Então, era isso que eu gostaria de apresentar e agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado a todos da Agência Nacional de Saúde Suplementar. (*Pausa.*)

Caiu aí o...

Bom, muito obrigado a todos os membros da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Eu vou aqui fazer um modelo de audiência diferente do normal, em que cada um fala e depois não fala mais, porque eu penso que o correto é a pessoa poder falar e, no final, ter direito a uma réplica, a um comentário. É muito importante que, no final, as pessoas possam falar também sobre o que os outros falaram para que a gente possa encaminhar para algum resultado prático para a população. Então, cada um vai ter essa fala inicial e depois, no final, terá mais um minuto de réplica.

Apenas quero fazer uma consideração: considero muito importante que se faça uma reflexão sobre esse modelo atual, porque hoje é muito difícil um consumidor conseguir adquirir um plano de saúde individual. Então, ele, muitas vezes, é obrigado a consumir um plano de saúde coletivo, em que ele não tem a garantia, por exemplo, sequer da renovação desse contrato.

Então, existem planos coletivos com poucas vidas. Então, muitas vezes, quando um desses membros contrai, por exemplo, um câncer, muitas vezes, esse contrato não é renovado no final do ano. E o consumidor, quando adquire um plano de saúde, quer ter uma garantia, quer estar seguro para sua vida.

Então, é importante que a Agência Nacional de Saúde Suplementar faça uma reflexão sobre essa questão, já que hoje é muito difícil conseguir ver planos de saúde individuais no mercado, e o consumidor – coitado! – muitas vezes, às vezes até por desinformação, é obrigado a consumir planos coletivos em que não tem uma garantia de que aquele plano vai ficar com ele quando ele tiver uma doença grave. Este é um problema da vida real de muitas pessoas e que precisa ser objeto, sim, de uma análise e de uma reflexão por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Eu apresentei, aqui, nesta Casa, o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2015, que dá tratamento jurídico de plano individual aos planos coletivos com menos de cem vidas.

Passo a palavra agora ao Sr. Alexander Jorge Saliba, Presidente da Associação Brasileira de Auditores em Saúde.

V. Sa. tem oito minutos. (*Pausa.*)

Sr. Alexander.

**O SR. ALEXANDER JORGE SALIBA** – Está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Agora, sim. Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALEXANDER JORGE SALIBA** (Para expor.) – Estou cumprimentando a todos, de um modo geral, porque eu tenho pouco tempo.

Eu gostaria de me ater a algumas coisas.

Em primeiro lugar, nas minhas críticas e nos meus modelos, quando falo sobre a ANS, parece que sou contra, mas não sou. A ANS é uma entidade que, se não tivesse acontecido, nós estaríamos ainda sob a égide de modelos absolutamente cruéis de relação entre tomadores de serviços dos planos de saúde e esses planos, que não cumpriam coisa nenhuma. Era uma bagunça danada antes da ANS e cada um fazia o que bem queria. A ANS botou norma no mercado, botou ordem. As NIPs são fundamentais para fazer com que as coisas aconteçam.

Contudo, a ANS tem algumas atitudes que eu tenho dificuldade em compreender. Por exemplo, uma delas é o fato de a ANS, a meu ver, não ter competência legal para controlar, normatizar e fiscalizar prestadoras de serviços e fornecedores de equipamentos, medicamentos, OPMEs e demais insumos. Não há como atuar como reguladora no mercado de saúde suplementar, que é imperfeito, atuando apenas em relação a um ator econômico, o que é, ainda, uma visão equivocada ou intencionalmente incorreta.

O modelo da ANS resultou numa concentração de mercado; ou seja, quando a ANS foi criada, nós tínhamos mais de 4 mil seguros de saúde. Hoje nós temos 717, e cada vez concentrando mais. Essa concentração vai levar, com certeza, a um número cada vez maior de beneficiários presos a um número menor de administradoras de planos de saúde, o que é uma formação de oligopólio no setor bastante ruim para o consumidor.

Outra coisa que eu tenho a questionar em relação à ANS é por que ela utiliza o modelo nas autogestões, como se as autogestões fossem uma empresa de mercado, quando ela não é. Ela não pode atuar livremente no mercado consumidor, não tem finalidade lucrativa, apresenta dificuldade para a construção de reservas financeiras e outras obrigações estabelecidas pela ANS que exige delas um comportamento junto à agência como se elas fossem operadoras do mercado de saúde e elas não são.

Autogestões têm um papel de alívio muito importante na saúde pública, e devem, na minha opinião, ter um tratamento diferenciado; entre elas, algo que eu considero incompreensível: as autogestões, pelo que a ANS normatiza, com menos de 20 mil beneficiários, se não conseguirem 20 mil beneficiários até um determinado período, terão que encerrar as suas atividades. Contudo, elas não podem ir ao mercado para conseguir isso e nem podem se associar a outras autogestões que não sejam do mesmo segmento. Ora, se no segmento dela ela não conseguiu fazer 20 mil, onde é que ela vai arrumar esse resto?

Outra coisa importante é quanto aos reajustes de preço. Hoje o que acontece? Nós temos um problema muito complicado, que é como compatibilizar a utilização com o pagamento dessa utilização. Então, por isso, os valores que hoje são reajustados nos planos coletivos são muito altos – muito altos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basta a gente ver o que a imprensa fala todo dia. Mas por quê? Porque as operadoras precisam melhorar o seu ganho para poder pagar o que está sendo utilizado.

Não existe almoço de graça no mercado. Se tem que pagar, tem que arrecadar, elas ainda têm que ter lucros. Só que nesse meio nós temos um problema. Nós temos as administradoras de benefícios, que ficam com mais ou menos 15% dos valores desses contratos. E elas não têm função nenhuma, porque elas, na verdade, não oferecem nada além do intermediário. Elas não têm nenhum fator econômico que as justifique.

Isso precisaria ser revisto. Isso vai diminuir o custo e vai gerar um modelo melhor; porque o que acontece? A administradora é que acaba fazendo a tal negociação com as pessoas jurídicas. Ora, essas pessoas jurídicas às vezes são duas ou três pessoas de uma pequena empresa. Não tem a menor condição de negociar nada. Então, elas vão ser submetidas a um aumento de custo ou vão ser retiradas do plano porque os planos, de forma unilateral e no meu modo de ver ilegal, porque ferem o art. 422 do Código Civil, que impede que em relações comerciais tenha que haver boa-fé; ou seja, quem compra o seguro age de boa-fé, mas quem vende não, porque ele encerra o seguro quando qualquer cálculo atuarial demonstrar que se gastou mais do que eles gostariam que gastasse. Essa é uma coisa complicada.

E a outra coisa e, assim, eu não sei como é que está meu tempo, mas eu estou tentando ser o mais rápido possível. Existem algumas soluções que precisariam ser estudadas como, por exemplo, ofertas de planos de seguro de saúde com capitalização, que seria a formação que poderia ser transferida de operadora para operadora, uma certa portabilidade, e utilizada pelo consumidor após determinado tempo, especialmente por uma pessoa idosa.

Atenção primária. A ANS já normatizou isso, mas eu não conheço quem tenha instalado até agora fazer Medicina preventiva, porque eu gosto de chamar de preventiva, e não primária; ou seja, tratar as pessoas enquanto elas têm saúde porque, depois, vão ter que tratá-las para curar e isso é muito caro. Medicina é uma coisa muito cara, além de ser extremamente valorizada no Brasil.

Eu sempre digo: o Brasil tem uma Medicina de primeiro mundo, mas tem uma economia de terceiro mundo. Essa conta não vai fechar; ela não está fechando porque o que vai resultar disso é que um grupo pequeno de seguradoras vai dominar o mercado, aí vai determinar as regras, independentemente de quais sejam, e quem não puder pagar esse novo modelo vai para o Governo, vai para o SUS. Será mais um problema – não é?

E entre isso, eu gostaria também, se tivesse mais tempo, de falar sobre a incorporação de novas tecnologias.

O rol da ANS determina que o que deve ser incorporado não deveria ser um objeto único e exclusivo das eventuais investigações e modelos que a ANS coloca, mas deveria ser objeto de um estudo muito apurado que envolvesse uma grande área da sociedade, que envolvesse a ANS, a Anvisa, a Conitec,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedades médicas, auditores médicos e de enfermagem, fornecedores de medicamentos e materiais, prestadores, para julgar o que realmente tem custo-benefício e o que não é só, vamos dizer, maquiagem.

Uma coisa que às vezes acontece na Medicina é que se coloca um novo produto ou uma nova atitude, ela não é nada. Eu tenho um colega que é um grande auditor no Brasil, Dr. Stephen Doral Stefani, que escreveu um artigo para um jornal na internet e ele foi claro. Ele disse que esse tipo de inovação não passa de incorporação de algo mais caro, mas que faz a mesma coisa que outro produto ou serviço mais barato e consagrado faz; ou seja, vai se pagar mais caro, vai se gastar um monte de dinheiro e depois se chega à conclusão de que não se fez nada.

Eu sou presidente de uma associação de auditores médicos do Brasil todo, que pega todo o Brasil, e faço parte do Instituto Ética Saúde. A nossa última reunião, no dia 16 de junho, foi única e exclusivamente sobre o modelo hoje de corrupção na pandemia. E, senhores, 91% dos presentes nessa reunião disse que a percepção de corrupção aumentou. Então, um dos problemas da saúde no Brasil é como combater essa corrupção, porque ela também é um fator de crescimento de valores do que está sendo cobrado.

Finalizando, sou muito a favor de que a remuneração correta para médicos, para prestadores, com a devida fiscalização, pode gerar uma melhoria do processo, isso acrescido de um sistema compreensível de como é montada a precificação. Porque hoje os dados que nós recebemos não explicam, por exemplo, de onde saiu determinado custo. Eles dizem que houve o custo, mas quem auditou esse custo? Esse custo, na minha opinião, não foi auditado.

Isso é basicamente o que eu gostaria de colocar aqui. Espero que não tenha sido extremamente cansativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Dr. Alexander.

Convido agora para fazer uso da palavra a Dra. Daniela de Assis Moya Yokomizo.

V. Sa. tem oito minutos.

**A SRA. DANIELA DE ASSIS MOYA YOKOMIZO** (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

Cumprimento o Exmo. Senador e estendo a todos os meus cumprimentos.

Vou ser breve. Eu não sei se é do conhecimento de todos, mas a Odontologia no Brasil é uma das poucas profissões que está no topo das três melhores do mundo. Então, isso quer dizer que nós temos profissionais qualificados o suficiente para participar da saúde suplementar de forma eficaz.

A saúde suplementar é composta pelos planos, pelos prestadores de serviço e pelos usuários. E, na saúde suplementar, é imprescindível que se tenha sempre em mente os interesses de todos os segmentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o compõem, mas um grande desequilíbrio acontece na Odontologia. Eu vou falar sobre a relação dos planos odontológicos com os prestadores de serviço da Odontologia. E é nesse âmbito que acontece um grande desequilíbrio na Odontologia.

O que ocorre, que é o mais grave, é que os planos determinam toda a forma de pagamento que deve ser realizada aos prestadores de serviço. Os prestadores da Odontologia não fazem parte da formação de valores dos preços que os planos pagam ao dentista. E esses valores repassados pelos planos estão bem abaixo do custo que os prestadores têm para realizar os procedimentos. Os valores repassados não cobrem sequer os custos para a biossegurança. Na Odontologia, o valor repassado pelo plano serve para pagar o material usado para executar o serviço, o pró-labore do dentista e os custos de manutenção de todo o consultório ou clínica dele.

Para você ter uma ideia, por que é que eu estou falando sobre os valores repassados, por que isso é tão importante? Porque realmente é um absurdo o que acontece. Eu vou dar um exemplo: um dos planos odontológicos repassa ao cirurgião dentista, pela aplicação tópica de flúor, o valor de um centavo. Isso. O plano repassa ao dentista um centavo para fazer o procedimento de aplicação tópica de flúor. E o plano acredita que esse valor é adequado para o prestador atender o seu paciente de forma qualificada. Só o material, só o material que se gasta para fazer esse procedimento gira em torno de R$16. Só a luva de procedimento hoje, com a grande alta dos EPIs, por causa da pandemia, só um par de luvas custa hoje, para a gente, R$2,40. Então, nem a nossa luva paga. A Medicina eu acredito que tenha valores mais qualificados – desculpa se não tiver –, mas a Odontologia... Um centavo é algo aviltante, é algo abusivo.

O que nós profissionais percebemos é que não existe uma formação de preços a serem repassados aos profissionais da Odontologia que tenha sido construída de forma a levar em consideração os custos dos materiais, o pró-labore do profissional, o custo da sua hora clínica. Simplesmente o plano determina que um centavo está bom para o dentista receber, e assim é feito.

Em contrapartida, nós vemos lucros dos planos de saúde odontológicos, trimestralmente, na casa de bilhões. Eles lucram bilhões a cada três meses. Então, é claro que existe um desequilíbrio nessa relação, que gera um problema de saúde pública. Na realidade, o cirurgião-dentista está patrocinando a saúde suplementar na Odontologia. E está patrocinando o lucro exorbitante dos planos, recebendo valores aviltantes e que não pagam seus custos. Eles acabam pagando do próprio bolso para realizar os tratamentos que os usuários precisam.

Isso é comprovado quando, por exemplo, nós vemos os planos pagando mais ou menos R$17 por uma restauração, e o custo dessa restauração gira em torno de R$50. Só para termos de comparação, o SIS Senado, paga para o prestador em torno de R$110 por essa mesma restauração, mas é um plano de autogestão. Os planos privados pagam R$17 por uma restauração, sendo que só o custo do material é em torno de R$50.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas existem outras formas de que os planos dispõem para diminuir ainda mais os valores repassados aos profissionais de Odontologia. São glosas, ou seja, eles não pagam os tratamentos autorizados por eles mesmos para serem executados nos pacientes sob o pretexto de falha no procedimento. O cirurgião-dentista faz o procedimento, usa o seu material, o seu tempo, e não recebe por isso. Isso não é uma exceção, é corriqueiro.

Os planos criam uma dificuldade enorme para realizar o reajuste anual aos prestados de serviço, o que é obrigatório por lei. E, quando o praticam, praticam valores de 10% do IPCA, ou seja, 0,5% de atualização financeira para os prestados anualmente.

Os planos interferem no planejamento do profissional, ditando o que deve e o que não deve ser executado no usuário. Eles atrasam o pagamento, não negociam os valores das tabelas deles com a gente, descredenciam um profissional que denuncia o plano, não pagam a nossa consulta. É isso. Para nós dentistas a grande maioria dos planos não paga consulta. Eles alegam que a consulta será paga, porque estará incluída nos procedimentos que os pacientes irão realizar posteriormente.

O absurdo mais recente foi o plano proibir os dentistas de enviarem os seus pacientes para fazer exame radiográfico em clínicas odontológicas especializadas em radiologia. Então, está proibido; o dentista tem que fazer no próprio consultório a radiografia. Por quê? Porque para o dentista o plano paga menos do que para a clínica radiológica. Só que não existe comparação: a clínica radiológica consegue fazer um trabalho muito melhor, por conta dos equipamentos, do que a gente. E isso é primordial para a gente avaliar e dar o diagnóstico do paciente. Então, o paciente sai perdendo com isso.

Há diversas outras coisas que eu poderia estar citando aqui.

Todos esses problemas foram apresentados na Catec, em 2018, mas, quando foram para a votação da diretoria colegiada, nós perdemos todas as mudanças que nós fizemos durante um ano, por 4 votos a 1.

Então, a gente precisa que essa relação tenha um mínimo de equilíbrio. Com os lucros dos planos, é óbvio que dá para pagar um pouco mais ao prestador, sem mudar o valor pago pelo usuário. Quando a gente vê o usuário pagando R$29 por um plano odontológico, a gente gosta, porque vai dar mais acesso à população. A gente sabe que o Brasil tem uma quantidade grande de população com baixa renda, e nós queremos fazer isso. Nós não somos contra os planos, mas, para que a saúde suplementar possa existir de maneira adequada e que o usuário seja bem atendido, precisa haver um equilíbrio entre o prestador de saúde e os planos odontológicos.

A Odontologia é muito bem-conceituada. Então, a gente está aqui falando sobre a saúde do prestador, do brasileiro. Não há como atender por esses valores. Eu trago esse questionamento aqui, nesta audiência pública, porque já foi levado para diversos órgãos, e ninguém consegue resolver isso. Ninguém quer falar sobre valores. Enquanto ninguém fala sobre valores, os únicos que impõem os valores são os planos. E a gente vê que os planos têm um valor igual, muito próximo em todo o Território nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre um determinado procedimento, havendo apenas um pouco de variação. Por exemplo, a restauração varia de R$15 a R$20 em todo o Território nacional. É isso o que o Dr. Alexander falou. Será que não é caracterizado cartel? Por que os planos impõem os valores? Por que não existe uma construção de valores entre ANS, prestadores e planos, para que seja, cada vez mais, ofertado um serviço de qualidade à população brasileira? Porque é isso que eles merecem.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Dra. Daniela.

No final, todos terão, também, direito a uma réplica. Acho que esse é o modelo correto de uma audiência pública. Então, eu vou voltar a palavra, inclusive, para a ANS no final, depois de ouvir todos.

Agora, com a palavra...

Aqui todos terão voz, aqui todos são convidados e todos têm voz.

Convido aqui, também, para fazer uso da palavra, o Sr. Matheus Zuliane Falcão, que é do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

**O SR. MATHEUS ZULIANE FALCÃO** (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Gostaria de dizer muito obrigado, Sr. Presidente, pelo convite, pela palavra. E na sua pessoa, Sr. Senador Reguffe, gostaria de cumprimentar todos os presentes.

Sei que meu tempo é um tanto curto. Eu vou me ater a ele, mas eu pergunto se eu poderia compartilhar minha tela, apenas para que eu possa mostrar alguns dados aqui que acho que interessam ao nosso debate. Será que seria possível?

Eu vejo aqui que eu não tenho possibilidade de compartilhar. Se não der, tudo bem. Eu também posso fazer sem ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O pessoal está tentando aqui. A técnica está tentando ver se consegue também compartilhar a tela.

**O SR. MATHEUS ZULIANE FALCÃO –** Bom, tudo bem. Eu agradeço aí pela atenção. De qualquer forma, eu posso ir começando já, em favor aí de nós mantermos o nosso horário e, assim que possível, eu compartilho os principais pontos.

O que eu gostaria de trazer aqui... Eu falo, como já foi anunciado, em nome do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Nós somos uma associação com mais de 30 anos na defesa do direito dos consumidores. Temos absoluta independência de partidos políticos, governos, empresas e buscamos, justamente, proporcionar e defender um ambiente mais justo nas relações de consumo, o que inclui as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relações de consumo no campo da saúde, tanto no de consumo de medicamentos quanto de serviços de saúde e também, claro, na defesa dos direitos e interesses dos usuários da saúde suplementar no Brasil.

E, quando nós pensamos na saúde suplementar no Brasil, é importante ter em mente alguns pontos – a apresentação da ANS, muito elucidativa, já nos trouxe alguns desses pontos, e eu queria apenas destacar alguns tópicos específicos.

Nós temos essa divisão importante, também destacada pelo Senador, entre planos individuais e planos coletivos. Os planos individuais têm um reajuste anual máximo estabelecido pela ANS, enquanto os planos coletivos não têm. A despeito da previsão legal – a lei faculta à ANS a possibilidade de também estabelecer essa regulação dos coletivos –, a ANS não o faz, em torno dessa premissa que também nos foi apresentada, de que existiria um chamado poder de barganha entre os contratantes, ou seja, entre as pessoas jurídicas, operadores de plano de saúde de um lado e contratantes do plano coletivo de outro, por exemplo, uma empresa empregadora ou, então, uma associação.

O que eu gostaria de trazer aqui é que existem muitas evidências, existe um mosaico de evidências cada vez maior de que esse poder de barganha não existe. E é isso que eu gostaria de discutir um pouco. Nós temos evidências muito nítidas, para começar o nosso debate, de que os reajustes são muito mais elevados no mercado de coletivos do que no de individuais. Uma pesquisa do Idec agora, em 2020, de alguns planos de saúde, encontrava uma média ali, entre as empresas pesquisadas, entre os usuários que se reportaram, de 20% a 25% do reajuste médio dos coletivos, só pra citar um pequeno exemplo de como se distorce, de como é maior o reajuste nos coletivos. Isso também fica muito nítido nas reclamações de consumidores.

É muito urgente abordar essa questão dos altíssimos reajustes no mercado de planos coletivos. Existe um acórdão do Tribunal de Contas da União que tenta tratar um pouco dessa questão; um acórdão recente que retoma um outro acórdão um pouco mais antigo, de cinco anos atrás – eu estou falando desse mais recente, o Acórdão 1.007, de 2020, que, inclusive, demanda ainda à agência que se atenha a certos pontos sobre esse mercado de coletivos. Estou falando especificamente de analisar a fidedignidade dos dados sobre reajustes enviados à ANS pelas operadoras e também considerar ampliar um pouco da transparência dos índices de sinistralidade entre operadoras e contratante de planos coletivos.

Há alguns exemplos que nós podemos discutir aqui no campo da regulação, muito bem elencados pelo TCU, que também converge com essa conclusão acerca dos altíssimos reajustes nos planos coletivos.

Importante destacar uma pesquisa do Ipea, de 2019, que nos mostra que, num período de 18 anos, a inflação acumulada dos planos de saúde é de 382%, muito superior à de outros índices, inclusive do IPCA Saúde, quando se expurgam planos de saúde e cuidados especiais, que era de 180%.

O que isso nos mostra? A inflação acumulada dos planos de saúde não é só maior que a inflação, como sempre se diz, mas é maior, inclusive, que o IPCA Saúde e outros índices, mostrando aí uma alta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não é ultrapassada por nenhum outro índice, evidenciando a urgência de que o Congresso Nacional, de que o Poder Executivo deem uma resposta eficaz a essa questão que aflige tantos consumidores.

Nós temos um *ranking*, no Idec, de reclamações sobre problemas de consumo. Importante destacar que, nos últimos três anos, a questão de saúde, especialmente de planos de saúde, surge, aparece com bastante importância, sendo o item mais reclamado. Apenas agora, em 2020, ficou um pouco abaixo de serviços financeiros, muito em torno da questão do superendividamento.

Durante a pandemia de Covid-19 – também é importante destacar esse dado –, nós temos um aumento dos ganhos no setor, ou seja, as operadoras lucram mais, a receita triplica na comparação do segundo trimestre de 2019 com o segundo trimestre de 2020. Isso apresenta, também, como o setor tem uma saúde financeira boa – pelo menos nos sugere essa informação.

O Idec também fez uma pesquisa, agora no final de 2020, em que analisava, a partir do período de agosto, nos últimos cinco anos, os reajustes das cinco empresas mais reclamadas nas outras pesquisas do Idec.

São empresas, inclusive, que são objeto, que estão no conteúdo de uma ação recente do Procon de São Paulo acerca do tema.

E o que essa pesquisa conclui, olhando os reajustes médios dessas empresas, é que o reajuste médio é sempre muito maior do que reajuste dos planos individuais. Era esse dado que eu gostaria de mostrar. O reajuste médio aplicado por essas cinco operadoras nesses cinco anos estava em 11,28%, especialmente pegando o ano de 2020 – desculpe, corrigindo aqui, pegando o ano de 2020. Então, 11,28% no mercado de coletivos.

Quando a gente compara pelo reajuste máximo dos individuais, nós temos aí 8,14%. O que eu estou querendo dizer com isso, o que essa evidência nos sugere é que mais uma vez os reajustes dos planos coletivos são mais elevados do que o dos individuais. Em outras palavras, o mercado com uma regulação mais fraca, mais permissiva permite maiores reajustes, implicando num desembolso muito maior de recursos por parte do consumidor, que fica numa situação frágil, de vulnerabilidade econômica ao não conseguir pagar por esse plano de saúde. Por isso é tão urgente alguma resposta institucional para essa questão dos altos reajustes dos planos coletivos.

E o que essas evidências nos sugerem é que o poder de barganha que orienta a regulação atual não é uma realidade, ou seja, os contratantes de bancos coletivos não têm esse poder de barganha frente às operadoras e acabam ficando reféns, por falta de informação, por falta de capacidade de negociação para alcançar reajustes menos elevados. Isso é um ponto também destacado naquele acordão do TCU que eu mencionava há pouco, que também critica muito essa inexistência do poder de barganha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Frente a esse cenário, é essencial que a resposta institucional passe por todo um conjunto de medidas que abordem essa questão. Por exemplo, uma recomendação que estava, inclusive, num relatório técnico de uma gerência da ANS, a Gefap, numa nota técnica de 2013, aponta, por exemplo, para a necessidade do aumento do agrupamento dos contratos de 29 vidas para cem vidas nos planos coletivos empresariais. Interessante porque essa proposta, inclusive, converge com o projeto de lei do Senador, o PLS 133, de 2015.

É fundamental nesse momento que a ANS se debruce sobre essa questão e passe a definir limites máximos para reajustes também nos planos coletivos. Por exemplo, estabelecendo um índice anual máximo, como faz com os individuais; homogenizando o reajuste, por exemplo, nos planos corretivos por adesão; um reajuste único por operadora, no caso dos coletivos por adesão, ou, então, mesmo aumentando esse número de vidas no agrupamento de contratos, que atualmente está no número de 30 e ir para o número de cem; aumentando a transparência, o que também seria uma medida importante.

Nós temos aí todo um conjunto de medidas que poderiam melhorar e são fundamentais, e extremamente necessárias nesse momento, em que nós notamos que a população brasileira vai perdendo renda, dada a crise econômica e sanitária que nós vivemos; as operadoras têm uma boa saúde financeira e essa conta não fecha. O consumidor fica vulnerável e cada vez menos tem acesso dentro do setor de saúde suplementar.

Muito obrigado.

Fico à disposição para seguirmos no debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado ao Matheus.

Quero apenas fazer o acréscimo de que muitas vezes existem também consumidores que não fazem parte de nenhum coletivo. Então, eles não conseguem simplesmente ter um plano de saúde, porque não fazem parte de nenhum coletivo.

As operadoras de planos de saúde para ter o registro também deveriam colocar à disposição dos consumidores planos individuais, ainda que fossem até mais caros, mas planos para que aqueles consumidores que não fizerem parte de nenhum coletivo possam também ter o plano de saúde, se assim o desejarem.

Convido agora, para fazer uso da palavra, a Sra. Vera Valente, que é Diretora-Executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Volto a dizer que, no final, todos voltarão a ter direito a fazer um comentário final, uma réplica final, dentro do ambiente democrático aqui, nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Sra. Vera Valente.

**A SRA. VERA VALENTE** (Para expor.) – Senador Reguffe, Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e de Defesa do Consumidor, eu o cumprimento e agradeço a oportunidade de participar desta importante audiência pública para falarmos da regulação dos planos de saúde. Cumprimento também os Srs. e Sras. Senadores e também os senhores e as senhoras palestrantes, que estão aqui dividindo comigo essa audiência pública.

Eu vou tentar também dividir aqui o meu... Podem me autorizar, por favor? É só ela autorizar que eu consigo, porque é importante seguir aqui o PPT. Eu vi que é possível com a ANS.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A técnica aqui parece que conseguiu agora.

**A SRA. VERA VALENTE –** Isso, vamos ver. Isso. Deixa eu colocar aqui no primeiro eslaide. Pronto. Modo apresentação.

Todos estão vendo?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente.

**A SRA. VERA VALENTE –** Então, tá. (*Pausa.*)

Desculpe, esses recursos tecnológicos estão sempre deixando a gente meio confusa.

Então, inicialmente – e já agradeci o convite –, eu gostaria de me apresentar muito rapidamente. Sou Vera Valente. Tenho 25 anos de experiência no setor saúde, tanto no setor público quanto no privado. Fui do Ministério da Saúde, responsável pela implantação do Cartão Nacional de Saúde. Depois disso, fui gerente-geral da Anvisa, responsável por liderar a implantação da política dos medicamentos genéricos no Brasil, importante política que gerou em torno de 170 bilhões de economia para os consumidores, desde a sua criação, ao substituir os produtos de marca pelos genéricos. Já fui Presidente da Associação das Indústrias de Genéricos, diretora da Interfarma e estou na FenaSaúde desde 2019.

Então, apresentando um pouco a FenaSaúde, a Federação Nacional de Saúde Suplementar representa 15 grupos econômicos de planos e seguros privados de assistência à saúde e planos odontológicos e representa 41% dos beneficiários da saúde suplementar. Somando os planos de assistência médico-odontológica, cuidamos de 31,1 milhões de beneficiários.

São as nossas associadas...

Eu vou passar rapidamente alguns números, porque já foram muito bem explorados pela ANS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como a ANS falou, nós temos aí quase 700 planos de saúde no Brasil, com 48,1 milhões de vidas, ou seja, um em cada quatro brasileiros são cuidados pelos planos de saúde, uma população semelhante à da Espanha.

Por que eu gosto de mostrar esse número? Porque muitas vezes a gente fala de algumas medidas, pensando nas grandes operadoras do setor, nas que sempre estão na mídia, mas a maioria das operadoras são de pequeno porte – 56% das operadoras são de pequeno porte. E, dessas de pequeno porte, 80% estão no interior do Brasil, que são regiões locais em que, normalmente, elas são a única opção de atendimento alternativa ao SUS. Então, é muito importante olhar esse universo quando a gente discute medidas muito impactantes, porque essas operadoras serão as primeiras a serem impactadas.

Aqui, um número interessante. A saúde suplementar vinha perdendo usuários, e, pela primeira vez, ela ganhou um número, uma massa de usuários expressiva, durante o período da pandemia: 1,4 milhão de brasileiros, neste período de junho de 2020 para cá, entraram na saúde suplementar, uma demonstração, na nossa opinião, de que as pessoas estão buscando essa alternativa do plano de saúde, valorizando ainda mais o plano de saúde.

E isso é reforçado por uma pesquisa de opinião feita pelo Iess, ainda não divulgada. Vai ser divulgada recentemente. Essa pesquisa é repetida a cada dois anos. Começou 2015. Em 2021, nós tivemos o maior índice geral de satisfação dos consumidores da saúde suplementar, atingindo 84% de satisfação geral. E o motivo dessa satisfação é o atendimento. O principal motivo dessa satisfação é o atendimento, a qualidade do atendimento, a cobertura, a abrangência de cobertura.

E também, uma coisa interessante: desde que essa pesquisa se iniciou, foi o ano em que nós tivemos o menor índice, o menor percentual de insatisfação – 14% está mais ou menos satisfeito ou insatisfeito. Então, você tem 14%, menor índice da série, e observem que apenas 5% cita preço e mensalidade como motivo de insatisfação.

Essa pesquisa foi conduzida pelo Vox Populi.

Isto já foi mostrado com bastante detalhe pela ANS, que é a composição dos planos de saúde. Hoje, você tem na modalidade coletivo 82% dos planos, sendo 70% coletivo empresarial, 12% coletivos por adesão e 18% individual familiar.

E outro número bem interessante, neste momento de pandemia, é que, normalmente, quando você tem uma ampliação da taxa de desemprego, você tem uma queda do número de usuários, dos beneficiários. Agora, vocês podem ver que essas duas curvas estão paralelas. Ou seja, apesar do crescimento da taxa de desemprego, nós tivemos uma ampliação do número de beneficiários.

E aí há um número bem interessante, que eu gostaria de chamar atenção: existem atualmente 20,7 milhões de titulares de planos coletivos, enquanto as estatísticas mostram que temos pouco mais de 90

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





milhões de pessoas contratadas. Ou seja, quando você pensa que 20 milhões de beneficiários têm planos de saúde empresarial e você tem 90 milhões de pessoas contratadas, com carteira de trabalho ou não, você tem um universo interessante de crescimento neste ambiente empresarial, porque, hoje em dia, se fala muito de ESG, de sustentabilidade, de ações de responsabilidade social, e a empresa fornecer um plano de saúde para o seu funcionário é uma forma de retenção desse funcionário, de valorização desse funcionário e também acaba sendo uma atitude de cidadania, porque, ao você tirar o beneficiário, levar essa pessoa para a saúde suplementar, levar para o mercado privado, você está desonerando o SUS para aquelas pessoas que só precisam do SUS, que dependem exclusivamente do SUS.

A saúde suplementar é muito importante para a economia do País. Ela gera entre empregos direitos e indiretos 3,4 milhões de empregos. Ela é responsável por 3% do PIB. Então, os planos de saúde movimentam a economia, garantem renda e geram empregos no País.

A receita assistencial, dados de 2020, do setor foi de 227 bilhões, no ano passado. Mas é muito importante enfatizar que as operadoras funcionam como uma grande caixa d'água. Elas irrigam toda a saúde privada do País – 85% dessa arrecadação vai diretamente para pagar o que a gente chama de custos assistenciais, sinistralidades, que são os hospitais, as clínicas, médicos, dentistas, enfermeiros, ou seja, a saúde suplementar funciona como uma grande caixa d'água irrigando essa cadeia de prestadores. Então, qualquer medida que afete a saúde suplementar, que afete as operadoras, corre o risco de cortar essas veias de irrigação. E você compromete não só as operadoras, mas também todo esse sistema, essa cadeia de prestadores da saúde suplementar. Para dar uma ideia, um bilhão é repassado a cada dois dias pelas operadoras de planos de saúde aos prestadores.

Como é calculado o reajuste, também já foi falado. Como já foi muito bem explicado e o meu tempo está terminando, o que é importante colocar aqui é que se cumprem regras. A ANS definiu regras: para os planos até 29 vidas, regras para diluir o risco. E o que as operadoras fazem é cumprir regras. E, quando você tem uma relação contratual com empresas, essa relação está protegida dentro de um mercado livre em que as empresas podem concorrer. E existe o mecanismo da portabilidade, que também foi mencionado, em que quem não está satisfeito com determinada operadora pode migrar, sem nenhum ônus, para outra operadora que atende melhor às suas necessidades.

Aqui é para mostrar que nos últimos cinco anos a inflação da saúde foi bem superior ao IPCA. Ela normalmente é três vezes o IPCA, porque ela considera não só a inflação dos custos médicos, mas também o uso. Então, a frequência de uso. E isso é no Brasil e em todo lugar do mundo. Agora, o que é interessante observar é que, quando você olha os reajustes dos planos individuais, coletivos até 29 vidas ou com mais de 30 vidas, você percebe que a variação de reajuste entre eles não foi tão expressiva e eles estão sempre acima da inflação médica, que é essa variação do custo médico-hospitalar, que é o verde escuro, a primeira linha. O IPCA está sempre abaixo, como expliquei, porque o VCMH avalia variação de preços médicos e também a frequência de uso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós hoje falamos que a gente tem aí a caminho, está montada uma tempestade perfeita. Por quê? Porque nós tivemos um crescimento muito grande das cirurgias eletivas no primeiro trimestre deste ano. Vocês observaram que não há um *pointer* para mostrar. Mas nós tivemos aí, atingimos 80 mil cirurgias, internações eletivas, superior até a 2019, no período em que nem se falava de pandemia, e tivemos aí um custo, um aumento dos custos, recordes de internação da Covid. Eram 59 por 100 mil beneficiários. No início, em março de 2020, nós atingimos 114 por 100 mil beneficiários em 2021. Então a soma das internações eletivas com as internações Covid. Uma inflação enorme dos insumos hospitalares. Isso está sendo falado. Então, a gente teve – vamos pegar o midazolam – uma variação de 524% no preço unitário e um aumento no consumo de 762%. Quando você fala dos equipamentos de proteção individual – vamos pegar o avental –, uma variação no custo de 595% e um aumento de 726% no uso. O custo do paciente Covid era da ordem de R$54.797, no início da pandemia, e, por todos esses custos envolvidos que eu mencionei, ele hoje está na ordem de R$100 mil, praticamente dobrou.

Então, que desafios nós temos? Na verdade, esses desafios não são só do Brasil. Você ter de um lado recursos finitos e custos cada vez maiores nos sistemas de saúde, essa pressão sobre os sistemas de saúde acontece no Brasil e em qualquer lugar do mundo, independentemente de o financiamento ser público ou privado.

Falando do Brasil, mas também é uma realidade em muitos lugares, você tem idade média da população cada vez mais alta, uma população mais velha, uma maior expectativa de vida, as pessoas vivendo mais, o que é ótimo. Houve uma mudança do perfil das doenças, de doenças transmissíveis para doenças crônicas. Consequentemente, os tratamentos agudos – aquele "medicou e curou" – não são mais os mesmos. Você tem, em função do perfil das doenças, tratamentos contínuos e longos, como para diabetes e para câncer. Antes eram tecnologias mais simples, normalmente medicamentos simples, e hoje você tem muitas tecnologias inovadoras. No caso da saúde, a tecnologia vem para revolucionar muitas vezes, mas ela traz um custo muito maior do que a tecnologia que ela substitui. Este é o grande desafio, não só no Brasil como no mundo: como escolher essas tecnologias que, muitas vezes, salvam vidas, mas que trazem um impacto enorme para os sistemas. Então, os brasileiros estão vivendo mais e o que muda é como a gente usar esse sistema da melhor forma possível.

Há mudanças culturais importantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Dra. Vera...

**A SRA. VERA VALENTE –** Estou terminando. Um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. VERA VALENTE –** Sair de um excesso de uso do hospital – o modelo *fee for service*, que é a remuneração por procedimento –, que leva a um excesso de uso e a um desperdício. Temos hoje um excesso de judicialização. São aspectos culturais que precisam melhorar.

E aí, qual é o desafio? A FenaSaúde defende que – até respondendo aí, Senador Reguffe – precisamos trazer coberturas mais flexíveis para que existam mais opções para as pessoas entrarem na saúde suplementar. Podemos vender mais planos individuais, mas as regras têm que ser mais flexíveis; elas vão continuar sendo controladas e auditadas pela ANS, mas cada operadora tem o seu modelo de custo. É preciso trazer mais competição para esse mercado, novos modelos de franquia e coparticipação; a atenção primária, que se mostrou superimportante neste momento de prevenção, neste momento de pandemia; e um maior rigor na entrada dessas novas tecnologias – e aí os novos modelos de remuneração para que você tenha um maior controle dos custos – e valorizar o desfecho do paciente, e não o excesso de uso das tecnologias.

Então, fica o nosso desafio.

Hoje a gente tem no Congresso Nacional em discussão – foi criada uma Comissão Especial na Câmara porque nós temos o que é chamado de blocão – quase 300 projetos de lei para mudar a 9.656. Então, uma lei, que é objeto de quase 300 projetos de lei, precisa ser modernizada e modernizada por tudo que eu comentei na mudança do perfil da saúde, na mudança do perfil do usuário. Então, é muito importante que esses marcos regulatórios sejam revistos, mas que isso seja feito ouvindo a sociedade, com muita objetividade, realmente buscando ampliar esse setor e, com essa ampliação, desafogar o SUS, sem ideologia, com praticidade, buscando, efetivamente, um crescimento da saúde suplementar para aqueles que podem aderir à saúde suplementar e desafogando o SUS para aqueles que são totalmente dependentes. E aí o melhor momento é passado esse agravamento da pandemia. Teremos muitos aprendizados desse período e podemos, sim, construir um sistema melhor de saúde para todos os brasileiros, explorando essa conexão, essa interconectividade entre a saúde privada e a saúde pública.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Dra. Vera.

Passo a palavra agora ao Sr. Marco Aurélio Ferreira, Diretor de Relações Governamentais da Associação Nacional de Hospitais Privados. V. Sa. tem oito minutos.

**O SR. MARCO AURÉLIO FERREIRA –** Boa tarde a todos.

Senador, eu poderia compartilhar também uma apresentação?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Acredito que sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A técnica consegue aí?

**O SR. MARCO AURÉLIO FERREIRA –** Acho que conseguiu aqui.

Vocês estão vendo a minha apresentação?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente.

**O SR. MARCO AURÉLIO FERREIRA** (Para expor.) – Bom, eu vou levar por aqui mesmo.

Bom, Senador, primeiro, muito obrigado pela oportunidade. Eu gostaria de agradecer ao senhor e a todos os participantes a oportunidade de estarmos aqui dialogando sobre esse tema tão importante.

Eu hoje represento a Anahp, Senador. A Anahp é uma associação que nasceu há 20 anos e teve sempre como um dos seus principais objetivos a melhoria da saúde suplementar, da saúde como um todo, favorecendo a todos os brasileiros. A Anahp é uma instituição que preza pela qualidade, é uma instituição que preza pelo bom atendimento, que coloca sempre o paciente, o cidadão em primeiro lugar. Nós trabalhamos com hospitais, os grandes hospitais brasileiros. Hoje são 118 associados espalhados em 17 Estados, são hospitais privados com e sem fins lucrativos. O que eles têm em comum? São hospitais que buscam as acreditações, sejam acreditações nacionais, de qualidade, ou sejam acreditações internacionais. Grandes hospitais como a Santa Casa de Porto Alegre, Santa Casa de São Paulo, Hospital Sírio-Libanês e Albert Einstein têm em comum o atendimento e as acreditações.

Só para os senhores terem uma ideia da representatividade da Anahp, no último ano, os nossos hospitais faturaram 38,76 milhões, isso corresponde a 21,46% das despesas assistenciais; representamos 10,58% do total de leitos privados no Brasil; e os nossos hospitais respondem por 24,38% das acreditações nacionais e 81% das acreditações internacionais.

Trazendo um pouco dos dados do setor, nós passamos um ano muito difícil, muito difícil desde que a pandemia começou, porque eu digo para os senhores: a pandemia aconteceu dentro dos nossos hospitais. Foram detectados os primeiros casos da Covid-19 nos nossos hospitais, nós sentimos ali todas as questões de mudanças de protocolos, novas portas de entrada, tivemos que resignar nossos centros de diagnósticos, nossos centros cirúrgicos, tivemos que fazer todo um trabalho novo nas nossas áreas de hospitalidade, criar áreas Covid, áreas não Covid, e passamos, no ano passado, toda uma série de enfrentamentos dessa pandemia.

Vimos que a economia, o PIB caiu estrondosamente, 4,6%, vimos aumentar o número de pessoas desocupadas, o desemprego cresceu no País, sim, mas um dado que a gente traz e coloca para vocês é que no setor de saúde se empregaram muito mais pessoas. Em 2020, o setor de saúde empregou 111 mil pessoas a mais com carteiras assinadas e o setor hospitalar foi responsável por 78 mil novos empregos. Entre demissões e admissões, nós tivemos 78 mil novos colaboradores nos hospitais brasileiros. E aí a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





gente vê que esses 78 mil novos empregos foram para suprir as necessidades, o enfrentamento de tudo aquilo que a pandemia trazia.

Passamos, como eu já disse, uma série de dificuldades no ano passado. Mas eu quero trazer aqui também para os senhores um número que diverge um pouco, talvez, de dados apresentados por outras entidades.

A Anahp fez, em 2019, um estudo de custos sobre a nossa prestação de serviços entre 2013 e 2018. As taxas de prestação de serviço cresceram, em média, 6,7% ao ano – vou repetir: 6,7% ao ano –, em linha com a inflação, que foi de 5,9%. Esse estudo foi realizado pela Compass, que é uma importante consultoria, e o levantamento apontou que o gasto total do sistema teve um aumento de R$83,6 bilhões, em 2013, para... Um crescimento de 12,1% ao ano até 2018. O fator que mais contribuiu para esse crescimento da saúde suplementar foi a frequência de uso, como já foi dito, que passou de 22,8 para 29,6 eventos por beneficiário. Muitos são os exames, as pessoas estão se cuidando muito mais, estão buscando muito mais novas terapias, e seguido por outros atendimentos ambulatoriais. Consultas e internações, essa variação foi marginal, de acordo com nosso estudo.

E volto, então, ao número de 6, 7% ao ano, em linha com a inflação. Quando a gente compara isso com outros números do setor, a gente verifica que há uma disparidade entre essas informações. Como já foi apresentado, a média do VCMH, apresentado pelo IESS, é de 17,6%, o RPC, que é da ANS, é de 11,6%, a variação dos custos unitários em serviços de saúde foi de 6,7% e a variação dos custos unitários de serviços hospitalares foi de 6%. Quando você pega a média do IPCA, de 5,9%, e do IPCA de serviços, de 6,1%, nós vemos que os serviços de saúde não são, certamente, os principais vetores de aumentos ou de qualquer outra possibilidade de impacto tão grande como muitas vezes são colocados em números.

Aí, chegando para o ano de 2019 e 2020, nós trazemos aqui alguns números para os senhores. Uma queda de 9,37% das taxas de ocupação em 2020.

Quero colocar aqui para os senhores para ficar bem claro. Todos esses números que a Anahp traz são provenientes dos nossos sistemas de indicadores Anahp, é o Sinha. Os nossos hospitais compartilham, através de 250 indicadores, mais de 350 variáveis. E anualmente a Anahp publica, ela dá transparência a esses dados numa publicação chamada Observatório. Todos esses dados, anualmente, estão disponibilizados no nosso *site*.

A cada três meses, nós lançamos uma nota técnica em que nós explicamos um pouquinho de tudo isso sobre esses dados. Aqueles que mais tiveram impacto, aqueles que mais trouxeram impacto para o setor hospitalar brasileiro. Vejam bem, uma queda de 9,37% nas taxas de ocupação. Muitas vezes a gente fala: os hospitais estão lotados. Eram leitos Covid e nós tivemos aí durante muito tempo, até pela suspensão das eletivas, nós tivemos aí hospitais esvaziados durante a epidemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um aumento de 13,6% da média de permanência dos pacientes em 2020. O paciente Covid, diferente de um paciente eletivo, fica mais tempo no hospital. Uma redução de 19% do índice de giro. Os pacientes permanecem mais tempo internados, aquilo que eu já disse. Queda de 20% nas internações. Uma mudança muito forte desse perfil de internações. Um aumento aí de 7,9% nas internações relacionadas às doenças infecciosas, por conta da Covid, e uma queda de 3,7% das internações relacionadas às doenças crônicas dos aparelhos digestivo e circulatório.

Queda de 36, vou repetir, queda de 36% em atendimentos nos prontos-socorros e de 11,14% nas realizações de exames só em 2020. Uma redução na nossa receita líquida de 6,9%. Os hospitais faturaram muito menos em 2020 e uma redução de 4,36% na margem de Ebitda. Um aumento nas despesas com materiais e medicamentos. Sofremos com requisições, com falta de medicamentos.

Nós presenciamos o desespero. Muitas vezes a gente pensa no médico, na enfermeira, no técnico em enfermagem no hospital. Nós presenciamos aí o desespero das pessoas que faziam compras, que eram responsáveis pelos insumos. Nós passamos momentos muito difíceis. Requisições por parte da União de medicamentos acabaram aí causando um dano muito grande a toda a cadeia. Um aumento nas despesas...

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Para concluir, Sr. Marco Aurélio.

**O SR. MARCO AURÉLIO FERREIRA –** ... com materiais e medicamentos e um aumento muito grande na taxa do absenteísmo. Nós tivemos que afastar todas as gestantes, por lei, foi-nos solicitado isso.

Então, foi um ano muito difícil para os hospitais e nós estamos aí lutando. Alguns Estados aumentaram impostos consideravelmente, como o Estado de São Paulo, que retirou benefícios ali e isenções para vários medicamentos, cadeiras de rodas e outros insumos hospitalares.

Então, esse é o quadro, Senador, que eu trago. E aqui eu estou falando dos grandes hospitais. Agora, vocês imaginem os pequenos e médios hospitais. Eu já presidi um pequeno hospital no interior e as dificuldades são muito maiores. Então, trago isso para vocês terem uma visão da realidade que os prestadores de serviço vivem hoje no Brasil.

Muito obrigado. Parabéns por debater esse assunto tão importante nesta Comissão do Senado!

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Sr. Marco Aurélio.

O objetivo desta audiência pública é justamente este: ouvir todas as partes, para que nós possamos melhorar a vida nesse setor que é muito importante, principalmente para os consumidores, já que é uma Comissão de defesa do consumidor, mas nós estamos ouvindo aqui os consumidores, estamos ouvindo aqui o Idec, estamos ouvindo aqui os representantes dos médicos e dos dentistas, estamos ouvindo aqui os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes do Governo, através da ANS e do Ministério da Justiça, e vamos ouvir agora também os representantes dos planos de saúde e dos hospitais privados.

O objetivo desta Comissão é fazer um debate democrático sobre essa questão que envolve os planos de saúde. Eu penso que deve ser uma obrigação do Parlamento debater essa questão, já que é uma questão muitas vezes encarada como um grande problema por parte dos consumidores deste País.

E aí eu queria pedir as minhas escusas, as minhas desculpas ao Matheus, porque não conseguimos compartilhar os seus eslaides, e também à Agência Nacional de Saúde Suplementar, porque ficaram faltando dois eslaides. No final eu vou dar um tempo para que vocês todos possam fazer uma conclusão.

Passo agora a palavra ao Sr. Frederico Moesch, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

V. Sa. tem oito minutos.

**O SR. FREDERICO MOESCH –** Muito obrigado, Senador Reguffe. Quero parabenizá-lo pela organização desta audiência pública sobre um tema de grande importância para os consumidores, que possivelmente se tornou ainda mais importante durante a pandemia.

Se possível, eu posso compartilhar aqui na tela? Vou ver se consigo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Pode sim. Acredito que a técnica vai conseguir. Já está passando.

**O SR. FREDERICO MOESCH** (Para expor.) **–** Muito obrigado.

Eu estou representando hoje a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Então, a pandemia de Covid-19 nós sabemos que teve efeitos não apenas sanitários, mas também econômicos e sociais. Ela impôs uma série de dificuldades aos consumidores e também às empresas: o distanciamento social, as medidas de prevenção, muitos consumidores tiveram perda de renda, perda de emprego, o que gerou maior endividamento, e claro que permanecem os gastos com medicamentos, cuidados médicos e planos de saúde.

Nós podemos dizer, Senador, nós vamos ver que a inadimplência no setor de saúde suplementar se manteve estável, até caiu em alguns momentos, isso no contexto, como eu disse, de consumidores que tiveram perda de emprego e de renda. Diversos setores da economia foram fortemente afetados. O setor de saúde suplementar a gente pode dizer que foi escolhido pelo consumidor como uma prioridade durante a pandemia. Então, o consumidor brasileiro fez um esforço muito grande para manter o seu plano de saúde, manter o pagamento das prestações. Portanto, há aí uma expectativa de que as operadoras também façam o esforço para contribuir durante a pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na atuação da Senacon nesse setor, nós, recentemente, em fevereiro de 2021, notificamos as principais operadoras dos planos de saúde para prestar algumas informações sobre situação econômico-financeira, índice de sinistralidade, ou seja, aquela relação entre despesas e receitas dos planos de saúde, os gastos por beneficiários e os recursos obtidos junto aos beneficiários. Também perguntamos sobre reajustes de planos individuais e coletivos e também sobre os testes de Covid-19, muito importantes para a prevenção e o tratamento da Covid-19.

Quais foram as evidências que nós obtivemos por meio das respostas oferecidas pelas operadoras de plano de saúde? Em primeiro lugar, uma situação econômico-financeira bastante estável nos últimos cinco anos. A rentabilidade, na maior parte das operadoras, aumentou, e houve uma estabilização da participação no mercado das operadoras e do número de beneficiários.

Portanto, nós podemos dizer que mesmo nesse contexto de pandemia, com suas repercussões econômicas, o setor de saúde suplementar, em termos econômico-financeiros, conseguiu manter uma estabilidade. E a gente vai ver que, durante um período de 2020, houve até uma queda da sinistralidade, ou seja, sinistralidade aqui, lembrando, é a faixa, a coluna em azul ou cinza, não sei que cor está aparecendo, que são os recursos obtidos pelas operadoras, e, a coluna em laranja, os gastos, justamente os pagamentos feitos para atendimento dos beneficiários. Então, a relação entre esses elementos gera justamente o índice de sinistralidade, que é considerado pela ANS por diversas razões, inclusive para fins de reajustes, para calcular o reajuste dos planos individuais. Então, vejam que, segundo dados da ANS, houve ali, em alguns meses do ano de 2020, uma queda desse índice de sinistralidade, que historicamente fica entre 70% a 80%; baixou ali, chegou a 62%, 63%. Por quê? Porque, durante a pandemia, o foco foi justamente a prevenção e o tratamento da Covid-19. Diversos procedimentos médicos foram adiados, suspensos ou mesmo cancelados, seja por escolha do médico e do paciente, seja porque, em determinados momentos, houve essa determinação de que o atendimento de saúde focasse na questão da Covid. Então houve aí esse contexto.

Com relação à inadimplência, o que a gente vê é certa estabilização ao longo do tempo. A pandemia de Covid não trouxe um aumento grande de inadimplência, como aconteceu em diversos outros setores. Não. Houve ali uma estabilidade, e, em alguns momentos, até uma queda na inadimplência. Por isso que nós dizemos que o consumidor brasileiro fez um esforço muito grande em manter o pagamento dos seus planos de saúde, elegeu o setor de saúde suplementar como uma prioridade no seu orçamento.

Então, a análise que a gente fez, também considerando ali os reajustes, as informações das operadoras sobre o reajuste de planos individuais, cujo teto foi, no ano passado, de 8,14%, e aí você pegava a média do reajuste de planos coletivos, que, em algumas operadoras, chegou a 15%, considerando também que, mesmo entre os planos coletivos, há uma variação muito significativa – segundo informações prestadas pelas operadoras, a variação nos planos coletivos chegava a zero, ou seja, sem reajuste, a até 46% de reajuste –, então, isso nos leva a crer que o atual conjunto de regras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulatórias cria um subsídio implícito entre os diferentes planos de saúde, ou seja, um subsídio cruzado, de modo que, considerando planos individuais e planos coletivos, o reajuste que é tabelado, do plano individual, pode ser, de certa forma, recompensado – tabelado não, perdão, há um teto, há um *cap*; não é tabelamento, é um teto. Pode ser recompensado nos reajustes dos planos coletivos. E mesmo considerando apenas os planos coletivos com mais de 30 vidas, que são aqueles em que existe um maior espaço que a regulação concede para a negociação entre as partes, vejam que há uma variação muito significativa, de zero a 46%, segundo informações das próprias operadoras.

As operadoras, ao responderem à notificação da Senacon, não trouxeram maiores informações sobre suas estruturas de custo, ou seja, por que, na mesma operadora, planos coletivos variam tanto, de zero a 46%. Nós, realmente, não recebemos informações detalhadas com relação a isso. Então, justamente, na ausência de informações, é que nós fomos levados a crer que existe aí, sim, um subsídio cruzado, que teria uma lógica o ajuste global feito. O problema, Senador, é que seria um subsídio cruzado não de inclusão, como acontece em diversas políticas públicas. No setor de saneamento, de energia elétrica, há um subsídio para que aqueles consumidores mais vulneráveis, com menor renda, realmente paguem proporcionalmente menos para ter, justamente, acesso ao serviço. Nesse caso, se realmente for comprovada essa lógica do subsídio cruzado no setor de saúde suplementar, seria um subsídio cruzado de exclusão. Justamente os consumidores que têm menor poder de negociação estariam arcando com uma parcela maior do ônus para a manutenção do setor. Isso é ruim para os consumidores e é ruim para a própria sustentabilidade do setor, porque, pouco a pouco, se os consumidores mais vulneráveis são aqueles que estão arcando com a maior parcela dos custos, eles vão saindo do setor de saúde suplementar e vão ficar contando com o atendimento do Sistema Único de Saúde. Então, isso causa preocupação para a Senacon.

Por fim, só gostaria de registrar que nós entendemos que é importante pensar como enfrentar o problema e também a questão da judicialização da saúde, que é um problema muito sério. O próprio CNJ tem informações comparando. Ele diz que, de 2008 a 2017, houve um aumento de 130% no número de demandas do direito à saúde em primeira instância e 85% em segunda instância. Considerando todos os setores, o aumento foi de 50% e 40%. Então, o setor de saúde suplementar teve um aumento na judicialização muito maior do que os demais setores. E, no setor de saúde, os principais assuntos demandados foram planos de saúde e seguro. Então, essa é uma preocupação muito grande que nós temos.

Como sugestões de encaminhamento: primeiro, a transparência. A ANS tem feito um esforço para dar maior transparência ao setor. É louvável e nós devemos criar espaço para aperfeiçoá-la, para o consumidor ter informação sobre quais são os reajustes feitos pelos diferentes planos e uma informação em formato amigável, não apenas o dado bruto, mas uma informação trabalhada e que, realmente, o consumidor possa utilizar para fazer a negociação. E também entendemos que é importante, sim, você analisar, realmente, os incentivos dessa regulação, o que, pela análise que nós temos até o momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indica que realmente você pode ter consumidores mais vulneráveis suportando custos maiores, o que é ruim, como eu disse, para os consumidores e também para a sustentabilidade do setor.

Muito obrigado.

Nós seguimos à disposição, posteriormente, para novas contribuições.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Sr. Frederico.

Passo a palavra, agora, ao Sr. César Eduardo Fernandes, que é Presidente da Associação Médica Brasileira.

V. Sa. tem oito minutos.

**O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES** (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Como dito, eu represento o movimento associativo médico, represento a Associação Médica Brasileira.

Quero agradecer a oportunidade, parabenizar o Senador Reguffe por essa iniciativa de fazer esta audiência pública sobre um assunto tão relevante e sobre um problema que nós devemos admitir que existe. O problema existe, e diz respeito à capacidade de pagamento que os beneficiários, através das suas diferentes formas de associação, previstas pela ANS para os planos, têm para fazer suporte a esses aumentos que vêm acontecendo. Isso é fato.

Vale lembrar, é do conhecimento de todos, que o plano de saúde é quase um sonho de consumo da imensa maioria dos brasileiros, com a ideia de que, com o plano de saúde, ele terá uma assistência médica melhor qualificada. E, uma vez que ele atinge esse *status* de ter o seu plano de saúde, ele fará de tudo para não perder o plano de saúde e mesmo irá suportando, progressivamente, até quando possível, em detrimento de outras prioridades que ele poderia ter ao longo da sua vida.

Veja que, mesmo numa condição de tragédia sanitária como a que nós vivemos, o índice de inadimplência, curiosamente e paradoxalmente, não caiu. Esse é um dado que nos promove uma enorme reflexão a esse respeito. Será que, durante a pandemia, aumentou a capacidade de pagamento dos beneficiários, através dos diferentes planos por meio dos quais eles têm acesso ao plano de saúde? Será que aumentou a sua capacidade de pagamento? Certamente, não. Ela diminuiu – ela diminuiu! –, mas, ainda assim, os índices de inadimplência são baixos, o que mostra um esforço quase que sobre-humano das pessoas para fazerem frente aos elevados custos, progressivamente cada vez maiores.

Quando você coloca o IPCA contra aos reajustes, o IPCA sempre caminha na linha de baixo. Ainda que se advogue que nunca se dá o reajuste completo em relação aos índices que demonstram o aumento do custo assistencial médico, isso não tira a pressão sobre o pagamento dos beneficiários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, eu queria voltar a algo que é básico, que é fundamental, que já foi dito aqui: que o sistema dos planos de saúde, o sistema de saúde suplementar tem três *players*, por assim dizer: ele tem as operadoras; ele tem os prestadores de serviço, aqui incluídos médicos, dentistas, hospitais, laboratórios, enfim, todos os prestadores de serviço; e tem – e só existe por essa razão – beneficiários. Se não houvesse beneficiários, não haveria plano de saúde, não haveria prestadores.

E me parece, salvo melhor juízo, que a pressão se faz maior em cima dos beneficiários. Não que nós – agora falando como médico – estejamos ficando com a fatia maior. Não! Os nossos honorários, e aqui eu quero corrigir a Dra. Daniela, que falou pelos dentistas, as nossas tabelas de procedimento, Dra. Daniela, também são péssimas. Nós não estamos ficando com a parte do leão aqui. E vejo que os hospitais também não. Eu vi os números da Anahp, que me chamaram atenção. Quando a Anahp traz aqui, para compartilhar conosco, que os seus índices de custo correm muito próximos ao IPCA, que é o desejável, que é o desejável, porque, quando você vai para o aumento da capacidade de pagamento das pessoas, o aumento da capacidade de pagamento das pessoas jamais atinge, jamais segue próximo desses índices inflacionários e jamais atinge os valores elevados.

Portanto, não que a gente defenda que as operadoras têm que operar com prejuízo – jamais! Ninguém consegue operar com prejuízo – não é? Mas eu acho que as regras, tão propaladas, precisam ser mudadas. São muitas regras, são muitas regras! Basta você olhar um quadro que nos foi compartilhado aqui – e eu estou com ele na minha tela aqui, eu colei da tela da apresentação – sobre os tipos de planos.

Quando você olha os planos – plano individual, plano empresarial, plano por adesão coletiva –, você vê que o plano empresarial e a negociação coletiva têm livre negociação, aqueles que têm menos de 30 beneficiários fazem por agrupamento de contratos. E, quando é livre negociação, parece-me que a livre negociação que se faz entre as partes... Eu nunca vi um plano de saúde fazer uma livre negociação para baixar custos. A livre negociação, em algumas situações, pela sinistralidade específica de um eventual plano empresarial ou de um plano coletivo, poderia eventualmente até dizer: "A sinistralidade aqui é baixa e, portanto, nessa negociação, nós temos espaço para reduzir custos".

Então, eu acho que se tem de procurar regras únicas, regras únicas. Por que tantas regras? Não é? Regras únicas; metodologia que seja compreensível por todos; metodologia que seja perfeitamente auditável, porque não adianta apresentar o número, essa metodologia precisa ficar clara, precisa explodir todos esses números e deixar claro pra todos.

Eu acho que a palavra correta aqui é redução de regras, metodologia clara e transparente, a transparência na apresentação desses números e a simplificação de tudo isso. Está muito complicado – não é? Quando tem muitas regras, é porque nenhuma delas é boa.

Então, eu imagino que a ANS tem um... Eu vejo que a ANS... Louve-se a boa vontade da ANS, a competência dos técnicos da ANS. Eu tenho tido oportunidade de me reunir com a ANS em situações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicas e vejo que a ANS, hoje, traz competência, mas eu tenho uma crítica a fazer: a ANS, não de agora, de há muito, se vê afastada de todas as negociações. As negociações são feitas entre as partes, entre a operadora e entre os beneficiários, através dos seus planos, dos planos de saúde contratados. Eu acho que a ANS tem que arbitrar isso. Ela tem que entrar nisso para, efetivamente, ter metodologia própria – não é? Parece-me que essa complexidade só traz confusão ao processo.

Com isso, para não ser mais repetitivo, eu gostaria de encerrar a minha fala dizendo que esta audiência é uma audiência pública que tem como finalidade o controle e a defesa do consumidor – não é? E o consumidor me parece ser a parte frágil aí. E todos nós, sejamos operadoras, sejamos prestadores de serviços, temos que olhar com mais atenção para o consumidor e fazer o mea-culpa, o juízo próprio sobre se não há exacerbação de nenhuma das nossas partes. Eu tenho absoluta certeza de que dos médicos, não; pelo que eu vi dos dentistas, não. E me parece que dos hospitais, também não.

Então, nós temos que fazer um mea-culpa – não é? Enxugar custos – eu não sei onde estão esses custos elevados –, enxugar custos para tornar esse sistema viável.

No mais, agradeço pela oportunidade de estar aqui. Foi muito importante ouvir todas essas vozes e todos os envolvidos com essa questão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Dr. César Eduardo.

Antes de passar a palavra a todos, de novo, para as réplicas e para as considerações finais, eu passo a palavra agora ao meu colega de bancada, ao meu amigo, Senador Izalci, que está acompanhando aqui também esta audiência pública. (*Pausa.*)

O Senador Izalci está acompanhando, mas no momento está... Eu vou chamá-lo em sequência.

O objetivo desta audiência é ouvir todos os lados: ouvir o lado dos consumidores, ouvir o lado dos planos de saúde, ouvir o lado dos hospitais privados, ouvir o lado dos médicos, dos dentistas e também o lado da agência reguladora, a ANS, e também da Secretaria de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, do Governo. É isso que esta Comissão pretende fazer aqui durante a minha presidência: este será um amplo espaço de debate democrático sobre os diversos temas, tanto na área de fiscalização e controle, como também na área de defesa do consumidor.

A questão dos planos de saúde é uma questão muito grave, e é muito importante que a primeira audiência esteja sendo feita sobre esse tema. Infelizmente, hoje, muitos consumidores se sentem desassistidos. Há uma dificuldade muito grande a se pagar o valor dos planos e, muitas vezes, quando a pessoa precisa dos planos, ela não tem, às vezes, o tratamento devido, e é preciso melhorar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulação. Então, o objetivo dessa audiência, mais do que uma crítica, é uma questão propositiva, no sentido de melhorar a regulação.

Hoje, eu falei aqui já diversas vezes, o consumidor não consegue adquirir um plano individual; é obrigado a adquirir um plano coletivo em que ele não tem nenhuma garantia de que aquele plano será mantido quando ele tiver uma doença grave e precisar usufruir desse plano.

Então, isso é um problema grave, é um problema real na vida de milhares de pessoas e que deve ser objeto de atenção por parte do Parlamento, o qual eu represento, mas também da ANS, da agência reguladora e de todos os órgãos que estão aqui participando desta audiência.

O Senador já está já está *online* de novo.

Passo a palavra ao meu colega de bancada, ao meu amigo, Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Bem, primeiro, Reguffe, quero parabenizá-lo pela sua iniciativa.

É um tema importante e que está sempre sendo discutido, questionado, ainda mais neste período de pandemia.

Eu vou fazer aqui algumas perguntas. Eu sei que alguns já falaram sobre isso, mas vou fazer umas perguntas e, depois, quem se sentir à vontade responda de acordo com a pergunta de cada tema de vocês.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) define o percentual máximo de reajuste anual dos planos individuais e familiares, enquanto os reajustes de planos coletivos são estipulados por livre negociação entre operadoras e empresas, como foi colocado aí na apresentação, que eu acompanhei.

Eu pergunto: qual é a avaliação dos senhores sobre a atual sistemática de definição dos reajustes anuais dos preços de plano de saúde, tanto individuais quanto coletivos?

Segundo: que alterações precisam ser feitas nessa sistemática, para que não haja aumentos abusivos ou que não ocorram aumentos abusivos?

Terceiro: há justificativa para a ANS fixar somente o percentual máximo em reajuste de planos individuais e familiares, ou seja, não tem com relação aos coletivos? Seria oportuna alguma intervenção legislativa nessa matéria? O mercado de saúde suplementar deve ser mais regulação ou mais livre?

Bem, no ano passado, o reajuste médio para o plano de saúde coletivo foi de 11,28%, mais de três pontos percentuais acima do máximo estabelecido pela ANS com os planos individuais, que era de 8,14. A conclusão é de pesquisa realizada pelo Idec, considerando as cinco operadoras com mais reclamações junto à entidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto: qual a razão dessa diferença? Os senhores concordam com os critérios e a metodologia adotada pela ANS para esses reajustes? É justificável o reajuste de mensalidade de plano de saúde maior que a inflação medida pelo IPCA?

É lógico que tem que ver a situação de cada momento. Talvez neste período de pandemia, apesar que nós temos aprovada muita coisa limitando, mas é o período em que houve mais consumo e mais utilização das UTIs e dos hospitais, de um modo geral.

Para finalizar: as relações entre prestadoras de serviço de saúde e as operadoras de planos de saúde são reguladas e fiscalizadas pela ANS.

Os reajustes aplicados às mensalidades do plano de saúde são integralmente repassados aos prestadores? Como ocorrem esses reajustes atualmente? E qual é o papel da ANS nesta questão? A agência vem desempenhando suas atribuições de forma adequada neste tema? De que forma a pandemia afetou a relação entre prestadores e operadoras?

E, para finalizar... Aliás, ainda tem um pouquinho.

Em 2018, o Idec solicitou o seu desligamento da Câmara de Saúde Suplementar da ANS. O instituto justificava estar decepcionado e descrente da atuação da agência, devido à falta de compromisso de seus gestores com os consumidores. Pelo menos, é a justificativa. O que os senhores têm a dizer a este respeito? De lá para cá, a situação mudou, de 2018 para cá? Os interesses dos consumidores prevalecem, hoje em dia, na Câmara de Saúde Suplementar? Eles prevalecem, os interesses dos consumidores?

No plano de saúde com coparticipação, o beneficiário paga uma parte, um valor do percentual pela realização dos procedimentos ou eventos. Já nos planos de saúde com franquia, é estabelecido um valor fixo no contrato, que é sempre pago pelo beneficiário para ter direito à cobertura pela operadora do valor restante do procedimento, seja no caso de reembolso, seja nos casos de pagamento de rede credenciada, referenciada ou cooperada.

Como os senhores avaliam a proposta de proibir cláusulas de coparticipação e franquia nos contratos de plano de saúde? Esses mecanismos de regulação na utilização de plano de saúde são utilizados de forma ética pelas operadoras?

O que a ANS tem feito a esse respeito?

Em meados de 2018, em uma entrevista ao Instituto Unisinos, o Carlos Octavio Ocké-Reis, atual Vice-Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde, afirmou que o poder econômico capturou a ANS. O que os senhores têm a dizer sobre essa afirmação?

A ANS defende, primordialmente, as operadoras ou o consumidor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que me desculpe o representante da ANS, mas estou perguntando aqui porque eu recebi esses dados. Então, eu estou só repassando a informação do Instituto Unisinos.

Para finalizar, mais recentemente, em 18 de maio de 2021, o artigo intitulado "As operadoras de saúde capturaram o rol da ANS", redigido por membros do Idec e publicado no *site* Jota, discutia as negativas de cobertura com base no rol de procedimentos.

A sistemática adotada pela ANS para a elaboração do rol de procedimentos é adequada? E a periodicidade de edição desse rol tem acompanhado a rápida evolução das tecnologias médicas?

Era isso.

Como foram vários expositores, também fiz várias perguntas.

Então, Reguffe, eram essas as minhas perguntas.

Obrigado.

Desculpe-me, ANS, em especial. Eu só traduzi aqui o que o Idec colocou. Então, tenho o maior respeito pelas agências, mas é um grande momento de vocês terem a oportunidade de esclarecer todas essas indagações.

Obrigado, Reguffe.

Parabéns pela audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Izalci.

Como nós já estamos no adiantado da hora, e eu vou abrir a palavra para todos falarem ainda, nós vamos combinar o seguinte: como a ANS foi muito citada, inclusive, houve vários questionamentos da minha parte, também de alguns dos convidados para participar desta audiência e, agora, do Senador Izalci, eu vou dar um tempo maior para a ANS agora.

Depois, vou dar um tempo para cada um poder fazer a sua consideração final também.

Eu vou dar oito minutos para a ANS poder responder isso. Depois, vou dar 1,5 minuto para cada um poder fazer uma fala final, uma consideração final.

Quero dizer, a quem está nos assistindo pela TV Senado, que, se também quiser fazer questionamentos aos convidados, pode mandar – não vai dar tempo de passar aos convidados agora, mas, posteriormente, eu encaminharei – para ctfc@senado.leg.br.

CTFC de "Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle". Repito: ctfc@senado.leg.br.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença de todos.

Passo a palavra ao Presidente da Agência Nacional Suplementar, agradecendo a sua presença e também dando esse tempo maior para que V. Sa. possa responder aos meus questionamento e aos questionamentos também de alguns dos convidados.

V. Sa. tem oito minutos.

Muito obrigado.

**O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA** (Para expor.) – Senador Reguffe, obrigado mais uma vez.

Obrigado também ao Senador Izalci pelos questionamentos.

Primeiro, eu quero só lembrá-los de que nós tínhamos muitos temas. Nós precisaríamos de várias audiências públicas para aprofundarmos tanto na explicação como nas respostas. Então, dois temas que V. Exa. colocou na pauta, que são a questão da fiscalização e a questão da contratualização entre operadoras e prestadores, ainda não foram apresentados. Não sei se o senhor quer apresentá-los, e eu deixo de falar... E posso responder, inclusive, por escrito, caso V. Exa. queira, ou na próxima... Ou faço a apresentação, ou não faço a apresentação e respondo por escrito os dois temas.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu preferia, como nós já estamos no adiantado... Eu dei para a ANS, inclusive, um maior tempo...

**O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA –** Sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... do que eu dei para todos poderem falar. Eu dei para a ANS 30 minutos iniciais, o que foi, inclusive, um tempo maior, já que os questionamentos são à postura da ANS. Então, a ANS teve um tempo maior do que todos os outros convidados.

**O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA –** Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu preferia que V. Sa. respondesse os questionamentos. Já que foram feitos, é importante que as pessoas que estejam nos assistindo ouçam a resposta de V. Sa.

**O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA –** Está bom. Eu vou tentar aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado pela participação.

**O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA –** Imagina! Nós estamos à disposição de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu anotei alguns temas aqui. Foram muitas perguntas, mas eu vou respondendo aqui.

Vou começar de trás para frente. Vou falar a respeito do rol que o Senador Izalci acabou de colocar, a questão do rol. O Senador Izalci citou o ano de 2018, e nós estamos em 2021. Então, muitas mudanças, vários aperfeiçoamentos foram feitos. Várias das discussões que foram apresentadas por ele constam na nossa agenda regulatória, e já houve, inclusive, medidas tomadas, já no ano de 2018, como a aprovação da nova metodologia do reajuste, a nova metodologia da incorporação de tecnologia também com comunicação da RN 439 e RN 441, do ano de 2018.

Em relação ao rol, nós fizemos a entrega agora, recente, do ciclo 2019-2020. E nós estamos neste momento finalizando a apuração da consulta pública que visa alterar o normativo para a diminuição do prazo, do período de tempo de análise pela agência da incorporação das tecnologias. A nossa proposta, que já foi pautada para a apreciação dos diretores da agência, visa fazer uma análise... Não ter janela, ou seja, não ter ciclo, não ter janela de submissão, ou seja, a qualquer momento se pode fazer a submissão de uma tecnologia. Por exemplo, se fosse aprovada pela Anvisa hoje, amanhã já estaria apta; uma vez publicada e confirmada, já estaria apta para ser a tecnologia submetida à agência. E ela corre individualmente – cada tecnologia tem o seu tempo de análise –, ou seja, não vai depender de um bloco. E, assim que a análise for concluída, as inclusões serão feitas. Nós definimos inclusões a cada seis meses, ou seja, em janeiro e em julho, nós teríamos aquelas tecnologias que foram analisadas nesse período. Então, a cada seis meses, haveria inclusão de tecnologia. Isso dá bastante agilidade às análises. Nós não perderíamos em nada a qualidade na análise, na comparabilidade das tecnologias, ou seja, nós continuaríamos fazendo a análise como ela é hoje: analisando a sua acurácia, a sua segurança, o seu custo-benefício e o seu custo-efetividade, de tal sorte que apenas as tecnologias que realmente trouxessem benefício, tanto econômico-financeiro como em saúde, é que seriam incorporadas pela agência.

Eu fiz aqui um histórico muito breve.

Em relação à coparticipação, Senador Izalci – não sei se o senhor se recorda –, em 2018, foi aprovado pela agência um normativo sobre coparticipação e franquia, que depois acabou por ser revogado, no ano de 2018, e estão agora em estudo para ela ser colocada novamente. A alegação é de que a sociedade não tinha se apropriado das informações, que faltava debate com a sociedade. Então, ela voltou para a rua, como a gente fala aqui na agência, para que a população desse as suas contribuições. E, assim, ela está na sua análise final para que seja, então, debatida dentro da agência.

Nós entendemos – e isso é um entendimento internacional – que, sim, a coparticipação, em alguma medida, auxilia na formação do preço e na sua utilização. Nós compreendemos que o uso racional da saúde – de todos os instrumentos de saúde, dos prestadores e das tecnologias – é importante, uma vez que o dinheiro é finito, mas as demandas têm prioridades e são infinitas. Então, é importante, sim, que haja uma racionalização, e, em alguma medida, a coparticipação, sim, é importante para a sustentabilidade do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à Câmara de Saúde Suplementar, a nossa câmara é composta por 47 instituições. Perdoem-me eu não lembrar corretamente, mas nós temos, se eu não me engano, sete instituições de defesa de pacientes e cinco ou seis de defesa do consumidor, inclusive a Senacon, de que faz parte o Frederico Moesch, que está aqui presente e tem acompanhado todo o debate. A câmara é muito plural: há o sindicato; o CNS; o CNSaúde, dos prestadores; a Anahp, do Sr. Marco Aurélio, também aqui presente – também faz parte e pode acompanhar.

Eu não tenho como julgar a fala do Idec, mas, em verdade, o Idec saiu da Câmara de Saúde Suplementar porque acabou o mandato. A cada dois anos, são trocadas as instituições. Então, eu desconheço a fala que V. Exa. disse que ele pronunciou.

Em relação ao IPCA – a por que, dentro de um estudo que foi feito, os preços dos planos de saúde são muito maiores do que o IPCA –, penso que a nossa servidora Daniele, nossa gerente, explicou, fez essa explicação pontual sobre o porquê de um plano de saúde não ter o seu preço baseado no IPCA, uma vez que o IPCA é um índice de preços e a correção do plano de saúde é um índice de valor. Além da variação de preço da mercadoria, de preço do produto, de preço da prestação de serviço, também é incorporada a frequência de utilização. Então, a quantidade de utilização é incorporada no cálculo do preço. Então, se nós pegarmos aqui, na média – estou falando aqui de uma média –, desde 2015, se minha memória não estiver muito errada, a variação foi sempre em torno de 5% positivo, um ano um pouco mais, um ano um pouco menos. Eu não tenho esses dados exatamente para dizer, mas, na média, sempre aumenta a questão da utilização.

E é importante lembrar também aqui um posicionamento feito por vários representantes e também, salvo engano, pelo Senador Reguffe, a respeito do reajuste de 2021. Então, é importante nós termos uma compreensão de que o reajuste, sim, captura a sua utilização, ou seja, essa utilização do ano de 2020, quando houve, entre os meses de março a junho, um decréscimo de utilização, está, sim, sendo capturada. Ocorre que a captura desse percentual do reajuste ocorre ano a ano. Em 2021, nós estamos falando daquilo que vai se refletir em 2021 do que houve em 2020, e o reajuste do ano de 2020 é aquilo que foi reflexo do ano de 2019. Então, como demonstrou aqui a Daniele na sua apresentação, os reajustes capturam essa utilização, capturam essa sinistralidade. Então, nós estamos aqui em vias de ter a devolução do reajuste que foi para – estou dizendo do individual e familiar – o Ministério da Economia, e, assim que retornar, será votado para que a gente possa fazer essa divulgação o mais rápido possível.

Eu continuo, Senador? Porque já acabou o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu vou lhe dar mais um minuto para encerrar, porque nós estamos realmente aqui com o tempo bem avançado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA –** Eu vou tentar. Eu peço desculpas aqui, mas são bem complexos os assuntos.

Sim, para que não ocorram os preços abusivos. Na agência, como também foi apresentado, nós fazemos todo o monitoramento das informações, ou seja, todos os reajustes apresentados, cobrados são informados para a agência. Então, nós fazemos o monitoramento.

Nós temos aí uma questão que eu acho bastante importante. Nós fizemos todo um investimento ainda maior para que houvesse ainda mais transparência. Então, todos os dados da agência estão nos dados abertos, e nós estamos transformando esses dados em informações mais simples para a sociedade. Nós estamos transformando todas as nossas informações em BIs, em forma amigável de se conduzir, de se analisarem os dados. Então, nós já colocamos na rua o Mapa Assistencial em formato de BI, o Atlas, o Anuário, a precificação... Qualquer cidadão pode entrar na nossa página, porque estão lá todos os mapas; pode acessar, fazer combinação por ano, por segmentação, por tipo de contrato, por utilização... E vamos lançar agora, já no começo do próximo mês também, um mapa desse, um BI desse para os reajustes. Vai ser possível fazer toda a análise de reajuste pela sua contratação, pelo seu ano, pelo seu mês, por tipo de modalidade. Então, o que eu acho que nós podemos fazer para contribuir, em relação a esse abuso lá na ponta – além de fazer o monitoramento, além de fazer as visitas técnicas, que estão sendo agendadas –, é também dar maior transparência e informação; transformar dados em informações para a sociedade. E é isso que a agência vem fazendo a todo momento.

Eu até digo a V. Exas. que, lá na nossa página, nós temos uma página específica sobre o Covid, sobre este tempo de pandemia, com todas as decisões da agência, com tudo que foi tomado de decisão, com todos os vídeos... Todas as nossas reuniões são transmitidas ao vivo. Tanto as de incorporação de tecnologia como as colegiadas são transmitidas ao vivo e estão lá na nossa página.

Bom, há vários outros itens aqui. Eu não tenho como falar isso em poucos segundos, Senador, mas fico aqui à disposição, caso queira.

Eu só quero elogiar aqui a realização desta importante audiência, porque nós sabemos que, às vezes, no intuito de querer produzir uma norma, de querer produzir uma lei, no intuito de proteger, a gente acaba, às vezes, não conseguindo chegar a esse objetivo. Então, quero deixar aqui a agência – nós temos nosso corpo técnico altamente capacitado, nós temos todos os dados, todas as informações – à disposição de V. Exa., para sua Comissão, para o Senado, para que, querendo, nos chame. Com o maior prazer do mundo, nós vamos fazer as apresentações e debater ponto a ponto o que o senhor quiser debater.

Muitíssimo obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Dr. Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos da Agência Nacional de Saúde Suplementar que participaram.

Vou, agora, dar um minuto e meio para cada um dos outros convidados. Peço que todos sejam rigorosos no tempo, disciplinados, porque nós estamos realmente tendo que encerrar aqui, já com pressão para encerrar.

Quero agradecer a presença do Dr. Alexander Jorge Saliba, Presidente da Associação Brasileira de Auditores em Saúde.

Muito obrigado pela presença, Dr. Alexander.

**O SR. ALEXANDER JORGE SALIBA –** Está me ouvindo, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Perfeitamente.

Muito obrigado pela presença.

**O SR. ALEXANDER JORGE SALIBA** (Para expor.) **–** Muito obrigado.

Eu, representando alguns auditores no Brasil, é que tenho a agradecer por esta oportunidade, que é ímpar, de poder colocar a nossa visão de um fenômeno que é muito complexo, que é a questão da saúde suplementar no Brasil.

Eu não vou me estender porque gosto muito de resumir aquilo que falo.

Na minha visão, o que nós precisamos hoje, no Brasil, além de algumas mudanças setoriais na ANS, no modelo que hoje é aplicado, de um pacto entre todos os atores desse cenário da saúde suplementar, começando pela ANS e terminando no mais simples, no final da cadeia. Por quê? Porque, no modelo em que hoje nós estamos vivendo, eu não consigo ver onde vai terminar isso. Ou nós vamos excluir todos aqueles que não podem pagar os seus planos, quer sejam individuais, quer sejam coletivos por adesão ou não, como nós também, se modificarmos muito essa maneira como é calculado o valor da mensalidade, nós vamos tirar do cenário nacional as empresas que prestam serviços.

Então, assim, é preciso que a gente envolva todos esses pedaços, todos esses modelos para que a gente ache algo melhor, mais factível, mais barato, com melhor eficiência. E, volto a dizer, se nós não começarmos a focar na saúde preventiva, a coisa não vai dar muito certo.

Uma boa noite a todos e muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Muito obrigado, Dr. Alexander, muito obrigado pela sua presença, pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também à Dra. Daniela Moya, a quem passo a palavra agora e que traz aqui uma importante demanda dos dentistas, que têm reclamações recorrentes nos repasses dos planos de saúde para os dentistas. Dra. Daniela, muito obrigado pela sua presença.

**A SRA. DANIELA DE ASSIS MOYA YOKOMIZO** (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador. Muito obrigada por dar ouvido à classe odontológica.

Então, eu vou pedir encarecidamente aos Senadores que ajudem a gente a reequilibrar a relação entre os três pilares da saúde suplementar, que são os prestadores, os planos e o usuário. Em relação ao que o Senador Izalci perguntou, sobre o repasse do reajuste, não há repasse do reajuste que a ANS faz para os planos a nós, prestadores. Na Odontologia, gira em torno de 0,5% ao ano.

Durante a pandemia, as mudanças que houve na Odontologia foram que os pacientes deixaram de ir ao consultório odontológico e os profissionais dentistas absorveram totalmente os custos com os EPIs, que aumentaram de valor e de quantidade, sem nenhuma remuneração a mais por parte do plano para a gente, apesar da nossa solicitação.

Só mais uma coisa para eu finalizar sobre a sinistralidade na Odontologia, que foi falado agora há pouco que seria 80%, mas na verdade na Odontologia a sinistralidade, o repasse aos prestadores na verdade gira em torno de 40%. Por isso, pode ser uma das explicações dos lucros bilionários dos planos.

Senador, muito obrigada, obrigada a todos. Tenham uma boa noite e agradeço demais a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Dra. Daniela. Muito obrigado pela presença.

Passo a palavra agora ao Sr. Matheus, a quem também agradeço a presença aqui, agradeço a participação e parabenizo também o importante trabalho que o Idec, que o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor faz. Muito obrigado, Matheus.

**O SR. MATHEUS ZULIANE FALCÃO** (Para expor.) – Nós que agradecemos, Senador Reguffe. Obrigado por este convite que muito nos honra e que nos permite contribuir com um espaço tão profícuo, tão importante e tão frutífero de debates.

Meu comentário final vai se endereçar a três questões muito breves dentro deste mar, deste oceano de tópicos que poderemos discutir aqui. Achamos que um dos pontos que ficam desta discussão é que não existe o chamado poder de barganha, o chamado poder de negociação no mercado de planos coletivos, especialmente quando nós pensamos nos planos pequenos, com poucas vidas, como os planos dos microempresários ou planos de adesão com poucas vidas. Essa questão precisa ser endereçada seja pelo Congresso, seja pela própria agência reguladora. Esse nos parece um ponto fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um segundo ponto que nos chama atenção é que, nesse debate maior sobre saúde suplementar, surgem propostas perigosas, que têm um potencial destrutivo, especialmente para o direito do consumidor. Uma das propostas que muito nos preocupa é a flexibilização de coberturas, uma proposta que se aparenta como boa, mas, na verdade, é extremamente maléfica e acaba reduzindo o direito dos consumidores e jogando mais usuários para o SUS, que já está sobrecarregado e cumprindo um papel imenso, hercúleo nessa pandemia de Covid-19, em todo o acesso à saúde dos brasileiros. Então, a flexibilização de coberturas se mostra uma proposta extremamente perigosa.

Por fim, nós aqui do Idec que temos esse compromisso único com a defesa do consumidor, com a defesa do usuário, que estamos na ponta e vemos os problemas de falta de cobertura, muitas vezes, do usuário que não consegue arcar com os custos elevadíssimos dos seus planos, especialmente frente a reajustes descontrolados, temos esse senso de urgência. Senso de urgência que se revela em debates como este, no GT da Câmara dos Deputados, que foi anunciado na semana passada, ou mesmo na ação que o Procon de São Paulo ingressou, há algumas semanas, para tentar endereçar essa questão. Esse senso de urgência nos guia neste momento em relação à temática da saúde suplementar. É preciso defender esse interesse dos consumidores, esse direito dos consumidores, que está tão comprometido frente à situação atual.

Muito obrigado e uma boa noite.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Matheus. Obrigado pela sua participação, por ter participado deste debate também e ter aceitado o meu convite.

Quero agradecer também ao Dr. César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira, que participou também deste debate, mas que não pôde ficar para este final.

Agradeço à Dra. Vera Valente, a quem passo a palavra agora. Muito obrigado pela sua participação.

**A SRA. VERA VALENTE** (Para expor.) – Boa noite, Senador.

Rapidamente, eu acho que ficaram alguns temas centrais na discussão. Todos nós falamos muito de custos e eu acho que um bom entendimento dos custos desse sistema, o que é um desafio não só do Brasil como do mundo inteiro, é muito importante ser mais bem debatido, é um desafio global. Nós defendemos uma agenda com relação ao controle desses custos, como mudar os modelos de remuneração e ter uma saúde mais voltada para o paciente, colocando o paciente no centro da atenção.

Agora, todas essas discussões eu acho que são importantes serem feitas dessa forma, num debate amplo e olhando a 9.656 como uma lei que precisa ser modernizada. Então, quando a gente fala modernizar existem resistências. Quando eu falei de flexibilização, em nenhum momento a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando de tirar nenhum direito; na verdade, nós estamos falando de consumidores que hoje dependem exclusivamente do SUS e que não podem pagar um plano completo, ou seja, ter a possibilidade de ele não ser obrigado a isso, ele ter isso como uma possibilidade, ou seja, um caminho de desafogar o SUS e ter acesso a algo que ele possa pagar. Hoje você tem aí um movimento do consumidor buscando essas clínicas populares, e isso não é assistência à saúde.

Então, eu acho que existe ambiente para um debate saudável, um debate em que todos coloquem as suas preocupações. E que a gente busque um momento adequado – a gente precisa esperar passar essa pandemia – para a gente colocar todas essas considerações e debater buscando o melhor para a população brasileira, seja a população que pode estar na saúde suplementar, seja a população que depende do SUS e que vai ser privilegiada, vai ser beneficiada quando você desonera, levando consumidores para a saúde suplementar.

Eu lhe agradeço e o parabenizo pela sua liderança, neste momento, na preocupação com um tema tão importante.

Coloco a FenaSaúde e me coloco à disposição para contribuir para esse debate daqui para frente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Dra. Vera. Obrigado pela sua participação.

Agradeço também ao Dr. Marco Aurélio Ferreira. Muito obrigado pela participação.

**O SR. MARCO AURÉLIO FERREIRA** (Para expor.) – Senador, muito obrigado pela oportunidade.

Respondendo talvez um pouco das perguntas que o Senador Izalci trouxe, primeiramente, quero dizer que o ambiente da Camss na ANS é um dos ambientes melhores que todo o setor de saúde tem para se encontrar, debater, dialogar, colocar suas dificuldades e ali buscar soluções de uma forma conjunta. A Anahp participa da Camss, e nós acreditamos que ele é, sim, um dos melhores locais para esses grandes debates.

É preciso aqui destacar também o trabalho do Presidente da ANS, Dr. Rogério Scarabel, que sempre foi uma porta aberta para o diálogo. Nós tivemos, desde que ele assumiu a Presidência da ANS, um bom diálogo com ele, um trabalho... Muitas vezes divergimos em muitas coisas, mas ele estava aberto também para essa divergência, e toda a equipe da ANS que faz esse trabalho.

Quero destacar que, quando a gente fala do setor de saúde brasileira, nós precisamos entender que a saúde brasileira é uma só. Nós comemoramos, sim, o aumento de vidas na saúde suplementar. Entendemos que, quanto mais pessoas tiverem planos, mais nós vamos desafogar o SUS, trabalhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo acesso. E nós entendemos que, se todos nós construirmos mais debates como este, poderemos colaborar, contribuir e melhorar a saúde como um todo.

Muito obrigado a todos pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Marco Aurélio. Obrigado pela sua participação.

Agradeço também ao Frederico Moesch, da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

Muito obrigado, Frederico.

**O SR. FREDERICO MOESCH** (Para expor.) – Muito obrigado pelo convite, Senador.

A Senacon busca aperfeiçoar o sistema de saúde suplementar. É um desafio buscar o equilíbrio e o desenvolvimento sustentável do setor. E a proteção do consumidor se insere nesse contexto.

A Senacon acredita muito no aperfeiçoamento regulatório. Há outros instrumentos disponíveis para a proteção dos consumidores, inclusive procedimentos sancionatórios, mas nós realmente acreditamos que você ter regras previsíveis e que consigam dar esse equilíbrio para o setor é a forma melhor de contribuir para o seu desenvolvimento. Por isso este espaço é tão importante, no Congresso Nacional, em uma audiência pública. E por isso que a ANS tem um papel fundamental.

Então, já deixamos aqui os nossos elogios ao trabalho feito pela agência. A regulação do setor de saúde suplementar evoluiu muito desde a legislação de 1998 e da criação da ANS posteriormente. Então, o nosso trabalho é muito de sugerir aperfeiçoamentos regulatórios.

E, por fim, eu também gostaria de registrar que nós sabemos que não é simples a busca desse equilíbrio. É um setor que, por um lado, é essencial para o consumidor. E, nesses momentos de pandemia, ele, se é que é possível, se torna ainda mais essencial. E nós sabemos que o trabalho do legislador, do regulador, de buscar o equilíbrio, que não é simples, ou seja, diferentes atores envolvidos – as operadoras, os hospitais, os profissionais de saúde, o consumidor. Então, apenas quero reiterar aqui a nossa mensagem de crença no aperfeiçoamento regulatório, por meio das instituições competentes. A Senacon está à disposição para contribuir, e esse tem sido o nosso trabalho

Muito obrigado e boa noite.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Frederico, pela participação também, por ter aceitado o meu convite. Queria agradecer do fundo do coração a cada um dos participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo dessa audiência é justamente este: fazer desta Comissão um espaço de debate democrático, abrindo voz, dando voz para todas as partes, para que a gente possa melhorar isso para a população. Essa questão dos planos de saúde é uma questão que é recorrente de reclamação por parte do usuário e isso precisa ser objeto de uma grande reflexão.

E queria voltar a dizer que é preciso que a Agência Nacional de Saúde Suplementar se preocupe com a questão do plano individual. Hoje há uma artimanha das operadoras de planos de saúde, diante dos quadros, de que não vendem, não colocam à disposição do consumidor planos individuais, obrigando os consumidores a terem que adquirir planos coletivos, em que os consumidores não têm a garantia, por exemplo, de renovação automática do contrato no ano. Isso pode ser rescindido unilateralmente pela operadora, não renovando anualmente esse vínculo.

Então, isso pode ocorrer num plano de poucas vidas. Uma pessoa contrai um câncer, por exemplo, aquele plano passa a dar prejuízo e é simplesmente cancelado. E alguém, quando consome um plano de saúde, quando contrata um plano de saúde, quando adquire um plano de saúde, a pessoa imagina que ela está coberta, está defendida, se um dia acontecer alguma coisa na vida dela.

Então, isso precisa ser um objeto de reflexão por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Isso é algo grave, algo que mexe com a vida de muita gente neste País. Nós precisamos melhorar o setor público. Eu, por exemplo, aqui no meu mandato, sempre priorizo as minhas emendas ao orçamento para a saúde pública do Distrito Federal, destino recursos, inclusive, para custeio da saúde pública. Esse ano, destinei para a compra de equipamentos para a rede pública do Distrito Federal. Foram comprados tomógrafos, ventiladores mecânicos, oxímetros para vários hospitais públicos do Distrito Federal com emendas minhas ao Orçamento da União.

Agora, nós precisamos também melhorar a regulação dos planos de saúde. Os planos hoje não vendem planos individuais, obrigam os consumidores a adquirirem planos coletivos, nos quais os consumidores não têm uma defesa, o reajuste é muito maior e não têm a garantia de que, se ocorrer uma doença grave, eles vão continuar tendo o usufruto desses planos que eles pagaram.

Então, é muito importante que a Agência Nacional de Saúde Suplementar, que é uma agência reguladora, cumpra o papel de regular esse sistema, já que há muitos consumidores desassistidos.

E aqui, no Senado, eu apresentei o PLS, o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2015, que dá tratamento jurídico de plano individual aos planos coletivos com menos de cem vidas, o que eu acho que é uma forma de tentar melhorar isso.

Agora, acho importante que a ANS se debruce sobre esse tema, já que há muitos consumidores também que não fazem parte de uma categoria profissional, de um sindicato, ou de uma empresa, e eles também gostariam de poder, se quisessem, adquirir um plano de saúde. Então, é importante que os planos individuais sejam colocados também à disposição do mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a cada um de vocês a presença, eu me coloco à disposição. E agradeço a todos os telespectadores da TV Senado que acompanharam durante esse período de mais de três horas esta audiência pública aqui, tentando fazer do Parlamento um lugar de debate democrático dos grandes temas.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 16 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e dois minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença do Senador Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores não membros Esperidião Amin e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2021 - CTFC, de autoria Senador Reguffe (PODEMOS/DF), e REQ 6/2021 - CTFC, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Finalidade:** Debater: a) a formação dos preços dos combustíveis fornecidos pela Petrobras ao mercado nacional, além da política de reajustes dos combustíveis adotada e implementada pela empresa nos últimos anos, principalmente em relação à gasolina, ao diesel, ao gás de cozinha (GLP) e ao etanol, bem como seus impactos na economia e no custo de vida dos brasileiros; b) os cartéis de combustíveis em todo o Brasil e a atuação das autoridades responsáveis por coibir tal prática criminosa e deletéria aos consumidores. **Participantes:** Rodolfo Henrique de Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; Sandro Paes Barreto, Gerente Geral de Marketing da Petrobras; Marisa Maia Barros, Diretora do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia; Paulo Nei da Silva, Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do DPDC/Senacon; Ricardo Medeiros, Coordenador do Departamento Econômico do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Edie Adreeto Junior, Coordenador Geral de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia; e Mário Dal Zot, Diretor de Assuntos Institucionais e Jurídicos da Federação Única dos Petroleiros - FUP. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Reguffe**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/28

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente Reunião tem por finalidade debater a formação dos preços dos combustíveis fornecidos pela Petrobras ao mercado nacional, além da política de reajuste dos combustíveis adotada e implementada pela empresa nos últimos anos, principalmente em relação à gasolina, ao diesel, ao gás de cozinha e ao etanol, bem como seus impactos na economia e no custo de vida dos brasileiros. A presente reunião também tem por finalidade debater os cartéis de combustíveis em todo o Brasil e a atuação das autoridades responsáveis para coibir tal prática criminosa e deletéria aos consumidores, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2021, de minha autoria, e ao Requerimento nº 6, de 2021, de autoria do Senador Paulo Rocha.

A audiência pública será realizada em caráter interativo e transmitida ao vivo pela TV Senado, Rádio Senado e também pela internet.

Para esta audiência pública foram convidados: o Sr. Rodolfo Henrique de Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo; o Sr. Sandro Paes Barreto, Gerente Geral de Marketing da Petrobras; a Sra. Marisa Maia de Barros, que é Diretora do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Ricardo Medeiros, que é Coordenador do Departamento Econômico do Cade; o Sr. Edie Andreeto Junior, que é Coordenador Geral de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia; o Sr. Mário Dal Zot, que é Diretor de Assuntos Institucionais e Jurídicos da Federação Única dos Petroleiros; e o Sr. Paulo Nei da Silva, que é Coordenador de Estudos e Monitoramento de Mercado (Senacon) do Ministério da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada um dos convidados terá oito minutos para fazer uma apresentação inicial, e, no final, cada um receberá mais um minuto, para poder fazer um complemento, fazer alguma observação que queira, para manter um grau de maior debate nesta audiência pública.

Esta é a segunda audiência pública que estamos fazendo no âmbito desta Comissão. A primeira foi na semana passada sobre os planos de saúde.

Este é o trabalho que eu pretendo fazer na Presidência desta Comissão: trazer para o Parlamento o debate dos grandes temas nacionais, dos temas que impactam a vida do brasileiro, que impactam não só na área de fiscalização e controle, como também na área de defesa do consumidor, que são os dois objetos desta Comissão temática aqui do Senado Federal.

Nós, desde o início do ano, tivemos seis aumentos no preço da gasolina, aumentos repetidos. E, hoje, a gasolina, muitas vezes, chega a custar R$6 para o brasileiro. É preciso que isso seja discutido pelo Parlamento. É preciso que o Parlamento debata isso, as causas disso e que procure saídas para isso.

Qual saída nós podemos colocar? O que nós podemos fazer, de prático, para o brasileiro com relação a isso? Como é a tributação, hoje, sobre os combustíveis? O que pode mudar?

E também nós precisamos debater aqui a questão dos cartéis.

Eu, quando era Deputado Distrital, aqui no Distrito Federal, em 2009, fiz uma representação no Cade sobre indícios de cartel, aqui no Distrito Federal, no preço dos combustíveis. Isso gerou uma série de desdobramentos no Cade, inclusive com intervenção em empresas do Distrito Federal. Durante um período, inclusive, caiu o preço do combustível para os consumidores aqui do Distrito Federal.

Então, essa questão dos cartéis também precisa ser observada por esta audiência pública na medida em que voltam a aparecer indícios de formação de cartel de preços nos combustíveis.

Convido, agora, para fazer uso da palavra o Sr. Rodolfo Henrique de Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo.

Muito obrigado pela sua presença.

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA** (Para expor.) – Boa tarde, Senador José Antônio Machado Reguffe, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Senadores membros da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, representantes de órgãos públicos e da Petrobras e todos os demais que nos assistem virtualmente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite endereçado à ANP para participar desta audiência pública, cujos temas são de grande interesse para a sociedade brasileira como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A precificação de combustíveis é um tema do dia a dia do brasileiro, desperta muito o debate por motivos óbvios. E é uma satisfação poder contribuir com esclarecimentos e com dados atualizados a esta Comissão, dados esses que são monitorados e publicados semanalmente pela ANP.

No tema cartéis, nós vamos abordar a atuação da ANP em manifestações ao Cade, que é o órgão responsável pela aplicação da legislação em defesa da concorrência.

Dito isso, eu agora vou passar a palavra para o Superintendente de Defesa da Concorrência, Bruno Caselli, da ANP, que vai fazer uma apresentação pela agência e estará disponível para perguntas, uma vez que eu terei que me ausentar, antes do final desta audiência, para participar de uma outra agência.

Desde já, antecipadamente, agradeço, sinceramente, o convite ao Senador Reguffe.

Por favor, Superintendente Bruno Caselli.

**O SR. BRUNO CONDE CASELLI** (Para expor.) – Obrigado, Diretor-Geral Saboia.

Da mesma forma, agradeço o convite feito à ANP.

Dou boa-tarde ao Senador Reguffe e também aos demais colegas que estão aqui de diversas entidades públicas, também da Petrobras, da Federação Única dos Petroleiros.

Bem, tendo em vista o tempo de oito minutos, eu já vou iniciar a apresentação para que a gente possa compartilhar com todos que estão presentes e que estão nos assistindo essas informações referentes à parte de atuação da ANP no acompanhamento dos preços dos combustíveis e também na defesa da concorrência.

Estou checando aqui. Está visível o modo de apresentação já para todos? (*Pausa.*)

Sim, não é? O.k.

Uma visão geral, rapidamente, do abastecimento e do papel da ANP. A cadeia de empresas que produzem, transportam e revendem o combustível até chegar ao consumidor final é basicamente integrada pelo importador e refinador, quando a gente trata de derivados, e também pelos produtores de biocombustíveis, biodiesel, etanol anidro e etanol hidratado, que são misturados, no caso da gasolina C e o diesel B, para chegar até o consumidor final, e também o etanol hidratado, que não é misturado com nenhum outro produto – são os principais agentes atuantes da cadeia de abastecimento. É só uma ilustração didática para mostrar como é que funciona a logística de abastecimento.

A atuação da ANP se pauta pelas atribuições previstas na Lei do Petróleo, a 9.478, de 1997, que em seu art. 8º, inciso I, define que cabe à ANP garantir o abastecimento e a defesa do interesse do consumidor quanto a três principais aspectos, que são eles: preço, oferta e qualidade do produto, sendo que, com relação especificamente a preço, que é a pauta desta audiência, não há nenhum tipo de controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da agência. Desde 2002, a própria lei estabelece o regime de liberdade de preços e a ANP não estabelece nem preços máximos, nem mínimos e nenhum tipo de preço médio a ser seguido por qualquer agente. Eles são definidos de acordo com a dinâmica do próprio mercado ofertante e demandante, produtor e comprador.

A atuação da agência, então, se dá no intuito de promover a concorrência nesses mercados para que a própria relação entre oferta e demanda gere condições de competição e promova uma dinâmica de preço que seja favorável ao consumidor final. E esse é um trabalho permanente e contínuo da agência. Ele acontece em qualquer ato normativo e são vários elementos que a agência considera para fins de tomada de decisão. O concorrencial é um deles, sem dúvida, mas a gente também observa a política energética, a qualidade dos produtos, aspectos jurídicos, ou seja, a aderência da norma e da regra à legislação, aspectos logísticos, de abastecimento e também de segurança, o que é muito importante para a preservação da vida do usuário e do consumidor do derivado.

No que tange à atuação da ANP na defesa da concorrência, primeiro, é importante destacar que do ponto de vista administrativo a Lei de Defesa da Concorrência, a Lei 12.529, de 2011, estabelece, define o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que é o SBDC, e são duas entidades que o formam, o Cade, que é o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, e também há na lei a denominada Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Particularmente, hoje, essa atividade de advocacia da concorrência, que é aquela prevista na legislação inicial, é realizada por duas secretaria dentro do Ministério da Economia. E o Cade, via de regra, tem uma atuação passiva, controlando estruturas e sancionando condutas dentro da sua atribuição legal. A ANP, então, atua de forma complementar e cooperativa com essas duas entidades, de acordo com as atribuições de cada uma delas e a atribuição da própria agência.

E aí, entrando no ponto de vista da atribuição da ANP, o elemento mais importante no que concerne à legislação em vigor é o que estabelece o art. 10 da Lei 9.478, que define que a ANP, no âmbito dos mercados regulados por ela, deve comunicar fatos que possam configurar infrações à ordem econômica, comunicar ao Cade esses fatos. Então, é um ato vinculado. Se a ANP identificar indícios de infração, como dever de ofício, tem que comunicar o Cade. Não temos que comunicar toda e qualquer informação que chega para a ANP de possível conduta, mas apenas aquelas que a gente, a partir de algum indício concreto, identifique que há uma possibilidade de infração e, então, é feito esse encaminhamento.

Ressalta-se também que, do ponto de vista cooperativo, particularmente com o Cade, nós temos um acordo de cooperação técnica em vigor e que tem aí a sua data de vigência até 2028. Ele já está em vigor desde 2003 – desde 2013, perdão –, então, é um acordo que facilita muito a troca de informações entre as duas entidades.

Sobre infração à ordem econômica, eu imagino que também os senhores conheçam, mas o art. 36 da Lei 12.529 tipifica que constitui infração à ordem econômica, independentemente de culpa, os atos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





qualquer forma que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos. São quatro que a lei indica, mesmo que não sejam alcançados: imitar ou falsear ou prejudicar a livre concorrência, a livre iniciativa; dominar mercado relevante de bem ou serviço; aumentar arbitrariamente lucros. E, se de forma abusiva ou posição dominante, o §2º cria uma regra geral que define a questão da posição dominante, que é fundamental numa análise concorrencial, dizendo que controlar 20% ou mais no mercado relevante seria condição para que isso fosse identificado.

Particularmente com relação a cartel, a lei exemplifica algumas possíveis condutas. Acordar ou combinar ou manipular ou ajustar concorrência de qualquer forma. Preços, quantidade, divisão de mercado, ou seja, divisão geográfica e também envolvendo a questão de licitações públicas. Então, os cartéis muitas vezes a gente pensa só em preço, mas eles também podem envolver acordos entre concorrentes, tratando de quantidade, e também divisão geográfica de mercados, em que cada agente se compromete a não competir em determinado mercado com a outra empresa. E também promover, obter ou influenciar adoção de conduta uniforme ou consertada entre concorrentes.

Cartel, portanto, é um acordo ou uma prática consertada entre concorrentes para fixar preços, dividir mercados, estabelecer cotas ou restringir produção, de forma a adotar posturas pré-combinadas em licitação pública, que tenham por objetivo uma variável concorrencialmente sensível. Então, a parte de licitação pública também é observada quando se investigam cartéis.

E, por eles implicarem aumento de preço, restrição de oferta e nenhum benefício econômico compensatório, causando prejuízos diretos ao consumidor, é o tipo de condenação que na esfera administrativa é considerada *per se*, ou seja, uma vez comprovado o cartel, fica comprovada a ilicitude.

Alguns fatores são importantes nos mercados para a formação do cartel. O alto grau de concentração do mercado, homogeneidade de produtos e custos, a existência de barreiras à entrada de novos competidores e as condições estáveis de custos e demanda são elementos que favorecem a prática de cartel em mercados observados.

A ANP tem uma atuação nessa questão de combate a cartéis por meio da adoção de uma metodologia de análise dos preços de mercados revendedores de gasolina, diesel e também GLP e etanol, onde a gente define o mercado relevante por meio de uma análise técnica, caracteriza esse mercado e faz uma análise simultânea de preços e dispersão de preços e também de margem bruta de revenda para avaliar se há uma concomitância. Os preços reduzem a sua variação e aumentam a margem bruta de revendedores. Se isso acontecer de forma simultânea durante determinado período, a gente considera que há um indício econômico de cartel e faz a adoção das providências cabíveis e encaminha ao Cade ou ao Ministério Público, dependendo da demanda que tenha chegado para a ANP.

Essa metodologia tem uma restrição, é estatística, não é aplicada a mercados com menos de 15 revendedores em função de uma tendência de convergência de preços, chamada de paralelismo, onde não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há um acordo explícito e isso pode envolver... Quer dizer, quando os mercados têm poucos agentes, é comum que um conheça o preço do outro e pode acontecer esse fenômeno do paralelismo não caracterizando uma conduta anticompetitiva.

Aqui, em termos de quantitativo, número de denúncias referentes à prática de cartel e ações da ANP envolvendo essas denúncias. No ano de 2019, nós tivemos um total de 55, entre ofícios e notas técnicas elaborados sobre esse tema, e, em 2020, até em função da redução da demanda, provavelmente decorrente da pandemia, o total chegou a 22, e agora, em 2021, 13 ações até o momento realizadas envolvendo a parte de cartelização. Tem outras em andamento, mas, de concluídas, é esse o total, envolvendo aí ofícios e notas técnicas elaborados sobre o tema.

Sobre o acompanhamento dos preços dos combustíveis. A ANP tem uma pesquisa semanal que abrange 459 localidades que é a principal fonte de informação de preços de combustíveis para a sociedade brasileira e é fonte de informação para estudos e análises de indícios de conduta anticompetitiva pela própria ANP e por outros agentes públicos – o próprio Cade faz uso dessa pesquisa.

O Painel Dinâmico de Preços sintetiza e ilustra de forma bastante didática e de fácil acesso o comportamento desses preços, revenda e distribuição.

A Síntese do Comportamento dos Preços dos Combustíveis é uma publicação semanal onde a gente faz um *report* e destaca os principais movimentos de preço nos últimos 12 meses, no último mês e na última semana.

Há um *link* também para composição dos preços dos combustíveis que remete aos dados do Ministério de Minas e Energia.

Preços de Paridade de Importação: é a comparação do preço interno com o preço internacional, envolvendo também quatro produtos, gasolina, diesel, querosene de aviação e GLP nos portos. A fonte é uma fonte externa à ANP, que é a Platts.

E, por fim, chegando aqui no comportamento mais recente dos preços dos combustíveis, a gente traz os gráficos dos quatro principais produtos. Sobre a gasolina, mostra-se como é que os preços se comportaram no último ano e no começo deste ano. Então, no gráfico, a linha verde indica o preço de revenda; a linha vermelha, o preço de distribuição. A gente identifica uma similaridade muito grande da tendência do comportamento dos dois nos dois elos da cadeia. Houve um aumento em relação ao ano anterior, sem dúvida nenhuma, lembrando que maio de 2020 é um mês que ainda captura a redução de demanda severa decorrente do início da pandemia.

Aqui embaixo, o preço de paridade de importação *versus* preço produtor. Preço de realização significa os preços praticados pelos produtores importadores de gasolina no Brasil. Então, a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma proximidade muito grande entre os dois níveis de preço, ou seja, preço de paridade de importação e o preço que é observado no mercado interno.

Para o etanol, o comportamento das curvas também é bastante semelhante, lembrando que o etanol sofre com a sazonalidade do produto. Então, distribuição e revenda com comportamentos semelhantes. Não temos preços de importação para etanol, é um mercado que praticamente não existe. É um gráfico ilustrativo dos preços regionais, há diferenças de preços de etanol por região.

E aqui, como última informação, o preço do diesel S10, também revenda e distribuição. O preço desse ano, nesse período de agora, é maior do que o do ano passado, pelos mesmos motivos da gasolina. Esse aumento observado aqui, esse salto no preço de distribuição, decorre do retorno do valor de PIS/Cofins, que havia sido excluído como imposto federal até o início de maio.

Em relação ao comparativo internacional: preço interno e preço externo bastante próximos aí nos últimos meses.

Então, encerrando: para o GLP, uma curva mais bem comportada, fruto da própria composição da demanda do produto – como é uma demanda que tem pouca variação, isso também repercute nessa pouca variação dos preços.

Com relação à parte internacional: você tem momentos em que o preço internacional está um pouco acima, momentos em que está mais próximo ou um pouco abaixo, que é o momento mais recente aqui, em que a gente tem uma maior diferença entre o preço interno e o preço internacional.

Então, era esse o relato. Peço desculpas por ter passado alguns minutos e fico à disposição para a continuidade dos debates.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Agradeço ao Sr. Bruno, da Agência Nacional do Petróleo.

Só um questionamento, Bruno, antes que eu passe para o próximo convidado. Hoje vigora uma proibição para que os produtores de álcool possam vender diretamente para os postos revendedores o etanol. Isso cria a figura de um intermediário, de alguém no meio do caminho. Esse alguém do meio do caminho tem que ser, obviamente, remunerado, e isso aumenta o preço para o consumidor final. Qual é a sua posição e a posição da Agência Nacional do Petróleo sobre isso?

**O SR. BRUNO CONDE CASELLI –** Os senhores estão me vendo e me ouvindo?

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA –** Só ouvindo, Bruno. Sua imagem saiu agora.

**O SR. BRUNO CONDE CASELLI –** Deixa eu verificar aqui.

Bem, respondendo então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretor, posso dar aqui complemento à resposta?

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA –** Sim, pode. Conforme for, faço alguma complementação à sua resposta.

**O SR. BRUNO CONDE CASELLI –** O.k.

Bem, Senador Reguffe, a posição da agência é aquela que foi já objeto do estudo técnico por parte das áreas competentes. A ANP identifica que é um movimento possível do ponto de vista regulatório essa comercialização da usina para o revendedor, especificamente com relação ao etanol hidratado. No entanto, a nossa posição é de cautela em relação ao aspecto tributário, porque há um imposto federal na etapa de distribuição que é recolhido nesse fato gerador da venda e da distribuição para a revenda, que é o que gera a cautela da ANP em relação ao movimento nessa direção.

Recentemente a ANP colocou em consulta pública – isso está em debate – uma proposta de ato normativo pela qual se cria a figura do distribuidor vinculado, que é uma figura que permitiria, do ponto de vista logístico pelo menos, a movimentação do etanol da usina até a revenda, justamente em função dessa preocupação com o aspecto tributário.

Não sei se o Diretor Saboia quer complementar...

**O SR. RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA** (Para expor.) – Se V. Exa., Senador, permitir, apenas para clarear um pouquinho mais o que o Superintendente Bruno acabou de dizer.

O problema para a implementação disso é que a orientação que foi dada pelo CNPE à ANP era da instalação da venda direta, porém sem que isso representasse perda de arrecadação. E, na medida em que uma parcela dessa arrecadação se dá por força da regulamentação tributária no elo da distribuição, uma coisa impediu que a outra fosse feita de forma objetiva e, por isso, foi necessário o recurso a esse expediente do distribuidor vinculado ao produtor para, de uma forma indireta, permitir a venda direta sem que isso implicasse perda arrecadatória.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O.k., agradeço.

Peço apenas que a ANP faça uma reflexão sobre isso, porque nós precisamos baratear o preço para o consumidor final. Eu tenho um lado: o meu lado é o lado do consumidor. Então, o fato de haver uma regra que imponha a presença de um intermediário faz com que, obviamente, esse intermediário tenha que ser remunerado e, se esse intermediário é remunerado, acaba que fica mais caro para o consumidor esse preço do combustível no ponto final. Então, se a gente pode retirar o intermediário com a venda direta, acaba que beneficia o consumidor, porque o preço final é mais barato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gostaria apenas que a ANP fizesse uma reflexão sobre isso, que eu considero de suma importância, porque acho que todo esforço que a gente puder fazer para baratear o preço dos combustíveis aqui no País é importante, e todos nós temos responsabilidade com relação a esse assunto.

Convido agora para fazer uso da palavra o Sr. Sandro Paes Barreto, que é Gerente-Geral de Marketing da Petrobras.

V.Sa. tem oito minutos.

**O SR. SANDRO PAES BARRETO** (Para expor.) – Boa tarde, Senador Reguffe e demais membros da Comissão. Gostaria de agradecer o convite.

Pelo curto espaço de tempo, vou já dividir minha tela. (*Pausa.*)

Bom, eu gostaria de começar esta apresentação trazendo para vocês o retorno da Petrobras para a sociedade em 2020, demonstrando a capacidade da empresa de gerar retorno para a sociedade, verdadeiramente uma empresa cidadã: R$128 bilhões em tributos; R$40 bilhões em investimentos; R$1,8 bilhão em pesquisa, projetos socioambientais; R$25 milhões em doações em resposta à Covid e a enchentes em Minas e Espírito Santo, incêndio no Pantanal; R$10 bilhões em dividendos pagos, sendo R$6,1 bilhões pagos no Brasil e, desses R$6,1 bilhões pagos no Brasil, R$3,9 bilhões para o Governo Federal. Esse retorno é fruto de uma empresa saudável inserida no contexto do seu mercado, capaz de competir de igual para igual com outras empresas do mundo.

Passando para um ambiente legal, como já foi abordado pela ANP, é importante destacar que, desde 2012, a comercialização de petróleo e derivados é livre. Isso quer dizer que os agentes são livres para a formação de preço e produção ou importação dos derivados de petróleo. Esse ponto é muito importante.

Em 2016, a Lei das Estatais trouxe um novo fato, que tem de ser destacado neste momento, com referência às empresas de economia mista, do tipo da Petrobras. Essa nova regra diz o seguinte: qualquer obrigação ou responsabilidade assumida por uma empresa de economia mista em condição distinta daquela assumida por uma empresa de mercado privado que atue nesse mesmo mercado tem que ser prevista em lei, tem que ter contrato, convênio ou ajuste celebrado e ter seu custo e suas receitas totalmente discriminadas de forma transparente no plano contábil.

Isso gerou reflexos dentro da Petrobras, na sua governança e no seu estatuto social da seguinte forma. A Petrobras, quando orientada pela União para contribuir com o interesse público, somente pode assumir obrigações ou responsabilidades que respeitem as condições de mercado e que, se forem diversas daquelas assumidas por qualquer outro agente privado, estejam definidas em lei ou regulamento, como determina a Lei das Estatais, sejam transparentes do ponto de vista contábil e sejam compensadas pela União, ao final de cada exercício social, pela diferença entre o que seria o resultado econômico, as condições de mercado e o resultado operacional em função da obrigação assumida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui tem efeito direto na questão de preço. Por quê? A Petrobras, de fato, trabalha com *commodities*. O petróleo e os derivados são *commodities*, produtos comercializados internacionalmente que não têm o seu preço definido pela Petrobras ou por nenhum ente específico do mercado mundial. Nenhum país, quando se trata de *commodities*, isoladamente, tem o controle do preço. O preço é o resultado desse equilíbrio mundial dos fluxos. No caso, a gente está falando aqui de gasolina, diesel, GLP, dos derivados de petróleo, mas a gente vai ver à frente que isso acontece com qualquer tipo de *commodity*. Então, quando a gente fala de *commodities* estamos falando de produtos com pouca ou nenhuma diferenciação, produzidos em larga escala e negociados internacionalmente, influenciados não só pela cotação daquele produtos, mas também pelo câmbio.

O Brasil, na verdade, é um grande produtor de *commodities.* Nós estamos acostumados à realidade da *commodity*. O que acontece na gasolina, no diesel e nos derivados de petróleo não é diferente do que acontece em vários produtos que estão no nosso dia a dia, na nossa mesa, na indústria, como o aço. Como os maiores produtores de minério de ferro do mundo, temos o aço precificado em paridade de importação no Brasil, o açúcar, o algodão, a carne.

A gente trouxe aqui alguns exemplos bem recentes da influência desse equilíbrio mundial, ou seja, para uma puxada mais forte do mercado, como a China, como a Índia, uma quebra de safra, um problema de produção em determinado momento em algum país, isso faz com que o equilíbrio de oferta e demanda seja alterado e o preço suba ou caia internacionalmente, com reflexo no mercado brasileiro, que é um mercado que também é atendido por importação.

Então, o que podemos trazer em resumo é que os preços da Petrobras, na verdade, são preços competitivos. A Petrobras busca essa competitividade no equilíbrio com o mercado internacional, acompanhando as variações do produto para cima e para baixo, tanto da *commodity* como da taxa de câmbio. A referência da paridade de importação, manter essa referência, é fundamental para que o mercado brasileiro siga suprido sem risco de desabastecimento pelos autores que são responsáveis. Não é só a Petrobras hoje que faz o atendimento do Território brasileiro. A gente tem importação constante dos principais derivados. Então, atuar em equilíbrio com o mercado internacional é a forma de você garantir o atendimento da demanda com uma competição saudável com todos os atores, maximizando a rentabilidade dos ativos da Petrobras.

Mas, principalmente, o que é que a Petrobras hoje traz na sua política de preço? É evitar o repasse imediato da volatilidade das cotações, por questões conjunturais. Então, se é observado que uma flutuação muito forte, seja da taxa de câmbio, seja da *commodity,* ocorre, a Petrobras não repassa esse movimento imediatamente para o mercado brasileiro. Ela aguarda a estabilização do mercado, ela aguarda os demais agentes absorverem o que aconteceu. Pode ter sido, por exemplo, um ataque em alguma instalação na Arábia que faz o preço do petróleo disparar. Isso faz o preço de petróleo disparar e, um, dois, três dias depois, se a situação não é tão grave, volta. Essa volatilidade não é repassada para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado brasileiro. Agora, quando são mudanças estruturais de patamar, o preço é, de novo, ajustado à nova realidade, seja para cima ou para baixo.

Então, a gente vê aqui, nesses gráficos, como isso ocorre. E é interessante a linha azul, a variação na revenda, com os dados obtidos com a ANP, e a linha abóbora é a variação da Petrobras. O que a gente observa? Isso é uma série que a gente pegou de 2020 até junho deste ano, e a gente observa que no diesel, por exemplo, a Petrobras, nesse período, teve um pico de R$0,53 por litro e um vale, onde ela derrubou o preço a R$1,04 e a revenda, na verdade, teve um aumento maior do que o nosso maior aumento e uma redução menor do que a nossa maior redução. E esse fenômeno do diesel se repete nos dois outros produtos.

Então, se a gente vai para o GLP, nesse mesmo período, a gente chegou a reduzir o preço em quase R$6 no botijão de 13kg e a revenda, praticamente, ficou com seu preço inalterado, enquanto a gente subiu menos de R$17 e a revenda subiu R$19. Na gasolina, de forma semelhante, a gente também teve revenda com redução menor e aumento superior.

Isso fica bem refletido, o explicado, quando a gente percebe que o preço na Petrobras é uma parcela do preço final do produto. Então, ele representa, com dados de 20 de junho a 26 de junho, a semana de 20 a 26 de junho, representava 53% do valor do diesel, 32% da gasolina – desculpa – e 50% do GLT. Os outros elos da cadeia podem ter influência significativa, seja absorvendo essa variação em suas margens, seja para absorção em tributos.

Por fim, cabe destacar também que a Petrobras se prepara para um mercado cada vez mais competitivo. Foram firmados dois importantes compromissos com o Cade, tanto na questão do mercado de gás quanto no mercado de refino. A primeira refinaria, a Rlam já está com seu processo aprovado em fase final, para a transferência dos ativos. As outras refinarias seguem com processo em velocidade para terminar rapidamente.

Então, esperamos ter um novo mercado no Brasil, um mercado que necessita, cada vez mais, estar inserido nesse contexto mundial. Cada vez mais, os novos atores, assim como a Petrobras, vão necessitar de participar deste ambiente mundial, fazer com que o preço dos produtos comercializados, dos derivados comercializados, reflita a realidade dos demais mercados do mundo.

Era isso que eu tinha para trazer para vocês.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Sr. Sandro Paes Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido agora para fazer uso da palavra a Diretora do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, a Sra. Marisa Maia Barros.

V. Sa. tem oito minutos.

**A SRA. MARISA MAIA BARROS** (Para expor.) – Obrigada, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal, Senador Reguffe, na pessoa de quem cumprimento todos aqueles que nos acompanham. Cumprimento também os representantes das demais instituições com quem tenho a honra de dividir esse espaço para o debate.

Senhoras e senhores, boa tarde a todos. Eu vou compartilhar aqui uma apresentação para servir de guia nesse pano de fundo para nossa discussão. (*Pausa.*)

Nos acompanham?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente.

**A SRA. MARISA MAIA BARROS** – Obrigada.

Em atenção aos requerimentos para o presente debate, inicio a apresentação com um breve contexto do mercado brasileiro de combustíveis.

A ANP já falou um pouco, então, vou ser mais breve aqui. O mercado brasileiro de combustíveis é o quarto maior mercado de combustíveis automotivos do mundo, atrás dos Estados Unidos, China e Índia, de acordo com os dados da Agência Internacional de Energia.

A infraestrutura desse mercado é formada por mais de 120 terminais entre aquaviários e terrestres, quase 300 bases de distribuição supridas por refinarias de petróleo e importadores de combustíveis, mais de 180 distribuidoras, mais de 100 mil revendas, mais de 400 transportadores-revendedores-retalhistas e mais de 20 mil pontos de abastecimento para levar combustíveis a todos os brasileiros, totalizando mais de 120 mil agentes autorizados pela agência a exercer tais atividades.

Esse quadro também traz um número do mercado de combustíveis em 2020, vou passar para ser mais breve, mas fica à disposição dos que nos assistem posteriormente.

Nesse contexto, passo agora a tratar dos preços dos combustíveis no Brasil. Como também a ANP já apresentou, desde 2002, com o advento da Lei do Petróleo, os preços são livres em todas as etapas de comercialização. Isso significa dizer que os preços são definidos livremente pelos agentes de mercado em ambiente competitivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os produtores e importadores dos principais combustíveis seguem como referência os preços de paridade de importação, isso porque o País é importador líquido e, portanto, dependente externamente dos principais derivados de petróleo. Exemplificando, a importação líquida representa hoje 6% do consumo da gasolina no País. Para o caso do diesel, como se mostra do lado direito, a nossa dependência externa é de 23%, tendo como base o ano de 2020. Então, a prática de preços de mercado estimula a competição porque viabiliza as importações, uma vez que o preço no mercado doméstico é alinhado ao preço de paridade de importação.

Dessa forma, o importador consegue então adquirir o produto no mercado internacional e ofertar no mercado interno, competindo com produtores como a Petrobras e também competindo com outros importadores. Essa dinâmica é benéfica ao consumidor brasileiro, pois ele pode contar com mais de uma fonte de suprimento, refletindo em melhores condições de preço e oferta decorrentes dessa competição entre os agentes. Isso também, como foi falado pela Petrobras, garante, em grande medida, o abastecimento nacional de combustíveis, porque há mais *players* atuando no mercado.

No eslaide seguinte, a gente pode ver um resultado dessa competição. Desde 2016, observam-se práticas de preços de combustíveis convergentes com o preço de paridade de importação no curto prazo, especialmente para o óleo diesel e para a gasolina.

Do lado esquerdo, desde então, no gráfico, a gente pode ver um aumento da participação do número de agentes no fornecimento primário – e aí se incluem a produção e a importação, comparando-se com o ano de 2015, quando a quase integralidade da gasolina e do óleo diesel eram fornecidos somente pela Petrobras. Então, em 2020, a gente verifica que 21% do fornecimento primário de óleo diesel foi oriundo de outros agentes, ou seja, não Petrobras. E, se eu fizer um foco somente na fatia da importação, de todo o produto importado, 93% do óleo diesel, para exemplificar, foi oriundo de outros agentes que não a Petrobras. Então, o que se tem de práticas de preço de mercado é um mercado efetivamente mais competitivo.

O lado direito mostra o efeito dessa competição na etapa de distribuição em que se observa um mercado também menos concentrado, o que também é positivo para o consumidor.

Falando aqui rapidamente de preços também, por causa do tempo, e já caminhando para o encerramento da minha exposição, aqui a gente verifica qual o efeito da volatilidade das cotações do petróleo e da taxa de câmbio nos preços domésticos.

Os combustíveis são *commodities* e seus preços, em geral, acompanham os preços do petróleo, que também é uma *commodity,* e possuem preços de referência no mercado internacional. O ano de 2020, também como já foi mostrado pela ANP, foi de intensa volatilidade nas cotações do petróleo Brent, que é uma das principais referências e é precificado em dólares por barril, e por isso os combustíveis também sofrem influência da taxa de câmbio, que atingiu um novo patamar nesse ano 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é a formação de preços. Também vou avançar, porque já foi mostrado pela ANP, para a gente focar no debate, como o Sr. Senador Reguffe colocou no início da sua fala.

E aqui eu passo, então, para tratar do que o Governo vem fazendo para melhorar essas condições para o consumidor.

O Governo vem trabalhando, no âmbito da iniciativa Abastece Brasil, um fórum estabelecido para debates sobre medidas e ações voltadas para o mercado, para o setor de combustíveis, com o foco na promoção da concorrência. Nós vimos, quando eu falei do aumento das importações, uma primeira abertura do mercado, desde 2016, com a contestação das importações, aumento do número de *players* participando desse fornecimento primário.

Nesse segundo momento, o setor vive uma abertura no segmento de refino. Como foi falado pela Petrobras, a empresa colocou à venda oito ativos de refino que seguem as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Energética e assumiu o compromisso de concluir essas operações, até o fim de 2021, junto ao Cade. Espera-se dessa ação uma maior pluralidade de agentes com mais efeitos positivos para os consumidores, além dos vistos até o presente momento.

O Governo vem trabalhando no aprimoramento do normativo do setor para esse novo cenário mais dinâmico, mais aberto, melhorando o ambiente de negócios para atração de investimentos, com diversificação de atores, e isso tudo pautado em governança, segurança jurídica e regulatória e também em previsibilidade, que são fatores essenciais para a realização de investimentos.

Finalizando a apresentação, eu coloco aqui algumas medidas, em 2021, afetas ao tema preços, que está em debate. Cito aqui as ações integradas de fiscalização nos postos de combustíveis conduzidas pela ANP, com participação do Inmetro, dos Procons e de outros também; o Decreto 10.634, de transparência dos preços; o 10.638, que zerou as alíquotas de PIS/Cofins temporariamente no óleo diesel e, por tempo indeterminado, no GLP; o arcabouço normativo em discussão, que também vem mitigar a volatilidade dos preços no mercado doméstico, como também melhorar o ambiente de negócios; a monofasia do ICMS; medidas para coibir a prática do devedor contumaz e também para coibir práticas de crimes como furto de combustíveis em dutovias.

Era isso que eu gostaria de trazer neste momento. Encerro a minha apresentação, agradecendo a oportunidade ao Ministério de Minas e Energia, para contribuir com esse debate de relevância para os consumidores.

Coloco-me à disposição para perguntas.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Agora passo a palavra ao Sr. Paulo Nei da Silva, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Senacon.

O que a Senacon tem a dizer sobre o preço do combustível no Brasil, sobre os constantes aumentos – seis apenas neste ano –, e o que está sendo feito, de prático, com relação a isso? (*Pausa.*)

Sr. Paulo Nei, não está...

**O SR. PAULO NEI DA SILVA –** Agora, sim. Eu não estava com permissão para abrir o microfone.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente.

V. Sa. tem a palavra.

**O SR. PAULO NEI DA SILVA –** Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado por aceitar o convite.

**O SR. PAULO NEI DA SILVA –** Obrigado.

Boa tarde a todos.

Eu sou o Paulo Nei. Sou Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado substituto. Eu vim aqui representar o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, em nome do Diretor, Dr. Pedro Aurélio, e da Secretária Nacional do Consumidor, Dra. Juliana Oliveira.

Primeiro, eu gostaria de cumprimentar todos os membros da Mesa; cumprimentar e agradecer também ao Sr. Presidente da Comissão, Senador Reguffe, pela oportunidade de participar deste debate. Eu o parabenizo também pela iniciativa deste tema tão importante.

Para a Senacon, é uma ótima oportunidade de compartilhar com a Comissão e com a sociedade as diversas ações da Secretaria.

Eu vou tentar compartilhar aqui a minha apresentação. Só um segundo. (*Pausa.*)

Está aparecendo a minha apresentação?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente.

**O SR. PAULO NEI DA SILVA** (Para expor.) – Deixe-me abrir aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou contextualizar, primeiro, um pouco a Senacon, para que todos possam entender melhor as ações da Secretaria no tema e para ficar claro qual é a nossa participação neste tema.

A Senacon é responsável por coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo e tem entre os seus objetivos: garantir a proteção e o exercício dos direitos dos consumidores e promover a harmonização das relações de consumo. Essa política não é implementada somente pela Senacon. Na verdade, existe um sistema que implementa tal política, conhecido como Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), que é composto por órgãos federais, estaduais e municipais que articulam entre si para a implementação da Política Nacional das Relações de Consumo.

Embora a Senacon seja responsável por coordenar a política nacional, tem que ficar claro que não existe hierarquia entre seus integrantes. Cada órgão de proteção e defesa do consumidor tem autonomia e competência para, no âmbito da sua jurisdição e na forma da lei, desenvolver as atividades pertinentes à defesa do consumidor, inclusive de fiscalização das relações de consumo, de apuração e punição de infrações contra os consumidores. Então, nesse sentido, a fim de unificar os entendimentos, a Senacon emite notas técnicas e pareceres aos membros do SNDC.

Além disso, em 2020, foi recriado o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC). Trata-se de um espaço institucional para o diálogo entre diversos atores, públicos e privados, de diferentes unidades da Federação envolvidos com a temática de defesa do consumidor.

Agora, falando um pouco das ações do Governo Federal com a participação da Senacon, este ano foi editado, como a Sra. Marisa Barros falou, o Decreto 10.634, que trata da publicidade de preços de combustíveis nos postos de gasolina. O decreto foi editado justamente por perceber a dificuldade dos consumidores em entender o preço que ele paga no produto e as suas oscilações. Estava ocorrendo uma grande confusão com a publicidade dos preços de combustíveis, principalmente quando eram utilizados aplicativos de fidelização. Houve diversos casos em que o preço sem o aplicativo tinha menor destaque, causando confusão entre os consumidores, principalmente os que não utilizavam o aplicativo.

Vocês estão vendo a minha apresentação?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Está dando para ver perfeitamente.

**O SR. PAULO NEI DA SILVA** – Ah, sim!

Aqui é uma imagem de antes do decreto de publicidade de preço de combustível. Você consegue ver que o preço do aplicativo tem um destaque maior do que o preço real do produto. Isso estava causando uma confusão grande, porque o motorista tem frações de segundo para decidir se entra ou não num posto de gasolina. E quando entrava e não utilizava o aplicativo, acabava se sentindo confuso, se sentindo até enganado. Esse era um problema que a gente identificou. Aí, depois do decreto, a gente fez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse modelo de placa para garantir que o consumidor tivesse a informação correta. A ideia era que ficasse o preço do produto sem o aplicativo com maior destaque.

Além disso, para permitir que o consumidor tivesse mais informações acerca do que está embutido no preço do combustível, o decreto prevê a apresentação de um painel com o preço dos diversos tributos. Essa é uma imagem do painel que discrimina todos os tributos que o decreto pede. Então, a ideia é que o consumidor tenha acesso a esses tributos para justamente trazer maior transparência para ele.

Para implementar o decreto, a Senacon elaborou vários documentos, notas técnicas, realizou *workshops* em conjunto com a ANP, com o MME e orientou o Procon para suas atividades de fiscalização, e elas continuam ocorrendo. Ocorreram várias, principalmente no mês de março também, que foi o mês do consumidor, em conjunto com a ANP, os Procons em conjunto com a ANP; ocorreram diversas fiscalizações. Além disso, a Senacon notificou as principais distribuidoras de combustíveis do País para obter mais informações a respeito da utilização de aplicativos, também sobre o uso dos dados dos consumidores, sobre a garantia de qualidade do combustível e também sobre a composição dos preços.

Aqui, já falando um pouco mais do preço de combustível, como o Sr. Bruno Caselli e, aliás, acho que todos antes de mim falaram, vigora no Brasil um regime de liberdade de preço de combustíveis, e não existe tabelamento ou fixação de preço máximo ou preço mínimo. Inclusive, a Senacon sempre se manifesta contra qualquer medida de tabelamento de preços. A gente acredita que uma medida como essa não é uma solução plausível. Mesmo que, no curto prazo, pareça resolver o problema, os efeitos econômicos adversos que essa medida traz não compensam.

E, aqui, já caminhando para o final, digo que isso não quer dizer que o sistema atual seja perfeito e que não precise de nenhum ajuste – deixe-me voltar aqui. A própria ANP já se manifestou em algumas notas técnicas sobre a existência de assimetria na transmissão de preços. E o que seria isso? Quando, por exemplo, a Petrobras anuncia que vai aumentar o preço da gasolina e, no dia seguinte, o revendedor já alterou na bomba, o preço já aumentou. Só que, quando acontece o contrário, quando a Petrobras anuncia que vai haver uma redução do preço, o revendedor só vai passar daqui a algumas semanas essa redução do preço, o que é conhecido como ATP (assimetria na transmissão de preços). A gente vê isso acontecer e acredita que seja por causa da estrutura do mercado, que, em vários elos, é concentrado.

Aqui, começando pelo refino, como a Sra. Marisa Barros falou, estão ocorrendo mudanças. Acho até que esse número está desatualizado, mas, do nosso ponto de vista, o restante da cadeia também tem concentração, inclusive na distribuição. Apesar de ter mais de 100 empresas, cerca de 70% do mercado está nas mãos de três distribuidoras. Então, a gente acredita que seja um mercado ainda concentrado.

A Senacon, com o objetivo de aumentar a concorrência entre as distribuidoras, já se manifestou, na Nota Técnica 25, de 2019, que fala sobre o fim da tutela regulatória da fidelidade à bandeira, favorável a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse aprimoramento regulatório, justamente porque pode trazer maior concorrência para o setor, o que tem o potencial de reduzir o preço para os consumidores. E quanto às atividades de investigação e punição de fornecedores que formam cartéis, a Senacon, quando toma conhecimento dessas práticas, encaminha para os órgãos competentes, o Cade ou o Ministério Público, para que eles deem início à investigação. A Senacon não atua diretamente nesses casos.

Por fim, gostaria de dizer que a Senacon entende que existe a necessidade de aprimoramentos regulatórios, mas que ataquem a raiz dos problemas e que sejam medidas estruturantes que possam levar uma maior concorrência ao setor.

Novamente, a Senacon agradece a oportunidade.

Uma boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Paulo Nei.

Antes de passar a palavra ao Ricardo Medeiros, do Cade, um questionamento para a ANP, ao Bruno.

O Bruno está aí ainda?

**O SR. BRUNO CONDE CASELLI –** Sim, sim, Sr. Senador. Estamos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Bruno, com relação à transparência dos preços, a ANP divulgava a série histórica de preços de combustíveis até o segundo semestre de 2020, mas não foi ainda divulgada neste primeiro semestre de 2021. A pergunta é se será.

E também: a ANP (Agência Nacional do Petróleo) disse que iria lançar um aplicativo para informar ao consumidor o preço do combustível nos postos, em cada posto, para dar transparência e facilitar a vida também do consumidor. Inclusive, teria sido feito um estudo experimental em janeiro de 2020, mas, depois, não foi levado a cabo esse aplicativo.

Eu queria saber com relação a esse aplicativo e também à série histórica e o que a ANP está fazendo pela transparência, para que o consumidor tenha acesso aos preços dos combustíveis nos diversos postos, para que ele possa escolher o mais barato para ele.

**O SR. BRUNO CONDE CASELLI** (Para expor.) – Perfeito, Sr. Senador.

Então, objetivamente, com relação à série histórica, talvez a gente coloque até à disposição aí os canais da ANP para esclarecer o ponto, porque nós não tivemos interrupções, não. A série histórica permanece a mesma e está completa até o mês presente. Nós temos preços no *site* de revenda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustíveis lastreado pela pesquisa de preços até a última semana, ou seja, até a semana encerrada em 25 de junho; nós temos preços médios de distribuição até o mês de maio, em decorrência de a fonte ser um sistema interno da ANP, mas ele permanece com a série histórica até o dado mais recente disponível; bem como os preços de produção e importação, também no *site* da ANP; e os preços de paridade a partir da informação da Platts.

Então, talvez seja algum *link* que não tenha sido acessado pelo demandante, mas isso pode ser resolvido facilmente esclarecendo por meio dos canais de contato da ANP, que são o próprio CRC e o Fale Conosco. Essa informação vai ser adequadamente repassada ao demandante.

Então, não houve descontinuidade dos dados de série histórica, não. Pelo contrário, a gente até passou a obter dados de distribuição de forma mais completa do que se obtinha antes.

E, com relação ao aplicativo de preço, foi um esforço bastante grande da ANP nesse sentido. Do ponto de vista tecnológico, a ANP investiu para que isso fosse possível. Esbarramos numa questão, digamos, de base de dados, porque tentamos obter os dados de preços junto ao conjunto de Secretarias da Fazenda – todas as Sefaz têm, em suas bases de dados, os preços praticados aos consumidores finais. Infelizmente, a gente não conseguiu ter sucesso na transferência desses dados para a ANP. Algumas vezes, nem tivemos resposta, por uma interpretação também de que esses dados estariam protegidos por sigilo fiscal. E, por essa razão, não conseguimos compor uma base de dados tão atual quanto necessária para um aplicativo de preço.

A ANP não parou aí. O aplicativo teve que ser, digamos, suspenso em função dessa ausência da base de dados, e a gente hoje tem um projeto específico da ANP de obtenção dessas informações por meio de um acordo, por meio de uma normativa da ANP que obrigaria os postos a autorizar esse acesso às bases das receitas estaduais e um convênio com as receitas estaduais. Então, esse é um projeto que está em andamento, está na ação regulatória da ANP, só que, no momento daquele aplicativo, da tentativa inicial de obtenção por meio da cessão dessas bases pelas receitas estaduais, que são as detentoras desses dados, não tivemos sucesso. Então, ele teve que ser suspenso e uma outra frente se abriu para que tentasse obter esses dados de uma forma mais autônoma, digamos assim, e retomar esse aplicativo.

Então, isso não está esquecido. Esse é um projeto estratégico da ANP, só que ele demanda essa integração com as Secretarias de Fazenda. São 27 dentro da Federação, então é um projeto amplo, que está em andamento.

Então, acho que eu consegui esclarecer ambas as questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Com relação ao aplicativo, então, eu vou pedir aqui para a minha assessoria para preparar um projeto obrigando as Secretarias da Fazenda a repassarem esses dados para a ANP, já para a ANP poder utilizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no aplicativo, e, inclusive, para entrar em contato com vocês para saber que outras informações são necessárias.

E quero dizer também que, se houve um esforço da Agência Nacional do Petróleo em fazer esse aplicativo, se foram gastos recursos públicos para se fazer esse aplicativo, é importante que esse aplicativo aconteça, não só porque foram gastos recursos públicos nele, mas também para o bem da transparência. Ele vai ser um importante instrumento para o consumidor poder consultar os preços dos combustíveis nos diversos postos, podendo facilitar a concorrência e podendo baixar, inclusive, num ponto futuro, o preço final para o consumidor. Então, acho que esse aplicativo é importante. Ele dá transparência aos preços dos combustíveis nos diversos postos e vai gerar uma concorrência da qual quem vai ser beneficiado, no final, é o consumidor. Então, eu considero importante que a ANP leve para frente essa ação.

E peço à minha assessoria que entre em contato com a ANP para ver o que precisa ser fornecido pelas diversas Secretarias da Fazenda, os dados para a ANP, para que a gente possa ter esse aplicativo funcionando, porque é importante para o consumidor, para ele poder escolher o lugar mais barato para colocar o combustível, além de dar transparência ao processo.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o Sr. Ricardo Medeiros, que é Coordenador do Departamento Econômico do Cade.

E quero pedir ao Ricardo também que, na sua fala, também diga o que o Cade está fazendo com relação a diversos indícios de cartel de combustíveis no Brasil inteiro.

Aqui no Distrito Federal, nós tivemos um caso. Inclusive, eu, pessoalmente, fiz, enquanto Parlamentar, uma representação formal no Cade sobre indícios de cartel nos preços de combustíveis aqui no Distrito Federal.

Queria saber como o Cade está levando essa questão de indícios de cartel.

E obrigado pela presença, Ricardo, por aceitar o convite.

**O SR. RICARDO MEDEIROS –** Perfeito. Muito obrigado.

Eu estou tentando compartilhar uma apresentação, eu não estou conseguindo. Aqui diz que eu não estou autorizado ainda.

Você está me ouvindo ou não? Vocês estão ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Perfeitamente.

**O SR. RICARDO MEDEIROS –** É, não estou autorizado ainda aqui, mas enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Espera aí que a técnica... Já está autorizado aqui, segundo a técnica, aqui para mim.

**O SR. RICARDO MEDEIROS** – Não sei se vocês estão conseguindo ver...

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Estamos, sim, perfeitamente.

**O SR. RICARDO MEDEIROS** (Para expor.) – Quero, primeiro agradecer, Senador, por ter nos chamado aqui a conversar sobre preços de combustíveis e também pela sua atuação nesse caso aí. Eu acho que vai ser uma investigação importante. E está acontecendo. Ela ainda está ocorrendo.

Sobre o Cade especificamente, o Cade é um tribunal administrativo, mas ele também é formado por outros órgãos: pela Superintendência-Geral, pela Procuradoria Federal junto ao Cade e pelo Departamento de Estudos Econômicos, ao qual eu pertenço.

O Cade tem três funções: uma preventiva, em que nós analisamos atos de concentração entre diferentes empresas; repressiva, em que nós analisamos cartéis, nós analisamos condutas unilaterais que são prejudiciais à concorrência; e uma função educativa, de advocacia da concorrência.

Como já foi mencionado pelos demais expositores, não há preço teto estabelecido no setor. O Cade não interfere nos preços dos agentes, mas nós sabemos aqui que vigora a livre concorrência, o regime de liberdade de preços, ou seja, os preços são decididos pelos agentes no mercado de combustíveis.

E não obstante esse fato, nós vemos que, no Brasil, há uma dificuldade no tratamento da precificação: nós punimos o preço que é baixo demais e o preço que é alto demais às vezes sem um critério muito claro. Do ponto de vista econômico, preços baixos demais podem significar uma predação, uma estratégia de predação, se eles estiverem muito abaixo do custo e acabarem eliminando um concorrente, ou os demais concorrentes, e esse concorrente posteriormente eleva as barreiras à entrada. No entanto, o que nós vemos é que ao mesmo tempo em que não há preço teto nesse mercado, várias pessoas são presas, pessoas físicas são presas, com base na Lei de Economia Popular, porque precificaram a um preço que eventualmente o delegado entende errado ou o Procon entende errado.

Eu cito aqui vários casos de multas – e multas grandes, multas milionárias – impostas pelo Procon a postos de gasolina, porque se entendeu... Por exemplo, cito aqui um caso de prisão, em que a gasolina estava R$2,79 e foi para R$2,89, no dia 7 de março de 2012.

E a grande questão que eu coloco é por que se atua desse jeito. Os bancos têm lucros muito grandes, e essa Lei de Economia Popular não os atinge. Mas, quando nós tratamos desse tipo de...

Aqui, por exemplo, foi uma operação feita pelo Procon de São Paulo em GLP. E se entendia que se o GLP estivesse acima de R$88 se deveriam multar as empresas. E essas multas podem chegar até a R$10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões. E a grande questão é: os preços realmente são livres no Brasil? Ou essas leis... Como nós entendemos isso em face desse tipo de questionamento?

Isso não quer dizer que nós não devamos ter acesso aos preços. E, se vocês fizerem algum tipo de projeto de lei, por favor, incluam o Cade também para ter acesso a esse tipo de preços, porque nós solicitamos... E o Deputado Hugo Leal, inclusive, fez um projeto de lei para que tivéssemos acesso aos preços de diversos produtos e à base de dados da Receita Federal, mas até agora, não andou esse projeto. E, pelo contrário, a gente viu uma grande reação, acho que até por parte da própria Receita.

E nós vemos que existem falhas, existem dificuldades na obtenção dos dados. Nós vemos aqui, por exemplo, que há Municípios onde 80% dos postos não fazem parte da pesquisa da ANP. De novo, a ANP faz um grande esforço; nós estamos trabalhando em conjunto. Eu acho que é muito importante a ANP estar pensando junto com o Cade em como entender melhor o mercado, como conseguir, enfim, analisar as questões concorrenciais.

Mas é importante, também, que se esclareça que, quando a gente fala em preço, que o preço de um determinado Município é esse ou aquele, existe uma grande variação de preços. Quando a gente olha aqui, por exemplo, uma foto de São Paulo num período específico de tempo: há postos aqui que tinham R$3,50 o preço da gasolina; outros, R$5,10. E essa não é uma dispersão geográfica aleatória. A gente vê muito claramente que existem nichos nas cidades, tanto de São Paulo, quanto do Rio de Janeiro: os preços estão mais caros em algumas regiões e mais baratos em outras regiões, o que significa uma pressão concorrencial e também variáveis econômicas diferentes em diferentes partes do território.

Fechando esse aspecto, olhando especificamente para o que o Cade vem fazendo, todos esses casos são casos de condenação em grandes metrópoles brasileiras. Aqui, por exemplo, em GLP, há casos que ainda estão em investigação, como as operações Júpiter e Chama Azul. Mas houve casos – por exemplo, o de GLP no Pará – que foram punidos.

E a gente tem um debate sobre como melhorar a investigação de cartéis. Por quê? Por exemplo, eu cito o caso da White Martins, de gases industriais e de oxigênio, em especial na pandemia. O Cade abriu uma investigação. Houve busca e apreensão, houve escutas; mas a Justiça, que autorizou a busca e apreensão, porque havia uma série de evidências que autorizariam a fazer a busca e apreensão, no momento seguinte, vários anos depois, anula todo o processo porque diz que havia uma denúncia anônima na base dessa investigação. E não havia; havia uma série de outros indícios além dessa denúncia que foi feita anônima. E geralmente se anula o processo porque se pensa que a pessoa que faz denúncia anônima é covarde. Mas aqui eu trago, por exemplo, o caso de Manaus. O Cade investigou esse caso. A pessoa que quis sair do cartel teve a casa dela três vezes metralhada, com 18 tiros na parede da frente da sua casa. Chamar essa pessoa de covarde, uma pessoa que quer se precaver, proteger a sua família, e anular um processo inteiro por causa disso eu acho muito ruim para a sociedade como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse caso da White Martins foi uma das maiores multas antitruste do mundo e está sendo discutido agora no STJ.

Eu trago aqui algumas multas que foram aplicadas pelo Cade. Só nesses cincos casos, nós estamos falando aqui de R$332 milhões em multas. Há vários outros casos no Cade que foram condenados também por cartel, mas isso, obviamente, depende de uma investigação ou de um efeito surpresa. Daí eu acho que seria interessante haver um protocolo, por exemplo, do Parlamento, para que quem tivesse indícios trouxesse esses indícios ao Cade, como o senhor fez, para que também pudesse ter acesso, para não acabar com o efeito surpresa, que é uma análise de questões confidenciais também com o Cade.

Desculpe-me, eu tenho alguns outros aspectos para falar.

Aqui são as medidas que nós sugerimos.

O senhor me perguntou como diminuir o preço dos combustíveis. Nós fizemos esse documento repensando o setor de combustíveis. Nós temos várias medidas que poderiam ser feitas, como a possibilidade de venda direta de etanol, como a possibilidade de autorizar postos com autosserviços, entre outras questões, e mudança da tributação.

Essa parte aqui é mais técnica, mas também é rápida. A gente vê, por exemplo, como a gasolina A tem movimentos semelhantes ao Brent. O Brent, por exemplo, o movimento 1 variou 261% para cima; a gasolina, no Brasil, variou só 156% para cima. Mas, quando ele cai no movimento 2, ele também diminui 261%, entendendo como base esses índices em vermelho e, no Brasil, cai muito mais. Caiu 171%, não só os 156% iniciais.

E a gente vê uma correlação grande. Nós fizemos um modelo. O Índice de Pearson, ou seja, como é correlacionado o barril de Brent com a gasolina, é 0,93. É uma correlação positiva e muito forte. Esse é o nosso modelo, que é muito bom, sobre como explicar esses preços. Você pode ver aqui as diferentes refinarias da Petrobras, como que seria. Esse aqui é o preço não ponderado por quantidade do produtor, mas ele tende a seguir as variações do barril de Brent. A gente vê aqui uma tendência comum dos preços.

E aqui é o preço médio de revenda. E, de fato, como o Bruno colocou, esses preços estão disponíveis, tanto da revenda, como a gente vê aqui, inclusive de 2021. Há um *gap* onde não houve a coleta, mas, de 2021, esses preços estão, sim, disponíveis e a margem de lucro também.

O que aconteceu foi uma mudança do *site* da ANP, é mais uma questão ali do *link*, mas, se a pessoa procurar no *site* da ANP, realmente, esses preços estão ali. Mas, como realmente o Bruno colocou, não são dados populacionais, são dados de uma amostra e seria interessante que tanto o Cade quanto a ANP tivessem acesso a esses dados da Receita Federal, porque, enfim, ilícitos tributários não são os únicos ilícitos que existem e eu acho que é interessante aumentar a qualidade regulatória, não só nesse setor, mas em vários outros setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa por me alongar e muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Ricardo.

Com relação às sugestões do Cade para baixar o preço do combustível, V. Sa. discorreu sobre todas ou falta discorrer sobre alguma?

**O SR. RICARDO MEDEIROS –** Nós fizemos nove medidas sobre...

Eu acho que eu travei aqui. Só um minuto. (*Pausa.*)

Foram nove medidas que nós sugerimos. Eu discorri só sobre algumas. Nós mencionamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Há mais alguma que V. Sa....

**O SR. RICARDO MEDEIROS –** Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... considera importante colocar aqui? Até porque, como os outros órgãos estão aqui, é bom que todos ouçam.

**O SR. RICARDO MEDEIROS –** Claro.

Permissão de produtores que vendam diretamente etanol. Isso está, inclusive, sendo debatido no Parlamento.

Repensar a proibição de verticalização da indústria.

Extinção da vedação à importação de combustíveis pelas distribuidoras, para que se repense a substituição tributária do ICMS, se repense o imposto *ad rem*, se permita postos autosserviços e se repense as normas sobre o uso concorrencial do espaço urbano.

Havia outras normas também sobre informação a consumidores e disponibilidade de informação, mas essa, por exemplo, de se ter acesso a dados da Receita era uma das sugestões que nós tínhamos feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O.k. Muito obrigado, Ricardo.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o Sr. Edie Andreeto Junior, que é Coordenador-Geral de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia.

V. Sa. tem oito minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR –** Boa tarde.

Vocês me ouvem?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente.

**O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR –** Vou tentar compartilhar aqui só um apoio à minha apresentação.

Eu não sei se eu consegui compartilhar. (*Pausa.*)

Consegui compartilhar?

Vocês estão vendo a apresentação? (*Pausa.*)

Vocês veem?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente.

**O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR** (Para expor.) – Bom, depois de todas essas apresentações, resta muito pouca novidade. A gente está basicamente inserido em todas essas agendas.

Eu vou discorrer rapidamente sobre esse contexto da paridade de preços de importação, que tanto tem influenciado nessas questões e traz consigo o desafio dessa volatilidade de curto prazo, que, normalmente, nos mercados é enfrentada com mecanismos de *hedge*, mas, para que eles existam, é necessário que a sinalização de preço seja adequada, seja correta. Não pode ser um preço desvinculado dos referenciais internacionais. E, por outro lado, traz o benefício da credibilidade do mercado, da liquidez que resulta do aumento do número de agentes encorajados a realizar investimentos e a consequente geração de empregos que isso traz.

Por outro lado, os preços abaixo da paridade redundavam numa perpetuação do monopólio da Petrobras, com remuneração insuficiente de ativos, endividamento, incapacidade de investimentos, redução dos níveis de produção e investimento no médio prazo e a redução do número de agentes, trazendo um maior risco para o mercado.

E a gente, na Secap, tem uma agenda no campo regulatório concorrencial, que é basicamente a mesma agenda que todos colocaram, atuando pelo fim da tutela regulatória, com maior transparência para os consumidores da informação da origem dos combustíveis, para que possa ser feito uma escolha mais consciente, para o acesso de terceiros a infraestruturas consideradas essenciais para o acesso ao mercado, como terminais, terminais aquaviários, alguns terminais estratégicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em geral, na estrutura de mercado, buscando, por meio dessa atuação no campo regulatório e concorrencial, aproximar o mercado do mercado mais atomístico, mais diversificado. E também, pelo papel dos biocombustíveis, a venda direta, por exemplo, do etanol pelas usinas, a gente acredita que eles compõem um bloco de substitutos para os fósseis competitivos. O País é competitivo nessa linha. E, em particular, em trâmite o PLP 16, que já encaminha algumas questões como a alíquota *ad rem* do ICMS; a gente acredita que isso possa trazer uma redução da volatilidade, uma simplificação para a tributação e também um combate à concorrência desleal que a tributação com alíquotas excessivamente assimétricas em regiões fronteiriças traz: o encorajamento à sonegação e determinadas fraudes que resultam na concorrência desleal e no desencorajamento dos agentes a ingressar no mercado.

Então, nós entendemos que a paridade de preço de importação é uma conquista do mercado e dos consumidores pelo que nós já afirmamos – e os outros já mostraram também aí, acho que de uma forma bem mais robusta. A tendência é de aumento dos agentes fornecendo produtos e uma redução de preços decorrente da competitividade do mercado que vai se instalar, mas, para isso, obviamente, tem que se ter confiança nas sinalizações de mercado.

O binômio Brent-dólar tem o seu papel no curto prazo e no aumento de preços, e os mecanismos de *hedge*, com a sinalização adequada, podem atenuar em alguma medida. São mecanismos de mercado, mas eles não são fatores que estão no controle de basicamente nenhuma nação. Então, esse binômio ele tem a influência, como já foi mostrado, nos preços, mas eles sinalizam... Esses sinais de preço, quando eles estão refletidos no mercado, isso gera um clima de confiança dos agentes nesses sinais de preço. E a competitividade do mercado vai fazer com que se pague o preço real das *commodities*, dos produtos, de forma que nós tenhamos, então, mais investimentos, mais agentes participando e maior competitividade.

Em resumo, seria isso. Acho que o resto todos disseram. Estamos basicamente inseridos quase todos numa mesma agenda e na busca de realmente tornar esse mercado mais pujante, com maior diversidade de agentes e com maior liquidez.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Edie.

Convido agora para fazer uso da palavra o Diretor de Assuntos Institucionais e Jurídicos da Federação Única dos Petroleiros, Mário Dal Zot.

V. Sa. tem oito minutos.

**O SR. MÁRIO DAL ZOT** (Para expor.) – Boa tarde, Senador e demais membros da Comissão.

Estão me ouvindo bem? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar os demais membros da Mesa e das instituições convidadas – o Senador Jean Paul eu também estou vendo aqui. Muito obrigado pelo convite.

Não tenho apresentação neste momento, até pela forma que a gente ficou sabendo, mas que bom que o Congresso Nacional está se envolvendo nessa questão tão significativa para a população brasileira que é o preço dos combustíveis.

É um absurdo o que está acontecendo no País hoje. A justificativa que a gente vê aqui, tanto da Petrobras quanto dos demais órgãos, parece que é algo combinado para justificar o que vem acontecendo. Há falácia da concorrência colocada em todas as falas, e a gente não concorda com isso. Por isso que eu acho importante o Congresso estar se envolvendo, porque hoje não há um controle de preços. O preço do combustível no Brasil não é regulado por nenhum órgão desses, fica a critério da Petrobras definir, por isso que está na paridade de preço de importação.

Parte-se do pressuposto de que, primeiro, cobra-se o preço mais alto e, depois, tenta-se resolver, sem envolver nenhuma entidade de defesa do consumidor aqui. A gente não viu o consumidor ser representado nesta audiência. Acho que tem que chamar os consumidores para atuar também. Se partir do preço mais alto, já se pagou – não é? A gente está pagando um preço absurdo nos principais combustíveis, como diesel, gasolina e gás de cozinha, e não há o que fazer, não é? Ficam preocupados com a concorrência, uma concorrência que não vai deixar de existir com a venda das refinarias, como está colocado – oito refinarias no País.

O parque de refino brasileiro foi concebido para atender determinado mercado. E o que a Petrobras está fazendo hoje, em relação à venda dessas refinarias, ela não está vendendo a refinaria em si, ela está vendendo esse mercado que essas refinarias atendem, cada uma com seu mercado cativo, deixando um monopólio da União, um monopólio da Petrobras, para virar um monopólio privado, justificando para isso a manutenção do preço de paridade de importação. Então, não vai acontecer concorrência. Concorrência iria existir se se incentivasse a construção de novas refinarias no País, que pode ocorrer, e não comprar refinaria já existente. Aí, sim, poderia haver uma concorrência nas determinadas regiões atendidas, hoje, pelas refinarias da Petrobras, mas isso não ocorre; preferem vender, vender a preço vil, a preço de fim de xepa, durante uma pandemia, refinarias já existentes no País para ocupar esse monopólio privado. Para isso, utilizam-se alguns argumentos em que realmente tem que ser muito tolo para acreditar.

Eles falam muito em cartel, cartel na distribuição, cartel na distribuição, mas o que a gente enxerga, no dia a dia, é uma possibilidade de cartel que tem que ser investigada: cartel entre os produtores de refino no Brasil; cartel entre a Petrobras e os importadores, que ela chama de reais competidores, com quem a Petrobras tem que competir, que são os importadores, para justificar o preço de paridade da importação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Petrobras não precisaria estar importando quase nada se tivesse feito os investimentos coerentes nas suas refinarias atuais para o consumo brasileiro atual; ela não precisava importar nada se quisesse, ou muito pouco. Como justificar esse preço de paridade em importação, em que mais de 90% do petróleo consumido é petróleo nacional, com produção em real? Como deixar atrelado ao dólar, passando esse custo para o consumidor, para o caminhoneiro, para a dona de casa, que utiliza o seu gás de cozinha, para todos nós, consumidores?

Isso não poderia estar acontecendo no País com o advento do pré-sal, uma coisa que a natureza nos deu e que deveria beneficiar todos os brasileiros! Em contrapartida, beneficia apenas os produtores, os importadores, baixando a carga de suas refinarias. A Petrobras faz isso há um bom tempo para beneficiar esses importadores, para justificar o preço de paridade à importação.

Existe um tabelamento no País. Todo mundo fala que não tem tabelamento, mas tem! É o PPI, é o Preço de Paridade de Importação, que é tabelado, sujeito às suas oscilações e que nem sempre são repassadas quando caem.

É preciso fazer uma discussão séria em relação a isso. Precisa discutir os tributos? Precisa. Precisa discutir a forma de rendimento, de lucro dos distribuidores e da própria Petrobras? Precisa. Agora, não tem que partir do maior preço, como está acontecendo.

Então, acabar com essa paridade é o principal. Para o curto prazo, é o principal que a gente tem que discutir agora. E que bom – novamente repito –, que bom que o Congresso está se envolvendo, pois alguém precisa regular isso. Não é a ANP, não é o Cade, não pode ser a Petrobras que esteja controlando isso.

A Petrobras tem que ser um *player* do mercado – tudo bem! –, mas ela controla no País hoje. Ela se denunciou no Cade. Ela procurou o Cade dizendo que ela exerce o monopólio para justificar tudo isso que vem acontecendo. Não é uma imposição do Cade. Não é essa imposição que esta fazendo o preço estar tão alto no País. Não precisava disso, porque vai ser transformado de monopólio da União para um monopólio privado com a venda dessas refinarias.

Então, é para o início do nosso bate-papo aí, agradecendo mais uma vez o convite, Senador. Estamos aí para ajudar no debate também.

Um grande abraço a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Mário, por ter aceitado o convite.

Nós temos aqui centenas de participações de telespectadores. Eu vou ler algumas aqui que meio que sintetizam o que todos estão querendo dizer. E peço desculpas, porque não tenho como ler todas: são mais de 300 aqui! Eu vou ler algumas que meio que sintetizam a opinião do que eu consegui ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Douglas Andrade, da Bahia, diz que é um absurdo o preço do combustível no Brasil.

O Rodolfo Linhares, do Distrito Federal, diz que está insustentável ir trabalhar de carro todos os dias e que, mesmo não querendo ser pessimista, parece que tudo vai piorar.

O Adriano Castro Santos, do Rio de Janeiro, coloca a seguinte questão, que é uma questão repetida por vários comentários aqui. Ele pergunta o seguinte. Se o preço da gasolina é ligado ao dólar, por que, quando o dólar sobe, a gasolina sobe e, quando o dólar cai, a gasolina não cai e estabiliza o preço? Qual o motivo?

Wellington Barbosa, do Distrito Federal, diz que a Petrobras é uma empresa brasileira saudável explorando o povo brasileiro e que o Cade e a Justiça têm que proibir as megarredes de postos, pois há redes aí com mais de 50 postos, e isso dificulta a concorrência.

O Canal do ErreJota, do Rio Grande do Norte, quer saber: por que a ANP não regula o preço de etanol anidro de acordo com a safra, impedindo aumentos abusivos e tornando o etanol inviável? E diz que não se trata apenas de baixar impostos, é preciso melhorar a logística de produção, refino e distribuição.

A Ester Cardoso da Silva, do Distrito Federal, pergunta qual é a possibilidade de permitir a venda direta de combustíveis ao consumidor. (*Pausa.*)

O Klaus Stange, de Santa Catarina, diz que a atual política de definição do preço de combustíveis não é estratégica para o País e que a Petrobras é, antes de tudo, uma empresa pública e não tem cabimento a sociedade pagar o preço que paga hoje.

O Janilson Luiz Rodrigues Tavares, da Paraíba, diz que a gasolina está inviável, não dá mais para encher o tanque.

O Paulo Roberto dos Anjos Salvino, de São Paulo, diz que a ausência de concorrência traz a exploração de preços.

Muitos aqui estão falando também desta questão do dólar, querem saber por que, quando o dólar sobe, o preço do petróleo sobe também, a gasolina aumenta, e por que, quando ocorre o oposto, a gasolina não diminui.

São várias as questões aqui colocadas pelos espectadores, que podem ser objeto de fala, depois, dos nossos convidados, na fala final.

Eu sempre vou deixar uma fala final para que haja um maior debate, porque às vezes a pessoa fala no início e aí a audiência acaba e não há nenhuma consequência prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já pedi também para a assessoria preparar o projeto para que a ANP possa, finalmente, lançar esse aplicativo para que a população saiba o preço de cada posto de combustível no Brasil, para que facilite a concorrência, dê transparência ao processo e possa baixar o preço ao consumidor. Se a ANP gastou dinheiro público para fazer esse aplicativo e não colocou o aplicativo em prática... Primeiro, o dinheiro é público e, se foi gasto para fazer o aplicativo, o aplicativo tem que funcionar. Nós estamos esperando desde 1º de janeiro de 2020, há um ano e meio! E se o problema é esse das Secretarias Estaduais de Fazenda, então, vamos fazer aqui um projeto para obrigar a disponibilização desses dados.

Eu passo a palavra ao meu amigo, o Senador Jean Paul Prates, que está acompanhando também esta audiência pública.

Jean Paul, Senador Jean Paul.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Reguffe, meu querido amigo, valoroso Senador do Distrito Federal que é um dos grandes penalizados por essas políticas de combustível erráticas que nós temos no País.

Quero saudar o pessoal que está nos assistindo e também os valorosos representantes das agências. A Agência Nacional do Petróleo: eu tenho um orgulho enorme de ter ajudado a criar, a fazer as primeiras caixinhas, os primeiros organogramas lá em 1997 para 1998, antes que ela passasse a existir a partir de 1998. Saúdo os representantes do Ministério, o representante do Cade, que sempre nos atende muito bem em todas as nossas agonias aqui pelo Senado, tanto relativamente ao petróleo, quanto à energia e às passagens aéreas – os representantes do Cade, Reguffe, já estão acostumados a estar aqui com a gente, já estão se sentindo em casa; eu já vi esse escudo do Cade várias vezes abrindo as apresentações! Sejam muito bem-vindos todos aqui à discussão. Quero saudar também o Mário, nosso companheiro na FUP, e todos os demais companheiros e companheiras que estão presentes aqui.

Olha, eu acompanho, como todos sabem, essa questão não é de hoje, mas há muitos anos. Eu sou um petroleiro de origem. Eu nunca tive outra profissão que não fosse trabalhar na área de petróleo e, depois, na área de energia. Como bom adolescente e adulto nessa área, fiz a minha transição energética também: trouxe para o Rio Grande do Norte a energia eólica. Hoje nós temos orgulho, eu tenho orgulho de ser um Senador de um Estado líder, com mais de 5 gigawatts instalados de energia eólica aqui desde 2003. Então, tenho uma trajetória tranquila em relação a falar de combustíveis fósseis, porque fizemos o nosso dever de casa aqui, mesmo como Estados produtores também, grandes beneficiários da produção de petróleo e gás, tendo sido durante muitas décadas e desde o início da produção *onshore*, em terra, o principal produtor terrestre de petróleo do Brasil. Claro que isso tudo agora, diante do pré-sal, diante das próprias abordagens convencionais, a Bacia de Campos, Santos e Espírito Santo, há muito ficou bem menor. Mas isso é para o bem do Brasil e, então, a gente compreende e continua lutando aqui com os campos marginais, com a nossa refinaria, grande produtora de QAV, que encontrou esse nicho fantástico do QAV como um produto de grande valor agregado e, esse sim, dolarizado com razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria aqui, Reguffe, explicar para as pessoas que estão nos assistindo esse dilema que o Mário trouxe para nós, que é, a meu ver, subjacente a toda essa estrutura, a toda essa questão.

Quando a gente vem para discutir tributação, discutir o combate às práticas não competitivas, todos esses são detalhes de um grande guarda-chuva, que é o grande dilema de todo país que se torna autossuficiente. O que é esse dilema? Na verdade, a gente tem vivido esse equilíbrio instável e até hoje não acertamos. Desde que nós chegamos a ela, à autossuficiência, nós não conseguimos, ainda, acertar exatamente o grau entre o radicalismo de um lado e o radicalismo do outro.

E eu me refiro justamente a essa escolha entre a paridade, ou a referência do preço global de uma *commodity* que é, inexoravelmente, inevitavelmente, global, que é o petróleo... O gás, nem tanto, mas já se tornando também em função do GNL, com alguma mobilidade também, nem tanto quanto o petróleo. Mas o petróleo, com certeza, é essa mola mestra da economia, esse sangue da economia mundial, ainda muito importante, que ainda será muito importante durante, pelo menos, três, quatro, cinco décadas, a depender da aceleração da transição energética que a gente mencionou.

E aí é o seguinte. Diante de um país que chega à autossuficiência: por que ele chega à autossuficiência? Por que ele luta para ser autossuficiente? Se for para ficar exatamente na mesma situação de um país que não produz uma gota de óleo e não tem um miligrama de capacidade de refino, para que serve a autossuficiência? Então, eu tenho dito, e todos devem concordar com isso independentemente do viés político – e aqui não tem nenhum radicalismo nisso –, que a única coisa, Reguffe, que foi comum a todos os governos desde que a Petrobras existe, desde antes até da Petrobras, do CNP, a única coisa que permeia unanimemente todos os governos – de esquerda, de direita, do JK, do Getúlio, do Jango, dos governos militares, do Sarney, do Itamar, do Collor, do Fernando Henrique, do Lula, da Dilma, até chegar a Pedro Parente no Governo Temer – é uma coisa só. A única coisa em comum, a coisa com que todo mundo concordou: vamos perseguir a autossuficiência do Brasil em petróleo. Por que isso? Vamos refletir? Todo mundo sabe a resposta: para depender menos das importações. Por que depender menos das importações? Para poder ficar mais independentes das flutuações especulativas em relação a intempéries climáticas, guerras, etc, do preço da *commodity* global petróleo. É ou não é verdade isso? Porque, se alguém discordar disso, estará discordando de Getúlio a Itamar, Collor, Fernando Henrique, Lula e Dilma, de todo mundo, inclusive dos militares, de todos os governos militares. Por que se buscou a autossuficiência? Para se ver livre, ou pelo menos dependente, menos influenciado, da volatilidade do preço internacional.

Ora, o que fazemos em Temer? E aí há uma razão para isso. Ninguém é mal, nem ruim, nem quer o mal dos brasileiros de graça, por nada; sempre há uma razão por trás disso. Chegamos a Pedro Parente, e ele propõe o seguinte: vamos liberar geral o preço, paridade com preço internacional, que é o preço lá de Roterdã, dos mercados de referência, posto no Brasil, ou seja, é o preço de lá mais o frete, mais as despesas colocadas no Brasil, e esse será o preço no ponto A, na saída da refinaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, portanto, neste momento, a ser o Japão energético, pior do que isso, porque temos refinarias. Mas, como os preços de derivados passam também a ser influenciados por isso, sem nenhuma influência da soberania brasileira – e não estou usando aqui o termo do ponto de vista ideológico, mas do controle, da soberania brasileira, da vantagem de ser autossuficiente –, como temos parque de refino e anulamos essa vantagem também em relação aos derivados, não somos nem o Japão energético; somos uma Tuvalu energética, ou seja, nem produzimos petróleo nem temos parque de refino.

É assim que hoje praticamos os preços e é por isso, não é por outra razão, que a sabedoria popular, que não é ingênua, que não é inocente, que sabe das coisas, reclama: ué, espera aí, meu avô ouvia falar de autossuficiência, meu pai ouvia falar de autossuficiência, eu ouvia falar de autossuficiência, que quando a gente chegasse nela a gente dependeria menos e estaria mais estável, poderia usar isso em favor da nossa competitividade! Mesmo que a gente fosse insensível ao usuário para cocção do gás de cozinha, mesmo que fosse só isso, se a gente fosse insensível a isso, pelo menos o meu agro, a minha fazenda, o meu negócio de exportação teria uma vantagem quando alguém cometer algum tirocínio de explodir um gasoduto na Nigéria, quando houver um furacão no Golfo do México ou quando houver uma guerra estúpida lá no Oriente Médio, nós teríamos condição de organizar o nosso mercado interno e de manter uma certa estabilidade de preços, para sermos competitivos e até para aproveitar e furar nichos de mercado de países que não têm essa facilidade porque não conseguiram chegar aonde a gente chegou, porque não têm os recursos naturais que nós temos. E aí eu não vou nem abrir aqui o parêntese, mas no setor elétrico é a mesma coisa.

Então, a dúvida é... Do outro lado vem o argumento: "Poxa, Jean, mas não dá para fazer isso, porque senão a Petrobras, que tem ações no mercado livre, no mercado financeiro de ações, vai sofrer, porque os acionistas vão estar diante de uma empresa que tem seus preços, volta e meia, afetados, digamos assim, pelo controle governamental". Ora, nós não estamos aqui, diante de um país maduro como o Brasil e do mundo maduro, do mercado de óleo maduro como ele é, diante de uma proposta ingênua, estúpida, que seria de a gente vender diesel a R$0,10 só porque produzimos petróleo aqui dentro. Não é isso. Nós preconizamos – e temos que encontrar esse meio do caminho – uma política de preços de paridade doméstica, com muita transparência, com muita previsibilidade. Isso é possível fazer. Eu já chego a como é possível fazer isso.

Só para frisar mais essa questão das acionistas das estatais, vamos lá: o acionista de uma estatal é exatamente igual ao acionista de uma empresa privada de grande porte multinacional, que tem o seu portfólio diversificado, que atua em vários países, como a Shell? Não é. Ele é um acionista parecido ou igual a um acionista que coloca dinheiro numa *startup* de garagem ou numa abertura de capital de ações de uma empresa relativamente desconhecida em cima de um processo científico, tecnológico ou mercadológico qualquer? Também não é. Esses são acionistas, no primeiro caso, acionistas globais, investidores diversificados de grande porte e, no segundo caso, acionistas agressivos, os chamados investidores agressivos, aqueles que apostam, que pegam uma partezinha do portfólio que está sobrando e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz: "Vou aproveitar aqui, vou tentar dar uma tacada aqui numa ação. Pode subir muito e eu posso ganhar muito, mas eu também posso perder tudo". O acionista duma empresa estatal como a Eletrobras e a Petrobras não é nenhum desses dois tipos; ele é um acionista conservador, ele é um acionista que quer ser sócio de um governo soberano, principalmente, no caso do Brasil, de um governo soberano que possui, sim, recursos naturais importantes e que tem, sim, e a prova é a ANP que está aí, uma estrutura regulatória de altíssimo nível, muito evoluída, muito preparada e um marco regulatório que admite investimento privado, sim, com regulação forte e competente. Esse acionista quer um determinado retorno certo, constante e de longo prazo. Ele não está preocupado se, numa semana ou duas, a Petrobras terá que baixar ou manter o preço num determinado patamar para fazer essa compensação e a economia brasileira se beneficiar como um todo e depois ela puder se compensar de alguma forma. Aí você vai dizer: "Ah, mas eu já ouvi essa história. Lá na Graça, na época da Dilma, foram fazer isso, acabaram esticando e a Petrobras teve prejuízo". É porque isso requer uma administração, uma gestão disso, quase que um carro, assim, dirigido na ponta dos dedos. Não é uma coisa simples de fazer, mas é possível sim. E não pode ser de longo prazo, claro, você não pode esticar esses patamares, esses períodos de compensação demais, para um lado nem para o outro. Mas a segurança desse acionista é, como é que se diz, é incontroversa. Esse acionista procura esse tipo de investimento e essa eventual intervenção – eu não gosto muito dessa palavra –, essa eventual gestão da paridade doméstica favorece toda uma economia e garante, sim, aquele retorno certo que aquele investidor conservador tem ao comprar ou manter ações da Petrobras, da Eletrobras, etc.

Essa é a distinção clara entre uma estatal e outra empresa privada qualquer. Do contrário, o próximo passo, nessa toada que a gente vai, seria simplesmente privatizar as duas empresas e elas virariam empresas de mercado. E aí, pouca gente tem coragem de dizer isso, mas isso está sendo feito, está sendo feito na Eletrobras, com a diluição do capital do Governo – desafortunadamente, nós acabamos aprovando isso, contra o meu voto e com muita luta contrária – e, na Petrobras, está sendo feito isso em pedaços, dividindo-se a empresa em unidades de negócios independentes, também, ao meu ver, ilegalmente, mas, enfim, está sendo feito por refinaria. Já venderam a distribuidora, Petrobras BR Distribuidora, o controle; vendeu-se toda a malha de dutos, de gasodutos da Petrobras também. E aí alega-se e brande-se isso como grande sucesso, o lucro. Ora, Senador Reguffe, se você vender todos os móveis dessa Comissão aí, essa sala aí dá lucro. Essa sala aí, sem fazer nada, se venderem todas essas mesas, esses microfones e essas cadeiras, ela dá lucro. Dá lucro naquele dia, talvez dê lucro naquele mês, mas depois não há mais cadeira, não há mais mesa, não há mais lâmpada, não serve mais para nada. É isso o que se está fazendo com a Petrobras. Então, a minha pergunta, o processo da autossuficiência a que estou me referindo, é um processo que impacta diretamente na gestão do frete nacional, da geração de energia, do consumo industrial, do consumo individual – essa pessoa que diz que não consegue ir mais para o trabalho de carro –, do transporte público e até mesmo o pior caso: na cocção de alimentos, no uso diário doméstico da dona de casa, que está botando lenha, está queimando lenha de novo. A gente já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouviu várias vezes isso, não é novelesco, não, é verdade! Aqui no interior, estão queimando a Caatinga para cozinhar, porque o GLP é inacessível.

Então, um país como o Brasil não pode se dar ao luxo de ter uma política de paridade internacional como se fosse um país importador. E mais, um país rico. Países ricos que não têm uma gota de petróleo, como o Japão, têm que fazer isso, não tem outra solução, têm que fazer isso, mas eles até podem fazer isso. Nós não podemos.

Para terminar, qual é a solução para isso? Variar tributação, ficar pedindo para o Governador tirar o ICMS da gasolina, do diesel? Pelo amor de Deus! Nós vamos nos tornar o único País que vai subsidiar combustível fóssil? Já não basta a gente ter passado subvenção e subsídio para térmica a gás onde não tem gás? Vamos agora tirar a tributação dos combustíveis, que é a única tributação globalmente reconhecida como socialmente justa e indispensável para a manutenção de hospitais, escolas, serviço público, segurança, etc., etc., em todos os países, independente de ser pelo Estado ou federal?

O Governo Federal já cometeu um absurdo, que é zerar os impostos federais sobre combustíveis. O que ele está fazendo é subsidiar combustível fóssil. Além de tudo, ainda que não fosse o argumento social, o argumento ecológico, o argumento ambiental. Nenhum país zera tributo sobre combustível fóssil, porque isso induz ao desperdício, isso não induz à conservação e à eficiência do uso desses combustíveis.

Então, nós estamos totalmente na contramão, e eu entendo a posição de cada um aqui que está gerindo um país – eu sei como é sério, como é complexo isso –, mas nós precisamos... E vocês têm, inclusive no Ministério, com o Ministro Bento, a nossa disponibilidade total, como Oposição, como Minoria, para encontrarmos juntos a solução ótima para esse processo: ser um país autossuficiente e, ao mesmo tempo, poder desfrutar dessa autossuficiência e entregar essa autossuficiência para os nossos setores produtivos e para os nossos cidadãos. E isso só se dá através de um mecanismo, por mais complexo que a equação seja – a aplicação dela depois é simples –, de paridade doméstica com transparência e previsibilidade.

Imaginem o seguinte cenário: vai fazer um frete, uma empresa vai calcular os seus fretes. Ela aplica a equação e coloca o preço internacional, sim, como paradigma muito importante, e outros, como insumos nacionais, insumos internacionais, mão de obra, concorrentes, etc., etc., enfim, tudo numa equação, e ela consegue calcular exatamente o preço que vai ser daqui a um mês, daqui a dois meses, porque os patamares também são ajustados com transparência. Essa é a solução para que nós incorporemos a autossuficiência. A gente não está acostumado com ela ainda, parece um brinquedo novo cujo manual você não olhou ainda, não sabe usar, mas nós estamos penalizando os cidadãos, porque em cima dessa oportunidade entrou o *lobby* forte de quem ganha importando combustível. É muito simples! Também não estou condenando essas pessoas; elas estão aproveitando uma oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os *traders* de combustíveis são gaviões esperando oportunidades de demanda forte em alguns países. Eles ficam como se fosse navegando, ali nos Oceanos Atlântico, Índico, Pacífico, esperando. Quando tem um buraquinho, ele diz: "Olha, está faltando combustível em tal lugar. Vende lá!" Ele bota o preço que quiser e consegue atender demandas urgentes. É disso que eles vivem e também de contratos de longo prazo com países importadores crônicos, mas não para o Brasil. Eles deveriam fazer esse papel no Brasil.

Quando passaram a ver que aqui tem Governo que pratica paridade internacional mesmo sendo autossuficiente, eles disseram: "Ali é ótimo, vamos lá! Vamos estruturar nossas empresas para ficar vendendo sistematicamente para o país, porque o país resolveu deixar as refinarias a meia bomba" – como disse o Mário – "e resolveu importar combustível. Eu não sei qual é a razão por que estão fazendo isso; são burros, mas eu sou esperto, vou lá e vou vender". É isso que está acontecendo no Brasil, não é em prol da competição, e a competição que está aí não está favorecendo o consumidor, a prova está aí, a prova está no nível de preço em que a gente está.

Então, esse é o nosso grande dilema, e nós queremos deixar aqui a todos, mais uma vez, a nossa disponibilidade razoável, tranquila, serena, tecnicamente respaldada para encontrar uma solução para nós administrarmos a nossa autossuficiência.

É isso, meu amigo Reguffe. Obrigado, obrigado a todos e, como sempre digo, estamos à disposição para trabalhar nisso, juntos, pelo Brasil. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Jean Paul Prates, do Rio Grande do Norte.

Chegaram aqui várias mensagens de telespectadores, e eu vou pedir – nós vamos ter que caminhar para o encerramento desta audiência pública porque houve um compromisso com a TV Senado e vou ter que entregar para outra Comissão a programação da TV Senado –, mas eu gostaria que na fala final de vocês, vou dar um minuto para cada um, contemplassem também nas respostas um sentimento aqui dos telespectadores desta audiência, que é a dos brasileiros de forma geral, de que o combustível no Brasil é muito caro em comparação com outros países do mundo e o que o órgão de vocês pode fazer de prático com relação a essa questão para que o consumidor pague um preço menor no combustível.

Eu queria agradecer aqui, em primeiro lugar, à ANP, ao Bruno. Vou dar um minuto, Bruno, para as suas considerações finais e te pedir que a ANP coloque esse aplicativo, que está desde o final de 2019 já para ser colocado no ar. É importante, nesse aplicativo, que o consumidor saiba o preço de combustível de cada posto para que ele possa fazer a sua comparação e comprar um combustível mais barato. Isso vai incentivar a concorrência, vai dar transparência ao processo, e eu penso que essa é uma das atribuições da Agência Nacional do Petróleo. Então, que esse aplicativo, que está desde 2019 para ser colocado no ar, que ele finalmente entre no ar. Nós vamos fazer aqui o projeto para que as secretarias de fazenda tenham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que disponibilizar os dados para a ANP, fornecer os dados para a ANP, e que a gente possa trazer transparência a esse processo, aumentando a concorrência e tentar ser mais um instrumento para baixar o preço do combustível para o consumidor final.

E obrigado pela sua presença, Bruno.

**O SR. BRUNO CONDE CASELLI** (Para expor.) – Obrigado, Senador Reguffe.

Pegando um pouco, então, o espírito dos que participaram da apresentação e dentro do escopo de atuação da ANP, eu reforçaria nesta linha, Senador Reguffe: a atuação da ANP, num cenário de preços livres e de fortalecimento da liberdade econômica, da livre iniciativa, é no sentido de promover a competição por meio dos regulamentos que são aplicados – então, todo cuidado é tomado para que eventuais restrições aconteçam apenas no limite do necessário, tecnicamente falando – e, é claro, toda iniciativa em prol do aumento da transparência é favorável ao consumidor final. E eu acho que, se o Parlamento puder – eu acho que é isso que o Senador colocou – reforçar a importância de a ANP ter acesso a essa informação e também o próprio Cade, como foi colocado pelo representante Ricardo, vai ser algo que vai nos ajudar a fornecer informação ao consumidor e também a monitorar esse mercado de derivados em todo o País. Hoje nós temos uma amostra parcial desse mercado, mas o acesso às informações fiscais certamente transformaria a capacidade da ANP e dos demais órgãos de monitorar e de fornecer essa informação para a sociedade, pelo aplicativo e por qualquer outro meio que se torne disponível, favorecendo a competição e a capacidade de escolha do consumidor final.

Então, encerro o pronunciamento, aqui, Senador, e coloco à disposição a ANP para qualquer esclarecimento complementar que se faça necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Bruno. Obrigado pela sua presença, por ter aceitado o convite para estar aqui.

Agora, passo a palavra ao Sandro.

Queria agradecer também sua presença, Sandro, e, na sua fala final, contemplar também os telespectadores, os brasileiros que mandaram mensagens aqui – alguns revoltados com o preço dos combustíveis hoje no Brasil e com o próprio trabalho que a Petrobras desenvolve – e pensar no que a gente pode fazer para melhorar isso para o consumidor final, que eu acho que é o objetivo de todos, dos vários órgãos que estão presentes aqui nesta Comissão. Obrigado pela sua presença.

**O SR. SANDRO PAES BARRETO** (Para expor.) – Bom, primeiro, eu gostaria de agradecer, Senador Reguffe, mais uma vez, pelo convite. Entendemos a sensibilidade do tema e a dificuldade de conseguir estabelecer um cenário que seja favorável a crescimento, a investimento num mercado como o de petróleo e derivados, e, ao mesmo tempo, atender os anseios da população por energia mais barata.

Eu gostaria de deixar dois pontos para reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A política de preços da Petrobras tem refletido a realidade do mercado internacional, como ocorre nas demais *commodities* comercializadas no Brasil. Acho que isso é importante, a Petrobras não pratica um preço fora da realidade do mercado internacional, e isso é feito em outras *commodities*.

A gente precisa pensar no mercado brasileiro de energia, não o atual, mas que mercado a gente deseja daqui a cinco, dez anos. Isso é um mercado crescente. A gente espera que o PIB cresça e que o mercado continue crescendo. A gente precisa de investimentos em refino. E esse também foi um dos principais motivos que fez com que a Petrobras colocasse ativos de refino à venda. A gente optou por focar nos investimentos pré-sal. A empresa ainda é uma empresa com uma dívida muito significativa, incapaz de levar investimentos em *downstream* e em *upstream* na magnitude que seria necessária. Então, a venda dos ativos é importante; e vender esses ativos sem que esse mercado esteja alinhado às práticas de mercado internacional eu vejo como muito pouco provável.

Então, haver preços no Brasil alinhados à prática internacional é a garantia de suprimento não só hoje, mas daqui a cinco anos, daqui a dez anos. É necessário que os agentes de mercado consigam praticar esse preço para que seus ativos sejam devidamente remunerados, quando comparados a outros ativos internacionais. E como conciliar isso com as necessidades da população realmente é um desafio. A Petrobras, obviamente, sempre está aberta a sugestões, a opiniões, está aberta a receber as sugestões que vierem para analisá-las e, caso possível, incorporá-las à nossa política de preço.

Mais uma vez agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sandro, muito obrigado pela sua presença. Muito obrigado por ter aceitado o convite. Espero que essa seja a primeira de muitas audiências públicas que a gente faça aqui para tentar melhorar a vida dos consumidores deste País. O espírito desta Comissão tem que ser este: de um debate democrático, um espaço de debate público. Acho que este é um papel que esta Comissão deve ter, que o Parlamento brasileiro deve ter: o de trazer para cá as grandes discussões da vida nacional, tanto na área de fiscalização e controle como na área de defesa do consumidor.

Obrigado pela sua presença.

Convido agora, para as suas considerações finais, a Sra. Marisa Maia Barros.

Muito obrigado por ter aceitado o meu convite. (*Pausa.*)

Eu pediria à técnica que liberasse o áudio da Sra. Marisa.

**A SRA. MARISA MAIA DE BARROS** (Para expor.) – Obrigada, Senador. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade dada ao Ministério de Minas e Energia para participar de mais um debate sobre esse tema, como já foi colocado aqui, de grande relevância para os consumidores brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou me alongar, mas gostaria de destacar aqui, para deixar uma mensagem positiva, a fala do Ministério da Economia de que as agendas governamentais estão integradas – de fato, estão. Isso que motiva e faz gerar essa sinergia, buscando simplificação dos normativos, celeridade dos processos, redução dos custos e aumento da competitividade, como eu já disse, de forma sinérgica.

Eu vejo que muitos dos colegas aqui não estão se encontrando pela primeira vez. Nós participamos de diversos fóruns, de ações, debatendo medidas. E eu acho que, ao final de tudo, essa integração é muito positiva. Espero que todos continuem imbuídos desse espírito de interesse público e engajados com o desenvolvimento do setor de combustíveis, pensando na atração de investimentos para o País, porque daí resulta a geração efetiva de empregos. Ao fim e ao cabo, eu acredito que o beneficiário é o consumidor brasileiro.

Então, encerro aqui a minha fala, devolvendo a palavra e agradecendo mais uma vez, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Marisa. Obrigado por ter aceitado o meu convite.

Passo, agora, às considerações finais do Sr. Ricardo Medeiros, do Cade.

Peço ao Ricardo que continue atento aos indícios de cartel no preço dos combustíveis, porque isso é recorrente aqui no Distrito Federal e em várias partes do Brasil. Inclusive, fiz uma representação formal no Cade, como Parlamentar, para que se investiguem os indícios de cartel no preço dos combustíveis aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado pela sua presença, Ricardo.

**O SR. RICARDO MEDEIROS** (Para expor.) – Senador Reguffe, sou eu quem agradeço.

São várias questões que a gente teria que abordar em um minuto.

Sobre esse processo, ele está em fase de saneamento, o do Distrito Federal, e continua a instrução aqui pelo Cade.

Sobre a discussão de regulação de preço e transparência de preços, hoje existem preços livres. O que o Parlamento poderia fazer para determinar o preço de um agente privado? Seria a regulação de preço, mas a transparência e a regulação de preço têm um problema, que é eventualmente a criação de pontos focais. A gente viu, pela Petrobras, que, em muitos períodos, o preço nacional estava acima do preço internacional – e por um grande período de tempo, como bem explicado pelo Senador Paul Prates. Esse equilíbrio fino, pensar uma regulação de preços que dê conta desse equilíbrio fino é uma atividade muito difícil, mas, de novo, aqui cabe à gente identificar que existem esses problemas. E existe problema também quando o preço teto é muito baixo. Nós experienciamos aqui o Plano Cruzado, em que o preço teto ficou muito baixo e houve desabastecimento. E também existe uma série de outras questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que já passei o tempo aqui, mas só quero dizer que havia uma questão: por que o Cade não proibia megarredes. Em casos de atos de concentração que foram considerados danosos, o Cade, de fato, proibiu atos de concentração nesse setor, mas a gente sempre tem que analisar caso a caso, porque, eventualmente, concentrações podem ser eficientes. E a gente continua diligente, analisando o que está acontecendo no mercado.

Obrigado.

Desculpa por, de novo, passar o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado a você, Ricardo. Obrigado por ter aceitado o meu convite para estar aqui, participando desta audiência.

Convido, agora, para as considerações, Mário Dal Zot.

Muito obrigado, Mário, por ter aceitado o meu convite.

**O SR. MÁRIO DAL ZOT** (Para expor.) – Sou eu quem agradeço, Senador, demais membros da Comissão, representantes das entidades aqui ouvidas.

Queria deixar como mensagem final, dizer que este é um tema bastante complexo – já deu para ver por esta audiência e por outras que vêm acontecendo por iniciativa do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara. Discutir isso é importantíssimo. Eu acho que esse é o caminho.

Envolve muitos atores essa discussão, mas o que a gente tem que deixar claro – volto a insistir e vou falar sempre isso – é que essa é uma riqueza que nós temos; nós somos um País rico em petróleo após o pré-sal. Esse petróleo é do povo brasileiro, e é o povo brasileiro que está pagando a conta enquanto nós não conseguimos resolver essa questão do preço dos combustíveis. Então, partir do maior preço, que é o preço de paridade de importação, para o consumidor diretamente, é um crime contra o povo brasileiro. Enquanto a gente discute se vai chegar a uma conclusão ou não e o tempo que isso precisa de discussão, de alinhamento, não devia estar atrelado ao preço de paridade de importação. Podia chegar a um meio-termo de preço que seja bom, que seja justo para o povo brasileiro. Partir do maior preço para daí fazer as discussões acerca de se vai baixar ou não, entregando o patrimônio público para ver se conseguem resolver, reduzindo cargas de refinaria, beneficiando importadores, não dá para aceitar. Eu acho que a gente tem que chegar a um meio-termo, definir um preço justo para o povo brasileiro e, aí, sim, discutir esses parâmetros todos que envolvem muitos atores, envolvem muitas discussões tributárias, de transporte, se vai investir ou não nessa riqueza toda que nós temos do pré-sal, se vai importar.

Parece que nós somos dependentes de petróleo, e nós não somos – ou estão querendo fazer com que sejamos, reduzindo carga de refinaria, priorizando a exportação do pré-sal, em vez de consumir aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro do País o petróleo retirado. Eu acho que a gente tem que levar mais a sério, buscar o justo, o preço justo. E eu acho que está no caminho correto.

Parabéns, Senador, pela audiência.

Grande abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Mário.

Convido agora, para suas considerações finais, o Paulo Nei da Silva, que é Coordenador de Estudos e Monitoramento de Mercado da Senacon.

Muito obrigado por ter aceitado o meu convite, Paulo.

**O SR. PAULO NEI DA SILVA** (Para expor.) – Obrigado, Sr. Senador. Gostaria de agradecer em nome da Secretaria Nacional do Consumidor e dizer que, dentro da nossa competência, a Senacon está atuando ativamente nessa discussão. Como disseram a Sra. Marisa e o Sr. Bruno, a gente fez inúmeras reuniões, e continua fazendo reuniões, para debater o assunto.

A Senacon também acha esse nível de preços absurdo. Por isso a gente se manifestou sobre a tutela regulatória de fidelidade à bandeira. Nós somos favoráveis à venda direta de combustíveis. A gente participou ativamente da construção do decreto da transparência, o 10.634, e a gente está aberto a discutir eventuais medidas estruturantes que possam trazer mais competição no segmento em todos os elos da cadeia. Então, a gente está aberto da receber sugestões.

E, finalizando, outra medida que a Senacon teve atualmente, que eu acabei não citando na apresentação, mas exemplifica nossa atuação, foi um *workshop* de um estudo que foi contratado pela Senacon sobre a avaliação da aplicabilidade da doutrina de *essential facility* no segmento de distribuição de combustíveis de aviação. Esse estudo conclui que estabelecer mecanismos melhores que possibilitem o compartilhamento de infraestruturas para transporte e armazenagem de combustíveis de aviação pode trazer mais competição ao segmento e um menor preço para o consumidor.

Então, novamente, a Senacon entende que existe a necessidade de aprimoramentos regulatórios, mas que ataquem a raiz dos problemas, e que as medidas sejam estruturantes para que elas possam levar uma maior concorrência ao setor.

E a gente está à disposição para conversar.

Agradeço novamente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Paulo. Obrigado por ter aceitado o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido agora, para suas considerações finais, o Edie Junior, do Ministério da Economia.

Muito obrigado, Edie, por ter aceitado o convite.

**O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bem, com relação ao que muito se discutiu aí, uma forma de se estabelecer preço máximo, é inevitável, para mim, como economista, pensar no equilíbrio entre oferta e demanda tendo esse ponto de equilíbrio deslocado, um afastamento entre quantidades ofertadas e demandadas por um nível de preço abaixo do preço de equilíbrio, também chamado preço máximo compulsório. Isso geralmente resulta em escassez. É clássico da economia. Eu acho que isso aí...

Então, a gente tem que ter muito cuidado nas discussões. E essas ideias vão permeando e aprimorando e tentando chegar a uma solução de consenso que não incorra em erros, nem em erros clássicos, nem em erros já cometidos, como o frete de uniformização dos preços da década de 90, que foi estabelecido pela Resolução nº 1.684, do antigo Conselho Nacional do Petróleo – que depois foi sucedido pela PPE –, e que gera ações na Justiça até hoje. E o desequilíbrio de mercado foi evidente na ocasião. Então, uma solução de curto prazo que realmente não estruturou, não trouxe o resultado esperado.

Eu agradeço a oportunidade. A gente está à disposição, Senador. Sempre que o senhor nos convocar, estaremos presentes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Edie.

Obrigado a todos.

Agradeço também a todos que assistiram a esta audiência.

O propósito é debater o preço dos combustíveis no Brasil e ver o que cada um pode fazer de prático para que a gente melhore a vida do consumidor brasileiro. Acho que esse é o propósito.

E queria agradecer muito a presença de cada um e também a assistência de cada um de vocês em casa a esta audiência.

Muito obrigado.

Na próxima segunda, nós estaremos aqui, nesta Comissão, com uma audiência pública sobre a questão do desmatamento no Brasil, porque é importante também esta Comissão atuar, além de na defesa do consumidor, também na área de fiscalização e controle. Portanto, na próxima segunda, a audiência pública será sobre a questão do desmatamento no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezesseis horas e doze minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e Marcelo Castro, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2021 - CTFC, de autoria Senador Reguffe (PODEMOS/DF), e REQ 4/2021 - CTFC, de autoria Senador Reguffe (PODEMOS/DF). **Finalidade:** Debater a prevenção e o controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira. **Participantes:** João Paulo Ribeiro Capobianco, Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); Mônica Sodré, Diretora Executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS); Tasso Azevedo, Coordenador-Geral do Projeto MapBiomas; e Cel Carlos Roberto Sucha, Chefe da Assessoria de Temas Institucionais da Vice-Presidência da República e Coordenador da Comissão Integradora do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Reguffe**

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/23

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater a prevenção e o controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira, em atendimento aos Requerimentos nºs 3 e 4, de 2021, ambos de minha autoria.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal, número 0800-0612211.

Hoje recebemos os seguintes palestrantes, aos quais quero agradecer a atenção ao convite feito por mim. Quero agradecer ao representante do Vice-Presidente da República, General Mourão: o Coronel Carlos Roberto Sucha, Chefe da Assessoria de Temas Institucionais da Vice-Presidência da República e Coordenador da Comissão Integradora do Conselho Nacional da Amazônia Legal. Agradeço a presença do Coronel como representante do Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão.

Quero também agradecer aqui às presenças: do João Paulo Ribeiro Capobianco, que é Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade; do Tasso Azevedo, que é Coordenador-Geral do projeto MapBiomas; e também da Mônica Sodré, que é Diretora Executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps).

A presente audiência pública será também transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Cada um dos convidados terá inicialmente...

Quero também agradecer aos Senadores que estão acompanhando esta audiência pública, e também a todos os telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Cada um dos convidados terá inicialmente dez minutos para proferir suas palavras iniciais, e depois eu vou abrir a palavra para os Senadores, para também as perguntas do público, e, no final, como acho que em todas as audiências públicas deve ser – que é ao que eu tenho me colocado aqui desde o primeiro momento nesta Comissão, como Presidente desta Comissão –, abrir também uma fala final para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente possa ter alguma conclusão do debate, dando também um período para considerações finais para cada um dos convidados.

Convido para fazer uso da palavra, primeiramente, o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade. Muito obrigado pela presença, João Paulo. V. Sa. tem dez minutos.

**O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Caro Senador Reguffe, caros representantes do Presidente da República, prezada Mônica Sodré, Tasso Azevedo, demais Senadores aqui presentes, é um prazer participar dessa audiência pública de um tema tão relevante e num momento tão importante como nós estamos vivenciando no momento.

Eu pedi autorização para compartilhar a minha tela.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Autorização totalmente concedida. Eu peço para o pessoal aí ajudar.

**O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO** – Mas ela não está compartilhada no momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Pode compartilhar.

**O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO** – Ela está sendo exibida, não é isso? Está correto, não? Senador Reguffe, ela está sendo exibida adequadamente?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Está sim, perfeitamente.

**O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bem, muito obrigado.

Muito bem, eu gostaria, de início, de fazer uma breve recapitulação sobre a situação do Brasil e a experiência recente que o Brasil teve de redução abrupta e consistente do desmatamento. Esse é um dado inicial em que eu mostro a posição do Brasil em relação aos maiores desmatadores, países com maiores desmatamentos no mundo nas últimas três décadas. Vocês vão verificar aqui nessas imagens, segundo os dados da FAO, que o Brasil segue sendo, desde sempre, o campeão dos desmatamentos.

Dados de 1990 a 2000: o Brasil era o primeiro, com 36,4% de todos os desmatamentos de florestas no planeta. Na década seguinte, de 2000 a 2010, o Brasil permaneceu nessa posição, aumentando inclusive para 43,7%. E, entre 2010 e 2020, o Brasil permaneceu como campeão isolado do desmatamento, com 26,4% de tudo que se desmatou no planeta. Portanto, por três décadas consecutivas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil é o maior responsável pela redução das florestas de todos os tipos, não apenas as tropicais, no planeta.

Nesse crescimento explosivo dos anos 2000, como mostra esse gráfico, nós tivemos aí nos anos 2001, 2002, 2003, até 2004, um crescimento muito importante no desmatamento da Amazônia, que pode ser visto aí no centro desse gráfico. Em 2004, nós atingimos 27,8 mil quilômetros quadrados, que foi o segundo maior índice da história do Brasil, só sendo superado pelo dado de 29,1 mil quilômetros quadrados, de 1995, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Então, nós tínhamos de fato um crescimento crescente, consistente, que indicava uma perda completa do controle do desmatamento até o ano de 2004. Para enfrentar essa questão, o Governo Federal criou, em 2003, um grupo interministerial para combate ao desmatamento e, na sequência, em 2004, lançou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, com uma participação bastante importante, como vocês podem ver aqui. O lançamento foi em julho de 2004, reuniu 13 ministérios, a coordenação desse plano ficou a cargo da Casa Civil, e ele é considerado nacional e internacionalmente a principal política pública de controle de desmatamento já implementada na Amazônia.

Foram três eixos temáticos de atuação do plano: ordenamento territorial fundiário; monitoramento e controle ambiental; e fomento a atividades produtivas sustentáveis.

Os principais resultados desse plano, Srs. Senadores, é que nesse período, em apenas quatro anos, de 2004 a 2008, que é considerada a chamada primeira fase do PPCDAm, foram criados 25 milhões de hectares de unidades de conservação, uma área equivalente ao Estado de São Paulo, 250 mil quilômetros quadrados. E os Estados envolvidos no plano e estimulados pela ação federal criaram mais 37 milhões de hectares de unidades de conservação estaduais. Portanto, a Amazônia ganhou um impulso em termos de conservação nunca visto antes.

Além disso, foram homologados 10 milhões de hectares de terras indígenas, 100 mil quilômetros quadrados. Foram cancelados mais de 60 mil certificados de cadastros de imóvel rural que não tinham origem comprovada, que eram nada mais do que grilagem de terra. Esses títulos foram cancelados pelo Governo Federal por meio do Incra. E foi modificado completamente, de forma radical, todo o procedimento para a inscrição de imóveis rurais no sistema do Incra, criando dificuldades para grilagem.

Na área de monitoramento e controle ambiental, os avanços foram impressionantes. Foi criado o sistema de monitoramento em tempo real, o Deter – hoje é muito conhecido e muito popular, mas foi criado em 2004 e colocado em operação em 2005 –; foi aprimorado, ainda, o Prodes, que é o principal sistema de monitoramento, com a inclusão de mais satélites para antecipar as análises do Prodes; e foi criado, também, o Detex, para analisar a degradação florestal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fiscalização do Ibama ganhou um enorme impulso. Foram definidas áreas prioritárias; foi ampliado o uso do embargo de áreas ilegalmente desmatadas; o Exército e Polícia Rodoviária Federal participaram de forma expressiva, se incluíram no plano e tiveram uma ação importantíssima; e a Polícia Federal passou a agir de forma permanente, com mais de 13 grandes operações realizadas, com mais de 650 pessoas presas, inclusive servidores públicos.

E, na área do desenvolvimento sustentável, foi criada em tempo recorde e aprovada pelo Congresso Nacional a Lei de Gestão de Florestas Públicas; foi implantado o Serviço Florestal Brasileiro para estimular o uso sustentável das florestas; foi criado o primeiro Distrito Florestal Sustentável, na BR-163; houve a primeira licitação de concessão de floresta pública na Flona do Jamari; e foi lançada a Operação Arco Verde, que possibilitou a regularização de inúmeras atividades produtivas na Amazônia.

O resultado desse esforço, Srs. Senadores, foi este daqui: nós tínhamos, portanto, até 2004, crescimento em abrupto; nós tivemos no primeiro ano de execução do plano, já em 2005, uma queda de 31,6% no desmatamento; no ano seguinte, uma queda de 24,7%; no ano seguinte, uma queda de 18,1% no desmatamento. No ano de 2007, houve uma inversão; foi descoberto um novo sistema de fraude, a operação desmatamento, que levou a um pequeno aumento, interrompendo essa sequência exitosa de redução.

Para isso, foi lançado pelo Presidente da República, no final de 2007, o Decreto nº 6.321, que trouxe novos instrumentos: criou a figura dos Municípios prioritários para fiscalização e controle; obrigou o recadastramento fundiário desses Municípios; criou a limitação para novos desmatamentos desses Municípios; o embargo obrigatório das áreas desmatadas ilegalmente; a responsabilização compartilhada; a responsabilização da cadeia produtiva, ou seja, um frigorífico passava a ser também responsável pela origem do boi que ele adquiria para obter a carne; assim como a rede de supermercados distantes milhares de quilômetros da Amazônia também passou a ser corresponsável pelo desmatamento e pela produção ilegal de carne, por exemplo. E foram criados critérios ambientais para a concessão de crédito agropecuário, principalmente por uma resolução do Banco Central que estabeleceu que seria obrigatório apresentar um atestado de regularidade ambiental e fundiária para que novos financiamentos fossem obtidos, seja na rede pública, seja na rede financeira privada.

Esse mecanismo de Municípios prioritários, senhoras e senhores, é fundamental, porque ele permitiu uma melhor ação do poder público, ou seja, o Governo Federal, liderado pelo Ibama, com o apoio do Exército, com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, com o apoio da Polícia Federal – um esforço enorme –, o apoio também das polícias estaduais, polícias militares, conseguiu concentrar a sua ação numa área menor, porque a Amazônia realmente é muito grande.

Inicialmente, em 2008, eram 36 Municípios prioritários, e passou para 44. Com isso, reduziu-se a área. Muito bem. Com isso, observe que houve uma redução de 64,3% do desmatamento. No total, no período, foram 81,95% de redução. Muito bem. Isso foi feito, senhoras e senhores, com aumento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção. Observe a produção de soja em azul; observe o aumento do rebanho bovino, também em azul; e, em vermelho, sempre, a redução desmatamento. O que acontece agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – João Paulo Capobianco, eu vou lhe dar mais um minuto para concluir.

**O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO –** Já foram meus dez minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Foram os dez minutos. (*Risos.*)

**O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO –** Desculpe-me.

Então, eu vou passar rapidamente aqui para os dados. Observem o seguinte, senhoras e senhores, que nós temos hoje uma redução da fiscalização, nesse dado aqui, impressionante: no período de 2009 a 2018, nós tínhamos um volume de 4.904 atuações em média por ano, e, nos Municípios prioritários, 2.602; observem que, em 2019, caiu 43,1%, 34,1% nos Municípios prioritários; e, em 2020, caiu 69,4% e 66,8%. Então, o que nós estamos assistindo aqui, senhoras e senhores, é a uma redução da ação impressionante.

Observem a invasão nas florestas públicas. Este dado é impressionante: as florestas públicas invadidas, que têm CAR registrado, somam 14 milhões de hectares, ou seja, o Governo Federal permite que o invasor numa terra pública invada a área e ainda insira essa área no CAR, que é um sistema público federal. Portanto, seria urgente o cancelamento dessas áreas.

Há uma série de iniciativas nesse sentido. Eu vou encerrar por aqui, Sr. Senador, mas a própria Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura propõe seis ações muito dirigidas para o que nós chamamos de uma redução rápida no desmatamento.

E, entre essas ações – eu queria pôr essa última informação aqui que é fundamental: se na época entre 2004 e 2014, nós conseguimos reduzir em 82% o desmatamento, com pouquíssima informação, agora, com o CAR existente e com as novas tecnologias disponíveis, inclusive, com o Deter muito mais sofisticado, com outros parceiros, como o MapBiomas e o Imazon, nós temos condição de operar de forma remota.

Portanto, eu queria finalizar com este ponto: o Governo Federal possui nas suas mãos os instrumentos necessários para uma ação rápida, e é possível, no curto prazo, reduzir o desmatamento desde que usemos a inteligência do sistema e possamos operar com maior intensidade no controle, nos embargos remotos e nos cancelamentos dos registros do CAR (Cadastro Ambiental Rural) dos imóveis ilegais que estão desmatando ilegalmente e ocupando florestas públicas.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou à disposição para mais esclarecimentos aqui na audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, João Paulo Capobianco, do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

Como o Coronel Carlos Sucha solicitou falar por último, eu vou passar agora a palavra para a Mônica Sodré, que é Diretora Executiva da Raps (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade).

Agradecendo a presença de todos os convidados, eu quero só lamentar a ausência do Ministério do Meio Ambiente, que não mandou nenhum representante para esta audiência, que é uma importante audiência aqui da Comissão de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Passo a palavra à Mônica Sodré. V. Sa. tem dez minutos.

Obrigado por aceitar o convite.

**A SRA. MÔNICA SODRÉ** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Reguffe.

Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando o Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco, cumprimentando o Senador Reguffe pelo convite e pelo requerimento que me traz aqui hoje, cumprimentando também o representante do Executivo, o Coronel Sucha, os expositores João Paulo, que falou anteriormente a mim, e todos os outros, e também todos que nos acompanham pelo portal e-Cidadania.

Queria cumprimentá-lo, Senador Reguffe, pela disposição em realizar um debate, uma audiência pública como esta numa data como esta, mostrando não só a sua disposição pessoal, mas também a sintonia desta Comissão, do seu mandato e da sua equipe com os temas mais relevantes do País.

Eu sou cientista política, Diretora Executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, e é nessa qualidade que aqui venho hoje. Eu venho aqui representando uma instituição de natureza política, apartidária e sem fins lucrativos, que é hoje também a maior rede de políticos do Brasil. Nós temos, entre os nossos membros, 45 Congressistas de diferentes posições no espectro político-ideológico, e esses 45 Congressistas representam hoje 8% do Parlamento federal. Com muito orgulho e muita honra, o Senador Reguffe é um deles.

A minha missão, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, aqui hoje não é diferente da missão da organização que eu represento e que eu dirijo; ela é a missão de, primeiro, que a agenda da sustentabilidade não seja vista como uma questão ideológica; segundo, de que a gente consiga discutir desenvolvimento sustentável para além da perspectiva ambiental; e terceiro, de que esse seja um compromisso de agentes políticos de todo o País, independentemente da posição que ocupam no espectro político ideológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, eu preparei uma fala dividida em três sessões, em três blocos: na primeira delas, eu gostaria de contextualizar o problema; na segunda, de apresentar um conjunto de evidências que reforçam a contextualização do problema; e, por último, apresentar um conjunto de sugestões de ação.

Passando para a contextualização do problema.

Srs. Senadores, a questão climática hoje é um tema estrutural da economia e da política. As mudanças do clima são uma realidade, e algumas das suas consequências já são irreversíveis. O mundo está esquentando; a causa e a responsabilidade são humanas.

O relatório do IPCC, que nós todos vimos há poucas semanas, já lida com cenários em que a Terra deixa de ser sequestradora, consumidora de carbono, e passa a ser emissora. Esse cenário, que pode – ou podia – parecer muito distante, já é uma realidade no Brasil e já é uma realidade de algumas regiões da Floresta Amazônica.

A situação da Amazônia e do Pantanal, que hoje estampa as principais capas dos principais jornais brasileiros, não deixa dúvidas: o Brasil está, literalmente, secando. Vai faltar alimento, vai faltar chuva – vai faltar alimento para o nosso povo.

E não é à toa que diversos países, ao longo de todo mundo, têm apresentado compromissos para acelerar sua transição para uma economia de baixo carbono. O mundo já entendeu que o futuro não pode repetir o passado.

Aqui, a nossa negligência com os nossos ativos ambientais, em especial a nossa incapacidade atual de conter desmatamento, faz com que nós estejamos na contramão do mundo. E aqui eu passo para as evidências.

Primeiro, nós somos hoje o quinto maior emissor de gás de efeito estufa no mundo; 44% das nossas emissões advêm, são resultado de mudança no uso da terra, e, se a gente for olhar esse dado de maneira aberta, de maneira desagregada – eu me refiro aqui a dados do Ipam, de 2020 –, a gente vai ver que 94% disso é fruto de desmatamento e 87% disso está localizado na região da Amazônia. Mais de 50% do fogo e do desmatamento tem ocorrido em terras públicas – como disse João Paulo aqui, que me antecedeu –, e essas terras são basicamente florestas públicas não destinadas, terras devolutas, e isso demonstra o desmatamento ilegal.

O desmatamento subiu 14% em 2020, e o País perdeu 24 árvores por segundo naquele ano – esse dado é do MapBiomas, que terá a sua apresentação aqui, na sequência –, e, a cada ano, o Brasil queima uma área maior do que a Inglaterra.

E aqui vale a pena destacar: diferentemente do que a gente ouve, a Amazônia não é um bioma de cujo ecossistema o fogo faz parte natural. O que eu quero dizer aqui, Srs. Senadores, é que o fogo na Amazônia é fruto da intenção e ação humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com isso, nós temos pelo menos três consequências econômicas já precificadas e apontadas. A primeira é a redução das chuvas, que já foi precificada e representa uma perda potencial de US$1 bilhão por ano até 2050, por conta da quebra na produção de soja e de carne. A segunda é o potencial boicote aos produtos brasileiros no exterior, agravado pela decisão recente da União Europeia de fazer um ajuste tributário de carbono na fronteira, o que vai significar maior dificuldade para o Brasil exportar os seus produtos. O terceiro e último, riscos para a segurança alimentar e hídrica.

E aqui eu vou repetir o que eu já disse no início: vai faltar chuva, vão se agravar as doenças respiratórias, a gente vai sobrecarregar o sistema de saúde já castigado e sobrecarregado pela pandemia.

Nossa incapacidade de conter o desmatamento faz com que nós estejamos mal posicionados, desfavorecidos, em desvantagem no cenário internacional. Enquanto o mundo fala em instrumentos econômicos para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono, aqui nós somos incapazes de fazer cumprir a lei.

E nós já fizemos isso no passado, como ressaltou João Paulo. Os anos de 2005 e 2012 mostram que isso basicamente está atrelado a uma capacidade de fiscalização. E, claro, nisso tudo que eu relatei aqui, esse cenário, essas evidências, é importante ressaltar, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que esse estado de coisas não surgiu do nada e também não é algo que não tenha razão, não é fruto do acaso; é resultado de escolhas políticas que, nos últimos anos, significaram o enfraquecimento técnico e orçamentário dos órgãos de controle e tornaram a baixa fiscalização a sua consequência.

Aqui, eu abro o terceiro e último bloco da minha apresentação sobre o que precisa ser feito, um conjunto também de sete recomendações: primeiro, restaurar parceiros ambientais; segundo, respeitar e garantir a implementação do Código Florestal; terceiro, retomar ações de fiscalização e punição pelos ilícitos ambientais identificados; quarto, recompor o orçamento do Ministério do Meio Ambiente – não se trata só de recursos; é preciso recompor também a capacidade técnica dos órgãos –; quinto, destinar florestas públicas para conservação e produção florestal sustentável; sexto, cancelar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) onde há sobreposição com florestas públicas não destinadas; sétimo e último, mas não menos importante, apresentar um plano concreto de implementação das nossas NDCs. É fundamental que um país como o Brasil, deste tamanho e com esta importância, apresente um plano concreto, de longo, médio e curto prazo, sobre como pretende cumprir os acordos, os compromissos do Acordo de Paris. Precisamos deixar os tempos das intenções para trás.

E, por último, Sr. Senador Reguffe, Srs. e Sras. Senadoras, ao falar nesta Casa, inclusive com o representante do Executivo, eu não posso deixar de fazer alguns pedidos. O primeiro deles é o de que o Senado Federal nos ajude a combater ou a não ampliar qualquer tipo de retrocesso socioambiental. Eu me refiro aqui a projetos de lei que, inclusive, tramitam nesta Casa, como é o caso do PL 2.633, sobre regularização fundiária, e também o licenciamento ambiental. E o segundo é o de que o Executivo Federal assuma uma agenda concreta de compromissos no combate ao desmatamento. Os bens ambientais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





são bens públicos, o que significa que é função do Estado regulá-los. A minha capacidade de usufruir desses bens não pode interferir na capacidade de outras pessoas usufruírem desses mesmos bens.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a negligência com os nossos ativos ambientais faz com que o presente e o futuro de milhares de brasileiros estejam comprometidos. Nós estamos presos a uma agenda do passado. O Brasil precisa que vocês, lideranças políticas, políticos e agentes tomadores de decisão, nos ajudem a colocar o Brasil no caminho do futuro. Esse é um problema político; ele precisa ser um compromisso acima das diferenças políticas e ideológicas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Mônica. Obrigado por ter aceitado o convite e também por essas considerações aqui nesta audiência pública, bem como pelas sugestões práticas feitas.

Convido agora para fazer uso da palavra o Sr. Tasso Azevedo, Coordenador-Geral do projeto MapBiomas.

V. Sa. tem dez minutos. Obrigado por ter aceitado o convite.

**O SR. TASSO AZEVEDO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, pessoal!

Deixe-me compartilhar aqui a tela. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Está liberado o seu áudio, Tasso.

**O SR. TASSO AZEVEDO** – Está. Deixe-me só compartilhar aqui a tela. Deixe-me ver como faço aqui. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A tela dele...

**O SR. TASSO AZEVEDO** – Vou compartilhar.

Deu certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Agora deu certo.

**O SR. TASSO AZEVEDO** – Está bem.

Obrigado pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou concentrar a minha apresentação no Relatório Anual de Desmatamento no Brasil 2020, que dá um panorama geral de qual é a situação que nós temos com o desmatamento, e, no final, darei algumas sugestões complementares às que já foram apresentadas de ações que podem ser feitas rapidamente para o enfrentamento desse problema.

Esse relatório é fruto do trabalho de uma rede chamada MapBiomas, que reúne universidades, ONGs e empresas de tecnologia, para mapear as transformações que acontecem no Território brasileiro. A gente produz mapas anuais de coberturas do solo, sob vários aspectos do monitoramento, e a gente faz esse trabalho usando sensoriamento remoto, com um tipo de mapeamento em que a gente processa cada pixel das imagens do Brasil, e usando aprendizado de máquina, inteligência artificial e processamento na nuvem. E geram-se vários produtos: os mapas anuais de cobertura e uso da terra; gera-se, por exemplo, uma coleção de dados que a gente lançou hoje, dos mapas de superfície de água no Brasil, mensais, desde 1985; a mesma coisa para o fogo. E, entre outros produtos que a gente tem, existe um chamado MapBiomas Alerta. O que ele faz é validar e gerar relatórios para cada um dos alertas de desmatamento que acontecem no Brasil. Ele entrou em operação em janeiro de 2019.

Vale lembrar que tudo que é produzido pelo MapBiomas é público, gratuito e disponível não só como produto, mas também disponível como toda a parte da metodologia, os *scripts* que são usados e tal.

Como eu estava falando, no MapBiomas Alerta o que a gente faz é oferecer uma solução para ligar quem produz alertas com quem consome alertas. Então, por exemplo, o Inpe produz alertas de desmatamento; o Imazon; a Universidade de Maryland; o próprio SipamSar, do Ministério da Defesa. E os usuários, que estão na outra ponta, precisam de alguma coisa que consiga unificar essas informações, tornando esses alertas uma coisa única, com a mesma metodologia aplicada para todos os biomas, validados em alta resolução e disponíveis em uma plataforma única, integrada e customizável. Então, o MapBiomas não gera alertas; o que a gente faz é usar os alertas que são gerados pelas diversas instituições e transformá-los em um produto mais fácil de ser absorvido e utilizado pelos diversos órgãos públicos e privados.

A gente faz isso pegando cada um dos alertas de desmatamento que é gerado no Brasil – literalmente cada um deles – e passando-os por um processamento em que a gente identifica a posição deles no tempo e no espaço. Então, para fazer isso a gente usa imagens diárias de alta resolução, para localizar uma imagem antes e depois do desmatamento, redesenhar o polígono e fazer com que a gente tenha uma coisa equivalente, digamos assim, à foto da placa do carro que cruzou o farol vermelho. Isso para cada um dos alertas. Para se ter ideia, no ano passado a gente avaliou duzentos e poucos mil alertas de desmatamento, um por um, no Brasil. Então, hoje o Brasil é o primeiro país no mundo em que todos os alertas de desmatamento são transformados em relatórios. Todos eles são reportados.

Uma vez que o alerta foi finalizado, a gente cruza com as bases de dados oficiais da Funai, do ICMBio, Ibama, Incra, Serviço Florestal, IBGE, ANA, para poder gerar um laudo em que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identifica se existe autorização, se cruza com áreas protegidas, se ele tem autorização ou não tem autorização, e assim por diante. Então, para cada relatório é feito um laudo.

Isso vai para uma plataforma em que você pode acessar cada um dos alertas, enxergar as imagens de antes e depois, e pode acessar os laudos para cada um desses alertas e para cada cruzamento de um alerta com uma propriedade rural. E todos os dados são disponibilizados em vários formatos para poder dar acesso. Quando a gente pega o conjunto desses alertas de um ano, a gente consegue fazer um relatório que caracteriza o que está acontecendo com o desmatamento no Brasil. Então, pelo segundo ano a gente faz o chamado Relatório Anual do Desmatamento. Eu vou falar um pouquinho do que a gente aprendeu com esse relatório.

No Brasil, no ano passado, a gente identificou, validou e gerou laudos para 74 mil eventos de desmatamento, o que equivale a 13.853 quilômetros quadrados de desmatamento, um crescimento de 19% em relação ao primeiro ano do projeto, em 2019. Esse crescimento se deu em todos os biomas. Em todos eles a gente viu um crescimento do número de eventos e também da área que foi desmatada.

Dos Estados, se a gente pegar a distribuição dos Estados, o Pará é, de longe, o Estado com maior quantidade de desmatamento detectado. Se a gente pega o Pará, Mato Grosso, Maranhão, Amazonas, Rondônia e Bahia, esses seis Estados respondem por três quartos de todo o desmatamento detectado.

Quando a gente olha para os Municípios, dos 5.560 Municípios brasileiros, nós detectamos desmatamento em 2.577 Municípios, ou seja, 46% dos Municípios brasileiros tiveram desmatamento detectado, o que também equivale a dizer que há outros 54% onde não foi detectado desmatamento. Não quer dizer que não houve, mas não foi detectado por nenhum dos sistemas que estão operando no Brasil, hoje.

Uma outra coisa interessante é o tamanho desses alertas. Uma constatação que a gente tem é que o tamanho médio do desmatamento teve uma pequena redução no ano passado. Então, ele saiu de 21 hectares em 2019 para 18, quase 19 hectares em 2020. Mas o tamanho dos maiores alertas aumentou. A gente encontrou, inclusive, um alerta com 6.469 hectares em um único alerta de desmatamento... Aliás, em um único desmatamento que teve vários alertas em cima dele, que é esse alerta aqui, que fica em Altamira, no Pará, bem próximo ao distrito de Castelo dos Sonhos, onde houve esse desmatamento de 6.469 hectares. Ele demorou sete meses para acontecer e houve mais de 30 alertas de que o desmatamento estava acontecendo, e mesmo assim ele continuou. Aliás, ele continua agora em 2021 também. Essa área de desmatamento está se expandindo.

Outra coisa interessante é que a gente conseguiu detectar quanto se expande o desmatamento por dia, qual é a velocidade em que ele ocorre. Então, para cada evento de desmatamento no Brasil, em média ele cresceu 1.600 metros quadrados por dia. No Pantanal é onde ele cresce mais rápido. Cada alerta de desmatamento no Pantanal cresce cerca de 15 mil metros quadrados por dia. No total, a gente teve um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





desmatamento médio de 3.795 hectares por dia no Brasil, o que dá 158 hectares por hora, mais de dois hectares por minuto.

O desmatamento mais rápido que nós tivemos foi um que aconteceu em Baixa Grande do Ribeiro, no Piauí, com 1.428 hectares desmatados em 15 dias. Isso dá 89 campos de futebol por dia de desmatamento, em um único evento de desmatamento. Outra informação interessante é que, como a gente consegue localizar o desmatamento no tempo, dá para a gente entender quanto desmatou por dia, e o dia em que mais se desmatou no ano passado foi dia 31 de julho. A gente estima que foram desmatados 4.968 hectares em um único dia, o que dá 575 metros quadrados por segundo. Mais de 2 milhões de árvores foram cortadas em um único dia, nesse dia 31 de julho do ano passado.

É interessante notar que isso varia pelos biomas. Então, na Mata Atlântica, o desmatamento é maior lá para outubro, no Cerrado é em maio, na Amazônia é em julho. Então, ele varia em diferentes regiões do Brasil; e dá para fazer isso para cada Estado, por exemplo, o que ajudaria a pensar sobre as melhores políticas públicas e a alocação dos recursos de forma mais adequada ao longo dos anos.

O desmatamento predominou no ambiente de florestas, onde 70% do que foi desmatado foi em florestas, mas há outros 30% que são em outras formações de vegetação nativa que não são de floresta tropical como a gente conhece, a exemplo das savanas no Cerrado.

Esse é um número muito preocupante: das 573 terras indígenas do Brasil, 297 terras indígenas tiveram detectado desmatamento no ano passado, o que fez com que tivéssemos 7% do desmatamento acontecendo nessas áreas ou cruzando com áreas indígenas. Isso é muito grave. Historicamente, esse número é 1% ou menos. E a gente chegou a 7%. É um negócio muito, muito grave mesmo. Uma mudança de padrão.

No caso das unidades de conservação, ela chegou a 12%. Também é muito acima da média histórica que ficava em 3%, 4%... Às vezes, chegava em 5%... Muito difícil chegar a uns 5%. E 12,4% para algum tipo de desmatamento. Então, 337 das 2.600 UCs federais e estaduais tiveram desmatamento, lembrando que essas são áreas protegidas que não deveriam ter desmatamento.

Em assentamentos, também a gente tem esse cálculo de quantos assentamentos. São 1.584 assentamentos em que se foi detectado desmatamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Tasso, eu vou lhe dar mais um minuto para concluir.

**O SR. TASSO AZEVEDO –** Está. Vou tentar aqui.

Foram 52 mil imóveis do Cadastro Ambiental Rural. Esse dado é importante, porque 52 mil imóveis significam 0,9% dos imóveis cadastrados. Então, isso quer dizer que, no ano passado, nos outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

99% dos imóveis rurais, a gente não detectou desmatamento, mas tem o desmatamento nessa porção. Quando a gente somou os dois anos, deu 1,4% dos imóveis rurais com desmatamento.

Vou passar aqui.

Uma questão importante do estudo foi a gente identificar indícios de ilegalidade nesses desmatamentos. Então, quando a gente observa desmatamento sobre reserva legal, sobre APP, desmatamento sobre unidades de conservação, terras indígenas, sobre áreas embargadas e assim por diante, e cruza todos esses dados, a gente identifica que 99% dos desmatamentos que aconteceram no País, no ano passado, têm indícios de irregularidade, o que é bastante grave.

Por fim, a gente fez uma primeira avaliação sobre as ações do poder público sobre essas áreas de desmatamento que são predominantemente ilegais, e o número que a gente tem é de que, desses desmatamentos que aconteceram em 2019 e 2020, detectados, em 5% da área teve alguma ação dos órgãos federais. E, mesmo quando a gente olha para os Municípios prioritários, por exemplo, a lista dos 11 Municípios que o Conselho da Amazônia apresentou, este ano, como prioritários, em apenas 12% da área teve ação, ou 3% dos alertas. E, quando a gente olha para a lista dos Municípios prioritários, aquela a que o Capobianco se referiu anteriormente, dos 55 Municípios prioritários para a ação, nós estamos falando que em só 9% da área desmatada teve ações.

É um pouquinho melhor quando a gente fala dos Estados, e aqui eu vou usar o exemplo de Mato Grosso. No caso de Mato Grosso – qualquer um, bem melhor no caso do Mato Grosso –, as ações dos Estados chegaram a 47% dos alertas com ações, mas, ainda assim, 53% dos alertas não tiveram ações por parte do Estado.

Conclusões: o desmatamento está crescendo em todos os biomas; o desmatamento é hoje, em sua maioria, caso de atividade ilegal ou com fortes indícios; é possível responsabilizar pelo menos dois terços das áreas desmatadas porque há um CAR sobre elas; mais de 70% do desmatamento se dá em áreas de domínio privado ou de gestão privada; por outro lado, 99% das propriedades rurais não tiveram desmatamento em 2020; e a impunidade ainda predomina no Brasil.

Por fim, eu botei aqui quatro ações, enquanto eu ouvia os colegas falarem, só para adicionar à lista do que eles colocaram.

A primeira questão é: embargo automático das áreas desmatadas sobre áreas protegidas. Isso tinha que ser automático; apareceu um desmatamento sobre área protegida, não tem nenhuma desculpa para estar acontecendo lá, tem que ter embargo automático. As únicas exceções são as operações de mineração autorizadas, que são restritas a quatro FLONAs na Amazônia.

Inscrever no CAR todos os desmatamentos sobre reserva legal e APP e todos os embargos que acossam a propriedade. Isso inclusive está previsto na regulamentação do CAR, deveria acontecer e hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





não acontece. E toda vez em que você tem uma área desmatada sobre APP ou reserva legal, ou tem área de embargo, a própria regulamentação diz que esse CAR tem que ser suspenso. Então, a gente precisa fazer com que isso aconteça mesmo para que o CAR seja o veículo para saber o que está acontecendo realmente com a propriedade.

Dar transparência aos dados de identificação do CAR. Não há nenhuma razão para que, no CAR, a gente não possa saber o nome do proprietário, seja pessoa jurídica ou pessoa física, de qualquer uma das áreas cadastradas no CAR, até porque dados imobiliários no Brasil são públicos. Então, a gente precisa vencer esse problema, que é um problema que o Congresso precisa resolver: dar clareza de que esses dados deveriam ser públicos, os dados de identificação do proprietário.

E, por fim, a gente tem que suspender – melhor seria cancelar –, pelo menos suspender todos os processos de regularização fundiária que acontecem em áreas que estão com desmatamento ilegal. Não faz nenhum sentido a gente dar seguimento à regularização fundiária a quem está fazendo alguma ilegalidade sobre uma terra pública que está sendo pleiteada.

Desculpa o avançado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Tasso.

Convido agora para fazer uso da palavra o Coronel Carlos Roberto Sucha, que é Coordenador da Comissão Integradora do Conselho Nacional da Amazônia Legal, que aqui representa também o Vice-Presidente da República, o General Hamilton Mourão.

Muito obrigado por ter aceitado o convite, muito obrigado, Coronel, pela presença.

**O SR. CARLOS ROBERTO SUCHA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Sr. Senador Reguffe, é uma honra estar aqui substituindo a presença programada e prevista do Sr. Vice-Presidente, que não pôde estar neste momento aqui por outras razões.

Eu pedi realmente para ser o último até para entender melhor como é que se processava essa situação toda. Eu agradeço a deferência de o senhor ter aceitado essa nossa solicitação.

Eu gostaria de cumprimentar os nossos palestrantes, a Mônica Sodré, o João Paulo e também o Tasso Azevedo pelas excelentes apresentações que fizeram com um diagnóstico bastante preciso do que foi feito.

Isso demonstra que nós sabemos o que está acontecendo no Brasil e temos, vamos dizer assim, caminhos de solução bastante viáveis. Então, acredito eu que nós precisamos juntar forças e vou mostrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, nessa minha breve apresentação, o que o Conselho da Amazônia está fazendo para justamente aglutinar e buscar convergência de esforços.

Em janeiro de 2020, o Presidente da República transferiu o Conselho da Amazônia Legal para a responsabilidade do Vice-Presidente da República, dando-lhe a tarefa de coordenar e integrar esforços dos ministérios a fim de conduzir as políticas públicas para proteção, preservação e desenvolvimento daquela região.

Eu ressalto aqui que ele fala especificamente...

Está me ouvindo?

Fala especificamente da Região da Amazônia Legal.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente, Coronel, pode prosseguir.

**O SR. CARLOS ROBERTO SUCHA –** Muito obrigado.

Então, falamos especificamente do caso da Amazônia Legal.

Os apresentadores, anteriormente, falaram do Brasil como um todo e também da nossa responsabilidade para com o mundo.

Naturalmente, a Amazônia Legal tem um impacto bastante grande, já que a participação do Brasil na redução, vamos dizer assim, dos gases, na redução do carbono, se dá com muita força pela preservação da floresta.

Nós já temos aqui, no Brasil, uma infraestrutura energética bastante limpa, precisamos melhorar bastante na questão de transporte em outras atividades, mas, na questão da floresta, realmente nós precisamos, sim, ter uma atenção especial, como foi bem apresentado anteriormente.

Por que nós estamos com um problema e como enfrentar esse problema? Quando o conselho foi criado, nós tivemos a busca de montar um planejamento estratégico, uma visão de Estado de longo prazo para poder fazer aquilo que ninguém conseguiu fazer pela Amazônia até agora: integrá-la efetivamente à política nacional. Pela sua situação territorial, a distância dos grandes centros e a dificuldade de infraestrutura que ali existe, é bastante difícil integrá-la. Esse tem sido o desafio de vários Governos anteriores, e nós, no Conselho da Amazônia, então, buscamos montar um planejamento estratégico com esta visão de Estado.

Mas o que ocorreu? Chegou a covid e nos limitou em diversas atividades. Limitou todo o Estado brasileiro, todo o Governo e também a nossa população, dificultando diversas ações. Por outro lado, as ações criminosas continuaram, seguiram sendo executadas sem restrições. Com essa situação, o conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi obrigado a buscar medidas imediatas, entre as quais eu gostaria de destacar a ativação de um gabinete de prevenção e combate ao desmatamento ilegal e às queimadas, que culminou no emprego das Forças Armadas, por um decreto presidencial, na Operação Verde Brasil 2.

Na visão do conselho, à época, os órgãos não estavam bem estruturados e com boa capacidade para dar a resposta imediata que precisava ao problema e a única solução que tivemos foi, vamos dizer assim, o emprego das Forças Armadas, aglutinando esforços em torno da prevenção e combate ao desmatamento ilegal e à queimada.

Tivemos também ações sobre a questão da prevenção à expansão da covid na Amazônia, especialmente nas populações, nas comunidades tradicionais, e buscamos trabalhar na reativação do Fundo Amazônia. O Vice-Presidente assumiu para si a interlocução com os Governadores para que os Estados e a União pudessem trabalhar juntos. Embora os Governadores não façam parte do Conselho da União – e a União também não faz parte do consórcio dos Estados no que se refere à Amazônia –, nós conseguimos colocar aqui uma integração e uma convergência de ações entre Estados e União nesse aspecto.

Como a Operação Verde Brasil 2 foi renovada por três vezes, nós vimos que a operação militar teria que acabar em algum momento e, aí, iniciamos um plano operacional chamado Plano Amazônia 21/22. O plano visava ao quê? Visava empoderar e fazer com que os órgãos responsáveis pela fiscalização e pelo combate pudessem agir com mais efetividade em operações interagências com o apoio das Forças Armadas sem a decretação da GLO. Isso iniciou-se no final do ano passado, o planejamento; em março deste ano, já estava divulgado o plano; e, ainda em maio, iniciou-se a sua execução, mas, com a percepção de que a GLO iria acabar, o crime aumentou de intensidade, as suas ações, dentro da Região Amazônica e, com isso, nós fomos obrigados a reativar novamente a GLO com a Operação Samaúma. Essa última fase, de militarização, vamos dizer assim, da ação ambiental, deve-se justamente aos problemas que nós temos com os órgãos em termos de capacidade de execução da sua missão legal. Nós temos aí, por exemplo, o Ibama, o ICMBio, os diversos órgãos com o seu efetivo reduzido e sem concurso há muitos anos. É um grupo em que já estavam muitos com idade de aposentadoria e em que muitos foram afetados pela covid. Então, tivemos bastante dificuldade de reunir os meios necessários, em termos de pessoal, na região.

O conselho se utiliza dos dados oficiais do Estado Brasileiro informados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que já foi citado anteriormente pelos outros palestrantes, e nós criamos o Gipam (Grupo de Integração para Proteção da Amazônia). Com que finalidade? A finalidade é dar uma inteligência à percepção que nós recebíamos dos satélites e dos dados que eram buscados pelo Deter e pelo Prodes. E precisava de quê? De olhar para as imagens e saber qual era o problema, qual era exatamente o problema, a causa do desmatamento. A causa do desmatamento era garimpo ilegal? Era o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema de grilagem? Era outro problema? Qual era o órgão que teria que estar presente naquela região? Era terra indígena? Não era?

Então, nós víamos uma dificuldade de, vamos dizer assim, interposição de dados, de integração de dados para tomada de decisão, e essa tomada de decisão estava demorada.

E, com isso, nós buscamos aí algumas iniciativas e, novamente, priorizando as ações. Reduzimos o número de Municípios que iam ser abrangidos, buscando os Municípios que demonstravam o maior impacto nesse desmatamento e colocamos isso na Operação Samaúma.

Em paralelo a isso, o conselho está buscando aqui a priorização de ações no que se refere ao olhar mais humanizado para a Amazônia. Nós não podemos olhar para a Amazônia somente sob a ótica de desmatamento.

Como bem disse a Mônica, nós estamos atrasados, nós estamos olhando para o passado; desmatamento é coisa do passado, mas que está nos afetando diretamente agora. Nós temos que olhar a questão da mudança de clima de forma mais ativa, de forma mais proativa.

Mas nós temos um problema: o desmatamento tem que ser contido, e o desmatamento não será contido somente com ações punitivas. É preciso ter um olhar humano, um olhar social, dar alternativas àquela população para que ela possa realmente olhar a floresta como um meio de sobrevida, um meio de vida, ela precisa sobreviver naquele ambiente sem desmatar.

O problema é que o desmatamento maior está ocorrendo não pelas pessoas que lá estão; está ocorrendo por influência política e econômica, especificamente no aspecto de grilagem e no aspecto de posse de terras, que têm interesse econômico futuro.

Bom, nós vimos aí o sucesso apresentado em medidas anteriores. PPCDAm: é espetacular o sucesso que teve. Ele precisa ser renovado, e vai ser renovado ou substituído, com certeza – precisa ser, sem dúvida nenhuma.

Agora, nós precisamos ter um olhar de desenvolvimento sustentável no uso da floresta e também nós temos diversas opções que já estão apresentadas e estão propostas aí também ao conselho para serem efetivadas.

Nós estamos apresentando na reunião de amanhã aos Ministros o Plano Nossa Amazônia. Ele é, vamos dizer assim, uma proposta de ação de governo em cinco áreas prioritárias. A principal delas: a questão da efetividade do combate aos ilícitos ambientais, a gente fortalecer os órgãos para conseguir esse resultado que queremos.

Temos também que buscar a questão da inovação e a bioeconomia, colocando realmente dentro da Amazônia uma opção econômica para a população que ali vive. Nós estamos buscando a questão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento e apoio à decisão com a integração de sistemas já existentes. E os senhores têm experiência, pelo que foi apresentado aí, com bastante cabedal de conhecimento, para entender que, quando a gente olha o desmatamento puro e olha o CAR, se a gente não integrar claramente essas duas situações, por exemplo, você não tem uma política efetiva na responsabilização sobre a questão de desmatamento – a questão de ilícitos ambientais e fundiárias. Os ilícitos ambientais e fundiárias estão interligados, bastante interligados.

Eu não sei se eu entendi bem na apresentação que foi feita, mas foi dito algo sobre a questão de o desmatamento estar ocorrendo em áreas privadas ou sob domínio privado. Eu concordo bastante que está sob domínio privado, mas não é privado. Na nossa concepção, a maior parte do desmatamento está acontecendo em terras da União, terras devolutas ainda não destinadas. E aí vem a outra tarefa que nós estamos propondo: é a questão do desafio da coordenação territorial. Não basta, a nosso ver, somente resolver o problema fundiário, os conflitos fundiários que aí estão existindo, porque novos conflitos vão acontecer se nós não destinarmos as áreas que ainda não estão destinadas. Se nós não resolvermos esse problema, vamos continuar sempre correndo atrás do prejuízo. Então, o ordenamento territorial está também na nossa lista das cinco ações estratégicas prioritárias.

E a outra questão são as fontes de financiamento. Nós precisamos convergir e direcionar para objetivos de Estado, e objetivos de Estado não são objetivos temporários. E aí eu gostei muito do que a Mônica nos disse, que é uma organização não ideológica e não partidária que está buscando o desenvolvimento de ações políticas convergentes. Está muito próximo ao que o conselho pretende também no que se refere à Amazônia. Então, eu acredito, terminando aqui as minhas palavras de uma forma muito breve, que nós podemos convergir e podemos buscar trabalhar juntos com as diversas propostas que os senhores e a Mônica também apresentaram aqui neste momento, ver o que é possível integrar, em que é possível convergir, e irmos buscar, então, trabalhar juntos para melhorar isso daí.

Finalizando, eu quero destacar aqui que o conselho não faz parte propriamente do Executivo. O conselho foi criado sem poder executivo. A responsabilidade dos órgãos sobre a ação executiva não foi passada para o conselho. A nossa responsabilidade é uma ação política de articulação e de convergência, e, na ausência de planos, a gente indicar rumos para que, vamos dizer assim, possamos superar essas dificuldades que estamos tendo no caminho.

Eu acredito que eu vou encerrar aqui porque, ao falar mais do que isso, a gente pode ultrapassar o tempo. Ao iniciar um tema, eu ultrapasso o tempo, e eu não gostaria de prejudicar o debate que vem à frente. Então, que a gente possa buscar aí a solução para os problemas do Brasil.

É uma honra para mim poder estar aqui, Senador, e demais apresentadores, nesta discussão, podendo participar de um tão seleto grupo, que está buscando o melhor para o Brasil.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Coronel. Obrigado por ter aceitado o meu convite.

Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Rocha, Líder do PT, que também está nos dando aqui a honra de participar desta audiência, eu queria só ler alguns comentários de alguns cidadãos brasileiros que estão acompanhando pela TV Senado.

O Miguel Santa, da Bahia, diz: "Não apenas a região Amazônica precisa ser preservada, e, sim, o Brasil inteiro! Um bioma depende de todo ecossistema".

O Moacir Geraldo, de São Paulo, diz: "A Amazônia é muito importante para o abastecimento das bacias hídricas, para o controle climático [...] e [...] à lavoura".

A Gianette Nogueira, de Minas Gerais, diz: "A Amazônia de pé é muito mais valiosa para [...] [o Brasil] e o mundo. Precisa ser preservada com fiscalização e multas, como [...] [está] na Constituição".

A Ester Cardoso da Silva, do Distrito Federal, diz: "Vivemos uma tragédia do ponto de vista socioambiental. Precisamos defender a Amazônia e os direitos indígenas e de populações tradicionais".

O Raphael Bontempo, de Goiás, diz: "O Brasil precisa tratar a preservação com a seriedade que o assunto merece, mas também tem que separar o que é desmatamento legal do ilegal".

E o Andre Marques, também aqui do Distrito Federal, diz: "A sociedade, em geral, deve lutar em prol dessas missões [porque] a causa é justa".

Há muitos outros aqui. Vou tentar selecionar mais alguns para ler aqui.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente Reguffe, parabéns pelo debate.

Queria saudar a todos os convidados.

Ainda bem que o Coronel Carlos Sucha fez uma separação no final entre o conselho e o Governo.

Eu vou discorrer sobre isso depois, mas eu queria, primeiro, dizer o seguinte: para falar da Amazônia, é preciso compreender toda a sua complexidade. É um bioma complexo. Dentro dos próprios Estados, como no meu Estado do Pará, há várias diferenças regionais. Então, é de uma complexidade muito grande. Portanto, qualquer ação, seja governamental, seja qual for, tem que levar em consideração essa complexidade, além da importância que ela tem, do papel que ela tem para o clima, para a questão mundial, etc., o que é outro grande debate que está sendo cobrado por nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse processo de devastação na Amazônia vem de algum tempo. Os governos militares não tinham nenhuma preocupação com isso ao implantar projetos governamentais lá. Cito o exemplo de Tucuruí. Ali se cometeram todos os crimes – todos! Depois, a própria natureza foi consertando esse processo.

Até para não desmatar, eles desfolharam a floresta submersa com um pó, que é um pó chamado pó amarelo que era usado na Guerra do Vietnã para desfolhar as madeiras que ficaram em pé, submersas no lago, o que trouxe graves consequências ambientais para a água, para o peixe, enfim, para a sobrevivência dos ribeirinhos, etc.

Depois a própria construção da Transamazônica, com a ideia dos militares de "ocupar para não entregar", foi um verdadeiro descalabro ali no processo de implantar uma estrada de mil quilômetros só dentro do Estado do Pará, atravessando desde o Nordeste à Amazônia e criando, inclusive, cidades com desordenamento e implantação de colonização sem nenhum planejamento, com a visão de "ocupar para não entregar".

Depois que vieram os governos militares, aí nós tivemos um momento muito importante nos avanços. Desde Fernando Henrique Cardoso e Lula, foram criando avanços, arcabouços legais, como o Código Florestal, e criando estruturas públicas que tiveram um papel importante nesse processo de combate, na busca de resolver os problemas da devastação e pensar no desenvolvimento para a Amazônia, respeitando a questão ambiental, a complexidade da biodiversidade, etc., como a criação do Ibama, do ICMBio, do próprio Censipam e do Sivam. Essas coisas todas foram sempre criadas nos chamados governos democráticos. Mas os próprios setores da sociedade, quer seja pequenos produtores, trabalhadores ou os próprios grandes produtores, começaram também, a partir dessas intervenções de governos democráticos, a buscar saídas para o chamado desenvolvimento sustentável.

A indústria madeireira, por exemplo, que era a vilã da devastação, buscou, através de rodízio da exploração dentro de uma área, madeiras preservando a questão ambiental. Os próprios plantadores de capim, que em determinado momento também foram incentivados, lá na época dos militares, em outros setores, em outras regiões, começaram a buscar saída numa combinação de reflorestamento e criação do boi. Exemplos disso já há bastante na Amazônia, principalmente na cidade de Paragominas, que foi um exemplo da indústria madeireira de devastação; lá esses setores buscaram saídas para esse processo. Eu quero dizer com isso que a própria sociedade foi buscar saídas para combinar essa questão do desenvolvimento com respeito ao meio ambiente e à biodiversidade da Amazônia.

O problema é que tudo isso de que nós estamos reclamando agora e buscando saídas se agravou com esse Governo que está aí. Por isso, Coronel, com todo o respeito ao senhor – pela sua intervenção, percebe-se que o senhor tem um compromisso –, mas ainda bem que o senhor fez essa diferença em relação ao conselho e o Governo, porque desse Governo que está aí não se espera nada, ao contrário, avanços. Um Governo que incentiva, o próprio Presidente da República incentiva a invasão de garimpeiros sobre terras indígenas; um Governo que baixa portaria, como a portaria da Funai, para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diminuir as terras indígenas, para poder favorecer a ocupação dessas terras. Ele diminui, tira o orçamento dos principais órgãos que foram conquistando avanços importantes. Um exemplo disso é um equipamento de vigilância feita através de buscas dos satélites, lá dentro da cidade de Belém, um instrumento do Sivam que está totalmente sucateado, de propósito inclusive. E inclusive isto que a Dra. Mônica reclamou: incentivo a iniciativas parlamentares, iniciativas legislativas que destroem tudo aquilo que nós já organizamos como arcabouço legal, como reserva florestal, como reservas produtivas.

Enfim, essa preocupação que o Coronel falou sobre o ordenamento territorial, as propostas que estão chegando aqui ao Congresso Nacional ou estão sendo ressuscitadas, porque nós já fizemos até o sepultamento delas, o arquivamento delas, são um verdadeiro incentivo ao desordenamento territorial.

Então, é preciso realmente que esses debates fluam aqui dentro do chamado Congresso Nacional, porque aqui está a representação de todos os setores, combinando com a boa vontade dos nossos estudiosos, dos nossos técnicos, porque eu conheço aí o João Paulo, o Tasso e a própria Mônica. E agora, com esse espírito nacionalista do Coronel, quem sabe a gente não se une para evitar que a tal da boiada passe, como o próprio Ministro disse. O exemplo, Coronel, da vontade do Governo atual veio na palavra do ex-Ministro: "Enquanto eles estão preocupados com a pandemia, a gente vai passar a boiada por aqui."

Então, parabéns, Presidente Reguffe, por trazer esse debate para cá e chamar estes convidados nossos: o João Paulo, o Tasso, a Mônica e o Coronel, que têm muito a contribuir para salvar a nossa Amazônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha, pelas suas considerações e por também estar presente aqui nesta audiência.

Acho que esse é o intuito desta Comissão. Além de votar os projetos, nós vamos aqui fazer desta Comissão um grande centro de debates sobre a questão nacional, tanto de defesa do consumidor como na área de fiscalização e controle.

Já fizemos aqui audiência pública para debater a questão dos planos de saúde, que, muitas vezes, lesam o contribuinte com algumas artimanhas. Fizemos aqui uma audiência pública para debater o preço do combustível no Brasil, que está subindo a cada dia mais. Só este ano, já houve sete aumentos. E agora estamos debatendo a questão do desmatamento, tão importante de ser combatido, e a questão da Amazônia, que é um patrimônio do povo brasileiro e algo que precisa ser tratado com mais carinho por parte de todos aqueles que têm responsabilidade pública.

Mais algumas considerações aqui de alguns telespectadores.

O Leonardo Rodrigues diz que "Uma campanha de conscientização em massa é necessária para a preservação, pois muitas vezes os próprios moradores destroem a floresta".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Flávio Peterossi, de São Paulo, diz que "A política de prevenção e controle está defasada em relação aos números de colaboradores públicos para se efetivar a fiscalização para tal".

A Carmen Santos, do Paraná, diz que espera "que esse debate conduza a uma política pública de real preservação, bem como a programas de conscientização".

O Flavio, do Rio de Janeiro, diz que é preciso também pensar na questão do reflorestamento e gostaria que os convidados falassem também um pouco sobre a questão do reflorestamento.

E o Alex Sallai parabeniza o debate e diz que esse debate é muito importante, que esse é o papel do Parlamento.

Eu vou agora passar aos convidados para as considerações finais. Nós temos que depois entregar a TV Senado, eu tenho que cumprir o combinado, entregar para outra Comissão a TV Senado. Eu vou dar cinco minutos para cada um dos convidados.

Quero muito agradecer a presença de vocês. Este é um primeiro debate sobre o tema. E é muito importante que essas sugestões colocadas pelos convidados aqui, Coronel, tentem encontrar acolhida por parte do Governo Federal. São sugestões práticas, importantes para a preservação da nossa Amazônia, que eu acho que é o interesse de todos os brasileiros, e é muito importante isso ser tratado com muita atenção e ter a devida acolhida por parte do Governo Federal.

Quero muito agradecer a cada um dos presentes. E convido agora o Tasso Azevedo para fazer as suas considerações em cinco minutos, Tasso. Obrigado pela presença.

**O SR. TASSO AZEVEDO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Não vou usar os cinco minutos, não, mas só para agradecer o convite.

Eu acho que o importante é que, se esse elenco de recomendações que foi colocado aqui for aplicado, e acho que isso vale principalmente para o Coronel, assim, a chance de a gente conseguir fazer um sinal claro para reduzir o desmatamento é alta. Agora, esse recado e esse sinal têm que ser dados pelo Governo como um todo, não adianta ele vir só de uma força, porque assim são os sinais, não é?

A gente costuma dizer que o desmatamento é o seguinte: como qualquer coisa ilícita, o movimento dele acontece pela perspectiva de você ser pego, ser responsabilizado e ter consequência ou não. Então, se a sua percepção é de que não vai ter consequência, a possibilidade de continuar praticando e seguir praticando e multiplicar a prática daquele crime vai ser alta. Então, a gente precisa mudar isso direto. Isso é dado por sinais. Às vezes, são sinais além do quadrante dos dados concretos de realidade.

Então, eu acho que o embargo imediato e remoto, em larga escala, das áreas que estão desmatadas ilegalmente... E hoje a gente sabe porque tem relatório para todos os alertas de desmatamento. Não é para um ou outro, não é uma amostra, os relatórios estão prontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até 2018, o Brasil produzia, por ano, mil relatórios de desmatamento. A gente produz, agora, no MapBiomas, 1,5 mil por semana. Eles estão todos disponíveis com API, com tudo o que precisa, e eles foram feitos, montados, para atender o servidor público. E hoje estão sendo mais usados por bancos, por seguradora, etc., do que pelo próprio poder público. Então, é muito importante a gente usá-los. A gente produz tudo o que precisa para que eles possam ser usados efetivamente.

A gente precisa dar um sinal claro de que é intolerável. E esse sinal claro hoje, a coisa mais objetiva que se pode fazer é o embargo remoto dessas áreas todas e suspender o CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural. Com isso, você fecha toda a fonte de financiamento, etc., para que essas áreas continuem sendo desmatadas.

Obrigado de novo pelo convite, Senador Reguffe, Senador Paulo Rocha, que conheço há muitos anos. Ficamos totalmente à disposição da Comissão, do Governo e de quem precisar de informações sobre o tema desmatamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Tasso, por ter aceitado o meu convite.

Convido agora para os cinco minutos de considerações finais a Mônica Sodré. Mônica, muito obrigado por ter aceitado o meu convite para participar desta audiência e também trazer sugestões práticas para melhorar esse grande problema que nós temos hoje na Amazônia.

**A SRA. MÔNICA SODRÉ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Reguffe. Eu também gostaria de cumprimentá-lo pelo convite e, mais uma vez, pela sua iniciativa e disposição pessoal de realizar um debate como este.

Gostaria de agradecer a todos que nos acompanharam e de trazer aqui, nas minhas considerações finais, a importância de que a gente traga esse debate também para as eleições. Em 2022, nós teremos eleições para o Executivo e para o Legislativo em todo o País. E é importante que vocês, Sras. e Srs. Senadores, Câmara dos Deputados, incorporem a questão do clima nos seus compromissos e na sua agenda de Governo, nos seus planos de Governo. Essa corrida pela descarbonização é um caminho sem volta. Ela está dada e hoje nós estamos perdendo oportunidades com isso, perdendo dinheiro.

Eu gostaria de colocar a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade à disposição de vocês para favorecer e para avançar nesse diálogo com lideranças políticas de todo o Brasil, a despeito de suas diferenças partidárias, regionais e ideológicas. É para isso que a gente trabalha todos os dias, para que nós tenhamos lideranças políticas melhores e comprometidas com essa causa.

Gostaria de agradecer-lhe, mais uma vez, e de agradecer também aos Senadores que nos acompanharam aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Mônica. Obrigado por participar desta audiência e por ter aceitado o nosso convite.

Convido agora, para as considerações finais, o João Paulo Capobianco. Obrigado, Capobianco, por ter aceitado o convite também.

**O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está me ouvindo? Parecia que estava mudo. Está com som?

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente.

**O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, Senador Reguffe, muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade.

Parabenizo, de forma enfática, a Comissão por essa oportunidade de trazermos esse tema aqui com maior profundidade, como mais tempo para debatê-lo. Foi muito bom!

Quero também agradecer a presença do Senador Paulo Rocha também, uma pessoa ativa, muito ativa em defesa da Amazônia, durante tantos anos aí, tantos trabalhos conjuntos; ao Líder Izalci Lucas também, do PSDB, que também está acompanhando; Tasso, Mônica, Carlos Sucha, representando aqui o Vice-Presidente.

Queria só reforçar aqui algo que eu considero extremamente importante, Dr. Carlos Sucha, que é o seguinte – aqui já foi dito, mas eu gostaria de reforçar mais uma vez –, o senhor mesmo disse isso e eu acredito que essa deva ser a mensagem final, mais importante para quem está nos acompanhando: o Brasil sabe como fazer, o Brasil já fez. O Brasil reduziu o desmatamento de 27 mil quilômetros quadrados para 4 mil quilômetros quadrados. Portanto, nós não estamos falando aqui de uma missão impossível. Ao contrário, nós estamos falando de uma ação em que há conhecimento acumulado e essa ação foi realizada pelos profissionais que estão no serviço público, por aqueles que estão no Ibama, por aqueles que estão no ICMBio, por aqueles que estão na Polícia Federal, aqueles que estão nas Forças Armadas, aqueles que estão na Polícia Rodoviária Federal e nos Estados, nas polícias militares, nos Governos. Então, nós temos conhecimento, nós temos capacidade, nós temos a possibilidade de tirar o Brasil daquilo que a Mônica disse muito bem, do caminho errado, da contramão da história.

E eu queria dizer para o senhor, Carlos Sucha, nesta oportunidade, o senhor disse muito bem, nós temos que oferecer alternativas. O problema aqui é que, num ambiente de ilegalidade, num ambiente de violência contra os direitos humanos, contra os povos indígenas, contra as populações tradicionais, contra os pequenos agricultores familiares, não há como nós desenvolvermos a Amazônia de forma equitativa, justa e ambientalmente sustentável. Portanto, a ação do controle não é a única necessária, mas ela é extremamente necessária. E o trabalho que o Tasso mostrou aqui – eu, inicialmente, apresentei algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações sobre e ele foi mais a fundo – mostra que as informações estão disponíveis. Nós sabemos quem e onde está operando. Nós sabemos quem está invadindo as terras públicas, porque essas pessoas acreditam tanto na impunidade que elas têm o desplante – desculpem por usar esta palavra – para entrar no CAR! Para entrar no CAR, eu tenho que pôr meu nome completo e meu CPF. Essas pessoas invadem as terras públicas e ainda entram no CAR, porque elas têm quase certeza – quase certeza – de que haverá impunidade. Elas têm quase certeza de que não haverá ação.

Portanto, isso em que o Tasso insistiu, eu já havia insistido antes e eu insisto mais uma vez: o Governo Federal pode agir já. Se o Governo Federal retirar, cancelar o CAR daqueles que estão em terras públicas, o que é ilegal, vamos eliminar mais de 15 milhões de hectares de áreas sendo fraudadas. Isso é um sinal fortíssimo. Não é necessário recurso para isso, não é necessário as Forças Armadas irem a campo. É necessário apenas mandar o Serviço Florestal Brasileiro cumprir a sua função e a sua obrigação legal, que é cancelar esse CAR.

Mais: o Conselho da Amazônia pode punir e autuar esses desmatadores por correio, porque essas áreas estão documentadas, existem laudos mostrando isso. Portanto, não é necessária uma operação monumental de milhares de soldados para operar. Ou seja, caro Dr. Carlos Sucha, por favor, leve isso ao Vice-Presidente da República: a Amazônia necessita de ação urgente e agora. Essa ação está ao alcance das mãos. Não há nada que impeça uma ação exemplar que nos mude de caminho, que mude a sintonia. As pessoas que estão operando de forma ilegal, que não são os moradores originários da região, não são os pequenos produtores, não são os extrativistas, aqueles que estão lá agindo ilegalmente precisam de um sinal claro de que haverá punição.

O senhor vai ver que, se vocês fizerem isso, o desmatamento vai cair abruptamente. Aí, sim, nós vamos criar condição para introduzir alternativas econômicas sustentáveis e promover o desenvolvimento sustentável nessa região, o que é extremamente necessário. Mas, para isso, há que haver uma situação de Estado de direito, e o Estado de direito quem impõe é o Governo Federal com os seus instrumentos, juntamente e em parceria com os governos estaduais.

Portanto, é o apelo que fica aqui, Senador Reguffe. Esse é o nosso apelo: que o Governo aja, porque os instrumentos existem, as possibilidades estão dadas e não é necessário muito recurso nem grande esforço para mudar o quadro dramático que a Amazônia vive hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, João Paulo Capobianco. Obrigado também por ter aceitado o convite e também por ter participado desta audiência.

Quero agradecer também ao Coronel Carlos Sucha, a quem concedo agora cinco minutos para as suas considerações finais, e dizer, Coronel, que a Amazônia é algo muito importante para os brasileiros e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





é muito importante também que nós tenhamos um desenvolvimento econômico no País. As pessoas precisam de emprego, as pessoas precisam trabalhar, as pessoas precisam botar o pão de cada dia nas suas mesas. O Brasil precisa ter um projeto de desenvolvimento econômico sério. Agora, esse projeto tem que levar em consideração o meio ambiente; ele precisa ser um desenvolvimento econômico sustentável. A ideologia que este País precisa, neste momento, é a ideologia do bom senso, é de conseguir fazer as coisas de forma equilibrada, de forma ponderada, gerando empregos, desenvolvimento para este País, tendo um projeto de desenvolvimento econômico sério e com substância, mas levando em consideração o meio ambiente, levando em consideração a questão da sustentabilidade. Eu acho que isso é importante.

Eu queria agradecer a sua presença e por ter aceitado o convite para participar desta audiência.

**O SR. CARLOS ROBERTO SUCHA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade também de eu fazer essas considerações finais.

O que a gente percebe é que nós todos sabemos o que tem que ser feito, o que deve ser feito, e eu, antes de prosseguir nas considerações finais, eu gostaria de fazer uma correção na minha exposição. Eu falei que o Conselho não pertence ao Executivo. Transmiti mal e talvez tenha sido mal interpretado. Na verdade, o Conselho não tem o poder executivo na mão, ele não tem a função executiva. Ele foi criado pelo Executivo para auxiliar nos processos políticos, no processo de busca de articulação e convergência, mas não tem o poder executivo de mando sobre os órgãos, sobre as instituições e tudo mais. Nós buscamos convergência de ações. Então, corrigindo isso – e eu fui obrigado a corrigir justamente porque o Senador Paulo Rocha colocou a situação e me colocou numa saia justa aqui. (*Risos.*)

Eu pertenço, sim, ao Executivo, eu pertenço, sim, a este Governo. A Vice-Presidência é uma instituição de segurança, vamos dizer assim, para as instituições democráticas. Ela não faz parte do Executivo como um todo, mas o Conselho é uma iniciativa do Executivo para a convergência das políticas públicas.

Feita essa minha correção, eu espero que eu tenha conseguido transmitir a ideia, eu gostaria de dizer que eu concordo perfeitamente com os palestrantes que colocaram aqui a situação de que a lei precisa alcançar o infrator, isso o Vice-Presidente tem dito em todas as oportunidades: o braço da lei vai alcançar o infrator e é também, vamos dizer assim, a forma como a Operação Samaúma, neste momento, está conduzindo a sua comunicação social.

Nós precisamos fazer com que aquele que não cumpre a lei seja enquadrado por ela, em proveito do interesse público, superando essa gana de buscar o interesse próprio, o interesse setorial que existe em muitas pessoas, em muitos setores, em muitas até organizações. Então, eu concordo perfeitamente com o que colocou aqui o Dr. Tasso, que nós temos que fazer chegar essa mensagem de intolerância com a questão de não cumprimento da lei. Nós não podemos tolerar a infração, o não cumprimento da lei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularmente nesta temática ambiental, porque isso está comprometendo, como disse a Mônica, a nossa relação com o futuro do Brasil. Eu vejo, então, essa grande oportunidade que temos.

Quero agradecer, então, à Mônica, ao Tasso, ao João Paulo pelas colocações que fizeram e, com certeza, nós vamos conversar mais à frente junto à Comissão Integradora. Eu vou pedir a vocês que compareçam à Comissão Integradora para colocarem essas ideias junto à Comissão e a gente poder discutir isso mais ativamente dentro do Conselho da Amazônia.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador, muito obrigado pela honra de participar com pessoas que conhecem tanto a temática ambiental.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Coronel. Obrigado por ter aceitado o meu convite e também por ter participado desta audiência pública.

Chegou uma sugestão boa aqui do André Lima, que é encaminhar as recomendações desta audiência pública – André Lima, que é do Instituto Democracia e Sustentabilidade –, de encaminhar as recomendações desta audiência pública para o processo de avaliação de política de clima com foco em desmatamento e queimadas na Amazônia da Comissão de Meio Ambiente aqui do Senado. Nós vamos encaminhar também essas considerações para essa Comissão. É uma boa sugestão, André.

Queria agradecer a cada um dos presentes.

O Senador Paulo Rocha gostaria de falar? (*Pausa.*)

O seu áudio já está liberado, Senador Paulo Rocha.

Acho que V. Exa. tem que liberar o seu áudio. Está liberado agora.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Então, acima da sugestão, vamos pegar também essa sugestão aí dos vários palestrantes, Reguffe, eu e você, vamos passar para as nossas assessorias para ver que iniciativas parlamentares mais, sei lá, de decreto legislativo, no caso das sugestões, cabem para nós dois entrarmos, no caso do cumprimento do CAR, essas coisas. Eu acho que cabe alguma coisa mais dura do Parlamento para a gente tomar iniciativa. Quem sabe vamos conversar nós dois, para falar com os nossos consultores daqui, do Senado, para ver se cabe dentro dessas sugestões, que eu vi aí, pela minha experiência, que acho que cabe alguma iniciativa nossa nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Vamos fazer, sim. O que depender da gente a gente tem que fazer. Foram sugestões objetivas e muito importantes que vieram nesta audiência pública, Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer a todos os telespectadores da TV Senado, a todos os ouvintes da Rádio Senado. Nós vamos encaminhar aqui as considerações para a Comissão de Meio Ambiente do Senado e vamos também sentar, Senador Paulo Rocha, e ver o que a gente também pode fazer, se a gente pode fazer alguma ação do ponto de vista legislativo aqui no Senado Federal.

Mas é muito importante esse debate, é importante que a sociedade civil tenha voz e é importante que o Governo ouça também as ponderações e considerações da sociedade civil e daqueles que militam nessa área e que acompanham esse grave problema que prejudica todos, que é o desmatamento na Amazônia.

Na próxima semana, às 4h da tarde, nós teremos uma reunião deliberativa ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, para a qual convido os Senadores membros da Comissão.

E, mais uma vez, obrigado a todos os convidados, obrigado por terem aceitado o meu convite para participar desse rico debate aqui na Comissão.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezesseis horas e vinte e quatro minutos do dia trinta de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Reguffe e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad e Acir Gurgacz, e ainda do Senador não membro Lucas Barreto. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 1, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Apresenta proposta, nos termos dos arts. 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, para que sejam investigadas e apuradas as denúncias objeto da Homologação de acordo de colaboração premiada pelo Supremo Tribunal Federal firmado com Delcídio do Amaral Gomez, com efeito erga omnes, vazado em todos os requisitos legais essenciais (formais e essenciais), assim entendido pelo Ministério Público Federal (Nº 22854/2016-GTLJ/PGR), no que tange ao depoimento constante do Anexo 07 - BELO MONTE, da Homologação." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela admissibilidade e aprovação da proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 2, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts 102-A e 102-B, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é apresentada Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) , para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), o não cumprimento, por parte do Ministério do Esporte, da publicação do relatório de acompanhamento da aplicação de recursos para o desporto provenientes de loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Comitê Paralímpico Brasileiro." **Autoria:** Senador Romário (PODE/RJ). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela admissibilidade e aprovação da proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 4, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Nos termos dos arts. 102-A, inciso I, e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com os incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresento a presente Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), destinada a apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), relação entre as recentes mudanças na condução das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento e o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia. A análise deverá incluir a efetividade de programas, ações, projetos e estrutura de governança afetos a essas políticas, com ênfase no ano de 2019, e concluir sobre eventual responsabilidade por ação ou omissão da atual gestão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério do Meio Ambiente." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela admissibilidade e aprovação da proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 8, de 2021** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado a comparecer a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Walter Souza Braga Netto, para prestar esclarecimentos relativos ao provimento da patente de Marechal e equivalentes nas demais forças armadas (de almirante na Marinha e de marechal do ar na Aeronáutica) fora das hipóteses legais." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4317, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, para aprimorar as formas de resolução de demandas dos usuários de serviço público" **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Reguffe. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5325, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 6, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para aumentar a transparência do processo de liberação e execução de emendas parlamentares." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1750, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que, no caso de fornecimento de produto durável, o início da contagem do prazo decadencial para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, será dado após o término do período de garantia contratual." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Reguffe**

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/30

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial. Quem estiver aqui no plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações"; depois, "votações abertas em Comissões"; e então procurar a votação da CTFC em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota e escolhido o voto, é necessário também enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos. Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos, poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada no *chat* e nos computadores deste Plenário.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº 14.853, de 2021,do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ofícios 947, de 2020, e 2, de 2021, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Ofícios 17, de 2020, e 144, de 2021, do Ministério da Agricultura; Ofícios 186, 192, 217, 296 e 312, de 2020, e 6, 154, 175, 201 e 334, de 2021, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofícios 171, de 2019, 25 e 112, de 2020, e 16, 24, 209, 313, de 2021, da Agência Nacional de Saúde Suplementar; Ofícios 2.924 e 4.920, de 2021, do Cade; Mensagem 352, de 2021, da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Avisos 683, de 2020, e 573, de 2021, do Tribunal de Contas da União;

Ofício 31, de 2021, da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); Ofício 86, de 2021, do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região; Ofícios 11 e 171, de 2021, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Ofício 67, de 2021, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC); Mensagens 40, 503, 581 e 605, de 2019, 112 e 533, de 2020, e 85 e 219, de 2021, da Presidência da República; Ofício 84.690, de 2020, do Ministério da Economia; Ofícios 285 e 463, de 2020, e 171, de 2021, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Ofícios 89, de 2020, e 99, de 2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Ofícios sem número, 19, de 2020, e 30, de 2021, da Agência Nacional do Cinema (Ancine); Ofício 82, de 2021, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Ofícios 9.303 e 13.130, de 2021, da Agência Nacional de Mineração (ANM); Ofício 22, de 2021, da Caixa Participações S.A.; Ofícios 45 de 2020, e 10, de 2021, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Ofício 5, de 2020, da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.; Ofício 24, de 2020, da GasBrasiliano Distribuidora S.A.; CAR 273, de 2020, da Pré-Sal Petróleo S.A.; Ofício 618, de 2020, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Ofício 878, de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Ofício 21.266, de 2019, da Controladoria-Geral da União (CGU); Ofício 61, de 2021, da Prefeitura de Belém; Ofício 578, de 2020, do Município de Sapucaia do Sul; Ofício 104, de 2021, da Prefeitura Municipal de Aracaju; Ofício 353, de 2020, da Prefeitura Municipal de Franco da Rocha; Ofício 282, de 2020, da Prefeitura Municipal de Feira de Santana; Ofício 46, de 2020, da Prefeitura Municipal de Barra do Garças; Ofício 74, de 2020, da Prefeitura de Timbó/SC; Ofício 0141, de 2020, do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão, na seção "Documentos Recebidos", com *link* para acesso ao seu conteúdo, por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, o referido documento será arquivado, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Foram recebidas ainda quatro Propostas de Fiscalização e Controle:

– duas, do Senador Rodrigo Cunha: a primeira destinada a apurar a aplicação de recursos para a compra de imunizantes no combate à covid-19, a distribuição destes pelos entes federados e a aplicação das respectivas doses de acordo com o plano nacional de vacinação; e a segunda destinada a apurar as razões que levam a Aneel a desconsiderar o contexto da pandemia de covid-19 e o estado de emergência reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, na edição da Resolução Homologatória nº 2.684, de 28 de abril de 2020, da Aneel, que aprova a revisão tarifária extraordinária da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia e suspende a aplicação das tarifas resultantes da revisão tarifária extraordinária dessa empresa até o dia 30 de junho de 2020;

– uma, da Senadora Leila Barros, solicitando ao TCU auditoria de natureza operacional nos recursos alocados no Ministério da Saúde nas subfunções orçamentárias relacionadas com a Saúde executadas por outros ministérios, sob a ótica da eficiência, eficácia e efetividade das ações federais no enfrentamento da pandemia da covid-19;

– e uma, do Senador Jader Barbalho, destinada a apurar a falta de investimento no Ministério da Educação para melhorar a conectividade dos alunos das escolas públicas com a internet nos anos de 2020 e 2021 e preparar as escolas para voltarem às aulas de forma segura.

As propostas serão distribuídas para relatoria prévia, nos termos do art. 102-B, inciso II do Regimento Interno.

Vamos à pauta.

Depois dessa quantidade de ofícios e requerimentos, como estamos de quórum?

Se puder abrir o painel para que eu possa...

Estamos com sete Senadores presentes. Estão faltando dois Senadores.

Primeiro, quero agradecer a presença da Senadora Eliane Nogueira, do Senador Telmário Mota, do Senador Marcos do Val, do Senador Eduardo Girão, do Senador Styvenson Valentim e do Senador Acir Gurgacz.

Precisamos de mais dois Senadores. Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Renan Calheiros, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Mara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabrilli, Senador Irajá, Senador Rodrigo Cunha, Senador Izalci Lucas, Senador Roberto Rocha, Senador Wellington Fagundes, Senador Jorginho Mello, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Fabiano Contarato, se puderem dar a presença, eu agradeço. Faltam apenas dois para termos o quórum e podermos votar os projetos que estão na pauta. (*Pausa.*)

Vamos esperar mais cinco minutos para ver se conseguimos mais dois Senadores para dar quórum na Comissão.

Vamos aguardar mais cinco minutos. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Enquanto aguardamos mais um Senador para dar quórum, eu passo a palavra ao Senador Telmário Mota para ler o relatório do item 9 da pauta, o Projeto de Lei nº 3.183, de 2019.

**ITEM 9**

**PROJETO DE LEI N° 3.183, DE 2019**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).*

**Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

**Relatoria:** Telmário Mota

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*- A matéria constou na pauta da reunião do dia 09/08/2021*

Com a palavra o Senador Telmário.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Como Relator.) – Presidente, eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras.

Queria pedir a autorização de V. Exa., como não há ninguém próximo, para tirar a máscara aqui para poder ler. Pode ser? (*Pausa.*)

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei n° 3.183, de 2019, terminativo, dispõe sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Autor: Senador Veneziano; e eu sou o Relator.

O Projeto de Lei (PL) n° 3.183, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, tem o objetivo de alterar a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Neste sentido, o art. 1º da proposição estabelece que a lei passa a vigorar com o seguinte art. 3º-A, acrescido ao seu Capítulo I:

> Art. 3º-A. As instituições de ensino cadastradas no Fies encaminharão ao FNDE, no período mínimo de quarenta e cinco dias antes da data final para matrícula, o valor total e o valor das mensalidades de cada curso com financiamento do Fies, nos termos desta Lei.
> Parágrafo único. O FNDE tornará públicos os valores mencionados neste artigo, com vistas a assegurar o monitoramento e a transparência do Fies.

Por seu turno, o art. 2º registra a cláusula de vigência a partir da publicação da lei que se pretende adotar.

Na justificação, entre outras ponderações, anota-se que o Fies é um programa do Ministério da Educação (MEC) que visa a conceder financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva, sendo que, de 2010 até hoje, o fundo já financiou mais de 2,4 milhões de contratos, sendo responsável por grande parte das matrículas na educação superior no Brasil.

A justificação segue registrando que o Fies é regulado pela Lei nº 10.260, de 2001, que estabelece as condições para os empréstimos, as receitas, a gestão, a forma de financiamento e suas garantias, além das responsabilidades e penalidades das instituições e dos contratantes. E, entre as responsabilidades das instituições participantes, é determinado que o valor total do curso financiado será discriminado no contrato de financiamento, com o valor da mensalidade no momento da contratação e sua forma de reajuste para todo o período do curso.

Nos termos da justificação, isso resulta em que a lei determina a especificação dos valores das mensalidades nos contratos de financiamento sem, porém, estabelecer a previsão de sua divulgação para toda a sociedade.

Por sua vez, a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre as anuidades escolares, estipula, em seu art. 2º, que o estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o valor das anuidades ou das semestralidades, no período mínimo de 45 dias antes da data final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para matrícula. Assim, embora a legislação já tenha a previsão de divulgação, essa se resume ao âmbito das próprias instituições, para acesso dos respectivos alunos.

A justificação conclui anotando que a proposição pretende determinar que as instituições participantes do Fies encaminhem o valor das mensalidades ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do MEC que opera o financiamento estudantil, e o FNDE, por sua vez, fica responsável por tornar públicas essas informações, de forma a garantir maior transparência e controle sobre o programa, com vistas a assegurar a sua sustentabilidade e eficácia.

Até o momento não há emendas à presente iniciativa.

Análise do projeto, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Compete à CFTC decidir terminativamente sobre o presente projeto de lei, nos termos do previsto no art. 58, §2º, I, da Constituição Federal, e do art. 91, combinado com art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal.

No que concerne ao exame da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, conforme entendemos, em princípio, não há óbice à livre tramitação do PL nº 3.183, de 2019.

Com efeito, no que diz respeito à constitucionalidade, cabe consignar que o presente projeto de lei trata de matérias relativas simultaneamente a acesso à educação, a crédito e à publicidade de contratos públicos, sobre as quais a União detém competência para legislar.

Com efeito, o art. 22, VII, da Lei Maior, preceitua que compete à União legislar privativamente sobre política de crédito. O art. 23, V, também do Estatuto Magno, estabelece a competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para proporcionar os meios de acesso à educação, e o art. 24, IX, preceitua a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre educação.

Outrossim, o art. 37 da Lei Maior estabelece o princípio da publicidade entre os princípios a serem observados nas atividades em que tenha participação a administração pública.

Portanto, sob quaisquer dos ângulos pelos quais pode ser examinada a presente proposição, compete à União, por meio do Congresso Nacional, art. 48, dar-lhe o regramento legislativo.

No que se refere ao mérito, somos plenamente favoráveis à presente iniciativa.

Com efeito, na medida em que determina que as instituições de ensino encaminhem ao FNDE até 45 dias antes da data final para matrícula, o valor total e o valor das mensalidades de cada curso com financiamento do Fies, a proposição sob análise contribui para um maior grau de informação e de previsibilidade para todos os interessados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ademais, ao tornar públicos esses valores, o FNDE, além de prestar informações das mais relevantes para os interessados, também estará assegurando a transparência que necessariamente tem que abranger todos os negócios em que o poder público tenha participação.

Isso é muito a cara do nosso Presidente: gosta da transparência o Presidente. Tem tudo a ver com você este projeto.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 3.183, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação.

Em homenagem a você o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Telmário Mota.

Já temos quórum para votação? (*Pausa.*)

Ainda está faltando um Senador para termos quórum. Vamos aguardar, então, mais um pouquinho.

Enquanto isso, eu retiro de pauta o item 4, o Requerimento nº 8, de 2021, de autoria do Senador...

Senador Telmário, se V. Exa. puder esperar um minutinho, eu agradeço.

Enquanto isso, eu retiro de pauta o item 4, que é o Requerimento 8, de 2021, a pedido do autor, o Senador Fabiano Contarato.

Senador Telmário, V. Exa. poderia presidir enquanto eu leio um projeto do qual sou Relator? Ele preside de lá ou daqui? Se V. Exa. puder presidir daí mesmo, como nós estamos nessa pandemia, é melhor.

Passo a Presidência a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – (*Falha no áudio.*)

... Presidência interina da Comissão, o item 5.

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI N° 4317, DE 2019**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera a Lei n° 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, para aprimorar as formas de resolução de demandas dos usuários de serviço público.*

**Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

**Relatoria:** Reguffe

**Relatório:** Pela aprovação com duas emendas

**Observações:**

*- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.*

Senador Reguffe com a palavra

**O SR. REGUFFE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou à análise e ao voto.

Consoante o disposto no art. 102-A, do inciso III do Regimento interno desta Casa, compete a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

Em relação ao mérito, opinamos que o projeto em exame merece aprovação.

Concordamos com a determinação contida no projeto de lei de adesão obrigatória do prestador particular de serviço público ao sistema alternativo de solução de conflitos mantido pelo Poder Executivo federal no âmbito da internet, denominado "consumidor.gov", haja vista que essa medida desburocratiza e facilita a apresentação e o acompanhamento pelo consumidor das reclamações protocoladas contra o fornecedor dos serviços, colaborando para a resolução extrajudicial dos conflitos de consumo.

Ademais, fica estabelecido, a nosso ver corretamente, que as reclamações apresentadas pelos consumidores que não forem atendidas deverão ser encaminhadas diretamente para os órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais de defesa do consumidor competentes, a fim de que sejam adotadas as providências extrajudiciais ou judiciais cabíveis, de maneira a facilitar mais uma vez a tramitação das solicitações dos consumidores perante os órgãos responsáveis no que se refere a serviços que não foram prestados adequadamente pelos fornecedores.

Ressalte-se ainda que o projeto de lei reforça a atuação das ouvidorias de consumo, já que elas devem estar integradas em rede nacional, sob a coordenação do Poder Executivo federal, com a utilização de sistema informatizado para recebimento e resolução de manifestações. A integração obrigatória das ouvidorias resultará em ganho de eficiência desses órgãos no processamento das reclamações dos consumidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma como previsto anteriormente, caso a reclamação do consumidor não seja solucionada no âmbito das ouvidorias, a solicitação deve ser encaminhada para resolução pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).

Portanto, o Projeto de Lei nº 4.317, de 2019, merece prosperar.

No entanto, procedemos a alguns ajustes de técnica legislativa.

Inicialmente, oferecemos emenda para imprimir concisão à ementa, por força do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da redação e alteração das leis.

Por fim, consideramos apropriado agrupar os arts. 1º a 3º em um único artigo, além de corrigir alguns equívocos de técnica legislativa.

Voto, Sr. Presidente.

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.317, de 2019, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº – CTFC
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 4.317, de 2019, a seguinte redação:
"Altera a Lei n° 13.460, de 26 de junho de 2017, para aprimorar as formas de resolução de demandas dos usuários de serviço público."
EMENDA Nº – CTFC
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.317, de 2019, a seguinte redação, renumerando-se o art. 4º como art. 2º:
"Art. 1º A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:
'Art. 1º .....
.....
§ 3º Aplica-se subsidiariamente o disposto nesta Lei aos serviços públicos prestados por particular, sendo, no caso de relação de consumo, obrigatória a adesão ao sistema alternativo de solução de conflitos na forma de sítio da internet mantido pelo Poder Executivo federal.
§4º Caso não atendida a solicitação do consumidor na forma do § 3º em prazo fixado em regulamento, ela deve ser encaminhada para os órgãos ou entidades competentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).'
'Art. 14. .....
.....
III – integrar-se em rede nacional sob coordenação do Poder Executivo federal, mediante sistema informatizado para recebimento e resolução de manifestações.'
'Art. 16. .....
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§2º Caso não atendida a solicitação do usuário em prazo fixado no regulamento e tratando-se de relação de consumo, ela deve ser encaminhada para os órgãos ou entidades competentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).'"

Voto favorável, com essas emendas e essa correção na técnica legislativa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Relator, considerando que nós não temos quórum suficiente, o relatório dou como lido. Na oportunidade de quórum, colocaremos em debate e submeteremos à votação.

Nessa situação, devolvo a Presidência ao Senador Reguffe.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Já conseguimos quórum ou ainda não? (*Pausa.*)

Falta um Parlamentar para dar quórum, apenas. (*Pausa.*)

Eu quero agradecer ao Senador Telmário Mota, à Senadora Eliane Nogueira, ao Senador Nelsinho Trad, ao Senador Acir Gurgacz, ao Senador Marcos do Val, ao Senador Eduardo Girão e ao Senador Styvenson Valentim a presença.

Peço aos demais Senadores membros desta Comissão, se puderem, virem dar quórum. Falta apenas um Senador para a gente conseguir o quórum para poder votar os projetos aqui. (*Pausa.*)

Eu sou persistente na busca do quórum.

Peço à Secretaria que ligue para os Senadores membros da Comissão. Nós vamos esperar mais cinco minutos. (*Pausa.*)

O Senador Rodrigo Cunha pediu a palavra.

Senador Rodrigo.

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente Reguffe e demais Senadores, eu estou com dificuldade de acesso ao retorno do áudio também, mas registro minha presença e vou acompanhar o restante da reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Cunha, mas, mesmo com sua presença, ainda estamos aguardando mais um Senador, porque o bloco de que V. Exa. participa já está todo completo. Então, de qualquer maneira, precisaria de mais um Senador. Há oito Senadores presentes. Como a Comissão tem 17 membros titulares, nós precisamos de nove Senadores para podermos proceder à votação. É preciso o quórum de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nove. Infelizmente, ainda está faltando um. V. Exa., que já presidiu aqui, sabe o quanto isso não é fácil. Mas eu lhe agradeço pela sua presença, ouviu, Senador Rodrigo?

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Reguffe. Estarei aqui acompanhando. Não sei se foi dado algum prazo de tolerância para aguardar mais alguém. Mas ficarei atento por aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu relatei o seu projeto aqui, que é o item 5 da pauta, o quinto item da pauta. Relatei aqui o seu projeto. Já foi lido o relatório. Estamos esperando mais um Senador para podermos votar o seu projeto também, que também está na pauta. (*Pausa.*)

Devido à falta de quórum, faltando um Senador para atingirmos o quórum, vou encerrar a presente reunião, antes convocando uma nova reunião, extraordinária, desta Comissão para amanhã, às 14h30, para tentarmos dar quórum amanhã e votarmos esses projetos.

Encerro a presente reunião e convoco uma reunião para amanhã, às 14h30.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 16 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e três minutos do dia doze de julho de dois mil e vinte e um, de forma remota, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Paulo Paim, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 7/2021 - CDH, de autoria do Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: Debater: "Nem fome, nem bala, nem COVID: população negra em defesa do bem viver. Impactos da pandemia do novo coronavírus na população negra do Brasil, bem como a ausência de políticas públicas para o enfrentamento desta pandemia". Participantes: Maria Aparecida do Carmo, Professora, Pesquisadora em Serviço sobre Saúde da População Negra e HIV/AIDS e Agente de Pastoral Negros do Brasil - APNs; Silas Félix, Coordenador-Geral do Movimento Negro Unificado; Ana Georgina Dias, Supervisora Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos na Bahia; Givania Maria da Silva, Membro da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; e Dara Sant'Anna Carvalho Ignácio, Coordenadora Nacional do Coletivo Nacional de Juventude Negra. O Senhor Presidente exibe um vídeo gravado pelo Senador Paulo Paim, em que justifica a sua ausência e faz considerações a respeito da reunião. O Senhor Presidente passa a palavra para as seguintes pessoas: Eduardo Yohaness, Coordenador Nacional da Juventude da APNs - Agentes Pastoral Negros do Brasil APNs; Ilona Açucena Chaves Gonçalves, Coordenação Nacional de Juventude do MNU - Movimento Negro Unificado; Jean Pierre, representante do Instituto Nacional Afro Origem; Eldon Neves, Museólogo e Presidente Estadual da Unegro/BA; Cleber Santos Vieira, representante da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as); Jessica Vanessa, Coordenadora de Juventude; Lucas Nascimento, Coordenação Nacional do ENEGRECER; Gilberto Campos, Coordenação Nacional Círculo Palmarino; Marcolino Vinícius Vieira, Representante do Fórum SALVE – Teia Nacional de Artistas em Transportes Coletivos – Intervenção Cultural; Tatiana Oliveira, Co-fundadora da Rede Antirracista Quilombação; e Arilson Ventura, Coordenador Nacional de Quilobo/ES. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Humberto Costa**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/12

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom dia a todos e a todas. Vamos dar início à nossa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e aqui formalmente fazer a abertura dos trabalhos.

Eu declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, remota, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 7, de 2021, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, Senador Humberto Costa, com o tema "Nem fome, nem bala, nem Covid: população negra em defesa do bem viver", com o objetivo de debater sobre os impactos da pandemia do novo coronavírus na população negra do Brasil e a ausência de políticas públicas para o enfrentamento desta pandemia.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

Eu queria começar cumprimentando os integrantes da mesa que aceitaram o nosso convite para participarem dessa audiência pública, a começar por Dara Sant' Anna, Coordenadora Nacional do Coletivo Nacional de Juventude Negra; a Profa. Maria Aparecida do Carmo, pesquisadora em serviço sobre saúde da população negra e HIV/aids; Ana Georgina, que é a Supervisora Técnica do Dieese na Bahia; Givânia Maria, que é integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, e Silas Félix, que é representante do Coletivo Nacional de Juventude do Movimento Negro Unificado.

Quero cumprimentar também os representantes das entidades que se fazem presentes no plenário, Eduardo Yohaness, representante de Agentes Pastoral Negros do Brasil; Ilona Açucena Chaves Gonçalves, representante do Movimento Negro Unificado;

Eldon Neves, representante do Unegro; Jean Pierre, representante do Instituto Nacional Afro-Origem, que é uma liderança do movimento negro aqui em Pernambuco; Cleber Santos Vieira, representante da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as; Jéssica Vanessa, representante da CEN; Lucas Nascimento, representante da Enegrecer; Gilberto Campos, representante do Círculo Palmarino; Ruan Philippe Marques, representante da Coordenação Nacional das Entidades Negras; além de Marcolino Vinicius Vieira, representante do Fórum Salve - Teia Nacional de Artistas em Transportes Coletivos; Rafael Vicente, representante do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira; Tatiana Oliveira, representante da Rede Antirracista Quilombação; e Arilson Ventura, representante da Coordenação Nacional de Quilombo.

Quero saudar a todos e todas que estão acompanhando a transmissão desta audiência pública, outras pessoas que eventualmente estejam presentes, e cumprimentar os Senadores e as Senadoras presentes.

Esta audiência pública tem por objetivo debater os impactos da pandemia da Covid-19 sobre as populações mais vulneráveis do nosso País não apenas fazendo essa avaliação do ponto de vista sanitário, do número de pessoas acometidas, do número de mortes e sequelas, enfim, mas tendo também outros eixos importantes, como a questão da educação, do emprego, da renda e da segurança pública. Na verdade, nós todos sabemos que a Covid-19 está longe de ser uma doença, digamos assim, entre aspas, "democrática"; ela atinge de forma diferente, e os seus efeitos são diferentes sobre cada segmento da sociedade.

E, na condição de desigualdades, que nós temos no nosso País, na condição de exclusão social, a que muitos setores vulneráveis estão sujeitos no nosso País, nós sabemos que as mazelas que são causadas pela Covid-19 ocorrem de forma diferente para cada setor.

As populações vulneráveis são aquelas que mais sofreram ao longo dessa pandemia, e isso reflete exatamente o cenário de profunda desigualdade que nós temos no nosso País. Quando nós fazemos o debate sobre pandemia e população negra, forçosamente nós temos que analisar aquilo que é uma das piores heranças, mas, do ponto de vista dos direitos humanos, é a pior herança da escravidão acontecida no nosso País, que é exatamente o racismo, que, apesar de ser um tema que já deveria ter sido banido da convivência em sociedade no mundo, é extremamente forte em boa parte dos países e muito especialmente aqui no Brasil.

E é realmente muito difícil termos que ainda continuar debatendo o racismo, porque ele é uma verdade institucional no Brasil. E ele se manifesta também por essa desigualdade, a dificuldade de acesso da população negra a bens, a serviços e, especialmente, às políticas públicas.

Os efeitos da Covid-19 são extremamente graves. E hoje nós temos, no Senado Federal, funcionando uma CPI que está exatamente demonstrando esses efeitos deletérios e, ao mesmo tempo, investigando as responsabilidades por essa tragédia a que estamos submetidos neste momento. Mas os problemas não se reservam às mais de 530 mil pessoas que perderam a vida, mas principalmente às pessoas de maior vulnerabilidade, que na sua maioria se compõe de pessoas negras, que lutam diariamente contra o vírus, contra o desemprego, contra a falta de serviços básicos, de escolas e contra a violência em particular.

Então, eu queria dar início à nossa audiência, não sem antes fazer um registro aqui profundamente triste. E eu quero aqui me solidarizar com os familiares, com os amigos, companheiros e com toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade LGBTQIA+ pela morte, pelo assassinato da mulher trans Roberta Nascimento da Silva, que foi queimada viva, aqui em Recife, no Cais de Santa Rita, na madrugada do último São João. Roberta faleceu no dia 9 e passou por um tempo de muito sofrimento internada na Unidade de Tratamento Intensivo de um dos nossos principais hospitais, teve dois braços amputados, na tentativa de salvá-la, mas infelizmente não resistiu.

E, aqui em Pernambuco, nós temos um quadro de muita dificuldade, uma série de assassinatos que foram feitos contra mulheres trans. Além de Roberta, Kalyndra Nogueira foi assassinada pelo seu companheiro no bairro do Ipsep, no dia 18 de junho; Crismilly Pérola foi brutalmente assassinada no bairro da Várzea, aqui em Recife também, no último dia 5 de julho; e Fabiana foi assassinada com vários golpes de faca em Santa Cruz do Capibaribe, no dia 7 de julho – tudo isso aqui em Pernambuco. A nossa comissão repudia veementemente esses atos de violência brutal contra a comunidade LGBTQIA+. Rejeitamos aqui e denunciamos esses atos de tamanha perversidade que precisam ser apurados e punidos. É dever de todos nós garantirmos que as identidades de gênero e orientações sexuais sejam respeitadas.

Após esses registros, eu concedo a palavra ao Sr. Silas Félix, que fará a leitura de uma carta das entidades dos movimentos negros à Comissão de Direitos Humanos e ao Senado Federal.

Após a leitura da carta, teremos a ordem de inscrição, por dez minutos, para Givânia Maria; a Professora Aparecida do Carmo; Dara Sant'Anna; e Ana Georgina da Silva Dias.

Então, com a palavra Silas Félix para a leitura da carta.

**O SR. SILAS FÉLIX** (Para expor.) – Bom dia a todos e todas!

Eu me chamo Silas Félix. Sou aqui do Coletivo Nacional de Juventude do MNU e Coordenador-Geral do MNU de Salvador.

Primeiro, eu queria agradecer o espaço ao Senador Humberto, à Comissão de Direitos Humanos, em um momento tão delicado por que a gente está passando, no meio de uma pandemia de Covid-19, com vários retrocessos. E ser aberto este espaço no Senado Federal, para a gente expor nossas demandas, expor o nosso projeto e fazer a denúncia de tudo aquilo que está acontecendo, é um momento muito importante e muito simbólico para a gente.

Eu vou ler aqui a carta que o conjunto das entidades preparou para ser entregue à Comissão de Direitos Humanos e ao Senado, no intuito de fazer uma denúncia sobre tudo que está acontecendo e propor caminhos, para a gente fazer o debate e solucionar esse problema, que é tão grave no nosso País.

> Carta das Entidades do Movimento Negro à Comissão de Direitos Humanos no Senado Federal e aos Senadores.
> Uma das primeiras vítimas da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica de 63 anos infectada por sua patroa, que havia retornado recentemente de uma viagem à Itália. O caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorrido em 17 de março de 2020 (*Falha no áudio.*) ... é sintomático de como a pandemia (*Falha no áudio.*) ... não mudaram muito.

Ao nos aproximarmos da metade do segundo ano de pandemia de Covid-19, doença que já matou mais de 500 mil pessoas no Território nacional e pela qual pessoas negras têm maior probabilidade de serem infectadas e virem a óbito, os negros têm 37,5% mais chances de óbitos por Covid-19 do que a população branca. É cada vez mais urgente a discussão sobre o papel do Estado não só na promoção da saúde, mas também de segurança elementar e estabilidade financeira da população negra durante a pandemia. Entretanto, não é isso que acontece na gestão do Governo Federal, que segue tentando omitir dados da situação da pandemia no País, inclusive em relação a raça e cor, na tentativa de tornar inviável distinguir a parcela da população que é mais exposta e afetada pelo vírus e traçar estratégias para propor soluções, negando o racismo estrutural existente na sociedade brasileira.

O genocídio brasileiro – projeto perpetrado pelo desmonte do Estado, por meio do Governo Bolsonaro, desconstrução das políticas públicas organizadas por meio do Governo Lula e Dilma e esfacelamento das instituições nacionais – tem, nitidamente, a população negra como um dos seus principais alvos. O que estamos vivendo, sob o Governo Bolsonaro, é resultado de um projeto iniciado em 2016, com um golpe parlamentar ao Governo Dilma, mas também da PEC do fim do mundo, que congela os gastos do Estado dos três Poderes por 20 anos, seguida (*Falha no áudio.*) ... por todas as outras reformas para eliminar as vidas que o neoliberalismo sempre julgou sacrificáveis por seus lucros.

Portanto, precisamos debater com seriedade o aumento dos moradores de rua, catadores de recicláveis e viciados em entorpecentes, que são, em grande parte, membros da comunidade negra e vítimas do projeto do atual Governo. (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Alô? Alô? Parece que tivemos aí um problema. Todos me escutam?

**A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA –** Sim, Humberto, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Parece que tivemos aqui um problema com a fala do nosso Silas.

Vamos dar seguimento, então. Quando ele estiver em condição, ele retorna e a gente devolve a palavra para que ele possa concluir a leitura da carta.

Eu queria, então, passar a palavra à nossa querida Givânia Maria da Silva. Você tem dez minutos para fazer a sua colocação. Nós vamos ter aqui também uma tolerância, mas fique à vontade para abordar esse tema de tão grande relevância para o nosso País.

Com a palavra, Givânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA** (Para expor.) – Bom dia, Senador, na pessoa de quem eu cumprimento as Senadoras, os Senadores, os demais Parlamentares desta Casa. Quero cumprimentar os meus companheiros e companheiras que estão aqui, do Movimento Negro, saudar a todos; agradecer o espaço para essa conversa, que eu acho que é uma conversa extremamente necessária, e parabenizá-lo, Humberto, pelo seu trabalho. Eu sou muito orgulhosa do seu trabalho aqui em Pernambuco, no Brasil, como Parlamentar do Partido dos Trabalhadores. Então, queria parabenizá-lo por ser esse parceiro que se coloca junto com os movimentos sociais nessas trincheiras, principalmente dos movimentos com pouca voz ou com pouco espaço... Pouca voz, não; nós temos muita voz, mas temos pouco espaço para expor essas vozes. Então, em nome da Coordenação Nacional de Quilombos, eu queria fazer essa saudação.

Bom, quero dizer que para nós negros e negras a pandemia – no caso, vou falar especificamente do tema quilombola, que é de onde eu falo – chegou para nós num momento em que nós já estávamos, como sempre estivemos, desde que fomos arrancados do continente africano, em meio à guerra, uma guerra permanente, que é a guerra do extermínio e do genocídio da população negra.

Para nós quilombolas, isso se materializa de forma muito violenta, sobretudo quando reivindicamos um direito que esta mesma Casa em que você está assegurou na Constituição de 88. E eu queria trazer alguns dados muito rapidamente, porque o tempo é curto, mas, Humberto, o golpe de 2016 foi majoritariamente à população negra e às populações mais vulneráveis. Os dados que você leu aí da população LGBTQIA+ são um retrato, um reflexo disso.

E nós quilombolas, Humberto, entre 2016 e 2018, vimos aumentar em 350% o número de assassinatos de quilombolas. Isso é, qualquer aumento, um absurdo em todo e qualquer grupo! É você ter um aumento! Acontece o golpe em 2016, e em 2017 esses dados já são visíveis – então, é para a gente ver. E esses dados, Humberto, são exatamente... Essas lideranças são assassinadas exatamente quando elas procuram o Estado brasileiro para que o Estado cumpra o que está na Constituição. Então, isso é muito grave! E não há outra linguagem, não há outra forma de a gente externar isso para a sociedade brasileira sem a gente reconhecer que esse é um genocídio.

Por outro lado, nós temos um Governo que se elegeu, Humberto, anunciando como plataforma de Governo perseguir a população negra, os quilombolas em particular – nominadamente os quilombolas –, e as populações indígenas. Mesmo assim, os brasileiros, por meio de *fake news* ou não, o elegeram Presidente da República. Mas o Presidente do desgoverno anunciou isso ainda como plataforma de Governo – ele não disse isso depois da eleição, Humberto: ele disse isso antes –, e mesmo assim a sociedade pagou para ver.

Só que a questão é que não somos nós indígenas e quilombolas que estamos sofrendo os efeitos: são todos os brasileiros, com a exceção da elite, não é? Essa não sofre, porque essa está aí... A CPI, que eu tenho acompanhado – e tenho visto o seu trabalho na CPI –, é isto: eles estão aí com um cartel para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugar ainda mais, ou para beber do sangue das mortes de mais de meio milhão de pessoas. Isso é muito grave, é muito revoltante!

Bom, a pandemia chega no momento em que o Governo já havia desmontado toda e qualquer política e estrutura de elaboração de implementação de política de igualdade racial. Nós já não tínhamos mais Seppir – a Seppir hoje não existe, é um órgão de ficção –, nós temos o Incra entregue aos ruralistas, nós temos o MDA extinto, e nós temos os conselhos, todos, de participação destituídos. Então, os quilombos já estavam – como sempre, mas já estavam – muito mais vulneráveis.

E as pessoas, Humberto, têm me perguntado o que a pandemia trouxe para os quilombos. Eu tenho respondido, meu companheiro, de forma muito simples: o que trouxe para o resto do mundo. A questão não é essa, a questão, a pergunta é: como estavam os quilombos quando a pandemia chegou? E nós já estávamos asfixiados. Nós já estávamos asfixiados, porque o fôlego que nós ganhamos, de 2003 a 2015 e começo de 2016, esse oxigênio que eram as políticas já havia sido tirado. Isso é muito grave!

Bom, então nós estamos, agora, neste momento da pandemia, com mais de um ano da pandemia em que, para sermos vacinados – você conhece, porque o Partido dos Trabalhadores também é parte desse processo –, precisamos acionar o Supremo Tribunal Federal para que as populações quilombolas, os quilombos pudessem ser colocados como prioridade na vacina. Não tem sido fácil essa garantia, Humberto! Tem sido dolorosa, tem sido traumática. Há um GT que, para além de vacinar, propõe outras ações, e esse GT não deslancha, porque o Governo não tem mais orçamento, não tem vontade política, e ele quer mesmo é continuar matando pessoas, vacinando menos. E as pessoas do grupo menos vacinado no Brasil ainda somos nós negros. Então, nós estamos diante disso.

E nós da Conaq conseguimos... Para a gente saber, Humberto, olhe só: você foi Ministro da Saúde, você é da área da saúde, um estudioso desse tema. E para nós sabermos, Humberto, quantos quilombolas foram contaminados e quantos foram mortos, a Conaq fez uma plataforma, um sistema, porque o Governo não sabe! Se você chegar hoje e pedir ao Governo Federal uma informação sobre quantas pessoas quilombolas foram acometidas com a Covid, ele não vai ter, porque ele não sabe, porque é um Governo que tenta a todo custo exterminar, eliminar a possibilidade desse direito a esses sujeitos, assegurado pela Constituição de 1988.

Outro dado agravante é a questão do ensino remoto. Olhem, é uma quase uma piada – quase uma piada! – você exigir que um sujeito acesse a escola por meio remoto quando ele ainda não teve acesso à internet, quando muitos deles ainda não acessaram a energia. Nós íamos numa crescente de acesso das populações mais tradicionais, das populações tradicionais, das populações a um maior nível de acesso à energia, mas isso parou, Humberto, isso ficou com o golpe. Isso o golpe levou! Esse programa não existe mais, assim como não existem os demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu costumo dizer, Humberto – e eu sou da educação, você me conhece –, é que, se nós já estávamos atrás na fila, a pandemia somada a este desgoverno talvez nos coloquem ainda nem na fila. Se nós ainda estávamos na fila para acessar um direito constitucional, eu diria hoje, Senador, que nós já não estamos mais nem na fila, porque quem está na fila, um dia, pode chegar, e a situação em que nós estamos é a de quem ainda não está na fila ou já não está mais na fila – já esteve na fila e hoje já não está mais.

Penso que nós precisamos de espaços como este para que a gente possa denunciar esses absurdos, que já são sabidos por todo mundo, todo mundo sabe o que vem acontecendo neste desgoverno, mas, ao mesmo tempo, Humberto, para sensibilizar esta Casa para tomar medidas mais efetivas. Não é possível que a gente vá conviver com a Emenda Constitucional 95! Não é possível que, depois de tudo isso, depois de jogar para as populações o fardo que é da elite, depois de jogar para a população o saldo de um desgoverno, a gente continue ainda achando que, em saúde e educação, tudo que gasta é gasto, não é investimento. Enquanto isso, a gente vê o que temos visto em nosso País.

Creio que o meu tempo está encerrando, mas eu queria, Humberto, ler aqui para você e para os demais Senadores e Senadoras os dados que nós da Coordenação Nacional... Conseguimos fazer parecendo uma brincadeira que a gente fazia em Pernambuco, Humberto, há 20 anos, fazendo na marca do papel de pão, porque é um trabalho artesanal. Nós vamos a cada Estado, a cada liderança quilombola do Estado para que a liderança descubra quais foram os quilombolas que... Humberto, isso é saúde pública, isso é serviço público! Nós estamos fazendo um serviço que é do Estado! Hoje, infelizmente, dos dados que nós temos, nós identificamos que 5.431 quilombolas foram contaminado com a Covid. Desses, 279 já nos deixaram.

Humberto, eu finalizo dizendo que quando uma liderança indígena, uma liderança quilombola ou uma liderança de terreiro tem a vida interrompida brutalmente dessa forma, não são apenas as vidas e os corpos, mas são a história desses e dessas, porque são histórias que não estão escritas, estão na memória, estão na oralidade. Então, nós perdemos as pessoas, Humberto, e perdemos a história desses grupos e dessas populações.

Muito obrigada, muito obrigada a todas. Vou ouvir as demais companheiras e companheiros. Espero que a gente possa respirar para sair deste caos em que o Brasil se meteu não por falta de aviso, não por falta de possibilidade, mas pela miopia que a elite branca deste País impregnou nas pessoas a ponto de elegerem um assassino para governar o nosso País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Givânia, pelas suas palavras de muita sabedoria, acima de tudo de uma defesa muito firme dos princípios que norteiam todo o trabalho do movimento dos quilombolas em todo nosso País, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

luta contra o racismo e, acima de tudo, da luta contra os efeitos deletérios que a pandemia da Covid teve sobre a população negra do nosso País.

Eu vou repassar a palavra a Silas Félix, para que ele possa concluir a leitura da carta, que foi interrompida porque a internet dele caiu.

Com a palavra Silas. (*Pausa.*)

Alô? Parece que deu problema de novo a internet.

Silas? (*Pausa.*)

Então, vou passar novamente a palavra a outra das nossas convidadas, a Professora Aparecida do Carmo, que é pesquisadora em serviço sobre saúde da população negra e HIV/aids.

Com a palavra Maria Aparecida.

**A SRA. MARIA APARECIDA DO CARMO** (Para expor.) – Bom dia a todas, a todos e a todes!

Eu gostaria de agradecer o convite, que me chegou inicialmente pelo Eduardo, Jovens APNs, e agradecer à Comissão de Direitos Humanos, cumprimentando o Senador Humberto Costa e os demais companheiros e companheiras que estão partilhando desta Mesa, Dara, Ana, Givânia e o Silas.

Eu sou Aparecida do Carmo Miranda Campos, sou assistente social, mestre em saúde coletiva e sou também agente de Pastoral Negros do Brasil. E ficou para mim a demanda de falar um pouco sobre a saúde da população negra, da qual vou fazer uma apresentação rápida. (*Pausa.*)

Só um pouco... (*Pausa.*)

Eu estou com uma dificuldade de entrar aqui, mas eu vou falando, então, para a gente não perder o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Fique à vontade.

**A SRA. MARIA APARECIDA DO CARMO –** Falar da questão da saúde da população negra e falar que a gente tem que conversar sobre "nem fome, nem bala, nem Covid" numa população negra que defende o bem viver é a gente dizer, na "nem fome", como isso está se dando a partir da questão da assistência social.

Então, eu peguei como tema: "Pesquisadores da Rede de Pesquisa Solidária apontam regras excludentes, centralização e estratégia digital como principais problemas de implementação". E aí a gente vê, por aí, quando vai falar da fome, que 30 milhões de trabalhadores ficaram fora do auxílio emergencial em função da meta e da maneira como o Governo brasileiro fez o processo de inclusão, um processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusão onde, para poderem ter acesso ao auxílio emergencial, foi preciso que as pessoas usassem tecnologia. E, quando a gente pensa na população mais pobre e na população negra, pensar na tecnologia, pensar na possibilidade de acesso, às vezes, a um celular ou a uma internet é praticamente inviável. Então, este já foi, com certeza, um modo excludente que ele escolheu para poder deixar, então, a grande massa da população fora desse auxílio emergencial.

Então, pensar em "nem bala", eu pego, então, como exemplo, o Atlas da Violência, que diz que assassinatos de negros aumentaram 11,5%, em dez anos, em detrimento da população – da outra população – não negra, que diminuíram 12,9%. Então, em 2018, os negros representaram 75% das vítimas de homicídios. E, segundo o estudo, a discrepância entre as taxas de homicídios dos dois grupos significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, dois, quase três indivíduos negros eram mortos. Então, como é que a gente pensa nisso, como é que pensa nessa possibilidade de, neste momento, fazer uma defesa do bem viver sem bala e nem Covid?

E aí eu pego uma pesquisa que saiu agora, no dia 7 de julho: os negros são os que mais morrem por Covid e os que menos recebem vacinas no Brasil. As áreas das cidades com as piores condições são também aquelas onde a cobertura vacinal é menor. É uma constatação que contraria frontalmente o princípio da equidade, tão importante para o SUS, assim como o direito à saúde e à vida.

E, para exemplificar: uma das áreas do distrito de Pinheiros, em São Paulo, apresenta uma cobertura vacinal de 50,1% com a primeira dose e de 26% com a segunda dose, em detrimento de uma área do distrito do Jardim Ângela, que tem a segunda menor cobertura vacinal na cidade, que vacinou 8,5% com a primeira dose e 1,2% com a segunda dose. Então, quando a gente faz esse comparativo da questão vacinal e de como chega a vacina no Brasil, a gente reforça o que a Givânia já falou, o que a carta do Silas vinha dizendo: que a população negra, que é a população pobre, que é a população que trabalha, que circula, que precisa usar transportes mais cheios e que tem que sair para trabalhar, é a população que menos está sendo vacinada e é a população que está morrendo mais. Então, nesse cenário, esse grupo com maior risco de adoecer e morrer pela Covid é a população negra. E a Marcia Pereira, do GT de políticas contra o racismo, da Abrasco, diz para a gente que, na prática, isso quer dizer, para determinados grupos, que as condições de vida os afetam de forma a torná-los mais expostos ao adoecimento e à morte. E aí o que a gente vê é que existe a política integral de saúde da população negra, mas essa implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra avança a passos lentos no âmbito do Ministério da Saúde.

E aí o que a gente diz? Isso é racismo institucional? A gente precisa questionar isso, porque a luta do movimento negro representada nessa questão da saúde, principalmente pelas mulheres negras, já é luta de 50 anos, ela começou na década de 80, na década de 70/80.

Discutindo a questão de saúde reprodutiva da mulher, a pesquisadora Emanuelle afirma que os agravos de morte para a população negra, que aconteciam de forma diferenciada quando comparados aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos brancos, continuam hoje. Mesmo com um sistema de saúde que tem como princípio o acesso universal e equitativo, a saúde, orientada por ações chamadas de ações integrais e horizontais voltadas para a população universal, ela acaba não atingindo a população igualitariamente. É que não dá para ser igual, porque existe um diferencial entre o atendimento da população em geral e de populações consideradas minorias. É diferente a forma de atender saúde para quem é branco, para quem é negro, para quem é indígena ou para quem é LGBT. E é preciso que as políticas sejam mais focalizadas.

Então, pensando na política de saúde da população negra, em 1996, ocorre a introdução do quesito raça/cor no sistema de saúde do Ministério da Saúde, mas, em compensação, ele só vai ser de verdade aplicado, vai ser exatamente instituído e aplicado obrigatoriamente em 2017, com uma nova portaria de 2017. E aí fica muito difícil falar da saúde da população negra se a gente não pensar em algumas coisas que são produtos da população, do programa da política de saúde da população negra, que se fazem necessárias e que a gente precisa discutir, Senador, e implementar, porque, neste momento, o que a gente vê é toda e qualquer política parada, mesmo as que já tinham sido conquistas anteriores.

Assim, os estudos da questão racial no Brasil são impactos das relações sociais. E a gente precisa pensar como é que a gente faz para que esses impactos possam, de fato, efetivar essa política de implementação. É preciso, então, necessariamente, que os gestores das três esferas de política ajudem na questão da implementação dessa política integral; é preciso que o Conass e que o Conasems, que têm representantes diretos nessas secretarias de saúde, possibilitem essa discussão e motivem a discussão para que os Municípios e Estados montem seus comitês técnicos de saúde da população negra, para atender essa população, o que continua aquém da saúde universal que a gente considera SUS. Essa política tem que abranger os programas de diversas secretarias e órgãos vinculados ao Ministério da Saúde, de acordo com os princípios e as diretrizes do SUS. Então, assim, isso é defesa do bem viver.

Quando a gente fala da questão do bem viver – hoje o bem viver está sendo discutido na América Latina como um todo –, a gente tem que pensar que o Brasil não pode ficar fora disso. A gente está num momento de governo que é um desgoverno, que desconstrói toda e qualquer política, e a política integral de saúde da população negra não ficou de fora. É preciso dizer que direitos de bem viver são direitos a água, alimentação, ambiente são, comunicação e informação, cultura e ciência, educação, moradia, saúde, trabalho e seguridade social. Então, se isso não acontece no conjunto, o que acontece é o desmonte de todas as políticas e, junto com essas políticas, da política integral de saúde da população negra. A população negra está doente, a população negra está na UTI.

É preciso olhar para essa política de saúde universal e que o SUS, tão importante, tão parceiro e tão transversal na vida das pessoas, possa também dar uma resposta nessa política, para que a gente tenha menos pessoas sofrendo em sua saúde mental em função de balas – as mães sofrem, as pessoas sofrem demais –, menos pessoas com possibilidade de menos acesso à questão de alimentação, à questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego, à questão de moradia, de políticas públicas, e também que a gente possa, então, fazer com que, apesar da desigualdade que traz a Covid, na saúde possa haver equidade para a população negra.

Paro por aqui. Agradeço.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Maria Aparecida, Pesquisadora em Serviço sobre Saúde da População Negra e HIV/Aids. Muito importante a sua fala no sentido de demonstrar a necessidade de que as políticas de saúde, especialmente para o nosso País, sejam cada vez mais focadas naqueles segmentos, naqueles setores para os quais a questão da universalidade ainda é algo distante. O direito integral à saúde, a obrigatoriedade do Estado de garanti-lo para muitos setores da nossa sociedade, como eu disse, ainda é uma realidade distante. Então, a sua fala chama a atenção para essa preocupação com o fato de que um sistema que já demonstrou toda a sua relevância, sua importância, pelo fato de ser gratuito, pelo fato de garantir a assistência integral, pelo fato de ser universal, precisa trabalhar com o dado de realidade de que a desigualdade influi fortemente na capacidade do sistema de desempenhar o seu papel dentro desses princípios. Muito interessante a sua fala.

Eu queria agora convidar para usar da palavra a Dra. Dara Sant'Anna, que é Coordenadora Nacional do Coletivo Nacional da Juventude Negra.

Aliás, antes disso, me parece que agora o Silas vai conseguir concluir a sua leitura. É possível, Silas? (*Pausa.*)

Peço que libere o som para ele.

**O SR. SILAS FÉLIX** (Para expor.) – Pronto, pronto. Sim, consigo.

Primeiro, eu queria pedir desculpas, porque o *notebook* estava se desconectando da internet, mas já resolvi o problema, não acontecerá novamente.

Vou voltar a ler a carta do início. Eu não sei exatamente a hora em que caiu; quando olhei, já não estava mais dentro da sala. Então vamos.

> Carta das entidades do Movimento Negro à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal e ao Senadores.
> Brasília, 12 de julho de 2021.
> Uma das primeiras vítimas da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica de 63 anos, infectada por sua patroa que havia retornado recentemente de uma viagem à Itália. O caso ocorrido em 17 de março de 2020 já era sintomático de como a pandemia se desenrolaria no Brasil e hoje, mais de um ano depois, as coisas não mudaram muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao nos aproximarmos da metade do segundo ano de pandemia de Covid, doença que já matou mais de 500 mil pessoas no território nacional e pela qual pessoas negras têm maior probabilidade de serem infectadas e virem a óbito, os negros tem 37,5% mais chances de óbito por Covid-19 do que a população branca, é cada vez mais urgente a discussão sobre o papel do Estado, não só na promoção da saúde, mas também de segurança alimentar e estabilidade financeira da população negra durante a pandemia. Entretanto, não é isso que acontece na gestão do governo federal, que segue tentando omitir dados da situação da pandemia no país, inclusive em relação a raça e cor, na tentativa de tornar inviável distinguir a parcela da população que é mais exposta e afetada pelo vírus, e traçar estratégias para propor soluções, negando o racismo estrutural existente na sociedade brasileira. O genocídio brasileiro, projeto perpetrado pelo desmonte do estado por meio do governo Bolsonaro, desconstrução das políticas públicas organizadas por meio dos governos Lula e Dilma e esfacelamento das instituições nacionais tem nitidamente a população negra como um de seus principais alvos.
O que estamos vivendo sob o governo Bolsonaro é resultado de um projeto iniciado em 2016 com o golpe parlamentar no governo Dilma, mas também da "PEC do fim do mundo", que congela os gastos do estado dos 3 poderes por 20 anos, seguida então por todas as outras reformas e retiradas de direitos, fragilizando nosso povo e agora usando a pandemia para eliminar as vidas que o neoliberalismo sempre julgou sacrificáveis por seus lucros. Portanto precisamos debater com seriedade o aumento dos moradores de rua, catadores de recicláveis e viciados em entorpecentes, que são em grande parte membros da comunidade negra e vítimas do projeto do atual governo.
O que vemos hoje na sociedade é sintoma do esgotamento do mínimo que poderia funcionar no capitalismo, havendo uma concentração de poder em mãos brancas cada vez mais autoritárias com quem está na base da pirâmide social. Essas mesmas mãos se aproveitam das condições impostas pela pandemia para retomar o discurso de que uma parcela da população precisa ser eliminada pelo bem do coletivo, sendo esse sacrifício voltado sempre à população negra, tendo nossos jovens como principais vítimas. É triste ver a juventude negra que se envolve com o tráfico de drogas ou sendo morta pela polícia ou encarcerada, e o sistema penitenciário brasileiro que naturalmente já não ressocializa nada, só criando uma demanda por vingança devido aos maus tratos e à corrupção que é parte da sua estrutura. Com a chegada da Covid transformou as prisões em campos de concentração onde os nossos jovens podem ser mortos e a culpa, posta no vírus, o governo ainda tentou retirar a população privada de liberdade da lista de prioridades do Plano Nacional de Imunização. O projeto político genocida fica muito nítido quando você olha pra vida do jovem preto, pobre e favelado, que não tem expectativa de vida e precisa se submeter ao trabalho no tráfico ou ao subemprego para matar a fome das pessoas dentro de casa e caso seja enviado ao sistema de justiça do país, tem que lidar com essa realidade. Se não fossem as ações promovidas pelos movimentos sociais, a situação nas favelas seria ainda mais grave. Nós entramos numa estratégia de romper com esse sistema a partir de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um movimento de aquilombamento para que juntos e juntas possamos falar "parem de nos matar".

Porém também precisamos seguir vigilantes para a juventude que conseguimos manter fora desse ciclo de morte do Estado. Devido ao desmonte da educação promovido nos últimos anos e à negação do governo federal em garantir o acesso à educação básica durante a pandemia, muitas pessoas estão saindo dos espaços conquistados por nossas lutas devido à falta de acesso a meios para acompanhamento das aulas, Bolsonaro ainda entrou no STF para não precisar garantir as verbas para acesso a internet de alunos e professoras de escola pública, ou pela necessidade de trabalhar para compor a renda familiar. As universidades neste governo não conseguem manter as políticas de assistência estudantil que ajuda os estudantes mais vulneráveis a permanecer estudando devido aos diversos cortes e contingenciamento realizados pela gestão Bolsonaro, inclusive 56 Universidades ameaçaram fechar as portas esse ano por falta de recurso para manutenção de sua estrutura, um total revés da política de expansão e inclusão universitária. Junto a isso temos a crise de empregabilidade que preocupa os jovens que investiram na educação superior por meio do processo do FIES, e precisam pagar a dívida, portanto precisamos pensar em como garantir a criação e execução de políticas a educação que garantam educação de qualidade ao nosso povo.

Diante de todo esse cenário, é ainda urgente discutir o que é de fato ser jovem no Brasil, considerando a realidade econômica e trabalhista da juventude negra no país. Por estarmos num momento histórico, é preciso ter coragem para se dedicar à construção coletiva de um projeto para a população negra não só contra o vírus, mas também contra os diversos efeitos causados pela má gestão da pandemia e do Estado que irão repercutir por mais alguns anos. É, portanto, função do Movimento Negro buscar alternativas para o bem viver do nosso povo e lutar para que o Estado assuma a responsabilidade por promover as ações que garantam nossos direitos conquistados.

Por esta razão, nós, o conjunto do movimento negro do Brasil, viemos em unidade através da convergência negra, denunciar as ações nefastas que este governo comete contra nossa população, gerando um verdadeiro genocídio, e acumular para construção de um programa de bem viver para a população negra, um projeto em prol da vida e da liberdade.

Dito isto, trazemos uma série de temas cruciais que precisam ser debatidos e resolvidos, que são pautas do movimento negro e de benefício geral da sociedade.

Como as recomendações da CPI do Assassinato de Jovens de 2015-1016, que caminhou para apoiar a aprovação da PEC nº 51, de 2013, que reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial, que se encontra arquivada no Senado Federal. O apoio da PEC nº 126, de 2015, que institui o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Superação do Racismo e Reparação de Danos, que está perdido na câmara dos deputados. O Projeto de Lei 239 de 2016 que acaba com os autos de resistência, e que está parada no senado. E o Projeto de Lei 240 de 2016 que se encontra na câmara como PL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9796/2018, e institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, e que também está parado.
Para além disso, é necessária a continuidade da Lei de cotas, Lei 12.711/2012 que será revisada no ano de 2022. A reversão da PEC 95, que congelou os gastos do estado por 20 anos.
Uma reforma tributária com taxação de grandes fortunas, dos lucros e dividendos.
Se torna extremamente necessário também devido ao cenário de mais de meio milhão de mortes pelo coronavírus, o aprofundamento das investigações da CPI da COVID-19, que sejam imparciais e que encontrem os culpados pela gestão desastrosa e criminosa que vem sendo feita.
Assinam essa Carta:
Movimento Negro Unificado - MNU
Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER
Instituto Nacional Afro-Origem - INAO
União de Negras e Negros Pela Igualdade - UNEGRO
Coordenação Nacional de Articulação das comunidades negras rurais e quilombolas - CONAQ
Coletivo de Entidades Negras - CEN
Agentes Pastorais Negros do Brasil - APNs
Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros (as) - ABPN
Coletivo Nacional de Entidades Negras - CONEN
Rede Antirracista QuilomboAção
Círculo Palmarino
Centro Nacional de Africanidade e Resistência - CENARA

Desculpa novamente por ter caído das outras vezes, mas agora, lida a carta, é aberto para o debate, para as contribuições de todos.

Obrigado, Senador, pelo espaço e obrigado por abrir novamente, apesar de ter caído duas vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Muito obrigado, Silas. Muito relevante a carta. Nós trataremos de fazer chegar a todos os Senadores esse documento importante e respaldado por tantas entidades relevantes e que, inclusive, trata de temas que estão hoje na ordem do dia das discussões do Senado Federal.

De imediato, eu passo a palavra à Dara Sant'Anna, que é Coordenadora Nacional do Coletivo Nacional de Juventude Negra, para que ela possa também fazer uso da palavra.

**A SRA. DARA SANT'ANNA CARVALHO IGNACIO** (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer o convite, na figura do Senador Humberto Costa. A gente está num período muito duro com o índice de morte por Covid; as operações policiais que não cessam, a despeito da decisão do STF, na ADPF nº 635. E é a partir disso que eu vou falar: qual é a segurança pública que nós queremos? E o que nós entendemos enquanto segurança pública? Porque o que tem sido feito até agora de política de enfrentamento às drogas e de política de combate à criminalidade tem servido como genocídio, e tem servido como genocídio porque 74,4% das vítimas da violência letal no Brasil são negras. Isso é um índice, e a gente sabe que os índices com relação ao genocídio e às mortes nas operações policiais estão divulgados em diversos fóruns, em diversas pesquisas que têm sido apresentadas. E a pandemia acirrou esse processo, não é?

A gente tem, no período da pandemia e no primeiro semestre de 2020, um aumento de 7,3% das mortes violentas e intencionais. Uma pessoa é assassinada a cada dez minutos, e em 2020, no primeiro semestre, a gente teve 110 policiais assassinados. E sabemos que a maioria desses policiais são negros. E é por isso que a gente faz essa reivindicação tão forte, enquanto movimento negro, na segurança pública. Uma segurança pública que recebeu investimentos de 95 bilhões, em 2019, investimento esse que não vai para a saúde, não vai para a educação, não vai para a assistência social. São três pilares que, no enfrentamento à Covid, têm tido necessidade de aumento de investimento.

A população negra tem gritado e denunciado a ausência do Estado, e o Estado tem se apresentado de uma única forma, que é a forma do seu braço armado, que chega... Aí, no lugar de que falo, no Rio de Janeiro, desde o dia 6 de maio, desde a chacina do Jacarezinho, nós ainda não obtivemos respostas. Houve 29 mortes e foram feridas duas pessoas que estavam no metrô, passando.

Então, esse genocídio, essa lógica de operação militar tem como resultado a morte. É uma lógica de guerra. A guerra é uma luta armada entre povos ou etnias, entre nações ou partidos. E, quando a gente coloca uma guerra às drogas, coloca uma guerra à pobreza – é isso que se coloca, porque o território de guerra são os nossos territórios de periferia –, a gente está pautando uma guerra civil no nosso País. E essa lógica de guerra precisa parar, principalmente porque o Estado tem uma responsabilidade com a vida da sua população, da sua população como um todo, da sua população em integralidade.

Aí, voltando a falar do que nós entendemos como segurança pública, segurança pública é a garantia da lei e da ordem, a garantia plena de gozo de direitos, a garantia de ir e vir da população como um todo. Essa garantia não é dada nas nossas periferias, essa garantia não é dada nas nossas ruas, essa garantia não é dada para a grande parte da nossa população que se encontra em regiões periféricas, nas favelas. A gente precisa pautar isso. Para pautar isso, a gente precisa mudar a lógica com que nós pensamos em segurança pública. É preciso mudar essa lógica e entender que segurança pública é garantia de direitos. E essa garantia de direitos precisa vir através de investimentos em educação, em saúde, em assistência social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos falar de renda básica. Quando o Silas traz na carta o debate sobre a taxação sobre grandes fortunas, nós estamos falando de um país que voltou para o mapa da fome e da miséria e que, ao mesmo tempo, tem 11 novos bilionários na lista da *Forbes*. Esse dinheiro precisa voltar para a população. Uma política real de distribuição de renda precisa fazer com que esses novos bilionários, as fortunas de que nós falamos no nosso País – e, muitas vezes, essas fortunas são fruto de heranças escravocratas – precisam retornar para essa população, que é a população que sustenta o País, que é a população que está nos trabalhos de base, que está prestando serviço, que está fazendo entrega para que muitas pessoas possam se manter em casa e preservar a sua saúde no período de pandemia.

Isso passa pela segurança pública. Nós precisamos parar de debater segurança pública apenas enquanto encarceramento, enquanto força armada, enquanto intervenção policial, para pensar numa lógica de segurança pública que seja realmente inteligente e poupe vidas. Se a gente fala dos 29 mortos na chacina do Jacarezinho, a gente está falando de 29 histórias que vão ser apagadas, que foram silenciadas e que não vão trazer como resultado de inteligência de operação a descoberta de quem são os mandantes, de onde vem o dinheiro do tráfico, de onde vêm as drogas, de onde vêm as armas. E aí não é uma guerra às drogas, é uma guerra à pobreza que nós estamos colocando em nosso País.

A partir disso, a gente precisa falar, por exemplo, de iniciativas como o programa Olho Vivo, da Polícia Militar de São Paulo, que resultou, como vemos agora, na instalação de câmera em vários policiais, nos uniformes dos policiais de São Paulo, em uma letalidade menor do que a que tivemos em oito anos. Isso quer dizer que essa redução da letalidade é apenas por causa da colocação de câmeras? Não. Mas isso quer dizer que essa colocação de câmeras incidiu, de certa forma, na redução dessa letalidade.

E aí, a gente falando de 2021, a gente teve um aumento, no primeiro bimestre – eu estou falando só dos primeiros dois meses deste ano –, de 161% de mortes em operações policiais no Rio de Janeiro. A polícia pode até ter reduzido a quantidade de operações, por causa da ADPF 635, mas o resultado dessas operações tem sido morte. Ou seja: a ordem é o extermínio, a ordem é o genocídio. E a gente teve redução de 15,76% nas operações, 7,92% de redução em patrulhamento e 161% de aumento nas mortes. Isso quer dizer que essas operações agora têm um foco, que é o foco da morte, numa população periférica que já está sendo vítima, por não ter garantia de isolamento social, por não ter garantia de renda básica, por não conseguir alcançar a cesta básica.

E aí nós precisamos falar de política pública de incidência à pré-redução da criminalidade. Se o que justificou a operação do Jacarezinho, nas entrevistas que foram dadas após a operação, foi sobre corromper jovens, sobre o envolvimento de cada vez mais crianças e adolescentes na criminalidade, nós precisamos retornar isso com política pública. Não vai ser uma operação que entra armada e que mata 28 pessoas que vai trazer uma redução de envolvimento com a criminalidade para as juventudes das periferias; o que vai trazer é aumento de investimento em escola e educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não conseguimos apresentar, até agora, qualquer projeto que reinsira os nossos jovens e faça com que eles retornem para a sala de aula. O nosso Presidente, infelizmente, barrou a conectividade, e nós precisamos pautar essa conectividade, nós precisamos falar dessa segurança pública do bem viver. O povo negro não quer só existir, ele quer bem viver, e esse bem viver vai passar por um debate de segurança pública que não tem uma polícia armada. E aí nós precisamos pautar essa desmilitarização, mas não apenas uma desmilitarização de "desmilitarizamos e acabou"; nós precisamos pautar uma formação de abordagem para os nossos policiais; precisamos lembrar que grande parte dos policiais que morrem são negros e negras. Muitas leis da carreira na Polícia Militar, que é uma carreira que significa uma ascensão de vida para essa população negra também, e que nós precisamos apresentar um plano de carreira, nós precisamos estimular, através de premiações, operações que tenham sim como resultado inteligência, então que consigam não só fazer um processo de apreensão de drogas, apreensão de armas, mas que consigam manter essa população viva e, como resultado, tenham um melhor direcionamento da inteligência, para a gente conseguir entender quem são os grandes mandantes do tráfico de drogas no nosso País.

Nós já tivemos helicóptero com apreensão de pasta base. Nós não entendemos ainda de onde veio isso e quem mandou. E essas são as principais entradas de droga. Não é o jovem que está com um pino de cocaína que é o grande traficante do nosso País. Os grandes traficantes não estão nas periferias. Então vivendo bem e confortáveis e sem se sentirem ameaçados, porque as nossas operações não dão conta de ser inteligentes.

E aí, quando a gente traz na carta a questão dos autos de resistência, é uma denúncia real a essa chacina. Não tem como ser resistência tiro nas costas, como aconteceu com o João Pedro; não tem como ser resistência 29 mortes. Isso não é resistência. Então, precisa ser feita uma investigação para além do depoimento dos policiais, que entram nas periferias, em operações, despreparados, muitas vezes sem equipamento suficiente, sem saber se locomover por lá.

Então, o desenvolvimento e o investimento na inteligência da polícia é fundamental; o investimento em políticas públicas de bem viver precisa ser lido enquanto segurança pública; nós precisamos olhar a iluminação das ruas enquanto política de segurança pública; nós precisamos olhar saneamento básico enquanto política de segurança pública, porque, para que as pessoas possam ter novas perspectivas de vida, para que outras relações sejam construídas em relação aos territórios, é necessário um investimento nos territórios, um investimento que dê retorno real, e não um retorno de genocídio e de morte.

Então, nós estamos aqui enquanto movimento negro e nós estamos aqui enquanto juventude negra pedindo para esta Casa, que nos representa, que faça um processo de rediscussão do que é a segurança pública no nosso País. Nós não toleraremos mais que a segurança pública, única e exclusivamente, debata compra de armas, compra de equipamentos de violência, porque isso é declaração de guerra, e nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos encerrar essa guerra para construir qualquer relação de igualdade racial em nosso País. A democracia racial precisa ser construída e comprometida num viés de responsabilização do Estado por políticas públicas de bem viver. Nós precisamos de investimento em saúde, educação, assistência social, e nós não abriremos mão disso por qualquer viés de resolução dita como rápida, que é o que se coloca quando a gente faz um investimento em... (*Falha no áudio.*)

... policial e que não dá retorno rápido, porque nós temos mais de 20 anos, em quase 500 anos, de investimento numa política de segurança que tem como único resultado a morte da população negra.

Era isso o que eu queria trazer aqui. Muito obrigada pela oportunidade de debater. Espero que a gente possa desenterrar todos esses projetos de lei que vem para contribuição de uma nova política de segurança pública e uma política de segurança pública que paute o bem viver, e não apenas o genocídio e a morte.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O. k. Muito obrigado, Dara, muito boa a sua fala. Você, que tem esse trabalho de coordenar o Coletivo Nacional de Juventude Negra, traz essa visão sobre a temática da segurança pública e as populações negras e, particularmente, o tema da violência contra essas populações.

Chegaram aqui várias perguntas que depois a gente vai ter a oportunidade de discutir e conversar, mas exatamente a sua fala coloca a importância de nós discutirmos esse tema, porque há algo concreto, que é o racismo institucional e, no que diz respeito ao tema da segurança pública e da violência, é uma coisa quase que normalizada por boa parte das pessoas que acham que violência é fruto das comunidades carentes, pobres, que, na verdade, são vítimas desse processo como um todo. Então, essa contribuição também é muito importante.

É fundamental que os movimentos negros possam se organizar no sentido de influenciar a pauta do Congresso Nacional exatamente para que esse olhar transversal do tema, que é importante, possa ter um papel.

Eu vou convidar aqui a nossa última expositora, a Ana Georgina, que é supervisora técnica do Dieese na Bahia. Depois nós vamos ouvir a fala dos Senadores aqui presentes – a Senadora Zenaide eu tive a oportunidade de identificar.

Temos um vídeo também do Senador Paulo Paim, que é um dos Parlamentares mais comprometidos com a luta das comunidades negras deste País, um combatente permanente pela tese dos direitos humanos e contra o racismo e, depois, ouviremos as entidades que estão presentes.

Então, com a palavra Ana Georgina.

**A SRA. ANA GEORGINA DIAS** (Para expor.) – Bom dia, Senador. Eu cumprimento V. Exa. e também a todos os Parlamentares, todos os presentes, todas as pessoas que estão nos assistindo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento os meus colegas de mesa: Silas Félix, Givânia Maria da Silva, Aparecida do Carmo e Dara Sant'Anna.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade dada ao Dieese de estar aqui hoje, o convite da Unegro, e gostaria também de destacar a potência das falas que me antecederam.

Bom, coube a mim, nesse momento, falar sobre a questão do trabalho, a questão do impacto da pandemia sobre o trabalho – e aí eu já adianto que o impacto da pandemia ali basicamente aprofunda problemas que são históricos em relação à inserção da população negra no mercado de trabalho.

Sob qualquer ponto de vista, a população negra tem uma inserção muito menos privilegiada na sociedade, seja em relação ao trabalho, à renda, às ocupações, ao acesso à moradia digna, ao saneamento, à escolaridade, à saúde, oportunidades e representatividade em espaços de poder na sociedade, sobretudo, nos espaços de poder político. Talvez por isso nós tenhamos uma correlação de forças tão desigual.

Obviamente, entre todos os fatos que determinam essas condições, nós não podemos ignorar o longo período de escravidão pelo qual passou o Brasil. Inegável que a escravidão moldou as nossas relações não só econômicas como sociais, e nós poderíamos dizer que o mundo do trabalho, o mercado de trabalho talvez seja o espaço onde esse modo, digamos assim, de produção tenha deixado marcas mais profundas. Então, todos esses indicadores de desigualdades da população negra no mercado de trabalho é uma relação muito direta dos mais de 300 anos de escravidão.

Quando nós pensamos a questão da pandemia, embora, como eu tenha dito antes, tenham sido potencializadas todas essas precariedades no mercado de trabalho, é bom que lembremos também que nós já estávamos imersos numa crise econômica bastante séria, já com patamares de desemprego e informalidade bastante elevados e que a pandemia, na realidade, simplesmente potencializou.

Obviamente, se nós temos uma desigualdade gritante no mercado de trabalho, a pandemia vai potencializar muito mais efeitos adversos para aquela população que sofre mais as desigualdades; e, aí, não só a população não branca, mas também as mulheres, os jovens, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, que normalmente já têm uma dificuldade de inserção.

Quando nós olhamos a situação bem no momento pior a que a pandemia chega, nós vamos perceber que, daquelas pessoas que perderam trabalho, dos 6,4 milhões de homens e mulheres que saíram da força de trabalho, a grande maioria são pessoas negras. Se pegarmos, ainda hoje, entre o primeiro trimestre do ano passado, quando começou a pandemia, e o primeiro trimestre deste ano, nós vamos observar que, dos 4,6 milhões de pessoas que saíram dessa força de trabalho, 3,8 milhões ou 82% eram negras. Enquanto isso, as pessoas não negras representavam apenas 17,8% daquelas que saíram, cerca de 880 mil pessoas. Para os homens negros, nós temos que a taxa de desocupação ou taxa de desemprego passa de 11,8%, no primeiro trimestre lá de 2020, para 14%, já no segundo trimestre de 2020. Enquanto que, para os não negros, a gente tem uma passagem de 8,5% para 9,5%. Quando a gente coloca o recorte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de gênero, as mulheres negras têm uma elevação na sua taxa de desocupação de 17,3%, ainda no primeiro trimestre de 2020, para 18,2%, já no segundo trimestre. Infelizmente, quando nós olhamos isso em relação a este ano, ao primeiro trimestre de 2021, nós vemos que a situação ainda é pior: para os pretos, a taxa de desocupação passa de 12,2%, lá no primeiro trimestre do ano passado, para 18,6%, nesse primeiro trimestre de 2021; para os pardos, passa de 14% para 16,9%, enquanto que para os não negros passa de 9,8% para 11,9%. Paras as mulheres, especificamente, existe um aumento de 17,3% para 18,2%. E obviamente, quando nós falamos de mulheres negras, essa taxa costuma ser bem maior. Do mesmo jeito, quando vamos para além da questão da desocupação e pensamos também nas formas de subutilização da força de trabalho, nós vemos que as mulheres negras tinham, lá no segundo trimestre de 2020, que foi o pico da pandemia, 40,5% de taxa de subutilização, enquanto as mulheres brancas tinham 26,4%; e os homens negros, 29,4%, enquanto os homens não negros, 19,1%.

Então, nós observamos que números que já eram bastante desfavoráveis, sobretudo quando a trazemos o recorte racial e o recorte de gênero, eles, como eu disse, se potencializam, quando a pandemia, de fato, tem a sua piora.

Já foi dito aqui que, das primeiras pessoas que morreram por conta da pandemia, nós tivemos uma trabalhadora doméstica. E é interessante perceber que, em relação a essa ocupação de trabalhadoras domésticas, que são majoritariamente negras – 86% das trabalhadoras domésticas são negras –, ocupação tipicamente feminina e ainda bastante representativa para mulheres negras, nós temos que, entre todas aquelas pessoas que perderam a ocupação, que perderam o trabalho durante a pandemia, essa categoria foi uma das mais afetadas.

Então, nós temos aí uma situação, de fato, extremamente trágica, usando um adjetivo forte, quando pensamos, por exemplo, que apenas 27% dessas trabalhadoras domésticas têm carteira de trabalho assinada. O que isso significa dizer? Significa dizer que a grande maioria que perdeu ocupação nesse período ficou na dependência do auxílio emergencial e que várias delas, até pela impossibilidade, pela exclusão digital, não conseguiram nem fazer os seus cadastros. Então, são mulheres que neste momento se encontram ainda mais empobrecidas.

Os dados da própria Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mostram que, entre as mulheres negras, chefes de família, durante esse período da pandemia, nós tínhamos que 69% tinham caído abaixo da linha da pobreza, exatamente porque mulheres negras são aquelas que têm as ocupações mais precárias. E, além de ter essas ocupações mais precárias, elas são ocupadas em diversos setores que foram extremamente afetados pela pandemia.

Se nós pensarmos, por exemplo, no setor hoteleiro, no setor de turismo, nós temos um bom período de tempo com essas atividades paralisadas e muitas mulheres negras também trabalhando tanto na formalidade quanto na informalidade nesse setor. Há a própria questão da indústria criativa, da indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de entretenimento, em que muitas mulheres trabalham de forma informal, mulheres negras, sobretudo, o que faz com que nós tenhamos realmente uma situação bastante dramática.

Neste momento, agora, no primeiro trimestre, só reforçando os números, no primeiro trimestre de 2021, nós temos uma taxa de desemprego de 14,7%para a população geral, mas nós temos uma taxa muito mais elevada, uma taxa que ultrapassa 18% para a população preta e 16,9% para a população parda, enquanto a população branca, ainda que tenha também havido elevação nessa taxa, tenha uma taxa de 11,9%, que inclusive é abaixo da taxa para o total da população.

Nesse caso, eu fiz questão de separar, de mostrar como o IBGE coloca a população negra, formada por pretos e pardos, mas fazendo uma separação entre esses dois grupos populacionais, porque nós percebemos que, mesmo entre a população negra, nós temos diferença na taxa de desemprego ou de desocupação, de acordo com o tom da pele. A população parda, normalmente mais clara, mais clara do que a população preta, tem uma taxa de desemprego levemente inferior à população preta. Então, nós observamos que, de fato, o tom da pele é um fator extremamente importante para determinar a forma com que a população se insere no mercado de trabalho.

Quando a gente observa, por exemplo, pessoas em cargos de direção, nós vamos ver que, enquanto 6,6% dos homens brancos atingem cargos de direção, apenas 2,4% dos homens negros alcançam esses cargos. Entre as mulheres, enquanto 5,3% das mulheres não negras atingem esses cargos, apenas 1,9% das mulheres negras conseguem alcançar esse patamar profissional.

Por outro lado, quando nós observamos o trabalho desprotegido, ou seja, aquele trabalho sem a proteção social, sobretudo da previdência, nós vemos que 44% das mulheres negras têm essa desproteção, enquanto 32% apenas das mulheres não negras têm esse nível de desproteção, e que 45% dos homens negros têm essa desproteção ao trabalho e essa desproteção social, de modo geral, enquanto nós temos 32% também dos homens não negros assim.

Para finalizar, eu gostaria de trazer uma questão que eu acho extremamente importante que é o fato do impacto das mortes por Covid em relação à questão da renda. Nós sabemos que muitos dos idosos acometidos e que faleceram pela Covid-19, em boa parte, eram chefes de família, eram arrimos de família em relação à questão da renda. Muitos sustentavam suas famílias com os recursos da previdência ou com os recursos do PPS. Esse é um problema. Muitas famílias, agora, estão completamente desvalidas em relação à renda, porque perderam aquelas pessoas que sustentavam as famílias. Do mesmo jeito, trabalhadores em idade ativa também perderam seus postos de trabalho, deixando filhos órfãos, deixando companheiros e companheiras desprotegidos. Lembro que a recente reforma da previdência tornou menor a pensão por morte mesmo para aqueles trabalhadores que são mais protegidos, que são os trabalhadores formais, e que, portanto, têm acesso à previdência e à pensão. Essa pensão foi reduzida, a fórmula de cálculo mudou. Então, nós estamos falando de perda de renda considerável para diversas famílias no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizo por aqui, agradecendo esse espaço.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Ana Georgina Dias, Supervisora Técnica do Dieese na Bahia, que mostrou, de forma muito bem fundamentada, os impactos da pandemia sobre emprego, renda, ocupação da população de negros e negras no nosso País, muito especialmente de negras. Sem dúvida, isso é algo extremamente relevante.

Já naquele primeiro momento em que abri o nosso debate aqui, eu dizia que os efeitos da pandemia não são efeitos democráticos e que nem a pandemia tem qualquer caráter democrático. Ela produz efeitos econômicos, sociais, culturais extremamente graves para aquelas que são as populações mais vulneráveis, já por conta das questões relativas à desigualdade, relativas ao racismo, relativas à condição de ser mulher.

Portanto, a sua fala completa os demais pontos que foram abordados aqui em termos de saúde, de segurança.

Agora, a gente vai ter a oportunidade de ouvir também os nossos Senadores sobre essa temática.

Estão presentes aqui... Pelo menos, no início, estava presente a Senadora Zenaide Maia – não sei se ela está presente ainda aqui. Deixem-me ver. (*Pausa.*)

Está.

Zenaide, se você estiver presente e quiser fazer uso da palavra... (*Pausa.*)

Na verdade... Ah, ela está...

Pronto.

Passe o som para a Senadora.

Pronto. Obrigado.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas.

Estava ouvindo aqui atentamente.

Humberto, quero parabenizá-lo pela Presidência da CDH, que é esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que tem uma importância fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi as falas de todos, Humberto: de Silas Félix, de Givânia Maria da Silva, de Maria Aparecida do Carmo, de Dara Sant'Anna e de Ana Georgina Dias. Eu concordo com basicamente tudo que foi dito aqui.

Primeiro, a gente sabe que houve um avanço nas políticas públicas em defesa da população negra e contra o racismo de 2003 a 2015, quando a situação começou a degringolar, como a gente diz aqui.

Eu queria, antes de iniciar, Humberto, dizer que eu tenho o maior cuidado, porque eu ouço o e-Cidadania dizendo assim: "Não pode politizar". É para politizar mesmo, gente! Essa decisão de acabar com o ministério que havia nos Governos Lula e Dilma... Acabou com o Ministério do Trabalho, o que também afeta, justamente, como se mostrou, a força de trabalho da população negra neste País, que é grande e é quem paga o preço maior.

E quero dizer o seguinte: o que está fazendo essa queda? Mesmo antes da pandemia – a pandemia veio mostrar mais –, a gente sabe que, em 2016, principalmente, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, eles foram tirando os recursos da educação, foram tirando todos os recursos considerados das minorias, que, na verdade, são maioria. A gente sabe que a população negra, como foi dito aqui, em sua grande maioria, é a mais pobre, ou seja, a mais carente, a mais vulnerável... Não é pobre; é empobrecido, Humberto. Já me disseram que seria pobre se quisesse. E empobrecido, porque há uma política de Estado que não respeita a maioria do seu povo e ainda se diz de minoria.

A gente sabe que o racismo é institucional. E o mais grave: de cinco anos, de seis anos para cá, vem sendo considerado como se fosse normal assassinar um jovem negro a cada dez minutos neste País, o que a gente vê claramente que ocorre, infelizmente, por aquelas forças que deveriam dar segurança.

Eu costumo dizer o seguinte: se o Estado brasileiro não educa o seu povo, não oferece uma educação pública de qualidade, esse mesmo Estado é quem primeiro condena. Essa condenação clara, racista, como há com as mulheres, como há com a população LGBTQIA+, é visível. E a gente tem que saber que isso piorou nos últimos anos assustadoramente, como piorou a crise econômica.

Nós tínhamos uma situação muito grave, porque nós não temos um plano para geração de emprego e renda. O mais grave desse Governo é isso também, porque quando vem dizer que eu quero aqui – e o Humberto aqui faz parte da CPI... Eles dizem que foi criada a CPI para desgastar o Governo, e eu costumo dizer que quem desgasta este Governo são os mais de meio milhão de brasileiros e brasileiras, uma grande maioria negra, que foi a óbito; quem desgasta esse Governo é uma política de não geração de emprego e renda; e, agora, essa questão da corrupção no meio disso tudo, de vacinas, de vida.

Aliás, para vocês todos aqui que falaram, esse descaso, essa irresponsabilidade com a vida em que este Governo aí está... Vida não tem a mínima importância para ele. Normalizou o fato de morrer. E como a população negra já tinha essa história institucionalizada, arraigada, como a das mulheres, isso tudo, agora piorou, porque nós temos um Presidente, um responsável maior, que tem esse olhar. E o que me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupa é que a grande maioria das pessoas já sabia disso, Humberto, porque o cara, cujo *slogan* era uma metralhadora na mão, já dava entrevista dizendo... A Preta Gil, perguntou: "E se um filho seu namorar com uma negrinha?". Ele disse: "Meus filhos foram bem educados".Então, grande parte da população já tinha conhecimento. E o que a gente está vendo é isso.

Mas eu quero aqui me solidarizar com cada um de vocês e dizer, como o Humberto diz, Paulo Paim, eu, o Humberto, todos esses cristãos... E eu acho tão interessante o cara ser bolsonarista e querer dizer que é cristão. É difícil entender isso, porque a falta de respeito ao próximo... Não existe! Eu costumo dizer: bolsonarista não pode ser cristão ao mesmo tempo, porque ele não defende a vida, ele defende a morte, e todo tipo de morte. Não respeita a natureza, não respeita nada.

Aí, eu vejo aqui os quilombolas. E sabe o que é que me chama a atenção? É que a população negra, com esse trabalho... E na época em que foram criar o Exército Brasileiro, Henrique Dias representou os negros, Felipe Camarão representou os índios, e juntaram-se aos brancos na Batalha de Guararapes. E me chama a atenção o seguinte: mesmo a população negra, que era escravizada, deu uma lição de patriotismo, de defesa da soberania nacional e se uniu aos brancos, àqueles que os escravizavam; e os índios, àqueles que sabiam que estavam ali e que queriam tomar suas terras. Entendeu, Humberto? E hoje, a gente ainda vê, esses anos todos depois, não se ter respeito por esse povo, não querer dar um trabalho com dignidade, proibir de estudar, com educação. E lhe digo o seguinte: nós temos, sim, que mostrar à população brasileira que os negros deste País estão discriminados e que há racismo, racismo embutido, racismo visível...

E eu acho que está na hora é de politizar mesmo, porque essas decisões sempre foram e são, atualmente, políticas.

Obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade de defender este povo que me orgulha muito. E depois eu quero ver o documento entregue aqui pelo colega Silas Félix...

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... para a gente divulgar, para a gente dar visibilidade à população sobre o que está acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

Muito obrigado, Senadora Zenaide, que é uma grande lutadora pela causa dos direitos humanos, uma das principais participantes desta Comissão e que está sempre ao lado das melhores bandeiras, para nós melhorarmos a vida do nosso povo, ampliarmos a liberdade e a democracia no nosso País. Muito obrigado pela sua participação, pela sua fala e por ter nos trazido esse aspecto importante que é o de nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não quebrarmos esse vínculo claro que há entre tudo o que está acontecendo hoje e o que este Governo, que aí está, tem como responsabilidade em tudo isso.

Eu pergunto se o vídeo do Senador Paulo Paim está disponível para que nós possamos aqui apresentar para todos os participantes. (*Pausa.*)

Então pode apresentar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Meus cumprimentos ao nosso querido Senador Humberto Costa, Presidente desta histórica Comissão de Direitos Humanos do Senado. Cumprimento-o pela realização desta urgente e importante audiência pública que vai debater nem fome nem bala nem Covid.

Quero cumprimentar também a Givânia Maria, membro da Conaq; a Dara Sant'Anna, do Coletivo Nacional de Juventude Negra; o Silas Félix, da Juventude do MNU; a Ana Georgina Dias, do nosso querido Dieese; e a Professora Aparecida do Carmo, que é pesquisadora da área da saúde, principalmente, eu diria, da população negra.

Meus amigos e minhas amigas, a cada dia que passa o Brasil permanece nessa linha do racismo sobre os corpos negros e demais grupos racializados, e a pandemia evidenciou ainda mais essa enorme desigualdade do nosso País.

Nós sempre dialogamos com os movimentos negros dos setores mais vulneráveis, na busca de resgatar, elaborar e aprovar matérias com teor que vá na linha da promoção da igualdade racial e do combate ao dito racismo estrutural que mata a nossa gente.

Apresentamos e aprovamos no Senado o PL 2.179, marcadores sociais que combatem as subnotificações na pandemia. O Relator da matéria na Câmara é o nosso querido ex-Ministro Deputado Federal Alexandre Padilha.

Aprovar esse projeto é permitir que medidas sanitárias sejam identificadas e aplicadas pontualmente para aqueles e aquelas a quem as políticas sociais não chegam, historicamente, neste País, na mesma velocidade que para outros, ou seja, que não são negros, indo mais além: para somente o setor branco.

O vírus também flagrou as diversas formas de violência existentes, e uma delas é a abordagem dos agentes públicos em relação à nossa população. A cada 23 minutos, um jovem negro é morto no Brasil. Esse número comove, mas não move a sociedade.

Diante de toda essa crueldade, apresentamos o PL 5.231, de 2020, que trata da abordagem policial dos agentes públicos e privados, todos. A proposição é relatada na Câmara pelo Deputado e querido amigo Orlando Silva, que vem fazendo um grande trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Garantir a vida da nossa população negra é uma questão de honra para todos nós – corresponde a 56,2% da população brasileira –, é um ato de amor, de humanidade. Não podemos pensar em desenvolvimento sem assegurar a vida da nossa gente, do povo negro. Falar em humanidade é implantar, inclusive, a Convenção Interamericana contra o Racismo, promulgada nesse início de ano pelo Congresso e ratificada pelo Presidente. A ratificação da convenção tinha o objetivo de declarar, validar, confirmar o compromisso com o respeito. E, digo de novo, é a política de amor e não de ódio, do amor ao próximo, independentemente de origem, de raça, de sexo, de cor, orientação sexual, gênero, idade e outras formas, infelizmente, de preconceito.

Mais de 20 matérias sobre a temática racial encontram-se em tramitação no Senado. Precisamos votar, por exemplo, o PL 4.373, de 2020, que tipifica como crime de racismo a injúria racial; o PLS 482, de 2017, que determina que o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, Zumbi dos Palmares, seja declarado como feriado nacional, como fizeram recentemente os Estados Unidos, em data semelhante.

É nesse momento tão singular que vivemos, em que vidas são ceifadas, em que o povo clama por comida, comida na mesa, trabalho e vacina, que felizmente conseguimos aprovar, no Senado e também na Câmara, com algumas alterações que não mexeram na estrutura do projeto, o PL 12, de 2021, que é a quebra de patente de vacinas contra o Covid-19. Eu considero esse o principal projeto que apresentei na minha vida pública. Produzir vacinas em grande quantidade, de forma rápida, é agir para salvar vidas e fazer a economia girar novamente – Nelsinho Trad, o Relator no Senado; Aécio Neves, na Câmara –, pois a nossa maior fonte de desenvolvimento é o nosso capital humano, é o nosso povo, é a nossa gente. O Senado, agora, tenho certeza, votará essa matéria com rapidez, com rapidez.

Vejam bem que as grandes conquistas da humanidade foram obtidas conversando e que as grandes falhas aconteceram pela falta de diálogo. Aí vem a covardia, vem a violência, vêm as guerras, vem a barbárie. Por isso eu digo: com a democracia, tudo; sem ela, nada, é a barbárie, e as pessoas são discriminadas com preconceitos absurdos, como esse pela cor da pele. Como dizia Martin Luther King, eu quero que meus filhos sejam julgados pela forma de agir, por aquilo que são, e não pela cor da pele.

Um abraço.

Sei que vai ser uma audiência pública magnifica, pela qualidade do nosso Presidente, dos membros desta Comissão e por vocês, os nossos convidados painelistas.

Estamos juntos. Que Deus nos ilumine! Axé!

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, como sempre trazendo uma mensagem de muita luta, de muito compromisso com os direitos humanos; uma luta que ele trava com todos nós contra o racismo e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção de uma efetiva inclusão racial de toda a população brasileira, tratando aí de temas e projetos que têm sido objeto dessa sua atuação durante muitos anos no Congresso Nacional.

Eu quero justificar para vocês a ausência do Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Fabiano Contarato, que tem cumprido um papel muito importante, inclusive nesse momento que estou vivendo agora, na CPI, em que ele tem contribuído muito fortemente para que a Comissão continue atuando e debatendo os temas mais importantes.

Antes de passar a palavra aos representantes das entidades, eu queria ler algumas perguntas e alguns comentários. Vocês podem, se quiserem, manifestar-se sobre eles, mas desde que dentro do tempo de três minutos que cada entidade vai ter, porque nós já estamos aí com quase duas horas de audiência pública.

O Rodrigo Silva, do Rio de Janeiro, pergunta: "Qual a diferença dos impactos da pandemia na população negra e na população branca no Brasil". Acho que isso já foi muito abordado, mas, se algum dos representantes de entidades quiser reforçar as respostas, é importante.

A Conceição Lima, do Piauí: "Quais os projetos e/ou políticas públicas para enfrentar esse problema?". Também se alguém quiser se manifestar... Já tivemos aí várias propostas, em diversas áreas.

"Quais os principais impactos do novo coronavírus na população negra do Brasil?". Acho que já tivemos oportunidade de falar em termos de saúde, em termos de trabalho, em termos de segurança pública, em termos de como lidar com essas desigualdades e o racismo.

Essa anterior foi de Dellana Rosa, da Bahia.

A próxima é de Lilian Belsito, do Distrito Federal. Ela fala: "As desigualdades sociais agravam muito esse quadro. Existe alguma intenção da criação de um programa para diminuir essas desigualdades?". Sim, nós já tivemos muitos no Brasil que conseguiram tirá-lo do mapa da fome e conseguiram elevar uma parcela importante das pessoas das classes C e D para a classe média, mas também seria importante se alguém quisesse reforçar.

Flávio da Silva, do Rio de Janeiro: "Qual a diferença entre a população negra, a indígena, a branca, a parda, a oriental e a nordestina? Parem de criar diferenças!!!". É o comentário que faz o Flávio, e quem quiser pode também fazer um comentário. Eu acho que, por tudo que já foi dito aqui, essa questão foi respondida.

E, aqui, alguns comentários.

Dyonatan Faveri, do Paraná: "Ultrajante quando tratam o cidadão de acordo com a sua cor de pele, como se fosse outra espécie de ser humano ou com alguma fragilidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo Santos, do Rio Grande do Sul: "Só na população negra do País. Isso na minha concepção é preconceito com os brancos, pardos, ruivos, albinos e outros". Eu acho que aqui foi dito qual é a diferença efetivamente e porquê.

Luiza Serra, de São Paulo: "Infelizmente, por uma questão histórica, a maior parte da população periférica é negra". Exatamente, por uma questão histórica, econômica, cultural, enfim.

Levi Montanha, do Rio Grande do Sul: "O vírus não escolhe a pessoa pela melanina. O que faria mais sentido é falar sobre tal classe socioeconômica sofrer com o vírus". Na verdade, a situação da população negra sofre exatamente porque é aquela que vive nas piores e mais precárias condições sociais, econômicas, de habitação, de saúde, de educação no nosso País. Por isso, faz sentido.

Nós vamos fazer aqui alguns encaminhamentos: vamos oficiar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério da Saúde com a finalidade de sugerir que elaborem mais políticas voltadas à população negra; e vamos encaminhar a carta que foi lida pelo Silas Félix para todos os Senadores.

Vamos agora ouvir, então, as entidades, começando pelo Lucas Nascimento, que é representante da Enegrecer.

**O SR. LUCAS NASCIMENTO** (Para expor.) – Olá! Bom dia a todos e a todas.

Eu me chamo Lucas, sou do Rio de Janeiro.

É importante sempre pontuar que sou do Rio de Janeiro, esse Estado que a gente fala que é o laboratório de genocídio do Brasil como um todo; o Estado que ainda não colocou uma resposta concreta em relação ao caso de Marielle Franco e de Anderson Gomes; o Estado que vem matando e que vem, mesmo na pandemia, ainda entrando em favela com o principal objetivo de matar. A gente sabe hoje que essa falsa guerra às drogas tem a ver com a nossa vida e, principalmente, que o Estado brasileiro, em meio à pandemia, ainda consegue articular as nossas mortes, inclusive dentro das nossas próprias casas. Mesmo seguindo as recomendações, a bala, a mão do Estado ainda chega aos nossos corpos; se a gente hoje está indo para a escola, a bala também nos chega.

É importante também falar que, no meio da pandemia, a gente vê um acirramento das desigualdades raciais, sobretudo no âmbito da educação; de como, inclusive, nesse meio, o Estado brasileiro investe mais (*Falha no áudio.*) ... do que na educação. A gente está vendo que várias crianças negras não conseguem acessar as aulas, não conseguem ter meios básicos de conseguir acessar essas aulas, porque, por exemplo, não têm celulares, computadores, e como é importante a gente pontuar isso em relação ao debate sobre segurança pública. Segundo alguns dados do IBGE, da revista *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça*, em 2018, a gente tinha uma taxa de analfabetismo entre a população negra de 9,1%; em contrapartida, o índice da população branca era de 3,9%. Então, a gente está vendo esse abismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





social que vem reforçado através desta pandemia. Então, como é importante a gente hoje pensar um novo tipo de segurança pública que prestigie a educação.

A gente também tem visto no último período um debate muito ruim, que é sobre *homeschooling*, e como esse debate vem, inclusive, acirrando as desigualdades sociais. A gente precisa pensar hoje numa escola com uma educação que seja para todos e todas, com uma educação que não seja organizada a partir da discriminação racial, a partir do preconceito. A gente precisa hoje pensar numa educação que consiga nesse meio chegar a toda a população. Então, é importante demais nesta audiência pública a gente pensar numa educação que consiga chegar a todos e todas, pensar em projetos de lei que consigam financiar uma educação, sobretudo nesse projeto que, infelizmente, o Presidente vem barrando, que é o projeto sobre conectividade, que era um projeto que dava acesso à internet às pessoas mais pobres e vulneráveis. Então, acho que é importante também esta audiência ter a sensibilidade de conseguir pensar na educação e conseguir colocá-la como prioridade também nos próximos períodos. Sobretudo, também, como foi pontuado na carta, no ano que vem, a gente vai ter a renovação da lei de cotas, ou seja, a gente precisa pensar no acesso da população negra ao ensino superior.

A gente viu também que esse desgoverno vem ceifando várias políticas importantes de acesso e permanência na universidade. Então, é muito fundamental que a gente tenha também como base a importância da renovação da lei de cotas e que a gente consiga continuar entrando na universidade pública, mas também permanecendo nesse espaço tão importante para nós.

Muito obrigado pelo espaço.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Lucas. Muito importante a sua fala, especialmente salientando a importância da educação como um processo de inclusão social e econômica no nosso País e lembrando desse tema, que nós esperamos seja objeto de uma análise por parte do Congresso Nacional e que possamos derrubá-lo, que foi o veto do Presidente da República à proposta apresentada e votada aqui no Congresso Nacional de garantir o acesso universal e gratuito à conectividade.

Muito obrigado.

Eu queria chamar agora o Eduardo Yohaness, que é representante da Agentes de Pastoral Negros do Brasil para fazer também a sua fala em nome da entidade, por três minutos.

**O SR. EDUARDO YOHANESS** (Para expor.) – Bom dia, galera! Peço a benção dos mais velhos e dos mais novos e peço licença para poder falar.

Saúdo o Senador Humberto e os demais Senadores. Saúdo a minha querida Maria Aparecida, APN Malunga, e, na pessoa dela, saúdo as demais entidades e os demais representantes que estão aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, galera, a pandemia nos mostra, nos escancara o abismo social que há no Brasil. E ela cada vez mais mostra que o alvo dessa grande violência social, o alvo principal – mostra a cara e mostra a cor – somos nós jovens negros. Somos nós que, ao nascer, carregamos esse alvo nas costas. Aí a gente vem mostrando isso, e os dados nos mostraram: o alto índice de desemprego é nosso; a evasão escolar, a falta de condições de acesso, porque agora, com as aulas remotas, a gente não está conseguindo, existe uma grande dificuldade no acesso, porque nós não temos internet, nos falta aparelho, nos faltam muitas condições, por muitas vezes até a luz nos falta; o saneamento básico, a água tratada, o esgoto; por muitas vezes falta terra e falta moradia. Então, como nós vamos fazer todo esse acompanhamento, todo esse trabalho se está nos faltando tanta coisa assim? Como? E aí, quando a gente sai para lutar, nos falta segurança, porque aqueles que devem nos proteger são os que nos agridem, aqueles que devem nos socorrer são os que nos tornam vítimas de tudo isso. Como nós juventude negra vamos viver numa sociedade dessa, lutando sempre para poder sobreviver?

E, por muitas vezes, além de todas essas faltas, por muitas vezes nos falta fé e nos falta força para seguir lutando, porque é cansativo, todo dia, nós acordarmos e termos que lutar contra um monte de coisa. A gente está começando a vida recentemente. Nós deveríamos ter os nossos direitos garantidos; direito a viver e a viver bem, como a colega já falou antes. Precisamos viver bem. É um direito nosso como jovens negros, mas isso está sendo ceifado. E essa pandemia está escancarando isso cada vez mais, simples assim. Os dados nos mostram, e os colegas que falaram antes já exaltaram tudo isso.

Então, nós precisamos dessa mudança. A gente precisa que algo seja feito de imediato – de imediato! – para quebrar essa política de cultura de violência contra nós, juventude negra. Nós precisamos quebrar isso, e com urgência. Nós precisamos de ações imediatas, porque, senão, os que não morrerem por essa sociedade violenta como está estarão também morrendo pela pandemia. E os dados também mostram que nós somos as grandes vítimas disso.

Então, chega de a juventude negra ser o alvo dessa cultura de violência. Precisamos, sim, de mais ações efetivas; precisamos, sim, de projetos implementados; precisamos, sim, continuar fiscalizando e implantando as ações afirmativas para que essa correção seja feita, com urgência, para que termine essa cultura de violência contra nós, juventude negra. Nós queremos viver e nós queremos viver bem. É direito da juventude negra a vida. É um direito nosso. Chega! Parem de nos matar!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Eduardo, que representa os Agentes de Pastoral Negros do Brasil. Obrigado pela sua colocação, especialmente salientando o que são as dificuldades hoje da juventude negra no País, onde o racismo, como já foi dito aqui, é uma questão estrutural; onde as condições sociais e econômicas de vida da população negra são as mais precárias, como decorrência dessa terrível herança da escravidão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero chamar agora a Ilona Açucena Chaves Gonçalves, que é representante do Movimento Negro Unificado, para, nestes três minutos, dar também a sua mensagem.

Ela está aí?

**A SRA. ILONA AÇUCENA CHAVES GONÇALVES** (Para expor.) – Bom dia, gente.

Como o Senador Humberto Costa apresentou, eu sou a Açucena e estou representando o Movimento Negro Unificado.

Eu queria começar saudando a Mesa, nesse Julho das Pretas, essa Mesa com expositoras todas mulheres negras, que trouxeram já para a gente o porquê. Muitas das perguntas trazidas aí por quem está assistindo colocaram: mas qual a diferença, então, da população negra para a população branca? E elas nos trouxeram – acredito que aqueles que estão acompanhando conseguiram perceber – quais são as diferenças.

Quero saudar o Senador Humberto Costa, saudar a juventude do Movimento Negro Unificado, saudar as demais entidades, que fizeram uma construção coletiva para que esta audiência pudesse acontecer. Acontecer no sentido de denúncia: denunciar hoje que a gente vive num país que, pautado no mito da democracia racial, faz querer crer que a gente está no mesmo barco perante a pandemia do Covid. Então, essas perguntas também se baseiam no mito da democracia racial de que nós somos iguais, de que o vírus não vai olhar a cor da pele, de que o vírus não vai olhar quem nós somos para poder infectar, mas aí as mulheres que aqui estiveram já trouxeram para a gente o porquê de se debater a população negra diante dessa pandemia: porque hoje a política pública ou a ausência dela vai se dar lá no atendimento despreparado do profissional de saúde que não vai qualificar o quesito raça/cor na notificação, daquele que não vai qualificar o quesito raça/cor na aplicação da vacina; naquele delegado que dificulta a denúncia de violência doméstica; ou naquela empregada doméstica, cujo serviço é considerado essencial, e não entra para a lista de prioridades da vacinação. É o mirar na cabecinha e atirar. É aí que está a falta, a ausência da política pública, não é? É no ensino remoto, que vai desconsiderar a falta de acesso à internet e computadores; é nos 40 bilhões a menos no Sistema Único de Saúde, que, dentre seus usuários, tem 80% de pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, ou seja, negras, pessoas negras; é na não realização do censo demográfico que vai denunciar o que a gente está trazendo aqui: que a pandemia não é democrática; que a pandemia atinge, sim, a população vulnerabilizada, ou seja, as mulheres, os negros e a periferia.

Então, eu queria colocar: que, hoje, esta audiência seja uma iniciativa que possa se somar à luta dos movimentos negros, dos movimentos de favela, dos movimentos de mulheres, dos movimentos quilombolas para poder pautar a necessidade de políticas públicas que pensem a condição da população empobrecida, que pensem a nossa condição, pois o vírus não é democrático. A gente está trazendo dados aqui porque política pública hoje só se faz a partir de dados. Então, a gente precisa trazer a todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento, colocar a todo momento, porque não é para todo mundo. Os comentários já nos dizem que não é todo mundo que sabe que a população negra é a mais atingida. A gente está num país que vive pautado no mito da democracia racial, achando que existe algum vírus, alguma coisa neste País que é democrática. Então, que esta audiência possa nos levar a isso, somando-se aos demais movimentos, que não param e que estão acontecendo nos seus territórios, que estão acontecendo nos quilombos, que estão acontecendo nas periferias, de pensar política pública para a população mais atingida, que é a população negra, que é a população de mulheres, que é a população pobre.

Então, é isso. Saúdo este momento, e que a gente possa sempre seguir em frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Ilona, que representa o Movimento Negro Unificado, pela importância das suas palavras no sentido de reafirmar tudo que foi dito aqui, no sentido de que precisamos colocar como um tema da sociedade brasileira, um tema civilizatório o enfrentamento ao racismo que existe no nosso País e que alguns tentam negar, mas que boa parte, inclusive, assume e assume como uma política.

Sigamos aqui, agora, ouvindo o Jean Pierre, representante do Instituto Nacional Afro Origem, nosso companheiro aqui de Pernambuco.

Com a palavra, Jean Pierre. (*Pausa.*)

Ele está aí? (*Pausa.*)

Parece que está. (*Pausa.*)

Alô!

Não, parece que ele não está.

Vou, então, passar a palavra para o Eldon Neves, representante da Unegro.

**O SR. ELDON NEVES** (Para expor.) – Bom dia a todos e todas!

Parabenizo aqui todos os coletivos do movimento social e o Senador Humberto Costa por esta iniciativa conjunta de audiência pública, "Nem fome, nem bala, nem Covid", e parabenizo também, pelas falas, nossos camaradas, em especial a Ana Georgina, que vem fazendo um trabalho e dando subsídio e materiais reais e palpáveis para a gente poder travar um debate acerca da realidade brasileira, essa realidade que se aprimora e se aflora a partir de 2020, no processo da Covid, e que vem com um plano de fundo de um Governo genocida, não é, Sr. Senador?

E a esta audiência de hoje a gente vem no sentido de reafirmar que é preciso fazer com que a nossa democracia seja exercida, mas, nesse sentido de exercício da democracia, que a nossa juventude não seja abatida nem exterminada. A gente tem, hoje, um Governo em que, em plena pandemia, em alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados, a violação de direitos se tornou algo convencional, até quando o Supremo Tribunal determina que não deveriam ocorrer determinadas operações policiais em determinadas regiões. E, quando a gente pega o estrato e o reflexo disso, o perfil é sempre o mesmo: jovens, negros... E com a mesma argumentação. A nossa querida Dara trouxe aqui, evidentemente, o processo da segurança pública, e a gente precisa mudar essa realidade. Estamos caminhando para 2022, com novas eleições, e essas eleições precisam ter uma renovação. E é preciso haver políticas implementadas que, de fato, assegurem a sobrevivência da população negra, porque, hoje, a juventude negra em especial não vive; ela sobrevive. E o sobreviver não está dando conta.

Dito isto, precisamos reavaliar, com o nosso Senado e a nossa Câmara dos Deputados, essas políticas que vêm sendo exterminadas e as políticas que vêm sendo implementadas, como foi dito aqui sobre a política de cotas, que tem, agora, uma revisão em que corremos o risco de perdê-la. Acho que muitos e muitos aqui da minha geração foram beneficiados por ela. Eu tenho muito orgulho de dizer que sou fruto da política de cotas, que o Movimento Negro lutou desde os anos 70 para implementar e que corremos o risco de perder. E nós temos novas gerações que precisam ser beneficiadas por essa política, mas que essa política não seja única e exclusivamente feita ou homologada, e sim que ela tenha condições objetivas e materiais para que a juventude negra, por exemplo, possa alcançar, para que a juventude negra possa disputar outros espaços em igualdade de condições, porque, em um país que é feito sob as amarras do processo escravista, dizer que as políticas de cotas vão fazer uma diferença muito grande... Não vão, porque a gente sabe que a política de cotas é para diminuir uma desigualdade, e, nesse tempo todo, nós não tivemos e não estamos tendo um desenvolvimento, por exemplo, da educação de base, como foi citado aqui. A gente teve um processo do Enem, por exemplo, que foi um processo em que boa parte da população negra foi afetada. A gente tem um ensino remoto em que boa parte da população negra está sendo afetada, porque isso faz parte da desigualdade social.

Então, a gente espera que esta audiência reverbere e traga diversos resultados positivos para a gente mudar esse processo, que é um processo importante, inclusive na década do afrodescendente, que está para findar daqui a algum tempo.

Então, eu agradeço a todos, agradeço ao Senador por esta empreitada, e que possamos dialogar cotidianamente para fazer um Brasil melhor para todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Eldon Neves, representante da Unegro. Suas palavras são importantes para reforçar todo o sentido do debate que nós tivemos; a importância de dizer o que de fundamental houve no que diz respeito à elaboração da política de cotas, que não há dúvidas de que foi fundamental, mas ela veio exatamente para tentar corrigir uma das milhares de distorções que nós temos no nosso País. E o que todos nós queremos é que nós possamos construir uma igualdade na sociedade e que as cotas, inclusive, sejam desnecessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir, agora, o Cleber Santos Vieira, representante da Associação Brasileira de Pesquisadores e Pesquisadoras Negros e Negras.

**O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA** (Para expor.) – Olá! Bom dia a todos, a todas.

Quero cumprimentar aqui o Senador Humberto Costa, na pessoa de quem cumprimento a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, todos os Senadores, todas as Senadoras e meus companheiros e companheiras que representam as entidades que organizaram esta audiência pública e estão aqui presentes.

Esse tema que nós estamos discutindo é de uma extrema relevância. Nós sabemos que a pandemia tem afetado todos os setores da vida social, todas as pessoas de maneira bastante radical; bastante radical principalmente a população negra, a população pobre, a população que vive nas condições piores em termos de saneamento básico, em termos de infraestrutura, em termos de emprego ou de desemprego no Brasil.

Então, esta audiência é uma oportunidade de discutirmos e de apresentarmos também algumas reflexões sobre de que maneira ela vem reafirmando uma ideia de genocídio da população negra, mas sobretudo da juventude negra. Eu falo a partir do campo educacional. Eu sou Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores Negras e Negros, e essa preocupação com o ensino superior e com acesso ao ensino superior é muito importante.

Tomemos como exemplo o Enem, o nosso Exame Nacional do Ensino Médio. Sabemos que o índice de abstenção do Enem em 2020 chegou a mais de 50%, chegou a quase 55%. São 55% de jovens, são 55% de estudantes do ensino médio, jovens que tiveram a possibilidade de ingressar no ensino superior através do Enem, através do Sisu, que dá portas aí para um conjunto importante de universidades, de faculdades, o que foi cancelado em função da falta de condições de realizarem a prova do Exame Nacional do Ensino Médio.

Nós sabemos a cor dessas pessoas, desses jovens. Nós sabemos a classe a que pertencem essas pessoas. São em geral pessoas negras, pessoas pobres, que não tiveram condições de prestar o Enem. Se pegarmos isoladamente o caso do Amazonas, que foi um cenário em que a pandemia, pela irresponsabilidade governamental, se abateu de maneira mais radical, esse índice de abstenção chegou a quase 75%. São 75% de estudantes, são 75% de candidatos, são 75% de jovens inscritos naquele Enem, o Exame Nacional do Ensino Médio de 2020, que não conseguiram realizar a prova. Diante disso, nós podemos visualizar a hecatombe social e mais uma forma de empreender esse genocídio que tanto atinge a juventude negra.

Para concluir, eu gostaria de lembrar, fazendo coro aqui com o colega que me antecedeu, que ano que vem nós temos um ponto importante para pensar as ações afirmativas, um ponto importante de pensar uma conquista do Movimento Negro para alterar esse quadro – esse quadro de desigualdade na educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse quadro de desigualdade que afeta a população negra, a juventude negra –, que é a presença nas universidades públicas. As cotas raciais sabemos que foi uma conquista do Movimento Negro. É uma ação afirmativa importante, que tornou as universidades melhores, mais diversas e construiu uma produção científica muito mais próxima daquilo que é a sociedade brasileira. Se nós somos 56% da população, a população negra representa 56%, então essa representação tem que estar em todos os cursos, tem que estar em todas as universidades, tem que estar em todas as faculdades.

E, nesse sentido, temos que pensar o seguinte: essa renovação se fará? Nós temos que demonstrar que as cotas raciais são importantes, que mudaram o cenário da educação, da produção científica no Brasil, mas elas precisam continuar porque ainda é insuficiente. Elas foram insuficientes para mudar o quadro educacional no ensino superior de mais de 400 anos de escravidão e de exclusão e marginalização da população negra.

E mais: eu gostaria aqui de propor, Senador Humberto, que a Comissão de Direitos Humanos construísse uma agenda específica para discutirmos esse ponto, os dez anos da Lei nº 12.711. Porque há muitos temas, sobretudo a permanência estudantil da população cotista que chega a essas universidades, que precisa ser debatida com mais seriedade.

Estamos falando de bem viver da população negra e, para falar de bem viver da população negra que entra por cotas nas universidades, é indubitavelmente importante falarmos da permanência da ação afirmativa. Então, conciliar cotas com permanência estudantil. Então, eu sugiro que a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal construa uma agenda específica para discutirmos os dez anos de Lei nº 12.711.

Obrigado e vamos em frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado ao nosso Cleber.

Muito boa a sua sugestão, vamos anotá-la. Vamos preparar esse evento para que nós possamos debater os dez anos da implementação da lei e fazer uma discussão nos termos que você coloca, não apenas a garantia da entrada na universidade, mas a garantia também da possibilidade de viver, e viver dignamente enquanto se exerce esse direito importante, que é o de estudar no que diz respeito à população negra.

O Jean Pierre voltou, eu vou convidá-lo aqui para falar em nome do Instituto Nacional Afro Origem. (*Pausa.*)

Parece que ele não voltou.

Então, vou passar a palavra para a Jéssica Vanessa, representante da CEN, para que ela possa utilizar os seus três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. JÉSSICA VANESSA** (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de saudar a todos, principalmente à Mesa, que fez um debate extremamente importante, e o Humberto Costa também, o Senador. Bom, vou dar uma contribuição rápida para que dê tempo para que todos possam dar suas contribuições.

Enfim, entendendo que é de extrema importância o debate que está sendo feito hoje: compreender que não haverá um País igualitário e democrático enquanto a passada dos jovens forem mortos pela violência do Estado em um projeto de necropolítica, principalmente enquanto a população negra for alvo especial das políticas de encarceramento em massa e punitivas do Estado também. O que alguns companheiros colocaram aqui em relação à segurança pública, ao bem viver, ao bem-estar. Entender também que não há uma democracia efetiva tão pouco uma equidade social sem acesso à educação pública de qualidade, aos serviços de segurança, ao bem-estar e à proteção social e da justiça.

Também quero colocar aqui a importância que a gente possa voltar novamente com a CPI do etnocídio da juventude negra. Essa é uma pauta de extrema importância. Precisa estar dentro das agendas emergentes dos movimentos e principalmente dos Parlamentares que dizem ser contundentes a essa pauta em relação ao Movimento Negro, à sociedade e principalmente à relação do genocídio da juventude negra.

Precisamos votar e pensar e ver o que fizemos na CPI em 2015, o que foi realizado, o que está pausado dentro do Congresso, dentro da Câmara, e novamente reconstruir e trazer pontos importantes para que a gente possa ter essa pauta novamente, feita pelo movimento, principalmente pelo movimento de juventude.

Por fim, é isso. Agradeço pelo espaço. E o debate foi de extrema importância. A audiência está sendo muito contundente e, enfim, até mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Jéssica Vanessa, representante da CEN.

Eu quero de imediato convidar o Gilberto Campos, que é representante do Círculo Palmarino.

**O SR. GILBERTO CAMPOS** (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia a todas. Bom dia, Senador Humberto Costa. Obrigado aí pelo convite que foi feito.

Eu queria falar que está patente, que está bem nítido que a luta do povo negro é uma luta incessante pelo direito à vida, pela sobrevivência e pela política do bem viver. Essa matança de negros no Brasil já existe há séculos, e o Estado brasileiro, em toda a sua conformação, nunca tomou uma providência no sentido de cessar e de acabar de vez com esse tipo de extermínio de pessoas que são mortas pelo único fato de terem a cor de pele escurecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão se naturalizou no Brasil. A morte de pessoas negras é banalizada. O assassinato de pessoas negras está no DNA da formação do Estado brasileiro, enfim. Então é uma questão que vem acontecendo em toda a trajetória do povo negro neste País.

E nesse Governo, essa questão tem uma tendência de recrudescer. À medida que essa efervescência política vai crescendo, o Governo fica mais acuado. E como o projeto desse Governo é um projeto de morte, e ele, para desviar a atenção dos erros que cometeu, que estão sendo apurados pela Covid, toda hora surge um fato, e esse fato está diretamente ligado à matança de pessoas negras, não é? E isso tudo ocorre sob o manto da impunidade, e ainda com vários deboches do Governo, do Presidente, criando estereótipos contra a população negra, o que aprofunda ainda mais o racismo na sociedade, não é?

Então é preciso investigar, Senador, os crimes praticados por esse Estado assassino, que vem cometendo há várias décadas. Têm que ser investigados, têm que ser apuradas as responsabilidades. E a importância do Parlamento neste momento é fundamental, porque essas questões que envolvem a população negra são discutidas desde o tempo do movimento abolicionista dentro do Parlamento. E o Parlamento foi fundamental nesse processo. E agora nós, população negra, o Movimento Negro, viemos aqui reivindicar do Parlamento Brasileiro, para que ele tome as rédeas dessa discussão, que ele se coloque à frente, que utilize todos os instrumentos para dar um basta nessa necropolítica do Estado brasileiro, que vem acontecendo, não só nesse Governo, mas em outros momentos, numa medida, assim, que se pode investigar através de sistemas de CPIs.

Por que não criar CPIs das incursões policiais nos Estados, criar Comissões? As Comissões da Verdade que foram feitas na OAB foram desarticuladas, em função de a OAB apoiar o golpe. E a maioria das pessoas que estavam ali fazendo aquela discussão, em protesto, saíram daquelas Comissões. Então temos que criar esses mecanismos para investigar os crimes contra os povos tradicionais de matriz africana, a CPI do Complexo de Israel, que está sendo disseminado pelo Brasil a fora, os crimes contra os indígenas, enfim.

São milhões de dinheiro que é aplicado nessas incursões policiais. É dinheiro público, é dinheiro dos impostos, que é pago pela própria população negra, ou seja, a população negra gera receita para o Estado, para que esse dinheiro seja utilizado no extermínio da sua vida.

Enfim, nós estamos aqui do lado do Parlamento, e nós contamos com o Parlamento brasileiro, que ele possa fazer essa investigação, para que essa coisa seja apurada, e a morte de pessoas negras não seja mais banalizada como está sendo hoje, neste País.

Obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Gilberto, que aqui representa o Círculo Palmarino, pelas suas palavras e pela participação aqui no nosso evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido de imediato o Ruan Philippe Marques, representante da Coordenação Nacional de Entidades Negras, para que ele também possa fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

**O SR. RUAN PHILIPPE MARQUES –** Eu estou aguardando aqui, Senador, novamente, esperando a minha vez novamente porque eu me atrasei; a internet travou.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ok. Bom, como o Ruan não está na sala, eu convido novamente o Jean Pierre.

Pois não, Jean.

**O SR. JEAN PIERRE** (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Saudando a ancestralidade, queria agradecer e parabenizar essa importante iniciativa.

Estou tirando a máscara para poder falar um pouco.

Neste lugar, estou representando o Inaô (Instituto Nacional Afro Origem). A gente tem atuação em mais de nove Estados desta Federação do Brasil. Saúdo o companheiro do Amazonas Christian. Estamos com um trabalho junto aos quilombolas, com os indígenas e comunidades ribeirinhas e tudo mais.

E sobre Pernambuco, um pouco mais a gente atuar nacionalmente. Queremos, não só de Pernambuco, mas do Brasil inteiro, retificar a denúncia à intolerância religiosa ao nosso povo tradicional de matriz africana.

Estamos contra esse PL que o Governo Federal quer colocar. Somos a favor da demarcação indígena já, contra o genocídio da população negra e, sobretudo, nossos jovens.

Precisamos de que essa Comissão denuncie especificamente o atual Governo Federal por sua falta de ação, de incentivos, de salvar vidas, e por negar a ciência, a história, de negar a política de segurança alimentar. O Brasil voltou, já há alguns anos, ao mapa da fome. A gente precisa, aqui, garantir as vacinas.

A CPI está aí, mostrando o que é que, de fato, esse pessoal tem feito de errado, as construções com doleiros e tudo o mais. E não comprou, especificamente, as vacinas em tempo hábil. Se tivesse comprado deveríamos ter um quantitativo menor de pessoas que se foram, nossos amigos e amigas, e de pessoas que a gente não conhece. Ficamos tristes, também, pelas perdas. Saúdo todas as famílias que perderam seus entes queridos, foram mais de 500 mil, no Brasil.

Vamos falar de direitos humanos, da chacina, também, no Jacarezinho, no Complexo de Israel, no Rio de Janeiro. As religiões de matrizes africanas estão sendo expulsas em nome da Bíblia, em nome da igreja. Mas qual igreja é essa? A igreja que conhecemos é de trabalhos sociais, de ação, de unidade e de defesa da laicidade. Esses setores neopentecostais têm se juntado com os narcotraficantes, no Brasil, para destruir, especificamente, a população negra. Porque aquele irmão ou irmã que está ali naquela boca,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como se diz, num comércio – porque é um comércio – é o pequeno, mas nunca a Polícia Federal pega o grande distribuidor, aquele que, inclusive, não usa a cocaína e outras drogas como o *crack*.

Precisamos de políticas para salvar os nossos jovens, de incentivo, de cursos, capacitação. Vamos demorar mais de trinta anos para a reparação histórica do nosso povo, para colocar a igualdade novamente. Se já existia esse déficit, no Brasil, para a população negra, nessa pandemia ele aumentou.

Peço que essa Comissão também denuncie o Governo Federal na ONU, porque precisamos de apoio. E não é só isso: o déficit habitacional tem crescido. No Brasil, são mais de 8 milhões de famílias. Em Pernambuco, o déficit habitacional... A gente está precisando de apoio, de incentivo do Governo Federal – o que não tem havido –, mudando os programas. São mais de 500 mil famílias, em Pernambuco, precisando novamente de casa. Humberto já foi Senador, já debateu muitas ações em outros Governos – e neste Governo também – e já entregou habitacionais. Quero lembrar que os habitacionais que foram entregues, em Pernambuco, pelo Governo Lula, em Recife, em Brasília Teimosa.

Então, restando os meus quinze segundos, eu agradeço em nome do Inaô, do Presidente Igor Frederico – a gente tem satisfação – e a todas as entidades que estão aqui construindo essa pauta. Ao Movimento Negro Unificado o meu abraço, do qual também sou membro da Coordenação Estadual, em Pernambuco. *Ubuntu* e vamos nos cuidar.

Muito obrigado, Senador Humberto Costa, à Comissão de Direitos Humanos e a todos os Parlamentares...

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Jean. Muito boas  as suas sugestões. Vamos incorporá-las ao nosso trabalho.

Quero convidar agora o Rafael Vicente, que é representante do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira. (*Pausa.*)

O Rafael está aí?

Vou chamar, então, a Tatiana.

O Rafael está aí? Não? (*Pausa.*)

Tatiana Oliveira é representante da Rede Antirracista Quilombação.

**A SRA. TATIANA OLIVEIRA** (Para expor.) – Bom dia a todos, todes e todas. Agradeço o convite do Senador Humberto para compor esta audiência pública.

Nós, negras e negros, não conseguimos respirar. Nós não queremos fome, nem bala, nem Covid. A população negra defende o bem viver, a população negra é a mão da limpeza, a força do trabalho que construiu esta Nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O racismo estrutural que instituiu o escravismo por quase quatro séculos, aboliu a escravidão no papel, mas não incluiu a população negra como cidadã da sociedade brasileira, pois a democracia nunca chegou à periferia. Ora, os senhores podem me perguntar: como assim não vivemos uma democracia plena? Pergunto às Senadores e aos Senadores da República se a democracia é plena quando parte da população está sujeita a tomar tiro, porrada e bomba da polícia, que deveria nos proteger. A companheira Dara Sant'Anna nos lembrou da operação genocida de Jacarezinho. As Sras. e os Srs. Senadores imaginam como seria acordar, sair para trabalhar e se deparar com uma operação dessas na sua vizinhança? Estarem em um metrô, indo para o seu trabalho e levar tiro? Não tem mais como aceitar e admitir que a população negra seja morta pelo Estado brasileiro.

Eu farei 43 anos no próximo dia 24 de julho. Tenho quase a idade do Movimento Negro Unificado, que foi formado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, denunciando a violência policial. Não é de hoje que somos mortos. Que polícia é essa que coloca a maioria da população brasileira como suspeita, mesmo que se prove o contrário? Uma política pública que tem como objetivo mirar na cabeça e atirar não é uma política pública de um Estado democrático de direito.

No caso das mulheres negras enfrentamos, além do racismo, o machismo, a classificação social que nos relega ao elevador de serviço. Nós, mulheres negras, carregamos o peso do mundo, o peso de uma sociedade racista, machista, classista, LGBTQIfóbica, o peso do cuidado da família, o peso de ser maioria no trabalho doméstico, no serviço de limpeza dos hospitais, das escolas, de todas as instituições públicas e privadas. Limpamos a sujeira e varremos o lixo, mas queremos mesmo é limpar a miséria, a pobreza, varrer a fome desinfetar o mundo da opressão.

A pandemia da Covid-19 gerou uma crise sem precedentes e escancarou todo o peso carregado pelas mulheres negras. Uma das primeiras pessoas infectadas pelo coronavírus que morreu, no Brasil, foi uma empregada doméstica que sequer sabia que seus patrões tinham trazido o vírus do exterior. Isso diz muito sobre o valor as nossas vidas.

Há quase um ano, uma trabalhadora teve que levar seu filho para o condomínio onde estava... Já fez um ano, não é? Vou repetir porque fico muito emocionada de relembrar esse caso, que mexe muito com a gente. Há quase um ano uma trabalhadora levou o seu filho para o condomínio onde trabalhava e, criminosamente, a patroa o dispensou, dentro de um elevador, várias vezes, expondo-o ao perigo, até ele cair e morrer. A Vereadora mais votada do Rio de Janeiro foi executada, e até hoje não sabemos quem mandou matar Marielle Franco. Qual é o valor da nossa vida? Se antes de 13 de maio de 1888, nós éramos escravizados e tratados como mercadorias, hoje continuamos sob os açoites do racismo e do machismo, continuamos sendo os corpos mais explorados pela sociedade.

Mas também é importante dizer que a antítese da opressão é a resistência, e que a população afro-descendente sempre confrontou o sistema de poder. De nossos ancestrais recebemos o legado de luta contra o racismo, o machismo, a classificação social, a LGBTfobia e todas as formas de opressão. Somos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





milhares de ativistas, intelectuais e lideranças comunitárias. Os nossos passos vêm de longe, e eu sou grata a todos que caminharam antes de mim e por todos e todas que continuarão essa caminhada quando eu não estiver mais aqui.

A democracia não chegou na periferia!

Quilombação presente!

Marcha das mulheres negras presente!

Marchar contra o racismo eu vou!

Marchar contra a violência, marchar pelo bem viver – pelo bem viver, pelo bem viver!

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Tatiana.

Muito importante a sua fala, muito contundente a denúncia que você nos traz e traz uma questão sobre que eu creio que todo o movimento negro organizado precisa continuar trabalhando, e muito em especial nesse ano que entra, em que nós vamos ter eleições: ampliar a representação dos negros e negras no Parlamento brasileiro é uma tarefa extremamente importante. Não que isso vá substituir a luta social. Não, pelo contrário. Porém, é fundamental que, nos momentos em que nós estamos discutindo as grandes políticas, possamos ter aqui um número maior de pessoas que tenham compromisso com essa causa.

Muitos Parlamentares e muitas Parlamentares negras no Brasil, na Câmara, no Senado, têm cumprido esse papel importante, e é fundamental, como você refletiu aí, que nós possamos levar tudo isso em consideração na hora de darmos o nosso voto para a composição do Parlamento no próximo ano.

Eu vou convidar o último inscrito, para, depois, nós entrarmos aqui na atividade cultural. É o Arilson Ventura, que é representante da Coordenação Nacional de Quilombo.

**O SR. ARILSON VENTURA** (Para expor.) – Senador Humberto Costa, muito bom dia.

Quero dizer da alegria de nós podermos estar aqui. Eu sou da Comunidade Quilombola Monte Alegre, que fica em Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. Sou um dos coordenadores nacionais da Conaq.

Quero cumprimentar aqui a companheira Givânia Silva. Na pessoa de Givânia, que é uma grande liderança do movimento nacional de quilombo, inclusive uma das fundadoras da Conaq, na pessoa dela, cumprimentar todos os representantes das entidades que falaram aqui, assim como, também cumprimentar todas as organizações presentes aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa, eu vou iniciar aqui a minha fala fazendo uma leitura de um poema, que é mais ou menos assim:

> Fogo!... Queimaram Palmares,
> Nasceu Canudos.
> Fogo!... Queimaram Canudos,
> Nasceu Caldeirões.
> Fogo!... Queimaram Caldeirões,
> Nasceu Pau de Colher.
> Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
> E nasceram, e nasceram tantas [...] comunidades que os vão cansar se continuarem queimando.
> Porque mesmo que queimem a escrita,
> Não queimarão a oralidade.
> Mesmo que queimem os símbolos,
> Não queimarão os significados.
> Mesmo queimando o nosso povo,
> Não queimarão a ancestralidade.

Esse é um poema do Nêgo Bispo, que é um companheiro quilombola do Piauí, do Quilombo de Saco-Curtume, no Município de São João do Piauí, e ele fala muito bem dessa questão em que, todos os dias, tentam dizimar uma comunidade quilombola, um quilombola pelo País.

No Brasil, são, aproximadamente, 6 mil comunidades quilombolas. Dessas 6 mil, a Fundação Palmares já certificou, aproximadamente, 4 mil comunidades quilombolas. Existem, aproximadamente, 1,8 mil processos abertos no Incra para titulação dos territórios das comunidades quilombolas. Porém, nós temos, aproximadamente – aproximadamente –, 300 títulos definitivos da terra titulada no Brasil. Mesmo tendo, aproximadamente, 6 mil comunidades quilombolas e 1,8 mil processos abertos para titulação de territórios quilombolas, temos apenas 300 títulos definitivos da terra no Brasil.

Houve uma época em que nós, aproximadamente do ano de 2003 até 2015, falávamos que nós tínhamos no Governo Federal uma bancada que representava as comunidades quilombolas. Aí, nós falávamos da Fundação Cultural Palmares, do Incra, da CPI, do MDA e de alguns outros organismos que se aproximavam com políticas afins para quilombolas. Mas, hoje, nós temos um processo altamente avesso a isso. O retrocesso se abateu no País. A gente não consegue avançar. Nós não conseguimos titular nenhum território quilombola de 2015, 2016, 2017, 2018, 2020 para cá. Nenhum – nenhum.

Então, isso é muito preocupante para nós. Sem contar que, de quando em vez, ainda surgem propostas de alteração da legislação para alterar a Convenção nº 169, que fala sobre o direito das comunidades quilombolas, para alterar o processo de licenciamento ambiental, que protege, de alguma forma, as comunidades quilombolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vive numa situação em que a gente precisa ter o apoio da Comissão de Direitos Humanos, para apoiar as comunidades quilombolas, porque, na verdade, a gente não pode ficar só nesse processo.

Então, Senador Humberto, é muito importante essa audiência, com que nós contamos, porque o retrocesso está colocado. A política pública tem chegado de forma muito tímida até as comunidades quilombolas. Então, nós precisamos avançar.

E, para finalizar aqui, vou parafrasear, também, a frase da professora e escritora Conceição Evaristo. Ela diz: "Eles [insistem em] [...] nos matar, mas nós combinamos de não morrer".

Então, a gente precisa, de alguma forma, Senador Humberto Costa, criar condições para que a política continue chegando até as comunidades quilombolas, fato que não tem ocorrido hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Arilson. Muito significativa, muito bonita a sua fala. Obrigado.

O nosso compromisso é esse, de lutar pelas comunidades quilombolas brasileiras. Temos nos associado a esse debate que ainda existe no Supremo Tribunal Federal com relação aos questionamentos à legislação que definiu o processo de registro e de reconhecimento dessas comunidades e, sem dúvida, essa é uma luta muito importante.

Só para terminar aqui o nosso trabalho de hoje, eu concedo a palavra ao Marcolino Vinicius Vieira, que é representante do Fórum Salve – Teia Nacional de Artistas em Transportes Coletivos, para uma intervenção cultural e, logo em seguida, nós vamos terminar a nossa atividade de hoje.

**O SR. MARCOLINO VINICIUS VIEIRA** (Para expor.) – Muito obrigado.

Eu quero, inicialmente, dar um salve para todos e todas, através do Senador Humberto Costa, à Dara Sant'anna, ao Silas Felix, à Ana Georgina Dias e à Givânia Maria, minha griô e parente quilombola. E, em nome dessas pessoas, eu dou um salve pra geral aqui nessa audiência pública do Senado Federal.

Comunidade, eu sou Marcolino Vinícius Vieira, estudante cotista de universidade federal. Eu tenho 27 anos e estou vivo, contrariando o projeto racista brasileiro. Eu sou quilombola de uma comunidade que, por segurança, não anunciamos, devido às violências de morte que há contra nós, aqui, no nosso território, aqui no interior da Bahia.

Eu coordeno, hoje, o Fórum Salve, que é uma teia nacional de poetas de favela. E, antes da minha fala, eu quero fazer uma intervenção artística, porque poeta espalha o vírus, o vírus da poesia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1888. Ó, o assunto é racial; é ver o pretinho falar disso de novo. Mas tu acha pouco? Tá vendo aquele edifício moço? Ajudei a levantar. Foi um tempo de aflição; eram quatro condução, duas para ir e duas para voltar. Hoje, depois dele pronto, olho pra cima e fico tonto. Aí, vem o cidadão: "Tu tá aí admirado ou tá querendo rodar?"

É; 1888 não enterrou não, continua a cada dia, é só a gente olhar e usar a nossa imaginação. Mas, até 1988, é, e chegou a cidadã. A cidadã Constituição, que foi feita por mim e por você irmã, é! Constituição cidadã pode e pá! E, até 2002, a gente veio construindo o passo a passo, e conseguimos somar, no compasso, aquilo que não queriam que a gente fizesse: uma rebelião de gente preta, de gente branca, de gente indígena e de todas as populações desse território. E, a partir disso, comunidade, tomamos o poder. Até 2016, ó, venha com você perceber, veio um grande golpe pra tirar de mim e de você aquilo que a gente, com muito sangue, suor, tempo, saúde e energia, conseguimos: o poder.

É; aquele golpe não acabou por ali. Em 2018, eles continuaram, enfim, a se construir, a se constituir, para que ali, naquele período pudesse ter... (*Falha no áudio.*)

... aquilo que ... (*Falha no áudio.*)

... não era real. Pior que tá pode ficar! E eis que o fascismo veio tomar o poder. E, a partir disso, destruir tudo que foi construído por mim e por você. É, irmão, por mim e por você! É, sim, irmão, por mim e por você!

Mas isso tudo vai se transformar, isso tudo vai mudar, porque a rebelião preta já começou. É; e ela não veio agora iniciar; há muito tempo... 1888.

Dá pra ligar? Se pá! A Abolição, que ainda não acabou.... (*Falha no áudio.*)

Desde a época do meu e do seu avô.... (*Falha no áudio.*)

... se reerguer... (*Falha no áudio.*)

A gente vai ver de pé, porque faremos tomar de novo, faremos tomar de novo... (*Falha no áudio.*)

... comigo, pense comigo e escute comigo, meu povo. Faremos tomar de novo, faremos tomar de novo, pra retornar... (*Ininteligível.*)

... autoria.

Então, no término da minha fala, eu quero rapidamente falar algo que é muito importante e que é muito interessante que todos saibam aqui. A gente, do Fórum Salve, da Teia Nacional de Artistas e Poetas em Transportes Coletivos, ônibus, metrô e *ferry boat*, a gente traz uma porção de expectativas... Viva a cultura periférica! Viva nós, quilombolas... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... primeira pessoa da minha... (*Falha no áudio.*)

... Senado Federal. Do ponto de vista... (*Falha no áudio.*)

O importante é ter vocês, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas também.

Nós, quilombolas, indígenas das periferias, que estamos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estamos em mobilização nacional: permaneça no ensino superior!

Nesse período agora, do dia 12 ao dia 17, aí em Brasília...

(*Interrupção do som.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom; infelizmente, acho que a internet não estava muito boa, mas eu quero agradecer aqui ao Marcolino essa contribuição que ele fez, as suas palavras. A importância de nós transformarmos em poesia toda essa luta é também fundamental, porque a nossa luta é também cultura.

Eu quero, mais uma vez, agradecer a todos os nossos convidados, as nossas convidadas. Vocês viram que a mesa que nós compusemos aqui foi predominantemente formada por mulheres, para que nós pudéssemos ter essa importância, essa contribuição, levando em consideração também esse aspecto.

É difícil fazer parte da comunidade negra e é muito difícil ser uma mulher negra, e nada mais justo que nós pudéssemos trazê-las para que elas pudessem abordar esse aspecto tão relevante, tão importante.

Quero agradecer também a todas as entidades que compareceram, que puderam aqui se manifestar. Vamos encaminhar todas as questões que nós assumimos como relevantes aqui aos demais Senadores, ao movimento, esse nosso compromisso de fazer esse debate nos dez anos das políticas de cotas no Brasil, para fazermos esse balanço.

E quero agradecer também a todos e todas que acompanharam esta *live*, essa audiência pública pela internet, pela TV Senado. E quero especialmente agradecer aqui a participação da Senadora Zenaide Maia, do Senador Paulo Paim.

Um abraço a todos e todas!

Muito obrigado a todos e todas.

(*Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

SF/21524.11204-76

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, REMOTAMENTE, COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS A SEREM APRESENTADAS PELA CDH AO PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2021-CN, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Às quinze horas e cinquenta e nove minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e um, remotamente, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Zenaide Maia, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Flávio Arns e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta**. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3, de 2021-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências"**. Relator: Senador Humberto Costa. Às dezesseis horas e um minuto o Senador Humberto Costa passa a presidência para o Senador Fabiano Contarato. O Senador Fabiano Contarato passa a palavra ao Senador Humberto Costa que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, O Senador Fabiano Contarato põe em votação o Relatório do Senador Humberto Costa, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao **PL nº 3, de 2021–CN**:

**EMENDAS DE METAS**

| Nº | Programa/Ementa | Iniciativa apoiada |
|---|---|---|
| 1 | 8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde | 1000 |
| 2 | 218B - Políticas de Igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres | 10 |
| 3 | 21AR - Promoção e defesa de direitos para todos | 5000 |

**EMENDAS DE TEXTO**

| Nº | Ementa | Tipo da Emenda | Referência |
|---|---|---|---|
| 4 | Obras para entidades privadas | Aditiva | Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 79, Inciso I |
| 5 | Não será exigida contrapartida financeira para os municípios com IDH baixo e muito baixo | Aditiva | Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 81, § 5 |
| 6 | Definição de Metas e Prioridades: Renda Básica; Cumprimento do PNE; Saúde; e Segurança Alimentar | Aditiva | Corpo da Lei, Cap II, Art 4 |
| 7 | Despesas que não podem ser contingenciadas | Aditiva | Anexo III |
| 8 | Altera o Art 123, para incluir que os demonstrativos do impacto orçamentário-financeiro deve levar em conta também a avaliação de impacto sobre os Direitos Humanos | Modificativa | Corpo da Lei, Cap IX, Art 123 |

Às dezesseis horas e três minutos o Senhor Senador Fabiano Contarato devolve a presidência para o Senador Humberto Costa. O Senhor Presidente propõe, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO. Em seguida, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se

Página: 1/2 14/07/2021 10:40:43
60215d8b693cb404951e08c0a1e333724dc59991
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a Reunião às dezesseis horas e três minutos. Tendo sido aprovada, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Humberto Costa**
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SF/21524.11204-76

Página: 2/2 14/07/2021 10:40:43

60215d8b693cb404951e08c0a1e3337244dc59991

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas!

Vamos iniciar agora a nossa sessão da Comissão de Direitos Humanos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião remota, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião se destina à discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 3, de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

Foram apresentadas 21 propostas de emenda perante a Comissão pelos Senadores: Paulo Paim, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Humberto Costa e Vanderlan Cardoso. Dessas emendas, cinco são de texto e dezesseis, relativas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Na medida em que sou Relator das emendas, eu passo a Presidência ao Senador Fabiano Contarato.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Boa tarde a todos e todas.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para leitura de seu relatório.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Bem, somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as emendas de texto (17 a 21), assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022:

a) Nº 16, na Ação 8581 – estruturação da rede de serviços de atenção primária à saúde, na forma como se encontra a proposta;

b) Nº 3, na Ação 218B – políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres, englobando, além da própria proposta de nº 3, também a de nº 7, na forma da proposta de emenda com meta de dez iniciativas apoiadas; e

c) Nº 9, na Ação 21AR – promoção e defesa de direitos para todos, englobando, além da própria proposta de nº 9, também as de nº 10 e 11, na forma da proposta de emenda com meta de 5 mil iniciativas apoiadas.

Eis o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Neste momento, retorno a Presidência ao meu querido Senador Humberto Costa.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a ajuda do Senador Fabiano Contarato.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais a ver tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras presentes.

(*Iniciada às 15 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

SF/21524.11204-76

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, REMOTAMENTE, COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS A SEREM APRESENTADAS PELA CDH AO PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2021-CN, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Às quinze horas e cinquenta e nove minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e um, remotamente, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Zenaide Maia, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Flávio Arns e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta**. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3, de 2021-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências"**. Relator: Senador Humberto Costa. Às dezesseis horas e um minuto o Senador Humberto Costa passa a presidência para o Senador Fabiano Contarato. O Senador Fabiano Contarato passa a palavra ao Senador Humberto Costa que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, O Senador Fabiano Contarato põe em votação o Relatório do Senador Humberto Costa, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao **PL nº 3, de 2021–CN**:

**EMENDAS DE METAS**

| Nº | Programa/Ementa | Iniciativa apoiada |
|---|---|---|
| **1** | 8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde | 1000 |
| **2** | 218B - Políticas de Igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres | 10 |
| **3** | 21AR - Promoção e defesa de direitos para todos | 5000 |

**EMENDAS DE TEXTO**

| Nº | Ementa | Tipo da Emenda | Referência |
|---|---|---|---|
| **4** | Obras para entidades privadas | Aditiva | Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 79, Inciso I |
| **5** | Não será exigida contrapartida financeira para os municípios com IDH baixo e muito baixo | Aditiva | Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 81, § 5 |
| **6** | Definição de Metas e Prioridades: Renda Básica; Cumprimento do PNE; Saúde; e Segurança Alimentar | Aditiva | Corpo da Lei, Cap II, Art 4 |
| **7** | Despesas que não podem ser contingenciadas | Aditiva | Anexo III |
| **8** | Altera o Art 123, para incluir que os demonstrativos do impacto orçamentário-financeiro deve levar em conta também a avaliação de impacto sobre os Direitos Humanos | Modificativa | Corpo da Lei, Cap IX, Art 123 |

Às dezesseis horas e três minutos o Senhor Senador Fabiano Contarato devolve a presidência para o Senador Humberto Costa. O Senhor Presidente propõe, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO. Em seguida, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se

Página: 1/2 14/07/2021 10:40:43
60215d8b693cb404951e08c0a1e333724dc59991
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a Reunião às dezesseis horas e três minutos. Tendo sido aprovada, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Humberto Costa**
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SF/21524.11204-76

Página: 2/2 14/07/2021 10:40:43

60215d8b693cb404951e08c0a1e333724dc59991

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas!

Vamos iniciar agora a nossa sessão da Comissão de Direitos Humanos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião remota, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião se destina à discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 3, de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

Foram apresentadas 21 propostas de emenda perante a Comissão pelos Senadores: Paulo Paim, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Humberto Costa e Vanderlan Cardoso. Dessas emendas, cinco são de texto e dezesseis, relativas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Na medida em que sou Relator das emendas, eu passo a Presidência ao Senador Fabiano Contarato.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Boa tarde a todos e todas.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para leitura de seu relatório.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Bem, somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as emendas de texto (17 a 21), assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022:

a) Nº 16, na Ação 8581 – estruturação da rede de serviços de atenção primária à saúde, na forma como se encontra a proposta;

b) Nº 3, na Ação 218B – políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres, englobando, além da própria proposta de nº 3, também a de nº 7, na forma da proposta de emenda com meta de dez iniciativas apoiadas; e

c) Nº 9, na Ação 21AR – promoção e defesa de direitos para todos, englobando, além da própria proposta de nº 9, também as de nº 10 e 11, na forma da proposta de emenda com meta de 5 mil iniciativas apoiadas.

Eis o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Neste momento, retorno a Presidência ao meu querido Senador Humberto Costa.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a ajuda do Senador Fabiano Contarato.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais a ver tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras presentes.

(*Iniciada às 15 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia seis de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Soraya Thronicke, Giordano, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Izalci Lucas e Alessandro Vieira, e ainda dos Senadores não membros Jader Barbalho, Rose de Freitas e Jorginho Mello. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Mara Gabrilli e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das duas reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Plano de Trabalho e Ato nº 1 de 2021 - CRE**. **Finalidade:** - Apreciação do Plano de Trabalho - Apreciação do Ato nº 1 de 2021, que Disciplina a apresentação de Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação pelo Ministério das Relações Exteriores, para análise dos candidatos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Autoria: Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho e Ato nº 1 de 2021. **2ª Parte - Requerimentos**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 6, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "Meio Ambiente como centro da geopolítica mundial e a posição do Senado para a COP-15 da Biodiversidade e COP-26 das Mudanças Climáticas" **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 7, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "Mercosul: ampliação e modernização"." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 8, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "Acordo de Associação Mercosul – União Europeia: desafios, ratificação e implementação"" **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 9, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "COSBAN: parceria estratégica Brasil-China"." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 10, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "BRICS: parcerias estratégicas, investimentos e o Novo Banco de Desenvolvimento"." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 11, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "Estratégia Nacional de Defesa: Segurança, Desenvolvimento e Defesa"." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 12, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "Fortalecimento da Base Industrial de Defesa"." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 13, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "A Inteligência Brasileira: instrumento de apoio ao Comércio Exterior"." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 4, de 2021** que: "Requer voto de repúdio ao Presidente da Nicarágua" **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSD/MG). **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 17, de 2021 - Não Terminativo -** que: "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 16, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 14, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Collor. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 15, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Kátia Abreu**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/06

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Bom dia a todos os nossos Embaixadores que serão aqui sabatinados; aos colegas Senadores – Anastasia, Nelsinho, Vital.

Já temos quórum suficiente.

Eu inicio apenas colocando à disposição dos Srs. e das Sras. Senadoras o primeiro boletim da nossa Comissão, da CRE, que pretende trazer notícias a respeito do que nós fazemos na Comissão: assuntos internacionais, notícias que possam estar acontecendo no mundo; acordos comerciais em andamento; o nosso plano de trabalho, que está aqui hoje demonstrado; os acordos pendentes de ratificação, em que nós devemos trabalhar; os eventos internacionais; o novo regulamento da CRE; e notícias a respeito da nossa integração com a América do Sul.

Toda semana nós o colocaremos à disposição. E todos os colegas que tiverem alguma notícia importante que queiram também divulgar no nosso boletim podem mandar no nosso grupo no WhatsApp, e nós a colocaremos, ou coloquem apenas o tema, e nós buscaremos o conteúdo, para ser multiplicado para os colegas e no *site* da nossa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das duas reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Roteiro da reunião.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião está dividida da seguinte forma: primeiramente deliberaremos sobre o plano de trabalho da Comissão para o biênio 2021/2022.

Gostaria de já iniciar com a leitura simplificada do plano de trabalho. Nós enviamos o maço para todos os colegas, do trabalho completo, já há algum tempo. Alguns colegas fizeram sugestões, que foram imediatamente absorvidas nesse projeto, mas nada impede que, nesse plano de trabalho, no decorrer do ano, nós possamos fazer modificações, caso a Comissão entenda que sim.

Então, apenas os cinco pontos, os principais pontos. Eu gostaria de ler apenas a ementa.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Plano de Trabalho 2021/2022.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) constitui uma das mais tradicionais e emblemáticas instâncias deliberativas do Poder Legislativo brasileiro. Seu mandato, definido no art. 103 do Regimento Interno do Senado, envolve os temas de relações internacionais, comércio exterior, defesa nacional e assuntos correlatos. Compete à Comissão colher informações sobre esses assuntos, emitir parecer sobre atos e projetos a eles relacionados e promover audiências que assegurem a transparência das políticas públicas nessas áreas e o interesse ampliado sobre a sua substância.

Propomos, assim, um Plano de Trabalho 2021-2022 que contemple os seguintes eixos.

Essa cópia está com todos? (*Pausa.*)

A página não está numerada. É a segunda página, no verso. Eu já fui direto ao item 7, no verso da página, da primeira página, para que nós possamos agilizar os nossos trabalhos.

Vamos aos eixos: i) meio ambiente e desenvolvimento sustentável; ii) acordos comerciais e cooperação em ciência, tecnologia e inovação como motores do desenvolvimento; iii) fortalecimento da integração da América do Sul e modernização do Mercosul; iv) parceria estratégica Brasil-China; v) política externa como indutora da redução de desigualdades regionais; vi) eventos internacionais e diplomacia parlamentar; vii) defesa nacional e atividades de inteligência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, faremos a votação de requerimentos que viabilizarão a realização de audiências públicas concernentes a esses eixos. Então, nós imaginamos aprovar ou não, discutir o plano de trabalho e, posteriormente, depois de discutida a matéria, pretendemos já colocar vários temas de audiências públicas, mas ainda sem colocar nomes, para que, ao longo do trabalho, todos possam participar e incluir nomes ao seu gosto, ao seu entendimento, para debater esses sete eixos lidos aqui anteriormente.

Apreciação do plano de trabalho. Já foi feita a leitura do resumo.

Discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho.

As audiências públicas – os temas das audiências públicas – eu vou aprovar todas em vez de uma por uma. Eu vou ler todos os requerimentos, vagarosamente, para que cada um possa pedir a palavra, caso haja necessidade. Então, repito que esses temas das audiências públicas aqui propostas poderão ser alterados, e posteriormente nós incluiremos os nomes dos participantes das audiências públicas. Mas, com a aprovação desses requerimentos, já é possível nós fazermos um planejamento antecipado da ordem dessas audiências públicas para discutir os sete eixos aqui propostos.

Senador Nelsinho Trad com a palavra.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Pela ordem.) – Presidente Senadora Kátia Abreu, antes de tudo, quero saudar V. Exa. pela dinâmica e brilhante condução na manhã desta terça-feira. Estendo essa saudação aos demais colegas aqui presentes – Senador Veneziano, Senadora Nilda, Senador Antonio Anastasia – e àqueles que estão acompanhando por via remota; e saúdo os Srs. Embaixadores, a Sra. Embaixadora.

Quero apenas ressaltar que, nesse eixo meio ambiente e desenvolvimento sustentável, gostaria de compartilhar com V. Exa. que nós reativamos o Parlamaz, o Parlamento Amazônico, composto por oito países que detêm o território da Amazônia. Estava desde 2011 adormecido, e nós conseguimos reativá-lo, e, para nossa surpresa, com uma participação assídua dos integrantes de cada país que compõe o território amazônico. Definimos ali, também, eixos de trabalho, e eu vou compartilhar isso com V. Exa., no intuito de agregar valor à essa temática tão importante não só para o nosso País, como também para o ambiente internacional.

Eu entendo que o Parlamento tem uma independência maior para poder transcrever uma narrativa mais verdadeira, mais fiel, sem a contaminação deste ou daquele governo, no sentido de nós mostrarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todo mundo como está, realmente, o ambiente dentro da Amazônia – quais são os seus problemas, quais são as suas aflições, aquilo que se tem de virtude –, justamente para a gente poder ganhar corpo nesta narrativa. Porque a gente acaba entrando numa polêmica, numa dividida, de um lado falando que está tudo desmatado, que está cheio de incêndio, de outro lado falando que não está, e você fica sem saber, realmente, o que está acontecendo. E isso, na comunidade internacional, V. Exa. já sentiu – eu sentia isso diuturnamente quando estive na Presidência da Comissão de Relações Exteriores –, é algo muito nocivo. Todo mundo, no ambiente internacional, nos cobra uma posição real daquilo que está se passando na Amazônia. Então, a gente realmente não pode entrar nessa situação sem ter uma narrativa fiel e verdadeira.

Então, é apenas para agregar valor à essa temática tão importante que V. Exa. elencou.

Ademais, parabéns pela escolha dos outros temas, e que Deus abençoe a todos nós nesta retomada das nossas atividades presenciais!

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Nelsinho Trad, Presidente do Parlamento Amazônico, um fórum da maior importância – sempre foi, mas este momento, como disse V. Exa., é um momento crucial, em que o Brasil vira o foco da questão ambiental por conta da Amazônia.

Gostaria de lembrar também, Senador Nelsinho, que nós temos a OTCA, que é também um organismo da Amazônia, mas já um organismo governamental, de que fazem parte os governos, normalmente os chanceleres, mas eu já tive também reunião com a OTCA. E, assim que for possível, eu gostaria muito de dialogar com o Parlamento Amazônico.

Alguns podem estar estranhando por que o tema meio ambiente e desenvolvimento sustentável está aqui na nossa pauta, mas, na realidade, é a relação do desenvolvimento sustentável, do meio ambiente com o comércio exterior. Hoje, o meio ambiente tem sido um grande entrave, um grande desafio para nós fazermos os acordos comerciais. E a situação da Amazônia hoje, sim, significa uma ameaça, pois nós tememos que algumas ações mais incisivas, mais fortes, por parte de alguns países, possam prejudicar o nosso comércio, as nossas exportações.

Então, de comum acordo com o Senador Jaques Wagner, que é o competente Presidente da Comissão de Meio Ambiente, nós trabalharemos juntos toda a posição do Senado Federal para a COP da Biodiversidade, na China, e a COP do Clima, que acontecerá em Glasgow, no Reino Unido. Nós tiraremos uma posição conjunta do Senado Federal e do Congresso, junto com Aécio Neves e a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, para que possamos estar unidos com o Itamaraty, que significa o Governo Federal para que nós possamos ter uma posição única.

Não se justifica uma posição do Congresso Nacional ou uma posição do Senado, ou uma da Câmara, ou ainda uma do Governo. Se nós pudermos unir as posições para as duas conferências do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, através do Itamaraty, claro que também via Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério da Economia, nós teremos uma grande posição, sem divergências internas. Eu acho que nós temos que buscar isso, independentemente de questão partidária ou político-partidária, que também tem uma grande importância, mas, nesse tema, eu espero que nós possamos marchar unidos e chegar a bom termo.

O Chanceler França concorda que é importante nós estarmos juntos, de modo que iniciaremos, a partir de hoje, esses debates, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, para nós tirarmos essa posição com a sociedade civil. Eu estou dialogando com todos os fóruns especializados em meio ambiente, com grandes empresas do Brasil que estão alterando seus *compliances* justamente para estarem na vanguarda do que está acontecendo com a geopolítica mundial, cujo foco, hoje, é meio ambiente. Nós estamos vendo os empresários do Brasil, a todo vapor, incorporando nos seus *compliances* essa questão do meio ambiente. Então, eu tenho certeza de que não teremos dificuldades.

Inclusive, protocolei um projeto de lei propondo – apresentei ao Chanceler, inicialmente, e também a Rodrigo Pacheco – que nós pudéssemos antecipar o cumprimento da nossa meta: ao invés de 2030, por que não 2025? E explico por quê: os outros países, Senador Anastasia, todos eles fizeram compromisso para 2030, só que 100% dos outros países precisam mudar a matriz energética, que é uma questão muito diferente, muito mais difícil e muito mais onerosa. E, da nossa parte, o nosso problema, exclusivamente, para atingir a meta de 50% é a redução do desmatamento, o que eu acredito que nós somos capazes de reduzir antecipadamente.

O que nós ganharemos com isso? Protagonismo. E o protagonismo nessa área pode resultar em apressamento de novos acordos comerciais, por nós estarmos contribuindo com o Planeta e contra o aquecimento global.

Então, eu espero que os colegas possam dar o apoio, de acordo com o seu entendimento, para que nós possamos chegar à COP com esse projeto aprovado, com as mudanças com as quais os colegas quiserem contribuir, e também corrigindo o cálculo da NDC, porque o ministro anterior, que fez esses cálculos, cometeu alguns equívocos, mas passíveis de serem organizados nesse projeto de lei.

A NDC são os compromissos que nós fizemos em Paris. E, no dia 22 de abril, o Presidente Bolsonaro reiterou esses compromissos. Então, esse projeto de lei é o compromisso que o Presidente Bolsonaro fez, reduzindo o período de diminuição do desmatamento e corrigindo esse cálculo da NDC, que ficou equivocado. Todo mundo lá fora conhece, entende muito bem e sabe que ele está equivocado, mas nós, com certeza, conseguiremos aprovar essa mudança e chegaremos com nosso projeto como um instrumento muito forte na COP, na nossa conferência.

O que vai depender, posteriormente, é o cronograma do Governo – que já não depende de nós, do Congresso Nacional –; quais as ações efetivas para reduzir o desmatamento. Nós já dobramos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento com o PLN 4 – ou 5 ou 3, algum desses números –, nós dobramos o orçamento, garantimos essa negociação para que o orçamento do Ibama e do ICMBio fosse resgatado e ampliado para esse ano de 2021, justamente para a redução do desmatamento. Então, desculpas não há. Dinheiro é sempre uma desculpa para todo mundo em todos os anos, mas, nesse caso, nós agora precisamos é de um cronograma efetivo, especialmente do Ministro do Meio Ambiente, para que ele diga como usará esses recursos e como nós chegaremos em Glasgow com relação ao desmatamento.

Acho que o nosso Chanceler França está empenhado nisso, assim como a Ministra Tereza Cristina e, acredito – não falei com ele ainda –, o novo Ministro do Meio Ambiente.

Então, seguindo agora...

Obrigada, Nelsinho, pela contribuição.

Vamos seguir para os nossos requerimentos. São seis requerimentos, que eu vou ler vagarosamente, mas de forma bem resumida. Se alguém tiver alguma discordância, pode pedir a palavra e, se quiser ampliar um tema que acha conveniente, também pode pedir a palavra.

Requerimentos decorrentes do plano de trabalho.

**2ª PARTE**

**ITEM 1**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 6, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "Meio Ambiente como centro da geopolítica mundial e a posição do Senado para a COP-15 da Biodiversidade e COP-26 das Mudanças Climáticas*

**Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Requerimento CRE nº 6, de 2021, sobre o tema "Meio Ambiente como centro da geopolítica mundial e a posição do Senado para a COP-15 da Biodiversidade e COP-26 das Mudanças Climáticas e seus reflexos no comércio exterior e nossas relações no mundo", em parceria, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, que deverá aprovar lá também esse mesmo requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu coloquei só o Senado Federal? Porque esta Comissão vota temas pertinentes ao Senado. Posteriormente, com a coordenação do Rodrigo Pacheco, do nosso Presidente, isso se transformará em uma posição do Congresso, chamando as outras Comissões da Câmara para fazerem parte.

**2ª PARTE**

**ITEM 2**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 7, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "Mercosul: ampliação e modernização".*

**Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Nós temos que andar para frente, e não para trás. Nós precisamos é de mais acordos comerciais, e não de menos do que já existe. Há correções a fazer? Sim, são 30 anos de acordo, o qual merece, sim, um estudo, uma modernização, mas nunca na posição destrutiva, porque é um acordo muito importante, especialmente para o setor de manufaturados do Brasil.

Há outros países insistentemente querendo entrar no Mercosul e nós precisamos avaliar essas posições.

Requerimento nº 3 – CRE... Não, desculpe-me.

**2ª PARTE**

**ITEM 3**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 8, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "Acordo de Associação Mercosul – União Europeia: desafios, ratificação e implementação"*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

Todos os Srs. e Sras. Senadoras conhecem o caso. Nós já estávamos muito adiantados com esse acordo. E eu gostaria de registrar que esse acordo tem sido discutido e debatido por 20 anos. É assim que esses acordos acontecem. Infelizmente, não são com a pressa que a gente gostaria. Todos os acordos dessa magnitude não são feitos do dia para a noite. Mas, especialmente, dos últimos 10 anos para cá, nós tivemos uma aceleração.

E eu gostaria de aqui registrar o Senador Armando Monteiro à frente do MDIC e, modestamente, eu, na agricultura, mas muito mais Armando Monteiro. Nós tivemos um avanço muito grande, depois seguido por Aloysio Nunes Ferreira, quando Ministro Chanceler do Governo Temer, e agora também, seguindo no mesmo diapasão, com o Ministro França.

Mas, nesse meio do caminho, de 2019 para cá, com o aumento do desmatamento na Amazônia, esse programa, esse acordo importante para o Brasil foi totalmente...

Eu gostaria dos números. (*Pausa.*)

Mas nós estamos aguardando. Já há a concordância de vários países. O que nós estamos aguardando agora? Com o aumento do desmatamento, a União Europeia decidiu incluir nesse acordo mais um anexo – está sendo construído ainda, não foi entregue ao Brasil, não foi entregue ao Itamaraty – e eles querem que o Brasil possa reiterar os compromissos com o meio ambiente.

Então, isso também faz parte da política da União Europeia, dos seus Parlamentares, do Parlamento Europeu, que tem um número muito elevado de eleitores que são verdes, que são assim chamados lá, e que estão muito atentos a essa questão do desmatamento. E eles querem, para a continuidade deste acordo, é claro, que se dê uma satisfação aos europeus a respeito deste tema.

Para se ter uma ideia, eu tenho dois números aqui muito simples que dizem respeito ao acordo Mercosul – União Europeia. Nós pedimos a um consultor, a um economista importante do País, esses números a respeito do que significa o Acordo União Europeia – Mercosul, nos próximos dez anos. São dois números apenas.

A corrente de comércio hoje do Mercosul com a União Europeia está em R$77 bilhões por ano. Tudo que compramos e que vendemos é entre esses dois blocos. Se o acordo for feito em 10 anos, essa corrente passa para US$154 bilhões, em dez anos, se o acordo for efetivado, e o mais importante: nós teremos um aumento no nosso grau de abertura, consequentemente. O Brasil tem o pior indicador de abertura do mundo. O grau de abertura dos países, em média, está em torno de 45%, se o país é aberto, se ele vende e compra muito. E nós temos 25%; ora 23%, ora 25%. Então, com esse acordo nós vamos quebrar uma maldição de estar sempre em último lugar ou no penúltimo, porque o último é a Coreia do Norte, com o que não há termos de comparação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, nós, um País democrático, de mercado, capitalista, somos o último do mundo em abertura comercial, isso ao longo de anos e anos.

Então, nós teremos esse grau ampliado.

O segundo ponto: se o acordo não for feito, em 10 anos, nós teremos um PIB *per capita*, nos próximos 10 anos, de R$46 mil. Se o acordo for feito, em 10 anos, nós passaremos o PIB *per capita* para R$50 mil, em 10 anos, porque o acordo comercial reflete diretamente no PIB *per capita.*

Esses dois números, apenas para não cansá-los, mostram o quanto é importante nós corrermos atrás desse prejuízo ambiental e efetivarmos o acordo.

Seguindo, então, para o item 4.

**2ª PARTE**

**ITEM 4**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 9, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "COSBAN: parceria estratégica Brasil-China".*

**Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

A Cosban, este ano, é no Brasil. Ela tem sido prorrogada por conta da pandemia. Quem preside a Cosban no Brasil é o Vice-Presidente da República sempre e, neste caso, é o General Mourão. E nós já estivemos em contato para preparar uma pauta de discussão para a Cosban. Nós ainda não temos uma data precisa da Cosban, mas ela acontecerá aqui no Brasil. Assim que for definida essa data, nós a repassaremos para os membros desta Comissão, titulares e suplentes.

Então, eu acredito que nós devemos trazer para dentro do Senado Federal, para dentro da CRE todas as prerrogativas que nós queremos que sejam abordadas pelo General Mourão, que nos representará na Cosban, ouvida a iniciativa privada, ouvidos o setor empresarial e os trabalhadores. Nós queremos participar ativamente da Cosban.

Item 5, Requerimento nº 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 10, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "BRICS: parcerias estratégicas, investimentos e o Novo Banco de Desenvolvimento".*

**Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

Hoje, nós presidimos o Brics, com o Dr. Marcos Troyjo, que é da maior categoria, uma pessoa muito bem relacionada, preparada, de alta respeitabilidade no exterior. É ele quem preside o banco.

Infelizmente, ele tem passado alguns constrangimentos porque nós ainda não cumprimos, devido à questão fiscal brasileira, com o nosso aporte brasileiro no caixa do banco, vamos assim dizer. Mesmo assim, o Presidente Marcos Troyjo já disponibiliza, segundo informações que ele me deu, em torno de US$16 bilhões para investimentos no Brasil, tanto governamental como para a iniciativa privada, empresas, grandes empresas que queiram lançar mão desses recursos.

Agora, o Brics não significa apenas o Banco do Brics, que hoje nós presidimos. Nós estamos falando de China, de Rússia, de Índia – que são os países populosos, grandes consumidores dos produtos brasileiros – e de África do Sul, que também representa um grande foco de interesse do Brasil, devido ao fortalecimento daquele país.

Então, é importante nós trabalharmos mais esses investimentos no Brasil, especialmente nas regiões em desenvolvimento, para que nós possamos trazer as relações exteriores, a política externa mais próxima do desenvolvimento regional.

Quando eu digo desenvolvimento regional, eu não estou falando apenas de Norte e Nordeste, que são sempre as regiões com mais dificuldade e com mais desigualdade.

Mas, se nós pegarmos um Estado como Minas Gerais, que é considerado um dos Estados mais fortes do País, veremos que também tem uma região com muita dificuldade, que é o Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas, que poderá ser objeto de investimentos por parte dos Brics, se nós fizermos uma interlocução muito próxima desse banco e dos países.

E, por fim, o requerimento, item 6...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Só um instante, Excelência. Um aparte, só nessa questão, só para complementar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com a palavra Carlos Viana.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Meu bom dia aos Srs. Senadores; à nossa Presidente, Kátia Abreu.

Com relação aos Brics, eu gostaria de reforçar que, inclusive, estava prevista uma viagem à Rússia para uma série de discussões marcando o próximo encontro, no final do ano. Ontem, eu fiz uma videoconferência com o Prefeito de Moscou e quero deixar aqui muito claro a surpresa, mas, principalmente, a satisfação em perceber que os parceiros do Brics, especialmente os russos, aguardam muito do Brasil. Eles esperam muito de nós, Nelsinho Trad, em relação à posição não de liderança, mas uma posição no sentido de que a gente possa caminhar com eles no desejo que eles têm hoje de trocas de investimentos, de tecnologia, de participação política, inclusive, de aproximação entre os povos. Ontem, além do Prefeito de Moscou, havia vários prefeitos e prefeitas de cidades russas em busca de ter no Brasil cidades irmãs, Senador, para que eles possam trazer questões sobre qualidade de vida, cultura, toda uma série de trabalhos de segurança.

Quero cumprimentar a Presidente Kátia Abreu pela visão de que nós temos relações como povos. Governos mudam, posicionamentos governamentais têm seu tempo. Mas o relacionamento de amizade entre os povos é muito grande. Com relação ao Mercosul, a mesma coisa. Ainda que o Presidente da Argentina queira vez ou outra nos atingir ou explane um pensamento que já não é parte desse mundo mais, até de respeito a nós, que temos uma origem indígena ou a nossa origem na América misturada e que para nós, no Brasil, isso é um orgulho, ainda assim, o povo argentino é nosso irmão, é um povo parceiro, é um povo com o qual nós precisamos ter o nosso relacionamento.

Com relação ao Brics, Senadora, vejo que esta Comissão pode contribuir muito para um trabalho de parceria que vai ajudar o Brasil em vários aspectos e que, infelizmente, ou não foi compreendido ou não teve a atenção necessária da administração do nosso País hoje. No momento, é nosso dever aqui dar sequência e abrir esses caminhos para que os próximos que venham, as próximas eleições e os próximos governos possam já encontrar pelo menos esse trabalho já pré-elaborado pelo Senado.

Meus parabéns!

Era a minha fala.

Obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS) – Senadora Kátia, só um adendo ao que o colega...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não.

Senador Nelsinho Trad com a palavra.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Pela ordem.) – Agradeço por me conceder a palavra.

Apenas para reforçar essa importância – questão muito bem colocada pelo Senador Carlos Viana – e dizer que nós vamos ter a oportunidade de sabatinar daqui a pouco o Embaixador que vai para a Rússia e aquele que está saindo de lá. Eu tive a oportunidade de visitar esse país na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, levando uma carta do Presidente Bolsonaro ao Presidente Putin, com relação à questão daquele funcionário, do jogador de futebol de nome Robson, e vi realmente, testemunhei o ambiente muito propício, muito favorável diplomaticamente, de negócios para com o nosso País.

Então, nós não podemos perder essa oportunidade, porque, atrás desse fomento diplomático advêm as boas relações comerciais.

Era esse o registo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Nelsinho Trad.

Aproveito para comentar – o Senador Carlos Viana menciona a Rússia – que a Rússia vem sofrendo um processo de mudança muito grande para melhor. Diante dos embargos que sofreu por parte dos americanos e dos europeus, eles tentaram sair das cinzas, como Fênix, e reverter a situação de alguma forma se dirigindo, especialmente, aos mercados da Ásia, da China e de outros países, e hoje eles estão praticamente autossustentáveis em suínos, aves e carne bovina. O benefício deles, para nós, é um desafio e uma preocupação.

Então, o mercado russo precisa ser reciclado. Nós temos que ir em busca de outros produtos e de outros investimentos em exportações que não seja apenas este arroz com feijão, que é, na verdade, suínos, aves e carne bovina. Nós precisamos, por exemplo, investir nas frutas brasileiras, nas frutas tropicais, de que eles são grandes consumidores – o próprio embaixador russo me chamou a atenção para isso –, para que a gente possa ter um estudo aprofundado para orientar os empresários do Brasil nessas outras áreas também importantes e que podem ser as novas pautas de exportação para aquele país.

Com certeza, o nosso Embaixador Tovar, que está saindo da Rússia, na minha avaliação, é um dos embaixadores *tops* deste País, uma pessoa da maior categoria. Ele esteve na Índia enquanto eu fui Ministra, e lá nós estivemos juntos em um trabalho muito árduo. Agora, ele está saindo da Rússia – eu não sei se acho bom ou se acho ruim, mas quem vai substituí-lo também é um embaixador muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preparado – e vai para Genebra representar o Brasil na ONU – e eu tenho certeza de que fará um grande trabalho –, mas deixou muitas sementes e, principalmente, esse entendimento do que é a Rússia hoje. Na sua sabatina, eu gostaria que ele passasse essa pequena visão do que os russos estão fazendo, em termos de tecnologia e de avanços, até chegarem à produção de uma vacina.

Então, já existiu há muitos anos no nosso País um certo preconceito em relação a alguns países – e a Rússia é um deles, assim como também a China, assim como também o Paraguai –, mas isso é coisa do passado, porque são países que estão evoluindo, que já evoluíram muito e que merecem todo o nosso respeito.

Item 7 – faltam mais dois apenas –, Requerimento CRE nº 12, de 2021, sobre o tema: fortalecimento da base industrial de defesa, que é um tema da maior importância para nós e em que o Senado precisa se aprofundar, todos nós, para que nós possamos ficar cada vez mais fortes nessa área.

E o último Requerimento CRE nº 13, de 2021, sobre o tema: Abin, a inteligência brasileira como instrumento de apoio ao comércio exterior.

**2ª PARTE**

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 12, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "Fortalecimento da Base Industrial de Defesa".*

**Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

**2ª PARTE**

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 13, DE 2021**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "A Inteligência Brasileira: instrumento de apoio ao Comércio Exterior".*

**Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

Alguns, por exemplo, podem estar imaginando o que isso significa. Também é um preconceito achar que a Abin é aquele serviço de inteligência para bisbilhotar telefones, vidas e contas bancárias – eu não quero nem discutir essa questão –, mas ela pode muito mais do que isso.

Nós já encomendamos para a Abin – e ele está em fase de preparação – um relatório sobre todos os investimentos que estão sendo feitos no Brasil por estrangeiros: Em que área, em que parte do Brasil, quem são esses investidores, justamente para que a gente possa conhecer e saber recepcionar isso de forma adequada, para nós entendermos qual é a visão do estrangeiro, do investidor estrangeiro no nosso País. É claro que alguns organismos do Governo, alguns Ministérios devem ter esses estudos, mas eu pedi à Abin que fizesse e entregasse à CRE esse estudo tão importante.

Outra questão que a Abin vai nos fornecer semanalmente é também tipo um boletim informativo sobre os conflitos no mundo. Nós temos conflitos espalhados por algumas partes do mundo. Nós receberemos, semanalmente, um parecer da situação desses conflitos e repassaremos à nossa Comissão, aos nossos Senadores e Senadoras, e isso será também publicado, apenas reportando a situação de cada conflito. Por exemplo, eu sugeri a eles que incluíssem o conflito na Caxemira, na divisa da China, ali entre Paquistão e Índia, que é um conflito que pode interferir muito e dizer muito para nós do ponto de vista comercial, se é que vocês me entendem.

Então, todos esses conflitos também geram dificuldades para o nosso comércio, geram, claro, oportunidades, e nós precisamos, como membros da Comissão de Relações Exteriores, estar a par, nos mínimos detalhes, desses acontecimentos.

Senador Carlos Viana com a palavra, por favor.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Aproveito aqui a sua fala para dizer que eu vejo um Brasil muito à frente. A questão, por exemplo, do Requerimento nº 7, de fortalecimento da base industrial de defesa. Nós, em Minas Gerais – o Senador Antonio Anastasia, que está aqui, foi nosso Governador –, temos uma das poucas...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Antônio Augusto Anastasia.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Antônio Augusto. Eu iria chamá-lo de Carlos Alberto. É meio diferente. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma das poucas fábricas de helicóptero do mundo. Ela, hoje, é do grupo Airbus e produz os helicópteros da Marinha e de boa parte de atendimento e socorro no Brasil. O nosso desafio é nós mudarmos a visão sobre a nossa indústria de defesa, que ainda é muito vista como indústria de guerra, e, na verdade, isso não é mais o mundo. Nós já discutimos isso aqui quando V. Exa. propôs, inclusive, a incorporação obrigatória ou voluntária de mulheres no serviço militar. A nossa visão ainda é uma visão de conflito mundial, e não é verdade. As Forças Armadas, hoje, e o Brasil têm um potencial gigante de produção de patentes e de recursos e exportação na área da defesa.

Quando nós falamos, por exemplo, numa fábrica de helicópteros, nós temos lá, Senadores e Senadoras, 11 profissionais no mundo que são especialistas em guerra digital. Onze, que são profissionais que trabalham para as grandes fabricantes de equipamentos militares. Três estão no Brasil, formados por uma universidade do sul de Minas, e a empresa os mantém a duras penas para não irem embora e serem exportados como mão de obra, porque todo mundo quer levar os profissionais de engenharia militar embora.

Então, essa visão de que nós podemos transformar a nossa base industrial de defesa em geradora de patentes é uma visão já muito consolidada. Por exemplo, o Pentágono, nos Estados Unidos. O Pentágono aglutina todas as grandes possibilidades de patentes e venda de equipamentos militares para a defesa. Por que não? Essa mudança de mentalidade com relação a essa indústria é muito importante para nós, porque nós podemos sonhar com um mundo sem armas, mas não é possível você sonhar hoje uma polícia sem armas. É impossível isso. Alguém terá de trabalhar isto: armas menos letais, armas que possam ser consideradas mais seguras para os próprios militares, que são os conflitos.

Essa visão sobre a nossa base industrial de defesa, a questão do nosso caça AMX, que coloca o Brasil em ponta, mas que também não tem sido aproveitado, e essa questão da Abin. A Abin tem uma função, sim, de acompanhar e trazer à Presidência da República e ao País qualquer tipo de ameaça, mas a Abin também pode ser uma grande porta para as nossas exportações e para o crescimento do Brasil.

Eu vejo dessa maneira. Seria muito interessante se nós conseguíssemos trazer dentro do Ministério da Defesa essa visão de que o Brasil pode usar o que desenvolve aqui de radares, de sistemas, todos eles de tecnologia de inteligência, e colocar isso como uma forma de fazer o País crescer, se desenvolver e ter renda. Nossa mentalidade precisa estar muito à frente do nosso tempo hoje em relação a isso daqui.

Meus parabéns, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senador Carlos Viana, esse exemplo da fabricação de helicópteros eu tenho que lhe agradecer. É uma informação importante para exemplificar a importância desse tema.

E a nossa assessoria está dizendo que eu pulei o último da folha anterior, que é o item 6. Então, foram lidos os itens 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8 e eu volto ao 6, que é um dos mais importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 6**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 11, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema "Estratégia Nacional de Defesa: Segurança, Desenvolvimento e Defesa".*

**Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

Nós queremos que as Forças Armadas, os representantes, o Ministro da Defesa, possam vir apresentar esse plano, que eu já li todo do começo ao fim. Não sou especialista, mas estou estudando para fazer jus ao tema, mas eu gostaria muito que eles viessem aqui nos apresentar, para a gente entender o que tudo isso significa e fazer uma correspondência ao orçamento. Planejamento sem orçamento não vai, então, é muito importante que nós possamos discutir sobre isso.

Então, os oito requerimentos estão lidos e eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não, Senador Antonio Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Obrigado, Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Sra. Presidente, eu apresentei um requerimento à Comissão, que recebeu o nº 4, de 2021. Trata-se de uma solicitação de inserção em ata de uma moção de repúdio. Indago a V. Exa. se o momento seria agora ou posteriormente à sabatina, como V. Exa. achar conveniente, a rápida leitura para submissão aos pares e sua aprovação ou não.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Antes da fase nós aprovaremos com certeza.

Bom, nós temos agora o Ato nº 1, de 2021, também foi enviado para todos os Senadores, titulares e suplentes, há bastante tempo para que também pudessem contribuir. Disciplina a apresentação de Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação pelo Ministério das Relações Exteriores para análise dos candidatos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Então, todos os nossos embaixadores, chefes de missão e de delegação terão que apresentar aos Senadores aqui na CRE o seu plano de trabalho, o que pretende, o seu planejamento estratégico do que pretende no país de destino. Na verdade, nós queremos ouvir um relato, prestação de contas do posto anterior, resumidamente, e o plano estratégico para a nova missão, para que o Senado Federal possa, inclusive – e deve fazer isso –, apoiar esse planejamento estratégico aqui aprovado. Então, fica muito fácil, muito mais facilitado para os embaixadores irem com esse planejamento apresentado e aprovado pelo Senado Federal, em todos os sentidos. (*Pausa.*)

Eu vou ler rapidamente o Ato nº 1, de 2021, que disciplina a apresentação de Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação pelo Ministério das Relações Exteriores para análise dos candidatos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

> A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional resolve:
> Capítulo I: disposições preliminares.
> Art. 1º Este ato disciplina a apresentação de Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação pelo Ministério das Relações Exteriores para análise dos candidatos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).
> Capítulo II: do Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação.
> Art. 2º Cada processo de escolha de Chefe de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional será instruído, obrigatoriamente, com o encaminhamento de Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação, proposto pelo candidato ao posto a que se destina.
> § 1º A Mensagem de indicação do candidato não será objeto de deliberação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional até a apresentação do Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação.
> § 2º O Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação não dispensa o envio dos demais documentos necessários para instruir a decisão deste colegiado.
> Art. 3º O Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação deverá ser formulado conforme metodologia a ser regulamentada pelo MRE, contendo metas e prioridades, com indicadores de performance objetivos quanto às distintas áreas de atuação do posto, abordando em especial os seguintes temas, conforme o caso, respeitadas as peculiaridades de cada posto específico:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - promoção de comércio e investimentos;
II - relações políticas bilaterais;
III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;
IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;
V - cooperação para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e hídrica, o saneamento básico e a proteção ao meio ambiente;
VI - cooperação em agropecuária, ciência, tecnologia e inovação;
VII - cooperação em educação, cultura, direitos humanos, saúde e defesa;
VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;
VIII - cooperação na área de fronteira, quando for o caso;
IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso;
X - promoção da integração regional de caráter econômico, político, social e cultural.
§ 1º O Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação deverá incluir conteúdo relativo a jurisdições cumulativas, caso existam, a ser avaliado conjuntamente durante o processo de escolha.
Art. 4º O Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação, em função do seu teor estratégico para o Estado brasileiro, poderá ser submetido com parte do seu conteúdo no grau secreto de sigilo de informações, nos termos do art. 27, II, da Lei 12.527, de 2011, por meio de classificação definida pelo Ministro das Relações Exteriores, nos termos do art. 27, I, *c*, da mesma lei.
Art. 5º O Planejamento Estratégico da Missão ou Delegação deverá ser considerado na elaboração do relatório final da gestão do
Chefe de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional, demonstrando os resultados alcançados.
Parágrafo único. Metas, prioridades e objetivos não cumpridos em sua integralidade deverão ser justificados de forma específica.
Disposições finais
Capítulo III
Art. 6º A Comissão promoverá debates, no início de cada biênio, ou sempre que houver necessidade, no entendimento da Presidência, para contribuir com a consolidação da imagem do país e da marca Brasil e para a inserção internacional brasileira em conformidade com o interesse nacional.
Art. 7º [e último] Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.
Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Enquanto chega até as minhas mãos o requerimento do Senador Anastasia, eu informo ao Plenário que, até a data de hoje, nós temos um, dois, três, quatro, cinco, seis, apenas sete acordos comerciais: Acordo Brasil-Angola, um acordo de Mercosul, Acordo Mercosul-Bolívia, Acordo Mercosul-Chile, Acordo Mercosul-Cuba, Acordo Mercosul-Egito e Acordo Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela. Então esse é o número de acordos comerciais que o Brasil possui até a data de hoje. Por isso, representa tão pouco o seu grau de abertura no mundo, menos de 25%.

Acordos em andamento. Acordos que estão dentro do Congresso Nacional para serem ratificados... (*Falha no áudio.*)

...de outros acordos que não foram mencionados, mas Acordo Brasil-Guiana e São Cristóvão e Neves, Mercosul-Índia e ampliação do ACP Mercosul-Índia, Acordo Mercosul-Israel, Acordo de Complemento Econômico com o México, Acordo de Preferência Tarifária com o Panamá, Acordo de Complementação Econômica com o Paraguai, Acordo de Complementação Econômica com o Peru, Acordo Aduaneiro da África Austral e Mercosul, Acordo Brasil e Guiana, São Cristóvão e Neves, Acordo Brasil e Suriname, Acordo Brasil e Uruguai, Acordo de Complementação com Venezuela. Então, praticamente eles estão concentrados todos na América do Sul, América Latina, e apenas Índia fora desse escopo.

E os que estão em andamento estão para ser ratificados no Congresso Nacional, e nós pretendemos agilizar rapidamente todo esse trabalho, junto com Aécio Neves, lá na Câmara dos Deputados, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco. Nós temos 14 acordos esperando ratificação do Congresso Nacional. Por isso, nós temos que agilizar, o mais rápido possível, para que nós possamos ampliar os nossos mercados. São acordos com a Colômbia, com o EFTA, Associação Europeia de Livre Comércio, Emirados Árabes, Equador, Estados Unidos, Etiópia, Guiana, Malawi, Marrocos, Moçambique, Palestina, Peru, Suriname e o nosso tão sonhado Acordo União Europeia-Mercosul.

E acordos que estão fora do Congresso, ainda em negociação pelo Governo brasileiro, nós temos seis: Mercosul-Canadá, Mercosul-Coreia do Sul, Mercosul-Indonésia, Mercosul-Líbano, Mercosul-Singapura, Mercosul-Vietnã. São acordos que deverão ser muito importantes, mas que ainda estão em vias de negociação e nós estaremos participando desses futuros acordos *pari passu*, como eu comentei com o Chanceler: que o Senado Federal, o Congresso Nacional, a exemplo do Parlamento Europeu, a exemplo do Congresso americano, nós queremos não só ser ratificadores de acordos; nós queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar ativamente da montagem desses acordos, ouvindo a iniciativa privada, ouvindo os Estados, os Governadores, ouvindo o País, para que nós possamos ampliar mais esse debate.

Não sei se já foi distribuído esse anexo com esses acordos feitos, os que estão no Congresso e os que estão sendo discutidos.

Antes de iniciar a sabatina, eu proponho, a pedido do Senador Anastasia, a aprovação do seu requerimento.

**2ª PARTE**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 9**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 4, DE 2021**

*Requer voto de repúdio ao Presidente da Nicarágua.*

**Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)

Requerimento nº 4, de 2021, da CRE.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, inserção em ata de voto de repúdio às inúmeras arbitrariedades que vêm sendo continuamente cometidas pelo Governo de Daniel Ortega, dentro elas as sistemáticas prisões de adversários políticos, jornalistas, servidores públicos e demais oposicionistas ao atual regime da Nicarágua. As medidas se inserem em um contexto pré-eleitoral e têm claros propósitos antidemocráticos.

Em discussão.

Senador Anastasia, autor do requerimento, por favor.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. Senadores, Srs. Senadores.

Sra. Presidente, eu apresentei essa solicitação, aliás, relativamente rara aqui na minha atuação, exatamente porque fui instado por várias pessoas que me repercutiram o relatório da Human Rights Watch sobre uma situação inusitada que ocorre, neste momento, na Nicarágua. Infelizmente, o Governo daquele país está prendendo os candidatos oposicionistas e as eleições se aproximam. Desde 2018, já foram mortas 545 pessoas em manifestações, inclusive uma brasileira, estudante de Medicina em Manágua, a Sra. Raynéia Gabrielle Lima. Cinco pré-candidatos já foram presos. E houve já moção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repúdio de 26 dos 34 países que compõem a OEA exigindo a libertação imediata desses presos políticos. Os candidatos presos estão nominados no requerimento. Da mesma forma, está havendo uma grande violência contra a imprensa e igualmente em relação às organizações da sociedade civil. Há uma intensa ação policial sobre os investigados, vez que limitam a saída da cidade em que moram, a questão da presença a eventos partidários, tratamento abusivo na detenção. A detenção, que era de 48 horas, passou para 90 dias, sem acusação. Na realidade, mudou-se a lei eleitoral para denominar de traidores pessoas que concorrem a cargos públicos.

Então, de fato, são situações completamente fora da realidade e sobre que eu proponho, portanto, e solicito a esta Comissão que endosse esse pedido da OEA para a libertação imediata dos opositores do Governo do Sr. Daniel Ortega, na Nicarágua.

É a solicitação que faço a V. Exa. e aos ilustres membros deste Colegiado.

Agradeço muito, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem, Senador Anastasia. Tem todo o meu apoio pessoal.

Coloco em discussão o requerimento do Senador Anastasia.

Senador Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS) – Apenas para incorporar apoio à sugestão do nobre Senador Antonio Anastasia, para dizer que sempre a gente deve defender o direito da oposição, o direito da contradita, o direito daqueles que pensam diferente, porque isso é o Estado democrático de direito que se preserva. Então, eu quero aqui me somar ao encaminhamento colocado pelo Senador Antonio Anastasia, para que uma medida como essa possa engrossar o coro para que atividades dessa natureza possam ser, de uma vez por todas, eliminadas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o Requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora vamos passar à fase das sabatinas e, obrigatoriamente, há uma leitura formal antes de fazer o chamamento dos Srs. Embaixadores.

Antes de iniciarmos a terceira parte da pauta, informo a todos as suas diretrizes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório das mensagens constantes na pauta foi apresentado à Comissão e divulgado pelo Portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

A reunião é semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores por sistema de videoconferência para debate e leitura de relatório. Contudo, a votação será, obrigatoriamente, presencial por meio de uma urna de votação secreta *drive thru*, instalada na entrada da garagem coberta, e duas urnas de votação secreta, na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma em frente ao Plenário nº 7 e a outra em seu interior.

Para otimizar os trabalhos, as sabatinas começarão com a participação do Relator do primeiro indicado a ser sabatinado, para as suas considerações. Em seguida, será prevista a palavra ao respectivo embaixador, por até 20 minutos, para apresentação de suas exposições iniciais, incluindo seu planejamento estratégico para o posto.

Por fim, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos, com duração de cinco minutos por Senador, organizados em blocos de três Senadores, e respostas pelos embaixadores questionados, em tempo total de cinco minutos, para responder a todos os questionamentos do bloco, podendo haver réplica e tréplica por dois minutos cada. O procedimento será repetido para cada indicado. Ao final das quatro arguições, será realizada a votação e, por fim, a apuração dos votos.

O acesso à sala de reunião será restrito às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, às autoridades a serem sabatinadas e aos servidores da Secretaria de Comissões e das áreas de tecnologia do Senado Federal, no estrito exercício de suas atribuições. Caso necessário, um assessor poderá adentrar à sala de reunião para atender à demanda do respectivo Senador, retirando-se após a finalidade cumprida. As regras e procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da covid-19 no âmbito do Senado Federal e estão de acordo com as normas internas da Casa no que couber.

Informo às Sras. e Srs. Senadores, assim como aos sabatinados, que, caso seja necessário tratar de dados ou informações sigilosas para o esclarecimento de algum assunto, poderão, a qualquer momento, solicitar que a reunião seja transformada em secreta.

Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pelo Presidente da Comissão (Risf, art. 89, Inciso I).

Dando prosseguimento à reunião, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se a arguição dos sabatinados será feita em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram, (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atendendo à deliberação do Plenário, passamos então à primeira arguição.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-612211. Repetindo: quem quiser participar poderá fazê-lo por meio do portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800-612211.

A participação dos cidadãos e das cidadãs é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos no Senado Federal.

Damos boas-vindas aos indicados para as arguições de hoje e convido para compor a Mesa, juntamente com esta Presidência, o nosso primeiro sabatinado, o Sr. Embaixador Tovar da Silva Nunes, que ultimamente esteve na Índia, agora na Rússia, e, se aprovado pelo Senado Federal, vai para Genebra representar o Brasil na ONU.

Eu peço ao Senador Nelsinho Trad que me substitua enquanto eu relato a mensagem do Embaixador Tovar. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É com muito prazer – já estava com saudade desta cadeira aqui – que eu substituo a nossa querida Presidente, Senadora Kátia Abreu.

Damos as nossas boas-vindas a todos os já nominados, em especial a quem está aqui à nossa esquerda, o Embaixador Tovar da Silva Nunes.

**3ª PARTE**

**ITEM 1**

**MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.*

**Autoria:** Presidência da República.

**Relatoria:** Senadora Kátia Abreu.

**Relatório:** Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**

*1) Relatório apresentado e divulgado no portal do Senado Federal, ficando concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.*

*2) A arguição será realizada nesta Reunião.*

Relatoria: Senadora Kátia Abreu, digna Presidente desta Comissão.

Relatório pronto para deliberação.

Com a palavra a nobre Senadora Kátia, Abreu para emitir o seu relatório.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu gostaria de agradecer, Sr. Presidente Nelsinho Trad, e dizer aos colegas que eu fiz questão de relatar a sabatina do Tovar, do nosso Embaixador, muito em agradecimento ao quanto ele nos apoiou enquanto Ministra da Agricultura nas relações com a Índia, com tantas dificuldades, ele com a persistência e com a obstinação... Eu só tenho a agradecer por tudo que o senhor tem feito pelo Brasil.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 17, de 2021, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Tovar da Silva Nunes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra. Relatora: Senadora Kátia Abreu.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Tovar da Silva Nunes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo; mestre em Economia Política Internacional pela Escola de Economia e Ciência Política, Reino Unido; especialista em Diplomacia Pública pelo Instituto de Ciências Políticas, de Paris, França, e defendeu, no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, o trabalho "O Impacto da Autoridade de Promoção Comercial nas Negociações da Alca, à luz dos interesses comerciais brasileiros".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, em 1983; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1992; e o Curso de Altos Estudos, em 2004.

Iniciou sua carreira como Terceiro Secretário no ano de 1984. Tornou-se Segundo Secretário em 1988. Por merecimento, chegou a Primeiro Secretário em 1995; Conselheiro em 2001; Ministro de Segunda Classe em 2005; e Ministro de Primeira Classe em 2011.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Chefe de Gabinete do Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, entre 1995 e 1997; Presidente do Conselho de Administração da Radiobrás, em 1995; Chefe de Gabinete do Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior; Chefe da Coordenação-Geral para as Negociações da Alca, em 2003; Chefe da Divisão da Área de Livre Comércio das Américas, de 2003 a 2006; Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, entre 2013 e 2015; Embaixador em Nova Délhi, na Índia, cumulativamente com o Reino do Butão, e Embaixador em Moscou, de 2015 até agora.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a Mensagem Presidencial veio acompanhada de Sumário Executivo, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a Missão em Genebra, que, se aprovado, o sabatinado chefiará.

A Missão cumpre a interface do Brasil junto às agências das Nações Unidas e organismos internacionais, sediados em Genebra, Suíça: Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde. São em fóruns da maior importância em que o Sr. Tovar vai nos representar. Repito: no Conselho de Direitos Humanos, no Comissariado de Refugiados, na OIT e na OMS.

O que mais atine à OMS, afora o histórico da instituição e da Organização Pan-Americana da Saúde, Escritório Regional da OMS, de conhecimento público, do relatório da chancelaria, destacamos o trecho de relevo – destacado pela Chancelaria:

O Brasil aderiu, em 25 de setembro, à Covax Facility, de 2020. A iniciativa, coordenada pela Gavi, Cepi e OMS – autofinanciada de países de renda alta e média-alta, que colaboram para fundo comum de recursos para garantir seu acesso a futuras vacinas seguras e eficazes contra a Covid-19 em melhores condições. O Brasil acolheu inicialmente imunizar 10% de sua população (cerca de 21 milhões de brasileiros) e ter a opção de compra de doses de diferentes vacinas no futuro.

O relatório assinala a importância de acompanhamento das tratativas na OMS para o enfrentamento à pandemia, sobretudo no que diz respeito às vacinas, medicamentos e diagnósticos sobre o Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como importante ator na diplomacia da saúde, convém ao Brasil participar de forma ativa nas principais instâncias internacionais de governança relativas à pandemia, tais como o Acta e a Covax Facility. Dessa forma, poderá melhor influenciar os debates internacionais sobre tema crucial para o País.

Em linha com sua tradicional política em defesa do acesso a medicamentos essenciais, conviria explorar iniciativas para atualizar o quadro jurídico internacional no contexto da resposta à pandemia, respeitando o papel e competência da OMS. Na medida em que o Brasil amplia a sua cobertura vacinal doméstica contra a Covid-19, seria conveniente estudar também, Embaixador Tovar, formas para apoiar o suprimento de imunizantes para países vizinhos, assim como para países membros da CPLP. Tais iniciativas poderiam beneficiar-se da estrutura atual, no âmbito da OMS/Opas, além de eventuais mecanismos bilaterais.

No momento em que deverão ter início na OMS discussões abrangentes sobre a futura arquitetura da saúde global, o Brasil pode desempenhar papel de relevo em defesa dos interesses e prioridades nacionais. Nesse sentido, são de especial relevância as tratativas a respeito de eventual tratado internacional sobre pandemias e sobre o fortalecimento da resposta da OMS a emergências sanitárias. Ambas as iniciativas deverão moldar o atual arcabouço institucional da saúde global e merecem atenção prioritária por parte do Governo brasileiro, em especial representado pelo Embaixador Tovar, no futuro breve.

No que atine à agenda da OIT, o relatório destaca que, desde 2005, o foco da parceria Brasil–OIT se voltou para a Cooperação Técnica Sul-Sul, triangular, em benefício de países em desenvolvimento, destacadamente na prevenção e eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado, na promoção da proteção social, no fortalecimento de inspeções de trabalho e no fortalecimento à agenda para o trabalho decente.

Convém, em particular, continuar atuando para aperfeiçoar o quadro institucional da Organização, de modo a promover maior transparência, acompanhamento e representatividade nos trabalhos técnicos da OIT, sobretudo no que diz respeito ao sistema de acompanhamento de normas e tratados.

A propósito, vale mencionar a iniciativa para democratizar o funcionamento dos principais órgãos de governança da OIT, de modo a revisar cláusulas consideradas ultrapassadas e datadas.

Em vista do papel institucional da OIT no monitoramento da Convenção 169, sobre povos indígenas e tribais, o diálogo entre os parceiros sociais tem central importância. Ao Brasil cabe assegurar que as principais cláusulas da Convenção sejam devidamente implementadas, assegurando a flexibilidade necessária para avançar com projetos e obras de desenvolvimento, mediante consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas afetados.

Quanto ao Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids, o relatório pontua que, entre as ações desenvolvidas pela Unaids no Brasil, estão a campanha Zero Discriminação e a mostra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional de filmes sobre o tema, além de projetos e campanhas sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Na parte concernente ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), o relatório traz à lume que o Brasil mantém profícuo diálogo com o Conselho dos Direitos Humanos e, desde 2001, estende convite permanente aos procedimentos especiais temáticos, relatores especiais; desde 2005, mais de 30 relatores especiais e grupos de trabalho foram recebidos oficialmente pelo Brasil.

Em 2019, foram recebidos os relatores sobre hanseníase, albinismo e substâncias tóxicas.

As visitas previstas para 2020 tiveram de ser suspensas em razão da pandemia de Covid-19.

Espera-se, para 2021, a visita da Relatora Especial sobre Formas Contemporâneas de Racismo e Discriminação Racial – da parte, isso, do Itamaraty.

Como principal *locus* internacional de discussão sobre direitos humanos, as tratativas no Conselho de Direitos Humanos têm repercussão ampla sobre o quadro legal e institucional relativo a alguns dos principais temas da atualidade, tais como liberdade de expressão, privacidade na era digital, combate à corrupção, saúde, direito ao desenvolvimento, combate ao racismo e à discriminação, direitos das mulheres, proteção aos direitos das pessoas LGBTI, apenas para citar alguns assuntos, alguns temas importantes.

Nesse contexto, é particularmente importante para o Brasil manter e mesmo expandir seu tradicional protagonismo no Conselho, desenvolver novas parcerias com países chave e explorar iniciativas construtivas para fazer avançar os direitos humanos no plano internacional, sem politização ou polarização.

E eu tenho absoluta convicção de que o Embaixador Tovar está totalmente preparado para esse desafio.

A candidatura do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos é prioritária.

Quanto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o relatório destaca que as relações entre o Brasil e o Acnur encontram-se no seu melhor momento. É o Alto Comissariado das Nações Unidas, que o Brasil, além de ocupar posição de vanguarda no reconhecimento da condição de refugiado, se destaca pelos esforços humanitários na recepção, assistência e integração de refugiados, imigrantes venezuelanos, por meio da Operação Acolhida, com o ateste do Itamaraty. O Brasil pode, com toda a experiência adquirida, com a Operação Acolhida, firmar-se como uma referência na proteção a refugiados na América Latina, intensificando ações de assistência também a refugiados de outras nacionalidades, incrementando programas de recenseamento e cooperação técnica com outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, no que pertine ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, o relatório destaca a expansão das atividades do CICV no Brasil. O Comitê tem sido importante na atuação na Operação Acolhida, com programas de restabelecimento de laços familiares e ações de assistência no setor de saúde. Além disso, implementa junto a diversas prefeituras o programa Acesso mais Seguro, resultado de projeto piloto realizado no Rio de Janeiro. O programa visa à capacitação de servidores públicos quanto a protocolos de segurança em áreas de incidência de violência urbana, a partir do conhecimento humanitário adquirido pelo Comitê.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações nesse relatório a não ser parabenizar o grande currículo, fruto de esforço, determinação e de amor à sua classe, de amor à sua carreira, que o Embaixador Tovar tem demonstrado ao longo de anos.

Parabéns por tudo, obrigada por tudo, o senhor faz jus ao nosso País.

E espero que, em Genebra, o senhor possa fazer um trabalho destacadíssimo em todas essas áreas tão importantes para o Brasil e em que nós temos que ter protagonismo absoluto nas áreas humanas. E eu tenho certeza de que V. Exa. terá muito sucesso.

Muito obrigada aos colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a excelente relatoria da nobre Senadora, Presidente desta Comissão, Kátia Abreu, a quem convido para tomar assento à Presidência. Antes, porém, passo a palavra ao Sr. Embaixador Tovar da Silva Nunes, indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado para a exposição é de até 20 minutos.

Pela ordem, o Senador Carlos Viana.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Primeiro, quando V. Exa. foi Presidente, nós não tínhamos aqui esse privilégio do pão de queijo. Veja bem como a Senadora Kátia...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É verdade. (*Risos.*)

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – ... também sob a Senadora Kátia Abreu não havia.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a primeira vez que ela permite isso aqui.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Nossos califa acabou de chamar atenção. Então, estou observando que nós estamos evoluindo. Isso é muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É verdade. A vida é assim. A gente sempre na busca de uma evolução. Eu vou ao meu lugar e solicito à Presidente que eu possa levar o meu salgado junto.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Outra questão, Sr. Presidente, antes da Senadora Kátia, é abrirmos a votação e já deixarmos aos Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu passo a condução à Senadora Kátia para ela poder...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... fazer as explicações pertinentes a esse caso.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Perfeitamente. (*Pausa.*)

Reforçando, Senadora Kátia, e, primeiro, também aqui saudando o Embaixador Tovar, dando os parabéns pelo relatório feito por V. Exa., uma carreira que não deixa absolutamente qualquer dúvida sobre a competência para o cargo e a importância de que seja exercido de uma maneira profissional e, principalmente, à altura do que o Brasil precisa.

Então, parabéns ao Embaixador Tovar!

E aqui, Senadora, recoloco o pedido para que V. Exa. já permita a votação de imediato dos Srs. Senadores, até para que aqueles que tenham outros compromissos possam já deixar a sua contribuição neste momento e retornar, posteriormente.

Fica o pedido.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu consulto o Plenário. Eu, sinceramente, sou democrática, e o que a maioria decidir nós faremos, pois o Plenário é absoluto. Eu só gostaria muito de que nós colegas – acho que é de bom tom –, pelo menos, ouvíssemos os relatórios a respeito. Eles se esforçaram, se empenharam muito em fazer esta apresentação, então eu gostaria de que todos pudessem ouvi-los, fazendo jus a esse novo formato de sabatinas que nós estamos implementando, inaugurando com o Embaixador Tovar no dia de hoje.

Muito obrigada.

E aqui esse pequeno lanche. São coisas de meninas. As meninas sempre pensam nos estômagos. Por isso, nós, com jeitinho, sempre vamos conseguindo as coisas, porque, estando todos alimentados, ficam todos mais alegres e confortáveis. O alimento aproxima as pessoas. A comida aproxima as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este é o nosso objetivo: ter uma Comissão também acolhedora, claro, também como o foi na Presidência do Senador Nelsinho Trad. Mas mulheres são mulheres, não é isso?

Obrigada.

Embaixador Tovar...

Gostaria de consultar o Plenário sobre se todos concordam em abrir a urna de votação. (*Pausa.*)

O.k. Obrigada. (*Pausa.*)

**O SR. TOVAR DA SILVA NUNES** (Para expor.) – Posso começar? (*Pausa.*)

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu agradeço, em primeiro lugar, as palavras generosas a meu respeito e aproveito para felicitar a senhora e a Comissão pelo recente ajuste feito no regulamento da sabatina, que nos permite apresentar um verdadeiro plano de trabalho estratégico para assunção aos nossos postos. Esse ajuste – estou seguro – contou com a participação de todos da Comissão, mas eu reconheço a liderança de V. Exa., cuja determinação, amor pelo Brasil e pela política externa é por nós motivo de respeito e de admiração.

Uma saudação a todas as Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores aqui presentes e a todos também que nos acompanham de maneira remota.

É uma honra grande comparecer como candidato à chefia da Delegação Permanente em Genebra – aproveito também para agradecer a indicação do Senhor Presidente da República, por recomendação do Chanceler brasileiro –, primeiro, porque eu estarei sucedendo, se me for dada essa honra, três grandes embaixadoras em sucessão como chefes da delegação permanente: duas vezes a Embaixadora Maria Nazareth Farani, uma vez a Embaixadora Regina Cordeiro Dunlop e, agora, como representante alterna, a Embaixadora Maria Luisa Escorel. Portanto, é uma responsabilidade muito grande. Penso que já me beneficiei das informações preciosas que me transmitiram, de maneira que estou triplamente honrado por suceder a essas colegas brilhantes.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a delegação em Genebra cuida de muito mais do que esses grandes organismos que nós conhecemos, como OMS, OIT, Direitos Humanos e Alto Comissariado. Uma lista preliminar que eu fiz antes de preparar o programa de trabalho me leva a 24 instrumentos internacionais, 7 deles só na área do meio ambiente: é convenção sobre mercúrio, contaminação de água, transporte de agrotóxicos e inseticidas, é a parte de zonas úmidas, é convenção internacional sobre comércio de espécies da flora e da fauna selvagens ameaçadas de extinção... Portanto, há um núcleo de atividades e de atribuições claramente vinculadas a meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não menos importante, pelo contrário, no interior da Organização Mundial de Meteorologia, outra atribuição da delegação, se encontra o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, que reúne, é a interface entre os cientistas e os governos na parte de mudança do clima.

Portanto, só esse bloco já daria uma atribuição importantíssima a Genebra.

Obviamente, como a senhora já mencionou no relatório, a parte social domina boa parte da agenda de Genebra, com a questão de direitos humanos. A saúde, hoje em dia, o tema mais importante de Genebra, no curtíssimo prazo, é um tema que teve sempre uma participação muito clara do Brasil. Vocês devem saber que o médico brasileiro Marcolino Candau foi o Diretor-Geral da OMS mais longevo. E, mais do que isso, a OMS hoje existe por ideia de um brasileiro. O Dr. Geraldo de Paula Souza, junto com um colega chinês, lá na Conferência de San Francisco, vislumbrou a necessidade de uma organização.

Portanto, temas sociais, direitos humanos, temas humanitários... A senhora mencionou o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Existem também, junto com a OMS, instituições vinculadas à pesquisa do câncer. Enfim, há questões sociais também vinculadas a segurança social e trabalho, que, no fundo, são sociais, mas também econômicas.

E, por fim, duas entidades importantes são a União Interparlamentar, que eu espero que conte com uma participação cada vez mais crescente... A União Interparlamentar é uma das organizações mais antigas. Ela foi criada em 1889 para permitir aos Parlamentos uma tribuna, uma atuação na área de política externa, solução de conflitos, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, empoderamento das mulheres, de maneira que é uma plataforma criada para isso, e eu vejo, claramente, não só à minha direita, mas no Plenário aqui, vários candidatos a utilizar esta tribuna para fazer, pelo Brasil, uma representação nessa União Interparlamentar.

E, por fim, um órgão que é menos conhecido, mas da mais alta importância, é a chamada Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, pela sigla Cern. O senhor sabe que o Cern inventou, criou, no passado, nada menos que a internet. Foi criada como um sistema de comunicação entre computadores desses centros de pesquisa e, obviamente, se transformou no que nós conhecemos hoje. Tudo que é www foi fruto dessa organização. E, mais do que isso, essa organização europeia, recentemente, ficou muito famosa com a instalação do chamado Grande Colisor de Hádrons, que permitia que partículas se chocassem a uma velocidade absurda, quase à velocidade da luz, a 99,9% da velocidade da luz, e com isso pôde-se, finalmente, extrair os chamados *quarks* e glúons e toda uma questão de física de partículas.

Eu acho que já existem cientistas brasileiros trabalhando com o Cern, mas não temos ainda uma institucionalização com essa organização. Então, é minha meta fazer com que o Brasil seja membro associado dessa organização por uma razão também adicional: na instalação dos aceleradores, essa organização utiliza supercondutores. Esses supercondutores não existiriam sem o nióbio. Tive a ocasião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ter uma aula sobre nióbio do Exmo. Sr. Senador Anastasia e me convenci ainda mais, vendo de onde vem e que o Brasil é responsável por 90% do comércio de nióbio.

E o nióbio, que é um elemento químico muito especial, com características próprias, é usado desde em aceleradores de partículas, mas também em sensores, em aviões, em instrumentos médicos, enfim, é da mais alta importância. Eu acho que nós devemos – e é minha missão – trabalhar para que a parte de ciência, tecnologia e inovação também mereça atenção. Quer dizer, não descuidar de direitos humanos, não descuidar da saúde, obviamente, nem de trabalho, mas ampliar no lugar de simplificar a nossa agenda.

Com isso, eu queria, na verdade, mostrar que, num quadro tão diverso de atividades, fica difícil vislumbrar um norte, um fio, mas na minha opinião o fio é o desenvolvimento sustentável. Por quê? As atribuições de Genebra dialogam claramente com os três pilares do desenvolvimento sustentável, que é o pilar social, o pilar ambiental e o econômico. Eu não consigo imaginar um posto onde esses três pilares estejam mais presentes. Existem outras capitais de sustentabilidade, como Nairóbi, Nova Iorque, Viena e Roma, mas, no meu modo de entender, Genebra é um centro do desenvolvimento sustentável, e ali se pode projetar uma imagem favorável do Brasil.

Hoje nós temos indícios de que a imagem... Muita gente se refere a Genebra como uma caixa de ressonância ou uma vitrine do multilateralismo. Alguns, até de maneira jocosa ou pejorativa, referem-se a "hospital diplomático", porque ali se trata de refugiados, de vacinas, de doenças, de enfermidades. Enfim, todas as crises criadas no mundo de alguma forma pingam em Genebra para uma solução diplomática. É uma capital de mais de cem anos de discussão diplomática. E muitas coisas aconteceram depois do Tratado de Versalhes, em 1919, entre elas a criação da OIT, a sede da Liga das Nações em Genebra. Portanto, é um ambiente clássico de diplomacia, mas, para a elaboração desse programa, eu não consideraria que seja só uma caixa de ressonância. Eu consideraria que Genebra, na verdade, é um *locus* privilegiado de consolidação, mas também de projeção de uma imagem internacional do Brasil.

E essa imagem tem que ser muito bem cuidada, porque ela pode se prestar a distorções ou a constrangimentos. Sob a alegação, por exemplo, de pendências na parte trabalhista, ambiental, de direitos humanos e até em saúde, pode-se justificar ou tentar justificar a aplicação de restrições ao nosso comércio de bens e serviços. Nós já vimos isso acontecer no passado.

Agora, por outro lado, Genebra deve e pode prestar-se à projeção de uma imagem favorável do Brasil; uma imagem de País comprometido com a sustentabilidade, com o bem-estar dos seus nacionais e soberano para decidir os rumos do seu desenvolvimento. É isso que me interessa desenvolver em Genebra como candidato à chefia da delegação em Genebra.

Para isso, é necessário, então, no meu modo de entender, olhar para aquilo que o desenvolvimento sustentável nos oferece. Ele nos oferece, em primeiro lugar, três macro-objetivos. Um deles é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortalecimento do nosso poder de barganha nas negociações econômicas e comerciais. Nós devemos resgatar essa nossa identidade e sustentabilidade em nosso benefício.

Um benefício muito claro poderia ser a nossa acessão plena à OCDE. A OCDE, que é uma organização que tem no seu nome já desenvolvimento e que tem adotado o desenvolvimento sustentável como norte, como parâmetro. A Agenda 2030 está presente nas deliberações da OCDE. E, mais do que isso, ela desenvolveu indicadores que ajudam os países a medir os seus resultados dos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na sigla ODS. Portanto, quanto mais o Brasil projetar essa imagem de sustentabilidade, que é real, que é no fundo um tema que nós ajudamos a criar na Rio 92 e, depois, na Rio+20; quanto mais nós nos aproximarmos dessa imagem, mais natural será a nossa acessão plena à OCDE.

Em segundo lugar, vejo claramente a possibilidade de ratificação do acordo Mercosul-União Europeia, já que esse acordo prevê um capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável.

São só dois exemplos do que nós poderíamos ganhar se voltássemos a resgatar a nossa imagem de sustentabilidade.

Um segundo eixo de um macro-objetivo seria a canalização de recursos financeiros novos e tecnológicos. Desenvolvimento sustentável custa caro. Para fazer direito tem que realmente investir muito. É preciso muita cooperação. Primeiro, novos recursos, mas também ideias novas, inovações. O Brasil tem condições já e tem inovado. Um exemplo disso é a nossa agricultura, que recentemente foi elogiada pela Convenção sobre a Mudança do Clima, pela nossa capacidade de fazer o manejo sustentável entre pecuária, lavoura e floresta. E em outras áreas também, nós não somos novatos em tecnologia de desenvolvimento sustentável, mas é forçoso reconhecer que há espaço para uma cooperação, para aprender com outros países também e, ainda, de preferência, absorver tecnologia, e não só comprá-la ou ser objeto de pagamento de *royalties*. Isso não nos interessa, de maneira alguma.

O terceiro macro-objetivo seria a captação ou a atração de investimentos diretos produtivos. Nós temos assistido a uma diminuição do fluxo global – não falando do Brasil, que também sofreu conjunturalmente uma queda no ano passado, mas globalmente, desde 2015, o fluxo de investimentos tem caído. E caiu muito em 2020, comparado com o ano anterior: caiu 42%; passou de US$1,5 trilhão para pouco menos de US$900 bilhões.

O que significa isso? A pandemia, obviamente, ajudou as incertezas criadas no mercado. Isso significa que os investidores, os fundos, enfim, todo mundo que tem uma decisão de investimento está mais seletivo, está um pouco atento às instabilidades e olha para aqueles países ou oportunidades que sejam efetivamente sustentáveis. Nós temos condições de atrair investimento, independentemente disso? Temos. Nós damos segurança jurídica aos investidores, nós temos oportunidades, pela privatização, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte de infraestrutura. Isso é fato. Mas por que não aproveitar e, além disso, oferecer oportunidades que sejam sustentáveis? Esse seria pra mim um terceiro macro-objetivo.

Estou dizendo tudo isso porque, quando eu entrar numa discussão sobre direitos humanos, sobre LGBTQIA+, sobre empoderamento da mulher, eu tenho que ter presente também o fato de que isso pode se reverter em benefícios econômicos. Não seria minha atribuição primeira, mas eu estou atento a esse quadro mais amplo de interesse econômico.

Antes de aplicar qualquer tipo de meta específica em desenvolvimento sustentável, é necessário ter presentes outras três condições. Uma delas é ter presente, honrar, respeitar e procurar ampliar o nosso legado multilateral de diálogo universal, moderação, participação soberana, construtiva nas discussões internacionais dos nossos interesses de desenvolvimento. Isso é muito importante. Não é coisa pequena. Eu mencionei, Genebra tem mais de cem anos de diplomacia e se beneficiou da presença de grandes nomes, entre eles o próprio Afrânio de Melo, que foi o primeiro representante do Brasil em Genebra, na Liga das Nações. E sucederam-se grandes nomes da diplomacia brasileira, mas também não só da diplomacia: técnicos, médicos, especialistas, passaram por lá e projetaram um Brasil. Esse legado me interessa resgatar, respeitar e, na medida do possível, de maneira humilde e modesta, procurar também levar adiante junto com a equipe de Genebra.

Uma outra questão que é preciso ter presente a cada reunião, a cada reação às moções e proposições em Genebra, é o texto constitucional. Todos vocês sabem, mais do que eu, que o art.4º, por exemplo, nos dá os princípios pelos quais se deve reger a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Esse art. 4º, quem estuda Direito Constitucional vê que algumas coisas já vinham mencionadas antes – autodeterminação dos povos, solução pacífica de conflitos, enfim –, mas a Constituição de 1988 introduziu coisas novas. Por exemplo: o repúdio ao terrorismo e ao racismo; introduziu a noção de prevalência dos direitos humanos. Isso, para Genebra, é essencial. É um caso raro de posto que tem, no texto constitucional, instruções permanentes e explícitas.

Um outro exemplo é o art. 3º, que eu costumo dizer que é o artigo que dá não só um objetivo à Nação brasileira, mas uma alma. Menciona, por exemplo, a criação de uma sociedade justa, livre e solidária. Isso é a essência do trabalho em Genebra, tanto na parte humanitária, do Acnur, dos direitos humanos, da Cruz Vermelha, como em todas as questões de saúde e outros temas dessa ideia de sociedade livre e justa, e, mais do que isso, na ideia de não discriminação por qualquer razão: cor, religião, idade, origem. Isso é a matéria-prima das discussões sobre direitos humanos.

Então, ter presente o texto constitucional, na minha opinião, é um dever de cada diplomata da missão em Genebra a cada dia. Relembrar que nós temos instruções. Não precisa ficar pedindo, "olha, posso?", não. A Constituição diz o quê? Não à discriminação. Então, vá lá e defenda isso. Para não deixar hiato e não ficar preso a questões muito pontuais de um governo ou de outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, um outro elemento que eu chamaria de transversal é a necessidade de debate interno amplo. Genebra não pode ter uma atuação que seja exclusivamente de uma unidade ou de um departamento ou um ministério; é necessário debater amplamente os temas, para que eles sejam legitimados como posições de Estado, e não posições conjunturais.

Esses são elementos transversais.

E, por fim, se eu ainda tiver tempo, eu gostaria de mencionar, na parte de direitos de desenvolvimento sustentável, o que se pretende desenvolver em Genebra.

Acho que todos estão familiarizados com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Desses 17 objetivos, 16 se ligam diretamente ao trabalho em Genebra. Só um não está tão ligado, que é a parte de acesso à energia. Todos os demais – erradicação da pobreza, erradicação da fome, saúde e, sobretudo, o cinco, que é o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero – são objetivos que têm uma interface muito clara com Genebra.

Portanto, desses objetivos, eu extraí metas específicas, com a preocupação de projetar aquilo que é realista, em termos orçamentários inclusive, partindo daquilo que nós já fazemos bem, divulgando aquilo que o Brasil tem. Posso mencionar, por exemplo, na parte ambiental, todo o programa vinculado à Amazônia Verde, agricultura sem carbono, Lixão Zero, o marco nosso de saneamento, enfim, gestão de florestas, manejo florestal e água; tudo isso já é um arcabouço que nós temos que divulgar. Nossa primeira missão é recensear, divulgar e interagir. A segunda missão é recolher da cooperação em Genebra, multilateral, elementos que possam aperfeiçoar as nossas políticas públicas ou criar novas políticas públicas.

Então eu vislumbrei oito áreas de atuação: saúde, meio ambiente, direitos humanos, temas humanitários, ciência tecnologia e inovação, trabalho, mas também cultura.

Uma cidade como Genebra recebe formadores de opinião de vários setores e todo semana há um caminho que nós podemos percorrer e projetar a cultura brasileira, tanto na parte de língua como também prestar homenagens. Vocês sabem que a Dra. Bertha Lutz, filha do Adolfo Lutz, foi uma mulher extraordinária que deu uma contribuição na Conferência das Nações Unidas e até é hoje reverenciada. Então, por que não retomar a memória do próprio que eu mencionei, Marcolino Gomes Candal, mas também do Dr. Geraldo de Paula Souza. Nós teremos efemérides, no ano que vem, com os 200 anos da Independência, os 100 anos da Semana de Arte Moderna. Então, previ, por exemplo, uma homenagem às mulheres e à Semana de Arte Moderna. Então, essa é a ideia de aproveitar a cultura.

Por fim e não menos importante, acho que é necessário, também, cuidar das candidaturas. Não existe atuação efetiva do Brasil sem estarmos nos diretórios, nas instâncias decisórias. Foi mencionado já, pela Sra. Relatora, a nossa candidatura à reeleição no Conselho de Direitos Humanos, saltando um ano –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a regra impede que seja direta. Nós teríamos que ficar fora o ano de 2022, eu acho, e depois voltarmos em 23 a 24, nas eleições que terão lugar no ano que vem.

Um outro órgão importante é o conselho executivo da OMS, cujas eleições se dão, no âmbito da OPAS, já agora em setembro. E há vários comitês de natureza e direitos humanos que merece a nossa atenção.

Agora, além de candidaturas do Brasil, é necessário também aumentar o número de brasileiros presentes nessas instâncias. Hoje nós já temos Mariângela Simão na OMS, nós temos a Sra. Elisabete Weiderpass como chefe da agência de pesquisa de câncer, temos o Marcelo Abi-Ramia Caetano na parte de seguridade social.

Portanto, nessas oitos áreas eu previ metas específicas para que tenhamos, a cada dia, a possibilidade de medir os nossos avanços em desenvolvimento sustentável, procurando ajudar o Brasil a aperfeiçoar suas políticas públicas e tendo em mente aqueles três macro-objetivos mais de cunho econômico porque, no meu modo entender, todo multilateralismo é político, mas o que interessa é gerar benefícios econômicos.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador.

Eu não tinha dúvidas de que o tempo é curto pra apresentar tantas coisas que pretende fazer, mas esse planejamento vai estar à disposição de todos os Senadores porque, na realidade, não é só um planejamento estratégico, é uma aula de diplomacia, dos países, e eu recomendo, vale a pena se ater ao planejamento do Tovar.

Vou iniciar com a lista dos inscritos, mas eu quero lembrar aos Senadores aqui de São Paulo que o Embaixador Tovar nasceu em Birigui. O seu pai, produtor de café, foi um dos fundadores da cidade. Então, os Senadores de São Paulo é importante que saibam disso. Talvez sejam muito mais bem recebidos em Genebra do que nós, de outros Estados. Com certeza. É um santista roxo, torcedor do Santos. E desde que fez o intercâmbio escolar, ele já decidiu ser embaixador. Desde que fez o intercâmbio, ainda no ensino médio. E isso é importante, essa paixão que ele tem pela carreira.

Vamos aos inscritos. Senador Carlos Viana. Nós vamos fazer blocos de três. Senador Carlos Viana, Senador Anastasia, Senador Nelsinho Trad.

Por favor, com a palavra, Senador, por cinco minutos.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Mais uma vez, saúdo o Embaixador Tovar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que o senhor, para a nossa audiência, as pessoas que estão nos acompanhando, dissertasse um pouco mais sobre um tema que, hoje no Brasil, é muito sensível, que é preservação de meio ambiente, riquezas e soberania.

Há, entre a população, e muitas pessoas, não são poucas, que se preocupam em o Brasil receber ajuda, aconselhamento até do exterior e daqueles que querem colaborar com a questão do meio ambiente, e a soberania brasileira, com relação especialmente à Amazônia, que é hoje uma discussão, um recorte que é feito de uma maneira mais expressiva entre as pessoas.

Eu gostaria que o senhor, que já tem uma experiência nisso, citou bastante a questão do meio ambiente como geração de riqueza para o Brasil, a preservação ambiental, desculpe, como geração de riqueza para nós brasileiros, que o senhor nos explicasse. E explicasse às pessoas que estão nos acompanhando. Qual é a fronteira? Quais são os pontos efetivos? Existe algum risco à soberania brasileira se nós, por exemplo, nos abrirmos a uma discussão internacional sobre uma preservação conjunta, por exemplo, de políticas que possam nos gerar essa questão da redução do desmatamento, a exploração das riquezas de uma forma sustentável?

Eu acredito que o senhor tenha experiência suficiente para nos dizer.

E qual é o seu posicionamento em relação a isso no seu trabalho junto a Genebra, por favor.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Excelente pergunta, Senador Carlos Viana.

Senador Anastasia, por favor, cinco minutos.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Senadora Kátia Abreu, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eminente Embaixador Tovar, primeiro eu faço questão de registrar aqui os meus efusivos cumprimentos. A exposição que V. Exa. acaba de fazer, ainda que limitada aos vinte minutos, foi de uma profundidade reconhecida e tem que ser aplaudida. Talvez, mercê da experiência, bem relatada pela Relatora, a Sra. Presidente, V. Exa. tem cumprido, ao longo já de décadas, uma carreira diplomática de grande mérito e de reconhecimento.

E vai assumir agora um posto que é emblemático, além de ser um posto de fato estratégico, como V. Exa. apontou, que é junto às Nações Unidas, na capital diplomática do mundo. Não é Nova Iorque, é Genebra, como sabemos. E lá vai ter, sob seu pálio, sob sua missão, diversas atividades, que foram bem relatadas.

Talvez a experiência que teve como Embaixador, quer na Índia, quer na Rússia, ambas nações multinacionais, igualmente polvilhadas por diversos segmentos, idiomas, raças e talvez até contradições,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente lhe dará uma experiência muito boa para enfrentar o desafio que é ser Embaixador perante os diversos organismos nas Nações Unidas.

Então eu quero cumprimentá-lo e, de fato, desejar os melhores augúrios no posto que assumirá, tenho certeza, daqui a poucas semanas, em Genebra.

Dentro da exposição que fez, eu gostaria de pinçar um tema sobre o que conversamos, ainda que rapidamente, na sua tão distinta, e com deferência, visita que me fez e que percebo uma atenção especial do eminente Embaixador, que é exatamente a questão tecnológica da Comissão Europeia, energética, para a questão da internet, que se desdobrou, na verdade, da origem da internet e que se desdobra agora nesse tema do grande colisor de partículas e que se refere a essa nova investigação de uma fronteira tecnológica que, dizem os especialistas – e eu não o sou, não entendo nada disso –, tem condições de dar um passo adiante para um grande patamar na própria evolução da humanidade em termos de acesso a novos instrumentos e alavancas da tecnologia. V. Exa. menciona que o Brasil ainda não faz parte desse colegiado, mas que seria seu desiderato que o Brasil o fizesse. Então, eu gostaria de, saudando-o, indagar exatamente como seriam os passos para nós alcançarmos isso, porque eu acredito que os desdobramentos positivos para o avanço brasileiro seriam fundamentais.

O Senador Carlos Viana, meu eminente conterrâneo, falava há pouco, na fase inicial desta Comissão, sobre a questão da indústria de defesa. E nós sabemos que a indústria da defesa tem uma *interface* imensa e fundamental com o avanço tecnológico. Ele mencionava, em nosso Estado, a fábrica da Helibras, e eu posso acrescer também a fábrica de veículos militares, em Sete Lagoas, que fabrica o Guarani. Então, nós sabemos que esses desdobramentos são importantes; a tecnologia, mais ainda, haja vista o ITA com o nosso avião Embraer, e o efeito econômico disso pelo mundo afora.

Então, mais uma vez o cumprimentando e aplaudindo de maneira muito enfática, eu queria fazer essa indagação. E concluo dizendo que sou o Vice-Presidente, no Brasil, do grupo brasileiro da União Parlamentar internacional, presidida pelo nosso Senador Ciro Nogueira, e que certamente teremos a oportunidade, no retorno das missões presenciais, de cumprimentá-lo lá nesse papel, que é tão importante, da diplomacia parlamentar, que tem também em Genebra o seu foro, o seu eco e a sua repercussão.

Parabéns, Embaixador Tovar! Meus cumprimentos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Anastasia. Muito obrigada pela sua participação, sempre brilhante.

Passo a palavra para o Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Para interpelar.) – Sra. Presidente, eu recebo aqui da nossa assessoria uma introdução para poder fazer um questionamento ao Embaixador Tovar, mas eu não vou falar com a razão; vou falar com o coração, porque o Embaixador Tovar merece isso.

Eu tive uma missão, que me foi dada pelo Presidente e o Chanceler Ernesto, para em dois dias me organizar e embarcar para Moscou, levando uma carta ao Presidente Putin. E eu pude testemunhar, *in loco*, a importância que tem um embaixador com a qualificação do Embaixador Tovar. Ele abriu todas as portas em Moscou para que a gente pudesse cumprir – e foi cumprida com êxito – a missão. Esse brasileiro já foi enviado de volta ao nosso País para poder aqui se juntar à sua família.

Eu digo isso porque essa foi uma situação inusitada e, em nenhum momento do calvário desse cidadão brasileiro – preso que foi por estar portando uma medicação com oito comprimidos de um medicamento que não era permitido usar na Rússia, e no Brasil era –, em nenhum momento deixou de ter o apoio humanitário presente, constante da nossa Embaixada em Moscou. E muito disso se deve ao perfil e à natureza da personalidade do Embaixador Tovar.

Eu tenho absoluta certeza de que nós estaremos muito bem representados, nesse novo posto, em Genebra, pelo competente Embaixador Tovar da Silva Nunes.

A pergunta que eu faço é inerente a um projeto a que nós já demos sequência aqui no Senado, já foi aprovado – parece que esta semana deve ser aprovado na Câmara dos Deputados.

O Brasil teve histórico de participação relevante na elaboração da estratégia global de saúde pública, inovação e propriedade intelectual e, mais recentemente, na sua implementação. Considero que no contexto da pandemia do Covid-19, nunca foi tão relevante pensar na combinação de iniciativas para resguardar os direitos, e flexibilizá-los, que coexistem na relação entre saúde pública, propriedade intelectual, inovação, ciência e tecnologia. Que perspectivas o senhor aponta para a participação do Brasil nas discussões que envolvam o acesso universal a vacinas, medicamentos e insumos de saúde no contexto da pandemia e no pós- pandemia?

Era essa a questão, dizendo que, com certeza absoluta, o Brasil estará muito bem representado em Genebra com a participação desse eminente e competente Embaixador Tovar da Silva Nunes.

Era isso, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Nelsinho Trad.

Com a palavra o Embaixador Tovar, para fazer a resposta aos questionamentos.

Os próximos serão Zequinha Marinho, Senadora Nilda...

Não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Zequinha Marinho apenas.

Senador Cid Gomes pretende se manifestar? (*Pausa.*)

Só o seu relatório, não é?

Então, Embaixador, eu vou pedir ao Senador Zequinha Marinho que já faça o seu questionamento e o senhor já responde aos quatro nesse momento.

Obrigada, Senadora Nilda.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar todos, saudar o Embaixador Tovar. Satisfação em vê-lo agora, ao vivo. Nos falamos remotamente. É uma alegria poder vê-lo aí nessa posição e eu tenho certeza de que fará um grande trabalho como delegado permanente em Genebra, representando o Brasil num tema extremamente sensível, neste momento em que o Brasil é um verdadeiro saco de pancadas com relação à questão ambiental, não é?

Cobram do Brasil uma conta que a gente não deve, no meu ponto de vista, porque de todos os gases poluentes, nos últimos anos aí, 30% apontam para a China, em torno de 15% para os Estados Unidos, 14% para a Europa, 7% para a Índia, e lá, mais embaixo, está o Brasil, com 3% de emissão, 1,5% para a questão do campo, agricultura etc., 1,5% para a indústria. No entanto, todo mundo sabe como se olha para cá e se aponta o dedo, esquecendo-se de tudo que ficou para trás, como se o mundo tivesse começado num tempo desses para cá.

Mas – como o senhor é conhecedor – nós temos, com certeza, uma das legislações mais rígidas do mundo nessa questão ambiental. É famosa a expressão lá fora de que essa turma fala muito, promete muito, diz muito, mas entrega pouco, faz pouco, não é? Aqui, eles querem que a coisa seja rígida ao extremo. Bom, é importante que a gente tenha conhecimento, e um conhecimento real da situação. Naquele dia que conversamos, nós lembramos da Embrapa Territorial, que tem dados que podem subsidiar seu trabalho e que lhe dá a certeza das informações que o senhor pode transmitir ali, com tranquilidade, na defesa do interesse brasileiro, que, todo mundo sabe, não é muito só a questão ambiental; é, acima de tudo, a questão comercial, pela potencialidade que o Brasil tem de aumentar significativamente a sua produção. Isso é apenas um pano de fundo, mas é com ele que nós temos que lidar.

Em média, o mundo preserva 10% do seu território; o Brasil preserva 30% tranquilo, quer dizer, três vezes mais do que qualquer um. E a turma preserva por aí, por exemplo, deserto. Aqui, não temos deserto; aqui se preserva a natureza pura. Na questão amazônica, então, mata virgem com solo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira qualidade. Não estamos preservando lugares onde ninguém quer ir morar, onde ninguém quer ir viver, que não têm condições, como acontece em muitos países lá fora.

Importante lembrar que, dentro do território amazônico, na região de floresta, propriamente dita... Porque, na Amazônia, você tem campos, tem cerrado, tem mata de transição e você tem floresta densa. Mas, na região de floresta, só se pode usar 20% daquilo que se compra. É como se eu tivesse um apartamento de 100m² e tivesse que isolar 80m² e ficasse morando apenas em 20m². Mas, para você usar os 20, você teve que comprar 100. Isso para vocês verem como o negócio é duro na queda.

Então, não quero aqui fazer um questionamento, eu quero fazer um pedido: com a competência, com o nome, com o currículo que V. Exa. tem, defenda o Brasil com unhas e dentes, para que a gente mude essa imagem negativa, construída até por brasileiros que se prestam a esse desserviço, lá fora.

Lembro uma questão especial da Amazônia. A Amazônia tem todo esse nome, essa fama de que se fala tanto, mas a Amazônia tem quase 25 milhões de habitantes lá dentro. Não é apenas um santuário pra ser adorado; é um lugar onde a gente vive, e temos que ter condições e meios para tanto.

Os Estados Unidos querem que o Brasil primeiro faça para depois, então, ver se manda alguma quirera, algum dinheirinho para cá. Nós estamos fazendo e fazendo bem. E a gente entende que, se o mundo quer preservar, quer ajudar, precisamos sentar para conversar, mas num outro tom e de uma forma diferente daquilo que tem acontecido até hoje.

Sucesso lá! Torcemos pelo senhor e desejamos que Deus o continue iluminando para que esse nome, esse trabalho e esse currículo possam brilhar cada dia mais.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Zequinha.

Passo a palavra, então, ao Embaixador Tovar para fazer as suas considerações.

**O SR. TOVAR DA SILVA NUNES** (Para expor.) – Eu que agradeço todas as menções generosas a mim, a confiança. É uma responsabilidade muito grande depois de ouvir essas menções.

Com a sua permissão, Sra. Presidente, eu gostaria de iniciar com a pergunta do Senador Nelsinho Trad, que muito me honra. V. Exa. me honra com a sua pergunta porque tem a ver com saúde e arquitetura de saúde, que é um tema muito importante e presente.

O vínculo entre inovação, propriedade intelectual e combate a pandemias em geral e doenças é muito conhecido e é necessário que haja uma discussão. Eu estou convencido de que essa discussão ocorrerá agora.

Existe, lançado agora na última assembleia mundial, de maio, da OMS, o desejo de iniciar a discussão sobre um tratado sobre pandemias. Muito bem, nós temos interesse nessa discussão, mas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





preciso antes resgatar aquilo que já existe. Então, existe, por exemplo, o Regulamento Sanitário Internacional. Por que ele não foi acionado? Quais foram os problemas de alerta? Essa prontidão que deveria haver para crises epidemiológicas, por que a OMS falhou? Já tinha falhado no ebola lá atrás, em 2014. Portanto, há um caminho para percorrer, mas é necessário primeiro recensear aquilo que já existe e ver por que não foi suficiente.

Em segundo lugar, a discussão sobre prioridade intelectual. Eu tive o privilégio de participar como negociador das negociações da Rodada Uruguai dos chamados efeitos de comércio e não comerciais da propriedade intelectual, dos direitos e propriedade intelectual. É uma discussão onde só existe um interesse: bloquear aqueles países que não têm ainda capacidade tecnológica no acesso a essa possibilidade de desenvolvimento. Portanto, não existe... Sempre com o manto de privilegiar a pesquisa, que tem uma certa dose de verdade, mas, no caso da saúde, não existe razão nenhuma que possa impedir ou que leve à morte ou ao sofrimento de um paciente, porque um laboratório tem que ganhar o seu lucro, tem que fazer valer a sua pesquisa. Não acredito que isso seja o caminho.

Portanto, Sr. Senador, eu acho que essa discussão tem que, merece, uma das metas específicas é cuidar para que essa discussão sobre o plano de ação global, vinculando propriedade intelectual, inovação e epidemias, avance com esse espírito de não tentar inventar a roda, usar o que já existe, e o Brasil usar a sua liderança para trazer – e também a sua capacidade de moderação, de composição –, e trazer esses benefícios para o nosso País.

A pergunta do Senador Carlos Viana vinculada à preservação do meio ambiente, riqueza e a questão da soberania, eu queria, com a permissão de V. Exa., ler aqui o art. 225, que, para mim, é premonitório do que seria sustentável, pelo menos quatro anos antes de ele existir na conferência em 1992.

Aqui diz: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Os limites, no meu modo de entender, são impostos por nós, pelo Estado brasileiro. Essa é uma tarefa... Não há espaço para temor, desde que nós tenhamos muito claro o que nós queremos fazer. Eu mencionei que nós temos que recuperar o legado da nossa participação soberana e construtiva. O que significa isso? Do que nos interessa, nós vamos participar; o que não nos interessa e que fere a nossa soberania, nós vamos procurar convencer de que não é do nosso interesse que isso exista.

Eu mencionei os objetivos de desenvolvimento sustentável. Eles partem do pressuposto... Os objetivos não são acordos legalmente exigíveis; são, na verdade, compromissos políticos. E quem estabelece aquilo que vai ser do nosso interesse é o próprio País, é o próprio Brasil. Nós hoje temos cooperação com os países da Região Amazônica, no âmbito da OTCA. É uma forma de cooperar, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





nós temos interesse, inclusive, com questões não só ambientais, mas de controle de ilícitos, enfim. Essa cooperação já existe. Então, no meu modo de entender, a Amazônia é de quem é realmente dono dela. E nós somos donos em grande parte. Agora, toda vez que nós nos lançamos nessa busca de novos recursos e recursos financeiros e tecnológicos, tem que estar muito claro que nós só vamos assentir desde que nós tenhamos controle. Não queremos imposições, não nos interessa isso. Nós não precisamos dessas imposições.

A outra pergunta do Senador Anastasia é uma pergunta que tenho no coração, porque eu quero ver o Brasil sentado nesse cerne. Há duas formas de associação. Primeiro processo, o Brasil: "Eu gostaria de ser um país associado"; para depois pleitear a associação plena. Já há um diálogo, já há uma proposta de associação. Há interesse da organização. Eles têm muito respeito pelos nossos cientistas que já trabalham lá. Há questões orçamentárias, há questões vinculadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia, mas estou seguro de que isso sairá. E eu farei disso uma prioridade.

Senador Zequinha Marinho, o senhor tem toda razão: chega de ser saco de pancada em qualquer dos temas, não só meio ambiente como direitos humanos. Não há espaço para isso. Não é a tradição do Brasil ficar passivo recebendo críticas e constrangimentos. Não estamos lá para isso. Eu acho que é o meu papel, Senador, vai ser, no fundo, pelo convencimento, defender as nossas posições, mas com firmeza. Não existe espaço na diplomacia sem firmeza. Ninguém vai respeitar o Brasil se nós não formos firmes e seguros naquilo que nós defendemos e pleiteamos no ambiente multilateral, em Genebra.

Eu acho que são essas as perguntas, se não estou equivocado.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador.

Eu gostaria de fazer alguns comentários apenas e reflexões, sugestões de trabalho.

Nós estamos aqui no Congresso com muitas leis aprovadas em defesa da mulher, contra a violência doméstica, mas nós não estamos tendo e obtendo o sucesso esperado na diminuição dessa violência, do feminicídio. E, sinceramente, há momentos em que eu fico imaginando o que mais podemos fazer. Leis, mais leis? Se só a lei valesse, ninguém matava ninguém porque vai preso, certo? Então, em que nós estamos falhando? Eu gostaria de lhe pedir, nesse novo posto na Europa, em Genebra, que nós pudéssemos ter exemplos de alguma experiência de países na Europa ou em outra parte do mundo que tenha obtido sucesso no combate à violência contra as mulheres, chegando ao feminicídio. Por favor, nos ajude a encontrar luzes para que nós possamos combater uma coisa tão primitiva, uma coisa da Idade Média, e nós estamos revivendo um passado muito difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ponto, Embaixador. Eu gostaria de muita da sua atenção: como o senhor falou nos investimentos internacionais, que caíram muito no Brasil, especialmente no Brasil, com relação ao desenvolvimento regional, que o senhor não se esquecesse das regiões com mais desajustes, com mais deficiências, desigualdade.

E nós temos muito potencial, especialmente nessas Regiões Norte e Nordeste, especificamente, nós temos um turismo extraordinário; nós temos uma agropecuária extraordinária; nós temos e podemos investir na bioeconomia; nós podemos investir na energia limpa, como as PCHs, sobre o que fizemos um marco regulatório agora com a venda da Eletrobras; a energia eólica no Nordeste, que é tão bem-sucedida; a energia solar. Talvez um dos lugares mais ensolarados do Brasil seja o Tocantins, segundo pesquisadores. Inclusive, eu soube disso em função de frutas, não foi nem da energia solar: quanto mais sol, mais doces as frutas. Então, nós temos um potencial enorme do turismo sustentável.

Imagine também, Embaixador, a gastronomia brasileira. Nós temos um defeito grave, nós nos esquecemos de construir as duas coisas juntas: nós somos um gigante na produção de alimentos, somos campeões exportadores, temos a maior floresta tropical do Planeta, e a nossa gastronomia não está lincada com nada disso. Nós temos pratos e uma gastronomia riquíssima, não é uma coisa muito concentrada como em muitos países, e não conseguimos divulgar isso. A gente não consegue fazer esse *link* da gastronomia com o turismo no Brasil. Eu acho que isso é muito importante para se investir.

Então, eu lhe peço uma atenção especial ao desenvolvimento regional do nosso País.

Outra coisa, Embaixador: nós gostaríamos muito, assim que o senhor se acomodar em Genebra e a questão da pandemia aliviar, de um diálogo com o Parlamento Europeu sobre o meio ambiente. Nós iríamos pessoalmente, numa missão de Senadores da República, para apresentar – eu espero que, até lá, a gente possa ter aprovado esse projeto de lei que nós estamos tramitando sobre o desmatamento e que o Ministério do Meio Ambiente possa já ter um cronograma sobre o combate a esse desmatamento –, fazer uma apresentação, uma discussão com o Parlamento Europeu sobre o que é o Brasil na verdade, na realidade.

Outra observação que eu gostaria muito de fazer: neste período de pandemia, a gente pôde observar uma ausência de produção de medicamentos na América do Sul como um todo. Nós temos experiências brasileiras de produção de medicamentos, como em Anápolis, Goiás e também em São Paulo. O que nós poderíamos fazer estrategicamente para que o Brasil se transformasse num *hub* de vacinas e de medicamentos da América do Sul, da América Latina, para o fornecimento da região?

Não estou falando só de recursos. Nós queremos os investidores, as empresas internacionais que possam vir fabricar no Brasil, elas próprias, em parceria, em aliança, porque, na verdade, os recursos são sempre bons, mas eu tenho a impressão de que, para isso, nós teríamos. Nós queremos é uma articulação para que o Brasil seja reconhecidamente a farmácia da América Latina, assim como a Índia e a China

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão se transformando ou já se transformaram na farmácia do mundo. Hoje, um terço de todo medicamento tomado nos Estados Unidos é produzido na Índia. E isso não é pouca coisa. Então, eu imagino que nós poderíamos distribuir isso regionalmente e o Brasil se colocar à disposição dessa possibilidade de ser um *hub* na área de medicamentos, mesmo porque a OMS está sob o seu alcance, ao alcance do seu posto, e, com a sua credibilidade... A diferença do Embaixador Tovar é o estofo com que ele chega a Genebra para discutir todos os temas e conquistar as coisas. É uma diferença muito grande da experiência, do comportamento e dos resultados que venho obtendo. Então, eu estou com uma esperança muito grande em V. Exa. lá nesse posto novo.

E, por fim, eu gostaria apenas de comentar sobre a transparência do seu trabalho. O senhor vai tratar de pontos muito críticos – direitos humanos, LGBT, racismo, mulheres, trabalho, saúde, refugiados. Então, quanto mais transparência nós pudermos dar à sociedade sobre o trabalho maravilhoso que o senhor vai desempenhar lá, eu gostaria de recomendar que seria de grande utilidade para a valorização da diplomacia brasileira.

E, por fim, agradecer, porque eu sei que, na sua mesa de refeição, o senhor costuma usar o capim dourado como *sous-plat*, o que ampara as refeições da sua família. Agradeço à sua esposa, que é uma pessoa maravilhosa e que também é estrangeira. É México, não é?

**O SR. TOVAR DA SILVA NUNES –** Honduras.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Honduras! Ela é de Honduras, uma pessoa maravilhosa, e eu mando as minhas recomendações e o meu agradecimento por usar o capim dourado do Tocantins nas suas refeições.

Muito obrigada.

A Senadora Rose de Freitas deseja fazer um questionamento. Ela está *on-line*.

E o nome da esposa do Embaixador Tovar é o nome da padroeira da América Latina, que é a Nossa Senhora de Guadalupe.

Rosinha de Freitas, saudade de você, querida!

Você com a palavra, por favor. Liga seu som, Rose. Seu som está desligado. Seu som está desligado.

Está desligado ainda.

Pronto, Rose!

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para interpelar.) – É porque estava dizendo na minha tela que o anfitrião não permitia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, Kátia, o seu sorriso faz muita falta na nossa vida, acredite nisso, e a sua generosidade e a sua dinâmica de trabalho.

Eu não poderia deixar – eu normalmente tenho assistido às sessões –, mediante suas últimas palavras dirigidas ao Sr. Tovar, Ministro de Primeira Classe, de dizer o seguinte: Sr. Tovar, nós estivemos, alguns anos atrás, na ONU tratando exatamente dessa questão das mulheres. Quando a ONU se reúne, a pauta é muito extensa, com muitos interesses econômicos, e a questão da mulher, que é uma questão mundial, a questão da violência e da saúde, não foi tratada até hoje adequadamente. Nós fizemos até um pleito junto à Secretaria da Mulher, na ONU, para que nós pudéssemos nos unir para tratar da questão da saúde e da violência.

A Kátia colocou muito bem, o que mais falta fazer? Essa é a pergunta da ordem do dia das mulheres no Brasil. Nós construímos leis todos os dias, adaptamos, reorganizamos, colocamos pleitos e pleitos, encontramos mecanismos de defesa, criamos uma rede de proteção legal em relação à violência contra a mulher, mas essa não é uma questão apenas do Brasil; é uma questão mundial. Então, é pedir que essa pauta seja levada.

E quando eu estive na ONU e quando eu estive com alguns diplomatas brasileiros, conhecemos a violência que também é praticada contra as mulheres que estão no estrangeiro, mulheres brasileiras, sobretudo, que nós conhecemos e que reclamam, que levam às embaixadas, aos consulados, levam aos debates públicos a questão da violência, e até hoje não tivemos um pronunciamento mesmo firme de combate à violência às mulheres que estão no exterior.

A outra questão de que também a Kátia tratou – e não é esta questão de que eu estou tratando, a questão da saúde e da violência –, queria também que a pauta dos refugiados fosse mais atualizada, porque nós debatemos essa questão no Brasil. Há um fundo para refugiados que vem para o Brasil e que não é de conhecimento, não entra sequer no orçamento do Brasil como um fundo de assistência aos refugiados que aqui estão. Queria que também fosse de interesse das nossas embaixadas, dos ministérios, dos delegados, da Comissão Permanente, da comissão de estudo e de todos que quiserem se envolverem com essa questão dos refugiados, porque muitos refugiados ficam na situação em que estão vários no Brasil e que nós tivéssemos conhecimento de quantos participam desse fundo, qual o fundo real para ser aplicado no Brasil, para termos investimentos para apoiar esse enorme número de refugiados que estão no nosso País.

Era isso que eu queria dizer e dizer bem-vindo, terá o nosso voto, com certeza, no Plenário da Casa. E nós ficamos felizes que tenhamos a oportunidade de debater com uma pessoa que tem consciência, tem o seu currículo para exercer esse cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra. É muito importante, Genebra sediou há pouco tempo um encontro da ONU sobre saúde e, mais uma vez, lá não foi tratada a questão das mulheres de que nós estamos tratando. Violência também é uma questão de saúde psicológica e física. Nós pedimos o apoio de tantos quantos se assentarem em qualquer lugar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo que tenham uma visão de que precisa olhar a vida com todas as suas consequências e com todos os seus gêneros e, sobretudo, a questão da violência contra a mulher.

Muito obrigada, Kátia. Um abraço, querida. Estou aqui na sua assistência permanente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Rosinha. Muito obrigada.

Pense um pouco porque nós estamos te esperando à noite no compromisso.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Faça uma força para ir.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Vou fazer. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Você é sempre uma alegria para nós, um estímulo de guerreira, de luta. Você faz muita falta entre nós, por favor.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador Tovar, por favor, com as respostas.

**O SR. TOVAR DA SILVA NUNES** (Para expor.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria, primeiro, de me referir às sugestões muito bem-vindas que a senhora me fez e mencionar, por exemplo, que, dentre os que eu chamei de objetivos de desenvolvimento sustentável, nós temos o de nº 10, que é reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. Isso daqui não é só um enunciado bonito, tem que ser cumprido. É preciso meta para isto: como fazer com que as regiões de determinado país e, no caso, do Brasil possam também gozar desse desenvolvimento sustentável por igual e não só em ilhas. Não interessa esse desenvolvimento sustentável desigual porque ele não seria, na verdade, sustentável.

Sobre feminicídio e violência doméstica – e também aproveito a contribuição da Senadora Rose de Freitas –, eu acho que no meu programa incluí nove metas vinculadas a isso justamente para ter vários ângulos, tanto a parte de direito à saúde, a parte de empoderamento, a questão da erradicação de todas as formas de violência contra a mulher e meninas, o empoderamento. Eu me disponho justamente a identificar outras formas de procurar minorar o problema, além do que nós já temos e do avanço que nós conseguimos na parte legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das questões, quando se fala em empoderamento, é preciso que as mulheres tenham posição de liderança, destaque e comando em mais áreas, que vão desde a parte da educação passando pela parte econômica.

Não basta só augurar ou esperar que o respeito às mulheres venha pela aplicação da lei, mas é necessário que as próprias mulheres ocupem lugares importantes na parte judiciária, na parte legislativa e na parte executiva, mas também na parte corporativa. Então, eu acho que parte do problema está nessa ausência de mulheres. Nós vemos isso no próprio Ministério. Eu sou favorável a um aumento cada vez mais crescente de mulheres diplomatas e chefes mulheres diplomatas. Eu disse aqui, no início, que, para mim, não é só uma responsabilidade grande, mas um verdadeiro aprendizado chefiar Genebra depois de três mulheres brilhantes que por lá passaram.

Portanto, essa questão das mulheres, eu tenho muito claro para mim, é não só uma meta que está incluída... Eu até brinco com minha esposa, Senadora, dizendo que ela poderia ser chamada de Senadora 5.0. Ser 2.0 não é suficiente, 3.0 também não. É 5.0 justamente porque o objetivo número 5 é o empoderamento da mulher, e não vejo uma liderança mais capaz do que a Sra. Senadora para levar adiante esse objetivo de igualdade de gênero e empoderamento da mulher.

E convido a participar dessa plataforma de diplomacia parlamentar mencionada pelo nosso Senador, que é um verdadeiro lorde da diplomacia interparlamentar, justamente para pleitear essa questão do empoderamento da mulher, do desenvolvimento sustentável em geral, a partir de Genebra, e me disponho, desde já, a trabalhar por essa aproximação com os Parlamentos presentes nessa união, mas também com o Parlamento Europeu na questão ambiental. Acho muito importante dar legitimidade e neutralidade também nas discussões sobre esses temas.

Eu tenho para mim que a parte de empoderamento das mulheres e saúde das mulheres talvez possa se beneficiar também com uma presença maior de mulheres nos quadros dessa arquitetura de saúde. Eu mencionei que nós temos a Maria Jacimon, por exemplo, que é encarregada de acesso a medicamentos na OMS, mas é preciso muito mais, é preciso multiplicar o número de pessoas... Nós tivemos, até recentemente, a Dra. Vera Costa e Silva chefiando o Secretariado da Convenção sobre o Controle de Tabaco. Portanto, nós temos uma experiência. É preciso um batalhão de Bertha Lutz na nossa ação internacional para que esse tema realmente tenha relevo e impulsionado pelo Brasil.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Acho que respondeu a todas.

O.k.

Muito obrigada, Embaixador.

A votação já iniciou, e nós aguardaremos, então, o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, muito obrigada por sua apresentação, por ter se dedicado tanto, por ter valorizado tanto a CRE e vindo especialmente da Rússia. Poderia ter feito *on-line*, mas fez questão de vir, atravessar o mundo para prestigiar o Senado Federal.

Eu lhe agradeço imensamente.

Muito boa sorte!

Convidamos, agora, para o item 2...

**3ª PARTE**

**ITEM 2**

**MENSAGEM (SF) N° 16, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:**

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Relatório apresentado e divulgado no portal do Senado Federal, ficando concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.*

*2) A arguição será realizada nesta Reunião.*

A relatoria é do Senador Cid Gomes.

Convido, primeiro, o Embaixador... Seja muito bem-vindo.

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Por favor, pode se acomodar.

Peço ao Senador Cid Gomes que possa fazer a leitura do seu relatório.

Obrigada.

Peço ao Senador Carlos Viana um minutinho aqui na Presidência, só enquanto eu vou...

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Bom, muito bom dia, Sra. Presidente, a quem de antemão gostaria de agradecer a deferência de me designar Relator da indicação do Embaixador Rodrigo à Rússia. Trata-se do meu primeiro relatório. Então, o primeiro parecer a gente nunca esquece. E V. Exa. foi que me permitiu essa honra.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E esperamos que o Embaixador também não se esqueça.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O Embaixador já teve três; essa é a terceira indicação já. Então, já é homem versado.

Bom, Sr. Senador Anastasia, o relatório que trata da indicação do Embaixador Rodrigo para a Embaixada da Rússia... Coincidentemente, a vacância se deu em razão da saída do Embaixador Tovar, há pouco sabatinado por esta Casa, que com certeza deverá assumir missões das mais relevantes em Genebra.

Então, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Rodrigo de Lima Baena Soares, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, que é muito extenso. E, com a sua permissão, Embaixador, eu gostaria de resumi-lo com a maior brevidade.

Ele é filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares e nasceu em 11 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro/RJ. Nós somos do mesmo ano.

Malungos? Nascidos em 1963?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. PSD - MG) – É uma expressão nossa muito comum...

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Uma expressão mineira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. PSD - MG) – É uma expressão, na verdade, de herança africana. Nós somos malungos, de 1963.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Que é o ano 1963. Uma novidade para mim. Aí, tem o ano chinês, mas eu não sabia...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. PSD - MG) – Ainda bem que é malungo, não é malandro, Senador. São malungos.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O Senador é também de 1963? Opa, mais um, mais um conterrâneo.

E eu estou por enquanto mais experiente, porque eu sou de abril. O Senador é de que mês? Olha aí, então...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. PSD - MG) – Sou o mais velho aqui.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Já ganhou a preferência. É o mais velho, mais experiente entre nós.

Bom, o Dr. Rodrigo, no Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1986), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1988) e o Curso de Altos Estudos (2007). Neste último, defendeu a tese "Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro". Está cada vez mais contemporâneo o assunto. (*Risos.*)

Em 2001, concluiu a pós-graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris e é autor de artigos publicados em revistas de política externa.

Iniciou sua carreira como Terceiro Secretário em 1987. Tornou-se Segundo Secretário em 1994. Por merecimento, chegou a Primeiro Secretário em 1999; Conselheiro em 2003; Ministro de Segunda Classe em 2007; e Ministro de Primeira Classe em 2015.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de Chefe de Divisão da Secretaria de Controle Interno; Oficial de Gabinete do Ministro de Estado; Primeiro Secretário da Embaixada em Paris; Conselheiro e Ministro-Conselheiro da Embaixada em Buenos Aires, no período de 2006 a 2009; Assessor Especial da Presidência da República, no período compreendido entre 2009 e 2011; Porta-Voz da Presidência da República, entre 2011 e 2012; Embaixador em Maputo, entre 2015 e 2018; atualmente, Embaixador em Lima, desde 2018.

Foi agraciado com diversas condecorações, e eu vou omiti-las aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Federação da Rússia e, muito abreviadamente, sobre a República do Uzbequistão.

Sobre a Rússia, é o país de maior extensão territorial do mundo, com população em torno de 147 milhões de habitantes, distribuída em cerca de 200 etnias.

A Rússia conta com abundantes riquezas naturais, como petróleo, gás, carvão, bauxita e madeira.

Como sabemos, a Rússia herdou amplo arsenal nuclear da União Soviética e é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU).

No campo das relações bilaterais, Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em outubro de 1828, com interrupções nos períodos de 1918 a 1945 e de 1947 a 1961. Portanto, o restabelecimento das relações diplomáticas se deu em 1961, com a então União Soviética.

Com a dissolução da União Soviética, no início da década de 1990, as relações bilaterais foram intensificadas, chegando ao patamar de parceria em 2000. Dois anos após, foi estabelecida "parceria estratégica de longo prazo". E, em 2004, o Presidente russo Vladimir Putin realizou a primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil, tendo sido estabelecida a meta de elevar o fluxo comercial bilateral ao patamar de US$10 bilhões anuais, a qual ainda não foi alcançada. A mais alta instância de coordenação intergovernamental bilateral com a Rússia é a Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, com as iniciais CAN.

Os dois países mantêm cooperação em diversas áreas – educação e cultura, espacial e defesa, segurança, entre outras. Merecem, porém, destaque os processos de aquisição da vacina Sputnik V, que estão em negociação.

Sobre o fluxo comercial, brevemente tratado anteriormente, entre os dois países: em 2020, o último ano encerrado, foi de US$4,27 bilhões, inferior 19% em relação a 2019, com exportações de US$1,52 bilhão, a menor 5,9% em relação ao ano anterior, e importações de US$2,74 bilhões, com um déficit de US$1,22 bilhão. Vale a pena ressaltar, Senador Anastasia, que é talvez o primeiro ano em que o fluxo não é superavitário em relação ao Brasil.

Em anos anteriores, os dois países vinham mantendo intercâmbio comercial de cerca de US$5 bilhões – metade daquela meta de 10. O máximo alcançado foi em 2008, quando chegamos a 7,9. Portanto, ficamos apenas em 20% a menos do que a meta traçada. Creio que essa é uma meta plenamente atual, estabelecida como desafio para o nosso País. O fluxo bilateral, historicamente, é superavitário para o Brasil.

Os principais produtos exportados do Brasil para a Rússia em 2020 foram: soja, que respondeu com 25% das nossas exportações; carne bovina, com 12%; amendoim em grãos, com 7,7%; café não torrado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com 7,3%; carne de frango, com 7%; tratores rodoviários para semirreboque; alumina e açúcar, esses em menores proporções. E os principais produtos importados pelo Brasil da Rússia em 2020 foram: adubos e fertilizantes, que respondem por dois terços das importações russas, 66%; carvão, 19%; alumínio, 6,3%, e, em níveis menores, metais preciosos, como o paládio, borrachas sintéticas, derivados de petróleo, hulhas e trigo.

O Brasil permaneceu como o principal fornecedor de soja para a Rússia – também estamos nos referindo a 2020 –, com uma exportação de US$387 milhões.

Registro, ainda, a parceria entre Brasil e Rússia no âmbito do bloco Brics. Pedi que isso fosse citado com destaque no relatório, porque é certamente uma alternativa, atualmente pouco aproveitada, que o nosso País tem na ampliação das suas relações. E o Brasil sempre teve a tradição histórica de não alinhamento a países, sempre teve uma postura diversa. E é fundamental, a meu juízo e estrategicamente para o nosso País, o retorno ao fortalecimento do Brics, que é composto pelo Brasil, pela Rússia, pela Índia, pela China e pela África do Sul, e que responde aí, talvez, por mais da metade da população mundial, dadas as enormes populações da China e da Índia.

Então, entre muitas iniciativas de relevo levadas a cabo por esse grupo de países, eu destacaria – puxando um pouco de brasa para a minha sardinha, porque eu tenho de colocar o Ceará no meio deste relatório – a fundação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), cuja criação se deu por meio de acordo assinado em reunião da cúpula do Brics, em 15 de julho de 2014, realizada em Fortaleza, durante o período do meu Governo no Estado do Ceará. Cuida-se de instituição que nasceu com vocação para ser alternativa ao sistema do Fundo Monetário Internacional, o qual jamais passou por reforma que viesse a contemplar, de maneira mais adequada, os anseios dos países emergentes. Lembrando que hoje o NBD é presidido pelo Brasil, dado o rodízio, que foi a forma prevista da sua gestão.

Sobre a República do Uzbequistão, o documento informa que o país conta com mais de 34 milhões de habitantes. É um país de população relevante – estão me falando aqui de mais de três vezes Portugal.

O Brasil e o Uzbequistão estabeleceram relações em 1993, que são acompanhadas, de forma cumulativa, pela Embaixada do Brasil em Moscou – tarefa que ficará a cargo do nosso Embaixador Rodrigo – e pela Embaixada do Uzbequistão em Washington, imaginando que o Uzbequistão não tem Embaixada ainda no Brasil.

A aproximação entre Brasil e Uzbequistão alcançou seu auge com a viagem ao Brasil – esteve em Brasília e no Rio de Janeiro – do então Presidente Islam Karimov, em maio de 2009, o único mandatário uzbeque a visitar a América do Sul.

O fluxo bilateral foi de US$46,3 milhões em 2020. Os principais produtos exportados para o Uzbequistão foram açúcares e peças automotivas e, em menor dimensão, café, ferro e borracha. O Brasil importou quantidades pequenas de fios têxteis, elementos químicos e frutas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a natureza da matéria – tratamos de matéria cuja votação é secreta – ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

E tenho dito, Sra. Presidente. É o nosso relatório.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Cid Gomes, sempre competente em tudo que faz, apesar de ser a primeira vez.

Como Governador, foi um brilhante governador que este País teve, e é um exemplo para todos nós. A gente percebe que ele se dedicou ao relatório, estudou o relatório, os números, e eu fico muito feliz com o seu prestígio, com a sua dedicação.

Então, eu passo a palavra ao Embaixador Baena, para as suas considerações, também considerado um embaixador de primeira linha no Brasil, devido à sua experiência, ao seu trabalho, um homem muito correto e também obstinado. São as melhores informações que eu tive de V. Exa. dos seus próprios colegas, que, inclusive, já estão afastados da carreira, aposentados, mas não encontrei ninguém que me desse algum comentário negativo a seu respeito. Parabéns!

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** – Obrigado. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com a palavra, Embaixador.

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** (Para expor.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia a todos: Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu; Sras. Senadoras, Srs. Senadores; caros colegas do Itamaraty.

Sra. Presidente, permita-me, desde já, fazer dois agradecimentos. Primeiro, ao Senador Cid Gomes, Relator de minha indicação, por seu relatório e por suas generosas palavras – muito obrigado, Senador! E queria agradecer também ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores por minha indicação para ocupar o muito honroso cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e ao Uzbequistão, cargo ocupado por diplomatas que admiro, a exemplo do que acabou de sair daqui, o Embaixador Tovar, que, aliás, me ajudou muito na preparação para esta sabatina.

É, portanto, com humildade e um grande senso de responsabilidade que me apresento hoje perante V. Exas.

Quando se trata de Rússia, nos vêm à mente elementos de grandeza, por sua cultura, por sua história, extraordinárias, por sua exuberante vegetação, por seu imenso território. É um país que tem 14 vizinhos terrestres, com alguns focos de tensão, como com a Ucrânia e com a Geórgia, e também com um destaque especial para a fronteira com a China, uma fronteira de mais de 4,3 mil quilômetros; e que – às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes as pessoas esquecem – também tem fronteiras marítimas com os Estados Unidos e o Japão. Então, é, do ponto de vista geopolítico, um país de extrema importância.

A Rússia é um ator de primeira grandeza nas relações internacionais. É uma potência nuclear, é uma potência militar. É membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. É um grande produtor de energia e uma referência mundial em ciência, tecnologia e inovação.

A Rússia exerce um papel relevante e influente nos grandes tópicos da política internacional e também no equilíbrio geopolítico do Planeta. Nós temos com a Rússia, como bem apontou o Senador Cid Gomes, uma longa história de cooperação, de amizade, de 193 anos, permeada por algumas rupturas, algumas reconciliações, mas eu creio que o relacionamento bilateral é um relacionamento sólido. Ele é baseado numa parceria estratégica pela qual aprofundamos ainda mais essas relações. Nós somos sócios do Brics, somos sócios do G20, e há um interesse mútuo, me parece, de incrementar ainda mais esses laços de amizade.

Quero lembrar que a Rússia apoia o nosso pleito de ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. E muito já se fez, graças à capacidade diplomática das duas respeitadas chancelarias, mas também pelo apoio de estudantes, de congressistas, de cientistas, de empresários, de artistas, que se uniram todos, num esforço grande, para fortalecer essa parceria entre dois países que se respeitam e que querem aprofundar esses laços de amizade.

Já foi submetido a esta Comissão o plano de trabalho – aliás, oportuna iniciativa desta Comissão – que pretendo desenvolver em minha eventual gestão em Moscou.

Alguns tópicos, que eu gostaria de tratar como prioritários, talvez mereçam algum complemento, alguma ênfase especial, mas, antes de passar a citá-los, eu não poderia deixar de mencionar a importância de retomarmos duas reuniões, Sra. Presidente: a CAN (Comissão de Alto Nível), que, no caso da China, de que falamos agora, é a Cosban, e no caso da Rússia é a Comissão de Alto Nível, que é presidida, por nosso lado, pelo Senhor Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, e, do lado russo, pelo Primeiro-Ministro russo, Mikhail Mishustin; e, também, do seu braço executivo, que é a CIC (Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica). Elas não se reúnem há muito tempo: no caso da CAN, desde 2015; e, no caso da CIC, desde 2017. Então, seria muito importante retomarmos essas reuniões, que são iniciativas que vão fortalecer, certamente, o relacionamento bilateral.

Dos dois grandes tópicos que eu queria apresentar, Sra. Presidente, o primeiro deles seria ciência, tecnologia e inovação. Sabemos todos que a Rússia é uma referência mundial nessa área. Temos uma aliança tecnológica, que foi firmada em 2004, pela qual podemos incorporar, abrigar ainda mais projetos, ainda mais programas. Agora, a pergunta que fica é: como aproveitamos a excelência russa nessa área em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício da sociedade brasileira, que, afinal de contas, é o principal objetivo da nossa atividade diplomática?

Comecemos pelas vacinas, sobretudo quando nos defrontamos com essa terrível pandemia, que já tirou a vida de tantos brasileiros e enlutou milhares de famílias no Brasil, o que já nos leva a um fortíssimo sentimento de solidariedade.

A Rússia foi o primeiro país a registrar uma vacina contra a Covid-19, a Sputnik V, e pesquisa e produz medicamentos para combater a enfermidade. Mas, além da Sputnik V, há outras vacinas que foram desenvolvidas, como a EpiVacCorona e a CoviVac, e eu acho que a Rússia tem muito a nos oferecer nessa área de vacinas. É claro que a Sputnik V é o carro-chefe russo para a vacinação de sua própria população e também nos acordos de cooperação com dezenas de países que já foram firmados.

Agora, qual seria o papel da embaixada na minha avaliação? Acho que já fazemos esse trabalho de facilitadores do diálogo entre instituições russas, como o Instituto Gamaleya e o Fundo Russo de Investimento Direto, e instituições e centros de pesquisa brasileiros. Temos que seguir adiante nesse diálogo. Já foi dado um passo concreto, que é a autorização da importação em caráter excepcional da Sputnik V pela Anvisa, recentemente, mas temos de buscar a continuidade desse diálogo. Acho que vai nos favorecer muito. E tem que continuar esse diálogo técnico, claro que respeitando a autonomia e a independência de cada instituição.

Ainda em ciência e tecnologia, temos um longo histórico de cooperação na área espacial. A Agência Espacial Brasileira e a Roscosmos, que é a congênere russa, firmaram acordo de cooperação para o desenvolvimento, no Brasil, do Glonass, que é uma espécie de GPS russo. Isso em território brasileiro, com a instalação de centros de observação em várias universidades brasileiras, Sra. Presidente, como a Universidade de Brasília, o Instituto Tecnológico de Pernambuco, o Instituto Federal de Rondônia e a Universidade de Santa Maria.

Aliás, falando da Universidade de Santa Maria, foi interessante, ao estudar, ao me preparar para esta sabatina, constatar que dois professores da universidade foram até Baikonur, no Cazaquistão, para assistirem ao lançamento de um nanossatélite nosso por um foguete russo, o Soyuz. Isso vai nos permitir estudar a chamada Anomalia Magnética do Atlântico Sul, que interfere nas comunicações eletromagnéticas, algo muito interessante. E nós já temos uma pesquisa de ponta nessa área.

E também poderíamos aproveitar, nessa área espacial, a matéria de desenvolvimento de veículos lançadores de satélites a partir da base de Alcântara, no Maranhão.

Uma última palavra sobre ciência e tecnologia, Sra. Presidente: eu acho que a gente precisa aumentar e consolidar a presença brasileira em eventos de inovação na Rússia – é muito importante – e também em relação às *startups*. Isso me chamou muito a atenção. Há alguns anos eu fui ao Porto Digital, lá em Recife. Eu fiquei muito impressionado com aquilo: jovens brasileiros, talentos brasileiros vendendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programas para grandes, gigantes na área de tecnologia de informação, como Google, Facebook. Então, eu acho muito importante porque nós temos muito a mostrar à Rússia na matéria de *startups*.

Vamos falar de *agtechs*? Nós temos, hoje em dia, mais de 1.500 *agtechs* no Brasil; um grande, um extraordinário trabalho sendo feito no Vale do Piracicaba, por exemplo. Então, nós temos nessa área de *startups* muita coisa a fazer. Nós temos que aumentar, integrar mais os parques tecnológicos nos dois países e também pensar num projeto de incubação cruzada em que *startups* russas desenvolvam tecnologia no Brasil.

O segundo grande tópico que eu queria mencionar, Sra. Presidente, seria comércio, investimentos, com uma especial ênfase na agricultura. Se nós analisarmos a pauta comercial Brasil e Rússia, vamos constatar que o agronegócio é fator predominante, é o papel de destaque na nossa relação, dos dois lados. Nós importamos, sobretudo, fertilizantes – cerca de 66% das nossas importações – e exportamos soja, proteína animal, café, tabaco e cada vez mais frutas. E o setor agrícola deve merecer absoluta prioridade em minha eventual gestão em Moscou.

Eu queria fazer apenas uma breve recapitulação: com a adoção das sanções por parte de países ocidentais em 2014, a Rússia acelerou um processo, que já foi iniciado no início do Governo Putin, de mudança do seu processo produtivo. Então, se buscou mais uma autossuficiência, a busca de uma política de substituição de importações, e isso, naturalmente, gerou uma queda nas compras externas russas. Para se ter uma ideia, entre 2013 e 2019, a Rússia passou de uma importação de U$43 bilhões para U$30 bilhões, e isso também implicou perdas nas nossas importações, sobretudo de proteína animal e, sobretudo, de suínos.

Além da queda na importação russa, há aspectos sanitários que merecem um olhar atento por parte da embaixada. Embora tenha havido um levantamento parcial das restrições que se aplicavam às carnes brasileiras em 2018, persistem questões relativas à questão da habilitação de estabelecimentos brasileiros para exportação na Rússia, o que, no momento, é um processo muito lento, precisa ser mais expedito. E nós precisamos avançar nisso. Para se ter uma ideia, dos estabelecimentos só de carne bovina, nós já tivemos 58 estabelecimentos habilitados para a Rússia, hoje em dia nós temos apenas 11. No caso da carne de frango, tínhamos 54 e, agora, temos 30. Então, há um processo importante a se fazer para aumentar a homologação, a habilitação dos estabelecimentos brasileiros.

Agora, de todo modo, vamos ver o lado positivo também: nós continuamos a ser um importante exportador de carne bovina, cerca de US$200 milhões – nós somos o terceiro maior exportador de carne bovina, hoje em dia, para a Rússia –; e a exportação de carne de frango tem aumentado. Eu vi os dados dos últimos meses e tem aumentado 40%. E algo muito importante que aconteceu foi o Acordo de Certificação Eletrônica. Com esse acordo, vai melhorar a rastreabilidade ao longo das cadeias de abastecimento, vão reduzir-se os tempos e vão reduzir-se também os certificados fraudulentos. Agora, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais importante de tudo é que vai aumentar a confiança entre os congêneres brasileiro e russo na questão da sanidade da carne. Isso é muito, muito importante.

Outro tema sanitário também que eu julgo essencial é a questão da soja, que é o principal item da nossa exportação. Já há um diálogo entre as congêneres brasileira e russa para a questão do controle da qualidade da soja, e há toda uma questão sobre o teor de glifosato que nós praticamos. O Codex Alimentarius fala de 20 PPMs, e nós vamos abaixo disso; nós fazemos 10. E a Rússia pede 0,15. Mas já é um diálogo importante nessa área, em que nós podemos avançar.

E também há um assunto pelo qual eu me interessei muito – eu não conhecia, Sra. Presidente, confesso –, que é o pessoal da reciclagem animal. É um assunto da maior... É aquilo que o pessoal mais antigo chamava de graxarias. Isso tem um grande potencial na Rússia. São aquelas partes do gado que não vão para o consumo humano – sangue, ossos, penas –, mas que depois se transformam em gordura, se transformam em farinha, vão para comida *pet*, para ração animal, vão para biodiesel. São tantas aplicações! E é algo altamente sustentável. É o que a gente chama de economia circular. Eles, inclusive, estiveram – o pessoal lá do Decio, da associação – na Rússia recentemente, numa feira promovida pela União Econômica Euroasiática – o Brasil foi um dos poucos países lá –, e tiveram grande êxito. E a minha ideia, caso aprovado por V. Exas., é ajudar ainda mais nesse processo.

Agora, outro item que merece o total apoio nosso são as frutas nossas. Temos que nos esforçar para consolidarmos a nossa presença na Rússia. Nós já somos o primeiro exportador de mangas, mas nós exportamos também maçãs. Maçã é a fruta mais consumida na Rússia. Chega a ser um quilo, por mês, por habitante. Mas também exportamos melões, melancias – o melão lá do Ceará, Senador – e muitas outras frutas. É importante dizer que, só em 2019, foram US$5 bilhões de importação pela Rússia de frutas, porque do consumo russo 75% são frutas importadas. E também as frutas não têm controle de preço, não têm cota, e também as tarifas praticadas são muito baixas. Então, eu vejo um mercado muito promissor para nós na questão de frutas.

Na área de investimentos, Sra. Presidente, temos de atrair mais investimentos russos para o Brasil e, talvez, quem sabe, retomar nossos investimentos na Rússia. Já há investimentos russos nos setores de energia, de fertilizantes, na cadeia logística, no complexo soja, no fornecimento de equipamentos para usinas hidrelétricas. Há um potencial de investimentos russos em gás, em petróleo, em energia nuclear, e há gigantes russas presentes no Brasil: a Gazprom, a Rosneft e a Rosatom já têm escritórios e investimentos, têm interesse e estão em busca de novas oportunidades, como no setor de gás, a partir da vigência desse novo marco legal que nós temos.

Também é importante pensar em agregar valor às nossas exportações, intensificar ações de promoção comercial. Vou citar alguns exemplos de máquinas e equipamentos para o setor agrícola, para produção agrícola e para produção florestal na Rússia. Madeira, por exemplo, que era algo que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportavam para a China, agora já estão beneficiando a madeira na Rússia. Alguns chamam de um novo petróleo para a Rússia o setor de madeira.

Então, acho que isso seria muito importante.

Também o setor de móveis. Tive uma boa conversa com o pessoal da Abimóvel, com muito interesse em exportar para a Rússia.

Nós estávamos falando de frutas há pouco. E por que não agregar valor às nossas frutas? Por que não exportamos polpas? Por que não exportamos sucos, frutas congeladas, tudo sem passar pelas ARPs, que poderiam dificultar, de alguma forma, as nossas exportações.

Outro assunto que me interessou muito também é a exportação de máquinas e equipamentos para a produção de petróleo na Rússia. Está sendo produzido no Ártico. A produção russa é mais em terra, pois se usa uma tecnologia mais convencional. E nós, Brasil, temos condições de suprir máquinas e equipamentos para produção em águas profundas e muito profundas. E o Ártico, a partir das mudanças climáticas, quando terá um impacto tremendo o derretimento da calota polar, vai ter um grande impacto no comércio, porque poderá haver novas rotas marítimas a partir desse desgelo. E um quinto do gás e petróleo do mundo está no Ártico.

Aliás, esse é um assunto muito interessante. Se eu puder ter uma oportunidade de falar mais extensamente sobre isso, estou à disposição, Sra. Presidente. Eu creio que, para o Brasil, é importante também, no Ártico, essa pesquisa sobre mudança climática. É outro tema importante.

Dois últimos pontos sobre isso, Sra. Presidente: é importante revitalizar o Conselho Empresarial Brasil-Rússia e também aproximar o Mercosul da União Econômica Euroasiática. Os dois blocos firmaram um memorando de cooperação em 2018, com vistas a um acordo mais amplo, a um acordo comercial mais amplo.

Eu fiquei muito feliz ao assistir a uma conferência virtual, na última sexta-feira, promovida pelo Ipea. Havia muitas autoridades importantes russas, como o Vice-Chanceler, o Ryabkov, e eu vi que há interesse dos russos também em fomentar essa parceria com o Mercosul. Então, nós temos também, além do nosso próprio interesse, interesse, tenho certeza, dos demais parceiros do Mercosul em fazer avançar essa aproximação entre os dois blocos.

Outros temas que pretendo desenvolver, Sra. Presidente, se referem à cultura, ao intercâmbio acadêmico. Nós temos duas efemérides importantíssimas no ano que vem: a celebração do nosso bicentenário da Independência e também o centenário da Semana de Arte Moderna, que tão bem conhece o Senador Anastasia. E há, na Rússia, bastante interesse na nossa rica e diversificada cultura. A embaixada buscará apoiar a música popular brasileira, a música clássica, a literatura, as artes plásticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, em cinema, um tradicional festival de cinema que acontece em Moscou e em São Petersburgo. Por que não acrescentar outras cidades nesse nosso esforço?

Também temos, aqui no Brasil, a única sucursal do Bolshoi, em Joinville – aliás, iniciativa do saudoso Senador Luiz Henrique –, que é algo que a gente também pode incrementar.

E também na parte de cooperação acadêmica, tenho como meta aprofundar o diálogo entre as universidades e as instituições acadêmicas russas e apoiar esse programa de internacionalização das universidades brasileiras.

Na área de defesa, temos uma importante cooperação. O Senador Carlos Viana estava aqui há pouco. Nós adquirimos helicópteros. Temos já uma cooperação muito estreita em defesa.

Bom, procurei, Sras. Senadoras, Srs, Senadores, demonstrar que a relação Brasil-Rússia pode ir muito além de ser uma relação apenas adequada. Nós não podemos cair em imobilismos ou falta de ações concretas. Temos que avançar. Isso vai requerer um especial empenho da nossa diplomacia, do Congresso Nacional e do conjunto da sociedade.

Se eu puder ter alguns minutinhos sobre o Uzbequistão, Sra. Presidente, porque é um país que eu pretendo representar. As relações foram estabelecidas em 1993. Há um aspecto muito curioso, muito interessante sobre o Uzbequistão. Ele é duplamente mediterrâneo. Ele não tem acesso ao mar e ele é cercado de países que tampouco têm acesso ao mar. Isso aconteceu com Liechtenstein e com o Uzbequistão. É algo bem interessante porque eles têm muitos problemas com água. É um país, como apontou o Senador Cid Gomes, bastante populoso, 34 milhões de habitantes. Nós temos um fluxo comercial ainda muito modesto, de US$46 milhões, com têxteis. Nós exportamos açúcar e importamos têxteis. Mas acho que já há um conhecimento suficiente para podermos avançar ainda mais nesse intercâmbio comercial.

Eu queria agradecer muito a atenção das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores e me colocar à disposição.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador, por sua exposição, pela apresentação do seu plano de trabalho, do seu plano estratégico. E tenho certeza de que poderemos trabalhar para ampliar e retomar esse comércio com a Rússia.

Eu gostaria de saber se o Senador Anastasia tem algum questionamento.

Por favor, com a palavra.

Há algum Senador *on-line*, que deseja fazer alguma pergunta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, eu não vou fazer indagação. Mas eu não poderia deixar de cumprimentar, estando aqui, o eminente Embaixador Baena Soares, que é também um dos grandes nomes do Itamaraty. Aliás, nós estamos tendo aqui, nesta manhã e tarde, diplomatas extremamente experimentados, muito aplaudidos e reconhecidos.

Eminente Embaixador, eu queria, mais uma vez, de viva voz, em público, agradecer a V. Exa. a forma tão fidalga com que nos recebeu, juntamente com o então Chanceler Aloysio Nunes, quando de um périplo em que eu acompanhei S. Exa. à África, em 2017, quando V. Exa. era Embaixador em Moçambique, na residência em Maputo, e depois também na visita a Nacala e Nacala-a-Velha, quando se inaugurou aquele porto. Aliás, uma visita inusitada e que com certeza ficará indelevelmente gravada na minha memória.

Eu quero, portanto, cumprimentá-lo, desejar-lhe boa sorte. Sei do seu preparo, tirocínio para a embaixada em Moscou. Não é uma embaixada simples. A Rússia, por qualquer enfoque que se olhe – e o Senador Ciro foi o Relator de V. Exa.–, sob qualquer enfoque que se observe, é uma nação, uma potência em tamanho geográfico, população, economia, potência militar, membro do Conselho de Segurança da ONU permanente, com direito a veto, questão científica, tecnológica, uma potência balística, questões culturais. Nós somos influenciados muito... Aliás, lembrava-me aqui, durante a fala de V. Exa., do Bicentenário da Independência, em que uma das primeiras missões culturais que vieram ao Brasil à época foi uma missão imperial russa, acho que em 1830, salvo engano.

Com o Barão Langsdorff, fizeram uma expedição pelo Brasil, naquela época, na base da questão dos dados da natureza e ciências naturais.

Então, ou seja, é uma nação que tem tudo para nós termos com ela uma cooperação cada vez mais forte, mais robusta e mais estreita, como, aliás, já vínhamos tendo ao longo desses últimos anos.

Então, tenho certeza de que V. Exa. identificou muito bem, na sua rica exposição, os pontos convergentes nos aspectos econômicos, sociais e culturais, que são muito importantes. O povo russo... E o Senador Cid é exemplo disso, até porque me lembro, Senador Cid, que quando V. Exa. realizou esse evento a que fez menção quando Governador, foi feita a inauguração de um complexo cultural famoso. Eu me lembro perfeitamente disso – é um dos maiores do Brasil – e eu me lembro bem da grande repercussão. Eu estava deixando o Governo de Minas e o Senador Cid era Governador do Estado do Ceará, quando houve a repercussão desse evento.

E o povo russo é isso, é cultura. Exatamente tem essa questão e também tem uma educação muito avançada.

Então, temos muito a aprender, a cooperar e também, claro, a ensinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria desejar a V. Exa. muito êxito na sua missão agora, em Moscou, em todas as rússias, como se dizia ao tempo dos czares, hoje talvez menos um pouco, depois das diversas independências, inclusive do Uzbequistão e das nações que estão no Cáucaso ou na Ásia Central, mas, mesmo assim, é uma extensão territorial e geográfica de se respeitar.

Parabéns! Boa sorte a V. Exa. na sua nova missão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senador Cid...

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Não, eu estava só vendo o mapa ali. Aquilo ali é quase todo...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É verdade.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – E tinha até o Alasca no passado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, eu gostaria de sugerir ao seu trabalho a habilitação virtual de plantas. A China, que sempre foi muito criteriosa em visitar indústria por indústria para habilitá-las, hoje já está usando a habilitação virtual. Eu acho que, com esses exemplos que nós temos tido com a China – eles têm uma aliança muito forte –, pode ser que a gente consiga a mesma coisa. Já está usando no mundo todo.

Eu queria lhe perguntar sobre esse seminário do Ipea sobre a Rússia. Algum documento foi tirado, algum estudo de mercado? Eles pretendem fazer alguma coisa para o futuro? E, em relação às frutas, só mais uma coisa: o senhor disse que a Rússia importou cinco bilhões de frutas no ano passado. Quanto foi do Brasil?

Obrigada.

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** (Para expor.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Como eu comentei, na última sexta-feira, houve esse seminário virtual, a que eu tive a chance de assistir. Nós tivemos uma longa discussão. Participaram autoridades do Itamaraty – dois secretários de Itamaraty participaram –; o Secretário de Mercosul, Embaixador Pedro Miguel; a Secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia, Embaixadora Márcia Donner; o setor privado; o Presidente do Ipea também; e, do lado russo, altas autoridades, como acabei de mencionar, e o Vice-Chanceler Ryabkov.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sua pergunta é muito pertinente, Sra. Presidente, porque, de fato, saiu um documento. Nesse documento, para o que eu chamo a atenção é que, se nós conseguirmos fazer um acordo entre os dois blocos, entre o Mercosul e a União Econômica Eurasiática, no primeiro momento, isso já representaria US$300 milhões a mais nas nossas exportações. Então, é algo que eu acho que é importante mencionar.

Nós temos, claro, tentativas de acordo. A senhora conhece muito bem a tentativa de acordo com a União Europeia e outros, e com alguns países, como agora nós estamos negociando com Cingapura, Coreia, Coreia do Sul. Mas eu acho que é do nosso interesse e é interesse também dos nossos parceiros do Mercosul que estão presentes também no comércio com a Rússia. São cinco países que são membros da União Econômica Euroasiática, da qual faz parte a Rússia, e tem um sistema de tarifas, preferências, e eu acho que, se nós conseguirmos já avançar, a partir da Presidência brasileira, nós vamos assumir a Presidência brasileira agora, daqui a poucos dias, e por que não ter como uma das nossas prioridades a aproximação entre os dois blocos?

Então, acho muito importante. E eu poderia facilitar também esse documento para V. Exas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Um detalhe. Esse acordo na discussão entre russos e brasileiros, vários diplomatas, isso está muito distante, muitos empecilhos, muitas dificuldades? Apresentaram os desafios? Quais países estão...

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** – Eu acho que o principal desafio nosso é, como eu mencionei na minha exposição, a política de substituição de importações deles em busca de autossuficiência. Então, às vezes, temos produtos muito competitivos que eles já têm, já estão... Por exemplo, eu cito a carne suína. A senhora conhece muito bem essa área. Nós éramos, nós importávamos muita carne suína para a Rússia. Hoje em dia, a Rússia é nosso competidor, no Vietnã, por exemplo. Ainda que nós tenhamos... Eu acho que com a carne bovina nós ainda temos muita coisa para fazer na Rússia, assim como com a carne de frango.

Então, eu vejo mais... Esse talvez seja... Mas vamos encontrar nichos em que nós possamos exportar produtos que não tenham competição. Por exemplo, a senhora falou das frutas. Por condições climáticas, a Rússia não tem condições de produzir. Ela importa 75% de seu consumo.

Então, a senhora me perguntou da participação brasileira no mercado de frutas. Nós temos uma participação muito modesta ainda, Sra. Presidente, que não chega a 1%. No caso das mangas, é muito mais, porque nós somos o primeiro colocado. Nós exportamos US$22 milhões. É muito pouco, perto do que nós podemos ainda fazer. E, como eu mencionei, se nós agregarmos valor ainda mais às nossas frutas, teremos resultados muito positivos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, a CAN será quando? Já tem data para a CAN?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES –** Estava previsto para a CAN se reunir este ano, mas, por conta da epidemia, se adiou. Agora...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Vai ser no Brasil ou na Rússia?

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES –** Vai ser aqui.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Vai ser aqui. Ótimo.

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES –** Então, era importante que essa reunião agora – a situação ainda está complicada, mas já melhor, com a questão da pandemia –, que pudéssemos fazer a CAN aqui ainda este ano. Eu acho que seria algo muito importante para a gente fortalecer as relações.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** O senhor poderia, Embaixador, consultar os negociadores da CAN se, na vinda ao Brasil, eles não gostariam de fazer uma visita ao Nordeste, nos polos de fruta.

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** (*Fora do microfone.*) **–** Ótima ideia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Como o Ceará, o Rio Grande do Norte, Pernambuco, Juazeiro, Petrolina...

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) **–** E Jaíba.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Nós organizaríamos.

Jaíba...

Muito bem, Anastasia! Parabéns!

Eu acho que seria uma belíssima visita. Eles iriam ficar enlouquecidos de ver o que nós temos aqui, no Brasil.

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** (*Fora do microfone.*) **–** Muito bem!

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Para ampliar aí.

Então, US$5 bilhões nós... Duzentos e vinte, né? Não, US$22 milhões! Gente, isso não existe. Bem que o Embaixador falou. Agora, eu peguei aqui a queda brutal de 4 bi para 1 foi, essencialmente, na proteína animal, bovina e suína.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** (*Fora do microfone.*) – Principalmente suína.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Porque suíno é muito fácil de fazer porque é confinado. Então, você compra o milho, compra a ração, você produz com facilidade.

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** (*Fora do microfone.*) – Eles já estão exportando!

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Exatamente.

Então, nós temos, Embaixador, como conversamos ontem, de descobrir outros nichos para substituir essa perda, inclusive agregando valores.

Na verdade, a gente pode ter vários setores que às vezes significam pouco, mas no volume depois podem compensar essa diferença. Então, eu gostaria que o senhor me enviasse esse documento pela Embaixadora Eliana, esse estudo do Ipea. Eu vou procurar o Ipea para conversar sobre esse estudo.

E a CAN, assim que nós tivermos já uma agenda, nós, dentro dessa agenda da CAN, que eu não sei onde é que acontece, se é em Brasília, se é no Itamaraty, nós fazemos a visita ao Nordeste.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Bom, no calor aqui do entusiasmo, eu vou... Eu acho que não existe ainda uma Frente Parlamentar Brasil – Rússia não, né?

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu acho que não... É, reativa ela.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pode, claro.

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** – Queria cumprimentar o Senador mais uma vez. Isso seria um impulso tremendo. Essa liga de amizade já existe, mas com o seu ativismo, eu tenho certeza de que vai nos ajudar muito.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E na área de frutas, Cid Gomes, nós temos a Associação Brasileira de Fruticultura, que eu que criei na CNA, dei o impulso inicial nela. Hoje ela é totalmente independente, muito rica, com a cabeça muito aberta. E poderia sim, eles já estão sabendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu conheço bem o Presidente...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É do seu Estado.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não, ele é paulista, mas o Ceará acolheu.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso. Ele tem seis mil funcionários na sua lavoura de frutas, seis mil de carteira assinada, para colher as frutas. É um dos maiores empregadores na área rural.

Então, eu acredito que esse foco é importante. Certo? E também, Embaixador, a área do turismo sustentável. Eu não tenho notícia se os russos gostam muito de praia, os asiáticos não gostam de praia. Eles gostam do ecoturismo. Os russos gostam de praia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – Gostam muito. Não só as praias turcas, como Montenegro, por exemplo, no Adriático, são balneários russos famosíssimos. Adoram praia e sol.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, tudo que quiserem saber neste mundo, podem perguntar ao Anastasia que ele sabe.

Então, Embaixador, eu acredito muito também no turismo como um grande negócio para o Brasil. O ecoturismo da Região Norte, especialmente. Não sei se o senhor conhece o Jalapão, no Tocantins, que é uma coisa extraordinária. Isso.

Mas nós temos rios, nós temos praias de rios. Nós temos todo o interior da Amazônia, entrando pelo Tocantins adentro ali e saindo nos Estados da Amazônia. Tem grandes hotéis, bons hotéis, simples, mas de alto nível, para receber turistas do mundo todo.

Então, nessa interiorização da CRE, da política externa, da qual nós estamos falando e colocamos no nosso plano de trabalho, é nós tentarmos levar essas vantagens ao interior do Brasil para minimizar as dificuldades regionais.

Eu vou passar a palavra para o Senador Jaques Wagner, que está *on-line* lá da Bahia. Está na Bahia, está em Salvador? O som, Jaques. Seu som. Isso. Bom dia, Senador.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – Eu não estou na Bahia não, estou em Brasília.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ah tá! Seja bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência.*) – Ontem a gente se encontrou na Embaixada da Inglaterra para falar de...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É verdade! Achei que você tinha ido embora. Achei que você tinha ido embora.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Mas você está tão emocionada pela direção brilhante dessa reunião, que se esqueceu. (*Risos.*)

É brincadeira.

Primeiro, quero parabenizá-la, e a todos os colegas que estão aí, todos mais corajosos do que eu. Apesar de ter duas vacinações já, da CoronaVac, eu ainda estou mais conservador. Já estive lá no posto para a votação, mas fiz questão de entrar aqui, assim como fez o querido Senador Anastasia, apenas para parabenizar, cumprimentar o Embaixador Baena – já vou chamando de Embaixador, porque tenho certeza de que seu nome será referendado na Comissão e no Plenário – e para dizer, Senadora Kátia, para dar o depoimento de que eu tive a oportunidade, como Ministro da Defesa, de ter um contato mais próximo com o Ministro Baena, com o Embaixador Baena, porque ele era o responsável pelo Departamento de Defesa do Itamaraty.

Além daquilo que já foi citado por colegas que me antecederam, eu quero só dizer e dar o meu testemunho da competência, da seriedade, da cultura e da profundidade com que sempre tratou as questões de interesse nacional nessa área de defesa, porque eu fui por nove ou dez meses Ministro da Defesa.

Então, apesar de não estar aí ao vivo, fiz questão de entrar na via virtual apenas para cumprimentá-lo, desejar sucesso nessa nova caminhada. Permitam-me recomendá-lo a todos os colegas por toda a sua trajetória, pelo que eu conheço naquela oportunidade, na convivência que nós tivemos, e em outras também. Eu não quero retardar aqui a reunião e é muito importante, realmente, é bom lembrar – já foi dito aqui, mas relembrar – que a Rússia, além de tudo, é parte dos Brics, que foi uma idealização interessante de criação de um outro eixo de desenvolvimento. Criamos o Banco dos Brics e, portanto, é claro que não sou eu a orientar a diplomacia brasileira, é o Presidente da República e o seu Ministro de Relações Exteriores, mas eu continuo dizendo que as brigas que os graúdos têm entre si, na minha opinião, não são o melhor dos mundos, o alinhamento. Para mim, o melhor do mundo é a gente continuar com a posição mais de negociador, de conciliador, até porque creio que isso faz melhor para o nosso País, para os interesses do Brasil.

Então, espero que a pandemia alivie, que eu possa lhe visitar nesse país tão encantador. Estive lá como Ministro da Defesa, Kátia, representando a Presidenta Dilma na comemoração dos 70 anos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. E é sempre bom lembrar que a nação que mais perdeu os seus filhos foi a Rússia, na resistência ao nazismo.

Então, parabéns ao Embaixador Baena, que Deus o abençoe na nova caminhada; e eu não vou nem desejar, eu tenho certeza de que V. Exa. terá muito sucesso, como já teve em outras missões.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Governador Jaques Wagner, grande Governador da Bahia. Obrigada pela sua participação.

Sem mais nenhuma pergunta, nós vamos, então, encerrar esta sabatina, pedindo ao Embaixador Baena que hoje a Rússia é o 37º destino das exportações brasileiras. Então, na frente da Rússia, estão países valorosos, mas muito pequenos no seu mercado e na sua população.

Então, nós temos aqui à frente da Rússia: Itália, Portugal, Chile, Uruguai, Colômbia, Irã, Argélia, Paquistão. Então, eu sei que isso tudo foi em função do grande impulso que a Rússia deu na produção interna, mas agora nós temos que procurar outras áreas para que a gente passe, pelo menos, daqui ao próximo ano, a 27º destino do Brasil, quem sabe – meta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso. Muito bem, muito bem.

Então, muito obrigada, Embaixador Baena, e muito boa sorte no seu futuro trabalho, que o senhor possa produzir muito pelo nosso País.

Muito obrigada.

**O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES –** Muito obrigado, Sra. Presidente; muito obrigado, Srs. Senadores.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Convido agora...

Item 3.

**3ª PARTE**

**ITEM 3**

**MENSAGEM (SF) N° 14, DE 2021**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à OEA, Organização dos Estados Americanos.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1) Relatório apresentado e divulgado no portal do Senado Federal, ficando concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.*

*2) A arguição será realizada nesta Reunião.*

Relatoria Senador Fernando Collor, mas nós nomearemos o Senador Anastasia como Relator *ad hoc*, pois o voo do Senador Collor não chegará a tempo para esta sabatina, mas Anastasia estará, com certeza, à altura deste relatório.

Por favor, Senador, com a palavra.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado.

Sra. Presidente, eminente Embaixador Otávio Brandelli, eu vou tomar, então, a liberdade, conforme a determinação de V. Exa., da leitura do relatório de autoria de S. Exa. o Senador Presidente Fernando Collor.

Esta Casa Legislativa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Otávio Brandelli, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à OEA.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores enviou o currículo do diplomata.

O indicado nasceu em Garibaldi, Rio Grande do Sul, em 15 de outubro de 1964. É filho de Valdemiro José Brandelli e Ivone Comunello Brandelli.

Bacharelou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1986. Concluiu pós-graduações *lato sensu* em Direito Comercial, Direito Fiscal e Direito Tributário na Escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superior de Advocacia do Rio Grande do Sul, no ano de 1987. É especialista em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde concluiu os créditos de mestrado em 1990. Em 1999, frequentou o curso de Direito Internacional Público na Academia da Haia de Direito Internacional, Países Baixos.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no biênio 1991-92. Em 2000, participou do XXXVI Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. No ano de 2007, concluiu o LII Curso de Altos Estudos, tendo sua tese sido aprovada com louvor sob o título "OMC. Solução de controvérsias e propriedade intelectual. Avaliação da factibilidade de aplicação do Acordo TRIPS em retaliações cruzadas na OMC". É autor de artigos voltados, em especial, para o tema de propriedade intelectual.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1992. Tornou-se Segundo-Secretário em 1997. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2003; Conselheiro em 2007; Ministro de Segunda Classe em 2010 e Ministro de Primeira Classe em 2018.

Ao longo de sua carreira profissional, destacam-se as seguintes atuações: Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual; Conselheiro e Ministro-Conselheiro da Aladi e no Mercosul; Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Acumulou extensa experiência na negociação de temas relacionados ao Mercosul.

No período compreendido entre 2015 e 2019, foi Diretor do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores; Coordenador Nacional Alterno do Grupo Mercado Comum (GMC) do Mercosul; Coordenador Nacional Alterno do Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul; Coordenador Nacional do Grupo de Análise Institucional do Mercosul; Coordenador Nacional do GMC do Mercosul; e Coordenador Nacional do FCCP do Mercosul. Em 2019, foi nomeado Secretário-Geral das Relações Exteriores, função de responsabilidades desafiadoras desempenhada com o desvelo e o espírito público característicos dos grandes quadros do nosso Itamaraty.

O diplomata foi agraciado com condecorações nacionais e estrangeiras: Grande Oficial da Ordem de Rio Branco; Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco; Medalha Mérito Santos-Dumont; Grande Oficial da Ordem do Mérito da Defesa, da Ordem do Mérito Naval e da Ordem do Mérito Aeronáutico, Medalha do Pacificador, Medalha Amigo da Marinha, Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, no Paraguai; e a Medalha da Vitória.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores com dados sobre a OEA, bem como sobre a participação do Brasil naquela Organização.

Sucedânea das Conferências Pan-americanas e da União Pan-americana, a OEA é a mais antiga organização regional em atividade. Tem por objetivo construir uma ordem de paz e de justiça no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continente americano, promover a solidariedade e a cooperação mútua entre os Estados da região e defender a soberania, a integridade territorial e a independência de seus membros.

A Carta da OEA foi aprovada, em Bogotá, em 1948, e entrou em vigor em 1951. Estabelece a estrutura da Organização, as atribuições de seus órgãos, seus princípios e objetivos comuns. Nela inscrevem-se os fundamentos que sustentam a visão coletiva almejada para o continente.

O Brasil atua no sistema interamericano, portanto, visando promover os pilares definidos pela visão estratégica da organização: democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança multidimensional. Nessa linha, o Brasil é signatário de inúmeros tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas, como a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos; a Carta Democrática Interamericana; a Carta Social das Américas; o Tratado Americano de Soluções Pacíficas; a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; a Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância; a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; a Convenção Interamericana contra a Corrupção; a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas; e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

Nosso País participa igualmente em relevantes iniciativas de cooperação no âmbito da organização, a exemplo do Grupo de Amigos do Haiti e a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia.

O posto para o qual o diplomata é indicado, a Missão Permanente do Brasil junto à OEA, representa o Brasil junto à organização e a alguns dos órgãos que compõem o sistema interamericano, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Jurídica Interamericana. Abrange, assim, temas centrais relacionados a nosso entorno, região de interesse direto para o País. Os desafios no continente americano são significativos.

Aqui, Sra. Presidente, o Presidente Collor anota algo de cunho pessoal que farei questão de ler em homenagem ao eminente Relator. Diz o Presidente Collor: "Em janeiro de 1990, participei", ele, "na qualidade de Presidente da República eleito, de reunião do Conselho Permanente da OEA. Em meu pronunciamento na oportunidade, destaquei que: 'Os ideais de paz, liberdade e justiça não se poderão realizar de maneira parcial. Não pode haver paz verdadeira onde imperam a doença e a fome. Não se pode falar em liberdade onde se vive única e exclusivamente para sobreviver. Não se pode pregar a justiça onde o atraso e a miséria são espectadores da prosperidade e do mais absoluto desperdício'", palavras do Presidente Collor. Três décadas depois, essas palavras conservam uma atualidade constrangedora. As desigualdades econômicas permanecem uma marca do continente americano e desdobram-se hoje em deslocamentos de passivos contingentes humanos, motivados pela busca de melhores condições de vida e da dignidade que lhes é negada em seus países de origem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às questões do desenvolvimento econômico, somam-se problemas de outras naturezas a convocar o posicionamento e a ação da OEA. Movimentos de fragilização da democracia, desrespeito sistêmico aos direitos humanos, complexidade crescente das ameaças à segurança, a urgência civilizatória da sustentabilidade no uso de nosso patrimônio ambiental incomparável são alguns dos temas incontornáveis na agenda das Américas.

Espera-se que a atuação do Brasil na organização e nos demais órgãos do sistema interamericano seja determinante para a reflexão, os debates e a composição de interesses em favor de avanços efetivos nessas dimensões essenciais para a consolidação de uma convivência pacífica no continente americano.

Sra. Presidente, é o relatório de S. Exa. o Presidente Collor. Faço, portanto, a missão de lê-lo, conforme a determinação de V. Exa.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Anastasia. Quero também agradecer ao Presidente Collor pela elaboração do relatório, por sua dedicação.

Agora passo a palavra ao Embaixador para que ele faça as suas considerações.

Embaixador Brandelli, por favor.

**O SR. OTÁVIO BRANDELLI** (Para expor.) – Muito bem, Senadora Kátia Abreu...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Inicialmente, Embaixador, gostaria – nós temos muitas pessoas assistindo sempre a TV Senado, participando pelo e-Cidadania – que o senhor explicasse o que é OEA, onde ela fica, para que as pessoas se posicionem.

Obrigada.

**O SR. OTÁVIO BRANDELLI** – Senadora, muito obrigado, inclusive por sua orientação de ontem à noite sobre como devemos trabalhar em sinergia, o Itamaraty e a Comissão de Relações Exteriores, no sentido da busca de soluções, por causa disso, eu fiz um capítulo adicional na minha exposição sobre os meios para atingir os nossos objetivos. Então, eu queria lhe agradecer, em primeiro lugar, por sua atenção de ontem, pela sua designação do Senador Collor como Relator e ao Senador Collor pelo relatório, que eu tomo como uma instrução.

Esse parágrafo que foi lido agora coincide muito com o meu pensamento. Não pode uma área, um hemisfério das Américas que tem uma potência ou duas potências econômicas consolidadas e uma emergente, como é a nossa, e outras que já foram potência e hoje passam por uma certa degradação na sua economia, não pode essa região ainda presenciar a miséria, presenciar refugiados saindo de seu país a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pé em direção a vários outros países vizinhos, não pode presenciar essa migração também a pé em direção à meca do desenvolvimento pessoal. Isso é muito deletério para nós como cidadãos americanos. Então, eu vejo que o Senador Collor é realmente um visionário, um estrategista. O Senador Collor também assinou o Protocolo de Assunção, que cria o Mercosul, e assinou o projeto de lei, o anteprojeto de lei de patentes, que muda o nosso cenário econômico após a sua aprovação.

Eu, na minha carreira, acabei tendo justamente dois pilares de atuação, três, digamos: um deles foi justamente a propriedade intelectual; outro foi o Mercosul; e, desde 2013, na alta gestão, desde o INPI – eu fui presidente do INPI no mesmo Governo em que a Senhora Presidente –, aí então criei essa outra especialidade de gestão, que eu tinha só dos bancos universitários, da pós-graduação em Administração.

Pois bem, tenho que agradecer também ao Presidente da República e ao Ministro do Estado pela indicação. Gostaria de agradecer aqui também a todos os funcionários do Itamaraty, a todos os funcionários do INPI e a todos os funcionários da Itaipu, onde eu desenvolvi minhas atividades profissionais até agora. Por fim, eu queria agradecer à minha família e a meus amigos. No caso, quero agradecer a todos eles em nome do meu filho, o Vinícius, que me deu essa gravata quando ele tinha dez anos de idade, que eu faço questão aqui de usar em homenagem a todos os familiares.

Pois bem, o plano da minha exposição começa com o nosso contexto. O contexto que vemos hoje é o contexto da pandemia. Muita gente fala do pós-pandemia. O pós-pandemia já começou, este é o momento das ações de planejamento e reavaliação. As nossas medidas de alerta e ação talvez não tenham sido suficientes para uma pandemia da magnitude que se estabeleceu, ainda que alguns dos assuntos não fossem totalmente novos, como o assunto de propriedade intelectual e acesso à saúde. E depois eu falo um pouco mais sobre isso.

E a pandemia nos revelou a seguinte situação: a cooperação, a integração e o diálogo entre os países, sobretudo no enfoque regional, é uma necessidade, não é uma questão de opção. Nós temos que ter o diálogo e temos que ter a cooperação com a nossa região. E isso se tornou evidente, por exemplo, na questão de fronteiras com países com situação sanitária diferente: a gente não poder ir ao país vizinho, o cidadão do país vizinho não poder vir ao nosso País; a diferença no tratamento dado a cada população foi totalmente divergente, não foi convergente; cada país da América Latina teve uma abordagem, e nós não conseguimos trabalhar como deveríamos ter trabalhado, em conjunto. Apesar de termos a Opas. A Opas, que é vinculada ao sistema OEA, teve muita participação, ajudou e tem ajudado muito, mas, no fundo, a gente vê que tem que melhorar muito esse aspecto da cooperação e da integração, sobretudo, na questão de tratamento de novas pandemias.

Tivemos também a questão do acesso aos medicamentos, acesso aos insumos, acesso a alimentos. E tudo isso mostrou como esta nossa América tem muito o que fazer. A América fez muito, mas talvez tenha feito no sentido equivocado. E aqui eu menciono, por exemplo, iniciativas como a Unasul, que era um esforço adicional de integração e que acaba não prosperando; a Celac, que é um segundo esforço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integração que acaba não prosperando; depois, a multiplicação de fóruns, a Aliança do Pacífico, Prosul, Mercosul, Aladi, Caricom, quando nós temos esse manto geral, que já é mais antigo, que é a própria OEA.

E aí eu chego ao pedido da Senadora: o que é a OEA? É uma organização antiga que congrega todos os países da América e do Caribe, todos os países da América e do Caribe. Então, ela é um local onde todas as grandes questões das Américas poderiam ser abordadas. E são abordadas, porém, com algumas *nuances*.

Em preparação a esta sabatina, eu falei, antes de falar com a Senadora, eu tinha falado já com 50 pessoas do Brasil e da própria OEA. Na OEA, eu falei com a Opas, que é a organização de saúde, e com o IICA, que é a entidade que trata de agricultura. E nessas entrevistas com essas 50 pessoas se percebe o seguinte: que a OEA é conhecida, a OEA é tida como relevante, só que não é prioritária para todos os entes públicos que lidam com a OEA. Por exemplo, alguns dizem assim: "Não, é importante, mas primeiro a ONU", "Ah, é importante, mas primeiro o Mercosul".

Agora, neste novo mundo em que a gente está vivendo, de necessidade de ações coordenadas e convergentes, eu pretendo trabalhar para dar uma nova relevância à OEA. E por que isso? Primeiro porque, por exemplo, a Opas é mais antiga que a OMS. A União Pan-Americana tem um histórico mais ou menos, no tempo, assemelhado com o da ONU e da Liga das Nações. E o IICA, Senadora, é mais antigo do que a FAO. Então nós temos, nesse ambiente americano, uma visão antiga de vanguarda e uma visão dos problemas que deverão ser atacados conjuntamente que vem de muito tempo.

Qual é a pauta prioritária da OEA? São quatro...

Aqui, Senadora, se quiser, ontem eu fiz a lista de todo mundo com quem eu conversei. Estão aqui o Diretor da Polícia Federal, o Diretor da Abin, o Vice-Presidente da República, o Diretor do IICA no Brasil. Eu tratei de ver a opinião porque eu pretendo realmente ter uma construção dialogada com relação à OEA. Essa é a primeira parte. A segunda parte é, após ser aprovado, estreitar o diálogo com Senadores e Deputados e, finalmente, nós temos o braço da democracia e da observação eleitoral, e é absolutamente necessário também conversar com o Judiciário, mas cada coisa no seu tempo. Eu não poderia já falar com o Judiciário sem ter passado pelo Legislativo.

Pois bem, a agenda prioritária, como é que se define a OEA? Normalmente, são quatro pilares. Quando se fala de OEA, a OEA faz quatro coisas, ela tem quatro pilares de trabalho. Aqui é o pilar da defesa, o pilar da democracia, o pilar dos direitos humanos e o pilar do desenvolvimento integral, ou seja, são os quatro "d", como eu chamo, e o método de trabalhar esses quatro "d" vai ser mais um "d", vai ser o diálogo.

Na questão de segurança e defesa, eu gostaria de fazer referência à intervenção do Senador Viana sobre a questão das patentes e da indústria de defesa, para lembrar que nós já tivemos limitações em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportações de aeronaves brasileiras do Brasil para um específico país justamente porque naquela aeronave existe uma patente de um terceiro país. E aquele terceiro país via, no país de destino, um não aliado. Então, embargou a nossa exportação. Então, é não só termos as nossas patentes, mas também termos a tecnologia para sermos menos dependentes nessa área estratégica de tecnologias proprietárias de outros países. Mas isso não esgota a questão, porque há também todos os embargos que acontecem na questão de tecnologias sensíveis. O Brasil não tem livre acesso a todas as tecnologias e sobretudo nessa área de tecnologias de uso dual os embargos internacionais são muito grandes.

No pilar da democracia eu queria lembrar – e os senhores sabem bem disso – que a defesa da democracia, para o Brasil, não é uma opção política, ela está inscrita como compromisso internacional. O Protocolo de Ushuaia foi aprovado aqui pelo Congresso Nacional. A defesa da democracia é, portanto, uma obrigação brasileira, seja no país que for. Temos dois casos na América do Sul de aplicação do Protocolo de Ushuaia. Temos, agora... A OEA já é um pouco diferente do Mercosul, mas temos a questão do grupo de trabalho sobre Nicarágua. Então, a defesa da democracia, para nós, é uma obrigação, não há opção de não agir.

A questão de direitos humanos é basicamente a mesma pauta de Genebra. E aí nós vamos trabalhar muito coordenadamente com o Embaixador Tovar. Temos aí dois âmbitos de trabalho. Um é a corte onde nos levam casos, alegações sobre o Brasil, na área de direitos humanos, e nós temos que fazer a defesa.

Mas também há um outro âmbito, que é o do Conselho da OEA, em que a gente pode construir e informar as ações que temos tido em todos os âmbitos de defesa dos direitos humanos e promoção de direitos de minorias, digamos assim. E, aí, outra percepção que eu tirei desse primeiro esforço de diálogo é que o quarto pilar, que é o pilar do desenvolvimento, tem sido menos importante, menos relevante.

Então, nós teríamos três pilares de mesmo tamanho e um pilar um pouquinho menor, que é o pilar do desenvolvimento integral, e aí nós temos que ver as oportunidades de apresentar novas abordagens nessa matéria.

O Embaixador Tovar falou da liderança brasileira na área do desenvolvimento sustentável. Queria lembrar que, em 1974, o Brasil lançou, a Gurgel lançou o primeiro veículo elétrico do mundo, em 1974. Elon Musk tinha, nessa época, três anos de idade. O grande inovador do momento tinha três anos de idade quando o Brasil já tinha um veículo elétrico, já tinha hidroelétrica, já tinha o programa Etanol. Então, essa liderança brasileira vem de muito tempo, é uma liderança real da vida concreta. Em 1992, o Presidente Collor, justamente, faz o chamado à Conferência Eco 92, no Rio de Janeiro.

Então, o Brasil tem essa coisa de ser líder e perder a liderança. Depois, ele volta a ser líder, e ele perde a liderança. Nesse sentido, eu vejo assim, que a pressão internacional não é necessariamente negativa para o Brasil. Às vezes, a pressão internacional nos faz acordar para as nossas próprias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidades. E elas têm que ser tomadas com frieza e com vontade de trabalhar. Negar a existência de problemas, simplesmente, não nos leva ao encontro de soluções.

Bom, quanto ao plano de trabalho, eu acho, assim... Vou contar uma pequena anedota, Senadora. Quando saiu na imprensa que a senhora pretendia ter uma exigência de planejamento estratégico e plano de trabalho, um colega disse: "Olha aqui, a Senadora vai exigir...". Eu disse: "Mas já não é assim?" Para mim, era óbvio que tinha que ser assim. Nós temos que ter sempre um planejamento.

Eu tive o benefício de trabalhar, em três vezes, sob a orientação do nosso Embaixador Clodoaldo Hugueney e, com o Clodoaldo Hugueney, sempre foi assim – sempre foi assim: qual é o objetivo estratégico e qual é o plano de trabalho. E eu absorvi aquilo como sendo algo que era para todos e sempre trabalhei dessa maneira por onde eu passei, exercendo chefia. Mas me surpreende um pouco que não fosse essa a abordagem. E, assim, o entendimento é que planejamento estratégico é do que nós precisamos agora, porque nós não dominamos a realidade toda, a gente não sabe o que virá de novo.

Então, justamente, a estratégia é que nos leva a uma vitória dentro do quadro do desconhecido. E o plano de trabalho é aquela sucessão de ações que faremos para atingir o objetivo estratégico.

Queria contar uma segunda situação.

Quando eu chego para presidir o Inpi, em 2013, eu pergunto quais são as prioridades do Inpi e o diretor de planejamento me traz uma lista de 70 prioridades – 70 prioridades –, ou seja, nada era prioritário. E esse era o mecanismo do PPA, do Plano Plurianual, em que se somava a escrivaninha de cada um, o que cada um estava fazendo, e se dizia que aquilo era prioridade.

Então, não é assim que eu vejo. Eu acho que a gente tem, sim, que ter uma visão estratégica.

Uma visão estratégica minha para a OEA é que nós estamos trabalhando numa região, o Hemisfério das Américas, e que deveríamos ter puro desenvolvimento e pura prosperidade, mas, por falhas nacionais, por falhas, talvez, ideológicas e por falhas de coordenação e de busca de acordos, nós temos ainda essa situação em que as pessoas fogem de um país para outro a pé, onde a gente encontra miséria, onde a gente encontra bicho-de-pé numa população indígena – e não é um bicho-de-pé, mas o pé inteiro tomado de bichos-de-pé.

Então, essa região, esse hemisfério, por exemplo, quando se criou o OEA no pós-guerra, a Europa estava destruída, destruída. Aqui não tinha um país destruído, todos tinham um futuro próspero pela frente. Tínhamos o nosso vizinho, que era, talvez, o segundo país mais desenvolvido, ou o primeiro, a Argentina. E para onde foi a América Latina e América do Sul nesses 50 anos? O eixo transatlântico virou o eixo dinâmico da economia mundial e, depois, ele migra para a Ásia, e a América Latina fica um pouco em segunda linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por aí eu vejo que nós temos muito o que fazer, tem que ter uma nova abordagem. Eu queria aqui também agradecer ao Embaixador Simas Magalhães, o último embaixador nosso lá, hoje Secretário-Geral do Itamaraty, que me sucedeu, e ao seu Ministro Conselheiro, o Gabriel Bosch. São dois diplomatas de grande sabedoria e de grande conhecimento e muito executivos. Eles estão deixando, entregando a delegação num estado assim de excelência, como eu vejo que deve ser todo o trabalho do Itamaraty. Aliás, excelência, eficiência e liderança, mas não liderança no sentido de que os outros nos ensinam; liderança no sentido de ver na frente. Eu tenho que ser o primeiro a ver as tendências e para onde vai o mundo. Então, nós temos que nos posicionar e não sermos surpreendidos por situações que ainda não conhecemos.

Isso vai fazer o quê? Se a gente trabalhar com esse intuito, a gente vai acabar construindo confiança, em primeiro lugar, e melhorando a imagem, em segundo lugar. A questão da imagem é uma questão assim que chega a assustar. Eu conversei com o Senador Collor que, se a imagem se degrada um pouco mais, ela vira estigma, né? E, se ela vira estigma, aí fica muito mais difícil desconstituir o preconceito.

Chegando ao plano de trabalho propriamente dito, foi muito assim reconfortante ver que a minuta de decisão da CRE nos dá uma orientação justamente nos pontos principais da atuação diplomática. Então, um dos itens é comércio e investimento, e a gente pode, então, identificar que, dentro da OEA, nós teremos uma negociação... Estamos tendo, está em curso, a negociação da Carta Empresarial da OEA. E o empresariado tem que ser sempre visto como o motor do comércio, o motor do investimento. Claro que o Estado pode vir, em alguns momentos, a incentivar ou induzir, mas o motor verdadeiro e natural é o empresariado.

O segundo ponto é a questão da relação bilateral. Aí muitos dirão: "Não, mas a OEA não é um órgão bilateral, é multilateral". Mas não é assim que funciona. Ela é bilateral, mas a gente trava país a país e a gente conversa país a país dentro da OEA. Então, aí é um campo em que a gente pode, certamente, como sempre fez, lançar pontes, lançar relações, lançar vínculos de confiança, que, depois, prosperam no futuro. Dou exemplo: o vice-chanceler do Paraguai foi meu colega num foro multilateral; o atual embaixador do Paraguai foi do Mercosul, como eu, a ponto de que o *agreement* dele foi concedido em 40 minutos, já era um velho conhecido. Então, não se despreza o ambiente plurilateral, multilateral, na construção de vínculos bilaterais.

Na questão das candidaturas, nós temos na OEA, em curso... Enfim, a nova norma aqui da CRE pede que a gente atue nessa área. Então temos na matéria de candidaturas, em curso, seleção para 13 cargos e temos dois brasileiros.

Temos para esses 13 cargos dois candidatos... Dois candidatos brasileiros.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, com licença. Já passaram os 20 minutos e ainda não foi apresentado o plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou lhe dar dez minutos para apresentá-lo completamente.

**O SR. OTÁVIO BRANDELLI –** Até aqui foi plano de trabalho. Começo... A atuação bilateral, atuação para as candidaturas, e aí entra uma questão que é central, Senadora, a questão dos pagamentos à OEA.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) **–** O senhor estava falando das candidaturas.

**O SR. OTÁVIO BRANDELLI –** Candidaturas... Então: nós temos 13 cargos vagos; em dois cargos desses, o Brasil tem candidato. São cargos de secretaria. E temos uma...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Dois têm candidatos?

**O SR. OTÁVIO BRANDELLI –** Para dois cargos de 13 o Brasil tem candidato. O Brasil também não pode ter para todos, porque é uma proporcionalidade.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) **–** Quais são os dois?

**O SR. OTÁVIO BRANDELLI –** São cargos na área de apoio à segurança institucional, segurança.

E temos um candidato eletivo, que é o Dr. Mudrovitsch, ao cargo de membro da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Bom, mas aí fala-se muito da atuação no organismo; porém, nós temos que ver a questão dos pagamentos. O Brasil tem suas dívidas com vários organismos. E aqui eu queria um pouco abundar sobre isso, mas eu não vou poder; eu deixo depois os dados. Nós temos três organismos principais a pagar: a própria OEA, temos um conforto aí; temos que pagar o ICA e temos que pagar a Opas.

Neste momento, nós estamos bem, mas dentro de dois anos a gente pode ter problema, inclusive, com a perda de votos. Aí, eu deixo a informação aqui para Comissão.

Segue o plano de trabalho, falando da questão da cooperação, e, de novo, nós temos um problema de recursos – e aqui é a questão de achar soluções. O Brasil tem essa... E o regulamento da CRE nos orienta a buscar mais cooperação e a fazer mais cooperação em várias áreas, turismo, agricultura, desenvolvimento, etc.

Porém, o que acontece? Na nossa Agência Brasileira de Cooperação, nós tínhamos, em 2016, 42 milhões para essa ação. Ao câmbio de 3,25, nós temos US$12 milhões... Tínhamos US$12 milhões, em 2016. Em 2021, nós temos 33 milhões. Ao câmbio de 5,9, nós temos, hoje, neste ano, 6 milhões para cooperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós tínhamos 12, temos 6. Hoje, para a Cooperação, o Itamaraty tem a metade do orçamento de 2016. E aí, sinto muito, cooperação sem dinheiro, a gente pode ser muito criativo, mas ela não prospera; algo a mais a gente deveria trabalhar nessa sinergia, com vistas a ter mais disponibilidade de recurso.

Aí, para terminar, basicamente, o nosso plano ainda fala sobre a questão da tecnologia. Estão aqui metas previstas no relatório.

Na questão da educação, o Brasil fornece muitas bolsas para os membros da OEA, para que venham ao Brasil estudar e aprender. Na área da saúde, há justamente a questão da vacina, a questão da propriedade intelectual, a questão do acesso a medicamentos...

Eu queria mencionar aqui uma pessoa, a mulher talvez mais empoderada que eu conheci até hoje no Governo brasileiro. Ela se chamava Ana Paula Jucá. Ela foi a grande parceira nossa na questão da quebra de patentes de um medicamento da Aids. Isso aconteceu em 2018, se eu não me engano, e o Ministro Humberto Costa, então, iniciou esse processo. A Ana Paula Jucá era funcionária da Opas e trouxe toda uma nova abordagem para isso. Ela acabou falecendo de câncer de mama. Então, ela deixa um legado, assim, sentimental, um legado de conhecimento técnico muito profundo e sempre foi uma grande inspiradora.

E a área de defesa.

A Junta Interamericana de Defesa também é um organismo vinculado à Organização dos Estados Americanos. E aí nós temos toda uma miríade de ações que têm que ser tomadas. Hoje, basicamente, as ações concretas são: desminagem, na Colômbia, e ação em caso de desastres naturais. Mas nós não sabemos o futuro. O futuro ainda está sendo construído, esse futuro incerto da pós-pandemia, se um dia ela chegar. Então, nós temos também que aproveitar essa capacidade toda. O Brasil é muito respeitado na área de defesa, digamos assim. É o segundo ou talvez até o primeiro país em credibilidade dentro do que é a OEA.

E as outras ações mais de segurança pública, propriamente dita: questões de fronteiras, questões de combate à corrupção, ou seja, o que o planejamento que abarca, dentro desses quatro pilares.

No que o regulamento da CRE pediu à questão, eu acho que a conclusão é basicamente a seguinte: temos recursos limitados e temos uma agenda ampla, não é? Normalmente se fala assim: "Ah, vamos fazer mais com menos". E eu acho que aí não é a questão de fazer mais com menos, é fazer menos e melhor; focar, ter a visão justamente estratégica do que é relevante para nós. E é relevante, sem dúvida, a democracia, a defesa e a segurança – disso não tenho dúvida –; na saúde, as ações com vistas ao acesso. Não adianta falar de tudo. Tem que ter acesso, como foi na questão da Aids, com o acesso universal aos medicamentos, e agora o acesso justo às vacinas; e, nas questões de direitos humanos, defender, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





formos injustamente atacados, mas também trabalhar para melhorar e apresentar nossos resultados. E a coordenação com a sociedade, com toda ela.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador.

Alguma pergunta? Alguém? (*Pausa.*)

Cid Gomes, por favor.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Menos pergunta e mais assim *mea culpa* nossa. Eu espero que a nossa querida Senadora Rose de Freitas, que está anunciada como Presidente da Comissão Mista do Orçamento, ainda esteja acompanhando a reunião.

É inadmissível que um país como o Brasil fique no cenário internacional com esse título de caloteiro. E a gente vê que são contribuições irrisórias, dado o nosso Orçamento. Então, farei aqui uma ponderação à Comissão Mista de Orçamento que leve em conta os compromissos que o Brasil tem que honrar, para, de fato, ser um agente que interaja com as demais nações e, principalmente, com essas instituições, como é o caso da OEA, de longa tradição, que têm sido colaborativas para o Brasil. Agora mesmo, nós conseguimos uma extraordinária ajuda da Opas, neste momento aqui de dificuldade das vacinas.

Então, não é razoável que o Brasil fique inadimplente com seus compromissos perante essas instituições.

Um apelo à nossa futura Comissão Mista de Orçamento.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador.

Senador Nelsinho Trad, por favor.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Para interpelar.) – Examinei com muita atenção toda a documentação que nos foi enviada pelo Ministério das Relações Exteriores e fiquei muito entusiasmado com a trajetória de V. Exa., Ministro Otávio Brandelli. Temos amigos em comum. O ex-Ministro Carlos Marun, que trabalhou com V. Exa. no Conselho da Itaipu, também fez excelentes recomendações da sua ética, da sua postura decente. Isso tudo nos deixa numa tranquilidade, num conforto muito grande, sabendo que a nossa representatividade junto à OEA vai ser da melhor valia possível.

No contexto da pandemia, o Brasil, assim como a maioria dos países da região das Américas, sofreu com a escassez de insumos de saúde. Uma das lições que estamos dolorosamente aprendendo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que temos que diminuir nossas desigualdades em relação à produção e distribuição de insumos e que o controle da pandemia e os avanços lentos da vacinação distanciam os nossos países daqueles que têm mais capacidade produtiva.

Nesse contexto, pergunto: como o senhor observa a posição do Brasil no cenário da cooperação internacional em saúde junto à Opas e à OEA?

A seu ver, qual é o papel que o Brasil pode desempenhar na região das Américas em saúde? E como o senhor poderá nos ajudar, principalmente no que tange a essas questões já mencionadas?

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Nelsinho Trad.

Passo a palavra ao Embaixador, por cinco minutos.

**O SR. OTÁVIO BRANDELLI** (Para expor.) – Bom, Senador, muito obrigado pela pergunta. Ela me dá a oportunidade de falar de algumas coisas.

A negociação do acordo de propriedade intelectual da OMC foi, talvez, um dos esforços mais complexos que o Itamaraty já teve na busca do equilíbrio de interesse. O Embaixador Tovar fala aqui de um interesse que prevalece, mas, se a gente lê atentamente o preâmbulo do acordo Trips, a gente verá que são alguns dos princípios orientadores o equilíbrio entre direitos e obrigações, a defesa dos interesses dos países e o respeito à legislação nacional e práticas nacionais. Isso não foi fácil de obter.

Depois, todo acordo Trips tem o que a gente chamou de flexibilidades, e ele já tinha flexibilidades negociadas quando ele era aprovado em 1996, justamente para atender à área da saúde. Porém, o histórico de aplicação do Trips mostrou que eram necessárias algumas modificações. Então, o artigo específico sobre licenciamento compulsório já tinha sido modificado. Fez-se depois a Declaração de Doha sobre propriedade intelectual e saúde, avançando na linha de interpretação de que a saúde prevalece sobre o comércio. E, finalmente, fez-se um mecanismo de tratamento diferenciado para os países com menor capacidade produtiva. Então, isso é uma preocupação inerente à OMC. Já vinha sendo modificada.

A nossa lei de patentes tem, inclusive, todos os dispositivos coerentes com essa visão de que a saúde prevalece. E, como eu já disse, o Brasil já aplicou, já quebrou patentes. Então, quando é necessário, os mecanismos estão aí, estão disponíveis. Agora, é preciso também coragem e vontade política – foi justamente sob a orientação do então Ministro Humberto Costa.

Nas Américas o que se pode fazer? Já foi feito. Quando eu fui Diretor do Mercosul, nós fizemos – os senhores sabem muito bem que Mercosul são quatro países, e eles têm os associados, que são toda a América do Sul – um mecanismo de negociação conjunta de preços de medicamentos. Não que a compra fosse conjunta, mas a negociação era conjunto. Aí o medicamento em questão era o medicamento de tratamento da Hepatite C. Então, os países todos, negociando com os laboratórios, conseguiram derrubar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o preço de US$25 mil, em um país específico, para US$600 o tratamento. Então, isso é um mecanismo que existe e já foi aplicado. Mas, neste momento atual, em que está havendo uma desagregação, digamos assim, na América do Sul, que sempre foi muito convergente e muito cooperativa, a gente percebe que está havendo um silêncio ou até a desagregação. Os países não estão mais buscando caminhos comuns. E é isso que eu digo: a pandemia mostrou que a busca de caminhos comuns e a busca de convergência e cooperação é uma necessidade; não é uma opção. Justamente no momento em que a gente está desagregado, vem a pandemia e mostra: "não, não desagrega, porque não é esse o caminho".

Então, Senador, a partir da OEA, é um pouco mais difícil, porque há países que são sede de grandes empresas farmacêuticas, mas, a partir daí, se podem repercutir essas experiências que a gente conhece e que são positivas: a flexibilidade do Trips, a possibilidade de quebrar patentes, como o Brasil tem, e a busca de coordenação, cooperação e coerência e convergência nas questões relevantes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mais algum comentário?

Eu apenas...

Por favor, Senador Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – Obrigado, Presidente.

Como eu fui o Relator *ad hoc*, acho que eu não posso fazer perguntas, mas eu só queria cumprimentá-lo pela exposição e desejar-lhe muito boa sorte na missão. Já falamos pessoalmente. Então, eu vou me abster, por ter lido o relatório do Presidente Collor e por deferência também a S. Exa.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Então, encerramos aqui a apresentação e passamos ao próximo sabatinado.

Muito obrigada.

**3ª PARTE**

**ITEM 4**

**MENSAGEM (SF) N° 15, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

*1) Relatório apresentado e divulgado no portal do Senado Federal, ficando concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.*

*2) A arguição será realizada nesta Reunião.*

Relatoria: Senador Nelsinho Trad.

Por favor, Senador Nelsinho com a palavra.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Como Relator.) – Sra. Presidente e demais colegas, Cid Gomes e Antonio Anastasia, aqui presentes no derradeiro sabatinado de hoje, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Marcos Arbizu de Souza Campos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do indicado.

O diplomata, nascido em 10 de abril de 1963 em Barcelona, na Espanha, sendo brasileiro nato de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946, é filho de Lázaro Ferraz Campos e Carmen Arbizu Oltra.

Concluiu o curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília e Mestrado em Administração Pública e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Altos Estudos, no qual apresentou a tese intitulada "O Memorando de Entendimento Brasil-EUA para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis e a Busca de Convergências com as Agendas Energéticas da OEA e do BID".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1991. Tornou-se Segundo-Secretário em 1996. Chegou a Primeiro-Secretário em 2001; Conselheiro, em 2006; Ministro de Segunda Classe, em 2012; e, por fim, Ministro de Primeira Classe, em 2019.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de ter atuado como diplomata em Lisboa, em Tóquio e em Washington, perante a Organização dos Estados Americanos. Foi Coordenador-Geral de Auditoria/Ciset, Chefe da Divisão de Assuntos de Defesa, Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação e Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos com o Congresso Nacional, justamente no tempo em que eu fui Presidente desta Comissão de Relações Exteriores. E aqui quero dar um testemunho pessoal da forma extremamente ética, correta e equilibrada com que desempenhou a sua função, auxiliando-nos no Senado da República, em todas as vezes em que foi chamado, o Embaixador Marcos Arbizu.

Ainda, em atendimento às normas do Regimento Interno, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os países em que o Embaixador vai servir. O documento informa sobre dados básicos desses países, de suas políticas interna e externa, economia e, ainda, sobre suas relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados.

A Nova Zelândia, monarquia parlamentarista, é o segundo maior país da Oceania, formado por um arquipélago com mais de 30 ilhas. Aproximadamente 70% da população é de ascendência anglo-saxã; 15%, de maori; e 16%, de asiáticos e polinésios não maori. O país ocupa a décima quarta posição mundial no que tange ao índice de desenvolvimento humano (IDH).

O comércio bilateral Brasil-Nova Zelândia apresenta quadro modesto. Em 2019, exportamos volume de US$71,94 milhões e importamos US$69,99 milhões. Nossos principais produtos foram café, produtos de origem animal para confecção de fármacos, suco de laranja, pneumáticos e café solúvel. Quanto às importações, foram filés de peixe congelado, aparelhos transmissores, produtos lácteos e xarope de lactose.

No Relatório de Gestão encaminhado pelo Embaixador Paulo Cesar De Camargo, em final de missão na Embaixada em Wellington, destacou que a participação dos serviços na pauta comercial deve-se essencialmente aos estudantes e turistas que o Brasil envia para a Nova Zelândia. Em 2018, o Brasil representou o sexto principal emissor de estudantes estrangeiros na Nova Zelândia – cerca de 3.700 – e enviou 14 mil turistas para aquele país.

O Estado Independente de Samoa, país com o qual o Brasil mantém relações diplomáticas desde 2005, conta com população inferior a 200 mil habitantes. Seus principais parceiros internacionais são Austrália, Nova Zelândia e países da Comunidade do Pacífico. Exportamos para esse país insular enchidos de carne – linguiças, salsichas etc. –, couros, peles e tabaco, e importamos sobretudo produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manufaturados, como memórias (de computador), aparelhos de circuitos elétricos e produtos derivados do zinco.

Já com Tuvalu, nossas vendas praticamente se resumem a petróleo. Trata-se de um pequeno país, que se dedica à pesca e à agricultura de subsistência.

Em 2010, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Kiribati, sendo que seu então Primeiro-Ministro de Tuvalu, Willy Telavi, visitou o Brasil durante a Rio+20, em 2012. E possuem espaço de cooperação em saúde, processo legislativo, pesca, esportes – especialmente futebol –, educação, processamento de lixo, captação de energia solar, formação profissional, políticas para mulheres e saneamento.

Por fim, Brasil e Tonga estabeleceram relações diplomáticas somente no ano de 2011, desfrutando historicamente de posições compartilhadas sobre meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola no âmbito da FAO, desenvolvimento sustentável, direito do mar, segurança energética e alimentar e desarmamento e não proliferação.

Além disso, há espaço para cooperar em educação; gestão de recursos naturais, energia e mudança do clima; esportes, sobretudo futebol; agricultura e segurança alimentar.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Pronto, Sra. Presidente! Missão cumprida.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Nelsinho Trad, por sua dedicação e zelo pela relatoria.

Passo, então, a palavra ao Embaixador Marcos para que ele possa fazer sua apresentação.

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS** (Para expor.) – Muito obrigado, Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores pela confiança em mim depositada com a designação para a chefia da Embaixada em Wellington. Gostaria também de agradecer ao Senador Trad por ter assumido a relatoria da minha indicação e pelas palavras generosas. Por fim, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pela assunção à Presidência da Comissão.

Bem, eu pretendo dividir a minha apresentação em três partes. Na primeira, eu apresentaria uma visão geral da Nova Zelândia e da relação diplomática lateral. Na segunda parte, eu apresentarei um plano de trabalho, linhas de ação a serem seguidas nos principais eixos de atuação da Embaixada em Wellington, e essas linhas estão refletidas no plano de trabalho que foi encaminhado à Comissão. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte final eu dedicarei a uma apresentação conjunta das quatro cumulatividades a cargo da embaixada em Wellington.

Visão geral. A Nova Zelândia é um país desenvolvido, de pequenas dimensões, reduzida população e um notável isolamento geográfico. Em 2019, o Embaixador da Nova Zelândia em Brasília participou de um evento na Apex e, na ocasião, apresentou uma relação de índices globais que oferecem um retrato muito interessante do perfil socioeconômico da Nova Zelândia.

Na ocasião, o Embaixador Langley mencionou, por exemplo, que a Nova Zelândia é o primeiro país do mundo em termos de facilidade para fazer negócios. É o primeiro país do mundo em termos de baixa percepção de corrupção. É o segundo país do mundo em termos de prosperidade. É também o segundo país do mundo em termos de paz. É o terceiro país do mundo em termos de liberdade econômica. É o quarto país do mundo mais generoso. É o décimo quarto país em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). É o vigésimo primeiro país do mundo em termos de inovação. Em 2019, era o vigésimo primeiro país em termos de renda *per capita* – o índice mais atual é vigésimo terceiro. E é o quinquagésimo país do mundo em termos de tamanho de economia, isso em um universo de quase 200 países.

A diplomacia neozelandesa possui alta credibilidade internacional e mantém com o Brasil uma série de posições coincidentes em matéria de livre comércio, eliminação de subsídios, redução de barreiras comerciais, desarmamento, sustentabilidade ambiental.

A economia da Nova Zelândia está fortemente calcada no setor de serviços, que responde a aproximadamente 70% do PIB do país. O setor secundário, industrial, responde por cerca de 20%; e o setor primário responde por cerca de 7%. Senadora, o setor primário da Nova Zelândia representa 7% do PIB daquele país. Ainda assim, ainda assim...

Enfim, e o agronegócio neozelandês está historicamente centrado na criação de rebanhos, ovino e bovino, e na comercialização dos seus subprodutos, entre os quais laticínios, carnes, artigos de couro e de lã.

A produção de *commodities* da Nova Zelândia é também muito forte na área de exportação de frutas, nozes, extrativismo florestal e também atividade pesqueira, mas o que é interessante é que, embora o setor primário neozelandês responda por 7% do PIB, ele é o motor da economia da Nova Zelândia, tendo em vista que representa uma fonte fundamental de captação de divisas que atua com grande efeito multiplicador no restante da economia.

Brasil e Nova Zelândia estabeleceram relações diplomáticas em 1964, e desde então a agenda bilateral vem se intensificando. Em 2001, foi criado um mecanismo bilateral de consultas políticas, que já rendeu oito rodadas de diálogo. A Nova Zelândia é um dos países mais ativos em matéria de política comercial no plano internacional e, como resultado desse ativismo, já possui uma rede de 12 acordos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

livre comércio – 12 acordos de livre comércio. Para se ter uma ideia do grau de inserção da Nova Zelândia no mercado internacional, basta dizer que o comércio exterior da Nova Zelândia corresponde a aproximadamente 53% do PIB total do país.

O principal interesse ofensivo da Nova Zelândia no comércio internacional é o setor lácteo. Para se ter uma ideia, em 2019, a Nova Zelândia foi o primeiro exportador mundial de leite em pó integral, o primeiro exportador mundial de manteiga, o terceiro exportador mundial de leite em pó desnatado e o terceiro exportador mundial de queijo. Mas a pujança do setor primário na Nova Zelândia também, enfim, se expressa, por exemplo, no fato de que em 2018 foi o primeiro exportador de carne de ovinos, o quinto exportador mundial de carne bovina e o quinto exportador mundial de vinhos. Então, enfim, isso dá uma dimensão da importância da Nova Zelândia no comércio internacional de *commodities*.

O comércio bilateral é modesto. Em 2020, o fluxo nos dois sentidos somou aproximadamente US$138 milhões, com um saldo para o Brasil de US$23 milhões. É digno de nota também que os investimentos neozelandeses no Brasil vêm crescendo nos últimos anos. Atualmente, o estoque desses investimentos é de cerca de US$1 bilhão, que é um valor nada desprezível.

No âmbito das relações interpessoais, também vem se verificando um crescimento gradativo, sobretudo em função do fluxo de turistas brasileiros – em 2019, foram cerca de 16 mil – e de estudantes que vão para a Nova Zelândia para fazer cursos de inglês, ensino médio e também ensino universitário – 3.700.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, só um detalhe, por favor. Há algum país da América do Sul em que a Nova Zelândia investe mais do que isso? Ou o Brasil é o primeiro ponto?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Não, em investimentos o Brasil não é o primeiro. Há investimentos maiores no Chile... Com os quais, inclusive, o Chile tem já acordos também de livre comércio.

Então, o fluxo nesse nível interpessoal está aumentando muito, em função de turistas, estudantes, sobretudo no sentido Brasil-Nova Zelândia.

No âmbito da diplomacia parlamentar, também significa um rico intercâmbio entre os dois países e esse fato está refletido em inúmeras visitas oficiais realizadas por Parlamentares brasileiros e neozelandeses.

Parto agora para a segunda parte da minha apresentação, em que eu, então, apresentarei linhas de ação, refletidas no plano de trabalho, a serem seguidas nos principais temas de atuação da embaixada.

O primeiro deles é a observação diplomática: a localização geoestratégica da Nova Zelândia, na Região Indo-Pacífico. Como os senhores sabem, o Indo-Pacífico é a região onde se concentram as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economias mais dinâmicas do mundo: China, Japão, Índia, Austrália e os países da Asean. Eles são agentes econômicos importantes ou com peso crescente na economia mundial.

Enfim, em relação à linha de ação, caso o meu nome venha a merecer a confiança de V. Exas., eu pretendo dar continuidade a um trabalho de produção permanente de inteligência diplomática, sempre amparada na observação da atuação da chancelaria neozelandesa, naquela região.

Ao Brasil, enfim, interessa, embora remotamente, embora esteja muito distante daquela região, mas interessa ao Brasil dar um acompanhamento bem próximo da evolução do quadro geopolítico daquela região e interessa ao Brasil também a estabilidade daquela região por onde transita grande parte do comércio exterior brasileiro.

O segundo eixo que eu gostaria de mencionar são as relações bilaterais, Senadora, especificamente, como eu mencionei, logo no início da minha apresentação, a questão do mecanismo de consultas bilaterais. Como eu disse, desde 2001, nós temos um mecanismo de consultas bilaterais, em que já foram feitas oito rodadas, a nona rodada estava prevista para o ano passado, em Wellington, mas, por conta da pandemia, foi adiada. Portanto, caso a minha indicação venha a ser aprovada por V. Exas., eu pretendo dar continuidade a um processo de coordenação, que tem sido mantido com a chancelaria neozelandesa, com vistas a viabilizar a realização dessa nona rodada com a brevidade possível, seja presencialmente, seja remotamente.

O terceiro eixo de atuação, muito importante da embaixada, é o comércio. O comércio bilateral, como eu disse, é modesto, mas a embaixada em Wellington, enfim, identificou a possibilidade de novas fronteiras a serem exploradas, sobretudo de produtos industrializados, como o setor automotivo, setor de máquinas, parte de máquinas e o setor de têxteis e confecções, que representam itens importantes da pauta importadora da Nova Zelândia.

Além disso, em vista do alto poder aquisitivo e do sofisticado padrão de consumo da média da população neozelandesa, as exportações brasileiras talvez possam se beneficiar da identificação de novos nichos de mercado, de produtos de alto padrão, com maior conteúdo tecnológico, ou ainda, da identificação de setores de serviços mais especializados, sobretudo aqueles ligados a indústrias criativas, como *design*, publicidade e *softwares*.

Portanto, então, caso meu nome venha a merecer a confiança de V. Exas., eu pretendo dar continuidade a um trabalho que é permanente da Embaixada, no sentido de promover exportações brasileiras. Eu mostro aqui, só para dar um exemplo, no ano passado, a Embaixada produziu este guia, atualizou este guia *Como Exportar,* em que são apresentados dados consolidados sobre a Nova Zelândia e sobre procedimentos aduaneiros, enfim, aplicáveis ao comércio exterior. Depois eu deixo uma cópia para a senhora, está bem? Mas enfim, isto aqui é um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Feito pela nossa Embaixada?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Pela nossa Embaixada em Wellington, está bem?

Bom, ainda dentro desse tópico do comércio, eu gostaria de mencionar que já há, já está em curso um diálogo, ainda num estágio muito preliminar, sobre a possibilidade de se abrir uma negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Nova Zelândia. A chancelaria neozelandesa tem atribuído alta prioridade à negociação de um acordo de livre comércio que envolva o Brasil e tem buscado uma aproximação com o Mercosul.

O assunto evidentemente tem que ser aprofundado com os nossos sócios do Mercosul. E nesse processo, terão que ser vencidas as sensibilidades do setor lácteo de alguns países do bloco.

Mas de todo modo, essa é uma área importante, porque uma eventual assinatura de um acordo de livre comércio com a Nova Zelândia potencializaria a nossa capacidade de atuar no mercado...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, com um acordo desse, o que é que poderia aumentar nas nossas exportações? Como é o caso da Rússia, US$360 milhões imediatos; com a Nova Zelândia, o senhor tem alguma previsão, uma estimativa?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Não, estimativa de valor, não, senhora, porque ainda é um diálogo, como eu disse, muito preliminar. Mas o aumento do comércio com a Nova Zelândia depende, em grande medida, disso, porque os nossos exportadores concorrem em desvantagem com grandes atores econômicos da região, que já têm um acordo de livre comércio com a Nova Zelândia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, por isso que eu pergunto, porque de acordo com o volume que pode significar esse acordo, também é o volume do esforço concentrado para efetivar um acordo desse.

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Exatamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Então, se o senhor puder depois dar uma previsão para nós, caso um acordo seja feito, igual eu fiz da União Europeia-Mercosul... A Rússia fez uma previsão. Depois o senhor nos enviaria uma previsão, caso um acordo desse seja feito.

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Está bem, eu encaminharei. Porque essa discussão, Senadora, inclusive...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Só como informação, assim, na linha do que colocou a nossa Presidente Kátia, há um acordo de livre comércio entre Nova Zelândia e Austrália?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Sim.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Já há? Já existe?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Desde 1983. Há muito tempo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Se o senhor pudesse fazer uma escala de um a cinco, esse acordo União Europeia – Nova Zelândia está na escala o quê? Um, três, quatro? Na escala um, ou dois?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Não, eu acho que hoje a prioridade é baixa, até porque, enfim, a gente teria dificuldades para manejar negociações, tantas negociações ao mesmo tempo.

O que é importante também dizer, Senadora, é que o mercado da Nova Zelândia é um mercado muito restrito, são cinco milhões de pessoas. Então uma outra possibilidade que está sendo explorada pelo Itamaraty, mas também num nível ainda muito inicial, é a possibilidade de se conduzir essa negociação juntamente com a Austrália. E aí estaríamos falando de um mercado de 30 milhões de pessoas, não é? Os 5 milhões da Nova Zelândia com 30 milhões da Austrália. Mas assim, eu indico isso como uma fronteira que tem que ser desbravada. É um processo ainda muito inicial, está bem?

O quarto eixo de atuação é a área de investimentos.

Como eu disse, já há um estoque de cerca de US$1 bilhão investidos no Brasil, da Nova Zelândia. Nesse tópico, mais especificamente, também há em curso uma discussão preliminar, também muito preliminar, mas já uma abordagem informal com as autoridades neozelandesas sobre a possibilidade de negociação de um acordo de cooperação e facilitação de investimentos, o que a gente chama de ACFI. Quer dizer, esse instrumento não só proporcionaria ser um marco jurídico mais claro para esse fluxo de investimentos, mas poderia também incentivar, aumentar esses investimentos entre os dois países.

Enfim, caso o meu nome venha, então, a merecer a confiança de V. Exas... Bem, também devo dizer que é um exercício permanente, isso já é feito, mas eu procurarei dar continuidade a esse esforço diuturno da embaixada no sentido de divulgar oportunidades de negócios no Brasil, oportunidades de investimento e também de atração de investimentos.

Com relação ao ACFI, eu estou mandatado, conforme o plano de trabalho entregue à comissão, no sentido de tentar aprofundar essa discussão com as autoridades neozelandesas quanto à possibilidade de assinatura desse acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O quinto eixo é turismo, serviços aéreos. O Brasil é o principal emissor de turistas da América Latina para a Nova Zelândia. Foram 16 mil em 2019, aproximadamente. O que se verifica é uma assimetria nesses fluxos: mais brasileiros vão à Nova Zelândia do que no sentido inverso. O que pode contribuir para, enfim, um reequilíbrio desses fluxos é o estabelecimento de uma linha direta, de uma rota direta entre Brasil e Nova Zelândia. Em 2018 foi aprovado o acordo de serviços aéreos entre os dois países. A partir daquele momento, a empresa Air New Zealand começou a estudar a possibilidade de se estabelecer um voo direto, possivelmente entre Guarulhos e Auckland. Mas, por conta da pandemia, esse projeto foi suspenso.

Portanto, enfim, caso o meu nome venha a ser aprovado pela Comissão e pelo Senado Federal, eu, quando as condições sanitárias permitirem, pretendo retomar o diálogo com as autoridades competentes e acompanhar, junto à empresa Air New Zealand, a viabilidade de se estabelecer essa rota direta entre os dois países. Porque essa rota não só poderá incrementar o fluxo de pessoas, essa rota poderá incrementar o fluxo de cargas. E isso, enfim, poderá beneficiar o comércio bilateral.

Ainda dentro desse tópico de serviços aéreos, a Embaixada em Wellington já encaminhou às autoridades neozelandesas uma proposta tabulada pela Receita Federal do Brasil para assinatura de um acordo pra se evitar a bitributação dos lucros do transporte aéreo, dos transportes aéreos e marítimos internacionais com a Nova Zelândia. A Nova Zelândia recebeu a proposta da Receita Federal, estudou, analisou o documento e apresentou uma contraproposta que, nesse momento, está sendo examinada pela Receita Federal. Caso o meu nome venha a ser aprovado nesta Comissão, estou instruído também para acompanhar a análise desse documento, em Brasília, juntamente com a Secretaria de Estado, porque se trata de um acordo tributário importante.

Segundo agentes da área da aviação, já indicaram que esse acordo tributário é fundamental para viabilizar esse projeto de uma linha direta aérea entre os dois países.

A senhora me dá um pouquinho mais de tempo?

Bom, o último eixo temático, enfim, também muito importante para a atuação da Embaixada e que, enfim, talvez seja a maior vocação da Embaixada, é a área da cooperação bilateral. Eu tenho aqui várias possibilidades de cooperação, mas, por conta do tempo, eu vou me limitar a mencionar a cooperação em ciência e tecnologia.

É importante dizer que a Nova Zelândia é um celeiro dinâmico de pesquisas nos campos mais diversos da biotecnologia, as ciências ambientais, em especial, em áreas como processamento de laticínios, genética animal e vegetal. Também há uma grande complementaridade de pesquisa científica e tecnológica na área de ciências agrárias, notadamente na área de biogás, aproveitamento de biomassa, biocombustíveis e sistemas de rastreabilidade de rebanhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Embaixada em Wellington, também, mais recentemente, identificou um potencial muito positivo de novas áreas de cooperação, como a área de tecnologia digital e de *startups*. Eu mencionei ontem, na nossa conversa – não é, Senadora? –, a Embaixada está explorando possibilidades de cooperação entre *startups*, sobretudo entre aquelas vinculadas a áreas de inovação agrícola, as chamadas *agritechs*. Trata-se, realmente, de uma área com potencial para impulsionar parcerias de benefício mútuo e, caso meu nome venha a ser aprovado por esta Comissão, procurarei dar continuidade a um trabalho que já vem sendo feito pela Embaixada no sentido de divulgar a natureza vibrante do nosso ecossistema de *startups*.

Parto, agora, para a parte final. Preciso de três minutos, Senadora, para falar das cumulatividades.

Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu compartilham a condição de pequenos países insulares. Trata-se de países pequenos, isolados e geograficamente fragmentados, cujos territórios, normalmente, têm uma grande área coberta por terras inférteis. A maior parte da população dessas ilhas se dedica ou a atividades de pesca ou à agricultura de subsistência.

Samoa constituiria uma exceção nesse quadro econômico, digamos assim, pouco auspicioso, já que sua economia vem crescendo continuamente nos últimos anos, graças a medidas econômicas que vêm sendo adotadas desde a década de 1990, medidas essas que renderam à Samoa a reputação de economia modelo do Pacífico.

Um aspecto interessante, também, sobre essas quatro ilhas, enfim, de modo geral, das ilhas do Pacífico, é uma atuação muito proeminente nas negociações internacionais sobre mudança do clima. Isso porque esses países são, particularmente, vulneráveis ao fenômeno da elevação do nível do mar. Isso se explica pelo fato de que, por exemplo, em Kiribati o desnível de relevo é de dois metros. Em Tuvalu, o ponto mais alto da ilha tem sete metros. Quer dizer, a questão, o problema da elevação do nível do mar é uma crise existencial para esses países. Então, eles têm uma atuação muito, muito forte nas negociações internacionais. Bom, o primeiro contato oficial do Governo brasileiro com essas ilhas foi em 2005, quando foi designado um representante especial, que, além de visitar essas quatro ilhas, visitou também Fidji e o Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico, com o objetivo de promover uma aproximação com aquela região.

Embora todos esses quatro países já tenham indicado interesse em receber cooperação técnica do Brasil, até o momento, apenas o Reino de Tonga logrou beneficiar-se de iniciativas de cooperação na área de cooperação agrícola e segurança alimentar, promovidas pela ABC, pela Agência Brasileira de Cooperação.

As demandas de cooperação desses países compreendem um amplo leque de temas. Menciono alguns aqui: saúde, meio ambiente, gestão de recursos naturais, mudança do clima e esportes. No caso de esportes, há uma demanda muito específica por cooperação na área de futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O intercâmbio comercial com esses países é diminuto, estando nossa pauta de exportações concentrada em produtos alimentícios, parte de máquinas e petróleo.

Kiribati merece uma menção específica, porque o comércio bilateral é tímido, mas, no ano passado, Senadora, o comércio bilateral com Kiribati alcançou US$36 milhões – trinta e seis milhões de dólares –, porque foi feita a entrega do primeiro de dois jatos da Embraer para a empresa Air Kiribati.

Enfim, para concluir, há uma avaliação no Ministério de que o adensamento do relacionamento bilateral com esses países depende, digamos assim, da conclusão de um acordo básico de cooperação técnica, e, caso o meu nome venha a ser aprovado por esta Comissão, eu estou instruído a apresentar àqueles países, em que mantive reunião com o diretor da ABC, uma proposta de negociação, então, de um acordo básico, com esses quatro países.

Além disso, também, quando as condições sanitárias se tornarem mais propícias, em coordenação com a área comercial do Itamaraty, procurarei aplicar uma estratégia comercial, de promoção comercial específica para aquelas quatro ilhas, não só para tentar diversificar a pauta de exportações brasileira, mas também para, na medida do possível, ampliar o volume de comércio com esses pequenos países.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador Marcos.

Eu gostaria de destacar a sua aplicação em cumprir a sabatina da CRE, fazendo uma apresentação detalhada, organizada, estruturada, e eu agradeço a consideração por essa medida que nós tomamos.

Eu gostaria...

Senador Anastasia, V. Exa. quer fazer um questionamento?

Sim, pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ah, tá!

Eu tenho certeza de que o seu currículo é capaz de muito mais do que aquilo que o senhor está apresentando aqui em termos de embaixada. O senhor está preparado para vários lugares do mundo, pela sua competência, pela sua determinação, um trabalhador que é. Suas recomendações são muito boas, mas eu gostaria de lhe fazer uma pergunta.

Eu sei que a Nova Zelândia praticamente, se eu pudesse definir... A minha filha fez um intercâmbio de um ano, há muitos anos, na Nova Zelândia. Eu não conheço, não fui; ela que ficou vindo visitar a família pela distância. Mas, pelos indicadores, eu definiria a Nova Zelândia como um pedacinho do céu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

literalmente um pedacinho do céu. Tudo perfeito! Não tem cinco milhões de habitantes, o IDH elevadíssimo, não tem pobreza, uma população quase toda europeia, um clima bem razoável. Enfim, IDH 0,90, é o terceiro do *ranking* mundial. A cidade de Auckland é uma das cidades com melhor qualidade de vida do mundo, entre as dez – pelo menos até um dia desse era. Um PIB *per capita* de US$31 mil, mas um país superimportante, digno de nossa admiração, em gestão pública. A pandemia foi controlada rapidamente, com decisões acertadas, decisões políticas acertadas. Eu tenho todo motivo para admirar esse país.

A minha pergunta é muito objetiva e clara, não tem absolutamente nada a ver com a sua *performance*, com o seu currículo, com a sua competência e, muito menos, com a grandeza individual da Nova Zelândia. Mas eu queria perguntar ao senhor de modo muito pragmático: nós temos 180 postos?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Duzentos e vinte...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Cento e vinte postos.

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Duzentos e vinte postos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Duzentos e vinte postos no mundo.

É isso, Embaixadora Cláudia, 220 postos? Mesmo repetido em quantos países?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Em 150 países.

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Em 150 países. Um dado aproximado...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Certo.

O senhor colocaria a Nova Zelândia em que patamar de importância para os brasileiros, certo? Em que nível? Entre os 30 maiores PIBs – comércio, população – não está porque eu já fiz um estudo muito minucioso sobre esses 30 países. O senhor julga que para os brasileiros a Embaixada da Nova Zelândia está entre os 50 postos mais importantes do mundo? Por quê? Pode responder.

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Posso responder?

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pode.

O que o senhor teria a dizer aos brasileiros? Por que tem que existir a Embaixada do Brasil na Nova Zelândia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Bom, as razões são várias, não é? Quer dizer, a atribuição da diplomacia é multifacetada: representar o Estado brasileiro, defender os interesses dos brasileiros, proteger os brasileiros no país. Enfim, eu posso lhe dar razões em todas essas vertentes de atuação.

Primeiro, eu posso mencionar que nós temos 6,7 mil brasileiros que vivem na Nova Zelândia. Nós temos 16 mil turistas que visitam a Nova Zelândia anualmente. Nós temos cerca de 3,7 mil brasileiros que vão estudar na Nova Zelândia...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Na verdade, eu estou perguntando em termos de embaixada porque, para o cuidado de turistas e estudantes, nós poderíamos ter um consulado, por exemplo.

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Mas há o setor consular que nós temos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Que faz esse... Lá não é embaixada?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Não, lá é embaixada, mas o setor consular é dentro da embaixada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Esse eu entendo bem o que significa, mas em termos de perspectiva...

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) **–** Eu acho que não há consulado onde não há embaixada, não. Há? Há algum país que só tenha consulado e não tenha embaixada?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Não, não.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) **–** Pois é, para ter consulado tem que ter embaixada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Exatamente, o setor consular.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Embaixada pode fazer as vezes de consulado. E o próprio consulado pode fazer o papel no comércio, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor julga que, entre os 50 países, a Nova Zelândia, a Embaixada da Nova Zelândia estaria enquadrada nesses 50 países em termos de importância?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Sim, mas desculpe, se a senhora me perguntar: é o comércio? Não, neste momento, não é o comércio; o comércio, como eu disse, é um comércio modesto.

Eu acho que cada posto, a gente tem que buscar uma vocação para cada posto.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Qual é a vocação específica para a Nova Zelândia?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Eu acho, pessoalmente, que uma vocação importante é a área de cooperação, sobretudo, enfim, como nós, como Brasil e Nova Zelândia são grandes atores no mercado mundial de *commodities*, ambos com tecnologias avançadas nas suas áreas de atuação, em alguns casos até somos concorrentes na exportação de algumas *commodities*...

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) **–** Embaixador, permita-me? Eu acho também que há negócios brasileiros lá na Nova Zelândia. Ao que me consta, boa parte da produção de ovinos na Nova Zelândia hoje está vinculada a empreendedores brasileiros.

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Não tenho essa informação.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) **–** Mas eu tenho quase certeza de que sim.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Não. Absolutamente não.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) **–** Grupos brasileiros já compraram fazendas, frigoríficos de ovinos na Nova Zelândia – eu tenho certeza disso –, em monta significativa, não é nada irrelevante, não.

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Mas eu posso apurar isso.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) **–** Pode. Pode ver que, com certeza, há.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Não, eu vejo muitos brasileiros indo para a Nova Zelândia aprender como se criam ovinos, mas não instalados por lá. Não tenho esse conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Mas compraram frigoríficos, pode ter certeza.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O meu questionamento, Embaixador, é o seguinte: a Nova Zelândia e Austrália são extremamente protecionistas no que diz respeito ao agro.

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** É verdade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É quase impossível entrar lá. Certo? Então, como o consumo é muito pequeno, apesar de uma renda *per capita* muito alta, eu sugeriria, modestamente, ao senhor, se ater ou se empenhar na questão da cooperação de ciência e tecnologia...

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Com certeza.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... tanto na área do agro, pois eles podem nos ensinar, nos ajudar muito nessa cooperação, como na área digital, na área de *startups*, na área da administração pública, em que eles são uns craques. Então, era esta a minha intenção: demonstrar que, por menor que seja o posto, por menor que seja a população, nós temos que identificar...

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** ... a vocação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... a sua vocação. Esse é o ponto. Às vezes, fica batendo em ferro frio que não vai nos dar nada e perde o seu tempo, há o seu desgaste...

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Exatamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... e eles vão continuar como são e dificilmente farão um acordo de livre comércio com o Brasil. Eu até dou razão para eles: seria insuportável para o agro na Nova Zelândia, que é altamente subsidiado, subvencionado. Cada ovelha ganha por cabeça, não é por propriedade rural, e sim por animal. Então, isso é uma decisão política que a gente não tem que criticar, apenas constatar que isso existe.

E acredito nos investimentos. Como lá é muito pequeno, eu até acredito que os investimentos de lá para cá possam ser uma grande possibilidade, investimentos neozelandeses no Brasil. E também transferência de tecnologia genética, banco genético, que eu acho que seria muito importante.

Então, é isso que eu gostaria de colocar. Modestamente, pelo que eu conheço, são anos da minha vida do agro, é quase impossível um acordo de livre comércio com a Austrália e a Nova Zelândia, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na área de tecnologia, eu tenho certeza de que o senhor vai desempenhar um trabalho gigante e poderá nos ajudar muito, com inovação, tecnologia, *startup*, área digital, na área do agro.

E eu lhe desejo muito boa sorte nessas áreas!

Anastasia, quer fazer um comentário?

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Para interpelar.) – Sim, obrigado, Sra. Presidente.

Uma saudação ao Embaixador Marcos Arbizu.

Eu queria primeiro, Embaixador, me permita, fazendo eco às palavras do Relator, o Senador Nelsinho Trad, cumprimentar V. Exa. pelo desempenho que teve aqui na assessoria parlamentar do Itamaraty junto ao Congresso Nacional, especialmente a esta Comissão, durante o último período. Ao fazer este registro, estendo este agradecimento a toda a sua equipe. Durante todo esse tempo, a equipe de V. Exa., com dedicação, com denodo, com empenho, atendeu integralmente, de maneira eficiente, todas as demandas e as cooperações necessárias.

Cumprimento a Embaixadora Cláudia, que o sucede. Certamente, dará continuidade no mesmo nível. E isso é aquilo que eu sempre digo: demonstra a qualidade do corpo diplomático brasileiro, a qualidade de seus membros, dos nossos quadros, que fazem este orgulho.

E eu sempre menciono: eu fiz, recentemente, outro *webinar* internacional pelo Parlatino, cujo grupo eu presido no Brasil, e sempre é feita a referência ao nível da qualidade dos diplomatas brasileiros. Então, isso nos orgulha muito.

E o senhor deixou esse posto e, dada à proximidade, agora vai para a Nova Zelândia.

Como disse a nossa Presidente ainda há pouco, a Nova Zelândia nos dá uma certa imagem idílica, quase que uma imagem de um paraíso, pela geografia, por aquelas cenas de filmes que foram filmados lá, pela qualidade de vida, pelos indicadores, ainda que tenhamos algumas dificuldades. Há ainda uma certa tensão dos maoris, que não está totalmente resolvida. Por outro lado, recentemente, um atentado terrorista que assustou a todos, num extremismo num país totalmente democrático, consolidado, integrante da Comunidade Britânica das Nações, da Commonwealth, e com uma Primeira-Ministra considerada agora a política mais exitosa, como a Presidente lembrou, no combate à pandemia em nível mundial. Então, é um posto importantíssimo.

Como foi lembrado também pela Presidente, é importante essa questão que muito nos agrada da gestão pública, porque a Nova Zelândia é um exemplo. Aliás, foi um dos primeiros países do mundo a substituir o sistema cartorial. Passou tudo a ser autolançamento e tudo digital. É um Governo digital considerado modelo. Então, certamente, a Embaixada terá muito a oferecer nessa cooperação tecnológica para ajudar o Brasil, que, nesse campo, infelizmente, ainda está muito atrasado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão econômica, eu me lembro muito, uns anos atrás – a Senadora Kátia, à época, talvez, Presidente da CNA –, da questão da importação do leite em pó da Nova Zelândia. Aquilo, em Minas, era um pesadelo, porque nós tínhamos uma bacia leiteira imensa. Então, havia um problema muito delicado, e esse trauma, com certeza, se desdobra até os momentos atuais.

Mas eu queria saudar V. Exa. Tenho certeza de que será um grande êxito a sua missão em Wellington. E vai ficar lá, entre as duas ilhas, com certeza, permitindo que esses brasileiros, em número de três mil e tantos estudantes, possam aprender bastante, bem como o fluxo turístico. Parabéns, Embaixador Marcos Arbizu. Muito obrigado por todo o apoio durante esse período aqui na Comissão. Muito obrigado a V. Exa.

Obrigada, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Anastasia.

Muito bem lembrado o trabalho que ele executou no Congresso Nacional, de muita habilidade, de muita amizade, de interlocução com todos os Senadores.

E eu só tenho que lhe agradecer por esse relacionamento, por essa ponte que o senhor fez, tentou fazer a todo momento, do Senado Federal com o Itamaraty. E, lá na Nova Zelândia, vai poder continuar contando conosco para a *performance* do seu trabalho.

Tenho certeza absoluta de que isso que o Anastasia mencionou deve ser registrado. Um acordo de livre comércio, inclusive, é muito nocivo para o Brasil na área do leite, porque, como eles são altamente subvencionados, os produtores de leite, que não recebem nenhuma subvenção no Brasil, também não suportariam, nessa área, esse acordo de livre comércio. Então, em determinados momentos, acho que não interessa a nenhum dos dois países.

Eu vou pedir licença para fazer a votação e volto de imediato.

O Senador Nelsinho Trad ocupará a Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Enquanto isso, alguma consideração a mais que V. Exa. gostaria de fazer?

**O SR. MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS –** Por favor, primeiro, eu gostaria de agradecer as suas gentis palavras, Senador Anastasia. Continuarei à sua disposição onde quer que eu esteja.

Para fazer jus e para ser justo, a Senadora me recomendou uma atuação prioritária em relação a essa cooperação com *startups,* mas, para ser justo com meus colegas em Wellington, esse trabalho já está sendo feito. Nesse processo de preparação para a sabatina, por exemplo, eu participei de duas reuniões já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Associação Brasileira de Games e com a Embrapa, justamente nesse sentido de buscar sinergias entre *startups* dos dois países. Então, darei, na verdade, continuidade a um trabalho que o meu colega em Wellington já está fazendo. É só para deixar o registro, por favor.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Devolvo a Presidência à Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Apuração em reunião aberta.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda à apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Todos os nossos quatro Embaixadores receberam os 17 SIM, pela aprovação de todos os quatro: Tovar da Silva Nunes, Rodrigo de Lima Baena Soares, Otávio Brandelli, Marcos Arbizu de Souza Campos.

Parabéns aos quatro indicados e que vocês possam ter bastante sucesso na nova missão, passando, claro, pelo Senado, pelo Plenário do Senado Federal.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Permite, Presidente?

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Só para fazer um registro. Isso não acontece à toa. Naturalmente, há o mérito individual de cada um dos que foram aqui hoje indicados, mas creio que está aí implícito o grande respeito que todos os brasileiros têm pela instituição Itamaraty, a despeito de quem esteja no Governo, à frente do Executivo, o Itamaraty é uma instituição respeitada pelo povo brasileiro. Acho que o Senado faz esse registro aqui, repito, sem nenhum demérito ou, pelo contrário, só acresce ao mérito de cada um dos sabatinados.

Parabéns a todos!

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigado.

Quero também, Senador Cid, cumprimentar a Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi, que assume o lugar do Embaixador Marcos no novo posto, e cumprimentar e apresentar a nossa Embaixadora Eliana, que será a nossa assessora aqui da Comissão, da CRE, cedida pelo Itamaraty.

Então, mais uma vez, agradeço, desejo boa sorte. Foi uma grande reunião em que estreamos algumas novidades. E eu quero agradecer a participação e a colaboração dos embaixadores em atender à nossa demanda do plano de trabalho. Realmente, foi maravilhoso. Eu não esperava diferente. Vocês têm conteúdo para fazer isso. Hoje nós só demos a forma e uma pequena regra para ser apresentada. Mas é o que vocês fazem sempre.

E gostaria de convidar os embaixadores para que nós pudéssemos tirar uma foto com os Senadores presentes.

E, nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença das autoridades, desejando-lhes êxito e declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Esperidião Amin, Ciro Nogueira, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Jaques Wagner, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso e Mailza Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Chico Rodrigues e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas ao PLDO 2022**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão ao PLN 3/2021, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências". Relatora: Senadora Soraya Thronicke. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e da presente, que é aprovada **Resultado:** Aprovada a apresentação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, **das 4 emendas de texto apresentadas:** 60020004, Anexo III, Seção I, Inciso LXIV, Aditiva, 60020005 Anexo III, Seção I, Inciso LXIV, Aditiva; 60020006 Anexo III, Seção I, Inciso LXIV, Aditiva e 60020007 Anexo III, Aditiva, assim como das seguintes emendas propostas ao **Anexo de Prioridades e Metas**: a) Ação 14XJ – AQUISIÇÃO DE CARGUEIRO TÁTICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS - PROJETO KC-390, com Alteração de Meta: 2, da Senadora Soraya Thronicke, que engloba as emendas dos Senadores Nelsinho Trad, Kátia Abreu, Jaques Wagner e Lasier Martins; b) Ação 123H – CONSTRUÇÃO DE SUBMARINO DE PROPULSÃO NUCLEAR, com Alteração de Meta: 10, do Senador Chico Rodrigues, que engloba as emendas dos Senadores Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad e Kátia Abreu; e c) Ação 6105 – RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC, com Alteração de Meta: 900.000, da Senadora Kátia Abreu, que engloba as emendas do Senador Fernando Bezerra Coelho e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Kátia Abreu**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/14

SF/21336.94149-67
Página: 1/1 14/07/2021 12:57:48
e59c7048a47e62a445dbcd5ae84d5e5295f59b5a
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Bom dia a todos os Senadores e as Senadoras, e todos os assessores e os que compõem aqui a nossa Comissão!

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO 2022), a serem propostas por esta Comissão, tendo como Relatora a Senadora Soraya Thronicke, do Mato Grosso do Sul.

Eu gostaria de pedir licença aos colegas e à nossa Relatora para a leitura de uma nota que nós emitimos em nome da CRE, pelo falecimento do nosso grande Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

A Diplomacia brasileira perdeu um de seus expoentes, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, aos 88 anos de idade. Diplomata de carreira, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima teve atuação marcante e inovadora como Secretário-Geral das Relações Exteriores, durante o período de redemocratização do País, e esteve à frente das Embaixadas do Brasil em Londres, Washington e Roma, umas das embaixadas mais importantes e proeminentes do Brasil no exterior.

Durante seus 46 anos de dedicação à diplomacia e ao Brasil, impulsionou uma nova era nas relações comerciais do Brasil com o mundo voltada para a defesa genuína dos interesses do País. Fortaleceu o departamento de promoção comercial do Ministério das Relações Exteriores de maneira a ampliar o comércio exterior brasileiro, abrindo novas frentes e oportunidades na África e no Oriente Médio, e promovendo produtos e serviços brasileiros até mesmo em economias fechadas como a do Iraque. Em 1990, por ocasião da primeira guerra do Golfo, desincumbiu-se, com brilhantismo e coragem, da missão que lhe fora delegada de negociar a libertação de 450 trabalhadores brasileiros mantidos reféns, como escudos, pelo regime de Saddam Hussein.

Protagonista do mundo diplomático brasileiro e integrante destacado de uma linhagem de homens de ação que marcaram o Itamaraty, exerceu forte liderança e arrebanhou aliados no setor público e no privado, sempre tendo em vista a contribuição que a projeção internacional do País poderia dar ao desenvolvimento nacional. Personalidade cativante, de estilo direto, pragmático, mas firme em suas posições, o Embaixador Paulo Tarso soube como poucos colocar seu talento a serviço da promoção dos interesses nacionais. O legado do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, como visionário do seu tempo e negociador hábil, que logrou aproximar-se e angariar a confiança dos mais ilustres interlocutores e contrapartes, permanecerá vivo, como exemplo e inspiração para as gerações presentes e futuras de diplomatas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero expressar, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, os mais sentidos pêsames à família do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e à Casa de Rio Branco, que hoje se entristece com a perda de um dos seus mais brilhantes diplomatas. Um orgulho nacional, um grande professor em que todos, a grande maioria dos diplomatas, se espelhavam: o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Ele era um conselheiro da República, daquelas pessoas inteligentes que sempre gostam de ouvir os mais experientes, os mais lúcidos. Paulo Flecha de Lima sempre foi esse conselheiro, a qualquer momento e hora, para orientar as pessoas para o rumo certo do Brasil, para o rumo do equilíbrio e, principalmente, para o rumo que fizesse que o Brasil fosse cada vez maior, mais respeitado, mais digno.

E eu quero registrar o gesto do Chanceler França, que abriu as portas do Itamaraty para que ele fizesse a despedida naquela Casa, que ele tanto amou. Foi a primeira vez, na história do Itamaraty, em que foi feito o velório de um diplomata naquela Casa, pela grandeza, pelo que ele significava. Que o Chanceler França e o Presidente da República estejam certos de que toda a Diplomacia brasileira, o Senado Federal reconheceram esse gesto, esse gesto de grandeza que ele teve ao receber o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima naquela Casa!

Levem os meus cumprimentos à Embaixadora Cláudia Buzzi, representante do Itamaraty aqui na nossa Casa, todos os nossos abraços, alegrias e reconhecimento desse momento importante!

Confesso a todos que, durante todo o momento em que lia essa carta, senti muita emoção, me arrepiando o tempo todo. Eu não era amiga íntima do Embaixador, mas eu sabia o que ele significava para o Brasil. E, à frente da CRE, eu fico muito orgulhosa de poder fazer essa pequena e singela homenagem a um homem tão grande quanto ele. Então, muito obrigada a todos.

Continuando os nossos trabalhos, gostaria de fazer as observações pertinentes. Em 12/07/2021, a Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional divulgou o comunicado sobre o prazo de apresentação de emendas neste Colegiado. Rememoramos que a abertura do prazo para recebimento das emendas aconteceu segunda-feira, 12 de julho de 2021, e o encerramento ocorreu às 18h do dia 13 de julho, terça-feira.

Item 3. Foram apresentadas 58 emendas pela Sras. Senadoras, Srs. Senadores, membros desta Comissão, sendo 51 ao anexo de metas e prioridades e 7 ao texto do projeto.

Item 4. Agradecemos a profícua contribuição dos membros desta Comissão pelo empenho na elaboração de relevantes propostas de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Concedo a palavra à nossa competente Senadora Soraya Thronicke, que orgulha as mulheres não só de Mato Grosso do Sul, mas de todo o Brasil, para proferir o seu relatório referente às sugestões de emendas ao PLN 3, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Senadora Soraya.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Sra. Presidente, primeiramente, gostaria de pedir a sua autorização para tirar a máscara devido à nossa distância segura em que nós estamos aqui, nesta sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Eu gostaria também de parabenizá-la pela carta sobre o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e prestar as minhas condolências a toda a família. Realmente, mesmo quem não é muito afeto a esse assunto sabe do nome do Embaixador Paulo Tarso, acho que é um dos mais famosos do nosso País. Então, vão aqui as minhas condolências, e os parabéns ao nosso Chanceler Carlos França por ter oportunizado essa despedida, a última despedida do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Passo à leitura do relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3, de 2021 (PLN 3/2021), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 (LDO 2022) compreenderá: I - as metas e as prioridades da administração pública federal; II - a estrutura e a organização dos Orçamentos; III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos Orçamentos da União; IV - as disposições relativas às transferências; V - as disposições relativas à dívida pública federal; VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, aos empregados e aos seus dependentes; VII - a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento; VIII - as disposições relativas à adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação; IX - as disposições relativas à fiscalização pelo Poder Legislativo e às obras e aos serviços com indícios de irregularidades graves; X - as disposições relativas à transparência; e XI - as disposições finais.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2022, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CRE tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2022: a) texto do projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2022; d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; e) Anexo IV.1 – Anexo de Metas Fiscais; e f) Anexo IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Não há limite ao número de emendas de texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Anexo de Prioridades e Metas será elaborado por meio de emendas de inclusão de ação orçamentária e respectiva meta. A apresentação de emenda para inclusão de ações no Anexo de Prioridades e Metas deve observar o limite de três emendas por Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional.

Encontram-se em análise por esta Comissão 58 propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Chico Rodrigues, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Jaques Wagner, Kátia Abreu, Lasier Martins, Marcio Bittar, Marcos do Val, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Soraya Thronicke. Dentre as propostas, 7 são referentes a emendas de texto e 51 relativas às Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

Passo à análise.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Passo agora ao voto.

Tendo em vista o exposto, somos pela aprovação por parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional das sete emendas de texto apresentadas, assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022: a) Emenda 02, na ação de aquisição de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas, projeto KC-390, da Senadora Soraya Thronicke, que engloba as emendas dos Senadores Nelsinho Trad, Kátia Abreu, Jaques Wagner e Lasier Martins; b) Emenda nº 41, na ação de construção de submarino de propulsão nuclear, do Senador Chico Rodrigues, que engloba as emendas dos Senadores Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad e Kátia Abreu; c) e, por fim, Emenda 33, na ação de relações e negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Senadora Kátia Abreu, que engloba as emendas do Senador Fernando Bezerra Coelho e Randolfe Rodrigues.

Sra. Presidente, quero agradecer a oportunidade desta importante relatoria e dizer que este é o meu relatório.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram muito bem escolhidas as emendas. Apesar de todas as emendas serem muito meritórias, nós temos uma limitação de três. Felizmente, a Câmara dos Deputados aprovou uma grande e ótima emenda, que já diminuiu a nossa angústia com a aprovação. Foram muito bem escolhidas, de acordo com a maioria dos interesses dos Senadores. Acho que o Chanceler, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa, com certeza, ficarão contentes com as nossas escolhas.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

As emendas aprovadas por esta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pois todas serão aprovadas agora, ao meio-dia, na Comissão Mista de Orçamentos, de todas as Comissões da Câmara e do Senado, apenas para informação do e-Cidadania que possa estar nos acompanhando nesta manhã.

Aprovado o relatório, as emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior bem como da presente reunião.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Antes de encerrar, eu gostaria apenas de lembrar os colegas Senadores que estão participando remotamente do nº 2 do nosso jornal, que já foi distribuído hoje. Eu espero sugestões a respeito desse boletim informativo.

Também antes de encerrar, gostaria de relembrar também a memória da Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, que foi uma grande Embaixatriz, esposa do nosso Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e que também desempenhou um papel extraordinário enquanto Embaixatriz do nosso País.

Nada mais havendo a tratar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sra. Presidente, só gostaria de dar as boas-vindas...

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – ... para a Embaixadora Cláudia. Foi muito querida na abordagem com Senadores, e mais uma mulher aqui conosco. Não é?

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Exatamente.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Isso é o que eu acho o mais importante. Quero parabenizar a indicação e desejar a ela sucesso no trabalho.

Obrigada, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Bem lembrado, Senadora Soraya.

E nós temos mais uma novidade: o Chanceler convidou a Embaixadora que estava em Boston, para ocupar o instituto de estudos do Itamaraty. É uma grande Embaixadora, e o nosso Chanceler está atendendo o clamor da CRE, que é o aumento da posição de mulheres embaixadoras em posição de destaque. Nós não queremos apenas mulheres no corpo diplomático, representando o Brasil no exterior, mas também queremos que haja uma alternativa, que haja um equilíbrio nas embaixadas que são categorizadas pelo Itamaraty, tipo A, tipo B, tipo C. Nós queremos as mulheres também no topo e proporcionalmente em todos os lugares. É a Embaixadora Márcia Loureiro, que vai para a Funag, que é a fundação do Itamaraty de estudos, palestras e formação.

Eu deverei ter um encontro com ela e o Chanceler para propor, Senadora Soraya, exatamente que, em parceria com a CRE, nós possamos desenvolver algumas palestras, alguns estudos para os nossos diplomatas no mundo todo, os nossos embaixadores, uma série de palestras com especialistas do agronegócio, da agropecuária, da agricultura familiar, um desenho de todo esse quadro brasileiro, do que é essa grande agricultura, englobando a questão de logística, infraestrutura, meio ambiente. Eu tenho certeza absoluta de que será de grande utilidade, não só com a participação dos Senadores, mas de especialistas que nós temos no Brasil, que poderão fazer um grande debate informativo para que os nossos diplomatas lá fora fiquem cada vez melhores na defesa da imagem brasileira no exterior.

E um outro ponto importante é nós também convidarmos especialistas, além dos Senadores para também fazer uma exposição a respeito do turismo brasileiro, do ecoturismo, da gastronomia, da bioeconomia, de todas essas questões tão importantes que nós temos no Brasil, muito em função de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós possamos também levar essa imagem e que nós possamos aumentar o número de turistas, porque isso gera economia, isso gera PIB e, principalmente, gera emprego.

Eu quero aqui exemplificar, aproveitando a sua presença, lembrar da cidade de Bonito, no Mato Grosso do Sul, que é um lugar espetacular e que com certeza o mundo todo deveria conhecer, assim como o Jalapão, no meu Tocantins, as praias de rios, as serras gerais, que são lugares pitorescos, de uma paisagem ímpar, mas, lá fora, às vezes, os estrangeiros pensam que o nosso turismo é apenas localizado num único Estado e nas praias. E nós queremos que esse turismo do interior, do ecoturismo, que é a nossa proposta... Um dos pilares da proposta da CRE é levar a política externa brasileira até o interior do Brasil, para combater as desigualdades regionais. Então, o turismo é um caminho importante, pois ele gera o emprego menorzinho até o grande emprego. A diversidade de empregos de trabalho no turismo é algo assim espetacular.

Então, eu gostaria – a Embaixadora Cláudia Buzzi está aqui, a nossa representante do Itamaraty – que ela levasse ao Chanceler, falei rapidamente com ele, pelo telefone, mas que nós pudéssemos elaborar essas propostas. E a CRE pode se encarregar do convite aos especialistas de várias áreas, bem diversificados, com sugestão dos Senadores, para que nós pudéssemos fazer essa série de apresentações, de estudos, para debater com os diplomatas, tirarem dúvidas da equipe técnica das embaixadas, do próprio diplomata, do próprio embaixador, para que nós possamos atualizar.

Eu, modestamente, sou uma pessoa, assim como a Soraya, ligada ao setor agropecuário, mas, todos os dias, estou estudando sobre o assunto, porque, todos os dias, há novidades, o mercado é muito dinâmico, as questões vão mudando rapidamente. Então, nós precisamos estar atualizando, todos os dias, além das questões básicas, estruturais, também as questões de mercado.

Então, nós estamos propondo já, publicamente, esta aliança com a chegada da Embaixadora Márcia Loureiro, para que possamos fazer essa parceria com a CRE.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Izalci Lucas e Alessandro Vieira, e ainda do Senador não membro Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Roberto Rocha, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **A Internacionalização do Turismo Gastronômico e da Economia Criativa como Indutores do Desenvolvimento Regional**. **Finalidade:** Debater o tema A Internacionalização do Turismo Gastronômico e da Economia Criativa como Indutores do Desenvolvimento Regional. **Participantes:** Senhor Vinícius Lages, Diretor Técnico do Sebrae de Alagoas e ex-Ministro do Turismo; Senhor Augusto Pestana, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex; Senhor William França, Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo do Ministério do Turismo; e Senhor Alex Atala, Chef. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Kátia Abreu**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Nilda Gondim, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Jaques Wagner, Humberto Costa, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores não membros Rodrigo Pacheco, Zenaide Maia e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Zequinha Marinho, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à Audiência Pública Interativa: **Novo Banco de Desenvolvimento – NDB ("Banco do BRICS"): investimentos e parcerias estratégicas**. **Finalidade:** Debater o "Novo Banco de Desenvolvimento – NDB ("Banco do BRICS"): investimentos e parcerias estratégicas". **Participantes:** Senhor Marcos Troyjo, Presidente do Novo Banco de Desenvolvimento – NDB, presidente do Consórcio Nordeste, o Governador Wellington Dias, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Senhor Bruno Funchal, Diretor do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Senhor André Horta), Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Senhor Luiz Guilherme Rodrigues, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Senhor Sérgio Gusmão, Diretor Executivo da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (ADIAL), Senhor Eduardo Alves, Diretor Executivo da Associação Nacional de Sucos Cítricos (CitrusBR), Senhor Ibiapaba Netto, Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Senhor Ricardo Santin, Embaixador do Chile, Senhor Fernando Schmidt, Embaixador do Paraguai, Senhor Juan Ángel Delgadillo, Embaixador do Peru, Senhor Javier Raúl Martín Yépez Verdeguer, Embaixador do Suriname, Senhor Marlon Faisal, Embaixador do Uruguai, Senhor Guillermo Valles, Embaixador da Colômbia, Senhor Darío Montoya, Embaixadora da Venezuela, Senhora María Teresa Belandria Expósito. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Kátia Abreu**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatorze minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Roberto Rocha, Marcos do Val, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **A Internacionalização da Economia Criativa, da Gastronomia e do Turismo como Indutores do Desenvolvimento Regional**. **Região Sudeste**. **Finalidade:** Debater o tema A Internacionalização da Economia Criativa, da Gastronomia e do Turismo como Indutores do Desenvolvimento Regional. **Participantes:** Senhor João Flávio Veloso Silva, Chefe Geral da Embrapa Alimentos e Territórios - CNAT; Senhor Carlos Alberto Pereira Júnior, Consultor e pesquisador em história cultural; Senhor Roberto Nedelciu, Presidente da Associação das Operadoras de Turismo - Braztoa; Senhor Leônidas Oliveira, Secretário de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais; Senhor André Luiz Lira Reis, Gerente de Gabinete da Diretoria de Marketing, Inteligência e Comunicação da Embratur e Senhora Chef Kátia Barbosa. **Resultado:** Audiência Pública Interativa Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

**Senadora Kátia Abreu**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezessete horas e quarenta e três minutos do dia seis de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Elmano Férrer, Mecias de Jesus, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Giordano, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Angelo Coronel, Carlos Viana, Lucas Barreto, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Acir Gurgacz, Weverton, Alessandro Vieira, Marcos do Val, Styvenson Valentim e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Roberto Rocha e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 29, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor RAFAEL VITALE RODRIGUES, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Mario Rodrigues Junior." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 30, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor FÁBIO ROGÉRIO TEIXEIRA DIAS DE ALMEIDA CARVALHO, para exercer, pelo prazo remanescente do mandato, o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente da renúncia de Weber Ciloni." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 31, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Marcelo Vinaud Prado." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 4, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor GUILHERME SANTANA LOPES GOMES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Tomás Antônio Albuquerque de Paula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoa Filho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 20, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor RONALDO JORGE DA SILVA LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente da renúncia de Eduardo Araujo de Souza Leão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Fávaro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 19, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor LUCIANO GODOI MARTINS, para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Thiago Cardoso Henriques Botelho." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 28, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor LUIZ RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de Juliano Alcântara Noman, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 32, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome da Senhora JOELMA MARIA COSTA BARBOSA, para exercer, pelo prazo remanescente do mandato, o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga decorrente da renúncia de Carlos Afonso Rodrigues Gomes." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 12, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado da Infraestrutura, para debater e analisar o PLS 261 de 2018, que trata do Novo Marco Regulatório das Ferrovias, a segunda pista do aeroporto de Navegantes e tratar do aporte de recursos do Governo Federal e Estadual para obras nas Rodovias Federais no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. A reunião é suspensa às vinte e uma horas e seis minutos, e reaberta às vinte e uma horas e dez minutos. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Eduardo Gomes, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Carlos Fávaro, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze, Acir Gurgacz, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates e Mecias de Jesus. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Dário Berger**

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/06

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Informo que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em wwwsenado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 06122.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras – tudo bem, Senador Carlos Fávaro? –, nós estamos diante de uma maratona que pode se estender significativamente. Nós temos oito indicados e são 18h aproximadamente. Eu gostaria de propor um critério para a gente conduzir as sabatinas dos oito indicados.

Preliminarmente, eu queria sugerir que nós déssemos cinco minutos para cada indicado. Cinco minutos vezes oito já dão 40 minutos. Certamente, mais a leitura dos relatórios – que também não deve ficar por menos de cinco a dez minutos – já dá um tempo bastante significativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se há concordância de que cada indicado teria cinco minutos para fazer a sua apresentação inicial, partimos para outro item.

A outra questão é a questão do disciplinamento propriamente dito. Imagino que nós não deveríamos misturar as agências e os setores. Quer dizer, começamos com a ANTT, depois podemos ir para... De acordo com o relatório, vamos indo, gradativamente, e vamos até o fim.

Se há concordância também, ficamos combinados assim.

Eu pretendo também, nos primeiros momentos já da nossa sabatina, abrir o painel, porque já houve solicitação de outros Senadores e outras Senadoras, que me solicitaram que abrisse o painel, e assim eu pretendo conduzir.

Há mais algum item que eu deveria disciplinar?

Senador Esperidião.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Apenas, Sr. Presidente, eu pediria que V. Exa. estabelecesse um horário, se possível extrapauta ou antes da pauta, para a apreciação do requerimento que nós já lemos, na verdade, até em Plenário. É apenas a formalização na Comissão de um requerimento de uma audiência pública que eu já apresentei, com o seu conhecimento, no Plenário, em junho ainda.

Só esse o pedido que eu lhe faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Eu consulto os Srs. Senadores se veem alguma objeção quanto à inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não havendo, de imediato, então, passo à deliberação, Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Gostaria de fazer a leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

Eu iria fazer a leitura. Já que V. Exa. faz a leitura, melhor ainda.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, se o senhor fizer é melhor ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não. Faz a leitura, por favor.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Requeremos, então, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e analisar três tópicos.

Primeiro, o PLS 261, Marco Legal das Ferrovias, cujo Relator é o Senador Jean Paul Prates, com quem eu já conversei sobre a possibilidade de ele liderar até o debate, uma vez que ele é um profundo conhecedor do assunto, e a matéria é muito relevante. Naturalmente, estaria implícito o convite ao Ministro Tarcísio de Freitas. E já aproveitaríamos para debater dois tópicos da nossa amada província. Trata-se da questão relacionada à segunda pista do Aeroporto de Navegantes, que está inclusive em lide no Supremo Tribunal Federal, e o aporte de recursos do Governo Federal e do Governo estadual para as obras rodoviárias federais de Santa Catarina, com uma particularidade: serão recursos federais que hoje são menores do que os recursos que o Estado de Santa Catarina está autorizado e tem disponibilidade para oferecer, em função do estrangulamento que a nossa economia está vivenciando. E eu acho que isso é uma questão única no Brasil, da qual eu não me orgulho, nem V. Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Coloco em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

Excelência, aprovado o requerimento de sua autoria.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, antes de iniciar os trabalhos nesta Comissão, me permitam rapidamente... Eu gostaria de expressar a minha solidariedade com as famílias e os amigos das mais de 525 mil vítimas do Covid-19.

Nesse estágio de pandemia, todos os brasileiros já perderam algum parente ou amigo próximo para a Covid-19. Sendo assim, nos resta trabalhar em prol da vacinação em massa da nossa população, pois a vacina é a única esperança de voltar a viver uma vida normal.

Na condição de Presidente desta importante Comissão, não posso deixar de lamentar que nossos trabalhos legislativos estejam prejudicados em função da pandemia, o que não permite as Reuniões periódicas. Somos uma das Comissões mais abrangentes e com maior variedade de temas e setores afetados por nossas discussões e decisões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar dessa dificuldade de nos reunirmos, informo aos Srs. Senadores que tenho conversado com o Ministro da Infraestrutura, no sentido de unir esforços na tramitação de projetos que aumentem investimentos em nossa logística, sejam aeroportos, portos, rodovias, saneamento, etc.

Diante de tamanha abrangência, esta Comissão terá um papel destacado na retomada econômica pós-pandemia, tendo em vista que um país não cresce e não se desenvolve se não investir em infraestrutura.

O Relatório da Competitividade Global, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, mostra que, dentre 140 países, o Brasil ocupa a posição 78 no indicador relacionado à infraestrutura geral. Nossa situação piora ainda mais se pegarmos dados mais específicos, como, por exemplo: ocupamos a posição 116 no quesito qualidade das rodovias brasileiras. No quesito eficiência do transporte aéreo, ocupamos a posição de nº 85; quanto à eficiência das rodovias e das ferrovias, ocupamos a posição de nº 86. Ficamos na posição de nº 102 ao analisarmos os países com menor perda na transmissão de energia elétrica.

Para melhorar essa situação, precisamos retomar os investimentos públicos em infraestrutura e, ao mesmo tempo, criar mecanismo de desburocratização para que o setor privado também possa investir ainda mais.

As crises econômicas enfrentadas pelo País, nos últimos anos, tiveram forte impacto sobre os investimentos públicos e privados em infraestrutura, que caíram cerca 31%, entre 2014 e 2019.

Em 2020, o Brasil investiu cerca de 124 bilhões em infraestrutura, o que corresponde a cerca de 1,8% do PIB. Esse volume de investimento é suficiente para que o Brasil suba de patamar no seu estoque total de infraestrutura, importante indicador de desenvolvimento econômico e competitividade.

Para que os senhores tenham a ideia, se quisermos alcançar a média global de estoque em infraestrutura, precisaríamos investir quase 5% do PIB no setor, durante 20 anos consecutivos.

Diante dessa situação, é preciso que o Estado brasileiro tenha protagonismo no financiamento de projetos privados, especialmente via BNDES, e também assuma suas responsabilidades de investimento público direto.

Investir em infraestrutura melhora a competitividade brasileira e gera milhares de empregos diretos e indiretos, fazendo com que nossa economia volte a crescer.

Por fim, tenho convicção de que nossa reunião de hoje será absolutamente produtiva. Além de sabatinar os indicados do Governo Federal às direções das agências reguladoras, tenho certeza de que todos nós faremos uma reunião serena, tranquila e respeitosa.

Isso posto, eu consulto os nossos técnicos se dá para aumentar um pouco o som.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Estão ouvindo bem? Está perfeito?

Vai aumentar?

Pois não, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em respeito às restrições de ordem sanitária vigentes nas dependências do Senado Federal e às peculiaridades das reuniões semipresenciais, dividiremos a reunião de hoje em dois blocos ou em três blocos. Vamos fazer por setor, como eu tinha mencionado.

No primeiro bloco, nós vamos sabatinar os três indicados para a ANTT e, no segundo bloco, daremos sequência de acordo com a agenda que já foi distribuída. Embora dividida em blocos, o processo de votação será unificado. Vamos fazer uma votação única para os oito indicados, senão os Senadores vão ter que votar várias vezes, vão ter que entrar na maquininha várias vezes, o que é indesejável no meu modo de entender.

Cada bloco se inicia, então, com a apresentação dos relatórios. Feitas as leituras, chamaremos os indicados para que, alternadamente, tomem assento à mesa e façam suas exposições, limitadas a cinco minutos. Vamos dar cinco minutos, então, para cada indicado, com a tolerância, evidentemente, de um minuto, de preferência, ou algo semelhante.

Após as exposições, se necessária a liberação da mesa, os indicados poderão ocupar um lugar designado no plenário da Comissão, do qual responderão as questões que venham a ser formuladas.

No final de cada bloco de exposição, será concedida a palavra às Sras. e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar os indicados, conforme a ordem de inscrição. Portanto, já fica aberta a ordem de inscrição para que os Senadores possam fazer as suas respectivas inscrições.

Os questionamentos deverão ser expressos pelos membros em até dois minutos, com a devida tolerância, porque... Quem me dera cortar a palavra de um Senador, não é?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor está ansioso por isso, não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mesmo tempo...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O califa aqui está dizendo que o senhor está ansioso para poder cortar a palavra!

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Estou ansioso para não cortar a palavra dos Senadores.

O mesmo tempo será destinado às respostas dos indicados, com tolerância também de um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 1**

**MENSAGEM (SF) N° 29, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor RAFAEL VITALE RODRIGUES, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Mario Rodrigues Junior.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.*

Relatoria: eminente Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, então...

Eu vou... Nós temos três indicados para ANTT e temos duas cadeiras. (*Pausa.*)

Então, eu vou chamar os dois convidados, o primeiro convidado é o Dr. Rafael Vitale Rodrigues e o Sr. Fábio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho, para ocuparem os lugares aqui.

Também a indicação do Sr. Fábio é de autoria da Presidência da República. O Relator é o Senador Eduardo Gomes. O relatório também está pronto para deliberação e leitura.

**ITEM 2**

**MENSAGEM (SF) N° 30, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor FÁBIO ROGÉRIO TEIXEIRA DIAS DE ALMEIDA CARVALHO, para exercer, pelo prazo remanescente do mandato, o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente da renúncia de Weber Ciloni.*

**Autoria:** Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

E o próximo representante da ANTT é o Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio.

**ITEM 3**

**MENSAGEM (SF) N° 31, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato de Marcelo Vinaud Prado.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

A relatoria é do Senador Wellington Fagundes.

Começaremos assim então.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, Relator do Sr. Rafael Vitale Rodrigues, para exercer o cargo de Diretor-Geral da ANTT.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. e os Srs. Senadores, os senhores indicados, especialmente o indicado engenheiro Rafael Vitale Rodrigues.

Eu vou, Sr. Presidente, a bem da economia de tempo, me abster de descrever a totalidade do currículo do indicado, até porque o relatório, neste ponto, também sintetiza. E eu acredito que eu posso resumir o currículo do indicado dizendo o seguinte: o Sr. Vitale é engenheiro civil; exerce cargo de analista de infraestrutura; e é especialista em engenharia ferroviária. Portanto, tem a ver com o requerimento que nós aprovamos aqui, e ele acompanhou, que é da audiência pública para apreciar o Projeto de Lei 261, cujo Relator é o Senador Jean Paul Prates. Estou repetindo o que nós já fizemos. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidente que essa experiência tem alta relevância para a ANTT e, sendo mestre em engenharia de transportes, tem um elemento a mais no seu currículo, que eu resumiria dessa forma.

O meu relatório também focaliza a conjuntura, o contexto em que esta indicação está sendo apreciada. E fiz isso por um dever de consciência, uma vez que eu não posso, ao longo da minha vida pública, deixar de tornar público o que publicamente se sabe a respeito de uma circunstância.

1- Esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em dezembro último, realizou a sabatina do Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto e aprovou a sua indicação para o cargo de Diretor-Geral da ANTT – isso não pode ser ignorado. Essa indicação foi retirada no dia 28 de junho último e deu lugar à indicação do Sr. Rafael Vitale Rodrigues, ocorrida no dia 2 deste mês.

2- A esse fato soma-se a ocorrência da operação da Polícia Federal, batizada de Amigo da Onça, conforme veiculado na mídia já no dia 14 de abril, operação essa que busca elucidar suposta tentativa de intimidação de diretores, bem como suposta tentativa de obtenção de vantagem ilícita por parte de pessoas e empresas com interesses financeiros em processos que correm no âmbito da ANTT.

É do conhecimento público que a Polícia Federal cumpriu, no âmbito dessa operação, nesta data mencionada, dois mandados judiciais de busca e apreensão, expedidos pelo Juízo da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Diante desses fatos, eu solicitei à Advocacia desta Casa atuação junto à Seção Judiciária do Distrito Federal para obtenção de inteiro teor de inquérito policial que trata da referida operação realizada pela Polícia Federal com autorização judicial. Pretendemos, assim, obter informações junto àquele juízo a respeito do referido inquérito policial, tais como nomes de investigados, crimes em investigação, medidas judiciais proferidas – se já tiveram ocorrido –, fatos apurados, se já houve emissão de relatórios da Polícia Federal, bem como outras informações que possam subsidiar a decisão do Senado.

Em resposta, o Núcleo de Processos Judiciais desta Casa está pesquisando no sítio, no *site* do processo judicial eletrônico da Polícia Federal com o número de Ação Penal 1008919-43.2021.4.01.3400, e não obteve resultado algum, tendo em vista a decretação de segredo de justiça que ocorre em demandas dessa natureza.

Posto isso, a Advocacia do Senado apresentará ainda petição junto àquele juízo solicitando as informações por mim requeridas.

3- Não menos importante, temos um imbróglio que envolve a outorga de autorizações para operação de rota de transporte rodoviário interestadual de passageiros, que culminou com denúncias apresentadas ao Tribunal de Contas da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O TCU determinou, cautelarmente, que a ANTT se abstenha de outorgar novos mercados e novas autorizações de transporte coletivo rodoviário de passageiros interestadual e internacional até a decisão de mérito do tribunal.

Aqui, no Congresso Nacional, houve a proposta do Decreto Legislativo nº 752, de 2019, que visava a sustar o Decreto nº 10.157, de 4 de dezembro de 2019, do Presidente da República, que institui a Política Federal de Estímulo ao Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual e Internacional de Passageiros, e a apresentação de Projeto de Lei nº 3.819, de 2020, que altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar que o transporte terrestre coletivo interestadual e internacional de passageiros desvinculado da exploração da infraestrutura seja realizado por meio de permissão.

Este é o contexto, que está em aberto, e eu entendo que nada afeta a indicação do Dr. Rafael Vitale Rodrigues, cujo currículo se apresenta em absoluta e perfeita condição de ser por nós avaliado nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, restando às pendências policiais e jurídicas que sigam o seu caminho próprio. O que eu não poderia é deixar de trazer a lume o contexto que cerca a atividade regulatória que terá, uma vez aprovado o nome do Dr. Rafael, a sua regência e a dos seus pares também indicados neste momento.

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos, conforme combinamos, ao segundo relatório.

Vou pedir licença para os senhores para passar para o item 3, do Senador Wellington Fagundes, para conceder a palavra a S. Exa. para proferir o relatório do Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de agradecer a V. Exa. pela confiança em mim depositada para fazer este relatório em que, com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e em conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Senhor Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 31, de 2021 (Mensagem nº 320, de 2021, na origem), à qual se encontram anexados o currículo do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio é cidadão brasileiro, formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais. Possui pós-graduação em Gestão Jurídica e de Contencioso pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e é mestrando em Direito Econômico e Desenvolvimento pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constata-se que o indicado apresentou as informações exigidas pelo art. 383, inciso I, alínea "b", itens 1 a 5, do Regimento interno do Senado Federal:

• de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à ANTT;

• de não exercício de outra atividade profissional e não participação como sócio, proprietário ou gerente em empresas ou entidades não governamentais;

• de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte, onde reside;

• de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte no âmbito da Justiça Federal e do Estado de Minas Gerais; e

• de não participação em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Também foi apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo, exigida pelo Risf, art. 383, inciso I, alínea "c". No documento, o indicado afirma ter "experiência de mais dez anos na advocacia no segmento de transporte, logística e infraestrutura, com forte atuação no direito administrativo, cível e regulatório", sendo os últimos dois anos na Confederação Nacional do Transporte (CNT), onde exercia o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, na condição de celetista.

Foi juntada ainda aos documentos declaração assinada pelo Sr. Paulo Teodoro do Nascimento, que atesta que o sabatinado exerceu, em empresa da qual o declarante é sócio titular, "a função de Gestor, considerada de chefia, estando situado [o Sr. Guilherme Sampaio] nos dois níveis hierárquicos mais altos" daquela organização, "durante o período de julho de 2013 a novembro de 2018", ou seja, por cinco anos e quatro meses ininterruptamente. Aduz ainda o declarante que, como gestor jurídico, o sabatinado era "responsável pela FETCEMG (Federação das Empresas de Transportes de Carga no Estado de Minas Gerais) e do SETCEMG (Sindicato das Empresas de Transporte de Carga e de Logística do Estado de Minas Gerais), entidades sindicais econômicas representativas das empresas de transporte rodoviário do Estado de Minas Gerais".

No que tange à Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, é considerado cargo de chefia superior, para fins de comprovação de experiência profissional mínima de quatro anos para os diretores de agências reguladoras, "aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe mencionar que, embora não tenha havido declaração específica fornecida pelo indicado, segundo o conjunto das informações apresentadas, este não mantém, ou manteve, nos últimos 12 meses, vínculos com empresas exploradoras de atividades reguladas pela ANTT, pelo que não se enquadra nas situações de impedimento previstas nos incisos I a III do *caput* do art. 58 da Lei nº 10.233, de 2001.

O parágrafo único do mesmo artigo torna "impedido de exercer cargo de direção o membro de conselho ou diretoria de associação, regional ou nacional, representativa de interesses patronais ou trabalhistas ligados às atividades reguladas pela respectiva Agência", que é o caso da CNT. Contudo, consta que o candidato não era membro do conselho ou da diretoria da CNT, mas, sim, empregado daquela Confederação, na função de Chefe de Gabinete da Presidência, motivo pelo qual entendemos não se enquadrar nesta vedação. Como eu disse, ele era funcionário – é funcionário – celetista.

Diante do exposto, entendemos que os ilustres Parlamentares desta douta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com os arts. 53 e 58 da Lei nº 10.233, de 2001.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou pedir licença a V. Exas., uma vez que o Relator do item 2, que é o Senador Eduardo Gomes, ainda não chegou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Chegou? Cadê o Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Brigadeiro Eduardo Gomes.

Como Líder do Governo...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, pela ordem o Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Assim como em todas as reuniões que tivemos, ontem e hoje, das Comissões, eu queria sugerir a V. Exa. a possibilidade de começarmos – a gente já abriu o painel – a votação, visto que teremos aí um longo tempo e que muitos, também, têm compromissos. Eu, por exemplo, estou agora em outra Comissão. Deverei, daqui a pouco, estar lá para relatar também.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou submeter a sugestão do Senador Wellington Fagundes à deliberação das Sras. e dos Srs. Senadores. Se houver concordância, abriremos o painel, assim que...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Acho que o painel já está aberto. Não, Presidente? O painel já está aberto. Não está?

O painel já está aberto, não está?

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já está aberto?

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Já. Já está aberto o painel para votação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já está aberto.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já está aberto?

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já está aberto.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já estamos votando?

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já.

Então, vamos ao item 2 da pauta.

**ITEM 2**

**MENSAGEM (SF) N° 30, DE 2021**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor FÁBIO ROGÉRIO TEIXEIRA DIAS DE ALMEIDA CARVALHO, para exercer, pelo prazo remanescente do mandato, o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente da renúncia de Weber Ciloni.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

A relatoria é do eminente Senador Eduardo Gomes.

Com a palavra V. Exa. para proferir o relatório.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa., todos os Senadores e Senadoras e os nossos ilustres indicados à Agência de Transportes Terrestres, o Dr. Rafael Vitale Rodrigues e o nosso amigo Fábio Rogério de Almeida Carvalho, de cuja indicação passo a ler o relatório agora.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e sabatinados, chega para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura a Mensagem nº 30, de 2021, da Presidência da República, que indica o Sr. Fábio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para o período remanescente que decorreu da renúncia do Sr. Weber Ciloni.

Fábio Carvalho nasceu em Brasília, em 1976, tendo cursado Direito pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília (UniCeub). Fez MBA em Defesa da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas; pós-graduação em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pós-graduação em Direito do Estado pela Atame; pós-graduação em Direito Público pela Faculdade Processus; curso preparatório de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro; curso de Política Regulatória Avançada pela George Washington University, nos Estados Unidos; Teoria da Regulação pela Cooperação da London School of Economics and Political Science, na Inglaterra, com a Hertie School of Governance, da Alemanha.

Quanto à atuação profissional, o indicado dá conhecimento a um extenso currículo na área da regulação, o qual vem exercendo após sua experiência como tenente do Exército Brasileiro entre os anos de 1997 e 2002. A atuação no campo da regulação inclui tanto atividades como professor de diversas disciplinas do magistério superior, mas principalmente na ANTT, órgão para o qual foi aprovado para o cargo de Especialista em Regulação em 2005 e no qual chefiou diversas superintendências e gerências, inclusive a Superintendência Executiva da autarquia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atuou também como Gerente de Projetos na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, entre 2011 e 2012, e atua como Diretor de Estruturação e Articulação de Parcerias do Ministério da Infraestrutura desde janeiro de 2019.

O indicado apresentou todas as declarações de nada consta determinadas pela legislação pertinente do Regimento Interno.

Por fim, em relação aos aspectos formais, o indicado fez constar a argumentação escrita, em que declara a sua experiência profissional e formação técnica compatível com o cargo de Diretor da ANTT, bem como afinidade intelectual e moral para o seu exercício. Nessa argumentação, o Sr. Fábio Carvalho ressalta a sua experiência profissional e de magistério e a sua contribuição para a celebração de contratos de parceria em "mais de 70 empreendimentos de infraestrutura, entre rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, que resultam na contratação de mais de R$60 bilhões" ao setor.

Diante do exposto, entendemos que a Mensagem nº 30, de 2021, cumpre com as exigências formais determinadas pela legislação pertinente e pelo Regimento Interno e que, lido o relatório que apresentamos, a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para a deliberação acerca da indicação do Sr. Fábio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho para exercer o cargo de Diretor da ANTT.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Sucesso aos indicados!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Feita a leitura dos relatórios, vamos ouvir os nossos sabatinados, os nossos indicados.

Vamos, pela ordem, conceder a palavra, então, ao Dr. Rafael Vitale Rodrigues, para, no tempo aproximado de cinco minutos, fazer a sua apresentação.

**O SR. RAFAEL VITALE RODRIGUES** (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, Presidente.

Boa noite, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Primeiramente, eu gostaria de fazer alguns agradecimentos: ao Ministro Tarcísio e ao Secretário Executivo Marcelo Sampaio, pela confiança; ao Presidente da República, por encaminhar a mensagem a este Senado Federal; ao Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Dário Berger, por pautar a indicação nesta reunião; ao Relator, Senador Esperidião Amin, pela avaliação do meu currículo; aos servidores da agência, pelas várias mensagens de apoio; e, por fim, à minha esposa Sara, minha companheira e conselheira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Rafael Vitale Rodrigues, nascido em Presidente Prudente, interior de São Paulo, hoje com 41 anos, graduado em Engenharia Civil, com especialização em Engenharia Ferroviária, Administração Pública e atualmente cursando também MBA de finanças. Tive também a oportunidade de fazer um mestrado internacional em Engenharia de Transportes, com ênfase em Ferrovia, onde eu concluí uma monografia com o título de *Os Impactos da Conteinerização de Grãos na Operação Ferroviária*.

Profissionalmente iniciei minha carreira no ano de 2004, logo após ter me formado como engenheiro civil. Trabalhei por nove anos na iniciativa privada, quando, em 2012, passei no concurso público de Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia e iniciei minha carreira na administração pública federal, primeiramente no Dnit, onde trabalhei na Coordenação-Geral de Preços Novos daquela autarquia.

Depois fui transferido para o Ministério dos Transportes, Departamento de Ferrovias, onde se deu toda a minha especialização no setor ferroviário. Lá, trabalhei com a Ferrovia Norte-Sul, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a Ferrovia Transnordestina, entre outros projetos. Também, por um curto período, dentro do Ministério dos Transportes, à época, assumi interinamente a Coordenação-Geral do Programa de Investimentos em Infraestrutura de Transportes, por meio de recursos da Cide-Combustíveis, que supervisionava o investimento desses recursos nos 26 Estados e no Distrito Federal. Um período também bastante intenso, de bastante serviço, onde nós conseguimos destravar muitos investimentos que vinham sendo represados em alguns Estados.

Com a integração de Ministério dos Transportes, Secretaria de Portos e Secretaria de Aviação Civil, já como Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil, eu assumi um posto de coordenação na Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, já com uma atuação muito mais transversal dentro da pasta, com uma visão multimodal. Com a criação do Ministério da Infraestrutura, a Assessoria Internacional passou a ser chamada, então, de Assessoria Especial Internacional e Institucional, e era o grande canal de comunicação com os investidores do programa de concessões que o Ministério da Infraestrutura vem conduzindo. Então, a gente participava intensamente de eventos, nacionais e internacionais, com investidores nacionais e internacionais, para promoção dessa carteira, atração desses investimentos, o que foi bastante importante e tem trazido bastante frutos ao longo desses últimos dois anos e meio praticamente. Também participei, nesse período, na Assessoria Especial Internacional e Institucional, da 3ª Conferência Ministerial Global sobre Segurança Viária, representando o Ministério.

Por fim, fui transferido para a Casa Civil, na Subchefia de Articulação e Monitoramento, onde, primeiramente, assumi o posto de Subchefe Adjunto de Infraestrutura, numa visão ainda muito mais transversal, porque excede os transportes e tinha uma visão muito mais global da infraestrutura, passando por transportes, energia, habitação, saneamento, etc. E, mais recentemente, há dois meses, assumi o posto de Subchefe Adjunto Executivo, e isso me gabaritou para ter um conhecimento bastante amplo da Esplanada: do funcionamento dos órgãos e de como as decisões são tomadas no alto escalão do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, considerando a minha formação acadêmica e experiência profissional, sinto-me apto a exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Caso esta nobre Casa me confira tal responsabilidade, exercerei uma versão transparente, com independência, mas prestando obediência às leis e buscando alinhamento junto ao Ministério. Promoverei sempre o diálogo, buscando harmonizar os interesses do Estado, do Governo, dos agentes regulados e dos usuários.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Só vou pedir aos nossos técnicos que, quando chegar a marca dos cinco minutos, toquem a nossa sineta, porque daí nós daremos mais um minuto de tolerância para concluir o pensamento, e eu controlo aqui, se for necessário dar mais 30 segundos, ou 40 segundos, ou 50 segundos, ou mais um minuto. Não vai ser um minuto a mais, um minuto a menos que nós vamos deixar de...

**O SR. RAFAEL VITALE RODRIGUES** – Espero não ter passado do tempo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está perfeito.

Agora vamos ouvir, então, o Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, cujo relatório foi feito pelo Senador Wellington Fagundes. Obedecendo à mesma ordem inicial, depois passo a palavra para o senhor.

O senhor tem a palavra, então, para fazer a sua manifestação.

**O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, boa noite a todos. Boa noite, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Quero aqui agradecer pela disponibilidade dos senhores de estarem aqui e me ouvirem.

Inicio agradecendo imensamente à Presidência da República pela minha indicação à Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Dessa forma também quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes, que relatou a minha mensagem – e aqui faço o registro de que o acompanho, pela grande liderança que exerce na Frente de Logística e Infraestrutura. E também cumprimento os demais Srs. e Sras. Senadoras por todo papel e toda dedicação exercidos em prol do desenvolvimento da logística e da infraestrutura nacional.

Também quero aqui cumprimentar meus demais colegas indicados à agência reguladora e às demais agências reguladoras, bem como todos os servidores públicos que aqui se encontram e contribuem para a realização desta reunião neste momento de pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, sendo o mais objetivo possível e não sendo extensivo em tomar o tempo dos demais Senadores e colegas que irão me suceder, inicio com a minha formação acadêmica. Sou formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais; sou especialista em Gestão Jurídica de Contencioso, pelo Ibmec; tenho também especialização em conclusão, já com o projeto aplicativo apresentado, em Gestão Empresarial, pela Fundação Dom Cabral; e me encontro mestrando em Direito Econômico e Desenvolvimento, pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Reforço que a minha trajetória profissional inclui também a participação em projetos de pesquisa, realização e confecção de artigos, participação de webinários, todos envoltos da temática de transporte e infraestrutura.

Aqui com relação à minha vida profissional – e tenho até que fazer um registro muito importante –, ela se confunde com o transporte. Desde o início da minha atividade, dediquei à logística e à infraestrutura, atuando, sobretudo, no início da minha vida profissional no que se refere à advocacia, ao Direito Cível, Administrativo, Constitucional e Regulatório. Tive a oportunidade – e digo isso durante todo esse período de atividade – em auxiliar no processo de elaboração, monitoramento e elaboração de políticas públicas e normativos de regulação em todos os modos de transporte e tive a oportunidade de fazer uma interface com todos as agências reguladoras, em especial a Agência Nacional de Transportes Terrestres, onde o transporte rodoviário é a minha origem – o transporte rodoviário de cargas, passageiros e rodovias –, tendo agora, nos últimos anos, podido me dedicar também às ferrovias, inserindo maior intermodalidade. Nisso, também tive o envolvimento diretamente com outros órgãos, como Inmetro, Denatran e os demais entes envolvidos no tema.

Trago aqui também – e posso citar alguns exemplos mais objetivos – o acompanhamento e a contribuição na renovação antecipada das concessões ferroviárias, porque tivemos duas importantes antecipações e também teremos outras, e importantes desenvolvimentos de novas modelagens de concessões rodoviárias e também regulamentação no setor de transporte rodoviário de cargas, entre outros.

E quero aqui registrar, de uma forma muito importante, a minha satisfação e a minha honra de ser indicado a exercer o cargo de Diretor da ANTT, algo que muito me honra e me apraz.

Esta agência é responsável por regular os principais modos de transporte que transportam cargas e passageiros pelo País. Dizemos aqui: 65% da carga passam por nossas rodovias, 15% passam pelas ferrovias e mais de 90% dos passageiros, também pelas nossas rodovias. E acresço que estamos num momento muito importante da agência reguladora, que vem num processo não só de antecipação de concessões, de novas concessões rodoviárias, mas também de antecipação das ferroviárias e implementação de mecanismos e modelagens de dispositivos modernos. E aqui faço um registro da questão do *free-flow*, que foi aprovado recentemente por esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso meu nome seja aprovado por esta Casa, pautarei minha conduta pelos princípios norteadores da ANTT, quais sejam eles – e quero aqui elencá-los de uma forma bem objetiva – da autonomia e independência, interesse nacional e de promoção do desenvolvimento econômico e social, unidade nacional e integração regional, proteção dos interesses dos usuários quanto à qualidade e à oferta de serviços de transporte, modicidade tarifária, preservação do meio ambiente, liberdade de escolha, estímulo à competitividade e estímulo à intermodalidade, em tudo buscando manter a sustentabilidade existente no sistema.

Como papel, teremos de implementar políticas públicas, garantindo a movimentação de pessoas e de bens, em cumprimento aos padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade e pontualidade.

Também pautarei a minha atuação, assim como a da agência, em harmonizar os objetivos dos usuários, das empresas, sempre preservando o interesse público, porque esta é a finalidade que se tem de exercer da agência. E ressalto a importância de interlocução com as demais agências reguladoras, quando se faça, com relação à implementação da intermodalidade, algo que esta Casa vem muito a prezar e estabelecer.

E quero fazer dois, três registros finais aqui da questão da agenda regulatória, implementada pela ANTT no biênio 2021/2022, temas de suma importância, em que se tem valorizado a participação social em reuniões participativas, consultas públicas e audiências públicas.

E quero concluir que a minha contribuição junto à ANTT será em procedimentos administrativos, regulatórios e normativos que reforcem o papel da agência como indutora de desenvolvimento do transporte do País, gerando investimentos, emprego, renda, com previsibilidade, segurança jurídica e diálogo com a sociedade e demais órgãos governamentais.

E um registro final, Senadores e Senadoras. Quero aqui colocar o meu reconhecimento, a minha admiração por todos os servidores públicos da agência. É de notório conhecimento, não só em Brasília, mas em todo o País e também nos países lindeiros, a *expertise* que têm e o trato com a coisa pública. E espero, muito, com a minha experiência e formação, contribuir.

Quanto à idoneidade, responsabilidade, ética e zelo, o Senador Wellington já elencou e os documentos estão acostados.

E quero aqui reiterar os meus agradecimentos e também a minha disponibilidade para esclarecer o que se faça necessário.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao item 2, então, para ouvirmos o Sr. Fábio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho.

O senhor tem a palavra por cinco minutos.

**O SR. FÁBIO ROGÉRIO TEIXEIRA DIAS DE ALMEIDA CARVALHO** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Saúdo o Presidente da Comissão de Infraestrutura. Agradeço a oportunidade.

Saúdo o meu Relator, Senador Eduardo Gomes, que trouxe nosso relatório para esse dia de hoje.

Faço meu registro de agradecimento, de modo especial, ao Ministro Tarcísio, ao Secretário Marcelo Sampaio, à Secretária Natália Marcassa, que permitiram que o nosso trabalho pudesse aparecer, frutificar e hoje chegar a essa honrosa indicação à apreciação dos senhores aqui do meu nome para ocupar um cargo de diretor na ANTT.

É uma honra e um privilégio para mim, sendo servidor da casa, servidor, desde 2005, da ANTT, concursado da agência. Eu tenho certeza de que hoje é o dia mais importante da minha carreira, pelo fato de estar aqui neste momento.

Eu ingressei em 2005 – não vou me estender no que a gente já vinha falando aqui, o relatório foi bastante completo, ao relatar, ao contar um pouco da nossa trajetória –, mas o que eu me recordo, e é importante que eu assevere, é o exercício dessa função técnica, que me possibilitou, além de escrever notas técnicas, participar de audiências públicas, construir soluções regulatórias. Foi me destacando a possibilidade de começar a exercer funções executivas no âmbito da própria ANTT.

Tive, então, a oportunidade de assumir quatro superintendências diferentes, atuando com regulação econômica, como Superintendente Executivo. Em decorrência dessa experiência também gerencial, eu tive a oportunidade de conhecer e trabalhar em outros setores, como o setor aeroportuário, mais recentemente no setor portuário. E procuro trazer essas experiências, essas *expertises* aqui, para a ANTT, e vou procurar fazer isso, se merecedor for aqui do voto dos senhores, mas sempre pautei essa atuação como gestor como uma necessidade de entrega de resultados para a sociedade. O gestor público precisa entregar resultados, especialmente nós que estamos no Executivo e exercemos funções administrativas.

Daí, tenho muita alegria de ter participado e estar participando desse projeto grande de concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, que já contratou mais de 70 ativos, mais de 60 bilhões de orçamentos em investimentos privados que transformarão a nossa infraestrutura e – o mais importante de tudo – mais de 400 mil empregos que serão gerados ao longo desses contratos de concessão em que tivemos a oportunidade de atuar.

Tenho também uma passagem acadêmica, um estudo no magistério da regulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, além desses requisitos, que são requisitos formais, devo dizer que tenho uma paixão pela regulação. Acredito que a regulação é, realmente, o mecanismo de atração e implementação de investimentos neste País e um instrumento de segurança jurídica.

E é neste pilar de alguns elementos, de alguns valores que nós pretendemos, se confirmados, trabalhar na agência: a segurança jurídica, a estabilidade, a previsibilidade, a transparência e o diálogo. Têm sido esses os elementos que têm norteado o meu caminho, têm norteado a minha atuação e são os elementos que eu pretendo, se aprovado, utilizar na gestão como Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Todos esses elementos são reforçados, especialmente a segurança jurídica, pelo compromisso hoje do Senado Federal nesse esforço hercúleo, eu diria, da sabatina de tantas autoridades públicas, mas que demonstram o quanto esta Casa é comprometida com os mais relevantes assuntos e decisões deste País, inclusive na área de infraestrutura, com alguns projetos importantes, como o projeto do *free-flow,* que já comentamos; o que se discutiu hoje a respeito do PLS 261; e tantos outros que são capazes de transformar a infraestrutura brasileira.

Esse esforço concentrado do Senado eu acho que demonstra esse compromisso moral, esse compromisso e esse senso de urgência que o Senado Federal tem com a infraestrutura brasileira.

Já finalizando as minhas palavras, devo admitir, aí, mas em caráter pessoal, que precisei fazer uma reflexão sobre se um mandato restante, um período de oito meses, valeria a pena, se realmente fazia sentido que estivéssemos aqui para completar um mandato não terminado.

Enquanto eu me preparava para dirigir algumas palavras aos senhores, eu vou usar, então, referendar e me referir a uma fala de Dr. Ulysses Guimarães, que, em 1991, 30 anos atrás, na abertura da 49ª Sessão Legislativa, assim falou: "A história nos desafia para grandes serviços, nos consagrará se os fizermos, nos repudiará se desertarmos". Não tenho, se merecedor aqui do voto dos senhores e da confiança desta Casa, do Senado Federal, do Parlamento brasileiro, nenhuma vã pretensão de consagração, não é isso que eu busco, mas eu me movo pela certeza de que não desertarei, não desistirei de entregar o meu melhor, a minha melhor contribuição, com cérebro, coragem, sobretudo coração, para fazer um país melhor, uma agência reguladora melhor.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Chegamos à hora dos Srs. Senadores.

Consulto o Senador Esperidião Amin se gostaria de indagar os nossos sabatinados.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Muito brevemente, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me dirijo ao Dr. Rafael, mas igualmente aos seus companheiros de indicação.

O Presidente da Comissão de Infraestrutura sabe das grandes dificuldades que nós vivemos em Santa Catarina, especialmente em face das concessões regidas pela ANTT. Eu não vou aqui fazer a ladainha das críticas, mas formulo votos, até porque, como disse o Senador Dário Berger, no introito desta reunião, nós só teremos investimentos se regularmos investimentos da iniciativa privada. Nós não teremos recursos... E é por isso que o Senador Eduardo Gomes até já saiu daqui. E, se não saiu, está na porta de saída.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Já sumiu.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E pelos fundos, o que é pior. (*Risos.*)

Mas é uma vicissitude real, ou seja, ou nós temos regulação para valer, cobrada, honesta, banindo os mergulhos de preço que foram adotados nas concessões de menor preço – e nós sabemos o que isso representou, ou seja, mergulho de 65% e calote nas obrigações. Isso desacredita a única possibilidade de investimento para fazer face àquilo que o Senador Berger falou quando disse: "Precisamos de 5% do PIB, 20 anos seguidos", para empatar em matéria de estrutura. É claro que o Governo não tem isso. E só teremos se houver regulação honesta, fiscalizada e viável, para ser honesta.

Então, eu faço votos de que os senhores aprimorem esse conteúdo fundamental, ético, mas econômico e financeiro, acima de tudo, para que nós tenhamos reduzidas essas aflições que desmoralizam a concessão, nosso único remédio para fazer face à doença das nossas deficiências de logística.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado, Senador Esperidião.

Senador Wellington Fagundes.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, mais uma vez, agradeço aqui a V. Exa. por me permitir que pudesse relatar aqui um dos indicados, que é o caso do Dr. Guilherme, mas cumprimento também o Dr. Rafael e o Fábio, que falou com muito entusiasmo.

Gostei – ouviu, Fábio? Pelo que você falou aí, com essa energia da juventude... Pena que o cabelo está caindo, não é, Fábio? Mas nós vamos ter...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E ele não vai ter a despesa que o senhor teve, não é, Wellington?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois é! (*Risos.*)

Mas, se quiser, como médico veterinário, eu vou te indicar um bom implante.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Você esqueceu que o Amin já tem resposta para tudo. Não pode brincar com ele não!

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Esperidião Amin não quis me ouvir. Olha a consequência! (*Risos.*)

Mas isso aqui é até para a gente poder desanuviar um pouco, porque, se a gente for falar dos problemas, como aqui o Senador Esperidião Amin relatou, realmente hoje nós estamos em uma situação desmoralizante.

Está aqui o nosso companheiro de Senado, Carlos Fávaro, e nós teremos no meu Estado – no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e vai até lá também no Sul do Brasil – a concessão da BR-163, com duas situações: no Mato Grosso do Sul, nós temos uma empresa, cuja *expertise* é ser concessionária, não tem construtora e vive uma situação da concessão, praticamente também de insolvência, específica naquele caso. No Mato Grosso, nós temos uma concessão que foi feita no mesmo modelo e em que ganhou a Odebrecht, que acabou sendo envolvida na Operação Lava Jato, com essas consequências todas. Mas o certo é que a população está pagando pedágio, e nós não temos hoje as obras.

Aliás, no passado já tivemos, porque parte, no caso Mato Grosso, da obra seria feita pelo Dnit. Tivemos uma época em que a concessionária começou, exatamente no início, tomando recursos de curto prazo. E havia a expectativa de todas elas de que o Governo teria o financiamento. Por isso, como disse aqui o Senador Esperidião, mergulharam e hoje está essa condição: o Governo não fez a sua parte, as empresas também continuam não fazendo. Na época, quando a empresa começou com todo o gás, o Dnit não tinha recurso; depois, quando o Dnit passa a ter recurso, a empresa não tem. Então, fica toda a obra em situação de complexidade.

Então, eu acho que o Senador falou aqui muito bem dessa necessidade de rever... E aí eu acredito que seria muito mais, Senador, uma solução que nós, do Parlamento, junto com o Executivo, temos de encontrar, porque o que nós temos é que, na verdade, o que existe é uma política de Governo e, de acordo com o Governo de plantão, não se garante um contrato de longo prazo.

Eu fiz aqui uma emenda à Constituição, uma PEC que está tramitando faz tempo e que, infelizmente, não consigo aprovar. Ela é exatamente para definir que os contratos de longo prazo sejam política de Estado e não, política de Governo. Não pode mudar o Governo, e um contrato de 20, 30, 50 anos ser mudado também, porque a política mudou. Isso faz com que, Presidente Dário... Em todas as reuniões – eu falo aqui também como Presidente da Frente Parlamentar de Logística – que fazemos, há reclamação do empresário, seja brasileiro ou de qualquer outro País que quer investir. O Brasil tem hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições para isso, nós temos capacidade de receber os investimentos e dar o retorno, isso é o mais importante, e todos os investidores só falam, só reclamam da falta de segurança no País.

Então, falta de segurança jurídica, e isso faz com que, realmente... E aí eu diria... Quero colocar aqui que não só... Não podemos jogar a culpa só na agência, porque essa é a condição da legislação.

E aí, inclusive, também fiz uma outra emenda, agora, também para outro aspecto, Senador Esperidião, que V. Exa. falou, da questão dos recursos. Agora, fiz a PEC nº1 desse nosso quadriênio, e essa PEC foi fruto exatamente de uma discussão com os setores da infraestrutura, para que todos os recursos frutos das outorgas, das concorrências de outorga sejam destinados em 70% para o próprio setor da infraestrutura, porque o que está acontecendo também agora, Senador Amin, é que estão começando a fazer essas licitações, e esse recurso não indo para o setor, daqui a pouco nós vamos acabar com a nossa infraestrutura.

E o investimento que nós estamos tendo neste ano do Dnit – fizemos agora a comemoração de 20 anos do Dnit – é o pior investimento da história de 20 anos. Então, nós vamos voltar, com esse nível de investimento, à operação tapa-buracos, e isso também desmoraliza a classe política, desmoraliza qualquer governo, porque o nosso País também é ainda um país muito rodoviário. Precisamos de rodovias, precisamos de ferrovias.

No Mato Grosso também temos lá a necessidade do avanço da Ferrovia Ferronorte. Está na minha cidade o maior terminal da América Latina, mas nós queremos que ela avance para Cuiabá, para o nortão de Mato Grosso, assim como a Ferrogrão, pela importância que representa.

E temos um bom exemplo que eu acredito que é exatamente a questão da Ferrovia da Integração do Centro-Oeste. Falando aqui dos problemas, felizmente, nós temos um bom exemplo, que foi exatamente essa permuta, a primeira acontecida no Brasil, que é a prorrogação da outorga da Ferrovia de Carajás e Minas-Espírito Santo, onde a Vale do Rio do Doce fará o investimento, a construção do trecho de Mara Rosa, Goiás, até Água Boa, com investimento, então, direto, sem esse recurso ir direto para o caixa do Governo. A minha proposta da PEC não é nem essa, é que esse recurso seja colocado para investimento direto pelo próprio Governo.

Então, o que eu gostaria também aqui para encerrar – há muita gente para falar, claro – eu já queria propor, Presidente, que sejam convidados os nossos futuros diretores para uma reunião para a gente discutir os problemas, que são muito grandes no Brasil.

E eu quero dizer que a última sabatina que nós tivemos aqui, e eu vou falar principalmente pelo meu Estado, Mato Grosso – estamos lá no centro do Brasil, portanto, muito distante dos portos. Então, nós precisamos de investimento maciço, e temos o apetite dos investidores querendo fazer esses investimentos, mas a demora é muito grande do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos a necessidade, sim, de aprovar o PLN, está aqui o nosso Senador do PT, do novo, não é? O nosso Senador Jean Paul Prates, que já tem o seu relatório praticamente pronto das ferrovias por autorização. Sim, estamos discutindo muito. Estamos discutindo. Portanto, precisamos modernizar muito todas essas relações. Mas, na última reunião que nós tivemos aqui de sabatina, eu fiz uma reivindicação que todos colocaram como justa, que é a presença da ANTT no Estado que é o maior produtor hoje, o maior exportador das *commodities* agrícolas nessa situação de investimentos que lá estão sendo necessários, precisam ser feitos, mas temos um funcionário apenas da ANTT. E aí, Senador Esperidião, também eu vi aqui o Fábio falando com muito entusiasmo, ele, que é da Casa. Também nós temos que apoiar para que uma agência tão importante como essa tenha mais estrutura, tenha mais gente, mais condições para poder fazer exercer o seu papel.

Então, eu continuo aqui com a cobrança. O Senador Jayme chegou aqui; já estão os três de Mato Grosso aqui, agora. Mais confortado ainda, porque serão os três para cobrar um pouco mais aqui, mas, claro, na expectativa. Tenho certeza de que vocês já terão aqui o apoio, o voto de todos – pelo menos da maioria – para que a gente possa discutir realmente, não no aspecto apenas de colocar o espeto no peito, mas também de a gente procurar, em conjunto, as soluções. Já está previsto o ministro ir lá, em Mato Grosso, agora, dia 16, para discutirmos essa questão da concessão da BR-163, porque não dá para continuar. Ou parte para o processo de caducidade, ou que se faça logo a substituição do controle acionário.

Presidente, eu sei da sua impaciência, mas não é comigo, não; é com o tempo que é muito grande. Mas eu agradeço aqui, mais uma vez, pela tolerância com o meu tempo aqui, e espero realmente que a gente possa discutir muito.

Infelizmente, a pandemia trouxe essa dificuldade, mas vamos ter que fazer muitas reuniões e buscar a solução para o Brasil. Eu falei do Mato Grosso por ser do Mato Grosso, mas o problema é geral na questão das estradas, dos portos também que tenho visitado muito, e, claro, os investidores querem vir para o Brasil, querem investir, mas nós temos que trazer, realmente, essa segurança jurídica acima de tudo

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe e felicidades!

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu agradeço ao Senador Wellington Fagundes, Senador da logística e da infraestrutura. Ficaria minutos, horas ouvindo V. Exa., mas, como nós temos um longo caminho pela frente, agradeço a sua manifestação.

Quero oferecer a palavra agora para o Senador Carlos Fávaro.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, todos os que nos ouvem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito rápido o meu questionamento. Vem também em complemento à fala do nosso Senador Wellington Fagundes, tenho certeza de que também do Senador Jayme Campos, que representa o Estado do Mato Grosso, e de todos os demais Senadores, na angústia de ver a infraestrutura deste País melhorando, andando a passos largos. Eu quero parabenizar os sabatinados, desejar sucesso. Tenho certeza da aprovação de vocês nesta Comissão e, depois, em Plenário.

Mas eu vou, rapidamente, relatar ao Rafael Vitale, ao Fábio Rogério e ao Guilherme Theo que é do conhecimento de todos, como foi dito aqui, pelo Senador Wellington Fagundes, que as empresas concessionárias, no período que estão implementando os projetos de concessão, têm a obrigação de já fazer obras. No caso específico da BR-163 e também da BR-324, na Bahia, que são Estados semelhantes já citados aqui, pelo Senador Wellington Fagundes, não se trata de insegurança por mudança de Governo, e, sim, de problemas das próprias empresas, ocasionados por elas. Mas a população sofre com isso: o pagamento, a captura de pedágio sem a execução de obras. A inadimplência é latente.

E me parece que, quando a gente procura as empresas, no caso específico da BR-163, a empresa concessionária se dispõe e fala: "Olha, quero trabalhar a cura do contrato, deixar o controle acionário, para que possa a coisa acontecer", mas nunca fazem nada efetivamente para isso acontecer. Então, é uma situação muito cômoda, capturando os recursos do pedágio e não fazendo as obras.

O processo a seguir deveria ser – e já está caminhando nesta agência – o processo de caducidade, que é longo, demorado, certamente judicializado e que não é menos confortável também para as empresas, porque elas continuam capturando. "Ah, mas vão sofrer as punições", mas, depois, com comprovação de que o Estado também deixou de cumprir alguma causa ou outra, vão ser amenizados os seus impactos e passará lá, talvez, dez anos recebendo do pedágio, e não fazendo obras.

Por isso, eu já quero fazer um questionamento aos três sabatinados, para que possam responder de forma bastante objetiva: como analisam a situação em que os contratos de concessão de rodovias são inadimplentes, mas continuam capturando recursos dos usuários? E a segunda pergunta, essa, sim, para ir mais direto ao ponto: o que os senhores pensam sobre o processo de intervenção nesse contrato, em que o Governo Federal, com o interventor nomeado, faria a administração da concessão, daria andamento à execução dessas obras com os recursos dos pedágios cobrados, até que o processo de caducidade finalizasse e aí a agência lançasse novo processo de licitação?

Eram esses os meus questionamentos. Eu podia também falar de ferrovias, de outras questões, mas esse é um problema muito latente hoje, cobrado pela população mato-grossense. Eu gostaria de saber qual o encaminhamento e o pensamento dos sabatinados para essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu lhe agradeço, Senador Carlos Fávaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter oportunidade, ainda mais com o fim da pandemia, que me parece estar próximo, de convidar os diretores das agências reguladoras a virem discutir conosco as peculiaridades próprias e os nossos maiores interesses que temos diante de uma agência dessas, no caso, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que é muito cara para nós, em Santa Catarina, e, certamente, para todos os Estados brasileiros.

Senador Acir, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente uma saudação a todos os indicados para a ANTT. Ao Rafael, ao Fábio, ao Guilherme, quero desejar sucesso a vocês. E gostaria de dizer que a ANTT tem uma importância muito grande com relação à infraestrutura do nosso País; essa infraestrutura que já foi muito bem colocada aqui pelos nossos colegas Senadores.

E o nosso pedido é com relação à legalidade das ações que são feitas pela ANTT com relação às concessões, a permissões e tudo o mais. Se nós não tivermos regulação clara, se nós não tivermos segurança jurídica, nós não vamos ter os investimentos de que nós precisamos para o nosso País.

O Senador Amin citou aqui a questão do TCU com relação às permissões de transporte rodoviário interestadual de passageiros. Eu cito um outro processo que está no TCU, que é o 010.222/2019-7, que trata da auditoria nos atos relacionados à inadimplência dos contratos de concessões de rodovias. Nesse processo investigam-se ingerências e irregularidades da Agência Nacional de Transportes Terrestres na condução dos contratos celebrados com as concessionárias.

Nós aprovamos, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, um pedido de informações sobre esse processo. Está na Mesa, deve ser votado amanhã, Presidente Dário Berger, para que nós possamos nos debruçar sobre esse processo. Todas essas concessões que foram feitas estão sob análise, estão sob auditoria do Tribunal de Contas, Senador Fávaro, e nós precisamos saber o que aconteceu de errado para que não se erre nas próximas concessões, que estão por acontecer em vários Estados brasileiros.

Nós citamos o exemplo... Todos citam aqui os seus Estados, e eu não posso deixar de citar a nossa BR-364, do Estado de Rondônia. Ela estava pronta para ser concessionada, houve um retardamento e, enfim, não aconteceu. A discussão é: vamos abrir o pedágio antes da duplicação? Nós não concordamos. Nós queremos a duplicação e, depois, a cobrança do pedágio. Essa é uma discussão que não cava nem fica pouca, não é? Como é que nós vamos abrir o pedágio, Senador Amin, sem fazer a duplicação da BR-364? Querem fazer o pedágio somente para a manutenção. Aí é complicado, nós não aceitamos lá no Estado. Isso estava bem encaminhado.

Então, nós precisamos nos debruçar sobre o assunto. Por isso nós pedimos essas informações para o Tribunal de Contas da União, para que a gente possa abrir, de fato, essa caixa-preta das concessões, para que a gente possa tentar visualizar um futuro com segurança jurídica para que haja os investimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de toda ordem, no transporte rodoviário, nas concessões, nas ferrovias, nos portos, nos aeroportos. Se não houver uma regulação específica, clara, segurança jurídica, os investimentos não acontecerão.

Eu não tenho nenhum questionamento, Sr. Presidente, quero apenas desejar sucesso a todos os indicados, ao Rafael, ao Fábio e ao Guilherme, e pedir, Presidente, que a gente mantenha um canal aberto com a agência para que a gente possa debater, discutir essas questões que são importantes para todo o nosso País. Desejo sucesso a todos os indicados.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Agradeço ao Senador Acir Gurgacz e ofereço a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

Senador Zequinha.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Estou aqui!

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero só fazer algumas observações. Quero me dirigir inicialmente aos três Diretores da ANTT, Dr. Rafael Vitale, Dr. Fábio Rogério e Dr. Guilherme Theo.

Eu sou do Estado do Pará, lá do meião da Amazônia, e eu queria iniciar neste momento fazendo uma observação. Tenho em mãos aqui um relatório em que a diretoria atual, constituída com 80% de diretores interinos, faz um estudo para reduzir a presença da ANTT no Brasil. Nós temos dez unidades regionais, espalhadas por vários Estados, principalmente no Nordeste. Essas dez unidades deverão virar apenas seis unidades.

O Governo do Presidente Bolsonaro chegou com uma mensagem da seguinte maneira: menos Brasília e mais Brasil. Quer dizer, a presença do Governo deveria chegar mais perto do povo brasileiro.

Na Região Norte, o negócio não vai ficar fácil se essa restruturação acontecer. Vamos ficar com uma agência parece que em Cuiabá. O Estado do Pará não tem muita relação com o Estado do Mato Grosso, apenas pela BR-163 um pouco e pela 158, ali. O Pará conversa mais com o Centro-Oeste, com Brasília, com Goiânia. Você calcule alguém que fica em Roraima, que fica no Amapá.

Nós estamos pleiteando, há algum tempo, abrir uma unidade em Belém, para cuidar do Pará, que já está chegando a 9 milhões de habitantes, uma frota imensa, correto? E eu queria explicações, é claro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os senhores estão chegando agora, vão tomar posse, se Deus quiser, mas eu quero participar efetivamente, como representante do Pará, deste debate, até porque a gente precisa entender com quem melhor as regiões conversam, dialogam, estão de frente. Não é fácil sair de Belém para ir para Cuiabá. Nós não temos voo, a relação é transporte de carga. Se Deus quiser, em breve, de trem também. Então, a gente precisa ter um pouco mais de conhecimento de como as populações se movimentam para poder, então, ter um órgão de que todo mundo vai precisar. Nós temos uma frota violenta de grande. Então, esse é um ponto sobre o que eu queria ouvi-los.

Com relação a uma outra questão, a busca e a atração por investimentos são fundamentais para o Brasil, neste momento.

O Senador Jean Paul Prates, que está aqui à minha frente, é Relator de um projeto de lei, o 261, de autoria do Senador José Serra, de São Paulo. E ele estabeleceu, num belo relatório, o novo marco legal das ferrovias. É fundamental que o Governo solte para que a gente possa apreciar, votar esse projeto, para que os senhores tenham ferramenta em mãos e preparem o País para este momento de investimento, porque há muita gente esperando por isso.

Era apenas, neste primeiro momento, Presidente, o que eu gostaria de colocar para os nossos sabatinados

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu agradeço a V. Exa. e ofereço a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Eu queria saudar todos que estão aqui na condição de sabatinados, candidatos às agências reguladoras, à ouvidoria das agências reguladoras, à diretoria, saudar todos vocês e parabenizá-los, evidentemente, pela carreira e pela trajetória até aqui.

E queria fazer algumas pontuações rápidas para comentários, caso queiram – não se trata aqui de uma série de perguntas necessariamente, mas apenas aquele velho e bom alerta que eu faço sempre a todos que vêm a esta Casa ocupar as agências.

Eu participei, na década de 90, da estruturação das agências brasileiras. Na época, o Ministro Sérgio Motta foi o que mais ficou famoso pela importação até de alguns conceitos. E a nós, à esquerda brasileira, na época, coube justamente essa contrapartida, essa luta, no bom sentido, durante a abertura dos setores tidos como estratégicos a atividades econômicas reguladas. A conquista das agências reguladoras – eu sempre enfatizo isto – foi uma conquista, na década de 90, do embate caloroso e construtivo dos conceitos e da preparação do Brasil para abrir esses setores. Portanto, a responsabilidade de quem ocupa a diretoria de uma agência reguladora é a responsabilidade de quem representa o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro, e não um governo necessariamente, de um lado ou de outro. Eventualmente, claro, livremente, à disposição das suas crenças, da sua formação, mas, na hora das decisões, na hora dos atos específicos da regulação, com certeza, acima de tudo está o interesse do Estado brasileiro como regulador e como fiscalizador dessas atividades reguladas.

V. Sas. não estão entrando nas agências para ser mercado, mas, ao contrário, para representar o Estado brasileiro, representar os consumidores, representar os usuários, representar, em última essência, os cidadãos e cidadãs do Brasil, que são a parte fraca na negociação do dia a dia, porque todos os concessionários autorizatários, de alguma forma outorgados de serviços públicos ou de atividades reguladas, têm tamanhos e dimensões gigantescas comparativamente ao poder de negociação de um usuário de transporte público, por exemplo, ou mesmo de um comprador de combustível na bomba de um posto de gasolina.

Dito isso... (*Pausa.*)

Vocês estão me ouvindo aí?

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dito isso, queria chamar atenção, mais uma vez, como fiz agora há pouco na outra reunião a respeito de agências, da transição dupla que V. Sas. terão que enfrentar numa boa; não é absolutamente um desafio ruim. No caso da...

Todos irão enfrentar inexoravelmente uma transição de Governo, em função do mandato. Lembrando a quem está nos assistindo que os diretores das agências, aqui sabatinados e aprovados pelo Senado, mantêm seus mandatos, portanto, não são admissíveis *ad nutum*, não estão ao sabor de uma demissão frívola ou voluntariosa de um Presidente da República ou do seu ministro ou chefe, o que for.

E, por isso, a sua transição, essa primeira, que vale para todos, de todas as agências: a transição do Governo que haverá mais à frente. Por isso, mais uma vez, a importância de imbuir-se do espírito do Estado brasileiro e não necessariamente de vestir a camisa de um time ou de outro – não importa qual.

A segunda é mais específica. E aí passo a dirigir-me aqui inicialmente aos sabatinados Rafael, Fábio, Guilherme Theo, na ANTT. De fato, temos uma transição em várias frentes nesses setores. O primeiro é a multiplicação dos modais. É claro que esses modais já existem, mas no Brasil estavam desequilibrados. E temos desequilíbrios ainda e talvez ainda teremos. Daqui a dois, três anos, ainda continuaremos com isso, porque são investimentos de longo prazo, não acontecem de uma hora para a outra.

Mas o fato é que o reforço na área ferroviária será bastante importante. Eu digo isso justamente na capacidade de Relator desse importante projeto. Essa missão me foi dada pela presidência da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Infraestrutura na gestão passada – e eu agradeço sempre ao Senador Marcos Rogério pela confiança –, em troca justamente da promessa, do compromisso, como Senador da Oposição, de trabalhar pelo Brasil. Então, o meu espírito, ao relatar esse projeto, é o mesmo que eu estou pedindo a V. Sas. também nas agências reguladoras: o Estado brasileiro e não necessariamente a visão de cada um, a visão do partido.

E, nesse esforço, nós temos de fato conseguido evoluir muito. O marco que será apresentado na sua versão final e que será certamente objeto de análise desta Casa em agosto trará condições para flexibilizar com segurança, com soberania, com o devido controle de fiscalização, as ferrovias para o regime de autorizações. Essa é a base do processo. Há outras coisas também, mas essa é a principal.

A outra frente é justamente a questão da flexibilidade, da modernização do sistema rodoviário, não sobre trilhos, mas os outros demais. Há uma multiplicidade, como vocês sabem, de formatos, inclusive vinculados às novas tecnologias, de aplicativos, de acessibilidade, tarifas, cartões digitais, uma série de... E eu, recentemente, como candidato a Prefeito de Natal, tive a experiência de buscar soluções desse tipo. Nós chegamos a um momento em que tínhamos a condição, inclusive, de prover tarifa zero naqueles ônibus, em alguns percursos ou em alguns horários, para determinadas pessoas, baseados num *chip*, num cartão ou até numa identificação específica, num aplicativo ou usuário que eventualmente fosse para um curso, que fosse para alguma coisa. A catraca é uma catraca inteligente. Então, essas evoluções são fantásticas, quando a gente começa... E vejam o trabalho que isso dá para quem regula, a tensão: porque não é qualquer coisa, qualquer *nerd* que bola um negócio e aquilo imediatamente se transforma num momento que pode ser uma coisa boa para o usuário e pode ser uma arma contra ele.

E à agência reguladora é que cabe receber as coisas ou até às vezes se antecipar às denúncias e perceber essas... Isso tem a ver também com a Anac – desculpem-me se eu estiver me estendendo, mas estou fazendo aqui, tentando fazer um *pot-pourri* aqui. A Anac eu sempre sou crítico daquela questão do chamado – como é que chama aquilo? Não é logaritmo, não – algoritmo da compra de passagens, que é um negócio inteligente que sempre funciona contra a gente. É um bicho lá, uma equação que é só para ferrar o consumidor final: maximiza a tarifa num horário em que você não tem opção nenhuma.

Então, isso a gente já fez...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Parafraseando o nosso Senador Amin...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Carlos.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – ... pela vossa elegância, o senhor terá o prazo necessário para falar.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado. Obrigado! (*Risos.*)

Vou vir sempre com este casaco! Garanto mais cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, também é uma tecnologia que é saudável, salutar. Acho que todos gostamos de comprar passagens ali no zap e tal, embarcar com cartão ou sem cartão nenhum, sem imprimir nada, mas tem que ver o que está por trás às vezes. E a gente tinha visto, antes da pandemia havia, inclusive, procedimentos que nós instauramos junto ao Cade, porque havia reclamações seguidas, aqui na Casa, em relação ao preço das passagens e o não entendimento da lógica do preço das passagens.

Para mim, por exemplo, havia Natal ali e João Pessoa do lado, com praticamente a mesma quilometragem, e o preço era o dobro, exatamente o dobro, sempre o dobro: onde era mil, o outro era quinhentos; onde era seiscentos, o outro mil e duzentos; sempre, sistematicamente, o dobro. Eu não se entendia por quê.

É claro que as agências, algumas, alegam não regular preços. Mas atenção, mais uma vez, tarifas também são resultantes – aliás, são resultantes, inexoravelmente – de questões operacionais e questões às vezes de uso de aeroportos, de... Para o *breakdown* de uma tarifa, a quebra da tarifa em sequência, em gomos, é necessário o trabalho da agência reguladora. O Cade não consegue fazer isso sozinho. O Cade vai olhar a parte do mercado.

Enfim, voltando, num terceiro capítulo, ainda na ANTT, eletromobilidade é outro contingente completamente novo para ônibus, para mototáxis, para o individual, para aqueles equipamentos alugados. A própria mudança total de paradigma de usos desses equipamentos, veículos, vai acabar caindo na ANTT também. Então, é um novo capítulo, completamente novo, em que a gente vai ter que trabalhar juntos.

E aí convido, mais uma vez, para fechar falando um pouco da ANM também. Mineração é outra coisa, recursos não renováveis, alta sensibilidade socioambiental, que à agência cabe sim –não é só o Idema ou o Ibama, e não é só o Cade; como também nas tarifas, a agência reguladora tem a base disso –, e a notória necessidade de investimentos de alto nível técnico, financeiro, operacional, porque, para bancar a mineração, tem que ser forte, tem que ser bom.

E aí quero fechar dizendo aquela velha frase, usando–a de outra forma: o Brasil – não dizem isso? – não é para amadores. Só que dizem isso de uma forma jocosa. Eu quero dizer aqui da forma séria. O Brasil, pelas agências reguladoras, não pode ser lugar para amador, nem na energia, nem no petróleo, nem na comunicação, nem na infraestrutura. Vocês têm a missão de garantir que nós não seremos vítimas de amadorismo nesses setores fundamentais para a economia. A agência reguladora é a responsável para que esse dístico aí não valha, infelizmente, para esses segmentos.

Por isso, reforço aqui a necessidade de continuarmos conversando. Esse diálogo que nós estamos tendo aqui, com pouco tempo, que ele seja estendido em várias, inúmeras audiências públicas, com o Senador Dário Berger presidindo e outros, para que a gente se entenda mutuamente, e que vários e não apenas uns ou outros Senadores se tornem especialistas em infraestrutura, em regulação e em setores em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas reguladas. Porque nosso País é muito grande, tem muitos recursos e precisa de muito frete, muita infraestrutura. Então, nós todos, esse time aqui tem que ser maior ainda e tem que ser cada vez mais chato, chato no bom sentido: pegar no pé mesmo e garantir que a gente não seja nem vítima de amadorismo, nem de picaretagem, nem de incompetência.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Eu é que agradeço ao Senador Jean Paul.

Está nos acompanhando também e participando da nossa reunião o Senador Mecias de Jesus. Ele está pelo Zoom, e vamos oferecer, como derradeiro inscrito desse primeiro bloco, a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente Dário, boa noite. Cumprimento V. Exa., cumprimento todos os colegas Senadores e Senadoras, membros da Comissão de Infraestrutura, que vem presidida por V. Exa.

Saúdo as palavras do nosso Senador Zequinha Marinho e do nosso elegante Senador Jean Paul Prates, que é elegante e pertinente nas palavras.

Presidente, eu gostaria de que todos os três respondessem à minha pergunta e analisassem o meu questionamento, mas infelizmente não vai ser possível em função do tempo, e eu entendo, mas, então, eu gostaria de dirigir a minha pergunta ao Dr. Rafael.

Dr. Rafael, recentemente o TCU decidiu cautelarmente, por meio do Acórdão 559, de 2021, que a ANTT se abstenha de outorgar novos mercados e novas autorizações de transporte coletivo rodoviário de passageiros interestadual e internacional até a decisão de mérito daquela Corte. Qual é o entendimento do senhor sobre os efeitos dessa decisão junto ao mercado de passageiros interestadual e qual é a sua opinião com relação à abertura de mercado promovida pela ANTT até o presente momento.

É a pergunta, Presidente Dário Berger. Cumprimento todos os sabatinados da noite de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem, nós agradecemos a participação pelo Zoom, de forma virtual, do Senador Mecias de Jesus e, com isso, encerramos a participação dos Srs. Senadores nesse primeiro bloco.

Pelo que eu percebi, acho que nós temos duas ou três perguntas que precisam ser respondidas pelos nossos sabatinados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ofereço a palavra, por um mínimo de tempo possível, para o Dr. Rafael e, em seguida, para os outros diretores.

**O SR. RAFAEL VITALE RODRIGUES** (Para expor.) – Obrigado, Senador Mecias.

Bom, como eu disse até mesmo no meu discurso, a obediência às leis e às decisões dos tribunais: se o TCU tomou uma decisão, acho que cabe à agência segui-la e aguardar a decisão final daquela Corte.

Sobre o assunto, também corre um novo projeto de lei aqui no Congresso, já aprovado no Senado e hoje em tramitação na Câmara, o PL 3.819, que traz algumas inovações a esta matéria de transporte de passageiros interestadual, que também a gente tem que aguardar para fazer qualquer tipo de intervenção mais incisiva nesse mercado.

Agora, qualquer tipo de incentivo à melhoria do sistema é sempre bem-vindo. O que precisa ser feito é a promoção do diálogo para que você não desestruture o sistema.

Sempre quando eu explico essa questão do transporte interestadual de passageiros, faço um paralelismo, inclusive, com o PLS 261, de ferrovias, em que a discussão e o debate têm acontecido, mas ele vem sendo debatido aqui dentro desta Casa. Ao contrário, no transporte interestadual de passageiros, ele está acontecendo já na prática, e isso acaba tendo algumas consequências ali para o mercado, que geram certas instabilidades que não são convenientes para o sistema como um todo.

Acho que a reflexão, agora, e o diálogo são o que vão fazer o restabelecimento desse equilíbrio e a retomada do que é o melhor para o setor de transporte de passageiros, que é essencial para vários rincões deste País.

Se eu puder também só fazer alguns comentários sobre as falas, sobre a política de infraestrutura que, sem dúvida, deve ser tratada como política de Estado pela característica dela – um projeto desses de atração de investimento, leva, no mínimo, dois anos para ser modelado; depois, ainda há todo o processo de leilão, a mobilização desse novo investidor, a construção do novo equipamento, a exploração disso aí em 30 anos –, tem que haver mesmo uma política de Estado para atravessar diversos governos. Se não for encarado dessa forma, nós estaremos sempre refém dessa insegurança que tanto põe medo na atração do investimento estrangeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ofereço a palavra agora ao Sr. Guilherme.

**O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, também agradeço a todos os Senadores pelas colocações, sobretudo pelas sugestões. Vou até fazer um compromisso, acredito, meu e dos demais colegas sabatinados aqui de, caso venhamos a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovados, ter uma interlocução próxima e direta não só na agenda regulatória que está sendo feita com a participação social, mas com esta Casa, que representa diretamente todos os legitimados e representados. Acredito que seja algo da diretoria atual junto com os diretores, caso venham a ser aprovados.

Faço uma consideração com relação ao que o Senador Acir disse sobre o que a gente pode evitar esses problemas todos das concessões e também essa situação toda que se traça. Implementar de uma forma mais incisiva, como já vem sendo feito pela agência, políticas de governança e de monitoramento. Então, dar um destaque nesse trabalho. E colocar até o que o Senador Jean Paul trouxe também das novas tecnologias. Isso, na pandemia, ficou mais ressaltado. Então, é estar atento em regular de uma forma eficaz, como é o exemplo que voltamos a falar, o *free-flow*, que é uma modalidade que traz uma justiça tarifária, pois se paga efetivamente pelo quilômetro rodado.

Sem querer delongas, então, sendo mais objetivo, seria isso, Senadores.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Sr. Fábio.

**O SR. FÁBIO ROGÉRIO TEIXEIRA DIAS DE ALMEIDA CARVALHO** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Três pontos, então, a respeito das perguntas. Vou ser muito objetivo.

Primeiro, comentário do Senador Jean Paul sobre inovações tecnológicas. Estamos licitando contratos de rodovias que não terão sequer motoristas muito em breve. Então, a agência precisa estar consciente de que a atualidade como um atributo do serviço adequado tem que ser sempre perseguida, e vamos buscar isso.

Segundo, com relação à estruturação da agência, o que o Senador Zequinha Marinho nos trouxe, é importante que se avalie, então, e faremos essa proposição na diretoria, se confirmados aqui pelo Senado, de uma análise de custo/benefício. Naturalmente, a pandemia nos trouxe a possibilidade de que atividades administrativas possam ser executadas de outra maneira, trazendo, às vezes, uma redução de custos, mas isso precisa ser enxergado frente às obrigações de fiscalização presencial. Então, isso vai ser levado em consideração.

Último ponto. O Senador Carlos Fávaro faz uma pergunta muito importante para a gente, a respeito da inadimplência de concessionária e qual o caminho. A inadimplência tem três caminhos: ou um cumprimento contratual; ou um caminho que o Senado nos ajudou a construir por meio da Lei da Relicitação, em que a concessionária pede para sair, e se estrutura um novo projeto; ou a caducidade. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caducidade tem essas dificuldades naturais, mas, levada a sério, entendemos que é um instrumento poderoso.

Com relação à intervenção, sim, é uma medida que deve ser considerada em todos os seus aspectos, em toda a sua inteireza, inclusive pelas implicações de eventual insegurança jurídica ou suposta e alegada insegurança jurídica. Mas, em situações extremas – claro que a gente não pode antecipar nenhuma apreciação de matérias que estarão na ANTT –, em situações extremas de inadimplência, de descumprimento, de arbitragens, em que uma concessionária perde inclusive em outras searas, não há outro caminho senão medidas mais radicais como essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Carlos Viana, se V. Exa. quiser falar...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Presidente Dário Berger, muito obrigado.

Quero desejar muito boa sorte aos senhores indicados da ANTT e trazer aqui um complemento à fala do Senador Jean Paul sobre o não amadorismo que o País requer dos senhores, cujos currículos, pelo menos os apresentados por cada um, mostram que as experiências vão nos trazer novidades.

Vou ser bem breve aqui. Eu vou citar duas experiências do meu Estado que foram desastrosas, com a aprovação da ANTT, para todo mundo. Todas as análises foram desastres. E toda decisão errada no setor público leva dez anos para ser corrigida – dez anos! Toda política pública, para ser implementada no seu sucesso e na sua correção, é uma década. Nós comprometemos, muitas vezes, gerações de brasileiros por erros nas decisões tomadas ou nas opções que nós, muitas vezes, escolhemos.

Eu cito duas concessões que foram feitas. A primeira delas é a BR-262, no sentido Belo Horizonte ao Triângulo Mineiro; e a outra é a BR-040, Juiz de Fora a Brasília. As duas, Senador Gurgacz, pelo preço mais baixo. Senador Dário Berger, as empresas formadas por fundos de pensão de servidores públicos, juntamente com empreiteiras, entraram, ofereceram o que não podiam, não conseguiram depois reajustes nas tarifas, porque o Governo que deu a concessão sofreu *impeachment*, e o resultado foi que uma delas entregou a concessão de uma forma voluntária. O senhor deve ter citado no seu exemplo, que é a BR-040, Juiz de Fora a Brasília. Eles não quiseram entrar em pendências judiciais. O prejuízo para os servidores públicos, para os fundos de pensão já era grande demais, então eles entregaram. Mas a outra não. Na outra, nós estamos com uma pendência judicial que impede a duplicação, não se consegue na Justiça uma intervenção, e o contrato terá de ser rediscutido. E isso nós já estamos falando em três anos sem uma solução devida. Essas experiências, senhores, têm que ser levadas em consideração nas novas concessões, nos novos modelos.

Outro ponto interessante é que não se pode aceitar hoje uma concessão e um pedágio imediato. O contribuinte brasileiro não quer mais isso, não acha justo. E não é correto que você entregue uma estrada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi pavimentada com o dinheiro dos impostos e uma semana depois haja lá uma praça de pedágio. Isso não é correto.

Cito aqui também, como bom exemplo, um acordo que nós conseguimos fazer com a EPL (Empresa de Planejamento e Logística), juntamente com o Ministério da Infraestrutura, para a duplicação de uma BR, uma das mais importantes na ligação Sul-Nordeste, que é a BR-381. Os pedágios serão cobrados um ano depois da concessão; as obras serão feitas no segundo ano; e o valor do pedágio só começará a ser cobrado pelo teto depois de entregue.

Então, meu posicionamento aqui é o de ficar satisfeito em ouvir dos senhores a preocupação de que esses novos modelos sejam baseados em experiências bem-sucedidas e que, de fato, não onerem o contribuinte brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – Permita-me um aparte, Senador Carlos Viana?

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pois não.

**O Sr. Carlos Fávaro** (PSD - MT. Para apartear.) – Sr. Presidente, nesse sentido do rigor de novas concessões, nós temos, depois de amanhã, dia 8, uma grande concessão sendo leiloada, a da rodovia BR-163, entre Mato Grosso e Pará, rodovia que hoje já escoa mais de 15 milhões, 16 milhões de toneladas/ano. E esse rigor dito pelo Senador Carlos Viana deve ser muito importante.

Eu sei que os senhores ainda não estarão lá na agência, mas que a formalização do contrato de uma possível empresa vencedora seja com os critérios. Ninguém aqui... A história só muda de Estado, mas se repete com todo mundo: concessionárias que abusam da ineficiência da agência e do Estado para poder capturar recursos da população brasileira, através dos pedágios, e não executar a obra. Ninguém mais aguenta isso.

Então, é esse respeito à população brasileira que todos nós, Senadores – tenho certeza que falo em nome de todos –, esperamos de vocês sendo diretores.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pela ordem... Quem pediu?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Senador Jayme Campos, aqui bem no fundo, na cozinha.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ah, Jayme Campos. V. Exa. tem toda a prerrogativa, é o Vice-Presidente desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Nada. Bondade de V. Exa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, naturalmente as autoridades estão sendo sabatinas aqui. Ouvindo aqui as palavras do ilustre e eminente Senador Carlos Viana, quero fazer apenas um adendo na sua fala.

Se eu fosse falar aqui, falaria talvez mais de hora, mas já tive o privilégio de receber aqui vários indicados no meu gabinete, que já passaram por lá. Já coloquei para eles meu ponto de vista, com relação a essas concessões, em relação a essas ferrovias, etc.

Agora, quando fala em "pedagiamento" – aqui vi o Carlos Fávaro fazer essa manifestação –, lamentavelmente nós estamos convivendo com um verdadeiro CA lá no Estado de Mato Grosso. A forma que fizeram o "pedagiamento", ou seja, a concessão que foi detentora ou vencedora, naquela oportunidade lá atrás, foi uma extensão do grupo Norberto Odebrecht, que é a Rota do Oeste. E, lamentavelmente, nós estamos vivendo uma verdadeira pandemia em relação ao transporte no Mato Grosso, na medida em que Mato Grosso, lamentavelmente, 80, talvez 85% de toda a sua produção são escoados ainda através de pneu.

Temos apenas uma ferrovia, que demanda o Estado de São Paulo, paralisada ali nos trechos da cidade de Rondonópolis, onde hoje se encontram um dos maiores centros logísticos de ferrovia da América Latina. E, lamentavelmente, quando falava em rodovia, a ANTT, que é a agência, como o Carlos Viana falou, tem que ter hoje pessoas eficientes e compromissadas com o Brasil.

Nós não podemos transformar as agências reguladores deste País aqui em cabide de emprego ou de indicações políticas com pessoas que não tenham compromisso e não tenham capacidade. Tem que ter competência suficiente e trabalhar para o bem do nosso País.

Está lá hoje estrangulado o sistema nosso ao longo da BR-163, os primeiros trechos, e agora estão fazendo nova concessão, demandando Sinop até o porto de Miritituba, que vai ser, se não me falha a memória agora, sexta-feira, não sei...

E a ANTT... Rafael, você está sendo indicado para presidente, e demais diretores... Com todo o respeito que eu tenho pelo Ministro Tarcísio, que já há algum tempo está nos engambelando aqui, levando o povo de Mato Grosso na barriga e na conversa fiada. E nós, particularmente eu já tenho 70 anos de idade, já fui tudo daquele Estado, três vezes Prefeito da minha cidade, Governador, duas vezes Senador, não podemos admitir o que está acontecendo lá.

As praças foram instaladas com um faturamento gigantesco. Quase nada foi feito até agora, muito mal e porcamente um tapa-buraco de quinta categoria que está sendo feito lá e pouco ou quase nada em termos de sinalização e limpeza de faixa daquela rodovia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço um apelo aos senhores. São novos ainda, têm certeza de futuro. Conversei com vocês hoje lá e me causaram as melhores impressões, mas eu espero que os senhores correspondam com a nossa confiança aqui, porque nós nada mais somos do que representantes, legítimos representantes do nosso povo, do eleitor, daquele cidadão que em nós confiou, para trabalharmos de forma proativa, em defesa do interesse coletivo, da sociedade brasileira, particularmente dos nossos Estados.

Não podemos continuar... Aquilo é um verdadeiro caça-níqueis. Ali há um trecho que demanda Jangada e o posto, ou seja, do Trevo do Lagarto à Jangada, que se chama "estrada da morte". Não há um dia, Senador Carlos Viana, em que não há três, quatro, cinco, doze acidentes. É a "estrada da morte". A praça está lá. Nem bicicleta passa ali, se não é pago. É um verdadeiro caça-níqueis. E algo tem que ser feito.

Fiquei muito feliz, Acir Gurgacz. Poucos dias atrás, estávamos fazendo uma tratativa liderada pelo consórcio MTSul e por mais duas ou três empresas, para que, num trabalho em parceria com a própria Rota do Oeste... Até agora, o Governo Federal não deu uma saída! O certo era o Governo Federal decretar intervenção. A empresa com que ele pactuou quando foi feita a concessão tinha que cumprir! Se ela estava envolvida em Lava Jato, "lava porco" ou "lava carro", o problema é deles! Então, saia fora e entregue para outros grupos que, eventualmente, tenham capacidade de investimento! Não pode continuar faturando naquele trecho ali R$50 milhões por mês! E não se investem nem R$2 milhões ou R$3 milhões! Está só enchendo o bolso! E nós estamos sofrendo ali!

No domingo, passei por lá, Carlos Fávaro. Trafegam na via mais ou menos 21 mil ou 22 mil carretas e autos pequenos. Aquilo é um verdadeiro... Aquilo é um sofrimento, uma agonia! O que que acontece? Cai em depressão quem trafega ali. Da mesma forma, no segmento, no trecho até Sinop, é outro sufoco, porque não fizeram coisa alguma! E o que foi feito lá foi com dinheiro do Governo Federal, e depois o caça-níqueis ficou para a empresa privada. Isso causa até o quê? Atos obscuros que podem, eventualmente, ser praticados nesse "pedagiamento".

Portanto, faço um apelo para os senhores que são os responsáveis pelas concessões não só das rodovias, como das ferrovias. Particularmente, no caso nosso de Mato Grosso, é o prosseguimento da ferrovia que demanda Rondonópolis até Lucas do Rio Verde. É um compromisso que existe também, até porque não depende do Governo Federal. Os recursos são privados, estão no caixa! E há má vontade por parte do Governo de liberar, tendo em vista que o Ministro Tarcísio nos garantiu que, até o mês de maio, soltaria, que ele iria soltar as três; ou seja, a Fico, demandando o norte de Goiás até Água Boa, depois licitando também a concessão de uma nova ferrovia, demandando Sinop até o Porto de Miritituba. Mas eu acho que essa saída vai demorar muito. Há problemas. Poucos dias atrás, o Ministro Alexandre de Moraes deu uma liminar suspendendo essa possibilidade, tendo em vista a questão de reservas indígenas, de quilombos etc., etc. Não vejo essa possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aos senhores, que estão na ANTT, peço que haja um pouco de boa vontade. Nós não estamos pedindo nada. Estamos pedindo aquilo que é obrigação do Governo Federal, em função de que Mato Grosso hoje contribui com a balança comercial sobremaneira, como o maior produtor de soja, como o maior produtor de algodão, como o maior produtor de milho, que detém o maior rebanho bovino deste País, com quase 31 milhões de cabeças. E algo tem que ser feito.

Não é investimento, Presidente Dário Berger. Nós temos aparato, algumas obras essenciais estruturando o desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso, para incorporar ao setor produtivo alguns milhões de hectares de terra. Está lá, todos os anos, acontecendo verdadeira tragédia ao longo da BR-158, da BR-242, da BR-174 e assim por diante. Por isso, vocês que são jovens, meninos, que eu posso falar que são da idade dos meus filhos, ajudem com certeza a fazer uma política decente, responsável, em favor da sociedade brasileira, porque lamentavelmente, neste País aqui, o próprio Governo atrapalha o Governo, em questão ambiental, questão de licitação, etc., etc., etc.

Causa-nos muito aborrecimento, tristeza, como um cidadão que nasceu, que se criou e que mora naquele Estado, com aquela população que me deu seis mandatos... Nunca perdi uma eleição, Dário Berger. Disputei seis e ganhei as seis eleições. E disse a eles: o meu compromisso é com o povo mato-grossense.

Portanto, já votei, dei o voto de confiança para os senhores, para todos os senhores que aqui são hoje sabatinados. Votei na confiança, na esperança e na expectativa de que os senhores poderão fazer a diferença, para o bem do Brasil e para o bem do seu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu agradeço a V. Exa. e o cumprimento pelo discurso.

Na verdade, eu acho que as situações dos Estados não são muito diferentes. Todos eles têm os seus problemas, Santa Catarina também. Nós temos algumas rodovias lá que agonizam há 15 anos, 16 anos, sem nenhuma perspectiva de conclusão. Vem Governo, passa Governo e parece que é um deboche com a classe política, porque a classe política acha que nós temos muito poder e o único poder que nós temos é o poder da nossa voz, o poder da nossa fiscalização, insistir, etc., e as coisas não vão.

Lá nós temos a 101, que está pedagiada e não está concluída, e vai fazer 30 anos. A 101 é que liga Curitiba ao Rio Grande do Sul. Nós temos a 470, que passa por Blumenau, no Vale do Itajaí. O Governo do Estado agora se comprometeu a injetar dinheiro do Governo do Estado para concluir uma parte da obra, o que é um precedente, Senador Carlos Viana, perigoso, porque não é justo que o Governo Federal não arque com as suas responsabilidades, pelo menos das rodovias federais, nos nossos respectivos Estados. Há a 280; há a 285, que agora sofreu um corte. Faltava 1,3km. Isso é bom que eu diga para os senhores: falta 1,3km da rodovia federal BR-285, que liga o sul de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá em São José dos Ausentes, que sofreu um corte linear do Governo Federal, e ele retirou todos os recursos para a conclusão da obra. É evidente que o Ministro garantiu a continuidade da obra, mas é para ver a falta de planejamento, a falta de cuidado, a falta de conhecimento. A estratégia e o acompanhamento dessas obras não pode ficar dessa forma como elas estão sendo geridas. Sem falar dos buracos que estão no acostamento esperando para entrar na rodovia.

Eu estive agora lá no meio oeste catarinense neste final de semana. A sorte é que meu carro tem uma proteção forte nas rodas, porque entrei num buraco lá que pensei que tinha dado um tiro de canhão. Enfim...

E nós temos ainda uma obra do contorno de Florianópolis, que liga Governador Celso Ramos à Palhoça, que é um contorno... Quando a BR-101 foi pedagiada, essa que liga Curitiba ao Rio Grande do Sul, estava prevista uma obra do contorno para ser concluída e entregue em 2012. Nós estamos em 2021 e ainda não temos a menor previsão de quando essa obra vai ser concluída. Mas os pedágios estão lá, os recursos estão entrando de forma sistemática, e as coisas não avançam como nós gostaríamos que avançassem. Enfim, é só um pequeno desabafo também para eu dizer que, certamente, esse é um problema de todos os Estados brasileiros. Nós precisamos rever esse planejamento, fazer um pente-fino nisso e tomar as providências que sejam necessárias de acordo com cada Estado e com cada situação.

Eu acho que...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pela ordem, concedo a V. Exa. a palavra.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Se V. Exa. me autorizar a fazer a leitura, rapidamente, da minha indicada, a Sra. Joelma Maria, eu ficaria muito grato, pedindo licença aos nossos colegas, sei que todos têm os seus compromissos. Eu faço ou pediria para fazer *ad hoc*, mas gostaria de fazer a leitura. É uma folha, é rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – De minha parte, não vejo nenhuma objeção. Acho que o Plenário também concorda, pelo que percebi. Só vou lhe pedir, Senador Acir, para liberar os nossos sabatinados que já concluíram. Então, vou concluindo.

Antes de irmos para o terceiro bloco, agradeço a presença dos nossos indicados à ANTT desejando a eles uma exitosa gestão. Quanto melhor o desempenho dos senhores lá, melhor vai ser a nossa relação e a expectativa que nós queremos de um futuro melhor, com mais qualidade de vida e com a logística apta para transportar a nossa riqueza. Então, agradeço a presença de vocês. Só sugiro que, se vocês quiserem esperar o resultado, aguardem até o término da nossa reunião. Então, estão dispensados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito a oportunidade para anunciar, então... Vou fazer uma nova sugestão: vamos fazer um bloco só, então, dos últimos cinco? Continuamos dando cinco minutos para cada sabatinado e a gente segue em frente.

Passamos, então, ao item 8 da pauta, por inversão de pauta, para atender a um apelo do Senador Acir.

**ITEM 8**

**MENSAGEM (SF) N° 32, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome da Senhora JOELMA MARIA COSTA BARBOSA, para exercer, pelo prazo remanescente do mandato, o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga decorrente da renúncia de Carlos Afonso Rodrigues Gomes.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública da indicada*

A relatoria é do Senador Acir Gurgacz.

O relatório está pronto para deliberação. Então, ofereço a palavra ao Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, também agradeço aos colegas Senadores por me atenderem.

Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou pedir para a Dra. Joelma, então...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Vir à mesa...

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... em homenagem, inclusive, às mulheres, que estão em minoria, para utilizar aqui a cadeira da mesa, e, em seguida, nós vamos convidando os outros sabatinados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente Dário Berger, pela ordem, um minuto só de V. Exa. – Senador Jayme Campos.

Eu queria sugerir a V. Exa., se possível, que já convidasse os demais sabatinados que teremos esta noite aqui, se for chamar, e nos permitisse que fizéssemos a releitura do nosso relatório, até pelo fato de que nós já votamos. Então, seria de bom alvitre que, primeiro, o senhor convidasse todo mundo, todos os que serão sabatinados, e que nós lêssemos. No caso, particularmente, sou Relator do Dr. Luciano aqui, eu imagino haver mais nomes aí, o Luis Carlos Heinze, o Carlos Viana, que nós lêssemos, e nós ficaríamos muito à vontade, até porque alguns têm alguns compromissos, e que prosseguisse aqui a reunião, a sabatina com quem quisesse fazer a sua indagação. Assim, dava bom andamento e celeridade aos trabalhos da CI e V. Exa. nos ajudaria muito, até para facilitar as coisas no decorrer da noite, porque nós temos alguns compromissos ainda.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Acatada a sugestão de V. Exa.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Presidente, já que a Dra. Joelma é ouvidora, convidar o outro ouvidor, o Luciano, Luciano Godoy, do outro lado aí que a gente já vai emendando – ouvidor da Anatel.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – E assim liberamos o Gurgacz, que não quer pagar pedágio, ele quer pista livre.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É verdade. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sem pedágio, não é?

Então, com a palavra, Senador Acir.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Como Relator.) – Muito bem, muito obrigado, Sr. Presidente.

Segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores da Antaq. Nos termos do art. 383 do Risf, a Comissão de Serviços de Infraestrutura deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A indicada deve, também, atender aos requisitos de tempo de experiência profissional em postos específicos, conforme determina o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

Por fim, o art. 4º dessa mesma lei determina que mandatos da diretoria colegiada não serão coincidentes, e que, se "não forem providos no mesmo ano em que ocorrer sua vacância, terão a duração reduzida", de forma a permitir a regra da não coincidência. Assim, caso o indicado seja nomeado, seu mandato deverá respeitar as regras aqui descritas.

Com relação ao currículo da Sra. Joelma Maria Costa Barbosa, ela atende a todos os requisitos para estar à frente da Ouvidoria da Antaq.

A análise do currículo anexado à Mensagem nº 32, de 2021, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional da indicada a credenciam para o desempenho das atividades do cargo de ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, para o qual foi escolhida pelo Senhor Presidente da República.

Adicionalmente, a indicada apresentou, além do currículo e da argumentação escrita que demonstram sua experiência profissional, os demais documentos exigidos pelo art. 383 do Risf.

São esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviço de Infraestrutura delibere sobre a indicação da Sra. Joelma Maria Costa Barbosa para ser conduzida ao cargo de ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

É este o relatório.

Cumprimento a Joelma, desejando sucesso nesta nova missão que a senhora terá pela frente.

Muito obrigado, Presidente e demais Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa.

Passamos ao item 6.

**ITEM 6**

**MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2021**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor LUCIANO GODOI MARTINS, para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Thiago Cardoso Henriques Botelho.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.*

A relatoria é do Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Jayme Campos para proceder ao relatório.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Sras. e Srs. Senadores, demais autoridades aqui que estão sendo sabatinadas na Comissão de Infraestrutura, como este relatório já é do conhecimento de todos os Srs. Senadores e Senadoras, vou resumi-lo aqui, até pelo adiantado da hora, para ganharmos tempo aqui. Se V. Exa., com devida vênia e permissão, me autorizar, eu vou ler aqui a análise do currículo, assim facilitando sobremaneira.

A análise do currículo anexado à Mensagem 19, de 2021, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para exercer o cargo de Ouvidor da Anatel, por escolha do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Constata-se ainda que o indicado apresentou declarações e informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo Ato nº 1, de 2009-CI, alterado pelo Ato nº 4, de 2013-CI, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura".

O candidato declarou formalmente que: a) não possui parentes que tenham exercido ou que exerçam atividades, públicas ou privadas, vinculadas à área de telecomunicações; b) figura como parte requerida em ação de família em trâmite na 4ª Vara Federal de Londrina, Estado do Paraná, e como autor de quatro ações descritas detalhadamente na documentação apresentada; c) não exerce mandato parlamentar, não sendo membro do Poder Legislativo de nenhum ente federado, e tampouco é cônjuge, companheiro ou parente em linha direta ou colateral até o terceiro grau de membros desse Poder; d) está em situação fiscal regular, apresentando os respectivos documentos comprobatórios; e) não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção em agências reguladoras; f) é sócio – é bom que se esclareça – da empresa Minuano Consultoria Ltda., não exercendo funções de gerência ou administração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dessas informações, o indicado apresentou a certidão negativa para fins gerais (criminal) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região; a certidão de quitação com a Justiça Eleitoral; o nada consta relativo a antecedentes criminais da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Federal; o nada consta relativo a condenações criminais eleitorais da Justiça Eleitoral; a certidão regional de primeiro grau para fins eleitorais da Justiça Federal da 4ª Região atestando o nada consta relativo a execuções penais, ações cíveis públicas de improbidade administrativa, ações populares e recursos criminais dos Juizados Especiais Federais; a certidão negativa de licitantes inidôneos do Tribunal de Contas da União; a certidão para fins civis da Comarca de Londrina atestando não haver... execução penal, Juizado Especial e Família; e as certidões negativas de débitos tributários de dívidas ativas da União, do Estado do Paraná.

Isso, Sr. Presidente, já me satisfez. E vou à fase do voto.

No que tange à argumentação escrita, também exigida pelas mencionadas normas, o indicado expõe informações e declarações de que possui experiência profissional e formação técnica adequadas, ao lado de afinidade intelectual e moral para exercer o cargo pleiteado.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que integram esta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Luciano Godoi Martins para exercer o cargo de Ouvidor da Anatel.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito obrigado. Agradeço a V. Exa.

Vamos, então, ao item 4 da pauta.

O Sr. Guilherme Santana Lopes Gomes está presente? Quem é? (*Pausa.*)

Pode ficar aí mesmo. Eu acho que podemos ficar aqui mesmo.

**ITEM 4**

**MENSAGEM (SF) N° 4, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor GUILHERME SANTANA LOPES GOMES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

Relatoria do Senador Carlos Viana.

Passo a palavra ao Senador Carlos Viana para apresentar o seu relatório.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto à apresentação do indicado, uma vez que todos os requisitos formais foram preenchidos.

O indicado graduou-se em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto, em 2005, e, pela mesma universidade, em conjunto com a Universidade do Estado de Minas Gerais, obteve o título de Mestre em Engenharia de Materiais em 2012. Participou de diversos eventos científicos, em que publicou resumos e apresentou trabalhos relevantes na área de materiais vinculados ao setor mineral. Possui habilidades de leitura, escrita e conversação nos idiomas inglês e espanhol.

Profissionalmente, atuou como Engenheiro de Minas na Fundação Gorceix, em convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) entre agosto de 2005 e março de 2006. Em seguida, após aprovação em concurso público, se tornou servidor daquela autarquia no cargo de Especialista em Recursos Minerais, trabalhando inicialmente na Gerência de Mato Grosso, entre 2006 e 2012. Após transferência para a Gerência de Minas Gerais, desenvolveu atividades variadas, desde a fiscalização à gerência substituta daquela unidade. Em destaque, relevo que o indicado foi designado pela ANM para prestar assessoria técnica quando estive à frente dos trabalhos, como Relator, da CPI de Brumadinho.

Aqui quero fazer aos Srs. Senadores presentes e às Senadoras que nos acompanham uma referência pessoal ao trabalho do Sr. Guilherme. Durante a CPI de Brumadinho, ele foi designado pela ANM, esteve à nossa disposição durante todas as atividades de investigação, e posso dizer claramente que foi um dos principais responsáveis pela elaboração do relatório, que hoje, com muita alegria e orgulho do Senado, é referência no Supremo Tribunal Federal; foi referência na força-tarefa do Ministério Público de Minas que levou o Governo do meu Estado a um acordo de R$30 bilhões de reparação com a empresa Vale, fora as indenizações dos trabalhadores. Eu quero dizer aqui da minha satisfação em ser o Relator da indicação do Sr. Guilherme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declara:

i) não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas ao setor mineral;

ii) não participar ou ter participado como sócio, proprietário ou gerente de empresas no setor mineral ou entidades não-governamentais;

iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

iv) não figurar como parte em ações judiciais;

v) que participou:

a. como sócio-administrador da WR Tecnologias Industriais Ltda. até 2007;

b. como sócio da Mine Steel Representações e Comércio Ltda.-ME até outubro de 2010;

c. como sócio da Hephaestus Metais Representações Ltda. até fevereiro de 2016;

vi) participar como sócio da Tecnouveau – Engenharia e Consultoria Técnica Ltda.;

vii) não ter atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano de 2020, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado. Além disso, Guilherme Santana Lopes Gomes não se enquadra nas vedações estabelecidas pelo art. 9º da Lei 13.575, de 2017, e o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Pelo exposto, acredito que a Comissão de Serviços de Infraestrutura tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Guilherme Santana Lopes Gomes ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração.

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cumprimento V. Exa. pelo relatório.

Passamos ao item 5 da pauta.

**ITEM 5**

**MENSAGEM (SF) N° 20, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor RONALDO JORGE DA SILVA LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente da renúncia de Eduardo Araujo de Souza Leão.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.*

A relatoria é do Senador Carlos Fávaro.

Com a palavra o Senador Carlos Fávaro para proferir o seu relatório.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, demais colegas Senadores e Senadoras, queria, antes de mais nada, parabenizar todos os sabatinados deste bloco, em especial o Guilherme Santana Lopes, cujo relatório acabou de ser proferido pelo colega Senador Carlos Viana.

Também queria já ir direto, pelo adiantado da hora, ao relatório. Vou fazer uma síntese, inclusive, do extenso mas muito competente currículo do Ronaldo Jorge da Silva Lima.

Presidente, o relatório já se encontra apresentado e amplamente divulgado. Por isso, vou direto à análise do currículo do sabatinado.

O Sr. Ronaldo Jorge da Silva Lima graduou-se em Geologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1990; concluiu uma especialização em Gestão Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (Numa/UFPA), em 1993; e depois seguiu para uma Especialização em Sensoriamento Remoto Aplicado ao Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na Universidade de Brasília (UnB), aqui em Brasília, em 1994.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua experiência profissional é ampla e diversificada nas áreas de mineração, gestão pública, gestão ambiental, recursos hídricos e sustentabilidade. Trabalhou inicialmente, de 1995 a 2012, como Gerente de Análise de Projetos de Mineração no Estado do Pará, onde, nesse período, atuou também na coordenação de diversos projetos para implementação de boas práticas ambientais na região de garimpos, em parceria com a Associação de Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot) e o extinto DNPM.

Depois, de 2012 a 2015, foi Coordenador no Instituto Brasileiro de Mineração. De 2015 a 2018 – eu estou aqui fazendo um breve relato de tudo que fez nesses períodos, não é, Ronaldo? –, serviu como Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará. De 2019 até o atual momento, exerce o cargo de Diretor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará. E, nesse cargo, coordena a elaboração do Plano Estadual de Mineração, assim como o projeto de ordenamento da pequena mineração e o cadastramento e a fiscalização da produção de projetos minerais.

Tem um currículo excepcional, competente, que desenvolve, junto à mineração neste País, o trabalho de captura de minérios, mas também de preservação do meio ambiente.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declara: não possuir parentes que exercem atividades públicas vinculadas à sua atividade profissional; não participar ou ter participado como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões apresentadas; não figurar como réu ou autor em ações judiciais, conforme certidões apresentadas; não ter atuado em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou na direção de agências reguladoras.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências.

O Sr. Ronaldo Jorge da Silva Lima possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado. Ao longo de sua vida profissional, acumulou sólida formação técnica e jurídica que lhe possibilitam um conhecimento prático da aplicação do Direito regulatório e de suas especificidades.

Além disso, Ronaldo Jorge da Silva Lima não se enquadra nas vedações estabelecidas pelo art. 9º da Lei nº 13.575, de 2017, e o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua ampla experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, estão comprovadas no currículo. Fica assim a Comissão de Infraestrutura do Senado em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Ronaldo para exercer o cargo de Diretor da ANM.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa. também pelo relatório.

Vamos ao item 7 da pauta.

**ITEM 7**

**MENSAGEM (SF) N° 28, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor LUIZ RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de Juliano Alcântara Noman, que renunciou.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

A relatoria é do Senador Luis Carlos Heinze. O relatório está pronto para deliberação.

Com a palavra S. Exa. o Senador Luis Carlos, para proferir o relatório.

(*Interrupção do som.*)

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – ... Mensagem nº 28, de 2021, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Ricardo de Souza Nascimento...

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – Fale mais alto.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – ... Luiz Ricardo de Souza Nascimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ligue o som.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Agora deu. O Senador Esperidião desligou aqui para mim. Ouviu, Dário? Desligou só com o olho... (*Risos.*)

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 28, de 2021, submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Ricardo de Souza Nascimento para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e no art. 12 da Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Vou passando aqui.

O indicado é cidadão brasileiro, Major-Brigadeiro do Ar, possui curso superior como Oficial Aviador, Aspirante, em dezembro de 1987, pela Academia da Força Aérea.

São diversos os cursos que ele fez, que aparecem aqui, mas vamos passando para a frente. Registra ainda diversos cursos técnicos, operacionais e gerenciais nas áreas em que atuou como oficial militar.

Atingiu o generalato da Força Aérea Brasileira em 2016 e o posto de Major-Brigadeiro do Ar em 2019, seu último posto no serviço ativo.

Em relação à sua vasta experiência profissional na aviação militar e civil, podemos destacar que é piloto militar de aviões de asa fixa e piloto de helicóptero, com cerca de 3 mil horas de voo. É piloto inspetor de navegação aérea pelo Grupo Especial de Inspeção em Voo, da Força Aérea Brasileira, tendo centenas de inspeções realizadas nos mais diversos aeroportos brasileiros que operam na categoria de instrumentos.

Foi representante do Brasil na Comissão de Navegação Aérea (ANC) da Oaci, em Montreal, por dois anos e quatro meses. Foi representante alterno do Brasil no Conselho da Oaci. Nestas funções, trabalhou nas elaborações dos regulamentos padronizados de aviação civil internacional, com aplicabilidade para cerca de 195 países ao redor do mundo.

No âmbito do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), da FAB, desempenhou diversas funções relacionadas à atividade aeronáutica civil brasileira. Iniciando em 2003, participou, representando o Comaer, das tratativas da proposta da lei que criou a Anac em 2005.

Foi Diretor de Operações do Decea durante os Jogos Olímpicos do Rio 2016, oportunidade em que gerenciou a Sala Master da Aviação Brasileira, idealizada com a colaboração de diversas instituições brasileiras e internacionais, para o controle especial do tráfego aéreo brasileiro no período do evento. Também, nesse período, gerenciou a implantação do conceito de navegação aérea baseada em *performance,* no espaço aéreo brasileiro, contribuindo para ampliar a capacidade das aerovias e atender a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demanda crescente do setor aéreo. Ainda como Sdop, coordenou a implantação deste conceito em diversos países da América do Sul, sendo Presidente do Grupo da Oaci-Lima (Peru), conhecido como Samig (Grupo de Implantação para a Região da América do Sul).

Foi representante do comando da aeronáutica no Conselho Consultivo da Anac, no período de 2016 a 2018, sempre participando das discussões relativas ao setor da aviação civil no País.

Tendo em vista o exposto, neste breve resumo de suas atividades profissionais, tenho a certeza de que o Major-Brigadeiro Luiz Ricardo tem plenas condições em desempenhar as funções de Diretor da Anac, onde colaborará para o contínuo desenvolvimento da aviação civil no Brasil.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo, comprovando: que não possui parentes, até o terceiro grau, nomeados para cargo comissionado ou função de confiança no âmbito da administração federal; não exercício de outra atividade profissional e não participação como sócio, proprietário ou gerente em empresas ou entidades não governamentais; regularidade fiscal, nos âmbitos federal e do Distrito Federal, onde reside; nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte; e a não participação em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Diante do exposto, são esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Sr. Luiz Ricardo de Souza Nascimento para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

Senador Dário Berger, Senador Esperidião Amin, há um outro detalhe importante: a esposa, Vanessa Pilla, gaúcha – gaúcha –, Senador Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é de São Borja?

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... não é de São Borja, mas, quando eu fui Prefeito de São Borja, ela era a 1ª Prenda do Rio Grande do Sul. Então, esses são os predicados do nosso indicado.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2021.

Senador Dário Berger, Presidente.

Senador Luis Carlos Heinze, Relator.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Parabéns!

Viva o Rio Grande do Sul, chê! Nosso Estado amigo e irmão.

Obrigado pelo relatório, Senador Luis Carlos Heinze.

E, agora, nós vamos, então, oferecer a palavra aos nossos indicados.

A nossa primeira indicada é a Dra. Joelma Maria Costa Barbosa.

A senhora tem a palavra por cinco minutos, ou até cinco minutos, ou um pouquinho mais.

**A SRA. JOELMA MARIA COSTA BARBOSA** (Para expor.) – O.k.

Todos me ouvem? (*Pausa.*)

Boa noite a todos.

Gostaria de saudar os presentes, todos que nos assistem na pessoa do Presidente desta Comissão de Infraestrutura, o Senador Dário Berger, e agradecer ao Senador Acir Gurgacz, que muito me honrou com sua relatoria.

É uma imensa honra para mim participar deste ato de arguição pelo Senado Federal como indicada ao cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários pelo Presidente da República Jair Bolsonaro.

Relativamente à minha formação acadêmica, sou bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão. Sou pós-graduada em Direito Civil e em Direito Processual Civil pela Escola da Magistratura do Distrito Federal e pós-graduada em Direito Público pela mesma escola.

Quanto à minha experiência profissional, tenho quase 20 anos de experiência no serviço público, iniciando minhas funções como Analista Contábil da Contadoria Geral do Estado do Maranhão, por meio de concurso público, exercendo, ainda, o cargo de Auditora Governamental, também por meio de concurso público, na Controladoria-Geral do Estado do Piauí.

Em seguida, ingressei na carreira de Analista Administrativo da Antac, também por meio de concurso público realizado em 2005, sendo o primeiro concurso realizado pela agência, autarquia que muito honro com meu trabalho e dedicação por mais de 15 anos.

Na agência, iniciei minhas atividades exercendo a função de pregoeira, com atuação na área de licitações e contratos, e, como Presidente da Comissão Permanente de Licitações e Contratos, de 2006 a 2009.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui membro da Comissão de Ética da Antaq, de 2014 a 2019. Fui assistente de diretoria com atuação na análise de processos referentes às áreas administrativas e finalísticas da Antaq, na Diretoria de Regulação, entre 2009 e 2012.

Fui, ainda, assessora da Superintendência de Administração e Finanças (SAF), atuando na análise de processos e desenvolvimento de normativos inerentes àquela unidade administrativa.

Finalmente, exerci o cargo de Secretária-Geral da Antaq, entre os anos de 2019 e 2021, cumulando com o cargo de Chefe de Gabinete Substituta do Diretor-Geral da Antaq, de 2017 a 2021, funções que me permitiram conhecer em profundidade todo o processo decisório da agência.

Exerço, ainda, a função de autoridade de monitoramento da LAI (Lei de Acesso à Informação), Lei 12.527, de 2011, desde 2017 até os dias atuais, respondendo por todo o processo de gestão da LAI na agência.

Minha formação acadêmica somada aos longos anos de experiência profissional na administração pública demonstram a afinidade intelectual e moral requeridas para a investidura no cargo.

No tocante à Ouvidoria, a lei que rege a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, a Lei 13.848, de 2019, dedicou seção exclusiva à Ouvidoria, tendo definido que aquele que vier a exercer atividade de ouvidor atuará sem subordinação hierárquica e exercerá suas atribuições sem acumulação com outras funções. Tal regramento somou-se a dois novos outros instrumentos normativos, entre eles, a Lei 13.460 e seu regulamento, o Decreto 9.492, de 2018. Ambos cuidaram de estabelecer as normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública, cuidando também de definir procedimentos e prazos para operabilidade da referida norma.

Tais regramentos que regem a defesa, a proteção e a participação dos usuários dos serviços públicos na administração pública trazem em seu bojo a obrigatoriedade da elaboração e divulgação de um instrumento importantíssimo para a sociedade, que é a carta de serviços ao usuário, cujo objetivo precípuo é informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Nesse desiderato, o legislador ordinário determinou a criação de conselhos de usuários, ferramenta também importantíssima, constituídos a partir da iniciativa espontânea dos próprios cidadãos, regulamentando a matéria por meio de parâmetros para a constituição desses organismos, tendo como frente o órgão central do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

É nessa ambiência que as ouvidorias federais protagonizam um modelo único e diferenciado de atuação. Sua essência visa a estabelecer pontes e, por meio da amplificação do diálogo e da busca da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justiça social, aproximar e aprimorar, cada vez mais, as relações entre os cidadãos e as instituições públicas e privadas.

Por outro lado, ao estimular a cultura da participação, empoderando os cidadãos e possibilitando que se portem como efetivos partícipes da política de governança e da promoção de melhorias dos serviços e produtos, os gestores e dirigentes passam a compreender a função estratégica das ouvidorias, as quais, satisfatória e gradativamente, vêm conquistando legitimidade perante toda a sociedade.

Então, ouvir por meio da reclamação, do elogio, da sugestão, da solicitação, da informação e da denúncia é importante e necessário, pois é uma fonte valiosa de informação para entidades que querem garantir a excelência na prestação dos serviços públicos e, por conseguinte, a sua sustentabilidade.

Encerro minha fala inicial no prazo que me foi concedido, ressaltando e reafirmando que seria uma honra para mim a aprovação por esta Casa da minha indicação para o cargo de Ouvidora da Antaq, concedendo-me a oportunidade de fazer parte do seleto grupo de servidores que prestam serviço de interlocução entre o Estado e os seus cidadãos, visando sempre à primazia no serviço público.

Meu muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Meus cumprimentos à Dra. Joelma.

Ofereço a palavra, agora, ao Dr. Luciano Godoi Martins, indicado para o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações.

**O SR. LUCIANO GODOI MARTINS** (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Dário Berger.

Srs. Senadores, Sra. Senadora, demais indicados, servidores e todos os presentes, deixarei meu discurso escrito ao lado em razão do horário e constatando o atarefamento sobre-humano dos Srs. Senadores nessa força-tarefa concentrada para nos sabatinar, esse ato constitucional tão importante para a assunção desses cargos dos aqui indicados.

Meu breve currículo é que eu, hoje, sou titular de uma Serventia Extrajudicial no Paraná; antes fui Advogado da União, aqui em Brasília, quando atuei no Ministério das Comunicações; antes fui Procurador do Município de Londrina, minha cidade natal; antes, Advogado da Caixa Econômica Federal; e também fui advogado privado, atuando em causas trabalhistas e tributárias.

Meu currículo acadêmico parte de uma graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, com especialização e mestrado também por essa mesma entidade. No meu mestrado em Direito Negocial, a linha de pesquisa e área de concentração foi na área de Direito e internet, cujos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimentos e estudos apenas confirmaram a paixão, já verificada quando fui da Consultoria do Ministério das Comunicações, por essa área de regulação do serviço de telecomunicações do Brasil.

No mais, Srs. Senadores, tenho por bem dizer que a importância da ouvidoria junto às agências reguladoras por si só se confirma pela transparência e o trabalho regulatório que exercem em nível nacional. Nosso sistema, conforme já foi falado aqui, se baseia no Sherman Antitrust Act, de 1890, americano, de que nós fizemos algumas importações para o modelo de regulação dos serviços públicos em nosso solo.

No que toca à ouvidoria propriamente dita, ela toma maior relevo nesta oportunidade dados os aspectos sensíveis que uma agência de telecomunicações como a Anatel tem como área de norteamento e de regulação. Hoje temos a LGPD, muito importante, temos sistemas de controle também de *startups,* tudo dentre outros meios que a agência deve nortear e regular.

A ouvidoria serve como uma autocrítica, um *ombudsman* que ela deve levar à agência para que o usuário e o público de uma forma direta tenham acerca de reclamação da atuação da agência.

Embora não tenha voto na agência, o ouvidor tem direito a voz e pode levar os reclames da sociedade, dos usuários, das empresas, inclusive do Parlamento para a agência, para que esta delibere no sentido de sanar mazelas, superar conflitos e tudo o mais para a boa prestação de serviço que deva ocorrer em nosso solo.

Eu vou encerrando dado o adiantado da hora, agradecendo ao Sr. Presidente, Dário Berger, também ao Senador Jayme Campos, que foi Relator da minha indicação, e aos demais Senadores. Também não poderia deixar de agradecer a indicação do Senhor Presidente da República e também do Sr. Ministro das Comunicações, Fábio Faria. Meu muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós que agradecemos ao Dr. Luciano, Ouvidor da Anatel.

E seguimos na linha do item 4.

Ofereço a palavra ao Sr. Guilherme Santana Lopes Gomes, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração.

**O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES** (Para expor.) – Obrigado, Presidente Dário Berger.

Senador Carlos Viana, obrigado pelas palavras. Realmente estou emocionado, meu grande amigo.

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao Presidente da República pela indicação; ao Ministro de Minas e Energia pela confiança; aos Senadores que estão aqui até agora com a gente, apesar do adiantado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da hora; agradeço principalmente à minha esposa, Stella; aos meus dois filhos, Bernardo e Gabriel – papai ama vocês! –; e aos meus colegas da agência que eu não poderia esquecer neste momento.

O Viana já expôs todo o meu currículo. É uma satisfação imensa para mim chegar a este ponto, ser indicado diretor da agência. Estou realmente emocionado depois das todas as palavras dele, mas, vamos lá.

Eu sempre pautei a minha carreira pelo trabalho e profissionalismo. Sempre observei os princípios básicos da administração pública. Possuo total conhecimento dos procedimentos da ANM, entendo os anseios e necessidades do setor mineral e posso afirmar: o que precisamos hoje é de uma agência mais moderna, mais célere, menos burocrática e com maior segurança jurídica, fiscalização da produção e simplificação da outorga. Sei que só atingiremos excelência com profunda mudança em nosso arcabouço legal e uma enorme melhoria estrutural, tudo isso para dar liberdade ao setor para se desenvolver.

A ANM é a caçula entre as agências reguladoras e vive hoje momentos difíceis: nos faltam recursos, mão de obra e uma legislação mais moderna. Em se tratando de recursos, de toda Cfem arrecada 7% deveriam ser destinados à ANM. No ano passado, em meio à pandemia, arrecadamos R$6 bilhões em Cfem; deveríamos receber 420 milhões, mas, como todo ano ocorre a mesma coisa, apenas 67 milhões chegam aos nossos cofres, causando, agravando ainda mais o sucateamento do órgão.

Outro ponto crítico é a mão de obra. Nossos servidores passam por momentos de grande insatisfação e falta de valorização. Entre todas as agências, a ANM é a única com salário distinto das demais, em que a média de remuneração é 40% menor se comparada com as demais agências. Isso tem nos feito perder quadros importantíssimos para a iniciativa privada. Do nosso quadro atual, 30% se encontram em abono permanência, podendo se aposentar a qualquer momento e estamos há 11 anos sem concurso público. Quando ingressei no órgão, tínhamos 1,5 mil servidores; hoje temos 700, menos da metade.

A situação é extremamente grave. Hoje, possuímos apenas 140 servidores para fiscalizar 35 mil empreendimentos mineiros, um convite à ilegalidade e à sonegação, barragem à parte. Já deixo bem claro: barragem à parte, dado a um TAC. O senhor tem ciência disso, temos um quadro específico para barragem mediante um TAC feito com o Ministério Público.

Nosso atual Código de Mineração é ultrapassado, extremamente antigo e injusto em vários aspectos, precisando ser aprimorado e modernizado, mas recebemos com grande satisfação a informação de que o Presidente Arthur Lira, no mês passado, instituiu um grupo de trabalho para rever o Decreto Lei 227, de 1967. E, desde já, Presidente Dário Berger, eu gostaria de colocar à disposição de todos os senhores e dos Deputados todo o quadro da ANM, se for necessário, para ajudar no debate. Temos muita esperança em ter um código mais fluído, menos burocrático e que nos ajude a exercer a nossa função, que hoje está totalmente travada dada a burocracia dos nossos procedimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sinto-me apto a exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração. Muito obrigado a todos e espero ser merecedor dos votos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Meus cumprimentos a V. Sa.

E, agora, nós vamos ao item 5.

**ITEM 5**

**MENSAGEM (SF) N° 20, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor RONALDO JORGE DA SILVA LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente da renúncia de Eduardo Araujo de Souza Leão.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado.*

E ofereço a palavra ao Sr. Ronaldo Jorge da Silva Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração.

V. Sa. tem a palavra.

**O SR. RONALDO JORGE DA SILVA LIMA** (Para expor.) – Uma boa noite, Exmo. Sr. Senador Dário Berger, Presidente desta respeitosa Comissão! Em seu nome, eu saúdo a todos os Senadores aqui presentes e as Senadoras aqui presentes também. Eu reconheço, quero aqui reconhecer o esforço concentrado desta Comissão, em um momento delicado que o País e o mundo atravessam, em tempos de pandemia, de promover um processo de sabatina para o preenchimento de cargos de Diretores da ANM.

Quero, aqui, iniciar fazendo um agradecimento à Presidência da República, pela confiança e honrosa indicação de meu nome para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração, e um agradecimento especial ao Senador Carlos Fávaro, pelo respeitoso relatório de minha indicação para subsidiar a deliberação de V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu me sinto muito honrado pela confiança demonstrada em mim para exercer o cargo de Diretor da agência. E, de antemão, eu me comprometo a exercer o cargo, se aprovado pelos senhores, com uma atuação a ser marcada pela ética, pela constante busca do desenvolvimento de uma mineração ainda mais responsável e sustentável, e que venha contribuir ainda mais para o desenvolvimento do País e, consequentemente, para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira.

Como já foi lido no relatório, pelo digníssimo Senador Carlos Fávaro, eu sou geólogo de formação, com especialização em sensoriamento remoto e especialização em gestão ambiental. Sou funcionário de carreira do Estado, ajudei a implementar a Política Estadual do Meio Ambiente do Estado; trabalhei fortemente para a criação da Política Estadual de Recursos Hídricos; iniciamos as discussões também, no Estado, para a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, que foi materializada agora, em 2020. Então, sempre trabalhando no sentido de melhorar, cada vez mais, a gestão do aproveitamento dos recursos naturais e aliado à sustentabilidade.

Durante o meu tempo profissional, representei o Estado no Conselho Nacional do Meio Ambiente; representei também o Estado do Pará no Conselho Nacional de Recursos Hídricos; trabalhamos na elaboração da Política Nacional de Segurança de Barragens, representando o Estado; fiz parte do Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (Conaredd+); também representei o Governo na Força Tarefa dos Governadores para o Clima (GCF), com reuniões internacionais; participamos das reuniões do clima, tanto em Barcelona como em Paris, na França, no México, sempre no sentido de reduzir mais as agressões ao meio ambiente e a proteção da Amazônia.

Estabelecendo agora a condição de Diretor de Mineração no Estado do Pará, nós estávamos com um trabalho em andamento que era o ordenamento da pequena mineração. A grande mineração já é uma atividade muito pujante, responsável por um dos sustentáculos da nossa economia no Brasil. Para ter uma ideia, nossas exportações, em 2020, foram na ordem de 36 bilhões, com saldo de US$31 bilhões. E agora as previsões para 2021: que ainda sejam maiores essas nossas exportações.

Como o colega Guilherme já colocou aqui, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), em 2020, foi da ordem de 6 bilhões, e já estamos agora com 4,5 até maio, de recolhimento de Cfem; 60% vão para o Município onde estão localizadas as minas, 15% para os Municípios que fazem parte da área de influência, 15% para o Estado e 10% para a União. Mas nós temos uma preocupação muito grande com relação à questão da pequena mineração. Então, pelo Estado, nós trabalhamos em prol do ordenamento dessa atividade, mas sempre esbarramos na questão da legalidade, uma vez que, constitucionalmente, a mineração é um bem da União; então, cabe aos órgãos nacionais. Então, a minha intenção é continuar esse trabalho, agora, na agência nacional.

Defendo a ideia de que a agência seja sempre parceira deste Parlamento, na busca de melhores soluções para o desenvolvimento da atividade e a resolução dos problemas que sempre enfrentamos, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a edição de medidas legais por parte de V. Exas. e, com relação à questão do marco regulatório, por parte da agência. Tenho por objetivo sempre o fortalecimento do setor, sempre com respeito ao meio ambiente e às comunidades das áreas de influência dos projetos.

Muitos são os desafios, mas grande também é a minha disposição em enfrentá-los para ajudar o País, caso os senhores me deem a honra de compor o quadro de Diretores da Agência Nacional de Mineração.

Assim, encerro minha exposição e me coloco à disposição dos senhores para quaisquer que sejam os questionamentos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito obrigado também ao Sr. Ronaldo Jorge da Silva Lima, candidato a um cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração.

E, por fim, vamos ao item 7 da pauta.

**ITEM 7**

**MENSAGEM (SF) N° 28, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor LUIZ RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato de Juliano Alcântara Noman, que renunciou.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:** *Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado*

Trata-se do Sr. Brigadeiro Luiz Ricardo Souza Nascimento, relatado pelo Senador Luis Carlos Heinze, nosso querido amigo do Rio Grande do Sul.

O senhor tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. LUIZ RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO** (Para expor.) – Boa noite, Sr. Presidente! Muito obrigado. Eu queria agradecer ao senhor e ao Senador Heinze as gentis palavras comigo e até com a minha família. Muito obrigado, Senador; fico bastante à vontade e bastante feliz em tê-lo como Relator.

Começo minhas palavras – eu tinha feito um discurso escrito, mas, também pelo tempo, vamos ser o mais rápido possível –, começo minhas palavras agradecendo, obviamente, ao Presidente Jair Bolsonaro, ao Ministro Tarcísio e ao Comandante da Força Aérea, Tenente-Brigadeiro Baptista Júnior, pela honrosa indicação. Depois de 40 anos na Força Aérea, hoje é praticamente o primeiro dia em que eu tiro o uniforme e venho aqui, de terno e gravata, falar com os senhores da minha experiência.

Eu sou piloto há trinta e poucos anos. Voei por praticamente todos os aeroportos do Brasil, fazendo inspeção de navegação aérea. Conheço bem a realidade desses pequenos aeroportos nos rincões mais distantes deste País. Sei que aeroporto, nessas localidades, não é luxo; é necessidade para que a gente consiga alavancar a economia e o desenvolvimento social do nosso País.

Fui representante do Brasil na Oaci, que é a Organização de Aviação Civil Internacional. É uma organização da ONU que faz a regulamentação internacional para todos os países do mundo em relação à aviação civil. Nessa organização, eu aprendi que uma boa regulamentação ajuda muito o setor, mas, se ela for mal compreendida ou mal colocada em prática, como disse o Senador, há pouco, são dez anos para a gente recuperar isso.

Então, essa experiência, com certeza, se aprovado pelos senhores, eu levarei para a agência, sempre buscando um consenso, sempre buscando um diálogo, sempre nos aproximando, obviamente, do Congresso, das pessoas que são os regulados, que sofrem ou, no mínimo, vivem a realidade da regulação brasileira. Então, eu me proponho a escutar muito todos os setores da aviação civil, do aerodesporto, da aviação geral, da aviação executiva, as pequenas oficinas, as pequenas demandas que nós temos, porque nós sabemos que os grandes aeroportos e as grandes empresas já têm uma boa interlocução com a agência.

A agência é referência em gestão, a agência tem uma capacidade técnica incrível, com grandes profissionais representando o nosso País no exterior, mas eu acho que nós podemos fazer mais, nós podemos trabalhar mais perto da sociedade. Já foi falado aqui de preços de passagens, de regulamentação, de desburocratização. A agência há pouco tempo lançou o programa Voo Simples, que eu, mesmo sem fazer parte da agência ainda, se aprovado pelos senhores, assinarei embaixo e lutarei, porque nós precisamos desburocratizar o setor, nós precisamos escutar o ente regulado e trazer as melhores práticas internacionais, procurar um bom caminho na concessão dos aeroportos, para que a gente possa realmente colocar a aviação brasileira num patamar digno, do tamanho da geopolítica do nosso País.

Se aprovado pelos senhores, tratarei desses temas com bastante afinco, com bastante amor no coração e, principalmente – também lembrado aqui já por alguns Senadores –, com probidade, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência, com responsabilidade. Eu tenho um princípio que eu uso na gestão pública há muitos anos. Eu tenho três garotos lá em casa agora me vendo, provavelmente: João Maurício, Maria e Antônio, 15, 10 e 9 anos. Eu sempre me pauto, no momento de uma decisão a ser tomada, pensando neles, pensando que daqui a pouco eu vou chegar em casa e se eu posso falar para eles o que o papai ensinou. É isso que eu acho que falta, como foi dito aqui, para o gestor público, para a gente ter coragem, pensar realmente no País e fazer o melhor para o nosso País. Eu acho que uma agência reguladora tem esse papel fundamental, como já foi dito aqui: representar o povo para o bem do povo e o negócio do povo.

Muito obrigado mais uma vez.

Queria agradecer novamente à Força Aérea, devo tudo à Força Aérea. Estou fechando meu ciclo, mas começando outro caminho como servidor público também.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós que agradecemos ao Brigadeiro Luiz Ricardo de Souza Nascimento. E, com a sua palavra, nós encerramos a participação dos nossos sabatinados.

O Senador Zequinha Marinho me pediu a palavra. Como chegou a hora dos Senadores, concedo a palavra a V. Exa.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Rapidamente, eu queria fazer uma menção aos nossos últimos sabatinados de hoje, cumprimentando aqui o Dr. Guilherme Santana; cumprimentando o meu querido amigo Ronaldo Lima, lá de Belém do Pará, servidor público da melhor qualidade; saudando Luciano Godoi também; a Dra. Joelma; e o Brigadeiro Luiz Ricardo.

Com relação à ANM, aqui aos dois sabatinados, o Dr. Guilherme e o Dr. Ronaldo: eu sou do Estado do Pará, que, primeiro, é o Estado que mais minera no Brasil hoje e que mais arrecada Cfem.

Lamentavelmente, a nossa gerência regional da Agência Nacional de Mineração não tem a metade da estrutura da gerência regional de Minas Gerais. Não dá para a gente conviver nem para a gente explicar como um Estado com tão grande resultado, em termos de números, de arrecadação etc., não tem a menor estrutura para funcionar, considerando também o tamanho do Estado do Pará.

Então, eu queria, neste momento, ouvir de V. Sas. como pensam contribuir com o Brasil fazendo justiça, principalmente com o nosso querido Pará, que tem dificuldades enormes nesses setores.

Outra coisa que eu queria mencionar aqui também, deixar como lembrança: nas PLGs lá no Pará, a fiscalização da gerência não chega a 1% das PLGs concedidas – não chega a 1%! Não era hora de a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANM pensar numa, digamos assim, estadualização disso, considerando que o Governo do Estado teria mais condições de fiscalizar, de acompanhar, de fazer algo melhor do que o órgão federal?

Terceiro, muito rapidamente: tiraram da gerência regional lá do Pará praticamente todos os poderes para deferir uma PLG. Trouxeram para Brasília e, lamentavelmente, engavetaram. Até, um tempo desse, fiz um balanço, numa reunião bem ampla na ANM lá, meu Senador, e nós tínhamos aqui em torno de 150 requerimentos de PLGs parados, há um ano e meio, mais ou menos.

E o Pará é alvo de grandes operações do Governo Federal em garimpos ilegais, e grande parte disso é em razão da omissão da ANM. Nós temos pegado pesado, a gente tem batido forte, a gente tem tentado ajudar nesse sentido. Eu gostaria de ouvi-los com relação à possibilidade de descentralizar isso, pelo menos isso, para voltar a gerência regional, e fazer isso acontecer lá, porque é muito simples, no meu ponto de vista, a fim de que fôssemos um pouco mais eficientes com relação a isso.

Bom, depois a gente retoma isso. Eu tenho algumas reuniões marcadas com o Dr. Bicca, que é o Diretor-Geral, sempre tentando.

Mas gostaria de deixar também uma lembrança aqui aos senhores: os senhores têm noção de quanto o Governo, aliás, os Governos, desde o Município, o Estado e a União, perdem pela bagunça que hoje a gente tem no Brasil todo com relação à questão principalmente ligada à garimpagem e outros?

O Estado do Pará tem um problema invencível, praticamente: o subsolo está todo onerado. Todas as empresas grandes, a Vale e tantas outras, vieram nas décadas de 80, 90 e até 70 fazendo requerimentos. E hoje nós temos uma multidão de garimpeiros e de garimpos procedendo e operando de forma irregular em função disso.

Então, são tarefas difíceis, mas eu acredito na competência dos senhores. Conheço o Ronaldo, sei do seu compromisso, e ali, com certeza, será a nossa voz dentro daquela agência, porque é um bom paraense.

Bom, eu queria me dirigir aos nossos ouvidores.

Parece redundante a pergunta, mas eu queria saber exatamente, Dra. Rosa e Dr. Luciano, o principal papel do ouvidor de uma agência reguladora e se os senhores têm estratégias para retornar isso àqueles que questionam ou àqueles que perguntam sobre, digamos assim, as mais diversas atividades da sua agência reguladora.

Por último aqui, gostaria de fazer uma reflexão rápida ao nosso Brigadeiro Luciano Luiz, digo melhor, Luiz Ricardo. Eu sou da Amazônia. A Amazônia sobrevive com voos da pequena aviação, do táxi e do aviãozinho pequeno. E a gente vê com muita dificuldade isso ainda, com muita luta. E eu queria pedir a V. Sa. que olhasse com bons olhos a aviação civil de pequenas aeronaves naquela região, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós dependemos disso e, às vezes, esbarramos em muita coisa que aqueles proprietários têm muita dificuldade para resolver.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Zequinha, o senhor fez algumas perguntas?

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Algumas colocações.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Colocações...

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Gostaria, se for possível...

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, vou conceder um minuto para cada...

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos começar pelos ouvidores, pelo...

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pela ANM.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ANM.

**O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES** – Senador Zequinha, desculpa ficar de costas para o senhor, é por causa do microfone.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Fica à vontade.

**O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES** (Para expor.) – Vamos ver se eu entendi certo aqui: o problema da estrutura do Pará. Como eu bem coloquei, nós estamos com problema de estrutura no Brasil inteiro. Eu reconheço que Minas tem uma estrutura melhor do que as outras unidades, mas, se o senhor olhar o que aconteceu até com Minas Gerais, nos últimos dois anos, o senhor até cai para trás. Só a título de exemplo, nós perdemos servidores aqui para sede em Brasília, mediante remoções internas sem consulta às chefias imediatas, sucateando a nossa unidade. Todas as unidades do Brasil, todas as regionais perderam cargos nas últimas estruturações.

Em Minas Gerais, nós só conseguimos ter um carro apto a ir para o campo fazer uma fiscalização porque, dois anos atrás, eu fiz um TAC com um minerador, e ele forneceu um carro para a agência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque nem veículo a gente tinha. Então, a situação é ruim em todo o Brasil. Eu entendo a situação do Pará.

Com relação à PLG, hoje é atribuição da União outorgar essas PLGs. Vai haver o debate agora; se for mudada a legislação, eu vejo com bons olhos o auxílio do Estado. Assim como acontece com o licenciamento, o Estado poder nos auxiliar com PLG eu vejo com bons olhos. Sou sincero com o senhor ao falar isso.

Agora, com relação às PLGs paradas, eu tomei ciência disso, mesmo não estando no cargo de diretor, como colega me contaram o que estava acontecendo. Acho que foi um entendimento equivocado que ocorreu, principalmente aqui na Superintendência de Produção Mineral, onde acharam que cada titular só podia requerer uma PLG. Isso é um absurdo. Se o cara requereu cinco áreas, qual o problema de ele ter cinco PLGs? Onde está escrito que ele não pode? Então, isso tem que ser revisto. Os processos não podem ficar parados, como estão parados, não só no Pará, mas em muitos locais do Brasil. Minas Gerais é o campeão, o Estado que mais tem processos parados em arquivos. Hoje nós não temos servidores suficientes para analisar tudo, não somente devido ao número de servidores, mas também devido à burocracia exagerada em nossos processos administrativos.

**O SR. RONALDO JORGE DA SILVA LIMA –** Queria só complementar...

Na verdade, Senador Zequinha, conheço o trabalho em prol dos mineradores, a sua luta em tentar mudar esse cenário que nós temos hoje lá de muita mineração irregular. Então, é trazer esse pessoal para a regularidade. Já conversamos sobre isso.

O colega Guilherme colocou um ponto interessante aí. Nós arrecadamos R$6 bilhões de Cfem. Então, parte desse valor eu acho que deveria ir para a agência. Ai, sim, nós poderíamos estruturar melhor, fazer concurso, contratar mais pessoas, aumentar nosso efetivo, que realmente é precário no Estado do Pará – e não só no Estado do Pará, mas no Brasil.

Todos os Municípios do Brasil têm mineração, nem que seja uma extração pequena de areia, de argila, uma captação de água mineral. Você sempre tem uma lavra em todos os Estados de todo o Brasil. Então, um País deste, com uma dimensão continental, com o número de técnicos que tem hoje, como já foi exposto pelo colega Guilherme, precisa, urgentemente, que haja uma injeção tanto de ânimo como de pessoal. Então, isso é necessário. E aí eu faço um apelo, inclusive, para os Senadores, eu acho que cabe passar para esta Casa, uma mudança na legislação que coloque o percentual da compensação financeira para a agência, para ela poder se estruturar. Eu acho que assim a gente consegue resolver parte desse problema.

Com relação à questão da centralização da PLG também a gente já vem discutindo, a gente pretende abrir essa discussão dentro da agência. Eu acho que, se você descentralizar, você dá mais agilidade do que a questão centralizada. Então, eu acho que a gente pode abrir, abrir esse debate, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivermos a oportunidade e a aprovação dos senhores, para abrir essa discussão na agência e tentar melhorar esse cenário que nós temos hoje.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem. Contamos com os senhores por lá nessa direção, porque é preciso. Há uma necessidade gritante.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Devo, por ofício, consultar os Senadores se já votaram todos. (*Pausa.*)

Certamente já votaram.

Então, declaro encerrado o processo de votação.

Desejamos apurar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, por favor...

Essa é a votação inaugural desse novo processo, entendeu? Só para deixar alerta os Srs. Senadores e os nossos indicados. Se não der, nós vamos para a maquininha; para a maquininha, não, vamos para...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – O voto de papel.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... o voto de papel.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Está tão em moda essa conversa, não é? (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos reiniciar o sistema. (*Pausa.*)

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Ó, cédulas para arrepio do Ministro Barroso... (*Risos.*)

Não, só urnas eletrônicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos ter que aguardar uns cinco minutinhos a chegada dos técnicos para...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... reiniciar o processo e apurar o resultado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que eu posso dar continuidade aqui para ir fazendo o encerramento e depois só proclamo o resultado, não é?

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Sr. Presidente, enquanto não temos o resultado, apenas uma palavra rápida.

A Sra. Joelma, que é a nossa Ouvidora da Antaq, eu espero que muito brevemente, Sra. Joelma, num futuro não muito distante, o setor também de transporte de passageiros e o de toda carga pela parte fluvial brasileira esteja muito mais desenvolvido do que hoje. É muito pouco conhecida do Brasil a importância desse transporte que, no Norte, na Amazônia dos nossos colegas Senadores, é fundamental para o abastecimento, para o deslocamento, para a sobrevivência das pessoas, a questão da soberania brasileira.

Nesse ponto, eu desejo, com sinceridade, que o Brasil tenha uma nova visão futura para essa questão do transporte aquaviário. E desejo muito boa sorte à senhora, como Ouvidora da agência. (*Pausa.*)

É um outro Brasil, bem diferente do Sul e do Sudeste. Quando nós olhamos o Norte, nessa questão do transporte, da dependência, e, claro, da convivência com os rios, é algo muito interessante e ainda pouco conhecido dos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Carlos Viana, só para tranquilizar os indicados, os votos estão armazenados, só que nós não estamos conseguindo...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Acessá-los, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... acessar e publicizar na tela. Mas, certamente...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Vamos aguardar, porque vai vir o voto impresso aqui, agora. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, mas o voto impresso pode custar uns R$2 bilhões.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone.*) – É o preço da democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Olha, com relação a essa questão do voto impresso, normalmente, quem reclama da máquina eletrônica é quem perde a eleição. Nunca vi quem ganhou... Tinha um amigo meu que foi candidato a Prefeito lá na minha cidade que ficou muito revoltado com a máquina, porque ele acabou perdendo a eleição. Eu não posso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reclamar nada das maquininhas. Bateram na íntegra com o resultado. Agora, é uma questão que merece aprimoramento, quem sabe.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Sr. Presidente, se me permite, assim como os outros... Quando se fala em voto auditável, não se fala em eliminar as urnas eletrônicas; fala-se em desenvolver um sistema em que esse voto seja mais transparente e mais acessível até na sua contagem. O debate no Brasil, hoje, se tornou muito radicalizado, a favor ou contra. Nós não estamos conseguindo e precisamos retomar o diálogo, no sentido de saber o que é melhor para o País. Na urna eletrônica eu tenho plena confiança. Ela tem exercido, tem dado... Mas, se nós podemos ampliar, tornar mais transparente, como eu disse, e o resultado ainda mais seguro, não vejo por que nós não poderíamos desenvolver isso. Há os sistemas eletrônicos todos disponíveis, e, como disse o Zequinha Marinho, nosso colega, há um custo para a democracia. O que nós não podemos é nos fechar e dizer "não, já chegamos a um patamar...". Se nós fizermos isso, nós vamos perder, quem sabe, o caminho inicial. Só que a gente não consegue ter um debate, de certa forma, com a visão do que é melhor e do que se pode melhorar no País. É aquela história de ou você é contra, ou você é a favor.

É meu posicionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós temos que travar um debate mais racional, né?

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós estamos meio divididos.

Nós estamos no ar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Então, vamos suspender por cinco ou dez minutos a nossa reunião.

Em seguida, retornamos com o resultado da nossa votação.

(*Suspensa às 21 horas e 07 minutos, a reunião é reaberta às 21 horas e 11 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está reaberta a nossa reunião.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Proclamo o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rafael Vitale Rodrigues, ANTT: 18 votos SIM; 2, NÃO. Total: 20 votos.

Fábio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho, ANTT: 18 votos SIM; 2, NÃO. Zero abstenção. Vinte votos. Total: 20.

Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, ANTT: 18 votos SIM; 2, NÃO. Abstenção: zero. Total de votos: 20.

Guilherme Santana Lopes Gomes, da ANM: 17 votos SIM; 2, NÃO. Uma abstenção. Total de votos: 20.

Ronaldo Jorge da Silva Lima, ANM: 18 votos SIM; 2 votos NÃO. Abstenção: zero. Total: 20 votos.

Luciano Godoi Martins, Anatel: 19 votos SIM; 1 voto NÃO. Abstenção: nenhuma. Total de votos: 20.

Luiz Ricardo de Souza Nascimento, da Anac: 16 votos SIM; 3 votos NÃO. Uma abstenção. Total de votos: 20.

Joelma Maria Costa Barbosa, Antaq: 16 votos SIM; 4 votos NÃO. Zero abstenção. Vinte votos no total.

Esse, então, é o resultado.

Parabéns! Todos foram aprovados! Boa sorte, bom trabalho.

Vamos ao encerramento, então.

Antes de encerrarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Por fim, agradeço a presença de todos: dos Srs. Senadores, dos nossos indicados, dos nossos convidados para as agências reguladoras e também todos os senhores e todas as senhoras que ficaram conosco até esta hora.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 17 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e nove minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Lasier Martins, Carlos Viana, Lucas Barreto, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Ciro Nogueira e Rogério Carvalho, e ainda dos Senadores não membros Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Leila Barros, Zenaide Maia, Jaques Wagner e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Elmano Férrer, Mecias de Jesus, Giordano, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CI ao PLDO 2022**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 (PL nº 3/2021-CN), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas na CI: Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovada a apresentação à CMO das seguintes emendas: **Emendas de metas e prioridades:** Emenda 1 – Ação 14UB (Construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse regional); Meta de 100 aeroportos adequados; Emenda 2 – Ação 7530 (Adequação de trecho rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC); Meta de 100 quilômetros de trechos adequados; Emenda 3 – Ação 10JQ (Adequação de trecho rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC); Meta de 74 quilômetros de trechos adequados; **Emendas de texto:** Emenda 4 – Anexo III, Seção III, Inciso X; Emenda 5 – Corpo da Lei, Cap XI, Seção I, Art 150, § 1, Inciso I, Alínea p. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Jayme Campos, Lasier Martins e Lucas Barreto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos. Aprovada, a presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Dário Berger**

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/14

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, realizada de forma semipresencial.

Item único da pauta. Não terminativo.

Deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3, de 2021, que "dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências".

A relatoria das emendas na Comissão é do Senador Esperidião Amin.

Relatório.

I) pela inadmissibilidade das Propostas de Emendas nºs 3, 4, 5, 13, 19, 20, 21, 26, 27, 42 e 45;

II) pela prejudicialidade das Propostas de Emendas nºs 6 e 7;

III) pelo acolhimento, no mérito, das Propostas de Emendas nºs 10, 46 e 47 ao Anexo de Prioridades e Metas;

IV) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, para proferir o seu relatório.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, bom dia!

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, eventualmente presentes ou que vão comparecer a esta reunião.

Este é sempre um momento muito triste, porque, quando se apreciam as emendas parlamentares, sejam de texto, sejam de mérito, a gente constata o quanto se impõe a busca por investimentos em serviços de infraestrutura, nominadamente transportes, a função transporte, a função energia; ou seja, nos serviços de infraestrutura em geral, e se percebe o quanto de carências nós temos.

De forma que é com dor no coração e com algum remorso, porque você tem que fazer a seleção segundo algum critério. E aí eu quero enaltecer o trabalho elaborado pela consultoria em geral e pela secretaria que suporta esta Comissão presidida por V. Exa., em especial, o trabalho do Consultor Otávio Gondim, a cujo serviço eu já tinha recorrido no ano passado.

Como o relatório tem 15 páginas, quero dizer que, conforme V. Exa. já leu, vou fazer um breve resumo da sua leitura em textos selecionados por mim, mas ele está apresentado desde antes das 8h da manhã. Creio que deve ter sido formalmente apresentado em torno de 7h30 da manhã, horário em que eu tinha terminado a sua leitura.

Primeiro, este relatório tem como fundamento legal e regimental os arts. 43 a 45 da Resolução nº 01, de 2006, e esta Comissão de Serviços de Infraestrutura está reunida para deliberar sobre essas emendas. No prazo avençado, ou seja, estabelecido pela CMO, foram apresentadas 51 propostas, 43 das quais classificadas como para o Anexo de Prioridades e Metas e as oito demais para aperfeiçoamento do texto. As sugestões estão listadas num quadro anexo, com o seu número de ordem e o respectivo autor.

É muito importante também que se leve em conta aquilo que faz parte do ordenamento, da organização e das regras que nós temos que seguir.

Uma das regras constantes do nosso regulamento, ou seja, do conjunto de regras, incluindo as regimentais e mesmo as legais, é de que não se inclua ação que não conste do plano plurianual. Nada obstante, o PPA em vigor, que é a Lei 13.971, de 2019, não apresenta um rol exaustivo de investimentos plurianuais, mas apenas os projetos que apresentavam execução financeira acumulada superior a 20% do seu custo total estimado na data base de 30 de junho de 2019 ou que tivessem previsão de conclusão até 2023. Ao passo disso, em outro dispositivo, o art. 6º, §§1º e 3º, respectivamente, da Lei do PPA, estabeleceu que as ações orçamentárias só fossem detalhadas nas leis orçamentárias anuais e que estas estabelecessem os vínculos, a cogência entre aquelas e os programas do PPA. Quanto às emendas de metas e prioridades, o critério geral de apreciação das emendas, em primeiro lugar, se subordina ao mérito de cada uma delas, ao tema que elas abordam. E o segundo aspecto está norteado com base na interpretação que o Comitê de Admissibilidade de Emendas da CMO estabeleceu. E sobre isso vale a pena a gente ler o seguinte: Quanto às emendas de Comissão, foi considerado que trechos da malha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rodoviária federal que constam do Sistema Nacional Viário são de "interesse nacional" para fins de atendimento dos arts. 44 e 45, já mencionados no início desta fala. Isso decorre do fato de que trechos federais em eixos estruturantes formam uma malha integrada fisicamente contígua e interdependente.

Portanto, a constatação do Colegiado repete aquilo que prevê a Lei nº 12.379, de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação.

Por uma necessidade de serviço das unidades descentralizadas do Dnit, essas rodovias têm sempre a indicação da unidade federada que o seu trecho percorre, o trecho definido.

Logo, por determinação de lei específica, regente do Sistema Nacional de Viação, disciplinando matéria constitucional, os elementos constituintes do sistema têm, presumivelmente, sempre o objetivo de preservar a unidade nacional, integrando esses trechos estaduais.

Quanto ao caráter institucional, o Comitê de Admissibilidade de Emendas relaciona tão somente à compatibilidade das ações propostas com as competências regimentais da Comissão.

Seguem-se, aqui apresentados e resumidos, os critérios específicos em que se primou por prestigiar as áreas de Governo que são de competência exclusiva da Comissão, como mencionei: transportes, comunicações e minas e energia.

Seguindo adiante, o relatório aborda a apreciação das propostas. E aí eu volto a dizer que é o momento de choro e de remorso, porque a gente percebe quão grandes são as carências e quantos desafios nós temos pela frente em matéria de inovação nestes três grandes campos: comunicações, transportes – ou seja, infraestrutura e comunicação física – e minas e energia.

Vale ainda lembrar que o relatório tece considerações a respeito do que é matéria a ser incluída no Orçamento público e o quanto pode ser colocado como prescrição ou recomendação para os contratos de concessão ou mesmo de serviços já concedidos e privatizados nesses três grandes campos dos serviços de infraestrutura. Restou-me, por isso, fazer uma seleção seguindo aquilo que é a ordem historicamente adotada para esse processo seletivo. E aí nós priorizamos. Essa é a proposta.

A Proposta de Emenda nº 10, apresentada pelo Senador Randolfe Rodrigues, destinada à construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse regional, com meta de cem unidades de aeroporto adequado, englobando as Propostas nºs 15, 40 e 51, de autoria respectiva dos Srs. Senadores Elmano Férrer, Eduardo Gomes e Eduardo Braga; a Proposta de Emenda nº 46, de autoria do Presidente da Comissão, adequação do trecho rodoviário Navegantes-Rio do Sul, da BR-470, em Santa Catarina, mas que alcança outros Estados da Federação; e a Proposta de Emenda nº 47, que é a adequação do trecho rodoviário da BR-280. Ambas focalizam, respectivamente, 100km de trecho adequado e 74km de trecho adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às emendas de texto, segue a análise de cada uma delas, das Propostas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8, já que são oito emendas de texto. A Proposta 6 corresponde à Proposta 2, e a Proposta 7 coincide com a Proposta 4, o que torna possível resumir as oito em seis.

Nós adotamos como critério que a distribuição das emendas aprovadas prestigia funções de governo de concentração exclusiva da Comissão, segundo competências opinativas regimentais, e atende a demandas catalisadas por um número mais representativo de Parlamentares.

A escolha da Emenda nº 10 se deveu ao fato de ser a emenda que tinha, na verdade, a maior representação desta Comissão com os seus signatários.

Pelas razões, resumidamente, expostas, mas constantes do relatório, opinamos, portanto, pela inadmissibilidade das Propostas de Emendas nºs 3, 4, 5, 13, 19, 20, 21, 26, 27, 42 e 45; pela já demonstrada prejudicialidade das Propostas de Emendas nºs 6 e 7, por coincidirem com outras; pelo acolhimento, no mérito, das Propostas de Emendas nºs 10, 46 e 47 ao Anexo de Prioridades e Metas; e pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões também expendidas, das demais sugestões de emendas apresentadas, especialmente as de texto.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, querendo apenas ressaltar que, no término do relatório, temos a apresentação de um anexo com todas as propostas devidamente resumidas, que são as 51 referidas tanto por V. Exa. quanto por mim no início desta reunião.

É o relatório, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nossos agradecimentos ao Senador Esperidião Amin, Relator das emendas desta Comissão, que serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as providências da confecção do Orçamento de 2022.

Ofereço a palavra ao Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, só para encaminhar esta matéria, que é muito importante e relevante na medida em que o relatório do Senador Esperidião Amin foi de um zelo e de uma perfeição irretocáveis.

Todavia, é bom que se esclareça que essas aqui são as emendas de Comissão que nós estamos propondo, e não só daqui como das demais Comissões da Casa. E o que é louvável na iniciativa do ilustre e eminente Senador Esperidião Amin é em relação, naturalmente, a onde foram enquadrados os possíveis investimentos, é evidente dependendo da Comissão de Orçamento, de aceitar, se não for possível tudo, pelo menos parte, para que possamos investir em algumas áreas, particularmente, como eu já disse, na questão da infraestrutura, na questão da melhoria dos aeroportos, na construção de novos aeroportos regionais no Brasil, que ainda é muito carente, muito dependente, particularmente, em termos de Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dimensão continental, como é o caso de Mato Grosso, o caso do Amazonas e outros Estados da Federação, que ainda são muito carentes desses aeroportos para fazer o transporte de aviação de forma regional.

Agora, o que é mais importante, Senador Dário Berger, de tudo isso que vimos aqui, é a questão também da comunicação. V. Exa. é conhecedor, estudioso dos problemas de todo o Território nacional, mas ainda temos, em vários e vários Municípios, comunidades, como é o nosso caso de Mato Grosso, com quase 15 mil habitantes que só não foram emancipados e transformados em Município pela própria legislação federal, que, depois de algum tempo, não está possibilitando a criação de novos Municípios, e que não têm acesso a um telefone fixo e muito menos à internet ou a um telefone celular. Acho que, em pleno século XXI, num país rico como o Brasil, você não ter acesso à internet, comunidades com 14 mil, 15 mil habitantes, de 5, de 6... E eu tenho um feixe de pleitos de lideranças comunitárias, de Vereadores que representam esses bolsões lá, que nos cobram todos os dias.

E, lamentavelmente, a Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, não dá nem bola. Dá a sensação de que estão só a serviço das grandes operadoras do sistema, vamos ser claros aqui, até porque, quando aprovamos aqui o Plano Nacional de Saneamento Básico, há pouco tempo, no ano passado, é aquela velha história de que quem come o filé também tem que roer o osso, não é, professor? Querem comer só o filé, não querem comer o osso. Não querem investir no social. É preciso também ter a obrigação de fazer. Pode até não ser alto, rentável, não ter um retorno imediato, mas têm a obrigação, e a nossa agência, a Anatel, tem que cobrar dessas operadoras. É inconcebível uma comunidade que tem quase 15 mil habitantes não ter um serviço de telefonia fixo, que é o básico do básico do básico. Celular, nem pensar, e muito menos internet.

E o que me causa, muitas vezes, até indignação é o fato de que, hoje, qualquer nota fiscal de qualquer estabelecimento tem que ser feita via internet. A nota fiscal hoje é pela internet. Se não tiver internet, você não imagina a dificuldade para o cidadão comercializar o seu produto. Hoje, se você vai tirar um GTA, Senador Dário, que é a Guia de Transporte Animal, você tira lá da sua casa, do seu escritório, via internet. Você tira a guia do Darf da sua residência e vai ao banco e paga. Hoje, você já paga até via PIX, se der certo. E nós estamos convivendo com esse tipo de coisa.

Então, eu quero dizer ao ilustre e eminente Senador Dário Berger que nós temos que nos esforçar ao máximo junto à Comissão de Orçamento, sobretudo ao Presidente e ao Relator, para inserir alguma coisa de fato, acatar essa proposta que foi feita aqui por vários Senadores, sobretudo relatada pelo eminente Senador Esperidião Amin, para que aceite algo disso aqui para pelo menos destinar às áreas mais importantes, que são a da comunicação, a questão dos aeródromos em algumas regiões do Brasil que ainda não têm um aeroporto para fazer as operações regionais de aviação.

Em síntese, louvo a iniciativa, sobretudo a proposta que estamos fazendo aqui, tudo de forma coerente, sensata, respeitando as questões mais importantes. Aqui não tem nada de interesse pessoal, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bom que se esclareça. É bom que a sociedade brasileira saiba que aqui ninguém está defendendo ninguém, o interesse de outras pessoas; nós estamos defendendo aqui algo de bom para o povo brasileiro.

Por isso, quero cumprimentar V. Exa., Senador Dário, que está conduzindo os trabalhos desta Comissão de forma reta, republicana, sobretudo fazendo um trabalho exemplar frente a esta Comissão.

Parabéns ao senhor e parabéns ao Relator da matéria, ilustre e eminente Senador Esperidião Amin!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa., e V. Exa. me honra sendo o Vice-Presidente desta Comissão.

Já vou passar a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Na verdade, fico muito honrado e muito satisfeito que V. Exa. seja um dos mais experientes Senadores, extremamente preparado e compromissado com o Brasil, e, evidentemente, isso traz um relevo todo especial à nossa Comissão. Infelizmente, nós ainda estamos funcionando de forma precária, em função da pandemia, mas me parece que está nascendo uma luz no fim do túnel e que a gente poderá voltar a trabalhar presencialmente, porque temos muitos assuntos de muita relevância para o País, porque investir em infraestrutura, incentivar a iniciativa privada a investir, criar modelos adequados para investir em infraestrutura e também ter recursos públicos necessários para investir em infraestrutura são prioridades absolutamente necessárias para que nós possamos voltar a ter um crescimento econômico desejável.

Eu queria só acrescentar ao que V. Exa. mencionou que esse é o preço que se paga em decorrência das privatizações, muitas delas mal feitas, muitas delas sem o devido controle e a fiscalização para que as áreas mais carentes também sejam efetivamente atendidas, porque, notadamente – V. Exa. sabe, V. Exa. é empresário, como eu –, o empresário visa a implantar seus projetos, evidentemente, onde dá mais retorno, mas o setor público, quando faz uma concessão, tem que prever que a concessão não é só para o filé *mignon*, como V. Exa. mencionou, mas é, sim, também para os bolsões de pobreza, sem os quais não vão se desenvolver no tempo que têm que se desenvolver para nós criarmos um país melhor e mais justo.

Então, parabenizo V. Exa. pelo seu pronunciamento a respeito desse assunto das comunicações, que é muito importante, na minha opinião.

A comunicação é a base de tudo hoje, e nós não podemos poupar recursos nem esforços para que nós possamos lotar o País com a infraestrutura necessária de boa comunicação. Então, essa é a principal e nefasta consequência das privatizações sem o devido controle, sem o devido esmero e sem a devida preocupação de que o desenvolvimento tem que ser para todos e para todas as regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como V. Exa. se manifestou e a manifestação foi muito apropriada, certamente o Senador Esperidião Amin pode nos oferecer também subsídios para aprimorar, talvez, o nosso relatório e criar uma logística própria para as comunicações. Não sei se é possível ainda, mas eu ofereço a palavra, então, ao Senador Esperidião Amin, Relator dessa matéria, para sua manifestação.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, estou vislumbrando aqui a imagem do Senador Lasier e do Senador Vanderlan. Não sei se eles vão pedir a palavra depois, mas eu não posso deixar de comentar, até com um pouco de emoção, pedindo a atenção do Senador Jayme Campos, quando ele falou nessa priorização da universalização dos serviços de telecomunicações.

Eu dediquei quatro anos da minha vida ao sistema Telebras. Entre 1972 e 1975, eu integrei os quadros da antiga Cotesc, depois Telesc e prestei serviços à Telebras, que era a *holding* do sistema. Fiquei quase sete meses no Piauí organizando a Telepisa.

Tive a oportunidade de tomar um banho de Brasil naquele grande e extraordinário trabalho que a Telebras, Senador Jayme Campos, e a Embratel... Embratel, à qual serviu o nosso saudoso Senador Arolde de Oliveira. Foi chefe do escritório primeiro, pioneiro da Embratel. E foi realmente uma obra extraordinária do País.

A criação da Embratel permitiu que o sinal do satélite chegasse aos mais distantes rincões. Estou vendo aqui o nosso Senador Lucas Barreto, que sempre sabe muito bem descrever o seu querido Amapá e, em consequência, a Amazônia.

E foi criado naquela época, o senhor veja como nós estamos carentes, o Fust, o Fundo de Universalização dos Serviços, na época de Telefonia, mas temos que entender hoje como os serviços de telecomunicações. Ou seja, de transporte de dados, informações, voz, notícias, como hoje temos em várias modalidades.

Esse fundo determinou que eu fizesse um trabalho para atendimento da área rural. Senador Lasier, na nossa região do Sul, isso poderia ter sido um trabalho magistral, até porque a empresa mais resistente a integrar essa *holding* foi a CRT, e ainda a empresa, digamos, microrregional de Pelotas. Eram duas prestadoras de serviço telefônico, digamos, de âmbito regional e até microrregional de Pelotas.

A CRT foi um bastião de resistência a essa incorporação ao projeto nacional. Como é hoje o Banrisul, sob certos aspectos.

Então, esse espírito farroupilha, se me permite dizer, que eu quero homenagear com essa fala, eu não estou criticando, foi exatamente para evitar que a regra geral... era um contraponto à regra geral de deixa tudo com Brasília, deixa tudo com o Brasil, Brasil, Brasília. O fato é que houve ganhos extraordinários e houve perdas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, quando foi privatizada, quando o sistema Telebras foi privatizado, eu fui talvez uma das poucas vozes que pediu que não se privatizasse a Embratel, porque a Embratel tem essa responsabilidade, Senador Jayme Campos, de levar o sinal, de universalizar o sinal, coisa que a iniciativa privada não pode colocar como prioridade. É lógico que eu não vou colocar como prioridade levar para o sertão de Goiás ou do Mato Grosso o meu sinal para atender uns poucos, se eu posso atender seja Cuiabá, seja Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, seja uma grande cidade de Goiás.

Quer dizer, esse conflito só pode ser resolvido pela política pública e é para isso que nós existimos. Não é para deixar que o mercado... O mercado regula, mas a política pública é que estabelece as medidas compensatórias.

Eu ficaria muito feliz se eu pudesse ficar falando sobre esse assunto que V. Exa. invocou e que diz respeito à minha juventude. Eu costumo brincar com o Ciro Nogueira, com o Elmano Férrer e também com o Marcelo Castro que eu tenho uma lembrança inesquecível do Piauí porque eu contraí hepatite durante essa estada lá, numa enchente no Piauí. O senhor acredita? Uma enchente no Piauí. Viu, Lucas Barreto?

E ainda que tenha sido hepatite tipo A, eu não posso doar sangue. Estou condenado a percorrer a minha jornada aqui sem poder doar sangue porque tive aquela hepatite. Mas eu me recuperei, graças a Deus, e criei com o Piauí uma relação de amizade, de emoção muito própria.

Mas o que eu quero dizer com isso objetivamente, Senador Dário Berger, é que, se o nosso Relator, o Otávio, me ajudar, eu faria, Senador Jayme Campos, como emenda do Relator uma emenda de texto, não de meta, falando sobre comunicações, porque nas 51 propostas não tem nenhuma! Nas 51 propostas apresentadas, não há nenhuma emenda que verse sobre comunicação e V. Exa. alerta para essa nossa carência. Nós temos emendas do setor aeroportuário, portuário. Isso temos, mas não temos emendas do setor de comunicação. Então, como emenda de texto, eu vou lançar aqui a ideia, Senador Dário Berger, que, com a sua autorização, eu incorporarei ao parecer e seguirá para a Comissão Mista de Orçamento, se os companheiros aprovarem, dizendo o seguinte: Como uma emenda de texto, não posso fazer emenda de meta, não tenho meios para fazer isso, mas que o projeto de universalização dos serviços de telecomunicações deverá ser acompanhado, deverá constar da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E deverá ser avaliado um período, suponhamos, dentro de três meses, ou trimestral, ou semestralmente, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, ao longo do ano de 2022 a que se refere a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, teremos quatro momentos de avaliação de um programa de universalização dos serviços de telecomunicações no ano de 2022.

Consulto se o Senador Jayme Campos concordaria com essa diretriz. Eu vou pedir para o Otávio e para a secretaria da Comissão que me ajudem a preparar essa emenda, que seria, eu repito, de recomendação ou de determinação, melhor dizendo, para elaboração de um plano de universalização dos serviços de telecomunicações e de uma avaliação trimestral, no ano que vem, nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Presidente, primeiro eu quero agradecer a V. Exa. por esta oportunidade ímpar de participar desta reunião aqui, em que estamos tratando das nossas emendas de Comissão.

Segundo, dizer ao ilustre e eminente Senador Esperidião Amin, já conhecedor de V. Exa. lá da década de 1980; sempre fui admirador do Esperidião Amin. Eu era moço, e ele já era cabeça pelada, careca. Ele já circulava na política nacional. Então é um homem de uma sensibilidade extraordinária.

Eu acho que já é um bom começo, Esperidião Amin, na medida em que V. Exa. já abre essa possibilidade; e já que vai fazer uma emenda de texto aqui, de redação, poderia dar pelo menos o início dessa possibilidade de nós universalizarmos o serviço de comunicação para todo o território nacional, sobretudo para nós amazônidas, que estamos, assim, acima do paralelo 16, que vivemos naquela região do Brasil, incorporando parte da Região Centro-Oeste e parte da Amazônia.

São 23 milhões de brasileiros, Dário Berger, alguns ainda à mercê de uma pequena unidade de saúde, e aquilo nos causa, com certeza, realmente nossa indignação, tristeza no nosso coração, pelo fato de que há um povo que habita, ocupa aquela vasta região do Brasil, alguns em área inóspita, desde a questão da estrada, de saúde, de comunicação. E há essa injustiça ainda, cometida contra essa população do Brasil.

Portanto, acho que é um bom começo, Senador Amin. Fico muito grato pela sua sensibilidade, e V. Exa. orientou sua assessoria que me procurasse aqui para fazer essa emenda de texto, e nós vamos trabalhar.

Eu acho que esta Comissão aqui tem um papel preponderante, notadamente a Comissão de Infraestrutura, pelo serviço que nós temos obrigação de fiscalizar, desde as privatizações, a questão da energia, a questão de comunicação etc., assim por diante. Portanto, fazendo uma avaliação de três em três meses, chamando essas autoridades.

Lamentavelmente a pandemia, Senador Dário, nos impossibilitou de chamar cada autoridade do setor para fazer uma prestação de contas aqui, porque muitos sentam no cargo lá, não dão satisfação para ninguém, ninguém cobra deles. Alguns lamentavelmente fazendo jogo de interesse de grupos, interesses escusos, e não prestam contas. E nós, que estamos lá na ponta, que somos o homem público, que representa o cidadão, que nos confia, nos dá a procuração para bem representar aqui em Brasília, ficamos engessados, muitas vezes, até para uma resposta com a qual certamente possa o cidadão entender que nós estamos cumprindo com a nossa missão aqui.

Portanto, eu agradeço a V. Exa., Senador Dário Berger, por esta oportunidade, e particularmente ao meu amigo, querido amigo, Senador Esperidião Amin, por essa sensibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperamos que possamos também bater atrás desse Fust que há aqui. É velho esse dinheiro que há aqui. Desde o meu primeiro mandato, lá atrás, havia R$6,4 bilhões nesse fundo. Esse dinheiro é para essas coisas aqui, para nós investirmos, levarmos, se possível, pelo menos um posto telefônico. Há lugar que não tem um posto telefônico no Mato Grosso ainda. É uma vergonha! Antigamente, Esperidião Amin, a antiga Embratel ali, você levava pelo menos um postinho telefônico, um PS lá. Mas havia, dava para fazer comunicação. Lá há lugar que não tem nem o tal do PS ainda.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa.

Antes de eu passar a palavra para os demais Senadores inscritos, que são o Senador Lasier e o Senador Lucas Barreto, eu quero só lembrar o nosso Relator, Senador Esperidião Amin, que nós temos o prazo de até as 12h de hoje, ou seja, até o meio-dia, para entregarmos as nossas emendas à Comissão de Orçamento. Então, só para agilizar essa emenda de redação de autoria do Relator, para que a gente não perca o prazo para entregar as emendas.

Agora ofereço a palavra ao Senador Lasier Martins, do nosso querido Estado do Rio Grande do Sul.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, meu prezado amigo e meu brilhante Senador Dário Berger.

Antes de mais nada, louvo o correto relatório do Senador Esperidião Amin, um Parlamentar de uma extraordinária carreira e proficiente carreira na política, que eu não canso de admirar, e agradecer as referências quanto aos embates que tivemos aqui quando da privatização da CRT. Foram renhidos e acalorados debates naquela ocasião, ainda no Governo Britto. E o Senador Esperidião acompanhou bem.

Presidente e prezados colegas que participam desta reunião da Comissão de Infraestrutura, Comissão na qual, Senador Dário, eu tenho uma satisfação muito grande... Desde que eu cheguei ao Senado, eu sempre quis participar da Comissão de Infraestrutura, que a par da importância das demais Comissões, é transcendental, porque infraestrutura é daquelas coisas de que mais o Brasil precisa. E nós haveremos de desenvolver quanto mais obras de infraestrutura nós construirmos.

É por isso que eu peço esta intervenção, embora não vá apresentar aqui nenhuma referência às emendas que estão sendo apresentadas, mas por dizer respeito a uma obra de infraestrutura importantíssima e para a qual eu peço a V. Exa., Senador Dário Berger, muita atenção.

Por quê? Porque esteve aqui no Rio Grande do Sul, de onde falo neste momento, no sábado passado, para receber uma homenagem da Assembleia Legislativa, uma homenagem que foi muito concorrida e muito emocionante, o Ministro Tarcísio de Freitas, da Infraestrutura. Recebeu a Medalha do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mérito Farroupilha, que é a mais alta honraria concedida pela Assembleia Legislativa – medalha que, aliás, eu também tenho a honra de ter recebido há dez anos.

Na cerimônia de homenagem, o Ministro Tarcísio foi às lágrimas várias vezes porque lhe tocou muito a sensibilidade a recapitulação das obras que já realizou no Brasil, inclusive algumas importantes para o Rio Grande do Sul. É um Ministro tocador de obras, é um brilhante Ministro. Independentemente de simpatias partidárias, eu admiro muito o trabalho do Ministro Tarcísio e acho que os meus colegas também gostam.

Em determinado momento do pronunciamento do Ministro Tarcísio, ele dirigiu a palavra a mim, Presidente, para pedir todo o empenho possível – e eu repasso esse pedido a V. Exa. – com relação ao PLS nº 261, de 2018, que é aquele referente ao novo marco das ferrovias, o que permitirá à iniciativa privada construir e operar novas linhas férreas. Lembro que o projeto permitirá modernizar o modal ferroviário que hoje tem, mais ou menos, 30 mil quilômetros de malha ociosa.

Esse projeto está com o nosso brilhante Senador Jean Paul Prates que, pelo que percebi há pouco, está também inscrito nesta sessão, está acompanhando. Esse PLS nº 261 está parado desde novembro, quando o relatório do Senador Jean Paul Prates foi apresentado. Ele procura dinamizar alguns trechos importantes do Brasil. Então, estou aqui atendendo a um pedido de um Ministro que respeito muito, que é para o reativarmos. É um projeto que, pelo que me consta, pelo que fui averiguar, está na nossa Comissão.

É para que ele retome o andamento e consigamos chegar a um bom termo, porque a ferrovia vai ser importantíssima para este País. Com as autorizações para privatizações desses trechos, nós teremos, certamente, o apressamento dessa infraestrutura tão importante.

Então, é esse o pedido que eu queria lhe fazer de público, aproveitando a nossa sessão de hoje em que se trata da apresentação das emendas ao orçamento.

Obrigado, meu prezado Presidente Dário Berger.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Lasier, eu agradeço a participação de V. Exa., só esclarecendo que, realmente, está nesta Comissão. Ontem, ainda, chegaram mais algumas emendas ao marco regulatório das ferrovias. O Relator é realmente o Senador Jean Paul Prates. Ele já havia feito o relatório. Ele está para apresentar um novo relatório e nós temos duas possibilidades: de colocarmos em discussão na Comissão ou o Presidente do Senado Federal fazer a solicitação para que seja discutido direto no Plenário.

É um projeto extremamente importante. Já foi amplamente discutido. É desejo do Ministro da Infraestrutura que ele seja discutido e, certamente, aprovado, porque vai autorizar o Governo Federal a fazer as suas concessões ou autorizações para a construção das ferrovias em todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Santa Catarina tem muito interesse nisso, mas não por isso – é interesse do Brasil, é interesse do Ministro e deve ser nosso interesse também.

Então, é muito própria, muito apropriada, muito interessante e muito oportuna a manifestação de V. Exa. que reabre a discussão, talvez, de um dos projetos mais importantes que nós temos para debater e discutir na Comissão de Infraestrutura.

Doravante – parece-me a pandemia está se arrefecendo um pouco –, quem sabe, depois do recesso, nós já possamos voltar a nos reunir de forma presencial ou semipresencial e aí vamos priorizar esse tema, que é muito importante para o Brasil e para todos nós.

Então, eu o agradeço mais uma vez e o cumprimento pelo seu pronunciamento, Senador Lasier Martins, querido amigo do Rio Grande do Sul, um dos Senadores mais atuantes que nós temos no Senado Federal.

Passo a palavra ao Senador Lucas Barreto, pelo Zoom também, que está nos aguardando.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria antes conceder a questão de ordem ao Senador Esperidião Amin, que está solicitando a palavra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, é só para lembrar...

Presidente!

Presidente, estou sendo ouvido?

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Estou ouvindo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente, é só para lembrar a V. Exa. que nós aprovamos, quando do esforço concentrado da semana passada, o requerimento de uma audiência pública com a presença do Ministro para debater o Projeto de Lei nº 261 em função de controvérsias de dois tipos, especialmente aquelas relacionadas à autorização que o Ministro tinha solicitado a V. Exa. e a mim também, quando esteve aqui em junho ainda, visitando as obras do contorno viário da Grande Florianópolis. Essa sessão está por ser marcada. Eu acho que seria muito útil, antes de levar ao Plenário, nós termos a presença do Ministro, conforme já aprovamos nesta Comissão. Seria uma reunião nos moldes atuais, semipresencial, ou seja, o Ministro e quem puder estará presente, Senador Lasier. Os temas a serem debatidos foram aprovados, conforme consta do Requerimento, se não me engano, nº 2, deste ano, que eu apresentei e que V. Exa. colocou em caráter excepcional e o aprovou na sessão de sabatinas da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi realizada na semana passada e em que nós aprovamos, inclusive, os nomes para a ANTT. Então, só queria lembrar ao Senador Dário Berger que nós já temos uma sessão de audiência pública.

Eu falei com o Senador Jean Paul Prates sobre o assunto, que concordou. Ele acha – viu, Senador Lasier? –, o Senador Jean Paul Prates, que nós discutindo o tema do marco legal na Comissão, poderemos levar o projeto para o Plenário com muito menos dúvidas.

Eu acho o seguinte: que nós levarmos direto para o Plenário é sempre criar caso e descuidar do conteúdo do projeto. Eu acho um risco muito grande que o Senado e o Congresso correm com esse debate direto no Plenário sem passar pelas Comissões temáticas.

Desde o dia 2 de fevereiro que eu apelo ao Presidente para que as reuniões das Comissões temáticas funcionem, especialmente a de Justiça, mas esta, que é uma Comissão temática importante, não pode deixar de opinar e conhecer, profundamente, o marco legal das ferrovias, um trabalho extraordinário, primeiro, proposto pelo Senador José Serra, e um trabalho extraordinário – de ourives – do Senador Jean Paul Prates.

Acho que V. Exa. poderia entrar em contato com a Mesa e marcar a audiência pública, mesmo que seja para o começo do mês de agosto, já que nesta semana temos o início do recesso. Podia ser na primeira semana de agosto e teríamos a presença do Ministro, conforme o requerimento que foi aprovado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Realmente, é o Requerimento nº 12. O Ministro ainda não agendou a reunião, mas Thales, vamos cobrar do Ministro novamente. Se for preciso, eu entro no circuito para solicitar ao Ministro que, na primeira semana de agosto, a gente possa fazer essa reunião. Certamente, o Ministro tem interesse, inclusive, nisso, como bem relatou o Senador Esperidião Amin.

Então, com a palavra, agora, o Senador Lucas Barreto.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Lasier, Senador Esperidião Amin, queridos amigos, eu estava ouvindo atentamente quando falaram em injustiças e a injustiça que foi cometida com o Amapá aqui é de um tamanho imensurável. Aqui no Amapá, tudo é mais difícil, porque nós temos que transpor o Rio Amazonas. São quase 350km de foz.

Ontem, a gente pôde ver as notícias do Suriname, de Caiena. Aqueles países estão aumentando o seu PIB estrondosamente, e todo mundo falando da qualidade do petróleo, da quantidade de gás que eles vão explorar, e a gente aqui no Amapá, que é onde começa essa plataforma, está a ver navios e a vê-los

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugarem essa riqueza, que também é nossa, que é da mesma plataforma esponjosa que vai até a Venezuela, e que o Amapá não pode explorar, só porque está na Amazônia.

Mas, aqui, pode-se, por decreto... No apagar das luzes aí do Governo Fernando Henrique e do Governo do Presidente Sarney, houve uma onda de decretação de reservas ecológicas, unidades de conservação, tudo limitado ao Amapá. O Amapá, que é um Estado que está aqui na Linha do Equador, numa esquina muito famosa da Linha do Equador com o Rio Amazonas, mas um povo pobre, pobre. Existe a Renca... Isso são dados, Senador Esperidião Amin, não atualizados. Não sou eu que estou falando, é o Instituto Hudson, que existem, no subsolo da Renca, mais de US$1,7 trilhão em minerais, a maior província mineral do mundo.

A 60km do porto, existe fosfato mineral para atender todo o Brasil. Estima-se que existam 200 milhões de toneladas lá, e nós importamos o fósforo da Rússia.

O senhor imagina que, nesta Comissão, nós recebemos a visita, foi convocado o Ministro Tarcísio, em que ele explanava lá o mapa de obras do Brasil, com o Amapá fora. Sempre. E aí, nós cobramos e, em 2019, ele nos prometeu, nesta Comissão – está gravado –, que iria asfaltar 17km da BR-156. Aí, contrataram uma empresa em recuperação judicial.

Em 2020, ele prometeu que ia compensar, iria asfaltar 27km. A bancada se empenhou e alocou R$100 milhões de emendas de bancada, R$100 milhões. Nada, nem 1cm de asfalto foi colocado. Aí, nos pediram para, neste ano, para o inverno rigoroso da Amazônia, que nós realocássemos parte desse recurso da bancada para manutenção do trecho norte e do trecho sul da BR-156, trecho este que não tem capeamento, ou seja, não tem asfalto – são 110km do trecho norte e 260km sul.

Nós alocamos. Pasmem os senhores: sabem o que fizeram? Estão arrancando o asfalto que estava bom na estrada, Presidente, usando esse recurso que nós alocamos! Fora isso, para o trecho sul, para que, agora, chamaram o Exército e disseram que vão asfaltar 61km – e eu quero que isso fique registrado, porque foi o Diretor do Dnit que disse que 61 quilômetros seriam asfaltados –, não há recursos. Anularam a obra delegada que havia do Governo do Estado, havia R$32 milhões na conta, ninguém sabe onde está esse dinheiro.

Então, é urgente, é importante que a gente convoque ou convide o Ministro. Eu penso até que ele nem está sabendo disso, ou, se sabe, como a gente diz aqui no Amapá, está fazendo pouco. Por quê? Porque o Dnit não dá satisfação. Há pontes caindo, como caiu uma, neste ano, que parou a estrada do Oiapoque. Ficaram lá os caminhões, ficaram esperando, a população do Oiapoque toda sofrendo. Mas o que é mais doído é que está acabando o mandato do nosso Ministro Tarcísio e a obra inacabada mais antiga do Planeta Terra, que é a BR-156, ao invés de ele colocar o asfalto, vai terminar o mandato dele em abril, em que ele deverá sair, sabe como? Com menos asfalto. Eles estão tirando o asfalto! E, nesta Comissão, eu vou ter a oportunidade de mostrar os vídeos que fiz na BR. Asfalto bom, a população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reclamando que o asfalto está bom e eles estão arrancando o asfalto! E, o pior de tudo, agora, tivemos notícia de que a empresa que estava lá, a JM, que está em recuperação judicial, abandonou a obra.

Então, imaginem os senhores... O Senador Lasier, um dia, disse que lá no Rio Grande do Sul eles iriam fazer uma homenagem ao Ministro Tarcísio. Eu também propus que a gente fizesse aqui essa homenagem, que seria uma estátua, mas eu penso que isso não vai ser mais possível, porque está passando o tempo e a gente nunca quis briga, porque a gente acredita que, na briga, todos perdem. Mas é urgente também que esta Comissão solicite ao Ministro que ele mande o nome do diretor do Dnit a ser sabatinado por esta Comissão e aprovado, ou não, pelo Senado. A medida provisória já expirou, e ele está lá se fazendo de bobo, fazendo de conta que não precisa. E nós precisamos ter o nome para ser sabatinado.

Então, é muito importante que esta Comissão receba o Ministro para que a gente possa discutir essas matérias. E aqui, no Amapá, é sempre assim: a gente está do outro lado do Amazonas e é sempre esquecido.

Eu estou vendo ali o Senador Esperidião Amin pedir um aparte. Eu queria concedê-lo, Presidente, ao Senador Esperidião Amin.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Concedido. V. Exa. tem todo o direito.

Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP) – Senador Lasier, o seu microfone está ligado. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente, primeiro o senhor segura o telefone do Lasier, que está falando sobre um outro assunto. Segundo, quero dar um abraço muito afetuoso – eu e a Angela, que está aqui, ouviu, Lucas? –, um abraço a você, que é o nosso querido amigo Lucas Barreto, que é uma criatura que consegue transformar a justa raiva em palavras respeitosas, doces, como está fazendo aqui agora.

Então, eu queria lhe pedir, Presidente, que adite ao objeto da audiência pública, se for realizada na primeira semana de agosto, o assunto da BR... É da 219 ou da 156? (*Pausa.*)

Sim, 156.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o Senador Lucas Barreto se lembra, foi a única exceção que nós abrimos para incluir entre as três emendas desta Comissão no ano passado, e foi por pedido dele.

Está lembrado?

Nós incluímos na LDO... Aliás, como emenda ao orçamento da União, a obra mencionada pelo Senador Lucas Barreto.

Então, o meu pedido é muito singelo: adicionar, como objeto da audiência pública, que tem como primeiro item o PL nº 261 – isso nós não podemos mudar –, um espaço para a discussão sobre essas infindáveis dificuldades que acometem a execução da obra da BR-156.

É isso, Senador Lucas Barreto? Seria isso? (*Pausa.*)

Bom; enfim, acolher o item pedido pelo Senador Lucas Barreto no Requerimento nº 2, de 2021, que já foi aprovado.

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O.k.!

Não vejo nenhuma objeção quanto ao acolhimento da solicitação feita pelo Senador Lucas Barreto e da sugestão feita pelo Senador Esperidião Amin de aditar, então, ao Requerimento de nº 12, que vai tratar mais objetivamente do PL nº 261, do marco das rodovias, também a BR-156, de interesse do Amapá e desse grande Senador que defende, com unhas e dentes, o Estado do Amapá, Senador Lucas Barreto. Vamos fazer isso e, certamente, estaremos juntos, logo no início de agosto, para discutir, entre o marco das ferrovias e outras questões de interesse também de Santa Catarina, também, objetivamente, a BR-156.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP) – Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Lucas Barreto, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP. *Por videoconferência.*) – Presidente, é para informar ao Senador Esperidião Amin que o que foi aprovado no ano passado, com o apoio de V. Exa. e do Senador Dário Berger, foi uma emenda para a BR-210, ou seja, a antiga Perimetral Norte. Foram R$20 milhões para o projeto, mas foi vetado, ou seja, foram vetadas todas as emendas.

E, aqui, eu queria pedir humildemente a V. Exa. que, se a gente pudesse reeditar essa emenda, manter a votação dessa emenda na Comissão, para que a gente pudesse... O que a Bancada do Amapá está pedindo é só para que o Governo Federal faça projeto da Perimetral Norte, porque o recurso a gente consegue colocar pela bancada, como colocamos para a BR-156, mesmo não sendo responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa. Quer dizer, a infraestrutura, que é de obrigação do Governo Federal, é a bancada que garante. E a bancada não tem se furtado em alocar recursos, como é o caso de alocarmos recursos para a manutenção da estrada, para a manutenção do trecho de chão, ou seja, do trecho que não tem capeamento.

O que nos indigna é que nós estamos colocando recursos para fazer a manutenção de um trecho e estão tirando o asfalto de outro. É um absurdo isso! A gente não pode admitir!

Nós teremos uma reunião da bancada para que nós possamos ir ao Tribunal de Contas da União, ao MPF, porque é um absurdo isso: onde tem asfalto, eles estão arrancando, com o argumento de que seria um fresamento, que seria muito mais caro colocar. Como? Se não tem o asfalto? E usando o recurso que a gente arrumou, que a gente alocou para fazer a manutenção do trecho de chão? É um absurdo isso. Então, nós não podemos admitir em hipótese alguma.

A gente apresentou aí também emenda para os três trechos: para a BR-210, para a pavimentação do trecho norte e do trecho sul, e fomos informados, apesar de termos a confirmação pelo sistema do Senado, de que a Comissão não recebeu ou não vai acatar e que há um pacto de que haverá uma emenda de Relator e uma de Presidente aprovadas, e que as outras serão decididas.

Eu espero que o Amapá, pela distância que está daqui, onde começa a Nação brasileira, tenha essa prioridade de novo, Senador Dário, já que nossa emenda, no ano passado, foi vetada pelo Governo Federal.

Ao Senador Esperidião Amin, agradeço pelas palavras e pela companhia de, de vez em quando, estarmos juntos, e ele que leva aqueles vinhos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que conhece tão bem. Então, um abraço também a D. Angela e um abraço ao nosso Presidente Dário Berger, que tão bem preside esta Comissão. Um abraço daqui, do Amapá, e todos nós aguardamos os senhores para virem conhecer aqui o povo do Amapá e ver o Estado mais rico do Brasil, o que tem a maior riqueza, mas, infelizmente, temos uma população muito carente de tudo. Ou seja, nós estamos em cima da riqueza, na pobreza, contemplando a natureza.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado.

Senador Esperidião.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, como disse, eu creio que o que nós podemos atender neste momento é incluir na audiência, porque essa questão é uma questão operacional – realmente, a bancada faz bem em procurar o Tribunal de Contas da União. Essa outra questão da indicação do Presidente do Dnit, eu sequer conheço a medida provisória. É uma questão que deve ser corretamente reclamada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às emendas, eu já apresentei as referidas emendas, as que têm mais densidade. Inclusive, uma delas apresentada, coassinada pelo Senador Randolfe Rodrigues, faz parte do relatório para ser apresentada, que é a que diz respeito aos aeroportos regionais. Essas eu não posso alterar.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco o relatório em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Senador Esperidião Amin, V. Exa. pede a palavra?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu estou em contato aqui com o Otávio e queria só que a Comissão me autorizasse a compor a redação possível daquela emenda de texto que atende ao reclamo do Senador Jayme Campos sobre a universalização dos serviços de telecomunicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu peço que o Otávio... Ele está me ligando aqui agora. Se V. Exa. me der... Eu vou... (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Esperidião Amin, vamos aprovar as emendas com essa emenda de texto que V. Exa. já relatou e, evidentemente, nós daremos sequência às peculiaridades próprias de elaboração da emenda para encaminhar, então, à Comissão Mista de Orçamentos e Fiscalização, cumprindo a nossa obrigação.

Então, parece-me que fica resolvido dessa forma.

Mas ofereço a palavra para V. Exa. novamente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu conversei agora com o consultor Otávio Gondim. Ele já está apresentando também na Comissão o texto da emenda, que eu entendo que vem ao encontro do reclamo apresentado pelo Senador Jayme Campos, com a aprovação de todos os que puderam debater.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito, Senador Esperidião.

Então, aprovado o relatório, inclusive, com a emenda de redação proposta pelo Senador Jayme Campos, que V. Exa. acata – e eu quero lhe cumprimentar por isso, porque se trata de uma das prioridades mais prementes desta Comissão.

Então, considerado aprovado – já fiz a votação –, antes de encerrarmos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Por fim, agradeço a presença de todos, em especial, dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Elmano Férrer, Mecias de Jesus, Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Plínio Valério, Lasier Martins, Angelo Coronel, Carlos Viana, Lucas Barreto, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Carlos Portinho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Alessandro Vieira, e ainda do Senador não membro Jorginho Mello. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Giordano, Roberto Rocha, Marcos Rogério, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 12/2021 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Debater e analisar o PLS 261, de 2018, que trata do Novo Marco Regulatório das Ferrovias, a segunda pista do aeroporto de Navegantes, e tratar do aporte de recursos do Governo Federal e Estadual para obras nas Rodovias Federais no Estado de Santa Catarina e da BR-156. **Participante:** Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro de Estado da Infraestrutura. **Resultado:** Audiência pública realizada. Fazem uso da os Senadores Jayme Campos, Lucas Barreto, Carlos Portinho, Jean Paul Prates, Esperidião Amin, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Elmano Férrer e Izalci Lucas, os Deputados Federais Carmen Zanotto, Angela Amin e Hélio Costa, o Governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, e o Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Mauro de Nadal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

**Senador Dário Berger**

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 03ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e um, em Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Flávio Bolsonaro, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Zequinha Marinho e Jaques Wagner. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CDR ao PLDO 2022**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das propostas de emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR ao PLN 3/2021, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências". Relator: Sen. Izalci Lucas. Esta Comissão delibera pela apresentação das Emendas de Inclusão para Ação Orçamentária às seguintes ações, já renumeradas, de nº 01): 60110001, ação 214S, Estruturação de Atividades Produtivas, Alteração de Meta: 400; nº 02): 60110002, ação 10SJ, Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social, Alteração de Meta: 300.000; e nº 03): 60110003, ação 10V0, Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, Alteração de Meta: 5.000. Também decide pela apresentação da Emenda de Texto, nº 4): 60110004, Corpo da Lei, Cap. IV, Seção I, Art. 22, Tipo: Aditiva. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião corrente, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fernando Collor**

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Senadores!

Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, destinada à deliberação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022.

Proponho, inicialmente, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião da Comissão, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Será publicada a ata no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Nosso objetivo hoje é discutir e deliberar sobre a apresentação de emendas desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

Esclareço que, conforme aprovado no relatório preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma do art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, esta Comissão poderá apresentar até três emendas para inclusão de ação orçamentária ao Anexo de Prioridades e Metas, bem como não há limite ao número de emendas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, como já mencionado.

Ressalto que a Comissão somente poderia receber sugestões de emendas de membros de seu Colegiado e referentes à matéria de sua competência regimental.

Na forma regimental, a Comissão recebeu 29 sugestões de emendas para inclusão de ação orçamentária e uma sugestão de emenda de texto.

A coordenação das sugestões de emendas é de S. Exa. o Senador Izalci Lucas. Concedo, portanto, a palavra ao coordenador S. Exa. o Senador Izalci Lucas para fazer a leitura do relatório e de suas considerações.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, eu vou pedir a V. Exa. para ir direto à análise do voto.

Presidente, no que tange ao Anexo de Prioridades e Metas, foram apresentadas propostas em número que extrapola o limite máximo de três emendas reservadas à CDR. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite definido na regulamentação.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalho desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações que, no nosso entendimento, sejam, nesta oportunidade, mais pertinentes bem como atendam o interesse do maior número de Parlamentares possível.

O voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das Propostas 11, 16 e 28 (da Ação 214S); 26 e 27 (Ação 10SJ); e 5 e 19 (Ação 10V0). Nesse caso, será viabilizada a apresentação de três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do PLDO 2022, destinadas às seguintes ações: Ação 214S, "Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas", com meta de 400 atividades produtivas apoiadas; Ação 10SJ, "Apoio à Produção de Interesse Local", com meta de 300 mil projetos apoiados; e Ação 10V0, "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", com meta de 5 mil projetos apoiados.

No tocante à emenda de texto, votamos pela apresentação da mesma.

A elaboração das emendas a partir das propostas apresentadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2022. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

E aí vêm, Presidente, as sugestões apresentadas; foram já divulgadas no voto. Então, essa é a proposta e o voto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a S. Exa. o Senador Izalci Lucas.

E coloco agora em discussão o relatório apresentado por S. Exa., coordenador das emendas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Ficam aprovadas as emendas para inclusão de ação orçamentária ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, que são renumeradas como Emendas de nºs 1 a 3. No tocante à Emenda de Texto nº 13, será renumerada como Emenda nº 4.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e do Comunicado nº 5, de 2021, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Gostaria de propor a aprovação da presente ata. Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião da Comissão da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

S. Exas. as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as suas notas taquigráficas.

Agradecendo mais uma vez a presença de S. Exas. as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores a esta nossa reunião extraordinária para apreciação das emendas a serem apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e cumprindo o objetivo desta reunião, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 15 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 05ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, PLENÁRIO VIRTUAL DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dois minutos do dia três de maio de dois mil e vinte e um, no Plenário Virtual do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Jaques Wagner e Marcos do Val. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: Ofício 173, de 2021, da Presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, com o pedido de apoio para a aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2021, que prevê a recomposição de dotações na Lei Orçamentária Anual (LOA), de 2021, especialmente para a subvenção, na forma de equalização de taxas de juros do crédito rural, necessária para a viabilização do Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022.Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na secretaria desta Comissão e na página da Comissão na Internet. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa. Finalidade: Debater as proposições legislativas e as regulamentações vigentes sobre regularização fundiária, em especial o PL 510/2021, que "altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências". Participantes: Raoni Rajão, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Cristina Leme Lopes, Pesquisadora Sênior do Climate Policy Initiative/PUC-RJ; José Heder Benatti, Professor de Direito Socioambiental da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pesquisador CNPq; e Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e nove minutos. Usam da palavra Senador Acir Gurgacz Presidente da Comissão, e os Senadores, Jaques Wagner, Carlos Fávaro, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates e as senadoras, Zenaide Maia, Kátia Abreu. Após aprovação, a presente Ata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**SENADOR ACIR GURGACZ**
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa:

– Ofício 173, de 2021, da Presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, com o pedido de apoio para a aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2021, que prevê a recomposição de dotações na Lei Orçamentária Anual (LOA), de 2021, especialmente para a subvenção, na forma de equalização de taxas de juros do crédito rural, necessária para a viabilização do Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na secretaria desta Comissão e na página da Comissão na Internet.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater as proposições legislativas e as regulamentações vigentes sobre regularização fundiária, em especial o PL 510, de 2021, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e o seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.

Esta audiência pública é interativa, por meio do portal e-Cidadania, no *site* do Senado. Portanto, se alguém quiser participar, pode fazê-lo através do telefone 0800-612211.

Antes de abrir essa audiência pública para a apresentação dos convidados e o início do debate, faço algumas considerações sobre um alerta de diversos questionamentos que temos recebido aqui, na Comissão de Agricultura, quanto aos novos modelos de concessões rodoviárias e ferroviárias em implantação em nosso País.

A infraestrutura do País é de fundamental importância para o agronegócio nacional, com altos impactos nos custos de produção e operacionais da produção agropecuária e, consequentemente, no custo dos alimentos para a população brasileira. Nesse sentido, o Congresso Nacional, o setor produtivo, em especial o agronegócio, e todos os cidadãos brasileiros precisam saber como o Ministério da Infraestrutura e a ANTT estão tratando as concessões de rodovias da segunda e da terceira etapas do programa de concessão de rodovias federais, sendo que estamos requerendo informações junto ao Tribunal de Contas da União sobre o conteúdo dos relatórios técnicos e deliberações no Processo nº 010222/2019-7, que trata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da auditoria nos atos relacionados à inadimplência dos contratos de concessões de rodovias em que se investigam ingerências e irregularidades da agência na renovação de concessão mediante a autorização da ANTT.

Só para dar ciência, nós recebemos vários ofícios de cooperativas deste Brasil, de associações preocupadas com a possibilidade de aumentar os custos de transporte da produção agrícola, através dos pedágios, diante de uma nova sistemática de concessão. Esse é um debate que nós vamos fazer junto com a Comissão de Infraestrutura do Senado também. Já conversamos também com a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, com a qual deveremos fazer esse debate tão importante, pois nós estamos, ano a ano, aumentando a produção no nosso País e a nossa infraestrutura não apenas não está acompanhando esse crescimento, como também estamos antevendo um aumento do custo dos pedágios em nosso País. Alguns desses pedágios já existem e outros serão em outras rodovias que ainda não são pedagiadas, mas que deverão ser. Isso nos traz uma preocupação muito grande com o custo Brasil daquilo que nós produzimos e que evidentemente temos que transportar. Por isso a importância desse debate com relação aos pedágios brasileiros.

Na semana passada, nós ouvimos quatro convidados: o Vice-Presidente da CNA, Muni Lourenço Silva Júnior; Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Nabhan Garcia; e a pesquisadora Brenda Brito, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); e também o Secretário de Política Agrária da Contag, Alair Luiz dos Santos.

Dando sequência aos nossos trabalhos, vamos ouvir hoje o Professor Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais; a pesquisadora Cristina Leme Lopes, do Iniciativas para Políticas do Clima, da PUC/Rio de Janeiro; o Professor José Benatti, da Universidade Federal do Pará; e o Presidente do Incra, Dr. Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho. O pesquisador Evaristo Eduardo de Miranda, Chefe Geral da Embrapa Territorial, também iria participar dos debates, mas por motivos pessoais não poderá participar.

Dando início aos nossos trabalhos, eu passo a palavra ao Raoni Guerra Lucas Rajão.

A sua indicação foi feita pela Senadora Eliziane Gama.

Parece que a Senadora Kátia pede a palavra.

Com a palavra a Senadora Kátia.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente Acir.

Cumprimento todos os convidados, Raoni Rajão, José Benatti, da Universidade, Cristina Leme Lopes e Geraldo Melo.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão, se for possível e se todos aprovarem. Eu sugiro que o Gerado Melo, Presidente do Incra, quem sabe, pudesse mostrar para nós, primeiro, a plataforma, a proposta do Incra de titulação dessas terras, porque eu conheci – já quero adiantar – essa plataforma e ela me impressionou bastante, positivamente, mas, como há muitas pessoas de respeitabilidade que não concordam com a titulação, eu fico bastante curiosa para entender o que há de distorção. Eu, em princípio, sou a favor da titulação de terras, mas como há pessoas que são contra – e eu as respeito –, como o Professor Raoni Rajão e tantos outros, eu gostaria de entender qual é a preocupação. Às vezes, eles me tirarão a venda e eu conseguirei, e a gente chegue a um acordo para tirar essas dúvidas e esses perigos que possam haver nessa forma e nessa plataforma que o Incra pretende.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, se todos concordarem, Sr. Presidente, eu gostaria de propor essa inversão para nós vermos o que o Governo propõe. O Senador Irajá, com seu projeto, tem trabalhado muito com Geraldo Melo e, com certeza, deve estar de comum acordo, eu tenho a impressão.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado pela sua sugestão, Senadora. A princípio, o Dr. Geraldo tinha pedido para falar no final. Agora, da nossa parte, não há nenhuma preocupação com relação à inversão.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu queria considerar com o Presidente do Incra Geraldo Melo que eu tenho certeza absoluta de que a apresentação inicial da plataforma e do *modus operandi* que o Incra pretende atuar pode ser que a gente já possa dirimir muitas questões, muitas dúvidas e muitas diferenças.

Eu conheço Geraldo Melo há mais de 15 anos. Nós trabalhamos na CNA, ele foi Superintendente da CNA. Então, eu conheço a sua forma de pensar e a sua forma de agir. Ele é um produtor rural do Nordeste, criador de guzerá. Eu não conheço dele nenhuma tendência a destruir a Amazônia ou algum golpe que possa... Vou brigar com ele feio, se houver alguma coisa que eu não tenha visto.

Mas, nessa confiança e na lembrança da minha convivência com ele, eu peço a todos essa boa vontade de ouvi-lo com o coração aberto. Eu garanto a vocês que não existe nenhuma pegadinha ou alguma coisa maldosa por parte de Geraldo Melo, já não posso dizer o mesmo de alguns outros por aí, mas do Geraldo eu me arrisco a dizer. Então, Geraldinho, eu acho que – e é Geraldinho não é porque ele seja menino, é porque o pai dele era Geraldo –, se você não se incomodar, seria de grande utilidade você apresentar primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem.

Então, façamos essa inversão, a pedido da Senadora Kátia Abreu, para que o Incra possa fazer as suas colocações com relação a esse PL 510 e, o que é mais importante, à regularização fundiária. Este é um tema muito importante para todos nós, mas especialmente para nós da Amazônia e principalmente para o nosso Estado de Rondônia.

Portanto, vamos ouvir atentamente não só o Incra, mas todos os nossos convidados, para que a gente possa colaborar com o Relator do PL 510 e para que a gente possa avançar. É um PL importante. Pelo que eu li, não encontrei nada de grilagem de terra; muito pelo contrário, é apenas regularização fundiária, que é o que nós estamos buscando há muito tempo no nosso País.

Agradeço ao Geraldo e passo a palavra, então, a V. Sa., Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho, Presidente do Incra.

Seja bem-vindo, Geraldo.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Obrigado, Presidente. O nome é meio grande mesmo. Deixe-me abrir aqui, porque a apresentação não estava no ponto aqui.

Tem como liberar para eu compartilhar uma tela? Porque está dizendo aqui que não está liberada para fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pode tentar novamente. É que nós não tínhamos essa informação de que haveria uma apresentação, mas agora já foi liberado, Geraldo.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não sei se todos estão vendo a tela.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sim, a tela está no ar.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** (Para expor.) – O.k. Vamos lá!

Vou tentar fazer um histórico... Desculpem. O assunto é um pouquinho complexo. Normalmente, eu tento começar, todas as vezes, por essa mesma tela, porque, via de regra, a gente para nessa primeira confusãozinha aqui, que é a confusão da questão da regularização fundiária em glebas públicas federais, que é a Lei nº 11.952, e a regularização dos lotes de assentamentos, que também é uma política de titulação e que, na verdade, é regulada pela Lei nº 8.629. Então, muita gente, quando a gente conversa sobre regularização fundiária, pensa que a gente está tratando das duas coisas, e, na prática, a gente está tratando aqui apenas da regularização fundiária em glebas públicas federais, ou seja, apenas da Lei nº 11.952. Nós não estamos falando aqui da Lei nº 8.629. Portanto, nós não estamos falando aqui de assentamentos de reforma agrária, apenas de glebas públicas federais.

Para a gente falar um pouquinho sobre regularização fundiária, a gente tem que voltar um pouquinho aqui no tempo e conversar um pouquinho sobre a questão do Terra Legal. O Programa Terra Legal, na verdade, é o resultado prático, vamos dizer assim, é resultante da implantação da Lei nº 11.952 e teve a execução, no início, direta pelo MDA e, somente em 2019, veio para o Incra. E ele veio, em 2019, para o Incra com alguns legados que vieram juntos para a gente: um conjunto de sistemas incompletos, com problemas de manutenção e de segurança, ou seja, o Sisterleg, o Sigef Resultados, o Sigef Titulação, que é quem deveria estar fazendo o processo de titulação, o Sigef Acervo, uma família Sigef, que deveria se comunicar com o Sigef Geo, e com todos os problemas legados de sistemas com um histórico de manutenção deficitário; dez anos de arquivos e processos físicos espalhados nas regionais da Amazônia Legal, lembrando que, até 2019, o Terra Legal era uma estrutura à parte da estrutura do Incra; e 68 mil processos dentro de um SEI, que não era o do Incra, da antiga Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead). Esses processos só foram liberados, efetivamente, para o Incra no final de 2019. Existe um trabalho enorme de andamento da gente para colocar em dia tanto a parte tecnológica disso quanto esses processos. Na prática, a gente recebeu dois arquivos mortos – um arquivo morto físico, em papel e um arquivo morto digital – e, mais do que isso, uma análise feita por um acórdão no Tribunal de Contas da União, de uma auditoria feita do período de 2008 a 2019 em cima do Programa Terra Legal, aponta inúmeras irregularidades e problemas na execução disso, em sua grande maioria, resultantes dessa estrutura que foi montada deficitária e incoerente para a execução desse projeto.

Então, estou falando isto aqui na introdução para ficar claro que não é exatamente assim tão irracional quanto foi posto em alguns momentos a transferência do antigo Terra Legal para o Incra, até porque, quando você volta ao Terra Legal e vai ao despacho do Tribunal de Contas da União, uma das coisas que estão colocadas lá é que a titulação executada pelo Terra Legal atingiu apenas 13% de toda a área que foi efetivamente georreferenciada para esse intuito e que os resultados do Programa Terra Legal – isto está lá no acórdão – não têm sido suficientes para tratar os problemas de instabilidade jurídica, grilagem de terras e avanço do desmatamento na região da Amazônia Legal relatados na Exposição de Motivos da Medida Provisória 458, convertida na Lei 11.952.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por que eu estou colocando isto? Primeiro, isso é um documento público, é um acórdão do Tribunal de Contas, referente a um programa que já não existe mais e foi o que deu vazão a uma necessidade de mudança do Terra Legal para o Incra.

Mas isso teve resultados também.

Esse é um quadro com os resultados do Programa Terra Legal ao longo dos seus dez anos de execução na Amazônia. Basicamente, você tem esse quadro. Ele foi bastante mexido e utilizado, e, basicamente, como indicador de resultados de titulação, o que a gente utiliza para quantificar os números de titulação são esses quatro índices aí, esses quatro tipos de título: títulos rurais, títulos estaduais, que são títulos feitos por convênio com os Estados, liberação de cláusula e CRO, que é uma espécie de título provisório, que só começou a ter a partir de 2018.

Então, o nosso número – e esse indicador vem desde 2009 – é que o total de títulos emitidos nesse período, de documentos titulatórios, vamos dizer assim, porque nem tudo chama título – então, são documentos titulatórios –, é de 40.808, diferindo um pouquinho do número apresentado na semana passada, quando, em uma apresentação, se deu um número um pouco diferente desse, e, basicamente, foi dado esse número por não terem sido computados naquele quadro apresentado na quinta-feira o número do CRO. Então, o número que se apresentou em uma das falas na quinta-feira, falou-se em um número de cerca de 3.190 documentos por ano entregues pelo Terra Legal. E aí vale um adendo, porque se disse que eram apenas títulos emitidos pela Lei 11.952 e eram títulos definitivos pelo Incra, não contando liberação de cláusulas, etc. E não é bem assim, porque, na verdade, estão contados aí, sim, liberação de cláusulas e os títulos emitidos em convênios com os Estados.

O que nos causou certa surpresa na utilização desse número foi apenas que o documento que é citado... Também foi citado, na mesma apresentação, um documento que o Incra encaminhou em uma prestação de contas para o Supremo Tribunal Federal, mas, quando foi para somar os títulos emitidos em 2019 e 2020, misteriosamente, só se contou a linha dos títulos definitivos, em que estão esses 554 títulos. Então, para somar o número anterior, usou-se os títulos estaduais e a liberação de cláusula resolutiva, e, quando foi para somar 2019 e 2020, esqueceu-se disso tudo.

Então, assim, nós também não estamos satisfeitos com os números, achamos que o Programa de Regularização Fundiária precisa produzir muito mais do que está produzindo. Há uma necessidade desse público.

Não precisa se trabalhar com esses dados a ponto de se alterar esse número para que esse resultado venha. Nós não estamos satisfeitos também, mas apenas assim, se é para termos critérios reais e corretos na apresentação dos dados, vamos ser justos nos dados para trás e nos dados atuais. Esses são os dados corretos e essa tabela aqui que está apresentada estava integralmente no documento que foi citado como fonte na apresentação da semana passada.

Então, para execução da regularização fundiária, assim que a gente assumiu em 2019 – e a gente assumiu no final do ano de 2019 aqui o Incra –, a gente encarou que precisava de algumas alterações em relação aos marcos legais. Essas alterações basicamente começam a partir da proposição da Medida Provisória 910, que aconteceu em dezembro de 2019.

E aí há uma linha de tempo, eu vou ser rápido nela. Em janeiro, a gente entra com uma série de alterações de sistemas de acordo com a nova instrução normativa que teve que ser publicada, uma estrutura de planejamento para que a gente fizesse a atuação nas superintendências regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com tudo isso feito, começamos um treinamento de toda a estrutura das superintendências do Incra para atuar dentro do novo marco legal e dentro de um novo sistema. E em março começa a pandemia. Desmobiliza toda a capacitação, começa um modelo de capacitação a distância. E em maio cai a medida provisória, voltam as regras antigas, desfaz as regras todas do sistema, muda tudo novamente e volta-se a trabalhar com a 11.952 e sem as automatizações todas de sistema que nós tínhamos.

Tivemos que esperar até dezembro, com a publicação do Decreto 10.592, regulamentando novamente a Lei 11.952, e com a formalização do contrato com o Serpro, que nós fizemos também no mês de dezembro e eu vou falar um pouquinho dele aqui, que é o que a Senadora Kátia colocou aí.

E o que foi o decreto? O decreto basicamente é uma tentativa de incorporar alguns dos avanços previstos anteriormente e que não precisariam, respeitados os limites da Lei 11.952, isso é importante que se coloque, mas basicamente a possibilidade de apresentação da documentação de forma digitalizada, a possibilidade do uso do sensoriamento remoto e de consulta às bases de dados do Governo para todos os imóveis e processos simplificados para regularização de imóveis de até um módulo fiscal. Tudo isso respeitado o que está previsto na Lei 11.952.

Também um outro ponto que a gente escuta sempre: o Incra não tem condições e estrutura para tocar o processo de regularização fundiária. O Incra nunca negou que enfrenta dificuldades, como todos os órgãos do serviço público brasileiro, não só federal, como estadual e municipal, enfrentam dificuldades.

Nós encontramos uma infraestrutura, por exemplo, sistemas e equipamentos obsoletos há anos sem investimentos ou manutenção adequada. Encaramos isso. Ano passado fizemos todos os processos licitatórios e começamos a troca de todo o parque tecnológico do Incra. Começamos toda a renovação de equipamentos, de tabletes e de sistemas e de *softwares* de toda a rede do Incra e concluiremos isso ao longo de 2021. Isso tudo já está licitado.

Uma frota sucateada. Visitar a garagem do Incra é visitar uma sucata. Começamos, ainda em 2019, na virada de 2019 para 2020, a trocar essa frota e o restante da renovação de frota está no orçamento de 2021. Defasagem de quadro de pessoal e a dificuldade, ou seja, a falta de possibilidade, ainda mais com o Covid, de imediato, de contratação. Qual a saída para isso? A gente precisa de pessoal, e a saída de curtíssimo prazo é a possibilidade de estabelecimento de parcerias institucionais para trabalhar.

Um dos caminhos que a gente encontrou para trabalhar isso foi o Programa Titula Brasil, lançado ainda no final do ano passado e que na prática regulamenta o art. 32 da Lei 11.952, ou seja, a ideia é você trabalhar em parceria com as prefeituras, com os Municípios em parte das ações do Incra, não apenas de regularização, mas em ações do Incra na base. Nós já temos este número até sexta-feira: 744 prefeituras que já solicitaram adesão para trabalhar junto conosco nesse processo.

E aí uma outra vertente que para a gente acho que é o grande legado que de fato ficará para a casa e acho que para o País é o Plano de Transformação Digital. Acho que é o grande passo que está sendo dado, que começa – na verdade, o planejamento começou muito antes disso – efetivamente com a assinatura, no final do ano passado, do contrato com Serpro, ou seja, a estruturação da plataforma de gestão e inteligência territorial do Incra com o Serpro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E tem como alguns dos seus objetivos: acelerar o processo de análise e emissão de títulos – com segurança, aqui não se trata de pular etapas –; ampliar os serviços ao público de reforma agrária; promover a unificação dos cadastros, ou seja, fazer com que as bases do Incra se comuniquem e, na sequência, as bases do Incra se comuniquem com as demais bases do Governo Federal, isso já está sendo implantado, até o meio do ano já vai estar funcionando a unificação dos cadastros; promover a transformação digital do Incra; aperfeiçoar a governança fundiária e territorial.

E os primeiros resultados já começam a existir, já começam a aparecer. O Incra hoje já é um dos dez órgãos que mais promoveram interoperabilidade, com a obtenção automática de informação do cidadão. O Incra nem aparecia nessa lista. Hoje já um dos dez mais dentro da administração pública federal.

Mas isso aqui tudo é área meio. E na área técnica? Quem é que vai nos ajudar a fazer a leitura? Porque isso é outra coisa. "O Incra não tem a capacidade técnica [isso eu escuto], não vai ter a capacidade técnica de fazer essas análises." Muito bem, nós estamos buscando os parceiros para fazer esse trabalho, como o Ministério da Justiça. Nós já aderimos formalmente ao programa Brasil Mais. O programa Brasil Mais é o programa em que o Ministério da Justiça, junto com a Polícia Federal, trabalha, do acesso ao sistema SCCON, da Planet, com imagens de satélite, para a plataforma de visualização de imagens diárias, ou seja, isso já está sendo utilizado no Incra, no monitoramento.

Censipam, ou seja, elaboração de relatórios de inteligência de combate a grilagem e desmatamento no âmbito do Conselho Nacional da Amazônia. Nós estamos lá dentro, estamos fazendo isso, estamos participando.

Inpe e Embrapa, estamos tendo reuniões e estamos costurando, já trabalhando formalmente na disponibilização da plataforma TerraClass para verificação de uso e ocupação de solo, de acordo com o marco legal de 2008.

Validação da metodologia para o uso do sensoriamento remoto na regularização fundiária e para o acompanhamento do cumprimento das cláusulas resolutivas previstas no processo de regularização fundiária, que, diga-se de passagem, é um dos principais apontamentos que estão colocados lá no Tribunal de Contas da União.

Então, tudo isso, nós estamos fazendo junto com o Inpe e com a Embrapa, com a tecnologia e a validação da metodologia.

Isso tudo, essas parcerias técnicas de que nós estamos falando, quando a gente junta as parcerias institucionais, Inpe, Embrapa, SCCOM, mais a inteligência territorial, mais os sistemas integrados, nós estamos falando do que vai ser essa plataforma de gestão fundiária que a gente terá funcionando antes do final deste ano – na verdade é no início do segundo semestre a nossa previsão, não estou querendo dar data. A gente vai ter uma plataforma única que vai dar acesso a todos os serviços prestados pelo Incra. O que é que essa plataforma vai fazer? Ela vai substituir gradualmente todos os sistemas legados e antigos existentes no Incra, inclusive todos aqueles existentes no antigo Terra Legal, que serão migrados para dentro dessa plataforma. A plataforma vai abarcar toda essa tecnologia nova aqui dentro e a automatização, com inteligência artificial, tudo aqui dentro.

Então, você tem um tripé de recursos. E quando a gente fala de recursos vem um agradecimento ao Congresso Nacional. Nós tivemos uma recomposição orçamentária significativa para 2021, que está por trás de parte disso que estou falando que vai acontecer no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ano de 2021, o recurso de pessoas, o recurso tecnológico. A tecnologia é o pilar de tudo, acho que é a grande transformação que haverá no Incra nesses próximos anos e, por fim, a legislação.

E aí eu me permito falar um pouquinho do PLS 510. Eu me permitiria dizer que já assisti a esse filme, já assisti a essas cenas todas que nós estamos vendo nessas últimas semanas, em especial nas últimas duas semanas, ao longo da discussão da Medida Provisória 910. Antes de ser lançada ela já tinha apelido, era a MP da Grilagem, a MP do Desmatamento. Então, acho muito interessante porque se está falando a mesma coisa do 510 e, em parte, também do 2.633, que está correndo na Câmara.

Então, só para exemplificar – e não vou me aprofundar na análise técnica dos parâmetros ou dos artigos do projeto –, esse é o art. 13 atual, a íntegra dele, que trata dos requisitos para a regularização fundiária de imóveis de até quatro módulos fiscais: serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita à responsabilização nas esferas penal, administrativa e cível, dispensada a vistoria prévia. Isso é o que diz hoje a lei. Tudo o que a lei hoje – hoje – diz sobre os requisitos para a regularização... E aqui eu faço um parêntese: fora o que está colocado via Decreto 10.592, porque aí não é a lei. Então, o que a lei diz hoje é isso.

Nesses últimos dias, a gente começou a ver documentos muito bem formatados, bonitos, dizendo que a lei atual já prevê um monte de coisas, dizendo que a lei é suficiente para isso, mas o que a lei hoje diz como requisito é isso daí. E o que se está dizendo é que o PLS 510, na verdade, abre uma enorme brecha. Mas o que é que na prática está escrito? Só para fazer um adendo, quem está escrevendo esses documentos bonitos deveria respeitar mais o Congresso Nacional e saber que os Parlamentares vão ler, porque a lei é essa, só isso. E o que está escrito hoje na proposta do PLS 510 é isso aí. Além da declaração, que não deixa de ser uma ironia, porque se chegou a dizer que era a Medida Provisória 910 que tinha inserido a tal da autodeclaração, quando ela, na verdade, já está na lei. Aliás, voltou a ser só ela, porque a 11.952 só pede ela. Mas, assim, o que o 510 diz, incluiu, foi isto: planta e memorial descritivo assinado por profissional com ART.

O CAR – também li um documento de que o CAR já está na lei –, o CAR não está na lei não. As declarações do requerente e do cônjuge, aí tem a lista do que é preciso declarar, a realização de vistoria prévia, dizendo aqui quais são as obrigatoriedades de vistoria... Ah, porque eu esqueci de dizer antes: seguem as obrigações colocadas aqui.

Então, quem diz que o PLS 510 está flexibilizando os requisitos para o imóvel é porque está achando que as pessoas não vão ler. É isso, é o *caput* e um parágrafo único. Hoje passa a ser isso aqui. Então, não é verdade.

É a mesma coisa na questão ambiental, a mesma coisa. Também li documentos bonitos essa semana, de que é a questão ambiental que vai flexibilizar, que o PLS, que não precisa disso, porque, na verdade, a Lei 11.952 já prevê tudo.

Muito bem, pessoal. Vou fazer aqui uma provocação a quem tiver curiosidade na parte de informática. Entra aí no *site*, procura a Lei 11.952 e dá um procurar, um buscar, um "*control f*", que é o comando para buscar, e procura a palavra "embargo" no texto da Lei 11.952 ou procura a palavra infração. Essas palavras não existem na Lei 11.952, não existem. Elas existiram durante um período, exatamente no período de vigência da Medida Provisória 910, e deixaram de existir. O que existe na Lei 11.952 sobre legislação ambiental está no art. 15, e aí vale uma explicação: o art. 15 está falando "depois da titulação, na verificação das cláusulas resolutivas". Ou seja, pode rescindir o contrato, a pessoa já recebeu o título, você vai ter que verificar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

respeito à legislação ambiental, em especial quanto ao cumprimento do disposto no Capítulo VI da lei ambiental. É isso que fala sobre legislação ambiental. Então, quem apresentar coisa diferente disso, eu gostaria de saber em qual artigo da Lei 11.952 está dito que precisa.

E, no PLS 510, que vai facilitar e que vai prejudicar o meio ambiente? Além do próprio art. 13, e aí vale voltar no art. 13, porque o art. 13 é o que diz antes, antes, fala sobre antes da titulação. Só para lembrar, o art. 15, que já tem essa cláusula ambiental, é depois do título. Então, o PLS 510, assim como o 2.633 e assim como a Medida Provisória 910, inclui cláusula ambiental antes da titulação. Incluiu o CAR; incluiu aqui, nas declarações do requerente, que ele tem que declarar que não tem embargo ambiental, que não tem infração; torna obrigatória a vistoria prévia no caso de haver embargo ou infração, porque, independentemente da declaração, isso vai ser checado com a base federal de dados. Então, você tem uma série de outros... Segue aqui, o próprio art. 15 está mantido e, além disso, o art. 19, que é lá adiante, ainda proíbe que sejam renegociadas, está proibido que se aprecie a renegociação de um imóvel se essa área for objeto de embargo ou auto de infração. Lá na frente.

Então, a lei atual tem uma cláusula resolutiva, o texto do 510 tem uma cláusula antes, a mesma cláusula, e uma cláusula depois, que proíbe a renegociação. Esse é o quadro da questão ambiental no PLS 510, comparado com a lei atual. Exigência do CAR: não existe hoje, está sendo colocada; proibição de regularização em área com infração ambiental: não existe hoje, está sendo colocada. Então, é isso! A única coisa que já existe hoje na legislação é o que está no art. 15, que é o respeito à legislação ambiental como condição resolutiva.

Então, no nosso entendimento, o texto global – e não vou entrar no mérito, porque acho que cabe ao Congresso, aos Parlamentares, aos Senadores e Deputados avaliarem o mérito do conteúdo do que está sendo proposto. O Incra não é órgão de proposição dessa política, mas órgão executor. O que vier do resultado dessa discussão será executado, parametrizado dentro desse sistema, e o papel desse sistema será fazer essa execução da maneira mais ágil e segura possível. Mas a gente entende que o PLS promove a utilização de tecnologias, permite a validação das informações dos requerentes das bases de dados e sistemas, favorece a aplicação da legislação ambiental aos ocupantes, aperfeiçoa o processo administrativo de verificação dos requisitos da lei, proporciona mais segurança jurídica e transparência ao processo de regularização e aumenta a governança fundiária e o ordenamento territorial.

E por que a gente precisa disso? Aí vem um detalhe: eu acho a gente, como órgão de governo, tem que pensar em todos os vieses, ou seja, tem que pensar na questão de regularização fundiária, na atividade econômica dessas famílias que lá estão, tem que pensar – é óbvio, porque é essencial – na questão da política ambiental, da sustentabilidade desse pessoal, mas tem que lembrar também da qualidade de vida dessas pessoas que estão lá.

A Amazônia é a região potencialmente mais rica do Brasil, porém, quando você observa esse público, vê que ele tem uma renda média de 1,01 salário mínimo, quando a gente olha para essas famílias de produtores rurais com área de até 500 hectares – e 500 hectares são praticamente seis módulos fiscais na Amazônia –, a renda média dessas pessoas é de 1,01 salário mínimo. Quando a gente olha o nível de desenvolvimento humano, o IDH do Brasil – esse número varia de acordo com o ano que a gente olha – é de 0,765, equivalente aos da China e Colômbia. Quando a gente olha só os Estados da Amazônia Legal, em que pese toda a riqueza que temos na região, esse número cai para 0,683, a gente iguala com o Iraque. Se a gente considerar apenas a Amazônia rural, ou seja, retirar as capitais e as cidades maiores, as cidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

polo, esse número cai para 0,547, ou seja, a gente vai para o nível de Uganda, Benin. E, se a gente for para alguns dos Municípios mais críticos em termos de desmatamento e de pobreza rural, como é por exemplo o Município de Portel, que é uma das regiões alvo da nossa ação, o IDH é de 0,483. Nós estamos falando, em plena Amazônia brasileira, com toda a sua riqueza e com toda a abundância de recursos naturais, de pessoas que vivem com um padrão de qualidade de vida abaixo do Haiti ou da Etiópia. Então, é nessas pessoas que a gente também tem de pensar e ver de que maneira a gente consegue compatibilizar esse conjunto de políticas públicas para chegar até elas e tentar, efetivamente, afetar a qualidade de vida de cada uma delas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Geraldo, pela sua apresentação.

Informo aos Srs. e Sras. Senadores que essa apresentação estará à disposição na Comissão de Agricultura para que todos os Srs. e Sras. Senadores possam ter acesso a ela.

A Senadora Kátia pede a palavra.

V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de indagar ao Presidente do Incra se ele trouxe as imagens da plataforma. Essa era a minha expectativa, Presidente, que talvez possa dirimir mais dúvidas a respeito do que a plataforma faz, porque, às vezes, fica parecendo que é uma coisa burocrática, mas na verdade é uma coisa extremamente técnica e de campo. De certa forma, eu quis ver em detalhes para ver o avanço em cima das áreas protegidas na Amazônia. Então, eu penso que a parte mais importante, a meu ver, Geraldo Melo, era esta: mostrar o que essa plataforma é capaz de fazer e identificar se as terras estiverem tituladas.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem, Dr. Geraldo, o senhor tem essa apresentação?

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Tenho, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Quer aguardar um pouco mais ou já pode produzi-la?

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Posso em dois minutos... Se me der um minuto eu a coloco na tela, por favor, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem.

Enquanto isso, eu informo ao Dr. Raoni Rajão, à Débora Assis, ao Felipe Nunes e também ao Britaldo Silveira Soares Filho que eu recebi o documento de vocês e estou encaminhando-o ao Relator para que ele possa analisar o documento. Ele chegará à mão do Relator daqui a pouco. Nós vamos digitalizá-lo, porque o Relator está em Cuiabá, e ele o receberá hoje ainda digitalizado.

Só quero informá-los de que esse documento estará na posse do Relator, pois é ele que tem que fazer essa análise – e claro que nós também –, e vamos disponibilizar também para todos os Senadores, para que possam ter acesso a esse documento que os senhores e a senhora mandaram para a Comissão. (*Pausa.*)

Estamos prontos, Geraldinho? Estou aqui usando essa aproximação da Senadora Kátia, também o chamando de Geraldinho. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Fique à vontade. Estou só passando para o *pen drive*, porque estava no outro computador. Deixe-me só plugá-lo aqui. (*Pausa.*)

Aqui está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Fique à vontade.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Posso compartilhar aqui.

Deixe-me só não apanhar do sistema aqui. (*Pausa.*)

Estão vendo aí?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Positivo.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** (Para expor.) – Bom, então, vamos lá!

O processo de regularização passa por dupla checagem na verdade. A gente tem uma primeira etapa da checagem, em que a gente faz a checagem do CPF do ocupante. E, desse CPF do ocupante, é feita a checagem do enquadramento dele em relação aos requisitos daquela pessoa com relação à lei e à possibilidade de ela ser beneficiária ou não da política de regularização fundiária. Então, isso é basicamente com o cruzamento dele dentro das bases de dados do próprio Governo e do próprio Incra. Isso é feito automaticamente.

Então, todos esses requisitos são os que já estão na lei, no decreto ou que vierem a ser incluídos. E aí é um ponto que eu sempre digo: que esses requisitos que sejam colocados, na medida do possível, sejam coisas checáveis de maneira automatizada. Para gente, esse é o melhor dos mundos, porque a gente faz com que o sistema funcione automaticamente.

A segunda etapa da checagem é checagem do imóvel. Vamos lá. Se a pessoa não passou, se o CPF, se a análise daquela pessoa não prosperou, acabou aí o processo, e esse processo está negado.

A segunda etapa é o processo do imóvel. Faz-se o processo de checagem do dado geográfico. Ou seja, aí nós vamos identificar se as demais informações prestadas batem em relação àquele imóvel. Ou seja, sobreposição, comprovação de prática de cultura efetiva, ocupação, exploração por seus antecessores. Ou seja, o enquadramento daquele imóvel em relação aos requisitos também da lei.

Isso aqui é hoje, é como está funcionando. Isso aqui ainda não é a tela do sistema novo. Então, tudo isso aqui é feito de maneira automática com consulta das bases automáticas. Ou seja, tudo isso aqui se sobrepõe à área de reserva militar, se situa em faixa de fronteira, se sobrepõe à terra indígena, à área de interesse da Funai, à área de serviço florestal, à área de base. Eu vou pular. Em resumo, aqui tem um *checklist* de todas as restrições legais do processo de regularização fundiária, previstos pelos senhores, na lei ou ainda adicionalmente nos decretos. Essas checagens são feitas automaticamente pelo sistema, seja com a checagem na base georreferenciada ou na base do CPF.

Então, isso aqui é feito. Havendo um "sim" – e aqui há um "sim", mas o "sim" aqui é porque foi feito já o georreferenciamento pelo Poder Público e aqui é simplesmente para dizer que aquele georreferenciamento vai ter que ser cobrado da pessoa. Havendo um "sim" aqui, o processo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ou, se for o caso, a pessoa vai ter que justificar isso tudo. Então, tudo isso daqui é feito automaticamente.

Isso aqui roda automaticamente no sistema. E o que está rodando automaticamente no sistema para aparecer naquelas telas ali? Então, isso aqui é o mesmo exemplo que eu mostrei para a Senadora Kátia, quando ela aqui esteve. Isso aqui é a análise de um contexto. Aqui é o exemplo do Estado do Pará. Essas são as glebas públicas federais. Essas são as áreas indígenas. E aí vem a informação. Esses perímetros de glebas públicas das áreas indígenas, todos, são lançados pela Funai. As unidades de conservação lançados pelo ICMBio, ou seja, só quem coloca ou retira esses perímetros é a Funai ou o ICMBio. Ou seja, o Incra não domina esses perímetros. Aí os assentamentos lançados pelo próprio Incra. Por quê? Porque são áreas de restrição.

Vamos dar um *zoom* aqui numa região. É a Região de Rurópolis. E aí, para ficar claro, essas áreas em azul aqui – estou tentando mostrar com *laser* – são parcelas com processo de regularização. Se vocês observarem, elas não sobrepõem nem as áreas laranjas, que são assentamentos, nem as áreas amarelas, nem as áreas verdes.

Esses azuizinhos aí, na verdade, são perímetros dentro do Sigef. O Sigef, basicamente, é uma área com perímetro georreferenciado, e você tem que ter um técnico que vai assinar uma ART. Se uma pessoa tentar fazer um perímetro de Sigef dentro de uma área indígena, o sistema não vai aceitar; ou, dentro de unidade de conservação, não vai aceitar; dentro de assentamento aceita, porque, em assentamento, a gente também faz Sigef dentro do assentamento, mas não com o objetivo de regularização.

As manchinhas vermelhas são embargos lançados pelo Ibama dentro dessas áreas, e o sistema checa automaticamente.

Isso é o CAR, e aí já vem uma primeira coisa: o CAR não tem nada a ver com o Sigef – o CAR e o Sigef. No Sigef, não há sobreposição; no CAR, pode haver sobreposição, e o CAR é autodeclaratório. Porém, o CAR não é o documento que virará um título de propriedade – isso é essencial que a gente diga. O Sigef é um cadastro com o objetivo fundiário, ele tem responsabilidade técnica, tem um ART, tem um engenheiro, a pessoa entra no sistema do Incra e lança o seu perímetro georreferenciado, e, se esse perímetro não bater ou sobrepuser qualquer outra área, seja de um vizinho, seja de um perímetro indígena, seja de unidade de conservação, o sistema rejeita. O CAR não é a mesma coisa: o CAR é um cadastro autodeclaratório em que a pessoa entra, lança um perímetro e diz o que está fazendo lá dentro – ela faz isso. Eles são complementares, mas o CAR não tem o objetivo fundiário; o CAR tem o objetivo ambiental, e ele é instrumento para que os órgãos ambientais executem a sua política ambiental.

Além disso, nós fizemos o cruzamento também com a base dos estabelecimentos agropecuários do IBGE, para checar se havia efetivamente ocupação anterior ao marco temporal.

Aí, a gente está dando um *zoom* em uma daquelas vicinais, checando cada uma daquelas ocupações. Então, cada uma dessas areazinhas em vermelho aqui são parcelas em que há o embargo lançado pelo Ibama – e esse processo, aqui, não prospera, isso aqui não irá adiante.

As outras áreas aqui onde há um CAR e onde há uma ocupação e onde houver um processo... Vamos lá; não significa que todas essas outras áreas estão o.k. Essas outras áreas terão a sua documentação checada, mas, pelo critério de embargo, elas andarão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E isso aí é o mapa de uso de solo de 2008. Especificamente aqui nós usamos o MapBiomas, que está colocado aqui em cima – utilizado aqui. O que está sendo utilizado dentro da plataforma é o TerraClass, da Embrapa com o Inpe. Mas aqui, especificamente neste exercício que nós estamos mostrando na tela, é uma parcela utilizada do MapBiomas, e essa foto é de 2008, para comprovar que havia a ocupação da área anterior ao ano de 2008, o que não inutiliza o argumento anterior de que as parcelas onde existe o embargo não serão objeto de regularização.

Então, é isso que está sendo feito. Só que o que eu estou mostrando manualmente é o que está sendo feito de maneira automatizada. Esse eslaide aqui é só para a curiosidade de demonstrar para os senhores que o processo de regularização utiliza como base o Sigef. O CAR está sendo solicitado adicionalmente como um complemento, para que os órgãos ambientais tenham mais uma informação de fiscalização ambiental das propriedades.

Para a instrução do processo fundiário, a utilização que dá o limite, que dá sobreposição ou que dá qualquer coisa, é necessário que a pessoa faça um Sigef georreferenciado, com a ART e com toda a responsabilidade técnica. Aí, nessas áreas, nós podemos afirmar que não há nenhum tipo de sobreposição.

Só para esclarecer, há possibilidade, sim, de sobreposição de CAR. Aqui, eu não estou defendendo nenhuma dessas pessoas até porque eu não sei quem são. Existem, várias vezes, pessoas que têm CAR em algumas dessas áreas em disputa judicial ou disputa de reconhecimento com Funai ou com o ICMBio em algumas coisas; em outras, não. Em outras, são tentativas de burlar a lei.

E essas pessoas, na minha opinião, o que elas fizeram foi se autodenunciar, e merecem ser levadas ao extremo da responsabilização da lei, quando for esse o caso.

É isso, Senador. Espero ter ajudado a esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sem dúvida.

Geraldo, esse sistema já está à disposição? Já está sendo usado? Ou é todo esse sistema que vai ficar pronto até o final do ano?

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Senador, o que nós estamos fazendo? Hoje, nós estamos funcionando com os sistemas ainda herdados do Terra Legal. Eles estão funcionando de maneira muito menos ágil do que o que a gente precisaria. E não estamos fazendo mais evoluções nele. Por quê? Porque o que nós contratamos foi a plataforma, para onde, na verdade, vai haver a migração de todos os sistemas.

Então, hoje estão funcionando. As checagens já estão sendo feitas dentro de uma plataforma, que não é a definitiva.

A expectativa do Incra é a plataforma definitiva estar rodando a partir da virada do semestre, do início do segundo semestre. Aí, sim, a gente estará funcionando da maneira que, vamos dizer assim, o processo de regularização fundiária do País precisa, sendo suficiente para encarar o tamanho do desafio, que é enorme.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Geraldo, pelas suas colocações.

Dando sequência aos nossos convidados, eu passo a palavra para o Raoni Guerra Lucas Rajão, para fazer as suas colocações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**O SR. RAONI RAJÃO** (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Acir; Senadora Kátia Abreu, com que já tive a honra de conversar anteriormente; Sr. Geraldo de Melo; Professor Benatti; Cristina Lopes; Senadora Zenaide, que entrou aqui; demais presentes, realmente é um prazer muito grande estar aqui para poder apresentar os resultados das nossas pesquisas e, de certa forma, debater, porque eu acredito que é de maneira clara, transparente, com debate de ideias em cima de fatos, que podemos avançar num assunto tão importante como a regularização fundiária.

V. Exa. pode autorizar a minha apresentação, por gentileza?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Claro, com certeza.

Já está liberada, professor.

**O SR. RAONI RAJÃO** – Perfeito.

Antes de tudo, um ponto importante, que vem até do título: é importante, sim, como os senhores vão ver durante a minha apresentação, buscar a regularização fundiária principalmente para aqueles que merecem, para aqueles que ocuparam de maneira mansa e pacífica terras públicas dentro dos prazos regulamentares. E eu recebo de maneira muito calorosa, muito feliz, porque realmente estou positivamente pressionado pelos resultados do novo sistema desenvolvido pelo Incra.

Coincidentemente, nós estamos com acordo de cooperação técnica com o Estado do Pará, onde existe também o órgão estadual, o Iterpa, que tem um desafio enorme. Estamos adotando, inclusive, mecanismos muito similares. Até, por acaso, aqui, só para os senhores terem ideia, por trás dele, está o Selo Verde, que é um mecanismo de monitoramento da pecuária, da agropecuária, na verdade, cruzando dados também de defesa animal, mas que também traz informações ambientais. E um dos seus usos será no apoio à questão fundiária.

Então, por exemplo, aqui, ele já faz cruzamento automático, se a área tem infração, se tem embargo, se ela tem sobreposição de CAR. No caso aqui está no lote do Iterpa... Já se calculam todas essas questões – se está em terra indígena, em unidade de conservação –, de modo exatamente a acelerar, porque é da nossa opinião, sim, que aqueles que têm direito, precisam, sim, de uma regularização rápida, célere e sem peso, principalmente os pequenos produtores, que são a maioria daqueles que estão esperando há décadas. Então, nesse sentido, temos, compreensão e estamos 100% de acordo.

Agora, o que nos preocupa, em particular, com o PL 510, é que traz avanços importantes – algumas das questões ambientais que foram até levantadas –, mas traz outras questões que nos preocupam e que estaremos apresentando aqui.

Em primeiro lugar, então, a gente precisa, e aqui as duas referências principais: esta, que é esse estudo que vai estar sendo disponibilizado para o público geral hoje, e que, por intermédio da Senadora, já pôde ser entregue para os Senadores. Realmente, agradeço aí pela divulgação também.

Então, antes de mais nada, é preciso separar, conceitualmente, o que é regularização e o que é grilagem? Nem toda regularização é grilagem. É preciso deixar isso muito claro. O que é regularização? Regularização é uma situação onde você tem uma posse mansa e pacífica, inclusive porque havia um incentivo do Governo até 1985, para que essas pessoas fossem para Amazônia! Depois se criou, um caos fundiário que, em 2009, buscou ser resolvido com o Terra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Legal, que dizia que todas as pessoas que ocuparam até 2004, mansa e pacificamente, poderiam ter as suas áreas regularizadas.

Isso foi modificado em 2017, permitindo que as pessoas que entraram nas áreas até 2008 também pudessem ser regularizadas. Ou seja, é algo que ocorre dentro dos parâmetros da lei! É manso e pacífico, é um direito da terra, onde se tem o uso direto pelo próprio produtor. Você tem, no caso da legislação atual, o início da atividade pré 2011, e são produtores majoritariamente pequenos, que aguardam há décadas a regularização.

E o que que é grilagem? É a posse, muitas vezes, com violência e fraudes, o uso de laranjas, invasão de terra pública após 2012... Hoje, senhores e senhoras, se alguém entra em terra pública, sem a devida autorização, ou seja, e começa a atividade agrícola pós 2012, isso é um crime enquadrado pela Lei nº 4.947, no art. 20, com detenção de até três anos. É um crime! Por quê? Porque essas terras públicas são públicas, é patrimônio público, é como se alguém entrasse na sede da Petrobras e abrisse o caixa-forte. Então, é preciso defender essas áreas públicas também, e a lei estabelece muito claramente o que é possível, passível de ser regularizado, e o que, de fato, entra e pode, inclusive, ser punido, pela Lei nº 4.947.

E aí, o primeiro ponto é: Precisamos mudar a lei para reconhecer o direito de milhares de agricultores que esperam, há décadas, a regularização? Bem, esses, nós temos, de certa forma, uma amostragem de quem são esses produtores, a partir do registro do próprio Incra, da base do Incra, das parcelas em regularização que ainda não foram tituladas, que hoje são cerca de 108 mil imóveis, que estão já preparados, inclusive, porque tem a área georreferenciada. O universo total é maior, mas nós sabemos que as proporções continuam bastante similares a essa quantidade de imóveis dentro já do Incra, e a informação importante é a seguinte: 70% desses imóveis são de até um módulo fiscal.

Somando-se de um a quatro módulos fiscais, ou seja, todos os pequenos, nós temos aqui, arredondando, 96% dos produtores rurais que estão aguardando regularização e que são pequenos.

O que a lei fala sobre isso? Ela já tem uma série de vantagens provindas do Terra Legal, em 2009, e, com a decisão do STF recente, juntamente com o decreto recente – é um decreto, inclusive, com avanços importantes feito pela atual gestão do Incra, citado pelo Sr. Geraldo Melo –, permite-se, com a imagem de satélite, sem vistoria, já titular 96% de todos os produtores que estão aguardando a regularização fundiária. Isso é feito com a lei atual; não precisa do Congresso. Com esses avanços técnicos que estão sendo feitos no Incra, eu tenho certeza de que isso vai avançar muito.

O que está sendo debatido, então? Facilitar isso para esse número muito pequeno de produtores aqui, mas que possuem uma área muito substancial, que são os produtores médios e os grandes.

De fato, precisamos acelerar esse processo de regularização. Eu entendo que, em todo novo Governo, existe um processo de reorganização, mas, olhando para os títulos definitivos em glebas federais, que é o objeto específico desse PL, do nosso debate aqui agora – são imóveis particulares, não é assentamento –, houve uma paralisia do processo de regularização nesses últimos dois anos, sendo que, em 2020, o Incra executou só 34% do orçamento. É claro que a gente entende agora que o Incra está se capacitando, com novas tecnologias, e que ele vai conseguir avançar nisso, mas o que hoje nós temos é uma falta de celeridade nos próprios processos do Incra. Houve anos, como o de 2014, em que foram titulados 10 mil imóveis. Se nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estivéssemos titulando, ano a ano, um volume de 10 mil imóveis, podem ter certeza de que essa fila de 100 mil produtores aguardando a regularização hoje seria de 50 mil, 40 mil, 30 mil produtores, pela lei atual.

Assim, não é preciso mudar a lei para poder avançar e para poder resolver o problema de 96% dos produtores, que já têm, junto com as tecnologias desenvolvidas pelo Incra atualmente e junto com a legislação atual, realmente um caminho muito claro para poder avançar na regularização.

Agora, o segundo ponto é o seguinte: a regularização, a titulação reduz o desmatamento ilegal? O primeiro a nos dizer que esse não é o caso é o próprio Tribunal de Contas da União. A mesma auditoria apontada pelo Sr. Geraldo mostra também uma quantidade enorme de irregularidades pós-titulação. No caso aqui, eles fizeram uma análise de 208 parcelas tituladas, por amostragem, e, dessas, 118 parcelas foram desmatadas de maneira indevida após 2008, além de outras irregularidades também somadas aqui, o que fez com que, em 198 dessas 208, ou seja, em quase todas, houvesse irregularidades. O que o TCU aponta é a incapacidade do Incra de agir em cima dessas irregularidades, ou seja, de fazer cumprir a lei e tomar de volta o título dessas pessoas, como exige a legislação.

O que está acontecendo hoje? Está se titulando, o que é um presente, uma doação, de certa forma – até cem módulos fiscais, até 100 hectares, inclusive, é gratuita –, para os produtores, mas não se está controlando devidamente o que esses produtores fazem nessa área e a obediência deles à legislação pós-titulação.

Então, é por isso que, quando nós olhamos, por exemplo, esse estudo publicado, por Probst et al, no ano passado, na *Nature Sustainability*, após o título, nos anos posteriores ao título, vemos que o desmatamento aumenta em comparação com aqueles imóveis que não receberam o título. Também por quê? Porque, de um lado, não há controle ambiental e, do outro, há ali um incentivo para que o produtor invista na terra. Se a terra é dele, ele vai formar pasto; formar pasto é desmatar, e desmatar custa. Ele não vai fazer isso quando ele não tem certeza de que a terra é dele. Assim, existe ali um incentivo para investir – e, muitas vezes, investir se traduz em desmatamento –, mas não existe o controle da ilegalidade na outra ponta.

É por isso que, por exemplo, em comparação com as públicas destinadas para a conservação e até com as não destinadas, a média percentual de vegetação nativa nessas áreas, na Amazônia, tem caído substancialmente: era por volta de 70%, mais de 70% aqui no caso da... Era um pouco menos de 70% da privada destinada em 1999, e chegamos a 55% em 2008.

Há o segundo ponto: o próprio Incra já citou que há um estudo que fala que cabe ao titular diminuir o desmatamento. Enfim, eu busquei essa informação. Até depois, caso haja um segundo estudo, eu gostaria também de ter acesso. De fato, o que ele aponta? Ele compara a área total desmatada – vou colocar aqui – dentro das áreas irregulares, no caso de assentamento, ou seja, são pessoas que têm o CAR, e o titular do CAR não coincide com a lista do Sipra, que é uma lista dos assentados que têm o direito de estar ali. E, de fato, nós temos aqui uma quantidade de desmatamento acontecendo nesses cadastros dentro dos assentamentos, maior naqueles irregulares, ou seja, aqueles que não coincidem com a lista do Incra, com relação àqueles regulares. Só que, quando nós consideramos que a área regular é muito menor do que a área irregular, na verdade, aqueles que estão regulares e que coincidem, que estão na lista do Sipra, de fato, estão desmatando mais do que aqueles irregulares, o que reforça o que toda a literatura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

científica já aponta: você, titular, sem controles ambientais, como se fez até agora, infelizmente, aumenta o desmatamento e não diminui.

Há o segundo ponto: é seguro titular áreas médias e grandes sem vistoria de campo? Então, essa, inclusive, é a mudança principal trazida pela proposta, pelo PL 510. É muito fácil você olhar na Amazônia imóveis que estão à venda, inclusive, buscando se beneficiar exatamente desse processo de titulação. Nós fizemos aqui algumas contas de maneira a estimar o lucro de alguém que invade uma área de, por exemplo, seis mil hectares – há várias à venda ali na região, inclusive uma gleba federal próxima de Altamira. Você investe entre R$1 mil e R$2 mil para poder formar pastagem. Você, a partir disso, paga uma taxa para o Incra com relação àquela área, que é um percentual muito pequeno comparado ao valor real. Para os senhores terem uma ideia, são R$46 por hectare o que você paga pela terra ao Incra. São R$46 por uma terra que vale R$2 mil, R$3 mil, R$4 mil. Por isso, ao final das contas, numa operação como essa – é fácil encontrar anúncios de seis mil, sete mil hectares –, você tem lucros milionários a partir da titulação dessas áreas.

Afora isso, há situações claras de fraude. Por exemplo, já se tem discutido há algum tempo aumentar o limite da titulação e da titulação sem vistoria de campo para 15 módulos fiscais até 2,5 mil hectares. É comum você ver situações onde há registros no Incra que são parcelados em bloquinhos de 15 módulos fiscais, já esperando depois titular tudo isso, normalmente em nome de laranjas, e formar um grande imóvel.

Também há outra situação que é muito preocupante, na qual há uma grande área declarada em regularização no Incra e, embaixo dela, vários pequenos imóveis. Imagine titular essa área sem o trabalho de campo, sem verificar, por exemplo, quem são esses pequenos que estão aqui embaixo, sem verificar, por exemplo, se, às vezes, não haverá até uma situação em que o grande chega ali, titula, chega ali com a polícia inclusive, e pede, depois, uma reintegração de posse, expulsando quem, na verdade, merece estar ali, porque, pela ausência da vistoria de campo, não se pôde verificar a realidade.

De fato, nós fizemos aqui um levantamento na internet, na OLX... No Facebook, no caso, não verificamos isso, mas sim em vários *sites* inclusive de empresas que vendem terras, de imobiliárias, e encontramos uma centena de anúncios, totalizando 127 mil hectares e meio bilhão de reais. Em todos esses anúncios, estava escrito: "Protocolado no Terra Legal". Por exemplo, há uma área aqui de 1,8 mil hectares. Há áreas até de 6 mil hectares, de 7 mil hectares. Inclusive, isso é contra a Constituição. Para poder titular uma área pública acima de 2,5 mil hectares, é preciso passar pelo Congresso Nacional.

Então, o que está acontecendo é que o mercado da grilagem de terras na Amazônia está tão aquecido, com uma expectativa tão grande de impunidade, que as pessoas estão colocando na internet. É como se eu roubasse um carro e anunciasse na internet: "Carro roubado pode ser regularizado".

Então, existe realmente um risco muito grande e a necessidade de ser fazer um trabalho benfeito para poder evitar essas situações.

O que significa, por exemplo, você modificar a legislação? Eu trouxe até alguns eslaides, inclusive, apresentados pelo Sr. Geraldo. De fato, o PLS 510 não modifica toda a legislação anterior. Ele modifica uma série de pontos-chaves. Ele traz algumas melhorias. Inclusive, essa questão dos embargos e das multas é positiva, sim. Agora, o que é preocupante aqui é que, em primeiro lugar, enquanto a lei anterior permitia ao beneficiário obter somente uma terra, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

área, o PL 510 permite que um cidadão, no caso de já ter uma área, consiga outra área, contanto que ela não passe de 2,5 mil hectares. E 2,5 mil hectares é muita terra! Nós estamos falando de uma área de milhões de reais.

Enquanto a lei atual permite titulação na situação que era comum até 2008 e até 2011, no caso do art. 38, já no caso principal, em que há um desconto maior, ela já permite para 2012. E, no caso principal, do art. 38, permite até 2014. E, ainda por cima, há a introdução do art. 33, que diz das áreas que não são passíveis de regularização. Por exemplo, se elas estão embargadas ou estão com algum tipo de problema ou foram invadidas após o marco atual, que é 2011, elas podem ser alienadas por meio de licitação pública, com preferência da pessoa, que já é o posseiro. A pessoa invade ilegalmente, cometendo um crime, de acordo com a legislação atual, e ainda tem o benefício de ser o primeiro na licitação, numa área de 2,5 mil hectares, que, inclusive, vai ser titulada sem vistoria de campo.

É essa, senhoras e senhores, a nossa preocupação. Nós não queremos interferir no processo de regularização fundiária, que já está acontecendo e que já pode beneficiar 96% dos produtores que estão esperando na fila. Mas essas pequenas mudanças têm um grande impacto na forma como se faz a regularização fundiária. Inclusive, é possível visualizar esses... Aqui, em amarelo, nós temos... Em laranja, são as áreas que já são regularizadas pela legislação atual. Há essa minoria de imóveis, inclusive muitos deles são grandes imóveis, concentrados em Roraima. Alguns deles também estão em Tocantins, e boa parte, no Pará, principalmente em áreas de fronteira, na BR-319, áreas onde há o quente do desmatamento, onde de fato existe uma concentração muito grande de desmatamento. Vão ser exatamente essas áreas de desmatamento recente que vão ser beneficiadas exclusivamente pela mudança na lei.

Portanto, quais são as opções para a regularização? Sim, é crucial avançar na regularização fundiária. A lei atual já permite titular, sem vistoria presencial, 96% dos imóveis. O que é preciso é avançar na questão tecnológica, como já está sendo feito pelo Incra, investir, fortalecer o próprio órgão. E todos os produtores, com ocupação mansa e pacífica pré-2011, já têm direito à regularização. E esses são a maioria absoluta. Quem é que invadiu? Quem é que entrou em terra pública após 2011? Certamente, não é esse produtor que foi para a Amazônia para poder buscar uma vida melhor.

As modificações trazidas, as modificações que nos preocupam – também há pontos positivos – no PL 510 são as de que ele facilita somente para médios e grandes, porque os pequenos já são facilitados, já podem ser titulados pela imagem de satélite; anistia invasões pós-2011, que são hoje consideradas ilegais; e também cria uma sequência de anistias. A lei de 2009 já anistiou todo mundo que invadiu pós-1985; a de 2017 já anistiou todos que invadiram de 2004 a 2011. E, agora, vamos aprovar uma lei que vai anistiar todo mundo que invadiu até e inclusive 2020, 2022, 2025, visto o artigo que coloca a possibilidade de licitação quando aquela área não é cabível de regularização?

Por isso, precisamos, sim, de um PL de regularização que coloque esse procedimento acelerado para os pequenos, porque eles têm um risco menor, têm um lucro menor – então, os grileiros não vão focalizar tanto a grilagem de áreas pequenas –, são, normalmente, proprietários que já estão ali e possuem só um imóvel. Isso é muito importante porque a titulação é uma doação do público para o privado e tem que ser pensada com um viés social; não se pode fazer isso para poder beneficiar um grande. Se um grande quer investir em terras na Amazônia, que ele vá lá, compre uma terra e faça uma grande área de soja, de pecuária. Não sou contra o médio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ou o grande; agora, eu sou contra um recurso público ser repassado para médios e grandes a preço de banana, porque nós todos perdemos depois.

É preciso, sim, fortalecer o Incra, fortalecer os controles ambientais e manter esse marco temporal. É importante também destinar terras públicas para assentamentos que estão paralisados e para unidades de conservação – inclusive, essas unidades de conservação formam uma infraestrutura verde também para a nossa agropecuária através da chuva – e aumentar a punição para a grilagem. A lei atual é de 1966. Ela precisa ser atualizada. É preciso, inclusive, aumentar a punição, como no projeto, por exemplo, do Sr. Capiberibe.

Por isso, agradeço a atenção. Eu estou aqui disposto ao diálogo, a mais informações.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Professor Raoni Rajão. Peço, por gentileza, que envie para a Secretaria da Comissão de Agricultura a sua exposição, para que a gente possa deixá-la à disposição dos Senadores e Senadoras – é um estudo importante – e, principalmente, para que o nosso Relator, que está nos acompanhando, também possa tê-la à sua disposição a qualquer hora e tempo. Assim como o Incra fez, enviando a exposição para a Secretaria da Comissão de Agricultura, que também o senhor o faça. Muito obrigado pela sua participação.

O Senador Jaques Wagner pede a palavra.

Eu pergunto: quer falar agora ou após a fala de mais dois convidados, Senador Jaques Wagner?

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Acir, boa tarde!

Boa tarde a todos os amigos!

Eu vou ter que embarcar para Brasília, mas ainda tenho tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pois não!

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, por mim, posso ouvir os outros dois. Se realmente o tempo ficar premente e se eu tiver que entrar no avião, eu queria fazer duas ou três perguntas ao Presidente do Incra. Mas aí eu posso deixar para depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem! Ao final, V. Exa. terá a preferência, então, para usar da palavra.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Também a Senadora Zenaide pede a palavra para depois da apresentação.

Passo a palavra agora à Professora Cristina Leme Lopes, para que faça as suas colocações.

Muito obrigado pela sua presença junto conosco.

**A SRA. CRISTINA LEME LOPES** (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Boa tarde a todos os Senadores e Senadoras que nos assistem! Cumprimento esta Mesa virtual, na pessoa do seu Presidente, Senador Acir, e gostaria de agradecer ao Senador Jaques Wagner pelo convite de participar desta audiência pública tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bom, eu sou advogada, pesquisadora sênior do Climate Policy Initiative da PUC-Rio, e a gente tem acompanhado de perto essa questão da regularização fundiária. Já publicamos várias análises sobre a MP 910 e sobre os dois projetos de lei que estão atualmente em tramitação: o PL 2.633, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, e o PL 510, que é o objeto desta audiência pública. Além disso, o CPI/PUC-Rio também lidera uma força-tarefa de regularização fundiária na coalizão Brasil, clima, florestas e agricultura, um movimento que reúne quase 300 representantes do agronegócio, do setor financeiro, da sociedade civil e da academia. E nossas análises têm contribuído para os posicionamentos da coalizão, como o posicionamento que foi publicado na semana passada, alertando para os riscos da aprovação do PL 510.

Bom, antes de iniciar a minha apresentação, eu vou fazer uma apresentação técnica. Inclusive eu vou me ater à minha especialidade, que é a jurídica – eu sou advogada. Então, como disse bem o Sr. Geraldo Melo, que não levantou os parâmetros da lei... E, justamente, a minha apresentação é sobre os parâmetros da lei. Mas, antes, eu queria reafirmar e, inclusive, falar para a Senadora Kátia Abreu que nós lá do CPI da PUC-Rio e da coalizão – eu posso falar também em nome da coalizão – reconhecemos a importância da regularização fundiária. Ninguém é contra a regularização fundiária. A regularização fundiária é importante, é importante para apaziguar os conflitos fundiários, evitar novos conflitos, trazer segurança jurídica. Todo mundo sabe que a titulação é importante, é uma fonte de segurança jurídica, e a gente tem um problema histórico de insegurança jurídica. Os problemas fundiários brasileiros nascem com a ocupação do Brasil pelos portugueses, pela legislação da ocupação da terra. A forma como Portugal, a época, resolveu titular foi a maneira que hoje a gente está tendo essa série de problemas, porque a titulação era feita só para algumas pessoas. Então, essa questão da ocupação das terras públicas é histórica. Então, não há a menor dúvida de que a gente precisa enfrentar isso. E eu acho que estamos enfrentando e estamos avançando – e já avançamos muito –, mas precisamos avançar muito mais. E, além disso, o título também permite a inclusão econômica dos produtores rurais e vai promover a justiça social, que é o que todo mundo quer.

Mas a gente acha que não é o PL 510 que vai trazer as soluções para os desafios atuais. Eu acho que o Sr. Geraldo Melo, Presidente do Incra, trouxe, sim, já algumas soluções para os desafios atuais. Ele mostrou o quanto o Incra tem investido em plataformas, em sistemas, em integração de base de dados, tudo que não estava ao nosso alcance alguns anos atrás. Eu não tenho a menor dúvida de que esse instrumental tecnológico vai acelerar a titulação, e isso vai trazer uma série de benefícios.

Mas, para poder falar sobre os parâmetros técnicos da lei, gostaria também de compartilhar uma apresentação.

Deixe-me tentar compartilhar aqui. (*Pausa.*)

Pronto.

Então, com essa apresentação, a gente fez uma análise detalhada do PL 510 e selecionou alguns parâmetros para a gente mostrar quais são essas propostas, quais são essas alterações em relação à legislação atual.

Pois bem. A primeira alteração é uma alteração que tem sido muito falada. O Raoni Rajão acabou de apresentar muito bem o que acontece quando a gente faz alteração do marco temporal. O marco temporal é a data que permite: a ocupação anterior a essa data pode ser regularizada; posterior a essa data, ela é considerada uma ocupação ilegal – e essa ocupação ilegal a gente também pode denominar como grilagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a legislação atual... E há uma pequena confusão em relação a essas datas porque a lei estabelece duas datas. Por quê? Pela primeira regra, que eu chamo de regra geral, a legislação atual estabelece como data limite 22 de julho de 2008. O que diz essa data de 2008? Ela permite a regularização mediante descontos no valor da terra. Mas há, também, outro dispositivo na lei que permite a regularização para ocupações até dezembro de 2011. Nesse caso, o ocupante também vai pagar pela terra, também vai poder regularizar, mas ele vai pagar pelo valor cheio da tabela do Incra, que é bem abaixo do valor de mercado. Ainda é um grande prêmio regularizar a ocupação até 2011. E o que o PL 510 traz? O que o PL 510 traz é a alteração desses dois marcos temporais: o marco temporal da regra geral para pagamento com desconto até 25 de maio de 2012 e a regra que vai permitir todas as ocupações até 10 de dezembro de 2014.

Ora, como já está explicado, essa alteração não vai resolver aquelas ocupações históricas. É comum a gente ouvir "poxa, mas as pessoas vieram há 30, há 40 anos, e não têm o título da terra!" Realmente, é um absurdo, mas não é o PL 510 que vai conseguir titular essas pessoas. As ocupações históricas podem ser tituladas pela lei que já está vigente. Então, essa alteração do marco temporal só vai beneficiar aqueles que ocuparam novas terras públicas depois de 2011, dez anos atrás, data pela qual o programa, a Lei 11.952 já tinha sido publicada e já era bastante sabido que qualquer ocupação para a frente era uma ocupação irregular, era uma grilagem. Então, essa alteração do marco legal não favorece titulações históricas, não favorece os pequenos agricultores; ela favorece aqueles que ocuparam e invadiram terra pública sabendo que eram ilegais.

Bom, o segundo parâmetro que eu selecionei...

Desculpem–me. Os senhores estão me ouvindo? Porque eu recebi uma informação de que...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Afirmativo. Nós a estamos ouvindo bem.

**A SRA. CRISTINA LEME LOPES** – O.k. Obrigada.

O segundo parâmetro trata dos requisitos para a regularização. A lei faz alguns requisitos. Não é qualquer ocupação, não é qualquer ocupante. Por exemplo, uma empresa que ocupou uma área e está fazendo atividade produtiva pode requerer a regularização em nome da empresa? Não, não pode. Então, a lei traz estes requisitos: precisa ser uma pessoa natural, ela não pode ter sido beneficiada por programa de reforma agrária ou regularização fundiária anterior e não pode ser um proprietário de outro imóvel rural. Por quê? Porque, justamente, como foi falado, a regularização de terra pública... A terra pública é um bem, um patrimônio de toda a sociedade. No momento em que você flexibiliza e dá condições facilitadas a preços menores para regularizar uma área, você tem que colocar alguns requisitos. O objetivo é um objetivo de justiça social. E o que faz o PL 510? Ele permite a regularização por quem já é proprietário de outro imóvel rural. É claro que ele coloca o limite de até 2.500 hectares. Sim, porque esse é o limite constitucional. Talvez, se a Constituição não tivesse estabelecido esse limite, o PL 510 também colocaria qualquer tamanho de área. E ele também permite que a pessoa tenha sido beneficiada em programa anterior. Ora, se o trabalhador já teve o seu título de terra, por que ele precisa ter outro? Quem está ganhando para essa alteração? Não são os pequenos, não são aqueles que estão há anos na fila da titulação esperando por uma propriedade em seu nome. Então, novamente, essa alteração serve a quem? Serve para um grupo, um grupo que já tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

benefícios, um grupo que já tem terras. Então, a gente não entende como isso possa ser alguma vantagem para a sociedade.

Bom, um terceiro dispositivo, parecido com o dispositivo anterior, que é de beneficiar aqueles que hoje podem não ter nenhum título. Eles ganham um título e, se eles repassarem, se eles venderem esse título, no futuro eles poderão ser beneficiados novamente com regularização fundiária. Ora, isso é incentivar a invasão constante. Porque, se eu sou beneficiário hoje de um título e eu acho que é interessante vender o meu título e ganhar dinheiro em vez de produzir naquela área. Aí, no futuro, eu posso novamente entrar em outra terra pública e ser titulado novamente.

Então, assim, essa alteração serve a quem? Àqueles que foram para o Centro-Oeste, para a Região Norte 30, 40 anos atrás, expandir, garantir a agricultura familiar? Não. Essa alteração só vai beneficiar aqueles que pretendem fazer da invasão de terra pública um negócio.

Uma outra alteração, que já foi comentada aqui também, diz respeito ao procedimento simplificado. O que é esse procedimento simplificado? O próprio presidente do Incra, Sr. Geraldo, explicou. É um procedimento pelo qual o ocupante entrega, faz declaração, vários requisitos. E esse procedimento simplificado isenta a vistoria prévia no local, ou seja, a vistoria vai ser feita remotamente. Como? Através de todo aquele sistema que foi apresentado aqui hoje, imagens da Planet, cruzamento de bancos cadastrais, e você vai conseguir verificar.

E a legislação hoje permite esse procedimento para posses até quatro módulos fiscais. E o que faz o PL 510? Ele amplia, mas ele amplia até o limite de 2.500 hectares. Ora, vimos agora com os dados públicos que em torno de 95, 96% dos cadastros hoje aguardando para regularização fundiária são menores do que quatro módulos fiscais.

Portanto, a maior parte dos beneficiários hoje da regularização fundiária já podem se regularizar pelo procedimento simplificado. Qual é o valor de estender esse procedimento para imóveis até 2.500 hectares? Se é 5% da base cadastral, mas representa uma grande área e, é claro, esse procedimento ainda não está totalmente implementado. O Sr. Geraldo acabou de mostrar, é um procedimento que está em via de implementação.

Temos garantia de que a vistoria por sensoriamento remoto vai dar certo? Será que ela vai ser suficiente? Será que ela vai evitar a fraudes? Então, inicialmente, por que não implementar para a maioria dos produtores que aguardam a titulação e se, efetivamente, no futuro tiver justificativa com base em dados e em ciência, a gente possa discutir essa extensão. No momento, não há justificativa para essa extensão.

Uma outra questão muito importante diz respeito às salvaguardas ambientais. Bom, as salvaguardas ambientais são aquelas regras que, dentro da legislação fundiária, são regras de proteção ao meio ambiente ou regras que vinculam a regularização fundiária à regularização ambiental. Por quê? Ora, muito se tem dito que o que esse PL vai trazer é que ele não vai anistiar crimes ambientais e vai evitar novos desmatamentos ilegais, mas não é verdade.

Então, o Sr. Geraldo falou muito bem que a lei, no *stricto sensu* da lei, a Lei 11.952, em seu texto legal, não estabelece obrigatoriedade de entrega do CAR e ela não vai estabelecer a obrigação de você declarar que a área não foi objeto de embargo a auto de infração. Ele fez uma provocação: onde está escrito embargo na Lei 11.952? E eu queria dizer que a legislação não depende de aplicação de uma lei, ela não é feita apenas no *stricto sensu*, lei em sentido estrito. Existe lei em sentido amplo. O que é isso? Ao aplicar uma política pública, a gente usa todo o arcabouço legislativo em vigor. E justamente o que o Sr. Geraldo reafirmou é que no final do ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

passado, em 24 de dezembro de 2020, foi promulgado o Decreto 10.592. O que diz o art. 5º do decreto? Então, eu copiei o art. 5º aqui. Eu só vou chamar a atenção para os pontos principais.

O art. 5º, no inciso I, na letra "d", o que precisa ser entregue como declaração: comprovante de inscrição no Cadastro Ambiental Rural. Isso está escrito textualmente no Decreto 10.592, atualmente em vigor. Continuando o artigo, nº 6, que "não mantenham, em sua propriedade, trabalhadores em condições análogas às de escravos". Também não é uma novidade do PL 510. Esse requisito já está previsto na legislação em vigor. Item 7, "o imóvel não se encontre sob embargo ambiental e não seja objeto de infração", de auto de infração expedido pelo órgão ambiental federal, ou seja estadual, distrital e municipal, ou seja, a legislação em vigor prevê, sim, como requisito para a regularização, a entrega de declaração dizendo que o imóvel não se encontra sob embargo ambiental. O artigo continua: que as análises das ocupações vão ser feitas por meio de sensoriamento remoto. Portanto, já está previsto, já está legislado, já está regulamentado o uso de novas tecnologias.

Todo o arsenal, todo o sistema que o Incra está montando, que vai entrar em vigor e que vai dar conta de mais de 95% das ocupações, vão ser feitas pelo procedimento simplificado, por sensoriamento remoto. E realizada a análise remota, será feita a verificação dos documentos declarados. E o que é que eles vão verificar? Se há termos de embargo ou infração ambiental, porque nesse caso, vai ser obrigatória uma vistoria no local. Vão analisar a inscrição no CAR.

Portanto, quando eu coloco que a Lei 11.952 já prevê essas salvaguardas ambientais, e não precisamos de uma nova lei, é porque a legislação em vigor já prevê. E um decreto, eu não posso acreditar que esse decreto... Ou a gente reconhece que o Governo publicou um decreto flagrantemente ilegal, e eu não acredito, porque a AGU certamente fez o controle de legalidade prévia... Portanto, esse decreto não tem um problema de vício formal de legalidade, então está em vigor. Se o decreto já prevê a entrega do comprovante do CAR, a entrega de declaração de que a área não é objeto de embargo, nem auto de infração e que esses cruzamentos vão ser feitos com as bases de cadastros atualmente em vigor, que em caso de constatação de dano ambiental, é preciso aderir ao Programa de Regularização Ambiental ou fazer um termo de ajustamento de conduta.

O que então traz o PL de novidade? O que ele traz de novidade é o seguinte: ele define infração ambiental como conduta lesiva ao meio ambiente comprovada por meio de esgotamento das vias administrativas, ou seja, isso, sim, é uma pegadinha. É uma pegadinha ambiental. Por quê? Sabemos, e há um relatório da Controladoria-Geral da União, de abril de 2019. Ela traz uma análise aprofundada do processo administrativo federal do Ibama. E em suas conclusões, ela diz: "os processos permanecem por tempo excessivo em todas as (...) etapas (...)" São no mínimo cinco anos. Sabendo que os autos de infração com desmatamento são as multas mais elevadas, outra coisa que esse relatório de auditoria traz de informação, esses processos podem demorar dez anos, doze anos, quinze anos.

Então, o que PL 510 traz é o seguinte: não é que ele vai verificar qualquer auto de infração ou embargo; ele só vai verificar aquelas áreas cujo auto de infração ou embargo tem o seu processo administrativo finalizado transitado em julgado; ou seja, na prática, você não vai ter nenhuma área sujeita a esse controle prévio de titulação.

E o que ele faz depois, o PL 510? Aí está o seu artigo, para mostrar que já está na lei. Quais são as garantias pós-titulação? O mesmo decreto que eu mencionei diz que, no pós-titulação, as cláusulas resolutivas estabelecem o respeito à legislação ambiental, que o ocupante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vai ter que fazer a comprovação de regularidade ambiental através de certidões negativas, através da análise do CAR e que o descumprimento das condições implica a perda do título.

E o que traz o PL 510 para a Lei? O simples respeito à legislação ambiental. O PL 510, efetivamente, enfraquece as salvaguardas ambientais. A novidade que ele traz em relação à legislação anterior é no sentido de enfraquecer, de limitar. Do jeito que essa proposta está sendo construída, o que a gente vai ver é a anistia nos crimes ambientais. Não anistia do ponto de vista da legislação ambiental, porque esses crimes não podem ser anistiados, mas a legislação fundiária não vai garantir um alinhamento das políticas. Você vai estar regularizando, titulando áreas que foram objeto de desmatamento ilegal, que não foram autuados porque o próprio Governo reconhece que quando não há titulação não há autuação. Um dos discursos é: é preciso titular porque quem tem o título da terra pode ser responsabilizado. Ora, se o controle ambiental é feito através da verificação de autos de infração e embargo, se eu já sei que quem não é titulado não tem autos de infração e embargo, que controle é esse? Não há controle. O controle ambiental é fraco.

Se o PL 510 quisesse trazer efetivamente um avanço na política ambiental, na vinculação da política fundiária ambiental, ele deveria verificar se houve desmatamento ilegal. E a gente vai verificar se houve desmatamento ilegal cruzando as bases de dados, essas mesmas bases que o Incra já mostrou que é possível cruzar: CAR, Planet, Prodes, MapBiomas. E não é isso que o PL 510 está trazendo.

Por fim, como já foi dito, esse PL traz também essa possibilidade de o ocupante do imóvel ter direito de preferência na aquisição de área por meio da licitação pública. O que é esse artigo? Esse artigo é o seguinte: as áreas não podem ser tituladas por meio das regras que foram estabelecidas – verificação da pessoa, da área, comprovação, vistoria, etc. Que áreas são essas? Ou elas são maiores do que 2,5 mil hectares ou elas extrapolam a lei ou elas extrapolam o limite do marco temporal, áreas ocupadas após 2011 ou, pelo próprio PL, após 2014, ou são áreas que possuem trabalhadores escravos. Essas áreas que não cumprem os requisitos legais, mas que estão sendo ocupadas por invasores de terras públicas, lá no futuro, vão ter direito de preferência na aquisição dessas terras. Isso é ou não é incentivar a ocupação de novas terras, incentivar o desmatamento ilegal, incentivar a grilagem?

Portanto, o que eu fiz aqui foi apenas comparar a legislação em vigor com as propostas do PL 510. E o que eu vejo muito claro nessa proposta é: ela não resolve as ocupações históricas, ela não resolve os problemas dos pequenos, ela não resolve o desmatamento ilegal. Ela apenas beneficia médios e grandes e incentiva novas ocupações.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Professora Cristina. Também peço que a senhora envie à Secretaria da Comissão de Agricultura a sua apresentação para que a gente possa deixar à disposição dos nossos Senadores e Senadoras para fazerem as suas pesquisas.

Muito obrigado por sua presença junto conosco.

Agora, passo a palavra ao Professor José Heder Benatti, para fazer as suas colocações, também agradecendo a presença de V. Sa. nesta Comissão, neste debate tão importante para todo o nosso País.

**O SR. JOSÉ HEDER BENATTI** (Para expor.) – Boa tarde!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Primeiro, gostaria de agradecer ao Senador Acir, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, às Sras. e aos Srs. Senadores aqui presentes nesta sessão. Também, é um prazer estar hoje, aqui, à tarde, com a Professora Cristina, o Professor Raoni Rajão e o Presidente do Incra, Geraldo Melo.

Na realidade, ser o último a falar tem uma grande vantagem, porque não preciso repetir o que os demais já argumentaram e apresentaram de informação, que levam a todo um questionamento, e, de fato, pretendo apenas destacar dois aspectos desse rico debate que nós colocamos aqui.

A primeira questão é: quando o debate é sobre regularização fundiária, vou colocar isso diante da minha experiência de quatro anos como Presidente do Instituto de Terras do Pará, entre 2007 e 2010, antes disso, já um curioso, e continuando a pesquisar e conhecer melhor essa complexidade que é a questão de reconhecer o direito à terra, ou seja, dizer quem tem direito a ter direito à terra.

O primeiro aspecto que eu levanto, e aí, usando a analogia com a Amazônia, é que esse debate da regularização fundiária tem que parar de olhar como se estivesse olhando somente para a árvore. Nós temos que olhar para a floresta. Ou seja, se a única alternativa apresentada – e os dados que têm sido levantados indicam isso – é regularizar a terra, nós não vamos resolver o problema da Amazônia e, muito menos, do Brasil, que é o que, na realidade, a lei está regulamentando. Ela extrapola, hoje, a nova legislação, extrapola a Amazônia. Ela é uma regularização federal para o Brasil.

O que quero dizer sobre parar de olhar para a árvore e olhar para a Amazônia? Quero dizer que, na realidade, a regularização fundiária começa lá em 2009, depois, tem, em 2017, uma nova modificação, e, dois, três anos depois, hoje, estamos debatendo novas modificações sobre ela. Só que essas alterações, que têm todas as fragilidades colocadas, a gente tem que aprender, pelo menos eu aprendi como estudioso e na prática, que as normas, por si sós, não mudam uma realidade, mas formatam e passam um recado de comportamentos.

Eu vou dar só um exemplo sobre isso. Orientando um doutorado, em que se trabalhou sobre a nova lei, o Novo Código Florestal, e ela é uma advogada e professora no Mato Grosso, ela analisou dois Municípios no Mato Grosso antes da nova lei, o Código Florestal. Um Município tinha uma lei municipal, que articulava e ajudava a proteger a reserva legal e a Área de Preservação Permanente e o outro Município não tinha. Qual era o cenário? No que não tinha, a APP e a reserva legal eram mais desmatadas do que no Município que tinha uma legislação municipal de proteção da APP e da reserva legal.

Quando veio a alteração da lei, que muda a referência da reserva legal e da APP, principalmente, porque ela começa a contar a partir do leito e não mais da enchente média, o que aconteceu na prática? No Município que tinha uma lei municipal que mais protegia a APP, começa a aumentar o desmatamento na APP. Por quê? Porque assim a lei o permitia, ou seja, a lei deu um comando que estimula o desmatamento daquela área que antes era protegida; quer dizer, flexibilizou as regras. Na discussão atual, a grande questão é esta também: se a gente olhar todo o debate que está ocorrendo sobre a questão de direito à terra, e não só sobre regularização fundiária, os dados apresentados, tanto os que estão disponíveis no Incra, no Instituto Chico Mendes, na Funai, apontam que, desde 2010, você tem uma queda no reconhecimento do direito à propriedade de quilombolas, ribeirinhos, para criação de assentamentos, de povos indígenas, de seringueiros, de extrativistas. Ou seja, de um lado, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tem uma queda desse reconhecimento e, de outro lado, você tem o quê? A partir de 2019, o aumento do desmatamento da Amazônia, quando você tem todo um discurso que diz: "Se você ocupar, eu vou te regularizar".

Na verdade, o grande impasse hoje do Estado brasileiro – e aí o Presidente do Incra, Sr. Geraldo Melo, mostrou que ter instrumentos de controle é fundamental, só que é preciso também ter uma política pública não só de regularização fundiária... O que nós estamos discutindo, para resolver o problema do desmatamento, da violência no campo e do respeito à diversidade de ocupações existentes no Brasil, em particular na Amazônia, segundo a própria ordem hierárquica de preferências estabelecida pela Constituição e pelas normas infraconstitucionais, é regularizar todo mundo. Todos têm direito à regularização fundiária, não é só o pequeno, o médio ou o grande, como claramente a Lei de Regularização Fundiária aponta como seus sujeitos prioritários, excluindo os demais.

Se o Incra, que faz a regularização fundiária, que cria assentamentos, que reconhece as áreas quilombolas, vai fazer regularização fundiária também, sendo que o seu corpo de servidores cada vez diminui mais, com aposentadorias, etc., qual a capacidade que ele tem para trabalhar com toda essa complexidade? Não tem; não vai conseguir. E os dados estão aqui demonstrando isso. E mais ainda quando você tem uma legislação que aponta para um único segmento que vai ser privilegiado na diversidade desses sujeitos sociais que querem ter acesso à terra.

Então, na realidade, o grande problema do impasse hoje em torno dessa dicotomia colocada, ou seja, se é bom ou não fazer a regularização fundiária, que é uma dicotomia falsa – e todos que aqui se manifestaram são favoráveis à regularização fundiária, mas têm preocupações com o que a lei pode estimular, com que sujeito será privilegiado em detrimento dos demais... Então, na realidade, o que se precisa discutir – e aqui o Parlamento, o Congresso Nacional e esta Comissão são sujeitos privilegiados e fundamentais nesse debate – é uma governança da terra.

Ora, os dados apresentados todos eles são frágeis, por quê? Porque nós ainda não temos um cadastro que consiga realmente representar a maioria dos imóveis titulados no Estado do Pará, em particular, que eu conheço mais, mas também na Amazônia e no Brasil. Você tem questionamentos sobre a fragilidades do registro de imóveis. Há questionamentos sobre se tudo que está registrado é realmente propriedade e foi legitimamente transferido do Estado para o particular.

Então, se você tem fragilidades nos órgãos ou nos cadastros – que são fundamentais – fundiários e do direito de propriedade, é óbvio que vai haver toda uma dúvida sobre quem vai ter que ser regularizado. Então, um primeiro aspecto que eu levanto é este: na realidade, o que mais precisamos discutir, mais do que regularização fundiária, são normas de governança da terra, e aí nós temos leis que podem auxiliar com esse processo, basta uma organização muito mais administrativa e política, e para isso há pessoal, dinheiro, orçamento para que as políticas públicas possam ser implementadas.

E o segundo aspecto que eu levanto nesse debate que é fundamental são as preocupações levantadas anteriormente nas exposições, e elas são mais que justas. Na realidade, a Lei de Regularização Fundiária, e até aqui o que se conhece de política pública do Governo, é uma regularização fundiária passiva. O que é uma regularização fundiária passiva? Ela é passiva porque é o esperar da iniciativa privada em procurar o órgão público, em apresentar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

georreferenciamento, em apresentar toda a documentação para dizer que ela tem direito. Ou seja, eu crio nesse aspecto onde... Se o Estado tem uma fragilidade de informação, se não sabe quem realmente está ocupando, onde, nem como, quanto e quando, se não tem controle sobre a violência, se tem só dados em que eu vejo o grau de desmatamento que está ocorrendo, mas não sei quem são os sujeitos, o que estimula e quando eles estão e quanto, porque eu não tenho um dado mais próximo da realidade, o que eu faço? Eu estimulo quem tem dinheiro, quem tem mais capacidade técnica, quem tem mais acesso aos órgãos, que apresente rapidamente o seu pedido de regularização fundiária. E aí em detrimento de quem? De quem tem menor poder aquisitivo, tem maior dificuldade de fazer georreferenciamento, que algumas vezes está esperando já há cinco ou dez anos uma proposta do Governo para ter uma titulação coletiva, para que tenha um assentamento criado, para que tenha uma reserva extrativista criada ou o reconhecimento da área quilombola ou de terra indígena.

Então, na realidade, o que está colocado, mais do que esse detalhe de se vai ou não aumentar a grilagem, é a questão da prioridade na regularização fundiária, é o reconhecimento da diversidade de sujeitos que têm direito a serem titulados, e não só um segmento que eu concedo que ocupe o imóvel a partir de uma data, que preenche alguns requisitos legais individuais.

Então, veja que todo um outro aspecto fundamental, de sujeitos históricos, que faz anos que estão esperando, que faz décadas que estão ali brigando pelo reconhecimento de seus direitos, não vão estar reconhecidos. E se eu priorizo uma única política, eu agravo essa situação. E aí todos os dados me mostraram que só a titulação não resolve o desmatamento.

E aí me vem, concluindo, a minha preocupação terceira: que nós vamos colocar não só em risco a regularização fundiária proposta, com as normas que têm todas as falhas aqui apresentadas, mas também toda uma preocupação de proteção com a Amazônia. Hoje se há uma preocupação nacional e internacional de proteção da Amazônia de ter a floresta em pé por causa da sua biossociodiversidade, por causa do papel e dos serviços ambientais que cumpre essa floresta, aí vem uma lei que estimula a ocupação e o desmatamento? É estimulado o quê? Só porque as pessoas querem desmatar têm maldade? Não, porque, como foi colocado aqui, a valorização da terra tem aumentado muito nesses últimos anos e há toda uma corrida, desde 2010, conforme os documentos do Banco Mundial já demonstraram, há uma corrida internacional em busca de novas terras. E cada vez mais a legislação brasileira abre o seu mercado para a compra de terras por estrangeiros. Então, todo esse componente faz com que você tenha todas as políticas econômicas, jurídicas e políticas colocadas estimulando a ocupação e o desmatamento. E aí vai, mais uma vez, na atual situação que nós estamos vivendo, agravar o cenário nacional de conflitos e violência pela terra, o desmatamento da floresta, como também a nossa imagem internacional, mostrando a nossa incapacidade de reverter uma tendência que os dados têm indicado, que é o aumento da violência e da destruição da Floresta Amazônica.

Então, acho que talvez, no Senado Nacional, esta Comissão tem o papel fundamental de abrir esse debate e dizer: na verdade, a regularização fundiária é fundamental como instrumento e não como política pública geral. Instrumento porque ela vai estabelecer a forma, quando e como; como política, quem é que tem prioridade na diversidade de sujeitos que ocupam não só a Região Amazônica, mas, se você pegar hoje, parte do Cerrado brasileiro, o Nordeste, o Sudeste, de disputa pela terra. E aí, nesse dado, a regularização fundiária não pode aumentar um dado ainda muito ruim para o Brasil que é a concentração da terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Infelizmente, fui convidado hoje de manhã para fazer essas rápidas palavras, mas há um entendimento fundamental nesse debate que é o debate econômico: o que é que nós estamos regularizando e qual estímulo nós vamos estar criando? Porque a lei não basta ser boa ou não; a questão é qual estímulo ela traz para levar os sujeitos sociais a terem uma atitude na sua ação.

Por exemplo, finalizando, por que aumentou tanto o número de ocupação e desmatamento na Amazônia de terras ocupadas reconhecidas e não ocupadas por garimpagem, por garimpos na Amazônia? Os garimpeiros, de repente, resolveram ver a Amazônia como grande área a ser explorada? Não, não é só isso. É porque aumentou consideravelmente o preço do ouro no mercado internacional. Isso faz com que os riscos que vão empregar estimulem aquela atividade, porque sabem que vai ter retorno. A mesma lógica leva-se também à questão da terra. Se não tem direito de propriedade claramente estabelecido, se não tem os cadastros bem organizados, estipulados, se não tem todos os direitos reconhecidos pelos diferentes sujeitos sociais, eu estimulo a ocupação, a exploração, o desmatamento e a violência.

Então, na realidade, mais do que regularizar, nós estamos discutindo se vamos ou não dar o aval para aumentar o desmatamento e a violência no campo, em particular, na Amazônia.

Eu agradeço a possibilidade de aqui rapidamente apresentar essas preocupações e destaco que, mais que regularização fundiária, deveria ser um instrumento de administração e não um instrumento de política pública; deveria ser a governança da terra e não a regularização fundiária.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Professor José Benatti, pela sua palestra, pelas suas colocações.

Nós fizemos questão de não limitar o tempo dos nossos convidados, exatamente pela importância deste debate. Assim todos puderam fazer todas as suas colocações e explanações dentro do seu tempo, dentro da sua necessidade.

Agradecendo mais uma vez a todos, pela participação, agora passo a palavra aos nossos Senadores, inicialmente ao Senador Jaques Wagner, para fazer as suas colocações.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu já estou a caminho do aeroporto e, por isso, estou de máscara no carro, mas vou rapidamente dizer, primeiramente, da minha alegria pela reunião de hoje, da segunda reunião da CRA sob sua condução para esclarecimento. Porque eu digo sempre que o pior caminho na democracia é escolher a bipolaridade, a dicotomia. Isso não vai levar a gente para lugar nenhum. A privatização do ex-Presidente Fernando Henrique poderia ter sido muito mais bem-feita, a serviço da sociedade brasileira, se não estivéssemos divididos entre dinossauros, que éramos nós que não queríamos, e avançados. E acabou que a gente não conseguiu dialogar e mediar.

Então, como eu sou um convicto disso, eu quero começar dizendo, Presidente, que, para mim, o primeiro consenso construído nesta reunião é que nós não estamos aqui divididos em dois grupos: quem quer e quem não quer a regularização. Na minha opinião, todas as vozes que eu ouvi, seja de que posição for sobre que tipo de regularização, todo mundo fala a favor, inclusive eu.

Só para lhe dar o exemplo concreto, naquilo que me competia como Governador do Estado da Bahia durante oito anos e sequenciado pelo meu colega Rui Costa, até agora, entre 2007 e 2020, nós regularizamos 1 milhão de hectares, dando título de terra – 1 milhão de hectares! São bem mais de 100 mil títulos de terras que demos para os pequenos daquilo que era terra devoluta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do Estado da Bahia – evidentemente, não era terra federal, porque eu não tinha competência para isso. E eu sei a alegria que é o pequeno que tem, sei lá, um módulo, dois módulos, seja de que região for, receber, porque aquilo é a alforria dele: ele pode tomar dinheiro no Pronaf, ele pode fazer empréstimos, ele pode fazer várias coisas; e, quando ele não tem o título, ele não é ninguém perante os órgãos públicos, perante o banco, etc., etc.

Então, não vamos nos dividir entre quem quer e quem não quer. Vamos separar o que cada um tem como concepção. Essa que é para mim a realidade.

A exposição do Incra me deixa extremamente satisfeito, porque eu vejo que o Estado brasileiro... Estou à vontade para dizer que eu estou extremamente satisfeito, e não foi num governo de que eu faço parte, é de um governo que é oposição. Mas, segundo os dados apresentados pelo Presidente do Incra, esse acesso à tecnologia se deu agora em 2019 e 2020. Palmas então para quem fez! Agora, vamos entender: o Incra é ferramenta de aplicação de uma política. Como o próprio Dr. Geraldo falou, não é ele que vai dizer se é assim ou se é assado: é a lei que nós Senadores e Deputados vamos votar.

Então, Presidente, eu quero ser muito, assim, sincero, muito honesto de dizer qual é a minha preocupação maior. Como já foi dito pelo próprio Dr. Geraldo, a MP 910 ficou, até caducar, em discussão no Congresso Nacional – na Câmara dos Deputados em primeiro lugar e não veio para ao Senado, porque ela caducou. Foram exercícios – de que eu não participei, mas, pelo que sei, exercícios bons – daqueles que querem construir a democracia, buscando convergência e não apontando... Porque fica muito claro dizer: Não, aqui o problema é o seguinte: de um lado estão os bichos-grilos, do outro lado estão os "motosserras". Nós não vamos para lugar nenhum assim. Mas não é assim que fazem? Aí eu prefiro dizer: o ótimo é inimigo do bom e amigo do péssimo. O bicho-grilo não vai resolver minha vida e os "motosserras" convictos também não vão resolver minha vida. Então, vamos construir o caminho do meio.

Eu acho – e está longe de ser o meu sonho, porque eu também concordo com a professora que falou, do Rio – que nós já temos instrumentos. E, como o professor de Minas Gerais também falou, nós temos instrumento para titular 95% dos indivíduos que pedem por titulação – 95%! Então, é claro que o instrumento novo não é o que vai determinar, porque esses estão em até quatro módulos, tudo o que já foi dito e não vou repetir.

A minha pergunta com toda a franqueza – e peço vênia ao meu querido Senador Irajá e já tive oportunidade de conversar com o Senador Fávaro: aquela evolução que foi feita na Câmara dos Deputados com pecuaristas, com gente do agronegócio, com gente ambientalista – vou insistir: não é meu sonho de consumo; por mim, eu ficava na lei de 2009 pelo menos até a gente titular 95% dos que estão esperando e que são os pequenos –, mas ali houve uma evolução. Ele volta para a MP 510 basicamente.

Então, eu não consigo, sinceramente, repito, máxima vênia ao querido Senador Irajá, eu não consigo entender, porque aquilo lá não foi feito – eu vou usar a expressão só para caracterizar – pelos bichos-grilos. Aquilo lá foi feito e discutido com pecuarista, discutido com gente que quer produzir, que é o que eu digo, é a coluna do meio, quer produzir racionalmente, pelo ambientalista que quer preservar racionalmente.

Então, só queria dar esse testemunho.

O Incra será nossa ferramenta. Quem vai dizer o que o Incra vai fazer é a lei que o Congresso Nacional vai aprovar. Por isso eu ia deixar esta pergunta, se é que o Incra participou, imagino que participou, da elaboração da 910 e depois da sua discussão, que foi feita até chegar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

à 2.633: qual é a opinião de Dr. Geraldo? Por que seria melhor a 910 do que, por exemplo, o 2.633?

Era só isso, Sr. Presidente, porque eu já estou indo para o aeroporto, mas vou continuar aqui atento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Nós que agradecemos, Senador Jaques Wagner, pelas suas colocações sempre centradas e muito positivas, principalmente com relação a esse tema de regularização fundiária.

Passo a palavra agora à Senadora Kátia Abreu, para fazer as suas colocações.

Há aqui a sua inscrição. Não sei se a senhora quer novamente.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Eu queria fazer algumas perguntas para a minha reflexão. Eu ouvi atentamente todos. E quero o material de todos, para que eu possa, de forma bastante lúcida e bastante tranquila, decidir sobre a minha posição.

Eu confesso que a minha preocupação tem várias vertentes. Eu gosto e defendo muito o direito de propriedade, o título das pessoas, a regularização, é claro, também, é óbvio, no sentido de as pessoas crescerem, mas tenho uma preocupação enorme com o desmatamento. Porque essa questão do desmatamento, que se pode regularizar alguns produtores, e são muitos dentro da própria região, mas, comparados ao restante do Brasil, o que é a maioria, nós não podemos deixar que um ato praticado em menos de 10% da agropecuária brasileira possa prejudicar 90% da agricultura deste País, no que diz respeito às exportações.

Então, nós temos que ter uma responsabilidade muito grande, porque eu não estou disposta a colocar em risco tudo o que nós conquistamos até aqui nesses últimos 40 anos. E eu disse para o Ministro do Meio Ambiente que eu prefiro sacrificar algumas convicções do que sacrificar a agropecuária brasileira. Então, nós precisamos ter muita lucidez, muita tranquilidade de encontrar esse meio-termo de titular aqueles que sinceramente... Olha, gente, são dignos da nossa compaixão! Uma pessoa estar, há muitos anos, num pedaço de terra e não ter um documento dela, é muito triste isso! Então, nós precisamos encontrar esse meio-termo.

Diretamente, a minha pergunta é: Geraldo Melo, a Ministra da Agricultura mencionou uma meta de 300 mil títulos nesses dois anos, junto com os Prefeitos. Eu queria saber se já existe convênio e quais são os recursos disponíveis para essa titulação desses 300 mil títulos? Qual é o planejamento disso? Em segundo lugar, eu queria que você pudesse dar uma explicação para esta audiência: quando que um assentado é dono de verdade da sua parcela? O que é ser dono de verdade da sua parcela? É ser legitimamente o dono. E quem é dono significa que ele pode ficar com ela, que ele pode vendê-la, ou que ele possa comprar mais delas? Como é que a lei explica isso? As pessoas precisam... Eu sinceramente sei como funciona, mas muita gente faz muita confusão sobre essas possibilidades. Por que eu fui assentado e tenho que ter um limite e um prazo para ter terra? Eu que não fui assentado pela reforma agrária tenho outra regra para ter o meu título? Isso independente dessas questões de mérito sobre o aumento do desmatamento, eu queria que você explicasse a diferença dessas duas leis para dois brasileiros com o mesmo tamanho de terra. Certo?

E por último, a terceira questão, para ver se nós chegamos, como disse o Jaques Wagner, se nós chegamos a um consenso mínimo com relação a essa questão? De que universo nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estamos falando, Geraldo Melo? Quantas pessoas você tem em mente? Quantas parcelas, na sua avaliação, deveriam e devem ser tituladas de assentamentos da reforma agrária? Quantas pessoas e quantos mil hectares? E, com relação a até quatro módulos, vamos fazer tudo até quatro módulos, os assentados e os não assentados: nós estamos falando de que, de qual quantidade? A Professora Cristina disse que 95% dos produtores estão na fila para ser titulados. Eu quero a sua confirmação – não duvidando da professora, que é uma grande advogada muito respeitada, mas você está com os instrumentos legais na mão, você tem a documentação, você tem o cartório na mão. Diga para nós o que significa esse universo e no que isso assusta?

E eu queria, para encerrar, Senador Acir, dar um número aqui muito interessante que o Vice-Presidente da República Mourão me deu agora numa audiência em que eu estive com ele.

Ele apresentou um plano para conter o desmatamento em janeiro, e esse plano o Ministro do Meio Ambiente não utilizou. Não me pergunte por quê. Mas é um detalhamento muito grande de como combater o desmatamento. Mas o que mais me chamou atenção nesse plano é que 11 cidades apenas – 11 – são responsáveis por quase 80% do desmatamento. Então, eu fiquei assim... O Vice-Presidente da República que me disse. Não foi nenhum ruralista e nenhum ambientalista que me disse isso; é o Vice-Presidente. Com certeza, esses dados ele pegou no Incra e pegou no CAR. Então, o que está acontecendo? Por que tanto transtorno e tanta dificuldade – e eu quero saber de verdade? Eu juro que eu imaginei, sob palavra de honra, que essa coisa estivesse mais pulverizada, incontrolável e numa centena de Municípios – 50 Municípios, 100 Municípios. Mas não, gente: 11 Municípios. Do que nós estamos falando? Eu estou simplesmente... Nós estamos nessa situação ridícula, temerária, de alto risco, por conta de 11 Municípios e de uma disputa do Ministério do Meio Ambiente com a Vice-Presidência da República, que estão disputando espaço, porque um é o Presidente do conselho e o outro é o Ministro? Nós, brasileirinhos, vamos pagar esse preço? Não, eu não acredito, Presidente Acir! Nós temos que tomar uma providência, chamar aqui o Mourão para ele apresentar esse grande programa – está aqui na minha mão; ele me entregou – de janeiro de 2021. E chamar o Ministro junto. O que foi que aconteceu? Qual é o segredo? E agora estão dizendo que precisam de um US$1 bilhão para conter o desmatamento e que, se os países lá fora não derem US$1 bilhão... E que não há desmatamento.... Entregue o serviço, porque eu sei quem dá conta de fazê-lo. Entregue, entregue, porque eu sei quem dá conta de fazer isto lá no Ministério do Meio Ambiente: conter o desmatamento em 11 cidades. Quem não tem competência não se estabelece.

Então, nós estamos falando de onze: sete, no Pará; um, se não me engano – o Geraldo Melo deve saber, não sei se ele sabe, mas está aqui no papel; não vou pegar agora –, parece que em Rondônia; outro, no Mato Grosso; um parece que em Roraima... Uma coisa assim, pulverizada, uma aqui, outra acolá. Sete no Pará... Tudo aglutinado na mesma região. Pelo amor de Deus, gente!

Então, eu proponho, Sr. Presidente, que nós possamos fazer em comum essa audiência pública com a CRE e com a Comissão de Meio Ambiente, Jaques Wagner, para que nós possamos debater esse plano de contenção do desmatamento para esses 11 Municípios, porque eu já propus ao Mourão que eu quero entrar nesse helicóptero, junto com o senhor – fiz esse compromisso – e Jaques Wagner, para visitarmos esses 11 Municípios e sabermos o que está acontecendo por lá. Qual é a tamanha dificuldade para controlar esse desmatamento, colocando em risco as exportações brasileiras?

Muito obrigada. São essas três perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia.

Só para confirmar, então, os nomes dos Municípios: no Pará, são Itaituba, Rurópolis, Portel, Pacajá, São Félix do Xingu, Altamira e Novo Progresso; no Amazonas, Apuí e Lábrea; em Rondônia, Porto Velho; e, em Mato Grosso, Colniza. São esses os 11 Municípios responsáveis por 80% do problema do desmatamento no nosso País, só para reafirmar o que V. Exa. muito bem colocou.

Passo a palavra agora à Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Acir Gurgacz; o Presidente do Incra, Dr. Geraldo Melo, o Professor Raoni Rajão, a Professora Cristina e o Professor José Benatti, pensem como foi produtiva essa audiência pública aqui, Acir, que só nos mostrou como é necessário a gente ainda debater esse projeto de lei que está aí, o 510.

A que conclusão cheguei aqui? Que a gente já tem 108 mil imóveis e que 96% desses imóveis são de pequenos, de no máximo quatro módulos, e que a lei, já existente, a nº 11.952 já resolve isso, como foi mostrado aqui por esses três especialistas nisso. Isso nos deu um norte, para mim.

O que a gente quer dizer? Ninguém... Eu não sou contra a regularização fundiária, mas isso é uma parte social, como foi falado aqui, o próprio Governo Federal estimulava nordestinos, a todos irem para a Amazônia, em 2008, e foi aumentando. Então, eu acredito que a gente deve... O que está faltando não é mudar a lei, não é criar uma nova lei, é fazer essa regularização fundiária, apesar de ser mostrado aqui que não vai impedir o desmatamento totalmente, mas precisamos equipar o Incra e todos para fazer a fiscalização. Sem fiscalização a gente não vai sair de lugar nenhum.

Então, um, não é necessário criar uma nova lei, podemos fazer a regularização fundiária de 96% daqueles que têm a terra – a grande maioria, em 2008, já tinha, quando foram mudados os anos – e, depois, não está faltando lei, está faltando fiscalização. Se a gente aprovar essa nova lei, sem fiscalização também não chegaremos a nada.

Então, somos a favor da regularização fundiária, mas não precisamos mudar a lei, como foi provado, e essa audiência provou para o Brasil e para a gente aqui que precisamos, sim, discutir esse tema com todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Senadora Zenaide Maia.

Agora, com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizar, mais uma vez, à Comissão e a V. Exa. por promover mais essa audiência tão importante para todos os brasileiros. Aliás, metade da população brasileira mora em áreas irregulares, seja na área urbana, seja na área rural.

Não acompanhei todas as apresentações porque eu estava participando, concomitantemente, com a reunião do Covid daqui, do DF, mas eu queria dizer que, primeiro, já coloquei por escrito as minhas manifestações para o Relator e algumas sugestões, mas eu queria fazer mais um apelo.

Estou vendo aqui o Geraldo, do Incra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há um mês nós tivemos uma audiência, nesta mesma Comissão, com a Ministra Tereza, minha amiga e nossa colega, competente por sinal e, depois, na sequência, tivemos uma outra audiência passada com alguém também do Incra.

Eu quero aproveitar e reafirmar mais um pedido aqui. Eu sei que, quando se fala em regularização, todo mundo pensa na Amazônia, mas no DF não é diferente: a metade da população aqui mora em áreas irregulares. E nós chegamos a entregar as escrituras, aliás, os títulos. Pessoas que esperavam há 40 anos, 50 anos começaram a receber os títulos. E, com a mudança do sistema, nós entregamos aí pelo menos uns 500 títulos. E há 1.500 prontos. Uma questão burocraticazinha, uma informática, porque desativaram o sistema anterior, e o sistema atual não tira os títulos de regularização fundiária, aqui da SR 28, que é a área do DF, de Goiás e de Minas... E há mais de um ano que as pessoas cobram, porque o vizinho recebeu e o outro não recebeu. Então, as pessoas estão achando que há algo errado, e não há. É uma questão burocrática, é o sistema que não aceita rodar; e o anterior foi desativado.

Então, eu faço um apelo ao Geraldo – viu, Geraldo? Já falei. A ministra disse que ia tomar as providências, o menino lá da regularização também. Mas o tempo está passando e há mais de um ano. Eu vou para a rua e sou cobrado a toda hora: "Izalci, como é que você entrega aqui do lado, e o meu não me entregaram?", como se eu fosse o culpado desse negócio. E olha que eu fui ao presidente da Comissão da MP, da medida provisória. E o Temer, quando lançou a medida, tinha um único objetivo, único, e com o qual eu concordo plenamente: titularizar. Aqui em Brasília, gente, não é possível, nós temos o PAD/DF, que é um assentamento empresarial quase, maior. Foi criado em 1972. Aqui não é do Incra, não, viu, Geraldo? É daqui, do DF. Os caras querem cobrar agora a preço de mercado. Isso aqui não valia nada. Vocês que são da área sabem que o Cerrado antes da Embrapa não valia nada. Os produtores fizeram um sacrifício danado e, agora, os caras querem cobrar R$25 mil, R$30 mil. É brincadeira!

Então, vamos passar o título para todo o mundo, gente. Depois a gente resolvi isso, porque há gente que já morreu na esperança de ter um título. Ninguém financia nada, ninguém investe nada porque não tem o título.

Esse é o apelo que eu faço, Senador Acir.

Agradeço e parabenizo mais uma vez por esta reunião que tenho certeza vai gerar a aprovação desse projeto, com os ajustes necessários, para ficar uma boa lei.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Um abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Agora passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, tudo o.k., não é? Eu estou aqui em trânsito também. Estou indo para o aeroporto para chegar hoje em Brasília. Já participamos hoje pela manhã da reunião da Covid, depois tivemos mais duas reuniões. E, olha, esse tema também é extremamente importante para toda a Amazônia, eu diria, para toda a Amazônia Legal, e para o meu Estado, Mato Grosso, também. Um dos Municípios citados aí é Colniza. Mas é importante dizer que Colniza é o maior Município do Mato Grosso. O segundo é Juína. E Altamira é o maior Município do Brasil. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

isso também tem que ser analisado, a questão do tamanho, da proporcionalidade, inclusive, da relação de influência, Sr. Presidente. Olha, hoje, nós temos aqui a BR-174, que liga Juína a Colniza, Juína a Vilhena. Nós conseguimos federalizar essa BR. Ela é extremamente importante para que a gente possa promover o desenvolvimento sustentável, porque uma região também abandonada com certeza sofre muito mais a deterioração.

Então, eu creio que essa questão da regularização fundiária é o melhor bem que nós faremos para o Brasil. Para o meu Mato Grosso, com certeza, representará a maior revolução econômica e sustentável deste Estado, visto que nós temos aqui 80 mil famílias que vieram para cá, como a população de Rondônia, acreditando no chamamento de integrar a Amazônia para não a entregar. Essas famílias, que estão aí há 30, 40 anos na terra, não têm o documento para trazer legitimidade à verdadeira cidadania. O pai, a mãe chefe de família quer deixar a sua propriedade documentada para a sua família, mas, além disso, também é o acesso ao crédito e condições para poder produzir mais e gerar mais riqueza.

No meu Mato Grosso, nós falamos de boca cheia que temos o maior rebanho bovino, a maior criação de aves e somos um dos maiores exportadores do Brasil e do mundo, mas, quando temos também que importar alguns produtos hortifrutigranjeiros de Goiás e de São Paulo, isso nos envergonha, porque é a demonstração de que o pequeno produtor precisa muito de apoio, e o principal apoio é documento e crédito, claro, com a pesquisa também e a comercialização.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero aqui apoiar todo o projeto, o Irajá, o nosso Senador Carlos Fávaro e todos os membros da Comissão, que estão trabalhando de forma muito forte. Nós também trabalhamos quando da aprovação daquela medida provisória, e V. Exa. sempre foi um lutador por essa área também da regularização fundiária.

Então, como todos já falaram aqui, além da regularização fundiária rural – o Izalci colocou aí –, a regularização fundiária urbana é outro avanço e uma necessidade que temos que fazer para exercer a verdadeira cidadania.

Então, eu aqui parabenizo mais uma reunião sob sua Presidência, que tem conduzido muito bem, principalmente, um tema como este. Falando de pandemia, claro que nós temos aí que o foco hoje é salvar vidas, é vacina, vacina e mais vacina, mas também é emprego, geração de emprego acima de tudo. Uma família no campo produzindo custa muito menos socialmente para o País, já uma família numa periferia grande de uma cidade grande, com certeza, os impactos sociais são muito maiores.

Então, é isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos e boa semana com muito trabalho.

Eu agradeço a V. Exa. e a todos os Senadores que aprovaram, por unanimidade, o nosso projeto de lei, que autoriza as indústrias de saúde animal fabricarem a vacina contra o coronavírus. Portanto, é, mais uma vez, o agro salvando o Brasil.

Um grande braço!

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Passo a palavra agora ao Senador Jean Paul, que é o nosso último inscrito; depois, nós ouviremos as respostas do Geraldo, do Incra, às perguntas feitas pela Senadora Kátia.

Senador Jean Paul Prates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Mais uma vez, esclareço – isso também no início desta audiência foi trazido – que aqui se tratam de regularizações e não de reforma agrária.

Mas, dito isso, eu também, como a Senadora Zenaide, estou muito feliz com a audiência, porque, sem dúvida nenhuma, me esclareceu todas as dúvidas e me coloca uma necessidade de sermos, de fato, transparentes em relação a quem são os beneficiários, qual é a razão e, especialmente, qual é a urgência.

É isto que eu quero perguntar aos convidados, com uma resposta rápida, talvez, de dois ou três: qual a urgência de se aprovar esse projeto, já que não restou a menor dúvida de que ele está vinculado especificamente a quem ultrapassou o marco temporal de 2011 e cometeu ilegalidades ao invadir e desmatar depois que uma lei regulamentou processos que tinham sido incentivados em políticas, erradas ou não, do passado? Há outro grupo: quem já tem terras e/ou já foi beneficiado por legalizações ou titulações. Por que a urgência de ter esse grupo aduzido? Outro grupo – e eles não são excludentes – é o de grandes áreas que representam 5% da base cadastral do passivo que o Incra tem a tratar ainda, portanto grandes lotes, quando – isso eu quero confirmar – todos aqui disseram que 95% ou mais já podem ser titularizados pelas leis e decretos vigentes. Então, se nós temos um passivo gigantesco e se 95% ou mais podem ser titularizados de acordo com a lei vigente, qual é a pressa de resolver os outros 5%, que são de terras maiores?

Por fim, há quem cometeu infrações ambientais. Dentro de um novo conceito que essa lei passaria a alargar, isso sujeitaria a gente a uma espécie de prisão de última instância, ou seja, um processo administrativo só seria considerado infração ambiental dez anos depois de o processo administrativo terminar – a gente sabe que isso leva tempo –, depois que fosse, então, caracterizada essa infração ambiental, sem nenhuma condição de reverter o dano ambiental, porque, passado tanto tempo, já era!

Portanto, é um processo que, claramente, sem dúvida nenhuma – mais uma vez, fico sem dúvida nenhuma –, estimula a concentração fundiária, a continuidade das invasões e, por último, o próprio conflito agrário. E isso se dá em plena pandemia, com 400 mil mortos ou mais.

Eu não entendo qual é a urgência disso, qual é a razão de não estarmos discutindo, em vez disso, um belo orçamento confortável para o nosso amigo Geraldo, conterrâneo do Rio Grande do Norte, trabalhar competentemente, como está trabalhando, nos instrumentos que vão ajudar a fiscalizar, a executar e a tratar desse passivo de 95% dos pleitos, que já podem ser tratados através dessa lei.

Então, a dúvida, na verdade, é: por que estamos aqui, urgentemente, passando esse projeto em revista já que temos um passivo a dar conta que pode ser tratado perfeitamente com a regra em vigor?

Era isso.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Nós é que lhe agradecemos, Senador Jean Paul.

Eu passo a palavra agora ao Presidente do Incra, Geraldo, para responder o questionamento da Senadora Kátia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** (Para expor.) – Eu queria começar respondendo ao Senador Jean Paul e lhe agradecendo, porque a gente está aceitando o belo orçamento.

O Senador Jaques Wagner também tinha feito uma pergunta, mas ele saiu da reunião.

Senadora, eu não sei se posso colocar um quadro na tela.

Presidente Acir, eu não sei se eu posso colocar um número aí na tela.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pode enviar. Nós abriremos aqui imediatamente.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Ela perguntou sobre o total da... Bom, eu queria só colocar isso.

Prof. Raoni, você me perdoe pela minha discordância. Em outras oportunidades, eu já externei... Inclusive, o Deputado Zé Silva já me trouxe esse número, esse famoso número de 95% que o estudo do senhor mostrou a respeito das parcelas para a regularização fundiária. O seu número, na verdade, foi buscar as parcelas dentro de uma área no *site* do Incra que chama Acervo Fundiário, que é carregada a partir de dados dos Municípios e dos Estados e do próprio Incra e que reúne todo tipo de parcela, desde áreas comuns de assentamento, pedaços de estrada, parcelas de regularização, tudo isso. Mas ele não é o acervo de regularização fundiária em tramitação no Incra. Que isso fique claro! O acervo em tramitação no Incra para regularização fundiária é o que está dentro do Sigef Titulação e é o acervo recebido desde lá de trás, atualizado, do Programa Terra Legal.

Esse Acervo Fundiário tem 109.470 parcelas e tem 15 milhões de hectares. Os números são bastante distintos. O que não muda, para que fique claro, é um fato: 88% das parcelas – e segue sendo um número expressivo – têm até quatro módulos fiscais. Não são 95%. Então, quero só que isso fique claro. Oitenta e oito por cento das parcelas que estão na base do Incra com processo em tramitação de regularização fundiária – não são 95% – têm até quatro módulos fiscais. Esse é o número correto, oficial. Eu conversei isso com o Deputado Zé Silva mais de uma vez e falei isso, inclusive, outras vezes. Alguém do ministério chegou a falar com o senhor, e eu disse isso. O dado é esse.

Respondo à Senadora Kátia. A Senadora Kátia perguntou qual seria o universo, porque precisávamos saber qual seria esse universo.

A gente fez um exercício, Senadora. Eu queria só que vocês entendessem que há uma diferença... E lá vou eu cair de novo na tentação de falar de assentamento e de regularização fundiária. Quando a gente fala de parcelas de assentamento, sempre é um público para quem é mais fácil a gente explicar, porque é um número...

Não sei se vocês estão vendo minha apresentação, a página aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Estamos vendo, sim.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Então, quando a gente fala de assentamentos, é sempre um número mais fácil. É um local certo em determinado lugar, um imóvel do Incra ou da União que foi trazido ou desapropriado pelo Incra, com x lotes lá dentro, com x famílias que foram colocadas ali dentro. Então, você sabe exatamente quantos são os lotes, quantas são as famílias, onde elas estão, e você tem o controle sobre aquela quantidade de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, especificamente hoje, a gente tem uma demanda para regularização de pouco mais de 600 mil lotes, 650 mil lotes, que precisam ser regularizados em assentamentos, dentro da Amazônia Legal, com uma média de área – Senadora, eu tentei anotar aqui suas perguntas, mas não sei se anotei tudo – de 53 hectares e, fora da Amazônia Legal, de 40 hectares por lote. Esse seria o universo em assentamentos.

Na área da regularização fundiária, a gente tem este número de 109 mil parcelas, mas não necessariamente você tem o controle exato de todas as pessoas que estão lá, porque, eventualmente, essas pessoas que estão lá não entraram com processo dentro do Incra por desconhecimento ou porque não tiveram interesse ou por qualquer motivo que tenham ou porque eventualmente não têm direito a isso. Então, a gente não tem como precisar exatamente quantos seriam os lotes de regularização fundiária, mas a gente tem como fazer uma estimativa. Quero só explicar a diferença, porque há eventualmente uma família ribeirinha que está em determinado lugar e que nunca procurou o Incra atrás de regularização fundiária. Em que pese ter esse direito, ela nunca o procurou, e esse dado não está registrado.

A partir de cruzamentos dessa informação do Incra sobre esses 109 mil processos, com informação de CAR, fora de parcelas com processos no Incra, mais pontos do Censo do IBGE, que demonstram a presença daquelas pessoas ali, nós chegamos a um número. Então, o número de 109 mil está contido nos 166 mil. Esse número é uma estimativa. Esse número não é um número preciso. Este aqui é o número de parcelas a que nós chegamos, 166 mil parcelas, e – isso varia muito pouco, o percentual praticamente se mantém – 88,4% dessas parcelas teriam até quatro módulos rurais.

Eu vou aproveitar para fazer também uma... Desculpem-me! Fora da Amazônia Legal, estima-se um público de 158 mil imóveis para regularização fundiária. Aí são imóveis menores. Eu tinha feito aqui até a conta da área média desses imóveis e perdi a conta; desculpem-me, mas terei que dividir de novo. São 2,9 milhões de hectares para regularização. Há uma concentração grande no Paraná, na Bahia, um pouco em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que seriam fora da Amazônia Legal. Isso ocorre em outros Estados também, mas há uma concentração nesses Estados.

Só quero dar uma resposta. De certa forma, este é um questionamento que perpassou algumas das colocações que foram feitas tanto pela Senadora Kátia, quanto pelo Senador Jaques Wagner, quanto, agora no final, também pelo Senador Jean Paul: por que seria importante buscarmos algum tipo de compatibilização eventual entre as políticas?

Lá atrás, quando se discutiu a Medida Provisória 910... Eu queria repetir algo que eu já disse na apresentação lá atrás. Repito: o Incra é somente executor da política. Do que for definido, compete-nos apenas trabalhar na execução. A questão nossa basicamente é a questão do mosaico. Nós temos aqui... Vamos nos voltar para o quadro da esquerda, que são os processos que estão efetivamente dentro Incra. Nós temos dentro do Incra 15,8 milhões de hectares em área com solicitação de processo de regularização fundiária. O que nós temos autorização para trabalhar de maneira... Desculpem, mas não é processo simplificado; processo simplificado é outra coisa. Falo de vistoria remota. São coisas distintas. Processo simplificado é feito em até um módulo. Nós estamos falando de cerca de 40% da área. Por mais que sejam 88% das pessoas, nós estamos falando em 40% da área, 39% da área.

Por que é importante que os Senadores e o Congresso Nacional avaliem isso e decidam? Por um motivo: se a gente está partindo do princípio – isto é questionável, e cabe ao Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

essa discussão – de que regularizar essas pessoas, conhecer essas pessoas que estão ocupando essa terra é algo importante inclusive pelo aspecto ambiental, essa política de procedimento de vistoria simplificada só cobrirá 40% desse mosaico a ser coberto. O restante todo, os outros 60%, continuará pendente do processo de vistoria presencial. Esse era o argumento da alteração do marco do número de módulos, porque, com isso, você subia – vamos para o quadro da direita – para próximo de 80% do total da área, que poderiam ser agilizados nesse processo dessa forma.

Lembramos que a titulação não é automática a partir do sistema. Há uma série de requisitos que fazem com que o processo volte a um processo de necessidade de vistoria presencial. Então é isso. Essa é a diferença básica.

Era essa pequena diferença no número que eu queria colocar, professor. Nós não batemos na nossa informação de números e do porquê, do motivo de um eventual ganho de eficiência no processo com a mudança do número de módulos. Aqui atrás, do lado, já se está inclusive com o corte de quatro a seis. Eu peço perdão, porque, no quadro da direita, não está feito de quatro a seis. Quatro a seis é o corte do PL 2.633, da Câmara.

Senadora, a outra pergunta, se eu não me engano, é sobre a questão das diferenças dos processos de reforma agrária e de regularização fundiária.

Acho que eu posso parar aqui o compartilhamento.

No processo de reforma agrária, você primeiro tem... Primeiro, voltando, a gente tem uma limitação do tamanho da área. A área dentro dos assentamentos é uma área... Os lotes são menores. E, mesmo quando há eventuais aquisições dentro desses assentamentos entre esses assentados, há um limite de regularização. Ninguém pode ultrapassar os quatro módulos, ou seja, as pessoas não podem crescer além desse tamanho, enquanto, na regularização fundiária, o limite seria de 2,5 mil hectares.

O pessoal da reforma agrária especificamente tem a política...

Desculpe! Engasgou aqui. Minha apresentação travou aqui.

Ambos têm que fazer a parte de comprovação de cultura. Todos têm que comprovar a posse.

Agora, na questão do público nosso de reforma agrária, o nível de exigência da qualificação... Nós estamos falando basicamente de um programa social, e há uma exigência desse enquadramento diferente, porque a Lei 8.629 exige coisas distintas do que é disposto na Lei 11.952.

Então, quando você titula um assentado, a partir do momento em que você emite o título provisório, vamos dizer assim, que é o CCU, ele tem que ficar mais dez anos naquele assentamento, para, só então, ele poder, se ele não for ficar na terra, mesmo que nesse intervalo se emita o título definitivo, se desfazer legalmente daquela terra.

No caso da regularização fundiária é a mesma coisa: você vende a terra, você regulariza essa terra. Ele tem um prazo de carência mínimo de três anos, ele pode quitar com três anos, mas continuam se aplicando sobre essa pessoa, durante dez anos, as demais cláusulas resolutivas, não mais as financeiras se ele tiver pago. Mas, durante dez anos, ele segue tendo aplicadas sobre ele todas as demais cláusulas resolutivas. Só então ele pode vender e não pode ser beneficiário novamente da política pública. E o assentado, hoje, tem um intervalo que 15 anos para poder ser beneficiado novamente pela política. Então, há algumas diferenças. Não sei se eu consegui responder tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Izalci, a quem acho que não respondi. Não sei se é para responder a todo mundo de uma vez, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sim, é para responder a todos.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Desculpe-me.

Senador Izalci, na sexta-feira nós tivemos uma reunião, aqui, com o Diretor Humberto e foi autorizado ele entrar em contato com o Superintende Igor, aqui da Superintendência Geral do Distrito Federal e pedir a ele para transferir, inclusive, para a sede os processos para a gente fazer emissão direta aqui pela sede, já que se estava tendo dificuldades com o sistema.

O que é que acontece? No nosso contrato com o Serpro, nós estamos fazendo a... O Serpro está internalizando todos os sistemas do Incra, internalizando um a um. Cada sistema do Incra era feito em um lugar, em uma parceria diferente, com um órgão diferente. Então, nós estamos internalizando um a um. Neste momento, está sendo internalizado o Sigest Titulação. Então, nós estamos exatamente na janela em que o Sigest Titulação está sendo internalizado. Eu não consigo, neste momento, mexer nele. Então, o que é que a gente vai fazer? Vai puxar para cá e emitir. Eu disse a ele: nem que você pegue uma máquina Olivetti e datilografe aí os títulos, checando os processos – obviamente, isso aqui é só uma brincadeira, pessoal. Mas eu pedi a ele para internalizar para cá os processos e ver como é que a gente agiliza para atender o Distrito Federal da maneira mais rápida possível.

Eu acho que era isso.

Não sei se eu respondi a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado ao Geraldo.

Indago aos Senadores e às Senadoras se alguém gostaria de fazer alguma colocação.

A Senadora Kátia com a palavra.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada pela resposta, Presidente Geraldo.

Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta bem simplificada. Sobre essa coluna até 4 módulos fiscais: a lei que temos hoje é suficiente para regularizar 88%? Segunda pergunta: a legislação atual é suficiente para regularizar, também, até 15 módulos? Ou não? Só os 88%? Daria para regular mais os 9,7 dos médios produtores, que são de até 15 módulos, a mesma lei, sem alterar? Se você me responder que tem que alterar, há alguma coisa específica que mudaria e nós regularizaríamos, então, 70, 80% da área e das parcelas quase 90?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – O Geraldo com a palavra, depois o Senador Jean Paul.

Vamos ouvir o Senador Jean Paul primeiro, Geraldo? Talvez ele tenha uma pergunta para o senhor e fique mais fácil.

O Senador Jean Paul com a palavra.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – A minha pergunta, na verdade, complementa a dúvida da Senadora Kátia. Eu fiquei com a mesma dúvida. Eu saí daqui sem dúvida nenhuma, agora o Geraldo falou um pouquinho me deu essa duvidazinha. É o seguinte: você justificou... Vou fazer de outra forma, porque a minha dúvida é um pouquinho diferente, mas vai na mesma esteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, 88, vamos segurar esse número de 88 como número oficial, 88% das parcelas, e até quatro módulos fiscais, e aí, dizendo: bom, vamos completar o mosaico com o resto da área. Mas se, para completar o mosaico, a minha dúvida é, bastaria mudar, colocar os 2,5 mil hectares, por que, então, a gente está mexendo na questão ambiental, na simplificação da autodeclaração, na questão de o beneficiário poder vender, no direito de preferência, colocando direito de preferência, dispensa de taxa? Todas essas atividades, todas essas dispensas, mudanças nessa lei são necessárias para fechar o mosaico, para completar o álbum de figurinhas aí que você tem no seu mapa ou apenas a mudança para 2,5 mil hectares seria suficiente e a gente poderia eliminar o debate disso tudo, já que a gente está tentando aqui, justamente, convergir para alguma coisa que seja, realmente, o necessário durante o período de pandemia, neste momento agora, para que o seu trabalho se desenvolva bem?

Essa é a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Com a palavra Dr. Geraldo, Presidente do Incra.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** (Para expor.) – Senador, Senador, Senadora, o que a gente tem de legislação hoje até quatro módulos, somado ao que foi colocado via Decreto 10.592, permite que a gente faça o processo de titulação da maneira que a gente espera poder fazer.

O atraso que a gente está tendo hoje é o atraso da mudança de sistema. Eu até costumo dizer que adoraria ter essa mesma discussão com o sistema rodando, porque era muito mais fácil e eu já estaria dando para vocês qual era o ritmo em que nós estávamos trabalhando nisso tudo.

Então, assim, até quatro módulos, a legislação atual existente é suficiente. Qual é a grande mudança de quatro para quinze ou de quatro para dois e quinhentos? Eu, mais uma vez, não vou entrar no mérito da discussão. É, simplesmente, você permitir que se aplique a mesma metodologia de sensoriamento remoto para o restante das áreas e agilize o processo da mesma forma, porque você amplia essa área atingível a partir da utilização da tecnologia. E não fica a pendência de 60% da área serem feitos, aguardando que vá ser feito algum tipo de vistoria presencial. Em tempos de limitações orçamentárias, limitação de pessoal, limitação de pandemia, limitação de tudo isso, até que você consiga terminar esse serviço vai ser algo bastante demorado.

Então, se você conseguir concentrar isso para as exceções identificadas via sensoriamento remoto, e eu antecipo que, nas experiências que a gente tem feito, rodando dentro do sistema, identificam-se, sim, várias exceções e essas exceções que estão sendo identificadas vão instruídas, porque isso é outra das coisas que pouca gente notou na mudança do Decreto 10.592, que nós estamos fazendo sensoriamento remoto de todas as áreas, nós estamos fazendo de todo mundo... Por exemplo, mesmo as áreas que vão para vistoria, o vistoriador leva um relatório de sensoriamento remoto, como apoio para sua vistoria de campo. Isso não existia antes; ou seja, nós estamos tentando ajudar para que o processo seja mais ágil.

Então, assim, objetivamente, Senadora, e Senador – desculpe –, a mudança de elevar o total de módulos, para 15 módulos, para 2,5 mil, de acordo com a decisão do Legislativo, sem dúvida nenhuma, é algo que, não no número de parcelas, mas no percentual da área a ser atingida, teria um impacto significativo, sim, na velocidade e na eficiência desse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As outras cláusulas, os outros assuntos, Senador, eu acho que são parte da discussão que os senhores estão tendo aí. Eu entendo que parte deles – e sem querer entrar no mérito, e juro que eu tento não entrar nesse mérito –, parte de algumas dessas inclusões, em que pese... Respeitando a opinião do contraditório, dos professores que estão participando, eu entendo que parte das coisas que estão sendo questionadas estão sendo colocadas de uma maneira que agrega às políticas que estão sendo feitas.

Por exemplo, boa parte dos pontos ambientais que estão sendo colocados, na prática, são repetições, são a elevação à lei do que está previsto no decreto. Então, na prática, é içar à lei o que está posto no decreto. E foi posto no decreto porque caiu a medida provisória.

Então, se eventualmente é preciso de algum ajuste – e foram listados aí pelos professores alguns desses itens –, é a discussão dos Srs. Senadores e, no momento adequado, dos Deputados. Mas eu entendo que as colocações, em especial as ambientais, em especial as questões dos requisitos, várias delas eu acho que agregam à segurança do processo. Mas, de novo, o Incra é somente o executor; e, de novo, Senador Jean Paul, eu gostei muito daquela ideia do "belo orçamento".

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. Geraldo.

Passo a palavra, agora, ao nosso Relator, Senador Carlos Fávaro.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT. Como Relator.) – Boa tarde ao Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz; aos demais Senadores que estão presentes a esta audiência pública; a todos os professores que aqui participaram e trouxeram as suas colaborações; também ao Sr., Geraldo Melo Filho, Presidente do Incra; enfim, a todos que estão, de modo tão relevante, preocupados com esse assunto, a regularização fundiária.

Eu me dou por muito satisfeito com esta audiência pública, que esclareceu muitos pontos que se faziam necessários para eu já concluir, entre amanhã e depois de amanhã o relatório e, assim, poder compartilhá-lo com os colegas.

Com relação às mais de 98 emendas sugeridas, se não me engano, pelos colegas também, esse tempo foi muito importante para acolher as sugestões. Vou acolher – ouviu, Jean Paul? – muitas das sugestões de emendas que aperfeiçoam, que trazem segurança jurídica ao texto e que venham garantir o principal ponto desse projeto, que é a regularização fundiária, mas com a preservação ambiental estando garantida. Ninguém vai flexibilizar, em hipótese alguma, a questão ambiental. E também não serei complacente com grileiros de terra. Isso não faz parte.

Contudo, avançar na regularização fundiária, como disse bem e ficou claro para mim na explanação do Geraldo Melo Filho, e também ampliar o aspecto territorial, a quantidade de pessoas e de terras a serem regularizadas com um incremento de um pouco mais de áreas passíveis nessa flexibilização da legislação, mas sem, em hipótese alguma, nós entrarmos no mérito de corrermos o risco de o Brasil ser levado a uma vala comum de passar a mão na cabeça de criminosos ambientais e grileiros de terra.

Por isso, me dou por muito satisfeito com as colaborações; com todos os colegas: a Senadora Kátia Abreu, que é uma conhecedora do assunto, já foi Presidente da CNA, de sindicato rural, da federação de Tocantins...

Hoje de manhã, eu tive na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, aqui no Estado de Mato Grosso, também ouvindo esses pequenos e médios produtores que sofrem, também ouvindo os seus posicionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Enfim, com tudo isso que foi ouvido nessa audiência pública de dois dias, na quinta-feira e hoje, mais as pessoas, mais as contribuições dos colegas Senadores com as suas emendas, tenho certeza de que nós vamos apresentar um bom texto ao Plenário e nós vamos avançar com a regularização fundiária neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Eu entendo que nós estamos caminhando até para um possível acordo com relação ao PLS 510. Tudo aquilo que nós ouvimos hoje nos fortaleceu bastante, nos iluminou bastante para que a gente possa chegar a um consenso com relação a esse relatório.

Eu faço uma proposição ao nosso Relator para que a gente possa, antes de concluir o seu relatório, fazer uma reunião com Jean Paul, com o Geraldo, do Incra, junto conosco, para que a gente possa construir um acordo, para que a gente possa levar um relatório de consenso para a votação. Essa é a melhor coisa que pode acontecer com relação a um tema tão importante e tão polêmico como é a regularização fundiária.

O que ficou bem claro é que todo mundo é a favor da regularização fundiária, todos somos a favor, todos queremos dar o título definitivo para que o nosso agricultor possa ter acesso ao Pronaf, possa ter acesso a empréstimos e à assistência técnica oficial. Então, é um tema da maior importância.

Como nós fizemos na época da reforma do Código Florestal, quando tivemos um amplo debate e conseguimos levar um texto que era de consenso de todos e conseguimos aprovar talvez não aquilo que fosse o ideal para o momento, mas aprovamos o que foi possível e melhoramos muito para o agricultor brasileiro... Então, eu entendo que, da mesma forma, nós podemos fazer essa reunião e tentar um relatório de consenso.

Então, deixo aqui essa ideia, Senador Jean Paul, para que o nosso Relator também possa sentar junto conosco e fazermos essa avaliação, junto com o Geraldo e mais algum Senador que queira participar. É claro que será uma honra, porque todos querem dar a sua parcela de contribuição para que a gente possa avançar nesse tema de regularização fundiária no País, principalmente na Amazônia – e eu puxo aqui a brasa para a minha sardinha, preocupado com o nosso Estado de Rondônia também.

Vamos fazer uma rodada simples, apenas para as considerações finais dos nossos convidados.

Passo a palavra, para as suas considerações, ao Professor Raoni Rajão.

**O SR. RAONI RAJÃO** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Acir.

Então, só em termos talvez de encaminhamento, mais do que de resultado final, sabemos que, para poder fazer política pública de qualidade, nós precisamos de dados de qualidade. E na altura que realizei esse estudo, que tenta compreender quem são, de fato, os beneficiários, na época da MP 910, o dado disponível era esse nas parcelas no sistema do acervo do Incra.

Fiz uma análise criteriosa, inclusive consultando ex-servidores, ex-diretores, ex-presidentes, inclusive servidores atuais do Incra, de modo a compreender aquela base e filtrei da melhor forma possível. Tanto é que eu cheguei à base de maio do ano passado a 107 mil imóveis, e o senhor agora mostrou 109 mil. Então, assim, de certa forma, as ordens de grandeza estão ali. A soma, um pouco diferente, de 96% e de 89%, eu já sabia, já tinha me sido apresentado para ver essa diferença. Fiz um requerimento pela Lei de Acesso à Informação, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

chegou para o senhor, Sr. Geraldo Melo, no Ofício 40.740, pedindo esses dados, mas foram negados.

Então, assim, eu só posso fazer... Inclusive, parcelas em regularização, que era a fonte de dado original, foi retirado do ar também. Hoje, não se encontra mais no *site* do Incra. Então, até fica a sugestão para os Srs. Senadores, se puderem, por exemplo, requerer ao Incra o acesso a essa base, até a gente ter uma conversa mais direta com os técnicos, porque acho que o princípio base da análise de dados da ciência é a reprodutibilidade. Aí nós vamos descobrir onde é que está o ponto. Pode ser que tenha algum problema aqui, enfim. É normal.

Eu acho que importante, porém, é a gente avançar em cima de resultados sólidos e transparentes, porque um tema dessa importância merece as melhores informações possíveis.

É isso. Agradeço pela oportunidade.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença, professor, num debate tão rico, tão importante, nesta tarde de segunda-feira, na nossa Comissão da Agricultura, sobre esse tema de regularização fundiária.

Passo a palavra à Professora Cristina Lopes, para as suas considerações.

**A SRA. CRISTINA LEME LOPES** (Para expor.) – Obrigada!

Eu queria dizer, independentemente de o número ser 88% ou ser 95% – eu falei esse número 95%, porque foi o número ao qual eu também tive acesso, foi um estudo que foi publicado –, 88% ainda é muito alto.

E fiquei muito feliz de saber que a pergunta da Senadora Kátia Abreu foi respondida por um sim: sim, podemos hoje fazer regularização que desejamos com a legislação atual.

E sobre a pergunta seguinte, se a gente consegue fazer a regularização dos demais, seja até 15 módulos fiscais ou até 2,5 mil hectares, com a legislação atual, a resposta objetiva também é sim. O próprio Presidente do Incra falou: a gente está usando o sensoriamento remoto para todos. A gente vai com o laudo na vistoria. Ou seja, isso é ótimo! Então, é possível. "Ah, é mais fácil não fazer vistoria." Pode ser mais simples, mais fácil. É óbvio que a vistoria requer um deslocamento, uma equipe, alguma coisa nesse sentido, mas ela traz mais garantias que o processo seja mais claro, mais limpo, mais transparente e a gente evita fraude. Então, de novo, a resposta é sim. A gente vai usar as tecnologias de sensoriamento remoto e vamos usar vistoria para garantir um processo melhor possível.

Então, eu queria dizer, por fim, que a diferença de legislação que o PL traz em termos de salvaguardas ambientais é diminuir as salvaguardas, porque parte do que ele traz é levar à lei o que está previsto no decreto, mas ele traz essa limitação na definição de infração ambiental que, na prática, limita completamente essa regra, que já é uma regra fraca do ponto de vista de proteção ambiental. É isso.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Professora Cristina. Agradecemos muito a sua presença conosco nesta tarde de hoje.

Com a palavra o Professor José Benatti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**O SR. JOSÉ HEDER BENATTI** (Para expor.) – Mais uma vez, eu gostaria de agradecer o convite para participar desta rica exposição, com debate claro, transparente, com dados e discussões de interesse de todos.

Eu só levantaria uma questão que passou ao largo do debate e que é fundamental quando se preocupa com a proteção da Amazônia, com a diversidade de sujeitos sociais e com o reconhecimento desses direitos da terra. Qual é? No art. 8º da lei atual, a Lei nº 11.952, está muito genérico. Como eu disse, é o seguinte: o primeiro pressuposto é que nós estamos discutindo regularização fundiária. É tipo assim: vamos acessar um bolo que é disputado por diferentes concepções e visões – e o bolo é o mesmo. A pergunta é: quem é que vai chegar primeiro ao bolo? É esse tipo de disputa que o projeto de lei vai criar? Nós esperamos que não, porque senão ela acaba privilegiando quem tem mais capacidade econômica do que capacidade de necessidade. E o art. 8º diz lá:

> Em caso de conflito nas regularizações de que trata este Capítulo, a União priorizará:
> I - a regularização em benefício das comunidades locais, definidas no inciso X do art. 3º da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, se o conflito for entre essas comunidades e particular, pessoa natural ou jurídica;

Mas, veja bem, ele é um artigo passivo, ou seja: caso o conflito surja. E a pergunta é: como é que o conflito vai surgir se não tenho levantamento de campo da informação? Se quem está querendo aquela área – o grupo social, as pessoas, os indivíduos, a família – não conseguiu acessar uma fonte pública de consulta oficial, como é que esse conflito aparece? Não aparece.

Então, talvez, nós temos que buscar um ponto de consenso em que haja transparência antes da definição. Quero saber como é que se vai resolver o problema, porque o problema todo é que, depois que titulou, depois que o processo já se realizou – e espero que seja ágil –, a pessoa está titulada e você vai fazer o quê? Entrar com uma ação de anulação de ato administrativo depois que o ato está registrado em cartório ou depois que o conflito explodiu? E os grupos que se viram prejudicados vão reclamar onde?

Então, na realidade, nós temos que clarear. E, aí, pela instância que existe atualmente, que é uma instrução que vai regulamentar uma instância, que é uma instância estatal, não há participação do movimento social, não há participação dos sujeitos. E como todo mundo aqui reconhece que as informações são frágeis, que as pessoas vão poder declarar e apresentar o geo, ou seja, se eu tenho condições de declarar e pagar para fazer geo, é óbvio que eu estou excluindo muitos que não têm capacidade de fazer e de acessar.

Então, eu acho que talvez, nessa conversa, nessa busca dessa união e de uma proposta consensual, temos que pensar onde e em quem para dirimir os conflitos antes que eles estourem. Nós temos que ter um espaço democrático, de participação efetiva, transparente para saber que aquela área vai ser regularizada com antecedência, para que quem puder possa se manifestar se concorda ou não, já que a própria instrução do Incra estabelece que, quanto ao geo, não há necessidade da outra parte se manifestar se concorda ou não; ou seja, se há conflito, até de limite, esse dado não aparece, porque já foi consensualizado artificialmente.

Acho que, então, além de pensar em regularizar, nós temos que pensar em como evitar esses conflitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Finalizando, com a experiência, a Senadora Kátia até admirou-se de que só 11% dos Municípios, se não me engano agora, estão em conflito na Amazônia e de que milhares e milhares que não estão em conflito e que estão fora da Amazônia podem causar um dano na imagem e na respeitabilidade do Brasil.

Só lembro à Senadora, por minha experiência, que 11%, mesmo que sejam minoria, têm capacidade de absorver tanta energia dos órgãos envolvidos na questão fundiária e ambiental que paralisam as ações exatamente porque não foram incluídos no debate.

Então, para evitar essa paralisação, essa demora, esse questionamento, a dúvida na transparência, temos que criar instâncias legais que obriguem o Poder Público a criar espaços democráticos para resolução, eu diria, desse bolo que é disputado por diferentes sujeitos, para que eles, com as suas diferentes concepções, de posse da propriedade, possam se manifestar, consensualizar ali, como sujeitos legítimos, e definir quem tem direito a ter direito à terra.

Seria essa a minha última contribuição neste rico debate de hoje.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado ao Professor José Benatti.

Passo a palavra, agora, para as suas considerações, ao Dr. Geraldo, Presidente do Incra.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** (Para expor.) – Senador, Senadores, Senadoras, agradeço a oportunidade.

Quero dizer que esta discussão, na verdade, é tão antiga e termina por, ao não concluirmos este processo de discussão, que é mais ou menos o que aconteceu no ano passado, voltar.

Então, acho que nós estamos tendo a oportunidade, neste momento, ao fazermos este tipo de discussão, de uma forma madura, de conduzirmos esta discussão para algum tipo de desfecho, para, na linha do que foi falado aqui, caminharmos e acharmos um encaminhamento, um meio-termo nisto daí e para construirmos algo que efetivamente seja válido para essas famílias que estão lá, aguardando, para a região, para o desenvolvimento da região, respeitando o que precisa ser respeitado, para o desenvolvimento dessas comunidades e para o desenvolvimento da região como um todo.

Da parte do Incra, nós estamos à disposição, como executores da política, mas também tecnicamente, com os recursos que nós temos, para auxiliar a Comissão e o Senador Fávaro no que ele precisar, em termos de informação e do que pudermos contribuir com esta discussão.

Se precisarem que voltemos, contem conosco. Acho que não podemos perder a oportunidade de seguir discutindo até chegarmos a um ponto de amadurecimento das ideias, para que consigamos, como dizem, sair do outro lado com uma proposta madura e para que construamos, juntos, algo que seja o que todos nós estamos desejando.

Obrigado, Senador, pela oportunidade.

Sempre à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Geraldo, Presidente do Incra.

Parabenizo todos os participantes, todos os Senadores e Senadoras que participaram desta audiência pública.

Cumprimento, mais uma vez, todos os nossos convidados: o Professor Raoni Rajão, a Professora Cristina Lopes, o Professor José Benatti e o Dr. Geraldo.

Foi, de fato, uma audiência pública de alto nível e muito esclarecedora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Espero poder contar com o Senador Jean Paul, amanhã ou quarta-feira, para nos reunirmos e avançarmos junto com o Relator, nosso colega Carlos Fávaro.

Estará amanhã aqui em Brasília, Carlos? (*Pausa.*)

Então, nos reuniremos amanhã à tarde.

Amanhã nós temos sessão do Congresso Nacional, o PLN 4 vai ser debatido, discutido. É um PLN importante que vai recompor o Orçamento de 2021 e, com certeza, trará bastante benefício, principalmente para o agronegócio, para o Pronaf, enfim, tudo mais.

Então, parabenizando a todos, mais uma vez, e agradecendo a presença de todos, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 09 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa:

– Ofício 173, de 2021, da Presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, com o pedido de apoio para a aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2021, que prevê a recomposição de dotações na Lei Orçamentária Anual (LOA), de 2021, especialmente para a subvenção, na forma de equalização de taxas de juros do crédito rural, necessária para a viabilização do Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na secretaria desta Comissão e na página da Comissão na Internet.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater as proposições legislativas e as regulamentações vigentes sobre regularização fundiária, em especial o PL 510, de 2021, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e o seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta audiência pública é interativa, por meio do portal e-Cidadania, no *site* do Senado. Portanto, se alguém quiser participar, pode fazê-lo através do telefone 0800-612211.

Antes de abrir essa audiência pública para a apresentação dos convidados e o início do debate, faço algumas considerações sobre um alerta de diversos questionamentos que temos recebido aqui, na Comissão de Agricultura, quanto aos novos modelos de concessões rodoviárias e ferroviárias em implantação em nosso País.

A infraestrutura do País é de fundamental importância para o agronegócio nacional, com altos impactos nos custos de produção e operacionais da produção agropecuária e, consequentemente, no custo dos alimentos para a população brasileira. Nesse sentido, o Congresso Nacional, o setor produtivo, em especial o agronegócio, e todos os cidadãos brasileiros precisam saber como o Ministério da Infraestrutura e a ANTT estão tratando as concessões de rodovias da segunda e da terceira etapas do programa de concessão de rodovias federais, sendo que estamos requerendo informações junto ao Tribunal de Contas da União sobre o conteúdo dos relatórios técnicos e deliberações no Processo nº 010222/2019-7, que trata da auditoria nos atos relacionados à inadimplência dos contratos de concessões de rodovias em que se investigam ingerências e irregularidades da agência na renovação de concessão mediante a autorização da ANTT.

Só para dar ciência, nós recebemos vários ofícios de cooperativas deste Brasil, de associações preocupadas com a possibilidade de aumentar os custos de transporte da produção agrícola, através dos pedágios, diante de uma nova sistemática de concessão. Esse é um debate que nós vamos fazer junto com a Comissão de Infraestrutura do Senado também. Já conversamos também com a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, com a qual deveremos fazer esse debate tão importante, pois nós estamos, ano a ano, aumentando a produção no nosso País e a nossa infraestrutura não apenas não está acompanhando esse crescimento, como também estamos antevendo um aumento do custo dos pedágios em nosso País. Alguns desses pedágios já existem e outros serão em outras rodovias que ainda não são pedagiadas, mas que deverão ser. Isso nos traz uma preocupação muito grande com o custo Brasil daquilo que nós produzimos e que evidentemente temos que transportar. Por isso a importância desse debate com relação aos pedágios brasileiros.

Na semana passada, nós ouvimos quatro convidados: o Vice-Presidente da CNA, Muni Lourenço Silva Júnior; Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Nabhan Garcia; e a pesquisadora Brenda Brito, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); e também o Secretário de Política Agrária da Contag, Alair Luiz dos Santos.

Dando sequência aos nossos trabalhos, vamos ouvir hoje o Professor Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais; a pesquisadora Cristina Leme Lopes, do Iniciativas para Políticas do Clima, da PUC/Rio de Janeiro; o Professor José Benatti, da Universidade Federal do Pará; e o Presidente do Incra, Dr. Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho. O pesquisador Evaristo Eduardo de Miranda, Chefe Geral da Embrapa Territorial, também iria participar dos debates, mas por motivos pessoais não poderá participar.

Dando início aos nossos trabalhos, eu passo a palavra ao Raoni Guerra Lucas Rajão.

A sua indicação foi feita pela Senadora Eliziane Gama.

Parece que a Senadora Kátia pede a palavra.

Com a palavra a Senadora Kátia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente Acir.

Cumprimento todos os convidados, Raoni Rajão, José Benatti, da Universidade, Cristina Leme Lopes e Geraldo Melo.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão, se for possível e se todos aprovarem. Eu sugiro que o Gerado Melo, Presidente do Incra, quem sabe, pudesse mostrar para nós, primeiro, a plataforma, a proposta do Incra de titulação dessas terras, porque eu conheci – já quero adiantar – essa plataforma e ela me impressionou bastante, positivamente, mas, como há muitas pessoas de respeitabilidade que não concordam com a titulação, eu fico bastante curiosa para entender o que há de distorção. Eu, em princípio, sou a favor da titulação de terras, mas como há pessoas que são contra – e eu as respeito –, como o Professor Raoni Rajão e tantos outros, eu gostaria de entender qual é a preocupação. Às vezes, eles me tirarão a venda e eu conseguirei, e a gente chegue a um acordo para tirar essas dúvidas e esses perigos que possam haver nessa forma e nessa plataforma que o Incra pretende.

Então, se todos concordarem, Sr. Presidente, eu gostaria de propor essa inversão para nós vermos o que o Governo propõe. O Senador Irajá, com seu projeto, tem trabalhado muito com Geraldo Melo e, com certeza, deve estar de comum acordo, eu tenho a impressão.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado pela sua sugestão, Senadora. A princípio, o Dr. Geraldo tinha pedido para falar no final. Agora, da nossa parte, não há nenhuma preocupação com relação à inversão.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu queria considerar com o Presidente do Incra Geraldo Melo que eu tenho certeza absoluta de que a apresentação inicial da plataforma e do *modus operandi* que o Incra pretende atuar pode ser que a gente já possa dirimir muitas questões, muitas dúvidas e muitas diferenças.

Eu conheço Geraldo Melo há mais de 15 anos. Nós trabalhamos na CNA, ele foi Superintendente da CNA. Então, eu conheço a sua forma de pensar e a sua forma de agir. Ele é um produtor rural do Nordeste, criador de guzerá. Eu não conheço dele nenhuma tendência a destruir a Amazônia ou algum golpe que possa... Vou brigar com ele feio, se houver alguma coisa que eu não tenha visto.

Mas, nessa confiança e na lembrança da minha convivência com ele, eu peço a todos essa boa vontade de ouvi-lo com o coração aberto. Eu garanto a vocês que não existe nenhuma pegadinha ou alguma coisa maldosa por parte de Geraldo Melo, já não posso dizer o mesmo de alguns outros por aí, mas do Geraldo eu me arrisco a dizer. Então, Geraldinho, eu acho que – e é Geraldinho não é porque ele seja menino, é porque o pai dele era Geraldo –, se você não se incomodar, seria de grande utilidade você apresentar primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem.

Então, façamos essa inversão, a pedido da Senadora Kátia Abreu, para que o Incra possa fazer as suas colocações com relação a esse PL 510 e, o que é mais importante, à regularização fundiária. Este é um tema muito importante para todos nós, mas especialmente para nós da Amazônia e principalmente para o nosso Estado de Rondônia.

Portanto, vamos ouvir atentamente não só o Incra, mas todos os nossos convidados, para que a gente possa colaborar com o Relator do PL 510 e para que a gente possa avançar. É um PL importante. Pelo que eu li, não encontrei nada de grilagem de terra; muito pelo contrário, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apenas regularização fundiária, que é o que nós estamos buscando há muito tempo no nosso País.

Agradeço ao Geraldo e passo a palavra, então, a V. Sa., Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho, Presidente do Incra.

Seja bem-vindo, Geraldo.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Obrigado, Presidente. O nome é meio grande mesmo. Deixe-me abrir aqui, porque a apresentação não estava no ponto aqui.

Tem como liberar para eu compartilhar uma tela? Porque está dizendo aqui que não está liberada para fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pode tentar novamente. É que nós não tínhamos essa informação de que haveria uma apresentação, mas agora já foi liberado, Geraldo.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – O.k.

Não sei se todos estão vendo a tela.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sim, a tela está no ar.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** (Para expor.) – O.k. Vamos lá!

Vou tentar fazer um histórico... Desculpem. O assunto é um pouquinho complexo. Normalmente, eu tento começar, todas as vezes, por essa mesma tela, porque, via de regra, a gente para nessa primeira confusãozinha aqui, que é a confusão da questão da regularização fundiária em glebas públicas federais, que é a Lei nº 11.952, e a regularização dos lotes de assentamentos, que também é uma política de titulação e que, na verdade, é regulada pela Lei nº 8.629. Então, muita gente, quando a gente conversa sobre regularização fundiária, pensa que a gente está tratando das duas coisas, e, na prática, a gente está tratando aqui apenas da regularização fundiária em glebas públicas federais, ou seja, apenas da Lei nº 11.952. Nós não estamos falando aqui da Lei nº 8.629. Portanto, nós não estamos falando aqui de assentamentos de reforma agrária, apenas de glebas públicas federais.

Para a gente falar um pouquinho sobre regularização fundiária, a gente tem que voltar um pouquinho aqui no tempo e conversar um pouquinho sobre a questão do Terra Legal. O Programa Terra Legal, na verdade, é o resultado prático, vamos dizer assim, é resultante da implantação da Lei nº 11.952 e teve a execução, no início, direta pelo MDA e, somente em 2019, veio para o Incra. E ele veio, em 2019, para o Incra com alguns legados que vieram juntos para a gente: um conjunto de sistemas incompletos, com problemas de manutenção e de segurança, ou seja, o Sisterleg, o Sigef Resultados, o Sigef Titulação, que é quem deveria estar fazendo o processo de titulação, o Sigef Acervo, uma família Sigef, que deveria se comunicar com o Sigef Geo, e com todos os problemas legados de sistemas com um histórico de manutenção deficitário; dez anos de arquivos e processos físicos espalhados nas regionais da Amazônia Legal, lembrando que, até 2019, o Terra Legal era uma estrutura à parte da estrutura do Incra; e 68 mil processos dentro de um SEI, que não era o do Incra, da antiga Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead). Esses processos só foram liberados, efetivamente, para o Incra no final de 2019. Existe um trabalho enorme de andamento da gente para colocar em dia tanto a parte tecnológica disso quanto esses processos. Na prática, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

recebeu dois arquivos mortos – um arquivo morto físico, em papel e um arquivo morto digital – e, mais do que isso, uma análise feita por um acórdão no Tribunal de Contas da União, de uma auditoria feita do período de 2008 a 2019 em cima do Programa Terra Legal, aponta inúmeras irregularidades e problemas na execução disso, em sua grande maioria, resultantes dessa estrutura que foi montada deficitária e incoerente para a execução desse projeto.

Então, estou falando isto aqui na introdução para ficar claro que não é exatamente assim tão irracional quanto foi posto em alguns momentos a transferência do antigo Terra Legal para o Incra, até porque, quando você volta ao Terra Legal e vai ao despacho do Tribunal de Contas da União, uma das coisas que estão colocadas lá é que a titulação executada pelo Terra Legal atingiu apenas 13% de toda a área que foi efetivamente georreferenciada para esse intuito e que os resultados do Programa Terra Legal – isto está lá no acórdão – não têm sido suficientes para tratar os problemas de instabilidade jurídica, grilagem de terras e avanço do desmatamento na região da Amazônia Legal relatados na Exposição de Motivos da Medida Provisória 458, convertida na Lei 11.952.

Por que eu estou colocando isto? Primeiro, isso é um documento público, é um acórdão do Tribunal de Contas, referente a um programa que já não existe mais e foi o que deu vazão a uma necessidade de mudança do Terra Legal para o Incra.

Mas isso teve resultados também.

Esse é um quadro com os resultados do Programa Terra Legal ao longo dos seus dez anos de execução na Amazônia. Basicamente, você tem esse quadro. Ele foi bastante mexido e utilizado, e, basicamente, como indicador de resultados de titulação, o que a gente utiliza para quantificar os números de titulação são esses quatro índices aí, esses quatro tipos de título: títulos rurais, títulos estaduais, que são títulos feitos por convênio com os Estados, liberação de cláusula e CRO, que é uma espécie de título provisório, que só começou a ter a partir de 2018.

Então, o nosso número – e esse indicador vem desde 2009 – é que o total de títulos emitidos nesse período, de documentos titulatórios, vamos dizer assim, porque nem tudo chama título – então, são documentos titulatórios –, é de 40.808, diferindo um pouquinho do número apresentado na semana passada, quando, em uma apresentação, se deu um número um pouco diferente desse, e, basicamente, foi dado esse número por não terem sido computados naquele quadro apresentado na quinta-feira o número do CRO. Então, o número que se apresentou em uma das falas na quinta-feira, falou-se em um número de cerca de 3.190 documentos por ano entregues pelo Terra Legal. E aí vale um adendo, porque se disse que eram apenas títulos emitidos pela Lei 11.952 e eram títulos definitivos pelo Incra, não contando liberação de cláusulas, etc. E não é bem assim, porque, na verdade, estão contados aí, sim, liberação de cláusulas e os títulos emitidos em convênios com os Estados.

O que nos causou certa surpresa na utilização desse número foi apenas que o documento que é citado... Também foi citado, na mesma apresentação, um documento que o Incra encaminhou em uma prestação de contas para o Supremo Tribunal Federal, mas, quando foi para somar os títulos emitidos em 2019 e 2020, misteriosamente, só se contou a linha dos títulos definitivos, em que estão esses 554 títulos. Então, para somar o número anterior, usou-se os títulos estaduais e a liberação de cláusula resolutiva, e, quando foi para somar 2019 e 2020, esqueceu-se disso tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, assim, nós também não estamos satisfeitos com os números, achamos que o Programa de Regularização Fundiária precisa produzir muito mais do que está produzindo. Há uma necessidade desse público.

Não precisa se trabalhar com esses dados a ponto de se alterar esse número para que esse resultado venha. Nós não estamos satisfeitos também, mas apenas assim, se é para termos critérios reais e corretos na apresentação dos dados, vamos ser justos nos dados para trás e nos dados atuais. Esses são os dados corretos e essa tabela aqui que está apresentada estava integralmente no documento que foi citado como fonte na apresentação da semana passada.

Então, para execução da regularização fundiária, assim que a gente assumiu em 2019 – e a gente assumiu no final do ano de 2019 aqui o Incra –, a gente encarou que precisava de algumas alterações em relação aos marcos legais. Essas alterações basicamente começam a partir da proposição da Medida Provisória 910, que aconteceu em dezembro de 2019.

E aí há uma linha de tempo, eu vou ser rápido nela. Em janeiro, a gente entra com uma série de alterações de sistemas de acordo com a nova instrução normativa que teve que ser publicada, uma estrutura de planejamento para que a gente fizesse a atuação nas superintendências regionais.

Com tudo isso feito, começamos um treinamento de toda a estrutura das superintendências do Incra para atuar dentro do novo marco legal e dentro de um novo sistema. E em março começa a pandemia. Desmobiliza toda a capacitação, começa um modelo de capacitação a distância. E em maio cai a medida provisória, voltam as regras antigas, desfaz as regras todas do sistema, muda tudo novamente e volta-se a trabalhar com a 11.952 e sem as automatizações todas de sistema que nós tínhamos.

Tivemos que esperar até dezembro, com a publicação do Decreto 10.592, regulamentando novamente a Lei 11.952, e com a formalização do contrato com o Serpro, que nós fizemos também no mês de dezembro e eu vou falar um pouquinho dele aqui, que é o que a Senadora Kátia colocou aí.

E o que foi o decreto? O decreto basicamente é uma tentativa de incorporar alguns dos avanços previstos anteriormente e que não precisariam, respeitados os limites da Lei 11.952, isso é importante que se coloque, mas basicamente a possibilidade de apresentação da documentação de forma digitalizada, a possibilidade do uso do sensoriamento remoto e de consulta às bases de dados do Governo para todos os imóveis e processos simplificados para regularização de imóveis de até um módulo fiscal. Tudo isso respeitado o que está previsto na Lei 11.952.

Também um outro ponto que a gente escuta sempre: o Incra não tem condições e estrutura para tocar o processo de regularização fundiária. O Incra nunca negou que enfrenta dificuldades, como todos os órgãos do serviço público brasileiro, não só federal, como estadual e municipal, enfrentam dificuldades.

Nós encontramos uma infraestrutura, por exemplo, sistemas e equipamentos obsoletos há anos sem investimentos ou manutenção adequada. Encaramos isso. Ano passado fizemos todos os processos licitatórios e começamos a troca de todo o parque tecnológico do Incra. Começamos toda a renovação de equipamentos, de tabletes e de sistemas e de *softwares* de toda a rede do Incra e concluiremos isso ao longo de 2021. Isso tudo já está licitado.

Uma frota sucateada. Visitar a garagem do Incra é visitar uma sucata. Começamos, ainda em 2019, na virada de 2019 para 2020, a trocar essa frota e o restante da renovação de frota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

está no orçamento de 2021. Defasagem de quadro de pessoal e a dificuldade, ou seja, a falta de possibilidade, ainda mais com o Covid, de imediato, de contratação. Qual a saída para isso? A gente precisa de pessoal, e a saída de curtíssimo prazo é a possibilidade de estabelecimento de parcerias institucionais para trabalhar.

Um dos caminhos que a gente encontrou para trabalhar isso foi o Programa Titula Brasil, lançado ainda no final do ano passado e que na prática regulamenta o art. 32 da Lei 11.952, ou seja, a ideia é você trabalhar em parceria com as prefeituras, com os Municípios em parte das ações do Incra, não apenas de regularização, mas em ações do Incra na base. Nós já temos este número até sexta-feira: 744 prefeituras que já solicitaram adesão para trabalhar junto conosco nesse processo.

E aí uma outra vertente que para a gente acho que é o grande legado que de fato ficará para a casa e acho que para o País é o Plano de Transformação Digital. Acho que é o grande passo que está sendo dado, que começa – na verdade, o planejamento começou muito antes disso – efetivamente com a assinatura, no final do ano passado, do contrato com Serpro, ou seja, a estruturação da plataforma de gestão e inteligência territorial do Incra com o Serpro.

E tem como alguns dos seus objetivos: acelerar o processo de análise e emissão de títulos – com segurança, aqui não se trata de pular etapas –; ampliar os serviços ao público de reforma agrária; promover a unificação dos cadastros, ou seja, fazer com que as bases do Incra se comuniquem e, na sequência, as bases do Incra se comuniquem com as demais bases do Governo Federal, isso já está sendo implantado, até o meio do ano já vai estar funcionando a unificação dos cadastros; promover a transformação digital do Incra; aperfeiçoar a governança fundiária e territorial.

E os primeiros resultados já começam a existir, já começam a aparecer. O Incra hoje já é um dos dez órgãos que mais promoveram interoperabilidade, com a obtenção automática de informação do cidadão. O Incra nem aparecia nessa lista. Hoje já um dos dez mais dentro da administração pública federal.

Mas isso aqui tudo é área meio. E na área técnica? Quem é que vai nos ajudar a fazer a leitura? Porque isso é outra coisa. "O Incra não tem a capacidade técnica [isso eu escuto], não vai ter a capacidade técnica de fazer essas análises." Muito bem, nós estamos buscando os parceiros para fazer esse trabalho, como o Ministério da Justiça. Nós já aderimos formalmente ao programa Brasil Mais. O programa Brasil Mais é o programa em que o Ministério da Justiça, junto com a Polícia Federal, trabalha, do acesso ao sistema SCCON, da Planet, com imagens de satélite, para a plataforma de visualização de imagens diárias, ou seja, isso já está sendo utilizado no Incra, no monitoramento.

Censipam, ou seja, elaboração de relatórios de inteligência de combate a grilagem e desmatamento no âmbito do Conselho Nacional da Amazônia. Nós estamos lá dentro, estamos fazendo isso, estamos participando.

Inpe e Embrapa, estamos tendo reuniões e estamos costurando, já trabalhando formalmente na disponibilização da plataforma TerraClass para verificação de uso e ocupação de solo, de acordo com o marco legal de 2008.

Validação da metodologia para o uso do sensoriamento remoto na regularização fundiária e para o acompanhamento do cumprimento das cláusulas resolutivas previstas no processo de regularização fundiária, que, diga-se de passagem, é um dos principais apontamentos que estão colocados lá no Tribunal de Contas da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, tudo isso, nós estamos fazendo junto com o Inpe e com a Embrapa, com a tecnologia e a validação da metodologia.

Isso tudo, essas parcerias técnicas de que nós estamos falando, quando a gente junta as parcerias institucionais, Inpe, Embrapa, SCCOM, mais a inteligência territorial, mais os sistemas integrados, nós estamos falando do que vai ser essa plataforma de gestão fundiária que a gente terá funcionando antes do final deste ano – na verdade é no início do segundo semestre a nossa previsão, não estou querendo dar data. A gente vai ter uma plataforma única que vai dar acesso a todos os serviços prestados pelo Incra. O que é que essa plataforma vai fazer? Ela vai substituir gradualmente todos os sistemas legados e antigos existentes no Incra, inclusive todos aqueles existentes no antigo Terra Legal, que serão migrados para dentro dessa plataforma. A plataforma vai abarcar toda essa tecnologia nova aqui dentro e a automatização, com inteligência artificial, tudo aqui dentro.

Então, você tem um tripé de recursos. E quando a gente fala de recursos vem um agradecimento ao Congresso Nacional. Nós tivemos uma recomposição orçamentária significativa para 2021, que está por trás de parte disso que estou falando que vai acontecer no ano de 2021, o recurso de pessoas, o recurso tecnológico. A tecnologia é o pilar de tudo, acho que é a grande transformação que haverá no Incra nesses próximos anos e, por fim, a legislação.

E aí eu me permito falar um pouquinho do PLS 510. Eu me permitiria dizer que já assisti a esse filme, já assisti a essas cenas todas que nós estamos vendo nessas últimas semanas, em especial nas últimas duas semanas, ao longo da discussão da Medida Provisória 910. Antes de ser lançada ela já tinha apelido, era a MP da Grilagem, a MP do Desmatamento. Então, acho muito interessante porque se está falando a mesma coisa do 510 e, em parte, também do 2.633, que está correndo na Câmara.

Então, só para exemplificar – e não vou me aprofundar na análise técnica dos parâmetros ou dos artigos do projeto –, esse é o art. 13 atual, a íntegra dele, que trata dos requisitos para a regularização fundiária de imóveis de até quatro módulos fiscais: serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita à responsabilização nas esferas penal, administrativa e cível, dispensada a vistoria prévia. Isso é o que diz hoje a lei. Tudo o que a lei hoje – hoje – diz sobre os requisitos para a regularização... E aqui eu faço um parêntese: fora o que está colocado via Decreto 10.592, porque aí não é a lei. Então, o que a lei diz hoje é isso.

Nesses últimos dias, a gente começou a ver documentos muito bem formatados, bonitos, dizendo que a lei atual já prevê um monte de coisas, dizendo que a lei é suficiente para isso, mas o que a lei hoje diz como requisito é isso daí. E o que se está dizendo é que o PLS 510, na verdade, abre uma enorme brecha. Mas o que é que na prática está escrito? Só para fazer um adendo, quem está escrevendo esses documentos bonitos deveria respeitar mais o Congresso Nacional e saber que os Parlamentares vão ler, porque a lei é essa, só isso. E o que está escrito hoje na proposta do PLS 510 é isso aí. Além da declaração, que não deixa de ser uma ironia, porque se chegou a dizer que era a Medida Provisória 910 que tinha inserido a tal da autodeclaração, quando ela, na verdade, já está na lei. Aliás, voltou a ser só ela, porque a 11.952 só pede ela. Mas, assim, o que o 510 diz, incluiu, foi isto: planta e memorial descritivo assinado por profissional com ART.

O CAR – também li um documento de que o CAR já está na lei –, o CAR não está na lei não. As declarações do requerente e do cônjuge, aí tem a lista do que é preciso declarar, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

realização de vistoria prévia, dizendo aqui quais são as obrigatoriedades de vistoria... Ah, porque eu esqueci de dizer antes: seguem as obrigações colocadas aqui.

Então, quem diz que o PLS 510 está flexibilizando os requisitos para o imóvel é porque está achando que as pessoas não vão ler. É isso, é o *caput* e um parágrafo único. Hoje passa a ser isso aqui. Então, não é verdade.

É a mesma coisa na questão ambiental, a mesma coisa. Também li documentos bonitos essa semana, de que é a questão ambiental que vai flexibilizar, que o PLS, que não precisa disso, porque, na verdade, a Lei 11.952 já prevê tudo.

Muito bem, pessoal. Vou fazer aqui uma provocação a quem tiver curiosidade na parte de informática. Entra aí no *site*, procura a Lei 11.952 e dá um procurar, um buscar, um "*control f*", que é o comando para buscar, e procura a palavra "embargo" no texto da Lei 11.952 ou procura a palavra infração. Essas palavras não existem na Lei 11.952, não existem. Elas existiram durante um período, exatamente no período de vigência da Medida Provisória 910, e deixaram de existir. O que existe na Lei 11.952 sobre legislação ambiental está no art. 15, e aí vale uma explicação: o art. 15 está falando "depois da titulação, na verificação das cláusulas resolutivas". Ou seja, pode rescindir o contrato, a pessoa já recebeu o título, você vai ter que verificar o respeito à legislação ambiental, em especial quanto ao cumprimento do disposto no Capítulo VI da lei ambiental. É isso que fala sobre legislação ambiental. Então, quem apresentar coisa diferente disso, eu gostaria de saber em qual artigo da Lei 11.952 está dito que precisa.

E, no PLS 510, que vai facilitar e que vai prejudicar o meio ambiente? Além do próprio art. 13, e aí vale voltar no art. 13, porque o art. 13 é o que diz antes, antes, fala sobre antes da titulação. Só para lembrar, o art. 15, que já tem essa cláusula ambiental, é depois do título. Então, o PLS 510, assim como o 2.633 e assim como a Medida Provisória 910, inclui cláusula ambiental antes da titulação. Incluiu o CAR; incluiu aqui, nas declarações do requerente, que ele tem que declarar que não tem embargo ambiental, que não tem infração; torna obrigatória a vistoria prévia no caso de haver embargo ou infração, porque, independentemente da declaração, isso vai ser checado com a base federal de dados. Então, você tem uma série de outros... Segue aqui, o próprio art. 15 está mantido e, além disso, o art. 19, que é lá adiante, ainda proíbe que sejam renegociadas, está proibido que se aprecie a renegociação de um imóvel se essa área for objeto de embargo ou auto de infração. Lá na frente.

Então, a lei atual tem uma cláusula resolutiva, o texto do 510 tem uma cláusula antes, a mesma cláusula, e uma cláusula depois, que proíbe a renegociação. Esse é o quadro da questão ambiental no PLS 510, comparado com a lei atual. Exigência do CAR: não existe hoje, está sendo colocada; proibição de regularização em área com infração ambiental: não existe hoje, está sendo colocada. Então, é isso! A única coisa que já existe hoje na legislação é o que está no art. 15, que é o respeito à legislação ambiental como condição resolutiva.

Então, no nosso entendimento, o texto global – e não vou entrar no mérito, porque acho que cabe ao Congresso, aos Parlamentares, aos Senadores e Deputados avaliarem o mérito do conteúdo do que está sendo proposto. O Incra não é órgão de proposição dessa política, mas órgão executor. O que vier do resultado dessa discussão será executado, parametrizado dentro desse sistema, e o papel desse sistema será fazer essa execução da maneira mais ágil e segura possível. Mas a gente entende que o PLS promove a utilização de tecnologias, permite a validação das informações dos requerentes das bases de dados e sistemas, favorece a aplicação da legislação ambiental aos ocupantes, aperfeiçoa o processo administrativo de verificação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





requisitos da lei, proporciona mais segurança jurídica e transparência ao processo de regularização e aumenta a governança fundiária e o ordenamento territorial.

E por que a gente precisa disso? Aí vem um detalhe: eu acho a gente, como órgão de governo, tem que pensar em todos os vieses, ou seja, tem que pensar na questão de regularização fundiária, na atividade econômica dessas famílias que lá estão, tem que pensar – é óbvio, porque é essencial – na questão da política ambiental, da sustentabilidade desse pessoal, mas tem que lembrar também da qualidade de vida dessas pessoas que estão lá.

A Amazônia é a região potencialmente mais rica do Brasil, porém, quando você observa esse público, vê que ele tem uma renda média de 1,01 salário mínimo, quando a gente olha para essas famílias de produtores rurais com área de até 500 hectares – e 500 hectares são praticamente seis módulos fiscais na Amazônia –, a renda média dessas pessoas é de 1,01 salário mínimo. Quando a gente olha o nível de desenvolvimento humano, o IDH do Brasil – esse número varia de acordo com o ano que a gente olha – é de 0,765, equivalente aos da China e Colômbia. Quando a gente olha só os Estados da Amazônia Legal, em que pese toda a riqueza que temos na região, esse número cai para 0,683, a gente iguala com o Iraque. Se a gente considerar apenas a Amazônia rural, ou seja, retirar as capitais e as cidades maiores, as cidades polo, esse número cai para 0,547, ou seja, a gente vai para o nível de Uganda, Benin. E, se a gente for para alguns dos Municípios mais críticos em termos de desmatamento e de pobreza rural, como é por exemplo o Município de Portel, que é uma das regiões alvo da nossa ação, o IDH é de 0,483. Nós estamos falando, em plena Amazônia brasileira, com toda a sua riqueza e com toda a abundância de recursos naturais, de pessoas que vivem com um padrão de qualidade de vida abaixo do Haiti ou da Etiópia. Então, é nessas pessoas que a gente também tem de pensar e ver de que maneira a gente consegue compatibilizar esse conjunto de políticas públicas para chegar até elas e tentar, efetivamente, afetar a qualidade de vida de cada uma delas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Geraldo, pela sua apresentação.

Informo aos Srs. e Sras. Senadores que essa apresentação estará à disposição na Comissão de Agricultura para que todos os Srs. e Sras. Senadores possam ter acesso a ela.

A Senadora Kátia pede a palavra.

V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de indagar ao Presidente do Incra se ele trouxe as imagens da plataforma. Essa era a minha expectativa, Presidente, que talvez possa dirimir mais dúvidas a respeito do que a plataforma faz, porque, às vezes, fica parecendo que é uma coisa burocrática, mas na verdade é uma coisa extremamente técnica e de campo. De certa forma, eu quis ver em detalhes para ver o avanço em cima das áreas protegidas na Amazônia. Então, eu penso que a parte mais importante, a meu ver, Geraldo Melo, era esta: mostrar o que essa plataforma é capaz de fazer e identificar se as terras estiverem tituladas.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem, Dr. Geraldo, o senhor tem essa apresentação?

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Tenho, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Quer aguardar um pouco mais ou já pode produzi-la?

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Posso em dois minutos... Se me der um minuto eu a coloco na tela, por favor, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem.

Enquanto isso, eu informo ao Dr. Raoni Rajão, à Débora Assis, ao Felipe Nunes e também ao Britaldo Silveira Soares Filho que eu recebi o documento de vocês e estou encaminhando-o ao Relator para que ele possa analisar o documento. Ele chegará à mão do Relator daqui a pouco. Nós vamos digitalizá-lo, porque o Relator está em Cuiabá, e ele o receberá hoje ainda digitalizado.

Só quero informá-los de que esse documento estará na posse do Relator, pois é ele que tem que fazer essa análise – e claro que nós também –, e vamos disponibilizar também para todos os Senadores, para que possam ter acesso a esse documento que os senhores e a senhora mandaram para a Comissão. (*Pausa.*)

Estamos prontos, Geraldinho? Estou aqui usando essa aproximação da Senadora Kátia, também o chamando de Geraldinho. (*Risos.*)

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Fique à vontade. Estou só passando para o *pen drive*, porque estava no outro computador. Deixe-me só plugá-lo aqui. (*Pausa.*)

Aqui está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Fique à vontade.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Posso compartilhar aqui.

Deixe-me só não apanhar do sistema aqui. (*Pausa.*)

Estão vendo aí?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Positivo.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** (Para expor.) – Bom, então, vamos lá!

O processo de regularização passa por dupla checagem na verdade. A gente tem uma primeira etapa da checagem, em que a gente faz a checagem do CPF do ocupante. E, desse CPF do ocupante, é feita a checagem do enquadramento dele em relação aos requisitos daquela pessoa com relação à lei e à possibilidade de ela ser beneficiária ou não da política de regularização fundiária. Então, isso é basicamente com o cruzamento dele dentro das bases de dados do próprio Governo e do próprio Incra. Isso é feito automaticamente.

Então, todos esses requisitos são os que já estão na lei, no decreto ou que vierem a ser incluídos. E aí é um ponto que eu sempre digo: que esses requisitos que sejam colocados, na medida do possível, sejam coisas checáveis de maneira automatizada. Para gente, esse é o melhor dos mundos, porque a gente faz com que o sistema funcione automaticamente.

A segunda etapa da checagem é checagem do imóvel. Vamos lá. Se a pessoa não passou, se o CPF, se a análise daquela pessoa não prosperou, acabou aí o processo, e esse processo está negado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A segunda etapa é o processo do imóvel. Faz-se o processo de checagem do dado geográfico. Ou seja, aí nós vamos identificar se as demais informações prestadas batem em relação àquele imóvel. Ou seja, sobreposição, comprovação de prática de cultura efetiva, ocupação, exploração por seus antecessores. Ou seja, o enquadramento daquele imóvel em relação aos requisitos também da lei.

Isso aqui é hoje, é como está funcionando. Isso aqui ainda não é a tela do sistema novo. Então, tudo isso aqui é feito de maneira automática com consulta das bases automáticas. Ou seja, tudo isso aqui se sobrepõe à área de reserva militar, se situa em faixa de fronteira, se sobrepõe à terra indígena, à área de interesse da Funai, à área de serviço florestal, à área de base. Eu vou pular. Em resumo, aqui tem um *checklist* de todas as restrições legais do processo de regularização fundiária, previstos pelos senhores, na lei ou ainda adicionalmente nos decretos. Essas checagens são feitas automaticamente pelo sistema, seja com a checagem na base georreferenciada ou na base do CPF.

Então, isso aqui é feito. Havendo um "sim" – e aqui há um "sim", mas o "sim" aqui é porque foi feito já o georreferenciamento pelo Poder Público e aqui é simplesmente para dizer que aquele georreferenciamento vai ter que ser cobrado da pessoa. Havendo um "sim" aqui, o processo para ou, se for o caso, a pessoa vai ter que justificar isso tudo. Então, tudo isso daqui é feito automaticamente.

Isso aqui roda automaticamente no sistema. E o que está rodando automaticamente no sistema para aparecer naquelas telas ali? Então, isso aqui é o mesmo exemplo que eu mostrei para a Senadora Kátia, quando ela aqui esteve. Isso aqui é a análise de um contexto. Aqui é o exemplo do Estado do Pará. Essas são as glebas públicas federais. Essas são as áreas indígenas. E aí vem a informação. Esses perímetros de glebas públicas das áreas indígenas, todos, são lançados pela Funai. As unidades de conservação lançados pelo ICMBio, ou seja, só quem coloca ou retira esses perímetros é a Funai ou o ICMBio. Ou seja, o Incra não domina esses perímetros. Aí os assentamentos lançados pelo próprio Incra. Por quê? Porque são áreas de restrição.

Vamos dar um *zoom* aqui numa região. É a Região de Rurópolis. E aí, para ficar claro, essas áreas em azul aqui – estou tentando mostrar com *laser* – são parcelas com processo de regularização. Se vocês observarem, elas não sobrepõem nem as áreas laranjas, que são assentamentos, nem as áreas amarelas, nem as áreas verdes.

Esses azuizinhos aí, na verdade, são perímetros dentro do Sigef. O Sigef, basicamente, é uma área com perímetro georreferenciado, e você tem que ter um técnico que vai assinar uma ART. Se uma pessoa tentar fazer um perímetro de Sigef dentro de uma área indígena, o sistema não vai aceitar; ou, dentro de unidade de conservação, não vai aceitar; dentro de assentamento aceita, porque, em assentamento, a gente também faz Sigef dentro do assentamento, mas não com o objetivo de regularização.

As manchinhas vermelhas são embargos lançados pelo Ibama dentro dessas áreas, e o sistema checa automaticamente.

Isso é o CAR, e aí já vem uma primeira coisa: o CAR não tem nada a ver com o Sigef – o CAR e o Sigef. No Sigef, não há sobreposição; no CAR, pode haver sobreposição, e o CAR é autodeclaratório. Porém, o CAR não é o documento que virará um título de propriedade – isso é essencial que a gente diga. O Sigef é um cadastro com o objetivo fundiário, ele tem responsabilidade técnica, tem um ART, tem um engenheiro, a pessoa entra no sistema do Incra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e lança o seu perímetro georreferenciado, e, se esse perímetro não bater ou sobrepuser qualquer outra área, seja de um vizinho, seja de um perímetro indígena, seja de unidade de conservação, o sistema rejeita. O CAR não é a mesma coisa: o CAR é um cadastro autodeclaratório em que a pessoa entra, lança um perímetro e diz o que está fazendo lá dentro – ela faz isso. Eles são complementares, mas o CAR não tem o objetivo fundiário; o CAR tem o objetivo ambiental, e ele é instrumento para que os órgãos ambientais executem a sua política ambiental.

Além disso, nós fizemos o cruzamento também com a base dos estabelecimentos agropecuários do IBGE, para checar se havia efetivamente ocupação anterior ao marco temporal.

Aí, a gente está dando um *zoom* em uma daquelas vicinais, checando cada uma daquelas ocupações. Então, cada uma dessas areazinhas em vermelho aqui são parcelas em que há o embargo lançado pelo Ibama – e esse processo, aqui, não prospera, isso aqui não irá adiante.

As outras áreas aqui onde há um CAR e onde há uma ocupação e onde houver um processo... Vamos lá; não significa que todas essas outras áreas estão o.k. Essas outras áreas terão a sua documentação checada, mas, pelo critério de embargo, elas andarão.

E isso aí é o mapa de uso de solo de 2008. Especificamente aqui nós usamos o MapBiomas, que está colocado aqui em cima – utilizado aqui. O que está sendo utilizado dentro da plataforma é o TerraClass, da Embrapa com o Inpe. Mas aqui, especificamente neste exercício que nós estamos mostrando na tela, é uma parcela utilizada do MapBiomas, e essa foto é de 2008, para comprovar que havia a ocupação da área anterior ao ano de 2008, o que não inutiliza o argumento anterior de que as parcelas onde existe o embargo não serão objeto de regularização.

Então, é isso que está sendo feito. Só que o que eu estou mostrando manualmente é o que está sendo feito de maneira automatizada. Esse eslaide aqui é só para a curiosidade de demonstrar para os senhores que o processo de regularização utiliza como base o Sigef. O CAR está sendo solicitado adicionalmente como um complemento, para que os órgãos ambientais tenham mais uma informação de fiscalização ambiental das propriedades.

Para a instrução do processo fundiário, a utilização que dá o limite, que dá sobreposição ou que dá qualquer coisa, é necessário que a pessoa faça um Sigef georreferenciado, com a ART e com toda a responsabilidade técnica. Aí, nessas áreas, nós podemos afirmar que não há nenhum tipo de sobreposição.

Só para esclarecer, há possibilidade, sim, de sobreposição de CAR. Aqui, eu não estou defendendo nenhuma dessas pessoas até porque eu não sei quem são. Existem, várias vezes, pessoas que têm CAR em algumas dessas áreas em disputa judicial ou disputa de reconhecimento com Funai ou com o ICMBio em algumas coisas; em outras, não. Em outras, são tentativas de burlar a lei.

E essas pessoas, na minha opinião, o que elas fizeram foi se autodenunciar, e merecem ser levadas ao extremo da responsabilização da lei, quando for esse o caso.

É isso, Senador. Espero ter ajudado a esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sem dúvida.

Geraldo, esse sistema já está à disposição? Já está sendo usado? Ou é todo esse sistema que vai ficar pronto até o final do ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Senador, o que nós estamos fazendo? Hoje, nós estamos funcionando com os sistemas ainda herdados do Terra Legal. Eles estão funcionando de maneira muito menos ágil do que o que a gente precisaria. E não estamos fazendo mais evoluções nele. Por quê? Porque o que nós contratamos foi a plataforma, para onde, na verdade, vai haver a migração de todos os sistemas.

Então, hoje estão funcionando. As checagens já estão sendo feitas dentro de uma plataforma, que não é a definitiva.

A expectativa do Incra é a plataforma definitiva estar rodando a partir da virada do semestre, do início do segundo semestre. Aí, sim, a gente estará funcionando da maneira que, vamos dizer assim, o processo de regularização fundiária do País precisa, sendo suficiente para encarar o tamanho do desafio, que é enorme.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Geraldo, pelas suas colocações.

Dando sequência aos nossos convidados, eu passo a palavra para o Raoni Guerra Lucas Rajão, para fazer as suas colocações.

**O SR. RAONI RAJÃO** (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Acir; Senadora Kátia Abreu, com que já tive a honra de conversar anteriormente; Sr. Geraldo de Melo; Professor Benatti; Cristina Lopes; Senadora Zenaide, que entrou aqui; demais presentes, realmente é um prazer muito grande estar aqui para poder apresentar os resultados das nossas pesquisas e, de certa forma, debater, porque eu acredito que é de maneira clara, transparente, com debate de ideias em cima de fatos, que podemos avançar num assunto tão importante como a regularização fundiária.

V. Exa. pode autorizar a minha apresentação, por gentileza?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Claro, com certeza.

Já está liberada, professor.

**O SR. RAONI RAJÃO** – Perfeito.

Antes de tudo, um ponto importante, que vem até do título: é importante, sim, como os senhores vão ver durante a minha apresentação, buscar a regularização fundiária principalmente para aqueles que merecem, para aqueles que ocuparam de maneira mansa e pacífica terras públicas dentro dos prazos regulamentares. E eu recebo de maneira muito calorosa, muito feliz, porque realmente estou positivamente pressionado pelos resultados do novo sistema desenvolvido pelo Incra.

Coincidentemente, nós estamos com acordo de cooperação técnica com o Estado do Pará, onde existe também o órgão estadual, o Iterpa, que tem um desafio enorme. Estamos adotando, inclusive, mecanismos muito similares. Até, por acaso, aqui, só para os senhores terem ideia, por trás dele, está o Selo Verde, que é um mecanismo de monitoramento da pecuária, da agropecuária, na verdade, cruzando dados também de defesa animal, mas que também traz informações ambientais. E um dos seus usos será no apoio à questão fundiária.

Então, por exemplo, aqui, ele já faz cruzamento automático, se a área tem infração, se tem embargo, se ela tem sobreposição de CAR. No caso aqui está no lote do Iterpa... Já se calculam todas essas questões – se está em terra indígena, em unidade de conservação –, de modo exatamente a acelerar, porque é da nossa opinião, sim, que aqueles que têm direito, precisam, sim, de uma regularização rápida, célere e sem peso, principalmente os pequenos produtores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que são a maioria daqueles que estão esperando há décadas. Então, nesse sentido, temos, compreensão e estamos 100% de acordo.

Agora, o que nos preocupa, em particular, com o PL 510, é que traz avanços importantes – algumas das questões ambientais que foram até levantadas –, mas traz outras questões que nos preocupam e que estaremos apresentando aqui.

Em primeiro lugar, então, a gente precisa, e aqui as duas referências principais: esta, que é esse estudo que vai estar sendo disponibilizado para o público geral hoje, e que, por intermédio da Senadora, já pôde ser entregue para os Senadores. Realmente, agradeço aí pela divulgação também.

Então, antes de mais nada, é preciso separar, conceitualmente, o que é regularização e o que é grilagem? Nem toda regularização é grilagem. É preciso deixar isso muito claro. O que é regularização? Regularização é uma situação onde você tem uma posse mansa e pacífica, inclusive porque havia um incentivo do Governo até 1985, para que essas pessoas fossem para Amazônia! Depois se criou, um caos fundiário que, em 2009, buscou ser resolvido com o Terra Legal, que dizia que todas as pessoas que ocuparam até 2004, mansa e pacificamente, poderiam ter as suas áreas regularizadas.

Isso foi modificado em 2017, permitindo que as pessoas que entraram nas áreas até 2008 também pudessem ser regularizadas. Ou seja, é algo que ocorre dentro dos parâmetros da lei! É manso e pacífico, é um direito da terra, onde se tem o uso direto pelo próprio produtor. Você tem, no caso da legislação atual, o início da atividade pré 2011, e são produtores majoritariamente pequenos, que aguardam há décadas a regularização.

E o que que é grilagem? É a posse, muitas vezes, com violência e fraudes, o uso de laranjas, invasão de terra pública após 2012... Hoje, senhores e senhoras, se alguém entra em terra pública, sem a devida autorização, ou seja, e começa a atividade agrícola pós 2012, isso é um crime enquadrado pela Lei nº 4.947, no art. 20, com detenção de até três anos. É um crime! Por quê? Porque essas terras públicas são públicas, é patrimônio público, é como se alguém entrasse na sede da Petrobras e abrisse o caixa-forte. Então, é preciso defender essas áreas públicas também, e a lei estabelece muito claramente o que é possível, passível de ser regularizado, e o que, de fato, entra e pode, inclusive, ser punido, pela Lei nº 4.947.

E aí, o primeiro ponto é: Precisamos mudar a lei para reconhecer o direito de milhares de agricultores que esperam, há décadas, a regularização? Bem, esses, nós temos, de certa forma, uma amostragem de quem são esses produtores, a partir do registro do próprio Incra, da base do Incra, das parcelas em regularização que ainda não foram tituladas, que hoje são cerca de 108 mil imóveis, que estão já preparados, inclusive, porque tem a área georreferenciada. O universo total é maior, mas nós sabemos que as proporções continuam bastante similares a essa quantidade de imóveis dentro já do Incra, e a informação importante é a seguinte: 70% desses imóveis são de até um módulo fiscal.

Somando-se de um a quatro módulos fiscais, ou seja, todos os pequenos, nós temos aqui, arredondando, 96% dos produtores rurais que estão aguardando regularização e que são pequenos.

O que a lei fala sobre isso? Ela já tem uma série de vantagens provindas do Terra Legal, em 2009, e, com a decisão do STF recente, juntamente com o decreto recente – é um decreto, inclusive, com avanços importantes feito pela atual gestão do Incra, citado pelo Sr. Geraldo Melo –, permite-se, com a imagem de satélite, sem vistoria, já titular 96% de todos os produtores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estão aguardando a regularização fundiária. Isso é feito com a lei atual; não precisa do Congresso. Com esses avanços técnicos que estão sendo feitos no Incra, eu tenho certeza de que isso vai avançar muito.

O que está sendo debatido, então? Facilitar isso para esse número muito pequeno de produtores aqui, mas que possuem uma área muito substancial, que são os produtores médios e os grandes.

De fato, precisamos acelerar esse processo de regularização. Eu entendo que, em todo novo Governo, existe um processo de reorganização, mas, olhando para os títulos definitivos em glebas federais, que é o objeto específico desse PL, do nosso debate aqui agora – são imóveis particulares, não é assentamento –, houve uma paralisia do processo de regularização nesses últimos dois anos, sendo que, em 2020, o Incra executou só 34% do orçamento. É claro que a gente entende agora que o Incra está se capacitando, com novas tecnologias, e que ele vai conseguir avançar nisso, mas o que hoje nós temos é uma falta de celeridade nos próprios processos do Incra. Houve anos, como o de 2014, em que foram titulados 10 mil imóveis. Se nós estivéssemos titulando, ano a ano, um volume de 10 mil imóveis, podem ter certeza de que essa fila de 100 mil produtores aguardando a regularização hoje seria de 50 mil, 40 mil, 30 mil produtores, pela lei atual.

Assim, não é preciso mudar a lei para poder avançar e para poder resolver o problema de 96% dos produtores, que já têm, junto com as tecnologias desenvolvidas pelo Incra atualmente e junto com a legislação atual, realmente um caminho muito claro para poder avançar na regularização.

Agora, o segundo ponto é o seguinte: a regularização, a titulação reduz o desmatamento ilegal? O primeiro a nos dizer que esse não é o caso é o próprio Tribunal de Contas da União. A mesma auditoria apontada pelo Sr. Geraldo mostra também uma quantidade enorme de irregularidades pós-titulação. No caso aqui, eles fizeram uma análise de 208 parcelas tituladas, por amostragem, e, dessas, 118 parcelas foram desmatadas de maneira indevida após 2008, além de outras irregularidades também somadas aqui, o que fez com que, em 198 dessas 208, ou seja, em quase todas, houvesse irregularidades. O que o TCU aponta é a incapacidade do Incra de agir em cima dessas irregularidades, ou seja, de fazer cumprir a lei e tomar de volta o título dessas pessoas, como exige a legislação.

O que está acontecendo hoje? Está se titulando, o que é um presente, uma doação, de certa forma – até cem módulos fiscais, até 100 hectares, inclusive, é gratuita –, para os produtores, mas não se está controlando devidamente o que esses produtores fazem nessa área e a obediência deles à legislação pós-titulação.

Então, é por isso que, quando nós olhamos, por exemplo, esse estudo publicado, por Probst et al, no ano passado, na *Nature Sustainability*, após o título, nos anos posteriores ao título, vemos que o desmatamento aumenta em comparação com aqueles imóveis que não receberam o título. Também por quê? Porque, de um lado, não há controle ambiental e, do outro, há ali um incentivo para que o produtor invista na terra. Se a terra é dele, ele vai formar pasto; formar pasto é desmatar, e desmatar custa. Ele não vai fazer isso quando ele não tem certeza de que a terra é dele. Assim, existe ali um incentivo para investir – e, muitas vezes, investir se traduz em desmatamento –, mas não existe o controle da ilegalidade na outra ponta.

É por isso que, por exemplo, em comparação com as públicas destinadas para a conservação e até com as não destinadas, a média percentual de vegetação nativa nessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

áreas, na Amazônia, tem caído substancialmente: era por volta de 70%, mais de 70% aqui no caso da... Era um pouco menos de 70% da privada destinada em 1999, e chegamos a 55% em 2008.

Há o segundo ponto: o próprio Incra já citou que há um estudo que fala que cabe ao titular diminuir o desmatamento. Enfim, eu busquei essa informação. Até depois, caso haja um segundo estudo, eu gostaria também de ter acesso. De fato, o que ele aponta? Ele compara a área total desmatada – vou colocar aqui – dentro das áreas irregulares, no caso de assentamento, ou seja, são pessoas que têm o CAR, e o titular do CAR não coincide com a lista do Sipra, que é uma lista dos assentados que têm o direito de estar ali. E, de fato, nós temos aqui uma quantidade de desmatamento acontecendo nesses cadastros dentro dos assentamentos, maior naqueles irregulares, ou seja, aqueles que não coincidem com a lista do Incra, com relação àqueles regulares. Só que, quando nós consideramos que a área regular é muito menor do que a área irregular, na verdade, aqueles que estão regulares e que coincidem, que estão na lista do Sipra, de fato, estão desmatando mais do que aqueles irregulares, o que reforça o que toda a literatura científica já aponta: você, titular, sem controles ambientais, como se fez até agora, infelizmente, aumenta o desmatamento e não diminui.

Há o segundo ponto: é seguro titular áreas médias e grandes sem vistoria de campo? Então, essa, inclusive, é a mudança principal trazida pela proposta, pelo PL 510. É muito fácil você olhar na Amazônia imóveis que estão à venda, inclusive, buscando se beneficiar exatamente desse processo de titulação. Nós fizemos aqui algumas contas de maneira a estimar o lucro de alguém que invade uma área de, por exemplo, seis mil hectares – há várias à venda ali na região, inclusive uma gleba federal próxima de Altamira. Você investe entre R$1 mil e R$2 mil para poder formar pastagem. Você, a partir disso, paga uma taxa para o Incra com relação àquela área, que é um percentual muito pequeno comparado ao valor real. Para os senhores terem uma ideia, são R$46 por hectare o que você paga pela terra ao Incra. São R$46 por uma terra que vale R$2 mil, R$3 mil, R$4 mil. Por isso, ao final das contas, numa operação como essa – é fácil encontrar anúncios de seis mil, sete mil hectares –, você tem lucros milionários a partir da titulação dessas áreas.

Afora isso, há situações claras de fraude. Por exemplo, já se tem discutido há algum tempo aumentar o limite da titulação e da titulação sem vistoria de campo para 15 módulos fiscais até 2,5 mil hectares. É comum você ver situações onde há registros no Incra que são parcelados em bloquinhos de 15 módulos fiscais, já esperando depois titular tudo isso, normalmente em nome de laranjas, e formar um grande imóvel.

Também há outra situação que é muito preocupante, na qual há uma grande área declarada em regularização no Incra e, embaixo dela, vários pequenos imóveis. Imagine titular essa área sem o trabalho de campo, sem verificar, por exemplo, quem são esses pequenos que estão aqui embaixo, sem verificar, por exemplo, se, às vezes, não haverá até uma situação em que o grande chega ali, titula, chega ali com a polícia inclusive, e pede, depois, uma reintegração de posse, expulsando quem, na verdade, merece estar ali, porque, pela ausência da vistoria de campo, não se pôde verificar a realidade.

De fato, nós fizemos aqui um levantamento na internet, na OLX... No Facebook, no caso, não verificamos isso, mas sim em vários *sites* inclusive de empresas que vendem terras, de imobiliárias, e encontramos uma centena de anúncios, totalizando 127 mil hectares e meio bilhão de reais. Em todos esses anúncios, estava escrito: "Protocolado no Terra Legal". Por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

há uma área aqui de 1,8 mil hectares. Há áreas até de 6 mil hectares, de 7 mil hectares. Inclusive, isso é contra a Constituição. Para poder titular uma área pública acima de 2,5 mil hectares, é preciso passar pelo Congresso Nacional.

Então, o que está acontecendo é que o mercado da grilagem de terras na Amazônia está tão aquecido, com uma expectativa tão grande de impunidade, que as pessoas estão colocando na internet. É como se eu roubasse um carro e anunciasse na internet: "Carro roubado pode ser regularizado".

Então, existe realmente um risco muito grande e a necessidade de ser fazer um trabalho benfeito para poder evitar essas situações.

O que significa, por exemplo, você modificar a legislação? Eu trouxe até alguns eslaides, inclusive, apresentados pelo Sr. Geraldo. De fato, o PLS 510 não modifica toda a legislação anterior. Ele modifica uma série de pontos-chaves. Ele traz algumas melhorias. Inclusive, essa questão dos embargos e das multas é positiva, sim. Agora, o que é preocupante aqui é que, em primeiro lugar, enquanto a lei anterior permitia ao beneficiário obter somente uma terra, uma área, o PL 510 permite que um cidadão, no caso de já ter uma área, consiga outra área, contanto que ela não passe de 2,5 mil hectares. E 2,5 mil hectares é muita terra! Nós estamos falando de uma área de milhões de reais.

Enquanto a lei atual permite titulação na situação que era comum até 2008 e até 2011, no caso do art. 38, já no caso principal, em que há um desconto maior, ela já permite para 2012. E, no caso principal, do art. 38, permite até 2014. E, ainda por cima, há a introdução do art. 33, que diz das áreas que não são passíveis de regularização. Por exemplo, se elas estão embargadas ou estão com algum tipo de problema ou foram invadidas após o marco atual, que é 2011, elas podem ser alienadas por meio de licitação pública, com preferência da pessoa, que já é o posseiro. A pessoa invade ilegalmente, cometendo um crime, de acordo com a legislação atual, e ainda tem o benefício de ser o primeiro na licitação, numa área de 2,5 mil hectares, que, inclusive, vai ser titulada sem vistoria de campo.

É essa, senhoras e senhores, a nossa preocupação. Nós não queremos interferir no processo de regularização fundiária, que já está acontecendo e que já pode beneficiar 96% dos produtores que estão esperando na fila. Mas essas pequenas mudanças têm um grande impacto na forma como se faz a regularização fundiária. Inclusive, é possível visualizar esses... Aqui, em amarelo, nós temos... Em laranja, são as áreas que já são regularizadas pela legislação atual. Há essa minoria de imóveis, inclusive muitos deles são grandes imóveis, concentrados em Roraima. Alguns deles também estão em Tocantins, e boa parte, no Pará, principalmente em áreas de fronteira, na BR-319, áreas onde há o quente do desmatamento, onde de fato existe uma concentração muito grande de desmatamento. Vão ser exatamente essas áreas de desmatamento recente que vão ser beneficiadas exclusivamente pela mudança na lei.

Portanto, quais são as opções para a regularização? Sim, é crucial avançar na regularização fundiária. A lei atual já permite titular, sem vistoria presencial, 96% dos imóveis. O que é preciso é avançar na questão tecnológica, como já está sendo feito pelo Incra, investir, fortalecer o próprio órgão. E todos os produtores, com ocupação mansa e pacífica pré-2011, já têm direito à regularização. E esses são a maioria absoluta. Quem é que invadiu? Quem é que entrou em terra pública após 2011? Certamente, não é esse produtor que foi para a Amazônia para poder buscar uma vida melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As modificações trazidas, as modificações que nos preocupam – também há pontos positivos – no PL 510 são as de que ele facilita somente para médios e grandes, porque os pequenos já são facilitados, já podem ser titulados pela imagem de satélite; anistia invasões pós-2011, que são hoje consideradas ilegais; e também cria uma sequência de anistias. A lei de 2009 já anistiou todo mundo que invadiu pós-1985; a de 2017 já anistiou todos que invadiram de 2004 a 2011. E, agora, vamos aprovar uma lei que vai anistiar todo mundo que invadiu até e inclusive 2020, 2022, 2025, visto o artigo que coloca a possibilidade de licitação quando aquela área não é cabível de regularização?

Por isso, precisamos, sim, de um PL de regularização que coloque esse procedimento acelerado para os pequenos, porque eles têm um risco menor, têm um lucro menor – então, os grileiros não vão focalizar tanto a grilagem de áreas pequenas –, são, normalmente, proprietários que já estão ali e possuem só um imóvel. Isso é muito importante porque a titulação é uma doação do público para o privado e tem que ser pensada com um viés social; não se pode fazer isso para poder beneficiar um grande. Se um grande quer investir em terras na Amazônia, que ele vá lá, compre uma terra e faça uma grande área de soja, de pecuária. Não sou contra o médio ou o grande; agora, eu sou contra um recurso público ser repassado para médios e grandes a preço de banana, porque nós todos perdemos depois.

É preciso, sim, fortalecer o Incra, fortalecer os controles ambientais e manter esse marco temporal. É importante também destinar terras públicas para assentamentos que estão paralisados e para unidades de conservação – inclusive, essas unidades de conservação formam uma infraestrutura verde também para a nossa agropecuária através da chuva – e aumentar a punição para a grilagem. A lei atual é de 1966. Ela precisa ser atualizada. É preciso, inclusive, aumentar a punição, como no projeto, por exemplo, do Sr. Capiberibe.

Por isso, agradeço a atenção. Eu estou aqui disposto ao diálogo, a mais informações.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Professor Raoni Rajão. Peço, por gentileza, que envie para a Secretaria da Comissão de Agricultura a sua exposição, para que a gente possa deixá-la à disposição dos Senadores e Senadoras – é um estudo importante – e, principalmente, para que o nosso Relator, que está nos acompanhando, também possa tê-la à sua disposição a qualquer hora e tempo. Assim como o Incra fez, enviando a exposição para a Secretaria da Comissão de Agricultura, que também o senhor o faça. Muito obrigado pela sua participação.

O Senador Jaques Wagner pede a palavra.

Eu pergunto: quer falar agora ou após a fala de mais dois convidados, Senador Jaques Wagner?

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Acir, boa tarde!

Boa tarde a todos os amigos!

Eu vou ter que embarcar para Brasília, mas ainda tenho tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pois não!

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, por mim, posso ouvir os outros dois. Se realmente o tempo ficar premente e se eu tiver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que entrar no avião, eu queria fazer duas ou três perguntas ao Presidente do Incra. Mas aí eu posso deixar para depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem! Ao final, V. Exa. terá a preferência, então, para usar da palavra.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Também a Senadora Zenaide pede a palavra para depois da apresentação.

Passo a palavra agora à Professora Cristina Leme Lopes, para que faça as suas colocações.

Muito obrigado pela sua presença junto conosco.

**A SRA. CRISTINA LEME LOPES** (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Boa tarde a todos os Senadores e Senadoras que nos assistem! Cumprimento esta Mesa virtual, na pessoa do seu Presidente, Senador Acir, e gostaria de agradecer ao Senador Jaques Wagner pelo convite de participar desta audiência pública tão importante.

Bom, eu sou advogada, pesquisadora sênior do Climate Policy Initiative da PUC-Rio, e a gente tem acompanhado de perto essa questão da regularização fundiária. Já publicamos várias análises sobre a MP 910 e sobre os dois projetos de lei que estão atualmente em tramitação: o PL 2.633, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, e o PL 510, que é o objeto desta audiência pública. Além disso, o CPI/PUC-Rio também lidera uma força-tarefa de regularização fundiária na coalizão Brasil, clima, florestas e agricultura, um movimento que reúne quase 300 representantes do agronegócio, do setor financeiro, da sociedade civil e da academia. E nossas análises têm contribuído para os posicionamentos da coalizão, como o posicionamento que foi publicado na semana passada, alertando para os riscos da aprovação do PL 510.

Bom, antes de iniciar a minha apresentação, eu vou fazer uma apresentação técnica. Inclusive eu vou me ater à minha especialidade, que é a jurídica – eu sou advogada. Então, como disse bem o Sr. Geraldo Melo, que não levantou os parâmetros da lei... E, justamente, a minha apresentação é sobre os parâmetros da lei. Mas, antes, eu queria reafirmar e, inclusive, falar para a Senadora Kátia Abreu que nós lá do CPI da PUC-Rio e da coalizão – eu posso falar também em nome da coalizão – reconhecemos a importância da regularização fundiária. Ninguém é contra a regularização fundiária. A regularização fundiária é importante, é importante para apaziguar os conflitos fundiários, evitar novos conflitos, trazer segurança jurídica. Todo mundo sabe que a titulação é importante, é uma fonte de segurança jurídica, e a gente tem um problema histórico de insegurança jurídica. Os problemas fundiários brasileiros nascem com a ocupação do Brasil pelos portugueses, pela legislação da ocupação da terra. A forma como Portugal, a época, resolveu titular foi a maneira que hoje a gente está tendo essa série de problemas, porque a titulação era feita só para algumas pessoas. Então, essa questão da ocupação das terras públicas é histórica. Então, não há a menor dúvida de que a gente precisa enfrentar isso. E eu acho que estamos enfrentando e estamos avançando – e já avançamos muito –, mas precisamos avançar muito mais. E, além disso, o título também permite a inclusão econômica dos produtores rurais e vai promover a justiça social, que é o que todo mundo quer.

Mas a gente acha que não é o PL 510 que vai trazer as soluções para os desafios atuais. Eu acho que o Sr. Geraldo Melo, Presidente do Incra, trouxe, sim, já algumas soluções para os desafios atuais. Ele mostrou o quanto o Incra tem investido em plataformas, em sistemas, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

integração de base de dados, tudo que não estava ao nosso alcance alguns anos atrás. Eu não tenho a menor dúvida de que esse instrumental tecnológico vai acelerar a titulação, e isso vai trazer uma série de benefícios.

Mas, para poder falar sobre os parâmetros técnicos da lei, gostaria também de compartilhar uma apresentação.

Deixe-me tentar compartilhar aqui. (*Pausa.*)

Pronto.

Então, com essa apresentação, a gente fez uma análise detalhada do PL 510 e selecionou alguns parâmetros para a gente mostrar quais são essas propostas, quais são essas alterações em relação à legislação atual.

Pois bem. A primeira alteração é uma alteração que tem sido muito falada. O Raoni Rajão acabou de apresentar muito bem o que acontece quando a gente faz alteração do marco temporal. O marco temporal é a data que permite: a ocupação anterior a essa data pode ser regularizada; posterior a essa data, ela é considerada uma ocupação ilegal – e essa ocupação ilegal a gente também pode denominar como grilagem.

Então, a legislação atual... E há uma pequena confusão em relação a essas datas porque a lei estabelece duas datas. Por quê? Pela primeira regra, que eu chamo de regra geral, a legislação atual estabelece como data limite 22 de julho de 2008. O que diz essa data de 2008? Ela permite a regularização mediante descontos no valor da terra. Mas há, também, outro dispositivo na lei que permite a regularização para ocupações até dezembro de 2011. Nesse caso, o ocupante também vai pagar pela terra, também vai poder regularizar, mas ele vai pagar pelo valor cheio da tabela do Incra, que é bem abaixo do valor de mercado. Ainda é um grande prêmio regularizar a ocupação até 2011. E o que o PL 510 traz? O que o PL 510 traz é a alteração desses dois marcos temporais: o marco temporal da regra geral para pagamento com desconto até 25 de maio de 2012 e a regra que vai permitir todas as ocupações até 10 de dezembro de 2014.

Ora, como já está explicado, essa alteração não vai resolver aquelas ocupações históricas. É comum a gente ouvir "poxa, mas as pessoas vieram há 30, há 40 anos, e não têm o título da terra!" Realmente, é um absurdo, mas não é o PL 510 que vai conseguir titular essas pessoas. As ocupações históricas podem ser tituladas pela lei que já está vigente. Então, essa alteração do marco temporal só vai beneficiar aqueles que ocuparam novas terras públicas depois de 2011, dez anos atrás, data pela qual o programa, a Lei 11.952 já tinha sido publicada e já era bastante sabido que qualquer ocupação para a frente era uma ocupação irregular, era uma grilagem. Então, essa alteração do marco legal não favorece titulações históricas, não favorece os pequenos agricultores; ela favorece aqueles que ocuparam e invadiram terra pública sabendo que eram ilegais.

Bom, o segundo parâmetro que eu selecionei...

Desculpem–me. Os senhores estão me ouvindo? Porque eu recebi uma informação de que...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Afirmativo. Nós a estamos ouvindo bem.

**A SRA. CRISTINA LEME LOPES** – O.k. Obrigada.

O segundo parâmetro trata dos requisitos para a regularização. A lei faz alguns requisitos. Não é qualquer ocupação, não é qualquer ocupante. Por exemplo, uma empresa que ocupou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma área e está fazendo atividade produtiva pode requerer a regularização em nome da empresa? Não, não pode. Então, a lei traz estes requisitos: precisa ser uma pessoa natural, ela não pode ter sido beneficiada por programa de reforma agrária ou regularização fundiária anterior e não pode ser um proprietário de outro imóvel rural. Por quê? Porque, justamente, como foi falado, a regularização de terra pública... A terra pública é um bem, um patrimônio de toda a sociedade. No momento em que você flexibiliza e dá condições facilitadas a preços menores para regularizar uma área, você tem que colocar alguns requisitos. O objetivo é um objetivo de justiça social. E o que faz o PL 510? Ele permite a regularização por quem já é proprietário de outro imóvel rural. É claro que ele coloca o limite de até 2.500 hectares. Sim, porque esse é o limite constitucional. Talvez, se a Constituição não tivesse estabelecido esse limite, o PL 510 também colocaria qualquer tamanho de área. E ele também permite que a pessoa tenha sido beneficiada em programa anterior. Ora, se o trabalhador já teve o seu título de terra, por que ele precisa ter outro? Quem está ganhando para essa alteração? Não são os pequenos, não são aqueles que estão há anos na fila da titulação esperando por uma propriedade em seu nome. Então, novamente, essa alteração serve a quem? Serve para um grupo, um grupo que já tem benefícios, um grupo que já tem terras. Então, a gente não entende como isso possa ser alguma vantagem para a sociedade.

Bom, um terceiro dispositivo, parecido com o dispositivo anterior, que é de beneficiar aqueles que hoje podem não ter nenhum título. Eles ganham um título e, se eles repassarem, se eles venderem esse título, no futuro eles poderão ser beneficiados novamente com regularização fundiária. Ora, isso é incentivar a invasão constante. Porque, se eu sou beneficiário hoje de um título e eu acho que é interessante vender o meu título e ganhar dinheiro em vez de produzir naquela área. Aí, no futuro, eu posso novamente entrar em outra terra pública e ser titulado novamente.

Então, assim, essa alteração serve a quem? Àqueles que foram para o Centro-Oeste, para a Região Norte 30, 40 anos atrás, expandir, garantir a agricultura familiar? Não. Essa alteração só vai beneficiar aqueles que pretendem fazer da invasão de terra pública um negócio.

Uma outra alteração, que já foi comentada aqui também, diz respeito ao procedimento simplificado. O que é esse procedimento simplificado? O próprio presidente do Incra, Sr. Geraldo, explicou. É um procedimento pelo qual o ocupante entrega, faz declaração, vários requisitos. E esse procedimento simplificado isenta a vistoria prévia no local, ou seja, a vistoria vai ser feita remotamente. Como? Através de todo aquele sistema que foi apresentado aqui hoje, imagens da Planet, cruzamento de bancos cadastrais, e você vai conseguir verificar.

E a legislação hoje permite esse procedimento para posses até quatro módulos fiscais. E o que faz o PL 510? Ele amplia, mas ele amplia até o limite de 2.500 hectares. Ora, vimos agora com os dados públicos que em torno de 95, 96% dos cadastros hoje aguardando para regularização fundiária são menores do que quatro módulos fiscais.

Portanto, a maior parte dos beneficiários hoje da regularização fundiária já podem se regularizar pelo procedimento simplificado. Qual é o valor de estender esse procedimento para imóveis até 2.500 hectares? Se é 5% da base cadastral, mas representa uma grande área e, é claro, esse procedimento ainda não está totalmente implementado. O Sr. Geraldo acabou de mostrar, é um procedimento que está em via de implementação.

Temos garantia de que a vistoria por sensoriamento remoto vai dar certo? Será que ela vai ser suficiente? Será que ela vai evitar a fraudes? Então, inicialmente, por que não implementar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para a maioria dos produtores que aguardam a titulação e se, efetivamente, no futuro tiver justificativa com base em dados e em ciência, a gente possa discutir essa extensão. No momento, não há justificativa para essa extensão.

Uma outra questão muito importante diz respeito às salvaguardas ambientais. Bom, as salvaguardas ambientais são aquelas regras que, dentro da legislação fundiária, são regras de proteção ao meio ambiente ou regras que vinculam a regularização fundiária à regularização ambiental. Por quê? Ora, muito se tem dito que o que esse PL vai trazer é que ele não vai anistiar crimes ambientais e vai evitar novos desmatamentos ilegais, mas não é verdade.

Então, o Sr. Geraldo falou muito bem que a lei, no *stricto sensu* da lei, a Lei 11.952, em seu texto legal, não estabelece obrigatoriedade de entrega do CAR e ela não vai estabelecer a obrigação de você declarar que a área não foi objeto de embargo a auto de infração. Ele fez uma provocação: onde está escrito embargo na Lei 11.952? E eu queria dizer que a legislação não depende de aplicação de uma lei, ela não é feita apenas no *stricto sensu*, lei em sentido estrito. Existe lei em sentido amplo. O que é isso? Ao aplicar uma política pública, a gente usa todo o arcabouço legislativo em vigor. E justamente o que o Sr. Geraldo reafirmou é que no final do ano passado, em 24 de dezembro de 2020, foi promulgado o Decreto 10.592. O que diz o art. 5º do decreto? Então, eu copiei o art. 5º aqui. Eu só vou chamar a atenção para os pontos principais.

O art. 5º, no inciso I, na letra "d", o que precisa ser entregue como declaração: comprovante de inscrição no Cadastro Ambiental Rural. Isso está escrito textualmente no Decreto 10.592, atualmente em vigor. Continuando o artigo, nº 6, que "não mantenham, em sua propriedade, trabalhadores em condições análogas às de escravos". Também não é uma novidade do PL 510. Esse requisito já está previsto na legislação em vigor. Item 7, "o imóvel não se encontre sob embargo ambiental e não seja objeto de infração", de auto de infração expedido pelo órgão ambiental federal, ou seja estadual, distrital e municipal, ou seja, a legislação em vigor prevê, sim, como requisito para a regularização, a entrega de declaração dizendo que o imóvel não se encontra sob embargo ambiental. O artigo continua: que as análises das ocupações vão ser feitas por meio de sensoriamento remoto. Portanto, já está previsto, já está legislado, já está regulamentado o uso de novas tecnologias.

Todo o arsenal, todo o sistema que o Incra está montando, que vai entrar em vigor e que vai dar conta de mais de 95% das ocupações, vão ser feitas pelo procedimento simplificado, por sensoriamento remoto. E realizada a análise remota, será feita a verificação dos documentos declarados. E o que é que eles vão verificar? Se há termos de embargo ou infração ambiental, porque nesse caso, vai ser obrigatória uma vistoria no local. Vão analisar a inscrição no CAR.

Portanto, quando eu coloco que a Lei 11.952 já prevê essas salvaguardas ambientais, e não precisamos de uma nova lei, é porque a legislação em vigor já prevê. E um decreto, eu não posso acreditar que esse decreto... Ou a gente reconhece que o Governo publicou um decreto flagrantemente ilegal, e eu não acredito, porque a AGU certamente fez o controle de legalidade prévia... Portanto, esse decreto não tem um problema de vício formal de legalidade, então está em vigor. Se o decreto já prevê a entrega do comprovante do CAR, a entrega de declaração de que a área não é objeto de embargo, nem auto de infração e que esses cruzamentos vão ser feitos com as bases de cadastros atualmente em vigor, que em caso de constatação de dano ambiental, é preciso aderir ao Programa de Regularização Ambiental ou fazer um termo de ajustamento de conduta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que então traz o PL de novidade? O que ele traz de novidade é o seguinte: ele define infração ambiental como conduta lesiva ao meio ambiente comprovada por meio de esgotamento das vias administrativas, ou seja, isso, sim, é uma pegadinha. É uma pegadinha ambiental. Por quê? Sabemos, e há um relatório da Controladoria-Geral da União, de abril de 2019. Ela traz uma análise aprofundada do processo administrativo federal do Ibama. E em suas conclusões, ela diz: "os processos permanecem por tempo excessivo em todas as (...) etapas (...)" São no mínimo cinco anos. Sabendo que os autos de infração com desmatamento são as multas mais elevadas, outra coisa que esse relatório de auditoria traz de informação, esses processos podem demorar dez anos, doze anos, quinze anos.

Então, o que PL 510 traz é o seguinte: não é que ele vai verificar qualquer auto de infração ou embargo; ele só vai verificar aquelas áreas cujo auto de infração ou embargo tem o seu processo administrativo finalizado transitado em julgado; ou seja, na prática, você não vai ter nenhuma área sujeita a esse controle prévio de titulação.

E o que ele faz depois, o PL 510? Aí está o seu artigo, para mostrar que já está na lei. Quais são as garantias pós-titulação? O mesmo decreto que eu mencionei diz que, no pós-titulação, as cláusulas resolutivas estabelecem o respeito à legislação ambiental, que o ocupante vai ter que fazer a comprovação de regularidade ambiental através de certidões negativas, através da análise do CAR e que o descumprimento das condições implica a perda do título.

E o que traz o PL 510 para a Lei? O simples respeito à legislação ambiental. O PL 510, efetivamente, enfraquece as salvaguardas ambientais. A novidade que ele traz em relação à legislação anterior é no sentido de enfraquecer, de limitar. Do jeito que essa proposta está sendo construída, o que a gente vai ver é a anistia nos crimes ambientais. Não anistia do ponto de vista da legislação ambiental, porque esses crimes não podem ser anistiados, mas a legislação fundiária não vai garantir um alinhamento das políticas. Você vai estar regularizando, titulando áreas que foram objeto de desmatamento ilegal, que não foram autuados porque o próprio Governo reconhece que quando não há titulação não há autuação. Um dos discursos é: é preciso titular porque quem tem o título da terra pode ser responsabilizado. Ora, se o controle ambiental é feito através da verificação de autos de infração e embargo, se eu já sei que quem não é titulado não tem autos de infração e embargo, que controle é esse? Não há controle. O controle ambiental é fraco.

Se o PL 510 quisesse trazer efetivamente um avanço na política ambiental, na vinculação da política fundiária ambiental, ele deveria verificar se houve desmatamento ilegal. E a gente vai verificar se houve desmatamento ilegal cruzando as bases de dados, essas mesmas bases que o Incra já mostrou que é possível cruzar: CAR, Planet, Prodes, MapBiomas. E não é isso que o PL 510 está trazendo.

Por fim, como já foi dito, esse PL traz também essa possibilidade de o ocupante do imóvel ter direito de preferência na aquisição de área por meio da licitação pública. O que é esse artigo? Esse artigo é o seguinte: as áreas não podem ser tituladas por meio das regras que foram estabelecidas – verificação da pessoa, da área, comprovação, vistoria, etc. Que áreas são essas? Ou elas são maiores do que 2,5 mil hectares ou elas extrapolam a lei ou elas extrapolam o limite do marco temporal, áreas ocupadas após 2011 ou, pelo próprio PL, após 2014, ou são áreas que possuem trabalhadores escravos. Essas áreas que não cumprem os requisitos legais, mas que estão sendo ocupadas por invasores de terras públicas, lá no futuro, vão ter direito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

preferência na aquisição dessas terras. Isso é ou não é incentivar a ocupação de novas terras, incentivar o desmatamento ilegal, incentivar a grilagem?

Portanto, o que eu fiz aqui foi apenas comparar a legislação em vigor com as propostas do PL 510. E o que eu vejo muito claro nessa proposta é: ela não resolve as ocupações históricas, ela não resolve os problemas dos pequenos, ela não resolve o desmatamento ilegal. Ela apenas beneficia médios e grandes e incentiva novas ocupações.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Professora Cristina. Também peço que a senhora envie à Secretaria da Comissão de Agricultura a sua apresentação para que a gente possa deixar à disposição dos nossos Senadores e Senadoras para fazerem as suas pesquisas.

Muito obrigado por sua presença junto conosco.

Agora, passo a palavra ao Professor José Heder Benatti, para fazer as suas colocações, também agradecendo a presença de V. Sa. nesta Comissão, neste debate tão importante para todo o nosso País.

**O SR. JOSÉ HEDER BENATTI** (Para expor.) – Boa tarde!

Primeiro, gostaria de agradecer ao Senador Acir, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, às Sras. e aos Srs. Senadores aqui presentes nesta sessão. Também, é um prazer estar hoje, aqui, à tarde, com a Professora Cristina, o Professor Raoni Rajão e o Presidente do Incra, Geraldo Melo.

Na realidade, ser o último a falar tem uma grande vantagem, porque não preciso repetir o que os demais já argumentaram e apresentaram de informação, que levam a todo um questionamento, e, de fato, pretendo apenas destacar dois aspectos desse rico debate que nós colocamos aqui.

A primeira questão é: quando o debate é sobre regularização fundiária, vou colocar isso diante da minha experiência de quatro anos como Presidente do Instituto de Terras do Pará, entre 2007 e 2010, antes disso, já um curioso, e continuando a pesquisar e conhecer melhor essa complexidade que é a questão de reconhecer o direito à terra, ou seja, dizer quem tem direito a ter direito à terra.

O primeiro aspecto que eu levanto, e aí, usando a analogia com a Amazônia, é que esse debate da regularização fundiária tem que parar de olhar como se estivesse olhando somente para a árvore. Nós temos que olhar para a floresta. Ou seja, se a única alternativa apresentada – e os dados que têm sido levantados indicam isso – é regularizar a terra, nós não vamos resolver o problema da Amazônia e, muito menos, do Brasil, que é o que, na realidade, a lei está regulamentando. Ela extrapola, hoje, a nova legislação, extrapola a Amazônia. Ela é uma regularização federal para o Brasil.

O que quero dizer sobre parar de olhar para a árvore e olhar para a Amazônia? Quero dizer que, na realidade, a regularização fundiária começa lá em 2009, depois, tem, em 2017, uma nova modificação, e, dois, três anos depois, hoje, estamos debatendo novas modificações sobre ela. Só que essas alterações, que têm todas as fragilidades colocadas, a gente tem que aprender, pelo menos eu aprendi como estudioso e na prática, que as normas, por si sós, não mudam uma realidade, mas formatam e passam um recado de comportamentos.

Eu vou dar só um exemplo sobre isso. Orientando um doutorado, em que se trabalhou sobre a nova lei, o Novo Código Florestal, e ela é uma advogada e professora no Mato Grosso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ela analisou dois Municípios no Mato Grosso antes da nova lei, o Código Florestal. Um Município tinha uma lei municipal, que articulava e ajudava a proteger a reserva legal e a Área de Preservação Permanente e o outro Município não tinha. Qual era o cenário? No que não tinha, a APP e a reserva legal eram mais desmatadas do que no Município que tinha uma legislação municipal de proteção da APP e da reserva legal.

Quando veio a alteração da lei, que muda a referência da reserva legal e da APP, principalmente, porque ela começa a contar a partir do leito e não mais da enchente média, o que aconteceu na prática? No Município que tinha uma lei municipal que mais protegia a APP, começa a aumentar o desmatamento na APP. Por quê? Porque assim a lei o permitia, ou seja, a lei deu um comando que estimula o desmatamento daquela área que antes era protegida; quer dizer, flexibilizou as regras. Na discussão atual, a grande questão é esta também: se a gente olhar todo o debate que está ocorrendo sobre a questão de direito à terra, e não só sobre regularização fundiária, os dados apresentados, tanto os que estão disponíveis no Incra, no Instituto Chico Mendes, na Funai, apontam que, desde 2010, você tem uma queda no reconhecimento do direito à propriedade de quilombolas, ribeirinhos, para criação de assentamentos, de povos indígenas, de seringueiros, de extrativistas. Ou seja, de um lado, você tem uma queda desse reconhecimento e, de outro lado, você tem o quê? A partir de 2019, o aumento do desmatamento da Amazônia, quando você tem todo um discurso que diz: "Se você ocupar, eu vou te regularizar".

Na verdade, o grande impasse hoje do Estado brasileiro – e aí o Presidente do Incra, Sr. Geraldo Melo, mostrou que ter instrumentos de controle é fundamental, só que é preciso também ter uma política pública não só de regularização fundiária... O que nós estamos discutindo, para resolver o problema do desmatamento, da violência no campo e do respeito à diversidade de ocupações existentes no Brasil, em particular na Amazônia, segundo a própria ordem hierárquica de preferências estabelecida pela Constituição e pelas normas infraconstitucionais, é regularizar todo mundo. Todos têm direito à regularização fundiária, não é só o pequeno, o médio ou o grande, como claramente a Lei de Regularização Fundiária aponta como seus sujeitos prioritários, excluindo os demais.

Se o Incra, que faz a regularização fundiária, que cria assentamentos, que reconhece as áreas quilombolas, vai fazer regularização fundiária também, sendo que o seu corpo de servidores cada vez diminui mais, com aposentadorias, etc., qual a capacidade que ele tem para trabalhar com toda essa complexidade? Não tem; não vai conseguir. E os dados estão aqui demonstrando isso. E mais ainda quando você tem uma legislação que aponta para um único segmento que vai ser privilegiado na diversidade desses sujeitos sociais que querem ter acesso à terra.

Então, na realidade, o grande problema do impasse hoje em torno dessa dicotomia colocada, ou seja, se é bom ou não fazer a regularização fundiária, que é uma dicotomia falsa – e todos que aqui se manifestaram são favoráveis à regularização fundiária, mas têm preocupações com o que a lei pode estimular, com que sujeito será privilegiado em detrimento dos demais... Então, na realidade, o que se precisa discutir – e aqui o Parlamento, o Congresso Nacional e esta Comissão são sujeitos privilegiados e fundamentais nesse debate – é uma governança da terra.

Ora, os dados apresentados todos eles são frágeis, por quê? Porque nós ainda não temos um cadastro que consiga realmente representar a maioria dos imóveis titulados no Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pará, em particular, que eu conheço mais, mas também na Amazônia e no Brasil. Você tem questionamentos sobre a fragilidades do registro de imóveis. Há questionamentos sobre se tudo que está registrado é realmente propriedade e foi legitimamente transferido do Estado para o particular.

Então, se você tem fragilidades nos órgãos ou nos cadastros – que são fundamentais – fundiários e do direito de propriedade, é óbvio que vai haver toda uma dúvida sobre quem vai ter que ser regularizado. Então, um primeiro aspecto que eu levanto é este: na realidade, o que mais precisamos discutir, mais do que regularização fundiária, são normas de governança da terra, e aí nós temos leis que podem auxiliar com esse processo, basta uma organização muito mais administrativa e política, e para isso há pessoal, dinheiro, orçamento para que as políticas públicas possam ser implementadas.

E o segundo aspecto que eu levanto nesse debate que é fundamental são as preocupações levantadas anteriormente nas exposições, e elas são mais que justas. Na realidade, a Lei de Regularização Fundiária, e até aqui o que se conhece de política pública do Governo, é uma regularização fundiária passiva. O que é uma regularização fundiária passiva? Ela é passiva porque é o esperar da iniciativa privada em procurar o órgão público, em apresentar o georreferenciamento, em apresentar toda a documentação para dizer que ela tem direito. Ou seja, eu crio nesse aspecto onde... Se o Estado tem uma fragilidade de informação, se não sabe quem realmente está ocupando, onde, nem como, quanto e quando, se não tem controle sobre a violência, se tem só dados em que eu vejo o grau de desmatamento que está ocorrendo, mas não sei quem são os sujeitos, o que estimula e quando eles estão e quanto, porque eu não tenho um dado mais próximo da realidade, o que eu faço? Eu estimulo quem tem dinheiro, quem tem mais capacidade técnica, quem tem mais acesso aos órgãos, que apresente rapidamente o seu pedido de regularização fundiária. E aí em detrimento de quem? De quem tem menor poder aquisitivo, tem maior dificuldade de fazer georreferenciamento, que algumas vezes está esperando já há cinco ou dez anos uma proposta do Governo para ter uma titulação coletiva, para que tenha um assentamento criado, para que tenha uma reserva extrativista criada ou o reconhecimento da área quilombola ou de terra indígena.

Então, na realidade, o que está colocado, mais do que esse detalhe de se vai ou não aumentar a grilagem, é a questão da prioridade na regularização fundiária, é o reconhecimento da diversidade de sujeitos que têm direito a serem titulados, e não só um segmento que eu concedo que ocupe o imóvel a partir de uma data, que preenche alguns requisitos legais individuais.

Então, veja que todo um outro aspecto fundamental, de sujeitos históricos, que faz anos que estão esperando, que faz décadas que estão ali brigando pelo reconhecimento de seus direitos, não vão estar reconhecidos. E se eu priorizo uma única política, eu agravo essa situação. E aí todos os dados me mostraram que só a titulação não resolve o desmatamento.

E aí me vem, concluindo, a minha preocupação terceira: que nós vamos colocar não só em risco a regularização fundiária proposta, com as normas que têm todas as falhas aqui apresentadas, mas também toda uma preocupação de proteção com a Amazônia. Hoje se há uma preocupação nacional e internacional de proteção da Amazônia de ter a floresta em pé por causa da sua biossociodiversidade, por causa do papel e dos serviços ambientais que cumpre essa floresta, aí vem uma lei que estimula a ocupação e o desmatamento? É estimulado o quê? Só porque as pessoas querem desmatar têm maldade? Não, porque, como foi colocado aqui, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





valorização da terra tem aumentado muito nesses últimos anos e há toda uma corrida, desde 2010, conforme os documentos do Banco Mundial já demonstraram, há uma corrida internacional em busca de novas terras. E cada vez mais a legislação brasileira abre o seu mercado para a compra de terras por estrangeiros. Então, todo esse componente faz com que você tenha todas as políticas econômicas, jurídicas e políticas colocadas estimulando a ocupação e o desmatamento. E aí vai, mais uma vez, na atual situação que nós estamos vivendo, agravar o cenário nacional de conflitos e violência pela terra, o desmatamento da floresta, como também a nossa imagem internacional, mostrando a nossa incapacidade de reverter uma tendência que os dados têm indicado, que é o aumento da violência e da destruição da Floresta Amazônica.

Então, acho que talvez, no Senado Nacional, esta Comissão tem o papel fundamental de abrir esse debate e dizer: na verdade, a regularização fundiária é fundamental como instrumento e não como política pública geral. Instrumento porque ela vai estabelecer a forma, quando e como; como política, quem é que tem prioridade na diversidade de sujeitos que ocupam não só a Região Amazônica, mas, se você pegar hoje, parte do Cerrado brasileiro, o Nordeste, o Sudeste, de disputa pela terra. E aí, nesse dado, a regularização fundiária não pode aumentar um dado ainda muito ruim para o Brasil que é a concentração da terra.

Infelizmente, fui convidado hoje de manhã para fazer essas rápidas palavras, mas há um entendimento fundamental nesse debate que é o debate econômico: o que é que nós estamos regularizando e qual estímulo nós vamos estar criando? Porque a lei não basta ser boa ou não; a questão é qual estímulo ela traz para levar os sujeitos sociais a terem uma atitude na sua ação.

Por exemplo, finalizando, por que aumentou tanto o número de ocupação e desmatamento na Amazônia de terras ocupadas reconhecidas e não ocupadas por garimpagem, por garimpos na Amazônia? Os garimpeiros, de repente, resolveram ver a Amazônia como grande área a ser explorada? Não, não é só isso. É porque aumentou consideravelmente o preço do ouro no mercado internacional. Isso faz com que os riscos que vão empregar estimulem aquela atividade, porque sabem que vai ter retorno. A mesma lógica leva-se também à questão da terra. Se não tem direito de propriedade claramente estabelecido, se não tem os cadastros bem organizados, estipulados, se não tem todos os direitos reconhecidos pelos diferentes sujeitos sociais, eu estimulo a ocupação, a exploração, o desmatamento e a violência.

Então, na realidade, mais do que regularizar, nós estamos discutindo se vamos ou não dar o aval para aumentar o desmatamento e a violência no campo, em particular, na Amazônia.

Eu agradeço a possibilidade de aqui rapidamente apresentar essas preocupações e destaco que, mais que regularização fundiária, deveria ser um instrumento de administração e não um instrumento de política pública; deveria ser a governança da terra e não a regularização fundiária.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Professor José Benatti, pela sua palestra, pelas suas colocações.

Nós fizemos questão de não limitar o tempo dos nossos convidados, exatamente pela importância deste debate. Assim todos puderam fazer todas as suas colocações e explanações dentro do seu tempo, dentro da sua necessidade.

Agradecendo mais uma vez a todos, pela participação, agora passo a palavra aos nossos Senadores, inicialmente ao Senador Jaques Wagner, para fazer as suas colocações.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu já estou a caminho do aeroporto e, por isso, estou de máscara no carro, mas vou rapidamente dizer, primeiramente, da minha alegria pela reunião de hoje, da segunda reunião da CRA sob sua condução para esclarecimento. Porque eu digo sempre que o pior caminho na democracia é escolher a bipolaridade, a dicotomia. Isso não vai levar a gente para lugar nenhum. A privatização do ex-Presidente Fernando Henrique poderia ter sido muito mais bem-feita, a serviço da sociedade brasileira, se não estivéssemos divididos entre dinossauros, que éramos nós que não queríamos, e avançados. E acabou que a gente não conseguiu dialogar e mediar.

Então, como eu sou um convicto disso, eu quero começar dizendo, Presidente, que, para mim, o primeiro consenso construído nesta reunião é que nós não estamos aqui divididos em dois grupos: quem quer e quem não quer a regularização. Na minha opinião, todas as vozes que eu ouvi, seja de que posição for sobre que tipo de regularização, todo mundo fala a favor, inclusive eu.

Só para lhe dar o exemplo concreto, naquilo que me competia como Governador do Estado da Bahia durante oito anos e sequenciado pelo meu colega Rui Costa, até agora, entre 2007 e 2020, nós regularizamos 1 milhão de hectares, dando título de terra – 1 milhão de hectares! São bem mais de 100 mil títulos de terras que demos para os pequenos daquilo que era terra devoluta do Estado da Bahia – evidentemente, não era terra federal, porque eu não tinha competência para isso. E eu sei a alegria que é o pequeno que tem, sei lá, um módulo, dois módulos, seja de que região for, receber, porque aquilo é a alforria dele: ele pode tomar dinheiro no Pronaf, ele pode fazer empréstimos, ele pode fazer várias coisas; e, quando ele não tem o título, ele não é ninguém perante os órgãos públicos, perante o banco, etc., etc.

Então, não vamos nos dividir entre quem quer e quem não quer. Vamos separar o que cada um tem como concepção. Essa que é para mim a realidade.

A exposição do Incra me deixa extremamente satisfeito, porque eu vejo que o Estado brasileiro... Estou à vontade para dizer que eu estou extremamente satisfeito, e não foi num governo de que eu faço parte, é de um governo que é oposição. Mas, segundo os dados apresentados pelo Presidente do Incra, esse acesso à tecnologia se deu agora em 2019 e 2020. Palmas então para quem fez! Agora, vamos entender: o Incra é ferramenta de aplicação de uma política. Como o próprio Dr. Geraldo falou, não é ele que vai dizer se é assim ou se é assado: é a lei que nós Senadores e Deputados vamos votar.

Então, Presidente, eu quero ser muito, assim, sincero, muito honesto de dizer qual é a minha preocupação maior. Como já foi dito pelo próprio Dr. Geraldo, a MP 910 ficou, até caducar, em discussão no Congresso Nacional – na Câmara dos Deputados em primeiro lugar e não veio para ao Senado, porque ela caducou. Foram exercícios – de que eu não participei, mas, pelo que sei, exercícios bons – daqueles que querem construir a democracia, buscando convergência e não apontando... Porque fica muito claro dizer: Não, aqui o problema é o seguinte: de um lado estão os bichos-grilos, do outro lado estão os "motosserras". Nós não vamos para lugar nenhum assim. Mas não é assim que fazem? Aí eu prefiro dizer: o ótimo é inimigo do bom e amigo do péssimo. O bicho-grilo não vai resolver minha vida e os "motosserras" convictos também não vão resolver minha vida. Então, vamos construir o caminho do meio.

Eu acho – e está longe de ser o meu sonho, porque eu também concordo com a professora que falou, do Rio – que nós já temos instrumentos. E, como o professor de Minas Gerais também falou, nós temos instrumento para titular 95% dos indivíduos que pedem por titulação – 95%!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, é claro que o instrumento novo não é o que vai determinar, porque esses estão em até quatro módulos, tudo o que já foi dito e não vou repetir.

A minha pergunta com toda a franqueza – e peço vênia ao meu querido Senador Irajá e já tive oportunidade de conversar com o Senador Fávaro: aquela evolução que foi feita na Câmara dos Deputados com pecuaristas, com gente do agronegócio, com gente ambientalista – vou insistir: não é meu sonho de consumo; por mim, eu ficava na lei de 2009 pelo menos até a gente titular 95% dos que estão esperando e que são os pequenos –, mas ali houve uma evolução. Ele volta para a MP 510 basicamente.

Então, eu não consigo, sinceramente, repito, máxima vênia ao querido Senador Irajá, eu não consigo entender, porque aquilo lá não foi feito – eu vou usar a expressão só para caracterizar – pelos bichos-grilos. Aquilo lá foi feito e discutido com pecuarista, discutido com gente que quer produzir, que é o que eu digo, é a coluna do meio, quer produzir racionalmente, pelo ambientalista que quer preservar racionalmente.

Então, só queria dar esse testemunho.

O Incra será nossa ferramenta. Quem vai dizer o que o Incra vai fazer é a lei que o Congresso Nacional vai aprovar. Por isso eu ia deixar esta pergunta, se é que o Incra participou, imagino que participou, da elaboração da 910 e depois da sua discussão, que foi feita até chegar à 2.633: qual é a opinião de Dr. Geraldo? Por que seria melhor a 910 do que, por exemplo, o 2.633?

Era só isso, Sr. Presidente, porque eu já estou indo para o aeroporto, mas vou continuar aqui atento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Nós que agradecemos, Senador Jaques Wagner, pelas suas colocações sempre centradas e muito positivas, principalmente com relação a esse tema de regularização fundiária.

Passo a palavra agora à Senadora Kátia Abreu, para fazer as suas colocações.

Há aqui a sua inscrição. Não sei se a senhora quer novamente.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Eu queria fazer algumas perguntas para a minha reflexão. Eu ouvi atentamente todos. E quero o material de todos, para que eu possa, de forma bastante lúcida e bastante tranquila, decidir sobre a minha posição.

Eu confesso que a minha preocupação tem várias vertentes. Eu gosto e defendo muito o direito de propriedade, o título das pessoas, a regularização, é claro, também, é óbvio, no sentido de as pessoas crescerem, mas tenho uma preocupação enorme com o desmatamento. Porque essa questão do desmatamento, que se pode regularizar alguns produtores, e são muitos dentro da própria região, mas, comparados ao restante do Brasil, o que é a maioria, nós não podemos deixar que um ato praticado em menos de 10% da agropecuária brasileira possa prejudicar 90% da agricultura deste País, no que diz respeito às exportações.

Então, nós temos que ter uma responsabilidade muito grande, porque eu não estou disposta a colocar em risco tudo o que nós conquistamos até aqui nesses últimos 40 anos. E eu disse para o Ministro do Meio Ambiente que eu prefiro sacrificar algumas convicções do que sacrificar a agropecuária brasileira. Então, nós precisamos ter muita lucidez, muita tranquilidade de encontrar esse meio-termo de titular aqueles que sinceramente... Olha, gente, são dignos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nossa compaixão! Uma pessoa estar, há muitos anos, num pedaço de terra e não ter um documento dela, é muito triste isso! Então, nós precisamos encontrar esse meio-termo.

Diretamente, a minha pergunta é: Geraldo Melo, a Ministra da Agricultura mencionou uma meta de 300 mil títulos nesses dois anos, junto com os Prefeitos. Eu queria saber se já existe convênio e quais são os recursos disponíveis para essa titulação desses 300 mil títulos? Qual é o planejamento disso? Em segundo lugar, eu queria que você pudesse dar uma explicação para esta audiência: quando que um assentado é dono de verdade da sua parcela? O que é ser dono de verdade da sua parcela? É ser legitimamente o dono. E quem é dono significa que ele pode ficar com ela, que ele pode vendê-la, ou que ele possa comprar mais delas? Como é que a lei explica isso? As pessoas precisam... Eu sinceramente sei como funciona, mas muita gente faz muita confusão sobre essas possibilidades. Por que eu fui assentado e tenho que ter um limite e um prazo para ter terra? Eu que não fui assentado pela reforma agrária tenho outra regra para ter o meu título? Isso independente dessas questões de mérito sobre o aumento do desmatamento, eu queria que você explicasse a diferença dessas duas leis para dois brasileiros com o mesmo tamanho de terra. Certo?

E por último, a terceira questão, para ver se nós chegamos, como disse o Jaques Wagner, se nós chegamos a um consenso mínimo com relação a essa questão? De que universo nós estamos falando, Geraldo Melo? Quantas pessoas você tem em mente? Quantas parcelas, na sua avaliação, deveriam e devem ser tituladas de assentamentos da reforma agrária? Quantas pessoas e quantos mil hectares? E, com relação a até quatro módulos, vamos fazer tudo até quatro módulos, os assentados e os não assentados: nós estamos falando de que, de qual quantidade? A Professora Cristina disse que 95% dos produtores estão na fila para ser titulados. Eu quero a sua confirmação – não duvidando da professora, que é uma grande advogada muito respeitada, mas você está com os instrumentos legais na mão, você tem a documentação, você tem o cartório na mão. Diga para nós o que significa esse universo e no que isso assusta?

E eu queria, para encerrar, Senador Acir, dar um número aqui muito interessante que o Vice-Presidente da República Mourão me deu agora numa audiência em que eu estive com ele.

Ele apresentou um plano para conter o desmatamento em janeiro, e esse plano o Ministro do Meio Ambiente não utilizou. Não me pergunte por quê. Mas é um detalhamento muito grande de como combater o desmatamento. Mas o que mais me chamou atenção nesse plano é que 11 cidades apenas – 11 – são responsáveis por quase 80% do desmatamento. Então, eu fiquei assim... O Vice-Presidente da República que me disse. Não foi nenhum ruralista e nenhum ambientalista que me disse isso; é o Vice-Presidente. Com certeza, esses dados ele pegou no Incra e pegou no CAR. Então, o que está acontecendo? Por que tanto transtorno e tanta dificuldade – e eu quero saber de verdade? Eu juro que eu imaginei, sob palavra de honra, que essa coisa estivesse mais pulverizada, incontrolável e numa centena de Municípios – 50 Municípios, 100 Municípios. Mas não, gente: 11 Municípios. Do que nós estamos falando? Eu estou simplesmente... Nós estamos nessa situação ridícula, temerária, de alto risco, por conta de 11 Municípios e de uma disputa do Ministério do Meio Ambiente com a Vice-Presidência da República, que estão disputando espaço, porque um é o Presidente do conselho e o outro é o Ministro? Nós, brasileirinhos, vamos pagar esse preço? Não, eu não acredito, Presidente Acir! Nós temos que tomar uma providência, chamar aqui o Mourão para ele apresentar esse grande programa – está aqui na minha mão; ele me entregou – de janeiro de 2021. E chamar o Ministro junto. O que foi que aconteceu? Qual é o segredo? E agora estão dizendo que precisam de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

US$1 bilhão para conter o desmatamento e que, se os países lá fora não derem US$1 bilhão... E que não há desmatamento.... Entregue o serviço, porque eu sei quem dá conta de fazê-lo. Entregue, entregue, porque eu sei quem dá conta de fazer isto lá no Ministério do Meio Ambiente: conter o desmatamento em 11 cidades. Quem não tem competência não se estabelece.

Então, nós estamos falando de onze: sete, no Pará; um, se não me engano – o Geraldo Melo deve saber, não sei se ele sabe, mas está aqui no papel; não vou pegar agora –, parece que em Rondônia; outro, no Mato Grosso; um parece que em Roraima... Uma coisa assim, pulverizada, uma aqui, outra acolá. Sete no Pará... Tudo aglutinado na mesma região. Pelo amor de Deus, gente!

Então, eu proponho, Sr. Presidente, que nós possamos fazer em comum essa audiência pública com a CRE e com a Comissão de Meio Ambiente, Jaques Wagner, para que nós possamos debater esse plano de contenção do desmatamento para esses 11 Municípios, porque eu já propus ao Mourão que eu quero entrar nesse helicóptero, junto com o senhor – fiz esse compromisso – e Jaques Wagner, para visitarmos esses 11 Municípios e sabermos o que está acontecendo por lá. Qual é a tamanha dificuldade para controlar esse desmatamento, colocando em risco as exportações brasileiras?

Muito obrigada. São essas três perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia.

Só para confirmar, então, os nomes dos Municípios: no Pará, são Itaituba, Rurópolis, Portel, Pacajá, São Félix do Xingu, Altamira e Novo Progresso; no Amazonas, Apuí e Lábrea; em Rondônia, Porto Velho; e, em Mato Grosso, Colniza. São esses os 11 Municípios responsáveis por 80% do problema do desmatamento no nosso País, só para reafirmar o que V. Exa. muito bem colocou.

Passo a palavra agora à Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Acir Gurgacz; o Presidente do Incra, Dr. Geraldo Melo, o Professor Raoni Rajão, a Professora Cristina e o Professor José Benatti, pensem como foi produtiva essa audiência pública aqui, Acir, que só nos mostrou como é necessário a gente ainda debater esse projeto de lei que está aí, o 510.

A que conclusão cheguei aqui? Que a gente já tem 108 mil imóveis e que 96% desses imóveis são de pequenos, de no máximo quatro módulos, e que a lei, já existente, a nº 11.952 já resolve isso, como foi mostrado aqui por esses três especialistas nisso. Isso nos deu um norte, para mim.

O que a gente quer dizer? Ninguém... Eu não sou contra a regularização fundiária, mas isso é uma parte social, como foi falado aqui, o próprio Governo Federal estimulava nordestinos, a todos irem para a Amazônia, em 2008, e foi aumentando. Então, eu acredito que a gente deve... O que está faltando não é mudar a lei, não é criar uma nova lei, é fazer essa regularização fundiária, apesar de ser mostrado aqui que não vai impedir o desmatamento totalmente, mas precisamos equipar o Incra e todos para fazer a fiscalização. Sem fiscalização a gente não vai sair de lugar nenhum.

Então, um, não é necessário criar uma nova lei, podemos fazer a regularização fundiária de 96% daqueles que têm a terra – a grande maioria, em 2008, já tinha, quando foram mudados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

os anos – e, depois, não está faltando lei, está faltando fiscalização. Se a gente aprovar essa nova lei, sem fiscalização também não chegaremos a nada.

Então, somos a favor da regularização fundiária, mas não precisamos mudar a lei, como foi provado, e essa audiência provou para o Brasil e para a gente aqui que precisamos, sim, discutir esse tema com todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Senadora Zenaide Maia.

Agora, com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizar, mais uma vez, à Comissão e a V. Exa. por promover mais essa audiência tão importante para todos os brasileiros. Aliás, metade da população brasileira mora em áreas irregulares, seja na área urbana, seja na área rural.

Não acompanhei todas as apresentações porque eu estava participando, concomitantemente, com a reunião do Covid daqui, do DF, mas eu queria dizer que, primeiro, já coloquei por escrito as minhas manifestações para o Relator e algumas sugestões, mas eu queria fazer mais um apelo.

Estou vendo aqui o Geraldo, do Incra.

Há um mês nós tivemos uma audiência, nesta mesma Comissão, com a Ministra Tereza, minha amiga e nossa colega, competente por sinal e, depois, na sequência, tivemos uma outra audiência passada com alguém também do Incra.

Eu quero aproveitar e reafirmar mais um pedido aqui. Eu sei que, quando se fala em regularização, todo mundo pensa na Amazônia, mas no DF não é diferente: a metade da população aqui mora em áreas irregulares. E nós chegamos a entregar as escrituras, aliás, os títulos. Pessoas que esperavam há 40 anos, 50 anos começaram a receber os títulos. E, com a mudança do sistema, nós entregamos aí pelo menos uns 500 títulos. E há 1.500 prontos. Uma questão burocraticazinha, uma informática, porque desativaram o sistema anterior, e o sistema atual não tira os títulos de regularização fundiária, aqui da SR 28, que é a área do DF, de Goiás e de Minas... E há mais de um ano que as pessoas cobram, porque o vizinho recebeu e o outro não recebeu. Então, as pessoas estão achando que há algo errado, e não há. É uma questão burocrática, é o sistema que não aceita rodar; e o anterior foi desativado.

Então, eu faço um apelo ao Geraldo – viu, Geraldo? Já falei. A ministra disse que ia tomar as providências, o menino lá da regularização também. Mas o tempo está passando e há mais de um ano. Eu vou para a rua e sou cobrado a toda hora: "Izalci, como é que você entrega aqui do lado, e o meu não me entregaram?", como se eu fosse o culpado desse negócio. E olha que eu fui ao presidente da Comissão da MP, da medida provisória. E o Temer, quando lançou a medida, tinha um único objetivo, único, e com o qual eu concordo plenamente: titularizar. Aqui em Brasília, gente, não é possível, nós temos o PAD/DF, que é um assentamento empresarial quase, maior. Foi criado em 1972. Aqui não é do Incra, não, viu, Geraldo? É daqui, do DF. Os caras querem cobrar agora a preço de mercado. Isso aqui não valia nada. Vocês que são da área sabem que o Cerrado antes da Embrapa não valia nada. Os produtores fizeram um sacrifício danado e, agora, os caras querem cobrar R$25 mil, R$30 mil. É brincadeira!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, vamos passar o título para todo o mundo, gente. Depois a gente resolvi isso, porque há gente que já morreu na esperança de ter um título. Ninguém financia nada, ninguém investe nada porque não tem o título.

Esse é o apelo que eu faço, Senador Acir.

Agradeço e parabenizo mais uma vez por esta reunião que tenho certeza vai gerar a aprovação desse projeto, com os ajustes necessários, para ficar uma boa lei.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Um abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Agora passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, tudo o.k., não é? Eu estou aqui em trânsito também. Estou indo para o aeroporto para chegar hoje em Brasília. Já participamos hoje pela manhã da reunião da Covid, depois tivemos mais duas reuniões. E, olha, esse tema também é extremamente importante para toda a Amazônia, eu diria, para toda a Amazônia Legal, e para o meu Estado, Mato Grosso, também. Um dos Municípios citados aí é Colniza. Mas é importante dizer que Colniza é o maior Município do Mato Grosso. O segundo é Juína. E Altamira é o maior Município do Brasil. Então, isso também tem que ser analisado, a questão do tamanho, da proporcionalidade, inclusive, da relação de influência, Sr. Presidente. Olha, hoje, nós temos aqui a BR-174, que liga Juína a Colniza, Juína a Vilhena. Nós conseguimos federalizar essa BR. Ela é extremamente importante para que a gente possa promover o desenvolvimento sustentável, porque uma região também abandonada com certeza sofre muito mais a deterioração.

Então, eu creio que essa questão da regularização fundiária é o melhor bem que nós faremos para o Brasil. Para o meu Mato Grosso, com certeza, representará a maior revolução econômica e sustentável deste Estado, visto que nós temos aqui 80 mil famílias que vieram para cá, como a população de Rondônia, acreditando no chamamento de integrar a Amazônia para não a entregar. Essas famílias, que estão aí há 30, 40 anos na terra, não têm o documento para trazer legitimidade à verdadeira cidadania. O pai, a mãe chefe de família quer deixar a sua propriedade documentada para a sua família, mas, além disso, também é o acesso ao crédito e condições para poder produzir mais e gerar mais riqueza.

No meu Mato Grosso, nós falamos de boca cheia que temos o maior rebanho bovino, a maior criação de aves e somos um dos maiores exportadores do Brasil e do mundo, mas, quando temos também que importar alguns produtos hortifrutigranjeiros de Goiás e de São Paulo, isso nos envergonha, porque é a demonstração de que o pequeno produtor precisa muito de apoio, e o principal apoio é documento e crédito, claro, com a pesquisa também e a comercialização.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero aqui apoiar todo o projeto, o Irajá, o nosso Senador Carlos Fávaro e todos os membros da Comissão, que estão trabalhando de forma muito forte. Nós também trabalhamos quando da aprovação daquela medida provisória, e V. Exa. sempre foi um lutador por essa área também da regularização fundiária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, como todos já falaram aqui, além da regularização fundiária rural – o Izalci colocou aí –, a regularização fundiária urbana é outro avanço e uma necessidade que temos que fazer para exercer a verdadeira cidadania.

Então, eu aqui parabenizo mais uma reunião sob sua Presidência, que tem conduzido muito bem, principalmente, um tema como este. Falando de pandemia, claro que nós temos aí que o foco hoje é salvar vidas, é vacina, vacina e mais vacina, mas também é emprego, geração de emprego acima de tudo. Uma família no campo produzindo custa muito menos socialmente para o País, já uma família numa periferia grande de uma cidade grande, com certeza, os impactos sociais são muito maiores.

Então, é isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos e boa semana com muito trabalho.

Eu agradeço a V. Exa. e a todos os Senadores que aprovaram, por unanimidade, o nosso projeto de lei, que autoriza as indústrias de saúde animal fabricarem a vacina contra o coronavírus. Portanto, é, mais uma vez, o agro salvando o Brasil.

Um grande braço!

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Passo a palavra agora ao Senador Jean Paul, que é o nosso último inscrito; depois, nós ouviremos as respostas do Geraldo, do Incra, às perguntas feitas pela Senadora Kátia.

Senador Jean Paul Prates.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Mais uma vez, esclareço – isso também no início desta audiência foi trazido – que aqui se tratam de regularizações e não de reforma agrária.

Mas, dito isso, eu também, como a Senadora Zenaide, estou muito feliz com a audiência, porque, sem dúvida nenhuma, me esclareceu todas as dúvidas e me coloca uma necessidade de sermos, de fato, transparentes em relação a quem são os beneficiários, qual é a razão e, especialmente, qual é a urgência.

É isto que eu quero perguntar aos convidados, com uma resposta rápida, talvez, de dois ou três: qual a urgência de se aprovar esse projeto, já que não restou a menor dúvida de que ele está vinculado especificamente a quem ultrapassou o marco temporal de 2011 e cometeu ilegalidades ao invadir e desmatar depois que uma lei regulamentou processos que tinham sido incentivados em políticas, erradas ou não, do passado? Há outro grupo: quem já tem terras e/ou já foi beneficiado por legalizações ou titulações. Por que a urgência de ter esse grupo aduzido? Outro grupo – e eles não são excludentes – é o de grandes áreas que representam 5% da base cadastral do passivo que o Incra tem a tratar ainda, portanto grandes lotes, quando – isso eu quero confirmar – todos aqui disseram que 95% ou mais já podem ser titularizados pelas leis e decretos vigentes. Então, se nós temos um passivo gigantesco e se 95% ou mais podem ser titularizados de acordo com a lei vigente, qual é a pressa de resolver os outros 5%, que são de terras maiores?

Por fim, há quem cometeu infrações ambientais. Dentro de um novo conceito que essa lei passaria a alargar, isso sujeitaria a gente a uma espécie de prisão de última instância, ou seja, um processo administrativo só seria considerado infração ambiental dez anos depois de o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

processo administrativo terminar – a gente sabe que isso leva tempo –, depois que fosse, então, caracterizada essa infração ambiental, sem nenhuma condição de reverter o dano ambiental, porque, passado tanto tempo, já era!

Portanto, é um processo que, claramente, sem dúvida nenhuma – mais uma vez, fico sem dúvida nenhuma –, estimula a concentração fundiária, a continuidade das invasões e, por último, o próprio conflito agrário. E isso se dá em plena pandemia, com 400 mil mortos ou mais.

Eu não entendo qual é a urgência disso, qual é a razão de não estarmos discutindo, em vez disso, um belo orçamento confortável para o nosso amigo Geraldo, conterrâneo do Rio Grande do Norte, trabalhar competentemente, como está trabalhando, nos instrumentos que vão ajudar a fiscalizar, a executar e a tratar desse passivo de 95% dos pleitos, que já podem ser tratados através dessa lei.

Então, a dúvida, na verdade, é: por que estamos aqui, urgentemente, passando esse projeto em revista já que temos um passivo a dar conta que pode ser tratado perfeitamente com a regra em vigor?

Era isso.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Nós é que lhe agradecemos, Senador Jean Paul.

Eu passo a palavra agora ao Presidente do Incra, Geraldo, para responder o questionamento da Senadora Kátia.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** (Para expor.) – Eu queria começar respondendo ao Senador Jean Paul e lhe agradecendo, porque a gente está aceitando o belo orçamento.

O Senador Jaques Wagner também tinha feito uma pergunta, mas ele saiu da reunião.

Senadora, eu não sei se posso colocar um quadro na tela.

Presidente Acir, eu não sei se eu posso colocar um número aí na tela.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pode enviar. Nós abriremos aqui imediatamente.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Ela perguntou sobre o total da... Bom, eu queria só colocar isso.

Prof. Raoni, você me perdoe pela minha discordância. Em outras oportunidades, eu já externei... Inclusive, o Deputado Zé Silva já me trouxe esse número, esse famoso número de 95% que o estudo do senhor mostrou a respeito das parcelas para a regularização fundiária. O seu número, na verdade, foi buscar as parcelas dentro de uma área no *site* do Incra que chama Acervo Fundiário, que é carregada a partir de dados dos Municípios e dos Estados e do próprio Incra e que reúne todo tipo de parcela, desde áreas comuns de assentamento, pedaços de estrada, parcelas de regularização, tudo isso. Mas ele não é o acervo de regularização fundiária em tramitação no Incra. Que isso fique claro! O acervo em tramitação no Incra para regularização fundiária é o que está dentro do Sigef Titulação e é o acervo recebido desde lá de trás, atualizado, do Programa Terra Legal.

Esse Acervo Fundiário tem 109.470 parcelas e tem 15 milhões de hectares. Os números são bastante distintos. O que não muda, para que fique claro, é um fato: 88% das parcelas – e segue sendo um número expressivo – têm até quatro módulos fiscais. Não são 95%. Então, quero só que isso fique claro. Oitenta e oito por cento das parcelas que estão na base do Incra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com processo em tramitação de regularização fundiária – não são 95% – têm até quatro módulos fiscais. Esse é o número correto, oficial. Eu conversei isso com o Deputado Zé Silva mais de uma vez e falei isso, inclusive, outras vezes. Alguém do ministério chegou a falar com o senhor, e eu disse isso. O dado é esse.

Respondo à Senadora Kátia. A Senadora Kátia perguntou qual seria o universo, porque precisávamos saber qual seria esse universo.

A gente fez um exercício, Senadora. Eu queria só que vocês entendessem que há uma diferença... E lá vou eu cair de novo na tentação de falar de assentamento e de regularização fundiária. Quando a gente fala de parcelas de assentamento, sempre é um público para quem é mais fácil a gente explicar, porque é um número...

Não sei se vocês estão vendo minha apresentação, a página aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Estamos vendo, sim.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Então, quando a gente fala de assentamentos, é sempre um número mais fácil. É um local certo em determinado lugar, um imóvel do Incra ou da União que foi trazido ou desapropriado pelo Incra, com x lotes lá dentro, com x famílias que foram colocadas ali dentro. Então, você sabe exatamente quantos são os lotes, quantas são as famílias, onde elas estão, e você tem o controle sobre aquela quantidade de pessoas.

Então, especificamente hoje, a gente tem uma demanda para regularização de pouco mais de 600 mil lotes, 650 mil lotes, que precisam ser regularizados em assentamentos, dentro da Amazônia Legal, com uma média de área – Senadora, eu tentei anotar aqui suas perguntas, mas não sei se anotei tudo – de 53 hectares e, fora da Amazônia Legal, de 40 hectares por lote. Esse seria o universo em assentamentos.

Na área da regularização fundiária, a gente tem este número de 109 mil parcelas, mas não necessariamente você tem o controle exato de todas as pessoas que estão lá, porque, eventualmente, essas pessoas que estão lá não entraram com processo dentro do Incra por desconhecimento ou porque não tiveram interesse ou por qualquer motivo que tenham ou porque eventualmente não têm direito a isso. Então, a gente não tem como precisar exatamente quantos seriam os lotes de regularização fundiária, mas a gente tem como fazer uma estimativa. Quero só explicar a diferença, porque há eventualmente uma família ribeirinha que está em determinado lugar e que nunca procurou o Incra atrás de regularização fundiária. Em que pese ter esse direito, ela nunca o procurou, e esse dado não está registrado.

A partir de cruzamentos dessa informação do Incra sobre esses 109 mil processos, com informação de CAR, fora de parcelas com processos no Incra, mais pontos do Censo do IBGE, que demonstram a presença daquelas pessoas ali, nós chegamos a um número. Então, o número de 109 mil está contido nos 166 mil. Esse número é uma estimativa. Esse número não é um número preciso. Este aqui é o número de parcelas a que nós chegamos, 166 mil parcelas, e – isso varia muito pouco, o percentual praticamente se mantém – 88,4% dessas parcelas teriam até quatro módulos rurais.

Eu vou aproveitar para fazer também uma... Desculpem-me! Fora da Amazônia Legal, estima-se um público de 158 mil imóveis para regularização fundiária. Aí são imóveis menores. Eu tinha feito aqui até a conta da área média desses imóveis e perdi a conta; desculpem-me, mas terei que dividir de novo. São 2,9 milhões de hectares para regularização. Há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

concentração grande no Paraná, na Bahia, um pouco em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que seriam fora da Amazônia Legal. Isso ocorre em outros Estados também, mas há uma concentração nesses Estados.

Só quero dar uma resposta. De certa forma, este é um questionamento que perpassou algumas das colocações que foram feitas tanto pela Senadora Kátia, quanto pelo Senador Jaques Wagner, quanto, agora no final, também pelo Senador Jean Paul: por que seria importante buscarmos algum tipo de compatibilização eventual entre as políticas?

Lá atrás, quando se discutiu a Medida Provisória 910... Eu queria repetir algo que eu já disse na apresentação lá atrás. Repito: o Incra é somente executor da política. Do que for definido, compete-nos apenas trabalhar na execução. A questão nossa basicamente é a questão do mosaico. Nós temos aqui... Vamos nos voltar para o quadro da esquerda, que são os processos que estão efetivamente dentro Incra. Nós temos dentro do Incra 15,8 milhões de hectares em área com solicitação de processo de regularização fundiária. O que nós temos autorização para trabalhar de maneira... Desculpem, mas não é processo simplificado; processo simplificado é outra coisa. Falo de vistoria remota. São coisas distintas. Processo simplificado é feito em até um módulo. Nós estamos falando de cerca de 40% da área. Por mais que sejam 88% das pessoas, nós estamos falando em 40% da área, 39% da área.

Por que é importante que os Senadores e o Congresso Nacional avaliem isso e decidam? Por um motivo: se a gente está partindo do princípio – isto é questionável, e cabe ao Congresso essa discussão – de que regularizar essas pessoas, conhecer essas pessoas que estão ocupando essa terra é algo importante inclusive pelo aspecto ambiental, essa política de procedimento de vistoria simplificada só cobrirá 40% desse mosaico a ser coberto. O restante todo, os outros 60%, continuará pendente do processo de vistoria presencial. Esse era o argumento da alteração do marco do número de módulos, porque, com isso, você subia – vamos para o quadro da direita – para próximo de 80% do total da área, que poderiam ser agilizados nesse processo dessa forma.

Lembramos que a titulação não é automática a partir do sistema. Há uma série de requisitos que fazem com que o processo volte a um processo de necessidade de vistoria presencial. Então é isso. Essa é a diferença básica.

Era essa pequena diferença no número que eu queria colocar, professor. Nós não batemos na nossa informação de números e do porquê, do motivo de um eventual ganho de eficiência no processo com a mudança do número de módulos. Aqui atrás, do lado, já se está inclusive com o corte de quatro a seis. Eu peço perdão, porque, no quadro da direita, não está feito de quatro a seis. Quatro a seis é o corte do PL 2.633, da Câmara.

Senadora, a outra pergunta, se eu não me engano, é sobre a questão das diferenças dos processos de reforma agrária e de regularização fundiária.

Acho que eu posso parar aqui o compartilhamento.

No processo de reforma agrária, você primeiro tem... Primeiro, voltando, a gente tem uma limitação do tamanho da área. A área dentro dos assentamentos é uma área... Os lotes são menores. E, mesmo quando há eventuais aquisições dentro desses assentamentos entre esses assentados, há um limite de regularização. Ninguém pode ultrapassar os quatro módulos, ou seja, as pessoas não podem crescer além desse tamanho, enquanto, na regularização fundiária, o limite seria de 2,5 mil hectares.

O pessoal da reforma agrária especificamente tem a política...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Desculpe! Engasgou aqui. Minha apresentação travou aqui.

Ambos têm que fazer a parte de comprovação de cultura. Todos têm que comprovar a posse.

Agora, na questão do público nosso de reforma agrária, o nível de exigência da qualificação... Nós estamos falando basicamente de um programa social, e há uma exigência desse enquadramento diferente, porque a Lei 8.629 exige coisas distintas do que é disposto na Lei 11.952.

Então, quando você titula um assentado, a partir do momento em que você emite o título provisório, vamos dizer assim, que é o CCU, ele tem que ficar mais dez anos naquele assentamento, para, só então, ele poder, se ele não for ficar na terra, mesmo que nesse intervalo se emita o título definitivo, se desfazer legalmente daquela terra.

No caso da regularização fundiária é a mesma coisa: você vende a terra, você regulariza essa terra. Ele tem um prazo de carência mínimo de três anos, ele pode quitar com três anos, mas continuam se aplicando sobre essa pessoa, durante dez anos, as demais cláusulas resolutivas, não mais as financeiras se ele tiver pago. Mas, durante dez anos, ele segue tendo aplicadas sobre ele todas as demais cláusulas resolutivas. Só então ele pode vender e não pode ser beneficiário novamente da política pública. E o assentado, hoje, tem um intervalo que 15 anos para poder ser beneficiado novamente pela política. Então, há algumas diferenças. Não sei se eu consegui responder tudo.

Senador Izalci, a quem acho que não respondi. Não sei se é para responder a todo mundo de uma vez, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sim, é para responder a todos.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** – Desculpe-me.

Senador Izalci, na sexta-feira nós tivemos uma reunião, aqui, com o Diretor Humberto e foi autorizado ele entrar em contato com o Superintende Igor, aqui da Superintendência Geral do Distrito Federal e pedir a ele para transferir, inclusive, para a sede os processos para a gente fazer emissão direta aqui pela sede, já que se estava tendo dificuldades com o sistema.

O que é que acontece? No nosso contrato com o Serpro, nós estamos fazendo a... O Serpro está internalizando todos os sistemas do Incra, internalizando um a um. Cada sistema do Incra era feito em um lugar, em uma parceria diferente, com um órgão diferente. Então, nós estamos internalizando um a um. Neste momento, está sendo internalizado o Sigest Titulação. Então, nós estamos exatamente na janela em que o Sigest Titulação está sendo internalizado. Eu não consigo, neste momento, mexer nele. Então, o que é que a gente vai fazer? Vai puxar para cá e emitir. Eu disse a ele: nem que você pegue uma máquina Olivetti e datilografe aí os títulos, checando os processos – obviamente, isso aqui é só uma brincadeira, pessoal. Mas eu pedi a ele para internalizar para cá os processos e ver como é que a gente agiliza para atender o Distrito Federal da maneira mais rápida possível.

Eu acho que era isso.

Não sei se eu respondi a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado ao Geraldo.

Indago aos Senadores e às Senadoras se alguém gostaria de fazer alguma colocação.

A Senadora Kátia com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada pela resposta, Presidente Geraldo.

Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta bem simplificada. Sobre essa coluna até 4 módulos fiscais: a lei que temos hoje é suficiente para regularizar 88%? Segunda pergunta: a legislação atual é suficiente para regularizar, também, até 15 módulos? Ou não? Só os 88%? Daria para regular mais os 9,7 dos médios produtores, que são de até 15 módulos, a mesma lei, sem alterar? Se você me responder que tem que alterar, há alguma coisa específica que mudaria e nós regularizaríamos, então, 70, 80% da área e das parcelas quase 90?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – O Geraldo com a palavra, depois o Senador Jean Paul.

Vamos ouvir o Senador Jean Paul primeiro, Geraldo? Talvez ele tenha uma pergunta para o senhor e fique mais fácil.

O Senador Jean Paul com a palavra.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – A minha pergunta, na verdade, complementa a dúvida da Senadora Kátia. Eu fiquei com a mesma dúvida. Eu saí daqui sem dúvida nenhuma, agora o Geraldo falou um pouquinho me deu essa duvidazinha. É o seguinte: você justificou... Vou fazer de outra forma, porque a minha dúvida é um pouquinho diferente, mas vai na mesma esteira.

Então, 88, vamos segurar esse número de 88 como número oficial, 88% das parcelas, e até quatro módulos fiscais, e aí, dizendo: bom, vamos completar o mosaico com o resto da área. Mas se, para completar o mosaico, a minha dúvida é, bastaria mudar, colocar os 2,5 mil hectares, por que, então, a gente está mexendo na questão ambiental, na simplificação da autodeclaração, na questão de o beneficiário poder vender, no direito de preferência, colocando direito de preferência, dispensa de taxa? Todas essas atividades, todas essas dispensas, mudanças nessa lei são necessárias para fechar o mosaico, para completar o álbum de figurinhas aí que você tem no seu mapa ou apenas a mudança para 2,5 mil hectares seria suficiente e a gente poderia eliminar o debate disso tudo, já que a gente está tentando aqui, justamente, convergir para alguma coisa que seja, realmente, o necessário durante o período de pandemia, neste momento agora, para que o seu trabalho se desenvolva bem?

Essa é a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Com a palavra Dr. Geraldo, Presidente do Incra.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** (Para expor.) – Senador, Senador, Senadora, o que a gente tem de legislação hoje até quatro módulos, somado ao que foi colocado via Decreto 10.592, permite que a gente faça o processo de titulação da maneira que a gente espera poder fazer.

O atraso que a gente está tendo hoje é o atraso da mudança de sistema. Eu até costumo dizer que adoraria ter essa mesma discussão com o sistema rodando, porque era muito mais fácil e eu já estaria dando para vocês qual era o ritmo em que nós estávamos trabalhando nisso tudo.

Então, assim, até quatro módulos, a legislação atual existente é suficiente. Qual é a grande mudança de quatro para quinze ou de quatro para dois e quinhentos? Eu, mais uma vez, não vou entrar no mérito da discussão. É, simplesmente, você permitir que se aplique a mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

metodologia de sensoriamento remoto para o restante das áreas e agilize o processo da mesma forma, porque você amplia essa área atingível a partir da utilização da tecnologia. E não fica a pendência de 60% da área serem feitos, aguardando que vá ser feito algum tipo de vistoria presencial. Em tempos de limitações orçamentárias, limitação de pessoal, limitação de pandemia, limitação de tudo isso, até que você consiga terminar esse serviço vai ser algo bastante demorado.

Então, se você conseguir concentrar isso para as exceções identificadas via sensoriamento remoto, e eu antecipo que, nas experiências que a gente tem feito, rodando dentro do sistema, identificam-se, sim, várias exceções e essas exceções que estão sendo identificadas vão instruídas, porque isso é outra das coisas que pouca gente notou na mudança do Decreto 10.592, que nós estamos fazendo sensoriamento remoto de todas as áreas, nós estamos fazendo de todo mundo... Por exemplo, mesmo as áreas que vão para vistoria, o vistoriador leva um relatório de sensoriamento remoto, como apoio para sua vistoria de campo. Isso não existia antes; ou seja, nós estamos tentando ajudar para que o processo seja mais ágil.

Então, assim, objetivamente, Senadora, e Senador – desculpe –, a mudança de elevar o total de módulos, para 15 módulos, para 2,5 mil, de acordo com a decisão do Legislativo, sem dúvida nenhuma, é algo que, não no número de parcelas, mas no percentual da área a ser atingida, teria um impacto significativo, sim, na velocidade e na eficiência desse trabalho.

As outras cláusulas, os outros assuntos, Senador, eu acho que são parte da discussão que os senhores estão tendo aí. Eu entendo que parte deles – e sem querer entrar no mérito, e juro que eu tento não entrar nesse mérito –, parte de algumas dessas inclusões, em que pese... Respeitando a opinião do contraditório, dos professores que estão participando, eu entendo que parte das coisas que estão sendo questionadas estão sendo colocadas de uma maneira que agrega às políticas que estão sendo feitas.

Por exemplo, boa parte dos pontos ambientais que estão sendo colocados, na prática, são repetições, são a elevação à lei do que está previsto no decreto. Então, na prática, é içar à lei o que está posto no decreto. E foi posto no decreto porque caiu a medida provisória.

Então, se eventualmente é preciso de algum ajuste – e foram listados aí pelos professores alguns desses itens –, é a discussão dos Srs. Senadores e, no momento adequado, dos Deputados. Mas eu entendo que as colocações, em especial as ambientais, em especial as questões dos requisitos, várias delas eu acho que agregam à segurança do processo. Mas, de novo, o Incra é somente o executor; e, de novo, Senador Jean Paul, eu gostei muito daquela ideia do "belo orçamento".

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. Geraldo.

Passo a palavra, agora, ao nosso Relator, Senador Carlos Fávaro.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT. Como Relator.) – Boa tarde ao Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz; aos demais Senadores que estão presentes a esta audiência pública; a todos os professores que aqui participaram e trouxeram as suas colaborações; também ao Sr., Geraldo Melo Filho, Presidente do Incra; enfim, a todos que estão, de modo tão relevante, preocupados com esse assunto, a regularização fundiária.

Eu me dou por muito satisfeito com esta audiência pública, que esclareceu muitos pontos que se faziam necessários para eu já concluir, entre amanhã e depois de amanhã o relatório e, assim, poder compartilhá-lo com os colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação às mais de 98 emendas sugeridas, se não me engano, pelos colegas também, esse tempo foi muito importante para acolher as sugestões. Vou acolher – ouviu, Jean Paul? – muitas das sugestões de emendas que aperfeiçoam, que trazem segurança jurídica ao texto e que venham garantir o principal ponto desse projeto, que é a regularização fundiária, mas com a preservação ambiental estando garantida. Ninguém vai flexibilizar, em hipótese alguma, a questão ambiental. E também não serei complacente com grileiros de terra. Isso não faz parte.

Contudo, avançar na regularização fundiária, como disse bem e ficou claro para mim na explanação do Geraldo Melo Filho, e também ampliar o aspecto territorial, a quantidade de pessoas e de terras a serem regularizadas com um incremento de um pouco mais de áreas passíveis nessa flexibilização da legislação, mas sem, em hipótese alguma, nós entrarmos no mérito de corrermos o risco de o Brasil ser levado a uma vala comum de passar a mão na cabeça de criminosos ambientais e grileiros de terra.

Por isso, me dou por muito satisfeito com as colaborações; com todos os colegas: a Senadora Kátia Abreu, que é uma conhecedora do assunto, já foi Presidente da CNA, de sindicato rural, da federação de Tocantins...

Hoje de manhã, eu tive na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, aqui no Estado de Mato Grosso, também ouvindo esses pequenos e médios produtores que sofrem, também ouvindo os seus posicionamentos.

Enfim, com tudo isso que foi ouvido nessa audiência pública de dois dias, na quinta-feira e hoje, mais as pessoas, mais as contribuições dos colegas Senadores com as suas emendas, tenho certeza de que nós vamos apresentar um bom texto ao Plenário e nós vamos avançar com a regularização fundiária neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Eu entendo que nós estamos caminhando até para um possível acordo com relação ao PLS 510. Tudo aquilo que nós ouvimos hoje nos fortaleceu bastante, nos iluminou bastante para que a gente possa chegar a um consenso com relação a esse relatório.

Eu faço uma proposição ao nosso Relator para que a gente possa, antes de concluir o seu relatório, fazer uma reunião com Jean Paul, com o Geraldo, do Incra, junto conosco, para que a gente possa construir um acordo, para que a gente possa levar um relatório de consenso para a votação. Essa é a melhor coisa que pode acontecer com relação a um tema tão importante e tão polêmico como é a regularização fundiária.

O que ficou bem claro é que todo mundo é a favor da regularização fundiária, todos somos a favor, todos queremos dar o título definitivo para que o nosso agricultor possa ter acesso ao Pronaf, possa ter acesso a empréstimos e à assistência técnica oficial. Então, é um tema da maior importância.

Como nós fizemos na época da reforma do Código Florestal, quando tivemos um amplo debate e conseguimos levar um texto que era de consenso de todos e conseguimos aprovar talvez não aquilo que fosse o ideal para o momento, mas aprovamos o que foi possível e melhoramos muito para o agricultor brasileiro... Então, eu entendo que, da mesma forma, nós podemos fazer essa reunião e tentar um relatório de consenso.

Então, deixo aqui essa ideia, Senador Jean Paul, para que o nosso Relator também possa sentar junto conosco e fazermos essa avaliação, junto com o Geraldo e mais algum Senador que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

queira participar. É claro que será uma honra, porque todos querem dar a sua parcela de contribuição para que a gente possa avançar nesse tema de regularização fundiária no País, principalmente na Amazônia – e eu puxo aqui a brasa para a minha sardinha, preocupado com o nosso Estado de Rondônia também.

Vamos fazer uma rodada simples, apenas para as considerações finais dos nossos convidados.

Passo a palavra, para as suas considerações, ao Professor Raoni Rajão.

**O SR. RAONI RAJÃO** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Acir.

Então, só em termos talvez de encaminhamento, mais do que de resultado final, sabemos que, para poder fazer política pública de qualidade, nós precisamos de dados de qualidade. E na altura que realizei esse estudo, que tenta compreender quem são, de fato, os beneficiários, na época da MP 910, o dado disponível era esse nas parcelas no sistema do acervo do Incra.

Fiz uma análise criteriosa, inclusive consultando ex-servidores, ex-diretores, ex-presidentes, inclusive servidores atuais do Incra, de modo a compreender aquela base e filtrei da melhor forma possível. Tanto é que eu cheguei à base de maio do ano passado a 107 mil imóveis, e o senhor agora mostrou 109 mil. Então, assim, de certa forma, as ordens de grandeza estão ali. A soma, um pouco diferente, de 96% e de 89%, eu já sabia, já tinha me sido apresentado para ver essa diferença. Fiz um requerimento pela Lei de Acesso à Informação, que chegou para o senhor, Sr. Geraldo Melo, no Ofício 40.740, pedindo esses dados, mas foram negados.

Então, assim, eu só posso fazer... Inclusive, parcelas em regularização, que era a fonte de dado original, foi retirado do ar também. Hoje, não se encontra mais no *site* do Incra. Então, até fica a sugestão para os Srs. Senadores, se puderem, por exemplo, requerer ao Incra o acesso a essa base, até a gente ter uma conversa mais direta com os técnicos, porque acho que o princípio base da análise de dados da ciência é a reprodutibilidade. Aí nós vamos descobrir onde é que está o ponto. Pode ser que tenha algum problema aqui, enfim. É normal.

Eu acho que importante, porém, é a gente avançar em cima de resultados sólidos e transparentes, porque um tema dessa importância merece as melhores informações possíveis.

É isso. Agradeço pela oportunidade.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença, professor, num debate tão rico, tão importante, nesta tarde de segunda-feira, na nossa Comissão da Agricultura, sobre esse tema de regularização fundiária.

Passo a palavra à Professora Cristina Lopes, para as suas considerações.

**A SRA. CRISTINA LEME LOPES** (Para expor.) – Obrigada!

Eu queria dizer, independentemente de o número ser 88% ou ser 95% – eu falei esse número 95%, porque foi o número ao qual eu também tive acesso, foi um estudo que foi publicado –, 88% ainda é muito alto.

E fiquei muito feliz de saber que a pergunta da Senadora Kátia Abreu foi respondida por um sim: sim, podemos hoje fazer regularização que desejamos com a legislação atual.

E sobre a pergunta seguinte, se a gente consegue fazer a regularização dos demais, seja até 15 módulos fiscais ou até 2,5 mil hectares, com a legislação atual, a resposta objetiva também é sim. O próprio Presidente do Incra falou: a gente está usando o sensoriamento remoto para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

todos. A gente vai com o laudo na vistoria. Ou seja, isso é ótimo! Então, é possível. "Ah, é mais fácil não fazer vistoria." Pode ser mais simples, mais fácil. É óbvio que a vistoria requer um deslocamento, uma equipe, alguma coisa nesse sentido, mas ela traz mais garantias que o processo seja mais claro, mais limpo, mais transparente e a gente evita fraude. Então, de novo, a resposta é sim. A gente vai usar as tecnologias de sensoriamento remoto e vamos usar vistoria para garantir um processo melhor possível.

Então, eu queria dizer, por fim, que a diferença de legislação que o PL traz em termos de salvaguardas ambientais é diminuir as salvaguardas, porque parte do que ele traz é levar à lei o que está previsto no decreto, mas ele traz essa limitação na definição de infração ambiental que, na prática, limita completamente essa regra, que já é uma regra fraca do ponto de vista de proteção ambiental. É isso.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Professora Cristina. Agradecemos muito a sua presença conosco nesta tarde de hoje.

Com a palavra o Professor José Benatti.

**O SR. JOSÉ HEDER BENATTI** (Para expor.) – Mais uma vez, eu gostaria de agradecer o convite para participar desta rica exposição, com debate claro, transparente, com dados e discussões de interesse de todos.

Eu só levantaria uma questão que passou ao largo do debate e que é fundamental quando se preocupa com a proteção da Amazônia, com a diversidade de sujeitos sociais e com o reconhecimento desses direitos da terra. Qual é? No art. 8º da lei atual, a Lei nº 11.952, está muito genérico. Como eu disse, é o seguinte: o primeiro pressuposto é que nós estamos discutindo regularização fundiária. É tipo assim: vamos acessar um bolo que é disputado por diferentes concepções e visões – e o bolo é o mesmo. A pergunta é: quem é que vai chegar primeiro ao bolo? É esse tipo de disputa que o projeto de lei vai criar? Nós esperamos que não, porque senão ela acaba privilegiando quem tem mais capacidade econômica do que capacidade de necessidade. E o art. 8º diz lá:

> Em caso de conflito nas regularizações de que trata este Capítulo, a União priorizará:
> I - a regularização em benefício das comunidades locais, definidas no inciso X do art. 3º da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, se o conflito for entre essas comunidades e particular, pessoa natural ou jurídica;

Mas, veja bem, ele é um artigo passivo, ou seja: caso o conflito surja. E a pergunta é: como é que o conflito vai surgir se não tenho levantamento de campo da informação? Se quem está querendo aquela área – o grupo social, as pessoas, os indivíduos, a família – não conseguiu acessar uma fonte pública de consulta oficial, como é que esse conflito aparece? Não aparece.

Então, talvez, nós temos que buscar um ponto de consenso em que haja transparência antes da definição. Quero saber como é que se vai resolver o problema, porque o problema todo é que, depois que titulou, depois que o processo já se realizou – e espero que seja ágil –, a pessoa está titulada e você vai fazer o quê? Entrar com uma ação de anulação de ato administrativo depois que o ato está registrado em cartório ou depois que o conflito explodiu? E os grupos que se viram prejudicados vão reclamar onde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, na realidade, nós temos que clarear. E, aí, pela instância que existe atualmente, que é uma instrução que vai regulamentar uma instância, que é uma instância estatal, não há participação do movimento social, não há participação dos sujeitos. E como todo mundo aqui reconhece que as informações são frágeis, que as pessoas vão poder declarar e apresentar o geo, ou seja, se eu tenho condições de declarar e pagar para fazer geo, é óbvio que eu estou excluindo muitos que não têm capacidade de fazer e de acessar.

Então, eu acho que talvez, nessa conversa, nessa busca dessa união e de uma proposta consensual, temos que pensar onde e em quem para dirimir os conflitos antes que eles estourem. Nós temos que ter um espaço democrático, de participação efetiva, transparente para saber que aquela área vai ser regularizada com antecedência, para que quem puder possa se manifestar se concorda ou não, já que a própria instrução do Incra estabelece que, quanto ao geo, não há necessidade da outra parte se manifestar se concorda ou não; ou seja, se há conflito, até de limite, esse dado não aparece, porque já foi consensualizado artificialmente.

Acho que, então, além de pensar em regularizar, nós temos que pensar em como evitar esses conflitos.

Finalizando, com a experiência, a Senadora Kátia até admirou-se de que só 11% dos Municípios, se não me engano agora, estão em conflito na Amazônia e de que milhares e milhares que não estão em conflito e que estão fora da Amazônia podem causar um dano na imagem e na respeitabilidade do Brasil.

Só lembro à Senadora, por minha experiência, que 11%, mesmo que sejam minoria, têm capacidade de absorver tanta energia dos órgãos envolvidos na questão fundiária e ambiental que paralisam as ações exatamente porque não foram incluídos no debate.

Então, para evitar essa paralisação, essa demora, esse questionamento, a dúvida na transparência, temos que criar instâncias legais que obriguem o Poder Público a criar espaços democráticos para resolução, eu diria, desse bolo que é disputado por diferentes sujeitos, para que eles, com as suas diferentes concepções, de posse da propriedade, possam se manifestar, consensualizar ali, como sujeitos legítimos, e definir quem tem direito a ter direito à terra.

Seria essa a minha última contribuição neste rico debate de hoje.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado ao Professor José Benatti.

Passo a palavra, agora, para as suas considerações, ao Dr. Geraldo, Presidente do Incra.

**O SR. GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO** (Para expor.) – Senador, Senadores, Senadoras, agradeço a oportunidade.

Quero dizer que esta discussão, na verdade, é tão antiga e termina por, ao não concluirmos este processo de discussão, que é mais ou menos o que aconteceu no ano passado, voltar.

Então, acho que nós estamos tendo a oportunidade, neste momento, ao fazermos este tipo de discussão, de uma forma madura, de conduzirmos esta discussão para algum tipo de desfecho, para, na linha do que foi falado aqui, caminharmos e acharmos um encaminhamento, um meio-termo nisto daí e para construirmos algo que efetivamente seja válido para essas famílias que estão lá, aguardando, para a região, para o desenvolvimento da região, respeitando o que precisa ser respeitado, para o desenvolvimento dessas comunidades e para o desenvolvimento da região como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Da parte do Incra, nós estamos à disposição, como executores da política, mas também tecnicamente, com os recursos que nós temos, para auxiliar a Comissão e o Senador Fávaro no que ele precisar, em termos de informação e do que pudermos contribuir com esta discussão.

Se precisarem que voltemos, contem conosco. Acho que não podemos perder a oportunidade de seguir discutindo até chegarmos a um ponto de amadurecimento das ideias, para que consigamos, como dizem, sair do outro lado com uma proposta madura e para que construamos, juntos, algo que seja o que todos nós estamos desejando.

Obrigado, Senador, pela oportunidade.

Sempre à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Geraldo, Presidente do Incra.

Parabenizo todos os participantes, todos os Senadores e Senadoras que participaram desta audiência pública.

Cumprimento, mais uma vez, todos os nossos convidados: o Professor Raoni Rajão, a Professora Cristina Lopes, o Professor José Benatti e o Dr. Geraldo.

Foi, de fato, uma audiência pública de alto nível e muito esclarecedora.

Espero poder contar com o Senador Jean Paul, amanhã ou quarta-feira, para nos reunirmos e avançarmos junto com o Relator, nosso colega Carlos Fávaro.

Estará amanhã aqui em Brasília, Carlos? (*Pausa.*)

Então, nos reuniremos amanhã à tarde.

Amanhã nós temos sessão do Congresso Nacional, o PLN 4 vai ser debatido, discutido. É um PLN importante que vai recompor o Orçamento de 2021 e, com certeza, trará bastante benefício, principalmente para o agronegócio, para o Pronaf, enfim, tudo mais.

Então, parabenizando a todos, mais uma vez, e agradecendo a presença de todos, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e dois minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso e Rogério Carvalho. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 1/2021 - CRA, REQ 2/2021 - CRA, e REQ 5/2021 - CRA, todos desta Presidência. Finalidade: Para debater a infraestrutura e a logística do agronegócio no Brasil. - 2ª Etapa Tema: Os novos modelos de concessão a serem implatados no Brasil e o impacto nos custos do transporte para a agropecuária brasileira e nos custos dos alimentos na mesa da população. Participantes: Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva, Diretor do Departamento de Política e Planejamento Integrado do Ministério da Infraestrutura; Renan Brandão, Superintendente de Concessão da Infraestrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT/SUCON; Valter Luís Souza, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Transporte - CNT; Dilvo Grolli, Diretor Presidente da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel - Coopavel; Luiz Antonio Camargo Fayet, Professor Doutor - Especialista em Logística e Infraestrutura; e Edson José de Vasconcelos, Representante do Programa Oeste em Desenvolvimento - POD. Resultado: Audiência Pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 5, de 2021 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 1, de 2021-CRA, a inclusão dos seguintes convidados: - Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; - Representante da Confederação Nacional do Transporte – CNT; Luiz Antonio Camargo Fayet - Professor Doutor – Especialista em Logística e Infraestrutura; Dilvo Grolli - Diretor Presidente da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel – Coopavel; e Edson José de Vasconcelos - Representante do Programa Oeste em Desenvolvimento - POD". Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 6, de 2021 que: "Requeiro, com base no art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, §2°, II, da Constituição Federal, que sejam realizadas audiências públicas conjuntas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e Comissão de Meio Ambiente - CMA do Senado Federal, com o objetivo de debater os Projetos de Lei: PL 2633/2020 que tramita em conjunto com o PL 510/2021, que dispõem sobre a regularização fundiária e o PL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2159/2021 que estabelece normas gerais para o licenciamento ambiental. As referidas audiências serão realizadas nos dias 1 e 2, 15 e 16, 22 e 23 de setembro, às 8 horas, sendo 3(três) audiências para cada tema inerentes aos projetos. Serão convidados especialistas, técnicos, entidades e segmentos da sociedade." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Esperidião Amin, Luiz Carlos Heinze, Jean Paul Prates e o Presidente da Comissão Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**SENADOR ACIR GURGACZ**
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a infraestrutura e a logística do agronegócio no Brasil em três etapas. Esta é a segunda etapa, com o tema: "Os novos modelos de concessão a serem implantados no Brasil e o impacto nos custos do transporte para a agropecuária brasileira e nos custos dos alimentos para a mesa da população", em atendimento aos Requerimentos nºs 1 e 2, de 2021, da CRA, de iniciativa desta Presidência.

**2ª PARTE**
**EXTRAPAUTA**
**ITEM 1**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 5, DE 2021**

*Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ I , de 2021-CRA, a inclusão dos seguintes convidados:*

*- Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT*

*-Representante da Confederação Nacional do Transporte – CNT*

*-Luiz Antonio Camargo Fayet - Professor Doutor – Especialista em Logística e Infraestrutura.*

*-Dilvo Grolli - Diretor Presidente da Coopavel - Cooperativa Agroindustrial*

*-Edson José de Vasconcelos - Representante do Programa Oeste em Desenvolvimento - POD*

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo requerimento.

**2ª PARTE**
**EXTRAPAUTA**
**ITEM 2**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 6, DE 2021**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requeiro, com base no art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, §2°, II, da Constituição Federal, que sejam realizadas audiências públicas conjuntas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e Comissão de Meio Ambiente - CMA do Senado Federal, com o objetivo de debater os Projetos de Lei: PL 2633/2020 que tramita em conjunto com o PL 510/2021, que dispõem sobre a regularização fundiária e o PL 2159/2021 que estabelece normas gerais para o licenciamento ambiental. As referidas audiências serão realizadas nos dias 1 e 2, 15 e 16, 22 e 23 de setembro, às 8 horas, sendo 3(três) audiências para cada tema inerentes aos projetos. Serão convidados especialistas, técnicos, entidades e segmentos da sociedade.*

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam e o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Minha saudação a todos os Senadores e Senadoras que nos acompanham. Saudação ao nosso querido Senador Esperidião Amin, que está junto conosco, iniciando esta audiência pública.

Antes de iniciarmos, eu sempre procuro fazer uma abertura, Senador Amin, para que a gente possa balizar como será a nossa audiência.

Os investimentos públicos na manutenção, adequação e construção de novas rodovias no Brasil vêm caindo muito nos últimos anos. Em 2010, por exemplo, foram investidos R$17,8 bilhões para a manutenção e construção de novas rodovias ou duplicação das rodovias federais. Já em 2020, os investimentos caíram para R$6,7 bilhões. É uma diferença muito grande, ou seja, o valor não chega nem à metade do que era em 2010.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – E chega a ser corrigido aqui pelo nosso Senador Amin, 20%. E olha quanto aumentamos, Senador Amin, não só a produção agrícola, mas a industrial, ao longo desses dez anos, e o investimento vem a ser 20% do que era no passado.

Um reflexo disso é a situação precária das nossas estradas federais, que coloca em risco todos os nossos usuários e aumenta o gargalo para o transporte de cargas, com maior custo dos fretes, comprometendo o desempenho e a competitividade da nossa indústria e principalmente da agricultura e aumentando o custo dos alimentos para a população brasileira.

É evidente que essa redução de investimentos nas rodovias também é reflexo da economia do País, que cresceu apenas 0,3% na última década. Mas teve um crescimento. Não justificaria, mesmo esse crescimento, uma redução tão grande de investimentos nas rodovias brasileiras, ou seja, faltam recursos públicos para investimentos em infraestrutura no Brasil.

A opção pelo modelo de concessão e privatização das rodovias federais, transferindo o custo de manutenção para os usuários, que já pagam impostos, como IPVA, IPI, ICMS e outros impostos, para ter as rodovias de qualidade, também não tem dado conta de realizar investimentos previstos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maior parte das experiências de concessões de rodovias federais não podem ser consideradas bem-sucedidas. Os problemas enfrentados nas concessões são dos mais diversos: alto preço das tarifas, a cobrança de pedágio antes da execução das obras necessárias, demanda integral para o concessionário, modicidade tarifária sustentada por financiamento subsidiado, planos de investimentos irrealistas, entre outros.

Mais recentemente, dos oito trechos concedidos na última etapa do programa federal, até 2018, um foi cassado e os demais enfrentam processos de ajustes, que podem resultar em sua caducidade ou devolução. A maioria dos leilões previstos para 2020 virou promessa para 2021, e muitos ainda não foram realizados. Dos 12 leilões de rodovias previstos inicialmente para 2021, 12 leilões, apenas seis devem ser leiloados de fato este ano. Vamos ver se isso vai acontecer.

Segundo informações do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério de Infraestrutura, apenas o leilão da BR-163, do Mato Grosso ao Pará, e a BR-153, ligando Goiás ao Tocantins, foram já realizados este ano. Ontem foi lançado o edital de concessão da BR-116, do trecho Rio-Santos, e o leilão deve acontecer em 29 de outubro. As demais concessões devem ser feitas até o final do ano que vem, em 2022.

Esta é uma previsão, vamos esperar que isso aconteça, com previsão de investimentos privados contratados da ordem de 100 bilhões para um período de 30 anos. Trinta anos. Imaginemos nós como estará a produção do Brasil se continuarmos, e queremos que continuem, nesse ritmo que vem acontecendo nos últimos dez anos, ou seja, 30 anos é muito tempo para esse investimento tão necessário para a infraestrutura brasileira.

Enfim, queremos que essas parcerias com a iniciativa privada deem certo, para que esses investimentos realmente aconteçam e para que o Governo também faça a sua parte, com investimentos públicos, investimentos diretos, necessários para melhorar a infraestrutura do País, pois o maior gargalo do Brasil está realmente no transporte.

Hoje o chamado custo Brasil também é o custo adicional que o setor produtivo e os produtores rurais têm por conta da precariedade das rodovias e de toda a infraestrutura, da porteira para fora, é o maior responsável pela elevação do preço dos alimentos da população brasileira. O custo Brasil é o que encarece a comida da mesa dos brasileiros e reduz a competitividade de nossa agricultura, ou seja, não são apenas o dólar alto e os preços das *commodities* no mercado internacional e nas bolsas de valores que afetam o preço da comida e prejudicam a nossa economia. Os buracos nas nossas rodovias, os atoleiros nas estradas vicinais, a falta de duplicação das pistas das BRs federais, o isolamento do produtor rural e a precariedade dos portos e de toda a logística para o escoamento da produção, principalmente da agricultura familiar, e para a exportação do agronegócio são os maiores responsáveis pela elevação do preço dos alimentos e por tirar comida da mesa dos brasileiros, além de não termos, no Brasil, uma política voltada para atender o mercado interno, ou seja, comida para a população brasileira. Nós estamos exportando alimentos para várias partes do mundo e o brasileiro com dificuldades de ter acesso a esses alimentos.

Ao longo do ano passado e nesse primeiro semestre, itens tradicionalmente consumidos no País tiveram uma alta significativa. O preço do óleo de soja nas gôndolas dos supermercados subiu 104% em 2020; o arroz subiu 76%; o feijão, 48%; e a carne bovina, 47%, nos últimos 12 meses. Portanto, para baratear os alimentos, temos que reduzir os custos de produção e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escoamento da produção, como é o caso do transporte. Para isso, precisamos melhorar a nossa infraestrutura.

Se o caminho escolhido é a privatização, precisamos aperfeiçoar o programa federal de concessões rodoviárias, que hoje é chamado de PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

Alguns modelos adotados em alguns Estados brasileiros e em outros países apresentam lições relevantes para a redução do grau de incerteza regulatória, melhoria nos procedimentos dos certames, maior volume de investimentos e menor tarifa para os usuários. Também conhecemos os modelos que não deram certo e não podemos repetir os mesmos erros. A experiência acumulada permite-nos indicar algumas recomendações visando aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das concessões rodoviárias brasileiras.

É isso o que pretendemos com esta audiência pública. Temos que repensar modelos como o do Paraná, com cobrança de pedágio antes dos benefícios, antes da duplicação das vias, com tarifas altas que prejudicam o usuário e principalmente o setor produtivo. Esse modelo está para ser renovado, sendo que os estudos da EPL apresentam um modelo híbrido com maior outorga e desconto limitado da tarifa. Esse modelo não agrada os produtores rurais brasileiros e também sofre restrições do setor industrial, por isso tem que ser debatido.

Também precisamos debater o modelo para as demais concessões em todo o País, como, por exemplo, a concessão da BR-364. O início da cobrança do pedágio tem que ser após a sua duplicação. Nós não podemos iniciar a cobrança do pedágio entre Comodoro e Porto Velho antes de termos a duplicação. Não se justifica. Nós já temos uma rodovia, ela está em manutenção, embora precária, mas existe a manutenção. Nós não podemos cobrar o pedágio por uma obra que foi já elaborada, há muitos anos, pelo Governo Federal.

Entendo que precisamos aproveitar este momento de renovação das concessões e de novas concessões de rodovias em todo o Brasil para discutir o modelo e a atualização do marco legal para as concessões que serão feitas daqui para frente em todo o País. O modelo híbrido apresentado pelo Ministério dos Transportes até promete reduzir a tarifa, mas, por outro lado, permite o aumento da quantidade de praças de pedágio, o que dá no mesmo ou até fica pior, porque aumenta, no fim da viagem, o custo da estrada pedagiada.

Um exemplo disso é o de Santa Catarina, Senador Amin, que opera com o modelo de desconto livre, enquanto, no Paraná, será adotado o modelo híbrido e Minas Gerais opera no modelo de maior outorga e desconto limitado.

Em se mantendo esse cenário, os usuários seriam onerados em 31,7% em relação a Minas Gerais e em 131,9% em relação a Santa Catarina. Essa é a diferença do atual modelo que se projeta para as próximas concessões, um aumento muito grande das tarifas, que já estão altas.

É nesse contexto que devemos discutir o modelo a ser adotado na BR-364 do nosso Estado de Rondônia. Queremos a duplicação da rodovia, mas não podemos pagar pedágio antes da sua duplicação.

Portanto, são questões como essas que precisamos discutir para não criarmos conflitos entre os Estados e prejudicarmos os usuários e o setor produtivo.

Outra questão é o desconto de usuário frequente. Precisa ser um desconto para todos, incluindo caminhões e ônibus, e não somente para veículos de passeio, como está previsto.

Além disso, as novas concessões devem prever a integração com os demais modais de transportes, principalmente hidroviário e ferroviário, para que os produtores rurais consigam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizar o planejamento do escoamento e exportação das safras com mais assertividade e menor custo.

Nosso objetivo com esta audiência pública é encontrar um caminho para que os investimentos na infraestrutura do País possam ser realizados levando em conta o setor produtivo, especialmente a agricultura, que ainda é quem mantém o superávit em nossa balança comercial e que leva alimento para toda a população brasileira.

Eu agradeço a presença dos nossos convidados aqui presentes e passo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, para fazer as suas colocações, agradecendo, mais uma vez, a sua presença aqui conosco, Senador.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu que agradeço, prezado Senador Acir Gurgacz, e quero dizer que esse seu pronunciamento é crucial, na verdade, para que nós possamos avaliar o momento que nós estamos vivendo.

Eu apenas gostaria de aduzir, de acrescentar às suas colocações que eu não ouvi uma referência à Lei nº 14.157, que nós aprovamos, do *free-flow*, ou seja, é pedagiamento sem praça de pedágio, por quilômetro rodado, que é o futuro.

Essa lei foi de nossa autoria. Ela induz ao subsídio, induz a um tratamento diferenciado para o usuário frequente, como o senhor assinalou, mas, naturalmente, vai também exigir uma evolução tecnológica, que vai ser aperfeiçoada após a concessão da nova Dutra. A Dutra vai ser, realmente, o grande laboratório para o *free-flow*, tudo indica, porque ela vai ter uma parte inicial, seja do ponto de vista do Rio, seja do ponto de vista de São Paulo, franqueada, digamos assim, e, no mais, cobrada por quilômetro efetivamente rodado. Acho que esse modelo, naturalmente, vai sofrer aperfeiçoamento.

Mas eu prestei muita atenção às suas observações sobre, primeiro, a queda de investimento – e ela veio para ficar, e isso que é o pior, do investimento público – de 17 para 3,5, incluindo conservação, não só a conservação com aprimoramento, dentro do que é chamado... É só manutenção. Então, isso veio para ficar, porque nós não vamos retornar a um patamar cinco vezes maior de investimento público.

Então, eu queria sugerir que, depois de esgotar esses aspectos muito importantes decorrentes da diversidade do País... Uma coisa é a 364, outra coisa é a Via Dutra. Nós mesmos estamos sofrendo, em Santa Catarina, como o senhor frisou, os efeitos dos primeiros leilões. Então, um outro tópico que eu gostaria que fosse assinalado: o modelo de licitação por menor preço foi a maior barbaridade que se fez no País. No caso da 101, em Santa Catarina, quem ganhou a concorrência ganhou dando um desconto de 65%, decretando a sua própria inadimplência.

Senador Acir, é a única ação pública que eu assinei na minha vida, contra a concessionária, que já mudou, contra o então Ministério dos Transportes, que agora é Ministério da Infraestrutura, e contra a ANTT.

O contorno viário da Grande Florianópolis, pelo contrato, deveria ter sido inaugurado em fevereiro de 2012; já sofreu um reajuste de R$1,1 bilhão, que já está sendo pago, aprovado pelo Tribunal de Contas da União; e, neste tempo todo, desde o contrato, assinado em 2008, nenhuma multa foi aplicada. Ou seja: é a impunidade na licitação e na regulação.

Então, nós temos muito que aprender, e não há outro caminho, porque o investimento público não vai crescer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, eu tenho uma sugestão para lhe dar: de tudo que for levantado aqui, sugira ao Senador Dário Berger uma sessão conjunta e, se necessário, com a Comissão de Assuntos Econômicos, porque, na minha opinião, se formos remontar à Lei da PPP, que é a parceria público-privada, que serve para tudo, sempre haverá necessidade de garantir subsídio. É impossível! Sempre haverá subsídio e garantia, e isso exige dinheiro público.

Então, no momento em que se discute um tratamento diferenciado para coisas diferentes em matéria de teto de gastos, e a pandemia nos ensinou que aquilo que não sobrecarrega a despesa pública permanentemente não gera inflação, e não gerou... A inflação que nós estamos vivendo é inflação de demanda: é do *chip* que nós não fabricamos. Exportamos ferro, vendemos 300 mil toneladas de ferro, e eles nos pagam com meio contêiner de semicondutor, meio contêiner! E, agora, o semicondutor, Senador – tome nota –, teve uma inflação em dólar de 280%. Quer dizer, agora o contêiner é menor, é um porta-joias! (*Risos.*)

Então, nós que estamos escravizados pela falta de valor agregado na grande massa das nossas exportações, se nós não tivermos alguma forma de subsídio para esses investimentos, acrescentando aqueles preceitos da Lei da Parceria Público-Privada, que é de 31 de dezembro de 2004 – ainda do Presidente Lula –, todos os jogos que nós fizermos nessas licitações – tenta isso, tenta aquilo – vão bater na pressão exagerada do pedágio – para concluir –, especialmente quando cobrado antes do melhoramento.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – É um absurdo!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas não é novo isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não é novo, mas está errado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha lá, lá atrás, o então Ministro dos Transportes Eliseu Padilha conveniou isso com Santa Catarina, em 1997. A 280, a 470 – V. Exa. conhece bem porque passa por Gaspar – e a Rodovia 486, com as estaduais – igual ao modelo em que o Paraná acha que está inovando agora –, era tudo para cobrar antes da duplicação, em 1997! Nós estamos repetindo uma tentativa frustrada de 25 anos passados!

Então, eu acho que o senhor colher todas essas sugestões ricas, práticas, de quem conhece isso tecnicamente, comparando com o restante do mundo e associando esse excelente trabalho à Comissão de Serviços de Infraestrutura, eu acho que vai criar a macroinformação que vai nos remeter ao seguinte: alguma espécie de subsídio nós temos que enfrentar, uma seleção criteriosa disso, e isso não pode, por ser uma garantia para investimentos, e nós não vamos ter recursos públicos para fazer – e não podemos deixar de ter...

E faço aqui um parêntese. O senhor viu que anteontem nós aprovamos, conseguimos fazer um acordo. O Governo do Estado de Santa Catarina vai entregar 450 milhões das suas poupanças – não é dinheiro de empréstimo, 450 milhões – para serem aplicados pelo Governo Federal nas obras da 470, que está asfixiando a economia do nosso Estado, na 280, na 163, que o Estado já tinha construído, federal – eu inaugurei, como Governador, em março de 1987 –, e ainda alguma coisa para a 282 e para a 285.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado está fazendo isso não porque esteja sobrando dinheiro, mas para salvar a economia. Então, se até isto está acontecendo, não enfrentar a questão do subsídio e da garantia com dinheiro público eu acho que é a tal da história de enfiar a cabeça no buraco para não enxergar a realidade.

Nós estamos, neste momento, cogitando de alterar o limite de gastos, parcelar precatórios para atender o quê? Para atender juros e para atender inadimplências.

Não vamos cuidar do nosso futuro? É só o passado que está pressionando a lucidez daquilo que você tem que fazer: "Olha, isso aqui eu tenho que fazer", fazer com critério, responsavelmente.

Eu acho que esse trabalho que o senhor está liderando aqui pode, associado à Comissão de Serviços de Infraestrutura e à Comissão de Assuntos Econômicos, nos dar esse presente para o Brasil.

Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

E, quando V. Exa. fala de subsídios, é o que aconteceu na construção das rodovias brasileiras. Não é do IPVA que nós vamos fazer a construção de rodovias novas ou duplicações, mas é através dos impostos gerais, do Tesouro Nacional que nós vamos conseguir, e é o que nós estamos exigindo do Governo, que faça os investimentos necessários na infraestrutura.

Nós exigimos o aumento da produção agrícola, da produção industrial, investimentos privados para que a gente possa aumentar a produtividade, a produção, a qualidade para sermos competitivos internamente e externamente, mas não temos os investimentos necessários de infraestrutura que o País precisa.

Ora, chegamos ao ponto de um Estado – embora rico, o Estado de Catarina – chegar...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A grande necessidade, o senhor sabe...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... ao ponto de ter que tirar dinheiro do Tesouro estadual, passar para o Tesouro federal para fazer as obras necessárias...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Federais!

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... federais! – para dar escoamento, para dar vazão, escoamento à produção agrícola, industrial de todo um Estado. É realmente... E eu ouvi ainda os representantes estaduais felizes...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... contentes porque era uma solução ...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A discussão ainda...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... embora uma solução com que nós não concordamos – mas é a única solução –, para o momento de um Governo que não avança e não faz uma autocrítica daquilo que é necessário. Não é isso, Senador Amin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, e o acordo que se fez foi o seguinte: se discutia com o Governo onde, como diz o Deputado Peninha, o meu dinheiro vai ser gasto! Como diz o Deputado Peninha, quem paga o conjunto musical tem o direito de escolher as músicas! (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É verdade, esta é a situação em que nós nos encontramos em nosso País, todos tendo que sustentar não o Governo Federal, mas as obras que o Governo Federal deveria fazer a iniciativa privada o faz e também os governos estaduais o fazem.

Mas, enfim, vamos iniciar convidando os nossos oradores. Nós vamos ter inicialmente o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado.

Vamos colocar, na sequência, o Dr. Edson José de Vasconcelos, representante do Programa Oeste em Desenvolvimento. Eu gostaria de, em segundo, colocar o Dr. Luiz Antonio Camargo Fayet, nosso sempre Deputado Federal, Professor e Especialista em Logística e Infraestrutura. Na sequência, Sr. Dilvo Grolli, Diretor-Presidente da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel); Valter Luís de Souza, Diretor de Relações Institucionais da CNT (Confederação Nacional do Transporte); Renan Brandão, Superintendente de Concessão da Infraestrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); e, por último, Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva, Diretor do Departamento de Política e Planejamento Integrado do Ministério da Infraestrutura.

E vamos, com certeza, acolher a sugestão do Senador Esperidião Amin, para que a gente faça uma reunião conjunta, após essas três etapas das nossas audiências, junto com a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos.

É preciso avançar nesse debate. Nós temos que achar o momento certo, o modelo certo para a privatização, já que isso já foi escolhido pelo Governo Federal e nós também estamos aqui a ponto de dizer que esta é a alternativa para melhorarmos a infraestrutura brasileira.

Então, iniciando os nossos trabalhos, antes de colocarmos o primeiro orador para fazer as suas colocações, quero lembrar que nós já ultrapassamos 580 mil mortos pela covid-19. Nossos sentimentos a todas as famílias, que perderam seus entes queridos.

Nós pedimos um minuto de silêncio, em memória a todas essas pessoas que foram acometidas e perderam a sua vida pela covid-19.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, iniciando os nossos trabalhos, passo a palavra ao Dr. Edson José de Vasconcelos, representante do Programa Oeste em Desenvolvimento (POD).

V. Sa. tem 15 minutos para as suas colocações. Se precisar de mais tempo, nós estamos à disposição. O que nós queremos é fazer um bom debate.

V. Sa. tem a palavra.

**O SR. EDSON JOSÉ DE VASCONCELOS** – Bom dia! Estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Positivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDSON JOSÉ DE VASCONCELOS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador, meu conterrâneo! Bom dia a todos os ouvintes. É uma satisfação estar aqui falando com vocês, principalmente pelo que nós passamos aqui no Paraná, e continuamos ainda em processo de transição.

Eu gostaria muito de começar pegando um gancho do nosso Senador Esperidião Amin. Ele coloca que os modelos em si são prejudiciais no seu teste, mas o Paraná é um caso à parte. Se, nos leilões de menor preço, não houve a realização das obras em Santa Catarina, como ele relatou, no Paraná foi um pouco pior. Nós tivemos os maiores preços do Brasil, e as obras também não aconteceram. A gente até brinca aqui que gostaríamos de ter passado pelo problema de tarifas baixas e, talvez, não ter havido as obras.

Mas eu quero fazer um breve relato para a gente conseguir nivelar a grande questão que é a evolução desse modelo para a gente ter a modicidade tarifária e a garantia da nossa infraestrutura tão necessária.

No Paraná, em 2015, iniciaram-se, sendo o primeiro modelo do Brasil o Paraná, as tratativas da renovação do contrato feito em 1997. Aqui quero fazer uma citação ao meu amigo Dilvo Grolli, Presidente da Cooperativa Coopavel, de Cascavel, que foi um grande guerreiro nessa luta para não deixar acontecer a renovação daqueles contratos que, sim, em 2018, com a Operação Lava Jato, como ficou claro, eram um crime. Dentro dessa avaliação de crime, Senador, nós entendemos que houve captura de Estado. Nós tivemos as maiores tarifas, a mistura de dois caixas – o caixa da operação e manutenção com o caixa do Capex. Eu acho que este é um dos grandes dilemas das tarifas: as obras depois da cobrança, a mistura dos caixas. E a gente não consegue mais separar o dinheiro no bolso da concessionária.

O mais importante é que, em 2015, eles relatavam que nós devíamos R$2,5 bilhões às concessionárias e que o melhor caminho que nós teríamos seria fazer um acordo com elas, renovar aquele contrato que era uma caixa de Pandora, uma coisa horrível, e aí nós não teríamos essa dívida com elas. Depois da Operação Lava Jato, nós descobrimos que nós tínhamos crédito de mais de R$2,5 bilhões, e isso, se se fizer um encontro de contas, seria uma diferença simbólica de R$5 bilhões. Mas o relato de R$2,5 bilhões é importante, porque, na época, já equivalia a 5% da receita do Estado, e a proposta do novo modelo no Paraná é de R$5,2 bilhões anuais, o que representa mais de 10% da receita do Estado.

Esse número é importante para nós tentarmos encaixar o que para nós é modicidade tarifária. Quando nós entendemos que, na deficiência do Estado, como muito bem relatado pelo Senador, na deficiência de fazer a manutenção e os investimentos de infraestrutura, transferindo ao usuário a capacidade de ele poder fazer isso de forma módica – a palavra "módica" se entende como algo em que se vê valor –, nós conseguimos, facilmente, no Paraná, perceber que não existe essa condicionante. Quando você pega um freteiro autônomo no Paraná, que sai de Cascavel para Paranaguá, ele paga – um freteiro normal, que faz suas viagens de forma normal e equilibrada – mais de R$12 mil de pedágios no ano. O autônomo tem a sua frota com mais de 17 anos de uso, e o seu caminhão vai valer, no máximo, R$250 mil. Você descobre que se derrete o ativo dele em menos de dois anos. Em dois anos, ele tem que entregar a chave do caminhão. Nesse momento, vê-se que não há modicidade tarifária, principalmente num Estado com características agrícolas de pouco valor agregado ao peso do produto. Nós não produzimos tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós, esse conflito, inclusive, de bom grado, já que falaram de subsídios ao nosso modelo... Quando você pega a BR-163/MS, que acho que deveria ser caso de estudo no Brasil, nós temos lá 850km. E hoje custa a um carro de passeio percorrer os 850km quilômetros próximo de R$50. No Paraná, hoje, percorrer 730km, de Foz do Iguaçu a Paranaguá, custa próximo de R$150. E por que lá deu errado? Por que que lá, para nós – e aí é importante, Senador... Eu venho aqui trazer a simples visão do usuário. No tripé, há o poder concedente, a concessionária e o usuário. Por que, na visão do usuário, lá, nós teríamos que fazer todos os esforços para provar que aquele modelo, sim, é o correto e entender por que lá não deu certo? Lá os argumentos são de que o BNDES, devido à Lava Jato, não concedeu o crédito preconcebido no início do leilão. E que também as obras, o Capex, não foram de forma adequada respeitados os gatilhos de tráfego, como, no Paraná, também me preocupa fazer todas as obras em dez anos, porque não se estão respeitando, na minha visão, os gatilhos de infraestrutura de que tanto nós precisamos. Carregar 44 bilhões de obras no Paraná, em menos de dez anos, com certeza, nos outros 20 anos, haverá problemas de gestão, e governadores que irão fazer as suas obras.

O mais importante, inclusive, para a gente perceber como tratar da garantia de uma tarifa módica... O Sistema Nacional Viário, que está dentro da Lei 10.233, de 2001, no art. 4º, dá uma exemplificação do que realmente é o custo tarifário do rodoviário. E lá se diz claramente que o custo pode e deve ser composto por três componentes: o custo de manutenção, o custo de operação e o Capex. Fora isso, nada mais. E acredito que isso já seria parte de uma sugestão de encaminhamento – já indo para o final – e que nós deveríamos ter uma regulação sobre o custo. A outorga tem custo financeiro. Talvez na projeção de se fazer a licitação eles não coloquem o custo financeiro da outorga, mas vocês podem pegar todas as rodovias, principalmente do Estado de São Paulo, que tratou a outorga como algo arrecadatório, que o custo da outorga inviabiliza muitas vezes os trechos. E, se pegarem a matriz tarifária do Paraná, a projeção de arrecadação de R$156 bilhões – R$156 bilhões –, onde nós tínhamos um modelo falido, que era caro, que era de R$50 bilhões, em valores de hoje, e nós vamos para um R$150 bilhões, nós vamos descobrir que ele é muito fácil, dividido em quatro partes: próximo de 25%, Capex; próximo de 25%, Opex; próximo de 25%, lucro; e próximos de 25%, tributos.

Se nós queremos mudar e transferir ativos por não conseguir fazer inversão de recursos nas rodovias, nesses ativos para a iniciativa privada – e nós não queremos fragilizar o interesse da iniciativa privada nesses ativos – o primeiro foco são os tributos. Na habitação, quando se quis resolver o problema da habitação, criou-se o regime tributário especial da habitação. Nós temos que olhar que 25% já passam de deixar de ser um interesse de melhorar a infraestrutura para ser um interesse arrecadatório. Nós temos que entender que, quando se pegam os 25% do Capex, você ainda, na contratação do Capex, tributa o Capex. A companhia concessionária ainda, quando leva o contribuinte a pagar o Capex dentro da tarifa, tributa novamente. Então, no Paraná, nós temos 44 bilhões de Capex e nós temos 40 bilhões de tributos. Isso para nós não tem muita coerência.

A grande garantia de obras, Senador, é o fluxo de caixa marginal, como o senhor mesmo colocou. E fazer as obras, ou melhor, misturar os caixas, cobrar antes de ter as obras, isso é inconcebível. A garantia para que isso aconteça é o fluxo de caixa marginal: fez a obra, recebe. O fluxo de caixa marginal é a grande chance que a gente tem de separar os caixas, sempre respeitando a condição de não fragilizar o interesse da iniciativa privada dentro das concessões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa: baseado na experiência que nós passamos no Paraná, o nosso problema nunca foi tarifa baixa; o nosso problema foi a captura de Estado. As concessionárias conheceram e conhecem todos os caminhos do TRF-4 e todos os caminhos de tudo aquilo que poderia beneficiar a permanência e as tarifas altas da forma que elas queriam. Então, nós precisamos melhorar o entendimento contratual. Nós precisamos de cláusulas robustas. Senador Amin, eu gostaria tanto de ter passado uma fase no Paraná pensando em tirar as concessionárias, pagando tarifas baixas! Nós fomos capturados. O usuário entrou em cárcere aqui, no Paraná.

E, ainda, para finalizar, dois pontos: um do *free flow*. Nós temos um problema grave entre Cascavel e Guaíra, e talvez uma solução fosse fazer o *free flow*. Agora, parece-me que o medo de colocar o *free flow* é que talvez a gente possa ter uma liberdade maior de entender como tratar o tema – e, de forma muito respeitosa, quero agradecer o espaço.

No Paraná, houve uma mudança, uma ruptura do modelo híbrido, e já foi revista a posição numa união muito grande dentro do Estado, mas, dentro dessa mudança, criou-se um seguro usuário, que, na verdade, é um aporte. Esse aporte é caso de acompanhamento. Nós entendemos que ele, da forma que foi colocado, vai ser inibidor do desconto ao usuário. Nós precisamos de tarifas módicas e de garantia da infraestrutura – do que vai ser investido e de que não vão ser misturados os caixas. Porém, a gente percebe que esse modelo híbrido tem uma única função: manter as tarifas altas para o interesse do mercado financeiro para o desconto futuro das cancelas. E esse não é o nosso caminho. Nós precisamos, sim, de um olhar especial para quem quer transferir tantos ativos à iniciativa privada. De alguma forma, o Paraná tem a contribuir. Se olharmos a matriz de risco do Paraná, nós vamos entender a necessidade de fazer uma matriz de risco em nível nacional, mas olhando o Paraná também de forma especial.

Muito obrigado, Senador.

Estamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Edson.

O que você coloca eu vou traduzir em uma frase: o Governo não faz os investimentos necessários de infraestrutura, privatiza as nossas rodovias e quer ter lucro sobre essas rodovias. É mais ou menos isso que nós estamos vendo acontecer nesse modelo. Quem deveria fazer os investimentos é o Governo, subsidiado por outros impostos, é evidente; não temos impostos específicos de rodovias. Agora, privatizar é a solução? O.k. Agora, ter lucro do Estado sobre as privatizações e os pedágios eu entendo que é totalmente desnecessário.

Outra coisa importante que foi dita em outras palavras é a transparência sobre as arrecadações dos pedágios. Quais são os valores e onde está sendo investido esse dinheiro? É dinheiro público diretamente. Dinheiro público: as pessoas estão pagando nas praças de pedágio. Todo mês tem que haver um balanço e haver transparência com a população: o que foi arrecadado e onde está sendo investido esse dinheiro que foi arrecadado, pago pela população brasileira que utiliza as rodovias.

Muito obrigado pelas suas colocações, Edson, que contribuíram bastante para o tema.

Passo a palavra agora ao Senador Luis Carlos Heinze para fazer as suas colocações.

Muito obrigado pela presença, Senador.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Acir. Bom dia também aos demais membros – não sei quem está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente dos Senadores; eu ouvi o Edson falando no Senador Esperidião e em alguns outros colegas Senadores.

Quero saudar o Edson, que me pautou esta reunião hoje, Senador Gurgacz. Também quero saudar o Fayet, nosso parceiro de longa data nessa discussão da logística, e o Dilvo, da nossa Coopavel. Eu também estou vendo o Valter Luís de Souza, da CNT; o Renan Brandão, em nome da Sucon da ANTT; e o Tito Lívio, Diretor do Departamento de Política e Planejamento Integrado do Ministério da Infraestrutura.

Esse tema, Edson... Primeiro, o assunto que nós tratamos e apresentamos na Comissão da Infraestrutura do Senado sobre aquela reunião, no planejamento da discussão sobre a renovação da concessão da malha sul, que interessa ao Paraná, que interessa a Santa Catarina e que interessa também ao Rio Grande do Sul, foi colocado ao Ministro Tarcísio. Já fizemos ontem o encaminhamento de um pedido da ida do Ministro aos três Estados do Sul para debatermos a renovação da concessão – isso interessa a todos – e vermos outros ramais também. Acho que já conversamos, há mais tempo, contigo também, sobre a questão da Norte-Sul. Então, vamos saber a posição sobre a Norte-Sul, que, em princípio, ficará para depois de 2023. Em 2021 e 2022, nada acontece.

Mas precisamos saber também sobre o projeto, Senador Acir, que está em discussão no Senado, que nós vamos discutir, sobre o novo marco regulatório das ferrovias no Brasil. Acho que esse é um ponto importante também, que nós tínhamos conversado nessa reunião da Comissão de Infraestrutura. Depois, os Senadores do Mato Grosso conversaram com o Senador Ciro Nogueira com relação a votar o projeto. Conversamos também com o Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco. Em princípio, dentro de duas semanas devemos votar essa matéria, porque é muito importante esse novo marco regulatório. Para as *short lines*, linhas que podem ser feitas em cada Estado da Nação, é importante termos o marco específico, para que os Estados e as próprias empresas, por exemplo, possam fazer. Então, esse é um ponto importante. Já fica alinhavado. E o pedido já está feito.

E eu queria aqui aproveitar que você está presente, e também o Dilvo, das cooperativas, para que a gente possa fazer essa reunião não apenas com as Federações das Indústrias do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas chamar também as Federações da Agricultura – no caso, a Faep, a Faesc e também a Farsul – juntamente com as Federações do Comércio. Então, pegaríamos comércio, agricultura e indústria dos três Estados do Sul para debatermos com o setor produtivo dos nossos três Estados a situação das nossas ferrovias. Aí vocês apresentam. Eu sei que vocês também estão bem mais adiantados do que nós do Rio Grande do Sul. E nós já estamos tratando também de alguns trechos que a iniciativa privada está querendo fazer. Amanhã, por exemplo, eu tenho, lá em Caxias, uma reunião com a Serra Gaúcha, que tem interesse num ramal entre Vacaria e Caxias. Assim, essa questão das ferrovias, o.k.

E, pegando um pouco o gancho – eu cheguei um pouco atrasado, mas vim aqui só para dar um abraço em vocês –, acho que é muito importante... Estou vendo aqui o Tito. Senador Acir, não há outra saída. No orçamento dos nossos ministérios hoje, de qualquer ministério, são escassos os recursos, e a saída que nós temos hoje é no sentido de buscarmos as concessões.

Eu tenho me empenhado, no Rio Grande do Sul, com rodovias, a renovação da concessão das ferrovias e a questão também das hidrovias, que nós pegamos forte lá. Estamos buscando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para passar a vocês, a primeira hidrovia concessionada da América Latina. Será uma hidrovia que nós estamos discutindo neste instante, no Ministério da Infraestrutura, com Diogo Piloni, que é o Secretário Nacional de Portos. Vai ser a ligação da Lagoa Mirim com a Lagoa dos Patos.

Com isso, nós conseguimos acessar o norte e nordeste do Uruguai, que incorporará nos processos produtivos deles – é a região mais pobre do Uruguai hoje – em torno de 1 milhão de hectares para soja, para milho e também para florestas, porque nós somos carentes em milho em Santa Catarina, somos carentes em milho no Rio Grande do Sul. Só no Rio Grande do Sul, nós importamos 2,5 milhões de toneladas de milho, que vem do Paraguai e que vem também até do Centro-Oeste brasileiro. E com isso, com essa hidrovia, nós teremos milho da parte norte do Uruguai, da parte norte e nordeste do Uruguai. Vai chegar esse milho ao centro do Estado do Rio Grande do Sul. Chega a Estrela, por exemplo, Porto Estrela, pode chegar a Porto Alegre.

E, assim, as cooperativas já estão trabalhando, viu, Dilvo? As nossas cooperativas gaúchas – e aqui falo para Chapecó também, se quiserem entrar nesse processo –, as cooperativas estão produzindo milho, que se consome no frango, no suíno e no leite também. Então essas hidrovias, nós estamos trabalhando.

E portos. Nós estamos já com o segundo porto em concessão no Rio Grande do Sul. Nós temos apenas o Porto de Rio Grande. E trabalhamos, neste instante, há três anos, e agora oficialmente temos uma proposta já no Ministério da Infraestrutura de que a iniciativa privada construa. Sei, Dilvo, que o pessoal da Coamo está fazendo um sétimo. Veja, Santa Catarina tem seis portos hoje, seis portos, privados e públicos, não é? E estão para sair mais dois portos. Inclusive, parece que a Coamo está fazendo, lá no norte de Santa Catarina, um porto privado. Então, já há dois portos para serem construídos. Oito portos.

Isso está sendo possível neste instante, e não há outra forma. Não há dinheiro público para nós fazermos hidrovias, portos, ferrovias, rodovias, pontes. Há que haver também a participação da iniciativa privada.

Então nós focamos esse assunto no Rio Grande do Sul, que é a minha praia. E estamos também juntos em Santa Catarina. Eu gozava aí com o Senador Esperidião, viu, Senador Gurgacz? Nós temos uma estrada, a BR-285, que começa em São Borja, chega a Santa Catarina, e agora nós conseguimos os 8km que faltavam, de São José dos Ausentes a Timbé. V. Exa. conhece, é da região. E faltam 1,3 mil metros em Santa Catarina. Eu digo, nós vamos fazer, os gaúchos agora vão fazer o que os catarinenses conseguiram fazer, 1,3 mil metros. E nós vamos fazer a ligação dessa rodovia com a BR-101, e aí vai chegar aos portos catarinenses e vai chegar também ao novo porto que a gente quer fazer em Arroio do Salto, no Rio Grande do Sul. Então esse desenho está...

E esse recurso é público. São apenas 8km e uma ponte, e os 1,3 mil metros de Santa Catarina, que nós vamos incorporar junto. Já que os catarinenses fizeram, os gaúchos vão dar um jeito de fazer agora. Tá bom, Esperidião? – se estiver assistindo aí. Mas é importante essa colocação: pouco recurso público, afinal o orçamento é escasso, mais os recursos privados.

Então, quero cumprimentar o Governo Bolsonaro: o Ministro Tarcísio; também o Secretário Nacional de Portos, Diogo Piloni; o Secretário de Aeroportos, nosso amigo Ronei Saggioro: e o General Diretor do nosso Dnit. Esses órgão estão funcionando muito com a iniciativa privada.

Quanto aos aeroportos, eu quero comentar, nós temos seis aeroportos em andamento com recursos federais, no Rio Grande do Sul – o maior é em Caxias, com R$200 milhões –, e três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessões que já aconteceram. Não há outra forma, não existe dinheiro público para fazer isso aí. Então, esse é um detalhe. Não vou entrar, Senador Acir, na questão de valores, de quem fica com o dinheiro, mas nós só construímos estradas, portos... Esse porto privado, são R$ 5,5 bilhões. Se eu esperar por recursos públicos, daqui a cem anos não vai sair esse porto. Esse porto foi desenhado por Getúlio Vargas. Temos projetos dos alemães e temos projetos dos ingleses para fazer esse porto. Era em Torres, porque Arroio do Sal se desmembrou de Torres. O local que nós escolhermos é onde a batimetria da Marinha fez. Então, essas obras, nós só conseguimos fazer...

Imaginem – o Dilvo, que está conosco aqui, o pessoal da Coopavel – a soja de Mato Grosso. Não sei em Rondônia, o caso de vocês, mas a do Mato Grosso, a do Mato Grosso do Sul, vinha toda para Paranaguá. O saco de milho, mais da metade do saco de milho do produtor do Mato Grosso, ficava no frete para chegar a Paranaguá. Hoje, eles têm o Porto do Itaqui funcionando. Hoje eles têm no Norte, no Pará, funcionando. Então, as rodovias foram...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Em Rondônia, também, nós temos a Hidrovia do Madeira, por onde nós exportamos via porto de Porto Velho, que vai a Itacoatiara e, depois, embarca em navios de grande calado e faz as exportações. Mas lá, antigamente, de fato, toda a produção era Paranaguá...

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Era Paranaguá ou Santos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Paranaguá ou Santos. Hoje é Porto Velho.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Porto Velho, veja, Itaqui. Como é que é no Pará? No Pará tem ali em...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É, tem...

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Miritituba. Poder ser?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Miritituba.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Miritituba. O.k.

Essas coisas estão acontecendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Tem Santarém também.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... desde os últimos Governos. Isso é importante. Então, esse é o foco.

Quero colocar que o Brasil está melhorando e tem de melhorar mais ainda para ver a força da produção. Quando a gente pega, Senador Acir... Eu sou da área, sou agrônomo, sou produtor rural, conheço há mais de 40 anos essa lida aí, e a gente vê o potencial que o Brasil tem hoje. Conversamos, ontem, com a Ministra Tereza. É só um dado que eu vou passar. Nós estamos fazendo uma proposta sobre o setor florestal para o Brasil levar à COP. Criticam tanto o Brasil na questão climática, e o Brasil tem condições de ser líder mundial. É líder hoje na soja, é líder hoje no boi, é líder hoje no frango, é líder hoje no fumo, na laranja; em vários produtos o Brasil é líder mundial. E nós poderíamos ser líderes mundiais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – E também na produção de oxigênio.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, líder mundial...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Líder mundial na produção de oxigênio também, porque a Amazônia produz oxigênio para o mundo inteiro.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou falar.

Líder mundial na produção de *pellets* de madeira – líder. Para nós substituirmos o que a Europa, o que a China, o que o Japão, o que eles estão queimando hoje de combustíveis fósseis e também de carvão; substituir com *pellets* de madeira produzidos, primeiro, pelas florestas plantadas e, depois, usando o raleio das florestas da Amazônia. Não é preciso desmatar a Amazônia, não...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sem dúvida.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... mas de um plano de manejo sustentável. De lá vai sair da madeira, madeira nobre, vão sair também *pellets* e energia.

O projeto que nós temos lá em Pinheiro Machado, especificamente, tem 60 mil hectares de florestas, dali vão ser exportados *pellets*; e, dos galhos das florestas e das raízes, serão feitos 50 mega de energia. Então, o potencial do Brasil é fantástico.

Esse plano, nós o estamos discutindo nesta semana e na semana que vem, com a Ministra Tereza e com o Ministro do Meio Ambiente também, para que seja apresentado na COP. O Brasil, produtor de madeira, que vai substituir a energia suja que a Europa, que a China, que o Japão estão tendo, e o próprio Estados Unidos, no mundo inteiro hoje.

Obrigado, Sr. Senador, e obrigado aos nossos debatedores.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Heinze.

É claro que o nosso colega Senador Esperidião Amin pediu direito de resposta, e S. Exa. o tem. (*Risos.*)

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente... Eu estou pedindo direito de resposta, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Concedido.

V. Exa. está com a palavra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para explicação pessoal.) – Eu vivo a situação do México. Os mexicanos dizem: "*Muy lejos de Dios e muy cerca de los gringos*", ou seja, muito longe de Deus e muito perto dos vizinhos. É o caso. Nós, às vezes, estamos um pouco distantes de Deus, e os gaúchos não nos largam.

O senhor vê? O meu irmão Luis Carlos Heinze debochando de Santa Catarina, tendo um sobrenome igual ao da minha esposa! Ele é Heinze, ela é Heinzen, só tem um "n" atrás, que significa plural, ou seja, um sozinho incomoda, quando se juntam... Olha, tenho sofrido, Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso que ele está falando é verdade. A nossa rodovia começou há mais de 15 anos, a Serra da Rocinha. E, segundo o Ministro, na reunião de anteontem, estão faltando 870 metros. Quer dizer, você vai lá com um metro de exatidão, porque hoje "ah, pode ser que eles tenham feito três milímetros hoje", e a gauchada – o senhor conhece essa gente – vem dizer que: "Olha, nós começamos... Esse ano, os 8km vamos fazer". Tá bom.

Isso é para o senhor ver como a falta de recurso confirma o seu discurso, confirma a necessidade da realização dessa reunião. E, agora, falando seriamente, você sabe que o Heinze é meu irmão, de espírito, de fraternidade, de amizade, além de partidário, mas essa é a verdade, quer dizer, há discrepâncias muito grandes que o nosso orçamento público não corrige, e, se não houver uma solução econômica para a infraestrutura brasileira, nós vamos postergar, dramaticamente, o nosso futuro.

Então, agradeço a colocação do Heinze, porque ela me estimula, cada vez mais, a agradar aos gaúchos e, especialmente, às gaúchas.

Grande abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Santa Catarina tem dois bons vizinhos: à sua direita, Paraná; à sua esquerda, Rio Grande do Sul, ou ao contrário. Nós lá, em Rondônia, temos três bons vizinhos: o Acre, o Amazonas e o Mato Grosso. Estamos ladeados por bons vizinhos, que nos dão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nacionais. Temos os vizinhos estrangeiros também.

Só para repetir aquilo que o Edson falou, sobre a distribuição, Senador Heinze, do que está programado com a arrecadação do pedágio... É o seguinte: 25% é para o Capex, que quer dizer investimento nas obras novas; 25% para a Opex, que é a manutenção das rodovias; 25% de impostos para o Governo Federal e os governos estaduais; e 25% de lucro para as concessionárias. O lucro tem o mesmo percentual do investimento; da mesma forma, a cobrança de impostos tem o mesmo percentual da manutenção das rodovias. Só para esclarecer aquilo que muito bem colocou aqui o Edson.

Continuando, agora passo a palavra ao nosso querido Deputado, sempre Deputado, Dr. Luiz Antonio Camargo Fayet, Professor Doutor, especialista em logística e infraestrutura, mais uma vez agradecendo a sua presença junto conosco.

V. Sa. tem a palavra.

**O SR. LUIZ ANTONIO CAMARGO FAYET** (Para expor.) – Bom dia, Senador. Eu cumprimento a todos na sua pessoa.

Eu tenho a alegria de rever aqui amigos, companheiros do tempo em que eu fui Deputado Federal, inclusive, e estou muitos à vontade para trazer a minha contribuição e agradecido pela oportunidade.

Eu vou pedir, por favor, que seja colocado aí o material que eu enviei. São três eslaides para eu explicar os conceitos do que vou trabalhar. Eu vou focar, fundamentalmente, a questão dos pedágios, porque os outros temas já estão bastante avaliados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão dos pedágios é fundamental, porque, para o agro, em particular, que é o meu foco de concentração, o trânsito terrestre, rodoviário é a nossa essência, é como se fosse o sistema circulatório sanguíneo de um corpo humano. Então, as rodovias são essenciais para não destruírem a competitividade da produção do agronegócio brasileiro, que é um fator a que nós estamos assistindo.

Se estiver pronto o meu sistema de eslaides, eu gostaria que fosse...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Já está na tela, Dr. Fayet.

**O SR. LUIZ ANTONIO CAMARGO FAYET** – Eu não estou vendo, mas não faz mal.

A primeira tela eu imagino que seja de observações gerais – é isso, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É isso mesmo.

**O SR. LUIZ ANTONIO CAMARGO FAYET** – Tá.

Então, eu fiz aqui uma listagem de questões que acontecem.

Eu gostaria de fazer um rápido histórico para os senhores.

Em 2005, eu trabalhei para a Federação da Agricultura do Paraná tentando responder a uma questão fundamental: por que os pedágios do Paraná eram os mais caros do Brasil? Nessa avaliação que eu fiz, cheguei à conclusão de que 40% do valor dos pedágios que nós pagávamos aqui era para amortizar o valor de outorga que nós pagamos nas nossas licitações.

Então, a partir daí, eu procurei pesquisar modelos de licitação. Eu me fixei na questão da menor tarifa para o usuário. Eu me juntei – isso lá em 2005, 2006 – com um amigo lá do Ministério dos Transportes e com um outro, o Biramar, que era do Banco do Brasil, comigo, e depois passou para o Ministério da Agricultura, e nós três amadurecemos um modelo da menor tarifa para o usuário. Esse seria o conceito.

A partir daí, em 2007, o Governo Federal lançou licitações pela maior outorga. Nós fizemos uma mobilização com a Câmara Logística do Ministério da Agricultura, mobilizamos Senadores, Deputados, Governadores, e o ministério recolheu os editais, em 2008, e republicou os editais no modelo de menor tarifa para o usuário.

Isso permite, por exemplo, uma licitação feita nesse tempo, que eu vá de Curitiba a São Paulo, 400km, pagando um total de R$19,80 para os pedágios – R$19,80 para 400km. Se eu for a Paranaguá, menos de 100km, eu pago hoje mais de R$24. Então, isso demonstra que o modelo de licitação pode ser uma barreira na competitividade, na produção.

Então, agora, nós estamos numa fase em que o Governo está fazendo um desenvolvimento muito importante na expansão das rodovias. E eu gostaria de focar as preocupações essenciais que nós temos – aqui está uma lista de elementos – e fundamentalmente voltar para o modelo de menor tarifa, porque, a partir de fins de 2019, houve uma mudança nos critérios do ministério para passar para o chamado modelo híbrido. E esse modelo híbrido gera um encarecimento muito forte, como nós vamos ver adiante.

A primeira listagem que eu trago é: o que nós queremos? Nós queremos uma implantação física igual, seja no modelo de menor tarifa, seja no modelo híbrido:

– gatilhos de tráfego, na medida em que se atinge um certo volume de tráfego na via e temos obras de terceira faixa, duplicação, etc;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– licenciamentos oficiais prévios. Nós temos casos de rodovias que ficaram 12 anos aguardando uma autorização do Ibama para construir viadutos e túneis entre Curitiba e São Paulo;

– garantias dadas pelo concessionário, prévias e muito robustas;

– tamanho dos trechos. Quando nós temos trechos de mil quilômetros, são para grupos multinacionais. Nós queremos reduzir os lotes de licitação para tentar aumentar o número da participação de grupos locais, criando maior competição e maior desenvolvimento dessa tecnologia, dentro do nosso País.

Então, esses são alguns pressupostos que eu solicitei e coloquei como base para o nosso trabalho.

Vamos agora comparar o que está acontecendo nessas licitações.

Nós tivemos recentemente, aqui, o lançamento das licitações no Paraná, no Tocantins, na BR-163, em Mato Grosso, e eu quero fazer uma comparação dessas coisas com o modelo anterior, que era o modelo de menor tarifa.

Eu gostaria que substituísse agora o eslaide para "RODOVIAS OBSERVAÇÕES – CRITÉRIOS DE LICITAÇÃO".

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Já foi substituído, Dr. Fayet.

**O SR. LUIZ ANTONIO CAMARGO FAYET** – Obrigado.

Por 100km. Eu registro, como menor tarifa, licitações que ocorreram em fins de 2018, em 2019 e mais recentemente, colocando o valor dos pedágios por 100km: é R$5, está aqui R$1,97, R$7,50, conforme o volume de obras e conforme o volume de tráfego.

Muito bem. O modelo híbrido, nós temos o caso da BR-153, Tocantins-Goiás, que acabou com um valor de pedágio na ordem de doze reais e pouco, por 100km. Então, é praticamente o dobro do que a média que aconteceu nas licitações feitas, a partir de 2019, no modelo de menor tarifa.

Tudo isso, então, está no impacto do valor de outorga.

Nós tivemos uma discussão aqui no Paraná, e o Ministro assumiu o compromisso de eliminar o valor de outorga. Entretanto, foram criados critérios adicionais que podem se assemelhar ao valor de outorga quanto ao impacto no custo dos pedágios.

Mas vamos ver como é o modelo híbrido, que está nesse foco aí. O exemplo é a BR-153, total de 850km.

O preço de referência que saiu lá é o preço do orçamento – em qualquer obra que se vai fazer, faz-se um orçamento –, e, quando se coloca em licitação, daí nós vamos ver a dinâmica dos concorrentes para ver qual é o grau de eficiência que eles têm para ofertar a menor tarifa. Então, os valores de referência estão aqui: R$14,70 e R$11,31.

E como é o processo?

Licita, mas licita com desconto de até 12% – foi o que aconteceu; pelo menos no edital estava assim. Empatou, qual é o critério de desempate? Vai para quem dá o maior lance de outorga. Se não houver outorga, foi criada uma outra máquina: a conta vinculada, que é semelhante à outorga em termos financeiros, só que a outorga vai para os cofres do Tesouro e retorna para a economia em novas aplicações do Governo e a conta vinculada, que funciona como se fosse uma outorga, vai para uma conta na concessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos lá: dois grupos empataram, não há outorga. Quem dá mais para a conta vinculada? É a mesma coisa do que quem dá mais por outorga.

Então, essa fantasia da conta vinculada acaba sendo pior porque, em vez de ir para o Tesouro e depois retornar, ela fica na própria concessão. Agora, mudaram de nome: em vez de conta vinculada passou a ser aporte, mas com a mesma finalidade.

Qual é a justificativa que nós encontramos, pelo menos registrada pelas autoridades?

É que essa caixa feita com a conta vinculada ou com maior aporte fica na concessão para futuras obras, para futuras melhorias e ajustes. Mas não consideram que esse aporte o usuário tem que pagar já! Então, ele ainda está pagando alguma coisa assemelhada a um tributo para ter a obra.

Ora, nós temos um mecanismo nas obras, nas concessões, que são as revisões tarifárias. As revisões tarifárias existem exatamente para cobrir imprevistos durante o curso da concessão. Se eu tenho uma demanda numa concessão que não está no projeto original – olha, explodiu o tráfego na rodovia tal, tem que fazer duplicação, e não estava prevista –, temos que fazer um cálculo e, nas revisões periódicas que existem, incluir esse valor para financiar essa obra. Mas, como é na conta vinculada, esse dinheiro já vai sendo dado pelo usuário para constituir uma reserva.

Ora, num país em que o obstáculo logístico está abortando oportunidades de desenvolvimento é inaceitável nós ficarmos criando caixas nas concessões para futuros investimentos. Se houver futuros investimentos, vamos abrir o projeto e pagar a conta desse projeto, mas não vamos pagar antecipadamente um aleatório, que é pior, pois nós não sabemos o que é.

E, além disso, na atual proposta, há até 6% sobre o valor da tarifa, como um *hedge*. Um *hedge* é uma garantia cambial. Por quê? O que foi alegado? Que, se o concessionário tiver que pegar dinheiro no mercado financeiro internacional, em moeda estrangeira, e houver uma crise de câmbio, já há uma reserva de caixa para dar cobertura e compensação a isso. Ora, outra vez, o usuário tem que pagar a conta para uma aleatoriedade.

Eu, na audiência pública, fiz uma pergunta: e, se não acontecer crise cambial nenhuma, esse dinheiro que o usuário deu vai ser devolvido a ele? Não, não vai ser devolvido a ele. Esse encarecimento é um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura, porque corrói a renda dos produtores e da cadeia produtiva de um modo geral.

Então, o *hedge* é desnecessário, porque nós temos periodicamente a oportunidade de fazer reajustes das tarifas. Isso faz parte do processo. Então, é um adicional no modelo híbrido, que não combina com a necessidade brasileira.

O último eslaide, por favor.

Eu vou fazer uma comparação...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Está colocado.

**O SR. LUIZ ANTONIO CAMARGO FAYET** – ... para mostrar aos senhores que nós precisamos, no desenvolvimento do setor rodoviário brasileiro, adotar um modelo que dê absolutas garantias da execução – e isso é fundamental –, responsabilidade dos dois lados da área oficial e dos executores da concessão e com menor custo possível.

Vamos comparar, então, o modelo de menor preço com o modelo híbrido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, o projeto é o mesmo, é igual, não altera nada. Em relação à competitividade e ao preço, é claro que o modelo híbrido vai dar tarifas maiores. Então, ele aumenta as tarifas em relação ao modelo da menor tarifa, obviamente. Isso é um acréscimo de custo de logística, e esse acréscimo de custo de logística acaba onerando a produção e reduzindo o resultado dos produtores, por vez inviabilizando. Para o País, para a economia do País, no modelo da menor tarifa, com o mínimo de dinheiro possível, eu construo aquela obra; com o outro modelo, com o híbrido, eu tenho o valor da obra e ainda mais: o caixinha do *hedge*, o caixinha da conta vinculada ou do aporte que vão onerar a estrutura econômica do País, evidentemente, porque vai sair mais caro o mesmo investimento. Então, para os usuários, um é menor, outro é maior – fatalmente é maior. E, para que se tenha uma ideia, nós temos visto que, normalmente, em relação aos pedágios das licitações de 2008, isso chega a dobrar. Então, nós acreditamos que nós poderíamos ter um pedágio muito menor se não houvesse essa questão.

Daí, vamos fazer uma espécie de conclusão dessa questão.

Nas audiências públicas de que eu tenho participado, particularmente aqui no Paraná, nós fizemos uma proposta para garantir a execução dos contratos. E eu queria fazer uma observação. Primeiro, os projetos apresentados pela EPL são impecáveis – impressionante a qualidade dos projetos. E mais uma questão: eles estiveram conosco durante toda a elaboração dos projetos, discutindo metro a metro das rodovias e as suas características. Então, os projetos foram espetaculares. Eu não tenho críticas ao projeto técnico.

Agora, quando nós realizamos a licitação, eu fiz algumas observações.

Primeira delas: o Governo argumentava que a criação da caixinha, chamada conta vinculada ou aporte, era para as flutuações. Então, eu adotei o critério de argumentar com aquele reajuste tarifário, que é previsto em contrato – qualquer probleminha está previsto em contrato – , e sugeri que nós determinássemos um nível de garantias mais elevadas. Eu vou fazer rapidamente uma figura aqui: uma empresa entrou numa licitação e o valor do contrato que ela ganhou é 100. Para assinar o contrato, ela tem que dar um depósito – isso já entra na conta dela – de 10% do valor do contrato como garantia. Isso é caução de títulos do Tesouro Nacional, que rendem dinheiro, quer dizer, não afundam o dinheiro. Dá essa caução. E, quando existe o processo de desconto, a cada três pontos de desconto dado pelo candidato a concessionário, ele tem que aportar mais 1% de garantia em títulos do Tesouro Nacional caucionados. Com isso, eu fico com um bloco de garantias, muito forte, muito sólido e garantias em que não há discussão, são títulos do Tesouro Nacional. Muito bem. Executou a obra. À medida que ele vai executando a obra, ele vai liberando a garantia dada, ele vai recebendo de volta a garantia dada. Mas uma parcela desse total de garantias, na ordem de 20% do total das garantias, ele só vai receber depois da obra auditada, depois que cumpriu o contrato. Isso é um estímulo a que as empresas acelerem as obras, executem o contrato e que nós, usuários, representados pelo Governo e pela população de um modo geral, teremos a obra assegurada. Essa foi a proposta que nós fizemos com relação às garantias.

Com relação à menor tarifa, mais nenhum aditivo, nada para a conta vinculada, nada para coisa nenhuma. Então, nós não teríamos um caixinha, ali, morto teoricamente, na concessão, que saiu do bolso dos usuários e ficou esperando o futuro. Ora, nós, no Brasil, estamos numa situação tão crítica que a cada centavo nós temos que dar o máximo de eficiência. Eu não tenho condições de onerar a economia, a sociedade brasileira com a constituição de caixas paralelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro da concessão, de pagar *hedges* para empréstimos internacionais, quando nós temos uma situação muito difícil para a população brasileira e temos, do outro lado, uma oportunidade fantástica, como nós sabemos todos – ninguém aqui é ingênuo nesse conhecimento!

Eu sou um menino de 83 anos e me lembro de que, a 50 anos atrás, o Brasil importava tudo. Hoje, nós somos o segundo maior produtor mundial do agronegócio e somos, inclusive, o dono do mercado internacional do agronegócio. Por quê? Porque os nossos concorrentes, basicamente Estados Unidos e Argentina, não têm mais área para expandir. E nós podemos multiplicar a produção brasileira e ocupar crescentemente mercados internacionais. Se nós tivermos um custo logístico baixo nas rodovias, nas ferrovias – certo, minha gente? –, no sistema portuário, na navegação de cabotagem, nós teremos uma capacidade concorrencial no mundo muito maior, que vai determinar duas coisas: a busca pelos produtos brasileiros, que têm qualidade, que têm tecnologia, que têm tudo – precisa de preço – e, de outro lado, garantir a renda da população brasileira.

Eu quero dar um exemplo paralelo a vocês do que são essas coisas no Brasil. A navegação de cabotagem, a legislação que cuida da navegação de cabotagem é tão predatória que as nossas empresas de navegação não conseguem competir com os outros modais como no mundo inteiro conseguem, aqui não conseguem.

Em 2013, 2014, a Conab precisava abastecer o Nordeste de milho e tentou resolver conosco aqui, no Paraná, o suprimento de milho. Muito bem. Então, vamos ver! Fizemos uma mobilização com as cooperativas e tal e tentamos resolver quanto custaria levar um navio, 60 mil toneladas, de Paranaguá até Recife. Fizemos a mobilização, o Governo deu umas isenções e tal. Um amigo meu que é agente marítimo, em Paranaguá, chegou e disse: "Fayet, você já fez uma conta? Se não tivessem sido dados esses benefícios pelo Governo para baixar o custo do frete, o valor do frete de Paranaguá a Recife seria igual ao frete de Paranaguá a Xangai, na China, do outro lado do mundo!".

Então, minha gente, nós não podemos onerar nada na constituição da nossa infraestrutura. Nós temos que mudar a legislação de cabotagem, porque as empresas de navegação estão massacradas pelos custos, pelos penduricalhos e tal. Então, nós não podemos pegar esse mal que existe na navegação de cabotagem (*Falha no áudio.*)

... um modelo que dá o menor custo social.

Eu quero aproveitar que o Dilvo está aqui – o meu velho e querido amigo Dilvo, a quem eu devo muito a amizade e a solidariedade – e dar um exemplo da Coamo, que não é a cooperativa dele, é uma outra cooperativa do Paraná.

Em 2019, os veículos da Coamo pagaram de pedágios no Paraná R$78 milhões. Pedágios! Se eles pagassem valores semelhantes ao valor da Curitiba-São Paulo, que é menor tarifa; da Curitiba ao litoral catarinense, que é menor tarifa; da Curitiba-BR-116, que vai para o Rio Grande do Sul, se pagassem esses valores, eles teriam economizado R$58 milhões – pagaram R$78 milhões, teriam economizado R$58 milhões –, que iriam para quem? Para as cadeias produtivas para poder mobilizar a economia nacional. Ela foi jogada no lixo desses encarecimentos nos pedágios.

Então, minha gente, eu gostaria de fazer aqui o meu apelo, já que nós estamos num momento de grande empenho em ampliar a infraestrutura brasileira. A qualidade dos projetos rodoviários que eu conheci são excepcionais – eu registro isso merecidamente para a EPL, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





foi quem nós acompanhamos –, então, se nós temos todos esses fatores, por que encarecer as tarifas? É o único problema, é a única questão que nós temos que resolver, estruturalmente.

E outra questão, Senador, que eu acho fundamental: existe no sistema da regulação nacional comissões tripartites para acompanhar as concessões, em que entra o Governo, entra a concessionária e entram os usuários. É uma concepção interessante, só que as comissões tripartites acabaram virando probleminhas locais. Então, eu tenho sugerido aqui no Paraná ao Governo do Estado: faça um convênio com o Governo Federal, um convênio de governança da malha rodoviária total, seja ela do Estado, seja ela federal; crie um conselho com as autoridades federais, com as autoridades estaduais, com os usuários e com os concessionários – faça um conselho com todo esse povo aí –; e faça uma gestão aqui, com a vista local desse problema, visando a melhor qualidade da infraestrutura e o menor custo operacional para a nossa economia, porque senão nós não vamos conseguir sair de onde estamos.

E eu tenho uma preocupação, que eu gostaria de registrar aos senhores: em 2004, eu comecei um trabalho para a CNA (Confederação da Agricultura) de definição dessa mudança estrutural da economia do agronegócio brasileiro e fui desenhando, junto com outros amigos, as principais rotas do futuro. Daí nós desenvolvemos os corredores. Como seriam os corredores? Os corredores são fundamentais para nós trabalharmos em cima deles e darmos a maior eficiência. Em 2005, quando nós conseguimos criar a Câmara de Logística do Ministério da Agricultura, esse trabalho passou para lá e cuida do Brasil inteiro; nós patrulhamos tudo isso. E nós lá temos a visão exata de onde estão os problemas que nós temos que resolver para abaixar o custo da logística e aumentar a competitividade do agro brasileiro. Se nós não fizermos isso, nós estamos condenados.

Então, entre os pontos positivos e os pontos negativos, eu faço questão de deixar os dois registrados. E o meu apelo é que trabalhemos junto ao Ministério para eliminar essas contribuições adicionais – o resto está tudo maravilhoso – e deixar que a licitação seja exclusivamente pela menor tarifa, com um modelo de garantias muito pesado para evitar aventureiros. Eu agradeço profundamente a oportunidade. E eu peço desculpas pela minha entrada tardia, porque eu sofri acidentes eletrônicos aqui. Troquei dois computadores, e não dava certo. Agora, eu tenho uma justificativa: aos 83 anos, eu não sei nem mexer nessas coisinhas, viu?

Senador, sempre às ordens. Muito obrigado pela paciência!

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua participação. Na juventude dos seus 80 anos, 83 anos, nos deu uma lição sobre o que é de fato a cobrança de pedágio e a importância da infraestrutura brasileira, com uma clareza excepcional! Eu não tinha visto ainda uma aula, não tinha ainda assistido a uma aula tão clara com relação ao que é o pedágio, o que são as concessões e a conta unificada, os aportes. Ficou muito claro para todos nós e para a população que nos assiste também. Então, muito obrigado pela sua participação, Deputado Fayet.

E nos acompanhe! Nós vamos voltar a buscar a sua experiência para que possamos avançar nesse tema. E vamos, sim, vamos fazer, ao final dessas três etapas, um grande documento, importante – não grande, mas um documento importante –, para nós levarmos à Comissão de Infraestrutura, à Comissão, como disse o Senador Amin, de Economia, para que nós possamos fazer, junto com o Ministério de Infraestrutura e também o Ministério da Economia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um grande debate e tirar, como V. Exa. muito bem colocou, Deputado Fayet, os penduricalhos dos custos para o investimento.

Nós precisamos apenas – apenas! – de investimento em infraestrutura. Não podemos criar lucros, gerando impostos em cima duma obra de infraestrutura brasileira. O senhor tem toda razão.

Passo a palavra agora ao Dilvo Grolli, Diretor-Presidente da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel.

Muito obrigado, mais uma vez, pela sua presença, Dilvo. V.Sa. tem a palavra.

**O SR. DILVO GROLLI** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Quero cumprimentar o Senador Acir Gurgacz e, na pessoa dele, cumprimentar todos os Senadores; e cumprimentar os nossos convidados, nas pessoas do Edson Vasconcelos e do Fayet.

Quero falar um pouco do pedágio e do agronegócio paranaense.

Em 1997, quando se instalaram as primeiras praças de pedágio no Paraná, nós não sabíamos e não fomos convidados para o debate. Vinte e quatro anos se passaram – uma sangria da nossa economia – e deixaram muitas cicatrizes em toda a economia paranaense, principalmente no agronegócio.

Agora, estamos iniciando uma jornada democrática, em que o Senado Federal, através do Sr. Presidente Acir Gurgacz e dos demais Senadores, nos abre uma porta que nunca nos abriram, para debater o pedágio no Estado do Paraná. E ouçam os senhores: se esse modelo passar, da maneira como aí está, servirá de modelagem para o Brasil.

Aí eu fico pensando naquilo que o Fayet falou: que o Brasil, hoje, é o grande celeiro do mundo da produção agropecuária. Fayet, ouça, plantamos em 7%, somente, do Território nacional. Repito, plantamos em 7% do Território nacional. Temos 61% do Território nacional preservados. Somos duplamente castigados, na parte tributária, pelas péssimas rodovias ou pelo valor exorbitante do pedágio, como é o caso do Estado do Paraná.

Pois bem, agora nós temos as novas licitações. Nós, usuários, temos que entender certas coisas que estão acontecendo, como, por exemplo – eu quero falar nós paranaenses: como é que nós ficaremos competitivos se o Estado de São Paulo, o querido Estado de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul...

E aqui quero fazer uma referência aos dois ilustres e eminentes Senadores de Santa Catarina: o ex-Deputado Federal e Senador hoje Esperidião Amin e o companheiro do agronegócio Luis Carlos Heinze, a quem nós temos um reconhecimento e um carinho especial pelo seu trabalho e pela sua luta no agronegócio.

Quero fazer esse reconhecimento e dizer: como é que o Paraná vai ser competitivo se as tarifas de pedágio de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul são até quatro vezes menores do que as tarifas de pedágio do Estado do Paraná?

O Estado do Paraná é um Estado que tem 2,3 do Território nacional e colhe de 16 a 18% de todos os grãos do Brasil. O Estado do Paraná também é o Estado que mais agrega valor ao Brasil. Somos o primeiro colocado na produção de frango, somos o segundo colocado na produção de suínos e somos o terceiro colocado na produção de leite. Estamos nos vendo exaurir, pelas mãos, pelos nossos dedos, por falta de competitividade. E, no futuro, se nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





vacilarmos hoje, será muito pior, porque as cicatrizes que temos hoje, desde 1997, com esse modelo, vão continuar sangrando, vão continuar sangrando, sim.

Então, eu concordo com todos os Senadores que me precederam, com os companheiros que me precederam, no sentido de que não temos outra saída para investimentos se não for pela iniciativa privada. A iniciativa privada é competente porque tem boa gestão. O Estado também tem boa gestão, mas a gestão da iniciativa privada é mais facilitada pela menor burocracia, pela linha direta de administração e pela forma também. A iniciativa privada é mais empreendedora do que a pública, porque aqui nós temos um balanço para assinar todo mês, todo ano, e somos avaliados não por ligação política nossa, mas pela nossa competência nas gestões.

Por isso, nós temos que deixar o Estado competitivo e não podemos ter um Estado que pague quatro vezes mais pedágio do que os outros Estados brasileiros vizinhos.

Vou começar a falar do modelo.

Este documento aqui é do Ministério da Infraestrutura. Este documento está dizendo que a arrecadação é de R$156 bilhões para um período de 30 anos. Eu quero colocar dúvida nessa arrecadação, porque não tenho elementos suficientes, neste documento, para concordar com essa afirmação.

Tenho feito muitos cálculos, baseado, inclusive, nisto aqui. Nos últimos dez anos, no período de 2010 a 2020, a inflação brasileira foi de 75%. Repito: no período entre 2010 e 2020 – peguem os senhores esses índices e, por favor, façam os cálculos –, a inflação brasileira foi de 75% e o PIB nacional, nesse mesmo período, cresceu menos que 2%. E o reajuste do pedágio será pela inflação? E, aí, como é que vou pegar aqueles R$156 bilhões e poder fazer um cálculo até 2051 ou 2052?

Então, tenho consumido uma parte do meu tempo em cálculos e cheguei até a um cálculo de R$400 bilhões nesse período, baseado em vários fatores. Vários fatores.

Um dos fatores: quantos veículos tem o Estado do Paraná? São 8 milhões de veículos emplacados que estão trafegando no Estado do Paraná. O Estado Paraná é uma rota de ligação do Sul com o Sudeste, com o Centro-Oeste, com o Norte e o Nordeste do Brasil. Quando você tem uma fábrica de colhedeira no Rio Grande do Sul e essa colhedeira vai colher produtos em qualquer região do Brasil, passa pelo Estado do Paraná. Quando nós vamos buscar sal lá Rio Grande do Norte, não só nós, mas os Estados do Sul também, passamos pelo Estado do Paraná. Quando nós temos veículos emplacados em outros Estados, Srs. Senadores, senhores convidados, e que estão aqui trabalhando, tudo isso vai se acrescentar a este número de 8 milhões de veículos aqui no Estado do Paraná. Então, nós precisamos de elementos, precisamos de dados, para que nós tenhamos uma compreensão. Não vou cometer aqui qualquer erro, também não vou aqui comprometer ninguém, mas eu preciso de elementos. Não quero julgar, mas quero entender, quero compreender. Não quero ter precipitação, mas quero ter a clareza de que aquilo que eu estou lendo seja interpretado por mim como uma previsão factível, mas partindo de dados verdadeiros. Talvez não seja bem esse o termo. Ou que se acrescentem mais dados, que nós não temos, para chegarmos a uma conclusão. Talvez até eu retire um pouquinho a expressão "dados verdadeiros". Há uma falta de dados de que eu necessito, de que eu preciso, para não me comprometer e não julgar precipitadamente um documento tão grande e tão bem feito. Mas necessitamos e, talvez, tenhamos até o direito de questionar alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu respeito muito os que fizeram, respeito o Ministério, respeito todas as pessoas que estão em cargos públicos, pois chegaram ali com muito suor, com muito sacrifício e com currículo suficiente para sentar nas cadeiras que aí estão hoje.

Então, dessa forma, se nós temos um Estado que é o Estado do agronegócio... Vamos falar do VBP, do Valor Bruto da Produção brasileira. O.k.? Vamos falar! O Brasil terá R$1 trilhão neste ano de VBP – R$1 trilhão! Qual é o Estado que mais contribui com esse Valor Bruto da Produção? Mato Grosso, com R$178 bilhões. Qual é o segundo Estado que contribuiu com essa produção do agronegócio?

O senhor, Senador Acir, é produtor do agronegócio em vários Estados do Brasil que faziam referência aos portos da Região Norte, mais precisamente do Eixo Norte. Pois bem, hoje, esses portos estão prestando um grande serviço ao Brasil, transportando, exportando 30% dos nossos grãos. E, logo ali, talvez em 2025, eles passarão a exportar 50% dos nossos grãos. Primeiro, há a posição logística. É mais próximo para o nosso grande Centro-Oeste brasileiro levar a produção para o Eixo Norte do que fazer o que se fazia há 10, 20 anos, trazendo para Paranaguá ou para Santos. Isso é a eficiência de algumas BRs, mesmo que, no Brasil, 70% do nosso transporte seja rodoviário; 20%, ferroviário; e somente 10%, fluvial.

Então, o Paraná é o segundo Estado brasileiro do agronegócio. Eu já frisei e volto a frisar: por que um Estado que tem 2,3% do Território nacional é o segundo Estado em Valor Bruto da Produção? Porque ele agrega valor. Passa a não exportar uma tonelada de soja por US$500 e a não exportar um tonelada de milho por US$300 para exportar uma tonelada de frango por US$1,6 mil, exportar uma tonelada de carne suína por US$2,2, mil, exportar uma tonelada de carne bovina – vamos entrar nesse mercado também – por US$4 mil, US$5 mil a tonelada. Agrega-se valor em quatro, cinco vezes mais, mas também se usa o pedágio por quatro, cinco vezes mais.

Por exemplo, vou falar da Coopavel e vou citar o Faeyt novamente por respeito à sua idade e ao seu trabalho e por gozar de sua amizade.

Tenho respeito pelo currículo do senhor e pelo do Sr. Edson Vasconcelos, currículos construídos com muito suor e com muitas lágrimas.

Quando um aviário está em um local e o frigorífico, a fábrica de ração está em outro local e quando tenho que passar por uma mesma praça de pedágio, sabem quantas vezes nós pagamos o pedágio? Vinte vezes! Vinte vezes! Os senhores vão questionar: como? Como? Aí eu tenho que ter muita calma para responder para dizer o seguinte: quando nós passamos por uma praça de pedágio, inicialmente levamos o animal vivo, ou pintainhos ou leitões. Temos que fazer quatro, cinco viagens com técnicos para dar condições sanitárias e de produtividade do lote; temos que usar oito, dez cargas de ração para a alimentação desses animais; temos que usar o transporte desses animais prontos. Aí, muitas vezes, nós passamos vinte vezes por uma praça de pedágio. O custo do Paraná é violento, e não é só o daquele caminhão carregado de soja, milho, carne de frango, carne suína, o de leite que vai ao porto e vai para outros Estados brasileiros; é a produção que é onerada.

Fayet, quando falava da Coamo – boa situação, exemplo de cooperativismo –, o senhor falou que R$78 milhões foram gastos e que, se comparássemos com os pedágios em outras regiões, seriam somente R$30 milhões, e R$58 milhões seriam para investimentos que ficariam na economia do paranaense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou colocar outro exemplo: nas 2,5 mil estradas que estão pedagiadas hoje e que vão terminar o contrato no dia 21 de novembro próximo, melhor dizendo, em 27 de novembro de 2021, esse mesmo pedágio é quatro, cinco vezes maior, comparando com os pedágios nas últimas licitações. Vejam a licitação que aconteceu no Rio Grande do Sul em dezembro. Aquela BR central do Rio Grande do Sul, quanto é o custo do pedágio? É de R$3,56.

Eu já usei, Senador, 16 minutos. Peço mais dez minutos para a conclusão.

Aí são R$3,56. Hoje, um caminhão que leva um produto para o Porto de Paranaguá, saindo do oeste do Paraná... O Edson falava do caminhoneiro, o Edson Vasconcelos. Ele tem um ganho de frete de R$4 mil e paga R$800 de pedágio. E R$4 mil foi o que ele ganhou no total com o frete, e pagou R$800 de pedágio; 20% do custo está no pedágio. E, se ele tiver a infelicidade de voltar vazio, vejam o custo que vai haver para ele: esses 20% passam para 40%. Eu estou dizendo se ele voltar vazio. Mas os 20% iniciais não saem. É passagem obrigatória. Isso é pior que cheque especial, porque cheque especial ainda você discute com o gerente e com o banco. O pedágio não tem com quem discutir; é sim ou não.

Então, já falamos em arrecadação, já falamos do VBP do Estado do Paraná, falamos do que aconteceu com a nossa economia nos últimos dez anos e do que vai acontecer com os valores do pedágio. E o Edson e o Senador Acir completaram, dizendo que, dos 100% desses R$156 bilhões – eu tenho minhas dúvidas e coloquei alguns questionamentos, para que eu tenha mais números –, 25% vão para tributos, e 25% são de lucro! Vocês sabem quanto o agronegócio dá para as empresas do agronegócio? Dá 3%, 4% de lucro. Vão 25% para o lucro das empresas concessionárias, 25% para tributo. É investimento! Eles falam tanto em investimento! Eu tenho certeza de que, se alguém me suceder nesta reunião e falar sobre o Ministério, eles falam: "Nós queremos a garantia dos R$44 bilhões que serão investidos". Meus senhores, R$44 bilhões são 25%, ou um pouco mais, dos R$156 bilhões. Deixem a matemática falar um pouquinho mais do que a retórica. Manutenção e investimento são 50%; os outros 50% são manutenção e investimento, que são os principais itens que nós temos que debater e ver.

O Fayet falava em câmbio.

Fayet, contrate o financeiro ou contrate a mim para dar dados financeiros. Para que *hedge*? Para que *hedge*? Para que nós temos que depositar sobre o *hedge*? Você pode fazer um *hedge* em qualquer instituição financeira para uma futura oscilação de câmbio. Gente, nós, de administrações privadas, que trabalhamos com exportação, fazemos todo dia isso. E vou dar o exemplo de ontem: ontem, o dólar estava a R$5,25; hoje, o dólar está a R$5,40. Eu estou com a minha cabeça a gelo. Eu fiz *hedge* e não precisei cobrar de nenhum produtor rural mais ou menos pela soja, porque eu tenho um banco que me dá essa proteção. Não precisa cobrar *hedge* do usuário; você tem uma alavanca financeira que lhe dá isso.

E, olha, por falar em garantia de contrato, há três palavras mágicas. O que é garantia de contrato? Fayet, vou copiar o seu artigo. Você colocou no seu artigo três palavras mágicas, que vou ler. Quanto à garantia financeira de cumprimento de contrato, você pôs três palavras mágicas: primeiro, análise do cadastro dessas empresas; segundo, você colocou ficha limpa; terceiro, rigor no controle. O que é rigor no controle?

Eu estou com um artigo aqui que os senhores podem comprovar. Passando aqui, no oeste do Paraná, há uma placa na frente do pedágio, que diz o seguinte... Permita-me, Senador Acir, ler, pela liberdade que vocês estão me dando e pela indignação que eu tenho na minha vida no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agronegócio. Eles puseram esta placa aqui. Sabem o que está escrito nesta placa? "Comunicado. A empresa [...] tal, que tem a concessão de Foz a Guarapuava, dirige-se aos paranaenses para reconhecer que errou [com dois rr], ao não adotar políticas adequadas de transparência e controle dos seus negócios, pelo que pede desculpas". Há uma placa lá, não estou inventando nada aqui. Estou mostrando o documento! "Por isso, a empresa formalizou acordo com o Ministério Público Federal do Estado do Paraná, no âmbito da Operação Lava Jato, em que admitiu práticas de corrupção."

Por isso, quando a gente fala em aporte financeiro para garantir obras, fiquem atentos às três palavras mágicas: empresa que tenha cadastro, ficha limpa e rigidez no controle. E, se não fez, você simplesmente denuncia o contrato pela caducidade. Está bom? Querem colocar também uma praça entre Cascavel e Toledo, em uma distância de 32km. Calma agora, neste momento! Há uma avenida entre Cascavel e Toledo, que liga essas duas cidades. Há a estimativa de que passam, mensalmente, entre ida e volta, 500 mil veículos, 250 mil para um lado, 250 mil para outro. Aí estão estimando o valor de R$7,50. Haverá uma arrecadação de R$3,7 milhões mensais e de R$45 milhões anuais. Eu vou fazer a conta aqui, porque até deixou a minha cabeça agora perturbada. Permitam-me 30 segundos! São 500 mil veículos vezes R$7,50. Bateu: R$3,75 milhões mensais. Por ano, vezes 12, são R$45 milhões. É rodovia asfaltada, duplicada, conservada pelo Governo Federal. E para onde irá esse dinheiro? Ajudem-me a fazer a conta: 500 mil veículos – passando ida e volta, são 250 mil – que passam pela praça vezes R$7,50 e vezes 12 meses.

A nossa Associação Comercial e Industrial de Cascavel também fez um documento contra o aporte. Para que aporte? Tenho rigidez na concorrência, empresas com ficha limpa, que não têm condenações.

A população do Paraná foi massacrada, nessas duas décadas, em função dos contratos abusivos e inadequados, além da omissão das autoridades fiscalizadoras, porque senão não aconteceria isto aqui ó! Há omissão.

O agronegócio, que é o principal móvel da economia paranaense, enfrentou um grande paradoxo ao lado dos mercados altamente favoráveis, com um pedágio altamente danoso a todos nós produtores rurais.

Portanto, vamos continuar perseguindo a menor tarifa, sem o tal do aporte financeiro ou qualquer outro nome que julgarem adequado no futuro, pegando o mesmo sistema de cálculo do passado, com transparência. E o modelo proposto tem questões complexas para serem discutidas.

Eu me arrepio muito só em pensar no que aconteceu comigo e com os produtores paranaenses nos últimos 24 anos. Não quero, não desejo, não farei parte daquele trem que vai bater palmas e comprometer toda a economia paranaense, não só o agronegócio, mas também a indústria, o comércio e a prestação de serviço. Que o passado fique somente para o registro da história e não fique nos currículos de todas as pessoas que estão aí hoje, para que não possamos ser cobrados no futuro por omissão ou por desleixo. Mas teremos que ter a coragem de falar e também a coragem de compartilhar e falar o seguinte, para finalizar: por que o cara preguiçoso não realiza seus sonhos? Por que é que o preguiçoso não realiza seus sonhos? Porque os seus braços não trabalham, diz a Bíblia, capítulo 25, versículo 21.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Acir, pela oportunidade. Eu me coloco à disposição para que nós façamos um pedágio justo. Que nós paranaenses possamos, dentro do princípio do empreendedorismo, continuar o nosso crescimento!

Obrigado, senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Dilvo Grolli, pela sua palestra, também muito clara.

Algumas pessoas perguntam para mim por que debater esse tema de infraestrutura aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. E a resposta, o senhor nos deu. O que nós queremos é mostrar à população brasileira e ao Ministério de Infraestrutura o quanto impacta a produção do agronegócio e a produção da comida da população brasileira o custo de pedágio no nosso País.

O que está acontecendo no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo, no Paraná, em Mato Grosso acontecerá em Rondônia quando nós tivermos a concessão da nossa BR-364. E nós já falamos: nós não aceitaremos pagar pedágio antes da duplicação. E também não podemos esperar mais 12 anos para a duplicação da nossa BR-364.

Portanto, eu o parabenizo, Dilvo, pela clareza da explanação sobre o quanto impacta a produção agrícola e o custo da produção agrícola o pedágio brasileiro.

Concordo com todos que já falaram. Nós temos que tirar todos os penduricalhos do custo do pedágio e colocar ali o custo de manutenção e de investimentos apenas. Temos vários caminhos para assegurar que isso aconteça, como carta de fiança; são inúmeras as condições que há hoje, com o Brasil globalizado, com a infraestrutura e a tecnologia que temos, para trazer garantias para que essas obras venham a acontecer, para nós remunerarmos, depois da obra feita, o nosso produtor e usuário das nossas rodovias.

O Senador Jean Paul pede a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Jean Paul, agradecendo a sua presença conosco.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Eu estava ouvindo aqui rapidamente os palestrantes e os debates. Quero de antemão parabenizá-los a todos, principalmente o Presidente e a nossa Comissão, por trazer esse tema à pauta.

Quero dizer que nós também, no Nordeste, vivemos essa aflição. A nossa é diferente, meus amigos, porque, no Nordeste, há poucas rodovias pedagiadas. No entanto, volta e meia, aparece uma onda de tentativas, como essa em Rondônia, de, antes de duplicar a rodovia ou fazer alguma coisa nova nela, tentar buscar algum tipo de viabilidade comercial ou financeira para uma obra pública.

Eu queria chamar a atenção de todos nós para um único ponto que eu sempre reverbero quando esse tema vem à baila, que é o seguinte: reclamar de pedágio, reclamar do processo de privatização das rodovias e, eventualmente, das distorções que ele pode abarcar e falar, ao mesmo tempo, em Estado mínimo é um contrassenso. Apenas quero recolocar essas coisas, porque nós temos um País muito polarizado ultimamente, e as coisas estão muito maniqueístas. É tudo ou nada, é branco ou preto. É tudo de um lado ou do outro. Nós temos que pensar que o PIB, que a riqueza do País é a mesma, é de todos nós. Quando um setor – veja que o setor produtor de alimentos e o agroexportador também são fundamentais paro o País – sofre ou é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ameaçado na sua economicidade, na sua viabilidade, em escala, em função de uma coisa que parece um detalhe – está aí a exposição do Sr. Dilvo mostrando 20% do lucro de um caminhoneiro –, a gente tem que fazer um ajuste muito maior.

A discussão, é claro, do pedágio é específica. Há casos, realmente, de exageros, de distorções, de licitações malfeitas, de maracutaias, enfim, mas o conceito em si de aplicar o pedágio ou de não aplicar o pedágio, a régua para pedir à iniciativa privada a contribuição para uma rodovia depende, sim, do seu uso, do seu uso comercial e não apenas dos cidadãos que transitam para lá e para cá, do seu índice de desgaste, do tráfego, do movimento, de tudo isso. Quanto mais o Estado brasileiro tiver em orçamento para fazer obras e facilitar ou diminuir o pedágio ou até para que ele não exista, melhor! Ocorre que nós estamos há cinco décadas ouvindo que o Estado brasileiro tem que diminuir de tamanho. Eu concordo que ele tem que ser racionalizado, mas o Estado necessário é preciso que se discuta; ele é o meio termo entre aqueles que vão ao radicalismo do Estado mínimo e aqueles que querem estatizar tudo.

Então, esse debate, que é certamente mais ideológico, no bom sentido, mais conceitual, também está presente nessas discussões, porque, a cada ano que entra, Presidente Acir, nós temos orçamentos menores não só para serviços essenciais, saúde, educação, segurança pública, como também para esse tipo de obra, para dar apoio aos setores produtivos e, antes disso, até para os próprios cidadãos.

Hoje há rodovias ameaçadas de pedágio, como essa de Rondônia que o senhor citou, que são primordialmente para os cidadãos, para desenvolver uma região de um Estado. Isto é papel do Estado: abrir novas fronteiras, abrir novos caminhos, abrir novas regiões produtivas. Isso acontece em grande escala no Centro-Oeste para o exportador, mas acontece nos pequenos Estados do Nordeste nos interiores, para a produção da agricultura familiar, e esta não tem condição de sequer pensar em pagar pedágio.

Então, o conceito maior é a gente arrefecer o discurso, modular, melhor dizendo, esse radicalismo de que tudo que o Estado faz é ruim para nós e de que todos os impostos que nós pagamos são infrutíferos. Nós aprimoramos muito o Estado brasileiro ao longo de duas décadas, três décadas. Ainda existem muitos aprimoramentos a fazer, inclusive no combate à corrupção, mas os sintomas e os defeitos de um corpo não podem ser justificativa para matar esse corpo. Nós temos que aprimorar a saúde e o desempenho do Estado brasileiro e, com isso, vamos resolver problemas como o do pedágio e como o de outros serviços públicos, com contribuições que o setor privado pode fazer, que podem ser minimizados com o fortalecimento, com o reconhecimento do papel precursor, pioneiro, abridor de novos caminhos e horizontes que o Estado brasileiro tem que ter.

Era essa a colocação que eu queria fazer, Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua contribuição, Senador Jean Paul. Toda vez que V. Exa. usa a palavra, está contribuindo para o nosso conhecimento. Muito obrigado pela sua explanação e sua contribuição, junto conosco, nesta audiência pública.

Continuando, passo a palavra ao Dr. Valter Luís Souza, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Transporte.

V. Sa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VALTER LUÍS SOUZA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador! É um prazer revê-lo! Na pessoa de V. Exa., eu cumprimento os demais Senadores desta nobre Comissão e cumprimento também alguns palestrantes que conheço e outros com que tive contato, que mostram o conhecimento que eles têm referente ao tema.

Então, parabéns pela escolha dessas pessoas! E para a gente é uma aula, é uma atualização. Eu, que já morei no Estado do Paraná, vejo essa aula desses dois professores do Paraná, que são o meu amigo Fayet e o Presidente da Coopavel, e é uma coisa muito interessante.

Eu já transportei soja lá, ouviu, Presidente da Coopavel? Já transportei soja lá da sua cooperativa.

Então, falando rapidamente aqui – eu serei rápido e vou colocar só pontos, Senador –, a CNT entende que o equacionamento da fórmula "planejamento, desburocratização e investimento" é essencial para que o País aproveite o seu enorme potencial de desenvolvimento.

Eu não acredito, pela experiência da minha vida na logística, que nós temos ou que nós vamos ter... Eu não sei se tenho a expectativa de ver isso neste País, mas nós temos que ter um programa de logística de Estado, e não de Governo. Eu tenho uma experiência, que todos nós temos, quem viveu na logística mais tempo, que é a Ferrovia Norte-Sul, que foi idealizada e começou no Governo Sarney, em 1986, e inaugurada, agora, pelo Ministro Tarcísio, quer dizer, foram 30 e tantos anos. Está claro que uma ferrovia... Agora estão discutindo a extensão da ferrovia no sentido de Cuiabá e de Lucas do Rio Verde, lá no nortão de Mato Grosso, como diz o nobre Senador Wellington. Essa ferrovia, para começar, precisa de um tempo de carência, de um tempo de execução. É a mesma coisa com a Ferrogrão.

Então, nós precisamos... Eu espero que nós tenhamos um processo de planejamento em todos os modais, de forma organizada, para que mude a gestão, mas os programas continuem. Eu acho que esse é o grande mal que faz com que nós tenhamos hoje, Senador, mais de 60% de participação da rodovia. E, se nós tirarmos os granéis de minério, a participação da rodovia chega próximo a 90% no ano de 2021. Isso é grave. Então, esse é um ponto. No nosso sistema de transporte, temos uma conta aqui na CNT... É claro que já vi esses números, que, inclusive, na reunião da semana passada da Comissão de Infraestrutura, foram citados. Os números que nós temos aqui apontam que nós precisaríamos, para a logística, um valor estimado de R$1,7 trilhão de investimento; nós não vamos atingir isso. Então, nós só temos uma saída. Considerando esse número de R$6,5 bilhões de investimento, agora em 2020, *versus* o de 2010, de R$17 bilhões, nós não podemos resistir a esse tipo de atividade, porque não dá para fazer manutenção, não dá para fazer a manutenção das rodovias federais. Essa é uma perspectiva que só vai piorar. Eu não tenho dúvida disso, como operador de transporte, trabalhando em uma entidade do porte, do tamanho da CNT.

A CNT entende que a retomada do planejamento sistêmico de longo prazo no transporte é uma condição necessária para a viabilização do crescimento continuado da economia brasileira. É sonhar? Talvez.

Devem ser aprimoradas as diretrizes definidas na Política Nacional de Transportes (PNT), de forma a orientar a população, os agentes públicos e os possíveis investidores em transporte seja em sua operação, seja no fornecimento de infraestrutura. Além de um planejamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequado e eficiente, fazem-se necessários ajustes no arcabouço regulatório do setor transportador.

Eu queria, eu preciso, nós precisamos acreditar nisso, sob pena de nós continuarmos com a logística cada vez em condições piores e com esse perfil de carga ruim.

Cito aqui alguns pontos, só para fazer referência a eles. O primeiro ponto é a modernização das normas e técnicas construtivas do País – as normas são muito importantes –, o desenvolvimento dos marcos jurídicos necessários para o adequado funcionamento do transporte, com o cruzamento sistêmico e integrado da rede logística. Os novos marcos devem ser elaborados seguindo o processo legislativo regular e não podem vir como objeto de medida provisória. Isso foi reiterado na reunião da Comissão de Infraestrutura da semana passada, e a gente reitera, porque é uma forma... A gente acha que isso tem que evoluir.

Ressalto a eliminação dos entraves à entrada de capital estrangeiro. Aqui, eu queria fazer referência a uma PEC, a PEC 01/21, do nobre Senador Wellington Fagundes. A gente fala o seguinte nessa PEC: que 70% dos recursos advindos das concessões sejam destinados à infraestrutura. Nós sabemos que nenhum Ministro da Economia gosta desse vínculo, mas sabemos também que, se não for tomada alguma iniciativa nesse sentido, o quadro só vai piorar.

Nós tivemos um exemplo, um bom exemplo recente: está sendo feita a renovação das concessões ferroviárias da Estrada de Ferro Vitória a Minas e da Estrada de Ferro Carajás, principalmente dessas duas estradas, e os recursos destinados a essa renovação estão sendo destinados à construção da Fiol, ou melhor, da Ferrovia do Centro-Oeste, lá de Mato Grosso. Obviamente, os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Pará não devem estar satisfeitos porque a renovação dessas ferrovias passa pelos Estados. Mas é um avanço. É melhor isso do que isso ir para o caixa do Tesouro direto, porque a gente sabe... E aí a concessão para o investimento trava.

Então, nós estamos trabalhando em cima dessa PEC, a CNT com o Senador Wellington Fagundes. Estamos trabalhando para que haja uma força para que esse recurso dessas novas concessões que virão... É para que eles tenham alguma forma de trazer recursos.

Outro ponto a que eu queria fazer referência, voltando agora para as rodovias, Senador, é a questão... Eu vou dar um exemplo concreto, eu já tive esta informação várias vezes: na Rodovia Dutra – é uma informação que nós temos, já confirmada em vários lugares –, apenas menos de 20% dos usuários é que pagam pedágio. Esse número é grave, é muito forte. E você imagina a quantidade de veículos que passa naquela rodovia!

Então, nós acreditamos que o *free flow*, de que o nobre Senador Esperidião Amin falou no início desta audiência, que está na Lei 14.157, que foi aprovada neste ano, seja uma solução para reduzir a evasão. Obviamente, é preciso que sejam feitos arranjos, mas nós não podemos ter um pedágio caro porque há um percentual grande de evasão de receita. Esse é um ponto, essa é uma maneira de se baratear pedágio.

Há outro ponto a que nós gostaríamos de fazer referência. Nós estamos participando, inclusive... Eu acho que é uma iniciativa muito boa e louvável da ANTT. A ANTT está discutindo um ponto, o chamado Regulamento de Concessões Rodoviárias, das novas concessões rodoviárias, e está pondo em discussão com um grupo de entidades – não pode ser muito, mas é um grupo de usuários – todos os itens importantes para que haja os novos marcos, para que os novos contratos de concessão sejam feitos com base nisso, que é um documento que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo discutido. A gente acredita que, até setembro ou outubro, vai se chegar a uma conclusão. Há um cronograma lá que a ANTT está fazendo.

Nesse item, há só um detalhe que me chamou a atenção e a que eu queria fazer referência. Há um ponto muito importante, por exemplo, que é uma inovação – é claro, se isso passar –, que é um negócio que eles chamam de "verificador independente", que é uma pessoa neutra, de fora do sistema da concessão. Eu vou falar aqui o item, o artigo em que está escrito isso: "O verificador independente poderá realizar aferições de obrigações contratuais, cálculo de indenizações, apoio à aplicação de mecanismo de regulação e do contrato de concessão, conforme definido no termo de referência de contratação".

Hoje, um dos grandes problemas que nós estamos enfrentando nas rodovias brasileiras – Mato Grosso é um grande exemplo, onde há a 163, há a 164, há várias delas; na Bahia, nós temos um caso muito forte nesse sentido também – é o não cumprimento... E aí fica a questão de um apelo permanente, Acir. Eu acho que o assunto pedágio já foi muito bem explorado pelas pessoas que falaram antes, e eu nem queria entrar nisso. É claro que nós queremos o menor pedágio; nós somos pagadores de pedágio. Mas o que nós colocamos é o seguinte: é preciso haver um contrato mais rígido no cumprimento das regras, porque, se uma concessionária para de cumprir o contrato, ficam cinco, seis anos sem acontecer nada, com ela usando e com a pessoa continuando pagando.

Então, são esses os pontos. Estou gerenciando aqui o meu tempo e não queria me alongar mais, mas eu queria só dar esses *flashes* com relação a isso em que eu acredito.

Nós estamos participando ativamente dessa discussão, em um bom entendimento com o Ministério da Infraestrutura e com a ANTT, que estão abrindo uma discussão, para que algumas entidades, como a CNT, tenham uma participação nessas discussões, para que a gente tenha um avanço nas novas regras, de modo que isso funcione.

Eu agradeço muito, mais uma vez, a participação, o convite que foi feito à entidade. Quero cumprimentá-lo mais uma vez e parabenizá-lo pela iniciativa. E, aqui na CNT, continuamos à sua disposição, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Valter, pela sua explanação.

Ao final dessas audiências públicas, nós faremos um documento que será lido para os membros desta Comissão e que, se aprovado... Aprovado será, mas como será aprovado não sabemos; vamos saber no dia da discussão e da votação. Levaremos esse documento para a ANTT e para o Ministério da Infraestrutura e também o deixaremos à disposição da Comissão de Infraestrutura e da CAE, que é a de Assuntos Econômicos, para que a gente possa debater esse tema e oficializá-lo. Será a nossa opinião, colhida dessas audiências públicas, para que a gente possa contribuir com a conclusão dos trabalhos e dos estudos das futuras concessões das rodovias brasileiras, em todos os Estados.

Passo a palavra agora ao Dr. Renan Brandão, representando aqui a ANTT.

V. Sa. tem a palavra.

**O SR. RENAN BRANDÃO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Acir!

Bom dia ao Senador Esperidião Amin também, aos demais Senadores, a toda a audiência e aos demais presentes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço o convite, em nome da ANTT. Eu fui designado pelo Diretor-Geral, Rafael Vitale, recentemente aprovado por esta Casa, pelo Senado Federal, assim como os demais membros da Diretoria Colegiada, atualmente mandatados para a Diretoria, o que é bastante importante para a instituição, para a ANTT, para que a gente robusteça a instituição e dê conta do papel que é esperado dessa agência.

A agência, recentemente, vem se preparando, se modernizando e se reorganizando para dar conta do tamanho do desafio que é promover os investimentos no setor rodoviário federal.

Recentemente, já havia uma reorganização interna com a divisão, inclusive, de áreas dentro da agência. Temos uma superintendência hoje exclusivamente dedicada à gestão dos contratos de concessão rodoviária. Então, a Surod é responsável pela gestão dos contratos vigentes, enquanto a Sucon, pela qual eu respondo como superintendente, se dedica exclusivamente à concepção e modernização das novas outorgas, com o estabelecimento de critérios e diretrizes gerais para as novas outorgas, tanto das concessões rodoviárias quanto das concessões ferroviárias. E estamos trabalhando intensamente para a modernização desses aspectos.

Nesse sentido, eu gostaria de destacar – assim como fez o Sr. Valter, que me antecedeu – um trabalho conduzido pela Surod, de verificação e uniformização dos normativos internos da agência, que se destinam à regulamentação dos contratos de concessão rodoviária. A agência está promovendo reformulações, através do RCR, que seria, então, o Regulamento geral das Concessões Rodoviárias, em etapas, com ampla publicidade e transparência, com consultas, tomadas de subsídio, para construir um regulamento robusto, que impeça lacunas regulatórias que venham a ser utilizadas para eventual descumprimento dos contratos. Então, preenchendo os normativos, modernizando a regulamentação da agência, a gente consegue, de alguma forma, catalisar e alavancar a própria fiscalização dos contratos de forma mais eficiente, para que os recursos da agência sejam mais bem aproveitados.

Dou destaque, inclusive, também a uma menção feita à figura do verificador, que é algo que a gente vem trazendo para alavancar nossos esforços na gestão dos novos contratos. Esse verificador, de nenhuma maneira, substitui o papel da agência. Então, a agência se posiciona sempre sobre as revisões e as questões atinentes aos contratos de concessão, mas ela se vale de um conjunto de informação muito maior para a tomada de decisão fundamentada. A gente está na era da economia da informação; a informação é necessária. A gente precisa de volume de informação, para, de fato, entender o que, na ponta, acontece no dia a dia do usuário que utiliza determinada rodovia. Com essas figuras, com a modernização, com a inteligência, com o CNSO, que permite o acesso a informações em tempo real de gestão das rodovias, a gente consegue um conjunto maior de informação e consegue certamente fiscalizar melhor as concessões rodoviárias.

Essas iniciativas, então, feitas pela Surod.

Na parte da Sucon, na estruturação das novas outorgas, é importante dar um panorama geral do que a gente vem fazendo para a promoção dessa modernização também dos contratos. É importante contextualizar – e aí me refiro aqui, inclusive, às palavras do Senador Jean Paul Prates, que fala dessa necessidade de conciliar, numa abordagem menos maniqueísta, tantos investimentos públicos... A gente depende, sim, da realização de investimentos públicos, mas o orçamento nem sequer hoje é suficiente para a manutenção da malha federal. As concessões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serão inevitáveis tanto para a manutenção como, principalmente, para a ampliação de capacidade e melhorias necessárias, se a gente quiser, sim, rodovias mais seguras, rodovias que perdoam, em vez de rodovias que mais matam. Para isso, a gente vem concentrando os nossos esforços para construir um modelo de concessão rodoviária que incentive o fiel cumprimento do contrato. E, aí, é importante colocar isso em perspectiva. no ritmo de outorgas federais.

Ao longo dos últimos anos, foi necessário um certo freio de arrumação no ritmo de outorgas federais. Isso aconteceu de 2014 até recentemente. Os novos contratos começaram a ser concedidos novamente a partir de 2018, intensificando-se novamente em 2019. Durante esse período, foi necessário um amplo diagnóstico do que se verificava nas etapas de concessão rodoviária anteriores. Então, já havia a primeira, a segunda, a terceira etapa. Todas elas apresentavam um conjunto de falhas que precisavam ser saneadas. E aí eu concentro a atenção especialmente na terceira etapa, que é uma etapa de concessões rodoviárias por trechos muito importantes para o agro brasileiro. Por quê? Durante a primeira e a segunda etapas, os trechos concedidos se concentravam nas Regiões Sudeste e Sul, ligando grandes metrópoles ou capitais dos Estados. Na terceira etapa, sim, se verificou uma expansão da malha em direção ao Centro-Oeste, aos centros produtores, a interiorização da malha concedida. No entanto, o que se verificou, ao longo ou após a rodada da terceira etapa de concessões rodoviárias, foi um conjunto de inexecuções. Era uma rodada bastante ambiciosa no dimensionamento de investimentos para concessão, inclusive, do prazo para que esses investimentos fossem verificados. E o que a gente verifica hoje, transcorridos pelos menos seis, sete anos dessa rodada de concessões, é que os investimentos não foram levados a cabo pelo cronograma originalmente previsto.

Outra coisa que se percebe também é uma extensa substituição daquelas intervenções e obras que eram previstas no contrato e que à época se tinha como investimentos necessários e de maior eficiência econômica. Era ali que a concessionária deveria concentrar os seus esforços, por outros investimentos que não eram previstos no contrato original. A gente fala do PER, que é o Programa de Exploração Rodoviária, é o caderno de obrigações na concessão. Ele traz exatamente o que a concessionária tem que fazer e quando e em que parâmetros técnicos. Então, essas obras acabaram sendo substituídas com bastante intensidade por outras obras não originalmente previstas. E aí fica uma crítica. Inclusive, o Tribunal de Contas na União vem se detendo desde então a respeito de essa possibilidade de a concessionária trocar obras e incluir outras obras no escopo não originalmente previsto.

Em que condições essas revisões do contrato se dão? Eu coloco aqui um ponto, um questionamento, na verdade, até uma crítica diametral ao que foi defendido anteriormente aqui, de que essas revisões do contrato permitam a adesão, a inclusão de investimentos *a posteriori*. Essas inclusões não acontecem em condição de competição. Elas acontecem numa condição em que a concessionária é monopolista da infraestrutura. E aí a gente não consegue condições de preço compatíveis com aquele ambiente de competição que, no âmbito das concessões, ocorre única e exclusivamente no momento do leilão. Então, é necessário que o contrato levado a leilão contemple o maior conjunto de obras suficientes para adequar a infraestrutura rodoviária. É necessária uma análise de capacidade da rodovia, de nível de serviço. Essa é uma análise técnica que a gente faz sempre na estruturação dos novos contratos de concessão. A gente analise tanto no ano-base quanto ao longo daqueles 30 anos ou 25 ou 35 anos de concessão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando a capacidade da rodovia se esgota e se estabelece, então, esse cronograma de investimentos, para dar conta de garantir fluidez e segurança para os usurários ao longo da concessão.

E estabelecemos, assim, um cronograma de obras e espera-se que esse cronograma, então, seja bem executado, o que não parece ter acontecido na terceira etapa, seja porque houve esse incentivo perverso de substituição de obras, seja porque talvez tenha se dado um ambiente de seleção adversa, ou seja, em que as concessionárias selecionadas não tenham sido aquelas mais aptas a executar fielmente aquele conjunto de investimentos colocados.

Outra questão que foi levantada – e aí não exclusivamente no setor rodoviário, mas também acometeu o setor aeroportuário – foi a existência de transações com partes relacionadas nessa estrutura. Então, de alguma forma, a estrutura financeira da casca da concessionária poderia estar sendo comprometida, à medida que o fluxo de caixa da concessão – e aí as próprias tarifas eram jogadas para baixo – e o custo das obras contratadas junto a construtoras do mesmo grupo poderiam não estar verificando condições de mercado adequadas. Então, o que resta para a concessionária? Ela recebe pouco e paga muito. Ela tem prejuízos e se torna insustentável.

Essa insustentabilidade do programa de concessões leva a um quadro. E aí houve a necessidade de o Congresso se movimentar em direção à aprovação da lei que permitiu as relicitações, que, hoje, é a realidade de grande parte daquelas concessões da terceira etapa. Elas caminharam para a relicitação, senão para a caducidade pelos descumprimentos do contrato pela própria insustentabilidade daquela concessão para o resto do prazo que ainda falta nessas concessões.

Então, o que a gente entende é que houve a necessidade de um melhor alinhamento de incentivos. A concessionária, ao entrar num contrato de concessão, tem que ter, na conta dela, na racionalidade econômica – e é óbvio que ela vai escolher uma racionalidade que majore, que maximize os próprios lucros –, mas, dentro dessa racionalidade, a escolha dela de melhorar seus resultados tem que ser exatamente aquela que leve ao maior interesse público, ou seja, à execução tempestiva e adequada dos investimentos para a redução de acidentes e para a redução de custos logísticos.

Então, se a gente tem maior previsibilidade nos deslocamentos e há menor nível de acidentes, os seguros da frota absorvem parte dessas economias de custos, o tempo de deslocamento se reduz, a maior fluidez leva a viagens mais curtas. Tudo isso é necessário para a redução de custos logísticos também.

Então, a gente tem que trabalhar o contrato de concessão para dar esses incentivos corretos para a concessionária executar o que se espera de interesse público. Dessa forma, foi alterado um conjunto de regras das concessões. Para isso, a gente se estendeu ao longo desses anos, fez, primeiro, um diagnóstico dos problemas e tentou, um a um, atacar esses problemas que foram diagnosticados.

Houve ampla discussão. Então, essas melhorias e as inovações contratuais trazidas foram amplamente discutidas, inclusive com o setor agro, nas audiências públicas, nas tomadas de subsídio, e a gente discutiu durante muito tempo esse novo modelo de concessão rodoviária com o TCU, que fez um trabalho primoroso de levantamento de temas que são realmente críticos para a concepção de um novo modelo de concessão rodoviária, especificamente no projeto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





BR-153, que foi, então, o piloto desse novo modelo, e é uma rodovia, um eixo rodoviário importante também para o agro.

Nessa discussão com o TCU, que se estendeu ao longo de muitos meses, os relatórios da equipe técnica eram bastante extensos e demandavam, então, respostas também extensas da área técnica da ANTT. Houve uma convergência muito grande, e, mesmo com toda essa convergência, ainda restaram mais de 40 determinações do TCU e cerca de 20 recomendações, todas elas levadas adiante e cumpridas e demonstradas ao TCU para a construção de um modelo que, de fato, é muito mais robusto e muito mais propenso à execução tempestiva dos investimentos.

Essa questão do modelo híbrido foi amplamente discutida. Então, o que se tinha, de fato, era essa ideia de que o modelo anterior da terceira etapa poderia estar deixando espaço para a seleção adversa, para a seleção de concessionárias que...

Diante daquele modelo de menor tarifa, qual é o problema da proponente ao entrar no leilão? Primeiro, ela tem que ganhar o leilão e, depois, ela rentabiliza o negócio. Então, ela entra sem nenhum tipo de comprometimento financeiro próprio. Ela dá um lance apenas com uma expectativa de receita futura. Aí, o problema de segundo estágio dela é como, talvez, aumentar aquela tarifa, como trocar aquele conjunto de obras que seria remunerado a uma tarifa baixa por um outro conjunto de obras que seja remunerado justamente naquelas revisões em que ela não verifica condições competitivas de custo. Aí, esse ambiente pode levar àquele cenário... Eu não estou dizendo que em todos os casos isso aconteceu, mas o ambiente configura esses incentivos perversos.

Enfim, a gente precisava corrigir essa possibilidade de estar correndo o risco de selecionar uma concessionária que não seria mais apta a fazer as obras. E como fazer isso? Se a concessionária não tem nenhum custo na sua aposta, ela aposta com recurso futuro, isso não sai do próprio bolso, ela não se compromete. Qual é a questão aqui? Ela entra, faz aquela aposta... Ela pode até estar bem-intencionada fazendo aquela aposta, pode ser um viés cognitivo mesmo, pode achar que o tráfego vai ser muito mais alto e, com isso, apostar numa tarifa muito baixa. Mas qual é o custo dela se esse cenário não se materializa? Nenhum. Ela não colocou recurso próprio no jogo. É o que a literatura e o próprio mercado chamam de s*kin in the game*. Ela tem que sentir com a própria pele a aposta que ela faz naquele momento do leilão. Aí, qual é a alternativa aqui? Colocar a concessionária para pensar duas vezes, com recurso próprio, qual é a tarifa ideal para a sustentabilidade daquele negócio, considerando que ela tenha que fazer todas as obrigações. Dessa forma, é necessário...

Aí, desde o modelo da RIS, que foi um modelo transitório entre a terceira etapa e essas novas concessões, a gente passou a colocar essa racionalidade na conta da concessionária desde o momento do leilão, porque, naquele segundo em que ela oferece uma proposta comercial, ela pode comprometer a viabilidade de todos os 30 anos da concessão. Então, ela precisa, naquele momento do oferecimento da proposta comercial, considerar que ela tem que cumprir aquele contrato, que está amarrada e que tem a perder se aquelas expectativas não se confirmarem. Então, como ela faz? No modelo da RIS, ela já apostava na tarifa. Quanto mais agressiva era a proposta dela, ou seja, quanto maior a probabilidade de ela não ter condições de honrar aqueles compromissos, mais ela teria que pôr de recursos próprios dentro da concessão. Então, ela tem mais a perder se aquela expectativa não for confirmada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse modelo então evoluiu, de forma que a gente viu um conjunto de questões ali no modelo da RIS que poderiam gerar outros incentivos perversos também, ou seja, um excesso de recursos dentro da própria concessão, uma certa pressão da concessionária pela inclusão de outros investimentos, para remunerar aqueles recursos que ela colocou dentro da concessão. Aí a gente migrou, então, para essa proposta do modelo híbrido. E o modelo híbrido é calibrado, pensando, primordialmente, no benefício do usuário com o ambiente concorrencial do leilão. Então, o primeiro estágio sempre vai ser o desconto tarifário. Sempre vai ser o desconto tarifário, não existe qualquer expectativa de outorga *a priori*.

As tarifas teto levadas a leilão são calibradas sem nenhum real de outorga, diferentemente, inclusive, do modelo, por exemplo, de São Paulo, em que, em alguns casos, de partida já se tinha uma outorga mínima a ser paga ao Estado, não é? Então, o modelo federal leva a leilão uma tarifa teto, em que não se considera qualquer um real de outorga. A primeira variável é sempre o desconto tarifário.

Mas esse desconto tarifário não pode acontecer em dimensões que prejudiquem a própria sustentabilidade financeira da concessão. Essas concessionárias fazem investimentos, por vezes, de oito, dez... No caso da Dutra, cujo leilão, o edital foi publicado ontem, de R$14 bilhões de investimentos. Isso aí é cerca de três, duas a três vezes o orçamento para investimentos em obras rodoviárias. Numa única concessão. As concessionárias precisam se financiar.

Um problema da terceira etapa também é que, diante daquele ambiente perverso, de desalinhamento de incentivos, as concessionárias não conseguiram se financiar. Concessões rodoviárias pressupõem investimentos que maturam, amadurecem, se pagam no longo prazo. É preciso um financiamento compatível com estruturas de longo prazo.

O financiamento de infraestrutura, no mundo inteiro, é garantido com fluxos de recebíveis. Não é com patrimônio, não é com títulos públicos. Eles dependem de uma renda disponível ao longo de muitos anos, para garantir aquele fluxo de investimentos. Então é assim que se estrutura um *project finance*. Se numa única aposta, na proposta comercial, se destrói esse fluxo, não há financiador que venha à mesa garantir o fechamento financeiro daquela operação.

Isso aconteceu na terceira etapa. Poucas concessionárias conseguiram fechamento financeiro de operações de longo prazo para financiar aqueles investimentos. Se não há financiamento, não há obra, não há duplicação. Aquele barato sai caro *a posteriori*. É importante garantir a financiabilidade dos investimentos nas concessões rodoviárias.

E aí foi colocado esse modelo da garantia, não é? É importante dizer que, talvez, esse modelo não seja tão distante inclusive do que se está discutindo no modelo lá das paranaenses. A garantia de execução é uma figura que já existe, já existiu na terceira etapa, e não foi suficiente para que os investimentos fossem fielmente honrados. E também não é assim nos outros setores. Em outros setores em que existem inexecuções, esse instrumento ainda é pouco útil à garantia dos investimentos. Então, trazer essa possibilidade agora talvez não mudaria tanto.

A novidade foi a sugestão de que essas garantias fossem prestadas única e exclusivamente em títulos da dívida pública. Ocorre que a legislação não faz essa distinção, não permite que a agência escolha uma das modalidades de garantias públicas. Então, a legislação lá de licitações traz um rol de garantias que a concessionária poderia prestar. Pode ser uma caução em dinheiro, pode ser em títulos da dívida pública ou pode ser um seguro garantia. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





fica a critério, então, da própria prestadora dessas garantias. Não há como a ANTT exigir que sejam títulos da dívida pública.

E mais: esses títulos da dívida pública até poderiam trazer alguma melhoria no ambiente de incentivo, para que esses recursos sejam aportados; porém, no caso de uma inexecução, eles são de pouca serventia. Eles não vão garantir a execução dos investimentos. E, de outra forma, também exigem um gasto de quem está entrando. Então a proponente, ao entrar, também vai ter que custear esses títulos da dívida pública. É exatamente o custo do que a gente está chamando de recursos vinculados. É um recurso que vai sair do bolso de quem está entrando; ele não onera imediatamente o usuário. O usuário paga com o fluxo de tarifas da concessão. Então, esse recurso sai do bolso do investidor, que tem que se comprometer com a aposta que ele está fazendo. No mínimo, ele tem que acreditar que aquele cenário é viável, que aquela aposta é viável, é exequível. Então, ele se compromete financeiramente com isso, depositando em recursos vinculados.

Essa ideia dos recursos vinculados, de alguma forma, bebeu na fonte de inspiração do próprio setor ferroviário, que permite que os recursos fiquem no setor, e é isso o que se está propondo para o modelo das paranaenses. A gente vai ter uma fonte de recursos disponíveis, para que novos investimentos sejam executados ao longo da concessão. E, se não o forem, que se revertam para os usuários – esse é um ponto importante. A gente vai ter, sim, um ritmo de revisões quinquenais, em que essa calibragem dos recursos vai poder ser feita. Não existem novas obras a serem feitas, os recursos voltam, ele reduz a tarifa. Só que esse colchão de recursos é, sim, importante.

O que acontecia nas outras etapas – e isso aí também a literatura comprova – é que, em leilões de menor tarifa, eles são usualmente acompanhados por maiores, mais frequentes reequilíbrios tarifários *a posteriori*. Então, a concessionária entra propondo uma tarifa muito baixa, mas existe uma pressão para que esses reequilíbrios ocorram com maior frequência, justamente porque a concessionária tem a capacidade, também, de fomentar, talvez, a inclusão de novas obras na concessão. Os usuários sempre necessitam de mais investimentos. Com uma tarifa muito baixa, a tendência a incorporar esses novos investimentos é maior. Nesse caso, a concessão já tem um colchão de liquidez e, aí, a tarifa não precisa ser reajustada com frequência *a posteriori,* a concessão já é capaz de absorver eventuais necessidades de investimentos futuros.

Então, tudo isso configura um ambiente muito mais propenso a investimentos tempestivos que ocorram a contento, dentro dos prazos necessários, no rol de investimentos contratados e não de outros que venham a ser substituídos, e uma estabilidade do fluxo tarifário também.

Então, a gente espera que as novas concessões sigam somente sendo reajustadas pelos critérios de reajuste monetário da concessão, que elas não sofram revisões, incrementos tarifários, mesmo quando as concessionárias não cumprem aquele escopo originalmente contratado. E tudo isso traz um ambiente muito mais propenso para que recursos privados efetivamente sejam canalizados para o setor rodoviário, que é um setor deficitário.

Talvez o mercado – mesmo o mercado nacional – não tenha capacidade de absorver. Por isso, a necessidade de uma revisão ampla do modelo de concessão rodoviária, para a gente elevar o modelo brasileiro a padrões internacionais de licitação. Isso tende a trazer operadores acostumados a um ambiente de muito maior competição, com muito mais eficiência econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E que eles venham para ingressar os seus recursos aqui também no setor rodoviário brasileiro. Se a gente não adota os mesmos padrões, não fala a mesma língua, o investidor não viria, e aí os recursos se escasseiam, a gente não teria esses investimentos ocorrendo aqui. É importante a vinda de novas operadoras.

O mercado, depois ali da terceira etapa e principalmente depois da Lava Jato, ele se apequenou. Hoje a gente tem menos operadores ou menos potenciais concorrentes nos leilões. O leilão é o grande momento de competição que traz a eficiência econômica e reverte essa eficiência econômica para os usuários e para os setores produtivos. Tem que haver competição nesse momento do leilão.

A gente, então, espera que esse modelo, muito mais robusto, leve aos investimentos, que eles aconteçam no prazo e que se revertam em rodovias muito mais seguras, com menor custo logístico aos usuários.

Eu, enfim, entendo que existem outros, muitos temas que foram abordados. O Desconto do Usuário Frequente é uma outra inovação, assim como o *free flow*, que vem se desenhando para os novos contratos, é uma medida importante. Por exemplo, o DUF, e uma crítica feita é que ele não se estende a todas as categorias, mas só às categorias leves.

No entanto, o Sr. Valter também comentou que o *free flow*, assim como o DUF, eles têm uma dimensão importante, que é agregar base pedagiada, ou seja, usuários que não pagam e, assim, têm um subsídio cruzado daqueles que fazem viagens de longa instância. Eles acabam onerando excessivamente o sistema, as tarifas acabam muito mais altas. Se todos pagam, inevitavelmente todos pagam menos e todos pagam de uma forma mais proporcional ao uso.

O Desconto do Usuário Frequente é um simulador do *free flow*. Ainda no modelo de praças de pedágios, o que a gente tem é uma simulação, por meio desse mecanismo, da distância efetivamente percorrida pelo usuário. E ele se aplica aos usuários de veículos leves, mas beneficia, sim, usuários de veículos comerciais. Por quê? Porque, se não fosse assim, os usuários de veículos leves, se eles fossem onerados de forma excessiva, pagassem viagens muito mais longas do que o uso efetivo da rodovia, certamente pleiteariam isenção de pedágio. A gente tem diversos pleitos de isenção nas praças de pedágio de usuários que transitam, diariamente, próximo da praça de pedágio.

Então, eles não pagam absolutamente nada ao terem a isenção. Com o desconto de usuário frequente, isso se esvazia, o usuário vai pagar de forma proporcional. E essa conta incrementa a base pedagiada e reverte, na tarifa, ao usuário de longa distância. É o usuário de longa distância que hoje teria que subsidiar, de forma cruzada, usuários de curta distância. Esse subsídio vai diminuir, onerar menos os usuários de longa distância.

Então, é um importante instrumento, uma inovação, que foi trazida também. Ele é um simulador do *free flow*, sobre o qual a gente ainda precisa evoluir quanto à regulamentação, para torná-lo, também, uma realidade aqui no Brasil.

Outras várias inovações foram trazidas nesse conjunto. Eu entendo que todo esse conjunto de novos regramentos seja, de fato, complexo, para lidar com aquelas diversas falhas. A gente precisou atacar todos esses pontos e agregar complexidades que, às vezes, não são totalmente compreendidas pelo usuário comum. A gente vem tentando desmistificar isso, de alguma forma, trazer maior clareza, maior simetria de informação aos usuários, que, com o tempo, acho que vão entender esse conjunto de regras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não consigo me estender mais aqui. Acho que, talvez, já tenha passado bastante do meu tempo, mas agradeço a oportunidade. Fico totalmente à disposição para esclarecer qualquer desses pontos. *Hedge cambial* acho que é um assunto que merece uma conversa mais profunda, para se entender que não onera o usuário da forma como foi mencionado. Mas, diante desse tema complexo, eu acabei me estendendo um pouco aqui.

Eu agradeço a oportunidade, novamente, de falar e tentar esclarecer um pouco esses pontos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Renan Brandão, pela sua participação junto conosco.

Sobre o tempo, eu não tenho colocado limitações, exatamente para que as pessoas possam concluir as suas ideias, as suas sugestões e também as suas explanações e as suas explicações. Eu entendo que é um tema importante e, por isso, não coloquei aqui limitador de tempo para nenhum debatedor.

Fica o pedido aqui, Brandão, para que esse debate possa continuar dentro da ANTT, ouvindo sugestões principalmente do agronegócio, das pessoas que utilizam as rodovias. Também as sugestões das concessionárias, para que a gente possa chegar a um ponto de equilíbrio.

Dessa forma, Brandão, nós vamos evitar uma judicialização dos próximos pedágios ou das próximas concessões, que virão ainda neste ano. Por isso a importância deste debate, das informações que nós vamos levar à ANTT nos próximos dias, fruto desta e da outra audiência pública que nós fizemos.

Precisamos achar um ponto de equilíbrio, para que a gente possa ter os investimentos necessários e a um custo mínimo possível para o usuário brasileiro. Vamos tirar os penduricalhos, manter as garantias financeiras aportadas pelas concessionárias a partir do leilão, mas sem criar onerações com relação a conta vinculada, aporte, outorga... Tudo isso são penduricalhos que vêm trazer custo para os usuários brasileiros.

Agradeço a sua participação, que foi também bastante esclarecedora, mas fica aqui o pedido para que a gente continue debatendo esse tema. E que possamos achar um ponto de equilíbrio. Isso é importante, volto a dizer, para evitarmos uma judicialização das próximas concessões, que é o que está se avizinhando, uma judicialização. Tudo tem que ser feito pra evitar isso, e a ANTT tem esse papel e o faz, quando quer, muito bem.

Agora, como nosso último palestrante, passo a palavra ao Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva, Diretor do Departamento de Política e Planejamento Integrado do Ministério da Infraestrutura, mais uma vez agradecendo a sua presença.

Tito, V. Sa. tem a palavra.

**O SR. TITO LÍVIO PEREIRA QUEIROZ E SILVA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas. Inicialmente...

Vocês me escutam bem?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

**O SR. TITO LÍVIO PEREIRA QUEIROZ E SILVA** – Tá o.k.

Então, bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, por meio de quem cumprimento os demais Senadores presentes aqui neste importante debate na Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agricultura e Reforma Agrária. Cumprimento também os demais painelistas por intermédio do Luiz Antonio Fayet, que é nosso decano aqui, um profundo estudioso do tema de logística e transporte, com quem eu tive a oportunidade de, em várias outras ocasiões, debater o transporte de cargas no País. E, na sequência, agradecer então à Comissão, em nome do Ministério da Infraestrutura, o convite para debater esse tema,

Para começar a minha fala, Senadores, eu acho Importante destacar, como o próprio Renan já colocou, que o Ministério da Infraestrutura prima muito e vem... Eu acredito que os senhores, pelo menos a grande maioria, já participaram de debates do Ministério da Infraestrutura, ou da Agência Nacional de Transporte Terrestre, ou de qualquer outra agência, para construir essa carteira de parceiras, os modelos de concessão. E é um debate que sempre o Ministério abre a interessados, seja especificamente com relação a algum projeto mais regional ou com relação ao transporte como um todo.

Dando apenas um exemplo, que foi citado, no caso das rodovias do Paraná, a gente teve um amplo debate. O próprio Renan participou de diversos debates promovidos pelo Governo do Estado, pela Assembleia Legislativa, por Parlamentares, e o Ministério vem construindo, vem escutando. Então, é uma diretriz, que vem do próprio Ministro Tarcísio, de que o Ministério construa esse debate com os usuários, no caso das rodovias, com todos os interessados, com os órgãos de controle. Como o Renan colocou, a gente tem um processo construtivo, com um Tribunal de Contas muito produtivo, em que a gente tenta encontrar uma solução para os anseios de todos os lados.

Então, quero deixar essa mensagem inicial, mas, assim, como o Renan já tocou nos pontos mais específicos do modelo de concessão, particularmente no modelo de concessão de rodovias, e todos os aprimoramentos que foram feitos, por meio de estudos e modelos internacionais ou por meio de debates, eu vou me permitir, Senadores, tentar colocar aqui numa perspectiva mais ampla este debate, até como colocado por alguns aqui.

Então, para começar, eu acho que vale trazer a fala do Senador Heinze, do Senador Amin, até do Valter, da CNT, assim como outros que comentaram aqui, como o próprio Senador Jean Paul, da inviabilidade que a gente tem... A nossa necessidade de logística e transporte é imensa. A gente tem – e daqui a pouco eu vou mostrar alguns números que a gente tem do Planejamento Nacional de Logística –, a gente tem uma necessidade que, dependendo do cenário que a gente projeta para 2035, que é o horizonte do nosso planejamento que está em finalização agora, a gente tem necessidades de investimento mais manutenção da ordem de R$700 milhões a R$1 trilhão. Então, é muita coisa. Se a gente coloca esses números em termos anuais, a gente tem, por essas projeções, a depender do cenário como eu coloquei, e eu vou explicar para os senhores mais à frente, uma necessidade de cerca de 11,5 bilhões de investimentos por ano.

Então, não é pouca coisa e, de fato, é um cenário que coloca um desafio adicional de a gente contar, exclusivamente ou principalmente, com recursos públicos para fazer frente a todas essas necessidades.

Só para colocar mais alguns números, que os senhores devem conhecer, o orçamento do Ministério da Infraestrutura deste ano foi de 6 bilhões aproximadamente. Depois, a gente teve um acréscimo, chegando a 7 bilhões e alguma coisa, mas esse valor ele é muito inferior ao que a gente tinha, historicamente, em anos não muito longínquos. Então, em anos mais recentes, quando o Ministério da Infraestrutura – à época o Ministério dos Transportes – cuidava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente apenas do transporte terrestre, tinha um número até superior a esse, e, hoje, tendo o transporte terrestre, o aéreo e o aquaviário, nós temos o valor de 6 bilhões. Se a gente pega só a manutenção de rodovias, você tem valores ainda acima de R$5 bilhões. Ou seja: o orçamento público não é suficiente para fazer frente a todas essas necessidades de transporte, que o próprio Fayet colocou. A gente tem um déficit de infraestrutura de que a gente tem que correr atrás.

E, nessa perspectiva, a gente conta, sim, principalmente com as parcerias com o setor privado, e é um assunto, é uma diretriz que a gente vem tomando e levando à frente com números expressivos. Então, de 2019 até hoje, em termos de parceria – e aí em todos os modos –, nós já asseguramos cerca de 65 bilhões de investimentos privados, ou seja, quase dez vezes o orçamento atual do Ministério da Estrutura. E esses 65 bilhões vêm do leilão de 72 ativos, nos mais diversos modos, no aquaviário, no aéreo, arrendamentos portuários, rodovias, ferrovias, e são ativos que são colocados atualmente, que vão sendo colocados nesses últimos dois anos, que não são só em termos de volume, de número. Como o Renan próprio colocou, são ativos que estão sendo colocados ao mercado, que têm tido sucesso – todos eles que ocorreram até hoje – e que mostram que esses aprimoramentos que foram feitos pelas agências e pelo ministério têm dado resultado. O investidor tem visto a melhoria do modelo e tem apostado nesse modelo. Então, a gente tem tido leilões de sucesso nesses últimos dois anos, porque também a gente aprimorou o modelo, escutando o mercado. A gente tem um processo de escutar todos os lados muito intenso.

Então, para partir, eu tenho só mais quatro eslaides aqui, para não tomar muito tempo.

É que eu queria colocar essa perspectiva que foi trazida por vários, pelo Valter, da necessidade de a gente ter um investimento em modos de grande capacidade, e também o papel do Estado, de levar o transporte e a logística como uma questão de Estado. O próprio ministério tem essa consciência, e o Ministro Tarcísio fala muito isso. Em alguns pontos, até o fato de a gente acabar obras que estavam paradas, às vezes, é criticado. É porque a gente tem essa visão de Estado. E sobre essa visão de Estado, que foi colocada tanto pelo Valter como pelo Senador Jean Paul, que traz um planejamento, eu queria mostrar aqui para vocês esse trabalho.

Vou compartilhar aqui o eslaide. Só um segundo.

Vocês já veem a minha tela?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Positivo.

**O SR. TITO LÍVIO PEREIRA QUEIROZ E SILVA** – Tá. Então, eu vou colocar no modo apresentação.

Essa visão de Estado a gente assegura desde a parte de planejamento. A gente está instituindo, foi instituído, por meio de uma portaria do final do ano passado, do Ministro da Infraestrutura, um sistema contínuo e integrado de planejamento. E eu vou mostrar para vocês a importância de a gente ter essa perspectiva maior de planejamento de transportes e com foco, inclusive, nos modos de grande capacidade.

Eu não vou detalhar esse eslaide. É só para vocês terem uma visão bem geral do nosso ciclo de planejamento. Se vocês pegam nesse triângulo inferior aqui, vocês percebem que a gente tem uma cadeia de planejamento, do planejamento estratégico ao tático, que vai desdobrar nos planejamentos operacionais, que vão para o PPI, que vão para o Plano Plurianual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, neste exato momento, a gente vai finalizar este mês e vai publicar o Plano Nacional de Logística, que é o instrumento de planejamento estratégico do Governo e que foi submetido também a um vasto processo de participação social. A gente teve 45 dias de consulta pública só este ano. No ano passado, a gente fez diversos *webinars*, conversando com o mercado, sentindo a necessidade do mercado, para ter essa visão de longo prazo – de 15, 30 anos lá para frente, o que a gente precisa do nosso transporte.

E houve essa sinalização para o mercado, não só para o mercado de transportes, porque esse planejamento – e é bom que fique claro – não é um planejamento estatista, assim, tem que ser dessa forma, mas ele orienta, ele direciona tanto o setor de transporte como até os próprios investimentos do agronegócio: para onde é que o transporte está caminhando? Onde é que o Governo pretende investir, ou diretamente ou por meio de parcerias, para o desenvolvimento do nosso transporte nacional? Isso permite ao mercado, inclusive, se posicionar.

Então, neste momento, nós temos o Plano Nacional de Logística, que é um plano integrado. Ele considera todos os modos de transporte, considera o transporte de cargas e de passageiros; ele traz diversas inovações, que eu não vou detalhar agora, porque não é o objetivo.

E esse Plano Nacional, que tem uma visão mais macro do País, de todos os modos, ele é detalhado, na sequência, e já está começando agora para acabar ao longo do próximo ano. Ele tem os planos táticos por modo. Aí você vai ter um plano mais detalhado do transporte terrestre, do portuário, do aeroviário nacional e do hidroviário. Então, a gente contempla tudo.

E nesses planos se estuda justamente, em mais detalhe, o que é que tem vocação para ser desenvolvido pela iniciativa privada, desonerando o Governo de alguns investimentos, como eu falei já, porque não há orçamento suficiente para tudo, mas há também aqueles que precisam de investimentos públicos, como colocado pelo Senador Jean Paul, pois alguns Estados não vão ter muitas opções para que a iniciativa privada entre.

Então, a gente tem essas duas visões, que a gente consolida no final nos Planos Gerais de Parceria e de Ações Públicas.

Então, já passando aqui para a parte do Plano Nacional de Logística, só dando algumas informações mais gerais...

Então, o que é esse Plano Nacional de Logística? A gente tem, por meio de dados muito detalhados de toda a rede de transporte, o cenário do transporte hoje e o cenário do transporte daqui a 15 anos, com o horizonte de 2035. É um estudo bastante detalhado, é um plano bastante detalhado nos termos das informações que ele pode fornecer ainda em nível estratégico. Então, a gente consegue separar esses dados, esses números, por meio de vários tipos de cargas, 38 tipos de produtos, entre eles alguns que são diretamente relacionados ao setor do agronegócio, como soja, milho, fertilizante – aqui só estão alguns exemplos, não é exaustivo –, açúcar...

Há também como acompanhar a cadeia de alimentos processados. Por exemplo, no caso da cadeia de proteína animal, a gente tem como verificar quais são os números específicos para esse setor. E, como foi colocado pelo Dilvo também, na questão dos animais vivos, há uma categoria específica para isso...

Então, a gente consegue ter uma visão muito clara de como o nosso transporte está hoje e, dependendo das intervenções que a gente faça, que a gente planeja fazer, como é que ele vai se comportar daqui a 15 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante também salientar que, com essa visão atual e futura que a gente tem, a gente consegue ver em termos de como o transporte se desenrola ao longo das nossas vias, portos e hidrovias, e em termos de volume transportado, que a gente chama de tonelada quilômetro útil, mas também – uma grande inovação desse plano – a gente consegue ver em termos de valor. Então, a gente sabe que há uma diferença. Se formos trabalhar em termos de produtos mais processados do setor do agronegócio, talvez seja mais importante fazer essas análises em termos de valor e não de tonelada. Então, a gente consegue fazer essa análise de uma maneira bem detalhada.

E como a gente faz isso? A gente cria cenários futuros – o futuro tem várias possibilidades – e vai variando, vai incluindo, no nosso modelo, algumas variações, por exemplo, de infraestrutura. Se eu colocar a minha carteira de projetos que está em andamento agora, por exemplo, que é o que a gente tem no cenário 1, no Ministério da Infraestrutura, seja em termos de parceria, seja em termos de recursos públicos, o que que acontece daqui a 15 anos? Como é que a carga vai se distribuir? Se eu acabar uma ferrovia, essa ferrovia vai carrear carga, vai puxar carga para que se mude a matriz modal? Se eu colocar mais projetos que não estão na carteira de curto prazo de PPA e PPI, mas que a gente sabe que são importantes porque o próprio mercado sinaliza isso para a gente, o que que acontece com o nosso transporte? Como isso vai acontecer? Então, isso vai variando. E a gente consegue, inclusive, acrescentar algumas mudanças no marco legal, que foi o que a gente fez em outros cenários, ao colocar o projeto do BR do Mar, em que a gente viu uma redução de 15% no custo de transporte, quando a gente ativa, vamos dizer assim, esse marco legal. Então, você consegue fazer várias simulações que são importantes para que, antes de avançar com alguma decisão mais estratégica, se possa ver qual o impacto disso no futuro.

E há uma outra coisa muito importante nesse plano. Além de você ver... Como você vê isso no futuro? Você não vê só como a carga está se distribuindo no País. A gente criou indicadores bem objetivos para avaliar o que que acontece daqui a 15 anos. Então, você tem como ver como a nossa matriz de transporte de carga vai estar daqui a 15 anos, se a gente adotar as carteiras atuais ou os novos projetos, e isso é muito importante, porque a gente vê o quanto esse nosso planejamento vai aumentar a participação dos módulos de grande capacidade, que são fundamentais para o deslocamento das cargas agrícolas. Isso é fundamental. E isso se vê também em um outro indicador que a gente traz nesse plano, que é justamente o que a gente está debatendo aqui: a redução de custos do nosso transporte de uma maneira estratégica, de uma maneira sistêmica. Então, você tem um instrumento de tomada de decisão que permite fazer outras opções e ver se consegue melhorar um indicador ou outro. Aqui eu destaquei apenas esses e destaquei, em particular, três: divisão de módulo de transporte, que está diretamente relacionada com custo total de transporte e o custo médio por TKU, por Tonelada por Quilômetro Útil, e também a sustentabilidade financeira desses projetos.

Não adianta também – a gente fez até propositalmente, a partir das contribuições que a gente recebeu – um cenário mais livre de ampla oferta, como se não tivesse limitação de recurso nem público nem privado. E aí a gente vê que, de fato, os indicadores melhoram muito, mas é uma carteira que é muito cara, que, às vezes, até colocando a iniciativa privada, ela vai ter alguma dificuldade de assimilar todos esses projetos. E aí, tendo todo esse arcabouço de dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e informações, para a gente poder planejar e fazer um planejamento de Estado, como muito bem colocado pelo Valter, a gente começa a ter alguns resultados.

O planejamento ainda está na fase final, como eu falei, já passou por um processo de consulta pública. A gente está incorporando essas contribuições públicas nos nossos relatórios e brevemente vai ser publicada a versão final, mas a gente já tem alguns números que pode mostrar aqui. Então, por exemplo, hoje o modo ferroviário de grande capacidade, que é fundamental para transportar granéis, tem uma participação de cerca de 17% na nossa matriz de transporte. Em qualquer cenário que a gente faça, inclusive com os projetos que já estão na nossa carteira e que já estão em andamento, que já estão sendo implementados ou que estão em estudo mais avançado, em qualquer cenário, o modo ferroviário passa a ter uma participação de 30%, mais de 30% da nossa matriz de transporte; em alguns casos, inclusive, nos cenários mais otimistas, chega a perto de 40%. O que nos mostra o quê? Que a nossa carteira, a carteira e principalmente algumas iniciativas que a gente está tomando, sejam elas em termos legislativos, por exemplo, no BR do Mar, seja em termos de aprovação de um cenário de autorizações ferroviárias, de que o Senador Jean Paul participou ontem e participa muito intensamente, a gente vê como isso impacta positivamente de uma maneira sistêmica no nosso transporte.

A gente vê também como as hidrovias e as cabotagens, principalmente devido ao cenário com o BR do Mar, vão fazer aumentar também a participação hidroviária e a de cabotagem no nosso transporte. Aquilo que foi citado, eu acredito que foi pelo Dilvo, do transporte de sal, que, em boa parte do País, hoje ainda é feito sobre caminhão, granel, a gente pode – até considerando que é do Rio Grande do Norte, e a Senadora Zenaide está aí presente, que vem a grande parte do sal do País, ali de Areia Branca –, fomentando a cabotagem, fazer esse transporte pela nossa costa, com um custo muito mais barato. Então, a gente consegue começar a ver isso aí, como é que eu reduzo o custo de transporte além dos outros indicadores, o tempo de deslocamento, etc.

E, em termos de custo especificamente, considerando apenas dois cenários – eu mostrei para vocês lá que a gente tem mais de seis cenários com mudanças na rede, mudanças de premissas para a gente ver o que acontece no futuro –, só com os dois primeiros cenários, que é a carteira atual, que já está ou no PPA ou no PPI, ou com a carteira um pouco mais estendida, considerando mais alguns outros projetos que já são demandas mais maduras no ministério, a gente tem um potencial de reduzir o custo médio de transporte por TKU de 17% a 22%. Então, quanto a essa visão de Estado que é trazida, a gente tem que partir dessa perspectiva, no nosso entender, de fomentar esses transportes de grandes capacidades.

E isso não quer dizer, em hipótese alguma, que é deixar o transporte rodoviário em segundo plano. Não só no nosso País, mas em qualquer país do mundo, mesmo aqueles que têm uma participação dos outros moldes de grande capacidade maior na sua matriz modal, eles dependem do transporte rodoviário e não vai deixar de ser diferente, porque o transporte rodoviário é o transporte que trabalha principalmente na alimentação e distribuição desses transportes de grande capacidade.

Então, não se trata de deixar o transporte rodoviário no segundo plano, mas colocar o transporte rodoviário para cumprir o papel que, em todo mundo, toda literatura coloca, que é o transporte em baixas distâncias e com produtos de maior valor agregado ou uma combinação disso. Então, a gente traz essa perspectiva no nosso planejamento e a gente vê que a carteira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que a gente está investindo, as mudanças que a gente está propondo nos modelos regulatórios e legais nos conduzirão para esse objetivo maior sistêmico de equilibrar nossa matriz de transporte e reduzir custos de transporte.

Aqui eu não vou entrar em detalhe, porque o estudo... Só para os senhores terem ideia, cada cenário que a gente roda desse cenário futuro no Plano Nacional de Logística gera cerca de 5TB de dados. Então, é muito material para a gente analisar.

Mas aqui a gente traz só alguns mapas de exemplo para o granel sólido agrícola, que é o principal foco aqui que a gente tem, apesar de que temos produtos agropecuários em outros grupos de carga, mas o principal, vamos dizer assim, só para a gente ter uma ideia, é esse aqui. E, quando a gente começa a rodar esse cenário na matriz de transporte, você começa a ver, por exemplo, a importância da Ferrovia Oeste-Leste, a importância da FICO, seja no trecho I e, principalmente, quando você acrescenta o trecho II, você consegue visualizar a Ferrovia Norte-Sul carreando, inclusive, além dos granéis agrícolas e outros, carga geral. Senador Acir, a gente consegue ver, por exemplo, aqui algumas cargas sendo levadas lá para Porto Velho pela BR-364; carga geral, o que já aponta para a necessidade, quando a gente for fazer o plano setorial portuário, de dar uma olhadinha com atenção, por exemplo, ao porto de Porto Velho, porque vai chegar mais carga geral lá. Então, a gente se antecipa para uma necessidade que pode surgir de agora a alguns anos.

E isso não quer dizer que a gente está parado – como vocês bem viram o que eu mostrei nos números dos nossos processos de leilão –, que a gente vai esperar todo esse processo. É um processo contínuo. O que a gente quer fazer – e o que é muito importante, como a gente vem falando – é justamente o que o Valter colocou: é tornar esse planejamento um planejamento de Estado, porque isso é para o País, isso não é o governo A ou B que tem que fazer. A gente colocou aqui os projetos que são relevantes. A gente consegue ver os projetos, inclusive, novos que venham a ser sugeridos e como isso impacta a nossa rede de transporte em todos aqueles indicadores e, trazendo para o nosso debate aqui, por exemplo, redução de custo – redução de custo para o agronegócio ou para a indústria ou para qualquer setor que foi mapeado aqui no nosso planejamento.

Você vê ali a Hidrovia do Tapajós, quando você tem a Ferrogrão e quando você começa a subir com essa carga rumo ao Arco Norte – que foi um tema que, das primeiras vezes que a gente escutou, que eu escutei no debate, foi o próprio Fayet, junto com o Baldez, que levou lá para o ministério algum tempo atrás –, a gente vê como isso realmente faz sentido, porque a carga vai procurar esses caminhos, vai procurar o menor custo. E isso é bom para o País, porque você reduz o custo médio do transporte, porque o transportador, o setor produtivo vai ter opção.

Então, era essa apresentação, Senador.

Deixe-me só tentar tirar aqui de novo a apresentação... Pronto. Eu acho que já pararam de ver a minha tela. Eu já estou de volta aqui.

Então, eu trouxe essa perspectiva mais macro, Senadores, porque, como o Renan já deu esse enfoque nas concessões e o tema aqui é a discussão da redução de custo para o agronegócio, eu acho que é importante a gente trazer, como já foi colocado mais uma vez pelo Senador Heinze, pelo Senador Amin e outros palestrantes, a importância de a gente também investir – e estamos investindo – nesses modos de grande capacidade, além do setor rodoviário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, que, como já colocado por mim, é extremamente relevante para o nosso transporte nacional.

Sendo essas as colocações que eu tinha de uma maneira bem geral e resumida, também fico à disposição para algum esclarecimento a respeito do tema que, porventura, tenha ficado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado ao engenheiro Tito pelas suas colocações.

De fato, é muito importante o planejamento do futuro do nosso País, as projeções que nós teremos para as nossas obras de infraestrutura, sejam elas de qual modal for, mas todas elas são importantes para o nosso País. Particularmente, quando se trata do Ministério da Infraestrutura – e aí eu falo ao Ministro Tarcísio –, quando vem do Ministério da Infraestrutura, eu tenho sempre um pé atrás, porque as coisas são faladas, mas não acontecem e, quando são faladas, não se cumprem. Eu tenho essa dificuldade com relação ao Ministério da Infraestrutura. Então, o planejamento é de fundamental importância e as projeções também.

Eu só quero fazer aqui um pedido novamente ao Ministério da Infraestrutura: vamos antecipar essa duplicação da BR-364. Nós não podemos esperar mais 12 anos para ter essa duplicação. O planejamento anterior era que, em 2018, começaria essa obra de duplicação da BR-364. Eu não sei o que aconteceu. Passaram agora para o leilão em 2022, início da obra em 2023, conclusão em 2033. É muito tempo para uma obra tão importante. Nem vou falar da ferrovia, porque ela já saiu até do planejamento, a ferrovia que chegaria até Porto Velho. Estamos falando só da duplicação da BR-364. Então, fica aqui esse nosso pedido. É um apelo que faço ao Ministério, à ANTT, à EPL, que já concluiu os trabalhos todos para a duplicação da BR-364, que faz parte do Arco Norte de exportação. O porto de Porto Velho, como muito bem colocou o Tito, já tem uma participação grande na exportação de grãos, vai aumentar com certeza. A dragagem do Rio Madeira já está acontecendo, que foi contratada já há alguns anos. É uma obra importantíssima para a exportação do Arco Norte. Agora precisamos da duplicação da BR-364.

Nós vamos, numa rodada rápida...

O Edson já está em outro compromisso.

Passo, para as suas considerações, ao nosso querido amigo Deputado Luiz Antonio Camargo Fayet. Se V. Sa. tem alguma coisa para abordar, V. Sa. tem a palavra.

**O SR. LUIZ ANTONIO CAMARGO FAYET** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu, inicialmente, quero reiterar meus agradecimentos pela oportunidade. Eu estou integralmente à disposição, Senador.

Eu gostaria de fazer algumas afirmações aqui. A primeira: eu trabalho intensamente nesse tema há mais de 20 anos e tenho uma máxima na minha vida, que é a seguinte: cada lugar que eu fui administrar, a primeira coisa que eu fiz foi montar um gabinete de crítica, porque eu não tenho medo da verdade e não tenho compromisso com o erro. Então, todas as contribuições que nós estamos trazendo aqui têm esse princípio. Eu estou aqui para ajudar, para ajudar, pegando toda a minha experiência. Eu gostaria de pontuar alguns aspectos que foram conversados aqui.

O problema de interesse de empreendedores em tomar concessões. O interesse nas concessões no Brasil hoje é filé-mignon em termos mundiais. O mundo está de olho na potencialidade do Brasil porque o Brasil é produtor de comida. Para que se tenha uma ideia, hoje nós somos já o segundo maior supridor do mercado internacional. Os Estados Unidos e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Argentina, que são os nossos disputantes, não têm mais territórios, e nós podemos duplicar, triplicar a nossa produção brincando. E, do outro lado, o mercado asiático, por exemplo... Só façam esta conta: a Índia tem seis vezes a população do Brasil; a China tem sete vezes; é treze a soma; e não têm um centímetro quadrado a mais para ampliar a produção; elas, fatalmente, representam para nós um potencial de mercado incrível, e nós sabemos disso.

Então, o que nós vemos no mundo inteiro é uma ânsia em poder ter segurança, com as regras do jogo bem definidas para ser concessionário no Brasil, investir no Brasil, porque o Brasil é o celeiro do mundo. Ninguém está brincando! Essa aproximação crescente dos asiáticos com relação ao Brasil é porque nós temos uma irmandade de dependência fortíssima. Eu queria chamar atenção para isso.

O segundo ponto que eu gostaria de chamar a atenção. A nossa preocupação é com garantias da execução da obra. Eu tenho 33 anos de experiência no setor financeiro, fui Presidente de três bancos, inclusive do Banco do Brasil, tá? Então, quando eu estou sugerindo garantias em títulos do Tesouro, antecipadamente, proporcionais ao desconto, é porque, quando o sujeito desembolsa na frente para constituir uma garantia que lhe será devolvida à medida que ele cumpra o contrato, ele vai cumprir o contrato, e tudo isso está na sua conta. Agora, este modelo de cobrar do usuário para criar um fundo, para garantir que a obra seja feita? Espere um pouquinho! Naqueles fundos lá dos petroleiros, será que usuário vai ter que fazer essa antecipação?

Eu vou dar um exemplo para vocês. O Setcepar, que é o sindicato dos transportadores aqui do Paraná... E até eu vou pedir ao Dilvo Grolli, por favor, que me passe essas fotografias que você mostrou. Nós tivemos aqui, no caso do Paraná, cobranças de obras que não foram executadas. Daí, faz lá uma *compliance*, não sei o quê... O sindicato dos transportadores está ingressando – as empresas, não é? – na Justiça porque eles querem a diferença do que pagaram a mais.

Então, o modelo que nós estamos adotando não é o modelo de concessionário que aplica o dinheiro como eu, industrial, não é? Eu ponho dinheiro e corro o risco. O concessionário também tem que pôr dinheiro e correr o risco. E ele não é bobinho em botar dinheiro e correr um risco exagerado. Então, esse pessoal quer, na verdade, uma garantia de que o dinheiro está sendo colocado num negócio que tem segurança e volta.

Então, eu gostaria de registrar para vocês que garantia e título do Tesouro, num modelinho que eu fiz... Inclusive, meu prezado Tito, eu vou tomar a liberdade de mandar as minhas contribuições – certo? –, porque eu acho que há um aprimoramento nesse trabalho; eu quero que isso aconteça. Vocês estão fazendo um esforço incrível, o planejamento é um espetáculo, mas isso, essas coisicas podem destruir um trabalho fantástico que vocês estão fazendo. Eu comecei elogiando o trabalho da EPL, porque é verdade, não é?

Então, garantias, acreditem em mim... O modelo que eu botei, com a experiência de 33 anos no sistema financeiro... Ninguém vai brincar com aquela garantia; vai botar antes, certo? E o tamanho das concessões que nós temos, o volume de dinheiro que vai nas concessões no Brasil não é coisa para aprendiz, para pé de chinelo, não; é só para gente grande, gente grande financeiramente.

Então, eu gostaria de fazer também esta observação, e eu acho injusta essa criação de conta vinculada, de aporte, porque eu estou fazendo garantia com o dinheiro do usuário – não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do investidor. A concessão é um investimento de risco para o concessionário. Agora, se eles pegam o dinheiro do usuário para cobrir o risco, isso não tem graça. E eu dou o exemplo do Setcepar: os seus afiliados estão ingressando na Justiça, porque eles querem receber o dinheiro de volta. A mesma coisa é o *hedge*. Eu vou constituir uma garantia de variação de câmbio, fazer um seguro de câmbio para um concessionário? No caso do Paraná, cada lote é 7 bilhões de investimento. Isso é grupo de precisa de um *hedge* de variação de câmbio? Claro que não! Ele tem o reajuste tarifário, que é uma garantia, e é justo, porque ninguém aqui está querendo um tirar do outro, não – é justo. Agora, eu não vou pagar por antecipação. Por quê?

Então, toda vez que eu vou para os meus negócios no interior, eu vou pagar pedágio, vou pagar um *hedge*, certo? Vou pagar um *hedge*, e eu quero saber: se não acontecer nada, eu vou ter esse dinheiro de volta? Não vou ter.

Então, o modelo está errado – está errado. O risco do negócio é do concessionário, e ele está protegido na sistemática de contratação que nós temos hoje.

Então, eu queria dar essa contribuição, minha gente. Não há necessidade disto: nem o *hedge*, nem mudança em relação aos títulos do Tesouro como uma garantia – títulos e valores que são devolvidos à medida que se cumpra o contrato.

E eu tenho uma experiência aqui incrível. Aqui, no Paraná, nós tivemos tudo que é tipo de problema que vocês possam imaginar, não é? Desse pessoal que deu garantia, que pagou concessão, não sei o quê, tá-tá-tá. Os pedágios estão lá no céu, e obras não executadas. A agência reguladora daqui e o Departamento de Estradas de Rodagem fizeram auditorias, então há quase R$400 milhões em obras não executadas, e dinheiro já cobrado dos usuários. Isso não é justo, é um risco que não pode ser transferido para o usuário. É isto que eu quero que o pessoal entenda: o risco é do concessionário. Agora, o contrato o protege: protege-o para que haja um equilíbrio, que seja justo o pedágio que ele vai receber pelo trabalho que ele faz – tem que receber, tem que ganhar dinheiro. É isso mesmo, agora, nós não podemos destruir os usuários, porque isto encarece substancialmente o processo.

Eu então reafirmo que eu sou um entusiasta do plano de infraestrutura do ministério. Tenho trabalhado, e eu tive a honra de trabalhar junto com o Dino na área de cabotagem. Aliás, Senador, eu peço por favor uma atenção ao problema de cabotagem: nós precisamos baixar os custos para os operadores da navegação brasileira, porque nós estamos abortando oportunidades. Aqui no Paraná nós estamos trazendo milho dos Estados Unidos porque é mais barato do que trazer do Norte do Brasil! Uma coisa incrível, entende? Então, eu gostaria que entendesse que nós estamos dando contribuições. Prestem atenção nisso! Prestem atenção nisso, vamos resolver esse problema do *hedge*, vamos resolver esse problema da conta vinculada ou do aporte ou da outorga, vamos resolver isso, vamos baixar os níveis e manter um mecanismo em que não se ameace a rentabilidade do concessionário. Que não se ameace a rentabilidade do concessionário. Nós tivemos algumas observações, inclusive do Dilvo, de um movimento de 500 mil pedágios pagos. Ora, isso mostra que tem rentabilidade, quer dizer, há uma deformação no sistema.

Eu gostaria de agradecer na sua pessoa, Senador, pela audiência que nós tivemos aqui, me colocar integralmente à disposição e agradecer também aos meus companheiros, o Renan, o Tito, com quem nós temos convivido e trabalhado há muitos e muitos anos – não é, Tito? –, enfrentando essas guerras aí e tal. Vocês sabem que eu sou um defensor desse trabalho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





está sendo planejado e eu quero que isso aconteça, porque é o futuro do meu País, da minha gente.

Contem comigo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Fayet, Deputado Fayet, a sua presença e a sua experiência dada aqui para todos nós. Espero que tanto o Tito, do Ministério da Infraestrutura, e toda a sua equipe, é claro – e aqui ele está representando grandes pessoas, várias pessoas que trabalham no Ministério da Infraestrutura – quanto também o Renan, que também representa aqui uma equipe grande da ANTT, ouçam o que disse o nosso experiente Deputado Fayet, com a sua longa experiência na área.

Passo a palavra agora, para as suas considerações finais, para o Dilvo Grolli. (*Pausa.*)

O Dilvo está conectado conosco ou não?

**O SR. DILVO GROLLI** – Muito obrigado, Senador, mais uma vez, pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Dilvo.

**O SR. DILVO GROLLI** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero terminar aqui com uma alegria muito grande. Pela primeira vez, eu falo ao Congresso Nacional colocando mais um sentimento e uma visão do agronegócio.

Primeiro, o mundo colhe 3,2 bilhões de toneladas de grãos por ano – 3,2 bilhões de toneladas por ano –; o Brasil colhe 260 milhões de toneladas, será neste ano de 2021. Pois bem, em 2050, o mundo vai necessitar de 4,5 bilhões de toneladas, 40% mais do que hoje. Será 1,3 bilhão de toneladas, mais do que quatro vezes o que o Brasil produz hoje. Gravem, senhores e senhoras: mais que quatro vezes do que o Brasil produz hoje. Outro número fantástico: por ano, desse 1,3 bilhão de toneladas, o mundo vai precisar de 45 milhões – por ano.

Pois bem, caros Senadores e colegas que estão nos ouvindo, o Brasil planta hoje 65,9 milhões de hectares... Melhor dizendo, safra anterior; safra atual, 2021, 68,8 milhões de hectares. Estamos crescendo aí 4% ao ano em área, e nesta área não precisa derrubar nenhuma floresta e nenhuma árvore, porque nós temos de 30 a 40 milhões de hectares no Brasil que podem sair da pecuária para a agricultura. Então, podemos crescer 4% ao ano em área sem nos preocuparmos com as florestas. Primeira afirmação. Segunda, nós estamos crescendo mais 3% ao ano em produtividade, por melhor aproveitamento da terra e novas tecnologias. Somando aqueles 4% de aumento de área mais os 3%, nós temos oportunidades. Aí que está o termo forte: nós temos oportunidade de crescer 7% ao ano no agronegócio brasileiro.

Aí chegaremos lá em 2030. Se hoje estamos com 260 milhões de toneladas, chegaremos a 450 milhões de toneladas de grãos.

Do que nós precisamos? Infraestrutura e liberdade de ação e de trabalho para nós.

Essas são minhas considerações finais. Rogo a Deus que ilumine a todos e beneficie o País e todos que estão neste momento neste bate-papo – assim, melhor dizendo, não sendo diminutivo, mas pela grandeza do encontro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dilvo, pela sua presença e pelas suas colocações.

Contribuindo para os seus números, quero lembrar que, na Amazônia, especialmente no Estado de Rondônia, nós temos ainda, das áreas já transformadas, aproximadamente 30% em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas degradadas, que já foram transformadas e estão lá sem produzir absolutamente nada, esperando regularização fundiária, esperando um planejamento ou um programa do Governo, sejam eles estaduais, sejam nacionais, para que a gente possa aumentar a produtividade.

E você falou uma coisa que eu tenho dito há muito tempo: nós podemos dobrar a produção de alimentos, de comida para a população brasileira e para exportar nos próximos anos, sem derrubar uma árvore sequer, apenas aumentando a produtividade onde nós já temos, através da tecnologia, e recuperando as áreas degradadas. É claro que, nos Estados do Sul e do Sudeste, elas praticamente não existem, mas, no Norte do País, ainda existem, e no Estado de Rondônia é de aproximadamente 30%. E nós estamos trabalhando para que possamos tornar essas áreas produtivas; produzir alimentos para a população brasileira, através da agricultura familiar, que lá no Estado de Rondônia é forte e tem uma produção muito grande, para que a gente possa levar alimentos para a mesa da população brasileira, com uma qualidade melhor e com um preço ainda menor, porque a inflação dos alimentos brasileiros nos últimos 12 meses tem sido muito grande.

Muito obrigado pela sua participação.

Passo a palavra agora, para as suas considerações, agradecendo também a presença, ao representante do Ministério da Infraestrutura, o engenheiro Tito Lívio Pereira.

V. Sa. tem a palavra.

**O SR. TITO LÍVIO PEREIRA QUEIROZ E SILVA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, mais uma vez, Senador.

Para finalizar, quero apenas mais uma vez agradecer a oportunidade de trazermos o ponto de vista do Ministério da Infraestrutura e da ANTT aqui, no que tange ao assunto que foi discutido, ou seja, como reduzir os custos logísticos com foco nas necessidades do agronegócio. É sempre uma boa oportunidade podermos debater esse tema, inclusive com palestrantes que conhecem do assunto e com o próprio Senado, que também é profundo conhecedor do assunto.

Então, quero agradecer e, mais uma vez, colocar o ministério à disposição para continuar os debates. Como falei, o ministério prima por essa forma de conduzir, sempre conversando com todos os atores envolvidos e tentando construir a solução técnica que mais se adeque às necessidades do País.

Muito obrigado, Senadores, e continuamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Tito. Meus cumprimentos a você e a toda a equipe do Ministério de Infraestrutura, da EPL, da ANTT. Meus cumprimentos pelo trabalho de planejamento que estão fazendo com relação à infraestrutura brasileira.

Por gentileza, não se esqueçam da duplicação da BR-364. Todas são importantes, no Brasil inteiro. Não posso aqui querer puxar a brasa só para a minha sardinha. Todas são importantes, mas a BR-364 representa muito para a exportação brasileira e, a cada ano, essa responsabilidade está aumentando, e precisamos dessa duplicação o mais rápido possível.

Nós estamos trabalhando na travessia urbana de Ji-Paraná, de Jaru, de Ariquemes, de Itapuã, de Pimenta Bueno, de Cacoal, de Vilhena e estamos concluindo um processo importante, que é a duplicação, a finalização do anel viário de Ji-Paraná, com as intervenções, através de viadutos, ligando a 364 ao anel viário, cuja obra deverá começar nas próximas semanas. No mês que vem, com certeza, nós veremos obras já na 364. E colocaremos, para o orçamento de 2022,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o projeto e a construção do anel viário de Cacoal, que é tão importante quanto o de Ji-Paraná, tão importante quanto a travessia urbana de Vilhena, de Ariquemes e também de Porto Velho. Cacoal precisa de um anel viário. Nós estaremos colocando no orçamento do ano que vem e todo ano nós vamos colocar uma emenda de bancada, que será indicada por mim, no valor de R$30 ou R$40 milhões por ano para que a gente possa construir esse anel viário, que é da maior importância para o Estado de Rondônia.

Antes de concluir, eu quero aqui ler as colocações de alguns dos nossos internautas.

Alais Maikena, do Espírito Santo, diz o seguinte: "No cenário atual, o custo de alimentação está caríssimo para a população brasileira. Qual é a previsão de melhora?"

Alais, nós precisamos de melhoria da infraestrutura brasileira. Nós temos um planejamento para os próximos 30 anos. Cada ano é um ano diferente e nós estamos cobrando de todos uma atuação para que a gente possa diminuir o custo da alimentação para a população brasileira. Tem que se ter um programa do Governo Federal para que a gente possa levar alimentação mais barata à população brasileira.

O Brasil é o segundo exportador de grãos ou de alimentos, de comida do planeta. Nós não podemos deixar a população brasileira sem ter acesso à alimentação sadia.

O Matheus Figueiredo, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Qual é o maior problema no cenário atual na logística do agronegócio?"

Matheus, o problema atual é a falta de infraestrutura e o custo que essa falta de infraestrutura faz para o custo de alimento, o custo daquilo que nós produzimos. Com essas obras de infraestrutura acontecendo, nós vamos diminuir o custo e aumentar a logística para aquilo que nós produzimos.

Geovane Rocha, do Mato Grosso do Sul, diz o seguinte: "Não seria o tempo de novas práticas do agronegócio social e ambientalmente mais responsáveis? Qual é o papel dos assentamentos nisso?"

Geovane Rocha, do Mato Grosso do Sul, essa é uma responsabilidade de todos os produtores. Todos os produtores têm essa responsabilidade de uma produção com sustentabilidade, seja o pequeno produtor, os assentamentos, os médios, os grandes, todos têm que ter responsabilidade ambiental.

Comentário do Jefferson Barbosa, da Bahia: "A agropecuária é a atividade econômica que gera riqueza para o Brasil, saber bem administrar com a natureza e sem devastação é um ótimo negócio."

Concordamos em gênero, número e grau, Jefferson Barbosa, contigo. Nós temos que ter uma responsabilidade com a natureza e sem devastação. Com certeza, é um ótimo negócio para o País e para os brasileiros.

Agradeço a participação do Edson José de Vasconcelos; do nosso Professor Doutor Luiz Antonio Camargo Fayet, nosso sempre Deputado Federal; Dilvo Grolli, diretor da Coopavel; Valter Luís de Souza, diretor da CNT; Renan Brandão, superintendente da ANTT; e Tito Lívio Pereira, representando o Ministério da Infraestrutura.

Saúdo e agradeço pela participação dos Senadores que estiveram presentes nesta audiência pública: Senadores Esperidião Amin, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Luiz do Carmo, Kátia Abreu, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho. Agradeço a todos pela participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vamos elaborar um documento que será enviado ao Ministério da Infraestrutura, à ANTT, às demais Comissões que tenham interesse direto e indireto, como é o caso da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Infraestrutura, para que a gente possa colaborar, contribuir, para que a gente possa achar um equilíbrio com relação aos pedágios brasileiros, para que não aconteça com as novas concessões a judicialização. Por isso a importância de nós acharmos um ponto de equilíbrio e que possamos avançar, como muito bem disse o nosso sempre Deputado Fayet.

A privatização é importante e o trabalho que fez a EPL, que faz o Ministério da Infraestrutura, realmente é um trabalho importantíssimo. Não deixem que os penduricalhos possam atrapalhar todo esse trabalho de anos que vem sendo feito para o bem da população brasileira.

Muito obrigado a todos pela presença. Agradeço aos nossos consultores da Comissão de Agricultura, ao pessoal da TV Senado, Rádio Senado, à administração das redes sociais também.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e um minuto do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Acir Gurgacz e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Aviso nº 690, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o Acórdão 920, de 2021, que trata do acompanhamento conduzido, durante o período de abril a setembro de 2020, pela Secretaria de Controle Externo de Agricultura e Meio Ambiente, sobre as ações emergenciais promovidas pelo Comitê de Crise do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estando essa fiscalização em sintonia com o plano especial de acompanhamento à covid-19, aprovado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União no dia 25/3/2020. Aviso nº 908, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o Acórdão 1.383, de 2021, que trata de auditoria nas Unidades de Conservação Federais dos biomas terrestres e marinhos brasileiros, com o objetivo de avaliar as suas gestões e de analisar a implementação de metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 14 e 15, da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e de metas da Convenção sobre Diversidade Biológica. Ofício 553, de 2021, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, São Paulo, que encaminha moção contrária ao PL 2.159, de 2021, de origem da Câmara dos Deputados. Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e também na página da internet desta Comissão. Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, cada Comissão Permanente deverá selecionar, na área da sua competência, uma política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, para ser avaliada anualmente. Dessa forma, esta Presidência solicita aos Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, que enviem à Secretaria desta Comissão sugestões de políticas públicas em vigor para que, de forma colegiada, selecionemos o que será avaliado neste ano. As sugestões podem ser encaminhadas pelo e-mail da Secretaria da Comissão: sacra@senado.leg.br. Esta Presidência registra a sugestão para análise: a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em virtude do atual e urgente problema da fome, da falta de alimento na mesa da população brasileira. Passa-se á apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 384, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.629, de 25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel." Autoria: Senador José Agripino (DEM/RN). Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas durante a discussão suplementar, o Substitutivo ao Projeto é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5017, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica utilizada para atividade de irrigação, aquicultura e exploração de poços semiartesianos para dessedentação humana." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CRA. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2874, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 465, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências" Autoria: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: A Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 7, de 2021 que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública em Reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente (CMA) para instruir o Projeto de Lei nº 2159, de 2021, de origem da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: - Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; - Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB." Autoria: desta Presidência. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 8, de 2021 que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA - do Senado Federal, no dia 9 de setembro do corrente ano, quinta-feira, a partir das 14 horas, durante a 44ª edição da Expointer, que se realizará na cidade de Esteio, estado do Rio Grande do Sul, entre os dias 4 e 12 de setembro. O evento tem por objetivo debater a sanidade animal e novos mercados para a proteína animal, diante do reconhecimento do Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sul como área livre de febre aftosa sem vacinação, pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE. Para esse importante debate, sugiro que sejam convidados a representação dos seguintes órgãos do governo e entidades, entre outras que possam ser indicadas por este plenário: 1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2. Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais; 3. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil; 4. Comissão de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; 5. Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul 6. Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; 7. Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul; 8. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - Fetag/RS; 9. Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA; 10. Associação Gaúcha de Avicultura – Asgav; 11. Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Estado do Rio Grande do Sul – SIPS/RS; e 12. Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Rio Grande do Sul – Sicadergs." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Izalci Lucas, Paulo Rocha, Luiz Carlos Heinze, e a Senadora Zenaide Maia e o Presidente da Comissão Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**SENADOR ACIR GURGACZ**
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, permita-me que eu proponha, como seu fiel escudeiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Amin. Por gentileza.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom dia, bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Os Srs. e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Aviso nº 690, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o Acórdão 920, de 2021, que trata do acompanhamento conduzido, durante o período de abril a setembro de 2020, pela Secretaria de Controle Externo de Agricultura e Meio Ambiente, sobre as ações emergenciais promovidas pelo Comitê de Crise do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estando essa fiscalização em sintonia com o plano especial de acompanhamento à covid-19, aprovado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União no dia 25/3/2020.

Aviso nº 908, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o Acórdão 1.383, de 2021, que trata de auditoria nas Unidades de Conservação Federais dos biomas terrestres e marinhos brasileiros, com o objetivo de avaliar as suas gestões e de analisar a implementação de metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 14 e 15, da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e de metas da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Ofício 553, de 2021, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, São Paulo, que encaminha moção contrária ao PL 2.159, de 2021, de origem da Câmara dos Deputados.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e também na página da internet desta Comissão.

Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, cada Comissão Permanente deverá selecionar, na área da sua competência, uma política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, para ser avaliada anualmente. Dessa forma, eu solicito aos Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, que enviem à Secretaria desta Comissão sugestões de políticas públicas em vigor para que, de forma colegiada, selecionemos o que será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliado neste ano. As sugestões podem ser encaminhadas pelo *e-mail* da Secretaria da Comissão: sacra@senado.leg.br.

Esta Presidência gostaria de registrar sugestão para análise: a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em virtude do atual e urgente problema da fome, da falta de alimento na mesa da população brasileira. Como justificativa, temos os indicadores do crescimento da pobreza e da fome no Brasil nos últimos quatro anos, especialmente nesse período de pandemia.

O relatório mais recente da ONU para a Agricultura e Alimentação, da FAO, estima que 23,5% da população brasileira tenha vivenciado insegurança alimentar moderada ou severa, entre 2018 e 2020. Já os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, em contexto da covid, revelam que 55% da população brasileira sofre alguma ameaça aos direitos à alimentação. Em números absolutos, podemos dizer que a fome já atinge 20 milhões de brasileiros e pelo menos outros 120 milhões convivem com algum grau de insegurança alimentar. Isso acontece ao mesmo tempo em que o Brasil bate recorde de produção e de produtividade na agricultura e se consolida como um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com uma produção agropecuária estimada em R$1 trilhão para este ano.

Ontem aprovamos, no Plenário do Senado Federal, o Projeto da Câmara nº 823, de 2021, que trata de medidas para diminuir os efeitos da pandemia na agricultura familiar, até 31 de dezembro de 2022. Parabenizo todos os Senadores, em especial o Relator, Senador Paulo Rocha, que destacou os pontos principais da proposta, que são: instituição do fomento emergencial de inclusão produtiva rural; concessão automática do Benefício Garantia Safra; criação de linhas de crédito; prorrogação, repactuação e concessão de rebates, no âmbito do crédito rural.

Essa é uma ação concreta do Parlamento brasileiro, no sentido de buscar alternativas para o combate à fome e à pobreza no nosso País. Agora esperamos a sanção presidencial e a disponibilização e aplicação dos recursos necessários para os nossos agricultores lá no campo, pois o agricultor familiar é o principal produtor de alimento para a mesa da população brasileira. É um problema histórico do Brasil, é verdade, mas a política econômica e a pandemia estão agravando ainda mais o problema da fome no nosso País, dificultando e aumentando a dificuldade das famílias com relação também à pobreza.

Nesse cenário de crise sanitária, econômica e social, a inflação de produtos básicos da alimentação tem obrigado as pessoas mais vulneráveis a mudarem radicalmente os costumes e estabelecerem um padrão de vida muito inferior aos níveis aceitáveis.

A falta de distribuição da merenda escolar na pandemia e o enfraquecimento da agricultura familiar afetam a nutrição e a saúde de milhares de crianças e adultos.

Esta é a realidade: o Brasil é um país que tem uma agricultura de ponta e que se prepara para implantar a tecnologia 5G tanto no campo como nas cidades, uma tecnologia que vai possibilitar a automação e a robotização de muitos trabalhos; um país que está entre os maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, mas um país que ainda tem uma grande parte da sua população sofrendo com insegurança alimentar.

Por esse motivo, precisamos analisar, com cuidado e muito rigor, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como as demais estratégias que os Governos Federal, dos Estados e dos Municípios têm adotado para combater a fome e a pobreza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento em que o Governo Federal deveria assegurar a compra dos produtos da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), esses programas sofreram um verdadeiro esvaziamento de recursos e de pessoal e chegaram a ser extintos. A MP 1.061, publicada no *Diário Oficial da União* no último dia 9 de agosto, pôs fim, de uma só vez, ao Programa Bolsa Família e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para substituir, o Governo Federal criou o Alimenta Brasil e o Auxílio Brasil, com a promessa de ampliar o repasse de recursos para as famílias em condição de extrema pobreza, pois, desde a criação, em 2003, os recursos destinados pelo Governo Federal ao PAA tiveram um crescimento constante e de forma acentuada até 2006 e, de forma mais lenta, seguiram até 2012, quando se chegou ao teto de R$1,2 bilhão ao ano só no PAA. Em 2018, foram aplicados apenas R$253 milhões, valor comparativamente menor do que o aplicado no primeiro ano do programa, considerando-se a correção monetária, aponta o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em 2019, o valor executado pelo PAA, com recursos do Ministério da Cidadania, foi de R$188 milhões ou um sexto do que teve o projeto no seu ápice. Em resumo, em 2012, foram comercializadas pelo PAA 297 mil toneladas de alimentos. Em 2009, o número caiu para apenas 14 mil toneladas. Em 2020, o programa praticamente não recebeu recursos e neste ano foi extinto. Em Rondônia foram investidos, entre 2011 e 2014, cerca de R$14 milhões na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) também foi motivo de preocupação em nossa segurança.

A nossa esperança é que a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar possa desempenhar o mesmo papel e reorganizar o combate à fome em todo o nosso País. É importante ampliarmos a produção agrícola para exportação, mas temos que ter uma política para o mercado interno, especificamente para a agricultura familiar. Temos que ter estratégias para ampliar a produção de alimentos para o mercado interno, com mais incentivo à agricultura familiar e também políticas públicas para a aquisição de alimentos e também para a armazenagem, para uma atenção especial às merendas escolares visando colocar comida na mesa dos brasileiros.

Nesse sentido, Rondônia é, por excelência, o Estado da agricultura familiar, pois é um Estado colonizado pelo Incra, com a distribuição de pequenos lotes à reforma agrária. Assim é formado o nosso Estado de Rondônia. Esse modelo de pequenas propriedades persiste até os dias de hoje, sendo que até mesmo as lavouras de soja não ultrapassam 150 hectares em média.

Em síntese, quatro coisas são importantes e estão interligadas para promover a segurança alimentar: fortalecer a agricultura familiar, colocar comida na mesa dos brasileiros, ampliar a produção e a exportação dos produtos agropecuários e agroindustriais e ampliarmos os investimentos em infraestrutura. E para o fortalecimento da agricultura familiar é preciso crédito, assistência técnica, comercialização dos produtos, com a assistência do Governo Federal, estadual e principalmente dos governos municipais.

Só vamos conseguir acabar com a fome se, ao mesmo tempo, fortalecermos a agricultura, ampliarmos as exportações e termos mais investimentos de infraestrutura no setor produtivo. Precisamos melhorar a oferta de comida na mesa da população brasileira, precisamos fortalecer os programas de aquisição de alimentos, as políticas públicas para essa cadeia produtiva e, principalmente, o combate à fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, o Governo deve executar as obras de que o País precisa. Não é possível termos uma rodovia estratégica para exportação de grãos do País, como a BR-364, que liga a Região Centro-Oeste do País ao polo da produção de soja e milho, aos portos da Amazônia, na atual situação. Essa estrada está cheia de buracos, má conservação, sem sinalização, com acostamentos impraticáveis, ausência de pistas duplas e ainda com trevos muito perigosos. O Governo Federal precisa assumir o seu papel de indutor do desenvolvimento regional e realizar as melhorias nessa rodovia e em tantas outras espalhadas por todo o nosso País.

Considerando a falta de recursos públicos para investimentos em infraestrutura, visto que houve uma redução de investimentos na manutenção e construção de novas rodovias, que caiu de R$17 bilhões, em 2010, para R$6 bilhões, em 2020, a opção pela privatização do sistema rodoviário tem que ser feita com cuidado para não aumentar ainda mais o nosso custo de produção da agricultura e da indústria brasileira. Não podemos aceitar a cobrança de pedágio antes da publicação ou das melhorias das nossas rodovias. Isso serve tanto para a 364 como para todas as outras rodovias brasileiras.

Os investimentos privados são bem-vindos, mas o Governo também tem que fazer a sua parte, adequando os modelos de concessão às necessidades regionais, tendo como princípio sempre o menor preço do pedágio com a segurança para executar as obras, evidentemente. Só assim, com investimento pesado na infraestrutura, vamos reduzir o custo Brasil, melhorar as condições de nossas rodovias, ferrovias e portos, baratear o escoamento da produção agrícola, auxiliar o setor produtivo e contribuir para a geração de emprego, promovendo a segurança alimentar, a redução da fome e também da pobreza no País.

Uma outra questão que sugiro é incluir nesta lista de análise de políticas públicas a regularização fundiária. Esse é o grande desafio para a consolidação de uma agricultura sustentável, não só no nosso Estado de Rondônia, mas em todo o nosso País. Já avançamos muito nesse sentido: aprovamos uma lei, temos um decreto presidencial, uma nova portaria do Incra e um novo programa, Titula Brasil, mas precisamos promover uma sintonia mais fina entre os órgãos federais e municipais para fazer a regularização fundiária acontecer de fato, acontecer para valer. Esta é uma das nossas prioridades: fazer a regularização fundiária acontecer na prática, pois, com o título da terra, o agricultor tem segurança jurídica para empreender, tem legitimidade para proteger a floresta e tem dignidade para trabalhar dentro da legalidade. Aqui, na Comissão de Agricultura, portanto, vamos aprimorar a legislação da regularização fundiária, para que possamos auxiliar o Governo Federal nesta articulação necessária com as Prefeituras e os governos estaduais e avançar na regularização fundiária, o que também é importante para aumentar a nossa produção, contribuindo, dessa forma, com a erradicação da fome e com a economia do País e também exportando alimentos.

Nesse mesmo sentido, também chamo a atenção para a discussão e aprovação aqui no Congresso Nacional do novo marco legal para o licenciamento ambiental, para que o Brasil possa ser reconhecido como o país que mais produz com sustentabilidade, sustentabilidade principalmente no campo, e também para dar mais celeridade para o licenciamento das obras de infraestrutura necessária para a produção e o escoamento dessa produção, como rodovias, ferrovias, portos, entre outras tantas obras importantes.

Para tanto, realizaremos audiências públicas conjuntas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater o Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, que tramita em conjunto com o PL 510, de 2021, que dispõe sobre a regularização fundiária, e o PL 2.159, de 2021, que estabelece normas gerais para o licenciamento ambiental.

Essa é a nossa introdução costumeira nas nossas quintas-feiras pela manhã.

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin para fazer as suas colocações, agradecendo já a sua presença conosco.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero só fazer um breve comentário sobre a sua fala, que considero um complemento daquela abordagem feita na reunião da semana passada.

Ontem, muito rapidamente, eu tive a oportunidade de ponderar ao Ministro da Economia que nós não podemos sustentar esse limite de teto de gastos sem uma abertura, é claro, ordenada e sensata, que permita que investimentos aconteçam. Um país desigual como o nosso... Aí eu me dirijo à Senadora Zenaide, que sempre me chama a atenção para essa desigualdade, e também ao Senador Carlos Fávaro, que ontem nos acompanhou em uma audiência na ANTT. É oportuno dizer: quais são os investimentos que o Governo faz hoje? Através da iniciativa privada. A iniciativa privada não equaliza atendimento em função da desigualdade de renda.

Então, desde que foi aprovada a lei das parcerias público-privadas, pôde-se perceber que, para combater a desigualdade e tornar acessível a todos, por exemplo, o saneamento... O saneamento básico agora tem o marco legal para privilegiar investimentos privados. Nós aprovamos. Mas como você vai fazer uma cidade desigual, brutalmente desigual, como é a cidade brasileira, a começar aqui por Brasília... Mas se pode percorrer o Brasil inteiro: todas as capitais e todas as cidades de porte médio para cima ostentam uma brutalidade através da desigualdade. Como é que a população mais pobre vai acessar um serviço de água e esgoto, principalmente, medido, sem subsídio? Não vai acessar. Então nós vamos ter um gravame e complicar a saúde dos mais pobres por não terem acesso ao esgoto, à rede de esgoto, que nós possibilitamos através do marco legal do saneamento básico.

Nem estou falando em rodovia, muito menos em ferrovia, que são vetores, fatores cruciais para o desenvolvimento econômico, para a logística e para o escoamento da nossa produção agrícola, que sempre envolve grandes volumes – envolve pouco valor unitário, mas grandes volumes.

Então eu queria que, nesse texto, que eu considero a síntese deste debate, fosse realçada a necessidade de tornar realista a possibilidade de investimento privado no Brasil desigual em que nós vivemos.

Esse é o comentário que eu gostaria de ver aduzido às suas palavras.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra à nossa querida Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colega Esperidião Amin, eu achei essa fala essencial, porque, como o Esperidião disse, a gente vive, na Comissão da Covid, eu principalmente... A gente já esteve com o Ministro da Economia várias vezes. Sempre eu digo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ninguém sai de uma crise econômica se o maior investidor, que é o Estado brasileiro, não investir. Como ele vai ser o indutor do desenvolvimento? Como está mostrando aqui, é claro que tem de haver a iniciativa privada também. Mas, como o Presidente falou aí, gente, não adianta botar só a iniciativa privada para ela cobrar absurdos pedágios de quem está transportando mercadoria.

Hoje eu queria até pedir licença, porque tem tudo a ver... Eu acordo muito cedo, ouviu, Esperidião? Eu estava me lembrando da situação em que a gente está hoje neste Brasil, neste nosso Brasil, que tem, já na música, "gigante pela própria natureza". A gente há de convir que ele tem se apequenado nesse Governo e recentemente.

Esse gigante, como a gente vê, como o Omar Aziz mostrou aí, está gigante é na fome! São 19 milhões de brasileiros e brasileiras com fome, gente, sem terem o que comer! E se está mostrando aqui na CRA o que é necessário fazer para que o povo, homens, mulheres e crianças, volte a ter o alimento na mesa.

É gigante no desemprego, gente! O Brasil está gigante no desemprego de quase 15 milhões de pessoas, sem falar na informalidade.

O preço de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis também interfere, sim, nessa produção, no escoamento do que se produz neste País. O combustível é uma coisa muito importante.

É gigante na fila! Eu estava olhando ontem, Esperidião... Como eu sou médica, recebo muito isto: "Dra. Zenaide, eu sofri um acidente e fiz uma cirurgia. A minha empresa deu os 15 dias, por lei, e faz oito meses que estou na fila da Previdência, esperando o meu benefício para voltar". Nós temos milhões de pessoas, Omar, no limbo! Nem a empresa é responsável! E a Previdência deixa esse povo com deficiência ou sem deficiência... Não adianta também só a iniciativa privada fazer sua parte, o Estado tem que estar presente, os serviços essenciais têm que estar presentes. Nós temos uma fila...

O Brasil é gigantesco, como o Esperidião Amin gosta de dizer. É a dor, essa dor de quase 600 mil famílias que morreram de covid, deixando, Esperidião – o IBGE já mostra –, 135 mil órfãos da covid-19. Sempre houve orfandade, mas agora é assustadora. O que eu noto... O que as pessoas dizem que dói mais é saber que grande parte dessas mortes poderia ter sido evitada se a gente, se a Presidência tivesse seguido a ciência e comprado vacinas quando podia, porque recursos, eu posso garantir, este Congresso nunca negou. Chegou PLN aqui para distribuir com bancos e tudo.

Então, é um país ao qual a gente tem que dar as mãos porque ele está pedindo socorro. Outra coisa é que, em todas as cidades... Aqui em Brasília, de noite, nas marquises, há famílias inteiras desempregadas em um País que tem chance de aumentar a sua exportação, de alimentar o seu povo.

Por isso, Omar, é como o Esperidião disse: foi um esboço. Eu queria mostrar o que Esperidião Amim mostra e o que estou vendo no meu Estado. Não fui contra o Marco Legal do Saneamento, mas é aquilo o que Esperidião disse: a gente tem que amadurecer.

Lá no Rio Grande do Norte – dou um exemplo –, há uma companhia de água que não traz desemprego, e a maioria das grandes obras de saneamento – a grande Natal está praticamente saneada 100% – é feita com a iniciativa privada. Entendeu, Omar? É uma instituição, mas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feita... A Caern não executa quase nada. Agora, duvido que a iniciativa privada vá botar água e saneamento – e venha ver! – em uma cidade já no limite do Ceará.

Então, colegas, fico feliz de que, aqui na Comissão de Agricultura, a gente tenha esse olhar diferenciado. Que quem tem visto milhões passando fome passe por esta Comissão também! Estão pedindo socorro, gente! Como eu sou muito cristã, eu digo: misericórdia, por favor! Governo, invista em infraestrutura, que você gera emprego e renda. É disso que o País precisa. O País precisa crescer. Então, nós temos o diagnóstico. Vocês mostraram o diagnóstico, há o tratamento, só precisa a gente cobrar. Não é possível que a gente baixe a cabeça vendo brasileiros e brasileiras trabalhadores... Não são vagabundos! Ele está ali oferecendo o que ele tem de mais sagrado: a força de trabalho para alimentar a sua prole.

Então, parabéns! Adorei entrar nesta Comissão.

Isso que o senhor falou é o que a gente vem dizendo. E não há história: se o Estado não vai investir no seu desenvolvimento, nem na geração de emprego e renda, esse Estado vai servir para quê? É uma pergunta que as pessoas fazem. Um Estado que não se responsabiliza pela saúde, pela educação, por nada? Isso não pode ser só da iniciativa privada.

Obrigada. Desculpe! É que, quando eu vejo, eu não consigo... A fome de crianças me dá uma dor gigantesca. E é disso que a gente está precisando! Esse povo está pedindo socorro para a gente.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que lhe agradecemos, Senadora Zenaide, as suas palavras, sempre muito sábias e importantes, para que a gente possa fazer essa análise friamente.

O Governo é indutor do crescimento, do desenvolvimento, e é responsável pela população brasileira. E, quando se fala de pessoas passando fome, é muito sério. Nós falamos de crianças, de pessoas de meia-idade, de pessoas já de idades avançadas, de pessoas que precisam da atenção do Governo Federal. Essas pessoas estão ficando apavoradas, em vários cantos do nosso País. E nós vamos, sim, aqui, debater, discutir sobre todas essas questões e também dar as nossas sugestões para que o Executivo, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, possa receber essas contribuições com o intuito de ajuda, para que a gente possa atender, minimamente, essas famílias, essas pessoas.

Como V. Exa. muito bem colocou, Senadora Zenaide, o Congresso Nacional, tanto a Câmara, quanto o Senado, jamais negou qualquer coisa para o Governo Federal, para o Executivo, para que a gente pudesse avançar contra a pandemia, a favor da produção, com o cuidado das pessoas. O Senado sempre esteve ao lado do Executivo para atender a nossa população. E assim nós deveremos continuar trabalhando, independentemente de cores partidárias. Nós atuamos aqui de forma conjunta. Todos os projetos que são importantes nós sempre aprovamos, praticamente, por unanimidade. Aqueles projetos que não são tão bons, nós os tiramos de pauta, conversamos, alinhamos, ajustamos, mas não deixamos de apreciá-los, debatê-los. E, sempre, quando há um consenso, a gente os traz para aprovação. Nunca deixamos um projeto engavetado ou adormecido sem a sua aprovação devida, principalmente neste momento de pandemia e de crise que atravessa o País.

Há essa carestia do combustível, a carestia dos alimentos. Oxalá, se nós tivéssemos, realmente, somente uma inflação de 8%, que é alta! Mas a inflação dos alimentos passa bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longe desse percentual de 8% ao ano. E o que dizer dos nossos combustíveis, que subiram neste ano mais de 40%? E eles arrastam toda a carestia do nosso País, principalmente a dos nossos alimentos.

Enfim, vamos dar sequência aos nossos trabalhos.

Item 1: turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2016.

**ITEM 1**
**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 384, DE 2016**
**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel.*

**Autoria:** Senador José Agripino (DEM/RN)

**Relatoria:** Senador Wellington Fagundes

**Observações:**

*- Em 05.08.2021 foi aprovada, em TURNO ÚNICO, a Emenda nº 3-CRA (Substitutivo) ao Projeto.*

*- Ao Substitutivo poderão ser apresentadas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.*

Até o momento, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas durante a discussão suplementar, o Substitutivo ao projeto é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência ao Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

**ITEM 3**
**PROJETO DE LEI N° 2.874, DE 2019**
**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.*

**Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão

**Relatório:** pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

**Observações:**

*- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.*

*- Votação simbólica.*

A pedido do Relator, foi retirado de pauta.

Nós aguardaremos a autorização do Relator para incluirmos na nossa próxima pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 2**
**PROJETO DE LEI N° 5.017, DE 2019**
**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica utilizada para atividade de irrigação, aquicultura e exploração de poços semiartesianos para dessedentação humana.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Acir Gurgacz.

**Relatório:** pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta.

**Observações:**

*- A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação.*

*- Votação simbólica.*

Há novo relatório nesta data.

Agora, eu peço a gentileza da Senadora Zenaide para que... Aliás, ao Senador Esperidião Amin... Já foi comunicado ao Senador Esperidião para que ele possa, se possível, assumir a Presidência, para que eu possa fazer a leitura do nosso relatório.

Pergunto se o Senador Esperidião está ainda... (*Pausa.*)

Saiu.

Então, Senadora Zenaide, V. Exa. poderia assumir a Presidência, por gentileza, para que eu possa fazer a leitura do meu relatório?

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pois não. É só me dizer como fazer a distância.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É apenas a senhora passar a palavra para que eu possa ler o relatório e depois pedir a aprovação ou não.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para relatar o projeto dele.

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Sob apreciação na Comissão de Agricultura, o Projeto de Lei nº 5.017, de 2019, de autoria do Deputado Beto Rosado, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica utilizada para atividade de irrigação, aquicultura e exploração de poços semiartesianos para dessedentação humana.

O PL nº 5.017, de 2019, é composto de dois artigos.

O art. 1º altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 2002, para determinar que os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural, inclusive Cooperativas de Eletrificação Rural, serão concedidos ao consumo que se verifique nas atividades de irrigação, aquicultura e exploração de poços semiartesianos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessedentação humana, desenvolvidas em qualquer hora do dia, desde que respeitado o período diário de 8 horas e 30 minutos de duração, contínuo ou não.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência da futura lei.

O nobre Deputado Beto Rosado, ao justificar a proposta, argumenta que o projeto viabilizará o desenvolvimento das atividades de irrigação e aquicultura, além de atenuar os problemas da seca no País.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada com apreciação conclusiva pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Minas e Energia e Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, a Proposição foi distribuída a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e à Comissão de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Análise.

Os incisos VII, VIII e IX, entre outros, do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal atribuem à CRA a competência para opinar sobre proposições que tratem de irrigação e drenagem, uso e conservação do solo na agricultura e utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos.

Também de acordo com o Risf, cumpre-nos, nesta ocasião, por não se tratar de matéria terminativa, manifestar-nos primordialmente sobre o mérito do PL n° 5.017, de 2019.

O PL altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 2002, para que o direito aos descontos especiais, atualmente concedidos entre os períodos compreendidos entre 21h30 e 6h do dia seguinte, sejam concedidos a qualquer hora do dia, respeitados o limite de benefício atual de 8h30.

Em outras palavras, as atividades de irrigação e aquicultura desenvolvidas em qualquer hora do dia, desde que respeitado o período diário de 8h30, contínuo ou não, passarão a ser consideradas para fins de desconto na tarifa de energia elétrica.

No mérito, entende-se que a liberação do período do dia para utilização dos descontos é fundamental para fomentar economicamente as atividades de irrigação e aquicultura e garantir o adequado repouso de irrigantes, o que pode prevenir doenças ocupacionais indesejáveis. Adicionalmente, entendemos que os descontos no período atual são inapropriados com muitos processos de irrigação porque a atividade tem menos eficiência durante o período noturno. Por fim, considerando que o consumo de água é equivalente, a mudança proposta no PL não amplia a pressão ou depleção de água nos lençóis artesianos.

Outra importante alteração do PL é a inclusão da possibilidade de exploração de poços semiartesianos para dessedentação humana como atividade apta a receber o desconto na tarifa de energia elétrica, ou seja, ocorrerá extensão do incentivo tarifário de que trata o art. 25 da Lei nº 10.438, de 2002 para esse uso.

A medida proporcionará mais condições para que pessoas em estado de vulnerabilidade hídrica possam combater a falta de água para o consumo humano e animal, essencial para a manutenção digna dos cidadãos afetados e de seus mecanismos de produção e geração de renda.

No entanto, em situação de normalidade, já deveríamos prever condições para que sua implantação tenha eficácia, já que sua implantação dependeria, indiscutivelmente, de existência de estoque de água nos lençóis artesianos, e respectivos aquíferos de que fazem parte, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua plausibilidade, não obstante sua exploração dependa também de outorga por parte do órgão responsável. No contexto atual de seca severa no Brasil, precisamos ser ainda mais cautelosos.

Na atual crise hídrica constatada em 2021, já existe registro de que hidrelétricas que operam em áreas atingidas por uma seca histórica preparam-se para adotar medidas para poupar água, o que pode ter consequências negativas para as atividades de navegação e também de irrigação. Adicionalmente, os efeitos colaterais previstos já estão afetando a agricultura, a pecuária, a aquicultura e a pesca. Essa anomalia hídrica já indica chuvas esperadas inferiores a 60% à média histórica em importantes regiões de produção agropecuária do Brasil.

Nesse contexto, entendemos ser fundamental a apresentação de emenda para que a medida proposta no PL não intensifique ainda mais a crise hídrica em curso e que a concessão de descontos especiais para o uso durante o dia seja autorizada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico apenas quando houver estoque hídrico disponível.

Em conclusão, entende-se que o PL trará desenvolvimento às atividades de irrigação e à aquicultura e proporcionará melhores condições para a convivência com os problemas da seca no Brasil, porque os irrigantes, aquicultores e donos de poços passarão a contar com maior intervalo de tempo para a realização de suas tarefas, com a percepção de descontos especiais na tarifa de energia elétrica, atendidas as condições de disponibilidade de estoque hídrico, a serem autorizados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em regulamento, conforme emenda, que apresentamos a seguir.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PL 5.017, de 2019, com a seguinte emenda, que diz o seguinte:

EMENDA Nº – CRA

Inclua-se no art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nos termos do Projeto de Lei nº 5.017, de 2019, o seguinte parágrafo:

> "Art. 25.....
> §4º Os descontos especiais de que trata o *caput* deste artigo somente poderão ser concedidos quando houver estoque hídrico disponível e exploração autorizada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA para o uso durante o dia, nos termos de regulamento."

Esse é o nosso relatório, Sra. Presidente.

Aprovação, com a nossa emenda.

Muito obrigado pela sua atenção.

**A SRA. PRESIDENTE** (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Em discussão o Projeto de Lei nº 5.017. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. (*Pausa.*)

Não há quórum, não é, Sr. Presidente, para colocar em votação? (*Pausa.*)

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É, infelizmente não temos quórum ainda, Senadora Zenaide. Mas, como falta só um Senador, com certeza daqui a dez, quinze minutos nós teremos o nosso quórum.

Enquanto isso, nós passaríamos ao próximo item da pauta, enquanto nós esperamos mais um Senador, que, com certeza, chegará para nos dar o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua atenção, Sra. Presidente.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Passo a palavra para o nosso Presidente, novamente.

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Senadora Zenaide, V. Exa. tem um carisma muito grande. Já atingimos o quórum. Se V. Exa. quiser votar, nós já podemos votar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Encerrada a discussão, colocamos em votação o Projeto de Lei nº 5.017, de 2019.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Lei nº 5.017, de 2019.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide. Muito obrigado pela sua atenção.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Por nada, Presidente. Quando precisar...

Eu queria até dizer algo sobre esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu tenho conhecimento do assunto, porque tenho muitos familiares que trabalham na agricultura nesse período de irrigação à noite. Então, aquelas pessoas idosas que têm um pedaço de terra sofrem muito à noite, porque têm que ficar praticamente durante a noite toda acordadas para fazer a irrigação. E essa questão de poder mudar o horário, desde que permaneçam por oito horas, na região mais quente... Essa irrigação é mais por uma questão de energia, porque esse horário a gente sabe que não é o horário de pique, e assim eles têm um desconto de energia. Eu conheço isso de muito perto, Sr. Presidente.

Eu acho o projeto... Quero aqui parabenizar o Deputado Beto Rosado, do meu Estado, lá do oeste. Ele conhece a seca, como se diz, bem próxima da gente. Então, o que ele fala sobre a saúde deve ser esse problema, porque muita gente questionava ter que ficar praticamente a noite toda acordada para poder fazer a irrigação. E o desconto que eles tinham, que o Governo sempre deu para isso, era o da energia, porque havia uma razão de ser. Passava a energia... Eles iam utilizar a energia na irrigação depois do horário de pique que havia. Então, é um projeto bem interessante, mas ele não é terminativo aqui, ainda vai passar pela Comissão de Infraestrutura, não é?.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É isso mesmo, Senadora Zenaide. Muito obrigado pelas suas colocações.

Vamos, então, ao item 4.

**ITEM 4**
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2016**
**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências*

**Autoria:** Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pelo arquivamento do Projeto.

**Observações:**

*- Em 13.12.17, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CDR a 6-CDR.*

*- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.*

*- Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para proferir a leitura do seu relatório.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, bom dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Bom dia.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras que começam, nesta manhã de quinta-feira, participando desta Comissão.

Cumprimento também a Senadora Zenaide, que, no momento anterior, se pronunciava. Ela realmente é muito ativa e está presente em todas as sessões. Isso demonstra o seu interesse político em defender as questões que são importantes neste Senado.

Com relação a esse projeto, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. autorização para resumir mais o parecer final, porque ele será arquivado. Então, é apenas por questões formais, regimentais.

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2016, do Senador Lindbergh Farias, que altera a Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.

O relatório submete à apreciação desta Comissão de Agricultura promover alterações na Lei 11.977. A proposição altera sete diplomas legais com vista ao aperfeiçoamento do programa.

Eu acho que é conveniente, de qualquer forma, apesar de no relatório ser pontuado cada item desses... Apenas um dado que desperta curiosidade é a autorização para repasses de recursos para Municípios com população até 50 mil habitantes, art. 2º, inciso III, do parágrafo único, por meio de instituições financeiras oficiais e que, hoje, na verdade, com os novos programas, eles estão enquadrados.

Da análise desse projeto, o PLS 465, de 2016, altera as sete leis e, nos termos do parecer da CDR, propõe implementar 48 medidas distintas. A inclusão de um universo tão grande de assuntos em um mesmo diploma legal contraria a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

.....

Art. 7º. O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - executadas as condições, cada lei tratará de um único objeto;

.....

A correção dessa impropriedade exigiria, com fundamento no art. 133, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, a elaboração de um parecer pelo destaque de diversas matérias tratadas, para que tramitassem como proposições em separado.

É preciso registrar, no entanto, que a proposição não apresenta uma justificação específica para cada uma das medidas propostas, mas apenas afirma que se destina a equacionar problemas identificados na gestão administrativa do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Deve-se considerar ainda que, como aponta o parecer da CDR, o quadro normativo objeto da proposição, alterou-se com a Medida Provisória 759, de 2016, convertida na Lei nº 13.465, de 2017, que revogou ou alterou diversos dispositivos objeto da proposição.

Como informa o ex-Senador Lindbergh Farias, autor do PLS nº 465, de 2016, seu texto reproduz o PL 4.960, de 2016, encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidente Dilma Rousseff. Este, por sua vez, foi retirado pelo Presidente Michel Temer, mas incorporado, em grande medida, ao texto da Medida Provisória 759, de 2016, convertida na Lei 13.465, de 11 de julho de 2017.

A desatualização do projeto acentuou-se com a edição da Medida Provisória 996, de 2020, convertida na Lei nº 14.118, de 2021, que institui o atual Programa Casa Verde e Amarela e altera oito leis vigentes, entre as quais três são objeto da proposição em análise.

Portanto, Sr. Presidente, consideramos que a proposição perdeu oportunidade em razão das alterações legislativas posteriores à sua apresentação.

Voto.

Ante o exposto, voto pelo arquivamento do PLS 465, de 2016, obviamente prejudicado pelo o que acabamos de relatar.

É esse o relatório, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, grande Senador do Estado de Rondônia e que madruga. Parabéns! Porque sempre nós acompanhamos – quando não é possível vir, o fazemos do Estado – as reuniões desta Comissão, e V. Exa., com precisão cirúrgica, encontra-se aqui às 8h da manhã para iniciar as reuniões da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Eu tive o prazer de presidir esta Comissão em 2012. À época, o Presidente do Senado era o Presidente Sarney. E nós fizemos uma reunião para verificar qual era o espaço que nós tínhamos para iniciar e fazer as reuniões da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, mas com a presença da televisão para que pudéssemos transmitir ao vivo para toda a população brasileira. E aí eu pedi ao Presidente Sarney se poderíamos começar às 8h, porque nunca ninguém começava antes das 9h, 10h. Aí ele olhou para mim e disse: "Olha, é verdade: na agricultura, os agricultores começam cedo a trabalhar. Então, nada mais justo do que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária também começar cedo os trabalhos". E de lá nós ficamos com a nossa Comissão começando bem cedo e tendo espaço também para que a população brasileira possa acompanhar os nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Realmente, bem lembrado.

Eu não sabia dessa iniciativa de V. Exa. no passado, mas a Comissão tem uma relevância importantíssima, não é? A Comissão de Agricultura é emblemática nos momentos em que nós vivemos hoje, porque nós sabemos o que ela representa para o Brasil. Nós somos o quinto maior produtor de alimentos do mundo. Segundo os dados e as pesquisas, o Brasil hoje alimenta com a sua produção, aproximadamente, 1 bilhão de pessoas no planeta, de quase 8 bilhões da população global, mas, internamente, no Brasil, nos inquieta e nos assusta porque ainda temos, aproximadamente, 20 milhões de brasileiros que têm carências alimentares.

Lógico, a Comissão é rica de informações, e todos os brasileiros, dos mais diversos rincões deste País, que vivem na sua grande maioria, direta ou indiretamente, da atividade do campo, da atividade agropastoril, necessitam ter conhecimento de todo esse desenrolar da agricultura, da pecuária brasileira, dos investimentos, do alcance da agricultura brasileira. Nós sabemos que, em pouco mais de 30 anos, com o advento da Embrapa, o Brasil se transformou num celeiro mundial de alimentos, inclusive com muita propriedade. Nós podemos até dizer, nobre Senador Acir, que o Brasil cultiva em aproximadamente 67 milhões de hectares para alcançarmos essa produção que temos como maior produtor de soja, segundo ou terceiro produtor de milho, de frango, de gado, etc. E isso aí, na verdade, é muito importante para nos orgulharmos como brasileiros, porque verificamos que o mundo desenvolvido, principalmente os países asiáticos, mas mesmo considerando os Estados Unidos, a Rússia, a China, a Índia, cultiva em áreas superiores a 150 milhões de hectares. Nós cultivamos em 67 milhões de hectares e praticamente somos o primeiro ou o segundo maior produtor de grãos do planeta. Então, tudo isso demonstra que a nossa capacidade de crescimento ainda é gigantesca, e esses índices de produtividade que temos devem-se realmente à competência e à eficiência da nossa pesquisa.

Portanto, acho que poderia realmente, até a título de sugestão também a V. Exa., que brilhantemente teve essa iniciativa, ano passado, de começar a reunião às 8h da manhã, em alguns temas, haver alguns debates, mesmo que fossem em tempos curtos de 30 minutos, com alguns especialistas na área, porque a gente verifica que a economia, a grande força motriz de desenvolvimento do País hoje é, inquestionavelmente, a nossa atividade agropastoril. E isso interessa a Rondônia, o seu Estado, ao meu Estado de Roraima, ao Rio Grande do Sul, a todos os Estados da Federação. E, obviamente, de acordo com o tema que fosse ser debatido, discutido ou apresentado por algum especialista, o agricultor já está madrugando, ele acorda cedo, às 5h da manhã o café já está cheirando na cozinha e ele já está se preparando para ir para o campo, mas, mesmo assim, ele prorrogaria esse tempo para ouvir várias informações sobre um tema tão relevante para a vida brasileira.

Então, parabéns a V. Exa. pela iniciativa. Eu não sabia desse dado aí com o Presidente Sarney, mas é importante. Realmente as Comissões começam às 9h, 9h30, 10h, quando há quórum, mas este tema, esta Comissão é fundamental para o nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós que somos de Estados jovens, tanto Rondônia quanto Roraima, estamos em pleno desenvolvimento, e a nossa função, a nossa aptidão é a agricultura, a pecuária, a aquicultura, que têm crescido muito tanto no nosso Estado de Rondônia quanto no seu Estado de Roraima. Precisamos de políticas públicas para isso. E o debate é importante para todos nós.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Para discutir, o Senador Jean Paul Prates.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, bom dia!

Eu quero, primeiro, parabenizá-lo e parabenizar o Senador Chico por essa discussão importante sobre o horário da Comissão, que parece supérflua, mas não o é. De fato, eu até ia fazer a minha intervenção dizendo a mesma coisa que o Presidente Sarney lhe disse. Eu não estava presente, obviamente, nessa época, porque não era Senador nem estava na sala, mas o bom senso do Presidente Sarney e a visão, a sua e a dele, mandam que realmente a gente comece cedo esta Comissão, porque senão não há a audiência da agricultura, porque a agricultura, como diz o outro, acorda com as galinhas, não é? E vai dormir cedo.

Então, parabéns aí, porque realmente isso enfatiza... Parece, como eu disse, uma bobagem, mas não é, absolutamente, porque isso enfatiza a importância do trabalho do Senado e como nós estamos disponíveis e dispostos desde cedo para já começar com os assuntos, pelo menos os da reforma agrária e da agricultura. E outros: temos aí reuniões de bancadas às 8h da manhã – porque agora, com a CPI, ainda acirrou mais a disputa da grade da nossa agenda, ficou ainda mais disputada. Então, de fato nós estamos aqui desde cedo consigo na condução desses trabalhos.

Eu queria fazer dois pontos rapidamente. O primeiro, com toda a vênia ao trabalho e à análise feita pelo Senador Chico Rodrigues, aproveitando para saudá-lo efusivamente, é pedir vista desse projeto, e vou explicar por quê. Nós temos nesse projeto... Primeiro, ele tem uma origem que já tem a minha simpatia, que é o Senador Lindbergh, a quem eu tenho, de alguma forma, também a responsabilidade de substituir aqui, uma vez que já não está mais no Senado – tanto em relação à Senadora Fátima quanto a ele, eu me sinto responsável um pouco por tomar conta dos projetos de que eles têm iniciativa ou que deram início no passado. E é um passado recente. Pode-se ver que o projeto é de 2016. E ele tinha como objetivo alguns aprimoramentos no Minha Casa, Minha Vida, mas ele também trata da regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, que é um caso bastante interessante e em que nós temos muitos problemas. Precisamos verificar com atenção.

Eu confesso que não tive tempo hábil para examinar esse projeto. Esse projeto não estava mais no meu radar, não é? E agora, diante da colocação pelo seu arquivamento, eu queria dar uma sobrevidazinha a essa iniciativa legislativa, para que a gente fizesse um debate, tanto sobre o que está sendo feito com o Minha Casa, Minha Vida, que, pelo que eu ouço, tem sido desmontado, desmantelado e inviabilizado por esse Governo – esse programa Casa Verde e Amarela não tem absolutamente nada a ver com o Minha Casa, Minha Vida, é um programa basicamente de financiamento de imóveis, como outro qualquer –, quanto sobre a questão dos assentamentos localizados em áreas urbanas, que também eu gostaria de verificar melhor, para ver se a gente até pode produzir junto, na Comissão, um novo projeto de lei que ataque esses problemas. O projeto do Senador Lindbergh, o Projeto de Lei 465, antes de ir ao arquivo, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez conseguisse aí aproveitar algumas coisas ou até ressuscitá-lo com alguma alteração, indo para a CAE sofrer emendas por lá.

Então, queria apenas solicitar isso, com toda vênia.

E queria aproveitar para, mais uma vez, elogiar o trabalho desta Comissão, o trabalho do Senador Wellington Fagundes, a quem eu tive a honra de secundar na relatoria do Projeto de Lei 384, de 2016, de autoria do Senador José Agripino, que é também aqui do nosso Estado, o Rio Grande do Norte, sobre a questão de permitir aos assentamentos a exploração do potencial de energia eólica ou solar.

Eu quero dizer que, desde o início, esse projeto ainda tinha muitas inconsistências, inclusive com relação à matéria técnica de que tipo de fonte explorar ali, e também da forma de distribuir a receita advinda no pagamento que os parques solares ou parques eólicos farão para o uso daquela parte da terra do assentamento que vai ser usada para instalar o gerador ou placa solar.

Havia uma dúvida sobre se isso iria para o Incra Nacional, para uma espécie de conta única, que teria que ser redistribuída, para o assentamento ou para o detentor do lote. Nós conseguimos conciliar esse processo no sentido de ser para o assentamento. E o assentamento decidirá, obviamente, como distribuir aquilo entre os lotes. Para a conta única, basicamente, seria diluir o dinheiro, não seria útil para o assentamento e para a região, não geraria riqueza na própria região, que é o intuito desse projeto, complementar a renda do agricultor e do assentamento; e para o lote daria conflitos. Você teria, dentro de um assentamento, ricos e pobres, alguns recebendo receita a mais porque têm um aerogerador dentro do seu lote, e outros sem receber nada, provocando aí uma disputa completamente inútil e improdutiva dentro de um mesmo assentamento. Então, acho que chegamos a um bom consenso em relação a isso. E, com a emenda do Senador Paulo Rocha, também evitamos que os assentados percam direitos em relação às suas aposentadorias e previdência. Essas alterações foram muito importantes.

Esse projeto, agora, segue para a Câmara dos Deputados, e nós esperamos que ele não sofra alterações que distorçam a sua natureza e todo o trabalho hercúleo que se teve, desde 2019, para conciliar tudo isso.

Quero saudar a grande família da agricultura familiar, os movimentos rurais todos que participaram dessa discussão e parabenizá-los por mais um dia feliz, apesar de todo o contexto, para a nossa agricultura familiar brasileira.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos.

Vista concedida ao Senador Jean Paul Prates.

A vista, pelo Regimento, é de 5 dias, mas que, para a próxima reunião, nós possamos ter de volta esse projeto para deliberação. Todos os projetos são importantes, e o debate tem que ser amplo de fato. Eles têm que ser analisados por todos os nossos relatores, autores e debatedores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que o fazem com muita eficiência em todas as matérias aqui debatidas, pois todas elas são importantes para a população brasileira, destacando sempre a importância da agricultura familiar.

O nosso PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) é importante. Para as nossas escolas, as merendas – para atender os nossos alunos - são de fundamental importância para os alunos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





e para os nossos agricultores, que produzem no entorno das escolas e fornecem esses alimentos, da melhor qualidade, para os nossos alunos.

Agradeço a presença do Senador Paulo Rocha conosco.

Passo a palavra ao Senador Izalci, que pede a palavra pela ordem.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu também quero pedir vista conjunta desse projeto.

É um tema muito importante. Eu tenho me dedicado bastante a essa área e tenho acompanhado nos assentamentos. Eu tenho ido aos acampamentos e vejo a falta, realmente, de apoio, de estrutura, de organização, de capacitação. É um assunto muito importante. Como eu disse ontem, no Plenário, nós temos que incentivar para que a agricultura familiar tenha como destinar os seus produtos, principalmente para as escolas, para a merenda escolar. Nós tínhamos que incentivar o produtor rural, a agricultura familiar. Eu tenho assistido, nos assentamentos, que muitos assentamentos são feitos, são implantados, mas não têm nem água. Não existe nem um estudo da área, sobre qual é a vocação da área, se é melhor para apicultura, se é melhor para verdura. E isso são os técnicos que têm que fazer.

Então, você tem que não apenas entregar a terra. Eu vejo muitos assentamentos aí que, realmente, têm recebido a terra, mas daqui a pouco isso vai virar especulação imobiliária, porque, quando você não dá estrutura, principalmente aqui no DF, que tem um metro quadrado muito caro; se você não dá estrutura, não capacita, não tem matéria-prima nenhuma, a tendência é lotear e virar... (*Falha no áudio.*)

Então, eu estou pedindo vista, porque essa matéria precisa ser bastante ampliada para a gente ter um círculo completo de apoio, de garantia da produção, de garantia da comercialização.

Eu quero parabenizar essa iniciativa, a participação de vários Senadores, mas eu também vou pedir vista conjunta com o meu amigo Jean Paul, que conhece, também, bastante sobre essa matéria, para que eu possa também contribuir, para ajudar, realmente, esses pequenos agricultores familiares, tá bom?

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Concedida, portanto, vista conjunta.

Passo a palavra ao nobre Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Só para discutir sobre o tema, para ajudar, Presidente.

Primeiro, quero parabenizar o Plenário do Senado, porque, ontem, a gente conseguiu aprovar um projeto muito importante que vai ao socorro emergencial da agricultura familiar.

Quando eu cheguei aqui, V. Exa. estava falando exatamente da importância que ele tem não só para a alimentação do povo brasileiro, mas também para a questão da merenda escolar. Nós já tínhamos conquistado essas políticas. Infelizmente, o Governo de agora cortou o orçamento dessas áreas e, principalmente, do PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, que era voltado, inclusive, para fortalecer a comercialização da agricultura familiar, mas, ao mesmo tempo, direcionar para a merenda escolar.

Nós que somos da Amazônia – por acaso, aqui, nós estamos em três, hoje, da Amazônia – sabemos que a questão da agricultura familiar é a solução para o nosso País. Falta é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejamento. Não tem sentido tentar colocar o grande contra o pequeno ou o pequeno contra o grande. Há lugar para todo mundo. Há espaço para todo mundo, e cada um no seu papel. Costumo sempre fazer essa separação, porque logo se coloca que quem é a favor da agricultura familiar ou dos pequenos é contra os grandes. Não, não é verdade. O agronegócio tem o seu papel, exportar, buscar divisas lá fora para o nosso País etc., etc. O problema da questão do grande é a ausência de uma regulamentação fundiária para poder estabelecer o papel de cada um, o tamanho de cada um e as áreas de cada um, porque é isto que nós estamos a dever para o nosso País: um planejamento espacial que assegure o espaço para todos, as reservas da questão ambiental, enfim, as reservas indígenas e tal. Acho que falta um planejamento estratégico para não ficar dependendo de cada governo que vem com a sua visão, avança ou retrocede, enfim. Mas é fundamental que a gente tenha esse olhar para a agricultura familiar.

Costumo dar esse exemplo aqui de Brasília mesmo. O pessoal que fica aqui no final de semana mais os moradores daqui, principalmente os do Plano Piloto, veem que é muito forte aquelas feiras que fazem uma espécie de rodízio nas quadras. Na nossa quadra, por exemplo, a dos Senadores, a 309, ela é aos sábados. No final de semana, quando eu fico aqui, eu vou lá sempre fazer umas compras. E exatamente o forte disso é a comida saudável: a fruticultura, as verduras... Há até vinho lá nessa feira feito pela agricultura familiar.

Então, realmente, essa discussão e esses projetos que estão aqui... Anda bem que este momento está sendo presidido por um Senador da Amazônia que vem também dessa área da produção agrícola, da produção agrária, e é fundamental essa sensibilidade, Presidente.

E não demora, se a gente se aprofundar, para que esse tipo de projeto, cada vez mais, vá ao encontro dessa necessidade do campo brasileiro, exatamente criando essa condição de fortalecer, neste momento, os pequenos, que estão precisando mais – no caso, a agricultura familiar –, dado o impacto feito pela pandemia e, ao mesmo tempo, com o corte orçamentário desses setores tão importantes.

Nós avançamos muito na questão da assistência técnica, papel das EMATERs – o Chico sabe lá da importância que têm nos nossos Estados. E mesmo a Embrapa, que era mais dedicada às pesquisas e só tinha... Hoje, a Embrapa se volta exatamente para colocar essas pesquisas a serviço também do pequeno, da agricultura familiar.

São exemplos assim, Chico, a castanha, que é conhecida como castanha do Pará – mas de que vocês, lá de perto, não gostam muito... Mas a castanha da Amazônia, para poder a gente se acertar aqui! –, é uma das riquezas. Já houve a evolução das nossas riquezas e tal, mas caiu, porque só havia a busca e, às vezes, era até cortada para poder trocar pelo boi. Agora, a Embrapa fez uma modificação genética pela qual, se no extrativismo, lá dentro da floresta, ela dá em 15, 18 anos, hoje, já se reduziu essa produção para 6 anos. Significa que é um investimento muito importante incentivar a plantar esse tipo de castanha, com essa modificação genética, que não perde qualidade, não perde gosto, etc.

Então, são avanços muito importantes que a gente tem conquistado graças aos investimentos na pesquisa, no caso da Embrapa, e na assistência técnica, no caso da Emater.

Por isso, parabenizo essa sensibilidade dos Senadores em estarem muito interessados em discutir essas questões.

Estamos juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

De fato, Senador Chico Rodrigues – Senador Jean Paul, já lhe passo a palavra –, nós precisamos de investimento de Governo para a produção de alimentos. Alimento é básico para a população. No Brasil, graças a Deus, Senador Chico Rodrigues, Senador Paulo Rocha, Senador Jean Paul, nós não participamos, não sofremos no passado com guerras que aconteceram, a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial. Mas em países que atuaram fortemente na guerra, depois da guerra, a sua população passou a sentir a falta de produção de alimentos no seu país e tornaram como prioridade investimento de Governo para a produção de alimentos, primeiro, para a sua população; depois, o excedente para a exportação.

O Brasil não precisou – graças a Deus, não precisamos – de guerra para sabermos que nós temos que investir na produção de alimentos no nosso País, mas, através da experiência desses países que sofreram, e sofreram muito, pela falta de alimentos durante ou depois da Primeira e depois também da Segunda Guerra Mundial. E aí houve um investimento forte de Governo nos seus países para que pudessem produzir alimentos.

Nós temos que olhar para esses exemplos e investir na agricultura familiar, principalmente. Temos que ter esse investimento público para que nós possamos comprar os alimentos. Primeiro, investir para que possam produzir; depois, comprar os alimentos dos nossos agricultores familiares para que eles possam ter uma renda e, dessa renda, poderem ter um conforto para a sua sobrevivência.

Por isso, nós estamos discutindo e vamos analisar, Senador Paulo Rocha, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – essa é a meta da nossa Comissão. A agricultura familiar precisa de investimento. O pequeno agricultor precisa de assistência técnica e de investimento do Governo. O grande produtor precisa de infraestrutura para escoar a sua produção. Sem o investimento público, a agricultura vai continuar tendo recordes de produção e dificuldade no escoamento da sua produção.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Portanto, o investimento na infraestrutura, lá na nossa região, no que a gente chama de vicinais é fundamental para essa questão das... É verdade que nos últimos tempos houve investimentos federais nas grandes estradas e também, lá nos nossos Estados, nas estradas estaduais, mas falta o socorro para os nossos Municípios, que são as estradas vicinais, que estas, sim, são o verdadeiro escoamento da produção da agricultura familiar.

Mas, Presidente, permita-me, aqui, em três minutos, falar duma curiosidade que eu vivi internacionalmente. Numa viagem governamental, na época do Lula, ele levou 324 empresários para a China para fazer esse intercâmbio comercial, interesse de lá e tal. E foi daqui um colega – ele convidou cinco Senadores e dez Deputados Federais –, foi um companheiro de Minas Gerais, que era o Presidente da Frente Parlamentar de Cafeicultores. Eles foram com o seguinte objetivo: convencer os chineses a tomarem um cafezinho daqueles, daquela coisa de plástico, por semana. Se os chineses pegassem esse gosto, eles teriam que aumentar aqui em dez vezes a produção do café no Brasil só para vender para a China, entendeu? E o café vem da agricultura familiar nessas áreas.

Então, isso é para ver o potencial que nós temos: além de produzir internamente, para nossa alimentação, mas também, nessa perspectiva, de exportar esses valores nossos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado. Senador Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Eu, obviamente, ouvindo aqui os comentários do nobre Senador Paulo Rocha, do Pará, que tem uma experiência enorme no seu Estado, principalmente nessa área da agricultura, dos assentamentos, Rondônia, obviamente... Agora, olha que coisa interessante, Senador Acir: o nosso Estado, o Estado de Roraima, Paulo, tem os assentamentos – são 67 assentamentos estaduais e federais, do Incra –, essa questão das vicinais é uma questão que é recorrente no nosso Estado, porque ali moram dezenas, centenas de famílias que produzem, e nós precisamos, o Governo precisa ter uma política para que possa fazer maiores investimentos nessas estradas vicinais, porque, imaginem, nós temos 26 mil colonos, nos assentamentos – 26 lotes, como nós chamamos na Região Norte.

Pois bem, o Estado tem 12 mil quilômetros – vou repetir –,12 mil quilômetros de estradas vicinais! Imaginem, o Estado, só o nosso Estado, o Estado de Roraima, tem 12 mil quilômetros de estradas vicinais. E a grande e recorrente reclamação dos colonos, dos assentados, etc., entra ano sai ano, é exatamente a manutenção dessas estradas, porque, com o inverno rigoroso da Amazônia – todo mundo sabe –, por melhor que seja a recuperação, ela vai se desgastando com o tempo, não é?

Então, realmente são tantos temas importantes aqui... Trazer alguém, como nós falamos no início, Senador Acir, para discutir esse tema, que interessa a Rondônia, interessa a Roraima, interessa ao Pará, interessa a Minas, interessa à Paraíba, interessa ao País inteiro, nesses projetos de assentamento. Então, realmente a questão de infraestrutura, com logística, para você garantir ao assentado, garantir o transporte da produção, etc., isso é fundamental.

A gente vai conversando, vai ouvindo os colegas que têm experiência nessa ou naquela área e vai vendo que quem nos assiste, principalmente os agricultores e, mais ainda, aqueles que são da atividade agrícola, estão realmente... Quanto mais informações nós levarmos para eles, mais, obviamente, vai ajudá-los!

Eu sou agrônomo, inclusive, e sou suspeito, até para falar também – não é, Paulo? –, porque eu fui extensionista rural, acho que assistência técnica é fundamental. Então, tudo isso é um complexo de informações que nós deveremos realmente discutir aqui na Comissão, e nada melhor do que às 8h das manhãs de quintas-feiras.

Então, é uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

V. Exa. não é suspeito, tem legitimidade para debater o tema...

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... por conta do seu conhecimento.

Passo a palavra ao Senador Jean Paul Prates, que pede pela ordem.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E o Acir está trazendo o costume do campo para cá, porque ele marca 8h da manhã, e o pessoal do campo começa a trabalhar às 7h da manhã. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É verdade.

Presidente, mais uma vez, faço uma intervenção aqui, em função da intervenção dos colegas, para ressaltar – aproveitando este momento em que estamos discutindo a agricultura familiar, por vezes tão raro ultimamente – e dizer como foi importante e para elogiar também o trabalho do Senador Paulo Rocha ontem por ocasião da aprovação da Lei Assis Carvalho II, contando que tivemos que fazer duas edições na mesma lei, tal a dificuldade que se tem, em tempos atuais, com o Governo atual, de aprovar benefícios, mesmo em tempo de pandemia, para os agricultores familiares. E lembrando que não são só eles, são os silvicultores, são os pescadores, são várias categorias que estão juntas neste benefício da Lei Assis Carvalho II.

A primeira bateu na trave lá. O Presidente vetou praticamente tudo e deixou apenas o PAA, a que V. Exa. já se referiu. Mas esse PAA foi desidratado. No ano passado, foi solicitado R$1 bilhão; foi destinada a metade, 500 milhões, e só menos da metade, 240 milhões foram efetivamente utilizados no PAA. E para este ano, Presidente, 2021, foram reservados míseros R$100 milhões – R$101 milhões, para ser mais preciso – para o PAA. Portanto, mesmo a única parte que passou da Assis Carvalho I não foi efetivada. E a Assis Carvalho II vem para restabelecer, por exemplo, o acesso a crédito imediato para os agricultores familiares e, como eu disse também, para os pescadores, extrativistas, silvicultores, aquicultores, que vocês acabaram de mencionar, e traz automaticamente o benefício da Garantia Safra a todos os agricultores aptos.

Então, é importante que nós nos mobilizemos para que não vá de novo bater na trave ou ser vetado pelo Presidente da República. Temos aí inclusive a inclusão, que o Relator fez, das emendas, do amparo ao agricultor familiar e a pequenos produtores de leite, a juro zero, com prazo de dez anos.

E, aqui, eu quero também fazer justiça – acabei de falar com o Senador Lindbergh – à Senadora Fátima Bezerra, hoje Governadora do Rio Grande do Norte, por quem todos temos grande carinho, que lançou aqui no Rio Grande do Norte um programa ousado de apoio à agricultura familiar, do qual faz parte não apenas o programa estadual de compras da agricultura, que envolve não apenas as escolas, mas também presídios, restaurantes populares e o próprio consumo do Estado. Então, é um programa de compras da agricultura familiar e da economia solidária.

Lançou, segundo, um programa de financiamento com o banco estadual, com a agência de fomento estadual, que já tem poucos recursos, mas, mesmo assim, passou a dedicar, pela primeira vez na história, crédito para os agricultores familiares, crédito a juro zero, crédito com 24 meses de duração.

Terceira coisa, dedicou aí 8 milhões para a assistência técnica, dos 13 milhões totais da agricultura familiar, e 8,5 milhões para a assistência técnica e extensão rural da agricultura familiar. Isso vai atender a 2,8 mil famílias de agricultores e agricultoras, 46 Municípios do Estado, 120 comunidades rurais do Estado.

O quarto pedaço desse programa é o projeto de feiras da agricultura familiar, um projeto que abrange dez territórios do Estado e coloca as cidades polo para atrair toda a questão da demanda por esses produtos. Então, muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O apoio à agricultura familiar se faz assim: assistência técnica, financiamento, acesso a mercados e apoio para ter a titularidade das terras. É assim que se faz, do começo ao fim, uma política da agricultura familiar e da reforma agrária com efeitos positivos para todos: desde nós que consumimos a comida até a ponta, que produz no seu pedaço da terra.

Então, quero elogiar as iniciativas que nós tivemos aqui de energia eólica e solar nos assentamentos. O projeto que V. Exa. relatou das tarifas de energia é importantíssimo para a agricultura. É importantíssimo haver essa vantagem, digamos assim, competitiva para o agricultor no campo no momento, para a irrigação e para a dessedentação. É importantíssimo elogiar também a iniciativa desse projeto do Deputado Beto Rosado, que é um Deputado aqui da nossa região, de Mossoró, e a sua relatoria importantíssima.

Então, hoje, temos aqui vários motivos para comemorar: Assis Carvalho, programas de agricultura familiar aqui no Rio Grande do Norte, a iniciativa da energia mais barata e a possibilidade de trazer receita extra através da geração de energia renovável nos assentamentos.

Parabéns a todo esse grupo pelo trabalho de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jean Paul Prates. Meus cumprimentos aos Senadores pelo belo debate feito nesta manhã de quinta-feira.

Vamos ao próximo requerimento.

**EXTRAPAUTA**
**ITEM 5**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 7, DE 2021**

*Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública em Reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente (CMA) para instruir o Projeto de Lei nº 2159, de 2021, de origem da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados:*

*- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;*

*- Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB.*

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Esses são os convidados da CRA. A CMA também terá os seus convidados para essa audiência pública, já que ela será conjunta. Nós estamos convidando dois representantes, um da CNA e outro da OCB, e a CMA também trará outros convidados para fazerem parte da reunião e debaterem esse tema que é da maior importância para todos nós.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a esse requerimento de audiência pública para a discussão do marco de licenciamento ambiental, a CMA também indicará dois participantes.

Agradeço, mais uma vez, ao nosso Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, que nos possibilitou, inicialmente, reabrir as Comissões para debater todos os projetos.

Especialmente, com relação a esse projeto, nós fizemos uma reunião com o Presidente Rodrigo Pacheco, com os demais Senadores, com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores, com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Por iniciativa nossa, por uma sugestão nossa, apoiada pelos demais Presidentes e acatada pelo Presidente do Senado Federal, tramitamos em conjunto essa matéria, tanto essa matéria como a matéria de regularização fundiária, para que possamos avançar nesses dois temas, dois temas da maior importância. Esse marco regulatório do licenciamento ambiental é de fundamental importância para o nosso País, assim como também as matérias de regularização fundiária. Nós estaremos debatendo, já no próximo dia 2, portanto, o primeiro projeto.

Daremos sequência ao debate, um debate importante, sempre fazendo juntos, CMA com a CRA, mostrando ao Brasil que não há concorrência entre as duas Comissões. A Comissão de Agricultura e os agricultores, junto com a Comissão de Meio Ambiente e os ambientalistas, um complementa o outro. Isso é da maior importância para o nosso País.

Assim, nós faremos, portanto, os debates, para que a gente possa avançar nessas matérias que são muito importantes para o País, especialmente ao Estado de Rondônia, ao Estado de Roraima, ao Estado do Pará e aos demais Estados da Amazônia. Regularização fundiária é uma questão de cidadania, de garantia jurídica para os nossos agricultores, para que possam investir nas suas áreas e aumentar a produtividade.

O próximo requerimento solicita a realização de ciclo de palestras e debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, durante a 44ª Expointer.

**EXTRAPAUTA**
**ITEM 6**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 8, DE 2021**

*Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA – do Senado Federal, no dia 9 de setembro do corrente ano, quinta-feira, a partir das 14 horas, durante a 44ª edição da Expointer, que se realizará na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, entre os dias 4 e 12 de setembro. O evento tem por objetivo debater a sanidade animal e novos mercados para a proteína animal, diante do reconhecimento do Rio Grande do Sul como área livre de febre aftosa sem vacinação, pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE. Para esse importante debate, sugiro que seja convidada a representação dos seguintes órgãos do Governo e entidades, entre outras que possam ser indicadas por este Plenário: 1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2. Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais; 3. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil; 4. Comissão de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; 5. Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul 6. Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; 7. Federação da*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul; 8. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – Fetag/RS; 9. Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA; 10. Associação Gaúcha de Avicultura – Asgav; 11. Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Estado do Rio Grande do Sul – SIPS/RS; e 12. Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Rio Grande do Sul – Sicadergs.*

**Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Para discutir a matéria, passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze, que é o proponente desse requerimento.

V. Exa. tem a palavra.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para encaminhar.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz!

Colegas Senadoras e Senadores, nós teremos essa Expointer, que, no ano passado, não aconteceu em função da pandemia. Estamos agora iniciando essa feira, que é uma das maiores feiras brasileiras e também da América Latina.

O Rio Grande do Sul conquistou... Quero aqui agradecer o trabalho da Ministra Tereza Cristina e de toda a sua equipe, que fez com que o Estado do Rio Grande do Sul... E também agradeço à própria Secretaria da Agricultura do Estado Rio Grande do Sul. Hoje, nós somos zona livre de febre aftosa sem vacinação.

O Senador Chico é da área, conhece bem esse assunto e sabe que isso é importante para nós. Santa Catarina já estava livre de febre aftosa sem vacinação, e, agora, o Rio Grande do Sul também entrou, com outros Estados da Federação.

Então, para nós, é importante esse debate que gostaríamos de fazer com essas entidades, que, digamos assim, são responsáveis pelos produtores rurais pequenos, médios ou grandes, e também com o setor ligado ao suíno, ao frango, ao boi, ao leite também, o que é importante. Isso ajuda muito a suinocultura do Rio Grande do Sul – não apenas o gado de corte, mas também a suinocultura –, porque, com o Rio Grande do Sul livre de febre aftosa sem vacinação, se dá um novo ar para a produção de suínos no Rio Grande do Sul.

Então, a gente quer fazer esse debate e agradecer aqui, de público, à Ministra Tereza Cristina e a toda a sua equipe, que liderou esse movimento em vários outros Estados da Federação. Não foi apenas o Rio Grande do Sul que se somou já à Santa Catarina, que é o primeiro Estado brasileiro que estava livre de febre aftosa sem vacinação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, lembrando que o Estado de Rondônia também está junto.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Entrou junto, é claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Entrou junto! O Rio Grande do Sul, o Paraná e Rondônia foram os três Estados que...

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É o grande Estado produtor de bovinos hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É, sem dúvida! E é exportador de carne já há muito tempo.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Já designo V. Exa., Senador Carlos Heinze, para presidir a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nesse evento de que tive o prazer de participar, se não me falha a memória, em 2013. À época, a Senadora Ana Amélia fez esse mesmo requerimento. Nós levamos lá a Comissão de Agricultura Reforma, e eu tive o prazer de estar junto com os senhores. Eu acredito que V. Exa., à época já como Deputado Federal, estava lá junto conosco naquela audiência pública, que foi um sucesso. E eu tenho a certeza de que essa também será um sucesso, presidida por V. Exa., agora, no dia 9 de setembro.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Convido o Senador Paulo Rocha.

Ouviu, Paulo?

A agricultura familiar é muito forte e se faz presente nessa feira, que tem um grande estande da agricultura familiar.

O Senador Chico também é da área.

Cumprimento o Senador Paulo Rocha pelo projeto que aprovou ontem para a nossa agricultura familiar. Estamos juntos. Votamos juntos ontem.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem! Muito obrigado a todos os Senadores que participaram.

Agradeço ao Senador Luiz do Carmo, ao Senador Esperidião Amin, ao Senador Roberto Rocha, ao Senador Carlos Fávaro, ao Senador Wellington Fagundes, ao Senador Chico Rodrigues, ao Senador Jean Paul Prates, à Senadora Zenaide Maia, ao Senador Jayme Campos, ao Senador Izalci Lucas, ao Senador Paulo Rocha, ao Senador Luis Carlos Heinze e também ao Senador Angelo Coronel, que participaram da nossa reunião de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (10ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (17ª REUNIÃO), EM 02 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e dezesseis minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Acir Gurgacz, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Plínio Valério, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Carlos Viana, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Fabiano Contarato, Luiz do Carmo, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Esperidião Amin e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 2159/2021, de autoria Câmara dos Deputados, REQ 7/2021 - CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), e REQ 41/2021 - CMA, de autoria do Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Instruir o PL 2159/2021, de origem da Câmara dos Deputados, que "dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e nº 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988". **Participantes:** Sr. Luis Enrique Sánchez, Professor Titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Sr. Rodrigo Justus, Consultor da área de sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Sr. Raul Silva Telles do Valle (representante de: Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura); e Sr. Leonardo Papp, Consultor ambiental da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Acir Gurgacz**

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que ocorrem conjuntamente.

Primeiro, queria dar bom dia a todos e cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Esta audiência é conjunta como consequência de um acordo feito com a Presidência do Senado para que nós tivéssemos audiências públicas para aprofundar os temas da regularização fundiária e do licenciamento ambiental.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atenção aos Requerimentos nºs 7, de 2021, da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, e 41, de 2021, da Comissão de Meio Ambiente, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz e Jaques Wagner, respectivamente, com o objetivo de instruir o PL nº 2.159, de 2021, de origem da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal, altera as Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000, e revoga o dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988.

Esta é a primeira de uma série de seis audiências que faremos conjuntamente, de modo a instruir essa matéria a partir de diversos pontos de vista.

Estarão conosco no dia de hoje, de forma remota, em ordem alfabética: Sr. Leonardo Papp, Consultor Ambiental da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Sr. Luis Enrique Sánchez, Professor Titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Sr. Raul Silva Telles do Valle, representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; Sr. Rodrigo Justus, Consultor da área de sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Na exposição inicial, cada orador usará para a palavra por até 20 minutos. Caso os participantes optem por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição.

Após as exposições iniciais, será dada a palavra à Relatora da matéria Senadora Kátia Abreu e, em seguida, aos Senadores inscritos, para sua interpelação em cinco minutos.

As inscrições podem ser solicitadas por meio do recurso de "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que acompanham esta reunião remotamente.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, da Secretaria-Geral da Mesa, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise da matéria em questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Solicito à Secretaria que, neste momento, abaixe as mãos de quem se encontra remotamente, silencie os microfones e monitore as inscrições.

Consulto o amigo Senador Acir Gurgacz, Presidente da CRA, se gostaria de fazer uso da palavra neste momento inicial da nossa reunião conjunta.

Só para explicar, as reuniões serão conjuntas. Eu estou aqui, presidindo, por ser, não o mais antigo, mas o mais idoso. O Senador é mais antigo do que eu no Senado, mas eu, seguramente, o mais idoso. De qualquer forma, a minha combinação é que eu dirija uma reunião e a próxima, dirige, alternadamente, o Senador Acir.

Senador Acir, com a palavra V. Exa.

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Pela ordem.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Muito bom dia.

Apenas para cumprimentá-lo e dizer que é uma satisfação poder estar junto com V. Exa., dividindo esta Mesa com temas tão importantes para o nosso País, especialmente para o meu Estado de Rondônia. São dois temas que movem a economia do Brasil.

Hoje, nós temos, principalmente na Amazônia, e especialmente em Rondônia, uma necessidade muito grande de promover a regularização fundiária. Isso é uma questão de cidadania para a nossa população. Famílias que foram transferidas pelo próprio Governo à época, de vários Estados brasileiros, para a integração, para o desenvolvimento de Rondônia. Naquela época, dizia-se, o lema era: "Vamos integrar para não entregar". E assim foi consolidado o nosso Estado de Rondônia. E essas famílias, muitas delas, não têm ainda o documento das suas terras.

Por isso, a importância da regularização fundiária. E que o novo marco do licenciamento ambiental também venha na mesma linha, no sentido de nós aperfeiçoarmos, modernizarmos. Isso não significa que nós queremos ou entendemos que temos que afrouxar as regras ou diminuir as exigências para que a gente possa construir as obras de que o Brasil precisa e os Estados e os Municípios, mas a importância deste momento é o debate.

Então, desejo a todos um excelente debate, cumprimentando os nossos convidados, as Senadoras e os Senadores presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, aproveito também para cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, que, seguramente, está nos acompanhando, e os demais Senadores.

Eu combinei com o Senador Acir, estabelecemos uma lista aqui alternadamente, com posições eventualmente alternadas, e, ao final, nas considerações finais, nós iremos inverter, quem foi o último será o primeiro, para sermos justos com todos os expositores que estão aqui.

Então, na ordem de fala, serão o Sr. Leonardo Papp, o Sr. Luis Enrique Sánchez, o Sr. Rodrigo Justus e o Sr. Raul Silva Telles do Valle.

Para a sua exposição, eu concedo a palavra ao Sr. Leonardo Papp, por até 20 minutos.

V. Sa. tem a palavra.

**O SR. LEONARDO PAPP** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito... (*Falha no áudio.*)... a todos.

Inicialmente, em nome da OCB... (*Falha no áudio.*)... ao convite para participar da audiência pública... (*Falha no áudio.*)... Senador Acir, da Senadora Relatora... (*Falha no áudio.*) Estendo, nas pessoas deles também, os cumprimentos aos demais Senadores e Senadoras.

Também... (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Leonardo, o seu som está entrecortado.

V. Sa... É desagradável, mas, talvez, se V. Sa. desligar a imagem, demandando menos da internet, a voz, pelo menos, poderemos ouvir melhor. Se quiser fazer essa tentativa, não sei se é a internet aí, o *wi-fi*... (*Pausa.*)

**O SR. LEONARDO PAPP –** Vocês me ouvem melhor, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sim. Vamos ver se não vai ficar entrecortado.

**O SR. LEONARDO PAPP –** Está bem. Porque pode ser o equipamento que eu estava utilizando aqui.

Então, como eu havia manifestado, agradecemos o convite, parabenizamos pela iniciativa aqui da audiência para debater um tema tão importante quanto é... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Acho que eu vou mudar para o próximo. (*Pausa.*)

Sr. Leonardo, nós não estamos conseguindo ouvi-lo com clareza. Eu vou pedir, então, a sua compreensão e passaria para o próximo inscrito e, depois, evidentemente, V. Sa. voltaria.

Se quiser fazer uma última tentativa de desligar a sua imagem e ficar só o som... Não é bom porque nós estamos com a transmissão televisiva, mas, aí, pode aparecer sua voz e a televisão fixar aqui na mesa diretora dos trabalhos.

Quer fazer essa tentativa de tirar a sua imagem e ficar só com som? (*Pausa.*)

Está desligado o som dele agora.

**O SR. LEONARDO PAPP –** Senador, posso fazer a tentativa, sim, ou, se o senhor preferir aquela sua sugestão de indicar algum outro colega, eu tento me ajustar aqui e retomo depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está bom. Então, eu vou passar ao próximo e, depois, torno a chamá-lo.

Então, passo a palavra ao Sr. Luis Enrique Sánchez.

V. Sa. tem a palavra por até 20 minutos.

**O SR. LUIS ENRIQUE SÁNCHEZ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sra. Relatora. Agradeço pelo convite e pela oportunidade de poder trazer à consideração dos senhores alguns resultados de trabalhos de pesquisa científica, desenvolvidas não apenas por mim, mas por colegas da Universidade de São Paulo e de outras universidades, relativos ao que vai ser a essência da minha contribuição, o conteúdo técnico dos processos de licenciamento.

O licenciamento tem, evidentemente, um embasamento jurídico e legal, mas ele tem, deve ter e deveria ter um componente sólido e robusto da contribuição de base científica e técnica.

Eu pediria licença para partilhar a minha tela e fazer uma apresentação. Serei breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está autorizado já.

**O SR. LUIS ENRIQUE SÁNCHEZ –** Obrigado.

Ficarei dentro do tempo necessário.

Acredito que já esteja visível a minha tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está, mas, se puder limpar a imagem e só deixar o texto mesmo que lhe interessa... (*Pausa.*)

Isso! Agora está bom.

**O SR. LUIS ENRIQUE SÁNCHEZ –** Ótimo!

Bem, obrigado.

Então, eu traria uma matéria que, como é do conhecimento amplo, é bastante complexa.

Eu trago para a nossa consideração alguns pontos de destaque, que estou chamando aqui de pontos críticos, a diversos componentes do projeto de lei que merecem um debate aprofundado. Tenho certeza de que isso será feito no âmbito das Comissões e que resultará num projeto de lei mais adequado, mais robusto, mais completo.

Pretendo falar um pouco ou comentar sobre os próprios objetivos da lei, sobre, como eu disse no início, os estudos ambientais como base para a tomada de decisões de licenciamento. Nesse percurso, eu comentarei alguns dos artigos do projeto de lei e procurarei fazer uma correlação com processos equivalentes internacionais, em outros países; e, ao longo da exposição, também procurarei apontar características, partes do conteúdo desse projeto que poderiam ou deveriam ser ajustados, deveriam passar por um processo de...

Eu começo relembrando todo o longo debate que já houve sobre o propósito, a necessidade de uma Lei Geral de Licenciamento Ambiental. Muito foi falado sobre a importância e a necessidade de dar maior segurança jurídica a empreendedores e investidores. Certamente é um objetivo inquestionável, necessário.

O que eu vou trazer para a consideração aqui é que a forma como o projeto acabou sendo aprovado pela Câmara dos Deputados resulta, no meu modo de ver, num desequilíbrio entre esse objetivo e um outro, que deve ser ou deveria ser o objetivo primordial da Lei Geral de Licenciamento Ambiental, que é garantir a qualidade ambiental, não apenas para as presentes gerações, mas também para as futuras gerações. Esse é um dos fundamentos de todas as políticas ambientais e da própria Política Nacional do Meio Ambiente, na qual se fundamenta o licenciamento ambiental.

Todos nós sabemos, o licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Temos agora completados 40 anos dessa lei, que continua não apenas atual como talvez ainda mais necessária do que ela era em 1981, em face dos desafios crescentes que temos observado e que teremos que enfrentar no futuro. Todos também são bem conhecedores do assunto crise climática, crise hídrica, crise de biodiversidade, esta última um pouco menos falada, mas não menos importante e, evidentemente, associada às demais. Então, a Política Nacional do Meio Ambiente tem o objetivo de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental do País e, com isso, tem objetivos, ela visará,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que é muito importante e que está na base do licenciamento ambiental, a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente. Mas, na sua essência, nós temos também a preservação e a restauração dos recursos ambientais.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e, por consequência, o licenciamento ambiental deveriam primar pela proteção dos recursos ambientais, que são necessários para o próprio desenvolvimento econômico e social e para a manutenção da qualidade de vida das gerações futuras. Então, o licenciamento ambiental é um meio para atingir certos objetivos de política ambiental; é também o mecanismo que nos permite ou que nos alinha a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. O licenciamento ambiental é uma ferramenta muito importante para essas finalidades.

Bom, então, eu vou falar mais sobre o conteúdo técnico-científico do licenciamento ambiental. Estudos ambientais há diversos já em prática no Brasil, definidos no âmbito federal, no âmbito dos vários Estados, com diferentes nomes, com diferentes níveis de profundidade exigidos desses estudos. O mais conhecido, o estudo mais completo é o estudo de impacto ambiental, no seu componente relatório de impacto ambiental, voltado ao objetivo de trazer informações ou de levar informações para o público em geral, uma vez que o conteúdo desses estudos é e deve ser bastante técnico.

A própria Constituição Federal estabelece – e nisso ela é coerente com leis e mesmo com textos constitucionais de outros países – que há casos em que nós estamos diante de projetos que têm o potencial de causar o que nós chamamos de significativa degradação ambiental ou significativo impacto ambiental. Desde que leis sobre o assunto foram imaginadas – e a primeira é lá de 1970, nos Estados Unidos –, esse conceito é essencial, e os americanos, já na sua lei de 1970, estabeleceram-no para atividades que tenham potencial de impactos significativos.

Então, é preciso ter muita clareza e orientações, diretrizes para definir do que se trata, do que nós estamos falando quando dizemos que, em certas condições, as decisões governamentais, que nós chamamos aqui de licenciamento ambiental, deveriam ser embasadas em um estudo técnico aprofundado chamado estudo de impacto ambiental. É apenas para essa parte dos milhares de atividades econômicas realizadas no Brasil que são exigidos estudos ambientais; é uma parte pequena do universo do licenciamento ambiental.

O Estado de São Paulo, por exemplo – e isso vem aí de mais de 40 anos, antes da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente –, tem mais de 100 mil fontes de poluição cadastradas na Cetesb e sujeitas a licenciamento ambiental. Apenas uma pequena parcela, muito menos de 1% disso, trata de projetos que tiveram que passar pelos diversos ritos de licenciamento com base em estudos de impacto ambiental ou outro tipo de estudo ambiental.

Então, é muito importante calibrar, dar diretrizes para se definir o que é, afinal de contas, um impacto significativo. E, aqui, eu entendo que a lei peca, porque deixa de dar essas diretrizes. Ela transmite aos entes federativos, mais concretamente aos Executivos, a possibilidade de estabelecer listas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de projetos, de tipos de empreendimentos que estariam sujeitos a estudos de impacto ambiental, que teriam impacto significativo. Hoje nós temos a regulamentação federal, no âmbito do Conama, que dá essa orientação, e isso poderá ser perdido se a lei for mantida nesse estado.

Nós temos também outras partes do conteúdo da lei relativas, no fim das contas, a esse conceito de impacto significativo. A própria ideia de que empreendimentos que já existam, com a ampliação de capacidade, por exemplo, de rodovias, onde já haja o primeiro estabelecimento, mesmo que a rodovia não seja asfaltada, poderiam prescindir de licenciamento ou poderiam se dar por um licenciamento muito mais simplificado, chamado de Licenciamento por Adesão e Compromisso. É um entendimento, no meu modo de ver, pouco fundamentado em base técnica sobre o que é o impacto significativo.

Muito brevemente, se formos olhar mundo afora, em muitas jurisdições existe a orientação mínima sobre o que demanda um estudo de impacto ambiental. Um exemplo é a União Europeia: os países membros devem seguir as diretivas estabelecidas no âmbito da instituição, no âmbito da União Europeia, e, no que se refere a estudos de impacto ambiental, desde 1985 – com algumas reformas depois, mas essa é a base ainda lá de 1985 –, há uma lista de tipos de empreendimentos que é obrigatória para todos os Estados membros. Então, os países, quando vão transpor as diretivas da União Europeia paras suas legislações nacionais, têm certos requisitos que são obrigatórios. No caso de projetos submetidos a estudo de impacto ambiental, há uma lista que todos devem seguir e, depois, uma lista de outros tipos de projetos que cada um estabelece no âmbito das suas respectivas competências, jurisdições e de acordo com as condições mais locais – aí, no caso, seriam condições nacionais.

Bom, também usando a referência ao âmbito internacional, os estudos ambientais têm, principalmente os estudos de impacto ambiental, uma forma e um conteúdo que são razoavelmente compartilhados mundo afora, porque eles representam uma ferramenta que tem o mesmo objetivo, sejam eles aplicados no Brasil ou em outros países. Por exemplo, o estudo de impacto ambiental examina alternativas, analisa impactos, classifica os impactos, indica quais são os impactos significativos e apresenta soluções ou propostas seja para a prevenção desses impactos, seja para a minimização dos impactos negativos, seja para maximização dos positivos. Isso é muito importante, uma vez que os estudos de impacto ambiental olham, sim, para os impactos negativos adversos, mas também os benefícios ou impactos positivos dos empreendimentos e, finalmente, na medida do necessário, devem conter proposições de mitigação – desculpem – de compensação desses impactos.

Então, tudo isso é usado, deve ser usado para fundamentar decisões. As decisões de licenciamento não são dadas. Uma vez que um projeto é apresentado para possível licenciamento, não pode haver garantia de que ele será licenciado. Se for assim, se fosse assim – hoje não é, mas se vier a ser assim – o licenciamento ambiental seria um procedimento vazio de conteúdo. Poderia ser substituído não pela elaboração de estudos técnicos, mas pelo processamento de documentos em um cartório. Nós poderíamos ser um cartório ambiental que emitiria licenças, se não for necessário ou se for diminuída a importância do papel dos estudos ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição de motivos da Câmara dos Deputados, o Deputado Relator – daí que eu extraí essa frase que está na tela – deu como exemplo, entre vários que poderiam ser dados, um projeto de ferrovia, do conhecimento de todos, que, segundo esse texto, tornaria a produção mais barata, eficiente e ecologicamente adequada. Então, se já há uma pré-avaliação, se já há um julgamento, não há, não haveria necessidade de avaliação de impactos, não haveria necessidade de um processo de licenciamento ambiental. Bastaria uma tramitação de documentos e uma série de carimbos emitida talvez por algum cartório. Enfim, esse é um ponto importante.

Esse é um exemplo dos anos 90 só para mostrar que nós sabemos como fazer bons estudos de impacto ambiental, como usar estudos de impacto ambiental para fundamentar decisões que causam impactos significativos e como fazer para que, tanto quanto possível, esses impactos sejam evitados ou, senão, sejam minimizados.

Neste caso aqui, no interior do Estado de São Paulo, uma barragem, que em uma de suas concepções inundaria uma parte central de um pequeno Município, foi um dos vários projetos que teve uma grande repercussão na própria comunidade, um movimento, inclusive, de oposição à construção desse projeto, ainda que trouxesse benefícios para o Município – benefícios econômicos, inclusive – e, por fim, com a ajuda da avaliação de impactos ambientais, com a ajuda de um bom estudo de impacto ambiental e de um processo de licenciamento bem estruturado, encontrou-se uma solução adequada que permitiu a geração de eletricidade e a manutenção de recursos e valores importantes para a comunidade local.

No âmbito internacional – mais uma vez, não? –, uma série de entidades. Eu mencionei anteriormente, no âmbito da legislação, mas, no âmbito das instituições financeiras, são bem conhecidas as regras do Banco Mundial. Mais recentemente, foi aprovada, no ano passado, uma revisão, uma atualização, alinhando-as às do Banco Mundial, promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e várias outras instituições como, por exemplo, o chamado Banco dos Brics, que também têm orientações, avaliação de impactos e riscos ambientais e sociais dos projetos que financiam. Eles demandam, eles requerem que esses projetos sejam entendidos, sejam revistos sobre vários pontos de vista, que as suas possíveis consequências sejam minuciosamente estudadas com relação a temas como saúde, segurança das comunidades, temas como biodiversidade e serviços ecossistêmicos: como os projetos poderiam afetar a capacidade dos ecossistemas, eles mesmos fornecerem, e em geral gratuitamente, benefícios não apenas pra comunidade local, mas em escala regional e mesmo nacional; impactos sobre comunidades e uma série muito grande de itens e conteúdo que não é necessário expor detalhadamente aqui.

Bom, se o projeto de lei trata essencialmente de procedimentos, eu deveria dizer que também com relação a procedimentos há uma série de lacunas que são importantes. Então, uma delas eu destaco aqui: não há nenhuma previsão no projeto de lei para enquadrar uma prática que, em alguns casos, pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem fundamentada, mas, em outros casos, é utilizada para facilitar indevidamente o processo de licenciamento. Essa prática é chamada, é conhecida como fracionamento do licenciamento ambiental. Exemplos mais simples seriam dividir uma rodovia em vários pequenos trechos, cada um deles não sujeito a um estudo de impacto mental; dividir vários outros tipos de empreendimentos nessas categorias que, ainda que construtivamente possam ser executados dessa maneira, seus impactos ambientais serão resultante da continuidade, da totalidade daquele projeto.

Na ilustração, mostra-se a região da Baía de Paranaguá, onde estão em processo de licenciamento diversos projetos. Aí nós temos empreendedores diferentes, então, a situação é evidentemente mais complexa do que o exemplo básico que eu acabei de dar de uma única rodovia, mas as várias cores ilustram as sobreposições das chamadas áreas de influência. Então, nós temos um projeto do empreendedor A aqui, do empreendedor B ali, do empreendedor C um pouco adiante, e as suas áreas de influências se sobrepõem. Cada um deles é analisado, em termos de licenciamento ambiental, separadamente, mas os seus efeitos ambientais, os seus impactos se dão de maneira conjunta. Então, é preciso ter uma forma de tratar dessas situações complexas. Quanto a isso, nem para o fracionamento, nem para esse acúmulo no espaço e no tempo de impactos ambientais há algum avanço, alguma tentativa de enquadramento por parte do projeto de lei.

Ainda em termos de procedimentos, temos um ponto que, em geral, é reconhecido por todos ou pela maioria como importante e necessário, que é a consulta pública. O projeto de lei traz, sim, artigos sobre consulta pública. Nós já temos essa prática, que foi sendo regulamentada inicialmente pelo Conama, depois os Estados estabeleceram suas próprias regras, mas o que acontece com o projeto de lei é que ele não avança nada em relação àquilo que já está bem estabelecido, não procura resolver as limitações dessas consultas públicas conduzidas atualmente e também não dialoga, se eu puder dizer assim, com o que é recomendado internacionalmente, com o que é recomendado, por exemplo, pelos financiadores.

Então, o exemplo aqui na tela: nós temos uma publicação que resume atuações e políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento, novamente, chamada Consulta Significativa às Partes Interessadas. Isso quer dizer que é preciso ir além dos procedimentos formais, é preciso trabalhar na qualidade da consulta pública... (*Pausa.*)

Pois não.

Da mesma forma, existe um acordo...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É só para alertá-lo.

**O SR. LUIS ENRIQUE SÁNCHEZ –** Perfeitamente. Obrigado, já estou me aproximando do final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Sa. tem dois minutos. É evidente que nós poderemos ter uma tolerância, mas não extensiva demais, pelo fato de termos quatro expositores.

Obrigado.

**O SR. LUIS ENRIQUE SÁNCHEZ –** Claro. Obrigado.

Então, esse acordo internacional, no âmbito da América Latina – do qual o Brasil faz parte, mas que ainda precisa ratificar –, trata especificamente de procedimentos de participação.

Bom, avançando, então, para o final, eu chamaria a atenção para o fato de que seria necessário, seria uma contribuição valorosa se o projeto de lei fosse transformado no sentido de dar mais atenção ao conteúdo propriamente substantivo dos estudos de impacto ambiental, conteúdo substantivo do licenciamento ambiental, no sentido de que eles têm a finalidade ou deveriam ter a finalidade de levar a uma melhor proteção dos recursos ambientais.

Na minha avaliação, portanto – eu já disse isso o início –, há um desbalanceamento entre o objetivo de segurança jurídica e o objetivo de proteção ambiental, que deveria fazer parte de todo licenciamento ambiental.

Então, o projeto, tal como está no âmbito da Câmara, poderia restringir indevidamente a interpretação do termo, dos conceitos de significativa degradação ambiental; pode reduzir a proteção dos recursos ambientais no que se refere, inclusive, ao envolvimento restrito dos chamados órgãos intervenientes

E, para concluir, essa é uma capa de uma publicação da OCDE, de julho deste ano. Eles fazem uma avaliação de cinco anos da política ambiental brasileira em relação às recomendações que eles haviam feito anteriormente, e há um conteúdo específico sobre avaliações ambientais. Ou seja, é o próprio licenciamento ambiental com considerações como essas que eu destaquei aqui: necessidade de uma consulta apropriada ao público, como eu acabei de dizer, e a órgãos da administração. Então, isso não está claramente, poderia ser muito melhor na legislação proposta. O chamado monitoramento pós-licenciamento é outro ponto fraco da legislação. Quanto à avaliação de impactos transfronteiriços, também não há menção sobre isso na legislação. Por exemplo, atualmente está em licenciamento no âmbito do Ibama a perfuração de poços de petróleo na Foz do Amazonas, na chamada Margem Equatorial, e essa é uma questão que se coloca.

Eu diria então que esta é a minha conclusão: nós precisamos olhar para o futuro, e a lei olha, principalmente, para o passado.

Agradeço e estou à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço a V. Sa., Sr. Luis Enrique Sánchez, pela sua exposição e pelas informações trazidas.

Eu pergunto ao Sr. Leonardo Papp se V. Sa. já está em condições de internet mais eficiente para poder fazer a sua exposição.

Sr. Leonardo Papp.

V. Sa. tem a palavra.

**O SR. LEONARDO PAPP** – Estava sem microfone aqui, Senador.

Eu espero que me ouçam bem agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pelo menos este começo foi bem melhor. Vamos ver a sequência.

**O SR. LEONARDO PAPP** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está bom.

Se dar algum problema, peço, por favor, que me interrompam, e a gente tenta resolver.

Então, novamente, só reitero os agradecimentos da OCB pelo convite a participar e a congratulação pela iniciativa realmente bastante importante (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sua internet está interrompendo.

Eu vou, de novo, lhe sugerir: V. Sa. pode desativar a imagem, porque, aí, você demanda menos da internet e, eventualmente, mesmo que mais desagradável, pelo menos nós ouviríamos a exposição?

Alô?

Bom, eu vou ter que chamar, então, o próximo convidado, o Sr. Rodrigo Justus.

Sr. Rodrigo Justus.

**O SR. RODRIGO JUSTUS** – Bom dia, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom dia.

V. Sa. tem 20 minutos para a sua exposição também.

Bom dia.

**O SR. RODRIGO JUSTUS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner, Presidente da CMA, Comissão de Meio Ambiente; Senador Acir Gurgacz, Presidente da CRA; Senadora Kátia Abreu, Relatora de Plenário; demais Senadores presentes, colegas aqui painelistas, primeiramente, este tema é um tema muito importante por todas as razões já expostas aqui pelo colega painelista que nos antecedeu. Este tema ficou 17 anos na Câmara dos Deputados, ou seja, é um tema, sim, polêmico, tendo em vista o tempo e quantos e quantos projetos apensados, eu não sei se foram 18 ou 20, mas vejam que a iniciativa legislativa na questão do licenciamento foi forte tendo em vista a necessidade de resolver uma questão.

Nós vivemos sob a égide de uma legislação ambiental esparsa. A lei de 1981, de Política Nacional de Meio Ambiente, não diz nada sobre licenciamento. Ela diz que cabe o licenciamento das atividades utilizadoras de recursos ambientais. Depois, o regulamento dela, que é o Decreto 99.274, diz que toda atividade tem que ter licença prévia em instalação e operação. E depois as resoluções do Conama, que são um emaranhado de resoluções. A principal delas é de 1997, tem quase 25 anos de idade essa Resolução 237. Depois o Congresso Nacional, em 2010, aprovou a Lei Complementar 140, que regula a questão das competências e a quem cabe fazer o quê. E ficou a tarefa para o Congresso Nacional regulamentar essa lei complementar, que é de 2011. Lá se vão 10 anos.

Nos últimos três anos, houve uma pressão, uma aceleração mais forte do que já havia em relação à necessidade de aprovarmos um marco legal básico do licenciamento ambiental, para que todos os Estados seguissem a Lei Complementar 140, que divide as competências entre a União e os Estados. Então, esse projeto de lei regulamenta a questão do licenciamento no que se refere à própria Lei Complementar 140. É um vazio que aí está.

Essas resoluções do Conama são já antigas. O Conama não é uma entidade científica nem é uma entidade técnica para fazer regulação de licenciamento, tem a representação dos Estados, do setor privado, das organizações não governamentais, etc. Mas essa legislação está defasada e causando confusões com os Estados que fazem a adequação da legislação, da própria Lei Complementar 140, e acaba-se judicializando não só o licenciamento ambiental de empreendimentos, mas também a legislação que os Estados vêm fazendo.

Então, o projeto de lei, esse relatório que foi aprovado na Câmara visa pacificar essas questões, inclusive respeitando decisões que tenham sido tomadas em âmbito do Supremo Tribunal Federal e de outros tribunais na questão da necessidade de nós termos uma hierarquia de licenciamento ambiental.

Nessa longa discussão, é claro, existem vários grupos que defendem os seus interesses, legitimamente. E respeitamos todas essas posições. Os interesses do trabalho, do meio ambiente, da saúde pública, todos esses interesses, protegidos pela Constituição, estão, sim, preservados no âmbito da legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que, hoje, nós temos problemas no licenciamento: o tempo do licenciamento; o custo do licenciamento; realização de estudos desnecessários; repetição de estudos e consultorias. Quando se tem o conhecimento de um impacto de uma atividade, é ilógico o órgão ambiental exigir que o empreendedor tenha de contratar consultorias e faça estudos para provar que, se eu jogar um esgoto na água, vai poluir a água. Não é preciso provar isso. Isso já é um fato. Então, na verdade, todos aqueles impactos que já são conhecidos, e o órgão conhece esses impactos, cabe a ele estabelecer requisitos e condicionantes para essas atividades e não exigir mais estudos. Isto está contemplado na legislação: aproveitamento dos estudos ambientais que já existem. Agora, na lacuna, na dúvida, cabe ao empreendedor provar que o seu empreendimento não será nocivo ao meio ambiente e, consequentemente, à sociedade.

Aí nós entramos aqui, Senador Jaques Wagner, na questão do agro, das atividades agropecuárias, que são aquele ponto a que nós da CNA, obviamente, como uma confederação que trabalha para os produtores rurais, nos dedicamos no decorrer desta lei, já que a legislação proposta de licenciamento, como um arcabouço geral guarda-chuva, vai tratar de uma simples atividade dispensável de licenciamento até de uma usina nuclear, mas nós estamos aqui adstritos à questão das atividades agropecuárias.

A nossa legislação hoje – federal, decreto e resoluções – acaba jogando a atividade agropecuária para licença prévia, instalação e operação. Licença prévia serve para definir a localização do empreendimento. Se eu tenho o Código Florestal e lá está escrito que eu não posso desmatar a nascente, que eu não posso desrespeitar a reserva legal, que eu tenho que respeitar todas as distâncias de proteção ambiental dessas áreas, então, na verdade, não cabe uma licença prévia para escolher onde vai ser. Por quê? Porque a lei já diz onde não pode. Então, não tem que ter uma licença dizendo onde pode. A questão da conservação do solo já é estabelecida na legislação. O uso dos pesticidas, os conhecidos agrotóxicos, a legislação já traz um amplo leque de exigências para o próprio registro desses produtos, seja do ponto de vista de saúde pública, na Anvisa, seja de deficiência agronômica, no Mapa, seja de questão de segurança ambiental, no Ibama.

Não faz sentido eu ter uma licença ambiental para utilizar um produto que foi registrado. Seria a mesma coisa que eu exigir uma licença ambiental para cada um de nós cidadãos brasileiros que possuímos um veículo automotor. Por quê? Porque o veículo automotor é poluente. Então, temos que ter licenciamento. Não. Nós temos que respeitar a legislação que aí está.

A questão das águas, do uso da água. O uso da água é regulado pela legislação de recursos hídricos, da outorga. Então, não tem que ter uma licença para usar água na minha propriedade; eu tenho que respeitar a legislação de uso de recursos hídricos totalmente, respeitar todas essas regras.

Então, eu já tenho um conjunto de legislação extravagante que está aí e que opera em todos os sentidos.

A biotecnologia também é regulada por legislação ambiental, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a atividade agropecuária de uso do solo é extremamente regulada desde o início dessa atividade e começa naquelas áreas que ainda não estão incorporadas ao processo de produção, começa já pelo Código Florestal, na autorização de supressão, dizendo onde pode e onde não pode. E o produtor deve seguir essas regras. E, se ele não seguir essas regras, ele deverá ser punido de alguma forma.

Inicialmente, entendemos, acreditamos e defendemos sempre esta ideia: é muito mais seguro e eficiente do ponto de vista da ambiental que todos sigam a legislação e cumpram as boas práticas. É bom para todo mundo e, em primeiro lugar, para o próprio produtor rural seguir as boas práticas agropecuárias, que são o quê? São toda essa legislação que aí está.

Como exigir que todo produtor rural deva ter uma licença ambiental para poder produzir alimentos, considerando, primeiro, a falta de estrutura dos órgãos ambientais para fazer isso?

Vejam, Senadores, quanto tempo têm demorado obras a serem licenciadas, por excesso de demanda nos órgãos ambientais. Se nós jogarmos 5 milhões de propriedades rurais na teia do licenciamento ambiental, não vai sair licença ambiental para nenhuma obra, nenhum empreendimento, nenhum hospital, nenhuma estrada, nenhuma usina, nada, e muito menos para os produtores rurais.

Então, nós entendemos que, no caso das atividades agropecuárias de uso do solo, deve, sim, haver a inexigibilidade do licenciamento ambiental, devendo o produtor assumir todos os compromissos relativos ao cumprimento dessa legislação para que ele exerça a sua atividade com responsabilidade.

Não há fiscal suficiente, seja na União, Estados ou Municípios, para estar o dia todo olhando lá se o produtor ou qualquer outro empreendedor está fazendo as coisas certas. Não existe essa fiscalização. Então nós temos que partir da capacitação, da educação das pessoas e também do comando e controle. Não podemos dispensar a questão da fiscalização. Se queremos um país com lei, ordem e desenvolvimento, é claro que as pessoas têm que se submeter à legislação, por bem ou por mal. É claro que preferimos que isso seja feito de forma espontânea, entendendo o produtor essa necessidade.

Na questão da Licença de Adesão e Compromisso, a LAC, tão combatida nos últimos dias, sigamos o exemplo do próprio Estado da Bahia. O Estado da Bahia é um Estado que tem uma legislação avançada, tem uma legislação de recursos hídricos, talvez a mais moderna do País hoje em matéria de controle de uso da água e da questão sanitária agropecuária. Vejam a que nível chegou a qualidade, a produção e a produtividade lá no Estado da Bahia, com sustentabilidade. Por quê? Porque o Estado da Bahia tem uma legislação que foi feita no sentido de adequar todos esses requisitos. E lá, a atividade agropecuária, no Estado da Bahia, embora a Bahia tenha um CAR (Cadastro Ambiental Rural), chamado Cefir, pelo que já se emite propriamente uma autorização especial de funcionamento que, na verdade, na prática, é uma LAC, a Licença por Adesão e Compromisso. O produtor assume o compromisso de respeitar a legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Senador Jaques Wagner, aqui lembrando quem muito nos ajudou nesses últimos anos, que, infelizmente, acabou falecendo ano passado, o Eugênio Spengler, que foi seu secretário e ajudou a construir essa legislação, boa parte dela inclusive implementada no seu mandato como Governador do Estado, que mostrou eficiência e segurança ambiental.

E aqueles produtores que saíram da linha estão sendo colocados no seu devido lugar, seja através das punições, seja através das ações civis, criminais, seja da forma como a intensidade do caso exige.

Então, nesse aspecto nós entendemos que a legislação que está aí posta para o setor agropecuário é segura. Nenhum país do mundo licencia a atividade de produção de alimentos. Foi falado aqui na Europa, e cito também os Estados Unidos. Não existe, em nenhum país do mundo, que alguém, para poder produzir alimento, tem que ficar esperando uma vistoria de um órgão ambiental para ir lá olhar, ver se ele pode ou não fazer; e mais, se ele não ficar esperando e fizer, ele vai para a prisão.

Um dos problemas de nós exigirmos licença ambiental para qualquer coisa é que está tipificado na Lei 9.605 que operar sem licença é crime. Então se nós colocarmos que tudo, todas as atividades estão suscetíveis ao licenciamento ambiental e que quem não tiver a licença, porque o órgão não teve perna para ir lá analisar, fazer, expedir em tempo hábil, nós vamos estar criminalizando milhões de pessoas.

O objetivo da legislação, e principalmente da questão da LAC, não é dizer que "não pode", é dizer "como pode". E esse "como pode" cumprido é muito mais importante do que termos regras para bater no peito e dizer: "Ah, nós temos a lei mais rígida do mundo". Ah é? E qual é a consequência disso para a sociedade? Qual é a consequência disso para o setor econômico como um todo? Então, a economia está lastreada na questão da sustentabilidade e, para isso, nós temos que conservar e usar adequadamente nossos recursos naturais.

Nós entendemos que o projeto, da forma como foi aprovado na Câmara, não é exatamente tudo aquilo que o setor rural queria, mas é aquilo que é possível dentro das circunstâncias e das condições em que nós estamos. Dessa forma, nós defendemos que seja aprovado o texto da forma como se encontra.

Nessa questão também das condicionantes e dos órgãos intervenientes, é necessário aqui fazer um parêntese de que nós não podemos abrir, para aqueles órgãos que têm interesse direto ou indireto sobre um empreendimento que vai passar numa área que está sob a administração dele, abrir a ele a prerrogativa de exigir qualquer coisa e a qualquer custo, sob pena de inviabilizarmos os empreendimentos. Então, quando um órgão, Funai, ICMBio, órgãos gestores de unidade de conservação, prefeituras e outros trouxerem exigências relacionadas a compensações e mitigações que estão ligadas diretamente aos impactos do empreendimento, com certeza, cabe ao empreendedor mitigar essas consequências negativas que aquele empreendimento, que tem uma natureza econômica... Cabe a ele mitigar, sim, esses impactos. Agora, não podemos dar carta branca para que todos possam exigir qualquer coisa e o que quiser, sob pena de inviabilizar economicamente os empreendimentos. Então, essa questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos órgãos intervenientes está sendo regulada por lei dessa vez, embora ela já vem, desde 2014, regulada através de instruções normativas e portarias conjuntas dos diversos Ministérios, da Justiça e do Meio Ambiente.

Na questão dos estudos ambientais, como eu falei, tem que se aproveitar tudo que já existe. Se a informação que já existe mostra que o empreendimento causa um impacto, cabe ao órgão governamental dizer o que o empreendedor tem que fazer para limitar e acabar com esse problema, mitigar esse problema.

E, na questão dos prazos de validade, de duração do processo, embora a lei traga prazos... Ouvi esses dias: "Ah, agora a licença vai sair por decurso de prazo se o órgão não analisar". Não é isso o que está escrito. Na verdade, a legislação fixou o prazo para a análise dos processos e, caso a análise não aconteça nesse período, o empreendedor, com base na lei, tem o direito de ir à Justiça para que o juiz mande analisar e dizer sim ou não, inclusive.

Lembremos que o licenciamento ambiental não é um carimbo cartorial. O licenciamento ambiental é para autorizar ou não alguma coisa, ou autorizar mediante condicionantes e requisitos, inclusive limitando o empreendimento quando constatado que a intensidade dos danos e impactos causados é excessiva e que, portanto, caberá o ajustamento desse empreendimento a essas condicionantes e requisitos ambientais.

Dessa forma, Senador, eu vou ficando por aqui agora, para que a gente possa aproveitar depois, com certeza, a questão da sequência dos debates e esclarecimentos.

Agradeço. Muito obrigado.

E estamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu é que agradeço a V. Sa., Sr. Rodrigo Justus. Evidentemente, V. Sa. falou 19 minutos, deixou um minuto para o final.

Eu vou convidar agora, pela alternância que nós combinamos, eu e o Senador Acir, para fazer uso da palavra, o Sr. Raul Silva Telles do Valle. E, finalmente, eu chamarei o Sr. Leonardo Papp.

Eu só queria alertar, Sr. Leonardo Papp, não sei se V.Sa. tem condição de mudar, eventualmente, o local, ou estar num local com uma internet mais estável. (*Fora do microfone.*)

Bom, mas eu, de qualquer forma, pela alternância...

Bom, mas eu vou passar a palavra agora ao Sr. Raul Silva Telles e depois eu chamo o Sr. Leonardo Papp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Raul Silva, V. Sa. tem 20 minutos para a sua exposição.

**O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Bom dia, Senadora Kátia Abreu, Relatora do projeto; bom dia, Srs. Presidentes; bom dia, Sras. e Srs. Senadores aqui presentes; bom dia, colegas desta audiência pública.

Eu queria aqui, em nome da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, agradecer muito o convite para participar desta audiência, sobre um assunto que é tão importante para o presente e para o futuro do País.

Eu queria, primeiro, fazer uma introdução do que é a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que eu acho que é relevante. Nós somos um movimento multissetorial que se formou com o objetivo de propor ações e influenciar políticas públicas que levem ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono no Brasil, criando empregos de qualidade, estimulando a inovação, a competitividade global do Brasil e gerando riqueza para toda a sociedade. Hoje a coalizão congrega mais de 300 empresas, associações empresariais, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil e é, portanto, um dos principais centros de convergência democrática do País.

Sendo o licenciamento ambiental um dos principais instrumentos de política ambiental no País, como o Professor Enrique Sánchez colocou, a coalizão analisou o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, agora sob análise do Senado, para avaliar a sua aderência aos princípios defendidos por esse amplo e diverso grupo de atores sociais.

Na nossa opinião, uma lei federal sobre licenciamento ambiental deveria cumprir com os seguintes requisitos. Primeiro, dar segurança jurídica para que o processo possa ser mais eficiente, ou seja, que ele possa ser menos oneroso ao empreendedor e com melhores resultados para a sociedade. Segundo, ela deveria permitir que formas mais simples de licenciamento possam ser adotadas, sobretudo pelos governos estaduais e municipais, com o amparo numa legislação federal. Terceiro, 40 anos depois da Política Nacional do Meio Ambiente, uma nova legislação deveria atualizar regras, conceitos e procedimentos à luz das boas práticas internacionais e da experiência nacional. Já temos 40 anos de aplicação dessa regra, já aprendemos muito e deveríamos trazer isso para a legislação federal. Em resumo, na nossa opinião, é, sim, possível aperfeiçoar o processo de licenciamento ambiental simplificando procedimentos, sem, no entanto, abrir mão do objetivo final desse importante instrumento de política, que é garantir que as atividades produtivas não comprometam o direito constitucional de todos nós a um ambiente ecologicamente equilibrado. Esse é o horizonte no qual a Coalizão trabalha, é sob esse prisma que nós analisamos o projeto de lei.

Para atingir esses objetivos, no entanto, nós entendemos que o Senado, Sra. Relatora, deve, necessariamente, corrigir alguns problemas graves constantes no texto oriundo da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto muito importante que a Coalizão julga que deve ser, necessariamente, revisto é o que impede a adoção de medidas para evitar o desmatamento associado à instalação de obras de infraestrutura, como rodovias e hidrelétricas, em regiões remotas do País. Todos nós sabemos que a abertura e a pavimentação de rodovias induzem o aumento exponencial da ocupação em suas margens, razão pela qual a maior parte do desmatamento ilegal se concentra em áreas próximas a elas. Dou aqui alguns exemplos.

Ao longo da BR-163, que sai do Mato Grosso e vai até o Pará, cujo asfaltamento foi recentemente concluído, após quase 20 anos de obras, acumularam-se 104.000km² de desmatamento, nesse mesmo período, segundo dados da Rede Xingu +. Esse desmatamento é maior do que o Estado de Santa Catarina, e a imensa maioria dele aconteceu de forma ilegal. Não é por acaso que as áreas protegidas mais invadidas e desmatadas do País atualmente estão ao longo dessa rodovia. Então, esse é um caso concreto de uma rodovia que, sim, induziu o desmatamento e desmatamento ilegal, inclusive em áreas protegidas.

Outro caso: ao longo da BR-319 – o Senador Acir Gurgacz é um antigo defensor dessa obra –, cujo asfaltamento está sendo proposto neste momento, o desmatamento, como todos sabemos, já é alto e tende a aumentar exponencialmente caso essa e outras obras planejadas sejam instaladas sem medidas de controle.

Um estudo realizado pela Federal de Minas estima que o desmatamento acumulado até o ano de 2050 – está logo aí, em pouco menos de 30 anos –, se essa obra for instalada sem controle, pode chegar a 170.000km² em seu redor; essa é uma área imensa. A nota técnica da Federal de Minas estima em mais de US$350 milhões anuais as perdas em geração de energia elétrica, cultivo de soja e pecuária em todo o País em razão da diminuição das chuvas provocada por esse volume de desmatamento, apenas ao longo dessa rodovia.

O projeto, Sras. e Srs. Senadores, proíbe que ações de controle ao desmatamento sejam adotadas pelo empreendedor, por entender que são eventos causados por terceiros. Isso está no art. 13, §§1º e 2º. Ou seja, mesmo quando o impacto é viabilizado pela obra, mas por ser causado por terceiros, a lei hoje proíbe que sejam adotadas medidas de controle. Isso vai gerar um impasse que nos colocará, enquanto País, diante de duas opções terríveis: ou vamos aprovar obras que induzem o desmatamento sem que haja nenhuma medida de controle para poder controlá-lo, o que vai nos colocar num caminho de alto desmatamento, saindo longe das nossas metas de zerar o desmatamento até 2030; ou, alternativamente, não poderemos mais construir ou asfaltar rodovias em locais sensíveis ao desmatamento ilegal, pois o empreendedor estará proibido de adotar medidas de apoio ao poder público que possam evitar o impacto previsto. Não nos parece que essas duas alternativas sejam razoáveis. Esse mesmo equívoco é repetido no art. 11, que autoriza o asfaltamento de rodovias, seja ela uma pequena vicinal do interior de uma área agrícola do Paraná, seja uma grande rodovia federal situada em regiões remotas e bem preservadas do País, por adesão e compromisso, como já foi explicado aqui pelo Professor Sánchez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adotar uma política de evidente aumento do desmatamento vai isolar o País ainda mais. Não custa lembrar, Sras. e Srs. Senadores, que o País adotou suas primeiras regras nacionais de avaliação de impacto ambiental, mais de 30 anos atrás, em decorrência da exigência de financiadores internacionais que estavam, àquela época, horrorizados com o caos social e ambiental causado pela implantação irresponsável de grandes projetos na Amazônia. Naquela época, o País estava quebrado financeiramente e precisava de financiamento internacional, como acontece hoje.

O recente relatório divulgado pelo comitê ambiental da OCDE diz muito explicitamente que o Brasil tem falhado em conter o desmatamento e incluir uma avaliação de impacto ambiental adequada no planejamento de obras e programas públicos, o que contraria as boas práticas internacionais e, portanto, afasta o País do seu quadro de associados. Esse ponto, Sra. Relatora, precisa ser urgentemente modificado.

Uma das formas de aproximar o Brasil das melhores práticas internacionais, habilitando-nos a receber mais investimentos e, inclusive, a aumentar as chances de integrarmos o seleto grupo da OCDE, seria realmente nos darmos conta de que estamos no século XXI e incluirmos no projeto dispositivos que conectem o licenciamento ambiental com instrumentos de planejamento ambiental e econômico mais amplos.

Há, Sra. Relatora, um amplo consenso no País quanto à insuficiência do licenciamento ambiental para dirimir conflitos sociais decorrentes de escolhas de políticas públicas, o que, por sua vez, também atrapalha o próprio processo de licenciamento, pois traz para o processo conflitos que nem o empreendedor, nem os técnicos dos órgãos ambientais têm como resolver. Uma vez que o poder público decidiu, por exemplo, construir um conjunto de hidrelétricas num rio piscoso, isso vai, inevitavelmente, afetar todos que dependem da pesca, sejam eles pescadores ou empreendimentos de turismo. Não é razoável discutir se é mais importante gerar eletricidade ou manter as cadeias econômicas que dependem da pesca quando um projeto já está em fase avançada de desenvolvimento, aguardando apenas a licença. Essa é uma escolha política importantíssima que não pode ficar a cargo de um técnico, por melhor que ela ou ele seja.

Temos, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Senadores, a oportunidade de trazer para a legislação instrumentos como a avaliação ambiental estratégica, amplamente utilizada em diversos países, justamente para orientar esse tipo de decisão, a qual deve ocorrer de forma democrática, com a participação dos interessados nas fases preliminares do processo de planejamento de grandes obras ou de políticas públicas. Isso, se fosse mandatório, aliviaria enormemente o licenciamento ambiental de grandes obras, que poderia se concentrar em aspectos técnicos, como, por exemplo, qual vai ser o modelo de escada de peixe de uma hidrelétrica, se o problema dos pescadores já foi previamente avaliado e equacionado quando da avaliação ambiental estratégica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto original do projeto de 2004 trazia dispositivos de integração do licenciamento com a avaliação ambiental estratégica e com o zoneamento ecológico econômico, versões preliminares que foram discutidas na Câmara dos Deputados também. Seu uso pode não só pacificar o licenciamento como permitir sua simplificação. Se determinada região já foi considerada apta a receber tal tipo de empreendimento por ter capacidade de suporte avaliada, não é necessário um licenciamento tão complexo que busque avaliar a viabilidade ambiental do projeto, pois essa já é conhecida. Quanto mais conseguirmos antecipar a avaliação ambiental no processo de planejamento, ou melhor, quanto mais conseguimos planejar levando em consideração a dimensão ambiental, mais eficiente e seguro será o processo, que é o que todos queremos. Essa, Sra. Relatora, inclusive, é uma das recomendações do recente relatório da OCDE.

Por fim, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Senadores, preocupa-nos a insegurança jurídica trazida por esse projeto. Sim, na visão da Coalizão Brasil, o projeto aumenta, não diminui a insegurança jurídica, e isso é prejudicial ao País.

Tomemos como exemplo o art. 4º, §1º, que permite que cada agência ambiental estadual ou municipal defina, sem qualquer parâmetro nacional e sem nenhum tipo de controle social, quais empreendimentos ou atividades devem ou não ser licenciados. Com isso, o projeto aumentou a discricionariedade e diminuiu a segurança jurídica, pois o mesmo empreendimento vai poder ser licenciado num Estado e dispensado de licença em outro ou ser licenciado com EIA/RIMA num Estado e passar por processo licenciado em outro. Se hoje já é um emaranhado de regras distintas em todo o País, haverá ainda mais, e os empreendedores do País terão que lidar com situações ainda mais dispares em Estados diferentes. Nós não vemos como isso possa ser positivo. Se, por um lado, a legislação nacional não deve tentar enquadrar a imensa diversidade do País numa regra estreita, por outro, é nociva a ideia de "liberou geral", de que cada ente federativo atua como um país independente, tratando de forma desigual situações que são semelhantes. Isso vai "complexificar" o planejamento, vai gerar uma enxurrada de ações judiciais, pois não vai haver mais parâmetro para dizer o que é ou o que não é razoável e, obviamente, abrirá margem para a corrupção, pois cada chefe de Executivo poderá definir, por meio de decreto, o que deve ou não ser licenciado e de que forma. Sem uma base mínima nacional, imaginem o assédio que agentes políticos sofrerão para mudar as regras para beneficiar esse ou aquele empreendimento e como alguns políticos mal-intencionados poderão usar dessa prerrogativa para fazer negócio.

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura defende que o projeto volte a prever uma lista mínima nacional de empreendimentos passíveis de licenciamento, estabelecida por um órgão colegiado com participação de diversos atores da sociedade, como é hoje o caso do Conama, permitindo que os entes federativos possam definir os ritos a serem seguidos a partir de parâmetros nacionais, mas não se devem ou não ser licenciados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também entendemos que a possibilidade de licenciamento por adesão e compromisso de empreendimentos de médio impacto ambiental, como previsto no art. 21, de acordo com a decisão de cada órgão licenciador, é outro dispositivo que não só vai suscitar disputas judiciais como, desnecessariamente, vai criar uma grande insegurança para a sociedade. A automatização de processos é desejável, mas desde que o risco seja controlado. A maior parte dos empreendimentos sujeitos a licenciamento junto aos Estados e Municípios são de baixo impacto ambiental e a aplicação dessa modalidade de licença a essa categoria de empreendimentos, ou seja, de baixo impacto, já desafogaria os órgãos licenciadores, sem expor a sociedade a graves riscos e impactos relevantes.

A LAC, Sra. Relatora, é uma novidade do nosso sistema jurídico, é uma boa ideia que vem sendo recentemente testada. Como a experiência da Bahia demonstra, Sr. Presidente, ela ainda precisa de ajustes, sobretudo na forma de funcionamento dos órgãos ambientais, para que ela possa funcionar a contento. Os dados disponíveis, que foram apresentados durante os debates na Câmara dos Deputados, mostram que 89% dos empreendimentos fiscalizados na Bahia e licenciados por lá estavam desconformes. É uma taxa muito alta para um tipo de licenciamento que pressupõe confiança no empreendedor. Isso quer dizer que a gente tem que jogar a ideia fora? Não, claro que não, mas a gente precisa ir com cuidado, implantando aos poucos e ajustando, encontrando equilíbrio entre o interesse do empreendedor em ter um processo simples e o interesse da sociedade em não estar sujeita a danos ambientais frequentes. Por isso, causa-nos preocupação que o projeto preveja que mesmo empreendimentos de médio impacto possam ser licenciados por essa modalidade, sobretudo em lugares nos quais ela nunca foi implantada. Para que esse modelo de licenciamento possa funcionar, é fundamental que os órgãos estejam bem estruturados, que a fiscalização esteja organizada e treinada para orientar e para punir quando necessário, que as procuradorias jurídicas estejam preparadas para julgar rapidamente os autos de infração, que um sistema de informação esteja operacional no órgão ambiental.

O projeto não considera nada disso e dá passe livre, a nosso ver, para que a atividade de risco ambiental razoável possa se instalar por meio do auto licenciamento. Nós entendemos que essa modalidade de licenciamento deve se restringir a baixo impacto e que, para outras modalidades de licenciamento para mais alto impacto, isso possa ser feito apenas se for comprovado que os órgãos ambientais já tenham condições de implementar a contento esse modelo.

Por fim, há que se corrigir a forma como está prevista a participação dos órgãos intervenientes, como o ICMBio e a Funai, quando se trata de áreas protegidas. Concordamos que não deve ser totalmente vinculante a decisão, mas aquilo que o órgão colocar como fundamento técnico tem que ser levado em consideração. E não faz nenhum sentido colocar prazos exíguos, para órgãos que são historicamente desprovidos de mão de obra necessária, para que eles possam se manifestar, e que o silêncio desses órgãos possa ser entendido como consentimento. Não faz nenhum sentido que uma regra nacional traga isso para órgãos públicos, que têm o dever de zelar pelo patrimônio público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Senadores, nossas considerações iniciais sobre o projeto, no tempo estipulado. A gente acredita que o Senado tem a importantíssima missão de reencontrar o equilíbrio entre celeridade dos ritos e prevenção de impactos à sociedade. E acreditamos que isso é possível.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Raul Silva Telles pelas suas contribuições.

Agora eu volto a chamar o Sr. Leonardo Papp para fazer a sua exposição em até 20 minutos.

Sr. Leonardo.

**O SR. LEONARDO PAPP** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia de novo, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Opa!

**O SR. LEONARDO PAPP** – Melhorou?

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Agora melhorou, agora sim.

**O SR. LEONARDO PAPP** – Que bom!

Então, reiterando os agradecimentos pelo convite, parabenizando pela iniciativa, a OCB se sente lisonjeada de poder contribuir e participar na discussão de um tema tão importante quanto o licenciamento ambiental.

A fala que eu preparei aqui, com o intuito de contextualizar de maneira geral o projeto de lei e a nossa posição sobre ele, é dividida em três pontos, em três tópicos.

Acho importante a gente compreender, antes de mais nada, como nós chegamos até aqui, 14 anos depois de tramitação do projeto de lei, com a aprovação de um texto na Câmara, agora submetido ao crivo do Senado Federal. Esse é o primeiro tópico.

No segundo tópico, eu queria explicitar algumas premissas que nos parecem importantes também para toda a discussão sobre o licenciamento ambiental e, por consequência, a reprodução dessas premissas também no próprio texto do ora projeto de lei e da futura lei geral de licenciamento ambiental.

Por fim, eu gostaria, aí de maneira mais estreita, tratar de alguns aspectos destacados, de alguns aspectos pontuais do projeto de lei que agora está submetido à apreciação das Sras. e Srs. Senadores.

Então, essa é a estrutura da minha fala para que eu possa deixar já indicado, desde logo, o começo, meio e fim. E também esclareço agora que a minha visão é feita a partir de uma leitura daquilo que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





minha formação, daquilo que é a minha atuação, que é a perspectiva do Direito, é a perspectiva da legislação.

Pois bem, então, em relação ao primeiro ponto, o contexto que nos trouxe até aqui. A Constituição de 1988 fez uma opção bastante ousada em relação às questões ambientais, porque lá no art. 23 a Constituição estabeleceu que a competência para adotar medidas administrativas, ações administrativas em relação ao meio ambiente é comum entre todos os entes federativos. Então, a diretriz da Constituição é que tanto União, quanto Estados, Distrito Federal e também Municípios, de maneira comum, vão atuar administrativamente na proteção do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável. O problema, senhores e senhoras, é que a Constituição de 1988 não disse como organizar a atuação da União, dos Estados e dos Municípios. Ela simplesmente disse que a atuação era comum, sem estabelecer internamente uma divisão de atribuição entre cada um dos entes federativos.

E, por conta disso, o período posterior, imediatamente posterior à Constituição de 1988 foi um período de bastante insegurança jurídica: insegurança jurídica pelo excesso de legislação, porque daí todos os entes federativos começaram a legislar sobre o assunto; insegurança jurídica pela falta de atribuições claras de até onde vai o papel de cada um dos entes federativos, o que gerava situações de um mesmo empreendimento ter que se submeter a três procedimentos de licenciamento ambiental distintos, um no Município, um no Estado e um na União; e o pior de todos os cenários de insegurança jurídica, que é uma intensa judicialização, porque, como não havia parâmetros bem definidos, muito frequentemente a solução precisava ser buscada no Poder Judiciário, o que é ruim para todo mundo – é ruim para quem empreende, é ruim para o meio ambiente, é ruim para a sociedade.

E esse cenário, Senadores e Senadoras, permaneceu até 2011, porque foi só em 2011, com a atuação desta Casa de leis, inclusive, que foi editada a lei complementar que organizou as competências administrativas em matéria ambiental para os entes federativos. É a Lei Complementar nº 140, de 2011. Essa lei foi um primeiro passo, na nossa visão, para poder completar o sistema pensado pela Constituição lá em 1988, porque a Lei Complementar 140 estabeleceu de maneira clara, em critérios mais objetivos, qual é o âmbito de atuação da União, dos Estados e dos Municípios. E no texto da Lei Complementar 140, de forma bastante evidente, é feita a opção de que o *locus*, o local preponderante para a realização dos licenciamentos ambientais são os Estados e os Municípios. Essa descentralização, essa ideia de federalismo cooperativo em matéria ambiental chamando os entes subnacionais para assumirem a responsabilidade de conduzirem o processo de licenciamento ambiental como regra é uma opção que foi adotada de forma muito clara lá na Lei Complementar 140, obviamente sem negar, sem deixar passar despercebido que há, sim, obras em empreendimentos que transcendem o interesse meramente de um Município e de um Estado, e daí uma lista de hipóteses nas quais o licenciamento ambiental deve ser conduzido pela União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também a Lei Complementar 140 resolveu o problema de sobreposição de atuações, tanto que ela estabeleceu o chamado princípio da unicidade do licenciamento ambiental, estabelecendo que cada atividade ou empreendimento vai ser licenciado por um único ente federativo.

Pois bem, a Lei Complementar 140, então, foi um passo importante, mas não completamente suficiente para a gente poder completar este modelo de competência administrativa concorrente prevista lá na Constituição Federal. Por quê? Porque a Lei Complementar 140 não estabeleceu como licenciar. E, de 2011 até hoje, passados dez anos, como a atribuição já havia sido reconhecida preponderantemente para Estados e Municípios, os Estados e Municípios precisaram se adequar à realidade do mundo, que não para, e começaram a editar legislações para poder dar conta das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Complementar 140. Isso acabou gerando e tem gerado uma série de disparidades entre Estados no que diz respeito a critérios muito básicos de licenciamento, inclusive quais são os tipos de licenças, quais as modalidades de licenças, quais os requisitos básicos de cada uma dessas licenças. É por isso que a gente entende extremamente importante esse projeto de lei geral ora submetido ao Senado, porque, se a Constituição diz que todos devem atuar, se a Lei Complementar 140 estabeleceu quem atua e quando, é este projeto de lei que deve estabelecer o como atuar. E vejam, esse projeto de lei deve estabelecer o como atuar sem desconsiderar o histórico, sem desconsiderar a existência da opção do Constituinte de priorizar Estados e Municípios no federalismo cooperativo ambiental e sem desconsiderar o que está na Lei Complementar 140, que determinou a arquitetura da atribuição dessas competências em matéria administrativa ambiental.

Dito isso, ou seja, situado este contexto, acho que é importante que nós passemos ao segundo ponto: estabelecer a premissa que – pelo menos nós entendemos – deve presidir toda a discussão sobre o licenciamento. A nossa premissa é de que o foco da discussão deve ser a busca de eficiência. E aqui a gente precisa ter cuidado, porque eficiência na legislação que define os procedimentos do licenciamento ambiental não pode ser confundida com fragilização, com facilitação, com flexibilização sem critérios; eficiência significa adotar as ferramentas que são necessárias, sem excessos regulatórios, mas que sejam suficientes para que, se adequadamente utilizadas, possam gerar os resultados necessários de compatibilização entre o desenvolvimento de atividades produtivas e a proteção do meio ambiente. Então, todo o discurso nos parece, todo o esforço precisa estar voltado à ideia de uma legislação ambiental que defina procedimentos para licenciamento que sejam eficientes.

E a gente tem clareza – acho que é importante não corrermos o risco de cair no autoengano – de que a eficiência do licenciamento ambiental não depende apenas da legislação. A eficiência desse instrumento, como todos os demais instrumentos de política pública, depende, sim, de legislação clara, mas também de outros fatores. No caso do licenciamento, é importante estar aberto para o uso intensivo de tecnologia, é importante estar aberto para a estruturação dos órgãos ambientais tanto em termos de recursos humanos quanto em termos de recursos materiais. Afinal de contas, uma lei boa sem condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ser aplicada por falta de estrutura ou porque não aproveita as oportunidades de estrutura e de tecnologia é uma lei fadada também ao insucesso.

Diante desse contexto, aqui no plano legislativo, a gente entende que eficiência é busca de segurança jurídica. As questões de avaliação de impactos, as questões concretas da utilização desses instrumentos são questões relacionadas ao agir da administração pública e não à produção, propriamente dita, do texto legal. Então, no processo legislativo, para a edição da legislação, eficiência tem como diretriz básica, na nossa visão, a busca de segurança jurídica.

Com isso, eu entro no terceiro e último tópico, específico do projeto de lei, da fala que aqui preparei. Quero falar de alguns aspectos destacados do projeto de lei à luz dessa contextualização, ou seja, da necessidade de nós não o entendermos de maneira desconectada com o que veio antes dele, especialmente com a competência comum e descentralizada, prevista na Constituição, reforçada pela Lei Complementar 140. Não podemos ter contradições entre esta nova lei e aquilo que já está no arcabouço legislativo vigente. Com esse foco na eficiência, entendendo eficiência no processo legislativo, para que haja a construção de um instrumento legal que possa aprimorar o valor de segurança jurídica.

Nós entendemos que o projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados, comparativamente com o estado de coisas que nós temos atualmente, avança nessa direção. Claro que isso é ínsito a qualquer discussão legislativa. Todos os atores que dela participam, ao final do processo, entendem que algo a mais poderia ser feito, mas dentro do contexto do possível e dentro de uma comparação com a realidade das coisas que nós temos hoje, há compreensão do cooperativismo de que o projeto de lei avança, sim, na direção dessas premissas que eu acabei de mencionar.

Primeiro, porque, nós vemos, no projeto de lei, uma compatibilização com o que está contido na Lei Complementar 140. Vou dar um exemplo concreto que alguns colegas que me antecederam até mencionaram. A Lei Complementar 140, ao se referir ao exercício das competências administrativas, remete essa atribuição ao "ente federativo". É esta a expressão utilizada na Lei Complementar 140. O projeto de lei, quando indica quem vai definir os critérios de licenciamento para as atividades que são de sua competência, remete também ao ente federativo, de maneira compatível com o que está na Lei Complementar 140. Cada Estado, cada Município, por conta das suas particularidades, tem a sua organização administrativa própria. Alguns Estados hoje definem a lista de atividades passíveis de licenciamento ambiental através de seus conselhos estaduais apenas; outros Estados definem por meio de decreto; há Estados ainda que definem uma atuação mista entre conselho e Chefe do Poder Executivo.

A lei agora submetida ao crivo do Senado precisa dar conta dessas especificidades, dessas particularidades. Não pode a lei federal agora correr o risco de desmontar estruturas e sistemáticas de licenciamento que já estão funcionando nos Estados, até porque isso tem repercussões práticas bastante imediatas e certamente indesejadas para todos os envolvidos, seja para o setor produtivo, seja para o meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto que nós destacamos do projeto de lei, como positivo, é a previsão de uma diversidade de tipos de licença ambiental. A gente, no Brasil, durante muito tempo, ficou preso à ideia de que licenciamento ambiental, necessariamente, precisaria ser trifásico, sendo LAP, LAI e LAO concedidas isoladamente. Os Estados, desde 2011, têm avançado, tremendamente, nessa compreensão de que há, sim, empreendimentos que dependem do licenciamento trifásico, mas que são necessários também outros tipos de licenciamento. O problema é que muitos Estados têm dificuldade em avançar nisso, porque não há uma lei federal corroborando essa multiplicidade de licenças ambientais.

O projeto de lei traz isto: fala, sim, do licenciamento trifásico; prevê o licenciamento bifásico; prevê o licenciamento em fase única; e prevê o licenciamento por adesão e compromisso, um instrumento que os Estados vêm utilizando, cada vez mais, justamente pela incorporação da tecnologia como uma possibilidade para tratar de algumas atividades e empreendimentos cujos impactos já são mais conhecidos por aquele órgão ambiental, por aquele Estado, pela sua dinâmica econômica e pelas suas características ambientais.

Outro ponto que a gente também reputa importante do projeto de lei é a preocupação de evitar sobreposição de esforços e de atuações administrativas. Isso fica claro quando se prevê, por exemplo, a possibilidade de licença ambiental e urbanística integradas, com aspectos que conversam entre si, o que faz todo o sentido.

Na nossa opinião, também vai nessa direção o dispositivo do projeto de lei que define, para algumas atividades de produção de alimentos que preencham condições muito específicas, a determinação da regra de não as sujeitar ao procedimento de licenciamento ambiental. Aqui é necessário ter cuidado, porque costuma-se misturar, dizendo que esse dispositivo permitiria novos desmatamentos. Isso não é verdade, pois ele não dispensa a necessidade de autorização de corte. Diz-se que esse dispositivo permitiria toda e qualquer atividade agropecuária, ainda se fosse realizada sem licenciamento ambiental, o que também não é verdade, porque no nele existem requisitos bastante bem delimitados para se reconhecer que, em determinadas circunstâncias, atividades de produção de alimento já têm o controle realizado por meio de outros instrumentos públicos e, por consequência, não precisam se submeter, de novo, a um procedimento de licenciamento ambiental que, muitas vezes, é compatível com a própria lógica da atividade produzida. Como o Rodrigo bem disse, essa não é a prática internacional mais estabelecida.

Muitas vezes, na prática dos Estados contra o licenciamento de atividades agrícolas, agropecuárias, ao final do processo de licenciamento, o empreendedor recebe um papel dizendo que ele tem que cumprir a legislação que já existia antes mesmo do licenciamento ambiental. Então, essa preocupação em evitar a sobreposição de atividades ou esforços públicos também é algo que a gente vê como positivo no projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para me encaminhar ao final, considerando o meu tempo aqui, é importante também a regulamentação da participação das autoridades envolvidas. É preciso que haja regras claras quanto a prazo, limites e efeitos das manifestações das autoridades envolvidas, porque o licenciamento ambiental não pode ser transformado em *locus*, em um instrumento para resolver todos os problemas relacionados a um determinado empreendimento. Isso enfraquece o licenciamento naquilo que ele tem de mais importante: a avaliação dos impactos ambientais, propriamente ditos, de determinada atividade ou empreendimento.

Há dois últimos tópicos importantes para o projeto de lei. Primeiro, olhem com preocupação, com cuidado, a situação dos servidores dos órgãos ambientais. Não é fácil tomar a decisão sobre conceder ou não licenças ambientais, muitas vezes em um contexto em que, tecnicamente, existe mais de um entendimento possível. A gente não pode ter a ilusão de que a técnica dá uma única resposta – certa e inegável – e resultado. Muitas vezes, o servidor público, ainda que imbuído da melhor intenção, precisa tomar decisões técnicas difíceis.

Hoje, existe um cenário de risco, de insegurança, para a própria figura do servidor. A pessoa física, muitas vezes, responde, não porque agiu com dolo, não porque agiu mal intencionadamente, mas porque optou por uma decisão técnica com a qual algum outro órgão de controle discorda. Isso acaba gerando ações civis ou, até mesmo, ações penais, com as quais os servidores se veem envolvidos involuntariamente. O projeto de lei tem a previsão de supressão de um parágrafo da Lei de Crimes Ambientais que, a meu ver, amplia esse cenário de segurança para o servidor público.

Por fim, como último tópico, é importante a preocupação do projeto de lei em regular os efeitos dos danos causados, por uma atividade licenciada, no que diz respeito ao restante da cadeia produtiva. Se uma empresa ou atividade contrata outra empresa ou atividade que tenha como seu objeto algo potencialmente poluidor que, eventualmente, cause dano ao meio ambiente, há uma dúvida instaurada hoje, uma insegurança muito grande de qual é a responsabilidade do contratante em relação a um evento de terceiro, a chamada poluidora indireta ou poluidora por extensão.

Acreditamos que, neste ponto também, o projeto de lei trata de maneira adequada a matéria, exigindo da cadeia produtiva aquilo que lhe é razoável: que ele contrate com quem tenha licenciamento ambiental, com quem tenha o ato administrativo do poder público que atesta a regularidade daquela atividade.

Encerro aqui as minhas considerações iniciais e fico à disposição para o debate. Agradeço, de novo, pela participação e peço desculpas pelas duas tentativas anteriores. Infelizmente, a gente não controla essas questões tecnológicas.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Leonardo Papp. Nós também estamos felizes que V. Sa. tenha conseguido superar a dificuldade tecnológica para poder trazer a sua contribuição.

Neste momento, concedo a palavra, para suas manifestações e questionamentos, à Senadora Kátia Abreu, Relatora da matéria. Ao mesmo tempo, peço escusas a todos, mas como tenho, às 11h, um embarque para a Bahia, por outros compromissos também firmados, transfiro a Presidência dos trabalhos para o nosso querido Senador Acir Gurgacz. Vou acompanhar, ainda no carro, até chegar ao aeroporto, pelo telefone celular.

De qualquer forma, quero me despedir e agradecer a todos os quatro painelistas, que, evidentemente, depois das manifestações dos Senadores, voltarão a poder falar, como eu disse, na ordem inversa, conforme combinado entre os dois Presidentes. Aí, o último será o primeiro e o primeiro será o último.

Muito obrigado a todos, e eu espero que a continuidade possa ser esclarecedora.

Senadora Kátia Abreu, com V. Exa. a palavra para suas manifestações e perguntas.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Está me ouvindo, Acir? Estou sendo ouvida?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Positivo.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ah, muito obrigada.

Eu estou no carro também, me deslocando. Eu estava acompanhando toda a sessão de casa, remotamente, mas agora estou me encaminhando à CRE, Comissão de Relações Exteriores, que inicia às 10h, e eu a presido. Mas eu gostaria muito de agradecer aos quatro palestrantes. Foram palavras esclarecedoras, debates e reflexões muito importantes, e eu quero agradecer pela contribuição e pedir que permitam que eu entre em contato individualmente com cada um para tirar algumas dúvidas a respeito de algum dos temas.

Muito obrigada a todos, e eu não tenho perguntas a fazer.

Agradeço apenas à Comissão. É muito importante nós implementarmos os debates para que nós possamos fazer um relatório bastante seguro para o nosso Plenário. Então, eu agradeço a todos, e, oportunamente, entrarei em contato com cada um.

Bom dia a todos!

Obrigado, Presidente Acir Gurgacz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Vamos dar sequência ao nosso debate da forma que nós combinamos com o Presidente Jaques Wagner.

Passo a palavra agora, novamente, ao Sr. Leonardo Papp, para fazer suas considerações finais.

**O SR. LEONARDO PAPP** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Acir.

Como consideração final, primeiro, quero reiterar o agradecimento e, dizer à Senadora Kátia Abreu, assim como a todos os demais Parlamentares, que a OCB está à disposição sempre para contribuir com sua visão própria. A OCB e o cooperativismo são um modo próprio de organizar pessoas e de realizar a produção. É uma forma de ver a atividade produtiva e a organização de pessoas que leva em consideração a opinião de cada um de seus integrantes. Este é um princípio do cooperativismo. E a gente acredita que, dentro das nossas limitações, há condições de apresentar esse DNA do cooperativismo também para tentar equacionar, para ajudar a equacionar problemas intrincados, como é o caso do licenciamento ambiental.

Por fim, encerrando minhas considerações finais, a entidade roga ao Senado que possa analisar o tema com a profundidade necessária, mas também com a agilidade e a celeridade que forem possíveis. Como eu disse durante a minha exposição, desde 2011, especialmente, tem se intensificado uma atuação bastante expressiva especialmente dos Estados da Federação, que precisam regulamentar as questões de licenciamento para dar conta das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Complementar nº 140.

E, nesse sentido, nesse contexto, nos parece importante que a Lei Geral não regrida nisso que nós entendemos que é uma conquista de aprofundamento do federalismo cooperativo em matéria ambiental, mais especificamente no licenciamento, que não corra o risco de uma centralização indevida de temas na União, mas que, ao mesmo tempo, o projeto de lei possa, inclusive, ir incorporando as experiências dos Estados para não correr o outro risco, que aqui nos parece bastante grave, que é de desconstruir aquilo que já está funcionando nos Estados, que o projeto de lei possa incorporar esses parâmetros mínimos, especialmente nos tópicos que eu destaquei durante a minha fala, e, nesse sentido, nós entendemos que o projeto de lei que foi aprovado na Câmara já dá um bom encaminhamento, uma boa diretriz para poder, depois, nesse momento, ser ainda mais, se for o caso, aprimorado pelos Srs. e pelas Sras. Senadores.

Encerro aqui e me coloco à disposição agradecendo novamente pela participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua participação.

Passo a palavra ao Sr. Raul Silva Telles do Valle, para fazer suas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como não houve perguntas, acho que aqui a gente está na fase de debates. Então, eu queria comentar um pouco o que disseram os outros palestrantes, a quem agradeço muito. Já participamos de outros debates, em outros temas, com o Leonardo, o Rodrigo, que, enquanto Secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, há muitos anos, justamente num tema sobre licenciamento ambiental, foi o pioneiro a tratar de licenciamento ambiental de atividades agrícolas lá atrás – não é, Rodrigo? Nós tínhamos lá o que depois virou o CAR. Eu acho que é, então, um debate de alto nível.

Eu queria trazer alguns pontos das falas que eu destaco e apontar para algumas contradições que vejo no projeto, que são os pontos, Sr. Presidente, que eu acredito que o Senado pode aprimorar. Tanto o Rodrigo quanto o Leonardo colocaram de forma bastante enfática nas suas falas que um dos problemas que existem hoje e que esse projeto deveria superar é o emaranhado de normas jurídicas sobre licenciamento ambiental: a disparidade entre os Estados, a quantidade de regras diferentes. Nós também entendemos que isso é um problema, e a gente está tentando encontrar... E não tem, nesse caso, certo e errado *a priori*, tem um ponto de equilíbrio entre o que o Leonardo colocou, do tal do federalismo cooperativo, entre a descentralização e a uniformidade, tem um ponto de equilíbrio que é um ponto ótimo que a gente está tentando achar.

Na nossa visão, o projeto, como está, não cumpre o princípio do federalismo cooperativo, porque ele delega aos Estados, sem nenhuma uniformidade, o poder de decidir uma série de coisas, como, por exemplo, o que vai ser e o que não vai ser licenciado. A nosso ver, isso é prejudicial. Isso não é cooperação; isso é competição. Então, a nossa cota ou risco que nós passamos a ter o federalismo competitivo e que nós vamos fazer a corrida ao piso em que Estados vão competir para quem tenha menos regulações, quem tenha menos rigor ambiental.

Nós sabemos que isso não é tão simples assim. Obviamente, um empreendimento grande, que depende de infraestrutura e uma série de coisas, não vai se mudar de um Estado para outro simplesmente por uma regra ambiental, mas isso pode acontecer com empreendimentos menores, e, pior, como coloquei na minha fala, isso vai gerar mais insegurança. Cada empreendedor vai ter que entender como funciona em cada Estado, porque pode haver regras muito diferentes. Então, vão começar a caminhar em paralelo.

Então, a nosso ver, o projeto é uma oportunidade de, sim, reconhecer a descentralização, que não decorre da Lei Complementar nº 140. Eu acho que há um pequeno equívoco aqui. A Lei Complementar nº 140 regula o art. 23 da Constituição, que trata da competência administrativa corretamente. A Constituição já dá poderes para os Estados, dá poderes para os Municípios poderem proteger o meio ambiente e, portanto, fazer licença. Então, além de sempre complementar, ela está correta, mas na ideia de que deriva de que deriva o dever de a gente ter uma regra federal de licenciamento ambiental. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deriva do art. 24 da Constituição brasileira, que estipula que a União deve trazer regras gerais, que são complementadas pelos Estados.

Então, assim como aconteceu no Código Florestal, senhores debatedores, lá atrás a gente teve essa mesma discussão, não é? Deveríamos ter regras que cada Estado definiria sem nenhuma base nacional sobre o que deve e o que não deve ser protegido em termos de florestas em áreas privadas ou deveríamos ter regas nacionais? O Código Florestal trouxe um certo equilíbrio aí. Tentou-se, naquela época, descentralizar excessivamente, e os debates mostraram que isso não é nem a tradição jurídica constitucional brasileira e nem é o mais adequado, nem é o mais prudente, e nós temos visto isso agora na própria implementação do Código Florestal, em que, por exemplo, nenhum programa de regularização ambiental trouxe regras mais protetivas ou regras ajustadas às suas peculiaridades locais em relação ao que temos em regras federais.

Muito foi falado das atividades agrícolas aqui. Eu queria lembrar que as atividades agrícolas, em regra, não são licenciadas mesmo. Eu acho que o que Rodrigo colocou e o que o Leonardo, de alguma forma, colocou é correto; ou seja, uma pequena atividade agrícola, que é trocar uma lavoura de milho por uma de soja ou de cana, de fato, nem deve, já não é licenciado.

Agora, eu queria lembrar aqui que já há problemas hoje em alguns Estados que dispensam genericamente de licenciamento e têm problemas pelo inverso. Então, por exemplo, alguns Estados dispensam de licenciamento a atividade de silvicultura. É correto dispensar a de silvicultura? A nosso ver, é correto; ou seja, a silvicultura, se feita no local adequado, da forma adequada, também independe, necessariamente, de uma avaliação de impacto que diga onde é que se pode trocar aquela área de pasto por floresta e tudo mais.

Mas o fato é que muitas atividades de silvicultura dependem de uma série de obras, de pequenas estradas, de pequenas pontes, de irrigação, de uma série de pequenas obras que, essas, sim, são sujeitas a algum tipo de autorização. E elas, como são feitas de forma esparsa, acabam gerando mais problemas para o empreendedor, mais mão de obra para o empreendedor do que se houvesse um licenciamento que abarcasse tudo isso.

Então, eu acho que também é do interesse do empreendedor, muitas vezes, poder se sujeitar a algum processo de autorização pelo Estado para que ele possa ter a tranquilidade de que aquilo que ele está fazendo vai ser feito, como o Leonardo colocou, de uma forma única, de uma forma coesa, de uma forma coerente, que possa ser, de fato, eficiente.

Então, Sr. Presidente, termino dizendo que nós da Coalizão acreditamos que o projeto precisa, necessariamente, ser aprimorado, ele tem problemas, mas, se esses problemas forem corrigidos, o projeto será positivo para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, contamos com o Senado para poder fazer essa revisão, para poder fazer esse aperfeiçoamento em alguns pontos muito importantes, mas eu tenho certeza de que nós vamos conseguir chegar lá, e este debate é importante para tanto

Agradeço e me despeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Raul, pela sua participação e pela sua contribuição para o debate deste tema tão importante para o nosso País.

Passo a palavra agora ao Sr. Rodrigo Justus para fazer suas considerações.

**O SR. RODRIGO JUSTUS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Fazendo aqui um paralelo com as palavras que o Raul falou agora, até lembrei que, em 2003, tempo em que eu não tinha cabelo branco ainda, eu o recebi lá, e a equipe foi fazer um estudo sobre a LAU, Licença Ambiental Única, que, depois, virou o CAR, e nós chegamos à conclusão de que aquilo não era uma licença. Aquilo era um jeito de, via satélite, o que era uma novidade à época, uma vez por ano, a gente conseguir uma imagem e entender o que havia acontecido durante um ano na propriedade. A gente checava e via quem tinha aberto áreas onde podia ou onde não podia, e daí chamávamos esses produtores para adequação. E na verdade, a gente não estava licenciando a atividade deles; nós estávamos apenas delimitando o local, embora aquilo se chamasse uma licença, do ponto de vista formal, não é?

E daí surgiu a questão do CAR. O CAR é uma evolução, e a tecnologia permitiu que nós tenhamos imagens ano a ano e verifiquemos a questão do desmatamento.

E um ponto que foi aqui colocado pelo Raul é que, na verdade, quando a gente discute esse assunto, fica muito difícil a gente dizer quem é "certo" e quem é "errado", entre aspas, porque existe a questão dos pontos de vista, existe uma questão de falta de referência internacional para o licenciamento, até porque cada país tem o seu modelo legal.

Nós estivemos, já durante o ano passado e o início deste ano, em discussões no painel da OCDE, discutindo a questão das conformidades ambientais. Verificamos mais de 300 atos e normas relacionados à OCDE e não achamos nada parecido, não só entre o Brasil e outros países, mas também entre os próprios outros países, ou seja, cada um adota um modelo dentro das suas circunstâncias históricas e das suas questões de estrutura administrativa.

Então esse projeto de lei, na verdade, é da mesma forma que aconteceu com o próprio Código Florestal e outras normas. Quando eu tenho uma discussão de um texto em que eu tenho a mais diversa gama de interesses que estão sendo discutidos, todos esses interesses legítimos, é claro que nós temos objeções e nós temos críticas, muitas vezes, às posições que são adversas, mas isso faz parte do processo democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que precisa agora é o Senado Federal, em cima dessas consultas públicas, dessas oitivas, dessas análises, seguir e fazer uma deliberação disso, aprovando um texto, e que esse texto atenda a questão da segurança ambiental, que esse texto resolva problemas crônicos estruturais que estão aí, para que o licenciamento ambiental não seja, por muitos empresários e empreendedores, não seja considerado um entrave ao País.

Na verdade, o licenciamento ambiental não é um entrave à Nação; o licenciamento ambiental é uma ferramenta para a garantia do desenvolvimento sustentável. E nesse sentido, nós devemos seguir.

Então eu conclamo, Senador Acir, o senhor e os outros Senadores, para uma análise de tudo isso que está sendo aí juntado, esse cabedal de informações, e que nós tenhamos uma posição do Senado Federal o quanto antes, até porque, eventualmente, havendo modificações no texto, esse texto terá que voltar para a Câmara, ou seja, o processo legislativo é complexo, e nós temos ainda um bom período de tramitação.

Agradeço aqui esta oportunidade, e estaremos sempre à disposição. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós agradecemos a sua presença junto conosco e também a sua participação, engrandecendo este debate.

Passo a palavra agora ao Sr. Luis Enrique Sánchez.

**O SR. LUIS ENRIQUE SÁNCHEZ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Foram muito interessantes as considerações do painel. Tenho a certeza de que o debate está sendo muito enriquecedor e trará elementos, inclusive de pontos de vista não necessariamente convergentes sobre a importância do licenciamento ambiental, mas talvez principalmente sobre o papel do licenciamento ambiental.

Eu gostaria de comentar alguns pontos que foram levantados no debate, extremamente importantes, dentre outros, mas destacar alguns, começando pelo fato de que o licenciamento ambiental por parte dos Estados é algo que vem da origem do licenciamento ambiental.

O licenciamento ambiental começou no Estado do Rio de Janeiro em 1975, pelo licenciamento de fontes de poluição. Logo em seguida, no Estado de São Paulo, em 1976, também voltado ao licenciamento de fontes de poluição. E quando o decreto que primeiro regulamentou a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, decreto de 1983, depois substituído por decreto do Presidente Sarney, de 1990, tratou do licenciamento ambiental, ambos os decretos, não há diferença entre eles nesse ponto de vista, atribuíram primordialmente aos Estados a tarefa de licenciamento ambiental. Então isso não é nenhuma novidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verdade que, ao longo do tempo, houve divergências, ações judiciais, por exemplo, questionando a competência dos Estados no licenciamento de certos empreendimentos, levando a decisões judiciais que alçaram, por exemplo, à esfera federal e, com isso, necessariamente prolongando o processo decisório.

Então, nesse sentido, é verdade que a Lei Complementar 140 veio contribuir, veio organizar uma atuação desses vários entes federativos; mas, desde a sua origem, no Brasil, o licenciamento ambiental é essencialmente uma tarefa dos Estados, o que levanta a questão então da capacidade dos órgãos ambientais.

Naquela ocasião, para implementar os requisitos da Política Nacional do Meio Ambiente, em particular, para implementar a Resolução Conama 1/86, os Estados tiveram que se reorganizar ou organizar internamente, atribuindo a determinados setores, órgãos do Estado. Por exemplo, alguns atribuíram às secretarias de saúde a aplicação inicial da Resolução Conama 1/86, outros modificaram as suas estruturas ambientais já existentes para implementar os novos requisitos de estudos de impacto ambiental. Então tem havido uma adaptação contínua, ao longo do tempo, às regras que emanam, são emanadas da legislação ou da regulamentação federal.

Nesse sentido, o citado relatório da OCDE também deixa muito claro que é fundamental um fortalecimento dos órgãos ambientais. Isso não necessariamente ou não diretamente significa aumento do número de funcionários, do número de servidores. Possivelmente, sim, para muitos deles. Mas, com certeza, o uso mais apropriado de tecnologias de informação é fundamental. E embora muitos desses órgãos tenham avançado, estejam avançando nesse sentido, ainda há muito o que se fazer.

Então a capacitação dos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental, assim como dos chamados órgãos intervenientes, que agora, no projeto de lei, mudam de nome, mas têm funções semelhantes, é igualmente fundamental. Isso contribuiria muito para a eficiência. Não há dúvida: tenho que trazer minha concordância ao ponto de que eficiência deveria ser uma das premissas e um dos objetivos do licenciamento ambiental. Porém, eu entendo que é insuficiente. O objetivo e ao mesmo tempo o que deve organizar, deve servir de farol para organizar o licenciamento ambiental deveria ser a sua efetividade. Efetividade é um conceito mais amplo que o de eficiência. Engloba a eficiência, não a diminui, mas diz respeito a aonde se chega com políticas públicas.

O Tribunal de Contas da União, por exemplo, faz avaliações de várias políticas públicas, já fez diversas auditorias operacionais, é um termo que se usa, de ações dos órgãos ambientais relativos ao licenciamento ambiental, inclusive fez já mais de uma auditoria sobre o licenciamento ambiental do Ibama, sempre apontando as necessidades para a melhoria da efetividade. Então esse eu coloco como um ponto essencial.

E efetividade, no licenciamento ambiental, diz respeito essencialmente à proteção dos recursos ambientais. É assim que se poderá medir o sucesso de uma legislação de licenciamento ambiental: se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houver melhor proteção dos recursos ambientais. É essa a mensagem principal que eu gostaria de deixar para os senhores.

Agradeço mais uma vez e me coloco à disposição caso outras consultas sejam necessárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença, trazendo a sua experiência para este debate, um debate equilibrado por todos os nossos palestrantes.

Eu dizia há pouco ao Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que eu tive o prazer e a satisfação, em 2011 e 2012, de também presidir esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu dizia a ele da evolução das pessoas, dos debatedores com relação à conscientização de que nós temos que ter um cuidado ambiental para produzir alimentos, com relação às nossas obras que nós precisamos para o nosso País. A evolução foi muito grande.

E participar de um debate deste nível é para mim uma satisfação muito grande. Poder ter a experiência do Senador Jaques Wagner, trazendo aqui a sua experiência como Senador, como Ministro, como Governador da Bahia, que teve um trabalho excepcional quando administrou aquele Estado, para nós é muito importante.

Eu tenho a certeza de que nós vamos avançar, evoluir. Nós precisamos continuar produzindo alimentos, mas com conscientização ambiental. Nós precisamos das obras para o nosso País, das obras estruturantes, das obras que são necessárias para o escoamento da produção agrícola e industrial brasileira, mas é claro, com a consciência ambiental que é necessária.

Temos aqui alguns questionamentos dos nossos internautas. Eu passo a ler.

Gabriela Silva, de Goiás: "Como esse projeto trará efetivamente benefícios econômicos e ambientais para o País?"

Gabriela, é através da desburocratização. Um licenciamento ambiental com equilíbrio. Eu entendo que nós vamos avançar e modernizar o nosso Código Ambiental.

Samuel Rodrigues, de São Paulo: "Quais os efeitos que a medida pode trazer para as comunidades ribeirinhas, os povos originários e as comunidades quilombolas?".

Samuel, eu entendo que atualizar o licenciamento é importante, assim como ter uma atenção especial aos nossos povos originários, aos quilombolas, aos nossos ribeirinhos.

Geovane Batista, de Mato Grosso do Sul: "Por que há tanto espaço para latifúndio, sendo que quem coloca comida na mesa é o pequeno produtor rural?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geovane, muito bem colocada a sua postagem. De fato, ambos são importantes para o nosso País: tanto quem produz em larga escala como quem produz em pequena escala. A diferença é que nós temos que ter uma atenção especial ao pequeno agricultor, à agricultura familiar. O grande produtor tem condições de se defender, mas o pequeno agricultor, não. Por isso, a importância de nós sempre estarmos com uma atenção especial à agricultura familiar, ao pequeno produtor rural. Nós vamos continuar tendo essa preocupação com os nossos pequenos agricultores.

Bernardo da Cunha, de Goiás: "Qual o plano de ação do Governo para os pequenos produtores, os chacareiros e os posseiros?".

Temos que ter uma ação do Governo Federal junto com os governos estaduais e municipais também. Essa integração é importante. É nos Municípios que as pessoas moram. Nós temos que estar sempre atentos às ações governamentais e municipais apoiadas pelos governos estaduais e pelo Governo Federal também. E, com certeza, Bernardo, nós temos que ter uma atenção especial aos pequenos produtores rurais, aos chacareiros que produzem os nossos hortifrutigranjeiros, que realmente fazem com que a sua produção chegue às mesas dos brasileiros.

Jhonatan do Prado, do Paraná: "Qual a melhor maneira de equilibrar a economia com os devidos cuidados ambientais sem que um não prejudique o outro?".

Jhonatan, eu entendo que não há concorrência entre o produtor e o meio ambiente. Pelo contrário, há uma convergência: um depende do outro. Jamais poderemos produzir alimentos sem o meio ambiente nos ajudando. Esse equilíbrio é que vai fazer com que a gente possa avançar, com responsabilidade ambiental, na produção de alimentos não só para o País, para a população brasileira, mas para a exportação também.

Mell Lopes, de São Paulo: "Quais os impactos na biodiversidade de espécies em nossa fauna e flora? Como as futuras gerações irão encontrar nossos recursos naturais?".

Mell, essa é a grande preocupação de todos nós. Nós queremos fazer com que esse projeto, tanto de licenciamento ambiental quanto de reforma agrária e de regularização fundiária, tenha uma atenção especial às nossas riquezas naturais. Há, sim, uma preocupação de todos para que a gente possa deixar, para as futuras gerações, aquilo que é de mais importante para a biodiversidade, para a economia, para a agricultura e para o meio ambiente.

Yuri Campos, de Sergipe: "Quanto tempo dura, em média, o processo de licenciamento ambiental?".

Essa é uma pergunta muito importante, Yuri, e é talvez uma das causas mais fortes pela qual estamos debatendo e discutindo o marco do licenciamento ambiental. Talvez seja a demora de alguns – não do sistema, não do todo –, talvez de algumas pessoas que não tenham a sensibilidade de fazer com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os processos ambientais, os licenciamentos ambientais andem com naturalidade, com mais rapidez. Esse talvez seja um dos principais motivos pelo qual nós estamos debatendo esse licenciamento ambiental.

Nathyelle Mayara, de Minas Gerais: "Quais são os principais impactos positivos e negativos?".

Ora, Nathyelle, esse é um questionamento bastante amplo, e nós vamos, na sequência dos debates, avançando nessas questões do que é positivo e do que é negativo para o meio ambiente. O que é positivo, de fato, é nós termos uma produção agrícola e as obras brasileiras sempre em equilíbrio com o meio ambiente. Não podemos avançar nem a favor da abertura do licenciamento nem podemos avançar no travamento das obras e da produção de alimentos. O equilíbrio é da maior importância.

Paulo Gomes, de Mato Grosso do Sul: "Esse [...] [projeto] enfraquece de vez o licenciamento ambiental. É um retrocesso que fere os direitos das futuras gerações". Esse é o comentário do Paulo Gomes.

Nós entendemos a sua posição, e os debates aqui são feitos exatamente para que isso não aconteça.

Leonardo Toledo, de São Paulo: "O Estado precisa ser mais eficiente e menos burocrático". Esse é o seu comentário. Obrigado pela sua participação.

De fato, é o que nós estamos aqui debatendo, Leonardo, tentando tirar a burocracia não só do licenciamento ambiental, mas também, se possível, de todas as ações dos governos, seja federal, sejam estaduais, sejam municipais.

Igor Ramos, de Pernambuco: "O projeto deve ter, como função principal, a preservação de áreas indígenas, pois as mesmas se encontram com fragilidade".

Igor, muito obrigado pela sua participação. Nós concordamos com você plenamente. Nós temos que ter essa atenção especial com as áreas indígenas para que elas não sejam atingidas, de forma alguma, lembrando sempre que nós temos já várias legislações, como o Código Florestal, que controlam o desmatamento, a produção agrícola por regiões, por bacias, e que já norteiam toda a produção agrícola do nosso País. Portanto, o reasfaltamento de uma rodovia não vai ter impacto ambiental em hipótese alguma, porque temos uma lei que regulamenta o desmatamento, regulamenta a produção.

Eu entendo que nós temos que integrar o País através das nossas rodovias. Hoje, os únicos Estados que não estão integrados por asfalto com todos os demais Estados brasileiros são exatamente o Estado de Roraima e o Estado do Amazonas, através da BR-319, lembrando que ela já foi asfaltada na década de 70. O impacto ambiental que houve – e é evidente que houve – foi na década de 70. Começou, em 1968, a abertura e o asfaltamento daquela BR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos aqui pedindo – esse caso já foi citado –, reforçando e, como se diz, forçando é o reasfaltamento da BR-319, porque ela é importante para a integração dos povos.

Há um dado importante: a maioria das verduras que são consumidas em Manaus vem de avião de São Paulo, encarecendo o custo de vida da população manauara. Ora, o que é que nós queremos? Que nós possamos levar a produção hortifrutigranjeira do nosso Estado, principalmente do Município de Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Candeias, Itapuã do Oeste e Ariquemes, para as gôndolas dos mercados de Manaus. Boa Vista tem a sua produção, mas Manaus não tem. A prioridade, em Manaus, é a Zona Franca de Manaus, não a produção agrícola. Em Rondônia, nós temos a produção agrícola como principal fruto da nossa economia. Nós queremos levar todas as nossas produções para a cidade de Manaus e para outras cidades do Amazonas também. Não entendo que isso venha a trazer nenhum impacto ambiental, porque estamos falando de um reasfaltamento, como se fosse uma manutenção – e é a manutenção de uma rodovia que já existe desde 1970.

Enfim, eu encerro por aqui a nossa audiência, combinando com o Senador Jaques Wagner... Na sua saída, ficou pendente se nós faríamos ou não, na próxima terça-feira – não nesta terça-feira, mas na outra, dia 14 –, se nós tivéssemos espaço, se nós faríamos, no dia 14, uma nova audiência pública e, no dia 16, também, ou seja, na terça e na quinta-feira não da próxima semana, mas da outra semana. Nós confirmamos que há espaço para o dia 14. Então, ficamos assim combinados. Nós nos encontraremos, as duas Comissões – Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária –, no próximo dia 14 e também no próximo dia 16.

Agradeço, mais uma vez, a todos os participantes, a todos os palestrantes pelo debate equilibrado nesta nossa audiência pública, saudando a Senadora Kátia Abreu, saudando o Senador Jaques Wagner e os demais Senadores e Senadoras que participaram desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (11ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (18ª REUNIÃO), EM 14 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e um minuto do dia quatorze de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Alvaro Dias, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Eduardo Braga, Fabiano Contarato, Confúcio Moura, Vanderlan Cardoso e Jaques Wagner, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (regularização fundiária), atendendo aos requerimentos REQ 6/2021 – CRA. Autoria: desta Presidência, REQ 44/2021 – CMA. Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA), e PL 2633/2020. Autoria: Câmara dos Deputados. Finalidade: Debater a regularização fundiária e instruir os seguintes Projetos de tramitação conjunta: - PL 2633/2020, de origem da Câmara dos Deputados, que "Altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências"; e - PL 510/2021, do Senador Irajá, que "Altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências". Participantes: Aldo Rebelo, Deputado Federal e Relator do Código Florestal; Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça do Ministério Público do Pará e Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Raoni Rajão, Pesquisador e Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Geraldo Melo Filho, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Usam da palavra os Senadores: Carlos Fávaro, Jacques Wagner, Chico Rodrigues e a Senadora Zenaide Maia e o Presidente da Comissão Senador Acir Gurgacz. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**SENADOR ACIR GURGACZ**
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 18ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, que ocorrem conjuntamente, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a regularização fundiária e instruir os seguintes projetos de tramitação conjunta: PL 2.633, de 2020, de origem da Câmara dos Deputados, que altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária, e dá outras providências; e o PL 510, de 2021, de autoria do Senador Irajá, que altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.

Eu cumprimento os nobres Senadores que nos acompanham, especialmente o Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e nos dá a honra de poder presidir esta Comissão, esta reunião mista no dia de hoje.

Os nossos convidados, na sequência, serão os debatedores Aldo Rebelo, nosso sempre Deputado Federal e o grande Relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Foi Ministro dos Esportes, Ministro de Ciência e Tecnologia e Ministro da Defesa. Muito obrigado pela sua presença junto conosco.

Sra. Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça do Ministério Público do Pará e professora da Universidade Federal do Pará; Raoni Rajão, pesquisador e professor da Universidade Federal de Minas Gerais; e também Geraldo Melo Filho, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Antes de nós iniciarmos os nossos debates, eu atenderia a pedido do nosso Relator, o Senador Carlos Fávaro, que está em Cuiabá e pegará voo às 8h30 para Brasília. Então, antes de nós iniciarmos, eu passo a palavra ao Senador Carlos Fávaro para fazer as suas colocações. (*Pausa.*)

Senador Carlos Fávaro está *online* conosco? (*Pausa.*)

Talvez já tenha... São 8h06, talvez já tenha se deslocado para o aeroporto.

Pergunto ao Senador Jaques Wagner se deseja fazer uso da palavra agora ou mais tarde. (*Pausa.*)

Mais tarde... Então, está bem.

Não tendo acesso do Senador Carlos Fávaro, nós iniciaremos, então, o nosso debate.

Passo a palavra ao nosso...

Carlos Fávaro está conectado e está com a palavra. (*Pausa.*)

Não estamos ouvindo a sua voz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – Bom dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Agora, sim. Bom dia.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – Sr. Presidente, Senador... (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – A sua conexão está ruim, Carlos. (*Pausa.*)

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – Senador Acir, tudo bem?

Demais colegas Senadores...

Senador Acir, está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Estamos ouvindo. Talvez, se cortar o vídeo fique mais leve e fique mais fácil para a gente fazer a transmissão e lhe ouvir. (*Pausa.*)

Isso. Agora está melhor.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero agradecer, primeiramente, a oportunidade de já iniciar os trabalhos. Cumprimento a todos os Senadores e Senadoras, todos os palestrantes.

Estou decolando de Cuiabá para Brasília, mas parabenizo pela iniciativa de fazer a audiência pública junto com a Comissão de Meio Ambiente para nós debatermos esse tema tão relevante no Brasil que é a regularização fundiária. Eu quero dar um testemunho. Eu cheguei a Mato Grosso há quase 40 anos num assentamento de reforma agrária sei da importância do título de propriedade para transformar para melhor a vida das pessoas, dos pequenos produtores.

Esse tema é polêmico, difícil, nós temos que enfrentá-lo. A modernização dessa legislação passa principalmente pelo uso das novas tecnologias de *drone*, de imagens de satélite, dos algoritmos que podem servir ao Incra e ao poder público para poder fazer o desenvolvimento da regularização fundiária efetiva para os pequenos e médios produtores.

Quero aqui também fechar meu compromisso – depois que a gente decidir qual projeto será votado, se será apensado ao projeto que tramita na Câmara, que tramitou na Câmara e está no Senado, ou o de iniciativa do Senador Irajá, do qual eu sou Relator – de que temos que produzir com sustentabilidade, não transgredir nas questões ambientais, não flexibilizar em nada de crimes ambientais. E mais: não flexibilizar em marco temporal. Nós não podemos flexibilizar marco temporal para não ser um estímulo de novas invasões, não podemos dar um recado errado ao mercado dizendo: "Olha, vamos continuar invadindo terras públicas para que, mais no futuro, o Congresso Nacional faça uma nova lei flexibilizando". Então, agora é a hora de nós ajustarmos a legislação, melhorarmos a legislação, mas não flexibilizarmos para crimes ambientais e nem que seja de estímulo a novas invasões de produtores.

Também quero fazer um compromisso de trabalhar junto com os colegas Senadores, porque a modernização tem que se fazer para pequenos e médios produtores. Não temos que incentivar terras públicas serem vendidas, subsidiadas a grandes latifundiários.

Portanto, Sr. Presidente, esta oportunidade que o senhor me dá de fazer a fala inicial é muito relevante para que eu possa trabalhar junto com os colegas Senadores no intuito de fazermos uma legislação mais moderna, mais eficiente, mais justa para que o Presidente Geraldo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Melo Filho e a sua equipe possam fazer efetivamente a regularização fundiária brasileira, mas sem transgredir regras ambientais e sem que nós incentivemos a grilagem de terra neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Voltou a sua comunicação, Carlos Fávaro. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Seria melhor se cortasse o vídeo.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Aí seria melhor. Assim fica melhor.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – O senhor conseguiu ouvir no meu pronunciamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sim.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – Eu gostaria de, então, me colocar à disposição desta Comissão, também da Comissão de Meio Ambiente, para que juntos possamos trabalhar em uma regularização fundiária justa, efetiva, que não transgrida as questões ambientais, que não transgrida o marco temporal, para não dar um sinal ao mercado de que o Congresso Nacional, a cada quantos anos, renova o marco temporal para frente, estimulando as invasões de terra. Que nós possamos ser justos e dar ferramentas modernas para que o Incra possa fazer efetivamente a regularização fundiária.

Esse é um debate importante e eu parabenizo o senhor, como Presidente da Comissão de Agricultura e Regularização Fundiária, como também o Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Juntos, todos nós vamos apresentar ao Brasil uma efetiva legislação que possa trazer a regularização fundiária a todos os pequenos e médios produtores brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Carlos Fávaro. Esperamos V. Exa. aqui em Brasília para a gente continuar o nosso debate com V. Exa.

Passamos agora...

**O SR. CARLOS FÁVARO** (PSD - MT) – Obrigado pela oportunidade. Daqui duas horas, estamos aí em Brasília para continuarmos trabalhando.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Boa viagem. Esperamos aqui.

Passo a palavra agora ao nosso sempre Deputado Federal e Ministro Aldo Rebelo.

**O SR. ALDO REBELO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, prezado Senador Acir Gurgacz; bom dia, prezado Senador Jaques Wagner; bom dia, prezados Senadores; bom dia, Dra. Eliane; bom dia, Professor Rajão; bom dia ao Presidente do Incra, Dr. Geraldo Melo Filho; bom dia a todos os que nos acompanham.

Senador Acir, a título de curiosidade, eu estou em São Paulo, aqui na cidade de São Paulo, e ontem, olhando a nossa imprensa, me deparei com a seguinte notícia: que a cidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itaquaquecetuba, aqui na Grande São Paulo, firmava um convênio com o Governo do Estado para a regularização fundiária das habitações de 200 mil pessoas na cidade – 200 mil moradores da cidade de Itaquaquecetuba, que deve ter no máximo o dobro desse número de habitantes, terão suas propriedades urbanas regularizadas pelo programa do Governo do Estado, que se chama Programa de Regularização Fundiária Urbana, denominado Cidade Legal. E esse programa está aos cuidados de várias secretarias do Governo do Estado e atende Municípios do Estado de São Paulo com situação irregular de propriedades urbanas.

O que eu quero dizer com essa notícia publicada ontem no jornal aqui chamado Gazeta Regional, do Alto Tietê, é que existe no Brasil um grande movimento de regularização fundiária de propriedades urbanas, sem que isso se transforme na grande polêmica, no grande debate nacional, porque não há de fato muitos obstáculos a que a burocracia do Estado, no caso das unidades da Federação, promova a regularização dessas propriedades. Isso acontece quando se trata da regularização de propriedades rurais e, principalmente, quando essas propriedades rurais se encontram na Amazônia. Essa é que é a verdade. Por essa razão, esse debate se arrasta há tantos anos.

A deficiência da burocracia do Estado priva do direito à propriedade plena, ao título da propriedade centenas de milhares de agricultores, brasileiros que sofrem o esbulho, que são privados desse direito, que não têm acesso a benefícios naturais e normais, como crédito, a extensão rural, a valorização do seu imóvel, o uso do seu imóvel na garantia de crédito. São prejuízos que alcançam os proprietários que não têm a sua propriedade regularizada.

Eu fui Secretário da Casa Civil em São Paulo e pude testemunhar que as áreas mais pobres do País, as que são mais carentes de investimento, são exatamente as áreas onde as propriedades estão irregulares, no caso do Pontal do Paranapanema. Por quê? Porque, quando a propriedade não está regularizada, quando o proprietário não detém o título definitivo de propriedade, essa propriedade e a área onde ela se situa, por exemplo, não recebem investimento. Ninguém vai investir numa área, prezados Senadores, cuja propriedade é incerta, ninguém sabe se ela pertence ao Estado ou se pertence a um particular, pouco importando se, na verdade, essa propriedade é legítima, se ela foi alcançada por meios legítimos. O que importa é que ela não está regularizada. E, aqui no Estado de São Paulo, eu sei que, quando essa propriedade não está regularizada, a área não tem investimento, a área empobrece, o Município se prejudica por causa disso. Tudo o que acontece nessa propriedade vem acompanhado da incerteza sobre a garantia da propriedade, se é do Estado ou se é de particulares.

Então, esse é o drama que alcança centenas de milhares de proprietários no Brasil. E essa falha acontece... Eu estou falando das propriedades legítimas, eu não estou falando aqui do grileiro. Grileiro não tem interesse em legalizar nada. Será que aquele que rouba uma propriedade ou um bem tem interesse em ir ao cartório registrar? Tem interesse em confessar que aquilo é um crime, é resultado de um crime? Não. Quem se interessa e quem busca a regularização da propriedade é aquele que alcançou essa propriedade pelos meios legítimos, pelos meios legais e que, por alguma deficiência do Estado, não alcançou ainda a posse plena do seu bem. O grileiro não tem interesse em registrar, em regularizar coisa nenhuma. O grileiro vive na sombra; o grileiro vive na clandestinidade; o grileiro busca, geralmente, fugir ao alcance da lei, ao alcance das normas. O grileiro não tem interesse nem em se aproximar nem em aproximar o Estado do fruto do resultado do seu crime. É nisso que eu tenho a mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente convicção. Só busca a proteção do Estado e da lei aquele que tem confiança nos meios pelos quais alcançou a sua propriedade.

Essa questão se revela principalmente na Amazônia. A Amazônia virou a encruzilhada das dores de cabeça do Brasil. Aqui no Sudeste e no Sul a própria mídia, acompanhada por ONGs, iniciou um processo de campanha contra essa legislação, lá atrás, quando apareceu ainda sob a forma de uma medida provisória, a Medida Provisória da Grilagem. A imprensa de São Paulo não publicava uma informação verdadeira sobre isso. Era uma campanha, não havia informação. Então, quem dependesse dos jornais de São Paulo e do Rio para obter alguma informação sobre esse projeto não ia alcançar porque havia uma campanha com esse estigma; era a MP da Grilagem, pouco interessando separar o que é o crime, o que é a grilagem, do que é o cidadão que, inclusive, foi levado à Amazônia pela mão do Estado. Foi o Estado que estimulou, conduziu e levou essas pessoas, como os milhares de casos que conhecemos na Amazônia – os assentamentos que foram feitos, as transferências de famílias do Sul e do Sudeste para a região da Amazônia –, mas a imprensa desconhece tudo isso.

Eu creio, portanto, que o esforço de regularização exige, de fato, separar o que é legítimo do que não é; a propriedade legítima – não digo legal porque é exatamente o que se busca – da propriedade ilegítima, da que foi resultado de crime. Acho que essa preocupação é correta, e o Estado brasileiro dispõe dos meios para verificar com segurança e garantia o que é legítimo do que é ilegítimo, o que é legítimo do que é criminoso; o Estado dispõe desses meios. Esse esforço não deve ser apenas de um órgão: o Incra, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, as secretarias estaduais e, como vi na audiência da Câmara e sugeri, as próprias Forças Armadas, com os seus instrumentos, com a sua experiência e com sua presença na Amazônia, principalmente o Exército pode ajudar, inclusive no levantamento, na verificação das informações necessárias à promoção dessa regularização.

O que não pode acontecer, na minha opinião, prezados Senadores, é o pressuposto de que essas propriedades, na verdade, têm na sua origem a suspeição do crime. E é muitas vezes com essa suspeição que essa promoção de regularização é feita, ou seja, o proprietário, principalmente na Amazônia, é em primeiro lugar um suspeito. Em primeiro lugar, ele é tratado como suspeito. Ele não é tratado como alguém de boa-fé; ele é tratado como suspeito, e todas as medidas são tomadas exatamente nesse sentido. Eu acho que, com esse pressuposto de fato, o encaminhamento da solução dessa matéria fica muito difícil. Acho que o pressuposto deve ser o da inocência, com todos os instrumentos e mecanismos para apuração de qualquer crime. E o Governo dispõe desses meios, o Governo dispõe da Polícia Federal, o Governo dispõe da AGU, o Governo dispõe do Ministério da Justiça, o Governo dispõe de tudo, dispõe de todos os meios.

Hoje em dia, principalmente, eu vejo a suspeita de que não se pode usar, dependendo da propriedade, o sensoriamento remoto. O sensoriamento remoto, hoje em dia, é algo muito exato. Toda a verificação dos crimes contra o meio ambiente... Eu fui Ministro da Ciência e Tecnologia, eu sei qual é a precisão desses satélites para verificar as informações sobre desmatamento, sobre queimada, com uma precisão cada vez maior. Então, não há como você driblar, omitir ou esconder informações quando você verifica pelo sensoriamento remoto. Quem já teve a experiência de fazer esse Cadastro Ambiental Rural sabe que é possível localizar com precisão qualquer informação sobre uma propriedade. Você pode percorrer, com esse instrumento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Google, qualquer área do Planeta com precisão absoluta; você pode percorrer a margem de qualquer rio do mundo em qualquer lugar do mundo com uma precisão absoluta. Se um leigo pode fazer isso, como é que técnicos não têm condições de verificar com precisão informações sobre determinada propriedade na Amazônia? Eu acho que essa técnica, cujo uso se propõe, que é pelo sensoriamento remoto, é um meio de você também agilizar, porque são as deficiências do Estado. Se o Estado, com a deficiência de pessoal, de meios, de técnicos, tiver que fazer verificação em condições de visita física para a legalização dessas propriedades, isso aí é a mesma coisa que dizer que isso não vai acontecer. É a mesma coisa de dizer que isso não vai acontecer.

A outra coisa também que eu não percebo onde está o senso de justiça é você dividir, a título de regularização, a pequena, a média da grande propriedade. Quando você legisla para qualquer disciplina da vida econômica ou social, essa divisão nunca existe. Você sempre trata com equidade e diz o seguinte: o que está regular, o que está legal, o que é legítimo, independe do tamanho para ser alcançado pelo benefício da lei. Essa é a minha compreensão. Por quê? Porque a regularização fundiária – para concluir, prezados Senadores e expositores – não é apenas um ato, um gesto, uma iniciativa de justiça que alcança um proprietário, que alcança uma propriedade. A regularização fundiária é a valorização social da propriedade, ou seja, é o reconhecimento de que aquele cidadão dispõe de uma área reconhecida pelo Estado brasileiro como propriedade legal e propriedade definitiva, retira do cidadão o manto da suspeição. Ele é um invasor, ele é um grileiro, ele conseguiu essa propriedade ilegalmente? Não, a regularização dá a ele, definitivamente, a certidão social, a valorização social da propriedade legítima, da propriedade legal. Esse é o primeiro desdobramento, ou seja, alcança o cidadão, o proprietário, de duas formas.

A terceira dimensão é que valoriza economicamente essa propriedade. Você imagine se uma empresa quiser, por alguma razão, investir, ou um banco ou um fundo quiserem investir em áreas onde estão propriedades ainda não reconhecidas, isso não vai acontecer, porque o investimento estaria sendo feito em uma propriedade cuja titularidade é incerta. Não se sabe se aquilo pertence ao cidadão que está na posse ou ao Estado. Então, economicamente, essa área é desvalorizada não apenas para o proprietário, ela é desvalorizada para o Município, ela é desvalorizada para a União. O reconhecimento dessas propriedades, inclusive, vai aumentar a riqueza do Município, a riqueza do Estado, a riqueza do País. Essas propriedades passarão a ter outro valor depois de reconhecidas, ou seja, é um bem social, é um bem para o indivíduo, mas é um bem também econômico para a sociedade e para o Estado, com a regularização dessas propriedades.

E, nesse momento em que eu vejo aqui a notícia de que a Amazônia se encontra no meio dessa batalha... A Amazônia e o Centro-Oeste. Eu vi, na semana passada ou há 15 dias, um grupo de subcelebridades europeias e americanas desembarcando em Brasília para – olhem a expressão – enterrar, impedir uma ferrovia no Centro-Oeste brasileiro, de Sinop até o Pará, para o transporte da nossa safra. Hoje, eu vi – agora – um grupo de Parlamentares europeus querendo interferir numa legislação sobre demarcação de terra indígena que está em discussão lá no Supremo, ou seja, é muito interferência externa, muita interferência de fora nos assuntos do Brasil, principalmente quando se trata de agricultura, de meio ambiente, de Amazônia, de terra indígena. E o Congresso, o Supremo e o Poder Executivo precisam se entender sobre como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteger o meio ambiente, como proteger a Amazônia, como proteger os índios, como proteger as florestas, mas como proteger também o Brasil dessas interferências externas, que são muito grandes – são legítimas em parte, mas interesseiras por outro. E eu acho que esse projeto é exatamente uma das disciplinas alcançadas por esse processo de desorientação.

Eu vejo aqui na imprensa de São Paulo, do Sul e do Sudeste que encontrar uma informação isenta sobre esse tema é uma coisa muito rara, ou seja, vem tudo aqui viciado por interesses que, muitas vezes, nem os próprios autores das matérias compreendem ou alcançam.

Eu espero que o Senado, como sempre, consiga compatibilizar essa lei, esse projeto relatado lá pelos Deputado Zé Silva e o que aí no Senado foi apresentado pelo Senador Irajá, e tire-se dos dois exatamente aquilo que melhor alcance o direito fundamental dos agricultores brasileiros, de todo o País e da Amazônia, a ter a posse reconhecida definitivamente e legitimada pelo Estado brasileiro. Isso é um direito, é um dever de justiça que eles esperam – alguns, há décadas.

Bom dia e muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, nosso querido colega Aldo Rebelo pelas suas colocações sempre muito equilibradas, com toda a experiência de quem estudou esse tema por muitos e muitos meses, para poder, na época, aprovar o Código Florestal na Câmara, trazendo um avanço muito grande naquela época.

Nós queremos apenas continuar esse trabalho, fazendo com que a gente possa melhorar ainda mais as condições para que a gente possa fazer a regularização fundiária com toda a responsabilidade ambiental.

Agradeço, mais uma vez, a sua presença.

Como nós combinamos com o Senador Jaques Wagner, vamos fazer a primeira rodada e depois inverteremos – quem é o primeiro será o último, quem for o último agora será o primeiro – para dar oportunidade de todos falarem na mesma posição de um e de outro.

Passo a palavra agora à Sra. Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça do Ministério Público do Pará e Professora da Universidade Federal do Pará.

V. Sa. tem a palavra.

**A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmos. Srs. Senadores.

Agradeço imensamente o convite e parabenizo pela iniciativa.

Eu gostaria apenas de confirmar – estou aqui com alguns probleminhas técnicos – se vocês estão conseguindo me ver bem. (*Pausa.*)

Acredito que sim.

Vou tentar aqui passar uma rápida apresentação para tentar organizar um pouquinho a minha fala e respeitar obviamente o horário.

Eu solicitaria, inclusive, a confirmação de quanto tempo eu tenho de fala para poder me auxiliar com esse controle. Eu lhe agradeceria muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não. V. Sa. tem 20 minutos, mas, se precisar de algo mais, é claro, nós estaremos sempre dando uma oportunidade para a conclusão da sua fala.

**A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA** – O.k.

Eu não sei se vocês já estão conseguindo visualizar minha apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sim, estamos visualizando.

**A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA** – Já está sendo compartilhada?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Já.

Se puder maximizar, será melhor.

**A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA** – O.k. Só um minutinho, por favor. (*Pausa.*)

Estou só precisando me ajustar aqui. Se o senhor quiser passar para o próximo a falar para eu não atrapalhar o ritmo... Mas acho que agora vai funcionar bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Está bom assim. Está ótimo. Está bem. Estamos vendo bem.

**A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA** – Eu agradeço imensamente, parabenizo pela oportunidade deste debate.

Vou aqui fazer meu controle do tempo para respeitar todos e todas e também poder participar dos debates.

Bem, primeiramente, eu busquei fazer uma apresentação bastante objetiva na busca de contribuir efetivamente com o debate que está sendo realizado na data de hoje, e o centro das questões que eu gostaria de ressaltar é a aferição, e isso eu já falei em outra oportunidade que eu tive de me manifestar sobre especificamente o PL nº 510, sobre o *status* atual de todas as iniciativas que já foram realizadas.

É importante reconhecer que o Brasil já caminhou bastante na realização de providências de políticas públicas para assegurar a regularização fundiária e justamente para atender a critérios que buscassem elementos de justiça para essa efetivação. O que nós ainda temos no Brasil, e talvez essa percepção dos trabalhadores e trabalhadoras do campo de ausência de acesso à terra, de ineficiência de um critério de justiça ou de políticas públicas seja muito mais o resultado da ausência de implementação dessas políticas do que efetivamente da ausência de norma, do que efetivamente da ausência de lei.

Então, eu começaria fazendo essa reflexão – e aqui eu pretendo realmente trazer reflexões – de que a gente já tem um sistema de regularização fundiária eficiente, um sistema que avançou bastante, um sistema que estabelece gradientes, que reconhece a pequena propriedade. O limite realmente é constitucional, dos 2.500 hectares. Esse limite já foi estendido nas leis que vieram. Existe uma política voltada para os trabalhadores em situação de maior vulnerabilidade. Já há um módulo fiscal prevendo, inclusive, a alienação gratuita. De até quatro módulos fiscais, a gente já tem manifestação do STF sobre a questão da vistoria, dispensando a vistoria. E realmente acima de quatro módulos é uma necessidade de atenção, de cautela que se coloca.

Aqui eu gostaria de dizer que a gente, óbvio, reconhece, entende que não está tudo no campo da grilagem, que existe sim uma parcela da sociedade que busca atender inclusive, mais recentemente, as normas ambientais, que busca meios de trabalho.

Mas quando a gente fala em quatro módulos e acima de quatro módulos fiscais, eu vou já passar mais adiante algumas apresentações para que realmente haja cautela necessária com a gestão do patrimônio público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer isso. Quando a gente fala de terra pública da União, o que a gente está falando é de patrimônio público, é da gestão de um bem nacional, da gestão de um bem que precisa, sim, ser regularmente repassado às mãos do privado, quando isso acontecer, quando for o caso dessa destinação de uso.

Então, já de pronto, e compreendendo que algumas das demandas que fazem esses sucessivos projetos de lei virem à tona é a situação de pessoas que têm uma demanda por regularização fundiária rural legítima, eu trago aqui algumas reflexões iniciais. Primeiro, algumas sugestões para as demandas que ainda são existentes, que ainda não puderam ser atendidas pela norma atual, ressaltando que a norma atual não atende a maior parte dos seus destinatários não é por ausência de normativa, é por necessidade de operação, de capacidade de agir nos órgãos fundiários. É aí que está o nosso maior gargalo e é aí que meios concretos, eficientes devem ser pensados para enfrentamento dessa dificuldade.

É por isso que o Programa Terra Legal não chegou nem a ensaiar os objetivos iniciais que tinha pretendido, porque a estrutura, o aparato estatal não dá conta.

Então, quais as reflexões que eu já trago, que para essas demandas que são localizadas, que geram esses debates legislativos sobre a necessidade de implantação de um fundiário existente legítimo e que atenda a função social da terra há a necessidade, primeiramente, da realização de levantamentos de casos concretos para o atendimento dessas demandas dentro das normas vigentes. Então, seria necessário estabelecer um programa novamente, ressuscitar e reestruturar um programa eficiente de atendimento a esses casos concretos.

Uma segunda questão que é primordial é que a evolução fundiária esteja aliada ao respeito ao meio ambiente e à floresta. E, quando eu digo isso, é o respeito a antes, é você privilegiar aquela pessoa que está produzindo na terra, que está utilizando a terra conforme a sua função social em respeito ao meio ambiente e não aquela pessoa que desmata para depois obter o título, o que lamentavelmente é uma situação bastante recorrente aqui na Amazônia.

A terceira situação é a necessidade realmente de criação de um programa específico. E, quando eu falo, é óbvio que já existem programas de políticas públicas que foram desenvolvidas, mas programas específicos. E para esse eu vou chamar aqui de demanda residual, essa demanda que se entende não atendida pelas normativas vigentes, porque o fato é que a nossa normativa, o nosso ordenamento jurídico, tem muitas formas de regularização fundiária, as modalidades já estão aí. Para isso, obviamente, o respeito aos 2,5 mil hectares, que é constitucional, mas é necessário a gente dizer que até acima de 2,5 mil hectares existe no nosso ordenamento jurídico a possibilidade de regularização, desde que cumpridas as próprias normativas, os próprios dispositivos constitucionais.

O respeito aos quatro módulos fiscais. É obrigação constitucional a vistoria prévia nos casos acima dos quatro módulos fiscais. E, principalmente, a identificação, essa questão que o Deputado Aldo Rebelo mencionou, da necessidade de utilizar o sensoriamento remoto, é verdade. O sensoriamento remoto é uma tecnologia muito importante, mas é preciso identificar quais são os blocos de áreas no País em que ele é aplicável, em que ele pode ser aplicado como instrumento eficiente, porque em algumas áreas não é possível. E eu vou lhes dizer da experiência de quem faz e fez durante muitos anos vistoria em campo aqui na Amazônia. Às vezes, com um *drone*, a gente se afasta três metros e você já não tem uma visibilidade adequada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquele uso da terra, você já não consegue ver, por exemplo, um rio ou até mesmo algum tipo de ocupação, de roça, etc.

Então, é preciso entender onde é possível, onde, realmente, tecnicamente ele pode auxiliar, porque em muitos locais ele não vai ser possível e aí, sim, é necessário que todo o mecanismo já existente seja cumprido.

Pois bem, sobre o que a gente está falando quando a gente fala na Amazônia. Acho que esse estudo é muito importante, eu recomendo muitíssimo aos senhores e às senhoras que estão envolvidos hoje com esse debate, que é um estudo do Imazon, recente, de 2021, sobre justamente o estoque fundiário na Amazônia.

É importante a gente dizer que uma boa parte, sim, da Amazônia está com algum tipo de destinação oficial. Porém, a gente tem cerca de 30%, quase 30% das áreas na Amazônia não destinadas ou sem informação de destinação. Isso significa dizer que essas áreas precisam urgentemente ter uma destinação conforme a Constituição, e essa destinação, não necessariamente, é a regularização fundiária individual. A gente está falando de terras indígenas que precisam ser demarcadas, a gente está falando de territórios quilombolas que precisam ser titulados, a gente está falando de unidades de conservação que precisam ser criadas e de florestas públicas que precisam ser adequadamente utilizadas, ou seja, imaginar-se que toda área não destinada da Amazônia deve servir imediatamente para regularizações fundiárias automáticas, a toque de caixa, como coloco aqui – desculpem a expressão um pouco popular, coloquial –, é inadequado, porque aqui é preciso realmente, como todos os senhores já sabem, uma gestão bastante adequada desse território.

Um dado também muito importante desse estudo que eu trago, estudo intitulado "Dez fatos essenciais sobre regularização fundiária na Amazônia Legal", é que 43% do território que não tem definição fundiária, ou seja, daqueles quase 30% que a gente acabou de mencionar, têm prioridade para conservação. Ele precisa realmente ter sua destinação compatibilizada com a finalidade socioambiental da Amazônia, da terra na Amazônia, com a realidade de proteção e, sim, de combate à destruição do nosso bioma, da nossa floresta, que é o maior bioma do Brasil, que é o bioma da integração nacional, como costumo dizer. A Amazônia é um bioma que integra o Território nacional. A gente tem que ter zelo sobre ela também a partir dessa perspectiva.

Esse é um balanço muito rápido de algumas preocupações. A gente já teve algumas normativas que alteraram, como eu já falei, o cenário legal: a criação do Terra Legal, em 2009, que se deu a partir de várias convenções, que falava em 1,5 mil hectares e já dispensava a vistoria prévia até quatro módulos fiscais e foi ajustada com a ADI 4.269, do STF, que declarou inconstitucional a dispensa para áreas maiores que essas; a Lei 13.465, que veio posteriormente, em 2017, e que ampliou essa possibilidade de regularização fundiária pelo Terra Legal para 2,5 mil hectares, ou seja, é uma área bastante expressiva. A gente já está no limite constitucional. Muito já foi feito, é isso que eu quero ressaltar. O Estado brasileiro tem buscado, sim, caminhar para a efetivação, mas, se não há um Incra eficiente, se não há um Incra com poder e com capacidade de ação, não adianta a gente ter a melhor legislação do mundo, que a gente vai continuar sem alcançar os objetivos que todos queremos.

E aí a gente tem nesse cenário os PLs 510 e 2.633, que retomam algumas discussões, que, do meu ponto de vista, são inconstitucionais, como a dispensa da vistoria, ampliando para seis módulos. E aí eu quero falar um pouquinho sobre o módulo. Parece que é só de quatro para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seis, que é pouca coisa: "Não, são só dois módulos". Como bem já ressaltaram os Senadores que me antecederam, um módulo muda no Brasil, ele tem tamanhos diferentes. Então, essa realidade precisa ser considerada no contexto brasileiro.

Então, ao ampliar para seis módulos, sem vistoria, ele cria uma situação de inconstitucionalidade, ele convalida a autodeclaração para o reconhecimento fundiário e, no meu entendimento, ele desvirtua aí a finalidade do CAR. A finalidade do Cadastro Ambiental Rural não é fundiária, é essencialmente ambiental.

E, ela permite – e aqui eu quero ressaltar que isto não é um privilégio dessas duas normas, é algo de que eu tenho falado já há muito tempo –, lamentavelmente, as normativas de regularização fundiária têm permitido o uso do dano ambiental, que, às vezes – não é sempre, mas muitas vezes –, é, inclusive, tipificado como crime, como um mecanismo de premiação fundiária. E nisso a gente tem que ter muita atenção. Não deveria haver aceitação de regularização fundiária em benefício daquele que desmatou para ocupar. Isso deveria ser uma trava da legislação. Talvez se a gente começasse por isso, por essa trava, toda a política fosse muito mais eficiente, inclusive, na sua conexão com as questões ambientais.

Outro ponto são as mudanças no marco da ocupação para permitir ocupações ainda mais recentes. Também os dois projetos trazem esses elementos, principalmente o PL 2.633, quando ele altera a Lei de Licitações.

E ambos estimulam a ocupação em territórios de povos indígenas e de populações tradicionais ao não criar travas que sejam realmente efetivas...

Desculpem, vou só fechar aqui o meu WhatsApp, porque acho que deu um probleminha aqui.

Ao efetivamente não criar esta trava de que só pode existir a regularização fundiária para aquele que obedeceu à norma ambiental, você termina, sim, premiando com a regularização fundiária, muitas vezes, aquele que já tem algum tipo de intercorrência ambiental naquela terra. É a questão da ausência. Quando você amplia também a ausência de vistoria, o permissivo de não ter vistoria, isso termina estimulando um tipo de ocupação em territórios de povos indígenas e de comunidades tradicionais. E é preciso ter essas travas legislativas muito claras.

E ainda traz uma alteração na Lei de Licitações.

Agora, é só para explicar o que eu falo em uso do dano ambiental como mecanismo de premiação fundiária. Nenhuma das nossas normas fundiárias impede claramente que aquele que cometeu o desmatamento tenha acesso à terra. Existem mecanismos de transição. Por exemplo, alguns projetos de lei falam, mas a gente já tem isso na lei, que, tendo um plano de recuperação ambiental ou tendo um TAC, é possível essa regularização. Isso é muito grave, isso precisa, sim, ser alterado, porque isso estimula o desmatamento, principalmente na Amazônia, que é uma região de fronteira, de avanço. Então, é importante que a ocupação já ocorra aliada ao respeito. E qual é esse ciclo? Muitas vezes, o desmatamento é utilizado até como uma forma de ocupação, ocorre a autuação da infração com até mesmo o uso dessa autuação como uma prova dessa ocupação, há a ausência do impedimento da regularização fundiária pelo infrator e depois, simplesmente, a aceitação de que um PRA e um TAC sejam mecanismos que convalidem esse acesso à terra. E o resultado aí é que, infelizmente, o infrator termina obtendo a terra e termina sendo premiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O resultado disso que a gente tem visto é o aumento do desmatamento. É fato que a gente já teve uma situação pior – e este gráfico demonstra –, mas a gente vive hoje, sim, um aumento do desmatamento, principalmente a partir de algo que o Senador que iniciou a sessão falando já ressaltou: todas as vezes que se tem indicação de alterações e de permissivos de regularização fundiária ampliados, a gente tem um efeito muito complicado no desmatamento. Só para citar: aqui no Pará, a alteração da lei de terras do Estado do Pará vai no mesmo caminho, perseguir o mesmo caminho de aceitar que exista um passivo ambiental e, mesmo assim, regularizar a terra.

É claro que a gente não tem estudos que demonstrem perfeitamente essa relação, mas fato é que, mais recentemente, o desmatamento no Pará também tem aumentado.

Só para demonstrar como esses pontos se comunicam, alguns pontos críticos do PL 2.633...

A gente tem uma pretensão de expandir a política da regularização fundiária, mas alterando essa dispensa da vistoria, como eu já mencionei, permitindo a regularização fundiária por meio do PRA e do TAC nas situações em que já existia o dano ambiental, uma ausência de exceção às áreas públicas florestadas – isso é muito importante.

As áreas públicas onde existe floresta primária precisam ser retiradas da possibilidade de regularização fundiária, para que a gente não amplie o desmatamento e a perda da floresta.

E, principalmente, o uso da autodeclaração do interessado como mecanismo de regularização fundiária, que é o que está no art. 13, para situações até seis módulos fiscais.

Aqui eu só queria ressaltar como os módulos fiscais se alteram no Brasil, porque muitas vezes a gente fala "ah, são só mais dois módulos fiscais", mas o módulo fiscal varia, no Brasil, de 5 a 110 hectares. Então, a gente fala só de um módulo, mas a gente pode estar falando, em alguns lugares do Brasil, de 110 hectares, e, em outros lugares do Brasil, de 5 hectares. Então, é importante a gente ter essa cautela e é por isso que bem andou a primeira lei do Terra Legal, quando estabeleceu um limite em quantidade de hectares, que era de 1,5 mil hectares originalmente, e não exatamente pelos módulos.

O tema do módulo fiscal só é relevante e precisa ser mantido, no meu entendimento, do ponto de vista da questão da vistoria, a obrigatoriedade de que para acima de quatro módulos fiscais exista vistoria.

Vamos imaginar, na Amazônia, por exemplo, se fosse dispensada em áreas de 100 hectares o módulo fiscal, a gente estaria falando de uma área aí de 400 hectares. É possível se pensar acima disso e dispensar a vistoria? É disso que nós estamos falando.

A gente vê essa variação, não é... Por exemplo: em São Félix do Xingu, o módulo fiscal é de 75 hectares. Em Viamão, no Rio Grande do Sul, a gente está falando de 10 hectares. Em Borba, no Amazonas, o módulo fiscal é de 100 hectares. Em Ribeirão Preto, é de 10 hectares.

Então, não dá para a gente pretender tomar o recorte... Uma coisa é a área passível de regularização fundiária, que já está estabelecida na lei hoje vigente; outra questão é a necessidade de realização de vistoria prévia. E, sim, a gente já está no limite do aceitável, que são os 4 hectares, até vendo essa diversidade que existe no Brasil, como eu acabei de mencionar.

A gente tem também uma proposta no Projeto de Lei 2.633, que é a dessa alteração do marco. Eu ressaltei isso, porque existe uma compreensão geral de que o 2.633 não altera marco, mas ele altera, ao pretender a alteração da Lei de Licitações. Então, ele puxa o marco de 2004

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





para 2008, e ele também fala dessa alteração aí do que existe hoje, do limite de 1500, que sobe – e aqui eu estou falando especificamente de licitação – para 2500.

Sobre os pontos do PL, o meu tempo já está esgotado, eu já falei em outra ocasião, mas eu entendo que eles se comunicam muito em muitos dos pontos que eu já ressaltei aqui em relação ao 2.233. Mas o que eu quero ressaltar, finalmente aqui concluindo, já para encerrar o meu raciocínio, é que esse é um estudo do Rajão, do Professor Rajão, que vai falar logo na sequência. É importante verificar qual é realmente a demanda, mas fazer essa alteração normativa toda exatamente para atender qual demanda? Eu acho que esse mapa, ao demonstrar, em vermelho, quais são realmente os imóveis beneficiados - e aqui o recorte é do PL 510 -, ele nos mostra que existe toda uma demanda que já é atendida, e que esse nosso sentimento, esse sentimento de que a gente ouve muito se falar, de que não existe ainda uma forma de atendimento adequada, ele decorre, volto a dizer, muito mais da ausência de efetividade e das dificuldades dos órgãos fundiários, do órgão fundiário, principalmente do INCRA, de atuar. Esse órgão precisa ser, sim, empoderado, precisam ser feitos mecanismos de repasse de recursos; é preciso pensar nisso: recursos de pessoal, de tecnologia, para que o INCRA possa ser mais eficiente.

Bem, eu agradeço imensamente a oportunidade, encerro aqui a minha fala, agradeço aos Senadores que estão presidindo essa sessão, aos aqui presentes, e com isso me despeço.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua explanação, Eliane.

Passamos agora a palavra ao Raoni Rajão, pesquisador e professor Universidade Federal de Minas Gerais. V. Sa. tem a palavra por 20 minutos e, se precisar de um tempo maior, claro, nós estaremos aqui à disposição. Muito obrigado.

**O SR. RAONI RAJÃO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, Senadores, senhoras e senhores, Sr. Aldo Rebelo, é um prazer estar aqui com vocês podendo debater um tema dessa importância.

Eu vou projetar aqui alguns slides que acho que vão ajudar um pouco a ilustrar os pontos que eu gostaria de trazer para debate, caso isso seja permitido.

Ok., já foi autorizado.

Pois não.

Então, antes de tudo, eu gostaria aqui de trazer um pouco o contexto das minhas contribuições. Nós somos um grupo aqui da Universidade Federal de Minas Gerais. Dentro dele, eu lidero o Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais no Departamento de Engenharia de Produção, e nosso foco aqui é garantir uma produção sustentável, uma produção que consiga ser sustentável do ponto de vista econômico, social e também ambiental, entendendo que os serviços fornecidos pela floresta em termos hidrológicos, em termos de carbono, em termos climáticos, são essenciais, inclusive e principalmente, para a produção agropecuária. E, dentro disso, entra a questão da gestão do território, tema que é um dos focos do nosso grupo de pesquisa. Juntamente com o Centro de Sensoriamento Remoto, hoje temos aí mais de 30 pesquisadores que atuam conosco aqui, desde cientistas da computação, engenheiros, geógrafos de várias especialidades, economistas, para poder contribuir com uma visão mais ampla sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No contexto da MP 910 no ano passado, eu achei muito importante voltar os esforços da nossa equipe para esse tema. Por isso, elaboramos uma nota técnica junto com a USP, com a Esalq, um dos principais centros de estudos agrícolas do Brasil, senão o maior, o principal, e publicamos esse estudo, inclusive em coautoria com o Richard Torsiano, que foi por dez anos Diretor de Regularização Fundiária do Incra, ou seja, não só um grupo de cientistas altamente qualificado, mas também pessoas com uma experiência prática de longa data nesses temas, porque para nós é muito importante não só trazer o conhecimento científico, o conhecimento teórico, mas também o conhecimento prático.

E, ao mesmo tempo, temos aí em vigor um acordo com o Governo do Pará para poder trazer tecnologias, inclusive tecnologias de satélite, de detecção automática, para várias áreas do Governo do Pará, em particular a parte da Secretaria de Meio Ambiente, mas também a Secretaria de Agricultura e de Defesa Animal e também o Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Inclusive, por coincidência, nessa quinta-feira estive com eles. Fui ao Governo, fui a Belém do Pará exatamente para poder discutir e avançar no sistema que estamos implementando com eles, para poder conseguir, de um lado, garantir o direito das pessoas que estão buscando a regularização de terras e que estão lá e que merecem essa área, que cumprem todos os requisitos legais, para que possam fazê-lo, mas também cumprindo as questões e as dimensões ambientais exigidas pela própria legislação. Então, estamos trabalhando com esses temas na prática e buscando não só proteger o meio ambiente, mas também garantir o direito dessas pessoas.

Por isso, é muito importante, como ponto de partida, fazermos uma separação do que é regularização fundiária e do que é grilagem, porque muitas vezes esses termos são utilizados de maneira trocada, e é muito importante fazer uma separação clara.

Regularização é algo em que se reconhece um direito, ainda mais porque a gente tem que lembrar que toda terra, seja privada, seja pública, tem de exercer uma função social. Então, é uma terra pública que é ocupada de maneira mansa e pacífica, ou seja, sem uso da violência; que é colocada para a produção agrícola, ou seja, que está beneficiando – não é somente invadir, colocar duas, três cabeças de gado para garantir a posse e abandonar a área; é de fato viver e produzir de maneira ativa naquela área –; e também é necessário ter feito isso até uma certa data. A legislação atual em vigor, que inclusive foi mantida no PL 2.633, tem a regra geral para 2008, nenhuma regra específica até 2011, no caso com pagamento um pouco mais alto do valor da terra para o Incra, que mesmo assim é muito abaixo do valor de mercado. Nesses casos, sim, nós estamos falando de regularização. E claramente o Estado tem que fazer de tudo para poder avançar nisso. Eu entendo, inclusive – a fala do Senador Fávaro, concordo 100% com o que ele disse –, que nós temos que buscar modernizar a legislação para que ela possa garantir esses direitos.

Agora, grilagem é diferente. Grilagem é a posse muitas vezes de maneira fraudulenta ou com uso de violência. Daí a importância de você ter mecanismos para poder verificar se houve violência de fato e se houve ocupação de fato. E, senhoras e senhores, discordando aqui, por mais que o sensoriamento remoto seja algo extremamente importante e capaz... Eu fui indicado agora subcoordenador, inclusive, do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG, que foi criado em 1992, junto com o Inpe. Então, o sensoriamento remoto, eu dedico a minha vida inteira acadêmica a estudá-lo. Agora, não dá para poder ver grileiro e nem assassinato por imagem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

satélite. Não dá para poder distinguir uma área invadida por grupos criminosos de produtores que estão legitimamente há décadas somente com a imagem de satélite. É necessário, principalmente em áreas mais maiores, conseguir verificar inclusive essa questão para poder separar a regularização da grilagem.

Inclusive, na legislação atual, no âmbito da legislação atual, está muito claro que invasões públicas que não podem ser regularizadas na legislação atual podem ser enquadradas na Lei 4.947, de 1966, que inclusive fixa penas criminais para invasão de terra pública com intenção de ocupá-las, ou seja, invadir terra pública após 2012 hoje é crime – é crime. Então, nós temos que tomar muito cuidado ao discutir, por exemplo, mudanças no marco temporal porque, em termos muito claros, estamos legalizando alguém que anteriormente fez uma atuação que, se hoje for identificada pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, pode levar inclusive a uma detenção até de três anos, e vamos estar dizendo que isso é legal. Então, é muito importante avaliar isso também.

Além disso, cito os processos com fraudes em nome de terceiros – isso é grilagem; ou seja, é importante distinguir os dois elementos.

Outro elemento importante é ter em mente que nós estamos falando de regularização fundiária, mas, no tema fundiário, você possui a questão das parcelas particulares, que é o que nós estamos discutindo aqui, ou seja, que é a desapropriação, a transferência de uma área cuja titulação é pública, é de todos nós brasileiros, para indivíduos – é disso que trata esse tema específico pela 2.633 –; agora, nós temos também a questão dos assentamentos, que é uma outra legislação; nós temos também a questão das unidades de conservação, que é uma outra destinação; e nós temos também a questão das terras indígenas, que é uma outra destinação. Terra indígena, inclusive, é importante ressaltar, segue terra pública, segue terra de todos nós, porém com o uso exclusivo das populações indígenas. É diferente das parcelas particulares que, ao serem repassadas para esses terceiros, para esses produtores, não são mais pública, passam a ser de uso privado.

E hoje nós temos cerca de 50 milhões de hectares não destinados no Brasil, dos 123 milhões de hectares de terras públicas federais, ainda na Região Amazônica, ou seja, quase a metade. É por isso que realmente é muito importante tratar o tema de maneira muito cautelosa.

E qual é a situação hoje? Você tem uma regularização atual que já permite a regularização, inclusive com o uso do sensoriamento remoto junto com a autodeclaração, de mais de 90% dos produtores, que hoje aguardam regularização, que hoje aguardam análise dentro das bases do Incra. É possível que haja produtores que ainda não adentraram e não entregaram o georreferenciamento ao Incra? Sim, é possível, mas sabemos, inclusive, que a estrutura fundiária do Brasil é aquela que é dominada majoritariamente por pequenos produtores, até quatro módulos fiscais. Então, independentemente de nós termos a inclusão de mais produtores ou menos, essas proporções, tudo indica – por todas as bases: do CAR, do IBGE, do Censo rural – que elas se mantêm.

Com o PL 2.633, você tem um aumento do número de produtores em cerca de 3 mil, mas há um aumento maior, chegando ali a mais de 7 milhões de hectares, ou seja, saiu de 6 milhões para cerca de 7 milhões de hectares.

Agora, o que está sendo discutido e que é muito preocupante é o aumento relativamente pequeno do número de produtores adicionais que seriam beneficiados pela autodeclaração mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as imagens de satélite e uma quantidade de terra pública repassada para o privado, sem os devidos controles detalhados, em mais do que o dobro da legislação atual. Isso, de certa forma, é um dos temas que nos preocupam.

Então, fazendo aqui a comparação – já apresentei essa questão dos imóveis beneficiados –, é importante aqui também ressaltar um outro tema: que, além do 2.633, no projeto original, havia a exigência de ser feito o cadastro ambiental rural – claramente, inclusive, já exigido por outras legislações, pelo próprio Código Florestal –, porém com a indicação de que o CAR precisa estar ativo, por quê? É como o banco exigir, por exemplo, numa transação bancária, somente o CPF. O banco não exige somente o CPF para poder abrir uma conta; ele exige um CPF ativo, porque, se o senhor, por exemplo, tem um CPF, mas não paga impostos, está pendente com a Justiça, e aquele CPF é cancelado ou suspenso, não pode fazer operações financeiras. Portanto, senhores, é muito importante deixar claro na legislação que não basta fazer uma inscrição de um CAR, que depois é cancelado na Justiça, que depois torna-se pendente por falta de ação do produtor com relação à regularização ambiental, e contar como cumprimento da legislação ambiental a mera inscrição. Não; é preciso ser a inscrição com cadastro ativo. Inclusive, vale ressaltar que, ao fazer a inscrição sem uma ação do Estado, o cadastro segue ativo; ele só se torna pendente ou suspenso a partir do momento em que houve uma decisão administrativa com relação a esse tempo. Então, isso é um aprimoramento importante que, ao meu ver, o Senado poderia fazer no âmbito das discussões aqui.

Outro tema importante é o art. 38, que é um artigo que está no PL 2.633 – não na original, mas que foi introduzido na versão final, no substitutivo –, que indica que há áreas que não são regularizáveis. Inclusive, elas podem não ser regularizáveis por terem sido ocupadas após 2011 – ou seja, na legislação atual a presença de alguém ali é crime –, e, mesmo assim, o art. 38, §2º, diz que essas áreas podem ser licitadas, e de maneira ainda mais preocupante: como está na redação do PL 510, elas podem ser ocupadas e podem ser licitadas para venda para esses produtores com preferência do ocupante.

Senhoras e senhores, nós estamos falando aqui de uma situação que é como se, depois de uma situação fora de controle de roubo de carro no Brasil, você permitisse a regularização desses carros roubados das prefeituras – ambulâncias, carros da polícia –, inclusive dando preferência para quem roubou. Então, realmente é muito grave o que está posto no PL 510, e igualmente grave também o que está colocado no 2.633 com relação ao §2º do art. 38.

Para poder mostrar o tamanho desse problema, nós fizemos aqui uma análise e olhamos de perto esses 107 mil imóveis que estão registrados na base do Incra para poder entender como é o processo de ocupação dessas áreas. E vimos, olhando aqui o total, que, em cerca de metade deles, já existia presença, ocupação agrícola em 1985. Inclusive, isso corrobora o fato de que nós temos uma dívida enorme perante esses 50 mil produtores que, desde 1985, estão lá presentes naquela região.

Porém, por outro lado, quando você soma as áreas e chega até 2018, você não tem o total de módulos, 107 mil; você chega a 85 mil. Você ainda tem 22 mil imóveis que foram registrados para regularização e que até hoje não estão ocupados, imóveis que representam, inclusive, mais de 50% dos imóveis acima de 15 módulos fiscais. Isso é muito preocupante, porque indica hoje, de maneira explícita e utilizando os sistemas do Incra, a tentativa de criar um estoque de áreas para futura invasão, para futuro desmatamento e para futura regularização, já contando que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação vai ser permissiva e vai conseguir legalizar o que hoje é crime, que é a invasão de áreas após 2011. Aliás, é possível identificar onde estão essas áreas, que são imóveis que diretamente vão ser beneficiados pela legislação, inclusive considerando aqui, no caso da mudança do marco temporal, que você beneficia somente 5 mil imóveis, mas com uma área muito substancial.

E o mais importante: você indica para esses produtores que invadiram a área, fora da lei, que o Senado Federal, que o Congresso Nacional está do lado de quem está invadindo terra pública fora da lei. Isso, senhoras e senhores, não é justo. Isso não é justo com aqueles 50 mil produtores que estão lá desde 1985 produzindo de maneira justa, de maneira correta, aguardando um título. Estamos aqui gastando um tempo enorme e, em vem de ajudar esses produtores, estamos querendo beneficiar esses poucos produtores que estão invadindo de maneira ilegal essas áreas.

Aqui se mostra, inclusive, já na expectativa da modificação da lei, ao olhar a situação da presença, seja dos parcelamentos do Incra, seja do CAR, como é possível ver, por exemplo, blocos de imóveis que... Do ponto de vista geográfico, é possível ver uma unidade, imóveis muitas vezes de milhares e milhares de hectares, parcelados em grandes blocos de 15 módulos fiscais, não mais nem menos, já esperando que essa legislação vá passar e permitir a regularização automática disso.

E também temos outras situações muito preocupantes. Por exemplo, nós temos aqui uma série de Cadastros Ambientais Rurais menores registrados nessa área – são imóveis de 4 módulos fiscais – e um grande pedido de regularização ocupando vários desses imóveis. Isso, senhoras e senhores, é muito preocupante, porque você pode ter uma situação, por exemplo, de 25 parcelas de pequenos imóveis de 100 hectares e somente um produtor – aliás, um produtor não, mas um grileiro – morando em São Paulo que pode desenhar um quadrado e dizer: "Esses 2,5 mil hectares são meus, pode olhar a imagem de satélite". De repente, você tem essa área sendo titulada e esse grileiro podendo, inclusive, acionar a Justiça para pedir uma reintegração de posse, que nunca foi dele, expulsando os produtores que vivem especificamente naquelas áreas e que não foram descobertos pela falta de verificação em campo.

Então, se os senhores têm preocupação com os produtores que moram na Amazônia, como eu tenho – tenho certeza de que os senhores têm também, tenho certeza de que o Sr. Aldo Rebelo é muito preocupado com a situação dos produtores da Amazônia –, eu também ficaria muito preocupado com o aumento de riscos que exatamente esses produtores possam correr, podendo ser os maiores perdedores em decorrência dessas mudanças na legislação.

Isso, inclusive, já está acontecendo. Se você for fazer uma busca na internet, como eu coloquei aqui junto com os nossos pesquisadores, vocês irão encontrar centenas de anúncios de produtores dizendo, por exemplo, que têm uma área como essa aqui, de 2 mil hectares, protocolada no Terra Legal – ou seja, não é titulada, é protocolada no Terra Legal –, que já está à venda, o que, inclusive, é ilegal perante a legislação atual. Por quê? Eu preciso me titular e depois manter aquela área por um certo período. Eu não posso simplesmente vendê-la para terceiros.

Somando, inclusive, o total dessas áreas com evidência de irregularidade anunciadas na internet, tem-se meio bilhão de reais, quase meio bilhão: R$436 milhões. Ou seja, nós não estamos falando aqui de um processo pequeno, do pequeno produtor. Sim, esse pequeno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtor está lá, ele precisa ser ajudado, sim. Agora, nós estamos vendo grupos criminosos se mobilizando para poderem ganhar centenas de milhões em cima de uma legislação que está em discussão neste Congresso.

Portanto, é crucial avançar na regularização fundiária, sim, e nós temos que apoiar isso de todas as formas possíveis, no sentido de aprimoramentos legislativos e aprimoramentos tecnológicos, mas é importante reconhecer alguns pontos.

Ponto um. A legislação atual já permite, no caso, titular sem vistoria presencial 96% dos produtores na base com geo. O Sr. Geraldo Melo, em outra discussão, trouxe um número um pouco diferente, de quase 90%, mas o fato é que estamos na mesma ordem de grandeza.

Ponto dois. É importante notar que o PL 510 facilita para os médios e grandes e anistia as invasões pós-2011. Isso é muito preocupante, essa mudança do marco temporal. Nesse sentido, inclusive, até parabenizo aqui mais uma vez o Senador Fávaro pela sensibilidade de entender a importância de manter esse marco temporal para dar uma resposta séria para os mercados e para a população local, no sentido de que os direitos dela também vão ser preservados.

O 2.633 é importante, ele é bom em alguns pontos, em particular quando consolida o uso de novas tecnologias – poxa, nós aqui do Centro de Sensoriamento Remoto vemos com bons olhos a citação explícita desse tipo de tecnologia –, expande de 4 a 6 módulos fiscais por autodeclaração, o que, perante a alternativa de 2,5 mil hectares, ainda é algo limitado, e mantém o marco temporal, que é muito importante. No entanto, há dois pontos críticos já falados: o CAR precisa ser ativo – isso foi retirado –; e a licitação de áreas não regularizáveis.

E também é importante ir além. Gostaria de chamar a atenção dos senhores para a importância de a gente não só debater o tema olhando para esse PL, mas também para o contexto. Em particular, é importante fazer avançar, preferencialmente em paralelo ao debate do PL 2.633, um verdadeiro pacote antigrilagem. E ele passa por o quê? Por um cuidado maior na questão da regularização fundiária em assentamentos... Inclusive, passou por esta Casa, pelo Senado, o PL 4.348, agora no Congresso Nacional, algo que permite aplicar a legislação de imóveis privados dentro de assentamentos. Sim, é importante ter essa alternativa, até porque alguns desses assentamentos foram descaracterizados, mas é crucial limitar a titulação para pequenos imóveis, exatamente para poder evitar aqueles conflitos de que falamos anteriormente, além dos assentados já inscritos na base do Incra. Outra questão: avançar no PL antigrilagem, que é um projeto de lei que aprimora aquela lei anterior que constitui crime a invasão de terras públicas, caracterizando melhor o crime de grilagem e as suas modalidades, inclusive a grilagem eletrônica, de que nós estamos falando aqui, muitas vezes com o uso do CAR, muitas vezes utilizando os meios do Incra; e aumentar a pena máxima por invasão de terras públicas. Isso porque hoje, infelizmente, nós temos a invasão de terras públicas, a grilagem, como sendo uma atividade altamente lucrativa e com pena muito baixa.

Inclusive, em conversa com policiais federais e com o Ministério Público Federal que atuam na Amazônia, com os quais temos uma colaboração muito próxima, eles têm me relatado como traficantes de droga, organizações criminosas têm se mobilizado e deixado de aplicar recursos no tráfico de drogas, que tem uma pena mais dura, e começado, cada vez mais, a aplicar recursos em mineração ilegal, em grilagem de terra e em desmatamento.

Então, é importante notar esses processos e, inclusive, tomar cuidado para poder evitar que isso se torne uma alternativa de recurso, inclusive uma forma de lavagem de dinheiro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tráfico ilegal, que, depois, volta para as nossas cidades em forma de violência, em forma de morte, com a nossa juventude sendo tomada pelas drogas.

Outro ponto também é avançar no PL para a questão da destinação das florestas públicas. Como citado acima, são 50 milhões de hectares, senhores. É muita área. É necessário pensar em uma destinação para essas áreas, inclusive deixando muito clara a vedação definitiva dessas áreas para titulações para privados. Enquanto tivermos áreas praticamente gratuitas, que você pode invadir e lucrar com isso, sendo terra pública, é como se tivéssemos uma porta dos fundos do Banco Central aberta por onde as pessoas podem entrar e levar potes de ouro, porque é um bem público. Temos que proteger os nossos bens públicos, e terra pública e terra na Amazônia também são bens públicos.

Com relação ao Incra, é importante também melhorar a situação do Incra com aprimoramentos tecnológicos. Inclusive estou seguindo esse assunto. Vi a apresentação do Sr. Geraldo Melo, na última reunião, mostrando os avanços tecnológicos do Incra, inclusive muito importantes – vão meus parabéns para eles nesse sentido –, agora, é importante também reestruturar o Incra. O Incra está sem concursos públicos há dez anos. Inclusive, neste momento, está sendo discutida no Congresso Nacional a abertura de concursos, de vagas para o Incra. Sem pessoal, sem mão de obra, sem pessoas especializadas, não há como implementar política pública de qualidade.

Finalmente, é importante haver uma maior integração com órgãos ambientais e fiscalização das cláusulas resolutivas. Várias auditorias do TCU mostram que, sistematicamente, o Incra tem falhado em proteger os bens públicos, tem falhado em verificar as cláusulas resolutivas, tem falhado em punir os produtores que não cumprem aquilo com que concordaram no ato de assinar o título. Então, não adianta só você dar a terra e esquecer os compromissos. Se o produtor assinou, por exemplo, que ele não pode desmatar, alguém tem que ir lá cobrar dele, e, atualmente, essa cobrança não é feita. De acordo com as auditorias do TCU, o Incra não tem tomado as suas responsabilidades e não tem agido a par da sua responsabilidade. Então, é muito importante também buscar meios, talvez meios inclusive legislativos, para reforçar esse papel.

Então, agradeço muitíssimo a atenção dos senhores, e seguimos aqui à disposição para esclarecimentos, para o diálogo e para poder avançar com base na ciência, com base em dados, porque acredito que é a melhor forma de conseguir garantir um direito para todos os brasileiros.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua participação e a sua experiência para que a gente possa entender mais sobre essa matéria.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Geraldo Melo Filho, Presidente do Incra.

V. Sa. tem 20 minutos. E, claro, se precisar de um tempo maior, assim como os demais tiveram, V. Sa. também o terá.

**O SR. GERALDO MELO FILHO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu pedi autorização para compartilhar aqui uma apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Já está autorizado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GERALDO MELO FILHO** – Bom dia, Srs. Senadores, Senador Acir Gurgacz, Senador Jaques Wagner – é uma satisfação estar participando –, Ministro Aldo Rebelo, Professor Raoni, Dra. Eliane.

Primeiro, eu queria começar reconhecendo e, de fato, dizendo o seguinte: o Incra é executor; compete ao Incra a execução da política de regularização fundiária das ocupações incidentes em glebas públicas federais. O que está em discussão agora – e é absolutamente legítimo – é a mudança de legislação, e o palco dessa discussão é o Congresso Nacional, neste momento o Senado Federal. Compete ao Senado, aos Srs. Senadores, com a sua legitimidade, tomar a decisão definitiva especificamente sobre o conteúdo dessas mudanças. Então, ao Incra, a nós competirá, no momento adequado, que nós nos adequemos a essas alterações que forem deliberadas pelos Srs. Senadores e que, então, façamos a execução dessas políticas.

Da vez anterior, Senador – a gente teve audiência pública no primeiro semestre –, a gente fez uma apresentação, e nós conversamos sobre algumas mudanças em andamento – e o Professor Raoni acabou de falar sobre isso. Eu queria só atualizar porque algumas coisas estão em andamento e estão acontecendo neste momento em relação à execução dessa política de regularização fundiária.

Enquanto estamos discutindo a atualização, a alteração dessa legislação, o Incra está trabalhando nessa questão da governança territorial, vamos dizer assim. Conforme nós conversamos e foi apresentado no início do ano, nós estamos atualizando e criando a nossa plataforma de governança territorial. Essa plataforma, conforme a gente falou no início do ano, estará operacional até o final de 2021, e a lógica dela é promover e prover o acesso único de todo o público, focado nos serviços do Incra em uma plataforma única. Assim, nós vamos, na prática, fazer uma gradual substituição de todos os sistemas legados e antigos do Incra e do antigo Terra Legal, que nós recebemos no processo de migração a partir de 2019, para uma plataforma única. Para isso, a gente firmou parcerias institucionais, buscamos incorporar ações de inteligência territorial e fazer o processo de integração dos nossos sistemas.

Bem, mas isso não é só conversa, porque isso aqui a gente já conversou no começo do ano, e a plataforma já está devidamente entregue. Essa é a cara dela. Na prática, ela unifica em uma mesma plataforma as ações, tanto para o público da regularização fundiária quanto para o público da reforma agrária. Especificamente, hoje, aqui, pelo tema da nossa audiência pública, a gente vai focar em conversar um pouquinho mais sobre o que isso significa para o público da regularização fundiária.

Essa é a cara para o usuário normal, para o cidadão que acessar a plataforma. Só para ficar claro, a plataforma deverá ser lançada nos próximos dias, e eu vou explicar um pouquinho desse cronograma, mas essa é a cara da plataforma – está sendo mostrada aqui pela primeira vez. Ela atende com serviços ao público dos assentados de reforma agrária, com a questão da solicitação de títulos, com a emissão de certidão de assentado – isso aqui já é a primeira versão dela –; para os ocupantes de terras federais, ou seja, para os posseiros, a questão da solicitação dos títulos de regularização fundiária; para o produtor rural, tanto a parte de certificação de imóveis, a emissão do CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural), quanto a atualização do cadastro de imóvel rural, que é o SNCR – está escrito CCIR ali, mas é SNCR.

O que nós temos aqui? Um calendário de entregas da plataforma. Nós já recebemos a Versão 1, focada em regularização fundiária, no mês de setembro, e temos mais duas entregas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de atualizações, com novos produtos, já uma para o mês que vem e uma terceira entrega para o mês de dezembro. E isso segue ao longo de 2022, com outras atualizações de outros produtos.

E o que já está disponível nessa primeira entrega que a gente vai ver funcionando já agora no mês de setembro?

Primeiro, o acesso às informações pessoais e do imóvel. Isso aqui era uma necessidade que nós tínhamos, e estava prevista a questão da interoperabilidade das bases de dados públicas federais, ou seja, integrarmos as bases de dados do Incra com as dos demais órgãos federais como um todo.

Segundo, a solicitação *online* da questão da titulação, tanto para o público de reforma agrária quanto para o público da regularização fundiária, ou seja, a possibilidade de que se faça todo o processo de titulação, de solicitação de titulação a partir da plataforma.

Terceiro, a análise automatizada dos requisitos para a titulação – e aqui eu falo inclusive da questão da sobreposição de áreas.

Quarto, a geração de um relatório de conformidade com os resultados dessa análise. Isso aqui é essencial inclusive para a questão dos órgãos de controle, porque isso aqui é o *check list* da conformidade de todos os itens de batimentos em relação à conformidade do processo de titulação.

Um outro ponto importante: a apresentação ao requerente das pendências no processo após a conclusão do requerimento, porque muitas vezes quem tem processo de regularização fundiária – vale para o assentado, mas vale muito para o processo de regularização fundiária –, o produtor, o posseiro que tem um processo de regularização fundiária há 10 anos, há 15 anos, rodando aí, esperando uma resposta, às vezes, tem uma pendência nesse processo e até hoje não sabe qual é essa pendência. Ele vai poder saber disso. Ele já vai saber imediatamente se há uma pendência, qual é essa pendência, e vai poder fazer o acompanhamento *online* de sua solicitação, e vai poder ajudar inclusive... Visto que ele vai saber o que está pendente, ele vai poder, eventualmente, complementar as informações e ajudar na conclusão do seu processo.

Aqui é um exemplo prático, de novo com visualização da plataforma.

Aqui é a questão da tela de entrada. A pessoa vai fazer uma solicitação de regularização fundiária, vai fazer o *login* via plataforma gov.br, que é uma autenticação válida de CPF, conta como um *login* autenticado, certificado.

Isso aqui é um processo. A primeira coisa é a pessoa logar aqui. Entramos com um *login* aqui dessa pessoa, a Izadora. Ela entra e a primeira coisa que ela vai ver é que ela já tem um processo anterior vigente junto ao Incra. Isso aqui é real. Esse processo dessa pessoa aqui é de 2016. Então, a primeira informação é que foi localizado um processo anterior. E vai ser dada a ela a possibilidade – e isso é uma coisa interessante porque esse processo está em papel, está numa caixa em algum lugar aguardando que ele seja tratado – de que ela troque esse processo em papel pelo processo digital que ora ela está iniciando.

Feita essa migração para o processo digital, vem uma segunda etapa, que é a etapa da... E o processo é muito rápido. Vocês vão ver que é um processo de confirmação dos dados da pessoa. E, mais uma vez, isso tudo vem com os dados já da integração das bases federais. Então, a confirmação dos dados pessoais vem dos dados da Receita Federal, e aqui tem CPF, nome, data de nascimento, profissão, endereço. Vem tudo a partir da checagem de dados das bases públicas, com um detalhe: se por acaso alguma dessas informações não estiver batendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já há o *link* para que a pessoa clique e atualize o seu dado na base primária, e não aqui, porque a lógica não é começarmos a criar duplicidade de dados diferentes. Então, se precisar atualizar, ela vai clicar aqui e vai ao *site* da Receita; atualiza, e automaticamente aqui estará atualizado. O que essa pessoa precisará nos informar aqui é o dado do *e-mail* – esse *e-mail* aqui é falso, não é um *e-mail* verdadeiro, só para ficar registrado –, e o estado civil, que é declaratório, e, caso ela seja casada, ela vai ter que incluir os dados do cônjuge também.

Na sequência, vêm os dados do imóvel. Na hora em que ela clicar, passar para esta etapa, o sistema já vai identificar que ela tem uma parcela, e esse dado do mapa aqui já é o dado do Sigef do imóvel dela. Então, ela vai ter que confirmar que este é o imóvel que ela tem dentro da base no processo de titulação. E aqui embaixo ela tem que confirmar qual é a atividade dela, qual é a data da ocupação originária, ou seja, desde quando ela está lá ou desde quando havia a ocupação originária – se por acaso é um imóvel de sucessão –, e a data da ocupação atual. Se por acaso ela for a ocupante originária, ela somente confirma aquilo ali e segue.

Na sequência, vem a confirmação do CAR. Também se importa o dado do CAR, já se sobrepondo à ocupação do Sigef. Ela confirma que essa é a informação do CAR.

E, na sequência, vem a declaração final, nos termos da lei, lembrando que essa pessoa está logada com o CPF dela, e isso é uma declaração legalmente válida. Todas essas declarações são as declarações que a lei exige, e, nos termos da lei, ela está fazendo declaração válida. Então, há todos os termos legais exigidos pela lei. E ela segue.

Imediatamente ela recebe um documento em que há a confirmação, o número do requerimento de regularização do imóvel dela, e ela pode detalhar essa solicitação ou pode voltar.

No momento em que ela voltar àquela página dela com o Incra na Plataforma de Governança Territorial, quando ela abrir a área "Minhas Solicitações" – que está aí apontada com a seta, assim como ela poderia acessar os outros serviços do Incra –, já vai constar lá esse processo, que inclusive foi processado com pendências, ou seja, esse processo dela não passou sem nenhum tipo de pendência, mas ela vai clicar aqui e vai saber quais são as pendências. Essa aqui é uma grande diferença, porque anteriormente você tinha que entrar com um processo, entregava e ficava aguardando que alguém contactasse você ou, na verdade, você teria que retornar ao Incra e descobrir qual foi o resultado do processamento dessa sua solicitação para, então, você poder tomar alguma providência de correção, se fosse o caso.

No caso dessa solicitação dela, houve duas pendências. A primeira pendência é que a área total ou parcial das parcelas que ela apresentou tem embargo do órgão ambiental, ou seja, dentro da parcela dela há embargo do Ibama. E a segunda pendência apresentada é que a quantidade de módulos fiscais da parcela dela exige vistoria. Portanto, no caso dela, o processo dela não tem como seguir enquanto essas duas pendências não forem sanadas.

E aqui é o outro relatório, aquele que vem para o Incra, o relatório de conformidade geral. Então, se todos estes itens estivessem com a legenda "válido" aplicada, isso significaria que esse imóvel estaria apto a seguir para a titulação. No caso, como dá para ver, não o está, não é isso o que acontece, porque os dados – no item, são quatro grupos de informações –, no campo "dados do imóvel", naquela mesma informação, o imóvel dela, na verdade, tem 14 módulos fiscais e, portanto, está aguardando a vistoria. Isso aqui está configurado para acima de 4 módulos fiscais e cai para a necessidade de vistoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a segunda pendência dela, na questão da sobreposição, também apareceu como pendente. A questão, especificamente, é que a área dela se sobrepôs a uma área com embargo. Portanto, enquanto isso não for resolvido junto ao órgão ambiental, essa parcela não vai prosseguir. Ou seja, ela tem que procurar o órgão ambiental, para sanar essa questão do embargo. O órgão ambiental possui uma interligação, na plataforma, com o sistema do Ibama, e, enquanto o órgão ambiental não retirar essa informação do embargo do sistema, esse processo de regularização não prosseguirá.

Abrindo um pouquinho aquilo – só retornando –, são quatro grandes itens. Em cada um daqueles quatro grandes itens, existe um conjunto de checagem que é feito pela plataforma. São mais de 60 checagens automatizadas, feitas pela plataforma base a base.

Então – não vou me alongar nisso, mas é só para demonstrar –, na questão da manifestação de interesse, que é um daqueles quatro grandes itens, é checado se a área total ou parcial das parcelas se sobrepõe a alguma área de interesse da Funai ou se sobrepõe a qualquer área de interesse do serviço florestal.

Aqui vale a gente voltar um pouquinho, porque foi dito em algumas das apresentações anteriores que a legislação estimula algum tipo de ocupação de terra indígena, alguma coisa desse tipo. Se houver qualquer declaração de interesse pelo Serviço Florestal, Funai ou unidades de conservação, isso já vai estar demonstrado aqui, e o processo para. Do mesmo jeito que, nesse exemplo aqui, parou porque havia uma sobreposição com a área de embargo, ele pararia por haver sobreposição com a área da Funai, lembrando que quem lança os perímetros de terras indígenas é a própria Funai, como exemplo, e a unidade de conservação, ICMBio, Serviço Florestal... Eles lançam.

Então, na área de manifestação de interesse, é isso; na área destinada, ou seja, saber se a área total ou parcial das parcelas se sobrepõe a terras indígenas, ou seja, terra indígena já criada; se as áreas se sobrepõem a território quilombola; se a área de parcela se sobrepõe a qualquer projeto de assentamento do próprio Incra... Isso tudo já está funcionando. Eu estou lendo só alguns, para não me prolongar muito.

Aqui vemos um mapa, só para ilustrar a parcela...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Perdoe-me a interrupção, mas eu não posso deixar de perguntar. Essa plataforma realmente é um avanço para a regularização fundiária. A pergunta é: dentro da lei que nós temos hoje, ela já está pronta para ser utilizada ou precisamos de uma outra lei para que ela funcione?

**O SR. GERALDO MELO FILHO** – Obrigado, Senador. Ela está adequada à legislação atual, completamente alinhada com a lei atual, ou seja, está focada, cortando no marco temporal de 2008, cortada para quatro módulos, tudo em relação à legislação atual, que é a 11.952 e o Decreto 10.592. Havendo alguma alteração legal, temos que fazer ajustes em relação a esses cortes. Mas, sim; a resposta é sim, Senador.

Este mapa é só para ilustrar, porque, às vezes, a gente fica mostrando aqueles textos daqueles cortes e não visualiza o que rodou atrás da plataforma. Então, o que rodou, na prática, é o seguinte: este azulzinho é a parcela da D. Izadora, e esta é a área dela. Nesta área dela, as sobreposições seriam isto. Esta área amarela seria uma terra indígena; estas áreas hachuradas são áreas de interesse da Funai, creio eu, e as áreas de interesse do Incra; e as áreas laranja são áreas de assentamento. Ou seja, não há de fato nenhuma sobreposição. Então, pela questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sobreposições – só para que fique claro –, não haveria o impedimento; haveria o impedimento por outros motivos, como já falei lá atrás.

Na sequência, mais um ponto que mencionei que já está entregue: testes em campo. A equipe do Incra está em campo, desde ontem, realizando testes – está no Pará desde ontem. E, nesta semana inteira, nós estamos em campo, com a equipe de algumas superintendências, realizando os testes com a plataforma.

Nós estamos, hoje, em uma gleba pública federal. E esta aqui está apta à titulação, ou seja, está com georreferenciamento – está apta. Dentro dessa gleba, também existem assentamentos aptos. Nós estamos realizando atendimentos com ocupantes dessas terras e com assentados. E eles estão operando... Como ideia é que a plataforma seja disponibilizada tanto para quem tem processo de assentamento quanto para quem tem processo de gleba, eles estão operando a plataforma. Então, a ideia é fazer um teste de campo, nesta semana inteira, para que as pessoas operem, lancem processos, e a gente veja a dificuldade ou não dessa operação. E os requerimentos desta semana que já resultaram em sem pendências já serão processados, nesta semana, lá mesmo, para darem andamento ao processo de titulação.

Assim, estamos nesta semana focados nisso. Eu mesmo estou indo para o Pará, na quinta-feira, e ficarei na quinta-feira e na sexta-feira em campo, com a equipe, para ver como isso está rodando. A ideia é, ainda neste mês, a gente fazer o ajuste necessário e tentar, até a última semana do mês, fazer o lançamento oficial da plataforma.

Aí vem uma segunda parte importante: o sensoriamento remoto. Em paralelo a isso tudo – porque aquela foi a parte de cruzamento de base de dados e informações –, a parte do sensoriamento remoto a gente sentou e fez, junto com a equipe técnica do Inpe e da Embrapa. Fizemos um cruzamento para o desenvolvimento de uma metodologia, para o desenvolvimento de uma comprovação da prática de cultura efetiva e de ocupação e exploração da terra, antes utilizando o marco temporal de 22 de julho de 2008. Isso foi feito, em conjunto, pelas equipes técnicas. A partir daí, utilizando a plataforma TerraClass, estamos gerando, em paralelo à plataforma, para cada uma das parcelas que está sendo titulada, o sensoriamento remoto dessa área.

Aí vale uma observação: esse processamento está sendo feito parcela a parcela. Isso ainda não está rodando dentro da plataforma, porque é uma das entregas na sequência. Então, nós geramos lote a lote, dentro de um banco de dados. O Inpe joga... Eu faço o requerimento de uma parcela; é rodado o sensoriamento para ela; isso volta na base de dados; dá-se o o.k. ou não para aquela parcela; e o processo segue. E isso vai passar a rodar, sim, dentro da plataforma, em uma dessas três evoluções que eu já falei que vai haver.

É disso que eu vou falar, que são as próximas entregas. A primeira entrega já está feita.

A segunda entrega – e isto aqui é importante –: vem agora o aplicativo Titula Brasil. Todo mundo liga o nome Titula Brasil àquela questão somente das parcerias com as prefeituras, mas não é só isso. O Titula Brasil, na verdade, é uma ferramenta de trabalho de campo para as equipes do Incra. Inclusive, existe um aplicativo nosso que é utilizado pelas equipes do Incra, inclusive, para o serviço de vistoria, em que a gente carrega os processos de vistoria de campo para a regularização fundiária. Então, o aplicativo integra, joga os dados de vistoria de regularização fundiária dentro da plataforma. E agora, na segunda entrega da plataforma, a parte dos assentamentos também já vai se entregue dentro do aplicativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também a partir de outubro, já teremos a versão unificada, a primeira versão unificada, do cadastro único Sigef SNCR, ou seja, a informação do possuidor da terra com o dado geográfico, ou seja, não serão mais duas bases isoladas. Hoje, a plataforma acessa Sigef e SNCR. Eles continuam com vida própria, e a partir de outubro eles começarão a ser migrados e começarão a ter compartilhamento dentro deles.

E, também, respondendo uma das últimas coisas, que acho que foi o Professor Raoni que colocou entre suas sugestões, a questão da entrega, a partir de outubro, dos Painéis de Solução Analítica. O que é isso? São os dados de processamento de informações a partir da análise dos dados que vêm desde a informação lá atrás, do Terra Legal – porque, como ele mesmo colocou, existem acórdãos do TCU que falam... Só para ressaltar, os acórdãos falam do Incra, mas, só para lembrar, o Terra Legal existe desde 2009, e nós só recebemos essas bases em 2019. Então, o monitoramento dos resultados e das cláusulas resolutivas está conosco há dois anos. Nós recebemos, mas não recebemos nenhuma ferramenta para fazer isso. Nós teremos essa ferramenta a partir de outubro. A partir dos Painéis de Solução Analítica é que nós estamos desenvolvendo as soluções para o acompanhamento das cláusulas resolutivas. Isto nós estamos fazendo em conjunto com uma série de outros órgãos para poder dar, de fato, efetividade a essa ferramenta de acompanhamento dessas cláusulas.

Em dezembro, aí, sim, a gente joga para dentro da plataforma, de maneira automatizada, a questão do sensoriamento remoto do processo de titulação. Isso que eu falei do TerraClass, do Inpe e da Embrapa, que está sendo feito base e lote a lote, vem para dentro da plataforma, e parte da emissão de títulos de CCU e de CRO de quem não tiver pendência vem para dentro da plataforma também.

Então, o que a plataforma, na prática, já faz? Ela tem a análise do perfil e do enquadramento social do requerente; ela faz a análise das sobreposições com todas as demais áreas de interesse – indígena, quilombola, ambiental, etc. –; sensoriamento remoto automatizado de uso de solo com metodologia validada por Inpe, Embrapa e Incra; possibilidade de acesso totalmente *online* pelos interessados – ou seja, assentados, posseiros ou produtores podem acompanhar os seus assuntos –; acompanhamento à distância dos processos de interesse deles; transparência nos processos, porque eles passam a poder ser acompanhados não só pelos interessados, mas, por exemplo, pelos órgãos de controle, que vão poder saber por que um processo andou ou não dentro do Incra; e acompanhamento do cumprimento das cláusulas resolutivas – e, aí, o que já está efetivo e o que ainda não está efetivo.

Aí, só para não deixar de falar, quais são os pontos de atenção nossos em relação à discussão? Eu não vou entrar no mérito, Senador, até porque acho que não nos compete, mas estes são os pontos que nos chamam a atenção em relação à discussão que está em andamento no Senado.

Primeiro, preocupam-nos os requisitos legais que impactem no processo de análise automatizada desses requisitos. Como o senhor viu, a plataforma tem como base a questão do batimento de informações base a base. Então, eu busco informação ambiental na base do Ibama, eu busco informação na Receita, eu busco informação em bases. Quem me dá a informação ambiental é a base do Ibama. Tudo que a gente tenta buscar, e isso é o que viabiliza que a gente dê um passo de fato tecnológico, é informação que esteja disponível de uma maneira também tecnológica. Então, na hora em que a gente começa a discutir mudanças nesses requisitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legais, se eventualmente esses requisitos não forem passíveis de automatização, a gente pode estar criando uma plataforma que automatize o processo, mas em algum momento o processo pode voltar a ser manual, e aí você nivela o ritmo do processo a essa etapa específica.

Um segundo ponto que sempre nos preocupa é a eventual imposição ao Incra de obrigações que excedam a sua competência fundiária. Em vários momentos da discussão, desde a Medida Provisória 910 – em vários momentos –, tratou-se, em algumas propostas específicas, que o Incra deveria fazer tal coisa, e essa tal coisa não era especificamente uma ação fundiária. Às vezes, por exemplo, era impor que o Incra fosse a campo checar se determinada questão ambiental tinha tal natureza, quando, na verdade, a questão ambiental tem que ser checada pelos órgãos ambientais, e não pelo Incra, e, se configurado tal problema ambiental, o órgão ambiental registra no sistema, e a gente, então, impõe a penalidade que estiver definida em lei, e não a gente ir a campo fazer a ação ambiental. Esta é uma preocupação nossa, até para tentar ser coerente, porque, em todas as discussões e propostas, inclusive do Professor e da Dra. Eliane, eles colocam a dificuldade do Incra com pessoal etc. Então, impor obrigações além das fundiárias para o Incra seria um contrassenso.

Por fim, que a gente, eventualmente, não perdesse o foco ou o objetivo fundiário dessa legislação. E aqui eu fico muito à vontade para falar isso tendo o Ministro Aldo Rebelo participando da audiência porque ele sabe que foi na legislação do Código Florestal que se tratou dos objetivos da questão ambiental. Então, que, eventualmente, a gente não tratasse, não tentasse transformar a legislação fundiária em algo além de um código fundiário. Esta é uma preocupação nossa: que, eventualmente, a gente não perdesse esse viés.

E, por fim, por que tudo isso? Porque a gente precisa – é a única coisa que vou ter que repetir da apresentação anterior... É porque o maior público atingido por essa legislação é o da Amazônia Legal. A Amazônia tem 24 milhões de pessoas. Ela é a região mais rica deste País em termos de potencial. Nós temos um país com um IDH – é este dado aqui – de 0,765, um IDH equivalente ao da China e da Colômbia. Quando você vai para a Amazônia Legal, em que pese a sua riqueza, o IDH da Amazônia é 0,683, um IDH equivalente ao do Iraque. Quando você vai para o IDH rural da Amazônia, em que você tira dessa conta as capitais, você vai para 0,547; transforma-se a Amazônia em equivalente a Uganda e ao Benin. E em alguns Municípios, como, por exemplo, o Município de Portel, foco de grandes queimadas... E aí eu vou puxar de novo, Ministro Aldo Rebelo, uma frase que o senhor falou hoje aqui. O senhor colocou o seguinte: se não há regularização, não há investimento; a região empobrece. Isso foi uma frase sua hoje. E essa região de Portel é pobre inclusive porque não há regularização fundiária. Essa região tem IDH abaixo do IDH do Haiti e da Etiópia.

Então, o nosso público total de regularização fundiária... E aqui eu vou misturar regularização fundiária e reforma agrária, porque ambos os públicos – e agora, nesta conta aqui, eu estou falando de Brasil como um todo –, ambos esses públicos precisam é de titulação. Essas pessoas precisam dos seus documentos para entrar no mercado ativo, entrar a produzir; precisam de seus documentos para poderem, por exemplo, acessar o crédito, sair da dependência e da ilegalidade, da clandestinidade. Esse é o público.

E o efeito disso? Quando a gente busca... E eu vou buscar aqui... Nesse dado aqui, a gente foi calcular o seguinte: o valor das terras – e aqui eu estou calculando as áreas de assentamento regularizáveis, que faltam regularizar-se, mais as áreas de glebas federais com processos ativos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesses Estados. Se você for a valor de mercado, usando a PPR do Incra, nesses Estados, o valor das terras... Por exemplo, para o Estado da Bahia, se fizéssemos a emissão dessas terras – nós estamos falando que o valor das terras da Bahia, porque todo mundo acha que isso interessa somente à Amazônia, Senador Jaques Wagner –, nós estamos falando de um valor de R$12,5 bilhões, que seriam dados em documentos para esses produtores rurais. O PIB da Bahia é de 286 bilhões, dado de 2018. Isso equivale a colocar 4,4% do PIB da Bahia. Goiás, 15 bilhões; Mato Grosso do Sul, 9,5 bilhões, 8,9% do valor do PIB do Estado, em terras que hoje não têm documento e que, se tivessem documentos, poderiam, por exemplo, alavancar investimentos e buscar financiamentos, girando negócios. De novo, Ministro Aldo, se não há regularização, não há investimento. E essas regiões poderiam, sim, em vez de empobrecer, enriquecer.

Se isso é assim nessas regiões, eu quero saber qual é a região que não se interessa em ter um acréscimo no valor da sua economia dessa monta. Imagine, por exemplo: "Ah, isso é somente nesses Estados". Não. No Estado do Paraná, que tem um problema gravíssimo, na sua região oeste, de regularização, o impacto é de 11,8% do PIB, e é um Estado que tem 440 bilhões de PIB. No Estado do Maranhão, nós estamos falando de 18% do PIB do Estado do Maranhão como potencial de valoração das terras. E, obviamente, nos Estados da Amazônia.

No dia em que eu entrei no Incra, me falaram esta conta: no dia em que se regularizarem as terras do Estado de Rondônia, o PIB do Estado dobra. Eu sempre achei que isso era uma maneira de dizer a importância da regularização para o Estado, Senador Acir – e é o seu Estado. O valor das terras não tituladas em Rondônia – e eu queria deixar registrado aqui que eu não estou falando em áreas de floresta ou em áreas não utilizadas; eu estou falando em áreas que têm processo em áreas de assentamento, então são áreas que já têm registro de ocupação, não é área nova – é de R$58 bilhões, e o PIB do Estado de Rondônia é 44 bilhões. Então, especificamente no Estado do senhor, Senador, nós estamos falando que o valor dessas terras equivale a 130% do PIB. Então, quem me disse pela primeira vez isso não estava mentindo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Para interpelar.) – Nós é que agradecemos, Geraldo, a sua participação.

Nós vamos fazer algumas perguntas e inverteremos a ordem dos que já se pronunciaram.

Eu só quero fazer uma pergunta, Geraldo. Com esse novo planejamento que está sendo feito pelo Incra, que nós já estamos acompanhando desde o começo do ano – nós já estivemos juntos, o senhor já esteve conosco, na Comissão, fazendo essa explanação sobre essa nova plataforma –, a pergunta é a seguinte: esses projetos de lei que nós estamos discutindo aqui, sobre a regularização fundiária, em que ponto melhorariam a regularização fundiária no nosso País? É só essa a pergunta que eu faço.

Na sequência, nós passaremos a palavra a você, Geraldo, para responder.

Passo a palavra agora ao nosso colega Senador Jaques Wagner, para fazer as suas colocações.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Acir; obrigado aos nossos quatro convidados. Acho que todos trouxeram contribuições importantes.

Eu queria começar dizendo, Senador Acir, que eu concordo com as afirmações, tanto do nosso querido Aldo Rebelo quanto agora do Geraldo, do ponto de vista de que a regularização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é bem-vinda. É óbvio. Tudo que se puder titular, desde que seja dentro da lei, não seja fruto de escambo, na minha opinião, é positivo.

E ele apresentou uns números, que eu não tenho na cabeça exatamente se é isso, não sei se se referia, Geraldo – depois você pode esclarecer –, a terras de patrimônio da União. Porque, do ponto de vista do patrimônio público baiano, nós – eu falo do começo do meu Governo até agora, até 2020 – nós já entregamos 57.890 títulos de terra regularizados, o que perfaz um total de 878.084ha, ou seja, quase 1 milhão de hectares regularizados; e, de títulos coletivos, que é uma outra forma, quando se instala um assentamento ou uma cooperativa, entregamos 35 títulos coletivos, abrangendo 3.718 famílias e um total de 47 mil hectares. Somando os dois, Senador Acir, são mais de 900 mil hectares de terra regularizada. Porque a Bahia é dos Estados muito problemáticos do ponto de vista da sua regularização.

Portanto, acho que aqui a gente tem um consenso: a regularização fundiária é bem-vinda. Agora, como a gente diz que o diabo mora no detalhe, é preciso discutir onde é que o diabo está morando.

E, aí, esta pergunta, eu coloco basicamente para o Dr. Geraldo, para o Raoni, para a nossa promotora.

A informação que eu tenho é de que, com a lei atual, sobre a qual está estabelecida a plataforma do Incra... E não poderia ser diferente, porque o Incra, como já foi dito, é um órgão executor – cabe a nós legislarmos –, então ele montou a plataforma em cima do que está feito, ou seja, com o marco temporal existente, com quatro módulos de terra. A informação que eu tenho é a de que, com essa lei, nós temos um estoque de 75% de demandantes de títulos que poderiam ser regularizados, faltando, evidentemente, operacionalidade, o que eu imagino que vá melhorar muito com a plataforma que está sendo criada.

A pergunta que eu faço, especificamente ao Presidente do Incra, é se vocês conseguem projetar com que velocidade, a partir do funcionamento integral da plataforma, terão capacidade de fazer a regularização. Lá na Bahia, é óbvio, gente está trabalhando e conseguimos chegar a esse número de que lhe falei: perto de 60 mil títulos de terra. Eu pergunto se vocês já têm essa projeção. A partir da nova plataforma, com que velocidade? Serão "x" títulos por mês, por ano, para saber como é que a gente pode evoluir. Repare, se eu tenho 75% do estoque não regularizado, mas regularizável com a atual lei, eu fico me perguntando por que, então, não regularizamos? Bom, o.k., não tínhamos essa plataforma.

A outra pergunta é que eu sei que o Incra – porque eu conheço o Incra da Bahia como ex-Governador e ex-Parlamentar... Existe alguma previsão de concurso público ou de contratação por alguma outra forma de convênio, o que eu já fiz na Bahia, para ampliar a capacidade do Incra de regularizar? Se não, Senador Acir, nós vamos ficar sempre na seguinte tese: há uma lei, mas o órgão executor não é, vamos dizer, capacitado, não tem pessoas suficientes para fazer. Então fica simples, daqui a três, quatro anos, eu dizer que a lei é ruim porque não regularizou nada. A lei não é ruim, o problema é que não se aplicou a lei. E eu não estou, Dr. Geraldo, culpando, estou só perguntando. Por exemplo, o Ministro do Meio Ambiente esteve aqui e disse que anunciava novos setecentos e tantos fiscais do Ibama, que é outro órgão que está debilitado e que concorre com isso também. Bom, já saiu, realmente, o anúncio de um concurso público para 140 ou 150. Então, a minha pergunta é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, eu acho que nós temos um outro consenso, Senador Acir. A Lei 2.633, que não é meu sonho de consumo... Porque eu insisto que a gente deveria dizer o seguinte: quando a gente esgotar o que a lei atual pode regularizar, vamos pensar numa nova lei para aquilo que está faltando. A mim me parece meio anacrônico. É como, agora, com a Lei Eleitoral. Mudamos a lei em 2017, não aplicamos a lei e já queremos mudar a lei de novo. Quer dizer, não se sabe por que. Então, a minha pergunta: não seria razoável dizer vamos esgotar o estoque que é regularizável na lei atual para depois fazer uma nova lei? Aí eu fico com medo de a gente fazer uma nova lei que amplia os tamanhos do que vai ser regularizado e, de novo, os que têm um módulo, dois módulos, ou seja, os menores, vão ficar para trás. Vai ser dedicado mais à regularização. Vou repetir: se são 70% por que não regularizamos, primeiro, esses 70?

Eu queria perguntar ao Raoni. Eu acho que a gente tem um outro consenso, Senador Acir. Não sei se o Senador Fávaro está conseguindo nos assistir, porque ele estava em viagem, mas eu acho, com toda a vênia ao Senador Irajá, que a 2.633 já é um avanço da MP que foi apresentada e que se transformou, aqui no Senado, na Lei 510. Lá foi fruto de muito debate com o pessoal do agronegócio, com todo mundo. Acho que foi mais de um ano, que foram dois anos de debate e se avançou. Vou repetir: não é meu sonho de consumo, mas eu não entendo por que jogar fora todo o trabalho de aprofundamento que foi feito lá.

Então, queria saber também do Raoni ou mesmo do Dr. Geraldo – bom, o Dr. Geraldo, talvez, possa se isentar, como órgão executor – e da nossa Procuradora se é fato que a 2.633, independentemente de se é ou não é a excelência – nós nunca teremos a excelência, porque na democracia é sempre o caminho do meio - seria muito melhor como ponto de partida para o debate do que a 510?

Querido amigo Aldo Rebelo, permita-me discordar. Eu acho, como foi dito por alguém aqui, que ao receptador de carga roubada é imputado crime também, quem recebe material roubado. Então, eu acho que tem que ter cuidado porque a legitimidade, para se transformar em legalidade, é preciso a gente confirmar essa legitimidade. Cada vez que se tenta mudar o marco temporal, como se tentou – o Senador Fávaro garante que não mudará o marco temporal –, a gente pode acabar premiando ou até estimulando, porque só o anúncio de que vai mudar... Por exemplo, esses grandes... Estão lá os anúncios, no Pará, particularmente, vários anúncios que montam milhões e milhões vendas de terra. É gozado porque no anúncio está escrito assim: vendo "x" mil hectares de terra em processo de regularização. Quer dizer, o cidadão não regularizou. Na regularização está dito que ele tem que ser regularizado e que tem que ficar um tempo com a terra. Então, vai fazer contrato de gaveta. Nós não podemos estar aqui permitindo, aos nossos olhos, que a gente faça uma legislação que vá acobertar alguém que nem o título tem e que já está regularizando. Por isso é que eu estou... Permita-me a divergência, querido Aldo Rebelo, porque aí eu acho que a gente tem que tomar cuidado com isso. É claro que eu não vou julgar todos. Sempre há uma minoria que estraga o banho que a gente quer fazer, não é a maioria; a maioria é a de quem está sofrendo, querendo produzir e sobreviver.

Então, eram só esses os comentários que queria fazer e as perguntas que deixo para o retorno dos quatro palestrantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner.

Com a palavra, agora, a Senadora Zenaide Maia, que pede para fazer as suas colocações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, quero aqui corroborar com o que já foi apresentado pelo colega Jaques Wagner.

Se a gente tem uma lei em que 70% dessa regularização, mais de 70%, ainda não foram efetivamente feitos, por que criar uma nova lei alterando as regras dessa regulamentação?

Outra coisa que foi apresentada por nossa expositora foi sobre a questão de... Estou dizendo isso porque já ouvi várias palestras mostrando essa história de que há terras na Amazônia que não estão sendo usadas e que já estão degradadas. Teoricamente, já teria que se regularizar. Então, eu me preocupo porque os órgãos de fiscalização – isso aí ninguém pode negar – foram desmontados.

E sem falar que a gente tem uma política aqui, gente, que me chama muito a atenção: a gente vê as queimadas, a gente tem um desmatamento visível e, ao mesmo tempo, o Governo quer dizer que a gente não viu. Isso me preocupa. Isso não é só com o desmatamento da Amazônia. Isso é com a fome, com a inflação. Isso não é bom para a gente que é do Parlamento. Nós estamos vendo, não foi alguém que nos disse. E nós estamos vendo que aquela parte desmatada, poucos anos depois, já está ocupada.

Eu também penso, como Jaques Wagner, que a gente tem que regularizar. Sei, também, que uma terra não regularizada dificilmente vai ter incentivos, mas a gente tem que ter esse olhar diferenciado com os nossos biomas, gente. Estão aí essas secas sem fim ou cheias! A ciência e a tecnologia estão provando que não termos esse olhar diferenciado para o meio ambiente está levando a prejuízos grandes! Nós estamos tendo secas mais demoradas. Está aí o Pantanal, a maior planície alagada do mundo. Se a gente não tomar as condutas corretas, com certeza, os nossos netos não vão ver mais essa planície alagada, não! A gente vê rios, como eu sou do Nordeste, do Sertão, que nos enchem os olhos e a gente está vendo aí rios secos e a degradação do meio ambiente.

Então, vamos legalizar aquilo que já estava numa lei. Não vamos criar outra lei para avançar nisso. Ninguém vai ganhar com isso. E eu sei que existe uma pressão muito grande do agronegócio sobre isso e que o agronegócio é importante para o PIB nacional, como se fala, mas a gente tem que reconhecer que o agronegócio, como se divulga muito, alimenta um bilhão de pessoas no mundo, e é claro que a gente é grato, a humanidade é grata por isso, mas, ao mesmo tempo, nós estamos vendo que esse extrativismo que é feito em nossas terras, essa agressão no uso da água, do nosso solo, não está servindo para alimentar o nosso povo, gente. Não está! Nós temos aí, praticamente, 30 milhões com fogo.

Mas quero dizer que eu acho que a gente tem que ter esse olhar diferenciado. Nem um lado, nem outro, mas vamos executar o que já existia e não vamos menosprezar o que o mundo, a ciência e a tecnologia estão dizendo. E dizer: "Não, os Estados Unidos, a Alemanha têm muito desmatamento e, agora, querem que a gente fique com esse povo com fome morando na floresta". Precisa de investimento do Estado brasileiro, sim, mas a gente devia agradecer por a gente já ter a experiência antiga. Esse povo desmatou muito na época, porque não tinha conhecimento sobre o desastre que seria no futuro com a degradação do meio ambiente. E nós temos o privilégio de ainda ter grande parte dos nossos biomas preservados, ainda, já com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento de que temos que parar e que ver algo que salve não só os seres humanos, mas também a natureza.

Era só isso.

E, sobre as perguntas, eu me contento com as de Jaques Wagner.

E obrigada a cada um dos expositores, que nos encheram de conhecimento. E conhecimento é poder e é muito importante.

São muito importantes, Presidente, essas audiências públicas, porque a gente dá conhecimento à população do que está acontecendo, realmente, ouvindo os dois lados.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Senadora Zenaide Maia, pela sua participação junto conosco.

De fato, Senador Jaques Wagner, há várias convergências nesta questão. Todos nós queremos a regularização fundiária. É questão de cidadania para a população brasileira. E também há uma outra convergência que é da maior importância: nós não queremos desmatamento mais, não na Amazônia, no Brasil inteiro. Nós já temos regras, leis que protegem o agricultor e que também protegem as nossas reservas, as nossas florestas.

Eu fiquei impressionado com os números que aqui apresentou o nosso amigo Geraldo sobre quanto vai aumentar, o quanto representa para o PIB de Rondônia a regularização fundiária e volto a colocar o que eu tenho dito, há muitos anos, tanto aqui na Comissão quanto no Plenário, Senador Jaques Wagner. Rondônia foi habitada por uma grande reforma agrária, todo o Estado de Rondônia. O Governo Federal não apenas incentivou as pessoas a irem para Rondônia, mas as levou também, as levou e entregou a cada família um lote de terra. Só que a pessoa era obrigada a desmatar. Se ela não desmatasse, ela não ficaria na terra. Seria obrigada a sair da terra. Ela tinha que desmatar. E se ela desmatasse 100% da área, ela ganharia outro lote.

Então, é claro que não havia uma conscientização com relação ao meio ambiente na época. Tanto é que o lema era: "Vamos integrar para não entregar". A grande preocupação era com as divisas brasileiras na Amazônia.

Então, era muito mais fácil você levar a população para lá para integrar e fazer daquela área uma área produtiva e, assim, cuidar das nossas divisas do que colocar tanques ou em aviões militares, pessoas para cuidar das nossas divisas.

Quando nós falamos de regularização de terras na Amazônia, em especial em Rondônia, nós estamos falando de ocupações mansas e pacíficas, pessoas que já estão lá há 30, 40 anos e estão satisfeitas com o marco legal existente de hoje. É a regularização para essas pessoas que foram para lá transportadas e a maioria absoluta está dentro dos quatro módulos. Lá em Rondônia, um módulo é em torno de 55 a 65 hectares, ou seja, em média, 60 hectares. Quatro módulos vão dar 240 hectares. Essa é a maioria absoluta. O que falta regularizar acima disso é uma quantidade muito pequena e todos eles dentro do marco legal de 2008.

Só para fazer esse esclarecimento e dizer que realmente é importante para o País e, como mostraram os dados aqui, principalmente para o Estado de Rondônia. O Estado que mais vai ganhar com a regularização fundiária é o nosso Estado.

Mas, por fim, voltamos, então, aos nossos convidados, mais uma vez, agradecendo a todos pela presença aqui conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Invertendo, agora, a ordem, passo a palavra para responder e também já fazer as suas considerações finais – creio que cinco minutos são suficientes para cada um –, ao Geraldo Melo Filho, mais uma vez, agradecendo por sua presença conosco.

**O SR. GERALDO MELO FILHO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Quero agradecer a oportunidade – eu não sei se eu vou lembrar tudo, mas vou tentar aqui.

Primeiro, acho que a sua pergunta, Senador, foi "qual o ganho em relação à mudança da legislação?" Eu acho que a primeira coisa que precisa ser colocada é a seguinte: nenhuma das propostas, nem a 2.633, nem a 510, na prática, está ampliando o limite de regularização fundiária em si.

Há duas coisas que, normalmente, são colocadas nessa discussão que têm sempre uma confusão prática: o limite continua sendo 2,5 mil hectares. O que se altera é o limite para a regularização com o uso do sensoriamento remoto. Na lei atual, são quatro módulos, no 2.633, no relatório aprovado, vai para seis, e no 510 vai aos 2,5 mil no projeto original, mas, pelo que o Senador Fávaro colocou, viria para 15 módulos, isso é o que eu entendi. Então, não haveria nenhuma proposta de alteração nisso.

Um outro ponto que é importante é o seguinte: não é uma dispensa de vistoria. A vistoria, na verdade, segue existindo para qualquer processo. Inclusive, há uma colocação – acho que foi a Dra. Eliane quem colocou – no sentido de que, havendo dúvida, e nem sempre o sensoriamento é possível em algumas regiões, isso é verdade. E quando isso acontece, o laudo do sensoriamento é inconclusivo e ele, sendo inconclusivo, o resultado é que vai para a vistoria presencial, isso mesmo que o imóvel tenha abaixo de um módulo, isso já é assim.

Mas qual é o grande ganho? O grande ganho é que nós, na verdade, estamos tratando, a lei trata de situações já consolidadas. Então, assim, nós não estamos ampliando, abrindo. Pelo que eu estou entendendo, nós estamos tratando aqui de situações de pessoas que já ocupam uma terra. Então, nós não estamos abrindo para pessoas que vão ocupar a terra hoje, essa decisão acho que não é a discussão que está em andamento no Senado.

Então, para nós, enquanto executores, o ganho é: quanto mais amplo for o processo que permita o sensoriamento fazer isso de uma maneira automatizada, mais ágil vai ser o processo, maior vai ser o ganho em termos de possibilidade de termos mais celeridade no processo.

E eu tenho um exemplo prático: quando a gente junta os números do Terra Legal e compara esse número do Terra Legal com o universo dos processos que estão dentro de requerimentos de regularização fundiária, você já nota um descasamento na amostra de quem recebeu o título com a amostra de quem requereu o título, porque você vê que o número de imóveis que requereram um título acima de quatro módulos soma 10,5% do total de requerimentos; porém, quem recebeu o título acima de quatro módulos soma 3,9%. Por quê? Porque precisa da vistoria. Então, quando, na prática, você tem um ato a mais a necessitar a ida, esse processo ficou três vezes mais lento do que o outro processo na prática.

Então, quando você vai para os processos de imóveis acima de 15 módulos, o total de imóveis acima de 15 módulos que receberam título, desde o Terra Legal até hoje, somam 0,07% do total de imóveis. Eles não existem, praticamente, eles não existem dentro da amostra. Por quê? Porque eles são de vistoria, então, eles se perdem, mesmo sendo 1,8%. Então, é muito longo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A velocidade, respondendo, tentando responder o Senador Jaques Wagner – desculpe-me porque eu me perdi aqui no tempo. Senador, a gente espera que haja um ganho significativo de eficiência nisso. Para medir e supor isso, a gente vai precisar de um tempo operando, vai depender do grau de aderência das pessoas ao processo digital. A gente espera fazer campanha e tentar convencer as pessoas a aceitarem migrar do processo que eles têm, em papel, para um processo digital, e quanto maior for essa adesão, maior a gente acha que vai ser o ganho disso, mas, necessariamente, a gente precisa que as pessoas confiem no sistema e migrem para esse sistema para gente ter essa resposta. Eu não consigo medir isso agora.

Respondendo também à questão do concurso. Existe um pedido, um processo que a gente abriu junto ao Ministério da Agricultura, um pedido de contratação de pessoal de 1,3 mil pessoas – eu não vou lembrar o número exato –, para o Incra, e esse processo nós começamos a instruí-lo. Veio exatamente o período de pandemia e o processo parou, nós estamos tentando reinstruí-lo nesse sentido e, se tivermos o apoio do Senado, certamente, vai ser uma boa para que a gente consiga andar em relação a isso.

Mas tem uma coisa em que o Senado pode nos ajudar: no nosso orçamento de 2021, há um orçamento colocado para o Incra para a regularização fundiária, e a gente precisaria dessa liberação para utilização desse recurso. E se a gente tiver isso fatalmente nos ajudará muito.

Eu tenho uma equipe... Eu acabei de receber uma mensagem aqui da equipe que está em treinamento lá no Pará – que está assistindo aqui a apresentação da gente –, e eu precisava dizer o seguinte: eu preciso ajudar esse pessoal que está em campo, e uma das coisas que nos ajudaria era ter esse recurso liberado para que a gente o utilize, e esse recurso está todo pendente de liberação.

Por fim, deixem fazer um último comentário: acho que o Senador Jaques Wagner colocou a questão do crime. Acho que isso é importante, isso é fato. Isso ocorre tanto em assentamentos quanto em áreas de gleba. Acho que o Professor Rajão colocou um anúncio grave de uma área – não me lembro onde, acho que no Pará. Isso se repete em outras regiões, em assentamentos também. Isso é gravíssimo. A gente tem feito denúncias, seguidas denúncias. Eu gravei vídeo, inclusive, contra essa questão de venda de áreas de assentamentos especificamente, e estamos trabalhando em conjunto com outros órgãos como a Polícia Federal e com outros órgãos, buscando esse tipo de ação, que é o que nos compete.

Mas esse tipo de crime, é um crime de uma venda ilegal de área pública, que, na medida em que a gente sabe dele, a gente instrui denúncias, vai atrás e na hora em que a gente sabe disso a gente bloqueia esses processos, é o que a gente pode fazer. Assim como na internet também vai ter gente anunciando a venda de droga ou a venda de carro roubado. Não estou comparando uma coisa com a outra, mas, assim, na prática, o que a gente pode fazer é tentar coibir o crime e tentar buscar, na medida do possível, fazer com que essa pessoa pague criminalmente por um crime que ele cometeu.

Mas isso não impede que a gente tente regularizar os outros, que são os inocentes nesse processo e que apenas querem exercer o que a lei já prevê para eles, que é o direito...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Senador Jaques Wagner.

**O SR. GERALDO MELO FILHO** – Obrigado, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Dr. Geraldo, eu só queria saber, pontualmente, se os números que V. Sa. tem concordam com essa magnitude de que 70%, mesmo por sensoriamento, poderiam ser regularizados com a lei atual? Da ordem de 70%, ou seja, até quatro módulos, como prevê a lei de hoje. Nós teríamos um estoque não de terras, mas de número de títulos a serem concedidos.

Só para saber se os números batem com os números do Incra.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Geraldo, por gentileza?

**O SR. GERALDO MELO FILHO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois não, Senador. Na verdade, o total de parcelas até quatro módulos soma 88% das parcelas – até quatro módulos. Esse é o número total de parcelas.

Até um módulo, esse número vai à casa dos 70%. Eu não tenho o corte aqui até um módulo, mas eu sei que é por volta de 70%. O senhor me desculpe, mas eu estou sem o corte até um módulo aqui comigo.

Aí vem uma preocupação, especificamente, no relatório da 2.633.

Desculpem-me, eu havia pensado em não entrar nesse mérito. É que o relatório da 2.633, do jeito que foi aprovado na Câmara, praticamente matou o benefício que havia para a regularização até um módulo. A regularização até um módulo fiscal tem um tratamento diferenciado. E o ganho que há, processual, dado a partir do Decreto 10.592, para as parcelas até um módulo, esse ganho, do jeito que ficou redigido o relatório, na verdade, até um módulo ficou igual até quatro módulos.

Então, assim, até um módulo é por volta de 70%, que é um procedimento sumário, a gente espera agora ter a maior vazão de população. Até quatro módulos, vai a 88%, mas 88% dos processos, e 39% da área.

Então, aí é que há a questão, Senador, da medição das coisas. Tem 39% da área, e eu continuarei com 60% de ocupações já existentes, com pessoas que estão lá. E eu continuarei sem saber quem é quem que está lá. Essa é a discussão tradicional.

Para a gente, na prática, estamos à disposição para se tocar do jeito que for definido ainda.

Essa que é a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Geraldo.

**O SR. GERALDO MELO FILHO** – Desculpem-me.

Há uma coisa que o Dr. Raoni colocou, uma informação no *chat*, e eu tenho que responder.

Esse número de 96% que o Professor Raoni segue repetindo, ele buscou do Acervo Fundiário. E o dado que ele repete, de 96%, não é a soma das áreas dos processos de regularização fundiária. Ele está somando a área que estavam no Acervo Fundiário, que incluem áreas municipais e áreas estaduais, áreas de acesso, áreas de outras coisas, que se somam para ser o Acervo Fundiário. Não são apenas as áreas dos 107 mil processos. Então, é uma mistura de fontes.

Eu já disse isso outras vezes. É só porque, enquanto eu estou falando aqui, ele pôs a nota.

Então, desculpem-me.

O Incra está à disposição para você ver o dado correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, de novo, volta com isso todas as vezes. Detalhe: 88% já é um bom número, Professor. O senhor não precisa insistir nisso, porque eu nunca deixei de dizer que são 88% para o senhor insistir que é o número de 96%. Inclusive, quando o senhor soma, dá mais do que 100%.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Geraldo.

De fato, 88% já é bastante, é um índice bastante elevado para que a gente possa fazer a regularização fundiária.

Na sequência, passo a palavra ao Raoni Rajão.

V. Sa. tem cinco minutos para fazer as suas colocações. Claro, se precisar de mais, estamos aqui, abertos.

**O SR. RAONI RAJÃO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muitíssimo obrigado.

Só retornando a esse último ponto, o dado que era disponibilizado publicamente até cerca de março do ano passado possui, de maneira muito clara, não só a informação do tamanho da parcela, mas também a origem da parcela. Então, é possível, através de um filtro simples, num procedimento simples, fazer essa filtragem.

O que eu entendo, pelo menos o que me foi dito internamente, eu tenho conversado com diferentes pessoas que atuam, inclusive dentro do Incra, é que houve uma melhoria, inclusive, desses dados, uma limpeza, enfim, aprimoramentos que são normais após o dado ser retirado do ar. Desde então, temos buscado ter acesso a esses dados.

Inclusive, na última Comissão, um dos Senadores que estava presente, inclusive, fez um requerimento para que esses dados fossem disponibilizados até para poder esclarecer o debate com base nas informações mais atualizadas.

Assim, obviamente, nós aqui não trabalhamos com nenhum, não temos nenhuma preferência de dados, de número. A gente não tem paixão nenhuma por nenhum número. Concordo que 96% ou 88% são, inclusive, de ordem de grandeza similar, como eu coloquei aqui no *chat*.

O que nós fazemos questão é trabalhar em cima do mesmo dado, porque o Incra está visualizando uma realidade que só ele pode visualizar, porque o dado é fechado. E foi recusado o acesso ao dado via LAI. Se o dado disponível até o ano passado apresenta uma outra realidade, é preciso haver um alinhamento, até porque, caso surjam outras perguntas, outros temas, outras análises mais aprofundadas, é essencial que haja esse aprofundamento.

Então, daí, vem meu convite novamente. Se o Sr. Geraldo puder até disponibilizar isso fora do requerimento do Senado, diretamente a nós, como universidade, o dado vai ser muito bem utilizado, de maneira sempre rigorosa, clara, transparente, como nós sempre buscamos e atuamos.

Com relação à pergunta do Senador Jaques Wagner, ele faz uma colocação muito pertinente. O que se aprendeu, o que a Casa do Povo, a Câmara dos Deputados, com seus mais de 500 Deputados apreendeu, em mais de um ano de debate em cima da MP 910, que, depois, se transformou em 2.633? Os debates, inclusive, foram liderados pelo Deputado Zé Silva, que é o Diretor de Comunicação da Frente Parlamentar da Agropecuária, assim como o Deputado Bosco, o Deputado Marcelo, ou seja, o debate foi liderado por pessoas que têm a sua trajetória, a sua vida e a sua atuação perante uma base do agronegócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que a bancada e a frente ambientalista contribuíram, mas, ao meu ver, a contribuição foi relativamente pequena, tendo em vista o protagonismo desses relatores. E o que foi percebido é que, realmente, não faz sentido mudar o marco temporal e incentivar a invasão de terras públicas. Eu acho que isso é um ponto que, depois, o Senador Fávaro, que também, inclusive, tem na sua biografia essa vivência, colocou de maneira muito clara.

De certa forma, eu acho que é um consenso quase geral. Eu acho que é importante trazer isso. E isso é algo que o 2.633 traz de maneira muito clara, mas a 510, não. A 510 modifica o marco temporal. E isso é muito grave.

Outro elemento também é, confirmando e aprofundando esta questão dos pequenos *versus* médios e grandes, que a 2.633 aumenta de quatro para seis módulos fiscais, até porque faz parte de um posicionamento do Deputado Zé Silva e de outras frentes buscar ampliar algumas vantagens e alguns benefícios dos pequenos também para os médios pequenos, para os médios que são já médios produtores pela legislação, mas que ainda têm imóveis de um tamanho não muito grande; daí a ideia de trazer para quatro a seis módulos fiscais.

Enfim, faz parte do processo do debate político. Não vou necessariamente defender isso como correto, mas, comparado com o problema de ampliar para 15 ou 2,5 mil hectares, de certa forma, você tem o impacto reduzido. Por que? Qual é o medo aqui? É claro que em qualquer tipo de transação do Governo existe um risco de fraude. Todo tipo de transação. Bolsa Família... Tem gente fraudando o Bolsa Família. Agora, o importante é limitar o tamanho dessa fraude. Imagina você ter um Bolsa Família que dá um salário de R$20 mil. A chance de você atrair pessoas querendo fraudar o Bolsa Família vai ser muito maior do que um de R$100, R$200 reais.

A lógica ali é a mesma coisa. Se você limita o tamanho de um procedimento, que é mais frágil, porque ele é somente com a imagem de satélite, a imóveis menores, você não elimina a possibilidade de fraude, você limita a possibilidade de fraude.

Agora, se você transfere um latifúndio de 2.500 hectares do erário público, que é um bem público, para privados, e faz isso sem os devidos controles, isso é um convite para a fraude, isso é um convite, inclusive, para que os pequenos, que estão ali ocupando de maneira legítima, sejam expulsos, porque esses grandes vão conseguir essa titulação, uma vez que eles podem pagar técnicos, eles podem pagar pessoas para produzir as fichas técnicas, para ter acesso a internet, para acessar o sistema, que está sendo desenvolvido pelo Incra... Inclusive, excelente sistema, meus parabéns aqui, mas que é preciso certos conhecimentos, que pessoas mal intencionadas podem ter e que, às vezes, o pequeno produtor que está lá, na Transamazônica, sem acesso à internet, não tem.

Daí a importância de trazer essas travas e exigir um controle adicional, para um número inclusive pequenos de imóveis. São poucos milhares de imóveis aqueles acima de quatro módulos fiscais. Então, não faz sentido mudar isso. E é algo que a 2.633 traz enquanto avanço.

Ainda temos alguns problemas, como os citados, que é a questão do CAR, que precisa estar ativo, e a questão também da licitação dos imóveis que não podem ser regularizados nas outras modalidades, e aí é uma porta dos fundos também para você, de certa forma, flexibilizar o marco temporal. Então, isso também é algo problemático, que tem que ser olhado com cuidado, mas o meu entendimento é que faz todo sentido debater em cima de um projeto já mais maduro, que já passou por várias instâncias na Câmara dos Deputados, e a partir daí buscar aprimorá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Raoni Rajão, pela sua participação.

Passo a palavra agora para a Dra. Eliane Cristina Pinto Moreira.

**A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada a todos e todas. Obrigado pela oportunidade de fazer esta reflexão conjunta, tão importante.

Além de parabenizar os Senadores que coordenam esta Mesa e que participam aqui desta Mesa, pelo real compromisso com a busca de soluções concretas para o País, eu queria realmente registrar aqui meus parabéns ao Incra.

Eu acredito que este sistema tem mostrado hoje aqui, todos nós podemos ver, que é um divisor de águas, ele é a resposta para a maior parte dos problemas vivenciados hoje. E esse é um grande passo. Essa integração com elementos, com dados ambientais, a integração com os dados fundiários relativos a terras indígenas e outros territórios tradicionais, entre outros aspectos, é realmente crucial.

Gostaria só de ousar sugerir, Dr. Geraldo, a inclusão também da previsão de diálogo com as bases de dados dos Estados, que vai ser crucial. O senhor sabe que um dos maiores problemas do Incra, aqui no Pará, pelo menos, na hora de concluir as titulações, é a ausência desse diálogo e dessa integração. Mas, parabéns! Esse, realmente, eu diria que é um caminho.

O Senador Jaques Wagner perguntou qual a necessidade. Sem entrar aqui mais profundamente na necessidade, a minha percepção é, realmente, que a gente já tem uma legislação suficiente para se fazer justiça territorial, mas o fato é que esse talvez seja o principal instrumento, o instrumento apresentado hoje pelo Incra, seja o principal instrumento de justiça territorial para o Brasil. E aí o que eu quero ressaltar, talvez o caminho, a contribuição, que esta Casa legislativa possa dar, de mais concreto, é realmente empoderar o Incra. As questões de recursos, as questões de concurso público... Mas essa é uma revolução, eu diria, na forma de gestão desse patrimônio público, que é tão importante.

Indo bem concretamente para as questões que me foram feitas, o Senador Jaques Wagner me perguntou se eu considero o PL 2.633 melhor. Eu realmente vou pedir minhas escusas aos autores do projeto e aos que com ele acordam, mas eu não considero. Eu acho que os dois têm aspectos deficitários conjuntamente. Eles se completam nas suas deficiências, em termos de legislação proposta, porque, principalmente, qual é a essência? E é verdade quando o Presidente do Incra, Dr. Geraldo Melo, diz que não se está falando em aumento da regularização, está-se falando de "como". Só que, ao se falar no "como", o que os dois projetos abrem mão é do que a gente chama de salvaguardas; salvaguarda a um patrimônio público.

Aqui eu quero ressaltar isso, além da justiça do acesso à terra, a gente está falando de gestão de um patrimônio público dos mais importantes no País, que é a terra pública. Quais são essas salvaguardas criadas para que se fosse possível instituir uma política de regulação fundiária no Brasil? Vistoria, dentro dos limites e nas condições em que ela já existe hoje. Ela já é o limite da responsabilidade. Nós já estamos no limite do que é uma gestão responsável do patrimônio fundiário, quando se estabelece as regras de vistoria atualmente vigentes. Dois, os instrumentos de checagem dos dados hoje estabelecidos. Três, a licitação. Eu considero muito complicada a previsão de alteração das normas de licitação trazidas pelo PL 2.633. Eu me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponho, em outro momento, particularmente, dialogar sobre isso. E, quatro, critérios de isonomia.

E aqui eu quero ressaltar que o art. 13 deste PL, o 2.633, mencionado pelo Senador Jaques Wagner, ao trazer, ao aumentar a questão dos módulos rurais, de quatro para seis, e criar, no meu entendimento, com todo respeito às opiniões diversas, uma vantagem competitiva para aqueles que tenham mais recursos econômicos e tecnológicos, que são os que vão poder apresentar a planta, o memorial descritivo e que vão correr na frente dos que têm menos condições econômicas e tecnológicas, ele cria uma desigualdade no acesso à Terra.

E sempre lembrando aqui, complementarmente, que o sensoriamento remoto é fundamental, mas ele é complementar. Ele não pode ser a única forma de aferição.

E aqui, realmente, eu quero só concluir com dois pontos. Um elemento fundamental é que a regularização não ocorra nas áreas florestadas. Nós temos dois tipos de floresta pública: A e B. Nessas áreas não destinadas ainda, a gente precisa ter essa trave. Essa trave ainda nem existe na legislação atual, ela está muito maldisposta na legislação atual.

E o último ponto, agora realmente para concluir.

É importante a gente lembrar que a regularização fundiária, qualquer que seja o tamanho da área ou quaisquer que sejam os critérios que se pretende adotar, parte de uma coisa prévia que precisa ser inicialmente feita. Não há regularização fundiária sem discriminação, arrecadação e registro da terra pública. E essa foi uma das maiores dificuldades do programa Terra Legal em executar essa ação. Enquanto não se investe maciçamente nas atividades de arrecadação, de destinação e de registro das terras públicas, não há terra efetivamente para a regularização fundiária, porque não é o requerente que cria o processo de regularização fundiária; quem cria o processo é o órgão público, quando a nossa legislação vigente nos diz claramente. Essa é a primeira ação que o Estado tem que fazer, e isso, com todo o respeito, mais uma vez, não tem sido feito.

As ações que são as primeiras... Não adianta a gente ter 1 milhão de requerimentos de regularização fundiária. Se o art. 3º da Lei de Regularização Fundiária atualmente vigente não for cumprido no seu inciso I – discriminação, arrecadação e registro da terra pública, sendo que, para isso, é preciso recurso, é preciso investimento tecnológico do Incra, é preciso esta atuação prévia –, não se caminha. Pode haver 1 milhão de requerimentos com quantos hectares, quantos módulos fiscais forem, mas a primeira fase da regularização fundiária precisa ser feita, e nisso nós ainda estamos muito deficitários.

Eu agradeço imensamente a oportunidade e fico à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dra. Eliane.

Dr. Geraldo pede a palavra para uma questão de ordem, para responder à Dra. Eliane. Por gentileza.

**O SR. GERALDO MELO FILHO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero só fazer... Primeiro, agradeço o elogio, doutora.

Quero só dizer o seguinte: complementando a informação, a gente focou nessa primeira etapa no processo interno para que a gente possa dar fluidez aos processos que estão parados há tanto tempo, mas, no planejamento de evolução da plataforma, a ideia é que ela seja disponibilizada e compatibilizada para os órgãos estaduais que quiserem, obviamente, acessar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a plataforma e utilizar os dados dela, ou seja, o Sigef, os dados básicos, porque todo produtor, independentemente de estar em gleba pública ou não, tem que ter SNCR e tem que fazer o Sigef, por exemplo, da certificação de suas áreas. Então, a ideia é que, na sequência, com a plataforma estabilizada, os Estados que quiserem possam montar uma forma de utilizar também os dados da plataforma nos seus processos.

Essa é uma evolução prevista, assim como também já tivemos algumas conversas, que estão muito no início, com o CNJ para tentarmos um processo de integração para cartório.

Então, essas são as duas etapas, tentando olhar para frente.

Desculpe-me que eu já falei muito.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado.

Esses esclarecimentos são importantes para o debate.

Passo a palavra agora, mais uma vez agradecendo a sua presença, ao nosso colega e amigo Aldo Rebelo. (*Pausa.*)

Seu áudio está...

**O SR. ALDO REBELO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Prezado Senador, prezados debatedores, eu fico com a seguinte preocupação: nós tratamos de dois universos e confundimos esses dois universos, essas duas disciplinas – a dos crimes ambientais, a da prevenção, da manipulação ou da ocupação ilegal de terras públicas, esse é um universo de preocupação e deve alcançar as autoridades; o outro é o de fazer justiça, é o de reconhecer a titularidade, a regularidade da posse daqueles que não cometeram crime. E, a pretexto da preocupação com o crime, não se faz justiça a quem não cometeu. E as estatísticas, sinceramente, muitas vezes servem não para mostrar o que é importante, mas para esconder o que é importante.

Eu conheço a Amazônia. Para fazer o Código Florestal, eu fiz audiência pública na Amazônia inteira. Fiz em Rondônia, com o Senador Acir, lá em Ji-Paraná; fui a Novo Progresso; fui às barrancas do Rio Purus; fui ao norte de Mato Grosso. E essa realidade não aparece; ela não é visível para as nossas universidades e muitas vezes não é visível para o Ministério Público. O Estado brasileiro recruta um monte de brasileiros do Paraná, do Rio Grande do Sul; leva-os até Mato Grosso; abandona-os numa boca de mata sem infraestrutura, sem escola, sem estrada, sem saúde pública, sem moradia. Muitas dessas pessoas morrem de malária. Têm que fazer tudo por conta própria: elas têm que fazer sua estrada; elas têm que fazer a sua escola. E aguardam até hoje que o Estado brasileiro se lembre que elas chegaram lá pelas mãos do Estado e vivem lá abandonadas, marginalizadas.

O Estado brasileiro leva essa população, Senador, para Novo Progresso; quando chega a Novo Progresso, o Estado brasileiro dá um pré-título para essas pessoas; depois o mesmo Estado pega a terra dessas pessoas e transforma num parque. O Estado é quem foi o grileiro, o Estado é quem foi invasor. E essas pessoas passam a ser criminosas, invasoras de terra pública; mas elas estavam ali pelo Estado, o Estado que levou essas pessoas para ali.

Dra. Eliane, vá a Novo Progresso, vá a Castelo dos Sonhos; Dr. Raoni, vá a Novo Progresso, vá a Castelo dos Sonhos, converse com essas famílias, tratadas como se fossem refugiados dentro do seu próprio País, tratadas como criminosos sem crimes terem cometido. Se um crime foi cometido, foi pelo Estado, que transformou áreas onde essas pessoas já estavam instaladas. Trazidas do Paraná, foram para Mato Grosso; de Mato Grosso foram para o sul do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pará; e chega o Estado e transforma essas pessoas em criminosas. Eu conheço isso. Eu era Ministro e o Ministério do Meio Ambiente traçou um parque onde estavam essas famílias e elas passaram a ocupar uma terra como ilegais. Então, isso não pode acontecer.

Eu acho que o mais prudente seria esta Comissão do Senado dar um tempo e ouvir as pessoas; não ouvir apenas a universidade, que é importante; não ouvir apenas o Ministério Público; ouvir os assentados; ouvir as vítimas desse processo de omissão do Estado brasileiro, da burocracia do Estado brasileiro.

Eu não fiquei em Brasília, não; eu fui lá. Eu fui a Novo Progresso, eu fui a Castelo dos Sonhos, eu fui ao assentamento do Chico Corrente lá na beira do Rio Purus, lá no Amazonas. Fui conversar com eles, ver essa realidade. Aí, você chega a essas pessoas, chega a Novo Progresso, e estão lá helicópteros da Polícia Federal. Eu me lembrei do Vietnã. Pareciam as Forças Armadas ocupando um outro país; as pessoas intimidadas. Não, isso não! Isso não pode ser. Quando surge na Amazônia, Dra. Eliane, um movimento de separá-la do Brasil, de convertê-la num país independente, quando aparece uma mazela dessa, uma tragédia dessa, como é que nós ficamos? É porque as pessoas não se sentem protegidas pelo Estado brasileiro. Elas se sentem como se fossem tratadas como gente de segunda categoria. Não; os criminosos que paguem pelos seus crimes. Os grileiros que vão para a cadeia, mas os inocentes não podem responder por isso. Não podem! Não podem. Então, a mão pesada do Estado e da Justiça alcança os criminosos, alcança os bandidos que ocupam terra pública, que grilaram, que cometem crimes ambientais, que alcance; mas os inocentes não podem pagar pela suspeição – não podem. Isso não é correto.

E não dá para comparar um módulo fiscal em Ribeirão Preto, de 10 hectares, com um módulo em Rondônia de 60 hectares ou 70 hectares, porque em Rondônia o proprietário é obrigado a separar 80% da sua área para a proteção do meio ambiente, e em Ribeirão Preto ele só pode separar 20%. Não há como comparar! São categorias e valores completamente diferentes. Aqui em São Paulo são 20% da área, porque é Mata Atlântica; 80% o cidadão, o proprietário pode usar. No bioma Amazônia, não; 80% ele tem que destinar para proteção. Então, são valores que não se podem comparar.

Eu pego o caso... "Não, tem que ser a vistoria". Tudo bem. Todos os crimes de sonegação, todos os crimes tributários são apurados sem a vistoria, ou seja, as informações são suficientes para que a Receita Federal tome todas as providências contra quem comete um crime tributário. E no mais, na Amazônia, o sensoreamento não impede que o Estado faça vistoria. Eu creio que é o seguinte: você faz pelo sensoreamento remoto, porque você faz o Cadastro Ambiental Rural, que é um inventário – você faz tudo pelo sensoreamento –, e ao mesmo tempo o Estado fiscalize tudo, faça convênios de extensão rural com as universidades, com o Ministério Público, com as escolas técnicas, com a Polícia Federal, com o Exército, mobilize as Forças Armadas para fazer essas vistorias, mas faça a regularização. Se alguém usou de má-fé, nada impede que, com a vistoria, depois de realizado e comprovado o crime, a má-fé, seja revogada a regularidade. Agora, em nome disso, você não pode é prejudicar aqueles que estão lá de boa-fé.

Você vai a São José do Apuí – eu fui –, e estão lá aquelas famílias ressentidas, magoadas. "Ora, o Estado nos trouxe para aqui...". Na época, Senador Acir, em que era "integrar para não entregar", "Amazônia: uma terra sem homens para homens sem terra", levaram essas famílias para lá e deixaram para lá; não regularizaram, não fizeram infraestrutura, escola, nada. Nada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe quando é que o Estado voltou lá? Isso eu vi lá. O Estado voltou lá pela primeira vez com um helicóptero da Polícia Federal, com os fiscais do Ibama, para tratar famílias, crianças, todos como criminosos, como bandidos. Isso eu ouvi, as pessoas revoltadas: "o Estado nos trouxe aqui, nos deixou aqui e depois só voltou aqui pra nos tratar como bandidos; chega aqui um helicóptero, todo mundo armado descendo". Famílias, gente ali lutando pra sobreviver. Isso acontece na Amazônia inteira. Não, tem que separar os criminosos e os bandidos das famílias honradas, trabalhadoras, que estão aí vivendo sem infraestrutura, sem meios.

Esse é o apelo que eu faço. E aí o Congresso, que tem essa virtude, que muitas vezes o Judiciário não tem, que é de ouvir, fazer audiência, levar em conta todos os fatores, pode, com mais prudência, adotar as duas medidas: atender o universo do combate ao crime, que é necessário, tem que combater a grilagem ou a bandidagem, tem que combater com a força da lei; mas ao mesmo tempo, em nome disso, não se pode penalizar os inocentes, os proprietários, aqueles que de boa-fé, levados pela esperança, pelo Estado, foram para aí e aí ficaram, sem assistência e no abandono. Esses também merecem a providência do Senado, prezado Senador Acir, prezada Dra. Eliane, prezado Professor Rajão, prezado amigo, querido, Ministro Jaques Wagner.

Muito obrigado e desculpem me exaltei. É porque, ao tratar desse tema e da nossa Amazônia, muitas vezes eu sou tomado pela emoção. Tá? Me desculpem. Muito obrigado, mais uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a V. Sa., nosso sempre Deputado Aldo Rebelo.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu quero só me associar – eu diria assim – à veemência com que o Aldo coloca as coisas, porque realmente é um brasileiro da melhor e da maior qualidade, um homem que se dedica muitas vezes a estar viajando pelas estradas brasileiras de carro, para poder conhecer as comunidades, e fez um belíssimo trabalho na elaboração do Código Florestal, que foi de estabelecer consenso.

A única coisa que eu queria registrar, querido Aldo, é que as famílias das quais você fala e com veemência – vamos dizer assim – se associa, seguramente, eu diria, mais de 90% delas estão dentro dos quatro módulos fiscais. Não estou dizendo que fora dos quatro módulos fiscais não haja pessoas sérias também, mas como já foi dito aqui, o próprio Dr. Geraldo, se não me engano, usou o número de 88% dos demandantes de título, então eu diria: 88% das famílias, que não podem ser tratadas por uma generalização de marginalidade, estão dentro dos quatro módulos fiscais. Então, é por isso que eu insisto. Eu terei a mesma veemência.

É por isso que eu citei aqui que eu já entreguei – eu e o atual Governador – 60 mil títulos de terra, que correspondem a praticamente 900 mil hectares. Agora, eu só quero registrar que 88% desses merecedores do nosso apreço estão dentro de quatro módulos fiscais. Seguramente, não estão anunciando suas terras nos jornais do Pará, ou do Amazonas, ou seja lá de onde for. Então, é só pra separar o joio do trigo.

Eu concordo contigo: não vamos julgar todos por 1% ou 2% de marginais, de traficantes, de foras da lei, mas também... Então, vamos focar naquilo em que eu estou insistindo: 88%, segundo o Dr. Geraldo, estão em até quatro módulos fiscais. Então, pelo amor de Deus! Vamos correr com esses até quatro módulos fiscais que nós vamos atender à maioria dessas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu sei que a sua veemência e o seu sentimento são absolutamente verdadeiros, não é para impressionar. Eu sei o quanto você sofre pelas mazelas do nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Somos nós que agradecemos.

Passo a palavra agora ao Senador Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Meu colega Senador que preside esta reunião e que, com muito equilíbrio, conduz tema de absoluta relevância para o Brasil, Acir Gurgacz; meu colega Senador Jaques Wagner, que conhece, com minudência de detalhes esse tema e sabe o quanto ele é caro para a sociedade brasileira, eu ouvia atentamente as discussões, já que cheguei um pouco depois do início desta reunião, e, me questionando aqui, eu vejo algumas coisas que deveriam ser levadas em consideração em relação à questão da regularização fundiária.

O Brasil tem 850 milhões de hectares, e 563 milhões de hectares estão preservados. Isso representa quase 60% de território brasileiro preservado, que é cobiçado pelo mundo inteiro, e nós vivemos sistematicamente submetidos a críticas, com o dedo de comunidades internacionais apontado para nós, que falam e falam e repetem sobre o nosso desmatamento.

Eu vejo nessas discussões... E aqui, até por uma questão de justiça, assistíamos há poucos minutos à manifestação do nosso colega por muitos anos na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, Ministro de duas pastas com muita competência, equilíbrio, patriotismo, que, num gesto de indignação, que também transferiu para todos nós, com essa forma com que é tratada essa questão – há um ano, há dois anos, há três anos, há quatro anos, há cinco anos, há vinte anos, há quinhentos anos – da propriedade no Brasil. E obviamente eu me preocupo porque não vejo, num horizonte próximo, essas questões, esses projetos de lei, essas discussões chegarem e afunilarem para uma definição para que os pequenos produtores rurais, os médios produtores rurais, os grandes produtores rurais, aqueles que estão na terra produzindo e que têm a sua propriedade e a sua posse por décadas tenham um papel, um pedaço de papel, que casualmente chama-se título definitivo, e que ele possa ter acesso ao crédito rural, para que dali possa viver e transformar a vida das suas famílias, nobre Presidente Acir.

Nós que estamos na Amazônia sabemos... O meu Estado de Roraima, por exemplo, tem 64 projetos de assentamentos que nunca foram emancipados. Com isso, tangidos pela necessidade, esses colonos que foram assentados há 10, 20, 30, 40 anos – e aqui já foi repetido por vários dos nossos colegas, inclusive pelos palestrantes – foram para a Amazônia pelo programa Integrar para não Entregar, ocuparam aquela Amazônia brasileira, que representa 52% do Território brasileiro, acompanham e assistem essa cantilena interminável de projetos de lei, de definições, de mudanças de Presidente, de promessas eleitorais, etc., de que se resolverá a questão da regularização fundiária.

Eu sinceramente estou aqui nesta Casa e poderia até não me manifestar dessa forma, mas eu não tenho esperança de que logo se resolva, porque vem aí uma série de pressões de ordem interna e externa. Todos sabem do que eu estou falando. O nosso Poder Judiciário praticamente criminaliza a maioria dos assentados, a maioria dos produtores rurais, infelizmente.

Eu acho que algumas manifestações eu consideraria, Presidente, até infelizes, como a da promotora que participa deste momento. A gente vê o nível de dedicação que se tem para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





resolver os problemas. Ela falou até em relação ao PL 2.633, em relação ao PL 510, do nosso companheiro Irajá, e disse assim: "Esses dois projetos se completam nas suas deficiências". E o que está certo? Então, gostaríamos muito que, pelo seu saber jurídico, pela sua competência, a promotora pudesse, na verdade, apresentar um projeto ideal, dos sonhos, para que aqueles agricultores que estão lá, a uma hora dessa e desde o amanhecer do dia, com a enxada na mão, puxando cobra nos pés, limpando a sua roça de feijão, de mandioca, de milho, etc., pudessem sonhar que amanhã terão do Estado brasileiro a regularização definitiva das suas áreas.

Portanto, eu vejo o empenho histórico do Incra, há décadas. E o Dr. Geraldo Melo fez uma apresentação muito pontual, oportuna e até muito esperançosa. Que nós pudéssemos agora ter o concurso do Incra. Na verdade, que o concurso do Incra pudesse ser realizado, porque, no meu Estado, por exemplo, para se fazer uma vistoria passa um mês, dois meses, três meses, quatro meses, porque eles têm poucos técnicos. Que os recursos que estão no OGU 2021 pudessem ser repassados para o Incra para que eles pudessem efetivamente realizar esses trabalhos que incomodam não apenas os servidores do Incra, mas principalmente os produtores, os assentados, os proprietários rurais, que vivem ansiosos por uma solução definitiva para o seu problema da titulação.

Então, acho que isso se chama enxuga gelo – enxuga gelo. Essa história fundiária do Brasil vai continuar *ad perpetuam*, a prevalecerem os atores que, na verdade, não têm, entre aspas, "o interesse de resolver definitivamente". Isso aqui tem que estar absolutamente claro, não é?

E eu falo aqui de uma forma muito veemente porque eu entendo, eu vivo esse problema no nosso Estado, eu vivo esse problema na Amazônia e nós sabemos o que o agricultor primeiro pergunta, quando nos encontra: "Senador, e quando é que nós vamos ter nossa terra titulada? E quando é que vão resolver nosso problema? Olha, eu estou aqui há 40 anos esperando meu título definitivo!". E assim por diante.

Então, essas discussões são muito importantes, fazem parte do debate político institucional, isso é claro. A participação de vários atores como palestrantes, obviamente cada um com o seu saber, enriquece essa discussão, mas, daqui a vinte anos, nós vamos estar ouvindo a mesma cantilena que estamos ouvindo aqui hoje, sem que sejam resolvidos esses problemas de demarcação dessas áreas.

Afinal de contas, o Brasil tem 8 milhões de quilômetros quadrados! Eu disse aqui que são 850 milhões de hectares, dos quais – repito – 563 milhões de hectares estão intocáveis. Portanto, eu acho que essa é uma discussão que deve ser considerada. E, para encerrar, nobre Senador, a Amazônia, que é criticada em prosa e verso, que tem o antagonismo da compreensão da sua importância por parte das comunidades internacionais e de alguns maus brasileiros – alguns e não são poucos maus brasileiros – que falam tanto na destruição da Amazônia, no desmatamento, etc., olha, essa Amazônia, para quem está nos assistindo, que tem um território imenso de 334 milhões de hectares, tem apenas 85% da sua área preservada, são 334 milhões de hectares – 85% do seu território preservado.

Então, esses debates são importantes, revigoram a nossa energia em defender esse tema, que é um tema recorrente de todos os brasileiros, que têm em nós aqui seus representantes, os responsáveis para que sejam resolvidos esses problemas, não apenas da Amazônia mas de todo Território nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, gostaria de deixar esse registro parabenizando V. Exa. pela condução muito equilibrada, muito pontual de temas de absoluta relevância nacional, e dizer que outros debatedores poderiam participar aqui, mas sempre providos de um espírito cívico intocável, para que na verdade este País, que é gigantesco, a nona economia do Planeta, que vive em determinados momentos... Até pela forma com que nós convivemos com antagonismos de toda espécie, este País que é tão gigante, seja na área mineral, seja na área de floresta, seja na área vegetal, seja na área da água, seja na área dos recursos naturais, vive o que eu chamaria de a maldição da abundância – a maldição. Tudo é tão gigantesco no Brasil, que nem a reação de muitos poderia impedir que nós fôssemos, em uma breve quadra da história, uma das maiores potências deste planeta.

Então, esse tema é recorrente, importante, fundamental, mas não pode se tornar, mais uma vez, um instrumento de retardo para resolver de uma forma definitiva a questão da regularização fundiária no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

De fato, é um tema recorrente. Eu mesmo falo sobre esse tema há 12 anos aqui no Senado Federal. Exatamente há 12 anos nós estamos trabalhando, cobrando, dando o apoio necessário para que o Incra possa fazer essa regularização.

Acredito eu que, com essa nova metodologia do Incra, nós vamos avançar na regularização fundiária. Esse convênio com as prefeituras municipais também, com certeza, irá ajudar muito a avançar na regularização fundiária.

Eu entendo que o debate é importante e eu não posso deixar de atender à Dra. Eliane Cristina que pede pela ordem. Eu pediria só que fôssemos sucintos, dois minutos para a senhora fazer as suas colocações.

**A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço muito, não tenho a intenção de rebater nenhuma das falas, eu vou fazer aqui uma fala exclusivamente técnica.

Há alguns elementos que preciso mencionar, só para a gente ter aqui realmente informações precisas na nossa perspectiva. Não existe um impedimento de acesso de crédito rural em relação à regularização fundiária. Alguns tipos de crédito rural demandam especificamente a propriedade da terra, mas isso eu falo porque esse já foi um grande avanço que as Casas Legislativas e o Governo procederam para ampliar também a democratização do crédito rural. Então, eu acho que esse é um ponto importante para a gente desmistificar algumas questões.

O outro ponto que eu gostaria de ressaltar também como sugestão, já que aqui também foram cobradas sugestões bastante concretas, é que realmente o projeto caminhe buscando identificar os casos, quais são os casos que não estão sendo atendidos pela legislação vigente. Acho que, se a gente conseguisse circunscrever, provavelmente nós nos depararíamos com mecanismos que já existem na legislação agrária e fundiária do Brasil.

Então, a minha sugestão, acreditando aqui que todos, nas suas posições, têm interesse real em democratizar o acesso à terra, em assegurar direitos e cidadania no campo, que se caminhe para identificar onde estão. E aqui eu quero sugerir o estudo do Dr. Raoni que identificou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quais são as terras que realmente seriam atendidas para que se verifique se realmente a gente está falando das situações de vulnerabilidade.

E o terceiro ponto que eu queria ressaltar, que também é uma sugestão de avanço para o Incra, é que se tenha um empenho maior nas postulações, que o sistema do Incra absorva as postulações de territórios tradicionais para que evite os conflitos futuros que causam entraves concretos no prosseguimento da regularização fundiária, ou seja, que não só sejam abrangidas nesse sistema do Incra as terras efetivamente tituladas, mas aquelas demandas já, por exemplo, georreferenciadas por meio da RTID, no caso do território quilombola, ou de georreferenciamento, no caso das terras indígenas, entre outras técnicas que podem ser desenvolvidas.

No mais, eu agradeço. Agradeço o convite do Deputado Aldo Rebelo para ir ao sul do Pará.

Sempre estou no meu Estado. Quero lhe dizer, Deputado, com muito orgulho: eu sou daqui, sou, inclusive, de um Município que foi citado aqui, que é o Município de Portel. Então, sou muito sensível às questões da nossa... A minha origem está em Portel. Então, sou muito sensível às questões da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. O que eu posso dizer é que já conheço a realidade não por pousar aqui em um avião, mas conheço a realidade por viver aqui há bem mais que 30 anos. Não vou aqui abrir a minha idade completamente, para preservar meu direito de esconder a idade.

Mas, dito isso, efetivamente, eu vejo como o grande caminho – desculpem-me por eu ser repetitiva – o reforço às políticas do Incra. Por favor, Senadores, atentem às questões relativas ao orçamento, às questões relativas a concurso público. Esse é o grande caminho para a gente atender... Realmente, a maior parte desse público que nos preocupa a todos está abrangida hoje pela legislação vigente, no meu entendimento.

Muito grata! E até a próxima!

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado.

Também por dois minutos, o Raoni Rajão pede a palavra. Eu entendo que o debate é sempre muito importante. Eu lhe dou dois minutos para as suas colocações.

**O SR. RAONI RAJÃO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Faço só um comentário breve.

Eu concordo inteiramente com a fala do Senador Chico, assim como com a do Deputado Aldo, quando se referem à questão da não criminalização do homem do campo.

Eu me julgo também um homem do campo. Meu avô é pecuarista. Eu passei minha infância em uma cidade do interior, andando a cavalo. No fim de semana anterior a este, eu estava lá. Sempre tenho essa relação e sinto muito orgulho dessas minhas raízes rurais também.

Eu entendo que a gente tem que tratar essa questão com muita sensibilidade. Agora, isso não nos deve afastar de um debate muito duro, que é o fato de que existe uma criminalidade muito presente na Amazônia e que se utiliza... Apresenta-se como produtor, mas, na verdade, está lá para poder roubar terra. A função nem é a de produzir alimento, a função é pegar um patrimônio público, apropriar-se desse patrimônio, revender e lucrar. E é uma minoria muito pequena. Nós fizemos um estudo chamado "Maçãs podres do agronegócio". Chama-se de maçãs podres, *rotten apples*, um termo em inglês, que se refere àqueles poucos que acabam atrapalhando, que acabam gerando o apodrecimento de toda uma cesta enorme de bons, apontando para a necessidade crucial de identificar esses poucos podres e de retirá-los da cesta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto, por exemplo, foi dito em uma das falas que a maior parte dos produtores é perseguida pela Justiça, efetivamente o que nós descobrimos é que mais de 90% dos produtores na Amazônia e no Cerrado não desmataram após 2008. Não desmataram! E esses outros 10%, inclusive, estão concentrados. Há uma parcela menor ainda dos produtores médios e grandes, que representa 2% de todos os produtores na Amazônia e no Cerrado, que, somados, desmataram 62% da área desmatada ilegalmente, já considerando as anistias e os mecanismos do Código Florestal. Eles desmataram ilegalmente após 2008. Então, nós temos que separar esses dois lados da história.

Ao trazer a importância disso e ao enfatizar que a maioria está certa, nós não podemos também trazer mudanças legislativas que acabam por beneficiar exatamente essas maçãs podres. É essa a nossa preocupação, Sr. Aldo, Sr. Senador, não é outra.

A questão da valorização do homem do campo e de dar direitos para aqueles que merecem podem ter certeza de que está entre as nossas prioridades, as minhas prioridades. Eu acompanho também a atuação da Dra. Eliane há muitos anos. E agora a questão é como fazer isso tecnicamente, analisando a legislação, desenvolvendo sistemas, aprimorando sistemas, como o do Incra, que está excelente. Esse é o caminho que temos que seguir.

Por isso, é um prazer enorme poder participar deste diálogo com os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Raoni.

Mais uma vez, agradeço a presença do nosso sempre Deputado Federal, amigo Aldo Rebelo, trazendo a sua vasta experiência, principalmente nesta matéria, para este debate.

Também agradeço à Dra. Eliane Cristina Pinto Moreira pela sua participação junto conosco. Espero revê-la novamente em outros debates. Debate riquíssimo, para que a gente possa avançar nesta matéria.

Também ao Raoni Rajão obrigado pela sua presença e sua participação.

E também ao Dr. Geraldo Melo Filho, que é o Presidente do Incra, que já esteve conosco em outras audiências e que certamente estará novamente em outras audiências para a gente debater este tema tão importante.

Também agradeço aos Senadores que participaram: Senador Luiz do Carmo; Senador Esperidião Amin; Senador Carlos Fávaro; Senadora Zenaide Maia; Senador Confúcio Moura; Senador Fabiano Contarato; nosso Presidente da CMA, Senador Jaques Wagner; Senador Nelsinho Trad; Senador Rodrigo Cunha; Senador Izalci Lucas; Senador Angelo Coronel; Senador Paulo Rocha; Senador Jayme Campos, que ontem estava de aniversário, nossos cumprimentos ao Senador Jayme Campos; Senador Vanderlan Cardoso; e o Senador Chico Rodrigues, que aqui está junto conosco participando.

Lembro que, nesta quinta-feira, nós teremos outra audiência pública, que será presidida pelo nosso Senador Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jaques Wagner, no mesmo horário, às 8h, para que possamos continuar este rico debate para avançar no marco legal do licenciamento ambiental com relação à regularização fundiária.

Como já foi dito, temos várias convergências. Nós queremos fazer a regularização fundiária; nós não queremos promover o desmatamento, pelo contrário; nós queremos levar cidadania a essa população que está, Senador Chico, há várias décadas nas terras, estando a maioria absoluta, Senador Jaques Wagner, dentro dos quatro módulos – a maioria absoluta: 88%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos que estão necessitando de regularização estão dentro dos quatro módulos, e eu acredito que, nosso Estado de Rondônia, são aproximadamente 92%, 94% os que estão dentro dos quatro módulos, sendo Roraima da mesma forma. Portanto, há uma grande convergência. E o Incra tem um papel fundamental e está executando esse papel para fazer essa regularização fundiária.

Agradecendo a todos pela presença mais uma vez, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 min*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (12ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (20ª REUNIÃO), EM 16 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e dois minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Plínio Valério, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Esperidião Amin e Acir Gurgacz, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (licenciamento ambiental)**, atendendo aos requerimentos REQ 6/2021 - CRA, de autoria Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), REQ 46/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), e PL 2159/2021, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Debater o licenciamento ambiental e instruir o PL 2159/2021, de origem da Câmara dos Deputados, que "dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e nº 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988". **Participantes:** Sr. José Carlos Carvalho, Ex-Ministro do Meio Ambiente; Sr. Davi Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sra. Andrea Zhouri, Pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (representante de: Associação Brasileira de Antropologia (ABA)); e Sr. Marcos Saes, Consultor Jurídico da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). **Resultado:** Audiência pública conjunta realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Jaques Wagner**

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Havendo número regimental, declaro abertas a 20ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que ocorrem conjuntamente.

O objetivo da presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atenção aos Requerimentos nºs 6, de 2021, da CRA, e 46, de 2021, da CMA, de autorias dos Senadores Acir Gurgacz, que se encontra aqui ao meu lado, Presidente da CRA, e Jaques Wagner, respectivamente, com o objetivo de instruir o PL 2.159, de 2021, de origem da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revoga dispositivo da Lei 7.661, de 1988.

Esta é a segunda de uma série de audiências que faremos conjuntamente, de modo a instruir essa matéria a partir de diversos pontos de vista.

Estarão conosco, no dia de hoje, de modo remoto, em ordem alfabética: o Sr. José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente; o Sr. Davi Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI); a Sra. Andréa Zhouri, pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e representante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); e o Sr. Marcos Saes, Consultor Jurídico da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 20 minutos. Caso os participantes optem por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição.

Após as exposições iniciais, será dada a palavra, caso queira, à Relatora da matéria, Senadora Kátia Abreu e, em seguida, aos Senadores inscritos para a sua interpelação em cinco minutos.

As inscrições podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que se encontram remotamente.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, da Secretaria-Geral da Mesa, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise da matéria em questão.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Solicito à Secretaria que, neste momento, abaixe as mãos de quem se encontra remotamente, silencie os microfones e monitore as inscrições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, se gostaria de fazer uso da palavra.

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, agora passaremos às exposições.

Eu lembro que estas sessões são sempre dirigidas alternativamente por mim ou pelo Presidente Acir Gurgacz, da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura.

Convido, para fazer uso da palavra, o Sr. José Carlos Carvalho, que terá até 20 minutos para a sua exposição. V. Sa. está com a palavra, Sr. José Carlos Carvalho.

**O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO** (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas, Exmo. Senador Jaques Wagner, Exmo. Senador Acir Gurgacz. Cumprimento também aqueles que estão nos ouvindo em outros canais e, desde logo, agradeço a oportunidade de estar aqui participando desse debate sobre um projeto de lei de fundamental importância para o País. Quero, desde logo, parabenizar o Senado da República pela iniciativa de abrir essa série de audiências públicas de debate com a sociedade brasileira, corrigindo uma das falhas que tivemos na tramitação da Câmara, quando o último relatório infelizmente não foi colocado em discussão com o mesmo empenho e a mesma visão política estratégica que as Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária demonstram neste momento.

Também fico muito feliz de estar iniciando uma reunião com o Senado da República às 8 horas da manhã. Nós sabemos que o dia em Brasília começa às 10 horas.

Então, é mais uma razão que demonstra o empenho das duas Comissões, nos seus dois Presidentes presentes, em realizar os necessários debates para a discussão desse tema.

Eu tenho tido oportunidade de me manifestar sobre o Projeto de Lei 2.159, que é o número que ele recebeu no Senado. E vou, dentro desses 20 minutos, me concentrar naqueles pontos que considero mais relevantes para estimular o debate, que é fundamental para dar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras os subsídios necessários para que possam fazer a melhor interpretação da realidade ambiental brasileira e dar ao País um projeto de lei de licenciamento, uma lei de licenciamento ambiental que corresponda realmente às nossas necessidades.

Nunca é demais dizer que, quando nós estamos tratando de direitos de última geração, como são os direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, quando nós estamos tratando dos direitos difusos que interessam coletivamente à sociedade brasileira, nós estamos tratando de normas intergeracionais. Não é uma norma para resolver um problema de hoje; é uma norma que necessariamente tem reflexos para esta e as futuras gerações. Acho que é com esse princípio, com essa visão que certamente o Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da República estará se debruçando para a análise desse tema, uma relatoria da Senadora Kátia Abreu, a quem também quero parabenizar pela abertura que tem dado na discussão do tema no Senado, diferentemente do que havia ocorrido na Câmara Federal.

Primeiro, eu gostaria de mencionar em relação ao PL aquilo que ele devia ter e não tem. É o meu primeiro ponto, considerando, inclusive, as mudanças havidas no último relatório da Câmara, que acabou sendo aprovado, que tirou questões que me parecem fundamentais, que chegaram a ser colocadas em relatórios anteriores e que não estão presentes no PL remetido pela Câmara ao Senado da República.

Primeiro, desejo falar da importância da avaliação ambiental estratégica, da necessidade de o País tratar o licenciamento como uma questão estratégica do desenvolvimento sustentável. Nós não podemos continuar tratando o licenciamento ambiental no Brasil como um cartório onde as pessoas vão buscar licenças, com todas as precariedades que nós sabemos existirem no Sistema Nacional do Meio Ambiente no Brasil.

Então, esse é um ponto. É preciso trabalhar com Avaliação Ambiental Estratégica para que o licenciamento possa ser, de fato, um instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável do País, que ele possa ser, de fato, um instrumento que ponha a sustentabilidade no patamar que ela merece para a concepção, a formulação e a implementação das nossas políticas de desenvolvimento. Esse é um ponto que eu queria mencionar.

Também desejo mencionar outro ponto importante que foi retirado no último PL da Câmara, que foi o Zoneamento Ecológico-Econômico. Aliás, isso não se aplica exclusivamente à política de meio ambiente, mas, lamentavelmente, tem sido historicamente uma grande lacuna do processo de desenvolvimento no Brasil, que é a completa ausência da dimensão territorial na formulação das nossas políticas públicas. E, quando se trata de meio ambiente...

Eu gostaria de pedir que a Mesa desligasse o microfone dos dois Presidentes.

Prosseguindo.

Eu espero que essa questão da dimensão territorial que menciono possa ser levada em consideração, porque, em se tratando de meio ambiente principalmente, não é adequada a formulação de uma política pública que ignore a dimensão territorial, porque é no território que os impactos ambientais ocorrem, é no território que a comunidade impactada sofre diretamente os impactos negativos, sobretudo dos grandes empreendimentos. Então, essa é a primeira questão.

Volto também a um tema que já tive oportunidade de debater com a Senadora Kátia Abreu, quando mencionei a importância do licenciamento ambiental de um formato de Avaliação Ambiental Estratégica, porque, no modelo atual, que acabou sendo revisado na Câmara, na verdade, com o argumento de aperfeiçoar o licenciamento ambiental brasileiro, a Câmara, na verdade, tratou de fazer remendos numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regra que já existe, perdendo, com isso, a oportunidade de que fazer realmente o necessário aperfeiçoamento.

E eu, quando falo aperfeiçoamento, quero deixar claro que não defendo os *status quo*; estou entre aqueles que reconhecem que há espaço necessário para fazer um grande aperfeiçoamento no licenciamento ambiental do Brasil, na nossa legislação de licenciamento, mas um aperfeiçoamento que realmente possa aprimorar a norma e não apenas fazer remendos para buscar resolver problemas deste ou daquele setor que alega ter dificuldade com o licenciamento ambiental no Brasil.

É uma pobreza, permitam-me os senhores, ir ao Congresso Nacional brasileiro, com a oportunidade de fazer uma lei ambiental para o futuro – porque toda lei ambiental tem que ser feita para o futuro –, e aceitar simplesmente fazer remendos para atender determinados setores que se consideram prejudicados com o licenciamento ambiental no Brasil.

E nesse particular eu retorno à avaliação ambiental estratégica para mencionar um ponto que certamente espero possa ser examinado no Senado, que é o da avaliação de impacto ambiental *ex ante* ao licenciamento.

O licenciamento ambiental hoje é o licenciamento *ex post*, realizado depois que todas as decisões de fazer o empreendimento já foram tomadas. Vamos pegar um exemplo das grandes obras de infraestrutura na área energética, na área viária, em outras grandes áreas onde os empreendimentos são de significativo impacto: é feita avaliação de viabilidade econômica, avaliação de viabilidade financeira, avaliação de viabilidade técnica e, nesse momento, o fundamental tema da questão ambiental acaba ficando esquecido, é o grande ausente no momento em que se define a decisão de fazer.

Vamos pegar um exemplo: Belo Monte, pela quantidade de impacto ambiental que tem. Em que momento a questão ambiental de um empreendimento daquela magnitude aparece no processo, aparece no balcão do licenciamento – e isso acontece com todos os grandes empreendimentos ambientais no Brasil? É no balcão do licenciamento que os grandes temas ambientais vão surgir por conta da necessidade de realizar o EIA/Rima e obter a licença.

Ora, nesse momento, a decisão de fazer já foi tomada, os empréstimos já foram negociados e fica uma expectativa 100% frustrada de achar que, no momento do licenciamento, aquela obra que poderia ser ambientalmente inviável possa ser declarada inviável no licenciamento ambiental. Ora, é ingênuo imaginar que algum técnico do licenciamento ambiental vai dar um parecer contrário ao final a uma obra de grande porte que já foi aprovada ou pelo Presidente da República ou pelo Governador do Estado.

Essas são questões que nós temos que tratar.

Então, é fundamental, no meu entendimento, que tenhamos uma avaliação de impacto ambiental *ex ante*, inclusive para o empreendedor conhecer o custo ambiental do seu empreendimento, para decidir se ele realmente é viável, porque vamos convir que não é razoável esperar que um empreendimento, seja de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que natureza for, possa ser declarado viável, externalizando os custos de meio ambiente, externalizando os custos socioambientais do empreendimento.

Então, é esse o ponto. Se um empreendimento, logo na fase de concepção, incluir avaliação de viabilidade socioambiental e se esse ponto implica que o empreendimento poderá ser inviável do ponto de vista econômico, ele tem que ser declarado inviável. Nós não podemos admitir que a viabilidade venha pela degradação do meio ambiente, pela destruição da biodiversidade. São questões, no meu entendimento, que parecem elementares, mas que estão longe de serem percebidas e que, até agora, não foram percebidas no PL da Câmara. No entanto, nós esperamos que possam ser examinadas no PL do Senado.

Como não temos essa questão e eu estou procurando fazer uma abordagem mais estratégica, porque tenho certeza de que os que virão depois, especialmente a Andréa, que terá a oportunidade de esmiuçar mais os detalhes e as fragilidades do licenciamento ambiental no Brasil, eu menciono que, com base nessa distorção que eu estou citando, há um divórcio completo entre o projeto executivo do empreendimento e o EIA/Rima, que é feito para obter o licenciamento ambiental no órgão licenciador. Aí já começa uma deformação. Ora, se o projeto executivo não contempla as medidas mais importantes de natureza ambiental para implementação de um determinado empreendimento – e isso vai aparecer desconectadamente no EIA/Rima, no licenciamento ambiental –, nós já temos uma porta de entrada de crise. Por quê? O EIA/Rima vai incluir uma série de considerações relacionadas ao projeto executivo – vejam bem, quando é com base no projeto executivo. Quero ressaltar aqui que a maioria dos EIA/RIMAs são realizados com base no projeto básico, quando não no projeto conceitual, quando, na verdade, essa questão teria que estar esmiuçada no projeto executivo, depois de ter passado pelo crivo de uma avaliação de viabilidade ambiental.

Aí vamos ao balcão do licenciamento. Eu já tive oportunidade, como profissional da área, de fazer uma sobreposição de um EIA/Rima sobre um projeto executivo de um empreendimento. Quando a gente faz a sobreposição, o que aparece é um queijo suíço cheio de buracos. E aí o que acontece, na prática, na legislação que vigora hoje? Para cada buraco, uma condicionante. Não é por acaso que os empreendimentos obtêm licenças ambientais com quase um jornal de condicionante para ser cumprido, porque, para cada buraquinho que existe na sobreposição do EIA/Rima num projeto executivo, tem que se pedir uma condicionante.

E aí entramos numa outra questão, que certamente deverá ser examinada pelo Senado, que é a negociação das condicionantes. Por conta de fragilidades existentes, as condicionantes no Brasil viraram um balcão de negócios, com cada qual querendo incluir uma determinada condicionante no empreendimento, muita das vezes sem nexo causal, sem nenhum nexo causal, para fazer determinadas obras que não guardam nenhum nexo de causalidade com o empreendimento que está sendo feito, e menos ainda com a comunidade afetada. Nós temos exemplos recentes agora que estão sendo adotados no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil de empreendimentos que estão realizando obras de interesse social, que são fundamentais – não estou aqui questionando esse ponto –, mas que não estão atendendo diretamente a comunidade atingida.

Então, são temas dessa natureza que eu entendo que nós precisamos de considerar, no ponto de vista estratégico, para termos, de fato, um projeto de licenciamento que atenda os interesses do País, que possam ser um instrumento para estimular o nosso desenvolvimento sustentável. Para isso, é nesse contexto que eu acho que temos que analisar a política ambiental brasileira. Precisamos de sair de um cartório, de um licenciamento que é exercido de maneira frágil, porque também precisamos de considerar aqui um ponto que eu gostaria de finalizar com ele: é fundamental considerar que há justificadas críticas em relação ao atraso do licenciamento ambiental em muitos casos, mas esse atraso não está relacionado exclusivamente aos aspectos legais e normativos; eles estão relacionados às questões institucionais em relação ao desmantelamento do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Muito obrigado. Fico à disposição para os debates.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado pela sua contribuição bastante densa, Sr. José Carlos Carvalho. E eu lhe informo que, ao final, depois das primeiras quatro apresentações e dos questionamentos dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, nós voltaremos a vocês como palestrantes na ordem invertida; ou seja, a pessoa que for a última, no caso o Marcos, será o primeiro no retorno para os comentários finais e eventuais respostas.

Eu convido agora o Sr. Davi Bomtempo para fazer uso da palavra.

V. Exa. tem 20 minutos.

**O SR. DAVI BOMTEMPO** – Bom dia a todos. Estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Estamos ouvindo.

**O SR. DAVI BOMTEMPO** (Para expor.) – O.k. Muito obrigado.

Bom dia, Sras. e Srs. Senadores. É sempre um prazer estar aqui.

Aproveito para cumprimentar também a nossa Mesa de palestrantes, a partir do José Carlos, da Andréa e também do Marcos Saes. É sempre um prazer estar aqui compondo esse momento de discussão de um tema tão importante para o Brasil, um tema tão importante para a indústria nacional.

Eu vou iniciar aqui o compartilhamento de uma apresentação, só um momentinho. (*Pausa.*)

Aqui a ideia é a gente passar uma ideia geral do que é o licenciamento ambiental para a gente começar a elaborar um racional durante a nossa apresentação. E, logo na sequência, a gente faz a referência internacional, um trabalho que a CNI executou em termos de comparativo com os países do G7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para saber como esses países têm tratado a questão do licenciamento ambiental, quais seriam as boas práticas, enfim, fazer um comparativo para entender como esse licenciamento ocorre nesses países mais desenvolvidos, o que a indústria defende e, por fim, a gente passaria por um apanhado geral sobre o Projeto de Lei 2.159, o antigo 3.729, já na Câmara dos Deputados.

Aqui a ideia é pegar também um gancho da fala do José Carlos. A partir do momento em que a gente entende que o licenciamento ambiental é um dos instrumentos de gestão, então, assim como a gente precisa compor e entender também que existem outros, como, por exemplo, os instrumentos de planejamento, muito direcionados ao zoneamento ecológico e econômico, não só um lado da moeda quando a gente fala de controle e comando, mas, também, da questão dos instrumentos econômicos, enfim, o cadastro técnico federal, ou seja, tratar a política nacional do meio ambiente de uma forma muito mais ampla, não só apenas com o foco no licenciamento ambiental, mas, para que a gente tenha todo esse cuidado, a gente precisa também considerar todos os instrumentos no conjunto.

O que é o licenciamento ambiental de uma forma bem resumida, de uma forma bem simplificada? É um procedimento administrativo por meio do qual o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades. Então, aqui é muito importante também deixar claro quem precisa fazer: são as atividades que utilizam recursos ambientais e podem ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras; além disso, as atividades que podem causar a degradação ambiental. Então, é muito importante a gente entender e ter clareza desse contexto de quem está sujeito ao licenciamento ambiental.

Aqui é apenas para ressaltar a importância de uma pesquisa que a CNI realizou recentemente, direcionando o licenciamento ambiental principalmente nos órgãos estaduais e municipais, quase 90%. Então, hoje, o licenciamento ambiental está muito mais presente tanto no Estado quanto no Município, apenas uma pequena parte, as grandes obras, no âmbito federal.

Aqui, como é feito? Basicamente o licenciamento ambiental no Brasil, o chamado licenciamento trifásico, inicia-se com a licença prévia, em que se aprova a localização, concepção da atividade, empreendimentos, atestando também a viabilidade ambiental; seguindo com a licença de instalação, na qual é autorizada a instalação da atividade ou do empreendimento; e a licença de operação, em que começa a funcionar.

Aqui alguns gargalos que já foram citados na fala anterior, mas eu gostaria aqui de ressaltar também por que, hoje, o licenciamento ambiental é tão importante para a segurança jurídica, é importante para a atração de investimentos, é importante, também, para um melhor ambiente de negócios.

Então, de certa forma, o que identificamos aqui é o excesso de procedimentos burocráticos e superposição de competências, uma complexidade regulatória, ou seja, um conjunto enorme, um arcabouço enorme de atos normativos e insegurança jurídica, mesmo após a licença ambiental, falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clareza de procedimentos e atuação discricionária e condicionantes fora do escopo não relacionadas ao projeto, não relacionadas aos estudos de impacto ambiental, o que a gente vai poder explorar um pouquinho mais à frente.

Aqui a gente já inicia na referência internacional com alguns comparativos, principalmente um dos pontos-chave, um dos pontos mais importantes desse comparativo, que é o licenciamento simplificado. Isso é praxe, isso acontece em todos esses países. A ideia aqui é que você gaste a energia, gaste os recursos e também o recurso de pessoal para aqueles empreendimentos muito mais complexos. A mesma licença é usada desde a concepção até a operação do empreendimento. E aqui, no Brasil, a gente trabalha com as três licenças, como a gente viu ali anteriormente. A validade da licença e a renovação, no caso da validade, é indeterminada. E aqui, no Brasil, ela tem prazo de validade e deve ser renovada. No caso da renovação da licença, a renovação é necessária somente se você alterar alguma questão relativa ao empreendimento, ao projeto. E aqui, no Brasil, você tem ali uma necessária após o vencimento ou para alteração de processos, ampliação, entre outros.

Aqui uma das partes mais importantes na minha percepção também, são os bancos de dados. Há um investimento muito grande nessa parte de banco de dados, principalmente para compartilhar, ou seja, se você já tem estudos de uma área, de uma localização e chega um novo empreendimento solicitando licenciamento ambiental, você economiza essa etapa, ou seja, você economiza recurso, você economiza tempo, você economiza tempo também do servidor público. E aqui, no Brasil, a gente ainda está caminhando, acho que há um grande espaço ainda para a gente ocupar, o que a gente identificou é uma falta de base de dados que facilite o aproveitamento das informações já produzidas.

Aqui é a questão da descentralização, cada vez mais Estados e Municípios licenciando. E aqui, no Brasil, a partir da LC 140, a gente já começa a ter essas definições dando mais segurança jurídica também a partir da competência dos Estados e Municípios.

Aqui é só a percepção, porque o licenciamento ambiental é muito importante para o empresário brasileiro, o licenciamento ambiental precisa cumprir o seu processo de uma forma mais eficiente. E 95,4% consideram o licenciamento ambiental importante para a conservação do meio ambiente – essa foi uma pesquisa feita com os industriais. No entanto, 84% também entendem que o licenciamento ambiental ajuda na melhoria da qualidade da gestão ambiental do seu empreendimento, 65% consideram que o licenciamento ambiental não é apenas mais uma forma de arrecadação de tributos do Estado, ou seja, todos consideram a importância do licenciamento ambiental, mas ele não está rodando da maneira que deveria, incorrendo em insegurança jurídica, em questões burocráticas, numa dificuldade também relacionada a custos.

O que a indústria defende? Num primeiro ponto, é desburocratizar o licenciamento de empreendimentos e as dificuldades consideradas de baixo impacto ambiental, ou seja, trazer a questão do licenciamento simplificado e gastar realmente energia naqueles licenciamentos mais complexos; definir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modalidades diferenciadas de licenciamento que sejam aplicadas às diversas classificações do empreendimento e das atividades, ou seja, o aperfeiçoamento também dos processos; padronizar e estabelecer critérios de qualidade para termos de referência –aqui é uma questão bastante importante, a padronização desses TRs –; garantir a autonomia do órgão licenciador como condutor do processo de legislação do licenciamento, ou seja, estabelecer aqui a governança, estabelecer também a liderança do processo; que as condicionantes guardem relação com os projetos e também com os estudos; disciplinar a atuação dos intervenientes, Funai, Iphan, Fundação Palmares e ICMBio, com competências claras, definindo limites, prerrogativas, as manifestações e também os prazos; melhorar a estrutura dos órgãos ambientais e intervenientes, também trazendo a fala do José Carlos, da importância de se fortalecer institucionalmente esses órgãos.

Aqui a gente já entra no PL. A grande questão é que hoje não temos uma lei geral, acho que esse é o principal ganho quando a gente fala da aprovação de um projeto de lei sobre licenciamento ambiental e, também, não é interessante que a gente exclua qualquer tipo de atividade, até porque é uma lei geral e, dessa forma, a gente estaria incorrendo e ferindo princípios como isonomia, razoabilidade e proporcionalidade, que existem para qualquer restrição ao direito fundamental e de livre iniciativa a ser válida.

Estou falando aqui da exclusão do setor de mineração. A gente entende que a lei vale para todos, uma lei geral, então, não faz nenhum sentido que a gente tenha qualquer tipo de exclusão, até porque nisso ocorreria insegurança jurídica, mas o PL também estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental, vinculando ao objetivo da conservação e, também, para as atuais e futuras gerações. Além disso, atualiza e introduz novos conceitos como tipologia, natureza, porte, potencial poluidor.

A participação pública, a gente amplia também a participação pública criando três novas modalidades – consulta pública, reunião participativa e tomada de subsídios técnicos –, traz também a referência aos bancos de dados, tornando obrigatória a inclusão dos conteúdos, dos estudos de impacto e dos demais estudos e informações no sistema nacional, isso vai proporcionar também mais agilidade, compartilhamento de dados, redução de custos, redução de tempo, redução também do tempo do próprio servidor público, a partir do momento que você começa a compartilhar todo tipo de informação.

Aqui a figura do licenciamento simplificado, incorpora novas modalidades, a bifásica, a fase única por adesão e compromisso e operação corretiva.

A validade das licenças, que são criadas para 10 anos e, aqui, uma referência, o licenciamento por adesão e compromisso, que está condicionado ao atendimento de três exigências cumulativas, não é um licenciamento como muitos falam, em termos de ser autodeclaratório, ele tem que cumprir algumas etapas, alguns critérios, ou seja, atividades e empreendimentos que não sejam potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente, sejam conhecidas as características das reuniões, as condições de instalação e operação, impactos ambientais e medidas de controle ambiental, não ocorra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supressão de vegetação nativa, ou seja, não é simplesmente um licenciamento autodeclaratório, ele precisa cumprir as etapas, ele precisa cumprir condicionantes e, além disso, também, ele está sujeito à fiscalização.

Aqui a dispensa de licenciamento. Ele aumenta e define melhor as hipóteses de dispensa de licenciamento ambiental, especialmente aquelas de interesse público com obras de intervenção emergenciais, de respostas a colapsos de obras de infraestrutura, acidentes, desastres ou para prevenir tais eventos e o PL também apenas cria a possibilidade de dispensa. O ponto central desse texto é que o órgão licenciador segue sendo o responsável por definir quem pode ser dispersado, é a autonomia do órgão licenciador.

As condicionantes também, aquelas estabelecidas em virtude de não possibilidade de prevenir, minimizar e compensar os impactos ambientais negativos, que não poderão obrigar o empreendedor a manter ou operar serviço de responsabilidade do poder público, ou seja, isso é responsabilidade do próprio Estado e não do empreendedor.

O poder decisório, trazendo aqui os elementos da LC 140. Então, compete aos órgãos licenciadores o poder decisório sobre o licenciamento ambiental, uma vez que possuem o corpo técnico adequado para mensurar as características do empreendimento, os seus impactos e, portanto, capacidade também para decidir sobre a sua viabilidade ambiental.

Manifestação das autoridades envolvidas, aperfeiçoa também a tramitação perante as autoridades envolvidas. Essa participação passa a ser não vinculante e, com isso, ele passa a não travar também o andamento do processo, mas sempre levando em consideração, havendo essa manifestação, numa fase em que estiver o processo no momento posterior.

Aqui algumas boas práticas. Você contemplar aqueles empreendedores que estão fazendo mais do que a lei determina, então, você precisa criar também esse estímulo e também os prazos de análise, definindo novos prazos para emissão das licenças.

Então, eu fico por aqui. Agradeço muito a oportunidade de estar podendo dar publicidade ao que a indústria entende, ao trabalho que a indústria vem fazendo em termos de identificar quais são os gargalos do licenciamento ambiental. Precisamos urgentemente resolver essa questão para que a gente possa atrair mais investimentos, para que a gente possa dar mais segurança jurídica, para que a gente possa proporcionar um melhor ambiente de negócios, gerando renda, gerando receita, gerando emprego e fazendo também o Brasil crescer.

Agradeço mais uma vez a oportunidade e fico à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Davi Bomtempo, pela sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido, agora, a Sra. Andréa Zhouri.

V. Sa. tem 20 minutos para sua exposição, com a palavra.

Muito obrigado.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI** (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todas e todos. Meu nome é Andréa Zhouri, eu sou professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais e estou representando, nesta audiência, a Associação Brasileira de Antropologia.

Agradeço a oportunidade, em nome da associação, e tenho, então, essa honrosa tarefa, muito difícil inclusive, de apresentar uma perspectiva do acúmulo de trabalhos e pesquisas realizados por antropólogos e antropólogas ao longo de várias décadas, em várias gerações, que têm trabalhado, pesquisado e produzido conhecimento sobre o processo de licenciamento de grandes obras, sobretudo seus efeitos, suas consequências nos territórios, como disse o ex-Ministro José Carlos Carvalho.

Então, eu vou esmiuçar um pouco alguns problemas que nós temos enfrentado. E vemos, com bastante preocupação, o novo PL como possibilidade de agravamento dessas situações.

Eu tenho aqui uma apresentação de PowerPoint, e eu vou pedir licença para compartilhar a tela.

Vocês estão me vendo? Vendo a tela? (*Pausa.*)

Alô! A tela está sendo vista?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está o.k.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** O.k.

Nós elaboramos este PowerPoint, que, na verdade, sintetiza...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sra. Andrea, só um minutinho. (*Pausa.*)

Parece que a senhora não deu entrada na exposição ou, pelo menos, não está registrada a entrada na sua tela.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Eu estou compartilhando a minha tela.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Porque aqui está tudo branco. Eu não sei se falta algum toque de disparo...

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** A gente fez o teste anteriormente. Vocês estão vendo alguma foto, alguma coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Nada, nada.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Nada?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O que está aparecendo aqui...

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** "Você está compartilhando a tela"... Então houve alguma incompatibilidade? (*Pausa.*)

Um momento.

E neste momento estão vendo?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ainda não. A orientação que eu estou recebendo aqui é que a senhora precisa fechar todas as janelas do seu computador e só deixar aberta a janela que a senhora deseja compartilhar.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Certo. Estou fazendo, então, o compartilhamento de tela... O compartilhamento de tela... Está agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Olha, aqui não está entrando, então nós vamos fazer a seguinte opção: como nós temos a sua apresentação aqui conosco...

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Mas eu preciso da dinâmica da apresentação. Só um minuto, por gentileza. Eu não estou entendendo, porque fizemos o teste anteriormente e ele... Eu vou só sair do compartilhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não!

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Um momentinho. Há um quadro branco aqui que realmente não havia anteriormente. Eu quero compartilhar...

Agora funcionou? (*Pausa.*)

Eu não sei por que... Compartilhamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A senhora acha muito ruim... Repare, é óbvio que nós podemos esperar. A outra alternativa seria... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe, eu queria ponderar o seguinte: para facilitar, nós colocaríamos na tela, e evidentemente que a senhora, a cada momento, teria que dizer "próximo" para que pudéssemos sequenciar.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) **–** Como, em geral, a gente faz quando está alguém a distância controlando. A menos que a senhora... O pessoal acha que a senhora pode estar tentando compartilhar numa janela errada. Eu não sei se é isso.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Eu desliguei todas as janelas, eu apaguei todas as janelas... Só mais uma última...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) **–** Tentativa.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Ele está vindo com uma proposta... Por favor, você pode me ajudar? Há um *box*, Google – não é nada disso –, um básico... Mas não é esse quadro branco, eu não sei por quê! Compartilhar... Eu não sei por que está aparecendo esse quadro branco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** A apresentação está... Um momentinho, por gentileza. Agora ela está aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Sim, está aberta. E agora eu posso minimizar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Deixo aberta. Eu vou aqui e faço o compartilhamento...

Olhe, está aqui. Agora ela apareceu. Desculpe, Senadoras e Senadores. Agora está...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) **–** Está o.k. Agora a senhora pode sequenciar. Eu zerei esse tempo que nós perdemos com essa dificuldade tecnológica. Pode ficar tranquila, a senhora terá o tempo normal dos 20 minutos.

Pronto. Agora a senhora já está.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI –** Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – De nada.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI** (Para expor.) – Nós examinamos a nova proposta de Lei Geral do Licenciamento Ambiental e elaboramos uma nota técnica, que foi encaminhada tanto ao Congresso – a versão anterior – quanto, agora, ao Senado, material esse que eu espero que vocês possam avaliar.

O que eu faria aqui é uma síntese, em poucos minutos, nestes 20 minutos, dessa análise criteriosa que nós fizemos, abordando apenas alguns aspectos críticos para o debate, para essa discussão.

De antemão, eu devo dizer que nós avaliamos com muita preocupação esse PL, porque consideramos que ele, de fato, representa não um aprimoramento do licenciamento, como deveria, mas um retrocesso na política ambiental brasileira.

Eu vou tentar ser objetiva e direta, porque a situação é grave e exige, dessa forma, que não haja maiores rodeios.

Nós compreendemos, de fato, Senadores e Senadoras, que esse projeto de lei normatiza determinados procedimentos que consideramos falhos no atual processo de licenciamento ambiental e que nós avaliamos que serão convertidos, na verdade, essas exceções, em norma por meio desse novo projeto de lei.

Esses cinco pontos críticos que a gente traz aqui eu vou tentar mostrar, a partir das experiências empíricas e vivências nos territórios, da realidade vivida no Brasil. Não dá para a gente comparar com o G7, com países do Norte, nós temos uma outra realidade aqui. O que nós temos são casos em que a inobservância das regras do licenciamento, como existe hoje, gerou de fato efeitos indesejáveis e, muitas vezes, desastrosos para o meio ambiente e para as parcelas significativas da população brasileira.

Estes são os cinco eixos que eu gostaria de destacar.

O primeiro deles é o comprometimento das análises técnicas e da participação da sociedade. A análise técnica e a participação estão comprometidas, por exemplo, pela criação de novas modalidades de licenças, como o autolicenciamento, o Licenciamento por Adesão e Compromisso, e as licenças simplificadas e concomitantes. Além disso, o PL flexibiliza a exigência ou extingue a necessidade de estudos ambientais para uma gama de empreendimentos que são, de fato, potencialmente muito danosos ao meio ambiente e à sociedade. Ele não prevê audiências públicas, em muitos casos, e cria uma modalidade de audiência remota, o que, no contexto brasileiro, de fato, acaba por excluir grande parte da população sobretudo atingida pelas obras, além de não possibilitar o controle social efetivo, que é aquele controle que vai além da participação protocolar, que é o controle capaz de trazer, realmente, *inputs* e contribuições para avaliação dos impactos socioambientais dos empreendimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda nesse eixo um, o PL apresenta ritos processuais indefinidos, jogando para Municípios e Estados, por exemplo, a prerrogativa de construir classificações de risco dos empreendimentos variadas, algo que, com certeza, pode gerar conflitos entre os entes federativos, criando ambiente de incerteza jurídica, que não é boa para os negócios nem para a economia do País. Portanto, a gente considera, popularmente falando, se me permite, um tiro no pé.

Eu trago, a seguir, alguns exemplos da realidade.

Começo por questionar a ideia da adesão e compromisso das empresas, o autolicenciamento.

O Licenciamento por Adesão e Compromisso revela um excesso de confiança nos dados apresentados pelas empresas, e essa confiança vai na contramão de muitos dos casos com os quais nós temos lidado, na realidade, como os recorrentes desastres da mineração, em Minas Gerais e também no Pará.

Mais do que confiança exagerada nas empresas, vemos o Estado renunciando ao seu papel de regulação, pois o autolicenciamento expressa uma transferência do dever constitucional do Estado para as empresas privadas.

Caras Senadoras e Senadores, a realidade de Mariana e Brumadinho, de onde eu falo, pedem justamente o contrário: mostram a necessidade de o Estado agir pela precaução e pelo controle ambiental.

A própria CPI de Brumadinho e outras Barragens concluiu que houve interferências indevidas na formulação de laudos técnicos por parte da mineradora. Esses desastres crimes não podem ser ignorados; devem nos servir ao menos de lição. Vidas foram ceifadas e continuam sendo ceifadas.

Eu trago esse exemplo, não é porque as mineradoras fazem o autolicenciamento, mas pelo excesso de confiança, na verdade, pelo automonitoramento, pelos laudos de autofiscalização que são apresentados pelas próprias empresas.

Outro exemplo significativo das mudanças são as licenças simplificadas para empreendimentos erroneamente considerados menos complexos, como é o caso das rodovias, das linhas de transmissão, os empreendimentos considerados lineares. Vejam, esses empreendimentos são altamente impactantes e produtores de efeitos diversos. Eles atravessam comunidades tradicionais, comunidades rurais, comunidades indígenas; promovem todo tipo de afetação, como é o caso, por exemplo, dos minerodutos. Nós temos aqui o Minas-Rio, que é um projeto que atravessa 32 Municípios e centenas de comunidades. As comunidades ali vivem uma situação de privação de água, privação hídrica e vários problemas pela instalação desses empreendimentos. Há também um caso paradigmático que a gente traz aqui, o da BR-163, sobretudo no trecho Cuiabá-Santarém, que atravessa terras indígenas, unidades de conservação; apresenta focos de pressão de madeireiros, garimpeiros. Então, notamos o acirramento de conflitos por conta da apropriação ilegal de terras, oscilação do desmatamento, aumento de risco de incêndios florestais, aumento de processos de grilagem e especulação imobiliária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta imagem de satélite que estou mostrando já é bastante conhecida e revela o desmatamento conhecido como "espinha de peixe", que ocorre perpendicularmente no traçado das rodovias.

A população tende a se fixar às margens dos eixos rodoviários, avançando gradualmente em direção à floresta, atravessando terras indígenas e fomentando conflitos socioambientais de alta complexidade.

Portanto, são empreendimentos de alta complexidade, como estou dizendo, que não podem ser licenciados de maneira simplificada, sem estudos de impacto ambiental que levem em consideração toda essa dinâmica que o empreendimento acaba produzindo.

O segundo eixo crítico refere-se à exclusão de empreendimentos degradadores da lista obrigatória do licenciamento ambiental. A lista contempla mais de uma dezena de empreendimentos, mas vou citar apenas três exemplos aqui, que são os cultivos agrícolas, os empreendimentos de caráter militar e as obras emergenciais.

Em relação aos cultivos agrícolas, há, inclusive, uma imprecisão no PL. Não se sabe se serão todos os empreendimentos agrícolas ou apenas os agroindustriais e quais agroindustriais. Enfim, não há uma especificação.

Neste caso, eu trouxe o exemplo de uma comunidade quilombola que, além de encurralada por uma monocultura de cana de açúcar, vem sendo exposta à contaminação pela aplicação de defensivos agrícolas por parte da empresa. Esse caso nos ajuda a ponderar, a questionar a impropriedade do argumento, que já foi dito aqui na primeira audiência, de que, uma vez registrado o defensivo agrícola na Anvisa, não haveria necessidade de licenciamento ambiental. Vejam, uma coisa é o registro do agrotóxico, do produto na Anvisa; outra coisa é a forma como esse produto é aplicado, onde é aplicado, de que forma é aplicado. Isso exige acompanhamento, avaliação e controle ambientais.

No caso da isenção para atividades militares, eu gostaria de lembrar aqui que a base da Aeronáutica fica em Alcântara, no Maranhão, um projeto que foi instalado, em 1983, sem licenciamento ambiental, e que desalojou mais de 300 famílias, as quais não foram indenizadas até a presente data, mais de 40 anos depois. Há vários problemas relacionados às comunidades quilombolas dali que foram e são privadas de seus recursos naturais, como os recursos pesqueiros, e também da realização de seus rituais religiosos.

Sobre as obras emergenciais, aqui em Minas Gerais, também, nós temos vários exemplos, estamos aqui sendo ameaçados por várias rupturas de barragem. Há uma movimentação muito grande em torno da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com obras de contenção, populações sendo desalojadas – não se sabe ao certo –, obras incidindo sobre recarga hídrica, sobre áreas de preservação permanente. Então, há de haver um regulamento para isso, não se pode simplesmente abrir mão do licenciamento e da análise técnica sobre essas intervenções.

O terceiro ponto é o subdimensionamento dos impactos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou avançando, então, aqui na apresentação.

Esse subdimensionamento é um dos principais problemas do licenciamento ambiental hoje. E a nova lei, no nosso entendimento, vai acirrar, na verdade, esse problema, pelo menos em três dimensões: primeira dimensão, a nova lei apresenta uma definição restritiva da área de influência direta do empreendimento, uma definição construída a partir da necessidade das obras, dos empreendedores, e não a partir daquilo que realmente já existe nos lugares, nos territórios, na realidade ambiental e social dessas localidades; segunda dimensão, a nova lei também apresenta uma definição de impacto bastante reduzida da que existe hoje, excluindo, por exemplo, os efeitos sobre a saúde, o bem estar, as condições estéticas, sanitárias, a cultura e o modo de vida da população; e, por último, terceira dimensão, ela submete a elaboração de condicionantes à comprovação do nexo causal, uma lógica que inverte e subverte completamente o princípio da precaução, colocando o ônus da prova, inclusive, nas vítimas.

Essa discussão sobre subdimensionamento das obras é bastante técnica e complexa. Eu infelizmente não terei tempo para desenvolvê-la a contento – e me permito modestamente sugerir de novo a leitura da nossa nota técnica, que é bastante minuciosa em relação a esse aspecto –, mas eu vou mencionar apenas dois exemplos aqui, tomando o caso das hidrelétricas, das consequências que o subdimensionamento dos impactos causa na realidade das pessoas.

O primeiro exemplo de hidrelétrica aqui em Minas Gerais é o caso da Hidrelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha. Ela foi inaugurada em 2005, afetou sete Municípios, desalojou 1.124 famílias, que são aquelas famílias que estavam na área do alagamento, do reservatório, mas todas as famílias, as comunidades a jusante da barragem não foram reconhecidas como atingidas, no entanto elas foram submetidas a um deslocamento forçado, que a literatura antropológica internacional chama de deslocamento *in situ*, porque permaneceram ali naquele lugar, mas o lugar está completamente modificado, foi drasticamente alterado, comprometendo sua reprodução social e suas estratégias de vida. De fato, essa população vive um contexto de insegurança administrada pela barragem que controla a vazão do rio, perdeu a agricultura da vazante, por exemplo, e está submetida a uma insegurança alimentar, provocada pela construção da barragem.

Da mesma forma, o outro exemplo é da Amazônia, já dito aqui, o de Belo Monte. A população que vive na Volta Grande do Xingu, uma área que sofreu uma redução drástica da vazão do rio, são dezenas de grupos de pescadores, de comunidades tradicionais e indígenas que vivem esse deslocamento *in situ*, com a perda da soberania alimentar, do modo de vida, uma população colocada em processo de vulnerabilidade pela construção da barragem, pelo funcionamento da barragem, porque até mesmo encontramos hoje, há registros de casos de espécies de peixes que estão com má-formação. Um verdadeiro histórico, então, esse caso de Belo Monte, de violação do direito humano à moradia, do direito humano à alimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entro, então, falando em direitos humanos e na violação de direitos no quarto item, que é a ameaça aos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Nesse eixo, então, ao analisarmos o PL, nós verificamos que a previsão de licenciamento ambiental ocorre apenas nos casos em que o empreendimento envolver terras tituladas e demarcadas, no caso de populações indígenas e comunidades quilombolas. Essa proposta compromete ao menos 40% da existência dos povos indígenas do Brasil e, no caso os quilombolas, ainda pior, mais de 90%, porque, das duas mil e oitocentas e poucas comunidades quilombolas estimadas no Brasil, somente 154 tiveram suas terras tituladas. Então, é uma ameaça essa definição e, além de tudo, o PL não prevê a consulta livre, prévia e informada, conforme determina a Convenção 69, da OIT, da qual o Brasil é signatário, uma consulta nos termos das próprias comunidades.

Então, o comprometimento aos direitos da população brasileira é mais geral no PL, mas ele é especificamente preocupante no caso desses grupos, que já são bastante vulnerabilizados em sua cidadania, embora formalmente eles estejam submetidos a um regime especial de direitos, conforme listados aqui nesse *slide*, nesse conjunto de leis, assim também como existem os tratados internacionais assinados pelo Brasil, como esses listados aqui.

Esse último eixo, o eixo cinco, são tratados mais abrangentes, reconhecido pela comunidade internacional, tal como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030, para ficar só nesses dois exemplos.

Então, gostaria de lembrar ainda que o Brasil é signatário de acordos internacionais que asseguram padrões de boas práticas para os setores financeiros e empresariais, e essa nova lei do licenciamento ambiental também compromete esses acordos internacionais, como já temos presenciado, em termos de pressões internacionais, sobre a falta de uma política ambiental mais incisiva do Brasil nos últimos tempos.

Por fim, avançando, então, aqui, nessa análise, eu gostaria de ressaltar que, em vários aspectos, o PL configura, no nosso entendimento, violação aos direitos constitucionais do País, sobretudo no que se refere aos arts. 231, 232, 216, 225, 6º. É importante a gente lembrar que esse projeto de mudança do licenciamento acompanha outras propostas atualmente de mudança na regulação ambiental brasileira – ele não está isolado –, e isso constitui um processo efetivamente de desmanche e desregulação ambiental que temos visto sendo analisados por vários de nós, vários pesquisadores.

Os setores da economia que defendem a nova lei do licenciamento ambiental com o propósito de conferir maior celeridade e desburocratização do rito licenciador, como já foi dito aqui, alegam a dimensão do tempo excessivo e dos altos custos do licenciamento ambiental. Contudo, nossas pesquisas empíricas, pesquisas nos territórios em diferentes Estados do Brasil, permitem avaliar que a morosidade, quando ela existe, não ocorre tanto em função da arquitetura do atual licenciamento – obviamente pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser melhorado, tendo em vista o objetivo realmente de preservação ambiental e cuidado com a população –, mas a morosidade ocorre em função de dois fatores interligados.

De um lado, os ritos não são integralmente cumpridos de forma adequada por setores interessados no licenciamento ambiental, que enxergam o licenciamento ambiental, como já foi dito aqui pelo José Carlos Carvalho, como um balcão de retirada de licença, o empecilho que tem que ser vencido no caminho. Não raro, então, dentro dessa concepção, os estudos de impacto ambiental não apresentam a qualidade necessária, o que exige dos órgãos ambientais análises reiteradas e solicitações de complementação de estudos, processo – esse, sim – que acaba delongando o licenciamento ambiental, considerado, então, como eu disse, uma mera formalidade por essa cultura empresarial brasileira, lamentavelmente.

De outro lado – o aspecto complementar a esse –, é que os órgãos ambientais foram sucateados ao longo dos anos, o corpo técnico é diminuto, os salários são defasados, há a falta de equipamentos apropriados para execução da política ambiental, como, por exemplo, as vistorias *in loco*, mas o novo projeto de lei não vai alterar substantivamente essa situação.

Isto que a gente avalia, concluindo aqui: não vai alterar essa situação, mas ele pode acirrar os conflitos, provocar uma judicialização e abalar de fato a confiabilidade internacional do País para os investimentos, sobretudo internacionais. Não é bom para o meio ambiente, para a população e para a economia. Lamentavelmente eu tenho dito isto bastante claramente, é meu dever de ofício, é meu dever moral, é meu dever profissional dizer isto: ele não é bom nem para o meio ambiente nem para a população, não é bom para a economia do País.

Temos consciência de que existem interesses divergentes que produzem tensões no campo ambiental, mas nós entendemos também que há uma cultura de negociação de interesses que prevalece nesta nossa sociedade de mercado. Contudo, devemos igualmente reconhecer que, antes dos interesses setoriais, existem direitos, e direitos que vão além dos direitos civis: direitos que envolvem os direitos humanos, coletivos, os direitos diferenciados de cidadania, muitos dos quais não são negociáveis. A gente espera que o Senado avalie com muita atenção essa lei e que ela não seja aprovada da forma como está sendo proposta.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sra. Andréa Zhouri.

Eu agradeço a sua exposição e passo a palavra agora ao Sr. Marcos Saes, para a sua fala. V. Sa. tem vinte minutos para exposição.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCOS SAES** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner, que está cumprindo brilhantemente os trabalhos também na Comissão. Como já dito pelos que me antecederam, é um prazer muito grande para nós que militamos com a questão de licenciamento verbal no nosso dia a dia poder participar deste momento tão importante, que é a discussão e o debate da lei geral do licenciamento ambiental, já ocorrida, à saciedade, na Câmara dos Deputados, e que agora vem ocorrendo aqui no nosso Senado Federal, o que demonstra a importância e a relevância do assunto. Então, parabenizo o nosso Senado por estar dando tanta importância a esse tema, que efetivamente é de extrema importância.

Gostaria de dizer também que estou aqui representando a Câmara Brasileira da Indústria da Construção. A Cbic teve um papel também muito atuante na Câmara dos Deputados durante os debates dessa questão, participamos das audiências públicas na Câmara, participamos no dia em que o Plenário da Câmara virou Comissão geral.

Esta é uma questão importante, Sr. Presidente, que este processo está, sim, tendo uma participação popular muito efetiva. O que nós temos que diferenciar é que muitas vezes os que discordam do texto que acaba sendo aprovado alegam que não há participação popular, que o texto é novo, que o texto é desconhecido – a própria realização dessas audiências demonstra muito isso.

A Cbic tem se feito muito presente. Nós temos feito eventos regionais, já fizemos, enquanto o projeto tramitava na Câmara dos Deputados, convidando uma série de Parlamentares. Faremos novamente eventos em todas as regiões do nosso País, convidando os ilustres Senadores, para que aprofundem o seu conhecimento nessa questão. Estamos nos colocando à disposição também com o apoio técnico para a Senadora Kátia Abreu, que é a Relatora do presente projeto.

Acho que é uma coisa muito importante, e me parece que é o pensamento de todos aqui: a vinda da lei geral do licenciamento público por si só não vai resolver todos os problemas do licenciamento ambiental.

Pensar que a simples vinda de uma lei resolve tudo é quase uma ingenuidade, e acho que ninguém, em sã consciência ou que conhece a realidade, faça a defesa. Agora, a vinda de uma lei geral do licenciamento ambiental é, sim, um belo começo. Nós temos, no âmbito federal e estadual, mais de 50 mil normas tratando de questões ambientais. É um desafio hercúleo para quem lida com as questões ambientais – e aqui estou falando para os empreendedores, para quem faz estudo técnico e ambiental, os consultores, para os servidores dos órgãos ambientais e para o próprio Ministério Público, que é fiscal da lei – entender esse emaranhado de nós. Por isso que a vinda – e aqui não é mais uma norma – de uma lei geral que visa a uniformizar o tratamento dessa questão de norte a sul, de leste e oeste do nosso País é extremamente importante, até porque, me valendo especialmente da fala anterior da Professora Andréa, todos os exemplos citados de que o licenciamento ambiental brasileiro não anda num bom caminho são da legislação atual, agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, me parece no mínimo um antagonismo você, por exemplo, citar Brumadinho e Mariana, que não são muito certos com a legislação atual, nesse emaranhado de 50 mil normas, e, agora, quando há a possibilidade de uniformizar tudo isso, de modernizar tudo isso, virem críticas citando o atual momento, quer dizer, com o devido respeito – e isto é democracia, poder concordar e discordar –, o sistema atual não é bom, por isso precisamos avançar. Essa é uma questão extremamente importante.

Uma outra questão. Fala-se de sustentabilidade, sustentabilidade, hoje se fala muito em ESG: sustentabilidade é dar o mesmo peso à questão ambiental, social e econômica. Pobreza não traz meio ambiente ecologicamente equilibrado. Isso é um fato, é só ir nas grandes cidades e entender as invasões. A gente fala muito aqui – e a Cbic representa as Ademis nos rincões do Brasil –, essas entidades fazem o desenvolvimento sustentável no nosso País ao licenciar loteamentos, ao fazer as incorporações, ao fazer as obras licenciadas. Invasões e depois ter que sair fazendo Reurb por aí para regularizar, isso não traz meio ambiente ecologicamente equilibrado, isso não traz renda, isso não traz sustentabilidade. Então, é importante a gente deixar claro, estamos falando aqui do mercado formal. Então, até por honestidade intelectual, é bom a gente deixar isto bastante claro: se a situação atual não é boa, que a gente avance. Acho que essa é a grande questão e por isso parabenizo as nossas Casas Legislativas, o nosso Parlamento por estar debatendo essa ideia.

Três pontos, Presidente, Presidentes de ambas as Comissões, aqui são muito importantes nesta hora.

O primeiro, como eu já disse: a gente tem um sistema hoje de licenciamento insano; são exigências, e exigências, e exigências. Esse sistema é engraçado; é um sistema cartorário, sim; eu tenho que ir ao órgão ambiental público e entrar numa fila de órgãos ambientais, sim – e concordo plenamente que hoje não têm a estrutura necessária. Os nossos governantes vão demonstrar efetiva preocupação com as questões ambientais, como aparelhar melhor os órgãos ambientais brasileiros. Acho que essa é uma luta muito grande da AMA, da Adema, do nosso próprio Ibama – e parabenizo já este momento, em que foi divulgado que vai haver a realização finalmente de concurso para o Ibama; isso é o Executivo demonstrar efetiva preocupação com as questões ambientais.

Pois bem, mas nós temos que evoluir também na sistemática, e esta lei – e aqui é outra coisa muito importante de ser dita –, a lei geral do licenciamento ambiental é uma lei procedimental, ela não altera o direito material ambiental.

Então, quando falam: "Ah, vai ter mais supressão", não! É a regra do jogo de como fazer avaliação de impacto ambiental e de como se terem as licenças com as condicionantes necessárias.

O primeiro ponto importante que a lei vem trazer: ela traz uma simplificação. Quando se fala que se quer simplificar, que se quer desburocratizar, não se quer perder eficiência e eficácia dessa norma, quer, sim, ter uma simplificação. Isso ela faz. Ela faz porque, na verdade, Sr. Presidente, a lei compila as boas práticas que ocorrem nos órgãos ambientais mais avançados do nosso País. De fato, neste ponto, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concordo: a lei inova muito pouco. Ela inova pouco, porque ela traz boas práticas. Então, o primeiro ponto muito importante que a lei geral do licenciamento ambiental vai fazer é uma simplificação. Isso é positivo.

Segundo ponto. Em âmbito federal, nós temos duas normas que tratam de licenciamento ambiental: a Resolução Conama 01/86 e a Resolução Conama 237/97. Já é um problema: as resoluções Conama fazendo vezes de lei geral. Aí começam aquelas falácias de que resoluções Conama têm força de lei, coisa que quem estuda Direito Ambiental sabe efetivamente que não o são.

Aqui, Sr. Presidente, outra questão importante: o Direito Ambiental – escrevi isto recentemente num artigo – é apaixonante, as discussões ambientais são apaixonantes, mas é dever de quem lida tecnicamente com a questão ambiental não lidar com paixões. O Direito Ambiental é uma ciência, avaliação de impactos ambientais é uma ciência, e nós devemos avaliar essas questões como ciência que o são, ou seja, eu tenho que simplificar, eu tenho que modernizar. A Resolução 01/86 tem 35 anos, a Resolução 237/97 tem 24 anos. É momento, ou melhor, já passou o momento! Quem olha a exposição de motivos do PL 3.729, da Câmara, de 2004, Sr. Presidente, já se dizia a necessidade de uma lei que viesse trazer modernização e trazer... Eu acho interessante as críticas às audiências públicas virtuais: nós estamos numa audiência pública virtual funcionando muito adequadamente. Se é caso, como disse a Professora Andrea, com muita propriedade, de participação de populações tradicionais...

E a OIT 169 só fala desse tipo de população. Está cheio de população tradicional hoje aqui do lado de grandes cidades. A gente conversa... Eu fiz uma audiência na Justiça Federal do Mato Grosso em que os índios participaram com o seu iPhone, participaram remotamente da audiência, e funcionou muito bem. Então, é somente realmente para aquelas populações que não têm possibilidade, quando, então, você faz também presencialmente ou híbrida, como é o caso da nossa audiência hoje aqui, nas duas Comissões.

Além de simplificar e modernizar, um ponto extremamente relevante, que já fere de morte uma das críticas que é feita ali... Eu ouço dizer: "Ah, essa lei vai causar uma guerra entre os Estados!". Isso é falácia! Essa guerra existe hoje, quando nós temos inúmeras – inúmeras – sistemáticas de licenciamento ambiental. Uma lei geral vai uniformizar no País todo as regras básicas e gerais do licenciamento ambiental.

Esses três pontos, Sr. Presidente, fatalmente, trazem uma segurança jurídica muito maior para todos os envolvidos no licenciamento ambiental e para se garantir todas as questões, inclusive, constitucionalmente trazidas para as questões ambientais.

Quero aproveitar a fala introdutória também para desmistificar algumas das críticas que, como disse, se forem críticas apaixonadas, ficam no campo da paixão. Quero tecnicamente desmistificar essas críticas. Primeiro, já disse, tem havido, sim, uma ampla participação popular no debate do projeto de lei tanto na Câmara e agora no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu repito: discordar do texto aprovado é criticar a democracia, porque está tendo participação popular e está tendo a possibilidade... Na Câmara dos Deputados, foram cinco versões, nada menos que cinco versões, nove audiências públicas e a Comissão Geral.

Segundo ponto. A retirada... E aqui peço vênia ao ex-Ministro José Carlos para discordar. Eu vi com muito acerto, da quarta versão para a quinta versão, que foi aprovada, a retirada da avaliação ambiental estratégica. A avaliação ambiental estratégica não é licenciamento ambiental. É quase confundir institutos absolutamente diversos. Avaliação ambiental estratégica é instrumento de planejamento, que deve ser feito pelo Estado. Exigir isso dos empreendedores é subverter a lógica. O assunto da avaliação ambiental estratégica é tão importante que merece uma legislação própria e não ser confundido com o licenciamento ambiental. Portanto, ao contrário de quem critica, nós particularmente vemos com muito acerto tratar a lei geral de licenciamento ambiental de licenciamento ambiental e não da avaliação ambiental estratégica.

Segundo ponto. Com todo o respeito, e aqui me parece uma desinformação absoluta de quem chama LAC (licença por adesão e compromisso) de autolicenciamento. Eu espero que seja um desconhecimento, se não, é desonestidade. Licenciamento por adesão e compromisso não é autolicenciamento. E quem conhece a sistemática sabe disso. É matéria, inclusive, questionada no Supremo Tribunal Federal e em outras cortes de Justiça e mantida. A questão da LAC... Na Câmara dos Deputados, no dia do debate, Sr. Presidente, disseram que era uma inovação. Outra falácia! Dez Estados da Federação já praticam a LAC. Vou dar o que é, para mim, o melhor exemplo: o Estado de Santa Catarina instituiu a licença por adesão e compromisso para atividade de avicultura. Santa Catarina é o maior – vejo aqui o ilustre Senador Esperidião Amin, que é do Estado de Santa Catarina – exportador de aves do País. É uma atividade que o IMA, antiga Fatma, que é o órgão ambiental catarinense, licencia há 40 anos, conhece de trás para frente e de frente para trás. E passava por esse sistema cartorário...

O que é a LAC? É uma atividade de extremo conhecimento do órgão ambiental, que, ao saber dessa sistemática, de antemão, fixa as condicionantes ambientais. Um empreendedor passa a ter, sim, um maior protagonismo, mas ele não vem sozinho, ele vem acompanhado de alguém com formação técnica, que assina uma IRT, se adere a essa sistemática, se firma um termo de compromisso e se compromete a seguir as condicionantes ambientais que serão fiscalizadas pelo órgão ambiental, ou seja, é, sim, uma simplificação e uma modernização sem perder qualidade técnica no licenciamento ambiental. Um, LAC não é novidade; dois, a LAC, em Santa Catarina, somente para a questão da avicultura – e o órgão ambiental catarinense publicou isto –, reduziu em 20% o trabalho da diretoria de licenciamento ambiental.

Sr. Presidente, se os órgãos estão defasados e, sem diminuir a qualidade do licenciamento ambiental, se consegue liberar 20% do tempo do trabalho dos servidores da diretoria do licenciamento ambiental, isso é eficiência administrativa, princípio do Direito Administrativo, para que os servidores possam, sim, acompanhar, como bem trazido pela Professora Andrea, as obras de grande impacto ambiental, aquelas de que também o Davi, que me antecedeu, muito bem falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda questão. Licença corretiva é algo que já acontece na maioria dos Estados. E que bom que está sendo regulamentada! Não querer que tenha licença corretiva é fechar os olhos para coisas que aconteceram no passado. E, se há a possibilidade de corrigir, que se corrija.

O último ponto, esse talvez, sim, um pouco mais polêmico. Nós, como Cbic, nunca defendemos essas isenções de licenciamento ambiental, mas conseguimos entender a lógica. E quero deixar claro aqui: as isenções feitas por Estados, notadamente para atividades do agro, foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo, isso é verdade, em mais de uma oportunidade. No primeiro – inclusive, um caso famoso no Tocantins –, à unanimidade, o Supremo disse que um Estado dispensar era inconstitucional. Qual é a diferença para cá? Duas diferenças básicas. O primeiro é que é a primeira vez que uma lei geral... E aqui estou na Casa Legislativa, V. Exas., uns especialistas, sabem muito bem a competência legislativa do art. 24 da Constituição: compete à União editar normas gerais, que é o que se está fazendo agora; aos Estados, é competência supletiva. Estado não pode usar isenção do licenciamento ambiental; a União, eu não sei, nunca houve uma decisão do Supremo nesse sentido. E, para deixar muito claro... E aqui eu não estou defendendo o artigo das isenções, estou apenas trazendo verdades sobre o que diz a norma. Ela determina que, inclusive, para as atividades... Não foi citado anteriormente, mas quero dizer aqui: talvez o que cause mais debate sejam as atividades de saneamento. E o entendimento do legislador da Câmara dos Deputados foi o seguinte: "Olhem, de fato, o licenciamento ambiental ainda não acontece na velocidade necessária, e você ter obras de saneamento travadas no licenciamento ambiental causa mais dano ambiental que você dispensar do licenciamento, mas obrigar [isto está dito na lei: obrigar] a cumprir integralmente todas as normas que se aplicam ao setor". E essas obras vão ser fiscalizadas. Você apenas permite que elas não passem pelo rito. Então, nessa questão, é muito importante deixar isso claro.

Sr. Presidente, eu fiz uso de uma frase do conhecidíssimo Winston Churchill quando finalizei minha fala na Comissão Geral na Câmara dos Deputados e queria fazê-lo novamente. A frase que o Churchill disse, quando acabou a Segunda Guerra, acho que se aplica integralmente às discussões da lei geral de licenciamento. Disse o então Primeiro-Ministro inglês, após o final da Segunda Guerra: "Agora, isso não é o fim, nem sequer é o começo do fim, mas é talvez o fim do começo". A vinda da lei geral do licenciamento ambiental não resolverá o problema do licenciamento ambiental brasileiro num passe de mágica. Certamente – e nunca ouvi alguém defender isto –, não é o fim em si mesmo, mas todos aqueles que militam nessa área concordam que a sistemática atual não vem funcionando adequadamente.

Os anos de demora para se expedir uma licença ambiental não têm se traduzido em bons licenciamentos. Os acidentes aqui citados têm demonstrado que a fiscalização não tem ocorrido de forma adequada. Portanto, é chegada a hora de, com muita seriedade, o nosso Parlamento realmente se ater sobre este assunto e aprovar uma norma que traga simplificação, modernização, uniformização, eficiência e, acima de tudo, que traga qualidade ao licenciamento ambiental brasileiro.

Ao longo dos últimos cinco anos, tenho, em sala de aula e em palestras e aqui nas Casas Legislativas, tratado sobre este projeto de lei. Todos aqueles que atuam e aqui falam – empreendedores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





consultores, servidores de órgãos ambientais, Ministério Público na função de fiscal da lei e o próprio Judiciário, quando chamado a se manifestar sobre questões ambientais – necessitam ter uma bússola, uma lei geral. Que a gente possa, a partir do ano que vem, não mais debater o projeto de lei da lei geral de licenciamento ambiental, mas, sim, os efeitos da entrada em vigor dessa lei geral de licenciamento ambiental.

Este Senado, mais uma vez, está deparado com uma questão de altíssima relevância para as presentes e futuras gerações. Que tenha a capacidade de dialogar sobre este assunto e possa conseguir ser a Casa das convergências em tudo que for possível. E grande parte do projeto de lei – isto eu posso testemunhar pelos debates na Câmara – são convergências; e as divergências, como a democracia que vivemos, que possam, então, ser votadas, para que a gente possa ter a lei geral do licenciamento ambiental.

Sr. Presidente, agradeço imensamente o convite e a palavra.

Fico à disposição aqui para a gente continuar neste tão profícuo e relevante debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Marcos Saes, pela sua exposição. Eu agradeço a sua contribuição.

Eu agora vou passar para a fase da interpelação das Sras. e Srs. Senadores.

A Senadora Kátia Abreu, Relatora da matéria, está *linkada* e deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Ela não está *linkada*, até porque ela tem outra reunião na Comissão de Relações Exteriores.

Eu pergunto se há algum Senador inscrito. (*Pausa.*)

Eu pergunto, mais uma vez, se algum Senador deseja fazer uso da palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu passo a palavra, então, ao prezado Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Para interpelar.) – Minha saudação, Sr. Presidente Jaques Wagner, que conduz esta reunião. Minha saudação a todos os palestrantes que estão contribuindo, e muito, para que a gente possa ajudar neste tema que eu considero da maior importância para o nosso País.

Eu tenho convicção, tenho total certeza de que é preciso ter uma atenção e um cuidado especial com o meio ambiente e os impactos ambientais das obras que são necessárias para o nosso País. Só que algumas não têm como serem transferidas de local. Aí é preciso fazer um estudo de compensação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental e um estudo de um impacto menor dessas obras que são de importância nacional. Por exemplo, imaginemos nós se nós não tivéssemos hoje em funcionamento Jirau e Santo Antônio gerando energia lá no Estado de Rondônia, assim como Belo Monte no Pará. Nós já estamos com problema de energia elétrica. Se nós não tivéssemos essas três obras em funcionamento, a situação brasileira estaria muito pior. Por isso, é importante a gente colocar nesta nova lei, neste novo momento do licenciamento ambiental que as obras de interesse nacional têm que ter uma atenção diferenciada, têm que ter um estudo diferenciado.

Temos um grande exemplo que é a BR-319. A pré-avaliação ambiental não pode ser eterna. Já se vão 17 anos, Senador Jaques Wagner, de tentativa de licenciamento ambiental para o reasfaltamento da BR-319! O impacto ambiental aconteceu nos anos de 1967, quando começou a obra, a 1970, quando foi inaugurada a obra. Em três anos, fizeram essa obra. Ela foi totalmente asfaltada. O asfalto se destruiu, e não se consegue fazer o reasfaltamento. Já foram gastos mais de R$110 milhões em estudos para o licenciamento desta obra de reasfaltamento da BR-319. É uma obra de interesse nacional. Nós temos que ver os impactos ambientais, que nesse caso não há, mas se houver, fazer as compensações, mas não deixar de fazer uma obra tão importante como essa.

Aliás, existem alguns segmentos do Governo que se utilizam das questões ambientais para não executar as obras. Agora me parece, Senador Jaques Wagner, que paralisou novamente a manutenção da BR-319, que foi iniciada em 2015 e paralisou agora por um documento novo que o Ministério da Infraestrutura colocou no processo, e aí paralisaram a obra novamente. Dá a impressão que faltou dinheiro pra executar a obra, então, vamos colocar um documento aqui para que o Ministério Público questione, paralise a obra e aí o ministério vai dizer: "não, a culpa não é minha; a culpa é do meio ambiente". Então, nós temos que deixar claras essas situações todas para que não haja essas manobras, primeiro pra não dar licenciamento ambiental, depois pra paralisar uma obra que está em andamento. São manobras que o próprio Executivo pode fazer em algum momento. Não estou dizendo que isso esteja acontecendo, mas é preciso deixar claro para que isso não venha a acontecer.

É por isso que eu sugiro e peço pra que a nossa Relatora, Senadora Kátia Abreu, coloque no seu relatório instrumentos que permitam celeridade do processo, talvez com prazos para que possam ser cedidos ou cancelados, ou não concedidos os licenciamentos ambientais.

Eu quero fazer só uma colocação aqui, com relação ao que a Sra. Andréa falou com relação ao PL da grilagem. Nós não estamos falando em grilagem, nós estamos falando em regularização fundiária. Regularização fundiária é dar documento para aquelas famílias que entraram nas suas áreas nos anos 70, 80, 90, e há um marco, um marco legal de 2008, ou seja, não se dará – e a intenção não é dar – documento para futuras ocupações, ou ocupações depois de 2008, ou ultrapassar o que diz a Constituição, até 2.500 hectares. Nós queremos dar legalidade, levar legalidade ao campo, legalidade àquelas pessoas que estão ali trabalhando há muitos anos, há muitas décadas, principalmente para quem tem terras em até quatro módulos fiscais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, nós ouvimos no último debate que isso corresponde a 88% das terras que precisam ser legalizadas. No nosso Estado de Rondônia, Senador Jaques Wagner, isso corresponde a 97% das áreas que precisam ser regulamentadas, legalizadas, e estão dentro dos quatro módulos fiscais. Portanto, é uma questão de civilidade para essas pessoas.

Então, não tenho nenhuma pergunta a fazer, apenas fazer essas colocações que eu entendo que são pertinentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Acir.

Antes de fazer a minha própria intervenção, eu quero ler algumas das perguntas e comentários que chegaram daqueles que nos acompanham pelo e-Cidadania. Eu falo aqui de perguntas...

Elinadja Targino, de Alagoas: "Qual a pretensão para..."

Eu peço que os nossos expositores atentem para as perguntas dos nossos internautas para que, eventualmente, na sua fase final de comentários, possam contribuir e eventualmente responder.

A pergunta de Elinadja Targino, de Alagoas: "Qual a pretensão para que o licenciamento ambiental consolide equilíbrio entre União, Estados e Municípios?"

Carlos Iuri, do Rio de Janeiro: "Há pessoal suficiente para manter a fiscalização assídua sobre o objeto do PL nº 2.159, de 2021?" Eu me associo a essa pergunta, particularmente ao nosso ex-Ministro José Carlos Carvalho, sobre a estrutura dos órgãos de licenciamento, porque pra mim esse é um problema crucial que acaba impactando negativamente sobre a própria qualidade da lei.

Francisco Raposo, de São Paulo: "Será que os grandes produtores não entendem que eles serão os mais prejudicados com as barreiras nas exportações, e na alteração do clima?"

Otacílio Duarte, de Goiás: "Nós já temos o maior rebanho bovino do mundo, exportamos alimentos para 190 países. Pra que agredir mais o meio ambiente?"

E aqui alguns comentários.

Paulo Turazzi, do Rio de Janeiro: "Ainda que tardiamente, o Brasil precisa compreender que a agricultura e a agropecuária dependem da preservação da natureza para se sustentar."

Barítono Games, de Minas Gerais: é preciso que medidas compensatórias sejam obrigatórias para todo tipo de atividade que gere impacto ambiental, além de serem fiscalizadas."

Elaine Braga, de São Paulo: "Se não protegermos o meio ambiente, não teremos os animais polinizadores e dispersores das sementes, visto que são essenciais para as flores."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Davi Oliveira, de Minas Gerais: "Não precisamos desmatar para aumentar a produção agrícola. Devemos recuperar áreas degradadas improdutivas e restaurar ecossistemas nativos."

Eu queria também, antes de devolver a palavra para comentários finais, até pra estimular o debate entre vocês, porque ao fim e ao cabo, eu comentava com o Senador Acir que não se trata aqui, na medida em que V. Sas. são especialistas, de nós debatermos. Na verdade, a ideia é que haja esse debate no contraditório de ideias. É essa a alma da democracia, o esgrimar argumentos pra que a gente chegue a um ponto de equilíbrio. Eu pessoalmente venho insistindo, desde que assumi a Comissão de Meio Ambiente, que não há dicotomia entre produzir, desenvolver, gerar emprego e preservar. O mundo inteiro faz isso, o mundo inteiro olha para isso e olha para isso ou por consciência ou pela emergência a que nós chegamos. Eu ontem estava na sessão normal da CMA, Senador Acir, e o Senador Wellington Fagundes, mais uma vez, trouxe o drama do Pantanal. Segundo ele – ele leu aqui uma entrevista que saiu em algum jornal nosso ou em algum órgão de televisão –, naqueles últimos incêndios do Pantanal, 17 milhões – números que ele trouxe – de animais foram perdidos, segundo estudos feitos por 30 cientistas que devem ter algum critério de cálculo, de quanto por hectare que você tinha. Dezessete milhões!

E dizia o Senador Wellington Fagundes ontem, quando eu até antecipei que quarta-feira que vem nós instalaremos – eu não estarei, mas já preparei para que seja instalada – a Subcomissão do Pantanal, proposta do Senador Wellington: "para minha tristeza, as condições que nós estamos vendo neste momento de estiagem apontam pra novos incêndios este ano de novo."

Então, eu digo assim: ou por questões de consciência ou de emergência, a verdade é que o mundo inteiro vem para isso. É óbvio, concordando com algum dos palestrantes, que toda a norma, para poder ser cumprida e para poder contribuir nesse sentido que eu falo, tem que ser clara e tem que ser fruto desse debate, porque senão a gente fica enredado em décadas de debates dentro do Poder Judiciário, que também fará a sua interpretação, e quanto mais a norma for complicada, sinuosa, mais nós vamos ter esse problema se repetindo.

Então, é necessário que a gente faça isso que nós estamos fazendo aqui, essas audiências públicas, pra que a norma possa ser clarificadora, esclarecedora. É óbvio que tudo tem que ser atualizado. Há 30 anos, nós não tínhamos a tecnologia que nós temos hoje, por exemplo, pra fazer verificação de incêndios, etc. Então, é claro que essas coisas têm que mudar.

Como V. Exa. mesmo colocou, por exemplo, a norma atual da lei de regularização fundiária já permite ou permitiria a regularização de 88% dos que demandam seu título. Eu disse também na reunião da CMA que de 2007, quando eu assumi o Governo, até 2020, já no Governo do atual Governador da Bahia, nós regularizamos 1 milhão de hectares na Bahia, 1 milhão de hectares, com 60 mil novos títulos, dentro daquela norma: comecei fazendo dos pequenos, até chegar aos maiores. Então, eu insisto: por exemplo, com a norma atual dá para regularizar, como V. Exa. disse, 88%. Por que não regularizar esses 88%? Qual é a burocracia, já que até quatro módulos você tem um formato mais simplificado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que eu me somei à pergunta de um dos internautas e a deixo não só para o José Carlos de Carvalho, mas para todos que quiserem comentar: o quanto pesa a desestruturação dos órgãos – ou do Incra, que nós tivemos nessa audiência também uma exposição do Presidente do Incra, ou do próprio Ibama? Porque, Senador Acir, para quem não gosta da norma, é fácil não fazê-la funcionar, os que têm o poder no Governo Federal, para depois dizer que ela está obsoleta. Então, quanto é que de peso cabe de falta de atualização da norma ou falta de pessoal nos órgãos? E eu digo como é contraditório: quando houve a expansão da energia eólica na Bahia e efetivamente eu não tinha pessoal no meu órgão ambiental para agilizar com a velocidade que queria, eu fiz convênio com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Através desse convênio, eles bancavam a contratação de auxiliares por órgão ambiental, só que escolhidos pelo meu órgão ambiental. Eles não licenciavam, eles preparavam o processo. Isso beneficiava o Estado, beneficiava os investidores e a geração de emprego. Pois bem, depois eu fui questionado pelo Ministério Público, que dizia: "não, para ser licenciador tem que ser do órgão". Eu digo: "não, mas sou eu que estou indicando, é apenas um convênio para que eles possam pagar, até porque o empresário tem interesse nessa agilidade". Pois bem, tive que suspender o convênio e voltar à eventual morosidade, porque não tínhamos estrutura pra contratar mais.

Então, muitas vezes falta posologia, ponto de equilíbrio, bom senso para que realmente a gente consiga fazer. Eu vou insistir: os que falam pela dicotomia entre produzir e preservar são os que ou não querem produzir ou não querem preservar, porque na verdade, é o que eu digo: há diabos em todos os cantos, até dentro de nós, nós temos santos e diabos até dentro de nós. E a luta para prosperar o melhor é essa luta cotidiana.

Então, eu queria fazer essa intervenção. Antes de devolver, eu vejo a nossa queridíssima Senadora Zenaide Maia, sempre atenta a tudo que se passa nesta Comissão, e eu passo a palavra a V. Exa. para o seu questionamento. Senadora Zenaide Maia, com a palavra.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Jaques Wagner, nosso colega representante da Comissão de Agricultura, quero dizer o seguinte: este debate é de uma importância fundamental. Não tenha dúvida de que, por essa quantidade de pessoas que estão entrando neste momento em que a gente está dando visibilidade, a importância de se preservar o meio ambiente está já na população. O povo está aí perguntando, Jaques Wagner.

O que eu queria mostrar aqui é o seguinte: nós estamos, aqui nesta Comissão, empoderando a população brasileira para entender a importância de não degradar o meio ambiente. Eu sou aqui do Alto Sertão do Rio Grande do Norte, eu vivi a seca, mas eu vim descobrir depois o porquê, o que era a seca, como se poderia conviver e administrar isso sem deixar as pessoas e os animais morrerem de sede.

Uma coisa é certa, gente, há algo aqui no Brasil com que eu acho que todos têm que concordar: nós temos que ter um olhar diferenciado para o extrativismo do Brasil, seja ele mineral, seja ele animal, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele vegetal, termos uma política de taxa zero para esse povo. No Brasil, para quem produz e exporta, os impostos são liberados. Então, o que acontece? Usam o patrimônio natural da população, água, os minerais da terra, usam tudo – e normalmente é uma família que faz isso –, mandam os recursos para o exterior e não pagam os impostos corretamente. Eu queria levantar aqui o seguinte: isso estimula, muitas vezes, a ganância, porque eu acredito que o Brasil não precisa e nem pode mais desmatar para aumentar a produção agrícola. Aí o que acontece? Daqueles recursos de impostos que viriam para a educação, para a saúde do povo, não fica nada. Esse pessoal vai para fora...

Outra coisa: as máquinas, o nosso parque tecnológico já não faz. Então, essas máquinas também são introduzidas no País sem se pagar imposto.

Então, o que eu queria mostrar é que esse cuidado... O mundo todo não pode estar errado. Todo o mundo hoje se preocupa com a preservação da natureza. A gente está vendo aí o que está acontecendo com o mundo de enchentes, tsunâmis... Tudo isso tem a ver com o meio ambiente, com o clima.

E digo mais: a gente não pode estar usando aqui o argumento de que Alemanha, Estados Unidos já dizimaram os índios, já desmataram. Quando eles desmataram, não tiveram o privilégio que a gente tem, porque levou alguns anos para a ciência mostrar que a degradação do meio ambiente não era boa para ninguém.

Eu concordo com Jaques Wagner no sentido de que aqui a gente não vai polemizar: produzir, obrigatoriamente, e não preservar seria uma condição incompatível – se você produzir, você não tem como preservar o meio ambiente. Tem sim! E a gente pode até importar quem já está fazendo isso. Agora, vamos ter um olhar diferenciado. Não pode tirar os produtos, o extrativismo tirar os produtos da nossa natureza, do nosso povo, e esse povo não ficar com nada, porque, já que há esse benefício de não se pagar imposto, o povo não fica com nada, porque esses impostos seriam para a educação, para a saúde e para a própria preservação do meio ambiente.

Como foi falado aqui, essa desestruturação, esse desmonte dos órgãos que cuidavam da preservação da natureza não é bom para ninguém. Como o Wellington Fagundes falou, nós tínhamos – que eu acho que já não é mais – a maior planície alagada do mundo, que é o Pantanal, e vemos que dizimaram, só nos últimos anos, 17 mil espécies animais, que desapareceram. Com certeza, gente, isso fazia parte da cadeia. Quando tira um, aparecem os outros.

E algo que eu tenho que chamar atenção aqui para a população brasileira, para quem está nos assistindo: outra coisa que degrada o meio ambiente é cortar aquelas árvores de 200, 300 anos, mas uma coisa me chama atenção: aquelas árvores, a gente vê o fogo dizimar; agora, a produção, dificilmente, porque quem produz deve ter uma segurança maior para não queimar a sua produção, como o milho, a soja, etc. Mas quero dizer o seguinte: a quantidade de agrotóxicos que estão jogando na natureza para a produção do setor agrícola... Só em dois anos e oito meses foram 1.144 novos agrotóxicos. O serviço de oncologia do Brasil mostra, e eu queria dizer algo aqui: hoje o câncer de intestino mata mais mulheres do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o câncer de mama. Não é possível! De repente, estudos mostram que os agrotóxicos estão diretamente envolvidos com isso também, mostrando que todos são comprometidos por esse agrotóxico, porque eles são jogados na natureza, vão para os rios, os peixes os ingerem, e todos são prejudicados com isso. Então, quero dizer o seguinte: pode-se, sim, produzir, respeitando...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senadora...

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... o meio ambiente; pode-se, sim, fazer um extrativismo, mas dividir o que foi tirado da natureza com a população brasileira, revertendo em educação, em saúde e preservando o próprio meio ambiente.

Obrigada, amigos. Desculpem se...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu só queria informar a V. Exa., porque sei da sua preocupação constante como médica, como brasileira e Senadora representante do povo do Rio Grande do Norte, que, encerrada esta reunião, nós teremos outra audiência pública exatamente sobre agrotóxicos especificamente, uma audiência que foi proposta e que deveria ser na semana, se não me engano, do 7 de setembro, mas, como foram suspensos os trabalhos, nós acabamos adiando. Então, encerrada esta, às 10h30 nós começaremos uma audiência, que eu vou abrir e provavelmente quem continuará na sequência será o Senador Fabiano Contarato, autor do requerimento. É só para lhe informar porque eu sei do seu interesse como médica por esse tema. E agradeço a sua enriquecedora intervenção nesta audiência.

Eu agora vou retornar a palavra por cinco minutos para cada um dos palestrantes para eventuais respostas e/ou comentários finais e, como eu havia colocado, vou inverter a ordem, porque sempre, Sr. Marcos, é um privilégio falar por último ou aqui ou na tribuna do Judiciário. É sempre o último argumento que vale mais. Então, por uma questão de equilíbrio, combinação minha com o Senador Acir, a gente, ao final, inverte o procedimento. Assim, V. Sa. é o primeiro a ter a palavra, se quiser responder algum dos questionamentos ou fazer os seus comentários.

Muito obrigado! Com a palavra V. Sa.

**O SR. MARCOS SAES** (Para expor.) – Sr. Presidente, eu concordo com o fato de que o último argumento sempre tem muito peso, mas, melhor do que o último argumento, é o bom ato. Então, independentemente da ordem em que ele é falado, eu fico com os bons argumentos que todos aqui podemos falar e ouvir, e, por isso, muito rapidamente...

Primeiro, eu gostaria que o Senador Acir Gurgacz... A fala sobre o PL da – entre aspas – "grilagem" demonstra muito bem, Senador, o que acontece hoje nas questões ambientais e no País como um todo: é uma guerra de narrativas. Quem é contra transforma o PL da regularização fundiária em PL da "grilagem"; quem é contra uma atualização, uma simplificação, uma modernização do licenciamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental transforma o PL da lei geral do licenciamento ambiental numa catástrofe anunciada, sem bons argumentos, Sr. Presidente. Então, essa é uma questão... Gostei muito da sua fala e da do Senador Acir porque deixa isto muito claro: conhecimento é importante para tudo e que bom que a gente pode ter aqui um debate qualificado.

Sr. Presidente, muito rapidamente, sobre as perguntas.

A pergunta da Elinadja sobre essa cooperação entre União, Estados e Municípios: a lei geral do licenciamento ambiental não vem fazer isso, porque isso é regulamentado na Lei Complementar 140, que regulamentou o parágrafo único do art.23 da Constituição. Então, a lei geral do licenciamento ambiental traz um procedimento do licenciamento e não cria novas divisões entre União, Estados e Municípios.

A pergunta sobre fiscalização ambiental – o Senador Jaques Wagner também falou disso – é muito relevante, e é o que eu disse: a lei geral não vai resolver a falta de estrutura dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente, mas ela pelo menos simplifica um entendimento no licenciamento ambiental. Então, foi por isso que eu elogiei, por exemplo, o concurso público que foi aberto no Ibama. E a gente precisa disso nos Estados, sob pena... E aí eu pego também o exemplo de que o Senador Jacques Wagner falou, da bela iniciativa – eu conheço – que foi feita na Bahia para que houvesse a contratação prevista na Resolução 237 do Conama, Senador, mas isso não é uma lei. Então, se... E fica aqui uma sugestão: que possa vir para a lei geral do licenciamento ambiental a possibilidade de contratação de técnicos, de especialistas para fortalecer também a estrutura dos órgãos ambientais, ainda que seja em casos excepcionais.

Quando eu falava do licenciamento ambiental, do desmatamento no Brasil, eu só queria deixar claro para quem talvez não tenha tanta vivência que o licenciamento ambiental é justamente o instrumento para você compatibilizar desenvolvimento com respeito ao meio ambiente.

Eu participei de um exemplo, e gosto sempre de contá-lo: a gente fez o licenciamento ambiental de um porto, Sr. Presidente, que era numa área prioritária para desova de tartarugas marinhas. E o órgão competente para isso, Instituto Tamar, foi contrário à implantação do porto, porque ali era uma área de desova de tartaruga marinha ameaçada de extinção. Se não se tivesse feito nada e se o porto não tivesse sido implantado, essa tartaruga, essa espécie continuaria ameaçada de extinção. Com a implantação do porto, houve a sextuplicação do número de desovas. Por quê? Porque licenciamento ambiental não é impedir que se implante um porto numa praia; é, sim, impor medidas que melhorem a vizinhança às áreas contíguas ao porto. E, se ainda que, efetivamente na área de implantação do porto, eu tenha prejudicado a desova da tartaruga marinha, ao ter o que se chama em programas ambientais de medidas compensatórias, eu aumentei nas laterais, essa tartaruga marinha, em breve, vai sair da lista de animais ameaçados de extinção. Isso é licenciamento ambiental no nosso País.

Concordo, Senador, que não há dicotomia. A nossa legislação, na questão do desenvolvimento sustentável, ainda é da década de 70, e, neste ano, nós estamos comemorando 40 anos da lei que criou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Política Nacional do Meio Ambiente no nosso País, uma lei até hoje moderna e que vai ser claramente complementada pela lei geral do licenciamento ambiental.

Uma última questão, da Senadora Zenaide, que eu acho que respondo também pelo que foi falado com o exemplo que eu dei das tartarugas. De fato, eu só queria deixar isto claro para todos: o licenciamento ambiental é a forma de se utilizarem corretamente os recursos naturais.

Eu sonho, Presidentes das nossas duas Comissões, com o momento em que o mercado vai se autorregular. As grandes obras de infraestrutura já citadas aqui que prescindem de financiamento... Quem participa efetivamente do licenciamento ambiental sabe que a *due diligence* feita pelo órgão financiador é, muitas vezes, inclusive, mais aprofundada que o próprio licenciamento ambiental.

Nós ainda vamos chegar a este momento, Senadores, em que a consciência ambiental será tamanha que talvez nem se vá mais precisar da lei ambiental, porque as boas práticas efetivamente serão aplicadas. Enquanto isso não acontece, que a gente possa ter a lei geral de licenciamento ambiental para ajudar nessa consciência ambiental das presentes e futuras gerações.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Marcos, pela sua contribuição.

E agora eu passo a palavra à Sra. Andréa Zhouri, para suas considerações finais, em até cinco minutos.

**A SRA. ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI** (Para expor.) – Pois não.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer pela oportunidade de ter trazido aqui para o debate a posição da Associação Brasileira de Antropologia.

Gostaria de convidá-los novamente para a leitura da nossa nota técnica, com certeza muito mais concisa do que eu pude apresentar nesses breves 20 minutos, em que tentei ser bastante didática também, trazendo fotos, fatos da nossa experiência de pesquisa ao longo de vários anos – não só minha, mas de vários colegas meus, inclusive daqueles que já não estão entre nós, porque as gerações passadas nos ensinaram a trilhar esse caminho da pesquisa séria e comprometida com o bem-estar da população brasileira e do meio ambiente. A nota técnica já está disponibilizada aí para os senhores, e eu espero que ela possa contribuir para o debate.

Eu gostaria de trazer aqui uma pequena história que aconteceu comigo quando eu ainda estava fazendo o meu doutorado na Inglaterra nos anos 90. Ali estava em discussão a criação de um selo ambiental, um certificado florestal que era o FSC (Forest Stewardship Council), o Conselho de Manejo Florestal. Eu pude etnografar, pesquisar o processo de criação desse selo entre as ONGs europeias e o empenho delas em fazê-lo de forma consensuada com o setor madeireiro na Inglaterra na época. Mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federação das importadoras de madeira do Reino Unido não aderiu a esse selo. E eu tive oportunidade, lá na Inglaterra, de entrevistar o presidente da federação, da Timber Trade Federation. Não me esqueço de uma pergunta que fiz a ele, e ele foi muito claro e objetivo, como são os ingleses, na sua resposta. Eu perguntei a ele por que ele não aderia ao selo do FSC, como federação? Algumas empresas aderiram individualmente, mas não a federação. Ele me disse, de forma bem simplória e direta, bem inglesa, o seguinte, Senadores e Senadora, ele falou assim: "O nosso negócio é comprar e vender madeira. Os direitos dos povos indígenas, das comunidades, os direitos humanos são problemas do seu Governo – são problemas do seu Governo. O meu negócio é comprar e vender madeira".

Por que eu estou trazendo esse episódio que me marcou tanto aqui? Porque se falou muito aqui da autorregulação, a autorregulação pelo mercado, a autorregulação das empresas, e eu percebo uma fé, como eu disse, exacerbada nessa autorregulação. Existe um mercado que se regula. É uma outra lógica. A regulação, o princípio da precaução ambiental, da saúde, da integridade da população, do bem-estar da população é dever do Estado – é dever do Estado –, como bem disse o representante da Federação da Indústria de Madeira da Inglaterra: é dever do nosso Estado. E o Estado brasileiro não pode se submeter a mudanças sem o rigor técnico, sem o conhecimento científico acumulado em décadas nessa área ambiental, internacionalmente inclusive, não pode se submeter a normas que são exigências de determinados setores pontuais da nossa economia. O Estado não pode ser refém e não pode transferir para as empresas a sua obrigação de fazer a regulação ambiental e de zelar pelos direitos humanos, os direitos da sua população.

Não há antagonismo entre meio ambiente e desenvolvimento. Isso é uma discussão – me perdoem – de 40 a 50 anos. Eu tenho 60 anos e eu tinha 20 anos quando comecei a entender essa discussão! Há 40 anos eu escuto esse debate que já supunha avançado em torno da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável. Voltamos agora no País a uma discussão já ultrapassada internacionalmente, a uma negação da ciência, a uma desqualificação do discurso crítico, como foi feito aqui por um dos expositores, que não trouxe uma exposição substantiva, mas tão somente usou de uma retórica eloquente para desqualificar o conhecimento científico, chamando de desonesto, de desinformado, inclusive de passional. Como mulher, infelizmente, na arena pública, estamos acostumadas a ouvir esse tipo de desqualificação, que não contribui em nada para o avanço do debate.

Eu estou falando de uma forma eloquente aqui, porque a situação é grave, senhoras e senhores, é gravíssima. O que está se propondo aqui na Mesa é o retrocesso. E nós analisamos tecnicamente esse PL, trouxemos a nossa experiência de décadas observando *in loco* a realidade, para que vocês pudessem então entender a complexidade e os efeitos perversos de situações que podem ocorrer, podem ser acirradas caso esse PL seja aprovado sem as reformulações que já foram colocadas aqui, que são necessárias.

O meu tempo já está esgotado, eu só agradeço novamente a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sra. Andréa, pela sua participação nesses comentários finais.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Davi Bomtempo, por até cinco minutos, para seus comentários finais.

Com a palavra V. Sa.

**O SR. DAVI BOMTEMPO** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner e Senador Acir, pela oportunidade.

Muito importante a intervenção e a fala dos senhores e eu vou aproveitar até para pegar um gancho também, em termos de contexto internacional, e passar aqui três pontos por que eu acho importante o Brasil estar se qualificando cada vez mais, em termos de desenvolvimento sustentável, e trazendo licenciamento ambiental como uma das ferramentas para que a gente possa ter esse tipo de desenvolvimento.

Queria trazer aqui a importância da própria OCDE. Dentro da OCDE, a gente sabe que 40% dos instrumentos econômicos dizem respeito ao meio ambiente e sustentabilidade. E, quando você faz uma relação com política pública ambiental aqui no Brasil você vê que já cobre grande parte desses instrumentos.

Há a questão também do Acordo Mercosul-União Europeia, em que a gente tem um capítulo inteiro de desenvolvimento sustentável, e o pilar central é o Acordo de Paris, é a questão climática.

E o terceiro ponto que eu queria aqui enaltecer é a questão da recuperação pós-covid. Então, você vê todo o mundo direcionando os seus investimentos para questões que vão tratar da redução da perda de biodiversidade e também das questões climáticas, todas conectadas aí com os objetivos de desenvolvimento sustentável e também, de uma forma mais horizontal, da economia circular.

Então, hoje não dá mais para você produzir sem ter esse cuidado com o meio ambiente, sem ter responsabilidade social. E eu acho que é isto que o licenciamento ambiental também procura trazer: muito mais eficiência e muito mais cuidado com o meio ambiente.

O texto foi amplamente discutido, como o Marcos colocou. Foram quase dez, nove audiências públicas na Câmara, infinitas reuniões com vários setores, com os Parlamentares, com os ambientalistas, com o setor produtivo, com a academia, enfim, foi um texto que já roda dentro desta Casa, dentro do Congresso desde 2004, então acho que chegou a hora de a gente começar a entender qual seria um texto mais equilibrado, que pudesse dar mais simplicidade, trazer modernização e, mais do que tudo, trazer também a questão de um licenciamento cada vez mais inteligente e aproveitando o que seria uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formas de você lidar também, a partir da tecnologia, a partir da inovação, com essas questões relacionadas à falta de pessoal, que foi citada aí nos comentários e também nas perguntas.

Mas esse texto vai trazer também a figura das condicionantes, trazendo essa relação com o nexo causal, trazendo essa relação com o que está sendo definido dentro dos estudos, dentro também desses outros procedimentos. A questão dos intervenientes também, estabelecendo prazos para respostas, sendo não vinculantes e, principalmente, fortalecendo o que já há dentro da LC 140, que estabelece a competência dos entes federativos. Então, nesse contexto, eu acho que é um texto bastante equilibrado, é um texto que merece uma discussão mais aprofundada aqui dentro do Senado Federal, mas que a gente caminhe para o entendimento, de forma a finalizar esse processo para dar mais segurança jurídica, para trazer regras claras, trazer também investimento e também a geração de renda, de empregos, de arrecadação e, principalmente, de desenvolvimento sustentável.

Então, eu fico por aqui na minha mensagem, trazendo também esse ponto de vista em relação aos investimentos inovadores. O Senador citou a questão da eólica. Hoje estamos discutindo a questão relacionada à eólica *offshore*, principalmente ali no Nordeste. Com certeza a questão do licenciamento ambiental vai precisar também ser endereçada, vai precisar ser discutida, para que a gente também não atrase esse investimento e também não atrase o desenvolvimento dessa Região do Brasil.

Então, eu fico por aqui. Agradeço mais uma vez a oportunidade e me coloco à disposição.

Todo o material que a CNI tem a respeito do licenciamento ambiental, tais como as pesquisas, as consultas, todo o material que foi produzido em relação a esse assunto está disponível no nosso canal Indústria Sustentável. É só colocar no Google que ele já aparece como *top* 1.

Então, fico aqui à disposição. Mais uma vez, muito obrigado, Senador, e lhe devolvo a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Davi Bomtempo, pela sua participação.

Eu passo, nessa segunda fase, a palavra ao nosso ex-Ministro José Carlos Carvalho como último orador desse bloco.

Com a palavra V. Sa.

**O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO** (Para expor.) – ... Wagner, ao Presidente Acir Gurgacz.

E, como o tempo não é suficiente para repassar todas as perguntas, eu gostaria de entrar direto na questão muito oportuna, muito pertinente levantada pelo Senador Jaques Wagner, relativamente à governança ambiental do Estado nacional brasileiro.

Como nós sabemos, desde a Lei 6.938, de 1981, foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente, um sistema integrado, já concebido com base na estrutura federativa, mesmo antes da Constituição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1988. Então, do ponto de vista da concepção, é um modelo integrado, sistêmico, mas que não tem a musculatura necessária para desempenhar a sua finalidade.

E as boas políticas públicas dependem de leis claras, objetivas, como se espera que possa ocorrer em relação ao licenciamento ambiental, mas elas também dependem de instituições qualificadas para executá-las. Uma lei... E é muito comum isto no processo legislativo brasileiro: criar leis que terminam nos seus enunciados, leis que se encerram nos seus enunciados. Por quê? Porque elas próprias não criam os meios da sua implementação. E uma das questões fundamentais das dificuldades que nós temos no Brasil com licenciamento ambiental é a fragilidade institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente, com estruturas precárias, recursos humanos em quantidade e qualidade insuficiente, falta de meios, falta de equipamento, orçamentos irrisórios. Então, ainda que o Congresso venha – e eu espero que o Senado possa fazê-lo – a melhorar a lei da Câmara e fazer uma lei que atenda aos interesses nacionais com vistas à sustentabilidade, mantida a atual estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente, nós vamos continuar patinando, porque os órgãos não têm capacidade de resposta. Eu estou falando de capacidade material, humana. Não têm. É preciso que isso fique claro de uma vez por todas, alinhado com a posição do Senador Jaques Wagner.

Nós vamos ter uma lei excepcional... E outra coisa que é fundamental quando se fala da...

(*Interrupção do som.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – José Carlos, sua voz foi interrompida. Não sei se houve problema com a sua internet. Eu lhe sugeriria, eventualmente...

**O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO –** ... assimétrica. Nós não podemos pensar numa lei geral como se Acre fosse igual a São Paulo; como se Alagoas fosse igual ao Rio de Janeiro; como se Rio Grande do Norte fosse igual a Minas Gerais. É disso que também precisamos de tratar.

Então, essa é uma questão central. Se nós não criarmos meios de fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente, poderemos obter uma lei razoável – e eu espero que a gente possa considerá-la ao final razoável ou boa – e, ainda assim, o setor produtivo vai continuar amargando dificuldades por falta de capacidade operacional, por falta de capacidade de resposta dos órgãos licenciadores, principalmente levando em conta que mais de 80% do licenciamento ambiental é feito pelos Estados. E todos estão cientes da crise fiscal que assola os Estados brasileiros, o que também é um dificultador a mais para o encaminhamento da solução desse problema.

Quero terminar, rapidamente, com relação ao licenciamento do saneamento, dizendo que quem defende que não haja licenciamento para o saneamento básico no Brasil nunca foi vizinho de uma estação de tratamento de esgoto.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado pela sua contribuição nessa fase final, nosso ex-Ministro José Carlos Carvalho.

Eu quero, na verdade, agradecer a todos os quatro palestrantes, representando cada um as suas entidades.

E sempre estamos fazendo questão de colocar, vamos dizer, dois que têm uma visão e outros dois que têm outra visão, não necessariamente contraditórias, mas com enfoques diferenciados, exatamente para suscitar o esclarecimento das Senadoras e Senadores, porque é esse debate que vai construir a posologia necessária para a gente ter uma lei, como se diz, moderna, equilibrada e protetora daquilo que a Sra. Andréa colocou – que eu também acho que já está ultrapassado, mas é sempre bom rememorar – da sustentabilidade tripartite ambiental, social e econômica, porque, se esse tripé não estiver equilibrado, nós não temos uma boa lei, pelo menos na minha opinião.

Eu quero, portanto, agradecer a todos, me despedindo aqui do Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com quem estamos compartilhando essas reuniões conjuntas; a todos que nos acompanharam, particularmente aos três palestrantes e à senhora palestrante; e a todos aqueles que nos acompanharam pela TV Senado até 10h ou pela via da internet.

Então, agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e um, em Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e do Senador, não membro, Cid Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da primeira e segunda reuniões, que são aprovadas. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 29 sugestões de emendas de Inclusão de Meta e 29 sugestões de emendas ao Texto da Lei, totalizando 58 sugestões de emendas. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação o relatório do Senador Izalci Lucas, que é aprovado pela Comissão. São as seguintes, as Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovadas: EMENDAS À META - **Emenda nº 1:** 12OP – Governo digital - Acréscimo de meta: 20; **Emenda nº 2:** 214Z - Fomento à tecnologia agropecuária - Acréscimo de meta: 100; **Emenda nº 3:** CCT – Aeronáutica – Emenda de Meta (Programa Estratégico de Sistemas Espaciais – PESE) - Acréscimo de meta: 1. EMENDAS AO TEXTO DA LEI - Emenda **nº 4:** Anexo III, Seção III, Inciso X - Aditiva; **Emenda nº 5:** Anexo III - Aditiva; **Emenda nº 6:** Corpo da Lei, Cap II, Art 4 - Modificativa; **Emenda nº 7:** Anexo III, Seção I, Inciso LXIV – Aditiva; **Emenda nº 8:** Corpo da Lei, Cap II, Art 4 – Modificativa; **Emenda nº 9:** Anexo III, Seção I, Inciso LXIV – Aditiva; **Emenda nº 10:** Anexo III, Seção I, Inciso LXIV – Aditiva; **Emenda nº 11:** Anexo III, Seção I, Inciso LXIV – Aditiva. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Styvenson Valentim**
Presidente eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, Senador Izalci, os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reuniões da CCT.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferências adotado pelo sistema do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que desejarem usar a palavra solicitem a inscrição por meio da função "levantar a mão" ou façam o pedido pelo bate-papo.

A presente reunião se destina à apreciação de emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022, e dá outras providências".

Então, com a palavra o Senador Izalci Lucas, o Relator, para ler o seu relatório.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto para o relatório.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3, de 202, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, PLDO 2022.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2022, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e também pelo Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO 2022 estão delineadas na Parte Especial do Parecer Preliminar da CMO. No presente contexto, cumpre realçar que as emendas passíveis de serem apresentadas pelas Comissões Permanentes podem ser categorizadas em dois grupos: I) emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas, limitadas ao máximo de três emendas (item 2.2.2 - b do Parecer Preliminar); II) emendas de texto, sem limite de quantidade (item 2.1.4 do Parecer Preliminar).

Vale destacar, também, que o Parecer Preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e, no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental. Além disso, o item 2.3.5 do mesmo Parecer assenta que não devem ser admitidas emendas que pretendam incluir, no Anexo de Prioridades e Metas, programações não correspondam à competência exclusiva ou comum da União, ou que destinem recursos para despesas obrigatórias (classificadas com indicador de resultado primário igual a 1 – RP 1).

Foram apresentadas a esta Comissão 56 propostas de emendas, sendo 28 para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas, e 28 emendas de texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou para a análise.

Inicialmente, cabe destacar que todas as 28 emendas de meta apresentadas guardam pertinência com as competências regimentais da Comissão, além de cumprir as demais exigências previstas na legislação. No entanto, por força de limitações contidas no Parecer Preliminar aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, esta Comissão poderá apresentar apenas três emendas de meta.

Dessa forma, faz-se necessário que este Relator estabeleça critérios para selecionar aquelas propostas que se tornarão as emendas da Comissão. Nesse sentido, selecionaram-se apenas aquelas propostas que atenderiam o maior número de Parlamentares ou as propostas que atenderiam o maior número de unidades da Federação.

Nesse sentido, foram atendidas as propostas de inclusão de meta, com ajustes de redação.

Aí, dentro do quadro. Nós temos o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), Propostas 1, 5, 40, 41 (*Falha no áudio.*) ... de Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Simone Tebet; Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos, Emenda nº 30, do Senador Rodrigo Cunha; e a Estruturação do Governo Digital, Proposta 31, do Senador Rodrigo Cunha.

No que diz respeito às propostas de emendas de texto, cumpre salientar que nem todas foram apresentadas em conformidade com as normas regimentais. Nesse sentido, propõe-se que as Propostas nºs 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 35 e 39 sejam inadmitidas, por violarem o disposto no art. 43 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Por consequência, será proposto acolhimento das Propostas de Emendas de Texto nºs 16, 28, 29, 43, 44, 45, 46 e 53, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso e Simone Tebet.

O voto, Presidente.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, da inclusão das seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas: descrição da ação, Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), atendendo, como eu disse, as Propostas de Emendas 1, 5, 40, 41, 42, 48, 50 e 52, dos autores Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Mailza Gomes, Vanderlan Cardoso e Simone Tebet; Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos, a Emenda nº 30, do Senador Rodrigo Cunha; e Governo Digital, a Emenda nº 31, do Senador Rodrigo Cunha.

No tocante às emendas de texto, serão acolhidas as Propostas nºs 16, 28, 29, 43, 44, 45, 46 e 53, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso e Simone Tebet.

Esse é o voto, Presidente.

Há, aí no Anexo, todas as emendas discriminadas, mas o voto é este que proclamei.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito, Senador Izalci.

Há algum Senador para fazer uso da palavra para discutir a relatoria? (*Pausa.*)

Se não há, então, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Izalci.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Izalci Lucas, que passa a constituir o parecer da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As emendas da CCT aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Passo à aprovação da ata da reunião agora.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo, dou por encerrada esta sessão.

Obrigado, Srs. Senadores.

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quatorze minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Plínio Valério, Roberto Rocha, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Carlos Viana, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Esperidião Amin e do Senador Otto Alencar. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Aviso nº 744, de 2021, do Tribunal de Contas da União, que encaminha, para conhecimento, a cópia do Acórdão 1.171, de 2021, nos autos do Processo nos autos do processo TC-021.059/2019-5, da relatoria do Ministro Jorge Oliveira, que trata de relatório de fiscalização realizada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica de Comunicações e de Mineração, com a finalidade de avaliar a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no acompanhamento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e da saúde financeira das concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC); Aviso nº 853, de 2021, do Tribunal de Contas da União, que encaminha, para conhecimento, a cópia do Acórdão 1.217, de 2021, nos autos do processo TC-016.758/2020-0, de relatoria do Ministro Augusto Nardes, que trata de relatórios sobre a segunda etapa de fiscalização do tipo acompanhamento realizado no Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais. Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros, a fim de que a matéria seja analisada pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 70, de 2020 - Terminativo -** que: "Dá nova redação à Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que “altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências” para excluir da cobrança de direitos autorais relativos à execução musical os eventos promovidos por instituições beneficentes e os eventos de caráter eminentemente filantrópico." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Chico Rodrigues. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 313, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Vila Velha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 535, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 537, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tupiratins de Apoio a Educação Cultura e Lazer - ATAECL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupiratins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 578, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas de Paz de Alto Rio Novo/ES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alto Rio Novo, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 510, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Açu, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 575, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cultura FM de Avelino Lopes - Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Avelino Lopes, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 580, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Beneditinos - PI (ADSCULBE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Beneditinos, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 368, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cristalense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cristais, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 668, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Caratinga Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 756, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Onda Sul FM Stereo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 757, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 53, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE JURANDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juranda, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 60, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL AMBIENTAL DE DIAMANTE DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 148, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga concessão à Martins Fayad Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 356, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 545, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Prainha, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 592, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de Capim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 314, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Ministério Comunidade Cristã para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Goiânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 188, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Benilde Vasconcelos Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manoel Emídio, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 193, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Batalha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 653, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que outorga autorização à Associação Avalanche - Amigos do Bairro Ana Vieira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sena Madureira, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 755, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Tabocal e Região - Apprucot para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Jacinto, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 329, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Porto Grande FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Grande, Estado do Amapá." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 366, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba - ACOMT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 652, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 27 - Projeto de Lei n° 5451, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame, a pedido do Relator, Senador Vanderlan Cardoso. **ITEM 28 - Projeto de Lei do Senado n° 349, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera regras de cobrança aplicáveis às Taxas de Fiscalização do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública sobre estações terminais utilizadas em aplicações de comunicação máquina a máquina e em sistemas de recepção por satélite." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame, a pedido do Relator, Chico Rodrigues. **ITEM 29 - Projeto de Lei n° 2675, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para assegurar a execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT." **Autoria:** Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mailza Gomes (PP/AC). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame, a pedido do Relator, Senador Vanderlan Cardoso. **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo n° 754, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão-ACVR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo n° 186, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Milênio de Apoio a Criança e Adolescente de Brasilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 32 - Projeto de Decreto Legislativo n° 511, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Ouro, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 33 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 1, de 2021,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o recente vazamento de dados pessoais de mais de 220 milhões de brasileiros." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 34 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 3, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão Senado do Futuro, com o objetivo de debater o Ensino à Distância e o acesso gratuito à internet." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado o requerimento subscrito pelo Senador Jean Paul Prates. **ITEM EXTRAPAUTA 35 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 4, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a criação e a implantação da moeda digital brasileira, o Real Digital." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Rodrigo Cunha**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos, a quem está aqui presencialmente no Plenário desta Comissão e a quem nos acompanha através dos meios digitais e também da TV Senado.

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e, de forma inédita, contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital, clicando no botão "votações", depois "votações abertas em comissões" e, então, procurando a votação da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, identificada também pelo nome da matéria. Inclusive ontem também foi a primeira vez que foi permitida a votação pelo aplicativo para os Senadores nas sessões de Plenário.

As Senadoras e os Senadores aqui presentes poderão utilizar os computadores que estarão disponíveis nas suas bancadas.

Nos termos do ATC 8, de 2021, após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e recolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto.

O Parlamentar que não conseguir votar no aplicativo será chamado para declarar o voto verbalmente.

A Secretaria da Comissão providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Então aqui já demonstra, antes mesmo de começar, como é importante a tecnologia no nosso dia a dia.

Então, nosso Presidente Vanderlan também, quando finalizou, ainda não havia essa modalidade de votação nas Comissões de maneira virtual. Hoje já é uma realidade e, quem sabe, veio para ficar.

Já temos alguns colegas que estão no interior do seu Estado acompanhando atentamente e irão participar como se aqui estivessem presentes.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma.

Passo agora aos expedientes.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes externos:

– Aviso nº 744, de 2021, do Tribunal de Contas da União, encaminhando para conhecimento a cópia do Acórdão 1.171, de 2021, nos autos do Processo do Tribunal de Contas, da relatoria do Ministro Jorge Oliveira, que trata de relatório de fiscalização realizada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica de Comunicações e de Mineração, com a finalidade de avaliar a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no acompanhamento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e da saúde financeira das concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC);

– também comunico o recebimento do Aviso nº 853, de 2021, também do Tribunal de Contas da União, que encaminha para conhecimento a cópia do Acórdão 1.217, de 2021, nos autos do processo do Tribunal, de relatoria do Ministro Augusto Nardes, que trata de relatórios sobre a segunda etapa de fiscalização do tipo acompanhamento realizado no Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais.

Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT, a nossa Comissão, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse dos seus membros, a fim de que as matérias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sejam analisadas pela Comissão, conforme é instruído na normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Lidos os expedientes, passarei à pauta da nossa Comissão.

A presente reunião se destina à apreciação de matérias.

Atendendo solicitação do Senador Chico Rodrigues, serão retirados de pauta os itens 1 e 28, que estão sob a sua relatoria.

Antes de darmos início à pauta, informamos que os itens 2 a 26 são terminativos e serão votados nominalmente, em bloco, após a leitura dos relatórios e da discussão das matérias.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Com a palavra o Senador Vanderlan.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que está sendo realizado na CCT.

Eu tive o prazer de ser Presidente desta Comissão, mas quero dizer a V. Exa. que eu tive a sorte de ter uma das melhores equipes, e o nosso trabalho só teve êxito porque essa equipe da CCT, capitaneada pelo Leo, pelo Itamar e por todo esse pessoal trabalha muito e são pessoas de resultado.

Esta Comissão é uma das mais importantes aqui do Senado Federal. Nós vamos ter, na sua Presidência, neste ano e no ano de 2022, pautas importantes para o nosso País, talvez as mais importantes para o nosso País.

Nós temos aí a questão do 5G, nós temos tanta coisa boa para destravar o nosso País, atraindo investimentos, bilhões e bilhões de investimentos para o nosso País, como algumas pautas, projetos importantes que nós aprovamos e que já estão colhendo os frutos em investimentos.

Posso citar a questão do PLC 79, que foi um marco, em que foi autorizado transformar de concessão para autorização, para que houvesse uma segurança jurídica para que as empresas do setor, as teles, principalmente, tivessem essa segurança jurídica em fazer os seus investimentos.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, pedindo ainda pela ordem, solicitar a V. Exa. a retirada da pauta do item 27, PL 5.451, de 2019, de autoria do Senador Zequinha Marinho, eu sou o Relator, e do item 29, que é o PL 2.675, de 2019, de autoria da Senadora Mailza Gomes. Faço essa solicitação em acordo, Sr. Presidente, com os autores para um melhor amadurecimento dos temas em tela. Caso possível, ainda tenho uma relatoria, solicito a inversão de pauta para poder proferir meu relatório sobre o item 19, que é o PDL 314, de 2019, Sr. Presidente.

Muito obrigado e sucesso, sabendo que V. Exa. é um Parlamentar competentíssimo e vai conduzir com muita maestria esta Comissão, pela qual, volto a falar mais uma vez, tenho um carinho muito especial. Aprendi muito aqui nesta Comissão, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Vanderlan, não poderia ser diferente. Estamos iniciando hoje os nossos debates, discussões e aprovações de projetos importantíssimos. V. Exa., como Presidente, aumentou o nível desta Comissão e estar ao lado de V. Exa., com certeza, fará com que o nosso trabalho também consiga os resultados esperados. Então, sua presença aqui é muito importante, tenho certeza de que será uma constante. Como bem foi dito, estamos diante de temas importantíssimos e, sinceramente, se não for agora que, por exemplo, um tema – a gente pode sair destacando cada tema: tecnologia, inovação, comunicação e informática –, mas se não for agora, neste momento, que o País olhar para a ciência, dificilmente será em algum outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

momento. Nós precisamos aproveitar este momento em que foi evidenciada a importância que a ciência tem para a evolução da sociedade, que pode salvar vidas. Estamos aqui já na discussão, já na plena certeza de que teremos a terceira vacina, e potencializar ainda mais a vacina nacional está relacionado com a inovação. Então, todos esses temas, que são de interesse nacional, com certeza serão discutidos e debatidos aqui, como nas outras áreas. Se estamos falando da pandemia, podemos falar do pós-pandemia, que já trouxe e antecipou a tecnologia em muitos anos. A inovação vai ser cada vez mais constante, com resultados grandes num curto espaço de tempo. Então, vai ser um prazer dividir esta Mesa com V. Exa.

Informo que atendo, acato a solicitação de V. Exa. para retirada dos itens 27 e 29.

Houve mais algum?

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Não. A retirada de pauta é dos itens 27 e do 29.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Com a inversão da pauta, passo a palavra para V. Exa. para a leitura do relatório do item 19.

**ITEM 19**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 314, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Ministério Comunidade Cristã para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Goiânia, Estado de Goiás.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2019, que aprova o ato que renova concessão outorgada à Fundação Ministério Comunidade Cristã para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Sr. Presidente, eu vou pedir permissão a V. Exa. para ler o voto, já ir direto ao voto. Mas, antes de ler o voto, Sr. Presidente, quero fazer um comentário aqui sobre essa fundação, Fundação Ministério Comunidade Cristã, da qual conheço o trabalho que eles exercem na nossa capital Goiânia e nas cidades da região metropolitana. É um trabalho sério de levar comunicação à nossa população.

Vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 314, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão outorgada à Fundação Ministério Comunidade Cristã para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Goiânia, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Vanderlan e o parabenizo pelo seu relatório, que, com certeza, fará também relevância para a sua cidade de Goiânia, para o seu Estado de Goiás. Por onde passa, V. Exa. também carrega o Estado com muito orgulho, tenho certeza.

Então, sendo assim, como foi informado anteriormente, iremos para votações em bloco. Desta forma, passarei para a leitura do relatório do item 2, que tem como Relator o nosso Senador Eduardo Gomes.

Mas, antes, Senador Eduardo, vou colocar aqui em discussão.

Alguém quer discutir o projeto relatado pelo Senador Vanderlan? (*Pausa.*)

Não havendo discussão, passarei, sim, agora, para o nosso querido Senador Eduardo Gomes, que também é uma referência nesses assuntos que nós estamos falando aqui: ciência, tecnologia, inovação, comunicação. É, realmente, aqui dentro do Senado Federal, aquele que é buscado quando esses temas são debatidos.

Então, Senador Eduardo Gomes, é um prazer conversar com V. Exa. Passo-lhe a palavra para a leitura do relatório do item 2.

**ITEM 2**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 313, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Vila Velha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Eduardo Gomes

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Cunha, cumprimento V. Exa. desejando-lhe uma grande gestão à frente da CCT.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras e fazer um cumprimento também especial ao Senador Vanderlan, que destacou muito bem o trabalho eficiente da assessoria da CCT, quando Presidente, e um trabalho também que sempre foi acompanhado pelo seu gabinete. Digo isso porque também, Senador Vanderlan, presto as minhas homenagens, as condolências e o apoio à família e aos amigos pela perda do nosso querido amigo Jaime, assessor do seu gabinete, que realizou também um grande trabalho. Então, registro aqui o nosso pesar.

Quero dizer ao Senador Rodrigo Cunha que a presença dele na CCT, neste momento em que discutimos 5G e assuntos importantes para o Brasil – modernização, investimento em tecnologia e inovação –, nada melhor do que ter o seu idealismo e a sua força presidindo esta Comissão neste momento de retomada, que é o que a gente pretende para o País.

Passo, rapidamente, Sr. Presidente, à leitura dos relatórios dessa lista de projetos, começando pelo item 2.

Chega à CCT, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa do Movimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Radiodifusão Comunitária de Vila Velha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos constitucionais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, assim como no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 1998.

O exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 313, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Educativa do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Vila Velha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vila Velha, Espírito Santo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Item 3.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, chega à CCT, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 535, de 2019, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos constitucionais, obedecendo às evidentes prerrogativas, Sr. Presidente, e à análise na Câmara dos Deputados e também na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Análise.

Corresponde ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1988.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 535, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, portanto, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão de outorga à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Vitória, no Espírito Santo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Item 4.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, chega à CCT, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Tupiratins de Apoio a Educação Cultura e Lazer (ATAECL) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupiratins, Estado de Tocantins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, obedece ao mesmo trâmite da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados e da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, amparado na mensagem presidencial.

A análise, portanto, é pela aprovação.

E o voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Tupiratins de Apoio à Educação Cultura e Lazer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupiratins, Estado de Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 5, Sr. Presidente.

Chega à CCT, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 578, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas de Paz de Alto Rio Novo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alto Rio Novo, Estado do Espírito Santo.

Obedece, portanto, Sr. Presidente, ao mesmo trâmite de aprovação na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados e da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Na análise, atende aos preceitos e princípios da Lei Maior, nada havendo para sua objeção.

E o voto, Sr. Presidente, na forma da lei, é pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas de Paz de Alto Rio Novo, no Estado do Espírito Santo, para o serviço de radiodifusão.

É esse o voto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, solicito a V. Exa., se possível, para questão prática da sessão, a inversão de pauta dos itens 31 e 32, para que eu possa relatá-los, já que se encontram em fase de declaração do relatório, facilitando, assim, o trâmite da reunião, se for possível, porque aí concluo minha tarefa de hoje junto à CCT.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Eduardo Gomes, com certeza, será concedido, mas, antes, eu gostaria de colocar em discussão os itens 2, 3, 4 e 5, que foram relatados por V. Exa. (*Pausa.*)

**ITEM 3**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 535, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Eduardo Gomes

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 4**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 537, DE 2019**
**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tupiratins de Apoio a Educação Cultura e Lazer - ATAECL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupiratins, Estado do Tocantins.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Eduardo Gomes

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 5**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 578, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas de Paz de Alto Rio Novo/ES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alto Rio Novo, Estado do Espírito Santo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Eduardo Gomes

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Não havendo quem queira discuti-los, encerro a discussão e passo à inversão da ordem da pauta diretamente para o Item 31, que tem como Relator o Senador Eduardo Gomes, que tem a palavra.

**ITEM 31**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 186, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Milênio de Apoio a Criança e Adolescente de Brasilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia do Tocantins, Estado do Tocantins.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Eduardo Gomes

**Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, chega à CCT, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Milênio de Apoio à Criança e Adolescente de Brasilândia, Estado de Tocantins.

Sr. Presidente, obedece aos trâmites de análise na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está vazado em boa técnica legislativa.

Na análise, atende ao que disciplina a Lei nº 9.612, de 1998.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, para que seja acatado o pedido do Ministro de Estado das Comunicações pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 186, de 2019, nos termos regimentais.

Esse é o relatório.

Essa solicitação, no voto, ao invés da aprovação, Sr. Presidente, para melhor correção, pede o encaminhamento de requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações pelo sobrestamento da tramitação desse PDL nº 186, de 2019, nos termos regimentais.

É esse o relatório.

Item 32...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Eduardo, regimentalmente, é necessário a gente colocar já em votação, já que se trata de uma votação simbólica.

Coloco, rapidamente, a matéria em discussão.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Pois não, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

A matéria será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa.

Passo à leitura do item 32 para o Senador Eduardo Gomes.

**ITEM 32**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 511, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Ouro, Estado do Tocantins.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Eduardo Gomes

**Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Comunicações.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Nesse último item, Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, chega à CCT, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Ouro, Estado de Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos constitucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Sr. Presidente, o projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Na análise, a proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 1998.

O exame da documentação que acompanha o projeto, contudo, não permite avaliar satisfatoriamente a matéria. Em especial, é necessário obter informações relativas à composição da diretoria da entidade outorgada, de outubro de 2014 até a presente data, de forma a avaliar a ocorrência de possíveis vinculações políticas vedadas pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998.

Diante disso, Sr. Presidente, eu voto pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 511, de 2019, nos termos regimentais.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Lido o relatório pelo Senador Eduardo Gomes, coloco a matéria em discussão.

Observo aqui que o Senador Plínio Valério está com a mão levantada. Não sei se é para discutir ou se eu já posso colocar em votação. (*Pausa.*)

Então, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

A matéria será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa.

Passo a palavra ao Senador Plínio Valério, que aqui solicita, de maneira virtual, diretamente do nosso Amazonas. (*Pausa.*)

Liberar o áudio, por favor, do Senador Plínio.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Liberou? Ah, agora liberou, apareceu aqui.

Bom dia aí, meu companheiro Rodrigão! Bom dia, Senadores e Senadoras. Eu levantei a mão já faz tempo. Ainda bem que é tecnológico, porque não cansou muito ela levantada, porque se fosse eu aqui, já tinha cansado.

Mas é lá do começo, Presidente, porque estou em Manaus aqui, uma hora a menos. Eu ia pedir para, se for possível, sem atrapalhar os outros relatarem, eu tenho dois relatórios, 23 e 30, me parece, e eu queria sair, eu queria ir para a rua. A gente, estando no Estado da gente, não tem como ficar muito tempo em casa. Se for possível, assim que o senhor puder me dar a palavra, eu leria os dois relatórios que eu tenho.

Era só isso. Um grande abraço, prazer em ver aí o Eduardo, meu amigo Vanderlan, você. Um grande abraço a todos que estão acompanhando a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Plínio, é um prazer falar com V. Exa., diretamente de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos fazendo aqui de uma maneira híbrida e alternando entre quem está presente e quem está virtual. Da mesma forma, o Senador Carlos Viana, que aqui está presente, já tinha solicitado também preferência. Logo após a participação do Senador Carlos Viana, passarei a V. Exa. para ler o relatório.

Sendo assim, concedo a palavra, para a leitura dos itens 9 e 10, ao Senador Carlos Viana.

**ITEM 9**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 368, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cristalense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cristais, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Carlos Viana
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 10**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 668, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Caratinga Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Carlos Viana
**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Como Relator.) – Senador Rodrigo Cunha, meu bom-dia ao senhor, a todos os servidores da Casa, da Comissão, aos Senadores e Senadoras que nos acompanham pela internet, de forma híbrida. O meu abraço a cada um.

Trago aqui dois relatórios de projeto de decreto legislativo de rádios do meu Estado de Minas Gerais, que conferimos com muita atenção.

Peço vênia a V. Exa. para ler a análise do voto, que é conjunta para os dois e, apenas posteriormente, o voto diferente. Cada um, naturalmente, com a observação que foi feita aqui.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 98.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 57, de 3 de fevereiro de 2012, que deferiu a outorga ora analisada. O PDL indica o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, quando, na verdade, a referida portaria foi editada pelo então Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Caratinga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> Emenda nº – CCT (Redação)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 668, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Portanto, Sr. Presidente, nosso voto é pela aprovação desse primeiro decreto.

Também, no segundo relatório que tenho aqui, nº 368, o voto, segue a mesma análise.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 368, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cristalense de Radiodifusão para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Cristais, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Os dois relatórios, Excelência, que me foram dados, portanto, pela aprovação e para análise dessa Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, após leitura do relatório pelo Senador Carlos Viana, a quem eu quero aqui dizer, Senador...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – V. Exa. já se destaca nesta Casa por vários temas...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – ... mas é identificado como sendo uma pessoa da comunicação. Aqui é a sua casa. Estamos na Comissão de Comunicação do Senado Federal.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, faça deste local um instrumento de trabalho de V. Exa. Conte com esta Mesa aqui como sendo parceira para trabalhar com a comunicação do nosso País.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, estaremos aqui com as portas abertas, por toda a referência, a capacidade técnica que V. Exa. tem.

Sendo assim, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, lembrando que aqui estamos falando sobre os itens 9 e 10, uma votação conjunta.

Encerro a discussão e passo para o item 33.

**ITEM 33**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 1, DE 2021**
**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o recente vazamento de dados pessoais de mais de 220 milhões de brasileiros.*

**Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG)

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Para encaminhar.) – Isso, Excelência.

Primeiro, Senador Rodrigo Cunha, quero dizer também da minha admiração pelo seu trabalho, pela forma como tem abordado as questões da República. Sei que, como jovem, muitas vezes, nós – também já fui muito jovem como V. Exa. – gostaríamos que tudo andasse com mais rapidez, que as discussões fossem, muitas vezes, mais objetivas, para que os resultados se fizessem mais rápidos à população brasileira, mas a política tem o seu tempo, a política tem a sua forma, a política tem a sua própria ciência.

Então, nós vamos aprendendo com aqueles que já estão há mais tempo aqui e que vão nos mostrando o caminho, principalmente, do diálogo, que é o mais importante em nosso País hoje, resgatarmos a possibilidade da conciliação, de nós entendermos a diversidade de pensamentos, de pessoas, de formas, de vivência, e que esta Casa é a Casa de todos.

Portanto, meu muito obrigado e me sinto muito à vontade aqui com relação aos nossos trabalhos.

E eu trago à Comissão, a todos os Senadores e Senadoras um requerimento.

Eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 2 e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o recente vazamento de dados pessoais de mais de 220 milhões de brasileiros.

Toda a imprensa, tanto a escrita, quanto a falada, nos trouxe os dados preocupantes do vazamento dos dados de cartões de créditos e informações pessoais de todos os brasileiros e nós como Senadores temos a obrigação de dar uma resposta ao nosso País, aos brasileiros sobre quais os motivos e o que está sendo feito para evitar que novos vazamentos de dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pessoais sejam perpetrados para o uso que nós, muitas vezes, sabemos é sempre de maneira criminosa.

Portanto, deixo aqui o requerimento do Item 33 para o debate.

Nós temos que dar uma explicação, Senador Jean Paul, do vazamento de 220 milhões de dados de cartões de crédito em nosso País. Isso não é uma situação comum. Em qualquer lugar do mundo, isso é algo muito grave, e não pode, aqui no País, passar de uma maneira... O próprio Executivo já deveria ter se pronunciado muitas vezes sobre esse assunto. Então, o Senado tem de dar uma resposta sobre isso.

Requeiro, então, a aprovação desse debate, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Parabenizo o Senador Carlos Viana por trazer um assunto de extrema importância, um assunto que atinge todos os brasileiros. Estamos falando aqui do produto que é mais comercializado e mais caro no mundo hoje, que são os dados.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, o vazamento que atingiu mais de 220 milhões de brasileiros, com certeza, dentro desta Casa encontra um espaço para a sua discussão e o melhoramento da segurança dos nossos dados.

Então, sendo assim, coloco em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sendo assim, de maneira virtual, passo a palavra para o Senador Plínio Valério, diretamente de Manaus. (*Pausa.*)

O Senador Plínio está conectado? (*Pausa.*)

Quem é o próximo?

O Plínio se desconectou. (*Pausa.*)

O Plínio retornou?

Senador Plínio.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Estou aqui, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem!

**ITEM 30**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 754, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão (ACVR) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados.

**Relatoria:** Senador Plínio Valério.

**Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

V. Exa. está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Deixa eu só puxar aqui, Rodrigão.

Tenho um item aqui de Minas Gerais, do meu amigo Carlos Viana.

Vamos lá então, Presidente?

Eu não sei como é que está a ordem aí, mas eu tenho dois. Eu vou pedir permissão aqui para a gente começar.

"Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2019 (nº 479, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão (ACVR) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais", do meu amigo Carlos que está presente.

Chegou à Comissão, a gente procurou fazer aquela análise – estou tentando resumir para a gente ganhar tempo, Presidente – do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 754, de 2019 (nº 479, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à referida associação.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal. A exposição de motivos do Ministro das Comunicações à Presidência da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, a Câmara Federal.

Análise.

O nosso Regimento Interno determina a análise. A gente procurou ver tudo nos conformes: Ministério das Comunicações, comunicado ao Presidente da República e a Portaria do Ministério das Comunicações nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, alterada pelas Portarias do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nº 1.909, de 2018.

O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência... A burocracia e a legislação pertinente, não é? A comprovação inequívoca das referidas exigências normativas. Observamos isso.

Entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para preencher essas lacunas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 754, de 2019, nos termos do art. 335.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2019:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; e, por último,

- parecer do Ministério das Comunicações atestando a inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

Esse é o nosso voto, com o requerimento ao Ministro das Comunicações, Presidente. O nosso parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a leitura do relatório feita pelo colega Senador Plínio Valério, que está sempre contribuindo com os debates democráticos dentro do Senado Federal. Sua presença aqui engrandece muito o Estado do Amazonas.

Sendo assim, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passo para a leitura do item 6, que tem como Relator o Senador Jean Paul, que está aqui...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu tenho um outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Com a palavra V. Exa., Senador Plínio.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu queria ler o outro, que é rapidinho também – quero pedir a paciência do Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Claro, claro, claro. Eu peço desculpas inclusive.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – É da Associação dos Pequenos Produtores Rurais...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Qual é o item?

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu acho que é o 33 ou 34, mais ou menos... (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Só um segundo. É que a Mesa aqui está tentando encontrar esse...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Tabocal. Está pautado aí, é o ...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Plínio, o Requerimento nº 33... O item 33 se refere ao Requerimento nº 1, de autoria do Senador Carlos Viana, que aqui está presente e, como autor, ele fez a leitura do requerimento.

É a esse que V. Exa. está se referindo?

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Tabocal.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Não. Então esse é outro. É o item 23.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Item 23 então.

Eu leio rapidinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Por favor, pode continuar a leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É o item 23.

**ITEM 23**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 755, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Tabocal e Região - Apprucot para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Jacinto, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Plínio Valério.

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso.

É o parecer desta nossa Comissão, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Tabocal e região para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Jacinto, também do Estado de Minas Gerais.

Chegou à Comissão, a gente procurou acompanhar os decretos legislativos que vêm, são aqueles decretos legislativos que vêm acompanhando sempre, que aprovam o ato da associação, para executar serviço de radiodifusão nesse Município. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial.

A exposição de motivos do Ministro do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, que estamos aqui por ora dando o nosso relatório.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, com parecer favorável também na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. O projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o nosso Regimento, observamos todas as exigências que a lei diz das proposições que versem sobre comunicação dessa renovação.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica.

O processo em exame e a apreciação dos atos executivos que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização, para que executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223, da Constituição Federal.

Orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência do Congresso Nacional.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

O referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o exame da documentação que acompanha o PDL não evidenciou violação das formalidades estabelecidas em lei.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 1.524, de 10 de maio de 2016, que deferiu a outorga ora analisada. Embora o processo de outorga tenha sido encaminhado na gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a referida portaria foi editada pelo então Ministério das Comunicações.

O voto, Presidente.

Tendo em vista a análise do exame da documentação que acompanha o projeto e não havendo reparos quanto aos aspectos constitucional, jurídico e de técnica, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 755, de 2019, com a seguinte emenda de redação – emenda nossa aqui, da Comissão:

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações", fecha aspas, por "Ministério das Comunicações".

Eis aí o nosso relatório, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Plínio, coloco a matéria de V. Exa. referente ao item 23 em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Faço também a votação simbólica do item 30, que V. Exa. já leu.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT, pela apresentação de requerimento de informações dirigida ao Ministro de Estado das Comunicações.

A matéria está sendo encaminhada à Secretaria da Mesa.

Dessa forma, agradeço a participação, Senador Plínio.

E passo a palavra ao Senador Jean Paul, para a leitura do relatório do item 6. (*Pausa.*)

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Plínio.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Permita-me 30 segundos, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – É claro, claro, claro.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – É só para aproveitar a presença aqui dos nobres Senadores e Senadoras.

O Supremo Tribunal Federal, que tanta insegurança nos tem causado, está prestes a julgar aquele projeto do Senado que concede autonomia ao Banco Central. Parece que há maioria já formada para deixar a lei vigorando como está. A gente tem que louvar, porque, dessa vez, me parece que aquela minoria de ministros que atrapalham sempre o andamento do Brasil, aqueles poucos ministros que atrapalham e que envergonham o Supremo serão perdedores nesta causa. Eu torço para que isso aconteça e para que a autonomia do Banco Central continue a valer. Isso destravou um gargalo, o que foi muito bom para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Plínio, o Brasil inteiro acompanha, desde a sua chegada ao Senado Federal, como V. Exa. balança essa bandeira da necessidade de autonomia do Banco Central, o que está caminhando a passos não digo largos, mas está avançando. E V. Exa. tem uma participação gigantesca nesse assunto. Sempre que puder, faça menção a esse tema, para que todos nós, Senadores, possamos estar alinhados e atualizados com as mais recentes informações.

Sendo assim, passo a palavra, de maneira direta, para o Senador Jean Paul, para a leitura do item 6.

**ITEM 6**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 510, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Açu, Estado do Rio Grande do Norte.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Jean Paul Prates

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou me permitir tirar a máscara, tendo em vista a situação de isolamento que há aqui, com barreiras físicas, com segurança total, e eu higienizei o microfone e higienizarei, quando deixar de utilizá-lo, para o próximo ocupante deste posto.

Nós temos três itens muito semelhantes, de maneira que eu vou ler um pouco mais longamente o primeiro e, depois, farei menção ao primeiro para valer para o item 7 e o item 8 também.

É o Decreto Legislativo nº 510, de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu – minha cidade de Assu –, no meu Estado do Rio Grande do Norte.

Chega a esta CCT, em caráter terminativo, o PDL 510, de 2019, referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assu, no Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial.

A Coordenação de Radiodifusão Comunitária do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informou, por meio de nota técnica, que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento no âmbito do Executivo.

Depois o projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Passo à análise de nossa parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à competência e técnica legislativa, é favorável – estou resumindo o capítulo –, bem como quanto à documentação que acompanha o PDL.

O exame da documentação que acompanha o PDL não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Há apenas um reparo a fazer, que nós colocamos através da apresentação de emenda de redação, para corrigir o nome da cidade com dois "ss" em vez de "ç".

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha a matéria não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 510, de 2019, com emenda de redação já mencionada.

É esse o parecer, Sr. Presidente. Podemos submeter à votação.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – A matéria está em discussão.

Agradeço ao Senador Jean Paul pela leitura dos relatórios.

A discussão é em globo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Foram lidos os itens 6, 7 e 8, e assim passaremos...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, eu li o mais longo, o nº 6, e talvez eu possa ler rapidamente as duas outras rádios dos itens 7 e 8.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Claro, porque se referem à mesma situação.

**ITEM 7**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 575, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cultura FM de Avelino Lopes - Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Avelino Lopes, Estado do Piauí.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Jean Paul Prates

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 8**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 580, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Beneditinos - PI (ADSCULBE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Beneditinos, Estado do Piauí.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Jean Paul Prates

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou só mencionar aqui e dizer o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Exato.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Vamos lá, Presidente.

O item 7, da mesma forma, se refere à Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultura FM de Avelino Lopes, no Piauí.

Da mesma forma, a análise da regularidade completa.

E nós opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cultura FM de Avelino Lopes, Piauí, para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Avelino Lopes, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o PDL 575, de 2019, item 7, da pauta.

Item 8 da pauta: PDL 580, de 2019, que outorga a autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Beneditinos, também no Estado de Piauí, Adsculbe, para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Beneditinos, no Estado do Piauí.

Da mesma forma, a análise da legalidade, da documentação, da competência perfeita, considerando o ato jurídico constitucional, vazado em boa técnica legislativa. O exame da documentação também não evidenciou a violação de formalidades estabelecidas pela lei, de forma que opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Beneditinos, Piauí, Adsculbe, para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Beneditinos, no Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o PDL 580, item 8 desta pauta.

Todos para a aprovação.

O parecer, pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – As matérias dos itens mencionados estão agrupadas e coloco-as em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão dos itens 7 e 8.

Passo, agora, a palavra ao Senador Paulo Rocha, para leitura do relatório.

O Senador Paulo Rocha não é o mais velho?

Senador Paulo Rocha, já foi lido pelo Senador Carlos Viana.

Com a palavra V. Exa.

**ITEM 16**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 356, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Paulo Rocha

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 17**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 545, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Prainha, Estado do Pará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Paulo Rocha
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 18**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 592, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de Capim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim, Estado da Paraíba.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Paulo Rocha
**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Presidente, parabéns pelo método, pelo processo, porque já é uma matéria corriqueira e entra na mesma forma de análise dos nossos assessores e dos nossos consultores.

Quanto a essas questões de decretos de rádios comunitárias, é muito importante seguir este ritmo, porque, às vezes, demoram muito e são muito importantes para nossos Município, para nossas regiões.

Por isso o método de fazer essa aprovação em bloco é fundamental, porque a gente apressa o processo, principalmente num momento em que nós estamos com dificuldade de quórum por causa da pandemia etc.

Tenho três itens: 16, 17 e 18.

O Projeto de Decreto Legislativo 592, de 2019, autoriza a outorga para a Associação Cultural de Difusão Comunitária de Capim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim, Estado da Paraíba.

Segue a mesma análise: constitucional, legislativo, não há nenhuma violação. Atende às formalidades.

Apenas eu apresentei uma redação, uma modificação de redação para corrigir um erro material na denominação lá da origem da portaria. No entanto, tendo em vista que o exame da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quantos aos aspectos constitucionais, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Decreto 592.

Decreto 545, de 2019, aprova o ato que outorga autorização à Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Prainha, lá no meu Estado do Pará, na beira do Rio Amazonas.

Também a mesma coisa, Sr. Presidente, atende todas as formalidades. A documentação está totalmente em ordem. Tendo em vista isso, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos constitucionais, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga à Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã...

Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, pela aprovação.

Chegou aí o pessoal de Sergipe, que também quer aprovar a sua rádio comunitária, viu, Sr. Presidente?

Projeto de Decreto Legislativo 356, Associação Cultural Comunitária Jampa, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Também foi aprovado lá na Comissão, lá na Câmara Federal, obedecendo às recomendações.

Examinamos também a documentação que acompanha e não há nenhum reparo. Apenas corrigi, através de uma emenda, a redação para corrigir um erro material na denominação da pasta,

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Decreto Legislativo 356, de 2019.

É isso, Sr. Presidente. São três projetos importantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Paulo Rocha pela leitura do seu relatório relativo aos itens 16, 17 e 18, ao passo que coloco em discussão, em globo, as matérias. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vou passar a palavra ao Senador Flávio Arns, que está acompanhando os trabalhos desde o início da reunião, de maneira virtual, para a leitura do seu relatório.

Senador Flávio Arns, prazer em recebê-lo na nossa Comissão.

O seu relatório é dos itens 11 a 15.

Com a palavra V. Exa.

**ITEM 11**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 756, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Onda Sul FM Stereo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 12**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 757, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 13**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 53, DE 2017**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE JURANDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juranda, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 14**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 60, DE 2017**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL AMBIENTAL DE DIAMANTE DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 15**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 148, DE 2018**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga concessão à Martins Fayad Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exa., Senador Rodrigo Cunha. Parabenizo V. Exa. também pela Presidência da Comissão tão importante para o Brasil, pois ciência, tecnologia é o que a gente precisa, comunicação, inovação, informática. Parabéns!

Com relação ao item 11, Sr. Presidente, os aspectos legais foram observados.

Então, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Onda Sul FM Stereo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

No item 12, Sr. Presidente, também foram observados os aspectos legais.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

Substitua-se, no art. 1º do PDL nº 757, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É uma questão mais para atualizar em relação à situação atual.

Aliás, esse é o item 14, não é?

Passo ao item 13.

No item 13 também foram observados os aspectos legais, e opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Juranda para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juranda, Estado do Paraná, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Portanto, parabéns ao Município de Juranda.

Também no item 15, Sr. Presidente, foram observados os aspectos legais, e opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Martins Fayad Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná também, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Eram quatro itens que eu tinha para relatar. Aliás, até me perdi um pouco, Sr. Presidente, acho que falta um ainda. É item 15, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Exato. O item 15 também é de relatoria de V. Exa.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Isso.

Então, os aspectos legais... Não, esse, que eu acabei de ler, era o 15.

Vamos dar uma olhada aqui para não haver problemas. De Juranda também já foi lido. O item 14... Sim, o 14 é importante porque é de Diamante do Sul e não foi lido. Desculpe-me. Diamante do Sul é um Município que precisa bastante de apoio, e a gente o conhece bem.

Foram observados também, nesse item, os aspectos legais, sempre referidos para a aprovação do projeto.

Então, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Ambiental de Diamante do Sul para executar serviço de radiodifusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comunitária no Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Então, Sr. Presidente, creio que fiz a leitura de todos os itens.

Agradeço a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeitamente, Senador Flávio Arns. Agradeço a leitura de todos os itens, que vão contribuir com a radiodifusão sonora no nosso País.

Sendo assim, coloco em discussão global todos os itens, do item 11 a 15. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Já passo também, de maneira célere, a palavra para o atuante e eloquente Senador Rogério Carvalho, que aqui nos honra com a sua presença.

**ITEM 24**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 329, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Porto Grande FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Grande, Estado do Amapá.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 25**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 366, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba - ACOMT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 26**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 652, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós temos os itens 24, 25 e 26, que estão na pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Porto Grande FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Grande, Estado do Amapá.

Eu peço permissão a V. Exa. para ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Porto Grande FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Grande, Estado do Amapá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2019, oriundo da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Então, pela aprovação.

Item 25, Sr. Presidente.

Trata-se do PDL 366, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

Aqui também, se V. Exa. me permitir, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2019, com a seguinte emenda de redação... É a mesma, substituindo-se o nome do "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Então, pela aprovação.

Item 26.

PDL 652, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Também vou direto ao voto.

Da mesma forma, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo da Câmara nº 652, de 2019, com a seguinte emenda de redação, também substituindo o nome do "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Portanto, era isso, Sr. Presidente, para, brevemente, poder colocar à disposição dos demais Senadores para apreciação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho pela leitura dos três relatórios, em especial pela leitura do relatório que se refere ao Município de Itabaiana, que, com certeza, vai executar também o serviço de radiodifusão, vai continuar, e vai dar muitas notícias da vitória do ASA de Arapiraca sobre o Itabaiana pela Série D e pelos outros campeonatos nacionais. (*Risos.*)

Sendo assim, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passo a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Os encantos de Itabaiana, que é a terra do ouro, é a terra onde você encontra tudo de que você precisar, está certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Está certo!

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De vez em quando tem futebol bom também, viu?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – De vez em quando. Está faltando, está faltando! Sempre me traz alegria. O ASA é um adversário frequente.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, não é questão de ordem, mas, pelo ordenamento do trabalho, eu sei que tem outros companheiros que podem estar na mesma toada aí, mas tem companheiros aqui que não estavam dando quórum que já têm outra atividade também importante, como na CRE por exemplo. E eu tenho... Então, não seria o caso de já abrir para votação dos itens e a gente aproveitar o voto e... É uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito, mas, antes, vou colocar em votação o item 34. Vou passar a palavra ao Senador Jean Paul – a solicitação do Senador Izalci Lucas – e finalizarei com um requerimento também meu para que a gente possa colocar em votação.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, com a palavra o Senador Jean Paul para a leitura do item 34.

**ITEM 34**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 3, DE 2021**
**- Não terminativo -**

*Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão Senado do Futuro, com o objetivo de debater o Ensino à Distância e o acesso gratuito à internet.*

**Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Com muito prazer, leio o item 34, um requerimento do Senador Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Presidente,
Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão Senado do Futuro, com o objetivo de debater o Ensino à Distância e o acesso gratuito à internet.
Sala da Comissão, 13 de agosto de 2021.
Senador Izalci Lucas (PSDB - DF)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E passo, logo em sequência, aproveitando a presença dos senhores, a consultar ao Plenário desta Comissão se há alguma objeção à apresentação extrapauta de um requerimento de minha autoria para a realização de uma audiência pública com o objetivo de debater a criação e a implantação da moeda digital brasileira, o real digital, que já está sendo, inclusive, já divulgado em matérias nacionais pelo próprio Banco Central. Então, temos que saber em que pé está essa situação e os benefícios que trará para o povo brasileiro.

Sendo assim, consulto o Plenário. (*Pausa.*)

**EXTRAPAUTA**
**ITEM 35**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 4, DE 2021**

*Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação e a implantação da moeda digital brasileira, o Real Digital*

**Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Coloco em votação o Requerimento nº 4, de 2021.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em seguida, solicito à Mesa desta Comissão que abra o painel para a votação dos projetos cujos relatórios já foram lidos.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Em votação os projetos constantes dos itens 2 ao 19 e 23 a 26, nos termos dos relatórios apresentados.

Quem vota com os Relatores vota "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Relembro aqui, destaco o que foi falado no início: esta reunião está ocorrendo de maneira semipresencial e, de forma inédita, contará com a possibilidade de Senadores e Senadoras votarem de maneira virtual.

Aqui estão sendo votadas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital, clicando-se nos botões "votação" e, depois, "votações abertas em Comissão".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ontem nós tivemos, de maneira inaugural também, o aplicativo próprio do Senado Digital para realizar a votação das sessões presenciais, virtuais e, agora, estamos nas nossas Comissões também realizando essas votações. Então, os Srs. Senadores que aqui estão podem utilizar os computadores que estão disponíveis nas bancadas, e quem está na sua residência, no seu trabalho, em *home office*, no seu escritório, no gabinete, pode também realizar a votação de maneira digital. Ficará aberto o painel de votação.

Srs. Senadores, eu agradeço a presença aqui, e nos falaremos nas próximas reuniões.

O Senador Jean Paul pede a palavra.

V. Exa. tem a palavra.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, é apenas para elogiar a sua iniciativa sobre a questão da moeda digital do Banco Central, esclarecendo que não se trata de uma criptomoeda brasileira livre, mas, sim, de uma moeda regulada pelo Banco Central. Esse é um assunto, até certo ponto, ainda desconhecido da maioria das pessoas. Portanto, faço aqui o registro de elogio e a saudação a essa iniciativa de discutirmos, aqui na CCT, esse assunto, que é muito importante e diferente, novidade mesmo, inovação, como a gente precisa de fato discutir para o País. Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Exatamente, Senador Jean Paul, os criptoativos também são um assunto que está em discussão aqui nesta Casa, há três projetos que caminham já há algum tempo e realizamos audiências públicas nesse sentido também.

Mas o que chama a atenção agora é justamente a divulgação, pelas matérias de jornais, de que, já no ano de 2022, teremos uma moeda digital, uma moeda brasileira. É diferente, como V. Exa. aqui bem deixou claro, e é importantíssimo destacar que são duas situações que caminham de maneira paralela. (*Pausa.*)

Estou acompanhando aqui de maneira remota o Senador Izalci Lucas, que está tentando realizar a sua votação. Destaco aqui a possibilidade, também, de votação nos relatórios apresentados através do aplicativo do Senado, aplicativo que está em uma nova versão. O Senador Izalci Lucas está se dividindo entre outras Comissões também.

Já registramos os votos do Senador Vanderlan Cardoso, do Senador Carlos Viana, do Senador Jean Paul Prates, do Senador Paulo Rocha, do Senador Flávio Arns.

Ainda está em aberto o do Senador Plínio, que participou ativamente destas discussões. Se estiver acompanhando, solicito que realize a votação, porque ainda não foi registrada.

O Senador Eduardo Gomes já registrou, agora, a sua votação.

O Senador Confúcio Moura registrou a presença. Está acompanhando também outras Comissões. Então, solicito à assessoria que também entre em contato com o Senador Confúcio Moura e, da mesma forma, com o Senador Flávio Bolsonaro e com o Senador Roberto Rocha. (*Pausa.*)

O Senador Izalci acabou de realizar sua votação.

Izalci, já está o.k. a sua votação. (*Pausa.*)

É bom observar que o voto do Senador Rogério Carvalho não foi computado, não é? (*Pausa.*)

Estou falando que o voto do Senador Rogério Carvalho não foi computado, não é? (*Pausa.*)

Ah, tá. Perfeito. (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns, V. Exa. está sendo aguardado aqui. (*Pausa.*)

É, a digital não está conseguindo ser lida no painel principal, mas os *notebooks* estão disponíveis também. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Flávio Arns e, dessa forma... (*Pausa.*)
Luis Carlos Heinze. Desculpa.
Dessa forma, encerramos... (*Pausa.*)
Encerramos a votação.
Acho que o nosso amigo aqui está pegando o ritmo. Vá pegando o ritmo!
Encerramos a votação. (*Pausa.*)
Agradeço a contribuição aqui da Mesa durante todo o processo de hoje.
Encerramos a votação. A votação está encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – A Comissão aprova, por oito votos, os projetos constantes dos itens 2 a 26.
As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinco minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso e do Senador Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 4, de 2021-CCT, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), com a finalidade de debater a criação e a implantação da moeda digital brasileira, o Real Digital, com a participação de Fábio Araújo, Assessor Econômico da Presidência do Banco Central do Brasil (Bacen); Daniel Gersten Reiss, Coordenador-Geral de Sistemas Financeiros e Acompanhamento Setorial do Ministério da Economia (ME); Leandro Vilain, Diretor Executivo de Inovação, Produtos e Serviços Bancários da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira, Diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Dora Kaufman, Professora do Programa de Tecnologias Inteligentes e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC); e Eduardo Henrique Diniz, Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

**Senador Rodrigo Cunha**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/103191

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 4ª e 5ª Reuniões da CCT, que são aprovadas. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Aviso nº 874, de 2021, do Tribunal de Contas da União, encaminhando para conhecimento cópia do Acórdão nº 1.299, de 2021, nos autos do Processo TC 037.081/2020-9, da relatoria do Ministro Walton Alencar, com o objetivo de esta Corte inteirar-se sobre o planejamento e a oferta de cursos pelas instituições federais de ensino, ante as necessidades decorrentes do processo de transformação digital no setor produtivo, bem como as ações no Ministério da Educação; Aviso nº 996, de 2021, do Tribunal de Contas da União, encaminhando para conhecimento cópia do Acórdão 1.480, nos autos do Processo TC 028.109/2020, da relatoria do Ministro Augusto Nardes, que tratam de levantamento com o objetivo de conhecer as políticas públicas e os programas do governo federal relacionados à Internet das Coisas (IoT), assim como a organização e funcionamento das estruturas governamentais responsáveis por tais políticas e programas. Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros, a fim de que a matéria seja analisada pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 188, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Benilde Vasconcelos Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manoel Emídio, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 193, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Batalha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 653, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Avalanche - Amigos do Bairro Ana Vieira para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária no Município de Sena Madureira, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 531, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Angiquinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 539, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFAL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 554, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Batalha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado de Alagoas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 253, de 2007 - Não Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PUBLICIDADE MAGGI-PLAN LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 349, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera regras de cobrança aplicáveis às Taxas de Fiscalização do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública sobre estações terminais utilizadas em aplicações de comunicação máquina a máquina e em sistemas de recepção por satélite." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 163, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Agrestina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 5, de 2021,** que: "Requer que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática avalie as políticas públicas relativas à quinta geração de redes móveis (5G) no Brasil, no exercício de 2021." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Ciência,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 6, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o uso de veículos elétricos ultracompactos no meio urbano." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Rodrigo Cunha**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?17&reuniao=10231&codcol=1363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos, aos colegas Senadores e Senadoras, a todos que nos acompanham presencialmente e virtualmente e também através da TV Senado.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 4ª e 5ª Reuniões da CCT.

As senhoras e os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião está ocorrendo de modo semipresencial e, de forma inédita, contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Basta apenas procurar a votação da Comissão de Ciência e Tecnologia, que está identificada pelo nome da matéria, e a Senadora ou o Senador que, aqui presente, quiser utilizar os computadores disponíveis nas bancadas também poderão fazer uso.

Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota e recolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada, assim como todos os procedimentos que os senhores já sabem que é realizado.

Além disso, as inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão", também digitalmente.

A presente reunião destina-se à apreciação das seguintes matérias.

Antes de dar início a essa deliberação, informo que os itens 1 a 6 são terminativos e serão votados nominalmente, em bloco, após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias.

Além disso, eu gostaria de registrar que a Presidência desta Comissão comunica o recebimento dos seguintes expedientes externos.

Aviso nº 874, de 2021, do Tribunal de Contas da União, encaminhando para conhecimento cópia do Acórdão nº 1.299, de 2021, nos autos do Processo TC 037.081, da relatoria do Ministro Walton Alencar, com o objetivo de esta Corte inteirar-se sobre o planejamento e a oferta de cursos pelas instituições federais de ensino, ante as necessidades decorrentes do processo de transformação digital no setor produtivo, bem como as ações no Ministério da Educação.

Registro também o recebimento do Aviso nº 996, de 2021, do Tribunal de Contas da União, encaminhando para conhecimento cópia do Acórdão 1.480, nos autos do Processo TC 028.109/2020, da relatoria do Ministro Augusto Nardes, que trata de desestatização relacionada à licitação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – um assunto muito importante – para a conferência de autorizações de uso de radiofrequência nas faixas de 700MHz, 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz, associadas à prestação de serviço móvel pessoal, também conhecido como serviço de telefonia móvel, destinadas à implantação de redes móveis de quinta geração, ou seja, em tecnologia 5G.

Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias para manifestação dos interessados a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral nº 12, de 2019.

Sendo assim, inicialmente, os itens 1, 2 e 3, que tratam do PDL 188, 193 e 653, todos de 2019, estavam designados à Senadora Mailza Gomes, que não pôde comparecer hoje e que me deu também a grata satisfação de designar um Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 1**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 188, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Benilde Vasconcelos Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manoel Emídio, Estado do Piauí.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Mailza Gomes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
**Observações:**
*1. A matéria constou da pauta da 4º Reunião da CCT;*
*2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 2**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 193, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Batalha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Mailza Gomes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*1. A matéria constou da pauta da 4º Reunião da CCT;*
*2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**ITEM 3**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 653, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Avalanche - Amigos do Bairro Ana Vieira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sena Madureira, Estado do Acre.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Mailza Gomes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*1. A matéria constou da pauta da 4º Reunião da CCT;*
*2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Eu designo o colega Jean Paul Prates, sempre presente e atuante nesses temas da tecnologia, para que possa relatar os itens 1, 2 e 3.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou então passar diretamente ao parecer, aos três itens. Se bem que vamos fazer um por vez, embora estejam em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática desta Casa, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Benilde Vasconcelos Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manoel Emídio, Estado do Piauí. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela CCT da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Resumo a análise. Vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2019, com a seguinte emenda de redação, que é apenas para substituir a denominação "Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Sala das Comissões, nesta data.

Relatora Mailza Gomes.

Obrigado, Presidente.

Esse é o item 1 da pauta. (*Pausa.*)

Vou direto ao item 2 também? Vamos direto?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sim, pode ir direto, na sequência, ao 2 e ao 3, por favor.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – O.k.

Chega à CCT, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Batalha, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí.

Da mesma forma, o ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial. Tramitou na Câmara.

Vou direto ao voto, na leitura dos mesmos pressupostos.

Tendo em vista que o exame da documentação feito pela Relatora, que acompanha o PDL nº 193, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Batalha, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório do item 2.

Item 3.

Da mesma forma, chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática deste Senado Federal – Relatora: Senadora Mailza Gomes – o Projeto de Decreto Legislativo nº 653, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Avalanche

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– Amigos do Bairro Ana Vieira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sena Madureira, Estado do Acre.

O ato também foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial.

Passo direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 653, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Avalanche – Amigos do Bairro Ana Vieira, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sena Madureira, Estado do Acre, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os três relatórios, itens 1. 2 e 3, da Relatora Mailza Gomes, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Jean Paul pela leitura desse relatório, de uma maneira sempre sucinta e direta, e passo à discussão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco.

Finalizamos agora a discussão.

Solicito a abertura do painel eletrônico.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, posso sugerir que a gente agregue logo o item 9, que é da minha relatoria e é semelhante também. É Rádio Alternativa FM. Posso pegar aqui já e aproveitar o embalo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certo, Senador Jean Paul.

Eu vou solicitar, então, a V. Exa. que dê uma sequência e, como é de praxe, em busca da nossa eficiência, limparemos a pauta.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, se puder dar sequência ao item 7, como Senador *ad hoc*, porque, a princípio, estava direcionado para o Senador Flávio Arns, mas ele mesmo solicitou a substituição, logo em seguida, já poderia fazer a leitura do relatório de V. Exa.

**ITEM 7**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 253, DE 2007**
**- Não terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PUBLICIDADE MAGGI-PLAN LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Jean Paul Prates

**Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Pronto, são também parecidos.

O.k. Está aqui.

Chega a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Decreto Legislativo 253, de 2007, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Publicidade Maggi-Plan Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos da Constituição Federal.

Passo direto ao voto.

Diante do exposto, votamos pelo encaminhamento do Projeto de Decreto Legislativo 253, de 2007, ao Sr. Presidente do Senado Federal, para que, na forma do art. 334, inciso I, do Risf, seja declarado prejudicado em decorrência da aprovação do Decreto Legislativo 438, de 18 de setembro de 2012, que já aborda o assunto.

O Senador Flávio Arns é o Relator.

Passo ao item 9.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Jean Paul, como esse aqui é um procedimento diferente dos outros, que são terminativos com votação nominal, já passarei diretamente à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria agora será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa.

Assim, passaremos à leitura do item 9, PDL 163, de 2019.

**ITEM 9**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 163, DE 2018**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Agrestina, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Jean Paul Prates

**Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

O Relator é o Senador Jean Paul Prates, a quem eu passo a palavra.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Exatamente. Apenas explico a quem assiste a nós que este processo é diferente porque se trata de uma rádio que opera em onda média – são aquelas conversões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





rádio AM em FM. Então, há um procedimento diferente e, por isso, vai ao Presidente da República.

Item 9, que me cabe relatar.

Chega a esta CCT do Senado, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo 163, de 2018, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Agrestina, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos da Constituição.

Passo diretamente ao voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDS 163.

O requerimento é o seguinte:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2019
>
> Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2018 [os itens são]:
>
> - confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
> - confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

São dois itens que faltaram no processo de instrução que são necessários para completar esse procedimento de renovação da autorização. Portanto, encaminhando ao Ministério das Comunicações para obtermos essas informações e finalmente concluirmos o processo.

É esse o relatório, por enquanto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Jean Paul sobre o item 9.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Irei agora solicitar ao atuante Senador Jean Paul, que está aqui disposto desde cedo, interagindo e se multiplicando entre várias Comissões, para fazer uma troca. V. Exa. pode assumir aqui a Presidência enquanto eu faço a leitura do relatório dos itens 4, 5 e 6, que estão sob a minha relatoria?

**O SR. PRESIDENTE** (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Item 4.

**ITEM 4**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 531, DE 2019**
**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Angiquinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Rodrigo Cunha

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu relatório.

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Agradeço ao Senador Jean Paul pela oportunidade de fazer a leitura do relatório do item 4, PDL nº 531, de 2019.

Sr. Presidente, solicito permissão para ir diretamente à análise do projeto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa Legislativa, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213 do Regimento Interno.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49 e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com a nossa legislação.

O exame da documentação que acompanha o PDL n° 531, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Passamos, assim, ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 531 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Angiquinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, nós estamos hoje numa data importante, dia 16 de setembro, quando são comemorados os 204 anos da emancipação política de Alagoas. Hoje. Então, aqui aproveito para desejar...

**O SR. PRESIDENTE** (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parabéns! Muito bem!

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – ... parabéns para todos os alagoanos. Nós temos muito a comemorar. É uma terra pacífica, é uma terra que orgulha a quem nasce naquela cidade e a quem a visita, porque é um orgulho para o nosso País, seja pelas suas belezas naturais, seja pelo seu povo, pela sua cultura e por aí vai. E como nós estamos hoje falando sobre Angiquinhos, é bom destacar... E V. Exa. também é um grande conhecedor do sertão nordestino.

Angiquinhos fica no sertão alagoano, em Delmiro Gouveia. Angiquinhos foi a primeira usina construída no Nordeste e se tornou um ponto turístico. Então, a importância para a região é gigantesca. E levar informação, informação de qualidade através das rádios comunitárias, é a maior proteção que o cidadão pode ter – e nós estamos aqui contribuindo para isso. Então, a todos, Delmiro Gouveia e região, um grande abraço.

Iremos, agora, passar para a sequência, finalizando o nosso voto pela aprovação da outorga para a Associação Comunitária Angiquinhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Rodrigo, e parabéns também para Alagoas.

Quero dizer ao querido representante do Estado das Alagoas que eu estive lá, estive em Angiquinhos. Estive lá, visitei a usina, fui muito bem recebido pelo pessoal lá da Chesf, se não me engano foi em 2018 ou 2017, como visitante normal mesmo, muito bem recebido.

Se não me engano, Dom Pedro II andou por lá, não é?

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Passou por lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Inclusive agora está passando uma novela que é interessante, muito bem-feita e em que ele vai passar por lá. Se não me engano, vai acontecer essa visita ou já aconteceu, que foi durante essa turnê pelo Nordeste que ele fez justamente numa época de renovação do Congresso, do Parlamento brasileiro, e ele foi justamente conhecer as pessoas, fazer alianças políticas e conhecer o potencial.

Dali nasceu justamente essa primeira usina, que é realmente espetacular. Foi uma questão muito visionária do Imperador Dom Pedro II naquela época, diante também de uma coisa praticamente sem argumentação, que é o potencial hídrico do nosso São Francisco e ali de Paulo Afonso, daquele complexo todo, que depois virou o que virou.

Passemos, então, como esses projetos vão estar em bloco, em globo, ao item 5.

**ITEM 5**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 539, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFAL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Rodrigo Cunha
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Então, passo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, como Relator também deste projeto de decreto legislativo.

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Passarei à leitura do Projeto de Decreto Legislativo 539, que se refere à aprovação do ato que outorga a permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifal) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Sr. Presidente, eu passarei diretamente para a análise, tendo em vista que estamos em uma votação em bloco e os itens fundamentais se repetem nos três projetos.

A propositura oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49 e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Passarei agora a leitura do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 539, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifal), que é o Instituto Federal de Alagoas, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Então, Sr. Presidente, eu, aqui, destaco a importância de um sistema de comunicação principalmente com fim educativo, que estará em boas mãos, porque o Ifal, em Alagoas, está muito bem comandado e está evoluindo pelo direcionamento, pela diretriz que é dada pelo Reitor Carlos Guedes. E o Município de Palmeira dos Índios se destaca entre as unidades, tendo em vista que a direção composta pelo colega Roberto Baiano tem uma atuação que ultrapassa o limite do Município, que se tornou um polo também para a região. Então, para incentivar, estimular a divulgação, a radiodifusão e o conhecimento, o lugar certo é a mão dos professores, sem dúvida alguma.

Então, aqui, eu saúdo todos os professores do Ifal de Palmeira dos Índios, para que possam continuar fazendo um bom uso através da radiodifusão.

Sendo assim, encerro o relatório, solicitando a sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É importantíssima, Senador Rodrigo, essa iniciativa das nossas entidades federais de educação, tanto as universidades, quanto os institutos federais, no sentido de executar a radiodifusão e também de treinar pessoas, de capacitar pessoas para o jornalismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para a publicidade, para a comunicação social em geral. Portanto, é muito bem-vinda essa iniciativa também, junto ao Município de Palmeira dos Índios e ao Ifal de lá.

Passo ao item 6.

**ITEM 6**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 554, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Batalha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado de Alagoas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha

**Relatório:** pela aprovação do projeto.

**Observações:** *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Passo, portanto, a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, como Relator desse item 6, do PDL.

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, faço a leitura do Parecer do Projeto de Decreto Legislativo 554, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Batalha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado de Alagoas.

Passarei diretamente à leitura da análise, tendo em vista que estamos em uma votação em bloco e que todos os itens preliminares se repetem.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213 do nosso Regimento Interno.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49 e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL 554, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, eu passo à leitura do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 554, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Batalha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado de Alagoas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E aqui eu também direciono todas as atenções a mais um professor, professor também especial, o Prof. Severino, que está acompanhando de perto esta votação, no interesse total na continuidade do serviço de informação com qualidade, informação de utilidade pública não só para Batalha, mas para toda a região. E a função da rádio comunitária se fortalece em medidas como esta. Sendo assim, a todos de Batalha mando um grande abraço.

Solicito a todos os colegas a aprovação deste projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Rodrigo.

Eu vou lhe passar a Presidência de novo, porque essas votações serão em globo... (*Pausa.*)

Ah, poderia fazer isso talvez? O Senador Rodrigo poderia ler o projeto do Senador Chico Rodrigues?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É. Pediu que nós relatássemos. É o item 8. (*Pausa.*)

Portanto, item 8.

**ITEM 8**
**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 349, DE 2018**
**- Não terminativo -**

*Altera regras de cobrança aplicáveis às Taxas de Fiscalização do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública sobre estações terminais utilizadas em aplicações de comunicação máquina a máquina e em sistemas de recepção por satélite.*

**Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN)

**Relatoria:** Chico Rodrigues

**Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.*

A leitura é do Senador Rodrigo Cunha, como Relator *ad hoc*.

Senador Rodrigo, por favor.

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, passo à leitura do Projeto de Lei nº 349, de 2018, solicitando a anuência dos colegas para ir diretamente para a leitura da análise do parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o inciso I do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Ciência e Tecnologia examinar questões atinentes ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação tecnológica, como trata a matéria em tela.

O PLS nº 349 tem o objetivo de reduzir os encargos tributários dos equipamentos utilizados para comunicação máquina a máquina e das antenas de pequeno porte que possibilitam o acesso à conexão em banda larga por meio de satélite e, com isso, potencializar os investimentos nessas aplicações.

Embora a proposição seja altamente meritória, verifica-se que seus objetivos foram plenamente contemplados pelas recentes Leis nº 14.108, de 16 de dezembro de 2020, e nº 14.173, de 15 de junho de 2021 – uma lei, inclusive, bem recente.

A Lei nº 14.108, de 2020, alterou a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para isentar estações de telecomunicações que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina do pagamento da TFI, da TFF, da CFRP e da Condecine.

A seu turno, a Lei nº 14.173, de 2021, originada da conversão da Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020, reduziu as alíquotas da TFI, da CFRP e da Condecine incidentes sobre as estações terrenas de pequeno porte utilizadas em serviços suportados por satélite.

Dessa maneira, em decorrência das normas supervenientes que efetivaram as modificações legais pretendidas, a proposição perdeu a oportunidade, estando prejudicada, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sendo assim, Sr. Presidente, passarei à leitura do voto.

Em razão de tudo que foi exposto, nosso voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2018.

**O SR. PRESIDENTE** (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Esse vai para o globo também? (*Pausa.*)

O.k. Fica no pacote da votação em globo.

Consulto os Sena... Não? (*Pausa.*)

Esse tem que ser votado agora... (*Pausa.*)

Pois não. Era isso que eu imaginava. O.k.

Então, em discussão o PLS, o relatório do Senador Chico Rodrigues, PLS 349, de 2018, relatado *ad hoc* pelo Presidente Rodrigo Cunha.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Consulto os Senadores sobre a apreciação do item extrapauta do Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu requerimento extrapauta.

**EXTRAPAUTA**
**ITEM 11**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 6, DE 2021**

*Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o uso de veículos elétricos ultracompactos no meio urbano.*

**Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, apresento um requerimento que, eu tenho certeza, é de interesse geral. É um assunto que tem tudo para evoluir bastante nos debates internos e trazer resultado efetivo para a nossa sociedade.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o uso de veículos elétricos ultracompactos no meio urbano.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; um representante do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); um representante do Instituto Federal de Alagoas; um representante da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (Abve); um representante da Tuka Motors, que se destaca por projetos inovadores, em busca de veículos elétricos ultracompactos e, assim também, tentar tornar o mais público possível um debate tão necessário para fazer com que a nossa mobilidade seja também avançada em todo o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Portanto, em votação o requerimento, extrapauta, do Senador Rodrigo Cunha.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Rodrigo Cunha, se quiser reassumir a sua Presidência, tenho o maior prazer aqui em substituí-lo, mas, para que a gente possa... Eu tenho o nosso item também, e a votação é em globo, não é isso?

Presidente, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Jean Paul pela condução, ao passo que, nessa linha de agilidade e de avanços, nós buscamos aqui dar a maior celeridade possível para finalizar a pauta de hoje, eu passarei à leitura do item 10.

**ITEM 10**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 5, DE 2021**
**- Não terminativo -**

*Requer que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática avalie as políticas públicas relativas à quinta geração de redes móveis (5G) no Brasil, no exercício de 2021.*

**Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Esse requerimento é de autoria do Senador Jean Paul Prates, que aqui se encontra presente participando ativamente da reunião de hoje, ao qual eu passo também a palavra para fazer o seu posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal avalie as políticas públicas relativas à quinta geração de redes móveis, o 5G, no Brasil, no exercício 2021.

Entendemos ser de suma importância avaliar a implementação da política pública de tecnologia 5G no País. Segundo a pesquisa da Viavi Solutions (empresa que trabalha no fornecimento de redes e serviços de telecomunicações), o mundo inteiro já tem 65 países, totalizando 1.662 cidades conectadas à internet móvel de quinta geração. Só neste ano de 2021, 301 cidades já adotaram a nova tecnologia, ampliando em 20% o total na comparação com o final do ano passado. O Brasil ainda não está nessa lista e nem tem previsão.

Apesar de a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ter enviado em março o edital para leilão de radiofrequência para análise do Tribunal de Contas da União, somente no mês passado a agência reguladora terminou de enviar os esclarecimentos solicitados pela Corte para emitir seu parecer. O leilão para implantação da tecnologia no Brasil será o maior leilão de radiofrequência já realizado no País e o maior para tecnologia de quinta geração no mundo todo. Lembramos que há uma disputa mundial pelo comércio da tecnologia 5G, já que os bloqueios feitos pelos Estados Unidos e por outros países europeus às empresas chinesas têm provocado uma verdadeira corrida para a substituição de tecnologias dessas nações. No Reino Unido, a adesão por antenas e infraestruturas da finlandesa Nokia e da sueca Ericsson tem sido a solução adotada até o momento.

Os efeitos econômicos que serão gerados com a implementação do 5G no Brasil são gigantescos. Estudo feito pelo IDC para o Movimento Brasil Digital (MBD) – que não é o MDB partido, mas é o Movimento Brasil Digital – mostra que a implantação da tecnologia no País deve gerar cerca de US$22,5 bilhões em negócios entre segmento B2B (*business to business*) até 2024.

O documento mostra que o 5G deve expandir o mercado de novas tecnologias no Brasil, entre elas destacam-se IoT (internet das coisas), *Public Cloud Services*, *Big Data & Analytics* e *Security*, especialmente a partir de 2022. Já a expectativa para o investimento das empresas fornecedoras de serviço para a implementação da infraestrutura do sistema de conectividade para o 5G deverá ser de US$2,5 bilhões, no mesmo período, e US$3,9 bilhões, praticamente US$4 bilhões, até 2025. O montante está diretamente relacionado ao leilão de frequências para a rede 5G, diz o estudo.

Portanto, Presidente, é urgente e relevante para esta Comissão que se intensifique a análise deste tema para avaliar os impactos que esta tecnologia trará ao País e ao povo brasileiro.

Conto com o apoio dos nobres colegas na aprovação deste requerimento.

Nesta data de 1º de setembro, quando foi apresentado o requerimento, para apreciação hoje, peço, portanto, a aprovação dos colegas para que analisemos as políticas públicas relativas à quinta geração de redes móveis (5G) no Brasil, ainda neste exercício de 2021.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, coloco para encaminhamento. Caso haja algum Senador que queira encaminhar, pode levantar a mão virtualmente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo, coloco em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sendo assim, eu designo o Senador Jean Paul Prates como Relator da avaliação de políticas públicas relativas ao 5G no Brasil no exercício de 2021.

Então, Senador, tenho certeza de que V. Exa. irá contribuir bastante para os debates nesta Casa, através de um planejamento sobre o tema, o qual está diretamente ligado à Comissão, e terá total apoio não só deste Senador, mas de todos que fazem parte desta Comissão, para que tenha o maior sucesso possível.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Presidente Rodrigo Cunha.

Quero dizer que nós já na próxima reunião devermos aprovar um plano de trabalho. Devo apresentar, se for possível, em uma semana elaborá-lo, apresentá-lo a esta Comissão, para que a gente possa aprová-lo e começar imediatamente os trabalhos.

Obrigado, Presidente, pela confiança. Espero fazer um bom trabalho em prol do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradecemos.

Nós faremos agora a votação dos projetos constantes dos itens 1 a 6, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Quem vota com os Relatores vota "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Iremos aguardar aqui o posicionamento eletrônico dos Senadores que estão acompanhando, Senador Flávio Arns, Senador Confúcio Moura, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Styvenson Valentim, Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Senadora Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Pode votar eletronicamente também.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – É. Estou chamando para eles entrarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Ah, tá. (*Pausa.*)

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Oi, Presidente!

Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Plínio, como vai, amigo?

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Chegando agora a Manaus. Chegando agora ao aeroporto, meu companheiro Rodrigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dá tempo para votar? Está em votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sorte sua, amigo. Está na sua terra natal.

Está em votação, sim. Está aberta aqui. Estamos votando em bloco.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Então, queria declarar meu voto, para não ter que entrar no sistema remoto, Presidente, declarar o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Pode colher através da declaração de voto.

Perfeitamente, Senador. A Secretaria irá proceder ao que for necessário para registrar o voto favorável de V. Exa.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Combinado, irmão. Vou desfazer as malas agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Obrigado, amigo. Obrigado, Senador Plínio, registrando aqui seu voto favorável à votação dos projetos cujos relatórios foram lidos e que estão em votação em bloco. (*Pausa.*)

Solicito ao Senador Izalci: nosso Líder Izalci Lucas, falta apenas o voto de V. Exa. para finalizar aqui com o quórum necessário para encerrar a votação.

Da Senadora Daniella também ainda não foi registrado o voto. Ela registrou a presença, não está conseguindo votar. Então, se ela puder entrar... Ela está dentro da sessão, então, se ela puder verbalizar – ou por áudio ou por vídeo – e se comunicar diretamente... Daniella, você está logada aqui na reunião da Comissão, então, se não está conseguindo realizar a votação, assim como foi feito com o Senador Plínio Valério, do Amazonas, V. Exa. também pode registrar seu voto verbalmente e a Mesa procederá às formalidades. (*Pausa.*)

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Peça para liberar o som para a Daniella.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Daniella, muito bem.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Agora, sim, Sr. Presidente. O meu som não estava ativado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Se puder liberar o vídeo também, o Brasil inteiro vai gostar de revê-la sempre na TV.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigada, obrigada, Senador.

Não estou podendo liberar o vídeo.

Quero só registrar o voto, dar o "sim" do meu voto. Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço à Senadora Daniella, que demonstrou votação positiva para os projetos cujos relatórios foram lidos em bloco.

Assim, registramos nove votos.

Solicito à Mesa encerrar a votação para fazer a leitura do resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sendo assim, com os nove votos, retirando o do Presidente – há nove presentes –, tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

8 votos SIM pela aprovação dos itens 1, 2 e 3, referentes ao PDL 188, de 2019; ao PDL 193, de 2019; e ao PDL 653, de 2019, bem como os itens 4, 5 e 6, referentes ao PDL 531, de 2019; ao PDL 539, de 2019; e ao PDL 554, de 2019, que foram lidos, colocados em votação e aprovados.

Sendo assim, quero agradecer ao Senador Jean Paul pela presença e por ter conduzido boa parte da Presidência. Agradeço aos colegas que participaram ativamente das votações. Agradeço à Secretaria da Mesa desta Comissão e a todos que estão nos acompanhando também pela participação.

Dessa forma, encerro mais esta reunião, convidando a todos para, na próxima semana, participarem novamente de novos debates.

Muito obrigado.

*(Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um, sob a presidência dos Senadores Mecias de Jesus e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro para o biênio 2021/2022. **Resultado:** Instalada a Comissão Senado do Futuro e eleitos Presidente e Vice-Presidente, para o biênio 2021/2022, os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus, respectivamente. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 1, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Governo Digital. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Caio Paes de Andrade, Presidente do SERPRO; o Senhor Jackson Venâncio Barros, Diretor DATASUS; o Senhor Gustavo Canuto, Presidente DATAPREV; o Senhor Ítalo Nogueira, Presidente da ASSESPRO NACIONAL; o Senhor Sérgio Paulo Gallindo, Presidente Executivo BRASCOM; o Senhor Edmar Araújo, Presidente da ABES." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o REQ 1/2021-CSF. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 2, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Governo Digital da Estônia. Proponho para a audiência a presença da Exma. Sra. KERSTI KALJULAID, PRESIDENTE DA ESTÔNIA." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o REQ 2/2021-CSF. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 3, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão Senado do Futuro, com o objetivo de debater sobre gestão pública. Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. AUGUSTO NARDES, MINISTRO TCU." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o REQ 3/2021-CSF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Mecias de Jesus**

Presidente Eventual da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/03/24

**O SR. PRESIDENTE** (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter remoto e destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2021/2022.

Foram registradas as seguintes candidaturas: para Presidente, Senador Izalci Lucas; para Vice-Presidente, Senador Mecias de Jesus.

Eu gostaria de saber se há algum outro Senador querendo concorrer às vagas. (Pausa.)

Não havendo outro Senador, não tendo sido registrada outra chapa, consulto os senhores membros sobre se concordaram em realizar a votação por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Coloco em votação, por aclamação, o nome do Senador Izalci Lucas para Presidente e o do Senador Mecias de Jesus para Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Declaro eleitos, por aclamação, o Senador Izalci Lucas como Presidente e o Senador Mecias de Jesus como Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo os eleitos e passo a Presidência da reunião ao Presidente eleito da Comissão, nosso competente Senador Izalci Lucas.

Olá, Omar! Um abraço!

Izalci, a palavra está com V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bacana! Obrigado, Presidente.

Quero, inicialmente, agradecer o apoio de todos os Senadores e Senadoras à nossa eleição tanto para Presidente quanto para Vice-Presidente, o Mecias, que já tem experiência na Comissão.

Quero, primeiro, além de agradecer, compartilhar com vocês a minha formação: eu sou contador, sou auditor, fui secretário de Estado, também Deputado Distrital e Federal e agora sou Senador.

Eu sempre fiquei, de certa forma, até abismado de o serviço público não ter a mesma agilidade, a mesma organização e o mesmo planejamento que existem no setor privado. É lógico que é diferente: na iniciativa privada, você pode fazer o que quiser, só não pode fazer o que é proibido; na iniciativa pública, você só pode fazer o que é permitido.

Como contador, eu percebo também, há anos e anos, o Governo se especializando sempre na arrecadação. A Receita Federal, talvez, seja o órgão mais eficiente na arrecadação. E nós nunca tivemos e não temos um órgão de controle dos gastos.

Você percebe que o que falta de planejamento é uma coisa absurda. Cada ministério é como se fosse um governo diferente. Não há integração. Provavelmente, o Ministro da Cultura não tenha conversado com o Ministro da Educação nesses últimos mandatos todos de governos. Então, o último planejamento que eu vi de Governo Federal foi o JK, que conseguiu construir a nossa cidade, a Capital da República, em mil dias, ou seja, menos de quatro anos. E hoje, aqui mesmo, você não consegue tirar um habite-se em cinco anos. Imagina se tivesse que construir a Capital hoje? Era impossível. Seria impossível construir.

Então, é a minha luta já de muitos anos, desde 2011. Inclusive no Memorial JK, eu lancei aqui em Brasília um movimento chamado Movimento Brasília 100 Anos, que era para a gente começar a pensar num planejamento de médio e longo prazo; depois, Brasília 2060. E aí a gente veio trabalhando esse tema.

Eu fico, assim, olhando, por exemplo, aqui no segmento de saúde – provavelmente é a mesma coisa nos Estados de V. Exas. ou nos Municípios –, a gestão é analógica, não há um governo digital. Você vê que, aqui em Brasília, o nosso sistema de saúde nem sequer tem controle de estoque de medicamento. Aqui, para marcar uma consulta, o cidadão pega um ônibus, leva duas, três horas para ir a um determinado local para marcar, muitas vezes não consegue marcar, volta para casa – uma coisa tão simples que poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser feita por aplicativo! Aqui não há nenhuma integração dos hospitais, não há controle de nada. Isso, na maioria do Brasil, deve ser assim.

Então, qual é a proposta? A gente quer trabalhar no sentido de fazer aqui um projeto de políticas de Estado, que é o que falta no Brasil. Quem já foi Governador e Prefeito sabe: cada um que entra acaba com tudo, faz questão até de apagar os computadores, formatar os computadores para não dar informação para quem está entrando. Então, a gente precisa começar a trabalhar uma política pública de Estado, para Estados e Municípios. A proposta é fazer um projeto de repensar o Brasil pós-pandemia.

Eu já tenho três requerimentos, daqui a pouco eu vou pedir a vocês o apoio para aprová-los. Eu estou chamando, pelo requerimento, a Primeira-Ministra da Estônia, um país 100% digital, tudo digital. Lá há um cartão único, aliás, são dois cartões: um cartão único para tudo, à exceção do transporte, que tem um cartão separado, porque lá o transporte é totalmente gratuito e é totalmente controlado. Você tem tudo. O médico chega para atender o paciente e, quando ele abre o computador, tem todos os exames digitalizados, tem todo o prontuário do cidadão.

Hoje há tecnologia no Brasil, inclusive, totalmente compatível para a gente poder, realmente, criar uma gestão eletrônica. Nós, agora que aprovamos o projeto do GovTech, vamos ter facilidade de fazer isso. Agora, nós já estamos fazendo aqui com o apoio da UnB, do CGEE, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Educação, da Fundação Getúlio Vargas, um modelo, um piloto tomando como referência aqui a Região Metropolitana do Distrito Federal. Por que o Distrito Federal? Porque aqui é um Estado e é um Município. Imagine, para você lançar qualquer política de Estado para os Municípios de Minas, você teria que chamar aqui 850 Prefeitos para discutir um projeto. Então, eu sempre defendi e acho que deveria acontecer isto: para a maioria dos projetos a serem implementados como política pública para o Brasil, deveria fazer-se primeiro um piloto aqui e, depois, com certeza, dando certo, espalhá-lo no Brasil todo. Nessa linha, a gente está assumindo com essa proposta de fazer um piloto para ser implementado em todos os Estados e Municípios do Brasil.

Estamos chamando, no segundo requerimento também, o Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União, que já vem lutando há mais de quatro anos com uma proposta de gestão pública eficiente, para ele falar um pouco sobre isso.

E, para uma outra reunião, a gente está chamando o Serpro, o Datasus, o Dataprev e o sistema privado de empresas de tecnologia, para que a gente possa buscar um entendimento. Por exemplo, o Sistema Único de Saúde deveria estar todo informatizado, com um identificador único, que pode ser o CPF, para que a gente tenha esse controle nacional, porque quase tudo o Ministério da Saúde reembolsa, seja saúde família, seja UTI, para qualquer procedimento na área de saúde há o ressarcimento, e não há controle disso. Então, a proposta é chamar aqui, para a primeira audiência nossa, o Datasus, o Dataprev e o Serpro, juntamente com a Brasscom, para discutir um pouco sobre como vamos transformar o nosso País em um país digital, e não analógico. Não tem sentido haver três entes – Datasus, Dataprev e Serpro – no Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, e a gente ter as coisas sem nenhuma conexão, integração. Então, em princípio, é nisso que a gente gostaria de começar a trabalhar.

Eu gostaria muito de pegar todas as experiências... O Senador Confúcio, que está aí, disse, e é verdade: nós temos muitos projetos de qualidade, nesses Municípios, que a gente desconhece. No caso da educação, por exemplo, existem Municípios funcionando muito bem. Então, o que custa para nós chamar aqui aqueles projetos que estão dando certo, não só no Brasil como no exterior? Com essa possibilidade agora de fazer as audiências públicas virtuais, você traz aqui, a qualquer momento, qualquer experiência no mundo, sem nenhuma dificuldade. Então, eu gostaria que a gente pudesse nessa linha conduzir esta Comissão.

Inclusive, a proposta nossa, é evidente, é fazer uma reunião ordinária num dia em que os Senadores estejam no Senado, ou seja, terça ou quarta, em um determinado horário, mas basicamente funcionando na segunda e na sexta com audiências públicas relacionadas a esse tema. Então, toda segunda de manhã ou sexta à tarde – se pudesse ser domingo e sábado, também faríamos... Esse período de audiências públicas é para a gente ver as boas experiências. Alguém já me disse: "Olha, aqui nada se cria, tudo se copia". É verdade; não temos que ficar descobrindo a roda. Se aquilo já está funcionando, nós precisamos aproveitar o que é bom e aperfeiçoar.

Então, eu gostaria de pedir o apoio de todos.

Daqui a pouco a gente vai votar também, simbolicamente, os requerimentos, mas eu quero antes consultar o Vice-Presidente, meu querido amigo Mecias, para ele também fazer uso da palavra, como Vice-Presidente da Comissão.

Obrigado, gente. Mecias.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Izalci, colegas Senadores e Senadoras – amigo Confúcio Moura, que nos prestigia com a atenção, Zenaide, Omar, Nelsinho, Plínio, Zequinha Marinho –, eu tenho a satisfação de passar a Presidência da Comissão Senado do Futuro ao colega Senador Izalci.

Eu quero agradecer a oportunidade de presidir a Comissão durante o biênio de 2019 e 2020 e entrego a Presidência deste colegiado para um colega que eu tenho a plena certeza de que tem preparo e potencial para promover os debates importantes para este Parlamento e para o Brasil.

Durante esse período em que estive à frente da Comissão, conseguimos debater grandes temas que norteiam a direção futura do nosso País. De alguns temas que foram discutidos aqui, destaco o debate que fizemos para propor mecanismos legislativos que possam desburocratizar o empreendedorismo e o incentivo à inovação em nosso País, a utilização da inteligência artificial em ações de políticas públicas, em especial no âmbito do Senado Federal. Propusemos também uma matéria legislativa para tornar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso contínuo e gratuito aos usuários de conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet por órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dando, assim, mais transparência, facilidade e popularização dos serviços públicos do País.

Destaco também, Presidente Izalci, colegas Senadores e Senadoras, a audiência pública que debateu a produção de oferta de energia elétrica no País e o desequilíbrio entre alto custo, baixa qualidade e ineficiência enfrentado pelos brasileiros. Ora, senhores, esse tema, por exemplo, é de extrema relevância para o futuro do nosso País, uma vez que essa distribuição precisa ser debatida constantemente, de forma estratégica, pois é de fundamental importância para o desenvolvimento e a economia de qualquer nação. Como representante do Estado de Roraima, é um tema que muito nos interessa, uma vez que somente o nosso Estado encontra-se fora do Sistema Interligado Nacional de energia e sofre constantemente com quedas de energia. Mesmo assim, precisa pagar a tarifa mais cara do País. Enquanto não resolvemos a questão de segurança energética em Roraima, continuamos às escuras no desenvolvimento.

Então, caros colegas que compõem esta importante Comissão, convido vocês para debatermos aqui temas relevantes e que ajudarão este Parlamento a desenvolver leis que sejam condizentes com as necessidades do País, aliadas com o avanço tecnológico e pensando sempre além, lá na frente, o que queremos para o futuro do nosso País.

Agradeço a oportunidade e desejo sucesso ao nosso querido Senador Izalci. Contem comigo para continuarmos esse trabalho por aqui,

Muito obrigado, Presidente Izalci, colegas Senadores e Senadoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente, Senador Mecias. Primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho.

Gostaria de já pedir aos nossos colegas, nesta segunda parte da nossa instalação, que possamos deliberar os requerimentos. Nós temos três requerimentos de minha autoria.

Um deles é uma audiência pública com o Sr. Caio Paes de Andrade, que é Presidente do Serpro; o Sr. Jacson Venâncio Barros, que é Diretor do Datasus; o Sr. Gustavo Canuto, que é Presidente da Dataprev; o Sr. Ítalo Nogueira, que é Presidente da Assespro Nacional; e o Sr. Sergio Paulo Gallindo, que é Presidente Executivo da Brasscom. Esse é o primeiro requerimento. Um outro requerimento, Presidente, é com... Exatamente, aqui está a Primeira-Ministra da Estônia para falar um pouco sobre o processo de digitalização do país, para que a gente possa ver quais são os gargalos, os desafios que ela enfrentou para colocar o país totalmente digital. Trata-se da Sra. Kersti Kaljulaid, que é Presidente da Estônia, foi a Primeira-Ministra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro requerimento é um convite também de uma audiência com Augusto Nardes, que é Ministro do TCU, que falará também sobre a gestão pública, porque ele tem já um projeto de alguns anos e vem fazendo palestra nos Estados e Municípios.

Então, passarei a Presidência a V. Exa., já que os requerimentos são de minha autoria, e sugiro a V. Exa., se possível, que coloque em votação em bloco, a fim de facilitar e liberar nossos colegas para aquela outra Comissão que será instalada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Com certeza, Presidente.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores da Comissão, coloco em discussão os requerimentos lidos agora pelo Senador Izalci.

Alguém para discutir os requerimentos? (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

A votação será por aclamação, será simbólica.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos de autoria do Senador Izalci.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 1, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Governo Digital.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• o Senhor Caio Paes de Andrade, Presidente do SERPRO;

• o Senhor Jackson Venâncio Barros, Diretor DATASUS;

• o Senhor Gustavo Canuto, Presidente DATAPREV;

• o Senhor Ítalo Nogueira, Presidente da ASSESPRO NACIONAL;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• o Senhor Sérgio Paulo Gallindo, Presidente Executivo BRASCOM;

• o Senhor Edmar Araújo, Presidente da ABES.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 2, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Governo Digital da Estônia.

Proponho para a audiência a presença da Exma. Sra. KERSTI KALJULAID, PRESIDENTE DA ESTÔNIA.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 3, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão Senado do Futuro, com o objetivo de debater sobre gestão pública.

Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. AUGUSTO NARDES, MINISTRO TCU.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

**O SR. PRESIDENTE** (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – A Comissão deverá marcar com as autoridades indicadas as datas e horários para comparecimento nesta Comissão.

Presidente, já que estou com a palavra, só queria fazer um breve comentário, para contar com o apoio, lógico, de V. Exa., dos Senadores que nos assistem aqui e nos acompanham, os membros da Comissão. Sei que há um certo desinteresse por parte de alguns Senadores pelo fato de esta Comissão não ser deliberativa. Há um projeto nosso, algumas propostas nossas de resolução e de mudança no Regimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interno que propõem que algumas matérias ligadas exatamente a esses temas possam ser deliberadas pela Comissão Senado do Futuro.

V. Exa. receberá, a nossa Secretária da Comissão, Andréia, competente Secretária, a quem eu agradeço muito – bem como todos os colegas e amigos servidores da Comissão Senado do Futuro que nos acompanharam nesse período, muito atenciosos, preparados para isso –, passará tudo a V. Exa., Presidente Izalci, para que V. Exa. possa dar seguimento nisso.

Era o que eu tinha a dizer.

Retorno a palavra a V. Exa.

O Senador Confúcio quer falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Está levantada a mão.

Obrigado, Mecias.

Com a palavra o Senador Confúcio. Tudo bem Confúcio?

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Izalci. Parabéns pela sua posse como Presidente. Realmente é um nome abençoado, necessário, conhecedor, interessadíssimo nesse tema.

E eu sugiro que... Nós temos muitos programas iniciados pelo Governo Federal, excelentes programas para tecnologia como o Sisfron, que é um sistema de fibra ótica de fronteira, mas que não consegue ir para a frente. Aqui em cima, perto da Torre Digital, ali da Embratel, aqui em Brasília, há uma base do Exército que trabalha com tecnologia. Existem esses projetos prontos lá, projetos maravilhosos, mas que não vão para a frente por falta de recursos.

O Ministério da Defesa, neste ano, teve um orçamento que foi o menos modificado. Esse foi o orçamento do Ministério da Defesa. Mas eu não acompanhei, porque fui Sub-Relator de outra, se foi colocado algum recurso para essa parte de fibras óticas e sobre rios amazônicos e toda a fronteira brasileira, desde lá de baixo, Paraná, Rio Grande do Sul até Roraima, lá no alto. Ela previa essa integração.

Um sistema bem simples que já funciona são os chamados pontos de Gesac. São pontos em que a gente leva a internet, via satélite, para unidades básicas de saúde rurais, escolas rurais, comunidades indígenas, áreas isoladas do Brasil profundo e até mesmo aqui no Centro-Oeste, onde há núcleos escuros de internet. Então, isso é muito importante. É baratíssimo o Gesac, é uma questão de buscar meios para ampliar esse programa, que é muito importante, é um programa de pobre, necessário mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro fator que nossa Comissão, o nosso Presidente vai estudar, ouvir audiências públicas, é a dramática situação das escolas brasileiras, agora com o ensino híbrido. O Izalci gosta muito de tecnologia, é a área dele, defende, há muitos anos, aqui em Brasília, a questão das escolas. E vamos buscar o dinheiro dos fundos. Nós temos que fazer com que esses fundos tirem esse dinheiro de debaixo da terra, dessa manta de concreto armado que há sobre esses recursos. Eles não chegam a lugar nenhum. Essa meninada, grande parte dessas crianças está sem poder ter acesso mesmo que remoto por falta das mínimas condições de integração.

E o resto o Izalci falou, são as cidades inteligentes, o modelo estoniano, que é de um país pequenininho que conseguiu colocar... Copiando, mesmo que pequeno, em alguns Estados, algumas cidades, dá para implantar como referência. Se vai bem em Brasília, se vai bem em Goiânia, se vai bem em Anápolis, em Roraima, em Boa Vista, logicamente vai irradiando a onda boa; daí a pouco nós estamos com um país continental como o nosso totalmente inteligente.

Eu quero saudar o Izalci e desejar a ele, ao Mecias e a todo o grupo da Comissão que a gente abrace as causas, trabalhe forte, pressione direitinho, porque, mesmo sem deliberar, é uma poderosa Comissão de pressão, de incomodação, de insurgência. Tudo isso a gente pode fazer.

No mais, um abraço a todos e podem contar comigo. Um abração.

Bom dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Confúcio, primeiro eu quero agradecer a sua colocação.

Nós derrubamos, na semana passada, o veto do Fust. Então, está em vigor ainda aquela determinação de dotar as escolas públicas, até 2024, inclusive preferencialmente as escolas rurais, com dinheiro do Fust. Nós conseguimos derrubar esse veto. Então, eu espero que agora a gente possa fazer isso.

Eu queria muito pedir, já conversei com o Senador Anastasia e agora com V. Exa., que já foi Governador, já foi Prefeito, que conhece bem nas suas regiões e fora delas experiências positivas... V. Exa. sempre falou, sempre discursou sobre os modelos que estão funcionando nos Municípios, experiências boas que existem na área de educação, na área de agricultura familiar.

Acho que tudo isso a gente pode trabalhar muito essa questão do turismo, fazer realmente políticas públicas de Estado, para a gente não deixar fazer o que está acontecendo hoje. Olha o que aconteceu com o negócio da Embrapa. Vocês estavam falando em inovação. Se temos hoje ainda uma agricultura pujante, o agronegócio, a gente deve 99,9% à Embrapa. Sem a Embrapa, nós não estaríamos como estamos hoje em termos de agricultura. Se você pega o orçamento da Embrapa agora, que vai ser discutido na quinta-feira, cortaram tudo. Mal dá para cobrir a folha de pagamento. A Embrapii, que é um modelo novo que entrou e deu certo demais, tinha um orçamento de R$80 milhões. Baixaram agora para R$32 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei como nós vamos avançar na inovação, na tecnologia, no desenvolvimento econômico, se as pessoas não valorizarem e não reconhecerem a importância da pesquisa, da tecnologia, da inovação. Sem recursos, não se faz nada, apesar de que nós derrubamos o veto do FNDCT, que foi uma grande vitória e que eu tenho certeza de que vai ajudar muito o Brasil com relação às inovações e à pesquisa. Já foi um avanço, mas eu acho muita desconsideração com a Embrapa, que é realmente a grande responsável pelo sucesso do agro no Brasil.

Eu quero agradecer a presença de cada um de vocês, contar com o apoio de todos. Todos os Senadores têm muita experiência, conhecem muito e, compartilhando isso, a gente vai conseguir apresentar para o Brasil uma proposta para ser implementada em todos os Municípios e em alguns Estados.

Agradeço o apoio. Se não houver mais ninguém querendo se manifestar, eu agradeço o apoio.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa presente reunião.

Obrigado, Confúcio. Obrigado, Zequinha. Obrigado, Plínio. Obrigado, Nelsinho. Omar também está aí. Zenaide, que foi minha querida Vice lá no CDR. Fizemos um belo trabalho. O Zequinha já lançou lá no Pará. A gente já lançou em seis Estados – viu, Zequinha? – o piloto do Centro de Desenvolvimento Regional. É uma política pública que vai dar certo, que já está sendo implantada em vários Estados. Queremos fazer da mesma forma aqui na Comissão Senado do Futuro.

Então, agradeço a todos vocês.

Vamos lá para a Comissão de Segurança, precisamos de um quórum lá.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Izalci, o Senador Zequinha quer falar, quer usar a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Oi, Zequinha!

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Oi! Abra meu microfone, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Abra aí, Zequinha. Estamos ouvindo bem.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – O.k. Bom dia! Quero cumprimentar a todos: Mecias, Zenaide, você, meu Presidente, e os demais colegas que estão aí. Cheguei um pouco atrasado em função de alguns probleminhas particulares, mas quero dizer que estamos juntos.

Esta Comissão precisa, se Deus quiser, neste ano, avançar ainda mais em temas da maior importância para o Brasil e também funcionar como uma porta de entrada da população, do cidadão, do empreendedor, de todo mundo que queira trazer suas sugestões para que se debata. Lá na Câmara, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos uma Comissão que eu presidi também, que é muito interessante. Ela recebe do cidadão as demandas, processa as demandas, apresenta sugestões de projetos de lei e assim sucessivamente.

Então, desejo a todos nós, especialmente a você, que é uma pessoa trabalhadora, Presidente, e que tem feito um trabalho extraordinário. Lá no Pará, nós estamos, realmente, trabalhando a questão do CDR num modelo um tanto diferente, porque, como o Estado é muito grande e o Estado todo precisa, nós botamos o polo, a sede do CDR na capital, região metropolitana, e estendemos mais dez polos fora para poder fazer o debate com a comunidade, e assim por diante.

Coloquei R$3,5 milhões para que a gente pudesse arcar com os custeios de funcionamento de todos esses polos pelo interior do Estado.

Estamos juntos. Sucesso!

Que Deus o abençoe! E conte conosco.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Zequinha, bacana. Parabéns pelo sucesso do projeto lá! Tenho certeza de que, daqui a pouco, vai estar em todo o Pará.

Depois nós vamos falar com o Mecias para ele levar também para... Enfim, para todos os Estados.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É isso aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós já temos no Rio Grande do Sul; temos em São Paulo, em Itapeva; em Brasília; em Campina Grande; no Pará, onde você colocou lá agora; e, em Tocantins – lançamos, na semana passada, no sul de Tocantins, e foi muito legal também.

Então, é isso aí, é projeto estruturante, política de Estado. É isso que a gente precisa fazer.

Muito obrigado, Zequinha, pelo apoio.

Estou vendo a minha querida Zenaide ali. Zenaide, obrigado! A Zenaide foi nossa apoiadora lá no CDR e nos deu a maior força lá. Obrigado, Zenaide.

Mecias, vamos lá para dar o quórum na Segurança? É às 11h, está bem?

Obrigado a todos.

Declaro encerrada a nossa reunião.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas do dia dois de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Plínio Valério, Zenaide Maia e Eliziane Gama, e ainda do Senador não membro Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o tema "Educação profissional no Brasil". **Participantes:** Sra. Marilza Machado Gomes Regattieri, Diretora de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; Sr. Rafael Lucchesi, Diretor-Geral do Departamento Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; e Sr. Alex Fiúza de Mello, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (2011-2018). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Izalci Lucas**

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de julho de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública com o objetivo de debater o tema "Educação profissional no Brasil".

Foram convidados para participar, e já estão presentes aqui, para iniciarmos a audiência, Marilza Machado Gomes Regattieri, Diretora de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Diretor-Geral do Senai e Diretor-Superintendente do Sesi, e Alex Fiúza de Mello, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, de 2011 a 2018, e ex-Reitor da Universidade Federal do Pará.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br ou também pelo telefone 08000-612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão da palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais por mais 10 minutos.

Comunico a todos que essa é uma matéria de suma importância. Eu venho participando do debate há anos, desde o Pronatec, e agora com a reforma do ensino médio.

O jornal de hoje, no *Correio Braziliense*, há uma matéria importante do José Pastore que fala do emprego dos jovens. Ele diz, na matéria, e é verdade, que, quando se agrega os desocupados, os desalentados, os informais e os que trabalham poucas horas, chega-se ao número de 48,644 milhões de pessoas, quase a metade da força de trabalho no País. Então, é um assunto muito importante, e fizemos questão de convidar pessoas altamente capacitadas.

A Marilza Machado Gomes, que vai ser a primeira a falar, é mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, há mais de 20 anos na área educacional, especialmente na educação profissional e no ensino médio, e atualmente é Diretora de Políticas e Regulação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Trabalhou como Analista dos Planos Estaduais de Educação Profissional do Programa de Expansão e Reforma da Educação Profissional (Proep), do Ministério da Educação e também como Técnica de Planejamento na Secretaria Especial de Políticas Regionais do então Ministério do Planejamento e Orçamento. Foi professora universitária na Universidade Estadual de Tocantins e atuou como oficial de Programas do Setor de Educação da Unesco-Brasil como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável pela coordenação técnica de diversos projetos e estudos sobre educação profissional e ensino médio, alguns deles sistematizados em publicações, e, no período de 2005 a 2008, foi Coordenadora do Setor de Educação da Unesco. Essa é a nossa querida convidada Marilza Machado Gomes.

E também o meu colega, inclusive, como Secretário, Rafael Lucchesi, que é economista formado pela Universidade Federal da Bahia. Desde 2011, é Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria, acumulando os cargos de Diretor-Geral do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), e diretor superintendente do Serviço Social da Indústria (Sesi). E atuou como conselheiro do CNE, da Embrapii e da WorldSkills Internacional e do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT). Foi diretor de operações da CNI, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado da Bahia, quando foi presidente também do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para assunto de ciência, tecnologia e inovação.

E o Alex Fiúza de Mello, que é professor titular aposentado de Ciência Política da Universidade Federal do Pará, mestre em Ciência Política da UFMG, doutor em Ciências Sociais da Unicamp, com pós-doutorado em Paris e também em Madri, Cátedra Unesco Universidade Politécnica, reitor da Universidade Federal do Pará, de 2001 a 2009; e membro do Conselho Nacional de Educação, de 2004 a 2008; e secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, de 2011 a 2018.

Então, são os nossos convidados. E eu já vou passar a palavra imediatamente...

Sim, a Dra. Marilza está com probleminha no áudio. Eu acho que talvez seja a questão do fone, não, Marilza? A Marilza não está ouvindo a gente, Marilza? (*Pausa.*)

Eu vou passar a palavra então primeiro para o Rafael Lucchesi. Rafael, com a palavra. Rafael Lucchesi, que é o nosso diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Diretor-Geral do Senai e Diretor Superintendente do SESI. O.k., Rafael.

**O SR. RAFAEL LUCCHESI** (Para expor.) – Olá, eu queria começar agradecendo ao Senado Federal. Gostaria de fazer os cumprimentos ao Senador Izalci Lucas, grande Senador pelo Distrito Federal, uma pessoa absolutamente comprometida com a juventude, com a educação profissional e certamente um dos brasileiros mais comprometidos com a agenda de ciência, tecnologia e inovação. É um grande batalhador por essa agenda, tem dado uma contribuição enorme à mobilização empresarial pela inovação e também pela luta por recursos no âmbito do fundo nacional de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação. Senador Izalci Lucas, receba nosso abraço, a nossa admiração pelo brilhante trabalho que você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desempenha no Senado Federal e o seu comprometimento com o Distrito Federal e com o Brasil nessas agendas tão importantes.

Queria cumprimentar também a minha colega Marilza Machado, parceira nessa agenda de educação profissional, também o Prof. Alex Fiúza, que desempenha essa tarefa tão importante de liderar o sistema de inovação em Estados emergentes como o Pará.

Queria na data de hoje, Senador, fazer uma saudação também ao processo de libertação do Brasil, que aconteceu na Bahia e que é comemorado no dia de hoje, 2 de julho. E queria começar fazendo aqui uma apresentação, colocar aqui uma apresentação em que eu vou tentar aqui...

Estão vendo a apresentação?

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. A tela só, não é, do Zoom.

**O SR. RAFAEL LUCCHESI** – Só a tela do Zoom, não é? Vou tentar aqui colocar a apresentação nesse instante. Estão vendo?

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aí, o.k.

**O SR. RAFAEL LUCCHESI** – Estão vendo?

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Só agora...

**O SR. RAFAEL LUCCHESI** – Está bem enquadrado? Porque eu não estou vendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom. Talvez... Aí. Aí.

**O SR. RAFAEL LUCCHESI** – Está melhor agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está melhor. Está ótimo.

**O SR. RAFAEL LUCCHESI** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

**O SR. RAFAEL LUCCHESI** – Bom, gente, vamos falar aqui, rapidamente, no tempo que me cabe falar, sobre a educação profissional como uma agenda importante para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci, você que é muito comprometido com essa agenda, sabe que o Brasil tem um problema. Nós não fizemos uma revolução educacional junto com a revolução industrial que o Brasil fez na segunda metade do século XX, como aconteceu na maior parte dos países desenvolvidos, que o fizeram no seu tempo, fizeram até há mais tempo, fizeram no século XIX, início do século XX. Na medida em que essas sociedades impulsionaram o seu movimento de industrialização, também reconfiguraram os seus sistemas educacionais. E isso deixa um legado que nós temos até os dias de hoje, de uma baixa qualidade da educação e também um problema da matriz educacional, como nós vamos ver nesta apresentação.

Então, se nós olharmos como funciona no mundo, nós temos aqui um contingente muito grande de jovens de 15 a 17 anos que fazem educação profissional junto com a educação regular. Na Finlândia, um dos melhores sistemas educacionais do mundo, 71% dos jovens fazem educação profissional. E esse número na Finlândia, em 2005, era 29%, ou seja, houve um tracionamento dessa agenda nos anos recentes. Na Áustria é 69%; na Suíça é 65%; na Rússia é 54%; a média da União Europeia é 48%, e do Brasil, 9%. Há estatísticas que indicam 11%, mas nós temos uma enorme defasagem frente aos países desenvolvidos e aos emergentes mais bem-sucedidos.

E por que isso é ruim? Isso é ruim porque nós acabamos por criar dificuldade ao desenvolvimento de projeto de vida e carreira do maior contingente de jovens brasileiros. E vamos impactar também num outro grave problema que nós temos no País, que é a baixa produtividade do trabalho. Nós precisamos de quatro trabalhadores brasileiros para equivaler à produtividade de um trabalhador norte-americano, ou de três brasileiros para equivaler à produtividade de um trabalhador alemão.

Então nós precisamos entender que nós temos esse descompasso na nossa matriz educacional, haja vista que, no Brasil, nós temos 21% dos jovens de 18 a 24 anos que vão para o ensino superior. De que maneira nós vamos dar identidade social, como acontece nos países desenvolvidos e nos emergentes mais bem-sucedidos, se nós temos essa matriz aqui muito ruim, em que apenas 9% têm formação técnica, e 91% têm formação geral, mas inclusive com uma baixa qualidade dessa formação geral?

Precisamos fazer um duplo esforço: melhorar a qualidade da educação e corrigir essa deficiência da nossa matriz educacional, para que nós possamos fazer com que a escola brasileira dê identidades a todos os brasileiros. E não criando um processo em que você gera um modelo de exclusão social, porque essas pessoas vão ter que, depois, buscar, para além da sua formação educacional, uma profissão. Por que nós aceitamos o Adam Smith – a divisão social do trabalho – na habilitação técnica de nível superior? Eu como economista, como médico, como contador ou como engenheiro... São formações profissionais. Por que nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aceitamos a formação profissional no nível médio, como a maior parte das sociedades? Essa é uma vaca sagrada do atraso que nós temos no sistema educacional brasileiro que precisa ser corrigido.

No Brasil, a maior parte das pessoas que acabam fazendo educação profissional o fazem no formato subsequente, o que demonstra que elas têm que buscar uma formação adicional depois da escolarização regular, a do ciclo básico, e não dentro do ciclo básico, como acontece na maioria dos países. Nós temos um contingente, um terço aproximadamente, que faz de forma integrada. E o concomitante é aquela de maneira dissociada, mas simultaneamente.

Então, nós temos aqui uma grande oportunidade, Senador Izalci. Aqui é a implementação do novo ensino médio. Nós avançamos na constituição da Base Nacional Comum Curricular, ampliamos a jornada no ensino médio de 800 para mil horas. Então, temos um total de 3 mil horas, sendo 1.800 horas da Base Nacional Comum Curricular e 1.200 horas dos itinerários formativos de linguagem, matemática, ciência da natureza, ciências humanas e sociais e a grande novidade, que é a formação técnica e profissional.

A Lei nº 13.415, que foi sancionada em fevereiro de 2017, trouxe esse grande avanço, que é exatamente você trazer para dentro do sistema educacional regular a educação técnica profissional. Isso é uma mudança significativa, e esse é o grande desafio que nós teremos para os próximos dez anos.

A lei já prevê uma questão importante para a implementação dessa reforma, que é a capacidade de se fazer parcerias ou conveniamentos. Inclusive, na regulação do Fundeb houve um avanço ainda adicional, que foi a instituição da dupla matrícula, algo importante. Inclusive, nós ajudamos a difundir essa ideia e a aprová-la no Congresso brasileiro. Isso tem um papel extremamente importante. Falta, ainda, um aperfeiçoamento que é a possibilidade de conveniamento, em que se permite conveniamento com as instituições públicas, mas que são ainda pequenas. A gente vai precisar de uma miríade de instituições para o desafio que o Brasil tem, vamos precisar de todo mundo para esse macro desafio. Porque hoje o Estado que tem o maior contingente de matrículas em educação técnica é São Paulo, com 20%. O menor Estado tem um contingente de matrículas abaixo de 1%. E a maior parte deles... O segundo Estado com o maior percentual de matrículas em educação técnica profissional, que é o Rio de Janeiro, é em torno de 10%. Então, nós precisamos melhorar muito essa nossa formação.

Os itinerários de formação técnica têm um papel extremamente importante para permitir um passaporte para a cidadania e para o engajamento profissional. Nós vivemos hoje, no Brasil... E foi muito feliz o Senador Izalci ao citar o Professor José Pastore, nosso amigo, é um grande estudioso sobre relações de trabalho no Brasil, sobre o elevado contingente de pessoas que estão fora do mundo do trabalho ou desempregadas ou até não estão mais buscando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





emprego, mas se colocam nessa situação, extremamente fragilizadas socialmente. E esse contingente é ainda mais representativo quando se trata de jovens. Se nós desdobrarmos essa pesquisa do Professor Pastore e formos ver as faixas etárias de jovens que ingressam no mercado de trabalho, aproximadamente 30% não conseguem colocação no mundo do trabalho, e isso se deve muito à baixa formação profissional. As sociedades, aquelas que eu referenciei, as que têm o maior percentual de jovens que fazem a educação técnica profissional, apresentam os melhores percentuais e os mais altos percentuais de engajamento de jovens no mundo do trabalho.

Então, isso é algo extremamente importante para nós, a escola brasileira, o sistema educacional brasileiro auxiliar o projeto de vida e carreiras, as vocações dos jovens, de acordo com as suas preferências e suas necessidades. Se nós formos perguntar aos jovens, há diversas pesquisas que demonstram isso, 76% dos jovens – isso foi uma pesquisa feita pelo Ibope à época de 2017, 2018, com jovens de 13 a 18 anos –, 76,1% dos jovens acham que a educação profissional é um passaporte para o primeiro emprego, o que é extremamente importante, e 79,5% dos jovens acham que o curso técnico tem elevada importância.

Então, é algo extremamente relevante para a construção do futuro. Isso se adiciona a uma questão importante. A educação técnica profissional, Senador Izalci, não é algo trivial. É algo que envolve competências muito específicas. Você tem que compreender as rotas e trajetórias tecnológicas do mundo do trabalho, que estão se alterando de maneira permanente, inclusive no novo ambiente, com a incorporação dos principais fatores da indústria 4.0.

Então, inteligência artificial, algoritmos, digitalização, Internet das Coisas, *big data* vão transformar profundamente o chão de fábrica, mas também todas as atividades econômicas, inclusive as atividades de formação de pessoas. Isso já está acontecendo no mundo. E isso torna a educação técnica profissional algo mais complexo, que vai envolver um conjunto de fatores em que você tem que combinar a capacidade de formação para o trabalho, as trajetórias tecnológicas e o mundo da educação.

O Senai tem, no Brasil, uma larga experiência de saber fazer isso, o que é muito importante. Nós temos uma metodologia desenvolvida pelo Senai, que é o observatório, um trabalho de prospectiva, que é reconhecido pela OCDE, é reconhecido pela Unesco, pela OIT, como uma das melhores experiências de capacidade preditiva de como a indústria vai se transformando. O Senai não pode esperar que a indústria petroquímica ou a indústria de petróleo e gás, ou a indústria metalúrgica se transformem para nós mudarmos o que fazemos em sala de aula. Nós estamos sempre olhando cinco ou dez anos na frente e incorporando as mudanças que são necessárias, no sentido de que, muitas vezes, os profissionais formados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senai são difusores de novos padrões técnicos. Então, esse trabalho prospectivo tem uma ação extremamente importante.

A segunda agenda na área de educação técnica profissional é você saber onde está o emprego. Quando a Fiat, a Jeep e a Chrysler se instalaram no interior de Pernambuco, foi o Senai que treinou e capacitou toda a formação de mão de obra, como, de resto. Em todos os investimentos automotivos no Brasil, foi o Senai que treinou e capacitou toda a força de trabalho dessa indústria, como também de todos os outros setores industriais brasileiros.

O Senai talvez seja uma das únicas instituições no mundo que tenham esse tipo de competência de ser capaz de formar pessoas para o muno do chão de fábrica, dentro do cronograma apertado de implantação de um projeto industrial. E por isso que, de cada 20 empregos que a indústria abre, em 19 deles a indústria exige formação no Senai. E é por isso que o Senai tem um alto índice de empregabilidade das pessoas que se formam no Senai.

Mesmo com essa crise, com essa crise entre jovens, com esse pesado desemprego, a nossa pesquisa de egressos indica 72%. E nós temos esse índice elevado porque nós acompanhamos o movimento geográfico. O Brasil é um país emergente, as novas regiões estão se tornando mais competitivas e recepcionando blocos de investimentos industriais significativos, e o Senai consegue disponibilizar, em todo o território nacional, todas as competências requeridas pela indústria brasileira.

Nós somos, um dos maiores complexos de educação profissional do mundo. O Senai, desde a sua criação, em 1942, já formou 81 milhões de trabalhadores do País, em todos os setores da indústria.

Para se ter uma ideia, o Senai tem, hoje, no dia 2 de julho de 2021, em 2,8 mil Municípios brasileiros. O Brasil tem 5.550 Municípios, e, em 2,8 mil Municípios brasileiros, há trabalhadores e jovens estudando em escolas com excelente nível de formação para a indústria. Temos 2,2 milhões de matrículas. Esse número já foi de 4 milhões de matrículas. Lamentavelmente, a indústria hoje emprega menos. O Brasil está num processo de desindustrialização, com uma crise econômica que se arrasta a desde 2015, agravada pela pandemia. Nós temos 244 laboratórios de serviço.

Então, a parte de metrologia e ensaios... Professor e Senador Izalci, o senhor sabe o quanto isso é importante para a base técnica de TIB (Tecnologia Industrial Básica), de metrologia, de conformidade, inclusive para a pauta de exportações brasileira. Em grande parte, quem assegura isso... Porque nós temos o Inmetro como o nosso laboratório central; aqui há até alguns problemas hoje em dia de defasagem de investimentos, lamentavelmente, algo que o senhor sabe também. Mas, a rede metrológica brasileira ela é fundamentalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senai para atender essa indústria nesses 244 laboratórios homologados e reconhecidos pela rede metrológica nacional.

Nós temos 465 unidades móveis; temos 24 mil colaboradores, a maior parte deles professores ou pesquisadores; temos 523 unidades fixas e somos a maior estrutura que atende a indústria brasileira. Inclusive, na região amazônica, nós temos dois barcos como esse, o Samaúma I e o Samaúma II – quem conhece a cultura amazônica sabe o que representa a árvore samaúma – e tudo isso tem um papel extremamente importante para atender as populações ribeirinhas.

O Senai tem representado o Brasil, nos últimos 30 anos, numa competição mundial de educação técnica profissional, que é a WorldSkills. A WorldSkills é uma grande competição, e nós, ao representarmos o Brasil, além desses reconhecimentos da ONU, da OIT, nós sabemos fazer uma educação técnica profissional de excelência. Em 2015, o Brasil sediou a organização da WorldSkills, e fomos o primeiro colocado; em 2017, foi em Abu Dhabi, e nós fomos o segundo colocado e, em 2019, em Kazan, na Rússia, nós fomos os terceiros colocados.

A China, hoje, Senador Izalci – para os senhores e as senhoras terem uma ideia – só na parte de treinamento da equipe chinesa que vai competir, aloca 100% do orçamento do Senai, um pouco mais que a totalidade do orçamento do Senai. Por isso, hoje, competir com a China, para nós é muito mais difícil.

E aqui nós representamos o Brasil e competimos contra os governos dos países. Mas, mesmo assim, vocês podem ver o quão excelente é a performance do Senai, majoritariamente do Senai. A equipe brasileira é formada por algo em torno de 56 jovens treinados pelo Senai: são 50, pelo Senai e seis, pelo Senac – o Senac é um parceiro dessa nossa iniciativa –, o que demonstra o nível de excelência do saber fazer que nós temos.

E uma questão importante que nós temos que ter clara são as transformações advindas da quarta revolução industrial, como eu falei há pouco. Então, o Senai com esse observatório que nós temos para todas as atividades...

Já estou caminhando para o fim, Senador, respeitando o tempo.

A transformação da quarta revolução industrial vai nos impor uma brutal transformação do mundo do trabalho. Não é que o trabalho vai desaparecer. Todos os principais relatórios, da OCDE, da McKinsey, das principais agências demonstram que o emprego vai até aumentar, mas não para as mesmas pessoas e nem para as mesmas regiões. As regiões que tiverem antenadas ao enredo do mundo, ao que está acontecendo, serão mais bem-sucedidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senai está com um nível de compreensão profundo da quarta revolução industrial. O Senador sabe que o Senai fez um grande investimento na estruturação de uma rede de institutos de inovação, na qual nós investimos R$4 bilhões, inclusive com o financiamento do BNDES, e nós temos o domínio profundo das principais rotas tecnológicas. Só para se ter uma ideia, o robô autônomo mundial da Shell para a gestão de campos *offshore* com lâmina d'água de 2 mil metros foi desenvolvido no Instituto Senai de Inovação de Manufatura Avançada em Salvador, na Bahia. A tinta nano regenerativa global da GM foi desenvolvida no Instituto Senai de Inovação de Eletroquímica do Paraná. O robô Cobra, o robô Snake foi desenvolvido também no Instituto Senai de Inovação. O primeiro centro de computação quântica da América Latina é Senai. O maior super computador do Brasil e da América Latina é também Senai. Então, isso dá o nível de densidade. O primeiro nano satélite brasileiro foi desenvolvido no Instituto Senai de Inovação, de Santa Catarina, em Sistemas Embarcados. Agora, na pandemia, nós fizemos vários tecidos que são tecidos que inativam o vírus para material hospitalar, para máscaras. Então, isso dá o nível de capacidade de resposta e domínio profundo de tecnologias do Senai na fronteira, o que permite, ao termos esse domínio, a capacidade de formar as pessoas para o futuro.

Senador, seriam essas as minhas considerações iniciais.

E, para respeitar o tempo, eu encerro por aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Rafael.

Vou deixar para o final vários questionamentos.

Eu tive o privilégio de presidir a reforma do ensino médio, que criou esse itinerário da formação técnica e profissional, e também tive o privilégio de relatar o Fundeb, em que, nessa última versão, nós prestigiamos um pouco a educação infantil, que é a base da educação, e também a educação profissional, mas está fazendo exatamente 14 anos que eu estou aqui no Congresso nessa área – desde que assumi a Secretaria de Ciência e Tecnologia pela segunda vez em 2007, e eu peguei a educação profissional como uma subsecretaria –, e vejo que a gente adiantou muito pouco.

Eu fico indignado com a situação do Brasil ainda com 9%... Nós lutamos aqui com o Pronatec, que, depois, não foi para frente. A gente vê que o itinerário também está com muita dificuldade. Eu acho que a Marilza vai poder falar um pouquinho sobre a questão dos nossos profissionais, dos professores. Talvez seja o maior desafio da escola pública ter profissionais da área técnica, porque o melhor professor – e isto eu descobri lá na época – é aquele que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no chão da fábrica. Não adianta teoria apenas, o que a gente precisa é de prática, mas a gente vai falar isso no final.

A Marilza já está conosco aqui novamente. Marilza Machado, que é a nossa Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Depois das falas, a gente tem aqui já vários comentários e perguntas dos internautas e também algumas considerações que eu vou fazer.

Eu vou passar a palavra à Marilza Machado. (*Pausa.*)

Está desligado o som. É só apertar, Marilza... O microfone só...

**A SRA. MARILZA MACHADO GOMES REGATTIERI** – Agora me escutam?

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k., Marilza. Agora, está ótimo.

**A SRA. MARILZA MACHADO GOMES REGATTIERI** (Para expor.) – Que bom.

Bom dia.

Desculpem-me o problema técnico que aconteceu.

Senador Izalci, muito obrigada por esta oportunidade de dialogar sobre educação profissional e tecnológica. É uma pauta que, realmente, é extremamente importante.

Cumprimentando e agradecendo ao senhor, quero também cumprimentar os demais Senadores e autoridades presentes e aqueles que dividem comigo essas reflexões, um ator importante, parceiro, Rafael Lucchesi, e o ex-Secretário Alex Fiúza.

Bom dia a todos.

O Lucchesi fez uma apresentação que vai me ajudar a avançar em alguns pontos que eu trouxe aqui para a nossa discussão hoje. Então, eu tinha organizado a minha fala para que a gente pudesse falar um pouco da educação profissional e tecnológica e de desafios e oportunidades que nós temos neste momento.

No âmbito da educação profissional e tecnológica, nós entendemos que é sempre importante ocupar e mostrar, nos espaços que temos, que, quando a gente fala de educação profissional e tecnológica, o entendimento mais direto é a associação a cursos técnicos e qualificação profissional – na prática, de fato, nós temos aí a maior representatividade de matrículas –, mas que a educação profissional e tecnológica, ao longo especialmente das últimas décadas, vem ganhando uma robustez e uma trajetória que envolvem cursos, como os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores podem ver, desde a qualificação profissional até a educação profissional tecnológica de pós-graduação.

Em outras palavras, você tem uma multiplicidade de tipos de cursos justamente buscando atender a um dos princípios da educação profissional e tecnológica. O último texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, cujo relator foi o Lucchesi, deixa muito claro o papel da profissionalização. Esse é um princípio norteador. Por esse princípio, ela precisa atender a uma diversidade de público muito grande. Nesse sentido, a educação profissional vem com essa robustez de apresentar diferentes formas de atender a essa diversidade de público no sentido de apoiar a profissionalização das pessoas. Então, temos aí uma centralidade na educação profissional técnica de nível médio nos chamados cursos técnicos, nos conhecidos cursos técnicos, mas a dimensão dela é muito mais ampla do que isso.

Nesse sentido, trouxe aqui alguns números que dialogam e trazem essa dimensão da educação profissional e tecnológica, que nos apontam que nós temos, aproximadamente, 468 mil matriculados na educação profissional em 2019, com cursos com equivalência de carga horária igual ou superior a 160 horas, como determina a regulamentação da educação profissional no reconhecimento do sistema de ensino. Boa parte dessa matrícula é realizada no Senai. Temos aí 1,9 milhão de matriculados na educação técnica; 1,2 milhão na graduação tecnológica; e 58 mil na pós-graduação.

O que a gente observa é que nós temos mais de 3 milhões de pessoas envolvidas na educação profissional, considerando ainda que temos fragilidades na captura dos dados da educação profissional, tema, inclusive, que vem sendo tratado com prioridade pelo ministério, e em breve teremos aí novidade para nos apoiar nessa direção de dados e informações da educação profissional no Brasil.

Olhando uma trajetória ao longo do tempo, vemos que, de 2010 para cá, na última década, nós temos aí um comportamento que demonstra o peso do investimento trazido pelo Pronatec. Neste período de 2013 a 2015, especialmente 2013 e 2014, tivemos um número maior de matrículas na qualificação profissional. E chamo a atenção: isso são gráficos que apresentam distribuição, e, então, é o peso do quantitativo da matrícula no total de matriculados. Depois, após a queda do fomento do Pronatec, nós temos aí uma tendência da curva tanto de curso técnico quanto de superior de tecnologia, graduação tecnológica, com uma tendência mais ou menos crescente (*Falha no áudio.*) ... anos, em termos absolutos, e o curso técnico que se encontra mais ou menos estável em 1,9 milhão, mostrando aí desafios que temos pela frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um deles – o Lucchesi também trouxe este dado – é que nós temos 8,8 milhões de matriculados no ensino médio. E, quando a gente olha para a educação profissional, o Brasil ainda está com um contingente de matriculados muito baixo, no que a gente precisa avançar muito.

Olhando para os Estados, você tem aí também essa baixa relação entre número de matriculados na educação profissional em relação ao ensino médio, aqueles que estão no ensino médio. Há alguns Estados despontando, mas há uma média ainda de 11%, muito abaixo, como destacou o Lucchesi, em relação a outros países, até mesmo o Chile.

E, quando a gente também olha – é sempre interessante fazer essa relação com a população total –, aí é que nós vemos que há muito a avançar em relação ao acesso à educação profissional no País.

O Senador Izalci foi ator nesse processo, mas lembro que, na prática, é em 2008 que a Lei 11.741 traz uma reforma mais robusta para a LDB no âmbito da educação profissional e tecnológica. Em 2009, é que o ensino médio se torna parte da educação básica. E, como desdobramento disso – não é, Senador Izalci? –, a gente observa aí também as aberturas e as conquistas que a gente vem conseguindo alcançar nos instrumentos que financiam o ensino médio e, portanto, agora o itinerário da formação técnico-profissional, no sentido de atuar na melhoria desses indicadores ainda muito ruins, alterações essas promulgadas também pela reforma de 2017 da LDB, que traz a conhecida reforma do ensino médio.

Temos pouco tempo para ajudar os Estados, que, em 2022, precisam a todos os matriculados no ensino médio garantir que já o façam respondendo e atendendo aos normativos estabelecidos na reforma do ensino médio.

Nesse sentido, caminhando para desafios e oportunidades, não dá para deixar de destacar a reforma do ensino médio como uma grande oportunidade com o seu itinerário da formação técnico-profissional, para, de fato, caminhar na direção de outros países, onde você tem um acesso em que aqueles que fazem o ensino médio também fazem a educação profissional e tecnológica. Isso é extremamente importante, inclusive porque, se olharmos a estatística de acesso ao ensino superior, aproximadamente, 20% apenas daqueles que concluem o ensino médio acessam o ensino superior. Então, adicionar a possibilidade de que esses jovens que estão transitando e concluindo a educação básica também acessem diplomas e uma formação profissional é dar a eles mais oportunidades, tanto para continuarem a sua trajetória de escolarização, de estudo e mesmo um estudo e uma trajetória na educação profissional e tecnológica, que é uma aposta que o ministério faz, mas, ao mesmo tempo, para aqueles que vão ou precisam acessar de forma mais imediata o trabalho, inclusive aqueles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam acessar a oportunidade de trabalho para poder continuar estudando e ter condições de financiar e de pagar a sua formação.

Nessa perspectiva, a reforma, como sabemos, também dialoga com o interesse dos jovens. Então, nesse sentido, essa estrutura que você tem na concepção da reforma do ensino médio também deve contribuir para estabelecer um maior sentido e dar mais efetividade ao ensino médio, já que pesquisas há muito demonstram que os jovens esperam que essa escola de ensino médio os prepare para o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, para a continuidade dos estudos. E que o faça com propostas de formação que tenham flexibilidade, em que eles sejam autônomos, em que eles possam fazer escolhas nessa trajetória de formação, e que também tenham como presença não só o sentido da tecnologia como ferramenta de aprendizagem, mas também como objeto de aprendizagem e como parte da sua formação. E aí isso também é porque dialoga com a realidade que hoje nós temos – todos nós enquanto sociedade, e o jovem mais ainda –, mas também porque esses elementos são fundamentais na formação visando à questão de olhar o futuro em termos de habilidades e de competências.

Nessa perspectiva – o Lucchesi também abordou nesta direção –, nós temos que trabalhar com a questão do currículo, currículo desde os perfis profissionais, quer dizer, de fato, quais são essas competências, essas habilidades, esses conhecimentos que vão dar um sentido a essa formação e potencializar esse acesso ao trabalho, sem desconsiderar e sem deixar de cuidar do aspecto associado para o caso dos jovens do ensino médio em idade ideal, em idade correta, tramitando por essa formação toda a fundamentação da formação geral, que também carece de aprimoramento da qualidade. E várias iniciativas também vêm sendo desenvolvidas no ministério. Então, o currículo é nessa perspectiva do alinhamento com o setor produtivo, é no sentido de diferentes arquiteturas curriculares que dialoguem com essa diversidade também dos jovens e, ao mesmo tempo, que também propiciem às redes estaduais, no âmbito da reforma do ensino médio, especialmente as redes estaduais, a possibilidade de elas oferecerem diferentes habilitações para que esses jovens possam escolher aquela que mais lhe atende, lhe interessa e dialoga com a sua realidade.

Obviamente, na consequência, metodologias, metodologias ativas, em que o jovem é protagonista também desse processo, em que os professores têm um trabalho mais colaborativo, em que a gente dialoga com condições cujo processo precisa ser revisto.

E avaliação como ferramenta para subsidiar o processo pedagógico. Mais especialmente, nós temos aí o desafio das avaliações nacionais. Elas precisam garantir que essas opções, que são tão fortes como princípios da reforma do ensino médio, flexibilidade, diversidade... A gente precisa, ao dar aos jovens essas oportunidades de escolha, também garantir que eles tenham a manutenção do direito de prosseguir os estudos de maneira igual, ou seja, iguais condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de realizar, por exemplo, o Enem e prosseguir para o nível superior. Então, temos aí esse desafio da avaliação no processo.

E, como já foi destacado, a centralidade de professores e gestores, ao se pensar qual é o perfil dos professores para que eles possam, de fato, compreender e conduzir o processo de aprendizagem; quais são os perfis de que nós precisamos desses professores, desses condutores. As diretrizes curriculares nacionais trazem aí a figura, inclusive, do instrutor, no sentido de trazer para dentro desse processo profissionais que tenham a competência prática, o desenvolvimento de competências práticas a serem garantidas no processo de formação na educação profissional, entendendo e garantindo as competências do saber fazer, que são essenciais para atuar no mundo laboral. E, obviamente, aí também os gestores, porque compete aos gestores ampliar a perspectiva dessa escola, que é uma escola de educação profissional também, que atua na educação profissional. É uma escola que precisa, portanto, ser mais aberta, estar em diálogo com o setor produtivo, ter vários instrumentos de parceria estabelecidos. Então, é outra composição que se requer aí para que a gente possa, de fato, atender e efetivar esses princípios, e, portanto, a oportunidade da reforma do ensino médio na perspectiva de uma formação no itinerário da formação técnico-profissional de qualidade.

Ainda pensar em outros espaços de aprendizagem para além do espaço tradicional da escola. Na educação profissional, isso é muito forte, e a própria LDB também traz a possibilidade da incorporação da aprendizagem profissional.

Esses elementos precisam estar previstos no currículo, mas também os professores precisam entender a condução desse processo, o sistema educacional reconhecer esses espaços, esses condutores de aprendizagem. Então, são aí muitos desafios.

Da revolução tecnológica eu já falei – o Lucchesi abordou bastante.

O que eu poderia dizer é que o levantamento que fizemos em 2019, junto às redes estaduais, aponta um forte interesse em termos de avançar no itinerário da formação técnica e profissional, com matrículas disponibilizadas para esse nível. Já naquele momento, nas redes estaduais, 42% já pensavam em fazê-lo em parceria. A gente que conhece a educação profissional sabe das suas especificidades; é uma escola diferente de uma escola de formação geral, ela requer outros elementos, ela tem outras especificidades. A parceria em muito tende a ajudar.

E, nesse sentido aí, como já falado, o novo Fundeb, de fato, foi uma conquista extremamente importante que os atores da educação profissional. E a Setec, também junto com o sistema nacional de aprendizagem – o Lucchesi também citou isso –, conseguiu, Senador Izalci, trazer o reconhecimento da educação profissional, então, considerando aí o duplo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cômputo para as matrículas dos jovens no ensino médio articulado com educação profissional, e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da possibilidade do estabelecimento das parcerias visando buscar instituições especializadas de educação profissional para garantir diversidade de habilitações, qualidade na oferta, de acordo com a especificidade da educação profissional. Então, sem sombra de dúvida, esse é um elemento em que algumas ações estão sendo desenvolvidas pra ajudar as redes estaduais nesse sentido, porque, na prática, também, educação profissional não tem uma fonte própria. Isso também nos dificulta para avançar na questão das matrículas. Então, este é um outro ponto: a questão do financiamento da educação profissional e tecnológica é um ponto importante.

Nessa direção, trouxe aqui alguns destaques das ações da Setec – em função do tempo, eu não abri, porque são muitas ações.

É uma agenda já bastante conhecida, a agenda dos Novos Caminhos. O Novos Caminhos foi concebido com o propósito específico de fortalecer a educação profissional e tecnológica na sua totalidade, olhando ali todas as opções de formação que dela e nela estão. E, nesse propósito, foram, então, definidas ações para três eixos, basicamente.

O primeiro é o eixo de gestão e resultados, em que se entende a importância de atualização dos marcos normativos, de aprimoramento da disponibilização de dados, de informação, de estatísticas, de informações às instituições de ensino para escolherem, de forma apropriada, quais são as habilitações, os cursos que, de fato, têm projeção e prospecção de tendência de avanços nessas áreas produtivas. Então, mapa de demanda, que tem um painel disponível para que os Estados e as instituições de ensino possam acessar, ajudando-os a identificar quais são as demandas por profissionais que temos, enfim, atuando nessa orientação central e vital da educação profissional, que é o alinhamento com o mundo produtivo. Esse é o espírito central, que também está lá nas nossas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional – não é, Lucchesi?

O segundo eixo é o eixo já mais direto de apoio, de fortalecimento das instituições de ensino, das redes de ensino, que traz outro bloco de ações, como formação de professores – enfim, daqui a pouquinho, eu vou citar mais alguns, estruturados de outra forma.

E o terceiro eixo é inovação e empreendedorismo. Um diagnóstico que ficava muito claro era a importância de aproximar a educação profissional e tecnológica das ações de inovação e empreendedorismo, trazendo efetivamente essa natureza da educação profissional para projetos na rede federal e também nas redes estaduais que atuam na educação profissional e tecnológica, ou seja, esse apoio às redes públicas trazendo essa especificidade da educação profissional e tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Organização também do olhar para outra forte demanda, que sai um pouco, inclusive... Até então, não tinha... Foi até uma ação do passado, mas que não conseguiu ganhar robustez, digamos assim, ela não avançou. É você reconhecer saberes adquiridos fora do sistema educacional, em espaços formais e informais, onde as pessoas, ao longo da sua experiência e da sua ação de trabalho, conseguiram adquirir competências. Essas competências podem ser reconhecidas como trajetórias, e essas pessoas podem acessar a certificados que podem ajudá-las na perspectiva de reconhecimento no mercado de trabalho – porque elas têm uma certificação de que têm essa competência, esse saber laboral – e, ao mesmo tempo, também na questão de que elas possam dar continuidade a essas competências, a esses conhecimentos adquiridos e voltar ao sistema educacional, ou se inserir nele, para avançar no seu conjunto de conhecimento e ampliar suas condições de melhor acesso a trabalho e renda. A gente está chamando de sistema Re-saber, em que a mobilização das instituições deve começar agora já no mês de junho. E a intencionalidade é que a gente possa capacitar profissionais das instituições de ensino de todas as redes – instituições da rede federal, do sistema militar, da rede técnica de saúde, sistema nacional de aprendizagem, que já atua nessa área, mas que se quer ampliar, que se propõe a ampliar, e até mesmo as escolas privadas – para esse reconhecimento.

Oi?

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É só pra concluir, Marilza, por causa do tempo. Pode concluir o raciocínio aí para a gente passar depois para o Alex.

**A SRA. MARILZA MACHADO GOMES REGATTIERI** – Ah, o.k. Obrigada. Já vou concluir.

E o último eixo a que eu gostaria de chamar a atenção é esse que busca fazer com que a gente faça uma reflexão sobre qual é a educação em que a gente precisa organizar e preparar o sistema de ensino no âmbito da educação profissional para, de fato, desenvolver essas competências desejadas.

Nessa perspectiva, Senador, se você me permite mais dois minutinhos, em termos de ações voltadas a acesso à educação profissional e tecnológica, há vários programas associados a fomento, já dialogando com demandas do setor produtivo, especialmente nessa área de tecnologia de informação e qualificação. Há o diálogo com os Estados para repactuação – havia nos cofres dos Estados aproximadamente 0,5 bilhão que têm dedicação à educação profissional, mas que estavam aí parados. Então, todo esse processo vem sendo desenvolvido pela Setec desde 2019. Autorização de instituições privadas de ensino superior da oferta de cursos técnicos – são aproximadamente 150 instituições que foram beneficiadas e mais ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos 800 mil vagas autorizadas que começam este ano. Fortalecimento da rede federal. Em termos de qualidade, o senhor até comentou, há várias ações voltadas a apoiar os Estados no desenho dessas novas arquiteturas curriculares no itinerário da formação técnico-profissional, com referenciais curriculares, guia do itinerário, capacitação para esses professores. Ao mesmo tempo, há também o eixo de docentes, com formação, inclusive, para orientar os alunos na opção que eles vão precisar fazer em relação ao itinerário da educação profissional e tecnológica, cursos de mentoria, cursos de formação em uso de tecnologias específicas para educação profissional e tecnológica, inclusive em parceria com o Senai, materiais pedagógicos, ações de inovação e empreendedorismo com financiamento e apoio a projetos de redes estaduais para projetos de desenvolvimento de tecnologias, de soluções, aí aproximando a questão da educação profissional e tecnológica com o mundo da inovação e do empreendedorismo, oficinas... Enfim, há várias iniciativas que estamos aí desenvolvendo no sentido de apoiar as redes, especialmente as redes estaduais, mas, de uma forma geral, de motivar e propiciar que o conjunto das instituições de educação profissional e tecnológica possa avançar na qualidade dessa oferta, especialmente regida por este princípio de profissionalização, que a gente precisa olhar e garantir na educação profissional e tecnológica.

Em função do tempo e para respeitá-lo, eu concluo aqui e fico à disposição para trazer mais elementos associados às ações que vêm sendo desenvolvidas e à discussão da educação profissional como um todo, de forma geral.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Marilza, eu já vou adiantar algumas coisas, porque depois nós vamos ter as considerações finais, e eu queria já que você, se tivesse já alguma posição, falasse nas considerações finais.

É lógico que a gente percebe na fala do Rafael e agora na sua fala – e provavelmente a do Alex também vai confirmar isto – que talvez a educação profissional seja o maior desafio da educação no Brasil. Quando o Rafael coloca que apenas 9% dos nossos jovens estão na educação profissional, que 91% estão na formação geral e que apenas 21% entram na faculdade, na universidade, então, mais de 71% dos nossos alunos ficam fora da escola. É a geração nem-nem: não trabalham e não estudam. Então, como você disse, de aproximadamente 8,8 milhões de alunos que nós temos, nós temos aí, então, mais de 6,3 milhões que vão ficar fora da universidade e também sem curso profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu indago... E o que a gente precisa... Primeiro, eu fui Relator da educação em 2019, e, lamentavelmente, a gente não conseguiu avançar, talvez, sei lá, por desinteresse, porque eu quis, inclusive, colocar mais 5 bilhões e não consegui. Deixem para lá, vamos ver agora. Eu vou, provavelmente agora, em 2022, trabalhar de novo para ser o Relator da educação. Então, a gente precisa saber concretamente... Por exemplo, quando aprovamos a reforma do ensino médio, nós, inclusive, colocamos na lei um incentivo para os Estados implementarem a educação profissional, dobrando matrículas e mais alguns recursos. De fato, o que acontece? Como implementar educação profissional na escola pública? Nós não temos infraestrutura. Como foi dito, não adianta fazer educação profissional teórica, tem que ter prática. Então, tem que ter laboratório, tem que ter professor qualificado, que também não pode ser teórico, tem que ser professor que tenha realmente conhecimento técnico. O desafio é imenso, mas precisamos lutar por isso. Eu não tenho sentido... Eu fico indignado, porque eu estou aqui há 14 anos – que eu deixei a Secretaria de Ciência e Tecnologia com a educação profissional – e vejo que não avançamos absolutamente nada concretamente. Então, eu preciso saber, até para eu preparar aqui o orçamento, porque isto aqui é uma questão de interesse nacional, é uma questão que era para ser a prioridade das prioridades, mas a gente...

O Rafael tem acompanhado a nossa luta de ciência, tecnologia e inovação, o quanto é difícil você botar na cabeça das pessoas a importância de inovar, de investir em ciência, em pesquisa. Agora, nós somos dependentes de tudo. Não temos vacina, que temos que comprar – poderíamos estar produzindo. Não temos insumos, que podemos produzir, mas não temos. Não temos máquina, não temos nada. Só na saúde, são 40 bilhões de importação.

A gente fica, de certa forma, revoltado, porque a gente acompanha no dia a dia e não vê, concretamente, nada acontecer na educação profissional nas escolas públicas, que é o maior desafio. Não adianta a gente oferecer alguns cursos esporádicos, tem que ter um programa definitivo.

Agora, também, graças ao novo Fundeb, nós vamos começar a discutir a educação infantil. Nós temos uma mania de construir educação, que é como se fosse uma casa, começando pelo telhado. A União é responsável pelo ensino superior, depois tem o ensino médio, e a educação infantil fica com os Municípios, que não têm nada, estão quebrados. Então, a gente não tem base. Aí acontece o que acontece hoje: o menino chega ao ensino médio, não sabe português, não sabe matemática, não tem qualificação profissional, vai para a universidade da mesma forma. Esse é um desafio muito grande.

O que eu preciso saber e vou perguntar – para que vocês, se puderem, depois já irem respondendo nas considerações finais – é: quais são concretamente os programas para a implementação da educação técnica nas escolas públicas? Porque, se o Governo não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de tocar, vamos terceirizar, vamos passar para o Sistema S, para as escolas particulares, para as universidades particulares, mas os nossos jovens não podem ficar como estão: totalmente fora, sem perspectiva, sem esperança.

Com esta pandemia, eu já fico preocupado em trazer o aluno de volta. No ensino médio hoje, para você trazer os alunos de volta, já vai ser um desafio imenso. Por quê? Qual a perspectiva que ele tem na escola pública? Voltar para quê? Não tem nada, não tem esperança, não tem perspectiva!

Eu sei que é uma questão... Não é o seu caso, você está aí, e isso aí vem já de alguns anos, mas a gente vai ter que dar o primeiro passo. Eu preciso, concretamente... Se me derem a relatoria da educação no Orçamento, a gente precisa realmente fazer uma revolução, começando com um projeto aí.

Eu vejo que o Sistema S tem experiência, o Sesc também, o Sistema S de um modo geral, mas, na rede pública, temos que avançar muito. A qualificação profissional talvez seja o maior desafio. Nós ainda não temos – e já devíamos ter – essa qualificação profissional para que os professores pudessem ingressar no itinerário profissional, que também está começando agora, e espero que a gente já comece a ofertar isso nas escolas públicas. Com a pandemia, a gente percebeu que vai ser mais difícil ainda, porque não tem internet, não tem computador, ninguém tem acesso...

É um grande desafio, eu acho que o maior desafio da educação brasileira hoje é exatamente a educação profissional no ensino médio. Então, vamos preparar para isso. Independentemente de ser Relator ou não, a gente vai brigar muito por isso, porque acho que isso é prioridade para o Brasil hoje.

E temos que botar empreendedorismo para esses meninos do ensino fundamental. As pessoas precisam entender o que é isso, porque, no Brasil, parece que é crime você empreender, ser empresário. Fica difícil isso!

Desculpe o desabafo, Alex. Vou passar para o Alex, porque acho que já avancei muito.

Alex, obrigado pela sua presença. Passo, então, a palavra para você.

**O SR. ALEX FIÚZA DE MELLO** – Muito obrigado.

Estão me escutando direito?

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALEX FIÚZA DE MELLO** (Para expor.) – Senador Izalci, na pessoa de quem eu saúdo todos os demais Senadores presentes; saúdo também os meus companheiros de apresentação, que, claro, acabam facilitando a minha, porque economizo coisas que já foram ditas.

Senador, em relação a este honroso convite, eu fiquei me perguntando o que seria útil contribuir num momento como este e resolvi me focar... O centro da minha apresentação será, na verdade, algumas recomendações que eu faria naquilo que eu estou chamando de os pontos focais do desafio, quais são as condições mínimas de sucesso para uma política que, de fato, se implemente no Brasil em relação à educação profissional tecnológica, que – e ratifico o que o senhor acaba de dizer – junto com um trabalho sério, profundo e competente de alfabetização, que é um grande problema que nós temos no Brasil, sejam, sem dúvida, os dois maiores desafios do sistema educacional brasileiro. Educação profissional tecnológica e alfabetização.

Antes de eu entrar nesses pontos mais focais de recomendação, eu gostaria só de pontuar algumas premissas do meu raciocínio, que é resultado de um acúmulo de um pouco de reflexões e estudos ao longo de décadas que eu tive junto com experiência, experiência acumulada também dentro da área.

A grande questão que a gente tem que se colocar... E eu alinhavei algumas coisas para roteirizar o meu raciocínio e ajudar a acompanhar de maneira mais objetiva aquilo que eu gostaria de pontuar ao final. A grande questão é: por que a educação profissional tecnológica é central na equação do desenvolvimento? Isso é pouco relevado pelos gestores públicos, pelos gestores do Estado.

E eu parti aqui de alguns pontos que reforçam parte do que o Rafael Lucchesi colocou, assim como também a Professora Marilza.

O mundo global em que nós vivemos é – sempre foi na modernidade, mas cada vez mais para cá, de meados do século XX para início do XXI – aquilo que já se cunhou como sociedade do conhecimento. É um conceito bastante pomposo, provocativo e chamativo, mas é extremamente relevante, porque, na essência, o que é a sociedade do conhecimento em que nós nos encontramos? O conceito de sociedade de conhecimento remete à seguinte constatação, ao seguinte raciocínio. Houve uma profunda e radical mudança na dinâmica econômica do Planeta. Se, há pouco tempo, era a posse dos meios de produção e dos recursos financeiros que dava acesso ao conhecimento – só quem tinha, portanto, esses recursos tinha acesso, de fato, ao conhecimento inovador –, hoje, a dinâmica se inverteu. É quem detém o conhecimento, é o conhecimento que dá acesso aos novos meios de produção e, em consequência, da sua exploração aos recursos financeiros. Então, é o conhecimento a matéria-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prima do mundo que nós vivemos. Dentro dele, está a formação técnico-profissional, obviamente. Quem não entender essa premissa está fora do século XXI.

E, se o Brasil, nas suas políticas públicas, não der centralidade à superação dessa lacuna, já é o anúncio *a priori* e certeiro de que nós estamos à beira de um imenso abismo que vai nos levar ao desastre civilizatório como uma bomba-relógio que já foi acesa. Esse é um primeiro ponto. É extremamente grave a condição em que nós nos encontramos no Brasil em termos educacionais, mesmo porque a história dita e ensina que o desenvolvimento dos povos, das nações é resultado, fundamentalmente, de dois fatores: acesso a recursos naturais e aplicação de conhecimento. Muitos povos que não têm recursos naturais investiram em conhecimento e foram atrás de recursos naturais. O Brasil é um dos países, se não o maior, junto com pouquíssimos outros, como Estados Unidos, mais ricos em recursos do Planeta. O que explica o nosso subdesenvolvimento não são nossas condições naturais, é a falta de aplicação e desenvolvimento do conhecimento, que é resultado da natureza da política e – desculpem – dos políticos que, na sua maioria, nós temos tido ao longo da história. É a política que explica o subdesenvolvimento do Brasil, não é a carência dos recursos naturais.

Todos os países na modernidade e na nossa contemporaneidade que se consolidaram como nações socioeconomicamente soberanas foram aqueles que investiram em conhecimento e, obviamente, conhecimento é educação na base e educação profissional e tecnológica. Não adianta nós termos uma elite universitária, ainda que sejam poucos universitários, uma elite científica, ainda que ela seja reduzida no Brasil para a dimensão do País, não adianta tê-la sem o estofo sobre o qual ela se assenta, que é uma cultura científica e tecnológica e, particularmente, técnica da sociedade. Nós não temos 9% da população de estudantes que têm acesso à formação técnica, e essa formação técnica na sua maioria é precária ainda. Isso é desastroso dentro deste contexto, deste cenário em que nós nos encontramos. Além do que a educação técnica, profissional é certamente o maior dispositivo e estratégia de inclusão social de forma sustentável do jovem e do cidadão no mundo contemporâneo.

O Brasil tem... Claro que aqui vou exercer uma estratégia de reducionismo, mas proposital, pedagógico: o Brasil tem que fazer a opção de uma vez por todas se a população excluída vai ser mantida por bolsas, não importam quais sejam – Bolsa Família, cotas, seja lá o que for –, ou por conhecimento incorporado de formação técnica e tecnológica, que permite o acesso ao mercado de trabalho de uma maneira sustentável e competente. O projeto civilizatório brasileiro vai ser a compensação por bolsas para quem está excluído ou vai ser a inclusão social através da educação e, em particular, da educação profissional e tecnológica? Essa é uma opção civilizatória, uma opção política. O projeto de País, de Nação depende dessa opção, e nós estamos em uma encruzilhada e ainda com posição tardia sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a questão da educação profissional e tecnológica tem que ser uma questão de Estado; não é de governo. Nós precisamos ter uma geopolítica da inteligência no Brasil que nos conduza ao conhecimento, o que reside em pessoas e em instituições. Conhecimentos existem em pessoas e em instituições, que são feitas por pessoas. E ele tem que saber se acessado e ser bem utilizado, ser diversificado e ampliado. Mas tem que ser uma política estável e cumulativa no tempo, que atravesse governos se aperfeiçoando e não, políticas de governo.

A educação profissional não pode ser uma opção do Governo do PT, do PSDB, do PSL, do PMDB; tem que ser de todos, e aquilo que for herdado não pode ser extinto, tem que ser aperfeiçoado em cima da experiência feita, dos erros, dos equívocos dos acertos; potencializar os acertos, eliminar os erros. Isso é um patrimônio nacional que não pode ser desprezado. Parece que nós estamos sempre apontando para o zero, para o zero, para o zero. A cultura política faz eliminar conquistas de governos passados em vista do quê? Apenas da manutenção do poder a curto prazo ao custo da inviabilidade civilizacional brasileira? Essa é uma questão séria que nós temos que enfrentar.

Dito isso, que eu acho que reforça tudo aquilo que já foi colocado pelos meus parceiros, eu gostaria de, com base na experiência e na reflexão acumuladas ao longo de muito tempo, dizer o que me parecem ser os pontos focais do desafio, sem o que, na minha humilde contribuição... Não sou dono da verdade; apenas estou aqui contribuindo com o pensamento coletivo, que se propõe, na sua figura, ao enfrentamento do desafio, que é fundamental e decisivo para o País.

Eu diria o seguinte: primeiro, um primeiro desafio de uma política, de um programa sério de Estado de educação profissional e tecnológica é dotar essa política de um caráter republicano. O que quero dizer com isso? Tem que mirar o interesse da sociedade e não, das corporações de interesse. Eu fui membro do Conselho Nacional de Educação e eu vi que muito do que é consolidado em leis, em regulamentos decorre de pressões de corporações, não do interesse público maior. A lei reflete o espírito corporativo dos interessados na sua promulgação, não os interesses reais da sociedade brasileira. Quem vai definir isso? Essa é uma questão que eu não vou querer aprofundar aqui, mas fica aí a questão: o fundamento tem que ser republicano e não, corporativo, das linhagens de abordagem da programação e das finalidades e metas a que se propõe uma programação dessa envergadura. O primeiro ponto é esse.

O segundo ponto, que está associado ao primeiro, é que quem tem que definir as prioridades na formulação do que tem que ser ensinado, o que e por que é o setor produtivo; não podem ser as instituições de ensino. As instituições de ensino, muitas vezes, são corporativas. Nós sabemos disso, nós de dentro delas. Nós somos muitas vezes corporativos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos canalizar os cursos de acordo com o preparo dos nossos professores e não canalizar professores em função das necessidades reais e efetivas do mercado, das demandas produtivas, das transformações do mundo do trabalho e assim por diante. Então, daqui a pouco, nós estamos fazendo cursos que atendam aos interesses dos mestres, dos professores, que querem repetir todo ano o mesmo curso para terem as suas vantagens, quando esses muitas vezes se tornam obsoletos. São conteúdos obsoletos, que não têm mais... Então, essa é uma questão muito importante. É o setor produtivo que tem que determinar a prioridade; não são as instituições de ensino. Elas têm que atender à demanda com a oferta qualificada e afinada com a demanda, que não pode partir de dentro dela. Ela pode até participar do debate, do diálogo sobre isso, mas não é ela a fonte última determinante de uma programação na minha opinião. Esse é o segundo ponto.

Terceiro ponto é que temos também que entender que qualidade da formação profissional não é quantidade de cursos. Quanto mais quantidade de cursos, ótimo, desde que tenham qualidade. Agora, não adiantam números para dizer que nós fizemos não sei quantos cursos de formação profissional, que vamos formar pessoas, inócuos do ponto de vista do conteúdo formativo. É dinheiro público jogado fora. Então, esse é outro ponto com que tem que ter muito cuidado, a questão da quantidade e qualidade.

Depois – e o Senador Izalci antecipou esse ponto que eu tinha alinhavado – quem tem que ensinar formação profissional, que não é formação acadêmica, é formação técnica essencialmente, tem que ser os profissionais capacitados teórica e praticamente, para repassar o conhecimento exigido em cada campo e matéria da formação que se pretende. E muitas vezes esses profissionais não estão nas instituições de ensino, estão nas próprias empresas, e eles têm que ser buscados para ensinar; não pode ser um mercado de trabalho restrito aos interesses corporativos das instituições de ensino. Porque as instituições de ensino hoje estão amarradas pela lei, elas não têm flexibilidade de contratação. Então, se elas não têm o profissional X que precisa para o campo produtivo Y, ela não vai ofertar o curso e não vai ser permitido que nós tenhamos profissionais que, tendo competência para isso, sejam contratados.

Então, isso é um problema que leva a outro ponto que eu gostaria de frisar: o modelo dessa programação, dessa política tem que ser flexível. É o modelo flexível de contratação de profissionais e de oferta, para atender as transformações constantes do mundo do trabalho. Daqui para frente tudo tem que ser flexível. A lei não pode ser impedimento, esse é outro ponto. Não é o modelo que tem que obedecer a lei: "Ah, isso não pode, isso não pode, a lei tal, o artigo tal, o regulamento tal, a norma tal". O Brasil é dominado por essa mentalidade burocrático-formalista-tecnocrático-jurídica. O modelo tem que se adequar à lei; não, a lei tem que se adequar ao modelo. Se a lei é ruim, muda-se a lei, não se impede o modelo. Tem que se fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o modelo chegar para um jurista e dizer: nós precisamos disso, se virem para colocar na lei; e não o contrário: nós não vamos fazer isso porque a lei não permite. Esse é outro problema seriíssimo do Brasil. O Brasil está travado porque é servo, escravo da lei, quando a lei é que tem que ser serva e escrava das necessidades sociais.

O Brasil é o império da ditadura do jurídico e não da ditadura do conhecimento científico e tecnológico. Nunca é demais lembrar que, em meados do século XIX, o Brasil, tal qual os Estados Unidos, na mesma condição, era uma sociedade agrária, escravocrata, industrialmente atrasada, etc., etc. O que aconteceu dali para cá? Os Estados Unidos, com a emergência da Revolução Industrial, percebendo o futuro do mundo, investiram em educação técnica e tecnológica profissionalizante e em faculdades, universidades sobretudo tecnológicas. O Brasil não, o Brasil ficou com uma formação de elite restrita, meramente formalista e investiu em quê? Em cursos de Direito, um ou outro de Medicina. E qual foi o resultado disso? Os Estados Unidos lideraram a evolução científico-tecnológica no século XXI, e nós lideramos a evolução burocrática formal, que é responsável pelo nosso atraso e pela nossa cultura. As grandes oportunidades hoje são para os profissionais do Direito, não para a ciência e para a tecnologia. Então, quem manda no Brasil não é o conhecimento, é o formalismo, é o burocratismo. A educação profissional tecnológica não pode ser escrava desse tipo de mentalidade, que não vai dar certo. Não pode ser a cultura do "não pode". É o contrário: a lei tem que se adaptar à necessidade de um modelo que responda aos desafios da flexibilidade, porque, daqui para frente, o mundo do trabalho industrial e o mundo dos serviços em geral vão nos exigir como sociedade, como civilização.

E, por fim, nós temos que pensar em estratégias que facilitem a parceria PPP entre o setor público e o setor privado. O modelo tem que ter essa possibilidade de atrair sinergias, e a lei tem que favorecer isso. Os órgãos de controle têm que estar mais preocupados com o resultado das ações do que com a formalidade e o tecnicismo das mesmas.

Então, é só para dizer: não é uma questão meramente técnica o que está diante de nós; é uma questão cultural, é um desafio cultural, de mentalidade, de valor, que precisamos incorporar nos protagonistas desse processo, que já está tardio e precisa ser recuperado urgentemente, Senador, Senadores, se quisermos salvar o Brasil de uma condenação definitiva, em termos civilizatórios, à vala da história, por falta de aplicação em conhecimento e em formação técnica e tecnológica.

Fica aqui a minha contribuição, Senador, esperando ter dado alguma sugestão que possa ajudar nesse enfrentamento que é extremamente desafiador, urgente, de alguma forma já tardio. Mas ainda há tempo de recuperar o tempo perdido. Precisamos de lideranças para isso, Senador – é muito importante –, que façam com que os governantes, daqui para frente, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coloquem os desafios das questões de Estado muito mais do que das de governo. Portanto, é uma mentalidade republicana projetada no futuro, pensando na sociedade e não apenas nos interesses corporativos de curto prazo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Alex. Eu lhe agradeço muito. Não sei se é coincidência: tanto o senhor, quanto o Rafael e eu fomos Secretários de Ciência e Tecnologia.

**O SR. ALEX FIÚZA DE MELLO** – É! Fomos contemporâneos.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E eu me lembro, Alex, de que, na minha época, em 2004 e, depois, em 2007, Rafael, o pesquisador apresentava um projeto, e, se ele colocasse no projeto determinado reagente, se ele mudasse o reagente e tivesse um resultado maravilhoso, ele era condenado porque mudou o reagente.

**O SR. ALEX FIÚZA DE MELLO** – Isso!

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, se ele fizesse tudo certinho e não obtivesse resultado nenhum, aí davam os parabéns para ele, e ele podia pegar mais recursos para o ano seguinte. Esse era o Brasil daquela época. E, desde que eu entrei no Congresso...

**O SR. ALEX FIÚZA DE MELLO** – E, infelizmente, isso continua, não é, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Heim?

**O SR. ALEX FIÚZA DE MELLO** – Infelizmente, isso continua.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É. E nós entramos... Desde que entrei no Congresso, a gente conseguiu avançar pelo menos no marco regulatório em ciência e tecnologia.

**O SR. ALEX FIÚZA DE MELLO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, de fato, você tem razão: no Brasil, há uma diferença muito forte entre o setor privado, que pode fazer tudo, que só não pode fazer o que é proibido, e o setor público, em que, como você falou muito bem, só se pode fazer o que é permitido. Então, somos escravos, realmente, de uma legislação ultrapassada. E somos também um país que tem mais advogados, em que os advogados é que comandam o processo, e faltam engenheiros, faltam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





médicos, falta uma série de profissionais. E, aí, eu sempre cobro – aproveito, Marilza, a questão do Fies – a questão do Prouni: nós temos que direcionar isso, não adianta ficar dando bolsa e financiamento da educação para advogados e administradores se estão faltando engenheiros, médicos, professores de matemática, de português. Essas coisas precisam ser atualizadas.

E, de fato, Alex, esta Comissão, que tenho o privilégio de presidir aqui, tem este objetivo: criar políticas públicas de Estado, e não de governo. Eu, que acompanho a política já há algum tempo, vejo que cada governo que entra faz questão de acabar com tudo que está funcionando e começar tudo de novo, quando não apagam tudo, deletam tudo. É uma coisa impressionante!

O último planejamento de Estado que eu vi foi de JK, Juscelino Kubitschek, em 1958. Ele fez um projeto estabelecendo metas e fez a nossa capital aqui em mil dias. Imaginem construir uma capital hoje nesse tempo! Aqui em Brasília, você não tira um habite-se em cinco anos, imaginem construir uma cidade! Então, você falou tudo: a gente precisa de políticas de Estado e de um projeto de nação.

E, aí, sobre a educação profissional, você falou muito bem. Eu me lembro aqui de quando a gente discutiu o Pronatec e o pré-sal: "Conseguimos descobrir o pré-sal: vamos pegar esses recursos e investir na educação." Eu, inclusive, fui um dos autores da emenda para destinar metade desses recursos do fundo para a educação. Ainda está só no discurso, porque realmente ainda não fizemos o dever de casa de investir nessa área.

Mas eu fui também, quando eu puxei a educação profissional para a ciência e tecnologia... Foi o que você disse e eu disse aqui no intervalo: o maior problema nosso também são os profissionais, os professores, que não estão qualificados para dar cursos técnicos. É o que você falou: os melhores profissionais estão no chão da fábrica, é quem está lá na ponta executando, não dá para fazer educação profissional na base da teoria. Então, Marilza, o desafio é muito grande.

Mas eu fiquei animado com essa fala, Alex, porque a gente fica, de certa forma, desanimado... Completando 17 anos no Congresso, e a gente não sai... Você vê a ciência e tecnologia: os recursos orçamentários hoje são menores do que 15 anos atrás. Você vê os mesmos problemas em 2010, 2014, 2018, é a mesma coisa. Então, espero que a gente possa mudar isso.

É lamentável, você faz uma pesquisa hoje... Lógico, as pessoas estão morrendo aí, a saúde é um caos geral, você está vendo a CPI, está vendo o que está acontecendo, mas a falta de educação acaba com uma geração toda; não é uma percepção imediata, mas você vê que acaba com a geração. E, se você faz uma pesquisa hoje, vê, lamentavelmente, que a educação está como sexta, sétima prioridade. Lamentavelmente, a nossa sociedade ainda acha que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

basta colocar o filho na escola e já está muito bom, mas não vê a qualidade. E, realmente, você disse muito bem: ou a gente define agora uma política no sentido de não ficar escravo... De fato, você tem razão: os nossos jovens e uma população bastante significativa estão vivendo hoje de auxílio emergencial e de bolsa, e vão ficar escravos disso se a gente não mudar realmente. É aquilo que você disse: nós temos que realmente investir na educação, não tem outra saída, não é possível que as pessoas não acordem para isso, para a importância da educação infantil – espero que a gente consiga agora avançar – e da educação profissional. Gente, 9% é muito pouco! Os nossos jovens estão desiludidos, sem esperança, sem perspectiva. Então, vamos ver se a gente consegue sensibilizar os nossos políticos, como você disse, que são escolhidos pela população, para a gente realmente priorizar uma proposta de Estado. Realmente, não têm lógica os projetos que nós temos hoje, que são política de governo, que normalmente não dão certo.

Tenho aqui já as perguntas de alguns internautas e eu já vou aproveitar e passá-las para vocês. Aí, vocês fazem suas considerações finais e respondem a essas indagações.

Você disse muito bem: o Brasil tem recursos naturais abundantes. Falei isso ontem, na sessão de ontem. Saiu agora o resultado da educação nossa com relação à OCDE. Nós temos recursos naturais imensos, mas eles são finitos, acabam, e a gente precisa realmente investir na educação – tive o privilégio hoje de falar sobre isso, sobre essa questão

Você falou muito bem também com relação ao Conselho Nacional de Educação, que é responsável pela definição dos conteúdos da base nacional, que vai ser adotada agora, mas temos que acabar realmente com o corporativismo. Quem tem mais força hoje, quem tem mais *lobby* hoje, consegue realmente avançar, e a gente não tem uma política republicana, uma política de Estado, permanente. Você disse tudo que a gente gostaria de falar e que a gente tem falado, mas parece que as pessoas não ouvem isso.

Então, são essas considerações com relação, inclusive, à formação. Qual é a proposta de formação para a educação profissional? É um desafio o corporativismo realmente, você tem razão. O maior desafio que nós temos aqui é aproximar a academia, a universidade, do Estado e das empresas. Você disse muito bem: nós temos que formar em função do mundo real, do que está acontecendo na ponta, nos orientar pelas necessidades do mercado. Não adianta ficar oferecendo esses cursos aí, que muitas vezes estão ultrapassados. Melhoramos muito, já foi pior do que isso ainda. Estamos aproximando devagar a universidade do setor empresarial, e no ensino médio isso também é importante.

Mas tenho aqui algumas colocações dos internautas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Vitor Hugo, aqui do Distrito Federal, está perguntando: "Há alguma previsão quanto à implementação dessa modalidade nas escolas públicas?" Ou seja, educação profissional nas escolas públicas: quando é que vem, de fato, essa implementação, com laboratórios e com professores qualificados no sentido da educação profissional?

A Waldith Nascimento, da Bahia, terra do Lucchesi: "É necessária a criação de cursos técnicos para todas as faixas etárias. O mercado de trabalho dificulta a contratação após os 40 anos de idade."

Lucas Albuquerque, aqui do Distrito Federal: "A educação profissional no Brasil, principalmente no ensino básico, precisa ser instituída, uma vez que o ensino brasileiro ainda é arcaico." Geova Chagas, de Minas Gerais: "Todas as escolas deveriam ter aulas práticas sobre vários temas, como mecânica, hidráulica, eletrotécnica etc."

Khyra Vanessa, do Pará: "Todas as escolas deveriam ter na grade curricular o ensino profissionalizante, para qualificar os alunos para o mercado de trabalho."

E há várias outras colocações aqui com relação a isso. Eu queria, então, já passar para as considerações. Vocês, por favor, respondam um pouco essas indagações dos internautas.

E a gente de fato espera – viu, Marilza? – que o MEC possa encaminhar aqui para o Congresso uma política concreta. E, se eu for Relator, mas independentemente de ser Relator, que a gente possa discutir um pouco mais isso aqui, principalmente fazendo audiências na Comissão Mista de Orçamento, para as pessoas entenderem definitivamente o que está acontecendo no Brasil, porque parece... O Orçamento já vem do Executivo. Então, o ideal é que, de lá, do Executivo, já viesse um Orçamento compatível para contemplar a educação profissional.

E eu lembro que, quando a gente aprovou a reforma, tinha um recurso extra para aquelas escolas que adotassem a nova política de itinerário de educação profissional. Depois eu não sei se isso teve sequência, acho que não, mas uma forma de você incentivar os Estados e Municípios, principalmente os Estados, a implementar a educação profissional – e aí você coloca uma regra – é dando uma contrapartida: o Estado entra com uma parte e a União também. Precisamos ativar isso o mais rapidamente possível para a gente sair dessa situação caótica para os nossos jovens.

Eu vou passar, então, na ordem inversa, para o Alex já fazer também as suas considerações finais. Depois, a gente passa para a Marilza e para o Rafael.

Já agradeço a participação de cada um de vocês.

Professor Alex.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALEX FIÚZA DE MELLO** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Desculpem, mas é que eu estou agora com um problema de força maior e vou ter que sair dentro de dez minutos, mas eu não gostaria de deixar de dar essa contribuição final.

Senador, eu vou só complementar a minha fala dizendo o seguinte. Nós tivemos uma experiência no Pará... Quer dizer, tivemos, ela ainda existe e não estou aqui para fazer propaganda dela, absolutamente, apenas vou usá-la para meu raciocínio.

Nós criamos o programa Pará Profissional, que é uma lei estadual. Portanto, não é um programa de governo, é um programa de Estado: Pará Profissional. Qual era a ideia? Não estou falando só teoricamente, nós tivemos uma experiência nesse sentido que permanece. Qual é a ideia? É mudar a concepção de Estado. O Estado não tem que ser o executor de nada necessariamente. Claro, a educação em geral, básica e tal, é um dever do Estado até constitucionalmente, mas, na execução da educação profissional tecnológica, o Estado não pode pretender ser o ator principal, porque isso inviabilizaria a solução a curtíssimo prazo daquilo que nós necessitamos. Então, ele tem que ser o regulamentador, o facilitador, e a lei tem que espelhar isso. Ele tem que apenas ser o direcionador e facilitador dos cursos de formação, que podem ser patrocinados por qualquer ente da sociedade civil, qualquer ente da sociedade civil onde esteja o conhecimento adequado para a demanda definida. Então, não precisa ser...

Os antigos CEFETs hoje são institutos, são quase universidades. Eu acho que tem um problema aí que precisaria conversar mais na frente. Houve uma perda do foco na formação técnica para virar universidade, quer dizer, houve mais uma preocupação em ser reitor do que, na verdade, incentivar a educação técnica, não é? E evoluiu para instituição universitária, e isso criou problemas. Isso é uma outra questão.

Não precisa ser o Cefet ou os institutos tecnológicos; pode ser qualquer entidade competente para isso. Então, qual o problema de o Governo estadual jogar dinheiro no Senai? Por que não pode, se o Senai é mais competente? Ou o Senar ou o Senac, dependendo de onde estão os melhores profissionais, ou mesmo fora. Chama o Senai e os IFs e diz: "Vocês não têm o profissional, nós vamos contratar vocês, mas vocês vão contratar profissionais fora, que vocês não têm no quadro", e vamos pagar esses profissionais de uma maneira flexível".

Qual é o problema? Se o certificado depende de uma instituição, e ela não tem os profissionais, elas têm que ser autorizadas a contratá-los onde eles existam. Por que a lei não permite isso? Se o que tem que definir é a demanda, não é a oferta; a oferta tem que se adequar à demanda. E a demanda que é necessária por campo de conhecimento, por necessidade no mercado de trabalho. Então, a lei tem que ter essa flexibilidade. O Pará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Profissional buscou ter essa flexibilidade, e aqui eu ofereço como uma referência, se quiserem ou se próprio MEC, o Ministério da Educação, quiser conhecer mais profundamente.

Antigamente o Ministério conhecia o trabalho que era feito. Nós fazemos parcerias fantásticas no setor privado, com o Ministério da Educação, com outras entidades da sociedade civil etc., para poder viabilizar, através de sinergia de financiamento, Secretária, que é um problema que a senhora levantou muito bem colocado; nós íamos buscar aquilo que faltava no orçamento do Estado, para promover educação.

Agora, quem dizia qual era a educação que era feita lá no interior do Pará eram lá os agricultores, os fazendeiros, ou era a fábrica de álcool que precisava formar técnicos em produção de álcool – nós estávamos no Pará e fomos buscar em Minas Gerais, não interessa. Qual é o conhecimento que precisa, qual é o formador competente e onde ele está? Vai buscar onde ele estiver. Se estiver na China, traz da China; não importa. Nós não podemos ficar amarrados nos nossos limites. Nós temos que romper os nossos limites e ir em busca das alternativas institucionais incentivadas pelo modelo e permitidas em lei, para não ter problema depois lá do burocrata, do órgão de controle: "Ah, isso não pode, não estava de acordo com a cláusula tal" e assim por diante". Então, isso tem que ser resolvido na raiz.

E aí, esse tipo de contribuição, gostaria de deixar aqui ao final, como referência ao raciocínio coletivo que estamos fazendo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Alex, pela participação. Ainda vou te convidar para participar de uma audiência da Comissão Mista do Orçamento, para que as pessoas entendam um pouco sobre isso, porque você falou tudo. Quem tem que fazer... Tem que compatibilizar a demanda com a oferta. Nós não podemos oferecer cursos em função dos professores que temos, não é? Nós temos que buscar gente que tenha conhecimento para transmitir, para atender àquele que vai produzir, ao setor empresarial.

Mas agradeço pela participação, e vamos trabalhar, sim.

Eu vou até deixar, Marilza, você por último, que aí o Lucchesi vai reforçar isso para que o MEC possa mandar para cá alguma coisa nessa linha. E, se tiver que mudar a lei, vai mudar a lei. Não é adaptar a lei... Você adaptar a realidade, o mundo real à lei existente. A lei... É o que você falou: se tiver que mudar a lei, vai mudar, para realmente levar para a população melhor qualidade de vida, oportunidade, aquilo de que os jovens precisam.

Rafael...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Alex.

**O SR. RAFAEL LUCCHESI** (Para expor.) – Senador Izalci Lucas, parabéns por esta audiência pública, pelo seu compromisso com a agenda de educação profissional, como também com a agenda de ciência e tecnologia. Eu espero, sinceramente, que você obtenha essa relatoria. Cumprimento aqui todos os Senadores.

Muito do que eu falo aqui tem aliança com o que a Marilza falou e também com o que o Alex colocou aí. Na primeira questão eu concordo inteiramente com o conceito, e falei um pouco disso na minha intervenção, que educação tem que ser sempre uma política de Estado – isso é fundamental. Talvez essa seja a mais relevante crítica ao Pronatec. Ninguém pode ser contra a alocação de recursos à educação e, sobretudo, à educação técnica profissional. Mas ele foi todo baseado, Senador, no financiamento da Fonte 100, da fonte orçamentária. Não se criaram mecanismos permanentes, e, o pior, você montar e depois regredir uma estrutura é muito ruim. O Senai mesmo contratou, treinou e capacitou milhares de professores que, depois, com a regressão do Pronatec, nós tivemos que demitir; uma coisa irracional quando você olha para a matriz educacional brasileira.

Na sociedade do conhecimento, nós precisamos avançar nisso. Uma nova demografia que nós temos, e para escapar do conceito formulado pelo Banco Mundial, da armadilha de renda média baixa, nós só vamos superar assegurando ganhos de produtividade. E aí nós precisamos resolver dois problemas. Um é da qualidade da educação e da educação técnica profissional. Considerando também a demografia, Senador Izalci, a gente tem que enxergar os mecanismos de financiamento do tempo. Hoje, nós já temos um volume representativo de alocação na educação infantil. Tem que tomar cuidado para, talvez, não se colocar recurso demais que atenda mais ao interesse corporativo do que às necessidades.

Eu concordo com James Heckman, Professor da Universidade Princeton, Prêmio Nobel de Economia do ano 2000. A educação infantil, a alfabetização é chave para todo o processo de aprendizado. Uma pessoa mal-alfabetizada não vai ter o desenvolvimento intelectual como deveria ter ao longo do tempo.

A questão que nós colocamos como importante da educação profissional técnica remete às questões da produtividade, do emprego, da cidadania, da segurança pública e também combater uma coisa que você falou, Senador: nós temos elevada evasão e elevada repetência.

Eu andei por diversos países, eu fui seis anos membro do *board* da WorldSkills e, conheço... A convite dos governos, eu estive na Áustria, na Alemanha, nos Estados Unidos, Israel, na Finlândia. Inclusive, a cooperação que até hoje o MEC tem com a Finlândia foi iniciada a partir da missão finlandesa ao Brasil, em 2015, quando o Brasil sediou a WorldSkills, e nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criamos um conceito de legado social. A decisão da Finlândia de saltar de 29% para os hoje 72% de educação técnica profissional foi porque a Finlândia organizou o WorldSkills de 2015. E eles fizeram e criaram um legado de política pública. Singapura, que faz uma educação profissional fantástica, Austrália, China, enfim, Índia etc...

O que eu coloco como importante nesse debate, Senador? Você teve um papel importante na constituição da dupla matrícula, que foi do seu relatório. Você só não conseguiu uma medida autorizativa importante para a contratação do Sistema S e de todos os que saibam fazer. Isso ficou meio poluído no debate com as confessionais e as filantrópicas, mas constava do seu relatório inicial, e nós somos muito gratos por essa contribuição.

O Senai não tem essa missão. A missão do Senai é atender a indústria, mas, durante 80 anos, o Senai é uma das instituições que mais bem sabe fazer educação profissional no mundo, e isso é conhecido por diversas organizações e empresas, inclusive pelas empresas brasileiras. O desafio das redes estaduais, que detêm 87% da matrícula, é a grande questão.

Então, como política de Estado, além da dupla matrícula, que é importante – e é importante que ela seja mantida, inclusive com o referencial também de 1,4%, ou seja, o multiplicador, que são os fatores de ponderação que estão lá na lei de que o senhor foi Relator, na Lei 14.113, que é a de regulação do Fundeb –, seria um avanço permitir o que já está na lei. O Professor Alex talvez não tenha olhado em detalhes a Lei 13.415, mas ela já permite o emparceiramento. E as Diretrizes Curriculares Nacionais – aí agradeço a citação da Marilza – de que fui Relator quando fui membro do Conselho Nacional de Educação, detalham isso.

Já respondendo à Valdete, nós temos que fazer, sim, educação profissional em todas as faixas e também em todos os Municípios, como o Geova Chagas colocou. Nas DCNs, pelo menos uma escola pública tem que ter o quinto itinerário – isso está na regulação das DCNs que nós criamos com relação à reforma do ensino médio. Então, já há uma previsão disso na regulamentação, Senador, o que é importante no sentido da atenção. E, com relação ao que a Valdete colocou, é importante a gente lembrar que, no Brasil de hoje, nós temos 78 milhões de brasileiros adultos, ou seja, acima de 19 anos, que não têm o ensino médio e que vão precisar de uma educação técnica profissional. Ou seja, nós temos um duplo desafio, Senador: temos o desafio daquelas gerações para as quais o sistema educacional não atendeu suas realidades quando foram estudantes e os que estão hoje no fluxo normal. Por isso que a educação não tem que ser só ofertista; nós temos que resolver o problema do fluxo educacional, mas temos que resolver também o das pessoas que hoje estão trabalhando, porque o emprego delas amanhã não está assegurado, e das pessoas que não têm trabalho hoje, para quem deveríamos ter uma abordagem mais moderna dos programas de distribuição de renda, que são importantes, são mitigadores de uma tragédia social. E nós temos que não criar um modelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de empoçamento, mas um modelo dinâmico de capacitação dessas pessoas com relação ao futuro.

Certamente, em várias pesquisas, inclusive nossas, aqui do Senai, de cada oito indivíduos que o Senai tem que capacitar, um é para o primeiro emprego e sete, que estão trabalhando, precisam se requalificar, senão vão perder o emprego por desatualização tecnológica, o pior dos mundos. Ou seja, a pessoa já tem uma atitudinal, Senador, porque já trabalha na indústria, mas, se ele não for requalificado, se ele não aprender automação, se ele não se capacitar nos novos módulos da indústria 4.0, ele vai perder o emprego e o sustento da sua família. Então, a gente não pode olhar para o ofertismo, como bem colocou o Professor Alex.

O Senai é uma instituição de gestão privada, mas de natureza pública, um patrimônio que pertence ao Brasil. Nós estamos colocando toda a *expertise* do Senai para ajudar quem, neste momento, tem a obrigação. A Constituição e o marco, o quadro legal brasileiro já colocam que essa é uma tarefa das redes estaduais. O Senai pode ajudar. Todas as ações que nós colocamos aqui tiveram o apoio da Secretaria da Marilza, do MEC, do Ministério da Economia, da Casa Civil e de muitos brasileiros, inclusive brasileiros importantes como você, Senador, que teve um papel importante nessa agenda. Nós temos os laboratórios, nós temos o conteúdo, nós temos 1,5 mil livros desenvolvidos para a educação técnica e profissional, temos os professores e um sistema de formação de professores. Tudo isso está a serviço de todos os Governos.

Concordo com o Vitor Hugo: nós estamos demorando para implementar a reforma do ensino médio. Ela poderia já ter se iniciado em 2018. Alguns Governos estaduais estão demorando na implementação desse processo ou ainda fazendo com uma curva pequena de oferta. Como eu falei, hoje, para atender aquilo que a Valdete falou, nós temos... O Estado que tem o maior índice de matrícula de educação profissional é São Paulo, e ainda é a metade do que está no Plano Nacional de Educação – e não tem que atender só o fluxo, tem que atender também as necessidades de requalificação –, com 22% das matrículas. O segundo tem menos da metade disso: 10,5%, que é Minas Gerais. E, depois, o Paraná, com 7%. Na maior parte das redes estaduais, os índices são muito baixos, o que coloca, Senador, como fundamental o Senado da República. Espero que você lidere essa agenda no Senado, colocando isso como agenda de política de Estado, porque a educação é algo geracional, não pode pertencer a uma lógica de governos, tem que ser uma visão de longo prazo.

Nós do Senai desenvolvemos todo um pacote baseado em material didático interativo, com *chatbot*, com tecnologias responsivas, com todo o processo de simuladores e também com realidade mista, realidade aumentada, o que assegura as mais modernas tecnologias de aprendizado associado a esse processo. E isso nós temos, inclusive, com a possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação de professores. Então, todas as opções estão colocadas sobre a mesa para a formação dos professores das redes públicas e também dos sistemas públicos, e em parceria, se quiserem a participação direta do Senai, se quiserem apenas a formação.

E por que o Senai tem essa visão? Porque nós estamos comprometidos com o sucesso do Brasil, e a agenda... O Senai existe para assegurar competitividade para as empresas e empregabilidade para as pessoas. E nós podemos fazer isso de forma direta, como Senai, e podemos fazer isso em parceria. Então, o Senai existe para isso; é uma instituição voltada para o desenvolvimento, e isso tem um papel extremamente importante.

As redes, com todo o respeito, são muito importantes, elas são muito boas, mas elas não têm a vocação natural para a educação profissional. Você me conhece, a gente é amigo há muito tempo, parceiro de jornada de vida. Eu sou um economista da área de inovação, mas estou há dez anos na área de educação. Você usa o método. Sou professor universitário, a gente lê, estuda. Então, o que acontece? Se nós pegarmos todos os documentos dos principais *scholars* do mundo, sejam eles europeus, asiáticos, da América do Norte, ou até do Brasil e da América Latina, há um consenso em todos esses documentos, até nos documentos da Unesco, que é simples: governos não sabem fazer educação profissional, por quê? É um *ethos* diferente. É uma lógica diferente. Mesmo onde há um regramento público, forte, para sistemas de educação profissional, no mundo, a governança é diferente.

Qual é a experiência dos *community colleges* nos Estados Unidos? Como é a governança deles? É muito o que o Professor Alex falou. Eles são orientados para atender à demanda do setor produtivo. Vá ver o sistema, o VET alemão, ou austríaco, ou suíço. Ele é coordenado para atender às demandas do setor produtivo, inclusive é governado pelos sistemas de representação empresarial, que são associações de comércio e indústria, que existem fortemente na Alemanha, com uma forte representação.

Então, esse é o modelo que há no mundo. Aliás, o Senai é uma instituição de arquitetura institucional alemã. Ela existe no Brasil, mas ela é uma cópia do modelo do VET alemão, da educação dual. Esse é o Senai, é uma instituição de origem alemã.

Então, nós estamos aqui, Senador, no sentido de apoiar essa agenda, e eu não tenho dúvida de que pessoas como você, no Senado Federal, que muito dignifica a sua representação de Brasília, possam dar uma contribuição importante na agenda de desenvolvimento para o Brasil, para a cidadania, para a competitividade das empresas, para o nosso desenvolvimento sustentável. Eu não tenho dúvida do seu integral comprometimento com essa agenda e saúdo aqui, nessas palavras finais, essa sua obstinação de fazer o que tem que ser feito, de enfrentar algumas ideias que se mantêm cristalizadas na realidade social e institucional brasileira, mas que certamente precisam ser removidas, em um debate aberto, de consenso, construindo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visão democrática, mas avançada, progressista, para a sociedade brasileira, que eu sei, até pela nossa longa relação, que é um compromisso inegociável da sua visão de mundo, de fazer política e de construir política.

Um último comentário com relação a uma fala do Professor Alex. Eu acho que a política justifica, como ele falou, o nosso subdesenvolvimento, mas essa é uma relação interdependente. O nosso subdesenvolvimento também justifica a política. Então, nós temos a realidade brasileira, a nossa história, nós somos um País de desenvolvimento capitalista tardio, de industrialização retardatária. Nós sabemos a nossa história, mas nós não podemos é nos acomodar frente a ela. Nós precisamos, como várias sociedades fizeram, pegar o elevador do emparelhamento com as sociedades mais desenvolvidas. E é inescapável, para se fazer isso, nós pensarmos em uma agenda de educação que dialogue com o projeto de País. Nós não teremos um País com 8 milhões de quilômetros quadrados e mais de 200 milhões de habitantes sem pensar uma agenda voltada para a moderna manufatura, para as atividades econômicas de maior valor agregado e, por isso, todo o seu comprometimento com a agenda de ciência, tecnologia e inovação e também a da formação profissional, que vai assegurar a cidadania para os jovens brasileiros na construção do Brasil do futuro. Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos os Senadores. Muito obrigado a todos aqui.

Eu tentei responder a todas as indagações que foram feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Rafael. Já agradeço a sua participação.

Marilza, a responsabilidade sua é grande. E é muito mais fácil, evidentemente, no Congresso Nacional, quando vem uma política já partindo do Executivo, porque cabem ao Executivo as políticas públicas, os programas de governo, e a gente quer política de Estado. Então, eu pediria a você, como representante do Ministério da Educação.... Eu sei que o Ministro tem as melhores intenções, mas seria muito importante que o Executivo apresentasse uma proposta que contemplasse tudo isso que nós estamos falando. Eu acho que o Alex falou muito bem da experiência que ele tem como reitor, como ex-secretário; o Lucchesi também, da mesma forma. Quero passar então para você, para as suas considerações finais, mas fazendo esse apelo, para que venha do Executivo essa proposta da educação profissional, para a gente poder avançar. Acho que ninguém tem dúvida da importância desse tema.

Então, Marilza, para as suas considerações finais, já também agradecendo a sua participação. Também estamos chegando já no horário aqui, mas agradeço você pela disposição em representar aqui o Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MARILZA MACHADO GOMES REGATTIERI** (Para expor.) – Senador, muito obrigada! Falar por último tem o desafio de trazer especificidade, de destacar alguns temas, mas também acho que foi bem oportuno.

De fato, a educação profissional e tecnológica é uma prioridade dentro do Ministério da Educação. Temos um conjunto de iniciativas na Setec que dialogam exatamente com essas questões que estão aqui trazidas.

Começaria com essa que o Professor Alex traz, sobre de fato a educação profissional e tecnológica ser considerada como uma política de Estado. Nas nossas ações, uma prioridade é o diálogo constante com os gestores estaduais de educação, responsáveis pela educação profissional e tecnológica, justamente porque está com eles a responsabilidade de fazer avançar esse atendimento da oferta da educação profissional técnica de nível médio. Como o Lucchesi falou, são mais de 85% das matrículas do ensino médio que estão nas redes públicas estaduais e também estão com eles aproximadamente 50% a 60% das matrículas de cursos técnicos. Então, realmente, esse diálogo com os Estados é fundamental, estabelecendo esse regime de colaboração. E é nessa perspectiva que as nossas ações vêm sendo desempenhadas.

Diria também que nós temos ainda oito unidades da Federação em que o núcleo de educação profissional, digamos assim, diferentemente do Pará, que tem a educação profissional como uma política de Estado, instituída como lei... Isso acontece em outros Estados e é como deve ser, mas nós temos oito unidades da Federação onde você tem núcleos, ou as pessoas da educação profissional que estão ainda no quarto nível da hierarquia da Secretaria de Estado da Educação. Então, é um indicador do lugar, também, onde essa prioridade está dentro do Governo.

Então, sem dúvida nenhuma, essa discussão sobre o valor da educação profissional, o lugar da educação profissional, no desenvolvimento do País, especialmente nesse momento que vem aí, de pós-pandemia, de reinserção dos trabalhadores e de jovens, é vital. Financiamento nesse ponto, também, é extremamente importante. Então, a gente precisa olhar para a questão do financiamento. Nós temos hoje 1,9 milhão de matrículas nos cursos técnicos, e a meta do PNE é alcançar 4,8 milhões. Então, nós temos aí um aumento de 2,9 milhões. Pensando num custo médio, que não é alto, mas razoável, vamos colocar aí de 3 milhões, nós estamos falando de R$7 bilhões que a gente precisa a mais na educação profissional. Concordo – e esse é um entendimento do Ministério da Educação – que o financiamento dessa ampliação não é necessariamente público, como também não necessariamente é só pública a participação e as instituições a fazerem esse atendimento para a educação profissional e tecnológica. A gente entende que as parcerias são extremamente importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, pensando nesse desafio imposto às redes estaduais, especialmente, para ampliar essa oferta de matrícula e de beneficiários da educação profissional, nós precisamos pensar em ajudá-los no estabelecimento de parcerias com instituições que sejam, de fato, especializadas. E aí a contribuição que o senhor conduziu para trazer para a lei do Fundeb esse dispositivo da LDB foi fundamental, e, como destacado pelo Lucchesi, o Ministério da Educação entende que sim, precisamos atuar e estamos atuando para criar as condições internas nas redes públicas estaduais para conduzir esse processo – vou falar um pouquinho sobre elas –, mas também é importante, no curto prazo, acionar parcerias para que, de fato, essa formação atenda uma formação de profissionais que estão demandados, para não ser uma ampliação concentrada nas mesmas habilitações, que é uma preocupação nos cursos de Administração, de Contabilidade, que têm uma forte presença de matrícula e, por outro lado, a gente precisa também garantir que essas instituições especializadas reúnam essas condições, que são vitais e essenciais para, de fato, formar profissionais. É um perfil diferenciado da escola de formação geral, da escola de ensino médio, como eu também destaquei na minha fala.

Então, nesse sentido, no âmbito de condições, uma das primeiras ações que foi colocada em marcha foi justamente a formação de professores. Nós já temos hoje 8.800 professores fazendo formação em docência da educação profissional e tecnológica e alguns gestores para entender a educação profissional e tecnológica, porque esse é um outro elemento. Ainda é pequeno o número de pessoas que dominam, que têm o conhecimento do que é a educação profissional e tecnológica, de quais são as suas especificidades, quais são as necessidades e as demandas que elas trazem, como, por exemplo, esse alinhamento com o setor produtivo.

Para a gente, que está na educação profissional... É uma recorrência na fala do Lucchesi esse alinhamento e, realmente, os sistemas nacionais de aprendizagem, por natureza, por gênese, já fazem isso. As instituições públicas de ensino já não têm isso como uma ação do seu cotidiano. Essa construção internamente nas redes públicas estaduais, em boa parte dos Estados, digamos assim, é um desafio. Então, a formação desses profissionais; a disponibilização de quais são esses currículos e de como formar esses alunos que tenham esse diálogo que atenda a essas competências profissionais; que os professores possam, inclusive, ter domínio dessas competências – é outra linha de atuação do ministério essa questão do currículo, da formação –; materiais pedagógicos digitais, inclusive dentro da revisão do próprio Programa Nacional do Livro Didático, outro eixo de ação. Então, formação de docentes e professores, instrumentos que deem a eles essa dinâmica curricular específica da educação profissional, orientações para efetivar as parcerias abertas pelo Fundeb. Então, são elementos centrais.

E, sim, vou levar essa demanda, Senador, de trazermos com mais detalhe essas ações estruturadas, essa política que está em curso dentro da Setec, que também tem essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximação, informação, financiamento de projetos de empreendedorismo, de inovação, trazendo também essa gênese da educação profissional, com a construção de soluções práticas que reúnem um conjunto de ações no portfólio da Setec e deste Governo, no âmbito do Ministério da Educação, que realmente vê com prioridade e está buscando estruturar vários instrumentos e elementos para haver essas condições para ajudar as redes estaduais a, de fato, ampliar a oferta e as matrículas na educação profissional e tecnológica.

Falei em linhas muitos gerais, enfim, mas será uma oportunidade, uma agenda específica para que a gente traga todo o conjunto das ações que estão em curso, para que a gente possa identificar avanços que certamente são necessários nessa construção de uma política de Estado da educação profissional e tecnológica, que também vai ser fundamental para atuar num outro elemento que é a própria valorização da educação profissional e tecnológica, rompendo com uma tradição cultural, como o Professor Alex também citou, de que o valor está muito mais na cultura da formação acadêmica do que na da formação profissional, diferentemente de outras culturas de países desenvolvidos. Então, a gente tem que trabalhar também essa importância e essa resposta da educação profissional efetiva na vida daqueles que passam por ela.

Então, muito obrigada, Senador Izalci, demais Senadores, Lucchesi e Professor Alex, por estarem nesse diálogo tão importante para a gente fazer, de fato, com que a educação profissional ganhe concretude e robustez com uma política de crescimento. É esse o desejo do Ministério da Educação e é essa a direção que a gente tem do Ministro Milton.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Marilza.

Antes de finalizar a reunião, eu quero propor aqui a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 3ª, 4ª e 5ª Reuniões, realizadas dias 21 de maio, 31 de maio e 11 de junho de 2021.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu quero agradecer muito, Marilza, a sua participação; a participação também do Rafael Lucchesi, e ao Alex Fiúza de Mello, a presença e a preocupação com essa questão profissional. A gente fica angustiado aqui também com o número de jovens que estão fora do mercado e que não têm a qualificação, inclusive, para entrar em qualquer área, exatamente por falta de oportunidade. E acho que a gente pode, a partir desta reunião, firmar um diálogo com o Ministério da Educação e com os Estados, porque a responsabilidade da educação do ensino médio é do Estado, mas sem contrapartida, sem recurso, a gente não vai a lugar nenhum, não é? Não se faz educação com discurso. Tem que haver recurso – eu falo sempre isso – e, além de recurso, tem que haver essa flexibilidade com relação à educação profissional, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

totalmente diferente da alfabetização, da educação fundamental. Tem que haver um olhar diferenciado. E, como foi dito aí, tem que haver flexibilização, o melhor professor... Eu tive isso, eu tive esta experiência: os melhores professores de educação profissional estão realmente no chão da fábrica, estão na ponta, estão atuando. Então, a gente tem que buscar alternativas e condições para que isso seja realizado.

Então, eu quero agradecer a participação de todos, agradecer, inclusive, a participação de vários internautas. Não deu para ler todas as mensagens aqui, as perguntas e participações, mas quero agradecer a todos.

E, não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos pela audiência e pela participação.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e oito minutos do dia catorze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Plínio Valério e Zequinha Marinho. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Eduardo Girão, Wellington Fagundes e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. **Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2022)**. Finalidade: Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 03/2021 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências. RELATOR: Senador Zequinha Marinho. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável às duas emendas seguintes de inclusão de Meta: **(01) AÇÃO: 20V8 - APOIO A INICIATIVAS E PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL | META: 2000; (02) AÇÃO: 20V6 - FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS À INOVAÇÃO, A TECNOLOGIAS DIGITAIS E AO PROCESSO PRODUTIVO | META: 500 e; (03) AÇÃO: 20Y6 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA A AGROPECUÁRIA | META: 100** e às seguintes emendas de texto: (01) EMENTA: Emenda 02 CSF- texto - Senador Izalci Lucas- Acrescente- se ao Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de Empenho | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III; (02) EMENTA: Emenda 04 CSF - texto - Wellington Fagundes – Aeronáutica - Emenda ao Texto (Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - PESE) | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III, Seção I, Inciso LXIV; (03) EMENTA: Emenda 05 CSF- texto - senador Wellington Fagundes - Anexo III e II - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III, Seção I, Inciso X; (04) EMENTA: Emenda 06 CSF- texto - senador Wellington Fagundes - Proíbe o BNDES de conceder crédito para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de obras no exterior | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap VIII, Art 121, § 1; (05) EMENTA: Emenda 08 CSF - texto - senador Wellington Fagundes - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional.| **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III; (06) EMENTA: Emenda 10 CSF - texto - senador Wellington Fagundes- Marinha do Brasil 07 – Suprime parte do texto no Capítulo IV, Seção IX, art. 63, inciso II. | **TIPO: Modificativa** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art 63, Inciso II; (07) EMENTA: Emenda 11 CSF- texto - senador Wellington Fagundes- LDO EMD TEXTO - XV - Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras. | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III; (08) EMENTA: Emenda 12 CSF - texto - senador Wellington Fagundes- Obras Inacabadas | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção IV, Art 89 ; (09) EMENTA: Emenda 13 CSF- texto- senador Wellington Fagundes - Acrescenta as prioridades da administração pública federal para o exercício de 2022 - Obras inacabadas creches | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA Corpo da Lei, Cap II, Art 4; (10) EMENTA: Emenda 14 CSF- texto - senador Wellington Fagundes - LDO EMD TEXTO - XIV - Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X). | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III; (11) EMENTA: Emenda 16 CSF - texto - senador Izalci Lucas - Preserva de limitação de empenho recursos destinados a Ciência, Tecnologia e Inovação | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III, Seção I, Inciso LXIV; (12) EMENTA: Emenda 19 CSF - texto - senador Izalci Lucas - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho - FNDCT | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Izalci Lucas**

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão do Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de julho de 2021.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada no dia 02/07/2021.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de emendas a serem apresentadas pela Comissão do Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022.

Foram apresentadas 24 emendas a esta Comissão, sendo 9 emendas referentes ao Anexo de Metas e Prioridades e 15 emendas de texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Cada Comissão Permanente pode apresentar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização até três emendas de inclusão de metas. E não há limites para a proposição de emendas de texto.

Com a palavra, então, o nosso querido Relator, Senador Zequinha Marinho.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero aqui apresentar o relatório inicialmente.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3, de 2021-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 (LDO 2022) compreenderá: I – as metas e as prioridades da administração pública federal; II – a estrutura e a organização dos orçamentos; III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União; IV – as disposições relativas às transferências; V – as disposições relativas à dívida pública federal; VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, aos empregados e aos seus dependentes; VII – a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento; VIII – as disposições relativas à adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação; IX – as disposições relativas à fiscalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Poder Legislativo e às obras e aos serviços com indícios de irregularidades graves; X – as disposições relativas à transparência; e XI – as disposições finais.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2022, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a Comissão do Senado do Futuro tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2022: a) Texto do Projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2022; d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; e) Anexo IV.1. – Anexo de Metas Fiscais; e f) Anexo IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Não há limite ao número de emendas de texto.

O Anexo de Prioridades e Metas será elaborado por meio de emendas de inclusão de ação orçamentária e respectiva meta. A apresentação de emenda para inclusão de ações no Anexo de Prioridades e Metas deve observar o limite de 3 (três) emendas por Comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional.

Vale destacar que o Parecer Preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental. Além disso, o item 2.3.5 do mesmo parecer assenta que não devem ser admitidas emendas que pretendam incluir, no Anexo de Prioridades e Metas, programações que não correspondam à competência exclusiva ou comum da União, ou que destinem recursos para despesas obrigatórias (classificadas com indicador de resultado primário igual a 1 – RP 1.

Foram apresentadas a esta Comissão 15 (quinze) propostas de emenda de texto, relacionadas no Anexo II do presente relatório, e 9 (nove) propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo I.

É o relatório, Presidente.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere às propostas de emendas apresentadas ao texto, somos pela admissão de todas elas, exceto as de nºs 3, 7 e 9, por tratarem de tema alheio à competência regimental desta Comissão (art. 104-D do Risf).

Uma vez que inexiste limitação quantitativa para as emendas de texto, para valorizar a iniciativa de cada Parlamentar, entendemos que todas as Emendas, com proposta pela admissão, de nºs 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 19, devam ser acolhidas e apresentadas à CMO.

No que tange às emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, entendemos que atendem às competências regimentais, além de cumprirem as disposições constitucionais. Entretanto, em que pese o mérito das propostas apresentadas, nota-se um descompasso entre o número de propostas (9) e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar (3). Para a escolha das emendas a serem apresentadas por esta Comissão, o critério que utilizamos foi o de atender ao maior número de Senadores. De acordo com tal critério, foram selecionadas as seguintes ações. E aí listamos aqui, Presidente.

No Programa Conecta Brasil, o apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital. Senador Mecias de Jesus.

Tecnologias aplicadas à inovação e ao desenvolvimento sustentável. A descrição da ação é o fomento à pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e a tecnologias digitais. Senador Confúcio Moura.

Ainda a terceira emenda. Pesquisa e inovação agropecuária. Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária. Senador Izalci.

Vale, por fim, destacar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas de texto de nºs 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 19, assim como das emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 a seguir.

E aí listamos todas aqui, Presidente.

Vamos lá mais uma vez.

O programa Conecta Brasil. Ação 20V8. Descrição da ação é a seguinte. Apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vêm as demais, já lidas inicialmente.

Acréscimo de metas e emendas, apenas uma.

O Senador Mecias de Jesus. Programa 2208. Tecnologias aplicadas à inovação e desenvolvimento sustentável. A Ação é a 20V6.

Fomento à pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação, a tecnologias digitais e ao processo produtivo. Senador Confúcio Moura. O programa é Pesquisa e Inovação Agropecuária.

Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias. Senador Izalci. Só complementando aqui: pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária.

Era esse o voto.

As demais emendas estão aqui devidamente listadas e de forma muito minuciosa, por número de emenda, autor, programa, código de ação, descrição, acréscimo de meta e assim por diante, no Anexo I.

Era o que tinha aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às emendas desta Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021. As emendas aprovadas nesta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006. As emendas devem ser apresentadas à CMO, juntamente com a ata da reunião que as aprovou. Neste sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta 7ª Reunião Comissão Senado do Futuro.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.* A via original será entregue à CMO.

Parabenizo o Relator e, nada mais havendo a tratar, eu declaro, então, encerrada a presente reunião.

Obrigado, Senador Zequinha.

(*Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e quatorze minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença da Senadora Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Audiência pública destinada a debater o Desenvolvimento Estratégico da Bioeconomia no Brasil. **Participantes:** Sr. Marcelo Khaled Poppe, Coordenador do projeto Oportunidades e Desafios da Bioeconomia do CGEE; Sr. Alex Fiúza de Mello, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará(2011-2018); e Sr. Ismael Nobre, Diretor executivo do Projeto Amazônia 4.0. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Izalci Lucas**

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Eu declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de agosto de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Desenvolvimento Estratégico da Bioeconomia no Brasil".

Foram convidados a participar o Dr. Marcelo Khaled Poppe, Coordenador do projeto Oportunidades e Desafios da Bioeconomia; o Dr. Alex Fiúza de Mello, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará no período de 2011 a 2018, ex-reitor da Universidade Federal do Pará; Ismael Nobre, Diretor executivo do Projeto Amazônia 4.0.

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, como eu falei inicialmente.

Na exposição inicial, os convidados usarão a palavra pelo período estimado de 15 a 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar as suas considerações finais por dez minutos.

Então, eu vou iniciar passando a palavra, inicialmente, ao Dr. Alex Fiúza de Mello, para ele já dar a abertura dos trabalhos e falar para os internautas. Esta reunião foi marcada com antecedência e deve haver muita gente interessada em ouvir todas essas autoridades como o senhor.

Alex Fiúza de Mello é, pelo seu currículo maravilhoso, conhecedor do tema com profundidade.

Com a palavra o Dr. Alex Fiúza de Mello.

**O SR. ALEX FIÚZA DE MELLO** (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde aos demais companheiros que constituem esta Mesa e comigo dividirão um pouco das reflexões e aos senhores e senhoras presentes aí em termos virtuais, nesta reunião da Comissão Senado do Futuro.

Originalmente, a pessoa convidada era o Professor José Seixas Lourenço, que hoje é Presidente da BioTec-Amazônia, mas, pela impossibilidade, foi redirecionado a mim o convite, o que muito me honra. E aqui não o estou substituindo; a responsabilidade é minha, a partir deste momento, por aquilo que eu vou me pronunciar.

Eu imagino que em função, provavelmente... Houve uma inversão aí da ordem das falas, mas eu tenho uma certa percepção de que alguns dos meus companheiros, seja Ismael Nobre seja Marcelo Khaled, vão fazer alguma exposição, inclusive, mais gráfica e mesmo mais minuciosa do quadro da evolução da bioeconomia hoje no Brasil e no mundo. O que se poderia dizer é que, até didaticamente, seria preferível anteriormente à minha fala, mas a ordem dos fatores não altera o produto. Estamos em meio a pessoas também inteligentes e essas conexões de sentido serão feitas depois por cada um, no devido momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo isso, porque o meu foco, eu imaginei que o que eu poderia contribuir à discussão, inclusive sendo um amazônida e tendo passado a minha vida inteira voltado ao desafio do desenvolvimento de uma região que certamente é emblemática dentro desta discussão... Mas eu não vou fazer nenhuma avaliação voltada para os interesses corporativos regionais. Não é esse o meu objetivo e normalmente eu não tenho essa postura. Eu quero apenas enfrentar essa questão, oferecendo alguns elementos para uma reflexão coletiva, diante do tema que o Senado lança, que é de extrema relevância, que é o que eu poderia contribuir em termos de uma reflexão de conteúdo, inclusive mais político diante do desafio – e que tem tudo a ver com a natureza também dos desafios da própria Casa.

Certamente uma discussão voltada à bioeconomia – como há tantos outros temas na mesma altura – exige uma boa fundamentação e régua e compasso para definição de políticas consequentes à matéria. E certamente a grande pergunta que podemos fazer da origem tem a ver diretamente com o próprio tema: por que o desenvolvimento da bioeconomia é estratégico para o Brasil? Por que é relevante? E, se é relevante, o que tem que ser feito?

Eu vou levantar, apenas como contribuição, dois fundamentos principais para essa relevância estratégica da bioeconomia hoje no Brasil.

Primeiro – e eu tenho certeza que essas pequenas teses vão ser referendadas e vão ser melhor ilustradas pelos companheiros de Mesa –, a bioeconomia, sem dúvida, é e será uma das maiores oportunidades de negócios do planeta no século XXI – aqui entendido: bionegócio num sentido mais amplo e a própria bioindústria num sentido mais restrito.

E, ao mesmo tempo, o segundo fundamento que eu gostaria de levantar: a bioeconomia é a condição e a garantia da soberania de uma maior competitividade e de poder de soberania no mundo globalizado; competitividade e poder que dependerão diretamente do domínio da biotecnologia e de suas aplicações inteligentes. Por exemplo, na saúde – nós estamos vendo aí o quadro da pandemia –, o desafio da saúde depende diretamente do conhecimento em bioeconomia e ciências adjacentes.

Então, são dois fundamentos que, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista científico – e diria mais ainda –, seja do ponto de vista geopolítico, são decisivos para qualquer nação e, particularmente, também para o Brasil pelas próprias características que nos envolvem em função do nosso Território, da nossa biodiversidade e da nossa colocação dentro do portfólio das nações.

Nós todos sabemos que o grande desafio do século XXI é a inovação, mas a inovação supõe, sabemos também, ciência e tecnologia associada a empreendedorismo criador. E, dentro dos desafios da inovação, certamente nós temos que pensar com destaque naquele do aproveitamento do patrimônio genético disponível e dos produtos da floresta, que nenhum país do mundo guarda, enquanto disponibilidade e oportunidade, tanto quanto o Brasil. Nenhum país no mundo! Esse é um diferencial. Eu diria até que uma das demonstrações da nossa mentalidade, enquanto elite política brasileira, elite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica brasileira, de sermos subdesenvolvidos e ainda colonizados em pleno século XXI é o tratamento que nós damos a maior floresta tropical do planeta, nos subordinando e nos submetendo a orientações e diretrizes que nada têm a ver com os interesses econômicos, políticos e sociais do País.

Eu lembro o seguinte, é uma posição que eu vou colocar agora também a todos os senhores: da mesma forma que, poucas décadas atrás, o Brasil despertou para a necessidade do aproveitamento do Cerrado brasileiro e foi elaborado um projeto nacional com régua e compasso para o desenvolvimento desse território como um território produtivo, em função da geração estratégica com fins econômicos de produção de alimentos, graças a isso, nós sabemos os frutos contemporâneos de todo esse investimento contínuo no tempo que tem hoje na balança comercial brasileira e que coloca o Brasil numa relevância estratégica global como produtor de alimentos, num contexto em que uma das maiores demandas do mundo será, no século XXI, por alimentos. Não fora o investimento em tempo hábil no Cerrado brasileiro e no conhecimento agrário profundo das terras brasileiras, nós não estaríamos na situação em que nós nos encontramos.

Da mesma forma, eu chamo a atenção, no presente contexto, por tudo o que ela guarda de potencialidade de biodiversidade e de patrimônio genético, que a Amazônia precisa de um projeto à semelhança do que foi feito para o Cerrado. Ela deveria ser o foco do País para o século que se inicia, pelas mesmas razões e por outras, mesmo porque o potencial produtivo... Não é só a Amazônia, eu estou colocando a Amazônia porque ela é um emblema dessa luta em favor da bioeconomia. É claro que o Brasil inteiro com todos os seus biomas, que são fontes inesgotáveis de riqueza em base de exploração biotecnológica e ciências complementares, mas não são só alimentos alternativos e mais diversos que uma economia do conhecimento da floresta, por exemplo, pode gerar para o País e para o mundo; são energéticos, são nutracêuticos, são fármacos, fitomedicamentos, cosméticos, óleos essenciais, nutrientes, biocombustíveis, fibras inovadoras, serviços ecossistêmicos. São todos produtos que têm uma grande demanda efetiva global e em crescimento e nós estamos discutindo ainda apenas preservacionismo, sem isso estar associado com investimentos produtivos de alta tecnologia.

Não foi por acaso que a própria Academia Brasileira de Ciências, em 2008, elegeu a Amazônia como o maior desafio brasileiro do século XXI, em função das necessidades de investimento e inovação. Por uma razão também: não conhecemos nenhum exemplo, no mundo contemporâneo, de desenvolvimento de uma civilização florestal com preservação ambiental. Seria a nossa contribuição para o mundo, para os países do trópico, um país que consegue fazer um desenvolvimento altamente moderno com preservação da sua floresta, em vez de ficarmos num preservacionismo meramente tradicional e improdutivo.

Diante desse quadro, nós temos que nos perguntar por que tanta dificuldade em reconhecer e priorizar, no País, tamanho potencial e patrimônio incomparável de oportunidades. E essa é uma questão não puramente técnica, mas política, sobretudo. Nós precisamos ter um projeto nacional para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bioeconomia e, dentro deste projeto nacional para a bioeconomia, um projeto nacional para a Amazônia. A Amazônia tem que deixar de ser tratada, em nível nacional, como uma questão regional. Assim como o Cerrado foi uma questão nacional – e, se não fosse assim, não teria se desenvolvido, se tivesse sido reduzido apenas a uma mentalidade de concepção regional e desenvolvimento –, a Amazônia é patrimônio do País e é ela que guarda as maiores potencialidades de exploração econômica e de geração de PIB, no século XXI, para todo o Brasil.

Basta nós pensarmos o seguinte, eu conversava isso com um ministro já falecido – não vem ao caso agora dizer o nome dele, ele não pode provar a nossa conversa – alguns anos atrás, eu estava na Secretaria de Ciência e Tecnologia, representando o Pará junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia: "Eu não entendo, num país como o nosso, em que temos o maior banco genético do planeta e a maior floresta tropical, que a biodiversidade, portanto, a bioeconomia associada à exploração da biodiversidade, não tenha mais relevância do que o petróleo e o minério, mesmo porque o petróleo e o minério são riquezas esgotáveis, são produtos não renováveis e que não têm sustentabilidade a longo prazo, ainda que sejam estratégicos a curto, desde que gerem alternativas sustentáveis". E alternativa sustentável é a bioeconomia baseada na nossa biodiversidade. Ela é mil vezes mais relevante do que o pré-sal. As fontes de energia baseadas no carbono estão em fase de extinção, serão superadas em breve. O uso da biodiversidade e a potencialização de uma bioeconomia forte, pujante e altamente desenvolvida do ponto de vista tecnológico são uma agenda para séculos, pelo menos, daqui em diante. E nós não podemos entrar nessa briga de forma tardia, como sempre temos entrado em outras.

Portanto, nós precisamos de um projeto nacional, mas que seja uma política de Estado, não de Governo, pela própria natureza e envergadura do desafio. O que implica dizer: objetivos e metas de curto, médio e longo prazo; legislação adequada, esse é um grande problema que nós temos no Brasil, as legislações não se adequam à natureza do desafio, mas os desafios que têm que se adequar à legislação, e essa é uma tarefa estritamente específica do Congresso Nacional e do Senado, em particular, no caso; padrões institucionais conformizados ao desafio, criação inclusive de instituições próprias, fundos de investimento constituídos para tal, modelo de gestão bem arquitetado, atores institucionais qualificados, enfim, nós precisamos criar um ecossistema estrategicamente talhado para o enfrentamento do desafio e devidamente ancorado num pacto nacional.

Uma pergunta, se é assim o desafio, se nós temos que enfrentar isso e se a maior floresta tropical do mundo é a nossa melhor oportunidade, Senador, fique aí o registro de uma contribuição: por que ainda não se criou, entre aspas, uma "Embrapa da floresta"? Estamos falando em institucionalidade suficiente para dar conta do desafio. Uma "Embrapa da floresta" ou uma rede articulada de conhecimento, não importa agora o modelo, esse poder pode ser discutido, com o mesmo papel e a mesma função que a Embrapa cumpriu dentro do Cerrado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo para o encerramento da fala, uma bioeconomia sólida e pujante é a última oportunidade que o Brasil vai ter de se firmar econômica e politicamente em nível global no século XXI e superar sua condição histórica de país subdesenvolvido e dependente.

O Pará, por exemplo, para falar rapidamente aqui do meu Estado, já tem uma política de bioeconomia, que é o BioPará, e já criou padrões institucionais de suporte desse trabalho, mas tem uma grande dificuldade ainda porque não tem interlocução à altura, em nível federal, para poder potencializar essas iniciativas, porque a União ainda não se aparelhou para tal, não existe uma política federal definida nesse sentido.

Nós precisamos suplantar urgentemente aquele falso ambientalismo – como eu digo, meramente ideológico, exotérico, não é? – em favor de políticas públicas que valorizem a preservação ambiental pela aplicação do conhecimento em cadeias produtivas da floresta e outras semelhantes para aproveitamento inteligente da nossa biodiversidade. É esse o nosso grande desafio.

A Amazônia – e com ela a bioeconomia – deve ser o norte do Brasil no século XXI, o norte nos vários sentidos. O século XXI aponta para o norte, nesse sentido, aponta para o norte em termos de mercado, porque nós temos que ser não só os maiores produtores de alimentos do planeta mas também de todos esses outros produtos decorrentes da exploração da biodiversidade, inclusive na área de fármacos e fitomedicamentos, por exemplo, porque nós temos que exportar isso para mundo inteiro, inclusive para a Ásia – porque a Ásia está no oeste, mas, em relação a hemisfério, está no norte em relação a nós. A Europa, outro grande mercado, está no norte; os Estados Unidos, o Canadá também estão no norte. Então, aponta para o norte o século XXI, aponta para o norte. Apontam para o norte as nossas maiores oportunidades, porque a Amazônia tem que ser um projeto nacional de aproveitamento, não é? E o norte é a bioeconomia.

Então, ficam aqui apenas essas pontuações, essa contribuição, como uma reflexão para um desafio extremamente relevante. Temos que saudar que o Senado Federal, em particular, esteja pautando uma matéria desta natureza, porque disso dependerá certamente, em boa medida, o nosso destino como Nação, como País soberano, no século que ainda está no seu começo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professor Alex Fiúza de Mello, nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos. Eu quero que o senhor transmita, quando o encontrar, ao Seixas Lourenço o meu abraço, é um conhecido.

O senhor fez uma apresentação provocante, extremamente importante, chamando a atenção para uma realidade inadiável. Eu não sou o Presidente desta Comissão, o Presidente já chegou, que é o Senador Izalci Lucas, eu apenas faço parte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALEX FIÚZA DE MELLO –** Eu queria até saudá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** ... eu apenas faço parte da Comissão, fiz a abertura, coincidentemente com o senhor falando e foi muito bom.

Eu agora repasso a palavra ao nosso querido Presidente para dar prosseguimento à audiência pública – eu vou ficar aqui só como ouvinte e depois fazer alguns questionamentos –, nosso Senador Izalci Lucas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Obrigado, Senador Confúcio.

Primeiro, quero agradecer a V. Exa. até pela abertura da reunião. Eu estava, ao mesmo tempo em que a gente está cuidando do mérito do tema, a gente sempre tem que estar preocupado também com o recurso, não é, porque não se faz nada neste País só com discurso. A gente fala isso todo dia aqui, na área de educação, ciência e tecnologia não se faz apenas discurso. Então, eu estava agora inclusive tratando – porque nós criamos agora a Frente Parlamentar em Apoio aos Investimentos Estrangeiros para o Brasil – de recursos; nós temos que trazer recursos, investimentos, e o Brasil tem um potencial imenso, estávamos debatendo isso com alguns embaixadores exatamente para a gente poder já buscar condições para implementar essas propostas, porque a gente, a cada dia, a gente fica preocupado com a falta de política de Estado.

Eu quero agradecer, Alex, a você, que já esteve conosco aqui e já falou muito bem. Nós discutimos na audiência passada exatamente também sobre a educação profissional no Brasil, que é outro gargalo, e com a reforma agora do ensino médio a gente precisa avançar muito. Gostei muito da palestra anterior, Alex, e agora desta também, do que eu pude, eu estou com a fala aqui, mas eu gostaria muito que o senhor pudesse encaminhar para nós também essas sugestões de alterações. Eu acho que nessa fala, e o que foi falado também com relação à educação profissional, a gente não tem que adaptar a realidade à legislação existente, nós temos é que mudar, atualizar a legislação, senão a gente não vai avançar.

Então, pela experiência – eu não sei, Senador Confúcio acho que não leu aqui –, para os nossos internautas, nossos telespectadores da TV Senado, da Rádio Senado, o Dr. Alex Fiúza de Mello é professor titular aposentado de Ciência Política da Universidade Federal do Pará; é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais; é doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, com pós-doutorado em Paris e em Madri também; Reitor da Universidade Federal do Pará, de 2001 a 2009; foi membro do Conselho Nacional de Educação, de 2004 a 2008; foi Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, de 2011 a 2018; foi Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi e também Reitor da Universidade Federal do Pará e Federal do Oeste do Pará; Presidente da Companhia de Mineração do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pará; Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, o Inpa; Secretário de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal no Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, também da Amazônia Legal; e Secretário Executivo do Conselho Nacional da Amazônia Legal, além de assessor especial do Ministério da Ciência e Tecnologia para Assuntos de Regionalização das Ações de Ciência e Tecnologia e Secretário Estadual de Educação do Estado do Pará.

Então, Senador Confúcio e Senadora Zenaide, que também está aí, é uma grande experiência. Eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia. Sabemos das dificuldades, não é? Avançamos um pouquinho aqui na legislação, mas, de fato, nós precisamos adequá-la para que a gente possa seguir na questão da inovação, da ciência e tecnologia, da bioeconomia, não é? Então, eu quero agradecer. Eu sei que o Dr. Alex tinha um compromisso. Eu quero agradecer muito a presença do senhor aqui. A fala foi maravilhosa, mas eu já adianto, já que eu sei que o senhor tem um compromisso, mas gostaria muito que o senhor já nos encaminhasse as sugestões dessas mudanças, para que a gente possa aperfeiçoar. Tenho certeza de que o nosso Senador Confúcio Moura, que é meu Presidente da Comissão Especial da Covid, é uma referência para nós, já foi Governador, sabe desses gargalos todos, então, pode nos ajudar muito a mudar realmente, adaptar a legislação, para que a gente possa realmente iniciar esse processo, que é muito importante para o País.

Eu agradeço ao Senador Confúcio e quero passar imediatamente, já agradecendo também a participação, mas já passo a palavra imediatamente – depois eu leio o currículo dele – ao nosso querido Marcelo Khaled Poppe, que é Coordenador do Projeto de Oportunidades e Desafios da Bioeconomia do CGEE, também um grande parceiro aqui do Senado, da Câmara, da Ciência, Tecnologia, da Educação. Então, eu passo imediatamente ao Dr. Marcelo para a sua apresentação.

Está disponível também a apresentação. Senador Confúcio, Senadora Zenaide, quem tiver interesse, já está disponível.

Dr. Marcelo.

**O SR. MARCELO KHALED POPPE** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

É um prazer para nós do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos estarmos aqui convidados para esta reunião do Senado do Futuro, com muita honra.

Vou iniciar essa minha exposição na sequência da exposição do Alex Fiúza.

Eu vou compartilhar a minha tela aqui. Espero que todos estejam vendo.

Então, esse tema do desenvolvimento estratégico da bioeconomia no Brasil é um tema muito caro ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Como eu disse, é uma honra e um prazer estar aqui com a Comissão Senado do Futuro compartilhando esses trabalhos. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e pelo Ministério da Educação.

Então, como já foi colocado pelo Alex Fiúza, a bioeconomia é um tema que vem crescendo no mundo. Diversos países já têm se posicionado com políticas sobre o tema da bioeconomia, valorizando, então, os recursos provenientes da biomassa e de recursos biológicos para assegurar o desenvolvimento das suas economias e o desenvolvimento do planeta.

Nós, no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, desde a criação do centro, praticamente há 20 anos, temos nos debruçado sobre isso, fornecendo, por exemplo, subsídios para a criação do Laboratório Nacional de Biorrenováveis, originalmente o Centro de Tecnologia do Bioetanol, isso no âmbito do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, permitindo, então, integração e escalonamento de tecnologias desenvolvidas sobre o tema de insumos renováveis, biorrenováveis.

Também nos debruçamos sobre a criação de um Centro Tecnológico em Celulose e Papel no País, sobre a economia do bambu, trabalhamos o panorama da bioeconomia no Brasil e a identificação das áreas estratégicas para subsidiar a formulação do plano de ação em ciência, tecnologia, inovação e em bioeconomia, o pacto de bioeconomia, e também trabalhamos, demos suporte, desde a sua gênese, na concepção e implementação da Biofuture Platform, que foi lançada em Marrakech, no âmbito do Acordo de Paris, e que reúne 20 países do mundo com mais da metade da população do planeta, representada nesses 20 países.

Foi, desde lá, desde essa ocasião, coordenada pelo Brasil e, atualmente, recentemente, este ano, passou, então, para uma coordenação dos Estados Unidos e um secretariado da Agência Internacional de Energia, mostrando a relevância, a pertinência e o reconhecimento dessa proposta brasileira, que hoje em dia está liderando esse biofuturo que nós esperamos para a humanidade, fazendo uma transição da economia baseada em recursos fósseis para uma economia baseada em recursos biológicos.

Também tivemos a organização... Participamos da organização de inúmeros eventos nacionais e internacionais, com destaque para o lançamento, em Madri, em dezembro de 2019, na COP 25, de uma publicação conjunta com as Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular em bioeconomia, em apoio tanto ao Acordo de Paris quanto à Agenda 2030, das Nações Unidas.

Então, aqui a gente traz uma coleção de publicações e de contribuições do centro para o desenvolvimento estratégico da bioeconomia no País, como foi o caso da Conferência Internacional de Bioeconomia, em 2008, em São Paulo, com a presença de mais de cem países, em que nós lançamos uma publicação conjunta com o BNDES sobre o bioetanol de cana-de-açúcar, publicada em quatro línguas, para a distribuição entre os delegados. Foi o caso também de 2012, quando lançamos, durante a Rio+20, uma publicação sobre a sustentabilidade da bioenergia da cana, e de 2017, com a publicação sobre o tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos bioquímicos e da bioenergia de cana-de-açúcar de segunda geração, em apoio à indústria, ao transporte e à energia na sua transição internacional.

Desde o ano passado, em conjunto com o ministério, nós temos tocado o projeto Oportunidades e Desafios da Bioeconomia. Nós temos uma página do projeto na *home page* do CGEE. Existe uma página do projeto que traz todas as publicações, todos os relatórios, eventos etc., trabalhos que foram desenvolvidos nesse âmbito, focando, então, estes eixos: observatório em bioeconomia, governança e estratégia de ciência, tecnologia e inovação para a bioeconomia brasileira.

Temos também disponíveis na página do CGEE os informes. Esse é o informe do primeiro semestre, dos trabalhos que foram realizados no primeiro semestre do ano passado, com destaque para o espaço conceitual da bioeconomia, em que a gente desenvolveu uma reflexão aprofundada sobre a construção da bioeconomia.

Também fizemos um mapeamento de capacidades brasileiras de ciência, tecnologia e inovação em bioeconomia, com essa rede do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações em bioeconomia, que traz as agências, os conselhos, como a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; os institutos nacionais; as empresas públicas, como é o caso da Finep; também as organizações sociais, como o CGEE e as outras que estão aqui representadas; e as unidades de pesquisa do ministério que têm atuado na área do desenvolvimento da bioeconomia e do conhecimento, da ciência e da tecnologia em termos de bioeconomia no País. No segundo semestre de 2020, também tivemos diversas realizações, como a proposta de construção de um observatório em bioeconomia, onde podemos disponibilizar informações de interesse e trazer os principais agentes para interagirem entre si e proporcionarem o desenvolvimento da bioeconomia, como o mapa de capacidades, como os números da bioeconomia e como serviços de inteligência, como vão ser exemplificados um pouco mais adiante. Aliás, estamos até com uma expectativa de termos uma emenda parlamentar que aporte recursos para a finalização e a operação desse observatório em bioeconomia.

Dentre as realizações também do segundo semestre, podemos destacar o diálogo internacional organizado com outros países da América Latina, como foi o caso do Uruguai e da Costa Rica, e também com agências regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas, e também o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, que participaram desse evento conosco.

Tratamos também duma questão importante: de modelos de governança da bioeconomia. Nós vimos, naquele primeiro eslaide, diversos países do mundo se posicionando sobre o tema. E aqui no Brasil... E também nós procuramos, com a ajuda de consultores, examinar quais são as diferentes tipologias de modelos de governança que poderiam servir de base para construirmos, aqui no Brasil, o nosso modelo de governança desse tema de tanta relevância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse primeiro semestre agora do ano, a gente continua trabalhando no tema junto com o ministério, examinando, então, os espaços de estruturação da bioeconomia, como já foi falado; a questão da relevância de modelos de negócio capazes de transformar de uma maneira racional as matérias-primas, utilizando tecnologias em produtos valorizados pelo mercado.

Fizemos uma construção conjunta com quase cem especialistas de diversas áreas do conhecimento, de diversos horizontes, como da área pública, da área empresarial e da área acadêmica, para definir um desafio para a sociedade brasileira, em que ficou estabelecida a bioeconomia como um impulsionador do desenvolvimento sustentável e da prosperidade do Brasil, com uma missão de acelerar o uso sustentável e a valorização de recursos de origem biológica na economia, para o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços e para a substituição de produtos de origem fóssil.

Essas missões de inovação na bioeconomia foram subdivididas em três: a primeira sendo promover a utilização sustentável da biodiversidade, viabilizando cadeias de valor e maximizando os serviços ecossistêmicos; uma segunda missão específica, promover a produção sustentável de biomassa para geração de produtos de valor agregado com base na melhoria científica e tecnológica; e a terceira, um desenvolvimento de tecnologias, processos, produtos e serviços para uma indústria sustentável, utilizando a biomassa e os recursos biológicos e químicos da biodiversidade.

Esse exercício nos permitiu definir uma série de linhas de ações que precisam ser priorizadas agora, as linhas já são para cada uma dessas missões. Também foram identificadas aquelas que contribuem para mais de uma missão e também as linhas de ações transversais e, agora, estamos numa fase, junto com o ministério, de dar seguimento no intuito de construir projetos estruturantes orientados por essas missões que foram definidas em conjunto com uma série de atores importantes da bioeconomia nacional.

Como contribuição também, já na área de serviço de inteligência do observatório, nós lançamos, no mês passado, no mês de junho, um boletim temático sobre a bioeconomia com um panorama da produção científica da bioeconomia no Brasil e no mundo, no qual a gente vê, nesse primeiro gráfico, que o Brasil está entre os 11 países que mais publicam em inglês. No repertório lá do Web of Science, o Brasil está em 11º, mas, nos anos recentes, a gente vê que o Brasil já evoluiu para o sexto país que tem mais publicações em inglês repertoriadas no mundo.

E, aqui embaixo, a gente procura trazer a informação de quem são os parceiros nessas publicações, quem são os parceiros dos cientistas brasileiros que publicam. E, a gente vê aqui, então, a relação dos países que têm mais relação conosco, com a produção científica brasileira nessa área.

Também quero chamar a atenção, como já foi dito, que a bioeconomia, na realidade, difere de uma região, de um país para o outro, dentro de um país, de uma região para outra, em função dos ecossistemas, dos biomas e das condições que cada região tem para o seu desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vê aqui os dois países que mais publicam em bioeconomia, que mais publicaram nesses últimos 20 anos em bioeconomia: Estados Unidos e Alemanha. E nós vemos que nós temos as cinco primeiras palavras-chaves que se encontram nos dois países, mas as demais diferem de um país para o outro para confortar as realidades locais de cada país.

No caso brasileiro, isso também é a mesma coisa. São cinco ou seis palavras-chaves que se encontram também com os demais países. E há outras palavras-chaves que refletem a nossa realidade, como é o caso, por exemplo, da parte de resíduos ou da cana-de-açúcar, que são especificidades do Brasil, mas que destacam também a questão da sustentabilidade, por exemplo.

Nós também, como contribuição para essa compreensão da atuação brasileira, procuramos levantar onde estão os principais pesquisadores e cientistas que têm publicado, que têm produzido essa produção científica brasileira e onde é que eles estão localizados em relação aos seus órgãos de origem. Os resultados que nós esperamos com esses trabalhos que nós temos desenvolvido no centro são a mobilização e engajamento de atores de diversos setores numa discussão ampla da bioeconomia.

Nesses últimos 18 meses, nós temos feito, de uma maneira constante, a sistematização de dados, informações, oportunidades e desafios em bioeconomia para subsidiar as políticas de ciência, tecnologia e inovação dentro do ecossistema nacional de inovação e do ecossistema nacional de bioeconomia; a conscientização sobre as opções de modelos sustentáveis de desenvolvimento econômico, social e ambiental, uma questão que também foi destacada aqui pelo Alex Fiúza e é essencial para garantir a sustentabilidade de um desenvolvimento para o País e da bioeconomia em prol do bem-estar da população brasileira; a integração de ações e iniciativas na construção de programas orientados por missões e planejamentos de longo prazo da bioeconomia nacional, que estamos trabalhando agora com o ministério; e a identificação de oportunidades de inserção competitiva em mercados globais nascentes, como nós temos visto os diversos países do norte e do sul, mas principalmente, particularmente, do norte, salientando a importância da economia verde, a importância da transição de uma era de produtos com base em insumos fósseis para uma era sustentável de desenvolvimento do Planeta, com bases de longo prazo.

Então, agradeço esta oportunidade de trazer esta explanação aqui para esta Comissão.

Fico à disposição para participar do debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Dr. Marcelo Poppe.

Ele tem diploma de estudos aprofundados, que equivale aqui ao mestrado, em Economia da Produção: Inovação e de Sistemas Energéticos, pela Universidade de Paris e Instituto Nacional de Ciências e Técnicas Nucleares, especialização em Sistemas de Conversão de Energias Renováveis pelo Laboratório de Termodinâmica e Energética da Universidade da França, é engenheiro eletricista da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente é assessor do CGEE e foi o consultor da CNI, Secretário de Desenvolvimento Energético no Ministério de Minas e Energia, gerente executivo da Aneel, pesquisador do Centro Internacional de Pesquisas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, França, e também engenheiro eletricista no Brasil. Trabalha com desenvolvimento sustentável, mudança do clima, energia e bioeconomia.

Marcelo, obrigado. Daqui a pouco eu vou também... Há várias perguntas já dos internautas e eu tenho certeza de que do nosso querido Senador Confúcio e da Senadora Zenaide também.

Então, agradeço a apresentação e já passo imediatamente para o Ismael Nobre. Já vou adiantar: o Ismael é Diretor Científico do projeto Amazônia 4.0, graduado em Biologia pela Universidade Federal de São Carlos, doutorado em Dimensões Humanas dos Recursos Naturais pela Colorado State University e pós-doutorado em Estudos de População pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), especialização em Manejo de Áreas Silvestres Protegidas pela Colorado State University (CSU).

Passo a palavra então para a apresentação também que tem aqui, deixou já disponível conosco a apresentação.

Passo a palavra, então, ao Dr. Ismael Nobre. Obrigado pela presença, Dr. Ismael.

**O SR. ISMAEL NOBRE** (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador Izalci, boa tarde. Boa tarde, Senador Confúcio, boa tarde a todos os internautas e ao meu colega de mesa.

Eu vou apresentar então o projeto Amazônia 4.0, que é um novo modelo de desenvolvimento econômico para a Amazônia baseado em altíssima agregação de valor, utilizando, para isso, recursos tecnológicos recentes – a gente chama de recursos da quarta revolução industrial.

Para facilitar a nossa conversa, eu vou compartilhar a tela para a qual eu tenho uma apresentação.

Vocês estão vendo a minha tela? Sim. O.k.

Então, vamos lá.

Antes de eu falar especificamente do Modelo Amazônia 4.0, eu vou começar dizendo o que nos levou a pensar uma alternativa bastante diferente daquele discurso habitual sobre o desenvolvimento da Amazônia, que é a proteção da Amazônia. O desenvolvimento que eu quero dizer é o longo prazo da Amazônia, a projeção, como a gente vê a Amazônia no futuro.

Então há uma corrente muito forte que diz que temos que proteger simplesmente; e outra corrente que fala: "não, temos que usar e desenvolver a economia da Amazônia". Então, isso levou a essa visão um pouco simplista de proteção *versus* uso intensivo para *commodities*. Se a gente for olhar o que que nós temos hoje, qual é o panorama, essa primeira via que a gente chama, que é a ênfase na proteção legal de grandes áreas territoriais – terras indígenas, unidades de conservação – levou a um quadro – aí eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando da Amazônia como um bioma, a Pan-Amazônia envolvendo os outros países – onde nós temos 47% da floresta legalmente protegida, seja em terras indígenas ou áreas protegidas. Porém, a segunda via, que é a ênfase na exploração intensiva dos recursos naturais, vem ocorrendo ao mesmo tempo. Então, em tese, a gente pode pensar meio a meio, uma parte fica protegida, a outra a gente desenvolve.

Então, o desenvolvimento veio de forma às vezes legal, às vezes ilegal. Nós temos acompanhado como é difícil proteger, até essa proteção legal dentro dos desafios e dimensões da Amazônia, e isso vai levando a um ciclo que vai consumindo, de fato, a floresta como um recurso natural vivo que poderia ter eventualmente outras utilizações.

Nós temos hoje esse quadro de perda florestal já desde 1997 a 2015 – é o que mostra esse gráfico. Agora isso não é aquela opção simples que protege *versus* usa extensivamente, porque não se equilibra. Recentes estudos demonstraram que se você perder acima de uma determinada percentagem da floresta, se for de 20% a 25%, a floresta que sobra não é mais sustentável como floresta, ela vai automaticamente sendo substituída por uma savana, um cerrado, um processo de savanização que já está em curso nas áreas que foram inicialmente mais desmatadas na Região Amazônica. Então, a gente não pode mais contar com aquela segurança, vamos dizer assim, de ter metade protegida, porque ela não é sustentável como floresta, falando ecologicamente, biologicamente.

Então, daí surge a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável que sempre se buscou, mas não chegou a tempo, vamos dizer assim, de gerar uma valorização e uma lógica de floresta para a Amazônia. Daí surgiu a iniciativa por uma terceira via amazônica, por vários pesquisadores científicos, liderados pelo Dr. Carlos Nobre, grande climatologista que teve sua carreira estudando essa relação da floresta com o clima. E dessa iniciativa surgiu o projeto Amazônia 4.0, que é a operacionalização das ideias da iniciativa Terceira Via Amazônica.

Esse projeto se divide em quatro eixos. O primeiro é justamente esse desenvolvimento de novos raciocínios para a mudança dessa visão, ou conservação ou desenvolvimento. Isso a gente chamou de Terceira Via Amazônica.

O segundo eixo é demonstrar princípios e práticas, e não só ficar na ideia, ou no discurso, ou no estudo científico, como os cientistas gostam: estudam, publicam e pronto, o resto a sociedade usa. Aqui não, nós resolvemos arregaçar as mangas e demonstrar essas coisas na prática, no chão, no território, e desenvolver capacitação. Esse é um dos passos fundamentais para haver qualquer transformação de agregação de valor, ter as pessoas da região habilitadas, desenvolvendo habilidades nelas. E a isso a gente chamou de... Bom, depois eu falo mais sobre isso.

Então, a ideia principal do Amazônia 4.0 é fundamentar e mostrar a viabilidade de uma vibrante bioeconomia de floresta em pé, com rios fluindo, movida pela sociobiodiversidade amazônica, muito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já foi falado pelos palestrantes anteriores, mas aqui a gente vai descer um pouco mais nos detalhes. Como isso pode funcionar, na prática, lá na floresta? Com biofábricas 4.0 distribuídas no território e com alta agregação de valor. E aí surge disso o conceito de Laboratórios Criativos da Amazônia, que é o que nós estamos fazendo agora para demonstrar e capacitar.

Quem é essa população, quem é essa Amazônia para a qual a gente entende que possa haver muito mais atividades e agregação de valor? Só o IBGE lista 4.438 localidades, sejam projetos de assentamento, vilas, cidades, aldeias indígenas e povoados. Esses locais estão normalmente à margem de uma economia de alto valor. Eles são, simplesmente, produtores de matéria-prima, que é o menor valor que uma coisa tem. Imaginem, por exemplo, a castanha-do-pará, que é uma das coisas mais caras que nós compramos no mercado pelo Brasil e pelo mundo. Lá na Amazônia, nas comunidades que a extraem, é um valor muito baixo, não gera uma economia rica.

Então, a gente olhou para todos esses valores da riqueza biológica, vamos dizer assim, a riqueza da biodiversidade, e falamos: "Como a gente pode transformar isso em riqueza econômica?" E riqueza econômica vem com agregação de valor. Daí, o que que nós fizemos de diferente? Fomos olhar as tecnologias da Quarta Revolução Industrial que podem fazer agregação de valor ser possível para esse contexto regional interior da Amazônia.

Vou dar alguns exemplos, muito rapidamente: o desafio logístico.

Hoje nós temos aí um percurso típico, lá na região de Coari, que poderia levar três dias de barco, 500km, se a gente quisesse escoar uma produção de barco. Porém, hoje nós estamos começando a ver o que eu chamo de o alvorecer, a aurora dos *drones*. Em poucos anos, os *drones* vão fazer o serviço de transporte de forma muito mais otimizada. Nesse caso, os 500km se tornam 90km, duas horas. Quando a gente fala de valor agregado, lembrem: os produtos têm muito menor peso e muito maior valor econômico. Então, é diferente de carregar toneladas de matéria-prima, quando você entrega alguma coisa que é já com agregação de valor, não é?

E isso que eu setou falando não é só futurismo tecnológico. A Alphabet, a empresa dona do Google, fez já um *drone* certificado pela equivalente à Anac americana, a FAA, para fazer entregas. Isso já é um *drone* sério desses *drones* que vão entregar as coisas nas casas da gente, não é? Isso eu chamo de logística 4.0.

Na parte dos rios, na Amazônia é basicamente de rios que se faz a logística hoje, e o óleo diesel é um grande impedimento, porque ele é muito caro para você. Então, não compete ter um gasto tão grande de transporte.

Já existem barcos movidos a hidrogênio. Esse é um exemplo de um barco que circula na Alemanha, demonstrando isso, e já existem motores a hidrogênio nos carros com um combustível que pode ser gerado localmente, com energia solar e energia eólica. Então, a gente rompe esse ciclo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependência do combustível fóssil, dando mais oportunidade de negócios, inclusive, de geração econômica na própria Amazônia.

Quando a gente fala em interior da Amazônia, em desenvolver o interior da Amazônia, a gente fala "puxa, mas é muito longe. As coisas são perecíveis". Em parte. A gente usa uma tecnologia, como a da liofilização. A gente transforma qualquer fruto em um pó que, quando coloca água, volta a ter as características nutricionais, às vezes até a aparência do próprio fruto. Então, isso é uma tecnologia disponível.

Quando a gente fala de energia, sim, precisa de energia para fazer agregação de valor. Temos a energia solar, a Amazônia é super bem servida de sol. O sol chega mais do que na Alemanha, que hoje já está andando na frente, com energia solar substituindo outras matrizes.

Comunicação 4.0 é muito importante para essa indústria moderna, que faz uma revolução, de fato, na manufatura. Em inglês se chama *smart manufacturing*, manufatura inteligente, e, na Europa, a indústria 4.0 se faz com comunicação. E aí nós temos, por exemplo, o Satélite Geoestacionário brasileiro de Defesa e Comunicação Estratégicas, que está lá, sobre a Amazônia, levando banda larga aos pontos de interesse.

Temos o Programa Amazônia Integrada e Sustentável, em que o Exército coloca fibra ótica nos principais rios, levando banda larga para essas comunidades lá do interior.

E temos ainda a rede Starlink, do Elon Musk, que vai colocar 40 mil satélites em seu projeto final, fazendo uma espécie de um *wi-fi* da Terra. Já está começando a ser disponibilizado comercialmente.

Então, aquele isolamento de comunicação que a Amazônia tem já está sendo superado, permitindo, por exemplo, que as máquinas inteligentes e conectadas, baseadas em internet das coisas, possam funcionar nesse contexto amazônico.

Então, um pouco de tecnologia e agora um pouco de quem vai comprar produtos da natureza, produtos da biodiversidade. Vamos ver como são esses novos mercados e novos consumidores.

Só para dar um exemplo, essa granola eu peguei antes da pandemia, voltando dos Estados Unidos, num voo muito interessante. Quando eu olhei no verso, estava escrito que ela era feita com 100% comida real. Quando que um pacote de comida que a gente reconhece como comida precisa ter uma nota dizendo que a comida é comida, é real? Isso é porque já está olhando para essa nova geração de consumidores que procura qualidade, procura nutrição, procura um consumo consciente. Para esses novos consumidores, a Amazônia é um manancial enorme de produtos. Então, a gente já, quando olha essa trilha da bioeconomia para a Amazônia, tem que olhar todos esses fatores que vão viabilizar, de fato, uma riqueza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também rastreamento digital de ponta a ponta, que é uma tecnologia que a gente utiliza e que permite, então, ter todo o histórico, desde o local em que ela foi produzida num sistema de conservação, de manutenção da natureza, da floresta, até o consumidor final. Um exemplo de uma plataforma que colocou vários produtores disponibilizando as suas produções para qualquer comprador do mundo, diminuindo aquela cadeia de intermediários que normalmente ocorre, que só desvaloriza o produto diretamente para quem os gera na floresta. É um outro tipo de tecnologia. Lembrando sempre que nós estamos olhando, no projeto Amazônia 4.0, para as comunidades do interior, beneficiando naturalmente as capitais também, porque são portões por onde entra e sai essa economia, mas a agregação de valor, a gente quer que possa ser feita em qualquer local da Amazônia. A tecnologia vai superar os desafios do interior.

Aí, numa entrevista do Carlos Nobre, o fundador do projeto, ele disse: "O que deixou de se ver é que existe um enorme potencial inexplorado da biodiversidade, principalmente das florestas tropicais. Temos alguns exemplos, poucos exemplos, mas poderosos. Um deles é o açaí, que assim como outros da biodiversidade amazônica utilizados regionalmente [desde sempre], explodiu mundialmente.".

Aí, vamos ver o açaí. Hoje ele gera mais de R$3 bilhões por ano como valor econômico direto pra Região Amazônica, mas isso apenas produzindo, vendendo, transportando, despolpando e congelando. É pouca agregação de valor. Quando ele sai da Amazônia, o que ele vira? Centenas de produtos, vendidos aí já não na tonelada; já em grama.

Então, olha só todos os produtos de uma certa empresa internacional que faz essa agregação de valor. Mais outros produtos, bebidas energéticas, antioxidantes, coisa para o café da manhã. Aí, num outro nível, a gente vai para grama e miligrama. Aí, já é o açaí como suplementos nutricionais, como antioxidantes e tal. E o valor só vai aumentando. Isso daí, se vocês entrarem na amazon.com americana, tem lá todos os produtos de açaí, vejam os preços aí, US$48 um frasco com alguns poucos miligramas, poucos gramas do produto.

Então, isso é agregação de valor. Então, vejamos, temos R$3 bilhões por ano, que é um grande valor, de fato, sem agregar valor. E se a gente agregasse o valor? E se a gente fizesse essa produção local virar o produto que vai para o consumidor?

Outro exemplo que eu vou falar rapidamente é do cacau. O Pará é hoje o maior produtor brasileiro de cacau nacional. A maioria desse cacau é vendida como *commodity*, a R$10 o quilo. Se ele se torna chocolate, que é o produto imediato, basta fazer algumas transformações na amêndoa de cacau que ela vira chocolate, você vai para R$200 o quilo de chocolate fino, chocolate de origem. Então, 2.000% de agregação de valor que nós podemos, sim, fazer nas comunidades do interior, se a gente prover um ciclo de transformação facilitada com tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso nós criamos, então, o conceito do Laboratório Criativo da Amazônia, que são laboratórios de campo, que nós levamos, demonstramos essas possibilidades e fazemos a capacitação em tendas ou em plataformas flutuantes e é uma experimentação inovadora, em que a própria comunidade local participa da criação, é criativo.

Existe muito conhecimento tradicional, que é valiosíssimo, quando você cria um produto com origem, com personalidade amazônica, então, a gente coloca na estrutura desses laboratórios a possibilidade de a própria comunidade criar junto. Nós trazemos a tecnologia e as possibilidades e eles trazem o conhecimento deles e a genialidade. A genialidade humana existe em todos os humanos.

Aí a fusão interativa de conhecimento, a colaboração e a troca de conhecimentos, experimentação, espaço aberto para o cidadão. Quando nós fazemos esse laboratório, nós primeiro fazemos um *design*, um estudo da cadeia. A gente olha quais são os potenciais e os problemas e as dificuldades amazônicas para fazer essa cadeia ser uma cadeia rica de agregação de valor. Depois a gente desenvolve mesmo, faz as transformações tecnológicas de todos os processos e, finalmente, na fase 3, nós vamos para o campo e fazemos a implementação.

Esse é um modelo arquitetônico, que já está sendo construído. A nossa primeira dessas tendas já está pronta, que é esse leiaute que está aí agora. Então, nós temos várias construções móveis, onde nós fazemos toda agregação de valor.

Aqui é uma outra visão, interna, dela.

A gente fez o primeiro do cacau e do cupuaçu, porque da semente do cupuaçu se faz um chocolate também, chamado "cupulate", de altíssimo valor. Então, a gente junto essas duas frutas nesse modelo de desenvolvimento, que vai da fruta colhida, que é o que eles fazem, sobretudo, até o chocolate, com todas as etapas. Lembrando que cada flechinha dessas é uma etapa que requer uma *expertise,* requer um conhecimento específico, por isso, só algumas pessoas fazem chocolate e não qualquer pessoa. E é aí que entram as tecnologias.

A gente decompôs todo esse processo nas suas etapas mais detalhadas e conseguimos identificar, para cada uma delas, uma tecnologia, que transforma uma dificuldade em uma possibilidade de fazer aquilo ser espalhado para várias iniciativas e produção local.

Então, temos a seleção do fruto, liofilização, fermentação, secagem, torra, refinamento. Tudo isso é a linguagem de fabricar chocolate e essas "engrenagenzinhas" são onde uma tecnologia pode funcionar e as "cabecinhas" são onde você pode ter criatividade humana entrando e conhecimento local, entrando nessa fórmula para fazer um produto único. Daí criamos um leiaute do que seriam essas bioindústrias ou biofábricas 4.0, onde você entra com a matéria-prima de um lado e sai com o chocolate, neste caso, embalado para o consumidor, feito no âmbito das comunidades no interior da Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa fase de desenvolvimento – aqui na sede do projeto, em São José dos Campos, nós ficamos dentro de um parque tecnológico –, nós pegamos todos esses equipamentos e processos e damos um tratamento tecnológico para eles. Está lá, nós desenvolvendo todas as máquinas com essas novas perspectivas e funcionalidades, que tiram muito a dificuldade intrínseca de fazer a industrialização.

A fase 3, a da capacitação, que está agora começando – que está na iminência de ir para a Amazônia – a fazer, então, a capacitação diretamente nas comunidades, com o objetivo de aumentar o IDH local para geração de riqueza distribuída.

O terceiro eixo é o da disseminação e compartilhamento do conhecimento. O Projeto Amazônia 4.0 procura estimular outros atores desse grande ecossistema de agregação de valor, de conhecimento científico, de investimentos, para que isso tudo convirja num modelo realmente valioso de desenvolvimento com distribuição de riqueza. Então, nós nos preocupamos muito em divulgar e compartilhar esses nossos achados.

Aí, só para dar exemplos de publicações científicas recentes que nós fizemos, sobre o papel da tecnologia, sobre a necessidade desse modelo novo e outros mais, um rápido *timeline.*

Nós começamos em 2016, com esse primeiro argumento, e fomos desenvolvendo várias etapas. Estamos aí em 2021 já levando para o campo nosso primeiro exemplo.

Somos financiados por alguns financiadores internacionais e alguns nacionais, sobretudo ligados à filantropia. Temos alguns doadores e parceiros que trabalham conosco nesses desenvolvimentos, pessoal de tecnologia e outros.

Bom, até o momento, nós recebemos doações que asseguram a existência do projeto e a execução desses conceitos que eu estou levando para vocês, que são, sobretudo, nacionais e internacionais, filantrópicas e que enxergam no programa a capacidade de construir um alicerce importante para a bioeconomia.

Mas nós precisamos fazer muito mais, não é? Para o futuro, a aceleração do projeto se beneficiará muito de financiamentos públicos, com recursos nacionais. É isso que nós sentimos que pode ser o impulso para nós fazermos desses conceitos realidade para muitas comunidades, muitos Estados, muitos Municípios da Amazônia.

Então, para terminar, eu digo que é hora de unir a indústria 4.0, a ciência, a economia circular, tecnologia e inovação, natureza, biodiversidade, cultura, comunidades, ancestralidade e tradição, todos na mesma frase, escrevendo uma só história. Eu encerro aqui e fico aberto a perguntas e ao fechamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Ismael. Foi muito interessante e muito boa a apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vive assim, não é, Senador Confúcio? A gente vive um distanciamento da realidade nacional, a gente que está aqui no dia a dia, lutando pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que agora que nós aprovamos e ainda não conseguimos a liberação dos recursos para garantir esses financiamentos. Porque não se faz, como foi dito aqui no início, não se faz inovação, ciência e tecnologia com discurso. Há que haver recurso.

Então a gente tem aí o fundo nacional, que agora, por unanimidade, foi aprovado aqui na Casa. E espero que, daqui para frente, não haja mais contingenciamento, que a gente possa realmente ter algumas linhas de financiamento.

Aprovamos também a internet das coisas agora, há pouco tempo, o marco regulatório das *startups*... A gente está avançando.

Mas acho que tanto a Senadora Zenaide, o Senador Confúcio Moura e eu temos uma luta muito grande aqui na educação, não é? A gente vê que essa pandemia realmente ainda teve... A educação já estava patinando. Agora... O Senador Confúcio falou ontem, deu um diagnóstico sobre isso, na última reunião da covid, o retrocesso que foi, quer dizer, nós temos aí grandes desafios.

Mas são muito importantes essas audiências, para as pessoas entenderem que nós estamos no século XXI, não é? Ontem mesmo fizemos a reunião da Confederação, junto com a Frente da Agricultura. Fizemos, recentemente, uma audiência aqui com o Paulinelli, com o nosso querido Ministro, que desenvolveu o Cerrado aí.

Imagine, falou-se agora na Embrapa e aí alguém disse: "Não, mas por que não se criou, então, a Embrapa da Amazônia?" Nós criamos aí, foi criada, recentemente, a Embrapii, que é da indústria e que está patinando, exatamente por quê? Falta de recursos. Por mais que ela tenha um sucesso maravilhoso, a gente precisa fazer todas essas apresentações, todo esse debate na Comissão Mista de Orçamento, porque eu estou participando lá, Senador Confúcio, e já fiz requerimento de audiências públicas para as pessoas entenderem isso.

Eu aprendi que sabedoria é reconhecer o óbvio. É óbvio que nós temos que partir para tudo isso que foi colocado, bioeconomia, a indústria 4.0, e a gente fica aí totalmente analógico, exportando matéria-prima, *commodities*... Foi demonstrado claramente aí o potencial que nós temos.

Então, é importante. Não podemos ficar inertes ao que está acontecendo no mundo. O Brasil precisa avançar, precisa ter política de Estado. Não dá mais para aceitar políticas de governo.

Então, eu agradeço muito aí as exposições e vou passar para o Senador Confúcio, para que ele possa também fazer as suas considerações.

Depois eu tenho algumas perguntas aqui dos internautas, mas, Senador Confúcio, a palavra está com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Presidente Izalci.

Eu quero saudar todos os palestrantes. Foi, realmente, um *show* de bola! Fico, assim, observando quando esses sonhos, quando esse conhecimento apresentado pelos três palestrantes, a gente possa concretizá-los.

Inicialmente, o Professor Alex Fiúza falou da Embrapa ou mesmo de uma instituição que fosse criada com essa finalidade de desenvolver a bioeconomia no Norte.

Nós temos, assim, instituições, Professor Alex, o senhor bem conhece, muito bem, que estão subutilizadas na Amazônia, como Sudam, Inpa, Suframa, e, se a gente pudesse até juntar todas em uma, resguardadas as suas especificidades, seria, realmente, muito importante. Eu gostaria que o senhor observasse ou fizesse comentários sobre essas três instituições.

De outro lado, eu ainda faço uma pergunta ao Professor Alex Fiúza. Vamos partir do princípio que o Governo Federal não se interesse por bioeconomia. "Não, não vamos mexer com isso não. A Amazônia tem que ser desmatada mesmo, entrar o boi, entrar o capim, entrar isso, aquilo outro", mas nós temos hoje o consórcio dos Governadores da Amazônia. Esse consórcio do Governo da Amazônia inclui um pedaço do Maranhão e todos os Estados da Amazônia Legal.

Através de uma política, agora, importante, no ano que vem – sempre se deve começar isso no início de governo –, que se introduzisse nos planos de governo, se possível, dos candidatos, esse compromisso com a Amazônia, com a bioeconomia. O cara tem de abrir a boca para falar em bioeconomia, o candidato tem de abrir a boca para falar em riqueza para a Amazônia de uma maneira perene, grandiosa, como um projeto nacional.

Enquanto o projeto nacional não chega, vamos começar de baixo para cima, com os consórcios de Governadores, com a união dos Prefeitos, para que a gente possa já, cada um no seu canto, ir buscando esses meios conjuntos de uma política consorciada de desenvolvimento de bioeconomia.

Agora, para o Professor Ismael, abertura de caminhos. Ele falou dos caminhos possíveis, das trilhas que devemos seguir. Uma delas é que, hoje em dia, com essa economia, tudo pode ser chipado e pode ser rastreado e tudo pode ser certificado. Então, já existe a certificadora até de árvores. De repente, um milionário de qualquer país do mundo queira ter, na sua posse, o angelim mais alto lá do Amapá e ele pague por aquela árvore e a árvore é dele, e assim vai.

O senhor falou tudo. A gente está precisando realmente ser exportador, como eu falo, de cascalho, que é como sai o ferro, como sai a cassiterita, o estanho, sob a forma de cascalho, e saem também os nossos produtos alimentícios também, como o senhor demonstrou, na forma bruta, e a gente deixa de... Não temos capacidade de produzir em escala industrial aqui no Brasil. E isso para citar apenas os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplos que V. Sa. abortou aí, que é o açaí, que é o cupuaçu, que é o cacau, coisas que a gente conhece muito bem.

Então, eu fico por aqui, com essas duas perguntas. Nem vou entrar no plantio das árvores, na área de florestas plantadas para a celulose; deixa isso de lado. Vamos ficar só com essas duas perguntas.

Depois, o Professor Marcelo também fez uma abordagem muito científica, muito ligada ao Ministério, também demonstrou um conhecimento universalizado de participação do tema com outros países amigos no mundo, não é?

Então, ficam essas duas perguntas para o Professor Ismael e para o Alex Fiúza, se puderem responder de maneira resumida, para dar espaço para os internautas e outros Senadores que queiram, por acaso, fazer perguntas a V. Sas.

Parabéns a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Confúcio.

Eu passo imediatamente também para a nossa querida amiga, Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nosso amigo Izalci Lucas, colega Senador Confúcio, quero aqui cumprimentar e já agradecer a presença do Sr. Marcelo, do Sr. Alex Fiúza e do Sr. Ismael Nobre.

É como o Senador Confúcio falou: é uma aula. Eu costumo dizer... Eu sou médica de formação... É aquela história: o que a gente vê na prática – eu sou aqui do Sertão nordestino – e vocês mostram o que a ciência e a tecnologia já têm de conhecimento.

Gostei muito quando se falou em valor agregado. A gente tem muito o que fazer neste País, porque valor agregado é o mínimo. Por exemplo, nós somos um dos dois maiores produtores de grãos e proteína animal do mundo, produtores e exportadores, mas a maioria desses produtos sai sem nenhum valor agregado e a um custo alto para o Brasil, que é justamente essa questão das utilizações de hectares de terra para grandes plantações de soja, de milho, isso tudo, e a gente ainda tem o grande problema do uso de agrotóxico. Nesses últimos dois anos e meio, já foram autorizados 1.044 novos agrotóxicos.

Uma preocupação que eu tenho com isso é, por exemplo, mesmo que esses países que exportam... da quantidade que tem que ter, mas, para nós brasileiros, fica um rastro grande, porque eu os vejo pulverizando com *drone* e avião, e mesmo que a gente não use, que não nos alimentemos dessas frutas e desses legumes – a grande maioria é exportada mesmo –, mas os nossos rios estão contaminados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa é uma questão, como se falou, no futuro, mas eu gostaria muito que fosse mais no presente. Infelizmente, a gente vê, como o Confúcio falou, a gente precisa da união de todos pelo bem coletivo, pelo bem comum.

Muitas vezes, eu vejo os governantes, os representantes da Região Norte dizendo que o Estado conserva demais a floresta, que o país tal só tem tantos por cento de mata nativa. Eu considero a gente privilegiado, porque a gente está tendo uma oportunidade que muitos desses países europeus ou outros não tiveram, não sabiam da importância de não desmatar, e a gente está vendo aí situações difíceis, e a Amazônia, é como o Senador Confúcio disse, é esse olhar grande e diferenciado.

Por exemplo, eu cito aqui – não é a Amazônia –, nós somos autossuficientes em exploração de petróleo, mas exportamos esse petróleo em sua grande maioria sem valor agregador e importamos os combustíveis alinhados ao dólar internacional. Então, é uma cultura que o País tem que ter, e o Parlamento tem uma importância fundamental nisso aí.

Mas foi uma aula, gente! Muito, Izalci... É uma sexta-feira, mas eu disse: eu não vou perder, porque isso tem tudo a ver. Eu vou ouvir a academia, a ciência e a tecnologia, que é o que a gente mais precisa neste País.

Obrigada aos nossos palestrantes e aos Senadores Izalci e Confúcio, foi uma tarde de conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Só lembrando que as apresentações estão na página da Comissão. A reunião está sendo também transmitida pela Rádio Senado, pela TV Senado, e, evidentemente, os Senadores também acessam posteriormente – aqueles que não tiveram condições de acompanhar ao vivo.

Mas antes de passar a palavra para o Dr. Marcelo e para o Dr. Ismael, para fazerem também as suas considerações e responderem já às colocações do Senador Confúcio e da Senadora Zenaide, há aqui as perguntas dos internautas. Eu vou falar rapidamente e, depois, nas considerações, os senhores respondem.

Estão aqui:

Rodrigo Lautert Rangel, do Rio de Janeiro, que pergunta: "Qual é o papel da Embrapa no desenvolvimento da bioeconomia?"

O João Batista Cavalcante, de Pernambuco: "Qual a importância da bioeconomia para o desenvolvimento do Brasil?"

Marcello Luis, do Rio de Janeiro: "A biomassa não seria a solução para se utilizar nas termoelétricas e evitar poluição do meio ambiente e reduzir custos?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Daiane Souza, do Rio de Janeiro: "Quais serão os investimentos destinados à bioeconomia?"

Bruna de Aquino, do Mato Grosso: "Qual a estratégia de bioeconomia a ser utilizada no Brasil, em especial do bioma amazônico?"

Bruno Pires, de São Paulo: "Para que a bioeconomia possa se desenvolver mais agilmente é mais viável a criação de novos métodos ou a reimplementação dos já existentes?"

E dois comentários. Patricia Boquady, daqui do Distrito Federal: "A bioeconomia é a estratégia política e econômica para um desenvolvimento global mais sustentável". E o Rodrigo da Silva, do Rio Grande do Sul, comenta: "A partir da bioeconomia, denota-se a vanguarda do conhecimento sobre a biodiversidade e as novas oportunidades para os biomas brasileiros".

Então, eu passo a palavra para o Dr. Marcelo, para que ele possa responder aos Senadores, aos internautas e também já fazer as suas considerações finais, já agradecendo muito a presença de todos.

Dr. Marcelo.

**O SR. MARCELO KHALED POPPE** (Para expor.) – Bom, agradeço muito as palavras do Senador Izalci e dos demais participantes desta audiência pública e também as colocações do interesse demonstrado pelos internautas. E agradeço muito também a apresentação brilhante do Ismael Nobre, com esse projeto inspirado pelo Carlos Nobre, que tem tido uma aceitação nacional e global muito considerável e que eu espero que continue trazendo contribuições para a Amazônia brasileira, que, como disse no início da apresentação o Alex Fiúza, é uma grande oportunidade para o Brasil.

Lá no Centro de Gestão e Estudo Estratégico, o projeto que eu conduzo chama-se Agenda Positiva da Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, porque, na realidade, essas novas trajetórias de desenvolvimento global que foram consolidadas no ano de 2015, quando, nas Nações Unidas, em Nova York, se estabeleceram os objetivos do desenvolvimento sustentável e a agenda para 2030 de desenvolvimento do Planeta, que foi uma agenda construída pelos países, quer dizer, não foi uma imposição nem uma sugestão de cientistas, mas foi uma construção em que todas as sociedades participaram para definir essa agenda 2030, e, logo em seguida, em dezembro, o Acordo de Paris estabeleceu também, em função dos próprios países, os seus compromissos nacionalmente determinados, que também foram construídos dentro das sociedades.

Isso representa uma grande oportunidade. E um país como o Brasil, que é biodiverso, que tem mais condições, uma disponibilidade de biomassa fantástica, precisa de uma bioeconomia, que é uma economia baseada na utilização racional desses recursos naturais, renováveis, biológicos, trazendo uma perspectiva de uma economia circular, quer dizer, uma circularidade de utilização dos resíduos e de aproveitamento como insumos nessa transformação dos resíduos, com uma preocupação de resiliência desses recursos naturais. Afinal de contas, se nós queremos construir uma bioeconomia, ela precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservar os recursos para poder ser viável. Senão, ela vai se esgotar com o esgotamento dos recursos. Então, a estratégia brasileira deve levar em conta as entidades de que o Brasil dispõe, eventualmente criando complementares, mas principalmente contando com a nossa força que já existe, que está exemplificada na Embrapa, que tem entidades de fomento como a Finep, como a Embrapii, como o BNDES, que podem aportar os recursos, direcionar os recursos.

Como o Senador Izalci destacou, é uma grande conquista a de preservar o FNDCT e evitar que haja contingenciamento dos recursos voltados para ciência, tecnologia e inovação, de modo a garantir um crescimento e um desenvolvimento para o País que seja consistente, que seja durável, sustentável no sentido que os franceses utilizam, *développement durable*, no sentido de durar ao longo do tempo, de ser permanente para o futuro, para trazer essa tal almejada redução de desigualdade e inserção social, de que nós precisamos para consolidar uma trajetória de desenvolvimento que seja virtuosa.

Agradeço mais uma vez.

Continuo disponível se houver alguma pergunta específica sobre as contribuições que o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos tem trazido para a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Marcelo.

Passo já para o Dr. Ismael Nobre para que ele possa também responder às perguntas do Senador Confúcio Moura, às colocações da Senadora Zenaide e também dos internautas.

Com a palavra, para suas considerações, Dr. Ismael.

**O SR. ISMAEL NOBRE** (Para expor.) – Pois não.

Senador Confúcio, sim, a rastreabilidade é uma necessidade e será cada vez mais, para qualquer produto brasileiro de qualquer setor, inclusive, não só da biodiversidade, para ter acesso a mercados mundiais. Na medida em que uma tecnologia se torna disponível e barata, passa a ser uma exigência dos consumidores que aquilo seja disponibilizado. Então, o que nós propomos com o Amazônia 4.0 é que essa alta tecnologia já saia, de cara, nos processos produtivos.

E ela vai desde a origem do produto, ou seja, onde está sendo produzida aquela matéria-prima, o perímetro, o polígono de onde sai aquilo, o produtor, a família, a cooperativa, o pequeno negócio ou o grande negócio envolvido nisso, todas as etapas de produção interna da fábrica, o que se traduz em certificação de qualidade dos processos sanitários e também na parte da própria regulação do Estado. Quando você tem tudo rastreado, você sabe a produção, você tem menos possibilidade de haver evasão fiscal, mesmo a questão sanitária pode ser avaliada. E esse rastreamento que a gente propõe é tecnológico também. Então, os dados vão sendo inseridos em processos tecnológicos que também não permitem adulteração, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o produto, através desse paradigma de Amazônia 4.0, já chega, vamos dizer assim, o dote dele já é ter toda essa modernidade. Um produto lá do interior da floresta chega aos consumidores exigentes do mundo todo com toda essa inovação incorporada nele, e isso é fundamental. Muito bem lembrado esse ponto.

A outra coisa também importante do rastreamento é que você tem certeza da origem. E essa origem pode agregar a própria informação de particularidade, como há no caso da champanhe, o *terroir*, aquela coisa única aferível também pela rastreabilidade e que aumenta ainda mais o valor agregado do produto.

E, sobre o comentário da Senadora Zenaide – lembrando que, sim, essa questão dos agrotóxicos leva àquela questão dos novos consumidores que estão procurando, cada vez mais, produtos saudáveis, produtos seguros –, os produtos da biodiversidade, da floresta já são naturalmente isentos de agrotóxicos, porque esses produtos nascem na lógica da floresta, e não da agricultura intensiva. Mesmo em casos de sistemas agroflorestais, que são ótimos locais para a geração abundante de produtos da floresta, para serem beneficiados nessas indústrias modernas, eles também vivem na lógica da floresta. A adubação é normal, é orgânica, é das próprias folhas. Você recria uma floresta com espécies produtivas, podem ser usadas para restauração florestal. Áreas pouco produtivas, no modelo tradicional, pelos solos da Amazônia, pelo clima da Amazônia, quando você planta um modelo que é de floresta, de que sai a riqueza, esses produtos são abundantes naturalmente.

E, quando você também – voltando um pouco à questão do Senador Confúcio, da rastreabilidade –, você pode... Por exemplo, há uma área que, hoje, está improdutiva ou desmatada em que você coloca... No sistema de rastreabilidade, você pode ir acompanhando como aquela área vai se regenerando para uma floresta produtiva, gerando riqueza local e gerando também créditos de carbono, pagamento de serviços ambientais. Então, todas essas novas formas de agregar valor à floresta se convergem quando você tem uma tecnologia que assegura que as coisas estão acontecendo e podem ser verificáveis. Esse que é o ponto.

Sobre uma pergunta que um internauta fez sobre se bioeconomia é um caminho para a Amazônia, eu diria que sim. O nosso maior valor, ali na Amazônia, é a biodiversidade; isso é uma coisa única. Existe também na Ásia, na África, nesse cinturão da biodiversidade, mas a Amazônia é, de longe, a região que tem a maior riqueza. Então, quando a gente aplica inteligentemente, pomos a nossa capacidade nacional para desenvolver isso, essa riqueza biológica e riqueza econômica, nós não só criamos uma riqueza, como é um tipo de atividade econômica que não tem competitividade.

Vejam o caso, por exemplo, do modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus. Com toda a riqueza que ela trouxe, hoje ela é pouco competitiva, porque está tentando fazer as coisas que outros países já ultrapassaram. Então, a gente tem que reinventar a Zona Franca, para ela produzir a tecnologia para extrair o valor da biodiversidade de forma conservativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu diria que é mais do que uma estratégia de desenvolvimento para a Amazônia. A biodiversidade transformada em riqueza econômica é uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil. É um dos diferenciais que o Brasil tem em relação aos outros países. Nós temos a maioria da Amazônia. Então, eu acho que é fundamental a gente olhar isso como política pública, como foi bem lembrado e como bem disse o Senador Izalci: não se faz desenvolvimento com discurso, mas com recurso. Então, a gente precisa realmente dirigir o interesse nacional para fazer isso acontecer, e não esperar que alguém faça, que uma iniciativa estrangeira, por exemplo, resolva desenvolver isso.

Enfim, acho que eu fecho com essa colocação, de que o Brasil precisa olhar para essa sua grande riqueza com toda a sua inteligência.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só complementando, o Senador Confúcio Moura parece que colocou alguma coisa com relação a algumas instituições que já existem – a Codevasf e parece que mais algumas que ele citou, que eu não me lembro. Alguém anotou, Ismael?

**O SR. ISMAEL NOBRE** – Eu acho que essa seria uma pergunta ideal para o...

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Marcelo?

**O SR. ISMAEL NOBRE** – É, para o Marcelo, que está aí. Acho que seria para o Alex, que já trabalhou bastante com isso, mas o Marcelo...

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem até também aqui, aproveitando, Marcelo, um internauta perguntando qual é o papel da Embrapa – vamos dizer assim – para o desenvolvimento da bioeconomia. Alguém falou em criar, como já tem Embrapa, Embrapii, se seria o caso de criar também – acho que foi o Senador Confúcio que comentou – uma Embrapa da Amazônia.

Dr. Marcelo, dá para responder qual é o papel da Embrapa nesse movimento da bioeconomia?

**O SR. MARCELO KHALED POPPE** (Para expor.) – A Embrapa tem um envolvimento bastante expressivo na bioeconomia nacional como um todo. E hoje em dia, eu creio que o reforço, como tem sido colocado, a importância da Amazônia vem crescendo de uma maneira considerável e as instituições que têm caráter nacional, como é o caso da Embrapa – a gente tem Embrapa Cerrado, tem Embrapa focada em produtos, Embrapa focada em agropecuária, como tem também (*Falha no áudio.*) ... satélites e tudo, Embrapa Solos, etc., então, com certeza tem que haver um reforço da atuação da Embrapa, uma empresa de pesquisa nessa área, para também cobrir a Região Amazônica. E há as instituições que já estão situadas na Região Amazônica, como o Instituto Emílio Goeldi, como o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) (*Falha no áudio.*) ... São instituições que estão sediadas na Amazônia, equipadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com tecnologias modernas, com pessoal capacitado, ampliação da capacitação e das equipes dessas instituições, e eventualmente, havendo um consenso sobre a necessidade de se criarem novas instituições, que isso seja feito.

Agora, eu destaco a importância de reforçar o que nós já temos e de reforçar iniciativas, como a Amazônia 4.0 e outros projetos que possam surgir na região com essa... Não é que não precisemos ou não tenhamos interesse em apoios externos ou internacionais, mas nós precisamos criar a nossa estratégia e liderar esse movimento de aproveitamento da nossa biodiversidade, dos nossos recursos naturais, da nossa capacidade de poder conceber um modelo de desenvolvimento para o País. É claro que são bem-vindos os apoios e as cooperações internacionais para reforçar esse processo que tem que ser baseado nos interesses brasileiros e com a estratégia construída para o povo brasileiro se beneficiar desses progressos.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Marcelo.

Eu particularmente acho que a gente precisa fortalecer as que já existem. Nós temos aí hoje várias instituições que estão passando por dificuldade orçamentária, inclusive a própria Embrapa, e precisamos reconhecer isso. Se o Brasil ainda é hoje um grande exportador, apesar de ser exportador de *commodities*, a gente deve praticamente isso à produção, à tecnologia e à pesquisa da Embrapa. Então, não se admite que a Embrapa tenha dificuldade orçamentária hoje, como tem, nem as demais instituições de ciência e tecnologia – são várias instituições existentes.

Nós precisamos, inclusive, renovar o nosso corpo técnico, vamos dizer assim, profissional, porque mais da metade dos pesquisadores dos nossos institutos já estão em idade de aposentadoria. E não se conseguem pesquisadores na prateleira para pegar o conhecimento e transferir da noite para o dia. É preciso haver toda uma transição. Então, precisamos de mais concursos, de mais pesquisadores para as instituições, para que haja realmente tempo, um processo para haver essa transferência do conhecimento. Nós temos excepcionais pesquisadores. E o que se precisa é disto: recurso, sempre!

Não sei por que, mas deveriam ter colocado uma participação da Embrapa em tudo que é vendido hoje, fruto da pesquisa da Embrapa. Hoje, o Brasil tem uma balança comercial superfavorável em função do agronegócio, mas a Embrapa, que foi responsável por tudo isso, mal está conseguindo pagar a folha de pagamento.

Então, eu quero... Não sei se a Senadora Zenaide e o Senador Confúcio querem ainda fazer alguma colocação, mas eu quero muito agradecer, Ismael, a sua presença e a presença do Dr. Marcelo e do Dr. Alex, que já esteve conosco também falando bastante sobre a educação profissional também, que é outro desafio. Sempre! É qualificação, educação. Não se faz... E não vamos achar o nosso caminho de desenvolvimento sem investir na educação, na ciência e na tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito a participação também da Senadora Zenaide e do Senador Confúcio e dos nossos internautas, dos nossos telespectadores também.

E só comunico que a Comissão Senado do Futuro agora, em função da mudança e da regulamentação aqui do Senado, estará, ordinariamente, toda segunda-feira, às 18h. Evidentemente que, extraordinariamente, em outros dias, mas a reunião ordinária vai acontecer, a partir de agora, não nesta segunda, mas a partir da outra segunda-feira, às 18h.

Agradeço muito a todos.

Nada mais, então, havendo a tratar, declaro encerrada esta belíssima audiência pública.

Obrigado aos nossos queridos Senadores, Senadoras e convidados.

Obrigado.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e quatro minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e um, em Reunião remota, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Seminário internacional - Transição Justa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2021 - CMA, de autoria do Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Realizar a audiência pública no formato de webinário "Seminário Internacional Transição Justa: estratégias para uma recuperação sustentável". **Participantes:** Senador Jaques Wagner, anfitrião do evento e Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal Brasileiro; Senador Confúcio Moura, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal Brasileiro; Senadora Gladys Esther González, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Senado Argentino; Deputado José Manuel Fernandes, Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a República Federativa do Brasil; Senhor Mario Cimoli, Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-CEPAL; Deputado Jürgen Trittin, Membro do Parlamento da República Federal da Alemanha pelo partido 'Aliança 90/Os Verdes'; Senador Edward Markey, Membro do Senado dos Estados Unidos da América (participação por vídeo gravado); e Senador Fabiano Contarato, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal Brasileiro. **Resultado:** Seminário Internacional realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Jaques Wagner**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado da República brasileira.

A presente reunião destina-se à realização do Webinário Internacional "Transição Justa: estratégias para uma recuperação sustentável", em atenção ao Requerimento nº 14, de 2021, de minha autoria.

Este evento integra as ações da campanha Junho Verde 2021 e é realizado em conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), vinculada à Organização das Nações Unidas.

Estarão conosco no dia de hoje o Senador Confúcio Moura, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado brasileiro; o Senador Fabiano Contarato, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal brasileiro; o Sr. Mário Cimoli, Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; a Senadora Gladys Esther González, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Senado da República da Argentina; o Deputado José Manuel Fernandes, Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a República Federativa do Brasil; o Deputado Jürgen Trittin, Membro do Parlamento da República Federal da Alemanha pelo partido Aliança 90/Os Verdes; e o Senador Edward Markey, Membro do Senado dos Estados Unidos da América, que nos enviou a sua mensagem por meio de vídeo, que reproduziremos no momento adequado.

Em atenção à situação gravíssima na qual, lamentavelmente, ainda nos encontramos em relação à pandemia da Covid-19, em especial no Brasil, mas também em toda a América Latina, esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto por meio do sistema de videoconferência adotado pelo Senado Federal brasileiro.

Na ordem já anunciada, chamarei cada um dos convidados para suas considerações iniciais, por até dez minutos, evidentemente, prorrogáveis para concluir qualquer apresentação.

De modo a facilitar a interpretação simultânea entre os idiomas e, consequentemente, o entendimento de todos, sugiro que as exposições sejam realizadas naturalmente, em ritmo moderado, não sendo assim, necessário, aguardar pela tradução. Ao final, aqueles que desejarem fazer uso da palavra, devem solicitar a sua inscrição por meio da função "levantar a mão" do aplicativo ou registrando seu pedido no bate-papo da ferramenta. Aqueles que desejarem visualizar a interpretação em Libras devem fixar o vídeo do intérprete correspondente.

Eu queria convidar o Senador Confúcio Moura, Vice-Presidente da nossa Comissão, ex-Governador do Estado de Rondônia, aqui no Brasil, para fazer as suas considerações iniciais.

Senador Confúcio Moura.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Obrigado.

Primeiro, eu quero cumprimentar todos os participantes. Minha saudação e meu orgulho de poder participar de um evento tão importante com Senadores, políticos e especialistas de vários países do mundo sobre um tema palpitante, que são as estratégias de uma recuperação sustentável para o mundo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Neste mês, o Senador Jaques Wagner instituiu o Junho Verde. E esse Junho Verde tem sido pautado por temas interessantes de discussão sobre a importância do meio ambiente preservado como um fator essencial para o desenvolvimento, para a vida das pessoas. E nós temos já muita experiência no mundo com os acordos firmados internacionalmente, desde Tóquio, Paris e outros tantos, já subscritos e teimosamente não atendidos por vários países do mundo, que os desobedecem. E nós temos observado uma reação, nesses últimos dois anos, de vários países do mundo no sentido de exigirem os produtos importados de países que realmente se preocupam com o meio ambiente saudável.

Eu sei, eu entendo que esta proposta que vem do consumidor e que possa contagiar as empresas importadoras seja extremamente importante para realmente prover os seus países de produtos certificados de origem.

E, do outro lado, nós temos visto também que os fundos de investimentos, os fundos verdes, dentro do conceito de capitalismo, não encontraram ainda o meio adequado da remuneração do seu capital para investir, realmente, em florestas em pé, rios limpos e também cidades não poluidoras. Agora, recentemente, nós estamos ouvindo reportagens importantes sobre o tema, sobre a sigla ESG, que é justamente meio ambiente, governança e os aspectos sociais da preservação ambiental. Tampouco as agências reguladoras do mundo têm tido força suficiente para intervir em países que subscreveram documentos e acordos internacionais e que não os têm cumprido.

Então, isso tudo tem, assim, desanimado grandemente o esforço de cumprimento de metas pelos países. Desta forma, sem mais delongas, eu quero agradecer ao Senador Jaques Wagner a deferência de me abrir o espaço em primeiro lugar. E, saudando a todos os presentes, ficarei aqui para ouvir mais um pouco as palestras de uma parte dos convidados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado Senador Confúcio Moura, Vice-Presidente desta Comissão, obrigado pela presença.

Antes de convidar o nosso primeiro convidado, eu queria fazer breves palavras sobre esse evento. Eu queria iniciar lembrando o luto pelas mais de 518 mil vidas perdidas na Covid-19 aqui no meu País, no Brasil, e pelos mais de 3,9 milhões seres humanos, homens e mulheres, jovens e adultos, que perderam também suas vidas por essa doença ao redor do globo. Minhas condolências a todos que perderam familiares e amigos ao longo desta tragédia mundial.

É preciso lembrar que, quando falamos de emergência climática, também falamos da necessidade de nos preparar para evitar novas crises sanitárias. Cientistas apontam que um fenômeno chamado transbordamento zoonótico, quando vírus vindos de animais infectam humanos, pode aumentar se não contivermos a mudança climática.

Além disso, precisamos falar de uma transição justa para o Brasil e para o mundo, aquela que inclua os mais vulneráveis na retomada econômica verde. Sem isso não há como prosseguir.

No Brasil, hoje, os efeitos da crise climática são sentidos desde aqueles vivendo em zonas urbanas aos que moram nas florestas e nos rios, e não há como fugir. Os mais afetados são sempre os mais pobres e aqueles historicamente marginalizados em nossa sociedade.

Nas cidades, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que 8,2 milhões cidadãos brasileiros estão vivendo em áreas com risco de enchentes e desabamentos. É esperado aumento da intensidade de tempestades durante o período de chuvas no Sudeste e Sul do Brasil, ao mesmo tempo em que se intensificará os períodos de seca por todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os mais afetados são aqueles cidadãos que vivem nas comunidades, muitas vezes, em morros sem segurança adequada, sem saneamento básico ou estrutura para o escoamento e a vazão da água. Não são aqueles nos condomínios ricos e bem organizados; são os trabalhadores negros e pobres que sofrerão mais com os impactos das tempestades, ciclones e outras variações que as mudanças climáticas no Brasil apresentam.

Por isso, quando falamos de uma transição para uma geração ecológica, ela precisa carregar consigo a ideia de adaptação e resiliência das cidades brasileiras. Precisamos construir planos estratégicos para evitar os danos urbanos principalmente à população mais vulnerável. Que esses panos contemplem desde políticas para conter a subida dos oceanos nas cidades costeiras, a infraestrutura para evitar enchentes e alagamentos, que desenham políticas para a redução e extinção do lixo em nossas cidades.

Todos esses planos criam milhares de empregos, desde a construção civil até novos postos de trabalho, para a reutilização do lixo à reciclagem. O importante é desenharmos as políticas, como vimos com nossos amigos dos Estados Unidos, da Europa hoje, e também as alternativas que a China vem construindo: que mirem a empregabilidade e na melhoria direta das condições de vida daqueles que hoje mais precisam. Estamos falando de estruturar bairros considerados periféricos com altos investimentos e focar na criação de emprego, na redução do lixo urbano, olhando principalmente para os catadores e para as suas cooperativas no dia de hoje.

Mas uma transição deve ser justa não somente para as cidades. Ela também se desdobra em todos os biomas. Os mais impactados hoje diretamente pelas mudanças climáticas são as populações vulneráveis da seca, os povos indígenas, os quilombolas e as populações ribeirinhas.

Primeiro, para pensar em qualquer tipo de caminhada verde, precisamos entender o papel do Congresso Nacional brasileiro nos próximos meses. Não podemos mais ir a eventos internacionais e anunciar a política da falsa dicotomia do Governo Federal, que diz que, para desenvolver, é preciso degradar, derrubar florestas. Fica difícil olhar para a nossa Casa Legislativa aprovando matérias que desfavorecem a proteção ambiental e os povos indígenas.

Hoje, caminhamos na contramão do mundo, seguindo recordes atrás de recordes negativos de desmatamento, atingindo 41% a mais do que o já desastroso ano de 2020. Em vez de um plano verde, aqui no Brasil, vemos indígenas sendo atacados pela polícia, às vésperas de mais uma temporada de queimadas, que promete ser uma das mais difíceis dos últimos anos. Pior: o desmatamento descontrolado de hoje gera o processo de desertificação. E não é à toa que registramos agora a maior seca dos últimos 91 anos, que é decorrência direta da não gestão dos recursos hídricos do País e das mudanças climáticas. Os brasileiros vão sentir o resultado disso tudo na próxima conta de luz, a conta de energia elétrica, com um aumento de 50% nessa conta. Novamente, os mais pobres sofrem mais.

Por isso, deveríamos estar em outra direção. É hora de colocar de pé planos estratégicos que visam ao desmatamento ilegal zero; é hora de proteger os nossos biomas; é hora de investir em laboratório de pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia no Cerrado, na Amazônia e no Pantanal, atrelados com políticas claras de parcerias com a academia, para desenvolver o potencial de nossa bioeconomia em química verde, biofármacos, biocombustíveis e uma série de outros bioprodutos.

Temos o potencial de sermos líderes mundiais no setor de bioeconomia, até ultrapassando o mercado europeu, que hoje já movimenta cerca de 2 trilhões de euros contra apenas US$326 bilhões no Brasil. O principal é desenvolver e capacitar o País para explorar essas novas indústrias, através de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





inovação e transferência de tecnologia. Assim, conseguiremos manter a Amazônia e os outros biomas de pé.

Vamos além: é a melhor maneira de proteger os povos indígenas e desenharmos juntos esse caminho, incluindo todos num novo ciclo de crescimento econômico. Está na hora de o Brasil sair da contramão do mundo.

Levando tudo isso em conta, estamos trabalhando fortemente no Senado e nesta Comissão para que a recuperação sustentável promova uma transição justa, que reduza as desigualdades dilacerantes de nosso País, ou seja, uma transição com sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Para isso, aprovamos projetos como a emenda constitucional da água, que garante o acesso à água como um direito fundamental; também esta campanha, que encerra no dia de hoje com este evento, o Junho Verde, para levar a consciência da proteção do meio ambiente às escolas de todo o País. Além disso, criamos o Fórum da Geração Ecológica nesta Comissão, ambiente com a participação da sociedade civil para estudar medidas que possam tornar o arcabouço legislativo de um plano verde no Brasil.

No entanto, é preciso aproveitar esta oportunidade que temos para irmos além. Os Governos de todo o mundo usam, hoje, o tema da crise climática para sustentar narrativas políticas. Alguns fazem mais e outros fazem menos. Por isso, creio ser dever nosso, Parlamentares do mundo inteiro, criar mecanismos para aumentar a fiscalização e garantir que nossos Governos realmente implementem medidas significativas por uma transição justa, por uma sustentabilidade tripartite, como eu disse.

Não só essa transição precisa pautar as políticas e ações que serão feitas para atingirmos a meta de 1,5ºC no Acordo de Paris, mas, principalmente, precisa olhar para as desigualdades postas no Globo, garantindo o fim do abismo entre o desenvolvimento dos países. É necessário agir de maneira categórica para que bilhões de pessoas possam participar do bem-estar social. Transição justa significa o mundo vivendo de maneira ecológica e equilibrada social e economicamente.

Hoje, vimos como as disparidades entre países afetam, inclusive, a distribuição de vacinas pelo mundo. Portanto, não podemos deixar que nossos Governos usem a emergência climática apenas como uma metáfora do que pode ser. Precisamos evitar o *greenwashing* nos mercados e nos Estados.

Para isso, proponho e apoio iniciativas similares dos Parlamentos da América Latina, da América do Norte, da América Central e da Europa a partir da Argentina, dos Estados Unidos, da Alemanha, da União Europeia e do Brasil, e formemos um observatório dos legisladores pela transição justa global. Assim, poderemos trocar experiências de maneira conjunta para fiscalizar nossos próprios Governos e garantir uma distribuição adequada de investimentos e medidas ponderadas entre nós. É hora de prepararmos o futuro próspero para as novas gerações ecológicas dos brasileiros e brasileiras e de todo o mundo.

Então, queria, mais uma vez, agradecer a todos os que estão participando e nos acompanhando e, agora, gostaria de passar a palavra para o companheiro Mario Cimoli, para fazer a sua intervenção.

**O SR. MARIO CIMOLI** (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Bom dia a todos de Santiago! Quero saudá-los também em nome da Secretaria Executiva da Cepal, Alicia Bárcena.

Olá, Senador Jaques Wagner! Acompanho o seu trabalho, como Presidente da Comissão no Brasil, e o meu coração despedaça. O que você disse é uma música para a Cepal e para todas as pessoas que estão te ouvindo. É um prazer estar aqui, Senador. E quero levar essa causa não só para o Brasil, mas para todo o mundo. Será um prazer muito grande. E gostaria de seguir trabalhando com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura, Vice-Presidente, é um prazer escutar as suas palavras, principalmente sobre as questões comerciais e falar da importância do desenvolvimento que essa política vai dar para todo o Brasil e para a América Latina. É um prazer estar aqui.

Senadora Gladys, Presidente da Comissão do Senado Argentino, é um prazer estar aqui com a senhora; com o Sr. Fernandes, membro do Comitê Europeu. Estamos todos colaborando juntos com a União Europeia em outros projetos que há. É muito bom ter um membro da Europa aqui conosco. É um prazer muito grande. A Alemanha também está na primeira linha com a União Europeia... Também admiramos muito o seu trabalho.

Quero retomar aqui uma preocupação que a Cepal tem. Primeiro, quero, como organizador de todo esse processo da Cepal, dizer que essa crise também tem sido forte para todas as nações. A Cepal sabe disso. Em 8 de julho, quando percebemos a situação regional a respeito da pandemia, os efeitos da pandemia, os efeitos sobre o desenvolvimento, sobre as situações impactando em todo o mundo, passamos um recado e uma discussão, que a gente crê que é muito importante. Nesse comunicado, nós damos conta de que é uma preocupação muito grande, Senador, tanto para o mundo como para a América Latina, mas todo o mundo tem que ter a sua responsabilidade. Não é só o Brasil que vai na contramão. Estamos vendo com os números da política, os números ativos. Parece que, nessa situação dramática, é difícil ver o trabalho bom, trazer os temas sustentáveis, como estão sendo tratados. Como tomarmos conta dessa reativação econômica sustentável? É um pilar. Não é só pensar no amanhã. É pensar hoje, questão de emprego nos preocupa muito, a Cepal, entendemos que em nossa região temos 50% de informalidade. E isso vai crescer após a pandemia. Nós damos conta disso. Então, percebemos que os países têm que agir em conjunto com uma política, uma política de sustentabilidade que acompanhe isso. A nossa preocupação... E nós chamamos a atenção de uma iniciativa da Comissão que deve buscar para chamar a atenção e fazer esse ponto como o primeiro da lista.

A notícia de hoje, no mundo, mais no Hemisfério Norte, no Canadá, onde as temperaturas estão subindo muito, 45º a 50º, é evidente que temos a situação de desequilíbrio ambiental. A América Latina tem que se levantar e trabalhar por si mesma agindo em cooperação e mostrando o trabalho.

Esperamos que todos os Parlamentares europeus e latino-americanos – isso é muito importante – estejam com a gente, nessa aliança com a Europa, aliança com a Alemanha e aliança com os Estados Unidos também. Temos que ter um observatório como uma iniciativa que o Senador colocou.

Quero deixar claro que o senhor tem a Cepal à sua disposição com toda a equipe, com todos os dados, com tudo que a gente puder colocar disponível para auxiliar nesses trabalhos, está à disposição para contribuir. Aqui está a minha palavra e o compromisso firmado com todos.

Seguindo nesse tema, vários países têm aprovado essa situação. É importante que a Europa nos apoie e as Comissões das Nações Unidas sobre esse tema, que é muitíssimo importante para nós. Será importante ter esse apoio junto à Comissão.

Queria dizer para todos os Senadores, membros do Senado do Brasil, dos demais países e das demais áreas que contem com a Cepal para tudo. Para nós, só há uma recuperação: a recuperação sustentável e pacificadora. Há só um processo, um forte imposto da política que direcione, que tenha uma aliança público-privada para que consiga. A Cepal está à disposição de todos. Temos os nossos técnicos, toda a nossa capacidade de projetos e estamos à disposição. A Cepal tem sustentabilidade ambiental e proteção mineral. Nós estamos na primeira linha com todas as alianças para seguir nesse processo. Portanto, não tenho mais o que dizer. Não há recuperação no Brasil e na América Latina sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um único sentido. Precisamos de uma recuperação obstinadamente ambiental. Para isso, nós iremos apoiar e contem conosco em todos os momentos do trabalho.

É um prazer estar aqui, Senador, com todos os outros representantes do Parlamento brasileiro e com os Parlamentares da Europa e da Argentina. A Cepal está nesse tema na primeira linha.

Senador Jaques Wagner, é um prazer estar com o senhor com muito carinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Mario Cimoli, Secretário-Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, obrigado pela sua intervenção.

Agora eu passo a palavra à Senadora Gladys Esther González, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Senado argentino.

Senadora Gladys, com a senhora a palavra.

**A SRA. GLADYS ESTHER GONZÁLEZ** (Para discursar.) – Obrigada, Senadoras, obrigada, Cepal. Obrigada aos Senadores e à Comissão de Meio Ambiente do Senado do Brasil pelo convite para participar deste encontro.

Como eu disse no início, é um prazer, e agradeço as palavras do Secretário Cimoli de que todos que estamos aqui presentes temos uma linha base comum sobre as questões para tratar nossas iniciativas, nossas ideias. Nossa linha de base comum, acredito eu, primeiro, é reconhecer que o câmbio climático é a principal ameaça aos direitos humanos. Segundo, é uma grande injustiça achar que os atores no mundo quase não contribuíram para este encontro climático. Serão os que mais vão sofrer com seus efeitos. Terceiro, o grande desafio que nós temos é enfrentar essa crise sem deixar nada de fora. Como disse Cimoli, sem deixar nada para trás, sem deixar o desenvolvimento, sem deixar as comunidades vulneráveis de fora, sem deixar de fora os pobres dos nossos países e do planeta. Isso, sim, é uma justiça climática.

Para que nada fique de fora, o conceito de sustentabilidade é o mais apropriado. Não se trata de uma questão simplesmente social ou simplesmente econômica ou simplesmente ambiental. Em cada decisão que nós tomamos, no caso da política pública, construir uma solução que garanta uma economia de baixo carbono sem sustentabilidade não seria a salvação para nossos povos; seria uma alternativa de curto prazo, ineficiente e insuficiente, uma vez que todos os problemas das nossas crises sociais e econômicas dos nossos países estão aprovados por uma mudança climática.

Na Argentina, temos construído um andamento institucional que planeja toda a nossa mudança climática. Em 2016, no governo de Mauricio Macri, criamos um gabinete de mudança climática de que todas as áreas de governo faziam parte para buscar uma ação transversal e intersetorial junto ao governo. O gabinete tem uma questão particular que trata de todas as províncias e contempla todo o nosso sistema na Argentina.

Aderimos ao Acordo de Paris, prestamos nossa contribuição e cumprimos a nossa meta, que é de 358 milhões de dióxido de carbono para 2030, o que seria uma redução. Recentemente, o Presidente anunciou uma meta mais ambiciosa, que esperamos que ele formalize. Elaboramos um plano setorial de energia, de transporte, de indústria, de infraestrutura, de bosques e a parte agrícola. Claramente, nossos dados mostram, evidentemente, a grande incidência que o setor energético, que ficou com 53%; depois, temos a agricultura, a silvicultura; e outras ações que contemplam quase... Então, esse conjunto soma... Estamos trabalhando em todos os setores da economia.

No Congresso, construímos uma lei que trata diretamente da mudança climática num marco de consenso entre todos os partidos. Todas as forças políticas concordam com isso, com uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

participação de toda a população argentina, uma ideia de construir uma continuidade da política ambiental argentina.

Com esse desenho institucional e essa construção do marco regulatório, passemos a alguns aspectos que eu quero enfatizar aqui: a aquisição energética e a conservação da preservação.

A aquisição energética passou de 2% a 12% atualmente e envolve um... de 24% e 25% energético. A respeito das energias elétricas de fontes renováveis que consumimos atualmente, criando vários postos de trabalho no setor.

Essa situação especialmente começou no Governo anterior.

Estamos cada vez mais com o meio ambiente protegido, com um recorde histórico de parques nacionais criados. Temos cem parques nacionais, temos o Sistema Nacional de Áreas Marinhas Protegidas. Incorporamos esses parques ao ecoturismo para visitar as questões naturais, para contemplar toda a população que vive em volta desse parque.

Um caso emblemático é o Parque Nacional, que eu espero que um dia vocês venham a conhecer, no nosso País irmão aqui. Eu espero que vocês venham para a gente mostrar esse parque.

Na minha função de Presidente da Comissão do Senado, eu vou aproveitar para acompanhar esses planos junto ao Poder Executivo, para que, de alguma maneira, o nosso Poder Legislativo marque essa situação climática e acompanhe esse pulo de adaptação climática que é proposto junto ao Poder Executivo. Temos esse desafio de levar esta discussão aqui da palavra para a ação efetiva. Essa situação que eu venho tentando buscar e promover em toda a Nação, não temos dificuldades para que isso faça parte da agenda política. Tudo é uma combinação de políticas públicas. Precisamos nos organizar para equilibrar oferta e demanda, de maneira sustentável, com inclusão social junto às políticas. Conseguimos um programa específico aqui do Executivo, que foi voltado para as energias renováveis, o Programa Renovar.

Mais para a frente eu vou fazer um comentário específico sobre isso.

Nessa linha, estou apresentando projetos...

(*Interrupção do som.*)

**A SRA. GLADYS ESTHER GONZÁLEZ** – ... para garantir um sistema de valor onde é produzido, vazado, valorizando a mão de obra local, que ajuda a formalizar emprego, trabalhadores e gerar mais postos de trabalho.

Temos uma lei também que proíbe o uso de plásticos. A ideia é proibir esse uso e dar incentivo para a indústria... Que busque incentivos para a gente trabalhar isso de outra forma.

Também temos uma lei para tratar das redes de pesca fora de uso, que responsabiliza o uso e a forma de fazer...

Dessa forma, também temos leis de eficiência energética para promover o uso de energia eficiente com dedicação de uma etiqueta para impulsionar a indústria energética. É uma variável muito importante para nós, aqui, para garantir que isso forme um preço, um valor do imóvel que tenha esse tipo...

Aqui também oferecemos um projeto em que buscamos a construção de casas sociais sustentáveis, onde o próprio Estado é obrigado a conseguir... Essa situação incorpora ao meio ambiente esse tipo de construção. Aí... Já vai ter uma energia mais limpa e garantir a sua estabilidade.

No futuro, queremos agir melhor frente às questões de subsídio da energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também oferecemos uma lei de recursos elétricos alternativos e a lei de educação ambiental, que entendemos que é muito importante, pois é uma mudança cultural que precisamos fazer na nossa sociedade, na forma de como usamos energia, como produzimos, como desenvolvemos, como construímos.

Na matéria de conservação dos ecossistemas, temos uma lei de diversidade, uma lei também de áreas protegidas. Também estamos pressionando sobre as leis dos bosques, que tenham financiamento. Vocês sabem que a Argentina tem um ou quatro bosques nativos do mundo, e já perdemos 70% dos nossos bosques nativos.

Também estamos impulsionando algo que é muito importante para nós, Senadores, para o Senador da Alemanha... Para que seja um ambiente político protegido pelo Código Penal.

Também estamos trabalhando para trazer a questão penal a respeito disso, porque, hoje em dia, é somente delito se afetar a saúde das pessoas ou a propriedade privada. Não é delito se afetar o meio ambiente.

Estamos também impulsionando um projeto de acesso à Justiça ambiental e buscando fortalecer a Justiça de fóruns especiais voltados para o meio ambiente.

Quanto à produção agroalimentar, estamos impulsionando uma lei... E o Governo atual apresenta um projeto nesse sentido. E, no caso do meu projeto, junto às famílias, há necessidade de... De certa forma, nós conseguimos eliminar um pouco do imposto do frete, custos de transação do plano atual e de certa forma a valorização da moeda.

Também apresentamos uma lei que incentiva práticas agropecuárias, que necessitam a mudança do consumo e buscam orientar uma alimentação mais saudável e leve informação melhor aos consumidores.

Como há lá uma lista grande de projetos que estamos impulsionando junto ao Governo, digamos que isso esteja sendo discutido no Senado argentino. Existem muitos anseios, algumas leis buscam... Mas, na maioria dos casos, estamos atuando junto à sociedade civil, contamos muito com a participação deles para fazerem parte das ações, buscando políticas concretas junto ao Poder Executivo.

Por isso, muitas dessas iniciativas a respeito do acesso à Justiça ou de outras... Por isso, quanto a muitas dessas iniciativas, a respeito do acesso à Justiça ou de outras, eu quero deixar claro que apresentamos um projeto para alterar a nossa Constituição e teremos várias outras ações institucionais, todas essas iniciativas que estamos impulsionando junto ao Senado e alguns casos já são ação concreta, mas a Argentina está numa situação em que eu e todos perguntamos sobre a possibilidade real de que chegamos a uma neutralidade em 2050, e não deixar nada de fora.

Quero dizer para vocês que o desafio é enorme. Uma Argentina onde 42% da população é pobre e de 10% a 5% é indigente, existem populações... O déficit habitacional é de 4 milhões... Boa parte dos argentinos não têm água potável. E 50% dos argentinos... Menos de 20% dos resíduos são tratados corretamente, só para mencionar alguns dados de indicadores sociais de relação com o clima, que se agravaram frente à pandemia do Covid-19.

Com essas situações, não há mudança climática sem inclusão social que garanta os países em desenvolvimento. Assim como já iniciamos nossos passos, precisamos sempre trabalhar na linha verde, na direção da sustentabilidade com a inclusão social, mas não é suficiente o que já fizemos até agora. Precisamos chegar a todas as pessoas, e necessitamos chegar até elas mais rápido.

Eu sou uma Senadora de oposição no meu país e tento, nessa agenda, estabelecer um trabalho com todas as forças políticas. Citamos, como o Secretário comentou, que este governo possa plantar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

situações que venham buscar a resolução dessa crise. Eu digo para vocês que, se queremos uma Argentina que tenha carbono neutro até 2050, não podemos deixar nada para trás; nos países em desenvolvimento, como nós, não podemos deixar ninguém para trás. Precisamos que... (*Falha no áudio.*) ... não nos deixe para trás.

Assim como nós, aqui na Argentina, necessitamos de um elemento crucial sobre acesso ao financiamento climático. Digo isso, porque também fazemos ações para tentar buscar esse mercado. Fizemos ações para buscar o mercado de carbono. Existe um projeto que faz exatamente essa ação e busca o sistema de certificação, mas até agora não conseguimos. E temos que melhorar a situação do acesso ao mercado de carbono, e também, se for o caso, criar um imposto para tratar dessa situação, porque nenhuma política consegue fazer sem os recursos para tratar junto as questões climáticas.

Para terminar, só posso dizer que, como a maioria dos países em desenvolvimento e todos os países do mundo, nós afirmamos inicialmente que a responsabilidade é compartilhada. Necessitamos do apoio da comunidade internacional. Garantimos que aqui na Argentina podemos fazer muito mais, mas estamos muito comprometidos em como ir para a ação completa para levar essa agenda para frente, trabalhar junto com os nossos países irmãos, com a Cepal. Parece-me muito boa a sua ideia, Senador Wagner. Todos sabemos que ninguém pode fazer sozinho, temos que caminhar juntos, mas gostaria de compartilhar cinco imagens – se a minha equipe puder compartilhar –, quero compartilhar cinco imagens, cinco políticas públicas aqui do meu país. Quero mostrar, com muito orgulho, a primeira, que são modelos de emprego verde, que incluem os setores mais vulneráveis que ajudam a diminuir as emissões e principalmente gerando renda, fortalecendo as questões sociais. Isso é o que a gente quer continuar fazendo, porém, necessitamos de ajuda. Precisamos que isso chegue a todas as pessoas e chegue mais rápido. Esses são os bairros de Buenos Aires que estão acerca da cidade. São situações para se plantar com painel solar, com eficiência energética, garantindo a temperatura ambiente. Essa é uma apresentação de uma horta orgânica onde a gente trabalha com famílias vulneráveis, principalmente com as mulheres que querem cuidar da terra e usam mecanismos (*Falha no áudio.*) ... técnicas agroecológicas. Isso são dois centros em que um deles ganhou um prêmio a respeito de recuperação de resíduos sólidos, que é tão importante para todo o país, mas ele não consegue atender a nossa cidade, ainda é pouco o que ele consegue fazer. Isso mostra um pouco do que a gente busca fazer. Esse é o Parque Solar Cauchari. A nossa energia eólica, de Buenos Aires, que hoje gera 12% da nossa energia como fonte renovável. E o último é a respeito do nosso turismo junto à natureza, não é? A respeito do parque natural. São 11 Municípios que trabalham em cima do trabalho do turismo da natureza.

Agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senadora Gladys, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado argentino, pela sua intervenção. Muito obrigado.

Bom, agora nós vamos atravessar o Atlântico, para chegarmos à Europa. Falamos todos aqui do Continente Sul-Americano e, agora, eu quero atravessar o Atlântico no sentido contrário do que os portugueses fizeram, há mais de 500 anos, e convidar o Deputado José Manuel Fernandes, que é o Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Brasil. E, logo depois, nós ouviremos o Deputado Jürgen Trittin, do Parlamento alemão, do Partido Aliança 90/Os Verdes.

José Manuel Fernandes, com você a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ MANUEL FERNANDES** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. E, em si, cumprimento todos os elementos também do painel e todos os elementos do Senado.

Agradeço o convite para este tema atual, mas também sobre o qual nós teremos de nos debruçar, e muito, no futuro, um tema que não tem fronteiras. Nós estamos todos ligados e todos implicados nos desafios globais, na globalização, sem nos esquecer dos recursos naturais, das imigrações, mas também, e sobretudo aqui, da questão das alterações climáticas.

E, para vencermos esse desafio, cada um tem de fazer a sua parte, nós temos de atuar de uma forma coordenada.

Também agradeço o convite por uma outra razão, é que eu espero que este webinar possa aumentar a nossa compreensão de uma nova dimensão para a cooperação interparlamentar, que reforça também a parceria estratégica entre a União Europeia e o Brasil.

Acho que há uma palavra-chave, é a palavra cooperação. Ninguém dá lições a ninguém, não há paternalismos em nenhum domínio. Precisamos de puxar para o mesmo lado e precisamos de cooperar. E precisamos também de renovar e dar novo impulso, e termos uma cimeira União Europeia e Brasil, logo que as condições o permitam.

Eu considero que nós temos obrigações adicionais, partilhamos valores comuns: a democracia, o Estado de direito, a liberdade, a liberdade de imprensa, a defesa da dignidade humana; e tudo isso depois também nos deve conduzir à solidariedade – solidariedade que a União Europeia pratica em termos internos, mas também até em termos externos.

Nós temos um *status* social, na União Europeia, fortíssimo. Somos menos de 6% da população mundial, agora somos 450 milhões de pessoas no mundo, de mais de 7.700 milhões, mas temos acesso a quase metade da despesa social do planeta. Portanto, somos uns privilegiados, o que nos obriga... E também temos feito a nossa parte. A União Europeia – nem sempre há essa consciência – é a responsável por mais de 60% da ajuda humanitária e do desenvolvimento no planeta, e nem sempre há esta percepção.

Mas vamos ao tema, e ao tema do pacto ecológico europeu, algo que foi introduzido pela Presidente da Comissão Europeia e pretende mobilizar cerca de 100 mil milhões de euros, nos próximos sete anos.

Nós aqui temos um quadro financeiro plurianual, um orçamento da União Europeia, que é pequeno, mas sendo pequeno, corresponde a cerca de 150 mil milhões de euros por ano, e é pequeno porque corresponde apenas a cerca de 1% do Produto Interno Bruto da União Europeia. Depois também temos cada orçamento nacional. Mas é um orçamento extremamente importante.

Agora também, já agora, temos um novo instrumento para combater a pandemia, chama-se NextGenerationEU. Pela primeira vez, a União Europeia vai aos mercados buscar 750 mil milhões de euros para ajudar os Estados-membros a combater a pandemia, mas também para os tornar mais resilientes. Em português, a soma destes dois instrumentos é 1,8 bilhão. Em inglês, é 1,8 trilhão de euros, portanto, 1,8 mil milhão de euros.

Agora, nós fazemos e procuramos atingir o objetivo de um ponto de vista orçamental. Como? Trinta por cento do quadro financeiro plurianual, 2020 a 2027, tem de estar dedicado ao combate às alterações climáticas. Portanto, 30% de cerca de – o quadro final é sempre maior – 1 bilhão de euros, em português, tem que estar destinado ao combate às alterações climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quando temos aquilo que se chama NextGenerationEU, os 750 mil milhões de euros, temos que 37% devem estar destinados ao combate às alterações climáticas. Há, portanto, aqui uma condicionalidade orçamental, pois nós mesmos escolhemos que, na União Europeia, há depois competências que são de cada Estado-membro. A competência na área da saúde é nacional, a competência na área de uma empresa é nacional, a competência na área da proteção civil, na área da defesa, na área da segurança social é uma competência nacional, assim como a competência na área de educação. Portanto, esta condicionalidade orçamental não chegava.

Foi aprovada, na semana passada, uma lei pelo clima, ou seja, passa a haver obrigatoriedade por parte dos Estados-membros de atingir determinadas metas, passa a haver, em termos jurídicos, uma obrigação, passa a haver uma vinculação por parte de todos os Estados-membros e também por isso se fez um regulamento que obriga todos os Estados-membros. É um desafio brutal para a União Europeia, que eu acho que ainda não foi devidamente processado.

O objetivo é que, em 2050, haja neutralidade em termos das emissões da União Europeia. Em 2050, neutralidade. No caminho, a União Europeia obriga a reduzir até 2030 as emissões em 55%. Portanto, outra meta vinculativa que é brutal, que é enorme. Isso tem confluências. Eu sou um moderado. Eu entendo que a transição tem que ser justa. Ela tem que ser também processada, aceita e compreendida pelas populações, deve ser gradual.

E nós temos aqui muito trabalho a fazer, por exemplo, na área da investigação. Nós vamos precisar de novas soluções. Felizmente a União Europeia também tem um programa, que é o maior programa de investigação no planeta, que se chama Horizonte Europa, e que te dá 95,5 mil milhões de euros, de 2021 a 2027, um programa em que eu espero que haja colaboração também e partilha, investigação em escala global.

Por isso, mais uma vez, reitero e agradeço o convite, e considero que é uma obrigação de todos nós colaborarmos, partilharmos e procurarmos soluções para este objetivo, o objetivo da neutralidade em termos de carbono em 2050. E felizmente também o programa Horizonte Europa permite cooperação com a nomeada América Latina, mas também vamos ter que fazer muito investimento em competência. Portanto, aí nós também temos o Fundo Social Europeu, com cerca de 90 mil milhões de euros, para reforçarmos as competências.

É claro que, nesse reforço das competências, e ligado ao ambiente, nós também introduzimos o digital e, por isso, nós, por exemplo – mais uma vez uma condicionalidade orçamental –, dos 750 mil milhões de euros daquilo que se designa NextGenerationEU, estabelecemos que 20% têm que ser pró-digital. Mas, do quadro financeiro plurianual, também se pretende que 20% seja para o digital, ou seja, o digital e o ambiental a caminharem de mãos dadas. Estou a falar de fundos para as competências, de fundos para investigação. É claro que também teremos outros fundos em termos do investimento que é necessário.

A União Europeia, para aquilo que é o Pacto Ecológico Europeu, estabeleceu o objetivo de, nos próximos sete anos, investir 100 mil milhões de euros, dos quais há um fundo diretamente vocacionado para isso, que é o Fundo para a Transição Justa, que terá como objetivo mobilizar 30 mil milhões de euros.

Há também, dentro de um instrumento financeiro, outro pilar, o InvestEU, com objetivo de mobilizar 10 a 15 mil milhões de euros, e foi aprovado também recentemente um mecanismo para o crédito ao setor público pretendendo mobilizar também cerca de 30 mil milhões de euros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós também fazemos isso, estamos a trabalhar com esse objetivo do ponto de vista também até das receitas do orçamento da União Europeia, que é aquilo que nós chamamos de novos recursos próprios. Pela primeira vez, em 33 anos, temos um novo recurso próprio e uma nova receita baseada nos plásticos. As embalagens de plástico que são depositadas em aterro pagam 0,8 euros por quilo, cuja receita vem para o orçamento da União Europeia. E aqui o objetivo é que haja um não depósito em aterro das embalagens de plástico.

Estamos a introduzir – e vou dizer aqui um palavrão – o Mecanismo de Ajustamento de Carbono nas Fronteiras. A Comissão Europeia, no próximo mês, vai fazer uma proposta para esse Mecanismo de Ajustamento de Carbono nas Fronteiras. Qual é o objetivo? O objetivo é que devam ser taxados os produtos que entrem na União Europeia e que venham de países que não tenham o mesmo *standard* e que não estejam no mercado de licença de emissões de carbono. Isso permite o quê? Isso é um convite às indústrias que estão nos países terceiros para que não poluam. Por outro lado, é um desafio para nossas empresas não se deslocalizarem e introduz aqui também um objetivo de justa e legal concorrência.

Nós, para vencermos o desafio das alterações climáticas, devemos estar coordenados. Vou dar aqui um exemplo que aconteceu no meu país. Fechou-se uma refinaria há pouco tempo, 500 pessoas foram para o desemprego e, agora, nós estamos a comprar as matérias primas da nossa vizinha Espanha. Portanto, vamos aumentar ainda os custos ambientais. O que estou dizendo? Estou a dizer que precisamos coordenar ações na União Europeia, entre os Estados-membros. Ninguém percebe que uns encerrem e outros não, até percam competitividade, mas depois também precisamos de alternativas e, por isso, eu me referia e defendia o gradualismo.

Outro exemplo que vai aparecer já agora: a Comissão Europeia vai apresentar uma proposta legislativa para a eliminação da deflorestação que é importada pela União Europeia. A União Europeia representa cerca de 10% da parcela do desmatamento, digamos assim, consubstanciado no consumo final. Portanto, temos um dever e também temos meios para agir, e este é um objetivo que nós temos.

É verdade que, em termos globais, a União Europeia tem sido líder nas questões ambientais, mas também tem essa obrigação. Mas, para além de ser líder e da solidariedade interna que nós temos que ter, eu acabo de referir que também somos dos maiores doadores e temos uma solidariedade externa também que nos obriga. Não é por acaso que temos mais de 79 mil milhões de euros para 2021-2027 num instrumento para a cooperação, para a vizinhança. Chama-se Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional, onde está o Fundo Europeu de Desenvolvimento, que neste momento passa a estar integrado também no orçamento da União Europeia.

Eu espero que haja essa percepção de todos de que isso é um desafio que significa também respeitar as gerações futuras. Não há desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social, mas não há também desenvolvimento social e desenvolvimento econômico se não tivermos sustentabilidade ambiental. E eu não falei e não disse que temos aqui um problema de combate às alterações climáticas; eu disse que temos o desafio do combate às alterações climáticas, porque esse desafio significa também oportunidades, significa também melhor qualidade de vida, um desafio em que ninguém pode ficar para trás, como aqui já foi dito, uma transição que exige que seja uma transição justa, onde os mais pobres têm que ter uma solidariedade que seja uma solidariedade efetiva.

Aquela Declaração Schuman, que foi quando nasceu a União Europeia, no fundo – eu me permito transportar para cá –, diz da solidariedade, e esse desafio exige uma solidariedade de fato, com ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

concretas, e essas ações concretas significam também apoio para aqueles que mais necessitam, para aqueles que mais precisam.

Coesão, coesão territorial, coesão econômica, coesão social, em escala global, tem que ser um requisito e tem que ser também uma obrigação. Os países mais ricos, aqueles que no fundo têm mais desenvolvimento agora porque penalizaram antes o ambiente, têm que contribuir e contribuir na justa medida e na justa proporção. Eu espero que, em escala global também, consigamos influenciar aqueles que são os maiores blocos, no fundo também, em termos das emissões de carbono.

Tenho esperança, e já há sinais disso, de que, com a nova administração Biden, não haja uma atitude negacionista.

É evidente que, depois, a China e a Índia são importantíssimos para esse objetivo, mas há bons sinais de que vamos trabalhar, e trabalhar com metas. Eu considero que o objetivo que fixamos, em nível europeu, da neutralidade carbônica em 2050 é um objetivo ambicioso que nos interpela a todos, mas é um objetivo possível. E não é só possível; é um objetivo que temos de atingir para protegermos o Planeta, para protegermos também as gerações futuras. É uma obrigação; é cumprir também com um desígnio e uma missão; é uma questão também de solidariedade.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Deputado José Manuel Fernandes.

E, agora, nós vamos continuar na Europa. Eu convido, com muito prazer, o Deputado Jürgen Trittin, do Parlamento alemão, para fazer a sua intervenção.

**O SR. JÜRGEN TRITTIN** (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Obrigado, Senador Wagner, porque nós precisamos estar aqui no Brasil. Ontem, nós tivemos 40ºC não no mar do Caribe, não na Flórida; no Canadá. Então, isso nos mostra que a crise do clima não é nada que vai acontecer amanhã ou depois; nós vemos que o gelo está derretendo, há um clima congelante e, todo ano, vemos eventos desse tipo; e, especialmente nós conseguimos ver o céu no globo, e conseguimos ver, em todo o mundo, 10% disso. Então, isso nos mostra a disrupção da mudança do clima, da crise do coronavírus, a crise global que está enfrentando especificamente essa parte do mundo.

A questão aberta aqui é: como isso pôde acontecer? A gente tem conhecimento disso. Isso é uma falta de conhecimento que temos após 30 anos da conferência, onde pudemos ver o desenvolvimento, que conseguimos observar no Rio de Janeiro, que foi para um recorde no próximo ano, onde há emissões de gás todos os anos?

E eu não acho que seja uma falha no nosso conhecimento, eu não penso isso. Eu acho que é algo na atmosfera mesmo que tem sido produzido desde a última conferência no Rio de Janeiro. É uma lacuna de ação. Nós sabemos o que está acontecendo.

Há 30 anos, por exemplo, existe a geração de eletricidade com os combustíveis, que está nos levando e dando esses gatilhos para sabermos mais sobre os gases. Sabemos que o desmatamento é responsável por 20% de tudo isso, sobre os gases e o gás carbônico, $CO_2$. Então, se nós queremos realmente tomar essa responsabilidade para nós, e essa responsabilidade é uma responsabilidade comum, compartilhamos disso, todo mundo tem que fazer o seu trabalho, com a sua própria responsabilidade, para resolver esse problema no mundo; nós temos que agir agora.

Então, é muito interessante que essa instituição da Alemanha, algumas semanas atrás, tenha decidido sobre essa questão e tenha dado ao Governo alemão para haver essa proteção, porque, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





outra maneira, essas civilizações das futuras gerações não seriam, inconstitucionalmente, olhadas por essa situação. É algo que nós temos que ver para salvar o nosso Planeta.

Olhando as coisas que já aconteceram antes, nós já discutimos na Europa – meu colega Fernandes também é da União Europeia –, temos que sublinhar isto pela primeira vez, que a Europa está investindo agora, os seus fundos estão investindo bilhões, por causa desse recurso da pandemia. E 40% disso – que significam vários milhões desses bilhões de que falei para vocês – têm que ser investidos na economia e nas tecnologias para o meio ambiente. Por que isso é necessário? Porque nós temos fé nisso, inclusive a Alemanha. Então, nós queremos planos eficientes para reunificarmos isso. Nós temos esse aumento enorme nessa perda do último ano e nessas emissões de gás, que pretendemos reduzir desde 1999, no início do século.

Então, é como nós começamos isso. Estamos construindo essa base para a nova tecnologia. A Alemanha, os alemães, nós pretendemos fazer essa tecnologia reutilizável para que possamos diminuir rapidamente, e aumentar o desenvolvimento na eletricidade de 20 anos atrás, para que possamos seguir adiante. Nós temos isso, e foi necessário, porque a Alemanha tem que fazer mais do que está fazendo no momento.

Então, nós temos a renda *per capita* por ano, algo medido pela União Europeia, que não está sendo muito amigável com o que estamos querendo fazer. Se olharmos para isso, temos esse Acordo Verde de que estamos falando. Um ano, dois anos atrás, eu não estaria falando dessa maneira, porque tínhamos um outro Presidente que nos deixou nesse acordo, temos o Presidente do Brasil, mas, agora, estamos numa situação em que a China e os Estados Unidos estão trilhando um caminho positivo. Agora, o novo Ministro e o novo Presidente têm vários projetos novos; a China também. Eles dizem que querem estar aptos para ter esse clima neutro na Europa também.

A Europa tem criado modos e caminhos para trazer, diminuir para 55%, em 2030, porque queremos tornar o clima neutro até lá. Fora dessa linha, o que isso significa para o país Alemanha? Nós queremos reduzir para 55%, temos que reduzir, mas por moldar – ir moldando – a nossa mente para isso. Nós temos 30 anos para fazer isso. Nós temos que reduzir novamente 25% nessa nova década. Isso é a nossa taxa, isso é o que temos que organizar, isso é o que chamamos de transição – a transição justa, ecológica e sustentável de que estamos falando aqui.

Então, nessa situação, nós temos que mudar essa ideia de sustentabilidade, de como vivemos e como produzimos as coisas. Isso significa não apenas tirar o carbono da produção de eletricidade; também significa tirar o carbono, descarbonizar o setor da indústria, o setor da produção e também criar esse novo desafio para que possamos tomar essas novas medidas na área da eletricidade e da produção. Os carros; às vezes, os ônibus; às vezes, os caminhões necessitam de mais eletricidade, porque podemos substituir os gases que têm sido emitidos, na indústria química. Nós queremos usar o hidrogênio, por exemplo, nas indústrias? O hidrogênio deve ser usado com eletricidade. A gente precisa de mais eletricidade para o hidrogênio, para as naves.

Nós estimamos que, por essa razão, a gente vai ter, depois de 2030, na Alemanha, 50% menos de demanda de eletricidade do que hoje. Então, se a gente realmente tiver sucesso nos próximos 20 anos para trazer essa capacidade de 50% de novidade na eletricidade aqui na Alemanha, a gente vai conseguir trazer uma quantidade boa, que vai dobrar a capacidade da energia nos próximos 20 anos. Isso é o que a gente pensa, porque a gente precisa dos vários instrumentos, das ferramentas, a gente precisa ter as licenças para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso me leva a um caminho também de algumas propriedades. Se nós estamos aqui falando sobre o desmatamento, por exemplo, não é suficiente, não é justo apontar o dedo apenas para o Brasil. É uma demanda, é um problema da Europa, da China. A gente tem vários lados nisso, dois lados. Eu tenho que lembrar vocês que a gente tem regulamentações para isso nessa parte verde. No Mercosul, a gente tem esses tratos, que têm que ser tratos justos, responsáveis, com regulamentação, que parem a produção ilegal de exportação na Europa. Isso é algo com que a gente tem que se preocupar. A gente tem que criar vários campos globais sobre isso, porque a gente tem a produção de ferro, por exemplo, na Europa, que tem que ser confrontada, por exemplo, na China. A gente tem que discutir isto: qual é essa emissão global. É necessário ter isso que a gente chama de *carbon border taxes*.

Então, se a gente quer ter esse sucesso e trazer o mundo para esse ponto de 55% menos, a gente tem que resolver esses problemas não em confronto, mas em cooperação, para deixar o mundo saudável, melhor e diminuir o calor global. É algo que grita por urgência na cooperação internacional. Então, por isso, estou muito, muito grato que a gente tenha essa oportunidade de hoje, de falar uns com os outros, além do Atlântico, não fisicamente, mas no mesmo espírito que nós estamos, nessa responsabilidade econômica de trazer o mundo a esse 1,5 grau. Então, muito obrigado pela atenção e desculpe por não ter conseguido fazer isso em português.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado, Deputado Jürgen Trittin, mas graças a Deus nós tivemos a tradução, muitos falam inglês e conseguimos entender perfeitamente toda a sua intervenção.

Eu agora vou pedir à equipe técnica que apresente a fala do Senador Edward Markey, membro do Senado dos Estados Unidos da América. Ele é o líder do Green New Deal, do Presidente Biden, no Senado americano. E, não podendo estar disponível, ele fez questão de nos mandar uma mensagem gravada.

Airton, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Essa foi a contribuição do Senador Edwar Markey para a nossa reunião. Ele se desculpou por não poder estar presente. Eu queria agradecer a fala dele também.

Queria passar agora a palavra ao meu querido amigo, Senador Fabiano Contarato. Ele é Senador pelo Estado do Espírito Santo, aqui no Brasil. Foi, em 2019 e 2020, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que eu agora presido, e hoje é o Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado brasileiro.

Senador Fabiano, consigo a palavra.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos e todas! Obrigado, meu querido Senador Jaques Wagner, em nome de quem eu saúdo todos que estão aqui presentes.

Durante os dois anos em que eu estive à frente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, infelizmente, eu fui portador de uma triste notícia na COP 25, na Espanha, quando pela primeira vez ficou reconhecido em um documento legislativo o desmonte operado pelo Governo Federal no que tange ao meio ambiente. Nós sabemos que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e isso é uma determinação expressa no art. 225 da Constituição Federal. Mas, quando nós avaliamos as políticas públicas de mudanças climáticas, de combate ao desmatamento, foi ali nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





documento, que foi entregue e apresentado na COP 25, na Espanha, que foi reconhecida essa violação na pauta ambiental, que passa por o Governo Federal ter acabado com a Secretaria de Mudanças Climáticas, com o Plano de Combate ao Desmatamento, com o Departamento de Educação Ambiental; os funcionários do Ibama e do ICMBio sofrendo assédio moral, precarizando os órgãos de fiscalização, criminalizando ONGs, reduzindo a participação da sociedade civil nos conselhos; os povos indígenas estão sendo, infelizmente, dizimados; há uma proliferação de autorização de agrotóxicos, como a atrazina, o acefato, o herbicida da água brasileira que é 300 vezes mais nocivo do que seria permitido na União Europeia e Reino Unido.

Então, todo esse desmonte orquestrado na área ambiental terá repercussão na economia, no impacto social e nas futuras gerações. Daí a necessidade de agora, tendo à frente meu querido Senador Jaques Wagner na Presidência da Comissão de Meio Ambiente, com coragem e determinação, não possamos permitir que outros ataques sejam perpetrados na área ambiental. Eu acho que é para isso que nós temos que estar lutando e vigilantes. Quero sempre me colocar à disposição – também sou membro da Comissão de Meio Ambiente – como membro, mas na certeza de que nós podemos, sim, implementar medidas, porque é perfeitamente possível alavancarmos a economia, gerar emprego e renda, com uma sustentabilidade, acreditando numa economia verde, numa tributação verde, implementando o pagamento de serviços ambientais, entre outras medidas.

Coloco, mais uma vez, o mandato à disposição na defesa intransigente pelo meio ambiente, porque defender o meio ambiente é defender toda e qualquer forma de vida que está por vir.

Muito obrigado e parabéns pelo evento!

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Eu queria, já indo para o encerramento, agradecer, mais uma vez, a participação da Senador Gladys, do Deputado José Manuel, do nosso Deputado alemão Jürgen Trittin, do Secretário Mario Cimoli e também a fala do Senador americano Edward Markey.

Eu creio que esta rápida reunião entre nós, que pode ser continuada, o que vai ser o meu esforço, mostrou que, acima de outras solidariedades bem-vindas, a solidariedade ambiental é um imperativo, porque, como disse o Deputado alemão, o meio ambiente é planetário, o Planeta é único. Então, ações que prejudicam ou que desequilibram os nossos biomas ou todo o nosso equilíbrio ambiental, isso se espalha por todo o Planeta, a exemplo do que está acontecendo com a pandemia. Portanto, não se trata de uma solidariedade apenas no sentido primeiro da palavra, é uma solidariedade, como foi dito por todos aqui, em que, se a Floresta Amazônica continua com esse volume de queimadas, o Planeta inteiro vai sentir esse problema.

Por isso, eu queria reforçar, até porque o Executivo neste momento é um Governo Federal de costas para a questão ambiental, que a gente possa trabalhar, e com apoio talvez da Cepal e, entre nós mesmos, fazermos a ideia do Observatório do Clima do ponto de vista parlamentar. Eu já fui Parlamentar como Deputado durante 12 anos e eu acho que a diplomacia parlamentar, o intercâmbio entre Parlamentos, na medida em que os Parlamentos são representantes das suas populações nos seus Estados nacionais, eu creio que essa será uma possibilidade de intercâmbio de ideias, de tal forma que a gente possa efetivamente ter efetividade até 2050 nas emissões e no controle do aumento da temperatura no mundo inteiro, que, repito, impacta todos. Se o Polo Norte está em degelo, eu não sei que seres vivos dormiam lá há 20 mil anos ou que gases podem ser liberados, trazendo novas pandemias e novas doenças para o mundo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria agradecer a participação de todos, o apoio técnico e conceitual da Cepal; agradecer, mais uma vez, à Gladys, ao José Manuel, ao Jürgen Trittin, ao Mario Cimoli, ao Contarato e dizer que a minha ideia é de dar continuidade àquilo que estamos começando a plantar hoje, de tal forma que a gente possa ter um intercâmbio parlamentar, um observatório parlamentar do clima ou do meio ambiente, com a ideia de que isso possa ultrapassar fronteiras. E, como foi dito muito bem aqui – a Senadora Gladys se colocou, ela é uma Parlamentar, uma Senadora de Oposição ao atual Governo argentino; eu também sou de Oposição ao atual Governo brasileiro –, acho que nada melhor na democracia do que o contraditório, para que a gente ache um ponto de equilíbrio. A sustentabilidade tripartite, que é a sustentabilidade ambiental, social e econômica, na minha opinião, não respeita fronteiras nem respeita ideologia; ela é absolutamente obrigatória se nós quisermos efetivamente garantir o Planeta para as nossas próximas gerações.

Então, eu queria agradecer a todos. Depois, nós trocaremos informações de tudo que foi aqui trabalhado. E, através dessa estrutura com que a gente já começou, eu gostaria de aprofundar a ideia do Observatório Parlamentar do Clima ou do Meio Ambiente, o nome que nós... É uma ideia que estou lançando que nós podemos aprimorar aqui em conjunto.

Bom, no mais, eu queria agradecer a todos e, não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Um abraço a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e sete minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e um, em Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Lasier Martins, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Leila Barros, e ainda da Senadora não membro Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões de números 4, 5, 6, 7 e 8, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CMA ao PLDO/2022 (PLN 3/2021)**. **Finalidade:** Apreciação e votação das propostas de emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 3 de 2021-CN (PLDO 2022), a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Conforme Parecer Preliminar, aprovado na CMO em 12/07/2021, cada comissão permanente pode apresentar 3 emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do referido projeto e emendas de texto ilimitadas. **Relatora:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às **3 (três) emendas seguintes de inclusão de meta**: Nº 1 | **AÇÃO: 20VY Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental** | META: 200 ações implantadas; Nº 2 | **AÇÃO: 20W1 – Iniciativas de Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima e da Contribuição Nacionalmente Determinada** | META: 10 políticas implementadas; Nº 3 | **AÇÃO: 214O Gestão e Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental** | META: 400 ações realizadas; e ainda às **4 (quatro) seguintes emendas de texto**: Nº 1 | **EMENTA: CMA 037 - Despesas Ressalvadas Revitalização da Bacia do São Francisco** | TIPO: ADITIVA | REFERÊNCIA: Anexo III, Seção III, Inciso X. Nº 2 | **EMENTA: CMA 057 - Embrapa Ressalva pesquisa agro** | TIPO: ADITIVA | REFERÊNCIA: Anexo III, Seção III, Inciso X. Nº 3 | **EMENTA: CMA 063 – Prevenção e controle de Incêndios Florestais e Desmatamento** | TIPO: ADITIVA | REFERÊNCIA: Corpo da lei, Cap. IV, Seção I, Art 19, § único. Nº 4 | **EMENTA: CMA 064 – Aplicação mínima em apoio a criação de UC's** | TIPO: ADITIVA | REFERÊNCIA: Corpo da lei, Cap. IV, Seção I, Art. 19, § único. O Presidente propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião. Aprovada, vai, juntamente com as emendas, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e oito minutos. A presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Jaques Wagner**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/14

## NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Reuniões realizadas nos dias 2, 7, 15, 21 e 30 de junho de 2021.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferência adotado pelo Senado da República.

Ao longo da reunião, aqueles que desejarem fazer uso da palavra podem solicitar sua inscrição, por meio da função "levantar a mão" no aplicativo ou registrando seu pedido no bate-papo da ferramenta.

Solicito à Secretaria que, neste momento, abaixe todas as mãos, silencie os microfones e monitore as inscrições.

Participa conosco desta reunião a Sra. Helena Assaf, da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal, com o objetivo de esclarecer questões técnicas que surgirem. E eu já agradeço antecipadamente à Sra. Helena Assaf pela colaboração com a Comissão e com a execução também do relatório.

Nesta reunião, analisaremos as propostas apresentadas pelos membros da Comissão, Senadores e Senadoras, para emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, que trata do Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício fiscal de 2022.

A Relatora das propostas é a Senadora Leila Barros, a quem agradeço também por ter aceitado esta missão com um curtíssimo espaço de tempo para trabalhar, não por culpa nossa, mas porque a lei só foi aprovada na segunda-feira, por volta de meio-dia, e, portanto, só aí se abriu espaço para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





apresentação de emendas. Eu imagino que a Senadora deve ter terminado tarde da noite ontem o seu trabalho com a sua equipe.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

Senadora Leila Barros...

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia ao senhor e a todos os Senadores e Senadoras.

Quero agradecer a confiança por ter designado o meu nome como Relatora deste importante projeto, que são as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022. Trata-se de uma pasta tão importante, de uma Comissão tão importante para nós e que, continuamente, tem tido suas políticas desconstruídas, mas, pela qualidade dos membros desta Comissão, tenho certeza de que faremos, no decorrer destes próximos dois anos, sob seu comando, um excelente trabalho aqui na CMA.

Então, eu vou ao relatório, Sr. Presidente.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 87 a 91, esta Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão emendas de texto e até três emendas a serem apresentadas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 (PLDO 2022). Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CMA.

É o relatório.

Análise.

No que tange ao Anexo de Prioridades e Metas, foram apresentadas propostas em número que extrapola o limite máximo de três emendas reservadas à CMA. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite definido na regulamentação.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria: o primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relações com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos; o outro fundamento foi o de que as propostas representassem o interesse nacional.

Podemos afirmar que as propostas de emendas à meta exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalho desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações que, no nosso entendimento, sejam, nesta oportunidade, mais pertinentes, bem como atendam ao maior número possível de Congressistas, com base nos interesses manifestados por cada um.

No que se refere às emendas de texto, apesar da abrangência meritória de todas elas, tivemos que inadmitir, por imposição regimental, a maioria delas. Nesse sentido, consideramos que não devem ser apresentadas pela CMA a Emenda 62, pois não respeita o item 2.1.5[1] do parecer preliminar do PLDO 2022, bem como as de nºs 53, 54, 55, 56, 58, 59 e 60, pois ferem o item 2.3.1[2] do referido parecer.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das propostas de nºs 12, 17, 50 e 71 (ação 20VY); 15, 39, 40 e 52 (ação 20W1); e 29, 42, 51 e 70 (ação 214O). Nesses termos, será viabilizada a apresentação de três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PLDO de 2022, destinadas às seguintes ações: ação 20VY é a implementação de ações de cidadania e educação ambiental, com meta de 200 ações implementadas; ação 20W1, iniciativas para implementação e monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima e da contribuição nacionalmente determinada, com meta de 10 políticas implementadas; e ação 214O, gestão do uso sustentável da biodiversidade e recuperação ambiental, com meta de 400 ações realizadas.

No tocante às emendas de texto, votamos pela apresentação das sugestões das Emendas nºs 37, 57, 63 e 64. A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO de 2022. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Eu agradeço, inclusive, a aprovação das emendas e as sugestões que estão em anexo no próprio relatório.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

O seu áudio está desligado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senadora Leila Barros. Eu lhe agradeço muito. Eu sei que a tarefa foi mais do que fazer um bom saque no vôlei. V. Exa. teve a rapidez de...

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu ainda tenho um pouco de agilidade, Sr. Presidente. Olha, foi puxado. Eu até agradeço aqui à Consultoria, à Consultora Helena Assaf, assim como à minha equipe legislativa. Foi puxado, mas foi muito prazeroso, porque é uma pauta que todos nós entendemos, aqui no Congresso, que é muito importante para o nosso País. Então, muito obrigada pela missão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu lhe agradeço e realmente, mais uma vez, V. Exa. a mim não nos surpreende pela competência e dedicação com que tem tratado todos os assuntos que estão sob sua responsabilidade – abraçou a questão das barragens, que também envolveu vidas e o meio ambiente. Portanto, quero-lhe dizer da minha alegria de mais essa tarefa resolvida. Eu, como testemunha, fiquei esperando – confesso – até às 11h da noite, se chegava o relatório, mas chegou às 6h30 da manhã, porque a Comissão só o recebeu de madrugada. De qualquer forma, mais uma vez, eu lhe agradeço e a parabenizo pelo relatório.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu abro para os Senadores e Senadoras que queiram discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Já temos número regimental.

Eu agradeço a presença de todos. Com alegria eu vejo o Senador Otto Alencar, aqui lincado na nossa reunião, e já fico feliz só por vê-lo, inteiro aí, sentado, o que significa que V. Exa., com a ajuda da ciência, da medicina e da vacina, está vencendo esse vírus e que, se Deus quiser, já, já, estará conosco no nosso convívio para abrilhantar o Senado da República.

Aqueles que concordam com o relatório da Senadora Leila Barros permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório.

Determino à Secretaria que encaminhe para o Relator da LDO, de tal forma que possamos aproveitar.

Eu quero aproveitar este finalzinho de reunião, evidentemente, abrindo também a palavra àqueles que queiram, para dizer que é muito perigosa, eu diria, a posição do Governo Federal brasileiro em relação à questão ambiental.

Eu tenho recebido a visita de inúmeros embaixadores, de inúmeros investidores. Conversei ontem com investidores de fundos que totalizam US$7 trilhões de capacidade de investimento e de todos eu ouço a mesma pergunta: "O que vai acontecer com a questão ambiental no Brasil?".

Nós estamos com o menor orçamento do Ministério do Meio Ambiente dos últimos 21 anos. Agora eu vejo que o Governo Federal pretende retirar a divulgação dos dados de queimadas do Inpe, que é um órgão absolutamente especializado e que faz isso há anos para o instituto vinculado à Secretaria – perdão, ao Ministério da Agricultura. Não quero levantar nenhum juízo de valor sobre a equipe, mas é estranho que se tirem, como já no começo deste Governo, as ameaças que foram feitas ao Inpe, inclusive com a demissão de seu Diretor-Presidente, o que mostra que a intenção pelo menos não é boa, pelo menos não parece boa. Deus queira que eu esteja enganado.

Assim como me preocupa, ontem, a aprovação do caráter de urgência para a votação do Projeto de Regularização Fundiária nº 2.633. Quero voltar a afirmar que a atual lei já viabiliza a regularização de 85% dos títulos de terra, ou seja, da ampla maioria e daqueles que seguramente estão nessas terras há mais de 10, 15 anos, como previu a Constituição Federal de 1988.

O que acontece – e parece que é um jogo premeditado – é que se fragilizam as equipes do Ibama, do Chico Mendes, que poderiam ter a capacidade de fazer essa regularização com a fiscalização das áreas, para depois dizerem: "Não está andando nada. Então, vamos mudar a regra." E, para variar, como foi dito pelo ex-ministro, "vamos passar a boiada".

Eu reconheço que o trabalho feito na Câmara dos Deputados melhorou, e muito, a MP que foi apresentada pelo Governo Federal, mas eu creio que a notícia não é boa para o mundo inteiro e, inclusive, para os investidores, que estão preocupados com esse projeto, um projeto de licenciamento ambiental que já está no Senado, e com o projeto do trabalho em terra indígena.

Então, eu estou chamando a atenção porque não se trata aqui de uma briga entre fundamentalista da motosserra e fundamentalista da contemplação. Aqui se trata de ter bom senso. Não tem nada a ver com esquerda e direita; tem a ver com bom senso. O mundo inteiro despertou, mais ainda depois de uma pandemia que já levou mais de 4 milhões de humanos e já levou mais de 540 mil brasileiros e brasileiras. Segundo os pesquisadores, está claro que essa pandemia é mais uma zoonose, ou seja, uma doença que se transmite de outros seres vivos para seres humanos e que tem muito a ver com a degradação do meio ambiente, com o aquecimento global, com a desertificação de áreas, com o degelo no Polo Norte.

Então, essa pauta é uma pauta, hoje, mundial, da civilização ecológica, pregada pelo Governo chinês, ao *Green New Deal*, pregado pelo Governo americano, passando por várias ações na Europa, na Ásia. Nós temos a graça de Deus de ter a biodiversidade, de ter o volume de água doce talvez o maior do mundo, mas parece que, pela abundância, alguns acham que podem abusar e degradar.

Então, eu quero chamar a atenção. Estamos na porta da COP 26 na Inglaterra. Na COP de Madri, praticamente não houve participação oficial do Governo Federal. Portanto, eu chamo a atenção tanto do nosso Presidente Rodrigo Pacheco quanto dos nossos Senadores e do Presidente Arthur Lira. Vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10





repetir: aqui não se trata de uma briga entre dois dogmas. Aqui se trata de bom senso, de saber empregar, desenvolver, crescer a economia sem degradar. Isso é absolutamente possível, como o mundo está mostrando com a guinada verde que está acontecendo. Então, faço questão de registrar isso, porque a mim me preocupa muito.

Acabo de receber a notícia de que a equipe do Ibama está praticamente com 28% daquilo que tem e 26% daquilo que deveria ter. Depois, fica-se reclamando de que o licenciamento não anda. Não anda não é porque a equipe não quer; não anda não é porque a lei é ruim. Não anda porque não se dá a infraestrutura de pessoal necessária para que isso aconteça.

Então, eu quero deixar essas minhas palavras como Presidente da Comissão, porque realmente a preocupação é grande.

Vou repetir: eu não tenho sido procurado só por militantes do movimento ambientalista. Eu tenho sido procurado por investidores que falam da desconfiança dos seus *boards*, dos seus conselhos de administração em investir no Brasil.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às três emendas de metas e às quatro emendas de texto desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021.

As emendas vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para serem absorvidas.

Eu pergunto se a Relatora ou algum colega ainda quer fazer alguma manifestação. (*Pausa.*)

Senadora Leila, por favor. Só precisa abrir seu microfone.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Fechou de novo.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Quero primeiramente dizer que suas palavras foram precisas, porque a estratégia é esta: fragilizar e desconstruir. A gente tem assistido a isso claramente em termos de comportamento em nível federal, do Governo Federal.

Acho que o mais importante, em toda essa aula que o senhor deu com relação à nossa questão ambiental, é essa briga. Não é briga entre dois dogmas. Na verdade, é uma pauta que é muito importante para todos os brasileiros.

Então, tendo o senhor à frente desta Comissão, sempre alerta, alertando, enfim, mobilizando a Casa, e sendo o senhor um grande Líder, um defensor dessa pauta ambiental, eu tenho certeza de que não faltará a este Congresso Nacional altivez e, acima de tudo, aquele espírito de estar o tempo todo de sentinela, cobrando e olhando essa questão ambiental, que é muito importante para todos nós.

Então, parabéns pela sua atitude diária de alertar a todos nós da importância e do que está sendo feito com relação à desconstrução das políticas ambientais no nosso País.

E muito obrigada também por ter me indicado a relatoria desse importante momento para todos nós, que fazemos parte desta Comissão de Meio Ambiente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, parabéns pelo seu trabalho quase que num raio, de ontem, depois de 3h, 4h da tarde, para deixar pronto esse relatório. E parabéns pelo bom senso de ter chegado a uma conclusão no relatório.

Não havendo mais o que tratar, declaro encerrada...

Senador Jean Paul, V. Exa. quer falar?

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Quero apenas agradecer o trabalho e parabenizar o trabalho da Senadora Leila, hercúleo trabalho noturno, e mandar um abraço para todos vocês. Eu estou no remoto aqui, mas ouvi as deliberações.

Parabéns, Leila!

Parabéns, Jaques Wagner!

Obrigado, meus amigos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Nos termos do art. 44...

Eu ia encerrar antes do final. É a tecnologia que ainda não havia subido a página.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 9ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Um bom-dia a todos!

*(Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 28 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Kátia Abreu, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Leila Barros e Eduardo Braga, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel, Zenaide Maia e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 12ª, 13ª e 14ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento do Ministro de Meio Ambiente**, atendendo aos requerimentos REQ 25/2021 - CMA, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), e REQ 26/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Comparecimento do Senhor Joaquim Álvaro Pereira Leite, Ministro de Estado de Meio Ambiente, a fim de apresentar à Comissão seus planos à frente da pasta. **Participante:** Ministro Joaquim Alvaro Pereira Leite, Ministro de Meio Ambiente. **Resultado:** Audiência de comparecimento do ministro realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Jaques Wagner**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se ao comparecimento de S. Exa. o Sr. Joaquim Alvaro Pereira Leite, Ministro de Estado do Meio Ambiente, que vem a esta Comissão apresentar as diretrizes e os programas prioritários da pasta que comanda no Poder Executivo para o seu mandato, em atenção aos Requerimentos 25 e 26, de 2021, desta Comissão, nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em atenção aos regramentos regimentais constantes do Título XI, "Da Convocação e do Comparecimento de Ministro de Estado", considerando ainda a situação desta reunião semipresencial nos termos das restrições impostas pela pandemia da covid-19, esta Presidência comunica os procedimentos para a reunião.

Solicitamos que todos os presentes no Plenário mantenham o uso de máscara, cobrindo o nariz e a boca o tempo todo, sendo permitida a sua retirada apenas durante a hidratação.

O Ministro usará da palavra para as suas exposições iniciais por até 30 minutos, sem interrupção.

Os Senadores que desejarem interpelar o Ministro após sua apresentação devem solicitar inscrição à Secretaria, presencialmente ou pelo *chat* do Zoom, com texto "Para interpelar". Deixaremos a função "levantar a mão" apenas para questões de ordem após a fala do Ministro.

A cada Senador inscrito, intercalando-se os oradores de cada partido e Senadores presentes e remotos, serão concedidos cinco minutos para a sua interpelação, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro.

Para contraditar, o orador poderá usar da palavra novamente pelo prazo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo prazo para a tréplica.

O aviso sonoro indicará quando restarem 15 segundos para o fim do prazo.

Na fase de interpelações, o Ministro só será aparteado se assim permitir.

Não podendo esta reunião estender-se além do horário do início da Ordem do Dia do Plenário, na hipótese de não concluirmos a apresentação do Ministro e a correspondente fase de interpelações, outra reunião será designada para esse fim.

Os cidadãos podem assistir à reunião em tempo real e encaminhar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211. As participações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serão moderadas pela equipe técnica e podem ser aproveitadas por esta Presidência ou pelos Senadores presentes para o enriquecimento do debate.

Convido o Ministro... Aliás, não o convido, porque ele já está conosco à mesa.

Sr. Ministro, V. Exa. tem a palavra por até 30 minutos. Quero, primeiro, lhe dar as boas-vindas a esta Comissão, que é a Comissão diretamente vinculada à sua missão no Executivo, e reafirmar o que eu já lhe disse em conversa privada, que a minha postura como homem de oposição ao atual Governo não quer dizer uma postura de "quanto pior, melhor". Ao contrário, acho que esse tema merece de todos nós cuidado e a busca de um ponto de equilíbrio. Eu continuo dizendo que a falsa dicotomia entre desenvolvimento e sustentabilidade serve aos dois extremos, e não é esse o melhor caminho para nós trilharmos.

Então, eu espero que a presença de V. Exa. à frente desse ministério possa, eu diria, azeitar as relações com esta Casa Legislativa, com a sociedade civil, que se preocupa. Eu digo que esse tema não é mais de esquerda ou de direita; ele passou a ser um tema de bom senso. É óbvio que as torcidas, às vezes, são muito bem-vindas, mas nem sempre conseguem tirar o melhor do debate que a gente quer fazer. Estamos às portas da COP 26, e é óbvio que precisamos recuperar a imagem do Brasil nessa temática.

Então, passo a palavra a V. Exa. V. Exa. tem até 30 minutos para fazer sua exposição. Não estranhe... (*Pausa.*)

Ah, tudo bem!

Mas, de qualquer forma, eu quero dizer...

A Senadora pediu a palavra agora?

Senadora Kátia, V. Exa. está lincada à reunião. Eu vi que V. Exa. pediu a palavra. É antes da fala do Ministro? (*Pausa.*)

É depois.

Ministro, com a palavra V. Exa.

Se houver alguma projeção... Já está aí? (*Pausa.*)

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Senador, obrigado. Obrigado pelo convite.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer estar aqui nesta Casa para falar um pouco sobre o que nós do Executivo estamos fazendo em relação ao tema, para recebermos subsídios também para fazermos uma melhor política ligada ao meio ambiente.

Obrigado pelo convite.

Eu acho que não puseram a apresentação, mas eu vou falar aqui... (*Pausa.*)

Não, eu vou falar aqui direto, não preciso da apresentação. Qualquer dúvida...

Eu queria começar comentando um pouco a fala, o discurso do Presidente na Cúpula do Clima, em abril. Ele, claramente, no seu discurso, confirma as medidas e determina o fortalecimento dos órgãos ambientais em relação ao desmatamento, especialmente. Também, no seu discurso, ele deixa claro que é preciso haver a justa remuneração pelos serviços ambientais prestados pelos nossos biomas ao planeta como forma de reconhecer o caráter econômico da atividade de conservação. Após esse discurso, o Governo Federal ampliou, aumentou o orçamento da fiscalização em R$270 milhões. Nós tínhamos para a fiscalização no Ministério do Meio Ambiente R$228 milhões; hoje nós temos R$270 milhões. Esses recursos... Vão ser iniciados os editais agora. Na semana passada, eu confirmei a utilização... A gente entende que pode trazer inovação e mais inteligência aos sistemas de fiscalização. Então, nós já vamos começar a executar esses recursos agora.

Além disso, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, autorizou o Ministério do Meio Ambiente a contratar 200 – desculpa! –, 740 novos agentes de fiscalização ambiental. A Força Nacional está atuando em conjunto com a equipe de fiscalização do Ministério do Meio Ambiente, em uma parceria entre o Ministério da Justiça, a Diretoria de Crimes Organizados, o Ibama e o ICMBio. Qual é o objetivo dessa parceria? Trazer inteligência e eficiência para as operações. Na semana passada, eu estive com o Ministro Anderson em Imperatriz, no Maranhão, acompanhando os resultados dessa parceria e dessa ação conjunta.

Então, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Justiça estão atuando de forma conjunta em relação aos crimes ambientais, especialmente para a gente atuar naquilo que não é o corte da árvore dentro da floresta, mas, sim, na estrutura de lavagem de dinheiro, de crime organizado, muitas vezes também com tráfico de drogas, nesse processo de crimes ambientais que acontecem especialmente na Amazônia.

Então, em relação à fiscalização, essa é uma ação do Governo Federal após o anúncio do Presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do Clima, que determina o fortalecimento das agências de controle ambiental.

Outro tema bastante importante são as ações preventivas, neste ano, em relação aos incêndios. Junto também com o Ministério da Justiça e o Ministério do Desenvolvimento Regional, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilizando 6 mil homens, praticamente, para atuar de forma descentralizada nos Estados, uma vez que nós vamos recrutar bombeiros estaduais para atuarem no combate a incêndios. Além disso, o ICMBio e o Ibama têm 3,2 mil homens, neste ano, atuando diretamente no combate a incêndios.

Por último, duas semanas atrás, nós recebemos o primeiro de 15 caminhões de bombeiro, especialmente fabricados para atuar nos biomas brasileiros. Isso é bastante importante, porque agora haverá um veículo que atua especialmente no território, na condição que o Brasil precisa.

Então, para começar um pouco a apresentação da nossa atuação, foi comandado pelo Presidente um reforço no combate ao desmatamento ilegal e no reconhecimento da atividade de conservação da floresta para remunerar quem cuida de floresta. Esses são os dois pontos importantes do discurso do Presidente em abril deste ano. E o que nós fizemos foi dar continuidade às ações após esse discurso.

O plano de combate ao desmatamento... O maior desafio que nós tivemos no plano de combate ao desmatamento – nós consolidamos os planos anteriores – foi o de trazer temas bastante relevantes para conseguir combater o desmatamento especialmente em regiões com fragilidade econômica. Temas transversais nós trouxemos para esse plano: ambiente de negócios, bastante importante no território, uma vez que você não faz atividade econômica se não há um ambiente de negócios para você empreender no território de uma forma eficiente; inovação, outro tema bastante importante... Inovação, ambiente de negócios e financiamento de impacto são os três temas transversais do plano de combate ao desmatamento ilegal.

Nos eixos de comando e controle, como eu falei anteriormente, nós estamos dobrando ou mais do que dobrando os orçamentos, com mais 700 homens da Força Nacional, com mais 700 homens fiscais do Ibama e do ICMBio, com regularização fundiária – o Incra e o Ministério da Agricultura estão caminhando de forma bastante célere nesse tema –, com ordenamento territorial e bioeconomia.

Mas o ponto mais importante que nós entendemos dentro do plano de combate ao desmatamento é remunerar quem cuida de floresta, e, para isso, junto com esta Casa... O Congresso aprovou, no início deste ano – e foi sancionada –, a Lei Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. E nós, do Ministério do Meio Ambiente, em 2019... Logo que eu entrei no ministério, em 2019, como diretor, nós articulamos com o Congresso para aprovar essa lei. Hoje, nós temos uma lei e temos um programa nacional de pagamentos por serviços ambientais chamado Floresta+. É um programa bastante robusto, que tem vários componentes. Nós já soltamos, já temos o componente do Floresta+ Empreendedor, e aí estamos caminhando com dois novos componentes, que são o Floresta+ Agro e o Floresta+ Bioeconomia.

Tenho atuado na frente do ministério, e toda semana eu tenho ido acompanhar presencialmente as ações de combate a desmatamento ilegal na Amazônia. Essa tem sido minha rotina todas as semanas para conhecer e acompanhar a integração do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça, do Ministério do Meio Ambiente nessa atuação conjunta e integrada, e isso tem trazido resultados que começaram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparecer agora, no mês passado – e parece que este mês o número vem melhor do que no mês passado. No mês passado, houve uma queda de 10% no desmatamento ilegal, e este mês parece que nós vamos ter um número melhor do que no mês passado, em torno de 30% de queda em relação ao ano anterior.

Então, em abril, uma ação de aumento dos recursos para fiscalização e uma ação para você aumentar o número de servidores no Ibama e no ICMBio, mais uma ação da Força Nacional, a Defesa dando todo o apoio logístico e de transporte: essa atuação integrada tem começado a gerar os resultados que a gente espera que aconteçam na direção de zerar o desmatamento, se possível, anterior a 2030. Nós temos uma meta anunciada pelo Presidente, e é uma meta que está no nosso compromisso nacional determinado, mas nós estamos atuando na direção de antecipar esse prazo.

Outra questão bastante importante: a minha agenda está muito ligada à COP do Clima, são dois acontecimentos que nós vamos fazer.

O primeiro: consulta à sociedade para entender o que seria uma boa posição do Governo brasileiro em relação às negociações do acordo do clima. Bastante importante consultar a sociedade, e para isso nós já fizemos mais de 200 reuniões para consultar a sociedade sobre o que seria o importante em relação a esse tema.

O segundo: o evento da COP do Clima. Nós devemos ter um estande de 200 metros quadrados, em que nós estaremos presencialmente em Glasgow, e vamos montar um estúdio em Brasília. Devido à pandemia, devido às restrições de viagem que ainda existem, nós vamos ter um estúdio em Brasília especialmente desenhado para você interagir. Então, em Glasgow nós vamos ter dois estandes: um em virtual, transmitido diretamente aqui de Brasília para dentro de Glasgow, e um presencial em Glasgow. E qual é a ideia? A ideia Governo é levar um Brasil real, um Brasil que faz a sustentabilidade, um Brasil que atua protegendo floresta e um Brasil que atua na direção de neutralidade de carbono em 2050.

Em abril, no discurso do Presidente, ele deixou bem claro a nossa meta de reduzir, de zerar desmatamento ilegal até 2030 e de zerar, ter emissões líquidas em 2050. Isso é bastante importante, uma vez que você traz uma ambiciosa meta brasileira dos países desenvolvidos. A meta brasileira de 37% de redução de emissões em 2025, de 43% de redução de emissões em 2030 e de neutralidade de carbono 2050 é uma das metas mais ambiciosas dos países em desenvolvimento, uma vez que ele abarca toda a economia brasileira, e isso foi reafirmado pelo Presidente.

Em abril, o Presidente já direcionou a estrutura das ações do Governo Federal para a neutralidade em 2050, e acho bastante importante que toda a sociedade caminhe na mesma direção, e a direção é: neutralidade de carbono em 2050, e o Governo Federal deu esse primeiro passo lá em abril. Eu acho que os Estados, os Municípios e a sociedade têm, sim, que caminhar nessa direção, buscando a neutralidade de carbono em 2050.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para desenhar um pouco o que vai acontecer em Glasgow: nós estamos pegando subsídios da sociedade, nós estamos pegando projetos reais de quem cuida, de quem protege floresta e reduz emissões. Então, nós devemos apresentar um Brasil que faz a sustentabilidade, um Brasil que atua realmente combatendo a ilegalidade, um Brasil que protege as suas florestas, um Brasil que reduz as suas emissões a cada novo projeto, buscando aí uma direção na neutralidade de carbono. Isso em relação ao evento da COP do Clima.

Em relação ao posicionamento das negociações, o acordo do clima fala em US$100 bilhões por ano, que deveriam começar a partir deste ano, dos países desenvolvidos financiando os países em desenvolvimento. O Brasil vai nesse posicionamento, claro, e negociar para que isso seja feito ou que aconteça uma emergência financeira. O que significa isso? Dinheiro imediatamente para fazer essa mudança e essa transição para uma economia neutra em carbono e para o desmatamento zero anterior a 2030, empenhando os maiores esforços para que isso aconteça. Mas, para que isso aconteça, você precisa de recursos: recursos em volume, recursos descentralizados, de uma forma eficiente, que cheguem ao chão. Esse é um desafio que nós temos em relação ao financiamento do clima. O que acontece com o financiamento do clima? Nós temos que buscar a eficiência do recurso: como a gente consegue receber o recurso de financiamento do clima e fazer com que ele chegue ao chão. Esse é um dos desafios que nós temos, e não é só nosso, como de todos os outros países.

Em relação artigo 5º do Acordo de Paris, que se refere à redução de emissão, de desmatamento e de degradação florestal, nós temos já reconhecidos na UNFCCC em torno de 7,8 gigatoneladas. Esses últimos dois anos devem acrescentar aí, chegar a um total de 9 gigatoneladas, e isso dá aproximadamente US$90 bilhões, a US$10 a tonelada. Esses também são recursos que os países desenvolvidos, perante o artigo 5º do Acordo de Paris, se comprometeram a contribuir com a redução do desmatamento em todas as florestas tropicais. Esse é um artigo, um financiamento de clima baseado em doação, em pagamento por resultados que nós queremos acelerar e fazer com que seja mais efetivo, para aí pagar e remunerar quem cuida de floresta via Programa Floresta+, por exemplo, Floresta+ Amazônia, que paga diretamente ao pequeno produtor que conserva a floresta nativa na Amazônia.

Artigo 6º, a que se refere o artigo 6º? Mercado de carbono. O Brasil vai ter uma posição proativa e construtiva em relação ao mercado de carbono. O que significa isso? A gente vai negociar com os países. Claro que as negociações acontecem dentro de Glasgow, durante os dez dias do evento, da COP, da Conferência das Partes, mas nós vamos deixar claro que o Brasil, sim, tem muito a ganhar com o mercado de carbono, um mercado de carbono internacional, robusto, que reconheça quem faz atividade com baixa emissão. E o Brasil vai ter, sim, um indicador para mostrar que tem uma indústria de baixa emissão, uma energia de baixa emissão e uma agricultura de baixa emissão. Esse é um desafio que nós temos e o Brasil vai numa posição bastante construtiva para que aconteça um consenso em relação ao livro de regras do mercado de carbono.

Então, isso é um pouco do que está acontecendo e do que vai acontecer em Glasgow.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo tema para o qual eu queria chamar a atenção aqui e comentar com os senhores é sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que se reuniu 15 dias atrás. Nós desenhamos, criamos grupos de trabalho para apresentar um plano nacional de mudança do clima, um programa de crescimento verde, para atingir a neutralidade de carbono em 2050, e o aprimoramento do Inventário Nacional de Emissões. Por que é importante que a gente faça e acelere o crescimento do Brasil olhando para uma neutralidade em 2050? Porque o Brasil tem muitas oportunidades. O Brasil enxerga e o Governo Federal enxerga que, em relação ao acordo do clima e a mudanças do clima, o Brasil tem várias oportunidades. Em todas as suas atividades, ele vai conseguir mostrar e atuar, reduzindo emissões, ao mesmo tempo que vai fazer com que o Brasil tenha um crescimento, gerando empregos verdes no Brasil.

Então nós estamos desenhando um programa de crescimento verde, olhando para 2050, um plano nacional de mudança do clima e o aprimoramento do inventário. E qual é o ponto em relação ao aprimoramento? O Inventário Nacional de Emissões deve ser revisitado e aprimorado para que você possa reconhecer atividades, atividades agrícolas, atividades que fazem uma absorção de carbonos verdes. E o que foi feito? O IPCC, quando trouxe para nós, para o Brasil, um relatório de emissões, na época a melhor ciência não reconhecia tão claramente as atividades num país tropical como o Brasil e com as suas características. E o que nós vamos fazer agora? Aprimorar esse inventário de emissões para trazer a melhor ciência para apresentar as emissões das atividades brasileiras.

Esse é um pouco do resumo aqui em relação à COP do Clima e a desmatamento.

Por último, eu queria destacar o tema de cidades. Nós temos um programa bastante robusto, chamado Lixão Zero, que já fechou 20% dos lixões no Brasil, e acho que a gente tem que destacar muito essa atividade, que é bastante importante. O André França está aqui com a gente, é o responsável pelo programa, que tem conseguido fazer muito com pouco, mas ele já conseguiu reduzir 20% dos lixões do Brasil. Esse é um tema bastante importante para quem vive nas cidades, porque, sem lixão, significa melhor qualidade de vida para quem vive nas cidades.

O programa de reciclagem também é bastante importante, com um volume, dados e números bastante relevantes. Nós temos aqui a reciclagem e o retorno de baterias de carros em 15 milhões; óleo lubrificante, 465 milhões. Além disso, há a logística reversa dos medicamentos e eletroeletrônicos. Então, quatro componentes bastante importantes em relação a logística reversa, fazendo com que você retorne 15 milhões de baterias para serem recicladas; óleo, 465 milhões; medicamentos e eletroeletrônicos. Então, esse é um pouco da agenda das cidades.

Parques nacionais. Eu tive a sorte de visitar nas minhas férias – antes, dois meses atrás – Aparados da Serra – Cânion Itaimbezinho e Cânion Fortaleza –, lá no Rio Grande do Sul, e esse é o primeiro parque que foi concessionado nesse novo modelo. Esse novo modelo traz um cuidado e monitora a qualidade dos serviços ao visitante, mas, mais importante do que isso, ele traz serviços de proteção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parque obrigatórios. O que significa isso? Mais recursos – nesse caso, são R$260 milhões no Parque de Aparados da Serra –, mais proteção, formação de brigadistas, mais visitantes, mais emprego e renda.

Esse novo modelo olha para a proteção do parque, que é o ponto mais importante no processo de concessão dos parques, mas também olha para a qualidade dos serviços prestados por aquela concessão para os visitantes, trazendo, muitas vezes, até mais atividades, uma vez que o parque – eu fui andar nesse parque, no Cânion Fortaleza – não tinha nada, não tinha nem banheiro. Você caminhava 2,5km, recebia lá 2 mil visitantes por final de semana, e, a partir, acho, do mês que vem, já vai estar a estrutura montada. São 23 parques que já estão no processo de concessão, e isso vai trazer mais proteção, mais emprego e renda para quem está nos territórios.

E, por último, florestas. Ponto mais importante: Floresta+, a Política de Pagamentos por Serviços Ambientais. Pagar a quem cuida de floresta, fazer com que o dinheiro chegue para quem cuida de floresta. Nós temos o Floresta+ Empreendedor, nós temos o Floresta+ Bioeconomia, o Floresta+ Agro e o Floresta+ Amazônia. Este é um desafio que nós temos: remunerar quem cuida de florestas; gerar, criar o emprego do guarda-florestal; criar o emprego do brigadista que cuida de floresta. Nós temos que reconhecer e remunerar quem cuida de floresta, especialmente nas regiões mais frágeis, porque não é só a Amazônia: Caatinga, parte do Cerrado, há bastantes áreas. O Brasil tem um volume de 218 milhões de hectares protegidos em propriedades rurais e 300 milhões nos parques nacionais. Nós temos que gerar a atividade de cuidar de floresta nessas áreas e, assim, garantir que elas estejam protegidas, mas, ao mesmo tempo, remuneradas.

E, por último, Floresta+ Carbono, que é o mercado de carbono voluntário, baseado em floresta nativa. Nós criamos esse mercado. Eu entrei no ministério em 2019 e, em 2019 e 2020, nós viemos estruturando esse mercado voluntário. Hoje nós temos 2 milhões de hectares abaixo do Floresta+ Carbono. O objetivo é que o mercado, que a iniciativa privada consiga fazer com que esse número chegue a talvez 20 milhões, 30 milhões, fazendo com que você tenha uma proteção na faixa de maior pressão de desmatamento.

Para o mercado de carbono acontecer, houve uma alteração, abrindo espaço para o privado dentro do decreto do Conaredd+; houve a criação do Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais; nós reconhecemos, dentro do Conaredd+, o Mercado Voluntário de Carbono de Floresta Nativa. Nós formalizamos a atividade, algo bastante simples. E o que é isso? Nós conseguimos colocar dentro de uma Cnae (Classificação Nacional de Atividade Econômica) a atividade de serviços ambientais.

Na conservação de floresta nativa, dentro da subclasse de produção florestal, hoje está incluído no texto que você pode emitir uma nota fiscal baseada em conservação de vegetação nativa com o objetivo de aumento e manutenção dos estoques de carbono, conservação da biodiversidade, polinização, regulação do clima, disponibilidade hídrica, proteção e fertilidade do solo, ciclagem de nutrientes, entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros benefícios ecossistêmicos. Então você hoje pode emitir uma nota fiscal dessa atividade que foi criada e colocada junto ao IBGE dentro de uma CNAE.

Esse é só um resumo das atividades do ministério. Estou à disposição para perguntas e obrigado pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Ministro, pela sua exposição.

Agora nós passaremos à fase de interpelação.

Eu vou me permitir deixar as minhas perguntas para o final para não, eventualmente, reincidir sobre perguntas que outros colegas Senadores queiram fazer.

Está inscrita a Senadora Kátia Abreu, que foi a primeira a se inscrever. Senadora, V. Exa. está lincada? Senadora Kátia Abreu?

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sim, Presidente, estou aqui firme, ouvindo tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, por favor, até cinco minutos para sua interpelação ou pergunta.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – O.k., Presidente. Eu quero cumprimentar o Ministro Joaquim Leite, parabenizá-lo pela sua apresentação. De fato, o senhor não se esqueceu de nada, falou de todos os pontos possíveis e de todos que deveriam estar aqui nesse contexto.

Está me ouvindo bem, Presidente? Estou sendo ouvida? (*Pausa.*)

Está me ouvindo, Presidente? Não? Para mim aqui está ligado. (*Falha no áudio.*)

Oi, Presidente? Estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pode falar, Senadora.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Oi, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Oi, pode falar, Senadora.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Presidente Jaques Wagner, pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Ministro Joaquim Leite. Bom dia, Ministro, é um prazer conhecê-lo, mesmo que de forma remota. Gostaria de parabenizá-lo pela sua apresentação. Foi uma apresentação, em linhas gerais, pelo tempo, bastante completa no que diz respeito aos itens que deveriam estar contemplados – e eu o cumprimento por isso –, mas, claro, ainda depende de muitos detalhes para que a gente possa compreender tudo isso.

Eu vou começar pelo meu questionamento número um. Meu interesse, claro, pela questão ambiental, eu confesso, vem evoluindo bastante nos últimos 15 anos.

Está me ouvindo, Presidente? Não? (*Pausa.*)

O problema de áudio é aí.

Ouve, Presidente? (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Fica com a voz rouca e não se entende direito o que a senhora está falando.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Presidente, mas acho que o problema no som é aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, aqui...

Senadora, se a senhora me permite, eu iria passar para o Senador Jayme Campos até o pessoal analisar se há alguma coisa para melhorar aqui. Se V. Exa. tiver um fone de ouvido, porque, às vezes, quando se fala com o fone, o som fica melhor...

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Assim me ouve melhor, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Começa sempre bem, depois fica...

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Assim está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não sou eu. É principalmente para o Ministro poder ouvir exatamente sua pergunta.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (*Fora do microfone.*) – Se eu tiver uma dúvida, eu pergunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pronto, eu vou tentar novamente.

Quando eu não estiver sendo ouvida, levantem a mão que eu paro, por favor, o.k.?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está bem.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ministro, eu vou direto ao ponto.

Parabéns – não sei se ouviram – pela sua apresentação, contemplou todos os pontos necessários para o debate.

Minha primeira pergunta. O senhor chama a nossa meta de ousada, para 2030 e 2050. O senhor não acha que nós poderíamos ter sido um pouco mais ousados, já que a nossa meta é desmatamento e não mudança de matriz energética? Porque os países que se comprometeram com 2030 de fato têm um problema grave, que é mudança de matriz energética. O caso do Brasil, para reduzir em 50% a meta até 2030, é de desmatamento, e não mudança de matriz energética, que é caríssima e leva tempo. Nesse sentido, Ministro, eu acho dez anos para reduzir o desmatamento um descalabro. Eu sei que o Presidente Bolsonaro entrou e cumpriu o mesmo prazo que os demais países, mas, na minha opinião, como o nosso problema é desmatamento, eu tenho certeza de que nós conseguiremos reduzi-lo em menor tempo, não para fazer bonito para país nenhum, mas para fazer bonito para o nosso bolso, porque eu estou interessada no Acordo Mercosul-União Europeia com urgência para combater a pobreza e o nosso País voltar a crescer. Então, não pense que é para fazer nenhuma graça para país nenhum. É para o Brasil e para os brasileiros.

Segundo ponto... Não; desculpa. Eu gostaria que o senhor falasse sobre o meu projeto de lei, que nós vamos aprovar no Senado Federal, que propõe levar para Glasgow a redução dessa meta para 2025, garantindo, inclusive, orçamento – porque é esta Casa que prevê e vota o Orçamento todos os anos – para que o senhor não passe aperto, para que o senhor tenha os recursos garantidos.

Segundo ponto, Ministro. Eu gostaria de saber especificamente se há uma proposta oficial, definitiva, estrita sobre o artigo 6º do Acordo de Paris. O que nós queremos desse mercado de carbono?

Presidente, por favor, eu ainda preciso de mais um tempinho curto, e eu lhe peço – acho que a fila não está tão grande –, para eu poder terminar as minhas perguntas.

O que o senhor pretende com o artigo 6º do Acordo de Paris? Se o senhor não puder me responder agora, o senhor poderá me enviar em outra oportunidade, o mais rápido possível.

E o meu último questionamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou sendo ouvida, Presidente?

Estou sendo ouvida, Ministro? (*Pausa.*)

O.k.

E meu último questionamento, tendo em vista o horário, Ministro, é que eu gostaria muito que o senhor me dissesse, me contasse o que pretende fazer, quais as medidas que o senhor pretende fazer para reestruturar os órgãos de controle. Não é só a questão financeira. Eu vou ditar para o senhor alguns pontos do que foi feito – já discuti isso com o MRE, com Tereza Cristina, com Paulo Guedes, com os meus colegas Senadores. De fato, um desmanche foi feito nos órgãos de controle, e eu tenho certeza de que, com esse novo programa que o senhor apresenta aqui agora, o senhor também deve tentar reverter essa situação, ou o senhor não terá sucesso em todo o seu planejamento, que, repito, foi muito bem elaborado e muito bem apresentado.

Primeiro, foi retirada a autonomia dos coordenadores do Ibama. Os analistas de inteligência foram todos deslocados dos seus lugares, portanto todos os embargos e multas estão praticamente paralisados.

Quanto ao pessoal de campo, o senhor já me respondeu que o senhor vai aumentar esse número de pessoas. Então, nós temos apenas 100 pessoas no licenciamento e 300 analistas de licenciamento.

A atuação remota do órgão foi totalmente suspensa. Nós precisamos que o MapBiomas mais o Ibama, que sempre fizeram uma grande parceria, possam colocar e ativar essa atuação remota, principalmente com a falta de dinheiro e por questões da pandemia.

Quero saber se o senhor ainda vai continuar com os coordenadores, policiais militares de São Paulo – são seis –, que não têm... São pessoas valorosas, são pessoas que merecem a nossa admiração, mas não são especialistas, esses coordenadores, na área ambiental.

Então, eu gostaria de encerrar falando do julgamento lento. Os julgamentos de multas e embargos têm feito com que o estímulo ao desmatamento possa ter crescido.

Eu não quero absolutamente que o senhor encare os meus questionamentos como uma implicância. Não; absolutamente. Ninguém está torcendo mais do que eu – pode ser igual – pelo fim do desmatamento para que a minha Comissão, que é a CRE, possa evoluir nos acordos comerciais. Então, eu sou, na verdade, parceira. Eu não sou uma empresa de demolição. Eu quero que os rumos sejam corrigidos e acredito que a sua ida para o ministério significa, simboliza isso. Nós precisamos mostrar uma outra *performance* ambiental aqui dentro do País e lá fora, especialmente na COP em Glasgow, em novembro, e eu quero dizer que o senhor pode contar comigo, em qualquer circunstância, para melhorar essa *performance*. A CRE não tem feito outra coisa a não ser tratar de assuntos ambientais nas questões internacionais de comércio para ajudar o País. Estamos fazendo uma série de palestras e ciclos para orientar, para colaborar com os nossos diplomatas no resgate da imagem do Brasil no exterior. Então, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero que o senhor creia, de verdade, no nosso espírito público, na nossa vontade de colaborar e ajudar. Porém, com essa desestruturação do Ibama e do ICMBio, eu lamento, porque, sem instrumentos de controle eficientes, eficazes lá dentro, nós não vamos poder evoluir apenas com recursos e com pessoas não tão experientes na área como nós gostaríamos que fossem.

Então, são esses os meus três questionamentos que eu gostaria que fossem respondidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Quero, antes de passar para os cinco minutos de resposta do Sr. Ministro, cumprimentar a Senadora Eliane Nogueira, dar-lhe as boas-vindas à nossa Comissão e agradecer sua presença aqui; o meu amigo Jayme Campos; o Senador Contarato, ex-Presidente desta Comissão; e o nosso companheiro Senador Telmário Mota. Evidentemente, nós temos muita gente presente de forma virtual, como são as reuniões de hoje.

Ministro, está com V. Exa. a palavra por cinco minutos.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Senadora, obrigado pelas perguntas.

Eu vou comentar um pouco, primeiro, sobre os órgãos de controle.

Nós vamos aumentar, como eu comentei anteriormente, o número de servidores. Nós estamos comprando equipamentos – por exemplo, 300 *notebooks*, para cada servidor ter o seu próprio *notebook* e poder fazer o seu trabalho cada vez melhor –, veículos e equipamentos de comunicação. Esse é um desafio que nós temos. O desafio é fazer com que a gente tenha mais eficiência na atuação dos órgãos de controle.

Lembro também a questão da concessão de parques, no caso do ICMBio. Eu fui visitar, como comentei, Aparados da Serra. Os veículos estavam sucateados, a estrutura toda sucateada. A concessão vai colocar naquele parque R$30 milhões através da iniciativa privada, e o ICMBio e o chefe da unidade vão poder atuar naquilo que é efetivamente sua atividade, que é proteger floresta nativa, proteger o parque nacional. Então, a concessão é um veículo bastante importante, uma vez que você traz o visitante, que também monitora o território.

Fui a Anavilhanas agora, que também está no processo de concessão há um mês. É um lugar maravilhoso, que tem que ter mais visitantes, mas com todo o cuidado, porque nós temos que ter o visitante que protege, o visitante que olha e monitora se está sendo protegido aquele território. Da mesma forma que em Aparados, em Anavilhanas, quando você concessiona, você traz mais recursos, porque o concessionário agora, nesse novo modelo, tem a obrigação de montar a infraestrutura de proteção, além das novas atividades que ele traria para os visitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à atuação do Ibama e ICMBio, toda semana eu tenho acompanhado a integração das operações de Ministério da Defesa, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça. O que nós temos hoje no campo em relação a 2019? Nós tínhamos um sistema de monitoramento de imagens que tirava uma fotografia, a cada seis dias, com uma resolução de 54m$^2$. A cada seis dias, eu tinha uma foto, mas eu tinha que processar essa foto para saber o que era exatamente que havia naquela imagem. Então, vamos considerar que nós tínhamos sete, oito dias para poder atuar no território. Hoje, existe uma integração do Inpe, com o sistema do Deter e dos alertas de desmatamento; do Censipam, que pega mais dados e mais imagens de satélites e processa; do Cenima, do próprio Ibama; e da Polícia Federal, com o Brasil Mais. A integração desses quatro sistemas nos dão hoje uma ferramenta... E eu vi isso *in loco*, eu fui acompanhar a fiscalização, a atuação de combate ao desmatamento toda semana. Desde o dia em que eu assumi o ministério, toda semana eu estou na Amazônia acompanhando a integração das Forças e a operação das Forças. O que aconteceu? Hoje nós temos um sistema com um dia de recorrência e 1m de resolução. É um sistema bastante robusto de monitoramento de desmatamento. O que nós fazemos com isso? Nós conseguimos atuar praticamente em flagrante, uma vez que eu tenho a foto do dia de ontem. Então, o sistema era de seis dias com 54m de resolução; por uma ação integrada de várias imagens, de vários satélites e processamentos de imagem, nós hoje temos um sistema com 1m de resolução e com um dia de recorrência. Isso é o melhor sistema de monitoramento de desmatamento que nós temos hoje; bastante aprimorado. E vamos atuar, sim, contundentemente para reduzir o desmatamento ilegal e combater não só esse crime, mas todos os crimes ambientais. E não só na região da Amazônia; em todas as regiões, onde houver crime ambiental, o comando é combater crimes ambientais.

O que nós trouxemos de novo, também, para deixar claro esse comando do Presidente da República, é a integração do Ministério da Justiça, da Diretoria de Combate ao Crime Organizado, com o Ibama e o ICMBio. O que isso vai fazer? Vai fazer com que a gente traga inteligência às operações. E foi isso que aconteceu. Vocês devem ter visto, no fim de semana, uma das maiores operações contra o garimpo ilegal que aconteceu no Norte. Como foi feita? Com inteligência; com a atuação conjunta do Exército Brasileiro, da Polícia Federal e do Ibama para ter o resultado que vocês viram, que aconteceu esses dias nessa operação.

Então, isso é em relação... (*Pausa.*)

Tenho mais tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) **–** Pode prosseguir.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Essa era a primeira parte da pergunta.

Segunda parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à meta brasileira, a gente tem que tomar um pouco de cuidado, porque uma coisa é você falar que nós do Governo brasileiro vamos atuar para combater o desmatamento. Os números começaram a melhorar. Este mês parece que o número vem melhor que o do ano passado; nós vamos ter um número com uma redução de praticamente de 30% em relação a agosto do ano passado, mas essa ainda é uma prévia. Esse número do Deter deve sair agora, amanhã. O que é importante? Uma atuação do Governo brasileiro em combater desmatamento, comandado pelo Presidente da República, como anunciado em abril, junto com a Economia, que nos deu recursos e nos liberou para contratar servidores – talvez seja o único ministério que vai contratar servidores – especificamente para a fiscalização. Essa é uma ação.

Em relação a negociações de clima, as metas desenhadas no Acordo de Paris são metas de longo prazo. A gente não deve alterá-las a cada inventário; a gente não deve alterá-las a cada momento. E a gente tem que tomar muito cuidado, porque é uma meta consensuada com 194 países. A gente não pode alterar sem ter a certeza daquilo que a gente vai fazer. Então, nós pretendemos antecipar a meta de 2030 e zerar desmatamento anteriormente a 2030. Claro, essa é uma demanda da sociedade brasileira, como a Senadora bem comentou. Não é porque os europeus estão falando ou deixando de falar, mas porque a sociedade brasileira junto com a sociedade mundial estão todas numa mesma direção. Isso foi anunciado, estava no discurso do Presidente em abril. Então, nós estamos atuando nesta direção: zerar desmatamento ilegal.

Em relação à negociação de clima, nós temos que saber o que os outros vão fazer. É um consenso. E acontece lá, durante os dez dias. O Itamaraty é o negociador, e é ele que vai entender o que os outros estão prometendo fazer ou não prometendo fazer. Não adianta o Brasil antecipar uma meta; não adianta um Ministro do Meio Ambiente antecipar uma meta numa reunião, porque isso é uma negociação internacional. Eu não posso chegar aqui e comentar sobre uma negociação internacional. Eu tenho todo o cuidado em relação a isso. Os negociadores da nossa equipe vão participar; eu, como chefe da delegação, vou participar para levar o subsídio que a sociedade nos deu e que o Congresso nos deu para atuar em qual seja o melhor caminho, em qual seja a melhor oportunidade o Brasil tem no acordo do clima. E o Brasil tem muitas oportunidades, mas as negociações acontecem em Glasgow, durante os dez dias da Conferência das Partes. Então, não acho que o Brasil deva antecipar e não acho que o Ministro do Meio Ambiente deva antecipar qualquer meta em relação ao movimento dos outros países.

É bastante complexa a negociação, porque são 194 países com interesses bastante diversos: interesses econômicos, interesses comerciais, interesses ambientais. Então, nós temos que olhar quais oportunidades o Brasil teria. De que adianta o Brasil se comprometer a reduzir, como a própria Senadora comentou, 50% das suas emissões até 2030, só com redução de desmatamento, se os outros países não vão se comprometer com aquilo que eles assinaram, que é financiar essa transição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de ser bastante alto o investimento na transição para uma energia neutra em carbono, o desmatamento, no volume brasileiro, para o tamanho da Amazônia, não é um recurso pequeno nem barato. Você remunerar quem cuida de floresta no território, gerar emprego de guarda-parque, de brigadista não é barato. E nós temos veículos de financiamento de clima no Acordo de Paris em que os países desenvolvidos deveriam se comprometer a colocar recursos efetivos nesse veículo para a gente pagar diretamente ao CPF de quem cuida de floresta.

Então, em relação ao acordo do clima, nós temos que ter todo o cuidado com as negociações para, como representante do Brasil e chefe da delegação, levarmos uma boa posição para o Brasil aproveitar as oportunidades que tem em relação a um crescimento verde. Por isso é que nós estamos desenhando um programa de crescimento verde, rumo à neutralidade. Com isso, a gente vai conseguir mostrar ao mundo que nós fazemos, sim, uma agricultura, uma indústria, um setor de energia, de transporte, reduzindo emissões. Qualquer desafio que for dado ao Brasil em relação a crescimento verde nós vamos atingir. E, com certeza, a COP do Clima é o ambiente para isso.

Então, Senadora, eu fiz um breve resumo aqui.

Em relação ao artigo 6º, a mesma coisa: nós vamos ter um posicionamento construtivo e proativo para fechar; e nós temos feito reuniões bilaterais com os países para a gente caminhar e conseguir fazer com que esse mercado seja robusto, uma vez que nós entendemos que o Brasil tem muito a fazer nesse mercado de carbono e vai ser um exportador de carbono. E esse vai ser o melhor indicador de uma economia que, além de atingir suas metas, vai exportar carbono para o mundo. Mas reitero: as negociações são feitas pelo Itamaraty durante o período da COP. Antecipar qualquer posicionamento hoje não é eficiente em relação às negociações que vão acontecer lá, porque tudo vai depender dos movimentos que vão acontecer dentro da COP do Clima. Eu participei em 2019 das negociações. É um gigantesco desafio equacionar interesses de países que não vão participar desse mercado de carbono – como alguns países da África, que solicitavam uma taxa sobre as transações internacionais para gerar um fundo para que quem não vai nem comprar nem vender possa fazer uma transição para uma nova economia verde –, países que queriam uma taxa para gerar um fundo, indo de encontro a Suíça e Estados Unidos, que não permitem taxar, ou melhor, colocar impostos, nesse caso, sobre uma transação internacional, porque a Constituição dos dois países não permite. Isso gera um impasse. Os Estados Unidos têm razão, sua Constituição não permite; a Suíça tem razão, imposto sobre transações internacionais não é permitido, mas os países que precisam de transição e de recursos para essa transição precisam de financiamento. Então, como nós vamos achar uma solução de financiamento que não seja via mercado de carbono?

Então, é bastante complexo, Senadora. Todo subsídio é importante. Espero que esta Casa nos dê subsídios para podermos nos posicionar lá, durante a semana de negociações, e é o Itamaraty, dentro da sala de reunião, que vai fazer essas negociações de uma forma que seja benéfica ao Brasil, como ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre fez, e claramente vai atuar de novo nessa direção de fazer o melhor acordo do clima em relação ao Brasil.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Desculpa o tempo, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, Senador.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Pela ordem.

Se V. Exa. me permite, eu queria fazer uma pequena intervenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, é só porque a Senadora Kátia pediu a réplica.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ah, então, me desculpe...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu só pediria à Senadora Kátia que, como nós temos vários outros inscritos...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Minha Líder maior!

Está liberada a palavra aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se V. Exa. puder fazer a réplica no tempo regimental de dois minutos, eu agradeço. Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente, por esta oportunidade.

Cumprimento o Jayme Campos, meu querido amigo.

Ministro, número um: o Congresso Nacional, o Senado Federal é autônomo para aprovar as metas elaboradas, as metas compromissadas pelo Presidente da República do jeito que ele fez ou de modo diferente do que ele fez. Nós, diferentemente dos outros países, não estamos em condições de chegar a Glasgow com nada diferente ou ousado. Nós não podemos chegar a Glasgow com a mesmice, mesmo porque este próprio ministério de que o senhor fez parte foi onde a nossa imagem – desculpe, Ministro –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se desfez nestes últimos três anos. Então, nós temos a obrigação moral e ética de levar algo mais ousado para Glasgow, para simbolizar, para demonstrar, principalmente aos negociadores do Acordo Mercosul-União Europeia, que nós estamos falando sério. Dez anos para encerrar o desmatamento!? Nem o senhor estará aí mais e talvez nem eu estarei aqui mais. Então, nós não podemos ser tímidos nessa proposta. E o Senado Federal tem o apoio total do Presidente Rodrigo Pacheco, para que nós possamos recuperar essa meta e antecipá-la.

Nós não estaremos sendo ou fazendo algo no que diz respeito ao desejo dos outros países. Cada um aprove as suas metas e cumpra-as ou não, mas o Brasil tem a autonomia de definir as suas metas, e isso não tem consequência nenhuma nas negociações que há lá. E, aliás, não há segredo nenhum, não há nenhum mistério nessas negociações que não possa ser transparente para o povo brasileiro e para o Congresso Nacional. O Congresso Nacional, através da CRE, terá uma atitude de muito protagonismo em todas as negociações que dizem respeito ao Brasil. Nós não receberemos mais – não só em seu Governo, mas em todos os governos – o prato pronto para ser aprovado pelo Congresso. Nós já esperamos muito pela recuperação de desmatamento. Eu garanto ao senhor que os números não são bons. Por isso, nós estamos obstinados em aprovar a revisão dessa meta para levar ao Acordo de Paris.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senadora Kátia.

Ministro, V. Exa. tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar.) – Prezado amigo, Presidente, Senador Jaques Wagner – vou tirar a máscara, estamos distantes, não é, Fabiano? –, prezado Ministro Joaquim, que nos honra com a sua presença hoje nesta Comissão, eu estou ouvindo desde o início a fala e a explanação de V. Exa.

O que me chama a atenção – para ser bem rápido, até porque não estou na ordem de inscrição para fazer esta pequena intervenção – é em relação à questão do fogo, do desmatamento, que é muito falado, e assim por diante. Sei do esforço que V. Exa. está fazendo à frente do ministério, até porque tem menos de seis meses, se não me falha a memória, ou cinco meses aí. E não é fácil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Dois meses! Imaginem! Tem que fazer um verdadeiro sacrifício, uma luta para compadre Lampião, não é? Brabeza! É um ministério complexo, cheio de inúmeros problemas de que nós temos que fazer o enfrentamento. V. Exa. tem dito aí, na sua fala, em relação ao combate ao desmatamento de forma efetiva, sobretudo, comentou, inclusive, dessa última operação que tivemos no fim de semana, muito bem articulada por vários órgãos do Governo Federal.

Agora, é bom que se esclareça, Jaques Wagner, Srs. e Sras. Senadoras aqui, que nós estamos atravessando um momento, talvez, da história do mundo, em que há mudança climática em toda parte do Planeta. V. Exa. está acompanhando aí.

Nós somos do Estado, como V. Exa. sabe, de Mato Grosso. Nos últimos dias, lá, tem dado uma faixa de 41 graus a 42 graus – até ovos estão fritando no asfalto, você jogando lá... Nós não podemos também condenar – aqui é bom que se esclareça – todo mundo em São Raimundo. Não é verdade que o cidadão brasileiro, sobretudo o homem rural, não busca a preservação do nosso ecossistema; tenta combater o fogo, mas basta um cidadão jogar uma bituca de cigarro na beira de uma rodovia, como vi neste fim de semana não sei em qual parte do Brasil, para um verdadeiro fogaréu. E o produtor, lamentavelmente, é impotente para combater aquele fogo, mas não é ele que tacou o fogo lá!

Da mesma forma, eu tenho uma propriedade na região de Cáceres. Lá há uma unidade da ICMBio. Houve uma invasão perto da gente lá. Os grileiros tacaram fogo numa pequena derrubada. Isso aí alastrou na região. O ICMBio tem lá um efetivo de cinco ou quatro homens, é nada – o próprio carro do ICMBio quebrou, imaginem que incendiou o carro lá. Eu particularmente recebi um telefone, e minha equipe da fazenda, os funcionários deram todo apoio com máquina e caminhão.

Então, nós temos que ser muito claros, muito claros, para não deixar a pecha de que o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o ICMBio não estão tomando as devidas providências. Estão tomando as devidas providências! É óbvio e evidente. Num país de dimensão continental com 8,904 milhões de quilômetros quadrados, é quase humanamente impossível só o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio... Aí estão as Forças Armadas participando, a Polícia Federal, o inferno está participando, a sociedade participando... É quase um trabalho de pouco sucesso, pelo fato de que nós estamos atravessando uma crise em todos os setores, na medida em que há a questão hoje das nossas hidrelétricas, com todas elas baixando, o problema de água e, por conseguinte, o problema de falta de água até em algumas cidades que nós já estamos tendo, a questão da geração de energia, etc., etc.

O Deter, o Inpe, todos são órgãos que nós temos que respeitar. Entretanto, vou só dar um dado para o senhor, com conhecimento de causa – e não é só de causa; é de vivência. Nasci e cresci na roça... Basta um cidadão, muitas vezes, queimar uma caeira... V. Exa. sabe o que é caeira lá? Restos de pedaços de madeira... Parece, com muita clareza, lá em cima, que está havendo uma queimada. Não é verdade, não é queimada coisa alguma, nenhuma! Essa caeira não chega a atingir nem um raio de 2m ou 3m, mas hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está tão moderno – é bom fazer essa ressalva –, que lá o satélite pega e falam: "Olhem, há 5 mil, 12 mil, 500 mil focos de incêndio". Não é verdade, gente! Nós temos que botar os pingos nos is. Caso contrário, nós vamos destruir o Brasil, sobretudo, determinados veículos de comunicação levam para o campo não verdadeiro, prejudicando até economicamente o nosso Brasil nas grandes transações comerciais que nós temos com outros países que querem a preservação do nosso ambiente. E o que o brasileiro quer, de fato, aquele que produz, é a preservação, até porque isso pode inviabilizar a sua atividade empresarial. Vamos ser honestos aqui!

No ICMBio, por exemplo, o contingente é muito aquém da necessidade. No Ibama, a Senadora Kátia está dizendo aqui que houve talvez mudanças, desmontes... Também não é verdade, continuam os mesmos funcionários lá. Houve algumas mudanças, muitas vezes, até por falta de alinhamento de algum determinado funcionário que não quer receber orientação do seu chefe imediato. Nós não podemos ter funcionário que não recebe a minha liderança ou meu comando. São coisas em que nós temos botar os pingos nos devidos lugares.

Eu, particularmente, tenho muito conhecimento da matéria. Não sou um *expert*, mas não sou nenhum bobão cheira-cheira. Eu venho de uma região que V. Exa. conhece lá, onde hoje está tendo...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... a maior produção de grãos do Brasil de forma tecnificada, buscando ser uma produção sustentável.

Eu ia fazer algumas indagações e pedir a V. Exa., aproveitando – mais um minuto só, meu caro Presidente...

Estivemos com V. Exa. há poucos dias, fazendo aquela solicitação em relação à transferência do Parque da Chapada dos Guimarães para o Governo do Estado. O Governo do Estado de Mato Grosso hoje tem disposição e, sobretudo, tem caixa. Por incrível que pareça, está havendo dinheiro suficiente para fazemos investimentos. O que que ocorreu? Nesse convênio que o ICMBio está propondo, transferiu-se a possibilidade de fazer investimento, todavia, sob o comando daqui. Qualquer projeto que se fizer lá tem que ser trazido aqui, obrigatoriamente, para analisar, etc., etc. Não vão sair nunca, Ministro, pois conhece a burocracia no Brasil – não depende do senhor, não depende do Senador, é a burocracia.

Nós temos que facilitar as coisas. Nós temos que descentralizar. Caso contrário, não andam, Senador Jaques Wagner. Eu conheço bem, já fui Governador, duas vezes Senador, três vezes Prefeito e conheço bem como funciona o mecanismo.

Eu queria fazer um apelo a V. Exa. O Governador esteve com o senhor – ou o Secretário, melhor dizendo – para transferir a responsabilidade, para que o Estado mantenha um efetivo, um base do Corpo de Bombeiro... Que se contratem lá mais 20, 30, 50 homens! Caso contrário, não dá conta o ICMBio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter o Parque da Chapada dos Guimarães. É uma das belezas naturais – talvez V. Exa. conheça – mais bonitas do Planeta. Agora, se V. Exa. confiar – e tem que confiar, nós temos que descentralizar – e transferir para o Estado...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O Estado faz a manutenção e vai transformá-lo num dos melhores parques deste País.

V. Exa. acabou de dizer que foi ao Ceará, e lá não havia nem banheiro, etc., etc. Nós temos que ver que está se visando atender à população! Não é nem renda, resultado financeiro, nós temos que dar lazer também à população, porque a população também vive de quê? De lazer! Então, faço esse apelo a V. Exa.

E sei perfeitamente do empenho que o órgão está fazendo. Agora, nós não podemos também criminalizar todo mundo pelo fato de que surge ali um pequeno foco de incêndio, mas não é da responsabilidade... Ninguém tacou fogo lá, muito pelo contrário!

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Jayme...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu tenho a consciência, como Senador, de...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só para os colegas aí...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... como funcionam as coisas. Não podemos transformar também em palanque político-eleitoral.

Essa é a visão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador.

Não sei se o Ministro quer se manifestar...

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Uma breve fala.

Este ano, a geada foi algo que queimou – queimou café, queimou pasto, queimou grãos. Esse foi um agravante – em relação ao comentário que o senhor fez agora – em relação a uma bituca de cigarro na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

beira da estrada, com o crime ambiental sendo feito. E, por isso, nós fizemos a parceria Guardiões do Bioma junto com o Ministério da Justiça para atuar no crime de incêndio. Atuar no crime de incêndio para separar o produtor responsável, que, às vezes, é vítima desse incêndio e pode estar sendo multado até por uma coisa que não foi ele que provocou. Esse é um cuidado que nós temos. E, por isso, nós fizemos uma parceria com o Ministério da Justiça, para atuar no criminoso. Nós temos que pegar o criminoso e separar o produtor sustentável.

No caso da Chapada dos Guimarães, nós fizemos acordo para o Estado fazer a infraestrutura em relação ao parque. A Lei do Snuc não permite a transferência desse parque para o Estado, mas já está em processo de concessão junto ao PPI. É um processo em que você precisa fazer a viabilidade econômica dele, é o BNDES que está fazendo. O PPI vai colocar em concessão. E, com certeza, vai ser um dos melhores parques do Brasil.

Hoje, com o nosso acordo que nós fizemos, a pedido do Senador, junto com o ICMBio, o governo estadual já pode fazer algumas infraestruturas para melhorar imediatamente, enquanto é feita a análise da viabilidade econômica e o TCU aprova – uma vez que é um bem da União –, o TCU tem que aprovar. E a secretaria que cuida das concessões, com o André Germanos, já tem o processo junto ao TCU, junto ao BNDES, junto ao PPI, para fazer isso de uma forma mais célere. Enquanto isso não ocorre, o nosso acordo junto ao ICMBio já dá oportunidade de o Estado começar a melhorar o parque neste momento. Em seguida, vai vir um investimento bastante alto, e o parque será um dos melhores parques do Brasil para visitação, gerando emprego e gerando turismo rural.

Uma vez que eu tenha um parque que chama o turista, ele vai para as propriedades rurais em volta, porque também há algumas atividades que podem ser geradas nisso, e especialmente ele gera o emprego nas cidades. Vai haver o guia turístico, o restaurante, o hotel... Então, o objetivo de projeto de concessões nesse novo modelo, em que eu olho muito a proteção – e o concessionário tem a obrigação de manter brigadista, treinar brigadista –, é que eu libero o ICMBio com cinco servidores para atuar na proteção, que é o papel dele, nós temos que proteger os parques, e trago o visitante, que também tem o olhar de protetor, uma vez que ele gosta do turismo rural, ele gosta do ecoturismo. Então, esse é o modelo desse novo modelo de concessões.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Ministro.

Eu, agora, intercalando entre presencial e virtual, passo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para que faça a sua interpelação.

Senadora Zenaide Maia, cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Sr. Ministro, uma pergunta que não quer calar: Sr. Ministro, o que faz o senhor achar que a gente vai acreditar que o senhor vai fazer tudo que mostrou aí? Reduzir o desmatamento... O senhor fez uma explanação perfeita, mas prometendo tudo para o futuro.

O senhor sabe perfeitamente que o Ministro anterior desmontou, do jeito que a Senadora Kátia falou, o ICMBio, desacreditou e desmereceu os órgãos que eram responsáveis pela fiscalização. Com o Ministro anterior, tudo isso foi visto.

Há uma coisa que, Presidente, eu aceito... Agora, dizer que a gente não viu o desmatamento é como se dissesse que a gente está vendo coisas que não existem. A gente está vendo isso aí! E acho que é possível, sim... E não é só como falou o nosso colega Senador aí. Nessa questão, eu estou...

A pergunta é: o que que faz o senhor achar que nós vamos acreditar que o senhor vai fortalecer os órgãos ou as instituições de fiscalização, que vocês desmereceram e praticamente fizeram o povo desacreditar, dizendo que as imagens não eram reais, até aparecer a imagem e a madeira ser aprisionada nos Estados? Então, essa é a minha dúvida.

E outra coisa: está perto de fazer três anos este Governo, e o senhor está falando ainda só no futuro. E até lá?

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigada, Senadora Zenaide Maia.

Ministro, V. Exa. com a palavra por até cinco minutos.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – ... discurso do Presidente da República em abril deste ano, falando em fortalecer os órgãos de controle e ação efetiva.

A minha atuação é bastante técnica, para executar um comando do Presidente da República, para eliminar desmatamento ligado ao Brasil, com 280 milhões a mais em recursos especificamente para fiscalização. Então, nós já estamos executando esses recursos, eu comentei anteriormente. Era uma promessa de dobrar os recursos, mais do que dobraram os recursos. Nós estamos contratando 740 novos servidores para atuar na fiscalização e nós estamos com uma atuação junto com o Ministério da Defesa e junto com o Ministério da Justiça e estou falando dos últimos dois meses da minha atuação à frente do ministério e do Governo Federal, que vem montando essa estrutura para eu poder acompanhar, nos últimos dois meses, a integração das operações. Elas aconteceram na semana seguinte quando eu assumi o ministério. Já vinham sendo desenhadas essas operações, especialmente uma operação com o Ministério da Defesa dando logística e apoio, com o Ministério da Justiça com 700 homens da Força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional, que é uma atuação mais ostensiva no combate ao desmatamento. Agora, recentemente, nós melhoramos a forma de atuação, trazendo uma parceria com o Ministério da Justiça, ligada aos crimes como lavagem de dinheiro, na Diretoria de Crime Organizado, para trazer mais inteligência para essas operações. Eu estou falando de ações que nós fizemos na direção de zerar o desmatamento ilegal no Brasil. E, com isso, nós estamos atuando de forma efetiva nessa direção.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senadora Zenaide Maia, V. Exa. deseja a réplica?

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu vou aceitar, porque a réplica vai ser que a pergunta seria a mesma. Acho que ele não me respondeu como é que vai convencer a população nisso, porque o que a gente vê é uma verdadeira pressão para a invasão das terras indígenas, o desmatamento, o fogo queimando... Está visível! Não há como a gente dizer que não vê, isso seria pedir demais, mas tudo bem, era o que eu esperava que ele respondesse mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Senador Telmário Mota.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Presidente, Senador Jaques Wagner, Ministro Joaquim, Srs. Senadores e Senadoras, eu queria uma generosidade de V. Exa., Senador Jaques Wagner. Seja generoso comigo. Vamos embora fazer um acordo aqui e também os demais Senadores.

Posso falar, Senador? Está me ouvindo?

São cinco minutos, mais dois de réplica, são sete, e eu quero falar em seguida. Seja generoso: me dê três minutos, porque eu vou falar de um Estado que está pedindo socorro. Meu Estado está gritando por socorro!

Ministro, eu ouvi atentamente a fala de V. Exa. e acredito na sua gestão, sim, acredito nas mudanças.

É fácil falar de fogo, falar de demarcação, quando você não mora na região. Mas, quando você mora na Amazônia, como eu moro lá, no Estado de Roraima, um Estado que tem 65% das suas terras demarcadas, que, de 22 milhões de hectares, só pode usar 6 milhões, que, desses 6 milhões, só pode usar 20%... E, mais do que isso, é um Estado que pagou a dívida do Brasil com a demarcação dos povos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas – 46% das suas terras –, um Estado que está pagando a acolhida da migração desenfreada venezuelana, com mil pessoas por dia. Então, nosso Estado só paga dívida, "a vosso reino" nada.

Então, quero aqui começar...

Que marquem meus minutos agora, Sr. Presidente, meus dez minutinhos.

Olhe só: eu queria ler isso aqui e que V. Exa. visse isso com muita atenção, Ministro, porque é muito importante para o meu Estado.

Trago ao conhecimento dos membros desta Comissão de Meio Ambiente do Senado e, especialmente, do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente minha preocupação com um sério problema que tira o sono de uma grande quantidade de produtores rurais do meu Estado, que é a possibilidade de criação da pretensa Unidade de Conservação Floresta Nacional Jauaperi, que, agora em diante, vamos chamar de Flona Jauaperi, na região sul do Estado.

A composição territorial do Estado de Roraima, Sr. Ministro... Antes, porém, é fundamental falar sobre a composição territorial do Estado de Roraima, para que não pareça que não temos preocupação com a conservação do meio ambiente e nem que estamos sendo contra a criação pretendida da Flona Jauaperi sem justo motivo. Conforme demonstrarei a seguir, não existe nenhuma razão para que seja instituída mais essa sobredita unidade de conservação no Estado de Roraima, que, conforme demonstrarei, tem quase totalidade dos seus 22.430.176 hectares afetada por terras indígenas demarcadas e homologadas e por unidade de conservação de domínio público.

Para tentar ser o mais objetivo possível, não vou nem repetir as críticas que faço à União, que, sob gestões antecedentes, em grave violação do pacto federativo, transformou Roraima em uma unidade federada quase que virtual – quase que virtual –, comprometendo quase a totalidade do seu território, resultando na seguinte composição, Ministro, olhe só: terras indígenas, 45,68%, mais de 10 milhões; unidades de conservação de domínio público, 20,63%, mais de 4 milhões; projetos de assentamento do Governo Federal, 5,49%, mais de 1 milhão; área do Ministério da Defesa, 1,22%, 274 mil e frações de hectares; área remanescente dos 22 milhões, só 26%, um pouquinho mais de 6 milhões. Ressalte-se que, dos pouco mais de 6 milhões de hectares que sobraram para o Estado de Roraima utilizar em suas atividades produtivas rurais, por se tratar, na sua maioria, do bioma Floresta, tem-se que resguardar 80% como conservação legal, somente podendo utilizar efetivamente mais de 20% desses 6 milhões de hectares.

A criação de extensas terras indígenas e unidades de conservação ambientais resultaram na injusta e revoltante expulsão de milhares de produtores rurais de suas terras, muitas delas com ocupação centenária, que ficaram largadas à própria sorte. Inclusive, alguns desses eram descendentes diretos de brasileiros que heroicamente, fincaram pavilhão nacional e garantiram a definição e a manutenção da fronteira no norte do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerações específicas, Sr. Ministro, sobre a pretensa Flona Jauaperi. Nessa demanda, em nome do povo de Roraima, é para que o Sr. Presidente da República, por meio de decreto presidencial – por meio de decreto presidencial –, desobrigue o poder público de criar a pretendida Floresta Nacional Jauaperi. Para tanto, torna-se importante trazer ao conhecimento público algumas informações.

A Lei 10.304, de 5 de novembro de 2001, transferiu ao domínio do Estado de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, dentro do respectivo limite geográfico desses entes federados. O Decreto 6.754, de 26 de janeiro de 2009, assinado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, regulamentou a supracitada Lei 10.304, de 2001, e efetivamente transferiu ao Estado de Roraima as terras públicas federais situadas em seu território que se encontravam arrecadadas e matriculadas em nome da União, excluídas as áreas expressamente citadas nas alíneas "a" e "g" do inciso I do §1º do art. 1º do referido decreto presidencial. Por força do estabelecimento da alínea "d" do inciso I do §1º do art. 1º do Decreto 6.754, de 2009, foram excluídas das transferências da União para o Estado de Roraima as áreas das unidades de conservação – olhe aqui, Ministro, olhe só – em processo de instituição seguintes: Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, Floresta Nacional Jauaperi, Unidade de Conservação do Lavrado, ampliação do Parque Nacional do Viruá e da Estação Ecológica de Maracá e as áreas destinadas à redefinição dos limites da Reserva Florestal do Parima e da Floresta Nacional do Parima.

Foram cinco minutos agora.

Posteriormente, em razão da sociedade civil organizada e da classe política roraimense, fundamentada em argumento técnico, socioeconômico e ambiental, a então Presidente Dilma – olhe o que a Dilma fez –, convencida de que não se justificava criar a Unidade de Conservação do Lavrado, corajosa, tirou do decreto todo o Parque do Lavrado. Hoje Roraima não serviria nem para plantar flores. Então, Roraima deve isso à Dilma. O Presidente Jair Bolsonaro, que foi o mais votado lá e tem hoje a preferência, também tem que ter essa coragem, Ministro, e V. Exa. também. Por isso é que eu vou passar.

Então, eu vou direto, já para terminar...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vá, porque já deu sete.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Concluindo, só para dizer por que não se precisa da Flona Jauaperi – coisa rápida e simples –, porque é a vida do meu Estado que está em jogo. Olhe só...

Várias são as razões para que não seja criada mais essa unidade de conservação ambiental, a Flona Jauaperi, no Estado de Roraima: a) o Estado de Roraima já tem mais de 65% do seu território afetado por terras indígenas demarcadas e homologadas e por unidade de conservação de domínio público criada ou em fase avançada de instituição. A área que seria afetada com a criação da Flona Jauaperi não reúne mais, Ministro, as condições físicas e biológicas para a instituição de uma unidade de conservação, pois se trata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de área antropizada, ocupada por centenas de famílias produtoras rurais. Caso fosse criada a sobredita unidade de conservação, já haveria a obrigação do poder público de sanar o inegável passivo ambiental existente; d) a área que seria afetada, caso fosse criada a pretendida Flona Jauaperi, possui terra fértil agricultável e tem importante potencial madeireiro. Caso seja criada a pretensa Flona Jauaperi, mais uma vez serão expulsos brasileiros, centenas de pequenos, médios e grandes produtores rurais, que, durante longo ano de trabalho, construíram sua casa, sua cerca, seus currais, plantaram e estão produzindo no Estado de Roraima.

Ministro, para ser mais rápido, concluir e agradecer ao Presidente e aos demais Senadores, esse meu discurso eu vou lhe entregar. Junto vai uma carta do Governo do Estado, junto vai um parecer do ICMBio, dizendo que não precisa mais dessa Flona. O gabinete civil já sabe de toda essa história na pessoa do Dr. Pedro.

Eu estou aproveitando aqui, Presidente, porque eu solicitei quatro audiências com o Ministro, ele não teve tempo de nos receber, e eu não poderia deixar uma oportunidade dessa passar em branco.

Então, vou passar para o senhor o meu discurso, vou passar a carta do Governador, vou passar o parecer do ICMBio. Eu me pauto a isso e agradeço a sua atenção.

Dê mais atenção para Roraima, Ministro, porque Roraima está gritando por socorro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Telmário.

Ministro, V. Exa. com a palavra.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Senador, obrigado pelas perguntas.

Eu estava planejando ir, nessa quarta-feira, até Roraima, mas, com a Operação Acolhida, não há nem hotel para conseguir passar lá dois dias e visitar as operações de comando e controle no território.

Só para deixar claro um posicionamento do Governo Federal, nós estamos consolidando as unidades de conservação que já existem. Nós temos um passivo para regularização fundiária de 20, 30 bilhões. Então, o que é importante neste momento e é a atuação do Governo Federal é remunerar quem cuida de floresta, é conseguir fazer com que essas unidades sejam eficientes e autossustentáveis, como são as que estão entrando nas concessões agora para visitação, para fazer com que elas protejam esses territórios, que são bastante importantes. Claramente é importante você consolidar as unidades de conservação. Nós temos um grande desafio aí, o volume é gigantesco, são 334. E nós temos, sim, que fortalecer as unidades já existentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em relação à sua pergunta, o que nós temos que fazer é fazer com que um território que nem Roraima seja remunerado pela atividade de proteger floresta, pelo volume de floresta preservada por lei aqui. Esses números que você passou aqui são claros. O Estado gera um benefício ecossistêmico, gera um benefício para toda a sociedade, mas não recebe o devido reconhecimento nem a remuneração para isso. Então, conto com o Governo Federal nesta direção: pagar quem cuida de floresta. Esse é um dos eixos do nosso programa de combate ao desmatamento, especialmente para uma região frágil economicamente falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Ministro.

Eu passo a palavra agora, para a sua intervenção, ao Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelo comparecimento do Ministro.

Sr. Ministro, no dia 31 de agosto de 1981, foi criada uma lei e hoje faz 40 anos da Política Nacional do Meio Ambiente. O que nós temos que comemorar? Infelizmente, nós não temos nada o que comemorar. Em mais de 30 anos de criação do Ministério do Meio Ambiente, o Presidente da República...

Restabeleça meu tempo, por gentileza. (*Pausa.*)

Sem problema.

Em mais de 30 anos de criação do Ministério do Meio Ambiente, do qual o senhor é o titular da pasta, o Presidente queria acabar com esse ministério. Ele não conseguiu fazer de direito, mas ele fez isso, de fato, nesses três anos. E eu pontuo para o senhor: ele acabou com a Secretaria de Mudanças Climáticas, com o Plano de Combate ao Desmatamento, com o Departamento de Educação Ambiental, criminalizou ONGs, proliferou agrotóxicos, reduziu a participação da sociedade civil, reduziu o Conama...

O senhor já visitou os guaranis kaiowás? O senhor já visitou, Ministro? Não, não é? Eu já, antes da pandemia. Eles estão sendo dizimados no Mato Grosso do Sul, e são os povos tradicionais que mais protegem o meio ambiente.

Sr. Ministro, o senhor sabe ao que equivale o funcionamento da Floresta Amazônica em um dia? Eu vou falar para o senhor. Um dia de funcionamento da Floresta Amazônica equivale à produção de 20 bilhões de toneladas de chuva, que vai fazer chover no Norte, no Nordeste, no Sul, no Centro-Oeste e nos mares para controlar a salinidade. Ou seja, é uma tecnologia de altíssima ponta. A floresta em pé é tecnologia de altíssima ponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que aconteceu no Pantanal é uma tragédia anunciada, é um crime ambiental. Na minha formação, eu atuei por 27 anos como delegado de polícia, existem três elementos essenciais para você mitigar qualquer crime. O primeiro deles é a fiscalização. E o ministério que o senhor ocupa enfraqueceu o Ibama e o ICMBio. O segundo ponto para você reduzir qualquer crime – e aí nós temos uma lei de proteção ambiental, que é a Lei 9.605, de 1998 – é a educação. Então, se o ministério enfraquece os órgãos de fiscalização, se ele acaba com o Departamento de Educação Ambiental e se nós temos uma legislação que garante não a sensação, mas a certeza da impunidade, esses são elementos que vão fazer com que haja esse verdadeiro ataque a essa pauta ambiental, violando assim o art. 225, que diz que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Para fazer o que a Floresta Amazônica faz em um dia, Ministro, nós precisaríamos de 150 mil itaipus e levaríamos mais de 50 anos. A China esteve aqui e falou: "Nós acreditamos na economia verde".

Eu vi, pelo currículo do senhor, que o senhor atuou como produtor de café e conselheiro da Sociedade Rural Brasileira, representando o setor do agronegócio agropecuário, entre 1996 e 2019.

Nós precisamos efetivamente dar uma garantia àquela determinação constitucional. Então, eu queria aqui fazer algumas considerações ao senhor.

As terras indígenas, que correspondem a 12% do Território nacional, são responsáveis apenas por 1,6% do desmatamento que aconteceu no Brasil nos últimos 36 anos. Isso mostra claramente o papel fundamental que as demarcações e os indígenas tiveram na proteção do meio ambiente. V. Exa. reconhece o papel que as terras indígenas desempenharam para frear o desmatamento e a exploração ilegal das terras, especialmente na Amazônia?

Apesar disso, o Presidente Jair Bolsonaro afirma que não aceitará decisão do Supremo que não aplique a tese do marco temporal aos processos de demarcação das terras indígenas do País. Ele disse que não aceitará. V. Exa. poderia explicar como o Governo Federal poderia deixar de cumprir uma decisão do Supremo?

O Ministério do Meio Ambiente foi instruído a preparar qualquer tipo de plano de contingência caso a decisão do Supremo contrarie a preferência do Presidente? Em caso positivo, qual é esse plano?

Nos últimos anos, acompanhamos o desmonte do Ministério do Meio Ambiente, como eu já falei para o senhor. Não satisfeito em "passar a boiada" – porque foi esse o termo que o ex-Ministro disse sobre os regulamentos, a proteção do meio ambiente –, deixava até mesmo de executar seu orçamento. Talvez por isso o montante atribuído ao ministério tem caído no ano. O orçamento para 2021 é, de acordo com a ONG Contas Abertas, o mais baixo desde 2010.

V. Exa. considera o orçamento atual do ministério suficiente para que ele desempenhe todas as suas funções? Quanto do orçamento deste ano já foi executado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, só em extração de minério, eu vou falar só do Estado de Minas Gerais: Miraí, Mariana, Brumadinho, Barão de Cocais e Cataguases. Só nesses cinco locais, tivemos desastre, crime ambiental que culminou com mortes de brasileiros. Então, o que nós temos percebido – e, aí, contra fatos não há argumentos – é esse ataque sistemático ao meio ambiente em todas as esferas. Ora, mais de mil agrotóxicos foram autorizados, agrotóxicos como atrazina, acefato, o herbicida do agro brasileiro, 300 vezes pior e mais nocivo do que o permitido. A Comunidade Europeia e o Reino Unido estão querendo abandonar a aquisição de produtos do Brasil. O agronegócio responsável está preocupado com esse desmonte.

O que nós queremos é ter uma atuação do senhor mais contundente! Como que o senhor avalia, por exemplo, a lei de licenciamento ambiental, que está aqui no Senado e que tem graves problemas? Como V. Exa. avalia o Estatuto do Índio, que está passando aqui sem ouvir ninguém? Nós temos aí um verdadeiro ataque sistematizado na pauta ambiental.

Eu queria que o senhor fosse mais objetivo e didático nesses meus questionamentos.

Em 22 de abril, durante um discurso da Cúpula de Líderes sobre o Clima, o Presidente da República afirmou que dobraria os recursos destinados às ações e fiscalizações relacionadas ao meio ambiente. Naquele momento, o então Ministro Salles não soube informar o montante que seria destinado ao ministério. Mais de quatro meses depois, eu pergunto a V. Exa.: o orçamento do Ministério do Meio Ambiente para fiscalização foi duplicado? Para quanto? Para quais ações esse incremento orçamentário foi destinado?

O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas pintou um quadro dramático, mostrando que já estamos vivendo intensamente os efeitos da mudança climática. Qual a avaliação do Ministério do Meio Ambiente com relação ao relatório do IPCC lançado em 9 de agosto? A partir das conclusões daquele relatório, quais serão as medidas adotadas pelo Governo para frear a emissão de gases do efeito estufa?

Eu tenho aqui outras perguntas, mas, como eu estou respeitoso com o tempo do meu querido Presidente, eu queria que V. Exa. fosse objetivo com esses meus questionamentos. E, por favor, tenhamos responsabilidade. O senhor está ocupando uma pasta de extrema importância. Defender o meio ambiente é defender as vidas, toda e qualquer forma de vida que está por vir. É de uma miopia, é de um positivismo napoleônico convicto entender que derrubar a floresta é o melhor caminho. Nós estamos aí com projetos para abrir estrada-parque dentro de unidade de conservação, Ministro. Isso seria abrir uma exceção no País e no mundo, porque não existe estrada-parque dentro de unidade de conservação. Quer dizer, é um Ministério do Meio Ambiente que está sendo desmantelado, que ataca as instituições, enfraquece os órgãos de fiscalização, como Ibama e ICMBio. Funcionários desses órgãos sofreram assédio moral. E qual é a atuação efetiva do Ministério do Meio Ambiente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar a V. Exa. que V. Exa. também tem responsabilidade penal, civil e administrativa, quer seja por ação, quer seja por omissão, porque quem, de qualquer forma, concorre para um crime... E aí nós temos uma lei de proteção ambiental, que é a Lei nº 9.605, de 1998. Quem de qualquer forma concorre deverá responder. Eu espero que V. Exa. tenha a sobriedade, o equilíbrio, a serenidade de entender que o art. 225 deve ser defendido por todos nós, quando diz que todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Contarato.

Eu passo a palavra ao Sr. Ministro.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Senador, obrigado pelas perguntas.

Primeiro, em relação ao plano de combate ao desmatamento, eu, como diretor em 2019, depois como secretário, fui o responsável pela criação do plano do Governo Federal para combate ao desmatamento, e o ponto mais importante desse plano, que não havia nos outros planos, era o pagamento pelos serviços ambientais, que nós articulamos; e fui eu que articulei aqui nesta Casa, tanto na Câmara quanto no Senado, para a gente aprovar. E parabenizo a Casa aí por esta ação, porque nós temos uma política nacional de pagamento por serviços ambientais.

O Governo Federal, além do plano de combate ao desmatamento, com esse novo eixo chamado pagamento por serviços ambientais e o Programa Floresta +, nós lançamos o Programa Floresta + para conseguir remunerar quem está no território, e isso é bastante importante.

Em relação à diretoria de educação, nós temos um programa chamado Educa Mais, que está funcionando, tem bastante acesso e tem funcionado de forma a educar todo mundo em relação ao tema.

O Ministério do Meio Ambiente tem sim a preocupação clara... E como o senhor citou, em abril, o Presidente deixou claro o reforço nos órgãos de controle. O que nós queremos fazer, além de reforçar a fiscalização que foi feita... A economia nos autorizou e nos enviou 270 milhões. O orçamento anterior era de 228 milhões. Nós temos hoje mais 270 milhões que estão sendo executados para melhorar a fiscalização, para melhorar... Como eu citei anteriormente, você terá novos sistemas de comunicação, você terá computadores para os servidores, você terá novos veículos para os servidores, tanto do ICMBio quando do Ibama. Então nós vamos, sim, com certeza, valorizar essa atividade de fiscalização e estamos fazendo efetivamente isso.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Perdão. Como o senhor citou o Programa Floresta +, o senhor é responsável por esse programa. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convênio do Pnud foi assinado em março de 2019 e 500 milhões foram liberados, e até agora nem sequer os beneficiários foram selecionados pelo ministério, sendo que o programa é a principal bandeira de sua gestão. Por que ele ainda não saiu do papel?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Eu vou deixar claro o programa. O programa não é o projeto-piloto na Amazônia. O projeto-piloto do Floresta +, na Amazônia, são US$96 milhões do Fundo Verde do Clima, que tem as suas regras para implementação. O Governo Federal e o Ministério do Meio Ambiente dão o apoio técnico e o Pnud é o executor. Esse é um programa de um projeto-piloto baseado na redução de emissões e de combate ao desmatamento do art. 5º, financiado multilateralmente pelo Fundo Verde do Clima, com as suas regras e com a sua estrutura, e o programa continua, está dentro do cronograma para sua execução. Nós estamos numa fase final. Devemos, provavelmente ainda este ano, fazer os primeiros pagamentos, que é a melhor forma de mudar a realidade do território, Senador.

Além da fiscalização, que está claro, os 270 milhões, mas do que os 270 milhões, os 700 servidores novos serão um orçamento de aproximadamente R$200 milhões.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) **–** Perdão. Perdão, Sr. Presidente, mas eu tenho que fazer uma intervenção.

O senhor está falando aí em 270 milhões, mas aumentou de 228 para 270, e o Presidente falou que iria dobrar! De 228 para 270 não é dobrar.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Não, é o dobro. Ele soma 270. Eu estou somando 228 mais 270, está?

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) **–** O.k.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** É por isso que vai para cento e... Ele aumentou mais do que ele prometeu. Ele prometeu só dobrar. Era para eu receber 228 a mais.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) **–** E o orçamento do Ministério do Meio Ambiente?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Aumentou 270 milhões para fiscalização.

Em relação à pergunta que o senhor fez do IPCC e as ações do Governo Federal em relação a uma neutralidade de carbono, como anunciado em abril, nós vamos ser neutros em carbonos, em 2050. Em abril, o Presidente já anunciou essa neutralidade de carbono, antecipando de 60 para 50. Nós, no comitê interministerial, em que estão vários ministérios, 15 dias atrás... Como eu falei anteriormente, no início da minha apresentação, nós definimos um grupo de trabalho para montar um plano nacional de mudança do clima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para você desenhar quais serão as atividades que vão atingir essa meta, nós... Fora esse grupo de trabalho, nós estamos desenhando um programa de crescimento verde para aproveitar as oportunidades verdes que nós temos no Brasil, gerar emprego verde rumo à neutralidade de carbono.

Qual é a ideia desse programa? Trazer normativos, trazer incentivos financeiros e trazer priorização. Então, se eu tiver um projeto verde, eu vou antecipar o processo de licenciamento, porque em relação a ser verde está dentro do plano. Então, nós traremos um programa bastante robusto, com várias iniciativas de toda a economia brasileira, em todos os eixos em que nós monitoramos as emissões, nos relatórios de emissões enviados para o IPCC.

Então, nós efetivamente estamos executando e atuando, como o senhor perguntou, aumentando mais do que dobrando. E, mais do que dobrar o orçamento de 228 para mais 270, nós também estamos contratando 700 servidores para o Ibama e para o ICMBio, numa clara ação de que nós vamos fazer sim um combate contundente ao desmatamento ilegal, por comando do Presidente.

No dia em que eu assumi, o Presidente falou: "Combata desmatamento ilegal, combata os crimes ambientais". E eu estou fazendo isso desde o dia em que assumi. Toda semana eu estou acompanhando a integração das forças. E os números do mês passado foram de redução de 10% do desmatamento em relação ao mês anterior. E, Senador, este mês parece que os números virão 30% menores. É o início de uma reversão de uma alta que vinha como tendência. Então, nós estamos atuando efetivamente no combate ao desmatamento ilegal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. para réplica.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perdão, mas eu queria que o senhor falasse um pouco dos povos indígenas, porque todos os problemas... Eu vou falar uma coisa para o senhor, Sr. Ministro: eu estive visitando os guaranis kaiowás antes da pandemia – ninguém me falou isso não. Eles estão sendo dizimados! Sabe por quê? Porque a Funai retirou esses indígenas do seu local e confinou num espaço que não tem água, não tem absolutamente nada. Eles são cercados por latifundiários, produtor de soja, de milho. Ninguém me contou isso, Ministro. Eu vi aviões de fazendeiros sobrevoando o local, aplicando agrotóxicos. Eu vi as comunidades, mulheres, idosos e crianças recebendo aquele agrotóxico. Sabe qual é a consequência dele, Ministro? Eles ficam com dor de cabeça, febre, vômito e diarreia.

Eles são os que mais preservam! Todos os problemas dos povos indígenas passa pela demarcação de terra indígena! O senhor prestaria um serviço à humanidade se o senhor lutasse pela demarcação de terra indígena.

A droga, o álcool já chegaram a essas comunidades. Eles ligam para a polícia, e a polícia não vai. Sabe por quê? Sob o argumento de que ali é terra indígena, só pode a Polícia Federal. E a Polícia Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem pernas para ir lá. Eles estão morrendo, eles estão sendo dizimados! Isso é responsabilidade do senhor. O senhor tem que ter uma atuação. O senhor não me falou qual foi o papel, como que o senhor avalia o papel dos indígenas na proteção e no desmatamento e na preservação ambiental, porque eles são mais que...

O Estado é que detém o direito, o Estado de direito para proteger o meio ambiente, mas quem faz isso, de fato, são os indígenas! E tudo passa por demarcação de terra indígena.

Eu queria fazer um apelo ao senhor, não só como Senador mas como cidadão, para que o senhor lute pela demarcação de terras indígenas, para que o senhor lute pela preservação daquilo que é o principal bem jurídico, que é a dignidade da pessoa humana. Esses povos indígenas estão sendo dizimados!

Quando eu vejo aí políticos falando de forma pejorativa deles, acham que esses indígenas já estão socializados... Não é porque... Se eu colocar um cocar na cabeça, então eu vou virar indígena? Absolutamente não. O Japão tem o povo mais tradicional e eles mantêm a sua tradição. Vamos respeitar os povos indígenas!

Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre a relevância da atuação dos povos indígenas na preservação e no combate ao desmatamento.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Obrigado.

É bastante importante a atuação dos povos indígenas em relação à proteção das suas áreas, e, para isso, eles têm de ser remunerados também pela conservação. Especificamente, por exemplo, o Floresta + Carbono, um projeto que nós desenhamos dentro do Floresta +; além do Floresta +, o projeto-piloto da Amazônia; além do Floresta + Empreendedor, que vai criar líder empreendedor no território. E pode ser um líder indígena que seja um empreendedor, para conseguir receber pelos serviços de cuidar do seu território.

No Floresta + Carbono já existem projetos e, com certeza, você poderá remunerar a comunidade indígena pela conservação daquele território. E com certeza eu acompanhei duas operações juntamente com a Polícia Federal para atuar em relação ao desmatamento ilegal dentro de terra indígena. A minha última viagem foi para Arariboia, para acompanhar os resultados de uma operação.

Nós, juntamente com a Polícia Federal e com a Força Nacional, vamos atuar contundentemente para proteger esses territórios indígenas, com certeza, porque eles são responsáveis pela proteção dessas áreas, e o Governo Federal está atuando nessa direção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora, alternativamente, entre presencial e virtual, para o Senador Chico Rodrigues. Depois V. Exa. terá a palavra, Senador Wellington.

Senador Chico Rodrigues, por cinco minutos.

Está lincado ou não? (*Pausa.*)

Senador Chico Rodrigues... ligue seu microfone.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Muito obrigado. Muito obrigado, Presidente Jaques Wagner.

Eu quero cumprimentar o Dr. Joaquim Alvaro, Ministro do Meio Ambiente. Nós estamos acompanhando esse debate e essa apresentação de V. Exa., e, no contexto geral, a gente sabe que o Brasil é um dos países que mais desmatam no Planeta.

Juntamente com a Indonésia, são os dois países, na verdade, que têm um desmatamento recorrente, infelizmente. E, praticamente, pelos dados que nós temos... Eu gostaria até de confirmar com V. Exa. se metade das florestas desmatadas são realmente originárias desses dois países, Brasil e Indonésia.

E a maioria das atividades que levam à diminuição de cobertura vegetal são antrópicas: expansão do agronegócio, extrativismo mineral e vegetação, urbanização, comércio ilegal de madeiras, etc.. Então, além da perda irreparável da biodiversidade, a queima da vegetação em grande escala também emite quantidades imensas de gases de efeito estufa. Portanto, há um desequilíbrio nacional de meio ambiente em função dessas atividades antrópicas que dificultam, sobremaneira, o balanço do meio ambiente.

Baseados nessas informações, nós gostaríamos de fazer três perguntas a V. Exa., nobre Ministro Joaquim Alvaro. A primeira pergunta: o Brasil é o sexto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. Que medidas V. Exa. pretende tomar para reduzir as queimadas em nosso País? Existem recursos orçamentários suficientes para isso? Existem recursos orçamentários destinados para esse fim específico?

Segunda pergunta. A 26ª conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP26, acontecerá em Glasgow, de 1º a 12 de novembro de 2021, e a emergência climática global estará no topo da agenda. Obviamente, nós estamos acompanhando, por todos os veículos de comunicação, e hoje a agenda do Planeta é a agenda ambiental. Isso é natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa reunião, os países devem definir metas mais ambiciosas, no âmbito do Acordo de Paris, para encerrar sua contribuição para as mudanças climáticas, e terão de apresentar suas propostas de longo prazo. Quais serão as propostas que o Brasil apresentará nessa COP 26? Quais serão as medidas práticas que o Governo executará para cumprir as propostas que serão apresentadas em Glasgow?

A terceira pergunta é uma pergunta sobre a qual eu gostaria que V. Exa. se debruçasse, talvez até com a minudência de detalhes, para que pudesse ampliar, de uma forma ampla, a resposta. Vejam bem todos que nos assistem neste momento no Brasil, os Senadores e, enfim, a população brasileira, Sr. Presidente e Sr. Ministro Alvaro: pesquisa recente da Embrapa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, revelou que a integração lavoura, pecuária, floresta, o ILPF, que envolve o plantio de forrageiras para pastagem de gado na mesma área em que plantam árvores para futura produção madeireira e lavoura, remove cerca de 5,5 toneladas de carbono por hectare atmosfera/ano. Ao mesmo tempo, o preço de uma tonelada de carbono removida no ano ultrapassou, no mercado europeu, 50 euros, em maio de 2021, e esse valor continua subindo desde então. Desse modo, seria possível estimular a produção agropecuária e ao mesmo tempo manter a floresta com a garantia de financiamento pela venda de crédito de carbono? Ainda sobre isso, não existe um marco regulatório para o mercado de carbono no Brasil. Que ações o Governo Federal e o Ministério estão tomando para a criação desse marco regulatório?

São essas as perguntas, Sr. Ministro Joaquim Alvaro, mas eu gostaria de dizer que nós, da Amazônia, especificamente, queríamos que V. Exa. tivesse os olhos voltados para essa região de uma biodiversidade invejável, que é uma cobiça permanente de todos os países do Planeta, sabendo que a Amazônia tem esse potencial fantástico, e, ao mesmo tempo, que se encontrassem caminhos para que a Amazônia seja explorada de uma forma ordenada, respeitando e tendo os cuidados devidos com o meio ambiente, mas sem engessar o seu desenvolvimento. A Amazônia vive praticamente sob o foco de fiscalização efetiva e de punições rigorosas, sem uma forma didática de mostrar como os Estados, os Municípios e os produtores devem conviver com a floresta de uma forma harmônica e produtiva.

Eram basicamente essas perguntas que eu gostaria de fazer a V. Exa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Antes de passar a palavra ao Ministro, ele precisa pegar uma informação e já retornaremos. Depois é o Senador Wellington Fagundes – V. Exa. está inscrito – e o Senador Jean Paul também. (*Pausa.*)

Ministro, V. Exa. com a palavra.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Senador, obrigado pelas perguntas.

Em relação às emissões, o Brasil é responsável por 2,3% das emissões. Somado o uso da terra, vão para 2,9% aproximadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos incêndios, como eu comentei anteriormente, em uma operação juntamente com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a gente está com 6 mil homens mais 3.200 do Ibama e ICMBio atuando preventivamente. É um desafio bastante grande, uma vez que nós tivemos, este ano, um agravante que foram as geadas que queimaram, como eu comentei anteriormente.

Em relação à segunda pergunta, nós temos já uma proposta de longo prazo que é 2025, 2030, 2050, para reduzir as emissões. Nós estamos desenhando um programa de crescimento verde, e serão, sim, esclarecidos pontos e atividades que serão realizadas para se atingir essa meta.

A pergunta que o senhor me fez em relação a crédito de carbono, ao mercado de carbono, o art. 6º do Acordo de Paris deve ser negociado agora em novembro, e o ideal seria a gente montar um mercado olhando para as regras que vão ser desenhadas em Glasgow para a gente poder exportar crédito de carbono, especialmente como você comentou da atividade agrícola.

A agricultura terá capacidade de absorver carbono e, com isso, muito provavelmente, gerar crédito de carbono baseado na atividade, uma vez que você, quando produz, absorve o carbono na atmosfera e fixa através das raízes no solo e, assim, você pode criar metodologias que mensurem – elas já estão começando a ser desenvolvidas – a quantidade de carbono gerada durante o processo produtivo na agropecuária. Então, esse é mais ou menos um resumo.

Sobre o Floresta+ Carbono, especialmente para a Amazônia, floresta nativa, esse mercado já está desenhado, um mercado voluntário, e toda a estrutura dele a gente já desenhou, via Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Chico, V. Exa. deseja a réplica?

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Meu nobre colega, Senador Jaques Wagner, eu ouvi com bastante atenção as respostas do Ministro Joaquim Alvaro. Eu só gostaria que o ministério desenvolvesse práticas no sentido de fazer um esclarecimento, de uma forma mais ampla, para que os produtores rurais, para que todos aqueles que são investidores do setor produtivo pudessem alcançar como funciona o crédito de carbono, porque há muitos detentores de áreas imensas, áreas rurais de produção que sabem do crédito de carbono, mas como funciona? Enfim... E o Ministério do Meio Ambiente, obviamente, se tivesse um departamento, uma área específica para fazer a difusão desses mecanismos que podem beneficiar a agricultura brasileira... Porque o mundo todo cobra apenas a expansão dos gases de efeito estufa, mas não vê que o Brasil também faz essa compensação com a natureza. Então, é uma questão que tinha que ser feita com muita precisão, divulgar para o País inteiro, através de todos os veículos de comunicação, para que nós tivéssemos um acesso mais amplo a esse crédito de carbono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão: os recursos que estão sendo hoje aplicados pelo ministério. Eu gostaria de saber qual é o volume desses recursos que estão sendo aplicados para esses programas que foram apresentados por V. Exa. para o controle de queimadas, desmatamentos ilegais, etc., etc.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ministro, com a palavra.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Senador, os recursos... Eu não tenho de cabeça aqui quais são os recursos e as linhas orçamentárias para esses programas. O que eu posso comentar é que, no projeto piloto Floresta+ Amazônia, são R$500 milhões de PSA para remunerar quem cuida de floresta.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Wellington Fagundes, V. Exa. com a palavra para suas perguntas.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero aqui saudar também o Ministro Joaquim e até dizer que já recebi várias vezes a ligação do Ministro. Como um Senador do Mato Grosso, temos, claro, muitas preocupações. É um Estado muito grande, com três, quatro ecossistemas: temos lá o Pantanal; o Cerrado; a região do Araguaia, que é considerada também praticamente um ecossistema; e, ainda, a Amazônia brasileira.

Eu vou falar um pouco mais do Pantanal, Ministro, porque, no ano passado, nós criamos a Comissão Externa do Pantanal e lá estivemos com vários Senadores. Também o Ministro, por várias vezes, lá esteve também – duas ou três vezes.

É claro que, no ano passado, mais de um milhão de hectares – eu vou até ler daqui a pouco uma pergunta... Mas este ano nos traz ainda muita preocupação, porque a seca está atingindo e levando a queimadas. A gente nem esperava que pudesse chegar a tanto o volume de queimadas no Pantanal. Então, apesar de termos lá a Marinha do Brasil, no ano passado, com uma atuação muito grande em parceria com o Sesc Pantanal, que eu sempre faço questão de registrar porque foi realmente um apoiador muito forte, mas aí os anônimos também, os ribeirinhos, os fazendeiros pequenos e grandes... Mais de 90% da área do Pantanal, Presidente, está na mão da iniciativa privada. Então, é a iniciativa privada que hoje mantém aquela situação.

No Mato Grosso do Sul, nós temos uma legislação mais antiga, definida pelo Estado. No Mato Grosso nosso, praticamente não havia nada de legislação no sentido do que se podia e do que não se podia fazer.

O Governo do Estado fez agora um decreto para a questão da limpeza de pastagens, o que já melhorou um pouco, mas nós apresentamos o Estatuto do Pantanal. Inclusive, agora, o Procurador-Geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aras entrou com uma ADI no Supremo Tribunal Federal alegando que, enquanto persistir a omissão do Congresso Nacional, que o Pantanal fosse regrado pela mesma legislação da Mata Atlântica.

Sr. Presidente Jaques Wagner, no Pantanal há uma economia presente, secular, principalmente a pecuária; quer dizer, é totalmente diferente da situação da Mata Atlântica. Felizmente, o Ministro Marco Aurélio deixou o voto, mas acabou que esse voto ficou lá com outras matérias e não foi considerado pelo Supremo Tribunal Federal. A gente não teve nem conhecimento do voto. O assunto continua lá nessa situação, dependendo de uma decisão do Pleno do Supremo.

Então, eu vou ler aqui algumas perguntas e considerações feitas pela assessoria, Ministro.

A distância entre o mundo ideal e o mundo real está, entre outras medidas, na qualidade dos planos que elaboramos e no real empenho de colocá-los em prática. Quando falamos em qualidade nos referimos a objetivos alcançáveis, meios claros, indicadores mensuráveis, prazos exequíveis, instrumentos adequados, recursos técnicos e financeiros suficientes e devidamente alocados, servidores em quantidade e motivados, devido à participação social, que é muito importante, e também um planejamento estratégico e a elaboração por quem realmente conhece do assunto.

Por outro lado, as críticas recebidas da pasta ambiental por diversos especialistas e autoridades no assunto se dão exatamente na outra direção, ou seja, planos operacionais sem objetivos e meios de atingimento claros, parcos recursos alocados, servidores cerceados e desmotivados, cargos de confiança ocupados preponderantemente por policiais e pessoas sem experiência técnica, desmoralização do quadro técnico, desmobilização do aparato ambiental institucional, e alijamento da participação social.

Diante desse cenário, perguntamos: como V. Exa., Ministro, percebe essas críticas? Em sua percepção, essa avaliação feita por diversos especialistas e autoridades no assunto, inclusive do cenário internacional, tem ou teve sua razão de ser? Que ações V. Exa. pretende adotar para reverter essa percepção por parte da sociedade?

Historicamente, o período de ocorrência mais frequente de queimadas no bioma Pantanal é o mês de setembro, mas, desde o ano passado, temos nos assustado com a antecipação das queimadas, assim como com a intensidade dos incêndios. A área atingida pelo fogo neste ano no Pantanal Mato-Grossense já é maior que a média histórica da região – claro que, no ano passado, foi muito mais.

Segundo dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa), órgão vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, 261,8 mil hectares do bioma já foram perdidos para o fogo. Isso nos sinaliza que a tragédia ocorrida no ano passado, quando o Pantanal perdeu mais de um milhão de hectares para as chamas, não foi assim pedagógica, não foi absorvida por todos. Reforça essa nossa tese o fato de que os cientistas já haviam alertado que, para este ano, as secas seriam mais intensas, assim como para o ano que vem, e a probabilidade de incêndio seria maior, como também se pensa assim ou se diz já isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Planejamento se apoia com prognósticos, que, por sua vez, se ancoram em aprendizagem. Nesse sentido, indago ao ilustre Ministro: considerando a triste realidade dos incêndios que calcinam o Pantanal Mato-Grossense e a dificuldade de articulação entre os órgãos federal, estaduais e municipais para fazerem frente às chamas, o que faltou ao ministério chefiado por V. Exa. para se antecipar a essa tragédia anunciada e evitar a consumação? E o que poderemos já fazer para o ano que vem, porque já estamos aí numa situação em que, se não chegar chuva, dificilmente nós teremos solução.

O que V. Exa. pretende fazer daqui para frente para evitar essa desarticulação institucional e desempenhar devidamente a coordenação de um problema de tamanha magnitude, como são o desmatamento e as queimadas no âmbito nacional? Peço que responda a essa questão discriminando os meios para o alcance dos resultados pretendidos.

E, ainda, para finalizar, a questão do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, que o Governador já manifestou interesse em assumir, com recursos já na conta para serem investidos lá no Parque Nacional de Chapada.

Então, eu gostaria também de que V. Exa. pudesse... Se não for possível agora pelo tempo também avançado, Presidente, eu respeito. Ele poderia também fazer, digamos, uma resposta mais consistente em outro momento, mandando-a até por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ministro.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E já fico sem réplica.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Eu vou ser rápido.

Obrigado, Senador, pelas perguntas.

O Senador Jayme Campos perguntou sobre o parque. Ele já está no processo de concessão do PPI, e o BNDES já está iniciando os estudos de viabilidade econômica para o TCU poder liberar a concessão. A lei não permite que a gente transfira para o Estado... O que nós fizemos em conjunto com o senhor é a gente fazer um acordo com o ICMBio para o Estado já começar a fazer algumas melhorias no parque para melhorar a visitação e, em seguida, conseguir ser concessionado. Esse é um processo que já está mais rápido. O BNDES e o PPI já têm uma capacidade alinhada com o TCU de fazer com que isso aconteça de uma forma rápida, e, como eu comentei anteriormente, o parque será, com certeza, uma das grandes atrações do território.

Em relação ao desmatamento, eu comentei anteriormente que nós estamos aumentando o número do efetivo de servidores e mais do que dobrando os recursos de 270 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre incêndios, nós temos a operação com o Ministério da Justiça, que contrata bombeiros da Ligabom dos Estados. Então, o Estado pode solicitar, e você remunera esse bombeiro com recursos da nossa operação conjunta e aumenta, assim, o efetivo que atua no território.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só fazer a inscrição. Senadora Eliziane.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senadora Eliziane, seja bem-vinda.

Senador Jean Paul, com a palavra para a sua pergunta.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Sete perguntas, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, é um prazer recebê-lo aqui e obrigado pela atenção que sempre é dispensada. Cada pessoa do Governo que vem aqui é sempre recebida com muito respeito, muito carinho e muito agradecimento, porque esse é o nosso trabalho aqui. Nós estamos aqui trabalhando conjuntamente em favor do País e, nesse caso, no meio ambiente, também do nosso planeta Terra.

Eu queria começar falando do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) publicado agora recentemente e queria ouvir de V. Exa. a posição oficial do Governo a respeito do assunto aquecimento global. Até por conta das várias declarações e expressões que houve anteriormente, a gente gostaria da sua posição mais precisa a respeito disso. Acredita nisso ou acha que é uma conspiração comunista, multinacional ou que sejam essas teses aí que pululam? Ou o ministério e o Ministro realmente admitem o quadro e estão tomando atitudes em relação a isso? Essa é a primeira pergunta.

Corolário à esta, está uma especificamente relacionada com o setor de energia, porque o setor de energia é um dos principais fatores definidores de políticas anti aquecimento global, anti emissão de carbono e aquecimento global. O senhor acabou de se referir a uma política de carbono neutro 2050, e que o Governo, finalmente, então, admitiria como necessária aqui. Este programa de carbono neutro, no entanto, a nosso ver, como observadores aqui e como analistas da cena política e do Governo, não se reflete nas duas principais estatais ou pelo menos nas políticas que estão destinadas às duas principais estatais de energia – Petrobras e Eletrobras, nomeadamente.

Recentemente, através da tal MP da Eletrobras, nós tivemos um dos jabutis maiores que já se viu na história do Senado, a inserção de 8GW de termelétricas à gás, portanto, combustível fóssil, embora considerado, deles, o mais limpo, mas ainda combustível fóssil, em Estados e localidades completamente dispersas pelo Território brasileiro e, particularmente, em locais em que não há gás natural, portanto, forçando o Governo a subsidiar, mais do que subsidiar, realizar a condução do gás natural através de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gasodutos gigantescos que, imaginativamente, cruzariam o País, espero que isso não aconteça, mas de mais de 800km, 900km para levar gás natural alegadamente do pré-sal para Estados que não têm gás.

Uma emenda verbal – o que eu também nunca vi acontecer no Senado, Senador Jayme – lá, na hora do calor do *bunker*, foi aceita, impedindo, inclusive, a importação de gás natural liquefeito (GNL) que seria o caso, por exemplo, para o Amapá, para lugares próximos a Trinidad e Tobago e Venezuela. Até existe um mercado de gás natural liquefeito no Atlântico Sul, que poderia, talvez, atender subsidiariamente essa demanda se realmente fosse verificado que as térmicas a gás seriam a única solução, o que provavelmente não é.

Aventou-se, inclusive, trazer para a MP o carvão, garantir cota também nos leilões para usinas a carvão. Felizmente essa questão foi retirada, no entanto, o Governo também apresentou um programa de uso de carvão dito sustentável, uma coisa também que, para o Brasil, tem a sua matriz limpa e que tem a base hidráulica, mas que vem desenvolvendo excepcionalmente bem, há 20 anos ou pelo menos nos últimos 17 anos, energia eólica e energia solar, isso também soa estranho para quem quer convergir para o carbono neutro em 2050.

Os sinais não são condizentes com o objetivo, é isso que eu quero dizer.

Então, qual a sua opinião e quais são as medidas em relação à Petrobras, à Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia que estão sendo... Se há algum entrosamento, se existe essa conversa.

A segunda questão diz respeito à política de... Eu queria perguntar isso porque sou Relator, particularmente, de um projeto de lei de desenvolvimento sustentável da Caatinga. Então, gostaria de sua indicação até de quem são os interlocutores adequados em relação à política de desertificação da Caatinga, com quem nós podemos falar, com quem nós podemos interagir, uma vez que pretendemos agora encerrar esse processo da relatoria. Já tivemos audiências públicas e estou agora me voltando para essa questão.

Em relação ao desmatamento, eu queria reforçar algumas colocações que foram feitas aqui anteriormente, mas queria especificamente saber o que deu aquela situação lá em abril, na qual o Observatório do Clima declarou, inclusive, que a fiscalização do Ibama teria paralisado em função da tal Instrução Normativa Conjunta 01. Queria saber qual foi o destino dessa Instrução Normativa Conjunta 01 que, segundo o Observatório do Clima, alterou o processo de apuração de crimes ambientais e cobranças de multa a ponto de seiscentos e mais servidores, na época, terem assinado uma carta contrária a essa instrução normativa, inclusive se expondo como funcionários, servidores, mas, enfim, todos reclamando, na época, de uma norma imposta que paralisaria, segundo os próprios servidores em carta assinada, repito, por mais de 600 funcionários, e sem precedentes, como nova regra de fiscalização determinada pelo Ministro do Meio Ambiente. Se isso ainda existe, se está em curso, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a questão de dois projetos, de duas questões importantes: primeiro, a questão do óleo e, segundo, a questão da Ferrogrão. A Ferrogrão, qual o impacto ambiental?

Então, vou só repetir porque eu falei da instrução normativa, estou colocando aqui a Ferrogrão para um comentário breve a respeito de como o ministério vê e se está participando desse processo de concepção da Ferrogrão, uma ferrovia que corta praticamente o Cerrado e a Amazônia. Uma ferrovia meritória, um projeto meritório, mas que tem complexidades ambientais enormes em qualquer país desenvolvido, mais desenvolvido, digamos assim, nesse tipo de desenvolvimento, de desbravamento de novas fronteiras, que teria uma consideração de anos, durante anos correriam projetos em relação a isso, Ferrogrão e impacto ambiental.

Senador Jaques Wagner, Presidente dessa CMA, temos também por entregar, porque os prazos foram se dilatando, e agora estamos por entregar também o relatório daquela CTE do óleo nas praias. Nós estamos finalizando isso e queria saber também se foram restabelecidos os comitês de contingência de incidentes com óleo diante daquela situação altamente emblemática daquele vazamento de óleo em todas as praias do Nordeste e ainda transbordando para o Rio de Janeiro e para o Pará. Então, como já estou fechando esse relatório também para apresentar, gostaria também das suas considerações sobre os comitês de contingência de incidentes com óleo.

São essas as perguntas, são diversas, mas, enfim, espero que tenha conseguido anotar, senão a gente rememora aqui.

Obrigado, Ministro, e obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Vou passar logo a palavra, antes do Ministro, para a Senadora Eliziane Gama, pois nós estamos já encaminhando para o encerramento.

Peço ao Senador Chico, que pediu uma intervenção, pois como V. Exa. já falou, eu vou passar para a Senadora Eliziane.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Primeiramente, quero cumprimentar o Sr. Ministro, cumprimentar o Presidente Jaques Wagner e, já de início, pedir perdão aqui se de repente eu fizer alguma pergunta, Ministro, que alguém já fez porque eu acabei de chegar aqui na Comissão.

Primeiramente, eu queria falar com o senhor sobre a questão dos brigadistas temporários em função do aumento das queimadas que nós tivemos. Por exemplo, só no mês de julho, agora em 2021, foram registrados 15.985 focos em todo o Brasil. No ano passado, nós já tivemos um cenário preocupante referente a focos de incêndios e queimadas, mas, neste ano, nós, muito embora o aumento não tenha sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanto, mas aumentou e o que a gente deveria era estar reduzindo de fato esses focos, mas, mesmo assim, houve um aumento e, até o final do mês de junho, por exemplo, o Ibama só havia contratado 52% do efetivo de brigadistas temporários que estavam previstos para o ano de 2021. Então, isso daí acaba, não há dúvida, sendo efetivamente um comprometimento ao combate a esses incêndios, considerando o nível de importância que esses brigadistas têm nesse programa.

E, agora, por exemplo, no dia 22 de junho de 2021, o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Ibama havia contratado apenas 869 brigadistas temporários, que são um pouco mais da metade dos 1.659 que foram autorizados conjuntamente entre os Ministérios do Meio Ambiente e também o da Economia para o exercício de 2021.

Eu queria só fazer um lembrete aqui. Quando a gente fala de meio ambiente, a gente também está falando de economia, basta ver todas as relações internacionais e acordos internacionais do ponto de vista econômico que estão muito sustentados e amparados exatamente na política ambiental.

Se você não tem uma boa política ambiental, automaticamente você pode ter embargos, você pode ter uma série de impedimentos internacionais do ponto de vista da questão econômica, basta lembrar o acordo Mercosul-União Europeia, os entraves que nós estamos vivenciando por conta da não política ambiental brasileira que foi barbaramente criticada nos últimos anos, Ministro.

Então, primeiramente, eu queria que o senhor me respondesse exatamente sobre essa contratação temporária, o porquê dessa redução e se há uma expectativa de aumento dessa contratação.

E que o senhor nos trouxesse um pouco aqui acerca desse comparativo. Nós tivemos uma grita muito grande, nacional e internacional, exatamente por essa falta de efetividade de uma política ambiental que respeitasse, por exemplo, o combate às queimadas, o combate ao desmatamento. A gente teve um aumento considerável neste Governo e aí a gente lembra do que ocorreu naquela reunião ministerial, na qual o Ministro, de forma muito clara, com os seus demais pares, colocou que se deveria abrir a porteira nesse período de pandemia, ou seja, o foco está para a pandemia, para as mortes, então, nós vamos aqui também abrir a porteira morte na área ambiental.

A outra pergunta que eu quero fazer para o senhor é em relação à fusão – não sei se o senhor já falou – do Ibama com o ICMBio. Como é que está esse debate? Se o Ministério do Meio Ambiente continua empenhado em fazer a fusão desses dois órgãos, que são muito importantes para o Brasil, e se há algum amparo do ponto de vista técnico para isso, se há algum estudo para isso. Qual o estudo que vocês fizeram? E, se fizeram, que encaminhem aqui a esta Comissão porque se torna de fato muito fundamental.

Por último, é referente à questão da concessão de parques. Nós estamos vendo, de forma muito acelerada e reiterada, por exemplo, que a visitação nos grandes parques tem sido muito reduzida e alguns dos grandes parques privados, inclusive, até estudam a possibilidade de devolução ao poder público, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, dentre eles, por exemplo, o Parque Nacional do Itatiaia. É um exemplo que, mesmo sendo entre um dos maiores do Brasil, acabou tendo uma redução considerável de visitação nessa unidade de preservação. Queria entender se o Governo vai continuar insistindo nesse modelo, o porquê, se vai continuar e, se não, qual o tipo de estratégia que o Governo vai adotar para que nós possamos ter uma maior visitação nesses parques?

Eram esses os meus questionamentos, Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Só um minutinho, porque o Senador Chico Rodrigues já me pediu duas vezes pela ordem.

Senador Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, desculpe-me por mais uma intervenção.

Eu esqueci de perguntar ao Presidente como é que está a situação do Fundo Amazônia. Porque nos recursos da Noruega e da Alemanha, nos meses passados, houve uma série de questionamentos e discussões sobre a aplicação do fundo, da destinação.

Nós gostaríamos de saber atualmente a que se destina o fundo, qual é o valor hoje? Estava em torno de R$2 bilhões pela última informação que tivemos.

Gostaria de saber de V. Exa. qual é a situação hoje do Fundo Amazônia para que possa ser efetivamente utilizado, para que ele tenha uma destinação e, obviamente, precisa, na questão da preservação, pois quem serão beneficiados com isso são os produtores rurais da Amazônia.

Então, eu gostaria de saber de V. Exa., efetivamente, qual o valor do fundo disponível? E qual a sua aplicação atualmente para atender o objetivo do fundo?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Chico.

Senador Jayme, antes de passar a palavra, V. Exa. me disse que quer colocar mais uma pergunta.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar.) – Só uma.

O senhor me conhece, sou bastante econômico.

Prezado Presidente Jaques, Sr. Ministro, volto novamente a dizer que é um prazer recebê-lo nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. percebeu aqui que os nossos amigos do PT, Jean Paul Prates, são competentes, são bastante ponderados, são equilibrados, sensatos. A Eliziane ali, que é uma grande Senadora pelo Maranhão, com perguntas muito pertinentes e oportunas, nesse momento aqui fico muito feliz pela forma respeitosa com que V. Exa., mesmo sendo do partido da base aliada do Governo, é tratado, de forma respeitosa, com perguntas muito competentes e pertinentes. Eu fico feliz de conviver num ambiente como esse aqui, meu prezado Ministro, Governador, Senador Jaques Wagner.

Mas, Sr. Ministro, só quero fazer uma breve indagação a V. Exa.

Em 2020, o Senado Federal instalou a Comissão Temporária especial do Pantanal para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios daquele bioma, dar voz ao povo pantaneiro, bem como apresentar soluções técnicas e proposições legislativas para apoiar a recuperação ambiental e econômica da região. A Indicação nº 86, de 2020, fruto desse trabalho, foi encaminhada em dezembro de 2020 ao Poder Executivo e apresenta soluções econômicas de gestões ambientais e de infraestrutura entre as quais destacamos: primeiro, a formação do Fundo Pantanal sob gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento, que é o BNDES, ou outra instituição financeira oficial nos moldes do Fundo Amazônia; segundo, a elaboração de uma linha de crédito específica para o Pantanal dentro do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa; terceiro, disponibilizar, ou seja, disponibilização de centros de triagem de animais silvestres (Cetas) do Ibama no Pantanal; e quarta, criação das brigadas de incêndio permanentes para proteger os biomas brasileiros.

Indago a V. Exa. se alguma das ações propostas pela Comissão Temporária específica especial do Pantanal foi implementada ou incluída no planejamento do Governo Federal a fim de mitigar os impactos de incêndios do Pantanal para este ano?

Essa é a indagação.

E qual a avaliação de V. Exa. sobre as soluções apresentadas na Indicação nº 86, de 2020, do Senado Federal.

Essa é apenas a minha indagação a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ministro, V. Exa. com a palavra.

Eu sei que é uma série de três...

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu vou aproveitar essas últimas perguntas porque eu vou ter que... Tenho um compromisso marcado lá no ministério e vou já aproveitar e responder às três ao mesmo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao IPCC, o Comitê Interministerial já criou grupos de trabalho para atuar na direção de zerar as emissões até 2050, conforme a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Em relação ao combate a incêndios, nós estamos com a Ligabom atuando preventivamente, podendo mobilizar praticamente 6 mil homens para o combate a incêndios.

Em relação à Ferrogrão, com certeza é um projeto que, em relação a emissões e à estrutura... Um dos componentes de um plano para neutralidade de carbono em 2050 é você ter um transporte ferroviário que, com certeza, emita menos gases de efeito estufa. E o Brasil vai ser um exemplo com isso, transformando o seu modelo de transporte para o modelo ferroviário, que é bastante mais econômico e bastante menos agressivo ao meio ambiente, especialmente quando a gente fala do relatório do IPCC, sobre a preocupação com os gases de efeito estufa.

Então, o Governo Federal vem atuando nessa direção e vai criar um programa de crescimento verde no qual a gente vai aproveitar as oportunidades de gerar emprego verde, ao mesmo tempo em que combate as emissões de gases de efeito estufa.

Uma pergunta sobre os parques. São 8 milhões de visitantes. O ecoturismo veio para ficar. Nesse momento, todo mundo está procurando muito mais atividades ao ar livre e isso a gente entende que é uma das saídas para proteger os parques nacionais, como uma das políticas do Governo Federal.

Em relação a incêndios, como eu comentei anteriormente, nós estamos entregando 15 caminhões. O primeiro deve estar indo para o Pantanal agora. Nós estamos entregando 15 caminhões adaptados especialmente para atuar nos biomas brasileiros.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Queria perguntar uma coisa adicional. O seu compromisso no Ministério é público?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Desculpe-me, eu não entendi a pergunta.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O compromisso que o senhor alegou é público, está na sua agenda?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Qual compromisso? Desculpe-me. Não entendi.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor acabou de dizer que tem de sair daqui correndo para atender a um compromisso no Ministério. É público?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – É público. Está na minha agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Qual é? Posso saber?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Não estou com a agenda aqui, mas tenho duas reuniões agora.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele é mais importante do que estar aqui respondendo aos Senadores?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Não, eu acabei de responder às perguntas todas. Estou aqui desde às 9h30min.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, o senhor não respondeu a todas as minhas perguntas. O senhor falou sobre a Comissão do Óleo?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Eu não tenho informação sobre a Comissão do Óleo aqui?

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, agora o senhor respondeu.

O senhor falou sobre a Instrução Normativa nº 1, essa que seiscentos e tantos funcionários do Ibama....

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Essa instrução normativa é do Ibama. Eu não tenho informação sobre ela aqui.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor é um Ministro e não sabe sobre essa instrução?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Não, não sei. Não tenho conhecimento disso.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor tem conhecimento dessa matéria do Observatório do Clima, no entanto, que seiscentos e seis servidores, à época, contanto mais, haviam assinado uma carta contrária dizendo que isso paralisava as fiscalizações do Ibama? O senhor tem conhecimento?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Eu tenho certeza de que as fiscalizações do Ibama não pararam em nenhum momento.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era mais para convencer a opinião pública, para saber...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Eu tenho acompanhado claramente a atuação dos fiscais do Ibama e do ICMBio no combate ao desmatamento e a crimes ambientais.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe-me a veemência, mas é porque as perguntas foram bem mais longas e as suas respostas foram extremamente curtas, alegando um compromisso fora do Ministério que eu, imagino, não seja mais importante do que nos responder aqui. Afinal de contas, esta audiência está marcada há bastante tempo. Normalmente, presume-se que os Senadores tenham tempo e que V. Exa. também tenha tempo para responder.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Estou à disposição para mais uma reunião, ser for o caso. Nós podemos marcar uma próxima reunião. Estou à disposição...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu lhe peço que reserve a manhã toda, porque normalmente demora mesma.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Sim. Foi o que aconteceu.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A CPI demora até às 16h, às vezes, então aqui...

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu queria só fazer, também...

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para complementar, Senadora Eliziane.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Antes de ele sair. Estou com medo de ele sair.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, ele não vai sair, ele já disse que...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Calma, ainda vou fazer a minha fala.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Ainda tem a parte do Senador. Não tem problema.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria uma, somente uma resposta importante, para não tergiversarmos. O Ministério de Minas e Energia hoje acredita que existe aquecimento global?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Do meio ambiente. V. Exa. falou de Minas e Energia.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perdão. Vou repetir a pergunta: o Ministério do Meio Ambiente e o Ministro, principal ocupante, acreditam que existe aquecimento global? Ou não?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Nós entendemos, claramente... Não só o Ministério. A Comissão Interministerial tem um Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Nós estamos atuando com essa Comissão Interministerial para deixar clara uma meta já anunciada pelo Presidente, em abril, de neutralidade de carbono em 2050. Por que... Nós atuamos nessa direção. Já expliquei, no início da minha apresentação, que nós, dentro de um comitê com oito Ministérios, estamos atuando num plano para combater a mudança do clima e num programa de crescimento verde.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Deixando clara a posição do Governo Federal para atuar nesse tema.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Posso, então, concluir que a posição mudou, do outro Ministro para este, porque o outro Ministro dizia que era uma conspiração internacional. Agora não é mais, agora o aquecimento global é um fato real.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** O discurso do Presidente foi em abril de 2021.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Atualizou a posição.

Obrigado, Presidente.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sobre...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senadora Eliziane.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Presidente, é só uma pergunta.

Na sua fala, lá atrás, o senhor colocou que levaria à COP, por exemplo, a posição brasileira fruto de uma conversa com a sociedade civil. Queria entender qual sociedade é essa, porque a gente percebe claramente uma divergência entre o Ministério da Saúde e essas organizações sociais. Que sociedade é essa a que o senhor se refere? O senhor vai se sentar, o senhor vai se reunir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Nós já fizemos reuniões com 200 entidades, ONGs e da sociedade civil organizada, para pegar subsídios, inclusive...

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Quantas reuniões vocês fizeram?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Mais de 200. Você pode ver, estão na minha agenda todas as reuniões.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É fruto dessas reuniões que o senhor vai levar um documento? O senhor não fará mais nenhuma?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Claro que faremos várias. Daqui até a COP do clima, com certeza, serão feitas várias reuniões. Temos feito continuamente negociações internacionais, especialmente ouvindo subsídios, tanto daqui da Casa quanto da sociedade civil.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor pode compartilhar, depois, essa documentação conosco? Antes da COP? Eu lhe digo isso porque nós estamos preparando um relatório aqui na CPI, também ouvindo a sociedade civil, que será apresentado na COP26, em Glasgow. Então, eu pediria ao senhor: o senhor poderia compartilhar conosco, também, as informações que o Ministério está levantando?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Nós vamos colocar em um programa. E no Plano Nacional de Mudança do Clima também haverá subsídios à sociedade...

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor tem data de quando isso acontecera?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Eu não tenho a data de cabeça, não.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas será antes da conferência?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Claro, com certeza.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jayme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para a minha pergunta não foi muita clara a resposta. Mas não tem problema nenhum. Eu vou fazer, ser for o caso – até porque uma assessora gentilmente já esteve comigo aqui pedindo essa minha fala –, e ela me responde depois.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ministro, antes de encerrar, quero colocar uma consideração e duas perguntas.

Evidentemente, V. Exa. aceitou uma missão que é bastante árdua. Por quê? Porque até a sua chegada à frente do Ministério, a nossa imagem, a do Brasil, no exterior... Os depoimentos, as falas, seja do Ministro, seja do Senhor Presidente da República, acabaram abalroando a imagem do Brasil lá fora. Não estou aqui procurando culpados, estou fazendo só uma constatação. Isso tudo foi somado ao aumento do volume do desmatamento, à queima do Pantanal e à postura do Presidente que, sendo o Executivo número um do País, fala uma série de coisas que, na minha opinião, não são apropriadas, muito menos convenientes. Então, eu quero começar lhe desejando boa sorte nessa missão, porque não é para o senhor. Eu sou oposição ao Governo, mas eu quero que nós recuperemos a imagem do Brasil lá fora numa pauta que hoje virou planetária, que é a pauta ambiental.

Nesse sentido, eu acho extremamente importante... Eu gosto de dizer, na Bahia, que as palavras encantam, porém, as ações e o trabalham é que arrastam. Mesmo V. Exa. citando a fala do Senhor Presidente na reunião, nos Estados Unidos, em 22 de abril, o Presidente, ao voltar, sancionou o Orçamento, com 24% de redução em relação ao ano anterior. Agora, recuperou esses R$270 milhões. Na área de fiscalização, V. Exa. tem um orçamento maior do que o do ano passado. Mas, como orçamento global, ainda é um orçamento bem inferior ao de 2020. Eu diria que, da última década, é o melhor. Não sei se, somados os R$270 milhões, mantem-se isso.

A primeira pergunta que lhe faço – que Chico já fez também, o Senador Chico: foi aberta alguma negociação com o Fundo Amazônia no sentido de descongelar a aplicação do dinheiro? Segunda: qual a posição do Ministério, ou seja, do Governo Federal, em relação à ratificação do Acordo de Escazú, que foi assinado em 2018, na Costa Rita? Já são signatários doze países e o Brasil... Eu, pessoalmente, inclusive, encaminhei um requerimento ao Senhor Presidente da República para que envidasse esforços para que nós pudéssemos nos associar.

Por último, Ministro, é algo em que eu até toquei, diria, na reunião pessoal preparatório com V. Exa. para esta reunião. Acabei de falar da imagem. É como se diz: não basta ser honesto, é como a mulher de César, precisa parecer. O Brasil tem essa imagem. Hoje tramitam no Congresso Nacional três projetos de lei, que citei ao senhor, na reunião, no meu gabinete. Os projetos de regularização fundiária, que são dois, o 2.366 e o 510, o de licenciamento ambiental, que é deste ano, o 2.159 e o de terras e direitos indígenas, que é o 490. Todos três com um potencial, na minha opinião, explosivo, para a COP26.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última pergunta, então, que lhe faço é: qual é a sua opinião? V. Exa. considera – já que a base do Governo vem trabalhando nesses projetos – que é recomendável, que é interessante votar essas matérias com esse poder explosivo antes da COP26?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** (Para expor.) – Obrigado pelas perguntas, Senador.

Só para acrescentar: os R$ 270 mais R$ 200 milhões, aproximadamente, para a fiscalização, porque os 700 servidores vão ter um orçamento aí de mais de R$200 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Desculpe-me. Vai sair já o concurso?

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** – Deve sair agora. O ideal é sair, provavelmente, ainda dentro deste mês.

Quanto às negociações do Fundo Amazônia, o bloqueio foi feito pela Noruega. Nós sugerimos melhorias. Inclusive, acrescentamos pagamento por serviços ambientais como uma efetiva execução do fundo. O que nós procuramos é mais eficiência no recurso. Até a própria auditoria do Governo da Noruega fez questionamentos quanto à eficiência no uso do recurso. O que nós constatamos, numa auditoria gerencial, é que a gente poderia ter mais eficiência no uso desses recursos, principalmente para atividades sustentáveis na Amazônia. Então, por isso, ele hoje está aguardando a Noruega se posicionar. A gente espera que isso aconteça.

Em relação aos projetos que o senhor comentou. São projetos que a Casa tem que estudar e analisar corretamente para, de uma forma bem clara, mostrar ao Brasil que a gente também cuida do nosso meio ambiente. A gente tem que fazer uma atuação em conjunto para mostrar que nós estamos na direção correta, como o senhor comentou, agora atuando efetiva e especificamente em alguns temas, especialmente agora, neste momento, o desmatamento, que era uma preocupação daqui do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Do Acordo de Escazú, da Costa Rica, V. Exa. tem alguma...

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE** – Eu não tenho conhecimento. Vou me informar e volto com a resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está bem.

Bom, eu quero agradecer ao Ministro, evidentemente premido por outras reuniões, e dizer que, se houver necessidade, podemos convidá-lo mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, de novo, quero lhe dizer que eu espero que, assim como aconteceu na área de saúde, em que, finalmente, o Governo Federal decidiu, eu diria assim, dar a mão à palmatória, entender que era preciso comprar vacina para proteger o povo brasileiro, eu espero que V. Exa. consiga, na sua tarefa, convencer, como ator que é da pasta, o Governo Federal como um todo que essa pauta, repito, não é uma pauta nem de esquerda, nem de direita. Ela é uma pauta mundial. Não há contradição entre crescer, desenvolver e garantir a sustentabilidade. Quem trabalha com essa falsa dicotomia, na verdade, trabalha sempre contra a possibilidade de o Brasil ter um lugar no sistema, na constelação internacional cada vez mais fulgurante.

Então, eu só quero lhe desejar boa sorte.

É evidente que a mudança de um ministro, mesmo dentro de um mesmo Governo, sempre abre uma expectativa, até pelas características pessoais de cada um, ou – não quero afirmar aqui – porque o próprio Governo Federal entendeu que era necessário fazer um ajuste de caminho.

Então, eu só quero esperar que V. Exa. possa trazer boas notícias aqui para esta Casa, para esta Comissão e para o próprio País.

**O SR. JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE –** Senador, obrigado.

Obrigado a todos pelas perguntas.

Estamos à disposição lá no Ministério, qualquer subsídio é sempre bem-vindo.

Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só vou encerrar formalmente.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 12ª, 13ª e 14ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezoito minutos do dia hum de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Kátia Abreu, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5173, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Operação e Registro de Instrumentos Representativos dos Ativos de Natureza Intangível, denominado Tesouro Verde, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso (*Ad hoc*), substituiu Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1405, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre penalidade a quem lança nas águas lixo plástico de embarcações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto de lei com as emendas 1 e 2-CMA nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **Observação:** Nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8 de 2021, fica dispensada a submissão da matéria a turno suplementar. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6044, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a capacitação de consumidores em relação ao acondicionamento de resíduos sólidos, no sistema de coleta seletiva." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 33, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2021 - CMA, seja nele incluído, além das autoridades ali convidadas, os senhores Rodrigo Justus de Brito, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Leonardo Papp, representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - Sistema OCB, Marco Antônio Caminha, consultor do Departamento de Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp - e Fabrício Rosa, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil - a fim de contribuir com o engrandecimento do debate e esclarecer a matéria com uma análise mais detalhada dos pontos pertinentes ao setor agropecuário." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Zequinha Marinho. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 36, de 2021**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 29/2021 - CMA sejam incluídos os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 37, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 30/2021 - CMA seja incluído um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 38, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2021 - CMA sejam incluídos representantes do Ministério do Meio Ambiente - MMA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 40, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a pesca de arrasto no litoral do Rio Grande do Sul com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 41, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 2159/2021, que "dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências", com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 44, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 510/2021, que "altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências"." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 42, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2847/2021, que "amplia o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado nos Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, Estado de Goiás." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Jaques Wagner

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 43, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2021 - CMA seja incluído o seguinte convidado que relaciona," **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. Em acordo entre o autor e o presidente, o convidado será incluído não na audiência do Req 41/2021-CMA, prevista para 2/9/2021, às 8h, conjunta com a CRA, mas em outra audiência futura de instrução do PL 2.159/2021. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Jaques Wagner**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo o número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada no dia de ontem, 31 de agosto de 2021.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais como nas matérias terminativas. Quem estiver no Plenário poderá utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas.

Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações"; depois, "votações abertas em Comissões" e, então, procurar a votação da CMA em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8, de 2021, após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o fazerem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso de palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que estiverem em situação remota.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mão poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada no *chat*, nos computadores neste Plenário.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente os seguintes documentos: primeiro, moção de repúdio do Conselho Estadual de Meio Ambiente de São Paulo contra o PL 984, de 2019, do Deputado Vermelho, PSD-PR, que altera a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), Lei 9.985, de 2000, para criar a categoria de Unidade de Conservação Estrada Parque e instituir a Estrada Parque Caminho do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu, Parna Iguaçu, Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atenção ao prescrito no Regimento Interno, art. 261, §2º, II, determino à Secretaria que proceda a anexação ao PLC 61, de 2013, que se encontra para deliberação nesta Comissão e trata do mesmo objeto.

Comunico ainda o encerramento do prazo de manifestação dos documentos comunicados na 12ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, em 18 de agosto de 2021.

Passamos à pauta deliberativa.

Projeto de Lei nº 5.173, de 2019, que tem a relatoria do Senador Confúcio Moura, que, como está debruçado sobre a MP 1.045, pediu a retirada de pauta.

O item nº 2.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI N° 1405, DE 2019**

**- Terminativo -**

*Dispõe sobre penalidade a quem lança nas águas lixo plástico de embarcações.*

**Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

**Relatoria:** Otto Alencar (PSD-BA)

**Relatório:** Pela aprovação do projeto de lei com as Emendas 1 e 2, desta Comissão, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

**Observações:** Em 4 de agosto deste ano, por acordo de Plenário, a matéria foi retirada de pauta a pedido do Relator. Duas emendas foram apresentadas pelo Senador Plínio Valério nesse período.

Ele é terminativo. Portanto, dependerá de votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura de seu relatório.

Senador Otto Alencar...

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Seja bem-vindo presencialmente a esta Comissão, assim como os Senadores Vanderlan e Alvaro Dias!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com a licença do Senador Otto, faço apenas uma consulta a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Indago se não seria possível, depois evidentemente da leitura do Senador Otto, retornar ao item 1, com a possibilidade de outro Senador fazer a leitura do parecer do Senador Confúcio Moura.

Se V. Exa. concordasse, poderíamos aproveitar esse momento para agilizarmos e aprovarmos, se for o caso, esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Alvaro Dias, não há impedimento formal. Regimentalmente, eu posso decidir na forma como V. Exa. me demanda. Eu vou apenas pedir vênia a V. Exa., porque o Senador Confúcio gostaria de estar presente na relatoria. Ele está debruçado sobre a MP 1.045, mas eu vou tentar um contato com ele para saber se ele abre mão. Eu poderia pedir a V. Exa. para fazer a leitura do relatório.

O relatório já está disponibilizado ou não?

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Já está.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O relatório já está disponibilizado.

Eu vou, enquanto o Senador Otto lê o seu relatório, fazer a consulta ao Senador Confúcio.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E se não houver... É porque, como ele é o Relator e pediu à Casa, mas eu falo com ele e, se houver a concordância, eu passo à leitura.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Aguardo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

Senador Otto.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Como Relator.) – Pois não, Presidente, Senador Jaques Wagner, uma saudação a todos os Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto do Senador Alvaro Dias é um projeto importante. Nós, que somos do Nordeste, estamos acostumados a ter estiagem, seca e falta de suprimento de água, o que está acontecendo, agora, no Paraná, aconteceu em São Paulo, aqui em Brasília, e o desmatamento desenfreado vai levar à morte de muitos rios. Eu tenho lutado tanto por isso aqui, mostrando aos governos a necessidade de se estabelecer critério para o replantio de matas, sobretudo matas ciliares, recomposição de florestas com crédito de carbono, que seria superimportante.

Nesse projeto do Senador Alvaro Dias eu tinha dado uma leitura. É um projeto que eu acho fundamental ser aprovado no Brasil de hoje. Nós estamos vendo aí o que está custando aos consumidores de energia a falta de energia, porque as hidrelétricas todas estão com baixo nível útil para mover as hidrelétricas. É o caso de todas elas no Brasil praticamente, sobretudo lá no Nordeste, nas do Rio São Francisco, nas nossas lá do Velho Chico e também nas de outros Estados do Brasil.

Essa questão da água eu considero a coisa mais importante a ser debatida. Talvez, acho que nenhum dos Presidentes assim abriu os olhos para o que está acontecendo no Brasil, que tem 13% da água doce do mundo, e está reduzindo esse volume ano a ano, com a perda das nascentes, com os desmatamentos, com o assoreamento e pela quantidade hoje de esgoto *in natura* que se joga inclusive nos rios.

Esse projeto que eu vou relatar agora é um projeto simbólico, Senador Wagner, até porque o Senador Vital do Rêgo, nesse Projeto 1.405, de 2019, dispõe sobre penalidade a quem lança nas águas lixo plástico ou de embarcações. Acho que um retrato simbólico desse projeto está no Estado mais rico da Federação. É só percorrer o Tietê ou o Pinheiros e saber que é um amontoado de lixo não só de embarcações, mas também de pessoas que lançam no rio. Agora, está-se fazendo a despoluição do Rio Pinheiros, mas o retrato simbólico do Brasil está no Estado de São Paulo. Então, esse projeto do Senador Vital do Rêgo vem em cima exatamente dessa situação de poluição dos nossos rios e do lançamento de produtos que são utilizados nas embarcações.

Então, eu vou direto à análise, depois desse preâmbulo, para fazer aquilo que nós consideramos correto nesse projeto.

Nos termos do inciso I do art. 102-F, do Regimento Interno do Senado Federal, a CMA deve opinar sobre esses projetos todos que tratam do controle da poluição, conservação e defesa da fauna e dos recursos hídricos.

Por se tratar do colegiado incumbido de apreciar a matéria em decisão terminativa – esse projeto é terminativo –, necessário que se faça uma análise sob o ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, que, no caso, todos foram atendidos, dentro da boa prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, cabe-nos esclarecer que o projeto não apresenta óbices de natureza constitucional e jurídica, está redigido em boa técnica legislativa e não conflita com disposições do Regimento Interno do Senado Federal. Não está vedada a iniciativa parlamentar para a apresentação de proposições versando sobre a matéria em foco, e, dessa forma, não há afronta aos arts. 61 ou 84 da Constituição Federal.

Ressalte-se, ainda, que não se trata de matéria cuja disciplina seja reservada à lei complementar, motivo pelo qual a proposição ora apresentada está adequada para a instrução da matéria em exame.

No que se refere à conformidade legislativa, o PL em análise atende às regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

O projeto alinha-se com as regras específicas sobre a matéria, conforme a Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

A respeito do mérito, a proposição vem em boa hora. A proibição de lançamento de resíduos no meio ambiente já se encontra prevista na Lei nº 9.966, de 2000, e na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disso, esse lançamento é considerado crime, nos termos do art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais. Contudo, não temos visto uma redução significativa dessa conduta, menos ainda no ambiente marinho, que parece ser terra de ninguém e depositário capaz de absorver indefinidamente o despejo irregular de produtos, sobretudo plásticos.

Razão assiste ao autor ao pontuar os nefastos efeitos que lixos plásticos trazem para a fauna aquática. Um estudo internacional liderado pela Universidade da Austrália revelou que mais da metade das tartarugas marinhas do mundo já ingeriram plástico e outros detritos produzidos por humanos.

Um monitoramento realizado desde 2012 pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, em parceria com o Instituto Socioambiental dos Plásticos, uma associação que reúne entidades e empresas do setor, revelou que mais de 95% do lixo encontrado nas praias brasileiras é composto por itens feitos de plástico, como garrafas, copos descartáveis, canudos, cotonetes, embalagens de sorvete e redes de pesca. São produtos que não são biodegradáveis. Portanto, comprometem muito toda a área de aquíferos do Brasil.

O PL nº 1.405, de 2019, ataca uma importante ponta desse problema. Lembre-se que, segundo a Lei nº 9.537, de 1997, o comandante, também denominado "mestre", "arrais" ou "patrão", é o tripulante responsável pela operação e manutenção da embarcação, em condições de segurança, extensivas à carga, aos tripulantes e às demais pessoas a bordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o art. 8º dessa lei, compete ao comandante cumprir e fazer cumprir a bordo os procedimentos estabelecidos para a salvaguarda da vida humana, para a preservação do meio ambiente e para a segurança da navegação, da própria embarcação e da carga, além de manter a disciplina a bordo. Nos termos do parágrafo único do art. 8º, o descumprimento das disposições contidas nesse artigo sujeita o comandante às penalidades de multa ou à suspensão do certificado de habilitação, que podem ser cumulativas.

Evidentemente, as penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, que se inicia com o auto da infração, assegurados o contraditório e a ampla defesa. O comandante, como preposto da embarcação, pode impor aos tripulantes e demais pessoas a bordo sanções disciplinares, previstas na legislação, bem como comunicar à autoridade marítima acidentes e fatos da navegação ocorridos com sua embarcação.

Mas, temos de reconhecer que o PL 1.405, de 2019, no afã de proteger o meio ambiente e evitar a poluição das águas, pesou desproporcionalmente a responsabilidade sobre o comandante. Não há nas regras propostas nenhum grau de compartilhamento de responsabilidades com quem, de fato, possa ter dado causa ao lançamento de resíduos sólidos, ato muitas vezes feito ao arrepio do controle e da supervisão do comandante, que, no cumprimento de suas obrigações de dirigir a embarcação, não pode estar diuturnamente na vigilância de todo ou qualquer movimento a bordo.

É desde aqui que as emendas, trazidas pelo Senador Plínio Valério, que é um conhecedor, homem da região do Amazonas, revelam seu valor e oportunidade. A primeira alteração estabelece essa repartição de responsabilidades. Direciona-se, assim, diretamente ao responsável pelo ato, sem se descuidar da corresponsabilização que, em Direito Ambiental, é inegociável. Trata-se, portanto, de uma medida de equidade.

Além disso, a emenda posiciona a suspensão do certificado de habilitação do comandante após a aplicação de outras duas sanções, no caso multas escalonadas. Isso significa estabelecer uma gradação de penas, da mais branda à mais severa, o que atende ao princípio basilar da progressividade, que nos parece razoável. Sem mencionar o fato de que a alteração estabelece um limite temporal para essa suspensão, o que não foi previsto na proposição original. O Senador Plínio conversou conosco e nos ajudou muito aqui para estabelecer um critério bem justo nesse sentido. Impede-se, assim, que a pena seja perpétua, o que seria colidente com cláusula pétrea, positivada no art. 5º, inciso XLVII, alínea "b", da nossa Carta Magna.

A segunda emenda também é necessária. Como bem justificado, ela não apenas atende à precisão conceitual, como também sinaliza o valor dos resíduos e daqueles que deles auferem sua subsistência. Chamamos a atenção para o fato de que há temas que são transversais, o que faz com que os diplomas jurídicos acabem por se entrelaçar. Desse entrelaçamento, decorrem obrigações, compromissos, expectativas e direitos que exigem a exatidão terminológica, inclusive porque podem envolver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embarcações estrangeiras e aeronaves que estiverem na superfície das águas sob jurisdição nacional, pois, a despeito de sua origem, todas elas estão sujeitas, no que couber, à Lei nº 9.537, de 1997.

Por tudo isso, acolhemos o mérito das emendas apresentadas, mas acreditamos que há espaço para aperfeiçoamento, sobretudo no que diz respeito ao valor proposto para a multa inicial, previsto no inciso I do art. 25-A, e ao prazo previsto para a suspensão do certificado de habilitação do comandante.

Entendemos que o valor de um salário mínimo, proposto como multa para quem lançar resíduos sólidos nas águas, não tem o condão de inibir esse comportamento. Por isso, sugerimos majoração desse montante para dois salários mínimos, na crença de que, dessa forma, não exorbitaremos na medida e nem tampouco a tornaremos inócua.

A segunda alteração que propomos é estender a suspensão do certificado de habilitação do comandante para 60 dias. Somos adeptos do princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas". Se quem polui mais deve arcar com mais, quem tem maior responsabilidade ou é investido de maior responsabilidade tem o dever de zelar mais. Diz o adágio que "a quem mais é confiado mais será cobrado".

Se o escalonamento das multas e o posicionamento da suspensão do certificado, como última medida, tornam evidente a gradação das penas, é razoável que haja uma contrapartida para que a penalidade a ser imposta ao comandante, pelo fato de o lançamento de resíduos sólidos às águas ocorrer pela terceira vez em sua embarcação, não se torne banal.

Portanto, acatamos o mérito das duas emendas apresentadas pelo Senador Plínio Valério e apresentamos um substitutivo que as incorpora com os ajustes que defendemos neste relatório.

Voto, Sr. Presidente.

Considerando o exposto, votamos pela regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 1.405, de 2019, e das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente, na forma do substitutivo a seguir apresentado:

> Emenda nº – CMA (Substitutivo)
> Projeto de Lei nº 1.405, de 2019
> "Art. 1º Acrescente-se à Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, o seguinte art. 25-A:
> 'Art. 25-A É proibido o lançamento no mar, lagos, rios, ou em quaisquer corpos hídricos de resíduos sólidos provenientes de embarcações, plataformas ou aeronaves.
> Parágrafo único. O descumprimento ao disposto no *caput* sujeita o comandante, o tripulante ou o responsável pela infração às seguintes sanções:
> I - multa no valor de dois salários-mínimos;
> II - multa no valor de cinco salários-mínimos, em caso de reincidência;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III - suspensão do certificado de habilitação do comandante ou tripulante responsável, por um período de 60 (sessenta) dias, na hipótese de nova infração, após a aplicação da sanção prevista no inciso II, na mesma embarcação, plataforma ou aeronave.'

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação."

Esse é o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Otto Alencar. Parabéns pelo seu relatório.

Como sempre – por isso eu tenho insistido e conversava, antes do início desta reunião, com o Senador Alvaro Dias –, digo que esse *fast track* legislativo, que foi introduzido no Senado da República – tudo bem – em consequência da covid –, é, na verdade, uma chacina ao processo legislativo. Veja V. Exa. que o projeto do Senador Vital do Rêgo objetivamente foi melhorado pela emenda do Senador Plínio Valério, que V. Exa. acolhe no seu relatório. Por quê? Porque realmente seria absurdo. Seria como se eu estivesse em meu carro particular, com um motorista dirigindo o carro, tomasse um refrigerante e jogasse a lata para o lado de fora. Vai ele pagar por quê? Quem jogou, seguramente, não é quem está ocupado em conduzir a embarcação. Então, vejam como é importante o processo legislativo.

Eu quero dizer da minha angústia. Tenho revelado isto e tenho dito ao Presidente da Casa, por quem tenho o maior apreço: abolir a existência das Comissões, como nós estamos fazendo, é piorar a produção legislativa. Não é razoável... Tudo bem que nós estamos em uma situação... Mas, vejam, nós estamos na quarta ou quinta reunião desta Comissão, desde que foi retomado o sistema semipresencial, e, se não me equivoco, estamos na 12ª matéria nominativa votada na Comissão, fora as matérias que são de votação simbólica.

Então, eu tenho feito o apelo – vou fazer o apelo de novo ao Senador...

V. Exa., ontem, estava dirigindo a CAE. Eu sei que lá estava uma matéria extremamente complexa, a MP sobre o sistema ferroviário, e V. Exa., sempre com a altivez que é própria da sua caminhada na política desde o começo, fez questão de dizer: é uma afronta ao Senado haver uma matéria trabalhada aqui durante anos, e, de repente, jogar tudo na lata do lixo e vir uma medida provisória. Então, eu tenho chamado a atenção para esse fato.

Por isso, alegra-me ver um processo como esse melhorado aqui. Se fosse no Plenário, é possível que fosse para lá... Relator de Plenário... Nada contra o Relator de Plenário, mas, se entrega um relatório às 2h da tarde, vota-se às 4h da tarde. Como é que alguém consegue aprofundar uma matéria desse jeito? Em relação ao que for emergencial, de caráter da covid ou de outras matérias, tudo bem; agora, não podemos fazer tábula rasa. Há projetos de todas as naturezas sendo levados direto para o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu faço esse registro e aproveito para colocar em discussão a matéria, até me habilitando para ser o primeiro a comentar, Senador Otto Alencar, parabenizando o Senador Veneziano.

Uma vez, eu estava na Alemanha e, talvez com a nossa mentalidade de achar que os outros são melhores do que nós ou que, lá na Europa..., eu disse a alguém: "Ah, mas vocês aqui são muito mais educados". Eu citava essa questão de beber refrigerante e jogar o lixo para o lado de fora. E o alemão me disse: "Não! Não se trata de educação; é que, se eu for pego jogando qualquer lixo do lado de fora numa estrada, vai doer muito no meu bolso, porque o preço é caro para pagar uma multa". Então, esse é o problema. Na verdade, a gente tem que fiscalizar, educar, mas também punir quem não se submete a um regramento extremamente razoável.

Senador Otto, a V. Exa. que é um apaixonado pelas águas, que se emociona ao falar do Rio de São Francisco, eu quero dizer que nós estamos na Década do Oceano, decretada pela Organização das Nações Unidas. Por quê? Porque a projeção é que, em 2050, nós vamos ter mais peso em plástico nos mares do que de pescado. Vou repetir: vamos ter mais peso em plástico depositado nos oceanos do que do próprio pescado que nós utilizamos.

Então, nós estamos liquidando com o nosso ambiente, com a nossa moradia, vamos dizer assim.

Para nós, que temos a Baía de Todos os Santos, lá na Bahia, é triste vermos toda manhã boiando lata de cerveja, garrafa PET, etc.

Então, eu acho que esse...

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA) – Tartaruga morrendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tartaruga morrendo, engolindo saco plástico.

Então, está em discussão a matéria.

Eu parabenizo tanto o autor quanto o nosso querido Relator.

Em discussão para aqueles que queiram discutir.

Eu pergunto se o Senador Veneziano está lincado e se quer fazer alguma fala em relação ao seu próprio projeto.

O Senador Veneziano está lincado? (*Pausa.*)

Senador Veneziano, V. Exa. deseja fazer alguma colocação?

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, apenas – e não é o apenas ao cumprimentá-lo cumprimentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os demais outros companheiros – quero dizer que me sinto muito honrado. Felicita-me profundamente a relatoria do Senador Otto Alencar, não diferentemente de todas as impressões que temos a seu respeito, como também as sugestões que foram extremamente primorosas. Não exagero também assim ao dizer.

Obviamente, nós precisávamos... A proposta diz e até por formação na área, nós não poderíamos desconhecer e não podemos desconhecer a individualização de sanções àqueles que se comportem e tenham condutas tipificadas.

Então, eu agradeço.

Obviamente, o fundo, o propósito fulcral da matéria V. Exa. bem o disse. Não sou da tese, mas a gente lastima que terminemos por ser levados, muitas das vezes, a produções legislativas com fundo sancionatório, punitivo. Esse não seria o melhor caminho, mas terminamos por não ter opções diferentes senão estas que cobrem, façam pesar no bolso. É lastimável, mas é de fato.

E o próprio Senador Otto Alencar, quando fazia a leitura do seu relatório, mencionava duas legislações já existentes, mas que não alcançaram, pelo menos constata-se, também de nossa parte. Por todos os relatórios que nos chocam, em especial esses últimos, que dizem respeito aos gravíssimos cometimentos sobre o meio ambiente, a gente precisa tomar, de fato, posições mais duras, mais enérgicas, mesmo quando essas digam respeito à necessidade de processos legislativos.

Então, eu agradeço a V. Exa. por ter pautado, de forma muito carinhosa também ao Relator Otto Alencar e ainda mais aos companheiros, no caso precipuamente mencionando o Senador Plínio Valério, que aperfeiçoa a nossa sugestão.

Muito grato, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

Há quem queira discutir.

Senador Vanderlan.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Humberto, Senadores e Senadoras, é interessante essa matéria apresentada, esse PL apresentado pelo Veneziano e muito bem relatado aqui pelo Otto, que é um profundo conhecedor e um apaixonado pela nossa Bahia, como V. Exa. mesmo falou, e pelo Rio São Francisco.

Eu tenho até um testemunho nesse sentido, Senador Humberto, que é do nosso Rio Araguaia. Há 15, 20 anos, o Rio Araguaia era, navegando às suas margens... Desde criança, eu frequento o Rio Araguaia. O Rio Araguaia é o nosso mar, como na Praia do Forte; vocês têm aquele mar maravilhoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquela região. Então, todo goiano, na época de férias, está no Rio Araguaia, e desde criança, mas ele já vinha numa situação muito complicada de tanto lixo, e era um rio que sempre foi muito bom de peixe. Eu gosto da pesca esportiva. De uns 15 anos para cá, foram colocadas ali as penalidades para quem jogasse lixo, para aqueles que acampavam, e multas pesadas. E também instituiu o quê? Cota zero, de um tempo para cá, em relação à pesca. E o que a gente viu ali? Nesses dias atrás, eu fiz uma expedição saindo de Luiz Alves indo até São Félix do Araguaia, uns trezentos e poucos quilômetros pelo rio, e eu fiquei impressionado de ver o quanto está sendo bem cuidado – não somente esse cuidado vindo através das multas, mas também por um trabalho educativo que foi feito junto aos ribeirinhos, inclusive junto às reservas indígenas – e o zelo que eles estavam tendo com aquele rio. Eu não encontrei mais sujeira, não encontrei mais lixo, garrafa PET. Então, eles falaram o quanto aprenderam ao preservar uma das riquezas que eles têm ali, que é o Rio Araguaia, e dali se começou a gerar emprego e renda através de várias pousadas que foram instaladas com a relação à pesca esportiva.

Esse projeto vem em boa hora. Aliás, nesta Comissão têm sido discutidos, como V. Exa. mesmo disse, vários projetos importantes, terminativos, de interesse do nosso meio ambiente.

Quero aproveitar a oportunidade, ainda na sua fala, e falar sobre as nossas Comissões e sobre a importância de se discutir projetos nas Comissões. É nas Comissões que a gente tem a oportunidade de ter as audiências públicas, serem debatidos os projetos, receber até mesmo os autores das emendas ou sugestões para aperfeiçoar os projetos, como foi o caso do Plínio Valério nesse projeto do nosso Senador Veneziano.

Eu apresentei, Sr. Presidente – está aí – o Requerimento nº 42 para deliberação, extrapauta, com o objetivo de realização de audiência pública para instruir o PL 2.847. Veja bem, esse PL é muito importante, é um projeto importante. Ele foi apresentado dia 18 de agosto e foi pautado para o dia 25 de agosto.

É um projeto que visa aumentar uma reserva da Chapada dos Veadeiros, reserva nacional, dos atuais 65 mil hectares para 240 mil hectares. Qual é o nosso pedido nesse requerimento? Para que se discuta aqui, em audiência pública, os impactos que vão ter. São cinco cidades, Sr. Presidente, cuja população irá sofrer impacto.

Para o senhor ter uma ideia, Teresina de Goiás, estou pedindo aqui que os Prefeitos venham; estou pedindo também que venha aqui o representante do meio ambiente; representante do Instituto Chico Mendes, o ICMBio; os Prefeitos de Alto Paraíso, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João D'Aliança; e também a Secretária de Meio Ambiente do Estado de Goiás.

São inúmeras as famílias que estarão nessa reserva caso ela seja ampliada. E eu defendo até que seja ampliada, mas com a discussão de como será essa indenização a essas famílias, que são milhares de famílias que vão ter que se retirar dessa reserva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, um outro também requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Vanderlan, vou pedir vênia a V. Exa. que, como está encerrada a discussão, só para colocar em votação o PL relatado, para chegarmos mais rápido para votar o seu requerimento, que será incluído extrapauta e V. Exa. poderá fazer....

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É só para que eu possa encerrar a discussão.

Eu peço à Mesa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A Senadora Leila quer discutir.

Permita-me só para encerrar a discussão que daí nós votamos e podemos passar para o próximo projeto, o qual eu lhe pedi para ser o Relator *ad hoc* do Senador Confúcio e podemos votar os requerimentos, já que o autor está presente também na reunião de hoje.

Senadora Leila, perdoe-me lhe interromper, mas é só para chegar ao seu objetivo de votar o requerimento.

Senadora Leila...

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – É super-rápido, Presidente. Primeiro desejar o meu bom-dia a todos e cumprimentar. Acompanhei o relatório do Senador Otto, quero parabenizar a iniciativa do Veneziano. É um trio de craques, não é? A ideia do Veneziano é aprimorada pelo Senador Otto e com a contribuição do Senador Plínio. Então, é só o encaminhamento mesmo, parabenizando pela iniciativa e apoiando.

Também a questão da sua fala inicial sobre a importância das Comissões, do nosso trabalho nas Comissões. Endosso totalmente as suas palavras, concordo e estou muito feliz com esse nosso retorno aos poucos, mesmo com alguns. Eu aqui estou no meu gabinete, estou indo para a CPI, mas estou acompanhando a Comissão, porque é uma Comissão que acho muito importante e também sob o seu comando. Quero parabenizar também o seu trabalho na Comissão e o encaminhamento para o projeto é "sim", viu, Sr. Presidente.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Até porque V. Exa. sabe, Senadora Leila, que, para marcar um ponto no vôlei, depende de preparar e armar a jogada. (*Risos.*)

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Muito. É fruto de muito trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Depois que a gente prepara a jogada, que a gente marca o ponto...

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... não é assim direto para o Plenário. Se fosse era fácil, direto para a rede e marcar o ponto.

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É isso aí, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – As Comissões são os levantadores, os preparadores da matéria, por isso a minha agonia de voltarem as Comissões para a gente trabalhar.

Encerrada a discussão, eu peço à Secretaria que abra o processo de votação.

Os Srs. Senadores que acompanham o relatório do Senador Otto do projeto do Senador Veneziano votam "sim". Aqueles que eventualmente estão lincados e não conseguirem votar pelo sistema do Senado Digital em "votações", "votações de Comissões" e a "votação da CMA" podem, via o próprio *link* aqui, anunciar o seu voto que será registrado.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Enquanto a votação está correndo, eu devolvo a palavra ao Senador Vanderlan para que ele acabe de concluir sua fala.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Pela ordem.) – Na verdade, Sr. Presidente, a minha fala praticamente já estava terminando, só tenho outro requerimento que nós pedimos também, encaminhamos, esse outro requerimento... (*Pausa.*)

Ele ainda está sem número, Sr. Presidente. O objetivo dele é incluir um convidado na audiência do Requerimento nº 41, de 2021. Já foi encaminhado à Secretaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É, nós ainda vamos deliberar, Senador Vanderlan, logo após a votação do projeto de lei de autoria do Senador Alvaro Dias, que eu até lhe pedi que fosse o Relator *ad hoc* do relatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Logo depois, como não são mais terminativos nem nominais, nós vamos votar o projeto e, logo depois, o requerimento.

Eu só alerto que um dos seus requerimentos pede a inclusão de alguém – eu digo alguém, porque não li o requerimento – para a audiência de amanhã, que será a audiência conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente, que será às 8h da manhã.

O que eu queria depois ponderar com V. Exa. é que nós teremos, na verdade, sobre licenciamento outras duas audiências.

Na verdade, a minha combinação com o Senador Acir foi fazermos três audiências sobre licenciamento e três audiências sobre regularização fundiária. E eu fiz uma combinação com ele que nós colocaríamos quatro convidados para que a reunião possa render melhor, porque se você coloca oito... Então eu pondero com V. Exa., se V. Exa. se sentiria – mesmo aprovando – satisfeito de, eventualmente, a gente colocar em uma das sessões do licenciamento, o.k.?

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, você muda o requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Veneziano...

Senador Veneziano pede a palavra?

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, o senhor não se sentiria magoado comigo se eu pudesse fazer o registro de voto por aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pode fazer. Eu imagino que seu voto seja "sim".

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Por óbvias razões o meu voto é "sim", pedindo desculpas a V. Exa. e aos demais outros companheiros, porque eu não estou conseguindo acessar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não. Voto do Senador Veneziano é registrado voto "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço aos Senadores que estão lincados que façam a votação para que a gente atinja o quórum, já estamos em sete. Apenas mais dois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Giordano pede a palavra. A palavra está com V. Exa., Senador.

**O SR. GIORDANO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Pela ordem.) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

**O SR. GIORDANO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Também não estou conseguindo votar, apesar de ser suplente, eu estou votando "sim", caso o quórum não dê, eu estou votando já "sim", porque eu não estou conseguindo votar pelo digital também.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não. Registrado o voto do Senador Giordano, o voto "sim", se houver espaço na coligação da qual ele faz parte como suplente.

**O SR. GIORDANO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por nada. Obrigado a V. Exa. por estar votando aqui.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Wellington.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Enquanto estamos no processo de votação, eu queria aqui registrar que daqui a pouco nós teremos uma audiência no Ministério da Ciência e Tecnologia para tratar de vários assuntos, com a presença de autoridades, mas eu quero destacar a importância da questão do Pantanal mato-grossense.

Nós estaremos também com o Instituto de Pesquisa do Pantanal, visto que nós estamos enfrentando mais uma vez esse problema no nosso Pantanal.

O Senador Jayme Campos aqui está, formamos a Comissão Externa ano passado, várias providências foram tomadas, mas já era anunciada essa questão da seca. A seca hoje, infelizmente, atinge todo o Brasil, mas no nosso Pantanal, em função do volume de 4 milhões de hectares que foram queimados ano passado, a consequência é muito maior. Temos algumas áreas sendo queimadas, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos do que no ano passado, mas o grande problema hoje é a falta de água. No Pantanal, que é a maior área alagada do mundo, hoje está faltando água para as pessoas, para os animais, os rios estão secando. Então, o impacto ambiental tem sido muito grande.

Então, daqui a pouco nós estaremos lá no Ministério da Ciência e Tecnologia com várias autoridades exatamente para discutir o que a ciência e a pesquisa podem fazer ainda, principalmente com a implantação do sistema 5G, com tecnologia que pode ser implantada no Pantanal para que a detecção do fogo aconteça com mais antecedência, para ter melhor prevenção também.

Além disso, quero anunciar que o Banco do Brasil, através da Fundação Banco do Brasil, já doou esta semana 2 mil cestas básicas para os ribeirinhos, para os quilombolas, indígenas. Há um trabalho muito grande por parte dos voluntários, do Governo do Estado, também da Marinha do Brasil. Mais uma vez, nós queremos aqui agradecer ao Sesc Pantanal e a todos aqueles que estão procurando fazer com que esses impactos sejam minimizados.

Conseguimos também um trabalho com a Sudeco, recursos através do FCO. Quando eu falo "conseguimos", eu, o Senador Jayme Campos, o Senador Fávaro e também a Bancada do Mato Grosso do Sul.

Esta semana eu me reuni também com a Agência Nacional de Energia junto com a Energisa, que é a empresa que faz a distribuição de energia dos dois Estados. No Mato Grosso do Sul, está bem avançado o programa Ilumina Pantanal, em que mais de 2 mil propriedades terão instalada energia fotovoltaica, principalmente porque são comunidades isoladas. E estamos trabalhando o mesmo programa para o Mato Grosso, visto que também no Mato Grosso, além do fundo dos recursos do Luz para Todos, também temos o Fundo da Amazônia. Então, a Energisa já vai agora trabalhar a conclusão do projeto, o levantamento de todas as necessidades de todas as propriedades.

Então, eu quero mais aqui é agradecer, inclusive a V. Exa., porque já formamos a Subcomissão do Pantanal, já está criada. Agora V. Exa. está implantando, definindo os membros, porque temos muito trabalho a ser feito não só para este ano, mas também para prevenção, visto que essa seca é prevista ainda por mais três anos. Então, a situação é bem crítica realmente.

Por isso, todo esse trabalho de planejamento tem que ser feito com a ajuda de todos. Eu quero inclusive aproveitar, mais uma vez, Presidente, e convidar a nossa Comissão: já tivemos no ano passado a possibilidade de irmos lá conhecer essa realidade; quando há a presença de uma Comissão tão importante como esta, chama a atenção de todos, no sentido de que todos nós podemos fazer algo.

Nós temos tramitando também o Estatuto do Pantanal. Há poucos dias, agora, o Supremo Tribunal Federal fez uma consulta tanto à Câmara como ao Senado, e as respostas foram divergentes. Então, nós e o Supremo Tribunal Federal, por uma provocação da Procuradoria-Geral da República, que pediu que, enquanto houver omissão do Congresso Nacional, ou seja, o Congresso não votar um regramento jurídico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específico para o Pantanal, que o Pantanal seja regido pelo Código da Mata Atlântica. Felizmente, isso não foi apreciado porque o Ministro Marco Aurélio se aposentou, mas isso está lá na pauta do Supremo. E, claro, o Pantanal é uma região muito rica, mas tem ali uma economia centenária dos pantaneiros com a convivência com a pecuária. Então, é totalmente diferente da situação da Mata Atlântica.

Por isso, eu quero aqui chamar a atenção de todos, inclusive do próprio Supremo Tribunal Federal: temos que ter muita cautela. Eu já falei, já estive em audiência com o Ministro Aras, o Senador Jayme e o Senador Fávaro também têm tido uma atenção muito especial. Por isso eu quero pedir aqui a toda a Comissão, porque o Pantanal é um Patrimônio da Humanidade, então é algo muito sensível, uma região nova que está sofrendo essas consequências. E nós sempre aqui queremos lembrar do pantanalzinho lá dos Estados Unidos, o Everglades, na Flórida, que foi praticamente destruído, e eles tiveram que investir bilhões para recompor todo aquele bioma, e hoje é uma das regiões que mais desenvolvem o turismo no mundo. Então, essa biodiversidade, tudo isso que Deus nos deu, nós não podemos perder, a bem da sociedade brasileira e mundial.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Wellington.

Eu vou apenas colher o voto do Senador Fabiano Contarato.

Senador Fabiano Contarato, V. Exa. quer declarar seu voto na matéria do PL 1.405?

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos à frente desta tão importante Comissão de Meio Ambiente; parabenizar também o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que é o autor desse projeto, e a relatoria do nosso querido Senador Otto Alencar.

Eu quero aqui manifestar o meu voto "sim" e parabenizar tanto o autor como o Relator, e, mais uma vez, esta Comissão de Meio Ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado a V. Exa.

Registre-se o voto do Senador Fabiano Contarato, voto "sim".

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – V. Exa. vai abrir o painel? Eu agradeceria a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vou, já vou abrir.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para apurar os votos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já temos 14 votantes.

Eu peço à Secretaria que encerre a votação e abra...

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Votaram SIM 13; votaram NÃO...

Nenhuma abstenção.

O quórum é de 14. É porque eu sempre conto o meu voto, mas eu acabo não votando. O Presidente conta, mas não pode votar; só vota em caso de empate. É uma decepção! Eu sempre gostaria de votar, mas não posso votar. Eu fico doido para votar, e ele fica dizendo que eu não posso votar.

Aprovada essa matéria. Aprovada a Emenda 3-CMA, Substitutiva, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.405.

Nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, fica dispensada a substituição da matéria em turno suplementar.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação.

Eu quero apenas fazer um comentário, Senador Wellington, sobre a sua fala.

Primeiro, quero dizer que hoje já está sendo remetida à Presidência do Senado a formação da Subcomissão para que o Presidente possa referendá-la, já que é ato da Presidência do Senado.

Eu quero dizer também que, como Presidente da Comissão, mesmo não membro da Subcomissão, quando for programada alguma visita ou algum debate numa Assembleia Legislativa, numa Câmara de Vereadores de cidade que pertença ao ecossistema lá do Pantanal, eu tenho todo o interesse de ir.

Eu tomo as suas palavras, Senador Wellington, como palavras que me animam. Por quê? V. Exa. acabou de dizer que, no Pantanal da Flórida, que é muito menor, tiveram que ser investidos bilhões para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retornar. Então, eu vou voltar à minha prece, à minha reza de que é a posologia – já que eu sou casado com uma enfermeira – que dá o tom. A diferença entre o veneno e o remédio – estou falando aqui na presença de médicos – é exatamente a dose. Então, é óbvio que é possível produzir, crescer, se desenvolver e empregar sem depredar. Os que estabelecem essa dicotomia sempre são os extremos que querem, na verdade, ou destruir ou deixar intocável. Portanto, eu acho que nenhum dos dois extremos contribui com... É óbvio que existem coisas intocáveis: Abrolhos, na Bahia, é intocável, porque é um santuário; outros ecossistemas são intocáveis, mas no restante nós temos que fazer a convivência com o humano.

Agora, com a seca que está aí... Eu fico às vezes impressionado como alguém quer se negar a reconhecer o que está acontecendo. V. Exa. mesmo disse: foi ano passado, neste ano foi menor, mas está acontecendo, e ainda temos mais três anos pela frente. Eu e o Senador Otto, que vivemos no Estado da Bahia, de 570 mil quilômetros quadrados, dos quais 60% é Semiárido, sabemos do risco de desertificação que corre várias regiões do Semiárido.

Então, eu vou insistir, é uma questão meramente de bom senso. Nem o lucro predatório, nem – vamos dizer – a inação em relação a tudo. Agora, é preciso que se reconheça o que está acontecendo.

Estamos à beira da COP 26 – ontem recebemos nesta Comissão de Meio Ambiente, também, em audiência, o Ministro do Meio Ambiente, o novo Ministro do Meio Ambiente, que assumiu há 60 dias –, então vamos ver qual é o projeto, qual é a proposta do Brasil para a COP 26, que é a COP que fala exatamente disto: do aumento de temperatura.

E vai acontecendo... Quando alguém quiser acordar, as nossas gerações futuras não terão onde beber água, como diz o Senador Otto. É impossível que não se esteja enxergando o que está acontecendo com a casa maior. Então, eu rogo a Deus que a consciência e a luz abram a cabeça de alguns para dizerem: "Olhe, podemos fazer, mas temos que saber como é que se faz". Temos tecnologia, temos informação, temos conhecimento, mas aí alguns parece que preferem o lucro – vou chamar assim – imediato para depois terem que gastar bilhões para recuperar.

Senador Otto Alencar.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu estava ouvindo aqui as colocações do Senador Wellington, e a minha preocupação é igual.

Nós não temos falta de lei para o cumprimento. O Código Florestal, aprovado em 2012, é um dos melhores códigos florestais do mundo, só que não há cumprimento ao Código Florestal. Inclusive há incentivos, o Código Florestal traz incentivos para quem pode replantar em nascentes e em margem de rio tributário ou até em calha – de rio grande, não – de rio tributário e nascente. Há incentivo para o Imposto Territorial Rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que acontece e o que me preocupa muito não é nem muito o desmatamento em área plana, é em área de beira de rio e de beira de nascente. Estamos conversando agora aqui – começamos às 10h –, e tenho certeza absoluta de que, nesse período, já morreu uma nascente no Brasil. A cada hora morre uma nascente na beira do rio.

Quem é que supre calha de rio? Nascente. Se ela morre, são milímetros ou centímetros a menos de água nas calhas do rio. Na nossa região é assim. Nós temos um projeto que foi executado e que agora, na Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), no oeste, está sendo executado, que se chama Fábrica de Florestas. É um projeto importante que eles estão fazendo com recurso próprio, no oeste da Bahia, tirando o assoreamento das nascentes, replantando as árvores no entorno delas – a árvore, se é de Caatinga, se é de Cerrado ou se é de Mata Atlântica, que nasce mais rápido – e recuperando a nascente em três, quatro anos. Ela volta a brotar, até porque são as raízes das árvores que dão a porosidade ao solo para que a água da chuva, ao bater, na trovoada, penetre, alimente o braço subterrâneo da nascente, ou talvegue – tecnicamente chamado de talvegue –, e, quando chega à rocha, ela brota de novo. Isso acontece sempre nas baixadas, nas locais.

Só que se está desmatando tudo, está morrendo tudo. Só para você ter uma ideia, pelo levantamento feito recentemente – e Vanderlan falou aqui no Rio Araguaia –, Vanderlan, o Rio Araguaia e o Rio Tocantins perderam 20% do seu volume médio de vazão em dez anos. Se de dez em dez anos for perdendo, daqui a mais 20, 30 anos, ele está sem dar condição de navegação. Já está com dificuldade o Tocantins, a Hidrovia do Tocantins já tem dificuldade com a estiagem de agora.

Todos os que trabalham, que lutam, que plantam e que produzem têm que ter essa consciência. A maioria tem, eu não tenho dúvida disso, mas há uma minoria que faz isso de forma totalmente desordenada, com desmatamento de margem de rio e margem de nascente. Então, essa é muito a minha preocupação.

A população cresce e a produção de água diminui. Se a população vai crescendo e a produção de água diminui... E quem produz água é a nascente. A chuva vem, mas a nascente é que a preserva para jogar depois para fora e alimentar os rios. Então, não adianta haver chuva com área de terra descoberta porque vai dar o assoreamento. O assoreamento vai diminuir... O Rio São Francisco tinha a Hidrovia do São Francisco, deixou de tê-la em 1984. Hoje não passa uma canoa no Rio São Francisco – uma canoa não passa. No Alto, no Médio e no Baixo São Francisco não passa mais uma canoa, só nas áreas de barragem.

Juscelino Kubitschek, Senador Wagner, fez a ponte entre Pirapora, na margem direita do São Francisco, e Buritizeiro do outro lado, uma ponte metálica, para passar por cima, porque não dava para passar. Hoje não se usa mais a ponte, passa-se por dentro do rio. Você sai de Pirapora andando e chega a Buritizeiro, porque o rio está dando aqui na barriga das pessoas, se passa andando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que aconteceu isso? Porque se desmatou tudo o que produzia água em Minas Gerais praticamente. Todos os rios estão condenados à morte. Assim vai ser o destino do Araguaia, do Tocantins, de todos os rios pelo desmatamento desenfreado. Ou o Governo Federal toma consciência, até os governos estaduais também, de replantar essas matas ciliares ou o destino das novas gerações será brigar por água. Não tenho dúvida disso: será a guerra da água.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador.

Eu retorno agora ao item 1 da pauta.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI N° 5173, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Institui o Programa de Operação e Registro de Instrumentos Representativos dos Ativos de Natureza Intangível, denominado Tesouro Verde, e dá outras providências.*

**Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

**Relatoria:** Vanderlan Cardoso

**Relatório:** Pela aprovação com emendas

**Observações:**

*1. Em 11/12/2019, a matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto.*

*2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Autoria do Senador Alvaro Dias, do Podemos, do Paraná, aqui presente conosco. A relatoria é do Senador Confúcio Moura. E eu peço ao Senador Vanderlan, como Relator *ad hoc,* que faça a leitura do relatório, que é pela aprovação com emenda.

Concedo a palavra, então, ao Senador Vanderlan, como Relator *ad hoc*, para leitura do relatório.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eis o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a exame na Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei n° 5.173, de 2019, do Senador Alvaro Dias, que institui o Programa de Operação e Registro de Instrumentos Representativos dos Ativos de Natureza Intangível, denominado Tesouro Verde, e dá outras providências.

A proposição em análise é composta por 15 artigos. Em seu art. 1°, institui o Programa de Operação e Registro de Instrumentos Representativos dos Ativos de Natureza Intangível, originários da atividade de conservação e ampliação de florestas nativas, denominado Tesouro Verde. Esse programa tem o objetivo de estimular a expansão da base econômica em consonância com a dinâmica da economia verde, expressa no sequestro do carbono pelas matas vivas, baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos naturais e busca pela inclusão social. O parágrafo único desse artigo define os instrumentos representativos necessários para a execução do referido programa.

O art. 2° do PL considera bens de natureza intangível os títulos e os certificados públicos ou privados decorrentes da preservação e da conservação desenvolvida em áreas de vegetação nativa, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. O projeto define crédito de carbono como título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável. Esses bens deverão, conforme prevê o mesmo artigo, ser devidamente verificados, validados, registrados e custodiados como ativos de natureza econômica, classificada na Tabela de Classificação Nacional de Atividade Econômica, com seus instrumentos de lastro de origem. Em seu parágrafo único, o art. 2° prevê que, para fins de formação de ativos ambientais, podem ser contabilizadas as áreas de vegetação nativa preservadas livremente pelo proprietário da terra ou por força de leis federais, estaduais e municipais.

O art. 3° institui o Certificado de Ativo de Floresta (CAF), representativo de ativos florestais preservados, equivalente a 1 tonelada de carbono sequestrado na natureza. O parágrafo único desse artigo prevê que, para dar lastro ao CAF, será obrigatória a emissão, por parte dos proprietários da terra, de Cédula de Produto Rural (CPR). Nos termos firmados em contrato, a posse da propriedade deverá ser transferida para os detentores dos CAF, até o seu vencimento.

De acordo com o art. 4°, os legítimos proprietários das terras, inclusive os Governos da União, dos Estados e dos Municípios, têm legitimidade para emitir as Cédulas de Produto Rural, conforme a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural. O parágrafo único desse artigo estabelece que, no caso de produtor rural, a legitimidade prevista no *caput* estende-se às instituições representativas e cooperativas.

O art. 5°, por sua vez, prevê que as Cédulas de Produto Rural deverão ser registradas nos cartórios de títulos de documentos nas cidades onde residem os proprietários.

O art. 6° enumera as informações que devem constar do CAF, a exemplo das coordenadas da propriedade e da localização da floresta nativa preservada no sistema de posicionamento global, das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificações da quantidade medida e certificada e da indicação da instituição certificadora que realizou a medição, entre outras.

De acordo com o art. 7°, o CAF e seu lastro deverão ser registrados em Entidade de Registro e Sistema de Liquidação administrada por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, condição indispensável para a sua negociação no mercado de Bolsa.

O art. 8° prevê que, no processo da negociação disciplinada pela futura lei, o CAF será considerado ativo financeiro, e não sofrerá incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

O art. 9° estabelece que a entidade registradora é responsável pela manutenção do registro da cadeia de negócios ocorridos no período em que os Certificados estiverem registrados.

O art. 10, por sua vez, prevê que a precificação do CAF como ativo ambiental será estabelecida pelo mercado, e, de acordo com seu parágrafo único, os participantes do Tesouro Verde farão os registros de todos os ativos ambientais em Entidade de Registro e Sistema de Liquidação, sob supervisão do Banco Central do Brasil.

De acordo com o art. 11, o Poder Executivo terá autorização para alienar os certificados públicos decorrentes da execução do Tesouro Verde, captar recursos, lastrear operações financeiras e dar garantias para execução do respectivo projeto, obedecidas as normas de finanças públicas estabelecidas na legislação pertinente.

O art. 12 estabelece que a negociação dos ativos representantes dos bens de natureza intangível poderá ser realizada em Bolsa ou em ambiente eletrônico ou aplicativo disposto no sítio eletrônico do Ministério da Economia.

O art. 13 prevê que pratica crime de estelionato aquele que fizer declarações falsas ou inexatas acerca do que é exigido no art. 6º da futura lei, inclusive sobre a condição de legítimo proprietário da terra.

A coordenação e execução do Tesouro Verde, de acordo com o art. 14, será realizada pelo Ministério da Economia, na forma do regulamento.

O art. 15, finalmente, dispõe que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor afirma que a iniciativa visa oferecer "nova configuração à lógica até então vigente nas ações de preservação ambiental e proporcionará a construção de uma imagem mais realista do trabalho dos agricultores brasileiros, especialmente o esforço dos mesmos na preservação do meio ambiente". O programa, cuja criação se propõe, tem, segundo ele, potencial para conciliar a visão de desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, com a participação do produtor rural como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parceiro e beneficiário e sem o aporte de recursos dos orçamentos da União e dos Estados. Além disso, passará a oferecer a qualquer cidadão ou país uma alternativa segura para investir na preservação das florestas brasileiras.

O PL nº 5173, de 2019, foi distribuído à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde teve parecer aprovado, a esta Comissão de Meio Ambiente e, posteriormente, tramitará na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à qual caberá a decisão terminativa sobre a matéria.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos dos incisos I e III do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CMA se manifestar sobre proposições que tratem, entre outros temas, da proteção do meio ambiente, conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da flora e dos recursos hídricos, bem como da preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade.

O programa Tesouro Verde, objeto deste PL, visa à criação de um ambiente eletrônico de negociação de ativos ambientais de conservação de florestas nativas, denominados Certificados de Ativo de Floresta (CAF). Dessa forma, asseguram-se as condições para que produtores rurais, sociedade civil e entes públicos se unam de forma a promover e apoiar ações em prol do desenvolvimento sustentável. Por meio dessa plataforma, pessoas físicas e empresas poderão adquirir esses ativos, os CAFs, para proteger os recursos naturais ao remunerar os produtores rurais pelos seus esforços para conservar a floresta em pé.

No momento em que os índices de desmatamento no País atingem cifras preocupantes, são bem-vindas iniciativas que ofereçam incentivos positivos para que o Estado brasileiro compartilhe com a sociedade a imperiosa necessidade de conservação das florestas brasileiras. Para isso, a atividade agrícola de preservação, conservação e ampliação de áreas de vegetação nativa se traduz no Certificado de Ativo de Floresta, o qual compensa os agentes produtivos por mitigarem o uso de recursos naturais e os impactos ambientais que, na ausência desse tipo de incentivo, ocorreriam em suas propriedades.

A proposição é cuidadosa ao estabelecer as salvaguardas para sua implementação, como a previsão de verificação e certificação, o que estabelece garantias tanto ao comprador quanto ao vendedor dos certificados. Ao prever que, entre os proprietários de terras com legitimidade para emitir Cédulas de Produto Rural, incluem-se os governos da União, dos Estados e dos Municípios, a matéria reconhece que os entes da Federação detêm um patrimônio ambiental, as unidades de conservação, as quais exercem uma atividade de conservação de floresta nativa que hoje não é remunerada por um serviço prestado para a sociedade como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O modelo previsto na proposição é benéfico a todas as partes. Para o poder público, asseguram-se meios para garantir à sociedade o cumprimento de seu dever constitucional de defender e preservar um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Para os produtores rurais, estimula as boas práticas de uso da terra, conciliando produção e conservação. Para o meio ambiente, os benefícios são muitos, na medida em que a preservação da floresta em pé provê segurança hídrica, mitigação dos efeitos da mudança do clima, sequestro de carbono, conservação da biodiversidade e segurança alimentar.

Com o programa proposto, oferece-se a oportunidade para que o capital privado, nacional e internacional, seja alocado no investimento da conservação das terras nativas brasileiras, em sintonia com as mais avançadas práticas internacionais de conservação da natureza, bem como com os principais acordos multilaterais ambientais assinados pelo Brasil.

A matéria ora trazida à nossa apreciação busca suprir lacuna que, na ausência de regulamentação federal, tem sido objeto de tratamento por parte de unidades da Federação. Os Estados do Amapá e do Goiás já aprovaram legislações específicas e outros Estados, como Mato Grosso, caminham na mesma direção. É por isso bastante oportuno que a União discipline a matéria, provendo normais gerais, as quais deverão constituir orientação para os demais entes da Federação.

A legislação ambiental brasileira é reconhecida internacionalmente como avançada e de alta qualidade. Datada de muitos anos, porém, seu principal foco é ainda no que é conhecido como comando e controle, protegendo os recursos naturais por meio de sanções administrativas e penais. A presente iniciativa complementa esse importante aparato legal nacional ao estimular o investimento de capital privado para promover a conservação ambiental no País, sem o aporte de orçamentos da União e dos Estados, medida particularmente importante nos tempos atuais de severas restrições fiscais.

Identificamos, entretanto, uma oportunidade de melhoria no texto, razão pela qual apresentamos emenda. O parágrafo único do art. 3º prevê a transferência da posse da propriedade para os detentores dos CAFs, até o seu vencimento, nos termos firmados em contrato. Parece-nos que o projeto extrapola nessa questão, até mesmo porque, como já vimos, suas disposições aplicam-se também às terras de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, o que poderia ensejar afronta à soberania nacional.

No caso dos proprietários privados, essa transferência poderá ser objeto de cláusula contratual específica, caso desejado, uma vez que a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural (CPR) já prevê que, sem caráter de requisito essencial, a CPR poderá conter outras cláusulas lançadas em seu contexto, as quais poderão constar de documento à parte, com a assinatura do emitente, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância.

A mesma lei estabelece que a descrição dos bens, vinculados em garantia, pode ser feita em documento à parte, assinado pelo emitente, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vemos, portanto, motivo para a previsão estabelecida no parágrafo único do art. 3º, razão pela qual propomos emenda que modifica sua redação.

Voto.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do PL nº 5.173, de 2019, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CMA
> Dê-se ao parágrafo único do art. 3º do Projeto de Lei nº 5173, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 3º
> .....
> .....
> Parágrafo único. Para fins de lastrear estes certificados será obrigatória a emissão, por parte dos proprietários da terra, de Cédula de Produto Rural – CPR, comprometendo-se a cuidar dos ativos florestais da área definida, nos termos previstos no art. 3º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Vanderlan, pela leitura do relatório, na condição de Relator *ad hoc,* e eu coloco a matéria em discussão.

Senador Alvaro Dias, autor da matéria, para discutir.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Presidente Jaques Wagner, primeiramente os agradecimentos a V. Exa., que, prontamente, atendeu ao nosso apelo, colocando na ordem do dia da Comissão esta proposta que é de fundamental importância em todos os tempos, mas especialmente no momento trágico que estamos vivendo, com terrível repercussão internacional em razão da omissão brasileira ou da irresponsabilidade governamental, no que tange à preservação ambiental. E nós precisamos dar respostas a esses apelos que partem de todos os lados do mundo, em razão de ser a preservação ambiental uma permanente lição de amor à vida.

Agradeço ao Relator, Confúcio Moura, que se dedicou e apresentou um relatório, além de competente, didático que nos permite entender bem uma matéria, inclusive de natureza técnica. E a forma com que propôs o seu parecer nos permitiu entender de forma completa os objetivos desta proposição. Agradeço também ao Senador Vanderlan Cardoso, Relator *ad hoc* desta matéria, mas eu não poderia deixar, sobretudo, de agradecer àqueles que foram os idealizadores deste projeto, Senador Jayme Campos, por se tratar de um projeto eminentemente técnico, exige um conhecimento técnico e nós nos valemos daqueles que se dedicam a esta causa. Então, eu quero agradecer ao Edilson Martins Alcântara, que é aqui de Brasília, e o Mauro Ferrazza, ambos se dedicaram a esta proposição, nos estimularam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sermos porta-vozes desses objetivos e, certamente, apresentam uma proposta inteligente que pode fazer frente a esta necessidade de o Brasil dar resposta a esses apelos internacionais, neste momento crucial para o futuro da nossa Nação.

Eu não devo dissertar mais sobre os objetivos do projeto, já que creio que o relatório apresenta detalhadamente, mas é bom resumir que este programa denominado Tesouro Verde cria mercado de capitais para estimular os produtores rurais brasileiros a preservarem a floresta em pé, uma forma de dizer que a floresta em pé vale mais do que no chão. O proprietário vai certamente ter uma renda maior com a floresta em pé do que no chão.

É uma convocação, portanto, à participação da iniciativa privada, com essa arquitetura inteligente de se possibilitar a remuneração por meio do Certificado de Ativo de Floresta. Enfim, é um esforço, e é preciso que a iniciativa privada contribua.

Obviamente, o discurso da preservação ambiental é fácil; a participação, a contribuição nem sempre tem a mesma dimensão. Por isso, esta proposta tem este objetivo: o Tesouro Verde criará um instrumento que ofertará ativos intangíveis no mercado de capitais, por meio dos quais se pretende estimular o investimento de capital privado para promover a preservação ambiental no País, sem o aporte de recurso dos orçamentos da União e dos Estados.

Nós fomos Governadores, não é? O Senador Jaques Wagner já foi Governador da Bahia, teve essa honra; o Senador Jayme Campos já foi Governador do Mato Grosso. Nós muitas vezes aprendemos com algumas experiências que vivenciamos, e eu aprendi no Paraná, como Governador, que o agricultor é preservacionista, muitas vezes atacado como depredador. Na realidade, quando ocorre uma interação do poder público com o proprietário rural, ele mais do que ninguém sabe que é preciso preservar. Eles sabem que é fundamental preservar o solo rico e fértil, a ser repassado a gerações futuras que dele arrancarão também a sua sobrevivência como nós. Então, não há como considerar o produtor rural eminentemente depredador. É evidente que existem as exceções, mas é preciso que o poder público crie as condições para uma interação que possibilite a preservação ambiental, compatibilizando os interesses do progresso, do desenvolvimento da produção, da produtividade e com a preservação ambiental, e isso é possível.

Eu estou dizendo isso pela experiência vivida no meu Estado com o programa que denominamos de Paraná Rural, que depois foi considerado modelo para o mundo pela FAO, pelo Banco Mundial, e foi implementado em 18 nações – esse programa de microbacias; no manejo integrado dos solos e das águas com 45 práticas agrícolas; preservação das florestas, sim; recuperação das matas ciliares; abastecedores comunitários; readequação das estradas rurais; a plasticultura; enfim, sobretudo os chamados murundus, em curva de nível, para evitar o assoreamento dos rios e dos lagos com, evidentemente, as águas das chuvas carregando a fertilidade do solo e contaminando, poluindo rios e lagos. Então, um programa de preservação ambiental que compatibiliza os interesses do progresso e do desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cito esse exemplo – e certamente temos no País outros programas que inspiram a preservação ambiental – para demonstrar que é possível, sim, contar com o produtor rural, com o agricultor. E esse projeto tem esse objetivo de definitivamente convencer o produtor rural a participar, inclusive com rentabilidade, da preservação ambiental.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a colocação na ordem do dia desse projeto.

Ele ainda passará pela Comissão de Constituição e Justiça e, se alguma alteração for necessária, ela ocorrerá, portanto, na Comissão de Constituição e Justiça.

Desde já, muito obrigado pela aprovação do projeto.

Eu acho que essa matéria une a todos. Ela estabelece uma convergência, porque este é o nosso sentimento: certamente essa é a nossa vocação preservacionista e, sobretudo, é, obviamente, uma questão de inteligência e uma demonstração de amor à vida.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Alvaro Dias...

Eu não sei se o Senador Zequinha Marinho quer discutir essa matéria?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Só pedi um pela ordem ao senhor, Presidente, em função de tantos compromissos. O item 4 da pauta é um requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Permita-me só... É porque estamos em processo de votação. Eu vou votar essa matéria simbolicamente e, logo depois, eu vou...

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Então, ao final, eu solicito a palavra.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jayme.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu gostaria que V. Exa. me desse um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Um minuto apenas.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Senador Alvaro pelo belo projeto apresentado aqui, como também, a mesma coisa, o Relator Confúcio Moura aqui, *ad hoc* no lugar do Senador Vanderlan.

A matéria meio ambiente é extremamente complexa. Eu vi aqui o Wellington falando, o Senador Otto Alencar, V. Exa., que também é um estudioso da matéria. Lamentavelmente, o que nós precisamos é de políticas públicas no Brasil. Vamos ser muito claros. Este Governo aqui deixou muito a desejar muito, muito a desejar.

Quando se fala dos incêndios nesse imenso País aqui, já faz horas que nós estamos carecas de saber que ia acontecer nova tragédia em algumas regiões do Brasil. Foi anunciado ano passado, quando aconteceu; da mesma forma, este ano está acontecendo; mas não foi por falta de avisar. E quase nada de providências foram tomadas. V. Exa. é testemunha: ontem esteve aqui o Ministro do Meio Ambiente, que disse que adquiriu 15 caminhões para o Brasil para combate a incêndio num País de 8,904 milhões de quilômetros quadrados. Ele diz que destacou para o Mato Grosso um caminhão-tanque – um caminhão que, imagino, tem as características de um caminhão de Corpo de Bombeiro. Então, não vão combater coisíssima alguma.

Quando se fala de lixo... Eu vi aqui o querido Senador Otto dizer que, daqui a pouco, vai haver... Ou foi o Vanderlan ou Senador Jaques... Dizer que vai haver, daqui a pouco, mais lixo dentro do mar do que pescado.

O Pantanal acabou. Para mim, já foi decretado óbito faz horas, até porque o que nós precisamos é ter aqui coisas práticas e claras em relação à questão da matéria de meio ambiente. Lei existe à vontade aí.

Aqui eu tenho que fazer justiça, porque eu participei do Código Florestal Brasileiro: nós tivemos aqui o Aldo Rebelo, um dos maiores brasileiros do século. Foi da Comissão Especial – V. Exas. são testemunhas aqui – e fez um trabalho zeloso, buscou ouvir praticamente toda a população brasileira nas suas regiões, seja da Caatinga, da Mata Atlântica, da Floresta Amazônica, do Cerrado, do Pantanal... Ele visitou para construir um Código Florestal avançado, moderno, sem de ideologia política. E ele o fez.

É evidente que os tempos passaram. De lá para cá, já faz alguns anos, nós tínhamos que fazer o quê? Um novo debate em relação ao Código Florestal Brasileiro. E lamentavelmente isso não foi feito. De lá para cá, foram feitos alguns milhares de projetos de lei que, certamente, não estão sendo cumpridos. Nós precisamos que o Governo tome algumas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvi aqui o Wellington Fagundes falando para o Senador que está discutindo hoje a matéria no Ministério da Ciência e Tecnologia. Não é isso?

E não é para hoje só! A previsibilidade em relação à questão das poucas chuvas é para os próximos três anos. Não é uma coisa para hoje ou amanhã. Vai demorar muito! Então, nós temos que tomar providências drásticas.

O Alvaro foi muito feliz aqui na sua observação, no seu encaminhamento, dizendo que o produtor não é um devastador, não é um depredador, até porque ali está o ganha-pão dele de todos os dias. Ouviu, Alvaro? Sem sobra de dúvida, ele precisa de quê? De trabalhar na preservação dos nossos ecossistemas, plantar com tecnologia. Sobretudo hoje, já se avançou tanto, Alvaro, na questão do plantio, que o cidadão, quando planta... Na verdade, hoje já se faz plantio direto, e o senhor sabe disso perfeitamente. E se paga o quê?

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – O plantio direto teve início lá no Paraná, na região de Ponta Grossa.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – No Paraná! Parabéns!

Inclusive, nós, lá de Mato Grosso, devemos muito ao seu Estado pelo fato de que essa tecnologia que chegou a Mato Grosso hoje surgiu no Rio Grande do Sul e no Estado do Paraná, que foram a vanguarda dessa grande produção nacional. Hoje se faz plantação com cobertura, porque ali aquele resto da soja – V. Exa. falou do arroz e da soja – preserva a umidade do solo, como V. Exa. sabe perfeitamente. Acabou aquela velha história de, todo ano, ficar gradeando, "calcariando" e adubando. Mentira! Hoje isso se faz com cobertura. Para quê? Para preservar a umidade!

Nós precisamos, na verdade, Senador, é de boas políticas públicas aqui. Quando se fala de ativo ambiental, quando se pode fazer o Tesouro Verde, o Governo tem que ter pelo menos uma bela comunicação social. Não se faz comunicação social, neste exato momento, de nada aqui, neste País! É preciso haver uma política de comunicação social, até para orientar o pequeno, o médio e o grande produtor rural.

Hoje aqueles cidadãos que estão, vamos imaginar, à margem de uma política de justiça social e de cidadania estão preocupados com o quê? Eles querem pelo menos sobreviver! E, para eles sobreviverem, eles fazem qualquer tipo de negócio! Lamentavelmente, não está a presença, o braço do Estado lá para ajudá-los.

Então, é um conjunto de ações que nós temos que tomar, para que não ocorra... Daqui a pouco, não vamos ter água nem para beber! A possibilidade disso aí... Com certeza, no futuro, isso vai acontecer. Por quê? Os leitos dos rios, como o Rio Paraguai, em Mato Grosso, agora, neste exato momento... Lá nem de canoa se está andando mais! Na região de Barra do Bugres, onde há uma tribo de índios, não se atravessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem a pé. Nem peixe para pescar não está havendo mais, porque cortou o Rio Paraguai, que é gigantesco. No Rio Bororó, é a mesma coisa! Acabou a navegabilidade ali: zero! Tenho pena de quem construiu barcaças para transportar soja, para sair pela Argentina! Ele não tem como navegar! Fazer a correção dos leitos dos rios com dragagem também é humanamente impossível, até porque não há água para... Não adianta fazer a dragagem, porque não há água para correr no leito do rio.

Então, a questão ambiental... V. Exa. tem um belo conhecimento aqui. Esse debate que se está travando aqui é fundamental. Eu acho que as reuniões presenciais têm que voltar, como o senhor está falando. Não adianta este negócio de só fazer edição de medidas provisórias. Nós temos que discutir algumas matérias e chamar os inteligentes, os entendidos do assunto, para fazermos um grande debate nacional, para irmos atrás de algumas soluções. Caso contrário, vai acontecer o que o Wellington disse aqui.

Nem água para dar para animal no Pantanal está havendo! Aquilo é triste, é doloroso! O cara fica caçando uma cacimba! Cacimba, V. Exa. sabe o que é; é uma fonte de água. Vai lá de madrugada para tentar pegar da chaleira pequenas vasilhas para encher um tamborzinho de 20 litros para levar pra casa para beber e para fazer até a comida, que não tem.

Então, há uma mudança climática no mundo que ninguém pode desconhecer aqui e nós temos essa responsabilidade. Certamente, o Governo tem que buscar alguns incentivos para acabar com o quê? Aquelas famílias mais humildes que estão ali derrubam a madeira ali, Professor Wagner, para ele vender uma árvore para ele tirar o ganha-pão da semana. Isso é público e notório. Ele não tem o que fazer, não tem incentivo algum.

O que tem de áreas hoje abertas, que estão degradadas... Nós temos a capacidade – eu vou falar pelo Mato Grosso, que eu conheço bem – de dobrar a nossa produção só com as áreas abertas e que já estão degradadas. Falta o quê? Fazer no mínimo o quê? Um calcareamento nela, jogar um fosfato 20. Isso para recuperar e esse cidadão não ir ao primeiro pedacinho de terra de preservação e derrubar, porque essa área dele está cansada já. Já tiraram tudo quanto foi do sulco da terra, ele já usou.

Agora, precisa da presença, do braço do Governo, da assistência técnica, que não tem. O senhor sabe que a assistência técnica do Brasil é muito carente. Nós temos a Embrapa, que ninguém pode desconhecer. É uma empresa que é orgulho de nós, brasileiros. Todavia, ela faz é pesquisa. Não tem gente no campo, lá o técnico agrícola, o agrônomo, para ensinar uma nova modalidade de como se produz sem destruir o meio ambiente. Então é uma coisa séria, gravíssima.

Cumprimento todos aqueles aqui, particularmente o Senador Alvaro, por esse belo projeto aqui relatado pelo Senador Confúcio, e em boa hora apresentado. Espero que, se Deus quiser, dê certo, para bem da humanidade. É disso que nós precisamos aqui. Caso contrário, vamos ter tragédias e mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tragédias. Não é só no Brasil. E isso, naturalmente, vai contemplar acho que o Planeta de uma maneira geral.

Muito obrigado, Senador Jaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jayme, eu que agradeço os comentários de V. Exa., enriquecendo o relatório e o próprio projeto do Senador Alvaro Dias, a quem eu quero parabenizar também pela iniciativa. Como V. Exa. disse, nós, que somos generalistas, temos que conhecer de tudo um pouco e temos que nos recorrer dos especialistas que conhecem de um pouco tudo, para poder chegar a um projeto dessa natureza.

Eu lhe digo que parabenizo porque eu sou daqueles que não acredito que nem só o público sozinho e nem só o privado sozinho vai encontrar o caminho. E me orgulho porque, em oito anos de Governo, e agora com o atual Governador Rui Costa, nós somos o Estado que talvez tenhamos o maior número de PPPs, parcerias público-privadas, em hospital, na área de imagem, na área de saneamento, na área de estágio de futebol, na área de estradas, porque aí é a combinação do público, que vai pensar o interesse de todos, e o privado que tem o condão de querer fazer de tudo uma coisa bem arrumada.

Eu entendo que o projeto de V. Exa., sem ter esse nome, de uma certa forma é uma PPP ambiental, que é estimular a iniciativa privada, porque não há orçamento público que possa fazer tudo. Ou nós vamos fazer essa combinação ou nós não vamos chegar lá. Então, me parece que o projeto de V. Exa., e eu concordo... A floresta em pé, a depender, pode valer muito mais do que a ilusão da floresta derrubada, além do que ela representa para o próprio meio ambiente. A tecnologia de uma floresta em pé, que eu acho que nós humanos ainda não dominamos, de filtragem de água, de evaporação, é algo incalculável, o que faz uma floresta em pé do ponto de vista do meio ambiente.

Então, eu quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa, agradecer ao Senador Vanderlan por ter sido o Relator *ad hoc*, e considero encerrada a discussão da matéria com essas contribuições do nosso querido amigo, Senador Jayme Campos, que realmente conhece da matéria, por ter sido Governador e por ser um produtor também rural.

Encerrada a discussão, a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.173, de 2019, com a Emenda nº 1 (CMA).

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Senador Zequinha, devolvo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Solicito, Presidente, em função de um compromisso inadiável, a inversão de pauta dos itens 5, 6 e 7, requerimento de audiência pública para avaliação da Política Nacional de Mudança Climática.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou então ao item 5...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu só gostaria, pela ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Correto.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Como eu falei agora há pouco, eu estou indo agora a uma audiência lá ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com várias autoridades, e eu gostaria de pedir aqui autorização de V. Exa., eu vou ler rapidamente não todo, mas um ofício, uma carta, ofício, que eu estou remetendo ao Ministro, exatamente pela iniciativa de criar a Rede Pantanal, que vai congregar cientistas e pesquisadores, além de outros ministérios, como o do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além da iniciativa privada e de organizações da sociedade civil, no sentido de elaborar estratégias para evitar que o nosso Pantanal continue sendo ameaçado. Além disso, também quero compartilhar da implantação definitiva e plena do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, órgão criado pelo MCTI e que conta com a estrutura do *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso e sob gestão do Museu Paraense Emílio Goeldi. Considero as duas iniciativas a confirmação do compromisso desse Ministério da Ciência com a ciência, o desenvolvimento tecnológico e, acima de tudo, com a vida e o futuro do nosso Planeta.

Diante do exposto, eu quero também aproveitar, como eu já disse aqui antes, para convidar o Ministro para uma visita a Mato Grosso, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, para a apresentação à comunidade científica e à sociedade em geral de ambas as propostas, de forma a levar o conhecimento e sugerir um comprometimento ainda maior de todos com esse importante bioma brasileiro.

Com isso, eu gostaria de que essa carta fosse também autorizada aqui pela Comissão, para que V. Exa. a transcrevesse também nesse sentido; ou seja, seria um convite da Comissão, e, claro, também a presença da Comissão com o Ministro.

E eu quero dizer que ele já sinalizou com essa possibilidade e eu acho que seria uma grande oportunidade para a Comissão estar lá, juntamente com o Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Wellington, está autorizado. Evidentemente que a minha assinatura é uma decisão minha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a matéria não depende de votação, e V. Exa. pode preparar e contará com a minha assinatura para esse ofício. O.k.?

Eu vou então ao item 5, de autoria do Senador Zequinha Marinho e do Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra o autor, para a leitura.

Senador Zequinha.

**ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 36, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 29/2021 - CMA sejam incluídos os convidados que relaciona.*

**Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) e outros

**Observações:** *Adita a relação de convidados da audiência pública do REQ 29/2021-CMA, parte da avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima.*

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nós queremos aditar a lista de convidados do requerimento da Senadora Eliziane com mais alguns outros convidados pra essa reunião de avaliação de mudanças climáticas:

- representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;

- representante da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB);

- representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato);

- representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil).

Se me permitir, gostaria de ler logo os demais.

**ITEM 6**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 37, DE 2021**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 30/2021 - CMA seja incluído um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.*

**Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) e outros

**Observações:** *Adita a relação de convidados da audiência pública do REQ 30/2021-CMA, parte da avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima.*

Nós queremos aditar à lista de convidados da Senadora:

- representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Aqui também o item 7:

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 38, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2021 - CMA sejam incluídos representantes do Ministério do Meio Ambiente - MMA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.*

**Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) e outros

**Observações:** *Adita a relação de convidados da audiência pública do REQ 31/2021-CMA, parte da avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima.*

Aqui também aditar:

- representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA);

- representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Esses três aqui, itens 5, 6 e 7.

Mas me permita também: a pedido do Senador Heinze, eu quero subscrever o item 4, o requerimento do Senador Luiz Carlos Heize, e solicitar que eu faça aqui defesa *ad hoc*.

Ele diz o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 4**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 33, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2021 - CMA, seja nele incluído, além das autoridades ali convidadas, os senhores Rodrigo Justus de Brito, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Leonardo Papp, representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - Sistema OCB, Marco Antônio Caminha, consultor do Departamento de Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp - e Fabrício Rosa, diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil - a fim de contribuir com o engrandecimento do debate e esclarecer a matéria com uma análise mais detalhada dos pontos pertinentes ao setor agropecuário.*

**Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) e outros

**Observações:** *Adita a relação de convidados da audiência pública do REQ 11/2021-CMA.*

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho.

E coloco em votação em bloco o item 4, Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 33, de 2021; o item 5, Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 36, de 2021; o item 6 dessa pauta, Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 37, e 2021; e o item 7, Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 38, de 2021.

Em votação os requerimentos apresentados.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados em bloco os quatro requerimentos.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por nada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu subscrevo, de autoria do Senador Lasier Martins, a pedido do autor, o Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 40, de 2021.

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 40, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a pesca de arrasto no litoral do Rio Grande do Sul com os convidados que relaciona.*

**Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS) e outros

Em votação o requerimento apresentado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 8, Requerimento nº 40, de 2021.

**ITEM 9**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 41, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 2159/2021, que "dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências", com os convidados que relaciona.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)

O requerimento está em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 9 da Comissão, Requerimento 41.

Temos aqui um requerimento extrapauta da minha autoria.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 10**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 44, DE 2021**

*Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 510/2021, que "altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências".*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Propõe para audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Raoni Rajão, pesquisador e professor da Universidade Federal de Minas Gerais; Sra. Eliana Cristina Pinto Moreira, promotora de Justiça do Ministério Público do Pará e professora da Universidade Pública do Pará.

O requerimento está em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 44.

Ainda extrapauta o item nº 42, do Senador Vanderlan Cardoso.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 11**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 42, DE 2021**

*Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2847/2021, que "amplia o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado nos Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, Estado de Goiás."*

**Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros

Em votação o requerimento apresentado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Bom, há esse outro requerimento. Eu vou aprovar, mas em outros termos, porque eu combinei com o Senador Vanderlan, porque ele gostaria de incluir o nome para a sessão conjunta de amanhã. Como a sessão não é só da minha condução, é também do Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu vou ler o requerimento.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 12**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 43, DE 2021**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2021 - CMA seja incluído o seguinte convidado que relaciona.*

**Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros

**Observações:** *Subscrito pelo senador Jaques Wagner*

Eu vou colocar que, nas audiências públicas conjuntas da CMA com a CRA, seja incluído convidado que apresenta. Portanto, ela poderá ser encaixada nas duas outras que ainda teremos; são três de cada matéria dessa. Então, o requerimento pede a inclusão em qualquer das audiências conjuntas sobre a matéria.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As matérias não apreciadas nessa reunião serão reincluídas em pauta futura para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e oito minutos do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Leila Barros, Eduardo Braga, Alessandro Vieira e Nelsinho Trad, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 16ª, 17ª e 18ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 201, de 2016 - Terminativo -** que: "Autoriza o controle populacional de espécies exóticas invasoras nocivas, estabelece condições para o consumo, a distribuição e a comercialização de produtos e subprodutos resultantes do abate desses animais e dá outras providências." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda 1-CCJ. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 159, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6044, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a capacitação de consumidores em relação ao acondicionamento de resíduos sólidos, no sistema de coleta seletiva." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 415, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Fundo Amazônia e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 45, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com os nomes que apresenta, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 2633/2020, que "altera as Leis nos 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1o de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 46, de 2021** que: "Requer, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com os convidados que apresenta, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 2159/2021, que "dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1o do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nos 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 47, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 39/2021 - CMA seja incluído um novo convidado." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 48, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância do bioma Cerrado, analisando seu passado, presente e perspectivas de futuro.." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 49, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 84/2019 – CMA, com o objetivo de instruir o PLS 208/2018, que "Redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para Parque Nacional da Serra Catarinense", seja incluído outro convidado." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Jaques Wagner**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 16ª, 17ª e 18ª Reuniões, realizadas nos dias 1º, 2 e 14 de setembro de 2021.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente os seguintes documentos: Carta Aberta da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Águas em que solicita que as premissas ditadas, em particular no *caput* do art. 37 da Constituição Federal e na legislação sobre a escolha de Diretores da Agência Nacional de Águas, sejam observadas e respeitadas com especial atenção à capacidade técnica do quadro de direção em virtude das eminentes indicações pela Presidência da República para a direção da referida agência.

Três moções de apelo que tratam de pedir alteração na Lei Federal 14.026, de 2020, quanto ao prazo obrigatório para a cobrança da taxa de limpeza pública, a chamada taxa do lixo: item a, Moção de Apelo 889, de 2021, da Câmara Municipal de Cruzeiro, São Paulo; b, Moção de Apelo nº 2.096, de 2021, da Câmara Municipal de Guarulhos, São Paulo; e Moção de Apelo nº 4, de 2021, da Câmara Municipal de Ipuã, São Paulo.

Terceiro documento. Ofício do Vereador da Câmara Municipal de Tupaciguara, Minas Gerais, Moacir Júnior Cad Vieira, solicitando apoio para garantir, junto aos órgãos responsáveis, a gestão adequada dos recursos hídricos do reservatório de Furnas, Rio Paranaíba, em virtude dos prejuízos gerados ao Município pela escassez e também pelo descuido das águas por parte dos gestores responsáveis.

Quarto documento. Mensagem eletrônica que encaminha estudo da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores a partir de estudo inédito do Boston Consulting Group sobre o caminho da descarbonização do setor automotivo, que apresenta três cenários para o futuro da motorização veicular considerando a realidade brasileira.

Quinto documento. Ofício nº 7, de 2021, do Presidente da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, Senador Reguffe, que encaminha informações sobre a audiência pública daquela Comissão que debateu a prevenção e o controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira. Nos termos do art. 261, §2º, do Regimento Interno, determino à Secretaria que proceda a anexação ao Requerimento nº 2, de 2021, desta Comissão, que trata da avaliação de política pública sob relatoria da Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sexto documento. Mensagem eletrônica das entidades Indústria Brasileira de Árvores (Ibá); Associação Brasileira do Agronegócio (Abag); e Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, que encaminham comunicado do setor empresarial brasileiro sobre as preocupações com a condução das questões atinentes ao meio ambiente, assim também com as repercussões no exterior da presente conjuntura brasileira quanto à sustentabilidade socioambiental.

Sétimo documento. Denúncia, na forma de Ofício nº 35, de 2021, encaminhada por *e-mail* pelo Sr. José Maria de Araújo sobre poluição por material particular e sonoro, além dos abalos físicos nos imóveis próximos gerados pela siderúrgica Aperam South America, na cidade de Timóteo, Minas Gerais. Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente autuação até lá.

Objetivo e diretrizes desta reunião: a presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Srs. Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Quem estiver aqui no Plenário poderá utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas.

Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações" e, depois, em "votações abertas em Comissões" e, então, procurar a votação da CMA em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8, de 2021, após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota, escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de fotos, sob pena de não validação do voto.

Aqueles que, eventualmente, não consigam registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão", no *chat* da ferramenta, para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mão poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada no *chat* e nos computadores deste Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar ao item 1, cumprimentando aqui o nosso querido Senador Jayme Campos... (*Pausa.*)

Antes, eu vou falar algumas coisas.

Senador Plínio, só um minutinho, porque eu quero fazer algumas comunicações do Presidente da Comissão. Já, já, passo a palavra a V. Exa.

No dia 11 de setembro, que acabou de passar, além de ser a data da tragédia das Torres Gêmeas, é comemorado o Dia Nacional do Cerrado, o segundo maior bioma da América do Sul, o bioma das nascentes das maiores bacias hidrográficas do País. Ciente dessa importância, apresentei, em 2019, um projeto para criar uma política de desenvolvimento sustentável com ações de proteção, regeneração e uso dos recursos ambientais do Cerrado, lembrando sempre que proteger nossos biomas é proteger o Brasil de uma catástrofe irreversível. A ausência de água não apenas impedirá que a agricultura e a pecuária continuem produzindo riquezas para o País, como afetará a sobrevivência de milhões de famílias brasileiras.

O Brasil enfrenta a pior crise hídrica das últimas décadas. Diante da falta de chuvas, diversos reservatórios de hidrelétricas estão próximos do nível mínimo para a geração de energia. Os sistemas do Sudeste e do Centro-Oeste operam hoje com um volume médio de 20% da capacidade – 20% da capacidade! Para completar, no último dia 11, no último dia 31 – perdão! –, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou a criação de uma nova bandeira tarifária, um valor extra de R$14,20 pelo consumo a cada 100kWh. Energia mais cara é impacto direto no bolso dos consumidores e, evidentemente, na inflação, que, para a nossa tristeza, voltou a habitar a vida dos brasileiros e a economia nacional.

Na última sexta-feira, realizamos uma sessão temática para debater o último relatório do IPCC. Painelistas nacionais e internacionais foram unânimes em apontar a necessidade de mudanças profundas e transformadoras para conter o aquecimento global e suas atuais e futuras consequências. Na ocasião, contamos com a presença de duas jovens ativistas, Greta Thunberg e a indígena brasileira Samela Sateré, duas jovens de duas diferentes nacionalidades e de diferentes culturas, mas que, diante do legado difícil recebido das gerações anteriores, seguem lutando pela sobrevivência do planeta e das futuras gerações.

Diante dessa juventude ativa e questionadora, somos instigados a responder com ações responsáveis e objetivas que visem a uma transição ecológica, transformadora e justa.

Na semana passada, apresentei o PL que pretende instituir o Programa Gente Jovem Ambiental, tomando como base a iniciativa do Governo do Estado do Maranhão, que instituiu neste ano um programa similar por meio de lei estadual. A nova norma deverá levar o nome de Lei Alfredo Sirkis, em homenagem ao ambientalista, político, jornalista, escritor e ex-Deputado Federal Alfredo Sirkis, que nos deixou em julho de 2020. Da sua trajetória temos um enorme legado, a agenda ambiental, tanto no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cenário nacional quanto internacional. Entre outubro de 2016 e maio de 2019, ele foi o Coordenador Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, tendo organizado a campanha Ratifica Já, o que propiciou a ratificação em tempo recorde pelo Brasil do Acordo de Paris.

Como já disse anteriormente, cabe a nós nesta Comissão tomarmos decisões baseadas em ações responsáveis de políticas de proteção e restauração da nossa biodiversidade, aliadas a um grande impulso para a sustentabilidade, que poderão nos levar a uma recuperação econômica, redirecionando investimentos para setores de carbono zero. O que será feito nos próximos dez anos irá afetar toda a humanidade e determinar os rumos do próximo milênio.

Gostaria de registrar também datas deste mês de setembro que têm interface com esta Comissão de Meio Ambiente: 5 de setembro, o Dia da Amazônia; 11 de setembro, como acabo de citar, Dia Nacional do Cerrado; 16 de setembro, Dia Internacional de Proteção da Camada de Ozônio e Dia Internacional para a Prevenção de Desastres Naturais; 18 de setembro, Dia Mundial de Limpeza do Litoral; e 19 de setembro, Dia Mundial pela Limpeza da Água e aniversário de nascimento de Paulo Freire, 19/09/1921.

Eu quero insistir neste tema, dizer da minha alegria de termos até agora conseguido votar matérias importantes nesta Comissão, mesmo no sistema semipresencial, e repetir: nós estamos às portas da COP 26. O Presidente do Senado vai a Roma, à reunião preparatória da mesma COP, vinculada à União Interparlamentar, que é uma união que reúne Parlamentares do mundo inteiro, de quase todos os países. Eu deverei acompanhá-lo. E eu chamo atenção dos colegas, Srs. Senadores e Senadoras, que essa pauta, repito, não é nem de esquerda nem de direita. Essa é a pauta do bom senso.

Eu estou olhando aqui para o meu querido amigo Júlio Campos... Perdão: Jayme Campos. Mas o outro é irmão, não é? Então, não é... (*Risos.*)

Desculpe-me. Disse que se pode trocar.

Mas o que eu ia dizer, Senador Jayme, é que V. Exa. foi um dos sofredores com a questão da queimada que houve no Pantanal. Quantos biomas, quantas vidas, quantas espécies foram ali ceifadas?

E hoje recebi de uma pessoa que trabalha na agroecologia uma frase que eu achei interessante: "Ou reconstruímos a nossa biodiversidade, ou perderemos ou Brasil". Eu às vezes fico achando que nós passamos pela crise da abundância. Como aqui Deus nos presenteou com uma natureza exuberante, com vários biomas, com a nossa biodiversidade, com o volume de água doce invejada pelo mundo inteiro, parece que as pessoas acham que isso não vai acabar nunca. E eu insisto, porque é possível produzir, crescer, gerar emprego, gerar riqueza e preservar. Não há essa dicotomia, o mundo inteiro está nessa caminhada, e eu espero que esta Comissão e nós, os Senadores, possamos contribuir nesse sentido.

Eu passo a palavra agora ao Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, Presidente... Senador Jayme.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, Senador Jayme.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu queria só fazer um adendo à sua fala, que é muito pertinente: eu acabei de receber aqui, inclusive, agora, uma matéria que saiu hoje em Mato Grosso, em relação ao que V. Exa. bem disse, que no Mato Grosso houve praticamente uma tragédia, no passado, em relação às queimadas no Pantanal.

Só queria dar um dado para V. Exa. aqui, para os nossos telespectadores: de acordo com dados do primeiro diagnóstico que saiu, as queimadas mataram 17 milhões de animais no Pantanal, em 2020, aponta o estudo. Essa é uma informação...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Milhões?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Milhões.

Aí me perguntam: "Como é que foi feito isso aí?". É um estudo realizado por 30 pesquisadores, biólogos públicos, de universidades, de organizações não governamentais, que aponta que, ao menos 17 milhões – estão dizendo aqui –, não vertebrados, morreram por consequência direta das queimadas no Pantanal, ano passado.

As vítimas mais recorrentes foram pequenas cobras, principalmente as aquáticas: mais de 9 milhões de mortes.

É óbvio e evidente que houve um critério dos pesquisadores, com a participação da Embrapa, aqui, e os estudos ainda não foram publicados em revistas científicas, claro, mas foram submetidos ao periódico Scientific Reports, do grupo Springer Nature, e está sob avaliação de outros cientistas. Os pesquisadores dizem que o trabalho é pioneiro no uso da técnica de amostra a distância em linhas para calcular mortes de animais em queimadas.

Então, é uma informação muito triste, quase uma tragédia que aconteceu lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É dramático.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito dramático.

Há aqui as bases de cálculo... As carcaças foram monitoradas de 24 horas a 72 horas, através da... A cobra, por exemplo, quando anda, deixa seus sinais. Então, essa é a última informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E V. Exa., como está sempre demonstrando a preocupação, como a maioria do povo brasileiro, em relação à questão do meio ambiente, da preservação do nosso ecossistema, essa aqui é uma informação que nos dói o coração. Na verdade, isso dá um impacto na nossa biodiversidade, que nós não sabemos nem aferir, muito menos mensurar o tamanho de prejuízo que deu, certamente, nessas últimas queimadas, como aconteceram e estão acontecendo, já mais pontualmente, em algumas regiões do País.

Mas, particularmente, Mato Grosso melhorou sobremaneira este ano, na medida em que o Governo do Estado preparou um planejamento adequado para fazer, vamos dizer assim, esse enfrentamento, que deu um resultado altamente positivo. Graças a Deus, as chuvas já estão caindo no Estado e evitando, com certeza, a repetição daquela tragédia que nós tivemos no ano passado. Depois vou até passar para V. Exa. este informativo aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... para que possa, com certeza, até contribuir naturalmente com o conhecimento que V. Exa. já tem.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jayme Campos, pela informação. Realmente é dramático: 17 milhões de animais! É inacreditável: 17 milhões de animais! É realmente... Por isso eu acho que a gente precisa começar a agir para prevenir outros desastres ecológicos como esse.

Eu até aproveito a presença de V. Exa. e o alerta que V. Exa. traz – vou conversar com o Senador Wellington Fagundes –, de tal forma que, na quarta-feira que vem, na nossa reunião, nós possamos fazer a instalação da proposta do Senador Wellington, que seguramente V. Exa. estará ladeando, que é a Subcomissão do Pantanal, exatamente para fazer uma análise mais completa, um diagnóstico mais completo e, evidentemente, junto com os órgãos próprios e o Governo do Estado, fazer as proposituras que couberem e, eventualmente, visitas e ações, reuniões na Assembleia Legislativa ou em Câmaras de Vereadores, no sentido de mostrar a preocupação desta Comissão e desta Casa com esse santuário que é o nosso Pantanal.

Eu passo a palavra ao Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Bom, então, eu vou ao item 3, que é do Senador Confúcio Moura, nosso Vice-Presidente, que está *online.* Depois eu passo para o item 4, que é o item com que V. Exa. está envolvido como Relator.

Senador Confúcio Moura, V. Exa. me ouve?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Com V. Exa. a palavra para a relatoria do Projeto de Lei nº 6.044, de 2019.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI N° 6044, DE 2019**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a capacitação de consumidores em relação ao acondicionamento de resíduos sólidos, no sistema de coleta seletiva.*

**Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

**Relatoria:** Confúcio Moura

**Relatório:** Pela aprovação com emendas

V. Exa. tem a palavra.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectadores, vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA), para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 6.044, de 2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a capacitação de consumidores em relação ao acondicionamento de resíduos sólidos, no sistema de coleta seletiva.

Eu vou direto à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente e controle da poluição.

Concordamos com o teor do relatório apresentado pelo Senador Luiz Pastore a esta Comissão e assim adotamos sua análise.

A proposição submete-se à decisão terminativa da CMA. Portanto, além do mérito, examinamos os pressupostos de técnica legislativa, regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há reserva de iniciativa para a proposição, e a União pode dispor sobre o tema, no âmbito da competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, inciso VI, da Constituição).

O projeto segue as regras da boa técnica legislativa preconizadas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e segue as regras regimentais.

Entendemos que a matéria aperfeiçoa as regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2010) quanto à implementação da coleta seletiva.

Muitos estudos têm analisado a importância e o impacto da coleta seletiva, destacando-se pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) denominada "Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos", de 2010, que analisou os benefícios econômicos e ambientais da reciclagem. O estudo do Ipea estimou benefícios potenciais da reciclagem, que poderiam resultar em recursos anuais estimados em R$5,8 bilhões caso fosse realizada a reciclagem de plásticos, em vez de serem destinados a lixões, aterros sanitários e aterros controlados.

Para papel e papelão, a estimativa anual seria de R$1,6 bilhão. O estudo também aponta que apenas 12% dos resíduos sólidos urbanos e industriais são reciclados – isso é importante – e que somente 14% da população brasileira são atendidos pela coleta seletiva.

A maior parte desses resíduos não é aproveitada por meio da reciclagem, e uma adequada coleta seletiva é a etapa inicial do aproveitamento de resíduos sólidos. Portanto, concordamos com a proposta do autor do projeto, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, de conscientizar a população para o adequado funcionamento dos sistemas de coleta seletiva.

O art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, determina que, quando o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos estabelecer o sistema de coleta seletiva, os consumidores são obrigados a acondicionar e disponibilizar adequadamente os resíduos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução, e que o poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam desse sistema.

O projeto aperfeiçoa esse dispositivo ao prever a responsabilidade, para condomínios residenciais e comerciais, de capacitarem condôminos e funcionários participantes desse sistema.

Contudo, entendemos que o PL merece ajustes para que as regras pretendidas não se tornem um ônus de difícil cumprimento para um setor específico da sociedade, ou seja, os condomínios residenciais e comerciais.

Ao obrigar os condomínios a darem capacitação a condôminos e funcionários, estamos impondo um dever jurídico cujo descumprimento traria potencialmente pesadas sanções, como sujeição do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condomínio – ou até da pessoa do síndico – a multas administrativas e a indenizações por dano moral coletivo.

Obrigar os condomínios a dar capacitação para a coleta seletiva significa que eles teriam que, por exemplo: (1) contratar empresas para dar esses cursos, o que representaria um ônus a um setor específico da economia, os condomínios residenciais e comerciais; (2) monitorar qual condômino ou funcionário não fez o curso, de modo a adotar providências contra eles no caso de recalcitrância, com base nas regras condominiais e na legislação vigente; e (3) monitorar a chegada de novos condôminos para garantir que eles também façam o curso de capacitação, o que pode se tornar inviável no caso de grandes condomínios residenciais e comerciais.

Além do mais, o projeto pressupõe que os condôminos e os funcionários só poderiam exercer a coleta seletiva após a capacitação prevista. A dinâmica dos métodos de coleta seletiva tem sido amplamente divulgada pelo poder público e pelos veículos de comunicação. Entendemos que não haveria necessidade de se determinar essa obrigação de capacitação aos condomínios.

Assim, para manter o propósito e o mérito da proposição, apresentamos emenda para ajustar a regra proposta. Adicionalmente, cabem ainda dois pequenos ajustes.

Um é de nomenclatura: o projeto está a se referir aos condomínios edilícios, disciplinados no art. 1.331 e seguintes do Código Civil. Eles podem ser verticais ou horizontais, conforme se trate de um condomínio de andares ou de casas. Convém, pois, alinhar-se à nomenclatura técnica.

O outro ajuste é retirar o sintagma "para cumprimento do disposto no *caput* deste artigo", pois ele pode conduzir o intérprete à equivocada interpretação de que não haveria outras condutas a serem adotadas além da especificada no dispositivo.

O voto, Sr. Presidente.

Considerando o exposto, somos pela regimentalidade, boa técnica legislativa, constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.044, de 2019, na forma da seguinte emenda.

EMENDA Nº – CMA
Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 6.044, de 2019:
"Art. 1º O art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, denominando-se o atual parágrafo único como §1º:
'Art. 35.....
.....
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§2º Os condomínios edilícios horizontais ou verticais, residenciais ou comerciais, facilitarão a divulgação de materiais de conscientização acerca do sistema de coleta coletiva de resíduos sólidos a seus condôminos e funcionários.'"

É esse o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Confúcio.

Eu parabenizo V. Exa. pelo relatório e o Senador Veneziano Vital do Rêgo pela autoria desse projeto.

Chamo apenas a atenção e cito como exemplo o edifício onde moro. Nós lá fazemos coleta seletiva – ou pelo menos coleta separando orgânico de inorgânico; não chega a ser a coleta seletiva completa, porque não há separação entre papel, alumínio e outros inorgânicos. De qualquer forma, se separa o lixo orgânico, que pode ser destinado inclusive como adubo, a depender do trabalho feito, e o inorgânico, que vai para eventual reciclagem. Qual é o problema? A Prefeitura da capital – e não vai aqui nenhuma crítica, mas estou só constatando – não tem coleta seletiva; ou seja, mesmo que, na portaria do prédio, esteja separado o orgânico e o inorgânico, eles vão para o mesmo caminhão coletor de lixo da cidade.

Então, eu diria que, além dessa conscientização extremamente produtiva e positiva que nós brasileiros precisamos ter, porque é preciso realmente entender que, quanto menos lixo, mais meio ambiente, quanto mais reciclagem, mais meio ambiente, é preciso também que as prefeituras – e eu sei que as prefeituras menores, de menor capacidade orçamentária, não terão –, pelo menos as grandes, façam também a coleta seletiva, ou seja, que os condôminos separem, mas que se recolha separadamente, senão, na verdade, é um trabalho inócuo.

No caso do edifício onde eu moro, o condomínio fez convênio com uma associação de catadores, portanto o lixo orgânico vai para o caminhão de lixo da prefeitura e o inorgânico – até porque não exala cheiro etc. – fica guardado, e, em duas, três vezes por semana, a própria cooperativa passa e recolhe para eventual reciclagem.

Então, é só para dizer que o projeto atinge uma parte do problema e depois nós temos que trabalhar a segunda parte, mas, de qualquer forma, meus parabéns pela sua relatoria e pela autoria do Senador Veneziano.

Essa matéria depende...

Eu coloco a matéria em discussão.

Senador Plínio, tudo bem? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal.

Eu peço, então, à Mesa que abra o painel da votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Aqueles que concordam com o relatório feito pelo Senador Confúcio – V. Exa. quer discutir? – votam "sim".

Está aberta a votação pelo painel para os que estão presentes aqui – Senador Jayme, Senador Plínio. E aqueles a que eu peço que, mesmo que remotamente, mesmo que em outras Comissões – é possível votar até no celular... E eu peço aqui à Secretaria da Mesa também que a gente comece a buzinar os Senadores e Senadoras para que a gente tenha quórum e possa passar ao próximo ponto da pauta.

Senador Plínio, V. Exa. queria falar enquanto aguardamos a votação?

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, há aquele meu relatório...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu só saltei – perdão – porque V. Exa. não havia chegado e eu recebi.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Assim que terminar essa votação...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Beleza.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... aí V. Exa... Eu acho melhor quando terminar a votação para que possa ter atenção dos colegas.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Tranquilo, como o senhor quiser. É porque eu avisei que eu estava um pouco atrasado, porque fui ao médico, mas estou aqui à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sem problemas, nós fomos para o item 3 e voltaremos ao primeiro item, que é o de V. Exa.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k., Senador. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente Jaques Wagner, nós estamos em processo de votação. Talvez possa demorar um pouquinho. Eu indago a V. Exa. – não sei se é regimental – se eu poderia, com a devida vênia e respeito a V. Exa., se nos autorizar, ler o nosso relatório em relação ao item 4 da pauta. Eu confesso que não conheço se o Regimento permite, até porque a votação não foi encerrada, mas eu não vejo nenhuma dificuldade para darmos celeridade e bom andamento a esta Comissão.

A Secretaria da Mesa talvez possa dar essa informação mais precisa, não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jayme, deixe-me ponderar com V. Exa.: não há impedimento regimental. E, na verdade, o Senador Plínio já tendo chegado, ele tinha pedido para postergar o item 1, mas ele já está aqui, portanto, em tese, ele seria o próximo, a menos que V. Exa. tenha outro compromisso e combine com o Senador Plínio.

Eu, pessoalmente, acho melhor a gente...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ele tem prioridade aqui, o nosso Líder maior aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, V. Exa., pela idade, tem prioridade, mas pela...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Aí me jogou na lona. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não, posso ir à Comissão. Então, vou.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pela biodiversidade, os dois quase empatam: Amazônia e Pantanal. Então, eu não sei como decidir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Então, eu vou dar uma chegadinha ali na CAS e voltarei daqui a pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Até porque essa votação – nós estamos em quatro – vai demorar um pouco.

Eu acho melhor aguardar o final da votação para não haver, eventualmente, confusão: a pessoa está votando, não sabe se é em um ou em outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O senhor falou, está falado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas eu garanto a V. Exa. que, depois da leitura do Senador Plínio, eu peço a alguém para lhe avisar se V. Exa. estiver liberado. O.k.?

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente, há um dado aí, posso até consultar: na realidade, o meu relatório eu li na reunião passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só será a votação?

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – É, aí o Senador Veneziano pediu... Como ele não fez nenhuma emenda...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, pois não.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu só iria dizer que a dúvida dele está contemplada no próprio relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ótimo.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu só leria isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, na verdade, seria só colocar em votação.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Só colocar em votação, porque já foi lido o relatório, com essa observação ao Senador Veneziano de que a preocupação dele não tem razão de ser, porque está contemplada aqui. Eu leria só dois parágrafos, ou nem isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

Bom, neste caso, poderíamos botar em votação e, eventualmente, fazer depois a leitura do projeto que é de relatoria do Senador Jayme. Eu coloco em votação o seu... Agora, temos que esperar o final dessa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes, V. Exa. me ouve? Eu vejo que V. Exa. está *online*, mas não votou. Se tiver qualquer problema com o sistema digital, V. Exa. poderia proclamar o voto entrando rapidamente na reunião e anunciando.

Assim também o Senador Veneziano – não sei se está lincado. Talvez esteja na Comissão de Constituição e Justiça o Senador Veneziano.

Podia pedir... Leila, veja quem da Comissão está lá na Comissão de Constituição e Justiça para pedir para votar. (*Pausa.*)

O Senador Otto deve estar lá na Comissão de Constituição e Justiça.

O Senador Fabiano também deve estar lá.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – A Liderança do Governo nos pediu que retirasse o projeto pelo fato de que eles querem pelo menos oito dias de prazo para dar alguma sugestão, para desferir alguma opinião. Então, peço a V. Exa., se dentro do Regimento Interno for factível, a retirada do projeto para a próxima reunião para nós aguardarmos esse diálogo, esse entendimento que nós queremos fazer com a Liderança do Governo, que está nos solicitando aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É prerrogativa de V. Exa. como Relator. Não há nenhum problema.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Perfeito. Faço o apelo a V. Exa. para retirada de pauta...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... para nós tentarmos ver com a assessoria do Palácio do Planalto aqui o que é, a título de sugestão...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu espero que seja uma sugestão boa, ouviu, Senador Plínio?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Porque o item ao qual se refere o Senador Jayme Campos é de autoria do Senador Kajuru e fala do Fundo Amazônia; institui o Fundo Amazônia e dá outras providências. Então, eu espero que V. Exa. receba boas sugestões do Governo Federal.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Tomara, não é? Até porque...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu gostaria de votar nominalmente porque eu estou tendo dificuldade aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É só V. Exa. anunciar se o seu voto é "sim" ou "não".

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Meu voto é "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Eu aproveito para comunicar-lhe que eu pretendo, na quarta-feira da semana que vem, na reunião desta Comissão, instalar a Subcomissão do Pantanal, proposta por V. Exa.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo, Sr. Presidente. Eu agradeço muito.

O Senador Jayme Campos já falou, agora há pouco, sobre o mesmo tema, e realmente a situação nossa no Pantanal se agrava muito, mas muito mais. Por isso, quero agradecer a V. Exa.

E, se houver espaço aí, Sr. Presidente, enquanto se conclui a votação, eu gostaria de ler um pronunciamento também a respeito, se V. Exa. assim o permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. pode fazer a leitura, já que não é matéria para votação, é só matéria de pronunciamento.

V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria registrar que a vinda para Brasília, mais uma vez, nos colocou sob alerta. O clima seco e a falta de chuvas têm provocado muitas queimadas, em especial no nosso Cerrado, causando problemas para a população e também para a nossa fauna. Lá de cima podemos ver o quanto esse período atual tem castigado a nossa vegetação. Ainda distante das chuvas mais substanciais, caminhamos rapidamente para um cenário parecido com o que vivemos no ano passado, o que, na verdade, já era previsto, pois a forte estiagem deverá durar mais três ou quatro anos – isso nós já falávamos também no ano passado.

Por isso, Sr. Presidente, não podemos, porém, esperar de braços cruzados. A situação, aliás, nos impõe que nos juntemos todos para agir em defesa do meio ambiente, o que corresponde a agir em defesa da nossa própria existência e também das futuras gerações. Hoje o portal G1, das Organizações Globo, publicou detalhes de um estudo realizado por 30 pesquisadores de órgãos públicos, de universidades e também de organizações não governamentais. Eles estimam em torno de 17 milhões – pode chegar a 20 milhões – de animais vertebrados mortos em consequência direta das queimadas no Pantanal no ano passado. E aí inclui-se a pecuária. Muitos fazendeiros chegaram a perder mais de 4 mil reses. Olha o prejuízo que representa isso, principalmente no Pantanal Mato-grossense, onde a queimada foi muito intensa. Hoje o pantaneiro, o produtor, o pecuarista, empobreceu muito, exatamente porque no Pantanal nós não temos uma legislação que regra o que pode e o que não pode ser feito. Por isso nós apresentamos o Estatuto do Pantanal. Precisamos votar esse estatuto exatamente pra dar um regramento jurídico e um embasamento para que a gente tenha condições de fazer um desenvolvimento socioeconômico sustentável, porque no Pantanal nós temos lá o proprietário, o pequeno, o médio, o grande. Mais de 95% das propriedades do Pantanal Mato-Grossense quem cuida, quem é proprietário, é a iniciativa privada. E temos ainda os ribeirinhos, quilombolas, indígenas e por isso precisa também não só do regramento jurídico, mas também de um programa governamental eficiente pra dar sustentação às pessoas que lá vivem, e também ao ecossistema na sua preservação.

Ainda sobre a avaliação das publicações especializadas e análises de outros cientistas, o estudo informa que as vítimas mais recorrentes dos incêndios florestais ocorridos no Pantanal foram animais pequenos, peçonhentos, principalmente os aquáticos, calculando-se mais de 9 milhões de mortes. No ano passado, o Pantanal foi consumido pela maior tragédia de sua história, com a destruição de cerca de 4 milhões de hectares, ou seja, 26% da área de todo o bioma.

Como Presidente da Comissão Temporária do Pantanal, trabalhamos muito – eu, o Senador Nelsinho Trad, que foi o Relator dos trabalhos, a Senadora Simone Tebet, também a Senadora Soraya Thronicke, o Senador Carlos Fávaro, meu companheiro também Jayme Campos, o próprio Senador Fabiano Contarato, na época como Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado. Quero ainda destacar o Senador Esperidião Amin, que sempre esteve presente nas nossas reuniões e tantos outros que nos ajudaram para buscar soluções para o Pantanal, especialmente para a sua gente, formada, como eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse, por índios, quilombolas, ribeirinhos, proprietários rurais, donos de pousadas, guias, enfim, o cidadão, a população pantaneira.

Foram inúmeras audiências públicas ouvindo técnicos especialistas, e importantes conclusões tiradas, como a necessidade da aprovação de uma legislação específica para o Pantanal, conforme determina a própria Constituição Federal. Por isso, mais uma vez quero dizer que apresentei o Estatuto do Pantanal. Esperamos, com o caminhar da normalidade dos trabalhos legislativos, apreciar essa proposta o quanto antes.

Quero dizer que a biodiversidade do Pantanal é composta por mais de 2 mil espécies de plantas, 296 espécies de peixes, 131 de répteis, 57 anfíbios, 580 espécies de aves e pelo menos 174 espécies de mamíferos. O número de invertebrados ainda é desconhecido porque é muito grande. E, como disse anteriormente, neste momento, infelizmente, caminhamos para um novo marco da tragédia. Segundo alguns levantamentos, a situação se agravou e até agora já são 7,6 mil hectares destruídos pelo fogo. Cenas tristes e dolorosas voltam a ser expostas naquilo que deveria ser o centro da vida.

Ao trazer esses ares preocupantes, Sr. Presidente, finalizando, gostaria de pedir ao Presidente da nossa Comissão de Meio Ambiente, S. Exa. o Senador Jaques Wagner, que possamos, o mais rápido possível... E V. Exa. já adiantou que, na semana que vem, estaremos instalando a Subcomissão do Pantanal. Isso realmente, para nós, é muito importante. Por isso, eu quero aqui agradecer, mais uma vez, a V. Exa.

Com certeza, em funcionamento pleno, essa Subcomissão do Pantanal permitirá que concentremos esforços na avaliação da legislação e das políticas públicas mediante realização de audiências das quais poderão participar especialistas, representantes do Governo e também da sociedade.

Com esses insumos, poderemos cumprir com a missão de oferecer respostas qualificadas para o grande desafio que é a construção de condições mais favoráveis para a adoção de medidas preventivas e reparatórias ao bioma, à sua população e também ao desenvolvimento em prol de toda a sociedade e das gerações presentes e futuras.

Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez, pela paciência, mas principalmente por essa determinação de estarmos definindo e empossando, então, os membros da Subcomissão do Pantanal. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado a V. Exa., Senador Wellington. Realmente, é altamente preocupante imaginar que vamos ter de novo as cenas que nós vivenciamos no ano passado, depois do anúncio de milhões de animais perdidos nessa condição.

Bom, nós já atingimos o quórum, e eu peço então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a votação, e eu peço à Secretaria da Mesa que abra o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Aprovado com oito votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contra. Quórum: nove, já que o Presidente está presente, mas não vota.

Eu volto, então, ao item nº 1, para complementação da leitura do relatório já feita anteriormente, do querido Senador Plínio Valério.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 201, DE 2016**

**- Terminativo -**

*Autoriza o controle populacional de espécies exóticas invasoras nocivas, estabelece condições para o consumo, a distribuição e a comercialização de produtos e subprodutos resultantes do abate desses animais e dá outras providências.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT)

**Relatoria:** Plínio Valério

**Relatório:** Pela aprovação com as emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda 1-CCJ

**Observações:**

*1. Em 29/10/2019, recebeu parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.*

*2. Em 18/8/2021, lido o relatório, foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas novas emendas desde então até a publicação da pauta.*

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2016, não é isso? Está escrito aqui Wellington Fagundes, autor? (*Pausa.*)

Senador Plínio Valério, está com V. Exa. a palavra.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse, já foi lido o relatório, mas o Senador Veneziano pediu vista, foi concedida vista coletiva, e não houve nenhuma emenda. Eu queria só dar uma satisfação aqui aos Senadores quanto ao cuidado que o Senador Veneziano teve, e passou no crivo dele.

A preocupação era exatamente como definir o que é exótico e como ficar permitido. Então, está contemplado no projeto em emendas que nós fizemos, mas eu leio só o primeiro artigo, o segundo artigo, que diz respeito ao que observou o meu companheiro Senador Veneziano.

Nos termos do art. 2º, fica permitido, no Território nacional, o controle populacional de espécies exóticas invasoras declaradas nocivas em ato do órgão ambiental federal. Seu §1º considera como controle populacional a perseguição, o abate, a captura e a marcação de espécimes seguidas de soltura para rastreamento, a captura seguida de eliminação e a eliminação direta de espécimes. Os parágrafos seguintes estabelecem as condições em que se poderá realizar esse controle e o conteúdo do ato normativo previsto no *caput*, a saber: (i) os limites temporais e geográficos das atividades de controle populacional; (ii) a quantidade de espécimes passiveis de abate ou eliminação; (iii) condições particulares para o controle populacional, em função das características da espécie.

Então, tudo foi previsto aqui no projeto do Senador Wellington e, em alguma coisa que nós observamos, fizemos emendas, Presidente.

Como o relatório já foi lido, só vou ler aqui também o §6º: "O controle populacional dentro de unidade de conservação da natureza ficará condicionado à anuência prévia do órgão gestor da unidade".

Como já foi lido, então, a gente só fez essas observações para que possa ser colocado em votação, Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço ao Senador Plínio Valério.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Esta votação também é nominal.

Eu peço, então, à Secretaria da Mesa que abra o painel de votação, pedindo aos colegas Senadoras e Senadores que, mesmo remotamente, possam votar – mesmo aqueles que se encontram em outras Comissões, na medida em que, via celular, com o nosso aplicativo, é só buscar em "votação" e "votações abertas em Comissões", procurar a CMA e essa matéria estará lá disponível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Plínio Valério.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Wellington, V. Exa. está lincado ainda na reunião? (*Pausa.*)

Senador Wellington, se V. Exa. estiver ainda na reunião, mesmo que fosse anunciando o seu voto, eu lhe pediria a votação.

Senador Vanderlan? (*Pausa.*)

Wellington? (*Pausa.*)

O Fabiano foi aonde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Foi na CCJ?

Vê se ele consegue votar de lá.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – É o Senador Wellington.

Eu gostaria de pedir também autorização para votar aqui pelo vídeo, eu voto "sim" pelo projeto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Obrigado pela sua participação.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está o.k.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já teve tempo até de trocar de roupa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estou fazendo, por isso mesmo. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Você vê que o Presidente é observador.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso mesmo, Presidente. (*Risos.*) (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Atingido o quórum, eu declaro encerrada a votação e peço à Secretaria da Mesa que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Na votação, foram 8 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção, com o quórum de 9.

Aprovada a matéria.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2016, com as Emendas 2 a 7-CMA, rejeitada a Emenda 1-CCJ.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação.

Eu vou ter que retirar de pauta o item 2, porque o Relator, o Senador Lasier Martins, ainda não teve como chegar a esta Comissão.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 159, DE 2017**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.*

**Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senador Lasier Martins

**Relatório:** pela aprovação com emendas.)

Eu passo, então, ao item 5, que é um requerimento desta Comissão, o de nº 45, de 2021, de minha autoria.

**ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 45, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com os nomes que apresenta, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 2633/2020, que "altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências".*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 46, também de minha autoria – passo à leitura.

**ITEM 6**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 46, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com os convidados que apresenta, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 2159/2021, que "dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1o do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nos 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências".*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Item 8.

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 48, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância do bioma Cerrado, analisando seu passado, presente e perspectivas de futuro.*

**Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Eu passo a palavra ao autor para leitura do seu requerimento.

Senador Jean Paul Prates, com V. Exa. a palavra.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Presidente, nós requeremos aqui, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a importância do bioma Cerrado, analisando seu passado, presente e perspectivas de futuro.

Complementarmente, quero dizer que sou o Relator de um projeto de lei que justamente intenciona estabelecer um plano de desenvolvimento sustentável desse bioma, que é considerado o berço das águas, a caixa d'água do Brasil, entre outras coisas, por conter nascentes que alimentam oito das doze bacias hidrográficas principais do Brasil, inclusive o Rio São Francisco.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; representante do Instituto Sociedade, População e Natureza; representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente; representante da Câmara Temática do Meio Ambiente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste; representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil; representante da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.111535/2021-10



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais; e a Sra. Mercedes Bustamante, Professora da Universidade de Brasília e membro da Academia Brasileira de Ciências.

Eu vou poupá-los de ler a justificativa longa, já disse a razão principal. Nós estamos relatando esse projeto. Foi recentemente celebrado o Dia do Cerrado, enaltecendo a sua biodiversidade e a importância para o País. E, portanto, essa é a razão por que nós fazemos essa solicitação desde 10 de setembro de 2021, vindo à pauta hoje.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jean Paul.

O requerimento apresentado e lido pelo Senador Jean Paul está em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 48, de 2021.

Senador Wellington, V. Exa. ainda está lincado? Por que é um requerimento da sua autoria.

Senador Wellington Fagundes...

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 47, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 39/2021 - CMA seja incluído um novo convidado.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então... Agora que V. Exa. já está de roupa nova... (*Risos.*)

Eu não sei se V. Exa. tem em mão o seu requerimento, está aí no computador para ler. É o Requerimento nº 47, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem em mão?

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu poderia (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou pedir... Se V. Exa. não tem em mão, mas já que V. Exa. está presente, eu vou pedir...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estou em trânsito aqui, há alguém que possa ler?

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É. Eu vou pedir ao Senador Jean Paul que leia o Requerimento nº 47, de 2021.

Está aí no seu computador.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Que ótimo! Será enobrecedor.

**O SR. JEAN PAUL PRATES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Presidente, o Senador Wellington Fagundes, do PL do Mato Grosso, requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 39, de 2021, CMA, seja incluído o seguinte convidado: Dr. Clever Rodolfo Carvalho Vasconcelos, Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo.

Nesta data, pede deferimento ao requerimento o Senador Wellington Fagundes.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O requerimento do Senador Wellington Fagundes lido pelo Senador Jean Paul está em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Extrapauta.

Eu vou... Não há um requerimento formal, mas um requerimento digital. Eu vou apenas ler, para conhecimento desta Casa, que é um requerimento do Senador Dário Berger, de Santa Catarina, que ganhou o número 84, de 2019, que requer que seja incluído o nome do Sr. Marcelo Salvador, Presidente do conselho da cidade de Lauro Müller, para a sessão de audiência pública que instruirá o PLS 208/18.

Os Senadores que concordam com a inclusão que acabo de ler permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a inclusão extrapauta.

Eu solicito à Secretaria da Mesa que faça essa inclusão.

As matérias não apreciadas nesta reunião serão reincluídas em pauta futura, para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião. E agradeço a participação de todos.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D62D825800408E5C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.